

II Semana de
Humanidades

II Seminário
Internacional
Sociedade e Fronteiras

4SBSNorte
Encontro Norte da Sociedade
Brasileira de Sociologia

ANAIS



FRONTEIRAS CONTEMPORÂNEAS

Desenvolvimento, Conflitos e Sociabilidades nas Amazônias

11 a 14
de Novembro

Boa Vista/RR
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

ANAIIS

II Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras
4º Encontro Norte de Sociedade Brasileira de Sociologia
II Semana de Humanidades

“Fronteiras Contemporâneas: desenvolvimento,
conflito e sociabilidades”

11-14 DE NOVEMBRO 2014

Boa Vista - Roraima
2015

ISSN On-line 22446-516X

REITORA
Gioconda Santos Martinez

VICE-REITOR
Reginaldo Gomes de Oliveira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS (PPGSOF)

INSTITUIÇÃO ORGANIZADORAS
UFRR/Universidade Federal de Roraima: Programa de Pós-graduação Sociedade e Fronteiras (PPGSOF); Centro de Ciências Humanas (CCH) e Colégio de Aplicação (CAP)
SBS - Sociedade Brasileira de Sociologia

INSTITUIÇÕES CO-ORGANIZADORAS
UFAM/PPGSCA - Universidade Federal do Amazonas/ Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura da Amazônia - Manaus (AMA)
UFPA/NAEA - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - Belém (PA)

COMISSÃO ORGANIZADORA GERAL
Francilene dos Santos Rodrigues (Presidente)
Marcia Maria de Oliveira (Comitê Científico)
Maria Luiza Fernandes (Comissão de Editoração)



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

S471c Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras/4º SBS Norte/II Semana de Humanidades:
Fronteiras Contemporâneas: Desenvolvimento, conflitos e sociabilidade (1.: 2014: Boa Vista, RR)
Anais. - Boa Vista: EDUFRR, 2014.
XXXXp.

XXXX p. ISSN On-line 2446-516X

1 - Fronteiras. 2 - Famílias 3 - Escola. 4 - Resumo. 5 - Trabalhos científicos

CDU - 911.3:32(81)

COORDENAÇÃO ORGANIZADORA LOCAL

Alina Maria Celarie Iglesias
Altiva Barbosa da Silva
Ana Lia Farias Vale
Ana Lucia de Sousa
Ana Paula Araújo Braga
Aracy de Souza Andrade
Berto Batalha
Daiane Tretto
Eder Rodrigues dos Santos
Edite da Silva Andrade
Eriki Aleixo de Melo
Glauciane Tavares Nascimento
Heleno Guedes Montenegro Filho
Iana dos Santos Vasconcelos
João Carlos Jarochinski Silva
Joao Paulino da Silva Neto
Larissa Soares Melo
Linoberg Barbosa Almeida
Madiana Valéria de Almeida Rodrigues
Maria Auxiliadora Lima de Carvalho
Maria Goreth Leite
Maria Lucia da Silva Brito
Mariana Lima da Silva
Max André de Araújo Ferreira
Maxim Paolo Repetto Carreno
Olendina de Carvalho Cavalcante
Rodrigo Pereira Chagas
Simone Ruiz Lima
Taiane Larissa Marinho Giocondi
Tayná de Mello Leite
Taylane Gabriela Barros Rodrigues
Vângela Maria Isidoro Morais

COMISSÃO CO-ORGANIZADORA

Davyd Spencer Ribeiro de Souza
Edna Maria Ramos de Castro
Marcelo Bastos Seráfico de Assis Carvalho
Maria Izabel de Medeiros Valle
Marilene Correa da Silva
Selda Vale da Costa

COMITÊ CIENTÍFICO

Adriana Iop Bellintani (UFRR)
Alessandro de Oliveira dos Santos (USP)
Alex Pizzio (UFT)
Alfredo Ferreira de Souza (UFRR)
Altiva Barbosa da Silva Ana Lia Farias Vale (UFRR)
Ana Lúcia de Sousa (UFRR)
Andréa Freire de Lucena (UFG)
Ângela Maria Garcia (UFOPA)
Antonio Carlos Witkoski (UFAM)
Antonio Tolrino de Rezende Veras (UFRR)
Benedito José Carvalho Filho (UFAM)
Calvino Camargo (UFRR)
Carla Monteiro de Souza (UFRR)
Carmentilla das Chagas Martins (UNIFAP)
Cecília Maria Chaves Brito Bastos (UNIFAP)
Daniel Veloso Hirata (UFF)
Devair Antonio Fiorotti (UERR)
Delma Pessanha Neves (UFF)
Edna Maria Ramos de Castro (NAEA/UFPA)
Edson Damas da Silveira (UFPA)

Eduardo Portanova (UNISINOS)
Eglê Betânia Portela Wanzeler (UEA)
Elder Andrade de Paula (UFAC)
Elenise Faria Scheres (UFAM)
Eliane Superti (UNIFAP)
Eloi Martins Senhoras (UFRR)
Evandro Luiz Ghedin (UERR)
Fabio Almeida de Carvalho (UFRR)
Fabio Magalhães Candotti (UFAM)
Fabiola Christian Almeida de Carvalho (UFRR)
Felipe Kern Moreira (UFRR)
Fernando César Costa Xavier (UFRR)
Francilene dos Santos Rodrigues (UFRR)
Francinézio Lima do Amaral (FBN)
Heloísa Lara Campos da Costa (UFAM)
José Alves (UFAC)
José Rogério Lopes (UNISINOS)
Kátia Helena Serafina da Cruz Scweickordt (UFAM)
Leandro Roberto Neves (UFRR)
Leda Leitão Martins (Pitzer College-EUA/UFRR)
Lino João de Oliveira Neves (UFAM)
Linoberg Barbosa de Almeida (UFRR)
Luciana de Oliveira Dias (UFG)
Luiz Fábio Silva Paiva (UFAM)
Luiz Fernando de Souza Santos (UFAM)
Madiana Valéria de Almeida Rodrigues (UFRR)
Manoel de Jesus de Souza Pinto (UNIFAP)
Marcelo Bastos Seráfico de Assis Carvalho (UFAM)

Marcelo Domingos Sampaio Carneiro (UFMA)
Marcia Maria de Oliveira (UFRR)
Marcos Antonio Pellegrini (UFRR)
Maria Bárbara de Magalhães Bethônico (UFRR)
Maria de Fátima de Oliveira (UEG)
Maria de Jesus Morais (UFAC)
Maria Izabel de Medeiros Valle (UFAM)
Maria Luiza Fernandes (UFRR)
Maria Schirley Luft (UFRR)
Mariana Cunha Pereira (UFG)
Marilene Correa da Silva Freitas (UFAM)
Marilina Conceição Oliveira Bessa Serra Pinto (UFAM)
Marisa Barbosa de Araújo (UFRR)
Marisol de Paula Reis Brandt (UFAC)
Marjo de Theije (VU Amsterdam/CE-DLA)
Maxim Paolo Repetto Carreno (UFRR)
Mireya Eugenia Valencia Perafán (UnB)
Mônica Aparecida da Rocha Silva (UFT)
Nádia Farage (UNICAMP)
Nelvio Paulo Dutra Santos (UFRR)
Noeci Carvalho Messias (UFT)
Odenei de Souza Ribeiro (UFAM)
Olendina de Carvalho Cavalcante (UFRR)
Otávio Rios Portela (UEA)
Paulo Henrique Faria Nunes (PUC/GO)
Paulo José Brando Santilli (UNESP)
Pedro Henrique Coelho Rapozo (UEA)
Pedro Marcelo Staevie (UNILA)

Russell Parry Scott (UFPE)
Sandra Maria Franco
Buena fuente(UFRR)
Sandra do Nascimento Noda (PPGS-
CA/UFAM)
Selda Vale da Costa (UFAM)
Simone Pereira Garcia (UNIFAP)
Stephen Grant Baines (UnB)
Vangela Maria Isidoro de Morais
(UFRR)
Waldecy Rodrigues (UFI)

APRESENTAÇÃO 25

GT01: CONHECIMENTOS TRADICIONAIS: AGRICULTURA FAMILIAR, RELAÇÕES DE GÊNERO E SAÚDE NAS ÁREAS RURAIS

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA FRONTEIRA BRASIL – VENEZUELA: UMA ANÁLISE DA I FEIRA INDÍGENA MAKUNAIMA DO ALTO SÃO MARCOS..... 31

Cleane da Silva Nascimento; Emerson Clayton Arantes; Leuda E. de Oliveira; Max Ferreira Viana; Meire J. Almeida Pereira; Vanessa M. dos S. Paiva

GESTÃO DA APICULTURA FAMILIAR NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL: UM ESTUDO DE CASO NA REFORMA AGRÁRIA EM BOA VISTA-RR.... 43

David Veras da Silva; Emerson Clayton Arantes; Kelly S. de Magalhães

MODO DE VIDA E PERCEPÇÃO DA SAÚDE DOS IDOSOS RIBEIRINHOS NO MUNICÍPIO CAREIRO DA VÁRZEA- AM..... 65

Tatiana R. De Oliveira Ferreira e Suzete Camurça Nobre

GT02 - O MUNDO RURAL EM PERSPECTIVA

COMUNIDADES TRADICIONAIS EM ILHAS FEDERAIS DO RIO URARICOERA-RR: UM OLHAR GEOANTROPOLÓGICO..... 87

Vivian Karinne Moraes Rodrigues; Antônio Tolrino de Rezende Veras; Marisa Barbosa Araújo

INFLUÊNCIAS DA TENSÃO RURAL-URBANO NOS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DOS JOVENS RURAIS DE RORAIMA... 107

Adeline Araújo Carneiro Farias e Jocelaine Oliveira dos Santos

A FORMA NA LEI: MOBILIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL..... 122

Bernard José Pereira Alves

GESTÃO DA APICULTURA FAMILIAR NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL: UM ESTUDO DE CASO NA REFORMA AGRÁRIA EM BOA VISTA-RR... 145

David Veras da Silva; Emerson Clayton Arantes; Kelly Sindeaux de Magalhães

O MUNDO DA HINTERLÂNDIA E OS AVANÇOS DA FRONTEIRA NO ESPAÇO TOCANTINENSE	167
Débora Assumpção e Lima	
DESISTÊNCIAS E DESAFIOS DA PERMANÊNCIA NA TERRA NO PROJETO DE ASSENTAMENTO NOVA AMAZÔNIA	181
Dijeison Eduardo R. da Cunha	
AGRICULTURA FAMILIAR E A OTIMIZAÇÃO DOS CUSTOS NAS HORTICULTURAS ORGÂNICAS EM BOA VISTA.	195
Eloi Martins Senhoras; Max A. de Araújo Ferreira; Adalberto A. Florencio; Claudilene B. de Moura; Denivaldo P. da Silva	
OBSERVAÇÕES ETNOGRÁFICAS: O MODO DE PRODUÇÃO DE UMA CASA DE FORNO EM IRACEMA-RR	215
Marina Sousa	
GT03 - EDUCAÇÃO DO CAMPO: ASPECTOS TEÓRICOS, METODOLÓGICOS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
GESTÃO ESCOLAR POR COMPETÊNCIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ LINHARES NO MUNICÍPIO DO CANTÁ ...	229
Ana Acácia Araújo de Souza Eda	
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO UM RESGATE HISTÓRICO A PARTIR DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS EM RORAINÓPOLIS ..	247
Hélio da Silva; Cícero Deon da Silva Sousa; Miquéias Ambrósio dos Santos	
EDUCAÇÃO CRÍTICA PARA MUDANÇAS SOCIAIS NO CAMPO.....	259
José Vieira de Sousa	
MANIFESTAÇÕES DE ADOECIMENTO DE EDUCADORES EM ÁREAS RURAIS: NARRATIVAS DE DOCENTES DO SISTEMA MODULAR DE ENSINO (SOME) DO ESTADO DO AMAPÁ.....	269
Selma Gomes da Silva e Antônio Cristian Saraiva Paiva	
PROCESSO SOCIOCULTURAL AMBIENTAL DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DA FAS NA RDS DO RIO NEGRO	289
Suelen Costa Araújo	
REFLEXÕES A PARTIR DOS DESAFIOS DA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA PARA O INDÍGENA AMAZÔNICO.	299
Joyce Karoline Pinto O. Pontes	

**GT04 - EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E FORMAÇÃO DE PROFESSORES
INDÍGENAS NA AMAZÔNIA**

**A EPISTEMOLOGIA DA CIÊNCIA DE EDGAR MORIN E AS IDEIAS
PEDAGÓGICAS DE PAULO FREIRE COMO CONTRIBUIÇÃO PARA A
CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO NO SÉCULO XX 313**
Joelma Carvalho Sales; Marlete Lima Perreira; Devair Antonio Fiorotti

**APLICAÇÃO PEDAGÓGICA DOS CONHECIMENTOS INDÍGENAS E
O MÉTODO INDUTIVO INTERCULTURAL: FAZENDO XAROPE PARA
DOENÇAS RESPIRATÓRIAS 331**
Valdirene da Silva Lima e Maxim Repetto

**GT05 e GT08 - HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E RELIGIOSIDADE: PRÁTICAS
E REPRESENTAÇÕES DO CRER/RELIGIOSIDADE NA AMAZÔNIA:
IDENTIDADES, CONFLITOS E PODER**

**FESTIVIDADE DE SÃO BENEDITO: EXPRESSÃO CULTURAL NA PRAÇA 14
DE JANEIRO EM MANAUS 353**
Aldrin Bentes Pontes

FAMÍLIA E RELIGIÃO: ENTRE DOGMAS E TABUS 363
Ária Maria Mendes de Carvalho

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PENTECOSTAL NA COMUNIDADE
BOM JESUS, MANACAPURU (AM) 381**
Elder Monteiro de Araújo e Marilina C. O. B. Serra Pinto

**RELIGIOSIDADE MUÇULMANA, HISTÓRIA E ALTERIDADE: DINÂMICAS
IDENTITÁRIAS NA FRONTEIRA BRASIL – VENEZUELA 397**
Jakson Hansen Marques

**A HOMOAFETIVIDADE NO CERNE DA RELIGIÃO: A PIPOCA QUE AINDA
NÃO ESTOUROU 413**
Lidiany de Lima Cavalcante

**IGREJA E PODER: AS RELAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS E ORGANIZAÇÃO
SOCIAL ENTRE RIBEIRINHOS. 429**
Liliane Costa de Oliveira; Marilina C. O. Bessa S. Pinto; Milena da Silva
Sampaio

**A FÉ NA FESTA DE SÃO BENEDITO DO BAIRRO DA PRAÇA 14 DE
JANEIRO EM MANAUS. 449**
Lúcia Maria Barbosa Lira e Sérgio Ivan Gil Braga

CEMITÉRIO MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO: ENTRE A DIMENSÃO ESPIRITUAL E O COMÉRCIO EM TORNO DA MORTE 463

Raiane Pereira dos Santos e Antônio T. de Rezende Veras

APROXIMAÇÕES COSMOLÓGICAS: A COSMOVISÃO MÍTICA ENTRE AS CULTURAS JUDAICO-CRISTÃ E TUKANO 481

Reyth da Cunha Ribeiro e Belmiro M. da C. Júnior

A IMPORTÂNCIA DE FRIDA VINGREN PARA A HISTÓRIA DA ASSEMBLÉIA DE DEUS NO BRASIL. 499

Sulianne Idalior Paião Ferreira; Vander Anderson Paião; Andrea Lima Resende; Líliliane Oliveira

BENEDITINOS E CONSOLATINOS: NOTAS SOBRE A EVANGELIZAÇÃO CRISTÃ NA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL 509

Vângela Maria Isidoro de Moraes

GT06 - SOCIABILIDADE FRONTEIRIÇAS: VIVÊNCIAS E CONFLITOS EM ESPAÇOS DE FRONTEIRA INTERNACIONAL

CONTRIBUIÇÕES AO ESTUDO DA GEOGRAFIA DE RORAIMA: DADOS PRIMÁRIOS 531

Anderson Paiva; Luís Francisco Munaro; Roni P. de M. Pacheco; Vilso Junior Santi

A REALIDADE DOS ATORES ENVOLVIDOS NA GARIMPAGEM DE OURO NA FRONTEIRA DO AMAPÁ E GUIANA FRANCESA 545

David Souza Góes e Daguinete Maria Chaves Brito

A ECONOMIA INFORMAL E A INFLUÊNCIA DOS CRIMES TRIBUTÁRIOS NAS FRONTEIRAS DO ESTADO DE RORAIMA NO ANO DE 2013 563

Eloi Martins Senhoras; Max André de Araújo Ferreira; Jaqueline P. do Nascimento; Rute Costa Souza; Luciano Pereira Dias

CONFLITOS CIBERNÉTICOS NAS FRONTEIRAS CONTEMPORÂNEAS 583

Fransllyn S. S. do Nascimento e Elói Martins Senhora

OS EXCLUÍDOS DA ARCA DE NOÉ NO TEATRO DO MUNDO 601

Helton Douglas R. Pereira e Max de Souza Fraga

O IMPASSE QUANTO A NACIONALIDADE DOS POVOS INDÍGENAS NA FRONTEIRA BRASIL-GUIANA 609

Isabele Medeiros de Souza

**O LONGO CAMINHO DO SER AO DEVER SER: REALIDADE DOS POVOS
INDÍGENAS E SUA RELAÇÃO COM A MINERAÇÃO NA COLÔMBIA ... 621**

Luis Alberto Galeano Escucha e Simone Pereira Garcia

**IDENTIDADES NACIONAIS E POLÍTICAS INDIGENISTAS NA FRONTEIRA
BRASIL-GUIANA 635**

Mariana Lima da Silva

COMÉRCIO FORMIGA FRONTEIRIÇO: UMA VISÃO AMPLIADA 647

Max André de Araújo Ferreira

**GT07 - TERRITÓRIO, FRONTEIRA E CONFLITOS TERRITORIAIS:
ECONOMIA VERDE E GRANDES PROJETOS NAS AMAZÔNIAS**

**O CONSELHO GESTOR NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
RAIMUNDO IRINEU SERRA/APARIS: REPRESENTATIVIDADE DAS
DIFERENÇAS OU HEGEMONIZAÇÃO DO PENSAMENTO AMBIENTAL?669**

Ana Cláudia Pupim e Maria de Jesus Morais

**COBERTURA DA IMPRENSA SOBRE A CÚPULA DO CLIMA DE NOVA
YORK (2014): A AMAZÔNIA E O ACORDO GLOBAL PARA REDUÇÃO DOS
DESMATAMENTOS 689**

Maria Schirley Luft e Luciana Miranda Costa

**GT09 - ESTADO, DIVERSIDADE SOCIAL E CONFLITOS NA AMAZÔNIA
BRASILEIRA**

**O CONCEITO DE DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA ÀS POLÍTICAS
PÚBLICAS AOS INDÍGENAS 705**

Alan Robson A. Ramos

**A RETOMADA DAS DISCUSSÕES SOBRE O PROJETO DE CONSTRUÇÃO
DA USINA HIDRELÉTRICA DO BEM QUERER EM RORAIMA 721**

Elisângela da Costa Rossi e Maxim Repetto

A RELAÇÃO ENTRE ESTADO E CAPITAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA 735

Jéssica Souza Borges; Kézia Vieirade Souza; Leidyane Carvalho Santos; Letícia
Costa Silva

**SISTEMAS DE PACTOS SOCIAIS NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA
DE SÃO JOÃO DA PONTA (PARÁ): ENCONTROS E DESENCONTROS NA
GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS 745**

Josinaldo Reis do Nascimento; Roberta Sá Leitão Barboza; Darcy Flexa Di
Paolo

O SISTEMA DE AVIAMENTO APLICADO NA ECONOMIA DA BORRACHA NA AMAZÔNIA DO SÉCULO XIX E XX E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS PARA REGIÃO 763

Mariá Batalha C. Machado

ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO BOA VISTA / BONFIM E O COMPORTAMENTO DO MERCADO BOAVISTENSE PÓS-IMPLANTAÇÃO 735

Paulo Henrique da Silva

O PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA EM DISPUTA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS LUTAS E RESISTÊNCIAS DO MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE DIANTE DO PROJETO HIDRELÉTRICO BELO MONTE 789

Sérgio Roberto Moraes Corrêa e Roberto Veras de Oliveira

DESAFIOS À PARTICIPAÇÃO POPULAR NA AMAZÔNIA: O CASO DA VILA DE FORTALEZINHA NA APA ALGODOAL-MAIANDEUA. 815

Tháryn Machado Teixeira; Raul Ivan Raiol de Campos; Maria José da S. A. Teisserenc

GT10 E GT25 - SAÚDE E DOENÇAS NA AMAZÔNIA/CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS E OUTRAS DROGAS: PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES

FIBROMIÁLGICOS NA REDE: COMPARTILHANDO A DOR 831

Angélica Cristina E. A Moura e Karolayne Mota Rodrigues

CONVIVENDO COM A INFECÇÃO PELO HIV E A AIDS EM BOA VISTA (RR): UM ESTUDO SOBRE AUTOATENÇÃO E ITINERÁRIOS TERAPÊUTICOS. 843

Ana Paula Barbosa Alves e Marcos Antonio Pelegrini

DISCUSSÃO SOBRE A SAÚDE BUCAL DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL: PANORAMA ATUAL E PERSPECTIVAS. 861

Ana Paula Barbosa Alves; Angélica Barbosa Napoleão; Lucirene Bento Barbosa; Niety da Silva; Tatiane Rocha da Silva

VIDAS SUSPENSAS: INSUFICIÊNCIA RENAL ENTRE OS SANUMÁ. 873

Claudia Santos Silva

ALCOOLISMO, QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE LABORAL: UM ESTUDO EM UMA EMPRESA DE SANEAMENTO BÁSICO DE BOA VISTA - RR . . . 893

Helionara de Carvalho Ferreira; Emerson Clayton Arantes; Jaqueline Silva da Rosa

HISTÓRIA DAS POLÍTICAS DE SAÚDE NO AMAZONAS: DA ZONA FRANCA AO SUS, 1967-1990 913

Júlio Cesar Schweickardt e Ludimila Rolim Martins

INCIDÊNCIA DA DEPRESSÃO PUERPERAL NA AMAZÔNIA À LUZ DOS ESTUDOS DE GÊNERO 933

Leila Cristina O. Rodrigues; Francisco W. R. dos Santos; Maria Raika Guimaraes Lobo

MUTIRÃO ECOLÓGICO 947

Mistes Estevam Richil; Ercilene A. de Almeida; Andreza Nayara da C. Barros

GT11 E GT24 - MIGRAÇÕES, FRONTEIRAS E DIREITOS HUMANOS / DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS EM MOVIMENTO: MIGRANTES E REFUGIADOS

DIÁLOGOS ENTRE DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E DIREITO INTERNACIONAL DOS REFUGIADOS: O CASO FAMÍLIA

PACHECO TINEO 957

Camila Soares Lippi

HOMOSSEXUALIDADE NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS 973

Eliakim Pedro dos S. Pinheiro

POLÍTICAS MIGRATÓRIAS BRASILEIRAS: UMA NOVA PERSPECTIVA AOS DIREITOS DOS MIGRANTES 989

Larissa Soares Melo

DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS EM MOVIMENTO: MIGRANTES E REFUGIADOS 997

Marina Pimentel Ferreira e Geyza Alves Pimentel

MINORIAS LGBT EM SITUAÇÃO DE REFÚGIO 1005

Noelline Freire Lemos; José Lorrán L. D. Henriques; Fernando César Costa Xavier

O REFÚGIO E A IMIGRAÇÃO NO BRASIL EM FACE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO DA ONU..... 1015

Nayara Mota Costa

DIREITOS HUMANOS NOS ESTADOS DO AMAPÁ E DE RORAIMA: UM ESTUDO COMPARADO..... 1029

Priscila Alberto Tostes Santos

GT12 - SOCIABILIDADES E CONFLITOS TRANSFRONTEIRIÇOS NOS GARIMPOS AMAZÔNICOS

BRASILEIROS E O ELDORADO FRANCÊS: CLANDESTINIDADE, TRABALHO E RELAÇÕES SOCIAIS EM GARIMPOS NA GUIANA FRANCESA..... 1039

Huana da Silva Furtado e Manoel de Jesus Pinto

GT13 - SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS

A GUERRA FRIA COMO ORDENADORA DE INTERESSES PARA A INDEPENDÊNCIA DA REPÚBLICA COOPERATIVA DA GUYANA 1055

Abílio Cunha Aguiar

SEGURANÇA NA FRONTEIRA NORTE DO BRASIL: A NOVA MODALIDADE DE CONTRABANDO NAS RODOVIAS BR-174 E BR-401: O CASO DO ALHO E DA CARNE 1067

Kely Cristina de S. Lúcio; Fernanda M. Silva; Júlia F. Camargo

NARCOTRÁFICO NA TRÍPLICE FRONTEIRA AMAZÔNICA CARACTERÍSTICAS 1085

Luiz Felipe de V. Dias Balieiro e Izaura Rodrigues Nascimento

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA: UM ESTUDO SOCIOLÓGICO SOBRE A DINÂMICA ENTRE O IDEAL E O REAL NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA PMPA..... 1099

Sônia da Costa Passos

POLICIAMENTO ESPECIALIZADO DE ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS(ENAFRON): EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS SOBRE A CAPACITAÇÃO DOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA NO INSTITUTO DE ENSINO DE SEGURANÇA DO PARÁ – IESP.....1119

Sônia da Costa Passos

**GT14 E GT23 - INTERNACIONALIZAÇÃO COMERCIAL E
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NA REGIÃO
NORTE BRASILEIRA / INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA:
PERSPECTIVAS E AGENTES**

**EMPREENHIMENTOS CULTURAIS TRANSFRONTEIRIÇOS: UM
PANORAMA TEÓRICO NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL-GUYANA-
VENEZUELA 1133**

Emanuel Loureto

**INTERNACIONALIZAÇÃO COMERCIAL E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL: ALGUNS ASPECTOS RELEVANTES..... 1145**

Gercione Dionizio Silva e Andréa Freire de Lucena

**ENTRADA ILÍCITA DE PRODUTOS DE ORIGEM BRASILEIRA VIA
VENEZUELA: O CASO DA CARNE BOVINA 1163**

Lorena Grasielle Silva Bispo; Emílio Bernardon Neto; Dorcílio Erik C. de
Souza; Geyza Alves Pimentel

**A PARADIPLOMACIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE
RORAIMA E GUYANA: O CASO DA IMPORTAÇÃO DA FARINHA DE TRIGO
THUNDERBOLT 1175**

Luciana Mara Araújo e Elói Martins Senhoras

**PARA QUEM INTERESSA A INTERNACIONALIZAÇÃO DA
AMAZÔNIA? 1195**

Cícero Thiago M. D. dos Reis e Tatiana Silva Lopes

**A INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA: AGENTES E
PERSPECTIVAS..... 1207**

Paulo Henrique Faria Nunes

**GT15 - CIDADES FRONTEIRIÇAS: CONSTRUÇÃO DE ESPACIALIDADE
DIVERSAS**

**A (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: ESTUDO DE CASO DO BAIRRO
DR. SILVIO LEITE, BOA VISTA/RR 1227**

Adryellen T. de Souza Ribeiro e Simara Brito de Melo

**ENGANANDO-ME E PASSANDO A PERNA NO ESTADO BURGUESES:
TRANSITANDO ENTRE UMA NOTA E OUTRA VOU VIVENDO/
BARGANHANDO NAS CIDADES DE FRONTEIRAS..... 1233**

Maria José Alves e Mariana Cunha Pereira

“UMA CERTA CONDIÇÃO”: AS TRAMAS DA VIDA COLETIVA PENSADAS SOB AS CONFIGURAÇÕES DE ESTABELECIDOS E OUTSIDERS NA EXTINTA “BAIXADA” PERPÉTUO SOCORRO” 1245

Roberta Scheibe e Leonardo Damasceno de Sá

A CIDADE DE PACARAIMA: GÊNESE E PROCESSOS 1261

Tácio José Natal Raposo e Elói Martins Senhoras

BALANÇO DAS PRÁTICAS SOCIAIS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE DE PACARAIMA ENTRE 2006 E 2013 1281

Tácio José Natal Raposo e Elói Martins Senhoras

GT16 E GT28 - FLUXOS MIGRATÓRIOS NA PAN-AMAZÔNIA: REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS / MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NA PAN-AMAZÔNIA: FLUXOS, PROCESSOS E TRAJETÓRIAS DE VIDA

AS MODIFICAÇÕES DA CIDADE PROVOCADAS POR MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS 1303

Eveline M. D. do Nascimento; Karla Patrícia Palmeira Frota; Iraíldes Caldas Torres

DESLOCAMENTOS, GÊNERO E SILÊNCIO: ITINERÁRIOS DAS MULHERES INDÍGENAS MACUXI E WAPICHANA EM BOA VISTA. . . . 1315

Melina Carlota Pereira

ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICAS DE UM IMIGRANTE GUIANENSE EM BOA VISTA – RR 1333

Maria Lúcia da Silva Brito

TRÁFICO HUMANO E CONTRABANDO DE MIGRANTES EM REGIÕES DE FRONTEIRAS 1345

Alessandra Rufino Santos

GT17 - HISTÓRIAS, LITERATURAS E MÚLTIPLAS LEITURAS EM CONTEXTOS DE FRONTEIRAS

ÁGUAS QUE DIVIDEM LIBERDADE E ESCRAVIDÃO: O RIO OHIO ENQUANTO FRONTEIRA NA LITERATURA E NA HISTÓRIA NORTE-AMERICANA 1367

Gustavo Vargas Cohen

ASPECTOS DA IMPRENSA E DA MODERNIDADE AMAZÔNICAS: UM ESTUDO DO CENTRO ÀS PERIFERIAS 1377

Luís Francisco Munaro

CONTATO ENTRE ÍNDIOS E NÃO ÍNDIOS EM RORAIMA NOTICIADOS NO JORNAL O ÁTOMO DURANTE A REPÚBLICA NOVA..... 1393

Tainá Aragão de Almeida e Maurício Elias Zoucin

MODOS DE EXISTENCIA TIKUNA NÃO CONTEMPLADOS PELA RAZÃO HEGEMÔNICA 1407

Antônia Rodrigues da Silva; Marilene C. da Silva Freitas; Marinete Lourenço Mota

GT18 - SEGURANÇA E CIDADANIA EM RORAIMA

O USO DE GEOTECNOLOGIAS COMO SUBSIDIO AO MAPEAMENTO URBANO DA CIDADE DE PACARAIMA 1421

Angela S. Miazak; Tácio José Natal Raposo; Elói Martins Senhoras

OS IMPACTOS DO USO INDISCRINADO DE AGROTÓXICOS NA SAÚDE HUMANA: ESTUDO DE CASO NO BAIRRO OPERÁRIO-BOA VISTA-RR. 1433

Alexandre Ribeiro dos Santos; Olávio Douglas C. Martins; Altiva Barbosa da Silva

RELAÇÕES SOCIAIS E MECANISMOS DE CONFLITO NA PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DE MONTE CRISTO: UMA PESQUISA 10 ANOS DEPOIS... 1449

Jonildo Viana dos Santos

GT19 - REALAÇÕES ENTRE TERRITÓRIO E LÍNGUAS INDÍGENAS

A CONSTRUÇÃO DO CALENDÁRIO CULTURAL DA COMUNIDADE DA ILHA- TERRA INDÍGENA SÃO MARCOS..... 1471

Vanessa Sousa Morais; Cidilene dos Santos Pereira; Maria B. de M. Bethonico; Maxim Repetto

ATIVIDADES CULTURAIS E EDUCAÇÃO INTERCULTURAL NA COMUNIDADE DO MARUWAI – TERRA INDÍGENA SÃO MARCOS.... 1483

Marcio da Silva Feitosa; Alzirene Barbosa da Silva; Maria B. de M. Bethonico

DO PROTO ARUAK AO WAPICHANA: HISTÓRIA, TERRITÓRIO E LÍNGUA..... 1491

Ananda Machado

TERRAS INDÍGENAS EM ILHA E TERRITÓRIOS EM RORAIMA 1511
Maria Bárbara de M. Bethonico

**TOPOGRAMAS ARUAQUE: LÍNGUA, TERRITÓRIO E A COSMOPOLÍTICA
WAPICHANA INSCRITA NAS SERRAS DE JACAMIM 1523**
Alessandro Roberto de Oliveira

GT20 - DEMOCRACIA, VIOLÊNCIA E CONFLITOS SOCIAIS

**A SEGURANÇA PÚBLICA E A EFICÁCIA DA LEI MARIA DA PENHA NA
CAPITAL DO ESTADO DO PARÁ 1541**
Paulo Eduardo Vaz Bentes; Sílvia Almeida dos Santos; Elson Brito

**AS DROGAS E AS INICIATIVAS DE RECUPERAÇÃO DOS DEPENDENTES
QUÍMICOS EM BOA VISTA: DIÁLOGOS NA CASA DO PAI. 1555**
Ramyla Santos de Deus; Suellen Sousa; Beatriz Silva

**CADEIA PÚBLICA EM MANAUS: NOTAS SOBRE UM LUGAR QUE
NINGUÉM QUER ESTAR 1567**
Alice Silva do Prado e Ítalo Barbosa Lima Siqueira

**DISCUSSÕES SOBRE A VIOLÊNCIA URBANA A PARTIR DE BAUMAN E
CALDEIRA. 1585**
Arthur Athunes L. de Andrade; José Luis dos Santos Leal; Delque Pantoja
Medeiros; Rubieli de Abreu Oliveira

**(IN)SUSTENTABILIDADE E VIOLÊNCIA NORMATIVA: A
REPATOLOGIZAÇÃO DAS SEXUALIDADES DISSIDENTES. 1597**
Jefferson William Pereira e Marklize dos Santos Siqueira

**NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES: ENTRE O CONFLITO E O
RECONHECIMENTO. 1615**
Ária Maria M. de Carvalho

**OS DESAFIOS DAS MULHERES HOMOAFETIVAS EM MANAUS: ENTRE O
CONFLITO E O RECONHECIMENTO. 1625**
Lidiany de Lima Cavalcante e Simone Eneida B. de Oliveira

SABERES E ILEGALISMOS URBANOS NA AMAZÔNIA. 1635
Fabio Magalhães Candotti

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO E CONFLITOS SOCIAIS: REGISTRADOS NO
ROP 1661**
Márcio Pereira do Nascimento e Maria da Conceição Lopes

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA CIDADE DE BOA VISTA: A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA 1683

Meirivan Vieira Alves Elias e Sheila Fernandes T. Maia

GT21 - SOCIEDADE, TRABALHO E CIDADES DE FRONTEIRA

ALGUMAS CONJECTURAS SOBRE O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL EM BOA VISTA - RR. 1695

Maria José Mendes da Silva e Márcia Maria de Oliveira

ALTERNATIVA DE RENDA EM TEMPOS DE CRISE: UMA AVALIAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE RECICLADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE BOA VISTA/RR 1713

Sílvia Silvestre dos Santos e Elói Martins Senhoras

CULTURA DE FRONTEIRA BRASIL GUIANA..... 1727

Antonio Vaz de Meneses e Francilene dos S. Rodrigues

MIGRAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA BRASIL – GUIANA: UMA ANÁLISE PRELIMINAR 1741

Júlia Maria Corrêa Almeida e Francilene dos S. Rodrigues

PERFIL DO MEI E OS PRINCIPAIS BENEFÍCIOS PROPORCIONADOS AO TRABALHADOR INFORMAL PARA FORMALIZAÇÃO ATRAVÉS DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL: UM DIAGNÓSTICO NO ESTADO DE RORAIMA EM 2012 1757

Rubenita Souza Moreira e Emerson Clayton Arantes

TEMPORALIDADE LÚDICA E CONTEMPLAÇÃO ESTÉTICA NO TRABALHO DO ARTESÃO DE MIRITI, HABITUÉ DOS SONHOS 1787

Amarildo Ferreira Júnior e Silvio Lima Figueiredo

TRABALHO & CULTURA: TROCAS MATERIAIS E SIMBÓLICAS EM CIDADES NA PAN-AMAZÔNIA..... 1807

Iraneide Souza Silva e Edna Maria Ramos de Castro

TRABALHO E MOBILIDADE: TRAJETÓRIAS SOCIAIS DE TRABALHADORES EM OURILÂNDIA DO NORTE/PA..... 1821

Gil Almeida Felix

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E CONFLITOS SOCIAIS: REGISTRADOS NO ROP
GENRE VIOLENCE AND SOCIAL CONFLICTS: REGISTERED IN THE ROP 1839

Márcio Pereira do Nascimento e Maria da Conceição Lopes

GT22 E GT26 - DIREITOS DE PROPRIEDADE E UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS: PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO PELO VIÉS DA SUSTENTABILIDADE / POLÍTICAS PÚBLICAS, FEDERALISMO E QUESTÃO TERRITORIAL NA AMAZÔNIA

A IMPORTANCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS PISCICULTORES NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA 1863

Eloi Martins Senhoras; Francisco Carlos da C. Filho; Max André de A. Ferreira

ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA DO SUL DE RORAIMA: UM ANÁLISE DA MICROREGIÃO DE CARACARAÍ..... 1889

Marcos Jose Salgado Vital; Meire Joisy Almeida Pereira; Jaime de Agostinho; Emerson Clayton Arantes; Verônica Fagundes Araújo

ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS DA CONSTRUÇÃO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO NO ESTADO DE RORAIMA/ AMAZÔNIA..... 1913

Giane Maria Porto de Aguiar e Sandra Franco Buenafuente

BIOPIRATARIA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: A APROPRIAÇÃO DOS SABERES TRADICIONAIS SOB UMA PERSPECTIVA NEOLIBERAL DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS 1931

Camila Lima dos Santos; Vanessa Sena Figueiredo; Raissa Lorena Malcher Sena; Wendesom Alves de Souza

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E COSMOGRAFIA: DISCUTINDO NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE NA TERRA INDÍGENA TABALASCADA
1943

Elaine Jéssica da Silva Lima

DIREITOS DE PROPRIEDADE E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE SOBRE O SETOR MADEIREIRO EM RORAIMA A PARTIR DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SOCIOECONÔMICA 1959

Helton Douglas R. Pereira e Sandra Maria F. Buenafuente

ENSAIO SOBRE AS POSSIBILIDADES DE DEMOCRATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS NA AMAZÔNIA..... 1975

Silmara Costa de Oliveira e Márcia Maria de Oliveira

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL E QUALIDADE DE VIDA: A INFLUÊNCIA DA CULTURA ORGANIZACIONAL. 1987

Jânio César Mendes Ferreira e Sandra Maria F. Buenafuente

REALIDADE SANITÁRIA NA FRONTEIRA BRASIL-VENEZUELA: A FEBRE AFTOSA A PARTIR DE RISCOS E VULNERABILIDADES 2001

Emílio Bernardon Neto; Dorcílio Erik Cícero de Souza; Geyza Alves Pimentel; Lorena Grasielle S. Bispo

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DIREITO DE PROPRIEDADE NA AMAZÔNIA LEGAL: UM ESTUDO DE CASO DO ESTADO DE RORAIMA (1988-2008). 2013

Emerson Clayton Arantes

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM BOA VISTA. 2035

Wandercairo Elias Junior e Elói Martins Senhoras

RELAÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH E ÍNDICE DE GINI DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE RORAIMA NO PERÍODO DE 1991 – 2010. 2053

Cledson da Silva Farias e Salma Said Rezek Mendoza

GT27 - EDUCAÇÃO, SAÚDE E DESAFIOS TERRITORIAIS: ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES SOBRE IDENTIDADES E NATUREZA NA AMAZÔNIA

A SITUAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS DE RORAIMA: VIOLÊNCIA E DISCRIMINAÇÃO NA COMUNIDADE. 2073

Mávera Teixeira dos Santos e Maxim Repetto

A EPISTEMOLOGIA DE JEAN PIAGET E SUA RELAÇÃO COM O MÉTODO PEDAGÓGICO DE PAULO FREIRE POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO LIBERTADORA. 2089

Francimeire Sales de Souza

A INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA EM CENÁRIO NACIONAL SEGUNDO ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS 2097

Licely Lima De Souza; Keitianne Mourão de França; Nelma Catulino de Oliveira; Rebeca Beatriz S. Santos

DERMATOFITOSSES ZOONÓTICAS E SAÚDE DE POPULAÇÕES INDÍGENAS: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SAÚDE NA COMUNIDADE INDÍGENA MANOÁ, RORAIMA 2109

Artur Pimentel; Silvana Túlio Fortes; Fabíola C. A. de Carvalho

II EDUCAÇÃO INCLUSIVANA ESCOLA ESTADUAL SÃO JOSÉ EM BOA VISTA RORAIMA	2119
Sandra Elaine Trindade da Paz	
ENCONTROS CULTURAIS NA ESCOLA DE RORAIMA: POR UM CURRÍCULO DIVERSIFICADO	2141
Aracy de Souza Andrade	
FATORES PROMOTORES DO ABSENTEÍSMO NA REDE PÚBLICA DE ENSINO: OS DOCENTES DA AMAZÔNIA EM FOCO.....	2157
Fernanda Ax Wilhelm; Ana Paula da Rosa Deon; Idonézia Collodel Benetti; Jaqueline Silva da Rosa; Jesucina N. Moura	
FECHAMENTO DA BR-174 NO TRECHO DA TERRA INDÍGENA WAIMIRI-ATROARI - INFLUÊNCIAS NA DINÂMICA ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS /RR.....	2171
Marcio Silva Feitosa Érica; Joyce Cavalcante Maria; Joyce Cavalcante Maria; Elói Martins Senhoras	
O IMPACTO DAS PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO A CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO.....	2189
Angélica Maria Sampaio Fredo; Josimara Cristina de Oliveira; Josias Ferreira da Silva	
O CONHECIMENTO INDÍGENA E SUA PRÁTICA NA FORMAÇÃO DO (A) ADOLESCENTE DA COMUNIDADE MARUWAI, TERRA INDÍGENA SÃO MARCOS.....	2199
Edite Andrade e Maxim Repetto	
POLÍTICA DE INCLUSÃO NA UFRR: RELATOS DE EXPERIÊNCIA COM INDÍGENAS E AFRODESCENDENTES	2211
Vanete Maria Aguiar Ventura e Perpétua Vieira Ramires	
GT29 - ESTUDOS INTERDISCIPLINARES NA AMAZÔNIA; IDENTIDADES, EXPRESSÕES E REPRESENTAÇÕES DA RELAÇÃO CULTURAL E SOCIEDADE NO AMAZONAS E RORAIMA	
A CIÊNCIA E OS CIENTISTAS FACE À QUESTÃO AMBIENTAL	2231
Marklize dos Santos Siqueira e Kátia H. S. Cruz Schweickardt	
A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE PARA AS FINANÇAS PESSOAIS, COM ÊNFASE EM JOVENS	2251
Eloi Martins Senhoras; Max André de Araújo Ferreira; Manoel M. da Silva	

Neto; Michel Araujo Okazawa; Mislene Sousa de Moura

**A PRESENÇA SALESIANA NA REGIÃO DO ALTO RIO NEGRO:
IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO DOS INDÍGENAS. 2269**

Roberta Enir F. Neves de Lima e Renilda Aparecida Costa

**ALUNOS AFRICANOS NA UFRR: IDENTIDADE ÉTNICA E
NACIONALISMO 2281**

Izaulina Videira R. Lourenço e Leandro Roberto Neves

CAPOEIRA NA CIDADE DE BOA VISTA/RORAIMA 2291

Nathalia B. da Silva Martes e Taiguara dos Santos Pereira

**ENTRE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS: PROFESSORES PARAIBANOS EM
RORAIMA. 2299**

Glauciane Tavares Nascimento e Carla Monteiro de Souza

**ESTUDOS TEÓRICOS EM EDGAR MORIN: “A RELEVÂNCIA DA ÓTICA
DISCIPLINAR E INTERDISCIPLINAR NO CAMPO DA PESQUISA NO
BRASIL E NA AMAZÔNIA” 2313**

Rebeca Beatriz Santos Santos; Keitianne Mourão de França; Licely Lima De Souza; Nelma Catulino Oliveira

**GLOBALIZACIÓN, TERRITORIO E IDENTIDAD DESDE UNA
PERSPECTIVADE LOS PUEBLOS INDÍGENAS. 2323**

Alina Maria Celarié Iglesias e Carla Monteiro de Souza

**LEI DE RESÍDUOS SÓLIDOS E A TUTELA JURISDICIONAL FACE À
OMISSÃO DO PODER PÚBLICO LOCAL. 2333**

Bruno César Andrade Costa

GT30 - JOVENS CIENTISTA AMAZÔNICO

**A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NO ENSINO DO 4º ANO DO ENSINO
FUNDAMENTAL DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO - UFRR 2351**

Alexandre T. de Paula Sarraf e Pétira Maria F. dos Santos

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES 2359

Amanda K. Carvalho Barros e Adriana R. da Rocha Chirone

**IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELAS SACOLAS PLÁSTICAS NO
IGARAPÉ WAI GRANDE EM BOA VISTA - RR 2369**

Ana Beatriz Oliveira Costa e Isabel Cristina Leão Pinheiro

ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DAS ÁGUAS DO IGARAPÉ GRANDE DE BOA VISTA – RR.....	2377
Angélica Pereira Triani; Maria Lourdes Vieira Ximenes; Andréia da Silva Alencar	
TURISMO DE LAZER NO COMPLEXO AYRTON SENNA NA ÁREA URBANA DA CIDADE DE BOA VISTA-RR	2387
Brenda Irlandia O. Caldas; Wallace Soares Barbosa; Jordana de S. Cavalcante	
ANÁLISE DA QUALIDADE DA ÁGUA DO IGARAPÉ GRANDE DA CIDADE DE BOA VISTA-RR UTILIZANDO PARÂMETROS FÍSICO-QUÍMICOS .	2395
Catherine Menezes Costa e Maria Lourdes Vieira Ximenes	
MACROINVERTEBRADOS COMO BIOINDICADORES DE POLUIÇÃO NO IGARAPÉ GRANDE DA CIDADE DE BOA VISTA-RR	2405
Cibele Lousane Pinho Mota e Maria Lourdes Vieira Ximenes	
ESTUDOS EM TRECHOS DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DO IGARAPÉ GRANDE NA CIDADE DE BOA VISTA-RR	2413
Dayana Souler G. Deodato e Carmem Lúcia Rosa da Silva	
FATORES DE DEGRADAÇÃO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DO IGARAPÉ GRANDE NA CIDADE DE BOA VISTA-RR	2423
Élysson B. F.de Albuquerque e Carmem Lúcia Rosa da Silva	
IMPORTANCIA DO IGARAPÉ GRANDE PARA OS MORADORES LOCAIS.....	2433
Emilayne da Silva Pimentel e Carmem Lúcia Rosa da Silva	
ARTE LITERÁRIA: REAÇÃO DA SOCIEDADE.....	2443
Fylicia de A. Santos Castro e Maria da Conceição Lopes	
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO PEDAGÓGICO NO PARQUE ECOLÓGICO BOSQUE DOS PAPAGAIOS.....	2455
Gisleangela Santos d’Lima; Layza de Oliveira Souza; Pâmela Thielly Barros Gois; Jordana de S. Cavalcante	
SEDENTARISMO E A PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS ENTRE ADOLESCENTES DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO-UFRR.....	2463
Ícaro de Almeida Albuquerque e Jedson Machado Ximenes	

**A NECESSIDADE DE EFETIVAR PROJETOS SOCIAIS PARA O NÃO
DESPERDÍCIO DOS ALIMENTOS NAS FEIRAS PASSARÃO E PRODUTOR
NA CIDADE DE BOA VISTA..... 2471**

Ilciane Silva Fernandes; Kaís Yadne da Silva Brito; Wallace Soares Barbosa;
Jordana de S. Cavalcante

**ESTUDO DO DESAPARECIMENTO DE ANIMAIS SILVESTRES EM MATA
CILIAR DO IGARAPÉ WAI GRANDE EM BOA VISTA-RR 2483**

Jéssica Hiandra Rocha Oliveira e Isabel Cristina Leão Pinheiro

**AVALIAÇÃO HIGIÊNICO-SANITÁRIA E FÍSICO-ESTRUTURAL DAS
LANCHONETES DO CAMPUS PARICARANA – UFRR 24963**

Joana Muñoz Palomimo e Isabel Cristina Leão Pinheiro

UTILIZAÇÃO DOS COMPUTADORES NA EDUCAÇÃO 2501

João Victor Ferreira de Souza e Núbia Gardênia Padilha Melo

**O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E SUAS MEDIDAS
SOCIOEDUCATIVAS 2509**

Palloma Ponciano Lima Dias e Adriana Regina da R. Chirone

**DOENÇAS TRANSMITIDAS POR MICRO-ORGANISMOS AOS ALUNOS DO
COLÉGIO DE APLICAÇÃO 2523**

Pâmella G. G. Fontenelle e Francisca E. M. Magalhães

**HOTELARIA HOSPITALAR: MÉTODOS DE LAZER E RECREAÇÃO
QUE PODEM SER IMPLANTADOS NO HOSPITAL DA CRIANÇA SANTO
ANTÔNIO BOA VISTA-RR..... 2533**

Yalam Gabriel de S. Carvalho; Fabiana B. de Brito Bento; Jordana de S.
Cavalcante

APRESENTAÇÃO

O II Seminário Internacional do Programa de Pós-graduação Sociedade e Fronteiras - PPGSOF, da Universidade Federal de Roraima - UFRR, realizou-se em parceria com o 4º. Encontro Norte da Sociedade Brasileira de Sociologia e a II Semana de Humanidades, em Boa Vista – RR, entre os dias 11 a 14 de novembro de 2014. Teve como tema: “Fronteiras Contemporâneas: desenvolvimento, conflitos e sociabilidades nas Amazônias”. Contou com o apoio ativo e efetivo da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), o Centro de Ciências Humanas e o Colégio de Aplicação da UFRR.

Ao todo, o evento contou com 1.132 pessoas inscritas e 751 credenciadas, provenientes do Estado de Roraima, de diversas partes do Brasil e de outros países, como Portugal, Suriname, Venezuela, México, Honduras, República Cooperativa da Guiana, Colômbia, dentre outros. Acorreram ao evento, pesquisadores e pesquisadoras de diversas áreas do conhecimento, provenientes das mais distintas instituições de ensino e pesquisa da Amazônia e de outros países.

Nas diversas modalidades e níveis de participação, especialistas em nível de graduação, especialização, mestrado e doutorado, além de um significativo número de estudantes do Ensino Médio, aqui denominados “Jovens Cientistas do Futuro”, participaram ativa e efetivamente das conferências, simpósios, mesas-redondas, Mini-cursos, Seminários Temáticos e, de maneira especial, nos 30 Grupos de Trabalhos que contaram com 453 trabalhos inscritos. Destes, 334 trabalhos foram efetivamente apresentados, o que representa uma média percentual bastante elevada em eventos científicos desse porte.

Os trabalhos apresentados em formato de artigo científico versaram sobre os mais diversos temas relacionados com os processos atuais de desenvolvimento, os impactos e conflitos resultantes das políticas regionais, a crescente migração e urbanização da região e seus reflexos nas relações sociais e nas sociabilidades das populações amazônicas. Posteriormente os artigos foram selecionados pelos/as coordenadores/as dos Grupos de Trabalhos para constar na coletânea dos Anais do Evento, que ora apresentamos publicados em plataforma virtual online.

Os artigos reunidos nessa coletânea dos Anais do evento representam um debate interdisciplinar e refletem a emergência de estudos comparativos sobre as Amazônias numa perspectiva de trabalho interdisciplinar que apresenta parte da produção, reprodução e socialização do conhecimento no campo das ciências humanas e sociais. Acredita-se que essa coletânea de artigos contribui para fortalecer

a perspectiva de construção do conhecimento sobre as realidades amazônicas nos diversos níveis da pesquisa científica que promove a inteligibilidade das sociedades amazônicas em sua dinâmica, estrutura e processos sociais contemporâneos. Na expectativa da continuidade de eventos científicos desse porte no esfera do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, a publicação desses Anais contribui para difundir as diversas pesquisas e estudos sobre a Amazônia em sua complexidade, desafios e perspectivas.

Francilene dos Santos Rodrigues (Presidente)

Marcia Maria de Oliveira (Comitê Científico)

Maria Luíza Fernandes (Comissão de Editoração)

GT01 - CONHECIMENTOS TRADICIONAIS: AGRICULTURA FAMILIAR,
RELAÇÕES DE GÊNERO E SAÚDE NAS ÁREAS RURAIS

*Cleane da Silva Nascimento **
*Emerson Clayton Arantes ***
*Leuda E. de Oliveira ****
*Max Ferreira Viana *****
*Meire J. Almeida Pereira ******
*Vanessa M. dos S. Paiva ******

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA FRONTEIRA BRASIL – VENEZUELA: UMA ANÁLISE DA I FEIRA INDÍGENA MAKUNAIMA DO ALTO SÃO MARCOS

Introdução

A Comissão Indígena de Economia Solidária da Região Alto São Marcos e o Fórum Estadual de Economia Solidária de Roraima, juntamente com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários - ITCPES/UFRR promoveram a 1ª Feira de Economia Solidária das Comunidades indígenas, que compreendem a Região do Alto São Marcos e o município de Pacaraima. O evento reuniu várias comunidades indígenas da região, a fim promover a exposição e comercialização dos seus produtos artesanais e agrícolas, troca de experiências de produção, bem como, a oportunidade de exporem suas potencialidades e desafios vividos na agricultura familiar e produção rural indígena.

Um dos principais objetivos da feira, foi disseminar a Economia Solidária na região e, assim, levar a oportunidade aos produtores indígenas a se inserirem nesta forma justa, cooperada, livre e solidária de produzir, que são características tradicionais dessas comunidades. A feira contou com a presença das seguintes instituições: ITCPES/UFRR, universitários o INSIKIRAN, Rede de Educação Cidadã – RECID, Secretaria Estadual do Índio - SEI, Ministério do desenvolvimento Agrário - MDA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMPBRAPA, TWM, ODIC, Organização das Mulheres Indígenas de Roraima - OMIR, Associação dos Povos

* Graduada de Licenciatura em Informática pela Universidade Federal de Roraima, bolsista da ITCPES/UFRR

** Mestre em Economia, professor da Universidade Federal de Roraima.

*** Mestre em Educação, professora da Universidade Federal de Roraima.

**** Graduando em História pela Universidade Federal de Roraima.

***** Mestre em Economia, professora da Universidade Federal de Roraima.

***** Graduada em Administração pela Fundação Viscondi de Cairú, bolsista da ITCPES/UFRR

Indígenas da Terra de São Marcos, Organização dos Indígenas da Cidade, Fundação Nacional do Índio – Funai, Prefeitura de Pacaraima e Câmara dos Vereadores de Pacaraima.

Com a presença de gestores públicos e entidades de apoio, foram realizadas: audiência pública direcionada às lideranças indígenas, gestores públicos e convidados; oficina de troca de experiências; oficina sobre moedas sociais – Banco Comunitário; oficina de Economia Solidária e a Importância dos Selos (produtos); vivências (implementação da tecnologia de irrigação, apicultura, ovinos, plantação de eucalipto, etc); oficinas práticas (artesanato, viveiro de mudas, compostagem, culinária indígena. Além da mini-feira de trocas, as comunidades promoveram uma grande manifestação de suas peculiaridades como o canto, a dança, a pintura e o artesanato, ponto importante de integração cultural. A ITCPES/UFRR atendeu a 193 participantes (conforme lista de assinaturas) da feira durante os 3 dias.

A Terra Indígena Alto São Marcos, que compreende 24 comunidades, com as etnias Macuxi, Wapchana e Taurepang, envolve os municípios de Boa Vista e principalmente de Pacaraima, localizados no Estado de Roraima. Sendo no município de Pacaraima a realização da 1ª Feira de Economia Solidária Indígena no Alto São Marcos.

Notas teóricas

A agricultura familiar carrega em seu anseio algumas características que são cruciais para o crescimento do desenvolvimento sustentável.

A ausência de transportes para a comercialização dos produtos originados deste modelo de produção, ainda é pra muitos limitações para deixar lado os atravessadores e com isso buscar autonomia para a melhoria da sua renda. Os produtos produzidos pela agricultura familiar são em sua maioria das vezes orgânicos, ou seja, produzidos sem agrotóxicos e por este fim mais saudável. Conforme Tedesco et al. (1999, 95), “para melhorar o resultado da comercialização, o produtor rural deve eliminar o maior número possível de intermediários”. As feiras solidárias são opções de fortalecimento da agricultura familiar, com a venda direta para os consumidores, sendo possível então comercializar com o preço justo e assim aumentar suas rendas.

Nesse contexto, as feiras de economia solidária são baseadas no preço justo, apresentam-se como alternativa favorável para estes pequenos agricultores, levando-os a venderem seus produtos diretamente ao consumidor final, tendo assim ganhos expressivos e igualitários tanto para os feirantes quanto para o cliente, criando assim uma rede mais estruturada. Para (FRANÇA *et. al*, 2010, p. 8)

Uma Rede torna-se mais estruturada diante do modo de produção solidário quando organizada a partir de formas cooperativista, associativa, etc., sendo esta o sinônimo de interação, cooperação e união entre produtores e consumidores, afirmando assim sua importância para o processo de produção e de distribuição da riqueza.

França *et. al* (2010) salienta ainda que a organização de um grupo resulta em melhores relações com o consumidor, principalmente se tratando de uma produção e comercialização solidária. Dessa forma, a abordagem deste modelo implica na maior geração de renda e maior circulação de mercadorias e aquecendo assim a mão de obra familiar focando no fortalecimento deste processo.

Para Singer (2000) “a economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo”. Dessa forma se nota que esta ainda tem um grande caminho a trilhar, sendo implantada então pelas “veias” do capitalismo, por esta ser prática que nasceu buscando um novo modo de produção e distribuição de renda.

Gumiero *et. al* (2009) salienta que o comércio justo e solidário nasceu na Europa, no século XX, com uma tentativa de fixar o pequeno produtor no mercado, apresentando bases consistentes para o desenvolvimento social, a preservação ambiental, a criação de relações iguais entre produtores, comerciantes e consumidores, aproximação entre o produtor e o consumidor e garantia do preço justo pago ao produtor.

No Brasil esta prática teve início na década de 1980, mas só ganhou grande impulso na segunda metade dos anos 1990, quando os movimentos sociais reagiram em decorrência a crise do desemprego em massa. Para SINGER (2000, p.28):

[...] é possível considerar a organização de empreendimentos solidários o início de revoluções locais, que muda o relacionamento entre os cooperados e destes com a família, vizinhos, autoridades públicas, religiosas, intelectuais etc. Trata-se de revoluções tanto no nível individual como no social. A cooperativa passa a ser um modelo de organização democrática e igualitária que contrasta com modelos hierárquicos e igualitários [...]

Com esse novo modelo de organização, foram beneficiados tanto trabalhadores rurais como urbanos e como consequência houve a redução dos atravessadores, trazendo então benefícios tanto para o produtor quanto para o consumidor final.

Metodologia

A pesquisa participante insere-se na pesquisa prática, classificação apresentada por Demo (2000, p.21), para fins de sistematização. Segundo esse autor, a pesquisa prática “é ligada à práxis, ou seja, á prática histórica em termos de usar conhecimento científico para fins explícitos de intervenção; nesse sentido, não esconde sua ideologia, sem com isso necessariamente perder de vista o rigor metodológico”.

A experiência escolhida foi realizada no Centro Makunaima na Terra Indígena do Alto São Marcos, no município de Pacaraima, que compreende 24 comunidades, com as etnias Macuxi, Wapchana e Taurepang. Nesse objeto de estudo, a pesquisa aplicada quanto a abordagem foi pesquisa-ação. Quanto aos objetivos foi exploratória e descritiva, e aos procedimentos foi bibliográfica, documental e de campo. Em relação aos procedimentos foi utilizada pesquisa de campo por meio de técnica de estudo de caso. A pesquisa também bibliográfica porque, para a fundamentação teórica foi realizada uma investigação em livros e artigos científicos. Segundo Gil (2002, p.44) “este tipo de pesquisa é desenvolvido através de material já elaborado”.

Feira livre de economia solidária: uma forma inovadora para a fonte de renda dos indígenas

Caracterização da Feira

A feira indígenas foi realizada no Alto São Marcos, um ambiente central onde os índios da região se reúnem para realização de eventos ou debates entre eles. Esta região compreende por 24 comunidades, com as etnias Macuxi, Wapchana e Taurepang, envolvendo os municípios de Boa Vista e principalmente de Pacaraima, Estado de Roraima. Sendo no município de Pacaraima a realização da 1ª Feira de Economia Solidária Indígena no Alto São Marcos.

A 1ª Feira de Economia Solidária do Alto São Marcos, realizada no território indígena de Roraima, teve por objetivo proporcionar um espaço de comercialização diferente do casual, de forma a harmonizar os povos indígenas por meio da economia solidária. O potencial de comercialização se deu por meio da produção agrícola produzido manualmente, dentre eles: banana, farinha, coco, laranjas da terra, laranja tradicional, verduras (cheiro verde, alface), artesanatos em geral confeccionados a partir de produtos e sementes regionais, além de produtos confeccionados com ma-

material reciclável. Também houve a comercialização de produtos típicos tradicionais da cultura indígena como a damurida, beju e o caxiri. Estavam presentes as comunidades indígenas Sorocaima 1, Sorocaima 2, Contão, Curicaca, Sabiá, Arai, Sol Nascente e Samã 2, comercializando produtos como artesanato, farinha de mandioca, beiju, pimenta, melancia, milho, banana, abacaxi, mudas de plantas, ovinos, galinhas, mudas de copaíba, eucalipto, açaí, pau-rainha, maracujá e ata, entre outros.



Figura 1: Produtos utilizados para o momento de troca solidária.
Foto: Acervo da ITCPE/UFRR



Figura 2: Roda de conversa na troca de experiência.
Foto: Acervo da ITCPE/UFRR



Figura 3: Momento de brincadeiras
Foto: Acervo da ITCPE/UFRR



Figura 4: Momento após as apresentações culturais.
Foto: Acervo da ITCPE/UFRR

Para a realização do evento que teve a duração de três dias, deu-se início à realização da Audiência Pública, onde teve para a composição da mesa do cerimonial: Professores da Universidade Federal de Roraima, Secretário de Estado do Índio,

Vereadores do município de Pacaraima, Funcionários do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, da Embrapa, da RECID, dentre outros.

Durante a audiência houve relatos sobre a importância da Feira Solidária, onde a Secretaria Estadual do Índio (SEI) assumiu para com os indígenas o compromisso da realização anual desta feira, destacando a importância deste novo empreendimento e alertou para o papel que a Câmara Municipal de Pacaraima representa com relação ao desenvolvimento de eventos como este para a propagação da economia solidária dentre as comunidades. O Professor. Herundino do Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima explanou sobre a importância da parceria com a UFRR por meio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários – ITCPEs/UFRR. Houve relatos dos participantes diretos deste evento. Estes relataram a experiência de participação da Economia Solidária junto às comunidades e afirma que esta é a idealização daquilo que já foi descrito anteriormente através de oficinas (ITCPES/UFRR).

Por meio de ações como esta, é possível promover a transformação do sujeito através da agricultura familiar, tendo como base as comunidades indígenas, fortalecendo-as, através da produção. Apesar dos avanços, fica claro que há produtos para comercialização, no entanto há falta de recursos e estrutura (transporte por exemplo) para o remanejamento dos produtos até o mercado consumidor. O Fórum de Economia Solidária também é de grande importância para o desenvolvimento da Economia Solidária em Roraima e busca intervir por meio de transformações para a comercialização dos produtos junto as comunidades. Também é notório a importância da Audiência e a discussão dos empreendimentos solidários para a compreensão da Economia Solidária.

Os parceiros definem economia solidária como uma “economia diferente”, e ainda relata que a economia indígena se diferenciou por conta da forma que a educação foi implantada aos índios (formação de Professores Indígenas) “*nós fomos induzidos a errar por conta da forma que fomos educados*”, ainda, que a economia solidária serve para o desenvolvimento dos serviços e produtos empreendidos dentro das comunidades. Adverte também a importância dos acadêmicos para a contribuição desta economia, por meio de atitudes como esta desenvolvida. Também expõe a importância da parceria entre a EMBRAPA e a PREFEITURA DE PACARAIMA para a manutenção dos produtores na prática da economia solidária junto às comunidades.

Durante o evento aconteceu a entrega do Ofício ao representante da Prefeitura de Pacaraima fortalecendo a parceria e a criação do Departamento de Economia Solidária pelo Poder Executivo Municipal. Também foi entregue ao Centro de Maku-

naima o Livro *Mulheres Migrantes e Indígenas de Roraima*, que é um livro organizado pela professora Meire Joisy Almeida Pereira, onde esta foi coordenadora executiva da ITCPEs no período em que o livro foi publicado e relata pontos de vivência da economia solidária no Estado de Roraima.

O professor Emerson Clayton Arantes explanou sobre a criação do Fórum Brasileiro de economia Solidaria e a carência de serviços de apoio através de políticas públicas. Ainda, mencionou a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidaria – SENAES – por parte do Governo Federal ocorrido no ano de 2003 e sobre o Conselho Nacional de Economia Solidária, bem como sobre o fundador da economia solidária, Paul Singer, e o fundamento constitucional através do Art. 3º, inciso I; Art. 174, ambos da Constituição Federal. Assim, comenta que a (ES) é uma nova prática de organização socioeconômica. O Secretário de Estado do Índio, fortalece a proposta de capacitação para formação de empreendimentos solidários indígenas.

Assim, o debate segue em ritmo de reflexão por parte dos presentes. Também mostra-se relevante a capacitação dos povos indígenas para a comunidade, pois com este aspecto é possível aumentar a “visibilidade” da (ES) no Estado. Há quem diga que esta falta de “visibilidade” se dar por conta da falta de dados, pois estes não são informados ao Poder Executivo, como por exemplo: “quantidade de farinha (lata/kg) que são produzidos pelas comunidades”. Contrapondo este discurso, um estudante de Agronomia questionou: “o que é mais viável, produzir ou cadastrar produtores” “e, se neste caso, a melhor forma é o cadastro, como faz-lo?” “é responsabilidade do MDA?” assim, recebeu a resposta de que “todos os produtores da Feira do Produtor deveriam ser cadastrados” e finalizou abordando que o transporte na região compromete a comercialização dos produtos fora da comunidade, o que já deveria ser resolvido por parte das autoridades.

Para o sucesso de um evento como esse é necessário uma análise minuciosa, observando diversos fatores, dentre eles o local escolhido para a realização, de forma que este seja propício tanto para os produtores quanto para o consumidor. Outro participante colocou que para a economia solidária funcionar entre os “parentes” é necessário que haja mais mobilidade entre as comunidades e o poder executivo, assim, vários problemas enfrentados pelos indígenas seriam solucionados com mais precisão. Para isto, este indaga: “como será a estrutura funcional do Departamento (índigena x não indígena)? Quem deve fazer parte desse departamento. Apresentando a reflexão para o atendimento as demandas indígenas do município de Pacaraima, onde 98,81% da terras, são dos de usufruto dos indígenas.

Oficina de Cooperativismo

A presente oficina iniciou às 9h30 da manhã. Foram dispostas cadeiras em formas de círculo para facilitar o diálogo entre os participantes, haja vista que cada produtor/participante poderia utilizar o microfone por até 10 (dez) minutos para expor suas experiências.

Participantes levarão para a oficina frutas diferentes (silvestres) para serem utilizadas inicialmente como amostra e posteriormente serem trocadas entre eles. Havia frutas como a “manguesta”, “anixia”, além de muda de cupuaçu, ambos encontrados na região do Samã II. Estes participantes de comunidades indígenas diferentes, fizeram um exercício relatando sobre suas vidas. Grande maioria eram oriundos da agricultura familiar. Um fator que busca a reflexão é que estes lembraram que carregam essa identidade por meio da troca e coletividade de “berço” e que esta é uma atividade diária dentre eles. Abordaram também quanto a qualidade dos produtos que vendiam em relação aos produtos da cidade, pois estes são produzidos sem agrotóxicos. Estes, descrevem a importância das parcerias para que a feira e conseqüentemente esta oficina continue sendo realizada por mais outros anos no centro Makunaima. Lembra também que a comercialização dos produtos poderia ser melhor se encontrassem uma solução para transportar a mercadoria.

Esta economia vem se mostrando importante dentro destas comunidades, uma vez que estas dar autogestão e trabalha uma forma pra comercialização dos produtos livremente. Para a Feira Makunaima, em especial para a oficina de troca, também houve quem trouxe laço trançado, feito com couro de boi, com o intuito de demonstrar “o resgate e fortalecimento da cultura para as comunidades indígenas”. Foram elencadas dificuldades que tornou o evento menos visível para a comunidade e um dos pontos mais críticos se deu quanto a divulgação do evento. Contudo, a realização da 1ª Feira de Economia Solidária do Alto São Marcos já é um grande avanço. Também deve ser levado em consideração que esta feira deve continuar sendo partida a partir da agricultura familiar.

Um Tuxaua* da comunidade Nova Jerusalém, abordou o contexto da participação dos “parentes”** na correlação da prática da agricultura familiar, acordando que é mais fácil e mais interessante comercializar o que é produzido dentro das comunidades. Também houve quem elencou a importância dos produtos existentes na comunidade, tais como: batata, farinha e atualmente, os trabalhos iniciais com

* Liderança indígena.

** Expressão utilizada pelos indígenas para se referir a outro índio.

criação de peixe. Concorde que as comunidades precisam de ajuda do governo para o desenvolvimento da produção para os povos indígenas e defende a ideia de que estes devem ter representação tanto na Assembleia Legislativa quanto na Prefeitura Municipal e ainda usa a seguinte frase: “Queremos ser índio empreendedor”.

Houve uma mudança significativa no que diz respeito a plantação da melancia na comunidade e afirma que o crescimento do artesanato também avançou e isto deve ser levado em conta, pois o fortalecimento deste trabalho gera renda para todos. Uma participante deu início a sua apresentação de forma diferenciada, por meio de dinâmica, no qual apresentou uma canção trabalhando assim como todos os participantes da roda, cujo refrão diz o seguinte: “Povo unido não será vencido”. Finaliza então sua fala fazendo a seguinte observação: “Processo de transformação, bem como da valorização de experiências são instrumentos importantes para a Economia Solidária e a Educação Popular”.

Para finalizar as apresentações, uma representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA informa a todos o trabalho que este vem desenvolvendo voltado para as políticas públicas envolvendo as comunidades indígenas. Informa a existência do PROINF/2013. Após a explanação houve a indagação quanto o financiamento para os indígenas, usando em suas palavras a seguinte frase: “que moeda poderia ser apresentado para o Banco, como garantia para financiamento? Será que o documento original da Terra ou lote? E a resposta obtida foi que esta pergunta se refere a questão das políticas públicas e que não contempla os indígenas, deixando assim ainda maior as dúvidas dos “parentes” quanto a essa situação.

Um agrônomo que se fazia presente afirmou estar preocupado ao observar que o produtor não consegue vender. Sugere então, a realização de feiras mensais e que estas continuem sendo realizadas no Alto São Marcos com participação assídua da comunidade. Coloca também que é de grande avalia a realização de parcerias com diversas instituições governamentais para dar suporte a Economia Solidária, principalmente no que diz respeito a comunidade. Um dos participantes propõe a Criação de uma Cooperativa. O representante da FUNAI que se fazia presente, acrescentou que a Feira Makunaima, serve de parâmetro para que outras feiras que também apresentem dificuldades, o que é normal para qualquer empreendimento que estar entrando no mercado.

Considerações Finais

A busca intensa por uma melhor qualidade de vida com o consumo de alimentos saudáveis tem levado cada vez mais os consumidores a buscarem as feiras. Assim, estudar temáticas relacionadas com o fomento de práticas que mostram que é possível produzir de forma sustentável, com um retorno econômico viável, se tornou mais consistente. Com base na economia solidária, é fundamental a cooperação entre si dos participantes, de forma a partilhar os lucros e saberes. Assim, por meio dessa temática é possível estimular a o pequeno agricultor, oriundo da agricultura familiar, enfatizando o princípio de sustentabilidade e estimulando a criação de alternativas de trabalho por meio de feiras. Os moradores indígenas integrantes desta pesquisa são residentes nas áreas rurais do município de Normandia, no Estado de Roraima, buscam o fortalecimento da economia local e uma melhor qualidade de vida por meio dessa prática para sustento. Assim, é notório que a forma dos agricultores familiares comercializarem os seus produtos pode ser decisiva para a melhoria de renda e as condições gerais de vida de suas famílias, colaborando também para o desencadeamento do processo de desenvolvimento local.

Referências Bibliográficas

BADALOTTI, Rosana Maria; KAMINSKI, Rodrigo (2004). **Alternativas de viabilização da agricultura familiar no oeste catarinense - estudo comparativo entre o caso da Cooperfamiliar (Cooperativa alternativa da agricultura familiar) e a APROFEC (Associação dos produtores feirantes de Chapecó)**. VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. Disponível em: http://www.sbpnet.org.br/livro/58ra/SENIOR/RESUMOS/resumo_3632.html - Acesso em: 19 Abr. 2014

FRANÇA, A. R. M.; SILVA, J. R.; NUNES, K. F. G. et. al. **Economia solidária e desenvolvimento rural: a agricultura familiar e sua diversificação na Rede Xique-Xique (RN)**. In: **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural –SOBER Nordeste**, 2010, Crato, CE. Anais... Crato: SOBER, 2010. p. 1-15.

GUMIEIRO, Geisa Daise. **Comércio solidário e a comercialização da socioeconomia solidária no estado de Minas Gerais**. Instituto de Geografia – UFU/Programa de Pósgraduação em Geografia. Caminhos de Geografia Uberlândia, v. 10, n. 31. 2009, p. 21 - 33. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/>

SINGER, P. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição**. In: SINGER, P.;

SOUZA, A. R.(Orgs). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. P.11-28.

TEDESCO, João Carlos (Org.) (1999). **Agricultura familiar**: Realidades e perspectivas. 2ª ed. Passo Fundo: EDIUPF. 405p

DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Atlas, 1981. 159p.

GESTÃO DA APICULTURA FAMILIAR NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL: UM ESTUDO DE CASO NA REFORMA AGRÁRIA EM BOA VISTA-RR

1. Introdução

A avaliação financeira da produção agropecuária é um dos principais problemas para os produtores, em especial os apicultores que vem ao longo dos anos aprimorando suas técnicas de produção. O objetivo de elaborar um relatório de estágio simples e utilitário dentro da atividade apícola, é orientar o criador de abelhas *Apis mellifera* L. quanto ao fator “custo de produção” tentando evitar as perdas decorrentes da má gestão da atividade, que acaba frustrando o produtor e desestimulando a atividade. O relatório foi idealizado com finalidade de orientar o produtor que encontra se com grande dificuldade em conhecer a real margem de lucro sobre sua produção, “hora o produtor acha que está ganhando, enquanto na verdade está perdendo dinheiro, assim vice versa”.

A intenção do referido trabalho é explicitar os custos de produção de forma prática e sucinta, os pontos positivos e negativos da atividade, expor o mercado institucional, e a força do associativismo.

2. Apicultura e sua produção

Nenhuma das subespécies de *A. mellifera* L. é natural das Américas. Elas foram trazidas pelos primeiros colonizadores que aqui chegaram. A data e o local da introdução no Brasil das abelhas *A. mellifera* L. vindas da Europa, é muito controversa. Há duas opiniões: Uma alega que a introdução dessas abelhas ocorreu pela primeira vez nas missões jesuítas no sul do Brasil e que antes de 1839 essas abelhas eram to-

* Tecnólogo em gestão de Agronegócio pela Faculdade Estácio Atual. Graduado no Curso de Agrotecnico da UFRR

** Docente do Departamento de Administração - CADECON/UFRR e Mestre em Economia pela UFRGS. Coordenador Executivo da ITCPES/UFRR.

*** Especialista em capacitação Empresarial para Micro e Pequenas Empresas (UFRR). Administradora.

talmente desconhecidas, a outra versão é de que foi o Rev. Antônio Carneiro quem primeiro as trouxe da Europa. (Helio 2009).

Suspeita-se que os colonos alemães tenham trazido abelhas pretas, *A. m. mellifera* L., e amarelas, *A. m. ligustica* para o Rio Grande do Sul. Em 1956 foram trazidas da África algumas rainhas de *A. mellifera adansonii*, hoje identificadas como *A. mellifera scutellata* Ruttner, que deveriam ser cruzadas com as raças locais para produzirem híbridos de alta produtividade. No entanto, vários enxames fugiram e passaram a se dispersar pelo Brasil na forma pura, ocorrendo muitos acidentes devido à alta agressividade dessas abelhas. (Helio 2009).

Em Roraima, segundo relato de indígenas, as abelhas africanas chegaram na década de 70. Para iniciar a atividade apícola no sul do Estado, na cidade de São João da Baliza, região de floresta, foi necessário trazer abelhas da capital Boa Vista, pois em São João da Baliza elas não existiam. Em 1973 as abelhas africanas já haviam chegado na Venezuela. Em 1976, elas já estavam no norte do Estado de Roraima, na fronteira Brasil-Venezuela, cidade de Santa Elena de Uairen. (Helio 2009).

Hoje as pesquisas científicas aplicadas à apicultura brasileira, têm sido numerosas e de grande qualidade, possibilitando o aumento da produtividade de nossas colmeias. (Omar, 2001)

A produção de mel brasileira triplicou e as exportações deram um salto de mais de 9.000% em 10 anos. A apicultura nacional virou a página de uma história de produção incipiente e limitada ao consumo local. Hoje, o Brasil é o 11º produtor mundial e o 5º exportador. O mel brasileiro de exportação é cobiçado pelos principais mercados, por ser agroecológico e de qualidade.

A vasta biodiversidade da flora brasileira possibilita a obtenção de méis de diversas floradas, durante todos os meses do ano, com cores, aromas e sabores únicos. A apicultura está difundida em todas as regiões do Brasil, obtendo-se mel na Amazônia, Mata Atlântica, Pantanal, Caatinga, Pampa Gaúcho e Cerrado. Omar 2001.

A apicultura é uma das atividades agrícola mais importantes, pois além de produzir o mel, produto mundialmente apreciado pelo ser humano, esta atividade gera a polinização, a qual é consequência da peregrinação feita pelas abelhas em busca do pólen e o néctar, insumo fundamental para a produção do mel, geleia real e outros produtos. Esta simbiose entre abelha e planta, faz com que a agricultura de um salto positivo conforme a tabela 1 que exemplifica a importância da polinização decorrente da ação das abelhas na produção de maçãs.

Tabela 1: Ação das abelhas na produção de maçãs.

Variável	Polinização sem abelhas	Polinização com abelhas
Total de flores	4.125	2.751
Flores frutificadas	60	1.006
Frutificação efetiva (%)	1,4	36,6
Frutos colhidos	50	1.745
Peso total (kg)	7,49	125,8

Fonte: Petri, 2002

Apesar de todos os benefícios ambientais ocasionados pela atividade em questão, apicultura brasileira envolve em sua cadeia produtiva, cerca de 350 mil pessoas, a maioria pequenos produtores. Sendo uma atividade de grande impacto social, pois gera renda e ocupação, ajudando a fixar o homem no campo. (Levantamento dos Gargalos Tecnológicos Cadeia Produtiva da Apicultura - 2007).

Em um mercado cada vez mais globalizado e competitivo, é fundamental a busca de critérios de gestão, que fomentem o uso de boas práticas agrícolas, de controle de qualidade e do ambiente. Embora a apicultura esteja passando por uma fase de grande desenvolvimento, a partir do início das exportações em 2001, ainda existe um grande potencial apícola (flora e clima) a ser explorado de grande possibilidade de se maximizar a produção, com a melhoria das práticas de manejo e produção, de forma a melhorar nossa produtividade por colméia/ano, que ainda é muito baixa em função do potencial apícola que o país dispõe. (SEBRAE 2009).

A cadeia produtiva da apicultura brasileira envolve cerca de 350 mil pessoas a maioria pequenos produtores. É uma atividade de grande impacto social, pois gera renda e ocupação, ajudando a fixar o homem no campo. Sendo que a produção brasileira anual supera as 40 mil toneladas e está bem distribuída por todo o território nacional. O consumo *per capita* do brasileiro é de apenas 60 gramas de mel por ano, enquanto em alguns países da Europa passa de 1 quilo, mostrando o potencial do mercado interno. Apesar de visto prioritariamente como alimento, a maior parte do consumo de mel pela população ocorre na forma de medicamentos, devido as suas múltiplas propriedades terapêuticas. (Bachmann e Associado – 2007).

Perante a decolagem da produção apícola e o nicho de mercado, os profissionais vêm enfrentando grande dificuldade na gestão da atividade. O apicultor em muitos casos chega não fazem o controle dos custos de produção, o que implica na tomada de decisão. Em algumas situações o produtor chegar a vender o seu produto ao valor

abaixo do custo de produção. De acordo com Brigham & Houston-1999 as decisões de negócios não são tomadas em um vácuo, os tomadores de decisão têm em vista objetivos específicos, certamente um dos mais presentes é a maximização da riqueza dos proprietários do empreendimento, que consiste na maximização do valor deste.

Para minimizar os custos e flexibilizar as pressões do mercado consumidor, os apicultores buscam a se reunir. A tendência ao associativismo e ao cooperativismo é uma resposta cada vez mais comum à necessidade de criar condições para o atendimento à legislação e viabilizar o compartilhamento de recursos como a Casa de Mel. A Casa do Mel é uma central com diversos equipamentos para processar o mel colhido pelos apicultores. É uma aposta no futuro, pois a capacidade de processamento dos equipamentos (como centrífuga, decantadores e máquina para embalar o mel) pode atender a uma quantidade de produtores muito maior do que o inicial, visando facilidade de inclusão de novos produtores. Mesmo para comprar equipamentos, é cada vez mais comum que os apicultores se reúnam em busca de maior poder de barganha. (Bachmann e Associado – 2007).

As linhas de crédito no Brasil é um ponto sereno para os produtores, que prevalecem com pouco conhecimento sobre estas oportunidades crédito, ofertadas pelas inúmeras instituições de crédito do país. Os juros, os prazos de pagamento e as garantias muitas vezes são inadequadas aos produtores, tendo muitas dificuldades de acesso aos créditos oficiais ou não.

Em Roraima esta realidade não é diferente, o setor apícola, como qualquer outro segmento da agropecuária, precisa de linhas de crédito para o seu desenvolvimento sustentável. Para a apicultura, esta opção é plenamente justificada pelos seguintes fatores: gera baixo impacto ambiental, contribui para a conservação do meio ambiente e das comunidades indígenas, pecuaristas e agricultores.

Sobre o aspecto geral, no município de Boa Vista-RR, a produção apícola é oriunda dos produtores familiares, onde WANDERLEY – 1999, define que agricultura familiar é “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo.” Sendo que esses agricultores muitas vezes não acessam as linhas de crédito para o desenvolvimento seguimento apícola, em alguns casos impedidos por indisponibilidade de documentos por parte dos órgãos responsáveis.

Atualmente o governo federal vem disponibilizando linhas de créditos direcionados aos agricultores familiares, através do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), sob o comando do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). O BNDES dispõe de linha de crédito voltado à criação

animal (pecuária), denominado PRODEAGRO – Programa de Desenvolvimento do Agronegócio, cujos recursos financeiros podem ser acessados pelos apicultores via Banco do Brasil, porém muito pouco demandados devido prazos e taxas de juros considerados incompatíveis com a atividade apícola. (Silva – 2003).

Perante o avanço da produção de mel, o agricultor familiar, encontra-se com dificuldade de cumprir todos os elos da cadeia produtiva “a partir da porteira para fora da propriedade” a comercialização. Algo que exige a presença constante no mercado, desfalcando a mão de obra na propriedade, isso faz com que LAMARCHE – 1993, afirme que, a exploração familiar se organiza em torno de um eixo definido pelo grau de integração ao mercado. Muitos agricultores familiares têm saído da atividade, porque não conseguem se adaptar às novas exigências do mercado.

Perante estas dificuldades do pequeno agricultor de acompanhar o mercado, o Governo federal lançou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sendo considerado como uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero. Constitui-se em mecanismo complementar ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) de apoio à comercialização dos produtos alimentícios da agricultura familiar, no qual o governo adquire alimentos dos agricultores familiares e doa parte dele para pessoas em risco alimentar.

A implementação do PAA revela, de forma inédita, a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar. O Programa de Aquisição de Alimentos foi instituído pela Lei 10.696, de 02/07/2003, regulamentada pelo decreto nº 5873 de 15/08/2006.

Tem como finalidade o incentivo à produção agropecuária e a sustentação de preços, adquirindo alimentos produzidos por produtores familiares enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, inclusive agroextrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, pescadores artesanais, aquicultores familiares, trabalhadores rurais sem terra acampados, e comunidades indígenas, por meio de suas associações ou cooperativas. (Vieira, 2010).

Assim, buscando entender a gestão apícola pela propriedade familiar, buscou-se analisar os custos de produção de mel em uma propriedade familiar. A seguir é explicado a metodologia do trabalho.

3. Metodologia

Nesse estudo, a pesquisa aplicada quanto à abordagem foi o estudo de caso, sendo qualitativa e quantitativa. Quanto aos objetivos foi exploratória e descritiva, e aos procedimentos foi bibliográfica, documental e de campo. Em relação aos procedimentos foi utilizada pesquisa bibliográfica, documental e de campo por meio de técnica de estudo de caso, para a fundamentação teórica foi realizada uma investigação em livros e artigos científicos. E também pesquisa-ação para este estudo.

Tomou-se a metodologia de pesquisa descritiva no desenvolvimento do trabalho, entrevistas abertas e semidirigidas com apicultores, coleta de dados financeiros e identificação das principais fontes de mercado e levantamento bibliográfico sobre o tema estudado, textos, artigos científicos, teses, livros e sites da internet foram utilizados.

3.1 Caracterização da propriedade da agricultura familiar

A propriedade estudada é de Apicultor familiar, assentado da Reforma Agrária do Projeto de Assentamento Nova Amazônia, Zona Rural, Pólo IV, município de Boa Vista. Este faz parte da Associação Setentrional de Apicultores de Roraima-ASA, fundada em Março de 1992, com finalidade fortalecer os produtores de mel de abelha dos municípios de Boa Vista, Alto Alegre, Bonfim, Normandia, Mucajai e Cantá. Na data de sua criação contava com 28 apicultores. De acordo com seu Estatuto Social, é uma Sociedade Civil sem fins lucrativo, composta por uma diretoria, conselho fiscal e associados. A ASA esta com sua sede na Br 174, km 6, hoje conta com 54 membros ativos e sua produção cresce constantemente. A associação busca proporcionar a melhoria da qualidade de vida aos produtores e melhor alimento aos consumidores.

4. Análise e discussão dos resultados

4.1. Caracterização do pasto apícola

Nos plantios de *A. mangium*, presentes no município de Boa Vista-RR, nas dependências do projeto de assentamento da reforma agrária Nova Amazônia a apicultura se destaca expressivamente, as abelhas africanas encontram uma grande oferta de alimento. Rapidamente as abelhas operárias aprendem a recolher o néctar,

oferecido em abundância nos nectários extra-florais. A produção de mel em plantios de *A. mangium*, quando as colônias encontram condições favoráveis, é bem maior do que a de colônias situadas em locais de vegetação natural. Algumas colônias chegam a armazenar mais de 100 kg/ano. (*Acacia mangium*: características e seu cultivo em Roraima - 2009).

4.2. Caracterização dos Sistemas de Produção Apícola

O sistema de produção apícola foi separada em instalação do apiário, inspeção e manejo, colheita e processamento do mel. Recomenda-se que no manejo de um apiário composto por 60 colmeias com 120 melgueiras é necessário que três pessoas estejam envolvidas em uma jornada diária de oito horas de trabalho, principalmente nas atividades de vistoria e colheita. Nas vistorias estão incluídos os trabalhos de limpeza da área, captura de enxames e controle de pragas, além da própria verificação dos enxames, colheita e devolução das melgueiras. Para essa pesquisa foi considerado que cada colmeia é visitada mensalmente, totalizando doze visitas no ano por colmeia.

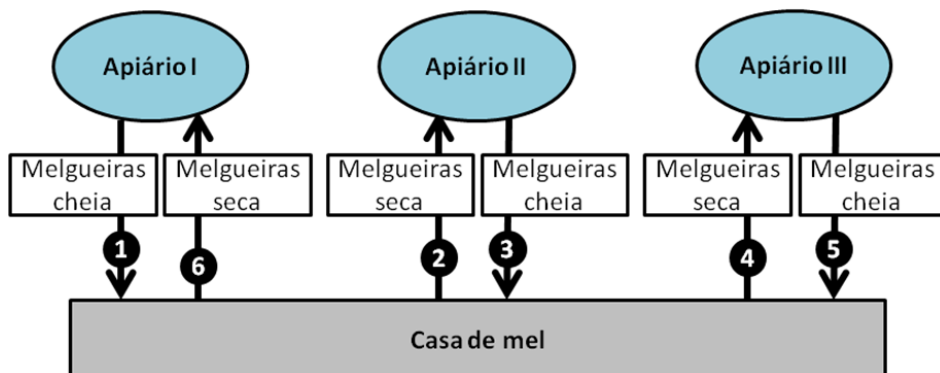
4.3. Logística

Na logística utiliza-se uma caminhonete com capacidade de carga de 800 kg. A distância entre o pasto apícola e o local de processamento de mel, também é um fator de grande relevância ao custo de produção, o apiário em questão está localizado a uma distância de 60 km do entreposto de mel. No momento da colheita, são retiradas 40 melgueiras de 20 colmeias (2 melgueiras por colmeia), o que faria uma carga total aproximada de 630 kg (9,75kg de mel/melgueira mais 6kg/melgueira vazia). O apicultor utiliza uma camionete Panpa-Ford movida a gasolina.

Com base nas entrevistas realizadas com os apicultores da ASA, a produção média por melgueira chega a 9,75kg de mel na florada da plantação de árvores denominadas de acácias cultivada em área de lavrado.

4.3.1. Plano de logística para a colheita de mel

Figura 1: Roteiro da colheita de mel



Fonte: autores, 2013.

Ao colherem as primeiras 40 melgueiras das primeiras 20 colmeias, retorna-se com as melgueiras secas e substituindo pelas melgueiras cheias nas outras 20 colmeias, seguindo este roteiro. Completando este roteiro para a colheita de mel, o apicultor fará 6 (seis) viagens entre o setor de produtivo (três apiário composto por vinte colmeias em produção cada um) ao setor de processamento (casa de mel). Sabendo que, entre o setor produtivo e setor de processamento há uma distância de 60 (sessenta) quilômetros, concluímos que o produtor percorrerá 360 km por colheita.

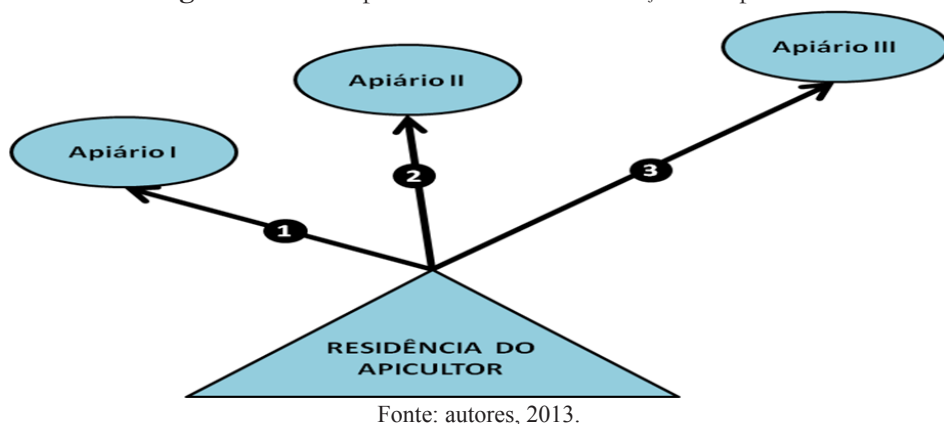
Considerando que a camionete consome um litro de gasolina para percorrer 10 (dez) quilômetros, o apicultor gastará no mínimo 36 litros de gasolina para colher o mel. Atualmente no mercado local, o litro de gasolina está sendo comercializado ao valor de 3,12 reais, com base na quantidade de gasolina necessária para a colheita, o produtor terá um custo de combustível de R\$ 112,32 por colheita.

Em toda extração de mel, terá uma quantidade variável de cera bruta retirada dos favos de mel, a mesma precisa ser derretida, purificada na própria propriedade e beneficiada na ASA, tendo o custo de 20% do peso da cera. Esta cera pode ser comercializada para a indústria de cosméticos ou para outros apicultores, mas nesse caso é reutilizada no próprio apiário.

4.3.2. Plano de logística para a revisão e manutenção do apiário

Em busca de auxiliar o produtor na execução de sua logística, retrata-se um exemplo de layout logístico, a fim de evitar viagens desnecessárias, percursos intensos e outros.

Figura 2: Roteiro para a revisão e manutenção do apiário



Sobre as tarefas de revisão, o apicultor renovará parcialmente a cera da caixa-ninho, trocará a tampa, fundo e anel de ninho que estiverem danificados, substituição de rainha, caso necessário fornecer água e alimentação para as abelhas em período de escassez dos referidos, fazer o controle de pragas e cobrir a colmeia com algo que evite a incidência direta dos raios solares e a chuva sobre a mesma. Na manutenção do apiário, será feita a limpeza da área com roço e capina.

A distância do apiário I entre a residência do apicultor é de 2 quilômetros, do apiário II é de 5 quilômetros e do apiário III é de 50 quilômetros.

Toda mão de obra prestada na execução das referidas tarefas, será familiar (pai junto a seus dois filhos, todos sócios da ASA).

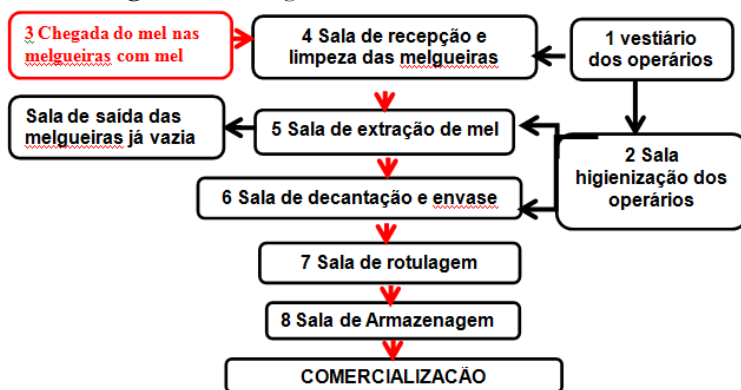
4.4. Descrição de processamento do mel

O processo de beneficiamento será feito inteiramente na casa-mel da ASA, após o máximo de cuidado e higiene na produção e colheita do mel, o apicultor levará as melgueiras para a extração e beneficiamento do mel. O apicultor pode beneficiar o

seu produto, desde que cumpra com todas as exigências higiênicas da ASA, o mesmo será auxiliado por um profissional da ASA que estará responsável pelas máquinas e equipamentos da casa de mel.

A fim de demonstrar o processo de beneficiamento, explicita-se abaixo um fluxograma de beneficiamento do mel, as setas de cor vermelha indica o fluxo de mel, e as pretas indicam o trajeto dos operários.

Figura 3: Fluxograma de beneficiamento do mel



Fonte: autores, 2013.

4.5. Cadeia Produtiva do Mel

Em um mercado cada vez mais globalizado e competitivo, é fundamental conhecer todos os elos da cadeia produtiva, a busca de critérios de segurança, qualidade, gestão e estratégia de mercado deve ser constante pelo produtor. O mercado vem se tornando cada vez mais exigente, com isso o produtor precisa conhecer diversos elos da cadeia produtiva em que se encontra. O produtor deve estar preparado para a evolução constante das boas práticas de produção a fim de obter um aumento constante do seu produto, onde compra os melhores equipamentos e insumos com melhores preços, a fim de reduzir seus custos.

Para o melhor atendimento da cadeia produtiva do produto apícola, segue-se abaixo, fluxograma.

Figura 4: Cadeia Produtiva do Mel



Fonte: Revista SEBRAE Agronegócios. Desafios da Apicultura Brasileira. Maio/2006. pp. 22.

4.6. *Material de consumo, equipamentos e investimentos*

As colmeias, melgueiras, cavaletes, telhas, tela excludora e cera alveolada foram considerados investimentos. Macacões, fumegadores, botas e luvas foram considerados equipamentos. O valor do investimento nesses equipamentos foi rateado ao longo de sua vida útil.

4.7. *Plano anual de atividade de Apicultura na Propriedade Familiar*

Conforme o plano de atividade anual do apicultor, serão feitas 8 colheitas percorrendo em média 2.880 Km por ano e 8 beneficiamentos de ceras, caso necessite 4 fornecimento de alimentos, 4 limpezas (capina e roço), 1 troca de rainha, 5 trocas de cera (2 quadros de cera/caixa/troca) sendo que no período de um ano todas a cera da colmeia serão renovadas, 3 manutenções do veículo (troca de óleo, filtro de óleo e de gasolina e o que precisar).

Quadro 1: Calendário anual de atividades de Apicultura na Propriedade familiar.

Atividade	Verão						Inverno						Verão							
	Jan.		Fev.		Mar.		Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out.		Nov	Dez.				
	Semanas																			
	3º	4º	1º	3º	4º	2º	4º	4º	4º	1º	4º	4º	4º	1º	2º	4º	4º	1º	3º	4º
Colheita	+			+			+					+	+			+	+			+
Derretimento de cera	+			+			+					+	+			+	+			+
Alimentação se necessário			+		+	+	+													
Limpeza		+						+			+				+					
Troca de rainha								+												
Troca de cera					+			+				+		+					+	
Manutenção do veículo			+							+										

Fonte: autores, 2013.

A situação climática da região aqui citada foi baseada de forma empírica nas práticas expostas pelos produtores da região.

O sinal positivo retratado no calendário de atividade indica a semana do mês em que deverão ser executadas as tarefas.

4.8. Custos de produção

Custo de Produção são todos os gastos realizados pela empresa na aquisição dos fatores fixos e variáveis que foram utilizados no processo produtivo. Os custos podem ser classificados fixos e variáveis.

O custo de produção foi calculado por meio de planilhas de coeficientes técnicos e exigência de fatores de produção obedecendo à seguinte estrutura: Custos

totais (CI) são a soma dos custos fixos (CF) e variáveis (CV) realizados durante o processo produtivo.

Com base nos referidos conceitos, segue se para a identificação dos possíveis custos de produção e organiza lós em tabelas.

4.8.1. *Investimentos*

Para o verdadeiro conhecimento do custo real do quilo de mel e a margem de lucro, precisou se visualizar os investimentos e os custos envolvidos nessa atividade.

Assim como qualquer outra atividade, para o desenvolvimento apicultura, é necessário alguns investimentos básicos iniciais, como compra de colmeias completa em produção, cavalete para as colmeias, telha para proteger as colmeias da incidência direta do sol e chuva, macacão completo, fumegado, tela excludora para evitar que a abelha rainha faça postura nas melgueiras, pares de botas de borracha, pares de luvas, tonel para armazenar o mel extraído na casa de mel no período em que espera ser envasado em garrafas, carro utilitário para fazer os transportes necessários e alguns outros que o profissional julgar necessário.

Para uma visão holística dos investimentos e seu valor real, elaborou se uma tabela onde obteve se um total de R\$ 34.758,00, o valor da depreciação dos investimentos foi dividida pelo ano de vida útil de cada um, usando a seguinte fórmula (valor do item dividido pela quantidade de meses de sua vida útil). Para a definição da porcentagem da depreciação sobre o valor do item, Segue se a tabela abaixo.

Tabela 2: Investimentos para a produção

INVESTIMENTO TOTAL					
ITEM	UND	R\$ UND	TEMPO DE VIDA EM ANO	R\$ TOTAL	DEPRECIÇÃO POR MÊS
Caixa completa em produção	60	250,00	3,5	15.000,00	357,14
Cavalete	60	20,00	6	1.200,00	16,67
Telha	30	5,00	5	150,00	2,50
Macaco completo	3	250,00	2,5	750,00	25,00
Fumegador	2	100,00	2,5	200,00	6,67
Tela excludora	60	30,00	6	1.800,00	25,00
Pares de botas de borracha	3	25,00	1	75,00	6,25
Pares de luvas	12	4,00	0,167	48,00	23,95
Tonel 20L	30	12,00	5	360,00	6,00
Tonel 50L	5	35,00	5	175,00	2,92
Carro utilitario	1	15.000,00	10	15.000,00	125,00
Total			R\$ 34.758,00		R\$597,09 = 1,7%

Fonte: autores, 2013.

4.8.2. Produção

A produção é o fator de maior relevância na cadeia produtiva, pois quanto maior a produção menor os custos por quilo de mel, quando menor a produção maior os custos por quilo de mel. O setor produtivo em questão se expõe com grande potencial, pois Boa Vista-RR conta com uma área relevante de plantios de *A. mangium*, quando as colônias encontram condições favoráveis, é bem maior do que a de colônias situadas em locais de vegetação natural. Algumas colônias chegam a armazenar mais de 100 kg/ano. (*Acacia mangium*: características e seu cultivo em Roraima - 2009). Para melhor entendimento sistêmico da produção, retrata se a tabela abaixo.

Tabela 3: Produtividade de mel

PRODUTIVIDADE NO PERÍODO DE AGOSTO A DEZEMBRO DE 2013				
DATA	Nº DE COLMEIA	Nº MELG.	PRODUÇÃO MÉDIA/ MELG. (Kg)	TOTAL
26.08.13	60	120	9	1.080
26.09.13	60	120	9,15	1.098
26.10.13	60	120	9,45	1.134
26.11.13	60	120	9,75	1.170
23.12.13	60	120	9,75	1.170
PRODUÇÃO TOTAL (Kg)				8.478

Fonte: autores, 2013.

4.8.3. Custo fixo

Custos fixos são aqueles que contabilizam os gastos com os fatores fixos (construções, canais, balanças, salários, combustível). (Wikipédia, a enciclopédia livre, 2011).

Tabela 4: Custo Fixo

CUSTO FIXO NO PERÍODO DE JULHO A DEZEMBRO DE 2013				
DATA	QTD	R\$/ UND	ITEM	TOTAL R\$
TOTAL DO MÊS DE JULHO				R\$ 3.142,21
02.07.13	3	603,42	SALÁRIO LIQUIDO/OPERÁRIO	R\$ 1.810,26
02.07.13	1	612,46	DEPOSITO DE FGTS,INSS,13°SAL. E FÉRIAS	R\$ 612,46
02.07.13	3	10	MENSALIDADE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS	R\$ 30,00
02.07.13	1	597,09	DEPRECIÇÃO DO INVESTIMENTO	R\$ 597,09
02.07.13	3	10	MENSALIDADE DA ASA	R\$ 30,00
27.07.13	20	3,12	GASOLINA P/ LIMPEZA	R\$ 62,40
TOTAL DO MÊS DE AGOSTO				R\$ 3.172,13
02.08.13	3	603,42	SALÁRIO LIQUIDO/OPERARIO	R\$ 1.810,26
02.08.13	1	612,46	DEPOSITO DE FGTS,INSS,13°SAL. E FÉRIAS	R\$ 612,46
02.08.13	3	10	MENSALIDADE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS	R\$ 30,00

06.08.13	1	597,09	DEPRECIÇÃO DO INVESTIMENTO	R\$ 597,09
02.08.13	1	10	MENSALIDADE DA ASA	R\$ 10,00
26.08.13	36	3,12	GASOLINA P/ COLHEITA	R\$ 112,32
TOTAL DO MÊS DE SETEMBRO				R\$ 3.172,13
02.09.13	3	603,42	SALÁRIO LIQUIDO/OPERÁRIO	R\$ 1.810,26
02.09.13	1	612,46	DEPOSITO DE FGTS, INSS,13°SAL. E FÉRIAS	R\$ 612,46
02.09.13	3	10	MENSALIDADE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS	R\$ 30,00
02.09.13	1	597,09	DEPRECIÇÃO DO INVESTIMENTO	R\$ 597,09
03.09.13	1	10	MENSALIDADE DA ASA	R\$ 10,00
26.09.13	36	3,12	GASOLINA P/ COLHEITA	R\$ 112,32
TOTAL DO MÊS DE OUTUBRO				R\$ 3.484,53
02.10.13	3	603,42	SALÁRIO LIQUIDO/OPERÁRIO	R\$ 1.810,26
02.10.13	1	612,46	DEPOSITO DE FGTS, INSS,13°SAL. E FÉRIAS	R\$ 612,46
02.10.13	3	10	MENSALIDADE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS	R\$ 30,00
01.10.13	1	597,09	DEPRECIÇÃO DO INVESTIMENTO	R\$ 597,09
01.10.13	1	10	MENSALIDADE DA ASA	R\$ 10,00
02.10.13	1	250	MANUTENÇÃO DO VEICULO	R\$ 250,00
08.10.13	20	3,12	GASOLINA P/ LIMPEZA	R\$ 62,40
26.10.13	36	3,12	GASOLINA P/ COLHEITA	R\$ 112,32
TOTAL DO MÊS DE NOVEMBRO				R\$ 3.182,13
02.11.13	3	603,42	SALÁRIO LIQUIDO/OPERÁRIO	R\$ 1.810,26
02.11.13	1	612,46	DEPOSITO DE FGTS, INSS,13°SAL. E FÉRIAS	R\$ 612,46
02.11.13	3	10	MENSALIDADE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS	R\$ 30,00
01.11.13	1	597,09	DEPRECIÇÃO DO INVESTIMENTO	R\$ 597,09
05.11.13	1	10	MENSALIDADE DA ASA	R\$ 10,00
26.11.13	36	3,12	GASOLINA P/ COLHEITA	R\$ 112,32
03.11.13	1	10	MENSALIDADE DA ASA	R\$ 10,00
TOTAL DO MÊS DE DEZEMBRO				R\$ 3.224,53
02.12.13	3	603,42	SALÁRIO LIQUIDO/OPERÁRIO	R\$ 1.810,26
02.12.13	1	612,46	DEPOSITO DE FGTS, INSS E PAGAMENTO DO 13°SAL. E FÉRIAS	R\$ 612,46
02.12.13	3	10	MENSALIDADE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS	R\$ 30,00

01.12.13	1	597,09	DEPRECIACÃO DO INVESTIMENTO	R\$ 597,09
02.12.13	20	3,12	GASOLINA P/ TROCA DE CERA	R\$ 62,40
23.12.13	36	3,12	GASOLINA P/ COLHEITA	R\$ 112,32
TOTAL				R\$ 19.377,66

Fonte: Próprio autor, 2013.

5.8.4. Custo variável

Os custos variáveis são aqueles que contabilizam a compra dos fatores variáveis (rações, cera, rainhas, garrafas, mão de obra para beneficiamentos e outros). (Wikipédia, a enciclopédia livre, 2011). Conforme a tabela 5 abaixo, pode se ter a ótica sistêmica dos referidos custos.

Tabela 5: Custo Variável

CUSTO VARIÁVEL NO PERÍODO DE JULHO A DEZEMBRO DE 2013				
DATA	QTD	R\$/UND	ITEM	TOTAL R\$
TOTAL DO MÊS DE AGOSTO				R\$ 2.775,00
26.08.13	780	0,4	MÃO DE OBRA PARA EXTRAÇÃO	R\$ 312,00
26.08.13	780	1,5	MÃO DE OBRA PARA ENVASE E ROTULAGEM	R\$ 1.170,00
26.08.13	540	0,75	GARRAFAS 1000ML	R\$ 405,00
26.08.13	540	0,2	RÓTULOS	R\$ 108,00
26.08.13	780	1	TAXA DA ASA	R\$ 780,00
TOTAL DO MÊS DE SETEMBRO				R\$ 2.775,00
26.09.13	780	0,4	MÃO DE OBRA PARA EXTRAÇÃO	R\$ 312,00
26.09.13	780	1,5	MÃO DE OBRA PARA ENVASE E ROTULAGEM	R\$ 1.170,00
26.09.13	540	0,75	GARRAFAS 1000ML	R\$ 405,00
26.09.13	540	0,2	RÓTULOS	R\$ 108,00
26.09.13	780	1	TAXA DA ASA	R\$ 780,00
TOTAL DO MÊS DE OUTUBRO				R\$ 2.775,00
26.10.13	780	0,4	MÃO DE OBRA PARA EXTRAÇÃO	R\$ 312,00
26.10.13	780	1,5	MÃO DE OBRA PARA ENVASE E ROTULAGEM	R\$ 1.170,00
26.10.13	540	0,75	GARRAFAS 1000ML	R\$ 405,00
26.10.13	540	0,2	RÓTULOS	R\$ 108,00
26.10.13	780	1	TAXA DA ASA	R\$ 780,00

TOTAL DO MÊS DE NOVEMBRO				R\$ 2.775,00
26.11.13	780	0,4	MÃO DE OBRA PARA EXTRAÇÃO	R\$ 312,00
26.11.13	780	1,5	MÃO DE OBRA PARA ENVASE E ROTULAGEM	R\$ 1.170,00
26.11.13	540	0,75	GARRAFAS 1000ML	R\$ 405,00
26.11.13	540	0,2	RÓTULOS	R\$ 108,00
26.11.13	780	1	TAXA DA ASA	R\$ 780,00
TOTAL DO MÊS DE DEZEMBRO				R\$ 2.775,00
22.12.13	780	0,4	MÃO DE OBRA PARA EXTRAÇÃO	R\$ 312,00
22.12.13	780	1,5	MÃO DE OBRA PARA ENVASE E ROTULAGEM	R\$ 1.170,00
22.12.13	540	0,75	GARRAFAS 1000ML	R\$ 405,00
22.12.13	540	0,2	RÓTULOS	R\$ 108,00
22.12.13	780	1	TAXA DA ASA	R\$ 780,00
TOTAL				R\$ 13.875,00

Fonte: autores, 2013.

Para a execução da atividade supracitada, requer a dedicação de três pessoas com uma jornada de 8 horas diárias de trabalho, toda mão de obra prestada na execução das referidas tarefas, será familiar (pai junto a seus dois filhos, todos sócios da ASA). Para obter o verdadeiro custo de produção por quilo de mel, precisou se remunerar a mão de obra prestada no desenvolvimento desta atividade, com um salário mínimo conforme decreto nº 7.872, de 26 de dezembro de 2012 onde estabelece o salário base todos os encargos salariais para os trabalhadores.

Tomou-se R\$ 678,00 como salário base. Para calcular o 13º salário foi usada a seguinte fórmula (salário base/12 meses do ano = valor que o administrador deve reservar para pagar no final do ano de trabalho). As férias conforme o Art. 140 do decreto - Lei Nº 229, de 28 de fevereiro de 1967 foram calculadas da seguinte forma (salário base/3/12 meses do ano = valor das férias). O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS respaldando na lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, calculado com a fórmula (salário vezes 8% = valor a ser reservado para o profissional). O INSS foi descontado 11% do salário base, conforme o Art. 198 Decreto 3.048/99. Com o cálculo do salário base junto a todos os encargos, resulta no custo total por mês de R\$ 807,57 por pessoa. Para uma visão apurada da folha salarial, segue-se a tabela 6.

Tabela 6: Custos de pessoal do apicultor familiar

FOLHA DE PAGAMENTO								
TOTAL DO MÊS DE JULHO A DEZEMBRO DE 2013								R\$ 14.536,32
FUNCIÓNÁRIOS	CARGO	SALARIO BASE	13° SAL.	FÉRIAS	FGTS	INSS	TOTAL A RECEBER	CUSTO/ OPERÁRIO/MÊS
Técnico	Tecnólogo agro- negócio	R\$ 678,00	56,5	18,83	54,24	74,58	603,42	807,57
Apicultor 1	Apicultor	R\$ 678,00	56,5	18,83	54,24	74,58	603,42	807,57
Apicultor 2	Apicultor	R\$ 678,00	56,5	18,83	54,24	74,58	603,42	807,57
Total							R\$1.810,26	R\$ 2.422,72

Fonte: autores, 2013.

O Tecnólogo em agronegócio terá o custo fixo mensal dos encargos salariais, estes valores do INSS e do FGTS serão depositados na caixa econômica federal e as férias em uma conta própria da empresa rural (sítio). Estes valores serão utilizados quando necessários.

Tabela 7: Depósito dos encargos salariais

Deposito	Mensal	Seis meses
13° SAL.	169,50	1.017,00
FÉRIAS	56,50	339,00
FGTS	162,72	976,32
INSS	223,74	1.342,44
Total	R\$ 612,46	R\$ 3.674,76

Fonte: autores, 2013.

Os valores estabelecidos na tabela acima foram calculados sobre o salário mínimo do ano de 2013 e multiplicados por seis meses de trabalho (período de estágio).

Para a gestão dos custos de produção da apicultura, usou-se as fórmulas, **(1º) Custo Variável + Custo Fixo = Custo Total** e **(2º) Custo Total / Produtividade = Custo / quilo de mel**. A seguir os cálculos.

$$1^{\circ}. CT = CV + CF$$

$$CT = R\$ 13.875,00 + R\$ 19.377,66$$

$$CT = R\$ 33.252,66$$

$$2^{\circ}. \text{Custo/Kg de mel} = CT/PD$$

$$\text{Custo/Kg de mel} = R\$ 33.252,66 / 8.478$$

$$\text{Custo/Kg de mel} = R\$ 3,92$$

CT = Custo total, CV = Custo Variável, CF = Custo Fixo, PD = Produtividade.

Observou-se então que o custo de produção de mel estava em, R\$3,92.

A associação ASA, realizou varias reuniões e a apresentou um relatório do custo de produção do mel de abelha em Roraima, na qual a Conab subiu 25% o preço mínimo pago ao apicultor por quilo de mel. O aumento passou de R\$ 6,00 para R\$ 7,50.

Com isso a margem de lucro por quilo de mel vendido passou a ser de 47,70%, considerando o mercado institucional. Conforme a tabela abaixo.

Tabela 8: Percentual de lucro e custos

Valor de venda/Kg de mel	% de margem de lucro
R\$ 7,50	47,70
Custo/Kg de mel	% de custo
R\$ 3,92	52,30

Fonte: Próprio autor

Hoje os produtores de mel de abelha encontram se em um cenário promissor, no setor produtivo com suas colmeias renovadas e triplicadas, produzindo com o custo médio de R\$ 3,92 por quilo de mel e com a casa de beneficiamento certificada com Serviço de Inspeção Estadual – SIE. Podendo assim atender todo o mercado estadual.

Considerações Finais

Neste trabalho sobre a gestão da apicultura em propriedade familiar na Amazônia Setentrional, surge um novo conceito de visualizar a atividade apícola em Boa

Vista RR. Como qualquer outra atividade da agropecuária, o processo vai da propriedade rural até o consumidor final, hoje os produtores de mel de abelha encontram-se em um cenário promissor, com suas colmeias renovadas e triplicadas, produzindo 100 kg de mel/colmeia/ano com o custo médio de R\$ 3,92 por quilo de mel, a atividade supracitada foi desenvolvida através do associativismo, com isso isento de impostos (ICMS e CONFINS e outros), com esses incentivos fiscais a apicultura oferece uma margem líquida de 47,70% considerando o valor mínimo do mercado institucional, que é de R\$7,50.

Através do associativismo, apicultura em Roraima vem com boas perspectivas, pois, foi com a união de todos os apicultores que puderam se organizar e conseguir a casa de beneficiamento de mel e obtendo assim o certificado do Serviço de Inspeção Estadual – SIE atendendo assim o mercado local.

O mercado institucional vem complementando significativamente o escoamento da produção e estabilizando o valor de mercado dos produtos agropecuários, com tudo, ainda não é suficiente para destinar toda a produção estadual, o mercado local é muito limitado faz com que muitos produtores formem grandes estoques de mel.

Perante essa realidade observa-se a necessidade de obter o certificado do Serviço Inspeção Federal – SIF, podendo assim atender o mercado consumidor de outros Estados, como do Amazonas que comporta hoje uma População total de 3.483.985 (urbana: 2.755.490 / rural: 728.495), e chegar ao mercado dos países caribenhos, América do Norte e mercado Europeu.

Referências

BACHMANN et. al. **Levantamento dos Gargalos Tecnológicos Cadeia Produtiva da Apicultura**. 2007. Disponível em: 07/12/2013 em <http://wp.ufpel.edu.br/apicultura/files/2010/05/GargalosApicultura.pdf>.

BRIGHAM, E. F.; HOUSTON, J. F. **Fundamentos da Moderna Administração Financeira**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

GUANZIROLI, Carlos; et.al. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. (pág.27 à 45).

INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/DC Nº 87, DE 27 DE MARÇO DE 2003 Disponível em: http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/in_inss_872003.htm

KREUZ, Carlos Leomar; Souza, Alceu; Clemente, Ademir. **Custos de produção, expectativas de retorno e de riscos do agronegócio mel no planalto norte de Santa Catarina.** Disponível em: <http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero1v4/mel.pdf>

MANUAL de instalação do PAA-Net. Disponível em: 07/12/2013 em http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/arquivos/CONAB_PAANet_2_0_Manual_de_Instalacao.pdf.

MEGLIONI, Evandir. **Custos.** São Paulo: Makron Books, 2001. Portal do governo do estado do Amazonas. Disponível em: 31/01/2013 <http://www.amazonas.am.gov.br/o-amazonas/dados/>

PETRI, J. L. **Formação de flores, polinização e fertilização.** In: EPAGRI. Manual da Cultura da Macieira. Florianópolis: Epagri, 2002, 743p.

SABBAG, Omar Jorge; Daniel Nicodemo. **Viabilidade econômica para produção de mel em propriedade familiar.** Disponível em: 05.12.2013. e-ISSN 1983-4063 - www.agro.ufg.br/pat - Pesq. Agropec. Trop., Goiânia, v. 41, n. 1, p. 94-101, jan./mar. 2011

SEBRAE Nacional (Brasília, DF), 2009. PAS Mel, **Manual de Segurança e Qualidade para Apicultura.** Disponível em: 07/12/2013 em http://www.sebrae.com.br/setor/apicultura/sobre-apicultura/producao/familias-de-abelhas/manual_de_seguranca_apis.pdf

SILVA, Roberto Carlos Prazeres de Andrade; PEIXE, Blênio César Severo. **Estudo da Cadeia Produtiva do Mel no Contexto da Apicultura Paranaense - 2003.** Disponível em: 10/12/2013 em http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/anais/painel_agricultura/estudo_da_cadeia.pdf

TONINI, Helio; HALFELD-VIEIRA, Bernardo de Almeida; SILVA, Silvio José Reis da. **EMBRAPA – RORAIMA - Acacia mangium: características e seu cultivo em Roraima, 2009.**

VIEIRA, Débora de F. A.; VIANA, Carla A. dos S. **O programa de aquisição de alimentos – paa e sua relação com o modo de funcionamento da agricultura familiar.** Disponível em: 07/12/2013 em <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/98d489686768a24d24fa7f0d1acabf81..pdf>.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro.** In Tedesco, João Carlos. Agricultura Familiar, realidades e perspectivas. 2ª ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

MODO DE VIDA E PERCEPÇÃO DA SAÚDE DOS IDOSOS RIBEIRINHOS NO MUNICÍPIO CAREIRO DA VÁRZEA- AM

Introdução

A população mundial tem envelhecido, países desenvolvidos, segundo Garrido e Menezes (2002), lidam com esse fenômeno há muito mais tempo do que países em desenvolvimento, como o Brasil. As consequências são alto custos para o Estado, devido a gastos com aposentadoria e doenças próprias da terceira idade. O Brasil na década de 50 era o 16º país com maior contingente de idosos do mundo, passando para 7º em 2000. A região sudeste é a que teve maior envelhecimento, e as mulheres são maioria desse grupo: “Em resumo, os idosos no Brasil de hoje representam cerca de 10% da população geral. São na maioria mulheres, viúvas, com baixa escolaridade e com menor renda em relação a seus pares masculinos” (GARRIDO E MENEZES, 2002, p. 4). Dados mostram que a renda familiar *per capita* do grupo mencionado representa menos de um salário mínimo.

Scazufca *et al* (2002) relatam que o envelhecimento populacional brasileiro está ocorrendo com maior velocidade, deixando o Brasil, em evidencia no cenário global, chegando no ano de 2000 a 13 milhões de idosos, que correspondem a 7,8% da população total. Este aumento traz a necessidade, segundo Garrido e Menezes (2002), de um aperfeiçoamento de políticas que visem lidar com as consequências do estado senil da população de forma satisfatória.

Nesse contexto, é importante frisar que existe uma diferença entre processo natural de envelhecimento (senescência) e processo de envelhecimento associado à doença (senilidade). A primeira está relacionada a modificações orgânicas de envelhecimento, que implica em perda progressiva da capacidade de adaptação, porém sem acarretar qualquer prejuízo à autonomia e independência do indivíduo e, a segunda, engloba alterações de correntes da situação de doença desencadeando o aparecimento de sintomas e determinando prejuízo à autonomia e independência do indivíduo (FARFEL, 2008).

* Universidade do Estado do Amazonas – tati10rodrigues@gmail.com

** Universidade do Estado do Amazonas – suzetecamurca@hotmail.com

Debert (2004), afirma que a velhice foi tratada no passado como uma etapa da vida caracterizada pela decadência física, dependência e ausência de papéis sociais, construindo uma imagem negativa dessa fase da vida. A tendência contemporânea tem revisto este estereótipo, considerando este estágio da vida propício para novas conquistas, oportunidade de realizar projetos abandonados, com o saldo da experiência e saber acumulados. A universalização da aposentadoria também foi um marco que permitiu a independência financeira para tornar reais as expectativas de satisfação pessoal. Outro fator que tem contribuído para a mudança de percepção sobre esta etapa da vida é a proliferação dos programas voltados para idosos, como “escolas abertas”, “universidades para terceira idade” e “grupos de convivência de idosos”, experiências inovadoras e bem-sucedidas.

Dentro deste contexto, este trabalho se propõe a analisar as condições de vida e a percepção da saúde dos idosos do município Careiro da Várzea, Estado do Amazonas. O município pertence à Região Metropolitana de Manaus e está localizado às margens do rio Solimões, na zona leste do estado Amazonas, a 25,74 km de Manaus. Seu IDH é de 0,658, considerado médio pelo Programa das Nações Unidas. As atividades econômicas do município são pecuária, agricultura e pesca. O município é tipicamente de várzea (95%), sendo o restante composto em áreas de terra firme (Confederação Nacional dos Municípios, 2013).

Figura 1: Careiro da Várzea



Fonte: Trabalho de campo, 2014.

O acesso ao município se dá por via fluvial, em embarcações que saem diariamente do porto de Manaus ou em lanchas rápidas do porto do Ceasa em Manaus. de acordo com dados do IBGE (2013), a população vive predominantemente na área rural, uma vez que do total de seus 26.722 habitantes, apenas 1.000 residem na zona urbana. Quando à população acima de 60 anos, os dados mostram 1.017 homens e 757 mulheres vivem no meio rural. Já no meio urbano, com idade acima de 60 anos, residem apenas 55 homens e 38 mulheres. No total, temos 1.867 pessoas acima de 60 anos vivendo no município, o que equivale a aproximadamente 7% da população.

Tabela 1: Dados demográficos dos idosos no município do Careiro da Várzea

Área	Sexo	Idade	Total
Rural	Homens	60 a 69 anos	609
	Homens	70 anos ou mais	408
	Mulheres	60 a 69 anos	473
	Mulheres	70 anos ou mais	284
Urbano	Homens	60 a 69 anos	46
	Homens	70 anos ou mais	9
	Mulheres	60 a 69 anos	38
	Mulheres	70 anos ou mais	-

Fonte: IBGE, 2013.

Figura 2: Igreja na sede do município Careiro da Várzea



Fonte: Trabalho de campo, 2014.

De acordo com dados da SEPLAN (2013), o município conta com 11 unidades de saúde e 1 Unidade móvel Fluvial. Entretanto, poucas informações estão disponíveis sobre a saúde do idoso no município. O grupo foco desta pesquisa representa a vida de muitos moradores do nosso Estado, ribeirinhos, que de acordo com Fraxe

(2004), tem uma vida integrada com a agricultura, extrativismo vegetal e animal, coletam produtos da floresta, dos rios e das “terras molhadas” da várzea amazônica. Possuem uma profunda relação com a natureza, que permeia seu imaginário cultural, por meio de mitos, lendas, plantas medicinais, rezadeiras, mas também possuem uma “cultura híbrida”, em razão das trocas materiais e simbólicas que estabelecem com a cidade.

Por isso, para estudar as condições de saúde desse grupo, é importante entender este modo de vida particular, a fim de melhor inserir práticas saudáveis de saúde que não conflitam frontalmente com sua cultura, mas que possam trazer melhorias graduais para suas vidas.

Figura 3: Sede do município Careiro da Várzea



Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Metodologia

Trata-se de um estudo qualitativo, com dados coletados em relatos orais e verbais, sendo utilizado como principais instrumentos, a observação e a entrevista. De acordo com Teixeira (2005), no estudo qualitativo, o pesquisador não comprova ou confirma hipóteses, sua preocupação é registrar de forma rigorosa como os atores

interpretam suas vidas e o processo saúde-doença. O pesquisador concentra grande quantidade de tempo em contextos reais para buscar respostas às questões formuladas. As pesquisas qualitativas tem obtido crescente popularidade pelo seu caráter rico e holístico, e pela maior proximidade que permite entre pesquisador e pesquisados.

Como enfoque da pesquisa, escolhemos como mais adequado, o fenomenológico-hermenêutico, uma vez que o problema colocado por este estudo aponta para a percepção daquele que vivencia o fenômeno. De acordo com Teixeira (2005), este enfoque utiliza técnicas não quantitativas e confia na capacidade interpretativa e de reflexão do pesquisador para entender as narrativas, os gestos, as ações e os simbolismos do universo do entrevistado.

Para a coleta de dados, optamos pela entrevista semiestruturada, que segundo Gil (2010) permite a livre expressão do entrevistado. Apresenta-se uma lista de questões que não precisam ser feitas ao entrevistado de uma forma sequencial, mas sendo introduzidas ao longo de sua narrativa, para obter mais detalhes e aprofundamentos. Este tipo de entrevista requer experiência do pesquisador, que precisa estar aberto às descrições dos participantes da pesquisa. É importante ter uma questão norteadora, que inicie o diálogo. Formulamos como pergunta norteadora para este trabalho: “Como você avalia sua saúde? Que cuidados você toma para ter saúde?”. Entretanto, elaboramos uma lista de outras questões que procuraremos investigar a fim de obter um quadro mais completo possível sobre os autocuidados de saúde dos idosos e a rede de ajuda que este possui.

Local do estudo

O estudo foi realizado na comunidade Divino Espírito Santo, situado na área rural do município do Careiro da Várzea, Amazonas. O acesso ao município se dá por via fluvial, em embarcações que saem diariamente do porto de Manaus ou em lanchas rápidas que saem do porto do Ceasa em Manaus, e o tempo de deslocamento é mais ou menos 30 a 40 minutos. Segundo dados do IBGE (2013), o município possui uma população de 26.722 habitantes, sendo apenas 1000 moradores da área urbana. A comunidade Divino Espírito Santo está localizada às margens do rio Solimões, localizada em área de várzea, portanto, sofre as sazonalidades do fenômeno de cheia e seca do rio.

Resultados e discussão

As entrevistas foram realizadas com 20 idosos que aceitaram participar da pesquisa, encontramos dificuldade em entrevistar os homens, pois alguns estavam trabalhando (pescando) e, outros, associaram o trabalho com pesquisa política, tendo em vista que estamos em ano de eleições. Este fato indica o descontentamento desta população em relação aos políticos locais, que de acordo com muitos moradores, só aparecem em ano eleitoral.

A idade dos entrevistados variou entre 62 e 94 anos, prevalecendo a idade entre 60 e 65 anos. Quanto ao gênero, a maioria dos moradores da comunidade que se disponibilizaram a participar da pesquisa eram do sexo feminino (11) o que corresponde a 55 % dos entrevistados, enquanto 9 eram do sexo masculino, ou seja 45% (Tabela 2).

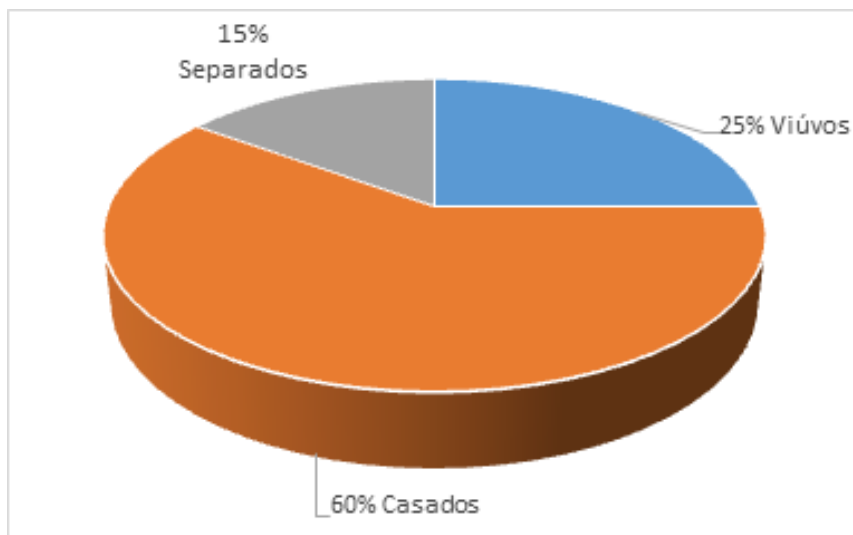
Tabela 2: Distribuição do gênero dos idosos na comunidade Divino Espírito Santo.

SEXO	Nº	PREVALÊNCIA (%)
MASCULINO	9	45
FEMININO	11	55
TOTAL	20	100

Fonte: Trabalho de campo na comunidade Divino Espírito Santo, 2014.

Em relação ao estado civil, o estudo mostra que a maioria dos entrevistados foram casados (12 entrevistados – 65%), sendo cinco (25%) viúvos e três (15%) separados (Figura 5). Este dado apresenta discrepância em relação a outros estudos que mostram a maioria dos idosos viúvos e/ou solteiros, principalmente as mulheres. Das mulheres entrevistadas que eram viúvas, a causa de morte de seus esposos foram: afogamento, enfarto e complicações em decorrência da diabetes (sofreu ferimento na perna enquanto cortava madeira). A esposa de um dos entrevistados do sexo masculino morreu no parto. Este dado é relevante para pensar as causas de falecimento dessa população.

Figura 5: Distribuição dos idosos integrantes em relação aos dados socio demográficos na comunidade Divino Espírito Santo.



Fonte: Trabalho de campo na comunidade Divino Espírito Santo, 2014.

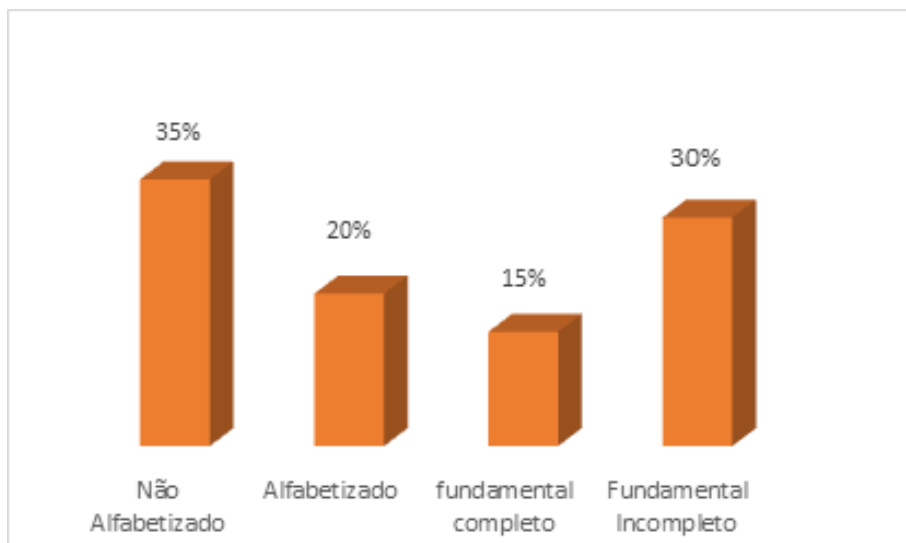
Observa-se na Figura 6, a porcentagem do nível de escolaridade dos entrevistados é bastante próxima, sendo a maioria de analfabetos, um total de 7 (35%), 4 (20%) alfabetizados, 6 (30%) possuem ensino fundamental incompleto e apenas 3 (15%) possuía ensino fundamental completo. A maioria estudou em escola rural, no total 10 entrevistados (50%) e 3 (15%) estudaram na sede do Município de Careiro da Várzea.

Com relação à escolaridade, pode-se observar que se trata de uma população com déficit de escolaridade bem acentuado. Segundo os relatos dos mesmos, não tiveram oportunidade de estudar, porque tinham que começar trabalhar muito cedo na roça, criação de gado, pesca, entre outros. Outro fator de impedimento para dar continuidade aos estudos era o transporte, sendo que na escola rural, na época que os entrevistados estudavam, só oferecia a alfabetização, o ensino fundamental era ofertado na sede do Careiro da Várzea. Mas de acordo com os entrevistados, apesar da pouca escolaridade, não se deixam enganar nas contas de compra e venda de seus produtos agrícolas (cheiro verde, couve, peixe), principalmente na feira de Manaus, onde alguns feirantes tentam engana-los para obter vantagem.

Segundo Peres (2011, p. 636), o analfabetismo é um problema histórico no Brasil, está atrelado ao seu passado como colônia de exploração, de economia agrícola, fundada no latifúndio e na monocultura para exportação.

O problema do analfabetismo que acomete as populações mais idosas tem relação direta com o fato de ser este um grupo social abandonado pelo Poder Público quanto ao estabelecimento de políticas educacionais. O fenômeno da exclusão educacional da população idosa nos leva a compreender o sistema educacional como uma estrutura burocrática criada com o fim de promover a formação e a qualificação da mão-de-obra jovem para o mercado de trabalho (urbano-industrial), atuando de maneira funcional ao sistema capitalista. Assim, como se sabe, a exclusão dos idosos do mercado de trabalho pré-determinaria a sua exclusão da esfera da educação.

Figura 6: Nível de escolaridade dos idosos na comunidade Divino Espírito Santo.



Fonte: Trabalho de campo na comunidade Divino Espírito Santo, 2014.

No que diz respeito à aposentadoria, os 20 (100%) idosos entrevistados afirmaram que recebem aposentadoria. Muitas idosas recebem pensões deixadas por seus cônjuges, que uma vez viúvas, passam a receber a pensão e a aposentadoria do esposo e, na maioria das vezes, é realizado o inventário, cabendo à viúva a metade das terras, que geralmente passa a ser cultivada pelos filhos, pagando a ela o arrendamento (Tabela 3).

Questionados sobre outra fonte de renda, 13 (65%) responderam que sim, com plantação (verduras) e gados, e 7 (35%) não tem outra renda devido a dificuldade durante a enchente de desenvolver as atividades de agricultura. Constatamos que os idosos são os principais mantenedores da casa, e 6 (recebem benefício seguro defeso) e 14 (não recebe).

Tabela 3: Condições de renda dos idosos da comunidade Divino Espírito Santo.

TIPO DE BENEFICIO	Sim	Não%
Aposentado	20 (100%)	
Aposentado/renda	13 (65%)	7 (35%)
É o principal mantenedor da casa	20 (100%)	
Benefício do governo (seguro defeso)	6 (30%)	14 (70%)

Fonte: Trabalho de campo na comunidade Divino Espirito Santo, 2014.

Faria (2011) ao realizar avaliação de pessoas idosas na estratégia saúde da família no município de Sul de Minas, observou que a maioria dos pesquisados era representada por aposentados que não trabalhavam, com renda entre um e dois salários mínimos. A questão financeira afeta muito a pessoa idosa. Normalmente, o benefício que recebe quando se aposenta é insuficiente para manter suas necessidades.

Murakami e Scattolin (2010) ao analisar idosos institucionalizados em uma Vila dos Velhinhos em Sorocaba (São Paulo) verificou que 73% (43/63) eram aposentados: as características sociodemográficas dos sujeitos estudados retratam uma população idosa, com idade média de 79,2 anos, com baixa renda, pouca escolaridade, na maioria viúvos e aposentados. Os autores percebem uma tendência crescente à internação dos idosos em instituições, principalmente aqueles residentes nas áreas urbanas em razão das novas configurações das famílias, como mulheres sós, mães solteiras, casais sem filho, filhos que emigram para outros estados e até países.

Em consequência do baixo valor dos benefícios, vários idosos com 60 anos ou mais continuam mantendo-se em atividades produtivas. O retorno ou a permanência no mercado de trabalho, no entanto, se dá, sobretudo no mercado informal, em atividades mal remuneradas e com jornada de trabalho extensas.

Constatamos na pesquisa de campo, que a maioria dos idosos são os principais mantenedores da casa, alguns moram apenas com seu cônjuge, mas alguns embora residindo com filhos e netos, ainda possuem esse papel, em razão do desemprego

dos filhos, que muitas vezes “ajudam” nos trabalhos de roça, gado, caça e pesca. A baixa escolaridade também é uma característica dos filhos desses idosos, o que dificulta a melhoria das condições de vida do grupo estudado.

Nenhum idoso entrevistado faz referência ao recebimento da bolsa família, o que se trata de uma grande disparidade, tendo em vista a necessidade do grupo pesquisado. Entretanto, apenas algumas crianças em idade escolar estão na escola, e a maioria dos residentes eram jovens ou adultos que trabalham na produção agrícola (Figura 7).

Figura 7: Plantação de feijão na comunidade Divino Espírito Santo.



Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Percebe-se que na tabela 4 a renda dos idosos é muito baixa, estando a maioria entre 1 a 2 salários mínimos, portanto, constata-se que a principal fonte de alimentos dessa população não advém de renda por trabalho assalariado ou benefícios do governo (aposentadoria e seguro defeso), mas sim do próprio trabalho dos idosos, seus filhos e netos na roça, pesca, criação de gado e aves (galinha e pato) e caça (paca, anta, capivara, entre outros).

Tabela 4: Renda familiar dos idosos na comunidade Divino espírito Santo.

Renda familiar	Nº	%
<1 salário mínimo	7	35
1 a 2 salário mínimo	8	40
2 a 3 salário mínimo	5	25

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Na tabela 6, constata-se que a maioria dos idosos reside na comunidade entre 30 a 40 anos, ou seja, grande parte nasceu na comunidade, e ali constitui sua família, seu local de trabalho, suas relações de vizinhança e compadrinho, e não tem a intenção de viver em outro lugar. Alguns já chegaram a sair da comunidade e residir em outro local, mas voltaram para morar onde nasceram. A maioria afirmou gostar de viver ali, por ser um lugar calmo e tranquilo.

Tabela 5: Tempo de moradia dos idosos da comunidade Divino Espírito Santo.

Tempo de moradia	Nº	%
20/30 anos	03	15
30/40 anos	10	50
40/50 anos	07	35

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

A tabela abaixo mostra as frequências de doenças crônicas, com a prevalência do diagnóstico para hipertensão arterial e diabetes com doze entrevistados (60%), sendo 5 entrevistados com diabetes, 2 com diabetes e hipertensão e 5 com hipertensão. O estudo evidencia que apenas uma minoria de oito idosos equivalente (40%) não apresentou morbidade. Ainda é um índice menor do que apresentado em outras literaturas, como Garrido e Menezes (2002), que em inquérito domiciliar em cinco regiões do município de São Paulo na década de 90, apresentou 86% dos entrevistados com pelo menos uma doença crônica. Nenhum entrevistado relatou uso de medicação para algum tipo de demência ou depressão, embora muitos relatam queixas sobre a memória, sendo necessário avaliação específica para indicar se realmente se trata de algum tipo de demência, e qual seu grau. Benedetti *et al* (2008), em estudo realizado em 12 distritos de Florianópolis, Santa Catarina, conclui que a atividade física frequente, como caminhada ou jardinagem, reduz a incidência de demência, como mal de Alzheimer. Neste sentido, podemos associar o estilo de vida ativo dos idosos

da comunidade Divino Espírito Santo a baixa incidência de demência ou depressão, embora seja possível que a falta de acesso aos serviços de saúde impossibilite um diagnóstico.

Apesar de apresentarem algumas doenças crônicas, observamos que são independentes para as atividades rotineiras, como tarefas domésticas, em geral, realizadas pelas mulheres e os cuidados com a roça, pesca e criação de gado e aves, com frequência, desenvolvidas pelos homens. Entretanto, esta tradicional divisão de tarefas por gênero é quebrada por alguns dos entrevistados, sendo que algumas mulheres idosas também praticam a pesca.

Figura 8: Mulheres limpando o pescado.



Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Os mesmos citam que os medicamentos utilizados para controle das doenças crônicas são levados em suas residências pelo Agente Comunitário de Saúde, uma vez que não existe posto de saúde naquela comunidade. Nenhum morador entrevistado citou ter sido atendido nos últimos 12 meses pela Unidade móvel de Saúde, citado no site do SEPLAN (2013) como um dos dispositivos ofertados para atendimento dessa população. Em média, os entrevistados com doenças crônicas fazem uso de 1 a 2 medicamentos diários, sendo os medicamentos hipertensivos mais comuns. Os entrevistados não relataram terem sido internados em algum hospital da sede do município ou em Manaus nos últimos 12 meses. Por não haver posto de saúde na comunidade, a visita ao médico se dá na sede do município.

Tabela 6: Condições de saúde dos idosos na comunidade Divino Espírito Santo.

CONDIÇÕES DE SAÚDE	Sim	Não
Problema de saúde	12 (60%) (diabete, hipertensão)	8 (40%)
Faz uso de que medicamento	12 (60%) (losartana, captopril, glicemim)	8 (40%)

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

De acordo com Sass *et al* (2011), além da hipertensão arterial e do diabetes mellitus, doenças crônicas mais frequentes, diversos transtornos afetam os idosos e, dentre estes, a depressão merece especial atenção, uma vez que vem apresentando prevalência crescente na sociedade levando a consequências negativas para a qualidade de vida dos indivíduos acometidos.

Santos *et al* (2011) a hipertensão arterial afeta diretamente ao idoso na medida em que predispõe o declínio cognitivo e limita a capacidade do indivíduo de realizar suas atividades básicas de forma independente, diminuindo a mobilidade funcional principalmente se associada a outras comorbidades e a hábitos de vida não saudáveis.

De acordo com a tabela abaixo a maioria dos idosos 17 (85%) não faz uso de bebidas alcoólicas e nem fuma, mas no passado, principalmente os idosos masculinos, utilizavam, mas devido a problemas de saúde, foram obrigados a parar. Benedetti *et al* (2008) também faz referência ao uso de cigarro – assim como o sedentarismo – como um fator associado ao aparecimento de depressão.

Tabela 7: Uso de álcool e tabaco dos idosos da comunidade Divino Espírito Santo.

Faz uso de álcool	Nº	%
Sim	3	15%
Não	17	85%
Você fuma	-	
Sim	2	10%
Não	18	90%

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Todos os entrevistados afirmaram cultivar plantas medicinais e utilizarem para tratamento de doenças mais frequentes, diarreia e vômito, doenças que mais acometem os idosos principalmente no período da enchente. Os idosos entrevistados

citaram existir na comunidade duas parteiras e um rezador que ainda são muito procurados pelos moradores. Entrevistamos a parteira da comunidade, uma senhora de 92 anos, muito lúcida e vivaz, que afirmou nunca ter estudado para adquirir sua profissão, e mesmo assim, ter mais conhecimento que muitos profissionais da área de saúde recém-formados. A maioria das crianças ainda nasce na própria comunidade com as parteiras, principalmente quando o parto se dá a noite.

Figura 9: Parteira da comunidade Divino Espírito Santo.



Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Quadro 1: Plantas medicinais cultivadas e utilizadas pelos ribeirinhos da comunidade de Divino Espírito Santo.

Tipos	Para que serve
Arruda	Cólica para recém-nascido
Babosa	Queimadura
Boldo	Dor de estômago
Cajuaçu	Coriza, asseio para mulheres
Carapanaúba	Baques, feridas no útero, luxação
Coirama	Inflamação

Hortelã grande	Garganta inflamada, dor de barriga
Japuí	Olhos inflamados
Manjeriçã	Reumatismo e resfriado e tosse
Mangarataia	Gripe, garganta inflamada
Mastruz	Tosse com secreção
Mucuracaá	Banho em criança “brava”
Mulateiro	Diarréia
Sarabatucu	Diarréia
Sucuuba	Ferimentos, inflamação intestinal, rasgadura

Fonte: Trabalho de campo na comunidade Divino Espírito Santo, 2014.

Figura 10: Planta medicinal (mangarataia).



Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Segundo Aguiar e Barros (2012), o uso de plantas medicinais é bastante utilizado pelo “homem do campo”, devido às distâncias aos postos de saúde. Por outro lado, Fraxe (2004), Nobre (2009) e outros autores, enfatizam que o uso de plantas medicinais não se deve apenas ao fato da distância aos serviços oficiais de saúde, mas se trata de uma prática cultural presente no modo de vida dessas populações, que mesmo em locais onde há acesso aos serviços públicos, o uso de chás, infusões,

garrafadas e outros remédios caseiros são amplamente utilizados por grupos em que este tipo de tratamento faz parte de sua tradição.

Quanto à organização social, constatamos que na comunidade não há grupo de mães ou de idosos, somente a associação de moradores, embora não seja formalizado. A principal organização da comunidade se dá em torno das atividades religiosas, sendo predominante a religião católica. O principal festejo da comunidade é a festa do padroeiro, Divino Espírito Santo, comemorado no mês de maio. A outra grande atividade de lazer da comunidade é o campo de futebol, mas os idosos não participam, sendo restrito aos homens jovens.

Quanto às restrições de atividades cotidianas, alguns afirmaram já não trabalhar na roça (“pegar na enxada”) como antes, e as mulheres queixam de dificuldades em caminhadas mais longas. Por esta razão, recebem ajuda de filhos e netos nestas tarefas, sendo que alguns filhos assumem o trabalho braçal mais pesado. Os casais que moram só (2) não contam com a ajuda de vizinhas, devido a distância entre as casas, estando algumas até abandonadas, mesmo quando se encontram doentes.

Quando questionados sobre a auto avaliação de sua saúde, os idosos indicaram como boa, embora tenham afirmado não tomarem nenhum cuidado especial para manter saúde. É interessante frisar, que apesar dessa resposta, a alimentação dos idosos entrevistados já é bastante saudável, baseada em peixe, farinha, galinha caipira, entre outros. Alguns chegaram a afirmar que cuidados não são necessários porque já estão no fim da vida, esta afirmação parece significativa para indicar a percepção que este grupo tem dessa fase da vida.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, L.C.G.G.; BARROS, R.F.M. **Plantas medicinais cultivadas em quintais de comunidades rurais no domínio do cerrado piauiense (Município de Demerval Lobão, Piauí, Brasil)**. Rev. bras. plantas med. vol.14 no.3 Botucatu 2012

BRASIL. **Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/MS Sobre Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo seres humanos**. Diário Oficial da União, 10 de outubro de 1996.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria De Atenção À Saúde. Departamento De Atenção Básica. **Envelhecimento da Pessoa Idosa**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2010. <Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>> Acesso em 02 de Abril de 2012.

BENEDETTI, T. ET AL. **Atividade física e estado mental de idosos.** Revista de Saúde Pública, São Paulo, v.42, n.2, p.302-307, 2008

BORGES, J. R. P. **O Envelhecimento em assentamentos da Reforma Agrária Paulista – as condições de vida e bem-estar de idosos nos assentamentos Monte Alegre e Guarani.** Anais do 36 Encontro Anual da Anpocs. Águas de Lindóia, SP, 2012.

CARVALHO J.A.M; GARCIA R.A. **O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico.** Cad. Saúde Pública, vol.19, n.3, Rio de Janeiro, jun-2003.

CIOSAK, S.I.; BRAZ, E.; COSTA, M.F.B.N; NAKANO, N.G.R.; RODRIGUES, J; ALENCAR, R.A.; ROCHA, A.C.A.L. **Senescência e senilidade: novo paradigma na atenção básica de saúde.** Rev. esc. enferm. USP, São Paulo, v. 45, n. spe2, p. 1763-1768, 2011.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **Informações Municipais – Careiro da Várzea.** Disponível em: <http://www.cnm.org.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=382>, Acessado em: 31/03/2014.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivação do envelhecimento.** São Paulo: Editora Universidade de São Paulo: Fapesp, 2004.

FARIA, E. C.; SILVA, S. A. da; FARIAS, K. R. A. de; CINTRA, A. **Avaliação cognitiva de pessoas idosas cadastradas na estratégia saúde da família: município do Sul de Minas.** Rev. esc. enferm. USP [online]. 2011, vol.45, n.spe2, pp. 1748-1752. ISSN 0080-6234.

FARFEL, J.M. **Fatores Relacionados à Senescência Cerebral em Indivíduos Muito Idosos: um estudo de correlação clinicopatológica.** 2008. 141 f. Tese (Doutorado em Ciências).

FERNANDES, M.T.O.; SOARES, S.M. **O desenvolvimento de políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil.** Rev. esc. enferm. USP, São Paulo, v. 46, n. 6, dez- 2012.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Cultura Cabocla-Ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade.** São Paulo: Annablume, 2004.

GARRIDO, R.; MENEZES, P. **O Brasil está envelhecendo: boas em ás notícias por uma perspectiva epidemiológica.** Revista Brasileira de Psiquiatria, São Paulo, v. 24, abr 2002.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUIMARÃES, D. **Dicionário de Termos Médicos de Enfermagem e de Radiologia**. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2008.

IBGE. Cidades: **Amazonas – Careiro da Várzea**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=130115&idtema=90&search=amazonas|careiro-da-varzea|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-caracteristicas-da-populacao->>>. Acessado em: 31/03/2014.

JARDIM, V.C.F.S.; MEDEIROS, B.F.; BRITO, A.B. **Um olhar sobre o processo do envelhecimento**: a percepção do idoso sobre a velhice. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia. Rio de Janeiro, 9 (2), 2006.

MENDES, M.B.R.S.S.; GUSMÃO, J.L.; FARO, A.C.M.; LEITE, R.C.B. **A situação social do idoso no Brasil**: uma breve consideração. Acta Paulista de Enfermagem, vol 18, n 4, p. 422-426, 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Política Nacional do Idoso**. Lei n. 8.842 de janeiro de 1994. 1 ed. Brasília, reimpressão maio de 2010.

MORAIS, E. P.; RODRIGUES, R.A.P.; GERHARDT, T.E. **Os idosos mais velhos do meio rural**: realidade de vida e saúde de uma população do interior gaúcho. Texto Contexto Enfermagem, Florianópolis, 17 (2): 374-383, 2008.

MORAES, E.N.; MORAES, F.L.; LIMA, S.P.P. **Características biológicas e psicológicas do envelhecimento**. Revista Médica de Minas Gerais, vol 20, n. 1, p. 67-73, 2010.

MURAKAMI, Luisa y SCATTOLIN, Fatima. **Avaliação da independência funcional e da qualidade de vida de idosos institucionalizados**. RevMedHered.; vol.21, no.1, p.18-26. ISSN 1018-130X. 2010.

NOBRE, Suzete C. **Medicina popular e sistema público de saúde: a circularidade da saúde/doença entre a comunidade Nossa Senhora das Graças e a cidade - Manacapuru/AM**. Manaus (Mestrado em Sociologia): UFAM, 2009.

PAULA, N.C.C. **A atividade física e o emocional do idoso**. Universidade Candido Mendes. Pós- Graduação “Lato Sensu”. Projeto A Vez do Mestre. Rio de Janeiro, 2009.

PEREIRA, Potyara.A.P. **Concepções e Propostas de Políticas Sociais em Curso**: tendência, perspectivas e consequências. Brasília : NEPPoS\ CEAM\UNB, 1994.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Casa Civil, **Lei n. 10.741** de 1 de Outubro de 2003. Estatuto do Idoso. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.741.htm, acessado em 20 de abril de 2014.

PERES, Marcos Augusto de Castro. **Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal: a exclusão educacional em contextos rurais da região Nordeste.** Soc. estado., Brasília, v. 26, n. 3, Dec. 2011. accesson 13 June 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922011000300011>.

POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. **Fundamentos de Pesquisa em Enfermagem: métodos, avaliação**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 487p.

RODRIGUES, Rosalina Aparecida Vastesânio. **O idoso feliz e sua proposta de cidadania.** São Paulo: Papyrus, 1996.

RIZZOLLI, D.; SURDI, A.C. **Percepção dos idosos sobre grupos de terceira idade.** Rev. Bras. Geriatr. Gerontol., Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, ago. 2010. Disponível em <http://revista.unati.uerj.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232010000200007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 maio 2014.

SANTOS, C.C.C. dos et al. **Análise da função cognitiva e capacidade funcional em idosos hipertensos.** Rev. bras. geriatr. gerontol. [online]. 2011, vol.14, n.2, pp. 241-250. ISSN 1809-9823.

SCAZUFCA, M.etal. **Investigações epidemiológicas sobre demência nos países em desenvolvimento.** Rev. bras. saúde pública, São Paulo, v.36, n.6, dez2002..> Acesso em: 12 out2010.

SEPLAN. http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqedito/folder_careiro.pdf

SILVA, H. et al. **Perfil epidemiológico de idosos frequentadoras de grupos de convivências no município de Iguaçú, Ceara.** Rev. Bras. Geriatr. Gerontol. Rio de Janeiro, v.14, n.1, 2011. Disponível em: <<http://revista.unati.uerj.br/scielo.php?>>. acesso em 18 set. 2012.

TAHAN, J.; CARVALHO, A. C. D. **Reflexões de idosos participantes de grupos de promoção de saúde acerca do envelhecimento e da qualidade de vida.** Saúde soc., São Paulo, v. 19, n. 4, dez. 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php?>>. Acessos em 03 set. 2012.

TEIXEIRA, I.N.D.O.; GUARIENTO, M.E. **Biologia do envelhecimento: teorias, mecanismos e perspectivas.** Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 15, n. 6, set- 2010.

TRAVASSOS, C.; VIACAVA, F. **Acesso e uso de serviços de saúde em idosos residentes em áreas rurais,** Brasil, 1998 e 2003. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 23, n. 10, out-2007.

GT02 - O MUNDO RURAL EM PERSPECTIVA

COMUNIDADES TRADICIONAIS EM ILHAS FEDERAIS DO RIO URARICOERA-RR: UM OLHAR GEOANTROPOLÓGICO

1. Introdução

As Ilhas fluviais em análise nessa pesquisa ficam localizadas no Rio Uraricoera, consideradas um bem (patrimônio) indubitavelmente da União, por localizar-se, em faixa de fronteira, no limite dos municípios de Boa Vista com o município de Amajari, algumas dessas ilhas, já foram regularizada pela SPU-RR, que registra sob matrícula no Cartório de Registro de Imóveis de Boa Vista (Superintendência do Patrimônio da União, 2012).

O Rio Uraricoera junto com o Rio Tacutu formam o Rio Branco, principal rio do Estado de Roraima.

A História da conquista do estado de Roraima, sempre esteve associada ao ambiente ribeirinho, pois as primeiras tentativas surgiram no sentido de defender essas terras, através da construção do Forte São Joaquim, em 1775 na confluência dos respectivos rios.

A formação da cidade de Boa Vista está ligada diretamente à história da ocupação e conquista das terras amazônicas, no que concerne a medidas de proteção e posse do território pela coroa portuguesa. O início da ocupação no vale do rio Branco se deu a partir da criação de fazendas, em especial, a fazenda Boa Vista, esse local foi o berço histórico e a infância de uma cidade que, mais de 150 anos depois, se tornaria a capital de Roraima. (VERAS,2009)

Sob a perspectiva da produção social do espaço, o presente trabalho analisa as formas sóciaspaciais de uso e apropriação do território nesses ambientes ribeirinhos do rio Uraricoera.

* Mestranda em Geografia – PPGGEO/UFRR Email: vivian_geo@hotmail.com.

** Docente Instituto de Geociências – IGEO/UFRR.

*** Docente Instituto de Antropologia – INAN/UFRR.

Com base nos elementos definidores de nossa problemática, as reflexões deste trabalho vão ao encontro da categoria de análise “Território”, referente à relação de sua construção a partir das relações sociais e simbólicas

Assim, temos como objetivo entender o comportamento dos ribeirinhos ou (“ilheiros”) (ocupantes das Ilhas) e sua participação no processo de produção socioespacial desse ambiente, a partir de suas práticas de vivências, representando nesse território uma identidade cultural particular, e também das políticas territoriais e de desenvolvimento postas para a cidade de Boa Vista e/ ou Amajari, sua proximidade. Esse objetivo principal proposto nos obriga a refletir sobre a seguinte dúvida: podemos caracterizar as ilhas habitadas do Rio Uraricoera com comunidades que apresentam vivências consideradas tradicionais?

As respostas a essa indagação trará análises que vão de encontro a fatores mais genéricos, específicos e uniformes do comportamento/conduita de cada lugar analisado nesses espaços fluviais. A partir desse foco, abrir-se-á discussão vinculada e indissociável ao território, que é a territorialidade expressada pelo uso/apropriação nesse caso, dos territórios fluviais.

São diversas as discussões sobre territorialidades, entre geógrafos, antropólogos, profissionais das ciências sociais entre outros, nos dando um rico campo de pesquisa para a fundamentação deste trabalho.

Cabe ainda identificar e caracterizar os agentes, usos e processos sócioespaciais presentes nessas ilhas fluviais; reconhecer as diferentes territorialidades e relacioná-las às vivências cotidianas ligadas ao rio nas suas dimensões econômica, político, cultural e simbólica; e reconhecer espaços de vivência ribeirinha em face das transformações sócioespaciais do seu entorno, identificados aqui como as cidades de Boa Vista e Amajari. Entendido como elementos influenciadores das dinâmicas presente nessas ilhas.

No que diz respeito à morfologia social, as ilhas analisadas apresentam uma diversidade de dinâmicas e formas de apropriação do espaço (diferentes territorialidades) sendo algumas delas inabitadas. No caso da Ilha do Piranha, (Figura 1), que já foi regularizada pela Superintendência do Patrimônio da União, os diversos agentes a usam para obtenção de recursos (uso do peixe e da água do rio), para a circulação, para o lazer, turismo. Sendo o seu uso caracterizado como múltiplo. Outras ilhas como no caso da ilha do “Louro” os agentes somente a usam pra moradia permanente.

Figura 1: Vista parcial do Rio Uraricoera e Ilha do Piranha.



Fonte: Foto de Jorge Macedo, 2012.

É importante deixar claro que a presente pesquisa não aprofundará suas reflexões a respeito do processo de regularização fundiária nessas ilhas, o que ocasionalmente será citado no trabalho, no entanto, algumas reflexões sobre a legislação recorrente serão feitas, consideradas importantes para o entendimento da dinâmica territorial nessas ilhas.

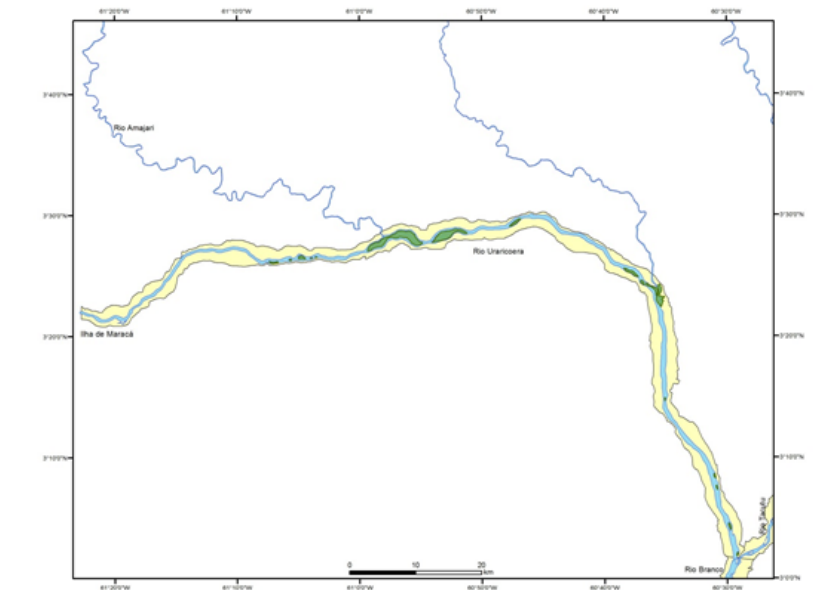
Por fim, destacaremos as diferentes territorialidades existentes nessas ilhas associadas ao processo de uso e apropriação, e reconheceremos os espaços de vivência ribeirinha analisando as vivências e experiências dos sujeitos presentes nesses espaços.

2. Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa objetiva desenvolver-se a fim de obter resultados satisfatórios e relevante no que se refere à dinâmica de produção do território nessas ilhas, no Rio Uraricoera. A pesquisa, em andamento, esta sendo realizada nas seguintes etapas: 1- levantamento bibliográfico e geohistórico, coletando dados secundários sobre a dinâmica presente nesses espaços, sobre a origem desses ambientes, e a questão das bases legais fundamentadas nas leis a que se referem; além disso o referencial teórico a respeito do território, comunidades tradicionais e identidade. 2- pesquisa em órgãos competentes que tratam da regulamentação e regularização dessas áreas, e ainda a gestão participativa nesses espaços diferenciados. 3- Pesquisa de campo a fim de coletar informações (dados primários).

A pesquisa de campo foi realizada e continuará sendo no trecho delimitado que compreende essas ilhas (Figura 2), a técnica escolhida pra a coleta de informações junto aos moradores, é o método etnográfico e historia oral, esse método etnográfico é uma técnica e procedimento antropológico, muito utilizada em pesquisas onde o contato com comunidades diferenciadas é necessário; historia oral consiste em realizar entrevistas gravadas com os indivíduos da pesquisa; concomitante a isso obterei a documentação de mídia (fotos, filmagens e entrevistas).

Figura 2: Mapa de localização das ilhas no trecho escolhido para a análise



Fonte: Dados do SIVAM, adaptado por Thiago Morato, 2013.

3. Fundamentação teórica

3.1. Reflexões Gerais

O início da colonização portuguesa na Amazônia brasileira se deu através da criação de fortins com o objetivo de defesa e conquista do território (OLIVEIRA; SCHOR, 2008). Nesse contexto, os primeiros aglomerados populacionais, embriões dos atuais espaços citadinos, surgiram ao longo dos rios devido à importância estra-

tégica que essas vias desempenhavam no processo de circulação de mercadorias e de pessoas na região (TRINDADE JR; SILVA E AMARAL, 2008).

Trindade, Santos e Ravena (2005) argumentam a incontestável importância dos grandes rios, baías e igarapés para o início da ocupação da Amazônia, pois, historicamente, foi por meio deles que ocorreu o desenvolvimento do povoamento e do comércio na região.

Nesse sentido, a análise dos espaços ligados aos rios da Amazônia deve levar em consideração a floresta e a água principalmente como pontos de partida e não de chegada para o entendimento de seu real conteúdo socioespacial. Evitar essa tendência seria não negar os conflitos sociais e a contradição existente nas formas de apropriação do espaço regional (OLIVEIRA; SCHOR, 2008). Assim, também é necessário entender a questão das terras no Estado de Roraima, uma leitura sobre as competências dos poderes estadual, municipal e Federal é importante para compreender a dinâmica em que se envolve o objeto de estudo dessa pesquisa.

O Estado de Roraima integra a região amazônica localizando-se na parte mais setentrional do Brasil, na borda da Amazônia Ocidental, encravado nas fronteiras do Brasil com a Venezuela e a Guiana, vizinho do Amazonas e do Pará. Tem área de 225.116 km², subdividida basicamente em dois ecossistemas principais: o ecossistema de savanas ou lavrados ou cerrados, que cobrem 17% do total da área, e o de florestas, que representam em torno de 83% do total, onde se concentra a maioria das pequenas propriedades. Das florestas de Roraima, apenas 2,5% foram desmatadas, sendo, em termos relativos, ao lado do Amazonas, um dos estados mais preservados do Brasil. (Roraima e os desafios do desenvolvimento sustentável, 2008)

As Ilhas analisadas, localizam-se no Rio Uraricoera, na porção nordeste do Estado, pertencendo ao ecossistema do lavrado, mas com a presença de florestas aluviais, que por sua vez localiza-se na faixa de fronteira do Estado de Roraima, A Lei N° 6.634, de 2 de maio de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, e no seu artigo 1° dispõe que:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1°. - É considerada área indispensável à Segurança Nacional a faixa interna de 150 Km (cento e cinquenta quilômetros) de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, que será designada como Faixa de Fronteira.

A localização geográfica é sem dúvida alguma, um dos maiores potenciais do estado de Roraima na análise geopolítica – estratégica como principalmente na perspectiva econômica (Agostinho, 2001)

A Constituição Federal de 1988 no seu artigo 20 dispõe sobre os bens da União:

I - os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;

II - as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções Constituinte Federal de 1988 militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;

III - os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

IV - as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as áreas referidas no art. 26, II;

IV as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 2005).

Esses territórios, enquanto ilha fluvial pertence ao patrimônio da União onde ninguém (civil) possui o direito pleno da propriedade fundiária.

O patrimônio da União é gerido pela Superintendência do Patrimônio da União (SPU/RR), que participa de modo sistemático de licenciamento integrado com outros órgãos públicos de controle territorial, analisando ao serem solicitados por interessados em ocuparem os respectivos espaços.

- A Legislação utilizada pela SPU para controle do regime de propriedade do solo, a Lei nº 9636/98 e Decreto-Lei nº 9761/46 (disponível).

Nesse contexto, é importante destacar que é dentro de uma multiplicidade de relações historicamente produzidas, reproduzidas e possíveis de apropriação que essas ilhas se apresentam. Esses que, de forma dialética, carregam uma diversidade de práticas sociais ligadas a uma temporalidade lenta, fortemente marcada pela dinâmica do rio e da natureza, onde as relações orgânicas e horizontais se realizam cotidianamente. Nesses espaços as necessidades desenham, muitas vezes, diversas relações de vivência e sobrevivência da população das águas, em suas várias dimensões funcionais, lúdicas e simbólico culturais. (LIMA, 2010).

Dessa forma, para entender as dinâmicas diferenciadas de apropriação da ilha sem negar ou privilegiar uma ou outra dimensão, enfocaremos o território em sua perspectiva geográfica integradora, que vê a territorialização dos diferentes agentes como um processo de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico cultural) dos espaços pelos grupos humanos (HAESBAERT, 2009).

O território é aqui entendido enquanto um híbrido, seja entre o mundo material e o ideal, seja entre a sociedade e a natureza, em suas múltiplas esferas (natural, eco-

nômica, política e cultural). Ele é multiescalar e multidimensional, sendo concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do mais material, das relações econômico-políticas, ao mais simbólico, das relações de ordem mais cultural (HAESBAERT, 1995; 2009).

Assim, definida nossa área de estudo e apresentados os elementos teóricos que dão corpo à nossa abordagem, passaremos para a análise dos processos que deram a ocupação dessas ilhas através de uma retomada histórica da formação e produção desse espaço, o que nos possibilitará entender como se desenvolveu a relação de vivência nesse ambiente, assim como permitirá verificar as diferentes espacialidades, temporalidades e territorialidades ali existentes.

3.2 Comunidades Tradicionais no Contexto da Pesquisa

A noção de comunidades tradicionais de acordo com Santinili (2005) já é relativamente bem aceita e definida entre os cientistas sociais e ambientais. o referido autor denota o termo como “populações tradicionais”, assim como outros autores os descrevem como sendo “povos”, no caso de Little, e ainda, sociedades e culturas, acompanhadas pelo adjetivo “tradicionais”.

A palavra tradicional de acordo com Little (2002) gera dificuldade de entendimento, devido a polissemia que detém e a forte tendência de associá-la com concepções de imobilidade histórica e atraso econômico. “Não visamos tomar discussões sobre o “moderno e o tradicional” até porque não se pode desconsiderar as importantes mudanças históricas provocadas por diversos fatores de ordem política, econômica e social no processo de expansão de fronteiras e múltiplos tipos de territórios que produziram, principalmente no que se refere a comunidades tradicionais na Amazônia brasileira”. (LITTLE,2002,p.03)

A denotação desse grupo de pessoas entendidas e auto-afimadas com vivências tradicionais nesta pesquisa será nomeado como “comunidades tradicionais” é a que mais se enquadra no contexto do território amazônico, sendo caracterizadas nesse caso como os ribeirinhos ou “ilheiros”. Na presente pesquisa considerar-se-á quanto ao aporte teórico os termos: populações tradicionais, povos tradicionais, sociedades tradicionais, comunidades tradicionais, ou ainda, comunidades locais, como possuidores de uma mesma conotação. Assim sendo:

Voltando a ideia de aceitação e definição do termo, Santinili (2005), coloca que muitos estudiosos da área, ainda fazem considerações a respeito das dificuldades conceituais encontradas nesta definição:

Ainda que alguns antropólogos apontem as dificuldades geradas pela forte tendência à associação com concepções de imobilidade histórica e atraso econômico e considerem o conceito “problemático” em face da forma diversificada e desigual com que os segmentos sociais se inserem na Amazônia socioambiental, a categoria “populações tradicionais” tem sido bastante reconhecida em sua dimensão política e estratégica. (SANTINILI, 2005. p. 124-125)

Conforme Little (2002), o conceito de povos tradicionais contem tanto uma dimensão empírica quanto uma dimensão política, de tal modo que as duas dimensões são quase inseparáveis.

Ainda conforme o autor visando mistificar o conceito, em sua obra *Territórios Sociais e Povos Tradicionais do Brasil: por uma antropologia da territorialidade*, diz que o conceito de povos tradicionais pode ser utilizado no âmbito de juntar três fatores como a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento ao lugar, a procura de autonomia cultural e as praticas adaptativas sustentáveis que os grupos sociais (indígenas, quilombolas), analisados em sua obra mostram na atualidade.

A respeito das comunidades tradicionais Diegues e Arruda (2001) contribuem dizendo que:

Utiliza-se neste estudo a noção de “sociedades tradicionais” para definir grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza. Essa noção refere-se tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional, que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos (DIEGUES; ARRUDA, 2001, p. 27).

Os conhecimentos tradicionais são produzidos e gerados de forma coletiva com base em ampla troca e circulação de ideias e informações transmitidas oralmente de uma geração à outra (SANTILLI, 2005). Portanto, de acordo com a definição apresentada. O conhecimento tradicional não se restringe aos organismos, mas inclui percepções e explicações sobre a paisagem, geomorfologia, e a relação entre diferentes seres vivos com o ambiente físico (ALBUQUERQUE, 2005).

É importante trazer a conceitualização do termo pra o contexto amazônico, onde segundo Cañete e Cañete (2006) é uma região com diversidades biológica, ambiental e também social, devido a grande extensão territorial que abrange, agem dos mais variados ecossistemas que abriga. Dessa forma visando contribuir para a definição do conceito de comunidade ou população tradicional, Arruda (1999) diz que:

Populações tradicionais são aquelas que apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, normalmente, de base sustentável... Em geral ocupam a região há muito tempo e não têm registro legal da propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de utilização comunitária, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente. (ARRUDA, 1999. p.79-80)

O autor Diegues (1993/1997) e Diegues et al (2001) demonstram com as populações tradicionais desenvolvem um modo de vida de integração com a natureza. Segundo o autor:

Modos de vida particulares que envolvem uma grande dependência dos ciclos naturais, um conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e até uma linguagem específica. (DEIGUES, 1994, p.14)

Em se tratando das definições feitas até aqui a respeito do conceito de comunidades tradicionais, a proposta da pesquisa é em primeiro lugar verificar se as pessoas que vivem nessas ilhas podem ser consideradas como comunidades tradicionais expressando vivências específicas, amparados no referencial teórico que será ainda revisado e enriquecido, junto com o trabalho de campo realizado nessas ilhas verificar-se-á a ocorrência dessa denominação.

3.3 *A categoria de análise da pesquisa: O território*

O território como um conceito chave na geografia, sendo alvo de discussões e contribuições que visam a explicabilidade aplicabilidade do conceito. O território foi e continua sendo alvo de estudos, diálogos, concepções e visões distintas. Ao logo do desenvolvimento do conhecimento científico este assume várias formas e significados de acordo com a perspectiva contida nele.

Haesbaert (2011), na sua ilustre obra, *O mito da desterritorialização*, apresenta que existem diferenciações; transformação de conceitos em função das questões priorizadas. Estas questões específicas se baseiam em algumas das principais linhas teórico-conceituais, entre elas a política, a cultural e econômica.

Vemos a amplitude do conceito quando nos deparamos com o território interpretado, estudado por outras áreas do conhecimento científico: “enquanto a geografia enfatiza a materialidade do território em suas múltiplas dimensões a ciência polí-

tica enfatiza sua construção a partir das relações de poder, que na maioria das vezes privilegia o Estado-nação como detentor deste, a economia, percebe-o muitas vezes como fator locacional ou como uma das bases da produção, a antropologia valoriza sua dimensão simbólica principalmente no que se refere ao estudo das comunidades tradicionais, a sociologia dá o enfoque no território a partir de sua intervenção, já nas relações sociais em sentido amplo, a psicologia se posiciona a fazer uma leitura sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-a até a escala do indivíduo. (HAESBAERT,2011)

Diante disso, ver-se o grande campo de conhecimento que o território admite, que pode de alguma forma cuidadosamente ser aglutinado, trazendo-o para a realidade que se percebe no objeto de estudo em questão. Na proposta de construção da pesquisa pretende-se perceber o território a partir do enfoque da geografia, não deixando, claro, que receber subsídios de outras ciências como, por exemplo, da antropologia que privilegia o estudo das comunidades tradicionais. A noção de territorialidade será discutida na perspectiva geográfica e antropológica.

No entendimento das relações no território, este será investigado a partir dos agrupamentos dessas concepções, priorizando a visão cultural, onde o espaço vivido toma forte evidência.

Fica evidente que a resposta a estes referenciais irá depender, sobretudo, da posição filosófica adotada pelo pesquisador (HAESBAERT,2011, p.41)

Por exemplo, uma definição clássica de território a partir de uma abordagem econômica conceitua:

Designa-se por território uma porção da natureza e, portanto do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica a garante a todos ou a parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar” (GODELIER, 1984:112 apud HAESBAERT, 2011)

Haesbaert escreve que Godelier demonstra importância ao território como fonte de recursos, ao seu acesso, controle e uso. Essa definição faz muita referência a natureza, o que está muito presente em trabalhos de antropólogos e historiadores que ao tratarem o território e territorialização se reportam à análise de sociedades tradicionais.

O presente trabalho apesar de trazer a discussão sobre a comunidade dita tradicional em ilhas federais não se limita apenas a essa abordagem, pois como já citado

a perspectiva adotada aqui será a integradora, uma das grandes contribuições de Haesbart em sua Obra.

Território e territorialidade tiveram suas bases conceituais elaboradas pela primeira vez, no campo da Etologia. Hall 1986, considerado o primeiro antropólogo que empreendeu um estudo sistemático sobre o tema da territorialidade. (HAESBAERT, 2011).

Conforme este autor, na perspectiva idealista de território pode-se citar entre outros, claro, os trabalhos dos geógrafos franceses Bonnemaizon e Cambrézy (1999). Nessa perspectiva o pertencimento ao território implica a representação da identidade cultural. O território reforça sua dimensão enquanto representação, valor simbólico (geografia cultural, novo paradigma associado à corrente humanista ou idealista da geografia, prefere utilizar outros conceitos como lugar a paisagem para analisar à dimensão cultural do espaço.

Estes autores se referem às comunidades tradicionais e deixam claro a primazia que concedem à natureza simbólica de relações sociais na sua definição de território. A força desta carga simbólica é tamanha que o território é visto como um “construtor de identidade, talvez o mais eficaz de todos.

Marcelo Lopes de Souza (1995) a respeito da ideia de identidade e território diz que:

O território surge na geografia política como um espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos) que é apropriado, ocupado por um grupo social. a ocupação do território é vista como algo gerador de raízes de identidades: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza patrimônio arquitetônico “paisagem”). (SOUZA, 1995, P 84)

Nessa perspectiva a territorialidade é um conceito utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural.

A esse respeito, Hasbaert (2011) faz a crítica dizendo que a territorialidade muitas vezes é vista como simples “qualidade de ser território” é muitas vezes concebida em um sentido estrito como “A dimensão simbólica do território. “Muitas relações podem ser feitas, a partir do próprio sufixo da palavra com noção de identidade territorial”. Isto significa que o território carregaria, sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica, ou cultural em sentido estrito, e uma dimensão material, de natureza predominantemente econômico-política” (HASBAERT,2011.74)

O sociólogo Paul E. Little (2002) em uma análise sobre os territórios sociais, contribui dizendo que a renovação da teoria de territorialidade na antropologia tem

como ponto de partida uma abordagem que considera a conduta territorial como parte integral de todos os grupos humanos (LITTE, 2002). E complementa dizendo que: “Defino a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou *homeland*”¹ (LITTER, 2002 p,3)

Na perspectiva integradora da visão do território, é aquela onde o território não visto somente como político, econômico e cultural. A proposta de integração dessas dimensões capaz de evidenciar a riqueza ou a condensação de dimensões sociais que o espaço manifesta fica com a ciência geográfica. (HAESBAERT, 2011)

Ainda segundo o autor, este argumenta que o privilégio de uma dessas dimensões acontecerá em função do recorte disciplinar e da problemática envolvida no objeto de estudo que se pretende responder, ou investigar.

O território construído de forma conectada/articulada envolvendo “muitas coisas”. Dessa forma:

Há necessidade de uma visão de território como um híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, entre política e economia e cultura, e entre materialidade e idealidade, numa complexa interação tempo-espaço. (HASBAERT, 2011, p.79)

Ainda segundo o autor “O território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HASBAERT, 2011. p.79)

Diante da diversidade de abordagens a respeito da discussão sobre a categoria território, há a necessidade de ser articular teorias e de se considerar aspectos específicos que se adequam ao objeto de análise. A proposta é realizar isto de forma mais interativa possível, os fatores que engendram essas concepções como visto existem muitas formas de entender/conceber o território, busco aqui uma abordagem que seja possível envolver os diversos modos. Não pretendendo claro delongar as discussões que já seguem, mas conforme o objetivo proposto anteriormente, pretende-se articulá-las de modo que haja um entendimento desse território fluvial à luz da vivência prática da pesquisa.

Não pretendemos começar simplesmente pelo já desgastado debate em torno de “o que é território [...] a questão, no nosso ponto de vista, é com que problemáticas nos envolvemos e “o que fizemos”, concretamente, a partir dos conceitos de território que (academicamente falando) construímos (HAESBAERT, 2009, p. 95)

¹ A palavra em inglês tende a ser traduzida como pátria

Dessa forma é o uso social do território e não o território em si que se configura como objeto de análise desta pesquisa.

O território neste caso é considerado a partir da dinâmica socioespacial de uso e apropriação e ainda manejo dos recursos e significação que acontecem nesse espaço (o território) sendo essas relações sociais projetadas no substrato, que nesse caso, material (as ilhas). São, portanto, as formas de vivências a partir do vínculo com este território, produzindo assim identidade diferenciada que nos interessa conhecer.

Enquanto relação social, uma das características mais importantes do território é sua historicidade.

Haesbaert (2011) diz que ainda que consideremos o território ou a territorialidade inerente a todo grupo social, ao longo de toda sua história, é imprescindível diferenciá-lo na especificidade de cada período histórico.

Dentre as diversas definições de território, as mais clássicas, que marcam a tradição do conceito esta relacionada ao poder, ou seja, na dimensão política.

Na visão de Raffestin (1993) em sua obra *Por uma Geografia do Poder*, explica que o espaço é anterior ao território e se forma a partir da ação de um ator, que ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente o territorializa. O território nessa perspectiva é um espaço que se projeta o trabalho, seja energia de informação, que por consequência revelam relações marcadas pelo poder.

Assim, a possibilidade do poder, e não o poder, se constrói sobre a apropriação do trabalho no seu adjetivo de energia informada. Raffestin considera então como “trunfos” do poder a população, os recursos e o território.

Para Sack (1986), a territorialidade: esta “qualidade necessária” para a construção de um território, é incorporada ao espaço quando este media uma relação de poder que efetivamente o utiliza como forma de influenciar e controlar pessoas, coisas e/ou relações sociais – trata-se simplificando, do controle de pessoas e/ou de recursos pelo controle de uma área. A fronteira e o controle do acesso, portanto, são atributos fundamentais na definição de territorialidade defendida pelo autor. O autor reconhece que a territorialidade é uma “base de poder”.

Sack (1986) afirma que a territorialidade pode ser ativada desativada, o autor mostra que o territórios possuem uma mobilidade, a falar, flexibilidade, isso mostra que a idéia de territórios estáticos não é mais tão aceita.

Souza (1995) em seu texto *O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*, expõe que a territorialidade remeteria, a algo extremamente abstrato: aquilo que faz de qualquer território um território, isto é, *as relações de poder espacialmente delimitadas sobre um substrato referencial*. As territorialidades significam os tipos gerais em

que podem ser classificados os territórios conforme suas propriedades dinâmica, etc. Este autor também diz que a discussão sobre territorialidade não é unânime entre os autores (SOUZA, 1995)

O poder em Sack, é uma estratégia, ou melhor, um recurso estratégico que pode ser mobilizado de acordo com o grupo social e seu contexto histórico e geográfico.

Segundo Sack “a territorialidade deve proporcionar uma classificação por área, uma forma de comunicação por fronteira e uma forma de coação ou controle” 89 o território torna-se assim um dos instrumentos utilizados em processo que visam algum tipo de padronização – internamente a este território, e de classificação – na relação com outros territórios. Por isso, toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa, e ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais. Complementa ainda: todo processo de identificação social é também uma relação política, acionada como estratégia em momentos de conflito e/ ou negociação.

A respeito da identidade dos grupos, o autor Woodward (2005), argumenta que “As identidades são formadas por meio da marcação da diferença e essa marcação de diferenças ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de forma de “exclusão social”. A identidade, então, não é o oposto da diferença, mas depende dela, na medida em que a diferença separa uma identidade de outra”. (WOODWARD, 2005. p.39)

É, portanto, essa diferença de limites, classificação e comunicação de fronteiras que vai gerar as identidades específicas dos “de dentro” e dos “de fora”, o princípio da alteridade de Raffestin, Woodward não explicitou o poder no seu texto, no entanto entende-se que essas relações simbólicas a que se refere, são relações sociais que expressam o poder em escala diferenciada.

É importante notar que Sack (1986) mesmo enfatizando o território como instrumento de poder, não ignora sua dimensão simbólica, não negando o papel da cultura na definição de territorialidades.

Acredito, que o território esta vinculado as relações de poder, no que se refere as territorialidades.

Quando analisarmos as relações de poder, no que se refere ao uso e apropriação do território nessas ilhas habitadas, devesse ser levando em consideração além das formas de dominação e de soberania² outras formas como apropriação, uso, resistência e significação.

Dessa forma, o será levado em conta uma análise de macro e micro poderes (no que se refere ao poder do Estado e do poder da comunidade que se auto organiza).

No que se refere a discussão teórica sobre uso e apropriação, ser a admitido as concepções de Henri Lefebvre, que trata da apropriação do espaço em sua obra “La Produccion d’ Espacio” e ainda outros autores como o geógrafo Yu Fu Tuan (1983) em sua obra “Topolia”. Leituras que serão realizadas posteriormente.

4. *Reconhecimento de área*

Aos dias 30 de agosto desde ano iniciamos o trabalho de reconhecimento de área de estudo no trecho que compreende ilhas do rio Uraricoera, um trecho que compreende desde a Ilha de Maracá ate a Confluência dos rios Uraricoera e Branco, este trecho foi escolhido porque o trabalho de campo possibilitou entender a relação da comunidade local nessas ilhas com outras ilhas e outros lugares dentro desse espaço delimitado, portanto, o trecho delimitado compreende aproximadamente 140 Km, cerca de 18 ilhas com cerca 19 famílias, que vivem nessas ilhas, com diferenças temporais, mas que se utilizam nos recursos do rio e do solo da ilha para sobreviverem, mostrando assim um modo de vida diferenciado, reconhecido por eles mesmos.

O primeiro passo no trabalho de campo nessas ilhas foi identificar um morador que soubesse informações sobre as famílias que vivem naquela área, dessa forma entramos em contato com Louro, residente com sua família, esposa e filho numa Ilha localizada próxima as ilhas do Piranha e Amajari, este individuo-fonte, nos deu bastante informações e nos levou a varias ilhas, bem como mostrou os locais de pesca e falou sobre as dificuldades que enfrentam no que se refere a políticas públicas.

Foi realizado um primeiro contato com essas famílias e visita em ilhas habitadas ou não, pontos no GPS foram retirados para posterior elaboração de mapas, assim como fotos. (Figura 3)

Figura 3: (A- Louro e filho; B-casa do Louro; C- casa do Sr. Sabá; D-conversa com moradores; E; Casa do Sivirino; F- barco de campo.



Fonte: Dados de campo. Agosto, 2014

Foi notado que as comunidades nessas ilhas possuem uma relação bem amigável, alguns deles são pescadores profissionais possuindo carteira do ministério da pesca, conhecem bem a área no que se refere aos aspectos fisiográficos e possuem uma relação harmônica com o meio, pois nota-se que essas ilhas estão todas bem preservadas. Isso demonstra a capacidade que as comunidades possuem no gerenciamento dos recursos naturais e o ordenamento territorial pesqueiro, atenuando conflitos internos e aumentando a produção e a renda das comunidades.

Considerações Finais

Cabe aqui lembrar que a referida pesquisa ainda encontra-se em fase de desenvolvimento. As referências apresentadas nos mostram a complexidade e riqueza do campo teórico a que abrange.

A metodologia aplicada serviu para identificar os diversos agentes que usam/ e ou se apropriam dessas ilhas localizadas no Rio Uraricoera, no trecho que corresponde têm características particulares definindo sua importância na estruturação do território regional.

Uma riqueza maior de informações será possível após a conclusão da referida pesquisa, no entanto percebe-se a relevância do tema, por conseguinte da realização do trabalho nessa nova localidade.

Partindo dos princípios supracitados, entende-se ser coerente defender a pertinência da temática de estudos geantropológicos dessa natureza, visando a análise

da produção dos territórios amazônicos, em especial o estudo de caso da dinâmica socioespacial dos territórios fluviais, no rio Uraricoera, localizado no Estado de Roraima. Além disso é uma das formas de dar visibilidade aos agentes (ilheiros) que se reconhecem como comunidade tradicional por desenvolver ali trabalho e relações de afinidade/identidade com o território, reconhecendo-os como tal e apreendendo o modo de como se relacionam com esse território que nesse caso é visto sob uma perspectiva de produção social.

Vele ressaltar a carência de estudos que tratem do tema proposto nas cidades da Amazônia Ocidental, em especial Roraima. Poucas formas de ocupação envolvendo os ambientes fluviais são pouco pesquisadas divulgadas.

Referências Bibliográficas

AGOSTINHO, Jaime de. **Revista T&C Amazônia**, Year VI, Number 14, June 2008.p .18

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de. **Etnobiologia e biodiversidade**. – Recife: NU-PEEA / Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, 2005.

ARRUDA, R. S. V. **Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1, 1999, Curitiba. Anais. Conferências e Palestras, v. 1, p. 262-267.

_____, Antonio Carlos. ARRUDA, Rinaldo S. V. (Org.). **Saberes tradicionais biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

BRASIL, **Constituição Federal de 1988. Art. 20.no art. 26, II**; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 2005)”, disponível em: Ofício nº 078/2011/COREG/SPU/RR Boa Vista, 21 de fevereiro de 2011

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Congresso Nacional**: Brasília, 1988.

CANETE. Thales. M.R. **Populações Tradicionais Amazônicas: revisando conceitos**. 2006.p 26

CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Geografia Conceitos e Temas.. desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elías de; GOMES, Paulo Cesar da Costa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas, USP, 2001.p.196.

HAESBAERT. R. **Desterritorialização**: entre redes e aglomerados de exclusão. In:CASTRO, I. et all (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011

LIMA, M. M. **Interfaces da cidade com o rio no Sudeste Paraense**: estudo sobre aorla fluvial de Marabá. 2010. [s.n]. Relatório de Pesquisa (Programa Institucional).

LITTLE. Paul. E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil**: Por uma Antropologia da Territorial. Serie Antropológica 322. Brasília 2002.

OLIVEIRA, J. A. **Das cidades da natureza à natureza das cidades**. In: TRINDADE JR,S. C.; TAVARES, M. G. C. (Orgs.). Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Atica. 1993.

RORAIMA, ministério do planejamento, orçamento e gestão - secretaria do patrimônio da união- superintendência do patrimônio da união em Roraima, 2013.disponível em : <http://patrimonioidetodos.gov.br>. dia 25/11/13.

_____, **parecer nº 0561** – 5.7/2011/AMF/CONJUR/MP processo nº:04905.004303/2010-49 interessada: secretaria do patrimônio da união assunto: Terras da União situadas em faixa de fronteira compreendidas dentro dos limites da “Amazônia Legal”.2011

_____,**lei nº 6.634**, de 2 de maio de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planejamento.gov.br/>. acessado dia 20/11/13

_____, **lei nº 9.636**, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, lei disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19636.htm

SACK, R.. **Territorialidade Humana**: Sua teoria e história. Cambridge: Cambridge University Press. 1986

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e Novos Direitos**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SILVA, M. **Saindo da invisibilidade**: a política nacional de povos e comunidades tradicionais. *Inclusão Social*, Brasília, v. 2, n. 2, p. 7-9, abr./set. 2007.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **O território**: sobre espaço e poder, autonomia e

TRINDADE JR., S. C.; SANTOS, E. R. C.; RAVENA, N. **A cidade e o rio: espaço etempo na orla fluvial de Belém**. In: TRINDADE JR., S. C.; SILVA, M. A. P. (Orgs.). *Belém: a cidade e o rio na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2005. p.12-43.

VERAS, Antônio Tolrino de Rezende. **Tese de doutorado**: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE BOA VISTA – RORAIMA. São Paulo, 2009.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). HALL, Stuart. WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: A perspectiva de estudos culturais*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2005

INFLUÊNCIAS DA TENSÃO RURAL-URBANO NOS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DOS JOVENS RURais DE RORAIMA

Apresentação

O presente artigo apresenta os resultados parciais de uma pesquisa que visa compreender processos de construções identitárias peculiares à juventude de Roraima, dentre os jovens que são oriundos do campo, a partir de suas próprias vivências e percepções, considerando a estes enquanto sujeitos que experimentam e interpretam as contradições da realidade social, bem como que se encontram imersos em processos de identificações. Nesta perspectiva, entendemos que os processos nunca são uma construção completa, posto que sejam contingenciados às condições e situações do porvir, e ainda, que estão vinculados aos processos de articulação, suturação e sobredeterminação, e por fim, que operam por meio da diferença.

1. Breve panorama das questões relativas às juventudes

No Brasil, especialmente a partir da década de 1990, os jovens passaram a contar com uma representação significativa no universo das temáticas investigadas pela ciência. Contudo, boa parte das produções sobre juventude se debruçam sobre situações polêmicas que envolvem os jovens, havendo ainda poucos estudos que se dedicam aos jovens do campo, enquanto atores sociais propriamente, em especial quando se trata dos jovens da região norte.

Traçaremos aqui uma breve argumentação, tencionando evidenciar a relevância de uma pesquisa sobre juventude, voltada sobremaneira aos jovens do campo, partindo de um panorama internacional, passando pelo contexto brasileiro e concluindo com algumas percepções sobre o cenário da região norte e o estado de Roraima.

* Doutoranda em Ciências Sociais/UNISINOS. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. e-mail: adeline@ifrr.edu.br

** Doutoranda em Ciências Sociais/UNISINOS. Professora EBTT do Instituto Federal de Roraima. e-mail: jocelaine.santos@ifrr.edu.br

No âmbito dos compromissos internacionais, nas últimas duas décadas, as abordagens relativas à juventude obtiveram avanços significativos, especialmente em se tratando da atuação da Organização das Nações Unidas (ONU), e da agenda dos países-membros da Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ)¹.

De acordo com o relatório expedido pelo Fundo de População das Nações Unidas- UNFPA, no ano 2011, que trata sobre a situação da população mundial, no capítulo que trata especificamente sobre a juventude, intitulado “Juventude: um novo poder global reconfigura o mundo”, quase metade dos 7 bilhões de pessoas que vivem no mundo tem até 24 anos de idade.

Destaca-se ainda que as pessoas com idades compreendidas entre 10 e 19 anos, representaram 17% da população mundial, sendo que destes, 90% vivem em países em desenvolvimento.

O ano de 1985 foi proclamado pela ONU como ano Internacional da Juventude, com vistas a incentivar a plena e efetiva participação dos jovens nos mais diversos segmentos da sociedade. Esta iniciativa já apontava para a percepção da urgência em articular condições para o adequado desenvolvimento dos jovens.

Apesar disso, os indicadores que mensuram o acesso dos jovens aos direitos humanos preconizados no Informe sobre a Juventude Mundial de 2005 da ONU apresentou um contexto lamentável. O documento destacou que na população mundial de 1,2 bilhões de jovens, à época, 200 milhões sobreviviam com menos de US\$ 1,00 per capita por dia e que a juventude não é aludida de forma direta na Declaração Universal dos Direitos Humanos, tampouco no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, favorecendo a invisibilidade desta fração populacional. O documento apontou ainda a urgência de intervenções públicas nas áreas de saúde, educação e emprego.

Acompanhando a evolução deste quadro da juventude no mundo, verificamos conforme o 11º Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos, elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco, lançado em janeiro de 2014, que ainda persevera a realidade da existência de muitos jovens sem ter acesso ao básico necessário para saber/poder dirigir suas vidas com saúde e dignidade.

Sobre esta situação, conforme informações do Relatório da Unesco (2011), destacamos:

¹ A Organização Ibero-Americana de Juventude – OIJ é um órgão multilateral vinculado à Organização Ibero-Americana, cujo objetivo é promover o diálogo e a cooperação em matéria de juventude, no âmbito Ibero-Americano. Compõe a OIJ, Portugal, Espanha e os países da América Latina. Nodia 04/08/2010, o Senado Federal autorizou o ingresso do Brasil na OIJ.

- 69 milhões de adolescentes estão fora da escola em todo o mundo, e este dado não tem sofrido alterações significativas desde o ano 2007;
- Nos países de baixa renda, somente 37% dos adolescentes, e apenas 13% dos mais pobres, completam a educação secundária;
- As crianças mais pobres aprendem menos e 24% dos adolescentes entre 15 e 24 anos em países pobres, não conseguem ler uma frase sequer;
- 40% dos jovens que vivem na África Subsaariana são analfabetos;
- As meninas mais pobres que vivem na África Subsaariana somente alcançarão a educação primária universal completa no ano 2086, enquanto que os meninos mais ricos, que vivem no mesmo lugar, deverão alcançar esta meta até o ano 2021;
- Em alguns países da América Latina, como El Salvador, Guatemala, Panamá e Peru, a defasagem em relação ao aprendizado de matemática e leitura entre crianças urbanas e rurais ultrapassa 15%;
- Até o ano 2010, os homens jovens urbanos mais ricos já passavam mais de 9,5 anos na escola, em média, nos países de baixa renda, e mais de 12 anos em países de renda média baixa. Ao mesmo tempo, as mulheres jovens mais pobres de áreas rurais ficavam menos de 3 anos na escola, tanto em países de renda baixa como de renda média baixa.

No que se refere ao Brasil, atualmente contamos com cerca de 51 milhões de jovens, que representam próximo de 26% da população do país, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/PNAD, 2010.

Os jovens brasileiros concentram-se majoritariamente nas áreas urbanas, posto que estes correspondam a 84% do total deste segmento populacional. As Regiões do Brasil que apresentam maior representação de jovens que vivem em áreas rurais são a do Nordeste, contando com 27%, e a Norte com 22%. A região Sudeste do país se mantém como a que detêm maior quantitativo de jovens vivendo em zonas urbanas, com seus 94%. (IBGE/PNAD, 2009). Conforme a mesma fonte, 14 milhões de jovens brasileiros podem ser considerados pobres, pois apresentam renda familiar per capita de até meio salário mínimo.

O Relatório da Unesco (2011), quando aborda dados relativos à juventude brasileira, ressalta que o Brasil encontra-se dentre os 53 países que não atingiram e nem estão próximos a atingir os objetivos da educação para todos até o ano 2015, apesar de haver apresentado avanços ao longo das duas últimas décadas, como por exemplo:

- O acesso ao ensino fundamental está quase universalizado, contando com 94,4% da população de 7 a 14 anos de idade incluída neste nível de ensino;

- A proporção de jovens na idade própria que se encontram matriculados no ensino médio é superior ao dobro do quantitativo existente no ano de 1995, representando um expressivo avanço de acesso à educação secundária.

A despeito destes dados positivos e da evolução histórica dos indicadores referentes à escolaridade dos jovens no Brasil, que subiu de 6,8 anos (1997) para 9,5 (2009) na faixa etária de 20 a 24 anos, podemos verificar que os jovens conseguem ingressar no ensino médio, mas uma grande contingente acaba não o concluindo. (PNAD, 2009)

Analisando informações sobre a juventude brasileira (PNAD, 2009), ainda em se tratando da escolarização destes, numa abordagem comparativa entre as realidades vivenciadas pelos jovens que vivem no campo e os jovens que vivem nas áreas urbanas, salientamos que:

- O nível de escolaridade dos jovens que vivem no campo é 30% inferior aos dos jovens que vivem no meio urbano e ainda que 8% dos jovens do campo são analfabetos, enquanto que dentre os jovens urbanos, este percentual é de 2%;

- Dentre os jovens-adolescentes (com idades entre 15 e 17 anos) que vivem nas áreas urbanas, apenas 50% destes estão terminando o ensino médio, enquanto que dentre os jovens do campo, somente 1/3 destes concluem o mesmo nível de ensino;

- Em meio aos jovens-adolescentes que vivem no campo, há um quantitativo superior a 1,2 milhão de pessoas que deveriam estar matriculadas no ensino médio, todavia, ou estes ainda se encontram cursando o ensino fundamental ou desistiram da escola;

- No Brasil, como um todo, os jovens residentes na localidade urbana contavam com a média de 9,8 anos de estudo, enquanto os da localidade rural, com 7,5 anos.

Estes dados servem-nos de aporte para melhor compreendermos as contradições vivenciadas pelos jovens, de modo particular, a realidade dos jovens do campo, bem como para ponderar sobre estudos realizados sobre esta população. Um, por exemplo, é a pesquisa realizada por Castro (2009) sobre a saída dos jovens do meio rural, na qual é possível perceber que, apesar da juventude desejar “ficar na terra”, ela não identifica condições objetivas para tal, destacando como obstáculos enfrentados que corroboram na sua migração para a cidade, a dificuldade de acesso à escola e a falta de emprego e trabalho remunerado.

Corroborando com a argumentação acima, os documentos oficiais elaborados pelo INEP/MEC, como o Resumo Técnico sobre o Censo da Educação Superior de 2010, apontam essa realidade em relação às desigualdades que marcam as populações jovens, também em decorrência das regiões onde vivem:

Especificamente em relação aos jovens residentes na localidade rural, vale destacar que a Região Sul sempre teve com a maior escolaridade a longo desses anos, contando em 2009 com a média de 8,9 anos de estudo. Também mereceu destaque o incremento no desempenho da Região Centro-Oeste que, em 2009, superou ligeiramente o desempenho da Região Sudeste – respectivamente, 8,5 e 8,4 anos de estudo (INEP/MEC; 2012, p.38)

Ainda considerando as diferenças regionais, os dados da PNAD (2009) revelam que 54% dos jovens em situação de pobreza estão na região nordeste. Os mesmos dados evidenciam que as regiões norte e nordeste concentram os mais baixos índices de jovens-adolescentes estudando na série adequada, considerada uma distorção série-idade, posto que ambas apresentam cerca de apenas 39% destes jovens matriculados no ensino médio.

Comparando o dado acima com a situação dos jovens na mesma faixa etária que vivem na região sudeste, fica evidenciada a marca da desigualdade regional, pois o quantitativo de jovens-adolescentes cursando o ensino médio nesta região é superior a 60%.

Os dados divulgados pelo IBGE, na PNAD Contínua, em junho de 2014, relativa ao quarto trimestre de 2013, atestam as diferenças regionais quanto às oportunidades de trabalho, em especial no que se refere aos jovens, pois quanto à taxa de desocupação², enquanto a região sul apresenta a menor taxa (3,8%), a região nordeste apresenta a maior taxa (7,9%) e a região norte aproxima-se da taxa média total, com 6,2% de desocupados.

Ainda sobre a PNAD Contínua 2014, a situação complexa dos jovens se destaca no estudo, posto que apresente um elevado patamar de desocupação (13,1%) em relação à taxa média total do país (6,2%), enquanto que a mesma taxa relacionada às pessoas com idades entre 25 e 39 anos é de 6%, e dentre as pessoas com idades de 40 a 59 anos é de 3,2%. Os jovens com idades de 18 a 24 anos, que vivem nas regiões nordeste e norte, apresentam taxas de desocupações muito superiores (16,4% e 14%) aos jovens que vivem na região sul (7,2%), revelando que as desigualdades regionais, marcam severamente a realidade dos jovens.

Destarte, apenas 45% dos jovens brasileiros termina a Educação Básica. Este fato repercute nas possibilidades de participação no mundo do trabalho, haja vista a crescente exigência de escolaridade mais alta e especializações profissionais.

Foi neste contexto internacional e nacional, no ano 2005, que o governo brasileiro instituiu a Secretaria Nacional de Juventude - SNJ, o Conselho Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – o Projovem original,

² Percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho: [desocupados/força de trabalho] x 100

estrategicamente alocado na Secretaria-Geral da Presidência da República - SGPR, sendo sua gestão compartilhada entre os Ministérios da Educação - MEC, do Trabalho e Emprego - MTE e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, sob a coordenação da SNJ/SGPR.

Esta ação sinalizou uma intenção de integração aos debates internacionais e das organizações governamentais e não governamentais brasileiras sobre as problemáticas que atingem a juventude. (CONJUVE, 2006)

Sob a pressão do Conselho Nacional da Juventude - Conjuve, a PEC da Juventude foi aprovada com 56 votos em primeiro turno, sendo posteriormente aprovada por unanimidade a proposta que altera a denominação do capítulo VII do Título VII da Constituição, para tratar dos interesses da juventude brasileira.

Já em julho de 2013, foi aprovado pelo Congresso Nacional o Estatuto da Juventude, que garante direitos às pessoas de 15 a 29 anos de idade. Este Estatuto entrou em vigor a partir do dia 02 de fevereiro de 2014. Este documento, construído a partir de articulações principalmente do Conjuve, define como jovens as pessoas com idades entre 15 e 29 anos.

Na intenção da transformação de uma percepção dos jovens como “problema”, em direção ao reconhecimento dos mesmos enquanto sujeitos de direitos, o Conjuve defende a existência de diferentes juventudes brasileiras, levando em conta a diversidade de questões de caráter socioeconômicos e étnico-culturais que a permeiam.

Deste modo, atualmente, sobre a delimitação etária da juventude, vigora uma subdivisão que visa a favorecer o direcionamento de políticas públicas, de modo a melhor adequarem-se às especificidades juvenis. As divisões contemplam o jovem-adolescente que tem entre 15 e 17 anos de idades; o jovem-jovem que idade entre 18 e 24 anos; e o jovem-adulto que apresentam idade entre 25 e 29 anos. Esta mesma classificação fora adotada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, para analisar a realidade socioeconômica juvenil.

A maioria dos jovens encontram-se dispostos dentre os jovens-adolescentes (20%) e os jovens-jovens (47%). O quantitativo dos jovens distribuídos por gênero é similar, pois 49,6% são homens e 50,4% são mulheres. (Censo, 2010)

As argumentações, dados estatísticos e resultados de pesquisas destacados até este ponto, demonstram a expectativa quanto ao impacto social esperado a partir da aplicação de políticas públicas voltadas para a juventude brasileira. Nota-se que há necessidade de investimentos sob vários aspectos estruturais, porém há que se considerar, conjuntamente que, do ponto de vista do desenvolvimento, da formação, da qualidade/quantidade de conhecimentos construídos, os investimentos em infra-

estrutura serão tão melhor aproveitados quanto for consistente a formação pessoal e cidadã do jovem. (ZABALA, 1998)

Em se tratando da realidade dos jovens que vivem no Estado de Roraima, os dados referentes à taxa de analfabetismo entre eles se apresenta ainda mais preocupante, pois conforme o IBGE (2009) temos 2,7% analfabetos dentre as pessoas com idades entre 10 a 14 anos, e de 9,6% dentre os que têm 15 anos ou mais.

Todavia, sobre a média de anos de estudo dos jovens, o estado de Roraima apresenta um destaque positivo em relação aos demais estados das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, como podemos observar no Gráfico 1.

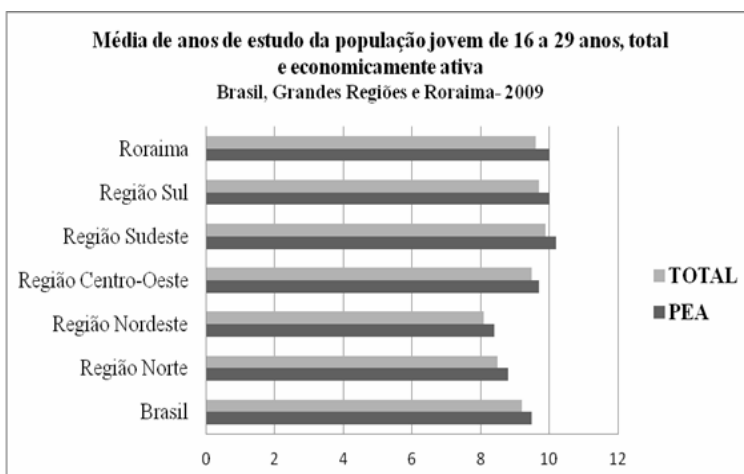


Gráfico1. Fonte: IBGE. Pnad/2009-Elaboração: DIEESE³

Apesar deste dado favorável, ao confrontá-lo com os resultados nos indicadores de qualidade da Educação Básica, desenvolvidos pelo Ministério da Educação, vemos que Roraima, juntamente com a Região Nordeste, apresenta uma pontuação que denota a precariedade da educação, em especial no que se refere ao Ensino Fundamental, como se observa na Tabela 2, que expõe as notas obtidas nas avaliações do IDEB⁴.

³ PEA-POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA- É a parcela da população em idade ativa que está ocupada ou desempregado-desocupada.

⁴ MEC/INEP-O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador da qualidade da Educação desenvolvido pelo Ministério da Educação. Seus valores variam de 1 a 10, e o objetivo do MEC é que o Brasil alcance o IDEB 6, no Ensino Fundamental I, até 2022.

Níveis de Ensino na Educação Básica	Região Centro- Oeste	Região Nordeste	Região Norte	Região Sudeste	Região Sul	Roraima
Ensino Fundamental – anos iniciais (2011)	5,3	4,2	4,2	5,6	5,5	4,7
Ensino Fundamental – anos finais (2011)	4,3	3,5	3,8	4,5	4,3	3,7
Ensino Médio (2011)	3,6	3,3	3,2	3,9	4,0	3,6

Tabela2.Dados do Ideb/MEC segundo as Grandes Regiões do Brasil e o Estado de Roraima. 2011.

Há ainda outras questões críticas que atingem a população jovem do Estado como um todo, que julgamos relevante destacar. Uma destas questões foi apresentada a partir de um estudo feito pelo IBGE que construiu o Mapa do Trabalho Infantil no Brasil, baseado nos dados do Censo 2010 e nos resultados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDHM, que evidenciou uma triste realidade que aponta Roraima em 5º lugar no ranking do trabalho infantil no país⁵.

Para chegar a este dado, verificou-se que 13,8% das pessoas na faixa etária de 10 a 17 anos de idade estavam ocupadas no momento da pesquisa. Este quantitativo representa 1,43% acima da média nacional.

Com uma população de 450.479 habitantes, em 2010, o Estado de Roraima tinha 81.456 (18,08%) pessoas na faixa etária de 10 a 17 anos de idade. Desse total, 11.238 (13,8%) estavam ocupadas na semana de referência, ou seja, índice 1,42% acima da média nacional. A taxa de analfabetismo dessa faixa etária era de 5%.

De acordo com o IDHM, dos 15 municípios de Roraima, dois (Amajari e Uiramutã) aparecem como os piores locais para se morar, com classificação “Muito Baixo”, três (Alto Alegre, Iracema e Normandia) com classificação “Baixo” e o restante (Bonfim, Cantá, Caracará, Caroebe, Mucajá, Pacaraima, Rorainópolis, São João da Baliza e São Luís) classificados como “Médio”. Somente a capital, Boa Vista, recebeu classificação “Alto Nível”.

No contexto desse estudo, é importante destacar que o município de Uiramutã, considerado dentre os piores locais pra se morar, conforme vimos acima, é também o município brasileiro com maior proporção de indígenas no total da população (88,1%). (IBGE, 2010)

No caso específico do Estado de Roraima, para analisarmos a situação da juventude, necessitamos considerar o componente da interação étnico-racial e do processo migratório que, especialmente na zona rural, ao mesmo tempo em que se traduz

⁵ Informações disponíveis em: <http://censo2010.ibge.gov.br/apps/trabalhoinfantil/>. Acesso em 15/03/2014.

em riqueza e diferencial decorrente da diversidade cultural, também configura preconceitos de ordens diversas.

Observa-se que tal preconceito seja manifesto em relação aos migrantes, (LIMA, 2009), principalmente os nordestinos, e de modo diferenciado aos que são naturais do Estado do Maranhão, que povoaram em maioria, as regiões de assentamentos rurais. Todavia, verifica-se também o preconceito de não índios em relação aos índios, sendo esta situação acirrada em virtude das disputas e demarcações de terras indígenas.

Os maranhenses são estigmatizados de modo diferenciado, pois na percepção preconceituosa são tidas como pessoas pouco afeitas ao estudo, logo pouco capacitadas a ocupar funções mais qualificadas. Tal preconceito foi fomentado a partir do modo como ocorreu o processo migratório em Roraima, que foi impulsionado a partir da política de ocupação da Amazônia brasileira, durante o período dos Governos militares ditatoriais.

Para um entendimento inicial à respeito da influência do processo migratório na região norte, em especial em Roraima, sobre as formas de sociação e diferenciação, que repercutem e contingenciam os processo de construção identitária dos jovens que vivem no campo, faz-se necessário localizarmos historicamente, mesmo que rapidamente, este contexto.

Roraima é componente da Amazônia Legal⁶, juntamente com os estados do Acre, Rondônia, Amazonas, Pará, Mato Grosso, Amapá e Tocantins e mais uma parte do oeste do estado do Maranhão. A área de abrangência da Amazônia Legal perfaz cerca de cinco milhões de km² (4.978.247 km²), correspondendo a 60% da área total do Brasil. (SOMBRA, 1994; apud MAGALHÃES, 2008, p. 34).

A organização social e produtiva na Amazônia Legal, em geral, reflete as diferentes movimentações populacionais ocorridas desde o fim do século XIX.

Na parte oriental, a migração recente de nordestinos contribuiu para a formação de uma identidade diferenciada em relação à da Amazônia ocidental, que se distingue por ter populações estabelecidas há muito tempo, em especial devido ao ciclo da borracha.

Já na parte meridional, os migrantes das regiões Sul e Sudeste brasileiros influenciaram na estruturação de formas de produção, onde se estruturaram estabelecimentos agropecuários mais modernos tecnologicamente.

⁶ O termo Amazônia Legal, foi criado em ação governamental originário da Lei nº 1806, de 1953, quando foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA, posteriormente transformada em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, no Governo Castelo.

O processo de migração para a região norte, principalmente na década de 1970, foi fortemente influenciado pelas políticas de integração regional, desenvolvidas pelo Governo Federal. Dentre tais políticas podemos citar como principais responsáveis pela atração de contingentes populacionais, o incentivo aos grandes projetos agropecuários e minerais, a colonização dirigida, a abertura de estradas e a criação da Zona Franca de Manaus.

As políticas governamentais de ocupação implantaram uma infraestrutura básica que possibilitou a administração dos mesmos. No caso de Roraima, as dificuldades iniciavam no recrutamento de profissionais, indo até as precárias condições existentes que inviabilizavam a permanência das equipes convidadas.

De acordo com o historiador Roraimense Aimerê Freitas (1998), os anos compreendidos entre 1944 até 1964 foram marcados por intensa descontinuidade administrativa, refletindo no desenvolvimento dos planos para Roraima. No início do governo militar, o Território passa a ser governado pela Aeronáutica, sob a doutrina da segurança nacional, cujo lema era “Ocupar, desenvolver e integrar”.

Visando a ocupação do território, no ano de 1945, foi criada pelo Governo a Divisão de Produção, Terras e Colonização-DPTC que objetivou elaborar estratégias para ocupar a terra com produção nas áreas de pecuária e agricultura. Assim, nos primeiros anos da década de 1950, foram trazidos os primeiros colonos do estado do Maranhão, em especial, dos municípios muito pobres daquele estado.

Durante os mandatos de Ottomar⁷, a máquina administrativa, segundo Magalhães (2008, p. 101) patrocinou a vinda de migrantes do nordeste, especialmente do Estado do Maranhão, e sua instalação em bairros que foram sendo criados na periferia da capital, havendo dentre eles, um complexo de quatro bairros populares denominados Pintolândia I, II, III e IV, em alusão ao nome do Governador Ottomar de Souza PINTO, bem como houve grande absorção destas populações em cargos públicos sem a realização de concursos.

Posteriormente, os bairros mudaram de nome, sendo suas denominações apontadas pela população residentes, numa iniciativa de gestor municipal de corrente política contrária ao ex-Governador e ex-Prefeito Ottomar.

No bojo do preconceito contra o migrante, de modo particular direcionado aos maranhenses, construiu-se a visão pejorativa de que os bairros Pintolândia são “re-

⁷ O Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto é figura na história do Estado de Roraima com uma longa trajetória política, ocupando diferentes cargos. O Governador Ottomar, durante seus mandatos biônicos, passou a convidar cada vez mais novos migrantes para Roraima e, conseqüentemente, esta conduta se refletiu na formação de sua sólida base eleitoral, baseada no assistencialismo, que até os dias atuais, mesmo após sua morte, ainda repercute positivamente para seus correligionários.

duos” de maranhenses, fazendo menção a uma suporta alienação política na feição de “curral eleitoral”, resultante de uma política assistencialista imperante.

Outros rótulos também são direcionados a grupos de migrantes, como por exemplo, a ideia de que a maioria dos professores do Estado são paraibanos, os comerciantes são cearenses e os produtores rurais são migrantes dos estados do sul do país, com ênfase para o Rio Grande do Sul e Paraná.

Com todas estas peculiaridades, Roraima encontra-se em âmbito nacional ocupando a segunda colocação dentre os estados cuja população é composta por maior percentual de migrantes. Segundo a pesquisa, os principais fluxos imigratórios foram oriundos do Nordeste (50%), seguidos da própria Região Norte (34%). Os Estados mais importantes do Nordeste, sob a ótica da emissão, foram o Maranhão (64%) e o Ceará (20%), enquanto no Norte, foram o Amazonas (71%) e o Pará (20%). Roraima, neste indicador, perde apenas de Brasília que conforme o Censo 2010 tem 49% da população composta por migrantes.

As pesquisas da Professora Ana Lia Farias Vale (2006) sobre a imigração de nordestinos para Roraima referem-se sobre a diversidade cultural que foi se constituindo neste estado, a partir dos processos de colonização, nos possibilitando aferir a ocorrência de hibridismos culturais, fomentados a partir de trocas acentuadas, por meio de múltiplos e diferenciadas origens (Canclini,1998)

Roraima, com o passar dos anos, terá uma das populações mais mescladas do Brasil. Índios de várias tribos, garimpeiros de todas as regiões, militares, colonos migrantes, transformando o território, com características assimiladas de todos, com formação de novas territorialidades e novas formas de concepção do uso e do processo de domínio do território de caráter econômico e cultural. (VALE; 2006, p. 260)

No contexto desta discussão sobre o processo de povoamento da região norte, é importante salientar que Roraima é um estado constituído por diversas etnias indígenas. Povos indígenas, verdadeiros nativos, habitavam também esta região do país, tendo sido encontrados desde o período inicial de sua colonização pelos portugueses.

O Estado de Roraima conta com o maior percentual de população indígena do país, na casa dos 11%, relativamente a população do Estado. Dentre os indígenas, por volta de 22%, tem ente 15 e 29 anos de idade. (Censo, 2010)

Dentre os diversos grupos étnicos que se espalham por todo os Estado de Roraima, os indígenas que vivem nas aldeias ou os desaldeados, mantém relações com os não-índios, marcadas por conflitos, que remontam desde os primeiros contatos com os europeus. (SANTOS, 2014)

Conforme Santos (2014), os indígenas que vivem nas áreas urbanas sofrem a invisibilidade social, em decorrência do entendimento corrente de que os espaços de pertencimento dos índios sejam restritos às aldeias, situadas nas florestas. Em consequência disso, o índio que migra do campo para a cidade não se percebe pertencente a este ambiente, posto que não apresente em sua trajetória a marca da modernidade e da civilidade, conforme percepção das populações urbanas. A presença dos índios na cidade, regra geral, é percebida como processo de “desagregação cultural”, provocando suturas na sua própria identidade. Este contexto relega o indígena que decide morar na cidade a uma condição de desvalorização do seu trabalho, à pobreza e à ignorância.

Até este ponto do artigo, buscamos problematizar as questões relativas às tensões entre índios e não-índios, imigrantes e roraimenses, populações do campo e da cidade, a partir da noção de hibridismo cultural, enquanto resultado da interação entre diferentes culturas, se configurando em potente força criativa. (CANCLINE, 1998)

A partir destas interações, vão se processando e construindo novas expressões culturais mescladas, permitindo que manifestações representativas de determinados grupos minoritários, como os indígenas, por exemplo, permaneçam presentes, coexistindo por meios diversos como a arte a comida.

Destarte, estas interações interferem nas construções identitárias, pois os sujeitos vivenciam uma interseção, um cruzamento de histórias e memórias, intensificando processos de individualização e diferenciação. (CHAMBERS, 1994; SIMMEL, 1986)

A partir deste breve panorama, buscamos retratar aspectos do contexto da juventude, por meio de dados e produções científicas que nos possibilitam refletir sobre as condições mundiais, nacionais, regionais e locais.

Nessa perspectiva, visamos destacar que nos âmbitos abordados verificam-se marcadores de diferenciação que atravessam o cotidiano dos jovens, (renda, gênero, etnia-raça, localidade: campo/cidade, acesso à educação e trabalho) e consequentemente, seus processos identitários.

Assim, justificamos uma abordagem à juventude roraimense, percebendo-a imersa, influenciada e influenciadora, tendo em mente um contexto sociocultural e econômico num nível global, contudo, considerando suas especificidades locais.

2. *Tensão campo-cidade e juventude*

Para abordarmos algumas provocações sobre a relação entre a tensão campo-cidade e o processo identitário dos jovens, partimos de um direcionamento teórico que concebe possibilidades de aproximações e composições teóricas, para uma compreensão acerca das relações sociais, capazes de nos propiciar o vislumbamento de matizes da realidade dos jovens e suas identificações, buscando evitar conclusões reducionistas.

A partir desse entendimento relacional, estabelecemos para as categorias de análises, correspondentes noções, num esforço de delimitar um campo teórico que nos aporte para a apreciação do corpora. Dentre as categorias basilares nesse estudo são as noções de juventude, identidade e tensão campo-cidade.

Em meio aos autores que estamos estudando que abordam questões relativas a estas categorias, no que se refere à compreensão sobre processos identitários, ancoramos nossas análises teóricas a partir de Stuart Hall (2011; 2000), Zigmunt Bauman (2006; 2001); para fundamentar a construção teórica da categoria de análise juventude, buscamos as produções de José Machado Pais (2008; 1999) e Marília Sposito (2007; 2005; 2003; 1997); sobre a tensão campo-cidade, nos apoiamos nas produções de Maria José Carneiro (2005; 1998).

Considerando que nos propusemos neste ensaio a pesquisar sobre processos identitários de jovens do campo, buscamos inicialmente, traçar um entendimento sobre o que vem a ser identidade. As perguntas que nos assolavam durante as primeiras imersões sobre o tema giraram em torno do que segue: existe a identidade? Há como conhecer a identidade de alguém? Há como inferir a identidade dos jovens? Como se constitui essa identidade? Que fatores interferem e como interferem nesta constituição?

Na busca por desvendar se haviam respostas a estas perguntas, nos deparamos com a necessidade de desconstruir tais perguntas, de modo que elas não nos conduzissem a potenciais respostas equivocadas e desarticuladas inclusive com a nossa própria percepção de juventude. Estas, provavelmente, nos remeteriam a uma abordagem que reduzisse os elementos contraditórios constituintes da realidade, para que “coubessem”, confortavelmente, como respostas.

Foi no contexto destas inquietações que nos debruçamos sobre as elaborações de Stuart Hall (2011; 2000), que com suas reflexões sobre identidades e identificações, nos possibilitou ampliar a discussão sobre o conceito de identidade, em busca

de um referencial teórico que melhor nos desse suporte para a análise dos dados coletados junto aos jovens.

Hall (2000) considera as identidades como pontos de posição temporária a qual nos apegamos, construídas a partir de práticas discursivas:

(...) são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora ‘sabendo’ (aqui, a linguagem da filosofia da consciência acaba por nos trair), sempre, que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma ‘falta’, ao longo de uma divisão, a partir do lugar do outro e que, assim, elas não podem, nunca, ser justadas – idênticas – aos processos de sujei toque são nelas investidos. (HALL;2000 p.112).

Hall (2000) menciona como aspectos necessários a serem pensados no tratamento a esta concepção, como modo de romper com o senso comum, partir da abordagem discursiva, centrada no sujeito, a necessidade de levar em conta que as identificações nunca são uma construção completa, posto que seja contingenciada às condições e situações do porvir, e ainda, que estão vinculadas aos processos de articulação, suturação e sobredeterminação, e por fim, que operam por meio da diferença, a partir da relação com o outro, da relação com a falta e com o exterior constitutivo,

Hall (2011), em sua obra “A identidade cultural na pós- modernidade”, reitera o caráter processual e de incompletude da constituição da identidade, sugerindo-nos “em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento.”(p.39),

Visando contribuir e aprofundar estes entendimentos, agregamos como marco teórico as produções sobre processos identitários de Zigmunt Bauman (2001; 2006), do qual incorporamos a importância da individualização e da diferenciação para a compreensão dos mencionados processos, na atualidade.

O contexto da discussão de Bauman (2001), acerca da identidade e da individualidade centra-se na transição do capitalismo pesado para o capitalismo leve, ou como tem chamado em seus trabalhos mais recentes: modernidade sólida e modernidade líquida (2006).

Tal mudança de concepção (de modernidade sólida para modernidade líquida) ocasionou uma angustiante necessidade de tomada de decisão sobre, dentre tantas possibilidades existentes, a que fins se pretende chegar, mesmo tendo em vista que provavelmente não serão tão duradouros. (BAUMAN; 2001, p.73)

Destarte, Bauman (2001) evidencia que “A apresentação dos membros como indivíduos é a marca registrada da sociedade moderna.” (p.39).Na modernidade, o

binômio indivíduo-sociedade baliza a organização social baseada nas aspirações de igualdade e liberdade, contudo, alicerçada no princípio da funcionalidade, na linearidade e na razão.

Na pós-modernidade, a diferença baliza a ordem social, é no presente que se depositam todas as preocupações e anseios, visto que o futuro está absolutamente contingenciado, ou seja, não há mais estabilidade. Estes processos vão suscitar o conceito que Bauman apresenta de individualização. (BAUMAN; 2001, p.40)

Neste cenário, Bauman (2001) elucida-nos que “quando falamos de identidade há, no fundo de nossas mentes, uma tênue imagem de harmonia, lógica, consistência (...). As identidades parecem fixas e sólidas apenas quando vistas de relance, de fora”. (p.39). Assim sendo, compreendemos que no contexto da pós-modernidade, onde as relações e situações estão fluídas e menos tangíveis, o conceito de identidade não dá conta de compreendermos esta realidade, sem que o readequemos às condições de liquidez e contingência atuais.

Tendo por base os autores citados, nessa pesquisa, elaboramos um entendimento à respeito de que a juventude, enquanto categoria de estudo da sociologia, de que é inerente a esta uma ansiedade permanente, posto que seja concebida pelas representações sociais e mesmo instituições públicas e privadas que os atendem, enquanto sujeitos retidos em uma condição transitória, de passagem por uma etapa da vida humana, enquanto momento de conquista de modos de inclusão na estrutura social, numa abordagem reduzida e perfunctória. (SPOSITO, 2003)

Sposito (2005) ainda nos orienta que:

Ao tentar analisar a emergente condição juvenil contemporânea, no Brasil, seremos também obrigados a tratar, sob a ótica da diversidade, daquilo que, aparentemente, é o mais tradicional da modernidade – trabalho, família e escola – sem que, necessariamente, estejamos reiterando chaves analíticas anacrônicas, conservadoras ou negando horizontes utópicos de cunho emancipador. (SPOSITO;2005;p, 126)

Todavia, estamos vigilantes diante das ponderações de Pais (2008) que assevera que para evitar os “equivocos conceituais”, devemos buscar no cotidiano dos jovens os significados que atribuem ao aspecto da realidade vivencial em análise. Porém, considerando que todo significado é sempre “referencial ou denotativo”.

Baseados nestas orientações teóricas, buscamos conhecer os significados que os jovens do campo atribuem ao campo e à cidade, visando desvendar em que medida a tensão entre estes ambientes/contextos influenciam nos seus processos identitários e projetos de vida.

Desta forma, a juventude e o jovem não devem ser apreciados como simples instrumentos para um futuro, mas sim, como sujeitos construtores do presente, que também exercem influência sobre as transformações sociais.

Desde projetos de pesquisa anteriores a este, já nos reportávamos a antropóloga Maria José Carneiro (2005; 1998) na qualidade de referência teórica. A autora nos situa no contexto das produções científicas mais específicas acerca dos jovens do campo, apontando que dentre as dificuldades existentes para caracterizar a “juventude rural” que há ainda, um entendimento ambíguo do que seja o rural.

Porém, Carneiro (2005) ressalta que em decorrência da predominância de uma difusão de elementos ainda mais considerados como oriundos da cultura urbana, os jovens do campo vivem uma imprecisão de valores onde, de um lado, ainda tentam manter sua identidade afetiva ao modo de vida rural, por outro lado, tem uma auto-percepção que reflete a cultura urbana, que sendo preponderante, se apresenta como referência para a construção de um projeto de vida, e de futuro.

A partir dessa concepção, buscaremos compreender se o contexto dos jovens do campo, sendo marcado pela tensão campo-cidade, impacta e como impacta nos seus projetos de vida. Conforme Carneiro (1998), a distorção provocada pela concepção dicotômica da relação campo-cidade, que ainda persevera, provoca nos jovens do campo, conflitos de auto percepção, posto que, ainda são (mal) interpretadas como perda das características e cultura rural, ou desvalorização destas, acarretando o engendramento e reforço de tensões entre ambos os contextos, do campo e da cidade.

Em consequência desta percepção, elegemos enquanto categoria analítica a tensão campo-cidade, partindo da ideia de que consista num fator interveniente e influenciados que não devem ser desconsiderados, se pretendemos discutir processos de identificação e projetos de vida dos jovens do campo.

Este entendimento acerca do objeto de estudo se reforça, a partir da coadunação às concepções de outros autores, como é o caso de Ferreira e Alves (2009), que estudando sobre juventudes rurais e agricultura familiar, destacam aspectos que necessitariam ser contextualizados, para poder caracterizar adequadamente os jovens.

Não se pode traçar um perfil único da juventude rural, seja pelos diferentes contextos socioeconômicos e culturais em que esta vive, seja pela escolha dos critérios que possam delimitá-la. Esquemáticamente, a identificação do ser jovem passa pelos seguintes marcadores: faixa etária, período de transição para a vida adulta, aceitação/contraposição a valores e práticas sociais tradicionais, especificidades na interação social e absorção de novos comportamentos. (FERREIRA;ALVES,2009,p.246)

Em se referindo aos jovens que vivem no campo, é importante, no contexto do presente estudo, agregar a dimensão do preconceito ao rol de dificuldades enfrentadas. O preconceito em questão, que se dá em relação ao ambiente do campo, à escola e ao jovem do campo, de acordo com Arroyo (1999) tem como um dos fatores determinantes o processo histórico de urbanização e de supervalorização do estilo de vida urbano em detrimento do estilo de vida do campo, repercutindo na autoestima e nas perspectivas de futuro destas populações.

Contudo, sabemos que independentemente dos sujeitos ocuparem espaços urbanos ou rurais, como cidadãos brasileiros, devem ter garantidos o direito à educação e o respeito à sua cultura. Para tanto, precisamos “romper com a concepção dicotômica de campo-cidade (moderno-atrasado), afirmando o caráter mútuo da relação: um (rural ou urbano, campo ou cidade) interagem e em determinados aspectos, dependem um do outro” (ARROYO, 1999, p.35).

Sobre essa situação, Maria José Carneiro (1998) alega que “até pouco tempo, a juventude rural era pouco contemplada pelas pesquisas acadêmicas”(p. 97). No entanto, as questões relacionadas a tal população tem se imposto, enquanto faixa demográfica absolutamente afetada pela diluição dos limites entre os espaços rurais e urbanos.

Conclusões

Neste artigo, buscamos apresentar algumas considerações iniciais oriundas da pesquisa que estamos realizando sobre a relação entre a tensão campo-cidade e o processo de construção identitária dos jovens.

Neste intento, descortinamos as produções científicas que tratam sobre juventude do campo e tensão campo-cidade que ainda reverberam percepções preconceituosas e dicotômicas sobre ambas temáticas. Tais percepções não se restringem ao campo teórico, posto que os dados institucionais que analisamos neste artigo evidenciam os marcadores de desigualdades, sob vários aspectos, que se apresentam de forma reticente em nossa realidade.

Podemos apresentar como provocações que os dados levantados até então retratam a urgente necessidade de pesquisas científicas e intervenções de políticas públicas que enfrentem a invisibilidade social e, ainda corrente, percepção dicotômica e perversa sobre os povos do campo, em especial, os jovens.

Referências

ARROYO, Miguel. **Por uma educação básica do campo, texto base**. In: KOLLING, Edgar J. et al (Orgs.). Por uma educação básica do campo. Brasília, DF: Fundação articulação Nacional por uma Educação do Campo, Universidade de Brasília, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **“Individualidade”**. IN: Modernidade Líquida, Zahar Ed., Rio de Janeiro: 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida Líquida**. 1ª ed. Zahar Ed., Rio de Janeiro, 2006.

BRASIL. INEP/MEC. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD**. Brasília-DF, 2009.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 1998.

CARNEIRO, Maria José. **Juventude rural: projetos e valores**. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 243-261.

CARNEIRO, Maria José. **O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais**. In: Silva, F.C.T.; Santos, R.; Costa, L.F.C. (Org.). Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade: novas identidades em construção**. Estudos Sociedade e Agricultura. 11, outubro1998: 53-75.

CHAMBERS, Iain. **Migración, cultura, identidad, Buenos Aires**: Amorrortu Editores. 1994.

CONJUVE – CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE et al. (Org.). **Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006.

FERREIRA, Brancolina. ALVES, Fábio. **Juventude Rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar**. Juventude e políticas sociais no Brasil. Organizadores: Jorge Abrahão de Castro, Luxei Maria C. de Aquino, Carla Coelho de Andrade. –Brasília: IPEA, 2009.

FREITAS, Luis Aimberê Soares. **Estudos Sociais: Roraima**. (Geografia e História). São Paulo: Corprint, 1998.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. DP&A Editora, Rio de Janeiro, 2011.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, Tomas Tadeu da (Org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em 30 de abril de 2013.

IBGE. Indicadores IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. 4º trimestre de 2013. 2014. Disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Fasciculos_Indicadores_IBGE/pnadc_2013_04_trimestre_caderno.pdf. Acesso em 02 de junho de 2014.

IBGE. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010**: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf

IBGE. **PNAD 2011-2011**. Disponível em <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=PD336#P1>. Acesso em 22 de maio de 2014.

IBGE. *População jovem no Brasil: dimensão demográfica*. 1999. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao_jovem_brasil/comentario1.pdf. Acesso em 18 de fev de 2013

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo da educação superior: 2010 – resumo técnico**. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2012.

Juventude e políticas sociais no Brasil/organizadores: Jorge Abrahão de Castro, Luseni Maria C. de Aquino, Carla Coelho de Andrade. – Brasília: IPEA, 2009.

LIMA, José Carlos Franco de. **Fronteiras de evento: um estudo sobre a vida de indígenas e maranhenses nos bairros populares de Boa Vista – Roraima**. Anais da 61ª Reunião Anual da SBPC. Manaus; 2009.

PAIS, José Machado. **A construção sociológica da juventude – alguns contributos**. *Análise Social*. Vol. XXV, n. 105-106, 1990.

PAIS, José Machado. **Máscaras, jovens e “escolas do diabo”**. Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais. *Revista Brasileira de Educação* v. 13 n. 37 jan./abr. 2008

SIMMEL, Georg. **“El cruce de los círculos sociales” e “La ampliación de los grupos y a la formación de la individualidad”**. IN: *Sociologia. Estudios sobre las formas de socialización*. Alianza, Madrid, 1986.

SPOSITO, Marília Pontes. **Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil.** In ABRAMO, H. e BRANCO, Pedro Paulo (orgs). Retratos da juventude brasileira. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto da Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p.129-148.

SPÓSITO, Marília Pontes. **Os jovens no Brasil:** desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

UNESCO. **Um em cada 12 jovens na América Latina e Caribe não completa o ensino primário e não tem qualificações profissionais.** Disponível em http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/single-iew/news/one_in_twelve_young_people_in_latin_america_and_the_caribbean_fail_to_complete_primary_school_and_lack_skills_for_work-1/ Acesso em: 25 de novembro de 2012.

A FORMA NA LEI: MOBILIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL

*Introdução*¹

O ano de 1962 se iniciou apresentando uma nova face dos movimentos de reivindicação de terra no Rio Grande do Sul, que de alguma forma também ecoavam demandas postas em destaque em outras áreas do país. Autores como Martins (1986) e Medeiros (1989) destacam o surgimento de movimentos camponeses e o acirramento da luta no campo no Brasil, especialmente a partir da década de 1950. O elemento que faz do caso do Rio Grande do Sul peculiar é a mobilização de um novo repertório de ação não somente por parte dos demandantes, mas também pelos demandados. A realização de ocupações de terra em dois municípios do estado – Sarandi e Camaquã – reverberou nas decisões do governo quando este último implementou projetos de assentamento e reforma agrária nas áreas ocupadas. Proponho neste artigo uma análise centrada do segundo movimento reivindicatório, aquele ocorrido na cidade de Camaquã. A área demandada era superior a 20 mil hectares, que acabara de se tornar explorável em função de uma obra de drenagem realizada na região. A canalização do Arroio Duro fez emergir terras férteis que eram cercadas por grandes propriedades. Com o recuo das águas, os fazendeiros passaram a avançar suas cercas sobre áreas antes alagadas. Neste sentido, Epaminondas Silveira, um arrendatário da região, deflagrou o movimento de reivindicação da área – conhecida como Banhado do Colégio – em favor dos sem terras. Assim, por meio de entrevistas realizadas com participantes do movimento reivindicatório e alguns de seus filhos, procura-se não somente revisitar o próprio evento, mas também evidenciar elementos que aproximam a organização do movimento de Camaquã com representantes de destaque poder público estadual.

* Universidade Federal de Roraima. Email: bernardjpa@yahoo.com.br

¹ Este artigo trata-se de uma versão revisada do texto apresentado na X Reunião de Antropologia do Mercosul.

A abordagem apresentada neste artigo é inspirada nas propostas de Sigaud (2000) e Rosa (2004). No que tange à primeira, a autora desenvolve a noção de “forma acampamento” a partir de seu longo investimento de pesquisa na zona da mata pernambucana. Aponta que os acampamentos presentes naquela região eram muito mais do que uma simples reunião de pessoas. Com o passar do tempo, houve um processo de consolidação de um modelo, que traziam à tona signos característicos de um determinado tipo de demanda; naqueles casos, por reforma agrária: barracas de lona preta, uma bandeira hasteada, maneiras específicas de realizar as ocupações, bem como uma linguagem própria ao acampamento. Todos esses elementos consolidavam uma forma de tornar legítima aquela demanda.

Partindo da construção teórica de Sigaud, Rosa (2004) desenvolveu o que chama “forma movimento”, diretamente ligado às implicações da “forma acampamento”. Para o autor, a “forma movimento” é produto da consolidação da ação coletiva verificada também em Pernambuco, isto é, mesmo lócus de Sigaud. O autor destaca que a experiência bem sucedida do MST na região acabou por construir uma linguagem de ação que os demais movimentos da região passaram a reproduzir para que tivessem suas demandas consideradas legítimas. O MST havia elaborado uma forma eficaz de realizar demandas e, para atingir sua eficiência, os demais movimentos passaram a reproduzi-la buscando a mesma eficácia.

Assim, os autores destacam um processo de conformação de “formas” que estabelecem canais de comunicação entre movimentos de demanda por terra e o Estado. É neste sentido que análise do caso do Banhado do Colégio, proposto neste artigo, se propõe concentrar. Busco localizar outra forma de linguagem estabelecida entre movimentos de demanda por terra e o Estado, em uma temporalidade anterior aos trabalhos supracitados, mas na direção da sociogênese (ELIAS, 1989) destes mesmos canais.

Neste sentido, como será apresentado nas seções subsequentes, será abordada a forma encontrada para o enfrentamento das questões que envolviam a luta por terra no Rio Grande do Sul no início da década de 1960. Esta somente se tornava possível pela coexistência tanto de uma demanda por projetos de colonização e reforma agrária pelas populações rurais, quanto de pessoas que ocupavam lugares dentro do aparelho burocrático estatal interessadas em envolver-se com a questão da estrutura fundiária local, mobilizando um aparato constitucional já existente.

A organização e o acampamento

O objetivo dessa seção é reconstruir, segundo relatos de alguns participantes, como aconteceu a organização do movimento² que culminou no acampamento na área do Banhado do Colégio no dia 22 de janeiro de 1962. O foco está verificar em como foi conduzida a organização do movimento e como se desenvolveu a dinâmica do próprio acampamento por meio do relato de famílias que participaram deste.

Seu Luís e Dona Elma, ambos já tendo superado os setenta anos, até hoje moram no Banhado do Colégio e ainda mantem o lote original recebido pelo pai do seu Luís como resultado da participação no movimento. Ele conta que na época do acampamento tinha por volta doze anos. Segundo ele, a área do Banhado atraía muita atenção de quem trabalhava em seus arredores já alguns anos antes da ocupação. Desde quando as terras começaram a secar, os fazendeiros que tinham propriedades limítrofes ao terreno, antes alagadiço, passaram a realizar grandes queimadas para se livrar da vegetação que restava e para que pudessem avançar sobre a área livre. Ele guarda na memória da infância a imagem “do Banhado queimando dia e noite”. Seu Luís pôde acompanhar de perto esse processo, pois já trabalhava, junto de seu pai, numa granja bem próxima a área antes alagada. Ele conta que mesmo antes do movimento ocorrer já se falava em Camaquã que aquela terra seria “desapropriada”³.

A participação do Senhor Agripino Farias, pai de seu Luís, no acampamento ocorreu a partir de um aviso de um político da época. Um vereador local, chamado Tasso Peres, chamou o Sr. Agripino e outro amigo dele e disse: “Vamos ao Banhado do Colégio, vai ser desapropriado o Banhado do Colégio. Tu e o Francisco é que tem maior número de filhos”. Assim, diante do convite, ele e o amigo foram se juntar ao grupo que começava a estabelecer o acampamento. Segundo conta o Seu Luís: “vieram nossos velhos se acampar na beirada da estrada, era assim quer era para ser feito; e foi feito”. Ele conta que o seu pai, assim como os demais acampados, construiu pequenas cabanas utilizando como forro o próprio capim da região. Assim que

² O termo movimento é recorrente nos relatos dos entrevistados quando falam sobre o episódio do Banhado do Colégio, referindo-se, em menor grau a outros termos como acampamento, ocupação e invasão. Neste sentido, os termos serão utilizados no texto conforme empregados pelos interlocutores.

³ Cabe destacar que é recorrente nos relatos a utilização da expressão desapropriação para designar o processo de intervenção do estado na área do Banhado do Colégio e a distribuição dos lotes ocorrida na região. Entretanto, como se tratavam de terras públicas, o recurso jurídico utilizado foi a declaração de utilidade pública para a área, posteriormente repassada para fins de imissão de posse. Neste sentido, uma das leituras possíveis dessa relação estabelecida pelos ocupantes do Banhado do Colégio entre o acesso à terra e o termo desapropriação pode estar relacionada ao episódio inaugural dos movimentos de ocupação no Rio Grande do Sul naquele período, quando um grupo de camponeses realizou um acampamento em uma propriedade privada, demandando-a. Assim, a medida legal utilizada pelo governo estadual para distribuir as terras foi de fato a desapropriação da área, o que pode ter influenciado a linguagem adotada na luta por terra a partir de então.

a sua família se estabeleceu no acampamento, o número de pessoas que passou a integrar o grupo de acampados foi aumentando dia a dia. Uma memória recorrente é a proteção policial que passou a acompanhar o grupo já no dia seguinte àquele de chegada à área, além dos “panelões fervendo dia e noite” num galpão improvisado de refeitório. Senhor Luís tem dificuldade de precisar qual foi a duração do acampamento, mas ainda assim sugere algo em torno de 30 dias. Ele ficou pouco tempo no acampamento, assim como outras crianças que se deslocavam ao local para visitar o pai. Mesmo assim, ainda guarda na lembrança que ajudou a carregar os tijolos que serviram para a construção do primeiro poço para a coleta de água.

A esposa de Seu Luís, dona Elma, tem uma história bastante parecida com a da família de seu marido. Ela, seus irmãos e os pais trabalhavam próximo de onde ocorreu o acampamento, arrendando uma área dentro do Banhado do Colégio. Isto é, em suas palavras, moravam perto de onde “estourou a reforma agrária”. Ainda assim, o pai de dona Elma não estava seguro de que a iniciativa seria eficiente. Ele somente decidiu participar do acampamento quando outro vereador, chamado Lauro Azambuja, que pertencia a um grupo opositor ao de Tasso Peres, procurou-o dizendo que fosse para o acampamento “porque aquilo era sério e ia sair a terra”. Ainda assim, o pai de dona Elma não levou a família, ele se dividia entre o trabalho e a visita diária ao acampamento. Como foi dito anteriormente, Dona Elma hoje vive com o marido no lote que o sogro foi proprietário. O lote recebido pelo pai de Dona Elma ainda permanece com a família, mas encontra-se sob a responsabilidade de um de seus irmãos.

Outra figura que acompanhou o “movimento” foi Seu João Faustino, sua história releva pontos que convergem com a anterior, com a diferença de que ele participou mais ativamente do cotidiano do acampamento. Hoje, aos oitenta e dois anos, tinha por volta de vinte quando ocorreu o movimento. Assim como nas narrativas acima relatadas, ele também já trabalhava na área do Banhado desde 1958, quando estava em processo a obra de canalização da região. Ele e o pai moravam próximo à área do banhado e, assim como afirmou acima Seu Luís, Seu Faustino diz que já se falava em dividir as terras no Banhado mesmo antes do movimento que emergiu em 1962. Ele disse que quando ficou sabendo que “ia sair o movimento”, “pegou a carroça e foi em direção à Camaquã, onde as pessoas se reuniram”, sendo que de lá voltou com elas até a área onde foi feito o acampamento. Assim como nos outros casos descritos, Seu Faustino também trabalhava durante o dia e voltava diariamente até o acampamento para referendar sua presença. Ele também se recorda da presença policial quase que imediata ao início do acampamento e garante que, assim como

a polícia, o próprio governador fez uma visita ao acampamento nos primeiros dias após sua criação. Sobre a duração do acampamento, sua posição é diferente da apresentada anteriormente, garante que o mesmo durou quase seis meses. Seu Faustino ainda hoje mora no Banhado do Colégio, junto de sua esposa Noelci e o filho mais velho, que é atualmente o responsável pelo lote que receberam na década de 1960.

Dona Zeli Kriger relata uma história bastante similar às anteriores, ela e sua família também arrendavam terras no Banhado e moravam numa pequena casinha de madeira à beira da estrada, num local muito próximo de onde ocorreu o acampamento. Começaram o arrendamento na área dois anos antes do movimento, Dona Zeli conta que ficaram sabendo do ocorrido por acaso. Seu marido, Etevim Kriger, tinha ido buscar uma carroça de lenha e na volta encontrou com o grupo que vinha de Camaquã em direção ao Banhado para fazer a ocupação. Acabou se integrando ao grupo e, assim como nos casos anteriores, também conseguiu o lote. Ela não chegou a visitar o acampamento, disse que tinha medo e o marido também achava perigoso⁴.

A família deles também é numerosa, seguem morando no Banhado, mas o único lote próprio, aquele recebido na década de 1960, não é o bastante para o uso produtivo de toda a família, o que obriga os filhos a buscarem alternativas, como arrendamentos de outras áreas na mesma região.

As narrativas apresentadas por quem conseguiu garantir um lote no Banhado apresentam pontos de convergência. Seu Luís e Dona Elma, ainda que tenham recordações limitadas por serem crianças na época do acampamento, destacam o componente político que marca o convite para a participação de suas duas famílias. Foi por intermédio da indicação de vereadores de correntes políticas opostas que as famílias resolveram fazer parte do acampamento. Outro elemento que deve ser registrado é o componente que justifica o convite feito ao pai de Seu Luís e a seu amigo - o número de filhos. Este não aparece no relato de dona Elma, mas também está presente em seu caso, já que vem de uma família com muitos irmãos. Traço que se repete nos casos das famílias de Seu Faustino e Dona Zeli. Isto é, há indicativos que sugerem uma preferência por famílias numerosas para fazer parte do grupo acampado. Além disso, há de ser registrado que todas as famílias já trabalhavam na área do Banhado, elemento que também parece ter tido relevância ao definir os primeiros assentados, como ficará mais evidente adiante. No que tange às memórias

⁴ O medo e a insegurança sobre a permanência no acampamento são relatos recorrentes, especialmente na fala das mulheres. Essa é a principal justificativa para a pouca presença tanto de mulheres quanto de crianças. O medo estava relacionado tanto à uma possível represália dos fazendeiros da região, quanto aos próprios acampados. Não são raros nos relatos a lembrança de que poucos dos acampados se conheciam anteriormente; “havia muita gente estranha”, como chegou a dizer dona Elma, ao justificar porque o pai evitava que a família fosse ao acampamento.

do seu Luís, outro componente importante é que o acampamento tinha que ser feito à beira da estrada. Ao ser indagado, ele não sabe definir de quem veio a ordem, mas garante que esta foi cumprida, os abrigos foram construídos nas margens da via. Por fim, a presença de representantes do governo do estado quase que imediatamente após à criação do acampamento também é recorrente, garantindo tanto segurança quanto alimentação aos acampados.

Entretanto, a preferência por famílias numerosas para compor o movimento deve ser analisada de forma mais cautelosa. Essa condição pode até ser considerada caso fosse tomada ao final do processo. Isto é, se considerarmos que o governo do estado, depois de constatar a realização de um movimento de demanda numa área e decidir por dividi-la, dê preferência a grupos de famílias mais numerosas. A questão a ser explicada é o porquê, mesmo antes de qualquer manifestação formal do governo do estado, famílias como a do Seu Luís e Dona Elma, a primeira narrada nesta seção, já eram avisadas por políticos locais para participarem do acampamento porque “tinham muitos filhos” e “aquilo era sério e ia sair terra”. Essas informações sugerem que o movimento que culminou no acampamento no Banhado do Colégio tinha, ao menos, alguma salvaguarda de que seria apoiado pelo governo do estado. Uma vez que já operava desde sua organização segundo critérios que seriam utilizados para a divisão da terra. Esta relação entre governo e movimento será mais bem explorada na seção seguinte, mas por ora é importante destacar que, ainda que não seja explícita, a própria narrativa daqueles que pertenceram ao movimento de ocupação já apresentavam alguns indícios da relação entre governo e movimento.

Os traços em comum das narrativas destacadas acima parecem ter sido determinantes para que a história Seu Caetano Piotrowicz não tenha tido o mesmo sucesso, uma vez que ele participou do acampamento, mas não conseguiu ganhar um lote. Ele conta que ficou sabendo do movimento por meio de um amigo, tinha pouco mais de dezenove anos na época. Logo, chamou um irmão e passaram a frequentar o acampamento depois que este já tinha sido criado, ainda assim, disse ter ficado durante uns trinta dias indo e voltando diariamente em um caminhão que saía de Camaquã em direção ao acampamento. Conta que chegou a preencher um cadastro, assim como todos aqueles que estavam acampados, mas nunca foi chamado para ocupar o lote. Recorda-se de ter ajudado a descarregar os tijolos usados para fazer o poço, da realização de missas, além da cozinha comunitária que era mantida dia e noite no acampamento. Seu Caetano era solteiro à época, além de não trabalhar na região, elementos que parecem ter impedido que ele fosse contemplado na distribuição de lotes.

A última história a ser apresentada nessa seção é de outro homem que também não conseguiu um lote no banhado. Seu Servino e seus cinco irmãos possuíam 80 hectares de terra próximos ao Banhado do Colégio, no entanto, sua propriedade foi desapropriada pelo DNOS⁵ (órgão federal responsável pela obra), ainda na década de 1950, para a construção da barragem que permitiu o escoamento das águas que alagavam a região. Ele conta que desde que começaram as obras, ele passou a indagar os responsáveis acerca do aconteceria com a terra sua e de seus irmãos. A resposta que ele recebeu foi a de que “o governo não troca terras, só compra e vende”, isto é, ele seria desapropriado e indenizado, mas não poderia receber outra terra em troca daquela que seria inundada pela barragem. O processo de desapropriação avançou, mas a indenização recebida não foi suficiente para que ele comprasse outra área para ele e para os irmãos.

Tempos depois, seu Servino encontrou em Camaquã Epaminondas Silveira, que viria a ser o líder no movimento, acompanhado de Tasso Perez (o mesmo vereador que havia avisado a família de Seu Luís para ir para o acampamento), sendo que o primeiro lhe disse: “Tu junta mais gente que amanhã a *nóis* vai marcar uma data e fazer uma caminhada até o Banhado do Colégio. E aí vamos avisar o Brizola e o Brizola vai vir para dar o direito da desapropriação”. Seu Servino conta que depois desse encontro “nem voltou mais para casa, ficou pela cidade mesmo, esperando a organização do movimento”. Nesse ínterim, ainda ajudou um marceneiro da cidade a construir uma cruz de madeira, que foi levada até o acampamento e utilizada para a realização de missas. Seu Servino conta que quando o grupo de pessoas passou a caminhar em direção ao local onde seria realizado o acampamento, eles colocaram o padre na frente, puxando a marcha, porque segundo ele, “ninguém atira em padre”. Ainda que anedótica, a história do padre remete à insegurança que representava ocupar uma área cercada de grandes fazendas e que vinha sendo incorporada a estas últimas de maneira irregular. Além disso, a realização de missas, o cuidado em construir e transportar a cruz, também remete a um movimento que buscava ser reconhecido como cristão, construindo um afastamento de qualquer correlação a uma iniciativa de cunho comunista.

Seu Servino conta que conseguiu falar pessoalmente com o governador Leonel Brizola, quando ele foi visitar o acampamento, e ele teria redigido um documento atestando seu direito a um lote no Banhado. Entretanto, Seu Servino não teve seu “direito” atendido, porque, segundo eles, muitos daqueles que haviam sido desapropriados para a construção da barragem eram contrários ao governador e por isso,

⁵ Departamento Nacional de Obras e Saneamento.

apesar de não fazer parte desse grupo, acabou sendo preterido no momento da distribuição dos lotes. Ainda assim, é importante destacar que, na época, Seu Servino não tinha filhos e também não trabalhava na região do Banhado, elementos que, como vimos anteriormente, divergiam daqueles que ganharam um lote.

Em que pese as limitações a respeito das informações sobre um evento que ocorreu há mais de 50 anos, pode-se verificar que não eram somente os olhos dos fazendeiros que estavam voltados para a área do Banhado. Como foi possível revisar por meio dos relatos, os trabalhadores rurais da região, famílias inteiras envolvidas no trabalho da terra acompanharam, ainda que respeitando alguma distância, o emergir das férteis terras do Banhado do Colégio. Ainda assim, outra questão que se coloca é o porquê, sem apresentar nenhuma referência anterior a esta forma de mobilização, um homem chamado Epaminondas Silveira, resolve reunir um grupo de colonos sem terra⁶ para realizar um acampamento demandando aquela área. Somasse a isso sua convicção, expressa na fala ao Seu Servino, de que o então governador Brizola iria apoiar a iniciativa e atender aos acampados.

Liderança e autonomia do movimento

Poucos dias antes do movimento que eclodiu em Camaquã, algo muito similar ocorreu em Sarandi, cidade localizada a quase 500 km da primeira. Um prefeito resolveu organizar um grupo de camponeses sem terra e ocupar uma fazenda sem atividade produtiva. A resposta do governo do estado foi imediata, com o envio da brigada militar para a proteção do acampamento, bem como víveres para os acampados, além da desapropriação da área para fins de reforma agrária poucos dias depois do ocorrido.

Assim, caso tomemos de forma superficial o caso ocorrido em Sarandi, a primeira conclusão óbvia é de que o movimento que se inicia poucos dias depois em Camaquã nada mais é do que um resultado direto do sucesso da iniciativa anterior, isto é, o movimento de Camaquã buscava somente reproduzir uma ação que se mostrou extremamente eficaz poucos dias antes. Parte das informações apresentadas aqui reforça essa interpretação, afinal, o acampamento do Banhado teve igualmente apoio da brigada, realizando a segurança, o envio de gêneros alimentícios para os acampados e um rápido processo de declaração da área como disponível para imis-

⁶ Assim como o termo movimento, a expressão sem terra também é muito utilizada pelos entrevistados quando se referem ao grupo de pessoas que participou do acampamento. A diferença, no entanto, é que o termo também era utilizado nos artigos da Constituição do estado para designar o grupo de pessoas aptas a realizar demandas de terras não utilizadas. Esses dispositivos constitucionais serão melhor analisados adiante.

são de posses, contando inclusive com uma visita do próprio governador. Essa interpretação poderia ser reforçada caso tomemos o pronunciamento do então Secretário de Agricultura do Estado, o Sr. João Caruso, sobre o caso de Sarandi, que apenas dois dias antes do início do movimento em Camaquã afirmava:

Sarandi será repetido sempre que necessário[...]. Desejo renovar aqui a afirmação que nada faremos que não respeite exatamente as leis vigentes. Mas da mesma forma acentuamos que, sempre que houver o problema social como ocorreu em Sarandi, tudo enviaremos para não deixar nossos conterrâneos mais humildes ao desamparo. Não temos terras públicas disponíveis como se pretende (Diário de notícias de 19/01/1962).

Desta feita, os dois casos parecem sugerir o estabelecimento de uma forma autônoma de organização popular que, por meio da realização de acampamentos, encontrou, no governo do estado, um espaço para o atendimento de suas justificadas demandas por terra. Isto é, tomados assim, o que teria se estabelecido no Rio Grande do Sul era uma forma de articulação autônoma que passava, por um lado, pela organização de camponeses sem terra com o estabelecimento de acampamento em áreas que demandavam e, por outra, de representantes do governo do estado que, exclusivamente, julgavam a procedência da demanda.

Entretanto, essa interpretação passa a enfrentar problemas caso se realize uma análise mais refinada dessas ocupações. A começar pelo caso da ocupação da Fazenda Sarandi, que conforme foi dito acima, foi realizada poucos dias antes do movimento do Banhado do Colégio. O líder dessa primeira ocupação era prefeito da cidade de Ronda Alta, vizinha de Sarandi. As intrincadas relações entre este movimento e o próprio governo do estado começam a aparecer quando se considera a própria filiação do então prefeito, uma vez que ele era afiliado ao PTB, mesmo partido do governador. E não somente isso, Jair de Moura Calixto, o prefeito de Ronda Alta, e Leonel de Moura Brizola, o governador do Rio Grande do Sul, eram primos. Esse fato, por si só, não garante necessariamente que as ações do prefeito se alinhavam ao interesse do governador, mas ao menos ajuda a compreender a rápida comunicação e pronta resposta do governo à iniciativa de ocupar a Fazenda Sarandi⁷.

Assim, há elementos relevantes para afirmar que o primeiro movimento de reivindicação por terra e reforma agrária no Rio Grande do Sul foi produto de uma

⁷ Alguns elementos reforçam a complexidade do quadro descrito. Calixto, antes mesmo de se tornar prefeito, já defendia publicamente a ocupação de áreas improdutivas e a divisão das mesmas entre os interessados de nela trabalhar. Ao mesmo tempo, a situação criada pela liderança de Calixto permitiu ao governo do estado do Rio Grande do Sul se envolver em uma questão em destaque no momento, a reforma agrária. Para melhor entendimento do quadro que em que se organiza a ocupação da Fazenda Sarandi ver Rosa (2010) e Alves (2012).

interação da necessidade de terra por parte de trabalhadores rurais, da iniciativa de um prefeito local e da vontade do governo do estado de produzir resultados práticos num momento onde os debates sobre a reforma agrária se acirravam.

Entretanto, o fato da primeira ocupação apresentar uma estreita ligação entre sua principal liderança e o próprio governador não garantiria que o movimento seguinte, ocorrido em Camaquã, apresentasse obrigatoriamente as mesmas características. Ainda assim, muitas destas voltam a compor de maneira bastante similar os caminhos do acampamento no Banhado. Para começar a apresentar essas semelhanças é necessário recuperar parte da história do líder do movimento do Banhado do Colégio, Epaminondas Silveira. Segundo Harres (2002:314), Epaminondas era um comerciante de produtos agrícolas que posteriormente passou a arrendar terras no Banhado. Estas últimas que, por muitas vezes, eram novamente arrendadas a terceiros, como narrado no início da seção anterior, quando foi apresentado o caso da família da Dona Elma, que inclusive trabalhava em regime de parceria numa área arrendada originalmente por Epaminondas⁸. Tanto que ela corrobora uma versão apresentada por Epaminondas de que depois de ter limpadado e realizado o primeiro plantio na área arrendada, um grande fazendeiro da região, que se dizia dono da terra, procurou-o mandando reiniciar o processo, em outra quadra⁹. Essa quebra de contrato seria o estopim que teria motivado Epaminondas a tomar a decisão de mobilizar o povo:

Parece que foi ontem, era sexta feira. Fui para a cidade pensando e no sábado botei um aviso na rádio para ler a cada quinze minutos, convidando os agricultores sem terra para uma reunião na minha casa. Foi aí que surgiu a associação. Como todos sabiam que os fazendeiros não tinham escritura e estavam se adonando das terras, resolvemos acampar. [...] Se depois arrumaram um jeito de legalizar, eu não sei. Mas se isso aconteceu que o governo trate de desapropriar. Tudo aqui estava embaixo d'água, o Governo drenou com o dinheiro do país. Agora acho que a reforma agrária deve continuar (O Interior 14 a 20/09/1985).

Essa passagem reforça uma interpretação de que Epaminondas teria organizado o movimento em razão do avanço dos grandes fazendeiros da região sobre as áreas do Banhado. Em outro periódico da época, Epaminondas afirma:

⁸ Jornal O interior de 14 a 20/09/1985.

⁹ Vários entrevistados relataram que parte do movimento de avanço das cercas realizado pelos grandes fazendeiros da região limítrofe às áreas do Banhado do Colégio se dava de acordo com o seguinte princípio: arrendavam áreas contínuas às suas terras e que antes estavam alagadas para terceiros. Estes últimos, não somente pagavam o arrendamento, mas também acabavam realizando toda a limpeza nas “novas terras”. Uma vez encerrado o contrato de arrendamento, a área livre e pronta para o plantio era integrada à fazenda original num processo de sucessivo acúmulo de terras. A diferença do caso específico de Epaminondas é que o fazendeiro o teria obrigado a limpar uma nova área antes mesmo do fim do contrato de arrendamento que havia sido estabelecido entre as partes.

Nos propusemos a organizar o movimento dos agricultores sem terra em Camaquã, após ouvirmos a palestra de sexta-feira última do governador Leonel Brizola. Logo depois fizemos uma palestra pela Rádio Camaquã e aí está o movimento (Diário de Notícias de 24 de janeiro de 1962).

Brizola fazia uso recorrente do rádio para realizar pronunciamentos¹⁰, na passagem acima Epaminondas se remete a uma das falas do governador como um estímulo à iniciativa do acampamento. Ainda que não tenha sido possível localizar este pronunciamento é pouco provável que o governador não tenha realizado uma manifestação sobre o episódio ocorrido em Sarandi e as medidas de apoio que o governo havia tomado em relação àquele movimento. Ainda assim, não foi possível localizar em nenhum periódico da época qualquer manifestação de Epaminondas que sugerisse alguma determinação ou mesmo aproximação anterior entre o movimento e o governo.

Entretanto, durante o trabalho de campo tive a oportunidade de entrevistar Ayrton Silveira, filho de Epaminondas, que hoje trabalha no lote do pai, já falecido. Ele relatou que tudo que sabe a respeito do movimento é o que foi contado pelo pai, pois nasceu quatro anos depois do episódio. Ele corrobora todas as informações já apresentadas até aqui sobre a organização do acampamento e mesmo sobre as motivações que levaram o pai a se engajar na organização do movimento. A única informação não mencionada por qualquer outro entrevistado diz respeito a uma viagem que o pai teria feito entre o episódio do problema de contrato com as terras arrendadas no Banhado e o início do movimento. Segundo conta Ayrton, diante do problema que o seu pai passou a ter de enfrentar, ele teria ido até Porto Alegre para “se informar sobre a situação” do Banhado do Colégio na Secretaria de Agricultura do estado e teria saído de lá com a informação de que “era área devoluta do estado e que ele tomasse a medida que ele achasse correta pela área”. Portanto, ele teria voltado até Camaquã e colocado o anúncio na rádio da cidade para dar início à organização do acampamento.

A história narrada por Ayrton é importante porque adiciona uma nova variável ao entendimento da organização do movimento - o estabelecimento de alguma conexão entre o grupo de Camaquã e o governo do estado. As peças desse quebra cabeça começam a se encaixar se nos atentarmos ao grupo de pessoas que estavam próximas à Epaminondas. Na primeira passagem destacada na página anterior, Epa-

¹⁰ Especialmente durante o episódio que ficou conhecido como “Legalidade”, Brizola fez uso recorrente de uma estação de rádio instalada nos porões do Palácio do Governo para transmitir discursos inflamados em defesa da posse do então vice-presidente João Goulart, diante da renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961.

minondas diz que depois de colocar o anúncio na rádio ele criou uma associação. Esta era a Associação dos Agricultores Sem Terra de Camaquã, criada no momento em que foi deflagrado o movimento e que reunia os trabalhadores rurais que buscavam um lote. Mas um nome sobrava no grupo, tratava-se de Hilson Scherer Dias, figura que ocupava o cargo de presidente de honra da associação. Hilson era não agricultor, mas era um dos principais líderes do PTB de Camaquã e também chefe de gabinete de João Caruso, Secretário de Agricultura do estado e presidente do recém-criado Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA). Isto é, Hilson trabalhava diretamente com o homem responsável por tratar de todos os assuntos ligados às recentes demandas por terra que passaram a ocorrer em solo gaúcho desde os primeiros dias do ano de 1962. No mínimo, essa condição pode ter aberto alguns caminhos para que Epaminondas voltasse de Porto Alegre tão bem informado sobre as decisões que deveria tomar.

Mas as coincidências que ligam o movimento de reivindicação com pessoas do governo do estado não se limitam ao chefe de gabinete do secretário. Novamente, o próprio governador tinha laços com pessoas que acompanharam de perto o movimento, Brizola era amigo de infância de Tasso Soares Perez, vereador do PTB de Camaquã, que havia conhecido o jovem Leonel Brizola durante a década de 1930, quando juntos estudaram no Curso Técnico Rural, na cidade de Viamão. Tasso Perez foi o mesmo vereador que avisou a família do Seu Agripino, pai do Seu Luís, que deveria ir para o acampamento, pois tinha muitos filhos, além disso, estava junto de Epaminondas quando este último avisou Seu Servino que arrumasse mais pessoas para o movimento que seria criado poucos dias depois.

É difícil estabelecer concretamente como foram construídas todas as relações que orientaram as ações de Epaminondas na direção de organizar um acampamento, demandando a divisão da área. Entretanto, os dados apresentados são bastante reveladores de que essas relações entre pessoas que ocupavam lugares dentro do governo e fora dele foram determinantes para que a empreitada do acampamento fosse legitimada e encorajada. Desta forma, ainda que a liderança de Epaminondas não possa ser negada, permanecem questões sobre as razões pelas quais o governo do estado se interessava em apoiar iniciativas como as que ocorreram tanto em Sarandi quanto em Camaquã, mesmo deixando bastante evidente uma preocupação de que se construísse um afastamento entre suas ações e os movimentos reivindicatórios.

A forma da lei

Para a compreensão dos contornos que foram impressos à luta por terra no Rio Grande do Sul na década de 1960 é necessário considerar, como pôde ser visto na seção anterior, a participação de pessoas que ocupavam posições no governo do estado. Ainda assim, essa interação entre Estado e movimento não acontecia de forma explícita e, especialmente, as ações deste último deveriam estar sempre apoiadas em uma base legal que era evidenciada nas manifestações públicas de figuras do governo, como pode ser visto nas palavras do próprio governador, ao se pronunciar sobre o movimento do Banhado do Colégio:

Nessa área o poder público já empregou mais de 1 bilhão de cruzeiros para recuperação, indicando todos os elementos que a gleba pertence ao próprio Poder Público, não só pelas obras realizadas, como pela inexistência de títulos de propriedade particular, muito embora proprietários lindeiros ocupem grande parte ou mesmo, arrendem - com participação nas colheitas - à agricultores sem terra. [...] Quem reivindica uma providência do govêrno são justamente êsses agricultores e o Poder Público não os deixará desamparados. [...] O estado agirá rigorosamente dentro da Lei e do espírito social e humano que a ditou (Última Hora de 25/01/1962).

Ainda sobre os movimentos ele afirma:

Alguns políticos, interessados em alamar a opinião pública, vêm espalhando boatos e distorcendo os fatos reais sobre as ocorrências em Sarandi e Camaquã. Posso assegurar ao povo rio-grandense que há a mais perfeita ordem em todo o Estado. [...] Não houve qualquer atentado à propriedade ou ao patrimônio de quem quer que seja. [...] Certamente desejavam que eu impedisse, pela força movimentos reivindicatórios pacíficos que não estavam afetando a ordem pública. O que precisamos fazer é enfrentar a nossa realidade economico-social, solucionando problemas e situações anti-sociais para que todos, pobres e ricos, sem distinção de côr ou de religião, possam ter uma oportunidade e alcançar um padrão de vida digno. [...] Precisamos passar das palavras para os atos concretos e superar, e vencer, o nosso próprio egoísmo. Para isto não precisamos de desordens nem de confusões, basta que nos entendamos com o desejo sincero de alcançar soluções. Nem mesmo necessitamos de soluções radicais, bastando que se possa evoluir passo a passo. O que está errado é reagir contra tôda e qualquer idéia de solução, muitas vêzes usando das palavras para nos enganar a nós mesmos e aos que necessitam de nossa ajuda. Reafirmo [a] todos os meus conterrâneos, não apenas que todo o Estado se encontra na mais perfeita ordem, como também que o govêrno pretende, e está em condições de mantê-la irrepreensivelmente (Última Hora de 26/01/1962).

As duas passagens em destaque, frutos de manifestações do governador nos jornais em dias consecutivos, são importantes porque, além de demonstrar que os

movimentos eram legítimos à vista do governo, serviam para evidenciar como as críticas se intensificaram a partir do momento em que ele passou a apoiar as iniciativas ocorridas em Sarandi e Camaquã. Na primeira passagem, os argumentos usados pelo governador para reconhecer a legitimidade da iniciativa se pautam especialmente na inexistência de documentos que indicassem que a área do Banhado fosse privada, além de destacar que já havia sido realizado um grande investimento público na área (pelo DNOS – vinculado ao governo federal), o que justificaria o repasse desta aos sem terras.

A segunda passagem se concentra muito mais em reforçar que, apesar da emergência desses movimentos reivindicatórios, a “ordem” no estado estava mantida. Para isso, o governador reforça que nenhuma das ações do governo se sobrepôs ao direito de propriedade, além de reafirmar que não há a necessidade de quaisquer “desordens ou confusões”. Cabe ressaltar ainda que, por diversas vezes, nos pronunciamentos do governador e de sua equipe de governo, eles se obrigavam a destacar que todas as medidas tomadas estavam respaldadas pela lei. O recurso jurídico que orientava a posição do governo eram os artigos 173 e 174¹¹ da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, que determinava:

Art. 173 - O Estado prestará assistência aos trabalhadores urbanos e rurais, aos pequenos agricultores e às suas organizações legais, proporcionando-lhes, entre outros benefícios, meios de produção e de trabalho, crédito fácil, saúde e bem-estar.

Art. 174 - O direito à propriedade é inerente à natureza do homem, dependendo seus limites e seu uso da conveniência social.

§ 1.º - O Estado combaterá a propriedade improdutiva por meio de tributação especial ou mediante desapropriação.

§ 2.º - Atendendo aos interesses sociais, o Estado poderá, mediante desapropriação, prover a justa distribuição da propriedade de maneira que o maior número possível de famílias venha a ter sua parte em terras e meios de produção.

§ 3.º - O Estado promoverá planos especiais de colonização, visando as finalidades do parágrafo anterior, sempre que a medida for pleiteada por um mínimo de cem agricultores sem terras, de determinada região.

§ 4.º - O Estado facilitará a fixação do homem à terra, estabelecendo plano de colonização ou instalação de granjas cooperativas, com o aproveitamento de terras públicas ou, mediante desapropriação, de terras particulares, de preferência as socialmente não aproveitadas.

§ 5.º - Poderá também o Estado organizar fazendas coletivas, orientadas ou administradas pelo poder público destinadas a formação de elementos aptos às atividades agrícolas (Constituição do Rio Grande do Sul de 1947, grifos do autor).

¹¹ É importante destacar que os referidos dispositivos constitucionais foram inseridos no texto final da Constituição Gaúcha de 1947 por influência do PTB, partido de Leonel Brizola. Naquele período, Brizola debutava na carreira política como deputado estadual.

As possibilidades colocadas pelos artigos constitucionais elencados acima foram recorrentemente manipuladas pelo governo gaúcho quando da promoção de seus projetos de assentamento e reforma agrária. Estes sempre recorriam a mesma dupla justificativa para suas iniciativas: a legal, baseada nos artigos da constituição estadual; e a moral, explorando o quadro de miséria e vulnerabilidade que movimentos de luta pela terra denunciavam. Esses elementos são fundamentais para que se compreendam os aspectos que aparecem dispersos memórias daqueles que estiveram nos acampamentos. Dentre estes, a informação recebida pelos ocupantes para que o acampamento fosse estabelecido à beira da estrada, o que conferia ao movimento a certeza de que não estaria invadindo nenhuma área privada. Além disso, o alerta que Epaminondas confere a Seu Servino para que ele conseguisse mais pessoas para integrar o movimento provavelmente visava garantir a presença de “no mínimo cem agricultores sem terra”, o que conferiria ao grupo mais uma forma de reconhecimento legal. Ademais, a realização das missas, bem como a participação do padre também garantiam ao movimento o tom pacífico e ordeiro proclamado pelos agentes públicos ao defender a legitimidade do movimento.

O caso do Banhado do Colégio parece sugerir como ponto de inflexão a viagem de Epaminondas até Porto Alegre. Até aquele momento, somavam-se abusos e expulsões de posseiros da área do Banhado, mas segundo os relatos, a promessa de uma futura “desapropriação” que não ocorria parecia ser a única expectativa dos sem terra da região. O quadro se altera a partir da viagem de Epaminondas, que volta da capital trazendo consigo a definição de como organizar o movimento de ocupação da área. Se no caso da Sarandi, conforme visto acima, sugere-se uma correlação entre os interesses de Calixto e o governo estadual, em Camaquã, isto é, no caso do Banhado, Epaminondas parecer agir nos limites definidos pelo próprio dispositivo legal que apoiava as ações do governo do estado¹².

Assim, as narrativas apresentadas sugerem que Epaminondas foi responsável pela organização dos sem terra que ocuparam a área demandando sua distribuição. Essa ação já representava uma ampliação no repertório para os movimentos de demanda terra, mas o que lhes atribuiu especial destaque foi a força com que estas ecoaram no aparato burocrático que o governo do estado do Rio Grande do Sul que decide apoiar a iniciativa tomando como fundamento de suas iniciativas os dispositivos constitucionais disponíveis.

¹² Vale destacar que, entre as duas áreas, a de Camaquã se constituiu no projeto de colonização mais exitoso. Já Sarandi continuou sendo palco de disputas pelas décadas seguintes, tendo inclusive a desapropriação realizada por Brizola sido contestada judicialmente.

Considerações Finais

Os elementos que compõem a luta por terra no Rio Grande do Sul no início da década de 1960 não podem ser tomados de maneira isolada aos demais acontecimentos ligados ao debate sobre reforma agrária no Brasil da época. O tema da reforma agrária estava colocado em disputa, seja nas mobilizações ou no Congresso Nacional diferentes modelos e alternativas eram discutidos¹³. Se “na lei ou a marra¹⁴” eram as condições que estavam postas à época, a forma adotada no Rio Grande do Sul parece claramente ter sido pautada na “lei”, ainda que para isso tenha sido necessário o envolvimento direto de pessoas que faziam parte do próprio governo do estado.

Destarte, no que tange ao caso analisado no presente artigo, o acampamento realizado no Banhado do Colégio se constituiu como uma alternativa que reuniu um quadro local de carência por terra, com o interesse do próprio governo do estado em promover projetos de colonização e reforma agrária. Nesse contexto, figuras como Epaminondas, um arrendatário local, pôde mobilizar colonos sem terra e organizar um movimento que se adequava quase que perfeitamente aos dispositivos constitucionais existentes à época, facilitando a aplicação “da lei”, tanto apregoada pelos representantes do Estado, o que conferia legitimidade tanto às ações do movimento quanto ao governo estadual.

É preciso recordar, que na própria fala dos entrevistados é lembrada a possibilidade de que as terras do Banhado fossem divididas antes mesmo de qualquer iniciativa de acampamento. Ainda assim, a única mudança visível era o avanço das cercas das fazendas da região. O elemento novo, que interrompeu o processo e parece ter deixado raízes, foi a utilização de um acampamento como definição de mecanismo de uma forma de demanda, que ao ser reconhecida e legitimada passou a representar um novo campo de possibilidades na luta pela terra.

¹³ Sobre os debates acerca do tema da reforma agrária no Congresso Nacional, ver Camargo (1979).

¹⁴ Posição adotada pelas Ligas Camponesas a partir do Congresso Camponês, realizado em novembro de 1961, em Belo Horizonte, onde o lema “reforma agrária na lei ou na marra” passa a ser entoado de maneira contundente no âmbito nacional.

Referências bibliográficas

- ALVES, Bernard. Versões da Sarandi. *Ruris* (Campinas), v.4, p.75 - 103, 2012.
- CAMARGO, Aspásia. A questão agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930-1964). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – IN-DIPO/FGV, Rio de Janeiro, 1979.
- ELIAS, Norbert. O processo Civilizacional. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989.
- HARRES, Marluza Marques (2002) Conflito e Conciliação no processo de reforma agrária do Banhado do Colégio – Camaquã/RS. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- MARTINS, José de Souza Martins. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1986.
- MEDEIROS, Leonilde. A História dos Movimentos Sociais no Campo. Rio de Janeiro, Fase, 1989.
- ROSA, Marcelo. O engenho dos movimentos: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco. Tese de Doutorado. IUPERJ, Rio de Janeiro, 2004.
- ROSA, Marcelo. Encruzilhadas: acampamentos e ocupações na Fazenda Sarandi, Rio Grande do Sul (1962-1980). In SIGAUD, L., ERNADES, M., ROSA, M., *Ocupações e Acampamentos: Sociogênese das Mobilizações por reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro, Garamond, 2010.
- SIGAUD, Lygia. “A forma acampamento: Notas a partir da versão pernambucana”. *Novos Estudos Cebrap*, pp. 73-92, 2000.

GESTÃO DA APICULTURA FAMILIAR NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL: UM ESTUDO DE CASO NA REFORMA AGRÁRIA EM BOA VISTA-RR

1. Introdução

A avaliação financeira da produção agropecuária é um dos principais problemas para os produtores, em especial os apicultores que vem ao longo dos anos aprimorando suas técnicas de produção. O objetivo de elaborar um relatório de estagio simples e utilitário dentro da atividade apícola, é orientar o criador de abelhas *Apis mellifera* L. quanto ao fator “custo de produção” tentando evitar as perdas decorrentes da má gestão da atividade, que acaba frustrando o produtor e desestimulando a atividade. O relatório foi idealizado com finalidade de orientar o produtor que encontra se com grande dificuldade em conhecer a real margem de lucro sobre sua produção, “hora o produtor acha que está ganhando, enquanto na verdade está perdendo dinheiro, assim vice versa”.

A intenção do referido trabalho é explicitar os custos de produção de forma pratica e sucinta, os pontos positivos e negativos da atividade, expor o mercado institucional, e a força do associativismo.

2. Referencial teórico

2.1. Apicultura e sua produção

Nenhuma das subespécies de *A. mellifera* L. é natural das Américas. Elas foram trazidas pelos primeiros colonizadores que aqui chegaram. A data e o local da introdução no Brasil das abelhas *A. mellifera* L. vindas da Europa, é muito controvertida. Há duas opiniões: Uma alega que a introdução dessas abelhas ocorreu pela primeira vez nas missões jesuítas no sul do Brasil e que antes de 1839 essas abelhas eram to-

* Universidade Federal de Roraima. Email: david.veras87@gmail.com

** Universidade Federal de Roraima. Email: emersonclaytonarantes@gmail.com

*** Universidade Federal de Roraima. Administradora. Email: kellysindeaux@hotmail.com

talmente desconhecidas, a outra versão é de que foi o Rev. Antônio Carneiro quem primeiro as trouxe da Europa (TONINI, 2009).

Suspeita-se que os colonos alemães tenham trazido abelhas pretas, *A. m. mellifera* L., e amarelas, *A. m. ligustica* para o Rio Grande do Sul. Em 1956 foram trazidas da África algumas rainhas de *A. mellifera adansonii*, hoje identificadas como *A. mellifera scutellata* Ruttner, que deveriam ser cruzadas com as raças locais para produzirem híbridos de alta produtividade. No entanto, vários enxames fugiram e passaram a se dispersar pelo Brasil na forma pura, ocorrendo muitos acidentes devido à alta agressividade dessas abelhas (TONINI, 2009).

Em Roraima, segundo relato de indígenas, as abelhas africanas chegaram na década de 70. Para iniciar a atividade apícola no sul do Estado, na cidade de São João da Baliza, região de floresta, foi necessário trazer abelhas da capital Boa Vista, pois em São João da Baliza elas não existiam. Em 1973 as abelhas africanas já haviam chegado na Venezuela. Em 1976, elas já estavam no norte do Estado de Roraima, na fronteira Brasil-Venezuela, cidade de Santa Elena de Uairen (TONINI, 2009).

Hoje as pesquisas científicas aplicadas à apicultura brasileira, têm sido numerosas e de grande qualidade, possibilitando o aumento da produtividade de nossas colmeias (SABBAG, 2001)

A produção de mel brasileira triplicou e as exportações deram um salto de mais de 9.000% em 10 anos. A apicultura nacional virou a página de uma história de produção incipiente e limitada ao consumo local. Hoje, o Brasil é o 11º produtor mundial e o 5º exportador. O mel brasileiro de exportação é cobiçado pelos principais mercados, por ser agroecológico e de qualidade.

A vasta biodiversidade da flora brasileira possibilita a obtenção de méis de diversas floradas, durante todos os meses do ano, com cores, aromas e sabores únicos. A apicultura está difundida em todas as regiões do Brasil, obtendo-se mel na Amazônia, Mata Atlântica, Pantanal, Caatinga, Pampa Gaúcho e Cerrado (SABBAG, 2001).

A apicultura é uma das atividades agrícola mais importantes, pois além de produzir o mel, produto mundialmente apreciado pelo ser humano, esta atividade gera a polinização, a qual é consequência da peregrinação feita pelas abelhas em busca do pólen e o néctar, insumo fundamental para a produção do mel, geleia real e outros produtos. Esta simbiose entre abelha e planta, faz com que a agricultura de um salto positivo conforme a tabela 1 que exemplifica a importância da polinização decorrente da ação das abelhas na produção de maçãs.

Tabela 1: Ação das abelhas na produção de maçãs

Variável	Polinização sem abelhas	Polinização com abelhas
Total de flores	4.125	2.751
Flores frutificadas	60	1.006
Frutificação efetiva (%)	1,4	36,6
Frutos colhidos	50	1.745
Peso total (kg)	7,49	125,8

Fonte: PETRI, 2002.

Apesar de todos os benefícios ambientais ocasionados pela atividade em questão, apicultura brasileira envolve em sua cadeia produtiva, cerca de 350 mil pessoas, a maioria pequenos produtores. Sendo uma atividade de grande impacto social, pois gera renda e ocupação, ajudando a fixar o homem no campo (BACHMANN, 2007).

Em um mercado cada vez mais globalizado e competitivo, é fundamental a busca de critérios de gestão, que fomentem o uso de boas práticas agrícolas, de controle de qualidade e do ambiente. Embora a apicultura esteja passando por uma fase de grande desenvolvimento, a partir do início das exportações em 2001, ainda existe um grande potencial apícola (flora e clima) a ser explorado de grande possibilidade de se maximizar a produção, com a melhoria das práticas de manejo e produção, de forma a melhorar nossa produtividade por colmeia/ano, que ainda é muito baixa em função do potencial apícola que o país dispõe (SEBRAE, 2009).

A cadeia produtiva da apicultura brasileira envolve cerca de 350 mil pessoas a maioria pequenos produtores. É uma atividade de grande impacto social, pois gera renda e ocupação, ajudando a fixar o homem no campo. Sendo que a produção brasileira anual supera as 40 mil toneladas e está bem distribuída por todo o território nacional. O consumo *per capita* do brasileiro é de apenas 60 gramas de mel por ano, enquanto em alguns países da Europa passa de 1 quilo, mostrando o potencial do mercado interno. Apesar de visto prioritariamente como alimento, a maior parte do consumo de mel pela população ocorre na forma de medicamentos, devido as suas múltiplas propriedades terapêuticas (BACHMANN, 2007).

Perante a decolagem da produção apícola e o nicho de mercado, os profissionais vêm enfrentando grande dificuldade na gestão da atividade. Os apicultores, em muitos casos, não fazem o controle dos custos de produção, o que implica na tomada de decisão. Em algumas situações o produtor chegar a vender o seu produto ao valor abaixo do custo de produção. De acordo com Brigham & Houston (1999), as

decisões de negócios não são tomadas em um vácuo, os tomadores de decisão têm em vista objetivos específicos, certamente um dos mais presentes é a maximização da riqueza dos proprietários do empreendimento, que consiste na maximização do valor deste.

Para minimizar os custos e flexibilizar as pressões do mercado consumidor, os apicultores buscam se reunir. A tendência ao associativismo e ao cooperativismo é uma resposta cada vez mais comum à necessidade de criar condições para o atendimento à legislação e viabilizar o compartilhamento de recursos como a Casa de Mel. A Casa do Mel é uma central com diversos equipamentos para processar o mel colhido pelos apicultores. É uma aposta no futuro, pois a capacidade de processamento dos equipamentos (como centrífuga, decantadores e máquina para embalar o mel) pode atender a uma quantidade de produtores muito maior do que o inicial, visando facilidade de inclusão de novos produtores. Mesmo para comprar equipamentos, é cada vez mais comum que os apicultores se reúnam em busca de maior poder de barganha (BACHMANN, 2007).

As linhas de crédito no Brasil é um ponto sereno para os produtores, que prevalecem com pouco conhecimento sobre estas oportunidades crédito, ofertadas pelas inúmeras instituições de crédito do país. Os juros, os prazos de pagamento e as garantias muitas vezes são inadequados aos produtores, tendo muitas dificuldades de acesso aos créditos oficiais ou não.

Em Roraima, esta realidade não é diferente, o setor apícola, como qualquer outro segmento da agropecuária, precisa de linhas de crédito para o seu desenvolvimento sustentável. Para a apicultura, esta opção é plenamente justificada pelos seguintes fatores: gera baixo impacto ambiental, contribui para a conservação do meio ambiente e das comunidades indígenas, pecuaristas e agricultores.

Sobre o aspecto geral, no município de Boa Vista-RR, a produção apícola é oriunda dos produtores familiares, onde Wanderley (1999, p.37) define que agricultura familiar é “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo.” Sendo que esses agricultores muitas vezes não acessam as linhas de crédito para o desenvolvimento seguimento apícola, em alguns casos impedidos por indisponibilidade de documentos por parte dos órgãos responsáveis.

Atualmente o governo federal vem disponibilizando linhas de créditos direcionados aos agricultores familiares, através do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), sob o comando do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). O BNDES dispõe de linha de crédito voltado à criação

animal (pecuária), denominado PRODEAGRO – Programa de Desenvolvimento do Agronegócio, cujos recursos financeiros podem ser acessados pelos apicultores via Banco do Brasil, porém muito pouco demandados devido prazos e taxas de juros considerados incompatíveis com a atividade apícola (SILVA, 2003).

Perante o avanço da produção de mel, o agricultor familiar, encontra-se com dificuldade de cumprir todos os elos da cadeia produtiva “a partir da porteira para fora da propriedade” a comercialização. Algo que exige a presença constante no mercado, desfalcando a mão de obra na propriedade, isso faz com que Lamarche (1993), afirme que, a exploração familiar se organiza em torno de um eixo definido pelo grau de integração ao mercado. Muitos agricultores familiares têm saído da atividade, porque não conseguem se adaptar às novas exigências do mercado.

Perante estas dificuldades do pequeno agricultor de acompanhar o mercado, o Governo federal lançou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sendo considerado como uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero. Constitui-se em mecanismo complementar ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) de apoio à comercialização dos produtos alimentícios da agricultura familiar, no qual o governo adquire alimentos dos agricultores familiares e doa parte dele para pessoas em risco alimentar.

A implementação do PAA revela, de forma inédita, a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar. O Programa de Aquisição de Alimentos foi instituído pela Lei 10.696, de 02/07/2003, regulamentada pelo decreto nº 5873 de 15/08/2006.

Tem como finalidade o incentivo à produção agropecuária e a sustentação de preços, adquirindo alimentos produzidos por produtores familiares enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, inclusive agroextrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, pescadores artesanais, aquiculturas familiares, trabalhadores rurais sem terra acampados, e comunidades indígenas, por meio de suas associações ou cooperativas (VIEIRA, 2010).

Assim, buscando entender a gestão apícola pela propriedade familiar, buscou-se analisar os custos de produção de mel em uma propriedade familiar. A seguir é explicado a metodologia do trabalho.

3. Metodologia

Nesse estudo, a pesquisa aplicada quanto à abordagem foi o estudo de caso, sendo qualitativa e quantitativa. Quanto aos objetivos foi exploratória e descritiva, e

aos procedimentos foi bibliográfica, documental e de campo. Em relação aos procedimentos foi utilizada pesquisa bibliográfica, documental e de campo por meio de técnica de estudo de caso, para a fundamentação teórica foi realizada uma investigação em livros e artigos científicos. E também pesquisa-ação para este estudo.

Tomou-se a metodologia de pesquisa descritiva no desenvolvimento do trabalho, entrevistas abertas e semidirigidas com apicultores, coleta de dados financeiros e identificação das principais fontes de mercado e levantamento bibliográfico sobre o tema estudado, textos, artigos científicos, teses, livros e sites da internet foram utilizados.

3.1. *Caracterização da propriedade da agricultura familiar*

A propriedade estudada é de Apicultor familiar, assentado da Reforma Agrária do Projeto de Assentamento Nova Amazônia, Zona Rural, Pólo IV, município de Boa Vista. Este faz parte da Associação Setentrional de Apicultores de Roraima-ASA, fundada em Março de 1992, com finalidade fortalecer os produtores de mel de abelha dos municípios de Boa Vista, Alto Alegre, Bonfim, Normandia, Mucajai e Cantá. Na data de sua criação contava com 28 apicultores. De acordo com seu Estatuto Social, é uma Sociedade Civil sem fins lucrativo, composta por uma diretoria, conselho fiscal e associados. A ASA esta com sua sede na Br 174, km 6, hoje conta com 54 membros ativos e sua produção cresce constantemente. A associação busca proporcionar a melhoria da qualidade de vida aos produtores e melhor alimento aos consumidores.

4 *Análise e discussão dos resultados*

4.1. *Caracterização do pasto apícola:*

Nos plantios de *A. mangium*, presentes no município de Boa Vista-RR, nas dependências do projeto de assentamento da reforma agrária Nova Amazônia a apicultura se destaca expressivamente, as abelhas africanas encontram uma grande oferta de alimento. Rapidamente as abelhas operárias aprendem a recolher o néctar, oferecido em abundância nos nectários extra-florais. A produção de mel em plantios de *A. mangium*, quando as colônias encontram condições favoráveis, é bem maior do que a de colônias situadas em locais de vegetação natural. Algumas colônias chegam a armazenar mais de 100 kg/ano (TONINI, 2009).

4.2. Caracterização dos Sistemas de Produção Apícola:

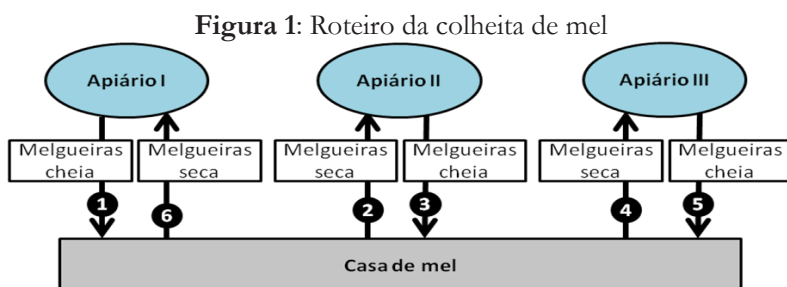
O sistema de produção apícola foi separada em instalação do apiário, inspeção e manejo, colheita e processamento do mel. Recomenda-se que no manejo de um apiário composto por 60 colmeias com 120 melgueiras é necessário que três pessoas estejam envolvidas em uma jornada diária de oito horas de trabalho, principalmente nas atividades de vistoria e colheita. Nas vistorias estão incluídos os trabalhos de limpeza da área, captura de enxames e controle de pragas, além da própria verificação dos enxames, colheita e devolução das melgueiras. Para essa pesquisa foi considerado que cada colmeia é visitada mensalmente, totalizando doze visitas no ano por colmeia.

4.3. Logística:

Na logística utiliza-se uma caminhonete com capacidade de carga de 800 kg. A distância entre o pasto apícola e o local de processamento de mel, também é um fator de grande relevância ao custo de produção, o apiário em questão está localizado a uma distância de 60 km do entreposto de mel. No momento da colheita, são retiradas 40 melgueiras de 20 colmeias (2 melgueiras por colmeia), o que faria uma carga total aproximada de 630 kg (9,75kg de mel/melgueira mais 6kg/melgueira vazia). O apicultor utiliza uma camionete Panpa-Ford movida a gasolina.

Com base nas entrevistas realizadas com os apicultores da ASA, a produção média por melgueira chega a 9,75kg de mel na florada da plantaçao de arvores denominadas de acácias cultivada em área de lavrado.

4.3.1. Plano de logística para a colheita de mel



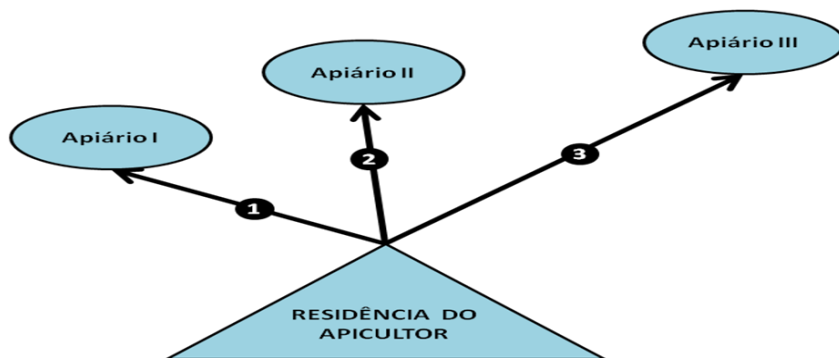
Fonte: autores, 2013.

Ao colherem as primeiras 40 melgueiras das primeiras 20 colmeias, retorna se com as melgueiras secas e substituindo pelas melgueiras cheias nas outras 20 colmeias, seguindo este roteiro. Completando este roteiro para a colheita de mel, o apicultor fará 6 (seis) viagens entre o setor de produtivo (três apiário composto por vinte comeias em produção cada um) ao setor de processamento (casa de mel). Sabendo que, entre o setor produtivo e setor de processamento à uma distância de 60 (sessenta) quilômetros, concluímos que o produtor percorrerá 360 km por colheita.

Considerando que a camionete consome um litro de gasolina para percorrer 10 (dez) quilômetros, o apicultor gastar no mínimo 36 litros de gasolina para colher o mel. Atualmente no mercado local, o litro de gasolina está sendo comercializado ao valor de 3,12 reais, com base na quantidade de gasolina necessária para a colheita, o produtor terá um custo de combustível de R\$ 112,32 por colheita.

Em toda extração de mel, terá uma quantidade variável de cera bruta retirada dos favos de mel, a mesma precisa ser derretida, purificada na própria propriedade e beneficiada na ASA, tendo o custo de 20% do peso da cera. Esta cera pode ser comercializada para a indústria de cosméticos ou para outros apicultores, mais nesse caso é reutilizada no próprio apiário.

4.3.2. Plano de logística para a revisão e manutenção do apiário.



Fonte: autores, 2013.

Sobre as tarefa de revisão, o apicultor renovara parcialmente a cera da caixa ninho, trocará a tampa, fundo e anel de ninho que estiverem danificados, substituição de rainha, caso necessário fornecer água e alimentação para as abelhas em período de escassez dos referidos, fazer o controle de pragas e cobrir a colmeia com algo que evite a incidência direta dos raios solares e a chuva sobre a mesma. Na manutenção do apiário, será feita a limpeza da área com roço e capina.

A distancia do apiário I entre a residência do apicultor é de 2 quilômetros, do apiário II é de 5 quilômetros e do apiário III é de 50 quilometro.

Toda mão de obra prestada na execução das referidas tarefas, será familiar (pai junto a seus dois filhos, todos sócios da ASA).

4.4. Descrição de processamento do mel

O processo de beneficiamento será feito inteiramente na casa mel da ASA, após o maximo de cuidado e higiene na produção e colheita do mel, o apicultor levava as melgueiras para a extração e beneficiamento do mel. O apicultor pode beneficiar o seu produto, desde que cumpra com todas as exigências higiênicas da ASA, o mesmo será auxiliado por um profissional da ASA que estará responsável pelas máquinas e equipamentos da casa de mel.

A fim de demonstrar o processo de beneficiamento, explicita se abaixo um fluxograma de beneficiamento do mel, as setas de cor vermelha indica o fluxo de mel, e as pretas indicam o trajeto dos operários.

Figura 3: Fluxograma de beneficiamento do mel



Fonte: autores, 2013.

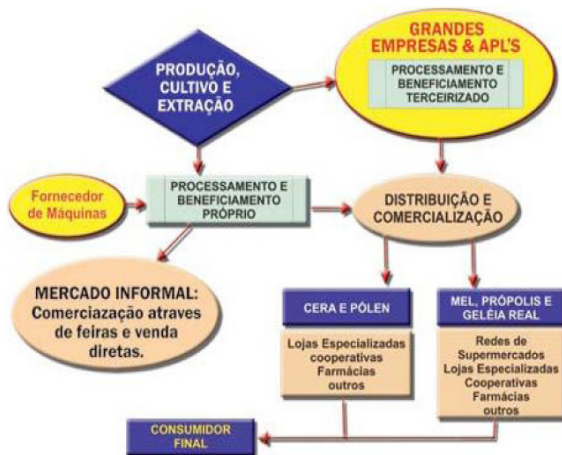
4.5. Cadeia Produtiva do Mel

Em um mercado cada vez mais globalizado e competitivo, é fundamental conhecer todos os elos da cadeia produtiva, a busca de critérios de segurança, qualidade, gestão e estratégia de mercado deve ser constante pelo produtor. O mercado vem

se tornando cada vez mais exigente, com isso o produtor precisa conhecer diversos elos da cadeia produtiva em que se encontra. O produtor deve estar preparado para a evolução constante das boas praticas de produção a fim de obter um aumento constante do seu produto, onde compra os melhores equipamentos e insumos com melhora preços, afim de reduzir seu custos.

Para o melhor atendimento da cadeia produtiva do produto apícola, segue se abaixo, fluxograma.

Figura 4: Cadeia Produtiva do Mel



Fonte: SEBRAE, 2006, pp. 22.

4.6. *Material de consumo, equipamentos e investimentos:*

As colmeias, melgueiras, cavaletes, telhas, tela excludora e cera alveolada foram considerados investimentos. Macacões, fumegadores, botas e luvas foram considerados equipamentos. O valor do investimento nesses equipamentos foi rateado ao longo de sua vida útil.

4.7. *Plano anual de atividade de Apicultura na Propriedade Familiar:*

Conforme o plano de atividade anual do apicultor, serão feitas 8 colheitas percorrendo em media 2.880 Km por ano e 8 beneficiamentos de ceras, caso necessite 4 fornecimento de alimentos, 4 limpezas (capina e roço), 1 troca de rainha, 5 trocas de cera (2 quadros de cera/caixa/troca) sendo que no período de um ano todas a cera

da colmeia serão renovadas, 3 manutenções do veículo (troca de óleo, filtro de óleo e de gasolina e o que precisar).

Quadro 1: Calendário anual de atividades de Apicultura na Propriedade familiar

Atividade	Verão						Inverno						Verão									
	Jan.		Fev.		Mar		Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.		Nov.	Dez.						
	3º	4º	1º	3º	4º	2º	4º	4º	4º	1º	4º	4º	4º	1º	2º	4º	4º	1º	3º	4º		
Colheita	+			+			+						+	+			+	+			+	
Derretimento de cera	+			+			+						+	+			+	+				+
Alimentação se necessário			+		+	+	+															
Limpeza		+						+			+				+							
Troca de rainha								+														
Troca de cera					+			+				+		+						+		
Manutenção do veículo			+							+				+								

Fonte: autores, 2013.

A situação climática da região aqui citada foi baseada de forma empírica nas praticas expostas pelos produtores da região.

O sinal positivo retratado no calendário de atividade indica a semana do mês em que deverão ser executadas as tarefas.

4.8. Custos de produção:

Custo de Produção são todos os gastos realizados pela empresa na aquisição dos fatores fixos e variáveis que foram utilizados no processo produtivo. Os custos podem ser classificados fixos e variáveis.

O custo de produção foi calculado por meio de planilhas de coeficientes técnicos e exigência de fatores de produção obedecendo à seguinte estrutura: Custos totais (CT) são a soma dos custos fixos (CF) e variáveis (CV) realizados durante o processo produtivo.

Com base nos referidos conceitos, segue se para a identificação dos possíveis custos de produção e organiza lós em tabelas.

4.8.1. Investimentos:

Para o verdadeiro conhecimento do custo real do quilo de mel e a margem de lucro, precisou se visualizar os investimentos e os custos envolvidos nessa atividade.

Assim como qualquer outra atividade, para o desenvolvimento apicultura, é necessário alguns investimentos básicos iniciais, como compra de colmeias completa em produção, cavalete para as colmeias, telha para proteger as colmeias da incidência direta do sol e chuva, macacão completo, fumegado, tela excludora para evitar que a abelha rainha faça postura nas melgueiras, pares de botas de borracha, pares de luvas, tonel para armazenar o mel extraído na casa de mel no período em que espera ser envasado em garrafas, carro utilitário para fazer os transportes necessários e alguns outros que o profissional julgar necessário.

Para uma visão holística dos investimentos e seu valor real, elaborou se uma tabela onde obteve se um total de R\$ 34.758,00, o valor da depreciação dos investimentos foi dividida pelo ano de vida útil de cada um, usando a seguinte formula (valor do item dividido pela quantidade de meses de sua vida útil). Para a definição da porcentagem da depreciação sobre o valor do item, Segue se a tabela abaixo.

Tabela 2: Investimentos para a produção

INVESTIMENTO TOTAL					
ITEM	UND	R\$ UND	TEMPO DE VIDA EM ANO	R\$ TOTAL	DEPRECIÇÃO POR MÊS
CAIXA COMPLETA EM PRODUÇÃO	60	250,00	3,5	15.000,00	357,14
CAVALETE	60	20,00	6	1.200,00	16,67
TELHA	30	5,00	5	150,00	2,50
MACACAO COMPLETO	3	250,00	2,5	750,00	25,00
FUMEGADOR	2	100,00	2,5	200,00	6,67
TELA EXCLUDORA	60	30,00	6	1.800,00	25,00
PARES DE BOTAS DE BORRACHA	3	25,00	1	75,00	6,25
PARES DE LUVAS	12	4,00	0,167	48,00	23,95
TONEL 20L	30	12,00	5	360,00	6,00
TONEL 50L	5	35,00	5	175,00	2,92
CARRO UTILITARIO	1	15.000,00	10	15.000,00	125,00
TOTAL				R\$ 34.758,00	R\$597,09 =1,7%

Fonte: autores, 2013.

4.8.2. Produção:

A produção é o fator de maior relevância na cadeia produtiva, pois quanto maior a produção menor os custos por quilo de mel, quando menor a produção maior os custos por quilo de mel. O setor produtivo em questão se expõe com grande potencial, pois Boa Vista-RR conta com uma área relevante de plantios de *A. mangium*, quando as colônias encontram condições favoráveis, é bem maior do que a de colônias situadas em locais de vegetação natural. Algumas colônias chegam a armazenar mais de 100 kg/ano. (TONINI, 2009). Para melhor entendimento sistêmico da produção, retrata-se a tabela abaixo.

Tabela 3: Produtividade de mel

PRODUTIVIDADE NO PERÍODO DE AGOSTO A DEZEMBRO DE 2013				
DATA	Nº DE COLMEIA	Nº MELG.	PRODUÇÃO MÉDIA/MELG. (Kg)	TOTAL
26.08.13	60	120	9	1.080
26.09.13	60	120	9,15	1.098
26.10.13	60	120	9,45	1.134
26.11.13	60	120	9,75	1.170
23.12.13	60	120	9,75	1.170
PRODUÇÃO TOTAL (Kg)				8.478

Fonte: autores, 2013.

4.8.3. Custo fixo:

Custos fixos são aqueles que contabilizam os gastos com os fatores fixos (construções, canais, balanças, salários, combustível) (BRIGHAM, 1999).

Tabela 4: Custo Fixo

CUSTO FIXO NO PERÍODO DE JULHO A DEZEMBRO DE 2013				
DATA	QTD	R\$/UND	ITEM	TOTAL R\$
TOTAL DO MÊS DE JULHO				R\$ 3.142,21
02.07.13	3	603,42	SALÁRIO LIQUIDO/OPERÁRIO	R\$ 1.810,26
02.07.13	1	612,46	DEPOSITO DE FGTS,INSS,13°SAL. E FÉRIAS	R\$ 612,46
02.07.13	3	10	MENSALIDADE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS	R\$ 30,00
02.07.13	1	597,09	DEPRECIÇÃO DO INVESTIMENTO	R\$ 597,09
02.07.13	3	10	MENSALIDADE DA ASA	R\$ 30,00
27.07.13	20	3,12	GASOLINA P/ LIMPEZA	R\$ 62,40
TOTAL DO MÊS DE AGOSTO				R\$ 3.172,13
02.08.13	3	603,42	SALÁRIO LIQUIDO/OPERARIO	R\$ 1.810,26
02.08.13	1	612,46	DEPOSITO DE FGTS,INSS,13°SAL. E FÉRIAS	R\$ 612,46
02.08.13	3	10	MENSALIDADE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS	R\$ 30,00
06.08.13	1	597,09	DEPRECIÇÃO DO INVESTIMENTO	R\$ 597,09
02.08.13	1	10	MENSALIDADE DA ASA	R\$ 10,00
26.08.13	36	3,12	GASOLINA P/ COLHEITA	R\$ 112,32
TOTAL DO MÊS DE SETEMBRO				R\$ 3.172,13
02.09.13	3	603,42	SALÁRIO LIQUIDO/OPERÁRIO	R\$ 1.810,26
02.09.13	1	612,46	DEPOSITO DE FGTS, INSS,13°SAL. E FÉRIAS	R\$ 612,46
02.09.13	3	10	MENSALIDADE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS	R\$ 30,00
02.09.13	1	597,09	DEPRECIÇÃO DO INVESTIMENTO	R\$ 597,09
03.09.13	1	10	MENSALIDADE DA ASA	R\$ 10,00
26.09.13	36	3,12	GASOLINA P/ COLHEITA	R\$ 112,32
TOTAL DO MÊS DE OUTUBRO				R\$ 3.484,53
02.10.13	3	603,42	SALÁRIO LIQUIDO/OPERÁRIO	R\$ 1.810,26
02.10.13	1	612,46	DEPOSITO DE FGTS, INSS,13°SAL. E FÉRIAS	R\$ 612,46
02.10.13	3	10	MENSALIDADE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS	R\$ 30,00
01.10.13	1	597,09	DEPRECIÇÃO DO INVESTIMENTO	R\$ 597,09
01.10.13	1	10	MENSALIDADE DA ASA	R\$ 10,00
02.10.13	1	250	MANUTENÇÃO DO VEICULO	R\$ 250,00
08.10.13	20	3,12	GASOLINA P/ LIMPEZA	R\$ 62,40
26.10.13	36	3,12	GASOLINA P/ COLHEITA	R\$ 112,32

TOTAL DO MÊS DE NOVEMBRO				R\$ 3.182,13
02.11.13	3	603,42	SALÁRIO LIQUIDO/OPERÁRIO	R\$ 1.810,26
02.11.13	1	612,46	DEPOSITO DE FGTS, INSS,13°SAL. E FÉRIAS	R\$ 612,46
02.11.13	3	10	MENSALIDADE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS	R\$ 30,00
01.11.13	1	597,09	DEPRECIÇÃO DO INVESTIMENTO	R\$ 597,09
05.11.13	1	10	MENSALIDADE DA ASA	R\$ 10,00
26.11.13	36	3,12	GASOLINA P/ COLHEITA	R\$ 112,32
03.11.13	1	10	MENSALIDADE DA ASA	R\$ 10,00
TOTAL DO MÊS DE DEZEMBRO				R\$ 3.224,53
02.12.13	3	603,42	SALÁRIO LIQUIDO/OPERÁRIO	R\$ 1.810,26
02.12.13	1	612,46	DEPOSITO DE FGTS, INSS E PAGAMENTO DO 13°SAL. E FÉRIAS	R\$ 612,46
02.12.13	3	10	MENSALIDADE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS	R\$ 30,00
01.12.13	1	597,09	DEPRECIÇÃO DO INVESTIMENTO	R\$ 597,09
02.12.13	20	3,12	GASOLINA P/ TROCA DE CERA	R\$ 62,40
23.12.13	36	3,12	GASOLINA P/ COLHEITA	R\$ 112,32
TOTAL				R\$ 19.377,66

Fonte: Próprio autor,2013.

4.8.4. *Custo variável:*

Os custos variáveis são aqueles que contabilizam a compra dos fatores variáveis (rações, cera, rainhas, garrafas, mão de obra para beneficiamentos e outros). (BRIGHAM, 1999). Conforme a tabela 5 abaixo, pode se ter a ótica sistêmica dos referidos custos.

Tabela 5: Custo Variável

CUSTO VARIÁVEL NO PERÍODO DE JULHO A DEZEMBRO DE 2013				
DATA	QTD	R\$/UND	ITEM	TOTAL R\$
TOTAL DO MÊS DE AGOSTO				R\$ 2.775,00
26.08.13	780	0,4	MÃO DE OBRA PARA EXTRAÇÃO	R\$ 312,00
26.08.13	780	1,5	MÃO DE OBRA PARA ENVASE E ROTULAGEM	R\$ 1.170,00
26.08.13	540	0,75	GARRAFAS 1000ML	R\$ 405,00
26.08.13	540	0,2	RÓTULOS	R\$ 108,00
26.08.13	780	1	TAXA DA ASA	R\$ 780,00

TOTAL DO MÊS DE SETEMBRO				R\$ 2.775,00
26.09.13	780	0,4	MÃO DE OBRA PARA EXTRAÇÃO	R\$ 312,00
26.09.13	780	1,5	MÃO DE OBRA PARA ENVASE E ROTULAGEM	R\$ 1.170,00
26.09.13	540	0,75	GARRAFAS 1000ML	R\$ 405,00
26.09.13	540	0,2	RÓTULOS	R\$ 108,00
26.09.13	780	1	TAXA DA ASA	R\$ 780,00
TOTAL DO MÊS DE OUTUBRO				R\$ 2.775,00
26.10.13	780	0,4	MÃO DE OBRA PARA EXTRAÇÃO	R\$ 312,00
26.10.13	780	1,5	MÃO DE OBRA PARA ENVASE E ROTULAGEM	R\$ 1.170,00
26.10.13	540	0,75	GARRAFAS 1000ML	R\$ 405,00
26.10.13	540	0,2	RÓTULOS	R\$ 108,00
26.10.13	780	1	TAXA DA ASA	R\$ 780,00
TOTAL DO MÊS DE NOVEMBRO				R\$ 2.775,00
26.11.13	780	0,4	MÃO DE OBRA PARA EXTRAÇÃO	R\$ 312,00
26.11.13	780	1,5	MÃO DE OBRA PARA ENVASE E ROTULAGEM	R\$ 1.170,00
26.11.13	540	0,75	GARRAFAS 1000ML	R\$ 405,00
26.11.13	540	0,2	RÓTULOS	R\$ 108,00
26.11.13	780	1	TAXA DA ASA	R\$ 780,00
TOTAL DO MÊS DE DEZEMBRO				R\$ 2.775,00
22.12.13	780	0,4	MÃO DE OBRA PARA EXTRAÇÃO	R\$ 312,00
22.12.13	780	1,5	MÃO DE OBRA PARA ENVASE E ROTULAGEM	R\$ 1.170,00
22.12.13	540	0,75	GARRAFAS 1000ML	R\$ 405,00
22.12.13	540	0,2	RÓTULOS	R\$ 108,00
22.12.13	780	1	TAXA DA ASA	R\$ 780,00
TOTAL				R\$ 13.875,00

Fonte: autores, 2013.

Para a execução da atividade supracitada, requer a dedicação de três pessoas com uma jornada de 8 horas diárias de trabalho, toda mão de obra prestada na execução das referidas tarefas, será familiar (pai junto a seus dois filhos, todos sócios da ASA). Para obter o verdadeiro custo de produção por quilo de mel, precisou se remunerar a mão de obra prestada no desenvolvimento desta atividade, com um salário mínimo conforme decreto nº 7.872, de 26 de dezembro de 2012 onde estabelece o salário base todos os encargos salariais para os trabalhadores.

Tomou-se R\$ 678,00 como salário base. Para calcular o 13º salário foi usada a seguinte fórmula (salário base/12 meses do ano = valor que o administrador deve rezevar para pagar no final do ano de trabalho). As férias conforme o Art. 140 do decreto - Lei Nº 229, de 28 de fevereiro de 1967 foram calculadas da seguinte forma (salário base/3/12 meses do ano = valor das férias). O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS respaldando na lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, calculado com a fórmula (salário vezes 8% = valor a ser reservado para o profissional). O INSS foi descontado 11% do salário base, conforme o Art. 198 Decreto 3.048/99. Com o cálculo do salário base junto a todos os encargos, resulta no custo total por mês de R\$ 807,57 por pessoa. Para uma visão apurada da folha salarial, segue-se a tabela 6.

Tabela 6: Custos de pessoal do apicultor familiar

FOLHA DE PAGAMENTO								
TOTAL DO MÊS DE JULHO A DEZEMBRO DE 2013							R\$ 14.536,32	
FUNCIONÁ- RIOS	CARGO	SALARIO BASE	13º SAL.	FÉRIAS	FGTS	INSS	TOTAL A RECEBER	CUSTO/ OPERÁRIO/ MÊS
Técnico	Tecnólogo agronegócio	R\$ 678,00	56,5	18,83	54,24	74,58	603,42	807,57
Apicultor 1	Apicultor	R\$ 678,00	56,5	18,83	54,24	74,58	603,42	807,57
Apicultor 2	Apicultor	R\$ 678,00	56,5	18,83	54,24	74,58	603,42	807,57
Total							R\$1.810,26	R\$ 2.422,72

Fonte: autores, 2013.

O Tecnólogo em agronegócio terá o custo fixo mensal dos encargos salariais, estes valores do INSS e do FGTS serão depositados na caixa econômica federal e as férias em uma conta própria da empresa rural (sítio). Estes valores serão utilizados quando necessários.

Tabela 7: Depósito dos encargos salariais

Deposito	Mensal	Seis meses
13° SAL.	169,50	1.017,00
FÉRIAS	56,50	339,00
FGTS	162,72	976,32
INSS	223,74	1.342,44
Total	R\$ 612,46	R\$ 3.674,76

Fonte: autores, 2013.

Os valores estabelecidos na tabela acima foram calculados sobre o salário mínimo do ano de 2013 e multiplicados por seis meses de trabalho (período de estagio).

Para a gestão dos custos de produção da apicultura, usou se as formulas, (1º) **Custo Variável + Custo Fixo = Custo Total** e (2º) **Custo Total / Produtividade = Custo / quilo de mel**. Segue se abaixo os cálculos.

1º. $CT = CV + CF$

$CT = R\$ 13.875,00 + R\$ 19.377,66$

$CT = R\$ 33.252,66$

$CT = \text{Custo total}, CV = \text{Custo Variável}, CF = \text{Custo Fixo}, PD = \text{Produtividade.}$

2º. $\text{Custo/Kg de mel} = CT/PD$

$\text{Custo/Kg de mel} = R\$ 33.252,66/8.478$

$\text{Custo/Kg de mel} = R\$ 3,92$

Observou-se então que o custo de produção de mel estava em, R\$3,92.

A associação ASA, realizou varias reuniões e a apresentou um relatório do custo de produção do mel de abelha em Roraima, na qual a Conab subiu 25% o preço mínimo pago ao apicultor por quilo de mel. O aumento passou de R\$ 6,00 para R\$ 7,50.

Com isso a margem de lucro por quilo de mel vendido passou a ser de 47,70%, considerando o mercado institucional. Conforme a tabela abaixo.

Tabela 8: Percentual de lucro e custos

Valor de venda/Kg de mel	% de margem de lucro
R\$ 7,50	47,70
Custo/Kg de mel	% de custo
R\$ 3,92	52,30

Fonte: Próprio autor.

Hoje os produtores de mel de abelha encontram-se em um cenário promissor, no setor produtivo com suas colmeias renovadas e triplicadas, produzindo com o custo médio de R\$ 3,92 por quilo de mel e com a casa de beneficiamento certificada com Serviço de Inspeção Estadual – SIE. Podendo assim atender todo o mercado estadual.

6. *Considerações finais*

Neste trabalho sobre a gestão da apicultura em propriedade familiar na Amazônia Setentrional, surge um novo conceito de visualizar a atividade apícola em Boa Vista RR. Como qualquer outra atividade da agropecuária, o processo vai da propriedade rural até o consumidor final, hoje os produtores de mel de abelha encontram-se em um cenário promissor, com suas colmeias renovadas e triplicadas, produzindo 100 kg de mel/colmeia/ano com o custo médio de R\$ 3,92 por quilo de mel, a atividade supracitada foi desenvolvida através do associativismo, com isso isento de impostos (ICMS e CONFINS e outros), com esses incentivos fiscais a apicultura oferece uma margem líquida de 47,70% considerando o valor mínimo do mercado institucional, que é de R\$7,50.

Através do associativismo, apicultura em Roraima vem com boas perspectivas, pois, foi com a união de todos os apicultores que puderam se organizar e conseguir a casa de beneficiamento de mel e obtendo assim o certificado do Serviço de Inspeção Estadual – SIE atendendo assim o mercado local.

O mercado institucional vem complementando significativamente o escoamento da produção e estabilizando o valor de mercado dos produtos agropecuários, com tudo, ainda não é suficiente para destinar toda a produção estadual, o mercado local é muito limitado faz com que muitos produtores formem grandes estoques de mel.

Perante essa realidade observa-se a necessidade de obter o certificado do Serviço Inspeção Federal – SIF, podendo assim atender o mercado consumidor de outros Estados, como do Amazonas que comporta hoje uma População total de 3.483.985 (urbana: 2.755.490 / rural: 728.495), e chegar ao mercado dos países caribenhos, América do Norte e mercado Europeu.

7. Referências

BACHMANN et. al. **Levantamento dos Gargalos Tecnológicos Cadeia Produtiva da Apicultura.** 2007. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/apicultura/files/2010/05/GargalosApicultura.pdf>. Acessado em: 07/12/2013

BRIGHAM, E. F.; HOUSTON, J. F. **Fundamentos da Moderna Administração Financeira.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

GUANZIROLI, Carlos; et.al. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/DC Nº 87, DE 27 DE MARÇO DE 2003
Disponível em: http://www.guiatrabalista.com.br/legislacao/in_inss_872003.htm

KREUZ, Carlos Leomar; SOUZA, Alceu; CLEMENTE, Ademir. **Custos de produção, expectativas de retorno e de riscos do agronegócio mel no planalto norte de Santa Catarina.** Disponível em: <http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero1v4/mel.pdf>. Acessado em: 31/01/2013.

MANUAL de instalação do PAA-Net. Disponível em: 07/12/2013 em http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/arquivos/CONAB_PAA-Net_2_0_Manual_de_Instalacao.pdf. Acessado em: 31/01/2013.

MEGLIONI, Evandir. **Custos.** São Paulo: Makron Books, 2001. Portal do Governo do Estado do Amazonas. Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br/o-amazonas/dados/>. Acessado em: 31/01/2013.

PETRI, J. L. **Formação de flores, polinização e fertilização.** In: EPAGRI, E. Manual da Cultura da Macieira. Florianópolis: Epagri, 2002. 743p.

SABBAG, Omar Jorge; NICODEMO, Daniel. **Viabilidade econômica para produção de mel em propriedade familiar.** Pesq. Agropec. Trop., Goiânia, v. 41, n. 1, p. 94-101, jan./mar, 2011. Disponível em: www.agro.ufg.br/pat. Acessado em: 05.12.2013.

SEBRAE Nacional. **Manual de Segurança e Qualidade para Apicultura.** Brasília, 2009. Disponível em: 07/12/2013 em http://www.sebrae.com.br/setor/apicultura/sobre-apicultura/producao/familias-de-abelhas/manual_de_seguranca_apis.pdf

SILVA, Roberto Carlos Prazeres de Andrade; PEIXE, Blênio César Severo. **Estudo da Cadeia Produtiva do Mel no Contexto da Apicultura Paranaense - 2003.** Disponível em: 10/12/2013 em http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/anais/painel_agricultura/estudo_da_cadeia.pdf

TONINI, Helio; HALFELD-VIEIRA, Bernardo de Almeida; SILVA, Silvio José Reis da. **Acacia mangium**: características e seu cultivo em EMBRAPA: Roraima, 2009.

VIEIRA, Débora de F. A.; VIANA, Carla A. dos S. **O programa de aquisição de alimentos – paa e sua relação com o modo de funcionamento da agricultura familiar**. Disponível em: 07/12/2013 em <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/98d489686768a24d24fa7f0d1acabf81..pdf>.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. In: Tedesco, João Carlos. Agricultura Familiar, realidades e perspectivas. 2ª ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

O MUNDO DA HINTERLÂNDIA E OS AVANÇOS DA FRONTEIRA NO ESPAÇO TOCANTINENSE

A hinterlândia e o mundo

A hinterlândia¹ pode ser colocada primeiramente como sertão: um espaço para a expansão, incorporação aos fluxos econômicos ou a uma esfera de poder que ainda lhe escapa, em que “conhecer e divulgar um dado espaço desconhecido iniciaria o processo de sua transformação, seu fim enquanto sertão” (MORAES, 2003, p.14). Este movimento do (des)conhecido foge a própria expansão da fronteira, já que os movimentos de incorporação são planejados, seguindo dialogicamente os movimentos da franja pioneira, do movimento de incorporação e consolidação do mercado de terras como descrito por Monbeig (1984).

A “Marcha para Oeste” foi um marco para a expansão da fronteira agrícola, mesmo que tais áreas já fossem conhecidas por brasileiros e estrangeiros², divergindo-se dos movimentos de expansão ocorridos no último quartel do século XIX

* Universidade Estadual de Campinas. E-mail: deborassumpcaolima@gmail.com

¹ O conceito de hinterlândia aqui é entendido brevemente como terra pouco ocupada, de desenvolvimento reduzido, uma “área subordinada economicamente a um centro urbano.” (Correa, 1998, p.86). O mesmo autor ainda afirma que no panorama da divisão territorial do trabalho, a articulação entre territórios especializados é fundamental ao sistema capitalista (Correa, 1994). O conceito de hinterlândia aqui definido distancia-se das vertentes expostas na revista *Geographical Review*, vol. 31, No. 2 (Apr., 1941), p. 308-311, ligada à uma hinterlândia definida por características naturais litorâneas, ou portuárias econômicas. O termo hinterlândia utilizado no trabalho aproximar-se-ia mais ao termo anglo-saxão *umland*. Concorda-se com Eugene van Cleef apenas o trecho aqui exposto: “Infelizmente, nem “umland” ou “hinterland” podem ser definidos com exatidão. Estes termos se aplicam a atividades humanas e desta feita condicionados por diversas circunstâncias. Talvez “umland” seja menos preciso que “hinterland”. Muitos elementos não geográficos afetam os limites destas regiões em questão. Elementos como taxas logísticas, influências políticas, o “acaso” de convenientes ou inconvenientes do transporte, rivalidades nacionalistas [ou empresariais], contrastes linguísticos, antagonismos sociais, restrições comerciais, e outros diversos fatores” (p.311) (Tradução minha).

² A partir de um olhar histórico eurocêntrico tem-se como marco a descoberta do Rio Tocantins pelos franceses instalados nas terras do Maranhão no início do século XVII. O desbravamento do antigo Goiás, hoje Tocantins, também foi impulsionado pelos missionários chefiados pelo Frei Cristóvão de Lisboa, que percorrendo a área do rio Tocantins fundaram a missão religiosa em 1625. Para maior conhecimento das expedições ao longo da hinterlândia no fim do século XIX e início do século XX, em especial aquelas que entrecortaram o Tocantins, ver: BRAZIL, 1876; COUDREAU, 1897, 1899; MOURA, 1910; DOLE, 1973; RODRIGUES, 1978; AUTOS DA DEVASSA, 1986 e FERNANDES NETO, 2012.

que ainda ocorreriam a partir de um caráter espontâneo e de um tipo localizado de produção. A borracha, na Amazônia, consolidou o último capítulo da formação territorial do Brasil (SILVA, 2007). A “Marcha para Oeste” apresenta a perspectiva de organizar o espaço dentro da economia capitalista moderna, em que o desejo de especular as terras se sobrepõe ao sentido de colonizar, ocupar.

A hinterlândia, desta forma, é a região em que as frentes de expansão dariam lugar a frentes pioneiras movimento de integração do território nacional. José de Souza Martins (1997) corrobora tal questão, em que

o deslocamento progressivo das frentes de expansão tem sido, na verdade, um dos modos pelos quais se dá o processo de reprodução ampliada do capital, o da sua expansão territorial. Um outro momento desse modo de expansão tem sido o que se dá através do deslocamento das chamadas frentes pioneiras. Ambas, na verdade, são faces e momentos distintos da mesma expansão (p.27).

Distinguindo os dois conceitos, poder-se-ia dizer que a frente de expansão seria originalmente a expansão da civilização – tendo como desdobramentos o avanço da sociedade nacional, do capitalismo ou até mesmo do modo capitalista, não necessariamente guardando uma correlação entre si. Já a frente pioneira teria o econômico como seu movimento, a “reprodução extensiva e territorial essencialmente mediante a conversão da terra em mercadoria e, portanto, em renda capitalizada, como indicava e indica a proliferação de companhias de terras e negócios imobiliários nas áreas de fronteira em que a expansão assume essa forma” (MARTINS, 1997, p.156).

Na obra de Pierre Monbeig (1984), apesar de não haver distinção entre os diversos termos referentes à fronteira, poder-se-ia classificar tais termos em três categorias: espacial, trabalho e atividade, na tentativa de compreender as nuances das questões que envolvem a fronteira, já que a diversidade de expressões acerca da fronteira enfatiza sua multiplicidade de sentidos, que vão além do olhar meramente geográfico³. Os termos foram aqui organizados por ordem de apresentação no texto de Monbeig e por relevância:

- **espacial:** regiões pioneiras, novas regiões pioneiras, franja, mancha pioneira (ou mancha dos pioneiros), zona nova, manchas de povoamento pioneiro, frente pioneira, área pioneira, planaltos pioneiros, cidades pioneiras, mundo pioneiro, marcha pioneira, marcha pioneira moderna, *front*, terra nova, zona de sertão, sertão, municípios pioneiros, fronteiras naturais;

³ Sobre os diversos estudos sobre fronteira que perpassam a Geografia acessar VIEIRA, Alberto, Bibliografias-Fronteira, Funchal, CEHA, 2013.

- **atividade:** movimento pioneiro, agricultura pioneira, economia pioneira, frente de povoamento, cultura (referente ou cultivo) pioneira, pecuária pioneira, nomadismo pioneiro, povoamento pioneiro, deslocamento pioneiro, produção pioneira, cultura de subsistência pioneira, cereais pioneiros, movimento de expansão;

- **trabalho:** pioneiro, fazendeiro pioneiro, agricultores pioneiros, massa de pioneiros, senhor do mundo pioneiro, pioneiro moderno;

- **outros:** sociedade pioneira, avanço pioneiro, universo pioneiro, rodovia pioneira, grupos pioneiros.

Monbeig define a “franja pioneira” como uma expressão vaga, onde a fronteira seria uma região instável e incerta, que progride irregularmente e em direções difusas (MONBEIG, 1984, p.165). Leo Waibel é outro autor importante para auxiliar na distinção dos movimentos de expansão, em que o pioneiro não significa somente aquele que vive numa fronteira espacial; ele expande a ocupação do espaço, mas também cria novos padrões e técnicas de vida (SILVA, 2007). Waibel permite diferenciar os conceitos de fronteira e de zona pioneira, considerando que a expansão da fronteira que havia adentrado o país pela pecuária não consolidou um povoamento e nem melhorou o padrão de vida. Deste modo, o pioneiro cria um tipo de paisagem que não é a terra civilizada e nem é mais o sertão, definindo assim a zona pioneira. O cultivo da terra é o que constitui o fundamento econômico da zona pioneira, distanciando-se do padrão da “Marcha para Oeste” norte-americana e colocando o camponês segundo conceituações europeias como o elemento que caracteriza a zona pioneira. Outro aspecto que Waibel aborda justificando sua escolha pelo termo “zona pioneira” é a sua localização em áreas de povoamento mais antigos e próximos às vias de circulação modernas, estradas e ferrovias. Isso demonstra que a economia pioneira era relevante para aos mercados de escalas maiores – a “zona pioneira” representava uma situação de momento, podendo ser uma via eficaz de colonização (SILVA, 2007, p.80). Já as “frentes” (pioneiras, de expansão, de povoamento) podem ser diferenciadas pelo caráter espontâneo ou privado, com mínima intervenção estatal (MACHADO, 1992).

Não cabe nos trabalhos de Waibel⁴ a definição sobre fronteira agrícola que transforma o espaço a partir dos elementos de expansão da civilização tecno-mercantil. Ligia Osório Machado (1992, p.35-37) define que as “fronteiras agrícolas” têm padrão espacial estreitamente vinculado à expansão das vias de circulação; atrelados

⁴ Um fato interessante é que para Waibel (1979, p.309) as regiões Norte e Centro-Oeste não seriam favoráveis à agricultura intensiva devido às condições naturais, afirmando que a ocupação da hinterlândia era de caráter mais geopolítico que econômico.

a movimentos espontâneos de imigração e de iniciativa de projetos de colonização oficial ou privado, podendo estar especializadas em um único produto, como o arroz, a soja e o trigo, na policultura, com grau de tecnificação e investimento variado.

A partir do conceito de fronteira agrícola, entende-se que sua expansão no território brasileiro estava vinculada ao aumento de produção com baixo coeficiente de capitalização, sem criar obstáculos para a acumulação urbano-industrial, expropriando os pequenos produtores e trabalhadores rurais que também avançavam com a fronteira, criando um movimento contraditório do espaço, em que a não ocupação efetiva e intensiva da terra também serve ao capital. Neste sentido, considera-se até a década de 1920 o Estado de Goiás como frente pioneira. O estado permaneceu semi-isolado do restante do país, mantendo vínculos econômicos que se refere ao comércio de gado, em principal para o centro-sul e uma produção agrícola de subsistência. Em 1913 a região foi cortada pela estrada de ferro que alcançou o município de Ipameri-GO e assim passou a receber um fluxo migratório mais intenso. “Esta ocupação desenvolveu-se de duas formas, constituindo-se em ‘frentes pioneiras’ as áreas próximas à estrada de ferro e em alargamento das ‘frentes de expansão’ as áreas mais distantes constituídas por terras devolutas” (CARNEIRO, 1988, p.71). Contudo, esta franja pioneira não alcançava a parte norte do estado goiano, área compreendida pelo atual estado do Tocantins.

Na década de 1940, foi criada a Fundação Brasil Central – FBC, que instrumentalizou a “Marcha para o Oeste”, posteriormente extinta e anexada à Superintendência do desenvolvimento do Centro Oeste - SUDECO em 1967, um ano depois da criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (BRASIL, 2001). Os objetivos destas instituições, e da Marcha para o Oeste, eram atrair capital nacional e estrangeiro e preparar uma estrutura logística para o desenvolvimento desse capital, que não menosprezava a vocação agropecuária, num primeiro momento mais intenso nas margens do rio Araguaia. O Tocantins era caracterizado por “um grande ‘bolsão de miséria’ deslocado e distante do processo de modernização agrícola que dinamizou grande parte do território goiano” (AJARA et al., 1991, p.5).

A crescente vinculação da nação ao território passa paulatinamente a mediar a definição de Estado soberano. Atrelado de forma definitiva à tarefa de delimitação espacial de uma área homogênea, o estado deve estar sob sua jurisdição direta, apontando para as intrincadas interações que se observam entre o espaço construído herdado. Tal espaço é uma rugosidade fruto do desenrolar histórico de ações colonizadoras, que cria construções identitárias de base espacial nascidas em meio ao surgimento e afirmação do nacionalismo (NOGUEIRA, 2012).

As categorias do imaginário responsáveis em munir o ideário nacional da ideia de ser do Tocantins apresentavam a região como selvagem, exótica e distante; povoada por índios, sertanejos e garimpeiros. Um sertão ainda atrasado, não integrado à civilidade brasileira. A ideia de um deserto de homens menospreza o papel desempenhado pelas comunidades indígenas, de sertanistas e estrangeiros que também adentraram o sertão tocantinense. A história do sertão remonta à entrada do sistema mercantil exportador associado à expropriação das comunidades tradicionais.

A primeira metade do século XX desembocou na abertura de estradas, pistas de aviões, fazendas de gado e cidades. Para Monbeig (1984), “quando esta [ferrovia] prolonga os trilhos, embrenha-se o homem mais para dentro do sertão” (p.121). Neste sentido, pode-se afirmar que o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados lugares; um símbolo imposto, uma realidade simbólica (MORAES, 2003). O sertão não pode ser mensurável, já que a fronteira é movimento e seu avanço em prol do desenvolvimento, da valoração do espaço dentro do capital, do “fim do atraso” é a ação de chegar até o sertão e reconfigurá-lo, não necessariamente colocando-o como centralidade, mas certamente transformando-o como homogeneidade no espaço, produzindo-o a partir do mesmo modo de produção⁵, de circulação, de trabalho e de signos. A civilidade pressupunha a incorporação da disciplina do trabalho, hábitos de higiene, de moradia e de costumes considerados tradicionais. A relação entre o sertão e o processo de colonização é estreita. Iluminar o sertão seria imputar o sistema de valor daquilo que nega o sertão, concebido no discurso hegemônico também como um território não urbanizado.

A relação com a natureza e as culturas rurais que vinham se desenvolvendo autarquicamente entra no projeto dominador que as cidades modernizadas levam a cabo, buscando integrar o território nacional sob a norma urbana (RAMA, 1985). A modernidade está associada à racionalização que impõe a destruição das relações sócio-espaciais, costumes e crenças. Portanto, a expansão da fronteira até os rincões do Brasil leva ao outro (representado pelos índios, quilombolas, ribeirinhas e sertanejos) os objetos⁶ do urbano, criando uma rede produzida pela inteligência racionalizante que, através da mecanicidade das leis institui a ordem⁷ urbana. “Tais elementos orde-

⁵ Entende-se que o modo de produção projeta relações temporais e sociais no espaço (LEFEBVRE, 2006).

⁶ O objeto nele mesmo e no seu próprio ser nos levam a ideia de coisa. Mas quando se vê o objeto enquanto representação de um outro, a ideia que se tem dele é a de signo. Assim, o signo encerra duas ideias, uma de coisa que representa e outra de coisa representada, e sua natureza consiste em provocar a segunda ideia através da primeira (RAMA, 1985).

⁷ “... a ordem dos signos imprimiu sua potencialidade sobre o real, fixando marcas, se não perenes, pelo menos tão vigorosas para que ainda subsistiam hoje e as encontremos em nossas cidades; mais radicalmente, na

nam o mundo físico, normatizam a vida da comunidade e se opõem à fragmentação e ao particularismo de qualquer invenção sensível” (RAMA, 1985, p.51).

Sobre o viés da unicidade da técnica como processo de hegemonização, Milton Santos apresenta que os objetos mundializados, que participam de um mesmo sistema técnico travam um conflito permanente entre o tempo dos atores hegemônicos e dos atores não-hegemônicos (SANTOS, 1994). Entretanto, o Estado planifica o tempo, reduzindo as diferenças, as repetições, as circularidades e particularidades, se impondo como vetor do local e regional ao global.

O uso da terra, forma básica com a qual os homens se territorializam, desenvolvem atividades econômicas, implantam estruturas e sistemas de fixação acabam por tender a homogeneidade, e sob estes aspectos o Tocantins, antigo “nortão goiano”, consolida-se como um sertão misturado, em que suas diversas temporalidades, criadas pelos diversos atores e suas complexidades, velocidades, conflitos e intencionalidades formam um território integrado ao sistema do capital.

Tocantins: um espaço multifacetado pertencente ao capital

A expansão da fronteira está associada diretamente ao aumento da participação governamental no processo de ocupação no interior do país. Este movimento refletiu na legalização e implantação de projetos de colonização, priorizando um fluxo determinado de migração e dando uma crescente complexidade à ocupação do espaço, com reprodução de relações diversas de trabalho.

Assim como observamos que há um processo de consolidação entre as reformas de um poder de fato urbano no Brasil, a constituição do território tocantinense, mesmo com os movimentos separatistas que se iniciaram no início do século XIX⁸ e que ganharam força na década de 1950 (tendo como um marco para o movimento separatista o ano de 1956, em que foi lançado o Movimento Pró-Criação do Estado do Tocantins em Porto Nacional), não havia se consolidado. Era necessário que não só a normatização sobre tal espaço fosse mais flexível do que aquela já iniciada pelos planos de desenvolvimento da Amazônia ou para integração nacional, mas que os poderes das elites locais e os grupos que lideravam o movimento pela emancipação do Tocantins fossem rearranjados. A ocupação territorial do Norte Goiano e a cria-

eminência de ver esgotada sua mensagem demonstrou assombrosa capacidade para rearticular uma nova, sem por isso abandonar sua primazia hierárquica” (RAMA, 1985, p.33).

⁸ O primeiro movimento separatista do Tocantins ocorreu em 1821, ainda quando a região era denominada de São João de Duas Barracas, impulsionado pelos altos impostos e pouco investimento na região, que transportava mercadorias do Vale Araguaia para o Pará. (BRASIL, 2001; LIRA, 2011).

ção do Tocantins foram impulsionados pela Política do Governo Vargas, a “Marcha para Oeste” e a construção da Belém-Brasília, na tentativa de interiorizar o desenvolvimento capitalista no Brasil. (LIRA, 2011).

A dinamização de fluxos comerciais foi subsidiária da ocupação de terras, o que possivelmente vem revelar que a finalidade geopolítica, expressão da valorização política do espaço, parece prevalecer ante o aspecto econômico estrito senso da organização territorial que inclui a região no circuito de trocas desiguais. Neste sentido, a “estrutura oligárquica vem acompanhada da política de controle monopólico de bens de produção, num contexto de altas taxas de analfabetismo, isolamento político-econômico, e burocratização dos recursos, que necessariamente perpassam o poder oligárquico” (EMMI, 1999, p.55). Era imprescindível quebrar o poder oligárquico e permitir que a estrutura federativa estatal permeasse todo o território, de modo que o capital estrangeiro atingisse a célula de acumulação primitiva na hinterlândia.

A organização do espaço centralizado e concentrado serve ao mesmo tempo ao poder político e à produção material, otimizando seus ganhos. Essa centralidade obedece ao modo de produção já preexistente, penetrando e subvertendo as estruturas criadas no espaço para privilegiar um grupo hegemônico que agora se apoia nas vias institucionais. É importante deixar claro que o que houve não foi um rompimento político e sim uma adequação dos interesses do Estado nacional e da oligarquia local para que pudessem caminhar juntos. No Tocantins, ainda aparecem referências a esse poder local caracterizado por um controle paternalista, acompanhado de traços de violência - cujas formas têm variado ao longo da história e se manifestado por mecanismos que envolvem os níveis político, econômico e social.

O aumento intervencionista estatal foi possível com a reinvenção da Amazônia Legal, implantando um centralismo administrativo na região a partir da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia em 1953 e da SUDAM em 1965. Os planos para a “Amazônia Tocantinense” na década de 1970 e 80 por meio da SUDAM, POLOAMAZÔNIA (Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia), SPEVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômico da Amazônica) PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste), PRODIAT (Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins), PRODECER, GETAT⁹ (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins) tiveram uma função mais ‘policidora’ do que integradora do território. (LIRA, 2011).

⁹ Apesar de interligados pelos objetivos explicitados do avanço da fronteira na Amazônia, vale ressaltar que planejamento de desenvolvimento e integração, visando a “recuperação” da economia da Bacia Amazônica teve também como objetivo mapear as riquezas amazônicas, especialmente minerais, tal como pode ser analisado no Projeto Carajás.

Retoma-se o objetivo da expansão da fronteira agrícola: novos polos espaciais de investimento e a integração dos mercados nacionais. Uma frente de expansão maranhense se propagava no sentido norte do Tocantins, em progressivo movimento em direção ao Pará, gerando uma crescente ocupação do norte deste território recoberto à época pela mata de babaçu, dando espaço à rizicultura enquanto outra corrente de ocupação rumava em direção ao sudeste tocantinense motivada pelos garimpeiros maranhenses e piauienses (AJARA et. al, 1991).

A construção Belém-Brasília na década de 1960 repercutiu de imediato na intensificação do fluxo de migrantes nas margens da rodovia que já vinham se deslocando desde a década anterior, num movimento expansionista das frentes extrativista, pastoril e agrícola, e ocupando de modo rarefeito a área do Tocantins-Araguaia. A população aumentou de 328.486 em 1960 para 537.563 em 1970. Além disso, o crescimento do número de cidades e dos aparatos de infra-estrutura e consumo também levaram ao crescimento da população, que ia se modificando para uma população majoritariamente urbana. Desde então, o Tocantins vem mantendo semelhantes taxas de crescimento, chegando a uma população total de 1.478.164 em 2012 (IBGE, 2012).

Mais do que o incremento populacional, a rodovia alterou, em grande parte, o sentido de ‘espontâneo’ das frentes de expansão e a direção de ocupação do Tocantins, que agora se aproximava da margem direita do rio. A migração não mais ocorria como um extravasamento de atividades extensivas. Ao contrário, projetava a privatização da terra e a mercantilização da economia regional direcionadas pelo avanço da fronteira agrícola. Assim, a partir da década de 1970 a empresa agrícola se cristaliza, já que o “governo considera impraticável a colonização fundamentada em pequenos e médios proprietários frente à escala de investimentos e da organização empresarial considerados para a rápida ocupação de uma área extensa como Amazônia” (MARTINS, 1997, p.187-188). Estas empresas atraídas por incentivos fiscais se estabelecem neste primeiro momento em especial na parte oeste, ao longo do vale do Araguaia. Os empresários e pecuaristas desejavam ligar Santa Terezinha, no Mato Grosso através da rodovia GO-262, à Belém-Brasília, na altura de Rosalândia do Norte e em Goiás. Mais ao sul, a ilha do Bananal seria cortada por outra rodovia em terras do Município de Formoso do Araguaia, em Mato Grosso, à transversal à Belém-Brasília ao sul de Gurupi. (BRASIL, 2001).

A separação do estado do Tocantins torna-se fundamental para a implementação do latifúndio e da empresa agrícola. Embora não seja objeto de análise, a se-

paração política-administrativa revelou que mais do que a expressão espontânea de um anseio separatista de sua população empobrecida de origem nordestina baseada por unidades de produção e padrões de interação de pequena escala que habita o novo estado, a emancipação serviu à legitimação das elites regionais constituídas em grande parte por goianos e mineiros ligados a interesses agropecuaristas (AJARA et al., 1991, FIRMINO et al, 2009).

A criação da CONORTE – Comissão de Estudo dos Problemas do Norte Goiano, uma sociedade civil sem fins lucrativos criada em 1981 por um grupo elitista de burocratas e empresários nortenses que tinham suas atividades nas capitais Goiânia e Brasília foi fundamental para a emancipação do estado. O nascimento do estado de Tocantins garantiria à elite local do norte goiano espaço no cenário nacional frente ao estado de Goiás, especialmente àquela do sul do estado representada por Goiânia, que dominava a estrutura de poder e deixava o “nortão goiano” “esquecido”. A CONORTE, marco histórico do ideário separatista, tinha como objetivo técnico diagnosticar o potencial político e econômico da região. O argumento central era de que a economia tocantinense “não se encontrava isolada da economia nacional, mas a ela estava estreitamente vinculada, sobretudo enquanto fornecedora de fatores de produção (mão-de-obra e capital)” (OLIVEIRA, 1998, p. 16). Além disso, na “Carta ao Tocantins” a CONORTE aponta:

O Norte Goiano esta consciente de que nenhum desenvolvimento é alcançado se a sua busca não se afirmar na trilogia infra-estrutural: ENERGIA E ESTRADAS, convergindo-se como ponto de apoio à ESPANSÃO AGROPASTORIAL.[...] Agilizar a regularização fundiária constitui assim, ação imediata, que o Norte Goiano reclama dos órgãos governamentais. E sugere, como medida mais urgente, que se acelerem os processos discriminatórios, sem perder de vista também as composições, como instrumentos indispensáveis à incorporação de novas áreas agricultáveis ao sistema produtivo (CONORTE, 1982).

Forjada as raízes históricas e as motivações separatistas a partir de tradições inventadas, nacionalismo e representação coletiva, era necessário “dividir para somar”, garantindo o poder da bancada política do sul goiano e abrindo o território do norte para explorar seu potencial econômico.

A elite que pertence hoje ao Tocantins venceu o embate da emancipação, e desde então vem viabilizando o estado política e economicamente, oferecendo condições políticas e de infraestrutura para a instalação do capital. Para tanto, organiza uma legislação favorável às grandes empresas, especialmente no setor agropecuário moderno. Assim como descrito por Becker (1982), o espaço tocantinense se reor-

ganiza a partir de uma lógica de colonização agrícola, porém ocupada por grandes empresas; uma área de interesse nacional, mas ocupada por multinacionais; área de expansão de pastos, mas de intenso processo de urbanização.

Conclusão

A fronteira agrícola, a partir dos elementos discutidos anteriormente, reflete a (re)produção de um espaço geográfico através de incorporação de terras sob a lógica dos sujeitos hegemônicos do processo de reprodução do capital frente aos espaços marginalizados.

Deste modo, a partir da expansão da frente pioneira em um espaço que se apresenta “receptivo” aos novos fenômenos da urbanização, o Tocantins é visto como um espaço com pouca rugosidade (SANTOS, 2006), poucos investimentos e infra-estruturas que pudessem dificultar a implementação de uma economia moderna. O novo urbano, tendo como “carro-chefe” a agricultura e suas inovações técnicas, se expande rapidamente pelo território a partir das condições criadas meio *técnico-científico-informacional*¹⁰. É a agricultura moderna que desencadeia uma nova etapa de urbanização na hinterlândia¹¹, modificando as relações espaciais, ampliando as possibilidades de comunicação e circulação no mundo através de fluxos e fixos que aceleram o tempo, ampliando as escalas de relações e configurando espaços-tempos diferenciados (SANTOS, 1993).

Nestas condições, as diversas frações do espaço estão ao alcance dos diversos capitais segundo hierarquizações e lógicas diversas na busca da eficácia do lucro com

¹⁰ “meio *técnico-científico-informacional* é o meio geográfico do período atual, onde os objetos mais proeminentes são elaborados a partir dos mandamentos da ciência e se servem de uma técnica informacional da qual lhes vem o alto coeficiente de intencionalidade com que servem às diversas modalidades e às diversas etapas da produção” (SANTOS, 2006, p.157).

¹¹ Não se pode perder de vista que de forma geral que “o desenvolvimento da agricultura e da indústria “periférica” não apenas modificou a dimensão dos fluxos de comércio, mas transformou as estruturas produtivas das diversas regiões, resultando em maior diferenciação do espaço nacional, inclusive com aumento da heterogeneidade interna às regiões e reforço de certas “especializações”. Este fenômeno foi intensificado na última década e meia, em razão dos distintos impactos da crise e do surgimento de pequenas “ilhas” de prosperidade, dentro de um contexto de estagnação. Esta crescente “especialização” foi a contrapartida do processo de integração comandado a partir de São Paulo, uma vez que estavam bloqueadas as possibilidades de industrializações autônomas, capazes de resultar estruturas produtivas à imagem e semelhança da indústria paulista” (PACHECO, 1996, p.130). Santos, em sua obra “Economia Espacial” (1979) sob um prisma um pouco diferente também aponta: “na escala nacional a estrutura centro-periferia também aparece, desde as primeiras etapas do processo de industrialização, como uma verdadeira relação “colonial”: a periferia contribui mais para o crescimento do polo do que dele recebe de volta. A tendência secular dos termos de trocas inter-regionais sempre lhe é desfavorável, e ela permanece como produtora de bens primários, sobretudo agrícolas. Esta periferia só é capaz de acolher indústrias de transformação de matérias primas, e sua importância relativa na atividade industrial do país tende a baixar à medida que este se desenvolve” (p.77).

o auxílio das tecnologias e do trabalho. Quanto maior a diferença entre os tempos de produção e de trabalho, menor é a taxa de lucro da atividade, acentuando a necessidade da simultaneidade entre a ordem (global) e a ação em espaços distantes (local).

Sobre a análise da evolução da agricultura na sociedade capitalista, Kautsky (1986) aponta dois pilares: “a propriedade privada com referência à terra e o caráter mercantil dos produtos agrícolas” (p.57). Do ponto de vista geográfico, a fronteira expressa a expansão agrícola em área, a concentração fundiária, a transformação das relações de produção, o êxodo rural, a modernização da base técnico-produtiva, a implantação da rede de fixos (armazéns, indústrias, latifúndios, centros de pesquisa, bancos, cidades, empresas, distribuidoras, portos, etc) e de fluxos de informação, capitais, mercadorias e mão-de-obra, a integração espacial em diversas escalas geográficas, a extensão da fronteira urbano-industrial de um país, os conflitos fundiários (SILVA, 2006). A teoria da expansão da fronteira é um desdobramento da expansão territorial do capital (MARTINS, 1996).

Em suas diversas acepções, a fronteira sempre pressupõe movimento, um embate de forças entre diferentes formas de reprodução da vida. A fronteira agrícola, a partir dos elementos discutidos anteriormente, reflete a reprodução de um espaço geográfico através de incorporação de terras sob a lógica dos sujeitos hegemônicos do processo de reprodução do capital frente aos espaços da hinterlândia.

As mudanças da relação com a terra transformam o sertão, modificam as “terras devolutas” do Estado em grandes propriedades privadas. Com a expansão de um sistema de viário e projetos de desenvolvimento o Estado auxilia a entrada do capital nacional e estrangeiro no tanto na Amazônia quanto no território tocantinense. Vale lembrar que a própria construção do Tocantins está calcada em acordos políticos das elites locais para a manutenção do latifúndio, para a permanência dos privilégios de classe e do avanço capitalista no campo.

Referencias Bibliográficas

AJARA, C, FIGUEREDO, A. H., BEZERRA, V. M. C., BARBOSA, J. G. **O estado do Tocantins: reinterpretação de um espaço de fronteira.** Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 53 (4): 5 - 48, out./dez. 1991.BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Relatório Final do Parque Nacional do Araguaia.** Brasília, 2001. CAVALCANTE, M. do E. S. R. **O discurso autonomista do Tocantins.** EDUSP, Goiânia, 2003.

BECKER, B. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

CONORTE, Comissão de Estudo dos Problemas do Norte Goiano. **26º lançamento do Manifesto do Movimento Emancipacionista de Porto Nacional**. Brasília, DF, 13 de maio de 1982.

EMMI, M. F. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. 2. ed. rev. Belém: UFPA/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 1999.

IBGE. **Censo Demográfico 1940-2010**. Disponível em <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=CD90&t=populacao-presente-residente>. Acessado dia 04/10/2013.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início – fev.2006.

LIRA, E. R. **A gênese de Palmas - Tocantins: a geopolítica de (re)ocupação territorial na Amazônia legal**. Goiânia, GO: Kelps, 2011.

MACHADO, L, O. **A fronteira agrícola na Amazônia brasileira**. Revista Brasileira de Geografia, vol. 54, n.2, 1992.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo. Editora Hucitec, 1997.

MONBEIG. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.

MORAES, A. C. R. **O Sertão: um outro geográfico**. Revista Terra Brasilis, Rio de Janeiro, v. 4/5, p. 11-23, 2003.

MORAES, Antonio C. R. **Território e História no Brasil**. São Paulo, Hucitec. 2002.

NOGUEIRA, C. E. **A conquista do Brasil Central: fronteiras e frentes pioneiras no século XIX**. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de noviembre de 2012, vol. XVI, nº 418 (9). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-418/sn-418-9.htm>>. Acessado em 12/07/2013. PACHECO. C. A. **Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional**. Economia e Sociedade, Campinas, (6), p. 113-140, 1996.

OLIVEIRA, R. **O movimento separatista do Tocantins e a CONORTE (1981-1988)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, São Paulo, 1998.

RAMA, A. **A Cidade das Letras**. São Paulo. Ed. Braziliense, 1985.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4a. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **Economia Espacial**. Hucitec, 1979.

SILVA, L. O. **Acre em dois tempos**: a luta pela terra na fronteira Ocidental. In: E-premissas: Revista de Estudos Estratégicos. Campinas: UNICAMP, p.70-103, 2007.

TOCANTINS, Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Agrário. **Tocantins**: Vantagens Produtivas, Potencial de Produção. Palmas, TO. 2012

VIEIRA, Alberto, 2013, Bibliografias-Fronteira, Funchal, CEHA. Disponível em: http://www.academia.edu/3187587/Bibliografias-Terra_de_Fronteira. Acessado em 14/10/2013.

DESISTÊNCIAS E DESAFIOS DA PERMANÊNCIA NA TERRA NO PROJETO DE ASSENTAMENTO NOVA AMAZÔNIA

Introdução

O estado de Roraima teve em sua formação uma forte ligação com agricultura e a colonização de terras promovida pelo Estado. Tais colônias formaram oito dos quinze municípios de Roraima. Atualmente, a questão rural continua sendo um relevante aporte da política local e da economia do estado. Os projetos de assentamento organizados pelo governo federal e administrados pelo Instituto de colonização e Reforma Agrária (INCRA) são um exemplo de como a agricultura familiar está presente no estado, uma vez que há um número expressivo de assentamentos, já que existem 67 atualmente em Roraima¹.

Abordarei nesse artigo os motivos que levam a evasões de lotes rurais em projetos de assentamento. A ideia dessa temática se desenvolveu após uma experiência como funcionário do INCRA, na qual percebi a entrada de vários documentos solicitando desistências de lotes em projetos de assentamento. Essa prática tornou-se comum, sendo que a maior parte dos pedidos de desistência era de assentados do projeto de Assentamento Nova Amazônia, localizado no município de Boa Vista. Esse artigo é, portanto, uma breve análise do referencial teórico, a contextualização sobre a motivação para realização da pesquisa, bem como a apresentação da metodologia que serão usadas no trabalho de conclusão de curso².

Na primeira seção desse artigo, apresentarei um breve panorama agrário de Roraima, a fim de fazer um recorte histórico e temporal das questões agrárias, das migrações e estratégias políticas de adensamento populacional que moldaram o estado. Estas se apresentam hoje como forte instrumento da política do estado, com o teor

* Universidade Federal de Roraima. Email: eduderck@gmail.com.

¹ Dados do INCRA, Disponível em: www.incra.gov.br

² Após esse diagnóstico inicial, decidi empenhar essa ideia como assunto da minha monografia de conclusão de curso do curso de Antropologia da Universidade Federal de Roraima.

de discurso herdado dos primeiros governos, principalmente o de Ottomar de Souza Pinto.

A contextualização sobre o assentamento estudado e a metodologia utilizada na pesquisa será o que abordarei na segunda parte desse artigo. Ademais, comentarei sobre o surgimento da temática abordada e como minhas experiências de trabalho no INCRA foram importantes para o conhecimento do assentamento e entendimento do sistema agrário a partir de um ângulo diferenciado, isto é, o ângulo de dentro da instituição mediadora.

Na terceira parte, farei uma compilação de estudos sobre evasão de lotes em assentamentos de reforma agrária e mostrarei quais são os impactos de assentamentos rurais para as cidades, sua importância na organização social do campo. Além disso, verificarei nos estudos a maneira pela qual Estado se apresenta como ator fundamental no processo melhoria de vida das famílias assentadas e como este processo se mostra um fator decisivo para a evasão ou a permanência no assentamento.

Panorama da questão agrária em Roraima

O crescimento populacional do estado de Roraima acompanhou o formato de adensamento humano nacional ao pautar-se no desenvolvimento agrícola. Para iniciar um panorama sobre a questão agrária do estado, saliento primeiramente o que considero um ás para formação agrária do estado e conseqüentemente para seu crescimento populacional e estruturação política, isto é, a migração.

Embora o estado de Roraima tenha passado por várias fases de migração, Oliveira (2008: 165) considera o século XIX como o primeiro momento de intensificação migratória para Roraima em decorrência do *boom* produtivo da borracha na Amazônia, bem como pelas motivações de exploração dos garimpos. Embora todas os fluxos migratórios tenham tido importância para a estrutura do estado, os desdobramentos desse artigo serão pautados a partir das migrações que ocorreram nas décadas de 1970 e 1980. Nesse período aconteceram os maiores volumes migratórios para o estado, além disso, os motivos que levaram a esses deslocamentos populacionais tiveram forte cunho político voltado ao crescimento da população e do eleitorado de Roraima. Segundo Santos (2010 *apud* Freitas 1993): “Com a abertura das rodovias BR 174 e 210, na década de 1970, ocorreu um movimento migratório quase constante, patrocinado a partir de 1979 no governo de Ottomar de Souza Pinto”. O fato de Ottomar Pinto, então governador indicado do território, incentivar o deslocamento das famílias para o estado fez com que ele ganhasse fama de pater-

nalista. Tal como descrito por Oliveira (2008: 169), percebo a política de Ottomar como um movimento pioneiro que marcou o estado de forma histórica e geográfica, pois os deslocamentos estimulados por Ottomar culminaram na criação de glebas e colônias. Das colônias oficiais, criadas em 1980, oito tornaram-se municípios de Roraima: Mucajaí, Alto Alegre, Cantá, Caroebe, São João da Baliza, São Luiz, Iracema e Rorainópolis (SANTOS, 2010: 185).

Além da colonização proporcionada pelo incentivo à migração, os projetos de colonização do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tem um relevante papel no cenário agrário do estado. São conhecidos como colônias do INCRA³, os projetos que foram iniciados pelo Instituto para a colonização de famílias na época que o estado ainda era denominado politicamente território, como demonstrado por Santos (2010: 194). Dos projetos (colônias do INCRA) o mais antigo é o Projeto de Assentamento Dirigido Anauá (PAD Anauá), localizado no município de Rorainópolis, que foi criado em 1979, ou seja, criado no ano início do intenso fluxo de migrações para o estado.

Atualmente existem sessenta e sete projetos de assentamentos de responsabilidade do INCRA no estado⁴. Para ser um assentado é preciso passar por uma série de exigências. Conforme salienta Cordeiro (2010), em relação às garantias legais de ocupação da terra, a família contemplada com um lote pelo processo de Reforma Agrária recebe, em primeiro lugar, o Contrato de Concessão de Uso (CCU) da terra ocupada, quando da homologação dos beneficiários do projeto de reforma agrária em questão. Esse contrato será firmado por um prazo de cinco anos, prorrogável por igual período. O documento de propriedade definitiva da terra, isto é, o Título de Domínio (TD) só será transferido à família assentada, quando transcorridos pelo menos cinco anos após a vigência do CCU, bem como deve obedecer a outras exigências como a marcação das parcelas de terras e georreferenciamento das mesmas, além da confecção da planta, o memorial do lote e a área do projeto de assentamento estiver sob o nome do INCRA (IN 30/INCRA). O lote tem um prazo de inalienabilidade de 10 anos, contados a partir da emissão do CCU.

Estes são critérios básicos para a ser um assentado em um projeto de reforma agrária. Após a homologação, a família receberá empréstimos, com baixo percentual de juros, com o objetivo de dar início a construção de sua moradia e trabalho na parcela. Esses empréstimos são chamados créditos e tem várias modalidades destinadas

³ O termo colônias do INCRA é utilizado para os projetos criados pelo Instituto desde sua criação – em 1970 – até a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando Território Federal de Roraima passou a ser estado. Dados do INCRA. Disponível em: www.incra.gov.br

⁴ Dados do INCRA. Disponível em: www.incra.gov.br

a causas específicas, como aqueles destinados a aquisição de material de construção e insumos, os créditos serão analisados nas seções a seguir.

Os 67 assentamentos administrados pelo INCRA assentam 16468 famílias divididos em 11 municípios, conforme pode ser verificado na tabela a seguir⁵:

Tabela 1 – Assentamentos no estado de Roraima

NOME PA	MUNICÍPIO	CAPACIDADE	FAM. ASSENT.	DATA DE CRIAÇÃO
PA CUIUBA	CARACARAÍ	137	133	24/11/2005
PA PAREDÃO	ALTO ALEGRE	1145	789	24/07/1987
PAD ANAUÁ	RORAINÓPOLIS	3460	2062	11/06/1979
PA CHIDAUA	CARACARAÍ	158	53	28/11/2006
PA MONTE SINAI	RORAINÓPOLIS	267	96	28/11/2006
PA NOVA FLORESTA	MUCAJÁÍ	188	92	23/11/2007
PA JAPÃO	IRACEMA	355	274	19/10/1995
PA MAGUARI	RORAINÓPOLIS	193	76	28/11/2006
PA JUARI	RORAINÓPOLIS	280	88	28/11/2006
PA NOVO PARAISO	CARACARAÍ	159	157	19/10/1995
PA CUJUBIM	CARACARAÍ	243	201	19/10/1995
PA RR-170	CARACARAÍ	743	698	19/10/1995
PA ITA	CARACARAÍ	350	163	19/10/1995
PA/TERRA NOVA	CANTÁ	63	22	21/11/2006
PA ANGELIN	CARACARAÍ	79	56	24/11/2005
PA CAMPINA	RORAINÓPOLIS	225	76	28/11/2006
PA TALISMÃ	MUCAJÁÍ	85	75	23/11/2007
PA CAJU	RORAINÓPOLIS	118	50	28/11/2006
PA/RENASCER	BONFIM	42	42	21/11/2006
PA SERRA TALHADA	CAROEBE	52	43	21/11/2006
PA TATAJUBA	CANTÁ	245	242	03/11/2003
PA MURIRU	RORAINÓPOLIS	193	101	28/11/2006
PA AJARANI	IRACEMA	300	299	03/11/2003
PA TEPEQUÉM	AMAJARI	580	423	02/09/1992

⁵ Dados da tabela obtidos no site INCRA. Disponível em: www.incra.gov.br

PA CURUPIRA	RORAINÓPOLIS	159	89	28/11/2006
PA GARAJA	RORAINÓPOLIS	162	53	28/11/2006
PA/VILENA	BONFIM	163	147	07/10/1997
PA PAU RAINHA	CANTÁ	266	261	21/11/2005
PA AJURI	RORAINÓPOLIS	217	55	28/11/2006
PA TEPUREMA	RORAINÓPOLIS	150	58	28/11/2006
PA JUNDIÁ	RORAINÓPOLIS	190	152	19/10/1995

Fonte: Dados do INCRA. Elaborado por Dijeison Cunha

Embora não tenha nenhum assentamento emancipado, existem no estado 34 assentamentos com mais de dez anos de criação, estes projetos são os que mais têm famílias assentadas, totalizando 13056, enquanto os outros 33, mais novos e menos assentam 3412 famílias⁶.

Contexto de pesquisa, metodologia e indagações iniciais

O projeto de assentamento (PA) Nova Amazônia fica localizado no município de Boa Vista, nas glebas Truarú e Cauamé. Este assentamento foi criado em 2001 (pela Portaria/SR-25/nº.10/2011⁷. Trata-se de uma área reformada da fazenda denominada Bamerindus, pertencente ao antigo banco homônimo. A área foi repassada a União como pagamento de uma dívida e repassada ao INCRA para a reforma agrária., conforme descrito por Junior e Portela (2008:191).

O Projeto de Assentamento (PA) Nova Amazônia é distribuído em cinco polos, inicialmente foram assentadas famílias que estavam acampadas nos polos II e III do projeto. Em 2004, foram assentadas 262 famílias nos polos I, II, III e IV; o polo V foi somente instalado no ano de 2005⁸ e hoje o projeto assenta ao todo 567 famílias. O Projeto mostra uma singularidade de localização, uma vez que este fica a poucos quilômetros da capital Boa Vista, portanto, possui escolas e atendimento médico. A falta de acesso à saúde e à educação são motivadores de desistência, conforme Pedlowski (2001), mas mesmo com a proximidade ao centro urbano há na região um grande índice de desistência de lote.

As principais informações que consegui do projeto foram a partir de conversas que ocorriam nos corredores com funcionários do INCRA, ou em reuniões desses

⁶ Os municípios de Pacaraima, Normandia, Uiramutã e São João da Baliza não possuem projetos de assentamento

⁷ Dados obtidos na superintendência do INCRA – SR-25 - Roraima.

⁸ Dados obtidos na superintendência do INCRA – SR-25 - Roraima.

mediadores com associações que ocorriam próximo a minha sala. Das conversas com funcionários ou presidentes de associação, que não tinham cunho de pesquisa até então, consegui extrair a história do assentamento, como foi homologado e os impasses e personagens políticos envolvidos na ação de construção do projeto.

A metodologia utilizada para esta pesquisa compreenderá o uso de entrevistas abertas com o procedimento de observação participante, e análise documental. As entrevistas conterão perguntas abertas, buscando por meio desses, analisar a dinâmica de ocupação dos lotes, os desafios de luta de permanência na terra como espaço produtivo e residencial, o uso da distribuição de créditos e outros mecanismos de políticas públicas voltados para os assentados da reforma agrária. As entrevistas para a aplicação dos questionários serão realizadas preferencialmente com o titular da terra, de forma a obter as informações acima mencionadas. Serão aplicados um número proporcional entrevistas em cada um dos cinco polos do assentamento.

Também serão analisados os termos de desistência do PA Nova Amazônia, como serão explicados posteriormente. As entrevistas semiestruturadas serão realizadas com os representantes de grupos organizados no assentamento, uma vez que em cada um dos cinco polos há uma associação para este grupo específico, de forma a compreender como a evasão dos lotes afeta a comunidade do assentamento. Para tanto, será proposto um roteiro de perguntas a ser aplicado com estes representantes.

Quanto à observação participante, de acordo com Becker (1994), o pesquisador, principalmente na área antropológica, coletar dados observando o cotidiano do grupo ou organização que está estudando. Dessa forma, é possível obter respostas a perguntas que não foram realizadas ou que foram realizadas, porém, no cotidiano, as soluções utilizadas pelas pessoas divergem das respostas obtidas. O intuito de utilizar o método qualitativo é favorecer a uma análise rica do conteúdo nesta pesquisa proposta.

A favor do método qualitativo, Sparovek (2003) ressalta que esse método em estudos realizados em projetos de assentamento serve para observar os reais impactos nas vidas dos assentados, sendo importante devido às divergências dos agentes e opiniões envolvidas nas mudanças de vida dos indivíduos. Para o autor, os números das pesquisas em projetos feitos por métodos quantitativos não dão conta da qualidade de vida das pessoas assentadas:

O aspecto quantitativo continua sendo importante, por dar a dimensão das ações. Sobre ele há registros, mesmo que, muitas vezes, controversos. Informações recentes, sistematizadas e abrangentes (representando não apenas amostras ou casos isolados) sobre a qualidade de vida nos assentamentos, as implicações ambientais da implantação dos projetos, a eficácia

com que as ações operacionais do governo foram executadas e a eficiência que tiveram na alteração da matriz fundiária; são praticamente inexistentes. Essa lacuna abre precedentes perigosos. Na falta de informações abrangentes, casos isolados, com desempenho positivo ou negativo, podem ser indevidamente generalizados. Essa generalização pode resultar em avaliações (ou ações) desastrosas e desconexas do contexto global, não refletindo (ou beneficiando) a realidade cotidiana dos assentamentos. (SPAROVEK, 2003: 2)

Desta forma, o uso neste trabalho do método qualitativo é uma forma de se aproximar à realidade dos assentados sobre a qualidade de vida dos mesmos na terra, bem como os possíveis que os levaram a desistir da vida de colono⁹. Pretendo analisar as diferentes opiniões sobre os projetos de assentamentos em uma na realidade dos desafios e motivos de desistência e entender pelas conversas e entrevistas, o que leva os assentados a desistirem dos lotes.

A motivação para iniciar o trabalho ocorreu quando verifiquei a quantidade de documentos solicitando desistência de lotes em projetos de assentamento. Como trabalhei no setor de entrada de documentos, praticamente todos os dias recebia documentos de colonos desistindo dos seus lotes. A saída do assentamento é realizada por meio de um documento chamado termo de desistência. Neste termo são colocados os dados pessoais do titular do lote (em caso de casais os dados do casal), os dados do lote e o motivo da desistência. Este último muitas vezes não era completo, deixado em branco ou preenchido de forma que não deixava claro o motivo da desistência, tal como “falta de condições de tocar o lote”. Desta forma, esses espaços em branco e esses motivos “vagos” me fizeram ter uma curiosidade de saber quais motivos e destinos àquela família tinha após uma desistência. Quando comecei a ter contato direto com o colono, percebi que além do que estava escrito nas solicitações, requerimentos e termos havia histórias que não eram transcritas, essas histórias somadas à iniciação no curso de Antropologia tornaram-se inquietações. Decidi então aprofundar tais motivos e razões com rigor científico, para entender como o processo de assentamento termina para uma família e como estes motivos são vistos por quem escreve as solicitações de desistência e não por quem recebe.

O projeto de assentamento Nova Amazônia não foi escolhido por acaso, dos termos de desistência que recebi, a maior porcentagem era do Nova Amazônia. O trabalho no protocolo do INCRA me deixava quase sempre distante dos colonos e sempre próximo aos funcionários. Essa distância dos colonos e a maior proximidade

⁹ A categoria “colono” é usada pelos funcionários do INCRA para qualificar os produtores rurais, beneficiários em projetos fundiários ou de assentamento. Também é usado o termo “assentado” para caracterizar o produtor específico de um projeto de assentamento, os produtores acionam essas categorias diariamente com os funcionários.

dade, principalmente dos engenheiros que tem um papel de mediação direta com as assentados, fizeram-me ter uma visão “institucionalizada” do que é ser colono. Aliada a isso, os poucos contatos que tinha de atendimento ao público assentado se dava em um contexto organizacional político, no qual o colono se apresentava como o chefe de família para resolver problemas relacionados ao lote. Geralmente, as razões dos colonos para a desistência do lote estavam relacionadas aos funcionários, afirmando que, por exemplo, eles não fazem uma vistoria adequada. Ao passo que estes problemas eram, muitas vezes, vistos pelo funcionário como “culpa” do colono, sendo explicado pela ausência do assentado no lote, bem como a não aplicação dos créditos como previsto.

Neves (1997:281) aponta que os agrônomos do projeto de assentamento, no qual realiza sua pesquisa, são vistos como “salvadores”, o que não se diferencia muito da autoimagem desses profissionais na Superintendência Regional do INCRA em Roraima. Amplio esse leque de “salvadores” também aos funcionários mais antigos e às chefias mais importantes, mesmo que não tenham contato com colono diretamente no lote. As experiências de trabalho e a forma de mediação “salvadora” faz com que o funcionário se sinta com um poder de transmissão de conhecimento a fim de transformar o colono em um “produtor modelo”, uma referência de auto-reflexão e auto avaliação pelos agrônomos (NEVES, 1997:300) e funcionários.

Os colonos que se apresentam ao INCRA queixando-se de vistorias realizadas de forma incorreta pautam-se na premissa que estavam na cidade, por questões relacionadas ao trabalho e outras, quando seus lotes foram vistoriados e avaliados como abandonados pelos técnicos do Instituto. No entanto, para os colonos, os técnicos não poderiam avaliar seus lotes como abandonados, pois havia sinais da presença da família assentada, tais como: o lote está “limpo”, plantações ativas, animais no quintal, os vizinhos informam sobre a presença das famílias. A versão dos técnicos – e descrevo por várias experiências que verifiquei de debates acalorados entre colonos e técnicos – baseia-se em uma interpretação própria do que é lote “limpo”, do que é casa habitável, e que o afastamento não foi informado oficialmente ao INCRA. Esses embates fazem com que o assentado veja o mediador como um “inimigo”, ou alguém que vai a seu lote apenas para lesá-lo. Esta imagem negativa e estereotipada pode ser comparada com a visão do IBAMA descrita por Oliveira enquanto mediador: “visto no meio rural como órgão que tem o objetivo de aplicar multas aos trabalhadores rurais” (2011:175) ou como “uma estupidez derivada do trabalho de gabinete (...), uma insensibilidade em relação à história da região”, exposto por Neves (1997:302) na concepção de mata dos mediadores no projeto Novo Horizonte no Norte Fluminense.

Evasão de lotes em projetos de assentamento

A evasão de lotes em projetos de assentamento tem entrado na pauta de trabalhos como de Pedlowski (2011); Leite et al (2004), Maia (2003), Ribeiro et al (2011). Esses estudos procuram descobrir os motivos que levaram às desistências e evasões da família rural, levando em conta aspectos internos às famílias, bem como aqueles relacionados à mediação do Estado.

Vários estudos realizados sobre os assentamentos da região norte do estado do Rio de Janeiro demonstram que tem sido baixa a taxa de desistência e abandono dos lotes, apesar das dificuldades encontradas pelas famílias assentadas, tais como a monopolização dos canais de comercialização pelos atravessadores (ainda que estejam sendo desenvolvidas estratégias que favorecem à construção de outras alternativas), a falta de acompanhamento e planejamento técnico para o pagamento dos créditos referentes às culturas existentes, falta de infraestrutura básica (pavimentação de estrada, captação de água, etc.), entre outros (PEDLOWSKI; 2000; MAIA 2003; ZINGA 2002 e 2004).

A desistência de lotes em projetos foi tema elaborado por Pedlowski (2011) que estudou os motivos de desistência nos projetos de assentamento do Norte Fluminense. Em seu trabalho, o autor afirma que:

Ao analisar as razões do abandono dos lotes, Medeiros e Bruno (1998) concluíram que entre as principais causas estariam: a) deficiência na oferta de infraestrutura e serviços públicos nos assentamentos (e. g., escolas, atendimento médico e estradas); b) aspectos diretamente ligados às ações do Estado na condução do processo de assentamento, incluindo a definição da área dos lotes, os critérios de seleção de candidatos, o atraso na implementação da infraestrutura básica (...) e a falta de assistência técnica à produção e comercialização; c) dificuldades de gestão dos lotes pela imposição de regras sem discussão prévia com os assentados (PEDLOWSKI et al, 2011: 141).

Segundo o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (apud PEDLOWSKI, 2011), o percentual de desistência entre as pessoas beneficiadas pelos projetos de assentamento na região norte-fluminense é de aproximadamente 22%. Ao passo que a região norte do país apresenta 29,9% de desistência de lotes, índice acima da média nacional que é de 26,2%. Esses dados tornam-se importantes para compreender quais motivos levam a região norte estar acima da média nacional quando comparada a outras regiões do país.

Em minhas experiências de trabalho no Instituto de Colonização e Reforma

Agrária, posso verificar que a procura por créditos tem sido quase uma peregrinação diária, e tem crescido bastante nesses cinco anos de trabalho com o colono. O INCRA disponibiliza três modalidades de créditos para aplicação nos lotes de forma que o assentado consiga ter o mínimo necessário para ter moradia e material para dar início aos seus trabalhos. O crédito instalação para fixar a produtividade do assentado; crédito apoio que tem como destinação a aquisição de ferramentas, animais, insumos, etc; bem como o crédito habitação que se destina a gastos com mão-de-obra e aquisição de materiais de construção (OLIVEIRA, 2011: 174).

A melhoria de condição de moradia culmina em maior permanência nos lotes nos assentamentos estudados por Leite et al (2004:249), possivelmente relacionados ao recebimento de crédito habitação. Com a implantação do programa “Minha Casa, Minha Vida Rural”¹⁰, o crédito habitação tem tido uma procura menor, mas não necessariamente pequena. A procura pelo programa “Minha Casa, Minha Vida Rural” foi bastante intensa no início do ano de 2014 que, em alguns momentos na sede da Superintendência do INCRA em Roraima, tiveram que ser mobilizados funcionários para reformar os trabalhos do Setor de Crédito, para organizar o cadastramento das famílias interessadas. Ademais, foram estabelecidas parcerias com as associações dos assentamentos, como do Nova Amazônia, para que organizassem o envio de listas dos assentados que se enquadrassem nos pré-requisitos para receber a casa.

Destaco também a procura pelo PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) por ser um crédito rural de maior investimento do que outros créditos disponibilizados pelo INCRA. Além disso, o PRONAF é uma forma de organizar a idealização de trabalho familiar e manter a família assentada dentro do lote, pois para ter acesso a essa linha de crédito o produtor precisa estar enquadrado em certas exigências, tais como, estar residindo no estabelecimento e ter o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento¹¹. Não apenas o acesso ao PRONAF, mas o acesso ao crédito de modo geral tem sido um fator relevante para a melhoria de vida e consequentemente a permanência no lote das famílias assentadas. Leite et al (2004) analisa em “Os impactos dos assentamentos rurais” a condição de vida familiar atual em relação à condição de vida anterior ao assentamento. Para a grande maioria dos assentados pesquisados, houve uma melhora da qualidade de vida, em relação àquela anterior ao assentamento, o que pode ser denotado pelo aumento de consumo de bens materiais, como eletrodomésticos e também a compra de material de construção das casas, como mencionado acima.

¹⁰ O “Programa Habitação Rural foi criado pelo Governo Federal no âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida” e destina-se à construção, ou aumento de um imóvel já existente em uma propriedade rural.

¹¹ Dados obtidos na página virtual do Banco Central do Brasil. Disponível em: www.bcb.gov.br.

Uma das principais causas de melhorias de vida e moradia, nas *manchas*¹² pesquisadas se dá pelo acesso ao crédito habitação, que permitiu a construção da casa e/ou melhorias das já existentes, influenciando no padrão de vida dos assentados, bem como tendo reflexões no comércio local, criando empregos tanto direta quanto indiretamente. Outro dado relativo à condição depois do assentamento é referente à alimentação que melhorou em todas as *manchas* pesquisadas. Esses dados mostram o quanto o grau de satisfação com o trabalho e a melhoria das condições de vida são motivos primordiais para a permanência no lote de Reforma Agrária.

Embora alguns estudos aqui apresentados destinem-se aos motivos de permanência, estes não podem ser descartados como formas de entender a desistência e evasão. Escalar motivos de permanecer no lote é de certa forma, estudar e compreender os possíveis motivos de sair do lote. A grande procura por crédito e por vistorias como observei no trabalho no INCRA apresentam, não simplesmente uma “grande procura por recursos do governo” como era comentado pelos funcionários deste órgão federal, mas sim uma procura por melhorias de condições de vida que refletem diretamente na entrada de termos de desistência. Estes termos também eram alvos de comentários como aqueles que colocavam o colono sempre enquanto principal ator na permanência, desistência e administração da parcela, descartando o papel do INCRA de órgão que deve auxiliar e prestar serviços ao produtor rural.

Destaco um motivo de desistência de lotes de reforma agrária que percebi nas experiências de trabalho no INCRA e que se repetem no estudo de Ribeiro et al (2011) são relacionados a fatores pessoais. Nos termos de desistência cujos motivos estavam explicitados, eram geralmente descritos como “doença” ou “litígio com vizinhos”. Em relação a esse primeiro motivo, quase sempre era o filho que representava o pai, isto é, quem entregava o termo, a saída ocorria quando necessário a ida para tratamento na cidade ou fora do estado. Além disso, alguns casos de falecimento do chefe de família também resultavam na desistência do lote, os filhos alegavam não ter condições ou conhecimento suficiente para dar prosseguimento aos serviços do pai na parcela. Em relação aos motivos relacionados à litígio com os vizinhos, os remanejamentos (mudança de um lote para outro) eram mais comuns que as desistências. No entanto, se verificarmos a evasão de lote como a saída de uma parcela por um motivo específico, o remanejamento também é uma forma de evasão, a diferença está em que no remanejamento o colono começará “do zero” seu processo de regularização, enquanto que na desistência acaba-se o direito de ter outro lote em quaisquer projetos de assentamento.

¹² Mancha é uma divisão metodológica proposta por estudos, dividindo os assentamentos existentes no país por localização.

Considerações finais

Este artigo buscou trilhar um caminho teórico e metodológico, baseado em minhas experiências de trabalho no INCRA que foram motivadoras para tentar entender os motivos de evasão e desistência de lotes em projetos de assentamento. Os caminhos que aqui foram encontrados serão usados para verificar quais são as motivações de desistência no projeto de assentamento Nova Amazônia, localizado em Boa Vista, Roraima.

Roraima presenciou a partir da década de 1980, mudanças que trouxeram a intensificação urbana e rural em sua geografia. A década de 1980 foi marcada pela intensificação de fluxo de pessoas e também pela Constituição Federal de 1988, com ela Roraima passou de Território Federal para estado da federação, o que significou o aporte de novos recursos e maior autonomia para a nova unidade federativa recém-criada. Embora o fluxo de pessoas para o estado tenha sido sempre uma constante, e seu crescimento populacional é prova disso¹³, o período acima destacado foi para o estado à porta de entrada para um fluxo maior que os anteriores. Foram criadas glebas e colônias em áreas rurais para dar suporte aos produtores, ao passo que a população que ficou na capital, mas queria produzir, obteve o estímulo recebendo lotes dentro da área urbana de Boa Vista (JÚNIOR e PORTELA 2008:199).

A cidade de Boa Vista, atualmente, dispõe de dois projetos de assentamento, o PA Nova Amazônia e Nova Amazônia I, ambos estão próximos à zona urbana da cidade, o fluxo de colonos que solicitam créditos é significativo, assim como as de moradia e PRONAF, como observei nas experiências de trabalho. Todos os quesitos acima mencionados são fundamentais para a melhor condição de moradia, que estariam relacionados, possivelmente segundo Leite (et al 2004) a permanência no lote, entendo que o crédito é de grande importância para a melhoria de vida do colono, tais como foram mostrados nas experiências de trabalho, como nos estudos de Leite et al (2004), Ribeiro et al (2011) e Pedlowski (2011), porém embora os colonos do PA Nova Amazônia, tenham acesso a todos esses benefícios os termos de desistência continuam sendo entregues.

A partir desse ponto, compreendo que, apenas com o trabalho de campo poderei encontrar as respostas para entender os motivos das desistências e os desafios na permanência no PA Nova Amazônia. Os estudos relacionados acima sobre desis-

¹³ Santos (2004:143) menciona que nos anos 1980, a população do estado era pouco superior a 80 mil habitantes. Segundo IBGE, a população de Roraima em 1991 era de 217583 habitantes, já em 2000 esse número saltou para 324397 habitantes, em 2010 a população já chegavam em 450479. Dados obtidos pelo site do IBGE www.cidades.ibge.gov.br

tência e permanência no lote são de extrema importância para o entendimento desse fenômeno, analisá-los não só com a experiência de trabalho, mas com experiência direta com os colonos é essencial para compreensão dos motivos que levam, ou levaram, a desistência nesse projeto de assentamento.

Embora tenha organizado um artigo sem a realização do trabalho de campo, que é impreterivelmente necessária para chegar a uma conclusão da realidade do projeto escolhido, considero as experiências de trabalho no INCRA como um campo de estudo inicial. Com tais experiências dentro do órgão, pude percorrer um caminho desde o total desconhecimento sobre Reforma Agrária e seus atores; posteriormente o entendimento desses fatores do ponto de vista institucional; para atualmente confrontar este conhecimento dentro do quadro da “mediação” com o saber do colono.

Referências bibliográficas

BECKER, H.S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. Editora Hucitec, São Paulo, 1994.

CORDEIRO, Manuela Souza Siqueira Cordeiro. **Filhos da reforma agrária: terra, casa e lógicas de sucessão em Novo Horizonte**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

JÚNIOR, Waldemar Moura Vilhena; PORTELA, Valdinei Fortunato. **Boa Vista: Um meio urbano cercado de áreas rurais** In BORGES, Heloísa da Silva (org.). Pensado e Observado: O Olhar histórico, socioeconômico e político de Roraima. Manaus: Editora Valer, 2008.

LEITE, Sérgio et al., **Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Coordenadores:- Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MAIA, R.R.M. **A Influência dos Fatores Endógenos e Exógenos na Alocação de Recursos Financeiros dos Beneficiários da Reforma Agrária - Um Estudo de Caso em Campos dos Goytacazes, RJ**. Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais, UENF, p.81. 2003.

NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento Rural: Reforma Agrária em migalhas**. Niterói: EDUFF, 1997

OLIVEIRA, Indira Duarte de. **Projetos de Assentamento**: Consolidação da política de colonização agrícola brasileira. In BORGES, Heloísa da Silva (org.). Pensado e Observado: O Olhar histórico, socioeconômico e político de Roraima. Manaus: Editora Valer, 2008.

PEDLOWSKI, M. A. Condicionantes de evasão e permanência em assentamento da reforma agrária: o caso do Zumbi dos Palmares. In: M.A. Pedlowski; J.C.P. Oliveira; K. A. Kury. (Org.). **Desconstruindo o latifúndio**: a saga da reforma agrária no norte fluminense. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011, pp. 137-164.

RIBEIRO, Michelli Medeiros Cabral et al. **Análise das causas de evasão em assentamentos de Reforma Agrária no estado do Tocantins**. Revista Extensão Rural, DEAER/PPGExR – CCR – UFSM. Ano XVIII, n 22, Jul./Dez. 2011.

SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. **Políticas Públicas, Economia e Poder**: O Estado de Roraima entre 1970 e 2000. Tese (Doutorado) – Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PDTU) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém: 2004.

SPAROVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas e Letras Editora e Gráfica, 2003.

*Eloi Martins Senhoras **
*Max A. de Araújo Ferreira ***
*Adalberto A. Florencio ****
*Claudilene B. de Moura *****
*Denivaldo P. da Silva ******

AGRICULTURA FAMILIAR E A OTIMIZAÇÃO DOS CUSTOS NAS HORTICULTURAS ORGÂNICAS EM BOA VISTA

1. Introdução

A agricultura Familiar nos últimos anos vem se tornando um importante segmento do Agronegócio do País, além disso, vem se desenvolvendo em grande escala nas periferias das grandes cidades, gerando renda para as famílias e para os municípios.

Buscando preservar o meio ambiente e desenvolver a agricultura familiar os órgãos governamentais investem em projetos e pesquisas que auxiliam tais agricultores a produzirem em harmonia com o meio ambiente onde estão localizados.

A agricultura orgânica vem ganhando grande destaque entre os projetos e incentivos governamentais, devido à busca pela sustentabilidade do planeta. Observa-se uma maior preocupação com o meio ambiente, em consequência maior valorização dos produtos orgânicos no mercado.

Em Boa Vista-RR, o SEBRAE/RR realizou um projeto chamado Horticultura Orgânica com a finalidade de desenvolver a agricultura familiar de forma sustentável e promover a produção orgânica de frutas e hortaliças em áreas situadas em torno da cidade. Desse projeto nasceu a associação Hortivida com nove associados de diversos bairros da capital. Aos sábados cinco desses produtores se reúnem para vender seus produtos na feira da Amoca localizada no bairro Caçari.

* Docente do PPGSOF / UFRR. Email: eloisenhoras@gmail.com

** Mestrando do PPGSOF/UFRR. Email: max.ferreira@ufr.br

*** Graduado em Ciências Contábeis / UFRR

**** Graduada em Ciências Contábeis / UFRR

***** Graduado em Ciências Contábeis / UFRR

A produção orgânica na agricultura familiar está em consonância com a sustentabilidade, dessa forma o empreendimento necessita de um controle gerencial para que seja eficiente e possa ter uma continuidade, nesse sentido a contabilidade de custos pode auxiliar na gestão eficiente do negócio possibilitando o equilíbrio necessário para alcançar a preservação do meio ambiente.

Para o agricultor, quanto melhor o controle dos gastos, maior será a economia e o capital para se aplicar na lavoura. E de posse desse conhecimento, conseguirá o agricultor ter informações relevantes para o planejamento de todo o processo desde o plantio a colheita, proporcionando uma maior produção na lavoura e consequente maior comercialização.

Por tanto, temos como propósito verificar o conhecimento do agricultor familiar membro da Associação Hortivida (Associação dos hortifrutigranjeiros orgânicos de Boa Vista) acerca dos custos na sua lavoura. Sendo as informações de custos importantes para o empreendimento familiar, contribuindo para o maior controle no que se refere aos gastos do empreendimento.

Motivados pela crescente necessidade de se produzir sustentavelmente, a fim de não causar danos ao meio ambiente e pelas pesquisas realizadas no campo da agricultura orgânica familiar, o assunto vem despertando grande interesse na sociedade acadêmica e na sociedade em geral.

Para a Contabilidade o tema proposto pretende trazer informações acerca do conhecimento contábil do pequeno agricultor com ênfase nos custos do empreendimento do projeto Horticultura Orgânica. É de razoável importância o conhecimento acerca da contabilidade para o empreendedor, visto que as informações contábeis são essenciais para a continuidade do negócio familiar por tempo indeterminado.

A pesquisa justifica-se pela necessidade das informações contábeis de custos serem levadas ao pequeno agricultor para que este em posse do conhecimento controle adequadamente seus custos a fim de obter um rendimento maior na sua lavoura.

Com as informações contábeis, o pequeno produtor tendo discernimento do conhecimento, facilitará a exploração dos atos falhos com relação aos custos empregados na produção, tornando-o mais eficiente e assim contribuir para o crescimento regional.

A não utilização dos custos pelos pequenos produtores familiares acaba gerando uma fotografia errada da situação do empreendimento. Desta forma buscaremos ver de perto os custos que esses empreendedores possuem, para que possamos auxiliá-los a agregar valor ao produto, reduzindo gastos e gerando mais lucro no empreendimento.

Como o controle e registro dos custos pode auxiliar o pequeno produtor de hortaliças orgânicas de Boa Vista-RR com vista a melhorar sua rentabilidade? Este é um questionamento que precisa de respostas, pois uma vez respondido, o empreendimento ganha uma importante ferramenta para a manutenção do negócio.

O objetivo geral deste trabalho é fazer um levantamento junto aos produtores de hortaliças orgânicas de Boa Vista acerca de seus conhecimentos sobre as ferramentas de controle relacionadas aos custos de produção, e sua aplicabilidade no dia a dia da agricultura familiar.

Este trabalho tem como objetivos específicos Levantar informações acerca da importância dos métodos de custeio para os membros da associação Hortívida e demonstrar a importância da utilização dos conceitos de custos para sustentabilidade da agricultura familiar.

Desta forma, pretende-se mostrar às famílias que produzem hortaliças orgânicas em Boa Vista que a partir do momento em que se tem conhecimento do que é custo e quando o mesmo é identificado no processo de produção, pode-se ter um controle maior dos gastos gerados e por consequência tornar o negócio mais rentável para as famílias do local.

2. Agricultura familiar

Agricultura familiar pode ser definida como uma forma de produção em pequena escala, na qual fazem parte do processo membros de uma mesma família, podendo esporadicamente ser usado outra pessoa mediante pagamento de salário e que não ultrapasse certa área de produção.

Destaca-se por sua grande relevância econômica, pois ela corresponde por 85% dos estabelecimentos rurais, detém 30% das terras, respondendo ainda por 38% da produção agrícola e por 77% das ocupações em atividades agropecuárias. Além disso, contribui com 60% da produção de itens básicos da mesa do brasileiro, tal como hortaliças (SEBRAE, 2013).

Os números comprovam que as perspectivas são boas quanto ao crescimento, mesmo com a disparidade da quantidade de terra em relação ao número de estabelecimentos rurais, sendo que estes ficam em sua maior parte nas mãos dos agricultores familiares, no entanto, a área utilizada por esses produtores em detrimento do quantitativo total de terras não faz jus a sua grande representatividade.

É necessário também compreender o que é Propriedade Rural, segundo o Art. 4º, inciso I da Lei n. 8.629 de 1993, é qualquer prédio rústico de área contínua que

se destine à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial. A definição torna claros os requisitos básicos para que uma propriedade seja considerada rural, para que não ocorram equívocos quanto às diretrizes econômicas, fiscais e institucionais.

Dada a importância da agricultura familiar no cenário atual e do aumento da demanda por alimentos visualiza-se uma crescente necessidade de investimentos por parte dos órgãos competentes a fim de fomentar o setor no que tange as possibilidades ainda não alcançadas, tais políticas estratégicas implementadas poderão auxiliar positivamente os pequenos agricultores.

O Governo Federal estimula a agricultura familiar através de projetos como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) que segundo o Ministério de Desenvolvimento Social tem por objetivo fortalecer as atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, integrando-o ao agronegócio, proporcionando o aumento da renda, a modernização do sistema produtivo e valorização do produtor rural mediante a profissionalização dos produtores familiares.

Para ter acesso ao PRONAF é necessário que os produtores rurais atendam alguns requisitos na condição de agricultor familiar, como ser proprietário da terra, residir na propriedade ou local próximo e ter o trabalho familiar como base da exploração do estabelecimento. A propriedade rural pode se beneficiar das possibilidades disponibilizadas pelo PRONAF por meio de suporte técnico (consultoria, palestras, visitas à propriedade de técnicos) para o desenvolvimento do agricultor.

A agricultura familiar pode ser, portanto, um grande auxiliador econômico para o estado, pois permite que as pessoas tenham uma renda pessoal exercendo uma atividade necessária para o crescimento do país e preenchendo uma lacuna deixada pelos grandes exportadores, que em sua maioria não abastecem o mercado interno, possibilitando ainda mais o seu desenvolvimento tanto quantitativa quanto qualitativamente.

2.1. *Horticultura orgânica*

O brasileiro consome uma grande quantidade de hortaliças, no entanto, estas em sua grande maioria são produzidas com aditivos químicos que a longo prazo podem (e devem) interferir na saúde do consumidor. A saída para este problema seria o consumo de produtos orgânicos, produtos plantados de uma forma sustentável, sem aditivos químicos, utilizando recursos naturais para a produção levando à mesa do brasileiro maior qualidade de vida.

A Técnica de produtos orgânicos está amparada no recente anseio da sociedade por melhoria da qualidade dos produtos alimentícios. Segundo dados do Sebrae Horticultura (2014?), o Brasil está consolidando-se como grande produtor e exportador de alimentos orgânicos com mais de quinze mil propriedades certificadas e em processo de transição, sendo que desses, 75% (setenta e cinco por cento) pertencem a agricultura familiar.

Pode-se verificar como a produção orgânica está intrinsecamente vinculada à agricultura familiar, até pelo fato de este pequeno agricultor está ligado ao seu solo produtivo, ou seja, a propriedade não é somente o local de seu sustento, mas também o local onde cria e cuida da sua família, isto possibilita um senso de proteção que interfere diretamente na sua maneira de produzir. Com o aumento do poder aquisitivo da população há possibilidade do agricultor cultivar e sustentar-se com os produtos orgânicos.

Com o aumento da renda e maior escolaridade dos brasileiros abriu-se espaço para esse nicho de mercado que tende a crescer cinco vezes até 2020 e mais de vinte vezes que os níveis atuais até 2050, segundo PNUMA (2014). Tal desenvolvimento da agricultura familiar e em particular a orgânica deve-se ao consequente aumento da amplitude do mercado, visto a crescente preocupação com a sustentabilidade.

Vale ressaltar que a produção orgânica em hortas tem como base as hortaliças mais consumidas pelos brasileiros como alface, cheiro-verde, cenoura, tomate, repolho, entre outros, destacando que esta é uma produção sem a utilização de fertilizantes sintéticos, agrotóxicos, aditivos sintéticos ou queimadas e como consequência disso temos o tratamento ideal do solo.

A técnica orgânica está pautada em quatro fundamentos básicos, são eles: respeito à natureza, diversificação de culturas, o tratamento do solo como organismo vivo e a independência dos sistemas de produção atuais conforme discrimina o Sebrae Horticultura (2014), ou seja, é uma técnica que favorece a proteção do meio ambiente.

Nota-se que a utilização dos recursos disponíveis e a reutilização dos compostos naturais bem como a utilização adequada dos mesmos possibilita um agregado no meio de vida da comunidade na qual a técnica orgânica é utilizada. A técnica em si torna-se, portanto, além de meio econômico de subsistência um importante sistema para a sustentabilidade da área na qual está inserida. Visualizando isto as autoridades competentes resolveram normatizar o assunto.

No Brasil, existe legislação específica tratando acerca da agricultura orgânica, é a Lei 10.831 que em seu Art. 1º traz a definição da mesma:

“Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente”.

Em 2004 o Sebrae Roraima iniciou um projeto com os produtores de hortaliças de Boa Vista para dedicação exclusiva à técnica orgânica, o projeto foi bem-aceito, otimizando o uso dos recursos naturais disponíveis. A disparidade existente fica por conta da utilização precária da contabilidade neste processo que pode agregar bastante valor ao produtor rural familiar.

O produto orgânico por sua característica de levar em consideração os impactos causados ao consumidor final mostra a percepção que se deve ter quanto à qualidade do produto, destacando a forma como é produzido desde o tratamento do solo até o momento que chega à mesa do consumidor. Desta forma, tem-se o orgânico como um produto que atende o consumidor não só como cliente, mas como pessoa, levando à sua mesa um produto saudável preocupando-se com a saúde do mesmo.

2.2. Custos

O custo é de suma importância para o controle e gerenciamento de qualquer negócio que se propunha a obtenção de eficiência e diferencial perante a concorrência, articulando estratégias que permitem planejar a longo prazo, ou seja, fazer um planejamento estratégico que permitirá aos administradores as melhores tomadas de decisões para os próximos anos.

Refere-se aos procedimentos necessários para se conhecer o quanto custou para determinada organização a fabricação do produto. Os custos “dizem respeito ao consumo de recursos, necessários ao processo de produção de um bem ou serviço.” (CLEMENTE; GUTERVIL; TAFFAREL; 2010, p. 41).

O processo produtivo transforma a matéria-prima em produto, do início até o final deste processo são consumidos recursos disponíveis no estoque para que esta transformação seja efetivada, bem como recursos humanos e energéticos, quando os recursos são alocados ao processo para a transformação temos o custo, que seria a soma destes recursos no processo produtivo a fim de transformá-lo em um produto comerciável.

Por outro lado, “só integram o resultado aqueles utilizados na geração das receitas do período, uma vez que os custos incorridos no período, porém integrantes dos produtos não vendidos, permanecerão compondo os estoques de produtos acabados” (RIBEIRO, 2011, p.18), isso quer dizer que, enquanto um produto não sai do estoque será tido como custo de produção, mas não custo da venda.

Enquanto está na fábrica o produto é custo para a empresa, a partir do momento em que ele é vendido torna-se despesa de venda para a mesma, sendo que o custo é recuperável, pois ao preço de venda do produto (que entre outras coisas tem o custo de produção) vai ser somado ao lucro. Portanto, o custo integra o resultado, mas somente quando efetivamente o produto é vendido.

Ponderam Marion, Santos e Segatti (2009, p. 26) que após o dispêndio de dinheiro o bem adquirido se torna investimento estocado, portanto, no ativo e a partir do momento que entra em produção é reconhecido como custo. Sendo que em uma área agrícola todo o gasto deve ser identificado como custo por está em uma área onde o estabelecimento é transformador de bens, ressaltando que finalizado o produto ele se tornará despesa para obtenção de receita proveniente de venda.

A propriedade rural por ser uma área destinada à exploração de produtos que permitem a sua transformação são tidas integralmente como locais de produção, devendo desta forma os gastos serem contabilizados como custo, já que o custo contabiliza os produtos no processo de transformação de matéria-prima em produto, significa dizer que toda a formação do produto é realizada na propriedade rural e que todos os meios ali disponíveis são custos para a formação de tal produto.

O custo quando compreendido pode ser maleável, podendo ser reduzido, melhor gerido, utilizado de uma forma que possa aumentar o lucro de qualquer tipo de organização. Sendo assim, a informação contábil pode ser de extrema relevância para nortear os administradores quanto as suas tomadas de decisões, vendo que tais informações mostram minuciosamente os gastos ocorridos no período.

2.3. Custos diretos e indiretos

Todos os produtos produzidos mediante transformação de matéria-prima são custos para a organização, no entanto, esses custos são separados em diretos ou indiretos, essa separação diz respeito à facilidade ou não de identificar o custo alocado ao produto, esta diferenciação interfere diretamente nas tomadas de decisões, por isso sua importância na devida segregação dos tipos de custos.

Segundo Crepaldi (1998, p. 91), os custos diretos são os que existindo uma base de medida do consumo apropriam-se diretamente ao produto diferentemente dos indiretos que necessitam de um critério de rateio para serem incorporados aos produtos agrícolas.

Verifica-se que a questão básica da separação entre direto e indireto é o critério de rateio, que atribui ao produto as parcelas de custos que lhe cabe individualmente na sua formação, esse critério nem sempre fica claro, essa inexatidão da informação torna o produto algumas vezes uma incógnita quanto aos gastos incorridos no mesmo para que fosse produzido.

Viceconti e Neves (2010, p. 31) aprofundam no debate lembrando que os custos são diretos “porque há uma medida objetiva de seu consumo nesta fabricação” da mesma forma, a precisão com que são identificados no produto não gera dúvidas quanto a sua contabilização.

Os custos diretos são os gastos com materiais, mão de obra e também os gastos gerais de fabricação, ou seja, àqueles aplicados diretamente na fabricação dos produtos. Vê-se, portanto, que há uma medida clara que permite a alocação de custos sem que seja necessário um aprofundamento no que tange o rateio, por outro lado, este aprofundamento se faz necessário no caso do custo indireto.

Para contribuir com o entendimento de custo indireto verifica-se que “gastos não podem ser alocados de forma direta aos produtos ou a outro segmento ou atividade operacional, e caso sejam atribuídos aos produtos, serviços ou departamentos, serão mediante critérios de rateio” (WERNKE, 2004, p. 14). Esses gastos se relacionam com vários produtos ao mesmo tempo.

A complicação ocorrida no custo indireto gira em torno da dificuldade em se direcionar o custo ao produto, pois um único gasto pode está sendo custo de inúmeros produtos ao mesmo tempo, tornando difícil separar quanto daquele gasto está sendo utilizado em um produto específico, sendo necessário fazer um rateio para que isto ocorra, ou seja, uma medição estatística, sendo que mesmo assim o rateio não trará o custo exato, mas chegará ao aproximado.

São assim denominados “porque, além de não integrarem os produtos, é impossível uma segura identificação de suas quantidades e de seus valores em relação a cada produto fabricado” (RIBEIRO, 2011, p. 33). Um parâmetro de medição torna possível que, mesmo o custo indireto, que é difícil de ser mensurado possa ser analisado e consequentemente otimizado.

Os custos diretos e indiretos dizem respeito à facilidade de identificar os custos com os produtos. Além disso, torna-se necessário quantificar os custos fixos e os va-

riáveis, que se referem a variabilidade dos custos quanto quantidade produzida, para se ter um maior controle de quanto se gastará na produção e de qual será o retorno do investimento.

2.4. Custos fixos e variáveis

Além da separação em diretos e indiretos, faz-se necessário também para a boa apreciação do custo uma segunda diferenciação do mesmo, desta vez a separação diz respeito à variação do custo que no caso é separado entre custo fixo e variável, tal distinção ocorre em face da quantidade produzida, ou seja, se o custo vai variar conforme aumentar ou diminuir a produção ou se o mesmo vai manter-se uniforme.

Crepaldi (1998, p. 92) afirma que os custos são divididos em fixos e variáveis, a distinção é feita de maneira simples, os custos fixos não variam de maneira proporcional em relação ao volume produzido, enquanto que o variável sim. Esta diferenciação pode ser melhor utilizada na análise gerencial, pois permite que o administrador com posse de tais informações tome decisões que visem diminuir um custo variável dentro de um produto.

As oscilações na produção é que trazem à tona esta divisão, dessa forma, pode-se dizer que os custos fixos não dependem do volume de produção para incorrerem, ou seja, eles não sofrem alteração de valor, independente do aumento ou diminuição do nível de produção, de forma inversa o custo variável sofre tal alteração de valor com a variação da produção, tanto no seu aumento quanto na sua redução.

Wernke (2004, p. 14) explica que os custos variáveis são determinados em função das oscilações ocorridas na atividade, variando conforme a proporção no nível das atividades realizadas. A variabilidade ocorrida devido ao volume produzido diz respeito à utilização da capacidade produtiva, que acontece pela utilização em maior ou menor quantidade dos insumos inerentes ao produto.

Os insumos que possibilitam a variação para os custos variáveis não interferem nos custos fixos, pois como o próprio nome indica, este custo se mantém uniforme, independente dos níveis produzidos no recinto de produção, normalmente vai ser um custo que engloba vários produtos, mas não estão necessariamente ligados diretamente à produção do produto, como por exemplo, o aluguel de uma fábrica, que é um valor fixo mensalmente independente se a produção aumentar ou diminuir no mês.

“Custos fixos são aqueles que permanecem estáveis independentemente de alterações no volume da produção. São custos necessários ao desenvolvimento do pro-

cesso industrial em geral, motivado pelo que se repetem em todos os meses do ano” (RIBEIRO, 2011, p. 35). Por tanto, verifica-se que independentemente do volume produzido o custo fixo existirá, permitindo que haja uma manutenção no processo produtivo, favorecendo o controle por parte dos administradores.

Deve-se ficar claro que mesmo tendo por nome custo fixo não significa que este custo vai ser o mesmo para sempre, até porque não faz muito sentido, já que em alguns casos as mudanças ocorrem esporadicamente independente do desejo do particular, pois são questões que vão além do simples querer, afinal as forças de mercado é que vão gerir alguns quesitos necessários à produção.

Ribeiro (2011, p.35) a fim de não deixar dúvidas nos mostra que alguns custos fixos podem variar de um período para o outro, mas essa variação ocorre por situações externas e não ligadas diretamente a produção, como ocorre, por exemplo, com salário e aluguel de imóveis que podem aumentar por força de contrato ou determinação legal.

Logo, os custos fixos e variáveis estarão relacionados ao volume de produção, enquanto os custos diretos e indiretos referem-se à apropriação ao produto. Colocando esses conceitos em prática, dada a importância gerencial dos mesmos pode-se otimizar a produção agrícola, para tanto, faz-se necessário o uso dos métodos de custeio como sistema para obtenção de informações relevantes.

2.5. *Otimização dos custos*

Otimização está relacionada com a eliminação dos gargalos, aquelas atividades que não somam valor ao produto, que são dispensáveis, no entanto, é necessário muita disciplina, pois envolve todo o processo produtivo, desde a matéria prima até a venda do produto e fidelização do cliente.

A otimização está muito ligada à priorização da qualidade, (BORNIA, 2010, p. 5), pois atualmente a qualidade empresarial engloba satisfação mercadológica, manufatura confiável, preço de venda acessível às várias classes sociais, meio ambiente, entrega conforme os prazos estabelecidos, relacionamento com fornecedores e funcionários, entre outros, ou seja, controlando qualitativamente os processos que a empresa faz uso todos os dias, que da maneira correta, obterá ao final do processo um ganho por eliminação de desperdícios.

A livre concorrência dos dias modernos faz com que haja uma crescente busca pela melhoria e o conseqüente aprimoramento das atividades empresariais para que além da busca pelo lucro tenha-se também a procura pela redução dos desperdícios tornando a empresa mais eficiente e eficaz possível.

“A superioridade competitiva de uma empresa está em sua maior ou menor habilidade em estruturar sua cadeia de valores, estabelecer um posicionamento estratégico condizente com a realidade de seus negócios e gerenciar de forma eficaz os fatores que direcionam os custos” (WERNKE,2004, p. 64).

Como a contabilidade feita nos domicílios rurais é precária, um sistema de otimização pode tornar uma propriedade rural bastante eficiente contribuindo para perenidade da mesma, para isso o planejamento é de suma importância, pois de posse das informações existentes será possível planejar a situação da propriedade a longo prazo, visualizando as possibilidades e antecipando as dificuldades a fim de manter um padrão consistente de crescimento.

Devemos levar em consideração o fato de uma pequena propriedade agrícola ser bastante diferente de uma empresa industrial e por isso enfrentam situações diferentes do habitual como é explicado, “o sistema de informações para propriedades rurais deve ser adaptado às variáveis do ambiente, às peculiaridades como descentralização geográfica das operações internas, distâncias entre propriedades e nível cultural dos trabalhadores” (MARION; SEGATTI, 2005, p. 5).

Para qualquer organização o planejamento traz inúmeros benefícios, podemos citar vários, porém a mais significativo deles é a vantagem competitiva que impacta diretamente no resultado da organização e para tanto o pequeno agricultor precisa produzir mais com menos e as informações gerenciais são as bases para as adequadas tomadas de decisões.

Lembrando que muitas vezes os cálculos utilizados para o lucro é somente a subtração do preço pelo custo, encobrendo dados relevantes para a empresa. Daí a importância das informações contábeis de custos para a tomada de decisão sempre relatando eventos relevantes para o crescimento econômico-financeiro.

“O setor rural no Brasil sofre muito por não dar o devido valor às ferramentas gerenciais” (MARION; SEGATTI, 2005, p. 8). Essa desvalorização de informações pode prejudicar o resultado da propriedade rural, já que tais ferramentas tem por base contribuir para o resultado de longo prazo viabilizando o crescimento organizado das propriedades rurais.

Percebendo a deficiência do setor rural esta pesquisa pretende conhecer como os pequenos horticultores orgânicos de Boa Vista utilizam a contabilidade de custos na sua produção para que assim seja possível visualizar as deficiências do processo empregado e poder mostrar como o procedimento pode ser otimizado tornando-o mais eficiente.

3. Metodologia

A presente pesquisa está caracterizada como pesquisa formal, com procedimentos de interrogação e comunicação por meio de aplicação de questionário com dez perguntas. A análise e interpretação dos dados possuem a natureza quantitativa, pois espera-se quantificar a intensidade do conhecimento do pequeno produtor orgânico acerca da contabilidade de custos.

A população-alvo da pesquisa é a Associação dos hortifrutigranjeiros orgânicos de Boa Vista (HORTIVIDA) e a amostra dentro da população se refere aos vendedores dos produtos orgânicos da associação.

Os dados necessários ao desenvolvimento da pesquisa foram coletados no mês de junho de 2014.

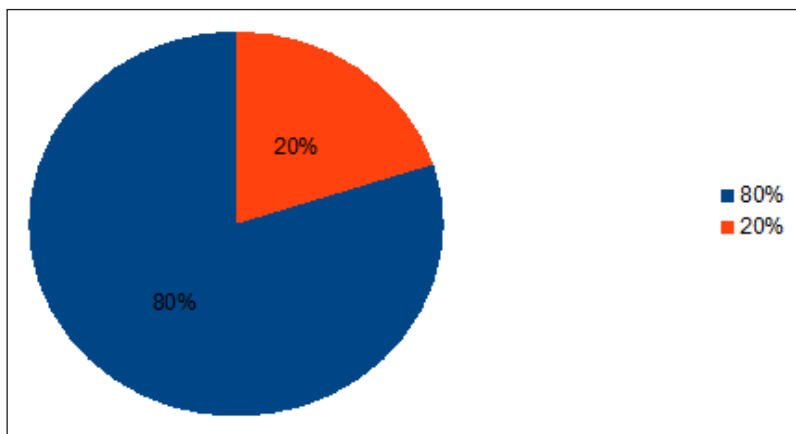
4. Análise dos dados

Os dados para análise de otimização da produção dos horticultores orgânicos da associação Hortivida foram obtidas segundo a escala de Likert, onde as respostas poderiam variar na seguinte ordem: 0 - nenhum, 1 - muito pouco, 2 - pouco, 3 - médio, 4 - muito.

A pesquisa foi feita na feira da Amoca, onde cinco dos produtores que participam da associação Hortivida comercializam os produtos que é produzido pelos participantes da associação.

Na primeira pergunta tivemos resultado que 80% dos entrevistados já fizeram algum curso relacionado ao controle dos custos, o que os possibilitou ter um prévio conhecimento a cerca do assunto, muito devido ao SEBRAE-RR que os apresentou na época da instalação do programa horticultura orgânica (Figura 1).

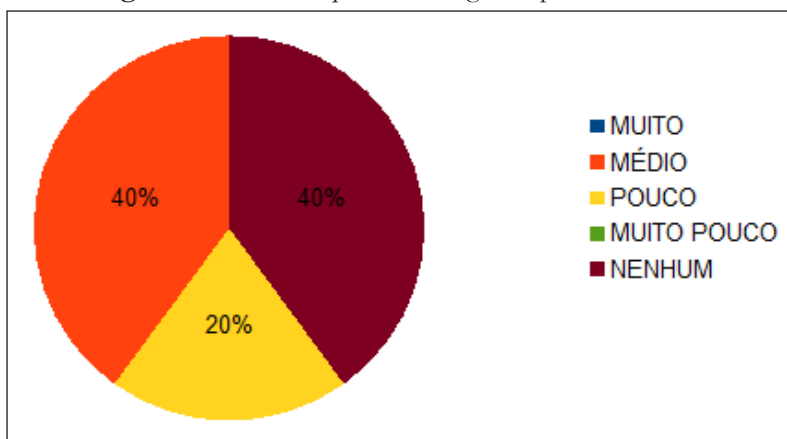
Figura 1: Produtores que já fizeram cursos voltados para o controle de custos.



Fonte: Elaboração Própria

No quesito seguinte, a maioria dos entrevistados não possuem nenhum controle dos gastos em seu empreendimento, e quando o possuem é de forma limitada. Sendo ineficiente no controle de seus gastos fica deficitária quanto a informações da real situação do seu empreendimento e formação de preços (Figura 2).

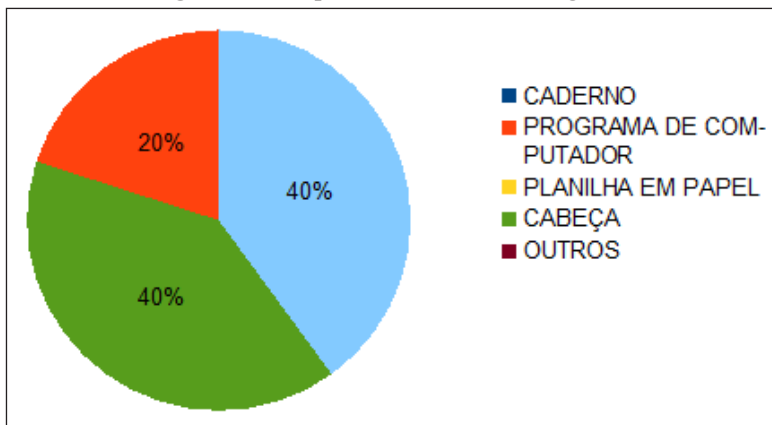
Figura 2: Produtos que fazem algum tipo de controle.



Fonte: Elaboração Própria

Na terceira pergunta, dos entrevistados 80% não utilizam nem um tipo de meio para anotar seus gastos e 40% fazem apenas controle de cabeça. Apesar de 80% já terem feito algum curso relacionado ao controle dos custos, o que indica que este conhecimento não está sendo colocado em prática (Figura 3).

Figura 3: De que forma controla os gastos.



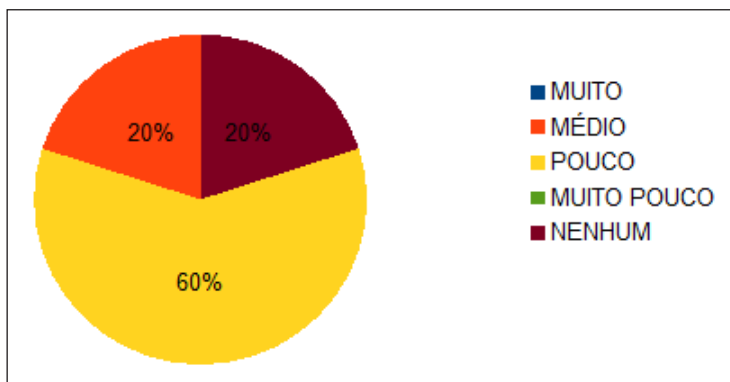
Fonte: Elaboração Própria

O terceiro gráfico mostra o conhecimento dos produtores familiares em relação a tópicos básicos da contabilidade de custos, no caso os custos fixos, variáveis, diretos e indiretos. O gráfico mostra que a maioria não tem conhecimento satisfatório do que seria o custo fixo, variável, direto e indireto. O que impossibilita a formação mais adequada de preços e torna mais difícil eventuais tomadas de decisões que os auxiliariam competitivamente.

Dos entrevistados 60% tem pouco conhecimento acerca desses custos e 20% não possuem nenhum conhecimento acerca do assunto e apenas 20% tem um conhecimento médio. Mesmo que boa parte tenha possuído um relacionado com a contabilidade, vê-se o que a aplicação na prática é bem reduzida.

O gráfico é utilizado para demonstrar os dados das questões 4 e 5 respectivamente, como os dados se coincidem rigorosamente uma linha sobrepõe a outra, mas isso não interfere no entendimento, pelo contrário, fica até mais esclarecedor visto desta forma (Figura 4).

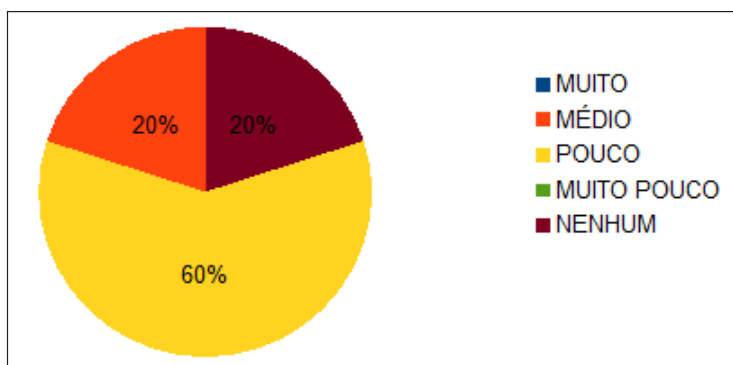
Figura 4: O conhecimento dos produtores quanto a definição de custos fixos, variáveis, diretos e indiretos.



Fonte: Elaboração Própria

Neste quesito perguntamos se no momento de formação de preços os custos são levados em consideração, e a resposta foi que para apenas 40%, e 20% o utilizam de forma mediana, enquanto que 40% o utilizam muito pouco ou não tiram proveito dele de forma alguma (Figura 5).

Figura 5: Os produtores levam em consideração os custos na formação do preço.

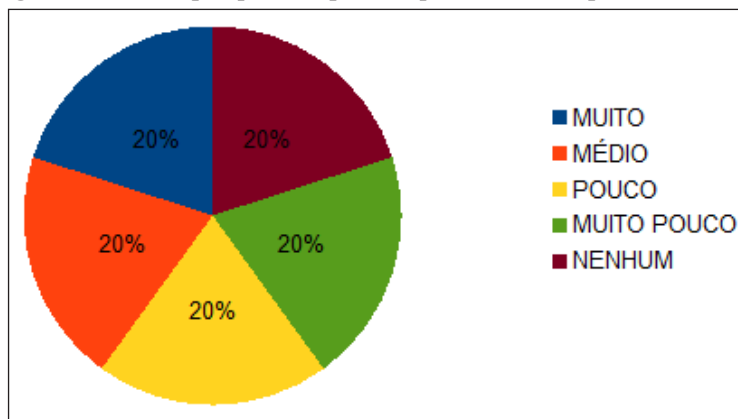


Fonte: Elaboração Própria

Já em relação a compra dos insumos para produção, mais da metade dos entrevistados fazem pouca ou nenhuma pesquisa de preço, e apenas 40% fazem pesquisa

de preço com maior intensidade. Vale ressaltar que há no mercado local uma escassez de matéria-prima para produção orgânica o que justifica esse número negativo (Figura 6).

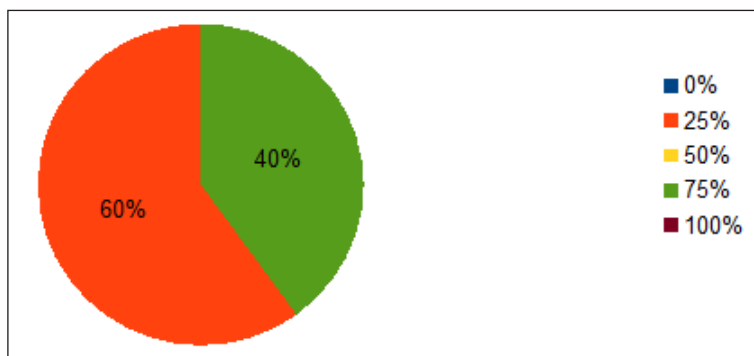
Figura 6: Realiza pesquisa de preços quando da compra de insumos.



Fonte: Elaboração Própria

O sete gráfico mostra a disparidade entre os valores reaplicados na produção orgânica dos entrevistados, 60% deles aplicam 25% do que obtêm de retorno e 40% aplicam 75%, é uma grande diferença (Figura 7).

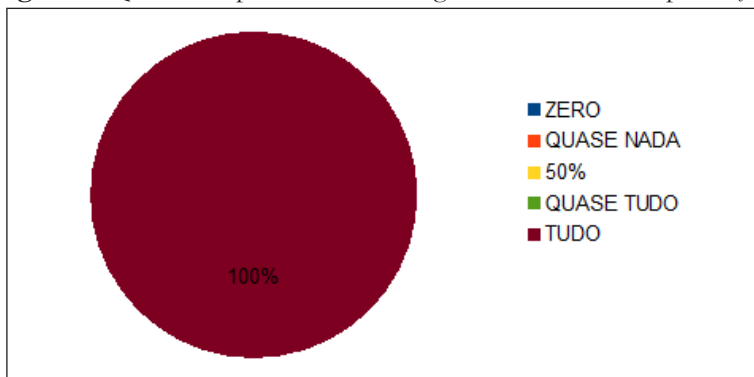
Figura 7: Do retorno ou lucro quanto para melhorar a produção.



Fonte: Elaboração Própria

No oitavo pergunta, todos os entrevistados responderam que vendem tudo o que produzem, isso mostra que o produto possui um bom mercado (Figura 8).

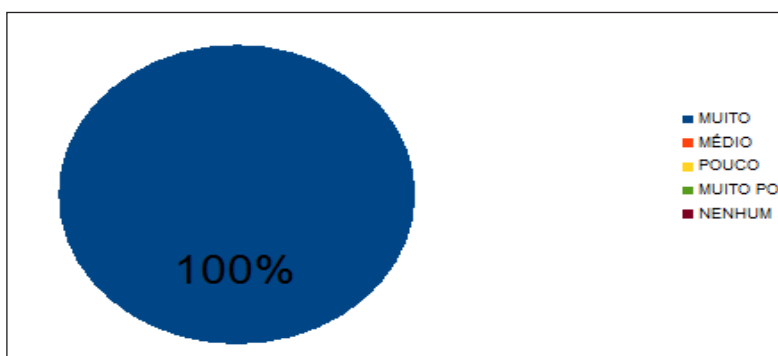
Figura 8: Quanto os produtores conseguem vender da sua produção.



Fonte: Elaboração Própria

O nono gráfico nos mostra mais um dado interessante, 100% dos entrevistados acreditam que caso possuam maior conhecimento acerca dos custos no seu lote, poderão melhorar a formação de preço do produto, o que mostra a percepção que os entrevistados tem da contabilidade de custos, apesar de nem todos a utilizarem. Eles realmente acreditam que as ferramentas contábeis poderão auxiliá-los (Figura 9).

Figura 9: Você acredita que poderá melhorar a formação do preço do seu produto caso tenha maior conhecimento acerca dos custos em seu lote.



Fonte: Elaboração Própria

Considerações Finais

O controle de custos é fundamental para a obtenção de melhores resultados em qualquer empreendimento, assim também é com os horticultores orgânicos. Para tanto, é preciso saber qual o conhecimento desses produtores acerca da contabilidade de custos. A pesquisa para verificar tal questão foi realizada com os 5 (cinco) produtores da Associação Hortívoda que vendem seus produtos na feira da Amoca.

Os dados mostram que os produtores já obtiveram algum tipo de relacionamento com a contabilidade de custos, mas que ela é pouco utilizada na prática, talvez por uma falta de acompanhamento, mas o fato é a pouca utilização, inclusive em questões triviais como a formação de preço e a compra de insumos.

O produto orgânico se mostrou muito bem-aceito, os produtores vendem tudo que produzem, ou seja, o mercado é fértil, faltando apenas mais controle. Os horticultores também foram unânimes quanto a importância do conhecimento de custos no momento de formação de preços. Havendo maior controle de custos a venda dos produtos tem uma tendência de melhorar ainda mais.

Pesquisas adicionais poderão detalhar o porquê de a contabilidade de custos ser pouco utilizada na prática pelos horticultores e as consequências desta negligência.

Referências Bibliográficas

ADITAL; **Brasil deve fortalecer alimentos orgânicos e agricultura familiar, sugere ipca**: Disponível em <<http://www.amaivos.uol.com.br/amaivos09noticias>>. Acessada em 26 de abril de 2014.

BORNIA, Antônio Cezar. **Análise Gerencial de Custos**: aplicação em empresas modernas. 3 ed. São Paulo: atlas, 2010. p. 5; 35.

BRASIL, **Lei n. 10.831**, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.

BRASIL. **Lei n. 8.629**, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

BRASIL, **Lei 11.326**, de 24 de julho de 2006. Dispõe sobre as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

BRASIL, **Lei n. 6.746**, de 10 de dezembro de 1979. Dispõe sobre a Alteração do disposto nos arts. 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências.

BRASIL, **Lei n. 4.504**, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

BRASIL, **Lei nº 12651**, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

CENSO AGROPECUÁRIO 2006: Agricultura familiar. Disponível em: <<http://ibge.gov.br>> acessado em 24 de novembro de 2013.

CLEMENTE, Ademir; GUTERVIL, Claudir; TAFFAREL, Marinês. **Projeção e aferição de custos nas propriedades rurais familiares do centro-sul do Paraná**. 2010. p. 43; 44.

CONSULTE O TAMANHO DO MÓDULO FISCAL. Disponível em: <<http://www.cmn.org.br>> acesso em 27 de novembro de 2013.

CREPALDI, Sílvio Aparecido. **Contabilidade rural:** uma abordagem decisorial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998. p. 33; 35; 42.

DAS NEVES, Silvério; E.V. VICECONTI, Paulo. **Contabilidade de Custos**, 9 ed. São Paulo: Frase Editora, 2010. p. 31;37; 142; 197.

Disponível em: <http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero1v6/Projecao%20e%20afericao.pdf>. Acessado em 10 de setembro de 2013.

MARION, José Carlos; SANTOS, Gilberto José dos; SEGATTI, Sônia, **Administração de custos na agropecuária**, 3 ed. São Paulo. Atlas, 2002. p. 5; 8; 26;

O QUE É AGRICULTURA ORGÂNICA: <http://www.gestaoportal.sebrae.com.br/setor/horticultura-organica/o-que-e/1211-o-que-e-agricultura-organica/BIA_1211>. Acessada em 26 de abril de 2014.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade de custos fácil**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 18; 33; 35; 42.

WERNKE, Rodney. **Gestão de custos- uma abordagem prática**. 1 ed. São Paulo, Atlas, 2004. p.14; 64.

OBSERVAÇÕES ETNOGRÁFICAS: O MODO DE PRODUÇÃO DE UMA CASA DE FORNO EM IRACEMA-RR

A pesquisa de campo e o modo de produção

O município de Iracema é localizado no estado de Roraima, a cerca de 100 quilômetros da capital Boa Vista. O nome homenageia a esposa do primeiro morador, Militão Pereira da Costa. Elevou-se à condição de município em 4 de novembro de 1994. De acordo com o censo do IBGE realizado em 2010 e a previsão para 2013, a população de Iracema é de 9.762 habitantes, sendo 46,9% no núcleo urbano e 53,1% nas áreas rurais. Ainda com os dados de 2010 do levantamento do IBGE, a produção da mandioca é classificada como lavoura temporária.

O interesse pelas formas de produção e os arranjos na mão de obra e organização social na casa de farinha se deu primeiramente no ano de 2012 por conversas com um o colega de curso que é funcionário da Embrapa e, portanto, realiza visitas técnicas em diversas localidades do estado. Falou-me sobre a especificidade da casa de farinha de seu Pedro, localizada às margens da BR-174, que cruza o estado de Roraima no sentido norte-sul. Dessa forma, no âmbito de uma disciplina do curso, pude visitar no ano de 2013 o local e realizar a pesquisa exploratória entre os moradores e trabalhadores rurais.

A família de seu Pedro é composta por três filhas mulheres, que são estudantes, e apenas um filho homem. Com isso, Seu Pedro vê a necessidade de contratar mão de obra assalariada - as diárias- para que mantenha a produtividade. No entanto, tais prestadores de serviço, também oriundos do universo rural, compreendem suas atividades como “bico”. A constante busca de estratégias e novos arranjos que o produtor rural adota em sua produção influenciam na produção familiar e pluriativa da farinha.

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: marina.antrorr@gmail.com

De caráter temporário, a lavoura da mandioca leva cerca de um ano para completar o seu ciclo para a colheita. Observando os arranjos que os produtores locais utilizam em sua produção, para além dos dados quantitativos, a condição de trabalhador rural, as relações de trabalho e a plantação de mandioca para posterior produção de farinha são variáveis que emergem desse contexto. Nesse sentido, a indagação da pesquisa é compreender como são construídos os arranjos envolvendo o trabalho e a organização da produção familiar na casa de farinha de Seu Pedro. Para isso, observamos a organização do trabalho, de que maneira se dá a produção, tendo em vista que os arranjos da produção rural e o cultivo da mandioca estão diretamente relacionados com hábitos, valores e técnicas da produção familiar.

No município há várias casas de farinha, que produzem de diversas maneiras, utilizando forno à lenha maquinado ou manual. Na casa de farinha o forno maquinado é utilizado e, diferente de grande parte das casas de farinha em Roraima que utilizam banha de gordura animal, utilizam margarina no processo de torração. Na seção seguinte explicamos de que forma esse processo de produção se dá, em novas ruralidades e agricultura familiar resgatamos o debate teórico a cerca das ruralidades contemporâneas, na seção agricultura familiar e horizontes para o futuro destacamos as especificidades dos arranjos estratégicos na casa de farinha de Seu Pedro e finalizamos com as considerações acerca da forma como são construídas novas ruralidades nesse cenário.

“Melhor que a farinha de Iracema não tem”

Descrevemos agora o processo de produção na casa de farinha do seu Pedro. Nessa casa de farinha a produção envolve diversas etapas. A primeira é a do plantio da raiz da mandioca, a raiz fica pronta para colheita cerca de um ano após o plantio. Depois do plantio a raiz deve ser descascada e colocada de molho em tanques de água para que fique mais mole. Com a mandioca mais mole, é feito prensa numa máquina própria. Em seguida, o que se obtém é uma espécie de cevada que deve ser prensada para que a água seja completamente retirada. A mandioca ainda encontra-se dura e concentrada, novos processos de trituração mecanizada e peneiração são feitos antes de começar a torração. O processo de torração, que é o último, é feito num forno maquinado, movido à lenha. A torração dura cerca de três horas. Na divisão social do trabalho, percebemos que a tarefa de descascar a mandioca e o contato com o cliente na hora da venda são tarefas exclusivamente femininas. Na casa de seu Pedro, leva cerca de cinco dias para a obtenção do produto final que é

a farinha. Em cada parte da produção várias pessoas são envolvidas. Pedro Júnior, filho de seu Pedro, acompanha atentamente cada detalhe desse processo: na parte do plantio e colheita verifica a área a ser plantada, as raízes disponíveis, a contabilidade da diária dos trabalhadores, o deslocamento dos mesmos para a área do plantio.

É um trabalho pesado, que nas palavras de Gilson, um dos trabalhadores, “tem que ser divertido, porque um serviço assim, né?” No momento de descascar a mandioca, Pedro contabiliza e conta a quantidade de jacás¹ de cada trabalhadora que realiza o corte da mandioca. Gardenia é uma das trabalhadoras no corte da mandioca. Sua presença, assim como a maioria dos outros trabalhadores, é sazonal. Ela ocupa um cargo fixo na biblioteca de Iracema e vai trabalhar na casa de farinha quando está precisando de dinheiro, ou tem algum tempo disponível para o serviço, ou para não ficar em casa sem fazer nada, como ela mesma disse: “olho aquela louça em casa, dá até tristeza”. Ela conta que trabalhava numa casa de farinha que utilizava o sistema capote de corte. Um sistema no qual, para melhorar a produção, no momento de cortar a mandioca, uma trabalhadora cortava a metade e outra cortava a outra metade. Com isso, o tempo de virar a mandioca para cortar a outra metade era poupado. Porém, de acordo com seu Pedro, esse processo demora mais, ele o adotou durante um período, mas posteriormente não adotou essa técnica. No processo de triturar, prensar e torrar a mandioca, Pedro júnior e Pedro trabalham em conjunto, nesse momento Pedro Júnior tem a oportunidade de apreender o saber do pai.

A conversa e o tom de descontração presente no processo de cortar a mandioca, que é feito pelas mulheres, são trocados pelo barulho das máquinas de triturar e torrar. Em geral, o silêncio entre os homens se faz presente, afinal a conversa torna-se difícil devido ao barulho, é preciso falar muito alto para se fazer escutar. O momento da torração é sempre envolto de expectativa e compradores assistindo tal momento. Como a farinha da casa de seu Pedro é bastante conhecida, diversas pessoas aparecem no dia da torração. Inclusive eles já sabem que é, geralmente, um dia de quinta-feira ou sexta-feira, tanto que não costumam ir lá nos outros dias. A presença de policiais, viajantes de Manaus a Boa Vista, moradores de Boa Vista, trabalhadores do INCRA, da EMBRAPA, do IBGE costuma ser vista lá. Algumas vezes, os compradores chegam antes da farinha estar pronta e costumam esperar na casa de farinha ou procuram terminar algum afazer perto da região para posteriormente retornar e comprar a farinha já torrada. A farinha é sempre vendida em grandes quantidades, grande parte das pessoas que vão lá compram 5 litros ou mais.

¹ Jacá é um cesto que, preenchido de mandioca descascada, contabiliza cinco reais à trabalhadora que realizou o corte. Observação: o dado foi atualizado em pesquisa de campo recente e o valor atual é de sete reais.

Seu Pedro não escoia a produção para outros lugares, pois as pessoas que vão lá compram toda a produção que ficando sem excedentes². Mesmo não escoando a produção, com todos esses compradores oriundos dos mais diversos lugares, é notório que a farinha alcança diversos lugares. Quando ela é colocada, bem quente, na tampa virada de uma caixa d'água é comum os compradores apanharem um punhadinho de farinha e provarem. A venda é sempre feita pelas filhas de seu Pedro que ajudam principalmente nesse momento.

O processo de produção da farinha envolve atores sociais que perpassam espaços sociais, agrícolas e de gênero. O saber do produtor rural combina uma variedade de técnicas e saberes específicos que aperfeiçoam sua produção. As relações sociais de produção estão diretamente relacionadas ao processo de produção, que está baseado na força de produção do trabalhador. Tal processo de produção é baseado num saber que está em constante processo de mudança.

Trabalham num contexto de produção rural, mas combinam a condição de trabalhador rural com outras ocupações "não rurais" na sede do município de Iracema-RR. A configuração pluriativa na rede de trabalhadores da produção familiar da farinha na casa de Seu Pedro não se caracteriza como fenômeno novo no universo da ruralidade brasileira. Entretanto, as formas que assume, foram mais bem compreendidas pelos recentes esforços teóricos na literatura da Antropologia Rural, como observa Maria José Carneiro (2012: 50) que pensa as novas configurações da ruralidade como um processo dinâmico que incorpora novos valores, hábitos e técnicas:

Tal processo implica um movimento em duas direções, nas quais se identificam, de um lado, a reapropriação dos elementos da cultura local a partir de uma releitura possibilitada pela emergência de novos códigos, e de outro lado, a apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural, produzindo, assim, uma situação que pode contribuir para alimentar a sociabilidade e reforçar os laços com a localidade. (CARNEIRO, 2012: 50)

Em conversas com Iraneide, companheira de Seu Pedro, ela fala sobre sua dependência em relação aos benefícios com o governo, relatando que a farinha lhe dá o sustento e ela não precisa pedir nada a ninguém. Ela diz que nunca moraria na capital Boa Vista, pois lá as pessoas pobres não têm acesso digno à comida, já em Iracema ela tem *fartura* e tudo que precisa, também tece críticas em relação à situação de abandono que vive a cidade: "tem muitos trabalhadores, quando você passa nessa Iracema, que passam o dia bebendo cachaça, eles têm terra, mas não querem

² O produto é medido com o copo que tem um litro e colocado em sacolas de plástico e as pessoas fazem o pagamento em dinheiro. A quantidade mínima vendida é medida num copo de um litro, a custo de sete reais.

trabalhar. Preferem esperar as bolsas do governo”. E completa: “em Iracema o que falta é um baile ou bar pra sair, porque não tem um que preste”. Assim, percebemos que o acesso à cultura urbana de bens culturais, como acesso à energia, água encanada, veículo próprio reforçaram os laços com a localidade. Como afirma Carneiro (2010), tal acesso à cultura urbana de bens culturais não mostra o fim da ruralidade, mas outras formas de se relacionar com bens culturais urbanos que podem reforçar os laços com a localidade.

Gardenia, trabalhadora da casa de farinha de Seu Pedro, tem uma percepção em relação ao passado produtivo da cidade. Ela afirma que antigamente Iracema era um polo exportador, que enviava produtos até para Manaus- Amazonas, mas atualmente não se verifica mais essa situação. Como os dados do IBGE não mostram precisão em relação à área destinada ao plantio e quantidade de toneladas colhidas há apenas a verificação da redução na produção. Iraneide e seu companheiro, seu Pedro, expressam o desejo de morar em Iracema, apenas queriam que tivesse uma festa boa para ir, não expressam desejo algum de morar em Boa Vista. Dizem que em Iracema tem *fartura* e na casa de farinha ninguém passa fome, o que se pode observar na *fartura* que é o almoço na casa.

A respeito da vida em Iracema, ele fala das vantagens para a saúde de se sentir em contato direto com a natureza. Em um almoço com a família, aproveitando o tempo de descanso de Seu Pedro, conversamos sobre a natureza, ele olhar distante, indo de encontro às árvores e toda a mata que circunda a casa de farinha, fala a respeito da vida no interior: “Aqui em Iracema meus meninos não ficam doente, foram criados todos com o pé na terra, bebendo água do rio e não pegavam nem gripe. As pessoas da cidade não tem contato com a natureza, daí quando entra em contato com a natureza fica doente. Aí você não é de terra, você é de superfície”.

Sobre a categoria de *fartura*, Klaas Woortmann (1978) a caracteriza como componente ideológico central do discurso dos atores sociais no contexto de produção e consumo. A situação de *fartura* configura um estado de abundância, onde o produtor rural possui quantidade suficiente de mantimentos para sua família. Percebemos que a categoria contribui para entender a imagem que o trabalhador rural tem de seu passado recente e percebe as perspectivas para o futuro. Dessa forma, *fartura* está relacionada a uma noção de temporalidade- passado próspero, futuro duvidoso-, à própria noção da produtividade rural e a quantidade de bens alimentícios produzidos pela rede de trabalhadores na casa de farinha de Seu Pedro.

Seu Pedro também conta das tentativas de órgãos federais ligados à produção rural brasileira em entrar em contato com os produtores da farinha em Iracema

para fornecer um novo tipo de raiz. Tal fato nunca veio a se concretizar, ele afirma que esses órgãos “só estão interessados em beneficiar o grande produtor, pois para o pequeno produtor não tem nada”, por isso ele não frequenta mais as reuniões oferecidas pelo órgão. O desligamento e o afastamento dos órgãos governamentais, a descrença em relação aos políticos defenderem os interesses da população e o sentimento de abandono é presente em várias conversas que os trabalhadores mantiveram na pesquisa de campo.

A visão de mundo adotada por Seu Pedro e sua família é uma perspectiva ecológica diferenciada dos sistemas extensivos de produção. Seu Pedro enxerga a natureza como fazendo parte de sua vida, em suas palavras diferencia claramente a ideia de teoria da prática. Ele afirma que “as pessoas que estudam só sabem a teoria, não sabem nada da prática”, ele se considera de terra e, em sua pequena produção de farinha, não cogita a possibilidade de largar o interior e ir morar na capital Boa Vista. Farinha de Iracema da casa de seu Pedro é feita há 15 anos, levando um produto presente em grande parte dos pratos brasileiros, participando da vida de várias pessoas.

Novas ruralidades e agricultura familiar

Os arranjos da produção familiar na agricultura não são uma novidade como fenômeno social. Muitos estudos observam formas de organização da produção no universo rural que levam em consideração as relações de parentesco e afinidade, a pequena produção, uma relação intrínseca com a terra, que garantem a reprodução social. Entretanto, nas últimas décadas as formas familiares de produção rural têm sido abordadas através de novos olhares e informadas por novos paradigmas pelos estudos rurais. Estudos esses que buscam compreender, por meio das dimensões do trabalho, gestão e propriedade familiar, de que forma reprodução social da agricultura familiar acontece, além do que em que termos a ruralidade pode ser expressa e apreendida.

Para apreender a construção de significados acerca do trabalho no roçado, Ellen Woortmann e Klass Woortmann (WOORTMANN,1997) afirmam a necessidade de conhecer o modelo cultural e o processo histórico do grupo social. O processo de trabalho e o saber constroem significados além da materialidade ou da instrumentalidade do trabalho. Isto é, para além dos aspectos instrumentais de trabalho, parte integrante da reprodução do grupo social no contexto rural, há também um saber simbólico.

Na organização da unidade rural, as transformações espaciais são mediadas pelo trabalho. As etapas da preparação da terra: queimada, *brocagem*, preparo do solo, plantio envolvem trabalho braçal, mas são relacionadas a um saber, “acumulado e em constante processo de atualização (WOORTMANN, 1997:36)”. Na realidade observada pelos autores, o processo de trabalho é construindo simbolicamente, marcado pela hierarquia familiar, onde o homem adulto, pai de família, possui condições de participar de todas as etapas da produção. Já a mulher além de realizar alguns trabalhos na roça, assume o trabalho no domínio espacial da casa e de pequenas hortas.

Carneiro (1998), situada em um contexto diferente de pesquisa, propõe uma abordagem que complementa a perspectiva de Woortmann, na medida em que propõe:

[...]considerar a ruralidade não mais como uma realidade empiricamente observável, mas como uma representação social, definida culturalmente por atores sociais que desempenham atividades não homogêneas e que não estão necessariamente remetidas à produção agrícola.(CARNEIRO, 1998: 56)

Em seguida, a autora, propõe uma nova abordagem de apreensão do rural, que se desprende dos critérios objetivos, acentuando representações sociais como chaves de análise e compreensão:

A ruralidade se expressa de diferentes maneiras como representação social- conjunto de categorias referidas a um universo simbólico ou visão de mundo- que orienta práticas sociais distintas em universos culturais heterogêneos, num processo de integração plural com a economia e a sociedade urbano-industrial. (CARNEIRO, 1998: 59)

Destaco ainda, pertinente à análise empreendida neste artigo, os trabalhos de Schneider (2009) no cenário Sul do Brasil, as pesquisas sobre a realidade dos assentamentos rurais no Rio de Janeiro realizadas por Carneiro (1997, 1998, 2002), e os estudos acerca de sítios no Nordeste, realizados por Woortmann (1995).

A diversidade e heterogeneidade na agricultura familiar revelam mecanismos diversificados através dos quais pequenos agricultores conseguem viabilizar suas condições de vida e garantir sua reprodução social, política, material e identitária. No que diz respeito às formas de organização do trabalho e produção, vem sendo empiricamente observadas dinâmicas no universo rural que revelam o aumento de atividades não agrícolas, o que contribui para a conformação de novas identidades sociais.

Há um debate no campo dos estudos rurais acerca de um fenômeno historicamente presente na produção rural, que é a associação e articulação de atividades agrícolas e não agrícolas enquanto um mecanismo de manutenção das famílias e da sua própria condição agrícola. A noção de pluriatividade emerge deste debate (Cf. SCHNEIDER, 2009). Porém, nos diversos contextos observados, as novas formas de organização da produção, os diferentes arranjos da mão de obra e uma diversidade de formas de relação com a terra faz com que tal noção informe novos significados:

[...] a noção de pluriatividade não designa um fenômeno específico, assim como o termo pluriativo não define uma nova categoria social no meio rural. Existem diferentes possibilidades de se associar a atividade não agrícola no interior da unidade familiar agrícola, que implica diversidade de significados que este tipo de combinação poderá assumir na reprodução social e, consequentemente, na posição de cada unidade familiar na estrutura social na agricultura. A pluriatividade, nesta perspectiva interpretativa, não é um fato positivo, um tipo, e sim uma noção que designa um processo social plural, o que significa reconhecer processos pluriativos incorporadores de atividades não agrícolas como constitutivos da própria dinâmica social da agricultura familiar. (CARNEIRO, 2002:180)

Agricultura Familiar e horizontes para o futuro

Os novos olhares da literatura da Antropologia Rural permitem compreender os novos arranjos na agricultura familiar e de que maneira a pluriatividade explica novas relações de trabalho. O saber local dos produtores está ligado a estratégias constantemente renovadas por novas configurações de relação de trabalho e maneiras de se direcionar a força de trabalho. Na casa de farinha de seu Pedro, a produção é artesanal em consonância com a prestação de serviços no sistema de diárias. A farinha, mais que seguridade alimentar, está ligada às formas de produção que permeiam de que maneira se dá a reprodução social do grupo. Vemos que na rede de trabalhadores, a pluriatividade é um recurso dos trabalhadores.

A pluriatividade é um fenômeno que faz parte da construção histórica dos contextos rurais. As particularidades locais do cenário de Roraima são principalmente sua configuração espacial, distribuição de terras, plano de desenvolvimento governamental e projetos de assentamento. A respeito da ocupação da Amazônia, mais especificamente no contexto de Roraima, destacamos a elucidação de Santos (2010:26) que afirma ser interesse do Estado garantir a ocupação da Amazônia e desmobilizar a organização dos movimentos rurais, impedir que o movimento rural consiga instaurar uma luta contra o latifúndio no Brasil.

O conceito de pluriatividade direciona novos olhares para entender o fenômeno das novas ruralidades contemporâneas. Nesse sentido, Carneiro (2012) destaca os novos usos da terra como fuga dos centros urbanos e o recurso do turismo rural. Como particularidade no estado de Roraima, observamos, ainda em Santos (2010:38) que desde a formação dos primeiros assentamentos do estado o uso da terra já se construía nos moldes do que atualmente se configura como “novo rural”:

Outro problema que predominou (na formação dos assentamentos do estado) foi a formação de latifúndios de fazendeiros com a venda dos lotes, principalmente nas regiões do Apiaú, Roxinho e Serra Grande, ou seja, nos dois municípios próximos que são Mucajaí e Cantá ocorreu um rápido predomínio de chácaras, e fazendas e banhos da classe média local formada especialmente por empresários e políticos sendo ainda uma pequena parte ocupada por servidores públicos (SANTOS, 2010: 38)

A ocupação e a relação dos espaços na configuração das novas ruralidades são relevantes para a compreensão das dimensões sociais dos fenômenos estudados. A compreensão dos hábitos no conjunto das reproduções sociais do grupo de Iracema encontra-se na produção da farinha, como produto de ótimo sabor que alimenta e que simultaneamente garante o sustento econômico.

Então, a produção da farinha comporta uma alternatividade³, na medida em que está inserido no contexto de consumo e venda - que varia conforme o circuito do mercado e o destino do produto. Sempre uma quantia do produto é destinada para consumo próprio, nunca falta farinha na mesa. Há a dependência, quase que integral, da venda da farinha por parte dos produtos para adquirir outros bens alimentares. Por fim, as relações de trabalho e produção juntamente com os novos arranjos produtivos no âmbito rural garantem a reprodução social do agricultor dentro do seu espaço social.

Considerações finais

Esse artigo procurou considerar a especificidade dos arranjos sociais de organização do trabalho e da produção rural e compreendê-los como frutos de diferentes processos históricos. Na região Norte, a farinha de mandioca é produzida em pequenos estabelecimentos denominados Casas de Farinha. Para os moradores do

³ Alternatividade é aqui entendida conforme as definições de Herédia (1979), onde, a produção familiar não atende todas as necessidades alimentares, fazendo-se necessário comercializar parte da produção para atender a outras demandas de consumo. Os produtos apresentam a marca da alternatividade ao estarem inseridos nas esferas de consumo e venda. Sendo assim, a preferência de cultivar os produtos dotados de alternatividade está inserida no contexto de consumo e venda.

município de Iracema, localizado no estado de Roraima, assim como para a maior parte das populações rurais da Amazônia, a farinha de mandioca tem sido a fonte alimentar local mais confiável de energia calórica. Entretanto, o papel da mandioca, principalmente a farinha, na dieta local vai além de uma fonte segura de alimento. É principalmente um alimento diretamente ligado à vida cotidiana e à produção rural.

As atitudes e concepções do grupo sobre a produção da farinha, assim como as implicações sobre a vida social e os hábitos sociais do grupo são construídas socialmente. Nesse sentido, a produção de farinha constrói espaços sociais, na medida em que determina o que comer, como comer, em que hora comer, quem trabalha na produção do que é comido, de que forma e quando trabalha, em quais momentos e de que forma é produzida. A compreensão dos hábitos no conjunto das práticas- de produção- desse grupo encontra-se na valorização da farinha, como produto que alimenta e que simultaneamente garante o sustento econômico.

Diversos arranjos sociais e de articulações pessoais caracterizam as diferentes formas que a farinha é produzida na região Norte e revelam os processos e as inovações do saber que são constantemente atualizados pelas novas situações vividas nos espaços e nas situações de interação cultural.

A produção de farinha na casa de seu Pedro favorece a formação de grupos de trabalhadores que compartilham universos simbólicos semelhantes entre si. Nesse sentido, a formação das novas ruralidades e as novas identidades sociais no universo rural são tanto arranjos estratégicos, quanto consequências históricas das novas relações de trabalho e com a terra.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Biblioteca IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/roraima/iracema.pdf>. Acesso em: 08 abril. 2014.

CARNEIRO, Maria José. **“Política de Desenvolvimento e o ‘Novo Mundo Rural’**.

Seminário “O novo Rural”. I.E. Unicamp, 1999.

_____. **Ruralidade**: novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura, 1998. p. 53-75.

CARNEIRO, Maria José (org.) **Ruralidades Contemporâneas**: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

DOS SANTOS, Maria José. **Em busca da terra**: Migração, Organização e Resistência na Política de Colonização no Sudeste de Roraima (1970-1990). Universidade Federal do Amazonas, 2010.

HERÉDIA, B.M.A. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 7, 1979. 164 p. (Série Estudos sobre o Nordeste).

SCHNEIDER, Sérgio (org). **A diversidade da agricultura familiar**. Editora da UFRGS, 2009

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Editora Universidade de Brasília, 1997. 192 p.

WOORTMANN, Klass. **Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda**. Série Antropologia, 20. UnB, Departamento de Antropologia, 1978.

GT03 - EDUCAÇÃO DO CAMPO: ASPECTOS TEÓRICOS,
METODOLÓGICOS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

GESTÃO ESCOLAR POR COMPETÊNCIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ LINHARES NO MUNICÍPIO DO CANTÁ

Introdução

A gestão escolar apresenta importante papel para o desenvolvimento de uma escola e ao se desenvolver uma gestão de forma correta, é possível ter uma escola organizada e bem estruturada. A gestão escolar para ser implantada, deverá trabalhar de forma interligada com a administração de recursos humanos, administração pedagógica e gestão administrativa.

Dentre as diversas tarefas da gestão escolar, ressalta-se a administração de recursos humanos, que visa organizar a parte funcional da escola. A gestão de recursos humanos, uma das competências do gestor escolar, tem como função nortear os servidores da escola no sentido de ajudar no desempenho da escola.

Para que a gestão de recursos humanos tenha um bom funcionamento é necessário sempre considerar as necessidades da escola, dos servidores, dos alunos e dos professores. Nesta premissa, ressalta-se a importância de se aplicar a gestão por competências que permite valorizar os talentos do servidor.

A gestão por competências pode ser definida como a forma de administrar o desenvolvimento dos talentos nas organizações. Na escola ela desenvolve importante papel, pois permite orientar as ações das pessoas com o intuito de construir uma organização forte e eficaz, visando alcançar suas metas e objetivos.

As escolas na busca de sanar com problemas que envolvam os alunos e a má qualidade nos serviços prestados pelos servidores, são obrigadas a valorizar e definir suas estratégias e objetivos de atuação, visando sempre alcançar o objetivo da escola, que é prestar um serviço de qualidade para os alunos e um local agradável de trabalhar para os servidores.

* Universidade Estadual de Roraima. E-mail: cacinha1@yahoo.com.br.

Assim, destaca-se a importância de uma boa estratégia na gestão de pessoas, identificando e desenvolvendo o potencial humano existente na escola. A implantação da gestão por competências pode ser usada como uma importante ferramenta para o crescimento organizacional.

Com base nisso, o estudo em questão aborda sobre a avaliação da implantação da gestão por competências como uma ferramenta gerencial para a reestruturação organizacional da educação do campo, para tanto, fez-se um estudo de caso na Escola municipal José Linhares no Município de Cantá. O problema levantado nesta pesquisa foi delimitado pela seguinte questão: Como a gestão por competências pode influenciar na reestruturação organizacional da escola da Educação do Campo?

O objetivo geral deste estudo é identificar a importância em se aplicar a gestão por competências na Escola municipal José Linhares no Município de Cantá, para isso, o artigo foi desenvolvido com base nos seguintes objetivos específicos: 1) Apresentar os aspectos históricos da Escola municipal José Linhares no Município de Cantá; 2) Abordar a administração de recursos humanos; 3) Conhecer a gestão por competências; 5) Avaliar as vantagens em se aplicar a gestão por competências; 6) Análise dos dados coletados.

Este estudo justifica-se com relevância por proporcionar ferramentas e subsídios para despertar a necessidade de se criar um suporte que sirva de instrumento constante de gestão por competências, que seja possível a captação de informações pertinentes para a organização, detalhando se a capacidade intelectual dos colaboradores está condizente com o esperado, se o profissionalismo está favorável às atividades executadas. Com a utilização desse instrumento, é possível a captação de informações pertinentes para a organização, e assim, trazer vantagens para serem lançadas e competidas com o mercado.

A Administração de Recursos Humanos (ARH)

A Administração de Recursos Humanos é uma área de estudos relativamente nova. O profissional de Recursos Humanos é um executivo encontrado nas grandes e médias organizações. Todavia, a ARH é perfeitamente aplicável a qualquer tipo ou tamanho de organização.

A administração de pessoal de recursos humanos forma uma das áreas administrativas que contribui para o alcance de objetivos da organização. No entanto a maneira como ela atua, cuidando dos profissionais, depende muito das características de cada organização: seu tamanho; tipo de atividades que realiza; forma como esta estruturada. (FREITAS, 2002, p. 23).

A ARH auxilia para que as organizações se desenvolvam, enfrentando desafios que possam atrapalhar no desempenho dos colaboradores. Ela valoriza o capital humano, assim explica Chiavenato (2004, 135):

Os Recursos Humanos, também chamado de Gestão de Pessoas, visa a integração do homem no trabalho, administrando as relações da organização com seus empregados. As tarefas do departamento de Recursos Humanos incluem: Suprimento da mão-de-obra, em qualificação e quantidade, para a realização das atividades da organização; Definição de forma seria feito o recrutamento de profissionais.

A ARH auxilia para que as organizações alcancem, de forma positiva seus objetivos e atua, cuidando dos profissionais, e, é desenvolvida por processos, como explica Chiavenato (2004, p.138),

A ARH se caracteriza pelos processos de recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, definição de cargos e salários, planos de carreira, benefícios, etc, tendo como meta manter a motivação das pessoas dentro e fora da organização.

Podemos dizer ainda que algumas técnicas de ARH visam à obtenção e ao fornecimento de dados, enquanto outras são basicamente decisões tomadas sobre dados. E tanto pode referir-se ao nível individual, como ao nível grupal, departamental, organizacional e mesmo ambiental da organização.

Gestão por competências

As instituições preocupadas em se manter no mundo dos negócios, procura a todo custo conhecer e implantar ferramentas de gestão, assim ressaltamos a importância em se aplicar algumas ferramentas de gestão, que podem tornar-se importantes aliadas na gestão de recursos humanos.

Ao se falar em gestão por competências, precisamos conhecer o que seja competências. Segundo Brambilla; Kaercher; Souza (2009, p.02), “A Gestão por Competências tem seu alicerce em alguns indicadores organizacionais, que dão suporte para o desenvolvimento e implantação eficaz da ferramenta de gestão”. Ou seja a gestão por competências, ajuda para que a organização possa desenvolver sua gestão de forma eficaz.

A gestão por competências figura como alternativa aos modelos gerenciais tradicionalmente utilizados pelas organizações. Tendo como pressuposto que o domínio de certas competências, aquelas raras, valiosas, difíceis de serem desenvolvi-

das, confere à organização um desempenho superior ao de seus concorrentes, essa abordagem busca direcionar esforços para desenvolver competências fundamentais à consecução dos objetivos organizacionais.

Apesar dessa definição, alguns autores adotam denominações diferentes para expressar concepções semelhantes. Brandão (2005, p.179), argumenta que

É comum na literatura sobre o assunto, por exemplo, a utilização de termos como “gestão de competências”, “gestão baseada em competências”, “gestão de desempenho baseada em competências” e “gestão de pessoas baseada em competências”, que, apesar das diferenças de ordem semântica, representam essencialmente a mesma idéia.

No estudo em questão, optou-se considerar a definição de “gestão por competências”, relacionadas a formação de adjuntos, ou seja, com a idéia de que o esforço gerencial tem como propósito alavancar, desenvolver, mobilizar competências.

Conforme sugerido por Le Boterf (1999), apud Brandão; Carbone; Leite; Vilhena (2001, p.41), “A gestão por competências define quais as expectativas e desejos do consumidor que pretende atender. Serve como base para orientar o comportamento dos colaboradores da instituição”.

Portanto no presente estudo, a definição utilizada para gestão por competências, está relacionada ao desempenho dos colaboradores, a identificação de dificultadores para o desempenho de suas atividades.

Pode-se dizer ainda, que a gestão por competências pode ser considerada uma ferramenta eficaz, pois possibilita desenvolver a capacidade de seu pessoal, focando sempre identificar modelos de gestão mais eficazes, fontes de vantagem competitiva e mecanismos para promover, de forma sustentada, o desenvolvimento organizacional.

Competências humanas e organizacionais

As competências humanas e organizacionais vem sendo estudada a muito tempo e já sofreu varias mudanças na sua significação. Os atributos individuais e a estratégia da organização, agregam valor econômico e valor social a indivíduos e a organizações, na medida em que contribuem para a consecução de objetivos organizacionais e expressam o reconhecimento social sobre a capacidade das pessoa uma competência resulta da mobilização, por parte do indivíduo, de uma combinação de recursos ou insumos.

A maioria dos estudos estão relacionados as competências das pessoas, competências essenciais para o bom andamento de uma organização. Como argumenta Brandão; Carbone; Leite; Vilhena (2001, p.41),

No final da Idade Média, o termo competência pertencia essencialmente à linguagem jurídica. Dizia respeito à faculdade atribuída a alguém ou a uma instituição para apreciar e julgar certas questões. Por extensão, o termo veio a designar o reconhecimento social sobre a capacidade de alguém pronunciar-se a respeito de determinado assunto e, mais tarde, passou a ser utilizado também para qualificar o indivíduo capaz de realizar certo trabalho.

Portanto, o termo competência pertencia essencialmente à linguagem jurídica no final da Idade Média, mas no século passado, o termo competência foi incorporado à linguagem organizacional, sendo utilizado para qualificar a pessoa capaz de desempenhar eficientemente determinado papel. Dutra (2004, p.152), explica que “na década de 1970, houve um grande crescimento pelo interesse no assunto, que acabou estimulando o debate teórico e a realização de pesquisas”. Muitos autores procuraram criar definições próprias para o termo, chamando a atenção para variados aspectos da competência. Gilbert (1978), apud Fischer (2001, p.162), esclarece que, “A competência humana está relacionada ao desempenho da pessoa no trabalho, e envolve o comportamento que o indivíduo adota, e também suas consequências, no tocante a realizações”.

A freqüente utilização do termo competência no campo da gestão organizacional fez com que este adquirisse variadas conotações, sendo, não raras vezes, empregado de diferentes maneiras.

A competência, aqui é entendida não apenas como o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para exercer determinada atividade, mas também como o desempenho expresso pela pessoa em um dado contexto, em termos de comportamentos e realizações decorrentes da mobilização e aplicação de conhecimentos, habilidades e atitudes no trabalho (BRAMBILLA; KAERCHER; SOUZA, 2009, p.02).

Pode-se definir as competências como uma característica de um desempenho não esperado, realizado por uma pessoa tanto na sua função como em alguma situação inesperada.

Ao se definir as competências, não podemos deixar de lado as competências humanas que são re-veladas quando as pessoas agem ante as situações profissionais com as quais se deparam. Segundo Zarifian (1999), apud Brandão; Carbone; Leite; Vilhena (2001, p.42), “as competências humanas servem como ligação entre os atributos individuais e a estratégia da organização”.

A competência só surge quando gerada em cima de um resultado no trabalho, decorrente da aplicação conjunta de conhecimentos, habilidades e atitudes. Já as competências humanas são descritas por alguns autores (Santos, 2001; Whiddett e Hollyforde, 1999, apud Brandão; Carbone; Leite; Vilhena (2001, p.43), “Mediante a utilização de pautas ou referenciais de desempenho, de forma que o profissional demonstraria deter uma dada competência por meio da adoção de certos comportamentos passíveis de observação no trabalho”.

Apesar da definição acima, alguns autores descrevem os recursos ou dimensões da competência, ou seja, os conhecimentos, habilidades e atitudes que se pressupõem sejam necessários para que a pessoa possa apresentar determinado desempenho no trabalho.

A gestão por competências, propõe-se a alinhar esforços para que as competências humanas possam gerar e sustentar as competências organizacionais necessárias à consecução dos objetivos estratégicos da organização. Entendem-se competências humanas como combinações sinérgicas de conhecimentos, habilidades e atitudes, expressas pelo desempenho profissional dentro de determinado contexto organizacional, que agregam valor a pessoas e organizações.

A gestão por competências: da estratégia ao desempenho

Na atualidade a gestão por competências vem sendo utilizada como modelo de gestão em todos os níveis dentro da organização, com objetivo de orientar seus esforços para planejar, captar, desenvolver e avaliar as competências necessárias para o desempenho de seus colaboradores de forma individual, grupal e organizacional.

Esta, vem sendo aplicada focando o desempenho funcional dos colaboradores, com objetivo de desenvolvimento da instituição. Brandão e Guimarães (2001, p.232), ao analisarem os pressupostos e aplicações da gestão por competências, concluem que “Trata-se de um processo contínuo, que tem como etapa inicial a formulação da estratégia da organização, missão, visão de futuro e seus objetivos estratégicos”.

Aqui, entende-se a missão organizacional como o propósito principal ou a razão pela qual uma organização existe. Já a visão diz respeito ao estado futuro desejado pela organização, ou seja, aquilo que ela deseja ser em um futuro próximo. E os objetivos estratégicos, representam os desígnios a atingir, isto é, a situação a ser buscada pela organização em um dado período de tempo.

Com base nessas definições, é possível definir indicadores de desempenho no nível corporativo e metas, assim como identificar as competências necessárias para concretizar o desempenho esperado.

Portanto, na gestão por competências, existe uma relação de interdependência entre a gestão por competências e a gestão de desempenho, até porque o desempenho expressa, em última instância, a competência de pessoas, equipes e organizações.

Para que o colaborador possa desenvolver suas funções de forma a ajudar ao crescimento da instituição, é importante a aplicação dos pressupostos e processos visando integrar e direcionar esforços em torno de objetivos e metas organizacionais.

Procedimentos metodológicos

O trabalho foi desenvolvido através de pesquisa descritiva exploratória e pesquisa quantitativa. A pesquisa descritiva exploratória foi realizada através de pesquisa em artigos científicos, periódicos acadêmicos, livros que tratem de assuntos relacionados a gestão por competências e administração de recursos humanos.

Já a pesquisa quantitativa foi desenvolvida através da aplicação de um questionário para 12 colaboradores da Escola municipal José Linhares no Município de Cantá. O questionário foi elaborado com perguntas fechadas, simples e de fácil compreensão.

Na primeira etapa do trabalho foi realizado um levantamento bibliográfico que abordam temas sobre a administração de recursos humanos e gestão por competências, bem como sua implantação na escola objeto de estudo. Posteriormente, foi efetuada uma pesquisa com 12 colaboradores da instituição. Buscou-se identificar qual a opinião dos servidores quanto as vantagens na gestão por competências.

Para o levantamento das informações, o instrumento utilizado foi um questionário anteriormente elaborado, mantendo-se em sigilo o nome dos entrevistados. De início a execução do projeto se deu por divulgação a fim de torná-lo conhecido, realizou-se ainda, visitas constantes que foram importantes para o levantamento da proposta das vantagens da implantação da gestão por competências.

A abordagem foi descritiva e o procedimento monográfico. Classifica-se como pesquisa bibliográfica, pois se recorreu ao uso de material acessível ao público em geral, como livros, artigos já publicados, embora estes sejam apresentados de forma excessivamente agregada. A pesquisa é também documental, porque foi feito uso de documentos de trabalho e relatórios de consultorias, disponíveis para consultas públicas. O universo da pesquisa exploratória foi realizada através da aplicação de um questionário para 12 entrevistados.

Caracterização da Escola Municipal José Linhares no Município de Cantá

A pesquisa foi desenvolvida na Escola municipal José Linhares, localizada na Vila Fonte Nova, no Município de Cantá. Atualmente a escola trabalha com Ensino Fundamental, possui 07 salas de aula. Existe ainda 01 sala dos professores, 01 sala da direção e secretária, não se pode esquecer do pátio, local de distração das crianças na hora do intervalo. Os recursos materiais que escola possui são: 01 TV e materiais pedagógicos. Hoje a escola tem em seu quadro funcional, 28 funcionários, sendo 04 com magistério, 06 graduados, 02 cursando nível superior e 01 com pós graduação.

O perfil sócio-econômico da comunidade, é classe média-baixa, a escola apresenta um ótimo relacionamento com a comunidade, que tem acesso direto as aulas regular, através de visitas na escola. A comunidade e os pais dos alunos, interagem ainda com a escola em datas comemorativas.

Com a sociedade em constantes mudanças, decorrentes de tantas informações e avanços tecnológicos, houve uma configuração da família e o processo de interação dessa com a escola.

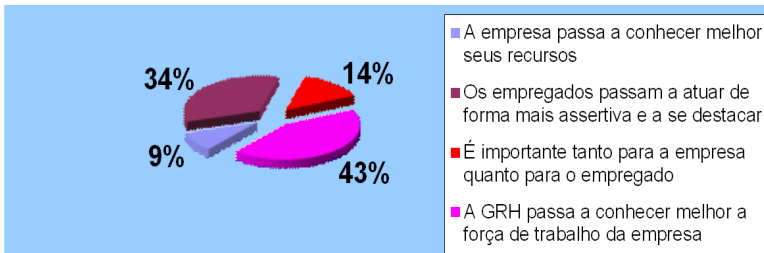
É visível a atuação dos pais na educação, que é essencial para o desenvolvimento da criança na escola. O papel principal dos pais na educação é proporcionar espaço para que essa aconteça, ou seja, permitindo que ocorra e seja presente no contexto familiar, escolar ou qualquer outro onde haja interação social.

Análise dos resultados da pesquisa

A análise foi realizada com base na resposta do questionário aplicado a 12 servidores da Escola municipal José Linhares do Município de Cantá. O questionário foi aplicado para levantamento de dados quanto as vantagens avaliação de desempenho como ferramenta gerencial, buscou-se identificar qual a opinião dos servidores sobre a aplicação da avaliação de desempenho.

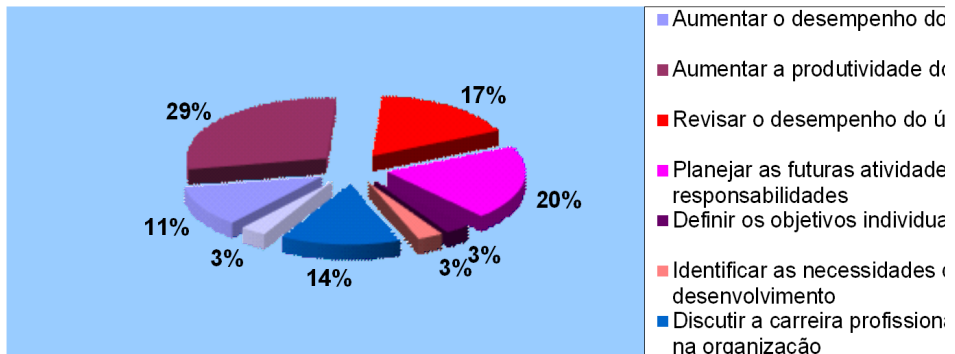
No questionário aplicado aos servidores, obteve-se as seguintes respostas: Conforme mostra o gráfico 1, para a maioria dos servidores a principal vantagem em se avaliar o desempenho se dá pelo fato da Gestão de Recursos Humanos, conhecer melhor a força de trabalho da escola.

Gráfico 1: Vantagens em se implantar a gestão por competências



A gestão por competências proporciona um julgamento sistemático para fundamentar aumentos salariais, promoções, transferências e, muitas vezes, demissões de colaboradores. Através dela pode-se comunicar aos servidores como eles estão indo no seu trabalho, sugerindo quais as necessidades de mudanças no comportamento, nas atitudes, habilidades ou conhecimentos. Quando questionados sobre os resultados esperados com a gestão por competências, conforme mostra o gráfico 2, para a maioria dos entrevistados o principal resultado esperado é aumentar a produtividade do pessoal.

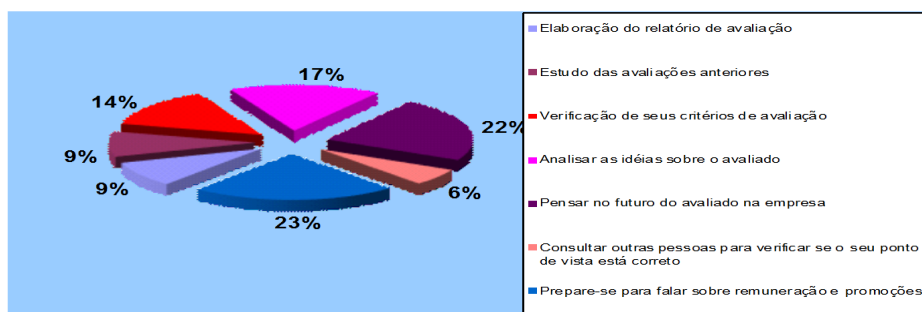
Gráfico 2: Resultado esperado com a gestão por competências



A gestão por competências deve proporcionar benefícios para a organização e para as pessoas. Para tanto, ela deve abarcar não somente o desempenho dentro do cargo ocupado, como também o alcance de metas e objetivos. Desempenho e objetivos devem ser tópicos inseparáveis da avaliação do desempenho. A gestão por competências deve enfatizar o indivíduo no cargo e não a impressão a respeito dos hábitos pessoais observados no trabalho. Buscou-se identificar ainda, quais as

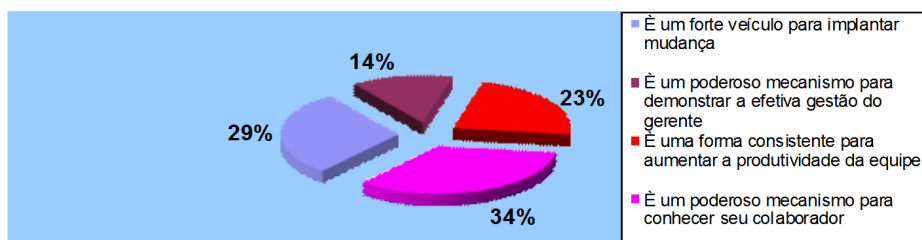
providências que devem ser tomadas para a correta implantação da gestão por competências, conforme mostra o gráfico 3, para os servidores a principal preocupação é preparar-se para falar sobre possíveis remunerações e promoções de colaboradores que apresentem desempenho satisfatório.

Gráfico 3: Providências que devem ser tomadas antes da implantação da gestão por competências



A gestão por competências permite rever a atividade produtiva passada para avaliar a contribuição que os indivíduos fizeram para o alcance dos objetivos do sistema administrativo. A identificação se apoia na análise de cargos e procura determinar as áreas de trabalho que se deve examinar quando se mede o desempenho. O gráfico 4 mostra que para a maioria dos servidores, a gestão por competências é um poderoso mecanismo para conhecer seu colaborador. Ressalta-se que nos dias de hoje é importante conhecer os pontos fortes e fracos de seus colaboradores.

Gráfico 4: Porque é importante a implantação da gestão por competências?

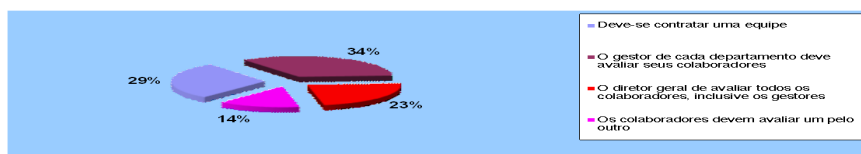


A implantação da gestão por competências eficiente e eficaz pode ser, além de um mecanismo de seleção, um poderoso instrumento de motivação e aperfeiçoamento.

mento das pessoas, que são a maior riqueza de qualquer organização. Para isso, é preciso que as organizações lhe dediquem o máximo de atenção, de forma a eliminarem, ou reduzirem a um mínimo, os efeitos danosos que resultam das distorções originadas pela ausência ou presença de fatores como a habilidade.

A gestão por competências varia enormemente de uma organização para outra. Na realidade, é um processo dinâmico que envolve o colaborador e seu gerente e representa uma técnica de direção imprescindível na atividade administrativa de hoje. É um excelente meio através ao qual se pode localizar problemas de supervisão e gerência, de integração das pessoas à organização, de adequação da pessoa ao cargo, de localização de possíveis dissonâncias ou carências de treinamento e, conseqüentemente, esta-belecer os meios e programas para eliminar ou neutralizar tais problemas. Buscou-se conhecer ainda a opinião dos servidores quanto à avaliação da gestão por competências, conforme mostra o gráfico 5, para a maioria dos entrevistados é importante avaliar o andamento da gestão por competências.

Gráfico 5: Você acha que a gestão por competências da Escola municipal José Linhares do Município de Cantá precisa ser avaliada?



O desempenho humano no cargo é extremamente contingencial. Varia de pessoa para pessoa, e de situação para situação, pois depende de inúmeros fatores condicionantes que o influenciam poderosamente. O valor das recompensas e a percepção de que as recompensas dependem de esforço determinam o volume de esforço individual que a pessoa estará disposta a realizar. Segundo o gráfico 7, para a maioria dos entrevistados, a avaliação do desempenho humano no cargo é extremamente contingencial. Varia de pessoa para pessoa, e de situação para situação, pois depende de inúmeros fatores condicionantes que o influenciam poderosamente vai ajudar no desempenho dos colaboradores, principalmente no que diz respeito ao desempenho de suas funções.

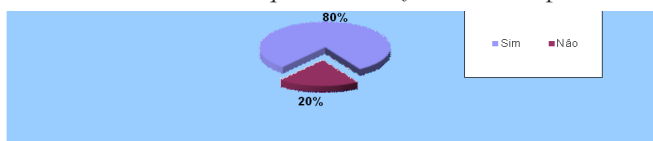
Gráfico 6: Você acha que a gestão por competências vai ajudar no desempenho dos colaboradores?



Nos dias atuais, a avaliação está sendo considerando todo o processo de gerir o desempenho individual, da equipe e da instituição. Dessa forma, a avaliação da gestão por competências passa a ser uma etapa que integra um todo maior, a gestão estratégica das pessoas que atuam na organização.

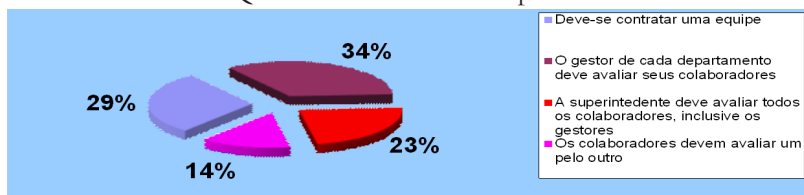
Ao avaliar as competências individuais, ela se torna uma importante ferramenta para a instituição, pois apresenta importantes resultados que irão contribuir para o melhor desempenho da instituição, dentre elas podemos citar que através dos resultados da avaliação, a instituição passa a conhecer melhor seus recursos e pode definir, com base nos resultados apresentados, estratégias de desenvolvimento para atuar em padrão de excelência. Conforme mostra o gráfico 7, para a maioria dos entrevistados a avaliação das competências vai ajudar no desenvolvimento da escola.

Gráfico 7: Você acha que a avaliação das competências individuais vai ajudar no



A avaliação deve ser aceita por ambas as partes: avaliador e avaliado. Ambos devem estar de acordo de que a mesma deve trazer algum benefício para a organização e para o funcionário. Ela deve ser utilizada para melhorar a produtividade do indivíduo dentro da organização, tornando-o mais bem equipado para produzir com eficácia e eficiência. Conforme mostra o gráfico 8, para a maioria dos entrevistados, a avaliação deve ser feita pelo gestor responsável por cada departamento.

Gráfico 8: Quem deve avaliar a competência dos colaboradores?



Como citado anteriormente, para elaboração do presente estudo foi aplicado um questionário para 12 colaboradores da escola. Durante a aplicação do questionário, pode-se perceber ainda que para a maioria dos entrevistados, para se aplicar um programa dentro de uma determinada instituição, é importante que os gestores do projeto saibam qual o grau de conhecimento a cerca do tema do projeto. Neste caso, ressalta-se a ainda a importância dos colaboradores da escola, conhecerem o que seja gestão por competências, bem como sua implantação dentro da instituição e principalmente quais as vantagens em se aplicar a gestão por competências.

Conclusão

O presente estudo realizou a avaliação da implantação da gestão por competências na Escola municipal José Linhares do Município de Cantá, buscou-se analisar a implantação da gestão por competências como forma de reestruturar a organização administrativa da escola, focando nas competências específicas dos servidores.

Ao término do estudo, percebe-se que a gestão por competências vem sendo desenvolvida na instituição focando o bom desempenho funcional de seus colaboradores. E apesar de alguns entraves, esta modalidade de gestão vem apresentando significativos resultados quanto ao desempenho dos mesmos em suas funções. Os servidores sentem-se mais motivados a trabalhar, ao perceberem a instituição investindo em mais conhecimento, redistribuição de cargos e reconhecimento de função com criação de incentivos educacionais.

A Escola Municipal José Linhares, percebeu significativos resultados no seu desempenho administrativo, e atribui esta conquista a forte atuação de seus servidores. Com a implantação da gestão por competências, foi possível acabar com a ociosidade que alguns funcionários enfrentavam, foi possível ainda, alocar os funcionários de acordo com suas competências e habilidades. A implantação da gestão por competências teve apoio de todos os gestores, bem como dos colaboradores, houve um forte empenho na busca de implantar esta gestão da melhor forma possível. A es-

cola, a princípio definiu as competências diferentemente do entendimento convencional, ou seja, com base no trinômio Conhecimento, Habilidade e Atitude (CHA), buscou o alinhamento dos seus valores, crenças, estratégias e objetivos comuns para a formação destes grupos de competências.

Referências bibliográficas

ANTÔNIO, Marcos e PINHEIRO, Terezinha. **Avaliação, gestão e estratégias educacionais: projetos e processos inovadores em organizações**. Fortaleza: Ed. UFC, 2008.

BRANDÃO, Hugo Pena; CARBONE, Pedro Paulo; LEITE, João Batista Diniz; VILHENA, Rosa Maria de Paula. **Gestão por competências: um modelo avançado para o gerenciamento de pessoas**. São Paulo; Editora Gente, 2001.

BRAMBILLA, Flávio Régio; KAERCHER, Adi Regina; SOUZA, Cleverton Hoss de. **Implantação da gestão por competências em âmbito industrial: um estudo de caso no setor Fumageiro**. Artigo Publicado no ANAIS, 2009. Disponível em: <http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2009/artigos/E2009_T00031_PCNO1713.pdf>. Acesso em 10 de out. 2014.

CARBONE, Pedro Paulo. **Gestão por competências e gestão do conhecimento** 3. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009

CARBONE, Pedro Paulo. **Gestão por Competências e Gestão do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

CHIAVENATO, . **Recursos Humanos/Ed. Compacta**, 7. Ed. – São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Gestão de Pessoas: e o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

_____. **Gerenciamento com as pessoas: transformando o executivo em excelente gestor de pessoas: um guia para o executivo aprender a lidar com sua equipe de trabalho**, 1ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DUTRA, Joel Souza. **Competências: Conceitos e Instrumentos para a Gestão de Pessoas na Empresa Moderna**. São Paulo: Atlas, 2004.

FISCHER, A. L. **Um resgate conceitual histórico dos modelos de gestão de pessoas.** In: FLEURY, M. T. et AL. *As pessoas na organização.* São Paulo: Gente, 2002.

FREITAS, Neise da Silva. **Recurso Humanos – Administração e Qualidade,** Ed SENAC, Departamento Nacional, 2002.

RIBEIRO, Antônio de Lima. **Gestão de pessoas.** São Paulo: Saraiva, 2006.

Apêndice

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS COLABORADORES DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ LINHARES DO MUNICÍPIO DE CANTÁ

Quais as vantagens em se implantar a gestão por competências na escola?

A escola passa a conhecer melhor seus recursos e pode definir, com base nos resultados apresentados, estratégias de desenvolvimento para atuar em padrão de excelência.

Os empregados passam a atuar de forma mais assertiva e a se destacar em diversos contextos a partir do feedback contínuo e das ações de desenvolvimento.

É importante tanto para a escola quanto para o empregado, pois a escola passará a conhecer seu pessoal, e podendo extrair dele um melhor e maior rendimento.

A GRH passa a conhecer melhor a força de trabalho da escola e, a partir daí, pode atuar de forma mais integrada com as demais áreas.

Qual o resultado esperado com a gestão por competências?

Aumentar o desempenho do empregado

Aumentar a produtividade do pessoal

Revisar o desempenho do último período

Planejar as futuras atividades e responsabilidades

Definir os objetivos individuais

Identificar as necessidades de desenvolvimento

Discutir a carreira profissional do empregado na organização

Ajustar as expectativas diversas

Quais providências que devem ser tomadas antes da implantação da gestão por competências?

Elaboração do relatório de avaliação de desempenho

- () Estudo das avaliações anteriores
- () Verificação de seus critérios de avaliação que deverão estar em conformidade com o sistema de avaliação da escola
- () Analisar as idéias sobre o avaliado para detectar injustiças ou favorecimentos
- () Pensar no futuro do avaliado na escola
- () Consultar outras pessoas para verificar se o seu ponto de vista está correto
- () Prepare-se para falar sobre remuneração e promoções.

Porque é importante a implantação da gestão por competências na escola?

- () É um forte veículo para implantar mudança
- () É um poderoso mecanismo para demonstrar a efetiva gestão do gerente
- () É uma forma consistente para aumentar a produtividade da equipe.
- () É um poderoso mecanismo para conhecer seus colaborador que está dentro da organização, através da maior ou menor eficiência no trabalho.

Quais as principais dificuldades em se implantar a gestão por competências na escola?

- () Tendência Central, onde o avaliador deixa de atribuir notas muito baixas para não prejudicar o avaliado; ou muito altas, para não ter que justificá-las no futuro.
- () Efeito de recenticidade, o avaliador destacar na memória do avaliador apenas os fatos mais recentes. Dificilmente consegue-se lembrar de tudo que aconteceu num período passado.
- () Erro de complacência ou rigor excessivo, alguns pareçam muitos complacentes, enquanto outros seriam rigorosos demais
- () Erro de primeira impressão, onde o avaliador se identifica com a primeira impressão que tem do avaliado
- () Erro de auto-identificação, o avaliador costuma ser mais favorável àqueles que se parecem consigo mesmo, seja pelas características profissionais, pelos interesses pessoais, pela formação na mesma faculdade ou por pertencer ao mesmo grupo social.
- () Erro de fadiga ou rotina, o avaliador depois de preencher diversos questionários, não consegue mais distinguir as diferenças entre as pessoas.
- () Incompreensão do significado dos fatores de avaliação, o avaliador acha que os fatores de avaliação não estão claramente definidos, poderá ocorrer erros de interpretação e ocasionar distorções nos resultados.

Na sua opinião a gestão por competências da escola precisa ser avaliada?

Sim Não

Na sua opinião a gestão por competências vai ajudar no desempenho de colaboradores?

Sim Não

Na sua opinião a gestão das competências individuais vai ajudar no desempenho da escola?

Sim Não

Quem deve avaliar a competência dos colaboradores?

Deve-se contratar uma equipe

O gestor de cada departamento deve avaliar seus colaboradores

O diretor geral deve avaliar todos os colaboradores, inclusive os gestores

Os colaboradores devem avaliar um pelo outro

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO UM RESGATE HISTÓRICO A PARTIR DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS EM RORAINÓPOLIS

Introdução

O estudo desenvolvido neste artigo nasce de um produto de pesquisa do tempo comunidade da disciplina História da Educação do Campo do Curso de Especialização em Educação do Campo e Suas Metodologias de Ensino pela Universidade Estadual de Roraima – UERR, por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Cujos cursos apresentam uma forma interdisciplinar pautada nas perspectivas epistemológicas da Pedagogia da Alternância, condicionado pela pesquisa-ação crítica colaborativa, auxiliando assim a formação contínua de docentes do campo para a investigação em educação com produções didáticas e científicas no intuito de atender as especificidades da Educação do Campo no bojo dos Assentamentos de Roraima.

Para compreendermos parte desta perspectiva apresentam-se os resultados de uma investigação realizada no sul do estado com anseio de conhecer e como foi construído a História da Educação do Campo através de um resgate Histórico a partir dos Projetos de Assentamentos em Rorainópolis. E que sujeitos construíram os movimentos em defesa da Educação do Campo neste município. Desta forma objetivou-se conhecer as relações históricas da Educação do/no Campo a partir dos posicionamentos pioneiristas nos assentamentos e o dos movimentos sociais que condicionaram ao povoamento, formação e desenvolvimento desta cidade ao longo da história.

Educação do campo: Concepções históricas no Município de Rorainópolis

O Estado de Roraima tem sua capital Boa Vista, única capital localizada no Hemisfério Norte do Brasil. É um Estado constituído por diversas etnias, resultado

* Universidade Estadual de Roraima. E-mail: hl_sb09@hotmail.com

** Universidade Estadual de Roraima. E-mail: ciceroodeond@gmail.com

*** Universidade Estadual de Roraima. E-mail: mabambrosios@gmail.com

da colonização portuguesa durante o século XVII, que quando chegaram à região encontram os nativos (índios). Segundo Freitas (1988, p. 31) o maior troncos étnicos são os Caribes a base das maiores tribos (Macuxi, Taurepang, Ingarikó, Waimiri-Atroari, Yanomami e Wapixama). Esta colonização migratória aumentou no século XVIII, principalmente com as raízes genealógicas nordestinas. De modo análogo consideramos que Roraima representa uma síntese do Brasil, pois se estalaram suelistas, nordestinos, nortistas, ou seja, tem pessoas praticamente de todos os Estados nesta região.

Este processo ganha outra dimensão com uma fase migratória expressiva decorrida nas décadas de 1970/1980, com a abertura indiscriminada dos garimpos de ouro, diamante e cassiterita no Estado, período que advém a justa abertura da BR-174, passando por lugares ainda não conhecidos em Roraima, formando pequenas colônias as suas margens, e que entre estas em direção Região Sul do estado estaria a formação da Vila do Incra, atual Rorainópolis, e por decorrência a BR-174 anos depois passaria a ser uma das mais importante Rodovia Federal do norte do país.

Ao deste legado histórico, conforme Neto¹ (2008) a partir de 1976 do advento da construção e inauguração das BRs-174 e 210, na qual destaca a importância da BR-174, que liga o estado do Amazonas à Roraima, e em sua consequência à países fronteiriços, como a Venezuela e Guiana Britânica.

Freitas (1998, p. 31), destaca que o crescimento ainda mostra-se tímido até a década de 70. A partir daí as taxas de crescimento registraram saltos significativos. A explicação para esses saltos está em dois fatores: Primeiro foi a abertura e ao tráfego da BR-174. O segundo foi à campanha desenvolvida pelo governo do então Território Federal de Roraima, que aliada à abertura dos garimpos, trouxe uma enorme leva migratória para Roraima. O Governo de Roraima nesta época era o Coronel Aviador Fernando Ramos Pereira.

Diante desses desenvolvimentos ocorreram as ocupações desordenadas e imediatas nas rodovias recém-construídas por imigrantes que vinham de origens diversas do País. Anos posteriores de acordo com Freitas (1998) após informações colhidas em 1991, quando da realização do censo demográfico pelo IBGE, as principais fontes das correntes migratórias de Roraima são: Nordeste, com destaque para Maranhão e Ceará; Norte, destacando-se o Amazonas e o Pará e o Sul, com o Rio Grande do Sul e o Paraná;

¹ Neto, Tomaz Emiliano. Autor da Biografia e História de Moisés Teixeira Hausen. Primeiro Técnico Extensionista da Região Sul do Estado de Roraima e Ex - Executor do PAD/ANAIA.

Quadro 12 - Roraima: Principais correntes migratórias

Estado de Origem	Percentual
Maranhão	27,39%
Amazonas	25,20%
Ceará	13,95%
Pará	6,61%
Piauí	3,74%
Rio Grande do Sul	2,93%
Rio Grande do Norte	2,91%
Paraná	1,81%
Demais Estados	15,46%

Fonte: IBGE - Censo 1991.

Fonte: Freitas (1998, p. 31).

Os reflexos destas correntes migratórias citam-se os entrevistados e pioneiros Sebastião Vicente (Bacó), Anselmo Gomes Pereira, Antonio Constancio de Sousa que se estalaram em lotes as margens da BR-174, nas proximidades do Km 455.

Esta ocupação e de outros imigrantes primitivos que se autoassentaram as margens das rodovias especialmente no trecho de Jundiá às imediações do Rio Barauana na BR-174, e do KM 500, entroncamento de Novo Paraíso á região de perimetral norte da BR-210.

O governo central de Brasília (General Ernesto Geisel) o líder da Republica á época, incomodou-se com o avanço desordenado da ocupação das margens da referida malha rodoviária, e determinou a retirada de todos, mas encontrou resistência. (...) Dentre as centenas de migrantes que ocuparam as margens das rodovias, e que, vazavam os postos de triagem, abonari e jundiá, o argumento de destinarem-se á ex-colônia a agrícola Fernando Costa, hoje município de Mucajaí, destacavam-se, algumas lideranças naturais, á exemplo de Chico Reis, João Rosa, Valetim Gonçalves, Abdias Pereira, João Pereira da Silva e entre outros, que, arremetiam os demais á resistirem a não retirada numa trincheira de bravos (Neto, p.04, 2008).

Observa-se que mesmo havendo a ordem de desocupação de Brasília, ocorreu a resistência dos que já habitavam as terras, sendo liderada pelo o pioneiro Francisco Carvalho Duarte, conhecido popularmente como Chico Reis que morava na antiga Colônia Agrícola Fernando Costa (atual município de Mucajaí), que chegou a região sul do estado de Roraima com objetivo primordial na conquista de terras para estabilizar a construção de moradia e almejando melhores condições de vida para sua família.

Segundo Neto (2008), na época do entrevero, entre o pessoal do DNER do 6º BEC, versos as famílias da imigração pioneira, aconteceu confronto verbal entre Chico Reis, e um oficial das volantes do Exército que patrulhavam as BRs, especialmente a famosa BR-174. O clima e os boatos de despejo dos ocupantes primitivos das tais rodovias federais, cada vez mais aumentavam, na altura do KM-460 da BR – 174, onde germinava um sindicato dos trabalhadores rurais, liderado por Zacarias Alexandre da Silva, cuja sede provisória, funcionava anexada à primeira Escola da região, sendo a Srª Inalda Rosas de Araújo a primeira professora. Determinado momento no diálogo entre os homens do comando e os que buscavam terra. Manifestou-se o simbólico pioneiro Chico Reis. Capitão, só tem uma forma dos senhores nos tirar de onde estamos. É jogando num valão e cobrindo de terra. Capitão, senhores, o exercito é do Brasil e do povo brasileiro, somos parceiros, só queremos ordem e respeito. Estou indo á Manaus, comunicar-me com o nosso Comando imediato, vou relatar a situação pros meus superiores e eles decidirão com Brasília, que atitude será adotada em definitivo sobre essa questão.

A partir destes acontecimentos os Governos Militares já trilhavam estratégias de um projeto de assentamento nesta área, então, o Projeto foi criado pela Resolução/INCRA, de nº 141, em 07 de outubro de 1975, com a denominação inicial de: Projeto de Assentamento Dirigido-Coronel Salustiano Faria de Vinagre PAD/CORONEL VINAGRE, quatro anos mais tarde, passou a chamar-se definitivamente PAD/ANAUÁ através da Resolução INCRA de nº 095 de 11 de junho de 1979.

Neste processo histórico de formação e colonização da região sul do estado de Roraima a partir do referido Projeto de Assentamento, conforme Neto (2008) destaca-se um ilustre personagem, o Professor Moisés Hausen², que passou á fixar a esta região Sul, especialmente município de Rorainópolis. Vale salientar que, mesmo antes, do Professor Moises Hausen, ser nomeado Executor do Mega-assentamento, o mesmo já teria trabalhado na região como técnico do INCRA-AMAZONAS, como membro integrante da comissão que levantou a ocupação primitiva das referidas rodovias. Praticamente, toda fase de instalação, implantação e acabamento do binômio Projeto, coube ao Professor Moises Hausen e sua equipe, compostos de:

² Moises Teixeira Hausen – Foi soldado aspirante e acadêmico aeronáutico da Escola de Aviação Militar do Ministério da Guerra em Santa Maria do RS, Professor, Contador, Licenciado em Desenho e Bacharelado em Plásticas e Agrônomo.

Primeiro Executor do INCRA (função de confiança de chefe da divisão territorial técnica de Roraima, da coordenadoria do extremo norte – CR – 15, código LT-DAS-101.1, constata da tabela Permanente deste Instituto, de que trata o Decreto nº 79.973, de 14 julho de julho, e II – revogar a Portaria nº 779, de 02 de agosto de 1976, publicado no D.O de 10 do mês e ano, que designou o referido servidor para executor do Projeto de Assentamento Dirigido Coronel Vinagre. D.O de 05/09/79 – Fls-4938).

Topógrafos, cartografistas, Desenhistas, motoristas e outros, todos, servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA.

Freitas (1998) destaca que com o Movimento Militar implantado no Brasil em 1964, que permaneceu no poder por mais de 20 anos, é que a colonização de Roraima e a consequente ocupação do seu território evoluíram. Os militares abriram a estrada Manaus - Boa Vista, a Perimetral Norte e a Boa Vista – Normandia. Ao longo das duas primeiras, foram feitas estradas vicinais e nestas, lotes agrícolas de 50 e de 100 Há. Estes foram entregues aos colonos. Em 1982, contava-se 42 colônias agrícolas ao longo dessas duas estradas e de outras abertas pelo Território Federal.



Fonte: Freitas (1998, p. 36)

Com estes fatores de desenvolvimento na região, conforme Neto (2008), dentre muitas atitudes estratégicas e corajosas do Executor Moises do PAD/ANAUÀ, cita uma das principais ações: reservar e garantir em documento, as parcelas ou lotes de números: 130 e 135 que confrontam e interligam as sub-glebas A e B (vicinais 01 e 02) separadas apenas pela BR-174, onde atualmente desenvolve o perímetro central urbano da pujante cidade de Rorainópolis; Georeferenciar e definir á abrangência territorial e fundiária do binômio Projeto, e alterar a sua denominação original de Projeto de Assentamento Dirigido do Coronel Salustiano Faria de Vinagre, que homenageava um conceituado militar de Brasília, para denomina-lo de Projeto

de Assentamento Dirigido Anauá – PAD/ANAUA, fazendo melhor justiça e homenageando a maior referencial fluvial da região sul de Roraima, Rio Anauá, que banha grande extensão do segundo maior Projeto de Colonização e Assentamento do Brasil, que gerou o fecundo município de Rorainópolis, e ainda conforme Neto (2008), pioneiros como Francisco Carvalho Duarte (Chico Reis), Sebastião Vicente Moreira (Bacó), e fortalecendo com Freitas (1998), Rorainópolis nasceu como Vila do INCRA, numa referência ao projeto de assentamento que tinha sua sede nesta localidade. Sua criação advém de terras desmembradas dos municípios de São Luiz e São João da Baliza, ambos criados pela Lei Federal de Nº 7009 de 1º de julho de 1982. Assim, Rorainópolis finalmente foi decretada sua criação em 17 de outubro de 1995, tendo uma área total de 33.594,046 km² através da Lei Nº 100 e instalado em 1º de janeiro de 1997, com a posse do seu primeiro Prefeito eleito Senhor Antônio Carlos Lacerda Gago e seu Vice Geraldo Maria da Costa.

Após o processo de colonização no início da década de 70 e logo depois de sua criação em 1995, Rorainópolis foi notícia no Brasil, por ser motivo de uma reportagem da Revista Veja no dia 4 de agosto de 1999, com o título o “El Dorado Brasileiro”, em consequência ao estupendo crescimento populacional. Tratava-se de uma pequena vila, que em poucos anos tornou-se uma cidade com mais de 25 mil habitantes. Atualmente continua á crescer, sendo a segunda maior cidade de Roraima.

Em continuação de registros históricos, entende-se ao pioneirismo da região sul de Roraima na categoria da prestação de serviços públicos que apoiaram a colonização primitiva, a Equipe volante e Itinerante do MOBREAL, chefiada pelo também saudoso professor Adolfo Moratelli, a Igreja Cristã representada pelo evangelizador, Pe. Nilvo, e o Banco do Brasil, agenciam de Caracará, á época, gerenciada por João Batista do Lago (Neto, p. 08, 2008).

E ainda com Neto (2008), vale salientar que foi o trabalho integrado entre INCRA a ASTER, o MOBREAL, a SUCAM e o Banco do Brasil e os colonizadores (as) desbravadores, pioneiros e primitivos (lideranças naturais) daqueles tempos, que se deu origem aos Grupos de produtores e os pequenos aglomerados urbanos da região sul de Roraima, todos recebendo apoio incondicional do Professor Moises Haussen, em virtude da sua vasta experiência técnica e de vida. O quadro da região sul, foi desenhado no período de Moises Hausen, só foi alterado e expandido com a chegada do Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto para governar Roraima.

Percebe-se que o período que ocorre o processo de colonização e surgimento do MOBREAL na região sul, corresponde justamente no período que vai de 1964 a 1985, onde é marcado pelo regime autoritário fruto do Golpe Militar de 1964. Por

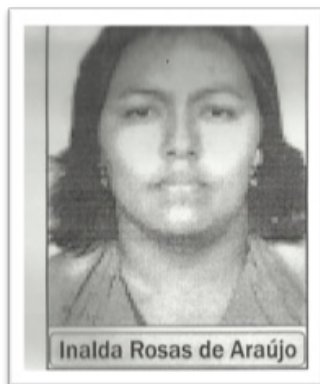
outro lado do país, Paulo Freire é cassado e exilado por causa de sua ideologia crítica, ativa e libertadora. No entanto, princípios como conscientização, participação, transformação social, deixaram de fazer parte da educação de adultos. Os programas e grupos que teimavam em continuar com a pedagogia de Freire passaram a ser reprimidos, sendo permitida apenas a realização de programas de alfabetização de adultos com caráter assistencialista e conservador.

Em resposta à grave situação do analfabetismo no Brasil, o governo militar lança em 1967 o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, que entendermos que na época tinha caráter de conduzir o sujeito a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida. Destacando que o programa pretendia também qualificar a mão de obra com um mínimo de escolaridade para atender às demandas do novo ciclo de desenvolvimento que se iniciava no Brasil, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970.

O final da década de 1970 e o início da década de 1980 são marcados pela emergência dos movimentos sociais e populares em todo o País, no campo e na cidade. Esses movimentos traziam consigo novas demandas sociais e a luta contra a ditadura.

Assim, a recessão econômica iniciada nos anos 80 inviabilizou a continuidade do MOBRAL, que demandava altos recursos para se manter. Seus Programas foram assim incorporados pela Fundação Educar. Dessa forma, não criava uma perspectiva de construção do ensino e, sem poder transformá-lo. Era realizado de forma mecânica e já pronta.

Conforme entrevistas realizadas com Chico Reis e Baco que até então mencionado nesta pesquisa, destacaram que os princípios da educação no sul do estado, Rorainópolis, deram-se início a primeira Escola no Km 460, cuja professora Inalda Rosas de Araújo.



Fonte: (Neto, 2008)

Conforme relatos de Pinoneiros como Chico Reis, Bacó esta professora ministrava aulas de alfabetização para famílias que ocupavam as margens BR-174 nas proximidades do KM 460, numa casa de madeira onde também funcionavam a iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. E também registro de escola com instalações de madeira na sede (local atual Creche da Boneca Emilia) e depois logo próxima foi realizado a construção da Escola Estadual José de Alencar com novos rumos de desenvolvimentos da educação.

E vale ressaltar que ao longo do tempo as políticas educativas sofreram diversas alterações na história recente do Brasil. As mudanças no sentido de centralizar ou descentralizar essas políticas teve forte influência na alfabetização e educação de jovens e adultos.

Logo após a extinção do Mobral em 1985, o governo federal abandonou a manutenção direta da alfabetização de jovens e adultos e passou a exercer um papel subsidiário de financiamento e apoio técnico aos estados, municípios e organizações sociais, através da Fundação Educar (1985-1990), do Programa Alfabetização Solidária (1998-2002) ou do Brasil Alfabetizado (2003-2007).

A promoção da alfabetização de jovens e adultos, nesse contexto, passou a ter uma forte atuação dos movimentos da sociedade civil, embora a responsabilidade pela oferta de escolarização tenha ficado a cargo dos municípios. A participação dos municípios superou a dos estados que, até a década de 1990, eram a esfera governamental que mantinha o então ensino supletivo.

E partir de 1998 foi criado o PRONERA³, mantido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão subordinado ao MDA⁴. Tendo como objetivos de ampliar os níveis de escolarização dos trabalhadores do campo nos Projetos de Assentamentos, mediante formação de educadores e promoção de cursos de educação básica de jovens e adultos voltados para a alfabetização, ensino fundamental e médio, bem como cursos técnicos profissionalizantes de nível médio e diferentes cursos superiores e de especialização. Na qual destaco esta atuação no sul do estado de Roraima, inclusive Rorainópolis, onde muitas pessoas foram beneficiadas com o Curso Normal Superior de 2004 á 2008, para este curso tinha alunos dos Estados de Roraima e Amazonas formando quatros turmas do Curso Normal Superior resultado do convênio UEA/INCRA/PRONERA (Projeto de Formação de Professores para o Ensino Fundamental em áreas de Reforma Agrária de Roraima e Amazonas), beneficiando 200 pessoas.

Atualmente Rorainópolis, estão sendo executados projetos pelo PRONERA como Projeto INSTRUIR (Nível de alfabetização) e Projeto EMEJA (Nível Médio) convenio PRONERA/INCRA/UFRR. Rorainópolis tem turmas no Distrito de Martins Pereira, Sede, Vicinal 01 (Rabo da Cobra); Vicinal 19, Distrito de Nova Colina e Distrito de Equador. Destacando que o Projeto EMEJA também contempla os Municípios de Boa Vista, Caracarái, São Luis e São João da Baliza.

Então, compreende-se que o processo de Educação do Campo foi constituído ao longo de desenvolvimentos das sociedades na perspectiva de atender suas necessidades individuais e coletivas. Na perspectiva de Borges (2012),

O ser humano sujeito da história é formado por suas relações sociais, sendo, ao mesmo tempo, passivo e ativo, ou seja, determinado e determinante. Quando for passivo ou determinado, significa dizer sem ação de intervir em seu meio social, e sim de aceitação a esse meio. Sujeito/determinante é aquele sujeito da história que possui um grau de autonomia e de iniciativa (Borges, 2012, p. 79).

De fato o ser humano como o único ser pensante capaz de criar e recriar realizando transformações em seu próprio meio é o principal idealizador de sua própria história, que depende exclusivamente de si e de suas realizações sociais para a idealização de conquistas. Para o desenvolvimento de uma sociedade precisa-se de sujeitos ativos, ousados com capacidade de realizar iniciativas e sem medo de enfrentar e superar desafios para assim, construir uma historia digna de lutas e de superação de limites para desenvolvimento social, econômico, político e cultural. Valorização

³ PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

⁴ MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

a cultura do homem do campo é necessário sua história, fortalecer os reconhecimentos como sujeitos, como protagonistas de uma vida mais humana, que essas identidades sejam ressignificadas, que o campo possa se tornar uma opção de vida digna para os sujeitos que vivem no/do campo. Compreendemos que a idealização, construção e desenvolvimento da Educação do Campo e do Município de Rorainópolis foi resultado de lutas de classes pioneristas.

Considerações Finais

Entendermos com esta pesquisa que o processo da Educação do Campo a partir da colonização e construção do Município de Rorainópolis foi idealizado com a bravura de pioneiros e os colonizadores (as) desbravadores, e primitivos (lideranças naturais) daqueles tempos e apoio de órgãos e programas, onde se destacou o INCRA a ASTER, o MOBREAL, a SUCAM e o Banco do Brasil como precursores na realização deste acontecimento sociocultural no Sul do estado de Roraima. Isto representa um processo de luta de classes numa disputa do campo como espaço de vida a favor da conquista de direitos fundamentais para desenvolvimento humano. E para a construção inicial de Rorainópolis destaca o personagem Francisco Carvalho Duarte (Chico Reis).



Portanto, o registro da Educação do Campo e colonização em Rorainópolis, representa a fatores históricos de personagem da época onde poucas informações estão catalogadas, mas os fatos encontrados a partir do pioneirismo e pesquisas

realizadas foram possíveis os desdobramentos das informações e organizações dos dados do contexto histórico de Rorainópolis. E conforme Fonseca e Mourão (2012, p. 291), assim, como ontem, hoje se faz necessário garantir as conquistas do passado para que se possam sustentar a memória e esses direitos às gerações futuras. É importante que a história seja mantida sempre viva. Compreendemos enfim que o Município de Rorainópolis foi resultado do campesinato fundiário, e que este resgate valorizou o pioneirismo e a identidade do homem e da mulher do campo, sendo sempre necessárias mudanças culturais e comportamentais à Educação do Campo, pois o fundamento histórico de Rorainópolis foi conceituado se utilizando o campo como símbolo significativo para construção desta cidade.

Referências bibliográficas

BORGES, Heloisa da Silva. **Educação do Campo como processo de luta por uma sociedade justa**. IN: GHEDIN, Evandro. (Org). Educação do Campo: Epistemologia e práticas. São Paulo: Cortez, 2012.

CALDART, Roseli Salete (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FONSECA, Rosa Maria; MOURÃO, Armilda Rachel Botelho. **Educação do Campo: uma realidade construída historicamente**. IN: GHEDIN, Evandro. (Org). Educação do Campo: Epistemologia e práticas. São Paulo: Cortez, 2012.

FREITAS, Luis Aimberê Soares de. **Estudos Sociais – Roraima (Geografia e História)**. Corprint Gráfica e Ed. Ltda, São Paulo – SP, 1988.

NETO, Tomaz Emiliano. **Biografia e História de Moisés Teixeira Hausen**. Fontes de Pesquisa: INCRA-RR, Maçonaria - RR, Contemporâneos do Biografado e Memórias do Biografo. Boa Vista-RR, 13 de outubro de 2008.

EDUCAÇÃO CRÍTICA PARA MUDANÇAS SOCIAIS NO CAMPO

Introdução

O presente trabalho visa trazer uma discussão nos termos da Educação Crítica e sua relevância para o contexto do Campo, no que se refere à busca por mudanças sociais naquela realidade, a partir do trabalho pedagógico realizado em suas escolas, numa mudança de paradigma e pressupostos do currículo escolar.

A discussão se dá a partir das seguintes ideias principais abordadas e desenvolvidas neste estudo: a) Prática pedagógica acrítica: uma problemática constante; b) O papel do Currículo Escolar e do Professor; c) Educação crítica: a reflexão como processo de superação do senso comum.

Prática pedagógica acrítica: uma problemática constante

As dificuldades dos alunos em exercerem um pensamento crítico e expressarem opiniões próprias, e a indiferença dos professores quanto a essas questões tem sido algo constante nas praticas pedagógicas atuais, sobretudo no Campo.

Some-se a isto o fato de que a atuação alienada dos sujeitos do campo sobre sua realidade social, tem dificultado não somente as questões de sobrevivência neste ambiente, como também a concepção de tê-lo como um espaço de vida melhor e mais digno.

Essa visão de que precisam estudar, para saírem do Campo e buscar melhorias na cidade, traduz a ideia da conquista do ideal em outros ambientes, impossibilitando que sejam sujeitos de luta e transformação para a qualidade de vida do campo.

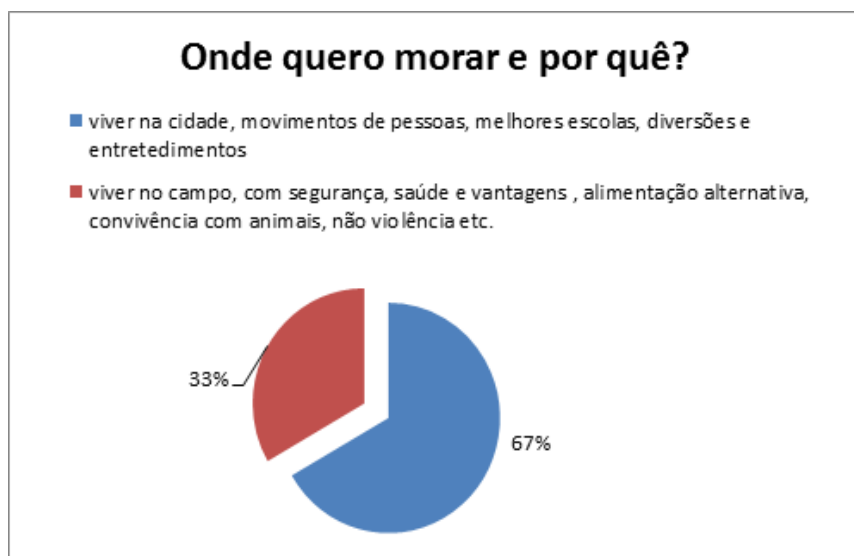
Tal forma de vê a realidade, se explica por questões culturais e ideológicas que atuam na sociedade, reduzindo os indivíduos à “massa de modelar” e “mercadorias”.

* Universidade Estadual de Roraima-UERR. E-mail: vieirasos@hotmail.com

São homens e mulheres que não se veem como protagonistas da própria história, uma vez que os meios de comunicação em massa e aparelhos ideológicos imperam com suas dominações, afim de torna-los cada vez mais ocupados e dependentes do consumismo, do capitalismo, da produção de lucros, enfim, da indiferença quanto às suas habilidades de pensar e agir criticamente para a desconstrução dessas dominações.

Essa realidade social de indiferença, continua a ser reproduzida nas novas gerações que se seguem, principalmente no espaço escolar, onde deveria ser o primeiro ambiente de transformação do ser social, e de preparação para o exercício da cidadania.

Nesse sentido, fica demonstrada tal realidade educacional reproduzida no contexto escolar, a partir da análise da seguinte pesquisa realizada, de acordo com SOUSA (2008, p.16), em uma escola do Campo, com estudantes da 4ª série do ensino Fundamental, onde foi levantado o seguinte questionamento:



Pesquisa: A visão de mundo manifesta por estudantes da Escola do Campo. Ano: 2007

A referida pesquisa demonstra a preferência dos alunos, em sua maioria, a opção por morar na cidade, bem como seus motivos, reforçando assim a ideia de que, estão longe de uma realidade digna de melhoria de vida, ideia vendida pela cultura capitalista e dominante:

“A visao dos estudantes do campo, centra-se nas possibilidades de uma vida melhor. Porem, pensam em um contexto diferente do seu – a cidade. Eles não acreditam ser o campo, um ambiente que proporcione vida digna, devido às dificuldades por eles vivenciadas e nem se veem como capazes de modificarem essa realidade” (SOUSA, 2008, P.28)

É necessário fazer um paralelo para entender a situação acima. Existe assim, duas realidades em cuja existência se localizam os indivíduos: a realidade social e a realidade educacional. A realidade social, em cuja esfera se encontram, é a da falta de políticas públicas, condições precárias de estudo e de melhoria de vida, condições econômicas deficitárias, entre outras coisas que tornam o campo, um ambiente de vida dificultosa e de abandono do Poder Público.

É assim, um dos fatores mais desmotivadores que tornam homens e mulheres desesperançosos e condicionados à passividade nas lutas sociais.

A realidade educacional, consiste, neste caso, no estado da própria cognição do ser, em que se encontram os indivíduos. Na capacidade de leitura e reflexão sobre a realidade social. Se esta capacidade está condicionada à passividade ou está liberta da condição acrítica.

Já é notável uma posição passiva dos estudantes, como já antes mencionado, que se explica por questões históricas e culturais.

No entanto, a escola não deve contribuir para a reprodução dessa postura, como vêm ocorrendo ultimamente, mas trazer um sentido reflexivo para sua prática e função social na formação dos indivíduos, mudando sua realidade educacional acrítica.

O papel do currículo escolar e do professor

É nesse ponto, que observa-se a atual problemática da prática pedagógica acrítica, tendo em vista que, espera-se da Escola, uma preparação que vai além da apreensão de conteúdos técnicos-científicos.

Uma preparação que perpassa as fronteiras do mercado de trabalho para aqueles estudantes, que atinja a formação deles, enquanto ser que pensa criticamente, distanciando-se da neutralidade que os faz deixar as coisas acontecerem sem uma ativa participação.

O Currículo escolar, numa breve e sucinta definição, consiste no elemento norteador das práticas pedagógicas de uma escola.

Estabelece desde os pressupostos teóricos, às atividades mais práticas do cotidiano escolar e para tanto, é digno de uma maior atenção, visto que é orientador da formação dos sujeitos.

Nesse sentido, Gonzaga (2006), afirma que o currículo traz uma direção da maneira de trabalhar no dia a dia da escola, não apenas os conteúdos, mas tem o dever de ser uma representação, que conduza as pessoas formando-as, criticamente, para refletir e agir na sociedade.

Assim, é possível conceber a dimensão do currículo escolar para a formação crítica e reflexiva dos sujeitos do campo, sendo tal elemento, uma ferramenta eficaz de ação na sociedade e na preparação de seus atores.

Sendo o currículo, um instrumento de ação da escola, como definidor de práticas e perfis pedagógicos, e como instrumento ideológico, as práticas serão norteadas para que os sujeitos dessa prática se envolvam comprometidos nesse sentido de construção.

São sujeitos da prática educacional, os educandos e educadores, num sentido de relação entre si. Dentre tais sujeitos, queremos destacar aqui o papel de um dos educadores desse processo: o professor.

E essencial para o professor, uma prática pedagógica libertadora das ideologias dominantes a partir de um caminho de reflexão.

Porem esse processo libertador de dominação, deve ocorrer primeiramente na sua formação, sob pena de transformar-se num profissional apático e neutro, sem contribuições para a educação crítica e reflexiva, que objetiva as consequentes mudanças sociais:

“O trabalho educacional do professor campesino, não se restringe somente a ensinar a ler e escrever, uma vez que a postura do educador na sociedade não é neutra. O ato educativo implica uma práxis em garantir emancipação do camponês”. (SANTOS e COSTA, 2007, P.121)

Há nessa função educativa, uma importante missão que perpassa os limites do letramento e do ensino técnico, como se tem destacado desde o início.

Portanto, como veremos a seguir, o perfil educativo, isto é, a realidade educativa, deve assumir uma conotação de natureza filosófica de libertação da classe camponesa, das indiferenças e inatividades sociais fomentadas pelos meios dominantes.

Educação crítica: a reflexão como processo de superação do senso comum

A escola deve possuir como função fundamental a formação política da sociedade, tornando os sujeitos conscientes dos seus papéis de protagonistas e construtores da sua própria realidade, capazes de pensar, e tendo essa liberdade, podendo agir de forma mais humana.

Num contexto específico, que é o campo, dotado de suas peculiaridades, a educação precisa adequar-se tanto nas suas características próprias, enquanto forma de ser, para destaque de sua identidade, que se torna inegável a formação dos sujeitos que compõem esse contexto:

“A educação do campo necessita de políticas públicas que promovam mudanças construtivas de qualidade de vida e inclusão social, com a participação de todos os envolvidos” (CARVALHO e COSTA, 2008,P.168).

Isso tem se discutido, devido a uma realidade educacional aquém dessas finalidades propostas, fato que constantemente tem sido observado nas pesquisas e trabalhos científicos recentes, conforme se verifica:

As questões presentes no contexto do campo, também não são devidamente exploradas para que os estudantes possam compreendê-las, fato que dificulta o desenvolvimento de capacidades essenciais à vida, como formação de uma consciência individual e coletiva em relação ao meio ambiente e desenvolvimento de uma visão crítica e reflexiva das relações socioeconômicas e ambientais dentro e fora do campo. (PINHEIRO e ROCHA, 2008, P. 66).

Esse enfoque implica uma série de outras discussões que nos permitirão entender, como se dá esse processo de mudança de realidade educacional passiva, para uma realidade educacional crítica voltada a proporcionar o hábito de pensar, nos futuros sujeitos atuantes da sociedade: os estudantes.

O processo, parte da ação do professor, enquanto mediador do conhecimento, uma vez que esteja, é claro, devidamente consciente de seu papel transformador.

Porem não há que se pensar numa atividade isolada da relação educador e educando, cada um na sua respectiva função. Mas a construção se dá a partir dessa relação entre: educador, educando e conhecimento.

Feitos esses esclarecimentos, acredita-se que o professor em sua prática educacional:

Deve gerar situações que provoquem o desafio intelectual e inquietude diante dos fatos pertinentes às dimensões sociais e naturais. Para tanto é necessário ampliar as possibilidades de compreensão das diferentes relações, contribuindo assim, para a formação emancipatória dos cidadãos do campo, que fundamenta o papel de uma educação voltada à transformação social. (PINHEIRO e ROCHA, 2008, P. 66)

Assim, “pensar e agir criticamente” são conceitos importantíssimos a serem construídos no espaço da escola para que, de fato, ela seja um instrumento de mu-

dança na sociedade, fazendo a diferença e opondo-se aos paradigmas, os quais conduzem os indivíduos em um estilo de reprodução contínua, em que o construir é função atribuída a alguns e não ao grupo social.

A expressão “pensar criticamente” utilizado constantemente aqui, é no sentido de reflexão mais profunda, analisando as coisas, nas suas qualidades que as elegem como coisas. Confrontar aquilo que já se sabe, para porventura saber se aquilo que se sabe, procede enquanto saber adequado, ou se deve ser reformulado, ressignificado.

Esse ato de pensar e agir criticamente, deve se dá não só no âmbito de conteúdos estudados tecnicamente, mas principalmente, no estudo dos elementos que compõem a realidade do campo, por exemplo, a política, a religião, as relações de poder, entre outras atividades sociais que muitas vezes alienam o sujeito.

A educação deve ser uma prática refletida. Um discurso teórico-prático em que se dê a vivência cotidiana do fazer-ser pedagógico. A política não é só uma ação e a educação não é só uma prática, mas ambas devem ser ações-reflexões, conduzindo o educador-educando a um pensar sobre a transformação de si e da sociedade que está em constante mutação. (GHEDIN, 2007, P.40).

Luckesi (1994), enfatiza que o processo reflexivo e crítico enquanto um instrumento da educação, é um norte para a luta por transformação social em aspectos econômicos, políticos e democráticos da sociedade, daí a importância de uma superação da atividade de pensar (simples), para um pensar bem elaborado, que é abordado da seguinte forma pelo Prof Evandro Ghedin:

Neste sentido, no plano teórico e prático, há de operar uma passagem do senso comum à consciência crítica, isto é, buscar uma superação do dogmatismo, do determinismo e dos condicionamentos ideológicos que impedem ao educando de se construir enquanto ser humano crítico e criativo. (GHEDIN, 2007, P.41)

A situação de senso comum, é aquela que favorece aos sistemas de dominação, ou seja, uma postura em que o indivíduo se estabelece enquanto sujeito passivo, onde não se interpreta a realidade e os meios de alienação que se manifestam. Apenas pensa o óbvio, aquilo que está posto diante de si, e não vê as coisas num sentido relacional, ideológico.

Tal postura deve ser superada por um pensar reflexivo em que haja a relação dos elementos, questionando a realidade e suas imposições que visam a alienabilidade dos seus sujeitos passivos, incapazes de questioná-las, revoltar-se e ir constantemente na busca do porquê e de suas razões.

Saviani (1985), afirma que a transição entre o senso comum e a postura filosófica, é um quesito necessário para localizar a educação num aspecto revolucionário. O pensamento reflexivo e crítico, tem que ser base fundante do processo educativo, para isso, nas relações escolares, em sala de aula, há que se criar atitudes que possibilitem o diálogo, propiciando em cada atividade realizada no plano prático das aulas, que os educandos reflitam entre si, colocando-se diante do mundo, enquanto ser que pode agir para a ética, para a política, para a coletividade e o bem comum.

“Educar para o pensamento, é provocar a descontinuidade, uma ruptura no mundo cotidiano, para reconciliar-se com ele num novo significado” (GHEDIN, 2007, P.44).

Nas palavras referidas temos que causar rupturas, com aquilo que se tem como verdade, ou como correto, pode nos levar ao descobrimento de uma nova realidade que não víamos, que não considerávamos. É nesse intuito, de abdicar do mundo que nos é oferecido pelos meios de comunicação e pelas ideologias, que a educação para o pensamento atua. E sua eficácia está em lançar nas bases de formação do ser (educação desde os anos iniciais), uma ensinagem (ensino e aprendizagem) que desperte a consciência filosófica nos seres, desde muito cedo, permitindo que durante todo esse processo educacional, seja possível orientar, direcionar e ajudar os estudantes a internalizarem o hábito de pensar criticamente, expondo suas opiniões, aprendendo com seus erros, ressignificando suas atitudes, havendo espaço para a reflexão sobre os conteúdos propostos, na sala de aula, sobre o seu contexto social a fim de que valorizem, mais tarde, o espaço do Campo nas funções que atuarem na sociedade.

Conclusão

Ao trazermos algumas considerações finais que concluem este trabalho (somente o trabalho, pois à pesquisa constante, cabe uma infinidade de descobertas e saberes), cabe-nos, fazer a aplicabilidade dessas reflexões no âmbito da Educação do Campo – aquela desenvolvida nos povoados que se diferenciam por um infinito rol de diferenças e especificidades, muitas vezes até mais ricas que outros ambientes do Planeta.

Ambiente de lutas e de problemáticas que se instalam em todas as áreas, sobretudo, nas políticas públicas precárias e até inexistentes, como reflexo de um desgoverno, fomentado por uma democracia viciada.

A educação do campo precisa fazer o diálogo com a teoria pedagógica e pressupostos de validação das ferramentas e instrumentos de mudanças sociais, que são os educadores e educandos.

Validação no sentido de fazer se perceber a capacidade do pensamento humano, crítico e reflexivo, enquanto uma arma de desestabilização das hegemonias, de construção política e filosófica do homem, ser bastante idôneo e capaz, que, no entanto se nega por muitas questões a exercer suas habilidades.

É preciso desarmar as práticas pedagógicas acríticas, que se instalam constantemente. É preciso desenvolver um currículo escolar, direcionador de práticas pedagógicas libertadoras. É preciso lutar por uma formação de professores digna e sofisticada no campo das epistemologias e dos pressupostos teóricos.

É preciso partir da reflexão como processo de superação do senso comum para educar para a democracia, educar para a ética, educar para a cidadania, educar para o senso crítico e conseqüentemente para uma sociedade melhor, que longe dos extremos utópicos, diminua consideravelmente a alienação, a miséria, a fome, a “coisificação do ser humano”, a criminalidade e as mazelas sociais que rompem com o sentido de humanidade que ainda existe.

Referências bibliográficas

CARVALHO, Margareth Gomes de. COSTA, Lucinete Gadelha da. **Importância da Leitura para a Construção da Cidadania**. In: GHEDIN, Luis Evandro; BORGES, Heloísa da Silva. (orgs.). Anais do II Seminário de Formação do Professor do Campo. Vol.I. Manaus: BK Editora, 2008.

GHEDIN, Evandro Luis. **Pressupostos Epistemológicos à Formação de professores e sua identidade com o Campo**. In: GHEDIN, Luis Evandro; BORGES, Heloísa da Silva. (orgs.). Anais do I Seminário de Formação do Professor do Campo. Manaus: UEA Edições, 2007.

GONZAGA, Amarildo Menezes. **Contribuições para Produções científicas**. Manaus: BK Editora, 2005.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994

PINHEIRO, Maria Leane Fontes; ROCHA, Sonia Cláudia Barroso da. **A importância da Educação Ambiental para a formação do cidadão do campo: uma reflexão sobre as práticas dos professores**. In: GHEDIN, Luis Evandro; BORGES, Heloísa da Silva. (orgs.). Anais do II Seminário de Formação do Professor do Campo. Vol.II. Manaus: BK Editora, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 6ªed. São Paulo: Cortez – autores associados, 1985.

SANTOS, José Ricardo Almeida dos; COSTA, Lucinete Gadelha da. **Reflexão sobre reforma agrária e formação de professores do Campo**. In: GHEDIN, Luis Evandro; BORGES, Heloísa da Silva. (orgs.). Anais do I Seminário de Formação do Professor do Campo. Manaus: UEA Edições, 2007.

SOUSA, José Vieira de; BORGES, Heloísa da Silva; MONTEIRO, Darlisângela Maria. **A visão de Mundo manifestada por estudantes do Campo como resultante do trabalho pedagógico**. In: GHEDIN, Luis Evandro; BORGES, Heloísa da Silva. (orgs.). Anais do II Seminário de Formação do Professor do Campo. Vol.II. Manaus: BK Editora, 2008.

MANIFESTAÇÕES DE ADOECIMENTO DE EDUCADORES EM ÁREAS RURAIS: NARRATIVAS DE DOCENTES DO SISTEMA MODULAR DE ENSINO (SOME) DO ESTADO DO AMAPÁ

Introdução

Viver e trabalhar na cidade, para algumas pessoas, pode ser concebido como representações de sucesso, de conquista, de liberdade e de autonomia, porém, poderá também ser percebida como sinônimo de stress, do tempo cronometrado, do medo, da distância afetiva e da violência. A vida e o trabalho no campo, para muitos, poderão ter conotações de descanso, sossego, paz, tranquilidade, estreitamento de laços sociais, solidariedade, saúde, qualidade de vida, dentre outros. Da mesma forma, para alguns, poderá ser vista como uma vida “sem graça”, monótona, lugar de poucas oportunidades de crescimento pessoal, econômico e cultural.

Com base nessas breves notas introdutórias, este estudo objetiva identificar e discutir manifestações de adoecimento de professores/as do SOME que atuam em comunidades rurais, no Estado do Amapá e, também, analisar, a partir de relatos de docentes que exercem suas funções em localidades rurais, como a vida e o trabalho na cidade e/ou do campo podem favorecer processos de sofrimentos/adoecimentos. A problemática é resumida e compreendida pelas seguintes indagações: o que as diferentes manifestações de adoecimento de docentes informam-nos sobre as condições do exercício de suas práticas, em áreas rurais? Quais os fatores associados? Quais as vivências de professores e professoras, do SOME, que atuam em áreas rurais distantes da capital?

A pesquisa é, essencialmente, qualitativa. Optou-se, portanto, como técnica para construção de dados, entrevistas e escuta de narrativas de docentes, conforme (VASCONCELOS, 2005; BERTAUX, 2010), sobre suas experiências, condições de trabalho, sentimentos e vivências de adoecimento (CODO, 1999; MENDES, 2008; AGUIAR; ALMEIDA, 2011; DANTAS, 2012). Foi concedido ao entrevistado total

* Universidade Federal do Amapá. E-mail: selma@unifap.br

** Universidade Federal do Ceará. E-mail: cristianpaiva@ufc.br

liberdade para relatar sobre suas vivências como trabalhadores da educação com o intuito de acolher suas percepções e experiências subjetivas de adoecimentos relacionadas à vida e ao trabalho no campo e como estas vivências contribuem para manifestações de adoecimento. Foram entrevistados 20 (vinte) professores, de ambos os sexos.

Para compreender esses relatos, buscou-se na literatura, autores que abordam e analisam os impactos da vida na cidade e suas relações com formas de adoecimento psíquico de seus habitantes. Procurou-se também verificar o que pensam, esses teóricos, sobre as características da vida em áreas rurais. Dos teóricos pesquisados parece ser visível a tendência em afirmar que as pessoas adoecem mais “da mente” na cidade do que no campo, considerando o estilo de vida característico das grandes cidades, reconhecido como estressante, dinâmico, controlado pelo relógio, racional, constantes ruídos, desprovido de relações afetivas mais próximas, entre outros aspectos (SIMMEL, 2001).

Nesse sentido, Durante (2014), relata em uma recente pesquisa, do Instituto de Pesquisa e Orientação da Mente do Instituto (IPOM)¹ realizada com aproximadamente duas mil pessoas, entre 20 a 50 anos, em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Brasília e Fortaleza, mostrou que sete em cada dez pessoas que moram em cidades com mais de dois milhões de habitantes, reconhecem que sentem, com frequência, sintomas que indicam algum tipo de transtorno psíquico. Desse percentual, 95% afirmam se sentir muito estressados, 87% ansiosos em excesso, 72% declaram ter insônia e outros problemas ligados ao sono, 68% depressão, 49% já tiveram ataques de pânico e 37% reconhecem que tem agorafobia².

O estudo também revelou os principais agentes associados, pelos entrevistados a esses distúrbios mentais nos habitantes das grandes cidades: dos sujeitos entrevistados 65% das pessoas atribuíram a superlotação e atrasos dos transportes públicos, 57% ao trânsito caótico, 48% ao excesso de tarefas desempenhadas durante o dia,

¹ O Instituto de Pesquisa e Orientação da Mente (IPOM) é uma instituição destinada às pesquisas e estudos sobre o desenvolvimento da mente e de distúrbios nessa área.

² Transtorno psicológico cuja característica essencial é uma ansiedade acerca de estar em locais ou situações das quais escapar poderia ser difícil (ou embaraçoso) ou nas quais o auxílio pode não estar disponível na eventualidade de ter um *ataque de pânico* ou sintomas tipo pânico (por ex.: medo de ter um ataque súbito de tontura ou um ataque súbito de diarreia) (Critério A). A ansiedade tipicamente leva à esquiva global de uma variedade de situações, que podem incluir: estar sozinho fora de casa ou estar sozinho em casa; estar em meio a uma multidão; viajar de automóvel, ônibus ou avião, ou estar em uma ponte ou elevador. Alguns indivíduos são capazes de se expor às situações temidas, mas enfrentam essas experiências com considerável temor. Frequentemente, um indivíduo é mais capaz de enfrentar uma situação temida quando acompanhado por alguém de confiança (Critério B). A esquiva de situações pode prejudicar a capacidade do indivíduo de ir ao trabalho ou realizar atividades cotidianas (por ex., fazer compras do dia-a-dia, levar os filhos ao médico). A ansiedade ou esquiva fóbica não é melhor explicada por um outro transtorno mental (Critério C) (DSM-IV, 2002).

33% a longas jornadas de trabalho e 24% a pressão de prazos, horários e compromissos.

Para compreender a vida e as próprias caracterizações de cidade buscou-se, primeiramente, a concepção de Alves (2011, p.109), quando afirma:

A metrópole pode ser caracterizada como um espaço de concentração populacional, de riquezas, de tecnologia, de inovação, de difusão da modernidade e de possibilidades, pela existência concentrada de atividades e de serviços, é também marcada pelo aumento da pobreza, da violência, das formas precárias de habitação e, atualmente, no caso brasileiro, pela ampliação do número de trabalhadores informais que ocupam os espaços públicos para a reprodução da vida.

Sposito (2011, p.133) diverge desse pensamento e considera que a cidade e as redes urbanas seriam vistas de outro ponto de vista, porque a diferença possibilita o diálogo e a contradição como motor de transformações, enquanto a desigualdade, quando acentuada, pode ampliar o conflito, a indiferença, a segregação e a fragmentação.

Nunes (2014), no texto “A interface entre o urbano e o rural na Amazônia brasileira”, citando os clássicos Marx, Weber e Durkheim, destaca a contribuição desses autores sobre as relações do homem com o urbano e o rural, porém, segundo a opinião dele quem melhor discutiu o indivíduo e sua relação com o urbano foi Georg Simmel. Nunes retém que Simmel avançou analisando principalmente, os efeitos da metrópole na estrutura mental dos habitantes.

Nunes (2014) também menciona vários outros estudiosos como: Sigmund Freud, Norbert Elias, Michel Foucault, Henry Lefebvre e até mesmo, alguns mais contemporâneos, como Pierre Bourdieu. Para Nunes, esses teóricos consideram a relação indivíduo e sociedade como geradora de conflitos individuais e de desajustes sociais, decorrentes de estímulos nervosos aos quais as pessoas ficam submetidas em função, sobretudo, da vida numa grande cidade. De acordo com a exposição de Nunes, a cidade possui as seguintes caracterizações:

A análise teórica da relação campo/cidade, encara uma relação de oposição e vê a cidade como o lugar da modernidade. Segundo o autor, a cidade seria o lugar onde a racionalização do mundo encontraria condições para se consolidar como ethos, em oposição ao mundo rural calcado em relações primárias, de cunho familiar ou de pequenos grupos. Entre uma situação onde predominaria o anonimato (a cidade) contrapor-se-ia uma outra, onde predominam as relações face-a-face” (NUNES, 2014, p. 2).

Nunes parece apoiar-se em Simmel ([1903]2001), haja vista, que é nesta perspectiva que se destacam as análises deste autor sobre a caracterização do viver na cidade.

Simmel (2001), a vida em sociedades urbanizadas é capaz de gerar certos efeitos psicológicos nos indivíduos que dividem os espaços das cidades. A maioria dessas consequências é negativa para a saúde mental dos indivíduos, e para defender-se, os habitantes metropolitanos são levados a adotar uma série de comportamentos.

Sendo assim, Simmel ressalta uma intensificação de estímulos (externos e internos) sobre a estrutura cognitiva das pessoas, exigindo delas a elaboração de uma “individualidade metropolitana”, gerando assim uma necessidade de adaptação psicológica do indivíduo à vida na metrópole, e, em razão de rápidas e continuadas variações de estímulos, de hábitos, circunstâncias e mudanças rápidas que produzem uma intensificação dos processos cognitivos e da vida emocional, dos sujeitos.

Seguindo esse olhar, Simmel (2001, p. 12) retém que: “A metrópole altera os fundamentos sensoriais da vida psíquica”. O homem metropolitano está exposto a uma quantidade maior de estímulos do que o homem do campo, para o autor a diferença da cidade grande com o campo consiste no antagonismo entre o mais rápido e o mais lento, entre o habitual e o novo, devido a mudanças constantes de imagens, sons, entre outros. Desta forma, “poderia haver uma espécie de “overdose” de estímulos nervosos, isto provocaria uma desestabilização emocional” (LIMA, 2012, p. 151).

Dentro deste contexto, o autor cita como consequência o processo de intelectualização, o distanciamento das relações afetivas, a reserva e a atitude *blasé*, como estratégias de proteção psicológica, para que os sujeitos consigam continuar vivendo na metrópole, o autor enfatiza a atitude *blasé* como decorrência do espírito moderno vivido nas grandes cidades:

O espírito moderno tornou-se crescentemente um espírito calculista. O rigor do cálculo da vida corrente, resultante da economia monetária, correspondente ao ideal das ciências naturais, nomeadamente à ideia de transportar o mundo numa questão aritmética e de fixar cada uma das suas componentes numa fórmula matemática (SIMMEL, 2001, p. 33).

Dessa forma, Simmel (2001, p. 32) considera que a metrópole promove configurações situacionais que exibem o indivíduo a um estilo mental mais racional, mais

³ Fenômeno psíquico definido por Georg Simmel (2001, p. 35) como consequência dos estímulos nervosos que em acelerada mudança, emergem com todos os seus contrastes e dos quais a intensificação da racionalidade metropolitana parece resultar; estimulação máxima do sistema emocional até ao ponto de deixar de ter qualquer reação, forçando assim o sistema nervoso dar respostas aos diversos e incongruentes estímulos ao ponto de esgotar as suas energias, tornando-se incapaz de reagir a novos estímulos.

calculista e ao mesmo tempo, submete o indivíduo às condições psicológicas, diferentemente da vida em pequenas localidades rurais, onde o estilo de vida caracteriza-se pelo “fluir sensorial e mental mais lento, mais familiar, mais tranquilo”, onde as emoções de afetividade são mais presentes nas relações intersubjetivas.

Frente aos “variados e contrastantes estímulos”, que o psiquismo humano é exposto, no contexto das grandes cidades e para adaptar-se às alterações e as contradições dos acontecimentos provocados pela vida na metrópole, o indivíduo desenvolve uma estratégia de proteção e de escape frente às variadas perturbações e intensificação sensorial e psíquica, o homem metropolitano, assim, promove uma capacidade protetora contra essa profunda perturbação psíquica para lidar com a fluidez e descontinuidade do ambiente externo, próprio das grandes metrópoles. Esta maneira racional de enfrentamento da vida na cidade com o tempo torna-o “indiferente a todos os aspectos pessoais” (SIMMEL, 2001, p. 32).

Wirth (2001) expõe seu pensamento sobre o desenvolvimento das cidades, numa linha semelhante a de Simmel. Ele defende que a cidade é produto do crescimento e não da criação instantânea, por isso é de esperar as suas influências sobre os modos de vida de seus habitantes. Wirth (2001, p. 45) diz que:

A influência que a cidade exerce sobre a vida social do homem é superior ao que a parcela urbana da população julga, pois a cidade não é apenas, cada vez mais o lugar de habitação e de trabalho do homem moderno, mas também, o centro que põe em marcha e controla a vida econômica, política e cultural, (...), configurando um universo articulado de uma enorme variedade de áreas, povos e atividades.

Wirth destaca que o crescimento das cidades e a urbanização do mundo são dos fenômenos mais impressionantes dos tempos modernos e que por isso tem seus atrativos. Nesse sentido, Wirth (2001, p. 47) considera que a cidade, principalmente:

A grande metrópole, pode considerar-se resultante da sua elevada concentração de em instalações e atividades industriais, comerciais, financeiras e administrativas, vias de transporte e linha de comunicação, equipamento cultural e recreativo, como a imprensa, estações de rádio, teatros, bibliotecas, museus, salas de espetáculos, óperas, hospitais, instituições de ensino superior, centros de investigação, editoras, organizações profissionais, instituições religiosas e de assistência social.

Wirth observa que não são apenas os recursos e equipamentos econômicos, sociais e culturais, próprios da cidade, que tornam as tornam atrativas, mas também o modo de vida tido como urbano, principalmente, por aqueles que vivem em zonas rurais.

O que atraem as pessoas às cidades? Caracterizando a cidade do ponto de vista social, o Wirth (2001, p. 52) considera que os habitantes da cidade conhecem uns aos outros em papéis altamente segmentados e que “as relações intersubjetivas se realizam mais pelos contatos impessoais, superficiais, transitórios e reservados, diferente das relações no campo, que podem ser de tipo primário, de solidariedade e afetividade”. Por outro lado, o referido autor retém que na cidade:

O indivíduo ganha um certo grau de autonomia e de liberdade relativamente ao controle pessoal e emocional exercido por grupos próximos, por outro lado perde a expressão espontânea da sua personalidade, a postura moral e a sensação de participação, inerentes à vida em sociedade. Isso constitui essencialmente o estado de anomia, ou de vazio social que Durkheim alude ao tentar explicar as várias formas de desorganização social da sociedade industrial (WIRTH. 2001, p. 53).

Dessa forma, Wirth chama à atenção para o fato dos indivíduos viverem e trabalharem em contato estreito, sem que existam laços sentimentais e emocionais entre si. Promovendo assim, o espírito de competição e exploração mútua, como considera Wirth (2001, p.55): “Para contrariar a irresponsabilidade e a desordem potencial tende-se a recorrer a mecanismos de controle”. Como ele próprio exemplifica: “os relógios e os sinais de trânsito simbolizam a ordem social no mundo urbano”

Seguindo essa linha de raciocínio, Wirth em sua abordagem, enfatiza o distanciamento social entre os indivíduos acentuando o caráter reservado dos indivíduos a diminuição das relações pessoais gerando um espaço para a instalação da solidão, além do mais para o autor: “A frequente e inevitável movimentação de um grande número de indivíduos num habitat congestionado dá origem ao conflito e à irritação”. Consequentemente, “O ritmo acelerado e a complicada tecnologia sob os quais se desenrola a vida em áreas de grande densidade fazem acentuar as tensões nervosas resultantes daquelas frustrações pessoais” (WIRTH, 2001, p. 55-6).

Assim, para Wirth (2001, p, 55 e 60): “o mundo urbano valoriza o reconhecimento visual”. Nesse contexto, segundo o olhar do autor funções como a “preservação da saúde, as formas de mitigar o sofrimento associado à insegurança pessoal e social, as providências referentes à melhoria da educação, da recreação e da cultura, deram origem a instituições”.

Na opinião do referido autor é na cidade, mais do que no campo, que os desarranjos pessoais, a desordem mental, o suicídio, a delinquência, o crime, a corrupção e a insegurança podem grassar. Todavia, ele ressalta a necessidade de realizar pesquisas para tais confirmações, embora ele retenha que seja possível analisar tal realidade com base apenas nas manifestações de tais fenômenos. (WIRTH, 2001, p.62).

Sousa (2008, p. 21-2) chama atenção para as transformações econômicas que vem se arrastando desde os anos 70, mais especificamente para a questão do individualismo como “ingrediente cultural-simbólico fundamental do modelo social capitalista”, que tem como características próprias: a globalização, a transição do modo de regulação e do regime de acumulação “fordistas” para o ‘pós-fordismo” e sua acumulação flexível; a precarização do mundo do trabalho, investida neoliberal, e a desregulamentação. Ele alega que essa “desordem despolitizada” e a problemática do medo e da insegurança, são geradoras de processos patológicos, próprios de uma “fobópole” caracterizada como:

Uma cidade em que grande parte de seus habitantes, presumivelmente, padece de estresse crônico (entre outras síndromes fóbico-ansiosas, inclusive transtorno de estresse pós-traumático) por causa da violência, do medo da violência e da sensação de insegurança. (SOUSA, 2008, p. 40).

Bauman (2011) parece concordar com a ideia de Sousa (2008) quando apresenta e analisa o conceito de “mixofobia”, em sua obra: “A ética impossível no mundo dos consumidores”. A respeito desse raciocínio, ele declara:

A mixofobia é uma reação previsível e difundida à variedade esmagadora, arrepiante e estressante de tipos humanos e estilos de vida que se encontram e se acotovelam pelos espaços das ruas das grandes cidades contemporâneas – não apenas nos oficialmente proclamados bairros barra-pesada ou nas “ruas perigosas”, mas também nas áreas de convivência normais (leia-se desprotegidas de “espaços de interdição”). Como estabelecem a multivocidade e a diversidade cultural de ambientes urbanos na era da globalização – condição passível de se intensificar ao longo do tempo -, é provável que as tensões surgidas da vexatória, confusa e irritante falta de familiaridade do cenário deem vazão a ímpetus segregacionistas (BAUMAN, 2011, p. 73)

Sob essa perspectiva, Bauman focaliza para os fatores que precipitam a mixofobia, dentre os quais são citados:

O sentimento de “nós” que expressa um desejo de ser semelhante é um caminho para os homens e as mulheres evitarem a necessidade de olhar mais profundamente para o interior do outro. (...) Esse sentimento promete certo conforto espiritual: a perspectiva de tornar a integração mais fácil de sustentar cortando o esforço de entendimento, negociação e comprometimento exigidos pelo viver em meio a e com a diferença” (BAUMAN, 2011, p. 74).

Duarte (2003, p.174) remete-se a Durkheim (1970) para mencionar que este autor já destacava o individualismo como categoria onipresente na caracterização

da modernidade e que essa carregava uma ambiguidade instauradora e fundamental, como se percebe nas palavras de Duarte (2003, p. 174):

Designava uma categoria de acusação a tudo que parecia corroer a antiga solidariedade social, um “egoísmo” coletivo moderno, ao mesmo tempo em que abarcava os melhores valores associados à cidadania republicana, como as preeminentes liberdade e igualdade.

Concorda-se com o pensamento de Durkheim destacado por Duarte, quando se reporta ao individualismo como característica própria da modernidade, talvez sendo nos dias atuais um dos fatores significativo para o adoecimento mental, haja vista que o individualismo conduz o ser humano à experiência de solidão existencial.

Breve contextualização do sistema modular de ensino

O Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) foi implantado no Estado do Amapá em caráter experimental, em 1982, e em 2005 foi reestruturado, permanecendo até o momento atual para atender às necessidades educacionais e garantir o ensino sistemático à zona rural (localidades de fácil e difícil acesso) do Estado. Respalçado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a saber, a Lei 9394/96, Art. 81, como forma de garantir o acesso ao conhecimento nas diversas localidades do Estado, onde não era possível estruturar o ensino regular, devido às dificuldades contextuais.

Com base em informações concedidas pelo atual coordenador do Ensino Fundamental/SOME, o ensino modular nasce como uma política de governo, em 1982, inicialmente nos municípios do Oiapoque, Pedra Branca e Laranjal do Jari, com o objetivo de formar professores para as localidades, daqueles municípios onde havia carências expressivas de docentes para os anos iniciais da educação básica (1ª a 4ª séries).

Na verdade o ensino modular começou sua experiência em 1982, experiência com professores que foram para região do Oiapoque, bem poucos municípios começaram, o estado levou essa forma de ensino, de educação, mas pra formar pessoas, porque havia uma carência muito grande de professores das séries iniciais, de 1ª a 4ª séries, nesses municípios, então o Estado efetivou o ensino modular, só que assim, sem uma proposta, tanto que os documentos se perderam porque não havia um projeto grandioso, era mais uma política naquela época mesmo. Iniciou no Oiapoque, salvo engano em Pedra Branca e Laranja do Jari, em comunidades só das sedes dos municípios (Trecho de entrevista concedida pelo coordenador do ensino fundamental do SOME/SEED-AP, em 19 de julho de 2014).

A proposta inicial do Modular, à época, tinha como objetivo, de acordo com depoimentos do nosso interlocutor, o seguinte:

O objetivo inicial do modular era para formar os professores que iriam trabalhar nessas comunidades, pra formar professores das séries iniciais, eles (a Secretaria de Educação do Estado/SEED-AP) levavam como se fosse um centro de formação que ia pra lá, formação de professores, só pra formar os professores que iam atuar da 1ª a 4ª séries porque nesses municípios o Estado teria sempre que estar mandando professores pra lá, então o ideal seria que o professor fosse formado lá e já ficasse trabalhando lá (Trecho de entrevista concedida pelo coordenador do ensino fundamental do SOME/SEED-AP, em 19 de julho de 2014).

Esse projeto de caráter experimental funcionais por dois anos e em 1985 deixou de funcionar por 10 (dez) anos, por decisões da Secretaria de Educação do Estado do Amapá/SEED-AP, retornando somente em 1995, com a modalidade, também, do Ensino Médio. Nesse período, o Modular do Amapá buscou inspirações no Modular do Estado do Pará, que já exercia essa modalidade de ensino, como expressa a fala do coordenador da unidade do ensino fundamental:

O nosso ensino modular era um projeto e foi inspirado no modelo do Pará. Porque foi feito um estudo..., e até em 1995 não houve essa inspiração no Pará, depois que ele vai se reformular, se reestruturar quando uma equipe foi para o Pará fazer um estudo para ver como eles (SEED-AP) geriam tanto os recursos humanos quanto os recursos financeiros, pra que pudessem organizar o ensino modular aqui, essa equipe foi lá e sobre esse ensino modular do Pará e veio aqui em 1995 e após essa intervenção, foi introduzido o Ensino Médio também (Trecho de entrevista concedida pelo coordenador do ensino fundamental do SOME/SEED-AP, em 19 de julho de 2014).

O atual coordenador do ensino fundamental do SOME esclarece que o Ensino Modular planejado, inicialmente, para a formação de professores (Curso de Magistério) para as séries iniciais, posteriormente, com inspirações no modelo do Pará, ele se amplia, para o ensino regular: Fundamental e Médio e se estende para atender outras necessidades, como por exemplo, a educação indígena, deixando o seu propósito inicial, que era a formação de docentes para o Curso de Magistério.

O Ensino Médio retorna em 1995, e 1996 o Ensino Fundamental começa, ele inicia em poucas comunidades. Atinge as aldeias indígenas, daí após o ano de 1997 pra 1999, o Ensino Fundamental já começa também a entrar nas áreas indígenas. No caso do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries, que é segundo segmento do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, só que a partir do momento que ele passa atuar no Ensino Médio, nas aldeias, só que não é em formação mais de professores, não é a nível de magistério (Trecho de entrevista concedida pelo coordenador do Ensino Fundamental do SOME/SEED-AP, em 19 de julho de 2014).

Assim, o Ensino Modular foi construindo a sua história com ampliações e adequações segundo a necessidade das comunidades e localidades do Estado do Amapá. Atualmente, o Ensino Modular no Amapá, consta com, aproximadamente, 500 docentes; 360 destes estão vinculados ao Ensino Fundamental e 140 no Ensino Médio⁴.

Os docentes do SOME no Amapá são distribuídos, através de sorteios⁵, para as diversas localidades rurais, que são classificadas como localidades de difícil e fácil acesso e ainda, áreas de rodízios. O acesso às localidades, em sua grande maioria, se dá através de transportes fluviais, devido às características geográficas da região Amazônica. O SOME se desenvolve através de módulos de 50 (cinquenta) horas, de acordo com a disciplina. Os docentes permanecem em cada comunidade em torno de 3 (três) meses e após a conclusão do módulo retornam à capital e para um novo sorteio.

Os docentes que atuam no SOME experimentam muitas dificuldades nas comunidades, onde exercem suas práticas. Essas comunidades, em sua grande maioria, distantes e caracterizadas por múltiplas e variadas dificuldades, dentre as quais podemos citar algumas delas:

1) Ausências de políticas de investimento na qualidade da educação nas zonas rurais, principalmente na modalidade do Ensino Modular;

2) Na maior parte dessas localidades não existem água potável, nem condições de manutenção de alimentos frescos, os docentes levam em suas bagagens água mineral, garrações de gás, colchonetes, redes, alimentos e matérias didáticos, visto que as escolas são desprovidas de quase tudo;

3) As condições de trabalho nessas escolas são bastantes precárias, segundo relatos dos próprios docentes. As aulas acontecem, as vezes, em barracões, sem divisórias, ou as vezes dois ou mais professores compartilham o mesmo espaço;

4) A dieta dos docentes é a base de enlatados, devido à falta de energia para manutenção de alimentos frescos. Segundo apreciações e estimativas do coordenador do Ensino Fundamental/SOME, pela ausência de uma alimentação saldável e água potável, “cerca de 90% dos professores tem *H. pylori*⁶. Nós temos vários casos de

⁴ Informações fornecidas pela Coordenação do SOME/SEED-AP.

⁵ O sorteio é organizado pelos coordenadores de ensino (Fundamental e Médio) através de uma sistemática que considera a realidade e necessidade das escolas que contemplam as comunidades rurais. É, quase sempre, um momento que expressa muita tensão, visto que será, neste momento definido os deslocamentos de professores e professoras para o encontro com novas realidades.

⁶ *Helicobacter pylori* (*H. pylori*) é a bactéria responsável pela maioria das úlceras e muitos casos de inflamação do estômago (gastrite crônica). As bactérias podem enfraquecer o revestimento que protege o estômago, permitindo que os sucos digestivos irrite as paredes do estômago.

câncer de estômago, mortes por câncer de estômago, morte por vários outros tipos de câncer” (Trecho de entrevista concedida pelo coordenador do ensino fundamental do SOME/SEED-AP, em 19 de julho de 2014).

5) Os alojamentos para a permanência dos docentes durante o período de aulas são cedidos pelo governo do estado através da SEED-AP, porém de acordo com os relatos de docentes, as condições são absurdamente precárias: não existem mobília, e quando existe é desgastada; os quartos são pequenos, quentes e muitas vezes infectados. Temem a presença de animais peçonhentos, como cobras e aranhas;

6) Os docentes recebem, além de seus salários, uma gratificação no valor aproximado de R\$ 3.300,00 (Três mil e trezentos reais) como ajusta de custos, contudo, com este valor devem suprir todas as despesas relativas a traslados, alimentação, suprimento de recursos didáticos, despesas com remédios, dentre outras;

Além de todas essas dificuldades, o Ensino Modular exigem dos docentes uma grande capacidade de adaptação. A cada final de módulo, ele se transfere para uma nova comunidade, com novos colegas de trabalho. Uma das reclamações mais recorrente, relacionada aos constantes e contínuos deslocamentos, é o afastamento social. A grande maioria dos docentes do SOME residem em Macapá. Com a ida para o interior do Estado, para o exercício profissional, deixam na capital os seus familiares e amigos. Em decorrência desses constantes afastamentos, os laços sociais se fragilizam e se rompem. O uso de álcool, como forma de compensações sociais é reiterado. Podemos enxergar melhor essas assertivas através da fala de um professor, que atua há 14 (quatorze) anos no SOME:

Porque a gente chega num interior desse, ninguém nos conhece. Quando você começa a fazer amizades, que pra fazer amizades não é assim de uma hora pra outra, é no mínimo 30 dias, 40 dias e você já está indo embora pra outro local, onde começa tudo de novo. Aí o que é que vem como suporte? Álcool, hoje eu sou um alcoólatra. A gente perde a nossa vida sociável, por exemplo, antes eu frequentava a Beira Rio, hoje eu não tenho amigos de Macapá. Os meus amigos, quem me ligou? Eu não tenho mais uma vida sociável em Macapá, eu não tenho mais amigos de Macapá, meus amigos, são amigos do módulo. Eu não tenho mais uma vida sociável... Olha onde é que eu estou? Bebendo! Estou bebendo na minha casa, num sol lindo desse, antes eu estaria numa Beira Rio, numa Fazendinha, num Curiaú, hoje eu estou sozinho na minha casa. Eu estou acabado. Eu conquistei muitas coisas, eu conquistei estruturas econômicas, mas a minha estrutura emocional, minha família, minha mulher, minha filha, foi tudo embora saiba. E quando você adoce a coordenação ainda lhe chama de alcoólatra, “é, se a gente for parar para atender cada alcoólatra do módulo, o módulo para.”. Falaram isso outro dia pra minha colega, uma professora que tentou se matar, ela se sentiu tão ofendida que ela tomou remédio e tentou se matar, foi atendida, hoje ela está em tratamento. Mas 90% dos professores do módulo bebem muito, bebem

muito, bebem muito. E eu perdi minha família, por causa dessa merda desse álcool! (Palavras ditas com tristeza e revolta, acompanhadas de choro) Tudo isso eu atribuo ao modular. (Trecho de relatos um docente/SOME, em entrevista concedida em 03 de maio de 2014).

As declarações acima expressam com riqueza de detalhes, informações sobre as reais condições em que vivem esses profissionais da educação.

Relatos docentes que atuam em localidades rurais, no sistema modular de ensino.

As narrativas que serão expostas e discutidas referem-se aos depoimentos de docentes que atuam no SOME. Os recortes aqui apresentados dizem respeito a processos de sofrimento/adoecimento psíquico vivenciados por esses professores, retirados das entrevistas realizadas, como parte da pesquisa em andamento. Serão apresentados fragmentos de relatos, apenas de 3 (três) docentes⁷:

Relato 01: Professor Alberto: natural de uma comunidade quilombola, próximo a Macapá, 45 anos, separado, pai de quatro filhos, professor estatutário do Estado do Amapá, graduado em Letras. Ingressou no SOME em 2004, na ocasião trabalhava em uma escola particular e por motivos pessoais pediu demissão. Essa decisão gerou um impacto financeiro em seu orçamento familiar, foi quando surgiu a oportunidade de trabalhar no SOME, como forma de suprir as dificuldades financeiras, onde exerce suas funções de professor há dez (10) anos. Na entrevista, o professor Alberto autodenominou-se “dependente do álcool” e relatou sua experiência com a realidade rural, como motivo para iniciação do consumo de álcool:

A minha primeira experiência foi assim: parece assim, que eles faziam de propósito, os novatos pegavam logo os piores locais. Eu peguei Filadélfia do Bailique⁸, 24 horas de viagem de barco, quatro casas, uma igreja... Assim, era a comunidade, a última do Bailique, porque lá até a água é salgada. Aí vem logo a “porrada” né? Eu não bebia, hoje eu estou com um copo de bebida na mão lhe atendendo. Eu não bebia. Aí vem logo aquela falta da família. Eu era casado, mulher linda, minha filha... Aí vem logo, como é que tu vai suprir isso? E a gente não percebe, a gente está tão embebida, emprenhado pela ideia do dinheiro né? Que vai, mas aí vem os problemas logo, olha só, vinte e quatro horas de viagem sem

⁷ Os nomes são fictícios para assegurar as diretrizes e normas regulamentadoras em pesquisas com seres humanos, de acordo com a Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde/CNS/Ministério da Saúde/MS.

⁸ O Arquipélago do Bailique é um conjunto de ilhas que fazem parte do município de Macapá. A sua população é de aproximadamente 6 mil habitantes. O Arquipélago é composto por oito ilhas, apenas duas não são habitadas, a ilha do Meio e Parazinho, sendo que nesta última localiza-se a reserva biológica do Parazinho. Filadélfia é uma das comunidades mais distantes.

um único telefone, para se comunicar pra lá Macapá tinha que pegar um barco, duas horas de viagem (risos irônicos) pra chegar numa comunidade que tinha o telefone, aí chegava lá o telefone não funcionava, aí tudo isso vem! Isolamento total, e como eu disse agora a pouco, o soldado, quando ele vai à operação boina, o Bope, o Exército, eles são preparados pra isso, nós não somos. [Nós professores] de cara, a Secretaria já joga, hoje é sorteio, eu vou pra um interior por sorteio, na época, parece que ele “ah esse é novato, toma o pior lugar”. Nós temos dentro do modular, nós temos o Filadélfia do Bailique, nós temos o Sucurijú⁹, que são lugares extremamente distantes e difíceis de acesso. Eu fui trabalhar no Sucurijú, quando eu terminei meu trabalho eu passei uma semana pra tentar sair de lá. (...) aí imagina, longe da sua família, família natural né? Mulher, esposa, mãe, irmãos, longe de amigos. Porque a gente chega num interior desse, ninguém conhece, ah é aquele pessoal estranho? Quando você começa a fazer amizades, que pra fazer amizades não é assim de uma hora pra outra, é no mínimo 30 dias, 40 dias e você já está indo embora pra outro local, onde começa tudo de novo. Aí o que é que vem como suporte? Do álcool, hoje eu sou um alcóolatra. Pedi minha família, moro sozinho, como você está vendo...nessas condições... (mostra a casa em desordem) (Relatos do professor Alberto, docente/SOME, em entrevista concedida em 03 de maio de 2014.

O professor Alberto afirmou que antes de iniciar a sua experiência como professor do SOME não consumia bebidas alcóolicas, inclusive em sua primeira viagem levou uma “caixa de iogurte”, que foi motivo de risos para outros colegas. Ele atribui o consumo de álcool ao estilo vida solitário na zona rural e ao distanciamento social da vida na cidade, dos amigos e familiares.

Relato 02: Professor Antônio: natural de Santarém, Estado do Para, tem 35 anos, é casado. Afirma ter uma família “bem estruturada”. Atua no Ensino Fundamental no SOME há 10 (dez) anos. Iniciou no ensino modular quando à época era diretor de uma escola de Ensino Fundamental e Médio na comunidade de Tessalônica¹⁰ e em contato com os professores do Modular sentiu o desejo de vivenciar essa realidade movido pelo objetivo de “levar o conhecimento” às comunidades mais longínquas, de difícil acesso. Sua fala evidencia as diferentes dificuldades enfrentadas por esses docentes:

⁹ Sucuriju é um distrito do município brasileiro de Amapá, no interior do estado homônimo à cidade. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população no ano de 2010 era de 939 habitantes, sendo 483 homens e 456 mulheres, possuindo um total de 224 domicílios particulares. Foi criado pela lei federal nº 3.055, de 22 de dezembro de 1956. O Distrito de Sucuriju caracteriza-se por uma planície inundável Fúlvio-marinha, com sedimentos fixados predominantemente por manguezais. Dista em linha reta 120 km da sede do município e 220 km da capital do Estado, Macapá. Apresenta uma área de 16.700 ha, localiza-se no extremo norte do Estado do Amapá, na margem direita do rio Sucuriju, próximo de sua desembocadura. O acesso ao Distrito do Sucuriju tem duas alternativas: via a sede do município de Cutias do Araguari, e daí de barco regional viajando 18 horas, dependendo das condições da maré e das condições climáticas; a segunda alternativa é o deslocamento a partir da sede do município do Amapá, e daí, em barco regional viajando 20 horas, também dependendo das condições de maré e clima.

¹⁰ Comunidade afrodescendente, cerca de 45 km de Macapá, subdistrito do município de Porto Grande. Possui uma estimativa de 191 moradores.

Há exatamente 10 anos, mim encantei com essa modalidade de ensino. Eu estava em uma direção de escola na zona rural de Macapá, comunidade de Tesselônica, eu via os professores que passavam por lá, percebi também a importância dessa modalidade de ensino, já que o Estado não tem, não tinha na época e não tem até hoje não tem condições de atender o ensino regular em distantes localidades. Que a gente sabe tem muitas localidades do Oiapoque ao laranjal do Jari, incluindo até o distrito do Bailique, que são distantes, de difícil acesso (...)

O Ensino Modular, no que se refere às questões estruturais, a gente sofre, trabalhando na cidade a gente tem uma equipe técnica, tem uma infraestrutura nas escolas melhorada, mas no interior a gente passa por muitas situações difíceis por conta que a secretaria nos envia para o interior e não nos dá nenhuma espécie de acompanhamento, mas é uma experiência única trabalhar no modular porque você sai de Macapá designado pra ir pra uma localidade e muitas vezes a gente não tem ideia de como é a localidade, e eu cito, a Vila Brasil que é uma localidade vizinha da Guayana Francesa, eu tive a privilégio de abrir o primeiro módulo naquela localidade de 5ª série, a comunidade, já fazia 4 anos que vinha lutando pela implantação do ensino modular fundamental, nesta localidade.

O ensino modular ele tira o teu tempo com a tua família porque no ano a gente passa praticamente 80% a 90% na zona rural e a tua família não pode ir com você. Não pode levar filho, não pode levar esposa pra comunidade porque você está com um grupo de professores e até que vai, em algumas comunidades próximas de Macapá, você leva a tua família, num dia de recreação, de festa, de lazer, um final de semana, mas no decorrer das aulas, você não pode levar a tua família. Então eu acho que o módulo dá, mas ele tira nesse sentido, a distância com a família, você perde muito.

A gente sente muito... a falta da família porque a gente transfere o carinho e o amor dos filhos, da esposa, para colegas que estão junto conosco e nem sempre isso é receptível. Quando você falou na “Casa do Professor¹¹”, me veio na cabeça, a solidão, que muitos passam no módulo e isso faz com que muitos deles procurem uma fuga que não é muito positiva, que é a questão da bebida alcohólica, em alguns casos até drogas e isso acaba atrapalhando a vida profissional do educador.

A solidão se dá no interior porque muitas vezes você vai dar aula no módulo, você vai com um ou dois colegas em alguns módulos e quando você termina de dar aula, os alunos muitas vezes não moram muito perto, moram distantes e você se torna solitário, fica sozinho né? Então tem que ter um autocontrole muito grande, sempre buscar leituras, você sempre sair um pouquinho na comunidade pra conversar, saber um pouco da comunidade, porque se você se fechar no alojamento você vai ter problemas psicológicos, problemas psíquicos porque você passa muito tempo sozinho. Você conversa você dorme e acorda do lado do colega, mas, às vezes isso não lhe basta, você precisa de mais, ter um divertimento que na zona rural não há esse lazer, falta, muito. Eu vejo muitos colegas, que realmente precisam de um tratamento psicológico por conta dessa solidão do modular.

¹¹ Núcleo de Atenção à Saúde do Professor instituído pela Secretaria de Educação do Estado (SEED) para atender docentes em sofrimento/adoecimento biopsicossocial. Possui um equipe multidisciplinar formada por psicólogos, nutricionistas, fonoaudiólogos, assistentes sociais, pedagogos, entre outros.

O professor Antônio fala do trabalho no Modular como forma de sofrimento mental, devido a precarização das condições de trabalho, mas também, devido a distância social vivenciada pelos docentes, principalmente, em consequência do afastamento familiar e dos amigos mais próximos. Relata, também, da dificuldade de comunicação em algumas comunidades e tudo isso gera solidão e estados emocionais depressivos que podem conduzir alguns professores a formas compensatórias, como a ingestão de álcool e outras substâncias psicoativas, prática que ele assegura ser bastante comum entre os professores o Modular. Ele também acredita que muitos docentes estão precisando de cuidados psicossociais.

Relato 03: Professor Denis: natural de Macapá, 40 anos, casado, exerce a profissão de docência há 18 anos na rede de ensino estadual. É graduado em Pedagogia e pós-graduado em Pedagogia Escolar e Tecnologia em Educação; atua no Ensino Modular a 13 anos. Está lotado na comunidade Maruanun¹². Este professor possui a sua saúde abalada. Para ele a vida no campo tem efeitos terapêuticos, sente-se melhor quando está fora da vida na cidade, embora no momento atual, trabalha em comunidades mais próxima da Capital por que faz acompanhamento psiquiátrico e psicológico no Núcleo de Atenção à Saúde do Professor/Casa do Professor¹³. Seguem seus depoimentos, acerca do trabalho no SOME:

O trabalho nessas comunidades no interior do estado não é fácil: escolas mau estruturadas, com diretores que não tem a mínima formação para ser diretor, para administrar uma escola, a gente ver também o nível dos alunos, dos que vem da 4ª. para a 5ª. série, são alunos com nível baixíssimo. Não sabem escrever o nome, a gente tem que alfabetizá-los. Também a falta de participação dos pais, o pai do interior, ele vai só para festejos nas escolas, dia das mães, festas juninas, não são todos, mas a grande maior.

O problema de transporte, tem comunidade, só dar para fazer um tuno de aulas devido à distância; tem comunidade que se viaja três horas, as vezes encontra a questão da maré des-

¹² Está localizado ao sudeste do Estado do Amapá e distante à 80 km da capital, Macapá. É composto por várias comunidades que são: Conceição, Torrão, Simião, São Raimundo, São José, Auto Pirativa, São Tomé, Santa Maria, Fátima e Santa Luzia. Essas comunidades formam uma região que se desenvolveu em torno do rio Maruanum e representam um contexto cultural e ecológico muito rico com beleza exuberante, que é muito característico da Amazônia. O acesso pode realizado através de via fluvial e também por via terrestre, pela rodovia BR 156, essa rodovia interliga Macapá a Laranjal do Jarí.

¹³ Local onde desenvolvo minha pesquisa. Foi instituído em 2005, como o nome de Serviço de Apoio Psicossocial/SAPS e, recentemente, passou por um processo de mudança estrutural, adaptações físicas, ampliação da equipe multidisciplinar e dos serviços ofertados. Antes funcionava somente intervenções psicossociais, agora oferece também cuidados na área de fonoaudiologia, fisioterapia, nutricionista, dentre outros. A Casa do professor foi inaugurada em 06 de maio de 2014 e no dia 09 do mesmo mês ocorreu um tentativa de homicídio na sala de espera da Casa. Uma professora deferiu quatro tiros em outra professora. As duas eram fazendo acompanhamento na Casa, as duas sofrem de transtorno depressivo e tinham conflitos de natureza pessoal.

favorável; as vezes o governo não paga os barqueiros, então, as aulas ficam interrompidas por 15 dias. Outra coisa é permanência na escola, trabalhei em escolas que o diretor compareceu só no primeiro dia de aula, outras situações que o diretor comparece só no final do módulo, ele chega na escola para receber o diário. Cada professor faz o trabalho ao seu jeito. Se o professor for compromissado, ele cumpre direitinho, se não for ele vai em ora, por isso que o sistema enfraquece, devido ao descaso, o não compromisso com a educação.

O sofrimento psíquico, é um caso sério, tem professores que não tem o costume de ficar longe da família, então estes professores sofrem, ficam mau humorados, por conta dessa distancia, passam de 2 (duas) semanas, e então começam esses sintomas, a pessoa fica reclamando, de estar distante, de não poder ficar com a família, vem as saudades, a falta dos filhos, da esposa, sem poder se comunicar... Tem comunidade que pessoa fica isolada, não tem telefone, tem professores que chegam a se desesperar e por não ter suporte para o professor; pega uma comunidade dessa distante e a diretora ausente... Acredito esse seja um fato que possa contribuir para desencadear distúrbios emocionais.

Essa distância causa um certo sofrimento, leva o professor viver numa comunidade pequena, então você não tem muita opção de ir pra li ou “pra acolá” fica muito restrito. As casas são de palafitas, então as vezes, você vai na casa de alguém, fazer uma visita jogar conversa fora; energia só à noite de 18 às 22 horas, depois disso apaga tudo. Cada um deve estar na sua casa, ou com uma lanterna na mão. Esse contexto também favorece para a questão de relacionamentos amorosos de professores do Modular, professores com alguém da comunidade, com alunas, ou entre colegas. E também por estarem, tristes, leva muito para o consumo de álcool, eles bebem muito, todas noites eles bebem. Acontece mais entre os homens, porém algumas mulheres também bebem. Acho difícil essa pessoa trabalhar no dia seguinte.

Eu gostaria de viver não com esse problema, gostaria de viver tranquilamente. Hoje eu não posso beber uma cerveja, vejo meus amigos bebendo, isso me dar uma certa inveja. Vivo sempre com uma certa frustração. Com esse meu problema, deixei de fazer muitas coisas, não tenho vida social, as pessoas me incomodam. Até pra caminhar, sei que tenho que caminhar, ultimamente uma coisa que está se intensificando é que durmo muito, tenho muita dificuldade para me levantar.

Nota-se que, para este professor, desenvolver suas atividades na zona rural, ameniza, de uma certa forma, o seu sofrimento, haja vista que ele se identifica com estilo de vida no interior e gosta da vida simples, própria das comunidades rurais. O afastamento social é “terapêutico”, considerando o “desconforto”, do qual ele menciona, em estar em ambientes com muitas pessoas, ajudando-o distanciar-se do objeto que lhe provoca sintomas ansiógenos.

É perceptível também, que o seu sofrimento devido o transtorno que é cometido, de não poder conduzir sua vida de forma “normal” como os demais colegas e das conseqüências provocados pelos danos colaterais da doença e das formas de

tratamento medicamentosa. Entretanto, neste caso, parece que o adoecimento psíquico não está, diretamente, relacionado com a vida no campo, nem com a dinâmica própria da cidade, como foi visto em seus relatos, o transtorno de ansiedade e a fobia social já se manifestavam desde a sua infância, sofrendo evoluções a medida que ele foi se expondo, por exigências da profissão, em situações sociais públicas.

Considerações finais

O sofrimento/adoecimento envolve uma multiplicidade de fatores. Não é simples discutir sobre essa temática, haja vista, não somente os fatores relacionados, como também a complexidade própria da subjetividade humana.

Foi possível observar através das narrativas, dos docentes, apresentadas, que para alguns, o campo pode ser um lugar de sofrimento, principalmente, quando apresenta condições de elevada precariedade de vida e de trabalho, como no caso do trabalho desses docentes: precariedade dos alojamentos, do transporte, das condições estruturais e pedagógicas das escolas, da dificuldade de comunicação, afastamento dos familiares, dos amigos, da ruptura de laços sociais, solidão, angústias e ausência de apoio do Estado para com esses trabalhadores, que são lançados nessas comunidades com a exigência que desenvolvam uma educação de qualidade.

Finaliza-se apontando para o fato de que os três relatos apresentados, talvez não sejam suficientes para tecer conclusões mais consistentes sobre a influência da vida na cidade e do campo como agente preponderante no adoecimento psíquico das pessoas, entretanto concorda-se com Simmel (2001), que a vida na cidade, pela sua dinâmica e intensidade de estímulos, pode representar um aspecto de maior vulnerabilidade para o adoecimento mental, porém, o campo, com a sua vida calma e “monótona”, em alguns casos, poderá, também, conduzir a determinadas formas de adoecimento, tudo isso vai depender da modalidade de relações que os indivíduos estabelecem com estas realidades e da sua capacidade de adaptabilidade.

Tem-se consciência de que este trabalho representa reflexões preliminares como exercício de análise e escrita, porém significativo para o processo de investigação do objeto de estudo proposto no projeto de doutorado que encontra-se em andamento.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Rosana Márcia Rolando; ALMEIDA, Sandra F. C. de Almeida. **Mal-estar na educação: o sofrimento psíquico de professores**. Curitiba: Juruá, 2011.

ALVES, Glória da Anunciação. **A mobilidade na produção do espaço metropolitano**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *A produção do espaço social: agentes e processos, escalas e desafios* (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2011.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM-IV-TR**. Porto Alegre, Artmed, 2002.

BAUMAN, Zigmunt. **A ética é possível num mundo de consumidores?** Tradução de Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos**. Tradução Zuleide Alves Cardoso Cavalcante, Denise Maria Gurgel Lavallée. São Paulo: Paulus, 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço social: agentes e processos, escalas e desafios** (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2011.

CODO, Wanderley. **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999.

DANTAS, Marília Antunes. **Sofrimento psíquico: modalidades contemporâneas de representação e expressão**. Curitiba: Juruá, 2012.

DUARTE, Luíz Fernando Dias. **Indivíduo e pessoa na experiência da saúde e da doença**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8(1), 173-183, 2003.

DURANTE, Myriam. **Os grandes centros urbanos estão adoecendo o brasileiro**. Entrevista à Rádio CBN no dia 07/03/2014. Disponível em: <<http://www.ipom-org.com.br/>> Acesso em: 24 mar. 2014.

LIMA, Renata Mayara Moreira de. **A crítica do mundo moderno em Georg Simmel**. *Revista Inter-leggere*, n.º. 10, Jan-jun/2012.

NUNES, Brasilmar Ferreira. **A interface entre o urbano e o rural na Amazônia brasileira: notas para reflexão**. Disponível em: <http://www.jornaldomaass.org/jornal/extra/2007_07_27_09_42_50.pdf>. Acesso em: 5 Abr. 2014.

MENDES, Ana Magnólia (Org.) **Trabalho e saúde: o sujeito entre emancipação e servidão**. Curitiba: Juruá, 2008.

SIMMEL, Georg. **A metrópole e a vida mental**. In: VELHO, Otávio G. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertran-Brasil, 2008.

VASCONCELOS, Sandra Maria F. **Clínica do Discurso**: a arte da escuta. Fortaleza, Premius, 2005.

WIRTH, Louis. **O urbanismo como modo de vida**. In: FORTUNA, Carlos (Org). Cidade. Cultura e Globalização: ensaios de sociologia. Oeiras (Portugal): Celta editora, 2001.

PROCESSO SOCIOCULTURAL AMBIENTAL DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DA FAS NA RDS DO RIO NEGRO

Introdução

Este artigo tem como objeto pontuar o trabalho desenvolvido na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Negro, onde o Núcleo de Conservação e Sustentabilidade/ Escola Estadual Tomas Lovejoy desenvolvido pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS) está presente. O Núcleo representa uma oportunidade para manter acesa a chama da esperança de um desenvolvimento mais justo com as pessoas, mais generoso com a natureza e mais sustentável para as gerações futuras. A partir daí surge a ideia de realizar esta pesquisa, cujo objetivo geral é analisar como o Núcleo de Conservação e Sustentabilidade constrói alternativas de sustentabilidade, para transformar a realidade da Comunidade Tumbira que fica na RDS do Rio Negro.

Para responder este questionamento, serão utilizados metodologicamente, arcabouços teóricos de várias áreas das Ciências Sociais, como o Jornalismo, a Sociologia, a Ciência Política e outras neste segmento, além de abordagens qualitativas e quantitativas. Serão realizadas também pesquisas *in loco*, para verificar se existe uma relação do conhecimento científico ao saber popular tradicional.

O Programa de Educação e Saúde da FAS tem levado várias ações à melhoria da qualidade de vida no interior do Amazonas. Hoje, são sete Núcleos de Conservação e Sustentabilidade (NCS) construídos em Unidades de Conservação (UCs) atendidas pelo Programa Bolsa Floresta, cada núcleo de educação dispõe em sua estrutura física alojamento de alunos, posto de saúde, laboratório multiuso, casa digital, escola, horta e viveiro, laboratório de pesquisa e inovação, e casa do professor, localizados na seguintes Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS):

* Jornalista, pós-graduada em Assessoria de Comunicação e Mídias Digitais, assistente de mobilização na Fundação Amazonas Sustentável (FAS), referente ao Programa de Saúde e Educação. Manaus, AM, Brasil. Telefone: (92) 9380-4113. E-mail: araujosuelen@hotmail.com.

NCS Pe. João Derickx – Carauari – RDS Uacari;

NCS Abelha – Novo Aripuanã – RDS Juma;

NCS Samuel Benchimol – Novo Aripuanã – RDS Juma;

NCS José Márcio Ayres – Uarini – RDS Mamirauá;

NCS Assy Manana – Manaus – Apa do Rio Negro;

NCS São Francisco do Caribi – Itapiranga – RDS Uatumã.

E, a partir dos NCS, são desenvolvidas atividades de apoio às escolas de séries iniciais do Ensino Fundamental nas RDS, bem como ações de qualificação profissional básica para as comunidades com educação complementar ofertando diversos segmentos de capacitação:

Curso Técnico em Produção Sustentável em Unidades de Conservação com a ideia de pensar nas futuras gerações cuidando da cadeia produtiva;

Projeto Ciência na Escola que envolve parceiros, professores e estudantes no processo de produção científica;

Práticas Agroecológicas e Permaculturas que possui diversos módulos voltados para atividades específicas como: sistemas agroflorestais; meliponicultura; hortas, dentre outras atividades produtivas, de acordo com a realidade local;

Projeto Intercâmbio de Saberes com a visão para o engajamento dos jovens tanto na conservação ambiental como na qualidade de vida nas comunidades;

Projeto de Qualificação Profissional em parceria com diversas instituições, oferece cursos livres em diversas áreas de interesse da comunidade, desde manutenção de motores geradores de luz até artesanato;

Projeto de Educação Ambiental para a Gestão Comunitária de Resíduos Sólidos para conscientização para destino correto de pilhas e baterias;

Projeto Incentivo à Leitura incentivando alunos estejam mais expostos a linguagem e escrita, o projeto conta com parcerias em doação de livros;

Projeto Bases do Aprendizado que trabalha diretamente com professores e estuda as melhores maneiras de adaptação de ensino a realidade dos alunos. Adicionalmente o Programa Primeira Infância Ribeirinha – (PIR) implantado nas 19 comunidades da RDS do Rio Negro, com atuação de 16 agentes comunitários de saúde, três supervisores oriundos dos municípios de Novo Airão, Manacapuru e Iranduba. O projeto assiste 180 famílias, 280 crianças de zero a seis anos de idade, além de 40 grávidas.

A RDS do Rio Negro fica entre os municípios de Iranduba e Novo Airão (distante a 200 quilômetros de Manaus) e desde o ano de 2009, o Centro Estadual de Unidade de Conservação, a Fundação Amazonas Sustentável, o Instituto de Terras do Amazonas (ITEAM), entre outros órgãos ambientais, viabilizaram planos de manejo florestal, para que as atividades econômicas sejam feitas de forma sustentável.

Por tanto, este ensaio pretende mostrar também que a estrutura do Núcleo de Conservação e Sustentabilidade conta com inovações tecnológicas, que beneficiam as comunidades que vivem nas RDS do Rio Negro. Como a captação de água de chuva, uma alternativa simples e barata para obtenção de água de boa qualidade, o tratamento de esgotos, para uma melhoria contínua da saúde pública e a energia solar, essencial para promover sistemas de geração de energia renovável em substituição à geração baseada em óleo diesel ou gasolina, além de ser escola laboratório do Projeto Primeira Infância Ribeirinha(PIR). Sem esquecer de fazer um registro histórico dos princípios norteadores do Núcleo de Conservação e Sustentabilidade/ Escola Estadual Tomas Lovejoy na RDS do Rio Negro.

Procedimentos metodológicos

Para o desenvolvimento desta pesquisa que está em andamento, utilizo a metodologia de pesquisa científica apresentadas por Antônio Joaquim Severino (2007), onde o trabalho será qualitativo, embasado na pesquisa bibliográfica. Severino enfatiza que a pesquisa bibliográfica é aquela que “se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de categorias teóricas já trabalhadas por outros autores e pesquisadores” (SEVERINO, 2007, p.122).

Poderá ainda ser classificada como documental, a partir do instante que se utilizar de outros tipos de documentos impressos, num sentido mais amplo, como jornais, gravações e/ou documentos legais, que explicam sobre o surgimento e o andamento dos Núcleos de Educação da Fundação Amazonas Sustentável (FAS).

Uma das principais técnicas metodológicas aplicadas à esta pesquisa será a entrevista, direcionadas para 30 comunitários da Região do Rio Negro, especificamente na Comunidade dos Tumbiras. A entrevista é geralmente uma das técnicas mais aplicadas em pesquisas qualitativas, pois segundo Otávio Cruz Neto (2010) é onde o pesquisador buscará informações contidas nas falas dos atores sociais em estudo.

O valor etnográfico de um relato histórico possui um valor instrumental e depende da definição do conteúdo da investigação. Em muitos casos, os dados que o pesquisador precisa pode ser reunido através de fontes documentais, e este projeto se baseará em muitos documentos oficiais.

Discussão

Quando se fala da população amazônica, ainda há preconceitos, principalmente as interioranas, onde muitas comunidades se auto discriminam e deixam na maioria das vezes o ensino de lado. Discriminam-se nitidamente, ao encarar-se a população amazônica, os elementos nativos e adventícios – os caboclos e os cearenses (expressão esta que abrange os nordestinos em geral) (LIMA, 1975, p. 52).

No Estado do Amazonas, existe a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Negro, criada em 2008, pela Lei 3.335, de 26 de dezembro. No local residem 19 comunidades, distribuídas em uma área de 102.978,83 hectares. Segundo dados do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), têm como principais atividades a agricultura, turismo e manejo florestal madeireiro.

Melhorias para as comunidades do interior do Estado já podem ser visualizadas, através de projetos governamentais, como o Programa de Educação e Saúde da Fundação Amazonas Sustentável, que atua em sete Unidades de Conservação (UCs), trabalhando o lado psicológico – social, ambiental, saúde e cultural, portanto, um ensino transformador. Araújo Lima (2005) pontua que a educação passa a ter uma base psicológica e científica “devemos admitir uma concepção moderna, a da pedagogia fisiopsicológica, reconhecida como fator de transformação humana, no sentido sociológico” (LIMA, 2005, p. 77).

Mas a população amazônica não tinha tanta oportunidade de se capacitar e estudar no século XVIII, período em que os cronistas realizaram suas pesquisas e relatos sobre a Amazônia, com escritos errôneos. Em sã verdade, a região é mal vista, pouco conhecida, erroneamente interpretada (LIMA, 1975, p.47).

Por isso, diante de uma pesquisa científica, é necessário antes de tudo observar todos os fatos, locais, avaliar os relatos dos comunitários, principalmente em se tratando de uma Unidade de Conservação amazônica, que realiza educação ambiental.

Aprender a viver de forma sustentável significa, então levar em consideração o mundo complexo de sistemas de vida existentes, as teias de vida presentes, os princípios da ecologia profunda, a mudança de objetos para relações, a matéria e a forma, a educação para uma vida sustentável, as tecnologias e aprendizagem de novas práticas para educação ambiental, - horta escolar, agricultura orgânica, senso de lugar, crescimento e desenvolvimento -, bem como a devida integração do currículo para se converter no eixo principal dos processos educativos ambientais rumo a uma melhor qualidade de vida basicamente social e comunitária. (MIRANDA; et al, 2004, p.85-86).

“Para que a observação realizada pelo cronista faça sentido para uma etnografia moderna (e não corresponda a uma indução do próprio cronista ou do pesquisador atual), é necessário que ela seja localizada em um eixo que abranja o tempo e espaço” (OLIVEIRA FILHO, 1987, p. 88).

Tais qualidades negativas trouxeram a deformação inter étnica e a degradação das populações nocivas ao homem da Amazônia. Mas apesar de tudo isso “o espírito do índio permanece e sobrevive, nas suas grandes dimensões culturais os que com constitui a maior lição da luta racial secular” da herança do indígena do Brasil (BATISTA, 2006, p. 43).

A sociedade necessita de alternativas de um novo modo de produção de conhecimento e é isso que iremos avaliar diante desta pesquisa, se a Fundação Amazonas Sustentável coloca em prática nos Núcleos de Conservação e Sustentabilidade que se encontram nas Unidades de Conservação do Amazonas, uma nova forma de aprendizagem que contribua para a vida da população. Isso é ainda mais urgente, e por isso, precisamos de uma reflexão epistemológica, já que em nossos países se vê cada vez mais claro que a compreensão do mundo é muito mais ampla que a compreensão ocidental do mundo.

E por isso, nos falta um conhecimento tão global, como a globalização. Esse é um desafio atual, para as novas gerações de cientistas sociais. “Temos que reinventar as Ciências Sociais, porque são um instrumento precioso; depois de trabalhá-las epistemologicamente, devemos fazer com que elas sejam parte da solução e não do problema” (SANTOS, 2007, p.25).

Para Maturana e Varela (1995) os seres humanos são tidos como autônomos, capazes de se auto-reproduzir. Porém dependem de recursos externos para sua sobrevivência. Portanto, para que haja um processo cognitivo eficaz de aprendizagem, é necessário que o ambiente seja propício para tal prática educacional.

A vida é um processo de conhecimento e os seres vivos constroem esse conhecimento a partir do processamento das informações. A aula ministrada pelos professores dentro de Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) sai do espaço tradicional de ensino para um não-formal, tornando um novo local para aquisição do conhecimento, conforme explica García (2005):

O conceito de educação não-formal, assim como outros que têm com ele ligação direta, habita um plano de imanência que não é o mesmo que habita o conceito de educação formal, apesar de poder haver pontes, cruzamentos, entrec choques entre ambos e outros mais. A educação não-formal tem um território e uma maneira de se organizar e de se relacionar nesse território que lhe é própria; assim, não é oportuno que sejam utilizados instrumentais e características do campo da educação formal para pensar, dizer e compreender a educação não-formal (GARCIA, 2005, p.31).

Logo, para a realização de uma pesquisa na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro, devemos adquirir a razão proléptica, significa conhecer no presente a história futura do local. Boaventura diz que a nossa razão ocidental é muito proléptica, expande demais o futuro. Enquanto a razão metonímica, contrai ou /e diminui o presente.

O futuro é limitado, porque nossa vida é limitada, por isso, cuidamos de nossa saúde e alimentação. O autor propõe que estudos descrevem que não é necessário cuidar do futuro da sociedade, porque ele é infinito, mas alerta que devemos visar o futuro de nossas sociedades quase como se fosse um futuro pessoal. É preciso contrair o futuro e, ao mesmo tempo, ampliar o presente. É um procedimento epistemológico.

Vale ressaltar que a observação e as interações que professor e aluno terão neste espaço, são essências para a sobrevivência educacional, como destaca Maturana e Varela (1995) nas interações entre o mundo-objeto e o sujeito (observador) que conhece:

Essencialmente, da observação quanto às interações comportamentais dos seres vivos em seu ambiente e do fato de se ver que tais interações são tão “úteis” à sobrevivência do indivíduo que aparecem como se este viesse -ao mundo já com conhecimentos “prévios” que o processo de seleção evolutiva da espécie “armazenou” (por seleção diferencial) em

sua sobrevivência; _ Ou seja, que o conhecimento é um processo de “armazenamento” de “informação” sobre o mundo ambiente, e que o processo de viver é portanto um conhecer como “adaptar-se” a este mundo adquirindo mais e mais “informação” sobre sua natureza (MATURANA; VARELA, 1995, p.30).

Os alunos da RDS do Rio Negro, poderão se tornar seres autopoieticos, porque passarão por constantes mudanças e tem várias interpretações para um tipo de situação, tais como: de que forma a aula será planejada, se terá alguma atividade lúdica, por se tratar de estudantes do Ensino Fundamental e, logo apesar de ser ministrado o conteúdo é necessário que tenha algo que chame atenção desse aluno. “O capital cultural e o ethos, ao se combinarem, concorrem para definir as condutas escolares e as atitudes diante da escola, que constituem o princípio de eliminação diferencial das crianças das diferentes classes sociais” (BOURDIEU, 2012, p.50).

A comunicação não depende do que é repassado, mas sim de como o receptor recebe esta informação. Isto significa dizer que não importa se é um espaço formal ou não formal de ensino que as aulas serão transmitidas, isso porque o desenvolvimento do sistema nervoso faz com que os atos do ser humano, possam ser avaliados a partir de processos cognitivos de aprendizagem.

Considerações

Fazer com que as comunidades interioranas aprendam a viver de forma sustentável é um dos desafios presentes no Núcleo de Conservação e Sustentabilidade (NCS) da Fundação Amazonas Sustentável (FAS) na RDS do Rio Negro no Estado do Amazonas. A Educação Rural é regida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no Artigo 28 que expõe que na oferta de educação básica para a educação rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especificamente.

Os Núcleos de Conservação e Sustentabilidade (NCS) da FAS oferta educação formal e cursos complementares para estudantes do Ensino Fundamental e Médio, além de cursos de capacitação e qualificação profissional voltados para todo público residente nas Unidades de Conservação do Amazonas, incluindo professores das escolas de Ensino Fundamental I.

Referências bibliográficas

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia**. 2º edição. Manaus: editora Valer, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**/Maria Alice e Afrânio Catani (organizadores) – Petrópolis, RJ: Vozes, 13ª edição. 2012.

CRUZ NETO, Otávio. **O trabalho de campo como descoberta e criação**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010. (p.51-66).

FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL – Disponível em: <http://fas-amazonas.org/>. Acesso em: 01 out. 2013.

GARCIA, V. A. **Um sobrevôo**: o conceito de educação não-formal. In: PARK, M. B & FERNANDES, R. S. Educação Não-Formal – Contextos, percursos e sujeitos. Campinas: Unicamp/CMU, Editora Setembro. 2005.

LIMA, Araújo. **Só a educação transforma os povos**. Organização: Tenório Telles – Manaus: Academia Amazonense de Letras, Editora Valer e Governo do Estado do Amazonas, 2005.

_____. **Amazônia, a terra e o homem, com uma introdução à antropogeografia**; prefácio de Tristão Athayde, 4. ed. São Paulo. Editora Nacional; Brasília, INL, 1975.

MATURANA, Humberto & VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas do entendimento humano. Tradução: Jonas Pereira dos Santos. Editora Psy II, São Paulo, 1995.

MIRANDA, Alair dos Anjos Silva de; et al. **Educação Ambiental numa perspectiva para uma sociedade sustentável no município de Manaus** – Manaus: EDUA, 2004.

NORONHA, Nelson Matos de. **Sociedade e cultura na Amazônia**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2008.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **Sociedades Indígenas e indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero. UFRJ, 1987.

SANTOS, Boaventura de Souza (2007). **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS – CENTRO ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (CEUC) –
Disponível em: <http://www.sds.am.gov.br>. Acesso em 01 out. 2013.

REFLEXÕES A PARTIR DOS DESAFIOS DA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA PARA O INDÍGENA AMAZÔNICO

Introdução

Os desafios de se fazer uma educação indígena amazônica, no qual se mantenha as tradições, a cultura e a língua, vêm desde o tempo dos primeiros cronistas, jesuítas que viveram no Brasil, pois ora queriam “domesticar”, ora pretendiam “moldar” os índios, de acordo com seus costumes e vivências. Mas apesar de já ter se passado muitos anos, parece que essa realidade não mudou muito, o ensino aos indígenas ainda é debatido pelo Ministério da Educação (MEC), instituições de ensino público a nível superior, escolas municipais de nível fundamental, pelos próprios movimentos indígenas, entre outras organizações. Neste sentido, proponho reflexões a partir desta pesquisa que se encontra em andamento no Programa de Mestrado em Sociedade e Cultura da Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), de como vem sendo realizada a educação superior para o índio.

É importante lembrar que no ano de 1988, a Constituição Federal Brasileira assegurou aos povos indígenas alguns direitos fundamentais, especificamente relacionados à educação, como o direito à diversidade cultural. No ano de 1991, surgiu o primeiro marco legal, conhecido como Decreto Presidencial nº 26/1991, que conferiu ao Ministério da Educação (MEC) a competência para integrar a educação escolar indígena aos sistemas de ensino regular. No mesmo passo, retirou-se da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) o encargo de organizar e executar as ações relacionadas à educação no seio das comunidades indígenas.

Em 1993, o MEC produziu o primeiro documento sobre educação escolar indígena, que falava da construção de currículos para a alfabetização e de 1ª a 4ª série, além de destacar a formação de professores de nível médio. Em 1994, foi constituída uma coordenação no Ministério da Educação para cuidar da educação indígena; ela recebeu o nome de Coordenação

* Universidade Federal do Amazonas. E-mail: joycekaroline01@gmail.com

nação Geral de Apoio às Escolas Indígenas – nome que caracteriza bem qual o trabalho a ser desenvolvido. (SOUZA LIMA; BARROSO-HOFFMANN, 2007, p. 91).

E, para dar suporte a educação que ora está em sala de aula, fazendo uso do método tradicional de ensino e que, em muitas situações, se faz na própria comunidade indígena - ao qual chamamos de espaço não-formal -, foi iniciado, em 1995, no Brasil, um projeto de formação de professores falantes da língua indígena, tanto nas etapas presenciais como nas não-presenciais: era o projeto *Yanomami*. Em seguida, surgia a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que abraçou o princípio de que os objetivos, currículos e calendários escolares, nas escolas indígenas, seriam de \neg finidos por cada comunidade. No que diz respeito à educação superior, a Lei pontua que deve ser estimulada a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e o do pensamento reflexivo; além disso, nas suas disposições gerais, ressalta:

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Art. 79. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

I - fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

II - manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

III - desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

IV - elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

§ 3º No que se refere à educação superior, sem prejuízo de outras ações, o atendimento aos povos indígenas efetivar-se-á, nas universidades públicas e privadas, mediante a oferta de ensino e de assistência estudantil, assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais. (Incluído pela Lei nº 12.416, de 2011).

Com as discussões e os movimentos indígenas em torno da temática da educação, foi criado, em 1998, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Com este documento e a Resolução nº 03/99, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE), as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena foram aprovadas, em 14 de setembro de 1999, tendo como fundamento o Parecer nº 14/99¹ do CNE. Dessa forma, ficou determinado que os professores das escolas indígenas sejam, prioritariamente, membros de suas próprias comunidades, ou seja, índio ensinando índio, através das Políticas Públicas estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC). Mas, para isso, é necessária a formação superior. Surgiu então, em julho de 2001, a primeira licenciatura indígena do Brasil, através da Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT). A Universidade Federal de Roraima (UFRR) também implantou cursos específicos para formar professores índios, em dezembro do mesmo ano.

Educação Superior Indígena

No ano de 2004, houve mudanças no MEC, com a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e, dentro dela, passou a existir uma Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena (CGEEI). Nesse período, em 2004, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) realizou uma consultoria para a Secretaria de Educação Superior (SESU), que faz parte do MEC, com o objetivo de aperfeiçoar o ensino básico indígena, através da formação e da capacitação de professores índios. Neste contexto, foi lançado, em 29 de junho do ano de 2005, o Edital do Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (PROLIND), cujo objetivo era promover a elaboração de Projetos de Cursos de Licenciaturas específicas com a finalidade de graduar professores indígenas em nível superior².

(...) mobilizar e sensibilizar as instituições de ensino superior, com vistas à implantação de políticas de formação superior indígena e de Cursos de Licenciaturas específicas; mobilizar e sensibilizar as instituições de educação superior, com vistas à implantação de políticas de permanência de estudantes indígenas nos Cursos de Graduação; promover a participação de indígenas como formadores nos cursos de licenciaturas específicas.³

¹ BRASIL. Ministério da Educação. Parecer 14/99. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/leis2.pdf>> Acesso em: 22 jun. 2014.

² Ver Edital N° 5, de 29 de junho de 2005, publicado no D.O.U. de 30 de junho de 2005, seção 03, página 49.

³ Conferir os objetivos do PROLIND. BRASIL. Ministério da Educação. PROLIND. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17445&Itemid=817> Acesso em: 12 mai. 2014.

Oito universidades públicas foram as primeiras a oferecer, em 2005, cursos de licenciatura intercultural, a partir do edital do PROLIND - SESU/SECAD. No primeiro momento, participaram do certame oito universidades, ofertando licenciaturas interculturais indígenas com habilitações em áreas como Línguas, Literatura e Arte, Ciências da Natureza e Matemática, Ciências Sociais e Humanidades. Dados disponibilizados em 2014, pela Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (CGEEI/SECAD/MEC), mostram que 18 Instituições de Ensino Superior (IES) oferecem curso PROLIND⁴.

Quadro 01: Universidades Públicas com Licenciatura Intercultural Indígena

Nome Instituição	Curso	Cursistas
Universidade Federal de Goiás (UFG)	PROLIND	215
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	PROLIND	262
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	PROLIND	120
Universidade Federal de Roraima (UFRR)	PROLIND	120
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	PROLIND	125
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	PROLIND	546
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	PROLIND	120
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	PROLIND	90
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM)	PROLIND	40
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)	PROLIND	80
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	PROLIND	140
Universidade Federal do Ceará (UFC)	PROLIND	80
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	PROLIND	160
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	PROLIND	46
Universidade Federal do Acre (UFAC)	PROLIND	52
Universidade do Estado do Ceará (UECE)	PROLIND	122
Universidade do Estado de Alagoas (UNEAL)	PROLIND	80
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)	PROLIND	108
18 IES		2506

Fonte: CGEEI/SECAD/MEC

⁴ Os dados foram fornecidos pela Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (CGEEI/SECAD/MEC), via e-mail da pesquisadora em: 02 jul. 2014.

De acordo com dados do Ministério da Educação, referentes ao período de 2007-2012, a matrícula na educação básica, nas escolas localizadas em terras indígenas, apresentou ligeira queda entre os anos de 2011 e 2012. No Ensino Médio, incluíram-se matrículas no ensino integrado à educação profissional e no ensino normal/magistério.⁵

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI)⁶ aclara que a ampliação da oferta do Ensino Fundamental e do acesso ao Ensino Médio resultou no crescimento da demanda pelo Ensino Superior. Cada comunidade indígena tem sua própria organização, além dos costumes e tradições. O acesso à educação promove o diálogo intercultural assim como beneficia as crianças e os jovens indígenas para cursarem o Ensino Fundamental nas aldeias e em escolas direcionadas a este público. Guimaraes e Villardi (2010, p. 45) declaram:

O grande desafio que se apresenta às instituições brasileiras é como viabilizar o acesso de estudantes indígenas à educação superior. A conclusão do ensino médio já é, em si, uma conquista obtida com grande sacrifício pelos jovens e suas famílias. Além das questões de ordem econômica [...]. Estudantes indígenas enfrentam, nas escolas, discriminação e preconceito. Estudantes indígenas enfrentam o despreparo até mesmo de gestores e docentes das escolas, regulares ou supletivas, nas quais o direito à diferença é simplesmente ignorado.

O primeiro curso de Licenciatura Intercultural aconteceu na Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), no ano de 2005. Atualmente, o Ministério da Educação (MEC) descreve que são 20 universidades públicas que oferecem Licenciaturas Interculturais específicas, que estão previstas pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001⁷. Abaixo (Quadro 02), constam as instituições de ensino, neste aspecto⁸.

⁵ BRASIL. Ministério da Educação. **Censo Escolar da Educação Básica 2012 Resumo** Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf> Acesso em: 25 abr. 2014.

⁶ FUNAI - Fundação Nacional do Índio. **Educação Escolar Indígena**. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/educacao-escolar-indigena>> Acesso em: 25 abr. 2014.

⁷ Plano Nacional de Educação. Capítulo 9 Educação Indígena meta 17: “Formular, em dois anos, um plano para a implementação de programas especiais para a formação de professores indígenas em nível superior, através da colaboração das universidades e de instituições de nível equivalente”. Ver em: BRASIL. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 de janeiro de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm> Acesso em: 25 jun. 2014.

⁸ Os dados foram fornecidos pela Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (CGEEI/SECAD/MEC), via e-mail da pesquisadora em: 02 jul. 2014.

Quadro 02: Universidades Públicas com Licenciatura Intercultural Indígena

UF	Instituição de Ensino Superior – Estadual e Federal	Ano do início do curso
MT	Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)	2005
AM	Universidade Estadual do Amazonas (UEA)	2006
MS	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	2006
MG	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	2006
AP	Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	2007
RR	Universidade Federal de Roraima (UFRR)	2007
AM	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	2008
CE	Universidade do Estado do Ceará (UECE)	2008
CE	Universidade Federal do Ceará (UFC)	2008
AC	Universidade Federal do Acre (UFAC)	2008
PB	Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	2009
PE	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	2009
RO	Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	2009
BA	Universidade do Estado da Bahia (UNEB)	2009
BA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)	2010
AL	Universidade do Estado de Alagoas (UNEAL)	2010
MS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	2010
GO	Universidade Federal de Goiás (UFG)	2010
SC	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	2011
AM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM)	2012

Fonte: Fornecido em julho de 2014 pela CGEEI/SECAD/MEC, via e-mail, em resposta à consulta feita pela autora.

As culturas não existem abstratamente, são saberes de grupos e de pessoas históricas, das quais jamais podem ser completamente separáveis. As pessoas são formadas em contextos culturais determinados, mas, são as pessoas que fazem cultura. Nesta concepção, a estratégia intercultural do ensino e a metodologia a ser aplicada durante um curso superior ao indígena, consiste antes de tudo em promover a relação entre as pessoas, enquanto membros de sociedades históricas, caracterizadas culturalmente de modo muito variado, nas quais são sujeitos ativos.

Um currículo intercultural é fundamentado no contexto das comunidades indígenas, e o professor indígena será formado para responder esta realidade específica, a qual se modifica de acordo com os aspectos do tempo e do espaço. Entende-se que essas devem planejar

a formação de seus educandos a partir de projetos específicos de cada comunidade e o professor licenciado deverá estar preparado para exercer docência nessas escolas. (CARDOSO; CABRAL, 2012, p.36).

Deste modo, a educação intercultural apresenta-se como um processo, ou seja, um caminho aberto, complexo e multidimensional, pois envolve uma multiplicidade de fatores e de dimensões: a pessoa e o grupo social, a cultura e a religião, a língua e a alimentação, os preconceitos e as expectativas⁹.

Educação Indígena na UEA

O Projeto Pedagógico do curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) é norteado pela Lei nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº. 10.172/01, Plano Nacional de Educação (PNE), pelo Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RC-NEI), além da Portaria Ministerial 559/91 e da Resolução CNE/CEB nº 003/99. Nesse contexto, essas populações vêm buscando, de forma crescente, o acesso à Universidade e, pensando em habilitar e qualificar professores que já atuam no magistério regular para exercerem suas atividades nas escolas e comunidades indígenas, foi realizado, no ano de 2009, pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e em uma única etapa, o Vestibular Especial-Educação Indígena, ofertando 2.500 vagas para a formação de profissionais da área de educação Indígena, em 52 municípios do Estado, incluindo Manaus. O exame ficou dividido em Grupo I, onde 70 % das vagas foram destinadas a candidatos, índios ou não índios, que exercessem a docência em escolas indígenas. E o Grupo II destinou 30% das vagas aos demais candidatos interessados.

Inicialmente, o curso foi pensado para atender cerca de 2500 alunos, sendo a maioria, indígenas. Ocorreu que, no ato da matrícula, este contingente estimado não foi alcançado e, desses 2500 matriculados, somente cerca de 25% eram indígenas. O curso em questão é ofertado em 52 municípios e tem como uma das estratégias metodológicas, o ensino mediado pelo sistema do IPTV (BARROSO; BETTIOL; AZEVEDO, 2013, p. 3).

Porém, no segundo semestre do ano de 2013, devido à demanda indígena ser reduzida, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), elaborado pela Escola Normal Superior (ENS), foi alterado, deixando de ser Pedagogia Intercultural para apenas

⁹ SOARES, Artemis; LIMA, Priscilla; SOLART, Mireia. **Relato de experiência do cotidiano escolar no Médio Solimões (Maraã-Amazonas) na Escola Kanamari**. In: I Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Anais. Niterói: Coninter. 2012, p.15.

Licenciatura em Pedagogia, que irá ser visto detalhadamente durante a redação da pesquisa.

O curso foi realizado através do ensino presencial mediado por tecnologia - plataforma tecnológica da *Internet Protocol Television* (IPTV) ou (TV.IP), um método de transmissão de sinais televisivos, cuja ação comunicativa se realizou na interlocução televisionada, com o acompanhamento de Professores Assistentes que atuaram como multiplicadores, nas salas de aula dos 51 municípios do interior o Amazonas e na capital amazonense, onde o curso aconteceu. A responsabilidade de gerenciar o sistema ficava a cargo de Professores Titulares que eram efetivos, visitantes e/ou colaboradores. Estes ficam no estúdio em Manaus, assessorados pela equipe de tecnologia televisiva, um método de ensino aplicado desde as primeiras turmas do Programa Especial de Formação de Professores (Proformar) realizado também pela UEA no período de 2005 a 2008, nos 62 municípios do Estado do Amazonas. Todos os alunos estudavam no período de férias escolares: janeiro, fevereiro e julho, após as aulas teriam que voltar para as suas aldeias onde eram professores ou desenvolviam alguma atividade educacional com o indígena.

De acordo com dados obtidos durante esta pesquisa que se encontra em andamento, foram 632 indígenas do Estado do Amazonas, que realizaram o Curso de Licenciatura em Pedagogia em 52 municípios, entre eles constam: Alvarães com 16 indígenas; Amaturá com 16 indígenas; Anamá com três indígenas; Anori com um indígena; Atalaia do Norte com cinco indígenas; Autazes com 21 indígenas; Barcelos com 23 indígenas; Barreirinha com 31 indígenas; Benjamin Constant com 25 indígenas; Beruri com três indígenas; Boa Vista do Ramos com três indígenas; Boca do Acre com oito indígenas; Borba com 28 indígenas; Canutama com três indígenas; Coari com 25 indígenas; Fonte Boa com quatro indígenas; Guajará com um indígena; Humaitá com oito indígenas; Iranduba com um indígena; Japurá com três indígenas; Jutá com nove indígenas; Lábrea com 25 indígenas; Manacapuru com cinco indígenas; Manaquiri com dois indígenas; Manaus com 22 indígenas; Manicoré com 18 indígenas; Maraã com dois indígenas; Maués com 25 indígenas; Nhamundá com 15 indígenas; Nova Olinda do Norte com 24 indígenas; Novo Airão com 34 indígenas; Parintins com 24 indígenas; Pauini com sete indígenas; Santa Isabel do Rio Negro com 31 indígenas; Santo Antônio do Içá com 22 indígenas; São Gabriel da Cachoeira com 23 indígenas; São Paulo de Olivença com 36 indígenas; Tabatinga com 26 indígenas; Tapauá com um indígena; Tefé com 18 indígenas; Tonantins com 21 indígenas e Uairini com 14 indígenas.

Dez municípios do Amazonas não tiveram alunos indígenas para frequentarem o curso de Licenciatura em Pedagogia da UEA, nos quais se incluem Caapiranga, Carauari, Eirunepé, Envira, Ipixuna, Itacoatiara, Itapiranga, Juruá, Novo Aripuanã, São Sebastião do Uatumã. Logo, analisa-se que 84% dos municípios do Amazonas foram contemplados com o curso, enquanto 16% não fez parte das cidades beneficiadas.

Conforme levantamento realizado durante a pesquisa com a Coordenação do Programa de Formação de Professores Indígenas (PROIND) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), integraram o Curso de Licenciatura em Pedagogia, 68 professores titulares, 236 professores assistentes. Durante o processo de execução do Curso, foi-se adotada pela Coordenação Geral, a produção editorial do material que seria utilizado durante as aulas, uma forma de roteirizar a metodologia que seria ministrada. Todo conteúdo das disciplinas era pensado e elaborado pelos professores com aproximadamente seis meses de antecedência, pois todo assunto pedagógico deveria estar de acordo com a cultura de cada povo indígena e questões amazônicas, mas a partir do ano de 2013, a metodologia de ensino mudou, assim como a matriz curricular do curso, deixando de se falar especificamente das questões indígenas e tornando mais amplos os conteúdos.

Considerações

A partir daí, é de suma importância discutir e refletir a proposta estabelecida por Bourdieu, que os professores não conseguem modificar essa realidade, imposta pela cultura legítima. “A instância que se conseguir impor passa a ser aquela que impõe a cultura legítima e a autoridade pedagógica é exercida pelos mandatários dos grupos ou classes que se impuseram, inculcando o seu arbítrio” (BOURDIEU; PASSERON, 2009, p.8). Por isso, não significa dizer que os professores colaboram com a reprodução, eles fazem aquilo que lhes é imposto e que consideram certo para o momento.

Frequentemente, não são os professores e sim o sistema de poder sobre a escola e/ou universidade, no qual os valores passam a ser restabelecidos, seu modo de funcionamento e o tipo de relação com o capital cultural fazem parte da maneira como os docentes devem agir diante da aprendizagem a ser repassada aos discentes.

Esse efeito de reprodução está nítido no curso da UEA, que simplesmente re-dimensionou, em 2013, os princípios norteadores do curso Licenciatura Pedagogia Intercultural, o qual passou a ser Licenciatura em Pedagogia, com apostilamento

intercultural, ou seja, o conteúdo a ser estudado envolveria algumas temáticas indígenas e deixaria de ser realmente proposto ao indígena, como estabelece o Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (PROLIND) do Ministério da Educação (MEC). Em 2009 havia 652 alunos indígenas e 1.956 alunos não-indígenas matriculados. Destes, apenas 632 indígenas se formaram no ano de 2014 e não-indígenas foram 1.290, totalizando uma evasão de 686 discentes. No município de Manaus no ano de 2009 foram 54 alunos matriculados, 15 evadidos e 39 formados em 2014. É importante ressaltar que o PROIND realizou no dia 13 de março de 2014, a primeira colação de grau, em caráter especial de um acadêmico de Manaus da etnia Tukano, que no mesmo ano ingressou no mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e um acadêmico não-indígena que foi investir em uma nova experiência no México.

Portanto, para refletir acerca da organização do ensino superior para os indígenas amazônicos, dirigimos um olhar sistemático aos pressupostos que tornam possível a atitude do docente. Mas, para compreender o contexto histórico da educação indígena, é necessário entender o pensamento social brasileiro, para se chegar ao Pensamento social amazônico, para a construção da realidade, onde o indígena não deve ser deixado como um segundo plano, é necessário um ensino superior ao índio com qualidade, respeito e que predomine a utilização de sua língua nativa.

Referências bibliográficas

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; Rio de Janeiro: LACED/Museu Nacional, 2006.

BARROSO, Regina Barroso; BETTIOL, Célia Aparecida; AZEVEDO, Claudina Maximiano. **Retratos da Diversidade no Programa de Formação do Magistério Indígena (PROIND) da UEA**. In: XXI EPENN, 2013, Pernambuco, PE. ANAIS DO XXI EPENN. PERNAMBUCO (PE), 2013. p. 1-7. Disponível em: <http://www.epenn2013.com.br/EPENN_DISCO/Posteres/GT08/GT08_RETRATOS_DA_DIVERSIDADE.pdf> Acesso em: 15 abr. 2014.

BETTIOL, Célia Aparecida; CABRAL, Romy Guimarães (Org.). **Pedagogia intercultural** v.9. Manaus, AM: UEA Edições, 2012. v. ISBN 9788578832186.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. (Recensão de Ana Paula Rosendo). Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CARDOSO, Fábio Coelho; CABRAL, Romy Guimarães (Org.). **Pedagogia intercultural** v.8. Manaus, AM: UEA Edições, 2012. v. ISBN 9788578832063.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo/Brasília: Cortez. UNESCO/MEC, 1998.

GONÇALVES, Nadia G.; GONÇALVES, Sandro A. **Pierre Bourdieu: educação para além da reprodução**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2006.

GUIMARÃES E VILLARDI. Susana M. G; Raquel. **Educação Indígena**. FGV On line.2010. Disponível em: <<http://moodle.fgv.br/>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

HEMMING, John. **Ouro Vermelho – a Conquista dos Índios Brasileiros**. São Paulo: Edusp. 2007, 811 p. (Coleção Clássicos vol. 27).

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração e análise e interpretação de dados**. – 7.ed.-São Paulo: Atlas, 2008.

SOARES, Artemis; LIMA, Priscilla; SOLART, Mireia. **Relato de experiência do cotidiano escolar no Médio Solimões (Maraã-Amazonas) na Escola Kanamari**. In: I Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Anais. Niterói: Coninter. 2012. (ISSN 2316-266X).

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; BARROSO-HOFFMANN, Maria (Orgs.). **Seminário Desafios para uma Educação Superior para os Povos Indígenas no Brasil: políticas públicas de ação afirmativa e direitos culturais diferenciados**. Trilhas de Conhecimento: Ensino superior de indígenas no Brasil, 2007. Disponível em: <<http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/livros/arquivos/Desafios.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

GT04 - EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E FORMAÇÃO DE
PROFESSORES INDÍGENAS NA AMAZÔNIA

A EPISTEMOLOGIA DA CIÊNCIA DE EDGAR MORIN E AS IDEIAS PEDAGÓGICAS DE PAULO FREIRE COMO CONTRIBUIÇÃO PARA A CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO NO SÉCULO XX

Contexto histórico sobre formação de professores

Desde o século XVII Comenius já preconizava a ideia de formação, surgindo como resposta institucional apenas no século XIX, após Revolução Francesa. A primeira Escola Normal foi proposta pela convenção em 1794, e em 1795, foi instalada em Paris, em 1802 Napoleão ao conquistar o Norte da Itália, instituiu a escola Normal de Pisa nos moldes da Escola Normal Superior de Paris, destinava-se à formação de professores para o ensino secundário, sem preocupar-se com o preparo didático-pedagógico. Além da França e Itália, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos também foram instalando, ao longo do século XIX, suas Escolas Normais.

No Brasil a questão de formação de professores emerge após a independência, quando se pensa na organização da instrução popular, examinando-se a questão pedagógica em articulação com as transformações que se processaram na sociedade brasileira, com esse advento, destaca-se importantes períodos na história da formação de professores. No período de 1827-1890 os Ensaios intermitentes de formação de professores o dispositivo da Lei das Escolas de Primeiras Letras, que obrigava os professores a se instruir no método do ensino mútuo; em 1890 -1932 o estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais, cujo marco inicial era a reforma paulista da Escola Normal tendo como anexo a escola-modelo; em 1932 – 1939 a Organização dos Institutos de Educação onde se destacam as reformas de Anísio Teixeira no Distrito Federal, e de Fernando de Azevedo em São Paulo; no período de 1939 -1971, a Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das Escolas Normais; em 1971 – 1996 a substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério e em 1996-2006, o Advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do Curso de Pedagogia.

* Universidade Estadual de Roraima. E-mail: Jocasa40@hotmail.com

** Federal de Roraima. E-mail: marletelimap@yahoo.com.br.

*** Universidade Estadual de Roraima.

Com o fim do regime militar o problema da formação docente no Brasil seria mais bem equacionado, mas com a nova LDB promulgada em 1996 não foi possível atender a essa expectativa. Ao longo dos dois últimos séculos sucessivos, mudanças relacionadas no processo de formação docente mostraram um quadro de descontinuidade, principalmente no que diz respeito às questões pedagógicas.

No contexto do desenvolvimento histórico sobre a formação do docente, constata-se dois modelos de formação de professores predominantes nas Universidades e demais instituições de ensino superior. Ao Estado prevalecia o modelo napoleônico, à sociedade civil o modelo anglo-saxônico e à autonomia da comunidade acadêmica, para o cumprimento dessa função cabia ao profissional em formação compreender os objetivos e competência específica, como também uma estrutura organizacional.

Ao longo do século XX, até a década de 60, predominou o modelo pedagógico didático, de forma que fossem articulados os conteúdos, caracterizando assim o processo de ensino, tendo com dispositivo legal a formação em nível superior. Hoje se busca repensar a formação do professor com vista aos saberes que se busca na formação e na prática dos professores como forma de poder contribuir na construção do conhecimento, e na formação do educando, o que aponta para uma educação de qualidade.

É com esse objetivo que busca-se através desse trabalho fazer um estudo sobre a epistemologia de Edgar Morin na obra: *Os sete saberes necessários à educação do futuro* e a obra de Paulo Freire, *Pedagogia da autonomia- Saberes Necessários à Prática Educativa*, como perspectiva científica e pedagógica visando a contribuições das ideias pedagógicas dos autores na construção do conhecimento científico da atualidade, principalmente dos professores em formação.

Sobre Edgar Morin e Paulo Freire

Edgar Nahoum antropólogo, sociólogo e filósofo francês, nasceu em Paris 1921, Estudou direito, história, filosofia, sociologia e economia. Nos anos de 1942 a 1944, participou da Resistência, como tenente das forças combatentes francesas, adotando o codinome *Morin*, que conservaria dali em diante. Pesquisador emérito do CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique). Autor de mais de trinta livros, entre eles: *O método* (6 volumes), *Introdução ao pensamento complexo*, *Ciência com consciência* e *Os sete saberes necessários para a educação do futuro*. Em 1960, funda, na École des hautes études em sciences sociales (EHESS), o Centro de estudos de comunicação

de massa (CECMAS), com Georges Friedmann e Roland Barthes, com a intenção de adotar uma abordagem transdisciplinar do tema, e cria a revista *Communications*. Morin é também fundador da revista *Arguments* (1957-1963).

Entre os períodos de 1978 e 2004 – com a crítica ao paradigma científico da modernidade foi reconhecido como o pioneiro e o principal teórico do paradigma emergente da ciência na virada do século XX para o XXI: o pensamento complexo. Após décadas de trabalho, Morin é hoje considerado um dos mais importantes pensadores vivos. É director emérito do Centre Nationale de Recherche Scientifique, Presidente da Associação para o Pensamento Complexo, Presidente da Agência Europeia para a Cultura, membro fundador da Academia da Latinidade, co-director do Centro de Estudos Transdisciplinares da École des Hautes Etudes en Sciences Sociales.

Morin teve como seus influenciadores/colaboradores na formação do pensamento complexo os seguintes autores: Marx, Freud, Lacan, Bachelard, Montaigne, Pascal, Rousseau, Lamartine, Castoriadis, Husserl, Kuhn, Popper, Lakatos e Feysabend e outros. Morin é considerado um dos principais pensadores contemporâneos e um dos principais teóricos da complexidade, por compreender a importância da integração das diversas áreas de saber com seus estudos voltados para a inter e a transdisciplinaridade.

Assim como Morin, outro autor aqui destacado é Freire. Paulo Freire nasceu em setembro de 1921, em Recife Pernambuco. cursou Direito na Universidade do Recife, mas optou por não exercer a profissão. Ao invés disso, dedicou-se à alfabetização de adultos e se tornou um ícone na área da educação popular e um dos pensadores mais notáveis na história da Pedagogia mundial.

Em 1958, num congresso de educação de adultos, convocado pelo então presidente Juscelino Kubitschek, Freire apresentou sua ideia de que o analfabeto não era o problema e alfabetizar não era a solução. Para ele, o problema era a miséria da população. Em 1960 foi criado o MCP – Movimento de Cultura Popular – e, nesse âmbito, ele desenvolveu o seu método de alfabetização para adultos. Com o golpe de estado em 1964, Freire foi exilado e ficou fora do Brasil. Esteve em muitos países do mundo como mundo, como Bolívia, Chile, Suíça e alguns países da África, nunca deixando de desenvolver suas ideias e de escrever seus livros.

A epistemologia de Edgar Morin e a Pedagogia de Paulo Freire é assunto que se discute nesse trabalho visando encontrar uma base epistemológica do assunto em questão e a sua relação com a cientificidade. Morin defende a ideia de que o pensamento humano perpassa por um processo de complexidade e tomo como exemplo

o organismo da sala de aula por ser a constituição de um ambiente que apresenta característica complexa pela diversidade de fatores que direta ou indiretamente contribui para a transformação do homem como um ser racional que pertence e está inserido com num contexto sócio, econômico e cultural de uma sociedade. Ao defender a teoria da complexidade, Morin diz que a contextualização e a interdisciplinaridade, possibilitam o melhor desenvolvimento da aprendizagem, pois as disciplinas se complementam e são interdependentes, possibilitando assim uma visão mais ampla de todo o contexto. Nessa perspectiva a proposta escolar para Morin é a interação entre as diversas ciências, utilizando-se da transdisciplinaridade como um novo paradigma para a construção do conhecimento.

Com base no exposto a relação ensino e aprendizagem contextualizada de acordo com a concepção da complexidade e da diversidade, tem como objetivo transformar a educação, como também proporcionar momentos reflexivos para uma mudança de mentalidade do educador sobre ato de educar, principalmente no que diz respeito às práticas pedagógicas como forma de transformar e construir um novo paradigma sobre o processo ensino e aprendizagem no contexto atual.

Para entender essa concepção tomemos como base as ideias de Morin no livro: *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro e Pedagogia da Autonomia – os saberes necessários à prática educativa* de Paulo Freire, com intuito de discutir a luz de suas teorias as ideias que os autores defendem de forma que possam contribuir para o entendimento e compreensão do processo de formação do professor do futuro. Inicialmente será abordado a obra de Morin e posteriormente de Freire.

Os sete saberes necessários à educação do futuro, foi uma obra escrita pelo Edgar Morin, a convite da UNESCO, em 1999 e nele, o filósofo aponta momentos de reflexões acerca da educação do século XXI, enfatizando a necessidade de repensar as práticas pedagógicas para a atual realidade.

O autor apresenta como primeiro saber, a cegueira do conhecimento, onde enfatiza o erro e a ilusão. Ele afirma que se obtemos conhecimento através do ensino, então obtemos saberes, pois na concepção do autor, “não há conhecimento que não esteja, em algum grau, ameaçado pelo erro e pela ilusão”. (pag. 19).

Nesse aspecto é importante a integração e a reflexão sobre a forma como lidamos e entendemos o erro no âmbito escolar, pois a partir dele é possível compreendermos como se processa a construção do conhecimento científico e o desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem. Sendo o conhecimento resultado de uma reconstrução, organizada por palavras e ideias passivas de acertos e de erros, pois cada indivíduo é dotado de um contexto sociocultural diversificado que possi-

bilita diferentes modos de pensar e de agir a mesma situação, e quando constrói seu pensamento, interpreta sua realidade que difere dos demais, pois cada um é dotado de uma um contexto sociocultural diversificado que possibilita diferentes modos de pensar e de agir a mesma situação.

Ainda com base no erro e ilusões, Morin diz que a educação deve identificar a origem dos erros, das ilusões e da cegueira. Para tanto ele apresenta os erros mentais; os intelectuais e os da razão. Ele afirma que “cada mente é dotada de potencial de mentira para si próprio, que é fonte permanente de erros e de ilusões. Cita como exemplo, o egocentrismo, a autojustificativa, dentre outros aspectos (pag. 21).

O segundo saber diz respeito aos princípios do conhecimento pertinente, o que contraria a fragmentação, a disciplinarização e traz a idéia de rearticulação desta em outros contextos. O conhecimento pertinente defende o que nunca deveria estar fora do pensamento de qualquer pesquisador, a idéia de totalidade do homem e a consequência de suas ações no todo em que vive. Na escola, este saber pode ser trabalhado ao discutir a complexidade do humano, de que todas as áreas do conhecimento estão relacionadas e que não são passíveis de compreensão isoladas umas das outras, devendo realizar um diálogo entre si.

Sendo o conhecimento resultado de uma reconstrução, organizada por palavras e ideias passivos de acertos e de erros, cada indivíduo quando constrói seu pensamento, interpreta sua realidade que difere dos demais, pois cada um é dotado de uma um contexto sociocultural diversificado que possibilita diferentes modos de pensar e de agir a mesma situação.

Ainda com base no erro e ilusões, Morin diz que a educação deve identificar a origem dos erros, das ilusões e da cegueira. Para tanto ele apresenta os erros mentais; os intelectuais e os da razão. Ele afirma que *cada mente é dotada de potencial de mentira para si próprio, que é fonte permanente de erros e de ilusões*. Cita como exemplo, o egocentrismo, a autojustificativa, dentre outros aspectos (pag. 21).

Com relação aos erros intelectuais, ele se refere ao ideário sobre as teorias, as doutrinas e às ideologias, afirmando que as não estão apenas sujeitas a erros, mas também projetam os erros e as ilusões que nelas existem. *Ele diz ainda que as teorias científicas sejam as únicas a aceitar a possibilidade de serem refutadas, tendem a manifestar esta resistência* (pag. 22).

Com relação ao erro da razão Morin fala que a *racionalidade é a melhor proteção contra o erro e a ilusão* por conseguinte ele fala da racionalidade construtiva e da racionalidade crítica. A construtiva elabora teorias coerentes, verificando seu caráter lógico da organização teórica e sua compatibilidade; e a crítica que é exercida parti-

cularmente sobre os erros e ilusões das crenças, doutrinas e teorias. (pag. 23). Morin afirma que a racionalização passa a ser racional porque parte de um princípio lógico perfeito, fundamentado na indução ou na dedução, porém constituem fontes de erros e ilusões, ele ainda diz que:

Começamos a nos tornar verdadeiramente racionais quando reconhecemos a racionalização até em nossa racionalidade e reconhecemos os próprios mitos, entre os quais o mito de nossa razão toda-poderosa e do progresso garantido. (pag. 24).

Essa perspectiva nos leva a crer e concordar com o autor quando ele diz que precisamos reconhecer a educação do futuro como um princípio de incerteza racional, onde essa racionalidade perpassa não apenas pela teoria, pela crítica e pela auto-crítica, onde o erro e a ilusão estão presente em toda e qualquer perspectiva social, porque cada povo estará de posse da “razão e da verdade” vendo-a unicamente de acordo com a sua cultura e origem. Conforme afirma Morin:

Devemos compreender que, na busca da verdade, as atividades auto-observadoras devem ser inseparáveis das atividades observadoras, as autocríticas, inseparáveis das críticas, os processos reflexivos, inseparáveis dos processos de objetivação.(pag. 31).

Nessa perspectiva o autor nos convida a ficar atentos sobre a questão do idealismo e da racionalização que vivemos, afirma que precisamos civilizar nosso modo de ver, de ouvir e pensar nossas teorias, precisamos nos cercar de conhecimento novo, de ideias novas que nos leve a refletir sobre a educação do futuro, sobre uma educação que possa contribuir na formação de um ser humano real.

O segundo saber necessário à educação do futuro na visão de Morin, é o conhecimento pertinente, nesse aspecto ele prima por o ensino que possibilite tanto ao educador como ao educando um conhecimento que abarque o todo. Ele diz que o conhecimento dos problemas-chaves, das informações-chaves relativas ao mundo por mais que seja aleatório e difícil, ele perpassa por várias vertentes, seja político, econômico, antropológico etc. é o conhecimento do próprio mundo, é um conhecimento complexo, é necessário, ao mesmo tempo intelectual e vital. (pag.35).

O conhecimento fragmentado disciplinarmente, não fornece o conhecimento do todo, da realidade total. As relações existentes entre as disciplinas, num determinado contexto, leva ao conhecimento amplo. Essa capacidade de contextualizar informações, dados e conhecimentos devem ser trabalhadas e estimuladas através do ensino, possibilitando o acesso aos educandos sobre as informações do mundo

planetário, sua possibilidade de articulação e organização, abarcando uma proposta de forma multidimensional, passando pela complexidade, ou seja, ligar a unidade à multiplicidade, visando reconhecer e conhecer os problemas globais a partir de um novo paradigma.

Essa complexidade contrapõe a educação do futuro, pois sua inadequação cada vez mais ampla entre os saberes dividido e as realidades ou problemas cada vez mais multidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais e planetários, tornam-se invisíveis o contexto, o global, o multidimensional e o complexo, e o texto necessita do contexto no qual enuncia”. O global é mais que o contexto, “é o conjunto das diversas partes interligadas de maneira Inter retroativa ou organizacional, portanto para compreendermos a complexidade do conhecimento é importante termos a visão do todo, o que nos leva a um conhecimento das partes, com isso a construção do conhecimento dar-se-á de forma mais significativa e prazerosa. Conforme afirma Morin, quando diz que *é preciso efetivamente recompor o todo para conhecer as partes*. (pag. 37).

No diz respeito ao conhecimento multidimensional, o autor diz que tanto os seres humanos como a sociedade são multidimensionais, os mesmos são complexos, e para entendermos o seu desenvolvimento, necessitamos da contribuição de outras ciências, pois uma ciência isolada não nos permite o conhecimento do todo. Morin defende a ideia de que o “conhecimento pertinente deve reconhecer esse caráter multidimensional [...]. Diz também que o conhecimento pertinente deve enfrentar a complexidade, pois *Complexus*, significa o que foi construído junto, pois para ele, “ há um tecido interdependente, interativo, e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si”. (pag. 38).

Com ênfase nessa perspectiva convém lembrar que o mundo que nos rodeia na atualidade esta cada vez mais desafiador e cabe à educação promover uma mudança de paradigmas, principalmente de forma contextualizada para poder acompanhar essas mudanças para isso é fundamental o conhecimento de quem forma e de quem está se formando para o exercício da docência no âmbito atual.

O terceiro saber, apresentado pelo autor diz respeito a ensinar a condição humana. Nesse contexto é importante refletir que a educação na atualidade necessita de um ensino que seja centrado na condição humana, no sujeito real, com suas especificidades. Pois o conhecendo podemos situa-lo no tempo e no espaço e não separa-lo, dito isso, preciso saber quem somos de onde viemos, onde estamos, para

onde vamos. Nessa perspectiva é fundamental lembrar que precisamos conhecer o sujeito e entendê-lo a partir de sua complexidade. Morin (pag. 48) diz que:

A complexidade humana torna-se invisível e o homem desvanece “ como um rastro na areia”. Além disso, o novo saber, por não ter sido religado, não é assimilado nem integrado. Paradoxalmente assiste-se ao agravamento da ignorância do todo, enquanto avança o conhecimento das partes...

Precisamos entender que essa complexidade parte do princípio de que os indivíduos pertencentes a uma sociedade da mesma espécie, a humana, são movidos pela cultura, e tem uma tríade relação: indivíduo-sociedade-espécie, cada um com suas especificidades, portanto prima-se por um ensino planetário, onde deve abarcar essa interação, mostrando que o homem sendo unidade faz parte da diversidade e da multiplicidade. O autor menciona o ensino da literatura e da poesia, diz que o mesmo aborda essa complexidade humana, promove o conhecimento e a contribuição de outras ciências sociais e nos leva a refletir e compreender a complexidade humana.

Com a educação planetária se propõe e perceber a necessidade de se trabalhar a “hominização” voltada para a condição humana, a animalidade e a humanidade, pois como sabemos é a partir da educação que nos tornamos seres humanos, racionais e dotados de uma inteligência, onde a partir dela podemos construir e reconstruir o conhecimento. Morin afirma isso quando diz: “ a hominização conduz a novo início. O homínide humaniza-se. Doravante, o conceito de homem tem duplo princípio; um princípio biofísico e um princípio psico-socio-cultural, um remetendo ao outro” (pag. 51). A educação da atualidade precisa ver e trabalhar o homem pelo processo da racionalidade, não de forma unilateral, pois o mesmo é complexo e carrega consigo características antagônicas.

Morin apresenta como o quarto saber necessário à educação do futuro, o ensinar a identidade terrena na perspectiva da compreensão humana. Nesse contexto, precisamos entender que tanto a condição humana, como a condição do mundo onde o ser humano vive. A compreensão humana envolve além de outros elementos, a empatia e a identificação. Com este entendimento, podemos sair da zona egoística e transformar a sociedade individualista, compreendendo não só a nós mesmos como também aos outros.

Educar para esse pensamento é a finalidade da educação do futuro, na visão de Morin, essa educação deve englobar o todo, pois o que dificulta conhecer nosso mundo e a forma de pensar em vez de desenvolver a aptidão de contextualizar e de

globalizar, uma vez que o ensino na era planetária é pensar sua totalidade, a relação todo-partes, sua complexidade e sua multidimensionalidade. (pag. 64). O autor enfatiza que *o mundo torna-se cada vez mais um todo. Cada parte do mundo faz, mais e mais, parte do mundo e o mundo, como um todo, está cada vez mais presente em cada uma das partes.* (pag. 67). Trabalhar a identidade e a consciência terrenas, é a perspectiva da educação do futuro, da educação planetária.

O quinto aspecto apresentado pelo autor é a incerteza. esse aspecto significa ensinar o aluno a ter a consciência do surgimento do inesperado. Nos dias atuais, a tomada de consciência da incerteza histórica é possível, porém incerto. Isso perpassa com a destruição do mito que temos sobre progresso. Trabalhar com a ideia de que não existe determinismo no progresso; que previsões podem ou não concretizarem-se e que a coragem é um valor que conta para o enfrentamento da realidade.

O autor afirma que *é preciso aprender a enfrentar a incerteza, já que vivemos em uma época de mudanças em que os valores são ambivalentes, em que tudo é ligado.* nesse aspecto ele defende que a educação do futuro deve estar voltada para as incertezas relacionadas ao conhecimento, pois existem algumas amarras em relação a essas incertezas, conforme ele aponta: o princípio de incerteza cérebro-mental decorrente do processo de tradução e reconstrução do conhecimento; o princípio de incerteza lógica; o princípio da incerteza psicológica, e o princípio da incerteza racional, pois se a mesma não mantém autocritica vigilante cai na racionalização.

Com base nos princípios apontados por Morin, fica evidente que nenhum conhecimento é verdadeiramente puro, o que nos leva a refletir e tomar consciência de que as futuras decisões devem ser tomadas levando em consideração o risco do erro, e ao estabelecer estratégias que possam ser corrigidas no processo da ação, a partir dos imprevistos e das informações que se tem, é necessário saber ver e interpretar o contexto da realidade antes mesmo de reconhecer onde está o realismo, pois o conhecimento perpassa por um oceano de incertezas. O autor diz que:

Todas as aspirações que nutriram as grandes esperanças revolucionárias do século XX, mas que forma frustradas, poderão renascer na forma de nova busca de solidariedade e de responsabilidade. (pag. 73)

O sexto saber está relacionado à questão do Ensinar a partir da compreensão, aqui se entende o ensinar para a consciência planetária, sobretudo na era da globalização, que perpassando pelo processo da compreensão do ser humano como tal, o que tornou crucial para a educação do futuro, pois a compreensão não pode ser

quantificada, educar para compreender uma determinada disciplina, é diferente de educar para a compreensão humana, pois para a compreensão humana, compreender é a garantia da solidariedade intelectual e moral da humanidade. (pag. 93) se a informação for bem transmitida e compreendida, traz inteligibilidade, que é fundamental e necessária, porém não suficiente para compreender algo. Nesse propósito Morin apresenta duas formas de compreensão: a compreensão intelectual e a compreensão humana.

Na compreensão intelectual perpassa pela inteligibilidade e pela explicação e a compreensão humana vai além da explicação. (pag. 95). É importante frisar que além das vias econômicas, sociais e culturais é necessário também recorrer às vias intelectuais e éticas para o desenvolvimento da compreensão intelectual e humana. O que nos leva a crer que a problemática da compreensão humana é um assunto de fundamental importância para a educação atual, pois a mesma se apresenta como condição e garantia da solidariedade intelectual e moral da humanidade. E para tanto compreender inclui um processo de empatia, de identificação e de projeção.

O último saber apresentado por Morin a ser discutido, é a questão ética do gênero humano. Nesse aspecto, existe uma tríade, o indivíduo, a sociedade e a espécie. Os indivíduos são mais que produtos do processo de reprodução humana, porém esse processo é produzido por indivíduos de diferentes gerações. A interação entre os indivíduos geram a sociedade, e a sociedade retroage sobre os indivíduos. A cultura por sua vez emerge a partir dessas interações, confere-lhes valores, o que permite a junção e a compreensão dessa tríade de forma indissociáveis, conforme enfatiza Morin, quando diz que:

A ética propriamente humana, ou seja, a antro-po-ética, deve ser considerada como a ética da cadeia de três termos: indivíduo/sociedade/espécie, de onde emerge nossa consciência e nosso espírito propriamente humano. Essa é a base para ensinar a ética do futuro. (pag. 106).

A questão da ética nesse aspecto é vista como a completude da humanidade com uma consciência e cidadania planetária. O autor aponta nesse sentido que a base para ensinar a ética na atualidade, compreende uma decisão de consciência e uma missão antropológica, que perpassa pela complexidade de perceber: a condição humana indivíduo/sociedade/espécie; alcançar a humanidade em nos mesmos em consciência pessoal; assumir o destino humano em sua antinomias e plenitude; trabalhar para humanização da humanidade, alcançar a unidade planetária na diversidade, respeitar o outro, como também suas diferenças, ser solidário, compreensivo e generoso. (pag. 106)

Associado á questão ética o autor trata da questão democrática, ele diz que “a democracia favorece a relação rica e complexa entre individuo e sociedade”, ela é mais que um regime político, é a regeneração continua de uma cadeia complexa e retroativa, pois ele diz que “os cidadãos produzem a democracia que produzem cidadãos. (pag. 107). No entanto o autor ainda diz que não podemos definir a democracia de modo simples, pois ao mesmo tempo que ela comporta a autolimitação do Estado pela superação dos poderes, ela garante ao cidadão direitos e proteção da vida privada.

Para a democracia da era planetária a autor reserva uma atenção especial, visto que os problemas decorrentes nesse contextos deverão ser pensados de forma ampla e ao mesmo tempo individual, levando em consideração os avanços das ciências e da tecnologia, o acesso a comunicação.

Nesse sentido Morin diz: nessas condições, impõe-se às sociedades reputadas como democráticas a necessidade de regenerar a democracia, enquanto, em grande parte do mundo, se apresenta o problema de gerar democracia, ao mesmo tempo em que as necessidade planetárias nos reclamam gerar nova possibilidade democrática nesta escala. E ele continua dizendo: a regeneração democrática supõe a regeneração do civismo, a regeneração do civismo supõe a regeneração da sociedade e da responsabilidade, ou seja, o desenvolvimento da antropológico-ética. (pag. 1112) é importante mencionar a partir desse discurso que problemas morais e éticos *diferem a depender da cultura e da natureza humana*. Então, é de fundamental importância, orientar o indivíduo a exercer sua responsabilidade social, desenvolvendo sua capacidade cidadã fomentando um trabalho de consciência responsável de forma global.

Com base no legado deixado por Morin na obra Os Sete Saberes necessários á educação do futuro, é importante salientar que o autor não propõe aqui a retirada das disciplinas que compõem o currículo escolar, ele nos levar e nos dar a possibilidade de perceber a complexidade na formação de um individuo mais consciente e crítico no contexto atual para que assim possa contribuir para o desenvolvimento e construção do saber humano, situado numa complexidade humana cultural, solidaria intelectual, ética e moral da humanidade. Para tanto o conhecimento global nos dias atuais onde o acesso à comunicação se apresenta de forma muito rápida é fundamental, pois a partir do momento em que se faz compreender o contexto, começamos pensar numa educação que realmente possa proporcionar aos envolvidos compreender que a hominização na humanidade, se dar pela educação, para isso é necessário uma comunidade planetária organizada, para atender o individuo sua especificidades.

As ideias epistemológicas de Morin complementam as ideias pedagógicas de Freire apontada pelo autor no livro *A Pedagogia da Autonomia: os saberes necessários à Prática Educativa*, o autor nessa obra enfatiza o processo de formação do educador enquanto profissional responsável pela formação e transformação do conhecimento. A obra esta dividida em três capítulos e subcapítulos. No primeiro capítulo o autor aborda o tema “Não há docência sem discência” no segundo capítulo ele fala que Ensinar não é transferir conhecimento e no terceiro e ultimo capítulo do livro ele aborda o tema “ Ensinar é uma especialidade humana”

No primeiro capítulo do livro quando o autor aborda o tema Não ha docência sem discencia nos leva a refletir que todos os professores que defendem uma perspectiva progressistas e ou conservadoras, concordam com essa afirmação, pois sem a existências de alunos não haveria necessidade de existir escolas. Nesse “aspecto Freire nos aponta a quebra de paradigmas em relação a” pratica educativo crítica”.

Quando freire diz que Ensinar não é transferir conhecimento, precisamos entender que um dos maiores problemas existentes em grande parte das escolas está relacionado com a forma de educar, o professor precisa ter em mente a consciência de que ambiente escolar leve o aluno a construir o seu próprio conhecimento, que esse conhecimento não fique somente no mundo das ideias. O conhecimento, por ser cultural e social, pode ser “repassado” e precisa de um tratamento especial.

No terceiro e ultimo capítulo do livro ele fala que ensinar é uma especificidade humana e que a segurança ao ensinar deve ser uma característica permanente na atividade docente e que essa atividade deve proporcione possibilidades para que os envolvidos possam se expressarem e crescer, intelectualmente. A partir do erro, das ilusões, creio que uma das qualidades essenciais que a autoridade docente democrática deve revelar em suas relações com as liberdades dos alunos é a segurança em si mesma. É a forma de criar, de inovar, de trabalhar numa perspectiva inovadora e que possa contribuir na formação de um homem critico e participativo, é a segurança de que a partir de uma ação é necessário uma reflexão e que a mesma possa contribuir na melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem. Com essa perspectiva faz-se necessário abordar as ideias de Freire como sendo de fundamental importância no que se busca com esse estudo, que é a resposta aos problemas educacionais existentes através das experiências como professores e também como pesquisador.

Freire foi e continua sendo referência na Educação brasileira. Dedicou-se seu trabalho docente e de pesquisa em favor daqueles, dos jovens e adultos, marginalizados com o objetivo de compreender a situação em que viviam os atores estudados, para então traçar meios de agir sobre eles como forma de contribui para o alcance da

liberdade. O compromisso social de Freire se tornou um mecanismo de inspiração e de motivação para educadores de gerações passadas, presentes e futuras.

Na obra, o pesquisador diz que a escola deve ser um ambiente favorável para que a aprendizagem se torne prazerosa e significativa, para tanto ele alguns requisitos básicos para que isso venha acontecer; ele fala da relação professor-aluno, diz que esse processo deve acontecer sempre a partir do diálogo, da valorizando e do respeito mútuo. Diz que o espaço escolar deve sempre contribuir para o desenvolvimento da curiosidade, da criatividade, do raciocínio lógico e do estímulo à descoberta.

Freire, assim como Morin, defende que a Educação é um processo humanizante, social, político, ético, histórico, cultural e afirma: “*A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda*”. A partir desse aspecto, ele apresenta algumas alguns aspectos necessários que evidenciam os saberes necessários à prática docente.

No primeiro aspecto, ele enfatiza a pesquisa como meio de aperfeiçoamento docente e contínuo, pois através desta, o educador poderá atualizar seus conhecimentos e a partir daí proporcionar e estimular seus alunos a fazer o mesmo; no segundo ele fala sobre a questão do respeito e valorização aos saberes dos alunos, temos que levar em consideração as experiências anteriores á sala de aula, bem como suas especificidades e diversidades culturais levando em consideração também as realidades e necessidades de cada envolvido. Ele prima pela pratica da pesquisa também como fazer pedagógico. Diz que ensino e pesquisa estão inter-relacionadas e é necessário no processo educativo. Conforme afirma abaixo:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino**. Esses que-fazerem se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquisa para constatar, constatando, intervenho, intervindo educó e me educó. Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (pag. 14)

Freire aborda como terceiro aspecto, a questão do comprometimento de todos os envolvidos no processo educacional, pois que tenhamos uma educação de qualidade e para todos é de fundamental importância a parceria e participação de todos os envolvidos, seja professor, aluno, família, sociedade, governos e outros. Para tanto é importante destacar o papel e o compromisso do professor como agente transformador do processo ensino-aprendizagem, pois o mesmo tem um papel fundamental no processo do desenvolvimento humano e intelectual da humanidade

No quarto aspecto ele prima pela reflexão sobre a ação, que a mesma seja constante e que não podemos dissociar a teoria da prática e a prática da teoria, sem perder o verdadeiro sentido, pois essa relação pode propiciar uma melhoria significativa á próxima ação. Ele afirma que A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blablablá e a prática, ativismo.(pag. 12)

No quinto aspecto Ele fala da relação que se deve estabelecer entre educador e educando, diz que a mesma estar alicerçada pelo princípio do aprendizado mútuo, não havendo uma verdade absoluta trazida pelo professor para a sala de aula, uma vez que o aluno ao chegar na escola já traz consigo uma bagagem de conhecimento e de visão de mundo, que a mesma precisa ser estimulado para que assim possa se desenvolver intelectualmente , socialmente e culturalmente.

Para finalizar Freire enfatiza assim como Morin a questão da ética. Diz que a ética é um elemento essencial na prática educativa, pois, “nos tornamos capazes de comparar, de intervir, de decidir, de romper, por tudo isso, nos fizemos seres éticos” (FREIRE, 1996, p.16), em outras palavras, somos seres histórico-sociais e, portanto, nos colocamos pela ética, respeitando a capacidade de cada um e levando em consideração seus aspectos, sócio econômicos e culturais.

Paulo Freire defende a ideia de que o docente não deve se limitar apenas a ensinar dos conteúdos, mas, sobretudo, ensinar o aluno a pensar, a questionar e a construir seu próprio conhecimento, pois para ele, *pensar é não estarmos demasiado certos de nossas certezas.* (p. 28). O pensar de maneira adequada permite aos alunos a se colocarem como sujeitos históricos, de que fazem parte de um mundo complexo.

Ele defende a ideia de que ensinar é, portanto, buscar, indagar, constatar, intervir, educar. O ato de ensinar exige conhecimento e, conseqüentemente, a troca de saberes. Pressupõe-se a presença de indivíduos que, juntos, trocarão experiências de novas informações adquiridas, respeitando também os saberes do senso comum e a capacidade criadora de cada um.

Diz que a verdadeira aprendizagem é aquela que transforma o sujeito, onde os saberes ensinados, são reconstruídos pelos educadores e educandos e, a partir dessa reconstrução, tornam-se autônomos, emancipados, questionadores, inacabados. “Nas condições de verdadeira aprendizagem, os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador igualmente sujeito do processo”. (pag. 26).

Sob esse prisma, percebe-se a posição do educando como sujeito do processo de reformulação do conhecimento, ao lado do educador, passa a ser visto como

agente e não mais como objeto, onde ambos fazem parte do processo ensino-aprendizagem numa concepção progressivista.

Freire considera ainda que: “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (p.21). Dito de outra forma, o docente deve transmitir o conhecimento buscando proporcionar ao discente a compreensão do que foi exposto e, a partir daí, permitir que o mesmo dê um novo sentido, quer dizer, a ideia é não dar respostas prontas, mas criar possibilidades, abrir oportunidades de indagações e sugestões, de raciocínio, de opiniões diversas etc. Jamais impedir as interações, as opiniões, os erros e os acertos, isto é, todos esses elementos permitirão que o aluno alcance o real conhecimento e continue a buscá-lo incessantemente de forma autônoma e prazerosa.

As ideias de Freire e Morin proporciona aos professores a refletir sobre sua prática educativa, como também as mudanças nos paradigmas educacionais vigentes, na perspectiva de poder contribuir através de estudos, pesquisas e discussões sobre os problemas educacionais que se arrastam sem muitas perspectivas.

Com base nas leituras e análise das obras a Pedagogia da autonomia de Freire e os Saberes Necessários à Prática Educativa” de Morin, é importante perceber os seguintes pontos de convergências, que podem ser investigados qualitativamente. Os problemas são diversos, principalmente no que se refere à formação do professor. Portanto os autores defendem a necessidade de uma prática reflexiva do professor, começando pela formação inicial; a *racionalidade*, é o processo pelo qual a educação deva ensinar a pensar certo ou raciocinar. Isso implica estabelecer relações com o real, é a racionalidade que nos conduz ao conhecimento.

Morin propõe que na educação do futuro se ensine “princípio da incerteza racional”, a autocrítica para que não se falseie. A proposta de Freire não é diferente; as Ideias são frutos da nossa criação racional ou também imaginária, o indivíduo que nasce nesse meio, cresce também tomado por elas. Para Morin *“as crenças e ideias não são somente produtos da mente, são também seres mentais que têm vida e poder e podem possuir-nos”* (MORIN, 28).

Com relação a aceitação do novo, os dois defendem essa ideia, enfatizando a consciência da cegueira que nossas ideologias, postulam. Morin alerta e diz que “é preciso ser capaz de rever nossas teorias e ideias, em vez de deixar o fato novo entrar à força na teoria incapaz de recebê-lo” (pag.30). Freire afirma que é “tão fundamental conhecer o conhecimento existente quanto saber que estamos abertos e aptos à produção de um novo conhecimento.

Ao discutirem sobre as incertezas e curiosidades, ambos afirmam que o verdadeiro conhecimento que deve ser ensinado e aprendido reciprocamente, advém da nossa racionalidade que precisa ser questionadora e autoquestionadora, com isso é possível perceber que o conhecimento não é algo dado, estático e irrefutável. Freire contempla isso quando inicia sua fala na obra estudada, ele diz que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 1997, p. 22). Morin diz que são as incertezas que move nossas possibilidades de conhecimento, o que para Freire a “curiosidade” é a incerteza/curiosidade do conhecimento simplista e a mesma presente no conhecimento complexo epistemológico, porém para o seu desenvolvimento é necessário a capacidade crítica.

Com relação ao Conhecimento pertinente e conhecimento epistemológico, os autores defendem um conhecimento para o ser humano e para sociedade de forma contextualizada e multidimensional, pedagogicamente Freire propõe que sejam aproveitados os saberes e as vivências dos educandos discutindo a razão de ser de suas realidades. De forma mais ampla, Morin observa que *o conhecimento, ao buscar construir-se com referência ao contexto, ao global e ao complexo, deve mobilizar o que o conhecedor sabe do mundo* a essa integração Morin chama de “ecologização”.

A respeito da falsa racionalidade e a burocratização da mente, dizem que a educação que desconsidera as dimensões humanas por trás dos educandos, tratando-os de forma mecanicista e impositiva é conivente com o que Morin a chama de “pensamento tecnocrático” e Freire chama de “burocratização da mente”. Morin e Freire apontam na mesma direção quando dizem que num verdadeiro diálogo, alerta para o perigo da “racionalidade burocratizada”

E com relação ao desenvolvimento do ser humano, eles defendem a “hominição” e o “genteficar”. Para eles essa ação se evidencia a partir do momento em que o homem como objeto de investigação considerando o contexto em que está inserido, em busca de compreensão, atuando de forma consciente, crítica e ética no mundo. É o que Morin denomina “unidualidade”. Para o autor o homem é “um ser plenamente biológico, mas se não dispusesse plenamente da cultura, seria um primata do mais baixo nível” (MORIN, pag. 53). Freire complementa quando diz que “quanto mais cultural é o ser, maior a sua infância, sua dependência [...] dos outros animais” (FREIRE, p. 50).

No que se trata da questão ética ou a antropológica, eles primam por uma ética universal humana, dizem que Os indivíduos ao se inserir numa sociedade, interagem entre si, criam e assimilam crenças e costumes, imprimindo a ela simbologias e ca-

racterísticas específicas, pois o indivíduo é produtor e produto da sociedade. Dessa relação recíproca surge a cultura e com isso os avanços do conhecimento devem servir para beneficiar o homem e não para destruí-lo. Com isso é importante que se pense numa ética que possa pensar a íntima relação que há entre o indivíduo e a espécie e entre a espécie e o mundo.

Sobre a compreensão e o saber escutar os autores afirmam que uma das características mais singulares do ser humano é a linguagem. A linguagem não é apenas uma forma qualquer de expressar pensamentos, ideias e sentimentos e sua simbologia através da arte, dos sinais e gestos, apesar disso, sua forma de comunicação também está sujeita a ruídos, erros de interpretação, distorções e ignorância. Portanto, comunicar não implica compreender, mas transmitir de forma inteligível. Para Morin, a compreensão humana é algo mais que comunicar. Para Freire *Escutar é obviamente algo que vai mais além da possibilidade auditiva de cada um. Escuta.*

É importante observar que a abordagem de Morin é bem mais profunda em relação às questões psíquicas, do q de Freire, no entanto as duas se complementam, é importante frisar que o sujeito que ensina, para qualquer nível e modalidade de escolarização, precisa tomar consciência da complexidade das relações que ocorrem durante o processo de ensino e aprendizagem, pois trabalhar teoria por teoria não é suficiente, o professor precisa ter clareza sobre a finalidade da sua prática educativa, precisa refletir sobre as suas concepções, confrontado as suas ideias com outras ideias já formadas e discutidas.

Considerações

Com base nas ideias de Morin e Freire, fica evidente que a pedagogia crítica de Freire e os saberes necessários para a educação no século XXI de Morin não apenas se mostram atuais, como também se apresentam como perspectiva inovadoras no modo de pensar e refletir sobre a formação do profissional professor que as instituições de ensino superior se propõe a formar, é preciso repensar e analisar o papel do professor formador no contexto atual, é necessário refletir sobre a relação teórica-prática, na formação desse professor, é necessário em fim refletir se a prática do professor na atualidade abarca os saberes necessários para a educação no século XXI, de forma a atender o ser humano e sua complexidade, proporcionado uma formação para uma educação planetário e contextualizada, levando em consideração cada realidade, cada cultura e cada especificidade.

Referências bibliográfica

ANTONIO, de Melo torres: **Análise do livro pedagogia da autonomia**, de Paulo Freire.

ARAÚJO, Roberta Negrão. **Formação de professores diferentes enfoque e algumas contradições**. Site IX

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. – Coleção Leitura

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 8.ed. São Paulo: cortez: Brasília, DF: UNESCO.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**,

www.Sielo.br/scielo.php?Php?so-artext&pid=s1517-9702200700020006. Educação e pesquisa. Vol. 33n.2. São Paulo may/aug.2007. acesso 10/08/14.

www.Sielo.br/pdf/cp/v40n140/a1540. Pdf. De Eric Ricardo-2010-acesso 10/08/14.

<http://letrasunifacsead.blogspot.com.br/p/morin-cocepcoes-de-escola-ensino-e.htm> acesso; 29/10/14 as 11:30min.

APLICAÇÃO PEDAGÓGICA DOS CONHECIMENTOS INDÍGENAS E O MÉTODO INDUTIVO INTERCULTURAL: FAZENDO XAROPE PARA DOENÇAS RESPIRATÓRIAS

O Calendário Sociocultural

O presente texto tem objetivo de mostrar uma experiência de estudo a partir do calendário sacionatural, ou seja, cultural da comunidade indígena de Pedra Preta, Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Tendo como base o estudo das atividades sociais como análises da Teoria da Atividade, ou seja, como uma categoria de análises aplicada à educação escolar indígena, para assim, refletir sobre os conhecimentos tradicionais das comunidades através do Método Indutivo Intercultural.

Na minha percepção o calendário sacionatural é um instrumento próprio da comunidade que se transforma numa ferramenta de planejamento educativo intercultural. Porque é um instrumento que se constrói pesquisando as principais atividades humanas, envolvendo os estudantes da escola, explicando as atividades que se realizam em diferentes temporadas do ano; assim como os indicadores climáticos ,vegetais ,animais ,astronomia, os problemas socioambientais e as principais atividades sociais ,rituais ,produtivas e recreativas relacionadas entre a sociedade e natureza.

O marco teórico do Método Indutivo Intercultural vem sendo objeto de reflexões na América Latina 4 e se fundamenta em diversas experiências ,na tentativas de construir propostas pedagógicas inovadoras para escolas indígenas ,que sejam do interesse dos próprios sujeitos do processo escolar para que possa a valorizar e fortalecer as língua, culturas e os valores próprios da sociedade indígenas e, ao mesmo tempo ,promover a articulação e a contradição de maneira crítica ao conhecimentos escolares –universais.

Essa proposta parte de suposto teórico de que as sociedades da floresta amazônica vivem um sistema de vida em que a cultura responde diretamente do meio ambiente no qual o grupo vivência. As necessidades de adaptação ao meio fazem

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: valzinhamacuxi@gmail.com

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: maxim.repetto@yahoo.com.br

que a cultura seja algo inseparável da sociedade e que o mesmo tempo o conceito de cultura pode ser substituído pelo “sociotureza” ou “socionatureza”, uma vez que a cultura responde diretamente pelo campo que envolve as atividades da sociedade e sua interação com a natureza (Gasché Suess & Vela Mendoza, 2011).

Analisando o calendário socionatural, da comunidade pode observar a relação entre a sociedade-natureza todas as atividades sociais, rituais, produtivas e recreativas realizadas na comunidade estão relacionados com os vegetais, os animais, a astronomia e os problemas ambientais. Através desses indicadores podemos marcar o tempo e organizar as atividades ao longo do ano. Como afirma senhor Laurindo da comunidade.

A ligação entre o ser humano e a natureza pode ser percebida diariamente em nossa vida, porque são fontes importantes de mistério e crenças que faz parte da história cultural do povo indígena. Através da observação (do sol, da lua, da estrela, das flores, das frutas e dos animais) que podemos marcar o tempo e organizar as atividades sociais que se realiza ao longo do ano.

Percebemos que as comunidades, os pais e as lideranças se preocupam a incentivar e ensinar os meninos e meninas participar da vida familiar e da vida comunitária para fortalecer a sua cultura e identidade. Os meninos e meninas já nascem, crescem e formam participando diariamente das atividades sociais, rituais, produtivas e recreativas que são realizadas pode ser através da observação e participação conforme as suas capacidades.

O estudo do calendário socionatural pode ser ponto de partida importante para construir uma proposta educativa baseada em um processo dialógico e autônomo que valoriza e fortalece a expressão de cultura indígena a língua de origem utilizando técnicas de investigação etnográfica que ensina as ciências naturais e agroecologia, baseada na apropriação tradicional e conhecimento local da natureza. Para que os meninos e meninas se formam como investigadores de culturas indígenas e aprendam a investigar e construir os seus próprios materiais educativos.

Éste es el eje central para la planeación y organización del proceso de enseñanza-aprendizaje, por lo que primer paso de dicho proceso es su elaboración. Cabe señalar que el calendario de las actividades socioecológicas nunca es definitivo, sino que es cambiante e flexible, ya que, de acuerdo con cambios climáticos, sociales, culturales, productivos, etc. Que se realizan en la vida social de cada comunidad, se pueden anexar actividades no contempladas anteriormente, ya que antes se realizaban en la comunidad o no tenían la relevancia que tienen en la actualidad, así como eliminar aquellas que ya no se practican en la comunidad. (UNEM, 2009, p.74).

A partir da pesquisa do calendário cultural surgiu novas proposta educativa que propõem a construir uma educação intercultural que valorize e fortalecer as línguas, culturas, valores próprios da sociedade indígenas e no mesmo tempo, promovem a articulação e contradição entre os conhecimentos comunitários indígenas e os conhecimentos escolares-universais. É um modelo educativo que permite aproveitar os recursos didáticos que estão presentes em natureza que uma visao de prepara pessoas para

Mais adiante analisaremos com detalhe a teoria da atividade, mas pelo momento nos interessa deixar claro que é através das atividades que a sociedade se relaciona com a natureza, e a partir da mediação com o mundo é que se produz cultura. Por este motivo estudamos as atividades sociais para compreender quais são os conhecimentos indígenas implícitos nela e como se produz na pratica a integração entre sociedade e natureza

Essa atividade de pesquisa foi desenvolvida como parte do trabalho do Estagio Curricular Supervisionado de curso de Licenciatura Intercultural dentro da área de habilitação de Ciências Sociais-CS. Os processos metodológicos utilizados para coletar as informações sobre o calendário cultural foram através de observação participativa nas atividades de brocas, de derrubas, de coivaras, de capina, de plantação, da colheita e armazenamento. Entrevista fechada individuais com alguns anciãos e pais de famílias.

Durante a pesquisa realizamos oficina em colaboração com os professores e os acadêmicos da área de Ciências da Natureza Odivilson da Silva e Gilmar Brasil da Silva que trabalham essa mesma linha de pesquisa. Elaboramos questionários sobre os sete indicadores e as principais atividades do membro da comunidade e das crianças foram distribuídos em grupos misturados entre os pais, estudantes, comunidade, professores e os anciãos.

A continuação apresentamos o resultado do levantamento do calendário cultural da comunidade Pedra Preta, explicando a relação entre os indicadores e a vida da comunidade.

O mês de janeiro é o período em que são realizadas diversas atividades produtivas como a brocas, das roças, de mata virgem e capoeiras, construção de casas comunitárias onde se realizam diversos eventos, reunião e festas comemorativas, formaturas, comidas coletivos, pescaria, caçada são atividades que são programadas e realizadas em forma coletiva. Tempo que os meninos e meninas estão de férias acompanhando diretamente os pais e a comunidade nas atividades programadas.

As mulheres nesse período colhem mandioca para preparar o beiju, a farinha e o caxiri para saciar nos trabalhos coletivos das roças e na família. Ajuda o marido a buscar os caibros, ripas para a construção de casa. Ajuda a broca os matos finos das roças e acompanha o mesmo nas pescarias aproveita os rios e lagos quando estão secando.

Nesse período os meninos e meninas entre as fases de quinze a dezenove anos de idade estão de recesso escola, acompanham os seus pais e comunidade diretamente nas atividades produtivas de brocas, derrubas das roças, construção de casa na pescaria com caniço, tarrafa, malhador, ajuda os pais a colher mandioca, para prepara a farinha, o carixi e o beiju que são alimento tradicional que não pode falta na mesa do povo Macuxi.

Os meninos e meninas entre a fase de dez a quatorze anos idade, compartilham também nas atividades coletivas com forme a sua capacidade ajuda os pais e comunidade a brocar os matos baixos das roças, ajuda a buscar os produtos da roça como: a mandioca, o milho, o mamão a cana, banana, cara e outros e também ajuda a mãe prepara a farinha, o beiju e o caxiri.

Os meninos e meninas entre as fases de oito a nove anos de idades, compartilham com os pais trazendo alguns produtos da roça em pequenas quantidades como (mamão, cana, laranja, milho, mandioca, banana, cara, batata e outros), acompanham seus pais na roça, na pescaria para o canaimé não mata.

Os meninos e meninas entre a fase de seis a sete anos de idades brica de nada com no rio, adora brincar de peteca, apanha manga e azeite, ajuda um pouquinho à mãe a raspa, lava a mandioca, coloca mandioca na bacia para lava e também ajuda coloca casca de mandioca no saco para jogar no debaixo das plantas.

O clima é quente e frio bastante vento com barulho as pessoas sentem muito frios e usam roupas de frios para se proteger. Esses ventos e para que ajuda a seca o lagos, rios e igarapés. Segundo senhor, Laurindo e Floriano.

Tempo que o pau d'arco esta florado, as frutas silvestres que estão maduras são: ingá do mato, jatobá e cabeça de macaco e os estão carregados são amendoim de paca *urana anapîye* Baco do mato. Tempo que azeitona e manga estão maduras.

Nesse tempo os animais silvestres estão magro, devido que as frutas que os mesmos se alimentam ainda não estão maduras por isso anda mais longe a procura de comida e água e também foge com medo de queimadas. Acontecem queimadas por pessoas que não tem consciências pela biodiversidade. Segundo senhor Laurindo e Lauriano quando o sol esta com círculo ao redor que chamamos de “chapéu” indica que não vai chover muita seca, indica verão.

Em fevereiro a comunidade continua ainda com as atividades das brocas das roças, iniciam as queimadas, coivaras e destocas das roças, acontece reunião comunitária para programa o trabalho local, reunião pedagógica da escola para planejamento anual, visita das lideranças nas três comunidades pertence o centro de Pedra Preta (Iainã, Maloquinha e Bananal).

Realiza a prática tradicional da prova de tucandeira para espanta o espirito mal, as doenças e as preguiças das crianças para voltarem com mais coragem e ânimo de estudar. O pai de famílias continua pescando, caçando e colhendo mandioca para prepara caxiri, farinha e beiju. Nesse período os meninos e meninas entre as fases de quinze a dezenove anos de idade participam da reunião comunitária para programa as atividades do trabalho local, da reunião escolar para planejamento anual e inícios das aulas.

Os mesmos também acompanham as lideranças nas visitas nas comunidades que pertencente o centro de Pedra Preta, nas quais foram citados os nomes, ajuda os pais e comunidade nas atividades que foram citados acima.

Os meninos e meninas entre as fases de dez a quatorze anos de idades também participam da reunião comunitária e escola, para discutir assunto citados anteriormente, ajudam os pais e comunidade à broca, coivara e destocar as rocas conforme a sua capacidade, pescam com anzol e mosquiteiro e ajuda à mãe a raspa, lava e rala mandioca para prepara a farinha, o caxiri e o beiju.

Os meninos e meninas entre a fase de oito a nove anos de idades participam da reunião comunitária e escolar para discuti assunto como foi citados acima, ajuda os pais a coivara as, acompanha na pescaria para o caneime não mata. Ajuda a mãe carrega água, brincam de futebol nos finais de semana.

Como de costume tradicional as meninas e meninas tem obrigação de participadas reuniões da escola e comunitárias onde são debatidos vários assuntos importantes para os desenvolvimentos da comunidade.

Os meninos e as meninas entre as fases de seis a sete anos de idades ajudam indiretamente a mãe nas atividades de raspa, lava mandioca, ajuda irmã joga casca de mandioca e coloca lenha para dentro da casa, brincam de bolinhas de barro, de amarelinha e manja com os colegas ao redor das suas casas.

Segundo senhor Laurindo quando o céu esta estrelado nas noites indica “verão”. O clima é marcado pela ausência das chuvas, as madrugadas frias, bastante vento com barulho dias ensolarados, o rio fica raso, as praias aparecem, dificulta os barqueiros a navega sobre as águas.

Tempo os pés de balata, patuá, bacaba, buritizeiro, mamão bravo, chapéu de sol, freijó, pau capoeira, fruto do jabuti e goiabinha do mato estão florados. As folhas de sumaúma, pau d arco, jatobá, jenipapo e da seringueira estão caindo no chão. Os animais silvestres ainda continuam magros (veado, paca, cutia, catitu, tatu) continua andam longe a procura de alimentos e medo da queimada dos campos e beiras dos igarapés e rios.

No mês de março ainda continua com as atividades citadas acima inicia a capina e plantação plantio de milho para come no São João. Acontece assembleia Estadual dos tuxauas e curso dos catequistas os estudantes são convidados para fazer apresentações culturais e se prepara para vida em comunhão com a comunidade.

Os meninos e meninas entre quinze á dezenove anos de idade continua compartilhando nas atividades de coivaras as roças (individual comunitário e regional). Ajudam a plantar milho e a maniva, pescam nos rios e participam da plantação da horta medicinal e alimentar juntamente com os professores.

Os meninos e meninas de dez á quatorze anos de idades ajudam os pais à planta milho, colocar a maniva nas covas em quanto à mãe corta e continua ajudando nas atividades citadas acima.

Os meninos e meninas de oito a nove anos ajudam a acender o fogo nas coivaras, ajuda planta milho e colocar a maniva nas covas, busca a água para tempera o caxiri e cozinha alimento e acompanha o pai na pescaria para o canéime não mata.

Os meninos e meninas de seis á sete anos de idades continuam brinca de bola, de amarelinha e de manja com seus colegas e irmãos. Ajuda lava e raspa mandioca, joga casca de mandioca, coloca a lenha para dentro de casa.

Tempo de que a maioria das plantas nativas nasce às folhas e algumas frutas começam amadurecer nome não identificado os que conhecem são buriti, jenipapo, coquinho do mato fruta de jaci tara e mutambeira.

O clima seco com bastante vento que ajuda a seca o rio, o lago e os igarapés. Tempo que o tatu esta prenha, as cacas começam a engorda porque as frutas começam amadurecer e cair no chão e tempo das cigarras e tempo.

No período que plantações vão crescendo a comunidades usa bastante agrotóxico para mata as pragas que prejudicam as plantações de milharal, manival e outros.

No mês de Abril continua com as limpezas e plantação de milho, feijão de corda e maniva nas das roças, realiza a pescaria com jique, linha e caniço pegam bastante mandí, aracu e xiripinda na cacheira. Pegam saúva e manivara, preparam bastante caxiri, farinha e beiju para contribui e vender na festa comemorativa da comunidade e realiza a oficina de medicina tradicional. Comemora-se também o dia internacional

do índio, comemoração da “Decisão ou vai ou Racha” e feria o feriado da paixão de cristo que um costume tradicional da comunidade que ainda respeitam.

Os meninos e meninas de quinze a dezenove anos de idades, ajudam os pais e comunidade continua ajudando nas limpezas e plantação das roças, participam das festas, manifestos programados pela comunidade local e regional para conhecer as lutas, as conquista, as vitórias e os desafios dos movimentos indígenas em defesa do território indígena Raposa Serra do Sol. Ajudam a prepara o culto, ajuda organizar as festas comemorativas, fazem o colar, a posseira, o cocar e a tanga para participa da comemoração do dia dos índios e comemoração da “Decisão do vai o Racha”, participam das danças indígenas e forró, da oficina de medicina tradicional e continuam ajudando os pais colher mandioca para preparar alimento (farinha, beiju e caxiri).

Os meninos e meninas de dez a quatorze anos de idade continuam ajudando os pais e comunidade na limpeza e plantação das roças participam das festas programadas da comunidade, fazem o colar, a posseira, o cocar e a tanga. Praticam as danças indígenas e forró. Pegam a saúva em coletividade com os pais, primos, tios, avôs e colegas e continuam ajudando os pais colher mandioca para prepara caxiri, farinha, beiju.

Os meninos e meninas de oito a nove anos de idades continuam ajudando os pais a coivara e capina as roças, participam das festas programadas da comunidade, do culto e informações das lideranças, fazem o colar, a posseira, o cocar e a tanga, ajuda a cuida dos irmãos, pega saúva junto com os pais, primos, tios, avôs e colegas;

Os meninos e meninas de seis a sete anos de idade, pegam saúva junto com os pais, primos, tios, avôs e colegas, ajudam a mãe e irmãos mais velhos busca banana, mamão, cana, participa do culto e danças indígenas e forró. A lua nova é muito importante para os povos indígenas no período de suas plantações para da uma boa produção. A fruta do Maruwai começa cai no chão e cascas grossas começa flora, as saúvas continuam voando. O clima nesse período de muito calor e pouco frio, chuvas das cigarras, os rios começa encher as cigarras cantam bastante indicando o final de verão e o início das chuvas do inverno. É tempo de piracema.

No mês de maio realiza a plantação de feijão de arranca, faz limpeza do manival, milhoal, feijoal, Prepara caxiri, farinha e beiju, continua pegando saúva e pescando com jequi e anzol e comemora os dias das mães. Nesse período acontece oficina de tranças indígenas (arumã, couro, fibras).

Os meninos e meninas de quinze a dezenove anos de idade, ajudam a fazer limpezas e plantação das roças, continua pegando a saúva e pescando peixe com anzol e jequi, participa da oficina de tranças e da festa da comemoração do dia das mães.

Os meninos e meninas de dez a quatorze de idades continuam ajudando a comunidade e pais a plantar (a maniva, o milho, o feijão, a cana e a banana) participam da oficina de tranças, participa da festa de comemoração do dia das mães.

Os meninos e meninas de oito a nove anos de idades, ajudam a comunidade e pais plantar (a maniva, o milho, o feijão de corda) Pesca mandi com anzol, participa da festa de comemoração do dia das mães e pega espécies comestível como saúva e manivara (korepa).

Os meninos e meninas de seis a sete anos de idades observam oficina de trança indígena participam da comemoração dos dias das mães, Pega espécies comestível como saúva e manivara, ajuda a mãe buscar água em recipientes pequena e raspa mandioca.

Segundo os, mas os idosos, quando o sol esteve com dois círculos “chapéu” ao redor indica que vai chover muito antigamente as iniciava no tempo certo hoje isso não acontece devidos às mudanças climáticas.

Tempos que alguns animais silvestres começam a engorda, as caças começam chega mais próximo. Tempo de frutas silvestre que estão maduras e começa cair no chão são balata e jatobá. A parecimento de lagarta, andorinhas, cigarra e borboleta (oficina). As doenças que mais afeta a comunidade nessa época são diarreia, gripe e pneumonia.

No mês de junho continua inverno e muito ruim para fazer limpezas nas rocas porque o barro gruda no pé das pessoas, os matos crescem rápidos ele não morre tão fácil Início de colheita de milho verde, Tempo de Planta feijão de arranca, a maniva, a cana, a banana. Continua Colhe mandioca para prepara caxiri; farinha e beiju e realiza oficina de medicina tradicional.

Os meninos e meninas de quinze a dezenove anos, ajuda a comunidade ajuda a plantar o feijão de arranca , capina, continuam pescando com jique e anzol, ajuda a mãe colher mandioca para prepara farinha, beiju e caxiri,

Participam da oficina de medicina tradicional, joga futebol nos finais de semanas, algum menino trança rebenque, cabresto, xicacas e peia de couro de boi, ajuda a mãe corta maniva e colocar na cova para planta.

Os meninos e meninas de dez a quatorze anos de idades, ajuda o pai planta feijão de arranca, ajuda a mãe trazer produto da roça como mamão, batata, banana e outros; ajuda a mãe cuida dos irmãos e sobrinhos.

Os meninos e meninas de seis a sete anos de idades, pegas saúva, ajudam raspa mandioca para prepara caxiri, farinha, beiju, brinca com os irmãos, lava mandioca, coloca mandioca na bacia, brinca de amarelinha e manja.

O clima quente, período de muitas moscas nos animais, tempo de muita lagarta, tempo de reprodução dos papagaios e periquitos. (oficina) Aparecimento de curicas e macacos nas roças e alguns animais começam engravidar e engordar. Prejuízo na plantação tempo de lagarta e doenças diarreia, gripe, pneumonia. As frutas silvestres começam cair no chão principalmente jatobá, balata e outro estão florado,

No mês de julho inverno os professores estão no Curso de Licenciatura Intercultural, recesso escolar onde os meninos e meninas ajudam os seus pais e a comunidade continua capinando as roças comunitária e individual e reunião escolar e volta às aulas.

Nesse período a roça fica muito ruim de arranca mandioca porque o barro fica grudento, malhado, muito freira e acidentado. Festa de milho verde continua com a capina das roças, a pessoa costuma também tira palha tempo de chuva porque quando chove fica mais fácil de ver os buracos ande esta molhando a sua casa.

Os meninos e meninas de dez a dezenove anos ajudam a comunidade e o pai capinar a roça, participa do culto e informações das lideranças, ajuda a mãe colhe mandioca para prepara caxiri, pesca com anzol e malhador, participa da reunião escolar, ajuda a mãe organizar casa, lava roupa, loucas e cuida dos irmãos; alguns meninos trançam rebenque, cabresto, xicacas e peia de couro de boi.

Os meninos e meninas de oito a nove anos de idades participam do culto e informações das lideranças, ajuda a mãe raspa ,lava colocar mandioca no coxo para seva no motor ou no ralo.

Os meninos e meninas de seis a sete anos de idades, continua ajudando a carrega mandioca para a irmã lava, ajuda coloca casca de mandioca no saco para joga, carrega água para lava mandioca, brincam imitando os pais a trabalhar (a fazer comida, casinhas de madeirinhas, brinca de boneca, brinca de fazer carrinho, brincam de serem professor e agente indígena de saúde)

Nesse período o clima e temperado, as frutas estão caindo como cabeça de macaco, cutiriba miúdo, os animais estão bem gordas e grávidas. Tempo de carapaã, pium, alagamento. Período que as caças comem somente massa das frutas tempo de malária, muito lixo, diarreias, gripe e pneumonia.

No mês de agosto acontece caçada e pescaria comunitária para saciar na comemoração do dia dos pais, colheita de milho verde, banana, mamão, cana, conferência do meio ambiente, colheita de mandioca para prepara o caxiri farinha e o beiju. Para festa dos dias dos pais.

Os meninos e meninas de quatorze a dezenove anos de idades, ajuda organizar a festa dos dias dos pais, participa da conferencia do meio ambiente, às vezes vai à

roça devido de muita chuva, ajuda a mãe prepara alimento (caxiri, farinha e beiju), participa do culto e informações das lideranças e comemoração dos dias dos pais e conferência do meio ambiente.

Os meninos e meninas de dez a quatorze anos de idades, ajuda a mãe diretamente a buscar mandioca para prepara alimento caxiri e farinha; raspa mandioca, joga casca de mandioca, cuida do irmão mais novo.

Os meninos e meninas de oito a nove anos de idades acompanham os pais busca mandioca para prepara alimento caxiri e farinha; raspa mandioca; joga casca; cuida do irmão mais novo.

Os meninos e meninas de seis anos de idades ajudam a mãe lava e dobra as roupas, ajuda a varre a casa, brincam com os seus irmãos de amarelinha, de manja e de esconde, ajuda busca água em pequenos recipiente, ajuda jogam o lixo da casa.

Segundo o senhor Laurindo, os raios e relâmpagos geralmente acontece em agosto e setembro, por isso temos que ter muito cuidados hoje os trovão estão matando as pessoas porque não tem, mas pessoas que sabe benzer contra eles.

Os animais nesse período estão gordos e grávida, principalmente as caças porque estão comendo massa e semente de abacateiro bravo e marfim que estão maduros, as cobras estão nuncio. Por isso acontece muito acidente ofídico na comunidade, tempo de muitas mutucas nos animais. As doenças que, mas afeta a população nessa época e gripe, diarreia, malária e pneumonia.

No mês de setembro se realiza a atividade de colheita de milho e feijão, acontece à festa da colheita feira, prepara-se caxiri, farinha e beiju. Os meninos e meninas de quinze a dezenove anos de idade, participam das atividades de colheitas de feijão, banana, batata e outros, participam das festas comunitárias e regionais organizado pelas lideranças e comunidades.

Participam também das brincadeiras de jogos de futebol, dos cultos e informações das lideranças nos domingos, pescam com anzol, mosquiteiro, tarrafa e malhador, os meninos ajuda o vaqueiro a cuidar do gado da comunidade.

Os meninos e meninas de dez a quatorze anos de idades ajudam à comunidade e pais colher feijão, milho, banana e outras produções da roça.

Os meninos e meninas de oito a nove anos de idades ajudam à comunidade e pais colher feijão, milho, banana e outras produções da roça.

Os meninos e meninas de seis a sete anos de idade, brincam imitando os pais a trabalhar (a fazer comida, casinhas de madeirinhas, brinca de boneca, brinca de fazer carrinho, brincam de serem professor e agente indígena de saúde), gostam de ver

desenhos nos livros, tem crianças que pedem para o pai ler historinhas, carregam água em pequenos recipiente,

Ajudam a jogar o lixo da casa, ajuda a mãe lava e dobra as roupas, ajudam a varre a casa e o terreiro, que acompanhar os pais nas atividades mais pesada brinca com os seus irmãos (amarelinha, manja e esconde-esconde) e brinca de cavalo de pau.

Nesse período o clima é frio, as frutas nativas começam a acabar e as caças começam a comer as carochas de frutas. (Floriano). As frutas que as caças mais comem são cutiriba grande e pequeno, bacuri, jarai, ingá rabo de guariba jenipapo, balata, marfim e buriti. Segundo senhor Lauriano.

No mês de outubro se realiza a comemoração do dia das Crianças e dos professores são datas importantes que se comemora junto com a comunidade, continua com a capina das roças, visita das lideranças na comunidade pertencente ao centro Pedra Preta, colheita de feijão mandioca, Período de Seminário sobre a saúde indígena, armazenamento da produção agrícola da roça.

Os meninos e meninas quinze a dezenove anos de idade ajudam a comunidade e o pai buscar e armazena o produto da roça (feijão e milho) ajuda a pesca e preparar alimento como caxiri, farinha e beiju, participam do culto e informações das lideranças, da reunião escolar e comunitária onde são debatidos e discutidos diversos assuntos importantes principalmente à organização social, política, econômica e cultural da comunidade.

Os meninos e meninas de dez a quatorze anos de idades, participam da reunião escolar e comunitária onde são debatidos e discutidos diversos assuntos importantes relacionados à organização social, política, econômica cultural da comunidade.

Os meninos e meninas de oito a nove anos de idades participam da reunião comunitária, das danças indígenas e forró, do culto e informações das lideranças.

Os meninos e meninas de seis a sete anos de idade continuam brincando como foi citado acima. Ajudam a mãe lava e dobra as roupas, ajudam a varre a casa e o terreiro. O clima de chuva, o pau-d'arco está florado e outras plantas estão floradas principalmente as plantas medicinais, as caças estão gorda.

No mês de novembro, Assembleias Regionais das Serras onde são convidados os estudantes, os professores, os tuxaua, os catequista, os coordenadores dos centros, os capataz, os concelhos e outras lideranças participam, acontece reunião comunitária para avaliação e planejamento dos trabalhos anual da comunidade, início da broca das roças em matas virgens, oficina pedagógica de construção de material didático, fazem plantios de maniva, participa do culto nos domingos; Pesca com anzol e caça preparar farinha, caxiri e beiju, participa da colheita de feijão da roça regional.

Nesse período que acontece aparecimento de passarinho, época de fruta nativa tempo que os animais estão gordo Verão quente e úmido, a maioria das plantas medicinais está flora do, tem bastante borboleta, os campo queimado pelas pessoas que não tem consciência que isso prejudica a biodiversidade.

Os meninos e meninas de quinze a dezenove anos de idade, participam da reunião escolar e comunitária onde são debatidos e discutidos diversos assuntos importantes principalmente à organização social, política, econômica e cultural da comunidade.

Ajuda a mãe prepara o caxiri, a farinha e o beiju, ajuda limpa a casa, lava as lousas fazer comida e cuida dos filhos. Participa da reunião escolar e comunitária. Ajunta sementes para f. fazer o cocar, colar e tanga.

Os meninos e meninas de dez a quatorze anos de idades, participam da avaliação e planejamento da comunidade, ajuda os pais e comunidade plantar maniva, participa do culto nos domingo, pesca com anzol e tarrafa, ajuda preparar farinha, caxiri e beiju (peneira e espremer massa), participa da colheita de feijão da roça regional, ajuda os pais carrega palha, colhe as sementes para fazer colar e posseira e tanga de sementes.

Os meninos e meninas de oito a nove anos de idades, participam da avaliação e planejamento da comunidade, acompanha os pais na roça quando vai plantar maniva, participa do culto nos domingo, acompanha os pais pesca, ajuda a mãe raspa e lava mandioca para preparar farinha, caxiri e beiju e acompanha os pais colheita de feijão da roça regional.

No mês de Dezembro tempo que os pais e o estudante estão se preparando para natal, feira, formatura e ano novo, faz colheita de mandioca para prepara a farinha, o caxiri e o beiju para saciar no festejo da comunidade.

Organizam pescaria e caçada para o sustento da família e contribuição comunitária, acontece à reunião escolar para avaliar os trabalhos dos professores, estudantes e gestor da escola. Nesse período os animais estão em reprodução, tempo de jacu e macaco, o tatu começam pari segundo senhor. (Lauriano). O Pau - d'arco esta florando.

Os meninos e meninas de quinze a dezenove anos de idades, pesca com anzol e malhador; Participa da reunião escolar; ajuda organizar os eventos programados da comunidade, ajuda a comunidade e o pai na construção, organiza a casa, ajuda prepara caxiri, farinha beiju para festa da escola e comunidade.

Os meninos e meninas de dez a quatorze anos de idades, participam de reuniões da comunidade e escola, acompanha os pais pesca com anzol e malhador, ajuda fazer

limpezas no centro da comunidade, ajuda o pai na construção de casa, ajuda a mãe e comunidade prepara caxiri, farinha beiju para festa da escola e comunidade.

Os meninos e meninas de oito a nove anos de idades, participam da reunião escolar, ajuda os pais raspa mandioca; carrega água, coloca lenha para dentro da casa, ajuda fazer limpeza no centro da comunidade, ajuda a mãe organiza a casa lava roupa, a lousa e cuida dos irmãos e sobrinhos, ajuda a mãe espremer e peneira massa para prepara farinha e beiju, brinca de amarelinha, de manja e de esconde-esconde e brinca de futebol finais de semanas.

Os meninos e meninas de seis a sete anos de idade, carregam água em pequenos recipiente, jogam o lixo da casa, ajudam a mãe lava e dobra as roupas, ajudam a varre a casa e o terreiro, brinca com os seus irmãos de amarelinha, de manja e de esconde-esconde, brinca de cavalo de pau.

A construção de Propostas Pedagógicas para a escola a partir das atividades sociais.

O método indutivo intercultural é uma proposta educativa que integra a escola com atividades sociais da comunidade e que valoriza e fortalecer as línguas, culturas e os valores próprios da sociedade indígena e ao mesmo tempo, promove a articulação e, contradição de maneira crítica aos conhecimentos escolares-universais.

Este método indutivo intercultural, que induzimos os conhecimentos através de uma atividade social. Todos os conteúdos estão presentes em atividade. Através desta metodologia estamos analisando a realidade temos um curriculum completo que seja do lado dos conteúdos escolares convencionais, mas que sempre articulando com a realidade local, que e a parte da realidade social local. Por isso decidimos que estamos articulando conhecimento indígena e conhecimento científico através disso podemos dizer que estamos desenvolvendo uma educação intercultural.

Assim, discutimos sobre a construção de propostas educativas através do método indutivo intercultural, que se baseia no estudo do calendário sacionatural. Realizamos ações educativas voltadas para estudantes do ensino médio-EJA, o que nos possibilitou discutir diversos conhecimentos do povo Macuxi. Em especial, nos centramos na atividade de **fazer xarope para curar doenças respiratórias**, em especial a pneumonia. O que nos fez nos deter nesta atividade foi à importância de sua função social no período de chuvas em que as doenças respiratórias se tornam comuns e preocupantes na comunidade.

Essa atividade tem como objetivo valorizar e fortalecer os conhecimentos indígenas e aprofundar os conteúdos escolares que estão associados às atividades dos membros da comunidade. Este método estuda as atividades sociais mais relevantes da comunidade para, um segundo momento, buscar explicitar o conhecimento indígena implícito nelas.

Queremos entender melhor o conhecimento indígena e como ele pode participar dos processos educativos escolares. Para isto, desenvolvemos um estudo de algumas atividades especiais. No meu caso, fazer xarope para doenças respiratórias, e analisar quais são os conhecimentos indígenas que se encontram associados a esta atividade. Assim promovemos junto dos estudantes do EJA da escola, um debate sobre o processo de produção do xarope, estudando passo a passo das ações envolvidas. Elaboramos uma proposta de estudo de pesquisa de campo, de aulas teóricas, oficinas, seminários e palestras, juntamente com os estudantes do ensino médio EJA-Educação de Jovens e Adultos.

A partir da construção da proposta pedagógica tentaremos mostrar a metodologia de pesquisa que utilizei para desenvolver o presente trabalho. Para isto é preciso explicar que tivemos duas situações de pesquisa. Uma, a que eu realizei diretamente, estudando os textos relativos ao tema, as pesquisas realizadas na comunidade e os estudos em oficinas pedagógicas junto com outros estudantes que participaram dos seguintes programas: Programa de Educação Tutorial PET Intercultural.

Outra linha de pesquisa se refere à orientação das pesquisas dos estudantes indígenas na comunidade Pedra Preta. Pois o grande desafio não era apenas fazer a pesquisa, mas ensinar e orientar os estudantes da escola para que pudessem fazer suas próprias pesquisas. De forma que eles viessem a apropriar do método de estudo. Para explicar os fundamentos teóricos de nosso trabalho devemos recorrer às ideias da Teoria da Atividade, a qual discute o processo de desenvolvimento humano e como funciona o processo educativo e de formação dos novos indivíduos na sociedade.

Um tema central no estudo da psicologia da Teoria Histórico-Cultural aplicada a educação foi à relação entre aprendizagem e desenvolvimento. Assim para Vigotski “a aprendizagem é uma atividade social, e não só da realização individual, como até o momento se havia entendido” (NÚÑEZ, 2009: 26). Nesta perspectiva a “aprendizagem como atividade humana tem um caráter social. Acontece em um meio social em ativa interação com outras pessoas, por meio da colaboração e da comunicação” (Ibid, 27).

Assim o processo de aprendizagem é uma atividade transformadora, onde o sujeito alcança os objetos através dos instrumentos, onde os signos tem um papel fundamental (Vigotski: 2007; 2009; 2010). Esta pode ser considerada a primeira fase da teoria da atividade. Nesta perspectiva o conceito de Vigotski de “zona de desenvolvimento proximal” é muito importante.

Ela é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. (Vigotski, 2007: 97)

Desse modo o processo de construção de conceitos depende da colaboração entre as pessoas, por tanto depende do processo histórico e cultural concreto. Contudo os estudantes e seguidores de Vigotski fizeram várias contribuições para o desenvolvimento da teoria da Atividade.

Desse modo o processo de construção de conceitos depende da colaboração entre as pessoas, por tanto depende do processo histórico e cultural concreto. Contudo os estudantes e seguidores de Vigotski fizeram várias contribuições para o desenvolvimento da teoria da Atividade.

Dessa forma o desenvolvimento da teoria da atividade foca o centro de reflexão nas atividades sociais e nas atividades de aprendizagens apresentadas aos estudantes. No sentido de pensar que atividades são mais apropriadas. Na perspectiva de Jorge Gasché (2008) as atividades educativas a ser apresentadas aos estudantes devem fluir da própria realidade da vida nas comunidades indígenas da Amazônia. Nesta perspectiva que Asbahr (2005) reconhece que

“a significação social da atividade pedagógica do educador é justamente proporcionar condições para que os alunos aprendam, ou melhor, engajem-se em atividades de aprendizagens. Para tanto o professor é responsável por organizar situações propiciadoras da aprendizagem, levando em conta os conteúdos a serem transmitidos e a melhor maneira de fazê-lo” (p. 113)

O estudo desta teoria nos leva a refletir sobre os conhecimentos (DUARTE, 2002), o que resulta muito sugestivo para estudos em educação escolar indígena. Dessa forma a atividade se transforma numa unidade de análise, numa categoria de reflexão. Se nas atividades humanas se exprime a relação entre a natureza e os conhecimentos associados, na hora de preparar *atividades de aprendizagens* destinadas

aos estudantes deve se planejar as ações, de forma que estes venham reconstruir o caminho da construção dos conhecimentos, e assim, possam construir seus próprios conceitos.

Leontiev determinou uma estrutura das atividades de aprendizagens, que começa com o planejamento inicial, depois com a execução e por último o controle. E ainda deve considerar todo o contexto social em que a atividade se realiza. Somente assim pode-se compreender o significado profundo dos conhecimentos implícitos nela.

Na “teoria da Atividade de Leontiev, constata-se que toda atividade humana (mental, perceptiva ou motora) possui a seguinte estrutura invariante: um sujeito, um objeto, os motivos, o objetivo, o sistema de operações, a base orientadora da ação, os meios para realizar a ação, as condições de realização e o produto” (Núñez, 2009, p. 75). Assim vemos como se construiu uma segunda fase nesta teoria da atividade.

A terceira fase da teoria da atividade aprofunda a reflexão sobre a aprendizagem como um tipo especial de atividade humana, incluindo na análise os processos sociais de divisão do trabalho, das regras de convivência na realização das atividades e da própria comunidade que participa do processo (CEDRO e MOURA, 2012).

Engeström propõe que as análises das relações sociais e das transformações humanas considerem os movimentos da vida social, mediados por artefatos simbólico-materiais e demais elementos constitutivos dos sistemas de atividade, de forma absolutamente conexa e transcendente. Isto porque, ele conclui, “o desenvolvimento emerge como criação ou construção diária do novo em zonas de incerteza repleta de contradições e surpresas e altamente dependentes na mediação por artefatos culturais” (Mateus e El Kadri, 2012, p. 117).

Vemos assim a necessidade de vincular as atividades humanas desenvolvidas pelos educandos com as propostas educativas apresentadas para eles no contexto escolar. A partir destes elementos os trabalhos de Gasché (2008) e Cuervo (2008) nos mostram um caminho possível de ser trilhado para desenvolver pesquisa educativa junto de povos indígenas na Amazônia.

A atividade social ganha assim um status de reflexão como uma categoria de análise. Na pesquisa do Calendário Cultural identificamos as principais atividades sociais das comunidades indígenas e das crianças e refletimos como estas se relacionam com a natureza, a partir dos indicadores do calendário já estudados.

A partir daí aprofundamos nosso estudo, para o qual identificamos uma atividade social relevante por sua finalidade social, para aprofundar uma reflexão sobre os conhecimentos indígenas implícitos nela. Procedemos a explicitar tais conheci-

mentos, para o qual analisamos o passo a passo da atividade, onde reconstituímos o processo de desenvolvimento da atividade. Para isto consideramos os diferentes aspectos já analisados da teoria da atividade, buscando explicitar os conhecimentos indígenas presentes nas atividades e nos desdobramentos cognitivos que relacionam a sociedade com a natureza.

Assim depois de explicitados os conhecimentos indígenas relacionados à atividade, elaboramos uma proposta educativa a partir da articulação intercultural dos conhecimentos indígenas e não indígenas, contrastando-os e planejando a execução de atividades de aprendizagens, que os estudantes irão realizar como modelo para ampliar os conhecimentos, tanto indígenas como os acumulados pela humanidade (BERTELY & UNEM, 2009).

Esta proposta, que mesmo sendo modesta em seu debate inicial, traz uma reflexão profunda sobre curriculum da escola indígena e sobre o processo de socialização das novas gerações de estudantes indígenas. Buscando superar as concepções reducionistas de educação, Maria Bertely (2011) nos estimula a ampliar a compreensão do processo educativo. Ao refletir sobre os processos de construção de conhecimentos como momentos de interaprendizagens mútuos, entre professores indígenas que atuam em comunidades e professores formadores indígenas e não indígenas, que atuam na universidade. Este processo de formação conjunta, onde os professores aprendem a orientar e estimular a seus estudantes universitários, e onde ao mesmo tempo o estudante universitário indígena aprende a orientar a seus estudantes na escola, resulta em ricos momentos de aprendizados conjuntos, numa perspectiva vigotskiana, todos aprendemos na interação, interprendemos.

Depois de revisar alguns conceitos básicos de nosso trabalho, passamos a analisar nossa pesquisa específica, onde aprofundaremos a análise de uma atividade social relevante no contexto específico de nossa escola.

Em 2013, foi realizado um seminário da educação e saúde para discutir sobre a importância do uso da medicina tradicional na comunidade, envolvendo os estudantes de 6º ano a ensino médio, os professores, os agentes indígenas de saúde e os sábios da comunidade.

Em seguida foi realizada uma oficina de produção de xarope específico para trata a pneumonia e produção de pedra preta medicamento natural contra a picada de cobra com os junto com estantes e os agentes indígenas de saúde.

A oficina contou com apoio e contribuição da SESAI Secretaria Especial de Saúde Indígena e contra partida da comunidade na parte de alimentação e outros materiais necessários.

Depois disso, foi realizada uma palestra com os profissionais de saúde que trabalham atendendo a população do centro de Pedra Preta, sobre a doença respiratória que vem afetando a população nas comunidades indígenas, envolvemos os agentes indígenas de saúde e os estudantes envolvidos no projeto.

Também foi realizada uma pesquisa de campo junto com os estudantes para conhecer e identificar as plantas e algumas espécies de animais que são utilizados como ingredientes na preparação do xarope.

Na aula teórica pesquisamos os nomes das plantas científicas, como agem, as partes usadas, como utilizar e os riscos tóxicos. Tivemos, também, que buscar informações nos livros escolares de ciências sobre o que são doenças respiratórias, como tratar, os sintomas e como preveni-las. Desta forma que foi a excursão do trabalho.

Atividades e conhecimentos relacionados com a produção de xarope para a pneumonia.

O xarope é a forma de preparo mais indicada para problema respiratório, como tosse, dores de garganta, resfriados e bronquite. Os efeitos terapêuticos das plantas que entra na sua composição são peitorais, emoliente, expectorantes. É um medicamento líquido viscoso, que na tradição indígena é feito de plantas medicinais, exóticas e nativas, assim como o uso de algumas espécies de animais e de “taren” orações na prevenção e cura de doenças respiratórias, em especial pneumonia.

Segundo as agentes profissionais de saúde da SESAI- Secretaria Especial de Saúde Indígena e os agentes indígenas de saúde da comunidade. A pneumonia é uma inflamação dos pulmões e com risco de vida. É uma doença séria, causada por vírus, bactérias e outros micróbios, que ataca os pulmões e pode ser fatal se não for tratada corretamente.

O sintoma de pneumonia pode ter febre alta, tosse seca, dor de peito ou tórax, alteração da pressão arterial, confusão mental, mal-estar generalizado, falta de ar, respiração rápida, secreção de muco purulento de cor amarelada ou verdeada, fraqueza, calafrio, dor muscular, dor de cabeça, perda de apetite, náuseas, vômito, suor, palidez e outros.

Para prevenir podemos evitar o contato com pessoas infectado recomendado não fumar, tratar com atenção as doenças respiratórias e evitar ambientes fechados tratamentos deve ser prescrito pelo médico, pelos agentes de saúde e anciões da comunidade beber muito líquido e se alimenta bem. Assim podemos ter uma boa saúde na comunidade.

Além de curar com os medicamentos alopáticos como: antibióticos a amoxicilina, o sufametoxazol, a levofloxacina e a moxifloxacina, também faz tratamentos através da utilização da fitoterapia como xarope, inalação, banhos e massagem quando são feitos os procedimentos correto acompanhamento pelos agentes de saúde e benzedores da comunidade.

A pneumonia é uma doença que pode gerar óbitos e que afeta mais os idosos, crianças e as pessoas que tem acompanhamentos de médicos com problemas cardíacos, tuberculose, diabetes, desnutrição e certos tipos de câncer, não somente nas comunidades indígenas, em, mas todas as regiões norte do Brasil.

Para explicar o fundamento teórico das doenças respiratórias em especialmente a pneumonia devemos recorrer às ideias de MARTINS (2006) a qual discute principais temas em pneumologia para as residências médica.

Referencias bibliográficas

BERTELY, Maria & UNEM. **Modelo Curricular de Educación Intercultural Bilingüe UNEM**. México, CIESAS, 2009.

CEDRO, Wellington e MOURA, Manoel. **As relações entre a Organização do Ensino e a Atividade de Aprendizagem**. In: **A Teoria da Atividade Sócio-Histórico-Cultural e a Escola: recriando realidades sociais**. Organizadores: Fernanda Liberali; Elaine Mateus; Maria Cristina Damianovic. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. (43-59)

CUERVO, Jessica Martínez. **La Actividad mediada y los Elementos del aprendizaje intercultural a partir de una experiencia educativa con maestros indígenas de la Amazonía Peruana**. In: **Educando en la Diversidad. Investigaciones y experiencias educativas interculturales y bilingües**. Coodenadores: Maria Bertely; Jorge Gasché; Rossana Podestá. Ecuador: Abya-Yala/CIESAS/IIAP, 2008. (255-278)

GASCHE, Jorge. **Niños, Maestros, Comuneros y Escritos Antropológicos como Fuentes de Contenidos Indígenas Escolares y la Actividad como Punto de Partida de los Procesos Pedagógicos Interculturales: Un Modelo Sintáctico De Cultura**. In: **Educando en la Diversidad**. Investigaciones y experiencias educativas interculturales y bilingües. Coodenadores: Maria Bertely; Jorge Gasché; Rossana Podestá. Ecuador: Abya-Yala/CIESAS/IIAP, 2008. (279-365)

GASCHÉ; Jorge y MENDONZA Napoleón Veela. **Sociedade Bosquesina Tomo II, Peru**: 2011. IIAP-CONCYTEC-CIAS,2011.

LIMA, Valdirene da Silva. **O Calendário Socionatural e a Teoria da Atividade na Educação Escolar Indígena: Fazer Xarope para Doenças Respiratórias na Comunidade Pedra Preta, T.I. Raposa Serra Do Sol.** Trabalho de Conclusão de Curso, Licenciatura Intercultural com área de Habilitação em Ciências Sociais, Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena / UFRR. Boa Vista, 2014.

MARTINS, Herlon Saraiva. **Principais temas em pneumologia para resistência médica.** São Paulo: Medcel, 2006.

MIRAS, Julia Trjillo; GONGONA, Majori Févero; MARTINS, Renato; PATEO, Rogério Duarte do. (organizadores). **Macunaíma Grita! Terra Indígena Raposa Serra do Sol;** e os direitos constitucionais no Brasil. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

NÚÑEZ, Isauro Beltrán. Vygotsky, Leontiev e Galperin. **Formação de conceitos e princípios didáticos.** Brasília: Liber Livro, 2009.

GT05 E GT08 - HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E RELIGIOSIDADE:
PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DO CRER/RELIGIOSIDADE NA
AMAZÔNIA: IDENTIDADES, CONFLITOS E PODER

FESTIVIDADE DE SÃO BENEDITO: EXPRESSÃO CULTURAL NA PRAÇA 14 DE JANEIRO EM MANAUS

Introdução

A tradicional festa religiosa de São Benedito, realizada no bairro Praça 14 de Janeiro em Manaus – Amazonas, retrata uma história de luta e tradição de uma comunidade de descendentes de ex-escravos, que mantém o costume religioso de seus antepassados. Logo, o presente artigo propõe uma ponderação sobre as formas simbólicas da festividade de São Benedito, que acontece todos os anos na zona Centro-Sul da capital amazonense. Mas a honra religiosa não acontece por acaso, realizada sempre nos meses de março e abril, já é habitual por ser realizada há aproximadamente cem anos.

Os homens principalmente se reúnem antes do Sábado de Aleluia e vão à busca de um tronco, cujo objetivo é representar um mastro, no qual conterá frutas, verduras, flores, uma forma de agradecimento ao Santo, por todas as conquistas obtidas e almeçadas.

Esse mastro que simboliza o encontro do céu e a terra, onde fica por nove noites de novena na Comunidade do Barranco ou de São Benedito como é conhecida, e é retirado com uma procissão, que sai da comunidade, com destino à igreja Católica Nossa Senhora de Fátima, localizada também na Praça 14 de Janeiro. Neste momento há queima de fogos, em pontos estratégicos da procissão no qual a imagem de São Benedito passará.

Conforme Bandeira (1988, p.228), “o santo maior entre os santos do céu e os santos que Deus deixou na terra. Os santos da terra são aqueles que Deus deixou-lhes a imagem, representando os que estão no céu. As imagens são na medida, em que expressão dos santos, os próprios santos”.

* Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: aldrinpontes@gmail.com.

O festejo de São Benedito é realizado há 125 anos, mas faz aproximadamente 20 anos que o Santo tem permissão para entrar na Igreja Católica, porque os padres mais antigos não aceitavam algumas práticas dos negros, como os terreiros, as benzedeadas e as oferendas dadas ao Santo. Mas atualmente, já faz parte da tradição religiosa da vida dos moradores e visitantes que prestigiam o grande dia, esse é apenas um dos argumentos da comunidade na luta pelo reconhecimento da cultura e da titulação de suas terras. São Benedito é o santo da comunidade, conhecido como o santo preto dos pretos, por isso é reverenciado pelos descendentes de ex-escravos do bairro Praça 14.

A igreja Católica Nossa Senhora de Fátima, localizada no bairro Praça 14, apoia desde a década de 1980, os festejos de São Benedito, isso porque bem antes desse período, era coordenada por Capuchinhos, que não aceitavam a entrada do santo na igreja, e, logo depois os padres Palotinos passaram a assumir a igreja e convidaram Tia Lurdinha para que levasse os participantes da procissão de São Benedito para assistir a missa no domingo da festa, por este ato de simpatia da direção da igreja, Tia Lurdinha ofertou uma imagem do santo, que ela ganhou de um influente político, que era devoto de São Benedito, José Bernadino Lindoso, que foi governador do Amazonas de 1979 à 1982.

Nos dias atuais a imagem de São Benedito ofertada está na sacristia da igreja. A imagem original fica em um altar na casa da falecida dona Jacimar, onde começam os festejos em honra ao santo querido. “São Benedito é, na esfera do sagrado o padrão fundamental da etnia negra, fiador do etnocentrismo da comunidade” (BANDEIRA, 1988, p.229).

Como a comunidade tem mais de cem anos, significa dizer que os primeiros negros, vieram a Manaus como escravos. Uma das organizadoras do Movimento Negro da Praça 14 de Janeiro, Edi Vieira, conta que o ex-governador Eduardo Ribeiro, era negro, natural do Maranhão, e trouxe outros para trabalharem na construção do Reservatório de Água do Mocó, que fica ao lado do cemitério São João Batista em Manaus, e do Teatro Amazonas, para que houvesse o desenvolvimento do Estado. Atualmente, os descendentes de escravos e negros lutam pela valorização da sua identidade cultural, da sua igualdade racial, porque a Amazônia não se baseia apenas em economia, emprego e renda, mas também através das expressões culturais disponíveis nas festividades como a de São Benedito, realizada todos os anos na Praça 14 de Janeiro.

Quilombo Urbano: O reconhecimento

Quando se fala das tradições religiosas, surge também a preservação e a cultura dos negros no Estado do Amazonas, fez com que os ex-descendentes de escravos de Manaus, lutassem pelo reconhecimento oficial de quilombo urbano. Parece algo desnecessário para quem não conhece de fato a história, mas eles representam a história dos negros no Amazonas, que resistem há mais de um século na luta pela igualdade na Comunidade do Barranco ou São Benedito, na Rua Duque de Caxias, bairro Praça 14 de Janeiro, zona Centro Sul.

Os negros do Amazonas vieram dos estados do Maranhão, Pernambuco e Ceará, em busca de trabalhos e melhores condições de vida. Como Manaus ainda estava se desenvolvendo, a maioria trabalhou na construção da cidade, e as mulheres serviam como amas de leite, em sua maioria. Até o ano de 2000, não havia reconhecimento para este povo, o que ocorreu somente em 2003¹.

O Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que integram a Carta Constitucional do Brasil de 1988. Este decreto vai beneficiar a matriz africana, como as comunidades de terreiro, um tipo de reparação que pode valorizar os descendentes de escravos libertos que ainda vivem nas terras.

A categoria “quilombola” está articulada com a “situação histórica precedente”. Nela podemos identificar as categorias sociais pelas quais os agentes sociais se identificaram ou foram identificados com o processo histórico. Essas categorias, contudo, foram: “seringueiros”, “castanheiros”, “pretos” e “ribeirinhos”. (FARIAS JÚNIOR, 2013, p.132).

Para o reconhecimento de terras de quilombos existe todo um processo administrativo que deve ser feito perante vários órgãos do Governo Federal. Todos esses relatórios serão encaminhados para entidades federais para que seja feita a expedição do título de terras e o cadastro dos imóveis titulados na área a ser demarcada.

Com o reconhecimento oficial de quilombo urbano, haverá o incentivo aos demais “parentes”, que nos dias atuais já se sentem desestimulados em batalhar intensamente pelos ideais dos descendentes de escravos. E desta forma, poderão continuar a tradição da família. “A festa religiosa inseria na malha fina da escravidão,

¹ Depoimento de Edijaci Leite Vieira, conhecida na Praça 14 de janeiro em Manaus, como “Edi Vieira”, em 31 de julho de 2013. Ela é a atual diretora cultural da Associação do Movimento Orgulho Negro do Amazonas (Amonam). É mestre em Educação e há 25 anos é a favor das lutas sociais.

abertura para os pretos exercitarem sua capacidade organizativa. Dava oportunidade a maior interação social entre pretos livres e escravos” (BANDEIRA, 1988, p.130).

No mês de novembro do ano de 2013, os ex-descendentes de escravos se reuniram com assinaturas e provas e entraram com uma ação no Ministério Público Federal do Amazonas (MPF/AM) que recomendou à Fundação Cultural Palmares que fosse instaurado processo administrativo de certificação da Comunidade do Barranco, para identificação do grupo como remanescente de quilombo urbano.

Quase um ano depois, foi concedido pela Fundação Cultura Palmares, no mês de outubro de 2014, a certidão de autodefinição de quilombo urbano. Neste caso, se torna o segundo quilombo em área urbana do Brasil. Vale ressaltar que no município de Novo Airão (distante a 115 quilômetros em linha reta de Manaus) existe a Associação de Moradores Remanescentes de Quilombo da Comunidade do Tambor, onde muitos citam como quilombo urbano, mas como não fica localizada na cidade, logo, não pode ser considerada como urbano.

O povoado quilombola do Tambor se constitui a partir dos descendentes de escravos vindos de Sergipe, por volta de 1907. Os escravos, chamados de “pretos” pelos próprios proprietários e descendentes da empresa extrativista que controlava a região, ocuparam inicialmente a região do Rio Pauini, que por isso ficou posteriormente conhecido como “Rio dos Pretos”². O reconhecimento das terras para a comunidade é importante, pois se transforma em um elemento de resgate da cultura afro-brasileira, originando uma nova cartografia social, baseada na ancestralidade negra que ainda hoje vive à margem da sociedade.

Com a certidão de autodefinição dos negros como quilombo urbano, se torna um marco na história do Amazonas, principalmente para os descendentes em grande maioria da família Fonseca e dos Beckmann, que colocarão em prática seus projetos socioculturais, em benefício de todos da Praça 14 de Janeiro e visitantes que queiram conhecer um pouco da história dos negros, ex-escravos e seus descendentes.

Devoção a São Benedito

Além da luta pelo reconhecimento oficial de quilombos, as comunidades negras do Amazonas tentam manter a tradição cultural da festa de São Benedito, o santo padroeiro dos comunitários. No Brasil, São Benedito obteve imediata devoção,

² A empresa extrativista era a firma Bezerra & Irmãos, estabelecida em 1907, controlaram o Rio Jaú até metade do século XX. O doutorando em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFAM, Emmanuel de Almeida Farias Júnior, defendeu sua dissertação de mestrado sobre os Quilombolas do Tambor, junto ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM).

uma vez identificado com os negros escravos necessitados de socorro e consolação. Mesmo antes de morrer e de ser canonizado, já era grande essa devoção conforme ensinamentos de Nonato da Silva (2006). Benedito, cedo se tornou santo milagroso e glorioso dos negros, também dos brancos e dos mestiços.

O conhecimento que esses moradores possuem é visto como uma ideologia que permite abordagens plurais na manifestação cultural e religiosa, pois há um envolvimento e compromisso assíduo entre os participantes, desde a confecção de um mastro de madeira que contém frutas que representam prosperidade, a realização de uma procissão à Igreja Católica Nossa Senhora de Fátima e a descida do mastro, dias depois. “Diversas manifestações do pensamento podem ser abordadas como diferentes manifestações racionais, ou seja, como forma de representações de razão que se expressam sob “diferentes visões””. (BASTOS; PINTO, 2007, p.38).

A devoção à intercessão a São Benedito espalhou-se e formou-se de tal modo que em 1743 o Papa Bento XIV autorizou seu culto público, fato extraordinário entre os eclesiásticos já que a Igreja Católica não permite essa prática sem as provas santificadoras. Assim, no Brasil, desde 1680, vários centros de religiosidade popular se instalaram em torno da figura de São Benedito, conforme Nonato da Silva (2006) esse fato pode ser comprovado nas cidades de Salvador, Olinda, Recife, Igarapé, Belém, Bragança. No Amazonas foi somente à década de 1980.

“Nas festas religiosas os pretos sempre desempenharam papéis importantes na sua realização e, por isso mesmo, tiveram sua continuidade de forma assegurada, enriquecida, embora de novos conteúdos simbólicos no domínio das diversas esferas: social, econômica e cultural”. (BANDEIRA, 1988, p.130).

A história da Praça 14 está ligada à Revolução de 14 de janeiro em 1892, que culminou com a morte do soldado Pimenta. E, em sua homenagem, o bairro que tinha o nome de Praça da Conciliação, passou a chamar-se Praça Fernandes Pimenta. Este nome foi mudado em seguida, para Praça 14 de Janeiro, em referência à data revolucionária (SAMPAIO, 2011, p. 175). A Comunidade do Barranco ou São Benedito, assim conhecida pelos festejos que são organizados no local, está situada na Avenida Japurá, zona Centro-Sul de Manaus, teve outros nomes antes da urbanização, como Vila dos Maranhenses, Reduto dos Maranhenses e Reduto dos Negros.

Mas foi no governo de Plínio Ramos Coêlho (1963-1964) que começou a ser urbanizado o bairro Praça 14 de Janeiro. Uma parte da história dos negros no Amazonas iniciou com a chegada de Maria Severa Nascimento Fonseca e seus filhos: Raimundo, Manoel e Antão, além de Felipe Nery Beckmann, vindos do estado do

Maranhão. Outros descendentes também vieram do estado do Ceará. A Festa de São Benedito é um evento promovido pela Comunidade da Praça 14 de Janeiro em Manaus, cuja história se relaciona com a da população negra que migrou para a capital amazonense no século XIX e se estabeleceu na área central da cidade, a partir daí a Festa de São Benedito começou a ser realizada pelos negros vindos do Maranhão e passou a ser transmitida de geração a geração, se mantendo viva na vida cultural dos moradores.

A imagem de São Benedito era cultuada pelos escravos em Alcântara, no Maranhão, e em sua homenagem o “tambor da crioula” era batido. Essa tradição foi trazida pelos escravos e ex-escravos que viajaram para o Amazonas. Sampaio (2011, p. 177) revela que chegando em Manaus, Raimundo Fonseca, juntamente com seus irmãos e Felipe Beckmann, que era tratado como um pai pelos filhos de dona Maria Severa (ex-escrava), começaram a delimitar a área na Praça 14 de Janeiro, construíram um barracão, uma espécie de terreiro, onde a festa começou a ser celebrada em função de uma promessa feita por Felipe Beckmann a São Benedito³. Hoje a festa é realizada no lado oposto de onde começou a ser celebrada.

Após o falecimento de Felipe Beckmann, quem o sucedeu na organização dos festejos foi Raimundo Fonseca, em seguida Bárbara Fonseca, filha mais velha de Raimundo, e após a morte de Bárbara, a direção do evento passou para sua irmã caçula, Maria de Lourdes Fonseca Martins “Tia Lurdinha”, quando a festa mudou de local, passando então a ser celebrada na sua residência, ao lado oposto ao original, a partir desse momento a festa passou a ficar popular em todo o Amazonas. Em 17 de julho de 2003, Tia Lurdinha veio a falecer, assumindo então a responsabilidade pelos festejos, sua sobrinha, Jacimar Souza da Silva. (SAMPAIO, 2011, p. 177).

Em maio de 2009, dona Jacimar, que estava muito doente, veio a falecer e quem passou a organizar a festa foi sua sobrinha, Jamily Souza da Silva, que desde 2004 já fazia parte da equipe que coordena a festa. Jamily conta com o apoio de outros coordenadores, que são parentes, amigos e devotos de São Benedito. Ela é descendente da quinta geração da ex-escrava Severa Fonseca. Jamily também contribuiu significativamente através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), juntamente com a Fundação de Amparo à Pesquisa na Amazônia (FAPEAM), com dados sobre a Nova Cartografia da Amazônia, pesquisando, juntamente com uma equipe, a comunidade negra de São Benedito. Logo, se vê a necessidade de construir um contexto histórico amazônico para que continue preservado

³ Neste trecho há uma explicação sobre a denominação da comunidade ser chamada de Barranco e Benedito. SAMPAIO, Patrícia M. (org.). **O fim do silêncio – presença negra na Amazônia**. Belém: Açai / CNPq, 2011, p. 175.

história o pensamento social, a trajetória de vida, a cultura e a sociedade amazônica, através das realidades regionais.

Por ser o santo comunitário por excelência, a sua festa é feita pelo povo para seu santo. E em sendo o santo do povo, a festa é feita pelo povo, para o povo em seu santo, ao contrário da festa do Divino que é feita pelo santo para o povo. (BANDEIRA, 1988, p.229).

Outra situação que se manifesta ultimamente diante da festividade é a participação do Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) que recomendou ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) o reconhecimento da Festa de São Benedito como patrimônio cultural brasileiro. Para dissertar sobre esta festa que já faz parte do cenário cultural manauara, foi necessário adaptar a pesquisa com instrumentais necessários para desenvolvê-la. Entre eles consta a historiografia oral, onde os sujeitos da investigação assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido. Além disso, referências documentais e bibliográficas também foram utilizadas.

Considerações

São Benedito é considerado o Santo protetor dos negros, antigamente a tradição de reverendar ao Santo era mais assídua, porém, com o passar do tempo, e com a morte dos mais antigos, o costume foi sendo deixado de lado principalmente pelos mais novos, mas não esquecido, uma vez que os poucos descendentes de ex-escravos que ainda vivem na Comunidade do Barranco para manter os costumes. Desde a década de 1980, os comunitários realizam a tradicional feijoada de São Benedito, esta é oferecida para os residentes que lá vivem e pessoas convidadas que de certa forma são devotos do Santo.

Portanto, a Comunidade do Barranco tenta garantir às futuras gerações a consciência de suas origens, desde a Festa religiosa de São Benedito, como o reconhecimento oficial de quilombo urbano, pelo fato de serem descendentes de ex-escravos, onde o preconceito é deixado de lado, e a motivação de preservar a cultura é primordial para a história e contribuição dos negros na sociedade no Estado do Amazonas.

Referências bibliográficas

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território negro em espaço branco**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. 346 p.

BASTOS, E. R.; PINTO, R. F. (Orgs). **Vozes Da Amazônia**: Investigação Sobre o Pensamento Social. Brasileiro. Manaus: Editora Adua, 2007.

BRAGA, Sérgio Ivan Gil. **Manaus, Macapá e Alter do chão**: imaginário, cultura popular e alguns “devaneios” sobre festas na Amazônia - 2008. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2013/sergio%20braga.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 4.887**, de 20 de Novembro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 05 ago. 2013.

DA MATTA, Roberto (1997) **A casa & a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro, Rocco.

FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. **Do rio dos pretos ao quilombo do Tambor**. Manaus: UEA Edições, 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio**. o dicionário da Língua Portuguesa. Coordenação de edição Marina baird Ferreira; equipe lexicografia Margarida dos Anjos. - 7.ed. - Curitiba: Ed. Positivo, 2008. p. 673.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: 2000.

ITUASSÚ, Oyama. **O colonialismo e a escravidão humana**. Academia Amazonense de Letras. Governo do Estado do Amazonas e Editora Valer, 2007. 120 p.

MPF/AM. **RECOMENDAÇÃO Nº 05/2014**. Disponível em: <http://www.pram.mpf.mp.br/institucional/acoes-do-mpf/recomendacao/2014/05_Recomendacao_IPHAN_FESTA_SAO_BENEDITO.pdf> Acesso em 19 ago. 2014.

NONATO DA SILVA, Dário Benedito Rodrigues. **Os Donos de São Benedito**: convenções e rebeldias na luta entre o catolicismo tradicional e devocional na cultura de Bragança, século XX. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará. Belém: [s.n.], 2006. Disponível em: <http://www.ufpa.br/pphist/images/dissertacoes/2006_Dario_Benedito.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2014.

QUILOMBOLAS, **Etapas da Regularização**. INCRA, s/d. <http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas>. Acesso em 30 ago. 2014

SAMPAIO, Patrícia M. (Org.). **O fim do silêncio – presença negra na Amazônia**. Belém: Açaí / CNPq, 2011. 298 p.

SILVA, Tatiana Dias; GOES, Fernanda Lira. **Igualdade racial no Brasil**: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes/organizadoras. – Brasília: Ipea, 2013.

SILVA, Marilene Corrêa da. **Metamorfoses da Amazônia**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida**: uma interpretação da Amazônia. 9. ed. rev. - Manaus: Editora Valer/ edições Governo do Estado, 2000.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terras de Quilombo**: caminhos e entraves do processo de titulação. Secretaria Executiva de Justiça. Belém, PA. Programa Raízes, 2006. Disponível em <<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Girolamo.pdf>> Acesso em 30 ago.2014

FAMÍLIA E RELIGIÃO: ENTRE DOGMAS E TABUS

Introdução

Para iniciar um artigo sobre Família e Religião, é preciso compreender que ambas sofreram transformações ao longo da história, sua relação mostra a necessidade social e científica que a contemporaneidade exige desse debate.

No âmbito religioso, pode-se citar transformações tanto no que se refere às crenças, quanto as instituições em permanente crescimento quantitativo. O domínio secular do catolicismo, a abertura para as novas religiões, a perda de fiéis da Igreja Católica, o crescimento do protestantismo, o conservadorismo permanente, são características do constante movimento das religiões para ganhar fiéis e defenderem seus ideais.

Para compreender a família, faz-se necessário romper a visão de que a família é um objeto, uma coisa. As conceituações são possíveis, quanto se analisa a família respeitando o tempo/espaço, respeitando a relação, biológica/afetividade, mas mantendo a consciência que trata-se de instituição permeada pelos padrões simbólicos, ou seja, modelos construídos socialmente.

Como objeto de estudo, o presente trabalho visa abordar a temática sobre família através de padrões sociais instituídos a partir da religiosidade como instrumento normativo que influem em sua configuração e, nos papéis sociais de seus membros.

O artigo é de caráter bibliográfico, tendo por base autores como, o estudo apresenta uma breve análise dos autores, Engels (2010), Philippe Ariès (2011), Peter Berger (1985), Durkheim (1996), entre outros, no intuito de traçar uma ligação entre suas principais contribuições.

Em um primeiro momento, é abordado uma breve caracterização da família, um pouco de sua histórica e suas configurações. Na contemporaneidade, timidamente a temática da família ganha espaço de discussão teórica nas academias, mais trabalhos

* Universidade Federal do Amazonas. E-mail: ariamariacarvalho@gmail.com

surgem para compreender esse núcleo que une pessoas, mas que desperta muitas contradições sociais. A posteriori, uma despreziosa caracterização da religião, do catolicismo e do protestantismo, a fim de encontrar as influências que mantem a família tradicional/nuclear burguesa, como único modelo social e religioso aceito na sociedade brasileira.

Não há pretensão de esgotar temáticas tão ricas em detalhes e história, o que se pretende, é apenas levantar algumas reflexões sobre essa relação tão antiga quanto atual, tão normal e tão polemica.

O significado de família

A sociologia vê a família como um grupo social que se difere dos demais, assume formas e funções particulares de cada contexto histórico. Foi e ainda é objeto de estudos nas mais diversas áreas do conhecimento. Tentar conceituar “família” não é fácil, a história é complexa e dinâmica.

Essa complexidade e dinamicidade leva a configuração familiar a passar por diversas transformações, sempre levando em consideração o contexto sociocultural de cada época, é uma instituição flexível, - ou deveria ser – que se adapta às influências sociais, culturais, políticas, religiosas, morais e éticas. Seus aspectos demográficos, de parentesco, transmissão de bens, relação estado-família devem ser levados em consideração.

Indaga-se, o objetivo de definir a família? O que é a família? Abordar temática “família” requer olhos atentos e distanciamentos dos próprios conceitos e crenças, pode-se afirmar tratar-se de quebra-cabeça. A literatura vai mostrar que traçar um único conceito da instituição família não será possível, visto ser, este, um termo que representa uma ampla gama de formas sociais, com estruturas diversas e que esbarram em limites impostos por questões culturais e religiosas. Portanto, de forma breve e sucinta, serão abordadas algumas reflexões sobre o que vem a ser uma família e suas transformações no decorrer da história.

A priori, as primeiras questões que surgem relacionam-se em torno do que se concebe hoje como família, se existem modelos, organizações, configurações, se são estáticas ou dinâmicas.

A família pode ser vista como uma sociedade natural, que ganha forma através dos indivíduos, unidos por laço de sangue – resultantes da descendência – ou de afinidade – entrada dos cônjuges e parentes que se agregam à entidade familiar pelo casamento.

Bello (2007, p. 99) ressalta que “a família se apresenta como o modo mais completo de comunidade. Nesta existem ligações entre o ser humano em toda sua amplitude: o nível físico, as dinâmicas de ordem psíquica e o nível espiritual”. A autora ainda enfatiza que, nenhum modelo de família humana atinge um ideal de família.

A família é responsável pela alimentação, pela proteção, pela iniciação na cultura, na educação, por repassar valores e normas e deve proporcionar a criança um ambiente familiar que reflita amor, felicidade e compreensão.

De acordo com Uziel (2007), a concepção de família pode ser diversa, constituída com sua base unitária, contudo podendo atingir a diversidade, haja vista que a identidade humana pode apresentar várias características inseridas na diversidade.

A família detém o papel de mediadora entre o individual e o coletivo, está vinculada ao público e ao privado, é um espaço contraditório repleto de desigualdades. Pode-se refletir que a família burguesa ainda se encontra em contornos tradicionais e conservadores, é a união de bens e riqueza, enquanto a família proletária é o encontro de pessoas para unir capital para o consumo.

As transformações, sociais, econômicas, políticas e culturais chegam ao nível moral gerando conflito entre os homens na sociedade. Com as mudanças na configuração familiar não seria e não é diferente.

Alguns retratos sobre construção histórica da família

A família na história, não é linear, cada autor em sua área de conhecimento irá refleti-la a partir de um determinado ponto de vista e de interpretação. Os autores que direcionam esse contexto no presente artigo são: Ariès (2011), Donati (2008) e Engels (2010).

Na intitulada “A Origem da família, da Propriedade Privada e do Estado”, Engels (2010) afirma que os estudos sobre a história da família, tiveram seu início no ano de 1861, com o livro “Direito Materno” de Johann Jakob Bachofen (1815-1887), no qual, foram formuladas quatro teses: 1) Os seres humanos viviam relações sexuais ilimitadas; 2) estas relações excluíam a certeza da paternidade, logo a filiação era contada apenas por linha feminina; 3) as mulheres, como as mães, como únicos progenitores, detinham grande apreço e respeito social, um momento de domínio feminino; 4) a passagem das relações sexuais ilimitadas, a monogamia, representava a transgressão de uma lei religiosa, o direito imemorial que os homens tinham sobre uma determinada mulher, ao transgredir essa lei, o castigo imposto era a posse da

mulher por outros homens, durante um determinado período. As provas para essas teses foram salientadas na passagem do direito materno, para o paterno, na história grega de “Oréstia” de Ésquilo.

Engels (2010) retrata o episódio mitológico que representa a transição do matriarcado primitivo para o patriarcado. A sociedade já foi matriarcal, as relações sexuais eram ilimitadas não obedeciam à santidade do casamento e os homens não tinham direitos sobre seus filhos pela incerteza da paternidade. A transição ocorre quando Oreste, após a traição de sua mãe Clitemnestra com Egisto e o assassinato de pai Agamenon, mata a mãe como vingança, porém, o matricídio era considerado o mais imperdoável de todos os crimes. Oreste vai a julgamento e é defendido por Apolo que consegue declara-lo inocente. O paterno se sobrepôs ao materno.

Prado (1981) aponta para violentos choques entre patriarcado e matriarcado. As religiões monoteístas se identificavam ao patriarcalismo e se impuseram através de sangrenta repressão aos costumes tradicionais dos povos politeístas que cultuavam deusas e defendiam o matriarcalismo.

As configurações familiares já sofreram várias mudanças, mas ainda geram grande mobilização social ao se deparar com “novos” arranjos. Foi assim com a legalização do divórcio, com o reconhecimento social das famílias monoparentais e com as famílias reconstituídas após o divórcio. Considerando que cada vez mais as transformações socioeconômicas e culturais movimentam a sociedade e muitas configurações ainda estão por vir, podemos aqui exemplificar através das famílias homoafetivas que em meio a conflitos religiosos e de direitos humanos, tem um grande caminho a percorrer no que se refere ao reconhecimento social das configurações familiares contemporâneas.

No livro, “Família no Século XXI”, o autor Pierpaolo Donati (2008), adota como referência histórica, a Europa e de forma breve e simples, distingue três momentos relevantes para a compreensão da família na história. 1) A formação histórico-social tradicional ou pré-moderna – baseada na civilização grega e romana, “a família é compreendida como um agregado natural que coincide com a casa (*oikia*) como dupla união, de um homem e uma mulher e entre patrão e escravo” (p. 55), é uma comunidade constituída de acordo com a natureza para vida de cada dia; 2) A formação histórico-social capitalista ou de primeira modernidade – “a partir das cidades dos burgos emancipados, que nascem as novas famílias, as quais vão formar a burguesia. Como classe dominante na sociedade moderna” (p. 57). Historicamente, nos séculos XIII e XIV na Itália, já se percebia a família que operava a divisão administrativa entre casa e empresa, vista pelo mercado como grupo aquisi-

tivo de primeira acumulação capitalista, porém esse tipo de família se afirmou após a reforma protestante, nos países do Centro-Norte Europeu, concebe-se então as famílias burguesas e proletárias; 3) A formação histórico-social contemporânea ou pós-industrial – as mudanças ocorridas na revolução industrial, como o período de crescimento do Estado como “Estado de bem-estar social”, ou Welfare State e as mudanças nas formas de organização do mercado, geraram impactos nos modelos familiares. “a família burguesa clássica, como modelo dominante, cede lugar ao modelo de família empresarial da classe média, fortemente privatizada e privilegiada no acesso de bens e serviços” (p. 58), no entanto, por outro lado, a “família proletária, como modelo prevalente, tende a assumir uma forma familiar típica dos estratos técnicos e funcionários públicos, centrado sobre o estilo de vida orientado pelo consumo” (p.58).

Pode-se concluir que, a família não segue uma lei histórica evolucionista, não advém de um modo linear de análise, ela vem se modificando, ampliando e restringindo como maior ou menor estabilidade e intensidade de acordo com as características que permeiam a sociedade onde se encontram inseridas.

Recorre-se a Ariès (2011), para obter outra concepção de família. O autor ressalta que a família tinha por missão a conservação dos bens, o ofício em comum, a ajuda mútua, porém a afetividade não acontecia dentro da família. A separação das crianças e dos pais através da escolarização, ganha um ar de moralização, promovido por instituições religiosas e legislativas, a partir de então, percebe-se uma mudança em relação ao lugar ocupado pelos filhos e as demonstrações de afeto, a família tornar-se-á um espaço de afeição, os pais vão além da transmissão de bens e honra e passam a se interessar pela educação dos filhos.

De fato, o sentimento de família decorre a partir do século XV, como sentimento peculiar das classes abastardas e somente após o século XVIII ele chega a todas as camadas sociais.

A família se transformou em uma sociedade fechada onde seus membros sentem prazer em permanecer, entretanto o avanço dos costumes passa há não mais ser compreensível se o crescente sentimento de família não for considerado.

A família se estende, mas a sociabilidade não. As antigas relações sociais (senhores e criados – grandes e pequenos – amigos e clientes) cedem lugar a família, a casa perde seu caráter de lugar público e a vida profissional e familiar se distanciam. Ariès (2011) acredita que o sentimento de família e a sociabilidade não eram compatíveis, um só conseguiria se desenvolver em detrimento do outro.

E assim, desde o século XVIII, na Europa, da privacidade do lar ao domínio do Estado, a família nuclear burguesa se tornou o modelo dominante na sociedade capitalista.

Na realidade brasileira, Samara (2004), ressalta que a família seria o resultado da adaptação da família portuguesa ao ambiente colonial, onde gerou-se um modelo permeado por características patriarcais e aliada aos costumes conservadores de cunho cristão, fortaleceu o mito da mulher submissa e do marido dominador, bem como o casamento seria o ponto de origem da família.

Observa-se ainda, a análise de Foucault (1988), o autor aborda o padrão familiar burguês ao tratar o dispositivo da aliança. O sexo cede lugar ao sistema de matrimônio, este envolve o desenvolvimento de parentesco e transmissão de nomes e bens. Se estrutura entre o que proibido e permitido, lícito e ilícito. As normas e regras sociais são ditadas pela família nuclear burguesa. O autor deixa claro que a família contemporânea não pode ser vista como uma aliança econômica, social e política, onde a sexualidade seja excluída ou utilizada para as funções biológicas.

Todas as mudanças aqui brevemente citadas têm por objetivo mostrar que a concepção de família é dinâmica, desde as mudanças no padrão de comportamento sexual até as mudanças inacabáveis no cenário cultural, social e religioso, reconfiguraram a família e sua relação no interior e no exterior do lar conjugal.

As configurações da família contemporânea

Conforme a história avança em sua dinamicidade, a família continua a sofrer influências em sua contínua transformação. Pensar a família no século XXI pressupõe a ruptura com a associação a um único modelo existente, o nuclear burguês, ou o único modelo religioso, cultural, social e politicamente aceito perante a sociedade, por mais que gere conflitos.

O âmbito familiar é um lócus de constantes transformações, uma vez que seus indivíduos estão envolvidos em diversas redes de significados. Essa dinâmica possibilita que os embates sociais sejam tratados de forma maleável, supondo a não estatização dos modelos sociais. Logo, a família é um fenômeno que abrange as mais diversas realidades.

Do matriarcalismo ao patriarcalismo, da família nuclear a monoparental, da família recomposta a geracional, da família adotiva a homossexual, família não tem como seguir modelos, não necessita de laços consanguíneos para ser reconhecida.

Tecer comparações entre os tempos antes ou depois da era cristã, perpetuar o papel de macho e fêmea para procriação, ou ainda exaltar a Grécia antiga por tratar com naturalidade a prática sexual entre seres biologicamente iguais seria anacrônico, visto que na dinamicidade da própria história o comportamento humano encontra a diversidade em cada época, em cada contexto sócio histórico ou cultural.

Ressalta-se que independente das transformações sociais, o modelo de família nuclear burguesa ainda faz-se presente no cotidiano social, configurado através da falta de visibilidade de “novos” arranjos familiares construídos na diversidade.

Szymanski (2002) ressalta que a família pode ser nuclear, incluindo os eixos geracionais, monoparentais, onde é comum a chefia feminina (sendo este um fator crescente na sociedade brasileira), as famílias reconstituídas, onde um ou mais membros adentram com seus arranjos já existentes para a vivência cotidiana, as famílias adotivas, que podem até ser bi-raciais e/ou multiculturais, além das famílias constituídas por homossexuais com ou sem crianças.

Faz-se ainda necessário esclarecer que tanto o Estado e o sistema capitalista continuam a controlar a sociabilidade familiar. A família é caracterizada por seu status econômico-social, e mesma diferenciação entre burguesia e proletariado permanece nos dias atuais.

Enquanto a tradicional família burguesa ainda vê na união conjugal um meio de crescimento econômico e perpetuação de bens, a família para os pobres funciona como uma associação entre aqueles em quem se pode confiar, pois não há status ou poder a ser transmitido, que vai definir onde se inicia e onde termina a extensão da família entre os pobres é a rede de obrigações que se estabelece, fazem parte de uma mesma família aqueles com quem se pode contar, é a reciprocidade que delimita vínculos e relações de afeto. (SARTI, 1996).

As transformações socioculturais ou econômico-políticas que ocorreram mundialmente e que modificaram a forma de ver e viver a família, ressalta-se desde-já que, todas as modificações que permeiam o conceito e os modelos de família não são aceitos de forma unânime, os fatores culturais e religiosos são os que mais divergem e sustentam o discurso da família “tradicional”, a família composta por um homem e uma mulher, unidos pelo matrimônio para fins reprodutivos, em consonância com as escrituras sagradas. Vale ressaltar que, as bases sociais para o reconhecimento legal da família monogâmica nuclear e burguesa advêm da influência do Cristianismo, a antiguidade greco-romana consolidou as bases da sociedade para a prática milenar da família monogâmica, uma relação conjugal, que se fundamenta na sobreposição do interesse social em detrimento do interesse individual.

A seguir citar-se-á algumas das configurações familiares que se fazem presentes na sociedade, a divergência religiosa, uma das análises do presente artigo, será visibilidade nos próximos tópicos.

Se o conservadorismo interpreta ainda hoje a família como a união de duas pessoas de sexo oposto, através de relação conjugal para gerar filhos, por outro lado, tem-se novas direções que apontam que a família é um grupo de pessoas que se relacionam através do afeto e interesses comuns, possibilitam ao ser humano desenvolver plenamente sua personalidade e suas potencialidades. De certo, que na contemporaneidade, o conceito de família tomou outras dimensões, estendendo-se para além da família tradicional, oriunda do casamento, para outras modalidades, algumas configurações ainda são marginalizadas pela sociedade e são vistas como ilegítimas ou informais, porém visualiza-se avanços no que tange o respeito à dignidade da pessoa humana e a evolução dos costumes na intenção de superar preconceitos e mitos e tabus.

Sem a presença de uma rigidez conceitual, o conceito de família se amplia e abarca novas modalidades, novas configurações. A família nuclear burguesa continua sendo o modelo mais comum e que prevalece na sociedade, mas outros arranjos ganham espaço e visibilidade. Podem ser citados de acordo com Maluf (2012) os seguintes modelos:

- Família Matrimonial – família constituída através ato formal, litúrgico;
- Família Formada Na União Estável – representa a feição informal da família, por meio da qual a generalização do fato social fez que fosse reconhecida juridicamente;
- Família Monoparental – configura-se de forma desvinculada da ideia de um casal e seus filhos, pois é formada pela presença e inter-relação da prole com apenas um dos seus genitores;
- Família Unilinear – formada pela genitora e por sua prole, oriunda das técnicas de reprodução assistida, em sua modalidade heteróloga;
- Família Homoafetiva - A família formada por pessoas do mesmo sexo vem desbravando os mares do preconceito e do desconhecimento para se fincar no mesmo rol de entidade familiar que as demais;
- Famílias Recompuestas – um dos membros do casal ou os dois têm filhos de relacionamentos anteriores;
- Família Pluriparental ou Mosaico - pode ser entendida como a entidade familiar que surge com a ruptura de anteriores vínculos familiares e a consequente

formação de novos vínculos, que incluem os filhos oriundos das relações anteriores e também aqueles que o casal tem em comum;

- Família Anaparental – não regulada pelo legislador, pode ser definida como a relação familiar baseada na *affectio* e na convivência mútua, entre pessoas que apresentem grau de parentesco. Ex: duas irmãs, viúvas ou solteiras com patrimônio comum;

- Família Eudemonista – família cuja formação decorre do afeto, ou seja, cuja viabilidade produz felicidade nos seus componentes, bem supremo da existência humana paralela; busca a felicidade individual vivendo um processo de emancipação de seus membros;

- Família Paralela – é aquela que se forma a despeito do princípio da monogamia, um dos integrantes participa como cônjuge de mais de uma família.

Independente da configuração familiar, todas tem em comum o anseio de serem inseridas e protegidas como ser humano, desejam estar em uma ambiente em que haja a possibilidade de se desenvolverem em suas potencialidades e peculiaridades, conforme garante o princípio constitucional da garantia da dignidade da pessoa humana.

Maria Berenice Dias (2009, p. 38) afirma que, “despontam novos modelos família mais igualitárias nas relações de sexo e idade, mais flexíveis em suas temporalidades, em seus componentes, menos sujeitos a regras e menos sujeitas à regra e mais ao desejo”.

Seria presumível que, a modernidade e os debates acerca da instituição família, garantissem que as configurações familiares contemporâneas fossem permeadas pelos ditames pessoais, a liberdade individual e a valorização dos direitos dos direitos humanos, mas isso não ocorre de maneira simplista e rotineira. O reconhecimento social e legal das configurações familiares que fogem ao tradicional esbarra no conservadorismo religioso que ainda se faz presente nos dias atuais. Ou seja, o que não se encaixa no perfil bíblico de família é alvo de contradições, acusações, discriminações, são colocadas como anormais e vistas como perigosas a moral cristã que põe em risco a instituição família.

É fato histórico a influência das religiões, principalmente o Catolicismo, nas regras e convenções sociais, nas profissões, nas relações políticas, econômicas e culturais. Na realidade brasileira, a sociedade ainda é predominantemente Católica, mas o perfil religioso, assim como a família, vem sofrendo constantes transformações ao longo dos anos. O crescente número de pessoas que aderem ao protestantismo ou

pertencem a umas de suas diversas denominações, favorece a pluralidade religiosa, não apenas no interior dos lares, mas alcança inclusive o cenário político, palco de atuais debates e defesa acerca da família de Deus, como único modelo aceito.

Questiona-se, por exemplo, até onde se pode interferir a religião na política, na economia, na esfera pública e privada dos cidadãos que compõem uma sociedade? Como a religião controla e influencia a família? Não existe aqui, a pretensão de abordar as mais diversas denominações religiosas e suas particularidades, nestas limitadas linhas, a seguir, pretende-se apenas, tecer uma breve análise dos fatores religiosos que, de forma direta ou indireta, tem efeito social negativo frente ao reconhecimento das configurações familiares contemporâneas, bem como reforça a contradição entre família e casamento e o papel submisso da mulher.

A religião como fundamento e como dogma

Seria possível conceituar Religião? Talvez, fosse necessário, analisar vários outros conceitos, como crenças, ritos, sagrado, profano etc. Para indagar se a religião afeta os conceitos sobre família, faz-se relevante, uma breve caracterização da religião como fundamento e como dogma presente em todas as esferas de uma sociedade.

Costa (2009) ressalta que a religião pode ser vista em sua funcionalidade pelos efeitos que produz, ou seja, para os indivíduos que a absorve, ela ocasiona um significado para o mundo, dá significado à vida e freia a ansiedade. Também promove a integração, a coesão social, o controle moral e a efetividade dos valores.

Berger (1985) afirma que a religião representa o ponto máximo da auto exteriorização do homem pela infusão dos seus próprios sentidos sobre a realidade. A religião supõe que a ordem humana é projetada na totalidade do ser. Ou por outra, a religião é ousada tentativa de conceber o universo inteiro como humanamente significativo. O autor ainda salienta que, a religião foi historicamente, instrumento de legitimação, legitima instituições infundindo-lhes um status ontológico de validade suprema, isto é, situando-as num quadro de referência sagrado e cósmico. Essa legitimidade religiosa busca relacionar a realidade humanamente definida com a realidade última, universal e sagrada, funda, a realidade socialmente definida das instituições na realidade última do universo, na realidade como tal. Como exemplo, cita-se a sexualidade e a família, que por sua vez, são escassamente legitimados em termos miméticos, os papéis atinentes a essas esferas institucionais são eficazmente mantidos pelas legitimações religiosas.

Ainda citando Berger (*idem*), percebe-se que religião ao atingir a alienação, apresenta um mundo sociocultural coberto por mistérios vistos como não humanos, tudo é coberto pelo véu da mistificação que impede uma real compreensão. Um determinado contexto social com origens históricas e culturais passa a ser explicado pela fé. As contrariedades são vistas como ira da divindade. Um exemplo é o casamento, relação de parentesco, direcionamento das relações sexuais e contrato social. Tudo que é de Deus, refere-se ao sacramento.

Da mesma forma que o conceito de família varia de acordo com o tempo e área de conhecimento dos autores, conceituar religião segue o mesmo caminho, o que se tem em mãos, é várias concepções, interpretações acerca de um fenômeno.

Para Durkheim (1996) uma religião é um sistema solidário de crenças seguintes e de práticas relativas a coisas sagradas, ou seja, separadas, proibidas; crenças e práticas que unem na mesma comunidade moral, chamada igreja, todos os que a ela aderem. Pode-se afirmar que a religião esta envolta por um sistema mais ou menos complexo que envolve mitos, ritos, crenças, dogmas, cerimônias, e que atualmente tenta instituir um novo código moral.

Os dogmas religiosos podem ser interpretados como as crenças que fundamentam a doutrina, mas que são inquestionáveis. A relação entre família e a religião é rodeada de dogmas que por vezes distorcem o que diz Bíblia e implicam na rejeição de determinadas configurações familiares, e os movimentos sociais que vão de encontro ao fundamentalismo religiosos os acusam de estarem alienado. A religião, os dogmas e a família se encontram e interagem nessa relação, por serem construções sociais.

Costa (2009, p. 47/48) ao analisar o pensamento Durkheimiano sobre a religião, aborda que há uma certa confusão, sobre o que é de Deus e o que da sociedade, o autor afirma que, “não se trata apenas de a religião ser coisa social”. Ele completa que o sagrado é sociedade. “É ela que os homens adoram sem saber. ‘Deus’ é uma expressão (trans) figurada da sociedade. Esta, em si mesma, tem algo de sagrado. O grande Deus é a síntese de todos os totems, que são a expressão elementar do fenômeno”.

A religião representa, portanto, a realidade, social no sentido cognitivo, (torna-a inteligível) e no sentido expressivo (simboliza e dramatiza as relações sociais de classificação, separação, subordinação e ordem). É uma sociologia mitológica. Há, ainda, uma função integrativa na religião: estreita os vínculos indivíduos/sociedade. Os ritos reforçam o sentimento de pertença ao grupo, revigoram a crença, lembram-na. Uma religião vive de práticas, símbolos, crenças e modos de renová-los. (*Idem*, p. 49).

Finda-se por perceber, que a relação entre religião, dogmas, e família entra em um espaço de contradições. Ao mesmo tempo em que é pregado dentro dos templos o regate da família, a diversidade religiosa forma guetos que geram a exclusão de quem professa a mesma doutrina. A exclusão ocorre através dos dogmas, que são colocados em prática através dos tabus e preconceitos, que atingem não apenas as configurações familiares contemporâneas que buscam por reconhecimento, mas atingem também os membros de uma mesma família, é o mito da mulher submissa, do marido dominador, do filho criado para ser homem, da filha que desde as primeiras brincadeiras ganha bonecas, cozinhas, jogos de panela para ser o exemplo de mulher dona de casa e mãe. Todos os papéis sociais criados e reiterados pelo fundamentalismo religioso, criam uma bolha de onde, quem busca outro modo de viver, tem dificuldade de sair.

A religiosidade no cotidiano familiar

Independente da religião escolhida ou praticada, o cotidiano familiar é permeado por crenças, mitos, símbolos e ritos. De encontro às limitadas páginas desse artigo, serão caracterizadas duas denominações religiosas, o Catolicismo, e o Protestantismo (sem indicações de suas múltiplas peculiaridades).

A família, mais particularmente, a forma patriarcal, sempre foi considerada como a instituição mais sólida de uma sociedade, essa visão remonta desde o princípio da era cristã, foi levada a frente durante muitos séculos pelas religiões ocidentais, no entanto, apesar das transformações ocorridas, ainda goza, por unanimidade, como o modelo de família socialmente e religiosamente aceito.

Tudo o que se refere à vida orgânica família, no âmbito social ou individual passa pelo controle da religião. Como retribuição, a religião é sustentada pela família através da transmissão geracional de suas crenças, promovendo o cumprimento das práticas e a aceitação das punições. A Igreja ao se apresentar mais tradicionalista que a família, apresenta um modelo eterno e supremo de família, portanto, passa a ditar regras, sacraliza as manifestações da vida familiar através do nascimento, casamento e morte e passa a condenar o que vai contra os seus princípios morais, como a interrupção da gravidez, o divórcio, o exercício da livre sexualidade etc. Para manter esse domínio, Prado (1981, p. 68) afirma que “a pressão das religiões foi em geral a estratégia utilizada para impor uma nova e verdadeira moral familiar”.

Ou ainda, nas palavras de Brito (2004, p. 44), “o cristianismo apareceu como sinônimo de sacrifício, vida ascética, mortificação, repressão do corpo, inclusive do sexo, busca de alma separada do corpo”.

O cristianismo, ao longo de sua história, moldou não apenas a vida pessoal de cada indivíduo, moldou tudo o que se referia a moral, costumes, ciência, arte, e também a economia, enriqueceu através de impostos cobrados de seus fiéis.

Conforme aponta Weber (2004) a ética católica era de intenções, devendo cada um cumprir os deveres tradicionais, pregava a mudança de vida, mas atenuava através do sacramento da absolvição, uma forma de compensação das próprias imperfeições.

Rosado-Nunes (2004), aponta que, na esfera da religião, a instituição religiosa é entendida como legitimadora e matriz de organização de valores e normas sociais. O catolicismo sempre deteve esse poder nas mãos, foi por 300 anos, a religião oficial, a única aceita pelo Estado. Porém, a partir de 1889 e intensificado nas últimas décadas esse quadro vem mudando, a laicidade abre espaço para as “novas religiões”. A escolha acerca de qual religião seguir passa não mais ser, questão de herança e sim, opção pessoal, tal escolha resulta de uma busca por respostas que permeiam o dia-a-dia, a religião que proporcionar o busca naquele momento será a escolhida.

Hoje, no Brasil, o catolicismo ainda é a religião com maior número de adeptos, embora, o perfil religioso de sua população venha se modificando gradativamente. O número de indivíduos que se declaram pertencentes às denominações religiosas protestantes vem crescendo a cada dia.

Mendonça (2004) caracteriza o protestantismo no Brasil a partir de 1855 com o protestantismo de conversão ou missão. E antes da chegada dos missionários, “teve o terreno preparado pelos distribuidores de bíblias”. Desde sua grande explosão, a relação entre protestantismo e cultura é marcado pela ambiguidade de sua proposta missionária: a tarefa civilizatória da religião, e o labor evangélico de converter pessoas para transformar o mundo. Um dos pontos que mais atrai fiéis ao protestantismo é o Evangelho Social, a socialização entre igreja e comunidade através de jogos, brincadeiras, esporte e biblioteca, juntamente como os grandes encontros que contavam a participação de importantes pregadores avivalistas deu o tom necessário para as comparações entre a igreja católica e a protestante, levando assim a um grande número de conversões.

Esse perfil novo perfil religioso brasileiro tem corte de gênero, pois a população feminina é a que mais se converteu ao protestantismo, abrindo espaço no seio familiar, para pluralidade religiosa. Segundo Jacquet e Costa (2009), as mulheres se convertem após vivenciarem conflitos conjugais recorrentes, após a conversão a mulher tende a voltar a se concentra no casal, no lar e se houverem, nos filhos, além de atribuir as crises conjugais a irresponsabilidade e imaturidade de sua parte.

Essa caracterização leva a crer que a crença quando se vê materializada pelos dogmas que permeiam o cotidiano das famílias, passam a atribuir papéis distintos a cada um de acordo com o que é pregando dentro das Igrejas com base na Bíblia.

A representação dos dogmas na família

A história mostra que o ideal que se tem da família é um mito, a grande, unida e feliz família construída em sólidos princípios morais, é o estereótipo construído pela religião com seus valores idealistas e conservadores.

Prado (1981, p.82) constata que através da história social do país, as famílias consideradas tradicionais, representavam um número mínimo, afirma ainda, que poucas foram as famílias que se “mantiveram reunidas por muitas gerações ou englobando um parentesco extenso de múltiplo graus”. Na realidade, a maioria das casas eram pequenas e a ilusão dessa família indissolúvel advém da não existência do divórcio, logo não há comprovação da união perene, a não ser pela aparência que mantinham.

A realidade vivida e almejada no âmbito familiar pouco sofre variações de uma classe social a outra. Da família “ideal” se espera o amor entre o casal, a obediência paterna, a responsabilidade econômica do marido, entre outros, ressalta a expectativa frente ao cumprimento dos papéis sociais pré-estabelecidos. Quando esses papéis não são cumpridos em decorrência da dinâmica da realidade dos sujeitos envolvidos, seja pelo abandono do lar, pelo desemprego ou pela mulher que, por necessidades concretas vive uma múltipla jornada de afazeres, essas famílias são colocadas a margem da sociedade, gerando assim um círculo vicioso de exclusão não apenas social mas, também dentro das igrejas que frequentam.

Abre-se aqui, um espaço para exposição de ideias de Apolônio Alves de Albuquerque, que em 2011, lançou o livro “A Família na Pós-Modernidade”. O autor não apenas elenca diversos temas que colocam em perigo a existência da família, como no último capítulo a “Família e os Valores Religiosos”, descreve sobre “O Propósito Básico de Deus para a Família”.

Albuquerque (2011), afirma que influenciada pelos padrões de algumas religiões, as pessoas esquecem que Deus criou e designou os seres humanos para o casamento e para a família, nos momentos de crise, deve-se consultar o “manual das famílias”, a Bíblia. Afirma também que a família começa com o casamento e que deus somente aprova as relações sexuais dentro do casamento, que unidos diante de Deus gozam do privilégio de terem filhos. O homem deve colocar as necessidades das esposas acima das suas, e prover, através do trabalho honesto, as necessidades da família. As

mulheres, esposas e mães, têm o papel mais desafiador no plano e Deus, elas devem ser cuidadosamente submissas ao seu esposo, e se forem boas donas de casa, amorosa esposa e mãe, as mulheres que assim forem, Deus as terá em alta estima, as que não obedecerem tais ditames, difamam a palavra d'Ele.

Quantas famílias você conhece que se encaixam exatamente nesse perfil? Talvez esse seja o único questionamento necessário para mostrar as fragilidades na interpretação no conceito religioso de família, e que ilustra, o grande quantitativo de famílias que são automaticamente excluídas. Os dogmas religiosos, independente da denominação seguida, proporciona o distanciamento das famílias e entre a família, mais exclui do que inclui.

Mendonça (2004, p. 68) reflete sobre

o novo exclusivismo da 'família da fé', que exclui os clássicos tipos antropológicos de família, em particular a família conjugal, que se desestrutura em momentos típicos de festas familiares como o Natal e Ano Novo, assim como em encontros semanais dominicais. As comunidades religiosas protestantes contribuem, ao exigir para si a presença de adeptos cujas famílias não pertencem, no seu todo, ao seu grêmio, para desestruturar grupos de solidariedade primária que se estendem a todos os demais de ordem secundária, como escola, clubes, partidos, e assim por diante.

Ao contrário do que se prega quando o resgate da família de Deus, o individualismo é incentivado ao propor que a pessoa se afaste dos diferentes, isole o indivíduo, formas guetos de convivência apenas entre os iguais, na maioria das vezes, esse isolamento gera a intolerância, quem não consegue lidar com o diferente, prefere atacar, desmerecer, excluir. É mais fácil aceitar do que questionar refletir, ao passo que as religiões, pelos princípios que pregam, deveriam incluir, criam cada vez mais, novos, templos, novas regras de aceitação, aumentando os tabus e os preconceitos de seus fiéis.

Como já foi dito por Berger (1985), antes a religião tinha o poder de construir o mundo, hoje ela constrói mundos parciais, universos fragmentários. Considerações finais

Considerações finais

Nos dias atuais, por vezes prevalece o conservadorismo, o individualismo e o preconceito frente ao reconhecimento social de “novas” configurações familiares, ressalta-se que aqui não há referência a um único modelo de família, mas de todas as

formas de configurações familiares que apesar de “aceitas” legalmente, ainda sofrem o preconceito velados em diversas esferas sociais e religiosas, sejam elas monoparentais, geracionais ou reconstituídas.

Hodiernamente, não há espaço para pensar a família de forma endógena, é preciso ir para além de suas representações primitivas. Não há a possibilidade da família se extinguir, o reconhecimento social de “novas” configurações não põe em perigo a instituição família, pelo contrário, permite o ressurgimento de uma instituição que esta sendo engolida pelo individualismo, pelo consumo, pelo conservadorismo que escamoteia diversos tipos de violência.

A tão falada crise de valores traz à tona a ausência de amparo, da proteção e dos padrões de educação domesticada antes assegurados. A deficiência que se tem da história remete a busca ao modelo religioso de família como único aceito, e exclui uma quantidade significativa da sociedade que não se encaixa nesse perfil.

As transformações nas configurações familiares não são invenções, não são assuntos contemporâneos. A família não pode ser reduzida ao espírito capitalista onde tudo é lucro, a família é alicerçada na afetividade e cuidado mútuo entre seus membros, logo é passível de atingir as mais diversas configurações, que a sociedade se encarregará de apresenta-las, ou melhor, basta apenas visualizá-las.

Relacionar a temática família com a religião é uma forma de reflexão e até mesmo indagação, acerca do que considerado certo ou errado, tanto nas configurações, quanto nas relações familiares. Não há intenção de impor verdades, desmistificar crenças, mas de superação de tabus que promovem muito mais a exclusão social de indivíduos que não se encaixam em estereótipos seculares.

Entre perspectivas e desafios, a família vai se modificando para atender as próprias transformações sociais advindas do sistema capitalista de produção, a questão é, se a religião conseguirá se modificar para absorver tais transformações? A resposta, provavelmente vem com o tempo, desde que a história não caia no rotineiro esquecimento social.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Apolônio A. **A Família na Pós-Modernidade**. Pernanbuco: Editora Gráfica Eskatus, 2011.

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família no Brasil**. 2ª Rio de Janeiro. LTC, 2011.

BELLO, Angela A. **Família e Intersubjetividade**. In.: CARVALHO, Ana M.; MOREIRA, Lúcia V. C. Família, Subjetividade, Vínculos. São Paulo: Paulinas, 2007. (Coleção família na sociedade contemporânea).

BERGER, Peter. **O Dossel Sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. Trad. De José Carlos Barcellos. São Paulo: Paulus, 1985.

BRITO, ÊNIO José da Costa. **Agonia de um Modelo**. In.: SOUZA, Beatriz Muniz; MARTINO, Luís Mauro Sá (orgs). Sociologia da Religião e Mudança Social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil. São Paulus, 2004.

COSTA, Joaquim. **Sociologia da Religião**: uma breve introdução. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2009. (Coleção Cultura e Religião).

DIAS, M. B. **Manual de direito das famílias**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

DONATI, Pierpaolo. **Família no Século XXI**: abordagem relacional. São Paulo: Paulinas, 2008. (Coleção família na sociedade contemporânea).

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Tradução Leandro Konder. – 2º. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

JACQUET, Christine; COSTA, Livia F. **Conversão Feminina ao Protestantismo**: desencanto e reencanto conjugal. In.: MENEZES, José E.X de; CASTRO, Mary G. Família, População, Sexo e Poder: entre saberes e polêmicas. São Paulo: Paulinas, 2009. (Coleção família na sociedade contemporânea).

MALUF, Adriana C. do Rego F. D. Maluf. **A família na contemporaneidade**: aspectos jusfilosóficos. TRAMA INTERDISCIPLINAR - v. 3 - n. 1 – 2012. Disponível: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/view/5017/3829>> acesso em: 24 de Julhor de 2013.

MENDONÇA, Antônio, G. **Protestantismo Brasileiro, uma breve interpretação histórica**. In.: SOUZA, Beatriz Muniz; MARTINO, Luís Mauro Sá (orgs). Sociologia da Religião e Mudança Social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil. São Paulus, 2004.

PRADO, Danda. **O que é Família**. 1ª. ed. – São Paulo: Brasiliense, 1981. (Colecao Primeiros Passos).

ROSADO-NUNES, Maria José. **O Catolicismo sob o Escrutínio da Modernidade**. In.: SOUZA, Beatriz Muniz; MARTINO, Luís Mauro Sá (orgs). *Sociologia da Religião e Mudança Social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil*. São Paulus, 2004.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A Família Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção tudo é história).

SARTI, Cyntia A. **A família como Espelho – um estudo sobre a moral dos pobres**. Campinas, Autores Associados, 1996.

SZYMANSKI, Heloísa. **Viver em Família como Experiência de Cuidado Mútuo: desafios de um mundo em mudança**. In.: Serviço Social e Sociedade N° 71. Ano XXIII (Especial). São Paulo: Cortez, 2002.

UZIEL, Anna Paula. **Homossexualidade e Adoção**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. (Coleção Sexualidade, Gênero e Sociedade).

WEBER, MAX. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução José Carlos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PENTECOSTAL NA COMUNIDADE BOM JESUS, MANACAPURU (AM)

Introdução

A noção de identidade dialoga diretamente com outras noções construídas no âmbito das ciências sociais no sentido de oferecer ao pesquisador uma miríade de possibilidades de utilizá-la para avaliar um objeto específico. Numa observação superficial é possível perceber que essa noção está em uso nas mais diversas áreas e nos mais diversos fenômenos sociais e, com isso, passa pela filosofia, psicanálise, psicologia, história, geografia, literatura, antropologia, sociologia, entre outros. Noutras palavras, é uma noção que não desfruta de consenso, pois se caracteriza pela polissemia e contradição.

Por outro lado, mas não menos difícil, nos debruçamos sobre religião. É um fenômeno social presente nas discussões preliminares das ciências sociais e, com isso, podemos sugerir que seja um fenômeno instigante para a reflexão e até mesmo desafiador. Não por acaso todos os clássicos da sociologia se debruçaram sobre ela e, com isso, tiram conclusões razoavelmente diferentes. No nosso caso, o que nos motivou foram as manifestações do pentecostalismo e, relacionando com tema citado no primeiro parágrafo, a maneira como ocorre a produção da identidade pentecostal.

O pentecostalismo ganhou expressão nas últimas três décadas com a divulgação dos últimos censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (1991; 2000; 2010). De 6,6% em 1980, passando pelos 9,0% em 1991 e 15,4% em 2000, os chamados “evangélicos” alcançaram 22,2% da população brasileira em 2010. É importante salientar que, dentre os evangélicos, os pentecostais apresentaram uma diminuição percentual nos dados de 2010 e passaram de 68% para 60%. (MARIZ e GRACINO JR, 2013: 161), o que não minimiza a sua pujança enquanto fenômeno religioso.

* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. E-mail: elder.araujo@ifam.edu.br

** Universidade Federal do Amazonas.

Assim, a presença pentecostal nos números dialoga com os dados de pesquisa sobre esse grupo religioso e, com isso, tem-se produzido todo um conjunto de estudos que visam qualificar a presença pentecostal na sociedade brasileira. No caso deste artigo a proposta é contribuir com esses estudos e avaliar a presença pentecostal na comunidade rural de Bom Jesus, no interior do Amazonas. Para tanto, investiga-se a produção das identidades religiosas presentes naquela comunidade.

Com uma população eminentemente “evangélica”, a comunidade Bom Jesus do paraná do Iauara está localizado   margem direita do rio Solimões, na 7  sub-região que integra o território do Estado do Amazonas também denominado Região do Rio Negro/Solim es¹ e próximo ao encontro do rio Solimões e um dos seus tributários, o rio Purus. O paraná em questão situa-se no divisa dos territórios dos municípios de Manacapuru, Anamá e Beruri. A comunidade Bom Jesus propriamente dita situa-se na Latitude 3  36’ 36,4” e Longitude: 61  17’ 49,2” e ocupa o território cuja jurisdi o está sob a responsabilidade do município de Manacapuru, mas os seus laços sociais estão envolvidos com o município de Anamá por conta da proximidade de sua sede.

A funda o da comunidade Bom Jesus se deu por volta do final da década de 80 e início da década de 90 do século XX com o processo de compra por parte do Sr. Aureliano Vieira de Souza das terras onde hoje se localiza a comunidade em questão. De fato, a constitui o de Bom Jesus está vinculada   história do Sr. Aureliano Vieira de Souza - mais conhecido como “Zoca” ou “Seu Zoca” - e o grupo familiar do qual   patriarca.

No primeiro momento, denominada por Seu Zoca de Bom Futuro e, posteriormente, de Bom Jesus, a comunidade começou a preencher, mesmo que informalmente, os pré-requisitos de uma organiza o comunitária. Mas, sem d vida, a organiza o religiosa cumpriu um papel importantíssimo para essa organiza o, principalmente depois que este sujeito aceitou o convite para implantar uma igreja em suas terras. Com isso, as terras de Seu Zoca deixaram o anonimato para serem conhecidas como o local da *igrejinha do Zoca ou a comunidade do Zoca*. Com a constru o da Igreja Evangélica Assembleia de Deus do Brasil no Amazonas - IEADBAM nas terras do Seu Zoca, além de surgir uma alternativa em rela o às denomina es religiosas do Iauara, também surge um local de referência para os moradores das terras

¹ A Constitui o do Estado do Amazonas (s/d) divide este Estado em nove sub-regiões e uma delas   o Médio rio Solimões composta pelo município da capital do Amazonas, Manaus, Anamá, Anori, Autazes, Beruri, Caapiranga, Careiro, Careiro da Várzea, Coari, Codaj s, Iranduba, Manacapuru, Manaquiri, Novo Airão e Rio Preto da Eva. Se adotarmos a classifica o da Secretária de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico – SEPLAN, através do Anuário Estatístico 2009-2010 (2011), o paraná do Iauara estará localizado na Mesorregião Centro Amazonsense, especificamente na microrregião de Coari.

vizinhas. Como alternativa denominacional, de início, podemos perceber estranhamentos entre a Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas - IEADAM da comunidade vizinha à Bom Jesus, Vila Sião, e a “nova” denominação do Iauara, IEADBAM.

Para fins de metodologia, num primeiro momento, foi realizado levantamento bibliográfico com a utilização de dados do IBGE e do Atlas de de Filiação Religiosa e Indicadores Sociais no Brasil (JACOB, 2003). Outra importante fonte de dados foi o Núcleo de Socioeconomia da Universidade Federal do Amazonas (Nusec/UFAM) que desenvolve trabalhos de extensão naquela comunidade. A pesquisa de campo foi caracterizada pelo acompanhamento de reuniões da comunidade e da igreja, bem como a produção de etnografia sobre o fenômeno social observado. Outra fonte de informações foi a aplicação de questionário com 18 representantes de grupos familiares que corresponde ao total de 51% dos 35 grupos familiares que habitam Bom Jesus. Também foram realizadas entrevistas, com perguntas abertas, com as principais lideranças da comunidade que somou o total de 11. Além destes, foi interessante a realização de entrevistas com o patriarca da comunidade, o dirigente da igreja de Bom Jesus e o dirigente da igreja de Vila Sião. Com o patriarca reconstituímos a sua história de vida, já que ela se confunde com a história da localidade. Além disso, durante os trabalhos de campo, percebeu-se a necessidade de entrevistar outro ator social e que morava numa comunidade vizinha, denomina de Vila Sião.

Feita essas considerações acerca da metodologia, gostaríamos de apresentar os caminhos escolhidos para produzir esse artigo. Reflete-se, num primeiro momento, sobre a noção de identidade e a maneira como ela é incorporada nas ciências sociais. Noutro momento, discute-se a produção da identidade pentecostal na comunidade, com a apresentação de dados de campo. Por fim, conclui-se com algumas reflexões e também com sugestões de outras possibilidades de pesquisa.

Considerações sobre a noção de Identidade

No livro baseado em entrevista realizada com o sociólogo Zygmunt Bauman (2005) este autor nos faz perceber que a identidade é um tema que até pouco tempo não tinha muita notoriedade, bem como circunscrito a meditações filosóficas. Embora se constitua num tema problemático e de dificuldades conceituais patentes, recentemente a noção de identidade irrompeu e atualmente ocupa um espaço que não pode ser desprezado nos debates mais atuais das ciências sociais. Bauman sugere ainda que se os clássicos da sociologia fossem contemporâneos à nossa sociedade fatalmente iriam considerar a centralidade do “problema da identidade”.

Outro sociólogo, Stuart Hall (2000), nos provoca a partir da indagação “Quem precisa de identidade?” ou “Qual a necessidade de mais uma discussão sobre identidade?”. Uma das respostas desse sociólogo é o fato de que a identidade é uma noção problemática e, portanto, seguindo os conselhos da crítica desconstrutiva, precisa ser posta *sob rasura*. Isso significa que embora essa noção não consiga dar conta da realidade – não seja mais “boa para pensar”, portanto - por outro lado também não pode ser substituída, pois não há outros conceitos que respondam a contento. Assim, a noção de identidade funciona *sob rasura* dada a sua condição especial: não serve mais na sua forma originária, mas, afirma Hall, ainda é indispensável. Outra resposta da pertinência da discussão sobre o processo de identidade está relacionada a forma política pela qual se reivindica na atualidade a identidade – ou, melhor dizendo, identidades – e, ainda, a necessidade de um processo de revista da questão da agência entendida não mais como tendo o sujeito consciente ou racional como centro.

Esses primeiros parágrafos nos dão o tom das discussões sobre a identidade, principalmente se juntarmos aos primeiros elementos citados o fato de que esta noção é polissêmica e que sua apropriação se dá nas mais várias áreas de conhecimento. Esse talvez seja um dos motivos pelos quais haja dificuldade em encontrar uma interpretação que discuta, de forma razoavelmente linear, os caminhos da noção em questão. Se levando em consideração o que foi posto acima, podemos então dar sentido a afirmação de Bauman (2005) de que a identidade é um assunto de extrema importância e em evidência.

De forma complementar a Hall (2006), Medeiros (2008) nos ajuda a entender a trajetória da noção de identidade especificamente no âmbito do desenvolvimento das ciências sociais e localizando-a no século XX. Para este autor, a discussão sobre a identidade traz inicialmente no seu bojo a concepção de sujeito, donde o indivíduo passa a ser um construtor da identidade ao invés de apenas um receptáculo. Passava-se, então, da “identidade atribuída” à “identidade construída”. Apesar desse entendimento de sujeito, é importante ressaltar que este mesmo sujeito não se desvinculou das influências das coletividades.

Medeiros (2008) e Hall (2006) proporcionam uma interface da noção de identidade com os seus aspectos sócio-históricos mostrando os caminhos que a identidade percorre no âmbito da ciências sociais. Passemos agora a perceber como essa noção *sob rasura* está funcionando enquanto categoria nas pesquisas sociológicas.

Com o fim de aprimorar a utilização da noção de identidade, Cardoso de Oliveira (1976) realiza uma sugestão considerável em que diferencia “identidade” e “iden-

tificação”, onde esta última seria a identidade em *processo*. Nesta mesma esteira, Hall (2000) avalia que a identificação permite captar a subjetivação e a exclusão que o processo identitário implica. Neste sentido, Hall (2000) também acredita que a concepção de identificação é bastante apropriada, mas que, nem por isso, garante a fuga das dificuldades conceituais da identidade.

A busca de incorporar identidade(s) por parte de um grupo social requer um enorme esforço sempre atualizável, pois a identidade parece escapar às mãos daqueles que a buscam controlar e, por conta disso, é um processo social. Assim, na busca de contrariar a tese essencialista e de contribuir na construção da noção de identidade – ou identificação – Hall (2000) procura as contribuições da abordagem discursiva segundo a qual a identidade não é completamente determinado, como se pudesse ser sustentada ou abandonada, ou como se alguém pudesse “ganhá-la” ou “perdê-la”. Pelo contrário, ao invés de ser ajustada completa ou totalmente, a identificação, mesmo sob as circunstâncias materiais e simbólicas de existência, é condicional e está alojada na contingência.

Nesta perspectiva, afirma Hall (2000), a identificação pressupõe um processo de *différance* e que a unidade e a homogeneidade que se quer passar não é inato, mas permeado por “um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de efeitos de fronteira.” (Hall, 2000: p. 106). Neste sentido, ao defender a tese de que a construção da identidade está relacionada as relações de poder e de exclusão, Hall (2000) afirma também que embora a identidade tenha essas características ela é constantemente assombrada por aquilo que lhe falta, por aquilo que deixa de fora, em outras palavras pela alteridade.

Na tentativa de demonstra que o processo identitário não pode ser entendido como inato, Poutignat e Streiff-Fernat (1998), discutindo a questão étnica, afirmam que a identidade é produto de definições endógenas e exógenas. Para esses autores, “a identificação étnica nunca se define de maneira puramente endógena pela transmissão da essência e das qualidades étnicas por meio dos *membership*”, mas, citando Drummond (1981), também está sujeito a “atos significativos de outros grupos”.

Como já foi possível perceber, as trilhas que indicam os caminhos da identidade levam a percebê-la como algo relativo, dinâmico e que padece daquilo que lhe falta, o Outro. Se seguirmos as interpretações de Hall e Poutignat e Streiff-Fernat, acima citados, chegaremos a conclusão de que sendo a identidade relacional também está permeada por relações de poder, pois os grupos que estão envolvidos contextualmente nas relações identitárias tendem envolver-se em relações de poder.

Nesta mesma linha de raciocínio, Tomaz da Silva (2000) afirma que, quando os grupos sociais envolvidos estão em condições de relativa igualdade, há uma disputa pela hegemonia de exercício do poder que pretende definir a identidade e a diferença. Neste sentido, possuir o poder de classificar “significa também deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados.” (SILVA, 2000: p. 82).

Diante do exposto é possível afirmar que a identidade é construída socialmente e, portanto, não é algo natural. A identidade é contingente e arbitrária, pois está circunscrita num processo e numa relação social onde a alteridade é incorporada contraditoriamente no sentido de ser, num só instante, uma negação e afirmação do diferente. Além disso, o processo de identidade incorpora as relações de poder. Por fim, do ponto de vista da sua utilização no âmbito das ciências sociais, a identidade deve ser considerada *sob rasura*, como nos alerta Hall (2000).

Construção da Identidade e os estudos da religião

A partir de agora passaremos a apresentar estudos, bem como suas conclusões, cujo objetivo foi o fenômeno religioso com o intuito de abrir possíveis caminhos de interpretação do pentecostalismo em Bom Jesus. Até este momento discutimos a construção da identidade, bem como sua pertinência, passando em revista formas de compreensão sobre essa noção e tentando torná-la mais inteligível, bem como mais adequada na abordagem ao fenômeno social que pretendemos compreender.

Iniciaremos essa empreitada com o sugestivo estudo de Abner Cohen (1978) sobre a relação entre o simbólico e o político em sociedade ditas complexas. Embora seja esse o seu propósito principal, Cohen não deixa de realizar interlocuções de sociedades menos complexas como é o caso do grupo Haussá instalados no início da década de 20 do séc. XX, na cidade de Ibadã, capital da região de Ioruba, na Nigéria. É importante ressaltar, ainda, que o grupo Haussá pode se relacionar ao que atualmente denomina-se “grupo étnico”² e que no livro de Cohen é tomado como uma forma de “grupo de interesse”. Essa última concepção também engloba os grupos religiosos e, no caso do exemplo do grupo Haussá, o interesse do autor é demonstrar a importância da religião para o processo identitário. Para tanto, o Cohen apresenta-nos a maneira como o processo de colonização e posterior independência da região de Ioruba abalou a estrutura e a legitimidade da autoridade tradicional local. Restou ao grupo Haussá organizar-se informalmente, principalmente a partir

² Os estudos sobre a etnicidade têm nos possibilitado sugestões bastante proveitosas e devidamente apropriadas nesse trabalho, como foi o caso de Cardoso de Oliveira (1976) e Poutignat & Streiff-Fernat (1998).

da religião. Assim, Cohen (1978) faz perceber que mesmo diante de circunstâncias sociais pouco favoráveis o grupo Haussá manteve-se na condição de “grupo de interesse”³ e, segundo o autor, a reorganização religiosa do bairro foi diretamente proporcional à sua reorganização política. Assim, realçando a importância da religião, Cohen conclui:

A religião proporciona um “esquema” ideal para a articulação da organização informal dos grupos de interesse. Ela mobiliza emoções poderosas e sentimentos associados aos problemas básicos da existência humana, legitimando e estabilizando combinações políticas ao representá-las como parte natural do sistema do universo e institucionaliza o lugar do culto e centros ligados a ele (...). O sistema de símbolos fornecido pela religião está sempre sujeito à interpretações e à reinterpretação, podendo assim acomodar-se às circunstâncias políticas, econômicas e sociais em transformação, servindo como ideologia flexível do grupo. (COHEN, 1978: p. 132-133).

Nessa discussão Cohen realça a ligação da religião com outros aspectos sociais e, assim, dialoga com autores que também se debruçaram sobre o fenômeno religioso como os contemporâneos Geertz e Bourdieu e os clássicos Durkheim e Weber, já apresentados neste trabalho. Geertz (2008) e Durkheim (1989) aparecem mais claramente quando Cohen ressalta o caráter emocional e sentimental da religião e como esses aspectos contribuem para a manutenção dos grupos de interesse. Noutro momento, Bourdieu (2004) e Weber (1982a; 1982b; 2004; 2006) se evidenciam no instante em que Cohen afirma que a religião não constrói sua identidade de forma estanque, mas, isto sim, a partir de uma relação muito próxima com circunstâncias políticas, econômicas e sociais.

Neste sentido, Cohen faz perceber que a identidade religiosa é marcada por características presentes no fenômeno religioso - mobilizar emoções e sentimentos além de, como afirmava Geertz (2008), atribui um sentido ao mundo - e que essa identidade não se dá gratuitamente e sim como parte de um constante processo de negociação com outros aspectos sociais. Bourdieu (2004), com base em Weber, já nos alertava sobre a relação de interdependência entre a autoridade religiosa e os leigos, noutras palavras a relação entre os agentes da religião e um grupo que está localizado mais ao limite entre sociedade e religião. Não sem razão Bourdieu (2004) insiste nessa relação ao afirmar, novamente com base em Weber, que quanto mais a religião regulamenta a vida dos leigos mais vai precisar ceder ao estilo de vida e à visão de mundo destes mesmos leigos. Assim, se a religião produz um sentido ao

³ Com a concepção de grupos de interesse, Abner Cohen abre um precedente para se compreender não somente os grupos formalmente constituídos como também aqueles que se organizam informalmente.

mundo, como afirma Geertz (2008), este sentido não está desconectado das condições sociais em que se encontra e, muito menos, do grupo social que incorpora determinada religião.

Ao realizar pesquisa o desenvolvimento do protestantismo no lençol caipira, Lidice Ribeiro (2009) nos traz sugestões para as avaliações sociológicas da religião e, principalmente, dos grupos “evangélicos”. Para tanto, Ribeiro faz perceber que, apesar de ter realizado sua implantação inicial nas grandes centros urbanos do Brasil, o protestantismo se desenvolveu plenamente nos ambientes rurais, longe dos centros de influência social e política da Igreja Católica. No mesmo instante em que se inseria no meio rural, o protestante se deparava com uma religiosidade que trazia consigo traços do catolicismo oficial moldado com características da cultura caipira: o catolicismo de raiz⁴. O que precisa de ênfase na interpretação de Ribeiro é o caráter circunstancial e relacional da identidade religiosa, pois as disposições e os espaços sociais ocupados pelas religiões concorrentes no campo têm um peso considerável no jogo das identidades e forma como essas identidades não estarão configuradas.

A identidade religiosa em Bom Jesus

Durante o trabalho de campo notou-se que uma das influências do espaço dos leigos na produção da identidade religiosa em Bom Jesus se dá através das relações de poder entre grupos. Assim é interessante avaliarmos, num primeiro momento, as falas dos nossos atores sociais sobre o que eles entendem por “evangélico” e “comunidade”, pois essas percepções vão se manifestar na relação entre os grupos existentes em Bom Jesus.

No que se refere ao ser evangélico pouco se tocou na relação com o catolicismo, como por exemplo, a indicação de que evangélicos não adoram ídolos, referindo-se as imagens de santos católicos. As falas se concentraram na forma como o evangélico deve ser, principalmente vinculado ao modo de se vestir (sem a utilização de maquiagens, jóias, roupas curtas e com decote) e de se comportar (respeitador e ser respeitado; de bom caráter; não fumar ou beber; não enganar). As respostas têm um

⁴ Segundo Ribeiro (2009), o “catolicismo de raiz” se constitui basicamente por volta do século XIX e se desenvolveu nas zonas rurais do Brasil. Por conta da distância e mesmo da ausência da Igreja Católica o “catolicismo de raiz” alcançou características próprias a partir do momento em que foi incorporado por indivíduos de pouco conhecimento teológico e que detinham um saber religioso difuso e tradicional. Essa forma de catolicismo caracteriza-se por possuir “crença fortemente enraizada na existência de Deus e diversos santos intermediários, além de outros habitantes de um mundo sobrenatural que possui uma existência paralela à dos homens, mas que interagem constantemente nesta.” (RIBEIRO, 2009: 193-194). Outras marcas do catolicismo de raiz te a ver com a realização de festas, mutirões e relações de compadrio e compadresco.

sentido e são direcionadas a uma determinada situação e, neste caso, pode-se realizar as seguintes conclusões:

1) As respostas como um todo não foram direcionadas a uma religião específica, com exceção de um dos entrevistados que citou a igreja católica. Somente quando incitados, os entrevistados relacionavam a IEADBAM com igrejas cujo vestuário enquadra as maquiagens e roupas com decote. Esse, alias, é um ponto polêmico, inclusive dentro da própria instituição IEADBAM, pelo fato de que há dentro das próprias instituições grupos que não consideram um problema se vestir com roupas com decote ou, mesmo, utilizar maquiagens e jóias. Os evangélicos da IEADBAM de Bom Jesus comentam sobre a diferença que entre eles e a igreja-mãe em Manaus onde há a utilização de maquiagens e jóias. Essas diferenças dentro da igreja são explicadas, segundo os entrevistados, pelo Ministério⁵ de cada um. Apesar dessa diferença, o pentecostais de Bom Jesus se posicionam no sentido do não uso desses tipos de adereço, o que demonstra o seu caráter conservador em relação as práticas e costumes.

2) A questão do beber, fumar e enganar parece ter muito a ver com a situação em que se encontra Bom Jesus. Há uma quantidade considerável de jovens consumindo drogas, inclusive ilícitas na comunidade e os evangélicos de Bom Jesus utilizam essa característica como um parâmetro de diferenciação.

3) Como é possível perceber, as respostas não se deram numa direção específica, o que demonstra o estado da construção identitária da IEADBAM de Bom Jesus. Se dialogarmos os dados obtidos através de observação e conversas informais com as respostas que acreditam no evangélico como alguém de “bom caráter”, “respeitador” e “respeitado” avaliaremos que há uma relação entre esse discurso e a organização social de Bom Jesus. Noutras palavras, a relação entre o campo social e o campo religioso que será discutido ao final deste tópico. Neste ponto, podemos dialogar com a forma como os entrevistados entenderam por comunidade, qual seja, uma união, comunhão entre irmãos. Coisa que segundo os mesmo entrevistados não acontece em Bom Jesus ou acontece em casos excepcionais. Como afirma o presbítero Silvio: “Por enquanto aqui ainda tá o nome de comunidade, mas unida mesmo, pra ser uma comunidade, nós ainda não estamos pra ser enquadrado nisso aí.” Ainda segundo Silvio :

Falta o pessoal entender o que é uma comunidade. Mas quem sabe, né, vai chegar um dia que eles vão entender, saber respeitar, saber conversar, trocar ideias, opiniões. Quando a

⁵ Segundo o auxiliar Antonio, Deus tem um “propósito” específico na vida de cada um, representada pela concepção de “Ministério”.

pessoa descobre que verdadeiramente a pessoa tem que melhorar e não piorar a situação dele de vida, o comportamento, as ações, mas sim melhorar as atitudes, ter um *caráter melhor, ser respeitador*. (grifos nossos).

Se destacarmos o discurso do presbítero Silvio, notaremos a presença da concepção de “caráter” e “respeito” na avaliação sobre a comunidade. Noutras palavras o evangélico que se busca encontrar tem uma identidade com o comunitário que se gostaria de ter/ser. E é aqui que exploraremos a relação entre campo religioso e campo social e como essa intercessão constrói uma identidade pentecostal na comunidade Bom Jesus.

Do ponto de vista social e político, não há diferenças substanciais entre os moradores de Bom Jesus principalmente se levarmos em consideração o fato de que todos possuam uma mesma atividade de manutenção biológica, o trabalho com a juta e a malva. Neste sentido, não há discrepâncias econômicas entre os moradores evitando as estratificações econômicas. Outro ponto importante é a ausência de igrejas católicas na comunidade pesquisada e outras comunidades no entorno o que torna essa relação algo não prioritário como fator diacrítico para a construção identitária. Mas social e politicamente, temos a constituição de grupos que se articulam através de posicionamentos de determinados moradores que possuem determinadas condições de exercer influência sobre outros, bem como condições de influenciar decisões na igreja e na comunidade. Abaixo apresentamos 4 atores de Bom Jesus capazes de exercer influência e as suas características.

Quadro 2 : Atores e características

	Antonio	Pedro	Silvio e Débora
Cargo(s)	Auxiliar e Presidente da Associação de Produtores de Bom Jesus	Coordenador da Escola de Anamá em Bom Jesus	Silvio é Prebítero Débora: esposa de Silvio
Igreja	IEADBAM	IEADBAM	IEADBAM
Associação	Bom Jesus	Vila São	Bom Jesus
Apoio municipal	Manacapuru	Anamá	----
Ligação com Seu Zoca	Nenhuma	Filho	Filho e Nora

Os 3 (três) atores apresentados acima são aqueles que apresentam maior poder de influência sobre outros moradores e a forma como foram classificados tem a ver com as características da comunidade que mobilizam opiniões. Além da religião, os

atores sociais defendem determinadas posturas tais como a qual associação de vincular, o apoio a determinado município. Também não poderia faltar a relação deles com o patriarca da comunidade, Seu Zoca.

A posição ocupada por Antonio é o uma posição singular em relação aos outros atores. Embora tenha chegado recentemente na comunidade e não possuindo qualquer vínculo de parentesco com o Seu Zoca, Antonio ocupou posições importantes em Bom Jesus tais como a presidência da associação comunitária e a auxiliar da igreja. Antonio chegou a comunidade na condição de responsável pela igreja e, posteriormente, se tornou o presidente da Associação de Produtores da comunidade, principalmente por ter sido seu principal articulador.

Embora seja adepto da IEADAM de Vila São e seja associado à associação desta última comunidade, Pedro interfere nas decisões de Bom Jesus principalmente porque mora em Bom Jesus e também é filho do patriarca. Pedro mantém uma postura bastante firme em relação aos vínculos de Bom Jesus e o município de Anamá e esse é um dos motivos pelo qual é coordenador da escola administrada por Anamá. A defesa de Pedro é favorecida pela distância de Manacapuru de Bom Jesus e, por conta disso, a dificuldade em relacionar-se politicamente com este município. Por outro lado, como afirmou-se no primeiro capítulo, os políticos de Anamá possui um relação constante com os comunitários de Bom Jesus, além disso este último município é o destino dos comunitários em casos de acidentes, doenças, compras, entre outros.

Por fim, Silvio é o presbítero da igreja e filho de Seu Zoca. Embora não saiba ler nem escrever, Silvio tem sido a principal alternativa de administrador da igreja principalmente pela aceitação que ele tem por parte dos comunitários pela sua qualidade carismática. Silvio é casado com Débora, adepta da IEADBAM, e o nome dela é incluído na lista de atores sociais pela influência que esta pentecostal exerce sobre as decisões do presbítero⁶. Essa influência foi perceptível no posicionamento de Silvio em relação ao espaço ocupado por Antonio. Como já informamos, Antonio ocupara o cargo de administrador da igreja no instante em que Silvio precisou se ausentar da igreja por conta do acidente ocorrido com sua filha. Débora não aceitou a mudança na administração e acreditava que a pessoa ideal para ocupar o cargo era seu marido.

Os três principais atores buscam ocupar os espaços de poder, mas, embora estivesse em situação privilegiada, Antonio era o alvo central dos comentários depreci-

⁶ A questão de gênero é um tema que pode ser mais explorado, mas que infelizmente não era foco nos nossos objetivos. De qualquer forma foi impossível não perceber a forma como Débora conseguia influenciar decisões do presbítero principalmente se levamos em consideração que, durante os trabalhos de campo, nós ficamos hospedados na residência do presbítero em questão.

tivos por parte das duas outras partes principalmente enquanto estava na condição de responsável pela igreja. Ao avaliar a chegada do Pr. Jonas em substituição ao auxiliar Antonio, Pedro afirma: “Tem muita coisa aí que era errado e ele está endireitando. Aí tinha pecado encoberto que sabiam e deixavam tudo lá dentro [da igreja]. Ele [Antonio] tinha medo de mexer e perder todo mundo. Tá errado. Não tem condições de ficar assim.” Segundo dona Débora “Ele não queria entregar e ninguém queria ficar com ele aí”. Mas um relato marcante foi o de Seu Zoca quando afirmou que a família de Antonio “é gente que não se dá com ninguém. É mesmo que um gato que tá na armadilha com outro, se bobear ele vai lá pra te morder! Brigaram já bem umas duas vezes dentro da Igreja. Jogou as ‘ovelha’ dele aqui tudo na água.” Depois ao avaliar a mudança na direção da igreja Seu Zoca disse:

Mas ele [Antonio] ainda tá aqui. Eu queria que ele fosse embora de uma vez. Se ele saísse de uma vez eu ia fazer minha casa aqui de novo. É ele sai e eu vou fazer minha casa na ilharga da igreja de novo. Ele não vai ver eu não. Aqui morando, não! Porque dá desgosto, não é irmão. Vê o pobre do meu filho passando desgosto. Porque ofendeu meus filhos, me ofende também. Se ele for daqui, eu também vou. Se ele fosse pra Malvina, eu ia arrancar essa igreja daqui e lavava pra lá.

As afirmações de Seu Zoca fazem perceber que este ator busca manter a sua família numa posição central frente o fenômeno religioso. E na avaliação de Seu Zoca e de sua família, composta por pessoas que começaram os trabalhos na igreja de Bom Jesus, Antonio aparecera com um intruso, como *outsiders* que repentinamente conseguira um espaço conquistado com muita dificuldade na trajetória de Seu Zoca. Neste sentido, não surpreende os comentários, pois fazem parte do jogo de poder e, portanto, de estigmatizar o outro.

No caso de Pedro e Silvio, estes dois atores não possuem muitas diferenças e o que poderíamos indicar como questão central seria o foco de cada um. Enquanto Pedro se preocupa mais com a questão do município ao qual Bom Jesus deveria filiar-se, Silvio está preocupado com a igreja em si. A diferença maior encontra-se entre Pedro e Débora e, mais especificamente, de Pedro para com Débora. O primeiro crítica Débora por influenciar as opiniões de Silvio em relação a comunidade e a Débora crítica Pedro pela sua “má” gestão frente a escola da comunidade.

Essa relação entre grupos interfere diretamente nos cultos em Bom Jesus. Nos primeiros dias de trabalho de campo percebemos um discurso bastante fervoroso por parte da missionária Judite, esposa de Antonio. Segundo ela, a sua família estava passando uma “provação”, mas que Deus iria dar a “vitória”. Noutro dia em con-

versa informal com Judite, ela me informou que Antonio não era mais o responsável pela *obra*⁷ e que o tiraram sem a aprovação dele.

Neste sentido, as suspeitas no primeiro dia de trabalho de campo se confirmaram, qual seja, nos momentos de disputas acirradas de poder, a igreja não ficava isenta e como é um espaço utilizado e frequentado por muitas pessoas se tornava um dos locais privilegiados em que eram realizados discursos acerca de uma situação dada na comunidade. Por outro lado, Débora também comentou que, no período da administração de Antonio, ela não tinha oportunidade de falar: “Nem me dava oportunidade no culto e aí começava a me xingar. Eu ficava era com raiva. Às vezes eu ia pro culto e só quem dava oportunidade era quando o Vital dirigia.”.

Destarte, o culto ganha outro componente que foge ao corriqueiro dos cultos padrões. A intercessão entre religião e relações de poder dá ao pentecostalismo de Bom Jesus um caráter outro por ser influenciados por leigos que também disputam espaços de poder na igreja e também na comunidade e os espaço destinado a manifestação dessas disputas é o momento das mensagens que é um espaço durante o culto cedido aos líderes da igreja. Vale ressaltar que na maioria dos cultos que participamos, as mensagens costumavam ter um caráter geral em relação a salvação e a iminência do retorno de Jesus, mas quando as relações de poder ficavam acirradas o momento das mensagens era o instante as posições nas disputas apareciam. Portanto, o momento da mensagem ou da palavra franqueada aos membros e líderes da igreja, com exceção do pastor que realiza a ministração⁸ principal, é o instante no culto em que se pode perceber de forma mais evidentes, principalmente quando as relações de poder ficam acirradas, a tomada de posição pelos componentes que se alinham a qualquer daquelas posições acima apresentadas.

Considerações finais

Desde as primeiras abordagens realizadas pela sociologia ao fenômeno religioso, o que hoje denominamos de sociologia da religião, os autores clássicos apresentam a maneira como a religião está revertida e transpassada por relações sociais dadas. Por conta do desenvolvimento da perspectiva sociológica da religião, atualmente é inimaginável pensar qualquer denominação religiosa deslocada do seu ambiente social, cultural, histórico e econômico.

⁷ É assim que é conhecido os trabalhos referentes a administração da igreja.

⁸ Momento em que o pastor ou ministro fala sobre a Bíblia.

Evidentemente, este artigo não refuta tais conclusões clássicas, mas ao contrário evidencia mais ainda tais aspectos sociológicos. Mas, por outro lado, este trabalho se circunscreve no âmbito de um conjunto de pesquisas que buscam avaliar o fenômeno religioso no âmbito da Amazônia e, diante disso, podemos apresentar aspectos que nos ajudem a compreender a presença do pentecostalismo nessa região.

Primeiramente, a comunidade dos pentecostais de Bom Jesus não forma uma comunidade de “bons selvagens”. Pelo contrário, os pentecostais de Bom Jesus também disputam poder, secular e religioso. As relações de poder entre grupos sociais e que, em alguns momentos apresentam forte componentes parental, são apresentados no âmbito do culto religioso. Neste sentido, os pentecostais de Bom Jesus não se desviam do resultado de outras pesquisas realizadas sobre a organização social e o fenômeno religioso onde os grupos se apropriam da religião como ferramenta não somente para atribuir, puro e simplesmente, um sentido ao mundo, mas para disputar esse mesmo mundo, como foi possível perceber Abner Cohen (1978).

Em segundo lugar e em diálogo com o primeiro aspecto, a comunidade pentecostal de Bom Jesus não possui o classicamente se classifica como os especialistas da religião. Além disso, em Bom Jesus não há a presença da Igreja Católica. Assim, confirmando as afirmações de Lidice Ribeiro (2009), a identidade pentecostal de Bom Jesus é construída para uma alteridade que não possui como centro o catolicismo. Em Bom Jesus a construção da identidade é direcionada aos pares internos ao pentecostalismo.

Por fim, sugiro que a ausência do especialista da religião *in loco* e a produção da identidade por parte dos leigos nos dê condições de pensar num *pentecostalismo leigo* em Bom Jesus. Como sabemos classicamente os leigos, por não serem especialistas, não possuem dedicação exclusiva a instituição religiosa, pois não viverem da religião. Assim, sugiro que no que se refere ao contexto de Bom Jesus a religião possua uma relação mais próxima com os aspectos sociais seculares.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. por Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Gênese e estrutura do campo religioso**. In: A economia das trocas simbólicas. Trad. por Sérgio Miceli. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

COHEN, Abner. **O homem bidimensional**: A Antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas. Trad. por Sônia Corrêa. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO ESTADO DO AMAZONAS. **Governo do Estado do Amazonas**. s/d. Disponível em <http://www.camara.gov.br/internet/interacao/.../constituicao_amazonas.pdf>. Acesso em 12 de janeiro de 2011.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo. Paulinas, 1989.

GEERTZ, Clifford. **A religião como um sistema cultural**. In: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro. LTC, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. por Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **Quem precisa da identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da Silva (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133

JACOB, Cesar Romero et al. **Atlas da Filiação Religiosa e Indicadores Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio / São Paulo: Loyola, 2003.

MORIZ, Cecília L. e GRACINO JR, Paulo. **As igrejas pentecostais no Censo de 2010**. In: TEIXEIRA, Faustino e MENEZES, Renata (Orgs.). Religiões em movimento: o censo de 2010. Petrólis, RJ: Vozes, 2013.

MEDEIROS, João Luiz (Org.). **“Introdução” e “Elementos de análise para a construção de identidades”**. In: Identidade em movimento: nação, Cyberespaço, ambientalismo e religião no Brasil contemporâneo. Porto Alegre: Sulina, 2008.

RIBEIRO, Lidice Meyer Pinto. **Protestantismo rural**: um protestantismo genuinamente brasileiro. In: Novas perspectivas sobre o protestantismo brasileiro. Org. João Cesário Leonel Ferreira. São Paulo: Fonte Editora/Paulinas, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da Silva. **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da Silva (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Trad. por José Marcos Mariane de Macedo. 13ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **A psicologia social das religiões mundiais**. In: WEBER, Max. Ensaio de Sociologia. 5ª ed. Rio de Janeiro. JC, 1982a. p. 189-211.

_____. **Rejeições religiosas do mundo e suas direções.** In: WEBER, Max. Ensaios de Sociologia. 5ª ed. Rio de Janeiro. JC, 1982b. p. 371-410.

_____. **Sociologia da religião (tipos de relações comunitárias religiosas).** In: WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. 1. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2006. p. 279-418.

RELIGIOSIDADE MUÇULMANA, HISTÓRIA E ALTERIDADE: DINÂMICAS IDENTITÁRIAS NA FRONTEIRA BRASIL – VENEZUELA

Introdução

Não se pode falar de islamismo ou de doutrina islâmica sem falar no seu fundador: Maomé, Mohamed ou Muhammad. Mas antes de falar no profeta e preciso conhecer como era a Arábia pré – islâmica, ou seja, antes do surgimento do Islã.

A Arábia é uma extensa península do Oriente Médio. De clima quente e seco, amenizado no litoral pelas brisas do Oceano Índico (ao sul), do Golfo pérsico (a leste), e do Mar Vermelho (a oeste), a região foi habitada desde épocas remotas, muitos séculos antes de nossa era, por populações semitas.

Mapa nº 1: Península Arábica



Fonte: Hourani (1994: - 29).

Na península predominam os desertos, situados no interior, a vida humana confinava-se nos oásis, com seus poços de água temporários e cujo controle provocava guerras entre as tribos.

* Faculdade Estácio da Amazônia – Boa Vista – RR. E-mail: jakson_marques@hotmail.com

Segundo as informações de Aquino (1980), os árabes do deserto eram chamados de beduínos e os seus chefes eram os Xeques. Eles poderiam ser nômades ou seminômades, criavam carneiros e camelos, praticavam a pilhagem e freqüentemente eram contratados como escoltas das caravanas que atravessavam os desertos. Tais tribos possuíam crenças religiosas primitivas, acreditavam em espíritos malignos que atormentavam os homens. Esses espíritos eram conhecidos como os djinns, eles acreditavam que tais espíritos habitavam os desertos e vinham incomodar os caravaneiros em suas viagens. Além disso eles cultuavam também astros e pedras sagradas, como por exemplo, a Caaba localizada em Meca a qual falaremos mais adiante.

Mas como foi dito anteriormente as tribos do deserto viviam em constante conflito umas com as outras, e a única maneira de alguém se manter vivo era ser leal ao grupo e seguir a risca a ética tribal. Em casos de assassinatos, por exemplo, era legítimo a tribo que teve seu membro assassinado se vingar matando alguém do grupo do assassino era a lei do olho por olho, então o derramamento de sangue não era raro. Além disso nos raros momentos de paz, havia ainda a chance de morrer de desnutrição ou por outro problema decorrente das parcas condições do deserto.

Um desses raros momentos de paz acontecia durante a peregrinação a Meca, mas precisamente a Caaba – templo de forma cúbica – onde as várias tribos iam adorar os deuses do panteão arábico, entre eles: Hubal, deus protetor de Meca; Al Lat, a deusa sol; Al Manat, a deusa destino etc. e a pedra negra que “caiu dos céus desde os tempos de Adão”.

É nessa região, onde os conflitos tribais eram exacerbados, onde só havia poucos momentos de paz é que veio nascer o profeta Maomé.

Jomier (1992) nos conta que Maomé nasceu por volta do ano de 570 d.C., na região da Arábia. Ele pertencia a uma família de mercadores de Meca os Coraixitas, que dominavam o comércio na região. Na época Meca como descrito anteriormente, era um grande pólo comercial onde convergiam algumas vezes ao ano caravanas de tribos beduínas para ali negociar ou ir prestar culto aos diversos Deuses existentes na Caaba, entre esses deuses que ali havia, estava também Alá que era conhecido o senhor dos céus.

Maomé ficou órfão muito cedo e foi criado pelo seu tio Abu Talib, ele se tornou mercador levando caravanas à Síria e à Mesopotâmia. Foi no decurso dessas caravanas que encontrou Cadija, viúva de um rico mercador. Ela o pediu que levasse suas mercadorias à Síria, tinha quarenta anos quando propôs casamento a Maomé, ele tinha vinte e cinco anos.

Maomé tinha o costume de fazer retiros espirituais ao monte Hira, e foi em um desses retiros que no ano de 610 o anjo Gabriel apareceu a ele. Conta à lenda que o anjo o abraçou tão forte que Maomé teve a sensação de estar sendo expelido de seu próprio corpo. O anjo lhe falou: “Recita”. Mas ele alegava que não sabia ler, que não era nenhum líder religioso e nem tão pouco era um sábio, mas o anjo o falou novamente: “recita”, e como por milagre ele começou a recitar: Recita em nome do teu Senhor, que criou, criou o homem a partir de coágulo de sangue. Recita! Teu senhor é o mais Generoso, que pela pena ensinou ao homem o que ele não sabia.

Em árabe a palavra recitar tem a mesma raiz que *Curan*, que significa “ler”, ou “ler alto”. Mais tarde as palavras divinamente reveladas através do profeta seriam compiladas no Alcorão.

Maomé ficou assustado, e voltou para casa apressado. Encontrou Cadija que o compreendeu e o encorajou imediatamente, ela o conduziu a seu primo Waraqa bem Nawfal ele era um cristão, e após contarem a história a ele, Waraqa confirmou que havia sido uma revelação divina. Porém Maomé permaneceu em silêncio por dois anos, até que mesmo resignado ele aceitou o seu destino de profeta de uma nova religião que pregava acima de tudo o culto a um só deus e a fraternidade para com os mais carentes.

Enquanto isso, parecia muito claro às aristocracias mercantis da Arábia que era necessário que houvesse uma união entre as tribos para que assim se pusesse fim as lutas internas que prejudicavam as transações comerciais e as demais atividades econômicas. Fora isso também havia a questão religiosa. Os Árabes se ressentiam muito de não terem um profeta e uma revelação que fossem direcionados para eles como tinham os judeus e os cristãos. Por isso a nova religião foi recebida com entusiasmo pelos árabes que agora se viam representados religiosamente e poderiam a partir daí construir uma unidade religiosa forte.

Como dito anteriormente o Corão prega o culto monoteísta e a ajuda aos necessitados. Maomé começou a sua pregação em Meca cidade a qual ele morava e a qual pertencia a sua tribo os coraixitas, ele conseguiu a adesão de varias pessoas, porém os da sua própria tribo não aderiram a sua pregação.

Os coraixitas eram ricos mercadores que lucravam muito quando ocorriam as peregrinações a Meca, mais precisamente a Caaba para adoração de vários deuses, e viam na pregação de Maomé um grande perigo para o seu comercio. Começaram a perseguir Maomé e seus inúmeros adeptos que tiveram de se retirar de Meca, assim o profeta procurou por vários lugares aonde ele e seus adeptos pudessem ir, acabou encontrando Yathrib. Yathrib era um oásis onde existiam varias famílias judias de

culto monoteísta, e era um lugar onde existia uma oligarquia mercantil que era rival dos coraixitas “Por fim sua posição tornou-se tão difícil que em 622 ele deixou Meca e foi para um oásis trezentos quilômetros ao norte. Yathrib, que seria conhecida no futuro como Medina” (HOURANI, 1994, p.34).

Assim Maomé e seus adeptos aceitaram o convite e no ano de 622 se dirigiram a Yathrib, futura Medina, este acontecimento ficou conhecido como a Hégira. (Hourani 2001).

Chegando a Medina, Maomé começou sua pregação, em Medina existiam várias famílias judias que praticavam já o culto monoteísta a Yaveh, e Maomé também pregava o culto monoteísta, portanto o profeta acreditava que sua mensagem seria compreendida mais facilmente em Medina.

Para facilitar essa compreensão e também para incentivar uma aproximação entre judeus e muçulmanos, Maomé instituiu para seus seguidores os mesmos ritos judeus; ou seja: a oração em direção a Jerusalém, o jejum de um dia por ano, o de Ashura, também havia sido instituído conforme costume judaico, e também o dia sagrado seria o sábado (Shabat).

Parecia assim que tudo corria bem. Maomé acabara de se casar novamente e havia construído a primeira mesquita muçulmana e parecia ter o apoio dos judeus. Porém tal apoio não durou por muito tempo como nos conta Jomier (1992, p. 28):

Maomé desejava que os judeus do oásis se convertessem e se juntassem a ele. Após alguns meses e exortações que ecoam no Corão, evidenciou-se que estes últimos eram reticentes diante da aliança imposta e, sobretudo que não tinham nenhuma intenção de aderir ao Islã.

Diante disso Maomé toma atitudes radicais: transfere o sentido da oração de Jerusalém para a Caaba em Meca, muda o dia do jejum e estabelece o mês do ramadã, e o dia sagrado para as orações seria a sexta-feira, ao meio – dia ao chamado do muezim na mesquita.

Dentre essas mudanças propostas por Maomé à transferência do sentido da oração de Jerusalém para a Caaba em Meca foi uma das mais radicais posto que a Caaba era um local de veneração de várias deidades e o islã como culto monoteísta não podia se permitir tal paradoxo, foi então que Maomé decidiu impetrar campanhas contra Meca e sua ex-tribo os Coraixitas, para estabelecer na Caaba o culto ao deus único, ou seja, Alá.

O homem combate pelo butím; o homem combate pela glória; o homem combate para que se evidencie a superioridade de sua bravura. Quem é que combate na direção de

Alá? Aquele que combate para que seja glorificada a mensagem de Alá, é quem está na direção de Alá (ARONDEL, M., e outros, op. cit.: 168.).

Depois de varias investidas, algumas derrotas e algumas vitórias, Maomé e seus seguidores conseguem invadir e tomar Meca no ano de 630, sem encontrar praticamente nenhuma resistência dos coraixitas, pondo fim aos cultos politeístas que havia no local. Daquele momento em diante a peregrinação a Meca teria como único objetivo à adoração a Alá.

Seguindo essa unidade religiosa Maomé conseguiu através dos meios militares e diplomáticos, subjugar grande parte da Arábia. Morre em 632, deixando uma nação unificada na religião, religião essa que se tornara mais forte do que velhos laços familiares e tribais.

A seguir veremos como se estrutura esta nova religião, os seus dogmas e o que ela fala sobre os mais variados assuntos.

Islã: A crença; os cinco pilares; as mulheres; artes; comercio, ética e política.

A crença islâmica pode ser resumida numa curta profissão de fé: “Não há Deus senão Alá, e Maomé é seu profeta”.

Esses são os dois pontos nos quais se baseia a crença islâmica: o monoteísmo e a revelação por intermédio de Maomé.

Os muçulmanos acreditam que só existe um deus e esse deus é Alá. Alá não é um nome pessoal, ele é sim um nome árabe que significa Deus, assim como judeus e cristãos o fazem quando falam de seu deus.

Maomé criticava veementemente o politeísmo praticado pelos árabes, ele ressaltou a crença em um só Deus que é criador e juiz.

Alguns muçulmanos acreditam que essa crença em um julgamento após a morte se faz necessário, para que cada um leve a sua vida de maneira responsável com relação aos seus atos praticados.

Mas o Deus muçulmano não é só julgador, ele também é misericordioso como atesta o início de cada surata: “Em nome de Alá, o misericordioso o compassivo”. Uma expressão corrente no meio islâmico é: “Alá hu Akbar”: “Deus é o maior”. Esta expressão vem demonstrar o quanto Deus é grandioso e esta distante da compreensão humana restando para o seu seguidor um único caminho a adoração incondicional e submissa a Ele.

O outro preceito da crença muçulmana e a revelação de Deus a Maomé no Monte Hira.

Deus fala a Maomé que seria segundo a tradição islâmica o ultimo dos profetas, Maomé diz que Deus se revela a ele porque os povos que receberam a revelação antes dos árabes, ou seja, os judeus e os cristãos, deturparam a mensagem, e Maomé vê no islã uma volta a pureza da mensagem divina.

Para fundamentar mitologicamente a religião islâmica o profeta se reporta a Abraão e seu filho Ismael, que seria o antepassado dos árabes. Abraão era o patriarca tanto dos judeus quanto dos cristãos e agora o seria também dos árabes, e Abraão junto com seu filho Ismael teriam reconstruído a Caaba, lugar que se tornaria santo para os muçulmanos.

Por isso quando da ida para Medina, Maomé inicialmente pede para seus seguidores orarem em direção a Jerusalém, mas depois das brigas com os judeus eles se voltam a Caaba em Meca. Para os muçulmanos os dois lugares são santos, o que mudou foi apenas à direção da oração.

O conjunto das revelações dadas de Deus a Maomé foi compilado no Corão, e este se tornou palavra e preceito de Deus para os muçulmanos até os dias de hoje.

Os cinco pilares do Islã são: o credo; a oração; a caridade; o jejum; e a peregrinação a Meca; analisaremos um a um estes pilares.

O Credo se baseia no testemunho de que “Não há Deus senão Alá, e Maomé e seu profeta”. Esse testemunho é dito varias vezes pelo fiel e é a sua declaração da unicidade de Deus.

A oração ritual é feita cinco vezes por dia (ao amanhecer, ao meio-dia, à tarde, ao pôr-do-sol, e à noite), através do chamado do muezim, que é a pessoa encarregada a chamar os crentes à oração. O chamado consiste nas seguintes frases:

*“Alá é Grande
Não há outro Deus senão Alá
E Maomé é seu profeta
Vinde para a oração, vinde para a salvação,
Alá é Grande
Não há outro Deus senão Alá”¹*

Uma outra oração constantemente repetida é a sura I:

*“Louvado seja Deus, Senhor do universo,
O Caridoso, o Compassivo*

¹ Chamado do muezim para a oração na sexta-feira, ao meio-dia na mesquita

*Soberano do dia do juízo!
Só a Ti adoramos, e só a Ti recorreremos em busca de ajuda. Guia-nos pelo caminho direito,
O caminho daqueles a quem Tu favoreceste, Não daqueles que incorreram na Tua ira,
Não daqueles que se desviaram*².

A oração ritual é precedida de abluções, ou seja, o fiel faz um rito de purificação e lava partes de seu corpo como, por exemplo: as mãos, os braços, a cabeça, os pés. A prece é sempre recitada em direção a Meca pelo crente que a faz, em pé, inclinado e prostrado.

Uma das orações mais importantes para o muçulmano e a oração de sexta-feira ao meio-dia na mesquita, ela é dirigida pelo imã³ que é o chefe da comunidade muçulmana, apesar da sexta-feira não ser um dia de descanso é preferível que após a oração do meio-dia, ou seja, à tarde não haja movimentação comercial. Tal movimentação se caracteriza como um ato ilícito⁴.

A esmola legal ou zekat se caracteriza no terceiro pilar. Ela está fixada em 2,5% mas o fiel é incentivado a dar mais, o profeta incentiva a caridade e realça que ela deve ser tirada dos ricos e entregue aos pobres: “Deve-se dar esmolas apenas aos pobres e destituídos; àqueles que se empenham na administração das esmolas e àqueles cujos corações são simpáticos à Fé; para a libertação dos escravos e dos devedores; para o avanço da causa de Deus; e para o viajante em necessidade”.

O quarto pilar é o jejum do Ramadã, nono mês do calendário lunar muçulmano. O fiel se abstém completamente de alimentos, bebida, tabaco e sexo, entre o nascer e o pôr-do-sol, durante este mês sagrado.

Aquele dentre vós que vir o (crescente do) mês, que jejue este mês! O que está doente ou em viagem, (o mesmo) número de outros dias. Deus quer para vós o que é fácil; ele não quer o que é difícil. Completai a conta. Proclamai a grandeza de Deus que vos dirigiu. Talvez sereis gratos (JOMIER, 1992, p. 112)

A explicação para o Ramadã é que todo fiel deve passar por esta provação para sentir como é a vida das pessoas menos abastadas e o sofrimento dos indigentes. O profeta também expressa que o jejum não terá efeito nenhum se o crente apenas se privar do alimento físico, sem fazer uma análise espiritual da situação dele com Deus.

² ALCORÃO, Português. Alcorão. Rio de Janeiro: ACIGI, 2001: 31.

³ Em comunidades diaspóricas, a oração tem como guia o sheik da mesquita. Que é o líder da comunidade religiosa. Na comunidade de Santa Elena de Uairén, o ritual é ministrado pelos membros mais antigos e importantes.

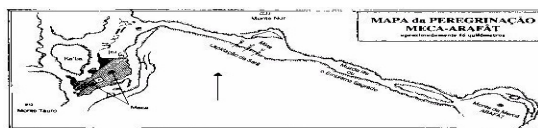
⁴ Porém, em sociedades ocidentais tal preceito dificilmente é seguido, visto que em sociedades ocidentais cristãs o dia de descanso é no domingo.

O quinto pilar é a peregrinação a Meca. Ela é destinada a todo crente que tiver condições financeiras para fazer tal viagem.

Em Meca é que se encontra a Caaba, um santuário que é sagrado para os fieis, por isso as orações são feitas em direção a Meca. Chegando em Meca o crente vai usar uma veste toda branca, lá eles realizarão muitas festas rituais, principalmente festas enfatizando os feitos de Abraão que é considerado seu patriarca e Maomé o profeta.

Um dos ritos e caminhar em torno da Caaba sete vezes, outro momento importante é quando os peregrinos vão ao monte Arafat e ficam lá com as cabeças descobertas desde o meio-dia até o pôr-do-sol. Foi nesse monte que Adão e Eva se encontraram novamente depois de expulsos do Jardim do Éden. No caminho ao Monte Arafat, em Mina os fieis lapidam pilares que simbolizam o demônio.

Mapa nº2: Peregrinação: Meca – Arafat



Fonte: Jomier (1992: 123)

As Mulheres

“Os homens têm autoridade sobre as mulheres por que Deus os fez superiores a elas” (sura 4:31)⁵

“As mulheres devem, por justiça, ter direitos semelhantes àqueles exercidos contra elas” (sura 2:228)⁶

Estes dois versículos do Corão demonstram como este pode ser usado para fundamentar duas visões diferentes sobre um mesmo assunto. A diferença de tratamento dada para homens e mulheres na sociedade muçulmana principalmente no que diz respeito a áreas da vida social é visível.

É certo que cabe ao homem ainda o papel de chefe de família, porem quando o contrato do casamento é firmado o marido paga um dote a sua esposa e este não pode ser usado sem o consentimento dela. Quanto a casamentos prometidos esta pratica também esta se extinguindo. Se a mulher não aceitar o homem não haverá casamento, fica a cargo dela decidir com quem vai casar. Muito se fala da po-

⁵ ALCORÃO.

⁶ Idem.

ligamia dos homens enquanto para as mulheres isto é proibido, ora a poligamia era aceita sim, mas isso era à época do profeta e alguns séculos depois.

A vida no deserto era extremamente difícil, havia muitas guerras entre tribos, e depois do advento do Islã entre ele e os outros povos, por isso para que as mulheres não ficassem desamparadas sem auxílio era permitido a poligamia desde que o homem pudesse sustentar de maneira igual todas as suas mulheres.

Hoje nos países modernos a poligamia é proibida casos da Turquia e Tunísia.

Com relação ao repúdio cabe ao homem a liberdade de mandar a sua mulher embora, porem a mulher pode pedir o divórcio também, se esta explicitou no contrato de casamento, e se isso for permitido pela escola jurídica sob cujos auspícios o acordo é feito.

Com relação ao casamento temporário as correntes do Islã se divergem. Os sunitas que representam a maioria dos muçulmanos não aprova, enquanto os xiitas que correspondem a 10% dos fiéis concordam com este tipo de casamento.

Outro assunto polêmico e o da utilização do véu. Não há no Corão tal tradição. A explicação que pode se dar é que o véu era utilizado pelas mulheres pertencentes à classe superior da sociedade muçulmana, também o véu era utilizado pelas mulheres do profeta e pela sua filha Fátima, daí que as mulheres começaram a utilizar o véu querendo significar com isso que estavam próximas do profeta.

Portanto a utilização do véu na sua origem nada mais é do que um sinal de: ascensão social e carinho pelo profeta.

Artes

Segundo Aquino a arte se expressou principalmente na arquitetura e na decoração: a proibição religiosa de reproduzir a figura humana limitou a pintura e a estatuária. Palácios, mesquitas, minaretes e mansões particulares caracterizam-se pela profusão de arcos de ferradura e finas colunas, decoradas ricamente, por suas numerosas janelas e por seus pátios interiores. A arte decorativa é abstrata, predominando os arabescos (figuras geométricas entrelaçadas) e a representação de plantas e letras do alfabeto árabe.

Ética e política

No islã tradicionalmente não há distinção entre a religião (ética), e a política, tampouco entre a fé e a moral, o estado islâmico se caracteriza como um estado teo-

crático não há a distinção como nos países ocidentais de estado e religião nos países islâmicos eles se misturam.

A lei que rege os fiéis no que diz respeito a suas obrigações religiosas morais e sociais é a xariá que significa “caminho para o oásis”, o caminho correto da conduta humana.

A lei se expressa, sobretudo no Corão que é muito mais que um livro religioso, e também um livro de leis que versa sobre os mais variados assuntos como o governo da sociedade, a economia, o casamento, o moral, o status da mulher entre outras.

Quando no Corão não se consegue achar as instruções, então os crentes recorrem as sunas, que é o estudo dos exemplos dados por Maomé e seus califas. Relatos sobre a vida e pregação de Maomé estão descritos nas coletâneas hadith.

Porem o Corão e os hadith se referem a uma sociedade que hoje em dia já não existe mais, por isso tem-se a necessidade de interpretar e adaptar os escritos a nossa época, tal tarefa é considerada extremamente exaustiva para isso se utilizam dois princípios: o da similaridade e o do consenso.

Princípio da similaridade. Para se analisar um problema novo tenta se encontrar um exemplo semelhante no Corão, e se estuda a base para uma decisão.

Princípio do consenso. Maomé afirmou que os fiéis não poderiam concordar acerca de algo que estivesse errado. Seguindo essa lógica uma decisão que os fiéis tomam em comum pode ser vista como lei pelos seus representantes.

Fronteiras, identidades, fluxos: a comunidade árabe- muçulmana na diáspora.

Costuma-se pensar o Islã como algo universal, porém diversas pesquisas etnográficas (GEERTZ, 2004; BARTH, 2000) mostraram que religiões ditas universais sofrem influências locais. Portanto, que Islã é esse praticado em Santa Elena de Uairén?

A cidade de Santa Elena de Uairén⁷, dista 15 km do município de Pacaraima – RR. A comunidade islâmica (em torno de 35 pessoas) que ali reside é composta na sua maioria de Libaneses que tem no comércio sua principal renda.

⁷ Santa Elena de Uairén, por sua vez, pertence a grande região conhecida como La Gran Sabana e compreende um núcleo urbano um pouco maior do que Pacaraima, com uma população de aproximadamente de 20 mil habitantes (Disponível em: <http://www.lagransabana.com/santaelena.htm>). Em suas proximidades é comum visualizar acampamentos e povoados predominantemente mineiros. Neste caso, é possível afirmar que sua economia é baseada tanto na atividade de garimpagem nas minas que estão ao seu redor quanto no comércio, que consequentemente estimula a prática turística na região.

A comunidade árabe-muçulmana de Santa Elena de Uairen conta em média com 35 pessoas segundo levantamento feito pela família do senhor Muhammad⁸⁹, não existe uma mesquita, aos moldes tradicionais, e as reuniões são feitas em casa, porem, como Kafen, encarregado das questões doutrinárias, “não importa o estilo do templo, toda terra é considerada uma mesquita”.

Perguntados sobre a UMMAH¹⁰, revelaram um certo descontentamento em relação aos xiitas, pois para eles, este grupo faz de tudo contra os sunitas, chegando até a dizer que os xiitas não deveriam pertencer ao islamismo. O pomo da discórdia levantado pelo senhor Mohammad foi o financiamento dado pelo Irã as comunidades muçulmanas que aceitam receber xeiques e imames de orientação xiita, oriundos das madrassas financiadas pela revolução¹¹.

Quanto a atividade profissional preponderante no grupo, todos os que exercem alguma profissão são comerciantes, de eletro-eletrônicos, ou armarinhos. Sonham ter uma escola.

Fiz uma pergunta relacionada a imigração, pois assim como ocorre com outros grupos de imigrantes, perguntei se o grupo elabora uma rede de cooperação.

Responderam que sim, existe uma espécie de rede de cooperação, a partir das relações de parentesco, as famílias chamam parentes. Um fato que me foi dito é que hoje a imigração não esta ocorrendo de forma direta, ou seja, Líbano-Venezuela ou Egito-Venezuela. Interessante é que os descendentes de árabes-muçulmanos que chegam para se fixar em Santa Elena do Uairen advêm da Colômbia e do interior e região norte da Venezuela¹². Este dado corrobora o estudo realizado pela Organización Internacional para las Migraciones (OIM) sediada em Buenos Aires – Argentina, que em seu documento: “Panorama Migratorio de América del Sur 2012” demonstra que o maior fluxo migratório para a Venezuela provem da Colômbia.

⁸ Senhor Mohammad foi o primeiro a chegar a Santa Elena e iniciar uma comunidade sociologicamente falando. Isso foi a cinco anos atrás. Porem ele imigrou para o Brasil, especificamente Macapá – AP, a 35 anos. Tem dois filhos: Faleh que cuida da parte administrativa e Kafen que cuida da parte doutrinária.

⁹ Interessante perceber como na comunidade de Santa Elena de Uairen, por motivos de “anterioridade” a família do senhor Mohammad exerce o papel de porta-vozes da comunidade, detentores segundo Bourdieu (data) das representações sociais inerentes aquele grupo.

¹⁰ Comunidade Universal do Crentes. A UMMAH não está vinculada a cor, etnia, nem facção dentro do islã. Todo muçulmano participa da UMMAH, que funciona nos moldes de uma comunidade imaginada Anderson (2008).

¹¹ Revolução Khomeneista de 1979, que destituiu o Xá Reza Palehvi e instituiu uma teocracia no Irã dando um grande poder ao líder religioso, à época o Ayatola Khomeini.

¹² O litoral e região norte da Venezuela tem em torno de 15 associações muçulmanas, com suas mesquitas e sociedades beneficentes.

A estimativa feita pelo senhor Mohammad é que na comunidade árabe-muçulmana de Santa Elena de Uairen em torno de 75% dos membros sejam venezuelanos e colombianos e 25% sejam imigrantes oriundos do Brasil. Isso denota uma rede de relações sociais e comerciais, processos de construção e ressignificação identitária, e novas formas de conhecimento são elaboradas, pelos sujeitos participantes destas identidades, pois estando em fronteiras, e aqui usando o termo Frontier (Pereira, 2012) que traz em seu bojo o significado de fronteira cultural e simbólica, os sujeitos transitam nestes espaços em constante contato e interrelação com outros grupos étnicos/sociais, manifestando suas identidades global/local de forma contrastiva em relação a um outro.

Essa porcentagem demonstra outro elemento apresentado nas narrativas dos entrevistados, que é, um maior contato com muçulmanos dentro da Venezuela, como Porto Ordaz, até porque o primeiro vínculo com o Brasil em termos de fronteira é o estado de Roraima com o município de Pacaraima que não tem uma comunidade muçulmana solidificada e a capital Boa Vista, dista 200 km.

Migraram para a América Latina em fluxos, Gattaz (2005) devido a vários fatores, entre eles: a crise econômica do império otomano, a perseguição política e religiosa, deflagração da primeira guerra mundial, degradação das condições de vida das populações palestinas, conflito que resultou na fundação do Estado Hebreu, sendo o último a Guerra Civil no Líbano que perdurou entre os anos de 1970 a 1990.

Apesar do Islã ter um desenvolvimento razoável em terras venezuelanas (conta com 15 associações em 10 estados e uma estimativa de 700,000 seguidores) na região sul do país que faz fronteira com o Brasil a situação é bem diferente. A difusão que a religião tem em Caracas, Isla Margarita, Puerto Ordaz, não acontece na divisa com o Brasil, onde este grupo minoritário ainda precisa encontrar estratégias para vivenciar sua fé e identidade.

Estamos diante de diferentes grupos que, como nos diz Fredrik Barth (1998), comportam-se e vivem em região de “fronteira”, em intenso contato e, portanto, suscetíveis de construir identidades “contrastivas”. Essa dinâmica surge nas sociedades ditas pluriétnicas, multiétnicas. Durham (apud OLIVEN, 2007:08) reforça essa percepção de Barth, quando diz que “Certas categorias ou grupos, ou fenômenos, os quais, embora não necessária e especificamente urbanos, podem ser encontrados e estudados nas cidades modernas. Entram nesta classificação os trabalhos sobre minorias étnicas e raciais e grupos religiosos”.

Essas identidades étnicas em jogo fazem parte, das construções de narrativas feitas por determinados grupos pertencentes a tal sociedade. Dentro desse bojo de

construção das narrativas pelo grupo que visa sua auto-legitimação, operam categorias identificadoras atributivas e auto-atributivas, em contextos de interação com outros grupos.

Neste sentido, esses processos de construção de identidade não são lineares e nem estáticos, mas sim dinâmicos. “Deslocar o foco da investigação da constituição interna e da história de cada grupo para as fronteiras e sua manutenção” (BARTH, 2000:27)

Nestas sociedades pluriétnicas e multiétnicas – como anuncia Barth (2000) – interagem categorias identitárias atributivas e auto-atributivas; assim, a “cultura” não mais é uma substância ou conteúdo, senão um conjunto de elementos sempre dinâmicos e situacionais que os atores podem “manipular”, porém no marco de determinados condicionamentos – e cuja escolha pode resultar organizacionalmente (ou seja, socialmente) relevante para suas “identidades”.

Outro aspecto a ser considerado nessa dinâmica é a questão territorial. A grande concentração demográfica existente nas fronteiras e os diversos grupos heterogêneos que a compõem contribuem para que o espaço na fronteira seja constituído para que as interações aconteçam de modo rápido e entre grupos que nutrem mútuos interesses, criando-se, assim, de acordo com Magnani (2002), seus espaços, seus pedaços, suas manchas.

Os reflexos dessa complexa configuração de diversos grupos e “portavozes” de um mesmo espaço podem ser percebidos quando abordamos a questão dos muçulmanos “na fronteira”. Neste sentido, o que conseguimos perceber é uma tentativa de manutenção dos laços de sociabilidade oriundos do território de origem, como os laços de amizade e familiar; busca-se uma reprodução desses laços em território estrangeiro.

No Brasil, segundo Truzzi (2006:02), a esmagadora maioria dos muçulmanos é formada por famílias originárias do mundo árabe, especialmente do Líbano. A comunidade de Santa Elena de Uairen pratica essa produção diacrítica de etnicidade/identidade, o ser árabe esta atrelado ao ser muçulmano, e isso é um aspecto de distinção para o grupo. “É possível e existem, conversões de brasileiros não descendentes de imigrantes muçulmanos, assim como muçulmanos originários de outros países, mas em contingentes numericamente pouco expressivos”. Segundo o autor, estas circunstâncias – a baixa conversão e a maioria dos muçulmanos de origem árabe – faz com que coincidam identidade étnica e identidade religiosa do grupo.

Essa confluência entre identidade étnica e identidade religiosa faz com que esse grupo crie para si um escopo de identidade e, a partir dessa identificação, comece a interagir com os seus “Outros”. Começa-se a pensar em mecanismos para a manutenção dessa identidade em que as tradições se mantenham e a sociabilidade seja criada entre seus membros:

grupos étnicos, diz Weber, são aqueles grupos humanos que detêm uma crença subjetiva na sua descendência comum por causa de similaridades do tipo físico ou dos costumes ou de ambos, ou por causa das memórias da colonização ou da imigração (WEBER, apud CUNHA, 2007:31).

Etnicidade/identidade é um aspecto da relação social entre agentes que se consideram culturalmente distintos de membros de outros grupos com os quais eles possuem um mínimo de interação regular. Se nessa interação dos grupos as diferenças culturais forem marcantes, a relação social estará apresentando um elemento étnico. A identidade étnica se constrói, portanto, a partir da diferença.

A identidade que o “nativo” estrutura é uma identidade que interliga elementos étnicos (alimentação, língua, território) com elementos religiosos (o Islã e suas práticas)

Neste caso, essa sociabilidade opera, muitas vezes, através de dinâmicas desterritorializadas onde fenômenos que se originam em um espaço acabam migrando para outros, e lógicas de pertencimento “diaspórico”. Tal como afirma Stuart Hall:

...o que a experiência da diáspora causa a nossos modelos de identidade cultural? Como podemos conceber ou imaginar a identidade, a diferença e o pertencimento, após a diáspora? Já que “a identidade cultural” carrega consigo tantos traços de unidade essencial, unicidade primordial, indivisibilidade e mesmice, como devemos “pensar” as identidades inscritas nas relações de poder, construídas pela diferença, e disjuntura? (HALL, 2003:28).

Uma questão, percebida dentre muitas, diz respeito à dificuldade encontrada pelo imigrante para manter sua língua. A língua pode ser considerada como um elemento que contribui para a manutenção de uma sociabilidade própria e para distinguir a comunidade árabe/muçulmana de outras comunidades¹³.

¹³ Oliveira (2004) em artigo que discute a condição do imigrante em região de fronteira, faz uma análise do processo que ele chama de “aculturação” que no caso da pesquisa que ele fez junto aos palestinos na cidade de Corumba Mato Grosso do Sul acentua-se no comércio. É no comércio que o palestino tem que aperfeiçoar o idioma reconhecer a cultura da localidade e impor sua condição de imigrante, se distanciando da política da terra natal e se aproximando do modo habitual dos moradores.

Bourdieu (2007) nos diz que a religião contribui para a imposição dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de práticas e de representações, cuja estrutura objetivamente fundada em um princípio de divisão política apresenta-se como a estrutura natural- sobrenatural do cosmos. Como qualquer outro locus, o campo religioso é, também, construído socialmente por atores que dão significado a ele e dele recebem significado.

Tais dinâmicas são percebidas quando os grupos estão em região de fronteira. As representações que os grupos elaboram sobre si e sobre a sociedade, o ethos, a visão de mundo, fazem parte de um conjunto de elementos que estão no arcabouço teórico-conceitual destes grupos. A religião funciona como uma medida de estruturação dando as balisas necessárias para os grupos pensarem os outros e se pensarem em relação com os outros. A região de fronteira participa ativamente desse processo de relações entre os indivíduos. Os deslocamentos percebidos na fronteira tem significados culturais, constituindo-se redes sociais na migração.

Referências bibliográficas

ALCORÃO. Português. **Alcorão**. Tradução Mansour Challita. Rio de Janeiro: ACIGI, 2001.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Lisboa: Edições 70, 2005.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. **Combater para glorificar a mensagem de Alá: A sociedade muçulmana**. In: FRANCO, Denize de Azevedo; AQUINO, Rubim Santos Leão de; LOPES, Oscar Guilherme Pahl Campos. *História das sociedades: das comunidades primitivas às sociedades medievais*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1980. p. 335-350.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Linguagem e Poder Simbólico**. In: *A Economia das trocas lingüísticas*. 2a ed. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. **Gênese e estrutura do campo religioso**. In: *A Economia das Trocas Simbólicas*. 6a ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

DELUMEAU, Jean. **De religiões e de homens**. Tradução Nadyr de Salles Penteadó. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

GATTAZ, André. **Do Líbano ao Brasil**: história oral de imigrantes. São Paulo: Gandalf, 2005. E-book < <http://gattaz-livros.blogspot.com/2008/05/do-libano-ao-brasil.html> > < acessado em 17 de maio de 2014 >.

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Ed LTC: Rio de Janeiro, 1989

HALL, Stuart. **Da diáspora**: Identidades e mediações culturais. Trad. de Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte; Brasília: UFMG; Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HOURANI, Albert Habib. **Uma história dos povos árabes**. 2. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

JOMIER, Jacques. **Islamismo**: história e doutrina. Tradução Luiz João Baraúna. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

LEWIS, Bernard. **O Oriente Médio**: Do advento do cristianismo aos dias de hoje. Tradução, Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

MAGNANI, José Guilherme Carlos. **De perto e de dentro**: notas para uma etnografia urbana. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 17, no 49, junho de 2002.

TRUZZI, Oswaldo. **Configurações e valores familiares entre muçulmanos em São Paulo**. 30o Encontro Anual da ANPOCS, [s.d.]

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 11 ed.

A HOMOAFETIVIDADE NO CERNE DA RELIGIÃO: A PIPOCA QUE AINDA NÃO ESTOUROU

Introdução

A religião imperou na construção de universos sociais por milênios. Suas estruturas e demandas permearam a efetivação de legislações com direitos e deveres baseados em dogmas, os quais foram consolidados pelo homem conforme os liames da história e da cultura.

A moral religiosa se fez a partir das considerações evidenciadas como resposta dos deuses, que alicerçavam as condutas baseadas nos cânones divinos, através da configuração de idealismos elaborados por mãos humanas e norteadas como “mensagens” que partiam do sagrado.

Advinda da palavra latina *religare*, religião significa *religar*, estabelecer conexão entre o divino e o humano, como forma de estreitar laços e a compreensão da existência de uma ou mais forças superiores que estão além do homem, com poder não passível de entendimento pela limitada inteligência humana e por isso repetida pela noção e significado transcendental.

A partir dos aportes da religião, historicamente criou-se códigos morais, os quais entremeiam-se entre os traços sociais e culturais, como demandas que apareciam para acastelar os indivíduos e dirigir os limites entre o permitido e o proibido.

A religião adentra assim aos portais humanos como estratégia para estabelecer conexão com o sagrado, fazer falar o divino no cotidiano, agregar coletivamente indivíduos em prol de uma causa, na busca de respostas sobre a existência ou não da alma, possível vida após a experiência terrena, expiação e responsabilização por atos denominados como pecados ou delitos dentro das normatizações do que pode ser feito e deve ser evitado na moral religiosa.

Indagações e especulações são feitas há séculos acerca da palavra religião, todavia Max Weber, Karl Max, Peter Berger e Pierre Bourdieu entre outros asseguram a

* Universidade Federal do Amazonas. E-mail: llidiany@yahoo.com.br

religião como uma construção humana, baseada na crença de um ou vários deuses advindos de um Cosmo que oferece aportes e direcionamentos aos indivíduos. Os referidos autores debatem o papel humano que se alia ao que “pede” o divino, além de enfatizarem a criação das estruturas sociais, históricas, econômicas e culturais das instituições religiosas, feitas por mãos essencialmente humanas para assegurar dogmas que devem ser visualizados a partir do direito canônico, como é o caso das doutrinas cristãs.

O dossel que permeia a construção da religião é antigo. Desde a configuração do politeísmo oriental, à crença no *Brahma* hindu. Perpassa os deuses da mitologia grega que por crença residiam no alto do Monte Olimpo, mas faziam parte do mundo humano com interferências no amor, artes, poesia, heroísmo, prazeres e guerras. A Roma Antiga também apresentava semelhantes crenças com seus significados.

O advento do Cristianismo com a ideia de um Deus único fez parte da história que dividiu mais ainda as religiões construídas por traços culturais e históricos. Foi sinônimo de guerras, revoluções, reformas e criação de distintas outras crenças religiosas com seus aportes morais e institucionais.

A dinâmica do cotidiano contemporâneo trouxe discussões que o Cristianismo Ocidental não poderia mais olvidar. A busca por respostas caracteriza entre outras temáticas a questão da homoafetividade, a qual aparece como demanda não apenas dos Direitos Humanos, mas também de um reconhecimento religioso no âmbito da construção da condição humana. Tal aporte caracteriza o objetivo do estudo que consiste em refletir como a homoafetividade é abordada no cerne da religião, seus limites e desafios no que tange a visibilidade dos sujeitos homossexuais e o direito ao exercício das expressões da sexualidade frente aos dogmas católicos.

Para a melhor compreensão desse universo, faz-se relevante inicializar as reflexões a partir do significado que o sagrado exerce na construção humana, conforme as ponderações a seguir.

O Sagrado e a Religião na Sociedade

A temática do sagrado permeia a humanidade com a concepção de crenças em divindades. As crenças na possibilidade do mal e do bem fazem parte de construções humanas associadas aos códigos morais estabelecidos.

As reflexões sobre o sagrado demandam a contribuição de Durkheim (1996), visto que segundo suas reflexões, o mundo pode ser visto na perspectiva de dois domínios. Um caracterizado pelo sagrado e outro através do profano.

O sagrado, conforme a análise durkheimiana, envolve poderes e virtudes. Tal conceito não se fecha nos poderes de um deus ou ser espiritual, visto que se entende a amplitude das crenças, conforme cada denominação religiosa. Assim, um rochedo pode ser sagrado, uma planta, uma fonte, uma casa (denominação comum às igrejas como casas sagradas de oração), ou qualquer outra coisa, dependendo do universo de credulidades.

O profano, ao contrário é denominado como algo que está no mundo, faz parte dele e de todos os seus aportes não divinos. O mundo é falho, apresenta elementos negativos que fazem parte de um todo que envolve a maldade em largo âmbito, por isso é caracterizado como universo secular.

A busca pelo sagrado faz parte do homem, que para adentrar em tal universo despe-se do que caracteriza o contexto mundano para adentrar nos círculos sagrados. Um exemplo disso é a opção de vida ascética, caracterizada por indivíduos que se pautam na crença de algo sagrado que apresenta a direção para o divino.

A divisão binária existente entre o sagrado e o profano revela a configuração de mundos hostis e rivais um ao outro, que de acordo com a concepção durkheimiana, relacionam-se com lados opostos elencados que se diferenciam por suas características. O sagrado é o que se almeja, está ligado ao sobrenatural, aos mitos e crenças, já o profano perfaz a realidade humana e liga-se ao fator natural e biológico.

Berger (1985) entende o sagrado em perspectiva semelhante à de Durkheim que traz a religião para o mundo dos homens. Ele entende por sagrado o que se relaciona ao poder que envolve mistério e temor, como algo que se distingue do homem, mas de alguma forma se relaciona com ele.

A concepção de sagrado para Berger aponta a crença no sobrenatural, em que o homem não consegue estabelecer mecanismos concretos de compreensão e análise, mas crê, vivifica e sacraliza, com o respeito advindo da cultura e da história humana, conforme a determinação dos códigos morais. Trata-se de algo que “salta para fora” e também representa perigo. Pode ser domesticado, mas não perfaz a compreensão humana em suas múltiplas determinações.

A sacralização das ideias, atitudes e práticas constituem a religião e esta por si fundamenta as crenças, que de acordo com Durkheim (1996) são ponderadas como:

As crenças religiosas são representações que exprimem a natureza das coisas sagradas e as relações que elas mantêm, seja entre si, seja com as coisas profanas. Enfim, os ritos são regras de conduta que prescrevem como o homem deve se comportar com as coisas sagradas (p.24).

As assertivas expostas apontam que a concepção do sagrado não pode ser visualizada como algo à parte, como objeto ou credo isolado, precisa ser entendido em conjunto com as crenças religiosas e por sua vez com as instituições religiosas, visto que há referências entre si, regras de conduta e aproximações ou afastamentos do que se considera como profano ou mundano.

A compilação do que se vê como sagrado é exposta por meio das religiões, que de acordo com Berger (1985):

A religião representa o ponto máximo da autoexteriorização do homem pela efusão dos seus próprios sentidos sobre a realidade. A religião supõe que a ordem humana é projetada na totalidade do ser. Ou por outra, a religião é ousada tentativa de conceber o universo inteiro como humanamente significativo (p. 41).

A exteriorização ressaltada por Berger abrange um dos três pontos que ele considera relevantes para a compreensão das perspectivas religiosas no âmbito humano. Primeiramente ela envolve a visibilidade e autoafirmação do homem no mundo. Posteriormente ele passa ao processo de objetivação, quando se percebe como partícipe da realidade. O terceiro elemento constitui-se pela subjetivação, onde o sujeito se configura também como um produto da sociedade, das relações sociais e do pensamento coletivo.

Essa coletividade é visualizada pelas denominações religiosas existentes, que fomentam os grupos que pensam de maneira semelhante acerca dos credos caracterizados historicamente e culturalmente.

Assim, a religião se configura então como uma realidade social por envolver a coletividade. Reflete a historicidade, visto que os códigos morais das denominações religiosas foram construídos conforme a caracterização da divindade, os cânones foram direcionados aos homens por indivíduos que as estruturas religiosas visualizaram como “escolhidos”. Um exemplo disso pode ser a lei mosaica, que mitologicamente atribuiu-se a Moisés o que ficaria conhecido como os Dez Mandamentos. Trata-se de um retrato dos códigos morais atribuídos a um Deus (na concepção monoteísta) e confirmados por um homem, que fazia parte dos círculos sagrados, conforme a denominação durkheimiana.

A vivência religiosa demanda um processo de conversão, que conforme Berger (1985), caracteriza a mudança da vida social conforme o objetivo que se almeja, seja reconhecendo-se em uma vida ascética, ou inserido em uma realidade secular, mas como “predestinado” pelo cosmo a alcançar um estado de graça.

A configuração da fé cristã visualizada nesse estudo acerca-se no catolicismo e seu conjunto dogmático, que a partir de demandas contemporâneas assiste ao espetáculo da diminuição de fiéis, enquanto as exteriorizações da Igreja Católica olvidam discussões que se encontram em pauta, sobretudo no reconhecimento de minorias sociais.

Os Dogmas Católicos e as Demandas Contemporâneas

A configuração histórica da Igreja revela os traços que emergem desde o cristianismo primitivo, com preleções e ações espelhadas nas mensagens evangélicas. A construção da religião foi pautada nos textos visualizados como sagrados, os quais ofereceram aporte para acompanhar o homem na caracterização da identidade Católica Apostólica Romana. Esse viés do cristianismo preconiza comportamentos voltados à busca da santidade, sacrifícios, renúncias e reflexões acerca de uma vida que mergulha entre o devaneio e a realidade.

A moralidade católica se inseriu e fez nascer uma cultura cristã que se permitia ir além da concepção monoteísta. Ela ergueu traços de um Deus trinitário, de natureza transcendental e punitiva.

O caráter da vigilância, descrito nos textos bíblicos, emerge nos conceitos que ditam as formas dogmáticas que perfazem os códigos canônicos do que deveria ser aceito ou vetado.

Crimes foram cometidos em nome de Deus, relatos tidos como heréticos levaram indivíduos à fogueira na Santa Inquisição. O tempo passou e a história ficou, mas a Igreja ainda cerca-se de conceitos atemporais que não atendem as demandas da sociedade.

No Brasil, a crise do catolicismo traduz-se em um mapa de fiéis que já não professam mais a referida fé. Partem rumo a horizontes protestantes, espiritualistas, agnósticos e até aqueles voltados ao ateísmo.

Muitas são as indagações, entretanto as respostas não atendem ao processo de exploração contemporânea da crença. O Catolicismo perde espaço no Brasil, enquanto o número de igrejas de outras denominações cresce. O que terá acontecido com o brasileiro, que trouxe na carga histórica a sacralização dos dogmas daquela que já foi a religião oficial do Estado, o aporte da cultura e a concretização da identidade cristã no país?

O mundo mudou, o Ocidente caracteriza “novas” necessidades, as inclusões religiosas como demanda são outras, entretanto a Igreja Católica caminha a passos

curtos e olhos vendados. Os documentos que o Vaticano aprova estão aquém de uma sociedade que vê na dialética da realidade, o aporte de transformação social.

Conforme Rosado-Nunes (2004), o fenômeno envolve não apenas o afastamento da Igreja perante a sociedade, mas também o desta frente ao catolicismo.

A Constituição Federal de 1988, juntamente com os movimentos sociais e as discussões contemporâneas oferecem maiores aportes para essa mudança. Indagações e poucas respostas assentam a Igreja Católica à deriva, em um mar revolto e repleto de assuntos que não são acolhidos em virtude de se considerarem extemporâneos aos dogmas, constituídos por Encíclicas que falam acima de tudo, a linguagem do conservadorismo e reforçam os dispositivos da vigilância, disciplina e punição, conforme ressaltou Foucault (2006).

O Catolicismo, que foi instrumento de legitimação social recai sobre as cortinas do tempo, pelo seu tradicionalismo hegemônico e racionalismo metódico, o que apresenta o decréscimo efetivo no quantitativo de fiéis crentes na configuração dogmática em questão.

Rosado-Nunes (2004) enfatiza: “O que surpreende, pela imprevisibilidade, são as direções dessa mudança, que não aprofundaram a sintonia com a sociedade, mas, ao contrário distanciam-se de certos valores desenvolvidos na sociedade (p.24)”.

A sociedade é mutável, entretanto a Igreja permanece nas garras do pensamento conservador. O não acompanhamento das demandas leva a perda de espaço frente a necessidade de uma religiosidade inclusiva, que perpassasse os paradigmas mais fechados e se abra às perspectivas contemporâneas.

Rosado-Nunes (2004) ressalta ainda que na sociedade ocidental, a religião deixa de ser visualizada na perspectiva da herança, foge da concepção canônica cultural, perpassa a caracterização da obrigatoriedade filial e alcança o viés da opção pessoal, com base na concepção de indagações e busca por respostas, alicerçada na busca da construção de uma fé raciocinada, com apoio não mais em estruturas sociais, mas, sobretudo na complexidade das discussões e demandas da contemporaneidade.

O questionamento dos fiéis frente ao silêncio ou intolerância da Igreja dogmática colocou o Catolicismo em situação de vulnerabilidade. Escândalos foram abafados, assuntos olvidados, verdadeiros crimes emergiram naquela que era intocável frente aos olhares humanos.

A sexualidade que nas concepções Foucaultianas foi caracterizada por séculos como tabu, o qual foi alavancado pela Igreja através dos Concílios e corroborado pela sociedade conservadora através dos religiosos, vive na contemporaneidade as querelas e os constrangimentos advindos da visão silente que nega a existência das

expressões da sexualidade, prende-a em uma caixa de pandora e ali a mantém, como um assunto a não ser tratado, apesar da emergência das Ciências Sexuais, que desde o século XIX já mostrava a necessidade mais intensa de abordagem.

O aparente mutismo agregado nos liames das tradições e concepções abraçadas pela tradição, não esconderam assuntos delicados que a Igreja poderia tratar.

Rosado-Nunes (2004) aponta que a sexualidade e o lugar das mulheres aparecem até os dias de hoje como problemáticas inseridas no cerne do Catolicismo contemporâneo, que seguem como empecilhos nos quadrantes de configuração da Igreja Romana. Ao verificar a relevância do delicado assunto, propõe-se a discussão de retratos relacionados à homossexualidade frente ao dogmatismo católico, conforme se verifica *a posteriori*.

A Homossexualidade no Olho Furacão

Que a sexualidade foi vista historicamente como tabu já sabemos, mas que esse assunto ainda continua sendo tratado como algo inviolável em pleno século XXI da era Cristã, nos conduz a visualizar ‘velhos’ problemas sob ‘novos’ desafios. A Igreja Católica não fala do assunto, ou melhor, apenas enfatiza seu posicionamento através das Encíclicas entre outros documentos do Vaticano.

A sexualidade é então encarcerada em uma concepção religiosa que adentra os fiéis e os conduz às crenças por vezes até fundamentalistas. A Igreja visualiza a família através do que Foucault (2006) considera como dispositivo de aliança, permeado pela concepção de família nuclear burguesa, onde as demais configurações são praticamente inexistentes. Obedece-se às leis dogmáticas do sexo matrimonial para fins de procriação.

O dispositivo familiar criado inclui conceitos de papéis que são difundidos a cada indivíduo, conforme as determinações que se dispõem no ‘sagrado’.

A construção humana dos referidos papéis familiares não prevê a diversidade sexual, englobando-se nesse ensejo a homossexualidade, a qual historicamente foi apontada pela Igreja como anomalia e perversão (FOUCAULT, 2006).

Camargo (1973) enfatiza que nos séculos de história que enfatizaram a formação social do país, a pastoral católica também acabou por formular um ‘modelo’ de família almejada e concernente com a moral sexual vigente.

Verifica-se aí, um retrato de como os dispositivos da aliança adentraram aos portões da nação brasileira para desenhar o que seria visualizado como família, o

espelho da concepção, os papéis sociais e sexuais elencados pelo matrimônio heterossexual, a extensão geracional e os comportamentos esperados, arraigados na ética católica.

Socialmente estigmatizada e culturalmente concebida como patologia, a categoria homossexualidade surge somente no limiar do século XIX, com o nascimento da figura clínica do homossexual, a partir da emergência das Ciências Sexuais, que dentre outros atributos, desenvolve estudos acerca da diversidade sexual humana.

Os paradigmas sociais e culturais começam a modificar-se. Para a Ciência, o que antes era concebido como pecado pela análise teológica, passa a ter a concepção de doença e perversão. Assim, toda e qualquer expressão da sexualidade fora dos padrões heterocêntricos deveria ser patologizada e nominada como loucura erótica, resultado de psicopatias sexuais.

A concepção Foucaultiana do corpo administrado pelas teias do biopoder assume as rédeas do início do século XX, e por quase toda a sua extensão, a homossexualidade foi tratada como doença ou desvio. Durante esse tempo, os conceitos e preconceitos tomaram conta do mundo cristão e não cristão. A intolerância trouxe a inserção dos retratos de discriminação, os quais invadiram até mesmo os dogmas religiosos mais ‘abertos’, como parâmetro para silenciar o que poderia oferecer risco à sociedade construída nos pilares tradicionais.

A homossexualidade teve sua nomenclatura retirada do CID (Código Internacional de Doenças) somente em 1990, após inúmeras pesquisas que corroboraram a negação da existência patológica nos indivíduos. Na contemporaneidade, pelos braços da Ciência, essa categoria não pode mais ser visualizada como enfermidade, desvio ou anomalia, mas como condição humana inerente ao sujeito na perspectiva da Ciência.

Ser homossexual de acordo com Mello (2005) é estabelecer práticas e representações sociais, assim como também vínculos emocionais e sexuais entre iguais biológicos, ou seja, entre pessoas caracteristicamente do mesmo sexo.

A construção do “ser ou não ser” homossexual envolve perspectivas históricas e sociais, além da cultura, mas abrange ainda uma subjetividade no que tange a construção das identidades humanas.

Para Fry e McRae (1985) nem todo homossexual pode ser considerado como *gay*. Ele só é assim concebido quando vive livre da vergonha, culpa e do remorso de ser homossexual.

A partir de 2008, com os alicerces do movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) iniciou-se o ensaio de alguns passos nos aportes relacionados aos direitos do referido segmento social. A realização da 1ª Conferência Nacional LGBT se transformou em um divisor de águas nas questões relacionadas às Políticas Públicas inclusivas.

Outro marco se efetivou na esfera do judiciário. Em 2011, o STF (Superior Tribunal Federal) reconheceu a legalidade das uniões homoafetivas e a partir daí, o direito civil também se estende também aos casais homossexuais. Em 2013 o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) autoriza a conversão das uniões em casamento civil, o que leva a maior reflexão sobre as demandas da sociedade contemporânea.

O termo homoafetividade nasce no bojo das discussões em torno da sexualidade na perspectiva do Direito. Dias (2011) enfatiza que a palavra surge para designar que as relações que se constroem entre os indivíduos não são apenas de caráter sexual, mas envolvem as variadas expressões da afetividade no âmbito da conjugalidade, o que abre espaço para a compreensão do termo homoafetivo na perspectiva do Direito, suas relações com o Estado, e até mesmo no mergulho da subjetividade humana.

As leis brasileiras não caminharam a passos coadjuvantes com o legislativo, as respostas foram dadas através de aportes do poder judiciário, entretanto a sociedade, alicerçada no conservadorismo histórico e tradicionalismo religioso não abraçou a ideia.

Para a Igreja Católica, a homossexualidade ainda é vista como pecado nefando, delito moral que assola o indivíduo. Nos serviços de informação da Santa Sé, o jornal *“L’Osservatore Romano* publicou em agosto de 1992 uma resposta às propostas legislativas sobre a não discriminação de homossexuais. Sobre o assunto, o documento ressalta: “a tendência homossexual é uma desordem objetiva e requer solicitude moral.” (p. 03).

A afirmação acolhe um discurso diferente ao aplicado na configuração dos estudos científicos sobre o assunto, os quais abrangem a homossexualidade como condição humana, tendo caracterizações oriundas da orientação sexual e não das tendências ou desordens, como as de natureza psíquica, que por décadas foram estudadas e corrigidas pela psiquiatria e psicologia.

Sobre as uniões entre pessoas do mesmo sexo, os documentos do Vaticano as consideram como um fenômeno moral preocupante, conforme a audiência papal de 28 de março de 2003 aponta:

(...) afirmar com clareza o caráter imoral desse tipo de união; advertir o Estado para a necessidade de conter o fenômeno dentro de limites que não ponham em perigo o tecido da moral pública e que, sobretudo, não exponham as jovens gerações a uma visão errada da sexualidade e do matrimônio (p.03).

A Igreja condena as práticas homossexuais, as Encíclicas e demais documentos de apoio reforçam que a família só pode ser reconhecida em sua estrutura nuclear com a figura do homem e da mulher, conforme se preconizam os dogmas, entretanto questiona-se: Qual o lugar dos homossexuais? Os homoafetivos podem realmente constituir uniões estáveis? Os sujeitos estão fadados ao mutismo social e religioso? Há espaço de inclusão no âmbito da Igreja? Continuarão a ser alijados como detentores de patologia? São seres inferiores com ‘espíritos do mal’?

Sobre a malignidade, Durkheim (1996) reflete que:

O próprio Cristianismo, por mais elevada a ideia que faz da divindade, foi obrigado a conceber ao espírito do mal um lugar em sua mitologia. Satã é uma peça essencial do sistema cristão. Ra, mesmo sendo um ser impuro, ele não é um ser profano. O antideus é um deus, inferior e subordinado, é verdade, mas dotado de amplos poderes (p. 464).

Apesar do quantitativo de questionamentos, algumas respostas tem a ênfase da impureza, do espírito mal e da escravidão humana que leva ao ‘inferno cristão’. Assim, perante a Igreja Católica, o homossexual é como uma espécie que precisa ser extirpada ou trabalhada no viés da “cura”, ou mesmo no expurgo do espírito inferior.

A intolerância que leva a exclusão permeia os diálogos e dogmas, como uma teia que não pode atingir as configurações sagradas de uma Igreja, que vive o mutismo de um encastelamento frente aos polêmicos assuntos relacionados à sexualidade.

Berger (1985) reflete: “o que as constelações do sagrado podem ser ‘em essência’, empiricamente são produtos da atividade e da significação humanas, ou seja, são projeções humanas.” (p. 101).

Ao enfatizar as projeções humanas, ponderam-se ainda determinações e dogmas que podem ser constructos das mãos do homem, visto que os significados são projetados e legitimados. O conjunto de significados perpassa nas mãos do homem a completa produção e reprodução do que deve ser dito ou encarnado.

Não se trata de coloca em xeque os conceitos culturais, a lei mosaica ou cristã, acerca das questões homoafetivas, mas como a Igreja cria um mutismo em torno da reflexão sobre a exclusão, em meio a tantos rumores e acusações de práticas homossexuais no interior do clero, até mesmo casos de abusos sexuais sejam heterossexuais ou homossexuais.

Legitima-se um posicionamento extemporâneo e olvidam-se as demandas atuais, além de silenciar para as referidas questões no âmbito do simbolismo do Catolicismo Romano.

A visibilidade indica unicamente os pressupostos da família nuclear, que de acordo com Berger (1985) apresenta o matrimônio que cria uma relação de parentesco, dita as normas das relações sexuais por meio de um contrato social (casamento). Esse conjunto é vislumbrado como um sacramento divino e os papéis determinados não funcionam apenas no viés da exteriorização do sujeito, mas aparecem inclusive interiorizados pela própria consciência.

Através de Encíclicas, a Igreja pautou-se em fazer sobreviver o modelo de família nuclear, reafirmado pelos paradigmas capitalistas e assombra qualquer possibilidade de reconhecimento de outras configurações familiares, incluindo-se nesse bojo as advindas de união homoafetiva. Entretanto cabe-nos o questionamento do real significado de família, visto que a contemporaneidade abriu as portas para a visibilidade da família monoparental, geracional recasada, ampliada entre outras, as quais são reconhecidas cientificamente, contudo encontram-se no ostracismo da religião.

A Igreja na Arena de Conflitos

Frente ao fenômeno de inclusão e exclusão das configurações familiares, torna-se relevante indagar o papel da Igreja. Sua centralidade é exposta na arena de conflitos e envolve elementos entre o conservadorismo e a modernidade, pode abrir ou fechar portas, pauta-se entre o devaneio e o assombro de uma sociedade que avança demandas, umas emergentes, outras apenas sob “nova” roupagem.

O mistério que cerca a invisibilidade de segmentos sociais coloca em risco a legitimidade do Catolicismo Romano. A Igreja perde progressivamente sua plausibilidade. Berger (1985) enfatiza que tais perdas não abrangem apenas os intelectuais e os indivíduos que se encontram na margem desse imenso rio, mas interfere em grandes massas da sociedade que questionam o contraste na confluência entre a construção social contemporânea e os paradigmas ainda pautados na conjuntura medieval.

O indivíduo questiona o papel da Igreja em seu cotidiano, assim como o seu posicionamento frente a uma estrutura religiosa milenar que se afasta cada vez mais dos pleitos antes aplacados pela coletividade.

Rosado-Nunes (2004) ressalta que o problema que se gera não coloca Deus em jogo, mas a Igreja.

Como toda instituição social, as igrejas devem adaptar-se aos novos contextos em que vivem seus fiéis, a fim de mantê-los como adeptos. Tradicionalmente, a Igreja Católica tem enfrentado esse problema, afirmando sua exterioridade em relação à modernidade e atribuindo-se um papel profético em relação à mesma (p.33).

As aparências da Igreja em relação aos tempos modernos não apresentam estratégias e caminhos de convencimento para os fiéis, o que fomenta o rápido declínio e esvaziamento da referida instituição religiosa. Prega-se a modernização, mas adentra-se ao conservadorismo ainda mais arraigado nas tradições milenares no que tange às relações com os fiéis.

Em contraponto, pondera-se que os escândalos relacionados à sexualidade, os abusos e práticas homossexuais oriundos de todas as esferas do Catolicismo já não são encastelados como antes. As denúncias brotam como sementes que rapidamente se espalham nos campos da informação. A globalização mundializa notícias, reforça estereótipos, conduz a cultura de massa, demanda raciocínio lógica, expurga, massacra e condena aquela que no Brasil já foi a matriz da fé.

O resultado de todos esses aspectos leva a uma crise de credibilidade na religião. Berger (1985) enfatiza que essa crise apresenta um dos efeitos mais característicos da secularização. A compreensão sobre o sagrado entra em colapso e faz desmoronar as definições religiosas mais tradicionais aportadas na realidade. Antes, a religião fazia parte da história mundial e poderia determinar todos os traços na construção do mundo, já na contemporaneidade ela é capaz de alicerçar pequenos mundos parciais, universos isolados e traços fragmentados de uma sociedade que se transforma dialeticamente.

O brasileiro mudou, suas práticas religiosas circundam oceanos diversos. O hegemônico tradicionalismo milenar da Igreja Romana, precisa ceder espaços para dialogar com a sociedade contemporânea. O mutismo em torno da sexualidade precisa ser discutido.

A homossexualidade, assim como as famílias homoafetivas não são toleradas pela Igreja, mas não se pode negar que se encontram no olho de um furacão chamado religião, mais evidenciado ainda no contexto do Cristianismo Ocidental.

As demandas nascem, crescem, adquirem ‘novas’ e reforçam as ‘velhas’ roupagens frente a dinâmica social. Ocidente não se configura com a estrutura silente de antes. As indagações emergem como constelações no limiar do universo, em uma espécie de herança racionalista advinda do Século das Luzes, todavia, as respostas ainda estão à deriva no mar das limitações.

Entre escândalos e noções de pecado, a Igreja cerra os olhos e deita na cama da moralidade, assoberbada em uma zona de conforto que lhe permite responder por meio de Encíclicas, entretanto não ainda sai para o debate das demandas contemporâneas.

A compreensão humana e o reconhecimento dos conflitos podem gerar possíveis alternativas de conciliação entre o tradicional e o contemporâneo.

O conservadorismo e as necessidades de reforma existem e demandam o debate profundo sobre as similitudes e disparidades entre ética e a moral. As bases romanas construíram caminho de renúncia, mas indaga-se sobre a renúncia pela inclusão daqueles que ainda são os marginais da fé apesar de serem protagonistas nas políticas sociais.

Entre outras reflexões, é relevante enfatizar que muitos são os devaneios que permeiam o imaginário de uma doutrina fadada a consumir-se em seus próprios paradigmas.

Historicamente, a Igreja ousou argumentar a necessidade de proteger a família dos “perigos do mundo”, mas olvidou que alguns perigos podem advir de escândalos e violências do interior do Catolicismo, o qual se consigna como grande família cristã.

Esqueceu também que as famílias que demandam proteção não se fecham no circuito da concepção nuclear burguesa, mas espargem-se por outras configurações reconhecidas pelo Estado, mas partícipes do mutismo quando o assunto é religião.

As transformações da sociedade brasileira demandam mudanças profundas no Catolicismo, pois conforme Rosado-Nunes (2004) a Igreja navega na contramão das tendências e expectativas da opinião pública. Ela encontra-se solitária em um mundo que se separou dela por não pensar mais como ela.

Considerações finais

Os rumos contemporâneos que se seguem na reconfiguração da religiosidade brasileira, não são tão desconhecidos. Os ventos sopram em outra direção, mas a elevação do quantitativo de igrejas de outras denominações ou crenças, não assegura a religiosidade dos indivíduos, apenas alternativas que emergem além do universo de um Catolicismo, que pela ausência de maestria inicia um processo que o conduz ao declínio.

O sagrado não perde forças com a demanda por “novas” respostas, ele apenas se transfigura, assim como o cristianismo que no período primitivo significou sacrifí-

cio e repressão, no contexto hodierno precisa emergir com roupagens concernentes ao vigésimo primeiro século da Era Cristã.

Brito (2004) aponta que o fantasma da modernidade atemoriza a Igreja Católica até os dias de hoje. Os dogmas pregam a transcendência, mas atuam diretamente na negação do humano. A condição limitada do homem é considerada como se estivesse em um universo separado, fragmentado de sua própria existência.

A visibilidade dos que estão à margem da religião em virtude da condição sexual iniciou debates somente a partir de outubro de 2014, onde a Igreja Romana asseverou que os sujeitos homoafetivos também podem ser sujeitos religiosos, com o direito não apenas a crença, mas, sobretudo da prática da religiosidade pelo cerne Católico.

Contudo, a Igreja Católica ainda permanece na arena de conflitos e na disputa por fiéis, ela ainda percorre trilhas que estão na contramão das demandas de segmentos sociais, sobretudo quando se insere no jogo questões relacionadas a sexualidade.

Para os homoafetivos, o acolhimento não é uma palavra comum, o preconceito permeia o cerne da religião, onde tais sujeitos ainda são visualizados como anormais desviantes ou seres nefastos que precisam de “cura” por profanarem as escrituras sagradas. A discussão sobre a homoafetividade é então refugiada nas zonas mais clandestinas da consciência e sem ser externada, torna-se efetivamente a pipoca que ainda não estourou.

Armstrong (2011) pondera que a interpretação religiosa feita de maneira extremamente racionalizada resultou em dois fenômenos importantes. Um desvela o fundamentalismo, que aborda uma devoção defensiva com base na interpretação literal dos textos bíblicos. Outro movimento confabula para o ateísmo, com uma análise de cunho extremamente racional e científica.

O Catolicismo poderia alçar discursos que alcançassem o equilíbrio, nem tanto racional, nem demais fundamental, mas com possibilidades de rever conceitos de inclusão dos marginais que a história esqueceu, mas que o direito alavancou.

Assim, como bem asseverou Bergson na obra *As Duas Faces da Moral e da Religião* (1978:14), “quando ninguém sabe como uma coisa é, é quase como se ela não existisse”.

O Catolicismo Romano declina e os questionamentos já não são mais silenciados como antes. As variadas expressões da sexualidade transpiram como condição humana corroborada pelas mãos da Ciência, entretanto a Igreja permanece com os olhos e punhos cerrados para a tolerância e inclusão. O desconhecimento conduz ao preconceito e a discriminação, semblantes estes não alicerçadas pela concepção primitiva do Cristianismo.

Assim, no meio de paradigmas, dogmas e ritos milenares, o Catolicismo se perde e não inclui entre os vários segmentos, os fiéis homoafetivos. Resta a tais sujeitos uma indagação perturbadora vislumbrada na erudição de Cecília Meireles: Em que espelho ficou perdida a minha face?

Referências bibliográficas

ARMSTRONG, Karen. **Em Defesa de Deus**: o que a religião realmente significa. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BERGER, Peter. **O Dossel Sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. Trad. De José Carlos Barcellos. São Paulo: Paulus, 1985.

BERGSON, Henri. **As Duas Fontes da Moral e da Religião**. Trad. De Nathanael C. Carneiro. São Paulo: Zahar Editores, 1978.

BRITO, ÊNIO José da Costa. **Agonia de um Modelo**. In.: SOUZA, Beatriz Muniz; MARTINO, Luís Mauro Sá (Orgs.). *Sociologia da Religião e Mudança Social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil*. São Paulo: Paulus, 2004.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. **Catolicismo e Família no Brasil Contemporâneo**. Disponível em: www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual>. Acesso em 19 ago 2013.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Consideração sobre os Projetos de Reconhecimento Legal das Uniões entre Pessoas Homossexuais**. Disponível em: <http://www.vatican.va/Roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20030731_homosexual-unions_po.html>. Acesso em 27 jul 2013.

DIAS, Maria Berenice Dias (Coord.). **Diversidade Sexual e Direito Homoafetivo**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

FRY, Peter; McRae, Edward. **O que é Homossexualidade**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense (Coleção Primeiros Passos No. 26), 1985.

GIORNALE L'OSSERVATORE ROMANO. **Vaticano**: Algumas Reflexões Acerca da Resposta a Propostas Legislativas sobre a não discriminação das pessoas homossexuais. Edição Semanal, No. 32, 9 de agosto de 1992. Disponível em: <http://www.vatican.va/Roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19920724_homosexual-persons_po.html>. Acesso em: 27 jul 2013.

MELLO, Luiz. **Novas Famílias**: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. (Coleção Sexualidade, Gênero e Sociedade).

ROSADO-NUNES, Maria José. **O Catolicismo sob o Escrutínio da Modernidade**. In.: SOUZA, Beatriz Muniz; MARTINO, Luís Mauro Sá (Orgs.). Sociologia da Religião e Mudança Social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil. São Paulus, 2004.

IGREJA E PODER: AS RELAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS E ORGANIZAÇÃO SOCIAL ENTRE RIBEIRINHOS

Introdução

A partir de uma releitura histórica das comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Assembléia de Deus pretende-se neste artigo mostrar que a igreja caracteriza-se como instituição chave no processo de organização social e política desses lugares, por representar o núcleo social central, uma vez que parte das atividades realizadas nas comunidades é organizada na igreja, considerando que os cultos e as missas aos domingos constituem o momento por excelência de reunião, de encontro, no qual os moradores obtêm informações sobre a comunidade e decidem sobre os assuntos que surgem.

A igreja na localidade Jaiteua de Cima¹, se manifesta em todas as esferas das comunidades, desse modo, detectou-se que o poder local se constitui por laços familiares, uma vez que, há uma determinada família que se destaca mais que as outras em cada comunidade. Tal prestígio dá-se por ser o primeiro grupo familiar a organizar a comunidade através da doação de um pequeno terreno para a construção da igreja. Fato que determina que os cargos de liderança sejam ocupados pelas pessoas que fazem parte da família que estivera à frente de tal fundação (tanto da comunidade como da igreja).

* Universidade Federal do Amazonas. E-mail: lilioliveira123@yahoo.com.br

** Universidade Federal do Amazonas. E-mail: marilina-pinto@gmail.com.br

*** Universidade Federal do Amazonas. E-mail: msampaio81@yahoo.com.br

¹ Localidade situada às margens do Lago Grande, no Município de Manacapuru (7º Sub-Região do Rio Negro, em uma área territorial de 7.602 km² no Estado do Amazonas), onde estão concentradas as comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Assembléia de Deus. Para se chegar a Jaiteua de Cima, a localidade dispõe de um único meio de transporte: o fluvial. Os transportes do tipo fluvial que vão para Jaiteua saem de Manacapuru, que possui uma frota composta de dois barcos de pequeno porte (ou “recreios”, como são chamados os barcos que transportam passageiros e mercadorias) que fazem o trajeto Jaiteua-Manacapuru. O tempo da viagem é de duas horas e a passagem custa em média oito reais. Durante todo o trajeto os barcos vão deixando passageiros e entregando mercadorias que abastecem os pequenos comércios das comunidades ao longo do rio.

Nesse universo tanto o Catolicismo como o Pentecostalismo, são movimentos religiosos já consolidados, daí surgiu a ideia de analisá-los a partir da história de fundação das comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Assembléia de Deus. Dessa forma, as tomadas de decisão e as regras de conduta dos moradores são discutidos sob circunspeção religiosa. Mas, de que forma esse domínio religioso está fundamentado? O que garante que as relações de poder sejam constituídas por laços familiares?

Sob o prisma destes questionamentos nesse artigo se descreve uma tipologia acerca dos líderes que administram tanto a comunidade como as igrejas citadas, o que permitiu mostrar que a religião ainda é um fator preponderante na dinâmica social das comunidades estudadas. É a partir dessa perspectiva que se pretende debater o tema aqui proposto.

A participação da Igreja na organização social das Comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Assembléia de Deus

A Amazônia é composta por grupos sociais que possuem rica infinidade de costumes culturais, como os ribeirinhos que vivem em pequenas comunidades, em sua maioria à margem dos rios, dos igarapés, dos lagos, dispersos em vários agrupamentos normalmente entre 20 a 40 casas de madeiras construídas em palafitas, adequadas ao sistema de cheias. Nas comunidades ribeirinhas, os moradores ganham a vida, educam os filhos, levam uma vida familiar, agrupam-se em associações, adoram seus deuses, tem suas superstições, seus tabus, sua economia, sua política e sua religião, formando, assim, um sistema geral de cultura (WAGLEY, 1988).

Jaiteua de Cima é uma das localidades do Município de Manacapuru/AM, organizada em comunidades, sua população vive em ecossistema de várzea e de terra-firme, e sobrevive da pesca e da agricultura. Esta localidade está situada nas circunscrições do lago Grande, ambiente, cujas características mudam de acordo com o período hidrológico – enchente, cheia, vazante e seca.

Nessa localidade a comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro foi a primeira a ser organizada. No período de sua fundação, na década de 1970, os moradores que pertencem hoje às demais comunidades existentes na localidade formavam somente uma comunidade, no entanto após alguns conflitos entre famílias por questões territoriais, econômicos, políticos, administrativos e com chegada das Igrejas Evangélicas (Assembléia de Deus, Pentecostal Unida do Brasil e Assembléia de Deus Tradicional) os moradores se dividiram.

A referida comunidade recebeu esse nome em virtude da construção de um templo da Igreja Católica no local. O terreno onde foi erguida a igreja era a fazenda do Senhor Valdir Queiróz, devoto da santa católica Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que ao enfrentar uma forte tempestade quando estava vindo da cidade de Manacapuru para sua fazenda, imaginando que seu barco viesse a naufragar e até mesmo levá-lo à morte, fez uma promessa à esta santa católica, com a intenção de superar tal dificuldade. Por devoção pessoal à Nossa Senhora do Perpétuo Socorro sua promessa consistiu na construção de uma pequena capela em homenagem à santa. Por ter alcançado a “graça divina”, superando o temporal, construiu parte da igreja com seus próprios recursos financeiros.

A partir da inauguração do prédio os moradores que viviam nas redondezas da fazenda passaram a frequentar as celebrações católicas, participando de outras atividades que a Igreja organizava. Segundo as narrativas, antes da chegada da Igreja o local era mais conhecido pelo nome do time de futebol, Ideal Clube – atualmente nome do centro social da comunidade. Nessa época, de acordo com o senhor Valdemar, o lugar não era conhecido ou chamado de “comunidade”, somente com as eleições de 1982, através da construção da primeira escola é que esta organização social foi reconhecida como comunidade pela Prefeitura de Manacapuru.

Seu Valdir Queiróz responsável pela construção da Igreja era comerciante e proprietário de um flutuante, onde vendia mercadorias em geral. Ele também comprava os produtos que os moradores produziam na agricultura e no extrativismo: “a gente comprava e vendia tudo o que a gente queria, aí então não tinha que ir pra Manacapuru comprar nadinha porque aí tinha, comprava de tudo mesmo, trazia de tudo pra casa” (M., 76 anos, Jaiteua de Cima, 2010).

Anos depois, os donos da fazenda deixaram a localidade e um dos seus empregados, o Senhor Raimundo, mais conhecido como “seu Velhote”, assumiu a administração da fazenda. Seu Velhote assegura ser dono das terras do senhor Valdir, pois as considera como herança, em virtude dos donos não renumerarem o mesmo pelos serviços prestados na fazenda. Tal situação ainda hoje é motivo de muita discussão e tensão entre os moradores das demais comunidades. Segundo informações, um dos principais motivos de alteração gira em torno destas terras, uma vez que não há nada que assegure o seu pertencimento à comunidade. Os moradores que antes pertenciam a esta comunidade criticam os moradores de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de não quererem abrir mão do lugar onde é o centro desta comunidade.

O terreno onde estão instaladas as principais instituições sociais da comunidade é o local onde era a antiga fazenda Nova Esperança. A casa de seu Velhote é a única

residência que está instalada no mesmo local onde estão estas instituições. Fato que destaca o poderio deste morador e sua influência sobre a comunidade. As casas dos demais moradores estão localizadas numa outra parte da localidade.

Seu Velhote se tornou uma pessoa influente na comunidade, ocupando a função de Presidente – “líder institucional” – da comunidade. Durante sua administração foi construído um centro social e uma casa para os professores que dão aula durante o ano letivo. Ele e sua família também são responsáveis pelas atividades da Igreja durante a semana.

A Igreja Católica de Jaiteua de Cima é coordenada pela paróquia de Caapiranga², vinculada à prelazia de Coari. Os moradores afirmam que a igreja local está ligada à esta paróquia, visto que os padres de Manacapuru são poucos, os quais são responsáveis por um determinado número de comunidades, onde devem dar “assistência religiosa”; outra justificativa são os dízimos que a igreja recebe mensalmente, os quais ajudariam no trabalho missionário da Congregação Redentorista do Santíssimo Redentor, ordem religiosa responsável pela paróquia de Caapiranga – presente também em Manacapuru e Coari.

A comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro é composta por aproximadamente 50 famílias. Sua infraestrutura é constituída por um centro social, uma casa para os professores que serve como moradia durante o ano letivo, uma escola, um campo de futebol, um motor de luz, um barco para levar e buscar alunos que moram mais afastados, e as Associações de Moradores, de Pais e Mestres, e Agricultores.

As principais atividades econômicas estão voltadas para agricultura e para a pesca de subsistência e comercial. O cotidiano dos moradores é também expresso pelas atividades de lazer, os quais se divertem principalmente na prática do futebol. A comunidade tem um time, formado por alunos, que participam de torneios em comunidades vizinhas. Em 2011, foram vice-campeão do XXI Jogos Estudantis de Manacapuru.

Há organização de bingos para arrecadação de recursos para a associação de moradores, momento considerado também de lazer; ocorrem festas de final de ano; a comunidade tem um grupo de quadrilha que se apresenta na época de junho. Há também a promoção de festas do dia das mães e dos pais, geralmente organizadas pela escola.

A escolha do Presidente dá-se através de eleições que acontecem de quatro em quatro anos. Quanto ao evento principal da comunidade, a festa da padroeira – Nossa Senhora do Perpétuo Socorro –, é realizado no mês de maio. A festa fortalece

² A paróquia de São Sebastião, no Município de Caapiranga, foi fundada em 1983 (SILVA, 2008).

da identidade local por intermédio da ajuda mútua nos seus preparativos. A venda de doces, bebidas, comidas e bingos durante os dias de festa são destinados para a manutenção e complementação da infraestrutura da comunidade.

A comunidade Assembléia de Deus foi fundada em Jaiteua de Cima após a conversão de determinados moradores ao Pentecostalismo. Com a construção de uma congregação evangélica³ na localidade, os moradores evangélicos se desmembraram da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e fundaram a comunidade supracitada, dividindo o território em duas comunidades, com diferentes práticas religiosas. Para os “moradores assembléianos” foi necessária a organização de uma comunidade onde pudessem compartilhar e viver os preceitos da Igreja Assembléia de Deus. Assim, ao redor da igreja formou-se um aglomerado de casas de “ribeirinhos evangélicos”.

Sabe-se que o crescimento dessa denominação no Amazonas coincide com a própria expansão demográfica das cidades e com o surgimento de novas comunidades rurais ao longo dos rios amazonenses. Um exemplo de como essa forma de religiosidade vem se expandindo é a sua participação na fundação e organização da comunidade Assembléia de Deus em Jaiteua de Cima.

[...] o pessoal que fundaram [a comunidade] já eram evangélicos, já foi fundada como Assembléia de Deus mesmo. Eu quero dizer que aqui no Jaiteua, nessa área foi o primeiro evangelho que foi pregado, após a denominação católica, então depois deles que foi empregado no Jaiteua o evangelho da Assembléia de Deus, daí que foi fundada a comunidade. Outras pessoas de fora plantaram a palavra, o evangelho, e depois foram embora e assim ficou, só fizeram cuidar (V. A., 45 anos, Jaiteua de Cima, 2010).

Esta narrativa descreve que esse novo movimento religioso foi incorporado pelos ribeirinhos em suas vivências e práticas, assumindo uma nova identidade de natureza religiosa, antes não existente em seu meio. Essas práticas referentes a este segmento religioso foi vivido e propagado também pela família de um dos moradores mais antigos do local, o senhor Valdemar. Sua família só aceitou fazer parte dessa igreja, ao serem evangelizados por um de seus parentes que morava em Manaus, vindo para Jaiteua para este objetivo.

Com a conversão da família do seu Valdemar Custódio e a inclusão de novos adeptos nesta perspectiva religiosa foi surgindo a necessidade de se construir um templo da referida Igreja evangélica – prédio onde o ensinamento da Bíblia e a realização dos cultos evangélicos pudessem ocorrer –, bem como a formação de uma

³ Termo usado pelos moradores, o qual se refere a um prédio que congrega ou onde se reúnem os fiéis da Igreja Evangélica Assembléia de Deus.

nova comunidade, em função dos novos símbolos e costumes religiosos inseridos no cotidiano desses moradores, os quais deveriam conduzir suas vidas em conformidade com o Evangelho de Cristo.

Todavia, não foi tão fácil organizar a comunidade Assembléia de Deus. Os moradores que queriam estabelecer uma comunidade fundamentada nos princípios evangélicos tiveram que enfrentar a resistência dos demais moradores (os católicos) que não concordavam com a criação de uma nova comunidade, uma vez que surgiriam novos líderes políticos e a comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro talvez deixasse de ser o centro de referência junto a Prefeitura Municipal de Manacapuru.

Os novos evangélicos através de suas concepções religiosas resistiram a esta tensão e organizaram tanto a comunidade como a Igreja Assembléia de Deus. Para Durkheim (1996) quando as crenças religiosas são compartilhadas por um determinado grupo social temos o que o autor chama de igreja. “Uma igreja não é simplesmente uma confraria sacerdotal; é a comunidade moral formada por todos os crentes de uma mesma fé, tanto os fiéis como os sacerdotes” (p. 30).

É a comunidade moral que vai classificar o que é sagrado e profano, levando os adeptos da nova religião inserida na área de estudo à organizarem uma comunidade, onde pudessem seguir seus ritos e crenças, abandonando antigas atitudes consideradas agora como profanas. Sagrado e profano para Durkheim (1996) é uma construção social de acordo com a cultura, ou seja, é parte da dinâmica social. É uma realidade tensa, mas complementar.

Seu Joel Batista, ao tornar-se evangélico, sabendo da necessidade de se ter imediatamente uma Igreja evangélica em Jaiteua de Cima, doou uma pequena parte de suas terras para a construção da Igreja, a qual foi construída através dos recursos (ofertas e dízimos) e da força de trabalho dos moradores locais. Por conseguinte, hoje a história da igreja e da comunidade Assembléia de Deus é outra. Ambas passaram por mudanças radicais, ocasionando uma nova configuração no território de Jaiteua de Cima. No ano de 2000 a Convenção Estadual das Assembleias de Deus no Amazonas (CEADAM)⁴ aderiu um novo projeto de evangelização, cujo objetivo visava alcançar mais fiéis e o crescimento da igreja no Estado.

No entanto, determinado grupo de pastores não concordaram com o projeto chamado “Visão Celular”, pois trazia novos costumes para a igreja, as quais não

⁴ A Convenção tem a finalidade de administrar a parte espiritual e material da Igreja no Estado; autorizando ou consagrando novos obreiros, orientando pastores, definindo metas, administrando a criação de novos campos, mantendo o registro e o cadastro do obreiro, do campo e de todos os acontecimentos que ocorrem nas Igrejas no Estado. Hoje, em todo o Amazonas são mais de 890 pastores, 502 campos eclesiais e mais de 3000 templos, todos filiados e cadastrados na CEADAM (www.ieadam.com.br/ceadam/#).

condiziam com as doutrinas seguidas durante os noventa anos de sua existência no Amazonas. Trata-se da inserção de uma nova liturgia na condução dos cultos; os grupos de crianças (antes chamado de departamento infantil), de jovens (mocidade) e de senhoras (círculo de oração) foram nomeados de redes; as mulheres estariam “livres” para usarem maquiagem e calça cumprida; e a evangelização passava a ser realizada através de células.

Tanto a igreja como a comunidade Assembléia de Deus foram afetadas por essa divisão entre pastores, acarretando a transferência do templo assembleiano para outro espaço do território de Jaiteua de Cima. Com a mudança, os fiéis resolveram organizar a comunidade onde atualmente está localizado o prédio da igreja.

Deus Tradicional, teve uma divisão. [...]. Nós éramos daquele lado onde é a Assembléia de Deus Tradicional [...]. Nós éramos de lá, aí nós passamos pra esse lado e nós deixamos o pessoal que não ficou do nosso lado e ficou do lado deles [da Assembléia de Deus Tradicional] [...] (V. A., 45 anos, Jaiteua de Cima, 2010). A nossa denominação evangélica ela teve um problema com a Assembléia de

O espaço cedido pela família Assis, que após difícil entendimento – alguns membros desta família não concordavam com a implantação da igreja no terreno por ser herança de família – cederam um pequeno terreno para a (re) construção da congregação (Figura 14). Assim, um novo presidente foi eleito; as expectativas destes sujeitos em relação à comunidade foram redimensionadas; a base eclesial da igreja foi reorganizada – do porteiro da igreja ao dirigente da congregação envolvia a família Assis –; suas relações sociais se modificaram; e a família do seu Valdemar passou a não ter tanta importância na história de fundação da comunidade, prevalecendo nesse ínterim a família Assis.

Hoje a comunidade está organizada através de 22 famílias aproximadamente, sendo que parte de seus moradores moram em flutuantes localizados nos furos e nos igarapés da localidade. Sua infraestrutura é composta de uma Associação Comunitária, onde os associados (moradores) contribuem com uma mensalidade de R\$ 2,00 (dois reais) e suas reuniões são realizadas na congregação. A comunidade não possui escola. Os filhos dos moradores estudam nas escolas das comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Santa Izabel.

Sua principal atividade econômica baseia-se, sobretudo na agricultura e na pesca de subsistência. As atividades de lazer são o futebol – mesmo com menor intensidade –, geralmente praticado no final de tarde, e eventos promovidos pela igreja, como sorteios de brindes, cujo dinheiro arrecadado vai para a tesouraria da igreja.

No domingo pela manhã a igreja organiza brincadeiras para as crianças durante a Escola Bíblica Dominical. A eleição para a escolha do “Presidente Comunitário” acontece de quatro em quatro anos. O atual presidente é o senhor Valdenir Assis. Ele está no cargo há sete anos, ele é “auxiliar do trabalho”⁵, e líder grupo de senhores na congregação evangélica.

Um dos eventos mais importantes é a comemoração do aniversário da igreja no mês de Abril. Essa festa movimentava toda a comunidade. Meses antes da festa os grupos de senhoras, de jovens e de crianças ensaiam de dois a três hinos para serem cantados durante a festa. Os fiéis também se preocupam com a comida que será servida durante o dia do evento para pastores e demais irmãos⁶ convidados. Outro evento importante é o culto de celebração aos domingos, onde os fiéis se reúnem para se confraternizarem.

A igreja local está vinculada à Assembléia de Deus do Município de Manacapuru. A CEADAM dividiu os municípios em áreas para melhor administração. Cada Município é um centro de apoio, onde o pastor deste centro é chamado de “pastor-presidente”, responsável por administrar os “pastores-coordenadores” que estarão trabalhando nos locais onde estão instalados prédios da referida igreja. A igreja de Jaiteua de Cima faz parte da área Solimões três, administrada pelo pastor Zedequias da Silva, o qual é coordenado pelo pastor Antônio Alves – pastor presidente do centro de Manacapuru.

O “dirigente da congregação”⁷ – “líder religioso” – é o diácono⁸ Valmir Assis, pessoa responsável na organização das celebrações da igreja durante a semana. A função do diácono é auxiliar o pastor, ou seja, o seu trabalho é o de supervisionar as atividades da igreja, bem como conduzir os membros da congregação, saber de suas necessidades materiais e espirituais. Suas tarefas devem ser cumpridas sob a autoridade do pastor-coordenador.

Em suma, a maioria dos moradores são fiéis desta igreja, sendo que há uma relação de parentesco muito forte entre os mesmos. A família Assis é o grupo de parentesco que mais se destaca. O presidente da comunidade é também diácono e

⁵ Homem que realiza as tarefas de tirar oferta, distribuir a Santa Ceia. Às vezes ele é o porteiro, pessoa incumbida de abrir e fechar a congregação e receber as pessoas (ALENCAR, 2000).

⁶ Termo de tratamento usado pelos evangélicos quando se referem ou se dirigem uns aos outros.

⁷ Pessoa selecionada pelos líderes da igreja Assembléia de Deus de Manacapuru para organizar e executar as atividades religiosas. Seu trabalho consiste em dirigir os cultos, visitar os membros, e a evangelização. São as mesmas funções de um pastor, no entanto como não há pastores para atenderem a demanda da igreja foi feita a seleção de diáconos para o cargo de dirigente.

⁸ A palavra “diácono” é a tradução direta da palavra grega *diakonos*, que significa “servo” ou “ministro”. Na igreja Assembléia de Deus tem a mesma função pastoral de dirigir uma igreja.

ajuda nas atividades eclesíásticas da congregação, é irmão do tesoureiro da igreja, sobrinho do porteiro, e assim por diante.

Os cultos públicos⁹ acontecem aos domingos no período noturno, a Escola Bíblica Dominical se realiza no período matutino e os cultos de oração são as principais atividades da igreja local. Os cultos de oração são também chamados de cultos de doutrina, onde os fiéis oram por um período e são ensinados sobre as doutrinas da igreja, fundamentadas na Bíblia Sagrada. Essa forma de culto acontece nos dias de terça e quinta-feira. A reunião dominical é o momento em que faixas etárias são reunidas separadamente para um estudo bíblico com material didático preparado pelas Casas Publicadoras da Assembléia de Deus, CPAD. A chamada Escola Bíblica Dominical nada mais é do que a repetição material e literal dos textos bíblicos. Os assembleianos, conforme Alencar (2000), desde o início tiveram a preocupação com o estudo da Bíblia, e esse estudo lhe propiciou uniformidade doutrinária.

Mesmo com as mudanças nos parâmetros tradicionais da Assembléia de Deus, a igreja da comunidade de Jaiteua de Cima permanece realizando os cultos de oração durante a semana – substituído pelas redes –; a liturgia dos cultos permanece da mesma forma; os hinos da Harpa Cristã¹⁰ ainda são prioridades no início das celebrações; nas manhãs de domingo os estudos da Escola Bíblica Dominical são realizados, substituída em muitos lugares pela escola de líderes; o ritual da Ceia do Senhor ainda acontece no primeiro domingo de cada mês; e as mulheres ainda possuem os cabelos cumpridos, as quais não deixaram de usar saias.

Ao observar a configuração do campo religioso de Jaiteua de Cima, percebe-se que tais rituais também são da mesma forma desempenhados pelos fiéis da Assembléia de Deus Tradicional. Diante desse cenário, as impressões mostram que a diferença entre os irmãos da Assembléia de Deus e da Assembléia de Deus Tradicional não estão nas suas práticas e crenças, mas no espaço onde estão localizadas em Jaiteua, determinando a divisão territorial dessa localidade. Isso não significa que não houve adesão ao novo sistema religioso da Assembléia de Deus, esclarecendo que não foi a inserção dos novos costumes que levou estes fiéis a permanecerem em sua respectiva igreja, mas na promoção de uma nova forma de ver o mundo, onde seus costumes e crenças são construídos, desconstruídos e reconstruídos, influenciando, assim na dinâmica da própria comunidade.

⁹ Descrição feita no terceiro capítulo desta dissertação (p. 118).

¹⁰ É o hinário das Assembléias de Deus; contém 640 hinos de autores brasileiros e estrangeiros.

O “líder religioso” e sua legitimidade nas Comunidades N. S. P. S. e A. D.

Com base na multiplicidade de práticas e interesses que caracterizam a vida em comunidade, estabeleceu-se uma tipologia de líderes locais (“líder institucional”, “líder pessoal”, “líderes fundadores”, “líder religioso”) para entender como as relações de poder se mantêm por meio das instituições religiosas. São líderes que surgem em função das relações desenvolvidas pela igreja para garantir o controle e uso do território pelos grupos sociais locais.

Os líderes são àqueles que adequam sua ação social ao funcionamento do campo religioso, para que seus interesses e dos demais moradores sejam alcançados. São tipos ideais de dominação legitimados que permanecem atuantes neste campo por alcançarem os anseios políticos e religiosos dos moradores. Legitimação, diria Bourdieu (2009) conquistada em razão de um conjunto de crenças e práticas, usadas como estratégias para atrair ou dominar tal sistema social.

Os tipos de líderes destacados nesta pesquisa estão atrelados aos tipos ideais de dominação legítima de Max Weber. Neste sentido, as bases de dominação pura são apenas três, as quais se encontram entrelaçadas, ou seja, são complementares, assim como as lideranças locais, destacadas neste estudo são. Estes tipos ideais na esfera social que estudamos têm em comum “possuir o capital necessário para ocupar posições nos diferentes campos” político e religioso (BOURDIEU, 1996, p. 244).

O “líder institucional” ou o “presidente comunitário” que dirige a comunidade é escolhido pela coletividade em época de eleição, e tem o mesmo capital simbólico¹¹ que o “líder pessoal”, por possuir virtudes em suas qualidades pessoais como: atitudes, poder de comunicação, disposição, caráter, determinação e inteligência. Tal capital cumulativo é conferido por outros agentes do campo que permitem a sua liderança, por isso há uma relação entre esses líderes, pois ao ser escolhido pela coletividade o “líder institucional” deve apresentar tais qualidades.

O “líder pessoal” está relacionado ao “líder institucional” por ter qualidades que são vistas no dia a dia do mesmo, antes mesmo de se candidatar como “presidente comunitário”, pois serão essas qualidades que vão indicá-lo para ocupar esta função. Logo, pessoas que não apresentam tais qualidades não são bem vistas pelos moradores para ocupar um dos mais importantes cargos da comunidade. Cabe ao

¹¹ É uma categoria sociológica utilizado por Pierre Bourdieu. O capital simbólico não é algo palpável, mas é possível ser observado por meio do prestígio, do carisma, do valor que um indivíduo ou instituição possui em determinado campo social. O que permite que um indivíduo detentor deste capital desfrute de uma posição reconhecida pelos seus pares (BOURDIEU, 1996; 2009).

“líder institucional” muitas vezes acompanhar de perto as atividades agrícolas como abertura das roças e de outros tipos de plantações, assim como outras atividades para o beneficiamento de sua comunidade. São ainda atributos do líder: ajudar na construção de casas, ordenar que se limpe o centro da comunidade, perceber que existem moradores precisando de ajuda, chamar a atenção daqueles que não estão seguindo as regras, entre outros.

Para Weber (1999, p. 142) a autoridade *institucional* ou *burocrática*, está fundamentada na dominação racional ou burocrática, admitida através das regras sancionadas pela própria sociedade, ou seja, são as leis que definem a quem obedecer e até quando obedecer, tornando possível a aceitação da autoridade por parte dos subordinados. “[...] os membros da associação não obedecerão ao senhor, não o fazem à pessoa deste, mas, sim, àquelas ordens impessoais e que, por isso, só estão obrigados à obediência dentro da *competência* objetiva, racionalmente limitada, que lhe foi atribuída por essas ordens”. Isto é, não é a pessoa que estará no cargo que será reconhecida e sim a autoridade que exerce a dominação dentro dos limites estabelecidos. Obedece-se às regras estatuídas e não à pessoa, a administração que a autoridade reconhecida realiza é extremamente profissional, está subordinada, principalmente, “a determinadas regras, de funções oficiais dentro de determinada competência”.

Dessa forma, um dos fatores importantes para ser “líder institucional”, está relacionado à questão da oratória. Saber se expressar é importante, pois em situações em que é preciso defender os direitos dos moradores, ou mesmo para intermediar melhoramentos para o núcleo, cabe ao líder a função de falar pela sua comunidade. Outro fator se refere à disponibilidade para estar na comunidade, sendo recomendável que o líder não seja empregado, pois não terá tempo suficiente para apoiar e articular os interesses comunitários.

Eu não queria mais [ser líder], mas é aquela questão que a população ver o lado melhor. Nós temos um candidato aí, mas por um lado a gente perde, porque a comunidade não tem aquele desenvolvimento que eu tenho com as pessoas conhecidas. Com certeza com isso, nós perdemos. A minha comunidade é quase a minha família e eles querem que eu fique ainda na presidência, mais uns anos. [...] E depois que passamos pra [essa] comunidade [desse lado do rio] foi que eu assumi a presidência. [...] ganhei a eleição pra ser presidente, então até hoje eu tou com mais de três anos como presidente nesse primeiro mandato na comunidade (V. A., 45 anos, Jaiteua de Cima, 2010).

Segundo Weber, aquele que manda também obedece a uma regra no momento em que emite uma ordem, ele obedece à lei ou a um regulamento de uma norma formalmente abstrata. O tipo de dominador que manda é o superior, cujo direito

de mando está legitimado pelas regras estabelecidas no âmbito de uma competência concreta, cuja legitimação e especialização se baseiam na utilidade objetiva e nas exigências profissionais estipuladas para tal atividade.

É neste sentido que existe uma relação muito próxima entre as lideranças institucional e pessoal, uma vez que a autoridade escolhida para coordenar a comunidade deve seguir tais regras e apresentar características pessoais como uma boa homília, ser responsável e estar disposto a defender os interesses do núcleo comunitário seja em qualquer momento ou situação. São fatores que permitem que a mesma pessoa permaneça sempre no cargo de “presidente comunitário”.

Os “líderes fundadores” são líderes que fizeram parte da fundação das comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Assembléia de Deus. São ribeirinhos que com suas famílias ajudaram intensamente na construção e na organização das igrejas locais, em razão disso são respeitados por todos os moradores, desfrutam de certo prestígio, e suas opiniões são importantíssimas para a escolha do “líder institucional”. São líderes que detêm capital simbólico para fazer emergir seus interesses na consciência da coletividade.

Em Weber (1999, p. 148) a autoridade *tradicional* “se obedece em virtude da dignidade pessoal que lhe atribui a tradição”. Obedece-se em virtude de sua dignidade própria, santificada pela tradição, ou seja, pela fidelidade por se um líder justo. Isso se dá através do reconhecimento que é válido para sempre, por isso as regras são determinadas pela tradição, regida pela honra.

As tradições e os costumes enraizados na sociedade aparecem na figura deste tipo de líder, que possui caráter importantíssimo por está fixado pela tradição, cuja violação por parte do mesmo – o senhor – poria em perigo a legitimidade do seu próprio domínio, que repousa exclusivamente na santidade delas. Este tipo de dominação, segundo este intelectual, é constituído por pessoas que estão ligadas pela fidelidade, ou seja, as relações estão vinculadas ao senhor pela fidelidade pessoal do servidor para com o seu senhor.

Fato que determina a dominação de um mesmo líder por vários anos nas comunidades pesquisadas. Tal dominação é garantida devido a doação de um dado espaço para a construção das respectivas Igrejas Católica e Assembléia de Deus, fato que o torna principal responsável para que as igrejas fossem construídas e para a fundação das comunidades.

De acordo, com as narrativas, o líder permanece sempre no cargo, porque os comunitários entendem que o “líder institucional” que é o “líder fundador” já sabe como articular e dirigir a comunidade pelo tempo que está nesta função. “A auto-

-imagem e a auto-estima de um indivíduo estão ligadas ao que os outros membros do grupo pensam dele” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 40). A imagem que o “líder fundador” construiu lhe permite transitar no campo religioso e político, mas isso só acontece porque o grupo social lhe reconhece como tal.

Por meio das conversas com os moradores descobriu-se que após a saída da família Queiróz para a cidade de Manaus, na década de 1990, seu Velhote, antigo funcionário da fazenda, casado com uma das integrantes da família Ferreira – dona Maria –, umas das famílias mais antigas do lugar, assumiu a liderança da comunidade. Afirmando ser dono das terras onde se concentrava a fazenda de seu patrão, uma vez que seu Valdir devia-lhe o tempo de serviço prestado. Além disso, assegura que participou ativamente da organização da comunidade, e ainda afirma ser dono daquelas, por isso é o único morador que possui residência onde se concentra o centro da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Assim, a dominação deste “líder fundador” pode ser encarada como tradicional por ser reconhecida por todos os comunitários, os quais confirmam essa história, daí o tempo de sua liderança, que se estende há muito tempo por dizer que é dono das terras onde a comunidade está estabelecida.

Na comunidade Assembléia de Deus, desde quando foi dividida, no ano de 2000, seu Valdinir é o “líder institucional” por decidir juntamente com sua família que não iriam ser membros da Igreja Assembléia de Deus Tradicional; apoiado pelos demais fiéis que resolveram ajudá-lo na reconstrução da comunidade, tornou-se reconhecido como “líder fundador” até porque a sua família já tinha uma tradição no lugar, em razão de uma relação de fidelidade há muito tempo estabelecida e respeitada pela comunidade.

Dessa forma, a presença da família do “líder fundador” não está presente só no cargo de “líder institucional”, mas na liderança religiosa, na liderança da associação comunitária (secretaria e tesouraria), e na atividade de agente de saúde. “Há uma relação de parentesco entre essas pessoas que tomam as decisões na comunidade. Primeiramente é mais a minha família” (I. F., 35 anos, Jaiteua de Cima, 2010).

Nota-se, que o “líder fundador” é uma liderança *estabelecida* (ELIAS & SCOTSON, 2000) por fundarem a sua dominação no princípio de serem moradores mais antigos, os quais deram sua parcela de contribuição na organização das comunidades. Por serem líderes que residem há muito tempo no local, criaram certo grau de coesão social, estabeleceram certa posição social na vida das comunidades, nos laços de vizinhança, de compadrio ou de “irmão em Cristo”.

Quanto ao “líder religioso” este está atrelado à igreja. Seu capital simbólico consiste no domínio da oratória, do conhecimento da Bíblia Sagrada, nas revelações, na condução da liturgia dos cultos e missas, ter caráter, dons espirituais, ser batizado nas águas e no Espírito Santo, crismado, convertido, puro, corajoso, honesto, santo, vocacionado, responsável. O portador destes “carismas” é automaticamente reconhecido por seus adeptos, sendo legitimado pelo grupo ao cargo.

A autoridade *carismática*, conforme Weber (1999, p. 141), é “baseada na veneração extracotidiana da santidade, do poder heróico ou do caráter exemplar de uma pessoa e das ordens por esta reveladas ou criadas”. A dominação carismática se sustenta pela crença dos subordinados nas qualidades excepcionais – faculdades mágicas, revelações, heroísmo, poder intelectual – do seu líder. Se tais qualidades lhe faltarem seu domínio estará ameaçado. Isto é, se obedece exclusivamente ao líder devido ao seu carisma e não por causa de sua posição que foi instituída burocraticamente ou por uma posição tradicional. Assim, para se conquistar o cargo de “líder religioso”, o carisma é um dos meios para tê-lo.

Não existe nenhum tipo de procedimento para a nomeação ou substituição do líder carismático, em razão de não ser exigido sua formação profissional. Todavia, Weber deixa claro que esta dominação é instável porque não há nada que assegure a perpetuidade da devoção a este líder. Este tipo de dominação pode ser visto com clareza entre as comunidades pesquisadas. Católicos e evangélicos buscam um “líder religioso” que lhes aponte um caminho a percorrer quando estão passando por algum problema de difícil solução.

O “líder religioso” da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro é o senhor Velhote, catequista que conduz a liturgia das missas. Ele e sua família organizam as atividades da igreja durante a semana e dividem entre as famílias locais a celebração da novena e a reza do terço. Seu Velhote se sente responsável pela igreja local, responsabilidade implícita em relação à festa da padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, a participação das famílias nas celebrações e entre outras atividades da igreja.

Weber (2002) observa que a esfera religiosa é também pautada por conflitos e interesses. O sociólogo fala de uma dominação eclesiástica que tenta dominar as ações do indivíduo, sendo que a causa deste confronto é complexa, por envolver jogos estratégicos. Nesse sentido, a tensão social que existe entre os moradores da comunidade católica ultrapassa a dimensão social e política e atinge a esfera religiosa. É perceptível como a origem desta tensão é a disputa pelo domínio político, onde estes líderes querem a presidência da comunidade por usufruir de certo prestígio que

outrora foi conquistado e reconhecido. Conflito que está atrelado por uma vertente religiosa, acompanhada de interesses que estão em jogo, é o caso de seu Velhote que pretende ser novamente “líder institucional” nas próximas eleições por ter participado da fundação – “líder fundador” – da comunidade e da organização da igreja.

Neste contexto, o “líder religioso” da comunidade Assembléia de Deus, chamado de dirigente, que responde pelo pastor – coordenador da área Rio Solimões –, durante a sua ausência, além de coordenar as atividades religiosas influencia aos demais fiéis na escolha do líder que irá ser o “líder institucional”. Isto significa que o candidato ao cargo de “presidente comunitário” deverá também atender as necessidades da Igreja. Visto que a Igreja, segundo moradores, opina nas decisões da comunidade.

A maioria dos comunitários são da igreja, então toda decisão em benefício da comunidade se consulta a igreja, se consulta os irmãos. O irmão que é líder da comunidade pelo menos uma vez por mês ele faz reunião, consulta os irmãos, consulta a igreja. Acho que influencia porque a igreja é uma força, então tudo aquilo que for em beneficiar a comunidade também vai beneficiar a igreja (Dícono R. S., 26 anos, Jaiteua de Cima, 2011).

O dirigente tem a mesma autoridade do pastor em administrar as atividades da igreja e de orientar os fiéis, todavia quando o dirigente não se encontra, são os diáconos que dirigem os cultos e orientam os membros. O dirigente controla as ações dos fiéis, principalmente nos aspectos de usos e costumes, lazer e casamento. Este “líder religioso” é responsável por convencer toda a congregação a participar das atividades da igreja, pois é imprescindível a mobilização da membrasia para a obtenção de resultados, como o crescimento da igreja local.

Nota-se, a forte influência deste “líder religioso” sobre os habitantes desta comunidade ribeirinha. Trata-se de um líder que mesmo sabendo que somente a ação do Espírito Santo transforma o homem, pois no Pentecostalismo necessariamente não precisam de um mediador para a salvação, procura saber quem está em comunhão com Deus, através do acompanhamento e dos comportamentos dos fiéis.

Alencar (2000) afirma que o Pentecostalismo cresceu e expandiu-se a partir do reconhecimento dos carismas. Seus líderes na condição de “enviados por Deus” reúnem em torno de seus dons um grande grupo de adeptos. Não há seleção dos líderes eclesíasticos por critérios objetivos, mas pelas suas qualidades carismáticas. São “líderes ideais” com “capacidade extracotidiana” (WEBER, 1999), onde o “líder religioso” que está presente em cada igreja por ser dotado de um carisma estabelece o seu estilo ou o seu modelo de liderança.

O “líder religioso” da comunidade Assembléia de Deus como “ungido do Senhor” é também o “líder institucional”, ou seja, o “presidente comunitário”. Como diácono e presidente sua decisão é definitiva, determinante, inquestionável e vitalícia. Por exemplo, mandou fixar o nome das pessoas que são dizimistas no salão da igreja, evidenciando que quem não dizima está fora das normas da igreja e da comunidade.

Para o morador que não tem seu nome na lista dos dizimistas é vergonhoso e constrangedor. Na verdade, essa atitude força o fiel a dizimar, independente se tem condições ou não. Freston (1993) observa que a origem da igreja Assembléia de Deus está marcada pelo poder tradicional, fundamentado na autoridade patriarcal, constituído pelo dom pessoal. Esse carisma de certa forma, como se tem visto entre os ribeirinhos evangélicos de Jaiteua de Cima, centraliza o poder eclesiástico e político, colocando tudo nas mãos de uma única autoridade.

Neste sentido, a autoridade do “líder religioso” não representa apenas a si mesmo, mas o poder e a justiça do grupo que lidera. Seu reconhecimento foi conquistado por atender as necessidades do grupo. Isto é, seu carisma ou os seus dons pessoais não se aplicam somente a ele, mas também ao grupo que está vinculado.

O carisma pode ser – e somente neste caso merece em seu pleno sentido esse nome – um dom pura e simplesmente vinculado ao objeto ou à pessoa que por natureza o possui e que por nada pode ser adquirido. Ou pode e precisa ser proporcionado ao objeto ou à pessoa de modo artificial, por certos meios extracotidianos. A mediação entre essas alternativas consiste na suposição de que, apesar de as capacidades carismáticas não poderem desenvolver-se em nada e em ninguém que não as possua em germe, tal germe permanece oculto se não é estimulado ao desenvolvimento [...] (WEBER, 1999, p. 280).

A tese weberiana esclarece que uma pessoa naturalmente possuiria em si mesma o *carisma*, algo como um dom capaz de torná-la diferente, desde que nela seja despertado, ou estimulado em decorrência de fatos históricos ou sociais. Isto quer dizer que o carisma não é algo que corresponde somente ao indivíduo, portador de tal “virtude”, mas é algo social e histórico, por isso o líder carismático é símbolo do grupo social, o qual surge como resposta às necessidades dos indivíduos do grupo que o mesmo faz parte.

É neste sentido que esta pesquisa revela que o “líder institucional” ao ser o “líder fundador”, o qual é o “líder religioso” ao ser dotado de um carisma teve de assumir outras funções em razão da comunidade perceber a sua capacidade de liderança. Weber (1999) faz referência à vinculação entre dominação e administração, reforçando que toda dominação manifesta-se e funciona como administração e toda

administração precisa, de alguma forma, da dominação, pois para dirigi-la é necessário que certos poderes de mando estejam nas mãos de alguém.

Através dos laços de parentesco essas lideranças foram construídas, tipo de administração que se estende também às igrejas, por isso conservam a mesma liderança tanto na igreja como na administração da comunidade por entenderem que é melhor eleger um parente da “família fundadora” por ter as mesmas atitudes e por estabelecer normas de acordo com os princípios cristãos.

A igreja enquanto elemento de “coerção” e “exteriorização” se configura como uma fonte de perpetuação do sistema de dominação iniciado dentro das famílias. Afinal, aquele cidadão praticante de determinada religião não nasceu praticante, mas antes disso pertenceu a uma família que possuía determinadas características, entre as quais, o pertencimento a determinada religião. Ao nascer, diria Émile Durkheim, o indivíduo é logo introduzido em um sistema cultural e social previamente estabelecido, é educado dentro desse sistema sem que possa escolher como, realmente, quer ser identificado (exteriorização).

Assim, o “líder religioso” é um tipo de líder que detém capitais simbólicos que lhes permitam atuar politicamente na comunidade a partir da esfera religiosa, por ter sido legitimado pela tradição. É nesse momento na junção dos aspectos sociais, históricos e políticos que a religião sai do campo religioso e se estende para outras esferas sociais da comunidade. E ao sair formula soluções simbólicas aos problemas sociais, dando sentido à vida ribeirinha, através de um discurso teológico e político.

O “líder religioso” tem certeza sobre a importância de sua tarefa. É uma pessoa bastante útil para a vida da comunidade. É um líder que aconselha o povo quando este lhe confia os seus problemas, lembrando-os de seus deveres e os ajudando em oração e em atitudes em tempo de peste e de enchente/seca. Sendo bastante respeitado e compreendido por todos os moradores, ou seja, é um “homem de Deus”.

Esta tipologia (“líder institucional”, “líder pessoal”, “líderes fundadores”, “líder religioso”), na verdade, é resultado da forma como o ribeirinho tenta se relacionar com o seu mundo e com o sagrado. Nessa relação a religião tem papel importante na conduta moral destes sujeitos, todavia é um fenômeno que se funda a partir das necessidades da vida cotidiana, como a devoção à um santo católico ou a constituição de uma comunidade onde se pudesse usufruir livremente de uma nova forma de vida religiosa.

Considerações finais

A Igreja na localidade Jaiteua de Cima, se manifesta em todas as esferas das comunidades, desse modo, detectou-se que o poder local se constitui por laços familiares, uma vez que, há uma determinada família que se destaca mais que as outras em cada comunidade. Tal prestígio dá-se por ser o primeiro grupo familiar a organizar a comunidade, através da doação de um pequeno terreno para a construção da igreja. Fato que determina que os cargos de liderança sejam ocupados pelas pessoas que fazem parte da família que fundou e organizou tanto a comunidade quanto a igreja.

É neste sentido que esta pesquisa mostrar que o “líder institucional” é também o “líder fundador”, o qual é o “líder religioso”, por ser dotado de um carisma teve de assumir outras funções em razão da comunidade perceber a sua capacidade de liderança. Através dos laços de parentesco conservam os mesmos líderes tanto na igreja como na administração da comunidade por entenderem que é melhor eleger um parente da “família fundadora” e fiel aos dogmas referentes à religião predominante em cada comunidade estabelecerá normas que regulamentam a comunidade de acordo com os princípios cristãos.

Dessa forma, este estudo aponta que o “líder religioso” é um tipo de líder que detêm capitais simbólicos que lhes permitam atuar politicamente na comunidade a partir da esfera religiosa, por ter sido legitimado pela tradição. É nesse momento na junção dos aspectos sociais, históricos e políticos que a religião sai do campo religioso e se estende para outras esferas sociais da comunidade. E ao sair formula soluções simbólicas aos problemas sociais e às transformações, dando sentido à vida ribeirinha, através de um discurso teológico e político através do “líder institucional” e do “líder religioso”.

Referencias bibliográficas

ALENCAR, Gedeon Freire de. **Todo poder aos pastores, todo trabalho ao povo, todo louvor a Deus**: Assembléia de Deus - origem, implantação e militância (1911-1946). Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião/Universidade Metodista de São Paulo: São Bernardo do Campo, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Fundamentos de uma Ciência das Obras**. In: BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 206-316.

_____. **Gênese e Estrutura do Campo Religioso**. In: BOURDIEU, Pierre. A Economia das Trocas Simbólicas (org. Sérgio Miceli). 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 27-78.

_____. **O Poder Simbólico**. 11 ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. 2 ed. São Paulo: Editora Paulus, 1996.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade**. Tradução de Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã de Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment**. Tese de doutorado, Campinas: Unicamp, 1993.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos**. São Paulo: Coleção Brasileira, 1988.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo**. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. 9 ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva**. 4 ed. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília: ed. Da UnB, 1999. V. I

_____. **Ensaio de Sociologia**. H. H. Gerth e Wright Mills (orgs.). 5 ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2002.

Sites Consultados

www.ieadam.com.br/ceadam/#

A FÉ NA FESTA DE SÃO BENEDITO DO BAIRRO DA PRAÇA 14 DE JANEIRO EM MANAUS

1. Introdução

A festa em homenagem a São Benedito tem sido realizada a 124 anos, no Bairro da Praça 14 de Janeiro, desde a chegada de uma família negra oriunda do Maranhão, que trouxe entre os seus pertences uma imagem do “santo preto”.

São Benedito nasceu na Sicília, em 1526, era filho de escravos, mas foi libertado ainda muito jovem por seu dono. É chamado de “O Santo Mouro”, por causa de sua cor negra, descendente de etíopes.

É também um dos santos mais populares no Brasil, cuja devoção foi trazida pelos portugueses por volta de 1610, segundo Alves (2011), no Livro de Novena e Biografia.

Aos poucos os escravos à época da colonização devotaram dedicação ao santo porque viam nele um defensor poderoso, com grande popularidade e com características semelhantes de cor negra, humildade, penitência, sempre pronto a servir.

O santo destaca-se por ser um exemplo de virtude, votos de pobreza, obediência e castidade. Segundo Alves (2011, p. 5),

A popularidade de São Benedito é fruto secular dedicação que lhe devotaram as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos, espalhadas pelo Brasil. Essas irmandades, fundadas e mantidas pelos negros há mais de três séculos, que ainda hoje gozam de grande prestígio, serviram de espaço às reivindicações religiosas e político-sociais de escravos e libertos. Em suas igrejas, construídas por eles próprios, os negros celebravam sua fé, pois eram excluídos da participação da liturgia dos brancos. Misturavam suas crenças aos cultos cristãos, enriquecendo-os com sua ginga e maneira de ser. O gosto pela música, pela dança e por vestimentas coloridas contrastava com o formalismo e a frieza da liturgia católica medieval.

* Universidade Federal do Amazonas. E-mail: lucia@ufam.edu.br

** Universidade Federal do Amazonas. E-mail: sigbraga@ufam.edu.br

O São Benedito da Praça 14 nunca teve uma capela ou igreja, sempre ficou aos cuidados das mulheres afrodescendentes de uma ex-escrava chamada Maria Severa, oriunda do Maranhão que chegou em Manaus em 1890, e que a partir de então, deu sequência a tradição religiosa no Bairro até os dias de hoje.

Apesar de algumas práticas já não fazerem parte da antiga tradição, a homenagem ao santo ainda resiste mesmo após um século de existência e que se depender das mulheres da comunidade do Barranco¹, ainda provavelmente se perpetuará por mais longos anos.

Nesta comunidade são muitos os fiéis que tem a devoção pelo santo e que durante nove dias celebram em intenção dele culminando no último dia com a procissão pelas ruas do Bairro e a derrubada do mastro, um dos símbolos da festa.

2. Manifestação Cultural Religiosa

A manifestação cultural é, sem dúvida, a voz social. É uma maneira em que o sujeito individual ou coletivo apresenta sua cultura através de seus costumes, ritos, religião, vestuário, culinária e outras tradições.

O Brasil, por ser um país com uma grande concentração de imigrantes de muitos países concentra diversos tipos de cultura, principalmente, a europeia que foi imposta pelos colonizadores na época.

Esses colonizados eram oriundos de diversos países africanos que trouxeram ao Brasil sua riqueza cultural, embora lhes fosse negado o direito de manifestar-se, principalmente referente a religião de matriz africana.

Os africanos começaram a chegar ao Brasil a partir do século XVI. Vieram de diversos países da África trazendo consigo uma diversidade de culturas e manifestações religiosas, já que eram de tribos distintas.

No país, já estavam os indígenas também com sua própria cultura e que nesse mosaico cultural de ritos religiosos, costumes e hábitos se transformou no que Burke (2003) fala de hibridismo cultural.

Segundo ele, com a globalização planetária, não há mais como evitar processos de hibridização da cultura. Daí, porque esses povos contribuíram sobremaneira com a cultura brasileira.

Diversos teóricos escreveram sobre essas manifestações culturais, costumes e hábitos dos povos. Para cada país, o conceito pode modificar principalmente, nas

¹ A comunidade do Barranco é o local onde mora uma parte dos afrodescendentes de Maria Severa e que pela tradição, a imagem de São Benedito tem sido guardada pelas mulheres.

sociedades ocidentais, incluso com a palavra civilização, que muitas vezes pode parecer sinônimas.

Nos estudos de Norbert Elias (2011, p.24), no livro *Processo Civilizador* ele faz distinção entre cultura e civilização.

O conceito de cultura em alemão (*kultur*) alude basicamente a fatos intelectuais, artísticos e religiosos e apresenta a tendência de traçar uma nítida linha divisória entre fatos deste tipo, por um lado, e fatos políticos, econômicos e sociais, por outro.

Para Elias (2011), *Zivilisation* em alemão refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes.

Os dois conceitos, segundo o autor, assumem forma na base de experiências comuns, surgindo em grupos estreitos de família, seita, classe escolar ou associação. Crescem e mudam com o grupo do qual são expressão.

Para Thompson (2013), a cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole.

Afirma Burke (2003), no livro *Hibridismo Cultural*, que as culturas se misturam, se entrelaçam devido à apropriação de costumes das pessoas de diversas origens que se deslocam de um lugar a outro levando consigo seus hábitos ou se apropriando de novos comportamentos através do contato com os que chegam.

O autor explica que o hibridismo cultural se dá nas obras arquitetônicas, na literatura, na dança, no sincretismo religioso, nos artefatos cotidianos e até nas conversões de nacionalidade.

Burke (2003) cita o caso de um geógrafo espanhol do século XVI, que foi convertido do islamismo ao cristianismo, e batizado pelo papa, mudando até o seu nome original por outro, como atualmente muitas pessoas fazem.

Ainda Burke (2003, p. 53), citando Edward Said que, “todas as culturas estão envolvidas entre si, nenhuma delas é única e pura, todas são híbridas e heterogêneas”.

Esta troca de referências e características entre os povos é que faz a construção e reconstrução de valores, hábitos e costumes. Citando também uma passagem do livro de Burke (2003) em que Roger Bastide tece comentário sobre o *candomblé*, dizendo que:

A construção simbólica do espaço africano é uma espécie de compensação psicológica para os afro-brasileiros pela perda de sua terra nativa, apesar das práticas do *candomblé*

vir sendo alterado gradualmente. Portanto, não se pode dizer que o candomblé é “puro” enquanto que a umbanda é híbrida. Podemos dizer que as tradições africanas são mais importantes no candomblé do que na umbanda, mas todas as formas culturais são mais ou menos híbridas (p. 102).

Os escravos que chegaram ao Brasil vinham de países distintos da África, por conseguinte, cada um trazia uma cultura própria do lugar de origem, principalmente quanto às tradições de religião de matriz africana.

Sabe-se que, por muito tempo o Estado do Maranhão recebeu levas de escravos e que de lá eles eram distribuídos para as cidades de Belém e Manaus. Os afrodescendentes do Bairro da Praça de Janeiro são oriundos de famílias que vieram de várias cidades do Maranhão.

Apesar de ter passado 124 anos, desde que a imagem chegou a capital amazônica, a comunidade do Barranco ainda homenageia seu santo com muita devoção, apesar dele não ser o padroeiro do Bairro.

3. A experiência Etnográfica da Festa de São Benedito

A tradição da festa de São Benedito faz parte da cultura do Bairro da Praça 14 e da memória das pessoas que continuam realizando o evento em questão.

O processo se constitui do imaginário desta comunidade manifestando-se através de ações simbólicas ritualísticas que, até hoje ainda são transmitidas pelas gerações dos afrodescendentes que acreditam no poder do santo protetor.

Para Thompson (2013), a cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole.

No livro *Local da Cultura*, de Baba (1998), o autor diz que diversidade cultural abrange um universo de coisas, enquanto a diferença cultural representa melhor como enunciados são criados para promover a legitimação de determinadas culturas em relação a outras.

Enquanto um discussão exalta um povo, uma raça, valores são repassados de geração em geração. Porém, tudo que não está presente nessa narrativa passa a ser desconstruído, repudiado e mal visto.

Porém, no Bairro da Praça 14 de Janeiro, a cultura religiosa é muito forte e os afrodescendentes do bairro continuam legitimando essa tradição.

4. O Bairro da Praça 14 de Janeiro

O lugar onde os maranhenses se instalaram quando chegaram a Manaus era considerada uma área distante do centro da cidade. Havia poucas ruas no bairro, não havia energia elétrica e nem serviço de águas e esgoto. Os negros se viravam como podiam.

Apesar das dificuldades eles iniciaram o povoamento do espaço e a partir de então, todos os outros negros que chegavam recebiam apoio e acolhida da comunidade do Barranco.

A história da Praça 14 está ligada à Revolução de 14 de Janeiro de 1892, data em que ocorreu uma revolta popular contra o governo da época que não estava pagando o funcionalismo e fornecedores e também a falta de assistência social aos habitantes, conforme fonte de um jornal local.

Então, os moradores do bairro se juntaram a outros munícipes e numa imensa manifestação foram às ruas do centro de Manaus para exigir a renúncia do então governador Gregório de Azevedo.

Conseguindo o intento, o bairro trocou de nome no mesmo ano passando ser oficialmente Praça 14 de Janeiro, em referência à data revolucionária.

Appadurai (2007) usa o termo bairro para se referir as formas sociais efetivamente existentes em que a localidade enquanto dimensão ou valor se realiza de vários modos.

Para o autor, os bairros, nesta acepção, são comunidades situadas caracterizadas pela sua realidade, espacial ou virtual, e pelo seu potencial para a reprodução social.

Isto quer dizer que, o Bairro da Praça 14 tem sua origem nas raízes negras dos descendentes de escravos. A ex-escrava Maria Severa ao chegar ao bairro junto com a sua família (três filhos), trouxe consigo a tradição de sua fé, através da imagem de um santo de sua devoção, confirmando que a tradição de uma cultura pode ser levada, conduzida, guiada, transferida de um lugar a outro com a mesma dedicação.

Retornando ao conceito de bairro, Appadurai (2007) diz que a produção dos bairros tem sempre base histórica e por isso contextual.

A pesquisa sobre o Bairro da Praça 14 merece destaque porque iniciou sua trajetória a partir da vinda de um determinado grupo de pessoas que se instalaram, se conheceram, constituíram novas famílias e que do ponto de vista fenomenológico foram construindo relações, imagens, atos, eventos, memórias, sentimento que até hoje são um ponto forte na vida social do bairro.

Um fato importante que ficou marcado nos anos 40, do século XX foi uma revolta, em que o moradores se uniram para não fosse trocado o nome do bairro.

O levante se deu quando a colônia portuguesa solicitou à Câmara Municipal a troca do nome de Praça 14 de Janeiro para Praça Portugal, em homenagem ao país europeu. Solicitação essa que, foi acatada pelos políticos da época e que não foi aceita pelos moradores do bairro, que preferiram continuar com a antiga nomenclatura, símbolo da vitória conquistada anteriormente.

A indignação dos moradores fez surgir até uma marchinha de carnaval com o seguinte refrão: “Não está direito/ não está legal/ em mudar o nome de Praça 14/ para Praça Portugal”.

Segundo Augé (1994), evocar os lugares e os ritmos antigos – a modernidade não os apaga, pois são como indicadores do tempo que passa e que sobrevive. O lugar pode ser definido como identitário, relacional e histórico.

O espaço segundo a citação de Michel de Certeau no livro de Augé é lugar praticado, um cruzamento de forças motrizes, de movimentos, onde tudo acontece. E o Bairro da Praça 14 de Janeiro tem essas características, principalmente a cultural.

Na comunidade, tem festa de santo (pelo menos quatro deles são comemorados no bairro, como São Benedito, São José, Nossa Senhora de Fátima e São Cristovão), escola de samba, grupos de pagodes, festas juninas, dentre outras manifestações. É um local de grande diversidade cultural.

No livro *Local da Cultura* de Baba (1998), o autor diz:

Que a diversidade cultural abrange um universo de coisas, enquanto a diferença cultural representa melhor como enunciados são criados para promover a legitimação de determinadas culturas em relação a outras. Enquanto um discurso exalta um povo, uma raça, valores são repassados de geração em geração. Porém, tudo que não está presente nessa narrativa passa a ser desconstruído, repudiado e mal visto.

No decorrer dos anos, apesar da tradição religiosa da festa a São Benedito ainda ser um ponto forte da cultura negra do bairro, aos poucos a inovação vem transformando este rito pelas práticas de modernidade, mas como diz Certau (1994), ”ainda estamos ligados a este lugar pelas lembranças... É pessoal, isto não interessaria a ninguém, mas enfim é isso que faz o espírito de um bairro”.

Segundo Laraia (2011, p. 80), os indivíduos participam diferentemente de sua cultura. A participação é sempre limitada; nenhuma pessoa é capaz de participar de todos os elementos dela. A cultura tem uma lógica própria. Ela é dinâmica.

Os tempos mudam, as pessoas mudam, a cultura muda, mas a resistência de alguns permanece para provar a sua origem, no decurso das gerações que podem ser de um grupo familiar, religioso, étnico, classe social ou nação através da memória coletiva. Portanto, se faz necessário registrar estas memórias antes que elas pereçam ou se percam na história.

Hall (2013) no título sobre “Estudos culturais e seu legado teórico” diz que se deve olhar para o passado, de forma a poder consultar-se e pensar-se o presente e o futuro dos estudos culturais em retrospectiva.

Esta foi uma preocupação do autor jamaicano a respeito do assunto, principalmente com a questão racial nesses estudos culturais e populares, frente às instituições públicas e acadêmicas.

Ele procura contribuir sobre as dimensões políticos-culturais da globalização vistas a partir da diáspora negra. Portanto, nada mais relevante que discorrer sobre a preparação dos festejos a São Benedito do Bairro da Praça 14 de Janeiro, como manifestação cultural religiosa muito presente a cada ano. A metodologia para este trabalho foi a etnográfica com os procedimentos de observação e participação, no planejamento da preparação da festa que será descrita a seguir.

5. Planejamento da Programação para os Festejos a São Benedito em 2014

As festas religiosas sempre fizeram parte da cultura brasileira e fazem parte da memória dos grupos que a realizam. O processo se constitui do imaginário e se manifesta através de uma ação simbólica ritualística que tem se perpetuado no decorrer dos anos.

Na festa de São Benedito, tradição religiosa do Bairro da Praça 14 de Janeiro o evento se dá em várias etapas. Inicialmente, um grupo responsável pela preparação da festa se reúne convidando mais algumas pessoas para discutirem as seguintes questões:

1. Onde buscar o tronco da árvore na mata e quem será o proprietário do terreno que fará a doação?
2. Qual o valor do veículo que levará os devotos e convidados para o dia do corte da árvore? Qual será o custo de um caminhão para fazer o transporte do tronco?
3. Que horas os devotos e convidados deverão estar presente no local para ir buscar o mastro?

Após a primeira reunião ocorrida no dia 26 de março de 2014, em seguida mais três delas foram feitas, para a definição de data e o horário do dia para a retirada do

mastro na mata, das doações de valores para as despesas no decorrer das atividades para a festa.

As doações e arrecadações em dinheiro serão para a compra dos foguetes que fazem parte do ritual. O foguetório é para avisar o início das novenas, saída, percurso e chegada da procissão. É comprado também as flores para a ornamentação do andor (berlinda), velas, iguarias servidas após as novenas, faixas anunciando a festa e o café da manhã, no dia da viagem para buscar o mastro (que este ano aconteceu no dia 13 de abril de 2014) e demais despesas.

A comissão que fica responsável pela administração das compras, da execução da culinária, pagamentos das despesas e outras atividades pertinentes é composta principalmente pelos antigos moradores do Barranco que recolhem dos devotos do entorno do Bairro, as doações como pagamento das promessas que fizeram ou que receberam através da interseção do santo. São também esses doares e simpatizantes que acompanham a procissão pelas ruas do bairro.

A fé é a parte sagrada que o povo cultua na esperança de recompensas pelos pedidos feitos, nos milagres recebidos e a confiança em Deus, através do santo protetor.

Geertz (2008 p. 66), afirma, que:

Os símbolos sagrados funcionam para sintetizar o ethos de um povo – o tom, o caráter e a qualidade da sua vida, seu estilo e disposições morais e estéticos – e sua visão de mundo – o quadro que fazem do que são as coisas na sua simples atualidade, suas ideias mais abrangentes sobre ordem. Na crença e na prática religiosa, o ethos de um grupo torna-se intelectualmente razoável porque demonstra representar um tipo de vida idealmente adaptado ao estado de coisas atual que a visão de mundo descreve, enquanto essa visão de mundo torna-se emocionalmente convincente por ser apresentada como uma imagem de um estado de coisas verdadeiro, especialmente bem arrumado para acomodar tal tipo de vida.

O simbolismo do ritual a São Benedito tem permanecido na memória coletiva da comunidade do Barranco. O ritual das rezas acontece todas as noites durante a novena.

A maioria que acompanha a ladainha são de pessoas idosas. Uma curiosidade da novena é que na reza tem uma parte que as senhoras rezam em latim alguns trechos da ladainha. Talvez, sejam resquícios de quando a Igreja Católica também rezava na língua latina.

Ao término de cada noite de novena é distribuído um lanche aos devotos. Esse costumes foram repassados por quatro gerações até os atuais descendentes.

Um dos símbolos principal da festa é o mastro. Ele é ornado com frutas verdes diversas, que depois de levantado permanece por nove dias até a derrubada após a procissão pelas principais ruas do bairro. Esta simbologia pode significar a oposição entre terra e céu, como bem assinala Bachelard (1998), inclusive presente no cristianismo. Neste caso, através de votos e pedidos feitos ao santo que serão levados a Deus para a obtenção de uma graça.

5.1. Demonstração de fé, alegria e esperanças na festa a São Benedito do Bairro da Praça 14 de Janeiro

No dia 13 de abril de 2014, um domingo, às seis horas da manhã ouve-se os estampidos dos foguetes anunciando a hora da primeira atividade deste dia que será o café da manhã servido aos devotos e participantes que irão buscar o mastro na mata.

Algumas pessoas já se fazem presentes ao local e aos poucos outros vão chegando e logo após são todos chamados para se servirem das iguarias (pão com manteiga, queijo, presunto, bolo de macaxeira, café e leite). Todos se servem inclusive o motorista do ônibus que tinha chegado também, para conduzir os devotos.

Às sete horas da manhã, todos se dirigem ao ônibus, carros particulares e um caminhão que segue a frente com um dos responsáveis para mostrar onde está localizada a área de onde será retirada a árvore.

O terreno está localizado na Rodovia AM010, após a saída de Manaus, próximo a uma barreira policial. Após os transportes serem parados para identificação e liberados eles dobram à direita para a entrada de um ramal e por trinta e três km seguem por uma estrada tortuosa, passando por caminhos enlameados devido às chuvas comuns da época, e atravessam pequenos córregos.

Passa-se por diversos ramais entrecortando a estrada que tem muitos sítios e atualmente até invasores já estão construindo seus barracos de maneira bem precária ao longo da estrada agora desmatada por ele, o que deve se tornar em breve em uma nova comunidade ou bairro.

Veem-se ainda grandes terrenos de mata nativa ao longo da estrada, mas logo também serão desmatados para novas construções ou pelos invasores de terras alheias. Por fim, encontra-se o sítio que foi o local escolhido para a retirada do tronco. O nome do sítio é chamado de Tabajara.

É um espaço bem grande com mata nativa e um igarapé com águas límpidas no fundo do terreno.

Após os primeiros contatos com o caseiro, que já estava sabendo da presença dos devotos através do proprietário da área, ele aponta o local para a escolha da árvore.

Os responsáveis e os demais seguem para a mata e saem à procura da árvore ideal que deve ter um tronco reto de mais ou menos doze metros de comprimento e entre vinte a trinta de diâmetro.

Após alguns percursos entre uma árvore e outra, é escolhida aquela que tem as características próprias para o mastro, ou seja, 12m de comprimento e vinte e cinco cm de diâmetro. A árvore escolhida é uma Envira, habitante da mata primária e secundária de terra firme dos Estados do Amazonas, Acre e Pará.

A Envira é uma árvore mediana que alcança até 30m de altura, com casca grossa, de coloração esverdeada. Ela é muito usada para móveis e artigos decorativos.

Um devoto joga um laço com uma corda até a parte mais alta da árvore para direcionar a queda. Algumas senhoras se benzem e entoam alguns cânticos pedindo permissão para o corte.

Após várias tentativas o devoto consegue acertar a laçada e a partir daí, a árvore é cortada com um machado passando de mão em mão, por alguns dos homens da comunidade até ficar pronta para a derrubada total.

Na hora do corte final, todos se afastam para que nenhum acidente seja causado. Após o corte dos galhos superiores, os homens amarram novamente o tronco e o arrastam até onde está o caminhão estacionado, num percurso de mais ou menos uns trinta e cinco metros.

O esforço é grande até direcioná-lo para cima do caminhão onde é bem amarrado para uma condução segura até ao bairro.

Em seguida, a maioria das pessoas aproveita e toma banho no igarapé, para em seguida retornarem ao local onde o tronco será deixado para secar e ser enfeitado até o sábado de aleluia quando será erigido em uma grande festa.

O esforço para a retirada do tronco agora do caminhão é com o mesmo cuidado para não machucar ninguém. Ele é colocado em dois cavaletes de madeira e permanecerá secando para a retirada da casca, para que o tronco fique bem liso.

No sábado dia de aleluia, dia 19 de abril pela manhã, após a retirada de toda a casca, o mastro é enfeitado com frutas verdes como, abacaxis, bananas, laranjas, cupuaçus, mamões, cocos e maracujás que permanecem amarradas ao tronco até oito dias depois.

Neste mesmo sábado às 17h, o sino da casa onde está a imagem de São Benedito é tocado três vezes, anunciando a atividade de levantar o mastro. Com uma corda já

amarrada no topo e com a ajuda de vários homens o mastro é lentamente erguido, até ficar na posição correta. Os foguetes também são espocados neste momento.

Muitas pessoas como devotos, simpatizantes, vizinhos já se aglomeram para apreciar este evento simbólico.

Com o tronco erguido, os homens reforçam a base do mastro com pedras e barro para que ele não venha a tombar. Após isso, começa a novena. A maioria que participa desta atividade são senhoras do Barranco e do entorno.

Ao final da novena que dura em média de 30 a 40 minutos é servido um lanche a todos os presentes. A iguaria é variada a cada noite. Um dia pode ser oferecido mingau de mungunzá, na outro bolo com refrigerantes. As iguarias são diversas e muito mais no último dia da novena.

No domingo, dia 27 de abril é chegado o grande dia. O dia todo no Barranco é bem movimentado, com a feitura das iguarias, a colocação das flores no andor, a vestimenta do manto novo de São Benedito doado como pagamento de promessa e outras atividades até a hora da procissão.

Às 17h inicia outra etapa dos festejos que é a procissão pelas ruas do bairro. Muitas pessoas vestem uma camisa que foi confeccionada para a ocasião. A procissão segue pela Rua Japurá até a Paróquia de Nossa Senhora de Fátima onde a romaria já é esperada pelo pároco.

A procissão adentra a igreja onde o andor é colocado bem na frente do átrio. A missa das 17h30min é iniciada e várias homenagens são feitas ao santo.

Ao término da missa, a procissão segue por outras ruas do bairro, com várias pessoas empunhando as velas acesas, rezando o terço e entoando cânticos em honra a São Benedito. Enquanto isso, alguns devotos soltam foguetes à medida que a procissão passa.

Por fim, a procissão retorna ao local inicial onde é momento mais esperado pela comunidade, que será a derrubada do mastro e após esta atividade será rezada a última novena e em seguida servidas as iguarias.

Logo que o andor é colocado em frente da casa é tocado o sino para dar início a derrubada do mastro. Porém, antes vem a parte mais esperada que é a tentativa de subida no mesmo por alguns garotos que vão escalando por cima das frutas para atingir o topo do mastro onde foi colocado uma nota de R\$50,00 reais e uma garrafa com vinho.

Após várias tentativas, um menor sobe colocando os pés sobre as frutas que vão caindo por já estarem maduras, enquanto a multidão grita para que ele consiga chegar à parte mais alta e consiga pegar o dinheiro.

A multidão aplaude chamando o nome do adolescente que consegue chegar ao topo do mastro. Após pegar o prêmio, ele escorrega arrastando o corpo sobre as frutas que ainda estão amarradas ao tronco. Em seguida inicia a etapa da derrubada do mastro.

Para esta fase da festa, um dos responsáveis pega um machado e começa a golpear o tronco do mastro. Após alguns cortes, ele passa para outro a mesma incumbência e de mão em mão a fenda vai ficando mais funda e logo o mastro será tombado. Com a ajuda de cordas os responsáveis vão direcionando o mastro para o lugar do tombamento.

Enquanto isso, a multidão ansiosa espera o momento da queda. Muitas machadas vão sendo dadas pelos homens (novos e velhos) e por algumas mulheres que se dispõem a dar uma machadada no tronco da envira.

O tronco balança, mãos firmes aguentam a corda que agora será direcionada pra a queda sobre o solo, ou seja, na Rua Japurá, onde desde que a procissão chega, ela é fechada para que nenhum veículo possa passar no decorrer do evento com a multidão tomando conta da mesma.

Enquanto isso, a gritaria é geral, na expectativa do caimento do pau sobre a via espalhando o que restou das frutas, fazendo que uma grande parte das pessoas ali presentes corram para buscar o que restou dos cocos, maracujás, laranjas, mamões, dentre outros frutos.

Passada alguns minutos, o mastro é afastado para o meio fio para que novamente os carros possam passar e é dado início a comilança, com vários pratos de salgados, bolos, mingaus, suco de abacaxi, o chamado aluá e refrigerantes.

As filas ficam enormes onde os devotos e simpatizante aguardam para pegar os pratinhos com as iguarias que são distribuídas. Enquanto isso, outros aproveitam para tirar as flores do andor como lembranças da festa ou das graças alcançadas.

A festa termina com um vídeo sobre a comunidade e suas tradições trazendo alguns depoimentos dos mais antigos e nesta hora são poucos os que permanecem para assisti-lo. Agora só ano que vem.

Referências bibliográficas

ALVES, J. SÃO BENEDITO – **Novena e biografia**. São Paulo: Paulinas, 2011.

APPADURAI, Arjun. **Dimensões culturais da globalização**. Lisboa: Teorema, 2004.

AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

BABA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultura**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Uma história de costumes. Vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

GEERTZ, Clifford. **A Religião como Sistema Cultural**. In: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HALL, Stuart. **Da diáspora identidades e mediações culturais**. Minas Gerais, UFMG, 2013.

LARAIA, Roque de B. **Cultura – um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CEMITÉRIO MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO: ENTRE A DIMENSÃO ESPIRITUAL E O COMÉRCIO EM TORNO DA MORTE

1. Introdução

Argumentar sobre a morte é algo que a maioria dos vivos não gosta de fazer, sendo ela uma certeza, ninguém sabe lhe dar com seus mistérios.

Porém, esta pesquisa aborda de modo mais intrínseco como funciona a relação dos vivos com os mortos, considerando o Cemitério Nossa Senhora da Conceição, localizado no Bairro São Vicente, zona sul da cidade de Boa Vista como um espaço simbólico que traz consigo uma pluralidade de sentimentos através da recordação da memória dos mortos; como um espaço territorializado onde seu funcionamento depende de outros agentes demonstrando de fato a existência de um comércio característico que engloba a ação das funerárias e floriculturas que prestam serviços as famílias num momento tão triste; o Hospital Geral de Roraima (HGR) que através da sua ação conjunta com o Serviço Social também participa desse momento de dor prestando solidariedade as famílias que perderam alguém e o Instituto de Medicina Legal (IML) que busca atender as necessidades da comunidade em geral prestando uma diversidade de serviços essenciais.

Neste sentido o cemitério é a terra dos antepassados, local onde o encontro do passado e presente é perceptível, onde as memórias são recordadas coletiva e individualmente, sendo também um lugar de reflexão, de comunicação, pois é através das homenagens aos mortos que as pessoas vivas contam as histórias de quem um dia esteve nessa vida.

Assim sendo, desde os tempos mais remotos, a morte representa uma constante onde dentro de cada época tem um significado. [...] No período primitivo, a relação com a morte foi de compromisso e respeito. Para eles não havia apenas o cadáver, mas outra dimensão da vida a ser respeitada, que continuaria a viver embaixo da

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: raiane.medeiros3@hotmail.com

** E-mail: tolrino@usp.br

terra. Essa concepção era manifestada através dos rituais realizados, os quais se elevaram ao estágio de religião (COULANGES, 2000, p. 8).

Para Aries, o homem adorou os seus mortos, sentiu medo e dirigiu-lhes as preces, as orações, as flores no cemitério, os epitáfios, as cruzes, missas de 7º dia, o luto, o funeral, as velas e os cânticos. (ARIES, 1981, p. 25).

O que se percebe é que a morte é uma passagem na vida e o cemitério se mostra como um espaço sagrado, criado através das ações dos homens e que ainda cultua esses rituais de homenagens. Conforme Santos (1988, p.71) o espaço deve ser visto como o conjunto formado pelos objetos e pelas relações que se realizam sobre estes objetos os quais muitas vezes servem apenas de intermediários, a pesquisa comprova essa relação dinâmica entre esses objetos denominados de fixos e essas relações de fluxos. Contudo, Tuan (1980, p.9) assegura que o espaço enquanto lugar se transforma pela vivência de um grupo, pela percepção e pelo intelecto experienciado.

Portanto, cada cemitério apresenta um simbolismo próprio e uma trajetória evolutiva que acompanha momentos diversos da cidade e que modificou esse espaço quanto lugar.

Assim, é essencial compreender como funciona este espaço, considerando todo o sistema do cemitério no seu sentido simbólico, social e econômico para assim confirmar o que Santos (1998, p.71) denomina como conjunto formado pelos objetos e relações.

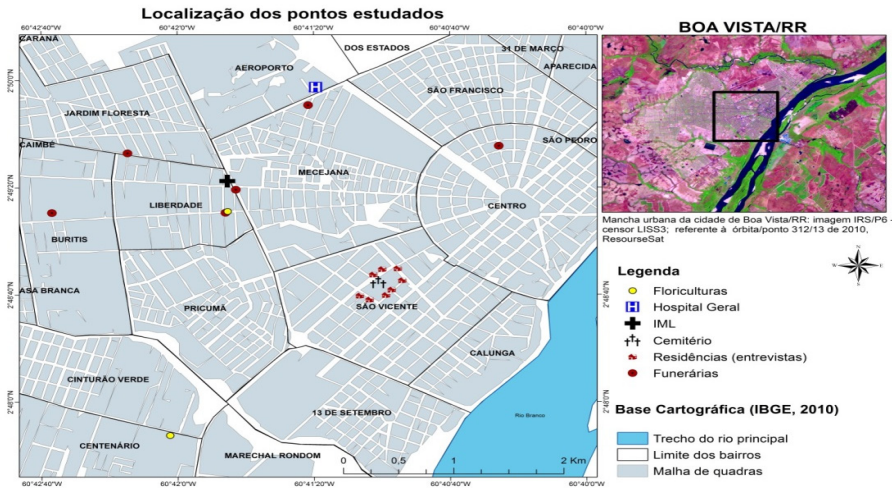
Logo, esta pesquisa tem como foco os aspectos sentimentais e simbólicos envolvidos no universo da morte em contrastes com apropriação do comércio. Assim, contribui quali e quantitativamente para esclarecer a organização desse universo existente por detrás de um momento de fragilidade do ser humano.

2. Metodologia

2.1 Campo de Estudo

O Cemitério Nossa Senhora da Conceição está localizado no bairro São Vicente, na Rua Doutor Paulo Coelho Pereira, nº 389, como mostra a figura 01, sendo este o único cemitério municipal e público da cidade. Sua extensa área é circundada pelas: Av. Presidente Castelo Branco, Rua Maú, Av. Surumu e a Rua Paulo Coelho Pereira como mostra a figura 02(croqui).

Figura 01: Mapa de localização do Cemitério Nossa Senhora da Conceição e os demais fixos envolvidos no universo dos mortos



Fonte: Base Cartográfica do IBGE 2010. Adaptado por Raiane Santos/UFRR, 2014.

Figura 02: Croqui do contorno do Cemitério.



Fonte: Google Maps/ Adaptado: Raiane Santos/ Maio de 2014.

2.1.1. *Histórico do Cemitério*

Roraima foi Território Federal do Rio Branco sendo desmembrado do Amazonas em 13 de Setembro de 1943, passando para Território Federal de Roraima em 1962.

Historicamente era uma região geopoliticamente isolada, evidenciando segundo Magalhães (2008, p. 89) uma demanda populacional pouco expressiva, que se expandia por todo o Território e assim voltada para as atividades rurais e garimpeiras.

Desta maneira, mantinha-se uma situação que não permitia acessibilidade e condições básicas a população roraimense como enterrar seus mortos na cidade devido à falta de infraestrutura que não havia.

Somente no ano de 1988 tornou-se Estado de Roraima e desenvolveu-se política, econômica e socialmente fazendo com que os seus espaços urbanos passassem por transformações importantes.

Assim, a capital, aumentou sua demanda populacional fazendo com que houvesse a criação de um planejamento urbano para atender as necessidades de toda a população acompanhando uma nova reorganização espacial. Isso de fato foi relevante e tornou-se uma constante em diversos momentos das dinâmicas produtivas da capital.

Para esta reorganização ser preponderante vale lembrar Santos (2005) quando diz que o espaço permite que os fatores de produção, ou seja, trabalho, mercadorias e capital são o que trazem mobilidade para o lugar. Logo, Veras (2010, p.2) ressalta que as mudanças permanentes no espaço ocorrem em função da constante busca por novos significados, na medida em que o movimento social lhes atribui, a cada momento, frações diferentes de transformações de todo social.

Portanto, neste pressuposto o cemitério foi um dos espaços reorganizados inclusos na dinâmica espacial da cidade e mudou-se territorialmente.

O primeiro cemitério foi onde atualmente funciona a Igreja Universal do Reino de Deus (Av. Sebastião Dinis, nº 1201, Centro). Mais tarde foi trasladada para o entorno da Praça do Centro Cívico, onde hoje funciona a Catedral Cristo Redentor (nº 133, Centro)

Por volta da década de 80, pela terceira vez o cemitério é desativado como tal, sendo levados os restos mortais de famílias tradicionais e religiosos falecidos para o atual local, no bairro São Vicente na Rua Doutor Paulo Coelho Pereira, nº 389.

3.1. Metodologia

Para melhor fundamentar a elaboração desta, a priori foi usada a pesquisa bibliográfica. Num segundo momento, foi efetuado o campo I (*in loco*) que tinha por objetivo buscar informações básicas e precisas relacionadas à história do cemitério estudado. Neste caso fez-se necessário o uso do método da história oral (roteiro com questões estruturadas) onde o objetivo desta era dar qualidade para a pesquisa uma vez que não se obteve informações dos órgãos competentes à natureza do assunto a ser descrito, para assim fazer um resgate memorial do cemitério municipal de Boa Vista em épocas passadas, narrando oralmente as lembranças de um passado histórico.

A chamada história oral é “um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações” (DELGADO, 2006, p.15). É estratégia metodológica que dá base à produção de fontes oriundas de depoimentos. Assim sendo, a pesquisa relata as interpretações de pessoas que moram e conhecem a cidade de Boa Vista.

Posteriormente, no campo II foram usados equipamentos como: máquina fotográfica, gravador do celular e GPS. Nessa dimensão, a aplicação de questionários semiestruturado foi imprescindível, complementado com entrevistas aos partícipes desta “teia” (público alvo), ou seja, pessoas que trabalham nas funerárias, nas floriculturas, no IML, no Hospital Geral, o administrador do cemitério, moradores que residem ao entorno do cemitério.

4. A dinâmica Territorial do Cemitério

Para Santos (1978), a utilização do território pelo povo cria o espaço [...] é um conceito subjacente em sua elaboração teórico-metodológica e representa um dado fixo, delimitado, uma área.

Paul (1999) identifica três eixos na análise do território: um eixo é o do poder, com ênfase no Estado-Nação (apropriação do espaço por um grupo), outro eixo é a da realidade social, onde entra a questão da naturalização do território e a abordagem crítica e marxista do espaço (território) e o terceiro diz respeito aos símbolos e à representação, ou seja, a dimensão simbólica do território, entendido como espaço vivido.

Assim, o território para Paul (1999) é material e simbólico, com destaque para o símbolo, a identidade e o pertencimento.

Ou como afirmou em outra ocasião (SANTOS, 1999b, p. 8): “O território usado é o chão mais a identidade”. O território representa união, o “lôcus do acontecer da sociedade” (SANTOS 1999b).

É importante notar que, se entendermos o território apenas como uma área delimitada e constituída pelas relações de poder do Estado, se desconsideraria diferentes formas de enfocar o seu uso, as quais não engessam a sua compreensão, mas a tornando mais complexa por envolver uma análise que leva em consideração muitos atores e muitas relações sociais.

Assim, para Milton Santos (1978, p. 122), o espaço precisa ser considerado como totalidade: conjunto de relações realizadas através de funções e formas apresentadas historicamente por processos tanto do passado como do presente [...]. O espaço é resultado e condição dos processos sociais.

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida (...) o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente (...) o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 1978, p. 122).

A totalidade possui caráter global e tecnológico; apresenta-se pelo modo de produção, pelo intermédio da formação econômica, social e histórica.

Assim sendo o Cemitério Municipal de Boa Vista é um espaço territorializado no sentido de apresentar formas e funções definidas historicamente, demonstrando ao longo de sua história constante reorganização em diferentes esferas espaciais. E como espaço este apresenta um forte elo com outros fixos exteriores que participam do eventual processo econômico voltado para o setor da morte (através de serviços prestados) e de modo geral fazem o cemitério ter uma funcionalidade especial: servir de morada eterna para aqueles que permanecem na memória daqueles que ainda estão vivos.

De acordo com Santos (1978), há uma organização social, um arranjo do espaço, de acordo com os interesses e necessidades de cada grupo.

Neste seguimento, a então necrópole pode ser interpretada como um espaço dos mortos e dos vivos. E sendo assim, partindo deste argumento, o cemitério aqui discutido é a representação instituída deste espaço e seus registros como a memória deste lugar :

Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca (HAL-BWACHS, 1990, p. 143).

A possibilidade de recuperar a memória através dos lugares de memória e de artefatos que os rodeiam causam sensações de segurança e estabilidade, com a liberdade de se transitar no universo das lembranças. Lugares de memória como os cemitérios podem aflorar estes sentimentos. Tanto memórias individuais quanto memórias coletivas têm nesses lugares um importante marco referencial para sua construção, ainda que isso não seja condição para sua preservação. O espaço que habitam e as relações que constroem com tais lugares é um marco referencial para a memória dos grupos.

A criação ou a existência dos lugares de memória, de acordo com Nora (1993, p.13), são necessárias devido à constante aceleração da vida diária, com a lembrança da necessidade de se retomar a história do indivíduo e do coletivo, tendo como objetivo a reestruturação do presente.

Considerando este ponto de vista, toda memória é simbólica, ou seja, opera mediante um estado de espírito. Palco de memórias construídas e memórias vividas, os cemitérios são lugares de memória, por excelência, visto que as lembranças sugeridas pelos símbolos e pelas construções não privilegiam somente a ordem do saber, como é típico das instituições de memória tradicionais, mas a ordem dos sentimentos (LEGOFF, 1990).

O monumento funerário constitui tanto a manifestação da consciência de que o homem é um ser para a morte com direito de afirmação à memória, como a simbologia funerária em sua significação monumental. Assim, os túmulos são uma forma de assegurar a imortalidade.

Nos cemitérios tradicionais, como é o caso do Cemitério Nossa Senhora da Conceição que contém construções funerárias e outros elementos entre outras características é perceptível a articulação de duas dimensões diferentes: uma visível, caracterizada pelas construções (túmulos) soerguidas sobre o solo e uma invisível, situada sob a terra (memória eterna).

Os túmulos podem ser entendidos como a materialização da casa, com mensagens escritas e decorações muito comuns em cemitérios tradicionais, acompanhados de rituais como forma de contemplar a ausência daqueles que já se foram deste plano. O mais interessante é que a memória dos mortos é representada por estes símbolos, demonstrando assim, a interseção do mundo dos vivos e dos mortos.

Neste cemitério municipal o ritual dos vivos homenagearem seus entes queridos já falecidos é uma realidade marcante, de modo que é muito perceptível a presença de elementos funerários representando neste espaço.

5. Resultados e Discussão

A pesquisa a priori mostra que a morte sempre foi um enigma a ser explicado e assim sendo, demonstra que ao longo do tempo o corpo como matéria sem vida ocupou lugares diferentes e como tal, a partir da morte teve significações diversificadas para cada civilização e para cada pessoa individualmente.

Através da interpretação dos dados coletados primária e secundariamente a pesquisa ressalta que a morte dentro de suas representações ao longo das épocas e do tempo ainda traz resquícios dos antepassados quando perpetua a cultura dos vivos homenagearem seus mortos, cuidando hoje do espaço local (túmulos) envolvido num espaço de dimensão maior (cemitério) que resguarda a memória de tantas pessoas que um dia tiveram uma identidade, uma história de vida e até mesmo uma relação dentro da sociedade.

No decorrer da pesquisa é possível perceber que essa representação ainda muito presente na sociedade contemporânea vem acompanhada de uma cultura mais mesclada, uma vez que a morte deixou de representar somente o lado sentimental, místico e espiritual e passando ser não somente isso, mas um comércio característico e desconhecido pela maioria das pessoas que culturalmente, preferem falar da vida do que de morte, deixando de perceber e conseqüentemente compreender que existe um mercado ou uma organização bem estruturada que lucra muito com um momento mais frágil da vida da maioria das pessoas: a perda de alguém muito querido.

Desta maneira, numa linha investigativa compreende-se que a morte em si liga os objetos e as pessoas mostrando que de fato existe um elo entre os fixos seja através de serviços prestados financeiramente ou de serviços sociais e sentimentais.

Identificar a participação das funerárias, do Instituto de Medicina Legal (IML), do Hospital Geral de Roraima, das floriculturas foi essencial para construir materiais precisos para correlacionar a função de cada uma considerando a curiosidade de conhecer este universo, o mundo dos mortos. Bem como atentar as percepções individuais de cada entrevistado sobre como compreender a morte uma vez que lhe dão com ela diariamente.

A morte tem significações diferenciadas dentro de tempos históricos distintos e segundo Carvalho (1996) na atualidade evita-se falar de morte, bem como de ver

o corpo do moribundo, pois isto nos traz à consciência a idéia de nossa própria finitude.

Mesmo isso sendo fato, para quem está tão “próximo dela”, segundo as constatações da pesquisa a morte é até compreensiva dentro do seguinte diagnóstico:

5.1 Instituto de Medicina Legal (IML) Drº Benigno José de Oliveira

O IML é um órgão público subordinado à Secretaria de Estado da Segurança Pública. Localizado na cidade de Boa Vista na Av. Venezuela, nº 2083, bairro Liberdade é responsável pelas necropsias e laudos cadavéricos para Polícias Científicas na área de Medicina Legal. A Polícia Científica é especializada em produzir a prova técnica (ou prova pericial), por meio da análise científica de vestígios produzidos e deixados durante a prática de delitos. No entanto, compete às Polícias Científicas os serviços de identificação; a realização das perícias médico-legais e criminalísticas; o desenvolvimento de estudos e pesquisas em sua área de atuação.

A instituição presta diversos serviços a comunidade, porém como a pesquisa busca mostrar a relação dos fixos com o cemitério, considerando a morte como elo desse universo cercado de mistérios, durante a entrevista com o diretor foi relatado que com relação a temática, o IML igualmente atende mortes violentas. No caso de morte por acidente, homicídio ou suicídio os auxiliares e especialistas da área vão até o local para periciar e adquirir provas criminais.

Segundo o atual Diretor da Instituição, o médico legista e perito criminal Drº Willian Jorge Fernandes Neves, o IML tem papel fundamental para o funcionamento desse universo considerando que este atende a comunidade com serviços acima relatados participando diretamente de um momento muito delicado na vida de muitas famílias roraimenses.

5.2 As funerárias da cidade de Boa Vista

Atualmente as funerárias da cidade somam-se (06) seis como mostra a figura 03. Cada período tem uma fase ascendente e uma descendente, onde o jogo interno das variáveis muda, dando proeminência a um fator cuja importância era menor no primeiro período. (SANTOS 1999, p. 114).

Figura 03: Funerárias existentes na cidade de Boa Vista, denominadas de fixos e que tem papel fundamental no comércio funerário



Fotografia: Raiane Santos / UFRR, 2014.

Considerando este conceito, em Boa Vista o serviço funerário não era tão proeminente, já que a cidade contava apenas com Organização Social de luto Orsolu, considerada a mais antiga da capital, com 31 anos de atuação.

Diferente daquele tempo, o número de funerárias aumentou e estão espalhadas pela área urbana de Boa Vista geograficamente situadas em locais mais próximos do Centro da cidade e estrategicamente localizadas em bairros próximos ao Cemitério Municipal Nossa Senhora da Conceição e o Cemitério Particular Campo da Saudade, Hospital Geral de Roraima e Instituto de Medicina Legal (IML) demonstrando que o espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre eles [...] os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. “O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais.” (SANTOS 1999, p. 71).

Caracterizando estas relações compreende-se que a dinâmica destes fixos cresceu bastante uma vez que logo após a funerária Orsolu surgiu a Plano de Assistência Familiar Shalon na cidade devido a alta demanda de serviços neste setor, promovendo assim um mercado concorrente e um comércio peculiar que com o passar dos anos vem se mostrando cada vez mais lucrativo e com grandes concorrências onde os serviços oferecidos são elaborados para agradar os mais diferentes perfis.

5.2.1. *Investimentos no setor funerário em Boa Vista*

- Cursos

Com o passar dos anos e o avanço da Ciência surgiram modernas técnicas de conservação de um cadáver. A Tanatopraxia é o procedimento de preparação do cadáver para o velório ou funeral, assim o corpo não sofrerá, pelo tempo solicitado pelos familiares, as decomposições naturais permitindo que um defunto permaneça em bom estado durante o velório através da desinfecção e conservação.

- Planos Funerários

As funerárias tem através dos planos funerários o objetivo de facilitar o pagamento dos serviços necessários para um velório a fim de que possa amenizar o sofrimento da família que pode economizar tempo para tal situação. O pagamento funciona a vista mensalmente e favorece somente familiares do cliente (no máximo 10 pessoas dependendo da funerária).

Em caso de a família não ter plano, as funerárias dão descontos que oscilam de 10 a 20%, sendo em pagamento a vista e no cartão de até três vezes.

5.2.2. *As funerárias e o fluxo de um comércio peculiar*

Durante a pesquisa de campo, constatou-se que as funerárias são os principais agentes que movimentam o comércio peculiar que dinamiza o universo dos mortos.

Desta forma a maioria dos seus produtos chegam de outros estados brasileiros como São Paulo, Rio Grande do Sul, entre outros que trabalham neste setor. Segundo alguns funcionários, esse é um dos motivos para um valor elevado dos serviços.

Para tal, é perceptível a diferença nos valores dos caixões que estão expostos nas funerárias e o que difere entre eles são: cores, tamanhos, materiais, pinturas e detalhes. É mais que isso é estarrecedor saber que o caixão custa em média R\$ 700,00 a R\$ 13.000,00, aumentando de valor respectivamente do mais simples ao luxuoso. Contudo as funerárias de Boa Vista estipulam preços e movimentam este comércio pouco questionado por quem precisa dele num momento de perda, uma vez que a família está psicologicamente entristecida, mas sempre querem fazer o melhor por seu ente querido falecido. As que trabalham com traslado nacional e internacional cobram um valor em média de R\$ 4,00 por km percorridos até a chegada do corpo na funerária. Neste sentido lhe dar com a morte para uns é uma perda e para outros um ganho. Desta forma, isso se torna uma realidade cada vez mais constante.

5.3. *As Floriculturas e sua participação na teia desta organização*

As floriculturas que participaram da pesquisa foram unânimes em afirmar que a única relação que tem com outros agentes participe da dinâmica do cemitério é de fornecer coroas de flores ou somente flores para as funerárias, algumas vezes artificiais e outras naturais. E os preços variam de acordo com tipos e tamanhos. No caso, foi relevante mostrar os valores das coroas de flores.

5.4. *Hospital Geral de Roraima (HGR)*

Esta instituição conta com o Serviço Social que funciona internamente e fazem o acolhimento da família no momento de morte do paciente. Dependendo das condições de saúde do paciente, o médico responsável aciona o Serviço Social e os psicólogos para procurarem a família que por meios cabíveis e sentimentais conversam com os parentes a respeito da vida daquele paciente.

A psicologia, neste caso, trabalha as emoções e o serviço social sobre os procedimentos a serem tomados dentro das leis brasileiras como o direito de seguro DPVAT (caso de acidente), serviços funerais, dentre outros.

6. *O cemitério e a morte*

O cemitério ganha uma dimensão de sociabilidade (MOTTA, 2009, p. 80) por se constituir em espaço onde a coletividade compartilha momentos de devoção, cultos e rituais relativos à morte, onde não apenas se assegura de um bom lugar para o morto no além, mas, também, de um lugar na terra, mantido sob os cuidados das famílias. Nesta percepção o espaço do cemitério Nossa senhora da Conceição, ainda considerado tradicional, cultua o lado sentimental, mitológico, espiritual no seu sentido mais amplo. In loco este espaço representa uma particularidade individual e coletiva, de modo que representa a morte a partir de fragmentos da memória.

Assim, é visível a individualização de cada túmulo, através da arquitetura, escultura e simbologias. Essas características trazem, ou melhor, demonstram o desejo de perpetuação existencial buscando-se expressar as particularidades dos mortos nas lápides, para preservar a memória e a personalidade dos mesmos.

Constituem-se, desta forma, representações nas quais são combinados fragmentos da memória, por intermédio do conjunto simbólico. Estas representações nas construções tumulares demonstram não apenas a singularidade dos sepultados, mas

também as trajetórias da coletividade na qual estavam inseridos.

No que diz respeito ao modelo de análise simbólica, constrói-se o mesmo a partir de Borges (2002) e Bellomo (2000), os quais concebem os espaços funerários enquanto privilegiados para a expressão dos elementos sociais e culturais, sobretudo os cemitérios. A continuidade dos mortos é estabelecida por intermédio da memória dos vivos.

Segundo Dalmáz (2000, p. 120) este processo de representação simbólica pode ser tomado como ato comunicativo, no qual a cultura e os padrões sociais são transmitidos por meio de símbolos, como objetos, letras, esculturas e outros. Logo, a simbologia contribui deste modo, para o estabelecimento das relações sociais e transmissões culturais.

Assim, foi perceptível a relação dos familiares com parentes falecidos, através de um laço sentimental que se perpetua também através das fotografias, imagens de anjos, vasos e coroas com flores, jardins, orações e mensagens saudosistas para homenageá-los.

Pode-se destacar assim, a arte tumular ou arte funerária que é um termo usado para designar obras feitas para permanecerem em cima das sepulturas nos cemitérios.

É uma forma de representação que está ligada a determinado contexto histórico, social e econômico, interpretando a vida e a morte. A beleza estética deste território deve-se também ao bom trabalho dos pedreiros e de marmorarias. Muitos túmulos, jazigos, sepulturas apresentam uma beleza particular influenciada pelas condições financeiras das famílias. Visitando o local percebem-se construções bem projetadas com materiais de qualidade e até de luxo como vidraças, tendas, jardins e etc.

6.1.1 *Dia dos Finados*

O Dia de Finados é “data simbólica para o afloramento de sensibilidades inerentes ao fenômeno físico da morte” (RIBEIRO, 2008, p. 210) e, sendo um dia típico do calendário cristão de “comemoração de todos os fiéis defuntos”, é certo que eram celebradas missas “por modo de sufrágio”, para “apressar a redenção final dessas almas” (CHAHON, 2001, p. 210).

No cemitério municipal Nossa Senhora da Conceição este dia é muito bem representado pelos familiares daqueles que já morreram e permanecem neste espaço, significando lembranças de um passado que se encontra todos os anos no dia 02 de Novembro, com o presente.

Nesta data especial o cemitério recebe familiar e amigos que recordam e homenageiam um parente ou um amigo querido. As pessoas acendem velas, compram e levam flores, coroas de flores, arranjos e assistem a missa campal celebrada pelo padre para juntos orarem por aqueles que já morreram. Cabe ressaltar que nessa época, os vendedores ambulantes, muito deles artesãos, ganham um dinheiro extra, vendendo seus produtos confeccionados além de outros industrializados.

5.7. Percepção e a subjetividade em torno da morte

No seu sentido investigativo e exploratório a pesquisa buscou compreender as relações dos fixos participantes desta teia e não menos importante que isso, igualmente permitiu que os entrevistados pudessem relatar seu sentimento sobre como compreendem a morte. Segundo D'Assumpção (1998, p.98) a morte é o final da vida material, tal como nós conhecemos. Este conceito é bem conhecido, porém pouco aceitável.

É bem verdade que a morte tem seus mistérios, o seu significado ou a sua compreensão se mostra diante das pessoas como percepções particulares, na qual cada indivíduo a ver de um jeito, a compreende de outro e assim por diante.

Durante as entrevistas e aplicação dos questionários os participantes relataram como compreendem a morte:

Para a assistente social do Hospital Geral, Elionai Eleutério Farias, a morte é como uma passagem deste plano para outro. E muitas pessoas sabem disso, mas não deixam seu parente partir espiritualmente. De acordo com ela, já viu muitas pessoas morrerem. “Não me acostumo por que é alguém que faleceu [...] é uma família que está sentindo dor. [...]” diz a mesma.

Quando esta afirma que a morte é uma passagem, enfatiza que para os evangélicos morrer não é o fim, mas o começo de uma nova vida espiritual.

“A morte é um momento de sono que você dorme e não acorda nunca mais, não neste plano [...] que pena que muitas pessoas morrem de um jeito trágico”, descreve a moradora entrevistada. Neste sentido, esta tenta acreditar na morte como algo mais singelo e num momento em que literalmente a pessoa dorme eternamente.

“A morte é o fim do caminho, o fim da vida, ela vem para todos sem qualquer escolha [...] vem para o rico, pobre, negro, branco e para todo mundo. Não tem como escapar” (relato de um morador, J. A. da S).

Assim diante de tantos relatos pode-se dizer que a morte é “aceita” de formas diferentes, e como mais um exemplo tem-se posteriormente o depoimento do admi-

nistrador do cemitério, Everton frank que diz: “Encaro a morte como um processo natural e inevitável, mas por trabalhar e administrar esta instituição, procuro manter uma relação de respeito com as famílias porque é um momento de dor”.

“É um processo natural da vida e que por trabalhar neste ambiente a pessoa fica mais fria, mas não menos sensível”. Declaração feita por outro agente funerário demonstrando que mesmo este lhe dando com pessoas mortas cotidianamente também têm sentimentos e respeito pela dor alheia.

Sobretudo a declaração do diretor do Instituto de Medicina Legal se sobressai quando este relata que a morte vem para todos, mas que hoje, lamenta muito porque as funerárias fazem simplesmente um investimento com os sentimentos alheios. Indo de encontro ao depoimento do diretor a pesquisa destaca esse investimento quando mostra a dinâmica das funerárias de Boa Vista considerando principalmente a oferta de produtos e serviços para as famílias.

Considerações finais

Como resultado mostra que a morte tem uma pluralidade de sentidos e de significados. Em tempos passados ela denotava a expressão do lado sentimental no momento em que o indivíduo perdia um ente querido. Hoje não perdeu essa essência, mas ganhou um novo significado atendendo interesses econômicos de certos grupos que “sobrevivem” em função dela. O setor funerário é o que mais se destaca.

Assim, a morte se apresenta de várias formas, para uns como um momento de perda e para outros como de ganho.

Então, conclui-se que a morte é um comércio praticamente desconhecido pela maioria das pessoas leigas com relação ao assunto, mas bem organizado por agentes que mobilizam a dinamicidade do cemitério. O cemitério em conjunto com a Secretaria de Finanças do Município, as funerárias, floriculturas, pedreiros, ambulantes, são responsáveis por manter este mercado “vivo”, pois a lei da oferta e procura alimenta por fim a dinâmica deste universo.

As pessoas não se atentam a valores quando estão sensibilizadas sentimental e psicologicamente com a perda de um familiar ou amigo e acabam contribuindo para o crescimento econômico deste setor. Este mercado é bem organizado e depende exclusivamente da morte e necessita de um órgão fiscalizador, levando em conta o alto custo abusivo tanto de produtos quanto de serviços.

Outro resultado relevante é a realidade do cemitério que se mostra nitidamente lotado sem espaços para novos sepultamentos levantando assim a hipótese do sur-

gimento de um novo cemitério municipal para a cidade de Boa Vista, obedecendo à Legislação da CONAMA. Ressaltando que o atual está servindo praticamente de lugar memorial, com exceções para alguns enterros.

Referências bibliográficas

ARIÈS, Philippe. **O Homem diante da morte**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981.

BELLOMO, Harry Rodrigues. **Pesquisa cemiterial no Estado de Goiás**. Porto Alegre: s.n., 2008.

BORGES, Maria Elizia. **Arte funerária no Brasil (1890- 1930):** ofício de marmoristas. São Paulo, 2000.

CARVALHO, V. A. **A vida que há na morte**. In.: BROMBERG, M. H. P. et al. *Vida e morte: laços da existência*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

CHAHON, Sérgio. **Os convidados para a ceia do senhor:** as missas e a vivência leiga do catolicismo na cidade do Rio de Janeiro e arredores (1750-1820). Tese (Doutorado em História), São Paulo, USP, 2001.

CLAVAL, Paul. **O território na transição da pós-modernidade**. In: GEOGRAPHIA, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF, ano 1,nº 2, 1999.

COULANGES, Fustel. **A cidade antiga**. 4 ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2000.

DALMÁZ, Mateus. **Símbolos e seus significados na Arte Funerária Cristã do Rio Grande do Sul**. In: *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

D'ASSUMPTÃO, E.A. **Comportar-se fazendo bioética:** para quem se interessa pela ética. Rio de Janeiro: Vozes 1998.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral:** memória, tempo identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vétice, 1990.

LEGOFF, Jacques. **Memória e história**. São Paulo: Unicamp, 1990.

MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias. **Amazônia, o extrativismo vegetal no sul de Roraima:** 1943-1988. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

MOTTA, Antonio. **Formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 24, n.71, out. 2009.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. São Paulo: PUC/SP, n.10, 1993.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**. Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

_____. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1998.

_____. **Urbanização brasileira**. 5.ed. São Paulo: USP, 2005.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 5. Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

TUAN, Yu-Fu. Topofilia. **Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo /Rio de Janeiro: Ed. Difel, 1980.

VERAS, A.T. **A cidade de Boa Vista no contexto urbano roraimense**. Boa Vista: UFRR, 2010. (Material de apoio didático ao mini curso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência Norte).

APROXIMAÇÕES COSMOLÓGICAS: A COSMOVISÃO MÍTICA ENTRE AS CULTURAS JUDAICO-CRISTÃ E TUKANO

Introdução

Quando abordamos o mito, nos deparamos com uma percepção conclusiva que devemos evitar, a de comparar o mito apenas como parte do imaginário particular de cada povo, sem antes considerá-lo como fonte de conhecimento cultural e parte essencial de sua linguagem e expressão simbólica de sua existência. Precisamos reconhecer o seu valor, bem como saber interpretar suas particularidades, como significado que perpassa a reflexão sobre o sentido da vida e contribui para decifrar o destino de determinado povo, que traduz o mito como revelação para os seus integrantes.

Por isso, neste artigo, propomos uma aproximação entre duas cosmovisões distintas em suas características, contudo, similares em sua forma e essência, pois, partem do mito de origem cosmogônica que revela traços importantes relacionados não somente à origem, mas também ao universo vivencial de cada povo. Por isso, mencionamos e dispomos em um paralelo, essas duas narrativas míticas que tem como destaque a origem e a ordem do universo, a saber, o relato Judaico-Cristão presente no livro de Gênesis, uma cosmovisão de origem hebraica presente no texto bíblico, e a outra, uma expressão cultural dos povos Tukano do Alto Rio Negro localizados numa região a noroeste do Estado do Amazonas (Cabeça do Cachorro)¹.

Esses dois relatos míticos tem muito a dizer acerca de sua realidade de expressão viva, particular e comum de cada um desses povos, pois, mesmo diante do distanciamento que existe entre as duas cosmovisões, existem pontos em comum que este artigo pretende elucidar. Entre as duas perspectivas supracitadas, enquanto uma provém de um texto sagrado entendido como revelado para o povo Judaico-Cristão,

* Faculdade Boas Novas (FBN). E-mail: reyth_ribeiro@hotmail.com

** Professor na Faculdade Boas Novas (FBN). E-mail: belmiromcjunior@gmail.com

¹ Região situada ao extremo norte do Brasil, que faz fronteira com Colômbia e Venezuela, onde habitam diversas etnias, entre elas os Tukano.

o outro relato, tem sua relação com o povo indígena amazônico que nesses últimos anos vem sendo registrados e relidos por outros povos não índios, passando de uma cultura de tradição oral para uma de tradição escrita como fora com a tradição bíblica.

1. *O Mito*

1.1. *O mito como paradigma.*

O mito conta uma história sagrada. Sempre envolvendo deuses e heróis divinos ou entes sobrenaturais como personagens. Ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do “princípio”. É sempre a narrativa de uma “criação”. Relata de que modo algo foi produzido e começou a ser. Em suma, os mitos descrevem as diversas, e algumas vezes dramáticas, irrupções do sagrado ou do sobrenatural no mundo. É essa irrupção do sagrado que realmente fundamenta o mundo e o converte no que é hoje. E mais: é em razão destas intervenções sobrenaturais que o homem é o que é hoje, um ser mortal, sexuado e cultural. (ELIADE, 1972, p. 9).

O fato é que o mito vai além do pensamento de senso comum, que o apresenta como algo não verdadeiro e indigno de confiança. Eliade (1972) mostra que o mito é considerado uma história sagrada e, portanto, uma “história verdadeira”, porque sempre se refere a realidades, e o próprio mito cosmogônico é “verdadeiro” porque a existência do mundo aí está para prová-lo.

A veracidade do mito pode ainda ser provada pelo fato de o mesmo referir-se à história da origem de algo que se constitui em paradigma para as ações humanas dentro de respectiva comunidade. Conforme afirma Eliade (1992, p. 9):

Os mitos preservam e transmitem os paradigmas, os modelos exemplares, para todas as atividades responsáveis a que o homem se dedica. Em razão desses modelos paradigmáticos, revelados ao homem em tempos míticos, o Cosmo e a sociedade são regenerados de maneira periódica.

Esta passa a ser, conforme o mesmo autor, a principal função do mito, ou seja, “revelar os modelos exemplares de todos os ritos e atividades humanas significativas: tanto a alimentação ou o casamento, quanto o trabalho, a educação, a arte ou a sabedoria” (ELIADE, 1972, p. 11). Conforme Campbell (1990, p. 29), os mitos “são os sonhos do mundo. São sonhos arquetípicos, e lidam com os magnos problemas

humanos. Eu hoje sei quando chego a um desses limiares. O mito me fala a esse respeito, como reagir diante de certas crises de decepção, maravilhamento, fracasso ou sucesso. Os mitos me dizem onde estou”.

O mito, então, passa a dar sentido e/ou significado para a vida e existência humana, fundamentando e justificando toda a sua atividade e comportamento, pois para o homem, os modelos para suas ações, reações e comportamentos, foram revelados no começo dos tempos, tendo sua origem a partir dos deuses e/ou entes sobrenaturais.

Essas origens são preservadas e resgatadas no processo de contar, ler e ouvir as narrativas, que se dão principalmente pela repetição dos rituais e cerimônias sagradas que relembram os feitos dos deuses, heróis divinos e entes sobrenaturais. Assim, o tempo primitivo das origens é revivido por quem participa dos rituais, e assim, fazendo do mito algo mais significativo para o povo. Isso “[...] possibilita as gerações mais jovens à compreensão do tempo primordial e trazem para si como realidades, fazendo viver, na imaginação, os acontecimentos que lhe foram narrados, isso contribui para a formação da identidade do homem como e onde ele vive [...]” (OLIVEIRA e LIMA, p. 5).

Assim, o mito se torna um paradigma para o homem, na medida em que fornece modelos para sua conduta, conferindo significação e valor à sua existência. Ele abre caminho da grande jornada humana à procura de significações e respostas para a existência, o Universo, a criação, a vida, o destino, entre outros.

1.2 *O conceito mitológico indígena*

“Toda a sociedade indígena tem uma ideia própria a respeito do Universo” (MELATTI, 1989, p. 133), essas ideias são reveladas pelos mitos, que são conhecimentos, narrativas de uma tradição oral. A veracidade do mito indígena muitas vezes é desrespeitada pelo fato de muitos considerarem tais narrativas apenas descrições deturpadas de fatos que já ocorreram em um tempo muito distante. Muito embora, as narrativas míticas deem ênfase ao passado, esses acontecimentos como acontecidos não deixam de refletir o presente desses povos, Melatti (1989).

Portanto, o conceito mitológico indígena é, em seu todo, permeado de uma linguagem fabulosa, suas narrativas mesmo que sejam recheadas de temas míticos e elementos abstratos, são construídas com imagens concretas. Suas histórias são variadas, pois, revelam as características específicas de cada etnia, em outras palavras, esta especificidade reside na identidade cultural e particular de cada tribo, vejamos a

seguir, de acordo com Silva (1994) os principais temas característicos desta cosmologia indígena:

Indiferenciação entre humanos e animais, que se relacionam como iguais; céu e terra tão próximos, que quase se tocam; viagens cósmicas, homens que voam, gêmeos primevos, incestos criadores; origens subterrâneas; dilúvios; humanidades subaquáticas; caos, conquistas, transformações. (p. 75).

É importante admitir o vasto universo constituído pelas diversas sociedades étnicas no Brasil, cada uma delas com suas particularidades e genuínas formas elaboradas de seus mitos que articulam a história, ritos e vida social de seus povos. O tempo, o espaço, o cosmos e a própria pessoa humana são o resultado de todos esses mitos e a forma como são elaborados e transmitidos revelam os atributos da identidade pessoal do grupo.

Há ainda uma intensa relação com outros domínios e esferas paralelas, como a natureza, o mundo dos mortos e os espíritos, que são fatores contribuintes para a formação do cosmos e da vida. Esta cosmologia, segundo Silva (1994), são teorias do mundo, onde o ser humano é apenas um personagem entre muitos outros, onde a linguagem simbólica se manifesta como ponto alto. Nesta interação com outros domínios, os adereços corporais, a música e os gestos fazem parte do contato do indivíduo com essas dimensões cósmicas, todos esses elementos são parte integrante nos rituais.

Em muitas sociedades indígenas, o ritual é o momento mesmo da inserção da humanidade no universo mais amplo; é o lugar mesmo da confluência e da presença concomitante do sobrenatural, da natureza e da humanidade [...] É assim que símbolos, sentimentos, concepções e matérias se encontram e se mesclam no universo do mito e da cosmologia, permeando vida e pensamento, sociedade e natureza, dando sentido à experiência humana no mundo. (SILVA, 1994, p. 76).

Essas são algumas características da mítica indígena, vista a partir de sua cosmologia, de sua vivência de mundo. Como destaca Benedict (2009), que a cultura é semelhante a uma lente por onde cada um pode ver o mundo, ou neste caso, o seu mundo. Pessoas de culturas diferentes usam lentes diversas, o que traz à tona uma realidade, a distinção de cada visão de mundo. Nisto reconhecemos o valor cultural mítico indígena e suas principais características.

Contudo, é importante salientar que mesmo tendo uma variedade de elementos particulares a cada sociedade indígena, importa, como foi anteriormente citado por

Silva

(1994), destacar os pontos de encontro e temas comuns compartilhados entre todos estes povos e grupos étnicos.

Diante disso não podemos desconsiderar essas culturas e considerá-las inferiores à nossa cultura ocidental ou a qualquer outra pelo distanciamento entre aquilo que consideramos comum a nós. É claro que tendo como base a nossa cultura a primeira atitude seria desprezar tais culturas e realidades míticas ou organizações cosmológicas diferentes da nossa, e ainda depreciá-las por julgarmos fora dos nossos padrões, isso reflete uma forte tendência etnocêntrica como destaca Laraia:

O fato de que o homem vê o mundo através de sua cultura tem como consequência a propensão em considerar o seu modo de vida como o mais correto e o mais natural. Tal tendência, denominada etnocentrismo, é responsável em seus casos extremos pela ocorrência de numerosos conflitos sociais. (2001, p. 38).

Contudo, Junqueira (2002), considera que mesmo havendo pequenos distanciamentos entre uma e outra sociedade indígena, elas possuem peculiaridades únicas, além disso, ao compará-las com a nossa sociedade as diferenças entre essas sociedades são bem menores do que a nossa sociedade brasileira, pois, a história do desenvolvimento cultural e mítico indígena foi constituída de modo independente da cultura ocidental, em outras palavras, pode-se dizer que os ocidentais agregaram muito mais elementos sincréticos de outros povos que qualquer outra cultura indígena.

Assim, vale ressaltar que os pontos de vista divergem e divergem principalmente do ponto de partida. Para Boff, “todo ponto de vista é a vista de um ponto” (1998, p.9). Isto quer dizer que:

Cada um lê com os olhos que tem. E interpreta a partir de onde os pés pisam [...] Para entender como alguém lê, é necessário saber como são seus olhos e qual a sua visão de mundo [...] Para compreender é essencial conhecer o lugar social de quem olha. (BOFF, 1998, p. 9).

A cosmologia indígena com seus mitos sobre a origem são meios pelos quais estas sociedades mantém viva as suas histórias, refletir acerca de cada uma dessas cosmologias não é tarefa fácil, principalmente pela complexidade e variedades de concepções e estilos que cada um desses grupos apresentam e pela perplexidade na diferença das nossas concepções. Assim, cabe a nós olhar com nossos olhos, porém, entender o modo de ver do ‘outro’ e sua visão de mundo e ambiente vivencial.

1.3 O mito no texto de Gênesis²

Nos textos bíblicos não há a presença do mito no sentido real da palavra. Pois o mesmo está descaracterizado nas narrativas da Bíblia. Os mitos já existentes na época em que o texto de Gênesis foi escrito, foram incorporados no mesmo, sofrendo adaptações, por causa da teologia israelita, a qual era de fé monoteísta. Conforme Homburg (1981, p. 27), “relatos e motivos míticos não foram adotados por Israel sem sofrer alguma alteração. Eles foram incorporados na fé em Javé³, e, com isso, modificados”.

As alterações ocorreram por causa do monoteísmo. Homburg (1981, p. 28), Schmidt (1994, p. 64) e ainda Sellin e Fohrer (2007, p. 125) apontam que um autêntico mito pressupõe fundamentalmente dois deuses: um ator e o seu rival, o que não está presente nos textos bíblicos pelo caráter exclusivo da fé de Israel em Javé, sendo ele o único Deus e não possuindo adversários à altura.

Nas narrativas bíblicas, a existência do elemento mítico se limita praticamente à história dos primórdios ou proto-história (Gn 1 – 11). A inspiração dos diferentes relatos presentes nestas passagens vem principalmente da cosmogonia de *Enuma Elish* (RIBEIRO, 2008, p. 67) e da epopeia de *Atrabásis* (HOMBURG, 1981, p. 27; SELLIN e FOHRER, 2007, p. 126). Estas duas obras mostram de forma mitológica a cosmogonia.

Homburg (1981, p. 27) traz uma descrição da epopeia de *Atrabásis*:

A epopeia começa com a criação do homem, sugerida pelos grandes deuses Anu, Enlil e Ea e efetuada pela deusa-mãe, auxiliada por Ea. A civilização iniciou com a edificação de cinco cidades (compare: Gn. 4,17), governadas, antes do dilúvio, por oito reis, segundo a crônica real dos sumérios (compare: Gn. 5). Mas quando a humanidade se multiplicou, o seu barulho importunou o deus Enlil, perturbando o seu sono. Para diminuir o número de homens, os deuses estabeleceram um período de fome que durou seis anos. Mas vendo que esta medida não surtira efeito, enviaram o dilúvio para exterminar esta geração abominável. Mas Ea revelou esta decisão ao seu protegido, o qual construiu um barco, salvando-se nele,

² O mito é encontrado apenas neste livro e não em todo o Antigo Testamento, pois para Sellin e Fohrer (2007, p. 125) é preciso distinguir entre a ocorrência do mito nas narrativas; nas profecias escatológicas; e nos salmos. No caso, quando se trata da presença mítica nas narrativas do Antigo Testamento, a ocorrência se dá apenas em um livro da Bíblia, neste caso, no livro de Gênesis do capítulo um ao capítulo onze, onde parte desta narrativa (Gênesis 1.1 – 2.4a) será usada para análise deste artigo.

³ Javé é o nome dado ao Deus de Israel. Esta pronúncia é uma adaptação para a língua portuguesa, já que o nome é considerado impronunciável. Os judeus pronunciam Hashem (significa “o nome” na língua hebraica) ou Adonay (significa “Senhor” na língua hebraica). É importante também informar que Javé também é chamado nos textos bíblicos por outro nome: Elohim, o qual é traduzido na maioria das versões em português como “Deus”. Elohim também é o nome usado no relato da criação em Gênesis 1.1 – 2.4a, que começa dizendo: “No princípio criou Deus (Elohim) os céus e a terra”.

ele e sua família. A epopeia relata, portanto, o curso dos acontecimentos desde a criação até o dilúvio na mesma sequência de Gn. 1 – 9.

Pode-se perceber como o próprio autor relata, a semelhança entre esta epopeia e a narrativa presente em Gênesis. A semelhança da história ocorre não apenas na criação, mas também em outros fatos, como o dilúvio descrito em Gênesis nos capítulos 6 ao 8 também é apresentado na epopeia. Como já foi explicada acima, a maior diferença está no politeísmo da epopeia e o monoteísmo bíblico.

Já a cosmogonia retratada no mito babilônico chamado *Enuma Elish*⁴, é a que mais está relacionada com Gn 1.1 – 2.4a (RIBEIRO, 2008). O mito trás como finalidade a exaltação do deus Marduk como deus supremo, superando a trindade original Anu, Enlil e Ea, retratados na epopeia de *Atrabásis*. *Enuma Elish* conta como o deus Marduk, filho de Ea, matou Tiamat a deusa dos mares e Kingu, deus criado por Tiamat e escolhido pela mesma para governar. Após mata-los, Marduk corta Tiamat em duas bandas, com uma banda faz o firmamento⁵ nos céus e com a outra banda faz a terra. Ainda instrui a Ea que, do corpo de Kingu, morto, crie os homens para administrarem a terra.

Já dá para perceber até aqui, que apesar de a Bíblia não conter o mito no sentido real da palavra pela descaracterização, pode-se afirmar por esta assimilação mítica que sua linguagem é fundamentalmente mítica ou mitológica. Aqui começa um questionamento, pois já que a Bíblia foi fundada a partir de mitos, perderia ela o seu valor de autoridade? Já que seu texto é entendido no meio judaico-cristão como revelado, por meio de inspiração verbal divina.

Reimer (2007) chama a atenção para o fato, de que apesar de a narrativa da criação na Bíblia ser fundada a partir de mitos já existentes, não significa de modo algum que a verdade das Escrituras seja diminuída. Linguagem mítica é uma forma de comunicação das verdades fundamentais em praticamente todas as religiões. A religião de Israel participa dessa forma de comunicação de suas próprias verdades e reconhecimentos.

Gass (2011, p. 31) trás uma boa explicação de como ocorre a revelação divina nos textos bíblicos:

⁴ Para conhecer mais sobre este mito, composto provavelmente durante o reinado de Nabucodonosor I (1124 – 1103 a.C) rei da Babilônia, indico o livro: LARA PEINADO, Federico. **Enuma Elish: poema babilônico da criação**. São Paulo: Paulus, 1985.

⁵ O firmamento, também citado em Gênesis (1.6-8), é compreendido como o céu. É como uma abóbada ou uma grande cuia emborcada. Na compreensão antiga, o universo era coberto por águas e o firmamento não permitia que as águas invadissem a terra.

Aprofundando esta reflexão, podemos dizer que a Bíblia não é a Palavra divina caída prontinha do céu. Deus não se revela de forma mágica, fora da história. Nem dita sua palavra direto a alguém para que a escreva. Sua revelação acontece na experiência da vida, no cotidiano. Nesse sentido podemos dizer que a Bíblia é ‘testemunho’ da revelação, da Palavra de Deus.

E é dessa experiência da vida, da experiência de um povo em determinada época, com sua teologia, interesses, afirmações e crenças que nasce a narrativa da criação nos textos bíblicos. A partir desta compreensão pode-se ter uma pista para a resposta a seguinte pergunta: por que o povo judeu não criou seu próprio mito, mas incorporou e adaptou outros mitos já existentes em seus textos? A resposta a tal pergunta é encontrada, quando se verifica a época em que o texto foi escrito.

Conforme Croatto (2000, p. 15), o mito:

[...] fala de um acontecimento “sucedido” in illo tempore, mas o que verdadeiramente faz é “interpretar” sucessos vividos no horizonte da produção do próprio texto, ou seja, da vida de Israel, num momento determinado de sua história. Remontar “as origens” significa buscar o sentido, orientar-se, explorar possibilidades, pôr em jogo a divindade, conectar-se com o absoluto. Cada mito está configurado para “dizer” algo sobre o presente, não sobre o passado. O “passado” do mito é o sentido do “presente” vivido.

A época em que o texto de Gênesis 1.1 – 2.4a foi produzido, ocorre no tempo do Exílio, quando uma parte do povo judeu foi deportada para a Babilônia. Isto ocorreu entre 587 a 538 a.C. Conforme Reimer (2006), naquele contexto deu-se um confronto cultural e religioso com a religiosidade babilônica, cuja expressão mítica das origens era o *Enuma Elish*. Partes deste mito passam a ser recontadas na perspectiva teológica do povo judeu, com o objetivo de desconstruir o mito babilônico.

A narrativa bíblica passa então a ter outra característica. Sendo um contra mito, ou como Reimer (2006) sugere, uma narrativa “contra cultural”, isto é, um grupo cultural dominado reagiu contra os dominadores, assumindo e modificando partes essenciais da religião dominante. Assim, entre outras desconstruções ocorridas na narrativa bíblica, o criador de todas as coisas é Deus (*Elohim*) e não Marduk, deus honrado no mito babilônico.

2. *Cosmovisões*

2.1 *A cosmovisão tukana*

A noroeste do Estado do Amazonas, no Alto Rio Negro entre os cerca de vinte e dois grupos étnicos ali estabelecidos naquela região, destaca-se o povo tukano. Representantes das culturas tropicais da América do Sul, os tukanos, vivem da caça e da pesca além da horticultura, são hábeis na construção e manejo de suas embarcações, usam redes para dormir e na arte da cerâmica são habilidosos, Fulop (2009). Estão localizados num território que fica as margens dos rios Tiquiê e Uaupés, Gentil (2005), desde as cataratas de Ipanoré e demais afluentes, tanto no território colombiano quanto no brasileiro, Fulop (2009).

É nesta região que dá-se o início de sua cosmogonia grandiosa e envolvente, grandiosa por sua beleza e envolvente por conta da sua própria mítica. A figura abaixo dá uma ideia desta cosmovisão.

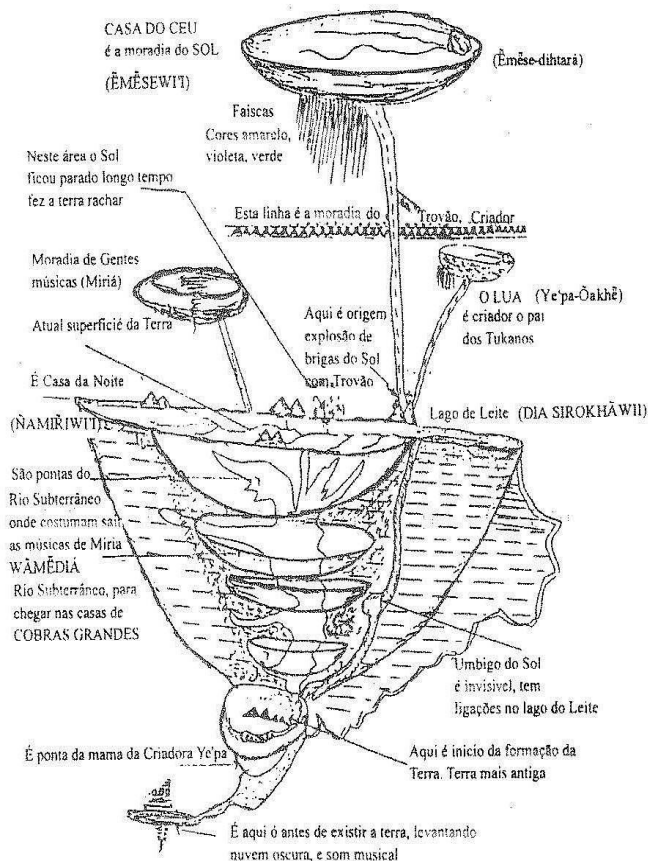


Figura 1: Cosmvisão tukana (GENTIL, 2000, p. 158).

Esta etnia tem uma cosmvisão própria acerca do surgimento do seu povo, uma perspectiva em conjunto dos cinco níveis do mundo⁶ criado inicialmente por Yepá⁷ no primeiro tempo da antiguidades.

O início de tudo começa com o surgimento do primeiro ser vivente, neste tempo, Yepá, surgiu de um redemoinho que emitia sons no espaço vazio e sem forma. Estes sons e movimentos criaram a primeira mulher, na Casa dos Ventos. Após isso,

⁶ Aqui explicamos a seqüência deste Mito e da origem das Camadas ou dos cinco níveis do mundo. Conta-se a partir desta sequencia, a saber, desde a Casa mais antiga até chegar à origem da Casa do Céu. Contudo, agora, na situação atual, a maneira certa de contar é a partir da Casa do Céu, descendo até à Casa do Vento, a explicação para tal mudança está no fato de ter sido alterada pelos seus próprios Criadores.

⁷ Yepa, quer dizer, na linguagem dos Criadores, gente terra feminina.

Yepá passou mudou, desceu para outro lugar, para a Casa da Terra, criando alimentos para si: ipadú⁸, tabaco e cahpi⁹. Yepá faz com o tabaco e através de cerimônias, a Terra e suas filhas e com o paricá¹⁰, os trovões e o fogo.

Mais tarde, a pedido de suas filhas, Yepá, casou-se com um dos trovões, seu primeiro marido, Avô do Mundo não pode lhe conceder filhos, não os que ela queria, pois, pretendia criar a luz e a humanidade, contudo, desta relação consegue gerar apenas relâmpagos. Por tal motivo, Yepá se une ao Sol, e esta união da origem a luz, é também nesta união que o mundo começou a se tornar povoado e iluminado, aqui que começa a origem do povo tukanos. Esses primeiros tukanos não foram criados por meio do ato sexual e sim a partir de cerimônias, Yepá, para criar a humanidade, comeu ipadú, fumou tabaco e tomou bebidas imortalizadoras, assim nasceram os primeiros tukanos. Também é na Casa da Terra que houve os primeiros conflitos decorrentes das lutas entre o Trovão e o Sol.

Os primeiros tukanos não viviam em casas, viviam nus, comiam raízes, folhas, frutos e comiam comidas cruas pois, não conheciam o fogo. Após isso, na Casa do rio, houve a confusão das línguas por causa do abuso do uso de cahpi. Na Ilha da Gente de Pedra, surge uma nova era, onde, Jurupari, derrotou as mulheres pajés, por ordem do Sol, estabelecendo assim o patriarcado. Ao se rebelarem contra o Sol, os tukanos foram para a Casa da Noite e de lá, dentro da canoa das transformações, a cabra grande, foram sair na cachoeira do Ipanoré até chegarem no rio Uaupés, (GENTIL, 2005; FULOP, 2009).

2.2. *A cosmovisão judaico-cristã.*

A narrativa da criação do povo de Israel foi escrita de acordo com sua cultura e a sua cosmovisão. Claro que não apenas a criação, mas todos os escritos bíblicos produzidos na mesma época são baseados nesta visão do Universo. Vale ressaltar que a cosmovisão do povo judeu, na época em que escreveu sua narrativa da criação, é a mesma em todo o Antigo Oriente Próximo (RIBEIRO, 2008). Assim, falar da cosmovisão do povo judeu é falar da cosmovisão das outras nações ao seu redor.

⁸ Arbusto da família das Eritroxiláceas, da Amazônia, cujas folhas têm as mesmas propriedades da coca, para mascar.

⁹ Uma folha vegetal considerada alucinógena.

¹⁰ *Shizolobium amazonicum* (paricá), madeira da região amazônica.

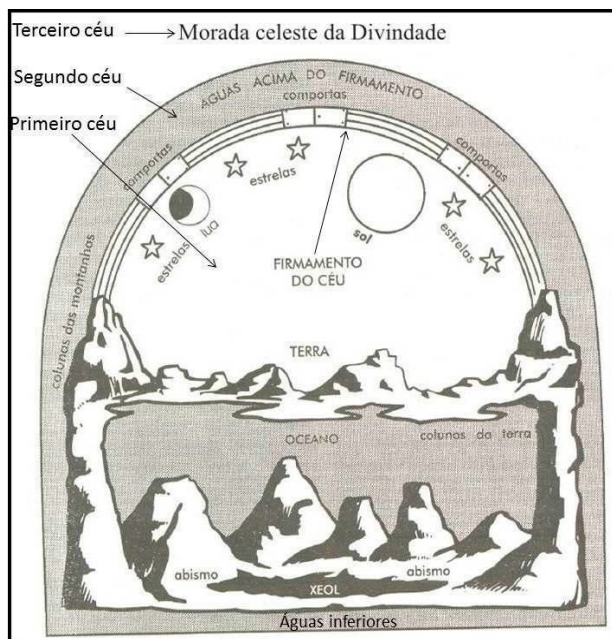


Figura 2: Cosmvisão bíblica (GASS, 2011, p. 39).

Conforme a figura existe três céus. A morada de Deus fica no terceiro céu. O segundo céu contém as águas superiores, as quais são abarcadas pelo firmamento. O firmamento, também chamado de céus na Bíblia, se assemelha a uma abóbada ou uma cuia emborcada sustentada por colunas, fazendo a contenção das águas superiores, impedindo que caíssem sobre a terra. O firmamento contém pequenas janelas, também traduzidas por comportas, as

quais podiam ser abertas (Gn 7.11) ou fechadas (Gn 8.2) por Deus, que controlava a liberação das águas superiores, que desciam em forma de chuva, de modo a deixar cair uma inundação destrutiva (Gn 8.2; Is 24.18) ou as chuvas de fartura (2Rs 7.2, Ml 3.10).

No primeiro céu, abaixo do firmamento, encontram-se o sol, a lua e as estrelas. A terra é uma plataforma sustentada por colunas e rodeada de águas, também chamadas de mares. Por baixo e ao redor das colunas, estão as águas inferiores, que na história do dilúvio bíblico, a inundação não vem apenas da chuva, mas também pelo rompimento destas águas inferiores (Gn 7.11). A terra é uma plataforma sustentada por colunas e rodeada de água, ou mares. Nas profundezas da terra está o Xeol, a

morada dos mortos, também chamada de Inferno.

A criação em Gênesis 1.1 – 2.4a é narrada nesta perspectiva. No princípio não existe o firmamento. Há apenas uma massa de “águas”¹¹, agitadas pelo Espírito de Deus¹², como também o “abismo”¹³ rodeado de trevas¹⁴, levando a terra a estar “um caos (sem forma) e vazia (Gn 1.2). Deus então cria a “luz”¹⁵, e a partir deste momento, surge os “céus” e a “terra”, estes, pela separação das águas em duas partes, águas de cima e águas de baixo, e pela fixação, no meio delas, do firmamento, estabelecido como abóbada de contenção das águas superiores, recobrimdo concovamente a terra, saída esta desde dentro das águas inferiores, depois de escoadas a um canto (Gn 1.6-10).

No quarto dia Deus cria os luminares (sol, lua e estrelas) abaixo do firmamento, com a função de iluminarem a terra durante o dia e a noite e servir de referência para as estações, para os dias e anos (Gn 1.14-18). É importante notar, que o sol, a lua e as estrelas na narrativa bíblica não estão distantes da terra, como é conhecido hoje, mas estão dentro da atmosfera terrestre.

Essa estrutura composta de céus, terra e mares, foi o preparo para toda a criação que os preencheria. Assim, a terra foi preenchida com seres vivos e toda a vegetação, como animais selvagens e domésticos, árvores e plantas; as aves para voarem abaixo do firmamento; e o mar foi preenchido com os animais marinhos, como peixes e baleias e “animais que rastejam” (répteis).

3. Aproximação

3.1. A criação e o Vento Forte.

O texto bíblico, ao informar o estado original da terra, traz a seguinte informação: “E a terra era sem forma e vazia; e havia trevas sobre a face do abismo; e o Espírito de Deus se movia sobre a face das águas”. (Gn 1.2). O termo Espírito no hebraico é *ruah*, que pode significar “vento”, “sopro”, “mente” (HARRIS; ARCHER; WALTKE, 1998, p. 1407). Assim, esta palavra no texto, também pode ser traduzida como “sopro de Deus”, ou como Ribeiro (2008, p. 68) propõe, “Vento Tempestuoso”.

¹¹ *Mayim* no hebraico.

¹² *Ruah Elohim* no hebraico. Ribeiro (2008, p. 68) traduz esta palavra como “Vento Tempestuoso”.

¹³ *Tehom* no hebraico.

¹⁴ *Roshek* no hebraico.

¹⁵ *Or* no hebraico

O fato é que um dos elementos que agem na criação é este “Vento Tempestuoso”, que se “movia” sobre as águas. Isso mostra também, que ele foi um elemento essencial no início da criação, assim como o redemoinho inicial no mito tukano, onde na Casa de Vento “quando não existia nada, no espaço escuro, vazio, triste, sem corpo, sem forma” (GENTIL, 2005, p. 29), veio a existir dentro do redemoinho de vento a primeira vida, Yepá, antes disso, era somente o redemoinho e os sons musicais, sons de vento, que deram a forma do primeiro ser vivente.

3.2. As etapas da criação

A narrativa bíblica, mostra que o mundo e tudo o que nele contém, foi criado em etapas. Deus realiza a criação em seis dias e no sétimo dia descansa. O quadro abaixo mostra este processo:

DIAS SUCESSIVOS DA CRIAÇÃO BÍBLICA	
1º DIA	Aparição da luz (dia e noite);
2º DIA	Céu, atmosfera e mares;
3º DIA	Surgimento dos continentes e aparecimento da vegetação;
4º DIA	Aparecem os corpos celestes que alumiam a Terra;
5º DIA	Os animais do mar e as aves;
6º DIA	Os mamíferos e o homem;
7º DIA	Terminada a atividade criadora, Deus descansa.

Quadro 1: Dias sucessivos da criação bíblica, Gênesis 1.1 – 2.4^a.

A divisão destas etapas no texto é informada com a fórmula “foi o primeiro dia”, “foi o segundo dia”... (Gn 1. 5, 8, 13, 19, 23, 31). A teologia discute até hoje se estes dias podem de fato serem considerados dias de 24 horas, pois a tradução não deixa claro. A palavra dia no hebraico é *yom*, que pode significar “dia”, “tempo” ou “ano” (HARRIS; ARCHER; WALTKE, 1998, p. 604). Assim, as seis etapas de criação da terra, podem não ter durado 24 horas cada, mas pode representar uma era geológica cada (ARCHER, 1981 p. 96).

OS CINCO NÍVEIS DO MUNDO TUKANO	
5º CAMADA	Casa de Vento: Nascimento de Yepá;
4º CAMADA	Casa da Terra: Criação da Terra, das filhas de Yepá, trovão e fogo;
3º CAMADA	Casa da Noite e Lago de Leite: Lugar das almas desobedientes.
2º CAMADA	Casa do Trovão: Plantas venenosas, doenças e venenos.
1º CAMADA	Casa do Céu: Poderes para curar doenças e poderes das plantas medicinais.

Quadro 2: Os cinco níveis do mundo na cosmologia tukana, baseado na figura 1.

Apesar desta discussão, se foram em seis dias ou seis eras geológicas, o fato é que a criação no texto bíblico ocorreu em etapas, assim como a narrativa tukana. Na narrativa mítica tukana o mundo existente foi também criado em etapas, não fica evidente os dias desta criação, contudo, o conjunto dos cinco níveis do mundo dão a entender que esta obra criativa e de tudo o que surge após esta criação, se deu em um processo onde todas estas coisas estão envolvidas, como demonstra no quadro acima.

3.3. Limitações

Nas cosmovisões dos dois povos, percebe-se a limitação científica de ambos. O povo judeu com a compreensão de que a terra era uma plataforma, coberta e protegida por uma abóbada. E sem a compreensão de que a água da chuva é consequência da evaporação, pensavam que acima de tal firmamento já havia águas, que eram liberadas aos poucos ao se abrirem as janelas que ficavam no firmamento.

Também o povo tukano, com a compreensão de que o mundo era formado por cinco camadas ou níveis, e a criação se deu em algumas dessas camadas. Assim como havia no contexto judaico-cristão janelas que quando abertas derramavam chuvas sobre a Terra, assim também, no mito tukano, quando o Sol abria a porta do céu a Terra ficava muito quente

enquanto que com portas fechadas o tempo ficava com muitas chuvas, escuro e frio Gentil (2000, p. 159).

Portanto, a limitação pode ser justificada pelo tempo e lugar. De um lado o povo judeu limitado por causa do tempo tão remoto, pois, sua narrativa da criação é criada no século VI a.C., e do outro lado o povo tukano, limitado por causa do isolamento, e assim, sem acesso ao conhecimento. Porém, apesar de tais limitações, seus mitos

não foram feitos para serem provados cientificamente, mas para dar sentido ao seu mundo, ao seu modo de viver, são paradigmas que modelam seus conhecimentos sobre o mundo e como o mesmo funciona e é estruturado.

Surge aqui uma das relevâncias desta pesquisa. Pois abre o caminho para o diálogo, para a tolerância e para a desconstrução do etnocentrismo. Não há aqui o mito mais “importante” ou único “verdadeiro”. Todos são “importantes”, todos são “verdadeiros” e todos têm suas limitações e assim, são relevantes para suas respectivas culturas.

Considerações Finais

Os mitos sempre são narrados tendo como referência seu contexto social e cultural de origem. Ou seja, cada mito está inextricavelmente ligado a uma cultura específica e peculiar. Estão configurados para dizer algo sobre o presente da cultura a que pertence. Assim, esta pesquisa deixa claro que mitos como os do relato judaico-cristão e o tukano, podem revelar entre outras coisas, a cosmovisão e conhecimentos destas culturas. Só assim, o mito dá sentido à vida e a sociedade organizada de tais povos, pois seus modelos de mundo estão fundamentados nos mitos.

Esta pesquisa abre, assim, espaço para futuras ampliações no seu corpo, ou para outros trabalhos, pois teve como objetivo trabalhar apenas as aproximações a partir da cosmovisão, e no texto bíblico, a pesquisa limitou-se apenas a Gênesis 1.1 – 2.4a, pois a presença mitológica ocorre até o capítulo onze do livro, havendo a possibilidade, por exemplo, de tratar sobre as narrativas da multiplicação das línguas e do dilúvio (inundação), que também são tratados no mito tukano.

Referências Bibliográficas

ARCHER, JR., Gleason L. **Merece confiança o Antigo Testamento?** São Paulo: Edições Vida Nova, 1991.

BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada**. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BOFF, Leonardo. **A Águia e a galinha: uma metáfora da condição humana**. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**. São Paulo: Palas Athena, 1990.

CROATTO, José Severino. **Quem pecou primeiro? – Estudo de Gênesis 3 em perspectiva utópica.** In: Revista de Interpretação Bíblica Latino Americana – O gênero no cotidiano – n. 37, Petrópolis: Vozes, 2000, p. 15-27.

ELIADE, Mircea. **Mito do eterno retorno:** cosmo e história. São Paulo: Editora Mercuryo, 1992.

_____. **Mito e realidade.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

_____. **Mitos de origem nos textos sagrados escritos.** In: Diálogo: Revista de Ensino Religioso. Ano XI – n. 43 – Agosto / 2006, p. 12 – 15.

ESPÍRITO SANTO, Maria Inez do. **Vasos Sagrados:** mitos indígenas brasileiros e o encontro com o feminino. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil.** 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

FULOP, Marc. **Aspectos da cultura tukano:** cosmogonia e mitologia. Trad. Casimiro Beksta. Manaus: EDUA, 2009.

GASS, Ildo Bohn. **Uma introdução à Bíblia, Primeiro Testamento:** a serviço da leitura libertadora da Bíblia – Volume 1. 2ª ed. São Leopoldo: CEBI, 2011.

GENTIL, Gabriel dos Santos. **Mito tukano:** quatro tempos da antiguidade, histórias proibidas do começo do mundo e dos primeiros seres. Tomo I. Zurich: 2000.

_____, Gabriel dos Santos. **Povo tukano:** cultura, história e valores. Manaus: EDUA, 2005.

HARRIS, R. Laird; ARCHER, JR., Gleason L; WALTKE, Bruce K. **Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento.** Traduzido por Márcio Loureiro Redondo; Luiz A. T. Sayão; e Carlos Osvaldo C. Pinto. São Paulo: Vida Nova. 1998.

HOMBURG, Klaus. **Introdução ao Antigo Testamento.** São Leopoldo: Editora Sínodal, 1981.

JUNQUEIRA, Carmen. **Antropologia indígena:** uma introdução, história dos povos indígenas no Brasil. São Paulo: EDUC, 2002.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura:** um conceito antropológico. 14 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

MELATTI, Julio Cezar. **Índios do Brasil.** 6 ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

OLIVEIRA, Sebastião Monteiro; LIMA, Antônia Silva de. **O mito na formação de identidade**. Disponível em: <http://dialogica.ufam.edu.br/PDF/no1/5mito_formacao.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2014.

PINTO, Marilina Conceição Oliveira Bessa Serra. **Narrativas indígenas, literaturas e novas tecnologias**. ARTEFACTUM - Revista de Estudos em Linguagem e Tecnologia, Ano V, Nº 1, 2013.

RAD, Gerhard von. **Teologia do Antigo Testamento**. São Paulo: ASTE / TARGUMIM, 2006.

REIMER, H. **Gênesis: casa comum: espaço e vida, cuidado e felicidade**. São Leopoldo, RS: Cebi, 2007.

_____. **Mitos de origem nos textos sagrados escritos**. In: Diálogo: Revista de Ensino Religioso. Ano XI – n. 43 – Agosto / 2006, p. 12 – 15.

RIBEIRO, Osvaldo Luiz. **A cosmogonia de inauguração do templo de Jerusalém – Sitz im Leben de Gn 1, 1-3 como prólogo de Gn 1, 1 – 2, 4a**. Orientador: Isidoro Mazarolo. –

2008. 346f. Tese (Doutorado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

SCHMIDT, Werner H. **Introdução ao Antigo Testamento**. Trad. Annemarie Höhn. – São Leopoldo: Sinodal, 1994.

SELLIN, Ernest; FOHRER, G. **Introdução ao Antigo Testamento**. São Paulo: Editora Academia Cristã Ltda, 2007.

*Sulianne Idalior Paião Ferreira **
*Vander Anderson Paião ***
*Andrea Lima Resende ****
*Liliane Oliveira *****

A IMPORTÂNCIA DE FRIDA VINGREN PARA A HISTÓRIA DA ASSEMBLÉIA DE DEUS NO BRASIL

Introdução

Este trabalho trata de uma pesquisa realizada para a disciplina de História do Protestantismo no Brasil, ministrada pela professora Liliane Oliveira da Faculdade Boas Novas. A pesquisa consiste em uma busca de informações sobre a missionária Frida Vingren, a qual trouxe muita contribuição para a história da Assembleia de Deus no Brasil.

Tem como objetivo refletir sobre a importância do papel desta mulher para a história da Assembleia de Deus no Brasil, na qual hoje pouco se fala, e o exemplo de sua liderança durante a expansão da Assembleia de Deus.

A Igreja Assembléia de Deus é a maior denominação protestante do país. Foi fundada em junho de 1911 em Belém do Pará. Daniel Berg e Gunnar Vingren chegaram a Belém do Pará, em 19 de novembro de 1910, ninguém poderia imaginar que aqueles dois jovens suecos estavam para iniciar um movimento que alteraria profundamente o perfil religioso e até social do Brasil por meio da pregação de Jesus Cristo como o único e suficiente Salvador da Humanidade e a atualidade do Batismo no Espírito Santo e dos dons espirituais. A irmã Celina de Albuquerque, na madrugada do dia 18 de junho de 1911, foi a primeira crente a receber o batismo no Espírito Santo, o que não demorou a ocorrer também com outros irmãos.

Em poucas décadas, a Assembleia de Deus começou a penetrar em todas as vilas e cidades até alcançar os grandes centros urbanos como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. Em virtude de seu fenomenal crescimento, os pentecostais começaram a fazer diferença no cenário religioso brasileiro. De repente,

* Faculdade Boas Novas. E-mail: sulianneidalior@gmail.com.

** Faculdade Boas Novas. E-mail: vanderpaiao@hotmail.com.

*** Faculdade Boas Novas. E-mail: andrearesende_rr@hotmail.com.

**** Faculdade Boas Novas. E-mail: lilioliveira123@yahoo.com.br.

o clero católico despertou para uma possibilidade jamais imaginada: o Brasil poderia vir a tornar-se, no futuro, uma nação protestante.

A mulher no papel missionário

Símbolos femininos foram utilizados para expressar o mistério de Deus no mundo pela experiência religiosa judaica e cristã, dentre elas a Sabedoria e Deus-Mãe. A imagem da Sabedoria é extraída da experiência das mulheres no período pós-exílio, e das tradições da Deusa; a imagem da Mãe é um símbolo primordial da Divindade nas religiões, e pode ser usado de forma equivalente em relação ao símbolo do Pai, que é predominante do cristianismo.

As mulheres aparecem como sujeitos religiosos, não apenas na esfera da casa, mas também no plano político e na religião popular. As mulheres tiveram um papel importante para o novo símbolo religioso, onde Israel poderia ter a experiência com Yahweh, onde a identidade religiosa podia constituir-se novamente por si. A casa tomou algumas funções do templo e da monarquia.

O papel de mãe não se limitou ao relacionamento, mas se tornou uma função feminina de grande importância. Na Escritura, os diversos aspectos do papel da mãe todos eles se tornaram símbolos que acenam ao relacionamento de Deus com o mundo.

No século I, nas regiões da Galiléia e Síria, se praticava a dominação sobre as mulheres, discriminando-as à condição de marginalizadas e oprimidas dentro das organizações daquele contexto. Assim como existia mulheres que transgrediam as normas, leis e costumes estabelecidos, construindo outras formas de viver pessoal e comunitariamente¹, existia também mulheres de classes mais elevadas que abandonavam tudo para seguir os mestres filósofos em movimentos socioculturais de questionamento das estruturas existentes². Além disso, é importante considerar que as mulheres de classes mais baixas eram ativas no contexto familiar, de produção e de comercialização dos produtos manufaturados. Estas mulheres participavam também de viagens em grupos, assim como de cooperativas em que se reuniam pessoas por questões de organização profissional, nas quais também celebravam sua fé.

¹ SCHÜSSLER FIORENZA, Elisabeth. *Caminhos da Sabedoria: uma introdução à interpretação bíblica feminista*. Tradução de Monika Ottermann. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2009

² STEGEMANN, Ekkhard W.; STEGEMANN, Wolfgang. *História social do protocristianismo: os primórdios do judaísmo e as comunidades de Cristo no mundo mediterrâneo*. Tradução de Nélcio Schneider. São Leopoldo: Sinodal, 2004. PUC SP.

A Teologia Feminista foi a que mais sofreu os impactos do feminismo, justamente pelas mudanças provocadas nas práticas religiosas das mulheres. Os efeitos da crítica feminista às religiões foram também dos mais contraditórios: do abandono de qualquer fé religiosa pelas mulheres, à criação de espaços feministas de espiritualidade de vários tipos, expressando uma enorme criatividade e efervescência³.

A tradição religiosa cristã colocou a mulher como reprodutoras das orientações determinadas pela estrutura dominante vigente: a preponderância masculina. Fromm (2002)⁴, considera que a existência de diferenças entre os dois sexos é muito antiga, remetendo à evolução histórica do cristianismo. Ele lembra que o Velho Testamento estabelece como peculiaridade a maldição da mulher à submissão: “que seu desejo seja apenas para teu marido e ele te dominará”, e como maldição o homem “terá de trabalhar em suor em sofrimento”.

A cultura também contribuiu para a limitação do papel das mulheres nas igrejas pentecostais. A visão social das mulheres como os guardiões morais da sociedade começou a desaparecer na década de 1920, provocando suspeitas sobre a moral das mulheres. Desde quando os pentecostais quiseram distanciar-se tanto quanto possível da modernidade, a “nova mulher” era uma imagem terrível. Assim, os pentecostais, se agarrarem na visão mais tradicional da mulher no lar e na sociedade.

A credibilidade destas mulheres, a força de sua liderança e a consciência de seus argumentos ficaram guardadas na memória histórica. As mulheres não foram mencionadas na Bíblia com tanta frequência quanto os homens. Mas as mulheres na Bíblia tiveram parte importante na história da salvação. De Eva, em Gênesis, até Maria, em Belém, as mulheres fizeram suas contribuições.

As virtudes dessas mulheres tementes a Deus são como uma pérola, onde seu verdadeiro valor está dentro de cada uma. Algumas mulheres bíblicas se destacaram no livro sagrado dos cristãos, que com liderança, determinação, trouxeram exemplos e ensinamentos para todas as mulheres cristãs.

As sociedades antigas na Mesopotâmia, Ásia Menor tinham estrutura patriarcal. As mulheres ricas tinham sua liberdade, mas suas regalias eram limitadas em comparação às dos homens.

Segundo Lightfoot⁵:

³ ROSADO, Maria José. O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões. PUC SP, 2001.

⁴ FROMM, Erick. O dogma de Cristo. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

⁵ LIGHTFOOT, Neil R. O Papel da Mulher – Perspectivas do Novo Testamento. São Paulo: Ed. Vida Crista, 1979.

Na sociedade grega a posição da mulher variava de acordo com a época e o lugar, mas quase sempre era inferior à do homem. O homem ateniense se casava a fim de ter filhos; a esposa era destinada à procriação. (...) As mulheres viviam em aposentos separados, eram pouco vistas em publico e recebiam muito pouca educação. (p. 11)

Diferente da situação de Roma, onde a mulher era vista numa situação melhor. Apesar da esposa ser considerada legalmente propriedade do marido, a matrona romana era tida em alta estima e tinha direitos iguais nas atividades da casa. As mulheres não tinham aposentos separados e as oportunidades educacionais se expandiam cada vez mais.

A representação de mundo patriarcal do Antigo Testamento deixa poucas possibilidades para o reconhecimento da dignidade e autonomia da mulher. Contudo, se de um lado há um ocultamento da mulher, de outro nos surpreendemos ao encontrar na Bíblia mulheres que figuram como um “não” ao patriarcalismo vigente.

Sejam elas rainhas, juízas, pecadoras ou mães, as mulheres tiveram parte importante na história do povo de Deus. Suas histórias de luta são exemplos para cada mulher para enfrentar o dia a dia, assim como a inserção de sua pessoa na vida da Igreja.

A princípio a mulher nunca foi valorizada, sempre esteve abaixo dos valores de um homem, a explicação para esse fato são várias, pode ser por questão da força física feminina ser menor que a masculina, assim trabalhos pesados, guerras e caças eram feitos mais eficientemente pelos homens, então o homem teria mais valor. Baseado na Bíblia no Antigo Testamento este princípio coloca a mulher em uma função secundária ao homem.

A “função” e “posicionamento” atribuídos por Deus a mulher no Velho Testamento, de modo nenhum tem relação com Deus considerar a mulher inferior ao homem. Estas colocações se referem a visão progressiva que Deus revelou a humanidade, por isso, mulheres são destacadas também no Velho Testamento, como Rute, Ester, Débora e etc. Então função e posicionamento não significa ser mais ou menos valiosa para Deus. Ele não faz distinção de sexo.

A posição dada por Deus a mulher foi a de ajudadora, porém com os movimentos de igualdade, que como o nome já diz, tem posto a mulher em pé de igualdade com os homens.

Para a Igreja, quando se fala de submissão da mulher ao marido e os demais princípios bíblicos, ela segue o modelo de igualdade da mulher, semelhantemente ao mundo temos mulheres em todos os cargos e posições eclesiásticas: Pastoras, bispas, apóstolas etc. Com isso, entende-se que Deus usa a mulher e fala através delas, po-

rém quanto a autoridade sacerdotal é função dada ao homem, de igual forma como o princípio de igualdade de condições que é dado pelo mundo, não pela Bíblia.

As primeiras mulheres evangélicas que se dedicaram de corpo e alma para a evangelização do Brasil enfrentaram a morte de filhos e esposos, conviveram com epidemias e inundações e sofreram com graves doenças; mas, sem perder o ânimo, evangelizaram, visitaram, pregaram, ensinaram, escreveram, compuseram letras e músicas, pesquisaram a nossa história e foram dedicadas esposas e mães que transmitiram aos filhos os ensinamentos do evangelho de Cristo.

Estas bravas mulheres que se comprometeram integralmente na formação de cidadãos da pátria, para que o Brasil se tornasse um país melhor, tiveram um grande destaque e cada qual com emoção, à sua maneira, contribuiu para o desenvolvimento do cristianismo no Brasil.

Frida Vingren, uma missionária a frente do seu tempo

A mulher assume um papel fundamental na vida não só eclesial, mas inclusive social, pelo seu contributo específico para enfrentar a quotidianidade. Em I Co 12:1-12; Rm 12:3-8; Ef 4:7-13 fala que Deus deu dons a cada salvo. Então cada pessoa tem pelo menos um dom. Se tem dom, também tem uma tarefa a executar. Em I Tm 2:12 diz que a mulher não deve exercer autoridade de homem. Os homens e as mulheres devem ser igualmente ativos na obra de Deus. Nenhum deles deve fazer o que Deus não lhes atribuiu, mas quando cada um trabalha dentro do papel que Deus ordenou, o nome do Senhor será glorificado e sua obra cumprida.

Um grande exemplo para a Igreja foi Frida Vingren, uma mulher que teve seu grande papel no início do trabalho assembleiano, já participava ativamente nas sessões plenárias da Convenção de 1930.

Frida Vingren nasceu em 1891, em Själevad, aldeia localizada na região norte da Suécia. Nasceu em lar luterano e foi criada num ambiente cristão, tornando-se mais tarde membro da Igreja Filadélfia de Estocolmo, onde o pastor Lewi Pethruu a batizou e recebeu o batismo com o Espírito Santo e, mais tarde, o dom de profecia. Seguindo o exemplo de muitos jovens contemporâneos seus que se imbuíam do ardente desejo de ganhar almas para Jesus, algo a impulsionou para o movimento missionário, o que a fez ingressar num Instituto Bíblico da cidade de Gotabro. Formou-se em Enfermagem, chegando a ser chefe da enfermagem do hospital onde trabalhava. Em uma das visitas de Gunnar Vingren à Suécia devido ao seu debilitado estado de saúde, ele conheceu Frida Strandberg, com quem travou forte amizade.

O chamado para a obra missionária sempre a impulsionou. Nessa época, surgiu na Suécia um movimento por missões, onde muitos jovens estavam imbuídos do desejo de ganhar almas para Cristo. Após comunicar ao pastor Pethrus que o Senhor a chamara para o campo missionário brasileiro, Frida ingressou em um Instituto Bíblico na cidade de Götabro, província de Närke. O curso era frequentado por pessoas que já tinham o chamado para missões e por aqueles que tinham apenas vocação missionária. Frida veio para o Brasil no ano de 1917, com 25 anos, enviada pela igreja sueca e obedecendo ao chamado de Deus.

Frida Strandberg casou-se com o pastor Gunnar Vingren, doze anos mais velho do que ela, em outubro de 1917 em Belém do Pará, com 26 anos de idade. O casal teve seis filhos: Ivar, Rubem, Margit, Astrid, Bertil e Gunvor, os quais foram criados com inigualável dedicação.

O dia-a-dia do lar de Frida sempre foi de muitas surpresas, tribulações e ciladas. No início de sua vida conjugal, teve que adaptar-se aos mais difíceis e primitivos meios para que se efetuasse a Obra de Deus. O clima saudável da Europa fora trocado pelo forte calor tropical. As primeiras residências eram paupérrimas e a alimentação deficiente, o que não a impedia, junto com o companheiro, de sentir o poder de Deus e a presença real do Espírito Santo.

A Missionária Frida Vingren, com 28 anos, foi acometida de malária, sofrendo com terríveis ataques de febre, chegando seu pulso a parar completamente e seus nervos ficarem esgotados a ponto de Vingren pedir que Deus ou a curasse ou então a levasse. Foram dois anos e meio de lutas grandiosas que foram vencidas com oração e jejum. Depois de seu restabelecimento, ela enfrentou o problema de saúde do marido. Ao final daquele ano, Gunnar Vingren começou a sofrer de esgotamento físico, em consequência da dedicação exclusiva ao trabalho do Senhor, e pelas vezes que também contraiu malária. Por esse motivo, o casal decidiu passar um período na Suécia e retornou ao Brasil em fevereiro de 1923.

Segundo Alencar (2013):

A figura de Frida na história oficial é apagada, quase inexistente. Algo, aliás, que não é privilégio das ADs, no pentecostalismo em geral isso aconteceu muito. No entanto, ao ler os três jornais e tabular por assunto e autores os jornais da época, nomes femininos apareceram em razoável quantidade, em especial o de Frida.

Após várias análises sobre o compromisso missionário, Frida com uma capacidade analítica imprescindível e uma mulher esperta para época, analisa a realidade daquele momento de guerras e faz uma ponte para a convocação divina para outra

guerra. Argumenta também a ação do Espírito Santo agindo igualmente em todos, nos irmãos e nas irmãs, não havendo uma justificativa para diferenciar o exercício do ministério por homens e mulheres. Naquele período, mulheres não votavam e não podiam assumir cargo público, não tinha voz feminina na sociedade brasileira. Porém Frida, argumenta que na Suécia havia mulheres trabalhando exclusivamente na obra e por que no Brasil era diferente? Por que deveriam ficar atrasadas? Finaliza seu discurso na reunião comentando sobre Pr. Lewis Pethrus, um líder sueco principal que apoia mulheres para trabalhar exclusivamente para obra. Isso causou muitos problemas para ela, seu marido, para a igreja local e para as demais igrejas no Brasil.

Foi no ano de 1930 que aconteceu a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil. Após três décadas do surgimento no país das Assembleias de Deus, devido ao estupendo crescimento do movimento pentecostal, os pastores das Assembleias de Deus resolveram que já era tempo de se criar uma organização que estabeleceria o espaço para discussão de temas de máxima relevância para o crescimento da denominação. Nesta assembleia não se fala de Vingren deixar o Brasil, ao contrário, se “oficializou” a liderança sueca no sul e a brasileira no norte e nordeste.

Depois de alguns anos no Pará, a família Vingren decidiu ir para o Rio de Janeiro, com seus quatro filhos que já haviam nascido, com a mesma vontade de ganhar almas para Cristo. Foi no bairro de São Cristóvão, na Zona Norte da cidade, onde inaugurou o primeiro salão de cultos da Assembléia de Deus no Estado.

O primeiro “culto a céu aberto” no Rio de Janeiro realizou-se na Praça da República, e foi dirigido por Paulo Leivas Macalão. A partir de então outros cultos vieram a ser realizado na Estação da Central, Praça Onze, Praça da Bandeira e Largo da Lapa, sob a direção da Missionária Frida Vingren.

A Missionária Frida Vingren continuou desenvolvendo atividades evangelísticas e abrindo frentes de trabalho em muitos lugares. A obra social da igreja, bem como grupos de oração e de visitas, ficou sob a responsabilidade da missionária. O dom de ensinar podia ser visto nas classes de Escola Dominical. Na abertura dos cultos, fazia a leitura bíblica inicial e, quando o marido se ausentava em visita ao campo, era irmã Frida quem o substituíva pregando e dirigindo os trabalhos. Ela gostava de ministrar estudos bíblicos.

O desprendimento da missionária e sua forte atuação na obra de Deus, muitas vezes foi motivo de crítica por parte de alguns. Mas, mesmo assim, ela nunca se limitou a desempenhar a função que o Senhor havia colocado em seu coração. Foi dirigente oficial dos cultos realizados aos domingos na Casa de Detenção no Rio de

Janeiro e, pela facilidade que tinha para se expressar, pregava em todos os pontos de pregação da Assembléia de Deus no Rio de Janeiro, em praças e jardins.

Possuía o dom de ensinar e pregar como ninguém e por essa razão não deixou de sofrer crítica. Com surpreendente noção da palavra escrita, colaborou nos Jornais Boa Semente, O Som Alegre e Mensageiro da Paz, bem como comentou as Lições Bíblicas. Cantava, tocava órgão, violão e compunha hinos de grande valor espiritual. Compôs 23 cânticos de louvor ao Senhor Jesus inseridos na Harpa Cristã e fez algumas traduções.

Gunnar Vingren viveu vinte e dois anos no Brasil; e Frida, apenas quinze anos. Pouco tempo, porém o suficiente para deixar marcas. Depois de anos dedicados no Brasil, e de muito sofrimento por amor à Obra, a família Vingren decidiu retornar à Suécia em setembro de 1932. Dias antes da partida, a filha Gunvor faleceu, vítima de uma infecção na laringe. Viuva, Frida viveu seus últimos oito anos na Suécia com cinco filhos. No mundo, a Segunda Guerra Mundial; na vida particular, Frida vive uma guerra com a Igreja de Filadélfia e mais particularmente com com Pethrus. Depois da morte do marido, Frida tentou voltar para o Brasil, mas a Igreja Filadélfia não permitiu; tentou ir a Portugal, onde ocorreu o mesmo. Por fim, decidiu voltar por conta própria, mas quando tava na plataforma do trem com as crianças, um grupo da igreja o impediu. Foi levada à delegacia e de lá internada compulsoriamente no Hospital Psiquiátrico de Konradsberg, em Estocolmo, no dia 25 de dezembro de 1934.

Viveu seus próximos seis anos com graves alucinações, vindo a falecer em setembro de 1940, sete anos após o falecimento do marido.

Considerações finais

Frida Vingren, uma mulher à frente de seu tempo. Esposa, mãe, enfermeira, missionária, escritora, poetisa, redatora, pregadora, ensinadora, comentarista pentecostal, organista, violonista compositora e tradutora.

É o típico modelo de mulher pentecostal que exerceu o seu ministério pastoral na periferia do poder clerical. Frida é a origem. Hoje, as mulheres exercem espaço na liturgia, na pregação, no culto, na educação bíblica, na assistência social e no serviço religioso, e até mesmo o ministério pastoral.

Muitas vezes mal compreendida, questionada e criticada, Frida Vingren tinha certeza do seu chamado. Sua única convicção era de que o Senhor Jesus a acompanhava em todos os momentos de sofrimento e luta.

Frida Vingren, uma mulher à frente de seu tempo. Esposa, mãe, enfermeira, missionária, escritora, poetisa, redatora, pregadora, ensinadora, comentarista pentecostal, organista, violonista compositora e tradutora.

É o típico modelo de mulher pentecostal que exerceu o seu ministério pastoral na periferia do poder clerical. Frida é a origem. Hoje, as mulheres exercem espaço na liturgia, na pregação, no culto, na educação bíblica, na assistência social e no serviço religioso, e até mesmo o ministério pastoral.

Muitas vezes mal compreendida, questionada e criticada, Frida Vingren tinha certeza do seu chamado. Sua única convicção era de que o Senhor Jesus a acompanhava em todos os momentos de sofrimento e luta.

As mulheres, muitas vezes marginalizadas pelos homens na antiguidade, sendo consideradas apenas como força de trabalho, ou como simples fonte de reprodução, sempre tiveram sua importância na sociedade. Com isso, tiveram grande importância na contribuição da formação da história feminina.

Referências bibliográficas

ALENCAR, Gedeon Freire de. **MATRIZ PENTECOSTAL BRASILEIRA: Assembleia de Deus 1911-2011**. Rio de Janeiro: Diálogos, 2013.

FROMM, Erick. **O dogma de Cristo**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986

JOSÉ, Marcos. **FRIDA VINGREN: uma liderança feminina pioneira**. Disponível em: <<http://pentecostalismo.wordpress.com/2009/06/17/frida-vingren-uma-lideranca-feminina-pioneira/>>. Acesso em 02 Abr de 2014.

LIGHTFOOT, Neil R. **O Papel da Mulher – Perspectivas do Novo Testamento**. São Paulo: Ed Vida Crista. 1979.

MIRANDA, Timóteo. **FRIDA VINGREN, vida de sofrimentos e lutas**. Disponível em <http://prtimateo.blogspot.com.br/2011/07/frida-vingren-vida-de-sofrimentos-e.html>. Acesso em 02 Abr 2014.

ROSADO, Maria José. **O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões**. PUC SP, 2001.

SANTANA, Mario Sergio de. **BIOGRAFIA DE FRIDA VINGREN: versão CPAD**. Disponível em: <<http://mariosergiohistoria.blogspot.com.br/2014/01/biografia-de-frida-vingren-versao-cpad.html>>. Acesso em 02 Abr 2014.

SCHÜSSLER FIORENZA, Elisabeth. **Caminhos da Sabedoria**: uma introdução à interpretação bíblica feminista. Tradução de Monika Ottermann. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2009.

STEGEMANN, Ekkhard W.; STEGEMANN, Wolfgang. **História social do proto-cristianismo**: os primórdios do judaísmo e as comunidades de Cristo no mundo mediterrâneo. Tradução de Nélcio Schneider. São Leopoldo: Sinodal, 2004. PUC SP

BENEDITINOS E CONSOLATINOS: NOTAS SOBRE A EVANGELIZAÇÃO CRISTÃ NA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL

Introdução

Cerca de 20 ordens e congregações religiosas realizam o trabalho missionário católico em Roraima. Junto aos Makuxi, a ação é coordenada e desempenhada, especialmente, pelos missionários do Instituto Consolata, desde 1948. No tocante à área correspondente à Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS), há três missões instaladas em toda sua extensão: uma em Surumu ou comunidade do Barro, outra em Normandia e a terceira na comunidade Maturuca. Dessas missões se irradiam as atividades religiosas nas malocas¹ situadas em suas cercanias.

A partir da década de 1970, a presença católica em várias comunidades indígenas da região traz as marcas da evangelização Consolatina por meio da Teologia da Libertação (TdL). Por esse expediente, a tônica da mensagem cristã entre os Makuxi de Maturuca remeteria exclusivamente à necessidade de investigar a trajetória e as especificidades do Instituto Consolata para Missões Estrangeiras. Contudo, o trabalho de campo revelou a premência de considerar alguns aspectos da atividade missionária desenvolvida nas quatro primeiras décadas do século XX pelos monges Beneditinos. Esta necessidade se fez pelo reconhecimento de que as ações evangelizadoras se comunicam, escapam de sua época. Algo como diz Paula Montero:

[...] os que trabalham o material documental precisam ler nas entrelinhas a dimensão etnográfica; os que trabalham com o presente precisam decompor as evidências etnográficas de modo a perceber as várias 'camadas históricas' depositadas na superfície enganosamente plana que se oferece ao olhar do observador direto (MONTERO, 2006, p. 15-16).

As diferenças entre o trabalho missionário das duas ordens são bem sublinhadas. Mas tão importantes quanto os elementos que as distinguem são aqueles que asseguram um traço de continuidade. Há no cotidiano religioso dos Makuxi, em Ma-

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: vangela.morais@ufr.br

¹ Regionalmente o termo maloca significa aldeia, a localidade onde vive uma comunidade indígena.

turuca, lembranças e práticas que recompõem a experiência religiosa com a atuação beneditina. Dois exemplos que qualificam essa intercessão são as orações comunitárias no início e no final do dia e a memória que se faz, com relativa frequência, ao “padre Makuxi”.

Certa vez, conversando com o seu Jacir de Souza, um dos Makuxi de maior projeção política na luta pela TIRSS, quis saber dele a razão que o fazia se sentir católico. E ele assim respondeu: “Quando eu nasci eu já nasci dentro da católica, porque eu fui batizado pelo padre Makuxi”².

O modo de dizer-se católico se consolida sobre a ação sacramental e o agente de tal ação. A maneira dita induz a validar sua inserção no universo religioso católico pelo sacramento do batismo. Pela invocação do batismo, a ressignificação da experiência do presente está contida nesse acontecimento inaugural.

No caso dos Makuxi, é preciso considerar o encontro de tradições que prefigura o campo religioso, num cenário de interculturalidades não desprezível. Além do catolicismo, os índios descendem, num tempo mais longínquo, de outros agentes do sagrado. Uma síntese dessas tradições (católicas e indígenas) leva a uma permanente reorganização da sua paisagem religiosa. Dom Alcuíno, o monge Beneditino que recebeu a alcunha de “padre Makuxi”, é lembrado ainda hoje como um agente religioso especializado em recambiar símbolos no encontro dessas tradições, ora pelo aprendizado da língua dos índios, ora pela atenção dispensada à escuta dos mitos makuxi, ora pelo modo como se inseriu e viveu entre os índios levando a cabo os preceitos do seu projeto missionário.

Do encontro dos Makuxi com os Beneditinos há traços caudatários dessa presença que despertam a atenção de religiosos da missão subsequente. O missionário Consolatino, José Maria Maçal³ informa que em Maturuca,

há pessoas que ainda lembram certos cânticos em latim. Tem uma senhora na comunidade que ela não conheceu Dom Alcuíno, mas aprendeu os cânticos com os pais dela. Portanto, houve uma primeira evangelização numa linha tradicional, mas muito enraizada (MAÇAL, 2011).

Uma prática religiosa que existe desde o tempo dos Beneditinos são as orações comunitárias diárias: no começo e no final do dia. Sobre esses momentos, Dom Alcuíno narrou a experiência espiritual dos Makuxi realizada em março de 1928. Para o antropólogo Carlos Cirino (2008, p. 170), o relato do missionário ajuda a perceber

² Entrevista com Jacir de Souza, no dia 13 de setembro de 2010, em Boa Vista.

³ Entrevista com José Maria Baçal, no dia 17 de abril de 2011, na comunidade Maturuca.

os laços entre o religioso e a liderança indígena local que “[...] encarnava o arquétipo do índio catequizado que os missionários haviam projetado”.

Estando com um pé ferido de tanto bicho de pé, vi-me forçado a me demorar mais do que tencionara, na bela maloca do Maturuca. O tuxaua Melquiór é de todos os tuxauas que eu conheço o mais zeloso quanto à prática da religião. Toda manhã e toda tarde reúne ele os caboclos do lugar, e aos domingos, os de toda redondeza, para a oração na grande capela por ele edificada. Durante a minha permanência, ajuntaram-se aos poucos cerca de 200 pessoas. Era uma alegria para mim poder estar no meio dessa boa gente. Catequizáva-os dia após dia, rezava e cantava com eles. (MOSTEIRO DE SÃO BENTO, 1985, p. 34)

1. *Os monges missionários Beneditinos na bacia do Rio Branco*

A missão Beneditina no Rio Branco foi instalada em junho de 1909. Conforme dados organizados por Cirino (2008), a Ordem de São Bento foi fundada por Bento de Núrsia (480-540) há mais de 14 séculos, na Itália. Antes de se tornar um “celeiro de missionários” para o mundo, a Ordem de São Bento - cuja orientação se fundava na busca de Deus pelo silêncio, solidão, ascetismo e simplicidade – imprimia o exercício da vida contemplativa, da meditação, da leitura espiritual e da vida litúrgica. “Mais tarde os monges adotaram atividades fora do claustro relacionadas não só à cura das almas, mas também à vida paroquial, à educação de jovens, à catequese de índios e à vida missionária.” (CIRINO, 2008, p. 34)

No Brasil, a ordem se estabeleceu quatro séculos antes da experiência realizada em terras do Rio Branco. A instalação da Ordem de São Bento no então Rio Branco fez parte de uma política de restauração da congregação e em consonância com o desejo do Papa Leão XIII de ver se abrirem para o apostolado as vastas regiões do interior do Brasil. Em toda Amazônia, só havia até 1892 uma única diocese, a do Pará, quando então foi criada a de Manaus. Posteriormente, a sede da Igreja, em Roma, optou pela organização do espaço amazônico em prelazias.

Definida em 1903, a organização jurídica das prelazias ‘nullis’ era caracterizada por serem completamente desligadas das dioceses, estando atreladas a um poder eclesiástico mais central [...] a primeira divisão eclesiástica no Amazonas só ocorreu efetivamente em 1907, com a criação da prelazia do Rio Branco, confiada, conforme acertos iniciais, aos monges beneditinos (HOORNAERT, 1992, apud CIRINO, 2008, p. 41-42).

Além da forte presença indígena, os Beneditinos encontraram na bacia do Rio Branco uma sociedade regida pelo coronelismo pecuário. A recepção hostil aos missionários pelo coronel Bento Brasil, chefe político do Rio Branco e representante da

câmara de deputados do Amazonas, antecipou as tensões e os conflitos - que numa determinada fase do processo evangelizador - vão reger as relações entre Igreja e Estado.

A criação do gado constituiu, segundo Diniz (1972, p. 31), “[...] o elo de fixação verdadeiro dos luso-brasileiros nas terras do Branco”. Portanto, é a exploração pecuária que intensifica a ocupação fundiária. E este processo passa a representar a espoliação das terras indígenas, o etnocídio e o extermínio físico de muitos índios. Um dos passos determinantes havia sido a criação, no final do século XVIII, das chamadas fazendas nacionais, nestas, nordestinos e indígenas eram recrutados como força de trabalho. Diante desse quadro, o etnólogo Koch Grünberg, em viagem à região, no período compreendido entre 1911-1913, constatou:

[...] estabeleceu-se nessas imensas propriedades do Estado um grande número de pessoas, criadores de gado que tomaram posse da terra ilegalmente e puseram sua marca no gado sem dono que encontraram por lá. [...] O governo brasileiro poderia expropriar legalmente todos esses fazendeiros ativos quando bem entendesse, se tivesse poder para tanto nesses territórios longínquos e não temesse provocar uma revolução (KOCH GRÜNBERG, 2006, p.41).

Um dos primeiros aspectos a desencadear os conflitos repousa no fato da missão não estar vinculada à diocese de Manaus. Pelo sistema de prelações, a missão do Rio Branco passou a responder hierarquicamente à abadia do Rio de Janeiro, apoiada pela Santa Sé. A mudança não agradou ao coronel Bento Brasil. Em novembro de 1909, o desagradado foi violentamente objetivado no episódio ocorrido na então Vila de Boa Vista. O Beneditino, Dom Adalberto Kaufmehl, recusou-se a realizar o batismo de uma criança cujo padrinho, filho do coronel Bento Brasil, se disse franco-maçom.

O impasse tomou proporções imprevistas e, quando Dom Bonaventure Barbier acalmava os mais exaltados, acabou atingido por um soco na nuca, no momento em que o juiz municipal tentava dispersar a multidão que se aglomerava em frente à casa (CIRINO, 2008, p. 63).

Sob a mira do revólver do delegado - o que indica historicamente os estreitos laços que unem as instâncias locais de poder - e o punhal do padrinho recusado, exigia-se do religioso que o batismo acontecesse. Outra pessoa que se interpôs para defender o padre foi atingida por um tiro no braço direito. Enquanto o cidadão era socorrido por Dom Bonaventure Barbier, o monge Dom Adalberto Kaufmehl foi escoteado até a igreja e obrigado a realizar a cerimônia.

A crônica deste episódio é parte do “relatório de perseguição dos missionários e chonicado do Rio Branco” feito pelos monges Beneditinos e reproduzido por Cirino (2008, p. 62-77). No mesmo relatório ainda se faz o registro da série de acontecimentos que culminaram com a expulsão dos monges Beneditinos da Vila de Boa Vista, dando início a uma fase de refúgio dos religiosos na Fazenda Capella e, depois, na Fazenda Nacional São Marcos, local este estratégico ao proporcionar as condições de uma retirada dos beneditinos do país pela Venezuela, caso fossem obrigados a isso.

Importante perceber que o episódio não se situa no âmbito das divergências sobre as condições de injustiça a que eram submetidos os índios; o trabalho da Igreja Católica esteve associado ao Estado na tarefa de promover o desenvolvimento do país pelo apagamento das diferenças étnicas. O fato narrado mede forças com concepções que se abrigavam na esfera da própria doutrina católica.

A ação missionária Beneditina era impulsionada pelo desafio de cristianizar as almas que se encontravam nas “trevas” do paganismo. Na Bacia do Rio Branco emergia o ideário da integração à sociedade nacional, por meio da destribalização dos indígenas. Com isso, a Igreja Católica assume uma espécie de tutela sobre os índios, uma vez que o trabalho da conversão implicava na mudança de um modo de ser silvícola para um modo de ser civilizado. A visão que os Beneditinos alimentavam acerca dos índios e o projeto de evangelização caminhavam juntos.

No trabalho religioso as dificuldades vão moldando os propósitos da missão. O contato com diferentes culturas indígenas, as especificidades de cada grupo e as longas distâncias que os separava; a escassez de missionários diante do tamanho da região a ser assistida; a própria índole monástica e as doenças como a malária e a febre amarela que levaram alguns monges à morte. Todavia, os problemas na esfera das relações políticas com as autoridades locais foram um dos fatores que mais provocaram os contornos inesperados e que alteraram, por mais de uma vez, o campo de evangelização⁴.

⁴ Estudiosos classificam a presença Beneditina em Roraima em três fases. Na primeira fase, há evidências de que os religiosos conviviam com as tensões que opunham de um lado, os grandes criadores de gado e, de outro, os índios. Mas quando ocorreu dos Beneditinos esboçarem denunciar a invasão das terras indígenas pelos fazendeiros – a posição da Igreja da época fez arranjo com a visão hegemônica. Na segunda fase, na década de 1920, sob o signo da ascensão do novo prelado do Rio Branco, Dom Pedro Eggerath, a missão foi marcada por um ousado projeto desenvolvimentista que levou a uma série de construções, benfeitorias, despesas e dívidas. A crise financeira voltou a bater à porta da missão Beneditina no Rio Branco, a partir de 1929, provocando a renúncia de Dom Pedro Eggerath. Com a falta de bens pecuniários e o número reduzido de pessoal, a missão dos Beneditinos vive a fase de maior aproximação dos missionários com as comunidades indígenas da região. A tônica da terceira fase é o aprendizado da língua nativa pelos missionários e a conseqüente apreensão de mitos e histórias desses povos. (VANTHUY NETO, 2000).

1.1. *Dom Alcuíno Meyer: “o padre makuxi”*

O monge suíço que chegou ao então Rio Branco em 1926 é lembrado, ainda hoje, como o “padre Makuxi”, por dois aspectos em particular: a vivência no meio deles ou de modo semelhante a eles (os índios); e o aprendizado da língua indígena, utilizada na catequese, rezas, cantos e no cotidiano. Sobre isto, o próprio Dom Alcuíno fez registro em seu relatório de viagem às regiões serranas, em 1928: “Passei quase por pertencer à tribo, só pelo fato de falar alguma coisa da língua indígena (fizeram-me até a pergunta ingênua se a minha mãe era do Roroima)” (MOSTEIRO DE SÃO BENTO, 1985, p. 39). Noutro momento, ciente do potencial que o conhecimento da língua indígena lhe causava, assim registrou Dom Alcuíno: “Como falo já bastante bem a gíria macuxi poderei fazer um trabalho de catequese profícuo. Os índios estão agora muito animados com o aparecimento do padre macuxi” (MOSTEIRO DE SÃO BENTO, 1985, P. 63).

Algumas passagens desta e de outras viagens do monge são importantes para compreender as singularidades de sua atuação missionária durante os vinte e dois anos em que permaneceu nesta região. Pouco afeiçoado a permanecer no espaço que reunia as características mais urbanas da época, Dom Alcuíno priorizou as caminhadas em direção às malocas indígenas, como uma opção afinada com seus propósitos de evangelização. A respeito dos modos de evangelização empregados, nota-se que o planejamento para empreender essas grandes viagens se resumia a poucas providências: cercar-se da companhia de dois índios como guias, além de utilizar-se de uma mula para o transporte dos pertences de uso essencial. A caminhada é carregada de sentidos pela busca do sacrifício como algo desejado; em seu relatório, Dom Alcuíno gostava de fazer suas viagens a pé e descalços. Se o despojamento era motivado por razões religiosas, sua postura, por certo, há de ter contribuído para aumentar os níveis de correspondência com a realidade encontrada entre os índios.

Mas o aprendizado da língua indígena foi o aspecto que mais colaborou para a marca do “padre Makuxi”. O conhecimento instrumental da língua indígena ao mesmo tempo em que lhe auxiliava nas atividades da catequese, lhe proporcionava uma recepção sempre muito favorável: “Causáva-lhes visível prazer poderem conversar na gíria, com o padre. Introduzi o costume de fazerem a maior parte das orações em língua macuxi, quando até agora rezavam em português, que bem poucos compreendem” (MOSTEIRO DE SÃO BENTO, 1985, p. 32).

Em outra passagem, de modo similar, Dom Alcuíno revela como os índios aprendiam as orações e o “essencial da doutrina”: “Eu já quase que não aguentava

mais de tanto recitar, explicar e cantar. Acompanharam-se durante um pedaço do caminho, repetindo uma após outra, o Pai-Nosso, a Ave-Maria e o Credo, para ver se guardavam alguma coisa na memória” (MOSTEIRO DE SÃO BENTO, 1985, p. 29).

Essa descrição desnaturaliza as bases em que foram formadas as práticas religiosas, especialmente, a prática das orações católicas nas comunidades indígenas:

A festa de Páscoa na maloca do Maturuca, deixou-me a mais grata lembrança. Excusado é dizer da alegria com que os bons índios tomavam parte nestes e noutros atos do culto. Além do serviço religioso propriamente dito, entretinha-os também nas horas vagas, mormente nas noites de luar, com canto profano. Quantas vezes cantei aí o Hino Nacional, o Hino à Bandeira e os mais variados cânticos em português, alemão, francês, italiano, etc., que muitas vezes eles acompanhavam com dança (kreisreigen). Isso era para eles uma alegria extraordinária (MOSTEIRO DE SÃO BENTO, 1985, p. 33).

Existe registro das impressões positivas de Dom Alcuíno sobre os indígenas, numa região que guarda um traçado geográfico praticamente subposto ao que hoje se denomina de TIRSS. O que é escassa é a visão crítica da realidade que cercava esses índios. Poucas vezes se identifica menções às tensões vividas à época. Destacam-se apenas duas referências: A primeira gira em torno do cenário de prometido conflito sobre o uso das terras envolvendo os grandes fazendeiros e os indígenas.

Adolfo Brasil mandou um aviso aos índios para que cercassem bem as suas roças. Isso é muito fácil de dizer e mandar, mas como é que os índios poderão cercar suas roças se não dispõem de arame farpado e os Srs. Fazendeiros, a começar pelo prefeito, não lhes dão arame? Só o Governo intervindo. Em viagens anteriores, tive eu ensejo de ouvir constantes queixas dos índios, bem como dos civilizados, acerca desse assunto (MOSTEIRO DE SÃO BENTO, 1985, p. 87).

A segunda anotação aponta, em 1936, para o problema do alcoolismo que avançava sobre as comunidades indígenas na medida em que se intensificavam os contatos com não índios.

Em locais de reuniões de mineiros, como este, facilmente dão-se desordens, devido ao uso da cachaça. Ainda há poucas semanas, um preto de nome José Maria de Matos, quase quebrou a cabeça do tuxaua Alexandre do Contã, deixando-o em mísero estado. Estavam ambos com a cabeça aquecida pelo álcool, e pouco faltou para que resultasse a morte da vítima. Aconselho aos civilizados a não fornecerem bebidas alcoólicas aos índios. (MOSTEIRO DE SÃO BENTO, 1985, p. 77).

Nas duas menções, o tom conciliatório e a orientação que não desciam às raízes dos problemas. Agindo assim, o trabalho missionário acabava por fortalecer as estruturas existentes, como avaliou a própria Igreja Católica em texto oficial sobre as conclusões da Conferência de Puebla, em 1979:

Muitas vezes, as virtudes teológicas foram apresentadas numa perspectiva assistencialista, aptas a serem manipuladas ideologicamente pelos opressores, uma vez que a finalidade delas consistia em fortalecer os pobres para que pudessem suportar as injustiças presentes (EVANGELIZAÇÃO..., 1979, p. 64).

Por outro lado, há, na experiência deixada por Dom Alcuíno, um campo aberto de investigação que põe em destaque as características culturais do povo Makuxi, a tomar em conta a coleta de mais de uma centena de narrativas míticas organizadas pelo monge Beneditino quando do seu retorno ao mosteiro do Rio de Janeiro, em 1948.

Acerca das razões para a mudança da ordem missionária na região, alguns relatórios e cartas entre Dom Alcuíno Meyer e outros missionários apontam para a ocorrência de dois aspectos em particular: as diferenças de visões no interior da própria Igreja, entre as ordens, seus carismas e modelos de evangelização; e as crises econômicas que acompanharam a missão Beneditina.

2. *O catolicismo Consolatino no contexto étnico de Roraima*

Foi em 14 de junho de 1948 que os missionários da Consolata chegaram ao então Território de Roraima⁵ com o desafio de substituir o trabalho religioso realizado pelos monges Beneditinos. Na bagagem, os Consolatinos trouxeram a experiência de pouco mais de quatro décadas de atividades do Instituto da Consolata para Missões Estrangeiras, fundada em 1902, em Turim, na Itália, pelo padre José Allamano.

As singularidades que integram o carisma Consolatino, na concepção da própria missão, adotam quatro características gerais: o sentido espiritual de família a reger a grande comunidade, na qual os missionários devem se sentir e se aceitar como irmãos; a eucaristia como um lugar central na vida apostólica, devendo ser celebrada com dignidade e culto divino; a grande paixão pela Igreja na fidelidade ao seu magistério; e o espírito de laboriosidade no serviço concreto da promoção do homem e da mulher.

⁵ Somente com a constituição de 1988, Roraima passou a ser estado da federação.

A despeito da expectativa “modernizante” que circulou como sinal de diferenciação a marcar a saída dos beneditinos do contexto de evangelização, a experiência colonial emblemática do processo de globalização da religião cristã vai também nortear os primeiros anos da missão Consolata em Roraima. O compartilhamento dessas orientações teológicas responde, em parte, pelos pontos que aproximam a primeira fase das atividades missionárias da Consolata com o trabalho desenvolvido pelos missionários beneditinos. Tal intercessão se fortalece por meio da valorização das práticas de desobriga, além de trabalhos assistenciais.

Os missionários da Consolata passaram a conviver com os grandes temas da sociedade local, a expansão fundiária para o desenvolvimento das atividades pecuárias, que implicava na invasão de terras indígenas e na gestação de conflitos de toda ordem. Tal cenário já havia se mostrado aos monges Beneditinos.

Segundo Araújo (2006, p. 65-6), a prática missionária Consolatina em Roraima compreende duas fases. A primeira fase foi orientada pelo modelo ultramontano de missão, hegemônico até o final dos anos sessenta. Prevalencia a visão da integração dos índios à sociedade nacional. A condição dos missionados representava atraso, degradação, modos de vida a serem corrigidos pelos ideais da civilização e do progresso. Um dos caminhos utilizados na sociedade amazônica foi o estímulo à inserção das várias etnias na sociedade regional pela chave geral que os designava como “caboclos”. O próprio Serviço de Proteção ao Índio (SPI), como lembra Araújo (2006, p.65), assim percebia os seus “protegidos”. Com a mudança de status, de índio para caboclo, novas frentes para a colonização seriam liberadas.

Já o modelo missionário que orientou a segunda fase, estendido aos dias atuais, atendeu a transformações que se deram em várias esferas, num escalonamento de eventos que se fizeram dentro e fora da estrutura eclesial.

2.1. A evangelização e a afirmação da condição indígena

É difícil eleger um único evento marcador de um processo de mudanças como o que alcançou a missão Consolata em Roraima. Mas opta-se eleger um episódio que condensa uma expressiva carga simbólica para, a partir dele, promover os recuos e avanços sobre outras situações-parte.

O ano era 1977. Na missão Surumu tem lugar a primeira Assembleia dos Tuxauas. O próprio modo de proceder ao desenvolvimento desses encontros guarda sentido para compreender a gênese de um novo processo de organização indígena que ali se desenhava. Antes, a pauta dos encontros girava em torno dos “cursos de

instrução religiosa”, estabelecendo discretos vínculos entre a leitura da bíblia e a realidade vivida pelos indígenas. Naquele ano, além dos tuxauas e dos padres que trabalhavam na região, estava presente Dom Thomáz Balduino, então presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), criado em 1972. Durante o encontro houve alterações metodológicas, sendo destinado todo o tempo da reunião para que os tuxauas falassem sobre seus problemas e de suas comunidades (VIEIRA, 2007, p. 172-173). Para além do conteúdo manifestado pelos tuxauas, havia ali um marco que se instaurava na postura da Igreja Católica local: a instituição, por meio de seus representantes, pôs-se a escutar.

Programada para acontecer em três dias, a reunião foi interrompida no segundo dia quando o delegado da FUNAI local, um secretário do governador e um membro da Polícia Federal estiveram em Surumu, intimando o grupo a escolher entre expulsar Dom Balduino da missão ou mandar embora os índios e suspender a reunião. Dom Aldo Mongiano (2011, p. 37), bispo de Roraima de 1975 a 1996, não aceitou afastar Dom Balduino e a assembleia foi desfeita.

A força das autoridades governamentais contra a assembleia dos chefes indígenas dava claros sinais de ser endereçada à Igreja Católica, considerando o apoio institucional dado pela Igreja às organizações e lutas populares em diferentes regiões do país e o contexto marcado pela ditadura militar desde a década anterior.

Sobre aquele episódio tem-se, como sugere Vieira, um marco cronológico a deslanchar em pouco mais de três décadas o processo de luta pela TIRSS:

[...] pela primeira vez o problema dos índios de Roraima chamou a atenção das autoridades competentes, em especial da FUNAI, que anunciou a criação de um Grupo de Trabalho. Esse grupo teve a função de fazer o primeiro levantamento dos conflitos de terra e discriminar o que realmente seria terra indígena (VIEIRA, 2007, p. 175).

A Igreja Católica, por meio do seu representante, Dom Aldo Mongiano, passou a ter uma postura abertamente defensora dos direitos indígenas à medida que as ações anti-indígenas se faziam mais efetivas. Em 1979, a Funai proibiu a entrada de missionários da Consolata e do CIMI nas áreas indígenas de Roraima, ao mesmo tempo em que orientava a não participação dos índios em reuniões programadas por esses religiosos. Dom Aldo, aos 92 anos, recorda detalhes do dia em que a referida comunicação lhe chegou às mãos⁶.

⁶ Entrevista com Dom Aldo Mongiano, no dia 4 de março de 2011.

O governo queria afastar os padres das comunidades indígenas, mandou um telegrama dizendo que os padres estão proibidos de entrar em áreas indígenas [...] Foi aqui nesta varanda [prédio da Prelazia] que recebemos o telegrama de manhã, assinado pelo presidente da Funai. O telegrama me deixou um pouco irritado. Então os padres se revoltaram também e fomos cada qual pro seu canto. Eu fui no meu escritório aqui e escrevi aquela carta. Respondi ao presidente. No dia seguinte eu mostrei a carta e os padres gostaram dela. Vamos mandar. Mas enquanto se pensava, outros padres disseram: Por que não se faz a carta para toda a gente? Uma carta pastoral. Achei boa a ideia. Então dirigi a carta a todos os fiéis. Foi a carta que deu mais barulho, mas era evidente que não podia ser diferente (MONGIANO, 2011).

A carta trazia, no título, um questionamento, “Podem os missionários evangelizar os índios?” Em um breve texto oferecia o teor da correspondência endereçada ao presidente da FUNAI. Todo o conteúdo selava a participação da Igreja de Roraima no contexto da opção preferencial pelo índio. A carta surtiu efeito, tendo sido retirada pela Funai a proibição antes comunicada.

Todas essas ações estão interligadas a outro evento central a servir de guia à Igreja Católica frente aos novos desafios instituídos pela sociedade moderna, o Concílio Ecumênico Vaticano II. De 1962 a 1965, este concílio, convocado pelo papa João XXIII e concluído por seu sucessor Paulo VI, se voltou a redefinir as diretrizes do cristianismo no mundo pós-Segunda Guerra. Em suas bases, portanto, constava um esforço de adaptação aos valores seculares, a partir de um rol de temas que incluía a tolerância religiosa, o ateísmo, o liberalismo, o comunismo, dentre outros.

Muito embora em seus documentos não se tenha tratado especificamente sobre a questão étnica, o Concílio Vaticano II e a ampla rede de relações instituída por ele possibilitaram a emergência de alguns princípios, destacados por Montero (2006, p. 470): o primeiro diz respeito “[...] a idéia de Igreja como ‘Povo de Deus’: padres, bispos e leigos, apesar de seus diferentes poderes e funções, constituem uma mesma comunidade, compartilham o mesmo destino e são iguais aos olhos de Deus”. O outro princípio é aquele em que o concílio enfatiza “[...] uma nova aliança com os mais pobres, rompendo com uma longa tradição de união com as autoridades civis”.

Acerca da maneira como o Concílio Vaticano II suscitou novas orientações ao trabalho da Igreja Católica no mundo, Dom Aldo Mongiano diz:

E aí vem o Concílio e falou diferente. A religião era também para ajudar o ser humano a crescer. De forma que uma evangelização deve ter como companheira a promoção humana. Eu não posso apenas batizar e depois ir embora, tem que ver aquela gente como vive, como está e se eu posso fazer alguma coisa. Portanto, a promoção humana se tornou uma obrigação missionária para mim e para os padres daqui. [...] Portanto, alguém diz: ‘Você

esquecem a religião, vocês esquecem a Igreja, os sacramentos'. Não é verdade. Porque se é bom viver na fé [...] também é preciso arregaçar as mangas e colocar-se em condições de resolver os problemas. De forma que não é que se descuidasse do aspecto religioso, é que naquele momento era prevalente a situação dos indígenas, era impossível a vida (MONGIANO, 2011).

Sobre o clima dessas efervescências, Rufino reitera a mobilização de bispos, religiosos e leigos em torno dos documentos conciliares.

As leituras e releituras – algumas realizadas em núcleos de estudo dedicados aos documentos espalhados pelo país [...] forjavam a revisão de muitas práticas e concepções que, então, tornavam-se anacrônicas. Quanto à catequese dos índios no Brasil, esse movimento de revisão histórica do catolicismo só fazia aumentar a sensação de mal-estar de muitos missionários diante de sua própria imagem (RUFINO, 2006, p. 238).

Na esteira do Concílio Vaticano II, outros episódios mantiveram um diálogo mais estreito com a expressão da vida religiosa local. Como se refere Miranda (1995, p. 219), mesmo que o Concílio não tenha se voltado a pensar a realidade de pobreza latino-americana, o fato é que ele “(...) possibilitou expressões teológicas alternativas, na medida em que tornaram oficiais as ‘brechas’ por onde poderiam ser refletidos contextos sócio-culturais particulares e diferentes entre si”.

Assim, as duas conferências episcopais latino-americanas, a de Medellín (II), em 1968, e a de Puebla (III), em 1979, deram uma fisionomia particular às atualizações promovidas pela Igreja Católica, na medida em que fizeram emergir uma leitura crítica da realidade de pobreza e dependência financeira que avançava sobre a América Latina. Para Michael Löwy (2000) é neste terreno que nasce a Teologia da Libertação (TdL).

2.2. A linha teológica e a missão entre os índios

Segundo J.B. Libânio (1987) a gênese da Teologia da libertação põe em relação o que os teólogos chamavam de “consciência libertadora” e a intensificação da dominação e da opressão que atingia uma grande massa de explorados vivendo no continente latino-americano. Afunilando a análise à realidade brasileira, J.B. Libânio (1987, p. 61) assevera: “Estava possibilitada a emergência de uma teologia que levasse ao ‘conceito’ o que a nação vivia no nível da experiência e da prática”.

Para Löwy (2000, p 8), o termo “Teologia da Libertação” não é apropriado para explicar um fenômeno que, além de agregar em suas ações agentes que não são teólogos, se constitui “[...] muito mais profundo e amplo que uma mera corrente teológica: na verdade, ele é um vasto movimento social – que propomos chamar de ‘Cristianismo de Libertação’ – com consequências políticas de grande alcance”.

Löwy (2000, p. 57) ampara seus argumentos ainda no fato de que as sementes desse movimento surgiram muito antes da nova teologia; suas referências se deslocam para a organização do laicato, já vivenciada pela Ação Católica, movimento para-eclesiástico surgido na Europa, em 1922, e que ganha expressão no Brasil quase trinta anos mais tarde. A Ação Católica Brasileira enfatizava a participação dos leigos no projeto evangelizador da Igreja, motivando a expressão de grupos de atuação especializada, a exemplo da Juventude Operária Católica (JOC), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Estudantil Católica (JEC). Esses segmentos, que eram responsáveis por levar os valores cristãos para o meio social em que viviam, já faziam uso do método *ver-julgar-agir* e criaram pastorais de características populares. Posteriormente, quando do desvanecimento desses grupos por conta da perseguição sofrida pelo regime militar instalado no país em 1964, o método passou a ser adotado pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a partir da década de 1970. Portanto, estas são algumas características que, para Löwy, transbordam o termo TdL.

A II Conferência de Medellín é considerada como o lugar do reconhecimento oficial da TdL, pelo destaque dado à preocupação com os pobres, sendo esta “[...] uma marca distintiva do tipo de inserção social do episcopado latino-americano” (RUFINO, 2006, p. 240). A Conferência de Puebla, onze anos depois, reforça essa fisionomia continental ao definir como epicentro de seus debates a opção preferencial da Igreja pelos pobres. Por essa visão, o próprio conceito de pobre foi ampliado “[...] para incluir não só as vítimas do sistema econômico, mas também os oprimidos devido a sua cultura ou origem étnica – índios e negros.” (LÖWY, 2000, p.206).

Assim, um fator que contribuiu para desencadear um longo processo de mudanças no âmbito da evangelização local, segundo Araújo⁷, foi a chegada, no fim dos anos sessenta, de novos missionários da Consolata para a missão em Roraima. A renovação no grupo se dava pela experiência que esses religiosos traziam das missões no continente africano. Para a autora, as relações com os quenianos e a postura que tomaram no movimento anticolonial, foram fundamentais para a maneira dos religiosos perceberem os nativos, tanto na África quanto na América. Esta memória

⁷ O artigo intitulado “Misiones religiosas y políticas identitarias: Las misiones de los consolatinos en Kenia y Roraima”, de Melvina Araújo. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1851-37512008000100005&script=sci_arttext Acesso em: 18 mai. 2011.

teria contribuído para os rumos políticos que a Igreja Católica em Roraima passou a adotar, pela mobilização e organização dos povos indígenas.

Na dimensão missionária diferenciada junto aos indígenas, outro fato importante foi a Declaração de Barbados I, documento-síntese do Simpósio sobre fricção interétnica na América do Sul, ocorrido em 1971, onde os antropólogos analisaram a situação dos povos indígenas de vários países, com foco sobre as responsabilidades do Estado, das missões religiosas e da antropologia. De acordo com Prezias (2003, p. 54-56), o documento cita a presença missionária por meio da “[...] imposição de critérios e padrões alheios às sociedades indígenas dominadas e que encobrem, sob um manto religioso, a exploração econômica e humana das populações indígenas.” Nesses termos o documento causou impacto entre os missionários, fomentando em alguns religiosos novas sensibilidades, uma vez que, em síntese, se recomendava explicitamente a retirada das missões das áreas indígenas.

A criação do CIMI, em 1972, também se constituiu como outra frente de renovação importante das atividades religiosas junto às várias etnias indígenas no Brasil. “Sua posição privilegiada na cartografia hierárquica dos múltiplos e variados aparelhos da Igreja torna-o um representante indiscutível da instituição eclesíastica no âmbito da política indigenista”. (RUFINO, 2006, p. 236).

Inspirados nos documentos de Medellín e Puebla, os missionários da Consolata e o bispo Dom Aldo Mongiano passaram a definir um caminho de evangelização em sintonia com os princípios debatidos nas conferências episcopais e nos encontros realizados pelo CIMI.

Éramos decididos e sem medos. Esperávamos que a mensagem da Igreja fosse entendida. E algo começou a mudar. O número dos índios que davam a sua adesão ao caminho da liberdade e da dignidade crescia sempre mais e a ideia da emancipação final progredia sem parar. Isso percebia-se de modo muito evidente nas assembleias anuais que se tornaram um verdadeiro acontecimento nos vilarejos (MONGIANO, 2011, p. 51).

Essa postura de membros da Igreja Católica em contexto local foi e ainda é submetida à crítica dos que veem nesse direcionamento pastoral um incitamento à violência. A crítica parte do pressuposto de haver uma base social harmônica que asseguraria as boas relações entre índios e não índios e que essa convivência passou a ser afetada pela atuação político-religiosa dos missionários Consolatinos.

De acordo com J. B. Libânio (1987, p. 41), os que se dedicam a trabalhar com a TdL são motivados a por em evidência as contradições provocadas pelas estruturas sociais, estas, sim, são as instâncias geradoras de violência institucionalizada.

Implicados nesse contexto, os Consolatinos em Roraima passaram a realizar atividades com o objetivo de romper com as relações de dependência entre índios e os principais agentes invasores de suas terras (fazendeiros e garimpeiros), convergindo essas ações para o que a Igreja Católica denominou de “projetos de promoção humana”.

Dois projetos se destacam nessas iniciativas: o projeto das cantinas e o projeto do gado. O religioso Vanthui Neto⁸ esclarece que as ações não se deram como parte de um programa de objetivos claramente formulados: “Em Roraima houve vários movimentos, mas não houve um grande plano [...] Foram movimentos que foram surgindo, e digamos assim, as práticas que davam certo foram se tornando habituais”.

As cantinas se referem a um projeto desenvolvido em moldes semelhantes a uma cooperativa, posto em prática na década de 1970, a partir da experiência da maloca da Raposa, vindo a se difundir para outras comunidades que compõem a TIRSS. O projeto tem por objetivo a aquisição de gêneros produzidos na própria comunidade, além da venda de produtos, buscando desarticular a rede de atravessadores que cobrava aos indígenas valores até três vezes mais caros que o praticado em Boa Vista.

Outra linha de ação missionária dá-se no âmbito da pecuária. Uma expressão comum dizia que “terra sem gado era terra sem dono”. Os missionários do Instituto Consolata apropriaram-se da força da expressão para justificar uma forma de ocupação pelo gado, dessa vez sendo o indígena o seu proprietário. O autor da ideia foi o padre Jorge Dall Ben, primeiro missionário a se fixar na TIRSS, instalando-se na maloca Maturuca. Conforme Dom Aldo Mongiano (2011, p. 60), o referido missionário apresentou um projeto “[...] bem articulado, que ele mesmo redigiu: distribuir cinquenta vacas e dois touros a cada uma das malocas. Estas, depois de cinco anos, deviam repassar cinquenta e duas cabeças a uma outra maloca e assim por diante”.

Em fevereiro de 1980, a comunidade Maturuca, que à época buscava se reerguer de um processo de desestruturação interna em decorrência do uso abusivo de bebida alcoólica, foi a primeira a participar do projeto denominado “Uma vaca para o índio”. Inicialmente desenvolvido pela Diocese de Roraima, com o apoio da Funai, o projeto foi inserido no corpo de uma campanha internacional, onde as doações realizadas por vários países, sendo a Itália o mais generoso (berço da missão Consolata), asseguravam a aquisição dos animais.

⁸ Entrevista com o padre diocesano Vanthuy Neto, no dia 9 de setembro de 2010, em Boa Vista.

Com o projeto, que hoje independe da participação da Diocese, a função desempenhada pelo vaqueiro compõe o rol das lideranças indígenas. Como muitos indígenas já haviam trabalhado como vaqueiros nas grandes fazendas instaladas na região, esse conhecimento passou a ser empregado a serviço de suas comunidades. Atualmente, o projeto alcança 75 comunidades da região das Serras e o rebanho total soma 35 mil cabeças de gado na TIRSS. Sobre os sentidos originais do projeto do gado, assim se expressa o missionário Giácomo Mena⁹:

Se foi homologada a terra é porque teve o projeto do gado que sustentou esse povo. Sem o projeto do gado não tinha homologação. E quando tinha movimentação, a comida era só gado. Sem o gado não teria comida e sem comida ficava um dia ou dois, mas no terceiro sumia todo mundo. O projeto do gado surgiu, principalmente, como projeto organizativo, para dar iniciativa. Não surgiu como projeto alimentar, econômico. Foi para reorganizar as comunidades e dar a eles ânimo e força, para reagir contra a opressão. E foi um ato de fé (MENA, 2010).

O modelo de evangelização ativado pelos missionários do Instituto Consolata junto aos Makuxi unem a intervenção crítica sobre a realidade com a fé que alimenta suas ações. Todavia, as características da TdL que ligam as diferentes ações de apoio aos direitos indígenas também se alteram e assumem outras fisionomias. Tal movimento desconstrói a ideia de uma orientação teológica homogênea a responder, em bloco, pelo trabalho de evangelização junto aos índios. De acordo com o filósofo Manfredo Oliveira¹⁰, é fundamental perceber as mudanças no interior das produções teológicas, no caso da TdL, as ampliações temáticas asseguram essas mudanças em pelo menos três momentos.

A primeira fase é marcada pela apropriação latino-americana da proposta de abertura da Igreja para pensar os desafios da modernidade, a partir dos debates sobre a secularização e a ciência, desencadeados pelo Concílio Vaticano II. A América Latina elegeu o sistema capitalista como pauta de reflexão dos problemas da modernidade, fazendo emergir o chamado “mundo dos pobres”. A temática da libertação é, nesse momento, confrontada com os problemas socioeconômicos.

O segundo movimento dar-se pela incorporação de uma dimensão sociocultural, na medida em que se redesenha o conceito de pobre. O pobre passa a ser todo homem negado em qualquer dimensão de sua vida. “E os índios, enquanto pessoas culturalmente oprimidas e negadas, são pobres [...] A temática da libertação passa a denunciar a negação de uma forma de ser diferente” (OLIVEIRA, 2010)

⁹ Entrevista com o missionário, Giácomo Mena, no dia 10 de setembro de 2010, em Boa Vista.

¹⁰ Entrevista com o filósofo Manfredo Oliveira, no dia 19 de junho de 2012, em Fortaleza.

A terceira fase da TdL é a que se dedica a refletir o meio ambiente, os problemas ecológicos, à destruição da natureza. Na base desse pensamento, os estados de vulnerabilidade e de negação acionados anteriormente para fundamentar as ações de libertação a partir do homem, são condições novamente aplicadas na leitura crítica em relação à terra e à vida no (do) planeta. Para este filósofo, não é possível refletir a realidade humana e sua luta pela libertação “desvinculadas do processo cósmico, pois ser humano e natureza, enquanto expressões diferenciadas do mesmo princípio fundamental constituem em suas diferenças, uma realidade una, uma comunhão ontológica fundamental” (OLIVEIRA, 2010).

Promovendo os cruzamentos, é possível articular os sentidos em torno da TIRSS e as relações entre a Igreja Católica e os indígenas, segundo a dinâmica de ampliação temática que acompanha a trajetória da TdL em terras makuxi. No entanto, como sugere Manoel de Oliveira, todas essas ênfases se complementam. Uma nova fase não revoga, de vez, a anterior. Por mais que a perspectiva de hoje prevaleça sobre a de ontem, a análise e as ações sobre a TIRSS - forjadas entre esses agentes e a orientação da TdL - combinam as diferentes dimensões.

Assim é que, segundo a TdL, o primeiro modelo temático (inspirado sob a ótica socioeconômica) fundamenta a luta pela terra, ao destacar o valor indispensável que ela representa para a sobrevivência dos indígenas, como o lugar de onde se retira o sustento desses povos. Já a perspectiva ampliada que focaliza os valores das culturas tradicionais também se associa ao processo histórico e político de conquista da TIRSS. A Cosmovisão indígena sobre a terra situa o projeto de libertação dos pobres negados em suas diferenças culturais no plano desta perspectiva. A defesa do território se assenta sobre bases culturais, como lugar de expressão de seus hábitos e costumes, morada de seus mitos, campo de trabalho do pajé e memória de seus antepassados. Todavia, como apresenta Sahlins (1997, p. 6), a cultura aparece aqui como “a antítese de um projeto colonialista de estabilização, uma vez que os povos a utilizam não apenas para marcar sua identidade, como para retomar o controle do seu próprio destino”. Isso significa dizer, que a dimensão cultural é um componente de organização do próprio grupo, ressignificada pela importância de afirmação étnica desses povos.

Por sua vez, hoje, a ênfase teológica sobre o meio ambiente mantém sintonia com a visão indígena sobre as formas de uso e os sentidos da terra. Em muitos momentos, as razões que mobilizam a defesa da TIRSS focam a necessária libertação eco-humana, ao sublinhar os valores da preservação da natureza e ao denunciar os interesses econômicos de seus opositores, movidos pela lógica desenvolvimentista a

custo, muitas vezes, da contaminação de rios e igarapés e da exploração desmensurada dos bens da natureza, com comprometimentos que alcançam a todos, índios e não índios. Portanto, nessas frentes combinadas, a TdL fez suas marcas.

Referências bibliográfica

ARAÚJO, Melvina. **Do corpo à alma**: missionários da Consolata e índios Macuxi em Roraima. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2006.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CIRINO, Carlos Alberto Marinho. **A “Boa Nova” na língua indígena**: contornos da evangelização dos Wapichana no século XX. Boa Vista: Editora da UFRR. 2008.

DINIZ, Edson soares. **Os índios Macuxi do Roraima, sua instalação na sociedade nacional**. Marília, 1972. 183p. Tese (Doutorado em Antropologia) Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Marília.

EVANGELIZAÇÃO no presente e no futuro da América Latina. Conclusões da Conferência de Puebla: texto oficial. São Paulo: Edições Paulinas, 1979.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. **Do Roraima ao Orinoco**. Vol. 1: observações de uma viagem pelo norte do Brasil e pela Venezuela durante os anos de 1911 a 1913. Tradução Cristina Alberts-Franco. São Paulo: UNESP, 2006.

LIBANIO, J. Batista. **Teologia da Libertação**: roteiro didático para um estudo. São Paulo: Loyola, 1987.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses**: religião e política na América latina. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MIRANDA, Júlia. **Carisma, sociedade e política**: novas linguagens do religioso e do político. Rio de Janeiro: Relume, Dumará, Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

MONGIANO, Aldo. **Roraima entre profecia e martírio**: testemunho de uma igreja entre índios nas lembranças de Dom Aldo Mongiano. Tradução Bruno Schizzerotto. Boa Vista-RR: Diocese de Roraima, 2011.

MONTERO, Paula (Org.). **Deus na aldeia**: missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Globo, 2006.

MOSTEIRO DE SÃO BENTO. **D. Alcuíno Meyer o. s. b. 1895-1985**. Rio de Janeiro, 1985.

PREZIA, Benedito. (Org.). **Caminhando na luta e na esperança**: retrospectiva dos últimos 60 anos da Pastoral Indigenista e dos 30 anos do CIMI. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

RUFINO, Marcos Pereira. **O Cimi no debate da inculturação**. In MONTEIRO, Paula, Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Globo, 2006.

SAHLINS, Marshall. **O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica**: porque a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção (parte I). Mana – Estudos de Antropologia Social, Museu Nacional, Rio de Janeiro, v.3, n.1, UFRJ, 1997a.

VANTHUY NETO, Raimundo. **Dirigir almas e servir ao jeito de muitos**. A missão dos beneditinos junto aos povos indígenas de Roraima – 1090/1948. São Paulo: Dissertação de mestrado em Teologia Dogmática, Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, 2000. 257 p.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, fazendeiros e índios em Roraima**: a disputa pela terra. Boa Vista: Editora UFRR, 2007.

GT06 - SOCIABILIDADE FRONTEIRIÇAS: VIVÊNCIAS E CONFLITOS
EM ESPAÇOS DE FRONTEIRA INTERNACIONAL

*Anderson Paiva **
*Luís Francisco Munaro ***
*Roni P. de M. Pacheco ****
*Vilso Junior Santi *****

CONTRIBUIÇÕES AO ESTUDO DA GEOGRAFIA DE RORAIMA: DADOS PRIMÁRIOS

Introdução

Situado no extremo da Região Norte do Brasil o Estado de Roraima é a mais recente unidade da federação, oficializada em 05/10/1988. Seu território faz fronteira com a República Bolivariana da Venezuela (ao Norte/Noroeste – 958 Km) e com a República Cooperativa da Guiana (a Leste – 1.922 Km). As divisas com o Estado do Amazonas (ao Sul/Sudoeste – 1.375 Km) e do Pará (a Sudeste – 160 Km) completam a moldura espacial Roraimense. É o Estado mais setentrional do país, cortado pela linha do Equador.

Roraima tem uma localização estratégica em relação ao Caribe e as Américas Central e do Norte. Sua extensão territorial é de 224.298,97 Km². A população total do Estado é de 451.227 habitantes (conforme censo 2010) e sua densidade demográfica de apenas 2,01 habitantes por Km².

Boa parte da área espacial de Roraima (46,35%) é ocupada pelos 23 territórios indígenas do Estado (104.018,00 km²), sendo Raposa Serra do Sol o maior deles. As áreas sob jurisdição da União somam 76.242,18 Km² (34,00%) e sob controle estadual 22.411,80 Km² (10,00%). Os sítios de preservação ambiental ocupam mais 8,40% do território (18.879,99 Km²) e as áreas sob controle das Forças Armadas 2.747,00 Km² (1,25% do total).

Roraima possui hoje 15 municípios (é o Estado Brasileiro com o menor número de unidades municipais instaladas). São elas: Boa Vista; Rorainópolis; Caracaraí; Alto Alegre; Mucajaí; Cantá; Bomfim; Pacaraima; Amajari; Iracema; Normandia; Uiramutã; Caroeb; São João da Baliza e São Luiz. Estes são agrupados em quatro microrregiões (Boa Vista, Caracaraí, Nordeste e Sudeste) e duas mesorregiões (Norte e Sul).

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: Anderson.paiva@ufr.br

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: luismunaro@yahoo.com.br

*** Universidade Federal de Roraima. E-mail: ronipetterson@gmail.com

**** Universidade Federal de Roraima. E-mail: vilso.santi@ufr.br

Boa Vista é a única capital brasileira situada inteiramente no Hemisfério Norte. Trata-se do município mais populoso do Estado, concentrando cerca de dois terços dos roraimenses. Também é a capital estadual mais distante de Brasília (fica a 4.131 Km da Capital Federal) e a 4.590 Km da maior metrópole do País, São Paulo. Roraima não adota o horário de verão, tendo seu fuso horário (UTC-4) atrasado em uma hora em relação à Brasília (Horário Oficial Brasileiro).

O principal curso d'água do Estado é o Rio Branco. Foi pela calha do Rio Branco que se aventuraram os primeiros colonizadores da região. Também compõe a hidrografia de Roraima os Rios Uraricoera, Parimé, Cotigo, Tacutu, Maú (ou Ireng), Mucajá, Catrimani, Lobo d'Almada (ou Aiamapô), Água Boa do Univini, Xeriuni, Jufari, Jauaperi, Alaláu, Jatapú, Girão, Anauá, Baraúna, Itã etc.

Seu território compõe-se, em sua maior parte, de terrenos cristalinos pertencentes ao Escudo das Guianas. O relevo do Estado é bastante variado, mas, de uma forma geral, é de predominância plana. Em Roraima predomina o Clima Equatorial, similar aos demais Estados da Região Norte. Porém, na região Nordeste do Estado (onde está localizada a capital Boa Vista), aparece o Clima Tropical de Zona Equatorial (ou Tropical-úmido). A temperatura média anual no Estado é de 24° C (com amplitudes que vão de 18°C à 38°C).

Roraima apresenta três tipos de coberturas vegetais predominantes. No Sul e no Sudoeste do Estado a formação vegetal predominante é a Floresta Tropical Densa (Floresta Ombrófila Densa e/ou Floresta Tropical Subcaducifólia). Já na região central predominam os Campos Gerais, também chamados Campos de Roraima; o Lavrado, com sua Campinarana característica (Caatinga da Amazônia); e/ou um tipo Savana (similar ao Cerrado). Nas áreas mais úmidas do meio-oeste estadual, aparecem os buritizais. Ao Norte, há o domínio das serras, que crescem conforme a proximidade com a fronteira da Venezuela. Nelas árvores espaçadas de Florestas Sazonais adornam a paisagem.

Os diversos ambientes da região contribuem para a formação de uma fauna extremamente diversificada. Nas Florestas Tropicais Amazônicas são encontrados animais como onças, antas, caititus, jacarés, gatos maracajá, lontras, macacos, entre outras espécies; nos Campos Gerais do Rio Branco tamanduás, tatus, jabutis, veados campeiros, pacas, cutias, cobras etc. Na Bacia do Rio Branco também é encontrada uma grande variedade de peixes, dentre os principais estão o pacu, o tucunaré, o surubim, a matrinxã, as pirararas, o tambaqui, o acara, o mandi, a cachorra, a piranha, a traíra, as piraíbas, e as aruanãs.

Dados históricos

O antigo território do Rio Branco foi disputado por espanhóis, portugueses, holandeses e ingleses desde o início do século XVI. No entanto, a história da Roraima “civilizada” começa somente duzentos anos após a chegada dos portugueses no Brasil, com a descoberta do Rio Branco, em cujas margens aportaram os primeiros colonizadores da região.

A região do vale do Rio Branco era habitada originalmente por índios de diversas tribos como Macuxis, Wapixanas, Yanomamis, Ingarikós, Patamamonas, Taurepangs, Waimiri-Atroaris, Wai-Wais etc.

O Capitão Francisco Ferreira e o Padre Carmelita Jerônimo Coelho foram os primeiros colonizadores lusos a chegar ao Vale do Rio Branco. Os missionários Carmelitas iniciaram a tarefa de conversão do indígena na região a partir de 1725. Após estes, também subiram o Rio Branco Cristóvão Aires Botelho, Lourenço Belfort e José Miguel Aires – os primeiros exploradores a ultrapassarem as cachoeiras do Bem-Querer (obstáculo natural situado no município de Caracará). Todos com a meta de aprisionar indígenas para vendê-los como escravos em Belém do Pará ou São Luís do Maranhão.

Diante da cobiça internacional (de ingleses, holandeses e espanhóis) a Coroa Portuguesa decide criar a Capitania Real de São José do Rio Negro, instituída em 03 de março de 1755. A partir de então os portugueses planejam a construção de uma fortificação mais ao Norte e assim constroem o Forte São Joaquim do Rio Branco, na confluência do Rio Uraricoera com o Rio Tacutu.

Para garantir a presença do homem português nas terras do Vale do Rio Branco, o comandante Manuel da Gama Lobo d’Almada iniciou em 1789 a criação de gado bovino e equino no território. Lobo D’Almada decidiu investir na “colonização pela pata do boi”, trazendo gado português para ocupar os campos do Vale do Rio Branco e, assim, garantir a posse da região.

As criações (que eram desorganizadas) iniciaram nas chamadas Fazendas Nacionais. Primeiro na fazenda São Bento, às margens do Rio Uraricoera, para depois se concentrar na fazenda São José às margens do Rio Tacutu. Posteriormente estabelecerem-se, já em 1799, na fazenda São Marcos, em frente ao Forte São Joaquim.

Com a vinda da família real em 1808 o Sul da Colônia Brasileira cresceu rapidamente enquanto o Norte estagnou. Assim, os povoados da região demoraram a prosperar. Aquele que deu origem a Boa Vista, foi fundado em 1830 pelo capitão Inácio Lopes Magalhães, mas somente em 1858 (já durante o Segundo Reinado) teve

sua condição paroquial elevada para Freguesia de Nossa Senhora do Carmo do Rio Branco. E, só em 09 de julho de 1890 foi promovido à categoria de Vila, sede do novo município denominado Boa Vista do Rio Branco.

Boa Vista foi criada pelo então governador da Província do Amazonas, Augusto Ximeno Ville Roy, já sob o governo do Marechal Deodoro da Fonseca no primeiro ano da República. Com a criação de Boa Vista, a atenção política passou a se concentrar na região central do Estado de Roraima.

Em 13 de setembro 1943 o então Presidente da República Getúlio Vargas cria, por meio do Decreto-Lei n.º 5.812, cinco Territórios Federais, dentre eles o Território Federal do Rio Branco, antecessor do atual Estado de Roraima.

Boa Vista assume então a condição de Capital, mas só recebe seu primeiro Governador em junho de 1944. Já em meio a Segunda Guerra Mundial é nomeado para o governo o Capitão Ene Garcez dos Reis.

No período pré-Ditadura Militar, de 1943 a 1964, 14 governadores administravam a região: o Capitão Ene Garcez dos Reis foi o primeiro e o Médico Francisco de Assis Peixoto Albuquerque, o último. Vitorino Freire, então senador do Maranhão, indicou indiretamente 10 desses governadores.

Em 13 de setembro de 1962, a Câmara Federal, aprovou o projeto de lei n.º 1.433 do deputado Valério Caldas de Magalhães, que previa a mudança de nome do então Território Federal do Rio Branco para Território Federal de Roraima.

Em pleno Regime Militar, de 1964 a 1985, sete governadores administraram o Território de Roraima. Nesse período foram abertas pelos Governos Militares duas importantes estradas federais na região, a BR-174 e a BR-210. A construção das estradas fora acordada entre Brasil e Venezuela, com o objetivo de ligar Caracas à Brasília. O seu asfaltamento, no entanto, só foi iniciado na década de 1980 e concluído efetivamente só em 1998.

Ao longo destas estradas foram implantados dezenas de projetos de colonização. Já em 1982, havia 42 Colônias Agrícolas em fase de implantação no Estado, ocupadas por famílias vindas do Nordeste (especialmente do Maranhão) e do Sul do País (prioritariamente do Rio Grande do Sul).

Na década de 1980 o garimpo ganhou impulso em Roraima e o Estado passou por uma explosão populacional. A descoberta de ouro e diamantes atraiu levas migratórias de diversas regiões do país. O garimpo foi para a região o mais poderoso atrativo populacional. Foi também, sem sombra de dúvidas, o mais destrutivo para o meio-ambiente.

Em 05 de outubro de 1988, com a nova Constituição promulgada, Roraima deixa o estatuto de Território Federal e transforma-se em Estado-membro da Federação. A posse do primeiro governador ocorreu, no entanto, somente em 01 de janeiro de 1991. O Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto, que antes já exercera o cargo nomeado pela Ditadura, foi eleito seu primeiro mandatário. Nas eleições de 1994 o Engenheiro Neudo Campos é eleito para substituir Ottomar. Campos seria re-eleito em 1998. Na sequência assumem o Governo do Estado Francisco Flamarion Portela, novamente Ottomar de Souza Pinto e José de Anchieta Júnior.

Dados demográficos

A população atual de Roraima é de 469.524 habitantes, segundo a estimativa populacional de 2012 realizada pelo IBGE. Isso faz do Estado a unidade federativa brasileira menos populosa e de menor densidade demográfica (apenas é de 2,1 habitantes/ Km²).

A partir da metade do Século XX, iniciou-se em Roraima o processo de crescimento nas correntes migratórias. No entanto, o crescimento populacional do vale do Rio Branco foi baixo até a década de 1970. Todavia, estimulados por diversos fatores, os números deram largos saltos nas décadas seguintes. Em 1940 o total de habitantes no Estado era de apenas 10.514; já em 2010 de 451.227. Hoje, o crescimento populacional anual de Roraima é um dos mais expressivos do Brasil, com uma taxa de 4,6% ao ano.

A distribuição da população Roraimense é desigual, apresentando maior densidade na região Sul do Estado e no entorno da Capital Boa Vista, que concentra 65,3% da população do estadual. A população urbana em Roraima soma 76,78% e a rural não passa de 23,22%. Do total da população do estado em 2010, 229.343 habitantes são homens (52%) e 221.884 são mulheres (48%). Quanto à distribuição etária: 33,09% são crianças; 20,06% jovens; 29,93% adultos; e 16,83% idosos.

Do ponto de vista étnico a população local está distribuída da seguinte forma: pardos 60,92%; brancos 20,89%; índios 11,18%; pretos 6,03%; e amarelos 0,96%. Entre os 46.961 jovens de 15 a 19 anos de Roraima, 36.534 vivem nas cidades (77%) e 10.428 no campo (33%). Dentre os 8.745 jovens brancos, 7.894 (90%) residem na cidade e 851 (10%) no campo. Entre os pretos, do total de 2.541, 2.223 (87%) residem na cidade e 318 (13%) no campo. Dos pardos, 30.052 no total, 25.151 (84%) moram na cidade e 4.900 (16%) no campo. E dos 493 amarelos, 372 (75%) vivem na

cidade e 120 (25%) no campo. Já, dos jovens indígenas da mesma faixa etária, 5.131 no total, apenas 894 (17%) residem na cidade enquanto 4.238 (83%) permanecem residindo em suas aldeias.

Dos 43.388 indivíduos entre 20 e 24 anos, 35.322 (81%) residem na urbe e 8.056 (19%) no meio rural. Dentre os 9.114 brancos, 8.398 (92%) residem nas cidades e 716 (8%) no campo. Dentre os 2.741 pretos, 2.413 (88%) residem nas cidades e 328 (12%) no campo. Dentre os 27.316 pardos, 23.332 (85%) moram na cidade e 3.984 (15%) no campo. Dos 345 amarelos, 305 (88%) vivem na cidade e 40 (12%) no campo. Já, dentre os 3.872 indígenas, apenas 883 (22%) residem nas cidades e 2.989 (78%) moram no campo.

A demografia de Roraima também é marcada por fortes movimentos migratórios. O Estado sempre atraiu populações providas de quase todos os Estados brasileiros e também de países vizinhos como Guiana, Venezuela, Colômbia e Bolívia. Hoje os grupos representam 37% do total da população local.

As regiões brasileiras que mais forneceram população migrante para o Estado de Roraima foram: a Região Nordeste com 19,86% do total (com destaque para o Estado do Maranhão 13,33% e do Ceará com 2,86%); a Região Norte 12,46% (com destaque para os Paraenses 6,11% e os Amazonenses 4,97%); a Região Sudeste 1,77% dos migrantes (com destaque para São Paulo com 0,61%); a Região Centro Oeste 1,53% (com destaque para o Estado de Goiás com 0,73%); e a Região Sul com 1,38% dos migrantes, proveniente principalmente do Rio Grande do Sul (0,48%).

No Estado são diversas as manifestações religiosas presentes. Embora seu desenvolvimento tenha se dado sobre uma matriz social eminentemente católica (49,15% da população ainda se intitula Católica – 46,6% Católica Apostólica Romana; 1,55% Católica Apostólica Brasileira e 1% de outras derivações), é possível encontrar atualmente dezenas de outras manifestações religiosas. As principais são as de matriz evangélica (32,14%). Dessas 19,79% pertencem a Igrejas Evangélicas de origem Pentecostal (10,62% a Igreja Assembleia de Deus; 2,59% a Igreja do Evangelho Quadrangular; 1,62% a Igreja Universal do Reino de Deus, entre outras). Outras 6,5% pertencem a Igreja Evangélica não determinada; 5,85% pertencem a Igrejas Evangélicas de Missão (2,61% a Igreja Evangélica Batista e 2,27% Igreja Evangélica Adventista, entre outras). Há ainda 1,38% de Espíritas; menos de 0,5% de praticantes de religiões de matriz africana e mais 15,19% de indivíduos que se declaram sem religião.

No que diz respeito à instrução 38,98% dos habitantes do Estado não completou o ensino fundamental; 12,79% têm ensino fundamental completo ou médio

incompleto; 20,81% têm médio completo ou superior incompleto; e apenas 5,24% têm ensino superior completo.

Em Roraima a taxa de fecundidade corresponde a 2,2; a de natalidade a 28,78 nascidos vivos a cada 1000 habitantes/ano. A esperança de vida ao nascer é de 70,6 anos e a taxa de mortalidade infantil de 18,10%. No Estado, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) alcança 0.750. Tal índice é classificado como médio, o que coloca o estado na 18ª posição do ranking entre os Estados brasileiros.

Dados socioeconômicos

Hoje o Produto Interno Bruto de Roraima (PIB) soma R\$ 6.341 milhões de reais. Atualmente o Estado é o que menos contribui para o PIB nacional, respondendo com apenas 0,2% do total de riquezas produzidas no País. Apesar disso, a economia estadual é a que tem conquistado os maiores índices de crescimento entre as unidades federativas do Norte brasileiro (7,65% ao ano).

O PIB per capita Roraimense (R\$ 14.051,91) é o terceiro maior da Região Norte (atrás somente do Amazonas e de Rondônia). Em âmbito nacional, o Estado ocupa a 14ª posição (25,9% abaixo da média nacional). Comparado a 2007, o PIB per capita estadual teve uma variação positiva de 15,3%.

O salário médio mensal, tendo como referência o indivíduo responsável pelo domicílio, soma R\$ 556,00 e a população economicamente ativa do Estado corresponde a 64,96% do total dos habitantes. No entanto, é importante frisar que, conforme o IBGE, quase metade da população Roraimense (45,81%) não possui rendimento mensal fixo. Os demais cidadãos estão assim escalonados: com rendimento até 1/2 salário mínimo 5,66%; de 1/2 a 1 salário mínimo 21,98%; de 1 a 2 salários mínimos 12,76%; de 2 a 5 salários mínimos 8,75%; de 5 a 10 salários mínimos 3,74%; de 10 a 20 salários mínimos 0,97%; e com mais de 20 salários mínimos 0,33%.

No tocante à contribuição dos setores produtivos na economia de Roraima, a prestação de serviços soma 82,2% do total da produção de riquezas, a indústria 13% e a atividade agropecuária 4,7%.

No setor primário (que responde por apenas 4,7% do PIB de Roraima) destaca-se, na pecuária, a produção de gado bovino e equino, de aves e ovos e de mel e na agricultura a produção de café, milho, banana, soja, mandioca, laranja, cana-de-açúcar e feijão.

Na indústria (que responde por 13% do PIB de Roraima) destacam-se a construção civil (que cresce a taxas superiores a 10% anualmente), a indústria de trans-

formação de alimentos, bebidas, eletricidade e água e os produtos e derivados da madeira. Roraima possui um parque industrial de porte médio, concentrado no entorno de Boa Vista.

Já no setor de serviços (que responde por 82,2% do PIB estadual) os principais produtos estão vinculados às atividades de administração, educação e saúde públicas, seguidas por aquelas relacionadas comércio, serviços de manutenção e reparação, informação, intermediação financeira e atividades imobiliárias.

A pauta de exportação do Estado é composta principalmente pela madeira serrada e perfilada (45,17%), pela soja (33,29%), e pelos produtos siderúrgicos derivados de ferro (7,45%). Já, os três principais produtos importados por Roraima são os Cimentos Portland (35,43%), vidros (11,20%) e farinha de trigo (9,32%).

A matriz econômica de Roraima depende em íntimo grau de receitas públicas para se subsistir, com o setor produtivo local ligado ao aparelho burocrático estatal e pouco desenvolvido no que se refere à economia de iniciativa privada. Têm-se ainda as atividades de extrativismo mineral (principalmente o garimpo de ouro e de diamantes) que, por serem ilegais em sua maioria, raramente aparecem computados nos dados econômicos do Estado.

Segundo a classificação nacional de atividades econômicas (CNAE 2.0), o número total de unidades produtivas locais é de 6.092. Dentre as atividades que mais se destacam estão o Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (G), com 53,53% dos estabelecimentos; às Indústrias de Transformação (C), com 11,13%; as Atividades administrativas e serviços complementares (N), com 7,38%; o ramo de Alojamento e alimentação (I), com 6,94%; o setor de Construção (F), com 4,83%; as Atividades profissionais, científicas e técnicas (M), com 4,04%; o Transporte, armazenagem e correio (H), com 2,73%; a Saúde humana e serviços sociais (Q), com 2,33%; a Educação (P), com 1,98%; as Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (K), com 1,72%; o universo das Artes, cultura, esporte e recreação (R), com 1,55%; a Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (A), com 1,33%; e, o setor de Informação e comunicação (J) com 1,07% das unidades produtivas.

Um estudo patrocinado pelo do Sistema FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), realizado em 2011, indica que Roraima gera apenas 1,1% dos seus empregos formais em um dos 14 segmentos que compõe os setores criativos da economia. Porém, no Estado a remuneração média dos trabalhadores criativos é de R\$ 4.009,00 mensais. A economia da cultura do Estado soma R\$ 133.654.030,00 destinados às despesas de manutenção e execução das políticas

públicas da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano 2013.

Roraima possui ainda duas Áreas de Livre Comércio (ALC) regulamentadas: uma em Bonfim e outra em Boa Vista. São áreas de importação e exportação que operam em regime fiscal especial.

Dados culturais

A cultura de Roraima apresenta forte influência indígena. É marcada também pela influência dos colonizadores e pelos mestiços que habitam e habitaram a região. O artesanato é um dos marcos centrais da produção cultural roraimense. Muitos dos produtos artesanais confeccionados pelos indígenas da região são comercializados na Feira de Artesanato de Roraima, sediada na capital do Estado.

Entre as principais entidades que promovem a cultura em Roraima encontram-se: o Fórum de Cultura Permanente de Roraima; o Sebrae; o SESC; a Teia Roraima; a Academia Roraimense de Letras; e a Federação de Teatro de Roraima.

O Museu Integrado de Roraima, inaugurado em 1985 em Boa Vista é um museu público mantido pela Fundação de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Estado (FEMACT). Está instalado no interior do Parque Anauá. Ele conserva o mais importante acervo museológico de Roraima.

A dança tradicional em Roraima está vinculada aos grupos folclóricos de boi-bumbá, as cirandas e as danças tradicionais gaúchas. Entretanto, são notáveis também grupos de dança clássica e moderna. A música roraimense possui uma grande variedade de ritmos e harmonias. Sua origem remonta à variedade de etnias e povos que viveram e vivem no Estado. Há, por exemplo, a presença de grupos de cantos indígenas e caboclos, o ensino da música clássica e MPB etc. No Estado, são notáveis ainda os festivais de música que trazem uma demonstração da arte musical da Amazônia (como o Festival das Araras).

A culinária de Roraima apresenta forte influência da cultura indígena, amazônica e nordestina, em especial Maranhão. O peixe, a macaxeira (mandioca) e a banana são os principais produtos usados em seus pratos típicos.

As artes cênicas em Roraima são difundidas pela Federação de Teatro de Roraima, que realiza espetáculos e eventos culturais nos espaços públicos da cidade. Há vários grupos teatrais no estado, entre os quais: Sol da Terra, Criart Teatral, Arteatro, Locômbia Teatro de Andanças e a A Bruxa tá Solta. O folclore roraimense é hoje o encontro das tradições trazidas pelos colonizadores nordestinos e de todas as outras

regiões do Brasil. No mês de junho, assim como em outros estados do Brasil, acontecem as festas juninas que mobilizam as diversas quadrilhas locais.

Dos monumentos públicos de Roraima dois merecem destaque especial: o Monumento ao Garimpeiro, que presta homenagem aos homens que contribuíram para o desenvolvimento do antigo Território Federal do Rio Branco; e o Monumento aos Pioneiros, uma construção de concreto armado que reproduz o Monte Roraima, as etnias que formam o povo roraimense e as tradições e costumes estaduais. Tais monumentos foram todos erguidos pelo aparelho estatal a fim de celebrar a cultura local.

Outros patrimônios culturais de Roraima são os parques nacionais Monte Roraima, Viruá e Serra da Mocidade; as Estações ecológicas Ilha de Maracá, Niquiá e Caracará; e as Florestas Nacionais do Anauá e de Roraima, além das reservas e terras indígenas que no Estado tem grande extensão territorial. Dentre os bens representativos de cultura estão às identificações regionais Macuxi e Wapixana; as lendas Cruviana e Macunaima; o Movimento Roraimeira; as Arraias de São Sebastião, Nossa Senhora da Aparecida, São Francisco; a Boa Vista Junina; os festejos de São José na Vila do Surumu, a paixão de Cristo em Mucajaí etc.

São tombados pelo IPHAN no Estado, as Ruínas do Forte São Joaquim (em Boa Vista), o Forte Santa Rosa (em Amajari); as Corredeiras do Bem Querer (em Caracará); a Serra do Tepequém (em Amajari), a Fazenda São Marcos (em Boa Vista), Lago do Caracaranã (em Normandia); Monte Roraima e o Monte Caburá (em Uiramutã) e os monumentos constantes da Catedral Cristo Redentor localizados na capital.

No futebol profissional Roraima abriga nove clubes relevantes: o Atlético Roraima, o Baré, o Grêmio Atlético Sampaio (GAS), o São Raimundo, o River, o Rio Negro, o Náutico, o Progresso e o São Francisco.

Em Roraima, há apenas um feriado estadual: o 05 de outubro, data da elevação do Território Federal de Roraima à categoria de Estado, o que aconteceu com a promulgação da Constituição de 1988.

Roraima em 2013, conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias, investiu em cultura mais de R\$ 120 milhões. Neste valor, porém, estão computados uma série de ações “extra culturais” (estão somados investimentos que não são necessariamente de cultura), já que a Secretaria de Cultura do Estado tem suas ações vinculadas ao Gabinete da Primeira Dama e sua notável política de assistência social. Dados empíricos referendam que efetivamente o que pode ser computado como investimento em/de cultura no Estado de Roraima não passa de 10% do total do orçamento previsto para a rubrica na LDO.

No Estado também é praxe investir em grandes projetos culturais, como por exemplo: o Festival das Araras, o Arraial das Três Nações e a Semana Farroupilha. Conforme os avaliadores de Projetos Culturais apoiados pelas Leis Estaduais de Incentivo a Cultura, esses grandes eventos consomem mais de 80% do total dos investimentos culturais realizados em Roraima.

Estrutura Midiática

Nas comunicações Roraima possui agências do Correios em apenas cinco municípios do Estado: Boa Vista, Caracarái, Alto Alegre, São Luiz do Anauá e Pacaraima. Em Roraima há aproximadamente 400.000 linhas telefônicas em atividade, com destaque para a telefonia celular o que representa um crescimento médio de 16% ao ano.

De acordo com dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), com 72 celulares para cada 100 habitantes, o Estado só perde para o Amazonas em termos de crescimento no número de celulares habilitados. Nos últimos 12 meses, Roraima registrou um aumento de 30,36% na teledensidade – relação de celulares habilitados por habitante. A rede de telefonia roraimense representa 0,18% do mercado nacional. Do total de linhas habilitadas 90% são pré-pagas e apenas 10% pós-pagas. A empresa Vivo possui a maior fatia do mercado, com 60,57% dos clientes. A Tim continua na segunda colocação no mercado local, representando 28,85% da clientela. A empresa Oi é a terceira colocada, com 7,20% e a Claro permanece em quarto lugar, com 3,37%.

De acordo com dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), com 72 celulares para cada 100 habitantes, o Estado só perde para o Amazonas em termos de crescimento no número de celulares habilitados. Nos últimos 12 meses, Roraima registrou um aumento de 30,36% na teledensidade – relação de celulares habilitados por habitante. A rede de telefonia roraimense representa 0,18% do mercado nacional. Do total de linhas habilitadas 90% são pré-pagas e apenas 10% pós-pagas. A empresa Vivo possui a maior fatia do mercado, com 60,57% dos clientes. A Tim continua na segunda colocação no mercado local, representando 28,85% da clientela. A empresa Oi é a terceira colocada, com 7,20% e a Claro permanece em quarto lugar, com 3,37%.

Em Roraima apenas a empresa Oi Telemar oferece serviços de internet banda larga (antes de 2009 o serviço não estava disponível). Na capital Boa Vista a qualidade de sinal é baixa, os pacotes oferecidos são de, no máximo, 10 Megabytes e o serviço não está disponível em todos os bairros (a demanda é consideravelmente

maior que a oferta de portas de acesso). Já, na maioria dos municípios do interior do Estado, o serviço de internet banda larga ainda não está disponível. Assim como as linhas de energia elétrica que abastecem o Estado, a rede de fibra ótica que conecta Roraima ao resto do globo, vem da Venezuela e não do Brasil.

A estrutura midiática do Estado está organizada da seguinte forma: 14 emissoras de rádio (02 estatais, 09 privadas e 03 comunitárias), 07 emissoras de televisão (06 privadas e 01 pública), 2 jornais privados, 2 revistas privadas e 1 MMDS. No Estado apenas a empresa Oi Telemar oferece serviços de internet banda larga (antes de 2009 o serviço não era oferecido em Roraima). Para interiorizar o serviço, o governo estadual iniciou a construção da rede de fibra ótica de Boa Vista até Rorainópolis e do entroncamento de São Luiz do Anauá a Jatapú, na BR 210.

O primeiro periódico local, Folha do Rio Branco, era produzido pela diocese em 1917, dando conta de um território onde predominavam fazendas de gado. Hoje existem alguns jornais, sendo os principais a Folha de Boa Vista e o Jornal de Roraima.

Meios de Comunicação	NATUREZA				VÍNCULO	
	Total	Estatal	Privado	Público	Educativo	Comunitária
Emissoras de rádio	14	2	9	2	-	3
Emissoras de TV	7	1	6	1	-	-
Jornais	2	-	2	-	-	-
Revistas	2	-	2	-	-	-

Referências bibliográficas

BARBOSA, Reinaldo Imbrozio & MELO, Valdinar Ferreira. **Roraima: homem, ambiente e ecologia**. Boa Vista: FEMACT, 2010.

CARVALHO, Avery Milton Veríssimo de. **Índio na Rede: Ciberativismo e Amazônia**. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

DINIZ, Edson Soares. **Os Índios Makuxi do Roraima: sua instalação na sociedade Nacional**. Marília: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (Coleção Teses 9).

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1991.

FREITAS, Aimberê. **Estudos Sociais - RORAIMA**: Geografia e História. São Paulo: Corprint, 1998.

GUERRA, Antonio Teixeira. **Estudo Geográfico do Território do Rio Branco**. Rio de Janeiro - 1.957. 1 v. Conselho Nacional de Geografia/IBGE.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: < <http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>>. Acesso em: maio/dez. 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese dos Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da População Brasileira 2010. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadores-minimos/sinteseindicossociais2010/SIS_2010.pdf>. Acesso em: maio/dez. 2013.

SANTILLI, Paulo. **Pemongon Patá**: território Macuxi, rotas de conflito. São Paulo: UNESP, 2001.

SOUSA, Antônio Ferreira de. **Noções de Geografia e História de Roraima**. Manaus: Gráfica Palácio Real, 1959.

RORAIMA. In Britannica Escola Online. Enciclopédia Escolar Britannica, 2014. Web, 2014. Disponível em: <<http://escola.britannica.com.br/article/483528/Roraima>>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2014.

A REALIDADE DOS ATORES ENVOLVIDOS NA GARIMPAGEM DE OURO NA FRONTEIRA DO AMAPÁ E GUIANA FRANCESA

Introdução

A Amazônia, um bioma complexo e diversificado que se configura em vários países da América do Sul, vem recebendo especial atenção de lideranças nacionais e internacionais, fato observado na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida também como ECO-92, ou Cúpula da Terra, ocorrida no Rio de Janeiro, tendo como um dos resultados a elaboração da Agenda 21, na qual consta a Declaração de Princípios sobre Uso de Florestas, que tem como objetivo estabelecer padrões mundiais de manejo, conservação e uso racional de todos os tipos de florestas. A necessidade dos estabelecimentos desses padrões em geral, é justificada pelos ocorridos e possíveis desastres ecológicos, atribuídos ao uso indiscriminado dos recursos naturais. A exigência ou necessidade de um uso racional de todos os tipos de florestas vem tomando uma dimensão planetária, tal dimensão entra em controvérsia em grau de importância, quando se trata do desenvolvimento para os que vivem na região amazônica, colocando o Brasil em um dilema: compatibilizar as necessidades socioeconômicas de suas populações e atender, satisfatoriamente, às pressões internacionais por sua preservação.

Para resolver esse dilema considerando a condição da transnacionalidade que a região amazônica apresenta, o Estado brasileiro incluiu, a partir dos anos 90, do século passado, em sua agenda diplomática um olhar voltado para a cooperação no domínio do meio ambiente com os países fronteiriços da região amazônica. O objetivo desse tipo de cooperação nas zonas de fronteira seria o desenvolvimento de uma gestão transfronteiriça capaz de promover a superação das debilidades socioeconômicas em escala local com uso equilibrado dos recursos ambientais.

* Faculdade Estácio do Amapá. Email davigos@bol.com.br.

** Universidade Federal do Amapá. Email: dagnete@uol.com.br

Percebe-se, dessa maneira, que a questão socioambiental se apresenta candente nas zonas de fronteiras da Amazônia, particularmente por possibilitar a montagem de arranjos institucionais (acordos binacionais, tratados e outros) internacionais favoráveis a esse objetivo. Como exemplo cita-se o Acordo-Quadro de Cooperação Brasil-França celebrado em maio de 1996, no qual se insere a possibilidade de uma gestão transfronteiriça no domínio do meio ambiente e desenvolvimento sustentável, envolvendo o Município do Oiapoque e Guiana Francesa.

Entretanto, observa-se, que a garimpagem ilegal de ouro na área de fronteira do Amapá e Guiana Francesa é em parte significativa no esfriamento das relações cooperativas entre Amapá e Guiana Francesa, e vem se consolidando também como fator complicador no processo de inauguração da Ponte Binacional sobre o rio Oiapoque (que interligará fisicamente Amapá e Guiana Francesa). Nessa conjuntura questiona-se, qual é a realidade dos atores¹ envolvidos na garimpagem de ouro na fronteira do Amapá e Guiana Francesa? Na busca de uma resposta a esse questionamento, foi feita uma revisão bibliográfica sobre estudos voltados para a fronteira do Estado do Amapá e Guiana Francesa, entre os quais se encontram: Silva (2010a) com foco para as interações espaciais e escalas geográficas; Granger (2011) destacando a cooperação no processo de integração da Guiana Francesa e seu futuro no meio de países sul-americanos; Superti (2013) que discute a cooperação transfronteiriça entre Brasil e França como parte das políticas públicas de integração regional na América do Sul; Martins (2008) que procura destacar as possíveis necessidades de modificações do olhar do Estado brasileiro para o que representa as interações sociais na área de fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa e Silva (2013b) que faz referência aos problemas ambientais e aos impasses provocados pela garimpagem de ouro em solo francês por brasileiros nas relações entre Brasil e Guiana Francesa.

Permanecido o questionamento, a pesquisa estabeleceu como seu objeto a garimpagem de ouro na área de fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa, a qual fomenta a entrada de garimpeiros brasileiros em condição ilegal em território guianense. E como objetivo geral: levantar informações sobre a realidade dos atores e fatores econômicos e sociais, que tenham relação direta e indireta com a garimpagem de ouro na área de fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa, que possam subsidiar políticas públicas, para mitigar os conflitos socioambientais decorrentes dessa atividade.

¹ Secchi (2010, p.120) defende que indivíduos, grupos ou organizações que desempenham um papel na arena política a exemplo: políticos, os partidos políticos, os burocratas, os grupos de interesse, os movimentos sociais, a mídia, as organizações não governamentais, as empresas, as redes de políticas públicas.

Nesse sentido procurou-se em primeiro lugar uma compreensão teórica: da inserção da garimpagem de ouro no Brasil e Amapá sob a ótica de autores como Cotta e Luz (1992), Carvalho (1998) e Queiroz (2001), Meira (1975), e Becker (1997). Da construção histórica e social da fronteira entre Amapá e Guiana Francesa no olhar de Brasil (2010), Reis (1949), Queiroz (2001), Granger (2011), Neves (2008), e Silva (2010a). Bem como da relação sociedade e natureza na perspectiva de Carvalho (2011), Lima (2002), Bruel (2010), Maciel (2011), Brito (2010) e Carvalho (1997). Do sentido e significado dado ao desenvolvimento sustentável, por Banerjee (2006), Dutra (2006), Constituição Federal do Brasil (1988), e do princípio de cooperação entre os povos e do poluidor pagador, na visão de Milaré (2010), Freitas (2010), Berté (2009), e de suas aplicabilidades, considerando a realidade local, conforme defende Berté (2009), Jorge Neto (2009) e Friorillo (2011). Da concepção e elaboração de políticas públicas sob a ótica de Boneti (2011), Saravia (2006) e Secchi (2010).

As abordagens desses autores possibilitaram a elaboração da hipótese de que as informações dos atores e fatores econômicos e sociais, que tenham relação direta e indireta com a garimpagem de ouro na área de fronteira entre o Amapá e a Guiana francesa, podem subsidiar políticas públicas, para mitigar os conflitos socioambientais decorrentes dessa atividade. Delimitou-se a pesquisa entre o período de 1996 a 2013, pela importância social destas datas, pois, em 1996, foi o ano da assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação Brasil-França, e o ano de 2013 marca a data estabelecida pelos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil, e Nicolas Paul Stéphane Sarközy de Nagy-Bocsa, da França, para inauguração da ponte binacional, marco maior da cooperação na área de fronteira deste estudo.

A pesquisa foi realizada nos Municípios de Macapá e Oiapoque (em sua sede, nos distritos de Clevelândia do Norte, Vila Brasil e localidade de Ilha Bela) e Camopi uma Base Militar da Guiana Francesa localizada em frente à Vila Brasil. Na busca de respostas ao problema. Utilizou-se o método fenomenológico, devido se buscar uma interpretação e compreensão da realidade dos atores envolvidos direta e indiretamente na garimpagem de ouro (LAKATOS 2010). Quanto à natureza é básica por objetivar contribuir na construção de conhecimentos que possam na elaboração de políticas públicas, em especial em áreas de fronteira (GIL, 2006).

Para resposta ao problema e melhor entendimento do objeto da pesquisa optou-se por uma pesquisa qualitativa. Com relação à técnica escolheu-se a documentação direta, mediante a possibilidade da realização de uma pesquisa de campo pertencente ao grupo dos estudos exploratório-descritivos combinados, para que se pudesse melhor descrever o objeto de estudo da pesquisa de forma qualitativa, viabilizada pelas

informações obtidas por intermédio de formulários e observação não participante, junto à população estudada que teve como critério de escolha, a relação direta e ou indireta com o objeto da pesquisa. Incluindo pessoas que trabalham na garimpagem de ouro na Guiana Francesa de forma legalizada.

Ciente de que o tema da pesquisa é cercado de visões e interesses diferentes, procurou-se entrevistar pessoas da iniciativa privada, do setor público (executivo, legislativo e judiciário), cidadãos comuns, e jornalistas residentes em Oiapoque com e sem vínculo com os atores governamentais para se tivesse uma ideia do pensamento oriundo da mídia. Sendo garantido aos entrevistados que os mesmos seriam denominados pelas funções ou atividades, que exercem no setor público e privado como forma de garantir o anonimato dos mesmos, pelo fato da garimpagem ser ilegal.

Realizadas as entrevistas na cidade de Oiapoque e em Clevelândia do Norte (distrito de Oiapoque), as informações coletadas, indicaram a necessidade da pesquisa se estender até Ilha Bela, Vila Brasil e a Camopi, base militar da Guiana Francesa, na foz do rio Camopi, visto que esse itinerário é alegado – m pelas mídias, pelos responsáveis pela segurança na fronteira brasileira e guianense e por alguns entrevistados – como parte da logística de abastecimento do garimpo clandestino na Guiana Francesa.

Alegação negada pelos transportadores de cargas e pessoas do rio Oiapoque. Os dados coletados foram selecionados, ordenados e analisados a luz dos autores citados. Como fontes primárias foram utilizadas atas² dos encontros binacionais entre Brasil e França, documentos e publicações do poder Executivo, Legislativo (Senado e Câmara dos Deputados Federais), e meio eletrônico. Os conhecimentos adquiridos a partir das informações da pesquisa têm como finalidade contribuir para futuros trabalhos que envolvam a questão de garimpagem do ouro nas fronteiras da Amazônia Brasileira (Bolívia, Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Suriname, Guiana e mais o Departamento Ultramarino Guiana Francesa) provenientes de atividade que causam conflitos socioambientais.

A logística da garimpagem na região de fronteira

Os relatos de apreensões de embarcações com mercadorias e combustíveis, que presumidamente seriam utilizadas nos garimpos da fronteira entre Oiapoque e Guiana Francesa, dão conta que são efetuadas em toda a área de fronteira, principalmente

² Foram analisados os objetivos, temas e intenções das reuniões transfronteiriças entre Brasil e França que possuem alguma relação com o objeto e objetivo da pesquisa.

nos rios e afluentes da Guiana Francesa, embora haja registro de várias apreensões em território brasileiro, no trecho de Oiapoque (cidade sede)-Ilha Bela-Vila Brasil.

A pesquisa procurou ratificar estes relatos *in loco*. Percorreu-se o mesmo itinerário, nas mesmas condições, ou seja, em embarcações que transportam passageiros (que podem ir para as comunidades, como para as áreas de garimpo), junto com mercadorias, maquinários, combustíveis e materiais de construção (que podem ser utilizadas nas atividades das comunidades brasileiras, como para a garimpagem em solo francês). Efetuou-se essa verificação na busca de se entender a dinâmica econômica e social que envolve os meios de transportes, itinerário, segurança e insegurança que ocorrem no deslocamento de bens e pessoas da sede do Município de Oiapoque à Ilha Bela e Vila Brasil.

Com relação aos meios de transportes, constatou-se que as mercadorias e passageiros são transportadas em embarcações de metais (figura 01) fabricadas em metalúrgicas no Município de Oiapoque (figuras 02), a um custo aproximado de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), tendo capacidade para cargas de até 3.000 kg. São equipadas com motores que na sua maioria são adquiridos na Guiana Francesa, a um custo aproximado de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais), os quais na sua maioria não são legalizados em solo brasileiro.

Figura 01: Embarcações



Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2013.

Figura 02: Fábrica de embarcações



Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2013.

Quanto às mercadorias transportadas, observou-se que são documentadas com notas fiscais para trânsito em solo brasileiro e as principais mercadorias identificadas foram: combustíveis, gêneros alimentícios, material de construção, móveis e utensílios domésticos, máquinas e equipamentos que podem ser utilizados em garimpo, conforme mostra figura 03. Os preços cobrados pelos transportes geram em torno de R\$ 1,00 (um real) por quilo, e R\$ 100,00 (cem reais) por pessoa com direito a trinta quilos.

No itinerário, verificou-se que a viagem se realiza em duas etapas: na primeira, com duração aproximada de 45 minutos, seguem duas embarcações, sendo uma com passageiros e mercadorias e outra com membros da Associação de Carregadores Autônomos de Oiapoque (ASCAO) para efetuarem o transbordo das mercadorias em um obstáculo natural denominado de *Grand Roche*, (figura 03), local reivindicado como solo francês. Sendo que um associado chega a ganhar até R\$ 300,00 por dia. Ao chegar a *Grand Roche*, não constatando a presença da polícia francesa é feito o transbordo das pessoas e mercadorias (figura 03) para uma embarcação vinda de Vila Brasil que se encontra do outro lado do obstáculo. (figura 04). Após o transbordo começa a segunda parte da viagem, com uma duração de aproximadamente cinco horas, parando somente para desembarque ou por outras necessidades dos passageiros.

Figura 03: Antes do transbordo



Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2013.

Figura 04: Efetivando o transbordo



Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2013.

O item segurança é garantido pelos transportadores ao pesar as mercadorias para que não superem a capacidade de carga das embarcações que são conduzidas por pilotos fluviais (que não aceitam ser chamados de catraieiros), com habilidades reconhecidas pela comunidade de trafegar no rio Oiapoque (rio com grandes corredeiras), alguns catraieiros chegam a ganhar em torno de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por quinzena de trabalho. A segurança descrita é transformada em insegurança nas seguintes situações: a primeira nas fiscalizações feitas no rio Oiapoque pelos franceses, que investem no direito de fiscalizar, prender e destruir mercadorias e bens que acreditam ser de uso no garimpo em território francês, além de aprisionar os proprietários destes bens. Atitudes semelhantes praticadas pelo exército brasileiro.

A outra situação é na impossibilidade de ser efetuado o transbordo na *Grand Roche* pela presença da polícia francesa, nessa situação o deslocamento de passageiros e mercadorias ocorre por caminho terrestre alternativo que tem aproximadamente

1500 metros, cujo acesso é difícil e o percurso muito íngreme, com risco de acidentes envolvendo quedas e ataques de animais, incluindo os peçonhentos. Ficaram claras no itinerário percorrido pelo menos duas realidades, a de pessoas que para gozarem do direito constitucional de ir e vir tiveram que aprender a conviver com os desafios das corredeiras do rio Oiapoque e com os conflitos de interesses entre ribeirinhos, garimpeiros, comerciantes, ambientalistas, Estado brasileiro e Estado francês.

A segunda é que o rio que separa é o mesmo que concilia a convivência na área, visto que, esses atores só conseguem fazer cumprir com o itinerário Oiapoque/ Ilha Bela/Vila Brasil e seu respectivo retorno passando pela *Grand Roche* (território francês) e, cabe ressaltar que no verão o único canal do rio Oiapoque que admite a passagem das embarcações está na cachoeira do Caxiri em território brasileiro.

Fatores que favoreceram a exploração de ouro na fronteira

Estudando a economia do Município de Oiapoque, observou-se que a sua base produtiva é voltada para o setor terciário, principalmente relacionado à circulação de mercadorias. Entretanto, essa circulação é dependente da garimpagem do ouro que ocorre na região. Constatou-se, ainda, a inexistência do setor secundário e o setor primário tem pouquíssima expressão. Neste sentido, procurou-se fazer um estudo para entender por que a garimpagem de ouro na região de fronteira passou a ser preponderante na economia do município.

A primeira constatação é que a economia desenvolvida na região de fronteira se assemelha com a do período colonial brasileiro, observáveis nas abordagens teóricas de Cotta e Luz (1992), que discorrem sobre a opção portuguesa por um modelo pré-capitalista, com predominância de circulação de mercadoria e garimpagem de ouro. Essas semelhanças também são visualizadas em Reis (1949) quando se refere às movimentações mercantis voltadas para a garimpagem de ouro, os conflitos dela decorrentes, o escambo e o comércio garantindo a presença dos portugueses na região da Costa do Cabo Norte (região em estudo).

De acordo com as informações obtidas com a aplicação do formulário, este cenário tende a continuar, justificado pelo alto percentual de áreas protegidas na região (unidades de conservação – PARNA Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange e Terras indígenas (Juminã, Uaçá e Galibis do Oiapoque), o que reduz significativamente o espaço para as atividades do setor primário da economia).

Outro fator que colabora para essa continuidade da atividade de garimpagem é o papel desempenhado pelas agências bancárias e Distribuidoras de Títulos e Va-

lores Mobiliários (DTVM), que possibilitam a circulação do ouro ou da sua transformação em moeda papel de forma legalizada. O que se assemelha das casas de fundição como forma de legalizar o ouro independente da procedência criada pelos portugueses no período colonial, abordado por Cotta e Luz (1992). O exposto ajuda a entender porque o Município do Oiapoque tem uma economia voltada para a circulação de mercadoria, dependente da garimpagem do ouro e sem perspectiva de desenvolver outros setores da economia.

Interações socioeconômicas na fronteira e surgimento de vilas e povoados.

Outro aspecto que a pesquisa procurou analisar foi às interações sociais na área de fronteira. Foram observados que a mesma ocorre envolvendo atores de diferentes nacionalidades (brasileiros e franceses) e culturas (brancos e índios). Essas interações se materializam, principalmente, nas práticas comerciais e laborais em Ilha Bela e Vila Brasil, localizada em frente à foz do rio Camopi (território francês) que, segundo informações obtidas, teria sido o ponto de inicial de acesso para que brasileiros, e também franceses, pudessem entrar em solo francês³ e começar a exploração ilegal de ouro.

Para melhor entender essas interações sociais que ocorrem em territórios de fronteiras, foi feita uma análise das informações coletadas sob as perspectivas de Brasil (2010), Haesbaert, (2013), Reis (1949) e Granger, (2011). As interações são viabilizadas principalmente pela movimentação mensal de recursos financeiros entre as comunidades brasileiras e francesas, estimada em €§ 90.000,00 (noventa mil euros); é importante destacar a importância que os incentivos sociais – pagos pelo governo francês aos indígenas – desempenham nesse contexto social. A referida movimentação que, mesmo sendo ilegal, não é reprimida nas comunidades. Valores que em sua maior parte são gastos em Vila Brasil, em comércios, que fornecem mercadorias em geral e combustíveis. Outra forma de uso desses valores é a contratação de brasileiros pelos índios para prestação de serviços braçais. Essa circulação monetária faz com que, atualmente Vila Brasil não seja vista como tendo uma economia voltada para exploração do ouro e sim para o comércio. Posição sustentada pelos moradores e aceita com reservas pelos policiais franceses.

Outra forma de interação refere-se à presença de franceses em Vila Brasil em é a busca de lazer. Outra forma de interação é atendimento médico e hospitalar concedido pelos franceses aos brasileiros. Esse atendimento chega ao ponto de ser dis-

³ As informações revelaram que no início da exploração do ouro na região havia cumplicidade entre brasileiros e franceses.

ponibilizada aeronave para deslocamento (ida e volta) de brasileiros a Cayenne, tudo custeado pelo governo francês. O socorro é realizado em qualquer circunstância, mesmo que seja para atender às vítimas em atividades ilegais (caça, pesca e garimpo). As interações com os franceses se fazem também pelos meios de comunicação, visto que, a comunicação de Vila Brasil com Oiapoque, com o restante do Brasil e mesmo com o mundo se faz por um único telefone público, que funciona de forma precária. A relação harmoniosa da comunidade francesa com Vila Brasil não se verifica com a comunidade de Ilha Bela, um arquipélago formado por três pequenas ilhas (figura 05), também localizada na margem direita do rio Oiapoque, em frente à foz do rio Sikini, a problemática concerne ao fato de que os franceses consideram Ilha Bela como ponto de apoio as atividades de exploração ilegal de ouro levadas a cabo em território francês.

Figura 05: Vista de Ilha Bela



Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2013.

Opinião oposta ao militares franceses manifesta o representante dos moradores de Ilha Bela, pois não reconhece sua localidade como ponto de apoio logístico para garimpeiro, afirmando, inclusive, que a mesma vive da atividade comercial. A defesa de que os moradores de Ilha Bela vivem do comércio está pautada no argumento de que a comunidade está localizada dentro do PARNA Montanhas do Tumucumaque, situação que lhes impede de desenvolver uma agricultura familiar.

Os militares franceses que combatem a garimpagem em seu território, procuram ratificar seus posicionamentos com relação à Ilha Bela, pelo posicionamento da mesma que formou próximo à foz do Rio Sikini, para ser beneficiada pela impossibilidade de uma vigilância permanente nessa foz, viabilizando com que os garimpeiros percebam a ausência dos militares e adentrem em solo guianense para a prática da garimpagem ilegal. Segundo os militares, essas afirmações são comprovadas pelas

apreensões de mais de 80 embarcações de metais (figura 06) que conduziam pessoas, equipamentos e mercadorias com destino aos garimpos.

Figura 06: Barcos de metal apreendidos pela polícia francesa



Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2013.

Figura 07: Barcos apreendidos e destruídos pela polícia francesa



Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2013.

Com relação aos barcos de madeira apreendidos, os mesmos são destruídos com motosserra conforme demonstra a figura 07. Contudo, vale ressaltar relatos de pessoas que presenciaram outra maneira de destruição de barcos apreendidos, segundo os quais acontece da seguinte forma: os militares franceses retiram as pessoas dos barcos, em seguida derramam líquido inflamável nas mercadorias e no barco e ateiam fogo, causando também danos socioambientais.

Em seguida procurou-se conhecer a visão e atuação dos militares franceses e garimpeiros nas áreas de garimpagens. Os militares esclareceram que mudou a forma de garimpagem, a mesma não é feita mais nos leitos dos rios. Atualmente é feita em galerias subterrâneas para dificultar a fiscalização. Os militares afirmaram, ainda, que em 2012 foram abordadas e desativadas aproximadamente 80 (oitenta) galerias e 50 (cinquenta) barracos nos quais moravam em média 50 (cinquenta) pessoas trabalhando em três turnos. Explicaram ainda que os brasileiros deportados são aproximadamente 80% (oitenta por cento) do Estado do Maranhão e o restante é dos Estados do Pará e Amapá, sendo que maioria deste percentual é paraense. Relataram ainda que nesses garimpos as pessoas para superarem a forma de vida precária e a violência, recorrem à prostituição, uso de rogas e formação de verdadeiras milícias.

Entretanto, ao entrevistar brasileiros que garimpam de forma legalizada na Guiana Francesa, concordam com essas declarações, contudo afirmam que muitas das galerias subterrâneas que foram desativas pelos franceses continuam em atividades, porém, de forma legalizada, sendo monitorada e controlada pelos militares

franceses. Outra evidência dessas interações conflituosas nessa área de fronteira observou-se no momento da pesquisa de campo, decorrente de um fato ocorrido em junho de 2013, quando um barco foi interceptado por militares franceses em águas guianenses, que transportava mercadorias e combustíveis, conduzidos por um brasileiro e um índio*. A apreensão teve como desdobramento a morte do brasileiro. Este fato mobilizou a comunidade da Vila Brasil em um grande manifesto e tensão entre brasileiros e franceses da base militar de Camopi e autoridades de Cayenne. A tensão foi tão grande que fez com que as autoridades francesas assumissem um compromisso de que o corpo do brasileiro, após a autópsia em Cayenne, seria conduzido novamente para a base militar francesa e em seguida entregue aos seus familiares, para que fosse sepultado em território brasileiro; houve também o compromisso de esse processo seria feito sem passar pelos procedimentos legais formais e sem custos para os familiares. Este evento é inédito segundo relato de moradores de Vila Brasil, que já estiverem em situação de impossibilidade de trazer um ente falecido em território francês, dado as dificuldades legais e os custos elevados.

Observa-se que os conflitos descritos por Meira (1975) envolvendo brasileiros e franceses por questões da exploração do ouro, ora por falta de uma delimitação geográfica de fronteiras, ora pelo modelo mental desenvolvido pelos que habitam na zona de fronteira, estão longe de cessar, bem como, as interações advindas desses conflitos. Essa análise se baseia nos discursos das pessoas entrevistadas e na realidade observada. São visíveis nas práticas sociais e nas falas dos agentes o consenso de que a realidade social em lugares de fronteiras se faz a partir vivências constituídas em territórios situados em cada lado de um limite internacional, entre os quais ocorrem interações sociais, envolvendo atores de diferentes nacionalidades (brasileiros e franceses) e culturas (brancos e índios) como defende Brasil (2010). Cumpre, também, chamar atenção para as interações referidas a necessidade de mão de obra da parte de franceses e indígenas que vivem na Guiana Francesa; esses últimos dependem dos benefícios sociais proporcionados pelo Estado Francês e acabam por rejeitar as atividades manuais e/ou braçais.

Tais necessidades e cumplicidades se assemelham ao esfriamento dos litígios entre brasileiros e franceses, abordados por Granger (2011) por ocasião da Segunda Guerra Mundial quando a França ficou isolada pelo bloqueio alemão. A diferença nas interações consiste em que, na época do bloqueio, os franceses trocavam em Belém do Pará ouro por mercadoria e hoje se nota outro tipo de troca que é o de serviço por euro e com a emergência de outro ator o indígena. Observou-se que o surgimento das comunidades de Vila Brasil e de Ilha Bela se enquadra no conceito

sociológico de Neves (2008) de que o nascimento de um lugar – aldeia, povoado, vila, municipalidade, cidade – relaciona-se à constituição de configurações sociais que sugerem fenômenos políticos, econômicos, jurídicos, culturais com envolvimento de atores individuais e coletivos.

Com relação à legalização das áreas de garimpagem na Guiana Francesa (de onde os garimpeiros brasileiros foram e vem sendo expulsos) importa demonstrar conforme Becker (1997) que o garimpeiro é o agente que descobre as jazidas de minério, e feito isso ele é afastado pela mineração de escala industrial. Nesta perspectiva constatam-se contradições, a exemplo da legalização de empresas, como a Vale do Rio Doce e empresas francesas para exploração de ouro na Amazônia.

Garimpagem na fronteira e suas relações com as atividades públicas e privadas

A pesquisa teve, também, como objetivo identificar atividades econômicas, políticas, sociais e de segurança que são desenvolvidas pelos setores públicos e privadas que possuem relação direta ou indireta com a garimpagem de ouro na zona de fronteira franco-amapaense. Os setores identificados na pesquisa de campo foram: empresarial, política, judiciária, educacional, saúde e segurança pública, que serão avaliadas a seguir.

Segundo representantes da Associação Comercial de Oiapoque, a atividade de garimpagem representa aproximadamente 80% (oitenta por cento) do movimento econômico e financeiro do município de Oiapoque. Opinião que é compartilhada com empresários de vários seguimentos comerciais, como por exemplo: farmacêutico, vestuário, gêneros alimentícios, combustíveis, transporte e outros. Os dados coletados demonstram que, quando um garimpo na Guiana Francesa (mesmo sendo ilegal) é interdito a atividade comercial na sede do município se reduz drasticamente. Os empresários reconhecem os benefícios e a importância da garimpagem para a economia de Oiapoque e quando são questionados sobre a sua legalidade, a maioria dos entrevistados afirma que eles não têm problema com a garimpagem e que o mesmo é um problema dos franceses.

Com relação ao setor político, as informações obtidas nas entrevistas com os vereadores e ex-vereadores, além de informações de terceiros deixaram evidências, que a maioria destes legisladores tem ou já tiveram alguma relação com a garimpagem. Contudo, não se manifestam de forma explícita a favor desta atividade na fronteira, mas reivindicam políticas públicas voltadas para fomentação da economia, educação,

saúde e de cooperação entre Brasil e França, que possam substituir a atividade da garimpagem. As informações revelam, também, que o executivo municipal segue a mesma tendência.

A visão dos entrevistados com relação ao judiciário, inclusive de pessoas que foram apreendidas durante operações militares da polícia francesa é de que esse setor sempre atuou de forma respeitosa às leis e à cidadania, demonstrando grande sensibilidade com as questões socioeconômicas nos julgamentos dos litígios referentes a questões que envolvem garimpeiros. Relataram os entrevistados que em uma das audiências no fórum de Macapá, um juiz federal chegou a perguntar para militares do exército brasileiro, se trabalhavam para o governo francês, isto devido a forma como soldados brasileiros efetivavam as prisões e se manifestavam na audiência. Nas entrevistas presentes na mídia amapaense é visível que um determinado Desembargador do Estado do Amapá demonstra preocupações relativas a dimensão constitucional, ambiental e, em especial, social em suas análises sobre as possíveis soluções para as questões da garimpagem executada por brasileiros na fronteira entre Amapá-Guiana Francesa.

Considerações

As ideias desenvolvidas neste artigo são referentes à realidade dos atores envolvidos com a garimpagem de ouro na fronteira entre o estado brasileiro do Amapá e a Guiana Francesa. Assim sendo é preciso considerar que:

a. Há um sistema econômico, no qual predomina a exportação da produção de ouro e a compra e venda de mercadoria. Visto que, é unanimidade entre os entrevistados, que a maior parte do lucro do ouro é transferida para fora do município, por meio de ordens bancárias, ficando em Oiapoque uma pequena parcela do lucro que movimentam a compra e venda de mercadorias.

b. Existe um comportamento socioeconômico e político nas comunidades pesquisadas, confirmando a influência do processo de produção nas relações de dominação política e ideológica, abordadas por Bruel (2010), visto que, em Oiapoque a atividade de garimpagem vem promovendo a ascensão socioeconômica e política de alguns de seus membros, possibilitando uma movimentação de classes e alternância no poder, onde as mesmas se apresentam manifestando suas ideologias e seus interesses.

Confirmaram-se ainda, pelos relatos, que muitas dessas pessoas são motivadas a deslocarem-se para a Guiana Francesa por vivências históricas que foram aviltadas

pela expansão do capitalismo e pela exclusão social. Disso resulta que esses agentes demonstrem não se sentirem depredadoras do meio ambiente e muito menos estarem exercendo uma atividade ilegal na exploração do ouro em áreas de proteção ambiental, seja em solo nacional, seja em solo internacional. Esse sentimento se fortalece na possibilidade de mobilidade social rápida e na facilidade de legalização do ouro em solo brasileiro. Esse sentimento é ratificado nas colocações de um jornalista brasileiro, morador há mais de uma década no município de Oiapoque, que já participou de várias reportagens nacionais e internacionais como jornalista correspondente da TV Globo, principalmente sobre garimpagem. O jornalista afirma que os problemas entre brasileiros e franceses envolvidas com a garimpagem de ouro tem características fundamentalmente culturais.

Os posicionamentos dos comerciantes, e dos garimpeiros brasileiros e franceses, abordados pelo jornalista em relação de quem é o problema da garimpagem, independentemente do território, não são pejorativos nos relacionamentos sociais, se inseridos na análise que Simmel (2006) que faz do egoísmo individual versus autoperfeição como valor objetivo, na qual coloca como aceitável pela sociedade, o comportamento de pessoas que buscam seus objetivos, indiferentes aos que os outros pensam e sentem. Exemplificando os comportamentos egoístas do artista em sua arte e do político em busca de determinados objetivos. Nesse contexto, a possibilidade de uma determinada atividade estar ou não relacionada com um problema ou conflito ambiental segundo Carvalho (1997) depende dos interesses, dos atores, dos fatores e da forma da utilização e ou gestão do meio ambiente, da legalidade ou ilegalidade ou mesmo de uma ação ou omissão do Estado, por meio da execução ou não de uma política pública.

Delineado como objetivo geral analisar a realidade dos atores envolvidos na garimpagem de ouro na fronteira do Amapá e Guiana Francesa, em busca de subsídios para elaboração de políticas públicas, para mitigar os conflitos socioambientais decorrentes dessa atividade, as informações, que levaram às seguintes considerações:

a. A garimpagem de ouro na fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa configura-se como um problema público, visto que, na percepção da maioria dos entrevistados, a sociedade local aprendeu a conviver com as vantagens e desvantagens gerada por esta atividade econômica. Pode constar nas agendas: política, pois o problema é percebido pelos políticos (local e nacional), formal, pela facilidade de movimentação das partes interessadas ou envolvidas a favor e contra, forçando o poder público a decidir a enfrentar problema e na mídia, pelo espaço que a temática ocupa nos meios de comunicação, expressando os interesses das partes, que se relacionam e são afetadas pelos problemas gerados pela garimpagem ilegal.

b. A garimpagem na faixa de fronteira entre o Brasil e a França deve ser objeto de políticas públicas, considerando-se que os ‘culpados’ apresentados nas mídias e pronunciamentos das autoridades nacionais e internacional são, na maioria, brasileiros de outras regiões (não amazônidas), frutos do sistema de produção capitalista instalado no Brasil e das novas exigências do mercado de trabalho. Fatores que provocam movimentações de pessoas na região de garimpo e entre regiões e se configuram como estratégia de sobrevivência e meio para uma mobilidade social.

Conclui-se a que sejam elaboradas políticas públicas relacionadas à garimpagem de ouro na área fronteira é necessário que estas sejam precedidas por audiências públicas e que se abram espaços de diálogos e debates entre todas as partes interessadas e sobre todos os assuntos e temas oriundos dos problemas decorrentes da garimpagem. Essas preocupações se justificam pelas condições de saúde, educação e segurança relatadas pelas pessoas que se envolvem na garimpagem de ouro ou das localidades de Ilha Bela e Vila Brasil. Tais preocupações exigem políticas públicas que respeitem o artigo 225 da Constituição Federal de 1988, que tem por princípio garantia de um meio ambiente sadio e de uso comum do povo e o mínimo existencial está relacionado ao princípio da dignidade humana de forma inegociável. Neste sentido é imperativo considerar que as questões ambientais são discutidas em nome das gerações futuras, mas é imperativo, também, ponderar sobre as questões sociais atuais. Assim, a pesquisa revela que a garimpagem antes de ser um problema legal ou ilegal é um problema público e social, o que confirma a hipótese de que é necessário programar políticas públicas no sentido de minimizar os problemas socioeconômicos e ambientais da área de fronteira.

Referências bibliográficas

BANERJEE, S. B. Quem sustenta o desenvolvimento de quem: o desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. In FERNANDES, M. Guerra L. (Org.). **Contra discurso do desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Belém: UNAMAZ/UFPA-NAEA, 2006, p. 77 – 128.

BONETTI, Wessler Lindomar. **Políticas públicas por dentro**. Inijuí/RS: Unijuí, 2006.

BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1997.

BERTÉ, Rodrigo. **Gestão socioambiental no Brasil**. Curitiba: IBPEX, 2009.

BRASIL. **Constituição (1988)**. CÉSPDES, Livia. PINTO, Antonio da Luz de Toledo. WINDT, Márcia Cristina Vaz dos Santos. 33. ed.- São Paulo: Saraiva, 2004.

BRASIL. **Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da faixa de Fronteira. Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração fronteiriça.** Ministério da Integração Nacional. 2010.

BRITO, Daguiete Maria Chaves. **Conflitos socioambientais na gestão de unidade de conservação: o caso da Reserva Biológica do Lago Piratuba/AP.** 2010. 375 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém.

BRUEL, Ana Lorena de Oliveira. **Políticas e legislação da educação básica no Brasil.** Curitiba: IBPEX, 2010.

CARVALHO, Edson Ferreira de. **Meio ambiente de direitos humanos.** 2. ed. Curitiba: Juruá, 2011.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CARVALHO, Izabel Cristina de Moura; SCOTTO, Gabriela. IV Fórum de Educação Ambiental. I Encontro da Rede Brasileira de Educação Ambiental. Projeto Roda-Viva (org.). Instituto Ecoar para a Cidadania. Rio de Janeiro: INESC, 1997. p. 129-132.

CARVALHO, João Rênor F. de. **Momentos de história da Amazônia.** Imperatriz: Ética, 1998.

COTTA, José Cunha. LUZ, Adão Benvindo. Garimpo no Brasil – Histórico. In: LINS, Fernando Freitas (Coord.). **Aspectos diversos da garimpagem de ouro.** Rio de Janeiro: CETEM/CNPq, 1992.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social.** Rio de Janeiro: Roco, 1987.

DESLANDES, Suely Ferreira. GOMES, Romeu. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Teoria, método e criatividade.** 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

DUTRA, Manuel. Biodiversidade e desenvolvimento sustentável: considerações sobre um discurso de interiorização dos povos da Floresta. In: FERNANDES, Marciolina; GUERRA, Lemuel. **O contra discurso do desenvolvimento sustentável.** 2. ed. Belém: NAEA, 2006. p. 167-191.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2006.

GRANGER, Stéfhane. In: PORTO, Jadson Luís Rebelo. DOFF SOTTA, Eleneide. **Re-formatações fronteiriças no Platô das Guianas: (re) territorialidade de cooperações em construção.** Rio de Janeiro: Publit, 2011.224p: Il. Mapas; 21 cm.

HAESBAERT, Rogério (2013). **Regiões Transfronteiriças e redes Brasileiras no MERCOSUL.** Disponível em: <observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiaregional/04.pdf>. Acesso em: 21 set. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Resultado do Censo 2010.* Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>. Acesso em jan 2014.

JORGE NETO, Nagibe de Melo. **O controle jurisdicional das políticas públicas: concretizando a democracia e os direitos sociais fundamentais.** Salvador: Juspodivm, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MACIEL, Marcela Albuquerque. **Conflitos socioambientais: reflexões à luz de Georg Simmel. Jus Navigandi,** Teresina, ano 16, n. 2911, 2011. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/19378>. Acesso em: 19 mar. 2013.

MARTINS, Carmentilla das Chagas. **Relações bilaterais Brasil-França: a nova perspectiva brasileira para a fronteira Amapá-Guiana Francesa no contexto global.** 2008. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Curso de Pós-Graduação em 2008, Universidade de Brasília, Brasília.

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente: gestão ambiental em foco, doutrina, jurisprudência, glossário.** Prefácio Ada Pelegrini Grinover; 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

COELHO, Mauro César. QUEIROZ, Jonas Marçal. **Amazônia: modernização e conflito (séculos XVIII e XIX).** Belém: UFPA/NAEA; Macapá: UNIFAP, 2001.

NEVES, Erivaldo et al. **História e região: tópicos de história regional e local.** Ponta de Lança, São Cristóvão, v. 1, n. 2, abr-out 2008.

NOGUEIRA FILHO, Octaciano da Costa. **Introdução à ciência política.** Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2006.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Território do Amapá: perfil histórico.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

SARAVIA, Enrique. FERRAREZI, Elisabete (Org.). **Políticas públicas: coletânea.** Brasília: ENAP, 2006, v.

SIMMEL, Georg. **El Conflicto. Sociologia del Antagonismo**; traducción Javier Erasó Ceballos. – Ediciones Sequitur: Madrid, 2010.t

_____. **Sociologia**. Organização de Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Ática, 1983.

SILVA, Gutemberg de Vilhena. Interações Espaciais Amapá (BR) – Guiana Francesa (FR): Uso Político do território e Cooperação Transfronteiriça. In PORTO, J. L. R; NASCIMENTO, Durbens Martins. **Interações Fronteiriças no Platô das Guianas novas construções, novas territorialidades**. Macapá: Editora, 2010.

_____. **A Cooperação Transfronteiriça entre Brasil e França: ensaios e expectativas neste século XXI**. 2013. 261 f. Tese (Doutorado em Ciências-Geografia) – Centro de Ciências da Matemática e da Natureza, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SUPERTI, Eliane. “As Fronteiras Internacionais da Amazônia Brasileira no Contexto das Políticas Públicas de Integração Sul-Americana”. In PORTO, Jadson. NASCIMENTO, Durbens (orgs.). **Dinâmicas Periférico-Estratégicas da Fronteira da**

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**: Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

*Eloi Martins Senhoras **
*Max André de Araújo Ferreira ***
*Jaqueline P. do Nascimento ****
*Rute Costa Souza *****
*Luciano Pereira Dias ******

A ECONOMIA INFORMAL E A INFLUÊNCIA DOS CRIMES TRIBUTÁRIOS NAS FRONTEIRAS DO ESTADO DE RORAIMA NO ANO DE 2013

1. Introdução

O Estado de Roraima está localizado em uma área de tríplice fronteira, fazendo divisa entre os países da Guyana e Venezuela, onde apresentam uma situação financeira diferenciada em relação à economia brasileira, com moedas desvalorizadas em relação ao real. Como consequências surgem à questão do contrabando, do descaminho e da contrafação que levam a prática do comércio formiga, conhecido pela Receita Federal como Comércio de Subsistência das populações fronteiriças.

Essas consequências têm aumentado nos últimos anos, haja vista a grande quantidade de matérias jornalísticas e os dados da Receita Federal do Brasil que remetem a esta afirmação nas fronteiras do Brasil/Venezuela e Brasil/Guyana. Consequências disso são os prejuízos financeiros e materiais causados aos lojistas e ao Estado.

Sendo assim, o presente artigo tem como objetivo geral verificar a Economia Informal e a influência dos crimes tributários nas fronteiras do Estado de Roraima no ano de 2013, e objetivos específicos: analisar a economia informal, subterrânea ou submersa; conhecer o comércio formiga; verificar quais são os atores sociais envolvidos aos crimes de contrabando, descaminho e contrafação; estudar os crimes tributários fronteiriços.

A metodologia utilizada neste artigo baseou-se em uma pesquisa qualitativa por meio de consultas bibliográficas, em livros, artigos, revistas, teses, anais de congressos e consulta em sites. Com isso, foi realizada uma pesquisa documental, onde foram colhidos dados da Receita Federal do Brasil - RFB e do Jornal Folha de Boa Vista – JFBV, devido à sua importância jornalística na cobertura da matéria em questão.

* Universidade Federal de Roraima. Email: eloisenhoras@gmail.com.

** Universidade Federal de Roraima. Email: Max.ferreira@ufr.br.

*** Universidade Federal de Roraima. Email: jaquelinenascimento@hotmail.com.

**** Universidade Federal de Roraima. Email: rute.22@hotmail.com.

***** Universidade Federal de Roraima Email: Idias.n@hotmail.com.

A capital Boa Vista é composta por 22.457 empresas ativas, segundo dados da JUCERR - Junta Comercial do Estado de Roraima atualizado até janeiro de 2014, nas quais são responsáveis por uma boa quantidade de empregos para a população, porém os salários oferecidos em sua maioria são considerados baixos, o que pode motivar uma parte da população que, mesmo empregada se desloca até o comércio das cidades fronteiriças para adquirir produtos e revender para complementar a renda familiar, contribuindo com o aumento da economia informal.

Em razão disso, o Estado enfrenta muitas dificuldades com relação ao mercado, produtos e serviços. Isto acontece devido a alguns fatores como: o contrabando, o descaminho e a contrafação que fazem parte do cotidiano de algumas cidades do Estado de Roraima. Cabe ressaltar que, no Estado existem pessoas que vivem exclusivamente da compra e venda desses produtos da Guyana e da Venezuela para obterem uma renda e sustentar suas famílias, trabalhando como autônomos.

Embora, exista uma cota por pessoa para adquirir produtos importados, esse limite muitas vezes, não é respeitado por falta de fiscalização ou facilitação. Esse fator contribui para a sonegação dos impostos, pois a maioria dos praticantes desses tipos de ilícitos não são fiscalizados ou muitas vezes já conhecem quais são as formas para agirem e obterem vantagens nesta prática.

Entretanto, é necessário verificar as possibilidades que levam essas práticas, uma vez que elas afetam à questão tributária do estado de Roraima mais especificamente a capital Boa Vista e, com isso tentar buscar mecanismos para combater tais crimes, evitando, assim, um aumento na economia informal e uma redução na evasão fiscal.

Interessa-nos investigar de que forma e quais são as práticas no ano de 2013, que levaram a economia informal do contrabando, do descaminho e da contrafação e seus desdobramentos a gerar prejuízos aos cofres públicos do Estado ao passo de expor cidadãos a prejuízos físicos e morais, que muitas vezes provocaram riscos em alguns casos até a morte, como observado com frequência no noticiário do Jornal Folha de Boa Vista (JFBV), que relataram explosões de carros que transportavam combustíveis de maneira ilegal.

2. Economia informal, subterrânea ou submersa

A vulnerabilidade das fronteiras brasileira ganha destaque quanto à falta de controle de entrada e saída de pessoas transportando mercadorias. Seguindo essas entre outras características ainda mais peculiares surgem então às atividades informais.

Atividades estas que dominam o cenário fronteiriço, fazendo com que estes locais se tornem pontos atrativos para aquelas pessoas que vivem o chamado comércio formiga.

Analisa-se o que vem a ser estas formas de comércio e como elas atuam em meio à questão econômica. Contudo, não existe um conceito único para o termo economia subterrânea, submersa ou informal, porém, percebe-se um confronto de alguns autores em defini-las, pois alguns acreditam que elas são sinônimas, outros, porém, creem que elas se contrapõem em alguns aspectos.

Sandroni (1999, p. 15) afirma que economia informal é

Parte da economia que abrange pequenas unidades dedicadas à produção ou venda de mercadorias ou à produção de serviços. Sua denominação vem do fato de que a maioria dessas unidades não é constituída de acordo com as leis vigentes, não recolhe impostos, não mantém uma contabilidade de suas atividades, utiliza-se geralmente de mão-de-obra familiar e seus eventuais assalariados não são registrados. Este setor é também denominado de economia subterrânea, clandestina, etc. (SANDRONI, 1999, p. 15).

Observa-se que para o autor a economia informal é o mesmo que economia clandestina e/ou submersa realizada por grupos à margem da economia formal abrangendo em alguns casos famílias inteiras. O autor evidencia a falta de garantia de direitos de seus trabalhadores uma vez que estes não são registrados.

A economia informal para Mineiro (2000, p. 5 apud SOTO, 1989) é “um conjunto de unidades econômicas que não cumprem as obrigações impostas pelo Estado, no que se refere aos tributos e à regulação”, ou seja, a sonegação de impostos e o descumprimento da legislação resultando em perdas na economia.

Segundo a Revista da Organização Internacional do Trabalho - OIT, (2006, p.6) “a economia informal baseia-se em todas as atividades econômicas de trabalhadores e unidades econômicas que não são abrangidas, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais”. Observa a situação daqueles trabalhadores que não tem seus direitos trabalhistas reconhecidos mediante assinatura em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), perdendo assim o direito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por exemplo.

Na tentativa de descrever os problemas de arrecadação de tributos na área trabalhista pode-se citar Carneiro (1994), que ao afirmar que a elevada carga tributária sobre as empresas, pode auxiliar no aumento desta economia informal. Neste ponto o autor afirma que um dos principais fatores que induzem a economia subterrânea são os custos trabalhistas do emprego legal e a carga fiscal sobre as empresas.

A economia subterrânea ou informal conforme citada é mantida por uma classe que exerce atividades informais em decorrência da falta de qualificação profissional ou até mesmo da sonegação de impostos por parte de alguns empresários. Essas pessoas quando residem em cidades fronteiriças acabam sendo envolvidos por essas práticas para importar produtos de países vizinhos e vender no mercado local, praticando o comércio formiga (CARNEIRO 1994).

A economia informal está inserida em duas vertentes: a informal ilegal, onde estão inseridos os crimes de contrabando, descaminho e a contrafação; e a informal legal, que seria o comércio formiga, que é legalizado, através da Instrução Normativa - IN nº 104/84, que regula o comércio de subsistência (“comércio formiga”) das populações fronteiriças, referindo-se a uma cota específica por pessoa.

3. *Comércio formiga*

Comércio formiga pode ser entendido como uma prática de venda de produtos de sobrevivência (produtos da cesta básica, eletrodomésticos, dentre outros) adquiridos nas cidades limítrofes, por cidadãos conceituados de atores sociais, atraídos pelos baixos preços, que por sua vez utilizam-se desse comércio para ter ou complementar a renda.

No Brasil, para o comércio formiga existe a regulamentação legal da Instrução Normativa nº 104/84, que determina o comércio de subsistência das populações fronteiriças, “definidas” como cotas e produtos que cada pessoa pode trazer de países vizinhos, exceto produtos não permitidos ou proibidos (BRASIL 1984).

O comércio de subsistência regulamentado pela Instrução Normativa citada acima é conhecido pela Receita Federal do Brasil - RFB como um comércio em que os residentes da faixa de fronteira tiram seu sustento da transação de produtos oriundos de países vizinhos, mas precisamente nas fronteiras, onde os praticantes destes ilícitos são atraídos pelos baixos preços e fazem pequenas viagens várias vezes por dia pela falta de alguns itens no mercado local, e pela facilidade na travessia.

Esta forma de comércio formiga, também conhecida como sacoleiros (atores sociais) é realizada por pessoas que compram mercadorias nos grandes centros como também nas cidades fronteiriças e interceptam tanto para os comerciantes locais quanto para os consumidores finais ou elas mesmas revendem (TELLES 2009).

Conforme citado, o comércio formiga já está regulamentado no Brasil. A IN nº 104/84 fala que cada cidadão tem a liberdade de ir e vir nas cidades fronteiriças e trazer produtos destinados à sua própria subsistência ou de sua família, livres de im-

postos, podendo importar ou exportar produtos nas cidades adjacentes, de acordo com o limite estabelecido por lei.

O Art. 170. do decreto nº 6.759/2009 quando fala da isenção de imposto nos casos de produtos oriundos do exterior, deixa claro que trata de mercadorias para uso e/ou consumo próprio tanto para os residentes nas fronteiras do Brasil quanto para os não residentes e não para comercialização, pois neste caso, já incidirá a arrecadação dos tributos.

O mesmo decreto traz um conceito de subsistência ao qual se refere aos bens estritamente necessários ao uso ou consumo pessoal e doméstico. Uma vez que os atores sociais não cumprem o que determina o decreto, trazendo outros tipos de produtos ou excedendo o permitido, acabam causando o descaminho e contribuindo para a sonegação de impostos.

Para auxiliar no controle do comércio formiga, em novembro de 2013 foi criada a Instrução Normativa – IN da Receita Federal do Brasil nº1.413 que “dispõe sobre a fiscalização e o controle aduaneiros relativos ao comércio de subsistência em localidades fronteiriças onde não existam pontos de fronteira alfandegados”, no intuito de controlar o fluxo de transeuntes e produtos adquiridos, evitando a sonegação dos impostos.

Embora a Instrução normativa acima afirme a necessidade de uma fiscalização ininterrupta nas fronteiras percebe-se que os produtos oriundos das cidades fronteiriças adentram ao Brasil, de forma fácil tendo em vista o número reduzido de servidores que atuam no controle desses ilícitos.

Para Magalhães (2007) o comércio formiga da fronteira Lethen/Bonfim, sempre existiu por meio de alimentos, produtos eletrônicos, roupas, calçados e medicamentos. Os fronteiriços estão acostumados a viverem dependentes do câmbio, não apenas do seu próprio país, mas também do país vizinho, o que tem contribuído para o aumento desta forma de comércio.

Para tanto, esses produtos ilegais que são importados das cidades fronteiriças oriundos da Guayana chegam ao Brasil pelas Rodovias 401 ou muitas vezes pelo rio Tacutu, muito usado para esses crimes, onde o mesmo faz limite entre os dois países, pois são os locais mais acessíveis para que ocorram estas práticas ilícitas, mesmo existindo uma fiscalização.

Na Venezuela os produtos mais procurados são os alimentos em geral, que suprem a cesta básica, produtos de higiene pessoal, de limpeza e a carne bovina, que ultimamente vem se destacando na ilegalidade, devido ao preço baixo oferecido no país vizinho. Já na Guayana os itens mais procurados são roupas, acessórios, eletrodomésticos, calçados.

Segundo a IN nº 104/84 “são passíveis de apreensão, para fins de aplicação da pena de perdimento, os bens que adquiridos nos termos desta Instrução Normativa estejam sendo comercializados”, ou seja, caso a fiscalização aborde alguém vendendo ou trazendo os produtos em grande quantidade, ultrapassando o limite estabelecido, que neste caso é para consumo próprio e não para revenda.

Contudo, diante de tais crimes praticados pelos atores sociais no contrabando, no descaminho e na contrafação é necessário contabilizar os prejuízos causados aos cofres do estado, o quanto ele deixou de arrecadar em virtude da prática dos ilícitos, sem contar que existem dois grupos que atuam nesta forma de comércio, que são os atores sociais difusores e os contentores.

3.1. *Os atores sociais*

3.1.1. *Difusores*

Os difusores no presente trabalho podem ser classificados como os atores sociais conforme cita Ferreira (2014) que atuam em benefício próprio para obterem vantagens econômicas, praticando os crimes de contrabando, descaminho, contrafação, agindo nestes casos como comerciante formiga, infringindo a lei relacionada aos tributos e causando uma queda na economia local. Podemos citar como exemplo os sacoleiros, alguns comerciantes e consumidores.

Os sacoleiros são pessoas que compram as mercadorias em pequenas quantidades nas fronteiras brasileiras com os países vizinhos, tanto para revender como para fornecer para alguns comerciantes que se utilizam do comércio formiga, contribuindo com a ilegalidade entre as fronteiras (SANDRONI, 1999).

Existem, também, os comerciantes que vivem desses crimes, que compram mercadorias ilegais para revender em suas empresas, juntamente com as mercadorias legais, agindo desta forma para manipular a fiscalização, o que é comum em alguns comércios locais.

Com isso é importante enfatizar conforme Ferreira (2014) que os difusores podem ser àqueles atores sociais que adquirem essas mercadorias, embora saibam que estão adquirindo produtos ilegais, acabam obtendo por ser mais viável do que aqueles que incidem impostos, levando vantagem do mesmo jeito dos que revendem, podendo ser considerados receptores.

3.1.2. *Contentores*

Os contentores são considerados como os fiscalizadores no combate aos crimes praticados pelos difusores. Essa ideia é defendida por Ferreira (2014) ao classificar os órgãos que atuam nesta “contenção” de entrada de produtos de outros países. Esses atores sociais se dividem nas esferas do Governo Federal, Estadual e Municipal.

São esses sendo o autor, a Receita Federal do Brasil (RFB), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), a Polícia Federal (PF), a Polícia Rodoviária Federal (PRF), a Polícia Civil, a Polícia Militar (PM), e o Exército Brasileiro, que muitas vezes se juntam e planejam operações, para realizarem no estado, como também existem algumas que são realizadas em todo o Brasil.

Em se tratando de operações podemos citar a Operação Ágata que ocorre em todo o território nacional, atuando no combate aos crimes fronteiriços. É comandada pelas forças armadas. Conforme dados do Jornal Folha de Boa Vista, esta operação iniciou-se em 2009; é composta por militares de todo o Brasil e tem como objetivo combater crimes como contrabando, descaminho, acompanhar eventos de grande porte, acabar com os garimpos ilegais existentes em todo o país. Em Roraima as edições realizadas foram a 4ª e a 7ª.

Existe também a Sentinela, que é comandada pelo Ministério da Justiça e trabalha com os crimes de descaminho, contrabando e contrafação. Ambas as operações trabalham em todo o Brasil, principalmente nas faixas de fronteiras. Com o trabalho destas, houve um grande número de apreensões de diversos produtos, o que colaborou na redução da prática destes ilícitos.

4. *Crimes*

4.1. *Contrabando*

Devido ao imenso tamanho das fronteiras brasileiras os crimes tributários tornaram-se alvos fáceis para os atores sociais que interagem nessas fronteiras cometendo atos ilícitos como: contrabando de crianças, mulheres, drogas, animais silvestres, carros, alho, medicamentos, armas de pressão, cigarros, suplementos para esporte físico e armas de fogo.

Logo se investiga nesta pesquisa somente os crimes tributários. O contrabando é um crime característico de mercadorias não permitidas que adentrem os países vizinhos através das fronteiras. De acordo com Prado (2008, p.482) “implica toda

importação ou exportação de mercadorias, cujo ingresso ou saída do país seja absoluta ou relativamente proibida.”

O Decreto-Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940, que trata dos crimes de contrabando e descaminho, são praticados em todo o território brasileiro, principalmente nas cidades limítrofes por pessoas comuns que na maioria das vezes almejam ganhar dinheiro de uma forma fácil, e se submetem a trabalhar contrabandeando produtos.

Alguns autores não consideram o contrabando como um delito, ele significa a importação de produtos de gêneros ou mercadorias tabuladas como proibidas, no entanto não se caracteriza como ilícito fiscal, pois não existe a ilusão do pagamento do imposto como ocorre no descaminho. Contudo, sem dúvida essa prática também contribui para o aquecimento da economia ilegal (MAZUR 2005).

Conforme Costa, (2013, p. 16):

A situação do comércio realizado entre os dois lados da fronteira, que na óptica do Estado e do dogma da soberania é visto como “contrabando” ou “descaminho”, ou ainda como uma prática comercial danosa ao comércio da cidade, é de fato uma prática comercial e de subsistência que faz parte da vida das cidades (da região fronteira) e da vida das pessoas (vendedores e consumidores).

Embora contrabando e descaminho estejam interligados, existem diferenças entre eles, pois o contrabando, se descoberto o ato, não existe pagamento de fiança, por ser um crime vedado; já o descaminho, pode se resolvido com o pagamento dos tributos que foram sonegados, fazendo com que este passe a ser considerado mercadoria legal. (CECÍLIO, s/d).

Diante do exposto o contrabando e o descaminho são crimes considerados pelo o artigo 334 do Decreto-Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940, havendo diferenças entre si em com relação à sua natureza. Eles afetam à questão econômica do país, deixando anualmente um rombo bastante significativo aos cofres públicos, prejudicando toda a população, principalmente na saúde e na educação.

4.2. *Descaminho*

Conforme Prado (2008) descaminho é um crime tributário, significa a fraude ao pagamento de tributos aduaneiros, muito embora esses atores sociais não tenham a intenção de praticar o crime, porém uma vez que deixam de pagar o imposto eles se enquadram nesse tipo de ilícito.

Esse tipo de delito é muitas vezes praticado por pessoas que escondem os produtos intencionalmente para não pagarem os impostos devidos, seja em bagagens, ou em outros locais, ou subornam os agentes fiscalizadores, principalmente os chamados sacoleiros, que são os que mais praticam este tipo de delito e alguns turistas que não querem pagar o imposto de importação, tirando vantagem e trazendo prejuízo ao Estado.

O crime de descaminho é visto como um meio de comprometer à economia de uma cidade, estado e/ou nação, uma vez que afeta a arrecadação dos tributos aos cofres públicos. Isso é uma prática que existe há séculos e sempre trouxe problemas para os estados, preocupando seus governantes, que buscam mecanismos para acabar com tal delito. (NOSCHANG, s/d)

Entretanto, é necessário compreender que nem todas as mercadorias que ultrapassam as fronteiras sem o pagamento de tributos pode ser considerada como descaminho, pois, existe uma cota específica de acordo com a legislação de cada país determinando um valor limite por pessoa, sendo considerada como ilícito, caso ultrapasse o limite estabelecido por lei.

No Brasil, por exemplo, de acordo com a Portaria do Ministério da Fazenda - MF nº 440, de 30/07/2010 (art.7º, III, a, b), esta cota específica chega a U\$ 500,00 caso o viajante entre no país por via aérea ou marítima e U\$ 300,00, se chegar por via terrestre, fluvial ou lacustre, sendo este valor baseado no dólar americano ou em outra moeda o valor equivalente, configurando a legalidade nos produtos que saem e/ou adentram no país.

Portanto, é interessante entender quais as penalidades aplicadas a esses atores sociais que cometem esses delitos. As pessoas que praticam crimes de descaminho são punidas de acordo com o Código Penal brasileiro, que irá determinar a pena de acordo com o grau do ilícito.

O Art. 334 do Decreto-Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 diz que:

Importar ou exportar mercadoria proibida ou iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria: Pena - reclusão, de um a quatro anos. [...] § 2º A pena aplica-se em dobro, se o crime de contrabando ou descaminho é praticado em transporte aéreo. (BRASIL, 1940).

Tem se o entendimento que no descaminho a entrada ou saída de produtos não é considerado crime nos casos em que o ator social não tem a intenção de burlar o fisco (não pagar o imposto), porém nos casos em que esses mesmos atores atravessam

sam com a mercadoria na fronteira e não são lançados os créditos dos impostos fica caracterizado o delito.

No descaminho as mercadorias que ultrapassam as fronteiras são permitidas, caso esteja dentro do limite estabelecido em lei, diferente da contrafação, que não é permitida ingressar no país salvo se houver autorização prévia do autor, para a reprodução ou utilização do bem, se for para consumo próprio e não para revenda.

4.3. *Contrafação*

Fazendo um estudo sobre o assunto, percebe-se que a contrafação é um crime de violação dos direitos autorais, ou seja, uma fraude, uma imitação de uma obra, de uma marca, uma música, um filme entre outros que na linguagem popular é conhecida também como pirataria (Lei 9.610/98).

A contrafação é uma modalidade de crime que no atual momento, está sendo fortemente discutido em diversos seguimentos artístico quanto na área judicial, devido a uma grande quantidade de produtos, obras, que são diariamente pirateados, contribuindo com a economia informal, e causando prejuízo ao erário.

Nas cidades fronteiriças é comum encontrarmos produtos similares aos originais, entretanto, os produtos não atravessam somente a fronteira e sim adentram nos grandes centros. O crime de contrafação está regido pela Lei nº 9.610 e pautado no art. 184 da Lei no 10.695, de 1º de julho de 2003, que penaliza o ator ao praticar tal crime:

Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa. (Redação dada pela Lei nº 10.695, de 1º.7.2003) § 1o Se a violação consistir em reprodução total ou parcial, com intuito de lucro direto ou indireto, por qualquer meio ou processo, de obra intelectual, interpretação, execução ou fonograma, sem autorização expressa do autor, do artista intérprete ou executante, do produtor, conforme o caso, ou de quem os represente: (Redação dada pela Lei nº 10.695, de 1º.7.2003) Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa. (BRASIL, 2003).

O artigo 184 e o artigo 186 do Código Penal tiveram modificações pela Lei 10.695/2003 que deixa claro que o infrator que for pego falsificando produtos na intenção de comércio a pena eleva de dois para quatro anos de reclusão e multa. Nesse sentido os atores sociais que forem surpreendidos transportando, receptando, produzindo, vendendo, alugando ou qualquer tipo de violação aos direitos autorais de outrem será enquadrado de acordo com a lei.

A contrafação está regida pela Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (Lei dos direitos autorais), que dispõe sobre a legislação dos direitos autorais que reconhece o direito do autor, caracterizando como contrafação qualquer reprodução não autorizada, inserida no artigo 5º, VII – da mesma Lei, acompanhada da lei 9.279/96 que regulamenta o registro de marcas no Brasil.

Diante de algumas observações a respeito do assunto, percebe-se que esses praticantes de tais crimes em sua maioria são donas de casa, pais de família, desempregados que muitas vezes não sabem que estão cometendo crimes, no entanto, se forem flagrados responderão de acordo com a lei.

5. Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida no Estado de Roraima, especificadamente na zona fronteira entre Brasil/Venezuela e Brasil/Guyana, os sujeitos sociais participantes direta e indiretamente do comércio formiga. Serão observados os aspectos referentes ao comércio em questão, os discursos do texto de leis e levantamento de dados que serão fornecidos pela autoridade do governo, tomando com base à importância e a necessidade dessas informações.

As fontes de coleta de dados serão: as fontes primárias e secundárias. Os dados primários são as legislações e as informações cedidas pela Receita Federal do Brasil e os secundários são os livros, artigos científicos, revistas, anais de congressos, consultas em sites e o Jornal Folha de Boa Vista.

No processo de revisão de textos acadêmicos é necessária a elaboração de um resumo pautado em diversos tópicos, capaz de criar uma grande capacidade de assimilação dos assuntos estudados. A revisão da literatura é um passo importante para a elaboração do conhecimento, pois é com ela que todo o processo de criação de novas teorias surgem, criando novas fontes de pesquisa em determinado assunto.

6. Resultados e discussão

No estado de Roraima, mais precisamente na capital Boa Vista observa-se que existe contenção dessa economia, pois, é comum presenciar nos jornais, revistas, televisão e na rádio apreensão de produtos adquiridos desta prática, principalmente a gasolina, que é a mais fiscalizada, devido aos vários prejuízos que ela ocasiona como danos materiais, físicos até mesmo a morte dos atravessadores.

Como resultado deste trabalho, foram analisados os fatores que levam aos crimes transfronteiriços, decorrentes do contrabando, do descaminho e da contrafação nas fronteiras do Estado de Roraima no ano de 2013. Trabalhou-se com este período, baseando-se nas matérias jornalísticas do Jornal Folha de Boa Vista, o jornal de maior circulação do Estado de Roraima e com os dados da Receita Federal do Brasil.

Interessante citar que os infratores são considerados os atores sociais difusores, que são os responsáveis pela prática dos ilícitos, os que causam prejuízo à economia local e os que contribuem com a informalidade. Temos também nesse cenário os contentores que são aquelas pessoas que atuam combatendo e reprimendo esses difusores; são as autoridades policiais e demais forças, que lutam dia a dia para diminuir essa prática.

Quadro 1: Produtos comercializados nas fronteiras do Estado de Roraima no ano de 2013.

PRODUTOS COMERCIALIZADOS NO CONTRABANDO			
DESCRIÇÃO	Guyana	Venezuela	Perdas
Alho	3.081 kg	Não houve apreensão	
Gasolina	Não houve apreensão	21.678 Litros	De R\$: 1,5 a R\$2,0 milhões de reais ao mês aproximadamente
Suplemento Alimentar	Não houve apreensão	208 unidades	

Fonte: Receita Federal do Brasil e Jornal Folha de Boa Vista. Adaptação própria.

Observa-se que em 2013 na fronteira do Brasil com a Venezuela o combustível liderou as apreensões. Foram contabilizados 21.678 litros de gasolina, e 208 unidades de suplementos alimentares. Já na Fronteira do Brasil com a Guyana o alho chinês foi o recordista em mercadorias contrabandeadas, conforme dados da Receita Federal do Brasil.

Isso acontece por vários motivos, inclusive pelo baixo custo destes produtos. Um exemplo bastante comum é a gasolina que estava sendo vendida em 2013 em média por R\$: 0,65 centavos de real o litro no posto da fronteira para os brasileiros e a R\$ 1,00 o litro de forma clandestina no país vizinho, segundo dados do Jornal Folha de Boa Vista em matéria publicada no dia 31 de outubro de 2013.

Ainda segundo a matéria publicada, a gasolina ao adentrar no Brasil, mais precisamente na capital Boa Vista o valor a ser comercializado ficava em torno de R\$ 2,40 a R\$ 2,60 o litro, o que atraía uma gama de clientes à procura de combustível mais barato que o vendido nos postos locais. Com isso, os contrabandistas conseguiam um lucro de quase R\$ 1,75 dependendo do câmbio.

Já na fronteira do Brasil com a Guayana o produto mais apreendido foi o alho chinês, totalizando 3.081kg. Observa-se que essa fronteira é considerada um corredor do contrabando de alho. Tal fato se deve ao preço baixo do produto, uma vez que não tem a fiscalização da ANVISA e nem se sabe a procedência legal do seu manuseio, o que torna proibido o seu uso, mesmo em pequena quantidade.

Importante enfatizar que existem vários outros produtos que não foram citados, mas que contribuem e muito para o contrabando nessa tríplice fronteira. Os medicamentos, as armas, as munições e as drogas são também bastantes comercializados, sem contar nos demais existentes, que acabam afetando a economia local.

Quadro 2: Produtos comercializados nas fronteiras do Estado de Roraima no ano de 2013.

PRODUTOS COMERCIALIZADOS NO DESCAMINHO		
DESCRIÇÃO	Guyana	Venezuela
Bebidas Diversas	Não houve apreensão	1.507 unidades
Cosméticos Diversos	Não houve apreensão	811 unidades
Outras Mercadorias Diversas	Não houve apreensão	2.321 unidades
Sacolas Plásticas	Não houve apreensão	186.000 unidades

Fonte: Receita Federal do Brasil e Jornal Folha de Boa Vista. Adaptação própria.

Os produtos mais apreendidos foram 186.000 unidades de sacolas plásticas, cosméticos diversos com 811 unidades, bebidas diversas com 1.507 unidades e várias outras mercadorias diversas totalizando 2.321 unidades, onde estão inseridos os materiais de higiene e limpeza.

Analisando as notícias do Jornal Folha de Boa Vista e os dados da Receita Federal do Brasil, acredita-se que os itens mais procurados pelos brasileiros no país vizinho são as bebidas alcoólicas, os cosméticos e os materiais de higiene e limpeza. De acordo com os consumidores entrevistados pelo Jornal Folha de Boa Vista além de produtos mais baratos a qualidade é indicada por esses consumidores como bem melhor dos similares produzidos no Brasil.

Segundo o Jornal Folha de Boa Vista, foram apreendidos somente em uma operação feita pela Polícia Federal cerca de 2.000 unidades de desodorantes aerossol, para ser comercializado no estado. Essa prática teve uma redução por estar em falta nas prateleiras dos comércios em virtude dos próprios venezuelanos comprarem e revenderem para os brasileiros por um preço mais alto.

Ainda segundo o Jornal Folha de Boa Vista as sacolas plásticas são trazidas da Venezuela e muitos atores sociais revendem em supermercados, mercearias e outros estabelecimentos, pois também é um tipo de produto que é adquirido por um preço baixo e revendido por um preço favorável onde eles conseguem ter uma margem de lucro para manter toda a família.

Diariamente nas fronteiras da Venezuela e Guyana são apreendidos diversos tipos de mercadorias, desde painéis de alumínio, vasilhas de plásticos, outros produtos utilizados nas cozinhas, além de produtos para ornamentação. Alguns produtos são trazidos pelos atores sociais, outros pelos transeuntes que ultrapassam a cota permitida por pessoa.

O que atrai esses difusores a ir até essas cidades fronteiriças são os preços baixos devido à diferença de câmbio entre os países. Interessante mostrar que as pessoas, não só esses difusores, vão em busca de produtos mais baratos, na intenção de economizar, pois aqui no Brasil o preço é elevado, devido à alta carga tributária.

Segundo dados do Jornal Folha de Boa Vista a Receita Federal do Brasil apreendeu mais de R\$ 737 milhões em mercadorias e veículos só no primeiro semestre de 2013; apresentou uma redução um pouco menos ao ano anterior que foi de R\$ 764 milhões em função da desvalorização do real na época, diminuindo o poder de compra e das operações realizadas pelas forças armadas. Algumas operações como a Ágata e a Sentinela contribuíram para a diminuição dos ilícitos.

Quadro 3: Produtos comercializados nas fronteiras do Estado de Roraima no ano de 2013.

PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA CONTRAFAÇÃO		
DESCRIÇÃO	Guyana	Venezuela
Bolsas Diversas	58 unidades	Não houve apreensão
Calçados Diversos	1.813 pares	Não houve apreensão
Informática Diversas	Não houve apreensão	2.802 unidades
Óculos Diversos	Não houve apreensão	1.400 unidades
Roupas Diversas	18.063 unidades	Não houve apreensão

Fonte: Receita Federal do Brasil e Jornal Folha de Boa Vista. Adaptação própria.

Assim como o contrabando e o descaminho, os produtos que agregam ao grupo da contrafação também são apreendidos diariamente. De acordo com os dados obtidos na Receita Federal do Brasil, os mais apreendidos no ano de 2013 foram; roupas de diversas marcas com 18.063 unidades, calçados diversos 1.813 pares, bolsas de variados modelos 58 unidades, óculos diversos 1.400 unidades e materiais de informática diversos 2.802 unidades.

Nas fronteiras Brasil /Guyana o crime de contrafação é um dos mais praticados pelos atores sociais difusores, devido à facilidade que os brasileiros têm de adentrar no país vizinho, através da cidade de Bonfim, cidade fronteiriça com a Guyana. Segundo os dados acima, os objetos mais apreendidos são camisas de grifes famosas, sapatos, tênis, brinquedos, acessórios.

Boa Vista capital do Estado de Roraima é um exemplo das cidades que circulam tranquilamente estes produtos no comércio local e em feiras livres, tendo como exemplo, a Feira do Garimpeiro localizada na zona oeste da cidade e no Centro Comercial Caxambú, que comercializam vários produtos pirateados como CD's, brinquedos, celulares, remédios.

As roupas são os produtos mais procurados pelos consumidores nas fronteiras Brasil/Guyana, em virtude de se falsificarem grandes marcas como Adidas, Lacoste, Pit Bul, dando a sensação de que a pessoa está se vestindo com produtos de qualidade e pagando um preço baixo. A maioria das pessoas que vão à Lethem, cidade limítrofe da fronteira da Guyana com o Brasil, tem como principal produto da lista de compras roupas e acessórios para toda a família.

Essas confecções quando apreendidas passam por um processo de seleção dentro da Receita federal do Brasil, que é o local aonde essas mercadorias são levadas. Lá é feita a separação e as peças que puderem ser retiradas a etiqueta e/ou logomarca, são doadas aos parceiros do próprio órgão, porém, as que não forem possíveis à descharacterização da falsificação são incinerada. (JFBV, matéria publicada em 02.09.13)

As bolsas e os acessórios, assim como as roupas, são imitados com facilidade e passam pelo mesmo processo das confecções quando apreendidas. A maioria são produtos trazidos da China e vendidos na Guyana para os brasileiros e para os infratores, contribuindo para a economia informal e concorrendo com o comércio local, trazendo prejuízo aos lojistas.

Em datas comemorativas como dia das mães, dia das crianças e festas natalinas, a procura por produtos em Lethem é maior. Os difusores que adquirem em grande quantidade mercadorias para revenda, prejudicando o mercado local, fora os consumidores em busca de produtos mais baratos. Em vista disso o estado deixa de arrecadar.

Desta maneira fica difícil os empresários concorrerem com comércio ilegal, pois estes pagam todos os encargos devidos, os funcionários, investem em propagandas, enquanto que os infratores além de não terem despesas, acabam desaquecendo a economia e desvalorizando os produtos nacionais, que em sua maioria possuem mais qualidades que os importados.

A procura por produtos na fronteira de Bonfim com a Guyana é tão grande que alguns brasileiros já abriram loja em Lethen no segmento de roupas e calçados, para atender essa demanda. Eles concorrem com os guianenses vendendo para brasileiros e ganhando três vezes mais que no Brasil, pois na Guyana, mais precisamente em Lethen, não tem o mesmo peso da carga tributária brasileira. Vendo por este lado verifica-se que está cada vez mais difícil combater essas práticas.

É fundamental citar que muitos destes delitos foram autuados, devido ao trabalho conjunto dos atores sociais contentores, que trabalharam em conjunto e realizaram várias operações tanto em nível nacional quanto estadual. Exemplo destes atos pode-se citar a Operação Ágata 7 e a Sentinela em nível nacional e a Molotov, Canis Lupus em nível estadual.

É necessário compreender o quanto o Estado e a economia local perdem com a ilegalidade. Existe uma concorrência desleal, pois a maioria dos praticantes destes delitos acredita que não há nenhuma ilicitude em suas ações. Há quem diga que se o estado trabalhasse melhor suas políticas e investisse mais em trabalhos voltados para a conscientização da população, haveria uma redução significativa com relação a esses delitos.

7. Considerações finais

A economia informal é uma alternativa encontrada por muitas pessoas que se encontram fora da formalidade (emprego fixo) e buscam melhorias através dos meios informais, entre eles o comércio formiga. Como citado no trabalho existe previsão legal para a atuação deste comércio, porém os atores sociais não respeitam o limite permitido, ou seja, a cota estabelecida.

O contrabando, o descaminho e a contrafação são crimes comuns que fazem parte da economia informal e ocorrem principalmente nas fronteiras, expandindo-se para as demais localidades, devido a vulnerabilidade que elas possuem. O Estado de Roraima tem trabalhado para combater estes delitos, mas ainda faltam pessoas para completar o quadro necessário para a fiscalização.

De acordo com a lei que regulamenta o comércio formiga, o ator social pode adentrar as cidades fronteiriças a qualquer hora trazendo produtos para sua subsistência dentro da cota permitida. Porém, o que tem acontecido não só nas fronteiras do estado de Roraima, mas também nas demais, são os delitos praticados pelos atores sociais que vivem o chamado Comércio Formiga, uma vez que eles comercializam esses produtos levando vantagem econômica.

Como citado no decorrer do trabalho apesar de existir a lei que regulamenta o comércio formiga, a maioria não se contém e acaba trazendo excesso de produtos para revender aos outros, o que torna à prática comum e com isso traz resultados negativos, pois o comerciante formiga se utiliza dessa vantagem para cometer delitos que afetam a economia do Estado, uma vez que muitos deles passam a ser atravessadores de produtos oriundos do contrabando, descaminho e da contrafação.

Em suma, percebe-se que existe uma preocupação com a fiscalização nas fronteiras. No decorrer do ano de 2013 pôde-se observar algumas operações sendo realizadas em todo o Brasil para combater os crimes transfronteiriços, mas nota-se que ainda falta e muito para que isto possa se consolidar e que nossas fronteiras sejam locais aonde exista uma boa segurança, pois ainda existe toda a questão política que contribui de forma pouco positiva.

Percebeu-se que as operações criadas para combater os crimes fronteiriços no ano de 2013 foram de grande importância, pois ajudaram e muito na repressão dos atores sociais difusores. As autoridades trabalhando em conjunto conseguiram um resultado mais satisfatório. Foram descobertos além dos crimes fiscais, os ambientais e várias organizações criminosas.

De acordo com os dados analisados percebe-se que a economia informal é uma realidade na faixa de fronteira. Os dados apontam uma deficiência no trabalho de fiscalização, deficiência esta que pode ser causada por falta de profissionais, equipamentos e metodologias que auxiliariam no trabalho desenvolvido pelos mesmos.

Portanto com base no estudo a respeito dos crimes fronteiriços é cabível o entendimento que se houvesse metas por parte das autoridades governamentais para viabilizar a importação de produtos estrangeiros das cidades fronteiriças com redução de impostos, haveria um aquecimento na economia e uma redução na prática dos ilícitos uma vez que o empresário passaria a vender os produtos no mercado local por um preço viável.

8. Referências bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 52/2006 e pelas Emendas Constitucionais de revisão n. 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, 2006. 448 p.

BRASIL. **Decreto-lei n. 6.759**, de 05 de fevereiro de 2009. Regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Decretos/2009/dec6759.htm>> Acesso em: 14 fev. 2014.

BRASIL. **Decreto-lei n. 2.848**, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm> Acesso em 02 fev. 2014.

BRASIL. Receita Federal do Brasil. **Instrução normativa n. 1.413**, de 29 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Ins/2013/in14132013.htm>> Acesso em: 12 fev. 2014.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Instrução normativa n. 104/84**, de 19 de outubro de 1984. Disponível em: <<http://enciclopediaaduaneira.com.br/in-srf-10484-dispoe-sobre-o-comercio-de-fronteira/>> Acesso em: 15 dez. 2013.

BRASIL. **Lei n. 9.610**, de 19 de Fevereiro de 1998. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm> Acesso em: 14 abr. 2014.

BRASIL. **Lei n. 10.695**, de 1º de Julho de 2003. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm#art184> Acesso em 14 abr. 2014.

BRASIL. **Lei n. 9.279** de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm> Acesso em 10 abr. 2014.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Dispõe sobre o tratamento tributário relativo a bens de viajante**. Portaria n. 440, de 30 de julho de 2010. Disponível em: <www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Portarias/2010/.../portmf440.htm> Acesso em: 10 abr. 2014.

CARNEIRO, Galrão Francisco. Informalidade e terceirização duas tendências opostas? **Revista de Economia Política**. v.14. n. 4 (56) p. 41–49, out./dez. 1994. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/56-3.PDF>> Acesso em: 15 fev. 2014.

CECÍLIO, Augusto Bernardo Sampaio. **Contrabando e descaminho: crime e concorrência desleal**. ESAF. Site da Secretaria da Fazenda. Disponível em: <www.esaf.fazenda.gov.br/.../contrabando-e-descaminho-crime-e-concorr...%E2%80%8> Acesso em: 12 dez. 2013.

COSTA, M. V. Nação, **Contrabando e Alianças Políticas na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX: Relações transfronteiriças entre as Comunidades de São Francisco de Borja e Santo Tomé**. 2013. 285p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103533/316866.pdf?sequence=1>> Acesso em: 17 dez. 2013.

FERREIRA, Max André de Araújo. **Comércio Formiga: Uma visão ampliada**. Relatório de Pesquisa. Programa de Pós Graduação Sociedade e Fronteiras. UFRR. Roraima, 2014. 20 p.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RORAIMA. **Quantidade de empresas ativas por cada 1000 habitantes**. Disponível em: <http://www.jucerr.rr.gov.br/estatisticas_2014.htm> Acesso em: 17 mar. 2014.

MAGALHAES, Maria das Graças S.D. **O estado de Roraima e as fronteiras com a Venezuela e Guayana**. Revista Textos & debates. v. 1. n. 12. 9 p. 2007. Disponível em: <<http://revista.ufrr.br/index.php/textosedebates/article/view/1152/939>> Acesso em: 20 dez. 2013.

MAZUR, B. F. **Os tipos de contrabando e descaminho como capítulo do Direito Penal**. Análise de seus aspectos, elementos e características. 2005. 199p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/27906/R%20-%20D%20-%20BIANCA%20DE%20FREITAS%20MAZUR.pdf?sequence=1>> Acesso em: 10 fev. 2014.

MINEIRO, Roberto Name. **Causa, efeitos e comportamentos da economia informal no Brasil**. 2000. 58p. (Mestrado em economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/estudo-tributarios/TrabAcademicos/Textos/RobertoCausasEfeitoseComportamentodaEconomiaInformalnoBrasil.pdf>> Acesso em: 25 abr. 2014.

CARNEIRO, Galrão Francisco. Informalidade e terceirização duas tendências opostas? **Revista de Economia Política**. v.14. n. 4 (56) p. 41–49, out./dez. 1994. Disponível em:< <http://www.rep.org.br/PDF/56-3.PDF>> Acesso em: 15 fev. 2014.

NOSCHANG, ÉDNA MÁRCIA MARÇON. A descriminalização do crime de descaminho em razão da aplicação do princípio da insignificância. **Revista Discurso Jurídico**. v. 2. n. 1. p. 167-205. 2006. Disponível em: <revista.grupointegrado.br/revista/index.php/discursojuridico/article/view/177> Acesso em: 05 jan. 2014.

OIT-ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO 2006 E A ECONOMIA INFORMAL disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/euro-pro/lisbon/pdf/economia_informal.pdf> Acesso em 14 abr. 2014.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**: parte especial, arts. 250 a 359-H 5. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008. v. 3

RORAIMA. AMILCAR JUNIOR. PRF vai intensificar fiscalizações na 174. **Jornal Folha de Boa Vista, Boa Vista**, 20 de abr. 2013. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=150394>> Acesso em: 26 jan. 2014.

RORAIMA. AMILCAR JUNIOR. Receita deixa de arrecadar R\$ 1,5 milhão. **Jornal Folha de Boa Vista, Boa Vista**, 20 de abr. 2013. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=150392>> Acesso em: 26 jan. 2014.

RORAIMA. LIMA, Yana. Dois PMs estão entre os 28 presos pela PF. **Jornal Folha de Boa Vista, Boa Vista**, 31 de out. 2013. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=160713>> Acesso em: 26 jan. 2014.

RORAIMA. ROCHA, Ribamar. Receita incinera 8.500 peças de roupas. **Jornal Folha de Boa Vista, Boa Vista**, 02 de set. 2013. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=158180>> Acesso em: 26.01.2014.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia do Século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

TELLES, Vera da Silva. Ilegalismos urbanos e a cidade. **Novos Estudos – CEBRAP, São Paulo**, n. 84, p. 153 – 173, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002009000200009&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 10 dez. 2013.

CONFLITOS CIBERNÉTICOS NAS FRONTEIRAS CONTEMPORÂNEAS

Os ciberconflitos nas fronteiras contemporâneas

O presente artigo visa analisar como a internet, plano virtual, pode ser um propagador de conflitos do plano real, desenvolvendo um novo raciocínio de fronteira. Com intuito de analisar esse fenômeno esta seção está estruturada em quatro partes, a definição de ciberconflitos, a história da internet, o espaço cibernético e os atores envolvidos nos conflitos.

Inexiste um consenso sobre a definição de conflitos cibernéticos, mesmo assim pode-se mencionar o conceito de Healey (2014) que entende como Ciberconflitos quando nações e atores não estatais utilizam suas capacidades cibernéticas para atacar defender e espionar, dentre outras finalidades, com intuito de tratar de propostas de segurança nacional.

A história do instrumento desse conflito é a Internet, que surge na década de 1950 como uma política de defesa estadunidense de investir em pesquisa a fundo perdido para contrapor o programa aeroespacial da rival União Soviética, que de modo inédito lança o primeiro satélite em órbita terrestre, nesse contexto de guerra fria foi desenvolvido a rede mundial de computadores, que teve a convergência de diversos atores.

Para Castell (2001) a criação da internet foi resultado de uma fórmula improvável, com a conjunção de três fatores: primeiro a pesquisa militar; segundo a *big science*, entendida como projetos de grande vulto, caros e com financiamento estatal; e terceiro a cultura da liberdade ou libertária. A priori são termos antagônicos, mas os cientistas da computação dessa época tinham maior liberdade para executar seus projetos baseado no apoio financeiro e no conhecimento militar.

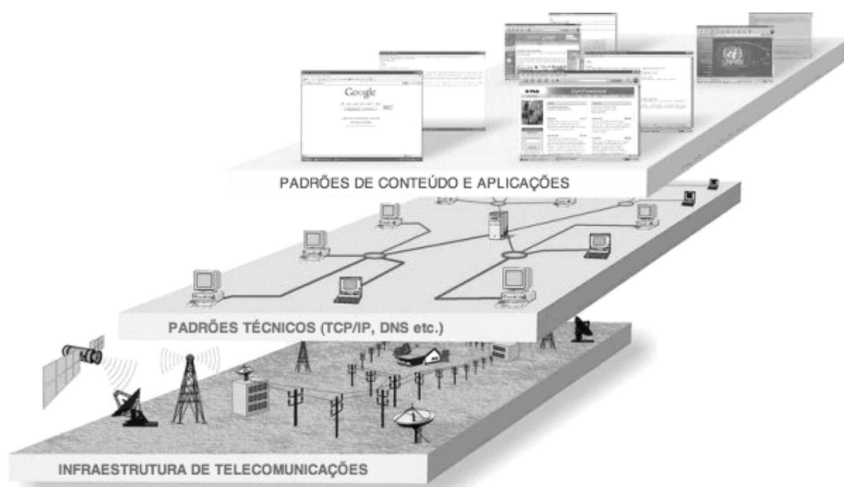
* Universidade Federal de Roraima. E-mail: lington@hotmail.com.

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: eloisenhoras@gmail.com.

Os fatores essenciais para que a Internet tomasse dimensões globais, foi o gradual aumento das tecnologias físicas e técnicas, na década de 1970 o desenvolvimento do padrão de comunicação TCP/IP (*Transmission Control Protocol-Internet Protocol*); na década de 1980 a Revolução técnica científica e finalmente em 1990 a popularização da internet com o padrão *World Wide Web*. Esse momento é o embrião dos ciberconflitos do século XXI, antes de analisá-los é preciso compreender o espaço da internet que é dividida em duas dimensões a física e a virtual.

A primeira dimensão o diplomata de carreira Lucero (2011) cita Kurbalija (2008, p. 33) para explicar de modo didático o funcionamento da internet dividindo em três partes a infraestrutura física de telecomunicações, a estrutura lógica com padrões técnicos e os padrões de conteúdo e aplicações, conforme esquema seguinte.

Figura 1: Camadas da Internet



Fonte: LUCERO (2011) apud KURBALIJA (2008, p. 33).

A camada referente a infraestrutura que as informações trafegam em formato digital transmitidas por linhas telefônicas, cabos de fibra ótica, bandas de satélites, e ondas de rádio ou da rede elétrica. A camada intermediária trata dos padrões técnicos para o funcionamento da rede o tratamento desses assuntos são relevantes para entidades não governamentais que estão mais bem explicadas no quadro acima.

Por último tem-se gestão de conteúdo que envolve padrões, programas e sistemas utilizados para o processo de comunicação da Internet. Nesta última camada

temos os navegadores que são programas para acessar a Internet e os provedores as empresas que oferecem serviços de conteúdo de acesso a rede.

Todas aquelas camadas são objeto de cobiça e poder (LUCERO, 2011, p. 47), esse espaço pode ser de cooperação, mas emergem dinâmicas conflitivas, uma vez que é uma atividade humana com impactos no plano real e virtual, assim temos uma nomenclatura típica desse espaço que serão mencionados nos parágrafos seguintes.

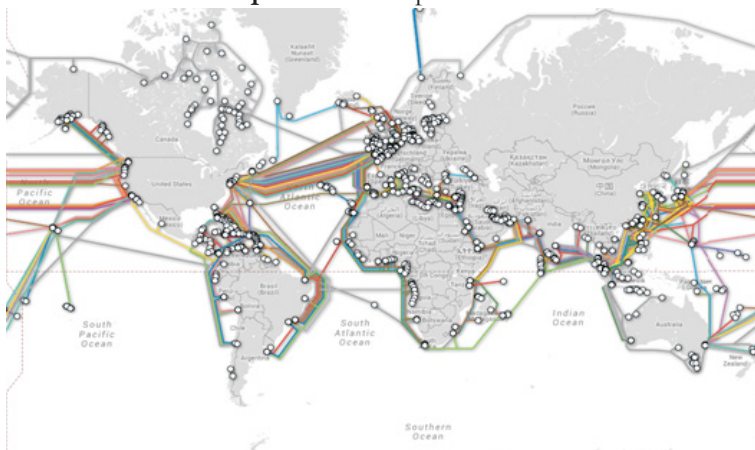
Na visão de Ney (2011 p. 162) o espaço cibernético pode ser conceituado em duas camadas, de infraestrutura física com as leis econômicas dos recursos, as leis políticas de jurisdição da soberania e a camada virtual, ou informacional, semelhante a rede econômica de aumento dos recursos em função escalar e práticas políticas que dificulta o controle jurisdicional.

Neste sentido Ney (2011) argumenta que os ataques no ambiente virtual podem ser lançados ao domínio físico onde os recursos são escassos, ou inversamente o controle do domínio físico pode ter efeitos territoriais ou extraterritoriais sobre a camada informacional.

Existem diversas formas de acessar a rede internacional de comunicações, contudo a mais utilizada é por via fibra óptica, essa tecnologia permite a comunicação entre continentes de modo rápido e eficiente, com o formato reticular existem nós denominados por Getshko (2013) de pontos de concentração, que estão situados nos Estados Unidos da América.

Conforme no mapa abaixo as fibras ópticas ultramarinas ligam os grandes centros financeiros, sobretudo no hemisfério norte onde se destaca os Estados Unidos no meio dessas prósperas redes, o que faz retornar o argumento geopolítico do poder marítimo Alfred Thayer Mahan (1840-1914) que visava transformar esta nação como grande potência marítima e insular com acesso aos dois oceanos, conforme o mapa abaixo.

Mapa 1: Fibras Ópticas no Mundo



Fonte: TELEGEOGRAPHY (2014).

Na dimensão virtual têm-se dois conceitos relevantes: ciberespaço que é definido como o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e da memória dos computadores, nessa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônica (os conjuntos de redes hertzianas e telefônicas clássicas), na medida em que transmitem informações provenientes de fontes destinadas a digitalização (LEVÍ, 1999).

Para Singer e Friedman (2014) o ciberespaço não é um patrimônio comum da humanidade ou espaço apátrida como às vezes a mídia se refere, por que assim como os humanos dividem artificialmente o globo em nações, também ocorre com o ciberespaço baseado na infraestrutura física e os usuários humanos que estão em um local geográfico, estão sujeitos a soberania, nacionalidade e propriedade.

Outro conceito é a *Deep Web* que corresponde a 80% do conteúdo na internet, os outros 20% é interface utilizada por todos os usuários comuns, onde o conjunto de recursos de informação na *World Wide Web* não são relatados pelos motores de busca normais, nesse ambiente todo o conteúdo é criptografado e não pode ser identificado o TCP-IP (*Transmission Control Protocol-Internet Protocol*) (PAGANINI, 2012).

Nesse espaço são desenvolvidas desde atividades criminosas até o desenvolvimento de vírus para os ciber ataques, por ser um território sem lei, a forma de entrar nessa rede é pelo navegador TOR (*The Onion Routing*), desenvolvido pelo Laborató-

rio de Pesquisas da Marinha dos EUA, mas hoje é operado por um grupo internacional de voluntários e pesquisadores no denominado *TOR Project*.

É fato que o Estado é o responsável por liberar o acesso da Internet dentro do seu território, contudo existem ações dos atores cibernéticos que ultrapassam as fronteiras nacionais e causam conflitos reais, com a finalidade de facilitar o entendimento têm-se os seguintes quatro tipos ideais de Hackers.

Os Hackers soldados localizados em plataformas de defesa virtual de um Estado, são responsáveis por defenderem e atacar das ameaças cibernéticas, que podem ser das mais variadas fontes, adiciona-se os Hackers patriotas que embora não pertençam a uma instituição estatal, estão dentro do guarda-chuva da ideologia nacionalista.

Os Hackers ativistas de acordo com Healey (2014) conduzem suas atividades em nome de uma ideologia, podem agir sozinhos ou em comunidades altamente descentralizadas, se comunicando pela *Deep Web*. Existe uma grande diversidade desses ativistas nesse artigo apresenta-se o *Wikileaks e Edward Snowden*.

Os Hackers terroristas dependem de quem é a fonte da ameaça, pois existem países que consideram certos hackers ativistas como terroristas, muito se escreva sobre cyberterrorismo, mas até hoje inexistente um ataque cibernético praticado por eles. Quanto aos Crackers utilizam seus conhecimentos informacionais, para roubar recursos financeiros, as grandes Corporações são as maiores vítimas.

Por fim tem-se um panorama geral dos conflitos cibernéticos que dispõem de uma história, atores e o ciberespaço, onde a fronteira virtual tem uma dinâmica diferente das convencionais, para entender esses conflitos nas seções seguintes serão divididos dois tipos de ciberconflitos, o primeiro envolvendo atores centralizados e o segundo envolvendo descentralizados.

Os ciberconflitos envolvendo atores centralizados

Os conflitos envolvendo atores centralizados, ou seja, Estados, podem ser definidos como as *ciber guerras* que Clarke e Knake (2011) definem como ações de um Estado nação para penetrar em computadores ou redes de outros países, para causar danos ou perturbação. Os casos amplamente relatados pela bibliografia científica foram os ataques cibernéticos na Estônia em 2007 e no Irã em 2010, que na presente pesquisa serão analisados.

A República da Estônia é um país localizado no báltico, está no meio dos teatros dos grandes conflitos bélicos do século XX, com o fim da primeira guerra mundial

esse país se torna uma nação independente, contudo na segunda Guerra Mundial nos termos do Pacto de não agressão Germano-Soviético, a União Soviética anexa o território estoniano, todavia aquele pacto foi desfeito é a Alemanha invade a Estônia em 1941.

A URSS reconquista a Estônia em 1944 e transforma em uma República Soviética, esse período foram criados grupos guerrilheiros contra essa ocupação, mas sem apoio externo foram destruídos pelo serviço secreto russo (KGB), conforme Souza Neto (2011) esse período foi uma catástrofe para a identidade estoniana com a “sovietização” da vida, econômica, cultural e social.

A queda do muro de Berlim foi extinta a URSS e várias repúblicas soviéticas se tornaram independentes, a Estônia junto com seus vizinhos Letônia e Lituânia se tornaram independentes em 1991, com as eleições democráticas realizadas no ano seguinte, mesmo assim as tropas russas permaneceram até 1994.

No ano de 2004 a Estônia fez a dupla adesão a União Europeia (UE) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); nesse mesmo ano foi criada a proposta de estoniana de criar um Centro de Defesa Cibernético da OTAN. A preocupação com a área cibernética é devido ao fato desse país ser altamente conectado por iniciativa de uma política de Estado, como exemplo o voto on-line desde 2005.

Por outro lado esse distanciamento da Rússia aumentou o perigo de conflitos étnicos, por que de acordo com Makarychev (2009) a Rússia aderiu dois marcos normativos com relação à Estônia, o primeiro a Rússia defende a inviolabilidade da condenação internacional do fascismo, e segundo faz referência às minorias que fala russo e não têm direitos políticos. Para adquirir nacionalidade estoniana o russo deve ter um documento de cidadania anterior a 1940, ou fazer um teste de conhecimentos locais.

No mês de abril de 2007 o “Monumento aos Libertadores de Tallin”, construído em 1947 em homenagem aos soviéticos mortos na 2ª Guerra Mundial, foi transferido para um cemitério militar afastado do centro, esse fato causou manifestações nas ruas, também na Embaixada Estoniana na Rússia, ademais a novidade foi o ataque cibernético.

Os hackers patriotas Nashi com estreitas ligações com o Kremlin lançaram um ataque de negação de serviço (DDoS), que consiste em vários computadores solicitando entrada em redes de computadores, causando a interrupção ou desligamento, como a Estônia tem todos os serviços públicos conectados a Internet, este país ficou paralisado. Também foram divulgados pela Internet manuais de como empreender esse tipo de ataque.

A Rússia não assumiu a responsabilidade do ataque cibernético, de acordo com Carr (2010) o Nashi significa “Movimento da Juventude Democrática”, surgiu em 2005 com o objetivo de combater o nazismo na Rússia, na esteira da Revolução Laranja de 2004, na Ucrânia quando a oposição antirrusa ascendeu ao poder, esse grupo é supostamente financiado por empresários russos e o próprio Estado.

O Parlamento Europeu (2007) publicou uma proposta de resolução dos atos violentos entre Estônia e Rússia. Considerou que na Estônia durante os anos de 1949-1959 foram executados 19.000 pessoas além dos deportados e que vários sites governamentais desse país foram atacados diversos vezes por computadores de órgãos governamentais da Rússia, incluindo àqueles com ligação direta com o presidente Putin.

Por outro lado o traslado do “Monumento aos Libertadores de Tallin” veio acentuar o mútuo afastamento entre os dois países, nesse cenário a Rússia agiu como sucessora da glória militar da URSS e utilizou a situação como um exemplo das supostas intenções dos novos europeus representarem de modo errado os valores europeus, como exemplo a desobediência da Estônia as normas básicas de Direitos Humanos, no que se refere a direitos políticos dos russos.

A Estônia procurou a instância multilateral com a OTAN em um Fórum mundial para discutir o caso, que propiciou a instituição do Centro Cooperativo de Defesa Cibernética (CCDCOE) composta por 14 membros: República Checa, Estônia, França, Alemanha, Hungria, Itália, Letônia, Lituânia, Holanda, Polônia, Eslováquia, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos.

O CCDCOE é uma Organização Internacional Militar, sediada em Tallin com objetivo de fomentar a cooperação com cursos, estudos e consultoria na área de defesa cibernética. Destaca-se a publicação do Manual de Tallin com a primeira iniciativa de positivar os conflitos cibernéticos como o direito humanitário (CCDCOE, 2014).

Depois de três anos outro ataque cibernético ocorreu contra as usinas nucleares do Irã, com uma das maiores reservas de petróleo no mundo, este país está localizado no Oriente Médio e Ásia Central, limita-se oeste com Turcomenistão, Paquistão e Afeganistão; a leste com o Iraque, Turquia, ao Norte com Armênia, Azerbaijão, e o Mar Cáspio, ao sul com o Golfo Pérsico.

No contexto da Guerra Fria o xá Pahlevi ora negociava com os EUA e a URSS, na ocasião do primeiro choque do petróleo em 1973, investiu em defesa que só perdia de Israel, enquanto a maioria da população estava na miséria somando-se a isso

inflação, corrupção política e a violenta repressão da policial aos opositores, esses foram fatores necessários para a Revolução Iraniana em 1979 (CALVOCORESSI, 2009).

O líder da revolução o aiatolá Ruhollah Khomeini quebrou as modernizações e as políticas pró-ocidentais do antecessor, instaurou em 1979 a República Islâmica onde a religião exerce importante papel político. No início de seu mandato têm-se dois acontecimentos determinantes, primeiro a invasão de jovens manifestantes a embaixada norte-americana com apoio dos revolucionários, embora não tenha morrido ninguém, é um símbolo do antiamericanismo.

O segundo acontecimento foi a Guerra Irã-Iraque entre 1980-1988, quando o Sadan Houssein analisou uma oportunidade de disputar com o Irã as ilhas em litígio, de acordo com Zahreddine, Lasmari, Teixeira (2011) o conflito foi longo com usos de armas químicas, o resultado os dois países foram devastados com estimativas de 1,5 milhões de mortos, todavia o Iraque foi mais prejudicado com o colapso de seu parque científico e tecnológico.

Na década de 2000 como contextualiza Pecequillo (2012) o Irã estava cercado com os países vizinhos Afeganistão e Iraque em guerra, contra os EUA, este aderiu à doutrina de guerra preventiva, e colocou o Irã como Eixo do Mal. Mesmo assim no ano de 2003 foi anunciado o projeto nuclear iraniano como política de Estado.

Pelo fato de não respeitar as salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), foi lançada diversos pacotes de sanções desde 2006, mesmo assim esse país não desistiu, pois como menciona *Crisis Group* (2013) a estratégia iraniana enraizada na experiência de isolamento diplomático na Guerra Irã-Iraque, que se resume em duas palavras resistir e sobreviver.

Os EUA não conseguiu parar o progresso iraniano, Bush tinha poucas opções, a discussão pública não era possível depois do fracasso do Iraque, o ataque militar convencional teria resultados incertos, então foi iniciado o Plano Jogos Olímpicos, para criar uma arma cibernética com intuito de sabotar as centrífugas nucleares iranianas, este projeto continuou no mandato do Barac Obama (SANGER, 2012).

Essa arma denominada Stuxnet é um vírus de computador que foi inoculado por um dispositivo móvel, e direcionado para o programa que controla as usinas nucleares iranianas e agiu por controle externo, com esta sofisticação somente os EUA e Israel poderiam empreender, o *modus operandi* era aumentar a rotação das centrífugas enquanto enviava sinais de normalidade para o painel de controle (RALPH LANGER, 2010).

Desde meados de julho foi descoberto esse vírus por uma pequena empresa de antivírus da Biello Russa, mas não lhe foi dada a devida importância; até que no dia 27 de setembro de 2010 o *Stuxnet* afetou 1.000 das 5.000 centrífugas no Irã. No entanto, somente no dia 29 de novembro que o presidente iraniano se pronunciou que o *Stuxnet* teria afetado um número limitado de centrífugas. Os prováveis autores que seriam EUA e Israel não se pronunciaram.

O Irã não recorreu a um fórum multilateral, continuou com seu programa nuclear e desenvolveu suas capacidades cibernéticas com a criação do Conselho Superior do Ciberespaço em 2012, com intuito de defender o ciberespaço iraniano, conforme Harris (2014) foram lançados sofisticados ataques cibernéticos contra sites bancários e dos fuzileiros navais nos EUA.

Com relação à eficiência de ataques cibernéticos por um lado Libick Martin (2009) defende que estes superam os ataques militares convencionais com relação à eficiência/economia, podendo exemplificar ao compararem-se os custos para atacar a infraestrutura de um país de forma simultânea seria impraticável em um conflito convencional.

Por outro lado Valeriano e Maness (2012) entende que o risco de ataques cibernéticos não representa uma ameaça real para a política externa das nações, pois até agora os dois grandes ataques, não deixaram vítimas fatais e os danos não são permanentes, ademais para desenvolver uma arma cibernética precisa-se de substanciais recursos como dinheiro e infraestrutura.

Outra percepção é que o ciber-ataque no Irã respeitou duas leis internacionais de Guerra (*jus in bello*), de proporcionalidade entre o sofrimento e as razões de entrar no conflito, e a lei de discriminação devido à precisão da ciber-arma em atacar somente as usinas iranianas e ter o controle de serem redirecionadas ou abortadas (SINGER & FRIEDMAN, 2014; JENKINS, 2013).

Por fim os dois países que foram vítimas dos ataques cibernéticos tinham em comum dinâmicas conflitivas anteriores ao ciber-ataque, com relação à defesa cibernética a Estônia opta pelo concerto multilateral da OTAN, enquanto o Irã desenvolveu sua própria sua segurança cibernética. Mesmo assim existem outros conflitos que escapam do guarda-chuva do Estado, que serão abordados na próxima seção.

Ciberconflitos envolvendo atores descentralizados

Os conflitos cibernéticos envolvendo atores descentralizados basicamente envolvendo Hackers ativistas, no entanto existem diversos com distintas ideologias,

deste modo nessa seção serão analisados os conflitos contemporâneos da temática liberdade de comunicação, que envolveu o líder do *Wikileaks* Julian Assange em 2010, e o ex-agente de inteligência hackers soldado Edward Snowden em 2013.

O jornalista e hacker ativista Julian Assange criou em 2006 o site *Wikileaks* (Wiki relacionado à prática colaborativa na rede, e Leaks significa vazamento), com o intuito de ser um espaço para divulgar dados sigilosos que contrarie grandes empresas e governos, o seu objetivo é instaurar o “jornalismo científico” onde as notícias são anexadas das fontes originais para que o leitor tenha maior reflexão (KHATCHADOURIAN, 2010).

De modo geral no início o *Wikileaks* revelava irregularidades em países em desenvolvimento, todavia o divisor de águas foi o documento vazado pelo analista de Inteligência Bradley Manning com informações sigilosas das operações de guerra no Iraque e Afeganistão, como também as comunicações dos diplomatas norte-americanos.

A divulgação das informações para imprensa mundial foi devido uma complexa parceria com os jornais *The Guardian*, *The New York Times*, *Le Monde*, *El País*, a revista alemã *Der Spiegel* e mais tarde os jornais brasileiros Folha de São Paulo e O Globo (CRUZ, 2012, p. 91). O denunciante, o técnico de inteligência Bradley Manning, foi descoberto por uma conversa em um chat, e foi condenado por uma corte marcial em 2013 a 35 anos de prisão.

O *Iraq Logs* é composto de 391.831 relatórios de campo dos militares estadunidenses, entre 2009 e 2010 e evidencia como o povo iraquiano foi vítima de uma Guerra Assimétrica entre guerrilheiros armados principalmente com minas, e as forças de ocupação com armas *high-tech* de grande poder aéreo. Mesmo assim ocorreu a morte de 100 pessoas em uma cidade inteira e as torturas dos soldados americanos e britânicos na prisão de Abu Gharib e outros lugares (LEIGH, 2010).

O *Collateral Murder* é formado de imagens de dentro de um helicóptero Apache em 2007, o qual matou 14 civis, dentre os quais funcionários da agência de notícias Reuters. No vídeo postado pelo Wikileaks com domínio próprio www.collateralmurder.com, incluem a voz dos soldados que debocham do ferimento das crianças e de acordo com porta voz do Comando Central dos EUA os soldados confundiram a câmera com um lançador de granadas (REUTERS, 2010).

Os referidos dados possibilitaram entender a história oculta do conflito, tendo em vista que o número de mortos até em 2010, segundo dados oficiais da coalizão dos EUA e Inglaterra eram de 66.081 civis, enquanto a ONG *Iraq Body Count* estimula que o mesmo período tenha morrido 108.501 civis (CRUZ, 2012).

A publicação do *Cablegate* com de mais 251.287 mil relatórios diplomáticos de 274 embaixadas dos EUA no mundo, que datam do período de dezembro de 1966 até fevereiro de 2010. O Departamento de Estado dos Estados Unidos possui a maior rede de diplomacia do mundo por isso foram descobertas diversas questões de bastidores, mas nenhuma que motivou um conflito armado.

Na visão crítica de Silva e Chaves (2011) não é novidade que o Departamento de Estado usualmente utiliza quadros externos a carreira diplomática, como empresários, funcionários de outros departamentos, professores, religiosos, policiais, agentes humanitários e militares, que desempenham funções de informação com ou sem status diplomáticos. Com esse cenário, o *Cablegate* não trouxe nada que os especialistas em relações internacionais não soubessem sobre a superficialidade das análises americanas sobre o mundo.

Ocorreram perseguições, para impedir o funcionamento do *Wikileaks*; grandes corporações financeiras bloquearam sua conta bancária e o servidor do site localizado nos EUA foi retirado do ar. Todavia Hackers ativistas de todas as partes do mundo criaram sites clones em diversos domínios. Na Suécia Assange foi acusado de crime sexual, como estava no Reino Unido a Corte Suprema de Justiça, decidiu pela extradição, então ele se refugiou na embaixada do Equador, onde permanece até a correção do presente artigo.

Podem-se analisar dois tipos de visões sobre o caso em tela, por um lado Castell (2010) entende que o poder se baseia no controle da comunicação, e a internet é diferente de outros meios de comunicações que estão sujeitos a pressões quando as informações são comprometedoras. Sobre os que defendem que as comunicações secretas poderiam dificultar as relações entre Estados e causar perigo a vidas humanas, é necessário sopesar esse risco a ocultação sobre as guerras aos cidadãos que pagam e sofrem por elas.

Por outro lado Almeida (2010) acredita que Assange é um aventureiro do ciberespaço, e sua conduta resulta em três lições: primeira que os dados do *Wikileaks* são um paraíso para os jornalistas; segunda é um inferno para os diplomatas do mundo, pois correm riscos de julgamentos inadequados e possível surgimento de novos focos de tensão com parceiros e inimigos potências; e terceiro os futuros pesquisadores serão jogados a uma espécie de limbo informativo, pois os governos serão mais reticentes em divulgar dados sigilosos.

Na concepção analítica de Oppermann (2010) o caso do *Wikileaks* coloca em tela dois atores antagônicos: o Estado nação que sofreu uma interferência de sua soberania nacional e ficou incapaz ou impotente diante de um novo tipo de ator não

estatal, que influenciar a política mundial; o outro ator é o *Wikileaks* que funciona baseado na colaboração de Hackers ativistas de diversos países, o que o torna menos vulnerável a pressões do que uma organização institucionalizada tradicional.

Por consequência, três anos depois em 2013 ocorreu outro conflito cibernético envolvendo atores descentralizados, porém neste caso o responsável foi o Hacker soldado Edward Snowden, que vazou dados secretos da maior agência de espionagem no mundo, a *National Security Agency* (NSA).

De modo lato as agências secretas no mundo tiveram sua institucionalização no século XX como subproduto das duas grandes guerras e da Guerra Fria. Mas na década de 1990 elas tiveram seus orçamentos reduzidos. Enquanto isso acontecia o crescimento das Tecnologias da Informação e Comunicação e os serviços de inteligência se adaptaram aos novos orçamentos e ao cenário internacional (CEPIK, 2003).

De modo estrito um exemplo de adaptação é a NSA, instituída em 1952 é responsável pela coleta de sinais de inteligência (SIGINT), com a finalidade de obter vantagens em todas as circunstâncias para a nação americana e aliados, estes se destacam Canadá, Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia, que instituíram um acordo de cooperação Five Eyes, em 1946 vigente até hoje em matéria de compartilhamento de espionagem.

A NSA ganhou poderes com a nova doutrina de Guerra ao terror, depois do ataque terrorista de 2001, na prática ocorreu à terceirização das atividades militares, ou seja, a descentralização, assim das quatro empresas de segurança cibernética em 2001 subiu para 1489 em 2011 (BALLS, 2012), uma delas a Booz Allen Hamilton, a qual Snowden trabalhava antes de vaziar os dados.

Os dados vazados basicamente apresentam três tipos de estratégias, a primeira a coleta *upstream*, ou correnteza, envolve a interceptação e exploração de sinais estrangeiros, a partir de cabos de fibra óptica ou outros tipos de infraestruturas, com a colaboração de mais de 80 corporações globais dentre as quais Intel, IBM e Microsoft. (GREENWALD, 2014).

A Segunda a Ferramenta de Planejamento para Integração, Sincronização e Gerenciamento de Recursos, da sigla em inglês PRISM, surgiu em 2007 para permitir a coleta de dados diretamente de nove maiores empresas da internet, Microsoft, Yahoo, Google, Facebook, PalTalk, YouTube, Skype, AOL, Apple.

A terceira estratégia e a Exploração de Rede Computacional (CNE), com objetivo de permitir a ações de coleta de informações através de redes informáticas, mas conforme os documentos vazados são realizados vigilância a computadores especí-

ficos, contaminados por um vírus *malware*, o que permite o acesso visual a todo o conteúdo do computador.

A motivação de Snowden em divulgar os referidos dados secretos foi por entender que a NSA passou dos limites, tomando decisões sem conhecimento do público e consentimento dos representantes do governo, ademais como inexistia proteção legal a um empregado terceirizado, optou em passar essas informações para jornalistas, que dispõem do amparo da primeira emenda da Constituição americana que permite uma imprensa livre (SNOWDEN, 2014).

A entrevista foi realizada em um hotel em Hong Kong por Laura Poitras e Glenn Greenwald, depois que foi divulgado a reportagem que o delator assume a responsabilidade, ele viaja com intuito de ir para a América Latina, mas seu passaporte foi suspenso no aeroporto de Moscou, onde ficou até pedir asilo provisório, depois de um ano em 2014 conseguiu um visto de residência, e permanece nesse país até a correção deste artigo.

Conforme Lopes (2014) a figura de Snowden tem sido vista sobre dois prismas maniqueístas, por um lado traidor da nação e *heartbreaker* (desgosto) da comunidade de inteligência, por outro lado defensor dos direitos individuais de privacidade e a acesso a informação. Todavia na concepção do referido autor, Edward foi responsável por trazer o evangelho da espionagem internacional cibernética para aqueles que tentam tornar o setor cibernético, estratégico não somente de direito como de fato.

No plano internacional a maioria dos países, dos defensores dos direitos humanos e jornalistas, foram contra o programa de espionagem estadunidense, que de modo geral devido aos EUA abrigar em seu território grandes fluxos de fibras ópticas e as corporações de TCI, foi possível coletar sem discriminação conteúdos e metadados, que são informações que descrevem a natureza da comunicação.

Nesse cenário o Brasil liderado por Dilma Rousseff e Alemanha pela Ângela Merkel, enviaram uma resolução sobre “O Direito a Privacidade na Era Digital”, que foi aprovado em dezembro de 2013, por consenso dos 193 Estados-membros da ONU, no qual defende os direitos humanos de proteção à privacidade e a liberdade de expressão (ITAMARATY, 2013). Embora não tenha citado os EUA e não tenha poder vinculante tem um forte peso simbólico.

Em contrapartida o presidente Obama discursou que os EUA não estão espionando as pessoas comuns que não ofereçam ameaça a segurança americana e não irá monitorar as comunicações dos governantes dos países aliados. A coleta de informações em massa ocorrerá somente com para os seguintes requisitos: contraespionagem, contraterrorismo, segurança cibernética, proteção das tropas, luta contra

o crime transnacional incluindo evasão de divisas (THE WHITE HOUSE, 2014).

Por fim os conflitos cibernéticos envolvendo atores descentralizados tem semelhança, pois Julian Assange e Edward Snowden lutaram para que o mundo soubesse das atividades secretas do governo estadunidense, a diferença foram os meios empregados, enquanto o hacker ativista vazou todos os dados no site *Wikileaks*, o ex-hacker soldado Snowden utilizou os meios de comunicações convencionais.

Conclusão

A Internet modificou o entendimento de fronteiras no cenário contemporâneo, onde as distâncias entre os países não são impedimento para a comunicação, pois para adentrar na rede necessita apenas de um dispositivo, no entanto mesmo que essa tecnologia apresenta-se um tom pacífico para as relações internacionais, existem fenômenos conflitivos que se infere de dois tipos.

O primeiro tipo envolveu atores centralizados, ou seja, os Estados que no caso do conflito cibernético no Báltico, foi baseado no nacionalismo russo de sua glória militar, isso proporcionou o primeiro grande ataque cibernético, no caso do ataque ao Irã, seguiu os interesses da política externa estadunidense de impedir que outros países desenvolvam armas nucleares. Todavia os países dos referidos fatos não confirmaram a autoria.

A segunda tipologia são atores descentralizados que agem ser receber uma ordem horizontal, tão somente por sua ideologia, no caso do Julian Assange destaca-se a importância da colaboração de diversos Hackers ativistas do mundo para superar as pressões, quanto a Edward Snowden agiu de modo premeditado, uma vez que sabia dos riscos e conseguiu não ser preso.

Comparando os mencionados conflitos, notam-se semelhanças entre os atores centralizados e descentralizados de ainda utilizar a grandes instrumentos da mídia tradicional para propagar seus interesses. Por outro lado às diferenças ideológicas são significativas, os Hackers ativistas defendem que os cidadãos saibam informações dos atos de seus governos, por outro lado, os países têm a segurança nacional como valor supremo.

Por fim conclui-se parcialmente, considerando-se que a presente pesquisa ainda está em andamento, que os conflitos cibernéticos são temática recente, com início na década de 2000, e nesse sentido representam um amplo desafio acadêmico. Embora esses conflitos contemporâneos, estejam baseados em uma nova tecnologia de comunicações, as raízes ainda são as temáticas clássicas das ciências humanas, a saber: o nacionalismo e a liberdade de expressão.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Paulo R.. **Wikileaks**: verso e reverso. Janeiro de 2011, Mundorama. Disponível em: < <http://mundorama.net/2011/01/14/wikileaks-verso-e-reverso-por-paulo-roberto-de-almeida/>> Acesso em: 07 de junho de 2013.

BALLS, 2012. **Good news for lobbyists**: Cyber dollars. Novembro de 2012, The Washington Post . Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/postlive/good-news-for-lobbyists-cyber-dollars/2012/11/12/158a361e-29f9-11e2-b4e0-346287b7e56c_story.html>. Acesso em: 27 de outubro de 2014.

CALVOCORESSI, Peter. **Política Mundial a partir de 1945**. [S. l.] Pearson Education, 2009.

CASTELL, Manuel. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar 2003.

CASTELL, Manuel. **A Ciberguerra do Wikileaks**. Dezembro de 2010, Observatório da Imprensa. Disponível em:< <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a-ciberguerra-do-wikileaks>>. Acesso em: 07 de junho de 2013.

CLARKE, Richard A; KNAKE, Robert K. **Cyber War**: the next threat to national security and what to do about it?. New York: HarperCollins, 2010.

CCDCOE (Cooperative Cyber Defence Centre of Excellence).**The Tallinn Manual**. Disponível em: <https://www.ccdcoe.org/249.html>. Acesso em: 05 de junho de 2013.

CEPIK, Marco. **Espionagem e democracia**: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência. Rio de Janeiro: FGV, 2003. 232 p.

CARR, Jeffrey. **Inside Cyber Warfare**: Mapping the Cyber Underworld 2011. O' Reilly Media. 318p.

CRISIS GROUP. **Spider Web**: The Making and Unmaking of Iran Sanctions. N° 138 25 de fevereiro de 2013. Disponível em: < <http://www.crisisgroup.org/en/regions/middle-east-north-africa/iraq-iran-gulf/iran/138-spider-web-the-making-and-unmaking-of-iran-sanctions.aspx/>>. Acesso em 07 de outubro de 2014.

GREENWALD, Glenn. **Sem lugar para se esconder**. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.

GETSCHKO, Demi. **Demi Getschko fala sobre reação brasileira a espionagem dos EUA e defesa cibernética**. 22 agosto de 2013. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). Disponível em: <<http://www.nic.br/imprensa/clipping/2013/midia1311.htm>> . Acesso em: 13 mai.2014.

HEALEY, Jason. **A Fierce Domain: Conflict in Cyberspace 1986 to 2012.** [S. l.] Cyber Conflict Studies Association (CCSA), 2013, 391 p.

ITAMARATY. **Brasil e Alemanha apresentam à ONU projeto de resolução sobre o direito à privacidade na era digital.** Novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/brasil-e-alemanha-apresentam-a-assembleia-geral-da-onu-projeto-de-resolucao-sobre-o-direito-a-privacidade-na-era-digital>>. Acesso em: 1 de novembro de 2014.

JENKINS, Ryan. **Is Stuxnet physical? Does it matter?.** Abril de 2013. University of Colorado. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/15027570.2013.782640>> . Acesso em: 25 de outubro de 2014.

LANGNER, Ralph. **Ralph Langner: Decifrando o Stuxnet, uma arma cibernética do século XXI.** Março de 2011, Technology, Entertainment, Design (TED). Disponível em: <http://www.ted.com/talks/ralph_langner_cracking_stuxnet_a_21st_century_cyberweapon?language=pt-br>. Acesso em: 07 de outubro de 2014.

LEIGH, David. **Iraq war logs: An introduction.** Outubro de 2010, The Guardian. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2010/oct/22/iraq-war-logs-introduction>>. Acesso em: 07 de outubro de 2014.

LÉVI, Pierre. **Cibercultura.** Ed. 34, 1999. p. 94-95.

LIBICKI, Martin, 2009. **Cyberdeterrence and Cyberwar.** Santa Monica: RAND.

LOPES, Gills. **Habemus Cyber Sanctum: Por Que os Papas Da Segurança E Da Defesa Cibernéticas No Brasil Deveriam Beatificar Snowden?.** Odebatedouro, Edição 84, Belo Horizonte: 2014. Disponível em: <http://odebatedouro.files.wordpress.com/2014/05/debat84_v1.pdf>. Acesso em: 7 de junho de 2014.

LUCERO, Everton. **Governança da Internet: aspectos da formação de um regime global de oportunidades para a ação diplomática.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

KHATCHADOURIAN, Raffi. **No Secrets: Julian Assange's mission for total transparency.** 7 de junho de 2010, The New Yorker. Disponível em: <<http://www.newyorker.com/magazine/2010/06/07/no-secrets>>. Acesso em: 07 de outubro de 2014.

MAKARYRYCHEV, Andrey S. **A Rússia, a Europa e o legado de 1989 conflitos de interpretação.** n°23, Lisboa, Setembro 2009. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-91992009000300004&script=sci_arttext#a1> Acesso em: 23 de outubro de 2014.

NEY, Joseph S.. **O Futuro do Poder.** São Paulo: Benvirá, 2011, 333 p.

OPPERMANN, Daniel. **Non-state actors 2.0: WikiLeaks between hacker ethics and state authority**. Dezembro de 2010, Mundorama. Disponível em: <<http://mundorama.net/2010/12/06/non-state-actors-2-0-wikileaks-between-hacker-ethics-and-state-authority-por-daniel-oppermann/>>. Acesso em: 07 de setembro de 2014.

PAGANINI, P. **“What is the Deep Web? A first trip into the abyss”**. Security Affairs, Maio de 2012. Disponível em: <http://securityaffairs.co/wordpress/5650/cyber-crime/what-is-the-deep-web-a-first-trip-into-the-abyss.html>. Acesso em: 06 /06/ 2013.

PARLAMENTO EUROPEU . **Resolução do Parlamento Europeu sobre os actos violentos na Estónia e as relações entre a Estónia e a Rússia**. 21 de maio de 2007. Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+MOTION+B6-2007-0218+0+DOC+XML+V0//PT>> Acesso em: 28 de setembro de 2014.

PECEQUILLO, Cristina Soreanu. **Manual do Candidato – Política Internacional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

REUTERS. **US video shows deaths of leaked Iraqi officials Reuters**. Abril de 2010. Disponível em:<<http://www.reuters.com/article/2010/04/06/us-iraq-usa-journalists-idUSTRE6344FW20100406>>. Acesso em 18 de setembro de 2014.

SANGER, David. **Obama Order Sped Up Wave of Cyberattacks Against Iran**. Primeiro de Junho de 2012, The New York Times. Disponível em: < <http://www.nytimes.com/2012/06/01/world/middleeast/obama-ordered-wave-of-cyberattacks-against-iran.html?pagewanted=all>>. Acesso em: 24 de novembro de 2014.

SILVA, Francisco C. T. e CHAVES, Daniel S.. **Wikileaks: um Debate no Tempo Presente**. Disponível em: <<http://www.gettempo.org/index.php/revistas/41-edicao-n-03-abril-de-2011-cadernos-do-tempo-presente/artigos/80-wikileaks-um-debate-no-tempo-presente>>. Acesso em: 18 de junho de 2014.

SINGER, Peter W. e FRIEDMAN, Allan. **Cybersecurity and Cyberwar: What Everyone Needs to Know**. New York: Oxford, 2014, 306 p.

SNOWDEN.. **É assim que retomaremos a internet**. Março de 2014, Technology, Entertainment, Design (TED). Disponível em: <http://www.ted.com/talks/edward_snowden_here_s_how_we_take_back_the_internet?language=pt-br>. Acesso em: 8 de setembro de 2014

SOUZA NETO, José Estanislau do Amaral. **Usos da História: A diplomacia contemporânea dos Estados Bálticos subsídios para a política externa brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, 216p.

THE WHITE HOUSE. **Remarks by the President on Review of Signals Intelligence**. Janeiro de 2014. Disponível em: <http://search.whitehouse.gov/search?affiliate=wh&form_id=usasearch_box&query=abaut+wikileaks>. Acesso em 20 de novembro de 2014.

TELEGEOGRAPHY. **Submarine Cable Map**, Agosto de 2014. Telegeography. Disponível em: <<http://www.submarinecablemap.com/#/>>. Acesso em: 14 de Agosto de 2014.

VALERIANO, Brandon e MANESS Ryan . **“The Fog of Cyberwar”**. 21 De novembro de 2012, Foreign Affairs. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/138443/brandon-valeriano-and-ryan-maness/the-fog-of-cyberwar>>. Acessado em: 18 abril de 2013.

ZAHREDDINE, Danny; LASMAR, Jorge Mascarenhas; TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **Oriente Médio**. Curitiba: Juruá, 2011.

OS EXCLUÍDOS DA ARCA DE NOÉ NO TEATRO DO MUNDO

Introdução

A necessidade de se repensar o multilateralismo Amazônico, perante os interesses de oito nações signatárias da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), são extremamente necessárias pois cada vez mais as desigualdades estruturais consentem em leis injustas exaltando a corrupção e elevando a exclusão dos Estados Amazônicos.

A democracia governamental e o Poder Político dos oito países pertencentes ao OTCA – Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela – são cúmplices da corrupção, da Burocracia Interna e dos Interesses Externos e particulares.

Argemiro Procópio (2005, p.72) explica que a inexistência de um multilateralismo moderador e a falta de prioridade entre membros por esforços conjuntos no trabalho pela defesa em Segurança Humana contribuem para que as distorções no multilateralismo não promovam o desenvolvimento sustentável, nem a segurança com justiça entre os povos amazônicos.

A não observância desse fator faz com que os Estados não exercitem suas Responsabilidades Cíveis (segurança, saúde e educação) eficientemente para refletir no contexto social de forma positiva, fazendo desta forma com que a elite dominante não venha a ser punida ou lhes fazem ver a urgência em deixarem de ser más empreendedoras e pararem de almejar sempre vantagens econômicas de uma minoria.

As nações desse Estado recebem inúmeras promessas voltadas para a solidariedade, justiça, igualdade social, mas todas essas promessas são totalmente desacompanhadas de uma atenção específica voltada para ações reais. Neste sentido podemos ter como parâmetro a seguinte afirmação de que efetivamente, o crime organizado, o

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: heltondouglas@hotmail.com.

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: maxfraga@cathedral.edu.br.

contrabando e as atividades ilícitas movimentam mais os espaços sociais amazônicos que os projetos governamentais. (PROCÓPIO, 2005, p.73).

Além da falta de ações reais que o próprio Estado não pratica em prol do bem de toda a coletividade Amazônica, o mesmo constituiu ao longo do tempo uma Política de Governo voltada a valores distorcidos de uma realidade limpa e transparente formando uma nova frente de dominação privada na Amazônia.

Temos neste sentido segundo relatos de Edna Castro de que o mito do El Dorado e as representações sobre a ética civilizatória atravessaram os séculos e ainda são a chave do entendimento das sociedades atuais e dos sonhos que mobilizam seus atores. Dessa forma se confunde com o avanço sobre os limites e fronteiras do humano, enquanto estrutura ideológica e instrumento de poder que visa consolidar interesses econômicos, políticos e sociais dominantes.

Os efeitos devastadores que possivelmente a globalização esta a causar na sociedade amazônica de acordo com Castro (2012, p. 106) vem a ser os novos processos de dominação social representados por empresas nacionais e internacionais, ou instituições, que procuram obscurecer a história e desregular as estruturas locais.

O objetivo dessa pesquisa é demonstrar que há contradições sociais e políticas quando o Poder Econômico de uma minoria acaba sobrepondo-se aos interesses primordiais do Estado devendo assim enfatizar que há uma necessidade grandiosa de uma maior concentração de esforços na reconstrução das ruínas causadas pela péssima distribuição de renda a qual poderá ser determinante no que se refere à Justiça Social Amazônica. O estudo foi feito a partir da análise das obras de Argemiro Procópio e Edna Castro que tratam de questões que voltam-se à sobreposição do poder econômico aos interesses específicos dos Estados Amazônicos.

O expansionismo do poder econômico na Amazônia

Antes de definirmos em si a palavra Poder, devemos apresentar a etimologia em si da palavra que ora se originou no latim vulgar *potere*, substituído ao latim clássico *posse*, que vem a ser a contratação de *potis esse*, “*ser capaz*”; “*autoridade*”. Segundo o Dicionário Enciclopédico Larousse, vol 18 (206, p. 2076) vemos que seu entendimento é:

“5. Ter força para; 6. Possuir força física ou moral; 8. Domínio Influência, Força; 9. O governo de um Estado;”

A palavra Poderio possui um significado de maior abrangência aumentando o valor do significado em si da palavra Poder, pois quando nos referimos ao expansionismo na vastidão da região Amazônica nos deparamos com realidades muito distantes umas das outras. A grandeza do Poder e a autoridade que deveria ser exercida exclusivamente pelo Estado está nas mãos de empresas privadas, as quais poderão causar efeitos devastadores com suas trocas de favores e parcerias privadas, onde as mesmas possuem regalias nos interesses, atividades e ações públicas colocando desta forma em contradição o verdadeiro exercício legal do Estado.

Quando se lê a “Microfísica do Poder” de Michel Foucault fica claro que nesta linha seria possível ocorrer uma luta contra padrões de pensamentos e comportamentos, mas impossível se livrar das relações de poder. Ao mesmo tempo em que vemos que o Poder segundo os estudos de Foucault reprime, ele também produz alguns efeitos: o de saber e o de verdade.

No que se refere ao poder, direito e verdade, sob a análise de Foucault, existe um triângulo em que cada item mencionado (poder, direito e verdade) se encontra nos seus vértices. Nesse triângulo, o filósofo vem demonstrar o poder como direito, pelas formas que a sociedade se coloca e se movimenta, ou seja, se há o rei, há também os súditos, se há leis que operam, há também os que a determinam e os que devem obediência. O poder como verdade vem se instituir, ora pelos discursos a que lhe é obrigada a produzir, ora pelos movimentos dos quais ser tornam vítimas pela própria organização que a acomete e, por vezes, sem a devida consciência e reflexão (RAP-Rio de Janeiro 44(2):367-83, MAR/ABR.2010)

Os Estados signatários da OTCA não demonstram, em relação à Amazônia, uma postura autoritária, não exercem seu poder de dominação, não produzem leis mais severas contra condutas específicas praticadas dentro da Amazônia, criam órgãos fiscalizadores com autonomia própria, mas sem poder de atuação. Podemos ver que os gestores dos Estados estão sendo dominados pelos grupos de investidores e grupos empresariais.

De acordo com Edna Castro (2010, p. 108):

Está aí a base da ideia de um vazio demográfico a preencher, necessariamente, imperativamente. Afinal, em qualquer da Amazônias, da Venezuela à Bolívia, no Brasil ou na Colômbia, encontramos as marcas desse avanço da fronteira com novas frentes empresariais que se sucedem na exploração de madeira e minérios, de produtos da biodiversidade, da pecuária, do agronegócio, da pesca e da indústria farmacêutica.

O entendimento que a mesma autora nos dá é que o mito, nessa perspectiva, pode ser entendido como um recurso de poder e de legitimidade da conquista, não importa a que preço, pois bem sabemos que o capitalismo em seu curso explora e expropria o trabalho, as riquezas, os valores e os saberes.” (CASTRO, 2010, p. 109)

Podemos afirmar neste sentido que nos Estados da Amazônia, em sua administração pública direta e indireta, no exercício do Poder deixa claro que se amamentam do Poder somente os que nele estão. Equívocos administrativos ocorridos no passado estão sendo repetidos no presente e cedendo parcialmente sua soberania aos poderes paralelos e às forças oportunistas, oferecendo vantagens e regalias que antes era somente exclusividade dos Estados nacionais.

Os Estados amazônicos e ações voltadas ao multilateralismo

No ano de 2003 no México fora apresentado em uma Reunião ministerial da Comissão de segurança Hemisférica uma Declaração sobre a Segurança nas Américas tentado demonstrar seus benefícios à sociedade Amazônica mediante algo que voltava-se para a não existência de mais espaço para a defesa da soberania absoluta nas sociedades da Amazônia Continental.

Podemos citar o Plano Colômbia o qual constituiu um plano de ordem Unipolar na Amazônia tanto sobre estratégia quanto a política a ser implementada segundo a vontade dos Estados Unidos da América.

Ainda neste sentido podemos mencionar as relações de banditismo realizadas na fronteira do Brasil com a Venezuela mediante o comércio clandestino de diamantes, assim como a bitributação, os obstáculos aduaneiros de ordem fitossanitária para venda entre cidades vizinhas.

Se abordarmos questões voltadas às zonas florestais da Amazônia, cooperações universitárias, domínios científicos e tecnológicos veremos que não há uma integração ecológica continental de estudos, fazendo com que nossas florestas se tornem corredores para o escoamento de toda essa biodiversidade.

Temos ainda os contratos para equilibrar os saldos comerciais entre nações, exemplo disso a empresa Odebrecht constrói uma hidrelétrica e a terceira linha do metrô de Caracas, e em contrapartida a Petrobrás se associa com a Petróleos da Venezuela, constituindo uma forte relação comercial e econômica.

Mediante uma mínima e irrisória descrição dos inúmeros impedimentos que a cada dia cresce mais e mais dificultando na formação de novos valores para as sociedades Amazônicas, o professor Argemiro Procópio (2005, p. 103) afirma que:

“Sem a sinergia das vontades, é impraticável propor recomposição radical da democracia amazônica eliminando privilégios, mesmo os encastelados nas elites nos quais o bem-estar da coletividade jamais transparece.”

Poderia assim estar as sociedades Amazônicas condenadas à uma manipulação das vertentes governamentais em razão das explorações se suas riquezas naturais por frentes empresariais? O questionamento mais apropriado perante a realidade que se vive na Amazônia é se o Poder Econômico dos Estados que representam essas sociedades amazônicas é realmente um Poder voltado para suprir suas necessidades e interesses específicos ou somente uma fachada para corroborar mais e mais com trabalhos desumanos, não valorizando a altura do que realmente os povos merecem ter, aumentando as ações de corrupção e desvirtuando os valores sociais e morais.

Segundo Pierre Clastres, em sua obra “A Sociedade contra o Estado” (1974, p.215 e 216)

... o índio do império inca produz, em suma, para viver, enquanto o selvagem amazônico trabalha, de mais a mais, para fazer com que os outros vivam – os que não trabalham, os senhores que lhe dizem: cumpre que tu pagues o que nos deves, impõe-se que tu eternamente saldes a dívida que conosco contraíste.

Quando, na sociedade primitiva, o econômico se deixa identificar como campo autônomo e definido, quando a atividade de produção se transforma em trabalho alienado, contabilizando e impostos aqueles que vão tirar proveito dos frutos desse trabalho, é sinal de que a sociedade não é mas primitiva, tornou-se uma sociedade dividida em dominantes e dominados, em senhores e súditos, e de que parou de exorcizar aquilo que está destinado a mata-la: o Poder e o respeito ao Poder.

Portanto no modus operandi é que a ruptura política se torna decisiva na conduta do Estado e não na mudança econômica. A antiga organização social não virá a ser prejudicada por uma suposta Revolução Política a qual no momento se tornou mortal para as sociedades Amazônicas.

Talvez seja preciso dizer um pouco mais e se perguntar qual realmente é a cara dos Estados Amazônicos? Porque o mundo é mau? O que podemos fazer para escapar ao mal? É preciso que, de algum modo, a presença do Estado volte a ser uma presença atuante nas responsabilidades civis as quais lhes foram incumbidas.

Considerações finais

Qual o primeiro passo a ser dado para a moralização da conduta em si da figura do Estado, de quem geri esse Estado, das frentes empresariais e dos próprios cidadãos? Como o Poder Econômico sobrepõe-se aos interesses específicos dos Estados Amazônicos?

Antes mesmo de analisar a abrangência do referido questionamento que se dá ao longo de tamanhas ineficiências governamentais, precisamos resgatar alguns ensinamentos que temos com Thomas S. Kuhn sobre Paradigmas.

O referido autor em sua obra “A Estrutura das Revoluções Científicas” nos faz considerar como partes integrantes de um paradigma: uma ontologia; princípios teóricos fundamentais; princípios teóricos auxiliares e as ligações com as teorias de domínios conexos, regras metodológicas, padrões e valores que direcionem a articulação futura do paradigma. Kuhn defende que um paradigma científico é um conjunto de crenças, técnicas e valores compartilhados por uma comunidade que serve de modelo para a abordagem e soluções de problemas.

Um paradigma fornece os fundamentos sobre os quais a comunidade científica desenvolve suas atividades. Um paradigma representa como que um “mapa” a ser usado pelos cientistas na exploração da Natureza.

Kuhn entende a ciência normal como uma atividade de resolução de “quebra-cabeças”, já que, como eles, ela se desenvolve segundo regras relativamente bem definidas.

Ao longo da exploração de um paradigma pode ocorrer que alguns desses quebra-cabeças se mostrem de difícil solução. O dever do cientista é insistir no emprego das regras e princípios paradigmáticos fundamentais o quanto possa. Utilizando a analogia, não vale, por exemplo, cortar um canto de uma peça do quebra-cabeça para que se encaixe em uma determinada posição.

Quando quebra-cabeças sem solução a que Kuhn denomina anomalias se multiplicam, resistem por longos períodos aos melhores esforços dos melhores cientistas, e incidem sobre áreas vitais da teoria paradigmática, chegou o tempo de considerar a substituição do próprio paradigma. Perdida a confiança no paradigma vigente, tais alternativas começam a ser levadas a sério por um número crescente de cientistas. A diferença básica é que mesmo durante a crise o paradigma até então adotado não é abandonado, enquanto não surgir um outro que se revele superior a ele em praticamente todos os aspectos.

É importante ressaltar que todos os problemas surgem e serão resolvidos apenas dentro de um determinado paradigma e que diferentes paradigmas apresentam diferentes questões e diferentes soluções.

Ao se vivenciar as realidades que separam as fronteiras dos Estados signatários do OTCA, vemos que em comum os mesmos instalaram e fortaleceram uma corrente de Poder e Valores em forma de ações burocráticas específicas, trocas de favores, leis mais brandas, favorecimento de terceiros etc., somente para suprir os interesses econômicos firmados mediante uma democracia demagoga implantada nestes respectivos Estados / Nações como supostas Políticas Governamentais sobressaindo, desta forma, na Política de Estado.

Como se pode perceber necessita-se que haja uma mudança no foco, surge a necessidade de sincronizar ações reais que repercutirão direta e positivamente para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, priorizando-a acima dos interesses particulares de seus administradores políticos e de empresas aproveitadoras, podendo assim proporcionar aos povos que aqui habitam esse Deserto Verde uma vida com mais dignidade e apreço social satisfazendo em todos os seus anseios um aumento em suas perspectivas de vida dentro da Amazônia.

Referências bibliográficas

AQUINO, Ítalo de Souza. **Como escrever artigos científicos**: sem arroudeio e sem medo. São Paulo: Saraiva, 2010.*

CASTRO, Edna, Willi Bolle, Marcel Vejmelka. **Amazônia**: região universal e teatro do mundo. São Paulo: 2010. Globo

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade Contra o Estado**. São Paulo: 2003. Cosac & Naify

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 16ª ed., atual - São Paulo: Saraiva, 1991

Dicionário Enciclopédico Ilustrado: Veja Larousse, vol. 18 - São Paulo: Editora Abril, 2006.

FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes, Tânia Regina Raitz. **As relações de Poder em Michel Foucault**: reflexões teóricas. RAP – Revista de Administração Pública – Mar/Abr 2010. Rio de Janeiro: 44(2):367-83

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 11ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1997

KITAMURA, Paulo Choji. **A Amazônia e o Desenvolvimento Sustentável**. 1ª ed., Brasília: EMBRAPA – SPI, 1994.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 10ª ed., São Paulo: Perspectiva, 2011.

MARTINS, Estevão Chaves de Resende, Felipe Kern Moreira. **As Relações Internacionais na Fronteira Norte do Brasil**: Coletânea de Estudos. Boa Vista: Editora UFRR, 201. Artigo: A questão das fronteiras no norte do Brasil, a Amazônia e a construção de uma unidade sul-americana, de Marcos Costa Lima.

PROCÓPIO, Argemiro. **Relações Internacionais**: os excluídos da Arca de Noé. São Paulo: Hucitec, 2005.

O IMPASSE QUANTO A NACIONALIDADE DOS POVOS INDÍGENAS NA FRONTEIRA BRASIL-GUIANA

Introdução

O objetivo central do presente artigo é compreender os motivos pelos quais indivíduos de ascendência indígena, residentes na região de fronteira entre a República Federativa do Brasil e a República Cooperativa da Guiana, se identificam como cidadãos das duas nações, por diversas vezes de maneira irregular. No juízo de um observador que não está inserido neste contexto, o tema pode ser complexo, mas na concepção dessas pessoas, geralmente de origem humilde, não há ilegalidade em suas atitudes. Desta forma, inicialmente faz-se necessário conhecer a procedência dos povos indígenas desta fronteira e a história de delimitação da mesma.

A região geográfica de maior importância para o desenvolvimento desta pesquisa compreende a linha de fronteira entre o Brasil e a Guiana, mais especificamente a região do Rio Rupununi e Tacutu, ocupada originariamente pelos povos indígenas que se identificam como Macuxi e Wapixana.

Os Macuxi possuem filiação linguística Karib e se autodenominam como Pemon, o que os diferenciam de seus vizinhos ao norte, os Kapon. Essa é uma categoria classificatória mais genérica e está estritamente ligada à localização geográfica desses povos em relação ao Monte Roraima, na região das Guianas (MILLER et. al., 2008). De acordo com Santilli (2001, p.18), “os Pemon vivem nas savanas ou campos naturais, superfície monótona de grandes extensões de terrenos areno-argilosos, recobertas, em sua maior parte, pela vegetação baixa do cerrado, entrecortadas por buritizais [...]”.

Os Wapixana, por sua vez, possuem filiação linguística Maipure/Aruak. São os vizinhos ao sul dos Macuxi e, com base em evidências arqueológicas, se instalaram na região há mais de 1500 anos (MILLER et. al., 2008). Sendo assim, esses povos ocupam o mesmo espaço geográfico há muito tempo e, mesmo provenientes de

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: beli_medeiros@hotmail.com

famílias linguísticas distintas, mantiveram contato através de trocas comerciais e simbólicas de artefatos produzidos em suas aldeias, antes da dominação dos europeus (Ibid).

No início do século XVIII, o território ocupado tradicionalmente pelos povos Macuxi e Wapixana passou a ser alvo de disputas entre holandeses, espanhóis, portugueses e, posteriormente, por ingleses. Com o intuito de impedir o avanço dos holandeses e espanhóis para a Bacia Amazônica, os portugueses passaram a ter mais interesse em ocupar a região do lavrado do rio Branco (FARAGE, 1991). Para tanto, entre 1775 e 1776 houve a construção do Forte São Joaquim, no rio Branco, o que consolidou a ocupação do lavrado de Roraima (BAINES, 2004). Com a construção do Forte, através de incentivos do Estado brasileiro, agentes sociais, como soldados, missionários e administradores, iniciaram uma política de invasão dos territórios pertencentes às populações indígenas (Ibid).

Apesar do domínio do Estado brasileiro na região, ainda havia uma indefinição quanto à delimitação da fronteira internacional entre a Guiana – ocupada pelos ingleses em 1803, em detrimento dos holandeses – e o Brasil. Esta questão foi solucionada somente em 1904, quando o litígio foi enviado para o arbítrio do rei da Itália, que traçou a fronteira na linha dos rios Maú/Ireng e Tacutu (Ibid). Essa divisão foi feita sem a mínima preocupação com os povos que, tradicionalmente, viviam naquela região, o que foi decisivo para o desenvolvimento do problema que se observa atualmente: a indefinição da nacionalidade dos povos indígenas nessa fronteira e a determinação dos seus direitos diante desses dois estados nacionais.

No fim do século XIX e início do século XX, a região de fronteira entre o Brasil e a Guiana passou a ser ocupada por civis com o objetivo de desenvolver a pecuária naquelas terras, assegurados por estímulos dados pelo Brasil (MILLER, et. al., 2008). “A pecuária representou a espoliação dos territórios indígenas e foi acompanhada pela arregimentação da mão-de-obra indígena” (Ibid, p. 40). Em consequência, Stephen Baines (2008) constatou que durante o período de invasão das terras indígenas, houve um fluxo populacional dos Macuxi e Wapixana do Brasil para a Guiana, até a década de 1960. Nos anos seguintes, no entanto, ocorreu uma inversão do movimento populacional, decorrente do desenvolvimento econômico de Roraima e dos conflitos de independência da Guiana, em 1966.

O desenvolvimento econômico do atual estado de Roraima teve um impacto muito forte sobre a região do Rupununi, na Guiana, revertendo as tendências de migração que até os anos 1960 apresentavam um fluxo de migração do Brasil para a Guiana. Após a indepen-

dência da Guiana e os conflitos políticos internos entre grupos étnicos majoritários no litoral daquele país, e o levante do Rupununi em 1969, quando muitos índios fugiram da Guiana para o Brasil, a região de fronteiras tem sido [...] negligenciada pelo governo central de Georgetown. (BAINES, 2004, p.73).

Desta forma, com base em depoimentos de moradores da região de Rupununi – conhecida atualmente como Region 9, Upper Takutu-Upper Essequibo – Baines (2006), afirma que a população guianense da fronteira reprova a conjuntura política do país pós-independente e o socialismo implantado, por ter sido incapaz de superar os conflitos étnicos do país. Em contrapartida, existe a crença no progresso do Brasil, país visto como um grande sucesso econômico entre os habitantes da fronteira (Ibid). Baines (2006), relata que, devido a este contraste histórico entre os dois países, os povos indígenas acreditam que não têm futuro com o governo de Georgetown, e veem o Brasil como um “caminho para escapar da pobreza acentuada e dos conflitos políticos e étnicos que assolam o densamente povoado litoral atlântico do país.” (Ibid, p. 204). Como consequência, o fluxo migratório para as cidades de Roraima aumentou. Baines (2004) aponta uma grande migração desses indígenas para a capital do estado, assim como para fazendas - onde serão mão-de-obra barata -, e para as aldeias no lado brasileiro.

Nos últimos anos, a cidade fronteira, Bonfim, experimentou uma considerável migração da população indígena que vivia nas comunidades de fronteira para a sede do município, o que preocupa as autoridades locais, devido às condições de moradia e de subsistência que esses indivíduos se submetem.

Nesse contexto, observa-se que os povos Macuxi e Wapixana da fronteira entre o Brasil e a Guiana possuem uma relação muito antiga com indígenas de outras etnias e não indígenas. Por isso, Baines (2004) afirma que a composição étnica dos Macuxi e Wapixana decorreu e está sendo construída por processos de união e ruptura de diferentes grupos étnicos. Sendo assim, atualmente, a composição étnica das comunidades indígenas é mista, com a presença de indígenas de diferentes etnias e regionais, de origem brasileira ou guianense.

A configuração atual sobrepõe identidades étnicas e nacionais de modo altamente complexo: pessoas que se identificam como índios “guianenses” mas se dizem filhos de “índios brasileiros” e vice-versa; e “índios guianenses” que migram para o Brasil cujos pais haviam migrado do Brasil para a Guiana. Reconhecem, frequentemente, dupla nacionalidade, conforme o contexto. (BAINES, 2004, p.81)

Vale ressaltar, todavia, que, antes do estabelecimento da fronteira entre o Brasil e Guiana, esse território era tradicionalmente ocupado pelos povos Macuxi e Wapixana, o que justifica a naturalidade dessa população em viver nos dois lados da fronteira, transitando entre os dois países, muitas vezes possuindo documentos de ambos e identificando-se como brasileiro ou guianense, conforme o país em que se encontram (BAINES, 2013). Com isto, deve-se refletir se os atos dos indígenas na fronteira são ilícitos, pois, alheios à vontade e ao território ocupado originariamente pelos povos indígenas, dois Estados estabeleceram limites que não existiam e parece ainda não existir no entendimento do indígena, que possui parentes nos dois lados da fronteira e acreditam ter o direito de transitar naquele território livremente, sem ter a necessidade de pedir permissão para alguma autoridade. Outro fator que propicia o acessível trânsito desses povos na fronteira é a configuração geográfica do território, de “fácil acesso terrestre, por ser de campos abertos com floresta de galeria” (BAINES, 2004, p.72).

A nacionalidade brasileira e os povos indígenas

A aquisição de uma nacionalidade é um direito consagrado pelo homem. Cada país, em suas respectivas legislações, estabelece as condições para que uma pessoa obtenha a sua nacionalidade. No Brasil, os requisitos para a nacionalidade estão previstos na Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 12, Inciso I que estabelece as condições para que um indivíduo seja brasileiro nato:

- a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;
- b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;
- c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 2007)

Com base nas disposições legais previstas na Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas, publicada no ano de 2008, em seu Artigo 6º, está assegurado ao indígena o direito a uma nacionalidade. Na concepção de Lenza (2013, p.1177), nacionalidade é “o vínculo jurídico-político que liga um indivíduo a determinado Estado, fazendo com que esse indivíduo passe a integrar o povo desse Estado e, por consequência, desfrute de direitos e submeta-se a obrigações”. Desta

forma, ao adquirir uma nacionalidade, o indígena passa a ser integrante da nação, tornando-se um cidadão do Estado Nacional, o que significa que esse indivíduo passa a ser titular de direitos políticos – o poder de votar e ser votado.

No caso dos povos indígenas da fronteira entre o Brasil e a Guiana, no entanto, percebe-se que a questão de integrar um Estado não tem importância ou significado para eles. Sobre esta questão, explana Roberto Cardoso de Oliveira (2000, p. 17).

[...] quanto à nacionalidade, como uma segunda identidade, é claro que ela será instrumentalizada de conformidade com situações concretas em que os indivíduos ou os grupos estiverem inseridos, como a de procurarem assistência à saúde, à educação dos filhos ou uma eventual proteção junto a forças militares de fronteira: seriam casos típicos de manipulação de identidade junto a representantes dos respectivos Estados nacionais.

Não há, também, a obrigatoriedade para os indígenas em adquirir a certidão de nascimento, como afirma a FUNAI. Por esses motivos, a preocupação em se definir como brasileiros ou guianenses só aparece quando os mesmos têm a necessidade de procurar um emprego ou alguma assistência oferecida exclusivamente pelo Estado.

Em entrevista concedida para esta pesquisa, Bárbara Spies Campos, assessora jurídica na Defensoria Pública do município de Bonfim, confirma esta questão quando relata sobre os casos frequentes de pais que procuram a defensoria para requerer junto à justiça os documentos brasileiros de crianças na faixa etária dos oito anos de idade, para que estas possam frequentar a escola. Na opinião da defensora, baseada em sua convivência com esses povos, a questão de ser brasileiro ou guianense é uma mera formalidade para eles, é o mero ato de possuir uma certidão de nascimento, uma carteira de identidade e um cadastro de pessoa física com o intuito de conseguir algum benefício, que eles consideram ter direito.

Dados do IBGE apresentados pela FUNAI comprovam a situação observada:

[...] os indígenas são o grupo populacional com menor percentual de crianças com registro civil de nascimento, conforme dados do Censo 2010 do IBGE. Enquanto que na população não-indígena mais de 98% das crianças até 10 anos de idade possuíam registro em cartório, entre as crianças indígenas esse percentual era de apenas 67% (FUNAI).

Sendo assim, o importante para esta pesquisa é entender como se dá o processo de registro tardio dos povos indígenas de fronteira, situação que pode propiciar a aquisição da dupla nacionalidade irregular. Os modos para dar entrada ao registro brasileiro tardio pelos indígenas estão dispostos no Artigo 4º da Resolução Conjunta N° 03, de 19 de abril de 2012:

- I. mediante a apresentação do RANI;
- II. mediante apresentação dos dados, em requerimento, por representante da Fundação Nacional do Índio – FUNAI a ser identificado no assento; ou
- III. na forma do art. 46 da Lei n.º 6.015/73.

O disposto no inciso I do artigo supracitado apresenta o Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI) como um dos meios para aquisição dos documentos brasileiros por indígenas. De acordo com a FUNAI, o RANI é

[...] um documento administrativo fornecido pela FUNAI, instituído pelo Estatuto do Índio, Lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973: “O registro administrativo constituirá, quando couber, documento hábil para proceder ao registro civil do ato correspondente, admitido, na falta deste, como meio subsidiário de prova. [...] O registro do RANI é realizado em livros próprios por funcionários da FUNAI, e para cada registro é emitido o documento correspondente, devidamente autenticado e assinado.”

Conforme relatos de Bárbara Spies, para o indígena dar entrada ao pedido de emissão do RANI junto à FUNAI, ele deve apresentar ao órgão uma comprovação de que vive em uma comunidade no lado brasileiro da fronteira. Portanto, ele precisa de uma declaração da autoridade da comunidade, o *tuxana*, de que realmente é morador e nascido naquele lugar. Partindo desta conjuntura é que muitos indígenas, que já possuem documentos de identificação guianense, na região de fronteira entre o Brasil e a Guiana, conseguem adquirir a nacionalidade brasileira.

Percebe-se que não há uma fiscalização frequente ou contínua das autoridades nacionais quanto ao controle de natalidade efetuado pelos *tuxanas*, o que abre caminho a ilícitudes. Concomitantemente, como consequência da forte migração dos povos indígenas de um lado a outro da fronteira nas décadas anteriores, atualmente essas pessoas possuem parentes nos dois estados nacionais, distribuídos em comunidades espalhadas pelos dois territórios, como assinala Bárbara Spies, ao se referir a relatos de indígenas afirmando que possuem avós guianenses, tios brasileiros de comunidades distintas, dentre outras peculiaridades. Essa familiaridade e amizade entre os indígenas da trabalhada região de fronteira facilita a aquisição de uma declaração dos *tuxanas* para indivíduos que não integram verdadeiramente tal comunidade.

É esta problemática que se pretende expor para a sociedade e autoridades locais, regionais, nacionais e internacionais: quais são os motivos pelos quais os povos indígenas de fronteira adquirem documentos de identificação dos dois países? Seus atos devem ser considerados ilícitos, mesmo entendendo que aquele território originariamente pertenceu aos seus antepassados e é herança de seu povo?

Para fundamentar esta discussão, após a realização de uma pesquisa bibliográfica, foram realizadas entrevistas focalizadas, isto é, voltadas especificamente para o tema trabalhado nesta pesquisa, o que permitiu que os entrevistados falassem livremente sobre o assunto, no entanto, tentando evitar ao máximo os desvios (GIL, 1999). As entrevistas foram realizadas com sete pessoas, do sexo masculino e feminino, de diferentes faixas etárias, no município de Bonfim. Com a finalidade de assegurar o anonimato das pessoas entrevistadas, foi aplicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual ficou estabelecida a voluntariedade dos indivíduos em fornecer informações para esta pesquisa e o sigilo de suas identidades.

Dentre os entrevistados, um possuía carteira de identificação guianense e, recentemente, havia dado entrada no pedido para obtenção dos documentos brasileiros, com o intuito de conseguir um emprego com carteira assinada. Os demais entrevistados, apesar de nascidos na Guiana, tinham apenas documentos brasileiros. Um dos questionados, frequentemente, ajuda outros indígenas nascidos na Guiana a adquirir a nacionalidade brasileira.

Ao questionar o primeiro entrevistado sobre a origem e história da sua família, ele relatou que, assim como muitas famílias indígenas da fronteira, sua avó havia nascido no lado brasileiro e, ao se casar com um indígena morador de uma maloca¹ na Guiana mudou-se para lá. Os filhos do casal também nasceram na Guiana, mas muitos migraram para o lado brasileiro da fronteira, onde continuaram vivendo em comunidades indígenas. Depois de adultos, alguns retornaram para a Guiana casados e lá tiveram seus filhos e constituíram novas famílias. Os pais do entrevistado foram uns dos que retornaram para as malocas guianenses, onde ele nasceu e viveu até os doze anos de idade, quando os pais faleceram e o mesmo mudou-se para a cidade brasileira de fronteira, à procura de emprego e melhores condições de vida.

História semelhante foi descrita pelos outros entrevistados, o que demonstra que, para o indígena que mora nas comunidades, não existem fronteiras, pois tanto a maloca do lado brasileiro quanto a do lado guianense são sua moradia, como afirma o entrevistado ao explicar que, para o povo dele, sempre foi assim, eles mudavam de um lugar a outro à procura de melhores condições naturais de subsistência. Esse fato justifica a movimentação entre as fronteiras, já que aquele território pertence tradicionalmente a esses povos.

¹ De acordo com o Grande Dicionário Unificado da Língua Portuguesa (2009), maloca significaria uma casa de habitação indígena capaz de alojar várias famílias. No entanto, quando a palavra é utilizada pelos entrevistados, o conceito de maloca parece ser equivalente à comunidade indígena.

Sobre esta adversidade, comenta Baines (2012, p. 154):

[...] a contextualização de identidades pelos indígenas que vivem na fronteira, apesar de aparecer contraditória e ambígua na perspectiva hegemônica do Estado Nacional que pensa a nacionalidade como uma identidade exclusiva, não é concebida dessa maneira pelos indígenas, que não veem nenhuma contradição em identificar-se como brasileiro e guianense. Muitos são portadores de documentos de ambos os países. Quase todos têm parentes que vivem nos dois lados da fronteira. Não veem nenhuma ambiguidade em identificar-se conforme os contextos em que estão inseridos e que lhes parecem naturais. [...] Então, a afirmação de uma identidade nacional não seria uma manipulação de identidade do ponto de vista desses indígenas.

Partindo desse ponto, procurei entender o motivo que leva os indígenas da fronteira entre o Brasil e a Guiana a adquirir a dupla nacionalidade de maneira irregular. Ao perguntá-los, todos responderam que, de maneira geral, a justificativa maior é a procura por benefícios e emprego. As disparidades entre a Guiana e o Brasil são consideráveis, o que propicia a maior migração dos indígenas guianenses para o lado brasileiro, mas sem perder o vínculo com sua comunidade de origem. Por isso, o conveniente para eles é ter os dois documentos, o que permite o livre trânsito desses indivíduos de um lado a outro.

Diante do exposto, perguntei aos entrevistados quais eram os meios para eles adquirirem a nacionalidade brasileira, mesmo sendo nascidos na Guiana e de pais guianenses, já possuindo documentos daquele país ou não. Como disposto no Artigo 4º da Resolução Conjunta N° 03, de 19 de abril de 2012, já mencionado anteriormente, são três as formas para dar entrada ao registro tardio. Os entrevistados se referiram a duas delas: diante da apresentação do RANI e através do referido no Parágrafo 1º do Artigo 46 da Lei n° 6.015/73:

Art. 46. As declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal serão registradas no lugar de residência do interessado. (Redação dada pela Lei n° 11.790, de 2008).

§ 1º O requerimento de registro será assinado por 2 (duas) testemunhas, sob as penas da lei. (Redação dada pela Lei n° 11.790, de 2008).

§ 2º Será dispensada de pagamento de multa a parte pobre (art. 3º). (Revogado pela Lei n° 10.215, de 2001)

§ 3º O Juiz somente deverá exigir justificação ou outra prova suficiente se suspeitar da falsidade da declaração.

§ 4º Os assentos de que trata este artigo serão lavrados no cartório do lugar da residência do interessado. No mesmo cartório serão arquivadas as petições com os despachos que mandarem lavrá-los.

§ 3º O oficial do Registro Civil, se suspeitar da falsidade da declaração, poderá exigir prova suficiente. (Redação dada pela Lei n° 11.790, de 2008).

§ 4o Persistindo a suspeita, o oficial encaminhará os autos ao juízo competente. (Redação dada pela Lei nº 11.790, de 2008).

§ 5º Se o Juiz não fixar prazo menor, o oficial deverá lavrar o assento dentro em cinco (5) dias, sob pena de pagar multa correspondente a um salário mínimo da região.

Como referido anteriormente, a abertura do processo através da apresentação do RANI é possível quando o indígena consegue, junto ao tuxaua de uma comunidade do lado brasileiro da fronteira, uma declaração de nascido naquelas terras. Esse foi o caso de um dos entrevistados, aquele que aguardava o recebimento dos documentos brasileiros. Através de conhecidos que possuía no Brasil, entrou em contato com um tuxaua que se dispôs a entregá-lo a declaração, para, desta maneira, ir a FUNAI expedir seu Registro Administrativo de Nascimento Indígena – RANI. De acordo com o entrevistado, assim como existem tuxauas que redigem a declaração por amizade, parentesco com indivíduos da comunidade ou solidariedade, há também os que se aproveitam da necessidade desses indígenas e cobram custos altos pelo documento. O entrevistado afirmou que certos líderes de comunidades em outro município chegaram a cobrar entre trezentos a mil e quinhentos reais pelo documento.

Quanto à segunda maneira de adquirir os documentos brasileiros, isto é, através da apresentação de duas testemunhas que afirmem que o indígena provém de malocas no Brasil, existe uma maior dificuldade, pois a desconfiança das autoridades aumenta em relação à integridade das testemunhas. A barreira da língua também se torna um empecilho para esses indígenas terem seus processos aprovados; assim como existem os que falam o português, inglês e a língua dos Macuxi ou Wapixana, há também os que falam somente a língua indígena e/ou inglesa, e, desta forma, eles não conseguem os documentos por não falarem a língua portuguesa.

Diante de todas as adversidades apresentadas, finalmente perguntei aos entrevistados qual era a opinião deles em relação à ilicitude dos seus atos. Na concepção desses indivíduos, suas atitudes não seriam ilícitas, pois, assim como os mesmos já viveram um dia nas malocas da Guiana e lá ainda possuem parentes e amigos, o mesmo ocorre no lado brasileiro da fronteira. No entendimento do entrevistado que auxilia outros indígenas a adquirir documentos brasileiros, todo indígena tem direito a ter seus documentos, porém muitos não o possuem. Isso dificulta a movimentação natural desses povos, que, quando querem viajar para o Brasil, podem ser impedidos por não terem nenhum registro. É diante desse e dos demais motivos já expostos que surge o interesse em solicitar a documentação.

Sendo assim, observa-se a complexidade do tema tratado, pois a situação vivida atualmente por esses povos indígenas em relação aos dois estados nacionais é uma consequência das escolhas tomadas nos séculos passados, sem nenhuma preocupação com os povos tradicionais da fronteira. Hoje em dia, ainda existe certo despreparo de alguns profissionais que trabalham com o registro civil na região, como afirma um dos entrevistados, ao relatar que as autoridades chegam a questionar aos indígenas o motivo por eles ainda não terem os documentos, já que eles afirmam ser brasileiros. Esse fato demonstra a falta de sensibilidade e o desconhecimento dessas pessoas com a história dos povos indígenas e dos seus costumes, trabalhadas do decorrer deste artigo.

Considerações finais

Baseando-se no exposto, afirmo que o problema da dupla nacionalidade irregular dos povos indígenas na fronteira entre o Brasil e a Guiana deve ser visto pelas autoridades dos dois países com muita cautela. Primeiro, deve-se admitir que as atitudes dos indígenas na fronteira são aceitáveis se fizermos uma análise histórica daquele ambiente. Como já exposto, antes da chegada dos europeus à região, aquele território já era ocupado pelos povos Macuxi e Wapixana, que transitavam livremente de um canto a outro à procura das melhores condições de sobrevivência. Após a dominação da região pelos europeus, os indígenas deixaram de ser protagonistas em sua história e foram postos em segundo plano pelos dominadores. No ano de 1904, quando os portugueses e ingleses, através do arbítrio do rei da Itália, delimitaram a fronteira entre o Brasil e a Guiana na linha dos rios Maú/Ireng e Tacutu, chega-se a conclusão que essa divisão foi feita sem a mínima preocupação com os povos que, tradicionalmente, viviam naquela região, o que foi decisivo para o desenvolvimento do problema que se observa atualmente.

Através das entrevistas realizadas para esta pesquisa e diante às afirmações feitas por outros estudiosos nesta fronteira, como Stephen Grant Baines, conclui-se que a aquisição da dupla nacionalidade pelos indígenas é vista por eles com naturalidade, pois os mesmos consideram ter esse direito, já que possuem famílias dos dois lados da fronteira e sempre puderam movimentar-se livremente entre as comunidades nos dois países. A comunidade do Pium, no município de Bonfim, por exemplo, faz fronteira com uma comunidade do lado guianense que possui o mesmo nome, o que dificulta ainda mais o entendimento do indígena em se definir como brasileiro e/ou guianense.

Desta forma, deve-se refletir que a concepção de nacionalidade pelos estados nacionais como um vínculo exclusivo do cidadão com o Estado não cabe no contexto vivido pelos povos indígenas desta fronteira. A questão da nacionalidade para esses indivíduos não é importante ou necessária quando os mesmos vivem em suas comunidades. A preocupação em se definir como brasileiros e/ou guianenses só surge quando há interesse em procurar um emprego ou alguma assistência oferecida exclusivamente pelo Estado. Diferente do que alguns estudiosos e autoridades afirmam, no entanto, na concepção dos povos indígenas a afirmação de diferentes nacionalidades não seria uma manipulação de identidades, mas uma herança da miscigenação do seu povo no decorrer dos anos.

Referências bibliográficas

BAINES, Stephen Grant. **A fronteira Brasil-Guiana e os povos indígenas**. In: Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.1, n.1, p.65-98, jul. 2004

_____. **A fronteira Guiana-Brasil e etnicidade entre povos indígenas**. In: Revista Brasileira do Caribe, Goiânia, v. VII, n. 13, p. 197-210, 2006.

_____. **Os povos indígenas Wapichana e Makuxi na fronteira Brasil-Guiana, região do Maciço Guianense**. In: Revista Brasileira do Caribe, Goiânia, v. VIII, n. 25, jul-dec., p. 131-157, 2012.

_____. **Políticas Indigenistas e a fronteira Guiana-Brasil**. In: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, jun. 01-04, Porto Seguro, Bahia, Brasil, 2008.

_____. **Povos indígenas na fronteira Brasil-Guiana e os mega-projetos de integração econômica**. In: Cienc. Cult., São Paulo, v.65 n.1, jan. p. 40-42, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça – CNJ; Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP. Resolução Conjunta N° 03, Brasília, 19 de abril de 2012. (Disponibilizada no DJ-e n° 198/2012, em 26/10/2012, pág. 2-3)

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. Fundação Nacional do Índio – FUNAI. **Documentação Básica**. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/docb>>. Acesso em: 04 novembro 2014.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio – FUNAI. **Registro Administrativo de Nascimento de Indígena – RANI**. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/docb/registro-administrativo-de-nascimento-de-indigena-rani>> Acesso em: 04 novembro 2014.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOC, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 17 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013.

MILLER, Robert Pritchard. et. al. **Levantamento etnoambiental das terras indígenas do Complexo Macuxi Wapixana**: Anaro, Barata/Livramento, Boqueirão, Jacamim, Moskow, Muriru, Raimundão. Raposa Serra do Sol e Tabá Lascada. Brasília: FUNAI/PPTAL/GTZ, 2008.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: Nações Unidas, mar. 2008.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Os (des)caminhos da identidade**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, n. 42, 2000.

RIOS, Dermival Ribeiro. **Grande dicionário unificado da língua portuguesa**. São Paulo: DCL, 2009.

SANTILLI, Paulo. **Pemongon Patá: território Macuxi, rotas de conflito**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

O LONGO CAMINHO DO SER AO DEVER SER: REALIDADE DOS POVOS INDÍGENAS E SUA RELAÇÃO COM A MINERAÇÃO NA COLÔMBIA

Introdução

Os modelos de desenvolvimento econômico procuram estabelecer setores que podem alavancar o crescimento com a ideia que na medida em que é maior o crescimento econômico, pode-se superar a situação de pobreza da população de um país. No caso da Colômbia, um dos setores que estão contribuindo para esse fim é a mineração, que nos últimos anos tornou-se um dos setores mais fortes da economia, com a criação de uma política pública específica. No entanto, os efeitos gerados por esta atividade no território são particularmente preocupantes, especialmente nos locais onde as comunidades indígenas vivem. Há forte crítica a esse modelo de desenvolvimento por setores da sociedade colombiana e pelos povos indígenas que foram afetados.

Neste sentido, procurou-se estabelecer a situação dos povos indígenas em relação à Política Pública Minerária. Por isso, é importante questionar qual é a afetação dessas políticas para estas comunidades, tendo uma especial consideração aos seus territórios.

Para realizar a pesquisa foi utilizados relatórios sobre o estado da mineração, estudos dos resultados obtidos através das políticas públicas, elaborados por diferentes organizações não governamentais - ONG's, entidades no setor minerário e organismos de controle do Estado. Para estabelecer a institucionalidade da política indigenista e minerária, consultaram-se documentos normativos e técnicos elaborados pelo governo na Colômbia, e finalmente, utilizaram-se dois artigos de jornais que fizeram reportagens especiais sobre a mineração e as vulnerabilidades que gera no país.

* Universidade Federal do Amapá. E-mail: lagaleano@unal.edu.com.

** Universidade Federal do Amapá. E-mail: simonjepgarcia@uol.com.br.

Para desenvolver este estudo, em primeiro lugar, abordaram-se os elementos da Política Pública Minerária, com especial ênfase na mineração desenvolvida em territórios indígenas, por não indígenas, como também por estas comunidades; segundo, tendo em conta as informações de ONG's e de entidades de controle, procurou-se estabelecer a real situação dos povos indígenas que apresentam algum relacionamento com a mineração; finalmente, foi analisado três casos de especial interesse em relação à mineração em território indígena.

A Política Pública Minerária e os povos indígenas na Colômbia

A mineração na Colômbia novamente tornou-se uma das áreas mais importantes da economia nacional. Por isso, tanto no governo do presidente Álvaro Uribe Vélez (2002-2010) como no de Juan Manuel Santos Calderón (2010-2014) há um especial interesse no desenvolvimento dessa exploração, levando a criação de políticas públicas específicas sobre o assunto. No governo de Juan Manuel Santos tais políticas foram estabelecidas como uma prioridade do Plano Nacional de Desenvolvimento: *Prosperidad para Todos* (2010-2014)¹.

Como resultado dessas políticas públicas, tem-se o aumento significativo, nos últimos anos, de titulações para fazer mineração concedida pelas autoridades responsáveis pelo setor minerário,² Gerando riqueza, mas também miséria e o aprofundamento dos conflitos territoriais.

Evidencia-se esse interesse pelo “boom da mineração”, que pode ser percebido, por exemplo, pelo aumento significativo na produção de ouro de 15 toneladas em 2007 para 66 em 2012. Em reportagem da *Revista Semana*, destaca-se: “Na última década, o peso do grama de ouro aumentou de \$ 16.000 [U\$ 8,64] para quase \$ 87.000 [U\$ 47]” (REVISTA SEMANA, 2013)³. Por sua parte *El Instituto de Ciencia Política* fala sobre a importância da mineração para o atual Governo na Colômbia:

¹ O plano de desenvolvimento na Colômbia é um instrumento de planejamento do Governo Nacional para seus quatro anos de governo. No resumo executivo do plano se estabelecem “locomotivas” para o crescimento econômico e para gerar emprego, no qual o setor mineiro-energético é uma oportunidade de extração de riquezas dos recursos naturais com responsabilidade sustentável. O plano prevê a criação de uma institucionalidade forte, desenvolver estratégias para melhorar a produtividade, segurança e impulsionar a formalização dos garimpeiros artesanais. A aposta do plano é procurar um crescimento econômico de 6,2% para o final dos quatro anos (2014) de governo de Juan Manuel Santos (DNP, 2010).

² Por exemplo, no ano de 2012 o número de titulações de mineração de ouro foi de 1.953 de acordo com a base de dados de titulações minerárias do *Ministerio de Minas y Energía* (LA SILLA VACÍA, 2012), enquanto para o ano de 2010 as titulações foram pouco maiores que 1.000. (INSUASTY, GRISALES, GUTIERREZ, 2014).

³ Tradução dos autores.

O setor de mineração na Colômbia, uma das cinco locomotivas do presidente Juan Manuel Santos, tem despertado grande interesse por suas implicações econômicas, como ambientais e sociais. A isso se soma o crescimento significativo deste setor e do compromisso do governo nacional em converter esse setor da economia em um dos pilares de finanças públicas e impulsionar outras áreas importantes, como a inovação em ciência e tecnologia (ICP, 2012, p. 1).⁴

Em termos de políticas públicas pode-se estudar a gênese, desenvolvimento e mudanças da Política Nacional de Mineração na Colômbia, a partir de uma série de leis que buscam controlar o exercício dessa atividade, por meio de um desenho institucional que responde às demandas de setor, sem deixar de pensar as consequências para o meio ambiente, tendo por base a ideia de fazer uma exploração sustentável, ou seja, no desenho da política se procura um equilíbrio entre a exploração e a proteção ambiental.

Em termos institucionais o setor da mineração na Colômbia, um dos 19 setores da estrutura do Estado, inclui o *Ministerio de Minas y Energía* que tem o *Vice-ministerio de Minas* e as dependências de apoio que são: *Direcciones Técnicas de Mineración Empresarial y Formalización Minera*, a *Oficina de Asesoría Jurídica* e a *Oficina de Asuntos Ambientales y de Comunidades*, assim como as seguintes entidades no setor: *Agencia Nacional Minera*, *Servicio Geológico Colombiano* e *Unidad de Planeación Minero-Energético* – UPME (MME, 2013a).

A Política Pública de Mineração na Colômbia tem como objetivo primeiro procurar a expansão da renda minerária para o Estado e seu uso adequado para promover o desenvolvimento humano sustentável. Desenvolve-se, entre outros, os seguintes planos, programas e projetos (MME, 2013a): Política Nacional de Segurança Minerária, Programa de Modernização da Mineração Artesanal, Política para Melhoramento da Produtividade e a Competitividade Minerária, Programa Nacional de Formalização da Mineração, Projetos de Zonas em Compatibilidade com a Mineração e Política Social Minerária.

Normativamente (GARAY, 2013) encontra-se o *Código Nacional Minero* na Lei 685 de 2001, que foi alterada pela Lei 1.382 de 2010. No entanto, esta alteração foi declarada inconstitucional pela *Corte Constitucional* em Sentença C-366 de 2011, já que foi omitida a consulta às comunidades étnicas. Por esta razão, e tentando encontrar um quadro jurídico claro para o desenvolvimento da mineração, o Governo Nacional, em uma medida extraordinária, emitiu quatro decretos de emergência (933, 934,

⁴ Tradução dos autores.

935 e 943 de 2013) com força de lei⁵. Esses decretos regulamentaram: a formalização da mineração tradicional, mudança de conceitos no glossário minerário; estabelecimento que as zonas excluídas e restringidas para fazer mineração são competência exclusiva da autoridade minerária e ambiental; as áreas livres para realização de mineração, estabelecidas pela autoridade minerária; o estabelecimento de extensões dos períodos de exploração e contratos de concessão.

No entanto, desordem e falta de capacidade institucional foram levando a conceder os direitos de mineração em áreas ambientais estratégicas. Por isso, precisa-se de uma política coordenada e inclusiva, na qual sejam forjadas tentativas de formar uma estratégia para a gestão racional dos recursos minerais gerando baixos impactos sociais, ambientais e econômicos no curto, médio e longo prazo.

Anteriormente falava-se do desenho geral da Política Pública Minerária na Colômbia. Agora a pergunta que se coloca poderia ser: qual é o papel dos povos indígenas e como são pensados em termos institucionais nos quadros dessa política? Em primeiro lugar, é preciso falar das entidades que tem relação com os povos indígenas. Ao fazer uma rápida revisão (DAFP, 2010) encontram-se como cabeça das políticas públicas indígenas na Colômbia a *Subdirección de Asuntos Indígenas* do *Ministerio del Interior*, onde tem funcionamento a *Comisión de los Derechos Humanos de los Pueblos Indígenas*. Por sua parte, o *Instituto Colombiano de Desarrollo Rural* trabalha na titulação das terras das comunidades indígenas e a reestruturação dos resguardos, como são conhecidos na Colômbia os territórios indígenas.

Outras entidades são o *Instituto Colombiano de Bienestar Familiar* na proteção da população infantil indígena, as *Corporaciones Autónomas Regionales* no manejo das fontes hídricas, o *Instituto de Hidrología, Meteorología y Estudios Ambientales* no desenvolvimento e promoção dos valores indígenas de conservação ambiental e o *Ministerio de Agricultura* em assistência e apoio agrícola. Ademais se estabelece uma educação diferenciada em escolas e universidades públicas. Finalmente é necessário indicar que nos territórios indígenas têm-se uma competência legal especial em termos de ordenação do território⁶, político-administrativo e jurídico além de seus costumes e elementos culturais próprios.

⁵ Os decretos com força de lei são expedidos pelo Presidente da República além dos poderes extraordinários conferidos pelo Congresso da República em situações especiais ou de urgência manifesta.

⁶ Os territórios indígenas no ordenamento jurídico na Colômbia denominam-se Resguardos, conceito herdado do período colonial (séculos XVI ao XIX) além da política realenga que procurava resguardar aos povos indígenas pela diminuição da população devido às doenças e guerras com os espanhóis. Hoje os Resguardos são estabelecidos pela lei tendo uma autonomia especial para a conservação de sua cultura. Na Colômbia habitam 84 povos indígenas em 704 Resguardos (GARAY, 2013, P. 95).

Por sua parte, o Plano de Desenvolvimento (Lei 1450 de 2011) no relacionado com os povos indígenas, estabelece: desenvolver políticas especiais para superar a situação de pobreza⁷; destinação de recursos das transferências do Governo Nacional para projetos dos povos indígenas em função ao número da população⁸; assegurar a participação em subsídios agrários; e gerar regulamentação clara ao tramite das Consultas Previa em projetos que gerem algum impacto às comunidades⁹.

Na normatividade minerária na Colômbia se estabelecem zonas livres de mineração, quais sejam, as áreas sociais ou ambientalmente sensíveis, cujo valor: social, ambiental, cultural, etc., podem ser prejudicados pelas indústrias extrativas. Se as comunidades com afetação potencial rechaçam o projeto de mineração em suas terras, a exploração não pode ser efetivada. Para outorgar as licenças que permitam fazer mineração é preciso informar as comunidades e ter seu consentimento, precisando-se de uma compensação (FNA, 2012).

Neste sentido, dentre os “cinco principais tipos de áreas fora dos limites da mineração estão: 1. Reservas dos povos indígenas: Áreas em que vivem os povos indígenas ou das que dependem. Domínios ancestrais, povos indígenas, povos tribais, moradores da floresta, minorias étnicas vulneráveis; seus territórios, reservas ou terras de usucapião estão fora dos limites da mineração” (FNA, 2012, p. 4)¹⁰.

Em um relatório do *Ministerio de Minas y Energía* (MME, 2013b), pode se observar alguns resultados de sua gestão em zonas minerárias indígenas através: a) da Declaração de zonas minerárias nos departamentos de *Cauca* (Sudoeste da Colômbia), *Guajira* (Norte), *Guainía* (Sudeste), *Chocó* (Oeste), *Vaupés* (Sudeste) e *Antioquia* (Oeste); b) de Parcerias do *Ministerio* com a *Universidad Nacional de Colombia* para a delimitação de zonas minerárias nos departamentos de *Cauca*, *Nariño* e *Putumayo* (Sudoeste); c) do reconhecimento geológico minerário em áreas indígenas dos departamentos de *Antioquia* e *Chocó*; e) da Realização do primeiro fórum minerário para as comunidades indígenas da Amazônia colombiana (2012), e planejamento de quatro

⁷ Segundo estudos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 63% da população indígena na Colômbia é pobre, para uma população estimada em 1.370.000 de habitantes no ano de 2012 (EL PAÍS, 2012).

⁸ As transferências dos recursos do Governo Nacional aos diferentes níveis territoriais denominam-se *Sistema General de Participaciones*, que entre outros destina recursos aos territórios indígenas em função: da população, população atendida e por atender, e o cumprimento dos indicadores de eficiência fiscal (DNP, 2014).

⁹ A Consulta Previa é um mecanismo de consulta às comunidades indígenas, que também tem aplicação à população geral, por parte das diferentes entidades públicas e privadas no desenvolvimento de projetos que gerem impactos sobre as populações onde tem previsão ser feito.

¹⁰ Os outros quatro tipos de áreas livres de mineração são: 1. zonas de conflito aberto ou propenso conflito social, especialmente de conflito armado; 2. Bacias hídricas em fragilidade da qual depende comunidades; 3. Áreas com alta biodiversidade, habitats especiais, terras selvagens, unidades de conservação; e 4. Áreas de propriedade cultural, de interesse religioso, arqueológico e histórico (FNA, 2012, p. 4-5).

mais, com a participação de autoridades, líderes, organizações e membros das comunidades indígenas, a ideia é fazer fóruns em outras zonas do país; f) da identificação de ferramentas normativas para regulamentar a mineração em zonas indígenas.

Finalmente, é possível observar a resistência dos povos indígenas, fato que é comentado pelos relatórios governamentais (UPME, 2014). O Governo admite que os povos indígenas organizam bloqueios em minas de empresas multinacionais que afetam ecossistemas estratégicos perto de seus territórios, bem como declaram à *Corte Constitucional* a inconstitucionalidade do novo Código Minerário. Esses mesmos relatórios apontam também para os benefícios como as regalias¹¹, a construção de poços de água, os programas de responsabilidade empresarial das multinacionais nesses territórios.

Observa-se então no panorama das políticas públicas de mineração em relação aos povos indígenas na Colômbia, que apresenta um ordenamento institucional que procura pensar em uma exploração sustentável dos recursos minerários sem gerar fortes afetações às comunidades especialmente protegidas pela lei. Esta é a situação político-normativa que no papel respeita os povos indígenas e apresentam algumas pretensões de desenvolvimento econômico, procurando o equilíbrio entre os elementos sociais, políticos, econômicos e ambientais.

Das normas à realidade

Do ser ao deve ser há um longo caminho a ser percorrido, e uma coisa é que está escrito no papel (normas) e outra é a realidade, e neste caso a situação torna-se bem complexa. A situação dos povos indígenas em cujo território tem recursos minerais envolve muitas questões que passam desde elementos internos das comunidades como também ataques externos.

Para discutir essa questão tomou-se por base três relatórios: os dois primeiros feitos por organizações não-governamentais que trabalham a regulamentação ambiental e social minerária e a renda mineira como elemento financiador do Plano de Desenvolvimento Nacional; o terceiro relatório estabelece a situação da mineração em relação aos direitos, as políticas públicas e a governança, e foi contratado pela *Contraloría General de la República* como entidade de fiscalização dos recursos públicos na Colômbia.

¹¹ As regalias são as compensações econômicas das atividades de exploração nos territórios que envia o Governo Nacional, calculando níveis de afetação dos territórios para estabelecer a quantidade de recursos para girar (DNP, 2014).

No *Foro Nacional Ambiental* (RUBIANO, 2012) feito no ano 2012, estabeleceu-se algumas problemáticas, dentre elas a entrega de titulações minerárias em territórios de jurisdição indígena ou em lugares que gerassem afetação a seus resguardos, além também da carência de estudos que justificassem a exploração, conforme destacado pelas autoridades ambientais.

O mesmo *Foro* argumenta que a mineração em territórios indígenas torna-se um tema problemático, por isso a *Corte Constitucional*, como também relatórios das Nações Unidas, indicam que essa situação gera deslocamentos, desintegração social e violação aos direitos humanos. As concessões de títulos minerários em terras indígenas, muitas vezes não levam em conta a normatividade constitucional e o direito internacional que estabelece a necessidade de consulta prévia para fazer a exploração minerária. Há também uma legislação que determina que se a comunidade indígena não fizer a exploração em um prazo de dez anos, pode perder a preferência para desenvolver a atividade (RUBIANO, 2012).

Também se alerta sobre as divisões internas das comunidades indígenas, “[...] muitas comunidades indígenas do país estão começando a dividir-se internamente, pois alguns de seus membros estão vendo na mineração uma alternativa de subsistência” (RUBIANO, 2012, P. 12)¹². Fenômeno constatado entre os povos indígenas dos departamentos do *Amazonas* (Sul da Colômbia) e *Vaupés*. O resultado é que a mineração quebra a articulação social e é uma ameaça à conservação da cultura, por isso além da normatividade internacional e constitucional é preciso proibir a declaração de zonas minerárias em territórios indígenas onde exista o perigo físico e cultural de sua extinção.

O *Foro*, finalmente, lança uma alerta sobre o relacionamento: terras indígenas, zonas minerárias e confrontação armada, levando a uma nova vitimização dos povos indígenas em função da mineração criminal (RUBIANO, 2012)¹³.

Em outro relatório feito por pesquisadores do *Instituto de Estudios para el Desarrollo y la Paz* - INDEPAZ que fez um estudo do setor minerário no Plano de Desenvolvimento do presidente Santos indicam em relação aos povos indígenas:

Em relação ao território a estratégia minerária aponta à eliminação das barreiras, representadas pelas zonas de reserva ou protegidas, que envolve territórios coletivos indígenas e comunidades negras. Por isso a inquietude do Plano não é a garantia dos direitos dessas populações, mas sim, a redução de trâmites derivados da consulta e consentimentos prévios¹⁴ (GONZÁLEZ, 2011, P. 8).

¹² Tradução dos autores.

¹³ A mineração criminal é feita por agentes fora da lei, que gera impactos ambientais, sociais, econômicos e políticos elevados, promovendo circuitos de violência fundamentada no controle territorial (GARAY, 2013).

¹⁴ Tradução dos autores

As concessões geram afetação em aproximadamente mais de 600 mil hectares de propriedade coletiva dos indígenas e as solicitações chegam a mais de 3.5 milhões de hectares de resguardos (GONZÁLEZ, 2011, P. 35).

Além da situação descrita que aponta para as contradições da Política Minerária em relação às comunidades indígenas, encontram-se problemas para desenvolver a mineração artesanal ou tradicional:

A proibição do uso de qualquer ferramenta a quem não tem título minerário inscrito coloca os pequenos mineradores como delinquentes e objeto policial sem considerar as particularidades regionais e históricas das comunidades. Ademais, incluem-se como parte das proibições e dos anunciados confiscos e processos penais à pequena mineração em territórios coletivos onde é feita de fato ou autorizada pelos conselhos das comunidades negras ou autoridades indígenas (GONZÁLEZ, 2011, P. 38)¹⁵.

Finalmente, no relatório contratado pela *Contraloría General de la República* (GARAY, 2013) encontram-se algumas conclusões que apontam para a vulnerabilidade dos povos indígenas em relação à mineração e os problemas das políticas públicas na matéria. Em primeiro lugar o relatório indica que as atividades minerárias são desenvolvidas em ecossistemas estratégicos que geram a perda de importantes áreas para a conservação ambiental e a vida dos habitantes do território como as comunidades indígenas (GARAY, 2013, P. 13).

O relatório ressalta ainda, que estão entregando títulos minerários em terras indígenas, sem a realização das consultas prévias para a entrega dos mesmos, ou para declarar zonas minerárias, desconsiderando os convênios internacionais. Demonstrando a ineficácia da intervenção do Estado em atender as demandas sociais das comunidades indígenas. Em dados expostos se estabelece que 80% das violações aos direitos humanos têm ocorrência em territórios minerários ou petroleiros, haja vista que 89% dos crimes contra indígenas acontecem em territórios indígenas onde há mineração ou exploração de petróleo (GARAY, 2013, P. 63).

Como se pode observar, paira uma contradição entre a norma e a realidade. Por um lado, a legislação procura respeitar os territórios dos povos indígenas, porém na sua aplicação desrespeita-se a norma, beneficiando interesses particulares quando há a sobreposição de territórios indígenas e áreas propícias a exploração mineral. Uma situação também especialmente problemática é o abandono do Estado, que não responde as necessidades sociais dessas comunidades que ficam a mercê de bandos armado no interior da Colômbia. Para discutir essa questão conflituosa buscou-se trabalhar casos que mostrem a situação de alguns povos em particular.

¹⁵ Tradução dos autores.

Casos: *Puinaves, Curripacos, Emberas-Katios e Yaigojés*

Primeiramente, se apresentará a situação dos povos *Puinaves e Curripacos* na fronteira entre Colômbia, Brasil e Venezuela; em seguida, o auto da justiça em favor dos povos *Embera-Katio* na fronteira entre Colômbia e Panamá; e finalmente, a declaratória do *Parque Nacional Natural* no Resguardo do povo *Yaigojés*. A intenção é mostrar as contradições da política pública com a realidade através desses casos.

O primeiro caso é o resultado de uma pesquisa especial da *Revista Semana* chamado *La selva herida por la minería* feito no ano de 2014. Na pesquisa se estabelece que desde 20 anos atrás, os indígenas *Puinaves e Curripacos* - comunidades que ficam na fronteira da Colômbia com Brasil no departamento do *Vaupés* (Sudeste da Colômbia) - trabalham com a mineração, estabelecendo-se uma associação com garimpeiros brasileiros para a extração e controle da atividade. A partir de 2010 começou a febre pelo chamado ouro azul ou coltan que são insumos para a fabricação de celulares e aparelhos eletrônicos, nesse contexto chegaram os violentos narcotraficantes e grupos guerrilheiros das *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* - FARC (REVISTA SEMANA, 2014).

Segundo a *Revista Semana* (2014), informações da inteligência militar apontam para o fato que os indígenas são obrigados a fazer pagamentos às FARC de 12 gramas de ouro ao mês e aos operadores das minas 15 gramas por cada draga que seja extraída no território. As FARC regula a exploração das minas de coltan, cujo acesso é difícil pela carência de meios de comunicação como rodovias ou aeroportos. Devido a esse fato, os funcionários do governo não possuem autorização para chegar a tais localidades. Por outra parte, uma tonelada de ouro azul na mina é pago a U\$ 4.500, em Bogotá a U\$ 40.000 e no mercado internacional a U\$ 60.000, explicando a importância de sua extração. Sendo toda a exploração desenvolvida de forma ilegal, já que não há títulos minerários.

O controle de a Força Militar na Colômbia tem levado a confiscar mais de 15 toneladas de coltan. As antigas rotas pelos rios da região, utilizadas para o tráfico de drogas agora são utilizadas para levar o coltan. No ano 2013 havia 12 dragas, neste ano de 2014 têm aproximadamente 30. Na região há a atuação de garimpeiros brasileiros negociando e ensinando os indígenas colombianos a procurar os minerais. A situação mostra então a falta de controle do Estado nestas zonas gerando a vulnerabilidade aos ecossistemas e os indígenas (REVISTA SEMANA, 2014).

O segundo e o terceiro caso são desenvolvidos no estudo contratado pela *Contraloría* (GARAY, 2013) que estabelece o estado da mineração na Colômbia como

consequência da política pública desenvolvida pelo governo do presidente Juan Manuel Santos. Neste sentido, o segundo caso é o estudo de um auto da justiça que determinou a suspensão das licenças e contratos de concessões minerárias nos territórios do povo *Emberas-Katios*, comunidade que habita a fronteira da Colômbia com o Panamá no chamado *Tapón del Darién*, tendo como base:

a. Os Resguardos indígenas são propriedade coletiva das comunidades indígenas e tem especial proteção constitucional; b. Para os povos indígenas o território é vítima, tendo em conta sua cosmovisão e o vínculo especial e coletivo que os une com a mãe terra; c. pela natureza dos direitos coletivos e a transcendência dos atos, não se tratava de um simples problema de garantia constitucional de consulta prévia em relação à exploração dos recursos naturais nos territórios mencionados, mas que tem a transcendência referente à proteção da garantia à sobrevivência física e cultural, que faz necessária e urgente a intervenção do Estado mediante a justiça tradicional; d. A mencionada falta de realização de consulta, que é praticamente inexistente, de acordo aos fatos acontecidos na zona do Resguardo Indígena o *Alto Andágueda*, o conflito armado que tem sofrido esta população, o qual tem ocasionado deslocamento forçado de grande parte da comunidade, impedindo-lhe a utilização de seu território de acordo a sua cultura e cosmovisão; e. A situação anteriormente descrita tem ocasionado que empresas exploradoras de mineração, procuraram transcender as fronteiras do território indígena sem os requisitos exigidos pela constituição e a lei, como é caso da consulta prévia, que levou o povo *Embera-Katio* frente a situação de violência a se retirar da região. (GARAY, 2013, P. 80)¹⁶.

O juiz com os elementos descritos determinou: a existência de uma situação de deterioração dos direitos coletivos territoriais das comunidades indígenas, por isso precisa-se de decisões para evitar maiores danos, tendo em vista que o dano relaciona-se ao aproveitamento do território por múltiplas empresas, além das concessões outorgadas pela autoridade minerária, momento em que os *Embera-Katio* sofriam especialmente pela violência. Ademais, destaque-se que o juiz menciona que o incremento das atividades minerárias sem consulta em territórios de caráter étnico é uma violação aos convênios internacionais (GARAY, 2013).

Finalmente, o terceiro caso, é um caso emblemático na Colômbia que relaciona-se a declaração em 2009 do Parque Nacional Natural no Resguardo Indígena de *Yaigojé Aporís* na Amazônia, para proteger os valores culturais dos povos indígenas, procurando conservar a complexidade cultural e ecossistêmica dos territórios. No entanto, dias depois da criação do Parque, foi outorgado um título minerário nessas áreas. Fato que gerou um conflito interno entre as comunidades indígenas da região. Acrescente-se a isso o fato de que a empresa mineradora convidou comunidades

¹⁶ Tradução dos autores.

indígenas do Canadá, do Brasil e dos Estados Unidos para explicar os supostos benefícios das explorações mineraria em seus territórios (GARAY, 2013, P. 96).

Os três casos ilustram a situação das comunidades indígenas em seu relacionamento com a mineração, indicando fortes contradições entre as políticas públicas, as normatividades nacionais e internacionais e as necessidades dos povos indígenas, que frente a essas contradições observam a sua cultura e sua existência serem colocadas em risco.

Considerações finais

Em primeiro lugar é possível falar que a existência de um forte interesse em mineração na Colômbia gera ameaças para os povos indígenas. Essa situação desencadeia um debate que tem duas posturas fortes: o desenvolvimento econômico através de todos os meios possíveis sem se importar com as consequências que ocasionam e por outro lado à luta pela proteção de algumas comunidades e territórios vulneráveis.

A Política Pública Mineraria na Colômbia, no papel procura proteger aos povos indígenas mediante a mineração sustentável. Com efeito, a política considera que a mineração e as comunidades indígenas não são antagônicas, mas essas considerações muitas vezes só ficam em meras manifestações e não em realidades concretas.

A realidade dos povos indígenas em cujas terras têm minas ou atividade mineira é complexa. O interesse de gerar crescimento econômico atualmente significa praticamente a extinção desses povos. Por um lado, a Política Pública Mineraria tem instrumentos que defendem esses povos e por outro, elementos que os lesionam profundamente, isto é uma evidente contradição dos atores e seus interesses nos âmbitos de discussão da política. Então, para essas comunidades o direito internacional constitui-se quase de fato em sua principal ferramenta de defesa, por isso, é possível concluir que é graça aos instrumentos externos, de salvaguarda dos direitos, que às comunidades indígenas recorrem para se proteger quando o assunto é a mineração em suas terras.

Os diferentes casos demostram as contradições postas em prática através das políticas públicas, que em relatórios de entidades de controle, como a *Contraloría General de la República*, argumentam que a política beneficia interesses particulares e não gerais, e muito menos às comunidades que são afetadas diretamente pela extração em suas terras. Assim mesmo, os casos revelam como o fenômeno da violência se

associa à mineração gerando uma nova vitimização das comunidades indígenas, que historicamente sofreram por causa do conflito armado, no qual seus territórios são espaços por definição de disputas entres os grupos em combate.

A mineração e as comunidades indígenas não são sempre necessariamente antagonicas, é possível pensar em desenvolvimentos sustentáveis de exploração que tenha respeito pelas terras dos povos indígenas, seus valores, sua cultura, como também dos ecossistemas onde é feita a atividade minerária. Para conseguir esse estado de coisas é preciso concentrar interesses, ter vontade política e especialmente respeito pelas cosmovisões dos indígenas em relação a seus territórios, espaço onde se centram as lutas por suas reivindicações sociais.

Referências bibliográficas

EL PAIS, **63% de la población indígena en Colombia es pobre, según estudio de la ONU** (on line) 26-08-2012. Disponível em: <<http://www.elpais.com.co/elpais/colombia-/noticias/63-poblacion-indigena-colombia-pobre-segun-estudio-onu>> Acesso em: 19 ago. 2014.

FORO NACIONAL AMBIENTAL-FNA. **Minería responsable ¿Qué se entiende por minería responsable?** Bogotá: abril de 2012, 8 p. Disponível em: <library.fes.de/pdf-files/bueros/kolumbien/09089.pdf> Acesso em: 23 ago. 14.

GARAY SALAMANCA, Luis Jorge (Dir.). **Minería en Colombia: derechos, políticas públicas y gobernanza**. Bogotá: Contraloría General de la República, 2013, 211 f.

GONZÁLEZ, Camilo. **La renta minera y el Plan de Desarrollo, 2010-2014**. Bogotá: Instituto de Estudios para el Desarrollo y la Paz-INDEPAZ, 2011, 44 p. Disponível em: <www.indepaz.org.co/?p=1367> Acesso em: 24 ago. 14.

INSTITUTO DE CIENCIA POLÍTICA HERNÁN ECHEVARRÍA OLÓZAGA-ICP, Observatorio Legislativo. **Minería ilícita en Colombia: propuestas y desafíos** (on line). Boletín n. 213, diciembre de 2012, 4 f. Disponível em: <http://www.icpcolombia.org/-archivos/observatorio/boletin_213> Acesso em: 15 jul. 2014.

INSUASTY, Alfonso; GRISALES, Daniel; GUTIERREZ, Marcela. **Investigación. Conflictos asociados a la gran minería en Antioquia**. Abril 10 de 2014. Disponível em: <<http://www.noalamina.org/latinoamerica/colombia/item/12466-investigacion-con-flictos-asociados-a-la-gran-mineria-en-antioquia>> Acesso em: 27 jul. 2014.

LA SILLA VACIA, **¿A quién le pertenece el oro en Colombia?** (on line) 25-01-2012. Disponível em: <<http://lasillavacia.com/historia/quien-le-pertenece-el-oro-en-colombia-30930>> Acesso em: 19 ago. 2014.

REPÚBLICA DE COLOMBIA, CONGRESO DE LA REPÚBLICA. **Ley 1450 del 16 de junio de 2011, “Por la cual se expide el Plan Nacional de Desarrollo, 2010-2014”**. Disponible em: <www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/2012/c-331-12.htm> Acceso em: 19 ago. 2014.

REPÚBLICA DE COLOMBIA, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE LA FUNCIÓN PÚBLICA-DAFP. **Estructura del Estado Colombiano**. Bogotá: SENA, 2010, 618 f. Disponible em: <<http://www.dafp.gov.co>> Acceso em: 19 ago. 2014.

REPÚBLICA DE COLOMBIA, DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN-DPN. **Plan Nacional de Desarrollo 2010-2014, “Prosperidad para Todos”, resumen ejecutivo**. Bogotá: 2010. Disponible: <www.dnp.gov.co> Acceso em: 27 jul. 2014.

REPÚBLICA DE COLOMBIA, DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN-DPN. **Sistema General de Participaciones** (on line) 15-02-2014. Disponible em: <<http://www.dnp.gov.co>> Acceso em: 19 ago. 2014.

REPÚBLICA DE COLOMBIA, MINISTERIO DE MINAS Y ENERGÍA-MME. **Marco institucional**. Bogotá: 2013 a. Disponible em: <<http://www.minminas.gov.co>> Acceso em: 15 jul. 2014.

REPÚBLICA DE COLOMBIA, MINISTERIO DE MINAS Y ENERGÍA-MME. **Rendición de cuentas vigencia 2012**. Bogotá: 2013 b. Disponible em: <www.minminas.gov.co/minminas/downloads/.../4-CapituloMinas.pdf> Acceso em: 15 ago. 2014.

REPÚBLICA DE COLOMBIA, UNIDAD DE PLANEACIÓN MINERO ENERGÉTICA-UPME. **Indicadores de la minería en Colombia**. Bogotá: Subdirección de Planeación Minera. 2014, 120 p. Disponible em: <http://www.upme.gov.co/Docs/Plan_Minero/2014/Indicadores%20de%20la%20Miner%C3%ADa%20en%20Colombia.pdf> Acceso em: 23 ago. 14.

REVISTA SEMANA. **La selva herida por la minería** (on line) 30-07-2014. Disponible em: <<http://www.semana.com/nacion/articulo/la-selva-herida-mineria/338157-3>> Acceso em: 25 ago. 14.

REVISTA SEMANA. **Minería ilegal: entre el oro y el crimen** (on line) 29-03-2013. Disponible em: <<http://www.semana.com/nacion/articulo/oro-crimen-mineria-ilegal/338-107-3>> Acceso em: 15 jul. 2014.

RUBIANO, Sebastián. **La regulación ambiental y social de la minería en Colombia: comentarios al Proyecto de Ley de Reforma al Código de Minas**. Bogotá: Foro Nacional Ambiental, 2012, 16 p. Disponible em: <<http://library.fes.de/-pdf-files/bueros/kolumbien/09382.pdf>> Acceso em: 24 ago. 14.

IDENTIDADES NACIONAIS E POLÍTICAS INDIGENISTAS NA FRONTEIRA BRASIL-GUIANA

Introdução

Este artigo resulta de pesquisa inicial desenvolvida pela mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira – UFRR. O projeto de pesquisa propõe-se a analisar comparativamente as políticas indigenistas¹ voltadas aos povos indígenas da fronteira Brasil-Guiana. Para tanto, é pertinente compreender o histórico de formação desses Estados nacionais e a delimitação de suas fronteiras enfocando as relações com os povos indígenas, no que concerne a construção de nacionalidade e cidadania de cada um desses Estados, por meio da implementação de políticas que inserem os povos indígenas como público alvo.

Tem-se como fundamental à condução dessa pesquisa a categoria de análise chamada *indigenismo*, entendida por Lima (1995) como:

Um conjunto de ideias (e ideais, isto é, aquelas elevadas à qualidade de metas a serem atingidas em termos práticos) relativos a inserção de povos indígenas em sociedades subsumidas a Estados nacionais, com ênfase especial na formulação de métodos para o tratamento das populações nativas, operadas, em especial, segundo uma definição do que é ser índio. (1995, p.14-15).

Com essa definição de indigenismo desenvolve-se, portanto, o argumento de política indigenista, entendida por Silva (2012) como um conjunto de ações, ideias e legislações cujo objetivo final é a integração do indígena a sociedade nacional, ou seja, reconhece que a vocação das políticas indigenistas é fazer desaparecer ou fazer mudar a diversidade em favor da construção de uma nação. A finalidade desse movimento, segundo o autor é que não existem políticas indigenistas que não tenham

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: mariana.cs.lima@gmail.com

¹ Conjunto de leis e ações formuladas pelo Estado voltadas ao projeto de proteção dos indígenas com vistas à integração à sociedade nacional. Ver Oliveira (2001).

como fim a manutenção de uma ideologia de Estado Nacional e que não promovam a transformação parcial ou total das sociedades e culturas indígenas em favor da construção da nação.

Como elemento norteador às análises a serem empreendidas nesta pesquisa em relação à política indigenista tem-se, *cidadania*, conforme Oliveira Filho (2000):

Quando falamos em cidadania estamos pensando em um conjunto de papéis sociais que colocam o indivíduo em relação direta com o Estado-Nação, chamando atenção assim para um tipo de condutas que decorrem de uma modalidade, bem especial e historicamente datada, de pertencimento de alguém a uma comunidade política. Na experiência histórica do Ocidente e no pensamento político moderno tal comunidade política é representada pela Nação, coletividade que possui uma expressão territorial exclusiva e detém mecanismos próprios de resolução de conflitos e de controle social. (2000, p. 126)

Esta categoria é pertinente tendo em vista que as políticas estatais, indigenistas ou não voltam-se aos nacionais, ou seja, aos reconhecidos pelos Estados como membros da nação que são, portanto, considerados cidadãos, sujeitos de direitos e deveres previstos na conformação/constituição dos Estados, a exemplo do Art. 12 da Constituição Federal Brasileira de 1988, por isso da preocupação em particular com as políticas indigenistas construídas para serem implementadas e acessadas por nacionais, todavia deparam-se com o contexto de circulação e redes de parentescos de grupos étnicos semelhantes em territórios nacionais distintos, com legislações e noções de cidadania e políticas de cidadania diferenciadas.

Também vem ao encontro dessa argumentação a categoria *nação* que para Anderson (1998) é compreendida como uma comunidade política imaginada, obrigatoriamente limitada e soberana, neste sentido, nacionalidade pode ser entendida como condição de pertença a uma nação.

O uso dessa categoria auxiliará a argumentação a ser construída em relação à análise sobre a construção de políticas de Estado voltadas aos povos indígenas sob o corolário de pertença a nação, isto é, o pressuposto de ser ou tornar-se formalmente um cidadão nacional.

O último censo demográfico brasileiro realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, informa que a população que se declara indígena no Brasil é de 896.917, das quais 571.383 estão residindo em terras indígenas. Segundo a Fundação Nacional do Índio – FUNAI (2014), há no Brasil 537 Terras Indígenas, das quais 419 já estão com o processo demarcatório concluído, e 108 terras ainda em diferentes fases do processo de demarcação.

Ainda segundo o órgão indigenista já foram identificadas 305 diferentes etnias, bem como registradas 274 línguas indígenas no país. No estado de Roraima há a presença significativa de onze grupos étnicos, dos quais cinco (Macuxi, Wapixana, Ingaricó, Patamona e Wai Wai), habitam a fronteira entre o Brasil e Guiana. A população que se declara indígena no estado, segundo o IBGE (2010), é de 49.637, distribuída em 32 terras indígenas, bem como em áreas urbanas. Roraima é, portanto, o segundo estado com maior população indígena da região norte do país.

A Guiana por sua vez, segundo o Ministério de Assuntos Ameríndios (2014), tem presente em seu território nove etnias, das quais cinco etnias, já mencionas, habitam a fronteira Brasil e Guiana, isto é, habitam os distritos de Upper Essequibo/Upper Takutu, chamado de região 9 e o distrito de Portaro Siparuni, chamado de região 8. Segundo aquele Ministério, existem na Guiana atualmente 169 comunidades indígenas, das quais 96 possuem reconhecimento legal. Não há dados populacionais atualizados, de acordo com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA, da qual a Guiana é membro, a população ameríndia é estimada em 9,1% da população total do país que, segundo o último censo, realizado em 2002, era estimada em 792.940 habitantes.

O panorama recente desses dois países resulta de um histórico de colonização europeia, que assentou-se na exploração de mão de obra, indígena e negra em atividades econômicas voltadas, principalmente, para extração de recursos naturais, minerais e cultivo de monoculturas. Os colonizadores, tão logo chegaram nas terras do novo mundo, perceberam os contrastes entre seu modo de vida social e o modo de viver dos nativos, que por sua vez era muito diverso em todo território colonial. A diversidade, ou melhor, a contrastividade entre as muitas sociedades indígenas causou estranheza aos estrangeiros, mas, principalmente, os contrastes observados em relação à sua própria sociedade, geraram subjugação e resultaram em dizimação e marginalização das sociedades indígenas.

O Brasil em seu projeto de Nação

No caso do Brasil, conforme afirma Ribeiro (1991), a intolerância à contrastividade “resultou num processo continuado e violento de unificação política, logrado mediante um esforço deliberado de supressão de toda identidade étnica discrepante e de repressão e opressão de toda tendência virtualmente separatista” (p. 23).

À medida que a expansão territorial se concretizava rumo ao interior do continente, somente a ocupação de fato, por meio do povoamento, poderia desenhar os limites das fronteiras brasileiras. Farage (1991), em seu estudo historiográfico sobre ocupação do vale do Rio Branco, atual estado federado de Roraima, traz a tona a figura dos Índios como “As Muralhas dos Sertões”, úteis à estratégia do colonizador de ocupação e defesa do território expandido, ainda que os colonos brasileiros se contrapusessem a estratégia de índio livre e integrado à coroa, eram, portanto, muito mais afetos ao uso dessas sociedades como mão de obra escrava.

Conforme Farage (1991), já no período do governo colonial português de Marquês de Pombal (1759-1822), o papel do índio na sociedade colonial se apresentava como um dos principais impasses ao governo colonial, uma vez que a postura do Estado era contraditória em relação ao índio, já que buscava o assimilacionismo e desejava tratá-lo como branco, mas utilizava-se e permitia a sua utilização como mão de obra escrava. A política de assimilação-integração foi coroada no período do governo pombalino, sob o qual foram criadas uma série de medidas visando a inserção dos indígenas à sociedade colonial. Um dos mecanismos para efetivar a assimilação dos indígenas, como já mencionado, era tratá-los como brancos, para tanto, houve a obrigatoriedade imposta pelo Estado aos índios de adotarem sobrenomes de origem portuguesa. Outra medida era a transformação de antigos aldeamentos em vilas para convivência pacífica entre índios e colonos e a previsão de que os indígenas pudessem ocupar cargos da coroa.

Ainda segundo a autora, essas e outras medidas foram tomadas no sentido de integrá-los à sociedade controlando a liberdade concedida aos índios por meio da tutela oficiosa do Estado, fosse por receio que a liberdade levasse a levantes, fosse para dar continuidade ao objetivo de integração das sociedades indígenas à sociedade colonial. O que acabou por gerar outras formas de exploração, veladas por relações de trabalho, quase sempre desproporcional e desvantajosa para os indígenas, ainda assim condizentes com o projeto de integração, uma vez que os papéis destinados aos indígenas nessa sociedade era o de trabalhadores úteis, afetos aos desígnios da nação.

Segundo Sprendell (2005), em trabalho sobre a *Genealogia de estudos sobre a fronteira brasileira*, argumenta que o tema sobre as fronteiras nacionais foi encarado oficialmente pelo Estado ao longo dos séculos, desde o início da colonização até a ditadura militar iniciada em 1964, enfatizando as teorias de geopolítica que nortearam a ocupação dos espaços nacionais sob a perspectiva de vivificar e desenvolver as faixas de fronteira, bem como protegê-las militarmente.

A exemplo da efetivação da ocupação de fronteira, tem-se a ocupação dos limites mais ao norte do território colonial e nacional, segundo Santilli (1994), esta ocupação se deu desde fins do século XVIII por meio da instalação de forte militar e de fazendas de criação gado, seguidos ao longo do século XIX e XX por incentivos a migração de famílias, oriundas principalmente da região nordeste do país. A colonização dessa fronteira se deu a exemplo de outras, como as delimitadas ao sul e centro-oeste do território nacional, sobre territórios ocupados por indígenas. Segue-se, pois a prática de exterminar os extremamente resistentes e integrar à comunhão nacional os que pouco resistiam a invasão e exploração.

Esse movimento de ocupação de fronteiras expressa bem a absorção e a busca por acabar com os contrastes de sociedades existentes e efetivar o povoamento das regiões de fronteira ao passo que segue ganhando formas a imagem de povo e nação brasileira. De acordo com Ribeiro (1995), “o povo-nação não surge no Brasil da evolução de formas anteriores de sociabilidade, em que grupos humanos se estruturam em classes opostas, mas se conjugam para atender às suas necessidades de sobrevivência e progresso” (p 23).

A independência e o estabelecimento formal do Estado brasileiro a partir de 1822 deu continuidade aos mecanismos de ocupação territorial e integração social da sociedade nativa à emergente sociedade nacional, neste sentido, a busca por elementos simbólicos que conformassem uma identidade nacional se intensificaram, assentando-se, especialmente na língua, na ideia de unidade territorial e mestiçagem, isto é, no tipo genuíno de brasileiro.

Há que se ressaltar, contudo, que apesar de todos os esforços do estado colonial e do estado nacional ainda resistem na nação brasileira sociedades indígenas em contraste a sociedade nacional, mesmo em meio aos muitos e contínuos projetos de integração, como acentua Ribeiro (1995), tal resistência pode ser relacionada ao idealismo de nacionalistas e humanistas como o do Marechal Cândido Rondon, que por meio das experiências com indígenas quando das instalações telégrafas nacionais no interior de territórios indígenas, exigiu respeito do país em relação às sociedades originais. Além do governo, militares e outros profissionais dedicaram-se a proteção estatal dos índios, por meio de uma política indigenista oficial² que se assentava no projeto estatal, cujo objetivo não era de exterminar os indígenas, mas fazê-lo um “índio melhor”, por meio de ferramentas e orientação adequada, assegurando o mínimo necessário para sua existência, isto é, territórios onde pudessem viver sossegados para construir seus costumes e seu modo de viver.

² Conjunto de leis e ações formuladas por instituições e membros do Estado voltados a proteção tutelar dos indígenas. Ver Oliveira (2001).

Neste novo contexto, a proteção oficial reforça que a colonização de espaços, já não devia se assentar no extermínio desses povos, mas na continuidade do modo de vida original até que gradualmente fossem integrados à sociedade nacional, que se daria, principalmente, por meio do gozo dos mesmos direitos dos demais cidadãos nacional, ou seja, ser eleitor, trabalhador assalariado, ter acesso à saúde, educação, seguridade social. Embora, segundo essas políticas, não fosse um dever para o índio acessar esses direitos, a simples oferta de muitos destes direitos pode ser considerada como grandes motivadoras da adoção de uma identidade nacional formal. Isto é, o projeto oficial de proteção ao índio considerava que os contrastes das sociedades nativas são fundamentais a uma genuína identidade nacional, esses contrastes, porém, não podem pensar-se independentes, mas sim, inseridos na nação.

O projeto de nação homologa a existência das sociedades indígenas, mas efetivamente continua com os projetos de assimilação e integração à nação. A resistência, comumente assenta-se na afirmação da identidade étnica, para as quais as políticas de compensação oficial se assentam. É necessário, portanto, afirmar-se como diferente do nacional, ao mesmo tempo, que não se recuse a adoção, ainda que formal, da nacionalidade, expressa nos documentos de identificação oficial, pressupostos básicos de pertença à nação.

Embora as sociedades indígenas resistentes e existentes ainda nos dias atuais no interior da nação, continuem sem propostas de independência e constituição de Estado próprio, contrastes têm se apresentado cada vez mais em relação não apenas à sociedade indígenas e sociedades nacionais, mas também essas em relação às sociedades internacionais, concentradas e em contato em contextos de fronteira.

“essas regiões de fronteira, em maior ou menor grau, abrigam sistemas de interação não só entre nacionalidades e etnias extremamente variadas, e não apenas indígenas, (...), mas também entre contingentes populacionais massivamente representados por imigrantes de diferentes nacionalidades”. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2001, p. 16)

Mencionou-se, neste texto, que as fronteiras nacionais brasileiras assentaram-se sobre territórios de sociedades indígenas que atualmente estão separadas e inseridas em diferentes nações e como refletido por Oliveira (2001), nessas fronteiras há diferentes sistemas de interação, que envolvem indígenas, nacionais e imigrantes. Neste sentido, apresentam-se questões para reflexão: essa interação pode representar um tipo de resistência das sociedades indígenas aos contínuos esforços do Estado de conformação da identidade nacional para fins de unidade territorial?; e poderiam os

Estados nacionais considerarem os indígenas como transnacionais dada a realidade da existência de sociedades indígenas, inseridos como nacionais apenas de seus respectivos Estados nacionais?

E a Guiana?

O debruçamento sobre a história da Guiana ainda é inicial de modo que serão apresentadas apenas considerações superficiais sobre esse país.

A República Cooperativista da Guiana é uma nação formada por diferentes grupos étnicos (ameríndios, afroguianenses, indoguanenses e outros) resultante do processo colonizador inicialmente Holandês que, segundo Carrico (2011), iniciam em meados do século XVI e efetivam o controle da região durante os séculos XVII e primeiras décadas do século XVIII, por meio de explorações comerciais praticadas por aqueles e os povos nativos passando posteriormente ao domínio inglês. Ainda de acordo com Carrico (2011) apenas no período em que foi colônia holandesa houve incentivos para casamentos entre índios e colonizadores, mas a história colonial e pós-colonial apresenta que os diferentes grupos populacionais não foram incentivados a miscigenação, ao contrário as diferenças étnicas são bem delimitadas, inclusive com reflexos na condução política, econômica e administrativa do país.

No cenário contemporâneo guianense, segundo Relatório Nacional sobre Povos Indígenas e desenvolvimento produzido pelas Nações Unidas em 1994, a pobreza representa um grave problema ao qual grande parte dos indígenas está inserido. As comunidades indígenas na Guiana tem sido abandonadas principalmente pelos jovens, que emigram em busca de trabalho, principalmente nos países vizinhos, Brasil, Venezuela e Suriname, permanecendo nas comunidades os idosos, mulheres e crianças, principalmente.

Ainda segundo o citado relatório, a Guiana também desenvolveu uma política integracionista no período colonial e pós-colonial, com a doção de nomes e língua inglesa e a crescente dependência de mercadorias industrializadas.

Como se trata de uma nação multiétnica, com diferenças bem marcadas, os indígenas, chamados na Guiana de ameríndios, por serem nativos das Américas, vivenciam um cenário particular de luta por territórios e pelo reconhecimento de direitos específicos.

Breve panorama sobre o uso de identidades nacionais na fronteira

Segundo Baines (2013), os territórios indígenas da fronteira Brasil-Guiana estão inseridos no Eixo dos Escudos das Guianas. Os povos indígenas estão presentes em ambos os lados da fronteira e, além de pertencerem a grupos étnicos semelhantes, muitos fazem o uso da língua indígena como primeiro idioma nas comunidades fronteiriças. Esses povos mantêm costumes e tradições semelhantes nos dois países, inclusive com manifestações culturais comuns, ora no território indígena brasileiro, ora em território indígena guianense.

O trânsito de indígenas no que hoje se conhecem como fronteiras nacionais foram delimitadas em áreas de ocupação e uso histórico de indígenas, como explica Cardoso de Oliveira (2005, p. 9):

Onde quer que tenham sido delineadas, as fronteiras nas Américas sempre foram traçadas sobre terras e territórios indígenas e os índios, por sua vez, sempre se viram forçados a reconhecer seus contornos, bem como a se posicionar politicamente em seu interior. Além disso, o caráter de sistema presente nas áreas de fricção interétnica e nas áreas de fronteiras nacionais conferem uma unidade de comparação para pensar a realidade de índios e imigrantes enquanto minorias sociais.

Sobre as delimitações da fronteira Brasil-Guiana, Santilli (1994) afirma que após sua delimitação em 1904, o projeto oficial do Brasil para a região do Rio Branco, atual estado de Roraima, foi para além das questões de proteção militar e conformou-se, principalmente, como uma questão econômica o que gerou mais intensamente a ocupação dos territórios tradicionais de etnias dessa região por fazendeiros brasileiros, cujas violências motivaram os deslocamentos de indígenas do Brasil para a Guiana.

Outro evento histórico ocorrido próximo a essa fronteira, conhecido como a Revolta do Rupununi, ocorrida em janeiro de 1969 e protagonizada por fazendeiros guianense com apoio de indígenas opositores do regime do presidente da Guiana já independente, Forbes Burham, caracterizou, segundo Farage (1997), significativo processo de deslocamento, principalmente de indígenas da etnia Wapichana para a Venezuela e para aldeias do lado brasileiro da fronteira. Ainda segundo a autora, seguiram-se significantes fluxos populacionais para aldeias no Brasil. Estas situações históricas apresentam o panorama dos deslocamentos dos povos indígenas num espaço geográfico cujas fronteiras nacionais já haviam sido delimitadas pelos Estados nacionais no início do século XX.

É, portanto, no contexto de sobreposição de fronteiras étnicas e nacionais e consequentemente das demarcações de identidades nacionais que despontou o interesse por este tema de pesquisa, mais especificamente pelo contato com a expressão “Documentação Completa”, ouvida pela primeira vez pela estudante durante o IV Encontro de Indígenas de Fronteira, organizado pela Diocese de Roraima, ocorrido no período de 28 de fevereiro a 03 de março de 2013, em Boa Vista-RR. A expressão foi dita por uma liderança indígena representante da delegação de indígenas da Guiana, o qual expressou que muitos de seus parentes que vivem em comunidades indígenas guianenses, vizinhas das comunidades indígenas brasileiras, possuem o documento de identidade nacional da Guiana e o documento de identidade nacional do Brasil e que achavam bom ter a “Complete Document” já que podiam conseguir de um modo mais fácil o atendimento de saúde e aposentadoria no Brasil.

Ainda neste contexto é válido ressaltar, conforme Baines (2006), que os indígenas fronteiriços, para além de assumir a identidade indígena, seja por que pertencem ao mesmo grupo étnico seja porque falam a mesma língua indígena, e compartilham práticas culturais, também estão inseridos em um contexto internacional, conforme Cardoso de Oliveira (1997), isto é, são indígenas brasileiros ou indígenas guianenses, e também indígenas brasileiros-guianense, por entenderem que pertencem a esses dois territórios nacionais, por estarem lá antes da delimitação da fronteira nacional.

Neste bojo, a “Documentação Completa” pode ser entendida como resultado da busca pelo duplo registro (identidade civil) com fins de continuar transitando, sem maiores entraves, nas fronteiras nacionais, assim como para acessar as políticas indigenistas e os meios que viabilizem o acesso a bens e serviços que passaram a ser necessários em suas vidas, a partir do contato com a sociedade envolvente.

Situação semelhante ocorre entre os povos Guarani nas fronteiras do sul do país. Segundo Camandulli (2012), os grupos indígenas Guarani que historicamente ocupavam um amplo território que perpassava o que atualmente estão definidos como territórios do Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina e que, ao longo da história de contato e definição de territórios nacionais, tiveram seus territórios tradicionais fragmentados, atualmente, enfrentam problemas para transitar e manter seu modo de vida e práticas culturais em territórios nacionais distintos, com leis distintas. Paralela a esta situação está a crescente dependência das políticas governamentais dada a fragilização do modo de vida e a interferência dos governos nacionais. No entanto, conforme a autora, o acesso a essas políticas “está permeada por uma noção de cidadania que não reconhece quem vem de fora como portador de direitos” (CAMANDULLI, 2012 p. 23).

As dificuldades de subsistência nas áreas indígenas e a dependência por serviços e bens de consumo, podem ser consideradas grandes causadoras do trânsito de indígenas. Conforme já mencionado, para além do convívio cultural e familiar, o trânsito na fronteira tem sido, nos últimos anos, para os indígenas, meio para acessar a serviços básicos, como saúde e educação, bem como a oferta de trabalhos remunerados e acesso às políticas de distribuição de renda, que compõem um conjunto de políticas indigenistas brasileiras, como observado pelo pesquisador Baines (2004,2006) em suas pesquisas junto ao Macuxi e Wapichana na fronteira Brasil-Guiana.

Alinhavando as análises intentadas nesta pesquisa, quais sejam, a relação dos Estados nacionais por meio de políticas voltadas aos povos indígenas sobre o pressuposto de inseri-los nos contextos nacionais, porém deparando-se com realidades que envolvem povos que transitam em mais de uma fronteira nacional e portanto, demandam mais de uma identidade nacional. Neste intuito, pretende-se utilizar de debates sobre identidade observada em contextos de fronteira, conforme entendimento de Cardoso de Oliveira (2001):

“essas regiões de fronteira, em maior ou menor grau, abrigam sistemas de interação não só entre nacionalidades e etnias extremamente variadas, e não apenas indígenas, (...), mas também entre contingentes populacionais massivamente representados por imigrantes de diferentes nacionalidades”. (OLIVEIRA, 2001, p. 16)

Neste sentido, a priori, entende-se que o processo de mobilidade nas fronteiras é real e contínuo, ou seja, ao transitar entre comunidades por mais que perpassadas por uma fronteira nacional, o indígena não perde sua identidade étnica, mas talvez a esteja fortalecendo e adaptando-a às relações de poder e controle do Estado, por meio da adoção de identidades nacionais distintas.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BAINES, Stephen G. Povos indígenas na fronteira Brasil-Guiana e os megaprojetos de integração econômica. In: Fronteiras/Artigos. **Revista Ciência e Cultura**. São Paulo. Vol. 65 - nº 1. Jan/2013.

_____. **Os índios Makuxi e Wapichana e suas relações com estados nacionais na fronteira Brasil - Guiana**. Brasília: Departamento de Antropologia, UnB, 2003.

_____. A fronteira Brasil-Guiana a partir de perspectivas dos índios Macuxi e Wapichana. In: ROCHA, Leandro Mendes. (org). **Etnicidade e nação**. Goiânia: Cânone Editorial, 2006.

BRASIL, Constituição Federal de 1988, do. In: SILVA, Luis Fernando Villares e. (Org). **Coletânea de legislação Indigenista brasileira**. Brasília: CGDTI/FUNAI, 2008, pp. 818.

BRASIL. **Fundação Nacional do Índio. Política Indigenista**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/politicaindigenista>. Acessado em: 21/06/2014.

CARRICO, Christopher. A relação entre Akawaio e Europeus durante o período colonial Holandês na Guiana. In: Dos Caminhos Históricos aos processos culturais entre Brasil e Guiana. Reginaldo Gomes de Oliveira e Melissa Iffil (Org). Boa Vista: EDUFRR, 2011.

COMANDULLI, Carolina Schneider. Mobilidade, Identidade e Acesso a Direitos: os povos Guarani e as fronteiras. In: Revista Eletrônica Nanduty. PPGAnt- Programa de Pós-Graduação em Antropologia. UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados. V. 1 - n. 1. Jul./Dez. de 2012.

FARAGE, Nádia. **As Muralhas dos Sertões: os Povos Indígenas do Rio Branco e a Colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. **As flores da fala: práticas retóricas entre os Wapichana**. 1997. Tese (Doutorado em Estudos Comparados em Literatura de língua Portuguesa) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997.

FRENCH, John D. e MORNER, Magnus. Comparative. Approaches to Latin American History. In: **Latin American Research Review**. Volume 17, número 3, 1982.

GUYANA. Ministry of Amerindian Affairs. Disponível em: <http://www.amerindian.gov.gy>. Acessado em: 21/06/2014.

IBGE. Censo Demográfico de 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em 21/06/2014.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Um cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petropolis: Vozes. 1995.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Cidadania e globalização: povos indígenas e a agências multilaterais. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre. Ano 6 - nº 14, nov/2000, pp. 125-141.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

_____. Os (des)caminhos da identidade. In: **Revista brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15. Nº 42, p. 7-21, fevereiro/2000.

_____. Viscitudes del “concepto” em América Latina. In Miguel León Portilla (coordinador). **Motivos de la Antropología Americanista. Indagaciones en la Diferencia**. México: Fondo de Cultura Económica, 2001. (p. 73-86).

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de e BAINES, Stephen Grant. (orgs) **Nacionalidade e etnicidade em fronteiras**. Brasília: UnB, 2005.

SANTILLI, Paulo. **Fronteiras da República: história e política entre os Macuxi no vale do Rio Branco**. São Paulo: NHII-USP; FAPESP, 1994.

_____. **Pemongon Patá: território Macuxi, rotas de conflito**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

_____. Os (des)caminhos da identidade. In: **Revista brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 15 - nº 42, fevereiro/2000, pp. 7-21.

OTCA. República Cooperativista da Guiana. Disponível em: http://www.otca.info/portal/admin/upload/paises/pdf/Guyana_pt.pdf . Acessado em: 25/04/2014.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª ed., 1995.

SILVA, Cristhian Teófilo. Indigenismo como ideologia e prática de dominação: Aparentamentos teóricos para uma etnografia do indigenismo latino americano em perspectiva comparada. In: **Latin American Research Review**. Volume 47, número 1, 2012.

SPRANDEL, Marcia Anita. Breve genealogia sobre os estudos de fronteira no Brasil. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto e BAINES, Estephen Grant. (orgs) **Nacionalidade e etnicidade em fronteiras**. Brasília: UnB, 2005. (Coleção Américas).

United Nations Development Programme, Country Office: Guyana. **National Report on Indigenous Peoples and development**, by Mr. Jorg Vereecke, UNDP - Associate Expert on Indigenous People. December 1994. Disponível: <http://www.hartford-hwp.com/archives/41/318.html>. Acessado em: 22/07/2014.

COMÉRCIO FORMIGA FRONTEIRIÇO: UMA VISÃO AMPLIADA

1. Introdução

As fronteiras brasileiras sempre foram alvos de pessoas que atravessam esses locais de um lado para o outro, com o intuito buscarem mercadorias para serem vendidas do lado de cá, essas pessoas então promovem o comércio formiga. Tal denominação se deu pelo fato de ser praticado por pessoas comuns que buscam produtos em pequenas quantidades para revenderem em seu país de origem com preços mais baixo que o praticado no comércio local.

A revisão integrativa será a base para os procedimentos metodológicos, com os levantamentos bibliográficos de dezessete autores que discutem o tema em âmbito local como Magalhães (2007), em território nacional como Dorfman (2009) e ainda autores internacionais Tarrius *apud* Teles (2009). A ideia então deste artigo é promover, embasado nesses autores entre outros, um conceito amplo do termo comércio formiga.

O artigo foi construído em oito seções, de maneira, que a primeira trata do conceito e estrutura da revisão integrativa, dando uma nova visão para o comércio formiga fronteiriço. Na segunda seção serão abordados os atores sociais e sua inserção no espaço geográfico.

Tendo esta localização bem compreendida será então o momento de discutir as classificações deste tipo de comércio. Neste sentido será feito uma abordagem com o intuito de situar o leitor com uma visão ampliada, introduzindo então o comércio formiga como um dos elementos que contribui com a economia subterrânea.

O objetivo geral do artigo em tela busca fazer um levantamento teórico de como vem sendo tratado o termo comércio formiga ao longo dos anos pela academia, sendo necessário com isso, um estudo ampliado do funcionamento deste tipo

* Universidade Federal de Roraima. Email: max.ferreira@ufrr.br

de comércio fronteiro. Os objetivos específicos visam classificar este tipo de comércio, seus atores sociais, identificando esses no espaço de atuação e a sua relação com o as regiões fronteiriças.

Sendo assim, interessa investigar como vem sendo tratado o comércio formiga fronteiro nos textos acadêmicos e como é sua relação com o espaço geográfico? Uma vez que este espaço vem sendo modificado com a presença destes atores sociais.

Os Difusores como serão chamados neste artigo aparecem no texto como aquele que atravessa a fronteira em busca de adquirir os produtos, bem como os comerciantes do lado de cá e as famílias que compram esses tipos de produtos. Nesta linha como elementos para conter a entrada desses produtos surgem os contentores classificados aqui como aqueles que fiscalizam e contém a entrada deste tipo de produto no país.

1.1. *Revisão Integrativa Sobre o Comércio Formiga*

Para realização e o levantamento dos marcos teórico optou-se pela revisão integrativa, que é um método específico, que resume o passado da literatura, com o objetivo de traçar uma análise sobre o conhecimento já construído em pesquisas anteriores sobre um determinado tema (WHITTEMORE e KNAFL, 2005).

Muito comum nas ciências da saúde este tipo de pesquisa tem como objetivo fornecer uma compreensão mais abrangente de um fenômeno particular, possibilitando um estudo amplo acerca do tema pesquisado (BROOME, 2000), este tipo de análise trata sobre um determinado objeto conforme a ótica de diferentes autores e em distintos momentos (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

No processo de revisão de textos acadêmicos é necessária a elaboração de um resumo pautado em diversos tópicos, capaz de criar uma grande capacidade de assimilação do assunto estudado. A revisão da literatura é um passo importante para a elaboração do conhecimento, pois é com ele que todo o processo de criação de novas teorias surge, criando procedência para o surgimento de novas fontes de pesquisa em determinado assunto.

Com isso o termo “integrativa” tem o objetivo de dar um ponto de partida na integração de opiniões, conceitos ou ideias provenientes das pesquisas utilizadas no método. O método de revisão integrativa orienta a inclusão de estudos que adotam diversas metodologias.

Segundo Mendes, Silveira e Galvão (2008) para se elaborar uma revisão integrativa relevante é necessário que as etapas a serem seguidas sejam claramente descritas. Para os autores, o processo de elaboração da revisão integrativa encontra-se bem definido na literatura.

Figura 1: Etapas para a elaboração da Revisão Integrativa

E T A P A S	1 ^a	Identificar o tema e selecionar a hipótese ou questão que será abordada na pesquisa;
	2 ^a	Estabelecer os critérios de inclusão e exclusão de estudos/amostragem ou busca na literatura, definir as bases de dados e realizar a seleção dos estudos;
	3 ^a	Definir as informações a ser extraídas dos estudos que serão selecionados;
	4 ^a	Avaliar os estudos que serão incluídos na revisão integrativa;
	5 ^a	Interpretar os resultados
	6 ^a	Apresentar a revisão/síntese do conhecimento, onde deve ser construído um resumo de evidências.

Fonte: Coutinho e Senhoras. 2013.

Para esta pesquisa, a revisão da literatura foi focada no tema comércio formiga como questão norteadora. Nesse sentido, foram realizadas pesquisas nos sítios do Google Acadêmico, com os termos “*ant-trade*” e “*comercio hormiga*” e periódicos da Capes. Para realização da busca foram utilizadas as seguintes palavras chaves: “Comércio Formiga”; “Contrabando Formiga” e “Sacoleiros”.

Como critérios de inclusão consideraram-se os seguintes: produções científicas publicadas nos últimos vinte anos (1994 a 2014), em língua portuguesa, língua espanhola e língua inglesa disponíveis na íntegra em formato de Artigo científico ou de monografia, além de ter sido citada pelo menos cinco vezes em outros Artigos.

Seguindo estes critérios foram localizadas de início 8.030 produções no total. Depois do refinamento, foi feita a leitura de 46 artigos. Destes, 17 produções foram relevantes, visto que atenderam aos critérios de inclusão. Assim sendo, se efetuou a leitura do trabalho na íntegra, utilizando-os para constituir as discussões deste trabalho.

Quadro 1: Aspectos do Comércio Formiga

Variáveis identificadas	%	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]
Regiões Fronteiriças	53		■		■	■	■	■		■	■	■				■		
Pequenas Quantidades	48			■	■		■		■		■	■	■			■		
Contrabando	35			■	■	■			■				■		■			
Intercâmbio Comercial	35		■			■		■		■							■	■
Comércio de Subsistência	24				■			■		■	■							
Sacoleiros	18	■												■		■		
Vendedores Ambulantes	12														■			■
Economia Ilegal	12					■												■
Drogas	6						■											■
Produtos Piratas	6																	■
Tráfico Formiga	6						■											

Fonte: Elaboração própria, baseado em [1] Carneiro Filho (2012); [2] Catta (2005); [3] Costa (2010); [4] Dorfman (2009) [5] Ferreira (2005); [6] Germelli (2013); [7] Gomes (2011); [8] Houais (2001); [9] Magalhães (2007); [10] Mota (2012); [11] Oliveira e Campos (2011); [12] Parra (2010); [13] Procópio (2013); [14] Sanchez (2002); [15] Sandroni (1999); [16] Senhoras (2013); [17] Taurius (2009).

A partir dos textos selecionados foi possível perceber que o conceito de Comércio Formiga não é único, sendo que vários termos são recorrentes, o objetivo desta revisão integrativa foi analisar esses termos e buscar ainda um conceito para o termo que esta sendo estudado.

Com isso, foi feita a opção de dar enfoque nos aspectos do conceito de comércio formiga que cada artigo tratava como se pode visualizar no quadro seguinte. A porcentagem foi feita com base na quantidade de artigos selecionados para o estudo e os aspectos foram listados em ordem decrescente de porcentagem.

Com base na leitura dos artigos previamente identificados, foi verificada que o termo é citado diversas vezes, todavia, é notório existir uma acentuada diferença interpretativa, a qual não se resume pela diferença do termo comércio formiga, contrabando formiga ou sacoleiro, na verdade o que se vê nos textos extraídos é que existe uma diferença de conceitos.

Com base nos aspectos mais citados, pode-se dizer que o comércio formiga tem como principais características ser praticado em regiões fronteiriças, em pequenas quantidades, com o objetivo de obter um intercâmbio comercial com a característica de um comércio de subsistência.

Dependendo do tipo de material transportado pelo comerciante formiga o termo ganha o aspecto ilegal quando existe a incidência de contrabando, tráfico de drogas, animais e pessoas, ou ainda, quando o mesmo pratica o crime de contrabando, contrafação ou descaminho.

Registra-se ainda a incidência de comércio formiga quando pessoas com o interesse de realizar o intercambio comercial atravessam a fronteira e trazem produtos em pequenas quantidades para revenderem como vendedores ambulantes ou sacoleiros nos seus locais de origem.

Definidos os parâmetros do comércio formiga a partir da revisão integrativa, devem-se analisados os atores sociais no comércio formiga. Neste sentido é necessário entender a participação dos atores sociais difusores e contentores desta modalidade e, ainda, os espaços que estão inseridos. Nestes locais formam verdadeiras redes e esses fluxos e fixos modificam a paisagem daquela localidade fronteira.

1.1.1. *Dos Atores Sociais*

Ao chamar este assunto para discussão é preciso lembrar que todos os conceitos estudados e discutidos aqui nesta seção, são amplamente praticados nas regiões fronteiriças por esses atores sociais conhecidos aqui como difusores e contentores do comércio formiga. No entanto a academia, não se propõe a estudar este problema social de forma conjunta estudando este fenômeno isolado de forma regional e indiretamente.

Neste âmbito, surge a *tradição inventada*, definida por Hobsbawn e Ranger (1997) como um conjunto de práticas, reguladas normalmente por regras aceitas abertamente ou de forma tácita. Tais práticas visam absorver valores e normas de comportamento através de repetição, o que implica numa continuidade do passado haja vista que conhecemos nossas raízes a partir da distinção daquilo que nos une e nos separa.

As regiões fronteiriças por sua vez é o cenário que esses dois atores sociais interagem difusores e contentores. Estas regiões modificam se de acordo com o fluxo dessas pessoas seguindo o movimento de ida e vinda dos difusores de um lado para o outro dentro da fronteira e conseqüentemente os contentores desenvolvem ações e métodos para conter este avanço prevalecendo o interesse do estado.

Os atores sociais difusores do comércio formiga serão nesta pesquisa denominados como os que levam e trazem as mercadorias e serviços para um lado da fronteira podendo ser este denominado como o sujeito ativo do comércio formiga fronteira. O transporte de mercadoria dar-se-á de diversos modos, sendo legal ou

ilegal, as características deste tipo de comércio, a criatividade em transportar estes produtos até o seu destino final são marcas únicas destes difusores.

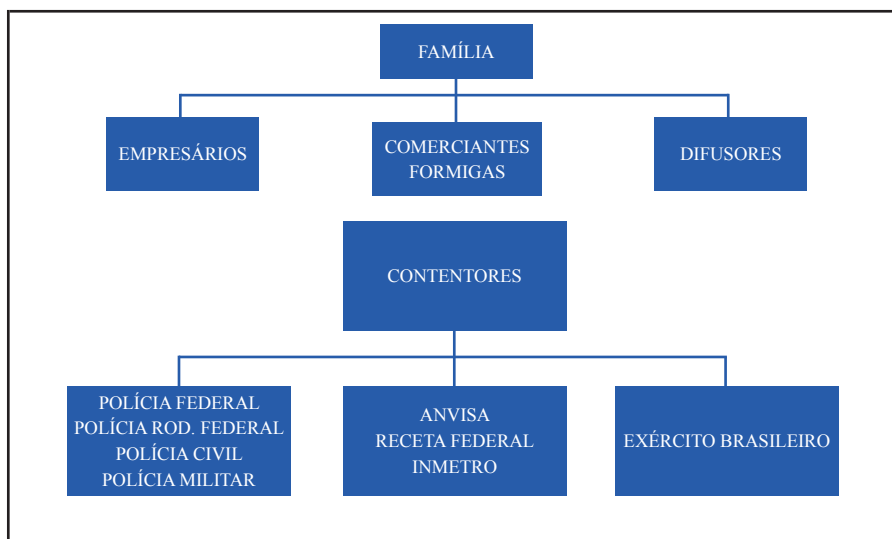
É preciso com isso, separar e classificar estes atores sociais como comerciante formiga legal, comerciante formiga aparentemente legal ou ainda comerciante formiga ilegal. Esta divisão é importante para o entendimento deste tipo de comércio levando com isso a entender o espaço que está inserido estes atores, ora sendo legal, ora sendo ilegal.

O sujeito passivo do comércio formiga ilegal ou aparentemente legal são pessoas da sociedade em geral que se utilizam da mercadoria para consumo ou ainda para revender em supermercados e comércios em geral. Neste ponto pode se citar desde o cidadão que adquire as mercadorias em feiras livres ou em bancas de comércio informal conhecidos no Brasil como camelô.

Para fugir das altas taxas tributárias e aumentarem ainda mais seu faturamento é comum ser noticiado na mídia nacional que empresários de diversos ramos do comércio em geral comercializam produtos sem nota fiscal. Esta medida pode fomentar o comércio formiga aparentemente legal ou ilegal já que muitos destes empresários encomendam mercadorias para aquele que atravessa a fronteira ficando então este responsável por entregar a mercadoria para os empresários.

Como forma de combate a estes tipos de ilícitos no território nacional o governo brasileiro investe em melhorias nos órgãos de controle e fiscalização fronteiriços conhecidos e denominados nesta pesquisa como atores contentores do comércio formiga. Estes atores estão divididos nas três esferas do poder público, sendo estes, municipal, estadual e federal interagindo entre si e formando um sistema.

Quadro 3: Atores Sociais Comércio Formiga



Fonte: Elaboração Própria

Nesta tensa relação de interação entre os difusores e contentores surge a importância de se discutir o espaço em que estão inseridos. A demanda em discutir a relação dos atores nestes espaços de inserção a partir de sistemas de fixos e fluxos traz a importância de fazer uma análise geográfica no sistema de redes e nós.

Para esta pesquisa os elementos difusores serão tratados como fluxos e os elementos contentores serão tratados como fixos. Com isso os difusores do comércio formiga são fluxos, podendo ser estes, fixos quando os empresários que compram os produtos e vendem em seus comércios, assim são considerados contentores, as forças armadas, as polícias, enfim, todo o aparato governamental para combate é fixo

Importante salientar que o comércio formiga cria uma dinamização espacial na fronteira que pode ser observado dentro de um sistema articulado de um ponto de fixos e fluxos que será discutido

1.1.2. *Dos espaços de inserção*

Uma cidade não é apenas uma área onde existe uma aglomeração de habitante, nem vive apenas em função dos contingentes populacionais que nela trabalham, vivem, estudam e se divertem. Uma cidade é, sobretudo, um centro de relações de

pessoas de outras áreas – do campo- e de outras cidades- e que vêm para ela a fim de adquirir bens expostos à comercialização e usar serviços que nela são fornecidos.

Nesta perspectiva entra a ideia de explorar o assunto nesta pesquisa com o objetivo de identificar quem são os fluxos e os fixos e como eles interagem entre si dentro de um espaço geográfico urbano. Ainda nesta linha se fará um estudo dos elementos contentores e difusores da prática de comércio formiga.

Os fluxos e fixos são os aspectos naturais, criados a partir de uma característica do dia-a-dia das sociedades, seus modos de vida e suas formações sociais. Segundo Santos (1997) fixos e fluxos são influenciados entre si. Os fixos têm características econômicas, sociais, culturais, religiosas, podendo ser lugares, coisas ou objetos, exemplo: igreja, clube, supermercado, casas, repartições públicas e etc.. Os fluxos são homens, produtos, ordens, ideias, etc.

Já os Fluxos podem ser entendidos como a circulação dos atores sociais que interagem entre os fixos ou os próprios fluxos. Por exemplo, difusores do comércio formiga, que atravessam as fronteiras em busca de adquirir produtos para consumo próprio, obedecendo as leis aduaneiras. Neste caso temos os fluxos que são os difusores interagindo com os fixos, o comércio do outro lado da fronteira.

Mas temos aqueles elementos difusores do comércio formiga que podem ser fixos como no caso de comerciantes formigas que se fixam em um local para vender seus produtos, se tornando parte fixa naquela localidade. Esses comerciantes no momento que se fixam montando barracas, tendas ou até mesmo bancas são considerados fixos e quando vão até as áreas fronteiriças para adquirir seus produtos deixam de ser fixos e passam a ser fluxos.

Portanto pode ser entendido que os fluxos podem vir a ser fixos e os fixos podem vir a serem fluxos conforme demonstrado na figura abaixo,

Quadro 04: Comércio Formiga como Fixo e Fluxo



Fonte: Elaboração Própria

Após estas discussões é importante entender que o comércio formiga foi abordado neste capítulo de várias formas, em visões que até então não explorada pela academia, mas não cabe aqui, um esgotamento do assunto, que poderá ser estendido para outras pesquisas ou até mesmo em trabalhos futuros com a discussão em outras vertentes não abordadas nesta pesquisa.

1.2. Comércio Formiga

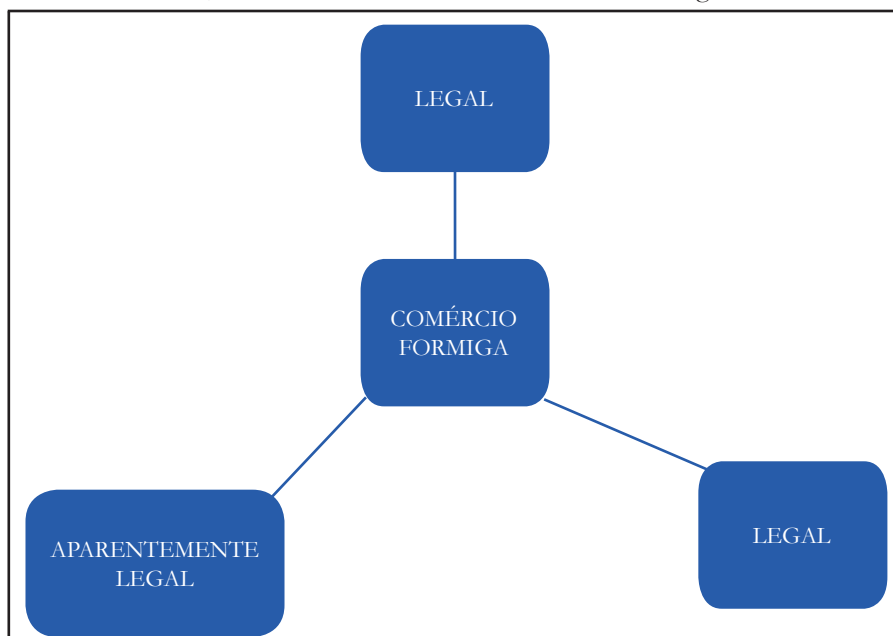
Após discutir os atores sociais, classificá-los e, ainda, inseri-lo no espaço em que estão localizados, é preciso então entender o fenômeno que estes atores estão inseridos. Neste sentido surge a proposta de estudar o termo comércio formiga. Para aprofundar o tema é preciso discutir a legalidade, a aparente legalidade e a ilegalidade dessa prática.

A prática de atravessar a fronteira em busca de produtos de outros países é muito comum, ao adquirir esses produtos, o cidadão que obedece a legislação e a cota estipulada pela Receita Federal não incidindo na prática de crimes como desca-minho, contrabando, e contrafação o faz de forma legal.

Em inglês o termo ficou conhecido como “*ant trade*” e em espanhol como “*co-mercio hormiga*”. As pessoas que praticam esse tipo de comércio atuam em ambiente fronteiriço entre países, esses atores, são responsáveis por atravessar produtos de forma legal ou ilegal nas faixas de fronteiras.

Não se tem conhecimento de pesquisas com o enfoque e conceituação do termo comércio formiga. O termo em questão aparece em algumas pesquisas com o enfoque voltado para explicar as relações e o trânsito de pessoas nas fronteiras. Neste sentido torna-se importante discutir a incidência do comércio formiga em três vieses: o comércio formiga legal, o comércio formiga ilegal e o comércio formiga aparentemente legal.

Quadro 5: Modalidades do Comércio Formiga



Fonte: Elaboração Própria

Essa classificação foi aqui criada com o objetivo de separar os tipos desse comércio com o propósito de tornar mais claro ao leitor o entendimento quanto a prática desta modalidade. O fenômeno do comércio formiga é complexo, portanto, para apreender dentro de uma perspectiva racional se faz necessário determinados recortes de simplificação analítica do fenômeno.

1.2.1.1. *Comércio Formiga Legal*

Iniciando então a discussão em torno do comércio formiga legal podemos entender que esta prática está voltada para aquele cidadão que atravessa a fronteira em busca de obter mercadoria para consumo próprio. Esta definição é bastante complexa e com o objetivo de criar uma discussão em torno do tema faz-se oportuno aqui trazer alguns aspectos relevantes abordados em outras pesquisas.

Iniciando a discussão é importante citar Magalhães (2007) quando orienta que o comércio formiga funciona como uma forma cotidiana de intercâmbio comercial, quando os atores sociais abastecem-se de produtos da dieta básica, este fenômeno ocorre entre as localidades limítrofes. Neste sentido é importante salientar que este tipo de movimentação é caracterizado por ser um comércio incipiente.

Dentro da perspectiva de Magalhães (2007), e da revisão integrativa pode-se entender que as palavras Regiões Fronteiriças, Intercâmbio Comercial e Comércio de Subsistência foram citadas por ela, como também foram citadas por outros autores. Neste sentido faz necessário entender que o comércio formiga legal se utiliza dessas três características para ser reconhecido.

A palavra informal também é citada para explicar este tipo de comércio. Seguindo o mesmo entendimento pode-se citar Gomes (2011) que nos orienta que nas regiões fronteiriças, esta modalidade se caracteriza, por um intercâmbio comercial, de forma incipiente e informal.

Veja que a palavra informal entra no conceito até então não citado por outro autor. A palavra então ganha o contorno de ser um comércio sem formalidade, deixando a entender que seria um comércio de idas e vindas, sem a obrigatoriedade de apresentação de documentação na entrada ou saída dessas regiões fronteiriças.

Outro ponto que começa a ser discutido aqui é a entrada e saída de produtos de um lado para o outro da fronteira. Este trânsito de pessoas foi percebido por diversos autores que em suas inquietações perceberam que essa também seria uma característica a ser adicionada ao conceito de comércio formiga. Para isso destacam-se dois trabalhos.

A movimentação desses atores sociais nas fronteiras indo e vindo é a característica primordial para Catta (2005) que indica essa movimentação e se propõem indo mais adiante ao classificar o comércio formiga como “gente que busca e leva os produtos de um lado para o outro da fronteira”.

Para ele as autoridades locais e os órgãos de repressão no cotidiano da fronteira, não conseguiram dar conta da tarefa de controlar àquela multidão, composta de tra-

balhadores informais, sem carteira assinada, desempregados em busca de ocupação que pudesse render o mínimo para sua sobrevivência.

Neste sentido se faz necessário introduzir o viés do comércio formiga aparentemente legal, modalidade esta, que se configura como pessoas que atravessam a fronteira em busca de produtos e revendem em seus locais de origem sem o pagamento dos impostos alfandegários, acarretando com isso, uma série de problemas de ordem econômica e social para o Estado.

1.2.1.2. *Comércio Formiga Aparentemente Legal*

Em diversas cidades brasileiras que faz divisa com outros países é bastante comum ver este tipo de comércio, pessoas carregando bagagens com produtos oriundos dessas localidades. Na fronteira do Rio Grande do Sul mais precisamente na cidade de Santana do Livramento com a cidade de Rivera no Uruguai surge o termo *bagayo* que segundo Dorfman (2009) o termo é usado para definir o contrabando formiga sendo esse surgindo como um entendimento local.

Para explicar melhor a origem do termo, o dicionário de espanhol *online* Michaelis, a tradução para o português da palavra *bagayo* significa pacote, bagagem, fardo, conjunto de objetos roubados ou ainda contrabando de pequena escala. Podendo surgir daí a origem do termo para denominar aquelas pessoas que atravessam a fronteira destas cidades-gêmeas em busca de produtos.

Seguindo a mesma linha de interpretação temos Mota (2011) que em sua pesquisa orienta que o comércio formiga é “realizado por aqueles que adquirem uma quantidade média de produtos para comercializá-los em uma área próxima à linha de fronteira, atividade que, na maioria das vezes, é desempenhada como forma de sobrevivência”.

O comércio formiga aparentemente legal pode se apresentar em uma visão negativa para o Estado, neste sentido, os produtos comprados de um lado com preços mais baixos que o praticado no outro lado pode ser a causa de problemas como alta na inflação, vazamento de renda e diminuição no recolhimento de tributos.

O vazamento de renda pode ser encarado quando as famílias recebem seus recursos financeiros e os mesmos não são gastos no país de origem, sendo esses gastos em outras localidades causando com isso a escassez monetária no país de origem. Esse problema tem causado crises mundiais e na região amazônica não é diferente.

Conforme Senhoras (2013) o autor entende que as Áreas de Livre Comércio foram criadas para promover o desenvolvimento das cidades amazônicas com isso

o autor denomina esses vazamentos de renda de brasileiros que facilmente têm trânsito de compra nas cidades fronteiriças dos países vizinhos (Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia).

Esse fenômeno ainda pode se agravar nestas regiões devido a geração de empregos no outro lado da fronteira e o vazamento de renda nacional (efeito diametralmente oposto ao desejado).

Este intercâmbio comercial acontece segundo o autor em grande parte da faixa de fronteira brasileira atraindo para os centros comerciais das cidades-gêmeas de países vizinhos, que possuem na maioria das vezes uma falta de legislação que assegure segurança para a classe trabalhadora, câmbio desvalorizado e menor incidência tributária.

Outro fator que afeta negativamente o aparelho estatal é a queda na arrecadação fiscal sendo esse um dos principais impactos socioeconômicos gerados pelo comércio formiga aparentemente legal. A queda na arrecadação fiscal de acordo com Medeiros (2005) reflete na menor aplicabilidade de investimento na sociedade, como na educação e saúde, contribuindo ainda mais para um déficit maior nas contas públicas.

Ao discutir o comércio formiga é importante mencionar que o termo sacoleiro é comumente conhecido na linguagem cotidiana, onde se titulam aquelas pessoas que vendem produtos de “porta em porta” em repartições públicas, casas ou até mesmo parados na rua com suas mercadorias sendo expostas ao chão em cima de lonas.

Seguindo este mesmo raciocínio o termo também é utilizado para aquelas pessoas que se deslocam de seu domicílio com o objetivo de comprar produtos em outras localidades para revenderem em seus locais de origem. De difícil conceituação o termo sacoleiro vem sendo empregado em artigos científicos de diversas formas onde autores divergem dos conceitos.

Para conceituar estes atores sociais que transitam nas localidades fronteiriças popularmente chamado de sacoleiro é preciso levar em conta o que diz Ferreira (2005) que afirma em seu dicionário que sacoleiro é o “vendedor ambulante que leva sua mercadoria ao local de trabalho ou à casa do cliente”.

Já no dicionário Houaiss (2004) este termo é mencionado como “pequeno comerciante que traz objeto do exterior, de outro estado ou cidade para revender e porta em porta ou em locais de trabalho”.

Podemos entender que um conceito complementa o outro, mas não se igualam em definição. Comerciante ambulante, pequeno comerciante podem ser comparados com comerciante formiga. O termo sacoleiro aparece em pesquisas científicas

relacionadas à tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina destacando os indivíduos que atravessam essas fronteiras em busca de comprar produtos para revender no Brasil em sacolas.

Com toda esta discussão sendo feita, não pode ser esquecido o viés do comércio formiga ilegal. Esta modalidade é praticada por aqueles atores sociais que sobrevivem deste tipo de comércio indo e vindo de um lado para o outro em regiões fronteiriças trazendo ou levando mercadorias ou produtos ou até praticando serviços não regulamentados pela legislação, sendo produto oriundo do descaminho, contrabando ou contrafação ou até mesmo drogas.

1.2.1.3. *Comércio Formiga Ilegal*

Ao discutir este tópico é preciso ampliar o raciocínio para a discussão que vem sendo proposta nesta pesquisa e com isso, deixar de pensar no comércio formiga como uma forma ingênua de comercializar produtos. Nos artigos científicos esta modalidade vem sendo chamada pelos autores de contrabando formiga ou tráfico formiga.

Já pesquisadores como Tarrus apud Telles (2009) definem esses atores sociais como “populações itinerantes que operam em redes mais ou menos extensas, seguindo os laços familiares e de proximidade, ancoradas nas várias cidades e localidades por onde passam pessoas e produtos”.

Sobre a ilegalidade do comércio formiga outro difusor mencionado são os atravessadores que recebem a mercadoria com o intuito de repassar para outros mercados. Segundo Ferreira (2009) “existe a economia ilegal de fronteira, com os atravessadores, que promovem o chamado contrabando formiga”. Neste ponto o autor chama a atenção para o contrabando sendo este crime tipificado no Código Penal Brasileiro.

A participação de empresários estabelecidos em comércios legalizados, contratando pessoas para irem até o outro lado da fronteira buscar esses produtos para revenderem em seus comércios são destacados por Peraldi apud Telles (2009) que segundo ele, comerciantes bem estabelecidos nos entrepostos comerciais, algo como atacadistas que mobilizam as “formigas” para o abastecimento dos produtos que serão, depois, negociados em outros locais.

O Tráfico formiga também ganha destaque quando o assunto é drogas ilícitas. Os traficantes então utilizam pessoas para atravessar as fronteiras com drogas armazenadas em seus corpos. Segundo Gemelli (2013) que demonstra em seu traba-

lho, indivíduos levando pequenas quantidades de drogas escondidas no corpo, num movimento de ida e vinda entre as fronteiras. Daí a expressão formiga classifica o autor.

Procópio em seu texto intitulado “A Integração Continental pelo Narcotráfico” faz um relato minucioso dos ilícitos ocorrido na fronteira Brasil e Paraguai. O assunto em questão não se trata de tema novo no cenário fronteiriço. Segundo Procópio (1999) a “tradição de contravenção neste cenário está completando quase meio século de existência”.

Segundo ele nas épocas de grandes feriados nacionais, festa Natalina, Semana Santa, ou ainda, quando o valor da moeda local está maior que a do outro país, o volume de pessoas que costumam transitar por essas áreas fronteiriças se torna intenso, levando a impossibilidade de haver uma fiscalização mais eficiente dos órgãos.

Segundo ainda Procópio (1999) as fronteiras internacionais atraem pessoas com o interesse de comercializar ou atravessar drogas e tudo isso começou segundo ele, de forma “inocente” com a travessia de substâncias como álcool e nicotina vinda dos Estados Unidos.

Diante do que foi exposto nesta seção, pode se entender que a prática do Comércio Formiga Legal, Aparentemente Legal e o Ilegal podem ter características muito próximas uma da outra, apenas concorrendo entre elas o tipo de produto a ser comercializado ou ainda o propósito a ser praticado pelo comerciante formiga.

1.3. *A Relação entre o Comércio Formiga e a Economia Subterrânea*

O comércio formiga por ser dinamizado com alto grau de descentralização dos atores, sob a perspectiva dos negócios empreendidos por pessoas físicas ou jurídicas, ele acaba impactando nos locais de origem desses atores em atividades da economia informal.

A relação entre o comércio formiga e a economia informal é fluídica, uma vez que pode se observar pelo caráter dinâmico dessas atividades. A agilidade dos agentes sociais para se adequar as mudanças da legislação, ao próprio sistema de regulação, bem como, as sanções adotadas pelas autoridades responsáveis criam diferentes atrativos para as atividades da economia submersa, como causa do seu próprio comportamento dinâmico. (SCHNEIDER e ENSTE. 2000. p. 85)

Neste sentido também é correto afirmar que o aumento da economia informal reflete no aumento do comércio formiga. Isto devido o fato de que quando maior for o poder de compra dos brasileiros, esses então seguem em busca de produtos

e serviços nas áreas de fronteiras. Por outro lado, quando menor for a economia informal menor será também o comércio formiga fronteiriço.

Fazendo agora a relação comércio formiga e formalização do emprego pode se afirmar que quanto maior formalização do emprego menor é a economia subterrânea naquele local. Porém, é preciso aqui inserir a ideia que em cidades de fronteira uma menor economia subterrânea não necessariamente significa que menor será o comércio formiga.

Na tentativa de diminuir a informalidade e a economia informal o governo brasileiro cria o Microempreendedor Individual. Neste sentido, houve um grande aumento de pessoas que estavam na informalidade passaram a ser inscritas como pessoas jurídicas. Atores sociais como cabelereiros, manicures, entre outros, se deslocam até as cidades fronteiriças para comprar produtos mais baratos para serem utilizados em seus serviços, aumentando a sua margem de lucro e, com isso, pode ter acontecido o aumento do comércio formiga.

Por outro lado quanto menor a formalização do emprego maior será a economia subterrânea. Nesta situação é clara a pressão para aumento do comércio formiga a fim de subsidiar os negócios informais, uma vez, que as pessoas desempregadas precisam obter uma fonte de renda, neste sentido comprar e vender produtos em regiões fronteiriças se torna uma grande oportunidade para estes atores difusores aumentarem a incidência do comércio formiga.

2. Referências Bibliográficas

BROOME, M. E. Integrative literature reviews for the development of concepts. In: RODGERS, B.; KNAFL, K. A. (eds). **Concept development in nursing: foundations, techniques and applications**. Philadelphia: W.B Saunders Company, 2000.

CARACTERIZAÇÃO e tendências da rede urbana do Brasil. Brasília: IPEA; Rio de Janeiro: IBGE; Campinas: UNICAMP/IE/NESUR, 1999. 2v. (Coleção pesquisas, 3).

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Tradução Roneide Venancio Majer. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CATTA, L. E. **Sobreviver é preciso: pobre a e estratégia de sobrevivência em uma cidade de fronteira**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM. Disponível em < <http://anpuh.org/anais/?p=14578>. Acessado e 11 de dezembro de 2013.

COSTA, G. **Pobres pagam mais impostos no Brasil. Agência Brasil.** Folha de Al-phaville Online, maio 2009. Disponível em: <<http://www.folhadealphaville.com.br/artigo/?id=6565>>. Acesso em: 28 abr. 2010.

CORRÊA. R.L. **Estudos Sobre a Rede Urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006.

Dicionário online Michaelis http://michaelis.uol.com.br/escolar/espanhol/definicao/espanholportugues/bagayo_16700.html

DORFMAN. A. **Contrabandistas na Fronteira Gaúcha:** Escalas Geográficas e Representações Textuais. 2009. Tese (Doutorado Programa de Pós Graduação em Geografia) Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina.

FERREIRA. A.B.H. **Dicionário Aurélio:** Dicionário Escolar da Língua Portuguesa. Curitiba. Ed. Positivo. 2005

FERREIRA, A. C. **Interações na fronteira Brasil-Uruguai:** um estudo de caso das cidades de Jaguarão-RS (Brasil) e Ríó Branco (Uruguai). Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 4, n. 37, Rio, 2009.

FILHO. F. G. **A Paradiplomacia Subnacional no Brasil: Uma Análise da Política de Atuação Internacional dos Governos Estaduais Fronteiriços na Amazônia.** 2011. Tese (Doutorado Interinstitucional UFRR/UnB/FLASCSO). Instituto de Relações Internacionais. Universidade de Brasília. Brasília.

GEMELLI. V. **As Redes do Tráfico: Drogas Ilícitas na Fronteira Brasil e Paraguai.** Dissertação (Mestrado em Geografia no Programa de Pós Graduação Stricto Sensu) Centro de Ciências Humanas. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. UNIOESTE. 2013

HOSBAWN, Eric e RANGER, Terence. **A invenção das tradições.** Tradução de Celi-na Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOUAISS. **Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** 2º ed. Rev. Ampl. Rio de Janeiro. Ed. Objetivo. 2004.

LUQUE C. A; VASCONCELOS. M. A. S. **Considerações Sobre o Problema da Inflação.** Disponível em: <<http://www.barrosmelo.edu.br/aluno/professores/escaninho/uploads/8703.pdf>> Acessado em 13 de abril de 2014.

MAGALHÃES. M. G. S. D. **O Estado de Roraima e as Fronteiras com a Venezuela e a Guiana.** Revista Textos e Debates. Vol. 01. n. 12, 2007.

MARQUEZINI, A. C. T. **Cidades gêmeas de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este: circuitos espaciais de fronteira.** 2008. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2008.

MEDEIROS, L. A. **CPI da Pirataria: os segredos do contrabando e da falsificação no Brasil.** São Paulo: Geração Editorial, 2005.

MENDES, K. D. S; SILVEIRA, R. C. C. P; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: **Método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem.** Revista Texto e contexto, vol. 17, n. 4, 2008.

MIRUS, R.; SMITH, R. S. Canada's underground economy: measurement and implications. In: LIPPERT, Owen; WALKER, Michael (eds.), *The underground economy: global evidence of its size and impact.* Vancouver: Fraser Institute, 1997.

MOTA, S. S. Portuñol, Sujeito e Sentido: Efeitos de uma Política Educacional em Noite no Norte. Revista da Associação Brasileira de Hispanistas. V. 1, n. 1. São Paulo. Ed. ABH, 2011.

NAÍM, M. **Ilícito: o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico a economia global.** Tradução de Sérgio Lopes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

RABOSI, F. **Nas ruas de Ciudad del Est: vidas e vendas num mercado de fronteira.** 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, 2004.

RIBEIRO, R. N; BUGARIN, M. N. S. **Fatores Determinantes e Evolução da Economia Submersa no Brasil.** V. 33, n. 3.

OLIVEIRA, M. A. M; CAMPOS, D. L. **Instituições, Populações e Comércio na Fronteira Brasil – Bolívia.** In: VII Expedição Geográfica da Unioeste: Espaços de Fronteira – Território e Ambiente. Paraná: Ed. Unioeste. 2011

PROCÓPIO, A. **A integração Continental pelo Narcotráfico.** 1999. Disponível em: <http://www.iri.edu.ar/revistas/revista_dvd/revistas/R17/A%20integra.htm> Acessado em 28 de dezembro de 2013.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia.** Ed. Best Seller. São Paulo. 1999.

SANTOS, C.D. **A Formação e Produção do Espaço Urbano: Discussões Preliminares acerca da Importância das Cidades Médias para o Crescimento da Rede Urbana Brasileira.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. 2008. V. 5, n. 1, P. 177 - 190. Taubaté. São Paulo.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**. 1997. São Paulo, HUCITEC.

_____ **A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 3º

edição, Hucitec, São Paulo, 1999.

SENHORAS, E. M. **Regionalização Internacional e a Inserção Brasileira de Micro e Área de Livre Comércio**. 2013. Disponível em: <http://works.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=1401&context=eloi> Acessado em 04 de janeiro de 2014.

SCHNEIDER, E; ENSTE, D. H. **Shadow economies: size causes, and consequences**. Journal of economic Literature, 38, p. 77-114, 2000.

TELLES, V. S. **Ilegalismos Urbanos e a Cidade. Novos Estudos**. CEBRAP, n. 84. São Paulo. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002009000200009&scr..> Acessado em 10 de dezembro de 2013.

VIALI, L. Material Didático. Série Estatística Básica. 2010. Disponível em: http://www.pucrs.br/famat/viali/especializa/eae_fenge/material/apostilas/Corregre.pdf. Acessado em 16 de abril de 2014.

WHITTEMORE, R; KNAFL, K. **The integrative review: updated methodology**. Journal of Advanced Nursing, vol. 52, n. 5, 2005.

GT07 - TERRITÓRIO, FRONTEIRA E CONFLITOS TERRITORIAIS:
ECONOMIA VERDE E GRANDES PROJETOS NAS AMAZÔNIAS

O CONSELHO GESTOR NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL RAIMUNDO IRINEU SERRA/APARIS: REPRESENTATIVIDADE DAS DIFERENÇAS OU HEGEMONIZAÇÃO DO PENSAMENTO AMBIENTAL?

Introdução

Este trabalho tem como objetivo compreender a ação da sociedade civil expressa através dos Conselhos Deliberativos das Unidades de Conservação da Natureza previstas no SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) e contribuir no debate acadêmico através de reflexões amparadas pela metodologia em desenvolvimento.

Toma-se como recorte a Área de Proteção Raimundo Irineu Serra (APARIS), situada na cidade de Rio Branco, estado do Acre, localizada na Amazônia Ocidental, contextualizada a partir da Vila Irineu Serra, palco do movimento cultural que motivou a criação da unidade de conservação, como busca de mecanismos de proteção e conservação da Doutrina do Santo Daime, fundada por Raimundo Irineu Serra.

Pretende-se identificar as representatividades do Conselho, cuja função sugere o exercício efetivo da gestão participativa da comunidade, ênfase que recai nas repercussões do processo de ocupação do solo nas comunidades residentes. Os direitos e deveres individuais e coletivos são representados pelas pessoas jurídicas aclamadas por lideranças comunitárias e membros do Poder Público das três esferas.

Essas representatividades sugerem interesses territoriais de diferentes grupos habitantes no espaço geográfico da APARIS, que predisõem a conflitos inerentes ao uso e ocupação do solo e ao desenvolvimento de territorialidades em escalas diferentes: A APARIS destacada da cidade de Rio Branco e a APARIS em si, fragmentada em espaços de confluência e atritos de interesses.

* Universidade Federal do Acre. E-mail: anacupim@gmail.com

** Universidade Federal do Acre. E-mail: mjmorais@hotmail.com

O método utilizado foi o histórico-dialético com procedimentos de pesquisa bibliográfica, além da realização de entrevistas semiestruturadas com alguns moradores. Foram entrevistados três moradores da Vila Irineu Serra, com idades entre 45 e 60 anos, descendentes diretos dos “pioneiros” do povoamento da área.

Os mecanismos de Proteção da Natureza e a Criação de Territórios “Protegidos”

As sociedades, pela complexidade das culturas que a compõem e pelos costumes que lhes são peculiares, vivem a Natureza de formas distintas. Na a sociedade moderna e urbana atual, os discursos tangem a hipótese do homem fora da natureza, como se a natureza não estivesse nos seres humanos e que não somos parte dela, estabelecendo a separação dicotômica – homem *versus* natureza.

Eis a visão antropocêntrica que caracteriza o pensamento hegemônico no mundo ocidental, baseada na matriz filosófica oriunda da Grécia e Roma antigas. Fundamentada nessas correntes de pensamento surgirão “escolas” de ecologia e biologia da conservação, principais norteadoras das políticas públicas para a conservação da natureza que temos hoje.

Na década de 1970, no Brasil, com a explosão da crise ambiental mundial, consequência dos aspectos negativos da Revolução Industrial e do modelo de desenvolvimento capitalista, inaugura-se a “era ambiental”, através da intensificação da criação de áreas protegidas.

Dentre avanços, retrocessos e falácias, surge a Lei 9.985 de 2000, a qual institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

O SNUC é um conjunto de 12 categorias de unidades de conservação; os objetivos de cada uma se diferenciam na forma de proteção e uso permitido, expressos em duas categorias: as de Proteção Integral, que estão sujeitas a maiores restrições, e as de Uso Direto (Sustentável), que podem ser utilizadas e conservadas ao mesmo tempo.

As unidades de Uso Direto permitem a presença de pessoas no seu interior, mas estão sujeitas a restrições de uso ditadas através de ações de planejamento, com a previsão de aliar decisões que envolvam a sociedade civil e o poder público.

A APARIS, recorte deste estudo, é uma unidade de conservação da categoria de Uso Direto, situada na região noroeste da cidade de Rio Branco, cerca de 10 km do centro da capital acreana, com área aproximada de 840 hectares.

Observaremos as delegações do SNUC, para a unidade de Uso Direto (ou Sustentável) prevista no artigo 14, inciso I da lei, que descreve a Área de Proteção Ambiental (APA), categoria de unidade de conservação objeto deste estudo, como:

Área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotadas de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos. (BRASIL, Lei 9.985/2000)

Atualmente, com área geográfica correspondente a 16.422.136ha, o Acre possui parte de seu território composto por Áreas Naturais Protegidas, formadas por Unidades de Conservação da Natureza, essas regidas pelo SNUC, nas categorias de Proteção Integral (9,52%) e Uso Sustentável (21,74%); e as Terras Indígenas (14,55%)¹.

Somadas, essas áreas totalizam 7.523.699ha (45,81%), quase a metade da área geográfica do Estado do Acre.

Neste recorte de estudo que tange as áreas protegidas, surge a APARIS, oficialmente criada através do Decreto nº 500 de 07 de junho de 2005, representada de forma cartesiana e abstrata na figura 01:



Figura 1: Pupim, AC. Localização da APARIS no Brasil, Rio Branco-AC, 14/10/2014, Escala: 1:37.000.000; 1:7.000.000 e 1:2.000.000.

¹ Departamento de Áreas Protegidas e Biodiversidade/SEMA, 2010.

Dentre os objetivos previstos no Plano de Gestão ou Manejo da APARIS (SEMEIA, 2013, p. 22), estão: **restaurar** o ecossistema das áreas degradadas; **proteger e garantir** as manifestações culturais originárias, o plantio e o cultivo das espécies *Banisteriopsiscaapi* e *Psychotriaviridis*; **incentivar** a manutenção das populações tradicionais, **garantindo-lhes** o uso sustentável dos recursos naturais; **incentivar** o manejo e o uso sustentável dos recursos naturais pelas populações tradicionais residentes; **adequar** a ocupação do uso do solo; **incentivar e apoiar** atividades de pesquisa científica; **assegurar** o bem-estar das populações humanas nela habitantes.

Para destacar o caráter de **proteger e garantir** as manifestações culturais originárias que propõe a sua criação, através do uso das espécies *Banisteriopsiscaapi* e *Psychotriaviridis*, nas palavras do entrevistado M.B., 49 anos, morador “nascido e criado no local”, quando perguntado como as pessoas lidam com as plantas do Daime, e qual a importância da APA, se não houvesse a APA haveria (ou não) a preservação, ele relata que:

... se fosse só para essas pessoas que já tem conhecimento do que é a floresta, do que representa principalmente das plantas né, que nem do feito [do Daime²], Jagube, Folha, que o Jagube nasce na floresta, aí muita gente que não conhece não preserva e não preserva porque não conhece, aí destrói (...) é o Jagube e a folha Rainha, aí se fosse o caso, essas pessoas que não tem conhecimento vão brocar lá área tem um plantio lá eles cortam porque não conhecem, não é que queira cortar é porque não conhece, aí vai e destrói (...) então essas pessoas que mora aqui e toma Daime elas precisam dessas plantas e por isso que elas preserva, tem que preservar porque donde vem essas plantas é a floresta (...) se não tiver mais floresta fica meio impossível acho que justamente da floresta que nasce essas plantas e se não tem floresta como é que vai nascer? Tem que ter a floresta primeiramente para nascer as plantas então se acabar as plantas pode acabar essa cultura que eu nasci e me criei, isso com certeza, é isso mesmo (M.B, 49 anos, morador há 49 anos, 26/10/2014)

O depoimento conota que, apesar de estar expressa no objetivo de criação da unidade, a floresta já é protegida pelos moradores mais antigos, logo, se ainda há remanescentes florestais na área é por causa da ação consciente destes moradores, não especificamente porque o poder público interveio na proteção.

O extrativismo praticado para o sacramento da *Ayahuasca* envolve a coleta das folhas de *Psychotriaviridise* do cipó *Banisteriopsis*spp, sem fins comerciais, produtos flo-

² Silva (1983, p.8) observa que “o culto do Santo Daime responde a necessidades de grupos que se situam entre populações primitivo/rústicas e rústico/urbanizadas e que também sofrem pressões do contexto macrossocial amazônico, pertencendo, pois, a uma formação sociocultural intermediária. Santo Daime identifica o ritual de consumo e a hierofanização da própria bebida, produzida por decocção da *Banisteriopsis*CaapiSpruce e *Psychotria*Spruce, duas plantas utilizadas por indígenas e caboclos bolivianos, peruanos e brasileiros.”

restais não madeireiros, não implicam na conversão de florestas em áreas desflorestadas.

A prática desta tradição depende da existência da floresta em pé e promove relação social dos moradores com a floresta, tornando-os agentes de conservação, em detrimento à lógica industrialista de homogeneização radical do ambiente.

Parece que, se por um lado, a criação de áreas protegidas tem o objetivo de conservar os recursos previstos no seu Plano de Gestão, por outro, justifica a criação de territórios dominados pelo Estado.

Nesta perspectiva, cabe a definição de Sack³, (2011, fl. 76) sobre territorialidade como “a tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica”.

O depoimento a seguir ilustra essa lógica do território como “prisão”, quando as pessoas são controladas pela ação dos fiscalizadores. Quando questionados a respeito das vantagens e desvantagens de residirem no interior da APARIS:

... mais ou menos, tem seu lado bom e seu lado perseguidor, é, que assim, cobra muito que a gente não queime, não faça isso, não desmate. Então, são coisas que... que exige, ela exige da gente muita coisa... tinha um entulho muito grande que junta inseto, cobra, rato e aqui na minha rua não tem coleta, vai só amontoando o lixo, não é lixo doméstico, é pedaço de madeira, folha, e eu cheguei a queimar porque estava muito grande o lixo, vieram me multar da APA, aí que eu acho que é o lado ruim é esse, tem que vim ver qual é o tipo de lixo e material que você está queimando e não chegar e multar logo a gente... o que você vai fazer na terra, mexer, tem que comunicar, antes não precisava e não precisava porque se a gente vai queimar tomava todo cuidado antes para não passar para a floresta... O lado bom é que ajuda a gente se houver invasão, estão prontos para tirar, se colocar lixo nas ruas estão fiscalizando... (FL, 55 anos, morador há 55 anos na APARIS).

Com o controle da área imposto pelo órgão gestor da unidade de conservação, ditador dos direitos, deveres e diretrizes de uso do solo, os moradores terão que obedecer tendo em vista a sujeição a restrições coercitivas expressas no controle ambiental, instrumentalizado pela aplicação de multas pelos “crimes” ambientais praticados, sem esclarecimentos prévios.

No processo de ocupação do espaço geográfico que leva seu nome, brilha a personalidade de Raimundo Irineu Serra (RIS) e a sua proposta de harmonia do homem com a natureza, alumando o imaginário desta pesquisa.

³ Na obra, cujo título original é *The meaning of territoriality*, In. *Human Territoriality*, 1986.

Embora as áreas sob o domínio do Mestre Irineu estivessem, em seu tempo “terreno”, além do Igarapé São Francisco, fronteira natural e aquém da demarcação proposta para a APARIS, objeto de outra discussão, é digno este fato de nota e relevante a contextualização de ocupação da área que segue.

O Estado do Acre, a cidade de Rio Branco e a APARIS

O estado do Acre, localizado no extremo oeste do Brasil, é identificado por Ricardo (1970, p. 573), como sendo a “Conquista do Último Oeste Brasileiro”, na qual, “a marcha para oeste assume indisfarçável grandeza, indo corrigir, na parte que nos toca, o sentido longitudinal que se vem processando a civilização brasileira, fazendo-a caminhar no sentido dos paralelos, segundo a intuição profética das bandeiras”.

O autor foi provavelmente inspirado por Frederick Jackson Turner, que descreveu a colonização da América do Norte no sentido Leste-Oeste, ou seja, a história contada da perspectiva do colonizador.

Fatos contextualizados na linearidade histórica⁴ remetem e justificam as “razões que nos fazem presente do legado que se explicam pela paulatina estruturação do território conquistado através das entradas e das bandeiras, e diante da concepção geopolítica lusa, sustentada na defesa das terras conquistadas” conforme salienta Silva (2008, p.1) apud Mello (1990).

Esta história oficial não narra o ponto de vista das pessoas que já estavam nas terras acreanas - os povos originários – antes da sua “conquista”, e os massacres que ocorreram, paulatinamente e frequentemente, pela disputa do território promovido a Estado no ano de 1962.

Na época, o que motivou essa conquista foi a cobiça provocada pela ampla distribuição da *Heveabrasiliensis* na região, fornecedora de látex para a indústria bélica e automotiva que se anunciavam.

Morais (2000, p.23) memora que o povoamento do estado do Acre e da cidade de Rio Branco se originou no final do século XIX, relacionando-o à exploração do látex, consequência da frente de expansão empreendida na Amazônia, ou expansão territorial dada pelo deslocamento populacional a áreas não devastadas pelo capital.

⁴ O contexto da linearidade histórica, para os historiadores positivistas, remete a história contada do ponto de vista do colonizador, do conquistador, do “civilizado”. A partir da perspectiva dos historiadores relativistas, as análises serão compreendidas a partir de uma antítese e reconstruídas a partir de uma síntese, sendo que a síntese desta análise não será mais a mesma da tese inicial, de forma que permita a concepção de pontos de vista diferentes a partir da análise do mesmo fato. Disponível em: <http://diegoricoy.blogspot.com.br/2009/03/definicoes-de-tempo-cronologico-e-tempo_27.html> acesso em 28/10/2014

O início do povoamento da área da APARIS foi a partir dos anos de 1940; quando o então governador do estado do Acre, José Guiomar dos Santos doou área de terra a Raimundo Irineu Serra⁵, no local denominado de “Alto da Santa Cruz”, agregando famílias de seguidores.

Dado a origem da colonização do local através da doação de terras, por parte do governo ao Mestre Irineu, política do Estado para acomodação de ex-seringueiros que viviam na cidade, após o término do Ciclo da Borracha, hoje resiste às intempéries do capital a tradição em torno da doutrina do Daime.

No ano de 1945 o Mestre Raimundo Irineu Serra se transfere da Vila Ivonete para as terras do Alto Santo — atual Vila Irineu Serra. Alto Santo era a abreviação do nome “Alto da Santa Cruz” que o Mestre Irineu tinha dado para rebatizar a antiga Colocação Espalhado do grande Seringal Empresa. A doação de terras pelo Governo do Território Federal do Acre a colonos era parte de uma política de Estado de acomodar as levas de ex-seringueiros que viviam na Cidade de Rio Branco, falidos e desempregados, com o fim do Ciclo da Borracha. Sua irmandade trabalhadora logo o segue para a labuta no campo, acompanhando o Padrinho Irineu. Se estabelece uma progressista comunidade agrícola no meio da floresta, com o sistema de produção em mutirões e adjutórios, e esta coletividade será responsável por abastecer a feira-livre de Rio Branco com hortaliças e verduras, reduzindo assim o preconceito que os habitantes da Capital tinham daquele grupo social rurícola, afrodescendente e pobre, que fazia uso da beberagem hoasca e era liderado por um “feiticeiro negro” — nas palavras discriminatórias de muitos. Ao longo das décadas essa ordeira comunidade religiosa lá permanece e frutifica, resistindo aos avanços da urbanização acelerada que a Cidade de Rio Branco passa nestes últimos anos. (BOMFIM, 2014: p.1)⁶

Na Vila Irineu Serra, moradores mais antigos relatam que “Padrinho Irineu atendia a quem o procurasse seja lá qual fosse o assunto, nos casos de doença desenganada dos médicos ele poderia resolver se não fosse sentença da pessoa. Para quem necessitasse, cedia parcela de terra para as famílias, desde que não vendessem.”.

Afirmava que era para os filhos e netos e bisnetos dos seus contemporâneos seguidores, na prática da agricultura de subsistência, criação de pequenos animais e pecuária em pequena escala, o que se arrisca conferir com o conceito de família evidenciado na literatura clássica campesina:

⁵ Nasceu em São Vicente Ferrer, no estado do Maranhão, em 1882 e faleceu em Rio Branco em 1971. Fundador da Doutrina do Santo Daime, no qual os seus seguidores participam de rituais espirituais onde tomam a bebida “*Ayahwasca*”, obtida a partir do cozimento de duas plantas da floresta: *Banisteriopiscaapi* e *Psychotriavidis*. Portanto, para a manutenção do ritual da doutrina, necessitam dos florestais e, portanto zelam os recursos naturais oriundos da floresta.

⁶ Disponível em: <<http://www.jornalgrandebahia.com.br/2014/06/as-serpentes-da-vila-irineu-serra.html>>. Acesso em 12/06/2014

Para el campesino el concepto de la familia incluye a las personas que comen siempre en la misma mesa o que han comido de la misma olla. [...] los campesinos franceses incluyen en su concepto de la familia el grupo de personas que pasan la noche protegidas por la misma cercadura. (CHAYANOV, 1974, p. 48)

Atualmente, os costumes da comunidade do Alto Santo na Vila Irineu Serra em certa medida se contextualizam na descrição dada por Chayanov, uma vez que a presença espiritual do Mestre Irineu congrega a reunião de pessoas com e sem laços de parentesco, atraídas por seus ensinamentos, em prol de objetivos altruístas, neste espaço de confraternização, legado de sua esposa, Peregrina Gomes Serra.

A moradora V.L., 55 anos, nasceu e se criou na área, se refere a “Madrinha Peregrina”, como é conhecida, como:

Confio na liderança número um daqui, confio sim. Eu aceitei a APA e outros moradores aceitaram por causa da visão de futuro que ela tem. Prá nós é uma segurança, o que ela decide e o que ela fizer nós estamos juntos. Assim, as vezes nós não participamos para dar o ponto final, mas ela é nossa liderança maior, e se ela aceita, nós aceitamos, por causa da visão de futuro que ela tem e porque ela quer o nosso bem-estar, de todos nós. Desde pequena eu conheço ela assim e sei que ela quer ver todo mundo bem, hoje e no futuro (V.L., 55, 26/10/2014).

Esta fala conota a confiança que as pessoas próximas do tronco⁷, da raiz do Daime de Irineu Serra depositam na dignitária do seu trabalho, e nos introduz a um dos objetivos da criação da unidade de conservação, principalmente no que se refere à proteção da cultura do Santo Daime.

Ocorreu que a partir da década de 1980, o avanço da mancha urbana no entorno e dentro da área detona pressão sobre os remanescentes florestais conservados, componentes do cinturão verde da cidade, em conjunto com a APA São Francisco e APA Amapá, adjacentes a APARIS.

Na década de 1990 agravou-se esta pressão, em especial a mata ciliar do Igarapé São Francisco ao sul, e pelo crescimento dos bairros ao oeste.

No discurso “oficial” identificado no Plano de Gestão⁸ da APARIS, um grupo de moradores da Vila Irineu Serra solicitou ao Poder Público medidas de proteção ambiental, já que preocupados com o avanço da mancha urbana e a pressão do capital imobiliário, propuseram a criação da unidade de conservação.

⁷ A partir do trabalho espiritual iniciado por Raimundo Irineu Serra, ocorreram algumas dissidências, formando-se outros grupos e a criação de outros centros, dentre os quais membros do Conselho Deliberativo da APARIS, que comungam com a ideia de proteção da área e da cultura da *Ayahwasca*.

⁸ Documento formulado pela ONG SOS AMAZONIA em parceria com a SEMEIA, que será mencionada posteriormente.

Ocorre que, na opinião de alguns moradores, expressos nos posicionamentos de algumas lideranças comunitárias contrárias a conservação da área e favoráveis a expansão urbana, a APARIS foi criada sem a consulta da comunidade.

A criação da APARIS significa remodelar a forma de uso solo, dentro a perspectiva de discursos protecionistas e conservacionistas, gerida pela SEMEIA⁹.

A figura 02 ilustra a representação gráfica do perímetro da APARIS sob imagem do satélite *Rapideye*, ano de 2013, que procura destacar a pressão urbana no entorno e o desmatamento dos remanescentes florestais dentro da unidade de conservação:

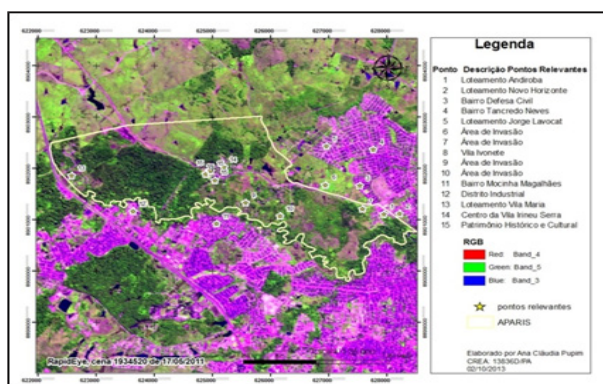


Figura 2: Pupim, AC. Identificação dos bairros na área de entorno urbano da APARIS, Rio Branco-AC, 08/10/2013, Escala: 1:30.000

Hodiernamente, a APARIS vem sendo dotada de equipamentos de infraestrutura urbana, através da inclusão do bairro Irineu Serra em programas de governo.

A APARIS apresenta características rurais, embora a relativa proximidade com o centro da cidade de Rio Branco e a sua inserção na zona urbana pelo Plano Diretor do município considere a área urbana, e torne-a ainda mais propensa à especulação do Capital Imobiliário¹⁰.

A dominialidade público/privada conferida pela modalidade de unidade de conservação e as características rurais em transformação temporal dadas pela inserção na zona urbana do município de Rio Branco, refletem a indefinição da situação fun-

⁹ Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Rio Branco.

¹⁰ Para Corrêa (1989) apud Moraes (2000, p.88), os proprietários fundiários da cidade atuam no sentido de obterem a maior renda de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso que seja o mais remunerador possível, especialmente uso comercial ou residencial de alto status. Os mesmos também estão interessados na conversão da terra rural em urbana, ou seja, têm interesses na expansão da malha da cidade, na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural.

diária e criam conflitos de interesses, tanto nas populações humanas locais entre si, como com os gestores da unidade de conservação representados pelo poder público.

Conflitos entre a Comunidade Tradicional da Vila Irineu Serra e os Loteamentos recentes

Mais uma vez, faz-se necessário diferenciar as territorialidades¹¹ presentes na APARIS criadas pelos grupos residentes:

a) no seu núcleo central está localizada a comunidade que deu início ao povoamento e que tem vínculos com a presença espiritual de Raimundo Irineu Serra, a população tradicional pioneira com seus descendentes, em distribuição que parte do centro da unidade rumo às extremidades e,

b) nas suas “beiras” se formam os núcleos ou loteamentos urbanos mais recentes oriundos da pressão urbana sem vínculos com o núcleo central, resultantes da pressão da mancha urbana do entorno para o centro da unidade, iniciado na década de 1980 e intensificados nas últimas décadas.

Esses dois grupos, numa descrição aqui bastante simplificada, constituem comunidades¹² com peculiaridades distintas dadas por aspectos culturais marcantes que se configuram em estilos de vida diferenciados, nos extremos de opção de moradia ou no extremo da falta de oportunidades. As atitudes de ambos refletem nas formas de uso do solo, na formação de novas territorialidades, na iminência de conflitos.

Essas territorialidades culturais estão evidenciadas pela presença dos daimistas¹³ da Vila Irineu Serra e pelos evangélicos protestantes dos loteamentos recentes.

Entretanto, se nos primórdios da sua “colonização” atraiu pessoas advindas do final do Ciclo da Borracha, como “remanescente de seringueiros”, hoje atrai pessoas de diversas localidades.

Para Monteiro Silva (1983, p.36), a ocupação da região acreana ocorreu distintamente das áreas de colonização portuguesa, do ponto de vista sociocultural e da

¹¹ Haesbaert (1958, p.40), agrupa o termo território em três vertentes básicas: política; cultural e econômica. Nas conotações das territorialidades dentro do território da APARIS, destaca-se, neste contexto, a concepção cultural, a qual “prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”.

¹² Grupo de pessoas que reside numa área geográfica determinada. Podem atuar coletivamente em busca de objetivos comuns ou não, depende do nível de organização e dos interesses comuns. Conjunto de interações, comportamentos humanos com sentidos e expectativas entre seus membros. Não somente ações, senão ações baseadas em esperanças, valores, crenças e significados compartilhados entre pessoas.

¹³ *Ayahuasqueiros, oaskeiros*, pessoas que bebem *Ayahuasca*, ou Vinho das Almas ou Daime, regularmente em rituais religiosos, iniciados pelo Mestre Irineu. Numa analogia simplista, os católicos comungam a hóstia consagrada e os daimistas comungam a *Ayahuasca* sagrada.

forma de expansão da sociedade. Quanto aos grupos mágico-religiosos- os *ayahuasqueiros* - encontram-se alguns parâmetros, dentre os quais: “[...]as irmandades, enquanto sistemas sociais totais situam-se exatamente na intermediação entre populações rústicas e urbanizadas [...]”.

O autor se refere à passagem de uma formação sociocultural para outra, no contexto da franca penetração e expansão do capitalismo, que acarreta o surgimento de novos comportamentos que tendem a predominar, o que não implica na eliminação de coexistência de padrões comportamentais diferenciados.

Dentre os moradores da Vila Irineu Serra, há o aumento das famílias do núcleo tradicional expresso através da natalidade de membros antigos e também através do fluxo de pessoas vindas de outras regiões do Acre, Brasil e mundo.

Concomitante, houve o fluxo de pessoas removidas de áreas de risco das periferias de Rio Branco e alocadas nos loteamentos urbanos, e há especulações do capital imobiliário para esses núcleos se expandirem, sem vínculos com a Vila Irineu Serra, exceto o fato de residirem na mesma unidade de conservação, a APARIS, e sujeitas a normas de uso específicas no zoneamento da unidade.

Funcionamento do Conselho Deliberativo da APARIS

Criada a APARIS em 2006, a sociedade civil organizada representada pela comunidade residente, junto com representantes do poder público, constituíram o Conselho Gestor¹⁴ de caráter deliberativo.

Aos conselhos deliberativos, em relação aos consultivos, adiciona-se a função de análise e aprovação do Plano de Manejo e a contratação de OSCIP^s¹⁵ para gestão compartilhada:

Art. 15, § 5º. A Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no regulamento desta Lei. (SNUC, 1996)

¹⁴ Os conselhos das unidades de conservação são uma exigência do SNUC, regulamentado pelo Decreto 4.340/02, o qual detalha sobre a criação e funcionamento dos mesmos, sua composição e competência. O SNUC prevê os tipos de conselho consultivo e/ou deliberativo para unidades de conservação. Dentre as atribuições do conselho consultivo estão: o controle social para a transparência da gestão; contribuição para a elaboração e implantação do Plano de Manejo; integração da UC às comunidades, setor privado, instituições de pesquisa, ONGs, poder público, e outras Áreas Protegidas situadas no entorno.

¹⁵ A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

O SNUC é a norma geral para as unidades de conservação e não especifica o tipo de conselho para as APAS, ou a diferenciação se consultivo ou deliberativo. Os Estados aonde se inserem essas unidades podem instituir normas que complementem as lacunas do SNUC.

O Acre institucionaliza esta iniciativa através da Lei nº 1426/2001, através da criação do SEANP Sistema Estadual de Áreas Protegidas (SEANP). O Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) do Acre acrescentou ao SNUC que as Áreas de Proteção Ambiental, dentre algumas outras categorias, terão conselhos deliberativos.

Considerado integrante permanente da estrutura administrativa da APARIS, o Conselho Deliberativo é composto por representantes de entidades governamentais e não governamentais, seguindo as indicações do SNUC.

Tem como principal objetivo realizara gestão participativa - o exercício da democracia. Através de consulta ao Regimento Interno da APARIS (em fase de revisão pelo Conselho), elenca-se de forma sucinta a estrutura de funcionamento do mesmo nas linhas que seguem

Os membros titulares ou representantes das entidades/órgãos, nos casos de ausências, podem ser substituídos por um suplente da mesma instituição. É o presidente do conselho quem solicita às instituições-membro a indicação dos conselheiros titulares e suplentes, a qual é oficializada através de circular, num período determinado para a resposta.

Cada “mandato” tem duração de dois anos e não é remunerado. A tabela 1 é uma síntese da formação do Conselho Deliberativo da APARIS e das respectivas categorias de representatividade divididas entre membros da sociedade civil organizada e representantes do poder público:

Membros	Categoria
Associação de Moradores da Vila Raimundo Irineu Serra	Sociedade Civil Organizada
Centro Eclético Flor de Lótus Iluminado Maria Marques Vieira – CEFLIMMAV	Sociedade Civil Organizada
Centro de Iluminação Cristã Luz Universal Juramidam – CICLUJUR	Sociedade Civil Organizada
Centro de Iluminação Cristã Luz Universal Alto Santo – CICLU ALTO SANTO	Sociedade Civil Organizada
Centro Rainha da Floresta – CRF	Sociedade Civil Organizada
Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil – FGB	Governo Municipal
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA	Governo Federal
Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC	Governo Estadual
Igreja do Evangelho Quadrangular – IEQ Conselheiro	Sociedade Civil
Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMEIA	Prefeitura municipal de Rio Branco
Secretaria de Meio Ambiente – SEMA	Governo Estadual

Tabela 01 - Representatividades do Conselho Deliberativo da APARIS

Observa-se o princípio de paridade, no qual: são seis os representantes da sociedade civil – cinco centros de Daime e um da igreja protestante evangélica - e cinco representantes do poder público – órgãos do governo das três esferas.

Todavia, os “pesos” são diferentes: em funcionamento, a coordenação do conselho é composta pela Presidência, representada pelo secretário municipal de meio ambiente; pela Secretaria Executiva, representada por servidores públicos da SEMEIA e pela Plenária, representada pelos conselheiros da sociedade civil organizada e pelo poder público.

Nessa estrutura de gestão, o secretário de meio ambiente é indicado pelo prefeito do município. Portanto, quando muda o governo, muda a gestão. O enfoque do gestor fica à mercê do seu comprometimento, crenças, pontos de vistas e ideologias da pessoa nomeada, com a complexidade que envolve a cultura do Daime e conflitos territoriais deliberados.

Ao conselho compete: a proposição de ações temáticas; o acompanhamento da elaboração e a aprovação do Plano de Manejo (gestão) da Unidade; o plano de atividades anual; a execução do Plano de Manejo, revisões e garantia da participação da comunidade; o acompanhamento e auxílio a SEMEIA na integração APARIS as demais áreas protegidas do entorno.

Pode solicitar realização de audiências públicas na hipótese de licenciamento ambiental de obras ou atividades de significativo impacto ambiental; acionar as Câmaras Técnicas para estudos; propor captação de recursos, estabelecendo prioridades para compensação ambiental proveniente de TAC's¹⁶.

Cabe ao mesmo avaliar as ações desenvolvidas e fazer cumprir as normas de uso estabelecidas no zoneamento ambiental ditado pelo Plano de Gestão, elaborado como instrumento de planejamento para o gerenciamento da área, com a previsão de ações baseadas em diagnósticos.

Há controvérsias ou mudanças temporais desses diagnósticos e levantamentos, decorrentes tanto das falhas da metodologia empregada quanto dos pontos de vista dos elaboradores, geralmente pessoas externas, desconhecedoras de peculiaridades e pouco sensíveis a aspectos perceptíveis apenas nos olhares mais “demorados”.

Sendo instrumento regulador do uso do solo o Plano de Gestão, ou Plano de Manejo, a formulação do mesmo se deu através da obtenção de recursos firmados no Termo de Compromisso de Compensação Ambiental do Via Verde Shopping.

Esse mecanismo financeiro é uma forma de “compensação” pelos efeitos de impactos ambientais não mitigáveis na Área de Preservação Permanente onde se construiu o empreendimento:

[...] mediante as discussões em torno da compensação ambiental, deliberou que para a implantação do Via Verde Shopping em Rio Branco, seria necessária a apresentação de proposta de compensação pelos danos ambientais a serem causados em APP, incluindo nessa proposta de compensação ambiental benefícios para a população local. Considerando que a SEMEIA é gestora da APARIS e que esta Unidade de Conservação ainda não tem o seu principal instrumento de gestão, foi proposto que a empresa LGR Rio Branco Empreendimentos Ltda, contratasse os serviços de instituição idônea, com comprovada experiência, para elaborar o Plano de Gestão da APARIS. (SEMEIA, 2013, p. 24)

Por um lado, a gestão pública argumenta equilíbrio entre política econômica e política ambiental através da “compensação ambiental” financeira, como medida protetora ao meio ambiente em busca do equilíbrio. Por outro, a compensação ambiental compreende uma transferência geográfica de passivos e benefícios de ordem ambiental, social e econômica.

Quanto à participação efetiva dos moradores nessa política, é conduzida de forma complexa, na qual o Estado e a sociedade civil organizada são protagonistas. As reuniões são abertas ao público em geral, sendo-lhes permitida a expressão de opini-

¹⁶ Termo de Ajuste de Conduta, o mesmo mecanismo de compensação que gerou recursos financeiros utilizados na formulação do plano de gestão da unidade de conservação.

ões, mas o direito ao voto na tomada de decisões das Plenárias cabe exclusivamente aos conselheiros oficiais.

Reflexões sobre a Sociedade Civil Organizada e a Hegemonia do Pensamento Ambiental

Para Gramsci, a hegemonia é compreendida como direção, domínio e conquista, através da persuasão, do consenso. Conceito construído na perspectiva dialética: pode ser tanto um meio para as classes dominantes impor em concepções de mundo dos seus interesses quanto uma forma de oposição e luta contra esses interesses.

No seu pensamento, a hegemonia não é uma ação partidária, mas sim de classe. Gramsci não propõe a hegemonia (significando o exercício do poder por um conjunto de pessoas) das classes menos favorecidas, mas sim a contra hegemonia das “minorias” que podem ser maiores em número de pessoas realmente beneficiadas.

A hegemonia é um longo e complexo processo histórico, no campo do exercício do poder, e através do fortalecimento das culturas populares é possível a construção da contra hegemonia proposta em termos *gramscianos*, que serão levados em conta neste.

A formação de consensos acontece através do protagonismo dos meios de comunicação, da escola e das religiões, com poderes de alterar ou manter a esfera política e social, pela modelagem de consciência e opinião dos cidadãos.

Esses mecanismos transformam o modo de produção de consensos, culturas e orientações e levam a construção homogênea e uniformizadora dos pensamentos. A hegemonia do pensamento ambiental está associada à necessidade de controle dos recursos naturais e as formas de uso da terra dentro da ideologia que separa o homem da natureza.

Muitas propostas escondem detrás da ideologia do “desenvolvimento sustentável” o compromisso com a conservação da ordem econômico-social vigente, que se alicerça nos processos convertidos que ocultam a destruição.

Os principais veículos midiáticos do Brasil noticiam a respeito da expansão das queimadas, da abertura de estradas, da exploração de gás e petróleo ou dos impactos de grandes projetos, como as hidrelétricas. Consideram a possibilidade de compatibilizar a conservação dos bens naturais com a lucratividade do capital, que deve resolver os problemas da civilização.

Apesar de algumas diferenças de ordem teórica, a corrente hegemônica defende que o cerne dos problemas ambientais tem como causas o desperdício de matéria

e energia, os limites físicos e naturais dos recursos naturais e os altos padrões de produção e consumo. A proposta é amenizá-los através de mecanismos “compensatórios” que fazem girar o capital.

Essa reflexão aponta que as determinações da crise ambiental apresentadas pela corrente hegemônica conservadora não estão comprometidas com a transformação da ordem vigente, mas sim com a sua continuidade que consagra o mercado e a tecnologia, preconizando a superação da crise ambiental sem abandonar o padrão de modernização civilizatório atual, ou que contrarie o *modus operandi* de produção.

Isso repercute nas ações da sociedade civil, que se manifesta sobre as determinações da crise ambiental através dos pontos de vista defendidos por representantes do poder público e associações, com ideologias predispostas a formação e história de vida particular, dadas pela educação e pelos reveses do capital.

Neste raciocínio, a ação do Conselho não é área exclusiva de bons valores que se encontram com os princípios de criação da APARIS, mas terreno que pode abrigar interesses camuflados por discursos “ambientalistas” forjados pelo capital, conscientes ou não.

Porém, há uma corrente contra hegemônica opositora à ideologia do capital, fora da lógica do mercado, defensora da tese na qual as condições que levam à degradação ambiental têm causas econômicas e políticas ligadas ao modo de produção capitalista.

Este modo de produção insustentável se manifesta através da “economia verde”, do “capitalismo verde”, do “desenvolvimento sustentável”. A proposta é uma mudança de paradigma para a reversão desse quadro que urge necessária.

Considerações Finais

Essa breve análise permite refletir que as políticas relacionadas às áreas protegidas consistem em “moeda de duas faces”: por um lado aumentam o controle fiscalizatório da área, através da ação de agentes do poder público que amenizam a pressão do capital imobiliário expressa pelo avanço da mancha urbana nos remanescentes florestais.

Mas, por outro lado, comprometem a autonomia da população tradicional já residente, através de medidas restritivas à liberdade e ao controle desses “povos da floresta” sobre seus territórios.

Não se trata de pesquisa concluída. No seu decorrer (pelo próximo e próximo ano) é imprescindível investigar a participação da comunidade no processo da

APARIS, através da realização de mais entrevistas semiestruturadas com moradores, conselheiros, principais lideranças da Vila Irineu Serra e dos loteamentos urbanos mais recentes.

Em tese, o conselho deliberativo deve funcionar como instância de participação e controle social. Mas na prática, a observação prévia mostra que não é fruto da inclinação democrática, tampouco de demandas por mais participação social, oriundas da própria sociedade – comunidade residente.

O conselho é instrumento importante para os governos, como ratificadores das políticas públicas “ambientais”, conferindo a elas aparência democrática. Também é instrumento de controle sobre os setores da sociedade diretamente envolvidos com essas políticas.

Entretanto, é ingênuo afirmar que o conselho, seja da APARIS ou outros, são instâncias fundamentais de tomada de decisão popular e controle social e que a sua constituição é democrática.

Em alguns casos a ação do poder público se contradiz com os objetivos de criação da APARIS, como a criação e regulamentação dos loteamentos urbanos novos (em relação ao núcleo central) que trazem pessoas sem outro vínculo além de estarem inseridos no mesmo espaço geográfico ou “território controlado” através das regras de uso ditadas pelo Plano de Gestão.

Aspectos políticos e ideológicos influentes na atuação da sociedade civil organizada, com tendência para a dicotomia homem-natureza, evidentes na hegemonização do pensamento ambiental, dados pelos estilos de vida liberais, apontam para a inevitável expansão do capital imobiliário na APARIS.

Para evitar essa expansão, se o problema realmente for o modelo de desenvolvimento em rota, o qual se respalda no controle dos territórios para alimentar e fazer girar a roda do capital, a solução não poderá ser dada nos moldes do mesmo, já que o avanço do capital é incompatível com o bem estar social e com a conservação do meio ambiente.

Esse processo pode ser revertido se os sujeitos sociais contra hegemônicos, lúcidos e interessados, através do fortalecimento da sua cultura e identidade, tiverem voz alta e ativa na formulação das políticas públicas - consideradas e formuladas pelos próprios, mais adequadas aos seus estilos de vida e aspirações, que levem a condições sociais e ambientais harmônicas às comunidades que convivem no território da APARIS.

O processo acontece.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Leinº9.985, de 18 de Julho de 2000.** Regulamenta o artigo 225, §1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Ministério do Meio Ambiente, Brasília. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/doc/snuc.pdf>>. Acesso em: 18/05/2013.

BOMFIM, Juarez Duarte. **As serpentes da Vila Irineu Serra.** Jornal Grande Bahia. Disponível em: <<http://www.jornalgrandebahia.com.br/2014/06/as-serpentes-da-vila-irineu-serra.html>>. Acesso em 12/06/2014

CHAYANOV, Alexander. **La Organización de la Unidad Económica Campesina, Buenos Aires:** Ediciones Nueva Vision, 1974. (Tradução para o espanhol: Rosa Russovich, 1ª edição original em russo, 1925)

CIMI. DOSSIE ACRE. **O Acre que os mercadores da natureza escondem.** Brasília: CIMI, 2012.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil: 2004.

MORAIS, Maria de Jesus. **Rio Branco – AC, uma cidade de fronteira:** o processo de urbanização e o mercado de trabalho, a partir dos planos governamentais dos militares aos dias atuais. Dissertação de Mestrado em Geografia, UFSC, 2000.

MORAES, Dênis. DOSSIÊ COMUNICAÇÃO E POLÍTICA. **Comunicação Hegemonia e Contra Hegemonia:** A Contribuição Teórica de Gramsci. Revista Debates, Porto Alegre: 2010.

PUPIM, A. C.; MOURA, J.L. **Aplicação de Técnicas de Geoprocessamento para Diagnóstico de Uso e Ocupação do Solo da Área de Proteção Ambiental Raimundo Irineu Serra (APARIS), em Rio Branco/Acre.** 2013, 61p. (Especialização) Geoprocessamento Aplicado à Análise Ambiental – Faculdade Barão do Rio Branco, União Educacional do Norte, Rio Branco, 2013.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para o Oeste:** a influência da bandeira na formação social e política do Brasil. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1970.

RIO BRANCO. Lei Municipal nº 1.611, de 27 de outubro 2006 – Aprova e Institui o **Novo Plano Diretor do Município de Rio Branco** e dá outras providências. Rio Branco, 2006.

RIO BRANCO. Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMEIA). **Plano de Gestão da APA Raimundo Irineu Serra.** Rio Branco: SEMEIA, 2013.

RIO BRANCO. Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMEIA). **Regimento interno da APA Raimundo Irineu Serra**. Rio Branco: SEMEIA, 2014.

SACK, Robert David. In: DIAS, Leila Christina & FERRARI, Maristela (orgs). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2011.

SILVA, Eliane A da. **Conquista e formação do estado do Acre**. Revista A Mira. Criciúma, 2008.

SILVA, Clodomir M. **O Palácio de Juramidam**. Santo Daime: um ritual de transcendência e despoluição. Dissertação de Mestrado em Antropologia Cultural, UFPE, 1983.

COBERTURA DA IMPRENSA SOBRE A CÚPULA DO CLIMA DE NOVA YORK (2014): A AMAZÔNIA E O ACORDO GLOBAL PARA REDUÇÃO DOS DESMATAMENTOS***

Introdução

A última década foi particularmente fértil no combate aos desmatamentos e ao comércio ilegal de madeira na Amazônia. Em 2008, foram realizadas ações de fiscalização nos municípios com os índices mais elevados de desmatamento, nos estados do Mato Grosso (MT), Rondônia (RO) e Pará (PA), numa parceria entre IBAMA¹, Polícia Federal e governos estaduais. A “Operação Arco de Fogo”², desencadeada em Tailândia (Pará), em fevereiro de 2008, foi objeto da maior apreensão de madeira ilegal já registrada pelo governo federal desde a década de 70, quando os desmatamentos tomaram impulso na Amazônia com a política dos Grandes Projetos, e passaram a exercer um papel-chave na economia regional. Durante a Operação foram apreendidos mais de 23 mil metros cúbicos de madeira. Também foram destruídos mais de mil fornos de carvão, de origem vegetal, responsáveis pela produção do ferro gusa, matéria prima usada na fabricação do aço, que operavam irregularmente, sem licença ambiental (JORNAL O LIBERAL, 12/04/2008, Atualidades).

Em 2009, durante a Cúpula do Clima, realizada em Copenhague, na Dinamarca (COP-15), o governo brasileiro protagonizou um dos maiores avanços nas negocia-

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: sluft@uol.com.br

** Universidade Federal do Pará. E-mail: lmirandaeua@hotmail.com.

*** Órgão vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Entre as suas atividades estão monitorar, via satélite, o desmatamento na Amazônia, e quantificar os desmates de áreas com vegetação nativa. Os dados embasam as ações de fiscalização do governo federal, no controle e combate aos desmatamentos ilegais. Mais informações em: <http://www.inpe.br/>.

¹ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

² A Operação “Arco de Fogo” foi criada pelo Governo Federal, em 2008, para combater a extração e o comércio ilegais de madeira na Amazônia, indicado pelo Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a partir de 2007. Ao todo, 16 (dezesseis) municípios foram selecionados como alvos da Operação, nos estados do Mato Grosso, Rondônia e Pará. Destes, 12 (doze) estão localizados no Estado do Pará. (LUFT, 2010: 113-115).

ções mundiais no combate ao aquecimento global³, ao apresentar a proposta para redução dos desmatamentos na Amazônia em 80% até 2020.

A proposta brasileira foi considerada “ousada” por chefes de estado estrangeiros presentes ao evento, até mesmo pelo então presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva. No seu discurso, Lula afirmava que:

“O Brasil, até 2020, reduzirá as emissões de gases de efeito estufa de 36,1% a 38,9% baseado em (...): mudança no sistema da agricultura brasileira, mudança no sistema siderúrgico brasileiro, mudança e aprimoramento da nossa matriz energética, que já é uma das mais limpas do mundo, e assumimos o compromisso de reduzir o desmatamento na Amazônia, em 80%, até 2020” (O ESTADO DE SÃO PAULO-AE, 18/12/2009). Grifo nosso. “Fizemos isso construindo uma engenharia econômica que obrigará um país em desenvolvimento, com muitas dificuldades econômicas, a gastar até 2020 US\$ 166 bilhões por ano. (...) foi necessário tomar essas medidas para mostrar ao mundo que, com meias palavras, e com barganhas, a gente não encontraria uma solução nesta Conferência de Copenhague”. Grifo nosso (O ESTADO DE SÃO PAULO-AE, 18/12/2009)⁴.

As metas apresentadas pelo presidente Lula durante a COP-15, de reduzir drasticamente os desmatamentos na Amazônia, até 2020, através de restrições e inovações nos setores agropecuário, siderúrgico e energético são resultado de um esforço conjunto do governo brasileiro, com entidades representativas e a sociedade civil, que teve início na década de 90, com a realização da Conferência para o Meio Ambiente do Rio de Janeiro, a Rio-92⁵. A Agenda Positiva da Amazônia⁶ elaborada pela Câmara Federal, em 2001, e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre

³ “O Aquecimento Global é um exemplo específico de fenômeno mais amplo denominado “mudança climática”. O uso comum dessa expressão refere-se à elevação da temperatura média da superfície da Terra de pouco menos de 1 grau Celsius nos últimos cem anos. Há inúmeras indicações que esse aumento seja devido às atividades humanas, principalmente aquelas que envolvem a queima do petróleo e do carvão, emitindo gases conhecidos como de efeito estufa. No entanto, o sistema climático é muito complexo, podendo haver outras causas para as variações de temperaturas observadas, de modo que a relação direta de causa e efeito entre o aumento do teor dos gases de efeito estufa na atmosfera no século XX e o aumento da temperatura nesse mesmo período continua sendo objeto de estudo e debate entre os cientistas” (OLIVEIRA, 2009: 17).

⁴ Trechos do discurso proferido pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva, na COP-15 (Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima), realizada em dezembro de 2009, em Copenhague, Dinamarca. Disponível em: <http://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,leia-na-integra-o-discurso-de-lula-na-cop-15,484275>.

⁵ A Agenda 21 é o documento oficial da Rio-92. A Agenda 21 brasileira prioriza os programas e “ações de inclusão social. (...) a preservação dos recursos naturais e minerais e a ética política para o planejamento rumo ao desenvolvimento sustentável”. Todavia, o ponto-chave dessas ações é o planejamento de sistemas de produção e consumo sustentáveis que visem combater a cultura do desperdício (LUFT, 2010).

⁶ A Agenda Positiva para a Amazônia resultou de um “processo de negociação entre governo, setor produtivo e sociedade civil”, segmentos sociais, direta e indiretamente envolvidos com os desmatamentos na Amazônia, que teve início em 1999, como resposta às altas taxas de desmatamento registradas na Amazônia (CÂMARA FEDERAL, 2001: 11).

Desenvolvimento Sustentável - Rio+20, em junho de 2012, também contribuíram para colocar o Brasil na posição de liderança dos debates mundiais em defesa do meio ambiente.

A Agenda Positiva da Amazônia daria o tom de como deveria ocorrer o processo de contenção dos desmatamentos, tendo em conta a participação da indústria madeireira na economia regional e na geração de empregos. O documento prevê alternativas sustentáveis para a região, por meio de políticas públicas nas esferas federal e estadual, com prioridade para o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEEs) dos estados que compõem a Amazônia Legal⁷, seguidos de projetos de reflorestamento das áreas já degradadas.

Apesar dos esforços do governo brasileiro no sentido de imprimir uma política ambiental avançada, nas últimas duas décadas, dados recentes do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) apontam que os índices de desmatamentos na Amazônia aumentaram significativamente nos últimos três anos, especialmente em 2013. De acordo com a Agência Reuters Brasil o governo brasileiro confirmou o aumento do desmatamento da Amazônia no último ano, registrando uma alta de 29 por cento e revertendo os ganhos desde o ano de 2009 (Pedro Belo, 23/09/2014).

Confirmando a tendência, o boletim divulgado pela ONG Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), com sede em Belém-Pará, relativo ao mês de setembro de 2014, registrou um aumento de 290% dos desmatamentos da Amazônia Legal em relação a setembro de 2013.

O SAD⁸ detectou 402 quilômetros quadrados de desmatamento na Amazônia Legal em setembro de 2014. Isso representou um aumento de 290% em relação a setembro de 2013 quando o desmatamento somou 103 quilômetros quadrados. Foi possível monitorar 93% da área florestal na Amazônia Legal enquanto que em setembro de 2013 o monitoramento cobriu uma área menor (79%) do território (...). As florestas degradadas na Amazônia Legal somaram 624 quilômetros quadrados em setembro de 2014⁹.

Cúpula do Clima 2014 e o Brasil

Na Cúpula do Clima 2014, o governo brasileiro surpreendeu o mundo ao declarar que não assinaria o Acordo para redução dos desmatamentos até 2020, com meta de desmatamento zero em 2030, contrariando a sua condição de protagonista nas negociações mundiais.

⁷ Os nove estados que formam a Amazônia Legal são: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

⁸ Sistema de Alertas de Desmatamento.

⁹ Mais informações em: <http://www.imazon.org.br/publicacoes/>

A postura do Brasil em Nova York gerou repercussões diversas entre pesquisadores, políticos e ambientalistas ao redor do mundo, principalmente no Brasil. Entre os críticos estava a ex-ministra do Meio Ambiente (nos anos 2003-2006), e candidata à Presidência da República pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro) nas eleições de 2014, Marina Silva (“políticas erráticas”, “grande retrocesso”).

Título: Marina critica não adesão do Brasil a acordo sobre desmatamento na ONU Quando o governo, por políticas erráticas, retrocede em relação a processos que vem sendo encaminhados há muito tempo para que se tenha uma agenda de desmatamento zero, isso é um grande “retrocesso” (REUTERS BRASIL, Pedro Belo, 23/09/2014).

A não assinatura do Acordo Global representou uma mudança substantiva no papel que o Brasil vinha desempenhando até então, nas conferências mundiais, em defesa da biodiversidade e da preservação das florestas. Os altos índices de desmatamentos no país e a emissão de gases causadores do efeito estufa¹⁰ também geraram repercussões negativas na imprensa durante a Conferência.

Mas o Brasil, segundo site do jornal Folha de S.Paulo, não aderiu à Declaração de Nova York sobre Florestas, arranjo firmado na conferência desta terça-feira que tem como objetivo diminuir o desmatamento no mundo pela metade até 2020 e encerrá-lo por completo até 2030 (REUTERS BRASIL, Pedro Belo, 23/09/2014).

O editorial da Folha de São Paulo (“Floresta derrubada”) assinalou que a pergunta a se fazer “não é por que o governo não assinou a Declaração de Nova York sobre Florestas, mas por que não liderou o processo (...) de negociação”. E acrescenta:

Ainda que alguma impropriedade formal possa ter sido cometida pelos organizadores, o Brasil jamais deveria ficar à margem de um processo no qual sua liderança deveria soar natural, dada a extensão das suas florestas. (...). Se era possível conciliar interesses, fica difícil entender o que o Brasil ganha ao não assinar o documento. Sabe-se, porém, o que perde: a chance de conquistar projeção internacional em uma área na qual tem muito a dizer (FOLHA DE S. PAULO, Editoriais, 25/09/2014).

¹⁰ Em 2013, o Brasil emitiu cerca de 1,5 milhão de toneladas de dióxido de carbono, o que representa um aumento de 7,8% em relação a 2012 e o maior volume registrado desde 2008. O setor de mudança de uso do solo corresponde a 35% do total das emissões. O setor de energia responde por 30% das emissões totais, seguido pelo setor agropecuário (27%), o industrial (6%) e o setor de resíduos (3%). Os números são do Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de efeito estufa (SEEG), iniciativa do Observatório do Clima (AGÊNCIA BRASIL, 15/12/2014).

A expectativa em torno da Cúpula de Nova York era de otimismo e, ao mesmo tempo de apreensão entre os chefes de estado e jornalistas, sobretudo, em virtude das dificuldades e impedimentos para se chegar a um consenso, acerca de um tema com múltiplos interesses em jogo. O foco das atenções girava em torno das decisões que seriam tomadas pelos líderes mundiais na emissão de gás carbônico (CO₂) na atmosfera, Estados Unidos e China. Juntos, estes países representam “45% das emissões mundiais de CO₂¹¹, a União Europeia representa 11%”. O analista de meio ambiente da BBC, Roger Harrabin, afirma que, “apesar da mobilização, ainda pode ser difícil conseguir um acordo entre os países sobre o clima” (BBC BRASIL, 21/09/2014).

O evento terminou com o compromisso assumido por 150 países e organizações, entre os quais 28 Estados-Membros, 35 empresas, 16 grupos indígenas e 45 grupos da sociedade civil, de reduzir o desmatamento pela metade, até 2020, além do propósito de zerá-lo até 2030. Segundo o Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), o governo brasileiro não assinou o acordo porque não foi convidado a participar da sua elaboração (AGÊNCIA BRASIL, 23/09/2014).

O jornal Folha de São Paulo destaca que as restrições do governo brasileiro ao Acordo decorrem da ausência de distinção, no texto, entre desmatamento “ilegal” e “legal”, já que a legislação brasileira permite o manejo na extração da madeira.

Como no Brasil se permite manejo sustentável de florestas para extração de madeira e derrubada de áreas para a agricultura, o país não poderia aderir ao desmatamento zero. Isso implicaria, na visão do governo, impedir derrubadas que hoje são legais (FOLHA DE S. PAULO, Marcelo Leite, 24/09/2014).

Além do objetivo de zerar o desmatamento, o documento estabelece outras metas para combater o aquecimento global, como a redução das emissões de gás carbônico de 400 milhões a 450 milhões de toneladas por ano, nos próximos seis anos, ou dois bilhões de toneladas no total, também até 2020.

A expectativa inicial da Cúpula do Clima de Nova York era que todos os 125 países participantes chegassem a um consenso sobre a necessidade de estabelecer metas para redução da emissão de gases causadores do efeito estufa, e assinassem o Acordo global proposto. Contudo, isso não aconteceu. Apesar das manifestações

¹¹ No dia 12/11/2014, os presidentes Barack Obama, dos Estados Unidos, e Xi Jinping, da China, assinaram um acordo para o combate ao aquecimento global, que inclui redução da emissão de gases do efeito estufa na atmosfera. Os EUA pretendem reduzir as emissões de gases, em 28% em até 11 anos. A China se propôs a reduzir a poluição a partir de 2030. Até lá, 20% será energia limpa (PORTAL G1, 12/11/2014).

de rua que se espalharam por mais de 160 países antes da reunião e do engajamento do próprio Secretário-Geral da ONU, e do Brasil, inclusive, que já tinha assumido compromissos anteriormente no que se refere à redução das taxas de desmatamento, recuou.

Manifestações exigindo providências urgentes contra as mudanças climáticas acontecem hoje em todo o mundo - há relatos de protestos em mais de 2 mil lugares. Chamadas de People's Climate March (Caminhada pelo Clima, no Brasil) pedem a diminuição de emissões de carbono antes do início da conferência do clima da ONU, que acontece em Nova York na próxima semana. Em Manhattan, dezenas de milhares de pessoas estão em uma manifestação que tem a presença do próprio secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, e do astro de cinema Leonardo DiCaprio, que foi nomeado representante de mudança climática da ONU na semana passada (BBC Brasil, 21/09/2014).

Cerca de quatro mil pessoas participaram da Caminhada pelo Clima, apesar da chuva, no Rio de Janeiro. O principal objetivo era “pressionar autoridades a adotarem fontes de energia não poluentes até 2050. No Brasil, esse número chega a 80%. Então, 100% é algo viável”, disse Michael Mohallem, diretor da campanha da ONG Avaaz, organizadora do evento (FOLHA DE S. PAULO, 21/09/2014).

Na Austrália, cerca de 20 mil pessoas compareceram às ruas em Melbourne para cobrar do primeiro-ministro, Tony Abbott, mais ações em relação às mudanças climáticas, dado o temor dos períodos severos de seca, incêndios florestais e tempestades, caso as emissões de gases estufa não sejam reduzidas. A ideia dos ativistas era transformar as mudanças climáticas “de preocupação ambiental a assunto de todos” (BBC Brasil, 21/09/2014).

Indicadores teórico-metodológicos

Como já mencionado, este artigo tem por objetivo investigar como foram construídas algumas matérias jornalísticas sobre a Cúpula do Clima de Nova York 2014, diante da negativa do Brasil de assinar o acordo para redução dos desmatamentos até 2020, com meta de desmatamento zero até 2030. A pesquisa se desenvolveu a partir de dois objetivos: 1^a) Identificar as principais fontes e as falas mais relevantes do ponto de vista socioambiental; em outras palavras, como a imprensa operou no processo de enquadramento das fontes e das falas, mediante um tema com essa abrangência e profundidade (mudanças climáticas); e 2^a) analisar o material de acordo com as prioridades e tendências que apontem para a necessidade de preservar as florestas, como prerrogativa para o controle do aquecimento global.

A escolha do objeto – o estudo da cobertura da Cúpula do Clima de Nova York se baseou em premissas que fundamentam as práticas do jornalismo ambiental no âmbito da teoria do agendamento. Pelo menos duas: 1ª) Que existe uma “relação causal entre a cobertura do ambiente e mudanças nas correntes de opinião”. Em termos mais específicos, que a agenda midiática influencia a agenda pública e a política, e a agenda política influencia a agenda midiática, num processo de retroalimentação permanente entre emissor e receptor. 2ª) Que a mídia é o principal modelador de conscientização ambiental e da inserção dos temas ambientais nas agendas públicas e políticas, podendo condicionar os setores políticos (governos) na busca de soluções para minimizar os problemas e impactos ambientais (Sousa, 2008, p. 68 e 73).

A coleta dos materiais foi feita de forma aleatória em veículos online, por meio do site de busca Google (www.google.com). Os critérios empregados na seleção dos meios jornalísticos foram: 1) credibilidade e abrangência; 2) tradição (permanência no mercado, e/ou o elevado número de leitores/assinantes/acessos).

No total, foram selecionadas onze notícias, em seis veículos (dois estrangeiros e quatro brasileiros) sendo: duas notícias da BBC-Brasil (dias 21 e 28/09/2014); uma da Reuters Brasil de 23/09/2014; duas da Agência Brasil (dias 23/09/2014 e 15/12/2014); duas do Portal G1 de 23/09/2014 e 12/11/2014; três do jornal Folha de São Paulo (dias 21, 24 e 26/09/2014); uma do jornal O Estado de São Paulo (s/d). Há de se considerar a fertilidade dos materiais analisados haja vista a larga tradição das empresas selecionadas no mercado jornalístico. Pelo menos quatro possuem quase um século de existência ou mais, e uma trajetória marcada por avanços editoriais e tecnológicos e com projeção internacional.

A Reuters¹² tem 163 anos. Foi fundada em 1851, em Londres. É a maior agência internacional de notícias e multimídia do mundo. A BBC¹³ (British Broadcasting Corporation) tem 92 anos. Foi fundada em 1922, em Londres. A Folha de São Paulo¹⁴ tem 93 anos. Foi fundada em 1921, em São Paulo-SP. É o segundo maior jornal do Brasil em circulação. Está sediado à Alameda Barão de Limeira, 425, Bairro Cam-

¹² Mais informações sobre a história da Reuters em:

<http://www.infoamerica.org/agencias/reuters.htm>

<http://www.comuniquetres.com.br/beta/wp-content/uploads/2012/06/Agencia-de-Noticias-Reuters-ppt.pdf>. Acesso no dia 24/01/2015.

¹³ Mais informações sobre a história da BBC em: http://pt.wikipedia.org/wiki/British_Broadcasting_Corporation. Acesso no dia 24/01/2015.

¹⁴ Mais informações sobre a história da Folha de São Paulo em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_folha.htm. Acesso no dia 24/01/2015.

pos Elíseos, São Paulo, SP. O jornal Estado de São Paulo¹⁵ tem 140 anos. Foi fundado no dia 4 de janeiro de 1875 ainda durante o império. É o jornal mais antigo em circulação em São Paulo, e o quarto no País. O Portal G1 tem oito anos. Foi criado em 2006 com o objetivo de produzir e difundir notícias das empresas pertencentes às Organizações Globo: dois canais de TV; duas rádios; dois jornais; duas revistas, entre outras. O Grupo iniciou sua trajetória em julho de 1911 com a criação do jornal A Noite no Rio de Janeiro-RJ. A Agência Brasil é uma empresa de notícias vinculada à EBC (Empresa Brasil de Comunicação) criada em outubro de 2007 para gerir as emissoras de rádio e televisão públicas federais. O acesso ao site se dá através do endereço: <http://www.agenciabrasil.ebc.com.br/>.

A análise dos materiais baseou-se, principalmente, em Herscowitz (2008). A autora discorre sobre a fertilidade dos estudos da notícia do ponto de vista das fontes e das falas, e como esses procedimentos podem tornar mais produtiva, a análise de conteúdo, quando acionados conjuntamente.

(...) a análise de conteúdos, revela-se como um método de grande utilidade na pesquisa jornalística. Pode ser utilizada para detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos. (...) Serve também para descrever e classificar – produtos, gêneros e formatos jornalísticos, para avaliar características da produção de indivíduos, grupos e organizações, para identificar elementos típicos, exemplos representativos e discrepâncias (...) (p. 123).

Luft (2010) explorou a funcionalidade e as possibilidades de cruzamentos desse modelo metodológico, no estudo sobre a cobertura dos desmatamentos no jornal O Liberal do Pará-PA, em 2008. A pesquisa avaliou a produção de notícias a partir das fontes e das falas mais significativas, face às novas demandas socioambientais e tecnológicas em que pese a globalização dos acontecimentos. De modo mais específico, o estudo buscou compreender questões como: o que são fontes hoje? Como se estruturam? Qual o papel que estas desempenham no processo noticioso em meio ambiente? Quais os fenômenos decorrentes do processo?

As fontes e as falas relativas à Cúpula de Nova York foram escolhidas de acordo com a sua fertilidade/representatividade; e credibilidade individual e/ou das instituições às quais pertencem, com olhar especial para aquelas que compartilham uma visão sistêmica e de longo prazo quanto ao uso racional dos recursos naturais, e que demonstraram maior comprometimento com a preservação ambiental.

¹⁵ Mais informações sobre a história do jornal Estado de São Paulo em: http://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_1870.shtm. Acesso no dia 24/01/2015.

Sousa (2005) sugere que se acrescente o item “representatividade”¹⁶, aos critérios de seleção das fontes jornalísticas, fator este, relacionado ao número de pessoas que uma fonte legitimamente representa.

Uma fonte que só se representa a si mesma poderá não ser tão boa quanto uma fonte que representa várias pessoas [...]. De qualquer maneira, o princípio é o de que quanto mais pessoas uma fonte representar maior acesso deve ter aos órgãos de informação. No caso de uma campanha cívica, por exemplo, todos os líderes “são representativos” (p. 55).

Chaparro (2001) assinala a fertilidade dos movimentos sociais no mundo globalizado como “produtores” de acontecimentos de grande alcance e repercussão, e com alto grau de complexidade (interesses contraditórios e confronto de opiniões) principalmente nas notícias provenientes de denúncias. Essa percepção contribuiu para elevar o jornalismo ao status de “linguagem dos conflitos” ou “linguagem do presente”, uma referência à teoria da complexidade do filósofo francês Edgar Morin. O projeto “Revolução das fontes” resultou de pesquisas desenvolvidas junto ao Movimento dos sem terra (MST) - no auge do seu processo de legitimação midiática, às assessorias de imprensa, de empresas públicas e privadas, e com outras entidades representativas, a partir dos anos 90.

Em contrapartida, Costa (2009) atenta para as deficiências da imprensa brasileira na cobertura das mudanças climáticas. “O que vem sendo observado nos últimos anos é que a cobertura feita pela mídia não é satisfatória no que tange à explicitação das causas e consequências das mudanças climáticas, sendo, portanto, insuficiente para promover um real entendimento sobre o tema” (COSTA, 2009).

As fontes e as falas

A partir do instrumental teórico apresentado buscou-se realizar um mapeamento das principais fontes e falas selecionadas pelos veículos avaliados, na construção das notícias. Entre os textos analisados, as instituições mais citadas foram: Organização das Nações Unidas (ONU), Ministério do Meio Ambiente do Brasil (MMA), Presidência dos Estados Unidos, ONG Hutukara e Survival International. Entre os agentes mais citados estavam políticos e ambientalistas, com destaque para: Ban Ki-moon (Secretário-Geral da ONU), Barack Obama (Presidente dos USA), Segolene Royal (Ministra francesa da Ecologia), **Gro Brundtland** (*Ex-primeira ministra norue-*

¹⁶ Segundo o autor “as fontes humanas devem ser escolhidas pela sua qualificação para falar sobre algum assunto, pela sua competência e credibilidade, pela oportunidade e pertinência do contacto e, obviamente, pela sua disponibilidade para falarem com os jornalistas” (SOUSA, 2005, p. 49).

guesa, Diretora-geral da Organização Mundial da Saúde e Presidente da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU), Al Gore (Ex-vice-presidente dos USA), Leonardo DiCaprio (ator), Jane Goodall (primatologista), Dilma Rousseff (Presidente do Brasil), João Pedro Eboli (estudante) e Davi Yanomami (líder indígena).

Os textos analisados também citaram agentes sociais de forma genérica como: ativistas, políticos, executivos, ambientalistas, celebridades, líderes mundiais e autoridades.

A conferência começou cedo e foi aberta pelo secretário-geral da ONU Ban Ki-moon. Ele convidou o galã de Hollywood Leonardo DiCaprio para discursar na conferência. DiCaprio pediu ações urgentes para combater o aquecimento global e disse para o plenário da ONU que a mudança climática não pode ser tratada como ficção (PORTAL G1, 23/09/2014).

Foi possível concluir que os discursos desses agentes convergiram para uma preocupação com a manutenção da “floresta em pé”, principal indagação desse estudo (“quando a gente destrói uma floresta...”, “Dalai Lama da Floresta Tropical”) e para a necessidade de ações políticas consensuais para frear o desmatamento (“... não querem saber de proteger a natureza”, “... não temos ‘Planeta B’”). Argumentos também recorrentes, de modo geral, no discurso de representantes de organizações não governamentais ambientalistas.

“A gente mora na Terra, é a nossa única casa, então acho que, no mínimo, a gente devia ter um pouco de cuidado para poder viver bem, porque quando a gente destrói uma floresta, a gente vai (...) se destruindo também” (João Pedro Eboli, estudante brasileiro, que ganhou o prêmio de uma ONG internacional com um vídeo sobre aquecimento global). (PORTAL G1, 23/09/2014).

Há mais de 30 anos, Davi (Yanomami) viaja pelo mundo em defesa do seu povo. Recebeu o apelido de “Dalai Lama da Floresta Tropical” e foi chave para o reconhecimento oficial da área yanomami na Amazônia em 1992, depois de quase dez anos de luta. O território é duas vezes maior que a Suíça (BBC-Brasil Londres, 28/09/2014).

“Este é o planeta onde as próximas gerações vão viver. Não existe plano B, porque não temos o ‘Planeta B’”, disse Ban Ki-moon a jornalistas (BBC-Brasil, 21/09/2014).

“Os políticos nacionais não querem saber de proteger a natureza. Eles querem usar o subsolo. Tem o político pequeno, fraco, que não tem dinheiro. Esses querem proteger. Os grandes não” (David Yanomami em entrevista à BBC-Brasil Londres, 28/09/2014).

O tom geral das notícias, portanto, foi de apreensão em relação aos resultados da Cúpula (“... conseguir algo novo em meio ao ‘culpe seu vizinho’”), o que pode ser percebido na escolha das fontes de informação e das frases selecionadas pelos veículos analisados para construir a narrativa jornalística pró-meio ambiente (“... assunto chave para nosso futuro comum”, “permita um desenvolvimento sustentável”, “... de ações para lidar com o problema”).

Ele disse que iria “dar os braços àqueles protestando por ações contra a mudança climática” para mostrar que a ONU está “com eles do lado certo deste assunto chave para nosso futuro comum” (BBC-Brasil, 21/09/2014).

Ban Ki-moon espera conseguir algo novo em meio ao ‘culpe seu vizinho’ comum nas conferências climáticas, disse Roger Harrabin, analista de meio ambiente da BBC (BBC-Brasil, 21/09/2014).

A presidente Dilma Rousseff também discursou pela manhã. Ela disse que o Brasil espera um acordo climático global que permita um desenvolvimento sustentável (PORTAL G1, 23/09/2014).

“Desta vez, ele convidou os líderes mundiais a fazerem sugestões públicas de ações para lidar com o problema. Certamente alguns países menores farão novas contribuições, mas os grandes jogadores continuarão a partida de pôquer, segurando as cartas até avaliarem o que está na mesa” (BBC-Brasil, 21/09/2014).

Conclusão

A cobertura sobre a Cúpula do Clima de Nova York trouxe à tona questões relevantes a respeito das fontes e das falas mais representativas, presentes no noticiário. Com especial atenção para o recuo do Brasil nas negociações mundiais visando à redução dos desmatamentos, e a necessidade de preservação das florestas. Nesse sentido, destaca-se a fala emblemática do líder indígena David Yanomami, em entrevista à BBC-Brasil Londres (28/09/2014): “Político é como cobra grande: quer engolir todo mundo’ [...]”.

No que se refere às repercussões diante da decisão do governo brasileiro de não assinar o Acordo e de não conduzir as negociações mundiais no combate aos desmatamentos, a crítica mais contundente veio do setor político, por meio da então candidata à Presidência da República pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro), nas eleições 2014, Marina Silva, na reportagem da BBC. Para ela, a decisão do Brasil de se manter à margem das negociações, representa um “retrocesso”, consequência das incompatibilidades entre a execução das políticas públicas federais para o setor, e as atuais demandas.

Dentre o total dos materiais analisados, entende-se que a crítica mais significativa veio da Folha de São Paulo. No editorial de 26/09/2014, o jornal questionou “por que” o Brasil não assumiu a liderança das negociações durante a Cúpula, já que detém o maior índice de florestas tropicais mundiais, com cerca de 3 milhões de km².

A análise também comprovou avanços na cobertura, com a inclusão de agentes até bem pouco tempo ignorados da produção noticiosa. Há menos de uma década, vários fatores impediam o acesso dos movimentos sociais à grande imprensa. Na cobertura da Cúpula do Clima 2014 ocorreu um fenômeno contrário. Constatou-se que os manifestos de rua não só obtiveram um espaço significativo na agenda jornalística, como também contaram com o apoio e adesão de dirigentes mundiais, como foi o caso do secretário Geral das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-Moon, que participou ativamente da Marcha dos Povos pelo Clima de Nova York. Esse fato foi destaque na imprensa estrangeira e brasileira. “Não existe plano B, porque não temos o ‘Planeta B’” declarou Ban Ki-Moon a jornalistas (BBC-Brasil, 21/09/2014).

Embora o objetivo desse artigo seja tão somente trazer ao debate o recuo do Brasil diante do Acordo e suas implicações, entende-se que a análise evidenciou questões importantes à luz da teoria do agendamento. Notou-se que a variedade de meios selecionados (seis) viabilizaram uma melhor compreensão das agendas de setores envolvidos com as mudanças climáticas, em especial com os desmatamentos na Amazônia. A agenda política (representada pela presidente Dilma Rousseff, ex-ministra Marina Silva, secretário da ONU Ban Ki-Moon, e outros); a agenda pública (mediada pelas Organizações Não governamentais, o líder indígena Davi Yanomami), e também, dos temas mais relevantes para a construção da agenda midiática.

Tglgt ´peku bibliográficas

AGENDA POSITIVA DA AMAZÔNIA. **Brasília:** Câmara dos Deputados, Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, Centro de Documentação e Informação, 2001.

CHAPARRO, Manuel Carlos (2001). **Linguagem dos conflitos.** Coimbra: Minerva.

COSTA, Luciana Miranda (2009). **Meio Ambiente é Pauta! Análise Discursiva da Cobertura da Imprensa sobre Desmatamento e Queimadas na Amazônia no período 2002-2006.** IN: *Mídia e Ambiente: estudos e ensaios.* Thales Novaes de Andrade e Antonio Ribeiro de Almeida Jr. (Orgs.). São Paulo: Hucitec, p. 182-224.

FONSECA, A., SOUZA Jr., C., & VERÍSSIMO, A. 2014. **Boletim do desmatamento da Amazônia Legal (setembro de 2014) SAD**, Belém: Imazon, p. 10.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan (2008). **Análise de conteúdo em jornalismo**. IN: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. (Orgs.) Metodologia de Pesquisa em Jornalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 123-142.

LUFT, M. S. (2010). **Jornalismo ambiental na Amazônia**: as fontes de informação na cobertura dos desmatamentos no jornal O Liberal do Pará. Tese de doutoramento, PPGCOM/Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo-RS.

LUFT, M. S. (2005). **Jornalismo, meio ambiente e Amazônia**: os desmatamentos nos jornais O Liberal do Pará e A Crítica do Amazonas. São Paulo: Annablume.

OLIVEIRA, F. (2009). **A gestão ambiental e a medicina veterinária**. Rio de Janeiro-RJ.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de jornalismo impresso**. Florianópolis: Letras Contemporâneas – Oficina Editorial Ltda., 2005.

SOUSA, Jorge Pedro. **A teoria do agendamento e as responsabilidades do jornalismo ambiental**: uma perspectiva ibérica. IN: MELO, José Marques de. (Org.). Mídia, Ecologia e Sociedade. São Paulo, INTERCOM, 2008.

Corpus de Análise

AGÊNCIA BRASIL. **Cúpula do Clima termina com compromissos, mas Brasil não assina carta**. (Helena Martins. 23/09/2014). Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2014-09/cupula-do-clima-termina-com-compromissos-mas-brasil-nao-assina-carta>. Acesso em 13/10/2014. Acesso no dia 28/09/2014.

AGÊNCIA BRASIL. **COP-20**: Energia e agropecuária são setores-chave para Brasil reduzir emissões. 15/12/2014. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-12/cop-20-energia-e-agropecuaria-sao-setores-chave-para-brasil-reduzir-poluicao>. Acesso no dia 15/12/2014.

BBC –BRASIL. **Manifestações pelo clima se espalham pelo mundo**. 21/09/2014. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/09/140921_manifestacoes_clima_cc. Acesso em 28/09/2014.

BBC-BRASIL LONDRES. **‘Político é como cobra grande**: quer engolir todo mundo’, diz líder yanomami. Hugo Bachea. 28/09/2014. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/09/140924_yanomami_entrevista_hb?ocid=socialflow_facebook. Acesso em 28/09/2014.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO (Ciência). **Mau tempo esvazia a Caminhada pelo Clima, no Rio.** 21/09/2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2014/09/1519622-mau-tempo-esvazia-caminhada-pelo-clima-no-rio.shtml>. Acesso em 28/09/2014

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. **Brasil fica fora de acordo para zerar desmatamento até 2030.** 24/09/2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cienciasaude/187154-brasil-fica-fora-de-acordo-para-zerar-desmatamento-ate-2030.shtml>. Acesso no dia 28/09/2014.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. **Floresta derrubada.** Editorial, 26/09/2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/187373-floresta-derrubada.shtml>. Acesso em 13/10/2014.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO (AE). **Leia na íntegra o discurso de Lula na COP-15.** (s/d). Disponível em: <http://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,leia-na-integra-o-discurso-de-lula-na-cop-15,484275>. Acesso no dia 13/10/2014.

PORTAL G1. **Jovem brasileiro participa da abertura de conferência sobre clima nos EUA.** 23/09/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2014/09/jovem-brasileiro-participa-da-abertura-de-conferencia-sobre-clima-nos-eua.html>. Acesso em 28/09/2014.

PORTAL G1. **EUA e China anunciam acordo para reduzir emissão de gases poluentes.** 12/11/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2014/11/eua-e-china-anunciam-acordo-para-reduzir-emissao-de-gases-poluentes.html>. Acesso no dia 12/11/2014

REUTERS BRASIL. **Marina critica não adesão do Brasil a acordo sobre desmatamento na ONU.** Pedro Belo, 23/09/2014. Disponível em: <http://br.reuters.com/article/topNews/idBRKCN0HI2LN20140923?pageNumber=2&virtualBrandChannel=0&sp=true>. Acesso em 28/09/2014.

GT09 - ESTADO, DIVERSIDADE SOCIAL E CONFLITOS NA AMAZÔNIA
BRASILEIRA

O CONCEITO DE DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS AOS INDÍGENAS

Introdução

A ontologia da Dignidade da Pessoa Humana é construída historicamente e vem sendo aplicada pelos Estados através de políticas públicas em cada momento histórico de desenvolvimento humano.

Mas as políticas públicas estatais devem ter como fim a satisfação de todos os administrados em um Estado, de toda a coletividade inserida no território de um Estado e submetida às políticas públicas, inclusive as minorias.

Em não respeitando particularidades dos povos, o Estado pode tratar desigualmente pessoas iguais ou mesmo acentuar desigualdades fáticas na aplicação de leis e políticas públicas. A isonomia é princípio básico nas ordens jurídicas ocidentais.

Trataremos da Dignidade da Pessoa Humana, com notas sobre o aspecto ontológico, filosófico e histórico do conceito. Especificaremos a aplicação da Dignidade Humana nas políticas públicas estatais, abordando a Teoria da Administração Pública.

Será especificada a Dignidade da Pessoa Humana na ordem jurídica brasileira e o princípio da igualdade, em cotejo com a teoria geral e história da Dignidade da Pessoa Humana, bem como a abertura da Carta Maior para a aplicação dos princípios universais de Direitos Humanos.

Empós, abordaremos a particularidade dos ameríndios da Amazônia, especificamente confrontando a teoria tradicional da Dignidade da Pessoa Humana com aplicação prática nas Políticas Públicas estatais. Algumas culturas locais de índios na Amazônia entendem a cosmologia de forma totalmente díspare da cultura dominante, não compreendendo o antropocentrismo dominante, podendo haver injustiça na aplicação de políticas públicas tradicionais com fundamento nos conceitos ocidentais de Dignidade da Pessoa Humana.

* Universidade Federal de Roraima. E-mail:alanrobsonce@yahoo.com.br

A dignidade da pessoa humana

Buscar a essência da Dignidade da Pessoa Humana e dos Direitos Humanos é perscrutar a própria condição humana e investigar “o que é o Homem” e por que o Homem tem uma dignidade que merece respeito e consideração dos pares e da organização estatal de forma mais elaborada que merecem os bens, outros seres no mundo ou a própria organização social do Homem.

O conceito de Dignidade da Pessoa Humana não é estático e imutável, depende das condições históricas e sociais e se altera com as mudanças sociais, mormente na relação de poder entre Estado e Homem. Historicamente, nessa dicotomia entre poder estatal e Direitos do Homem, vislumbra-se o nascedouro dos Direitos do Homem, ou a proto-história dos Direitos Humanos.

“nos séculos XI e X a.C., quando se instituiu, sob David, o reino unificado de Israel, tendo como capital Jerusalém (...) estabeleceu, pela primeira vez na história política da humanidade, a figura do rei-sacerdote, o monarca que não se proclama deus nem se declara legislador...” (COMPARATO, 2013, p. 53)

Na Grécia antiga, através dos poemas que o conhecimento, cultura, a educação, os modos de vida, a Paideia era transmitida entre gerações na sociedade grega. Na poesia vislumbra-se “uma imagem do humano capaz de se tornar uma obrigação e um dever.” (JAEGER, 2013, p. 62). A poesia grega foi única. Jaeger conclui que

“Nenhuma épica de povo nenhum exprimiu de modo tão completo e tão sublime como a dos gregos aquilo que, apesar de todos os “progressos” burgueses, há de imperecível na fase heróica da existência humana: o seu sentido universal do destino e verdade permanente da vida” (JAEGER, 2013, p. 64).

A poesia, antes do nascimento da filosofia, registrava a explicação do cosmos; do universo; do todo. Nessa explicação primeira está o registro do homem e seus direitos, da sociedade e da cultura nos séculos VII a V a.C.

Em tal compreensão está ínsita a questão dos direitos humanos ou da relação entre o poder do Estado e tais direitos inerentes ao ser humano. “A tragédia grega, muitos séculos antes da psicanálise, representou a primeira grande introspecção nos subterrâneos da alma humana”. (COMPARATO, 2013, p. 22).

Na Grécia clássica, na obra “A República”, Platão já propunha as regras de um Estado ideal, traçando seus caracteres na obra filosófica e estipulando o governo de

uma aristocracia de sábios. Werner Jaeger diz que “O problema para o qual desde o primeiro instante se orienta o pensamento de Platão é o problema do Estado.” (JAEGER, 2001, p. 749).

Entendemos que o conceito de Dignidade da Pessoa Humana também sempre foi subjacente à filosofia, desde que Sócrates afirmou “conhece-te a ti mesmo”, passando pela filosofia da idade antiga e média. Esta pregava princípios bíblicos de igualdade e fraternidade, com intenso valor à vida humana.

A Dignidade da Pessoa Humana na Idade Média é decorrente da criação. Deus criou o homem à Sua imagem e semelhança, portanto com “dignidade dada pelo próprio criador” (BERGOGLIO, 2013, p. 13). E todos descendem de um único e primeiro homem – Abraão – sendo decorrente o princípio da igualdade de todos os homens. “Não existem indivíduos que, diante de Deus, tenham prerrogativas maiores ou menores.” (BERGOGLIO, 2013, p. 15).

Sobre Dignidade da Pessoa Humana na passagem da idade antiga para a idade média, REZEK destaca que “era traço comum a praticamente todos os povos o fato de que os estrangeiros não faziam jus aos mesmos direitos. Para a mudança desse paradigma, concorreria decisivamente a doutrina cristã...” (REZEK, 2010, p. 620). MENDES aduz que “O cristianismo marca impulso relevante para o acolhimento da idéia de uma dignidade única do homem, a ensejar uma proteção especial” (MENDES, 2007, p. 222).

Na idade média o entendimento e explicação do cosmo através de um Deus único que tem os homens como filhos à Sua imagem e semelhança, todos iguais ou irmãos entre si e todos filhos desse único Deus, permeia um entendimento do valor único desse ser humano no mundo.

O conceito de dignidade humana, como é entendido na contemporaneidade, nasceu através do Cristianismo. Seres humanos diferem de tudo mais que há no mundo, por criação e vontade divina. O ser humano foi criado por Deus para dominar todos os demais seres e respeitar o outro, por tão filho de Deus quanto ele.

Na idade moderna, com Descartes, filósofo que inaugura o pensamento da idade moderna, há mudança substancial. Esta mudança de paradigma quanto ao ser humano, única certeza de existência indubitável, ponto de partida para o conhecimento de quaisquer outros objetos a conhecer, é relevante para o reconhecimento posterior do valor único do ser humano como ser cognoscente e abarcador da compreensão do mundo.

Trata-se de registro do conhecimento filosófico que altera a forma de conhecer e a própria condição humana ante o mundo circundante até a contemporaneidade.

Descartes discursa racionalmente em sua obra sobre a incerteza do conhecimento e, dessa dúvida, extrai uma certeza no cogito, a de que “Eu sou, eu existo”, pois nada obstante a incerteza sobre tudo, não posso afastar de que nenhuma força pois jamais poderá fazer com que eu não seja nada, enquanto eu pensar ser alguma coisa (DESCARTES, 2005).

Na idade moderna, no século XVIII, Kant explana em sua obra sobre o valor absoluto que existe no ser humano. Afirma que “o homem – e, de uma maneira geral, todo o ser racional – existe como fim em si mesmo, e não apenas como meio para o uso arbitrário desta ou daquela vontade.” (KANT, 2002, p. 58).

Em Kant, Dignidade Humana tem valor absoluto, incomparável ao valor das coisas não-humanas. As coisas podem ser substituídas. Cada ser humano é insubstituível e um fim em si mesmo, o que constitui sua dignidade. Um ser humano não pode ser substituído por outro ou por qualquer coisa ou conjunto de coisas. O ser humano, cada ser humano, é detentor de um valor absoluto

Segundo Kant, os seres humanos, portadores de razão, têm dignidade. As coisas têm preço. Apenas os seres humanos têm liberdade e vontade. Não há preço para o ser humano. Não há nada de mais valor que um ser humano, que está acima de qualquer preço, pois possui o atributo da dignidade.

No século XIII, nos Estados Unidos e na França, temos as duas cartas que representam em lei o registro em textos escritos de maior vulto do reconhecimento dos direitos humanos no mundo – a Declaração de Independência dos Estados Unidos e as Declarações de Direitos da Revolução Francesa.

As normas foram frutos de lutas contra o poder político. Duas revoluções quase concomitantes em dois continentes diferentes – americano e europeu. Destaca-se que “a Declaração francesa e 1789 tinha por destinatário o gênero humano” (BONAVIDES, 1997, p. 516).

Em referência ao filósofo iluminista Kant, REZEK aduz que “Na atualidade, encontra-se também difundida a visão de que os direitos humanos se fundam no reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da espécie humana...” (REZEK, 2010, p. 616). Em MENDES vimos que “É o princípio da dignidade da pessoa humana que demanda fórmulas de limitação do poder, prevenindo o arbítrio e a injustiça” (MENDES, 2007, p. 227).

O fundamento filosófico e a própria ontologia da Dignidade da Pessoa Humana na ordem jurídica pátria são analisados pela literatura jurídica nacional com destaque ao filósofo iluminista prussiano Immanuel Kant (MENDES, 2007; WEYNE, 2013).

Hodiernamente não há sistema político que não perpassasse pelo conceito filosófico de Dignidade da Pessoa Humana conforme traços propostos em Fundamentação da Metafísica dos Costumes através de imperativos éticos. Em Kant, extrai-se que o Homem é, além de ser natural um ser racional e é esta natureza racional humana que deve prevalecer em suas relações sociais.

As máximas morais kantianas carregam o conceito de Dignidade da Pessoa Humana, quando propõe que a humanidade, tanto na pessoa do agente quanto na personalidade de terceiros, seja tratada sempre como fim e nunca como meio, destacando que

“os seres, cuja existência não assenta em nossa vontade, mas na natureza, têm, contudo, se são seres irracionais, um valor meramente relativo, como meios, e por isso denominam-se coisas, ao passo que os seres racionais denominam-se pessoas, porque a sua natureza os distingue já como fins em si mesmos, ou seja, como algo que não pode ser empregado como simples meio e que, portanto, nessa medida, limita todo o arbítrio (e é um objeto de respeito)” (KANT, 2002, p. 58).

Kant afirma que “o homem – e, de uma maneira geral, todo o ser racional – existe como fim em si mesmo, e não apenas como meio para o uso arbitrário desta ou daquela vontade” (KANT, 2002, p. 58). Além disso, o mesmo autor iluminista aponta em opúsculo sobre a Paz Perpétua que “ninguém tem mais direito do que outro a estar num determinado lugar da Terra” (KANT, 1980, p. 20).

O art. 1º da Constituição da República Federativa do Brasil estipula que

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

(BRASIL, 1988)

O art. 5º da Constituição determina que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, traçando uma vasta gama de direitos fundamentais aos “brasileiros e aos estrangeiros residentes no país” (BRASIL, 1988), tendo a dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil.

Na lei brasileira e historicamente é observado um caráter de universalidade dos Direitos Humanos, para que cada ser humano, irrepetível, único e que merece respeito e consideração por parte dos pares e do poder estatal, seja respeitado em sua condição humana.

No Brasil, os parágrafos 2º e 3º do art. 5º da Constituição da República estipulam que:

§ 2º - Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

(BRASIL, 1988)

Conforme excerto acima, a Constituição Federal de 1988 relativiza a própria Soberania, fundamento da República, em nome da Dignidade da Pessoa Humana, consoante PIOVESAN, sobre a Constituição Federal, “os direitos e garantias nela expressos não excluem outros, decorrentes dos tratados internacionais em que o Brasil seja parte, a Constituição de 1988 passa a incorporar os direitos enunciados nos tratados de direitos humanos ao universo dos direitos constitucionalmente consagrados” (PIOVESAN, 2011, p. 138).

Ratifica a autora que em caso de conflito da Constituição Federal com o Direito Internacional dos Direitos Humanos “adota-se o critério da prevalência da norma mais favorável à vítima [...] a primazia é da norma que melhor proteja, em cada caso, os direitos da pessoa humana.” (PIOVESAN, 2011, p. 158)

Kant, no século XVIII afirmou em “A Paz Perpétua” que

“a violação do direito num lugar da Terra se sente em todos os outros, a ideia de um direito cosmopolita não é nenhuma representação fantástica e extravagante do direito, mas um complemento necessário de código não escrito, tanto do direito político como do direito das gentes, num direito público da humanidade em geral e, assim, um complemento da paz perpétua.” (KANT, 1980, p. 22)

No século XXI ainda não há um direito cosmopolita em muitos temas, mas a sociedade global caminha para regramento uníssono dos Direitos Humanos e da Dignidade da Pessoa Humana.

BONAVIDES defende que o tema está inscrito na quarta geração dos direitos humanos, “adequada ao período da globalização e à formação de um mundo marca-

do por fronteiras nacionais mais permeáveis, maior limitação da soberania nacional e pelo fortalecimento de uma sociedade civil internacional” (apud REZEK, 2010, p. 624).

Os direitos da quarta geração, ou dimensão, dos Direitos Humanos “compendiam o futuro da cidadania e o porvir da liberdade de todos os povos. Tão-somente com eles será legítima e possível a globalização política.” (BONAVIDES, 1997, p. 526).

Em Miguel Reale, retiramos o excerto que traduz conceito de Dignidade Humana hodierno.

“toda pessoa é única e que nela já habita o todo universal, o que faz dela um todo inserido no todo da existência humana; que, por isso, ela deve ser vista antes como centelha que condiciona a chama e a mantém viva, e na chama a todo instante crepita, renovando-se criadoramente, sem reduzir uma à outra; e que, afinal, embora precária a imagem, o que importa é tornar claro que dizer pessoa é dizer singularidade, intencionalidade, liberdade, inovação e transcendência, o que é impossível em qualquer concepção transpersonalista, a cuja luz a pessoa perde os seus atributos como valor-fonte da experiência ética para ser vista como simples ‘momento de um ser transpessoal’ ou peça de um gigantesco mecanismo, que, sob várias denominações, pode ocultar sempre o mesmo ‘monstro frio’: ‘coletividade’, ‘espécie’, ‘nação’, ‘classe’, ‘raça’, ‘idéia’, ‘espírito universal’, ou ‘consciência coletiva’” (MENDES, 2007, p. 140).

Em Miguel Reale e Bonavides demonstramos uma visão no século XXI do conceito de Dignidade da Pessoa Humana, numa visão ocidental dominante, universal e aplicável em quaisquer relações privadas de homens com o poder estatal.

Mas no planeta há sociedades que não traçaram o caminho linear do conhecimento desde a Grécia, perpassando pela idade média, moderna, contemporânea, nem viveu as agruras das grandes guerras do último século.

Tais sociedades, como os povos indígenas da América, surgiram na história tradicional ocidental apenas entre os séculos XV e XVII, na expansão da Europa para as Américas, e ainda estão sob “descobrimento”, mormente no que tange ao conhecimento e respeito das culturas próprias das comunidades ameríndias, especificamente quanto aos desafios para impor freios da cultura dominante sobre as culturas locais.

Políticas públicas e dignidade da pessoa humana.

A compreensão das políticas públicas perpassa a compreensão de uma sociedade e da própria condição humana em organização social. As políticas públicas, parte do processo governamental, devem respeitar a Dignidade da Pessoa Humana conforme exposto no último capítulo, sob pena de frustrar seu fim.

Não seria útil a previsão constitucional e legal da Dignidade da Pessoa Humana e um rol de Direitos Fundamentais e compromissos internacionais de direitos humanos se tais preceitos não fossem aplicados no Estado através de suas políticas públicas, sem olvidar da aplicabilidade dos direitos fundamentais nas relações privadas. É através da teoria da Administração Pública que compreendemos o desenvolvimento da praxis da Teoria dos Direitos Fundamentais.

Conhecer uma sociedade exige a compreensão das relações entre os Homens de forma horizontal e da relação entre os Homens e o Estado-Poder. Este último campo se dá através das políticas públicas estipuladas em um certo contexto histórico e espacial.

Há uma teoria tradicional racional em que as decisões do Estado devem ser racionais e lastreadas no atingimento dos objetivos a um menor custo e tempo. Um dos princípios constitucionais inscritos no artigo 37 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) exige eficiência na aplicação dos recursos públicos. Mas o trabalho dos humanistas organizacionais na formulação das políticas públicas, voltados ao Homem, serviu bem para constatar as limitações da perspectiva racional da elaboração de Políticas Públicas.

Para políticas públicas direcionadas ao respeito e à dignidade das pessoas, o teórico da Administração Pública Denhardt, americano, professor escritor de várias obras de Administração, propõe um Novo Serviço Público. Denhardt levantou em sua teoria falhas na atuação do modelo racional na Administração Pública, pois na administração racional

“o papel das organizações públicas consiste simplesmente em descobrir os meios mais eficientes para os fins politicamente dados. Mas, como vimos, a dicotomia entre política e administração não reflete a prática.” (DENHARDT, 2012, p. 219).

Especificamente quanto à Teoria da Dignidade da Pessoa Humana, Denhardt expõe que na administração racional “os mecanismos de controle das organizações complexas trivializam a interação pessoal de tal forma que os indivíduos se tornam

simples objetos a serem usados no processo de produção” (DENHARDT, 2012, p. 220).

Tornar seres humanos objetos é o que há de mais afastado do conceito filosófico de Dignidade da Pessoa Humana, especificamente no iluminista Kant acima citado e cotejado pela doutrina jurídica nacional para explicar a Dignidade da Pessoa Humana como fundamento da República Federativa do Brasil. Deve-se buscar a humanização na gestação e aplicação de políticas públicas, sob pena de frustrar o Homem, fim último do Estado.

O professor Denhardt reforça tal perspectiva quando aduz que “não conseguiremos simplesmente garantir um ambiente moral para nossas ações, incluindo nossas ações organizacionais, dentro de um contexto limitado apenas por racionalidade instrumental” (DENHARDT, 2012, p. 221).

Políticas públicas sob modelo racional geraram barbáries no século XX, especificamente durante a 2ª Guerra Mundial, onde seres humanos não pertencentes às maiorias eram dizimados sob pálio de obediência a um ordenamento jurídico e políticas públicas do estado nazista.

“Adams e Balfour examinam (...) diversos exemplos de perversidade administrativa, começando com o holocausto, passando pelo envolvimento de Werner Von Braun no programa espacial dos Estados Unidos e, finalmente, abordando o desastre do ônibus espacial Challenger. Observe-se que a máscara que oculta a perversidade administrativa nesses casos e em outros mais comuns é a dominação da racionalidade técnica em nosso pensamento sobre as organizações públicas.” (DENHARDT, 2012, p. 221)

O Novo Serviço Público é o cerne da Teoria da Administração Pública de Denhardt, tornando a democracia o ponto central da Administração Pública, através de uma administração mais humanística. A gestão pública se dá para cidadãos, não consumidores. A gestão é cidadã, não empreendedora como nas empresas privadas que visam ao lucro. Deve-se focar em pessoas, não na produtividade.

Entretanto, há desafios à Administração Pública em uma sociedade complexa como a brasileira, onde há conflitos entre culturas e povos dentro de tão vasto território. A aplicação de políticas públicas de um governo central em sociedades indígenas, mesmo com lastro na Dignidade da Pessoa Humana e nos históricos dos Direitos Humanos, pode malferir e desrespeitar preceitos básicos da cultura da minoria, discrepante do pensamento dominante.

Conceito de dignidade humana e sua aplicação em políticas públicas aos índios na América Latina

Observamos que a visão ocidental tradicional da Dignidade Humana é de que, independentemente de serem nacionais ou estrangeiros, índios, brancos, mulatos ou mestiços, pessoas são antes seres humanos, seres únicos e dotadas de Dignidade. Kant afirma que “o homem – e, de uma maneira geral, todo o ser racional – existe como fim em si mesmo, e não apenas como meio para o uso arbitrário desta ou daquela vontade.” (KANT, 2002, p. 58)

Tal visão filosófica é de que há um homem padrão, com cultura universal, racionalidade única e que esse homem tem em si um fim e merece respeito e consideração de todos de forma única, mas global. As políticas públicas são elaboradas e aplicadas universalmente sob essa ótica de Dignidade da Pessoa Humana traçada na história pelo pensamento ocidental.

Essa visão ocidental européia tradicional impõe sua cultura e visão de mundo dominante sobre outras culturas locais, traçando meios de vida, de vestir, de se portar, sentir, de enxergar o mundo ao seu redor. Tal imposição altera a própria condição humana desses povos e culturas locais.

Analisamos que a Dignidade da Pessoa Humana no Brasil contemporâneo é fundamento de quaisquer relações humanas, inscrito no art. 1º Constituição Federal e permeado em todo o ordenamento jurídico pátrio.

A Constituição Federal de 1988 apresenta normatização específica sobre os Índios:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º - O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º - As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º - É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, “ad referendum” do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º - São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

§ 7º - Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, § 3º e § 4º.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo (BRASIL, 1988).

Observamos que a lei maior prevê atenção especial dos poderes públicos aos povos indígenas, não se devendo aplicar conceitos universais como o da Dignidade da Pessoa Humana sem confronto com aspectos próprios da cultura indígena, especificamente em consideração a “organização social, costumes, línguas, crenças e tradições” (BRASIL, 1988) indígenas.

Denhardt propôs em sua Teoria da Administração Pública que a administração é inseparável da política e as políticas públicas devem se voltar ao humano, evitando um racionalismo positivista que pode gerar injustiças se aplicada na Administração Pública aos moldes da administração privada.

A política, mesmo em uma democracia, é a vontade de uma maioria. Muitas vezes não temos representatividade nem respeito às minorias nas decisões sobre políticas públicas, mormente quando as minorias não estão integradas à sociedade, como se dá em certas comunidades indígenas no Brasil.

Se a Dignidade da Pessoa Humana é conceito universal, a ciência deve caminhar para uma forma cosmopolita de se aplicar a legislação sobre os Direitos Humanos, e aos aplicadores do Direito é dever a obediência ao artigo constitucional mencionado, em respeito às particularidades da cultura ameríndia.

O globo terrestre é dividido em muitas culturas locais, muitas das quais não reconhecem a Dignidade Humana sob essa ótica ocidental dominante, dentre elas as várias manifestações únicas de cultura no mundo consistente nas comunidades indígenas.

Especificamente quanto aos índios brasileiros, a própria disparidade entre natureza e cultura ou homem e natureza não tem assentimento por comunidades ame-

ríndias. Viveiros de Castro, sobre as culturas dos índios na América indígena, ensina que

“as categorias de Natureza e Cultura, no pensamento ameríndio, não só não subsumem os mesmos conteúdos, como não possuem o mesmo estatuto de seus análogos configurações relacionais, perspectivas móveis, em suma - pontos de vista” (CASTRO, 2002, p. 349).

A racionalidade humana, tendo o homem como ápice dos seres no mundo, ratificado desde a visão sofista do homem como medida de todas as coisas até pela visão bíblica do homem como filho de Deus e dominador dos outros seres é questionada em culturas ameríndias.

A visão ameríndia, e.g., aponta que “quando estão reunidos em suas aldeias na mata, p. ex., os animais despem as roupas e assumem sua figura humana. Em outros casos, a roupa seria como que transparente aos olhos da própria espécie e dos xamãs humanos”. (CASTRO, 2002, p. 351)

É incompatível a visão histórico-filosófica-ontológica de Dignidade Humana com tal visão de mundo em que não há divisão ontológica entre a razão humana e o puro instinto animal, sendo que ambos se confundem por vezes na praxis.

O logos ameríndio, a compreensão indígena do mundo, compreende que “cada espécie de ser aparece aos outros seres como aparece para si mesma – como humana” (CASTRO, 2002, p. 354). Ora, nesse diapasão teríamos uma dignidade para todos os seres na natureza, pois todos partilham da mesma humanidade.

A condição humana no ameríndio é invertida do pensamento científico no século XXI, lastreado em Darwin e no evolucionismo. “A condição original comum aos humanos e animais não é a animalidade, mas a humanidade” (CASTRO, 2002, p. 355).

Ratifica-se que, adaptando-se (se possível fosse) a visão ocidental de Dignidade da Pessoa Humana, teríamos que não só as pessoas, mas todos os seres merecendo igual tratamento, como únicos, irrepetíveis e, enfim, dignos de respeito e consideração nos termos das normas estipuladas pela sociedade.

Diz-se que o grande desafio da teoria da Dignidade da Pessoa Humana é a aplicação prática de seus conceitos, levando a cada ser humano a Dignidade ínsita na teoria dos Direitos Humanos.

Mas um grandioso, senão o maior desafio para as ciências humanas e sociais, compatibilizar Dignidade Humana e respeito ao “outro” homem, com respeito a sua identidade, construída através de história e memória próprios de sua comunidade

local, sem perpassar pelo curso histórico tradicional, para que a própria aplicação prática da teoria dos Direitos Humanos não desrespeite a condição humana de povos únicos.

As políticas públicas devem cotejar as minorias, suas particularidades. Deve-se desvendar a formação das identidades das comunidades afastadas da maioria. Em uma administração democrática e humana, é salutar o respeito a esses povos não partilhantes de um pensamento comum ocidental, sob pena de serem elaboradas barbáries em desfavor de povos sem voz nas políticas públicas.

Conclusão

Diante do que foi exposto, o tratamento do Estado brasileiro e o pensamento da Administração Pública quanto ao índio, mormente aquele chamado pela lei de não integrado às tradições e culturas ocidentais dominantes, nos parece malferir o próprio conceito e fundamento da ordem jurídica consistente na Dignidade da Pessoa Humana que se quer aplicar.

Seja sob a ótica racional, seja sob a ótica humanista da Teoria da Administração Pública, a aplicação de conceitos ocidentais dominantes de Dignidade da Pessoa Humana e de Direitos Humanos sobre populações que estão em outra forma de pensar; outra cultura e mesmo uma outra história deve ser pensada, de forma a não se impor por força a cultura da maioria.

O cerne da práxis Estatal deve ser o respeito às particularidades de comunidades tradicionais, sejam elas quilombolas, indígenas, estrangeiras, pessoas com doenças ou deficiências que as afastem da cultura dominante. As políticas públicas não podem nem devem ser aplicadas de forma similar em grandes centros urbanos e em comunidades indígenas isoladas. A Constituição Federal de 1988 protege especialmente a cultura indígena.

As políticas públicas brasileiras atinentes às minorias ou culturas locais devem ser pensadas de forma que não se tornem óbices à consecução dos fundamentos da República Brasileira, especificamente a Dignidade da Pessoa Humana na ótica tradicional histórica ocidental.

Deve-se respeito ao pensamento da própria Dignidade da Pessoa Humana sob a ótica da cultura local na aplicação das políticas públicas, em interpretação justa do próprio desenvolvimento histórico da Dignidade da Pessoa Humana.

Sob a visão tradicional ocidental, subjaz a possibilidade de violação ao princípio da Igualdade material, pois os desiguais devem ser tratados desigualmente nas políti-

cas públicas, com atuação estatal mais eficiente àqueles em situação que mais estejam afetados em sua dignidade e respeito, sob pena de agravar um status desigual de fato.

Referências bibliográficas

ACCIOLYI, Hidelbrando. CASELA, Paulo Borba. NASCIMENTO, G. E. do. **Manual de direito internacional público**. São Paulo: Saraiva, 2012.

BERGOGLIO, Jorge Mario. SKORKA, Abraham. FIGUEROA, Marcelo. **A dignidade**. Trad. Sandra Martha Dolinsky. São Paulo. Saraiva. 2013.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10ª Ed. Malheiros. 1997

_____. **Curso de Direito Constitucional**. 7ª Ed. Malheiros. 1997.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da república federativa do Brasil**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/principal.htm>. Acesso em 13 nov. 2012.

_____. Ministério da Justiça. **Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília**. Ministério da Justiça. 1996

_____. Ministério da Justiça. **Programa Nacional de Direitos Humanos 2**. Brasília. Ministério da Justiça. 2002

CASTRO, Eduardo Viveiro de. **A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. São Paulo. Saraiva. 2004.

DENHARDT, Robert B. **Teorias da Administração Pública**. Trad. Da 6ª edição americana por Francisco G. Heidemann. São Paulo: Cengage Learning; 2012.

DESCARTES, René. **Meditações Metafísicas**. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

JAEGER, Werner Wilhelm. **Paidéia: a formação do homem grego**. Trad. Artur M. Parreira. 6ª Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Trad. Leopoldo Holzbach. Martins Claret. 2002.

_____. **A Paz Perpétua e Outros Opúsculos**. Lisboa: Edições 70, s/d. Trad. Artur Mourão. 2008.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional** - Ed. Saraiva. 2007.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 12ª Ed. Ed. Saraiva. 2011.

PORTELA, Paulo. **Direito Internacional Público e Privado**. 2ª Ed. Podivm. Salvador. 2010.

REZEK, José Francisco. **Direito internacional público: curso elementar**. 13. Ed. São Paulo. Saraiva. 2011.

WEYNE, Bruno Cunha. **O Princípio da Dignidade Humana: reflexões a partir da filosofia de Kant**. São Paulo. Saraiva, 2013.

A RETOMADA DAS DISCUSSÕES SOBRE O PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DO BEM QUERER EM RORAIMA

Introdução

O artigo abordará algumas discussões sobre a retomada do projeto de construção da Usina do Bem-Querer em Roraima contextualizando sobre os grandes projetos energéticos para a Amazônia e principalmente localizando alguns desses projetos no Estado de Roraima.

Nesse sentido, será construído uma perspectiva histórica para melhor localização da comunidade acadêmica em torno da problemática que está sendo visualizada através das informações dos movimentos sociais ao quais estão se articulando para debatem sobre o tema.

Dentro dessa ordem, alguns pesquisadores iram nortear as discussões para que possamos compreender esse conflito. Assim, Hurtienne (1994), Sen (2000), Fearnside & Barbosa (2002,2003), Repetto (2005), Santilli (2005), Souza (2009), Acselrad & Silva (2011) dentre outros iram colaborar com suas pesquisas para o desenvolvimento desse artigo.

Registra-se que essa discussão é preliminar e faz parte da dissertação do meu mestrado que ora segue em ritmo de finalização.

Desenvolvimento e Projetos energéticos na Amazônia: notas introdutórias

A região Amazônica constitui um desafio para a ciência, estudar sua complexidade e procurar entender seus desafios e conflitos, implicar em buscar no contexto histórico as razões pelas quais eles se estabeleceram e com isso, através da acadêmica corroborar com as reflexões sobre o desenvolvimento, projetos de hidrelétricas e conflitos socioambientais que perpassam os movimentos sociais e demais seguimentos da sociedade.

* Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Roraima. E-mail. elisangela@ifrr.edu.br

** Universidade Federal de Roraima.

Na década de 60 e começo da de 70, na Amazônia houve prenúncios de vários megaprojetos de impacto no regime ditatorial – Carajás, Hidrelétrica de Tucuruí, Transamazônica, Zona Franca de Manaus, Hidrelétrica de Balbina. Isso será possível visualizar nos estudos de Santilli (2005) sobre “Socioambientalismo e Novos Direitos” registra que, “durante os anos 70, o regime militar promoveu a construção de inúmeras obras e projetos de grande impacto ambiental, sem qualquer consulta pública prévia ou avaliação ambiental: usinas hidrelétricas, pólos industriais, estradas, portos e refinarias de petróleo”.

Nesse prisma, Acselrad & Silva (2011) ressaltaram que as grandes obras governamentais eram destinadas à criação de infraestrutura para o desenvolvimento de projetos na Amazônia, assim como Hurtienne (1994) enfatiza que essa região serviu para a implementação da expansão fronteiriça para o capitalismo mundial, traduzido no processo de modernização.

Nesse viés, o processo de desenvolvimento demandou mudanças estruturais e ou conjunturais a depender da dinamicidade das ações que foram executadas seja pelos agentes do

poder público, seja pela sociedade politicamente organizada. Dessa forma, as discussões propostas para esse artigo não deverão ser aprofundadas, mas terá o intuito de registrar inicialmente, a demanda social que trouxe o projeto de construção da Usina Hidrelétrica do Bem-querer em Roraima.

Diante disso, realizou-se um levantamento bibliográfico acerca do tema e percebeu-se que várias discursões irão contribuir para um bom entendimento desse trabalho. Assim, Oliveira (1994) abordou a preocupação no processo de desenvolvimento e expansão da Amazônia pelo regime ditatorial no Projeto RONDON¹ cujo lema “integrar para não entregar” e por outro lado, no regime democrático, as discursões de Faria (2006) direciona que se deve ter esclarecimento quanto ao processo de desenvolvimento, pois este é complexo e dinâmico e nos dias atuais a imposição geralmente causa conflitos de interesses e ideais.

Segundo Aguiar (2011,) em seu estudo de caso da interligação elétrica Venezuela-Brasil, dentro do contexto amazônico nos anos de 1962 a 1990, período em que se iniciaram os trabalhos de planejamento energético na região amazônica, ocasião em que Roraima foi contemplado dentro de uma visão holística a médio e longo prazo os ditos planejamentos. Nessa época, foram construídas as Centrais Elétrica do Nor-

¹ Um projeto do Governo Federal, coordenado pelo Ministério da Defesa, criado em 1967, visava contribuir com a formação do universitário cidadão, colaborando para o desenvolvimento sustentável das pessoas carentes. – www.rondon.ufpa.br

te do Brasil S.A- Eletronorte- em 1973, em Brasília, e a Companhia energética de Roraima- CERR, em abril de 1969, pelo então governador Hélio da Costa Campos.

Nesse contexto, Roraima aparece no cenário das discussões de Fearnside & Barbosa (2002,2003) com os projetos de construção de hidrelétricas do Cotingo, Jatapú em busca da aceleração do desenvolvimento e Silva & Joaquim (2011) colaboram historicizando esses modelos de desenvolvimento e Repetto (2005) aponta nos seus discursos a problematização de ordem territoriais, políticos e sociais que envolvem os atores sociais nesse processo de desenvolvimento.

Em relação ao desenvolvimento, encontrou-se nos estudos de Sen (2000, p.53) nas discussões sobre o desenvolvimento como liberdade, uma visão mais humanizada sobre esse desenvolvimento o qual deverá ser libertador para os povos fazendo um diferencial com o que foi apontado acima no regime militar. O autor entende que:

A relevância da privação de liberdades políticas ou direitos civis básicos para a compreensão adequada do desenvolvimento não tem de ser estabelecida por meio de sua contribuição indireta a outras características do desenvolvimento (como o crescimento do PNB ou a promoção da industrialização). Essas liberdades são parte integrante do enriquecimento do processo de desenvolvimento.

Nesse sentido Sen (2000, p. 55) se refere às liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora para que possam realizar diálogos políticos para o exercício da democracia como instrumento para a promoção do processo de desenvolvimento.

Por outro lado, Souza (2009, p.6) diferencia crescimento econômico de desenvolvimento, sendo que este envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e de estruturas produtivas, enquanto crescimento econômico estabelece uma simples variação quantitativa do produto. Nesse sentido o autor caracteriza o desenvolvimento pela transformação de uma economia arcaica em uma economia moderna, eficiente, juntamente com a melhoria do nível de vida do conjunto da população.

Nessa concepção, Souza (2009, p.7) define desenvolvimento econômico pela existência de:

Crescimento econômico contínuo (g), em ritmo superior ao crescimento demográfico (g^*), envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos, sociais e ambientais. Ele compreende um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, ampliação da economia de mercado, a elevação geral da produtividade e do nível de bem-estar do conjunto da população, com a preservação do meio ambiente.

Assim, o que preconiza Sen difere-se totalmente dos conceitos de desenvolvimento apontado por Souza, porém traz uma reflexão diante dos processos de desenvolvimento encontrados na Amazônia.

Projetos energéticos para Roraima: Hidrelétrica do Bem-Querer.

O Estado de Roraima, dentro do contexto Amazônico, para atender aos anseios e dimensões de desenvolvimento, precisava se utilizar de um instrumento estratégico para atrair investimentos e pessoas. Porém, a falta de infraestrutura e uma energia não muito confiável, inviabilizava essa dinâmica. Neste sentido, o programa de Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE-, concebido pelo Governo Brasileiro como um instrumento para racionalizar a ocupação do espaço, um subsídio à estratégia e às ações pelo desenvolvimento, oportunizava visualizar novos horizontes.

Segundo, Evangelista (2012, p. 39) em suas pesquisas sobre o mapeamento energético em Roraima, enfatiza que:

[...]um ZEE, contribui para o planejamento e implementação de usinas hidrelétricas em Roraima, para minimizar o impacto ao meio ambiente, tendo em vista a necessidade de preservação dos recursos hídricos. Haja vista, que um zoneamento das bacias hidrográficas de um território supre com informações consistentes sobre o espaço geográfico local. Auxilia na elaboração de ações integradas para a preservação dos rios, em consonância com desenvolvimento econômico, sem perder de vista a sustentabilidade da região. Ainda orienta decisões em projetos de ampliação de infraestrutura, aplicação de investimentos públicos e privados em bases ambientais sustentáveis.

Com base nesse programa, no Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Branco e nos estudos energéticos da Eletrobrás, foi possível visualizar alguns projetos. Sendo eles: a) Usina Hidrelétrica Cotingo (1971); b) Usina Hidrelétrica Jatapú (1992); c) Interligação Elétrica entre Venezuela-Brasil, Linhão de Guri, (1997) e d) Hidrelétricas do Bem-querer J1, Paredão M1, Paredão e Fé Esperança (2010).

a) Usina Hidrelétrica do Cotingo

A Hidrelétrica do Cotingo foi um projeto que demandou conflitos sociais, ambientais e políticos. O então Território passava por uma instabilidade de energia elétrica o que provocou demanda para análise e resolução dos problemas. Segundo pesquisas de Fearnside & Barbosa (2002, p. 14) demonstrou que:

O rio Cotingo sofreu o primeiro levantamento para desenvolvimento de hidrelétricas em 1971, quando a Eletrobras empreendeu um inventário dos sítios hidrelétricos potenciais em toda a região amazônica. Em 1973, a Eletronorte (formada em 1972 como forma de monopolizar a energia no norte brasileiro) contratou as empresas Monasa e Enge-Rio para fazerem um detalhado inventário do rio. O inventário foi concluído em 1975.[...] Os sítios foram localizados em uma série de cinco barragens ao longo do rio Cotingo.[...] De Cotingo espera-se fornecimento energético para Boa Vista, Alto Alegre, Mucajaí, Bonfim e Normandia. O Plano Decenal da Eletrobrás (1993-2002) fez de Cotingo uma prioridade.

Ressalta-se, houve muitos conflitos de ordem étnica acerca da Construção da UHC. Assim, o governo Estadual teve que buscar outras alternativas para solucionar o problema. De acordo com Repetto (2005) “ Fueron revisadas las alternativas, y la propuesta hecha por el CIR fu ella mas viable (CIR & CPI-SP, 1993). Traer energia desde la gran central hidroeléctrica de Guri, em el complejo del río Caroni em Venezuela, donde ya habia um parque generador de energia enorme”. Com isso, iniciava-se novas discussões sobre a problemática questão elétrica.

b) *Usina hidrelétrica de Jatapú.*

Como alternativa para atender a demanda de energia elétrica no Estado de Roraima e com base no plano 2015 da Eletrobrás (elaborado em 1992 e 1994), o governo estadual construiu a Hidrelétrica de Jatapú, em 1993, visando atender o sul do Estado. (Aguiar 2011). E

Segundo Marques (2009) “a primeira etapa da Usina Hidreletrica Alto Jatapu (5MW), entrou em operação no início do ano de 1995 e passou a integrar o sistema CER em março de 1997”.

Ressalta-se, que essa hidrelétrica não resolveu por completo a instabilidade elétrica nessa região. Nas pesquisas de Fearnside & Barbosa (2002, p. 08) observou que:

O governo de Roraima esperava a complementação da capacidade nominal da barragem (10MW) para 1999, 5 anos depois da primeira fase concluída, mas isto não havia ocorrido até junho de 2002. Entre o final de 2001 e o início de 2002, a população do sul do estado já havia experimentado fases distintas de racionamento, quando grandes vilas ou sedes municipais ficavam sem energia elétrica durante parte do dia como forma de compensar o aumento do consumo associado à redução do nível da água do reservatório devido ao período seco da região.

Ainda, conforme registra Aguiar(2011), até meados no ano de 2011, período de sua pesquisa, a falta de manutenção da PCH Jatapu era precária ou caso inexistia. No entanto, em agosto de 2013 foi publicado no portal g1.globo.com que “novas turbinas para Jatapu chegaram em setembro a Roraima”. Pois a hidrelétrica passaria por obras de revitalização e modernização de R\$ 46 mil reais. Atualmente, a usina funciona de forma precária com apenas duas turbinas hidráulicas, que deverão ser revitalizadas.

Ainda, segundo a reportagem as únicas unidades atendidas eram as sedes e algumas comunidades dos municípios de Caroebe e São João da Baliza, no sul de Roraima. Com a chegada dos novos equipamentos, de 2,5 megawatts cada, estes deverão dobrar a geração de energia. Além de atenderem aos dois municípios em sua totalidade, a usina reforçará o atendimento aos consumidores de São Luiz do Anauá, município que está interligado ao sistema de Boa Vista. Há previsão que sejam atendidos mais de 5 mil moradores. E Segundo a diretora-presidente da CERR, Conceição Escobar, em entrevista ao portal disse que: “Vamos reduzir custos com locação de equipamentos, com a compra de diesel e ainda com a aquisição de energia, embora só três municípios atendidos. O investimento já existe, então temos que mantê-lo de forma produtiva.”

Observa-se nesse prisma que há uma preocupação do poder público em tentar resolver a problemática energética no sul do Estado. No entanto, registra-se que nessa pesquisa não foram levadas em pauta as discussões polêmicas acerca dos estudos ambientais e tão pouco a questão étnica, pois apesar do desenvolvimento local não foram pacíficas as empreitadas. Contudo, segundo Fearnside & Barbosa (2002) “a hidrelétrica está localizada a 37 km rio abaixo da área Indígena Wai-Wai, habitada por este grupo e, 27 km rio acima da área indígena

Trombetas-Mapuera. A barragem bloqueia a rota tradicional das canoas que deslocam os índios entre as duas reservas”. E isso foram motivos de várias lides nas instituições públicas e empasses para o crescimento comercial.

c) *Interligação Elétrica entre Venezuela-Brasil, Linhão de Guri*

Para dar continuidade ao planejamento estratégico energético, a Eletronorte teve um contrato internacional de suprimento de energia elétrica para o Estado de Roraima, firmado em 1997, com a empresa venezuelana EDELCA, para aproveitamento do complexo hidrelétrico de Guri e Macáguas, situado no rio Caroní. (Marques, 2009). E somente em 2001, fora realizada uma infraestrutura que possibilitou a

linha de transmissão em 230 kV, interligando o Brasil e Venezuela. A concessionária responsável pela transmissão e distribuição no Município de Boa Vista é a Boa Vista Energia S/A a qual em parceria com a Companhia Energética de Roraima (CER), através de suprimento, fornece energia aos municípios de Alto Alegre, Bonfim, Cantá, Mucajá e Iracema.

Essa interligação energética, alternativa de desenvolvimento para o Estado, foi objeto de conflito na fronteira Brasil- Venezuela, uma vez que o “linhão de Guri” passaria por dentro de Terra Indígenas, conforme afirma Repetto (2005) “ La discusión sobre esta alternativa recayó ahora sobre la Tierra Indígena São Marcos, que posee una población indígena aproximada de 2.000 personas, entre Makuxi, Taurepang y Wapixana”.

Nesse sentido, ao observar as discussões desta pesquisa, percebeu-se que os grupos atingidos tiveram que negociar e se articular para que, apesar da imposição de desenvolvimento e crescimento econômico, pudessem conviver com as mudanças que estavam na eminência de acontecer. Ainda, nos estudos de Acselrad & Silva (2011, p. 88) é possível evidenciar o processo de imposição política com grupos sociais atingidos por Hidrelétricas:

A causa ambiental torna-se assim um motor da organização política dos atingidos, pois, para além de desqualificar os grupos sociais atingidos enquanto sujeitos políticos, o planejamento autoritário que prevaleceu nos grandes projetos hidrelétricos tendeu a equacionar enormes transformações socioambientais como se fossem redutíveis a simples operações patrimoniais com a propriedade jurídica.

Nesse contexto, as transformações regionais alteram significativamente a natureza das relações sociais, que as populações locais estabelecem no curso de sua existência, realocam e recriam fronteiras semânticas entre os índios e os não índios em prol de um progresso que reduzem a todos em um único elemento chamado Nação.

d) Hidrelétricas do Bem-querer JI, Paredão MI, Paredão e Fé Esperança

Os primeiros estudos sobre as possibilidades de construção da Hidrelétrica do Bem-querer se deu em 1975 pelo então Governador e Coronel da Força Aérea Ramos Pereira e da Hidrelétrica do Paredão em 1984 através dos estudos da CER, momento em que se discutiam a construção da polêmica Hidrelétrica do Cotingo. (Fearnside & Barbosa (2002).

Ressalta-se que a retomada desse projeto está na esfera federal que compõe o programa aceleração de crescimento PAC 2², segundo Fernández (2012, p. 54)

No contexto do PAC 2 do Governo Federal, retoma-se o projeto de construção de uma Hidrelétrica nas corredeiras do Bem querer, no Rio Branco, com capacidade de produção de até 700 MW. Mais uma vez, os impactos, neste caso sobre as colônias de pescadores e as populações ribeirinhas do Médio e Baixo Rio Branco são importantes, bem como os impactos ambientais e sobre o próprio comportamento do Rio Branco, coluna vertebral. Previsivelmente energia gerada por um projeto como o de Bem Querer pode estar sendo pensada para a exportação ou para alimentar futuros empreendimentos de exploração mineral.

Nessa dialética, observa-se que ainda haverá muitas discursões acerca do projeto Bem Querer, uma vez que a Assembleia Legislativa editou uma Emenda Constitucional nº 30 de 23 de outubro de 2012 que retirou o tombamento das corredeiras do bem querer e da faixa de 500 metros das margens do Rio Branco, anteriormente previsto no art. 159, incisos IV e XII, da Constituição do Estado de Roraima. (Notícias do MPF/ ASCON 2012).

No entanto, o Ministério Público Federal em Roraima expediu uma recomendação à Presidência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico nacional- IPHAN e à Superintendência do IPHAN para que adotassem medidas de proteção ao tombamento do sítio arqueológico das Corredeiras do Bem Querer. Segundo o Procurador da República Fernando Machiavelli Pacheco (notícias do MPF/ ASCON 2012). “o dever de tombar bens imóveis de interesse histórico e cultural é do IPHAN”. Conforme Pacheco, “as Corredeiras do Bem Querer constituem sítio arqueológico reconhecidamente relevante para a história do Estado, bem como para a história da nação, o que já foi registrado pelo próprio IPHAN no ano de 2007”.

Esse é um panorama resumido dos projetos de construção de hidrelétricas no Estado de Roraima. Dessa forma, a distribuição energética para os 15 municípios se formata assim: A capital é suprida pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A (Eletronorte) por meio da empresa venezuelana Electrificación del Caroní C.A (CVG EDELCA), constituído pela interligação Brasil-Venezuela através de um sistema de transmissão em 230/400 kV. No entanto, o interior do Estado, é suprido pelas Centrais Elétricas de Roraima (CER), que é geradoras térmicas a óleo diesel, pelo Complexo Energético Ottomar de Sousa Pinto (PCH Alto Jatapú), em conjun-

² O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) criado em 2007, no segundo mandato do presidente Lula (2007-2010), promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável. <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>

to com um Produto Independente de Energia (PIE). O município de Pacaraima é suprido pela empresa venezuelana EIEORIENTE desde 2004. (Eletrobrás, 2011).

Movimentos Sociais em Roraima: conectados em torno do projeto de construção da hidrelétrica do Bem-Querer.

Segundo Fearnside & Barbosa (2002) os estudos do projeto da Hidrelétrica do Bem-querer se deu em 1975 pelo então Governador e Coronel da Força Aérea Ramos Pereira e da Hidrelétrica do Paredão em 1984 através dos estudos da CER, momento em que se discutiam a construção da polêmica Hidrelétrica do Cotingo.

Em 2010, após 35 anos, voltou a ser cogitada a possibilidade de construção de mais 4 hidrelétricas em Roraima dentre elas a do Bem-querer. Ressalta-se que a retomada desse projeto está na esfera federal que compõe o Programa Aceleração de Crescimento PAC 2

Segundo Fernández (2012, p. 54)

No contexto do PAC 2 do Governo Federal, retoma-se o projeto de construção de uma Hidrelétrica nas corredeiras do Bem querer, no Rio Branco, com capacidade de produção de até 700 MW. Mais uma vez, os impactos, neste caso sobre as colônias de pescadores e as populações ribeirinhas do Médio e Baixo Rio Branco são importantes, bem como os impactos ambientais e sobre o próprio comportamento do Rio Branco, coluna vertebral. Previsivelmente energia gerada por um projeto como o de Bem Querer pode estar sendo pensada para a exportação ou para alimentar futuros empreendimentos de exploração mineral.

Dessa forma, o projeto da Hidrelétrica do Bem Querer, no município de Caracarái renasce com perspectivas que já demanda vários conflitos, pois Roraima ainda apresenta uma fragilidade energética e discursos ideológicos de crescimento e desenvolvimento pelo Poder público.

Nesse sentido, o inventário, executado pela empresa Hydros Engenharia, contratada pela EP³E, é baseado nos primeiros estudos de planejamento hidrelétrico na região da bacia do rio Branco em Roraima, desenvolvidos pela Eletronorte, cujos resultados constataram documentos Estudos Energéticos da Amazônia (ENERAM), de 1971. O principal objetivo do estudo visou à definição da melhor alternativa de

³ Empresa de Pesquisa Energética – EPE – criada em março de 2004, empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia, tem por finalidade prestar serviços na área de estudo e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético. http://www.mme.gov.br/mme/menu/entidades_vinculadas/epe.html <http://www.epe.gov.br/Paginas/default.aspx>

divisão de queda e a determinação do seu potencial hidrelétrico, tendo em conta os aspectos técnico-econômicos e socioambientais dos seus aproveitamentos (EPE, 2010).

Dessa forma, a conclusão dos estudos apontou que a melhor alternativa de partição de queda é aquela que aproveitará quatro opções. Sendo uma no rio Branco Bem-Querer J1 na cota 62,50m e três no rio Mucajaí, Paredão M1 na cota 146,00m, Paredão na cota 132,00m e Fé Esperança na cota 95,00 totalizarão uma potência inventariada de aproximadamente 1.049 MW (EPE, 2010). De acordo com essa empresa os estudos de ordenação dos aproveitamentos são atraentes sob a ótica energético-econômico e socioambiental, porém recomendou a realização de estudos mais avançados, ou seja, estudos de viabilidade técnico-econômica e socioambiental.

Em 2012, a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima editou uma Emenda constitucional nº 03 que retirou o tombamento das corredeiras do Bem Querer, no município de caracarái, e da faixa de 500 metros das margens do Rio Branco, bens anteriormente protegidos pelo artigo 159 da Constituição do Estado de Roraima. Este fato levou alguns grupos de vários seguimentos sociais a si manifestarem contra a esse empreendimento.

Desta forma, neste mesmo ano o movimento socioambiental Puraké, lançou no dia 30 de novembro a campanha “Salve o Rio Branco, patrimônio de Roraima”. Esta campanha pretendia paralisar os procedimentos administrativos referentes à construção da Usina Hidrelétrica (UHE) do Bem Querer, na Bacia do rio branco, e realizar um alerta a sociedade quanto aos impactos ambientais⁴.

De acordo com as informações publicadas no site do Movimento Puraké⁵, existem outras instituições envolvidas nessa luta que são: colônia de pescadores, central dos assentados, Diocese de Roraima, Movimento Nós Existimos, Centro de Ciências Humanas da UFRR, Hutukara, Associação Yanomami, Instituto Sócio Ambiental (ISA), Fórum da Juventude e outros.

Segundo Gohn para que entendamos a construção de um movimento social se faz necessário conhecer o conceito:

Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma iden-

⁴ Notícias publicadas no Portal Amazônia em 27/11/2012- www.portalamazonia.com.

⁵ Notícias publicadas no site do movimento Puraké – <https://purake.milharal.org/author/purake>.

tidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. (Gohn, 2000, p. 13)

Dessa forma, percebemos a construção de um movimento social que surgiu em Roraima, e articulou a outros seguimentos numa tentativa de diálogo em torno do projeto de Construção da hidrelétrica do Bem Querer.

Dentro dessa perspectiva encontrou-se nos estudos de Santilli (2005, p. 35) discussões sobre o socioambiental e seu nascimento, assim:

O socioambientalismo nasceu, baseado no pressuposto de que as políticas públicas ambientais só teriam eficácia social e sustentabilidade política se incluíssem as comunidades locais e promovessem uma repartição socialmente justa e equitativa dos benefícios derivados da exploração dos recursos naturais

Assim, conforme Santilli, percebemos que o movimento Purake possui uma perspectiva de luta e agregou outros seguimentos, apesar destes possuírem filosofias diversas, mas há uma identificação em torno do tema Projeto de construção da Hidrelétrica do Bem Querer.

Considerações finais.

A problemática ambiental levantada neste artigo vai além das perspectivas ou consequências de nossas ações, sendo reforçado pelas reivindicações dos movimentos sociais e focalizadas nas pesquisas científicas, que são cada vez mais globalizantes. O estado de Roraima vai se aglutinando aos perfis de desenvolvimento, porém se faz necessário visualizar tais resultados que projetaram na sociedade.

O desenvolvimento energético é importante para que possamos acompanhar a evolução tecnológica, a qualidade de vida das pessoas, no entanto, ouvi a comunidade será um grande passo para o contentamento de todos e inclusão nesse processo.

Referencias bibliográficas

ACSELRAD, Henri & SILVA, Maria: **Rearticulações sociais da terra e do trabalho em áreas de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia.** IN: ZHOURI, Andréa (org). *As tensões do lugar: Hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental.* Belo Horizonte; UFMG, 2011 (p. 61-92).

- BORJA, J. **Movimientos sociales urbanos**. Buenos Aires: SIAP- Planteos, 1975.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FERNÁNDEZ, Luis Ventura. **Territorialidades e Integração**: O escudo Guianês no contexto da iniciativa IIRSA. Textos & Debates, Boa Vista, n. 21, p. 37-58, jan/jun. 2012.
- FEARNSIDE, Philip M; BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. **A Hidrelétrica de Cotingo como um teste do sistema para avaliação de propostas de desenvolvimento na Amazônia**. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, Amazonas/ Roraima, 2002.
- GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- _____. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civas no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- _____. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. 10ª ed. -São Paulo: Edições Loyola, , 2012.
- _____. **Abordagens Teóricas no Estudo dos Movimentos Sociais na América Latina**. Caderno – CRH, Salvador, v.21, n. 54 – p. 439 – 455, Set/Dez. 2008.
- _____. **500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor**. Ver. Mediações, Londrina, v.5,n.1, p. 11-40, jan./jun. 2000.
- HURTIENNE, Thomas. **O que significa Amazônia para a Sociedade Global?** . IN: D' INCÃO, Maria Ângela e SILVEIRA, Isolda da. *A Amazônia e a crise da Modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldí, 1994. (155- 158).
- JOHNSTON, Hank. **States & Social Movements**. Cambridge: Polity Press. 2011, 230 p.
- TOURAINÉ, A. **Crítica da Modernidade**. Trad. Elia Ferreira Edel. 7º ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1993.
- REPETTO, Maxim. **Movimentos indígenas e conflitos territoriais no estado de Roraima**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008. 193p

_____. **Derechos Indigenas Y Grandes Proyectos de Desarrollo: Guri, la línea de transmision electrica Venezuela- Brasil.** In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de.; BAINES, Stephen Grant (Org.). Nacionalidade e Etnicidade em Fronteiras. Brasília: EdUNB, 2005, p. 205-239. (Coleção Américas).

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos** – São Paulo: Petrópolis, 2005.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade:** tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico** – 5.ed. – 4 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009.

*Jéssica Souza Borges **
*Kézia Vieirade Souza ***
*Leidyane Carvalho Santos ****
*Leticia Costa Silva *****

A RELAÇÃO ENTRE ESTADO E CAPITAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Introdução

É durante o período militar que se tem início o plano de “integrar” a Amazônia economicamente ao resto do país. Com o intuito de garantir a ‘soberania nacional’ da região transformando-a em um polo de exportação de matéria-prima, a Amazônia tornou-se um enorme foco de interesse da acumulação capitalista promovida pelo Estado. Nos anos 60, em substituição à SPVEA (Plano de Valorização Econômica da Amazônia) cria-se a SUDAM (Superintendência da Amazônia) agência responsável por gerenciar incentivos fiscais, beneficiando os megaempreendimentos que estivessem instalados junto a Amazônia brasileira e o BASA (Banco da Amazônia) em substituição ao Banco Creditício da Borracha.

Na década de 70 inicia-se a implantação dos Grandes Projetos com o propósito de explorar os recursos naturais da região – principalmente os minérios. Para os Grandes Projetos são despendidos enormes gastos na implantação e grande parte desses custos quem arca é o Estado. Através do fornecimento de incentivos fiscais, subsídios de eletricidade e créditos bancários às empresas, instaurando assim, o regime de acumulação.

No desenvolvimento do plano de trabalho “A relação entre Estado e Capital na Amazônia brasileira”, adotou-se a metodologia de pesquisa documental, e técnica de entrevista temática. Na pesquisa documental recorreremos a leituras bibliográficas que ajudam a discutir o Estado e a reprodução capitalista, tais como: Mascaro (2013) e Wood (2011); artigos científicos, posts de blogs e livros voltados aos Grandes Projetos na Amazônia, como: Hall (1991), Picoli (2006), entre outros que se tornaram

* Faculdade de Ciências Sociais Araguaia-Tocantins, UNIFESSPA/Campus Universitário de Marabá. Email: borges.jessica0143@gmail.com

** Faculdade de Ciências Sociais Araguaia-Tocantins, UNIFESSPA/Campus Universitário de Marabá. Email: vieirakezia@hotmail.com

*** Faculdade de Ciências Sociais Araguaia-Tocantins, UNIFESSPA/Campus Universitário de Marabá. Email: lora-araujo@hotmail.com

**** Faculdade de Ciências Sociais Araguaia-Tocantins, UNIFESSPA/Campus Universitário de Marabá. Email: leticia_200914@hotmail.com

relevantes na nossa abordagem. Foi realizada uma entrevista temática com o Sr. Raimundo Gomes – conhecido popularmente como Raimundinho –, formado em Agronomia e Ciências Sociais pela UFPA (Universidade Federal do Pará); presidente do CEPASP/Marabá-PA (Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular), entidade que acompanha a implantação dos Grandes Projetos. A entrevista conteve questões previamente elaboradas com um roteiro aberto, esta foi gravada e transcrita, a qual será um dos objetos dessa pesquisa.

Será feita uma análise mais detalhada sobre a política de incentivos fiscais desenvolvida pelo Estado na região Amazônica; em seguida serão apresentados os fatores que contribuíram para a atração da força de trabalho, bem como melhor esclarecimento sobre o descaso do Estado em relação aos migrantes empregados na construção dos projetos e ao término delas; visualizaremos um panorama geral dos Grandes Projetos implantados na Amazônia, para enfim, expormos aos resultados obtidos com a pesquisa.

O Estado: a política de incentivos fiscais na Amazônia

A partir da década de 60 do século XX o processo de integração da Amazônia ao mercado mundial se inicia de forma estruturada, após a criação da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus). Este processo é facilitado quando o Governo Federal institui a política de incentivos fiscais; o que gerou interesse do setor privado em instalar indústrias na região. “O Estado historicamente e especialmente no contexto de surgimento dos grandes projetos da Amazônia, sempre agiu como facilitador e financiador das grandes infraestruturas necessárias para exploração dos recursos minerais.” (FEITOSA, 2013, p. 19).

“A Amazônia é caracterizada como uma fronteira expansionista que teve seu rumo traçado no período da ditadura militar, quando os interesses se manifestavam a partir da articulação entre Estado e Capital. Através dessa articulação se configura a dominação econômica e política da região, tendo como finalidade essencial a exploração desse espaço com o intuito de transformar a região em uma fronteira para expandir e concentrar capital.” (FEITOSA, 2013, p. 21).

Segundo PICOLI (2006): “O projeto Sudam foi criado exclusivamente para beneficiar o grande capital, que efetivou a acumulação na região, por meio da expansão da nova fronteira” e,

“Através da política de colonização e da necessidade capitalista em colocar a Amazônia no mercado mundial, o Estado cria mecanismos de estímulo à acumulação privada, através dos incentivos fiscais. A Sudam, [...] com a finalidade de planejar, coordenar, orientar, executar e promover a ação federal na região amazônica brasileira, é determinante para incentivar a ocupação por parte dos grupos econômicos nacionais e internacionais.” (p.36).

Com a criação da SUDAM, responsável pela coordenação da política fiscal de incentivos na Amazônia Oriental e SUFRAMA, administradora dos incentivos fiscais da Amazônia Ocidental, da Zona Franca de Manaus e das Áreas de Livre Comércio, a região amazônica iniciou o seu caminho de crescimento por meio da produtividade das indústrias instaladas, em virtude dos incentivos fiscais. “O papel do Estado foi determinante no fornecimento de incentivos fiscais aos grupos econômicos organizados, [...] criados propositalmente para servirem as classes dominantes, principalmente por meio da ditadura de 1964.” (PICOLI, 2006, p.15). “Acontece que o Estado é uma organização que surgiu na história exatamente para preservar e garantir os interesses da classe dominante.” (BARBOSA, 2013, p. 84).

PICOLI (2006, p.37) afirma que: “Foram criados vários programas para a região, sendo acompanhados e controlados pelo Estado em conjunto com o capital, através de um projeto de expansão conjunto e articulado.”

Os Incentivos Fiscais (isenção, redução, reinvestimento do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis incidentes sobre os resultados operacionais das empresas) foram criados para efetivar as políticas de desenvolvimento na Amazônia Legal. São instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional que tem como objetivo estimular a formação de capital fixo e social nas regiões da Amazônia visando geração de emprego e renda aos modos do Estado, onde a SUDAM é a responsável pela administração dos incentivos, e o BASA é o operador do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM). De acordo com Pereira (1997), registra-se que o sistema de incentivos fiscais é estabelecido pelo Decreto-Lei nº 1.376/74.

“E quais são os incentivos fiscais? [...] isenção do imposto de renda por 10 (dez) anos, isenção de imposto por importação por 10(dez) anos, isenção de imposto de industrialização por 10 (dez) anos que é o IPI. Então cria várias isenções, isso que é os incentivos fiscais [...] e ainda tinha mais, e você podia abater isso no imposto de renda, [...] se você comprovasse que parte da sua renda você aplicava na atividade, você era também isento de impostos.” (Raimundinho, entrevista oral, 19/02/2014).

De acordo com informações do Ministério da Integração Nacional em conjunto com a Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, compete à Sudam, dentre outras atribuições, a vistoria e aprovação dos projetos de incentivos fiscais, bem

como a emissão de laudos e declarações que permitirão às empresas usufruírem dos incentivos: de redução e reinvestimento do imposto de renda; de isenção do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM e do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) nas operações de câmbio realizadas para pagamento de bens importados; e da depreciação acelerada incentivada, para efeito de cálculo do imposto sobre a renda e do desconto, no prazo de 12 (doze) meses contado da aquisição, dos créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS.

Assumem assim os incentivos fiscais, o papel principal nessa investida de integrar a Amazônia, com vistas a atenderem os interesses especulativos dos grupos econômicos com forte influência junto ao poder central. Tais incentivos funcionaram como indutor do processo acelerado e indesejável de ocupação de terras amazônicas. “O objetivo maior era tornar a Amazônia integrada ao mercado mundial e fazer o aproveitamento do grande potencial natural ali existente, através das concessões do Estado aos detentores do poder econômico.” (PICOLI, 2006, p.39).

De acordo com Feitosa (2013), na lógica do capital em conjunto com o Estado inserem-se os Grandes Projetos que passaram a representar o “desenvolvimento econômico” da região. O Estado brasileiro sempre esteve a serviço dos grupos que representam o capital. Picoli (2006) observa que os incentivos fiscais criados no período da ditadura militar deram condições institucionais, garantindo a inserção das transnacionais no País e induzindo a reprodução e acumulação do capital.

Segundo Feitosa (2013), os benefícios que facilitaram para que as empresas transnacionais se instalassem na região amazônica não se reduzem somente aos incentivos fiscais, mas, a outras condições necessárias para a reprodução do capital, tal como uma organização da produção de matéria-prima e mãos-de-obra a baixo custo. Além disso, o Estado oferece as condições necessárias, como infraestrutura e fiscalização ambiental totalmente fragilizada.

Picoli (2006) ressalta que ocorreu: concentração de terra, empobrecimento das massas, expropriação da terra dos indígenas e posseiros, também o não suprimento das expectativas dos camponeses que chegaram em busca de terra e trabalho; este fato ocorreu através da expansão da política de incentivos fiscais.

O programa de incentivos foi sendo desacelerado gradativamente, e, embora de forma muito incipiente, essa forma de ocupação e desenvolvimento da Amazônia foi sendo questionada dentro do próprio governo, por setores específicos da sociedade e por organizações não governamentais, notadamente devido aos danos causados ao meio ambiente da região. Registre-se que o sistema permanece ativado, com restrições. Esses tipos de projetos, a partir de pressões políticas, eventualmente ainda recebem incentivos fiscais.

Observa-se então que todas as ações desenvolvidas através desta política foram subsidiadas pelo Estado em benefício da reprodução capitalista na Amazônia. Sobre isto Mascaro (2013) afirma que o Estado é parte necessária da própria reprodução capitalista: “Ao contrário de outras formas de domínio político, o Estado é um fenômeno especialmente capitalista [...] se revela como um aparato necessário à reprodução capitalista.” (MASCARO, 2013, p.18).

O Estado: Políticas de atração da força de trabalho para a Amazônia.

A política do Estado brasileiro no período dos governos militares apresentava uma grande preocupação com a defesa do território nacional. A visão de que a Amazônia se constituía de uma vasta região considerada desabitada era um incômodo para os governantes. Com isto, os órgãos de planejamento elaboraram uma política de terras com o slogan: “terras sem homens para homens sem terras”.

O objetivo era resolver dois problemas ao mesmo tempo. Primeiro poderiam resolver a questão do nordeste, onde existiam muitas pessoas sem lugar para trabalhar, pois nesse momento: “estão vivendo no Nordeste o maior conflito agrário daquela época, então para esvaziar e favorecer os latifundiários do Nordeste manda esse povo todo pra Amazônia. Então essa é uma estratégia de empurrar mão-de-obra pra cá” (Raimundinho, entrevista oral, 19/02/2014). O outro problema é a questão amazônica que se apresentava como uma região inabitada.

“Historicamente, o Estado tem sido essencial para o processo de expropriação que está na base do capitalismo” (WOOD, 2011, p. 35). Nesse contexto o Estado cria a abertura da Rodovia Transamazônica e ao longo dela são criados os PA (Projetos de Assentamentos), com o intuito de atrair força de trabalho uma vez que: “Os capitalistas não objetivam suprir somente as necessidades momentâneas de oferta de trabalho, mas constituir uma superpopulação de trabalhadores à sua disposição, formando, assim, o exército industrial de reserva.” (PICOLI, 2006, p. 187). Para suprir a necessidade do capital, como nos mostra Picoli (2006), o Estado atrai milhares de brasileiros, mas principalmente trabalhadores nordestinos para a região amazônica na década de 70, com a promessa de políticas públicas e reforma agrária, com a justificativa de que as terras eram áreas sem donos - as chamadas terras devolutas (públicas). “[...] assim, é atraída para a nova fronteira de expansão a massa de despossuídos e marginalizados do país.” (PICOLI, 2006, p. 187).

Posteriormente, com a Rodovia Transamazônica em uso, pessoas com vistas a se apropriarem de grandes extensões de terra passaram a vir para a região, e as direções da política de terras do Estado passam a atender mais aos interesses dos

grandes latifundiários e megaempreendimentos como: mineradoras, madeireiras e agropecuárias; com abertura de política de incentivos fiscais e infraestrutura, entre estas: abertura de rodovias, hidrelétricas, etc., promovidas na região como nos mostra BECKER (2009): “Subsídios ao fluxo de capital através de incentivos fiscais e créditos a baixos juros, indução de fluxos migratórios para povoamento e formação de um mercado de trabalho regional, inclusive com projetos de colonização” (p. 27). E assim, o grande capital atraiu uma incontrolável migração de trabalhadores para servir de mão-de-obra para os Grandes Projetos.

“Ao assumirem as várias funções de trabalho, são vistos apenas como um componente do processo produtivo e passam a ser uma mercadoria como qualquer outra, necessária e indispensável, pois sem mão-de-obra não acontecem a reprodução e a acumulação na região. Nesse processo, há a presença da força de trabalho e de capitalistas que, juntos, conseguem realizar a reprodução. Um pólo fundamenta-se em reproduzir capital, enquanto, o outro, a força de trabalho; um não sobrevive sem o outro.” (PICOLI, 2006, p. 185).

O estímulo dado aos Grandes Projetos para se dirigirem à Amazônia não considerava que aqui era uma terra ocupada por indígenas, grupos tradicionais, ribeirinhos, e/ou pescadores. Foi com o descobrimento de minérios que houve também a atração de investimentos de grande porte e atração de força de trabalho, com a implantação do Programa Grande Carajás (PGC) de acordo com Hall (1991) aumenta o número de conflitos na região.

“A despeito de um acordo oficial em 1982, entre a CVRD, Banco Mundial e FUNAI, os 13.000 índios de 34 grupos tribais situados na esfera de influencia direta da Estrada de Ferro Carajás (apenas 23 dos quais foram incluídos no acordo) sofreram numerosas invasões de seus territórios por companhia de mineração, criadores de gado, madeireiros, pequenos agricultores e vários outros componentes infraestrutura do Programa Carajás, tais como a barragem de Tucuruí, linhas de transmissões e projetos oficiais de colonização.” (HALL, 1991, p. 245).

Portanto, não era uma região sem habitantes. Era sim, uma ocupação diferente do padrão chamado de civilizado. Vale ressaltar que a proposta de desenvolvimento da região estava ligada aos Grandes Projetos, tornando lutas e resistências constantes nesse período. Diversas organizações e movimentos foram se formando, nasce na Igreja Católica, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que começam a organizar diversas lutas ao lado dos trabalhadores. “[...] a repressão, que é o momento decisivo da natureza estatal, deve ser compreendida em articulação com o espaço de afirmação que o Estado engendra no bojo

da própria dinâmica da reprodução do capitalismo” (MASCARO, 2013, p. 19), pois os grandes proprietários e empresários tem a sua propriedade garantida pela ajuda da polícia para expulsar os trabalhadores, assim a violência se torna uma constante.

“Esse contexto propiciou a existência de um cenário de conflitos sociais graves, mas possibilitou o estabelecimento de relações de alteridade, em um cenário onde a posse e o controle da terra e dos recursos naturais foram alvos de interesses distintos, onde para uns, essa região era terra de trabalho e para outros, terra de negócio, acumulação e enriquecimento.” (BEZERRA, 2008, p. 26).

Ao chegar à região os trabalhadores se deparam com essa realidade, pois: “vem muita gente que consegue trabalhar, tem gente que não consegue, e vão ficando por ali” (Raimundinho, entrevista oral, 19/02/2014), e quanto aos empreendimentos, principalmente, os de infraestrutura: “o que tem se visto em torno de 30% fica na cidade” (Raimundinho, entrevista oral, 19/02/2014). Esses 30% que ficam na cidade segundo Raimundinho, são os trabalhadores que formam a reserva de força de trabalho para o grande capital. “É preciso tornar a força de trabalho submissa e dependente, tirando-lhe todas as oportunidades de vislumbrar algo diferente que ser mão-de-obra à disposição desses empreendimentos.” (PICOLI, 2006, p. 187). São trabalhadores, em sua maioria sem qualificação que são atraídos e explorados como subsídio do Estado e como nos mostra Raimundinho uma grande parte desses trabalhadores permanecem na cidade, “[...] compõe uma massa de força de trabalho extremamente precarizada e ocupam bairros periféricos insalubres, totalmente ausentes de políticas sociais que provenham seus moradores de um mínimo de dignidade.” (CONGÍLIO, 2013, p. 03), sendo uma das causas do inchaço populacional que acaba formando as ocupações urbanas, aumentando o número de violências, como nos mostra CONGÍLIO (2012):

“[...] bairros imensos sem postos de saúde, sem escolas apropriadas, esgotos a céu aberto com jovens à mercê do narcotráfico e da violência. Novas dinâmicas territoriais se inscrevem no espaço regional, uma vez que cresce o comércio e o número de empresas que se afiliam ao processo de urbanização, criando e recriando relações de trabalho inscritas numa correlação de forças favorável à acumulação e circulação do capital.” (p. 05).

A política de terras do Estado era acompanhada de outras políticas para atrair trabalhadores e investimentos. “Para acelerar a ocupação regional, modernizam-se as instituições. Cria-se a Zona Franca de Manaus (ZFM), um enclave industrial em meio à economia extrativista, próximos às fronteiras do Norte, e implanta-se poderosa estratégia territorial.” (BECKER, 2009, p. 26), portanto:

“A classe trabalhadora tem acesso aos projetos econômicos da região através de sua força de trabalho, passa a movimentar e ‘oxigenar’ o objetivo maior da sociedade capitalista organizada que é a produção de mercadorias para servir o mercado. Seu trabalho possibilita a expansão de mercadorias para servir o mercado. Seu trabalho possibilita a expansão e a concentração de capitais na Amazônia brasileira de forma que ele possa ser incorporado ao capital de maneira concentrada. Essa tática vem efetivar a reprodução dentro da racionalidade sistêmica da formação de capitais; é a razão de existir do processo capitalista.” (PICOLI, 2006, p. 186).

Considerações preliminares

Até o momento em que se encontra essa pesquisa percebe-se que na Amazônia, o Estado cumpriu uma função determinante como ordenador das relações sociais para favorecer a acumulação do capital, preparando o campo, oferecendo apoio e atraindo o capital estrangeiro com o objetivo de “desenvolver” o País.

É característica dos Grandes Projetos uma enorme atração da força de trabalho, acarretando alto fluxo migratório, fazendo assim com que aumente o índice de desemprego e inchaço populacional nas favelas das cidades próximas aos Grandes Projetos. Não ocorre por parte do Estado, uma atenção equivalente aos migrantes, como se dá aos grandes empresários. O governo não desenvolve políticas públicas voltadas ao problema dos migrantes. Os Grandes Projetos foram implantados para uma única finalidade, explorar a região amazônica a fim de extrair suas riquezas, dentre esses exploradores estavam desde brasileiros a estrangeiros dos quais permanecem até hoje, devido às jazidas de minério ser quase inesgotáveis.

A ocupação da Amazônia e a introdução dos Grandes Projetos minerais tiveram e têm como maior finalidade, a expansão e acumulação de capital proporcionadas pelo potencial em recursos minerais que esse espaço oferece e as condições que proporcionam em volume de matéria prima explorada pelas grandes corporações que detêm o monopólio da exploração mineral alicerçado pelo Estado. Enfim, para atender aos Grandes Projetos o Estado cria a infraestrutura para possibilitar que o capital, ou seja, os empresários se desloquem para essa região amazônica.

Percebe-se também que o minério é a maior forma de acumulação do capital na região amazônica brasileira. Tem um domínio sobre os outros setores econômicos existentes na região, o que se evidencia ainda mais quando se observa os investimentos do Estado para a Mineração e o papel que este exerce na balança comercial do país, em relação ao mercado mundial. A Amazônia e seus recursos minerais tiveram grande importância para o capital estrangeiro.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Cloves. **Situações de opressão: emancipação na Amazônia e no mundo.** Recife: UFPE, 2013.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BEZERRA, Rosemayre L. **Mulheres posseiras: uma história de luta silenciada.** Marabá, PA: UFPA, 2008. (Trabalho de Conclusão de curso).

CONGÍLIO, Célia R. **Desenvolvimento capitalista, ideologias e resistências: expressões na África e no Brasil.** São Luiz-MA, 2013. (Trabalho apresentado no 6º JOINPP).

CONGÍLIO, Célia R. **Taylorismos, fordismos e toyotismos: mineração, siderurgia e luta de classes na Amazônia.** Marabá-PA, 2012.

FEITOSA, Edileuza M. **Duplicação da Estrada de Ferro Carajás e impactos sociais: o caso do bairro Alzira Mutran.** Marabá, PA: UFPA, 2013. (Trabalho de Conclusão de Curso).

HALL, Anthony L. **Amazônia: desenvolvimento pra quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 1991.

MASCARO, A. Leandro. **Estado e forma política.** São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL; SECRETARIA DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Incentivos Fiscais e Fundos de Desenvolvimento: Áreas de Atuação da Sudam e da Sudene.** Exercício 1º semestre de 2010 - Elaboração: novembro de 2010.

PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia.** São Paulo, SP: Editora Expressão Popular, 2006.

RAIMUNDINHO (Raimundo Gomes). Entrevista Oral [gravada] realizada por Jessica Borges, Kézia Vieira de Sousa, Leidyane Carvalho e Leticia Costa / Marabá, 19 fev. 2014 - 34 min.

WOOD, Ellen M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2011.

SISTEMAS DE PACTOS SOCIAIS NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE SÃO JOÃO DA PONTA (PARÁ): ENCONTROS E DESENCONTROS NA GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS

Introdução

A proposta deste artigo surgiu de um feliz encontro dos autores, os quais estudam questões ambientais e socioambientais no contexto de Unidades de Conservação (UC) da Amazônia. A proposta foi se delineando, tendo como ponto de referência os resultados obtidos durante um conjunto de oficinas sobre a temática “Gestão de conflitos no uso de recursos pesqueiros” ocorridas em 2009 para lideranças comunitárias das principais comunidades do entorno da Reserva Extrativista¹ (RESEX) Marinha de São João da Ponta, Pará.

Estas discussões emergiram da demanda do gestor da RESEX, o Sr. *Waldemar Londres Vergara Filbo*, em fomentar ações que pudessem contribuir na mediação de conflitos socioambientais existentes em função do uso dos recursos pesqueiros na Reserva Extrativista Marinha de São João da Ponta/PA. Bem como, estimular a participação dos usuários da RESEX de maneira mais ativa no processo de gestão compartilhada, criando ambientes descontraídos para debates acerca das legislações pertinentes a pesca, aos povos e comunidades tradicionais em áreas de UC.

Teve como principal base de análise a metodologia qualitativa que envolveu pesquisa bibliográfica, documental e de campo, entrevistas, observação participante e a técnica participativa “FOFA²” (Fortaleza Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) (TAGORE, 2007).

* Instituto Federal do Pará. E-mail: josinaldo.reis@ifpa.edu.br

** Universidade Federal do Pará: E-mail: robertasa@ufpa.br

*** Universidade Federal do Pará: E-mail: dflexa@ufpa.br

¹ Área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e acultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (Brasil, 2000).

² Esta é uma técnica usada para identificar pontos fortes e pontos fracos de um grupo social, e examinar oportunidades e ameaças acerca dos objetos investigados. É uma ferramenta que facilita a organização de informações e que esboça um cenário para o futuro o que, por sua vez, facilita a elaboração de planejamentos (TAGORE, 2007).

Para fins deste estudo consideraremos como Recursos Pesqueiros e Pesca as definições dada pela Lei N° 11.959 de 29 de junho de 2009:

I-Recursos Pesqueiros: são os animais e os vegetais hidróbios passíveis de exploração, estudo ou pesquisa pela pesca amadora, de subsistência, científica, comercial e pela aquicultura;
III - pesca: toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros;

Neste contexto, o artigo tem-se como principal objetivo analisar as principais interfaces que permeiam o processo de cogestão na RESEX Marinha de São João da Ponta, bem como realizar uma breve discussão acerca dos principais conflitos socioambientais presentes nas comunidades do seu entorno.

Portanto, o artigo traz um breve histórico do processo de criação das RESEX na Amazônia; o contexto de criação e implementação da RESEX marinha de São João da Ponta/PA e as implicações socioambientais advindas deste processo, além da identificação das comunidades usuárias e sua relação com os recursos naturais no contexto do ambiente natural em que vivem, situando os movimentos destas comunidades diante das principais regra estabelecidas no Plano de Utilização vigente da RESEX em questão e conflitos existentes quanto ao uso e acesso aos recursos naturais.

As Reservas Extrativistas no cenário amazônico brasileiro

As RESEX no Brasil foram criadas no final da década de 1980, em um panorama de lutas e conflitos socioambientais, principalmente os de natureza fundiária que culminaram entre outros eventos na morte no líder seringueiro Chico Mendes (ALLEGRETTI, 1994; ALMEIDA, 2006; ALLEGRETTI, 2008).

As reservas extrativistas brasileiras representam um fenômeno recente na conjuntura sócio política brasileira. Contexto este ancorado numa perspectiva que tem como pano de fundo a percepção de cuidados com o meio ambiente, fruto de toda uma caminhada, especialmente dos movimentos sociais, os quais muito têm contribuído para amenizar as acirradas pressões econômicas cada vez mais presentes sobre o espaço/natureza.

No Brasil e especialmente na Amazônia é perceptível a preocupação quanto à necessidade de mais cuidados com o meio ambiente, tendo presente a intensificação de leis e normas tanto em termos regional quanto nacional cuja participação das comunidades, especialmente aquelas consideradas como populações tradicionais, tem

tido relevância nos conteúdos das leis e normas ambientais vigentes.

Por exemplo, a Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000 (Brasil, 2000), que institui no Brasil o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação.

A referida Lei, em seu Art. 2º define Unidade de Conservação como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

E conservação da natureza como:

O manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.

Já o Decreto 6040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Brasil, 2007), em seu Art. 3º, Inciso I, define populações tradicionais como:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Tais argumentos legais ampliam significativamente o olhar para a natureza, não a dissociando do contexto cultural, ou seja, levando em consideração a importância das comunidades que nela e dela sobrevivem, o que é considerado um avanço advindo das próprias pressões e reivindicações de muitas destas comunidades. Assim,

A percepção da “conservação” evoluiu de forma considerável, rompendo, por um lado, com a preservação estrita que exclui o homem do espaço protegido e considerando, por outro lado, os objetivos de desenvolvimento que impõem uma certa racionalidade econômica. Esse leque de percepções alimenta os debates internacionais acerca da conservação das florestas e mantém, mais precisamente, as polêmicas concernentes ao lugar do extrativismo no desenvolvimento sustentável; alguns se referem primeiramente ao problema do

mercado, outros, ao seu valor conservacionista. A construção política e social das reservas extrativistas no Brasil é uma prova dessa versatilidade (PINTON & AUBERTIN, 1997, p. 263-264).

Isto ressalta a preocupação dos governantes e da sociedade civil na busca da justiça social e da prudência ambiental.

Mas, se por um lado tais preocupações já apontam para a consciência da necessidade de mudanças de paradigmas de planejamento e gestão de desenvolvimento que possa proporcionar o equilíbrio planetário e garantia necessária à qualidade de vida às gerações atuais e futuras, por outro lado, a obtenção do lucro a qualquer preço tem sido a medida de ocupação do planeta, o que tem provocado impactos de natureza socioambiental sistemáticos, com efeitos desastrosos, especialmente à vida das populações que dependem diretamente dos recursos naturais para a sua reprodução social (SACHS, 2012).

Conforme sugere Diegues (2001, p. 101):

A reserva extrativista e outras semelhantes aparecem como uma das alternativas de um desenvolvimento sustentado nas regiões tropicais, baseado no respeito ao mundo natural, no uso de tecnologias apropriadas e densas de conhecimento tradicional dos ecossistemas, na equidade social e na viabilidade econômica.

Qualquer que seja o foco de um estudo voltado para esta região precisa ter presente esta realidade, a qual, certamente influencia o modo de vida dos moradores deste espaço natural, os quais, conseqüentemente também interferem no ambiente em questão.

Das Reservas Extrativistas Marinhas do Litoral Amazônico

O litoral amazônico brasileiro é formado pelos estados do Amapá, Pará e Maranhão. O estado do Pará apresenta a segunda maior área de manguezais do país, com cerca de 389.400 hectares (VANNUCCI, 1999). O ecossistema de manguezal ocorre em 19 municípios do Estado (Soure, Salvaterra, Colares, Vigia de Nazaré, São Caetano de Odivelas, Viseu, Augusto Corrêa, Bragança, Tracuateua, Primavera, Quatipurú, São João de Pirabas, Santarém Novo, Salinópolis, Maracanã, Magalhães Barata, Marapanim, Curuçá e São João da Ponta), onde vivem cerca de 7% da população do Pará.

Nesses municípios uma grande quantidade de pessoas depende dos recursos pesqueiros encontrados na zona estuarina ou no manguezal para sua sobrevivência, com destaque ao caranguejo-uçá (*Ucidescordatus*), cuja coleta e comercialização estão dentre as atividades mais importantes da economia local (MANESCHY, 1993; GLASER, 2003; GLASER & RIBEIRO 2005; GLASER & DIELE, 2005; MANESCHY, 2005; MAGALHÃES *et al.* 2007). A atividade extrativa deste crustáceo apresentou para o país nos anos de 2009, 2010 e 2011, respectivamente 9.027,4 toneladas, 8.534,7 toneladas e 8.607,5 toneladas, sendo uma parcela considerável desta produção oriunda dos municípios do litoral paraense (BRASIL, 2012).

Com intuito de proteger os manguezais da linha de costa do Pará, aliado às condições culturais de ocupação e uso tradicional dos recursos naturais desse ambiente, vem se estabelecendo desde o ano de 2001 várias unidades de conservação de uso sustentável no nordeste paraense, correspondendo a uma parte significativa da linha de costa do Estado.

A primeira Reserva Extrativista Marinha do Pará foi a RESEX de Soure, na Ilha do Marajó, criada em 2001 (BRASIL, 2001). Seguida pelas RESEX Mãe Grande de Curuçá, São João da Ponta e Maracanã, nos municípios homônimos, e Chocoaré-Mato Grosso no município de Santarém Novo, todas decretadas no ano de 2002 (BRASIL, 2002).

Em 2005 foram criadas as seguintes RESEX marinhas: Tracuateua, no município homônimo; Caeté- Taperaçú, no município de Bragança; Arai-Peroba, no município de Augusto Correa; e Gurupí-Piriá no Município de Viseu (BRASIL, 2005a).

Recentemente, em outubro de 2014, foram decretadas a RESEX marinha Mocapjubano município de São Caetano de Odivelas, a RESEX marinha Mestre Lucindo em Marapanime a RESEX marinha Cuinarana, em Magalhães Barata (BRASIL, 2014).

Da Reserva Extrativista Marinha de São João da Ponta/PA

A RESEX Marinha de São João da Ponta foi constituída em 13 de dezembro de 2002, possui uma área de 3.203,24 ha (três mil, duzentos e três hectares e vinte e quatro centiares), sendo 720, 8458 ha de espelho d'água e 2.482,3942 ha de manguezais (BRASIL, 2002).

A referida UC está localizada integralmente no município homônimo, na mesorregião do nordeste paraense (47°55'59.30" W e 0°53'36.46" S). Sua área de abrangência vai desde as cabeceiras do rio Mocajuba, passando pela margem direita do rio

Igarapé Açu e esquerda do rio Mocajuba, onde este banha a zona urbana da sede do município de São João da Ponta, seguindo pela margem direita do rio Desterro, no sentido montante. Continuando sempre acompanhando o limite do mangue e terra firme, passa pelas nascentes do igarapé do Porto de Maripanema, seguindo pela margem direita do furo da Baunilha, e penetrando pela margem direita do rio-Mojuim e no mesmo sentido no igarapé Guarumã, percorrendo uma distância de 12.764,42 metros. Fazendo limite com os municípios de São Caetano de Odivelas e Curuçá, sempre acompanhando o limite da zona de terra firme e do ecossistema manguezal (Figura 01).

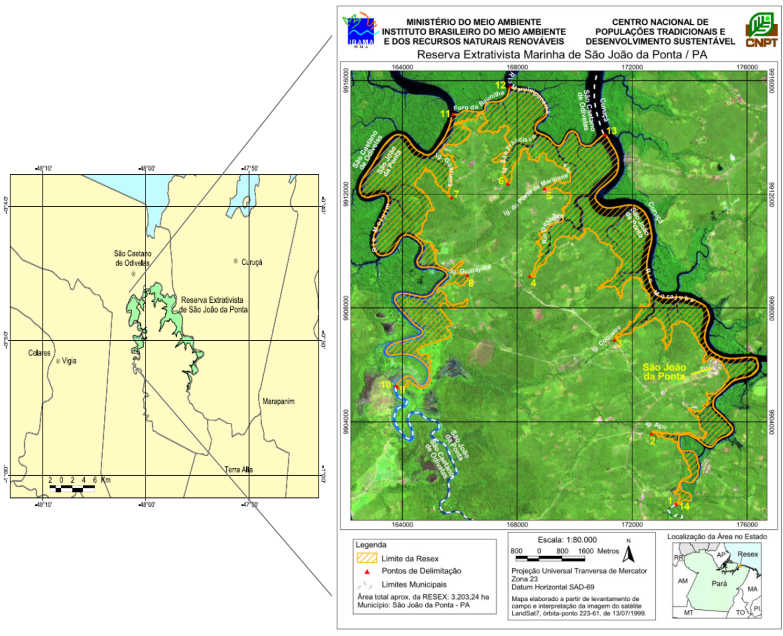
Quando decretada, a RESEX não compreendia comunidades humanas dentro de sua abrangência, entretanto o ecossistema manguezal incluído em sua área representa grande importância para as 18 comunidades do seu entorno, são elas: Porto Grande; São Francisco; Santa Clara; Baunilha e Santana; Deolândia; Novo Horizonte; Brasilândia; Açu; Monte Alegre; Jacarequara; Vila Nova; Bom Fim; Guarajuba, São Domingos e Comunidade de Guarajubinha, bem como três bairros da Sede do município São João da Ponta.

Vale destacar que, na maior parte dos casos, o uso dos recursos naturais e do território do entorno da UC é tão importante quanto fora de seus limites como no seu interior e, por isso, assume grande relevância no seu desenvolvimento.

Neste sentido, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), define:

XVIII - zona de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (Brasil, 2000).

Dentro desta perspectiva, os extrativistas das comunidades supracitadas constituem a Associação dos Usuários da Reserva Extrativista de São João da Ponta-MOCAJUIM. A partir dessa consideração, faz-se pertinente lembrar que a criação das RESEX no Brasil fundamentou-se essencialmente na ideia de inclusão dos moradores nas discussões e ações de estratégias de manejo e conservação dos recursos naturais (ALLEGRETTI, 1994). Sendo a associação dos usuários um mecanismo que possibilita o protagonismo dos comunitários nos processos investigativos locais, levando-os a compreender e discutir as implicações das estratégias de uso e de gestão dos recursos.



A institucionalização das regras de uso na RESEX: Dos Pactos Sociais

Na luta socioambiental pela criação das RESEX, Teisserenc (*no prelo*) enfatiza a reivindicação dos seringueiros pelo reconhecimento de seus saberes e práticas acerca do uso dos recursos naturais disponíveis em seus territórios, além do reconhecimento de sua identidade:

Essas reivindicações estão na origem do conceito de Reserva Extrativista e de sua experimentação com vistas a atribuir às populações tradicionalmente residentes e/ou usuárias dessas áreas o estatuto e o reconhecimento de seu direito a viver e trabalhar na floresta, explorando seus recursos enquanto trabalhadores independentes, não submetidos à tutela de patrões e dispendo para isso de um território no qual esses trabalhadores teriam oportunidade para fazer valer seus saberes e práticas enquanto apropriados à valorização e à gestão dos recursos naturais.

Tais reivindicações têm contribuído também ao processo contínuo de recomposição e reconfiguração territorial (TEISSERENC, *no prelo*; AQUINO & ROSA, 2009). Espaços estes, marcados pela definição de acordos de usos dos recursos e do território a partir de seus saberes, os quais, nesta conjuntura político-social se refletem no conjunto de regras de uso da RESEX, o que, segundo Schmink & Wood (2013) deve ser compreendido como sinônimo de pactos sociais.

Estes pactos sociais são observados em comunidades pesqueiras da Amazônia, onde as regras de utilização são estabelecidas coletivamente, visando o controle da territorialidade e a conservação dos recursos. Sua formalização é um processo relativamente novo, em pleno curso na região e iniciado a partir de conflitos socioambientais referentes à competição por recursos pesqueiros na Amazônia Central (D'ARRIGO, 2006).

No litoral amazônico os pactos sociais definidos pelas comunidades têm funcionado como ferramenta crucial na utilização comum dos recursos naturais, garantindo a preservação continuada das espécies envolvidas e da cogestão pelas comunidades, relações estas, previstas na essência das RESEX.

As regras de uso dos recursos são levantadas pelos próprios usuários das RESEX em reuniões específicas e juntas constituem o *plano de utilização*, documento oficial reconhecido em consonância com a legislação vigente. O plano de utilização de uma RESEX deve indicar a finalidade do plano (breve descrição dos meios a utilizar para manter a reserva como unidade destinada à exploração auto-sustentável e à conservação dos recursos naturais renováveis, pelos seus moradores) (MURRIETA & RUEDA, 1995).

Posteriormente o plano de utilização deverá ser absorvido pelo plano de manejo da RESEX, documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (MURRIETA & RUEDA, 1995). Neiva *et al.* (2013) recomenda a participação social na elaboração do plano de manejo de uma unidade de conservação com vistas a maior conhecimento e compreensão pelos diferentes atores envolvidos, com melhor difusão das regras e acordos estabelecidos.

Constituem ainda desafios na implementação das RESEX a mediação de conflitos originados antes ou após a criação das reservas. Aquino & Rosa (2009) apontam a ausência dos planos de manejo, incluindo um conjunto de regras de uso, direitos

e deveres, como propulsora de conflitos nas unidades de conservação, visto que tais regras contribuem no desenvolvimento da utilização equilibrada dos recursos ambientais.

Almeida & Pantoja (2004) chamam atenção para outro problema, além do uso equilibrado dos recursos naturais: a justiça na distribuição social desses recursos. Tais autores citam exemplos de conflitos existentes na RESEX do Alto Juruá em função das relações de parentesco e amizade entre os comunitários que fiscalizam o cumprimento dos pactos sociais firmados no plano de utilização da RESEX. Todavia, para estes autores a RESEX *é um espaço de conflitos e de diálogos no qual podem emergir soluções novas e criativas para os problemas de distribuição dos bens* (ALMEIDA & PANTOJA, 2004). Desse modo, vale ressaltar a afirmação de Brito (2008, p.3) acerca dos conflitos que ocorrem nas UC:

No entanto, não podemos afirmar que os conflitos na gestão ambiental e, principalmente, no gerenciamento das UC's, são totalmente negativos, pois, são com as relações conflituosas que surgem diversas formas de entendimento e de crescimento, dando origem as negociações e a busca por mecanismos para a regulação da gestão destas áreas.

Assim, constata-se que durante o processo atual de consolidação deste modelo de unidade de conservação, a gestão do território passa a ter como pré-requisito não somente a delimitação territorial, bem como preocupações com a preservação dos modos de vida de suas populações, as quais estão historicamente trançadas a redes sociais fortemente relacionadas com a conservação do meio ambiente. Isso significa que o território e seu ordenamento estão cheios de significados sociais construídos e repassados de geração a geração, que se refletem em costumes e tradições, práticas sociais, saberes e uso de recursos naturais (DIEGES, 2008).

Dentro da conjuntura política das RESEX, abre-se um espaço para a valoração e utilização dos saberes das comunidades locais, os quais passam a ser discutidos no conjunto de regras de uso da RESEX, constituindo o um conjunto de pactos sociais. Pactos estes, definidos pelas comunidades, que, quando respeitados, funcionam como ferramenta crucial para utilização comum dos recursos naturais, garantindo a conservação continuada do ecossistema manguezal e efetivação da cogestão pelas comunidades

Dos pactos e conflitos socioambientais na RESEX Marinha São João da Ponta

O conjunto de pactos sociais estabelecidos no Plano de Utilização da RESEX Marinha de São João da Ponta foi fruto de profundas discussões realizadas nas diversas reuniões nas comunidades usuárias dos recursos da Reserva. Tais discussões caracterizam-se como um processo democrático e participativo, aprovado em uma grande *Assembleia Geral* com o apoio e acompanhamento dos técnicos do CNPT/IBAMA/BELÉM/PA, considerando a realidade de cada comunidade do entorno, principalmente entre os anos de 2002 e 2005.

Todavia, estas relações coletivas geram embates entre os diferentes grupos sociais envolvidos, isso em função de seus distintos modos de inter-relacionamento com os elementos da natureza e suas respectivas maneiras de interpretar os meios social e natural em que convivem, o que Little (2001), denomina de conflitos socioambientais.

Vale destacar a importância de se investigar os conflitos socioambientais em UC, haja visto que durante e/ou após os conflitos, é comum surgirem alternativas diferentes e atuais de se conduzir a gestão da utilização dos recursos, proporcionando assim novas possibilidades de negociações e buscas por soluções mais condizentes com a realidade local.

Dessa forma, analisar a etnografia de um conflito socioambiental requer, inicialmente a identificação do *foco central do conflito*, o que realmente está no cerne da questão. Para este estudo a abordagem metodológica que alicerça as discussões foi principalmente a *Ecologia Política* (LITTLE, 2001). Ocorrendo visivelmente inter-relações estruturais de poder entre os integrantes do cenário em questão, o que requer um mapeamento das interações políticas existentes para melhor compreensão da dinâmica própria de cada conflito (LITTLE, 2006).

Na RESEX abordada no presente artigo foram levantados conflitos pelos próprios usuários da UC durante oficinas realizadas em 2009. Os usuários da RESEX apontaram conflitos existentes entre diferentes atores sociais: os próprios pescadores artesanais da RESEX; pescadores artesanais da RESEX e pescadores artesanais de outras áreas; pescadores artesanais da RESEX e pescadores esportivos de outros municípios, pescadores artesanais da RESEX e agentes econômicos do setor pesqueiro (Tabela 1).

Observou-se que entre os próprios usuários da Resex ocorrem conflitos em função de alguns destes desrespeitarem algumas das regras estabelecidas, como uso de práticas predatórias de pesca proibidas (*Apoitamento de rede³, uso de veneno*), des-

³ Apoitamento de Redes são aquelas que ficam presas ao fundo, normalmente fixadas com objetos pesados tipo de ferro ou de pedras não são levadas pela maré, conforme aponta a fala dos próprios pescadores

matamento da mata ciliar e das cabeceiras dos rios, criação de pequenos animais e realização de caçada com animais domésticos.

Como o *Plano de Utilização* da RESEX Marinha de São João da Ponta (BRASIL, 2005b) garante o acesso as áreas de pesca da RESEX apenas aos usuários cadastrados, a “invasão” do território da UC por pescadores artesanais e esportivos de outras áreas, alheios as regras de uso estabelecidas coletivamente, acaba gerando conflitos. Estes pescadores de outras áreas constituem o *foco central* causador dos conflitos relatados no presente estudo.

Muitas vezes estes pescadores externos atuam com apetrechos de pesca de alto potencial de captura, e na maioria das ocasiões com práticas predatórias, tanto para legislação vigente, como para as regras estabelecidas no *Plano de Utilização*. A título de exemplo, podemos citar a infringência ao tamanho das redes de pesca, cujo limite máximo permitido refere-se a 200 metros de comprimento e malha de 70 mm (setenta milímetros) entre ângulos opostos da malha esticada. Além disso, não é permitida a pesca de arrasto de qualquer espécie nos limites da RESEX.

(BARBOZA&PEZZUTI, 2011).

Tabela 1: Relação dos conflitos, incluindo informações sobre os atores envolvidos, causas e consequências, apontados pelos usuários da RESEX Marinha São João da Ponta (PA)

ATORES ENVOLVIDOS	CAUSAS	COMUNIDADES DO ENTORNO	CONSEQUÊNCIAS
Pescadores artesanais da RESEX <i>versus</i> Pescadores artesanais da RESEX	Utilização de práticas predatórias de pesca (<i>Apoilamento de rede, uso de veneno</i>)	Comunidades de São Caetano e Santa Clara	Conflitos entre os extrativistas devido ao não cumprimento das regras de uso da RESEX
		Comunidade polo do Porto Grande	
		Comunidade de Deolândia	
		Comunidade do Guarajuba	
	Desmatamento da mata ciliar e das cabecceiras dos rios	Comunidades de São Caetano e Santa Clara	Conflitos entre os extrativistas devido ao não cumprimento das regras de uso da RESEX
		Comunidade polo do Porto Grande	
	Criação de Pequenos animais	Comunidade polo do Porto Grande	Conflitos entre os extrativistas devido ao não cumprimento das regras de uso da RESEX
	Caça com cães	Comunidades de São Caetano e Santa Clara	Conflitos entre os extrativistas devido ao não cumprimento das regras de uso da RESEX
Comunidade de Deolândia			
Pescadores artesanais da RESEX <i>versus</i> Pescadores artesanais de outras áreas	Territorialidade	Comunidades de São Caetano e Santa Clara	Conflitos pelo uso exclusivo de pesqueiros e áreas de manguezal para coleta de caranguejo-uçá
		Comunidade polo do Porto Grande	Conflitos por invasão de áreas de pesqueiros e áreas de manguezal para coleta de caranguejo-uçá
		Comunidade de Deolândia	Conflitos por sobreposição de áreas de exploração de caranguejo-uçá e degradação dos bancos naturais de Ostras
		Comunidade do Guarajuba	Conflitos por invasão de áreas de pesqueiros por pessoas de municípios vizinhos que pesca esporadicamente
	Utilização de práticas predatórias de pesca (<i>Apoilamento de rede, uso de veneno</i>)	Comunidade do Guarajuba	Conflitos com pescadores de outras áreas alheios as regras de uso da RESEX
Pescadores artesanais da RESEX <i>versus</i> Pescadores esportivos de outros municípios	Pesca esportiva desordenada	Comunidade polo do Porto Grande	Conflitos por exploração de áreas de uso dos extrativistas da RESEX com pescadores esportivo oriundos de outros municípios alheios as regras de uso da RESEX
Pescadores artesanais da RESEX <i>versus</i> Agentes econômicos do setor pesqueiro	Pouco potencial de organização da cadeia produtiva	Comunidade de Deolândia	Conflitos com <i>Atravessadores</i> de pescado, principalmente de caranguejo-uçá que atuam nas comunidades da RESEX

Em relação à *pesca esportiva* é válido ressaltar que se trata de uma modalidade de pesca considerada permitida segundo o *Plano de Utilização*, desde que devidamente autorizada e regulamentada pelas instâncias decisórias da unidade de conservação. O que tem ocorrido, no entanto, é o descumprimento destes requisitos e provocado situações conflituosas com os usuários, principalmente aqueles extrativistas que têm a pesca como única fonte de renda familiar, indispensável à sua sobrevivência, os quais veem os recursos sendo explorados de forma desleal.

Os locais onde o descumprimento das regras de uso estabelecidas no *Plano de Utilização* geram situações conflituosas mais graves são principalmente aqueles cujo foco central é o caranguejo-uçá. Nas comunidades Porto Grande, Guarajuba e Deolândia, a extração e comercialização do caranguejo-uçá representa o principal mecanismo de geração de renda e ocupação dos extrativistas da RESEX, sendo os conflitos socioambientais nessas áreas os mais acirrados em relação às demais áreas.

Neste sentido, podemos evidenciar também fortes traços de disputas por territórios de coleta de caranguejo-uçá e de pesqueiros considerados mais produtivos, ocasionando conflitos por *territorialidade*. O esforço coletivo deste grupo social caracteriza-se na afirmação de seu “*território*” ao tentarem garantir sua ocupação espacial, bem como usar e controlar os recursos (LITTLE, 2002). Estes embates foram registrados também nas comunidades de Santa Clara e São Caetano.

A *Territorialidade* refere-se às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas – uma localidade, uma região ou um país – e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico (ALBAGLI, 2004).

Vale destacar que a territorialidade tem se configurado como um importante componente na construção da identidade dos grupos sociais, nesse contexto, o estabelecimento das unidades de conservação de uso sustentável tem contribuído para solidificação da identidade dos pescadores artesanais do litoral da Amazônia.

Outro fator relevante na visualização de embates entre grupos sociais completamente distintos está relacionado ao baixo potencial de organização dos extrativistas dentro da cadeia produtiva do caranguejo-uçá nas comunidades da RESEX. Entre estas, destaca-se a comunidade Deolândia, onde estima-se que cerca de 60% de seus quase 500 moradores vivam exclusivamente da pesca e da coleta de caranguejo.

Esta baixa capacidade organizacional dos tiradores de caranguejo-uçá tem sido registrado em outras RESEX marinhas do litoral paraense, assim como conflitos

com agentes econômicos como os *Atravessadores*⁴ e os *Marreteiros*⁵, evidenciados em outras instâncias, como nos debates ocorridos no *I Fórum Paraense sobre o caranguejo-ujá* no município de Bragança em 2009 que discutiu exaustivamente o tema.

Conclusão

No Brasil, ao longo do tempo, a exploração desenfreada dos recursos naturais tem pautado o processo de interação humana com o meio ambiente. Processo de exploração este que tem como base uma política que prioriza a acumulação de capital, propiciando cada vez mais o desequilíbrio ecológico.

Todavia, conforme sugere Diegues (2001, p. 101):

A reserva extrativista e outras semelhantes aparecem como uma das alternativas de um desenvolvimento sustentado nas regiões tropicais, baseado no respeito ao mundo natural, no uso de tecnologias apropriadas e densas de conhecimento tradicional dos ecossistemas, na equidade social e na viabilidade econômica.

Nesse âmbito, o desenvolvimento de RESEX marinhas estabelecidas na linha de costa do estado Pará tem contribuído de maneira significativa para a conservação do ecossistema manguezal nele existente, bem como para fortalecimento das comunidades tradicionais que historicamente tem neste espaço um ambiente de reprodução dos seus modos de vida.

O modelo de Reserva Extrativista Marinha trás consigo certa autonomia e valorização desses povos tradicionais, na medida em que reconhece os acordos de uso dos recursos e de acesso aos territórios debatidos e indicados por estes, através da formatação dos planos de utilização das RESEX.

Nesse interim, diversos conflitos pela disputa aos recursos naturais existentes em período anterior a implantação das Resex marinhas ainda persistem ou novos conflitos começam a surgir em virtude da infração aos pactos sociais estabelecidos de forma coletiva. Todavia, a essência participativa, objetivo das RESEX, abre espaço para um novo tipo de ação, em que diferentes atores sociais envolvidos na reserva possam dialogar de forma transparente estratégias e soluções aos problemas existen-

⁴ Os *Atravessadores* adquirem o produto diretamente dos pescadores para posterior comercialização a outros agentes econômicos, que comercializam os produtos em outros municípios e até em outros estados da federação.

⁵ No litoral paraense temos observado que estes *Agentes Econômicos* possuem uma influência de atuação bastante limitada capital. Adquirem pequenas quantidades de pescado diretamente dos pescadores a preços baixos, os quais são comercializados nas comunidades ou na própria sede dos municípios para feirantes ou pequenos comerciantes interagindo também muitas vezes com os *Atravessadores*.

tes. Nessa nova perspectiva, os conflitos têm funcionado como “gatilho” para a redefinição de posturas adotadas, sendo, dessa maneira, de grande importância a análise dos encontros e desencontros nesse novo tipo de gestão dos recursos pesqueiros.

Referências Bibliográficas

ALBAGLI, Sarita. **Território e territorialidade**. Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: RelumeDumará, p. 23-69, 2004.

ALLEGRETTI, Mary Helena. **A construção social de políticas públicas**. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. Desenvolvimento e meio ambiente, v. 18, 2008.

ALLEGRETTI, Mary Helena. **Reservas extrativistas**: Parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia, in: O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro: RelumeDumará, p. 17-47, 1994.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Terras tradicionalmente ocupadas**: processos de territorialização e movimentos sociais. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 6, n. 1, p. 9-32, 2011.

ALMEIDA, Mauro Barbosa. **Direitos floresta e ambientalismo**: seringueiros e suas lutas. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2006.

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa; PANTOJA, Mariana Ciavatta. **Justiça local nas reservas extrativistas**. Raízes, Campina Grande, v. 23, n. 01 e 02, p. 27-41, 2004.

AQUINO, Maria Jose da Silva; ROSA, Benilde de Nazaré Lameira. **Uso e Proteção Ambiental no Litoral Atlântico Amazônico**: contribuição ao debate sobre práticas e saberes em unidades de conservação; Revista pós ciências Sociais. v.6. n.12, p.131-144, 2009.

BARBOZA, Roberta Sá Leitão; PEZZUTI, Juarez Carlos Brito. **Etnoictiologia dos pescadores artesanais da Resex Marinha Caeté- Taperaçu, Pará**: aspectos relacionados com etologia, usos de hábitat e migração de peixes da família Sciaenidae. SITIEN-TIBUS série Ciências Biológicas, v. 11, n. 2, p. 133-141, 2012.

BRASIL. **Caracterização dos aspectos socioambientais e econômicos da reserva extrativista de São João da Ponta e proposta de estudos complementares**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 98 p, 2010.

BRASIL. **Decreto Nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 10/04/2014.

BRASIL. **Diário Oficial da União- Seção 1**. Distrito Federal DF, 10 de outubro de 2014.

BRASIL. **Diário Oficial da União- Seção 1**. Distrito Federal DF, 13 de dezembro de 2002.

BRASIL. **Diário Oficial da União- Seção 1**. Distrito Federal DF, 22 de novembro de 2001.

BRASIL. **Diário Oficial da União- Seção 1**. Distrito Federal DF, 23 de maio de 2005a.

BRASIL. **Lei Nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>. Acesso em 10 abr. 2012.

BRASIL. Ministério da Pesca e da Aquicultura - MPA. **Boletim Estatístico 2010**. Brasília, 2012.

BRASIL. **Plano de Utilização da Reserva Extrativista Marinha de São João da Ponta**. IBAMA-PA, São João da Ponta-PA, 22 de Outubro de 2005.

BRITO, Daguiete Maria Chaves. **Conflitos em unidades de conservação**. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, n. 1, 2010.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras**. 2 ed. São Paulo: Nupaub-USP, 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais**. In: DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro (Orgs.). *Espaços e usos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB, 2001.

GLASER, Marion. **Interrelations between mangrove ecosystem, local economy and social sustainability in Caeté Estuary, North Brazil**. *Wetlands Ecology and Management*, v. 11, n. 4, p. 265-272, 2003.

GLASER, Marion; CABRAL, Neila; RIBEIRO, Adagenor Lobato. **Gente, ambiente e pesquisa: manejo transdisciplinar no manguezal**. UFPA/NUMA, 2005.

GLASER, Marion; DIELE, Karen. **Resultados assimétricos**: avaliando aspectos centrais da sustentabilidade biológica, econômica e social da pesca de caranguejo, *Ucidescordatus* (Ocypodidae), in: Gente, Ambiente e Pesquisa. Editado por M. Glaser, N. Cabral e A.L. Ribeiro, Belém: NUMA/UFPA. pp. 51-68, 2005.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2002.

LITTLE, Paul Elliot. **Ecologia política como etnografia**: um guia teórico e metodológico. Horizontes Antropológicos, v. 12, n. 25, p. 85-103, 2006.

LITTLE, Paul. E. **Os conflitos socioambientais**: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, M. (org.). A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais. rio de Janeiro: Ed. GaramondLtda, 2001.

MAGALHÃES, André et al. **The role of women in the mangrove crab (*Ucidescordatus*, Ocypodidae) production process in North Brazil (Amazon region, Pará)**. EcologicalEconomics. v. 61, p. 559-565, 2007.

MANESCHY, Maria Cristina. **Pescadores nos manguezais**: estratégias técnicas e relações sociais de produção na captura de caranguejo. Furtado LG, Leitão W, Fiúza A Povos das Águas: Realidade e Perspectivas na Amazônia. Belém. Brasil. MCT/CNPq, p. 19-62, 1993.

MANESCHY, Maria Cristina. **Sócio-Economia**: trabalhadores e trabalhadoras nos manguezais. In: FERNANDES, M. E. B. (Org.). Os manguezais da costa norte brasileira. São Luís: Fundação rio Bacanga, p. 135-164, 2005.

MURRIETA, Julio Ruiz; RUEDA, Rafael Pinzón (Ed.). **Reservas extrativistas**. IUCN, 1995.

NEIVA, Alessandro. et al. **Lições aprendidas sobre participação social na elaboração de planos de manejo de unidades de conservação**: comunidade de ensino e aprendizagem em planejamento de unidades de conservação. Brasília-DF: WWF-Brasil, 66 p, 2013.

PINTON, Florence; AUBERTIN, Catherine. **O extrativismo entre conservação e desenvolvimento**. In: CASTRO, Edna; PINTON Florence. Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, p. 263-284, 1997.

SACHS, Ignacy. **De volta à mão visível**: os desafios da Segunda Cúpula da Terra no rio de Janeiro. EstudosAvançados, v. 26, n. 74, p. 5-20, 2012.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. **Contested frontiers in Amazonia**. Columbia University Press, 2013.

TAGORE, Marcia de Pádua Bastos. **Metodologia de ATER e Pesquisa com Enfoque Participativo**. Belém-PA. Alves Grafica e Editora. 128p, 2007.

TEISSERENC, Pierre. **Governança territorial em Reservas Extrativistas**. No prelo.

VANNUCCI, Marta. **Os manguezais e nós**: Uma síntese de percepções. ESDUP, São Paulo, 233 p, 1999.

O SISTEMA DE AVIAMENTO APLICADO NA ECONOMIA DA BORRACHA NA AMAZÔNIA DO SÉCULO XIX E XX E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS PARA REGIÃO

Introdução

A região Amazônia brasileira durante o período colonial até o imperial sofreu devidas implantações de capitais estrangeiro para o estabelecimento de um sistema em que fosse devidamente lucrável para o estrangeiro diante da retirada da borracha, o que ocasionou mudanças sociais e econômicas para região. Devido a isso, a região passou por diversas etapas para a formação desse capital perante essa matéria prima. Pela devida importância de relatar a formação social e econômica de uma região em que vivemos é justificável a elaboração desse artigo. Diante do exposto levantou-se a seguinte problemática: Quais foram as influências e consequências sociais e econômicas perante esse processo de instabilidade estrangeira na região da Amazônia brasileira até o colapso da borracha no período do Brasil império?

Para esclarecer e especificar o questionamento supramencionado teve-se como objetivo principal de identificar os pensamentos e ideias de autores com o intuito de analisar e repassar esse conhecimento perante a região em que vivemos.

Para a realização do trabalho será abordado pesquisas bibliográficas, livros, revistas, artigos referentes. Contudo, busca-se através desse conhecimento reconhecer como deu-se o processo do sistema de aviamento na região amazônica desde do período colonial e quais foram suas influências sociais e econômicas.

O Sistema de aviamento aplicado na economia da borracha na Amazônia do século XIX e XX e suas consequências sociais e econômicas para região

O ciclo econômico da borracha na região Amazônia durante o século XIX e XX, foi de grande importância econômica e social para região e para o comércio internacional, pois na época era a única região que possuía a seringueira, por esse

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: mariaahbatalha@gmail.com

motivo foi decorrente a grande demanda externa que o extrativismo que a mesma proporcionava. Desde o Brasil Colonial, havia curiosidade e encantamento a partir dos estrangeiros para a utilização da borracha que já eram utilizados pelos índios, como Marie de La condamine, através de uma expedição francesa, foi um dos primeiros cronistas a descrever a vasta natureza da América portuguesa e ficou muito interessado quando tomou conhecimento sobre a borracha, logo a descreveu para a Academia de ciências da França. perante esse produto, como é citado por Roberto Santos(1980):

Coube e Charles Marie de La Condamine e François Fresneau chamar a atenção dos cientistas e industriais para as potencialidades contidas na borracha. La Condamine achava-se no equador, comissionado pela Academia de ciências de Paris para a medição do Arco do meridiano, quando escreveu a primeira comunicação sobre a borracha lida por Buffon em 1736 perante a academia. Em resumo, a nota mencionava uma arvore que os nativos da região chamavam de Hevé e os índios maias de cautchuc. (...) Em 1745, do relato abreviado de uma viagem feita ao interior da América meridional, onde La condamine voltou a falar sobre a resina elástica. “Quando fresca”, dizia o autor, dá-se-lhe a forma que se quer; ela é impenetrável à chuva, mas o que torna mais notável é sua grande elasticidade (SANTOS, Roberto, 1980, pag 43)

Nota-se que nas antigas civilizações da América a borracha já tinha um importante papel perante uma sociedade, era descritiva e chamada por outro nome dos índios na época, caracterizando assim a cultura dos índios indignas. A teoria de ciclos econômicos na história do Brasil, partiu do princípio que dependendo do período histórico, de um povo, etnia, haveria influencia, da religião, da cultura e da política. (Simonsen, 1997 in APUD VAINFAS¹). Identificou-se que os índios empregavam a borracha para a utilização da produção de sapatos, bolas, roupas, seringas entre outros e era impermeável a água. Na época na Europa, os tubos e mangueiras eram fabricados por couro, o que induzia a vazamento desses materiais, tornando-o prejudicial para atividades para quem a utilizavam-na, logo como os países imperialistas estavam a procura de novas matérias primas e a política do imperialismo se estabelecia na época, houve curiosidade perante a borracha, pois além de ser algo novo, serviria como uma solução para problemas de matérias de consumismo na época. Como relata, Roberto Santos:

¹ SIMONSEN, R. História econômica do Brasil. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1937.

As capas de couro, além de pesadas, não ficavam à disposição de todos, dado o seu elevado preço. Botas de couro nunca ofereciam proteção perfeita contra a água. As bexigas de porco infladas também não eram bolas ideais para os jogos (SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo. Página 43)

Contudo, nota-se pela descrição de Roberto Santos o quão poderia ser importante a borracha utilizada nos meios para atendimento do mercado consumidor se houvesse o aprimoramento do material, o que motivou assim os estudos para o aprimoramento do mesmo.

Logo, foi se tendo mais interesses perante borracha, o pioneiro da indústria francesa que foi instalada em 1803. Foi o engenheiro François Freneu, amigo de La condamine que desenvolveu pesquisas botânicas sobre árvores gomíferas com intuito de converter a borracha em matéria prima, porém persistiam vários problemas, pois o produto chegava na Europa em estado já sólido. Para Roberto Santos (1980, página 45) “Depois de vários experimentos conseguiu a dissolução em terebintina, comunicando suas conclusões ao governo francês em 1762.” Esse processo mais tarde aperfeiçoado pelo escocês Macintosh, em 1823 permitiu a utilização da borracha em solução na impregnação de tecidos, tornando-os impermeáveis à água.

Em 1833, surgiu a primeira indústria americana de borracha: A roxbury Rubber factory. Desde 1829, os fabricantes de sapatos de Boston, enviavam calçados para o Pará para serem revertidos com a borracha. Nota-se que a demanda desse material crescia, porém, ainda existiam problemas técnicos para o uso dele, como podemos verificar em Magalhães² (2011):

Mas não foi fácil chegar ao ponto ideal de uso da borracha, já que os cientistas e experimentadores não conseguiam dar a este produto a elasticidade e a impermeabilidade que lhe conferiam uma posição ímpar para os mil artefatos industriais a que estava destinada. Uma solução satisfatória para o problema somente foi conseguida em 1839, quando o inventor americano Charles Goodyear descobriu o processo de vulcanização (PRADO E CABELATO in MAGALHÃES, 2008, p. 44).

A demanda que surgia perante esse novo material, estimulava cientistas e pesquisadores a buscar uma solução para o aprimoramento de técnicas que fizesse esse produto mais consistente para melhor utilização do mesmo. Em 1842, um cientista americano Goodyear plagiou o processo de vulcanização que era designado

² PRADO, Maria Lígia; CAPELATO, Maria Helena. A Borracha na Economia Brasileira da Primeira República. In: FAUSTO, Boris. (Direção). *O Brasil Republicano: Estruturas de Poder e Economia (1889-1930)*. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1985.

por Hayward por “solarização”, que implicava o uso de enxofre na borracha a uma temperatura elevada, aproximadamente 140 a 150°, a adição de enxofre à borracha a tornava mais resistente e a tornava inalterável a qualquer variação de temperatura.

O processo de vulcanização possibilitou a ampliação dos usos da borracha e o crescimento da demanda perante esse produto, a exportação. O que trouxe mudanças ao patamar da região no setor econômico e social para melhorias de estruturas propícias para o atendimento dessa demanda. Como cita Roberto Santos:

A firmeza e longa duração da procura externa do produto suscitaria uma atmosfera propícia aos negócios regionais, justificando a importação de tecnologia então moderna no setor dos transportes (navio a vapor em 1853) e a orientação decidida de recursos para a produção Gomífera. A oferta regional, de início limitada a artigos rudimentares de borracha, expandiu-se notavelmente até 1875, fazendo forte apelo a uma organização produtiva do tipo escravagista, da qual o índio constrangido foi o primeiro e principal sustentáculo. (SANTOS, 1980, p. 75)

Nessa época, foram desenvolvidos planos estruturais para atender a demanda crescente do mercado gomífero, de acordo com Prado Junior a exportação da borracha vem em contínuo aumento desde 1827, quando se registra um primeiro e modesto embarque de 31 toneladas e atinge em 1880 cerca de 7 mil³. Diante esse aumento, foi se instaladas navegações a vapor no Amazonas em regime de monopólio (no regime de Mauá), porém a demanda se intensificou a tal ponto de não poder atendê-la sozinha, foi se criada a Companhia Fluvial Paraense e a companhia Fluvial do Alto-Amazonas. Como Roberto Santos cita (1980. Pag.55) “A demanda se intensificou a ponto que a companhia não pode continuar a atendê-la sozinha”. Nota-se também a abertura de portos para o estrangeiro, decreto de abertura em 7 de dezembro de 1866 para firmar uma disposição genuína de amizade internacional e de paz.

Um dos pontos relevantes para o aprimoramento dos navios a vapor foi em que 1872, Como cita Roberto Santos (1980, pag55) a Amazon Steam Navigation se consolidou no negócio de transportes e tornou-se a única em linha. Nota-se assim a grande influência estrangeira na região e a dependência da região brasileira perante os estrangeiros. O que gerou grandes consequências movidas pelos interesses econômicos da borracha. Como cita G.Muller e Fernando Henrique Cardoso (1877):

Essa população, movida pelos interesses econômicos ligados à extração do látex, devassa a floresta tropical brasileira, incorpora um território de quase 200 mil km² retirados da Bolívia, extermina parte da população indígena, miscigena-se parcialmente com eles e provoca o crescimento urbano de Belém e Manaus. (MULLER. Geraldo. 1877, p. 25)

³ Dados retirados do livro: História da Economia do Brasil do autor Caio Prado Junior, página 236.

É perceptível que com o grande aumento da procura pela borracha a floresta tropical brasileira foi mais devastada e há um afluxo de imigrantes perante o desenvolvimento técnica da navegação, as fronteiras se expandem e há conflitos contra há Bolívia para a anexação do acre.

O contexto histórico de mudanças sociais e econômicas na Inglaterra, estados Unidos e Europa ocidental perante a transição econômica, conhecida como revolução industrial, fez com que o sistema de governo do Brasil Império mudasse de acordo com a ascensão desse mercado internacional, Para Caio prado (2008, p. 211) “a ambição do lucro e do enriquecimento consagrasse como um valor social”. A borracha passou a ser mais valorizada, perante o crescimento e desenvolvimento tecnológico, principalmente pela demanda automobilística, pela introdução do pneumático, houve um crescimento do preço do produto também, a tonelada em média na década de 1840/50 era de 182 libras, em 1870/80 alcançou 389 libras⁴.

Manaus e Belém estavam sendo urbanizadas, eram na época consideradas cidades brasileiras mais desenvolvidas, houve-se construção de teatros, de cinemas, entre outros. Porém nas duas capitais os pobres são expulsos para periferia e em Manaus procurasse se apagar qualquer atividade indígena. (Freire, 1993 in APUD SANTOS⁵), ou seja, cada vez mais os menos favorecidos estavam sendo marginalizados e mandados para regiões periféricas ou meio rural.

Há uma mudança no âmbito social da região e uma das consequências dessa transição econômica foi a abolição da escravatura em 1888 estabelecida pela Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel, filha de D.Pedro II, que provocou mudanças no meio de trabalho na Amazônia, forçou a implantação de um sistema de relação de trabalho que mantivesse o trabalhador “livre” conservando-o no mesmo lugar, retendo-o por dívidas, denominado, sistema de aviação; e a proclamação da república em 1889, liderada pelo Marechal Deodoro da Fonseca também provocou mudanças relacionado a mão de obra, teve-se que obter adaptações para o trabalhador que era “considerado” livre. O sistema econômico liberal estava em de certa forma influenciando essas medidas fossem tomadas, já que Portugal era ineficientemente fraco na questão de organizações nota-se isso citado Caio Prado Junior (1998):

Se de um lado a transformação do regime de trabalho assegurou o progresso do sistema produtivo do país, doutro ela se revelará um dos mais fortes elementos de desintegração da estrutura básica daquele sistema: a grande propriedade agrária. A adaptação do trabalhador livre ao regime da grande lavoura não se mostrará fácil. Em primeiro lugar, porque intro-

⁴ Dados retirados do livro: Amazônia Expansão do capitalismo do autor G. Muller, pagina 26)

⁵ FREIRE, José Ribamar Bessa. Barés, Manáos e Tarumã. Amazônia em cadernos, Manaus: Museu amazônico/ Universidade Federal do Amazonas, v.2, n.2/3, p.159-178, dez. 1993/1994.

duz um novo elemento desfavorável e desconhecido sob o regime anterior da escravidão: a instabilidade de mão de obra (PRADO, Junior, pagina 212, 2008)

Diante disso, na região Amazônia sofre uma escassez de mão de obra na produção econômica da borracha, pelo crescimento da demanda que alcança 17 mil toneladas em 1887. O indígena já utilizado como mão de obra na região passou a atuar como seringueiro. Porém, a mão de obra indigna não era suficiente. Uma das soluções para essa escassez foi à imigração para a região, estabelecida por dois modos. Como cita Roberto (1980) Santos referente a imigrações:

O problema da escassez de mão de obra que estrangulava a economia da Amazônia e particularmente a produção da borracha, nos fins da década dos setenta, encontrou viva resposta na imigração extra regional. Pode-se considerar como imigração dirigida a que teve lugar para fins de colonização agrícola, com financiamento ou por exigência regulamentar do poder público, protagonizada por brasileiros ou estrangeiros, e como imigração espontânea, todas as outras espécies de fluxo migratório, estrangeiro ou nacional, inclusive obtido sob pressão da propaganda (SANTOS, Roberto, 1980, pag.117)

Diante do exposto, estabelece-se uma forte corrente migratória para o Amazonas, estabelecida por dois tipos de imigrações: a dirigida e a espontânea. A imigração dirigida foi fracassada antes por tentativas de imigração estrangeiras perante o governo de Mauá com portugueses e chineses (1854 – cerca de 1061 portugueses e 30 chineses), norte americanos (1866 – 169 à 200 imigrantes⁶) e espanhóis e luso espanhóis (1875, cerca de 180 imigrantes⁷). Porém essa imigração não foi rentável como é perceptível em Roberto Santos:

O diagnóstico econômico social de José Verissimo sobre as causas do insucesso permanece sendo muito mais exato. Os fatos do fracasso foram: a baixa qualidade do imigrante estrangeiro, em razão da completa falta de seleção, a errônea localização das colônias, sob o ponto de vista econômico, e a inépcia administrativa dos órgãos oficiais encarregados. (SANTOS, Roberto, 1980, pagina 91)

O que se deve destacar diante essa demanda estrangeira para região foi que a mesma é de pequena escala e em consequência a conflitos de interesses entre os grandes impérios para se instabilizarem na região, o governo pagava para a remuneração da vinda de cada imigrante, e além de poucos qualitativos profissionalmente, não rendiam para a produção para área, já é notório a falta de administração do governo perante a vinda dos mesmos.

⁶ Dados retirados do livro História econômica da Amazônia do autor Roberto Santos, pagina 89.

A imigração dirigida deu-se certo perante os nordestinos, devido a uma grande seca entre os anos de 1877 e 1880, eles tinham como intuito a ascensão na vida, vieram em grande massa. A imigração espontânea teve como uma das principais contribuições no setor de organizações de serviços terciários na natureza privada, como a obra dos ingleses à infraestrutura no setor econômico; a de alemães, americanos, franceses e ingleses, no setor da comercialização e do crédito.

Diante aos imigrantes locais para o fornecimento de altas demandas da borracha, foi-se estabelecido a técnica de aviamento. O que de certa forma, esse sistema como já dito, emprega o trabalhador a permanecer na região por muito tempo através de dívidas à crédito. De acordo com Roberto Santos:

O aviamento (...) tenderá a repetir-se em toda área econômica na qual as seguintes características estejam presentes: (a) base de recursos naturais espacialmente ampla e de difícil acesso; (b) atraso das técnicas de produção; (c) índice de participação do dinheiro nas trocas nulo ou muito baixos; (d) presença de lideranças mercantis locais (...); (e) ligação dessas lideranças com um mercado monetizado em pleno funcionamento e que, de fora, subministra crédito; (f) demanda externa ativa sobre um ou mais produtos dessa área. (SANTOS, Roberto, 1980, página 91)

Diante dessas características, a técnica de aviamento tinha as características certas para serem empregadas diante a produção da borracha na Amazônia, pois as lideranças mercantis locais eram aliadas aos interesses do mercado externo, na qual o capital estava nas mãos do público através do governo central, que ao invés de facilitar e melhorar a qualidade de vida das pessoas na região, era de decorrer as ações públicas para atender o capital estrangeiro, principalmente dos Estados Unidos e Inglaterra, devido a empréstimos privados a governos locais. Foram esses países que trouxeram o capital inicial para dinamizar a produção da borracha, eles cresciam economicamente com esse meio de relação comercial e estabeleceram na região bancos estrangeiros, companhias de navegação, escritórios de contabilidade, entre outros; para interesses e lucros. Um dos fatores que também influenciou para melhor instabilidade dessa técnica, foi a utilização permanente do escambo desde meados do século XVIII na região da Amazônia brasileira, o que ocasionou a não aceitação da representação do dinheiro pela população cabocla, a inserção porém não foi ideológica pois a aceitação do dinheiro como algo de valor pela população cabocla não estava totalmente compreendida gerando resistências a moeda em papel, portanto a circulação dessa moeda nas comunidades era pífia o dinheiro era tido como um objeto alegórico o que explica por exemplo a falta de interesse em se atentar a troca do dinheiro pela moeda corrente pois a mesma sempre mudava de valor e forma.

Por esse motivo, o seringalista aceitava o sistema de troca perante a produção de trabalho, anulando assim a participação de dinheiro nas trocas, misturando escambo com créditos diante a técnica de aviação. O que era um ponto importante para manter a hierarquia desse sistema. Além do desconhecimento regional perante os extratores, outro ponto importante era a resistência dos trabalhadores que ao se rebelarem frente à extorsão do aviador, as insaciáveis horas de trabalho e tentava sobreviver por meio do escambo ou mesmo abandonando o ofício ocorria uma imperiosa repressão por meio do Estado e ou aviador validado pelos agentes públicos se demonstrava marcadamente desproporcional a qualquer forma de resistência como fugas, tentativas de independência frente o aviador, pois havia repressão policial de quem tentava se retirar da região.

O seringueiro ficava isolado, logo ele não poderia estabelecer nenhum grupo com os mesmos interesses perante a quebra desse sistema, o que impedia a organização dos mesmos para lutar e constituir conhecimentos que o fizessem mudar a condição social que era estabelecida. O funcionamento desse sistema funcionava da seguinte forma: o aviador de nível mais baixo fornecia ao extrator (explorado) que trocava a borracha no barracão operado pelo próprio dono do seringal ou por alguém que os donos pagariam para ali estar; esses operadores do barracão proviam itens de necessidades básicas a preços altos, como: alimentos, remédios, ferramentas, roupas entre outros, provendo assim, dívidas a esses seringueiros que em pagamento recebiam a produção extrativa ou eram poucos remunerados. Os preços dos bens eram fixados pelo aviador, a qual acrescentava juros inadequados perante esses bens. De acordo com Roberto Santos, um dos pontos mais exploratórios desse sistema era que:

“Esse aviador, era aviado por outro e também pagava “juros extras” apreciavelmente altos. No cume da cadeia estavam as firmas exportadoras, principais beneficiárias do regime de concentração de renda por via do engenhoso mecanismo dos “juros extras” e do rebaixamento do preço local da borracha.” (SANTOS, Roberto, 1980, pag. 159)

Diante disso, nota-se os altos juros ao extrator, que além de manter o comércio circulando, era explorado e mantido na região através dos créditos, na qual a maioria dessas firmas a maioria eram estrangeiras, estava no nível mais baixo da hierarquia. É notório, como o extrator da borracha era explorado pela produção de trabalho, Diante desse capital que era estabelecido para o mercado internacional era necessário que esse sistema fosse eficaz, mesmo sendo desumano. De acordo com Marx e Hegel, (pagina 55, 1999) uma parte da burguesia procura remedir os males sociais a

fim de consolidar a sociedade burguesa. E era o que estava acontecendo na época, tanto os caboclos, como os nordestinos eram extorquidos fisicamente e com rendimento mínimo de pagamento, eram proibidos pelos padrões de exercer qualquer atividade de subsistência que não fosse da extração da borracha, o que os deixava mais dependente dos mesmos.

Essa forma de sistema exploratória só foi desconstituída por volta dos meados anos de 1920, com a queda do preço da borracha, de acordo com de acordo com Fernando Henrique Cardoso e G.Muller (1997):

A distribuição da população entre urbano e rural expressa a divisão social do trabalho segundo a massa de mão de obra requerida pela dinâmica da organização econômica e política da região. No fim do ciclo da borracha (1920) contando como urbanos os núcleos de Belém e Manaus, 28% da população amazônica residiam nos municípios destas cidades e mais de um milhão no meio rural. (CARDOSO E MULLER, 1997, p.55)

É notório que grande parte da sociedade existente, vivia de forma estagnada, hierarquizada e exploratória, já que a maioria residia no meio rural, denominando assim o que o senso exploratório citado por Marx e Engels (1999, Ed.rocket, p. 13) de que a exploração do mercado mundial da burguesia imprime um trabalho sujeito apenas para essa produção e ao consumo. Visto como nos anos iniciais de qualquer tipo de grande indústria, baseada em países com pouca organização trabalhista e falta de organização na regulamentação do mercado da borracha, esse sistema exploratório teve êxito por meio da pura fragilidade das pessoas que compunham a base dessa hierarquia, que produziam a riqueza para o mercado estrangeiro e detinham uma pouca parcela desse lucro.

O grande colapso do ciclo da borracha na região Amazônia só aconteceu devido a interesses ingleses que já tinha existido há um tempo, como cita Roberto Santos (1980):

“Thomas Hancocok considerado o “pai da indústria britânica de borracha junto com Goodyer na descoberta da vulcanização junto com a Índia Office, e Jardim Botânico de Kew (Inglaterra) e os Royal Botanic Gardens (Índia) fizeram uma coleta seletiva em 1876, no qual foi escolhido a espécime d Hevea brasiliensis que foram contrabandeadas da Amazônia pelo aventureiro inglês Henry Wickham. As sementes que Wickham roubou, após brotarem os biólogos ingleses rapidamente as levaram para as colônias britânicas na Índia e na Nova Zelândia.” (SANTOS, 1980 p. 229)

Essas sementes deram origem às árvores que produziam a borracha que conquistaria o mundo, sendo utilizada para revolucionar a indústria, Henry Wickham,

o inglês responsável pela façanha, na Inglaterra, ficou conhecido como “o pai da borracha”, ao levar as mudas de seringueiras as colônias da Inglaterra e na Ásia.

Logo, há aumento de concorrência, como cita Caio Prado Junior (1998, pag. 239) “A Concorrência que se estabeleceu era entre uma região primitiva como a Amazônia, e outra que contava com todos os grandes recursos técnicos financeiros”. Nota-se que o Brasil agia de forma primitiva na extração de látex, utilizando os mesmos recursos que os indígenas do período pré-colombiano utilizavam, enquanto isso, os ingleses continuavam a escolher novas mudas recolhidas na Amazônia e enviadas às colônias inglesas e holandesas na Ásia. Pois os mesmo estavam buscando um melhor aperfeiçoamento da cultura da borracha com um objetivo de uma produção quantitativa necessária para suprir a demanda em ascensão, superando o Brasil em termos de melhoramento da técnica de extração e organizações públicas direcionadas a economia da borracha.

De acordo com Roberto Santos (1980, pag.233): “A seringueira começa a produzir depois de cinco ou seis anos (...). Depois de 1900, no entanto, a área plantada no Oriente se expandiu economicamente.” Como leva apenas seis anos para poder retirar da seringueira o látex, logo os asiáticos começaram a produção. Tudo custeado pelos europeus que tinham abandonado o vale do Amazonas em busca dos lucros das plantações do Oriente. Dos países asiáticos onde tinham plantado as seringueiras, a Malásia foi a que mais lucro trouxe para os comerciantes.

Houve tentativas para a organização de um melhor desenvolvimento, Como descreve Fernando Henrique Cardoso e G.Muller (1997, p. 33):

Os representantes políticos da Amazônia nunca conseguiram consolidar uma política de defesa da borracha. Além disso, os lucros auferidos na região foram canalizados para o consumo, não concorrendo para a transformação existente” (Prado e Capellato, 1985 apud Fernando Cardoso G Muller, 1993 p. 36)

O governo brasileiro do presidente Hermes da Fonseca e seu ministro Pedro de Toledo tentaram defender os interesses da economia gomífera na região e o interesse dos exportadores, logo estabeleceram várias medidas. Em 1910, já temendo concorrência asiática, foi organizada a Associação Comercial do Amazonas onde se realizou um Congresso com intuito de criarem um plano de extração do látex com baixo custo. Acreditando-se que o preço da borracha subiria outra vez estocaram a matéria-prima, mas com temor de que ela se deteriorasse acabaram por abandonar o plano. O governo federal passou a incentivar descobertas e pesquisas para melhorar a extração, coagulação e pensamento da borracha, incentivou a plantação de serin-

gueiras, concedeu isenção de transportes e impostos gratuitos, porem de nada adiantou. A produção asiática era feita de forma diferente da do Brasil, era organizada e racional e logo suplantou a produção amazônica. Outro ponto a favor da produção asiática era a mão-de-obra barata e abundante, também tinha a seu favor fretes reduzidos e transportes fáceis, ou seja, todo o custo de produção na Ásia era inferior ao da Amazônia. Com isso a Ásia produzia mais borracha com um custo menor e logo passou a ocupar lugar de destaque no comercio mundial. Por outro lado a exportação brasileira caia drasticamente. De acordo com Caio Prado Junior (1998):

A riqueza Amazônia se desfará aos poucos, a mata voltando ao isolamento. A terra se despovoava. Vão se os aventureiros e buscadores de fortuna fácil procurar novas oportunidades em outro qualquer lugar. Ficará a população miserável de trabalhadores que aí se reunira para servi-los, e que trará estampado no físico o sofrimento de algumas gerações aniquiladas pela agrura do meio natural (JUNIOR, Caio. São Paulo: Editora brasiliense, 1998. p. 240)

Durante esse período de decadência, nota-se e enfatizasse mais a grande exploração e aniquilação da população diante as premissas do capital estrangeiro no qual “o estado é sempre estado de classe mais poderosa, da classe economicamente dominante que, também graças a ele, se torna a classe politicamente dominante e adquire novos meios de oprimir.” (LENIN, 2005, p. 33) houve falência de escritórios e estruturas que foram empregadas pelos estrangeiros e o desemprego na cidade aumentou.

Considerações finais

Durante o período colonial até 1920 foi-se visto na Amazônia a influência do meio do capital estrangeiro perante as estruturas de modernização urbana nas cidades, é notório havia grande influencia das grandes potencias, na qual foram utilizados os processos de utilizações de técnicas para aperfeiçoamento da borracha. Para um melhor lucro estrangeiro, consistiu em empregar o sistema de aviamento, um sistema a credito que hierarquizava a sociedade urbana e periférica, na qual os imigrantes e nativos foram tratados de forma desumanas. A falta de interesse e organização perante a administração territorial de Portugal fez com que ocorresse a decadência do monopólio brasileiro da borracha, já que os ingleses conseguiam “invadir” a região e implantar mudas no oriente, desenvolvendo assim uma maior eficiência no meio da produção e estatizando a economia Amazônica nesse período. A crise da borracha que se seguiu fez muitos abandonarem os seringais e voltarem ao campo para a Agri-

cultura e Pecuária. Mas muitos seringueiros ficaram nas regiões e vilas dos seringais. Como não havia comércio, indústria ou algo do tipo para sobreviver, os seringueiros que ainda viviam na floresta ficaram na mais absoluta miséria tendo que para sobreviver caçar e pescar. Desenvolveu na época uma economia de subsistência, pois não tinham recursos para retornarem aos lugares de origem.

Referências bibliográficas

CARDOSO, FH. E MÜLLER, G. **Amazônia**: expansão do capitalismo. Editora Brasiliense. 1997.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História Econômica da Amazônia**: 1800-1920. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias. **Amazônia**. O extrativismo vegetal no sul de Roraima: 1943-1988. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

LENÍN, Vladímir. **O Estado e Revolução**. A revolução proletária e o renegado Kautsky. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Objetiva. 2001.

MARX E ENGELS. O Manifesto comunista. RockEdition. agosto.1999. Disponível em <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>> em 02 de novembro de 2014.

Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/retrato/luzes-sobre-a-amazonia>. Acesso em 03 de novembro de 2014.

Disponível em: <http://www.brasilecola.com/historiab/ciclo-borracha.htm>. Acesso em 03 de novembro de 2014.

Disponível em: <http://pt.slideshare.net/krivos2/como-fazer-citaes-e-referencias>. Acesso em 03 de novembro de 2014.

Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/retrato/luzes-sobre-a-amazonia>. Acesso em 03 de novembro de 2014.

Disponível em: <http://www.brasilecola.com/historiab/ciclo-borracha.htm>. Acesso em 03 de novembro de 2014.

Disponível em: <http://pt.slideshare.net/krivos2/como-fazer-citaes-e-referencias>. Acesso em 03 de novembro de 2014.

ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO BOA VISTA/BONFIM E O COMPORTAMENTO DO MERCADO BOAVISTENSE PÓS-IMPLANTAÇÃO

Introdução

Com o objetivo de desenvolver as Áreas de Livre Comércio é o desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas, ou isoladas do restante do país, o Brasil por ser um país de grande extensão territorial e também com uma extensa fronteira, faz-se necessário desenvolver essas fronteiriças, que é o caso do estado de Roraima cuja formação é uma tríplice fronteira entre ao Brasil, Venezuela e República da Guiana, neste contexto fez-se necessário à criação de Área de Livre Comércio Boa Vista Bomfim que foram as últimas a serem implantadas já no ano de 2008.

Com esse intuito de desenvolvimento o governo adotou uma apolítica de incentivo a empresas dessa região, ou seja, empresas que pertencem essa zona de área de livre comércio, isso proporciona o aumento na quantidade de empresas e como consequência temos uma queda acentuada no preço dos produtos que além de recebem incentivos passam a ser mais competitivos, a nossa pesquisa buscou identificar como o consumidor tem percebido isso no mercado boa-vistense, mostra que 67% dos consumidores conhecem os benefícios, e 83% dos consumidores quando fazem compra no mercado quando percebem um preço muito elevado cobra um preço mais baixo devido a implantação a da ALCBV, pois eles sabem que os empresários recebem incentivos para baratear mais os preço, e percebem que esses incentivos não são passados para o consumidor além de 73% reconhecerem que a implantação da área de livre comércio trouxe benefícios para ao estado de Roraima.

Destaca-se outro ponto importante que buscamos mostra em nossa pesquisa é que o 100% dos empresários tem conhecimento dos benefícios da Área de Livre Comércio e que 90% dos mesmos estão cadastrados e utilizam os benefícios, e acreditam que com a Implantação da ALCBV puderam perceber os preços mais competitivos no mercado.

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: paulinhomuru17@gmail.com

A Área de Livre Comércio ALC, Boa Vista e Bomfim no Estado de Roraima faz parte da Amazônia Ocidental assim como a Tabatinga no estado do Amazonas (AM), Guajará-mirim no estado de Rondônia (RO), Brasília/Epitaciolândia (AC) e Cruzeiro do Sul Acre (AC), e em caso especial tem a ALC Macapá/Santana no estado do Amapá (AP), que tem por objetivo desenvolver a região e integrar ao restante pois, embora a mesma não faça parte de Amazônia Ocidental.

É importante destacar que através do Decreto Lei nº. 288/67, Art. 10 que a autoriza o serviços de administração Zona Franca de Manaus a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, pois a mesma é uma autarquia de personalidade jurídica, sendo a mesma uma entidade autárquica, é garantida a autonomia administrativa e financeira e está localizada no estado do Amazonas na capital Manaus. Nesse sentido além das ALC's terem os mesmo benefícios que a Zona Franca de Manaus as mesma são administrada pela SUFRAMA, pois todas as empresas que desejam fazer parte da Área de Livre Comércio devem ter o seu cadastro ativo no órgão responsável.

1 ALCA: como uma Área de Livre Comércio

Gomes (2013)¹ destaca que a Área de Livre Comércio das Américas – ALCA foi uma proposta criada pelos Estados Unidos, e tinha por objetivo eliminar todas as barreiras comerciais dos países latino-americanos, ainda incentivar o livre comércio nas Américas, criando melhores condições para importação e exportação de produtos. Drummond (2001) diz que a ideia da ALCA foi uma pressão dos Estados Unidos da América, pois o mesmo não deseja ficar aliados a projetos de integração regional que se iniciava a sua frente.

Drummond (2001, p. 01) que a ideia da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA tinha por intenção uma área de livre comércio que abrangesse todo continente americano, “Ressalta também que as Américas estão unidas na busca da prosperidade por meio da abertura de mercados, da integração hemisférica e do desenvolvimento sustentável”. Por outro lado Gomes (2013) aborda que segundo os especialistas a ALCA beneficia poucos e prejudica muitos, é uma proposta que vai contra o povo latino-americano, e que suas consequências são fáceis de serem percebidas, seria uma dependência econômica, política e tecnológica, uma invasão territorial e cultural.

¹ Cristina Gomes <http://www.infoescola.com/geografia/alca-area-de-livre-comercio-das-americas/>

2. Áreas de Livre Comércio



Mapa 1.1
Fonte: SUFRAMA.

Conforme mostra o mapa 1.1 trazem a abordagem de Albuquerque (2011, p. 19), destaca que o estado do Amapá não faz parte da Amazônia ocidental tornando, portanto assim uma exceção, e suas Áreas de Livre Comércio não façam parte da faixa de fronteira, são elas Macapá e Santana, conforme abortado anteriormente as ALC's tem por objetivo o desenvolvimento é de prioridade das áreas mais carentes, as mesmas em Macapá objetiva reduzirem alguns percalços no que diz respeito a “logística de transporte, dificuldades geográficas, diferenças regionais e não apenas culturais, mas, principalmente econômicas e sociais, preservação dos recursos naturais e segurança nacional” (ALBUQUERQUE, 2011).

2.1. Objetivos da ALC

De acordo com Getúlio Cruz (2007, p.37-38) “nas primeiras duas décadas após sua criação, a Zona Franca de Manaus no mais importante centro brasileiro de produtos importados (...). A capital amazonense virou um paraíso da classe média brasileira, atraindo milhares de consumidores que anualmente lotavam as ruas do velho centro comercial manauara, (...), os primeiros anos de funcionamento da Zona Franca de Manaus como o grande centro urbano, comercial e de serviço, da Amazônia Ocidental (Roraima, Rondônia e Acre) com a capital amazonense”.

Por unanimidade dos escritores o qual foi consultada a Área de Livre Comércio – ALC visa o desenvolvimento da região, observamos nesse aspecto que as regiões onde estão localizadas as Ás de livre comércio no Brasil compreendem um espaço que historicamente não se desenvolveu em função de Estado não ter dado uma atenção devida com deus a região sul, onde se iniciou o processo de industrialização, e também sabemos que compreendendo um processo de formação histórica de habitação no Brasil, as ALC's tem como base a redução de imposto, “uma vez que a redução de impostos gere redução de preços e a possibilidade de maiores vendas. consequentemente, será necessário contratar mais pessoas, haverá um diminuição do desemprego, aumento da renda, receita das empresas, do bem-esta social” (AL-BUQUERQUE 2011, p. 27). Neste ponto o autor destaca que as ALC's promovem uma reação em cadeia, fomentando o desenvolvimento econômico, com incentivos de estatal, reduzindo os impostos, e naturalmente o mercado depois dessa etapa ocorre uma autorregulação automática tendo como consequência o pleno emprego, em consequência disso aumenta a renda e o consumo.

Sousa, (2010), destaca que as áreas de livre comércio de importação e exportação têm regime fiscal especial, de cujo objetivo é garantir o desenvolvimento das regiões fronteiras, que está localizado especificamente na região norte do Brasil, incentivando assim relações com os países vizinhos.

2.2 Benefícios da Área de Livre Comércio

De acordo com a Suframa, as áreas de livre comércio foram desenvolvidas no sentido promover o desenvolvimento das cidades fronteiriças na Amazônia Ocidental e em Macapá/Santana (caso especial), parte de uma ideia de integração com o restante do país, nesse sentido são oferecidos, incentivos iguais ao da Zona Franca de Manaus, como a redução de IPI e do ICMS, ainda garantindo qualidade na fiscalização de entrada e saída de mercadorias, garantindo o fortalecimento do setor comercial, abertura de novos empreendimentos, gerando assim emprego e renda para população dessas regiões (SUFRAMA, 2013)².

Conforme ao Art. 4º da Lei Nº 8.26 de.

Art. 4o A entrada de mercadorias estrangeiras nas Áreas de Livre Comércio de Boa Vista - ALCBV e Bonfim - ALCB far-se-á com suspensão do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados, que será convertida em isenção quando forem destinadas a: (Redação dada pela Lei nº 11.732, de 2008).

² FONTE: http://www.suframa.gov.br/zfm_area_de_beneficios.cfm

2.3. Imposto sobre Produto Industrializado – IPI

Imposto Federal

Os benefícios de incentivos das Áreas de Livre Comércio estende-se em um âmbito Federal, Estadual e Municipal, no âmbito Federal encontramos a redução de até 88% do Imposto de Importação (I.I.), sobre os insumos destinados a importação, e também na redução do Imposto de Produtos Industrializados (I.P.I), que tem uma redução para Pessoa Jurídica de 75% além disso existe adicionais para empreendimentos classificados com prioritários que visam o desenvolvimento regional calculado com base no lucro de exploração até 2013, no que abrange a Zona Franca de Manaus existe a isenção para o PIS/PASEP e da Confins nas operações internas que também são estendidos para as outras Áreas de Livre Comércio (SUFRAMA)³.

Tributos estaduais

Outro aspecto de incentivos é a redução parcial ou total que varia de 55% a 100% sobre as operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) (SUFRAMA).

3 Surgimento da Área de Livre Comércio Boa Vista/RR – ALC/BV

A Lei que institui a Área de Livre Comércio – ALC/BOA VISTA, BOM FIM, Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991.

Art. 1o São criadas, nos municípios de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima, áreas de livre comércio de importação e exportação, sob regime fiscal especial, estabelecidas com a finalidade de promover o desenvolvimento das regiões fronteiriças do extremo norte daquele Estado e com o objetivo de incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, segundo a política de integração latino-americana.

Conforme mostramos acima as Áreas de Livre Comércio – ALC's tem por finalidade o desenvolvimento da região Amazônica, garantindo emprego e a melhoria do bem-estar social e econômico da região a qual é implantada, busca ainda a redução no preço nos produtos, pois o mesmo torna-se elevados pela deficiência logística

³ http://www.suframa.gov.br/zfm_incentivos.cfm

devido a extensão territorial (Albuquerque, 2011). Mostraremos como o Mercado boavistense tem se comportado após a implantação da Área de Livre Comércio de Boa Vista/RR – ALCBV, como o consumidor e o fornecedor tem se adaptado a esse novo modelo de mercado.

De acordo com a Albuquerque (2011, p. 16) “(...) alguns dos benefícios até então restritos a Zona Franca de Manaus – ZFM foram estendidos ao restante da Amazônia Ocidental, que envolvia os estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima”. As isenções fiscais previstas são (...) aplicadas aos bens de produção, de consumo e aos gêneros de primeira necessidade, de origem.

Com a implantação do estado em janeiro de 1991, o governo estadual passa a arrecadar impostos de competência estadual (ICMS, IPVA, ITBI) e continua a participar do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que reforça as receitas estaduais (CRUZ, 2009, p. 63). Argumenta ainda o autor que com a implantação do estado, foram acrescentadas novas instalações como os poderes legislativo e judiciário, do Ministério Público Estadual, e Tribunal de Contas do Estado.

3.1. *Análise e Discursão dos Resultados*

Em notícias vinculadas em jornal local (folhaby), o secretário da Fazenda Leocádio Vasconcelos, afirmou que o ICMS será um dos principais benefícios, explicou que antes da ALC, afirma ele ainda que todos vão ganhar com a implantação da ALCBV.

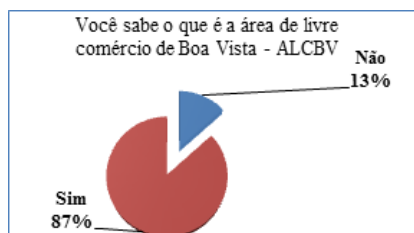
Quando uma empresa local comprava uma mercadoria no valor de R\$ 10 mil na região Sul ou Sudeste do país, pagava o ICMS de 7%, o que corresponde a R\$ 700,00. Caso essa empresa agregasse a margem de lucro de 20%, ou R\$ 2 mil, o ICMS na venda do produto era de 17%, o equivalente a R\$ 2.040,00. Com o crédito presumido de R\$ 700,00, a empresa pagava o ICMS final de R\$ 1.340,00 e a mercadoria ficava com custo final de R\$ 11.340,00. Com a ALC, a mesma mercadoria terá valor de compra de R\$ 9.300,00, por que já terá na nota fiscal o valor de desconto de 7%, ou seja, R\$ 700,00. O Estado concederá ainda o crédito presumido de 7%, ou seja, R\$ 651, que se agregado à margem de lucro de 20%, ou R\$ 1.860,00, terá que recolher R\$ 1.897 de ICMS na venda, o equivalente a 17%. Menos R\$ 651,00 de crédito, pagará o ICMS final de até R\$ 1.246,00 e custo total de R\$ 10.546,20. Uma diferença total de R\$ 793,80 entre as duas operações (FOLHABV, 2009).

De acordo com Secretário da Fazenda Leocádio Vasconcelos todos irão ganhar com a Área de Livre Comércio.

3.2. Pesquisa com Consumidores

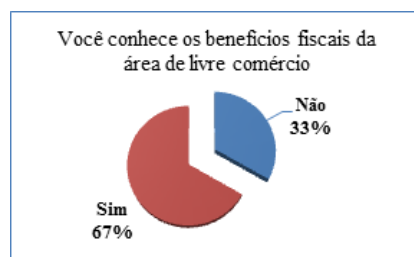
Pesquisa feita com consumidores na zona da Área de Livre Comércio de Boa Vista Roraima, no período de 20 de setembro a 30 de novembro de 2013, a intenção foi identificar o grau de conhecimento desses consumidores, e como eles tem se comportando como agentes econômicos no mercado boa-vistense e se os mesmo percebem e conhecem os benefícios da ALC/BV.

Gráfico 1.1



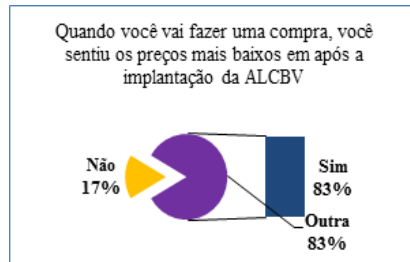
Como podemos observar acima de acordo com o gráfico, identificamos 87% dos consumidores tem conhecimento da Área de Livre Comércio e 13% não tem conhecimento do que é ALCBV. Porém conforme podemos observar no gráfico 1.2 o conhecimento dos benefícios por parte dos consumidores diminui, ou seja, os consumidores sabe que existe uma Área de Livre comércio, porém 33% não conhecem os benefícios.

Gráfico 1.2



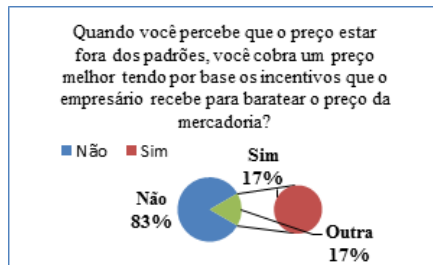
O gráfico 1.2 mostra que 67% dos consumidores conhecem os benefícios da ALCBV, e 33% não conhecem.

Gráfico 1.3



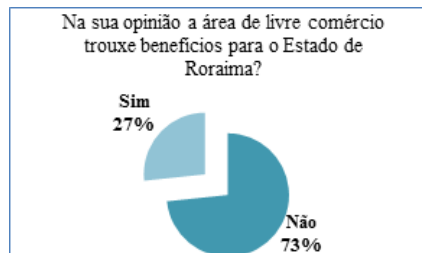
O gráfico 1.3 aponta que 83% dos consumidores já sentiram os preços baixar após a implantação da ALCBV, e 17% ainda não sentiu os preço baixar.

Gráfico 1.4



O gráfico acima destaca que 83% dos consumidores quando percebem os preços elevados da mercadoria cobra um melhor preço em função da área de incentivos, pois conforme já citado os incentivos visam beneficiar tanto vendedores quanto consumidores, de um ponto de vista econômico a ALCBV assim como as demais ALC's geram satisfação para consumidores e vendedores, gerando assim um equilíbrio no mercado.

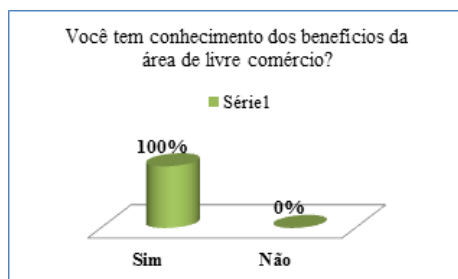
Gráfico 1.5



Conforme mostra o gráfico 1.5 os consumidores afirmam que a ALCBV trouxe benefícios, para o estado de Roraima, onde 73% acreditam que sim e os 27% acreditam que não.

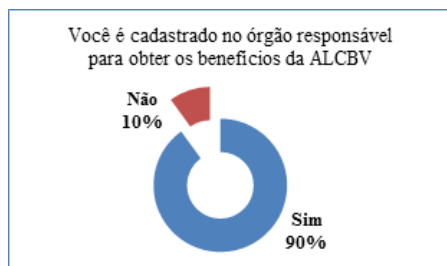
3.3 Pesquisa com Empresários

Gráfico 2.1



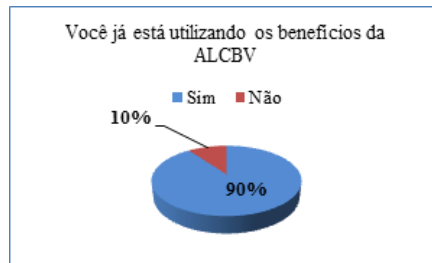
O gráfico acima 2.1 mostra que 100% dos empresários de onde está localizada a Zona da Área de Livre Comércio em Boa Vista – ALCBV conhecem os benefícios.

Gráfico 2.2



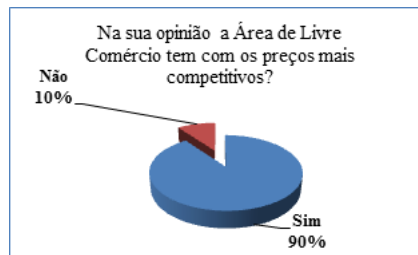
Observa-se conforme o resultado do mostrado no gráfico 2.1 acima, que todos os empresários conhecem os benefícios da Área de Livre Comércio, o gráfico 2.2 mostra que mesmo que os 100% conhecem, mas existe uma parcela de um total de 10% que ainda não se cadastrou na SUFRAMA, para receber os benefícios da ALCBV.

Gráfico 2.3



O gráfico 2.3 confirma o gráfico 2.2, pois mostra que 90% dos empresários cadastrados estão atualizados com os benefícios da ALCBV.

Gráfico 2.4



Neste caso o gráfico 2.4 mostra que os comerciantes.

4 Metodologia

Esta pesquisa se baseia em dados quantitativos, através de entrevistas a empresários e consumidores, nesse sentido Sampieri; Collado e Lucio (2012, p. 14) abordam que “a investigação científica no oferece a possibilidade de generalizar os resultados de maneira mais ampla (...). assim oferece uma grande possibilidade de réplica e enfoque sobre os pontos específicos de tais fenômenos, além de facilitar a comparação entre estudos similares”.

Compreende-se uma pesquisa bibliográfica, pois foi feita uma pesquisa nas literaturas publicadas sobre a ALC's, no tanto especificamente em a ALCBV quanto as outras ALC's de outros estados, e também a sede que é a Zona Franca de Manaus, e ainda foram feita busca em sites, locais, como de jornais, e no próprio site da SUFRAMA, Marconi e Larkatos (2010, p. 166), que a pesquisa bibliográfica abran-

ge toda biográfica publicada sobre determinado tema, desde publicações genéricas, “boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico e etc.”. A pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de material já existente e é constituído de maneira geral por livros e artigos científicos. Existem ainda pesquisas totalmente bibliográficas, e parte dos estudos exploratórios é em sua maioria bibliográfico, nesse sentido a pesquisa bibliográfica é uma maneira de conhecer fatos passados, com base em dados secundários (GIL, 2010, p. 50).

4.1 Universo, Sujeitos e locus da pesquisa

Entrevistas com empresários

Foram entrevistados 30 (trinta) empresários do comércio local de Boa Vista-RR, a fim de saber a opinião sobre a ALCBV e até que ponto os benefícios contribuem para o crescimento do comércio.

Entrevistas com consumidores

Foi entrevistado o total de 30 (trinta) consumidores aleatórios que encontravam fazendo compras no comércio local da cidade de Boa Vista-RR, os quais foram feitos as perguntas relacionadas ao conhecimento e a utilização dos benefícios da ALCBV.

As entrevistas supracitadas são de característica estruturada, pois é uma forma de questionário direto e se designam como um formulário, esse tipo de pesquisa proporciona uma análise estatística dos dados por serem obtidas através de uma pergunta “prefixada” não possibilitam maior aprofundamento, ainda possibilitam um tratamento quantitativo dos dados (GIL, 2010, p. 113).

Tratamento dos dados

O tratamento dos dados obtidos das entrevistas foi tratado através do programa Microsoft Excel, compreendendo que os trinta (30) entrevistados, tanto empresários quanto consumidores compreendem um universo de cem por cento (100%), dentre as perguntas foram colocadas apenas duas opções como sim e não, de cada pergunta cada opção corresponde a cinquenta por cento (50%), ou seja, dos trinta entrevistados 15 respondessem sim representaria cinquenta por cento de cada pergunta, teríamos então uma paridade, além do, mas foram tratados de forma de

regra de três. Conforme especificado, onde cada grupo de trinta corresponde a um universo de cem por cento (100%).

Considerações finais

Esse trabalho teve por objetivo a investigação dos fatores condicionantes do processo de desenvolvimento do estado de Roraima, através das Áreas de Livre Comércio ALC's. Área de Livre Comércio Boa Vista/Bom fim foi implementada em 2008 com o propósito de promover o desenvolvimento do estado, por ser uma região de fronteira do Extremo Norte do país e ainda aumentar as relações bilaterais com os países que o estado de Roraima faz fronteira, Venezuela e Guiana, as ALC's, contam com incentivos fiscais para implantação de indústrias que utilizam matéria prima da Amazônia Ocidental.

Os benefícios da Zona Franca de Manaus, através da Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA estende-se as demais Áreas de Livre Comércio, com a de Tabatinga (AM), que visa o desenvolver econômico através de geração de empregos; Macapá/Santana (AP), que tem sua economia baseada na agricultura e mineração e tem por finalidade atividades voltadas a importação nacional e estrangeira; Guajará-Mirim (RO), que tem a economia concertada na agricultura, extrativismo vegetal e pecuária; Brasileia, Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul (AC), e por fim a Área de Livre Comércio Boa Vista/Bomfim (RR), além de ter um objetivo comum entre todas as outras ela visa incentivar o turismo de negócios no estado (Suframa). Enfatizamos que a Área de Livre Comércio de Macapá/Santana (AP) não faz parte da Amazônia Ocidental, cujo principal objetivo dessa ALC além do desenvolvimento é a integração com o restante do país.

A constituição e efetivação da Área de Livre Comércio deu-se pela Lei nº 8.256 de 1991 e foi decomposta pela Lei 11.732 no mês de junho de 2008, são os benefícios da ALC, Isenção de Imposto de Importação -

II; A Isenção do imposto sobre produto industrializado – IPI, isenção do PIS e COFINS, e tratamento diferenciado para o ICMs. (CRUZ, 2009). As ALC's têm como objetivos atrair investimentos nacionais de capital estrangeiros como forma de incentivar o comércio, fomentar as empresas para que tenham condições de igualdade com seus concorrentes localizadas em outras regiões de país, ainda criar empregos, proporcionar um equilíbrio, entre os empresários, incentivar novas tecnologias.

A Área de Livre Comércio de Boa Vista, mostramos nesta pesquisa que empresários e consumidores estão atentos, aos benefícios concedidos tanto para o mercado local quanto para o mercado exterior, isso é importante para que essa área se desenvolva mais ainda, na análise gráfica mostramos que noventa por cento (90%) dos empresários estão cadastrado na SUFRAMA, e que os mesmo conhecem os benefícios, de descontos de impostos e isenção de imposto conforme citado acima. O conhecimento dos consumidores torna-se importante para desenvolver mais ainda, pois existe uma pressão invisível de ambas as partes para que os preços baixem e beneficiem tanto a empresários quanto a consumidores, aquecendo assim a economia regional, onde os preços estão baixos as pessoas tendem a consumir mais, e os empresários vendem mais aumentando a sua margem de lucro e todos saem ganhando.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Camila Rodrigues Cavalcante. **Áreas de Livre Comércio: O Caso de Boa Vista**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

CRUZ, Getúlioalberto de Souza. **O Polo de Manaus e o Desequilíbrio Intra-regional na Amazônia Ocidental: o Caso de Roraima**. Porto Alegre: UFRGS 2009.

CRUZ, Adolfo Enchechurry. **Um Estudo Sobre Empreendedorismo e Sua Relação com o Desenvolvimento de Roraima**. Boa Vista: UNB, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LARKATOS, Evamaria; MARCONONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas 2010.

SOUSA, José Meirelis. **Gestão do Comércio Exterior exportação e importação**. São Paulo: Saraiva 2010.

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus. http://www.suframa.gov.br/suframa_o_que_e_suframa.cfm. Acessado em 05 de novembro de 2013.

SUFRAMA. Mapa da Amazônia Ocidental. Disponível em: http://www.suframa.gov.br_publicacoes_suframa hoje.cfm acessando em 20 de novembro de 2013.

SUFRAMA <http://www.suframa.gov.br> acessando em 20 de novembro de 2013.

BRASIL. Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/> acesso em 25 de novembro de 2013.

BRASIL. Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/> acesso em 25 de novembro de 2013.

BRASIL. Lei nº 11.732 de 20 de novembro de 2008. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/> acesso em 25 de novembro de 2013.

FOLHA DE BOA VISTA. área de livre comércio - Todo mundo vai ganhar, diz Leocádio. Disponível em: http://www.folhabv.com.br/Noticia_Impressa.php?id=49242. Acessado em 20 de novembro de 2013.

DRUMMOND Maria Claudia consultora legislativa mc 0411s 4/ 2001.

O PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA EM DISPUTA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS LUTAS E RESISTÊNCIAS DO MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE DIANTE DO PROJETO HIDRELÉTRICO BELO MONTE

Introdução

Na primeira gestão do governo petista e de seus aliados (2003-2006), sob a liderança do presidente Luis Inácio Lula da Silva, é possível identificar, conforme destacam Coutinho (2006), Oliveira (2007) e Vianna (2006), um governo marcado, eminentemente, por grande continuidade em relação à agenda e política macroeconômica de seu antecessor (monetarismo, austeridade fiscal e submissão ao capital financeiro), restringindo e frustrando o que poderia emergir de novo e de mudança estruturante. Em seu segundo mandato (2007- 2 2010), também, sob a liderança de Lula (e do emergente fenômeno do *Lulismo*)¹, Coutinho (2010), Oliveira (2010) e Vianna (2012) reafirmam seu diagnóstico de *continuidade*, no “governo Lula”, com a agenda neoliberal, em certa medida, até mais conservador.

Entretanto, nesse segundo mandato, outros analistas, sob matizes diferentes, (CARNEIRO, 2012; CEPÊDA, 2012b; DINIZ, 2010; 2011; BOSCHI; GAITÁN, 2008; SADER, 2009; SADER; GARCIA, 2010; POCHMANN, 2012; SINGER, 2012) identificam sinais de *descontinuidade*, retomando e reposicionando a capacidade política de planejamento e de intervenção do Estado (sobretudo com a agenda e estratégia de desenvolvimento assentadas no PAC e em Programas Sociais), gerando investimento em infraestrutura, geração de emprego formal, crescimento econô-

* E-mail: sergiorcm2001@yahoo.com.br.

** E-mail: rbveras@uol.com.br

¹ Oliveira (2010) identifica, nesse novo contexto brasileiro com o fenômeno do *Lulismo*, uma *Hegemonia às avessas*. Já para Coutinho (2010), a realidade brasileira expressa uma Hegemonia da pequena política marcada pela emergência desse fenômeno do *Lulismo*. Sobre os *sentidos* desse fenômeno do *Lulismo*, Singer (2012), sob um ângulo e perspectiva diferente, identifica um deslocamento da questão nuclear, do campo das *lutas de classes* – capital x trabalho –, para a polarização “pobreza x riqueza”, assumindo as políticas de transferência de renda lugar de destaque nos marcos de uma *Reforma gradual e pacto conservador*.

mico, distribuição de renda e combate à pobreza, acesso e incentivo ao crédito e ampliação do mercado e do consumo internos, além de se projetar como liderança internacional, em particular na América do Sul².

Isso assinala um reposicionamento e redefinição do Estado e do seu papel planejador e indutor das políticas públicas nos marcos do desenvolvimento capitalista no Brasil, na América do Sul e no Mundo, o que faz com que alguns pesquisadores considerem uma guinada a um *pós-neoliberalismo* e a um *neodesenvolvimentismo* a partir desse segundo mandato, procurando articular, de forma indissociável e equitativa, crescimento econômico e a política distributiva, assumindo o *social* uma certa tônica de prioridade na agenda da política pública do governo brasileiro (CARNEIRO, 2012; CEPÊDA, 2012b; DINIZ, 2010; 2011; BOSCHI; GAITÁN, 2008; POCHMANN, 2012; SADER; GARCIA, 2010; SADER, 2009; 2013; SINGER, 2012).

1. O Neodesenvolvimentismo em Debate: um campo em formação e em disputa

Nesse processo, identificamos um revigoramento do tema do desenvolvimento, em particular do *neodesenvolvimentismo*, e desse debate na agenda de pesquisa das Ciências Sociais/Humanas, de formuladores de Políticas Públicas e de diversos agentes sociais da sociedade civil, exprimindo profundas tensões e conflitos em torno de concepções e projetos em disputa na sociedade. Isso sugere e exige uma análise desse processo em curso, considerando aqui as dinâmicas e configurações particulares do Brasil, em especial da Amazônia, relacionada à dinâmica mais ampla e complexa Regional e Global, dominada pela dinâmica capitalista. Apresentamos resumidamente algumas ideias acerca desse tema.

Uma dessas abordagens é o *Novo Desenvolvimentismo*. Para defensores dessa perspectiva, como o economista Bresser-Pereira (2003, 2004, 2006), o Brasil precisa de um novo caminho, com vistas a construir de forma redefinida uma *estratégia nacional de desenvolvimento*, posto seu contexto atual diferente, uma nova realidade, que aponta e enfrenta novos desafios. Para esse autor, essa perspectiva se apresenta como um contraponto ao “antigo desenvolvimentismo” e à “ortodoxia convencional” ou agenda neoliberal que entraram em crise (BRESSER-PEREIRA, 2006).

² Consultar os Documentos: *Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013* (PUND/IPEA, 2013); *Um retrato de duas décadas do mercado de trabalho brasileiro utilizando a Pnad* (IPEA, 2013); *Dois décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela Pnad/IBGE* (IPEA, 2013); *A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda* (IPEA, 2012); e *um Brasil em Desenvolvimento 2010: Estado, Planejamento e Políticas Públicas*. Vol. 1 (IPEA, 2010).

Sob esse ângulo, o *novo desenvolvimentismo* é entendido como um “terceiro discurso” e o “conjunto de diagnósticos e idéias”, que servem de base e orientação para a formulação da estratégia nacional de desenvolvimento de cada Estado-Nação, reassumindo esse, junto com o mercado, lugar protagônico nesse processo. Nesse sentido, ele se expressa como “um conjunto de propostas de reformas institucionais e de políticas econômicas, por meio das quais as nações de desenvolvimento médio buscam, no início do século XXI, alcançar os países desenvolvidos”. Ademais, defende a permanência das políticas públicas e flexibilização das relações de trabalho (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 12-19)³.

Em diálogo com algumas posições de Bresser-Pereira sobre o *novo desenvolvimentismo*, João Sicsú *et al.* (2007) entendem essa formulação enquanto *estratégia nacional de desenvolvimento*, assentada nos seguintes elementos:

- (i) uma maior abertura da conta comercial do país, que deve ser feita de forma negociada e com reciprocidades; (ii) um novo papel do Estado, com um planejamento mais estratégico; (iii) preocupação com a estabilidade macroeconômica, incluindo não só estabilidade de preços como também equilíbrio do balanço de pagamentos e busca do pleno emprego; (iv) uma nova política macroeconômica, que permita inverter a equação perversa juros elevados e câmbio apreciado; (v) não aceitar a estratégia de crescimento com poupança externa, visando alternativamente financiar o desenvolvimento com recursos próprios de cada nação.

Além desses tópicos macroeconômicos, Sicsú *et al.* enfatizam a relação entre: *as esferas pública-privada, econômica-social e nacional-internacional* como questões fundamentais para esse *projeto de desenvolvimento novo-desenvolvimentista*. Para eles, tal projeto não objetiva pavimentar a estrada que poderia levar o Brasil a ter uma economia centralizada, com um Estado forte e um mercado fraco. Também não objetiva construir o caminho para a direção oposta. Um projeto novo desenvolvimentista compreenderia que a melhor opção seria aquela baseada em um Estado forte, que estimule o florescimento de um mercado forte. A construção de uma concertação ou “pacto nacional” e o fortalecimento do “empresariado nacional” são postos como estratégicos e fundamentais para implementação dessa agenda, combinando crescimento econômico e *equidade social*⁴.

³ Segundo o autor, como “o antigo desenvolvimentismo, [o novo desenvolvimentismo] não é uma teoria econômica: baseia-se principalmente na macroeconomia keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento, mas é uma estratégia nacional de desenvolvimento” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 12).

⁴ Conforme esses autores, as origens teóricas do *novo-desenvolvimentismo* são diversas: vão de Keynes e de economistas keynesianos contemporâneos (Paul Davidson e Joseph Stiglitz), que concebem a complementaridade entre Estado e mercado; até a visão cepalina neoestruturalista, que considera que a industrialização latino-americana não foi suficiente para resolver os problemas das desigualdades sociais na região, defendendo, assim, a adoção de uma estratégia de *transformação produtiva com equidade social* que permita compatibilizar um crescimento econômico sustentável com uma melhor distribuição de renda. Com isso, eles buscam estimular o debate em torno da constituição de uma agenda alternativa de desenvolvimento ao projeto neoliberal. Isso implica dizer que não se trata de uma agenda anticapitalista (SICSÚ *et al.*, 2007).

Ao polemizar essa retomada do debate desenvolvimentista e suas variações, Fiori (2011) assume uma posição crítica em relação ao chamado “novo desenvolvimentismo”, identificando-o como uma tentativa de “terceira via”. O referido autor sustenta que os defensores desse neodesenvolvimentismo incorrem aos mesmos erros teóricos do passado e propõem “um conjunto de medidas ainda mais vagas e gelatinosas do que já havia sido a ideologia nacional-desenvolvimentista dos anos 50”. Para ele, “trata-se de um pastiche de propostas macroeconômicas absolutamente ecléticas”. Ao problematizar o papel do Estado abordado por eles, identifica que “a questão central do poder e dos interesses contraditórios das classes e das nações” é deixada de lado, demonstrando sua fragilidade analítica com consequência política (FIORI, 2011, p. 2). Em outros dois artigos seus, Fiori (2012a; 2012b) desfere fortes críticas às correntes mais à esquerda desse debate, em especial à chamada Escola Campineira. No primeiro artigo, ele acusa essa corrente de esquerda de um estreitamento de seu “horizonte utópico”, transformando-se numa “ideologia tecnocrática, sem mais nenhuma capacidade de mobilização social” (FIORI, 2012a, p. 2).

Num contraponto às críticas de Fiori, Carneiro (2012) rebate sustentando a existência de pelo menos duas vertentes nesse debate atual. Uma delas é o já citado novo desenvolvimentismo, cujo centro estaria na Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), que “privilegia as dimensões macro das políticas econômicas e subordina a elas as políticas de desenvolvimento dando maior peso ao papel do mercado (CARNEIRO, 2012, p. 3). No outro lado desse campo se situa o *social-desenvolvimentismo*, com origem na Unicamp e na UFRJ, assumindo o social como eixo estruturante de desenvolvimento e isto se daria pela centralidade do mercado interno via ampliação do consumo de bens públicos e privados – pelas massas. Para essa vertente, propõe-se “a subordinação das políticas macroeconômicas às de desenvolvimento e o maior peso do Estado. O desenvolvimento das forças produtivas seria, nesse caso, um meio para atingir o objetivo almejado” (CARNEIRO, 2012, p. 3).

Em sua abordagem, Cepêda (2012a), ao diferenciar o *novo-desenvolvimentismo do velho*, identifica uma mudança na *questão nuclear*, que a aproxima desse campo do “socialdesenvolvimentismo”. Para ela, o “novo-desenvolvimentismo, ao contrário, apóia-se no processo de inclusão social, colocando redistribuição e equidade em posição prioritária”, acrescentando que a “questão nacional que cimenta o novo-desenvolvimentismo, presente nas políticas públicas federais da última década e em seu projeto de sustentação (PAC I e PAC II), apóia-se no diagnóstico da exclusão social como eixo do problema atual” (CEPÊDA, 2012a, p. 84). Cercando a problemática por esse ângulo, a autora reconhece a combinação de “políticas de cresci-

mento com políticas de distribuição” no novodesenvolvimentismo apresentado por Sicsú *et al*, mas destaca o lugar que a segunda vem ganhando na agenda do governo, o que possibilita ajustar o foco para o protagonismo do Estado e da dimensão social (CEPÊDA, 2012^a, p. 84)⁵. Assim, nessa perspectiva, o Estado é reposicionado como protagonista da ação política nessa agenda, mas de maneira redefinida, assumindo a dimensão social – a política distributiva – lugar de destaque no processo de democratização, por meio de políticas públicas sociais com forte papel do Estado. Ao colocar nesses termos, a autora difere sua abordagem, sobretudo, da de Bresser-Pereira, centrado mais na macroeconomia e no mercado.

Ao refletir sobre esse “retorno” ou a “reencarnação” do desenvolvimentismo na atualidade, em particular considerando o “campo da esquerda”, Ridenti (2009-2010; 2009) destaca a necessidade de um “estranhamento” quanto a tal retorno. Entende que este não é uma volta ao mesmo (embora considere relevante esse debate anterior), mas um retorno modificado com renovações de pensamento e de ação política no campo de esquerda. Uma primeira aproximação de resposta às suas questões se expressaria nas crises do modelo neoliberal e do pensamento das esquerdas: “com as dificuldades de organização dos despossuídos trazem de novo propostas (diferenciadas) na atuação do Estado para a retomada do desenvolvimento nos marcos do capitalismo” (RIDENTI, 2009, p. 7).

Este autor chama a atenção para o cuidado de não se esquecer de um debate clássico de (auto) crítica e de crítica ao desenvolvimentismo, questionando: *a quem serve o desenvolvimento? A que grupos e classes sociais?*; e das dimensões emergentes que passam a ocupar lugar de destaque na agenda acadêmica e política da sociedade, como as questões *ambiental* e da *sustentabilidade* do desenvolvimento (RIDENTI, 2009, p. 7). Ao recorrer ao pensamento de Francisco de Oliveira (1987), Ridenti (2009) assinala que o processo atual se encontra marcado por grandes “paradoxos” e dilemas para construção de caminhos alternativos, pois, à medida que o capitalismo vai se desenvolvendo mais historicamente, tornando-se mais global, “menos evidente fica o movimento das classes que o constituem, tornando-se mais complexo seu reconhecimento”.

⁵ Ela chama atenção para outra questão, também: “O outro ângulo das políticas recentes apontam, no entanto, para o papel estratégico do consumo e renda popular no processo de desenvolvimento econômico e social. A via de desenvolvimento por consumo de massa, transferência de renda direta (como Bolsa Família), políticas de crédito popular e economia social são características importantes de uma acepção de economia estimulada pelo ‘lado da demanda’ – pela tese do mercado interno e pela inovação via multiplicação de empreendedorismo popular” (CEPÊDA, 2012a, p. 85).

Se a crise de hegemonia da agenda neoliberal e a crise de alternativas à esquerda, por um lado, como bem destacou Ridenti, constituem-se como fatores relevantes para a retomada desse debate “desenvolvimentista” sob outras variantes na atualidade, por outro lado, isso não implica afirmar que a agenda emergente neodesenvolvimentista tenha produzido uma ruptura drástica com esse receituário anterior, implantando algo genuinamente novo. O neodesenvolvimentismo está caracterizado por marcantes continuidades com a política econômica anterior, dada a acentuação que o *mercado* (macroeconomia) vem assumindo em algumas abordagens e o esvaziamento da relação de poder, mesmo que o Estado seja colocado em suposto “equilíbrio” com ele e o crescimento se combine com “equidade social”.

É possível, contudo, também, identificar sinais de inflexão, que inscrevem o reposicionamento do *Estado* e maior ênfase na dimensão *social*, demarcando a política como relevante no combate à exclusão social e à desigualdade nos marcos do desenvolvimento do capitalismo, reforçando a dinâmica hegemônica deste e sua variabilidade, em particular no continente latino-americano. Nesses termos, o neodesenvolvimentismo vem se constituindo num *campo* de debate em processo de formação, marcado por perspectivas e ângulos diferentes e conflitantes. Nesse quadro traçado do neodesenvolvimentismo, o lugar das relações de poder entre as classes e grupos sociais dominantes e subalternos é subsumida, assim como a questão ambiental não ocupa lugar de destaque nessa agenda.

2. O PAC como Expressão da Agenda Neodesenvolvimentista: que lugar é reservado à Amazônia?

Um exemplo dessa reposição do Estado brasileiro se expressa no *Programa de Aceleração do Crescimento* (PAC I 2007 a 2010) - lançado pelo governo federal em janeiro de 2007 e que está no término de sua II edição ou “etapa” (PAC II)⁶. Esse Programa prioriza investimentos em infraestrutura e medidas institucionais, objetivando alavancar o crescimento econômico do país, por meio de investimento público e do estímulo ao investimento privado (BRASIL, 2007). Nesse documento oficial, concebe-se e defende-se o PAC como um *Programa de Desenvolvimento* (BRASIL, 2007, p. 2).

⁶ O símbolo maior do novo discurso desenvolvimentista do Governo tem sido o PAC. Na ocasião de seu lançamento, o presidente Lula entregou a sua coordenação à nova Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, passando a ser a mais forte auxiliar do Presidente, cunhada inclusive de “Mãe do PAC”. Foi ela a escolhida pelo presidente para sucedê-lo ao final do seu 2º mandato e foi o PAC o principal instrumento do discurso eleitoral de sua candidatura. O tom desenvolvimentista desse 2º mandato de Lula ganhou maior realce com a orientação adotada pelo Governo no enfrentamento dos efeitos da crise mundial, em fins de 2009, valorizando e legitimando ainda mais o PAC.

Ao informar seus “fundamentos econômicos”, ele diz estar calçado num tripé: “estabilidade monetária”, “responsabilidade fiscal” e “baixa vulnerabilidade externa”. As suas “medidas” estão organizadas em “cinco blocos”: 1) *Investimento em Infra-Estrutura*; 2) *Estímulo ao Crédito e ao Financiamento*; 3) *Melhora do Ambiente de Investimento*; 4) *Desoneração e Aperfeiçoamento do Sistema Tributário* e 5) *Medidas Fiscais de Longo Prazo* (BRASIL, 2007, p. 4).

No *Bloco I*, o governo objetivou aumentar o investimento em infraestrutura para “eliminar os principais gargalos que podem restringir o crescimento da economia; reduzir custos e aumentar a produtividade das empresas; estimular o aumento do investimento privado; e reduzir as desigualdades regionais” (BRASIL, 2007, p. 6). De um total de mais de 500,3 bilhões de Reais para essa área, só o investimento em energia foi de 274,8 bilhões de Reais, mais de 50%, ao passo que em “infra-estrutura social” foi de 170, 8 bilhões. Ao defender a *Melhora do Ambiente do Investimento*, o governo federal entende que “o aumento do investimento também depende de um ambiente regulatório e de negócios adequados” (BRASIL, 2007, p. 18)⁷.

Quando considerada a distribuição dos recursos do PAC entre as regiões brasileiras, tem-se o seguinte desenho distributivo: A Região Sudeste concentra a maior parcela dos investimentos, R\$ 243,6 bilhões, 48,34% dos recursos; a Região Nordeste vem em segundo com R\$ 115,6 bilhões, 22,94%; a Região Norte totaliza R\$ 62,9 bilhões, 12,48%; As regiões Sul e Centro-Oeste totalizam conjuntamente 16,24% dos investimentos.

Se considerada a *Amazônia Legal*, percebe-se que esse investimento se eleva para R\$ 83,6 bilhões, distribuídos assim: Acre R\$ 1,3 bilhão (1,56%); Amapá R\$ 3,2 bilhões (2,83%), Amazonas R\$ 8,7 bilhões (10,41%), Maranhão R\$ 9,1 bilhões (10,89%), Mato Grosso R\$ 11, 6 bilhões (13,88%); Pará R\$ 12, 7 bilhões (15,19%); Rondônia R\$ 17, 9 bilhões (21,41%); Roraima R\$ 0, 6 bilhões (0,72%), Tocantins R\$ 18,5 bilhões (22,13%). Esse valor totaliza pouco mais de um terço dos investimentos que foram destinados ao Sudeste.

A prioridade de investimento, como estratégia de desenvolvimento para a região, se concentrou na infraestrutura energética, que recebeu 58,66% dos recursos. As áreas de logística e infraestrutura social e urbana ficaram, respectivamente, com 25,93% e 15,41% dos recursos. Contudo, é importante considerar que essa projeção

⁷ Ao se referir à “recriação” das superintendências da SUDAM e DUDENE, esse documento assinala: “Essas superintendências ficarão vinculadas ao Ministério da Integração Nacional e vão incentivar novos investimentos nas regiões Norte e Nordeste e no norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Impacto esperado: elevação dos investimentos nas regiões de atuação dessas superintendências, reduzindo as desigualdades regionais” (BRASIL, 2007, p. 57).

de investimentos se alterou. No caso do Estado do Pará, esse valor foi elevado em 2009 e chegou a 20,3 bilhões, distribuídos em 15,18 bilhões (entre os anos de 2007 e 2010 nos eixos de infraestrutura) e R\$ 5,74 (para o período pós-2010, concentrado no setor energético).

No *Balanco do PAC 2007-2010*, foi apresentado um conjunto de resultados, focando sobretudo na taxa de crescimento do PIB, que alcançou uma média de 5%. Ademais, esse documento enfatizar o resultado oriundo do investimento em infraestrutura no país e na geração de emprego e melhoria da renda. Ampliação e aumento de consumo no mercado interno, associada à “expansão acentuada do crédito” e ao reposicionamento do BNDES. Aumento expressivo das reservas internacionais e queda da dívida externa líquida. Isso tudo conforme a garantia da estabilidade econômica e da política fiscal (BRASIL, 2010b).

Com o *slogan O Brasil vai continuar crescendo*, o PAC II (2011-2014) inicia fazendo alusão ao “legado do PAC I”, enfatizando que “o país cresceu em 2007, 2008 e crescerá em 2010 mais do que a meta de 5% prevista no PAC I”. Ao informar sobre o *aumento do emprego em infra-estrutura* no período de dezembro de 2006 a dezembro de 2009, esse documento enfatiza: em rodovias e ferrovias, o crescimento foi de 76%, seis vezes mais do que a média; em saneamento foi de 64%, cinco vezes mais do que a média; em construção de edifícios foi de 41%, três vezes mais do que a média. Além disso, enfatiza a “maior parceria com Estados e municípios” e a “ampliação das parcerias entre o setor público e o investidor privado” (BRASIL, 2012a). Nesse sentido, argumenta: “Assim como na primeira etapa do Programa, o principal objetivo é aumentar o ritmo da economia, combinando esse aumento com geração de empregos, distribuição de renda e inclusão social” (BRASIL, 2012b, p. 1-2)⁸.

Do montante de investimento do PAC II, dois terços se dirigem ao *PAC Energia*, ampliando bastante o investimento em relação ao PAC I⁹.

⁸ No governo Dilma Rousseff (2011), nessa gestão do PAC II, foi implementado o “Plano Brasil Maior”, de apoio, recuperação e proteção à industrialização nacional e fortalecimento e ampliação do mercado interno frente à crise econômico-financeira mundial, à redução do crescimento e ao processo de desindustrialização do país. Essa posição política do governo foi questionada por parte de movimentos sociais e do sindicalismo da classe trabalhadora, pautando um tratamento desigual entre capital e trabalho dado pelo governo federal.

⁹ “Os investimentos do PAC 2 em Energia são fundamentais para a continuidade e sustentação do crescimento do Brasil. Por isso, o Governo Federal vem realizando importantes investimentos no setor, observando a necessidade de manter limpa e renovável a matriz energética ao explorar essencialmente o potencial hídrico do País” (BRASIL, 2012, p. 72).

Quadro 1 - PAC II- Investimento em Energia (em R\$ bilhões)

EIXOS	2011-2014	PÓS 2014	TOTAL
GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	113,7	22,9	136,6
TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	26,6	10,8	37,4
PETRÓLEO E GÁS NATURAL	285,8	593,4	879,2
MARINHA MERCANTE	36,7	-	36,7
COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS	1,0	-	1,0
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	1,1	-	1,1
PESQUISA MINERAL	0,6	-	0,6
TOTAL	465,5	627,1	1.092, 6

Fonte: MPI

Num montante menor, mas áreas não menos importantes, vem, respectivamente, o PAC cidade melhor, o PAC água e luz para todos e o PAC comunidade cidadã. Em relação ao Estado do Pará, conforme o documento oficial do *7º Balanço do PAC II* (de Janeiro a Abril 2013), o investimento total previsto nesse estado é de R\$ 98,74 bilhões, sendo: R\$ 45,94 Bilhões entre 2011-2014 e R\$ 52,80 bilhões pós 2014¹⁰. Quando comparado com o volume do PAC I¹¹, percebe-se um aumento significativo de investimento, sobretudo em infraestrutura, em especial na área de energia.

Em seu Relatório, *8º Balanço do PAC II*, o governo federal destaca que, até agosto de 2013, foram investidos R\$ 665 bilhões em ações de infraestrutura, logística, além de projetos sociais e urbanos – 67,2% do valor previsto até 2014. Segundo o governo, o montante supera o aplicado durante a primeira fase do programa entre 2007 e 2010 PAC I (BRASIL, 2013) e sustenta “a retomada do planejamento no Brasil”, assumindo o PAC a expressão de “programa estruturante do desenvolvimento do País” (BRASIL, 2013, p. 1)¹².

Nesse resumido quadro panorâmico e esquemático do PAC I e II, é possível identificar um reposicionamento do Estado brasileiro na agenda e dinâmica de de-

¹⁰ No recente Balanço, o Nono, esse investimento total no Pará se elevou para R\$ 102,61 Bilhões, distribuídos em: R\$ 46,37 Bilhões no período entre 2011-2014 e R\$ 56,24 Bilhões pós 2014 (BRASIL, 2014).

¹¹ No Balanço de 2009, o investimento total no Pará foi de 32,9 bilhões, sendo: R\$16 bilhões até 2010 e 16,9 pós 2010 (BRASIL, 2009).

¹² Ao falar das regiões Nordeste e Norte, em seu mais recente *Balanço do PAC*, 9º, o Governo destaca novos indicadores: “Em municípios diretamente beneficiados pelo programa, como é o caso de Ipojuca (PE), onde se localiza o Complexo Industrial Portuário de Suape, a geração de emprego formal foi de 214% nos últimos seis anos, enquanto a média do Estado de Pernambuco foi 42%. Em Altamira (PA), cidade onde se localiza a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, houve um crescimento de 571% ante a média do Estado do Pará, 30%” (BRASIL, 2014, p. 1). Esse quadro é tensionado diante do PIB (2,3% em 2013 e tendência menor para 2014) do país e da crise mundial.

envolvimento do país, por meio da orquestração desses grandes projetos, com foco prioritário em infraestrutura, em especial em energia. Nesse cenário e programa, a região amazônica é posta como dimensão territorial estratégica de ocupação e controle.

2.1 Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte como expressão da expansão da fronteira hidrelétrica na Amazônia

Dentre os vários megaprojetos e empreendimentos de infraestrutura do PAC destinados para a região amazônica, o Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte ganha destaque e é apresentado pelo Governo Federal como um dos principais símbolos da nova era de “aceleração do crescimento” e de “desenvolvimento” do Brasil na atualidade, em particular da Amazônia¹³. Esse megaempreendimento está situado no sudoeste do Estado do Pará, na Bacia do rio Xingu, em Vitória do Xingu, previsto para ser a terceira maior hidrelétrica do mundo (e a primeira totalmente nacional) com mais de 11.000 MW de potência e com o maior investimento público do PAC. A previsão de iniciar o funcionamento e geração parcial de energia é em 2015, com sua motorização total prevista para janeiro de 2019 (EPE/MME, 2011). Tal empreendimento (como outros), contudo, tem sido alvo de diversas polêmicas (contra e a favor), gerando bastante tensões e conflitos. Essa polêmica tem tomado dimensão, além de local, regional e nacional, também, internacional.

Ao fazer alusão ao Plano Decenal de Expansão de Energia-2021 da política energética do Estado Brasileiro, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) afirma:

O país contará com um acréscimo de 31,7 mil MW de geração hidrelétrica. A região Norte é onde ocorrerá a maior expansão hidrelétrica, devido à entrada em operação de grandes empreendimentos, com destaque para a usina hidrelétrica de Belo Monte, cuja motorização se dará em três anos com a entrada em operação de seis máquinas de 611,1 MW por ano (EPE/MME, 2012, p. 3)¹⁴.

Nos dois mapas (ver anexo I), a Empresa de Pesquisa Energética aponta, dentre os grandes problemas do projeto anterior (do Complexo Hidrelétrico do Xingu da época do regime militar), a criação de um imenso reservatório e suas implicações

¹³ Para uma análise detalhada e histórica dos primeiros estudos do *Inventário hidrelétrico do rio Xingu* e proposições sobre o complexo hidrelétrico do Xingu, em particular Kararaô, que foi reformulada para ser hoje Belo Monte, consultar Switkes e Sevá Filho (2005) e Hurwitz et al. (2011, p. 22).

¹⁴ Em 2008, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou a Resolução Nº. 06 de 03 de julho de 2008, determinando que o governo federal não construa barragens adicionais a montante de Belo Monte na bacia hidrográfica do Xingu.

sociais e ambientais para os povos e comunidades amazônidas do rio Xingu, como as indígenas da área da Volta Grande do Xingu e Paquiçamba. Além disso, assinala as fragilidades de viabilidade econômica e técnica (EPE/MME, 2011). Ao se referir à “evolução do atual projeto”, a EPE destaca sua maior “eficiência e a proteção social e ambiental”, através de medidas que “incluem uma redução da área alagada do reservatório de 1.225 km² para 516 km²” (EPE/MME, 2011, p. 2)¹⁵. Nesse sentido, a EPE concebe a reformulação do AHE Belo Monte como uma “abordagem inovadora” (EPE/MME, 2011, p. 3).

Salienta, ainda, que para assegurar as “condições de segurança, um vertedouro complementar será construído no sítio Bela Vista. Esse arranjo é complementado por um conjunto de diques para fechamento lateral de pontos baixos no reservatório dos canais” (EPE/MME, 2011, p. 3). No documento oficial, essa empresa, ao se reportar ao Projeto de AHE Belo Monte, enuncia os “Principais Fatos” que o marcam: “Projeto Nacional”, “Parceira Público-Privada”, “Desenvolvimento Sustentável”; e “Energia Limpa” (EPE/MME, 2011, p. 01). Em relação à compreensão de Belo Monte como “projeto nacional”, a Amazônia, em particular a Bacia do Xingu, é recolocada na política do Estado brasileiro como “projeto do planejamento energético”, isto é, visando repor e reforçar o lugar da região enquanto potencial hidrelétrico a ser explorado para prover a dinâmica de crescimento econômico e de desenvolvimento do país. No tocante à “parceira público-privada”, o governo destaca a parceria com o Consórcio Norte Energia. No que se refere ao entendimento de Belo Monte, ele é sustentado como um projeto de “desenvolvimento sustentável” (EPE/MME, 2011, p. 1).

Ao se referir ao projeto de Belo Monte como exemplo de “energia limpa e renovável”, o documento argumenta que “a hidrelétrica de Belo Monte ajudará a manter a posição atual do Brasil como uma das matrizes energéticas mais limpas de todos os países industrializados, com 46% da energia proveniente de fontes renováveis (EPE/MME, 2011, p. 1). O Presidente da EPE, Maurício Tolmasquim (2010), destaca a diferença do atual projeto em relação ao anterior, argumentando que a nova versão não vai afetar “diretamente terras indígenas” e “reduz a área alagada”. Sustenta, ainda, a viabilidade e garantia de geração de energia elétrica com “preservação ambiental” sem que seja necessário construir as outras cinco hidrelétricas no rio Xingun (TOLMASQUIM, 2010, p. 1).

¹⁵ Nessa reformulação, estão previstas oito pequenas turbinas de tipo Bulbo, que funcionam na horizontal com pouca água e com água em baixa queda, isto é, elas não precisam de acumulação de água num reservatório. Elas são conhecidas tecnicamente pela engenharia como aquelas que funcionam a *Fio d'água*, causando pouco impacto ambiental. Além dessas, estão, também, previstas 18 gigantes turbinas Francis, que serão instaladas na casa de força principal. Elas funcionam na vertical e responderão por 11 mil MW e aquelas pelos 233 MW.

Num contraponto a essa matriz discursiva hegemônica, pesquisadores (as) de diversas instituições acadêmicas e científicas, membros do Ministério Público Federal, movimentos e organizações da sociedade civil, instituições não-governamentais nacionais e internacionais passaram a contestar fortemente tal concepção, demarcando um campo de posição crítica sobre o referido projeto e ao modelo de desenvolvimento que ele encarna, inscrevendo, assim, uma *arena* de tensões e conflitos, que têm muito a revelar sobre os padrões de desenvolvimento em disputa na sociedade, em particular na Amazônia.

Conforme o Painel de Especialistas: *Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*¹⁶, organizado pelos pesquisadores Sônia Magalhães e Francisco del Moral Hernández (2009), o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima) sobre Belo Monte apresentam problemas de diversas ordens. Sobre os estudos, esse Painel identifica:

Inconsistência metodológica; ausência de referencial bibliográfico adequado e consistente; Ausência e falhas nos dados; Coleta e classificação assistemáticas de espécies, com riscos para o conhecimento e a preservação da biodiversidade local; Correlações que induzem ao erro e/ou a interpretações duvidosas; Utilização de retórica para ocultamento de impactos (MAGALHÃES *et al.*, 2009, p. 11)

Sobre *os impactos*, ele verifica:

Subdimensionamento da área diretamente afetada; Subdimensionamento da população atingida; Subdimensionamento da perda de biodiversidade; Subdimensionamento do deslocamento compulsório da população rural e urbana; Negação de impactos à jusante da barragem principal e da casa de força; Negligência na avaliação dos riscos à saúde; Negligência na avaliação dos riscos à segurança hídrica; Superdimensionamento da geração de energia; Subdimensionamento do custo social, ambiental e econômico da obra (MAGALHÃES *et al.*, 2009, p. 11).

E enfatiza:

O Painel de Especialistas, sobretudo, chama atenção para a retórica sobre os impactos na Volta Grande, chamado —Trecho de Vazão Reduzida, que oculta, dentre outros, o fato

¹⁶ 16No tocante a esse Painel de Especialistas, segundo esse próprio documento, “Trata-se de estudo crítico realizado por um *Painel de Especialistas* (pesquisadores de diversas instituições de ensino e pesquisa), com o objetivo de evidenciar para a sociedade as falhas, omissões e lacunas destes estudos e subsidiar um processo de decisão, que se espera seja pautado pelo debate público - sério e democrático” (MAGALHÃES *et al.*, 2009, p. 10). Esse estudo partiu de uma demanda de movimentos e organizações da sociedade civil, que protagonizam e lutam contra esses grandes empreendimentos, como Belo Monte e o modelo de desenvolvimento que ele representa.

de que Terras Indígenas – Juruna do Paquiçamba e Arara da Volta Grande – são “diretamente afetadas” pela obra. E, ademais, grupos Juruna, Arara, Xipaya, Kuruaya e Kayapó, que, imemorial e/ou tradicionalmente, habitam as margens deste trecho do Rio (MAGALHÃES *et al.*, 2009, p. 11).

O Painel de Especialistas, ao tratar da “Área Diretamente Afetada”, identifica que um conjunto de agricultores sofrerá com os impactos, tendo “suas terras parcialmente engolidas pela obra”. No entanto, esse grupo social não foi considerado e reconhecido pelo EIA como inserido na área diretamente afetada, desconsiderando, assim, sua condição de “atingido” diretamente. “Conforme o EIA, foi deixado para avaliação posterior” (MAGALHÃES *et al.*, 2009, p. 32)¹⁷. Nesse estudo, identifica-se, também, a “Ausência do detalhamento de programas e projetos de mitigação” (MAGALHÃES *et al.*, 2009, p. 33).

Sevá Filho (2009, p. 3), que integra o Painel de Especialistas, identifica “uma manobra geográfica e jurídica”. Ao colocar nesses termos, Sevá Filho se contrapõe ao argumento oficial de que somente Belo Monte será construída nessa Bacia do Xingu, assim como questiona a viabilidade do empreendimento, além dos problemas socioambientais que implica. Ao contrapor-se, também, ao discurso da “necessidade de se produzir energia a partir de hidrelétricas, consideradas – erroneamente, aliás - como fontes limpas e renováveis”, ele (2009, p. 4) verifica que “permanece em pleno vigor a ideia única de ‘aproveitamento integral do potencial hidráulico’ do rio Xingu” como “dogma central” do “fundamentalismo barrageiro”. Ele, ainda, defende que a “área alagada não é de 400 e poucos km quadrados, pode ser 516 ou 605 km quadrados” (SEVÁ FILHO, 2009, p. 4).

Uma das principais polêmicas, que cercam Belo Monte, diz respeito à sua *ineficiência energética*, pois sua energia firme (média anual da energia a ser produzida) será inferior a 40% de sua potência, o que torna Belo Monte como um dos empreendimentos hidrelétricos de menor eficiência energética do Brasil. No tocante a isso,

¹⁷ A Área de Influência Direta seriam os municípios de: Altamira, Brasil Novo, Vitória do Xingu e Anapu. Em relação a este último município, “não foi realizado o estudo – foi feito algo chamado —diagnóstico expedito, cujas premissas metodológicas não são explicitadas.” Desses quatro municípios identificados anteriormente, é extraída a Área Diretamente Afetada: “1522 km². Isto é, área que efetivamente será ocupada pelo lago e pelos canteiros, diques, etc, exclusive as vilas de residência dos trabalhadores”. E salientam que todos os outros municípios que fazem parte da Região de Integração do Xingu “estão incluídos na Área de Influência Indireta, e, portanto, fora de qualquer programa de compensação ou mitigação”. Destacam, ainda, que o chamado trecho de vazão reduzida da Volta Grande do Xingu – onde se localizam as Terras Indígenas Juruna do Paquiçamba e Arara da Volta Grande, e uma dezena de vilarejos – “está excluído. No entanto, os estudos sobre os efeitos da redução de vazão indicam que a permanência de população nesta área será inviabilizada” (Idem, Op. Cit).

Pinto (2011, p. 7), ao analisar o projeto anterior e comparar com as mudanças no projeto atual, adverte para o risco do funcionamento e da sua viabilidade econômica e energética.

Diante desse quadro, a decisão normativa do governo federal, através do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) de não construir outras hidrelétricas rio acima, revela-se ainda mais frágil e tende à construção de outras hidrelétricas como aponta Sevá Filho (2009) no “novo” inventário do desenho do Complexo Hidrelétrico do Xingu com quatro “eixos” hidrelétricos. Considerando, portanto, essa baixa vazão do rio Xingu durante quatro ou mais meses do ano, que tende a deixar ociosas as turbinas da casa de força principal, é grande a probabilidade em favor da construção dessas “novas” hidrelétricas, depois que Belo Monte se tornar um fato consumado. A construção de “novas hidrelétricas” rio acima, conforme alertam esses estudiosos, vai provocar elevados impactos e riscos sociais e ambientais, destacando-se conflitos com povos indígenas e comunidades tradicionais e camponesas e um aumento acentuado nas emissões de gases de efeito estufa.

Fearnside (2011, p. 16), membro do Painel de Especialistas, adverte para a importância que a dimensão “econômica” assume nessa polêmica de Belo Monte, em seu entendimento, evidenciando o que considera limite das críticas até agora produzidas, as quais têm focado nas dimensões sociais e ambientais, deixando uma lacuna no debate da “viabilidade econômica” do projeto/empreendimento. Para ele, o pertinente argumento que sempre deve ser lembrado “é a falta de viabilidade econômica da obra em sua versão oficial, ou seja, sem as barragens rio acima”.

Tratando desse processo do ponto de vista jurídico, o Procurador da República no Estado do Pará, Felício Pontes Junior, identifica violações de direitos, em particular dos povos indígenas, posto desconsiderar-se a Constituição Federal e os Tratados Internacionais.

Tão grave quanto a falta da oitiva¹⁸ dos indígenas pelo Congresso é o argumento do gover-

¹⁸ Explica o Procurador: “As audiências de licenciamento ambiental nada têm a ver com o instituto da oitiva das comunidades indígenas afetadas. Aquelas decorrem de qualquer processo de licenciamento ambiental de obras potencialmente poluidoras. Esta decorre do aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas. Aquelas são realizadas pelo órgão ambiental nos municípios afetados por uma obra. Esta, a oitiva, somente pelo Congresso Nacional (art. 231, §3º, da Constituição). Até hoje o Congresso Nacional jamais promoveu a oitiva das comunidades indígenas do Xingu. O processo legislativo para esse fim tramitou em 2005. Sua duração foi de menos de 15 dias na Câmara e no Senado. Um dos projetos mais rápidos de nossa recente história republicana. No dia de sua aprovação final, uns senadores, em sessão, o qualificaram de “projetobala” e “the flash”. E nenhum indígena foi sequer ouvido. Ou seja, o Congresso simplesmente ignorou a legislação nacional e internacional e inventou um processo sem ouvir os indígenas” (PONTES JÚNIOR, 2011, p. 1). Ver Pontes Jr. “Belo Monte e o último ritual indígena”. Artigo publicado pelo site do movimento Xingu Vivo Para Sempre (19/04/11). Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/2010/10/14/historico/>. Acesso em: 15 mai. 2014.

no exposto ao contestar uma das ações promovidas pelo Ministério Público Federal. Diz que não é necessária a oitiva porque nenhuma terra indígena será inundada. É verdade. Na Volta Grande do Xingu não haverá inundação. Haverá quase seca, já que a maior parte do rio vai ser desviado, levando ao desaparecimento de 273 espécies de peixes nos 100 quilômetros que passam em frente às Terras Indígenas Paquiçamba e Arara do Maia (PONTES JÚNIOR, 2011, p. 1).

No que tange ao custo orçamentário da obra, segundo o MPF, estava previsto, inicialmente, R\$ 10, 4 bilhões (em 2001), mas a previsão chega a R\$ 31, 2 bilhões (em 2011), lembrando que outros custos não estão embutidos nesse valor. Desse custo total, o BNDES vai arcar com 80% na forma de empréstimo financeiro à Empresa Norte Energia (PONTES JÚNIOR, 2011, p. 1)¹⁹. Pesquisadores chamam atenção para “um exercício de engenharia financeira para viabilizar a obra com toda sorte de renúncia fiscal e isenções que trarão um aumento desproporcional da dívida pública” (COELHO *et al.*, 2010, p. 44). No que toca a isso, Coelho *et al.* (2010) advertem para aspectos, além do litígio jurídico-financeiro, do risco do grande custo ser arcado pela sociedade.

Ao analisarem as mudanças recentes no Projeto de AHE Belo Monte (ver anexo II), Hurwitz *et al.* (2011, p. 22) argumentam que “após a realização do leilão em abril de 2010, o Consórcio Norte Energia, com a finalidade de baratear custos de construção, alterou o projeto de engenharia de Belo Monte, o que resultou na manutenção de apenas um canal de derivação com 300 a 700m de largura e a retirada do vertedouro complementar”. Hurwitz *et al.* (2011, p. 23) destacam que “não foram realizados estudos complementares sobre as conseqüências e os riscos sociais e ambientais associados a essa alteração do projeto de engenharia”²⁰.

Esse modo de conceber o projeto de AHE Belo Monte evidencia e reforça o lugar reservado à região amazônica, em particular à Bacia do Xingu, como *fronteira hidrelétrica* (MAGALHÃES; HERNÁNDEZ, 2011), haja vista sua inserção como potencial hidrelétrico a ser explorado e como exportadora de energia elétrica para prover “segurança energética”, crescimento econômico e desenvolvimento capitalista ao país, sob uma perspectiva, marcadamente, neodesenvolvimentista.

¹⁹ Ver: “O Custo de Belo Monte” Publicado em *O Globo* (18/04/2011). Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/2011/04/18/felicio-pontes-o-custo-de-belo-monte/>. Acesso em: 03 jan. 2014.

²⁰ É importante ressaltar que já existe estudo e solicitação de licenciamento para exploração de minério na região da Volta Grande do Xingu, em especial na área conhecida como de *vazão reduzida*, pela empresa canadense *Belo Sun Mining Corp.* Para Telma Monteiro (2012, p. 1), “Belo Monte é a forma de viabilizar definitivamente a mineração em terras indígenas”, por meio do *Projeto Volta Grande*.

3 As lutas e resistências sociais do Movimento Xingu Vivo Para Sempre frente Projeto Belo Monte: padrões de desenvolvimento em disputa

É relevante, inicialmente, atinar para a crítica e a advertência que Vainer (2004, p. 01) faz a despeito do silenciamento de Relatórios ou Documentos Oficiais, que tratam dos impactos provocados por “barragens”, acerca da invisibilização em relação aos “movimentos de resistência”. “Mas, o que parece denunciar o comprometimento ideológico, a falência técnica, e a cegueira operacional dos relatórios (técnicos) de impacto é que nenhum, absolutamente nenhum, foi, até agora, capaz de prever o surgimento de movimentos de resistência” (VAINER, 2004, p. 1).

Sob essa perspectiva, é possível destacar que a expansão da *fronteira hidrelétrica* no Brasil, em particular na região amazônica, através desses empreendimentos hidrelétricos, não vem se dando sem contradições e conflitos, sem lutas e resistências a esse modelo. Seguindo os sinais e as pistas das contradições e conflitos que esses empreendimentos e seu modelo neodesenvolvimentista produzem e expressam, é possível, também, capturar dinâmicas subterrâneas, não hegemônicas, a partir das resistências e lutas de movimentos e organizações sociais, que se dão nesse *brasil profundo* e que ajudam a exprimir outras imagens, representações e experiências da Amazônia, do Brasil e do Mundo, que passam ao largo da interpretação hegemônica, posto que por esta são invisibilizadas e deslegitimadas numa correlação de poder estruturalmente assimétrica.

Em decorrência de um conjunto de impactos socioambientais, provocado por esses empreendimentos hidrelétricos, produzem-se perdas materiais e simbólico-culturais. Essas são marcas e sinais da desterritorialização sofrida por povos e comunidades tradicionais e camponesas e por classes empobrecidas de cidades, que expressam a violação aos direitos humanos e aos ecossistemas. Como consequência, emergem lutas e resistências sociais plurais, em contextos históricos diferentes no país e na região, protagonizadas por ações coletivas e grupos sociais subalternos, que contestam esses empreendimentos e seu modelo de desenvolvimento e denunciam os graves problemas por eles vividos e enfrentados, inscrevendo, assim, dinâmicas múltiplas nesse campo de conflito socioambiental.

Em face desse quadro de risco de “desperdício de experiências e perspectivas” de representar o mundo e de construí-lo sob outros referenciais não hegemônicos (SANTOS, 2001; 2006), o que as lutas e resistências do Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS) têm a revelar? Que pistas e sinais apontam? Na *terceira fase*

dessa “batalha”²¹ contra o Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte um compõe novo se impõe, o que vai provocar um forte “racha” e abalo no *campo de resistência* que vinha se constituindo historicamente nessa região do Xingu e da Transamazônica e propiciar, decididamente, a aprovação e implementação de Belo Monte. Anteriormente, o projeto Kararaô e sua reformulação não estava na agenda programática nem do PT nem do governo Lula, no início de seu mandato. No tocante à posição tomada pelo PT antes de assumir a presidência da República em 2003, uma liderança religiosa da região do Xingu e da Transamazônica, entrevistada por nós, destaca, em seu relato, que o referido partido e sua liderança nacional, Lula, se colocavam contra o projeto, compondo com os movimentos e organizações sociais da região um forte campo e arco de resistência. Mas, com a chegada de Lula ao poder, o referido entrevistado realça a mudança de posição, gerando, para ele, “a primeira frustração sem tamanho!” (informação verbal)²².

Antônia Melo, liderança do Movimento de Mulheres e do MXVPS na região, relata o sentimento de “esperança de mudança” com a ascensão do PT e de Lula à presidência, mas, também, de decepção e frustração com a posição assumida em desengavetar o projeto de Belo Monte. Ela denuncia a retomada de grandes projetos para a região amazônica, em especial para o Xingu, associada e balizada por outras frentes econômicas de expansão da fronteira, expressas nos interesses de grandes empreendimentos minero-mateligicos do capital internacional. Ademais, salienta a aliança com políticos e grupos de empreiteiras (grupo do PMDB, comandado por Sarney, no controle do Ministério de Minas e Energia), que passam a compor um forte, heterogêneo e conflitante bloco hegemônico em defesa de uma política energética e de um modelo de desenvolvimento, com a retomada do papel do Estado em parceria com o capital privado nacional e transnacional, para a reprodução de acumulação capitalista e de elites políticas, com forte papel de setores e partidos ditos de esquerda (MELO, 2005, p. 57).

²¹ No tocante às lutas e resistências sociais contra o referido empreendimento, é importante considerá-lo em perspectiva histórica. Um primeiro grande momento dessa “batalha” pode ser expresso em 1989 com o *1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu*, em Altamira, Estado do Pará, que teve como resultado a suspensão e paralisação do complexo hidrelétrico no rio Xingu, em especial o projeto denominado à época Kararaô. Um outro grande momento foi em 2001, quando o projeto já reformulado, novamente, teve sua suspensão e paralisação, por meio de uma Ação Civil Pública impetrada pelo Ministério Público Federal, que foi acionado por movimentos e organizações sociais da região do Xingu e da Transamazônica. Cabe destacar o papel protagonista aqui do Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST), que veio a se transformar em Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu (MDTX). Um terceiro momento se dá em julho de 2005 com a aprovação do Decreto Legislativo, autorizando os estudos para a implantação do projeto de AHE Belo Monte, sem ouvir os povos indígenas, o que foi visto como um “duro golpe” pelos movimentos e organizações sociais à Constituição e à Convenção 169 da OIT, e conseqüentemente, aos direitos desses povos.

²² JCXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

Em Janeiro de 2007, o Governo Federal lança o PAC I, que passa a se constituir como um “divisor de águas” na agenda política estruturante do desenvolvimento do país, em particular para Amazônia, assumindo o AHE Belo Monte seu trunfo estratégico para aumento de sua capacidade de geração de energia e busca da continuidade de seu crescimento econômico. O “fogo” veio da “frente amiga” e a batalha ganha novos contornos e sentidos. Isso revela o “transformismo”, nos termos de Gramsci, pelo qual o PT tem passado. Isso ajuda a compreender, tanto o “racha”, que veio a ocorrer no seio desse campo de lutas coletivas, como o enfraquecimento da resistência a Belo Monte e, por conseqüência, do esboço de projeto contra-hegemônico em construção, expondo uma *fragmentação* e forte fratura nesse campo de resistência.

Diante desse quadro de avanço do projeto, um novo ato de resistência e luta contra Belo Monte foi marcado pelo II *Encontro dos Povos Indígenas e dos Movimentos Sociais*, denominado *Xingu Vivo*²³. Sobre esse encontro, uma liderança do MXVPS diz em que situação concreta e que condições levaram a sua realização:

Em 2008, os indígenas, vendo que o governo avançava, que o governo Lula avançava, para implantar Belo Monte no Xingu, os indígenas convidaram, no início de 2008, os movimentos sociais da região, convidaram os agricultores, ribeirinhos, pescadores e os indígenas daqui do médio Xingu, para um grande encontro no modelo do encontro de 89. Eles queriam discutir o que era esse projeto Belo Monte, eles queriam saber porque o governo já estava implantando, e eles não tinham sido ouvidos, não tenham sido consultados, conforme diz a lei, e quanto mais os movimentos sociais! E aí nós trabalhamos articuladamente pra acontecer esse encontro em 2008. (informação verbal²⁴).²⁵

Um ativista do Comitê Metropolitano Xingu Vivo (CMXV), ao falar sobre a realização do II encontro e o surgimento desse Movimento Xingu Vivo Para Sempre, destaca seu objetivo e os adversários, que dermacam as correlações de poder.

O objetivo final seria: a partir da somatória de forças, ter resultados melhores, visto que a luta contra a construção de Belo Monte é uma luta contra interesses que vêm de governo federal, governo estadual e governos municipais, empresas mineradoras e empreiteiras, políticos poderosos. Então, é uma luta contra poderes muito grandes! Um amigo diz assim: “essa luta contra belo monte é uma luta simplesmente contra o capital”. Então, essa

²³ Ver o site do MXVPS: <http://www.xinguvivo.org.br/2010/10/14/historico/>.

²⁴ MGXT. *Entrevista*. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

²⁵ No cartaz de divulgação do evento, está escrito na parte superior: “Encontro dos Povos Indígenas e dos Movimentos Sociais da Bacia do rio Xingu. Ginásio Poliesportivo de Altamira (PA), de 19 a 23 de maio de 2008”. Na parte inferior, subscreve-se: “Encontro Xingu Vivo Para Sempre: discussão sobre os projetos hidrelétricos no Xingu – Povos Unidos pelo Xingu”.

luta contra o capital é uma luta que requer muita luta e unidade, inclusive. Essa é uma concepção que faz com que essas organizações se juntem naquele momento (informação verbal)²⁶.

Em relação ao MXVPS, ele é concebido como um “fórum de discussão e ação”, que congrega mais de 250 organizações, segundo Monteiro (2012), uma de suas lideranças. Diferente do I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em 1989, em que o próprio título evidencia o protagonismo eminentemente indígena, contando com o apoio dos movimentos e organizações da região, o II Encontro alarga e combina uma articulação entre *Povos Indígenas e Movimentos Sociais*, sendo possível verificar um *protagonismo plural*, que reflete uma *aliança socioambiental e intercultural* em construção e, também, uma rede de solidariedade nacional e internacional de apoio. Isso sugere perceber, nos termos de Boaventura Santos (2006; 2007b), um movimento socioambiental e intercultural de resistência ativa emergindo do Sul e protagonizado pelos *sujeitos do Sul* com a sua própria gramática amazônica expressa na defesa do “Xingu Vivo”, como contraponto à sua morte, simbolizada por Belo Monte (ou “Belo Monstro”, palavra de ordem cunhada pelo MXVPS)²⁷, e ao modelo de desenvolvimento que ele expressa.

Ao falar sobre “as formas de atuação” do MXVPS, uma liderança do MXVPS, entrevistado por nós, destaca as suas “frentes de ação”: a *Frente jurídica* atua identificando as ilegalidades da obra, assumindo importante papel a Sociedade em Defesa dos Direitos Humanos no Pará. Além dessa entidade, essa frente conta com a parceria do Ministério Público Federal e outras entidades internacionais em defesa dos direitos humanos; a *Frente científica*, atua analisando tecnicamente o projeto (EIA-RIMA) de Belo Monte e tem como principal parceiro o “Painel de Especialistas”²⁸; a *Frente de comunicação* atua divulgando o que ocorre em relação a Belo Monte, por meio do site do MXVPS, do *blog* do CMXV, das redes sociais e de seus jornalistas; e a *Frente política* faz o trabalho de base, ajudando na mobilização e organização da luta contra Belo Monte. Esse mesmo ativista argumenta que tais frentes se articulam em uma agenda comum (informação verbal)²⁹. Conforme essas informações, é apresentado um quadro da composição do MXVPS (ver anexo III).

²⁶ DCMXV. **Entrevista**. [mar. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

²⁷ Dentre as várias palavras de ordem cunhadas pelo MXVPS a esse empreendimento, está “Belo Monte de Violência”.

²⁸ Sobre esse Painel, Magalhães *et al.* (2009) explicam: “Trata-se de estudo crítico realizado por um *Painel de Especialistas* (pesquisadores de diversas instituições de ensino e pesquisa), com o objetivo de evidenciar para a sociedade as falhas, omissões e lacunas destes estudos e subsidiar um processo de decisão, que se espera seja pautado pelo debate público - sério e democrático” (MAGALHÃES *et al.*, 2009, p. 10).

²⁹ DCMXV. **Entrevista**. [mar. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

Nesse simplificado quadro ilustrativo, o MXVPS demonstra conseguir articular e mobilizar uma ampla, heterogênea e complexa aliança e rede de parceiros, sobretudo na sociedade civil, para dar sustentação, visibilidade e maior legitimidade à sua ação coletiva de luta e resistência contra Belo Monte, em nível multiescalar, mobilizando e utilizando métodos novos de convencimento, de protesto e “combate”, como as mídias alternativas e as novas tecnologias da informação e comunicação, as TICs, e criando, também, novos agentes sociais como o “*ciberativista*”, diferenciando-se, assim, da estruturação e organização dos movimentos sociais convencionais. Contudo, guardando e reinventando o ensinamento e métodos desses “velhos” atores coletivos.

Nesses termos, com a apresentação das *frentes* do MXVPS, é possível se identificar uma ação de *resistência ativa*, que combina e articula tanto diferentes agentes e agências sociais, quanto diferentes dimensões e escalas da sociedade, revelando uma *práxis* política contra-hegemônica, que desenrola sua trama em diversas arenas ou campos de disputa em torno de Belo Monte, para problematizar o presente modelo de desenvolvimento e de sociedade. Nesse processo, o diálogo entre o MXVPS e a rede de agentes tem dado sinais de uma maior visibilização e reconfiguração do conflito, abarcando novos atores e territórios, reescrevendo a relação entre poder e saber, a luta política e a luta epistemológica, com vistas a manifestar e potencializar o debate público e a participação coletiva nos rumos da agenda da região e do Brasil. Essa dinâmica, todavia, tem se deparado e se confrontado com um forte contramovimento de esvaziamento do espaço público e diluição do dissenso, dificultando, assim, um debate aberto e participativo desses diversos atores nas questões centrais do país.

Ela arremata, destacando que Belo Monte deve ser compreendido como um empreendimento que, além de ter barrado o rio Xingu, “barrou”, também, relações históricas de luta e resistência nessa região, isto é, produziu uma fratura exposta sem precedentes nesse campo de resistência.

Em relação ao governo federal, direcionado pelo PT, Belo Monte não expressa diferença de tratamento em relação ao processo anterior. Isso foi problemático para os movimentos, porque gerou um racha interno profundo entre os movimentos e enfraquecimento da luta. Belo Monte não barrou somente o rio Xingu. Belo Monte Barrou relações históricas! Existe uma relação promíscua do Estado, na figura do governo, com as empresas que estão construindo Belo Monte. É preciso que os movimentos, que têm um vínculo histórico com o PT e com o governo no poder, construam um caminho de independência e de crítica ao governo (informação verbal)³⁰.

³⁰ Idem.

Um dos “golpes” considerados centrais para promover o “racha” e o consequente enfraquecimento da resistência contra Belo Monte foi a “cooptação” de lideranças indígenas da região da Volta Grande do Xingu, segundo vários depoimentos, através de repasse de dinheiro e outras coisas mais, como: cestas básicas, carros, voadeiras etc. No tocante a isso, uma liderança religiosa da região, em entrevista a nós, diz que esse processo vem se dando em razão de, historicamente, esses povos estarem à margem do Estado, vivendo em condições precárias sociais e econômicas. Além disso, ele argumenta que dadas etnias já perderam, em grande medida, suas tradições e costumes, favorecendo ainda mais o convencimento e a cooptação para a aceitação de dinheiro e outras benesses, com o fim de passarem a defender o empreendimento de Belo Monte. Ele identifica a reintrodução do processo de “auricídio” com Belo Monte (informação verbal)³¹. Essa liderança religiosa cita algumas etnias dessa região que cederam ao empreendimento e um protesto dos Juruna que foi, rapidamente, acabado e desmontado com o repasse de dinheiro, “compra”, pela Norte Energia (informação verbal)³².

Ele identifica uma “diferença” grande entre esses povos indígenas da Volta Grande do Xingu e os Kayapó (do Alto Xingu) e os Munduruku (da bacia do rio Tapajós). Em relação aos primeiros, ele argumenta que a sua tradição já se perdeu bastante e sua pauta prioritária é econômica (relação de troca), para os outros dois povos (Kayapó e Munduruku) a pauta é política, é a defesa de seus territórios, tradições e costumes, da conservação do meio ambiente (informação verbal)³³.

Aqui, é importante ressaltar que cada etnia indígena da Volta Grande do Xingu não apresenta um posicionamento homogêneo em relação a Belo Monte, ainda que grandes grupos e caciques desses povos defendam o empreendimento. Por exemplo, a Jilma Xipaia, liderança de um pequeno grupo indígena Xipáia não é a favor de Belo Monte, mas a índia Maria Augusta, que representa grande parte dessa etnia defende o empreendimento. Outro exemplo é a liderança Sheila Juruna, que não defende o empreendimento, mas grande parte de seu povo defende. Portanto, é importante, também, considerar que há posicionamentos contrários e conflitantes entre esses grupos da Volta Grande. No tocante a essa problemática, o mesmo professor da UFPA e membro da SDDH chama a atenção para o fenômeno do “*etinocídio silencioso*” que vem ocorrendo, demarcando uma contradição com o referido modelo de desenvolvimento defendido. E continua, destacando uma dinâmica contraditória: à medida que são multiplicadas aldeias indígenas com o repasse de recursos, por meio

³¹ JCXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

³² Idem.

³³ Idem.

do Plano Emergencial³⁴, grupos indígenas, em condições degradantes, revelam a desestruturação dessas aldeias e de seus modos de vida (informação verbal)³⁵.

Outro ponto é que o processo de cooptação desses povos indígenas desloca-os para um outro campo de disputas, que são as *condicionantes*, a disputa pelos recursos. Esse foi um instrumento de cooptação e enfraquecimento do campo de resistência fundamental, pois deslocou o conflito, em grande medida, para o terreno das *compensações* e do imediatismo, sedimentando ainda mais a tensão entre os diversos grupos indígenas e não-indígenas que disputam esses recursos, arrefecendo a luta contra Belo Monte e, conseqüentemente, enfraquecendo o MXVPS que insiste na defesa contra o empreendimento. Nesse caso, com a retirada de cena de grande parte desses povos indígenas da Volta Grande, a ocupação dos canteiros de Belo Monte passa a ser protagonizada, em grande medida, pelos Munduruku, do território do Tapajós. Esse é outro sinal importante da fratura e fragilização dessa resistência contra Belo Monte, mas, também, indica uma possibilidade de recomposição de forças com os povos do rio Tapajós, que estão defendendo o “Tapajós Vivo”, como exemplo de aprendizado com o Xingu Vivo e o “Madeira Vivo”.

É importante sublinhar, aqui, como já exposto anteriormente, que o MXVPS, embora não expresse uma concepção única, posiciona seu repertório como crítico ao modelo de desenvolvimento e de sociedade dominantes, sendo Belo Monte uma encarnação concreta disso. Vale ressaltar, todavia, que, em alguns relatos, é muito forte e centrado o tom da crítica no governo federal, chegando a perder a visão de conjunto e mais complexa da sociedade, os arranjos de força e correlações de poder, que transpõem fronteiras. Cabe frisar, ainda, que é marcadamente diferente a forma de se organizar e de atuar do MXVPS em relação ao MAB, trazendo atores sociais para a cena pública que não cabem numa acepção, estreitamente, estrutural de classes e centrada nas dimensões socioeconômicas, macro-estruturais, embora não desconsidere essa dimensão.

Nesse campo de resistência, assim, o que se identifica é que estão demarcadas posições e concepções diferentes e conflitantes quanto à organização e atuação diante do problema em pauta e da construção de alternativas, pondo como desafio a

³⁴ Conforme a Norte Energia (2011, p. 02), o *Plano Emergencial* se origina do *Componente Indígena* do processo de licenciamento ambiental do AHE de Belo Monte. Em razão da não prontificação e execução do *Plano Básico Ambiental* (PBA), a FUNAI propôs esse Plano Emergencial até o PBA ficar pronto. A FUNAI ficou responsável por orientar e acompanhar todo seu processo de implementação, para minimizar os impactos sobre as comunidades indígenas com a aprovação da Licença Prévia (LP). Contudo, esse tem sido um grande ponto de crítica a Belo Monte e razão de ajuizamento de ACP pelo MPF, haja vista o não cumprimento de tais condicionantes e compensações para amenizar os devidos impactos socioambientais. Os recentes protestos de diversos grupos indígenas, recentemente (no primeiro semestre de 2014), revela bem isso.

³⁵ Idem.

construção de um diálogo e unidade na diferença e no conflito, através de uma “rede de inteligibilidade”, para reconstruir uma agenda coletiva e reposicionar esse campo de resistência contra-hegemônico.

Nesse percurso traçado até aqui, é possível perceber que o “transformismo” pelo qual o PT vem passando influenciou, decisivamente, nessa fratura ou “racha” da unidade do MXVPS e da composição de sua aliança política e intercultural no Xingu e Transamazônica, desembocando, conseqüentemente, na fragmentação, no enfraquecimento e na fragilização desse campo de resistência, ajudando, assim, a tornar ainda mais desigual, estruturalmente, as relações de poder nesse território, contribuindo, portanto, para avançar na concretização da aprovação e implementação do projeto de AHE Belo Monte. Isso, ao que apuramos, concorre para a *desfiguração do campo de resistência contra-hegemônico*, que vinha se constituindo, mas que, hoje, expressa um quadro de crise. Na base desta, do ponto de vista dos movimentos sociais, encontra-se uma crise de representatividade do PT, enquanto *intelectual coletivo*.

Nesse processo de desfiguração do campo de resistência, é perceptível, portanto, uma fratura ou estilhaçamento da sociedade civil e de sua relação com a sociedade política, fragilizando a aliança que historicamente deu sustentação ao campo democrático popular, levando a um fortalecimento do campo da “sociedade civil incivil”, que implica o domínio hegemônico do Estado pelo e para os interesses privados, esmaecendo o espaço público do debate e da crítica e da busca de alternativas. Se esse contexto não significa o momento derradeiro da instituição político-partidária tradicional, posto a sua importância para o processo de democratização da sociedade, contudo, a política, em particular o partido, é interpelada a se “reinventar”, assim como a sociedade civil, para se “democratizar a democracia” e se construir novos processos de hegemonia e emancipação social (SANTOS, 2003a; 2012e).

Nesse processo de destruição e reconstrução de identidade coletiva e de resistência, o MXVPS busca inscrever um novo momento de sua resistência e construção identitária, a fim de reinventar o seu caminho, que não exclui os partidos políticos, mas parece que estes não assumem mais o lugar da “vanguarda”, passando apenas a compor um lugar no “grande chapéu” do MXVPS como um ator social em um conjunto mais amplo e plural. Nesse contexto, os movimentos e organizações sociais populares emitem sinais para uma recomposição da luta e da sociedade civil, protagonizada por uma pluralidade de atores sociais, com o protagonismo dos povos e comunidades tradicionais e camponesas: indígenas, pescadores e ribeirinhos etc., em parceria com uma rede nacional e internacional. Isso implica dizer que o partido vem

perdendo o lugar de centralidade, com a emergência desses novos sujeitos em cena e, com isso, é recolocado o debate da hegemonia (SANTOS, 2010)³⁶.

Considerações Finais

Nesse percurso traçado, é possível verificar um “campo de batalhas” que cerca esse projeto/empreendimento de Belo Monte, um conjunto amplo e complexo de concepções, posições e polêmicas, que exprimem profundas tensões e conflitos. Belo Monte, como parte inerente do padrão de desenvolvimento hegemônico, recompõe um viés histórico desenvolvimentista, mas demonstra forte nexos com o mercado (nacional e transnacional), que avança sobre os recursos naturais, terras e territórios de povos e comunidades tradicionais e camponesas, com a forte presença e anuência do Estado brasileiro, ingetando vultosos investimentos públicos e recondicionando os marcos regulatórios, por meio de um processo de “flexibilização”. Isso tem sido denunciado como exemplo de violações aos marcos legais e aos direitos humanos, para levar à frente esse padrão neodesenvolvimentista, que visa impulsionar seu crescimento à “luz” da reprimarização com as *commodities*, (re)introduzindo a Amazônia como uma *fronteira* em expansão, reproduzindo, assim, seu *status* de periferia da semiperiferia do capitalismo e do centro dominante capitalista.

Nesse quadro, é possível identificar que esse empreendimento de Belo Monte vem sendo marcado, fortemente, por disputas e correlações de poder estruturalmente assimétricas pelo uso, apropriação, controle e significação do território e da natureza para produção e reprodução social de modos de existir e sentir, de pensar e ser e de se relacionar com a natureza. Isto é, esse empreendimento expressa um campo de conflitos socioambientais por padrões e processos de se produzir material e simbolicamente, contudo, marcadamente hegemônico pela dinâmica capitalista e colonialista, que expropria e exclui e que transforma os bens comuns (públicos) em bens de valor de troca, sob a prática da violência institucional e simbólica, desfigurando a cidadania e o sentido público e democrático das instituições e relações na sociedade brasileira.

Essa é, todavia, uma dinâmica hegemônica que não se limita às suas fronteiras nacionais, em particular a amazônica, mas extrapola para outros continentes em busca da conquista de novos territórios e mercados. Se existe uma intenção política de expansão para dentro, existe, concomitantemente, uma para *fora*, exemplificando uma relação umbilical muito forte entre Estado e as forças do mercado (nacionais e

³⁶ Palestra proferida no FSM, em 2010 em Porto Alegre-RS, durante a mesa de debates: “Para uma nova hegemonia”. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=dSICBfnQ9C8>. Acesso a 13 fev. 2013.

transnacionais) no tocante à dinâmica de expansão do capitalismo, através do avanço da *fronteira hidrelétrica* em íntima e estratégica relação com outras frentes de expansão, que vêm reproduzindo práticas de expropriação, violência e impactos socioambientais. Isso é a expressão da territorialização da dinâmica dominante do capitalismo e do colonialismo, que explora e expropria os povos e grupos subalternos, reproduzindo desigualdades e desestruturando modos de vida, gerando, contraditoriamente ao discurso oficial (“desenvolvimento sustentável”), “territórios precários”, marcados por violações e exclusões – *desterritorialização* (HAESBAERT, 2004). Isso é um forte sinal, nos termos de Boaventura Santos (2007b), de um *fascismo territorial*, uma das formas do *fascismo social* contemporâneo.

Diante dessas contradições concretas e simbólicas, essa expansão da fronteira hidrelétrica, tendo como símbolo o AHE Belo Monte, não vem, todavia, se processando sem lutas e resistências a esse empreendimento e ao modelo de desenvolvimento que ele encarna. É essa pista que procuramos seguir para demarcar que esse modelo neodesenvolvimentista é a expressão da (te-des-re) territorialização hegemônica, mas que as lutas e resistências a esse paradigma podem expressar experiências contra-hegemônicas de *novas territorialidades* (PORTO-GONÇALVES, 2001), isto é, de outras formas de sociabilidade, produzidas por baixo e por múltiplos sujeitos.

Seguindo os sinais e as pistas das contradições e conflitos que esses empreendimentos e seu modelo neodesenvolvimentista produzem e expressam, é possível, também, capturar outras dinâmicas subterrâneas, não hegemônicas, a partir das resistências e lutas de movimentos e organizações sociais (SANTOS, 2003b; 2006). Sob a perspectiva de Boaventura Santos (2001; 2006), essa problematização e desmistificação do discurso e do modelo hegemônicos ajudam a identificar experiências e perspectivas sociais invisibilizadas pela racionalidade “indolente” e pelo padrão capitalista, a fim de vizibilizar e conhecer novos saberes e representações sociais sobre essas questões energéticas e de desenvolvimento, demarcando a oportunidade de descolonizar a ciência e reinventá-la de forma intercultural a partir da periferia, da epistemologia do Sul, e colocar em cena novas faces, vozes e saberes plurais desse *brasil profundo*, que desejam reinterpretá-lo e reinventá-lo.

Esses agentes sociais coletivos defendem “novas” agendas de construção de padrões e processos de desenvolvimento e política energética, vocalizando princípios como soberania, democracia, dignidade humana, justiça social e preservação ambiental, demarcando a constituição de espaços públicos e de debates sobre os rumos da sociedade e do desenvolvimento sob posições e perspectivas diferentes e até conflitantes, visto que esse campo de resistências e lutas, aqui concebido, ex-

prime concepções e práticas conservadoras e transformadoras. Mesmo num campo contra-hegemônico, as tensões e conflitos de posições e concepções existem e se reinventam historicamente, demarcando posições, estratégias e agendas múltiplas de resistência nesse campo de conflito.

Por esse prisma, é de suma importância frisar que as lutas e resistências sociais que eclodem em decorrência desses grandes projetos e empreendimentos hidrelétricos na sociedade brasileira, em particular na região amazônica, carregam particularidades em relação a outras formas de luta e resistência e, também, inscrevem-se, social, ambiental e politicamente, em tempos e espaços de modo diferente, trazendo à tona novos e plurais temas e questões, mas também, no processo social, vão construindo vínculos, articulações, redes e unidades, desembocando em movimentos sociais populares nacionais e *altermundistas*. Nesse processo, é possível perceber uma renovação e complexificação da *cartografia dos conflitos sociais*.

DESAFIOS À PARTICIPAÇÃO POPULAR NA AMAZÔNIA: O CASO DA VILA DE FORTALEZINHA NA APA ALGODOAL-MAIANDEUA

1. Introdução

A Região Amazônica é objeto de estudo predominante de muitos estudiosos brasileiros e de outros países. Tal questão dar-se por estar inserido no bioma caracterizado com sua ampla porção territorial, detentor de uma rica diversidade biológica, social e cultural, tais fatores que despertam objetivos de investigações científicas variadas.

Essa região possui um histórico de colonização incentivado pelo objetivo unilateral do desenvolvimento econômico durante o período da ditadura militar, nos anos de 1964 até 1985 (PICOLI, 2006, CAMPOS, 2008; ANDRADE e TAVARES, 2012).

A Amazônia tem experimentado diversas formas de desenvolvimento ou tentativas de desenvolvimento, tendo à frente o Estado como facilitador desse processo, com maior ênfase a partir de 1960, com a abertura da estrada Belém-Brasília, dando início ao processo de ocupação mais efetiva da região. Isso ocorreu em função das políticas públicas adotadas pelos governos militares para integrar a Amazônia ao processo de desenvolvimento econômico nacional e internacional. Entretanto, tais políticas, além de terem seu processo de decisão centralizados em Brasília, foram equivocadas por desconsiderarem os aspectos sociais e ecológicos da região (CAMPOS, 2008, sp).

O incentivo ao “desenvolvimento” na Amazônia reflete em diversas questões geradoras de conflitos que vão desde a questão fundiária até o que concerne aos interesses da política de conservação ambiental e o desenvolvimento do turismo na região.

* Universidade Federal do Pará. E-mail: tharyn.teixeira@jcsa.ufpa.br.

** Universidade Federal do Pará. E-mail: raulcampos@ufpa.br.

*** Universidade Federal do Pará. E-mail: mjaq@uol.com.br.

Da necessidade de assegurar a hegemonia do Brasil na manutenção e exploração dos 64% do seu território, o Estado brasileiro visava integrar esta região no contexto nacional. Neste sentido, de maneira bastante surpreendente o fenômeno turístico torna-se objeto da ideologia de um Estado soberano, planejador e nacionalista (ANDRADE; TAVARES, 2012, sp).

Esses conflitos tem como cenário um lugar caracterizado por sua diversidade biológica e cultural característica que é a Amazônia. Nesse sentido, nota-se o aumento de interesse de turistas em conhecer esses atrativos ao longo dos anos, impulsionado pela divulgação em diversos canais de mídias eletrônicas, especialmente, via internet.

Diante dessa breve apresentação do desenvolvimento na Amazônia, o estado do Pará destaca-se devido aos conflitos – de ordem social, ambiental e econômico – em territórios demarcados como áreas protegidas.

Instituídas por órgãos ambientais responsáveis em conservar o meio ambiente natural para promoção do desenvolvimento sustentável, que visa garantir o acesso desses recursos para as próximas gerações, as áreas protegidas na Amazônia Brasileira enfrentam verdadeiros desafios de consolidação dos objetivos de criação de áreas delimitadas para tal.

É nesse contexto se realiza alguns questionamentos: As áreas protegidas implementadas na região Amazônica estão preparadas para desenvolver a atividade turística de maneira responsável e participativa com os residentes dessas localidades potencialmente turísticas?; Quais são os impasses para o desenvolvimento do turismo em áreas protegidas?; A legislação ambiental brasileira, de fato, garante não só a conservação da biodiversidade, mas principalmente a qualidade de vida dos moradores nas UC implementadas?

Com o objetivo de responder alguns questionamentos como esses apresentados, buscou-se estudar a Vila de Fortalezinha, que pertence a APA Algodão-Maiandeuá situada no nordeste paraense, para compreender os desafios de ordem política, econômica e social, existentes que implicam na ausência da participação popular na região Amazônica, principalmente nas localidades onde são implementadas UC que incentivam a visitação turística como atividade econômica.

2. Vila Fortalezinha: Contextualização do objeto de estudo

Na Ilha de Maiandeuá encontra-se a segunda vila mais povoada, a Vila de Fortalezinha. De acordo com pesquisa realizada pela SEMA-PA, até 2007 foram regis-

trados 504 moradores. Essa área apresenta uma paisagem natural exuberante, com predominância de áreas verdes, além de ser margeada por extensas praias de areia branca e água com tonalidade esverdeada (Figura 1).

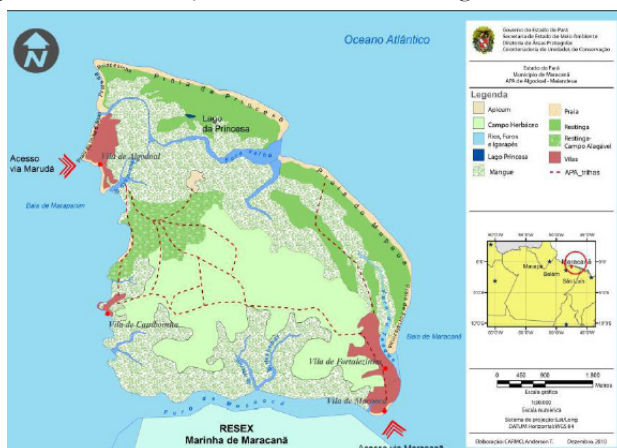
Figura 1: Furo do Tanque, APA Algodão-Maiandeuá



Fonte: Tharyn Machado, 2012

Rodeada por um cenário paradisíaco, atendendo um alto grau de atratividade turística, a Vila de Fortalezinha está localizada na região sudeste da APA Algodão-Maiandeuá, às margens de uma falésia e do rio de Maracanã (Figura 2). Limita-se as praias na porção de leste a sudeste; mangue na porção nordeste; falésias na porção que abrange o sudeste; densa vegetação no porção de oeste a sudoeste; e a vila de Mocooca ao Sul (PARÁ, 2012).

Figura 2: Identificação das vilas na APA Algodão-Maiandeuá



Fonte: SEMA-PA, 2011.

Essa vila se desenvolveu numa localidade altamente rica em biodiversidade de ecossistemas, além de possuir um cenário de beleza cênica que a fusão do cenário Amazônico com o oceano Atlântico. Tais atributos motivaram alguns admiradores a apresentar junto ao poder público a importância da conservação ambiental na localidade, o que ocasionou na promulgação da Lei Estadual no 5.621 de 27 de novembro de 1990, oficializa, portanto, a criação da APA Algodoal-Maiandeuá, no município de Maracanã.

Segundo Quaresma (2003) moradores da vila justificam o nome da vila pela existência de uma fortaleza em pedra, com formato circular, supostamente erguida por frades missionários no século passado. Atualmente, o local encontra-se cercado por arames.

De acordo com informações durante a pesquisa de campo junto aos moradores, trata-se de uma área privada que foi vendida para uma visitante estrangeira. Tal situação reflete a fragilidade de fiscalização por parte do órgão responsável pela APA, onde o monumento histórico é marginalizado por questões de cunho meramente econômico.

O acesso à vila é feito geralmente pela estrada do Quarenta, cujo percurso percorrido desde a capital Belém, passa pela PA 127 seguida pela PA 395, ao chegar no “Quarenta do Mocooca”, é necessário realizar uma travessia até a margem da Vila do Mocooca, aproximadamente por cinco minutos e depois realizar a caminhada cerca de 30 minutos até chegar ao centro da vila de Fortalezinha, algumas carroças de moradores também transportam até a vila.

Curiosamente, as vilas de Mocooca e Fortalezinha são delimitadas a partir da Escola de Ensino Fundamental “Papa Paulo VI”, a qual identifica o final da vila de Mocooca e sinaliza o início de Fortalezinha.

A cobertura vegetal da ilha é constituída, predominantemente, por manguezais, é um terreno arenoso e salino, próximo ao mar e coberto de plantas herbáceas (com caule rasteiro) e vegetação secundária, é muito comum superfície de abrasão com areia-lamosa que está assentada sobre os sedimentos de barreiras que funcionam como proteção, devido a força da maré.

A Vila de Fortalezinha apresenta aspectos sócioeconômicos característicos de parte da APA Algodoal/Maiandeuá, representados pela relação entre os membros da comunidade e o meio em que vivem. A pesca, por exemplo, ainda é prática essencial na área e, em alguns casos, é a principal fonte de obtenção de renda para as famílias, além da captura e venda do turu; a agricultura de subsistência também tem importante papel na obtenção de recursos necessários; o artesanato com materiais

aproveitados da própria natureza chega a ser um aspecto cultural importante, mas ainda demonstra pouca representatividade e não apresenta caráter de venda; e o turismo sendo prática ainda incipiente na área, mas disseminado na ilha como alternativa de renda para alguns moradores que possuem pequenos estabelecimentos comerciais oferecendo infraestrutura aos visitantes, como é o caso de uma Vila de Algodal. A população da Ilha de Algodal-Maiandeuá, especialmente da Vila de Fortalezinha, trabalha basicamente para o sustento familiar.

De acordo com Quaresma (2003, p.146):

A base da alimentação local é farinha e peixe. E como é uma área litorânea e que contém inúmeras variedades de árvores frutíferas, algumas vezes eles usam o excedente de frutas para trocar com outros produtos, numa espécie de escambo, apenas como complemento para alimentação.

No aspecto social, a população não apresenta índices significantes de violência e prostituição, mesmo a partir do fluxo de visitantes na Vila. A respeito de problemas sociais há o uso de drogas, o qual segundo moradores da ilha é advindo de um “processo natural” e repassado entre membros de algumas famílias, não tendo ligação direta com a prática do turismo na região e a conseqüente troca de aspectos culturais entre moradores e visitantes.

A Vila de Fortalezinha apresenta forte presença de discussões socioambientais e a preocupação com a valorização da identidade cultural dos moradores por meio do Grupo Ambiental de Fortalezinha (GAF), o qual possui mais de 10 anos de existência e trabalha fazendo campanhas de educação ambiental, aproveitamento de resíduos naturais para confecção de artesanato, além de envolver a comunidade nas discussões a respeito da consolidação do Plano de Manejo da ilha, o qual é um documento essencial para o direcionamento da gestão da área no âmbito das unidades de conservação.

3. Metodologia e procedimentos de pesquisa

Para a realização desse estudo, foram utilizadas algumas técnicas de pesquisa para a apropriação do(s) fenômeno(s) que se pretendiam analisar empiricamente. Para tanto, foi imprescindível a chamada pesquisa bibliográfica que segundo Gil (1999, p. 65) “[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, permitindo “[...] ao investigador a cobertura

de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Outra técnica utilizada foi a pesquisa documental, que segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 174) caracteriza-se pela coleta de dados “restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. Além disso, a pesquisa documental que “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 1999, p. 66).

Por fim, realizou-se a pesquisa de campo após as análises das pesquisas bibliográfica e documental. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p.186) a pesquisa de campo

[...] é aquela utilizada com o objetivo conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. [...] Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los.

Tal pesquisa de campo foi realizada no período de férias escolares, no mês de julho de 2012, pois entende-se que esse período é oportuno para melhor observação analítica acerca do processo de visitação na Vila de Fortalezinha devido ao aumento do fluxo de turistas na vila.

A coleta de dados nessa pesquisa de campo, foi realizada através de entrevistas semi-estruturadas, com os principais atores sociais envolvidos no processo de participação, foram os moradores da vila, e a gestora da APA. Apoiou-se nesse instrumento de pesquisa a fim de se observar quais as compreensões conceituais sobre o que é APA e principalmente, investigar o grau de participação nos processos concernentes à gestão dessa UC.

Nesse sentido, vale ressaltar que foi entrevistada uma amostra total de 60 pessoas, representantes de famílias moradoras da Vila de Fortalezinha com faixa etária média entre 40 a 60 anos de idade, além da contribuição da entrevista concedida pela Gestora da APA Algodão-Maiandeuá. Destaca-se que essa amostra foi definida por considerar esses atores sociais importantes nos desdobramentos da relação entre o turismo e as áreas protegidas, como é o caso dos moradores que apresentaram informações de suas vivências cotidianas na localidade, e a gestora da APA pôde relatar alguns detalhes pertinentes à sua gestão.

A utilização dessas técnicas de pesquisa consiste na compreensão e apreensão do(s) fenômeno(s) a serem aqui analisados em sua essência e dinâmica, na busca de expor a efetividade e complexidade em sua concretude e múltiplas determinações.

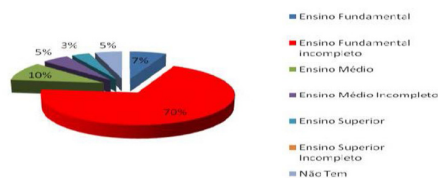
4. Residentes da Vila: os desafios à participação popular na gestão da APA

Analisar a questão do processo participativo na gestão de uma determinada localidade que consequentemente refletem no modelo de turismo desenvolvido em áreas protegidas na Amazônia Brasileira, mais especificamente na Vila de Fortalezinha, é um grande desafio. São diversos os fatores que influenciam diretamente no processo de consolidação dessa atividade, que vão desde as condições educacionais até à necessidade de infraestrutura turística. Para Santos Filho (2008), ambas são conduzidas por interesses econômicos do modelo de produção capitalista.

Diante disso, nota-se que um considerável número de moradores entrevistados durante a pesquisa, não tiveram a oportunidade para dar continuidade aos estudos (Gráfico 1). Essa situação é consequência do descaso do poder público do Município de Maracanã no investimento na educação pública de qualidade.

A Vila de Fortalezinha possui duas escolas: a Escola de Ensino Fundamental Completo Papa Paulo VI e um espaço alugado pela prefeitura de Maracanã onde é desenvolvido o ensino infantil (PARÁ, 2012).

Gráfico 1: Nível de escolaridade na Vila de Fortalezinha



Fonte: Pesquisa de campo, 2012

De uma amostra de sessenta (60) moradores entrevistados na Vila de Fortalezinha, 70% apresentam o “Ensino Fundamental Incompleto” como nível de escolaridade, situação consequente da carência de investimento para a educação na Vila. De acordo com Pará (2012, p. 152) “as infraestruturas físicas das instituições de ensino da APA são inadequadas e insuficientes à demanda. Não há espaço para recreação, lazer, biblioteca ou equipamentos de informática e, em alguns casos, nem mesmo existem bebedouros e cozinhas”. Tais fatos, que evidenciam o baixo nível escolar da comunidade, onde apenas 7% da amostra tem o “Ensino Fundamental Completo”.

Por outro lado, os 10% de residentes que possuem o Ensino Médio, relataram que enfrentaram uma difícil rotina escolar, devido ao desgaste do deslocamento para outras escolas localizadas numa vila conhecida como as “Quatro Bocas”, situada na

outra da margem do furo de Mocooca, sendo necessário, portanto, a travessia constante para a frequência em sala de aula.

A situação das escolas é muito difícil aqui na comunidade, eu estudei com muito sacrifício todos os dias pra lá de Quatro Bocas, tinha que atravessar todo dia esse furo e dar uma pernada debaixo daquele sol quente, fui por que sabia que tinha que estudar (MORADOR 1, PESQUISA DE CAMPO, 2012).

Essa dificuldade de acesso e permanência são condições que contribuem com esse ponto de dispersão na continuidade nos estudos para o ensino médio na comunidade dessa vila, os quais são representados por 5% de entrevistados que possuem o “Ensino Médio Incompleto”. Além da Vila de “Quatro Bocas”, o ensino médio é também ofertado em outras localidades próximas a vila, com o ensino modular na Vila de Algodual e regular na sede de Maracanã (PARÁ, 2012).

Apenas 3% apresentam o “Nível Superior”, os quais fazem questão de apresentar que tiveram a chance de estudar “fora”, foram para Belém na tentativa de almejar outra perspectiva de vida.

Mesmo diante das dificuldades apresentadas da questão da educação na vila, a porcentagem de analfabetismo é relativamente baixa, apenas 5% afirmaram não possui estudos.

Essa situação referente à carência de políticas públicas de educação, que reflete no baixo nível de escolaridade, é apresentada como um dos fatores determinantes no processo de participação popular no planejamento de projetos turísticos da APA, haja vista, que a população residente não tem acesso ao ensino básico, são marginalizadas pelo poder público, o que engrossa o perfil de moradores ignorantes, ou seja, moradores que não conseguem refletir criticamente de maneira mais total a realidade social em que estão inseridos, tem-se, portanto, um ambiente fragilizado de participação de moradores nas discussões recorrentes acerca da gestão e elaboração do plano de manejo que são considerados essenciais para a organização territorial. Desse modo, nota-se que esses populares ficam situados às margens do processo de formulação de projetos e de tomadas de decisão.

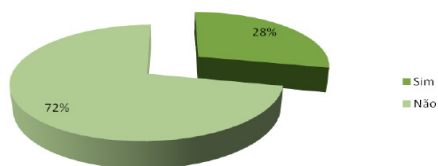
O nível de escolaridade associada à incipiente participação popular nos processos de elaboração de projetos turísticos é apontado por Sansolo (2002), como uma das causas que necessitam de uma discussão mais ampla, já que o acesso a educação na sociedade em geral é considerada fundamental para a inserção da comunidade receptora. Nessa mesma perspectiva, Irving (2002) aprofunda sua análise acerca da

necessidade da participação popular, e alerta para o desafio de proporcionar essa participação diante da precariedade de investimento básico na educação no Brasil.

Outro fator é apontado por Bordenave (1994) como entrave na participação efetiva de populares nas tomadas de decisão, o que envolve os interesses econômicos e políticos vigentes. Esse autor enfatiza que a participação popular envolve principalmente os interesses de uma minoria detentora do poder político e econômico, que engessam a participação mais ampla de populares no processo de discussão e tomada de decisão, levando sempre as prioridades dessa classe, geralmente composta pelos investidores da iniciativa privada.

Para analisar esse processo de participação da comunidade, foi levantando também algumas informações juntos aos moradores da vila acerca do conhecimento dos objetivos da APA Algodual-Maiandeuá (Gráfico 2).

Gráfico 2: Percentual de conhecimento referente aos objetivos da APA Algodual-Maiandeuá dos moradores da Vila de Fortalezinha



Fonte: Pesquisa de campo, 2012

Com base nas entrevistas realizadas na vila foi possível realizar uma análise a partir de amostras quantitativas e qualitativas, onde 72% de moradores apresentavam total desconhecimento acerca dessa categoria de UC, comparado a 28 % de conhecedores, justificados em sua maioria, devido a presença em reuniões coordenadas pela SEMA-PA, incentivados a participar devido pertencer a algum grupo ambiental, ou por que era integrante do conselho gestor.

De acordo com morador entrevistado, ele só sabe o que é APA por que colocaram uma placa da SEMA-PA “avisando”, como pode ser observado nessa fala: “Esse negócio de APA, só fiquei sabendo vendo aquela placa que fica ali na frente avisando, mas não sei pra que serve não, não vejo ninguém trabalhando aqui. Estamos abandonados” (MORADOR 2, PESQUISA DE CAMPO, 2012).

Diante disso, notou-se a predominância de argumentos de moradores que apresentam uma certa aversão a APA.

Depois que essa APA veio mudou muito a nossa vida, não posso mais tirar madeira pra fazer minha casinha, não posso mais fazer queimada, nem tirar mais pedra de lá de baixo. Por causa dessa APA agente não tem direito ao “Minha Casa, Minha Vida”, só o pessoal lá de Quatro Bocas vai poder ter as casinhas deles (MORADOR 3, PESQUISA DE CAMPO, 2012).

São fatos como esses, que observa-se a desconhecimento de muitos moradores acerca do que é uma APA, quais são os seus objetivos, e o que isso influencia na vida do residente. Nesse contexto, mais uma vez atenta-se para o desafio da participação popular efetiva nas áreas delimitadas como UC, o qual necessita ser superado, pois os objetivos de conservação ambiental e o de qualidade de vida ficam comprometidos quando os moradores desconhecem que estão inseridos nesse processo.

A participação popular na vila apresenta alguns fatores que levam a caracterizá-las como uma participação passiva. De acordo com o Bordenave (1994), nessa classificação de participação os atores envolvidos nesse processo embora presentes em determinados ambientes de reuniões, sua participação é considerada apenas nas assembleias de votações,

cujo ambiente, é o de tomada de decisões já avaliadas anteriormente por um grupo restrito de interesses particulares.

Não costumam participar do processo inicial nos planejamentos de desenvolvimento da área em que vivem, isso reflete em um aumento de situações geradoras de conflitos de interesses.

Diante disso, contata-se que após duas décadas de implementação dessa categoria de UC, um considerável número moradores residentes da Vila de Fortalezinha desconhecem totalmente as atribuições dessa APA, e outros conhecem de maneira superficial os principais objetivos dessa UC.

Esse fato percebido junto à comunidade dessa vila, leva a crer que há uma incoerência no que é disposto como objetivo estabelecido para a realidade de uma área de proteção ambiental e a realidade vivida pela comunidade.

Afinal, como é possível assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais dessa área protegida, se os próprios moradores não têm sequer o conhecimento que estão inseridos nesse processo? Nesse sentido, é importante ressaltar que essa problemática não se resume ao único fato da desinformação da comunidade em relação aos objetivos da implantação de uma área de proteção ambiental, mas também de como a comunidade poderá participar na efetivação do plano de manejo e outros planejamentos convenientes para assegurar o desenvolvimento socioeconômico da Vila.

Além dessas contradições, pôde-se verificar até o período de desenvolvimento da pesquisa a inexistência do plano de manejo – documento responsável em estabelecer normas de uso da área e o manejo dos recursos naturais – o qual segundo Brasil (2012, sp.) deve ser elaborado no prazo de cinco anos após a implementação de uma APA.

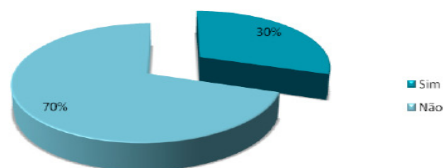
O SNUC apresenta o plano de manejo como (BRASIL, 2012, sp):

XVII – plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

Ressalta-se que antes da finalização desta pesquisa, em novembro de 2012, foi apresentado o Plano de Manejo da APA Algodoal-Maiandeuca que servirá como base para as ações de gestão da APA para os próximos cinco anos.

Com base na importância de participação dos moradores no processo de elaboração do plano de manejo, o levantamento acerca da inserção dos comunitários nesse processo torna-se imprescindível (Gráfico 3).

Gráfico 3: Percentual referente à participação na elaboração do plano de manejo dos moradores da Vila de Fortalezinha



Fonte: Pesquisa de campo, 2012

Nota-se que 70 % de moradores alegaram não ter participado de nenhuma reunião que objetivasse a elaboração de plano de manejo. Por outro lado, os 30% que confirmaram participação alegam pertencer ao conselho gestor da APA.

Segundo os moradores de resposta negativa à esse fato se dá devido o órgão responsável convocar apenas o “pessoal deles” para essas reuniões. Como observado na fala seguinte: “Quando tem essas reuniões aqui, a SEMA chama só o pessoal deles pra participar” (MORADOR 4, PESQUISA DE CAMPO, 2012). Essa notória rejeição ao órgão responsável pela gestão da APA, é reflexo do desconhecimento das atribuições desse órgão, que são pertinentes aos objetivos de uma UC.

Em entrevista concedida, a gestora da APA Algodoal-Maiandeuá – associa essa situação de aversão ao órgão ambiental, por parte de alguns moradores, à constante presença da equipe técnica na localidade, que serve de canal de reclamações das insatisfações locais acerca da carência de políticas públicas que visem o desenvolvimento da comunidade, associada a condições de melhor qualidade de vida. Tal fato, faz com que os moradores insatisfeitos com a realidade da precariedade local referentes a aspectos como educação, saúde, saneamento básico, associem essas problemas locais, de maneira equivocada, à gestão da SEMA-PA.

Baseada nessas questões avaliadas, infere-se que a Vila de Fortalezinha está inserida num cenário de conflitos de participação, os quais são heranças históricas de um processo de colonização desenvolvido no modelo de produção do capital, além de ser reflexo das questões políticas locais, onde os moradores só são levados em consideração durante o período de eleições na localidade, sendo encarados apenas como quantitativo de votação. Nesse sentido, a participação efetiva de moradores é determinante na base para a elaboração de um planejamento turístico na vila, na tentativa de desenvolver essa atividade de maneira diferente ao que vem sendo aplicado há anos no Brasil. Assumindo, portanto, o turismo sob o viés do paradigma da sustentabilidade, onde os moradores identificam as vantagens e desvantagens dessa atividade, e integram-se diretamente no processo de planejamento do desenvolvimento

de um turismo rompendo com modelos há tempo empregado na costa litorânea brasileira, que é o de massa e sol e praia.

Considerações finais

Com base no estudo realizado, é possível afirmar que a Vila de Fortalezinha, assim como outras localidades inseridas na APA Algodoal-Maiandeuá, enfrenta um cenário desafiador para a consolidação da atividade turística pautada nas diretrizes do paradigma do desenvolvimento sustentável, que objetiva conciliar o desenvolvimento econômico aliado aos critérios de responsabilidade social e ambiental com as peculiaridades da área, em conjunto com o incentivo à participação da comunidade residente nos projetos que avaliam as reais condições para a efetivação do turismo local.

Nesse sentido, pelo o que as análises indicam, as questões referentes à incipiente participação popular não podem ser avaliadas de maneira isolada, já que essas problemáticas são consequências de diversos fatores de ordem social, econômica e ambiental, geralmente reafirmadas nas tomadas de decisões de um restrito grupo de interessados.

Contudo, nota-se a deficiência na aplicação dos objetivos promulgados na Lei do SNUC, o qual assegura aos moradores residentes em UC conhecerem os objetivos de implementação dessas áreas, fato que constatado de maneira contrária na Vila de Fortalezinha, onde um considerável número de moradores desconheciam os objetivos da APA, o que engrossa significativamente uma evidente aversão a essa UC instituída na localidade.

Diante dessa situação vigente, conclui-se que a não participação dos atores sociais de maneira abrangente e efetiva, se dá no primeiro momento devido ao baixo nível da escolaridade, associado à negação de informações acerca dessa APA e a consequente repulsão dos comunitários nas reuniões realizadas pela SEMA-PA, por não reconhecer que estão inseridos nesse processo.

Tais fatos podem contribuir com a adoção de um turismo realizado “espontaneamente” na APA, sem o apoio institucional de um planejamento turístico adequado à realidade da localidade que vise a parceria entre os órgãos públicos, a sociedade civil, e por que não, o terceiro setor.

Como foi apresentado, a Vila de Fortalezinha de forma gradativa, apesar da baixa infraestrutura, está sendo inserida no roteiro de visitaçõ de muitos turistas.

A Vila de Fortalezinha, destaca-se na APA devido a manutenção da conservação de seus recursos naturais e algumas manifestações culturais, como a dança do carimbó à beira da praia, tal aspecto que contribui com a curiosidade em conhecer o ainda “inexplorado”. No entanto, a comunidade, ainda que não organizada, alguns moradores mostram posicionamentos similares à respeito da negação do turismo desenvolvido na vila vizinha, a Vila de Algodal.

Ressalta-se a inexistência, até o presente momento, de planejamento voltado para o desenvolvimento do turismo na vila. São apontados apenas alguns projetos de capacitação voltados para atuantes nessa atividade idealizado pela SEMA-PA, como o Capacitação de Condutores de visitantes em áreas naturais.

Como potencialidade ao desenvolvimento do turismo, é notável a vocação para o desenvolvimento de práticas do ecoturismo e o de base comunitária. Nesse sentido, vale lembrar que a potencialidade por si só não garante a execução desses “turismos” com as reflexões acerca do papel dessa atividade, embora possa contribuir com o desenvolvimento local, também pode comprometer a qualidade de vida dos moradores. Portanto, envolvimento da comunidade configura-se como condição essencial à consolidação do turismo planejado de maneira participativa, atribuindo as considerações da comunidade, não somente em assembleias de votação, e sim, em todo o processo de planejamento e gestão dessa atividade.

Por fim, esse estudo buscou analisar os desafios de implementação do turismo na Vila de Fortalezinha, à luz das reflexões acerca da importância da participação popular, bem como apresentar também, as potencialidades a serem inseridas no processo abrangente de consolidação desse fenômeno nessa vila inserida nos limites dos objetivos de conservação ambiental da APA Algodal-Maiandeuá.

Referências bibliográficas

ANDRADE, T. K; TAVARES, M. G. O projeto de integração Amazônica visto pela turistificação dos lugares. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 14, 2012.

BORDENAVE, J. R. D. **O que e participação?**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Coleção Primeiros Passos).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 08 mar 2012.

CAMPOS, R. I. R. de. **O Martírio Continua? população local e gestão do patrimônio arqueológico nas UC da Serra dos Martírios/Andorinhas**. In: Seminário Internacional – Amazônia e fronteiras do conhecimento. Belém: NAEA/UFPA, 2008.

GIL, A. C.. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **Plano de manejo da Área de Proteção Ambiental de Algodal-Maiandeuá**. Belém: SEMA, 2012.

PICOLI, F. **O capital e a devastação da Amazônia**. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2006.

QUARESMA, H. D. A. B. **O desencanto da princesa**. Belém: UFPA, NAEA, 2003.

SANSOLO, D. G. Turismo – aproveitando da biodiversidade para a sustentabilidade. In: IRVING. M. de A; AZEVEDO, Júlia. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002, p. 69-91.

SANTOS FILHO, J. dos. Ditadura militar utilizou a Embratur para tentar ocultar a repressão, a tortura e o assassinato. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 84, 2008. Disponível em: < <http://www.espacoacademico.com.br/084/84jsf.htm>>. Acesso em: 22 mai. 2013.

GT10 E GT25 - SAÚDE E DOENÇAS NA AMAZÔNIA/
CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS E OUTRAS DROGAS: PRÁTICAS
E REPRESENTAÇÕES

FIBROMIÁLGICOS NA REDE: COMPARTILHANDO A DOR

Introdução

O fato de a fibromialgia passar como “invisível” perante a sociedade faz com que os fibromiálgicos se mobilizem e se articulem dentro de grupos: virtuais, presenciais, até mesmo em associações, visando à luta por direitos, por reconhecimento, por dignidade, por poder se sentir doente, uma vez que, além de ter que lidar com a síndrome em si, é necessário lidar com os estigmas sofridos diante da enfermidade. Estimas estes advindos tanto do seio familiar quanto do trabalho, e até mesmo de alguns profissionais da saúde, seja por desconhecimento ou por falta de sensibilidade. São nestes grupos também que eles compartilham informações e experiências a fim de que, possa dar uma maior visibilidade social à doença.

Neste artigo, vamos abordar o papel, a influência, e a importância da página ABRAFIBRO- Associação Brasileira dos fibromiálgicos/Facebook¹, para os portadores da síndrome, tendo em vista que a página constitui “um dos principais elementos de mobilização social e política, pois é através do agenciamento dessa dor que se promove o uso político do corpo” (FASSIN, 2005 *apud* SEVILLA, 2013, p. 50). Segundo Helman (2003) estes grupos são considerados “*comunidades de sofrimento*, em que a experiência com, pelo menos, um infortúnio é a credencial para a admissão de uma indivíduo” (HELMAN 2003, p. 88), neste caso, ser portador de fibromialgia. Significa dizer que todos que fazem parte da página têm como traço comum a fibromialgia.

A página representa ainda um grupo de auto-ajuda na virtualidade onde, para Helman (1994) os credenciados para aconselhar em torno do melhor procedimento a ser realizado pelo doente em busca da cura, são aqueles que passaram por

* Universidade Federal de Roraima. Email: antropologa.rr@gmail.com

** Universidade Federal de Roraima. Email: karolmota.rodrigues@gmail.com

¹ <https://www.facebook.com/abrafibro.fibromialgia>.

experiências parecidas de padecimento, utilizando aqui a concepção de Menéndez (2009), que faz referência não só a doença físico-mental, mas também a infortúnios, entre outras coisas. Além do objetivo proposto acima, desejamos ainda, compreender como as mulheres portadoras de fibromialgia, vivenciam o processo de saúde-doença num grupo de auto-ajuda na internet.

A metodologia aqui utilizada parte da análise de relatos postados por fibromiálgica², além de entrevistas virtuais com integrantes desta rede virtual. Vale ressaltar que, este estudo encontra-se em andamento, mas podemos compreender que estes relatos são caracterizados como uma ação política, ou seja, a comprovação da doença no meio social, servindo de estratégia de bioidentidade. Para Rabinow (1996) bioidentidade seria “a emergência de identidades e práticas individuais ou coletivas em torno de uma condição genética” (FILIPE, 2010, p. 78)

Compreendemos que “o adoecer é um processo social, que envolveria outras pessoas além do paciente. A cooperação dos outros é fundamental para que a pessoa assuma o papel socialmente aceito de “pessoa doente”. (HELMAN 2003, p.107), ou seja, todos que o cercam, família, amigos, colegas de trabalho, vivenciam a doença, participam direta e indiretamente do adoecer, e a compreensão dos mesmos do que vem a ser a síndrome (neste caso) é necessária, para aceitar que o outro está doente, e conseqüentemente fazendo com que o outro possa assumir o seu estado de “doente”. Helman, ainda afirma que:

O processo de adoecer envolve, portanto, as experiências subjetivas de mudanças físicas ou emocionais e a confirmação dessas mudanças por parte de outras pessoas. (...) A apresentação da enfermidade e a reação dos outros a ela são, em grande parte, determinadas por fatores socioculturais. Cada cultura possui sua própria linguagem do sofrimento, que faz uma ponte entre experiências subjetivas de comprometimento ao bem estar e reconhecimento social dessas experiências. (HELMAN, 2003, p.116-117)

Neste sentido, o conceito de doença que aqui atribuímos é eminentemente social, pois o adoecer não é vivido individualmente, todas as decisões que o portador toma, são antes mesmo consultadas e compartilhadas pela rede relações, e influenciadas diretamente pelos fatores socioculturais em que o enfermo está inserido. Para citar Staiano, “a doença não é um estado estático, mas um processo que requer interpretação e ação no meio sociocultural, o que implica numa negociação de significados na busca da cura” (STAIANO, 1981 *apud* LANGDON, 1994, p.13).

² Termo utilizado pelas próprias portadoras, como modo de identificação com a síndrome.

Aspectos gerais da fibromialgia

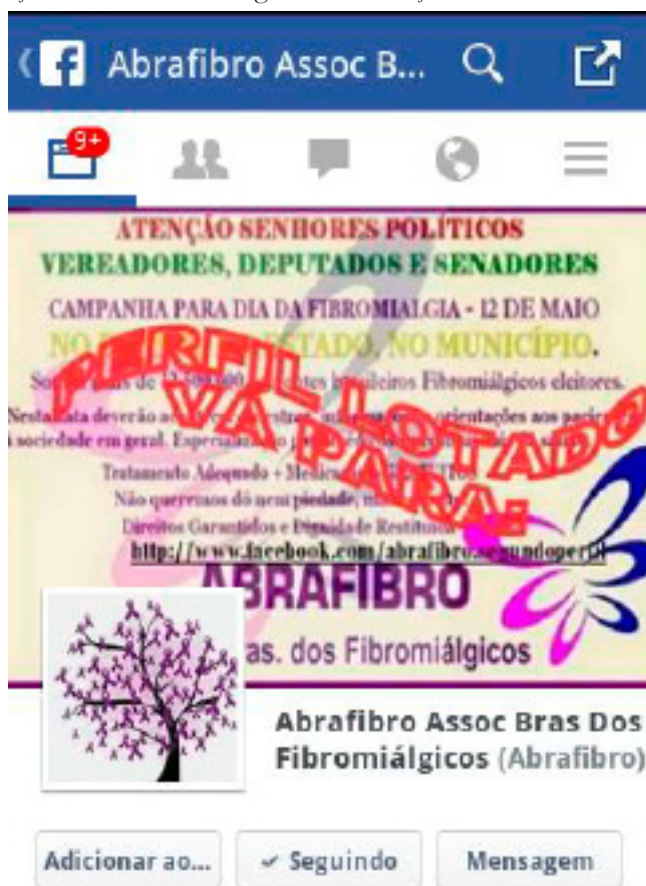
Segundo a Associação Brasileira de Reumatologia, o termo Fibromialgia refere-se a uma condição dolorosa generalizada e crônica. É considerada uma síndrome porque engloba uma série de manifestações clínicas como dor, fadiga, indisposição, distúrbios do sono. No passado, pessoas que apresentavam dor generalizada e uma série de queixas mal definidas não eram levadas muito a sério. Por vezes problemas emocionais eram considerados como fator determinante desse quadro ou então um diagnóstico nebuloso de “fibrosite” era estabelecido. Isso porque se acreditava que houvesse o envolvimento de um processo inflamatório muscular, daí a terminação “ite”. Atualmente sabe-se que a Fibromialgia é uma forma de reumatismo associada à da sensibilidade do indivíduo frente a um estímulo doloroso. O termo reumatismo pode ser justificado pelo fato de a Fibromialgia envolver músculos, tendões e ligamentos. O que não quer dizer que acarrete deformidade física ou outros tipos de seqüela. No entanto a fibromialgia pode prejudicar a qualidade de vida e o desempenho profissional, motivos que plenamente justificam que o paciente seja levado a sério em suas queixas. Como não existem exames complementares que por si só confirmem o diagnóstico, a experiência clínica do profissional que avalia o paciente com fibromialgia é fundamental para o sucesso do tratamento.

A partir da década de 80 pesquisadores do mundo inteiro têm se interessado pela fibromialgia. Vários estudos foram publicados, inclusive critérios que auxiliam no diagnóstico dessa síndrome, diferenciando-a de outras condições que acarretam dor muscular ou óssea. Esses critérios valorizam a questão da dor generalizada por um período maior que três meses e a presença de pontos dolorosos padronizados. Diferentes fatores, isolados ou combinados, podem favorecer as manifestações da fibromialgia, dentre eles doenças graves, traumas emocionais ou físicos e mudanças hormonais. Assim sendo, uma infecção, um episódio de gripe ou um acidente de carro, podem estimular o aparecimento dessa síndrome. Por outro lado, os sintomas de fibromialgia podem provocar alterações no humor e diminuição da atividade física, o que agrava a condição de dor. Pesquisas têm também procurado o papel de certos hormônios ou produtos químicos orgânicos que possam influenciar na manifestação da dor, no sono e no humor. Muito se tem estudado sobre o envolvimento na Fibromialgia de hormônios e de substâncias que participam da transmissão da dor. Essas pesquisas podem resultar em um melhor entendimento dessa síndrome e, portanto proporcionar um tratamento mais efetivo e até mesmo a sua prevenção³.

³ Retirado do http://www.fibromialgia.com.br/novosite/index.php?modulo=pacientes_artigos&id_mat=4. Acesso: 10 de outubro de 2014.

A rede abrafibro

Em outubro de 2007 a Associação Brasileira dos Fibromiálgicos criou uma página no facebook denominado ABRAFIBRO, com o intuito de reunir portadores de fibromialgia de todos os lugares, como bem coloca Castells (2005) a internet possibilita romper barreiras, geográficas e unir pessoas das mais diversas regiões e culturas. A associação tem como objetivo a união dos portadores da referida síndrome para compartilhar suas experiências, dores, angustias, inquietações/indagações sobre a síndrome, e também, lutar por direitos, pelo reconhecimento, sensibilização e conscientização da sociedade em geral com relação à síndrome.



4

⁴ <https://www.facebook.com/abrafibro.fibromialgia>.

Ao abrir a página ABRAFIBRO, à primeira coisa que observamos é uma imagem (foto de capa) de uma campanha, cuja finalidade é tirar da invisibilidade a fibromialgia, de tirá-la dos mitos e trazê-la para a realidade, campanha esta baseada no Projeto *12 de maio- Dia Mundial da Fibromialgia*. Em uma conversa informal com a atual diretora geral e uma das fundadoras da ABRAFIBRO- Sandra Santo, ela nos informa que o projeto consiste na promulgação da data no calendário oficial dos municípios brasileiros, tendo ainda como objetivo a conscientização, a sensibilização, e o enfrentamento da Fibromialgia na sua base, ou seja, desde o diagnóstico, tratamentos, orientações aos profissionais da área da saúde, divulgar informações à sociedade em geral (no seio familiar, profissional e afetivo). Para Langdon (1994) o doente se interessa tanto por aliviar a dor, em fazer desaparecer o que o faz padecer, bem como o de ser bem tratado e respeitado, o que conversa muito bem com o que se encontra escrito na foto de capa da página “Não queremos dó nem piedade, mas respeito! Direitos garantidos e dignidade restituída”.

Sandra Santos compartilha conosco que a Campanha pelo Projeto 12 de maio, será relançada na terceira semana de outubro, estando assim em sua terceira edição. Ela nos conta com orgulho que, mais de 50 municípios de algumas regiões do país, já aprovaram em lei o Dia da Fibromialgia. “Temos consciência de que nosso trabalho é de formiga, mas chegaremos aos 5.564 municípios atualmente, segundo o IBGE” (fala de Sandra Santos). A cada município que assina a lei, ou seja, a cada vitória se faz um post parabenizando-os pela adesão, postagens como estas tem como título “Mais uma cidade tira a fibromialgia da invisibilidade”.

A imagem da borboleta é o símbolo universal da fibromialgia. Sandra Santos desconhece a história de sua escolha, mas para eles representa a transformação, é o processo pelo qual todo fibromiálgico passa.

Sua vida tem normalmente belas histórias de sucesso ou completamente seu oposto. E após o diagnóstico, todas (porque a maioria são mulheres, mas o mesmo acontece aos homens) nos vemos obrigadas a mudar tudo na vida. Como diz a música do Lulu Santos: “Nada do que foi será de novo do jeito que já foi um dia. Tudo muda o tempo todo.... Como uma onda”. A vida da borboleta é exatamente assim. Ela tem a cor azul e rosa, identificando os sexos que são atingidos pela síndrome igualmente, sem levar em conta dados estatísticos. No nome usamos a cor *rosa* que também é a cor universal da fibromialgia. Quanto à árvore, ela é nosso plus, nosso diferencial. A árvore com os lacinhos roxos (os laços também são símbolos universais) querem transmitir nossa união, e que somos frutos da mesma árvore, que temos muito em comum, que apesar da dor nos colocar no mesmo lugar, sozinhos somos fortes, mas unidos somos imbatíveis. Resistimos a todas as fases das transformações e florescemos.

Sevilla (2013) a partir de leituras de Veena Das (1999; 2001; 2007) e Arthur Kleinman (2006), compreende “sofrimento social” e “evento crítico” como uma abordagem socioantropológica, onde estes fenômenos podem ser percebidos como “coletivo ou individual, mas que se conectam com as dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas” (SEVILLA, 2013, p. 58). O que se nota a partir do relato acima é a presença intrínseca destas categorias, os significados atribuídos aos símbolos estão literalmente correlatos a estes fenômenos, e não somente os símbolos, mas no decorrer de toda a experiência cotidiana na rede, uma análise prévia que se faz é de como o diagnóstico se torna um “evento crítico” para o paciente, “(...) promovem transformações, que rompem o cotidiano (em oposição aos eventos ordinários) que mudam as formas e concepções de mundo, reconfiguram as tradições e promovem conflitos” (SEVILLA, 2013, p. 58).

A partir do acompanhamento das postagens na página, nota-se que além do compartilhar experiências cotidianas relacionadas ao sofrimento frente à doença, elas compartilham mensagem de apoio para as integrantes que estão num momento de crise, mensagens estas de cunho religioso, das mais diversas religiosidades, pois é sabido que o fator emocional influi diretamente no sofrer, conseqüentemente acarretando em mais dores. São também postados artigos médico-científicos, que visam informar sobre a doença, e estratégias de tratamento. A partir de Menéndez (2003) entendemos o grupo virtual de auto-ajuda ABRAFIBRO como um constituinte do que ele chama de “autoatenção”- atividade constituída pelos próprios sujeitos, neste caso, os fibromiálgicos. Para ele Autoatenção engloba todos os mecanismos que visa “diagnosticar, explicar, atender, controlar, aliviar, suportar, curar, solucionar, ou prevenir os processos que afetam sua saúde em termos reais ou imaginários. (MENÉNDEZ, 2003, p. 48)

De modo geral, a Associação enquanto órgão institucional, para se manter necessita de agentes com papéis bem definidos, tendo uma diretoria que pensa ações concretas, que funciona como articuladores. Uma de nossas maiores interlocutoras Sandra Santos expõe que:

Como já disse, sou uma das fundadoras - remanescente - e atual Diretora Geral. Minhas atribuições são muitas, mas tenho uma excelente equipe com quem divido essas funções. Mas mantenho a supervisão. Dado ao grande número de pedidos que temos para serem add⁵ ao grupo, há mais de um ano decidimos que antes de entrarem no grupo, precisam ser add a um de nossos perfis. Só assim saberíamos quem está querendo fazer parte do grupo. Recebo publicações do mundo inteiro, de revistas e jornais científicos, os quais traduzem, e publico, mantenho um blog, uma página sobre Conhecimentos Científicos, e

⁵ Abreviação da palavra “adicionar”, linguagem virtual. Priorizamos por manter as informações na íntegra, ou seja, a originalidade do relato.

Artigos para os pacientes em geral. Avalio as pesquisas que pedem para fazer dentro do grupo, ou com os membros do grupo. Ajudo na estruturação de novos grupos de apoio, em todo Brasil. Estruturo, planejo e desenvolvo projetos que visem qualidade de vida aos pacientes, visibilidade, conscientização, sensibilização e enfrentamento à Fibromialgia no meio virtual e presencial. Reuniões com Palestras de Profissionais qualificados, com temas inerentes aos pacientes fibromiálgicos. Estão sob minha supervisão a gerência e a equipe de moderação dos grupos da ABRAFIBRO (Saúde Alimentar, Atividades Físicas, Artistas e Artesãos, Direito Previdenciário) e os Grupos de Apoio já existentes. Dou suporte dentro dos Grupos aos membros, dando apoio, informações, orientações não só quanto a Fibromialgia, mas também sobre Previdência Social e Trabalho. Respondo a emails de pacientes/estudantes/jornalistas vindos através de nosso blog, ou de várias outras fontes. (Segundo Sandra Santos- entrevista)

Já no que diz respeito à página virtual, além da presença da diretoria, há a função dos moderadores, um trabalho voluntário cujas atribuições são de zelar a página, supervisionar o que é postado de modo a organizar os conteúdos, manter a ordem e o respeito, bem como zelar pelos princípios que regem a Associação. Um dos princípios básicos é o aconselhamento a não prática da automedicação, que segundo Menéndez (2003) é um dos componentes do que vem a ser Autoatenção. Aqueles que não possuem um papel mais institucional na rede se percebem enquanto instrumentos capazes de confortar o seu semelhante, uma vez que passam pelas mesmas mazelas, significa dizer que, seus papéis são de apoiar, confortar, animar aqueles que se encontram num momento mais fragilizados.

Relatos das fibromiálgicas

Os relatos aqui analisados têm como objetivo central, perceber qual a relação do grupo com seus membros, pensado em que influências a rede têm na vida dos portadores da síndrome integrantes da página, assim como, as estratégias de enfrentamento da enfermidade existentes, que importância há em participar da página, quais os temas norteadores das postagens, entre outras questões que serão elucidadas.

Através dos relatos constatou-se que, em suma as pessoas passam a participar do grupo a partir do momento em que são diagnosticadas, pois por ser uma doença desconhecida por grande parte da sociedade, os mesmos se veem desassistidos, abandonados e incompreendidos, sendo assim, suas motivações para o ingresso ao grupo é a possibilidade de obterem informações, entender o que é a doença, bem como, receber o conforto para a alma- ajuda mútua.

Não lembro a data exata, mas tem mais de um ano com certeza, eu fui ao consultório do meu psiquiatra e peguei uma revista Cláudia aleatoriamente para ler, havia uma reportagem sobre a ABRAFIBRO, e sobre a luta do grupo, informava que havia uma página no facebook, então eu fiquei feliz de ver que havia um grupo no facebook, pois ainda não havia encontrado e busquei saber sobre ele e fui aceita. (Segundo Cristina⁶)

Ao refletir sobre como participar do grupo muda a vida dos integrantes com relação ao enfrentamento da enfermidade, notou-se que por mais que todos vivenciem a mesma síndrome, cada qual reagirá de forma distinta, segundo sua visão de mundo (GEERTZ, 1989), ou seja, segundo suas percepções, suas relações sociais, seu modo de vida, enfim sua cultura.

Conhecia poucas pessoas com a minha síndrome. O grupo me fez conhecer um universo muito grande de pessoas com a mesma. Sou apenas mais uma vítima. Isso me ajudou a ter mais garra para enfrentá-la e me posicionar no mundo. Mais informações, mais contatos. Não estou sozinha e tenho muitas amigas comigo e eu com elas. Juntos somos mais fortes. (Segundo Penélope)

Saber que não sou louca e não sou a única a enfrentar tudo isso. Saber que a síndrome é real e não coisa da minha ou nossa cabeça. Lá recebo apoio, incentivo e me mantenho informada sobre possíveis novos sintomas que nós mesmas vamos descobrindo ao longo do tempo. (Segundo Miranda). (grifo nosso)

Parafraseando Gonçalves Filho (2004), é como cidadãos unidos e conscientes de sua situação, que os Fibromiálgicos poderão denunciar e enfrentar a invisibilidade social de sua doença. Segundo ele o sofrimento comum de muitos pode levar a “reuniões e discussões mais robustas, instauradas por movimentos coletivos que se encorpam e assumem sentido deliberadamente político” (FILHO, 2004, p. 10), assim podemos entender a rede como uma comunidade política, na qual se percebem como iguais, como uma família (categoria frequentemente levantada e afirmada na página).

Estas questões políticas advêm principalmente desse limiar de suas vidas, ver-se com fibromialgia, é lidar tanto com a sintomatologia associada à doença, quanto, com os preconceitos da sociedade, de seus próprios familiares, amigos e colegas de trabalho, dos estigmas que são impostos ao portador da síndrome. Os estigmas mais frequentes vinculados à doença são: “Isso é preguiça”; “Exagero”. Cristina nos conta que:

⁶ Ressalto aqui que os nomes dos portadores aqui presentes são pseudônimos, a fim de manter e preservar a privacidade dos indivíduos. Com exceção do nome de Sandra Santos-Diretora geral da ABRAFIBRO.

Sofro muito com a incompreensão das pessoas, até por que trabalho no mesmo lugar há mais de 16 anos e quando entrei não tinha a fibromialgia, talvez até tivesse, mas não apreciavam às limitações, agora aparecem, e as pessoas não compreendem, então sobra muita indireta como **“algumas pessoas são acomodadas”** ou **“são preguiçosas”** ou **“não tem iniciativa”** e a última pérola **“tem gente que precisa rever os atestados médicos por que está tirando licença demais e não se cura nunca!”** dito pela chefia. (Segundo Cristina)

Quanto à relação familiar, hoje é bem mais tranquilo, mas no começo sofri muito, pois todos achavam que eu estava fazendo corpo mole, achavam que era exagero sentir dor todos os dias mesmo sendo medicada, e principalmente em função da negatividade dos exames realizados, pois sem comprovação as pessoas não acreditam que você esteja de fato sentindo-se tão mau quanto se fala, mesmo que você passe por dificuldade financeira por não mais conseguir trabalhar. (Segundo Miranda-entrevista). (Grifo nosso)

Essa é uma amostra da humilhação que sofrem cotidianamente. Segundo Gonçalves Filho (2004), “a humilhação marca a personalidade por imagens e palavras ligadas a mensagens de rebaixamento. São mensagens arremessadas em cena pública. São gestos ou frases dos outros que penetram e não abandonam o corpo e a alma do rebaixado” (FILHO, 2004, p. 13). Para Goffman (1988) esse estar fora da aceitação plena da sociedade constitui uma nova “identidade social”, acrescenta ainda que “O doloroso de uma estigmatização repentina, então, pode ser resultado não da confusão do indivíduo sobre a sua identidade, mas do fato de ele conhecer suficientemente a sua nova situação” (GOFFMAN, 1988, p. 143), a fala de Penelope elucida este sentimento de se estar fora “É como se existisse um grande abismo entre nós e a sociedade”, abismo este que se justifica, ora pelo fato deles não terem o interesse em entender/compreender a doença, o que nos leva ao princípio que rege o Projeto 12 de maio, cuja uma das finalidades é levar o conhecimento sobre a doença à sociedade.

A nossa síndrome é tão recente, nossa cultura é de crer no que vê, e teme o novo, que é até difícil de descrever. No familiar: descrença, podemos dizer que até *bulling* familiar, falta de apoio, desconhecimento e falta de interesse em conhecer, falta de respeito às limitações impostas pela enfermidade... Trabalho: descrença, *bulling*, por não ser mais um trabalhador produtivo sentir-se sempre “um futuro desempregado”, difícil conciliar a enfermidade -> tratamento multidisciplinar -> rendimento -> absenteísmo -> gastos financeiros com o tratamento -> realização profissional. Funcionário que não produz, falta muito, está sempre “desligado” (fibrofog⁷) não é bom funcionário. Para ele só há uma escolha para o patrão. Demissão. É um empregado que só traz prejuízo. Social/Pessoal: Amigos somem porque não se tem mais o mesmo ânimo para as saídas, *happy hours*, festas, viagens, etc...

⁷ Termo utilizado por elas no mesmo sentido de homofobia.

O mesmo se dá na vida afetiva. Quem quer ter ao seu lado alguém que não se sabe como estará no dia de amanhã? Não se pode planejar uma viagem, um passeio... **Enfim, o fibromiálgico precisa viver num mundo paralelo. Essa é a realidade.** (Segundo Sandra Santos) (Grifo nosso).

Estes estigmas fortalecem o reunir-se em grupo, como bem coloca Goffman (1988), “(...) O que se sabe é que os membros de uma categoria de estigma particular tendem a reunir-se em pequenos grupos sociais (...). (...) quando ocorre que um membro da categoria entra em contato com outro, ambos podem dispor-se a modificar o seu trato mútuo, devido à crença de que pertencem ao mesmo “grupo”” (GOFFMAN, 1988, p. 23).

Outro ponto a ser ressaltado como bem coloca Sevilla (2013), “a doença pode ser considerada um obstáculo na vida dos sujeitos, mas não é apenas algo limitador, porque nestas situações também a espaço para a criatividade e a reinvenção de si”. (SEVILLA, 2013, p. 58). Ao analisar a rede de auto-ajuda na virtualidade segundo estes parâmetros, observamos estratégias que dão jus ao que é colocado por Sevilla, tais como: O dia do riso, um dia lúdico, onde não se deve pensar na doença em si, mas buscar atividades de auto astral, postar piadas, coisas relacionadas à alegria e a auto-estima, além de realizar atividades que lhes deem prazer, lhes façam sorrir, é não se entregar, ou seja, é utilizar a criatividade a fim de, não se deixarem abater. É incentivado atividades de artesanato, atividades físicas ao ar livre, tudo que as façam relaxar, sentirem bem consigo mesmo, é mostrar que mesmo portador da síndrome se pode fazer algo por si. Sandra Santos nos relata que ao criar em conjunto com outras pessoas a ABRAFIBRO, ela se reinventa reconfigura a sua memória, sua narrativa de vida.

Creio que posso dizer que hoje penso em deixar como meu legado. Aprendi muito. Conheci muitas pessoas, vidas, histórias, costumes, modos de ver a vida. Fico extasiada ao ler que algo que postamos beneficiou alguém, seja de que forma for. Não é só pela experiência pessoal que meu modo de enfrentamento mudou. Mas ao ver que outras pessoas conseguiram mais do que eu, e é lá que quero chegar. Não gosto de ser vista como coitada ou com pena... sou lutadora, como muitas mulheres brasileiras... só que um tantinho mais.... só isso!

Enfim, ao se perceberem com uma doença crônica e incurável, só a duas alternativas a serem seguidas: a) se entregar ou b) buscar estratégias de enfrentamento. Ao levar em consideração à alternativa b significa dizer que é, possível viver com uma doença crônica, que neste caso é a Fibromialgia através da busca constante de estratégias/mecanismos que o façam vivenciar a síndrome da melhor forma possí-

vel. Neste caso a rede, se torna uma dessas estratégias, é por meio dela que o portador consegue perceber que há formas e pessoas que conseguem lidar de maneira “positiva” com a fibromialgia, além de a rede reunir comuns, ou seja, se tornar uma comunidade política, que reivindica melhores condições de existência: retirar a Fibromialgia da invisibilidade, afim de consequentemente por fim à estigmatização; conquistarem o direito a melhores tratamentos e dignidade para se sentirem doentes.

Considerações finais

Esta pesquisa buscou evidenciar a partir de uma análise antropológica, o quanto a doença não é algo meramente físico, ou seja, associado a sintomatologias, mas é também algo sociopolítico e cultural, vivenciado tanto coletivamente quanto individualmente. As relações sociais, bem como a cosmovisão do portador, influenciam diretamente em como se processará a doença, percebemos também que, vários são os significados atribuídos ao processo de adoecer.

A rede ABRAFIBRO representa uma “bioidentidade”, onde o diagnóstico rompe com o que imperava, as narrativas passam a ressaltar o antes e o depois do diagnóstico, focalizam principalmente as lutas que travam diariamente, e que as poucas vitórias que alcançam, sinalizam o quanto unido (vivendo em família) se pode conquistar o bem estar. Vale ressaltar que estas são reflexões primária diante de uma pesquisa se encontra em andamento, muito há ainda a ser dito e analisado com relação à temática.

Percebemos com esta pesquisa preliminar, é que na rede elas, postam suas histórias, angustias, dores, ou seja, o sofrer, bem como, postam notícias médicas com relação a doença, informações sobre o que vem a ser fibromialgia, o seu sistema de tratamento, estratégias de alívio das dores psicológicas e físicas (como pilates, artesanato, exercício físico, fisioterapia, entre outros). Ou seja, a rede serve como apoio e veículo de informação/conhecimento. Contudo, uma questão que nos pareceu inquietante é que mesmo com dados que comprovam a existência de homens portadores de fibromialgia, os mesmos parecem não se pronunciar, neste sentido, vale analisar os motivos pelos quais eles se encontram reclusos em meio ao adoecer.

Referências bibliográficas

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede – a era da informação**: economia, sociedade e cultura. v. 1. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FILIPE, Ângela Marques- **Entre bios e polis? Debates contemporâneos sobre saúde, biomedicina e biocidadania.** Prisma Jurídico, vol. 9, núm. 1, enero-junio, 2010, pp. 75-89, Universidade Nove de Julho, Brasil.

GONÇALVES FILHO, José M. - **A invisibilidade pública.** In COSTA, F. B. da. **Homens invisíveis- relatos de uma humilhação social.** São Paulo: Globo, 2004.

GEERTZ, Clifford- **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GOFFMAN, Erving. **Estigmas notas sobre a manipulação da identidade deteriorada** LTC, Editora S.A, 1988.

HELMAN, Cecil G.- **Cultura Saúde e Doença.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2003

LANGDON, Esther Jean. Breve Histórico da Antropologia da Saúde. In **A negociação do oculto: xamanismo, família, e medicina no contexto pluriétnico.** Trabalho apresentado para concurso de professor titular na UFSC, 1994.

MENÉNDEZ, Eduardo L. **Modelos de atención de los padecimientos: de exclusiones teóricas y articulaciones prácticas.** Ciência e Saúde Coletiva, vol.1, n. 8, Rio de Janeiro, p. 185-207, 2003.

_____- A participação social como realidade técnica e como imaginário social. In **Sujeitos, saberes e estruturas: uma introdução ao enfoque relacional no estudo da saúde coletiva.** São Paulo: HUCITEC, 2009, p.

SEVILLA, Gabriela Garcia- Relatos de endomulheres na rede: bioidentidade, agência e sofrimento social. In **Vivência: revista de antropologia.** (UFRN/DAN/PPGAS), v. I, n.41. 2013.

CONVIVENDO COM A INFECÇÃO PELO HIV E A AIDS EM BOA VISTA (RR): UM ESTUDO SOBRE AUTOATENÇÃO E ITINERÁRIOS TERAPÊUTICOS

Introdução

Este artigo é fruto de uma dissertação de mestrado, que procura responder como as pessoas que convivem com ohiv/aids, articulam-se na busca de solucionar seus problemas de saúde/doença. Tem como intenção central caracterizar as práticas de cuidados destes indivíduos que fazem parte de um grupo de autoajuda, tentando, assim compreender a realidade social desses sujeitos e sua experiência com a doença através da identificação das atividades de autoatenção e dos fatores que influenciam seus itinerários terapêuticos.

O primeiro caso de AIDS(Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) foi confirmado oficialmente 1981 nos EUA, pelo *Center for Disease Control*(ROUQUAYROL; ALMEIDA-FILHO, 2003). Configurou-se a partir desse momento como uma pandemia da atualidade, um dos maiores problemas de saúde pública do mundo (DANTAS et al, 2008).

As características da AIDS na década de 1990 passaram da homossexualidade e da ocorrência em grandes centros urbanos, para processos de heterossexualização, feminização, interiorização, juvenilização, baixa escolaridade e pauperização, que implicaram no crescimento dessa epidemia em todo país e nas mais distintas comunidades (DAL FABBRO et al, 2005; DANTAS et al, 2008).

O Brasil vem distribuindo gratuitamente o coquetel antirretroviral (ART) para todos que necessitam deste tratamento desde 1996. Segundos dados do Ministério da Saúde, cerca de 200 mil pessoas recebem regularmente os remédios para tratar a doença. (BRASIL, MS, 2013). Em consequência, nota-se uma mudança progressiva do perfil de morbimortalidade da infecção do HIV, caracterizada pela redução da ocorrência das doenças oportunistas, a redução das internações hospitalares e

* E-mail: paula.alves@ufr.br.

** E-mail: marcos.pellegrini@ufr.br.

óbitos relacionados à doença, bem como o aumento significativo da sobrevivência dos indivíduos portadores do HIV. Podendo-se dizer que a doença adquiriu estatus de cronicidade e controle (BRASIL. MS, 2011).

Este tratamento exige um acompanhamento médico especializado, para consecutivas reavaliações para observar a adaptação do tratamento ao organismo podendo causar muito desânimo e dificuldades pra cumpri-lo como, por exemplo, seus efeitos colaterais, as rotinas de avaliações médicas, exames, os horários prescritos de ingestão de medicamentos e uma mudança nos hábitos de vida são uns dos possíveis empecilhos que os portadores relatam para as dificuldades de se aderir ao tratamento. (DANTAS et al, 2008).

A aids é um problema de saúde ligado ao comportamento individual e coletivo. Desta forma se faz necessário entender a construção sociocultural do viver com uma doença crônica, sendo preciso uma aproximação do cotidiano dessas pessoas. Para assim compreender o significado que os sujeitos atribuem à doença e às maneiras de lidar com sua aflição. (FRANCIONI, 2010).

Os sujeitos buscam diversas formas para tratar seus problemas de saúde, como também, possuem comportamentos e pensamentos ímpares quanto à experiência da doença, saúde e cuidado, tais particularidades não são fruto das diferenças biológicas, mas sim das diferenças socioculturais. (LANGDON, 2010).

Os itinerários terapêuticos dos indivíduos ou grupos são às distintas trajetórias que ocorrem sob uma variedade de possibilidades de tratamentos, em que envolvem os projetos individuais e coletivos em busca pelo cuidado aos padecimentos. “O itinerário terapêutico é o nome que designa um conjunto de planos, estratégias e projetos voltados para um objeto preconcebido: o tratamento da aflição”(RABELO; ALVES; SOUZA, 1999, p.133).

O ‘Itinerário Terapêutico’ significa um conjunto de processos empreendidos pelos indivíduos e grupos na busca pelo tratamento, a partir da constatação de uma desordem. São consideradas nesse processo as etapas em que se institui o diagnóstico e o tratamento adotados pelos indivíduos, analisando as participações entre os atores sociais (doente, família, comunidade, categorias de curadores) envolvidos ao longo da evolução da doença. (TRAD LAB et al, 2010). O Itinerário terapêutico, ou carreira do doente é o caminho percorrido pelo indivíduo ou grupo social na tentativa de solucionar seus problemas de saúde.(MENÉNDEZ, 2009).

Ao tomar conhecimento sobre seu estado de mal estar ou doença, o processo de diagnóstico se inicia para que indivíduos envolvidos possam decidir o que fazer. Este processo inicia-se geralmente pelo suporte social básico, a família. Assim os

membros da família negociarão para chegar a um diagnóstico (se é uma doença séria ou leve); e qual o melhor tratamento deverá ser seguido, indo de uma ingesta de um chá ou a ida ao posto de saúde ou a uma benzedeira. “Casos graves ou prolongados envolvem vários eventos de diagnóstico, tratamento, e subsequentes avaliações, as causas são procuradas nas relações sócias, ambientais e espirituais, na busca de se compreender o sofrimento” (LANGDON, 2003, p. 97-98).

Helman (2003) avalia que as escolhas que as pessoas fazem entre diferentes tipos de curandeiros ou terapeutas (chama de curandeiro todo agente de cura, sejam eles médicos, rezadores, benzedores, farmacêuticos e outros) têm relação com sua compreensão do evento, se ‘fazem sentido’. O ‘fazer sentido’ é a conformidade entre a base cultural do sujeito e o processo por ele desenvolvido para uma ação de saúde.

O conceito de práticas de “autoatenção” surge como uma possibilidade de ampliar a compreensão da autonomia e gerenciamento das pessoas sobre suas vidas. As atividades de autoatenção são ações que a população utiliza enquanto sujeito e grupo social para dar um sentido, aliviar, solucionar, ou prevenir seus sofrimentos (reais ou imaginários), sem a intervenção de “cuidadores profissionais, mesmo quando esses podem ser a referência da atividade de autoatenção de tal maneira que implique em decidir a autoprescrição e o uso de um tratamento de forma autônoma ou relativamente autônoma” (MENÉNDEZ, 2003, p.198).

Então “autoatenção” é compreendida neste estudo como atividades que fazem parte do processo saúde/doença/cuidado, são condutas realizadas por determinados grupos sociais em relação a esse processo. Estas condutas têm caráter constante, mas intermitente, desenvolvido a partir do próprio sujeito e de grupos autônomos ou tendo referência alta ou crítica a outras formas de cuidado. (MENÉNDEZ, 2009).

Este estudo foi realizado na Associação de luta pela vida (ALV), uma ONG/AIDS que tem sua sede em Boa vista-RR. A coleta de dados aconteceu no período de dezembro de 2012 a março de 2013, todas as terças-feiras, obtidas por meio de entrevistas semiestruturadas e pela observação participante nas reuniões do grupo aberto, registrada no diário de campo, com duração de duas horas a duas horas e meia. Buscamos captar as “vivências” sobre saúde/doença, práticas de cuidados e as suas trajetórias terapêuticas. Optou-se que os próprios sujeitos contassem suas histórias de vida pessoais, elaboradas em narrativas. Os sujeitos foram esclarecidos quanto ao objetivo da pesquisa e assinaram no termo de consentimento livre e esclarecido¹, com garantia de anonimato e sigilo sobre os dados informados, de que não

¹ Mais esclarecimentos na Resolução 196/96 (BRASIL, 1996), que regulamenta a realização de pesquisa envolvendo seres humanos.

acarretaria quaisquer danos, e de que poderá deixar a pesquisa² se assim que desejar. Estudamos as narrativas de 07(sete) sujeitos, em que 02 eram mulheres; 04 homens e 01 transexual, que participam de grupo de autoajuda na ALV, e que já convivem com o HIV no mínimo há 01 ano. As narrativas foram analisadas, interpretadas e organizadas de acordo com os seus itinerários terapêuticos. Obtivemos como resultados as seguintes categorias: a percepção da soro positividade; atividades de autoatenção; o grupo de autoajuda como autoatenção.

Resultados e discussões

A percepção da soropositividade

Cardoso e Arruda (2004, p.152) em seus estudos de representações sociais da soropositividade e sua relação com a observância terapêutica afirmam que as pessoas elaboram suas percepções para imprimir poder, compreender, explicar os fatos e as ideias que preenchem o universo da vida. Este tipo de conhecimento prático dá sentido à realidade cotidiana. Isto pode ser captado nos processos de formação das teorias das Representações Sociais que são constituídas de ancoragem e objetivação. Na ancoragem, a representação procura o que dá sentido à representação. Isto pode ser observado quando afirmam em seus estudos que as pessoas “associam a AIDS com as pragas e pestes que ocorreram ao longo da história”. Já a objetivação seria o uso de imagens do abstrato, dando um contexto real ao imaginário: seria a transformação dos vírus HIV na imagem de um “exército devorador” do sistema imunológico ou então a localização nos “grupos homossexuais” os responsabilizando pela epidemia, (como muitas pessoas procuram ainda hoje responsabilizar as outras pessoas pela a incidência da AIDS, não aceitando a sua corresponsabilidade na sua infecção).

(...) Apareceu um cobreiro em mim, há mais ou menos uns quatro anos atrás, eu estava no garimpo mais não sabia de nada não. Ai eu fui a um médico na Guiana e ai nada, ai eu vim pra cá pra Boa Vista. Eu me consultei e o médico passou um remédio um creme ai, o aciclovir e mandou-me tomar comprimido também e depois pediu um monte de exame pra mim, eu fiz e saiu que eu era soropositivo, mas eu tenho certeza que eu peguei o HIV de garota de programa (...), mas ai, eu peguei o resultado e não sabia de nada, ninguém tinha me falado nada, eu não estava sentindo nada também, e fui embora pro garimpo de novo e passei quatro anos sem nada. E hoje eu estuo pagando o preço, eu estuo pagando muito caro, foi mulher que fez isso comigo não foi outra pessoa (...) (Luiz, 60 anos).

² Esta pesquisa foi submetida à avaliação e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Roraima através do protocolo de pesquisa sob o nº 121002. Visando preservar o anonimato dos sujeitos do estudo, optou-se por identificá-los por pseudônimos.

Para os sujeitos do estudo ao descobrir sua soropositividade, foi uma grande surpresa, ocorrendo em momentos de rupturas de relacionamentos conjugais, perdas de entes queridos, em momentos de internações hospitalares ou em consultas ambulatoriais em busca de resolver outros desconfortos, e as suas informações nesse período sobre HIV/AIDS eram muito reduzidas. As suas percepções iniciais consideravam a AIDS uma síndrome de grupos específicos como, por exemplo, homossexuais, usuários de drogas e profissionais do sexo, consequência do estigma construído em torno da epidemia, para a maioria dos sujeitos do estudo a infecção aconteceu em consequência de suas relações heterossexuais, causando um turbilhão de sentimentos e dúvidas em relação ao futuro.

Eu descobri minha soropositividade porque eu comecei a namorar uma menina e ela me perguntou se eu já tinha feito o teste de HIV. Eu fiz quando me casei há 10 anos, e aí ela me pergunta: mas depois disso, você já fez? E eu disse que não. E ela perguntou: essa menina que você ficou depois que seu casamento acabou? Não, fiz não. E ela disse que eu devia fazer, porque ela fez, e os exames dela estavam ok. Aí ela disse: faz o seu lá pra ver se está tudo bem, pra gente não precisar mais usar camisinha. Aí eu fui fazer achando que não daria nenhum problema, porque até então, eu só tinha tido duas mulheres na minha vida, a que eu me casei que era virgem e que é a mãe de meus filhos e a outra que eu fiquei três anos e meio, depois que o meu casamento acabou e na minha cabeça não ia dar nada, quando fui buscar o resultado, era positivo. Eu me infectei devido ao meu comportamento de risco, eu transei sem camisinha, eu confiei na pessoa (...)(MIGUEL, 43 anos).

Segundo Santos (2007) “muitos portadores do HIV além do medo da morte convivem com outros problemas como a discriminação, que implica em deturpações no âmbito de seus relacionamentos sociais”. O medo do desconhecido de não saber o que estava acontecendo consigo, medo de morrer em três meses, medo de definhar, medo do isolamento familiar, social, são as primeiras angústias e sofrimentos que o sujeito sente, são preocupações que se aglutinam em turbilhões de questionamentos como: quando vou morrer? Devido suas percepções construídas pela trajetória histórica da AIDS:

Não é nada bom, eu já tive muitas doenças, já fiquei muitas vezes internado, eu tenho medo mesmo é de morrer, é muito ruim viver assim, é muita discriminação, tem o preconceito, tem pessoas que não discrimina, mas a maioria discrimina. Eu não escondo de ninguém e nem de mulher, mas eu tenho medo de morrer, por que pra mim se eu morrer vai acabar tudo (...) (Cézar, 41 anos).

Quando eu penso ser soropositivo é luta. Eu penso em luta, em muita luta, é tentar não desistir, não desanimar, procurando vida, eu penso muito em criar meu filho (adotivo), mas não é fácil também eu luto há 16 anos, é muito medicamento, é muito médico e a gente acaba levando uma vida limitada (...). Mas assim quando você se depara na frente de outras doenças, você ver que ela é pequena. Mesmo assim, não é fácil pela questão do preconceito, muitas vezes eu ainda prefiro dizer que eu tenho outra doença, ou não dizer nada, dizer que eu não tenho HIV, mesmo sendo uma pessoa pública, por exemplo, os meus vizinhos têm pessoas que não sabem ainda da minha sorologia, a gente sabe que existe o preconceito né e às vezes é melhor a gente se calar. Mais assim muitas vezes eu falo no meio em que eu convivo na minha família todo mundo sabe, mas a gente sabe que existem situações que é diferente, quando eu digo que tenho Diabetes ou que tenho HIV. O HIV ainda soa muita promiscuidade, as pessoas ainda são muito preconceituosas (...). As pessoas precisam muito de esclarecimentos (Luciana, 43 anos).

Santos (2007) ao citar Moreira e Moriya (1999) afirmam que as pessoas que convivem com o HIV carregam um peso social oneroso, em que essa doença remete a ideia de castigo, de que as pessoas são pecadoras, e que merecem pagar por suas escolhas, que merecem ficar sozinhas, abandonadas, excluídas socialmente. Muitas vezes os profissionais de saúde exprimem seus julgamentos equivocados e preconceituosos, quando deveriam ter uma atitude solidária frente a uma pessoa que procura seu auxílio.

Eu tenho minha opção sexual, já sofro preconceito por causa disso [por ser transexual] e eu não gosto de falar na minha soropositividade, eu não gosto que ninguém saiba, as pessoas gostam de ficar divulgando, por ai parecem que tem nojo da gente, não gosto. Quando eu descobri, foi quando eu me internei naquele HGR, foi horrível, eu tenho muita mágoa daquele povo que trabalha lá, as pessoa tem preconceito com a gente, entram cheia de máscara, de luvas, é horrível, e lá no SAE também é horrível, só a médica que é ótima, nem todos são ruins, mais a maioria são péssimos, eu espero sinceramente não adoecer e precisar ficar internada lá de novo, eu tenho péssimas lembranças. E outra coisa: você fica internada lá, no outro dia mana, a cidade todinha sabe, até a minha irmã espalhou por toda Boa Vista, só a minha mãe me ajudava, a minha mãe morreu ela que me deu essa casa que eu moro, eu moro com um amigo meu, ele não sabe que eu tenho o HIV, meu pai, meu irmão e a minha irmã sabem que eu tenho o HIV, mas eles não me procuram, quem era mais próximo de mim era a minha mãe (Priscila, 39 anos).

Quando eu descobri o HIV, eu fui pela primeira vez atendida por um médico no HGR, mas quem acabou comigo mesmo, foi uma médica lá no SAE e eu fui com o meu primo, nos sentamos e ela disse pra mim: quem procura acha. Eu nunca esqueci daquilo, mas tu acredita que eu a perdoei, por que eu acho que a pobre velha não estava muito esclarecida das coisas não, tu entendeu, como é que ela pode dizer uma coisa dessas, o meu primo quase bate nela, e o meu primo disse: você não pode falar isso dela, a senhora não a conhece, quem a conhece sou eu, que sou primo dela, eu sei a mulher que ela foi, e a mulher

que ela é hoje, então assim, ela estava me julgando né, ela me viu bem bonitinha, essa daí deve ter dado pra todo mundo né, e não era assim, nada haver, mas assim, foi muito difícil no começo, pra eu dizer que eu tinha HIV era muito difícil, dizer no serviço, no dentista, tem gente na minha família, primos que são distantes eu não falo, só a minha mãe, meu pai, meus irmãos sabem, mas esses primos que são de longe, eu até sei que eles sabem da minha condição, mas eles não perguntam e eu não falo nada, mas a minha família de perto todos sabem (Luciana, 43 anos).

As informações sobre o HIV, oferecidas pela mídia, pelos órgãos oficiais não impedem as manifestações discriminatórias e de preconceito por parte de pessoas, ainda que possuam um grau de escolaridade elevado. Os sentidos e significados atribuídos ao HIV/AIDS são influenciados por sua história de condenação social aos seus portadores configurando-se um obstáculo difícil de ser transposto, mas não impossível.

Ser soropositivo implica adaptar-se a uma nova condição de vida, assumindo a própria responsabilidade no estar doente. O momento de início do tratamento é, com certeza, um dos mais delicados na relação com a soropositividade, pois mobiliza todo o campo representacional da condição de ser soropositivo (ou seja, o mundo dos sentidos, do desejo e dos afetos que é construído nos contextos socioculturais, políticos e históricos). O sujeito precisa estar seguro de que tomar os remédios é o melhor para ele naquele momento e não sentir que o tratamento é algo imposto pelo seu médico. (CARDOSO; ARRUDA, 2004).

Como sujeitos sociais ser soropositivo implicou total ou parcialmente na readaptação a uma nova condição de se viver, buscar meios pra lutar pela vida, sair do papel de doentes e se reinserir em seu papel social. O trabalho, as tarefas domésticas e inclusive o autocuidado e as práticas de autoatenção na participação do grupo de autoajuda, fazem parte das atividades rotineiras para que essas pessoas possam estar inseridas em suas relações sociais, em que não são mais simples atividades, e sim novos encargos para sua manutenção ou reintegração de sua rede social.

Como profissionais de saúde é extremamente importante perceber qual é o significado da soropositividade para os sujeitos, qual é o sentido que se dá ao sentindo de estar doente e para necessidade dos tratamentos. Assim a doença é, por sua vez, um processo que envolve múltiplos aspectos que permeiam os sujeitos, não se configura apenas na presença do vírus e suas sequelas, mas envolve toda história sociocultural, psicológica, econômica dos que estão envolvidos, exigindo dos vários atores envolvidos nas negociações, pela escolha de terapia, ou pela a avaliação sobre sua eficácia e todo um processo contínuo até a percepção de cura.

Atividades de autoatenção

Os itinerários terapêuticos são um conjunto de planos, estratégia se projetos voltados para o tratamento da aflição, no curso dessas ações, fazem-se presentes interesses emoções e atitudes circunstanciais. Nesse aspecto, o itinerário terapêutico envolve tanto ações quanto discursos sobre essas ações. Por mais que exista uma tendência na ocorrência de certos sinais e sintomas e isto implica em uma ação imediata de determinado auxílio terapêutico, não podemos afirmar que exista um padrão único e definido no processo terapêutico (ALVES e SOUZA, 1999). Através das narrativas foi possível identificar que os sujeitos lançam mão dos conhecimentos e recursos que possuem no seu dia-dia na procura para alcançar ou manter uma qualidade de vida satisfatória.

Eu tomo os retrovirais, complexo b, vitamina c, ácido fólico, ranitidina, pro HIV e pra Diabetes, eu tomo insulina, e eu tomo remédio caseiro pros rins, eu tomo um chá que o meu amigo meu me ensinou, da folha do caimbé, é uma planta que ele trás lá do lavrado, é bom pra deixar os rins funcionando bem, serve pra muita coisa, é anti-inflamatório, e eu como de 3 em 3 horas por causa da diabetes, eu não posso ficar sem comer, eu como de tudo, mais eu gosto de comer comida que me deixa forte, como feijão, verdura, carne, leite, antes eu nem ligava, agora eu tenho que me preocupar com isso, se não eu faço hipoglicemia. E uma vez também, eu fui a uma macumbeira (...) ai ela disse que iria me curar e depois que eu tomasse uma garrafada, depois ela iria fazer uns trabalhos, só que eu não acreditei muito não, eu só fui lá uma vez, ai eu falei pra uma pessoa da ALV e ela disse: você tem fé? Eu disse: eu não tenho fé não. Então não vai mais lá não, já pensou tem tanta gente no mundo estudando procurando a cura pro HIV, tantos cientistas, e uma macumbeira estudou alguma coisa. E ai eu pensei: eu tô sendo otário mesmo, e não fui mais lá, eu tomei a garrafada, eu não vi melhora nenhuma, e ainda eu paguei 100 reais na consulta (Cézar, 41, anos).

Os cuidados de saúde basicamente pra mim é a higiene, é um dos principais cuidados de saúde, uma boa alimentação também é um cuidado de saúde, que vai manter essa qualidade de vida, é realizar exames, fazer checke de rotina, a cada seis meses, eu acho muito importante, é as vacinas, estarem em dias com as vacinas necessárias eu acho importante, são cuidados de saúde pra mim, basicamente é isso. Na verdade eu utilizo vários cuidados de saúde ao mesmo, por exemplo, eu tomo medicação pra pressão alta, não deixo de tomar, não me descuido de tomar nos horários certos também, não deixo de cuidar da alimentação, eu como bastantes saladas verdes, frutas, como carne bem temperada, bem cozida, antes eu não gostava, eu só comia frituras, agora, eu como direito, eu fiz uma reeducação alimentar, eu acho que faz parte também, pra ter uma boa qualidade de vida, pros outros medicamentos (ART) que eu também tomo, eu sei que a alimentação é importante pra que esses medicamentos venham ter uma efetividade no meu organismo, eu tão eu acho que é isso (...), (Miguel, 43 anos).

De acordo com as narrativas podemos observar que as práticas são influenciadas por uma mistura de saberes para obter saúde. Como por exemplo, envolve a utilização da terapêutica medicamentosa como os antirretrovirais, o uso de insulina pra controle da diabetes e utilização de chá caseiro, alimentos cozidos, com pouco sal, sem frituras, que são conhecimentos utilizados para se manter saudável. Estas práticas são frutos do conhecimento perpassado pela medicina oficial, pela família, das redes de relações como vizinhos, amigos, do grupo de autoajuda e de consultas em livros e no meio eletrônico de forma geral. Adquirem-se hábitos antes não valorizados, como o consumo de frutas, verduras, legumes, leite, feijão. As folhas verdes são vistas como fortalecedoras. Na concepção destes indivíduos os alimentos “fortes” são principalmente aqueles que sustentam, isto é, além de nutritivos mantêm no organismo uma sensação de plenitude conferido um significado de força.

O ato de comer e os valores atribuídos a uma ‘alimentação saudável’ não são apenas determinados por necessidades biológicas como prática de cuidado de saúde, da mesma forma as relações sociais expressam uma grande importância. “O que comer, quando e como são atos culturais que constroem a vida social e que, numa perspectiva mais abrangente é altamente relacionado à saúde.” (FRANCONI, 2010). Conviver social e harmonicamente, além de manter o controle sobre suas vidas é fundamental para as pessoas com o HIV, como forma de controlar a doença e não ser controlado por ela.

Eu tomo alguns comprimidos de gripe, pra eu poder dormir melhor, descongestionante nasal pra desentupir o meu nariz, eu tomo vitamina c, mais eu não gosto muito de tomar comprimido, por que ataca muito a minha gastrite, eu tomo suco de laranja, as minhas doenças são muito rápidas, eu decido sozinha eu vejo que não da certo, e eu vou ao SAE. Só o meu Cd4 continua baixo, eu não consigo fazer uma mágica, pro meu CD4 aumentar, mais o resto eu fico melhor logo (...). Tem gente que tomava o chá da maconha pra melhorar o nível de cd4, o paulista usava direto, pra abrir o apetite, é que ele tinha dificuldade de se alimentar também e melhorava muito o Cd4 dele. Hoje a minha comida e bem saudável, eu sou chata de 04 em 04 meses eu tenho essa rotina de ir ao SAE, colher Cd4, carga viral, quando acaba a medicação tem que ir ao SAE buscar, haja saco mais é preciso, né (...), (Luciana, 43 anos).

Outro cuidado que eu uso, é o leite do amapá, e hoje eu não comprei, por que eu não encontrei, e ai eu comprei o leite de súcuba, que é mais ao menos parecido e eu tomo há muito tempo, e eu faço a carga viral e da sempre menos de 50 cópias alguns anos já, há mais ou menos 05 anos que eu nunca mais tive doenças oportunistas, meu Cd4 é sempre bom, eu não estou melhor por causa do álcool, eu também gosto de correr, fazer um esporte também, é bom pra mim, eu corro, assim eu vou lá pra vila olímpica, e corro uns 10 km, eu espero assim, parar logo definitivamente de beber, pra eu ficar melhor, (José, 52 anos).

Em relação à religião como forma de apoio para o tratamento do HIV a maioria relatou que busca nas agências religiosas força, paz, suporte e perseverança pra continuar o tratamento, pra continuar vivendo. Todas as pessoas comentaram sobre a importância da escuta, da atenção e do afeto investidos no cuidado à saúde no processo de melhora. Na verdade os sujeitos do estudo não conferem à religião a responsabilidade de seu tratamento e sim a fé em Deus, que é considerada um aspecto importante em suas trajetórias:

(...) eu acredito em Deus, a religião que eu mais assim me interesse é o espiritismo de Allan Kardec, eu frequento aos sábados, lá Princesa Izabel, eu chego lá, não converso com ninguém, por causa dessa dificuldade de falar, às vezes eu falo só o essencial: bom dia, boa tarde, e boa noite. Lá eu me adapto melhor, por que eu ia muito à Igreja Batista, eu fui criado na igreja batista, quando eu era pequeno eu ia com meus pais pra igreja batista, meus pais sempre foram crentes e quando a gente cresce a gente escolhe a religião que a gente quer seguir, pra mim o espiritismo é mais coerente assim pra eu entender o que se passa na minha vida (...), (José, 52 anos).

A religião ela me da um conforto, é uma satisfação interna, um conforto espiritual pra minha vida, não pra minha doença, por que eu não tenho doença, eu tenho um vírus que quer acabar comigo, mas não vai acabar eu não deixo acabar comigo, por que eu tomo minha medicação em dia, eu me alimento corretamente e porque eu procuro viver feliz, viver rindo, vivo brincando pra não deixar que o vírus me destrua, por que se eu entrar em depressão ele vai me destruir, pois não vou deixar que ele me destrua, eu não vou dar essa chance, e às vezes naqueles dias que eu estou me sentindo mais pra baixo, eu coloco um pouco de pimenta na comida, que a pimenta faz o corpo produzir a adrenalina e ai a depressão vai embora, eu procuro me manter informado e me cuidar (Miguel, 43 anos).

Os sujeitos encontram apoio na fé, em sua religiosidade obtendo um efeito terapêutico como também o conhecimento popular nos vegetais (legumes, temperos, hortaliças, etc.), como o referido pelo Miguel quando faz uso da pimenta para combater a sua depressão. Podemos notar que estas atividades incentivam os sujeitos, pois percebem melhoras em seu estado geral. Desta forma podemos vê-las como práticas de autoatenção no seu sentido amplo, pois promove a manutenção tanto individual como do grupo numa perspectiva biossocial.

Identificamos as práticas de autoatenção (MENÉNDEZ, 2003) que as pessoas com HIV, realizam para manterem sua qualidade de vida, bem como o modo como se estabelece a relação entre o saber científico e o popular. Os sujeitos estudados executam suas práticas, sem distinguir o âmbito de sua origem, justificando-as segundo suas necessidades e experiências pessoais e de acordo com sua eficácia per-

cebida. Desta forma não há como negar a existência de uma pluralidade de sistemas médicos, assim como entender que as ações humanas sofrem influência dos contextos socioculturais dos quais os indivíduos e os grupos sociais estão envolvidos.

O grupo de autoajuda como autoatenção

Em momentos de aflição em que as situações desorganizam os sujeitos, surgem vários questionamentos: o que é que vou fazer? Como fazer? Quem vai ajudar? Entender, apoiar, etc.. Surge o momento do conflito, e que levam os familiares e as outras redes sociais a buscarem respaldo nas instituições que estão ao seu alcance, como as que prestam serviços de saúde e tem como fundamentação teórica o conhecimento biomédico, seja por não saberem o que fazer diante da situação de crise, seja pela imprevisibilidade que ela pode representar. A primeira rede social próxima é reconhecida na família e às vezes, é a principal referência de apoio diante da enfermidade. Nas situações de crise, frequentemente recai sobre a família a tomada de decisões sobre o sujeito afetado. (MÂNGIA; YASUTAKI, 2008). Entretanto nota-se que a rede social próxima dos sujeitos estudados não corresponde necessariamente aos familiares.

(...) a minha família é toda do maranhão eles sabem que eu tenho o HIV, eu sinto falta, mais ninguém veio aqui atrás de mim não, eu sinto muita culpa, quando eu preciso de alguma coisa é o meu patrão que me ajuda, ele que me trás no hospital, pra me interna, e ele que demonstra uma preocupação comigo, ele gosta muito de mim, ele sabe que eu sou soropositivo e nunca agiu com preconceito comigo (...), (César, 41 anos).

Eu estava internado lá no bloco D do HGR, não tinha família, sozinho desamparado e a ALV deu certinho pra mim, hoje eu ando em uma motinha todo arrumadinho, todo prontinho, eu venho pro grupo, eu chego cedo e ainda bem que eu encontrei o grupo, que me ajudou a não desistir, que a situação estava feia, eu que tinha o HIV como um castigo, eu era muito revoltado, e hoje eu já falo diferente, já faço planos, to vendo se eu consigo a minha casa, por que eu moro de aluguel, e aqui a gente recebe informações sobre o que é o HIV, o que acontece com o nosso corpo, e ai a gente chega aqui e fala: hoje eu to assim, assim. E outro fala também, e a gente conversa, aprende muita coisa, faz amizade, e ai quando a gente sai, por ai e acontece alguma coisa, a gente lembra essa palestra básica que nós assistimos aqui. (Luiz, 60 anos)

As redes sociais podem ser definidas como o grupo de pessoas com as quais o indivíduo mantém relações ou alguma forma de vínculo social. Segundo Francioni (2010), as redes sociais de suporte são construídas com base em um processo de

confiança mútua e de expectativas que estão relacionadas às escolhas das pessoas. Evidenciamos pelas narrativas, que a relação com os sujeitos alimentam com o grupo é aprendida como uma forma de terapia que os ajudam a enfrentar seu cotidiano e a conviver com a doença.

Eu gosto de vir pro grupo, à gente conversa, eu gosto de passar o tempo, de aprender, as pessoas falam que estão sentido, a gente ouve, também agente aprende um monte de coisa, sobre exames, tratamento, o efeito das medicações, dos nossos direitos e deveres, as pessoas daqui sabem o que eu tenho, lá onde eu moro ninguém sabe, eu me preservo, porque as pessoas têm medo, não tem informações corretas, quando eu falo de vim pra cá pro grupo, eu digo que eu vou pra uma reunião de outra coisa, é por que ainda tem muita gente que não tem conhecimento, e se fala dessas coisas ficam com medo, quando você fala de Aids, têm muita gente que fica com medo, todo mundo fica arisco, por que não tem conhecimento (...) (Luiz, 61 anos).

Bom, o grupo pra mim é ótimo, é um lugar que agente encontra pessoas com o mesmo problema, eles sentem e se preocupam com as mesmas coisas, eles me dão força, a gente conversa, têm as dinâmicas que são ótimas, a gente se distrai, chora, trocamos experiência, aprendemos muitas coisas, eu sempre melhoro minha autoestima, a gente se sente bem (Priscila, 39 anos).

Em uma situação de doença a fragilidade do indivíduo e os laços sociais ficam mais sobrecarregados, gerando rupturas e aumento do isolamento social, agravado pelo fato de que a aceitação da dor está condicionada por fatores sociais e culturais, e isso pode ser um agravante do sofrimento (HELMAN, 2003). No caso da AIDS, o sofrimento torna-se mais intenso porque a dor deve ser mantida na esfera privada. O sentido de ser soropositivo revela uma dor que tem um significado de anormalidade. Tal processo de mudanças implica, ainda, em um caminho de mão dupla, que devemos compreender que não é apenas o estigma interno que tem sentido, como a culpa, a vergonha e indignação, como também o estigma externo que é atribuído pelo meio social, expresso pelo crescente isolamento. Então, inicia-se um árduo e muitas vezes longo processo de ressignificação de experiências de vida. (CASTRO-SILVA, 2009).

(...) Quando a pessoa se descobre soropositiva normalmente, a pessoa tende a se isolar, a pessoa se isola, tem o aspecto da negação, a pessoa se sente menor, ela não quer entrar em contato com ninguém, ela nega aquilo que ela tem, ela não quer admitir que ela tem algo no organismo dela, que pode levá-la a morte, ela tem que mudar a sua vida, ela tem que ter toda uma visão voltada em uma busca pela qualidade de vida, de melhoria da qualidade de vida realmente, a pessoa meio que se isola, por mais que ela continue fazendo as coisas que ela fazia, ela se bloqueia. O grupo ajuda na reinserção social e individual. Então, a reinser-

ção social da pessoa, é a pessoa se relacionar com a sociedade, a reinserção do indivíduo quanto pessoa, é dizer um seguinte: eu não sou o vírus, eu tenho o vírus, mas eu não sou o vírus, eu sou uma pessoa que posso ser útil, eu sempre falo isso, em ser útil, ser produtivo, viver normal, como os outros vivem, a diferença é que eu vou tomar um remédio, e se por acaso a minha imunidade baixar, eu vou ter que cuidar disso, pra não ter que morrer, ou ter uma doença oportunista, ou eu venha ter sequelas disso, mas a pessoa é uma pessoa, é um indivíduo que merece respeito, merece atenção, que não merece ser excluído, e excluir é você dizer sim: você é do time dos soropositivos, você fica ai, eu não sou, eu fico aqui. Então, é a reinserção do indivíduo como pessoa e na sociedade, que são duas coisas diferentes, é eu aceitar a mim mesmo como eu sou, e a sociedade me aceitar como eu sou apesar do estigma (...).(Miguel, 43 anos).

Os grupos que se formam através de suas especificidades, encontram nela seu maior nível de integração e eficácia, seja em termos de objetivos religiosos, étnicos ou centrados num padecimento. (MENÉNDEZ, 2009). Assim para as pessoas que convivem com o HIV encontram um grande apoio em sua rede social mais próxima e muitas vezes as reconhecem como a principal referência de apoio diante da enfermidade. Nas situações de crise as pessoas procuram o grupo de autoajuda e o grupo toma a atitude de orientar ou tomar decisões sobre o sujeito afetado. Em relação aos sujeitos, são identificadas pessoas procurando tanto apoio social quanto emocional, mas todas procuram soluções para seus problemas.

(...) eu noto assim dois tipos de pessoas que procuram a instituição, aquela pessoa que esta muito desesperada, que se descobriu soropositivo, ela quer algum tipo de apoio, ela quer ouvir alguém dizer pra ela que tá tudo bem, ou se que não tá tudo bem, mas que tem chance. Têm pessoas que vem aqui e perguntam: será que tem um chá que eu posso tomar? Não tem uma terapia alternativa que eu possa fazer? As pessoas ainda têm muito isso, ei tem um chá de cogumelo, que a pessoa toma e melhora, e ainda tem muito disso. E tem um número mínimo de pessoas que vem buscar a cesta básica, e a pessoa vem pega a cesta e nunca mais volta, mas isso é muito pouco, nos conseguimos as cestas básicas através de doações, mais a maioria volta, por que nem toda vez a gente tem cestas básicas, elas voltam, por que elas querem entender, o que está acontecendo com elas. Não querem ficar mais isolados. (Miguel).

Para Menéndez (2009) são os processos sociais, econômicos e culturais que favorecem o desenvolvimento das diferentes formas de atenção a partir das necessidades e possibilidades dos diferentes sujeitos e conjuntos sociais. Os próprios grupos sociais desenvolvem grupo de autoajuda como, por exemplo, os alcoólicos anônimos, uma forma de atendimento considerada eficaz frente a qualquer outro tipo de atendimento específico deste problema pelo menos em alguns aspectos. Algumas narrativas demonstram o reconhecimento da importância do campo relacional que

o grupo proporciona em suas vidas, uma vez que se tornaram reduzidas frente à doença. A possibilidade de realizar trocas de experiências e manter relações significativas com o meio social é colocada como prova de melhora. “Temos o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza e diferentes quando a igualdade nos descaracteriza” (SOUZA, 2003, p. 64).

Portanto, é importante saber que o espaço da ONG não é o espaço privado da família e nem dos amigos e vizinhos; não é também um serviço público, mas um espaço público que permite alternativas de construção de relações mais livres do estigma e da discriminação. Nesse ponto a soropositividade aproxima as trajetórias de vida dos sujeitos que participam dessa rede social com distintas demandas, buscando nesse grupo de autoajuda estratégias de autoatenção.

O grupo é muito importante, a cada semana trás um tema diferente, às vezes a gente fala só sobre a temática do HIV, às vezes a gente só trabalha a nossa autoestima, e outros assuntos nós falamos também, tem à troca de experiências e é muito importante, principalmente pra aquelas pessoas que se descobriram agora, que estão assustadas, o grupo nos fortalece nos esclarece a gente tem informações, a gente sai daqui mais tranquilo, um da força por outro, tem pessoa que vem aqui só pra escutar, e depois nas novas reuniões eles começam a falar, a gente sai mais tranquilo fortalecido, a gente a prende aqui que nós temos direitos, temos direito sim! Mais que nós temos deveres também (...). (Adriana, 50 anos).

Para os sujeitos o grupo proporciona fortalecimento, interação social, trocas de experiência propicia conhecimento, e gera o convívio social. A aproximação das trajetórias de vida dos sujeitos do estudo deixa claro que essa rede social que se tem nesse grupo de autoajuda, que os acolhe tem participação ativa na definição, administração e criação de estratégias de convívio com a soropositividade. Estas atividades de autoatenção nesse grupo autoajuda desempenha um papel de suma importância na mediação de conflitos e intervenções que busquem proteger os sujeitos dos efeitos negativos de seus padecimentos.

Andrade e Vaitsman (2002) ao fazerem referência ao apoio social fornecido pelas redes sociais ressaltam os seus aspectos positivos das relações sociais, como o compartilhar informações, o auxílio em momentos de crise e a presença em eventos sociais. Um envolvimento comunitário, por exemplo, pode ser significativo fator psicossocial no aumento da confiança pessoal, da satisfação com a vida e da capacidade de enfrentar problemas. Na situação de doenças, a disponibilidade do apoio social aumenta a vontade de viver e a autoestima do sujeito, o que contribui para o sucesso do tratamento.

Considerações finais

Entendemos que os sujeitos possuem diversas maneiras de perceber e de cuidar da saúde, assim, os itinerários terapêuticos são diversos e/ou únicos, resultam das negociações cotidianas dos sujeitos afetados e por sua rede social de apoio, as suas escolhas são orientadas segundo o que lhes confere ‘sentido’ e dependem do grau de satisfação dos sujeitos e não possuem uma ordem pré-concebida. O grupo de autoajuda como atividade de autoatenção, favorece uma interação social, o compartilhar de experiências, o resgate da autoestima, conhecimentos sobre HIV/AIDS, cidadania. Assim, as práticas de autoatenção são condutas coletivas, dinâmicas, e ajustáveis pelo grupo para seu benefício. Diante disso, como profissionais de saúde, deveríamos conhecer os sujeitos de nosso campo assistencial, para entender a experiência de adoecer na perspectiva do indivíduo de suas redes de relações, e quais estratégias estão sendo acionadas para o enfrentamento de seus padecimentos.

Observa-se nesse estudo que de fundamental importância à reflexão sobre os modelos de atenção à saúde utilizada pelos sujeitos e grupos sociais. Portanto, se faz necessário a realização de mais estudos sobre esta temática, tendo em vista que ainda são muito poucos os estudos encontrados sobre itinerários terapêuticos e autoatenção. E essas reflexões e questionamentos são necessários para que nós profissionais de saúde possamos pensar como estamos realizando as nossas práticas de saúde.

Referências bibliográficas

ALVES, P. C. B.; SOUZA, I. M. A. Escolha e Avaliação de Tratamento para Problemas de Saúde: considerações sobre o itinerário terapêutico. In: RABELO, M. C. M.; ALVES, P. C.; SOUZA, I. M. (org.). **Experiência de doença e narrativa**. Rio de Janeiro: Editora: Fiocruz; 1999. p. 125-138.

ALVES, P. C. B.; RABELO, M. C. M. Significação e metáforas na experiência da enfermidade. In: RABELO, M. C.; ALVES, P. C.; SOUZA, I. M. (org.). **Experiência de doença e narrativa**. Rio de Janeiro: Editora: Fiocruz; 1999. p. 125-138.

ALVES, A P B. **Convivendo com a Infecção pelo hiv e a aids em Boa Vista (RR): um estudo sobre autoatenção e itinerários terapêuticos**. 2013.125 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde. Boa Vista,

ANDRADE, G. R. B.; VAITSMAN, J. Apoio Social e Redes: conectando solidariedade e saúde. **Ciênc. saúde coletiva**[online].2002, vol7, n.4, p. 925-934.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. RESOLUÇÃO no. 196/96. Decreto No. 93.933 de janeiro de 1987: estabelece critérios sobre pesquisa envolvendo seres humanos. Bioética. Brasília: Ministério da Saúde. 1996, v.4,p. 15-25.

_____. Ministério da Saúde. **Departamento de DST/AIDS e Hepatites Virais/SVS/MS**. 2011. Disponível em <http://www.aids.gov.br/> acessado em 03/05/2012.

_____. Ministério da Saúde. **Departamento de DST/AIDS e Hepatites Virais/SVS/MS**. 2013. Disponível em <http://www.aids.gov.br/> acessado em 20/03/2013.

CARDOSO, G. P.; ARRUDA, A. **As Representações Sociais da Soropositividade e sua relação com a observância terapêutica**. Ciências & Saúde Coletiva, 10(1): 151-163, 2004.

CASTRO-SILVA, C. R. **A Amizade e a Politização de Redes Sociais de Suporte: reflexões com base em estudo de ONG/AIDS na grande São Paulo**. Saúde Soc. São Paulo, v.18, n.4, p.721-723, 2009.

DAL FABRO, M. M. F. J. et al. Cobertura de Testagem Sorológica e Prevalência da Infecção pelo HIV em gestantes do estado do Mato Grosso Do Sul, BRASIL, 1999 a 2003. BRASIL, Ministério da Saúde. **Epidemiologia e Serviço de Saúde**. Revista do Sistema Único de Saúde do Brasil. volume 14, nº 2, abril/junho de 2005 (p. 105- 110). ISSN:16794974.

DANTAS, C. C. et al. Atuação da enfermagem na epidemia de hiv/aids. In: FIGUEIREDO, N. M. A. **Ensinando a cuidar em saúde pública** (orgs.) 4ª edição, São Caetano do Sul. São Paulo: Difusão Editora, 2008 (p. 143-196).

FRANCIONI, F. F. **Compreendendo o processo de viver com diabetes mellitusem uma comunidade de Florianópolis, Santa Catarina**: das práticas de autoatenção ao apoio social. 186p. Tese (Doutorado em Enfermagem). Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

HELMAN. Capítulo 1, Abrangência da Antropologia médica. p.11- 48;Capítulo 5, interações médico-paciente. p 109-145. In: **Cultura, Saúde doença**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

LANGDON, E. J. Cultura e os processos de saúde e doença. In. JEOLÁS, L S; OLIVEIRA, M. [et al], (org.) **Anais do Seminário Sobre Cultura, Saúde e Doença/Programas das Nações Unidas para o desenvolvimento**. Londrina, as organizadoras; 2003 p. 91-106.

LANGDON, E. J e WIIK, F. B. Antropologia, saúde e doença: uma introdução ao conceito de cultura aplicado às ciências da saúde. **Rev. Latino-Am. Enfermagem** [online]. Vol.18, nº.3, p. 459-466. 2010. ISSN 0104-1169. DOI: 10.1590/S0104-11692010000300023.

MÂNGIA, E. F.; YASUTAKI, P. M. Itinerários terapêuticos e novos serviços de saúde mental. **Rev. Ter. Ocup. Univ.** São Paulo, v.19, n. 1, p. 61-71, jan./abr. 2008.

MENENDEZ, E. L. Modelos de atención de los padecimientos: de exclusiones teóricas y articulaciones prácticas. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. 2003, vol.8, n.1, pp. 185-207. ISSN 1413-8123.

_____. **Sujeitos, saberes e estruturas: Uma introdução ao enfoque relacional no estudo da Saúde Coletiva.** São Paulo: Aderaldo & Rothschild. 2009. 437p.

RABELO, M.C.M.; ALVES, P.C. B.; SOUZA, I. M. A. **Experiência de doença e narrativa**[online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. 264 p. ISBN 85-85676-68-X. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>

ROUQUAYROL, M. Z.; ALMEIDA-FILHO, N. **EPIDEMIOLOGIA & SAÚDE.** Rio de Janeiro: Medisi. 6ª edição. 2003, 708 p.

SANTOS, N A. **Vulnerabilidade De Mulheres Interioranas soropositivas à infecção pelo HIV/AIDS.** 2007, p.120. Dissertação (mestrado em enfermagem). Universidade Federal da Bahia. Escola de Enfermagem, Salvador.

SOUZA, B. S. Direitos e diversidade. In: **FÓRUM SOCIAL MUNDIAL.** 2003. Porto Alegre. Conferências. Rio de Janeiro: Secretaria Internacional do Fórum Social Mundial; IBASE, 2003. p. 61-64. (Coleção Fórum Social Mundial 2003, v. 1).

TRAD LAB et al. Itinerários terapêuticos face à hipertensão arterial em famílias de classe popular. **Cad. Saúde Pública,** Rio de Janeiro, Vol. 26,nº4, p. 797-806, abr, 2010.

*Ana Paula Barbosa Alves **
*Angélica Barbosa Napoleão ***
*Lucirene Bento Barbosa ****
*Niety da Silva *****
*Tatiane Rocha da Silva ******

DISCUSSÃO SOBRE A SAÚDE BUCAL DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL: PANORAMA ATUAL E PERSPECTIVAS

Introdução

Este estudo bibliográfico tem como objetivo geral foi possibilitar a reflexão sobre saúde bucal dos povos indígenas brasileiros, conhecer o principal índice utilizado para avaliar a doença cárie, compreender o papel dos estudos epidemiológicos na fundamentação das ações políticas e das intervenções em saúde. A cárie é um importante problema de saúde pública no mundo e no Brasil, devido ao sofrimento que causa aos indivíduos e ao alto custo em seu tratamento e ao impacto negativo na qualidade de vida das populações (FREIRE, 2013).

As mudanças socioeconômicas e culturais decorrentes do processo de contato das populações indígenas com as sociedades ocidentais interferem nas formas de subsistência e introduzem novos hábitos alimentares, transformando os padrões de saúde bucal dessas comunidades. (ARANTES, 2005a).

Este estudo apresenta uma discussão teórica, apresentada em modalidade de seminário em sala de aula na disciplina de Fundamentos de Epidemiologia no curso de “Gestão em Saúde Coletiva Indígena” do Instituto Insikiran da UFRR, como requisito para a obtenção de avaliação final, é uma pesquisa bibliográfica, realizada como uma proposta pedagógica para apreensão dos conteúdos trabalhados durante o primeiro semestre de 2014, assim analisamos um estudo epidemiológico comparativo realizado em vários grupos indígenas brasileiros, com destaque ao levantamento de dados realizado entre os diferentes subgrupos Xavante.

* Universidade Federal de Roraima.

** Universidade Federal de Roraima.

*** Universidade Federal de Roraima.

**** Universidade Federal de Roraima.

***** Universidade Federal de Roraima.

Realizamos em um primeiro momento os estudos em grupo sobre a temática proposta a fim de tomar contato com a bibliografia básica. Assim fizemos as leituras e após construímos um plano roteiro de trabalho para a apresentação/explanação e o texto escrito.

Dividimos as tarefas entre o grupo, e definimos os papéis e a participação de cada um integrante para apresentação. Integramos o trabalho de cada um no todo a fim de evitar que este seja uma superposição de partes isoladas.

A apresentação na classe teve o propósito de envolver a participação ativa do grupo de modo de forma a configurar a compreensão dos conceitos ou fundamentos básicos do nosso conteúdo estudado. Desta forma como estratégias utilizamos perguntas para o grupo que estimulasse as reflexões, o envolvimento daqueles que assistiram; aquisição de conhecimentos; condições de aplicação de sua crítica, bem como avaliação do trabalho desenvolvido pelo grupo. Entregamos para turma e para professora um pequeno texto-síntese sobre o estudo desenvolvido.

Referencial teórico

1. Panorama geral da saúde indígena no Brasil

De acordo com a literatura existe uma grande carência de informações nos registros históricos sobre a trajetória de contato dos povos indígenas com outros grupos populacionais no Brasil, sabe-se que as consequências dessa interação sobre os perfis de adoecimento e morte, causou uma importante redução numérica dos grupos nativos que vivem no país. Nesse contexto, houve grave desestruturação sociodemográfica que provocou o desaparecimento de um número expressivo de etnias. Em que as principais causas de morte foram: à violência externa (decorrentes de guerras, genocídios, descimentos, entre outros) e à disseminação de doenças infecciosas como a gripe, o sarampo, a varíola e a tuberculose (BASTA et al, 2012).

Até meados da década de 90, as condições de saúde eram precárias, evidenciando as desigualdades em saúde se comparadas a outros segmentos da sociedade nacional, configurando-se em injustiças sociais. A partir da década de 2000, ocorreu a criação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena em 1999, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação do Sistema de Informação da Saúde Indígena (SIASI) por meio da “Política Nacional de Atenção a Saúde dos Povos Indígenas” que foi aprovada pela portaria do Ministério da Saúde nº 254, de 31 de janeiro de 2002 (FUNASA, 2002).

A Política Nacional de Atenção a Saúde dos Povos Indígenas tem como objetivo geral garantir o acesso à atenção integral a saúde, de acordo com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, considerando a diversidade sociocultural, geográfica, histórica e política dos povos indígenas, na perspectiva de superar os fatores determinantes de vulnerabilidades aos agravos à saúde, e reconhecendo a eficácia de sua medicina tradicional e o direito de expressão de sua cultura. (HAYD, 2008).

O SIASI tem a finalidade de processar e analisar de dados para acompanhamento da saúde dos povos indígenas que vivem nas comunidades, abrangendo os indicadores de saúde, sendo assim foi concebido para funcionar em módulos, assim estruturados: a) demográfico; b) morbidade; c) imunização; d) saúde bucal; e) nutrição; f) acompanhamento à gestação; g) recursos humanos, infraestrutura e saneamento. Apesar das potencialidades deste sistema, hoje, apenas os módulos demográfico, de morbidade e de imunização estão em funcionamento, e, mesmo assim, têm diferentes graus de implantação nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), os quais congregam a rede de atenção primária à saúde, direcionada às populações indígenas. (SOUSA et al, 2007).

Vale ressaltar que o “O sistema de informação de saúde Indígena – SIASI”, não se consegue traçar um o perfil epidemiológico dos povos indígenas no Brasil de modo satisfatório. (BASTA et al, 2012; COIMBRA JR.;SANTOS, 2000).

É muito importante que as informações epidemiológicas sobre as características de uma população, como por exemplo, a indígena, possam evidenciar as desigualdades sociais que envolvem o processo saúde-doença, faz-se necessário, obviamente, que essas informações sejam confiáveis tanto quantitativamente como qualitativamente para essas diversas dimensões. .

Em relação às características fundamentais dos indicadores de saúde para caracterizar padrões de adoecimento e morte por determinados agravos, em uma dada localidade, precisam ser os mais confiáveis e robustos possíveis, pois eles corresponderão aos denominadores de todas as estimativas que serão realizadas (BASTA et al, 2012).

Segundo o IBGE (2010) existem hoje no Brasil: 896,9 mil indígenas, 36,2% vivem em área urbana e 63,8% vivem na área rural; com 305 etnias identificadas; com mais de 274 línguas indígenas faladas, dentre estes indígenas com 05 anos ou mais de idade, 37,4% falavam uma língua indígena e 76,9% falavam português. 600.000 indígenas vivem em aldeias; residentes em 4.413 aldeias; em mais de 505 terras indígenas. A terra com maior população indígena é Yanomami, no Amazonas e em Roraima, com mais de 25,7 mil indígenas. Os povos indígenas estão presentes em

mais de 432 municípios e distribuídos em praticamente todo território nacional (FUNASA, 2009).

As taxas de crescimento demográfico registradas entre os indígenas estão crescendo, girando em torno de 3,5 a 4,5% ao ano, expressando cifras bem superiores à taxa de 1,6% observada na população geral do Brasil. (PAGLIARO, 2005).

As sociedades indígenas se caracterizam por serem de pequena escala, com aproximadamente 50% dos grupos étnicos sendo compostos por até 500 pessoas, e 40% constituídos de 500 a 5 mil indivíduos (AZEVEDO, 2006). Ou seja, são denominadas “microssociedades”, consideradas jovens, pois o seu grande contingente é formado por crianças menores de 15 anos, totalizando 41,8% da população (IBGE, 2005).

As sociedades indígenas se caracterizam por serem de pequena escala, com aproximadamente 50% dos grupos étnicos sendo compostos por até 500 pessoas, e 40% constituídos de 500 a 5 mil indivíduos (AZEVEDO, 2006). Ou seja, são denominadas “microssociedades”, consideradas jovens, pois o seu grande contingente é formado por crianças menores de 15 anos, totalizando 41,8% da população (IBGE, 2005).

De acordo com os atuais indicadores em saúde¹ observamos atualmente a ocorrência de um processo de transição epidemiológica, em que as doenças infecciosas e parasitárias (tuberculose, malária, hepatites virais, infecções respiratórias, gastrointestinais) e as doenças carências (a desnutrição, as anemias, etc.), convivem com as doenças crônicas não transmissíveis (diabetes tipo II; obesidade, hipertensão, neoplasias, etc.) e as desordens sociais (abuso do álcool, suicídios, uso de drogas, violência doméstica, etc.). Estas novas causas de adoecimento e morte tornaram ainda mais complexos os desafios para se entender os determinantes do processo saúde-doença e as ações necessárias para enfrentamento dos principais problemas identificados nas comunidades. (BASTA et al, 2012).

Em relação à saúde bucal dos povos indígenas as informações são em sua maioria, insuficientes e de baixa confiabilidade, inviabilizando uma análise desse indicador de saúde, para um adequado desenho epidemiológico amplo e sólido, ainda que se leve em consideração a diversidade existente no âmbito dos povos indígenas. Empiricamente se faz referência aos impactos negativos decorrentes do contato, em

¹ “Os indicadores de saúde são parâmetros utilizados internacionalmente com o objetivo de avaliar, sob o ponto de vista sanitário, a higidez de agregados humanos, bem como fornecer subsídios, aos planejamentos de saúde, permitindo o acompanhamento das flutuações e tendências históricas do padrão sanitário de diferentes coletividades consideradas à mesma época ou da mesma coletividade em diversos períodos de tempo” (ROUQUAYROL, 2003, P.62).

que envolvem as formas de subsistência, as mudanças na dieta como o consumo de alimentos industrializados e do açúcar refinado, causando prejuízo à saúde bucal desses povos diferenciados. (ARANTES, 2005b).

Os serviços de atenção à saúde bucal dos povos indígenas no Brasil ainda são muito divergentes e irregulares e heterogêneos, em alguns locais os serviços estão mais organizados e ocorrem de forma contínua, com uma cobertura razoável da população. Em outros locais, entretanto, a desorganização do DSEI, as a problemas de logística, a falta de recursos humanos e financeiros interrupções nos repasses de verbas pela FUNASA impedem que os serviços de atenção à saúde bucal sejam efetivamente implantados. Porém observa-se que a organização dos serviços tem dispensado um maior esforço para a atenção à saúde bucal dos povos indígenas, no aumento do quadro de profissionais e o estabelecimento de um sistema de informações com o objetivo de ajudar na organização desses serviços (BASTA et al, 2012).

2. A doença cárie e os povos indígenas

Segundo dados da WOHD, 90% da população mundial sofrerão de doenças bucais em sua vida, variando de cáries, doenças periodontais ao câncer oral. Apenas 60% da população mundial tem acesso a cuidados de saúde oral, e a cárie dentária tem prevalência em 60% a 90% das crianças em idade escolar no mundo inteiro. Sendo a dor de dente é a razão número um para o absentismo nas escolas em muitos países. Orientam ainda que para promoção da saúde bucal são necessários a manutenção de cuidados individuais, como escovação duas vezes ao dia, com creme dental com flúor; e o aceso a visita regulares ao cirurgião-dentista.(FDI, 2014).

A saúde bucal é um importante indicador de saúde das populações. Assim é um importante determinante para obtenção da tão almejada qualidade de vida. A cárie dentária e a doença periodontal (doença da gengiva) são os principais agravos à saúde bucal. Elas ocorrem entre 50% e 99% das pessoas na maioria das comunidades. Para medir a incidência² dessas doenças no planeta foi criado um método de avaliação que é aceito por toda a comunidade internacional como indicador do perfil da saúde bucal, denominado DMFT em inglês ou CPO-D³ em português. Essas doenças são consideradas problemas de saúde pública porque tem impacto relevante no

² “Termo que a epidemiologia traduz a ideia de intensidade com que acontece a morbidade em uma população” (ROUQUARYOL, 2003, p. 658).

³ Essa sigla é uma representação numérica que indica a prevalência de cárie dental no indivíduo (ou em uma determinada população estudada) e é calculada a partir da quantidade de dentes cariados (C), de dentes perdidos (P) e de dentes obturados (O). (OPAS/OMS, 2014).

indivíduo e na comunidade, possuem elevada prevalência⁴ e podem ser efetivamente prevenidos e controlados pela ação conjunta da comunidade, e dos profissionais de saúde e indivíduos (MELLO; ANTUNES; WALDMAN, 2005).

Segundo dados da Pesquisa Nacional de Saúde Bucal realizada pelo Ministério da Saúde em 2010, a cárie dentária continua sendo o principal problema de saúde bucal dos brasileiros. Na idade de 12 anos, o índice de cárie é de 56%. O número médio de dentes atacados por cárie é de 2,1, com variações por regiões. As necessidades de próteses dentais em adolescentes são de 52%. Entre os adultos o destaque cabe a uma importantíssima inversão de tendência: as extrações de dentes vêm cedendo espaço aos tratamentos restauradores. Em adultos, as necessidades de próteses reduziram-se em 70%. (BRASIL, MS, 2010).

A cárie dentária é uma doença infecciosa que progride de forma muito lenta na maioria dos indivíduos, raramente é auto limitante e, na ausência de tratamento, progride causando o amolecimento até destruir totalmente a estrutura dentária ou tecido ósseo (FEJERSKOV; KIDD, 2005). A cárie e a doença bucal epidemiologicamente mais importante, e frequentemente relacionada com a dieta e/ou hábitos alimentares das diferentes sociedades humanas (ARANTES, 2005a).

Além dos fatores determinantes para a doença (interação entre hospedeiro, dieta, biofilme e tempo), é sabido que fatores sociais, econômicos e comportamentais podem influenciar no desenvolvimento da doença cárie. Diversos estudos já demonstraram que as diferenças nos níveis de saúde podem ser explicadas pelas diferenças socioeconômicas (ANTUNES et al., 2004).

Em relação à população indígena esta realidade não é diferente visto que o contato com os “cristãos” trouxe mudanças em sua cultura, por exemplo, a mudança nos hábitos alimentares (SEIXAS, 2003).

A doença cárie tem sua etiologia determinada por uma grande variação de fatores, desta forma existem muitas interpretações a respeito das mudanças em sua prevalência, tanto nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Geralmente estão relacionadas às alterações nos hábitos alimentares (como o consumo de açúcar), nos padrões de higiene dental e no acesso na utilização do flúor. Inúmeros estudos têm demonstrado que, por um lado, o aumento no consumo do açúcar está diretamente relacionado a aumento nos índices de cárie; por outro, a utilização do flúor relaciona-se à redução desses índices (ARANTES, 2005a; VALENÇA, 2007).

⁴ “É o termo utilizado para descrever força que subsistem as doenças nas coletividades” (ROUQUARYOL, 2003, p. 676).

Os estudos epidemiológicos sobre a doença cárie em populações indígenas são ainda escassos no Brasil, são esporádicos, restringindo-se quase sempre a trabalhos transversais e com amostras pequenas (ARANTES et al., 2001, ARANTES, 2005b).

Referente maioria dos estudos epidemiológicos sobre a saúde bucal dos povos indígenas chama a atenção para a diversidade de metodologias utilizadas, diferentes agrupamentos por faixa etária, e a falta de informações sobre a categoria etnia, como por exemplo, os do Parque do Xingu, as quais dificultam as comparações e impedem o acompanhamento epidemiológico da cárie e de outros problemas de saúde bucal ao longo do tempo. (COIMBRA, 2005).

Entre os poucos estudos registrados a maioria conclui que os povos indígenas que vivem isolados na mata sem contato com a sociedade ocidental, e que estão submetidos a uma dieta sem açúcar, baseada em caça, em coleta de frutos, e raízes silvestres apresentam uma prevalência mínima de cárie. Enquanto que os povos indígenas que mantêm essas experiências de contato com sociedade nacional com mudança de seus hábitos alimentares apresentam uma maior prevalência de agravos à saúde bucal (MOURA, 2010).

Um estudo epidemiológico sobre a saúde bucal realizado em 228 indivíduos da comunidade indígena Xavante Etéñitépa, em 1997, comparado com outros estudos conduzidos em 1962 e 1991, identificou uma tendência de deterioração das condições de saúde bucal ao longo do tempo, mesmo com índice de Dentes Cariados, Perdidos e Obturados na Dentição permanente (CPOD) igual a 2,6 (níveis considerados baixos em relação à população geral). Nota-se mudanças na alimentação como o consumo de açúcar e outros produtos industrializados, resultantes das alterações socioeconômicas, ambientais ocasionadas devido à interação com a sociedade nacional envolvente, aliadas à falta de programas preventivos, são as principais causas da má condição bucal dessa população. (ARANTES e tal., 2001).

Porém, essa relação não é regra geral, pois analisando os três estudos de caso, referentes aos Xavantes (Etéñitépa) e Ena Wenê-Nawê, ambos do Mato Grosso, e os Guarani, de São Paulo, comparando o tempo de contato dos Xavante, e os Guarani que já acontece a mais de meio século, com o tempo de contato dos Ena Wenê-Nawê que é bastante recente, a cerca de meados da década 1970, nota-se que o índice de cárie deste povo é muito mais elevado, devido ao padrão dietético cariogênico mesmo antes do contato. Destaca-se que os hábitos alimentares deste povo estão baseados na caça, coleta (castanha-do-Brasil, buriti, bacaba, pequi, pequiá, insetos, cogumelos e mel), pesca e no cultivo da mandioca e milho e o consumo de mel para adocicar principalmente a ingestão de mingaus, envolvendo assim uma alimentação

pastosa, rica em amido, quando utilizam “alimentos sólidos geralmente estes são partidos em pedaços antes de serem levados à boca, diminuindo a possibilidade de autolimpieza dos dentes”. (COIMBRA, 2005, p.61).

Neste breve panorama geral notamos que há uma forte deterioração das condições de saúde bucal dos povos indígenas, e a maioria dos estudos, apresentam uma grande variação epidemiológica, com vários determinantes associados à presença da doença cárie, que influenciam na saúde bucal dessas comunidades, assim vale ressaltar que não podem ser analisados isoladamente para explicar as trajetórias de mudanças na saúde bucal experimentados por esses povos.

Resultados e discussão

As medidas preventivas básicas para a doença cárie, que por sua simplicidade e comprovada eficácia, têm sido disseminadas pela OMS e outros diversos organismos internacionais além das entidades representativas dos profissionais de odontologia e governos de todo o mundo são: autocuidados de higiene bucal (escovação adequada); aplicação tópica de flúor feita por profissionais treinados como cirurgiões-dentistas, técnicos em higiene dental (THD) e auxiliares de consultório dentário (ACD); fluoretação de cremes dentais (dentifrícios); fluoretação da água de consumo público, caixas d'água de escolas, creches e outros estabelecimentos; fluoretação do leite, do sal de cozinha entre outras experiências; dieta alimentar balanceada, reduzindo os alimentos compostos por açúcares entre as refeições. Com esses cuidados, o nível dessas doenças tem reduzido drasticamente nos países industrializados. Já entre os países pobres e em desenvolvimento ainda são muitas as comunidades que carecem de assistência básica odontológica, persistindo índices de cárie dental e doença periodontal ainda bastante elevada. (OPAS/OMS).

As relações de contato com a sociedade nacional e os padrões alimentares principalmente a base de carboidratos refinados, tem uma estreita ligação com a prevalência e a incidência da doença cárie nas populações indígenas (ARANTES, 2005b).

A doença cárie é usualmente expressa pelo índice CPOD. Este índice é calculado através da soma dos dentes afetados pela doença, estejam eles cariados (C), perdidos (P), ou obturados (O), é o mais recomendado para ser utilizado em estudos epidemiológicos, é indicado pela OMS, para o acompanhamento dos níveis de cárie no mundo (ROUQUAYROL, 2003).

Os estudos epidemiológicos são ferramentas importantes para fundamentar as ações políticas e de intervenções em saúde com o propósito de dimi-

nuir a vulnerabilidade epidemiológica dos povos indígenas, e a “persistência das desigualdades”(ARANTES, 2005a).

Considerações finais

Com este estudo, compreendemos que sem o conhecimento prévio da situação de saúde dos grupos populacionais, não é possível estabelecer metas para os programas de saúde e conseqüentemente tornando-se inviável a avaliação das efetividades dos serviços de saúde prestados as populações diferenciadas. Devemos priorizar as dimensões preventivas das ações de saúde, acessibilidade aos serviços, condições de trabalho para todos os atores envolvidos no processo de atenção, acoplando ainda a educação permanente para efetividade das práticas em saúde. A promoção deve ser pensada dialogicamente tanto no nível global das estruturas socioculturais, políticas e econômicas de cada comunidade quanto ao cotidiano de nível local, por meio de novas práticas, relações, conceitos, assim a vigilância da saúde como modelo de atenção, necessita de um adequado planejamento, boa vontade, para que ocorram mudanças positivas na qualidade de vida das comunidades indígenas.

Referências bibliográficas

ANTUNES, J L F; NARVAI, P C; NUGENT, Z J. Measuring inequalities in the distribution of dental caries. **CommunityDent Oral Epidemiol.** v. 32, n. 1, p. 41-48, 2004

ARANTES, R. Saúde Bucal dos Povos Indígenas no Brasil e o caso dos Xavântes de Mato Grosso. **Tese de doutorado.** Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Rio de Janeiro. 2005a. 135 p.

ARANTES, R. Saúde Bucal dos Povos Indígenas no Brasil: Panorama atual e perspectivas. In. COIMBRA JR., C E A, SANTOS, R V; ESCOBAR, A L, orgs. **Epidemiologia e saúde dos povos indígenas no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Rio de Janeiro: ABRASCO, 2005b. 49 -72p. ISBN: 85 7541-022-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

ARANTES R, SANTOS RV, COIMBRA JR CEA. A saúde bucal na população indígena Xavante de Pimentel Barbosa, Mato Grosso, Brasil. **Cad Saúde Pública.** 2001; 17(2):375-84. doi: 10.1590/S0102-311X2001000200012.

AZEVEDO, M M. Povos indígenas na América Latina estão em processo de crescimento. In: Povos In: RICARDO, B; RICARDO, F. (Orgs). **Povos Indígenas no Brasil2001/2005.** São Paulo: Instituto Socioambiental, pp. 55-58, 2006.

BASTA, P C; ORELLANA, J D Y; ARANTES, R. Perfil epidemiológico dos povos indígenas no Brasil: notas sobre agravos selecionados. In: Garnelo, Luíza; Pontes, Ana Lúcia (Org.). **Saúde Indígena: uma introdução ao tema**. Brasília: MEC-SECADI, p. 60-108. 2012.

COIMBRA JR., C E A; SANTOS, R V. Saúde, minorias e desigualdade: algumas teias de inter-relações, com ênfase nos povos indígenas no Brasil. **CIÊNCIA & SAÚDE COLETIVA**, 5 (1):125-132, 2000.

COIMBRA JR., C E A, SANTOS, R V; ESCOBAR, A L (orgs). **Epidemiologia e saúde dos povos indígenas no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Rio de Janeiro: ABRASCO, 2005.260 p. ISBN: 85-7541-022-9. Disponível: Scielo Books <<http://books.scielo.org>>.

FREIRE, M C; MATIAL et al. **Determinantes individuais e contextuais da cárie em crianças brasileiras de 12 anos em 2010**. Ver. Saúde Pública. [online]. 2013, vol.47.suppl 3, pp 40-49 . ISSN00348910.

FDI. DISPONÍVEL EM: <http://www.fdiworldental.org/events/world-oral-health-day/2014.aspx>. ACESSO: 4/08/2014.

FEJERSKOV, O; KIDD, E. **Cárie dentária: a doença e seu tratamento clínico**. São Paulo: Santos, 2005.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. 2ª ed. Brasília: Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde; 2002. Disponível em <http://www.funasa.gov.br>.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. **Relatório de Gestão 2008. Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação CGPLA/DEPIN**. Brasília: Ministério da Saúde: Fundação Nacional de Saúde, 2009.

HAYD, R. L. N.; OLIVARES, A. I. O.; FERREIRA, M. L. S.; LUITGARDS-MOURA, J. F. **Um Olhar sobre a Saúde Indígena no Estado de Roraima**. Mens Agitat. Volume III, Número 1, 2008, p. 89-98. ISSN 1809-4791.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Secretaria de Atenção à Saúde**. Projeto SB-BRASIL 2010: Pesquisa Nacional de Saúde Bucal – Resultados Principais. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Geral de Saúde Bucal. BRASÍLIA. DF. 2011. 92 p.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **CENSO-DEMOGRÁFICO 2010**. Disponível: http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rr&tema=resultuniverso_censo2010/ACESSO: 13/03/2012.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tendências demográficas**: Uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos censos demográficos de 1991 e 2000. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2005.

MELLO, TRC; ANTUNES, JLF; WALDMAN; EA. **Áreas rurais**: pólos de concentração de agravos à saúde bucal? *ArqMed*, Porto, v.19, n.1-2, p.67-74, 2005.

MOURA, P G; BATISTA, L R V; MOREIRA, E A M. **População indígena**: uma reflexão sobre a influência da civilização urbana no estado nutricional e na saúde bucal. *Rev. Nutr.* [online]. 2010, vol.23, n.3, pp. 459-465. ISSN 1415-5273.

OPAS/OMS. DISPONÍVEL EM: http://www.uff.br/farmacobasica-mfl/sites/default/files/saude_bucal.pdf. ACESSO 4/07/14.

PAGLIARO, H., AZEVEDO, MM., and SANTOS, RV. orgs. **Demografia dos povos indígenas no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 192 p. ISBN: 85-7541-056-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>

ROUQUAYROL Z M, ALMEIDA-FILHO N. **Epidemiologia e Saúde**. RJ. Guanabara Koogan. 6ª Edição. 2003.

SEIXAS, F. A mudança de hábitos alimentares e o aumento do número de CPOD na população indígena Xerente. **Dissertação (Título de Especialista em Saúde Coletiva)** - Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília, 2003.

SOUSA, Maria da Conceição de; SCATENA, João Henrique G. and SANTOS, Ricardo Ventura. **O Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI)**: criação, estrutura e funcionamento. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2007, vol.23, n.4, pp. 853-861. ISSN 0102-311X.

VALENÇA, PAM. **Carie Dentária na Infância**: Prevalência e Fatores Determinantes. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007. 78 p.

VIDAS SUSPENSAS: INSUFICIÊNCIA RENAL ENTRE OS SANUMÁ

Introdução

A implantação da política Nacional de Atenção à Saúde indígena no Brasil se configura como um direito instituído, porém na efetivação existem lacunas que emergem em meios às demandas dessas populações e implicam na necessidade de estabelecimento de novas medidas que possam preenchê-las.

Este trabalho aborda a temática da saúde indígena entre os Sanumá (subgrupo Yanomami) da região de Auarís, Norte do Estado de Roraima, quando são inseridos no Subsistema de Saúde Indígena e têm uma permanência prolongada na Casa de Apoio a Saúde do Índio CASAI em Boa Vista para a realização de hemodiálise.

Tratase de uma pesquisa etnográfica das situações vividas pelos Sanumá junto a rede oficial de saúde para tratamento de alta complexidade. Estes pacientes são removidos de suas comunidades, e passam a morar alojados na CASAIRR, sem previsão de retorno, tendo que aderir novos costumes, submetidos a remédios e equipamentos, impedidos de ir retornar para suas comunidades.

O objetivo deste trabalho é compreender como esses pacientes dependentes da hemodiálise se reorganizam nesse processo de separação da sua aldeia e adaptação às novas experiências de convivência entre eles, com outros atores indígenas e profissionais de saúde, dentro de um espaço onde os sujeitos estão em posição de poder diferenciado.

Para melhor compreensão da temática, as discursões abrangem as teorias e reflexões com base nas abordagens da antropologia da saúde. Buscou-se leituras nas principais etnografias sobre os Sanumá, que possibilitou compreender sua visão de mundo, noções de pessoa, cosmologia, aspectos do adoecimento visando entender como esses elementos orientam o cuidado com a saúde fora da comunidade em convívio com outros grupos sociais.

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: santossilvaclaudete@gmail.com

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: marcosp5@uol.com.br

As observações da rotina destes pacientes é resultado da sistematização das experiências que obtida como profissional da CASAI por quase 4 anos. Ao desempenhar a função de acompanhar estes pacientes em processo de tratamento na rede de saúde tive um contato direto com os Sanumá e com as situações vividas por eles nessas unidades de saúde, percebendo suas revoltas, tristezas e estratégias para fugir da hemodiálise.

Para complementar a coletas de dados foram realizadas visitas de campo para observações mais detalhadas e para estreitar contato com os pacientes renais crônicos. O Contato com a instituição e estes pacientes favoreceu as pesquisas, os pacientes com insuficiência renal tem uma boa fluência na língua portuguesa, isso ajudou nas investigações. A colaboração de um técnico de enfermagem que trabalhou nas comunidades Sanumá e que fala fluentemente a língua Sanumá foi essencial (como intérprete e também para esclarecer o modo de viver deste povo).

Foi mantido um diário de campo com os registros das informações e das entrevistas estruturadas e semiestruturadas, onde estiveram envolvidos vinte profissionais de saúde de ambos os sexos e os próprios Sanumá. As falas desses atores sociais foram valorizadas no processo de coleta de dados.

A pesquisa aborda algumas observações sobre essa permanência que é muito conflituosa. Há tempo em que eles estão suspensos de suas vidas, pois deixam para trás toda sua história de vida para adaptarem-se a outra forma de viver e aos poucos vão sendo “despersonalizado” pelas normas vivenciadas na instituição. Embora tenham esperança de serem transplantados, ainda não estão inscritos no Cadastro Nacional de Transplante, evidenciando o descaso do Subsistema, que tem deixado esses pacientes sem um projeto terapêutico definido.

1. A abordagem interpretativa na antropologia da saúde e o subsistema de atenção à saúde indígena

A antropologia da saúde tem desempenhado um papel relevante na compreensão dos fenômenos relacionados à saúde/doença e as alternativas em busca da cura. Dessa forma novos conceitos e reflexões tem permitido avanços no entendimento de como essas questões se processa na vida dos indivíduos e suas interações com as redes sociais.

Nesse sentido Langdon (1996) traz contribuições importante dentro dessa discussão, quando identifica três fatores que fundamentam este enfoque: (1) a perspectiva da doença como uma construção socialcultural, (2) o conceito de doença

como processo, e (3) a construção e negociação da doença num mundo de sistema médicos plurais e de força políticas desiguais.

O primeiro é a perspectiva da doença como uma construção socialcultural: neste aspecto a autora evidencia a doença como parte dos processos simbólicos e não como uma condição percebida e vivenciada universalmente. Assim, cada grupo define e classifica as doenças de acordo com sua cultura. Portanto, a doença não é um estado estático, e sim um conjunto de experiências associadas por rede de significados e interações sociais, que se processa de maneira dinâmica com inúmeras possibilidades de interpretações.

O segundo aspecto é o conceito de doença como um processo: Nessa abordagem a doença é definida como episódio, um drama social que se inicia com o reconhecimento dos sinais e sintomas, seguido do diagnóstico, tratamento e subsequentes avaliações dos resultados. A autora ressalta que nos casos de doenças graves ou prolongada, seguese vários eventos de diagnósticos, tratamentos e avaliações. Nesse sentido, a doença se torna um processo experimental, que terminará quando houver tratamento eficaz.

O terceiro aspecto é o processo terapêutico como negociação: dentro dessa perspectiva a doença não é uma experiência que ocorre apenas no corpo do indivíduo, mas sim, na vida. Portanto, envolve família, amigos e estes participam das decisões que se define em meio às incertezas. E ainda, conforme a autora, essas negociações são divergentes, devido aos diversos sistemas médicos, as pessoas que passam de um sistema para o outro, procurando especialistas de sistemas diferentes no mesmo episódio de doença.

Considerandose as observações expostas podese entender que esses processos são complexos, dinâmicos e, sobretudo, estão envolvidos em condutas e valores expressos no plano individual e no coletivo. Estes dão significado à vida das pessoas e são determinantes para definir as diferentes formas de perceber e tratar a doença.

1.1 Os estudos sobre itinerários terapêuticos

Os estudos sobre itinerários terapêuticos destacam os aspectos da trajetória do doente envolvidos no processo de escolha e tratamento da saúde. As interpretações e os cuidados com a saúde estão interligados à elementos sociais, culturais, religiosos, econômicos e políticos. Considerando a complexidade dos fatores envolvidos nas decisões em busca da cura, os estudos sobre itinerários terapêuticos procuram refinar este conceito buscando uma maior compreensão desse processo.

Nesse aspecto, Alves (1999) ressalta que o itinerário terapêutico é um nome que designa um conjunto de planos, estratégias e projetos voltados para um objeto preconcebido: o tratamento da aflição.

Na trajetória em busca de um tratamento eficaz, o doente e sua rede social interagem com os diversos sistemas médicos e as diversas possibilidades de explicar, diagnosticar e tratar as doenças. Langdon (1994) complementa essa teoria afirmando que, os processos terapêuticos são considerados uma negociação de interpretações entre pessoas com conhecimento e posições de poder diferenciados. Ainda, segundo essa autora, o próprio conhecimento médico de um grupo não é autônomo e isolado, mas é continuamente modificado através de ações políticas e sociais.

Helman (1994) define este campo como sendo extremamente dinâmico e heterogêneo, e destaca três alternativas de assistência à saúde: a informal, a popular e a profissional, cada alternativa possui seus próprios meios de explicar e tratar a doença.

O campo informal é composto por atores sociais não especializados que orientam no diagnóstico e tratamento, geralmente são pessoas do grupo familiar e amigos do doente. Nessa noção o tratamento é baseado em elementos como: dietas alimentares, repouso, crenças, rezas, chás de ervas, cascas e remédios industrializados, as doenças consideradas simples são tratadas em casa.

A alternativa popular consiste na busca da cura através de especialistas que vão desde os curandeiros, as rezadeiras, os xamãs até o pastor nas igrejas. Neste setor a família está envolvida no diagnóstico e tratamento juntamente com o doente.

A terceira alternativa é definida por profissionais especializados, com formação sistematizada, estes exercem direitos e obrigações claras; são médicos de várias especialidades, com poderes de examinar, prescrever tratamentos através de medicamentos aos pacientes. Avaliam o estado do doente e classificam os casos em menos graves, os mais graves, os recuperados e até os incuráveis, chegando ao limite de não permitir a saída do hospital.

Neste setor organizado o subsistema de atenção à saúde indígena está inserido nos processos de saúde e educação dos Sanumá, em nível local no seu Polobase na região de Auarís. Portanto, os Sanumá já estão em contato permanente com os técnicos de saúde da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI).

Para compreender como essa forma de tratar as doenças chegou até as comunidades indígenas é preciso considerar a implantação de políticas públicas junto a população indígena no Brasil, aspectos que serão tratados na próxima seção.

1.2 O Subsistema de Saúde Indígena e o papel da Casa de Apoio de Saúde Indígena na atenção aos Sanumá

A Constituição Federal de 1988 possibilitou aos indígenas do Brasil a cidadania pautada na diversidade de usos, costumes e práticas dos diversos povos encontrados. A política de saúde indígena é resultado das reformas sanitárias que foram implantadas a partir da década de 1980. Um dos produtos da reforma sanitária é o Sistema Único de Saúde (SUS), que criou uma política indígena regulamentado pela Lei 8.080/90.

Nesses dispositivos foram definidos atendimentos básicos, que devem,

(...) levar em consideração a realidade local, as especificidades da cultura dos povos indígenas e o modelo a ser adotado para a atenção à saúde indígena, que se deve pautar por uma abordagem diferenciada e global, contemplando os aspectos de assistência à saúde, saneamento básico, nutrição, habitação, meio ambiente, demarcação de terras, educação sanitária e integração institucional. (FUNASA, 2009 p.13).

A criação do subsistema de atenção à saúde indígena se deu a partir de 1999, sob a lei 9.836 e ficou conhecida como Lei Arouca. O subsistema criou os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), e organizou uma rede de serviços integrados e hierarquizados, integrados a unidades como: postos de saúde ou subpolos, Polobase, Casas de Apoio à Saúde Indígena e unidades de referências, com assistência de baixa, média e alta complexidade.

O grande desafio para os órgãos gestores da saúde indígena é a implantação do subsistema e tinha como foco a singularidade indígena, pretendiase pôr fim a vulnerabilidade dessa população, no entanto, “o como fazer em nível local ainda é um grande desafio” enfatiza Pellegrini (2008).

A região de Auarís, conta com um polobase que presta assistência permanente aos Sanumá e Ye'kuana. Os deslocamentos nessa região é realizado por vias: terrestre, fluvial e aéreo. Para atender as aldeias por via terrestre, os profissionais fazem caminhadas que variam de 10 minutos a 6 horas de viagem. Para chegar às aldeias por via fluvial, os agentes realizam viagens de 1 a 6 horas de duração. As viagens de helicóptero variam de 10 minutos a 2 horas.

A pesquisa demonstrou que o polo base enfrenta problemas em sua estrutura operacional como: falta de equipamentos, remédios e médicos. No primeiro semestre de 2013, o polo base ficou sem assistência médica permanente. O contingente de

servidores é pequeno para a demanda de pacientes, são 11 servidores para atender cerca de 2.402 indígenas.

Os reflexos desses problemas são sentidos na Casa de Apoio a Saúde Indígena-CASAI. Muitos pacientes são removidos para essa unidade em Boa Vista para procedimentos que poderiam ser tratados no polobase. A CASAI em Boa Vista acolhe os grupos indígenas de Roraima e também alguns Yanomami do Amazonas. Para a população Yanomami, esses serviços são extremamente necessários, devido às limitações nos aspectos geográficos, culturais, falta de documentos e outros.

A criação de uma instituição para apoiar os indígenas doentes em Roraima surgiu de uma iniciativa da sociedade civil, bem antes da política indígena. Conforme relatos de servidores antigos, quando os doentes vinham de suas comunidades não tinham onde ficar. Um servidor da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) construiu em 1975, no terreno onde morava, um quarto para acomodar até poderem retornar.

Em 1978, a esfera pública assumiu essa responsabilidade, mas somente em 1982, iniciou a instalação da casa de apoio ao índio. Inicialmente foi construído um grande malocão com estrutura de madeira roliça e cobertura de palha. A demanda de pacientes foi aumentando e ocorreram reformas estruturais e pessoais e gradativamente os serviços foram sendo implantados.

Atualmente a CASAIRR possui uma estrutura física com alojamentos, farmácia, sala de nutrição e dietética, enfermarias masculino, feminino e infantil, laboratório, isolamento, lavanderia, refeitório amplo, 2 salas de repouso para funcionários, três consultórios, sala de curativo, 2 postos de enfermagem, almoxarifado, auditório amplo, sala de vacina, sala de preventivo, sala de fisioterapia, sala de dentista, controle social, agendamento e serviço social.

Tem um corpo operacional com mais de duzentos servidores formados por: médicos especialistas, enfermeiros, técnicos em enfermagem, técnicos de laboratório, agentes administrativos, e motoristas e outros. Alguns serviços são realizados por empresas contratadas que dispõem de sua própria equipe para serviços é o caso da limpeza e cozinha.

A instituição recebe uma quantidade de internos (pacientes e acompanhantes) que varia em torno de 250 a 400 pessoas mensais nos períodos de inverno. Neste espaço observase a predominância de grupos com costumes diferenciados. Existem pacientes que estão em constante contato com a sociedade envolvente, mas também há pacientes que vivem em áreas isoladas e que nunca estiveram no ambiente urbano.

Esse espaço manifesta um cenário repleto de relações que se articula e operam a dinâmica entre os povos indígenas e servidores, onde os atores sociais interagem,

mas que ao mesmo tempo se isolam em seus grupos. Para os sanumá esse ambiente é rodeado de perigos, estes podem estar nas pessoas, na comida, nos remédios, na água ou mesmo no alojamento, mas esses fatos são desprezados pelos profissionais e gestores.

A Clínica dos Rins, unidade especializada no tratamento renal é uma instituição particular conveniada com o SUS. Eles são responsáveis pela realização da hemodiálise nos pacientes Sanumá. As sessões são realizadas três vezes por semana em dias alternados.

Os resultados evidenciam que o setor profissional acessado pelos Sanumá ainda que tenha proporcionado uma melhoria a população indígena, ainda não implantou de fato as políticas proposta no subsistema.

2. *Sanumá: cosmologia, pessoa e corpo*

Os Sanumá são falantes de uma das 4 línguas da família linguística Yanomami (yanomae, Yanomamö, Sanumá e Ninam) e se autodenominam *Sanöma Töpö* (*Sanöma* significa: gente e *töpö* é a indicação de plural). A população Yanomami está localizada em ambos os lados da fronteira entre o Brasil e Venezuela. No Brasil está estimada em 21.000 pessoas (SESAI, 2013). O grupo Sanumá vivem em 25 comunidades e tem uma população em torno de 2.918 pessoas (SESAI, 2013).

Nesta região também vivem os Ye'kuana, também conhecidos como Maion-gong (falante da língua do tronco Caribe). Ye'kuana significa “gente da canoa” ou “gente do galh o na água”. Essa expressão é uma referência, por serem peritos na construção de canoas.

Os Sanumá praticam a agricultura de coivara, sendo que os dois principais alimentos cultivados são a mandioca e a banana. A coleta de produtos silvestres, a pesca e a caça são imprescindíveis para a sua subsistência. Conforme destaca Ramos (1990), a relação entre os Sanumá e os Ye'kuana foi acentuada por conflitos, mas ao longo dos tempos as relações de trocas foram se estabelecendo e passaram a trocar produtos industrializados, mercadorias, serviços e casamentos.

Algumas mudanças foram incorporadas pelos Sanumá por influência dos Ye'kuana, como nos hábitos alimentares: os Sanumá trocaram a banana pela mandioca e como resultado dessa interação, o “chibé” *naxiköi* e o “beiju” *ixai* se tornaram os principais alimentos. “Outros aspectos como a cremação dos mortos, o uso de colares de miçanga, instrumento musical (flauta) e a bebida fermentada “caxiri” foram apreendidos dos Ye'kuana” (RAMOS, 1990, p 31)

A presença de nãoindígenas é permanente na região desde os anos 60. A Missão Evangélica da Amazônia (MEVA) foi a primeira organização a chegar à região, no início da década de 1960, com o missionário Donald Borgman. A Fundação Nacional da Saúde (FUNASA) e o 5º Batalhão de Fronteira do Exército chegaram à região somente no início da década de 90 (RAMOS, 1990).

A população Sanumá tem sua própria explicação da criação do universo e dos próprios Sanumá. A origem do mundo parte da ideia de um universo préexistente, mas indefinido, os animais agiam como se fossem gente e os Sanumá também pensavam que eram animais. E ainda de acordo com essa visão, houve um tempo em que um Sanumá passou a comer os próprios Sanumá e quase exterminou toda a população, restando apenas uma velha e sua filha Sanumá grávida de dois irmãos, conforme destacou Guimaraes (2005).

Somente os dois irmãos sobreviveram ao canibalismo, *Omwö* e *Soawö* encontraram o mundo desabitado e passaram a recriar, tendo como matéria prima a madeira. *Omwö* pretendia fazer Sanumá imortais e o cosmo em perfeita harmonia, ele buscava árvore de madeira dura e boa para fazer os Sanumá. O irmão *Soawö* é também criador, mas com um perfil inverso, pegava árvore de madeira mole para recriar.

A criação dos irmãos marca uma nova era no cosmo, onde ocorreu uma interação entre a estabilidade de *Omwö* e o desequilíbrio de *Soawö*. Como resultado dessas ações recriaram sanumá imortais e suscetíveis as criaturas do cosmo.

Esta nova relação entre o corpo Sanumá e o cosmo é repleta de processos de metamorfismo (é a faculdade de transformase). Fugir aos costumes e maneiras que são socialmente aceitáveis é um dos motivos que leva o Sanumá a sofrer ataques. Conforme Biserra (2006) o cuidado com a saúde Sanumá inclui medidas preventivas, que visam não apenas o indivíduo, mas o contexto social e cósmico onde todos os seres habitam.

Os Sanumá identificam outras formas de adoecer baseado nos feitiços (*alanali*), que são substâncias com poderes patogênicos. Os Sanumá reconhece a feitiçaria de rastro (*maso te*) que ocorre, quando o inimigo colhe a terra onde a vítima pisou e manipula magicamente. Outra forma de contaminação, quando o inimigo sopra a substância na vítima e também através a fumaça, conforme Guimarães (2005).

Os mortos também oferecem perigos para o Sanuma, eles podem querer levar pessoas do mundo dos vivos, ou mesmo podem querer ficar e não ir para a terra dos mortos. A morte de um Sanuma é rodeado de cuidados: não pronunciar o nome do morto e cremálo logo após a morte juntamente com os objetos pessoais.

Para os Sanumá a pessoa é constituída de um corpo interior outro exterior, ambos são concretos e sentem a mesma coisa, ocupam o mesmo espaço ao mesmo tempo e cada parte integra o todo formando a pessoa Sanumá. “O corpo interior (*pili õxi*) tem reações como ‘o sentir, o pensar, e o sofrer dores físicas’; semelhante ao que sofre o corpo exterior” GUIMARÃES, 2005, p. 122).

Guimarães (2005) e Biserra (2006) tratam da pessoa do Sanumá destacando que o corpo interior (*pili õxi*) tem mais quatro componentes imateriais que completam a estrutura humana: *Mani de*, o *hilo*, o *Uku tupõ* e o *Nonosi Alter ego*.

O *Mani de* é corpo que se manifesta no sonho, insere o Sanumá em outras dimensões, e nesta interação podem também se encontrar com o *sai tãpõ*, criaturas perigosas e maléficas do cosmos.

O *hilo* (nome) é outro componente da pessoa. Ramos (1990) foi a primeira a abordar esse aspecto da sociedade Sanumá ao descrever o ritual da caçada do nome. Após o nascimento da criança, o pai sai à caça com o objetivo de obter o nome pessoal do recém-nascido. O nome é mais do que uma identificação, é uma ligação ao *uku tupõ* do animal caçado, assim a criança ficará protegida.

O *Uku dubu* é outro componente da pessoa que consiste numa réplica reduzida do corpo exterior do Sanumá, esta parte é leve, uma vez roubada, a pessoa fica com veneno em seu corpo interior.

O *Nonosi*, o alter ego animal, é mais um componente do corpo Sanumá e consiste em um animal que leva uma vida paralela ao Sanumá. Esse animal está ligado à pessoa e passa a acompanhá-lo desde o nascimento. O corpo humano e a sombra animal ocupam espaços distintos, mas seus tempos de existências são um só”, conforme destacou Ramos (1990).

2.1 Situações liminares e rituais: alguns aspectos da etiologia Sanumá

Os Sanumá observam situações liminares, que são período que elas ficam mais vulneráveis e propensos a ataque de seres cosmo que ocorre em período como: após parto, puberdade feminina e masculina e quando alguém mata um inimigo. Após o parto a mãe e o recém-nascido correm grande risco por estarem desprotegidos, são necessários resguardo e dietas alimentares para os pais.

O ritual de reclusão (*kokolomo*) acontece quando uma menina entra na fase da puberdade, marcada pela primeira menstruação (menarca). A menina fica em abrigo, quieta, em resguardo e dieta alimentar. Para os meninos também ocorre o ritual de reclusão (*poko manokaximo*), porém com menos rigor que para as meninas. Quando o

menino começa a mudar a voz ou surgem os pelos pubianos, iniciase o processo do ritual, ele entrar no abrigo conforme destacou (RAMOS, 1990).

O ritual do matador (*sabonomo*) é outro momento delicado para o Sanumá que ocorre após matar um inimigo, o matador passa por momento de reclusão rigorosa, A dieta alimentar é a base de banana amassada, sugada por um canudo. “O veneno será expelido por meio de vômitos, seguida de banho no rio” (GUIMARÃES, 2005, p 189).

O conhecimento destes aspectos da etiologia sanumá são importantes para compreender sua angústia durante a permanência fora de seu domicílio, quando nem sempre têm condições de cumprir com as regras prescritas.

3. Observações sobre so Sanumá internados na CASAI

Os procedimentos de inserção dos pacientes na CASAI é o mesmo para os originários de quaisquer comunidades. Na chegada os pacientes são pesados, registrados e recebem uma fita colorida para amarrar no punho de acordo com a situação: pacientes internados, acompanhantes e pacientes que receberam alta são identificados por uma cor específica.

Quando se trata de pacientes Yanomami, acrescentamse outros cuidados: após serem registrados no estabelecimento, eles recebem uma rede, uma peça de roupa, um sabonete e um par de sandálias (ocorre porque normalmente chegam sem roupas, descalços e sem rede). Após estes procedimentos são encaminhados para o alojamento de seu grupo étnico, sem que os funcionários tomem conhecimento das relações de inimizade que são observadas entre as várias comunidades.

A instituição dispõe de uma equipe de servidores, porém faltam intérpretes para algumas línguas, como é o caso dos Sanumá. É comum chamarem pacientes para auxiliarem como intérpretes durante os atendimentos no posto de enfermagem e nas consultas médicas. Entretanto, a permanência prolongada dos pacientes renais permitiu que aprendessem o português.

Os profissionais de saúde visitam os alojamentos para ministrar a medicação, e é visível a dificuldade da população Yanomami para entender procedimentos como: horários de remédios, sinais vitais e realização de alguns exames principalmente nas unidades de referências.

A comida é uma queixa recorrente entre os pacientes internados, mas principalmente para os Yanomami, que têm sua dieta alimentar baseada na mandioca, banana, peixe fresco, produtos da caça e coleta e que consideram perigosos outros alimentos.

A nutricionista da CASAI enfatizou que tem interesse em adaptar o cardápio com alimentação indígena, mas encontra dificuldade de encontrar os produtos que possa suprir a demanda.

A superlotação nos alojamentos é um problema enfrentado pelos internados. Eles reclamam que fica muito apertado e quente por isso preferem ficar sob as árvores ou pelos corredores. Os profissionais atribuem esse problema há uma grande quantidade de pacientes que chegam com doenças que poderiam ser tratados nos polobase.

Durante a pesquisa, notouse uma prática na CASAI que incomoda os Sanumá: tratase da forma de chamar os pacientes pelo sistema de som, espalhado pela unidade. Ouve-se a todo o momento os nomes falados por todo espaço. Os Sanumá afirmaram não gostar de ouvir seus nomes.

Outra dificuldade, notada por pacientes e profissionais de saúde, é referente às crianças saudáveis que chegam acompanhando os pais e, permanecendo na CASAI por muito tempo, acabam por adoecer, pois ficam no mesmo alojamento, junto com os doentes, correndo o risco de infectarse com doenças mais graves como a tuberculose.

Outro problema apontado pelos internos é a violência que atinge esses indivíduos. É frequente no estabelecimento, a ocorrência de casos de violência contra a mulher e brigas entre os homens, principalmente nos finais de semana, quando ocorre o uso de bebidas alcoólicas nas proximidades do rio Cauamé que corre ao fundo do terreno. Algumas destas ocorrências já tiveram resultados trágicos como óbitos por brigas e atropelamento em decorrência do seu estado de embriaguez. Ao falar sobre o assunto, uma assistente social enfatiza: “não tem como controlar”.

Outro fator que é apontado pelos profissionais e também pelos internos como pivô das brigas, são os envolvimento amorosos. Ocorrem inúmeras histórias de namoros na CASAI. Muitos maridos não deixam suas esposas virem sozinhas para o tratamento. Preferem acompanhá-las e às vezes, acabam interferindo no tratamento das mesmas, pois precisam retornar para cuidar da roça.

Neste ambiente da CASAI, mulheres engravidam, crianças nascem, mulheres trocam de marido e outros se casam. Esses fatos são vivenciados pelos pacientes com insuficiência renal que está há mais de dois anos internados.

3.1 *Os casos da insuficiência renal*

O contato quase permanente dos Sanumá com os procedimentos biomédicos já dura quase duas décadas, porém pacientes com a permanência prolongada em Boa Vista, passou a ocorrer em data mais recente. A insuficiência renal entre os Sanumá os tem levado a enfrentar desafios ainda maiores, pois se veem obrigados a ter uma permanência prolongada na capital, e pela dependência da hemodiálise não podem retornar as suas comunidades.

O primeiro paciente renal foi registrado na CASAI, em agosto de 2009. O Sr. R. Sanumá tinha 32 anos, casado, da comunidade Katarrinha, veio removido do polo-base Auaris e ficou internado no Hospital Geral, sendo posteriormente transferido para CASAI, de acordo com os profissionais de saúde, não apresentava queixa de doenças pregressas.

O Sr. R. Sanumá e sua esposa permaneceram durante três anos na CASAI e neste período, aprenderam a falar o português, adotaram os novos costumes, o uso da roupa, sabonete e sandália passaram a fazer parte da rotina diária. Os profissionais relataram que a mulher do Sr. Sanumá, passou a reclamar que seu marido não queria namorar, só vivia zangado. Então, ela começou a namorar com outro rapaz, não demorou muito, ficou grávida, foram momentos conflituoso para o casal, com o tempo o marido desistiu de brigar. Nasceu uma menina, trazendo alegria para o Sr. R. Sanumá e, o caso foi esquecido.

Ao chegar na instituição o Sr. R. Sanumá ia para as sessões de hemodiálise sem reclamar, e com o passar do tempo não queria ir, dizia que estava cansado de ir de ir para máquina e também de tomar remédios e não ficava bom e repetia inúmeras vezes que queria ir embora para sua comunidade.

Os servidores da CASAI tentavam várias formas de convencê-lo, davam-lhe presentes, conversavam com ele explicando que se ele não fosse para as sessões ficaria muito doente. Devido às insistências retornava ir para clínica por alguns dias, mas logo estava zangado de novo. Quando não queria ir para as sessões de hemodiálise usava algumas estratégias: fugia para o mato aos arredores da instituição, saía bem cedo para a cidade nos dias das sessões, outras vezes ficava.

Os anos foram passando e o Sr R. Sanumá continuava naquela rotina e cada vez mais dependentes da hemodiálise, No início, liberavam para visitar sua aldeia, quando ele retornava, ficava alegre por uns dias, mas logo retornavam as zangas. Um dia ele foi para aldeia e por conta passou mais tempo quando retornou estava debilitado,

foram vários dias até se recuperar e depois disso não quiseram mais liberá-lo, “isso causava mais raiva ao paciente”, conforme relato dos profissionais.

No início do ano de 2011, o Sr. R. Sanumá procurou o serviço social e disse que não queria mais seguir o tratamento, não queria ficar mais na CASAI e desejava ir para sua comunidade. Ele afirmava que sabia que iria morrer e desejava morrer na sua comunidade junto aos seus parentes. Ele andava muito irritado com todos os profissionais, inclusive com sua esposa que dizia ter medo dele. Inicialmente o serviço social tentou contornar a situação, mas não adiantou, providenciaram o seu retorno a comunidade, dias depois veio a falecer.

Outro paciente, acometido pela mesma doença foi do Sr. F. Sanumá, que tinha 27 anos e era da comunidade de Auaris. Chegou a CASAI em dezembro de 2009 quando veio acompanhar uma filha menor, que estava doente. Durante o tratamento da filha adoeceu e foi encaminhado ao hospital Geral de Roraima, permaneceu lá por várias semanas e o estado de saúde foi se agravando. Após exames foi diagnosticado com insuficiência renal, e foi submetido a algumas sessões de hemodiálise, mas não resistiu e faleceu em poucos meses.

Outra pessoa com insuficiência renal foi a Sra. W.E. Sanumá de 32 anos, casada e com três filhos menores de 10 anos. Ela foi removida da comunidade Auaris no início do ano de 2011, chegou muito doente e ficou internada no Hospital Geral de Roraima por três semanas. Permaneceu na CASAI por aproximadamente seis meses fazendo a hemodiálise, mas, passou a resistir a aplicação do medicamento, como não falava o português não se comunicava com os profissionais e ficava por isso mesmo.

Os profissionais da clínica notaram que a falta dos medicamentos não fizeram o estado da paciente piorar e foram solicitados novos exames. Quando chegaram os resultados, foi constatado que a paciente não precisava mais de hemodiálise, portanto recebeu alta e retorna periodicamente para acompanhamento médico.

Atualmente existem três pacientes em tratamento de hemodiálise, dois desses pacientes são irmãos, sabem ler na língua Sanuma e aprenderam a língua portuguesa. Já foram orientados quanto à doença e têm informações sobre o transplante e expectativas de realizá-lo. No entanto, não estão inscritos no Cadastro Nacional de Transplantes.

O Sr. C. Sanumá tem 29 anos, separado, tem um casal de filhos é da comunidade Katonau. Chegou na CASAI em abril do ano 2011. Ele tem uma filha de dez anos e tem deficiência mental, que ficou aos cuidados de sua mãe. Ele fala semanalmente com sua família em Auaris pela radiofonia, também tem um outro irmão com insu-

função renal. Durante esse tempo em que está na CASAI eles solicitam acompanhantes: às vezes está seu pai, outras vezes sua mãe e seus filhos.

Este paciente recebe auxílio doença e com o dinheiro compra alimentos e manda para a sua mãe, com outra parte do dinheiro compra roupas e brinquedos para os filhos. Ele comprou uma televisão e deixa no alojamento para assistir ali mesmo, sem precisar ficar na companhia de outros indígenas. Ao falar sobre sua doença diz que está doente por ter bebido muito caxiri na comunidade. Seu pai que é xamã fez sessões quando ele ficou doente, mas não pode curá-lo.

Ao conversar com os pais do Sr. C. Sanumá eles também confirmam que eles, se referindo também ao outro filho com a doença, beberam muito caxiri por muito tempo e, além disso, deixavam de se alimentar direito. Eles deixam claro que o caxiri é o principal motivo dessa doença, pois o tempo em que eles começaram a sentir os sintomas das doenças era um período em que estavam bebendo muito.

O Sr. C. Sanumá reclama que é muito ruim ficar doente dos rins, pois ao adoecer, tem que vir para a CASAI, “é ruim ficar longe da comunidade, aqui não nada para fazer, lá tem a roça, pode caçar e pescar”.

Esse paciente fala do perigo de estar na CASAI, pois para ele os demais povos não são amigos, isso se referindo aos Yanomami. Ele diz que às vezes sente o ambiente muito pesado, e fica alegre quando chega um xamã, pois ele consegue fazer o ambiente ficar mais tranquilo e o Sanumá mais alegres.

Outro Sanumá com problema renal é o Sr. F. W. Sanumá de 49 anos, é casado, tem cinco filhos, veio da comunidade Katarrinha e foi transferido do Hospital Geral de Roraima para CASAI. Ele estava na instituição, mas só foi registrado duas semanas depois, em novembro de 2011. Esse paciente fala pouco português e durante a pesquisa nenhum acompanhante esteve com ele. Ele foi o último a começar a receber o benefício do INSS.

O Sr. F. Sanumá ficou muito irritado porque os outros pacientes recebiam esse benefício e ele não, então passou a não querer ir às sessões de hemodiálise e afirmava que não iria enquanto não recebesse seu dinheiro. “Isso foi um problema para convencê-lo a prosseguir com o tratamento”, disse um profissional da saúde.

O Sr. F. Sanumá sempre fala em retornar para a comunidade, fala da saudade que sente da família e também da roça, demonstra claramente a tristeza de ficar muito tempo na CASAI. Em uma das visitas ao alojamento encontramos o Sr. F. Sanumá muito triste, ele estava deitado sem conversar e não queria comer. Os outros Sanumá disseram que ele fica assim um dia inteiro, estava triste, com saudade da família. Ele comenta que assim que fizer o transplante vai embora para a comunidade.

O terceiro Sanumá com insuficiência renal é o Sr. I. Sanumá, ele tem 27 anos, é da comunidade de Katonau, é casado e tem três filhos. Ele é irmão mais novo do Sr. C. Sanumá. É o último paciente que deu entrada na CASAI. Também é o único que fala sobre a viagem para fazer a troca dos rins. Vestese socialmente e diz que quando ficar bom quer estudar. Ele comenta que o médico da clínica diz que para eles ficarem bons, precisam fazer operação para trocar o rins.

Em maio deste ano, 2013, a clínica enviou um encaminhamento para o Tratamento fora do domicílio (TFD), mas até julho ainda não tinha sido resolvido, segundo informação do Serviço Social da CASAI. As pesquisas mostraram que eles tem uma grande expectativa por essa viagem, mas que até agora não ocorreu.

Outro problema enfrentado por esses pacientes é a falta de um programa definido de visitas às suas comunidades, só recebem liberação depois de insistirem e reclamarem muito. Especialmente ano de 2013, houve um acordo verbal com a SESAI de que as visitas ocorrerão de seis em seis meses, levando em conta o estado de saúde do paciente.

3.2 A trajetória de um padecimento: a narrativa de C. Sanumá

O Sr. C. Sanumá tem 30 anos (entrevista realizada em fevereiro de 2013), nasceu na comunidade de Katonau na região de Auaris. Ele tem dois filhos menores que ficam com a sua mãe, pois tem uma filha com deficiência mental. Ele relata que é filho de um xamã, além de sua mãe que já está idosa, seu pai tem mais três esposas. Na CASAI tem um irmão mais novo que também está doente dos rins.

Na comunidade ele tinha uma roça que fez sozinho e também construiu uma casa grande para sua família e sua mãe que também foi morar com ele, no período em que sua mulher o havia deixado. Sua mãe foi morar com ele para ajudar a cuidar de seus filhos. Ao falar sobre a doença ele acrescentou que tudo começou quando fez uma viagem para a Venezuela: foram ele e seu irmão, o Sr. I. Sanumá, mais novo.

A viagem é uma caminhada pela mata em trilhas feita pelos próprios Sanumá, já que é comum essa mobilidade entre os grupos tanto da Venezuela como os do Brasil. O Sr. C. disse que foi morar com uns parentes, tios irmãos de seu pai, que moram nas comunidades da Venezuela e lá permaneceu muito tempo. Ao chegarem a comunidade dos parentes, passaram a beber muito caxiri, bebiam muito todos os dias e por muito tempo.

Certo dia começou a ficar doente, só queria ficar na rede, não queria comer e foi ficando fraco. Então, tomou a decisão de voltar para sua comunidade em Auaris.

Ele e seu irmão retornaram sozinhos para Auaris em uma viagem muito difícil, pois tinha que vir bem devagar pois ele estava muito fraco, tinha febre, dores na barriga, vômitos e por isso foi direto para o polobase em Auaris. Tomou remédio durante vários dias e foi melhorando.

Seu pai que é xamã fez xamanismo por várias vezes. Chamou Uriel, Abel e Passarão e outros xamãs fortes que moram em Auaris. Fizeram xamanismo pensando que fosse ataque de *Sai* de (criatura sobrenatural), mas eles viram que o xamanismo não ia resolver o problema, disseram que era por causa do consumo de caxiri. Quando teve uma pequena melhora o trouxeram para o hospital da cidade de Boa Vista, era a primeira vez que ele vinha à capital.

Quando ficou mais forte o trouxeram para a CASAI. Na instituição encontrou Nilson Moraes, o enfermeiro que já morou em Auaris, “conheço ele de lá” disse o Sr. C. Sanumá. Ele falou que Nilson foi conversar com ele, e disse que ele estava doente dos rins e tinha que ficar na CASAI para tratar”. O Sr. C. Sanumá foi a clínica pela primeira vez acompanhado por Nilson para poder conversar com o médico. O médico disse que o tratamento era com ajuda da máquina e que ele tinha que colocar uma máquina pequena no braço para colocar o remédio por ela.

Nesse tempo outro Sanumá estava fazendo o tratamento (ele se referia ao R. Sanumá que já estava na CASAI) que ajudou informando como deveria fazer quando fosse à clínica. Devido a essas informações o sr. C. Sanumá não teve medo. Ele não sabia que iria demorar muito, ele sabe que é preciso passa pela máquina, mas não gosta de ir para a clínica.

Em uma das visitas que fez a sua comunidade, soube da morte do S.R. Sanumá que já fazia hemodiálise. Ele e seu irmão ficaram com medo de morrer também por isso logo voltaram para continuar as sessões. Ele acredita que os médicos e enfermeiros que ficam na clínica gostam dos Sanumá, “eles falam com a gente como amigo”, disse o Sr. C. Sanumá.

Ele afirmou que se sente bem depois que vem da clínica, sentese mais forte, conta que um tempo ele não queria mais ir para a clínica, então ficou tão fraco, e teve que ficar internado no Hospital Geral muito dias e por isso ele não quer mais deixar de ir para as sessões. O médico da clínica falou com eles e disse que para ficarem bons é preciso trocar os rins por um bom, “mas isso não é feito aqui, é preciso ir para São Paulo, fazer cirurgia na barriga”, relatou C. Sanumá.

Considerações Finais

Este trabalho buscou compreender como os Sanumá com insuficiência renal vivenciam os processos de saúde, adoecimento e atenção, quando estão inseridos no subsistema de saúde indígena, por meio da observação do encontro dos pacientes dependentes da hemodiálise com o subsistema de Saúde Indígena e de suas declarações sobre sua permanência em Boa Vista/Roraima.

A pesquisa evidenciou que estes pacientes são removidos de suas comunidades com a certeza de que vão voltar logo, mas somente aqui ficam sabendo que não tem tempo para voltar e passam a viver de modo diferente da comunidade (morando em alojamentos, convivendo com potenciais inimigos; com uma dieta alimentar diferente; tendo que andar vestidos e calçados; ficar o dia todo sem fazer nada inclusive, sem poder voltar para sua comunidade).

A distância da família e da roça (que são os principais bens de uma pessoa Sanumá) é muito angustiante para esses pacientes. Como resultado dessa distância, eles ficam deprimidos e armam estratégia para não irem para a hemodiálise. Eles nem sabem quando vão ficar bom e nem quando poderão voltar para suas comunidades.

Para amenizar esse sofrimento, eles procuram manter ligação com as famílias na comunidade, trocando notícias através do sistema de rádio e recebendo notícias dos parentes que chegam. Eles recebem auxílio doença e com o dinheiro compram alguns produtos (açúcar, óleo, sal, leite, café, bolachas e outros) e enviam para seus parentes. Da comunidade recebem o “beiju”, a farinha e o tabaco. Outra forma de manter-se próximo de seus costumes é procurando os especialistas para fazer o xamanismo no alojamento da CASAI.

Eles pouco interagem com pacientes indígenas de outras etnias e preferem ficar no alojamento. Por esta razão, são conhecidos como um grupo problemático, inclusive pelos próprios servidores de saúde. Isso se dá por dois motivos: a dificuldade de comunicação e por acreditarem que os “outros” oferecem perigo para eles. Os sanumá referem ficar no alojamento deitados nas redes, conversando entre si ou fazendo algumas peças artesanais para vender e ter algum dinheiro para poder comprar alguns produtos.

A pesquisa evidenciou ainda, que estes pacientes estão apenas realizando tratamento paliativo com a hemodiálise, mas não tem um programa concreto e adequado pois, a indicação é de transplante. Os relatos dos pacientes demonstram que a clínica especializada já os orientou de forma superficial sobre o transplante e ainda que estes pacientes tenham expectativa de serem transplantados, não estão inscrito no Cadastro nacional de transplante.

O subsistema de atenção à saúde indígena não se mostra preparado para acolher estes pacientes e os mantém parados na instituição a mercê da própria sorte e cada dia estão mais debilitados e dependentes da hemodiálise. Esta situação indefinida leva os Sanumá a uma suspensão do curso de suas vidas, afastados de seus parentes e de sua comunidade onde a vida continua.

Este estudo, além de chamar a atenção para a situação destas pessoas, procura destacar a contribuição da Antropologia para a compreensão dos dramas vividos por elas e para sensibilização de profissionais de saúde e autoridades para mitigação de seu sofrimento.

Há muitas questões sobre a insuficiência renal entre os Sanumá que fogem ao escopo desta pesquisa. Uma pergunta que surgiu durante a elaboração deste trabalho se faz acerca das possíveis causas biológicas da alta prevalência de insuficiência renal entre os Sanumá (medicamentosa? infecciosa? intoxicação por mercúrio?).

No campo da Antropologia restam muitas questões que, para serem investigadas, demandam o aprendizado da língua sanumá e um estudo nas comunidades in loco, sobre o que os moradores dizem sobre a doença dos pacientes com insuficiência renal e os acontecimentos relacionados às primeiras manifestações dos sintomas. Aqui, procurase dar alguns passos neste sentido.

Referências bibliográficas

ALVES, Paulo César B.; SOUZA, Iara Maria A. Escolha e Avaliação de Tratamento para Problemas de Saúde: considerações sobre o itinerário terapêutico. In **Experiência de Doença e Narrativa**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

BISERRA, Rosângela de Souza. 2006. **Ainda estamos vivos**: Etnografia da saúde Sanumá. (Tese de Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, 2006.

Brasil. Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. 2ª edição Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002. 40 p.

Brasil. Fundação Nacional de Saúde. **Lei Arouca**: a Funasa nos 10 anos de saúde indígena. Brasília: Funasa, 2009.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. 1998. **O trabalho do antropólogo**. Brasília/São Paulo: Paralelo 15/ed. UNESP, 1998. Boa Vista, 2007.

GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lúcia. **Saúde Indígena**: uma introdução ao tema. Brasília: MEC – SECADI, 2012. 280 p.

_____, Luiza; MACEDO, G; BRANDÃO, L.C. **Os povos indígenas e a construção das políticas de saúde no Brasil**. Brasília: Organização Panamericana de Saúde, 2003.

GUIMARÃES, S. M. F. **Cosmologia Sanumá**: O xamã e constituição do ser. (Tese de Doutorado) Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2005. 19 p.

_____. “Reflexões Sanumá e o surgimento dos brancos”. **Revista de Estudos e Pesquisas** (Fundação Nacional do Índio), v. 2, p. 5377, 2005.

LANGDON, Jean. Representações de Doença e Itinerário Terapêutico dos Siona da Amazônia Colombiana. In: SANTOS, Ricardo V.; COIMBRA JR., Carlos E. A. (orgs.). Saúde e povos indígenas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994

_____. **A negociação do oculto**: Xamanismo, Família e Medicina entre os Siona no contexto Pluriétnico, 1994.

PELLEGRINI, Marcos. **Discursos Dialógicos**: Intertextualidade e ação Política na Performance e Autobiografia de um interprete Yanomami no Conselho distrital de Saúde. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

_____. As equipes de saúde diante das comunidades indígenas: reflexões sobre o papel do antropólogo nos serviços de atenção à saúde indígena. In: LANGDON, J. & GARNELO, L. (orgs). **Saúde dos povos indígenas**: reflexões sobre antropologia participativa. RJ: Contracapa, 2004.

RABELO, Miriam Cristina. **Experiência de Doença e Narrativa**. / Miriam Cristina Rabelo, Paulo César Alves, Iara Maria Souza – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

RAMOS, Alcida. 1990. **Memórias Sanumá**: espaço e tempo em uma sociedade Yanomami. São Paulo: Marco Zero, 1990.

ALCOOLISMO, QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE LABORAL: UM ESTUDO EM UMA EMPRESA DE SANEAMENTO BÁSICO DE BOA VISTA - RR

1. Introdução

Este trabalho é um estudo descritivo sobre o consumo de álcool entre os trabalhadores de campo da empresa de saneamento básico de Boa Vista - RR, sendo abordado, também, sua saúde e qualidade de vida. Seu objetivo geral é analisar as relações entre o alcoolismo, qualidade de vida e saúde laboral desses trabalhadores, uma vez que há estudos que afirmam existir uma maior concentração dos casos de alcoolismo em profissões socialmente desprestigiadas, por envolverem materiais considerados desagradáveis ou repugnantes e que fatores relacionados ao ambiente e qualidade de vida no trabalho, podem influenciar na saúde física e mental do trabalhador, contribuindo para o consumo de álcool.

Pesquisar sobre os fatores o consumo de bebida alcoólica, saúde e qualidade de vida dos trabalhadores das áreas de campo da empresa de saneamento de Boa Vista-RR possui uma relevância sobre a prevalência do alcoolismo no trabalho nas profissões consideradas socialmente desprestigiadas, englobando as classes sociais mais baixas da empresa e o impacto decorrente dessa doença, tanto para o empregador, quanto para o empregado. Considerando a importância do diagnóstico precoce, as empresas podem implantar políticas públicas voltadas para a prevenção e tratamento do alcoolismo.

No que concerne ao conhecimento empírico, às pesquisas até hoje realizadas sobre as relações das condições de trabalho e o consumo de bebidas alcoólicas no Estado são limitadas, e esta investigação poderá contribuir para o acervo de informações científicas da UFRR e do Estado de Roraima.

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: dayacarvalhorr@hotmail.com

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: emersonclaytonarantes@gmail.com

*** Universidade Federal de Roraima. E-mail: ja.q.s@hotmail.com

Assim, justifica-se a importância deste estudo como contribuição às organizações que possuem essa problemática, pois aspectos humanos podem representar gargalos e barreiras, e o conhecimento da questão ajudará a minimizar seus impactos negativos.

Os resultados desse trabalho poderão, ainda, serem utilizados por organizações que procuram aperfeiçoar suas políticas de gestão e desenvolvimento humanos, com a implantação de programas de prevenção, tratamento e recuperação dos empregados que apresentarem problemas com o consumo de álcool, melhorar a qualidade de vida de seus trabalhadores, otimizar seus processos produtivos e administrativos, além de contribuir para minimização de uma das questões de saúde mais graves da atualidade.

Levando-se em consideração as informações descritas levanta-se a seguinte questão para esta pesquisa: fatores relacionados ao ambiente, qualidade de vida e saúde laboral podem contribuir para o consumo de bebida alcoólica entre os trabalhadores de campo da empresa de saneamento de Boa Vista – RR?

Dessa forma, este estudo propõe-se a fazer um estudo sobre o alcoolismo, qualidade de vida e saúde laboral nos trabalhadores de campo da empresa de saneamento básico de Boa Vista-RR, baseando-se nas pesquisas que vinculam a doença do alcoolismo ao ambiente de trabalho.

2. Referencial Teórico

De acordo com Mendes (2005), o álcool, por ser considerada uma droga lícita, se constitui em um dos problemas de saúde pública de elevada magnitude nos dias atuais. Seu consumo pode ser originário por problemas pessoais, familiares, sociais ou por determinadas situações no meio laboral, ou ainda por uma combinação desses elementos. Sua ingestão de modo crônico e continuado, caracterizado pelo descontrole periódico ou por um padrão de consumo com episódios frequentes de intoxicação pode levar à dependência, conhecida como alcoolismo.

O alcoolismo é reconhecido como doença pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e representa um dos problemas socioeconômicos mais graves para a saúde mundial e, de acordo com o relatório divulgado em 2011 por essa organização, o consumo em excesso é um importante fator para problemas psiquiátricos, e males como a epilepsia, de doenças cardiovasculares, cirrose e vários tipos de câncer, provocando 2,5 milhões de mortes todos os anos. A estimativa da OMS é de que a ingestão do álcool é a terceira causa de morte no mundo, depois do câncer e das cardiopatias.

Segundo Vaissman (2004), dados recentes em todo o mundo mostram um crescimento no uso abusivo do álcool, questões importantes de saúde pública e também saúde ocupacional. Os dados estatísticos apontados por Vaissman (2004) são considerados alarmantes pela autora, estimando que, no Brasil, 84% dos brasileiros fazem uso ocasional do álcool, 21% o consomem diariamente e 19% têm a embriaguez alcoólica semanal. Vaissman (2004) relata que há uma prevalência de 8 a 10% de abuso e dependência do álcool afetando cerca de oito milhões de brasileiros. Em relação à saúde, a autora diz que os dados não são menos alarmantes, pois se atribui ao álcool como sendo a segunda causa mais frequente das internações psiquiátricas.

Visando subsidiar as ações de diagnóstico, tratamento e vigilância em saúde e o estabelecimento da relação da doença com o trabalho e das condutas decorrentes, o Ministério da Saúde divulgou, em 2001, o Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde, onde foram listadas as doenças relacionadas ao trabalho. No capítulo 10, o manual classifica o alcoolismo como doença ligada a transtornos mentais, ocupando o terceiro lugar entre as ocorrências de concessão de benefícios previdenciários de auxílio-doença, por incapacidade para o trabalho superior a 15 dias, aposentadoria por invalidez, e por incapacidade definitiva para o trabalho.

Como doença relacionada ao trabalho, Rehfeldt (1989), afirma que o alcoolismo é responsável por alguns comportamentos, tais como: absenteísmo, atrasos, ausência no período da jornada de trabalho, desmotivação, incidência de atestados médicos, incidência de doenças clínicas, queda de produtividade e da qualidade, acidentes de trabalho, conflitos familiares e no ambiente laboral.

Os estudos de Guimarães e Grubits (2003) apontam, ainda, indicadores de saúde e qualidade de vida, incluindo condições de trabalho, como fatores de risco para o uso de substância psicoativa, como a ingestão de álcool.

2.1 *Alcoolismo*

2.1.1 *Definição*

A Organização Mundial de Saúde (OMS), define o alcoolismo como doença crônica que acomete o indivíduo, o que pode levar o organismo a uma intoxicação grave e à dependência química, de caráter irreversível, progressivo e fatal, que em geral leva a incapacidade física e a desajustes emocionais, ocupacionais ou sociais como consequência direta.

Laranjeira e Pinsky (1997) relatam que 50% a 70% dos alcoolistas apresentam problemas no sistema nervoso e que esses danos são devidos a uma ação direta no cérebro que provoca uma diminuição da memória, na capacidade de raciocínio mais complexo, no julgamento de situações complexas, etc. Doenças como fígado gorduroso, hepatite e cirrose, gastrointestinais, cardiomiopatia alcoólica e a hipertensão, também são relatadas neste estudo.

Os estudos de Laranjeira e Pinsky (1997) afirmam, ainda, que quando há uma redução ou interrupção do consumo de álcool no organismo do dependente de álcool, a chamada síndrome de abstinência, pode provocar em 40% deles sintomas como: convulsões, *delirium tremens*, que representa um quadro grave em que a pessoa apresenta tremor no corpo inteiro, associado a confusão mental, e alucinação alcoólica.

2.1.2 Alcoolismo e trabalho

Norman et al. (1994 Apud LOPES, 2011), afirmam que o álcool é considerado a substância mais comum, tanto para saúde pública como para a saúde do trabalhador. Para Vaissman (2004) o alcoolismo pode ser classificado, em algumas ocasiões, como doença profissional, quando algumas profissões ou locais de trabalho dentro de uma empresa possam expor o trabalhador a um risco maior de usar bebida alcoólica em excesso. A autora ressalta que os fatores de risco ligados ao trabalho podem ser inerentes à especificidade da ocupação, às condições em que um determinado trabalho é efetuado, ao tipo de agentes estressores e como eles atuam física e psicologicamente no trabalhador e que as características e a vulnerabilidade daquela personalidade diante do trabalho favorecerão ou não o consumo abusivo de álcool como forma de atenuar conflitos e tensões.

Os estudos de Guimarães e Grubits (2003) apontam o álcool como a droga mais amplamente utilizada no mundo e que a utilização dessa substância no local de trabalho é parte integrante desse padrão de uso global. Segundo a autora, o alcoolismo é o segundo transtorno psiquiátrico mais relevante na atualidade, sendo superado apenas pelas depressões.

O álcool no ambiente laboral, segundo a Organização Mundial do Trabalho - OMT, se constitui como uma das principais causas de envolvimento com acidentes de trabalho, interferindo diretamente no desempenho profissional, levando o trabalhador a frequentes atrasos, baixa produtividade, falta de controle com o material de trabalho, incapacidade de assumir determinadas atividades, insatisfação, desmotivação, resultando em um risco para as empresas.

Mendes (2005), afirma que 45% dos trabalhadores bebem frequentemente, e 20% diariamente, e que nos locais de trabalho, o alcoolismo é mais prevalente que outras drogas lícitas, acometendo 8% dos homens e 3% das mulheres, sendo o álcool um importante fator de tensão no trabalho com colegas e chefias, comprometendo 20% da força de trabalho nas pessoas.

Os estudos de Lopes (2011) apontam que os problemas decorrentes do uso do álcool representam 54% dos acidentes de trabalho. Sobre o consumo de álcool no trabalho descreve a autora:

No Brasil, dados do levantamento sobre o uso de drogas entre trabalhadores da indústria no ano de 2000, coordenado pelo Serviço Social da indústria – SESI e publicado pelo Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas – OBID, demonstraram que 78,7% dos participantes já fizeram uso na vida, ou o fazem no momento, de bebidas alcoólicas... Além disso, os trabalhadores afirmaram poder trabalhar sem problemas após terem ingerido álcool, fato que após a agitação, representa entorpecimento, diminuição dos reflexos e maiores riscos de acidentes no trabalho. (LOPES, 2011, p. 37).

Os estudos de Lopes (2011) mostram que as estimativas da Associação dos Estudos do Álcool e Outras Drogas evidenciaram, no Brasil, em 1990, que o alcoolismo é o terceiro motivo de absenteísmo no trabalho, sendo a causa mais frequente de aposentadorias precoces e acidentes de trabalho, representando, e a oitava causa para a concessão de auxílio doença pelo Ministério do Trabalho.

O artigo 482, “f”, da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho é claro ao definir a embriaguez como motivo de demissão por justa causa, sem o menor ônus para a empresa. Entretanto, de acordo com o Tribunal Superior do Trabalho (TST), a dispensa com ou sem justa causa de empregados considerados dependentes do álcool tem sido objeto de exame no TST, cuja jurisprudência consolidou-se no sentido de reconhecimento de que o alcoolismo é doença crônica, que deve ser tratada ainda na vigência do contrato de trabalho. Para o TST, a assistência ambulatorial ao empregado traduz coerência com os princípios constitucionais de valorização e dignidade da pessoa humana e de sua atividade laborativa.

2.2 *Qualidade de vida no trabalho*

Os estudos de Lopes (2011) apontam o ambiente e as condições de trabalho como fatores psicossociais estressantes são passíveis de influenciar no rendimento, na satisfação laboral e na saúde do trabalhador, e o uso abusivo do álcool pode servir de estratégia de *coping** para o enfrentamento das situações estressantes no trabalho,

e dessa forma aliviar o estresse emocional. Entretanto, diz a autora, que esse comportamento pode interferir na saúde do trabalhador, na produtividade, nos níveis de satisfação no trabalho, irritabilidade, além dos acidentes de trabalho.

Para Limongi-França (2003), Qualidade de Vida no Trabalho – QVT é conjunto das ações de uma empresa que envolve a implantação de melhorias e inovações gerenciais, tecnológicas e estruturais no ambiente de trabalho, e envolvem as seguintes áreas do conhecimento: saúde, ecologia, ergonomia, sociologia, economia, administração e engenharia. Ainda, segundo a referida autora, existem dois movimentos principais na gestão da qualidade de vida no trabalho: o primeiro, individual, caracteriza-se pelo aprofundamento da compreensão a respeito do estresse e das doenças associadas às condições do ambiente organizacional; o segundo, organizacional, refere-se à expansão do conceito de qualidade total, que deixa de restringir-se a processos e a produtos para abranger aspectos comportamentais e satisfação de expectativas individuais, visando à concretização dos resultados da empresa.

2.3 Saúde ocupacional

A OMS define saúde como: o completo estado de bem-estar, psíquico e social do indivíduo. Com o objetivo de buscar soluções para diminuir os acidentes de trabalho foi fundada em 1919, com sede em Genebra – Suíça, a Organização Internacional do Trabalho. Em 1923, foram criados os comitês de segurança nas empresas. No Brasil, de acordo com instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, determinou-se que todas as empresas deveriam organizar a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, visando à promoção da saúde do trabalhador, conforme art. 163 da CLT.

De acordo com o manual de legislação, segurança e medicina no trabalho (2005), a CIPA é regulamentada pela NR-5 da Portaria nº 3214/78 do Ministério do Trabalho tem como objetivo observar e relatar condições de risco no ambiente de trabalho e solicitar medidas para reduzir até eliminar os riscos existentes e/ou neutralizar os mesmos, discutir os acidentes ocorridos, encaminhando ao SESMET – Serviço Especializado de Segurança e Medicina no Trabalho e ao empregador o resultado da discussão, solicitando medidas de prevenção.

Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO, cuja obrigatoriedade foi estabelecida pela NR-7, da Portaria 3214/78, é um programa médico que deve ter caráter de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce de agravos

à saúde relacionados ao trabalho, tendo como benefícios a manutenção da saúde física e mental dos empregados, proteção contra acidentes de trabalho, prevenção de doenças ocupacionais, promover a sensação de segurança e satisfação no trabalho, diminuição do absenteísmo por doenças ocupacionais ou não, redução dos gastos com seguros e indenizações, participação de medidas de proteção contra acidentes fiscalizando o cumprimento da legislação e a realização de exames periódicos nos empregados, sendo esses exames de obrigação das empresas, conforme disposto no art. 168 da CLT.

Outra obrigação das empresas com relação à preservação e integridade da saúde do trabalhador, com relação ao ambiente laboral, segundo manual de legislação, segurança e medicina do trabalho (2005), é a elaboração e implementação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, que tem como objetivo a preservação da integridade do trabalhador, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e controle das ocorrências de riscos ambientais, químicos e biológicos, estabelecido pela NR-9 da CLT, criado através da Portaria nº 25/94 da SSST do MTE.

O uso obrigatório dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI, considerado um dispositivo de proteção destinado a proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e saúde do trabalhador é regulamentado pela NR-6, conforme o manual de legislação, segurança e medicina no trabalho (2005), cabendo à empresa fornecer gratuitamente, bem como, fiscalizar seu uso.

Para Limongi-França (2003), a produção de bens na sociedade envolve a participação do ser humano e que os trabalhadores enfrentam constantes desafios no decorrer de suas vidas de trabalho. Esses desafios são devidos não só a situações de risco ocupacional, mas também, a fatores perturbadores da saúde trazem desconforto, restringem a participação dos trabalhadores nas atividades sociofamiliares, são potencializadores de doença e diminuem a qualidade de vida.

2.4 As atividades das empresas de saneamento

Segundo o Manual de Auditoria em Saneamento (2002), o campo de saneamento básico contempla as ações no âmbito do abastecimento de água potável, coleta, disposição e tratamento de resíduos sólidos, esgotamento sanitário, controle de vetores e drenagem urbana.

Explica esse manual que os sistemas de esgotamento sanitário constituem um conjunto de obras e instalações que tem como objetivo a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final das águas residuárias da comunidade.

De acordo com o manual, os trabalhadores que exercem atividades ligadas diretamente à captação, tratamento e distribuição de águas e coleta de esgotos sofrem riscos físicos como radiação pela exposição ao sol em trabalhos a céu aberto, ruído proveniente das máquinas e equipamentos, vibração, umidade, índices de Bulbo Úmido Termômetro de - IBUTG acima do limite de tolerância; riscos de acidentes como explosões, soterramento, atropelamentos, choques elétricos, afogamentos; riscos biológicos pela exposição a microrganismos presentes nos resíduos humanos e de outros animais; riscos químicos como poeira, e exposição a produtos químicos e riscos ergonômicos.

Com relação aos problemas que ocorrem nas redes coletoras de esgotos e as sequências de atividades de operação que são realizadas para corrigi-los diz o guia de operação e manutenção de redes coletoras de esgotos:

Um dos grandes problemas encontrados nas tubulações de esgoto consiste no entupimento por aporte de resíduos sólidos das mesmas, devido ao mau uso das pessoas que jogam objetos estranhos nos vasos sanitários, e em alguns casos, diretamente nos poços de visitas... Essa prática incorreta pode comprometer toda a rede coletora de esgotos, gerando grandes gastos com manutenção. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2008, p. 51).

Para Sounis (1991), a problemática do saneamento básico abrange vários aspectos relacionados à saúde ambiental e do homem, podendo, dessa forma, exercer efeito deletério sobre o seu bem-estar físico, mental ou social, existindo estudos no âmbito da higiene industrial para a proteção à saúde relacionada ao local de trabalho. A despeito da remoção e destino final dos resíduos, uma das finalidades do saneamento básico, diz o autor:

Os resíduos líquidos são constituídos por dejetos humanos, detritos domiciliares ou industriais, água residuais das indústrias ou pluviais (esgotos). A remoção dessas imundícies é feita através da rede de esgotos. (sistemas separador e unitário ou “tudo no esgoto”) Os resíduos sólidos são formados pelo lixo, que constitui um dos grandes problemas... e os gasosos, constituídos por gases, vapores e humo. (SOUNIS, 1991, p. 229).

O art. 189 da Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, que altera o capítulo V do título II da CLT, que trata da medicina e segurança no trabalho diz que “serão consideradas atividades insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.”.

De acordo com a NR 4, publicada através da Portaria GM nº 3.214, de 8 de junho de 1978, que trata dos serviços especializados em engenharia de segurança e medicina no trabalho, relaciona no quadro I, os serviços de captação, tratamento e distribuição de água e coleta de esgoto, representados pelos códigos 36 e 37, como grau de risco máximo, pois estão expostos a riscos físicos, químicos e biológicos, capazes de causar danos a saúde do trabalhador.

A respeito da Insalubridade, a NR 15 do Ministério do Trabalho e Emprego, publicada através da Portaria nº 3214, de 8 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho, classifica as atividades ligadas às redes de esgotos, galerias e tanques como insalubres em grau máximo, levando em conta a relação com os limites de tolerância com os agentes biológicos.

A seguir é apresentada a metodologia do trabalho.

3. Metodologia

A metodologia da pesquisa foi positivista, de lógica dedutiva, com enfoque quantitativo. Para o horizonte-temporal utilizou-se o estudo transversal. A coleta de dados deu-se por meio da observação participante e aplicação de questionário, composto por 21 questões. Para levantamento dos níveis de consumo de álcool adotou-se o modelo *AUDIT*. A população foi composta por 31 trabalhadores.

Quanto aos objetivos, este trabalho é um estudo descritivo sobre problema do alcoolismo, qualidade de vida e saúde laboral entre os trabalhadores de campo da empresa de saneamento de Boa Vista – RR, pois os estudos de Gil (2010) este tipo de pesquisa tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Salienta, ainda, o autor que as pesquisas descritivas têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, etc.

Para a aplicação do questionário, primeiramente foi feito um levantamento do número de empregados nos setores de Gerência dos Sistemas de Águas – GSA e Gerência dos Sistemas de Esgotos – GSE (universo), responsáveis pela operação e manutenção das redes de água e esgotos da empresa de saneamento. De acordo com as informações das respectivas gerências existem 19 empregados lotados nas Gerências dos Sistemas de Esgotos – GSE, e 20 empregados na Gerência dos Sistemas de Águas - GSA, totalizando um número de 39 trabalhadores, todos do sexo masculino, que executam atividades de campo, consideradas perigosas e insalubres

de acordo com as NRs 4 e 15 do Ministério da Trabalho (1978), que abrangem desde os serviços de abertura das valas para as ligações das redes de água e de esgotos, reparo e limpeza dessas redes, manutenção das bombas de abastecimento, manipulação dos produtos químicos para tratamento das águas captadas no rio Branco e demais atividades nas áreas de tratamento, coleta e distribuição de água e coleta de esgoto sanitário.

Participaram do estudo 31 trabalhadores, no período de 16 a 20 de setembro de 2013, excluindo-se os empregados que se encontravam de licença médica, licença prêmio, férias, Em razão do revezamento da escala de plantão, não participaram, também, da pesquisa os que não se encontravam na empresa durante a aplicação do questionário.

Para a recolha das informações foi elaborado um questionário, com questões fechadas, de múltipla escolha, de fácil aplicação, sendo dividido em três partes: a primeira, com quatro questões, destinando-se a obtenção de dados sócio demográfico, a segunda parte do questionário é relacionado ao ambiente e qualidade de vida no trabalho e a terceira, composto por 10 questões relacionado aos níveis de consumo de álcool, baseado no modelo *The Alcohol Use Disorder Identification Test – AUDIT*, totalizando 21 questões.

Para a aplicação dos questionários contou-se com a colaboração da equipe de segurança do trabalho da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima – CAER, que se prontificou a ajudar na coleta dos dados, organizando uma pequena reunião com os trabalhadores, facilitando dessa forma, a abordagem aos trabalhadores. A aplicação do instrumento se deu entre os dias 16 e 20 de setembro, no início e final de cada turno de expediente (das 7h 30min às 13h 30min e das 12h às 18h), onde foram explicados os objetivos do estudo a cada grupo de trabalhadores, que se dispuseram a participar. Ao concordarem, foram entregues os questionários, levando em média cinco minutos para serem respondidos, sendo devidamente acompanhados pela pesquisadora para fins de quaisquer esclarecimentos. Após o recolhimento desses instrumentos os dados foram digitados e organizados em uma planilha de cálculo para posterior análise das informações obtidas.

Esta pesquisa foi previamente autorizada pela Diretoria Administrativa e Financeira da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima Os estudos de Santos et al., 2013, afirmam que o teste *AUDIT*, se configura como uma das medidas mais empregadas em todo o mundo para identificação de grupos de risco e rastreamento do uso inadequado do álcool em amostras clínicas e da população em geral. De acordo com os autores, esse instrumento foi originalmente desenvolvido pela OMS (2003)

no final da década de 1980, com base em um projeto desenvolvido em seis países (Austrália, Bulgária, Quênia, México, Noruega e Estados Unidos) com uma amostra de 1.888 participantes previamente classificados.

De acordo com Rist, Glockner e Demmel (2009 apud SANTOS et al., 2013), entre os instrumentos utilizados, atualmente, para avaliar o consumo abusivo do álcool, o modelo *AUDIT* destaca-se por sua sensibilidade para detectar a dependência e o consumo nocivo e por sua utilidade para identificar potenciais grupos de riscos, sendo um dos modelos mais utilizados em vários países, como Suécia, EUA, Suécia, México, Canadá, Nigéria, Alemanha, Inglaterra, entre outros, em levantamentos acerca do consumo do álcool. No Contexto Brasileiro, o modelo *AUDIT* foi avaliado no Rio Grande do Sul, por Méndez, Lima, Olinto e Farrel (1999 apud SANTOS et al., 2013) e, posteriormente, na Bahia por Lima et al. (2005 apud SANTOS et al., 2013).

A seguir é apresentado os resultados do estudo.

4. *Análise e discussão dos resultados*

4.1 *Características sociodemográficas e econômicas*

Em relação a distribuição por frequências das variáveis faixa etária, escolaridade, estado civil, e renda mensal salarial, que conforme apresentadas nas questões de 1 a 4 do questionário aplicado, foram utilizadas para traçar o perfil dos trabalhadores de campo da empresa de saneamento básico de Boa Vista – RR.

De acordo com os dados verifica-se que 29,03%, representando a maioria dos respondentes (9 trabalhadores), está inserida na faixa etária de 40 a 49 anos; 51,61% (16 pessoas) possuem escolaridade de nível fundamental incompleto e 70,97%, correspondente a 22 trabalhadores, são casados; e 41,93% (13 trabalhadores) possuem renda salarial acima de R\$ 2.000,00.

4.2 *Resultados da pesquisa sobre o uso dos equipamentos de proteção individual – EPIs e situação dos riscos no ambiente de trabalho*

De acordo com o questionário aplicado, a distribuição da frequência sobre o uso dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, e a situação dos riscos no ambiente laboral. Para levantamento dessa questão foi apresentada uma questão fechada contendo apenas uma opção de resposta, “sim” ou “não”, porém, para uma

maior compreensão sobre a qualidade de vida no trabalho desses empregados, um dos objetivos deste trabalho, levou-se em consideração as observações feitas pelos questionados, onde a maioria respondeu não fazer uso dos Equipamentos de Proteção Individual - EPIs, fazendo as seguintes anotações ao lado da resposta “não”: “se a empresa fornecesse equipamentos de proteção, certamente usá-íamos”; “Sabemos que é importante o uso dos equipamentos, mas não temos”.

Quanto ao uso dos equipamentos de segurança, a maioria dos trabalhadores, equivalente a 93,55% (29 pessoas), informou não fazer uso e, mesmo sendo uma questão fechada, 13 trabalhadores fizeram uma observação ao lado da resposta, informando que se a empresa disponibilizasse os equipamentos, certamente usariam; 100% acreditam na importância do uso dos equipamentos de proteção, bem como, 100% também responderam que seu ambiente de trabalho apresenta riscos. 67,74% dos respondentes, equivalente a 21 trabalhadores, afirmaram já ter passado por situação de perigo durante a execução de suas tarefas, sendo que 77,42% (24 trabalhadores) nunca se afastaram por acidentes de trabalho.

Durante a aplicação do questionário, observou-se que a maioria dos trabalhadores fez questão de expor a problemática da ausência dos Equipamentos de Proteção Individual - EPIs, demonstrando insatisfação, preocupação, e até mesmo exaltação com relação a não utilização desses materiais, pois, a maioria demonstrou consciência dos riscos relacionados à execução de suas tarefas e sabem da importância dos equipamentos como forma de proteção aos acidentes de trabalho.

4.3 Resultados da pesquisa sobre a avaliação da qualidade de vida e saúde do trabalhador

Os dados apresentados sobre a percepção dos trabalhadores em relação à qualidade de vida e satisfação com a sua saúde, mostra que a maioria, 41,93%, equivalente a 13 trabalhadores, avalia sua qualidade de vida como boa. Quando questionados sobre a situação da saúde, a maioria 51,61%, correspondente a 16 trabalhadores, responderam estar satisfeitos.

4.4 Características relacionadas ao padrão de consumo de bebidas alcoólicas

Analisando a primeira questão, observou-se que apesar dos 35,48% dos respondentes, equivalente a 11 empregados, afirmarem nunca consumirem bebidas ou serem abstêmios merece atenção o número total de trabalhadores que participaram da

pesquisa, pois a maioria, num total de 20 empregados, equivalente a 64,61%, consomem algum tipo de bebida alcoólica, o que representa uma porcentagem significativa, se compararmos com os índices apontados por Mendes (2005), que afirmam que 45% dos trabalhadores bebem frequentemente e 20% diariamente, e com a estatística apontada por Vaissman (2004), que relatam que 84% dos brasileiros consomem algum tipo de bebida alcoólica. Outro dado importante para discussão é que durante a aplicação do questionário, observou-se que dos 11 empregados que se declararam abstêmios, a maioria relatou que um dia já foram bebedores compulsivos, mas que hoje, por frequentarem igrejas evangélicas não fazem mais uso da bebida alcoólica.

Na questão 2, os resultados mostram que 38,71%, equivalente a 12 empregados, não consomem bebidas alcoólicas, ou quando bebem ingerem até uma dose; porém, observando o total dos respondentes, verifica-se que 61,29% (19 funcionários), ou seja, a maioria, quando bebe consome acima de duas doses, diariamente.

Na análise da questão 3, observou-se que 12 empregados, equivalente a 38,71%, informaram que nunca ingerem cinco ou mais doses em uma única ocasião. Porém, observa-se que 32,26%, equivalente a 10 trabalhadores, um pouco menos da metade, consomem 5 ou mais doses em uma única ocasião.

Na análise da questão 4, 23 trabalhadores, representando 74,19% dos respondentes, informaram conseguem parar de beber, enquanto 25,81%, correspondente a 8 empregados não conseguem parar de beber.

Na questão 5, verificou-se que 100% dos trabalhadores nunca deixou de realizar tarefas laborais, nos últimos 12 meses, em consequência da ingestão do álcool;

Na questão 6, verificou-se que 70,97%, equivalente a 22 trabalhadores nunca sentiram necessidade de ingestão de bebidas pela manhã, nos últimos 12 meses, em razão da ressaca.

Na análise da questão 7, que aborda a culpa ou com remorso, nos últimos 12 meses, após a ingestão de álcool, verificou-se 26 empregados, representando a maior parte dos questionados, equivalente a 83,87%, nunca sentiram essa sensação.

Quanto a questão 8, que trata do esquecimento dos fatos da noite anterior, por ter ingerido bebida alcoólica, nos últimos 12 meses, pode-se constatar que a maioria, 23 trabalhadores, ou seja, 74,19%, nunca apresentou esse problema.

Na questão 9, a maioria, 83,87%, equivalente a 26 trabalhadores, responderam que nunca causaram ferimentos a alguém por causa da bebida.

Na questão 10, observou-se que a maioria dos questionados, 58,06%, equivalente a 18 trabalhadores, respondeu que não. Porém, por outro lado, 13 desses trabalhadores, equivalente a 41,94%, responderam que sim, apresentando, portanto,

uma porcentagem expressiva, que passa a ser visto com certa preocupação, pois representa quase 50% dos respondentes.

Durante a aplicação do questionário pode-se observar que a maioria dos trabalhadores pesquisados não se sentiu a vontade com o assunto abordado, mesmo com a presença dos técnicos de segurança do trabalho, alguns podem ter omitido os dados em razão do tabu criado pela sociedade em relação à doença do alcoolismo, ou até mesmo por temer algum comprometimento relacionado ao emprego. Portanto, os números levantados na aplicação do questionário *AUDIT* podem ser maiores que os apresentados nesta pesquisa, levando-se em consideração as observações descritas.

4.5 Classificação dos níveis de risco do consumo de álcool

De acordo com a classificação do padrão de consumo de bebidas alcoólicas proposta por Babor et al. (2001), mencionada anteriormente, verificou-se que a maioria, 16 trabalhadores (51,61%), que participaram da pesquisa, se enquadram-se na zona I, ou seja, apresentam baixo risco ou são abstêmios, seguido da zona de risco II apresentando 9 (29,03%) indivíduos, 4 (12,90%) estão inseridos na zona III e apenas 2 (6,45%) na zona IV, apresentando uma possível dependência.

Ressalta-se aqui, as intervenções recomendadas pelo teste *AUDIT* que podem ser adotadas a cada situação, considerando os resultados apurados, no qual 48,38% da população pesquisada se enquadraram como usuários de risco.

Com relação ao uso de bebidas alcoólicas, de acordo com os dados apresentados 10, 51,61%, equivalente a 16 trabalhadores, de um total de 31 participantes da pesquisa, foram classificados como usuários de baixo risco ou abstêmios 15 trabalhadores, correspondente a 48,38% dos questionados foram classificados como usuários de risco, de acordo com os padrões de avaliação do *AUDIT*, sinalizando uma situação de alerta para a empresa quanto a um possível desenvolvimento de quadros mais graves relacionados ao consumo abusivo de bebidas alcoólicas.

4.6 Uso do álcool

De acordo com os dados distribuídos dos 16 trabalhadores que foram classificados como usuários de baixo risco ou abstinência, 12, representando a maioria, tem idade acima de 40 anos; 9 possuem ensino fundamental incompleto; 13 são casados; e 9 recebem salários acima de R\$2.000,00.

Dos 15 trabalhadores que foram classificados como usuários de risco, a maioria, equivalente a 5 empregados, possuem uma etária de 40 a 49 anos; 7 possuem ensino fundamental incompleto; a maior parte, representando 9 trabalhadores, são casados; e a maioria, correspondente a 7 funcionários recebem até R\$1.500,00.

Comparando o perfil dos trabalhadores que foram classificados como usuários de risco com os que se enquadraram na classificação de baixo risco ou abstêmios, verifica-se que a faixa etária da maioria dos consumidores de risco é menor, não chegando aos 50 anos. Com relação à escolaridade, as duas classificações apresentaram a maioria dos trabalhadores não concluintes do ensino fundamental, o que representa a maioria, também, da população pesquisada.

No quesito estado civil, ambos apresentaram, em sua maioria, trabalhadores casados, representando, também, a maioria da população pesquisada. Na questão salarial, os dois grupos apresentaram diferenças. Enquanto a maioria do os do grupo de baixo risco ou abstêmios recebem salários acima de R\$2.000,00, a maior parte dos trabalhadores do grupo de risco recebem salários até R\$1.500,00.

Portanto, comparando os dois grupos, uso baixo risco ou abstêmios com os usuários de risco, percebe-se a as diferenças relacionadas ao perfil se encontram nos quesitos faixa etária e renda salarial, e esses dados sociodemográficos não são suficientes para estabelecer uma correlação entre idade, renda e uso de risco de bebida alcoólica.

Conforme dados obtidos através do questionário aplicado e da observação participante, pode-se constatar que a consumo do álcool entre os trabalhadores pesquisados aponta uma proporção significativa, pois 48,38% se encontra em zona de risco, representando quase a metade da população pesquisada, e se comparado aos dados apresentados por Mendes (2005), em que 45% dos trabalhadores consomem álcool frequentemente, esse dado passa a ser fato relevante.

Através da observação participante pôde-se perceber que grande parte dos trabalhadores que participaram da pesquisa não se sentiu a vontade com as questões relacionadas ao consumo de álcool. Outro fato importante observado durante a coleta dos dados, foi que dos 11 trabalhadores que se declararam abstêmios, conforme questão 1, parte desses empregados informaram que já foram consumidores de bebidas alcoólicas, mas, por questões religiosas, mudaram esse hábito. Alguns relataram casos concretos de alcoolismo entre os colegas de trabalho e que em algumas vezes chegaram a ingerir bebidas alcoólicas, às escondidas, como forma de suportar o mau cheiro das caixas de esgotos ou o excesso de trabalho. Essa última informação ratifica os estudos de Mabuchi et al. (2007), que em pesquisa realizada com os

garis do estado de São Paulo, a respeito da ingestão de álcool, confirmaram que o odor expelido pelo lixo e a carga excessiva de trabalho foram fatores considerados precursores para o consumo.

Quanto a questão da saúde e qualidade de vida dos trabalhadores em estudo, os dados apresentados, a respeito do uso dos equipamentos de proteção, em que 29 dos 31 trabalhadores responderam não fazer uso dos EPIs, representam uma situação de risco para a saúde desses empregados, ainda que a maioria tenha informado, que estão satisfeitos com sua saúde e que avaliaram a qualidade de vida no trabalho como boa, as Normas Regulamentadoras 4 e 15 listam as atividades de captação e distribuição de água e coleta de esgotos como insalubres e de risco em grau máximo.

Durante a observação participante verificou-se a insatisfação dos trabalhadores pesquisados com relação a ausência de equipamentos de proteção. A maioria informou que a empresa não disponibilizava desses equipamentos. Observou-se, ainda, que tanto a CIPA, quanto os técnicos de segurança do trabalho da empresa tinham conhecimento da situação e relataram que a aquisição estava em processo licitatório.

Diante do estudo descritivo apresentado pôde-se verificar que o alcoolismo é um dos problemas mais graves de saúde pública e reconhecido pela OMS como doença relacionada ao trabalho e que os dados apresentados na pesquisa, a respeito do consumo de álcool, qualidade de vida e saúde laboral na empresa de saneamento básico de Boa Vista –RR necessitam de especial atenção pelos administradores para a implantação de programas de promoção a saúde e assistência ao empregado que, de acordo com a OMS, podem promover a prevenção primária e o controle da doença no ambiente de trabalho, minimizando ou até mesmo solucionando problemas relacionados à doença, defendidos principalmente como forma de aumentar a produtividade e melhorar a qualidade de vida.

Considerações finais

De acordo com resultados obtidos, 51,61% dos trabalhadores se encontram na zona de baixo risco ou são abstêmios e 48,38% fazem uso de risco, onde dois desses trabalhadores são possíveis dependentes. Em relação à segurança no trabalho, foi detectado que a maioria não faz uso dos equipamentos de proteção Individual. Nesse sentido, entende-se que o consumo de bebida alcoólica na população estudada merece especial atenção para implantação de programas de prevenção e recuperação dos possíveis dependentes do álcool. Assim como, ressalta-se que o cumprimento das Normas Regulamentadoras, voltados para a manutenção da saúde do trabalha-

dor, são fatores que podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida desses profissionais.

Considerando o panorama encontrado na companhia de saneamento básico de Boa Vista - RR, em relação ao consumo de álcool, qualidade de vida e saúde laboral, observa-se que a empresa precisa elaborar políticas de ações imediatas para promoção à saúde dos trabalhadores, prevenção e, se for o caso, tratamento para os possíveis dependentes detectados na pesquisa realizada, através do questionário *AUDIT*, implantando programas de assistência ao empregado que hoje representam a busca de um tratamento apropriado, humanamente mais adequado e estruturado nos moldes empresariais, sendo, hoje, preconizada, inclusive, por vários órgãos internacionais, como a OMS.

Outro ponto importante a se destacar é ausência de equipamentos de proteção em 93,55% dos trabalhadores de campo, colocando em risco sua saúde e qualidade de vida, gerando efeitos preocupantes tanto a classe trabalhadora, à organização e a própria sociedade, além do fato da empresa estar descumprindo com a NR-6 do Ministério do Trabalho, onde as empresas são obrigadas a oferecerem, gratuitamente, os EPIs, como também, o treinamento, manutenção e cobrança desses equipamentos.

Com relação ao método aplicado na pesquisa, foi perceptível que houve limitações, pois, por se tratar de um assunto em que a sociedade demonstra discriminação e preconceito, os respondentes podem ter omitido a realidade dos fatos, o que pode ter afetado os resultados obtidos. Dessa forma, sugere-se a realização de uma nova pesquisa para que se possa confirmar, com maior precisão, os números apresentados. Porém, considera-se que os objetivos propostos neste estudo foram alcançados.

Abordar questões relacionadas ao alcoolismo, dentro da administração, foi uma tarefa árdua, considerando a complexidade do assunto, que se apresenta sob vários prismas. Portanto, este estudo foi realizado não com o objetivo de fazer uma caracterização clínica da classe dos trabalhadores de campo da empresa de saneamento de Boa Vista-RR, relativamente ao alcoolismo, pois este instrumento não foi insuficiente para a generalização dos resultados, mas como ponto de partida para futuros estudos ou como alerta para as empresas, no que se refere à presença dessa doença nesta ou em qualquer outra classe de profissionais.

Assim, os índices apresentados neste estudo, sobre as questões relacionadas ao alcoolismo, saúde laboral e qualidade de vida do trabalhador de campo da empresa de saneamento de Boa Vista – RR devem ser vistas pelo administrador como fatores importantes a serem observados e acompanhados, levando-se em conta as condutas

e procedimentos a serem adotados em relação aos riscos aos quais estes empregados estão expostos e ressaltando que a implantação e desenvolvimento de ações e educativas e preventivas estão diretamente ligados não só a integridade do trabalhador, mas também a saúde da própria empresa.

Referências bibliográficas

BRASIL, Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. **Consolidação das Leis do Trabalho – CLT**. Saraiva: atualizada e comentada. 28 ed. São Paulo, 2001. 1109 p.

_____. Lei n. 6514, de 22 de dezembro de 1977. **Normas Regulamentadoras – NR** aprovadas pela Portaria n. 3.214, de 8 de junho de 1978. Manuais de Legislação Atlas: segurança e medicina no trabalho. Atlas. 57 ed. São Paulo, 2005. 796 p.

_____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Esgotamento Sanitário**: operação e manutenção de redes coletoras de esgotos: guia do profissional em treinamento. Brasília: Ministério das Cidades, 2008. 78 p.

_____. Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana de Saúde. **Doenças relacionadas ao trabalho**: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília: MS, 2001. 290 p.

_____. Ministério do Trabalho e do Emprego. Secretaria de Inspeção do Trabalho. Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho. **Manual de Procedimentos para auditoria no setor de saneamento básico**. Brasília: TEM, 2002. 97 p.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010. 200 p.

GUIMARÃES, Liliana A. M.; GRUBITS, Sônia (Orgs.). **Série saúde mental e trabalho**. 3 ed. . São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. 225 p. 1 vol.

LARANJEIRA, Ronaldo; PINSKY Ilana. **O alcoolismo**: mitos e verdades. São Paulo: Contexto, 1997. 61 p.

LIMONGE-FRANÇA, Ana C. **Qualidade de Vida no Trabalho – QVT**: Conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial. São Paulo: Atlas, 2003. 189 p.

LOPES, Mirian. **Uso do álcool, estresse no trabalho e fatores associados entre servidores técnico-administrativos de uma universidade pública, Ribeirão Preto, 2011**. 168f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Psiquiátrica) – Universidade de São Paulo – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto.

MENDES, René. Patologia no trabalho. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2005. . 986 p. 2 vol. Organização Internacional do Trabalho. (Genebra) **Problemas ligados ao álcool e as drogas no local de trabalho**: uma evolução para a prevenção. BIT - OIT, 2003. 161p. Disponível em: http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/pub_problemas.pdf> acesso em: 4.set. 2013.

NORMAN, J.; LEMPERD, R.; O'BRIEN, C. **Under the Influence? Drugs and the American Work Force**. Washington DC: National Academy Press, 1994.

SANTOS Walberto S; FERNANDES Darlene; GRANGEIRO Alex S. de M; LOPES Guilherme S; SOUZA Emanuela M. P. **Medindo consumo de álcool**: análise fatorial confirmatória do Alcohol Use Identification Test – AUDIT. Scielo. Psico-USF, Bragança Paulista, v. 18, n. 1, p. 121-130, jan./abril 2013.

SOUNIS, Emílio. **Manual de higiene e medicina do trabalho**. 3 ed. São Paulo: Ícone, 1991. 496p.

REHFELDT, Klaus H. G. **Álcool e trabalho**: prevenção e administração do alcoolismo na empresa. São Paulo: E.P.U., 1989. 87 p.

VAISSMAN, Magda. **Alcoolismo no trabalho**. Rio de Janeiro: Fiocruz , 2004. 219 p.

HISTÓRIA DAS POLÍTICAS DE SAÚDE NO AMAZONAS: DA ZONA FRANCA AO SUS, 1967-1990

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar as políticas de saúde no Amazonas sob o ponto de vista histórico no período entre 1967 e 1990. A metodologia utilizada foi de pesquisa em fontes documentais, principalmente em relatórios de gestão dos secretários estaduais de saúde e gestores das instituições de saúde do Amazonas. A análise foi realizada com o auxílio da bibliografia na área de políticas públicas de saúde.

No período de 1967 à 1990, a política de saúde no Amazonas sofreu profundas transformações com a implantação da Zona Franca de Manaus, em 1967, marcando um período de mudanças para o Estado do Amazonas. A cidade de Manaus sofreu um rápido crescimento, com o processo de migração, trouxe consequências para a saúde da população. Surgiram novas Instituições e outras foram reformuladas para responder às novas demandas de saúde.

O governo militar na Amazônia realizou grandes projetos com o discurso de integrar a região com o restante do país, construindo a rodovia Transamazônica, Hidrelétricas, projetos de colonização e a Zona Franca de Manaus. Essa política produziu um intenso processo migratório de diversas regiões do país para os estados da região norte. O impacto dessa migração produziu um crescimento populacional rápido para as capitais desses estados e resultou em graves problemas de saúde, pois os migrantes não estavam preparados para a mudança nos padrões sócio-ambientais. Por outro lado, as instituições de saúde não estavam preparadas para essa nova demanda por serviços de saúde.

A Zona Franca de Manaus foi criada em 1967, mas seu funcionamento se deu somente em 1970. O resultado imediato foi o crescimento rápido da população de Manaus, que em 1960 era de 175.343 habitantes passando 314.197, em 1970 (Ricci,

* Instituto Leônidas e Maria Deane. E-mail: julio.ilmd@gmail.com

** Universidade Federal do Amazonas. E-mail: Ludmila_r.m@hotmail.com

1972). A estrutura urbana da cidade não acompanhou as necessidades dos cidadãos por serviços de saneamento, moradia e saúde. Do mesmo modo, o interior do Estado passava por uma histórica carência de serviços de saúde adequados às necessidades da população. As unidades de saúde não conseguiam atender a demanda, além da precariedade das instalações e materiais quanto os recursos humanos, os problemas sanitários continuavam aterrorizar a capital e o interior.

O Estado do Amazonas necessitou investir em novas instalações de saúde, principalmente na ampliação da rede básica de saúde, na criação de ambulatórios e hospitais. Ao mesmo tempo, necessitou investir em treinamento e contratação de pessoal especializado para a atenção à saúde e para realizar a gestão do sistema de saúde. A descentralização das ações de saúde foi uma necessidade, mas obviamente que houve uma concentração dos serviços na capital. Por outro lado, o interior sempre teve uma demanda por serviços de saneamento e a necessidade de criar condições de acesso da população aos serviços. A gestão estadual realizou diversos tipos de convênios, como com as dioceses da Igreja Católica, Serviço Especial Saúde Pública – SESP, Instituições filantrópicas, Instituto Nacional de Previdência Social, Instituições de gestão federal.

Destacamos, que em períodos anteriores, o Amazonas teve duas experiências de estruturação de serviços de saúde que atenderam tanto a área urbana como a região do interior do estado. A primeira foi na década de 1920, quando foi o Estado fez um convênio com o governo Federal para a criação do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural no Amazonas. Nesse período foram criados postos rurais e itinerantes nas principais calhas de rios do Amazonas, lembrando que o atual estado de Roraima e Norte do estado de Rondônia eram parte do Amazonas (Schweickardt, 2011). A segunda experiência foi a criação do Serviço Especial Saúde Pública - SESP, em 1942, no contexto da segunda guerra mundial, quando foi realizada uma mobilização para a produção da borracha na Amazônia, sendo novamente utilizada como mão de obra os nordestinos. O SESP criou uma infraestrutura de serviços de saúde e saneamento em diferentes regiões da Amazônia, contribuindo não somente para a assistência como também para a formação de recursos humanos (Sousa; Schweickardt, 2013).

Em seguida, nos propomos a analisar as mudanças das políticas e as estratégias que a gestão estadual de saúde planejou e colocou em prática a partir do novo contexto sócio-político que passou a região amazônica, em especial o Estado do Amazonas, a partir da criação da Zona Franca de Manaus. Primeiramente discutiremos as questões políticas de saúde nacionais e sua relação com o momento histórico.

Em seguida apresentamos o cenário histórico do Amazonas. Por fim, discutimos algumas estratégias e programas de saúde desenvolvidos tanto na capital como no interior do Estado.

Contexto histórico e político de saúde no Brasil

O desafio do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil consistiu na implantação da Reforma Sanitária, no qual teve que estabelecer ações verticalizadas, a centralização do Governo Federal à interferência do setor privado na assistência médico hospitalar e a separação entre a saúde pública e assistência médico hospitalar. Os problemas da saúde pública vinham desde a virado do século XIX para o XX, e os problemas se acumulavam devido à falta de políticas voltadas para a área de saúde, especialmente quando o Brasil era “*um país predominantemente rural, com o contingente de analfabetos estimados em 70% no censo de 1920 – analfabetos e doente como apregoavam no movimento sanitaria da época*” (LIMA et al, 2005, p.31). Não havia uma política centralizada, sendo que cada Estado era responsável pelas ações de saúde e saneamento e também a educação.

Devido as epidemias nas cidades litorâneas, tais como a peste bubônica em 1899 no Porto de Santos, deram origem a criação, em 1900, a duas das principais Instituições de Pesquisas biomédica e saúde do país: O Instituto Soroterápico Federal, transformado em Instituto Oswaldo Cruz (1908), e, posteriormente, passou a ser denominado em Fundação Oswaldo Cruz (1970) no Rio de Janeiro; Instituto Butantã em São Paulo (1901).

Na segunda década do século XX, foram realizadas expedições científicas, requisitadas pela Inspetoria de Obras Conta a Seca, cujo o objetivo era realizar um levantamento das condições epidemiológicas e socioeconômicas das regiões do Nordeste e Centro-Oeste. Essas expedições foram importantes para a formação do movimento sanitaria, pois mostrou as condições de saúde da população do interior do país. O movimento sanitaria na Primeira República alcançou importantes resultados no que se refere ao processo de expansão da autoridade estatal sobre o território nos anos de 1910 a 1920, e que deu condições para a formação da burocracia em saúde pública e se tornou realidade após 1930. Um das conquistas desse movimento foi a criação do Departamento Nacional de Saúde (DNSP), em 1920, dirigido por Carlos Chagas até 1926 (LIMA; HOCHMAN 2004).

Verificou-se que na área da saúde o desenvolvimento de uma política social pública e nacional, resultante do processo de negociação dos seres federativos. O

período da Primeira República foi o momento em que saneamento se desenvolveu, nas décadas de 1910 a 1930, o crescimento da consciência das elites para com os graves problemas sanitários do país. No primeiro governo de Vargas (1930-1945) um marco nas políticas sociais do Brasil foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP).

O cenário político a partir da década de 1930, sofreu transformações no campo da saúde, as alterações estiveram relacionadas aos interesses e conflitos políticos em transição. Com o tempo foram sendo criados novos órgãos e reformando os existentes, *“fortalecendo uma estrutura centralizada e hierárquica com intuito de estabelecer mecanismo para normalizar e controlar a execução das atividades de saúde em todo o país”* (LIMA et al, 2005, p. 43). O ministro Gustavo Capanema (1934-1945), através da colaboração com Barros Barreto, médico sanitário nomeado diretor do Departamento Nacional de Saúde (DNS), que substituiu em 1937, o DNSP um dos principais órgãos do MESP, responsável pela execução das ações de saúde pública em todo o país. Em 1937, o MESP foi substituído pelo Ministério da Saúde (MES).

Em 1941, Barros Barreto conduziu a reforma administrativa no MESP, do qual resultou na verticalização das ações de saúde a centralização e ampliação da base territorial da ação do Governo Federal. Sua estrutura era baseada em ações e campanhas verticalizadas até 1956, em decorrência da criação do Ministério da Saúde em 1953, houve integração de grande parte dos serviços no Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu) (LIMA et al, 2005).

No período de 1945 a 1964, os discursos políticos na área da saúde pública não estava relacionado com o argumento pobreza, pois havia um entendimento de que a possibilidade de desenvolvimento estaria na superação das condições sanitárias do país. Não havia informação e dados sobre o estado sanitário do país, o que dificultava uma avaliação da realidade desses discursos e uma base para a formulação de políticas públicas. Nesse período, o país era predominantemente rural, e o combate das endemias rurais e as doenças transmissíveis continuavam a ser a principal preocupação da saúde pública (LIMA; HOCHMAN 2004).

A criação do DNRu possibilitou a centralização num único órgão a organização e sistematização do combate das doenças rurais, tendo o foco central nas doenças das coletividades, em especial das endemias rurais que eram um obstáculo para o desenvolvimento de um país ainda rural. Embora a tentativa de unificar e coordenar as atividades das campanhas verticais não tenham tido muito sucesso, algumas conquistas foram realizadas: a erradicação do transmissor da Febre Amarela e da Varíola e as não tão bem sucedidas tentativas da erradicação da Malária e da Lepra.

Enquanto o DNERu estava voltado para determinadas doenças nas áreas rurais, o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) estava voltado para serviços de assistência à saúde (LIMA et al, 2005).

Em 1964, o Marechal Castelo Branco assumiu a presidência da república, em nome do movimento militar que depôs o então presidente da República João Goulart. Em 1965, foram extintos todos os partidos políticos instituindo-se o bipartidarismo (Arena e MDB). O sistema Nacional de Saúde implantado no Brasil no período militar caracterizou-se pelo predomínio financeiro das instituições previdenciárias e pela hegemonia de uma burocracia técnica que atuava no sentido da mercantilização crescente da saúde.

A saúde pública, foi passado a segundo plano tornando-se ineficiente e conservadora, cuja a atuação restringia-se a campanha de baixa eficácia. A população das regiões metropolitanas, foram submetidos a uma política concentradora de renda, estavam em péssimas condições de vida que resultaram em altas taxas de mortalidade. Aumentado ainda mais, devido “*a repressão política que atingiu também o campo da saúde, com cassações de direitos políticos, exílio, intimidações inquéritos policial-militares, aposentadoria compulsória, falta de financiamento e fechamento de centro de pesquisas*”. (LIMA, 2005, p.61)

Na década de 1970, a assistência médica financiada pela previdência Social teve seu período de “expansão em números de leitos disponíveis, em cobertura e em volume de recursos arrecadados, além de dispor do maior orçamento de sua história”. (LIMA, 2005, p 61). Porém, os recursos eram emprestados pelas empresas privadas aos previdenciários, os serviços médicos eram pagos por unidade de serviço (US) esses pagamento tornaram-se uma fonte incontrolável de corrupção. “*A construção ou reforma de inúmeras clínicas privadas com dinheiro público, mais especificamente com recursos financeiros da previdência Social*” (IBIDEM).

O governo do general Geisel (1974-1979), iniciou uma estratégia política que possibilitou ao movimento sanitário o surgimento de propostas com a intenção de melhorar o atendimento à saúde de toda a população. Através de programas como o Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (Piass), elaborado pela equipe do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), tinha como objetivo a interiorização das ações de saúde. Sua área de atuação era a região do Nordeste, principalmente aquelas localidades que não interessavam aos setores privatizantes da prática médica e da previdência Social. As estruturas contavam “*como uma rede de minipostos e ações de saneamento, constatou-se a extrema dificuldade de sustentação e manutenção desta rede, sem articulação com níveis mais complexos*” (LIMA,2005, p.70).

O general João Figueiredo (1979-1985) o último presidente militar contemplou o processo de abertura política. Em 2 de setembro de 1981, pelo decreto n. 86.329 do presidente da república, foi criado órgão do Ministério da Previdência e Assistência Social, o Conasp veio como organizador e racionalizado da assistência médica. Surgiu para criar critérios para destinar dos recursos previdenciários da saúde, assim recomendar políticas de financiamento de assistência à saúde e também analisar e avaliar a operação da Secretária de Assistência de Médica da Previdência Social, ou seja diminuir os gastos.

A implementação da AIS significava avanços da rede básica ambulatorial, na contratação de recursos humanos, na articulação com os serviços públicos municipais, na revisão do papel dos serviços privados e, em alguns casos, na participação da população na gestão dos serviços privados. Entretanto, os avanços não impediram,

“ao contrário, a partir de 1984, a direção geral do Inamps passou a praticar uma política de favorecimento à iniciativa privada, através do uso de expedientes fraudulentos no sistema AIH, aumentos no valores das tabelas de remuneração e claras alianças da tecnoburocracia com a área hospitalar privada” (LIMA,2005, p. 76).

A unificação do Inamps com o Ministério da Saúde foi bastante debatido, para os conferencistas, “*a Previdência Social deveria ater-se às ações próprios do seguro social, enquanto a saúde deveria ser entregue a um órgão federal com novas características*”. A saúde recebia recursos de diferentes receita, sendo que seu orçamento contaria com os recursos provenientes do Inamps. E com o tempo à medida que o órgão autônomo e possuidor de seu próprio financiamento, os recursos seriam retirados (LIMA, 2005, p.78).

A constituição do Sistema Único de Saúde, partiu da proposta da presidência do INAMPS/MPAS, que em julho de 1987, criou-se o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds), que tinham também como princípios básicos: a universalização, a equidade, a descentralização, a regionalização, a hierarquização e a participação comunitária.

Contexto político de saúde do Amazonas

Devido a implantação da ZFM, em 1967, o Estado do Amazonas encontrava-se tanto a capital quanto o interior e uma estrutura urbana precária, assim como as condições de saúde, devido ao período voltado para uma economia interna. Dessa forma, após a implantação da ZFM, a cidade de Manaus recebeu migrantes de outros Estados e do interior que viam uma saída para as condições precárias ali presentes.

Ficou evidente os problemas de saúde pelo rápido crescimento populacional a partir da instalação da Zona Franca de Manaus, principalmente referente ao saneamento básico as precárias condições da rede hospitalar. Até 1971, a rede de saúde era constituída por três dispensários para atendimento especializado – Alfredo da Matta para hanseníase, Cardoso Fontes para Tuberculose, Eduardo Ribeiro para Saúde Mental; um hospital geral Getúlio Vargas, o Hospital Colônia Antônio Aleixo, Hospital Infantil Dr. Fajardo, Hospital Colônia Eduardo Ribeiro, Hospital de Isolamento Chapôt Prevost, Maternidade Ana Nery, e Unidades Mistas de Municípios e postos de Saúde da capital, além de contar com uma Divisão de Controle Sanitário. Os Hospitais faziam Coleta de exames, atendimentos, internações, partos, operações, doações e óbitos, cada hospital desenvolvia seu próprio sistema de atendimento à população. Mas devido ao crescimento populacional, segundo o Relatório do Secretário de Saúde na época, a rede não estava respondendo à demanda (Relatório, 1971).

As condições de atendimento à saúde do interior também eram precárias tanto pelo limite da rede básica como pela limitada de rede hospitalar. A política de saúde mais efetiva na Amazônia foi o Serviço Especial de Atendimento de Saúde Pública – SESP, que atuava em toda a região amazônica e prestava serviços de assistência à saúde em todo o Estado. As políticas de saúde sofriam com a falta de continuidade das ações preventivas, pois eram diversas instituições que prestavam a assistência médica, como a SESP, igrejas católicas, prefeituras municipais, prelaças, governo federal e estadual. Elas geravam conflitos e ocasionavam a desorganização das ações de saúde.

A justificativa para a precária condições de atendimento no interior era a grande dimensão territorial que gerava a dispersão populacional, carência de infraestrutura socioeconômica e falta de pessoal especializado. Esses elementos dificultavam a realização de medidas preventivas, principalmente as doenças transmissíveis. A malária e hanseníase continuavam a figurar como os problemas sanitários mais graves, pois preocupavam pelos altos índices de contaminação nos municípios do interior.

Para atender o interior, na gestão do Secretário de saúde José Leite Saraiva (1967-1971) foi criado o Programa de Implantação de Unidades Médicas no Interior (PIUMI), tendo como principal medida a importação, em 1967, da Inglaterra, 43 unidades médicas pré-fabricadas para atender as necessidades do interior. Contudo, as unidades pré-fabricadas importadas da Inglaterra apenas uma unidade tipo IV com 30 leitos estava funcionando em Coari. Dos restantes 1 estava montada em Manaus tipo I, e outras 9 foram iniciadas, mas foram paralisadas no interior, 5 esta-

vam armazenadas de maneira precária em outros municípios. As 28 restantes, ainda embaladas, mas com plano de distribuição para o interior com modificação do plano original das unidades pré-fabricadas.

Na gestão do Secretário de Estado Antônio Ricci, entre 1971 e 1974 foi ampliada a rede de ambulatórios nos bairros em parcerias com o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, com paróquias católicas e governo federal. Os ambulatórios estavam localizados nos seguintes bairros: São Raimundo, Santa Luzia, São Jorge, Adrianópolis, Parque 10, Cachoerinha (hanseníase), Flores (saúde mental), dois no Centro (tuberculose e Geral), Japiim, Morro da Liberdade, Santo Antônio, São Lázaro, São Francisco/Petrópolis, Bulevar Amazonas, Seringal Mirim (Central de Medicamentos) e Laboratório de Saúde Pública no Centro (Relatório, 1974). Os hospitais de grande porte na capital não eram de administração direta do governo do Estado do Amazonas, como a Beneficência Portuguesa, Santa Casa de Misericórdia e Hospital Militar.

Na década de 1980, o Estado adotou o modelo de Fundações como modelo jurídico, assim as instituições foram transformadas em Fundação Alfredo Da Matta, Fundação de Hemoterapia do Amazonas, Fundação CECON, Fundação de Medicina Tropical, Fundação Hospital Adriano Jorge. Esse modelo surgiu para contrapor a burocracia rígidas das autarquias, entretanto, com o tempo as fundações foram se autarquizando, devido ao tribunais de conta e leis de licitação. Essa situação aconteceu com as instituições do nível federal e estadual.

Nesse período, a política nacional foi pautada pela descentralização das ações de saúde. Desse modo, os programas que iniciou o processo de descentralização foram: Programama de Controle da Hanseníase; Programa de Controle da Tuberculose; Programa Integrado de Saúde Mental; Imunização, principalmente em relação à meningite e póliomielite e raiva humana; Programa de Controle do Câncer Cérvico-Uterino; Prevenção de Cárie Dentária; Programa de Nutrição em Saúde. As ações de descentralização foram desenvolvidas tanto na capital como no interior, com o apoio das Unidades de Saúde de referência. No interior as parcerias foram realizadas com as Prelazias, Fundação SESP, Superintendencia da Borracha – SUDHEVEA e as prefeituras dos municípios (Relatório, 1981).

A preocupação do governo em relação a saúde foi criar programas de cura e prevenção, pois as iniciativas de saúde realizavam reduzidos serviços de imunização e saneamento. A única exceção era o SESP que tinha o atendimento voltada para a educação sanitária, prevenção e saneamento, além das ações de assistência. A cultura

da assistência curativa era difícil de ser superada devido a demanda por serviços hospitalares e ambulatoriais, pois a população busca os serviços de saúde em função da resolutividade imediata do seu problema.

A estrutura de saúde do Amazonas

A grande preocupação do Secretário José Leite Saraiva (1967-1970), foi de renovar e aumentar as estruturas da rede hospitalar da capital. Nos períodos de 1967 a 1970, foram promovidos uma série de reformas, pinturas, aquisição de medicamentos, aparelhos hospitalares, aumentos de leitos para pacientes, jipes, ambulâncias, material de limpeza e manutenção, alimentação, além de contratação de pessoal e pagamentos e envio de pessoal para assembleias para aperfeiçoando de técnicas para o melhor desenvolvimento no trabalho.

No interior os atendimentos foram feitos pela SUSEMI, a situação no interior era precária, faltava médico e pessoal especializado para atender a população. As unidades de saúde no interior eram mantidas por prefeituras, prelasias e Fundação SESP. Foram lançadas campanha para combater doenças endêmicas no interior do estado. Em alguns municípios do interior através do convenio com a SUSEMI, receberam médicos e enfermeiros para realização de atendimentos em Manacapuru, Tabatinga, Itacoatiara, Coari, Boca do Acre, Humaitá e Fonte Boa, elas também receberam reformas em sua estrutura (Relatório, 1967-1970).

Os leitos hospitalares foram sendo ampliados gradativamente, em virtude da rápida expansão demográfica e econômica do Estado. Segundo o CODEMA (Comissão do Desenvolvimento do Amazonas) havia um esforço para oferecer condições infra estruturais de saúde para a nova realidade. Segundo Ricci, a situação do Estado do Amazonas, em 1971, contava com baixos níveis de saúde; taxas elevadas de mortalidade e morbidade, principalmente com relação ao grupo de moléstias transmissíveis; mortalidade geral infantil, dados estatísticos levantados na zona urbana e nos mais importantes municípios do Estado. Os problemas apontados para precárias condições na saúde, nos documentos destacam-se: baixo nível de vida da população, falta de assistência médico sanitária, precárias condições de saneamento básico, precárias condições na rede hospitalar (Ricci, 1972).

Segundo as análises apresentadas nos relatórios, as redes hospitalares da capital mantidas pelo Estado, encontravam-se em condições precárias. O Hospital Getúlio Vargas, hospital geral e pronto socorro anexo a faculdade de medicina, embora bem planejado e equipado, não recebia manutenção, por deficiência de recursos. Mater-

nidade Ana Nery, teve uma reforma em 1969, elevando seu funcionamento, porém não vinha sendo utilizado por motivos dos médicos obstetras preferiram atender nos hospitais que eram vinculados. Hospital infantil Dr. Fajardo, era um prédio cedido à Secretária de Saúde, que estava em péssimas condições técnicas e estruturais. Hospital Colônia Eduardo Ribeiro, hospital psiquiátrico, estava em péssimas condições de instalação e várias reformas realizadas e em andamentos, estava sempre lotado. Hospital de Isolamento Chapôt Prévost, estado com reformas em andamento, mas encontrava em péssimas condições técnicas, continuava a ser um hospital de longa permanência para pacientes crônicos e em estado final (Tuberculose e câncerosos, etc.). Hospital Antônio Aleixo, hospital possuía aproximadamente, 1.400 internos, um grande problema de superlotação e um pequeno número de atendentes (Relatório,1972)

As estratégias usadas pelo estado no setor da saúde para a execução do programa do governo para 1971/74, visava, a melhoria técnico administrativa da Secretaria de saúde, assim, podendo permitir a execução de programas integrais de saúde, em combinação com órgãos federais em todo o Estado, para erradicar as moléstias transmissíveis, ou seja, dando ênfase a medicina preventiva. Os problemas levantados na gestão de Antônio Rici (1971-1974), tem origem na falta de preparo do conjunto para o atendimento das unidades de saúde e levam a falta de êxito dos programas de atendimento à população. Após a implantação da ZFM, os incentivos do Estado foram centralizados para desenvolvimento econômico, em detrimento de um investimento no campo da saúde pública.

Vale salientar nesse período, que somente Manaus contava com 57% dos estabelecimentos hospitalares e 91% dos leitos. O poder público sustentava a totalidade dos leitos de longa permanência (lepra, tuberculose e doentes mentais), mantendo o Estado 74% deles. No Estado existiam 187 facultativos, dos quais 167 estavam atendendo na Capital, e no Interior, havendo somente 20 médicos, 3 enfermeiras e 3 técnicos em laboratório, ou seja apresentava uma alta necessidade para o atendimento à população (Relatório,1972).

Dessa forma para contornar a precariedade no atendimento, foram aumentados os leitos de curta e longa permanência tanto na capital como no interior. De acordo com os dados em 1971, existiam 1042 (Leitos do Governo do Estado, Particulares e Outros) passando a 1888. Distribuídos em Hospitais, Dispensários, Maternidade e Unidades Mistas. Os de longa permanência eram referentes a pacientes irrecuráveis, de março 1971, contavam com 1690 leitos para que em março de 1975, estavam em 1745 leitos. As redes de unidades sanitárias na Capital contavam com

cinco postos para atendimento ambulatorial (São Raimundo, Santa Luzia, São Jorge, Adrianópolis e Parque 10), e três dispensários para atendimento especializado (Hanseníase, Tuberculose e Doenças Mentais) e um Centro de Saúde Central. Devido ao rápido crescimento de Manaus, com o surgimento de novos bairros a rede sanitária tornou-se insuficiente para atender a grande demanda populacional. Até março de 1975, aumentou-se a carga horária que era de 4 horas passando a 8 horas diárias e desenvolveu-se atividades puramente ambulatoriais e atividades básicas de saúde pública. Para diminuir a lotação nos outras redes, foram criados mais sete ambulatórios (Alvorada, Morro da Liberdade, Santo Antônio, São Lazaro, São Francisco – Petrópolis, Bouvard Amazonas e Japiim) Em Japiim que além de serviço ambulatorial foi também de atendimentos 24 horas e mais uma Central de Medicamentos. As unidades existentes receberam reformas em suas estruturas (Relatório, 1971-1974).

As unidades hospitalares que passaram por reformas administrativas e técnicas visavam a melhoria da assistência médica. Todas as seis unidades (Getúlio Vargas, Ana Nery, Dr. Farjado, Eduardo Ribeiro, Antônio Aleixo e Chapôt Prevost), foram melhorados, com reformas, recuperação e ampliação. A capital ganhou 271 novos leitos, e até março de 1975, foram construídos mais um Hospital de Moléstia Tropical, um Centro de Controle de Câncer do Estado do Amazonas e um Centro de Medicina Ocupacional que estava em construção no final desse governo. Esses três novas unidades médicas foram construídas a partir das unidades pré-fabricadas, mas adaptadas ao seu tipo de serviço.

A Secretária do Estado da Saúde, preocupada com falta de atendimento da saúde em diversas áreas, propôs a realização de vários programas, como junto a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) realizou uma assistência à saúde do estudante, mais válida e sistemática, onde foi criado o Programa de Assistência à Saúde do Escolar (PASE). Em março de 1974, com a vinda de técnicos do Ministério da Saúde, foi implantado o Programa de imunização, com vacinação em massa primeiramente em Manaus (contra o Sarampo, Varíola e Pólio), Somente no 2º semestre o interior do Estado foi vacinado. A meningite teve um surto que atingiu o Estado do Acre, desde 1973 foram tomadas medidas para evitar o surto epidêmico. O Programa Materno infantil iniciado, em 1975, tinha como objetivo permitir o aumento da cobertura do grupo materno infantil na cidade de Manaus. E também o acompanhamento na gravidez, o parto, o crescimento da criança e reduzir a mortalidade.

No período de 1975 à 1979, foram executados projetos pela SESAU que consistiam no manutenção e funcionamento da rede sanitária na capital e interior, reequipamento e funcionamento das unidades especializadas da capital. E a transformação

do Hospital de Moléstias tropicais em Instituto de Medicina Tropical. Contribuição do Estado no Programa Nacional de Saúde – PNS, no Programa Nacional de Imunização – PNI na realização de feitas campanhas de imunização contra: D.T.P; Anatox; tetânico; vacina anti-sarampo; sabian e vacina anti-variólica, campanhas no Programa de proteção Materno Infantil – PPMI, projeto especial de reequipamento da Rede Hospitalar da Capital, manutenção do Órgão Central da Secretária de Saúde, realização de capacitação de pessoal, e a expansão física da rede médico hospitalar do Estado.

Na década de 1980, a Secretaria de Estado da Saúde contava com uma rede de 08 hospitais na Capital, dos quais 01 vinculado (Instituto de Medicina Tropical de Manaus), 01 em regime de co-gestão – MPAS/MS/Governo do Estado (Adriano Jorge) e 02 Maternidades. Os Hospitais integrantes da rede hospitalar na capital funcionavam da seguinte maneira: O Hospital Getúlio Vargas, hospital geral e pronto socorro; Hospital Infantil “Dr. Farjado”, prestando assistência à crianças na faixa etária de 0-14 anos com serviços médico preventivos e curativos através do atendimento ambulatorial; Centro Assistencial “Dr. Geraldo Rocha”, destinado ao atendimento da hanseníase; Hospital de Isolamento “Chapot Prevost”, destinado ao atendimento de pacientes crônicos e cancerosos em fase terminal; Centro Psiquiátrico “Eduardo Ribeiro”, hospital especializado no atendimento psiquiátrico com assistência preventiva através de seu ambulatório e assistência psiquiátrica de urgência no serviço de pronto atendimento; Centro de Controle de Oncologia – CECON, destinado a assistência preventiva e curativa, através dos serviços integrados de ambulatório e de internação; Instituto de Medicina Tropical de Manaus, atende as patologias amazônicas no seu contexto global, delineando os fatores epidemiológicos determinantes do mesmo, o agente etiológico, o reconhecimento do quadro mórbido e tratamento de pacientes; Hospital “Adriano Jorge”, atendendo as clínicas anemológica, tisiológica, médica e cirúrgica; Maternidade “Ana Nery”, Além da assistência do parto, prestava atendimento pré-natal e urgências obstétricas, servindo também como campo de estágio para estudantes de medicina e enfermagem; Maternidade “Izabel Nogueira”, prestava assistência obstétrica ao parto normal sem complicações,. As Unidades Mistas no interior, prestavam assistência médico hospitalar nas especialidades de pediatria, clínica médica, clínica cirúrgica e clínica obstetrícia. A rede de saúde no interior contavam com um total de 34 Unidades Mistas (Relatório, 1985).

Nesse período a secretaria preocupada desenvolveu atividades específicas, assim aconteceu a elaboração do Plano Anual de Trabalho da Secretaria, como Coordenadora do Sistema Estadual compondo as áreas de Promoção da Saúde da Mãe e da

Criança, Controle de Doenças Transmissíveis, Controle de Doenças redutíveis por saneamento, o Controle do câncer cérvico, controle da tuberculose, a elaboração do Plano da Setorial da SESAU contando os planos da rede de serviços básicos e rede de serviços hospitalares.

A coordenação de Epidemiologia era responsável pela coordenação da atividade de vigilância Epidemiológica e realizavam atividades na Capital e municípios do Estado onde não opera a FSESP. A coordenadoria desenvolvia um trabalho de investigação epidemiológica nas doenças transmissíveis como a Raiva, Meningite, Poliomielite, Difteria e Febre Tifoide. Programa Nacional de Imunização desenvolveu campanhas de Vacinação (Anti-Sarampo e Anti-Polio) bem como a D.T.P (Difteria, Tétano e Coqueluche), tais atividades se mostraram satisfatórias em decorrência das campanhas nacionais de imunização.

A promoção da fiscalização sanitária relativa à proteção de saúde da população e Coordenadoria de fiscalização básica cabe a fiscalização do exercício profissional. Sendo o sentido de dirigir, coordenar e controlar o exercício de suas competências específica e genéricas. No interior, a rede de notificantes é composta por 44 Unidades de Saúde, sendo 19 sob a jurisdição da SESAU e 25 sob a responsabilidade da F. SESP. Na consolidação da análise dos dados de doenças transmissíveis referentes a 1983, houve uma alta incidência, tendo alcançado os maiores coeficientes de morbidade a Hanseníase, Tuberculose, Hepatite, Coqueluche e Sarampo. Duas Unidades de Vigilância Epidemiológica foram implantadas no instituto de medicina tropical de Manaus e no Centro de Saúde do Alvorada (Relatório, 1983).

As ações de vigilância epidemiológica apoiam-se na Capital na rede oficial de Laboratório, voltados para o diagnóstico de doenças transmissíveis e no Interior os Laboratórios da SESAU, F. SESP e SUCAM diagnosticam casos de Meningite, Hanseníase, Tuberculose, Malária, Sífilis e Blenorragia. Como não era possível a realização de exames para diagnósticos de doenças virais como o casos da poliomielite, eram encaminhados a laboratório especializados.

A execução das ações de Saúde foi desenvolvida sob a responsabilidade da Coordenadoria de Serviços de Saúde, tinha como base a proposta que visa melhor operacionalização das Unidades de Saúde da Rede Estadual. Para execução da proposta, foram criados em 1983, o Núcleo de Ações Básicas de Saúde na Capital; Núcleo de Assistência Hospitalar na Capital e Núcleo de Regionais de Saúde. As Regionais visavam racionalizar, disciplinar e operar a rede de serviços, buscando a melhoria da prestação de serviços de saúde. Com a finalidade de assistência a população rural do Estado prestava serviços dos mais simples efetuados nos Postos e Centros de Saúde até aos mais complexos presados em Hospitais de Base e de Especialização.

O convênio SESAU/SUDHEVEA, desenvolveu um programa de atendimento em ações básicas de saúde às populações das áreas de produção da borracha na tentativa de estimular a fixação dos seringueiros e suas famílias nas áreas de atuação. O programa de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI), tinha o objetivo de redução da mortalidade geral e infantil, além da mortalidade por doenças transmissíveis, através de medidas de saúde coletiva e ambiental: Saneamento básico e assistência médica sanitária, que visavam a melhoria das condições de vida e saúde do pequeno produtor, e propiciar o desenvolvimento regional do Estado (Relatório, 1983).

No decorrer do ano de 1985, as linhas de ação do Setor no plano de Governo do Estado, foram efetivadas em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Saúde, permitindo-se aplicação dos métodos para a realização efetiva dos objetivos, tendo em vista os recursos e o estágio do desenvolvimento econômico cultural de cada área. São justificadas pelo aspecto: a, alto índice de mortalidade neonatal e infantil; b, deficiência na rede de serviços básicos e hospitalares em todo o Estado, principalmente no Interior; c, elevada média de permanência hospitalar ocasionando déficit nos leitos na Capital; d, concentração de cerca de 80% dos recursos humanos especializados na Capital, evidenciando a desproporcionalidade na distribuição geográfica do Estado (Relatório, 1985).

Os objetivos do Plano de Governo para reduzir a vulnerabilidade da população materno-infantil aos agravos da saúde, principalmente as doenças infecciosas e parasitárias; reduzir a vulnerabilidade da população as doenças transmissíveis e tropicais; e proporcionar a população do Estado, benefícios das atividades de saúde coletiva e individual, integrando as medidas curativas e preventivas; intensificar o Programa das Ações Integradas de Saúde, estabelecendo mecanismo para a efetiva participação das organizações, dos usuários e das representações políticas, no planejamento e no controle dos programas de saúde nos níveis Municipal e Estadual; enfatizar o programa de capacitação de Recursos Humanos.

Os recursos oriundos do Plano das Ações Integradas de Saúde, beneficiava diretamente à população por proporcionar a expansão de cobertura da assistência prestada e implicitamente a manutenção da rede básica de saúde. As ações Integradas de Saúde, tiveram suas metas pautadas no controle das doenças transmissíveis, beneficiando os serviços de Vigilância epidemiológica, vacinação básica, controle da tuberculose, educação em saúde, controle da hanseníase, controle da raiva e apoio laboratorial. Na assistência à saúde da mulher e da criança, beneficiando através dos serviços de Promoção à saúde da mulher, assistência pré-natal, parto e puerpério; tratamento das infecções ginecológicas; prevenção do câncer cérvico uterino. Do

Desenvolvimento Institucional, quanto ao apoio gerencial, inventário nas regiões dos materiais e equipamentos adquiridos, assistência odontológica, Saúde mental, doenças crônicas degenerativas e vigilância sanitária.

O Núcleo de Vigilância epidemiológica (NVE) era um dos componentes da estrutura organizacional da Coordenadoria de Epidemiologia, compreendendo três níveis básicos de atuação: Central, Regional e Local. As doenças sujeitas à investigação epidemiológica são: Poliomielite, doenças meningocócica, meningite tuberculosa, meningite de outras etiologias, meningites não específicas, difteria, coqueluche, febre tifoide, Sarampo, cólera, raiva, tétano acidental e neonatal.

Das doenças transmissíveis, conhecidas por este núcleo até novembro de 1985, foram notificados na capital 1.615 casos com 52 óbitos e no interior 2.334 casos com 56 óbitos, perfazendo um total de 3.949 casos com 108 óbitos. As doenças investigadas pelo núcleo de vigilância foram a Poliomielite, doenças meningocócica, meningite tuberculosa, meningite não especificadas e raiva. As demais como Febre tifoide, hepatite, leptospirose, sarampo, sífilis, coqueluche e tétano. Todas especificadas em incidência tanto na capital e interior (Relatório, 1985).

Dentro de um programa de controle de doenças redutíveis por saneamento básico, a SESAU implantou na periferia de Manaus, o “Projeto Puxirum de Saúde”, que favoreceu a comunidade do Bairro da Paz, realizando a construção de 800 fossas secas, as quais vieram minimizar o problema sanitário de aproximadamente 6.000 pessoas.

No Interior do Estado, as ações de saneamento básico, prenderam-se a atuação do Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI), constando da assistência na área de saúde, com a realização de cursos de formação de agentes de saúde e treinamento de parteiras curiosas e implantação de postos de saúde. Também foram implantadas fossas higiênicas e poços semi-artesianos, visando melhorar a vida nas comunidades rurais. As comunidades participantes do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado, os municípios do Careiro, Manacapuru, Parintins, Uruará, Manaquiri e Iranduba.

A Secretaria do Estado da Saúde tinha como principal política o modelo assistencial voltado para as Unidades Sanitárias e Hospitalares da Capital e Interior. A partir do início na década de 1990, no processo de implantação do Sistema Único de Saúde, as unidades assistenciais do INAMPS foram transferidas para secretaria Estadual de Saúde, através da assinatura do termo de cessão. Os recursos financeiros no ano de 1990, oriundos do Ministério da Saúde, apesar do atraso foram repassados pelo convênio um total de Cr\$ 438.670,872,00 que foram repassados para os 43 municípios do Estado (Relatório 1991).

Em 1991 foi um período de Transição de Administração no nível de governo e Secretária de Estado, no que foi um período de organização das atividades. Foram tomadas medidas para garantir o acesso da população aos serviços com um mínimo de condição. Foi implantado o Sistema Integrado de Atendimento de Emergência – SIATE; ampliação do Serviço de Pronto Atendimento para o Centro de Saúde Coroadó e outros já existentes. Foi providenciado o abastecimento de todas as unidades básicas e hospitalar na capital e interior: medicamentos, material permanente de consumo médico hospitalar, cirúrgico e odontológico e de expediente; recuperação de veículos, aparelhos e equipamentos de oftalmologia, raio X, odontológicos, cirúrgicos, de laboratório e fisioterapia (Relatório 1991).

Do repasse dos recursos do município ao Estado, foram assinados 52 termos de Adesão ao SUS e 33 termos Aditivos, significou a melhoria da assistência à saúde da população do interior do Estado. Com a implantação do Sistema Único de Saúde a SESAU assumiu as tarefas que antes foram de competência do ex-INAMPS, foi dada continuidade as atividades. Outra atividade desenvolvida foi o projeto Pró-Saúde tendo que promover o reordenamento das unidades primárias e proporcionar a melhoria da qualidade do atendimento à população, assegurar ações de desenvolvimento de recursos humanos e implantar um sistema de gerenciamento eficiente (Relatório 1991).

Nesse período foi marcado por mudanças e pela recuperação da infraestrutura, reforma de hospitais, unidades de emergências, S.P.A, racionalização de medicamentos e material de consumo às unidades de emergências, contratação de pessoal, aumentos de leitos em hospitais, campanhas para prevenção de doenças, levantamentos das obras e reformas necessárias em todas as unidades de saúde da capital, elaboração de roteiro de distribuição de medicamentos químicos cirúrgicos, material odontológicos, laboratório, expediente e limpeza, solicitação de cessão do pessoal e patrimônio da maternidade Ana Nery à direção do Hospital Adriano Jorge, realização do dimensionamento de pessoal necessário aos serviços de obstetrícia e neonatologia do hospital Adriano Jorge e principalmente a implantação do SUS (Relatório 1991).

Essas atividades fizeram parte do plano de trabalho da secretária e tinham como objetivo a expansão da cobertura populacional e a melhoria da qualidades de atendimento dos serviços ofertados.

Considerações finais

As políticas de saúde no Brasil foram marcadas, no período anterior ao SUS, pelo predomínio financeiro das instituições previdenciárias e pela hegemonia de uma burocracia técnica. A saúde pública, com ênfase na atenção básica, somente foi efetivamente desenvolvida a partir da criação do SUS, em 1990. O modelo de assistência era centralizado no hospital e baseado em campanhas de erradicação de doenças. O crescimento da saúde privada teve um forte crescimento com recursos públicos, através do sistema de previdência Social. O país com características rurais tinham políticas direcionadas para o combate de endemias rurais e das doenças transmissíveis. O Estado do Amazonas também reproduziu esse modelo, como observamos as principais políticas no período analisado.

No Amazonas a situação da saúde, a partir da implantação da ZFM, teve problemas na oferta de serviços pela demanda ocasionada pelo crescimento demográfico e expansão da cidade de Manaus para a região de floresta. As políticas públicas não acompanharam essas mudanças, impactando diretamente nas condições de saúde da população. Observamos através das pesquisas documentais uma forte preocupação com as doenças transmissíveis e as condições de saneamento tanto na capital quanto no interior. No entanto, o investimento maior foi para a ampliação da rede de atenção hospitalar, criação de postos, ambulatórios, treinamento e contratação de pessoal especializado. A atenção básica em saúde não se desenvolveu, somente pela descentralização de Programas de prevenção à doenças.

A trajetória da política de saúde do Estado do Amazonas teve um forte impacto com a instalação da Zona Franca de Manaus, necessitando de um forte investimento em infraestrutura e com a realização de convênios. A implantação do SUS trouxe uma nova realidade com a descentralização das ações de saúde, no entanto, as marcas de um modelo centralizado de gestão, mesmo com os esforços em descentralização de ações de saúde.

Referências bibliográficas e fontes históricas

HOCHMAN, Gilberto (org). Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

LIMA, Nísia Trindade (org). Saúde e Democracia: História e perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. “Pouca Saúde e Muita Saúde”: sanitário, interpretações do país e ciências sociais. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (orgs). Cuidar, controlar, curar em perspectiva histórica: Uma introdução. In: Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre a saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: 2004.

RICCI, Antonio. Contribuição ao Estudo de Aproveitamento da Capacidade Ociosa de Unidades Sanitárias Locais: Situação no Estado do Amazonas. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1972.

RELATÓRIO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DO AMAZONAS, José Leite Saraiva, Gestão 1967-1970. Manaus: 1971.

RELATÓRIOS DE PROGRAMA DA SECRETARIA DE SAÚDE, PROGRAMA SAÚDE E SANEAMENTO, Gestão 1971. Manaus: 1971

RELATÓRIOS DE PROGRAMA DA SECRETARIA DE SAÚDE, PROGRAMA DE SAÚDE E SUA IMPLANTAÇÃO, Gestão 1972. Manaus: 1972.

RELATÓRIO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DO AMAZONAS, Antônio Ricci, Gestão 1971-1974. Manaus: 1974.

RELATÓRIO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DO AMAZONAS, Dr. Carlos Augusto Borborema, Gestão 1975. Manaus: 1975.

RELATÓRIO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DO AMAZONAS, Dr. Tancredo Castro Soares, Gestão 1979-1981. Manaus: 1981.

RELATÓRIO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DO AMAZONAS, Tancredo Castro Soares, Gestão 1982. Manaus: 1982.

RELATÓRIO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DO AMAZONAS, Nelson Antunes de Araújo Filho, Gestão 1983. Manaus: 1983.

RELATÓRIO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DO AMAZONAS, Euler Esteves Ribeiro, Gestão 1985. Manaus: 1985.

RELATÓRIOS DA I CONFERÊNCIA DE SAÚDE DO ESTADO DO AMAZONAS, 1986. Manaus: 1986

RELATÓRIO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DO AMAZONAS, Euler Esteves Ribeiro, Gestão 1987. Manaus: 1987.

RELATÓRIO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DO AMAZONAS, Carlos Augusto Telles de Borborema, Gestão 1990. Manaus: 1990.

RELATÓRIO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DO AMAZONAS,
Dr. Arnaldo Russo, Gestão 1991. Manaus: 1991.

SCHWEICKARDT, J. C. Ciência, Nação e Região: as doenças tropicais e o saneamento no Estado do Amazonas, 1890-1930. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

SOUSA, Amandia Braga Lima; SCHWEICKARDT, Julio Cesar. 'O Sesp nunca trabalhou com índios': a (in)visibilidade dos indígenas na atuação da Fundação Serviços de Saúde Pública no estado do Amazonas. História, Ciências, Saúde-Manguinhos (Impresso), v. 20, p. 1635-1655, 2013.

INCIDÊNCIA DA DEPRESSÃO PUERPERAL NA AMAZÔNIA À LUZ DOS ESTUDOS DE GÊNERO

Introdução

Inúmeras são as definições da depressão e muitas são as ciências que se ocupam com seus conceitos e acepções. Na sua origem etimológica a palavra depressão provém do termo latim *depressus*, que significa “abatido” ou “aterrado”. De acordo com Ferreira (2010, p. 87) “o termo *depressus* refere-se ao estado de abatimento e infelicidade, seja ele transitório ou permanente”. A Medicina e a Psicologia contam com uma vasta literatura sobre a depressão que a conceituam como uma síndrome ou um conjunto de sintomas que afetam principalmente a área afetiva e emocional de uma pessoa que necessita de tratamento (DANIEL; SOUZA, 2006). Nessa perspectiva, a depressão refere-se à tristeza patológica, segundo os referidos autores “[...] caracterizado pela irritabilidade ou pelas alterações de humor que afetam a vida da pessoa resultando em prejuízos na sua vida profissional e social” (DANIEL; SOUZA, 2006, p. 49).

Pinho, Custódio e Makdisse (2009, p. 13), afirmam que “não é fácil conceituar ou mesmo diagnosticar depressão, devido à multiplicidade de suas manifestações e da extensão de sua nosografia”. Nesse sentido, tanto na medicina como na psicologia, o diagnóstico da depressão quase sempre ocorre relacionado com outros quadros clínicos de afecções de tipo cognitivo, volitivo ou psicossomáticos.

Pode ser causada por inúmeros fatores, dentre eles o stress ou traumas relacionados com inúmeras situações de acidente, experiência de desilusão amorosa ou tragédias. Também pode estar relacionada com a forma de se lidar com o luto ou morte de um ente querido. Não raro, a depressão resulta do consumo de álcool ou outras substâncias tóxicas (DANIEL; SOUZA, 2006, p. 117).

* Centro de Estudos Literatus. Email: tikinha_oliveira@hotmail.com.

** Centro de Estudos Literatus.

*** Imunologia Básica e aplicada. Orientadora do artigo.

Muitos autores, dentre eles, a psicoterapeuta e psicóloga Sílvia Ivancko (2006), relacionam a depressão com a modernidade ou mais especificamente com os fenômenos da pós-modernidade e afirmam que “a depressão é um problema de saúde pública, e será o mal do século 21, juntamente com a síndrome do pânico”(IVANCKO, 2006, p. 3). Entretanto, há estudos que demonstram que a depressão não se trata necessariamente de uma patologia recente.

De acordo com Cintia Gonçalves e Ana Lúcia Machado (2007, p. 298) “conhecer a história da depressão nos leva a entender a invenção do ser humano como hoje o conhecemos e incorporamos”. Os estudos de Gonçalves e Machado (2007, p. 298) localizam a depressão ainda na antiguidade, por volta dos anos 500 antes de Cristo e 100 depois de Cristo e afirmam que “os gregos já partilhavam a ideia moderna de que as doenças da mente estão conectadas de algum modo à disfunção corporal”. Dessa forma, podemos concluir que a vida moderna pode até contribuir com o agravamento da patologia, mas, não se trata, de modo algum, de um fenômeno da atualidade.

Conceitos e Definições da Depressão Puerperal

A Depressão Pós-parto ou Depressão Puerperal(DPP) é reconhecida como um importante problema de saúde pública, afetando tanto a saúde da mãe quanto o desenvolvimento de seu filho. A manifestação da DPP pode ocorrer, na maioria dos casos, a partir das primeiras quatro semanas após o parto, alcançando habitualmente sua intensidade máxima nos seis primeiros meses. Os sintomas mais comuns são: desânimo persistente; sentimento de culpa; alterações do sono; pensamentos suicidas; temor de machucar o bebê; diminuição do apetite e da libido.

Para Daniel e Souza (2006, p. 118) a depressão quase sempre está relacionada aos diferentes contextos socioculturais e dentre os fatores psicossociais que mais apresentam associação com a DPP se destacam: baixo suporte social, histórico de doenças psiquiátricas e de estresse, tristeza pós-parto, ansiedade e depressão pré-natal, baixa auto-estima, gravidez não planejada, tentativa de interrupção da gravidez e sentimentos negativos em relação à criança. Por outro lado, também os antecedentes familiares que passaram pela Depressão Puerperal, ou experiências anteriores são fatores de análise para o risco do desenvolvimento da patologia (SILVA; BOTTIN, 2005).

Tendo por base os estudos clássicos sobre a depressão, acredita-se que quanto maior for o conhecimento acerca da depressão puerperal, maiores são as possibilida-

des de intervenção e tratamento. Via de regra, a identificação precoce dos primeiros sintomas ocorre na relação entre a neoparturiente e os profissionais da enfermagem que desempenham um papel fundamental tanto no diagnóstico quanto no tratamento da depressão puerperal. Ao participar ativa e diretamente da experiência vivenciada pela puérpera, poderá contribuir para ajudar a mesma na superação das dificuldades apresentadas, contribuindo para um exercício saudável da maternidade com impactos, tanto no binômio “mãe e filho” como na família (KOGIMA, 2004, p. 23).

Partindo dessas reflexões preliminares e no intuito de contribuir para a formação do conhecimento nessa área temática, o presente estudo teve como objetivo conhecer os principais fatores que causam a depressão puerperal bem como suas consequências. Propusemo-nos ainda identificar os principais fatores de risco da depressão puerperal, bem como e examinar as investigações que analisam os impactos dessa patologia e a importância do papel dos profissionais da enfermagem tanto no que tange ao diagnóstico precoce quanto no que diz respeito ao tratamento.

Depressão Puerperal na Amazônia à Luz dos Estudos de Gênero

O presente estudo caracteriza-se por seu caráter exploratório e transversal. Baseou-se numa ampla revisão de literatura fundamentada na perspectiva das possibilidades de intervenção, por parte dos profissionais de saúde, em especial da enfermagem, conhecedores dos fatores predominantes e das causas e efeitos da depressão puerperal. Também nos baseamos em cinco estudos de casos recentes que nos possibilitaram confirmar algumas hipóteses no que se refere aos fatores históricos e contextuais provocadores da referida síndrome.

Buscando responder a esta e a outras indagações que surgiram no decorrer da pesquisa, recorreremos aos estudos de Minayo, Assis e Souza (2005) sobre a metodologia de pesquisa cuja abordagem é de cunho quantitativo e qualitativo. Para essas autoras

As pesquisas quantitativas visam dimensionar e quantificar os dados de processo ou de resultado. Já as pesquisas qualitativas (...) são apropriadas para aprofundar a história; captar a dinâmica relacional de cunho hierárquico, entre pares ou com a população; compreender as representações e os símbolos e, dar atenção, também, aos sinais evasivos que não podem ser entendidos por meios formais (MINAYO; ASSIS; SOUZA, 2005, p. 42).

Nessa perspectiva, abordamos a temática considerando a sua abrangência e a compreensão sociocultural dos sujeitos investigados: as neoparturientes. Também

utilizamos um conjunto de referenciais bibliográficos de autores que desenvolvem estudos sobre a referida temática.

A abordagem específica e científica sobre essa patologia se justifica devido à mesma apresentar uma alta incidência, acometendo de 10% à 15% das mulheres em geral, podendo variar entre 8,4% a 23,3%(LOWDERMILK; PERRY, 2008,p. 880). De forma resumida, pode-se afirmar que a patologia se caracteriza por um quadro depressivo com alta incidência e que pode trazer consequências tanto para as mães quanto para os recém-nascidos e para toda a família.

Apoiado em um adequado suporte teórico-científico, este estudo analisa as causas e os impactos da Depressão Puerperal na família e na sociedade, ressaltando a importância da detecção inicial dos fatores de riscos observados pelos profissionais de enfermagem que exercem papel de suma importância no reconhecimento do diagnóstico. Por isso, é de suma importância que o profissional de enfermagem adquira o conhecimento específico sobre esta patologia com o objetivo de prevenir seu desenvolvimento prestando assistência adequada às parturientes.

De acordo com os informes da Organização Mundial de Saúde (OMS) (2012), o *puerpério* é definido como o período do ciclo gravídico-puerperal que se inicia após o parto, com a saída da placenta, e prolonga-se por até seis semanas. Também conceituado como período pós-parto, é uma fase que abrange desde as modificações locais e sistêmicas, provocadas pela gravidez e o parto, até as modificações psicológicas e emocionais. Por isso constitui como um período de transição para a mulher, seu recém-nascido e sua família, bem como de reajustes e redefinições de papéis no núcleo familiar.

De maneira geral, as abordagens teóricas, afirmam que a Depressão Puerperal ocorre durante a fase do *puerpério* que se divide em três períodos após o parto: o imediato, que vai do primeiro ao décimo dia após o parto; o tardio, que é o período que ocorre entre o décimo segundo até o quadragésimo segundo dia após o parto e o remoto, que vai a partir do quadragésimo terceiro dia após o parto (SILVA; BOTTIN, 2005).

A Depressão Puerperal se caracteriza principalmente pelos transtornos depressivos que podem ser despertados com a chegada do bebê, incluindo desde uma leve tristeza até quadros de profunda depressão, assim como sintomas de psicose puerperal. Os principais fatores de risco incluem a “história de depressão; baixa auto-estima; stress; falta de suporte social; baixa condição socioeconômica; ser solteira; relação conjugal problemática; depressão pré-natal; ansiedade pré-natal; temperamento “difícil” do bebê; disfunções biológicas no pós-parto; gravidez não planejada ou indesejada” (LOWDERMILK; PERRY, 2008, p. 880).

O *puerpério* caracteriza-se por se apresentar como uma fase de profundas alterações no âmbito social, psicológico e físico da mulher. É o período que se inicia após o parto com duração de aproximadamente três meses. No caso de mulheres primíparas¹, esta fase pode estender-se, uma vez que a inexperiência associada a sentimentos de ansiedade, medo e angústia podem ser somatizados chegando a resultar em um quadro de instabilidade maior que o habitual (LOWDERMILK; PERRY, 2008, p. 881).

Na fase puerperal a mulher encontra-se mais exposta a maiores riscos de aparecimento de transtornos emocionais em relação a outras fases da vida, uma vez que as suas defesas tanto físicas quanto psicossociais são direcionadas à proteção da vulnerabilidade do bebê. Por isso, as mulheres vítimas de aborto, óbito ou malformação fetal, devem receber atenção especial por parte dos profissionais de saúde, especialmente os enfermeiros(as)², evitando que permaneçam no mesmo quarto em que as puérperas estão com seus filhos (SILVA; BOTTIN, 2005).

Lowdermilk e Perry (2008, p. 882), sustentam que os casos de mães com Depressão Puerperal são relativamente comuns e ocorrem devido a inúmeros fatores psicossociais, subjetivos e biológicos. Por isso, a Depressão Puerperal é um transtorno mental de alta prevalência que provoca alterações emocionais, cognitivas, comportamentais e físicas. Inicia-se de maneira insidiosa, podendo durar até semanas após o parto. Apesar de sua considerável incidência, este transtorno é frequentemente ignorado.

Para Wilkinson, Moore e Moore (2003), a depressão Puerperal tem como característica um aumento exagerado nas sensações diárias acompanhado de tristeza, consistindo numa perturbação do humor, de gravidade e duração variáveis, amiúde recorrente, acompanhada por uma variedade de sintomas físicos e mentais. Para os referidos autores, muitos estudos científicos concordam que as discussões sobre a saúde da mulher, principalmente durante o ciclo gravídico-puerperal, pressupõem uma compreensão sobre a sexualidade e a reprodução humana num contexto socioeconômico e cultural, destacando-se o papel social da mulher frente às necessidades de novas adaptações e reajustes intrapsíquicos, interpessoais e de mudança de identidade feminina.

Conforme Silva e Botti (2005), toda a forma de transtorno mental deve ser compreendida como um estado de desconforto, associado à ameaça da integridade física, psicológica e social do indivíduo, além de intervir severamente nas suas cons-

¹ Aquelas que passam pela experiência da primeira gestação e parto.

² Fornecer apoio emocional, compreender, agir com empatia, dialogar e respeitar o luto podem ser ações e estratégias utilizadas para ajudar a mulher a superar esse momento de perda e prevenir a Depressão Puerperal.

truções pessoais e envolver todas as formas de relacionamento que o mesmo venha a assumir no seu cotidiano. O transtorno depressivo puerperal também acarreta uma série de consequências assim como a depressão em outras fases da vida da mulher.

Silva e Botti (2005), também afirmam que ocorre uma perda emocional nas puérperas vítimas da DPP, que será percebido pelo bebê. Num primeiro momento pode haver uma tentativa estimulante do comportamento materno por parte da criança, mas com a persistência da depressão, a relação entre mãe-filho poderá se comprometer ao longo do desenvolvimento infantil. Esta situação será mais intensamente vivenciada no primeiro ano de vida do bebê.

De acordo com nossas observações profissionais, a Depressão Puerperal também é caracterizada como uma patologia capaz de promover a sincronização dos sentimentos que norteiam a relação maternal, deixando a mulher mais introspectiva e menos responsiva aos estímulos afetivos do bebê. Desse modo o bebê pode reagir instantaneamente à atitude da mãe como uma estimulação insuficiente do comportamento materno, e assim, a mesma poderá reagir com o mesmo distanciamento. Esta atitude do bebê causará um sentimento de ansiedade e frustração na mãe, que poderá se sentir rejeitada e incapaz de assumir os cuidados com o próprio filho. A própria entonação da voz materna fica alterada no período depressivo, algo que pode ser mais bem vivenciado quando a mesma se direciona a dialogar com o bebê, nota-se a mesma falta de entusiasmo e apatia apresentados nos cuidados com a criança, afetando assim a comunicação verbal entre ambos. Desta forma, cabe ao enfermeiro o conhecimento acerca da Depressão Puerperal, uma vez que constitui no serviço de saúde no qual se encontra inserido uma porta de entrada para o acolhimento e direcionamento adequado da puérperas no que corresponde à terapêutica e prevenção deste transtorno mental.

Partindo da revisão da literatura e da nossa experiência profissional, compreendemos que a manifestação do quadro de depressão puerperal acontece, na maioria dos casos, a partir das primeiras quatro semanas após o parto, alcançando habitualmente sua intensidade máxima nos seis primeiros meses. Estima-se que 25 a 35% das mulheres apresentam sintomas depressivos na gravidez e que até 20% das mulheres podem preencher os critérios para depressão (JOSEFSSON et al., 2001). Entretanto, o diagnóstico da Depressão Puerperal pode ser muito complexo por compreender fatores de ordem clínica e psíquicos. Uma puérpera acometida por tal patologia pode apresentar sintomas físicos, tais como: Cefaleia, dores nas costas, erupções vaginais e dor abdominal, sem causa orgânica aparente (SILVA e BOTTI, 2005).

Para a maioria dos autores, o diagnóstico resulta da observação dos sintomas mais comuns que são: desânimo persistente, sentimento de culpa, alterações do sono, ideias suicidas, temor de machucar o filho, diminuição do apetite e da libido, diminuição do nível de funcionamento mental e presença de juízos obsessivos ou supervalorizados, sentimento de tristeza, angústia e desesperança, baixa autoestima, sentimentos de ruína e desvalia visões pessimistas do futuro, sendo estas características concomitantes a alterações somáticas.

O enfermeiro inserido na equipe de profissionais, que presta cuidado às gestantes e sua família, desempenha um papel fundamental de promoção à saúde e apoio, para que as futuras mães se fortaleçam e possam conduzir com mais autonomia a gestação, parto e Puerpério. É importante ressaltar que o enfermeiro tem sido apontado pela OMS como profissional melhor preparado para esse tipo de atenção.

De acordo com a Lei do Exercício Profissional da Enfermagem n. 7.498, de 25 de junho de 1986 (COFEN, 1986), regulamentada pelo Decreto n. 94.406/1987 (COFEN, 1987), o enfermeiro, como membro da equipe de saúde, pode e deve prestar assistência integral à mulher durante toda a sua vida, na gestação no parto e pós-parto. Ainda de acordo com o mesmo decreto, o profissional da enfermagem pode realizar consulta de enfermagem e desenvolver atividades educativas, bem como, planejar, avaliar e gerir serviços e programas de saúde.

Para o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN)³ compete aos profissionais a assistência de enfermagem às gestantes, parturientes e puérperas a fim de identificar precocemente os sintomas da DPP e encaminhar para o adequado tratamento. Nesse sentido o profissional da enfermagem necessita estar atualizado sobre os estudos relacionados com a Depressão Puerperal considerando que se trata de um transtorno mental de alta prevalência e que provoca alterações emocionais, cognitivas, comportamentais e físicas. Inicia-se de maneira insidiosa, podendo permanecer até semanas após o parto. De acordo com nossa atuação profissional, observamos que pode ocorrer um aumento exagerado nas sensações diárias das puérperas acompanhado de tristeza, consistindo numa perturbação do humor de gravidade e duração variáveis que é frequentemente recorrente acompanhada por uma variedade de sintomas físicos e mentais que envolvem o pensamento, os impulsos e a capacidade crítica.

Para Klaus, Kennel e Klaus (2000), a depressão está comumente associada ao nascimento de um bebê e refere-se a um conjunto de sintomas que iniciam geral-

³ Especialmente os informes de 1999, da Resolução 223 Art. 2 do Conselho Federal de Enfermagem – COFEM.

mente entre a quarta e a oitava semana após o parto, atingindo de 10 a 15% das mulheres. Portanto as ideias dos autores a respeito da Depressão Puerperal convergem, na maioria dos casos investigados, para o papel dos profissionais enfermeiros que estar mais atentos e investigar melhor as queixas das puérperas contribuindo para a realização do diagnóstico e evitando descuido no atendimento. Para a maioria dos autores analisados neste estudo os problemas emocionais de uma puérpera devem ser melhor avaliados pelos profissionais da enfermagem que estão em contato mais permanente e direto com as neoparturientes.

De acordo com as análises teóricas ora apresentadas nesse artigo, muitos são os fatores que precisam ser considerados para uma compreensão mais abrangente da síndrome da depressão, bem como o papel do profissional da enfermagem nos processos de diagnóstico e tratamento. Um desses fatores refere-se à dimensão cultural presente em todas as sociedades e em todos os tempos.

De maneira geral, as crenças sobre a maternidade são divulgadas como se fossem tradicionais e naturais, e por serem concebidas assim, essas crenças se tornam inatacáveis. Contudo, é possível verificar na história da humanidade que essas ideias têm poucas centenas de anos. A boa mãe, tal qual conhecemos hoje, com sua propensão natural ao sacrifício, seu amor universal e automático pelos filhos e sua completa satisfação nas tarefas da maternidade, não foi sempre assim (AZEVEDO; ARRAIS, 2006, p. 269).

Quando se leva em consideração os elementos culturais, vem à tona o papel e o lugar na mulher na sociedade e a sua relação com a maternidade. Como afirmam as autoras acima citadas, “nem sempre foi assim”. A maternidade e a exigência de uma relação maternal entre a puérpera e o recém-nascido, passou a existir, mais especificamente na cultura ocidental ou europeia, a partir da publicação, em 1772, do tratado de Jean-Jacques Rousseau intitulado *Émile*⁴. Em linhas gerais, *Émile* foi escrito com o objetivo de elaborar um amplo tratado de educação, com princípios pedagógicos voltados para a instrução dos jovens europeus. Entretanto, em meio a tantas orientações, Rousseau cobra uma mudança de postura no papel das mães que, naquele tempo, estavam acostumadas a uma relação pouco afetiva com os filhos, especialmente no que se refere aos recém-nascidos que eram, na sua grande maioria, criados pelas amas-de-leite. Rousseau teceu críticas contundentes às mães que não amamentavam e não estabeleciam laços afetivos com os filhos desde bebês. Com isso, a sociedade, subsidiada pelo contrato de Rousseau, passa a exigir uma postura

⁴ No Brasil a obra de Rousseau foi traduzida e publicada diversas vezes. Uma das últimas edições atualizadas foi publicada em 1996 com a seguinte referência: Rousseau, Jean-Jacques - *Emílio ou da educação*. São Paulo: Difel, 1996.

diferente das mulheres e a maternidade passou por profundas transformações, a ponto de mudar completamente (AZEVEDO; ARRAIS, 2006).

A partir de *Émile* a sociedade passou a exigir mais atenção e dedicação das mulheres com relação à maternidade que passou a ser quase uma obrigatoriedade para todas as mulheres. Aquelas que se recusassem ou não tivessem condições clínicas para exercer a maternidade passaram a ser criminalizadas e hostilizadas pela sociedade. A revolução provocada por Rousseau interferiu também no papel social da mãe com relação ao recém-nascido. Para Rousseau, era dever da “boa mãe” amamentar suas crias e cobri-las do primeiro amor. No parto, o ator principal passou a ser o novo rebento recebido com festas e honrarias pela família, de maneira especial se fosse do sexo masculino. Dessa maneira, a sociedade passou a marginalizar as mulheres que não cumprissem com o ritual da maternidade e dessem prioridade a outros interesses tais como os estudos ou a carreira profissional. O tempo passou e as ideias medievais de Rousseau foram sendo sacramentalizadas e ainda hoje prevalecem na sociedade. No entanto, nem todas as mulheres estão realmente preparadas para passar ilesas por essa experiência.

Todas as mulheres acompanhadas em nossos estudos de caso, percebemos que muitas puérperas que desenvolveram a síndrome da depressão puerperal, passaram por problemas e dificuldades durante a gestação. Quando deram à luz, entretanto, foram praticamente ignoradas nas suas dificuldades e problemas até mesmo de saúde, tendo que se dedicar exclusivamente ao bebê. A família, de modo especial o pai, deslumbrado com o novo rebento, muitas vezes, mesmo sem querer, ignora a situação da mulher que passa a ser vista tão somente na condição redentora de mãe. É como se a maternidade sublimasse a mulher fazendo-a se esquecer de todas as outras situações, inclusive as dores e sofrimentos próprios do parto. Trata-se de um construtivo social que exige da puérpera uma atitude de completa sublimação. Ocorre que em muitos casos de depressão, os problemas acompanham a mulher desde antes da experiência da maternidade. E a ocorrência da depressão puerperal pode indicar justamente que a maternidade não tem a capacidade ou o poder de relativizar todas as situações vivenciadas antes ou depois da maternidade.

Nos casos observados no nosso exercício profissional, todas as puérperas passaram por conflitos relacionados com a etapa anterior à gravidez. Muitos desses conflitos ou tensões estenderam-se durante a gravidez e seguiram presentes no pós-parto. A diferença é que as pessoas mais próximas, praticamente passaram a ignorar o problema, priorizando o recém-nascido em detrimento da mãe que passa a enfrentar sozinha os seus conflitos existenciais tendo ainda que manter sua atenção

para com os cuidados do bebê. Somente a “mãe perfeita” desenhada por Rousseau seria capaz de tamanha sublimação. Nessa perspectiva, somos intuídos a afirmar que a depressão puerperal, dentre outros fatores, seria também um construtivo social e, como tal, o seu tratamento implicaria também numa mudança de postura da sociedade com relação à mulher, na perspectiva das relações sociais e de gênero. Mediante isso, podemos afirmar que a Depressão puerperal é muito mais complexa do que aparenta ser e que seu tratamento não pode ser direcionado apenas à puérpera. Da mesma maneira que as pessoas do entorno da puérpera, de forma direta ou indireta, participaram do processo que desencadeou a depressão puerperal, da mesma forma, deveriam ser implicadas no seu tratamento ou da sua prevenção.

O tratamento à depressão puerperal, na maioria dos casos, implica numa ação multidisciplinar envolvendo profissionais da área médica, da enfermagem e da psicologia. Cabe aos enfermeiros/as, no entanto, o cuidado mais direto e permanente durante o período de internação da puérpera. É nesse período que os profissionais da enfermagem devem, na medida do possível, envolver também os familiares e amigos da puérpera no processo de tratamento levando um grupo sempre maior a repensar a depressão como resultado de uma construção social que precisa ser constantemente desconstruída e desnaturalizada em favor da mulher.

Considerações finais

Este estudo possibilitou um maior conhecimento e aprofundamento sobre a Depressão Puerperal como uma doença que provoca alterações transitórias do estado mental e emocional em mulheres no puerpério imediato, especialmente durante os dez primeiros dias do pós-parto. A Depressão Puerperal é uma patologia que afeta um considerável contingente de mulheres neste período e por isso requer maior atenção por parte dos profissionais da área da enfermagem.

Muitos autores coincidem que a causa etiológica mais provável da Depressão Puerperal, pode estar relacionada com fatores neuroendócrinos que apresentam variações hormonais, principalmente as alterações dos hormônios tireoidianos, progesterona, cortisol e estrógenos. Entretanto, existem outros fatores que podem estar diretamente relacionados com as causas da Depressão Puerperal, tais como histórico de vulnerabilidade genética, estresses psicossociais e baixo suporte social. Concluímos também que a Depressão Puerperal resulta de uma tensão da sociedade que cobra da mulher maior responsabilidade do que ela é capaz de corresponder em períodos de fragilidade física e emocional. Nesse sentido, a depressão seria então resul-

tado de uma elaboração social na qual se convencionou que a sociedade tem direitos sobre as decisões e prioridades das mulheres exigindo-se delas uma maior atenção para com os recém-nascidos em detrimento dos cuidados de si mesma. Todos estes fatores podem desencadear a Depressão Puerperal. Porém, a etiologia da Depressão Puerperal é muito complexa por que não se pode comprovar qual é a sua causa real, porque os mesmos fatores não podem ser aplicados a todas as mulheres em todas as classes sociais e em todos os contextos culturais.

A maioria dos autores concorda que os fatores de risco mais comuns são: mulheres com episódios passados de Depressão Puerperal, estresses durante a gravidez, histórico de depressão em gravidez anterior, ocorrência de distúrbio do humor na família, baixo suporte social, crises no relacionamento conjugal, ansiedade, medos e angústias frente à experiência da maternidade, inexperiência especialmente no caso de gravidez precoce, condições psicossociais desfavoráveis, histórico familiar de Depressão Puerperal. Também são considerados fatores de risco a gravidez indesejada especialmente em caso das vítimas de violência e estupro, mães solteiras ou maternidade independente, dificuldades com a amamentação, problemas obstétricos durante a realização do parto, síndrome de alterações mentais transitórias ocorridas no início do puerpério, tristeza pós-parto. Todos estes fatores devem ser investigados no puerpério a fim de se identificar a Depressão Puerperal e prevenir o seu avanço submetendo a neoparturiente ao tratamento adequado e ao suporte psicossocial necessário.

Por outro lado, além de investigar os fatores, os enfermeiros(as) devem estar atentos aos sintomas mais frequentes da Depressão Puerperal que podem ser: alterações do humor, do apetite e do sono, dificuldade de concentração, perda repentina de peso, agitação ou letargia, sentimento de culpa sem causa aparente, angústia, fadiga, cansaço físico e mental, vontade de morrer ou pensamentos suicidas. Os enfermeiros(as) também devem estar atentos ao comportamento da mãe observando se esta apresenta preocupação obsessiva em relação ao bebê quando escuta seu choro ou na hora dos cuidados mais corriqueiros como o banho, a amamentação e a troca de roupa. Por fim, a sintomatologia mais frequente está relacionada com a depressão atípica, a ansiedade, a irritabilidade recorrente, a insônia e as alterações biológicas. Mas, esses sintomas podem variar muito dependendo da mulher e cada caso deve ser tratado em suas peculiaridades.

Mediante o estudo realizado conclui-se que é de suma importância que as mulheres acometidas pela Depressão Puerperal sejam atendidas por profissionais especializados e bem informados a respeito de possíveis sintomas durante o puerpério.

Conclui-se também que a depressão puerperal é um problema de saúde pública e cabe aos enfermeiros(as) acompanhar cada momento vivenciado pela puérpera, identificando precocemente os sintomas clínicos deste distúrbio para que desta forma o diagnóstico seja de total precisão e as intervenções sejam as mais adequadas possíveis.

Relacionando os estudos científicos com alguns estudos de caso, compreendemos que os distúrbios mentais e emocionais da Depressão Puerperal apresentam causas e efeitos progressivos. Por isso, o atendimento e o tratamento das mulheres acometidas pela Depressão Puerperal devem ser realizados por equipes multidisciplinares capazes de identificar os sintomas ainda em sua fase inicial, com o objetivo de proporcionar o tratamento mais adequado para as puérperas evitando o avanço da patologia.

Por fim, este artigo que teve como objetivo conhecer os principais fatores que causam a depressão pós-parto bem como suas consequências; identificar os principais fatores de risco para a depressão pós-parto; contribuir para o estudo da interação mãe-filho e examinar as investigações que analisam os impactos da depressão pós-parto, conclui que este estudo contribuiu para a construção do conhecimento nesta área. Para finalizar, concordamos que os profissionais da área de enfermagem são os agentes mais implicados no diagnóstico e prevenção da Depressão Puerperal devendo, portanto, receber treinamento específico tanto para a identificação dos sintomas como para atuar de forma eficaz no tratamento que exige, mais que a medicação, a atenção permanente dos profissionais.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Kátia Rosa; ARRAIS, Alessandra da Rocha. **O Mito da mãe exclusiva e seu impacto na depressão pós-parto**. Revista Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 19, n. 2, p. 269-276, Brasília, 2006.

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. Legislação. Leis. Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências. Brasília, 1986.

_____. Conselho Federal de Enfermagem. Legislação. Decretos. Decreto nº 94.406/87 Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da Enfermagem, e dá outras providências. Brasília, 1987.

DANIEL, Cristiane; SOUZA, Mériti de. Modos de subjetivar e de configurar o sofrimento: depressão e modernidade. **Revista de Psicologia**, v.12, n.20, Belo Horizonte, p. 117-130, dez. 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa: edição histórica 100 anos**. Curitiba: Positivo Editora, 2010.

GONÇALES, Cintia Adriana Vieira; MACHADO, Ana Lúcia. **Depressão, o mal do século: de que século?** Revista de Enfermagem da UERJ, v. 15, n. 2, p. 298-304, Rio de Janeiro, abr. / jun. 2007.

IVANCKO, Sílvia. **Depressão, o mal do século 21**. São Paulo: Portal Terra, Sessão Vida e Saúde, 27 out. 2006. Disponível em: <<http://abp.org.br/portal/clippingsis/exibClipping/?clipping=3343>>. Acesso em: 10 out. 2014.

JOSEFSSON, A. et al. Prevalence of depressive symptoms in late pregnancy and postpartum. **Acta Obstet Gynecol Scand**. v. 80, n. 3, p. 251-255, 2001.

KLAUS, M. H.; KENNEL, J. H.; KLAUS, P. **Vínculo: construindo as bases para um apego seguro e para a independência**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

KOGIMA, E. O. **O entendimento dos enfermeiros de uma Unidade Básica de Saúde acerca da depressão puerperal**. 2004. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo; 2004.

LOWDERMILK, D.; PERRY, S. **Enfermagem na Maternidade**. 7. ed. p. 879-889. Loures: Lusodidacta, 2008. (ISBN 978-989-8075-16-1). Disponível em: <<http://www.correntedinamica.com/pubfatout.pdf#page=135>>. Acesso em 10 out. 2011.

MINAYO, Maria Cecília; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de. **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Relatório sobre a saúde no mundo 2011: saúde mental - nova concepção, nova esperança**. Geneva (CH): MS, 2012.

PINHO, Miriam Ximenes; CUSTÓDIO, Osvaldir; MAKDISSE, Márcia. **Incidência de depressão e fatores associados em idosos residentes na comunidade: revisão de literatura**. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia. v. 12, n. 1, p. 123-140, São Paulo, 2009.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. São Paulo: Difel, 1996.

SILVA, E. T.; BOTTI; N. C. L. **Depressão puerperal: uma revisão de literatura**. Revista Eletrônica de Enfermagem. v. 7, n. 2, p. 231-238, 2005.

WILKINSON, G.; MOORE, B.; MOORE, P. **Tratar a depressão**. Lisboa: Editora Climepsi, 2003.

MUTIRÃO ECOLÓGICO

1. Apresentação

Hoje mais do que nunca o meio ambiente está em foco, são muitos os assuntos abordados quando se fala de meio ambiente, dentre eles está a falta de saneamento básico que muitas vezes é precário ou inexistentes, o que possibilita a proliferação de doenças como dengue, malária e outras provenientes da poluição ambiental.

Este projeto de intervenção terá como ponto de partida a mobilização pela busca de solução para os problemas que o acúmulo do lixo traz, pretende despertar a atenção de cada pessoa para seus próprios hábitos e atitudes, visando incluir a ação responsável com o meio ambiente no cotidiano de cada cidadão da comunidade.

Este projeto dividiu-se em quatro etapas, onde a primeira consistiu na fundamentação teórica, onde foram feitas leituras para compor o referencial teórico e ter embasamento teórico.

A segunda etapa foi seleção do bairro para a aplicação do projeto de intervenção, onde foi realizado um diagnóstico social, ou seja, foi mapeado conforme as necessidades das ruas, os moradores que vão fazer parte da aplicação do projeto de intervenção, onde foi detectado a falta de lixeiras domiciliares. Como o nosso campo de estágio é um Projeto de Extensão Serviço Social e Educação Ambiental, o qual tem parceria com o CRAS-UNÃO, foi selecionado o bairro união.

A terceira etapa foi a elaboração do projeto e a quarta será a aplicação do projeto.

Esta terceira etapa de acordo com Thiollent (1994, p. 14):

(...) é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pes-

* E-mail: mistesrichil@hotmail.com

** E-mail: ercilene.almeida@gmail.com

*** E-mail: andreza.ibab@hotmail.com

quisadores e os participantes representativos da situação e do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Dentro deste contexto adquirir conhecimento e experiências para vida profissional na criação, aplicação e avaliação de projetos de sociais e desta forma inspirando novas e criativas formas de ação.

2. *Justificativa*

O crescimento desenfreado das cidades vem causando uma série de problemas urbanos, dentre eles, a poluição do ar, das águas, excesso de lixo nas ruas, ocupação de áreas de várzeas, falta de saneamento básico, entre outros.

Para Layarargues(2011,p.227):

“A questão do lixo vem sendo apontada pelos ambientalistas como um dos mais graves problemas ambientais urbanos da atualidade, a ponto de ter-se tornado objeto de proposições técnicas para seu enfrentamento e alvo de programas de educação ambiental nas escolas brasileiras”.

Mesmo sabendo dos riscos que trazem os lixos, das doenças que acabam se originando no lixo, algumas pessoas insistem em ignorar tudo isso e continuar jogando resíduos em locais públicos, muitas vezes por falta de lixeiras e outras mesmo por falta de educação.

Sem saber que do mais simples como a embalagem do chiclete ao mais complexo como pneu, podem servir de abrigo e alimento para animais e insetos que são vetores de doenças. As mais comuns são a leptospirose, causadas pelos ratos, malária, febre amarela, dengue, leishmaniose que são transmitidas por moscas, mosquitos e pernilongos.

Recentemente tivemos vários acontecimentos no município de Boa Vista direcionados ao meio ambiente, em tempos de chuva, o acúmulo de lixo em regiões inadequadas pode trazer perigos. O lixo disposto clandestinamente em locais como terrenos baldios, margens de córregos, rios e de ruas contribui diretamente com as enchentes, o qual vem potencializar as mesmas. Entope as ‘bocas de lobo’ e as galerias de água fluvial, o que diminui consideravelmente a vazão dos mesmos. As enchentes espalham o lixo e contaminam a água e alimentos.

A proliferação de insetos no lixo é um grave problema de saúde pública, e a melhor solução para esse grave problema ainda é o tratamento e coleta do lixo, além

da sensibilização da população a respeito da importância de diminuir a produção de lixo.

Pensando nisso os acadêmicos de Serviço Social, resolvemos sensibilizar a comunidade do bairro união a cerca da temática ambiental, tendo como foco as expressões da questão social, dentre elas a que mais se destaca são as doenças que são originadas pelo acúmulo de lixo.

Nesse sentido a criação de ações direcionadas ao meio ambiente nos pareceu bastante favorável, no sentido de informar a população sobre as consequências que o lixo quando jogado de forma indevida traz, um exemplo disso são as doença que é o objeto de trabalho do projeto de intervenção e desta forma está mostrando que muitos dos lixos que produzimos podem está se tornando matéria-prima para a produção de novos produtos.

Atualmente existem os catadores de lixo no aterro sanitário, o ideal seria separar o lixo domiciliar em duas partes: a parte não reciclável e a parte reciclável. A não reciclável (tecidos, fraldas descartáveis, papel higiênico, restos de carne, frutas, verduras e outros alimentos) deve ser descartada em aterros sanitários. Vale lembrar que restos de frutas, cascas e alimentos podem se usados para a fabricação de adubo orgânico.

Já o material seco que pode ser reciclado ou reutilizado deve ser encaminhado à coleta seletiva, se não existir a coleta seletiva, procurar um meio de quando for descarta separá-lo, para assim os catadores fazerem os seus trabalhos que de certa forma estarão contribuindo para o meio ambiente mais equilibrado.

O tema abordado é de muita importância, uma simples mudança e prática de cidadania no cotidiano de cada pessoa pode fazer grande diferença, o comprometimento da comunidade em suas reflexões sobre a forma correta de descarta o lixo, sem falar nas doenças que podem diminuir consideravelmente, e desta forma beneficiando não só si mesmo como também a comunidade em geral.

4. *Público alvo*

Este projeto de intervenção terá como público alvo moradores da rua Raimundo Alves Soares localizada no bairro União, onde verificou-se a falta de lixeiras, que é um agravo, pois quando não há lixeiras os moradores do bairro acumulam lixos na frente de sua residências, que na sua maioria das vezes o animais, como por exemplo os cachorros, gatos rasgam os sacos, e o lixo acaba que exposto nas ruas, criando assim um ambiente ideal para a proliferação de mosquitos, muriçocas, ratos entre

outros, estes que por sua vez contaminando a comunidade com doenças como por exemplo a dengue, malária, leptospirose.

E quando chove acaba que agravando a situação da comunidade, pois muitos destes lixos entopem bueiros, e dessa forma fazendo com que água da chuva não escorra para o seu destino final, e assim causando as enchentes, ruas alagadas, colocando assim as famílias moradoras do bairro em situação de risco.

Portanto o público que se pretende atingir são os moradores do bairro que não possuem lixeiras, e assim poder está intervindo junto a eles, garantindo o direito ao saneamento básico, ao meio ambiente equilibrado.

5. *Metas a atingir*

- Esclarecer para as doze famílias contempladas de que forma podem estar diminuindo a poluição ambiental;
- Identificar quais as doenças que mais tem atingido a comunidade;
- Melhorar em 90% a coleta do lixo;
- Diminuir os casos de malária, dengue e demais doenças causadas pelo acúmulo de lixo;

6. *Metodologia*

Este projeto de intervenção terá como locus os moradores da rua Raimundo Alves Soares localizada no bairro união em Boa vista-RR com o universo e amostra de 12 moradores, tendo em vista que em 2013 o bairro teve um número de pessoas infectadas considerável. Em uma entrevista ao jornal folha de boa vista, o gerente do Núcleo de Controle da Malária em Roraima (NCM-RR), Jonas Monteiro ressalta que:

“A malária não é como a dengue, que é mais comum na área urbana. Mas a população que mora em bairros como Caçari, Paraviana e Cauamé, Caraná, Bairro União que são próximos de lagoas, valas e outros locais propícios à criação do mosquito, devem tomar cuidado”.

Diante do exposto percebeu-se a necessidade da sensibilização aos moradores, não só em relação ao lixo, mais as consequências que geram como por exemplo, as doenças, como a malária, dengue, leptospirose entre outras.

Azevedo (2009) contribui dizendo que:

“A Sensibilização Ambiental pretende atingir uma predisposição da população para uma mudança de atitudes. No entanto, esta mudança de atitudes só se pode verificar se a população for educada, ou seja, se depois de sensibilizada lhe forem apresentados os meios da mudança que levem a uma atitude mais correta para com o Ambiente”.

Neste sentido os moradores estarão sendo contemplado com um kit ecológico, que conterà: 01 vassoura de aço, 01 pacote de saco plástico contendo 10 unidades de 100 litros, 01 cartilha ecológica que será produzida pelas acadêmicas participantes, 01 lixeira produzida com materiais recicláveis.

Quanto a isso Freire afirma que :

“Nosso compromisso, enquanto cidadão nesta sociedade globalizada é o de uma visão mais clara e ampla com a qualidade ambiental para um presente e futuro próximo, onde o homem terá oportunidade a sua vez e voz, tendo como vista não o espaço próximo de ação, mas também o horizonte planetário”.

O objetivo da entrega do kit é alertar a comunidade sobre o acúmulo de lixos residenciais, como está fazendo a limpeza do seu quintal, e qual a maneira certa de descartar cada lixo, nesse sentido enfrentando as expressões da questão social, que nesse caso são as doenças causadas pelo acúmulo de lixo.

Diante do exposto verificou-se que a questão social e ambiental estão estreitamente ligadas. A concepção mais difundida no Serviço Social é de Yamamoto e Carvalho (1983,p.77):

“a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão”.

Esta aplicação do projeto será realizado junto com 02 acadêmicas do curso de Serviço Social, juntamente com uma profissional da área e 2 funcionários da Prefeitura Municipal de Boa Vista(agente de saúde) e demais convidadas (os).

A divulgação da aplicação do projeto será feita através de folder que conterà as informações necessárias, como por exemplo, dia e hora em que será aplicado o projeto. Em relação á avaliação será utilizado como instrumento de coleta de dados

um questionário com perguntas abertas e fechadas, deste modo estar mensurando a satisfação dos moradores em relação á iniciativa dos acadêmicos.

Marconi e Lakatos (2003, p. 201) definem questionário como sendo “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

A análise dos dados e a avaliação serão registrados, para posteriormente realizar o relatório e desta forma avaliar a aplicabilidade do projeto social.

7. Recursos

7.1 Recursos humanos

ORD	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Estagiárias de Serviço Social do PROSSEA	10
02	Assistente Social	02
03	Agente de saúde	02

7.2 Recursos materiais

ORD	DESCRIÇÃO	QDE	UNIDADE	CUSTOS		
				Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	
01	Computador	1	1	_____	_____	
02	Papel A4	1	500	0,10	50,00	
03	Recarga para impressão	2	2	5,92	11,84	
04	Vassoura de aço	12	12	12,00	144,00	
05	Sacos plásticos	12	12	3,50	42,00	
06	Lixeira reciclável	12	12	20,00	240,00	
07	Camisetas de algodão	20	20	_____	_____	
TOTAL						487,84

8. *Parceiras ou instituição apoiadora*

- Projeto de Extensão Serviço Social e Educação Ambiental.
- Secretária Municipal de saúde de Boa Vista-RR.
- Secretária Estadual de Saúde de Boa Vista-RR

9. *Avaliação*

Será analisado a eficiência do desenvolvimento do projeto, o impacto causado na comunidade com as mudanças que ocorreram na vida dos moradores da rua Raimundo Alves Soares no Bairro União, com aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas.

Este processo será efetuado no primeiro semestre de 2015. A eficácia será verificada antes e depois da aplicação com relatório anual contendo a relação de atividades realizadas, número e perfil de beneficiários alcançados.

10. *Cronograma de execução*

ATIVIDADES	MESES									
	Maio		Junho		Julho		Agosto		setembro	
2014.1										
Pesquisa bibliográfica	x									
Leitura e fichamento	x									
Orientação teórica do projeto de intervenção.	x	x								
Entrega do Projeto Teórico de Intervenção.		x								
2014.2										
Elaboração dos instrumentais técnicos utilizados.							x			
Revisão e reajustes do Projeto de Intervenção.							x	x		
Aplicação do projeto Intervenção								x		
2015.1	JAN	FEV	MAR	ABRIL	MAIO	JUNH				
Avaliação do projeto social			x							

Referencias bibliográficas

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000. 63p.

IAMAMOTO, Marilda. **A Questão social nocapitalismo**. Revista Temporalis, Brasília: ABEPS, N°3, 2001.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Loureiro, Carlos Frederico Bernardo. Layrargues, Philippe Pomier. Castro, RonaldoSouza de. **Educação ambiental**: repensando o espaço de cidadania (orgs.).-5. Ed.- São Paulo: Cortez, 2011.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa- ação**. São Paulo: Cortêz ,7ª ed., 1996.

Sites

<http://www.folhabv.com.br/> Acessadoem 22/03/2014

Azevedo, Rita Teixeira d'.Azevedo, Rita Teixeira d'. <http://naturlink.sapo.pt/article.aspx?menuid=6&cid=33230&bl=1&viewall=true> .Acessado em 15/05/2014.

GT11 E GT24 - MIGRAÇÕES, FRONTEIRAS E DIREITOS HUMANOS /
DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS EM MOVIMENTO: MIGRANTES E
REFUGIADOS

DIÁLOGOS ENTRE DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E DIREITO INTERNACIONAL DOS REFUGIADOS: O CASO FAMÍLIA PACHECO TINEO

1. Introdução

Embora Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH), Direito Internacional dos Refugiados (DIR) e Direito Internacional Humanitário (DIH) tenham raízes históricas distintas, assim como diferentes instrumentos de proteção, têm em comum o fato de objetivarem a proteção internacional dos direitos humanos. Além disso, têm sido aplicados, de forma conjunta, tanto no campo legislativo, quanto operacional e hermenêutico.

Este trabalho tem por objetivo analisar, num caso específico e bastante recente da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Caso Família Pacheco Tíneo vs Estado Plurinacional da Bolívia), as ligações entre Direito Internacional dos Direitos Humanos e Direito Internacional dos Refugiados no plano hermenêutico.

Quanto à metodologia, foi feita uma escolha pelo estudo de caso, que permite uma análise mais aprofundada de um determinado caso concreto. O caso foi escolhido por se tratar do primeiro caso julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos a tratar dos direitos humanos aplicáveis aos refugiados. O estudo de caso, que se apoiou numa fonte documental (o julgado do Caso Família Pacheco Tíneo), foi também acompanhado de revisão bibliográfica.

Em relação ao percurso analítico, optou-se por começar o trabalho dissertando sobre as três vertentes da proteção internacional do ser humano, abordando os aspectos que as diferenciam e as aproximam. Posteriormente, de forma a situar o leitor, é feita uma breve explicação sobre o Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Finalmente, é feito o estudo de caso.

* Universidade Federal do Amapá. E-mail: camilalippi@gmail.com

2. As três vertentes da proteção internacional do ser humano

É comum a doutrina de Direito Internacional Público apontar a existência de três vertentes da proteção internacional do ser humano: Direito Internacional Humanitário; Direito Internacional dos Direitos Humanos, e Direito Internacional dos Refugiados.

O Direito Humanitário é, nas palavras de Cristophe Swirnaski, “o conjunto de normas internacionais, de origem convencional ou consuetudinária, especificamente destinado a ser aplicado nos conflitos armados, internacionais ou não-internacionais, que limita, por razões humanitárias, o direito das partes em conflito de escolher livremente os métodos e os meios utilizados na guerra, ou que protege as pessoas e os bens afetados, ou que possam ser afetados pelo conflito.” (SWIRNASKI, 1998, p. 18). Assim, trata-se de um ramo que tem por objetivo a proteção do ser humano em períodos de guerra.

As primeiras regras de Direito Internacional Humanitário foram de caráter consuetudinário. Porém, houve um marco na sua codificação quando o suíço Henry Dunant, havendo presenciado a batalha de Solferino, iniciou uma série de esforços em prol da humanização da guerra, culminando na Convenção de Genebra de 1864. Esse tratado versava sobre a proteção devida a médicos e outras pessoas envolvidas nos trabalhos de socorro, assim como os feridos em campanha. A Convenção de Genebra de 1889, por sua vez, veio a estender tais cuidados às batalhas navais. Finalmente, uma terceira Convenção foi aprovada, em 1929, com objetivo de proteger os presos de guerra. Tendo a humanidade se chocado com os horrores da Segunda Guerra Mundial, em 1949, ao mesmo tempo em que essas três convenções passaram por um processo de revisão, uma quarta convenção foi aprovada, tratando dos direitos de civis durante os conflitos armados, sendo chamadas, a partir de então, de Convenções de Genebra. Junto com os Protocolos I e II à IV Convenção de Genebra, temos a normativa de proteção do ser humano em períodos de guerra. A entidade responsável por fiscalizar a aplicação de tal normativa é a Cruz Vermelha, que surgiu pouco antes da I Convenção de Genebra, por ideia de Dunant (DÍAZ; ARREDONDO, p. 425-428).

O Direito Internacional dos Refugiados, por sua vez, tem suas origens no período da Primeira Guerra Mundial. No dizer de PAULA e PRONER (2008, p. 236):

“A Revolução Russa marca as origens de um sistema de repatriação de prisioneiros de guerra e cria o Alto Comissariado para os Refugiados Russos em 1921. Um exemplo desse importante momento foi a criação do *Passaporte Nansen*, documento que permitiu a emigração

de milhares de russos após a revolução de 1917. Com o surgimento de novos sujeitos de refúgio: judeus não-arianos e opositores ao regime do nacional socialismo alemão, a Liga das Nações passou a administrar os problemas de refúgio na Europa e em outros continentes”.

A configuração do que existe atualmente no Direito Internacional dos Refugiados começou a ser desenhada no pós-Segunda Guerra Mundial, em grande parte devido ao choque que a comunidade internacional sofreu ao ver a fuga em massa de judeus da Alemanha nazista (PRONER, PAULA, 2008, p. 236). Por isso, em 1950, foi criado o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), com a missão de proteger e dar apoio aos refugiados. Além disso, em 1951, foi elaborada a Convenção das Nações Unidas Referente ao Estatuto dos Refugiados. Este tratado define refugiado como qualquer pessoa que:

“temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele” (ACNUR, 1951)

Porém, como, na época, os elaboradores da Convenção acreditavam que não haveria mais novos fluxos de refugiados fugindo de seus países de origem. Por isso, limitava a definição de refugiados àqueles que se encaixavam no conceito supracitado, em razão dos acontecimentos na Europa antes de 1951 (ACNUR, 1951).

No entanto, em grande parte devido às guerras que marcaram, em diversos momentos, a independência de diversos países africanos e asiáticos de suas metrópoles na Europa, novos fluxos de refugiados surgiram após o marco cronológico posto pela Convenção de 1951, restando tais indivíduos sem proteção adequada. Por isso, em 1967, foi aprovado o Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados, que retirou as limitações cronológicas e territoriais previstas na Convenção de 1951, de forma a ampliar a definição de refugiado a todos aqueles que se encaixem na definição presente no tratado anterior, independente do local de onde, e da época em que estiverem fugindo (ACNUR, 1967).

Um dos princípios básicos dessa vertente da proteção internacional do ser humano é o chamado princípio do *non-refoulement* (não-devolução). De acordo com esse princípio, que é uma peculiaridade do Direito Internacional dos Refugiados, nenhum dos Estados Contratantes da Convenção de 1951 expulsará, deportará ou extradita-

rá, de maneira alguma, um refugiado para as fronteiras dos territórios em que sua vida, sua liberdade ou integridade física esteja ameaçada (PAULA, PRONER, 2008, p. 237).

Em relação ao Direito Internacional dos Direitos Humanos, sua origem, enquanto ramo do Direito Internacional, está no pós-Segunda Guerra Mundial. Em virtude dos horrores vivenciados pela comunidade internacional durante aquele conflito armado, foi aprovada a Declaração Universal de Direitos Humanos, no âmbito da então recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU), e, posteriormente, diversos tratados de direitos humanos, todos de caráter vinculante, de forma a se formar um complexo sistema de proteção desses direitos no âmbito dessa organização internacional. Tal sistema é conhecido pela doutrina como sistema global de proteção dos direitos humanos. Da mesma forma, em algumas regiões do mundo, foram se formando sistemas regionais de proteção dos direitos humanos: no âmbito do Conselho da Europa, consolidou-se o sistema europeu de proteção dos direitos humanos; já na Organização dos Estados Americanos (OEA), formou-se o sistema interamericano; e, no âmbito da União Africana, gerou-se o sistema africano.

Enquanto o Direito Internacional Humanitário e o Direito Internacional dos Refugiados tratam da proteção do ser humano em situações específicas (o primeiro, em conflitos armados, e o segundo, em relação a pessoas que cruzam a fronteira em virtude de um fundado temor de perseguição), o Direito Internacional dos Direitos Humanos protege o ser humano em situações não amparadas nas outras duas vertentes. Além disso, uma outra peculiaridade desta vertente é o direito de petição, que não existe nem no DIH, nem no DIR. O direito de petição consiste na possibilidade de atribuir ao indivíduo legitimidade ativa para denunciar violações aos órgãos internacionais de proteção dos direitos humanos (PRONER, PAULA, 2008, p. 222).

Embora cada uma dessas três vertentes tenha raízes históricas distintas, elas têm um propósito comum, o da salvaguarda do ser humano (TRINDADE, 2003a, p. 343). Justamente por terem esse propósito em comum, essas vertentes têm se aproximado cada vez mais, se entrelaçando nos campos normativo, operacional e hermenêutico, com o fim de fornecer uma proteção integral ao ser humano.

No campo normativo (ou seja, aquele que diz respeito às normas previstas em tratados e declarações de direitos), podemos citar como exemplo de entrelaçamento entre Direito Internacional dos Direitos Humanos o art. 22 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, que prevê, em seu parágrafo 7, o direito a buscar e receber asilo no estrangeiro, e consolida, em seu parágrafo 8, o princípio do *non-refoulement* (princípio este tão próprio do Direito Internacional dos Refugiados).

Igualmente, tem relevo nesse campo, no âmbito interamericano, a Declaração de Cartagena sobre Refugiados de 1984, que amplia a noção de refugiado prevista na Convenção do Estatuto do Refugiado, para abarcar, nessa definição, pessoas que tenham fugido de seus lares por violações massivas de direitos humanos (RODRIGUES, 2012, p. 495). Ainda no campo normativo, cabe destacar o fato de o art. 3º comum às quatro Convenções de Genebra de Direito Internacional Humanitário tratarem dos direitos humanos aplicáveis tanto em tempos de conflitos como de paz (TRINDADE, 2003a, p. 342).

No plano operacional, podemos citar como exemplo da aplicação simultânea no Direito Internacional dos Refugiados e do Direito Internacional Humanitário a atuação conjunta do Comitê Internacional da Cruz Vermelha e do ACNUR em conflitos que têm como consequência um alto grau de deslocamento forçado, havendo aí um entrelaçamento entre Direito Internacional Humanitário e Direito Internacional dos Refugiados. Outro ponto que merece ser destacado quanto ao plano operacional é o fato de o CICV ultimamente ter prestado assistência a presos políticos, inclusive quando não encarcerados em consequência de um conflito armado, mas tão somente por uma pressão política. Dessa forma, o CICV transcende as disposições tradicionais do Direito Internacional Humanitário, atuando numa área tradicionalmente pertencente ao Direito Internacional dos Direitos Humanos (TRINDADE, 2003a, p. 343-344).

No campo hermenêutico, que diz respeito à interpretação por parte dos organismos internacionais de proteção do ser humano, cabe sublinhar que a Corte Europeia de Direitos Humanos tem desenvolvido uma jurisprudência que tem interpretado o art. 3º da Convenção Europeia de Direitos Humanos (que trata da proibição de tortura, e outros tratamentos desumanos ou degradantes) no sentido de impedir uma expulsão, extradição ou deportação de um migrante para um país no qual ele possa ser torturado, ou sofrer uma pena cruel ou degradante. Dessa forma, a Corte interpreta tal dispositivo à luz do Direito Internacional dos Refugiados, aplicando o princípio do *non-refoulement*. No mesmo sentido tem atuado o Comitê da ONU Contra a Tortura (TRINDADE, 2004, p. 289-290).

No sistema interamericano de direitos humanos, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos tem interpretado o art. 8º da Convenção Americana no sentido de que ao processo de solicitação de refúgio também se aplica o princípio do devido processo legal, incluindo uma audiência, ainda quando o caso esteja sendo analisado em alto mar (UNIDAD LEGAL REGIONAL DE LA OFICINA PARA AMÉRICA DEL ACNUR, 2012, p. 52).

Porém, até o caso Família Pacheco Tíneo vs Estado Plurinacional da Bolívia, a Corte Interamericana ainda não havia se posicionado sobre o assunto. Dessa forma, ao proferir tal julgado, ela colaborou para esclarecer sobre as possibilidades de entrelaçamento entre Direito Internacional dos Direitos Humanos e Direito Internacional dos Refugiados.

3. *O Sistema Interamericano de Direitos Humanos*

Embora boa parte da bibliografia especializada sobre Direito Internacional dos Direitos Humanos identifique um único sistema interamericano de direitos humanos (DONNELLY, 1989; PIOVESAN, 2012; TRAVIESO, 2005; TRINDADE, 2003b), André de Carvalho RAMOS (2013, p. 197-198) afirma haver um único mecanismo regional interamericano de proteção de direitos humanos, dividido em dois sistemas. O primeiro desses sistemas, chamado pelo autor de “Sistema da Organização Americana de Direitos Humanos”, do qual fazem parte todos os Estados membros dessa Organização, seria composto pela Carta da OEA (seu tratado constitutivo), de 1947, reformada pelo Protocolo de Buenos Aires de 1967, em conjunto com a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem e 1948. Nesse sistema, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos receberia as denúncias formuladas contra qualquer Estado-membro a OEA, com base na Declaração Americana (que não é um tratado, ou seja, não tem caráter vinculante). Em caso de descumprimento pelo Estado, o caso pode ser levado à Assembléia-Geral a Organização dos Estados Americanos, que pode suspender o Estado da OEA, e somente readmiti-lo quando volte a cumprir suas obrigações. Até hoje, os dois únicos casos de violações de direitos humanos que levaram à suspensão do Estado pela Assembléia-Geral da Organização foram o caso do Haiti em 1991 (quando do golpe contra o Presidente eleito Jean-Bertrand Aristide), e de Honduras em 2009 (na ocasião do golpe contra o Presidente Zelaya). Ou seja, os dois únicos casos levados pela Comissão à Assembléia foram de violações em masse de direitos humanos que coincidiram com a ruptura da ordem democrática nos respectivos Estados (RAMOS, 2013, p. 197-2013).

O outro sistema apontado pelo autor, denominado por ele de “Sistema da Convenção Americana de Direitos Humanos” seria composto por apenas alguns Estados-membro da OEA. Nesse sentido, explica RAMOS (2013, p. 197-198) que, graficamente, teríamos dois círculos concêntricos: um círculo amplo composto pelo sistema da Carta da OEA, com os 35 Estados-membros dessa Organização, e um outro menor, composto pelos 23 Estados-membros da OEA que são parte da Con-

venção Americana de Direitos Humanos. Segundo o autor: “[...] os dois sistemas comungam, na essência, da mesma origem, a OEA. A diferença está no compromisso mais denso firmado pelos integrantes do segundo sistema, que conta inclusive com um tribunal especializado em direitos humanos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos [...]” (RAMOS, 2013, p. 198). É justamente o que André de Carvalho Ramos denomina como “Sistema da Convenção Americana de Direitos Humanos” que a bibliografia majoritária acerca de Direito Internacional dos Direitos Humanos chama de “Sistema Interamericano de Direitos Humanos”. Dessa forma, empregaremos essa última nomenclatura para nos referirmos ao que Ramos chama de Sistema da Convenção Americana de Direitos Humanos.

O Sistema Interamericano de Direitos Humanos é composto basicamente de dois órgãos: a Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. A CIDH teve origem numa Resolução (Resolução VII da V Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores, em Santiago, Chile, 1959), e não em um tratado. Tinha, de acordo com seu Estatuto de 1960, mandato limitado à promoção dos direitos humanos. Gozava de uma posição *sui generis*, no sistema, tendo certa autonomia em relação a ele, principalmente porque seus membros atuavam (e ainda atuam) em sua capacidade pessoal, e não como representantes de Estados-parte da OEA. Suas funções foram sendo gradativamente ampliadas. Exemplo disso é que a Resolução IX da VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores (em Punta del Este, Uruguai, 1962) recomendou ao Conselho da OEA a emenda do Estatuto da CIDH, para ampliar suas atribuições. E foi o que aconteceu na II Conferência Interamericana de Direitos Humanos, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1965. Nessa ocasião, foi aprovada a Resolução XXII dessa Conferência, que ampliou os poderes da CIDH para receber petições e comunicações acerca de violações de direitos humanos. A partir desse momento, os poderes da CIDH passaram a incluir, além de um sistema de relatórios, exame e comunicações, visitas a Estados (desde que eles concordem), além de preparar estudos e seminários (TRINDADE, 2003b, p. 34-35).

Até que, em 1967, foi aprovado o primeiro Protocolo de Reformas da Carta da OEA, também chamado de Protocolo de Buenos Aires, por ter sido aprovado nessa cidade. Com esse tratado, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos foi erigida a um dos órgãos principais da Organização dos Estados Americanos. Assim, a CIDH teve sua institucionalidade e seu *status* jurídico fortalecidos, passando a dispor de base convencional e, assim, foi posto um fim a eventuais objeções à sua competência (TRINDADE, 2003b, p. 35-36).

Um segundo passo para a institucionalização do sistema interamericano de direitos humanos foi dado pela aprovação da Convenção Americana de Direitos Humanos (também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica), em 1969, vindo a entrar em vigor em 1978, quando foi atingido o número mínimo de ratificações para tanto. Ainda em 1965, quatro anos antes da adoção desse tratado, a II Conferência Americana de Direitos Humanos já havia se decidido pela redação dessa Convenção, cujo anteprojeto foi elaborado pela CIDH em 1967, e aprovado pela mesma no ano seguinte. O texto foi apresentado aos Estados-membros da OEA e, um ano depois, a Conferência Interamericana Especial Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos (ocorrida em São José da Costa Rica, em 1969) aprovou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (TRINDADE, 2003b, p. 45-46).

O Pacto de São José da Costa Rica também criou a Corte Interamericana de Direitos Humanos, um passo enorme na institucionalização dos direitos humanos no âmbito interamericano. Essa Corte tem uma competência contenciosa, que ocorre dentro de um modelo bifásico de peticionamento (detalhado mais adiante), e uma competência consultiva, pela qual, qualquer Estado membro a OEA, parte ou não do Pacto de São José, pode solicitar a opinião da Corte IDH em relação à interpretação desse tratado, ou de qualquer outro instrumento interamericano de proteção dos direitos humanos (PIOVESAN, 2012, p. 335).

A Convenção Americana de Direitos Humanos apresenta um rol de direitos civis e políticos, principalmente, não apresentando muita preocupação com os direitos econômicos, sociais e culturais. O Capítulo III do Pacto de São José da Costa Rica refere-se aos direitos econômicos, sociais e culturais em apenas um artigo (o 26), que os menciona de forma breve. Determinou-se tão-somente que os Estados-partes da Convenção busquem alcançar, progressivamente, e na medida de seus recursos, a plena implementação de tais direitos (RAMOS, 2013, p. 217-218).

Esse tratado também adotou um modelo bifásico de recepção das petições, sob clara influência da Convenção Europeia de Direitos Humanos, antes de ser emendada pelo seu Protocolo nº 11 (que extinguiu a Comissão Europeia de Direitos Humanos, mantendo apenas a Corte Europeia como órgão receptor de petições). Nesse sentido, dentro do sistema interamericano de direitos humanos, o peticionário (que pode ser a vítima da violação de direitos humanos, ou qualquer outro indivíduo, grupo de indivíduos ou organizações da sociedade civil) pode apresentar petições somente à CIDH. Então, a Comissão aprecia a petição, verificando tanto as condições de admissibilidade, quanto o mérito do caso apresentado (RAMOS, 2013, p. 219-220).

Caso não estejam presentes os requisitos de admissibilidade, a Comissão arquiva o caso. Caso eles estejam presentes, tenta-se uma conciliação entre o peticionário e o Estado. Se isso não for possível, inaugura-se uma fase contenciosa, a fase do Primeiro Informe, na qual a CIDH delibera se houve ou não violação de direitos humanos naquele caso, e apresenta recomendações ao Estado. Esse primeiro informe é confidencial, restrito às partes. Três meses após a remessa do Primeiro Informe ao Estado, se o caso não tiver sido solucionado, se o Estado infrator tiver reconhecido a jurisdição obrigatória da Corte IDH, e a Comissão o julgar conveniente, submete o caso à Corte, em sua competência contenciosa, cujas sentenças tem força vinculante para o Estado condenando, sendo válidas como título executivo extrajudicial dentro daquele Estado (PIOVESAN, 2012, p. 329-342; RAMOS, 2013, p. 220-229).

Se a Comissão Interamericana de Direitos Humanos deliberar por não levar o caso à Corte IDH, elabora um Segundo Informe, que é público, ao invés de ser encaminhado somente às partes no litígio.

4. O caso Família Pacheco Tíneo vs Estado Plurinacional da Bolívia

O caso Família Pacheco Tíneo vs Estado Plurinacional da Bolívia se refere à devolução da família Pacheco da Bolívia ao Perú em fevereiro de 2001, em consequência do indeferimento de uma solicitação de refúgio na Bolívia, e da decisão de expulsar os membros da família em virtude do indeferimento de seu pedido de reconhecimento de refugiados naquele país. A família era composta por Rumaldo Juan Pacheco Osco, sua esposa Fredesvinda Tíneo Godose seus filhos Juana Guadalupe, Frida Edith e Juan Ricardo Pacheco Tíneo (os quatro primeiros, peruanos, e o último, chileno) que eram menores de idade quando ocorreram os fatos alegados perante a Corte. Todos os fatos relatados aqui estão descritos no julgado da Corte Interamericana acerca do Caso (CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS, 2013).

Os pais e as duas filhas mais novas se tornaram refugiados porque, no período que abrange desde o final da década de 1980 até 2000, viveu-se no Perú um conflito entre grupos armados, como o Sendero Luminoso e o Movimento Revolucionário Tupac Amará, e agentes das forças policial e militar. Tal conflito se tornou mais agudo conforme pessoas suspeitas de pertencer a esses grupos armados passaram a se tornar, frequentemente, vítimas de desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais. Até que, em 1990, Alberto Fujimori Fujimori assumiu a Presidência do Peru,

em conformidade com a Constituição do país. Como o texto constitucional não permitia a reeleição imediata, Fujimori, através de Decreto do ano de 1992, instituiu o “Governo de Emergência e Reconstrução Nacional”, que dissolveu o Congresso, interveio no Poder Judiciário e no Ministério Público, e destituiu numerosos juizes da Corte Suprema de Justiça.

Dentro desse contexto, no começo da década de 1990, Rinaldo Pacheco e Fredesvinda Tineo foram processados no Peru por supostos delitos de terrorismo. Ambos foram presos em seu país de origem, sofrendo violações de seus direitos, até que, em 1994, ficaram em liberdade por terem sido absolvidos no processo.

Em 1995, ingressaram na Bolívia com suas duas filhas, ao receber a notícia de que contra eles havia uma nova ordem de prisão da justiça peruana, por ter sido anulada, pela Corte Suprema de Justiça Peruana, a decisão pela sua absolvição. Na Bolívia, solicitaram aos quatro membros da família o reconhecimento de sua condição de refugiados, o que lhes foi reconhecido pela Comissão Nacional de Refugiados (CONARE) boliviana.

Porém, em 1998, diante de violações de seus direitos sociais, pediram a sua repatriação voluntária, perdendo, portanto, o reconhecimento de sua condição de refugiados pela Bolívia. Após isso, não regressam ao Peru, mas ingressaram no Chile, onde, novamente, solicitaram o reconhecimento de sua condição de refugiados. O filho mais novo do casal, Juan, nasceu nesse país.

Até que, em 3 de fevereiro de 2001, a família reingressou no Perú, com o objetivo atualizar seus documentos profissionais, verificar alguns investimentos que tinham no país, e verificar a possibilidade de conseguir um emprego.

Em 19 de fevereiro, novamente, a família ingressou na Bolívia através da fronteira com o Perú, sem passar pelo controle migratório, ou ao menos sem que seu ingresso tenha sido formalizado em seus respectivos passaportes. O motivo para esse ingresso no país foi a realização de trâmites para obter seus diplomas de ensino superior, em cursos realizados entre 1995 e 1998, quando estiveram acolhidos como refugiados no país. Também saíram do Peru porque a situação no país ainda era arriscada, tendo que conta que a ordem de prisão contra o casal ainda era vigente. E, pelo fato de o controle migratório na fronteira Peru-Chile ser mais rigoroso que na fronteira Peru Bolívia, optaram por sair do Peru via Bolívia, para de lá ingressar no Chile, devido ao temor de que fossem presos pelos agentes policiais peruanos ao tentar atravessar uma fronteira mais vigiada.

Em 20 de fevereiro de 2001, Rinaldo Pacheco e Fredesvinda Tineo se apresentaram no Escritório do Serviço Nacional de Migração (SENAMIG) da Bolívia,

em La Paz. Foram atendidos por Carlos Molina, que, na época, era Chefe da Geral da Imigração. Manifestaram que a finalidade de se apresentarem foi regularizar sua documentação, informar sua intenção de cruzar a fronteira com o Chile, e solicitar apoio para esse traslado.

Por terem ingressado na Bolívia de forma ilegal, os passaportes e outros documentos dos membros da família foram retidos pelas autoridades bolivianas. Afirmaram as vítimas, perante a Corte Interamericana, que suas credenciais de refugiados no Chile também foram retidas nesse momento. Porém, isso não ficou provado perante a Corte (embora a retenção dos passaportes o tenha).

No mesmo dia, Fredesvinda Tineo Godos foi detida por ingressar ilegalmente na Bolívia. Seu marido, antes disso, havia abandonado o escritório da Imigração, e não havia voltado. Sabendo da situação, seu marido ingressou com pedido de reconhecimento da condição de refugiado de todos os membros da família na Bolívia, ao mesmo tempo em que Fredesvinda Tineo ingressou com pedido de *habeas corpus*, baseado no pedido de refúgio feito no mesmo dia. O pedido de *habeas corpus* foi deferido.

As vítimas não foram comunicadas sobre a data do julgamento de seu pedido de refúgio pelo CONARE e, portanto, não puderam se defender perante as autoridades bolivianas. A decisão do órgão foi a de não deferir seu pedido de refúgio, tendo em vista que haviam firmado, anteriormente, declaração de repatriação voluntária.

O Consulado do Chile em La Paz solicitou que as autoridades os permitissem ingressar em um ônibus no qual o Consulado garantiria o seu traslado até o Chile, o que tinha sido aceito pelas autoridades bolivianas. Porém, em 23 de fevereiro de 2001, determinou-se a expulsão dos membros da família até o Perú, que se executou no dia seguinte, quando autoridades bolivianas abordaram o ônibus. Embora as vítimas tenham comunicado, desde o início, que eram consideradas refugiadas no Chile, até aquele momento, o país ainda não tinha confirmado à Bolívia se isso era verdade, embora também não tivessem negado. Mesmo em face da dúvida, a Bolívia os expulsou até o Peru, quando já estavam prestes a seguir ao Chile. Posteriormente à expulsão, houve a confirmação de que gozavam do reconhecimento enquanto refugiados no Chile.

Devido a esses fatos, em 2013, a Corte Interamericana de Direitos Humanos considerou a Bolívia responsável internacionalmente por violações de diversos direitos dos cinco membros da família previstos na Convenção Americana de Direitos Humanos. E, pela primeira vez, interpretou o Pacto de São José da Costa Rica à luz da Convenção sobre Refugiados de 1951, e à luz de diversos documentos de *soft law* do ACNUR.

Nesse sentido, considerou que a família violou o princípio do *non-refoulement*, previsto no art. 22.8 e 22.8 da Convenção Americana de Direitos Humanos. Além disso, ao não dar aos membros da família a oportunidade de comparecerem à audiência do CONARE que decidiria sobre seu pedido de refúgio, assim como a possibilidade de um recurso simples e eficaz quanto a esse indeferimento, o Estado desrespeitou os art. 8º e 25 do mesmo tratado. Também violou tais direitos ao não ter agido com a devida diligência para determinar sua situação migratória, ao expulsá-los sem antes confirmar seu reconhecimento como refugiados no Chile.

A Corte também constatou que as crianças da família Pacheco Tineo foram expulsos ao Peru junto com seus pais sem que tenham sido considerados partes interessadas ativas pelas autoridades bolivianas tanto no procedimento de solicitação de refúgio, quanto no de expulsão, quando tais decisões poderiam atingir seus direitos e interesses. Assim, considerou que o Estado tinha que velar pelo interesse superior das crianças, e por seus direitos, previstos no art. 19 da Convenção Americana de Direitos Humanos, e pelo princípio da unidade familiar, previsto tanto no art. 17 do mesmo tratado. Isso requer que as autoridades migratórias estatais sejam especialmente diligentes em esgotar todos os meios de informação disponíveis para determinar a situação migratória de crianças e, assim, adotar a melhor decisão quanto ao Estado ao qual devem ser enviadas as crianças, em conjunto com seus pais, em casos de expulsão. Ao tratar as crianças como objetos condicionados e limitados aos direitos dos pais, o que atentaria contra a sua qualidade de sujeitos do direito, que podem ter seus pedidos dirigidos ao Estado avaliados independentemente de seus pais, o que não ocorreu no caso. Também estabeleceu a Corte que:

“Además, la separación de niños y niñas de sus padres, pueden en ciertos contextos poner en riesgo la supervivencia y desarrollo de los mismos, los cuales deben ser garantizados por el Estado según lo dispuesto en el artículo 19 de la Convención y en el artículo 6 de la Convención sobre Derechos del Niño, especialmente a través de la protección a la familia y la no injerencia ilegal o arbitraria en la vida familiar de los niños y niñas, pues la familia tiene un rol esencial en su desarrollo. Además, la participación de los niños adquiere especial relevancia cuando se trata de procedimientos que puedan tener carácter sancionatorio, en relación con una infracción al régimen migratorio, abiertos contra niños migrantes o contra su familia, sus padres, representantes o acompañantes, pues este tipo de procedimientos pueden derivar en la separación de la familia y en la subsecuente afectación del bienestar de los niños, independientemente de que la separación ocurra en el Estado que expulsa o en el Estado donde sean expulsados” (CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS, 2013).

Por isso, considerou a Corte que o Estado violou também os arts. 17 e 19 do Pacto de São José da Costa Rica.

Conclusões

Conforme vimos anteriormente, embora DIDH, DIH E DIR tenham origens históricas distintas, assim como objeto distinto, o que mais tem se visto, na prática, é a convergência entre essas três vertentes da proteção dos direitos humanos, em virtude, inclusive, de terem um propósito comum: a proteção do ser humano. Com o fim de garantir a proteção integral aos seres humanos, tais vertentes tem interagido nos campos normativo, operacional e hermenêutico.

Embora o art. 22 da Convenção Americana de Direitos Humanos seja um exemplo de interação entre DIDH e Direito Internacional dos Refugiados no âmbito normativo do sistema interamericano de proteção aos direitos humanos, e embora já houvesse decisões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos a respeito de casos envolvendo refugiados, até 2013 não havia nenhuma decisão da Corte Interamericana, intérprete máxima do Pacto de São José da Costa Rica, nesse sentido. Portanto, o caso Família Pacheco Tineo vs Estado Plurinacional da Bolívia é um importante precedente para casos envolvendo refugiados no sistema interamericano.

Referências bibliográficas

ACNUR. **Convenção das Nações Unidas Referente ao Estatuto dos Refugiados, 1951**. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/>, acesso em 2 de janeiro de 2014.

ACNUR. **Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados, 1967**. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/>, acesso em 2 de janeiro de 2014.

BERNARDES, Márcia Nina. **Sistema Interamericano de Direitos Humanos como esfera pública transnacional**: aspectos jurídicos e políticos da implementação de decisões internacionais. Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos. V. 8, nº 15, dezembro de 2011, p. 135-156.

BICUDO, Helio. **Os dez anos da adesão brasileira à Convenção Americana de Direitos Humanos (1992-2002)**. Boletim Científico da Escola Superior do Ministério Público da União, Brasília, a. I, nº 4, julho-setembro, 2002, p. 153-158.

CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Caso Familia Pacheco Tineo vs Estado Plurinacional de Bolivia**. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_272_esp.pdf, acessado em 05 de junho de 2014.

DÁVILA, Luciana Díaz; ARREDONDO, Ricardo. El Derecho Internacional Humanitario. ARREDONDO, Ricardo (dir.). **Manual de Derecho Internacional Público**. Buenos Aires: La Ley, 2012, p. 426-442.

DONELLY, Jack. **Universal Human Rights in Theory and Practice**. Ithaca, Londres: Cornell University Press, 1989.

DORNELLES, João Ricardo W. **A internacionalização dos direitos humanos**. Revista da Faculdade de Direito de Campos, Ano IV, nº 4, e Ano V, nº 5, 2003-2004, p. 177-195.

FORSYTHE, David P. **Human Rights in International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

HERZ, Mônica, HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais: história e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004

HITTERS, Juan Carlos; FAPPIANO, Oscar L. **Derecho Internacional de los Derechos Humanos**. Buenos Aires: Ediar, 2012.

MELLO, Celso D. de Albuquerque Mello. **Curso de Direito Internacional Público**. 15ª Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004

PAULA, Vera Cecília Abagge de; PRONER, Carol. **Convergência e complementaridade entre as vertentes da proteção internacional dos direitos humanos**. Revista da Faculdade de Direito-UFPR, Curitiba, nº 48, 2008, p. 219-241.

PIOVESAN, Flávia. **A judicialização do sistema interamericano de Direitos Humanos**. Boletim Científico da Escola Superior do Ministério Público da União, Brasília, a. I, nº 4, julho-setembro, 2002, p. 35-50.

_____. **Direitos humanos e Justiça internacional**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. **Temas de direitos humanos**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

RAMOS, André de Carvalho. **O impacto da Convenção Americana de Direitos Humanos na Relação do Direito Internacional e o Direito interno.** Boletim Científico da Escola Superior do Ministério Público da União, Brasília, a. I, n° 4, julho-setembro, 2002, p. 51-71.

_____. **Processo Internacional de Direitos Humanos.** 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. **Responsabilidade Internacional do Estado por violações de direitos humanos.** Revista CEJ, Brasília, n° 29, abril-junho, 2005, p. 53-63.

REIS, Rossana Rocha. **Soberania, direitos humanos e migrações internacionais.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 19, n° 55, junho/2004, p. 149-164.

RODRIGUES, Gilberto M. A. **Refugio y asilo. Migraciones internacionales.** AR-REDONDO, Ricardo (dir.). Manual de Derecho Internacional Público. Buenos Aires: La Ley, 2012, p. 491-504.

SWIRNASKI, Cristophe. **Introdução ao Direito Internacional Humanitário.** Brasília: Escopo Editora, 1998.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **A humanização do Direito Internacional.** Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

_____. **Tratado Internacional de Direitos Humanos, vol. I.** 2ª ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

_____. **Tratado Internacional de Direitos Humanos, vol. III.** 1ª ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

UNIDAD LEGAL REGIONAL DE LA OFICINA PARA AMÉRICA DEL ACNUR. **El Sistema Interamericano de Derechos Humanos y el desplazamiento forzoso.** LETTIERI, Martín. Protección Internacional de Refugiados en el Sur de Sudamérica. Remédios de la Escalada: Universidad Nacional de Lanús, 2012.

HOMOSSEXUALIDADE NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

Introdução

Segundo Antônio Augusto Cançado Trindade (1999), “os tratados de direitos humanos são instrumentos vivos, que acompanham a evolução dos tempos e do meio social em que se exercem os direitos protegidos”. Partindo desta premissa, e entendendo como noção tradicional e heteronormativa de família a “reunião de pai, mãe e filhos, ou apenas um dos pais com seus filhos” como a descrita de modo *strictu sensu* por Cezar Fiúza (2008), sustenta-se a hipótese de que os órgãos internacionais de proteção dos direitos humanos têm feito uma interpretação evolutiva e dinâmica dos tratados de Direito Internacional dos Direitos Humanos desmistificando a noção tradicional de família.

Para a concretização deste instrumento, foi feito levantamento jurisprudencial no sítio das Cortes Interamericana e Europeia de Direitos Humanos buscando-se julgados sobre direitos dos homossexuais com foco no tema “direito à família”, além de pesquisa em livros, jornais, revistas, e artigos em periódicos acerca das temáticas: direitos dos homossexuais e sistemas interamericano de proteção dos direitos humanos. Outrossim, é de fundamental importância frisar que o Brasil é Estado signatário da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, o qual a ratificou em 1992, aceitando assim, obrigatoriamente, a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos em 1998 (OEA, 2013), estando sujeito às suas decisões, sendo de cunho estratégico o conhecimento destas normas para pensar em políticas públicas de direitos humanos dentro do país.

Por fim, cabe mencionar a originalidade do trabalho aqui proposto, tendo em vista a importância que os debates sobre gênero e diversidade vêm tendo no âmbito dos estudos sociais na contemporaneidade. É importante destacar também a escas-

* Universidade Federal do Amapá. E-mail: eliakimpinheiro@gmail.com.

sez de material bibliográfico em língua portuguesa que há em relação à temática da homossexualidade no Direito Internacional dos Direitos Humanos.

O desenvolvimento do Direito Internacional dos Direitos Humanos

Findada a Segunda Guerra Mundial os direitos humanos surgiram como tema de grande importância na esfera das Relações Internacionais. A Carta da ONU foi o primeiro tratado internacional a reconhecer os direitos humanos como direitos de caráter universal, ainda que sem identificar quais seriam esses direitos. A tarefa de designar quais seriam esses direitos foi desempenhada no mesmo ano de 1948, quando a Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH), documento de caráter não vinculante e que, portanto, não tem caráter obrigatório.

O impacto político da DUDH teve como consequência, em 1966, a aprovação de dois outros principais tratados internacionais de direitos humanos no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU): o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP)¹ e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais (PIDESC)², esses sim de caráter vinculante e, portanto, obrigatórios. (BAETS, Antoon De; 2009. p. 87).

O PIDCP juntamente com o PIDESC e a DUDH formaram a “Carta Internacional de Direitos Humanos”, ou seja, o centro documental das normas de proteção internacional dos direitos humanos no sistema global de proteção dos direitos humanos (FORSYTHE, 2000, p. 36-41).

Como reflexo do impacto da aprovação da DUDH ocorreu um fenômeno de regionalização das normas de Direito Internacional dos Direitos Humanos acarretando no surgimento de três sistemas regionais de proteção dos direitos do ser humano: o Sistema Europeu de Proteção dos Direitos Humanos, o pioneiro no que diz respeito a criação de um sistema regional de proteção dos direitos humanos, institucionalizado pela Convenção Europeia no ano de 1950, sendo atualmente o mais desenvolvido acerca de interpretações evolutivas de modo a aplicar a Convenção Europeia em reflexo às condições da realidade atual; o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, institucionalizado no ano de 1969 através da

¹ Pacto sobre Direitos Civis e Políticos. Disponível em: <http://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20Direitos%20Civis%20e%20Pol%C3%ADticos.pdf>. Acesso em: 26/10/2013

² Pacto sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Disponível em: <http://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20os%20Direitos%20Econ%C3%B3micos,%20Sociais%20e%20Culturais.pdf>. Acesso em: 26/10/2013

Convenção Americana de Direitos Humanos, conhecida também como Pacto de São José da Costa Rica; e o Sistema Africano de Proteção dos Direitos Humanos, criado a partir da Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos de 1981, com vigor estabelecido na ordem internacional em 21 de Outubro de 1986. Levando em consideração a Corte Europeia, a jurisprudência da Corte Interamericana possui ainda algumas lacunas que, para tanto, quando necessárias, são preenchidas por estudos acerca da jurisprudência da Corte Europeia, podendo esta servir como meio auxiliar para a interpretação do Direito por parte da Corte Interamericana caso necessário. Já o Sistema Africano é o mais novo dentre os três sistemas regionais e, até o presente momento, o mais débil também devido resistências de caráter conservador para a aplicabilidade dos direitos universais nessa região (DA COSTA SANTOS, 2013). Embora os tratados constitutivos de tais sistemas regionais de proteção dos direitos humanos vislumbrem às particularidades regionais de cada continente, referências à Declaração Universal de Direitos Humanos da ONU são feitas nos preâmbulos dos três tratados acima citados (PIOVESAN, 2012, p. 327-321; TRINDADE, 2003b, p. 27-28).

Após a elaboração da “Magna Carta dos Direitos Humanos”³, ocorreu um fenômeno que Norberto Bobbio (1992) chama de “multiplicação dos direitos humanos”. Segundo o autor, a passagem ocorreu da proteção de direitos de um ser humano genérico, universal, a-histórico, para um ser humano específico, portador de singularidades que devem ser levadas em consideração (BOBBIO, 1992, p. 68-69). Decorrente desse processo de multiplicação dos direitos humanos foram criados múltiplos tratados internacionais que buscam resguardar e proteger determinados grupos ou indivíduos tidos como em condições de maior vulnerabilidade social, fragilizados jurídica ou politicamente dentro da promoção, proteção ou garantia de seu direito à cidadania. Pode-se citar como exemplo, no âmbito global de proteção dos direitos humanos: a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança⁴ (1989), a Convenção das Nações Unidas para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher⁵ (1979), a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos

³ Convém assim, na doutrina de Direito Internacional dos Direitos Humanos, chamá-la.

⁴ Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança. Disponível em: http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf. Acesso em: 26/10/2013

⁵ Convenção das Nações Unidas para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/11cndh/site/pndh/sis_int/onu/convencoes/Convencao%20sobre%20a%20Eliminacao%20de%20Todas%20as%20Formas%20de%20Discriminacao%20contra%20a%20Mulher.pdf. Acesso em: 26/10/2013

os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias⁶ (1990) e a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência⁷ (2006). Na esfera do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, sistema regional ao qual o Brasil está submetido, pode-se usar como exemplo a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher⁸ (1994) assim como a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência⁹ (1999).

Experiências brasileiras

Após o fim do regime militar no Brasil, os avanços LGBT no contexto nacional podem ser considerados satisfatórios, “pode-se afirmar que houve avanços consideráveis nos últimos trinta anos e em especial nos últimos dez anos em termos do reconhecimento dos direitos humanos de pessoas LGBT no Brasil” (REIS, 2011, p. 11), para isso é conveniente ressaltar as barreiras encontradas até que os grupos LGBT passassem a se manter atuantes em todo o país, bem como a concretização do diálogo estabelecido entre estes e o governo e a construção conjunta de políticas públicas com instâncias específicas de controle social. (REIS, 2011)

Dentre essas barreiras, chama-se atenção para a não aprovação, na Constituição de 1988, da menção sobre forma de discriminação específica baseada na orientação sexual¹⁰ e identidade de gênero no artigo 5º da Carta Magna. (MASCARENHAS, 1997)

“Parece, mas não é; ao menos para 429 ex-constituintes, pouco mais de 3/4 dos integrantes do Congresso Nacional. Os parlamentares aprovaram a igualdade perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas (art. 153, § 1º), mas negaram-se a proibir a distinção por orientação sexual. Ora, se após debatida a questão,

⁶ Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias. Disponível em: http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_EstudiosOI/OI_25.pdf. Acesso em: 26/10/2013

⁷ Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Disponível em: http://bvms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/714_1.pdf. Acesso em: 26/10/2013

⁸ Adotada em 9 de junho de 1994 em Belém do Pará, Brasil no vigésimo quarto período ordinário de sessões da Assembléia Geral. Disponível em: <http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm>. Acesso em: 26/10/2013

⁹ Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001, entrando em vigor, para o Brasil, em 14 de setembro de 2001, nos termos do parágrafo 3, de seu artigo VIII. Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/24/docs/internacional_01.pdf. Acesso em: 26/10/2013

¹⁰ A orientação sexual pode ser entendida, amplamente aceite, como “a capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por pessoas do sexo oposto, do mesmo sexo ou de um sexo e de manter com elas relações íntimas.” (PRINCÍPIOS de Yogyakarta, 2007, p. 7).

optaram por excluir o impedimento constitucional solicitado, evidentemente acharam que a discriminação devia ser permitida. E, como denominar alguém que age assim? (...)” (Mascarenhas, 1997, p. 19).

As bancadas fundamentalistas e conservadoras no Congresso Nacional, opositoras da igualdade de direitos das pessoas LGBT, desde então vêm se fortalecendo de forma a conseguir impedir que seja aprovada legislação antidiscriminação, configurando outra barreira nesta área e até apresentando proposições que discriminariam a população LGBT. Sobre o fortalecimento das bancadas fundamentalistas vide reportagens dos jornais “Folha de São Paulo” e “Estadão”:

“Os parlamentares evangélicos monopolizaram as discussões ontem, durante a reunião matutina da Comissão da Soberania e dos Direitos do Homem e da Mulher do Congresso constituinte. Travaram um acirrado debate em torno da situação dos homossexuais no contexto da nova Constituição. A discussão chegou a tal ponto que o deputado Costa Ferreira (PFL-MA), de centro, ameaçou de ‘maldição e castigo’ os constituintes que ‘forem tolerantes com os homossexuais.’” (FREITAS, J.; **Acirrado o debate sobre homossexuais**. Folha de São Paulo, 1987, p. A-5)

O aumento de militares, religiosos, ruralistas e outros segmentos mais identificados com o conservadorismo refletem, segundo o diretor da Diap, Antônio Augusto Queiroz, esse novo status. “O novo Congresso é, seguramente, o mais conservador do período pós-1964”, afirma. [...] Ele acredita que a tensão criada pelo debate de pautas como a legalização do casamento gay e a descriminalização do aborto deve se acirrar no Congresso, agora com menos influência de mediadores tradicionais que não conseguiram de reeleger. “No caso da Câmara, muitos dos parlamentares que cuidavam da articulação (para evitar tensões) não estarão na próxima legislatura. Algo como 40% da ‘elite’ do Congresso não estará na próxima legislatura, seja porque não conseguiram se reeleger ou disputaram outros cargos. Houve uma guinada muito grande na direção do conservadorismo”, diz. (CARAM, B. SOUZA, N. **Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, afirma Diap**. Estadão, O Estado de São Paulo, 6 de outubro de 2014.)

Toni Reis (2011, p.13) ressalta que “o Legislativo Federal, em função de algumas bancadas, não acompanha o progresso que tem caracterizado os outros dois Poderes” e que, além disso, “a violência e a discriminação contra a população LGBT ainda ocorrem em níveis inaceitáveis que somente poderão ser reduzidos por um conjunto de fatores, que incluem medidas legislativas e [...] o fortalecimento da educação para o respeito à diversidade.” (REIS, p. 13).

Apesar dos desafios aqui tratados, não restam dúvidas de que o Brasil tem alcançado grandes avanços em rumo à cidadania plena da população LGBT. Historicamente analisados, a maior parte desses avanços concentram-se na última década (REIS,

2011). A exemplo do afinilamento desse diálogo entre estes e o estado, ressalta-se a criação de legislação específica como a resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 001/99 de 23 de março de 1999, a qual estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual Instituição (BRASIL, Resolução nº 001/99 de 23 de março de 1999, 1999); o Dia Nacional de Combate à Homofobia, estabelecido pelo decreto de 4 de junho de 2010 (BRASIL, Decreto Presidencial de 4 de junho de 2010, 2010); o decreto nº 7.388 de 9 de dezembro de 2010 o qual dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD e estabelece a convocação da II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT (BRASIL, decreto nº 7.388, de 9 de dezembro de 2010, 2010); a portaria nº 233 de 18 de maio de 2010, a qual assegura aos servidores públicos, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, o uso do nome social adotado por travestis e transexuais (BRASIL, portaria nº 233 de 18 de maio de 2010, 2010); Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.955/10 de 12 de agosto de 2010, a qual dispõe sobre cirurgia de transgenitarismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/02 (BRASIL, resolução CFM nº 1.955/10 de 12 de agosto de 2010, 2010); além da criação da Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos LGBT, existente na estrutura da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República desde o final de 2009.¹¹

A Coordenação foi criada após a realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT em 2008 e do lançamento em maio de 2009 do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, apresentando dentre os seus objetivos

A Coordenação foi criada após a realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT em 2008 e do lançamento em maio de 2009 do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, apresentando dentre os seus objetivos

“[...] a articulação da implementação do Plano entre os ministérios elencados no mesmo [do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos LGBT]. O assim chamado “trípé da cidadania LGBT”¹² foi completado no âmbito federal com a instituição em dezembro de 2010 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos

¹¹ A legislação supracitada encontra-se compactada em arquivo pdf. no site da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/legislacao>.

¹² Uma Coordenadoria LGBT na estrutura do governo; um Plano LGBT governamental; e um Conselho LGBT para exercer o controle social sobre a formulação e execução das políticas públicas específicas. (PRESIDENCIA DA REPÚBLICA, DIALOGOS SETORIAIS BRASIL – UNIÃO EUROPEIA, 2013)

LGBT, um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, integrante da estrutura básica da SDH, contando com quinze representantes do Poder Público Federal e quinze representantes da sociedade civil.” (PRESIDENCIA DA REPÚBLICA, 2013, p. 25)

Segundo Symmy Larrat, Coordenadora-Geral Adjunta de Promoção dos Direitos de LGBT da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no que diz respeito à obtenção de estatísticas oficiais sobre a discriminação contra a população LGBT no Brasil, uma das importantes iniciativas da SDH nesta área foi a criação em 2011 do módulo LGBT do Disque Denúncia Nacional (Disque 100), o qual firmou os alicerces para a obtenção de dados estatísticos das violações cometidas contra pessoas LGBT no Brasil (informação verbal)¹³. O Judiciário também vem contribuindo com a garantia do princípio da igualdade de direitos para que este se torne efetivo para a população LGBT, no entanto ainda há um vasto caminho a ser trilhado em direção a igualdade plena. (REIS, 2011)

Experiências e conquistas internacionais

Após uma reunião de juristas realizada na Universidade Gadjah Mada – na cidade de Yogyakarta, Indonésia – entre 6 e 9 de novembro de 2006, são criados os Princípios de Yogyakarta sobre a Aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero no ano de 2007, uma grande conquista no âmbito da interpretação dos direitos humanos e abrangência dos direitos LGBT. Sistematizado por 29 especialistas de 25 países, os princípios de Yogyakarta preveem que “toda pessoa tem o direito à educação sem discriminação por motivo de sua orientação sexual e identidade de gênero” (Princípios de Yogyakarta, 2009).

Em 2014 houve também a aprovação de Resolução liderada pelo Brasil perante a Organização dos Estados Americanos, o qual introduz de forma definitiva o debate sobre violência contra homossexuais na agenda das Nações Unidas. A resolução, intitulada “Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero”, foi aprovada por 25 votos a favor, 14 contra e sete abstenções. O projeto orienta a ONU a realizar levantamento da violência e ataques contra homossexuais a cada 2 anos, além de expressar a “preocupação contra atos de violência e discriminação cometidos contra indivíduos por causa de sua orientação sexual e identidade de gênero”. (CHADE, 2014)

¹³ Palestra proferida por Symmy Larrat durante o I ENCONTRO AMAZÔNICO LGBT no dia 19 de julho de 2013 em Macapá-AP.

Experiências no Sistema Interamericano de Direitos Humanos

Embora a experiência da Segunda Guerra Mundial tenha sido extremamente traumática para os homossexuais, uma vez que estes sofreram nos campos de concentração nazista, estes não foram tidos como um grupo vulnerável beneficiário desse processo de multiplicação dos direitos humanos no âmbito dos tratados internacionais de proteção de tais direitos.

“Na realidade, ao longo de todo este tempo, a homossexualidade pôde contar com inúmeros nomes que serviram (e insistentemente ainda continuam servindo) para associá-la a práticas maléficas para a sociedade: sodomia, desvio, doença, pecado nefando, crime contra a natureza, viadagem, frescura etc. Como consequência disso, reproduz-se o enorme e absurdo grau de reprovação a esta prática sexual e, desta forma, legitimam-se e naturalizam-se as crenças e discursos que colaboram para a manutenção do preconceito em nossa sociedade. É importante lembrarmos que a homossexualidade chegou tanto a incomodar a ponto de os homossexuais terem sido condenados às mais diferentes penas de morte como: apedrejamento, segundo as leis judaicas; decapitação, por ordem de Constantino em 342 d.C.; seres humanos foram enforcados, afogados e queimados nas fogueiras da Inquisição; despedaçados na boca de um canhão, como se registrou no Maranhão colonial; até mesmo foram queimados pelos nazistas nos campos de concentração (Mott, 1994). E não é surpresa alguma se dissermos que este tipo de prática sexual continua sendo mal vista e brutalmente reprimida em nossa sociedade, ao lembrarmos que o nosso país é um dos campeões mundiais em crimes homofóbicos: a cada dois dias um homossexual é assassinado no Brasil.” (Mott & Cerqueira, 2001 apud GUIMARÃES, Anderson Fontes Passos, 2009)

A partir dos anos 2000, pesquisas realizadas no Brasil assinalam para o surgimento de um fenômeno conhecido de forma popularizada como “homofobia” a qual podemos definir segundo Junqueira (2007) como:

Um conjunto de emoções negativas (tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo), que costumam produzir ou vincular-se a preconceitos e mecanismos de discriminação e violência contra pessoas homossexuais, bissexuais e transgêneros (em especial, travestis e transexuais) e, mais genericamente, contra pessoas cuja expressão de gênero não se enquadra nos modelos hegemônicos de masculinidade e feminilidade. A homofobia, portanto, transcende a hostilidade e a violência contra LGBT e associa-se a pensamentos e estruturas hierarquizantes relativas a padrões relacionais e identitários de gênero, a um só tempo sexistas e heteronormativos. (JUNQUEIRA, 2007).

No Sistema Interamericano de Direitos Humanos o *leading case* é o caso Atala Riffo y niñas *versus* Chile (Corte IDH, 2012). O caso teve como referência a jurisprudência

dência da Corte Europeia de Direitos Humanos, vista a escassez jurisprudencial no que tange as violações de direitos humanos baseadas em orientação sexual da Corte Interamericana e foi decidido dia 24 de fevereiro de 2012.

Karen Atala Riffo era casada com Ricardo Jaime López Allendes desde março de 1993. Do casamento nasceram M., nascida em 1994, V., em nascida 1998, e R., nascida em 1999. No ano de 2002, os companheiros se separaram judicialmente, sendo estabelecido o acordo mútuo de que Atala Riffo ficaria com a custódia e cuidados das três meninas.

Em novembro de 2002, Atala Riffo inicia uma relação homoafetiva com Emma de Ramón e ambas passam a morar juntas. Jaime López, o pai das meninas, inconformado com a situação, entra com pedido de custódia no Juizado de Menores de Villarica, no Chile, alegando que o ambiente familiar era prejudicial ao desenvolvimento emocional das crianças por conta da relação lésbica materna. O juizado concedeu a custódia provisória ao pai no dia 2 de maio de 2003, regulando as visitas da mãe. Entretanto, outro juiz proferiu que o pedido é improcedente e de extremo disparate, fundamentado de que a homossexualidade não é doença e que a orientação sexual da ré não representava impedimento algum para o desenvolvimento de uma maternidade responsável. Inconformado, o pai de das meninas entrou com recurso de apelação em novembro de 2003, alegando que a sentença gerou uma profunda alteração na vida das menores. A Corte de Apelações de Temuco confirmou a sentença por seus próprios fundamentos em 30 de março de 2004. O pai, então, apresentou queixa à Suprema Corte de Justiça do Chile que analisou o pedido e deu parecer favorável ao recurso para custódia definitiva ao recorrente em 31 de maio de 2004 declarando que a regra segundo a qual os filhos devem ficar sob custódia da mãe não é incondicional e que a orientação sexual da mãe poderia expor as filhas à discriminação, sendo de melhor grado submetê-las à guarda paterna.

A Suprema Corte de Justiça do Chile ao alegar que a orientação sexual da mãe poderia expor as filhas à discriminação, o Estado reconhece sua debilidade em não ser capaz de garantir os direitos universais aos seus cidadãos. Outrossim, a preposição de que as garotas sofreriam tratamento discriminatório não poderia ter sido usada como argumento para se fundamentar, uma vez que se a sociedade é intolerante, cabe ao Estado adotar medidas para combater o preconceito em razão da orientação sexual e não fazê-lo.

Esgotados todos os recursos da jurisdição interna, o caso foi levado à Corte Interamericana de Direitos Humanos¹⁴ que identificou e reconheceu 7¹⁵ violações aos direitos humanos inclusos à Convenção Americana de Direitos Humanos por parte das decisões tomadas pela justiça chilena.

Para tanto, a República do Chile foi sentenciada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos a cumprir um conjunto de obrigações estabelecidas, tais como: prestar assistência médica e dar acesso psicológico ou psiquiátrico imediato, adequado e eficaz, através de suas instituições especializadas públicas de saúde às vítimas caso solicitem; publicar o resumo do julgamento no Diário Oficial e em jornal de circulação nacional, divulgando também em um site oficial; realizar ato público de reconhecimento de responsabilidade internacional para os fatos do presente caso; continuar implementando, em um prazo razoável, programas e cursos permanentes de educação e capacitação para os funcionários públicos de níveis regional e nacional e funcionários judiciais de todas as áreas e escalões do ramo judicial; pagar \$72,000 por danos morais e reembolso de custos e despesas.

“A Corte IDH define o que seja a discriminação nos fundamentos da sua decisão ao dizer que a noção de igualdade se deduz diretamente da unidade da natureza do gênero humano e é inseparável da dignidade essencial da pessoa frente a qual é incompatível toda a situação que, por considerar superior um grupo determinado, conduza a tratá-lo com privilégio, ou que, ao contrário, por considerá-lo inferior, o trate com hostilidade ou de qualquer forma o discrimine do gozo de direitos que se reconhecem a quem não está nesta situação. [...] A Corte reconheceu o direito da vítima de ter vida privada e familiar declarando que a orientação sexual da pessoa faz parte de sua intimidade e não tem relevância para analisar aspectos relacionados com a boa ou má maternidade.” (MACHADO, Carlos Eduardo Martins; SCHÄFER, Gilberto; 2013, p.194)

Como reflexo da condenação do Caso Atala Riffo y Ñinas versus Chile, destaca-se a forma de prevenção contra novas violações de direitos humanos do Estado chileno tendo que fornecer cursos aos seus servidores públicos a fim de prevenir a reincidência de discriminação de gênero. Sobre a supracitada forma de prevenção, Carlos Eduardo Martins Machado e Gilberto Schäfer relatam que

¹⁴ “Para que uma petição ou comunicação apresentada de acordo com os artigos 44 ou 45 seja admitida pela Comissão, será necessário: a) que hajam sido interpostos e esgotados os recursos da jurisdição interna, de acordo com os princípios de Direito Internacional geralmente reconhecidos.”. (Convenção Americana de Direitos Humanos, artigo 46.a., 1969.).

¹⁵ Convenção Americana de Direitos Humanos, 1969. Artigo 1º - Obrigação de respeitar todos os direitos; Artigo 8º - Garantias Judiciais; Artigo 11 - Proteção da honra e da dignidade; Artigo 17 - Proteção da família; Artigo 19 - Direitos da criança; Artigo 24 - Igualdade perante a lei; Artigo 25 - Proteção judicial.

“[...] esta tem sido uma modalidade recorrente de condenação, sendo que também o Brasil terá de fornecer curso de direitos humanos aos seus servidores militares em decorrência das atrocidades cometidas à época dos governos ditatoriais que reiteradamente violaram os direitos humanos (Caso Gomes Lund e Outros Vs. Brasil).” (MACHADO, Carlos Eduardo Martins; SCHÄFER, Gilberto; 2013, p.194)

Ainda como reflexo da prevenção contra a discriminação de gênero, em 2015 será distribuído de forma gratuita e fará parte do currículo do ensino infantil e fundamental públicos do Chile o conto “Nicolás Tiene Dos Papás”¹⁶, com texto de Leslie Nicholls e ilustrações de Roberto Armijo, um livro infantil criado por iniciativa do Movilh (Movimento pela Integração e Liberação Homossexual) e patrocinado pelo governo chileno.

Em 2015, as crianças chilenas conhecerão a história de Nicolás, um menino que vive em uma família formada por um casal homossexual. Ele mora com os dois pais, Sebastián e Pablo, embora também passe alguns fins de semana com Clara, a mãe biológica. Florencia, a melhor amiga no colégio, não entendia a família de Nicolás, mas, com o tempo, a aceitou, e eles passaram a frequentar a casa um do outro. (FARINELLI, Victor; 2014)

Segundo Farinelli (2014), “a história de Nicolás é apenas a primeira de uma série de contos infantis com temas de diversidade sexual que serão lançados nos próximos meses, também com patrocínio estatal e distribuição gratuita.”.

Figura 1: Livro “Nicolás Tiene Dos Papás” que começará a ser distribuído no Chile em 2015



Fonte: Victor Farinelli/Opera Mundi (FARINELLI, Victor; 2014)

¹⁶ Nicolás Tem Dois Papais (tradução do autor)

O resguardo e a promoção do direito a diversidade são desafios contemporâneos e só serão possíveis através da garantia e segurança dos direitos humanos. A apreciação e repercussão do caso *Atala Riffo y niñas versus Chile* contribuiu para a solidificação de uma jurisprudência inclusiva, reafirmando o compromisso o qual os Estados-membros da Organização dos Estados Americanos têm firmado desde 2008 (OEA, 2013), sobretudo em condenar atos de violência e violações dos direitos humanos cometidos contra indivíduos baseados em sua orientação sexual.

“La CIDH recuerda que desde 2008 todos los años los Estados Miembros de la OEA han condenado actos de violencia y violaciones relacionadas con los derechos humanos cometidas contra personas por su orientación sexual e identidad de género. Igualmente, los Estados se han comprometido a asegurar que las víctimas LGTBI cuenten con acceso a la justicia, sin discriminación, a adoptar políticas públicas contra la discriminación por razones de orientación sexual e identidad de género; y a producir datos sobre violencia homofóbica y transfóbica, con miras a promover políticas públicas que protejan, entre otros, los derechos humanos de las personas LGTBI. Este último compromiso es de particular importancia en el diseño de políticas públicas eficaces para combatir la discriminación contra las personas LGTBI. La CIDH insta a todos los Estados Miembros de la OEA a desplegar serios esfuerzos para cumplir con los estándares internacionales de derechos humanos y continuar adoptando medidas destinadas a lograr los objetivos establecidos desde 2008 en sus seis resoluciones de la Asamblea General de la OEA sobre derechos humanos, orientación sexual e identidad de género. Además, la CIDH alienta a los Estados Miembros a que consideren seriamente la posibilidad de despenalizar las relaciones sexuales entre personas del mismo sexo y las identidades/expresiones de género diversas” (CIDH, Comunicado de Prensa, 24 de outubro de 2013)

Tomando conhecimento das muitas formas de violência e discriminação enfrentadas pelas pessoas LGBT “em virtude da real ou aparente orientação sexual, identidade de gênero ou expressão de gênero, ou por seu corpo se diferenciar do que é considerado feminino ou masculino” (CIDH, 2013) a Comissão Interamericana de Direitos Humanos criou a Unidade LGBTI em 2011, a qual culminou na criação da Relatoria sobre Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexuais (LGBTI), em 2013, e que passa teve início o seu funcionamento em 2014:

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) decidiu, em 8 de novembro de 2013, criar a Relatoria sobre os Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexuais (LGBTI), que dispensará atenção especial ao trabalho da Comissão Interamericana na área da proteção e proteção dos direitos das pessoas LGBTI nas Américas. A Relatoria sobre os Direitos das Pessoas LGBTI começará a funcionar em 1º de fevereiro de 2014, dando continuidade ao trabalho da Unidade LGBTI. (CIDH, Comunicado de Imprensa n.º. 94/13, 2013)

Considerações finais

A partir de suas iniciativas e de seus pronunciamentos, é visível o esforço que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos faz em assegurar que a Convenção Americana de Direitos Humanos não proteja um modelo heteronormativo de interpretação, seja de família ou de qualquer outro segmento, e que esta vem acompanhando o desenvolvimento histórico da humanidade, bem como recriminando as manifestações contemporâneas de intolerância. Destaca-se que a tolerância é um elemento de alta importância para todas as sociedades democráticas e de pré-requisito indispensável para a observância dos direitos humanos. Do mesmo modo, vale ressaltar a importância das decisões da Corte Interamericana acerca da temática LGBT uma vez que esta tem assumido responsabilidade ímpar no desenvolvimento de políticas públicas que visam promover e resguardar os direitos dos homossexuais uma vez que este ainda faz parte de um grupo socialmente vulnerável e frequentemente vem sendo vítima de discriminação, perseguições e de extrema violência.

Por fim, nos cabe reconhecer que o progresso alcançado no desenvolvimento da proteção internacional contra a discriminação foi configurado com avanços, entretanto não significa que esse sistema, como um todo, seja absolutamente satisfatório. Em alguns casos, a proibição por discriminação é estabelecida por meio de convenções, que tem curso obrigatório, já em outros, por declarações, sem qualquer tipo de força jurídica vinculante. A evolução de normas que proíbem a discriminação de pessoas pertencentes a grupos vulneráveis e a multiplicação de direitos é desigual, portanto, ainda merecem atenção constante e cobrança de avanços.

Referências bibliográficas

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 68-69.

BRASIL, Resolução nº 001/99 de 23 de março de 1999. **Fica assegurado aos servidores públicos, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, o uso do nome social adotado por travestis e transexuais**, 1999.

BRASIL. **Decreto Presidencial de 4 de junho de 2010**, Fica instituído o dia 17 de maio como o Dia Nacional de Combate à Homofobia. Brasília, 4 de junho de 2010.

BRASIL. Decreto nº 7.388, de 9 de dezembro de 2010. **Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD**. Brasília, 9 de dezembro de 2010.

BRASIL, Portaria nº233 de 18 de maio de 2010. **Fica assegurado aos servidores públicos, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, o uso do nome social adotado por travestis e transexuais**, 2010.

BRASIL, Resolução CFM nº 1.955/10 de 12 de agosto de 2010. **Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/02**. Brasília-DF, 12 de agosto de 2010.

CARAM, B.; SOUZA, N. **Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, afirma Diap**. Estadão, O Estado de São Paulo, 6 de outubro de 2014. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528>). Acesso em: 3 de novembro de 2014

CHADE, Jamil. **ONU fará raio X mundial de homofobia**. Estadão, Estadão Conteúdo, 27 de setembro de 2014. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,onu-fara-raio-x-mundial-de-homofobia,1567147>. Acesso em: 03 de novembro de 2014.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, Comunicado de Imprensa nº. 94/13: **CIDH cria relatoria para examinar questões de orientação sexual, identidade e expressão de gênero e diversidade corporal**, 2013. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2013/094.asp>. Acesso em: 06 de novembro de 2014

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, Comunicado nº. 79/13: **La CIDH expresa su preocupación por los ataques de grupos violentos, abuso policial y otras formas de violencia contra las personas LGTBI**. 2013. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2013/079.asp>. Acesso em 26/10/2013.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS: Organização dos Estados Americanos. Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Disponível em: http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/d.Convencao_Americana_Ratif.htm. Acesso em: 05 de novembro de 2014

CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS, 1969. Disponível em: http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm. Acesso em 06 de novembro de 2014.

CORTE INTERAMERICANA DE DEREITOS HUMANOS. **Caso Atala Riffo Y Niñas Vs. Chile** julgado em 24 de fevereiro de 2012. Disponível em http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/Seriec_239_esp.doc. Acesso em: 26 de outubro de 2013

DA COSTA SANTOS, Gustavo Gomes. **Cidadania e direitos sexuais na África do Sul**: reflexões sobre o reconhecimento legal das uniões entre pessoas do mesmo sexo. *Sociedade e Cultura*, v. 15, n. 2, p. DOI: 10.5216/sec. v15i2. 22400, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/22400/13412>

DE BAETS, Antoon. **O impacto da Declaração Universal dos Direitos Humanos no estudo da História**. *História da Historiografia*, n. 5, p. 86-114, 2010.

FARINELLI, Victor. **Chile vai distribuir em escolas públicas livro sobre família formada por casais homossexuais**: Obra “Nicolás Tiene Dos Papás” foi patrocinada pelo governo do Chile e começa a circular em 2015; conto é primeiro de uma série sobre diversidade sexual. *Opera Mundi*, 2014. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/38301/chile+vai+distribuir+em+escolas+publicas+livro+sobre+familia+formada+por+casais+homossexuais+.shtml>. Visualizado em: 03 de novembro de 2014.

FIUZA, Cezar. **Direito Civil – Curso Completo**. 12ª ed. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2008.

FREITAS, J. **Acirrado o debate sobre homossexuais**. Folha de São Paulo, São Paulo, 10 jun. 1987, p. A-5. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1987/06/10/2>. Acesso em: 02 de novembro de 2014.

FORSYTHE, David P. **Human Rights in International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 36-41.

JUNQUEIRA, R. D. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. In: RIBEIRO, P. R. C.; SILVA, M. R. S.; SOUZA, N. G. S.; GOELLNER, S. V. e SOUZA, J. F. (Orgs). **Corpo, gênero e sexualidade**: discutindo práticas educativas. Rio Grande: Editora da FURG, 2007, p. 59-69.

MACHADO, Carlos Eduardo Martins; SCHÄFER, Gilberto; **A REPARAÇÃO DO DANO AO PROJETO DE VIDA NA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS**. *Revista de Direitos Fundamentais e Democracia*, Curitiba, v. 13, n. 13, p. 179-197, janeiro/junho de 2013. Disponível em: <http://revistaeletronica.rdf.unibrazil.com.br/index.php/rdf/article/viewFile/340/315>. Acesso em: 06 de novembro de 2014

MASCARENHAS, João Antônio de Souza. **A tríplice conexão**: machismo, conservadorismo político, falso moralismo. Rio de Janeiro: 2 AB Editora, 1997.

Mott, L., & Cerqueira, M. (2001). **Causa Mortis: Homofobia**. Salvador: **Grupo Gay da Bahia apud GUIMARÃES**, Anderson Fontes Passos. O desafio histórico de “tornar-se um homem homossexual”: um exercício de construção de identidades. *Temas psicol.* vol. 17 no.2 Ribeirão Preto 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.ph.p?pid=S1413-389X2009000200023&script=sci_arttext. Acesso em 03 de novembro de 2014.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS. Comunicado No. 79/13: **La CIDH expresa su preocupación por los ataques de grupos violentos, abuso policial y otras formas de violencia contra las personas LGTBI**. 2013. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2013/079.asp>. Acesso em 26 de outubro de 2013.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Diálogos Setoriais: União Europeia – Brasil**. Cidadania LGBT: Mapa de boas práticas Brasil – União Europeia. Brasília, 2012.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, Disponível em: http://www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 24/09/2013

REIS, Toni; **NO PERÍODO PÓS-GUERRA**, York. **AVANÇOS E DESAFIOS PARA OS DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS LGBT**, 2011. Disponível em: <http://www.tonireis.com.br/wp-content/uploads/2014/06/avancos.pdf>. Acesso em: 03 de novembro de 2014.

SYMONIDES, Janusz. **DIREITOS HUMANOS: novas dimensões e desafios**. Brasília: UNESCO Brasil, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003. 412p.

Jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Disponível em: http://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=IV-3&chapter=4&lang=en#2. Acesso em: 25 de setembro de 2013

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Tratado Internacional de Direitos Humanos, vol. II**. 1ª ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1999.

_____. Prefácio In: PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 27-28.

POLÍTICAS MIGRATÓRIAS BRASILEIRAS: UMA NOVA PERSPECTIVA AOS DIREITOS DOS MIGRANTES

1. Introdução

Em tempos de maior mobilidade entre as fronteiras brasileiras e crises constantes, já que o Brasil não possui legislação adequada e delas decorrem políticas, que ocasionam violações de direitos humanos e passam uma imagem negativa da mobilidade humana junto à opinião pública, está evidente que é necessário uma renovação da política migratória brasileira. É nesse contexto que surge o Anteprojeto de Lei dos Direitos dos Migrantes, em que desvincula migrantes e segurança nacional, na busca de uma perspectiva dos direitos humanos.

2. Por que uma nova legislação ao migrante?

A Lei 6.815/81, conhecida como Estatuto do Estrangeiro, é o principal dispositivo legal que regulamenta os direitos e deveres dos migrantes no Brasil. Pela data que foi sancionada, percebe-se que fora feita nos últimos anos de Ditadura Militar no Brasil. No contexto conturbado da Ditadura Militar, o Estatuto é regrado de interesses políticos, sociais e econômicos que dificultam a entrada e permanência de migrantes.

A visão que impera no Estatuto é a segurança nacional. Naquele contexto global, os países não estavam tão integrados como atualmente e no período pós-guerra, os governantes imaginavam que o bem da nação era proteger o país de qualquer ameaça, com o objetivo de evitar que ideias comunistas se espalhassem no país. A partir de então, os migrantes eram vistos como pessoas que deveriam ser observadas e impedidas de circularem pelo país. Eles não possuíam direito à participação política, à reunião e a posse de meios de comunicação, além de serem vistos como

* Universidade Federal de Roraima. Email: laris_sm@hotmail.com

uma ameaça ao mercado de trabalho, sendo sua vinda dependente das necessidades produtivas do país.

Em 1988, tempos de profundas mudanças ao país, sendo uma delas a Constituição Cidadã, nas palavras de Ulysses Guimarães, o marco entre o regime militar e a democracia, um instrumento legal norteado por princípios e valores fundamentados no respeito à dignidade humana, à cidadania e à prevalência dos direitos humanos nas relações internacionais. Consigna expressamente que tem entre seus primeiros fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana e que constituem objetivos igualmente fundamentais construir uma sociedade livre, justa e solidária, bem como promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor e quaisquer outras formas de discriminação.

A Constituição Brasileira¹ no artigo 5º aborda sobre o princípio da igualdade, vejamos:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)”.

Assegurando o caráter hegemônico ao conceito de que os migrantes residentes no país estão em condição jurídica paritária à dos brasileiros no que concerne à aquisição e gozo de direitos civis. Logo, percebe-se que o Estatuto encontra-se sem qualquer base constitucional para sustentá-lo. Obviamente, as disposições incompatíveis com a Constituição deveriam ser derogadas, o que não ocorreu, passados vinte e seis anos da promulgação do texto constitucional.

Diante disso, a ausência de um instrumento legal compatível com o novo momento constitucional do país, que institua regramentos para a padronização da conduta governamental, resulta em problemas. Sendo a sobreposição de normas conflitantes, um deles. Ocorre que como o Estatuto não apresenta soluções dignas aos migrantes em consonância à Constituição, acaba gerando lacunas que são solucionadas por meio de resoluções do Conselho Nacional de Imigração, órgão do poder executivo federal pertencente ao Ministério do Trabalho e do Emprego, dando ampla margem de discricionariedade ao Executivo. Estas resoluções têm como objetivo solucionar as lacunas, entretanto, o que realmente ocorre é uma divisão da posição governamental, em que não é possível visualizar uma política única e coerente sobre migrações.

A inexistência de uma posição definitiva e pautada nos direitos humanos pelo governo além de deixar claro o desprezo político à situação dos migrantes, beneficia

¹ Constituição Brasileira 1988

a burocracia estatal sendo as condutas públicas uma revelação da concepção do migrante como um ser inferior ao nacional. Segundo a Constituição de 1988, o migrante tem garantido o acesso às políticas de integração e de acesso a serviços públicos, como saúde e educação básica, independentemente da condição migratória.

Atualmente, as políticas migratórias brasileiras são tão impregnadas do aspecto militar, de segurança nacional que até hoje o órgão responsável pela tramitação de documentos e expedição do Registro Nacional dos “Estrangeiros”, cédula de identidade do migrante, é a Polícia Federal. Sendo frequentes as reclamações de que a abordagem policial é inadequada, é compreensível já que o treinamento dos agentes é, geralmente, voltado à manter a ordem e não para tratar de migrantes. A ausência de uma autoridade nacional migratória, especializada no atendimento dos migrantes, só gera o controle da migração como garantia de segurança, como se o migrante fosse um bandido em potencial, distanciando-se cada vez mais dos aspectos de direito humano defendidos tanto na Constituição Federal como nos Tratados Internacionais vigentes.

Aplicar leis e políticas migratórias respeitando os direitos humanos é reconhecer tanto garantias estabelecidas na Constituição Federal, como na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. A Declaração afirma que “o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo (...) e que os estados-membros se comprometem a promover em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos humanos e liberdades fundamentais”².

Destaca-se o art. 13 do mesmo diploma em análise, assegurando que todo indivíduo tem direito de deixar qualquer país, inclusive o seu e de retornar a este quando quiser, toda pessoa tem liberdade de circulação. E o art. 15 assegura a toda pessoa o direito a uma nacionalidade e não ser privado arbitrariamente de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

Diante desses artigos vem à tona o conflito entre soberania estatal e garantia aos direitos humanos. Claro que tal dilema só existe pelo simples fato da necessidade de uma nova definição e aplicação de soberania e de migrantes. Afinal, em se tratando de proteção dos direitos humanos, a noção clássica de soberania sofre uma transformação. O Estado perde a discricionariedade de fazer ou deixar de fazer o que bem lhe convier³. Sendo que ele é o garantidor à todos seus nacionais dos direitos

² Preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

³ http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portaITvJustica/portaITvJusticaNoticia/anexo/Artigo__Soberania_e_Direitos_Humanos__Valerio_Mazzuoli.pdf

a eles vinculados; entretanto, é também o responsável por estabelecer e respeitar os direitos humanos à todos os seres humanos em seu território, independente de ser migrante ou não.

As mudanças que o Anteprojeto da Lei dos Direitos dos Migrantes é tanto um avanço ao país como a busca em se adequar aos entendimentos globais sobre o tema.

Fazendo uma análise dos instrumentos normativos internos, percebe-se que a situação em que o país se encontra não é por falta de tentativas de mudança, já que foram empreendidas várias. Como o Projeto de Lei 5655/2009, que tramita no Congresso Nacional, que é uma sugestão para substituir o Estatuto do Estrangeiro, com algumas mudanças tímidas em favor da aplicação dos princípios de direitos humanos. Tal projeto apresenta alterações tímidas porque em relação a legislação anterior, quase não é possível ver mudanças. O projeto de lei 5655/09 apenas apresenta a expressão direitos humano sem seu art. 2º, mantendo também como objetivos a defesa do interesse nacional e a preferência à mão-de-obra especializada no art. 4º. Os artigos introdutórios não esclarecem como estes objetivos potencialmente contraditórios serão balanceados. De forma geral, a idéia da segurança nacional permanece no projeto e com ela, toda a burocracia que decorre do controle permanente dos estrangeiros⁴.

Em uma análise no âmbito dos países membros do Mercosul, o Brasil é o único que não ratificou a “Convenção das Nações Unidas para a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de Suas Famílias”, de 1990, esta defende e protege os direitos humanos dos trabalhadores migrantes e membros de suas famílias, sendo uma nova quebra de paradigmas aos estudos de migrações internacionais, reconhecendo e protegendo sua dignidade independentemente de sua condição migratória. A adesão do país tramita no Congresso Nacional desde 2010, sendo mais um exemplo de desconsideração política aos migrantes, pois a anuência à Convenção seria um progresso do reconhecimento da locomoção humana como um direito humano.

Diante do caos legislativo e administrativo referente ao migrante no país, o Ministério da Justiça por meio da Portaria nº 2.162/2013, criou uma comissão de especialistas para elaborar uma proposta de Anteprojeto de Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil.

A Comissão promoveu estudos sobre a legislação migratória brasileira, de outros países e de tratados internacionais; além da escuta de outros especialistas, Conselho Nacional de Imigração, Defensoria Pública da União, Departamento de Polícia

⁴ Arts. 28, 29, 30, 78, 79 do PL 5655/09

Federal do Ministério da Justiça, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério das Relações Exteriores, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. E, sobretudo, da sociedade civil, ouviu representantes de instituições internacionais, parlamentares, especialistas e acadêmicos convidados. Promoveu duas audiências públicas com ampla participação de entidades sociais e da cidadania, durante o processo de elaboração.⁵

O Anteprojeto tem como principais características o abandono do Estatuto do Estrangeiro, primariamente por necessidade de compatibilidade com a Constituição Federal e com os tratados internacionais de Direitos Humanos vigentes; mudança de paradigma na política migratória, atualmente subordinada à lógica da segurança nacional e controle documental voltado ao acesso de mercado de trabalho; abandono da tipologia “estrangeiro”, que tem conotação pejorativa; incorporação de reivindicações da sociedade civil como a criação de um órgão estatal centralizado para atendimento aos migrantes, em especial para regulamentação; Brasil é um dos únicos países no mundo sem serviço especializado de migrações; adaptação legislativa à realidade de mobilidade humana e globalização econômica.

A criação da Autoridade Nacional Migratória é um dos principais dispositivos criado pelo Anteprojeto e um dos pontos nos quais mais difere de forma mais incisiva das propostas anteriores. O órgão permitirá a regulação da política migratória de forma mais concentrada, tornando-a mais efetiva e coerente no país. Outro aspecto importante é que a centralização do atendimento ao imigrante diminuiria a burocratização, já que hoje o serviço é fragmentado em pelo menos três ministérios: Relações Exteriores, Trabalho e Emprego e Justiça.

Outro do ponto que constitui um passo primordial é que o Anteprojeto será uma lei em concordância com os Direitos Humanos já que consolida direitos iguais ao imigrante independentemente da renda. O Anteprojeto de Lei assegura a igualdade de direitos, sobretudo com a isenção de taxas e serviços a imigrantes que comprovem hipossuficiência econômica. Essa garantia provavelmente gerará uma intensa oposição por parte da Polícia Federal, que hoje arrecada uma grande soma de dinheiro das taxas altíssimas cobradas por documentos.

Muitas pessoas e órgãos estatais defendem que o migrante é alguém inferior e que o país não possui estrutura social e econômica para manter os nacionais, quiçá, os migrantes. Um pensamento retrógrado ao rol de direitos garantidos tanto pela

⁵ http://www.justica.gov.br/noticias/proposta-de-nova-lei-de-migracoes-devera-substituir-estatuto-criado-durante-a-ditadura/entenda_novo_estatutoestrangeiro2.pdf.

Constituição Federal como em vários dispositivos legais internacionais e, atualmente, no anteprojeto de Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil. É o patamar da dignidade humana que ninguém e nenhum país temo direito de violar ou subestimar. E nesta ótica, deve-se considerar que cada ser humano tem o direito de migrar, mas também de não ser obrigado a migrar. Isso significa que o Estado deve estar preocupado em eliminar as causas estruturais que induzem milhares de pessoas a se movimentarem. Em outros termos, o legislador, ao tratar dos mecanismos de gestão da questão migratória não pode tratá-la de forma isolada, desligada de outras questões sociais, econômicas e políticas da conjuntura do país.

Assim, faz-se mais do que necessária a aprovação de uma lei que garanta esses avanços e que retire do ordenamento brasileiro a herança da ditadura militar, olhando o migrante não como força de trabalho, não como perigo, mas como ser humano, com seus direitos garantidos.

Referências bibliográficas

BARALDI, Camila. **Cidadania, migrações e integração regional** -Notas sobre o Brasil, o Mercosul e a União Européia. Disponível no site:<http://educarparaomundo.files.wordpress.com/2011/07/baraldi-abri-2011.pdf> acessado em 16 de outubro de 2014.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm acessado em 16 de outubro de 2014.

_____. **Estatuto do Estrangeiro**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm acessado em 16 de outubro de 2014.

_____. Projeto de Lei 5655/09. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 e a Lei nº 10.683, de 2003. Revoga as Leis nºs 6.815, de 1980; 6.964, de 1981; 9.076, de 1995; o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.236, de 1985; e o inciso I do art. 5º da Lei nº 8.422, de 1992

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1992. .

Comissão de Especialistas (criada pelo Ministério da Justiça pela Portaria nº 2.162/2013). Anteprojeto de Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil, 2014.

DOLINGER, Jacob. **Direito Internacional Privado – Parte Geral**. 7ed. RJ: Renovar, 2003.

MAZZUOLI; Valerio de Oliveira. **Soberania e a proteção internacional dos direitos humanos**: dois fundamentos irreconciliáveis. http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portaITvJustica/portaITvJusticaNoticia/anexo/Artigo__Soberania_e_Direitos_Humanos__Valerio_Mazzuoli.pdf Acessado em 28 de outubro de 2014

MILESI, Rosita;UCHOA, Virgilio Leite. **Migrantes**: uma questão de direitos humanos. Os fundamentos de uma nova agenda dos migrantes. Disponível no site do Instituto Migrações e Direitos Humanos: <http://www.migrante.org.br/IMDH/ControlConteudo.aspx?pubId=db961d05-51cb-430e-bfeb-44dfb8d09460&area=008305c1-4dae-4749-875b-5c615a85c760> Acessado em 16 de outubro de 2014.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional** - 10ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS EM MOVIMENTO: MIGRANTES E REFUGIADOS

Introdução

A proximidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima, do primeiro município do país vizinho, Lethem na República Cooperativista da Guiana, distante apenas 120 quilômetros, facilita o trânsito de pessoas nos dois lados dos países. É com base nesta observação e com a falta de informação precisa acerca destas pessoas que transitam, passam um tempo e depois acabam residindo em Boa Vista, é que focamos o objeto deste artigo.

Sendo Boa Vista uma capital com aproximadamente 450 mil pessoas, é o centro urbano maior e mais próximo de Lethem, atraindo pessoas com diversos interesses, dentre os quais àquelas que buscam as ‘facilidades ilícitas’, reconhecidas pelas Leis brasileiras. É exatamente o grupo de estrangeiros guianenses, que cometem estes atos ilícitos e são recolhidos à Penitenciária Agrícola de Monte Cristo – PAMC, no estado de Roraima e o papel da Defensoria Pública em resguardar os direitos destes, que pretendemos focar este estudo.

É necessário esclarecer que, a busca de dados estatísticos sobre o número de apenados que estão hoje no sistema prisional cumprindo suas penas, é bem difícil. Atrelado a isto, ainda nos deparamos com alguns entraves neste período que dificultaram a coleta de nossas informações: o momento político do estado, a fuga empreendida por alguns apenados da PAMC e a greve dos carcereiros. Estes condicionantes foram marcantes para não conseguirmos audiência com os representantes principais dos setores legais desta pesquisa, Defensoria Pública e Penitenciária Agrícola.

Este artigo tem como uma de suas finalidades também, fazer uma análise crítica sobre o sistema prisional brasileiro e roraimense, assim como seus administradores,

* Faculdades Cathedral. E-mail: marinapimentel10@hotmail.com

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: geyzalves@hotmail.com

o Poder Executivo, que tem se mantido omissos a esse tipo de infração dos direitos sociais, não só dos estrangeiros, mas de todos os detentos do sistema prisional brasileiro. No Brasil hoje não há uma prisão brasileira que siga a risca a Lei de Execução Penal (LEP), porém não há um órgão de fiscalização para esse tipo de coisa, e, além disso, quem irá fiscalizar o próprio Poder Executivo? Sem que este também não se torne omissos.

Superlotação, dificuldade de acesso à justiça principalmente pelos estrangeiros, e também aos brasileiros naturalizados, e brasileiros natos, uso indiscriminado das prisões provisórias, direitos humanos infringidos, má qualificação dos agentes penitenciários, leis retrógradas, tratados que não se cumprem, relatórios da ONU com pedido de providências a serem tomadas e mesmo assim nada se faz. O estrangeiro continua sendo tratado como um qualquer, até que saia da penitenciária ou cadeia, não tem contato com a família, a menos que estes o venham visitá-lo, não pode ausentar-se ou cruzar os limites do estado (se este estiver no semiaberto, ou tiver pena abaixo de 8 anos), desprivilegiados de conseguirem empregos não podem progredir de pena como os Brasileiros natos ou naturalizados, não possuem residência fixa no país, então também não podem responder por delito em liberdade.

A constituição federal e 1988 e o direito dos presos estrangeiros

A constituição federal é fática ao afirmar em seu artigo 5º o seguinte:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XV- é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;”

Isto quer dizer que todos inclusive os não brasileiros podem aqui transitar, permanecer, sair, porém, enfatiza em tempos de paz, isto é, se por algum acaso houver guerra em países próximos, o Brasil tem o direito de negar-se a abrigar refugiados.

Mesmo que não haja distinção por parte da lei, a prática é totalmente diferente, principalmente por meio da sociedade que acaba tratando o estrangeiro de forma diferente, seja pelo não domínio da língua local, seja por motivo socioeconômico, ou o por motivo étnico social.

O Departamento de Defesa Social das Nações Unidas (ONU), em 1975, considerou estes os dois principais problemas relatados pelos presos estrangeiros:

- Desconhecimento da língua local, e mais as barreiras linguísticas e problemas de comunicação daí decorrentes;

- Falta de Isonomia frente ao preso nacional, pois frequentemente têm seus pedidos de livramento condicional ou saída temporária recusados pelo juiz (já que este não tem como alegar residência fixa, ou trabalho de carteira assinada, na maioria das vezes nem a permissão de permanecer no país este tem) da execução penal ou pela administração do presídio.

Quanto ao direito do estrangeiro preso, este tem seus direitos iguais aos brasileiros, porém, de acordo com entendimento da 9ª vara federal de SP, o estrangeiro preso e egresso ou em liberdade processual tem permissão de trabalhar para sustentar-se até que este efetive sua expulsão. Expulsão essa que também lhe é de direito já que este, após ou durante julgamento, pode solicitar sua expulsão para seu país de origem, sendo esta expulsão classificada como medida compulsória, dentre elas existem: a extradição, expulsão, deportação, e a repatriação.

A expulsão, via de regra, ocorre quando um estrangeiro comete um crime no Brasil e é condenado por sentença transitada em julgado. O Processo administrativo para fins de expulsão está regularizado pela Lei n.º 6.815, de 1980. Expulsão é a retirada compulsória de um estrangeiro do território nacional motivada pela prática de um crime que tenha cometido no Brasil ou por conduta incompatível com os interesses nacionais. Uma vez expulso, o estrangeiro está impedido de retornar ao nosso país, incidindo na sanção do artigo 338 do Código Penal, exceto se for revogada a Portaria que determinou a medida.

Diz o Estatuto do Estrangeiro, Lei n.º 6.815/80, com redação dada pela Lei n.º 6.964/81, em seus artigos 65 e 71:

“Art. 65 – É passível de expulsão o estrangeiro que, de qualquer forma, atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranqüilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à conveniência e aos interesses nacionais.”

“Art. 71 – Nos casos de infração contra a segurança nacional, a ordem política ou social e a economia popular, assim como nos casos de comércio, posse ou facilitação do uso indevido de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, ou de desrespeito a proibição especialmente prevista em lei para estrangeiro, o inquérito será sumário e não excederá o prazo de quinze dias, dentro do qual fica assegurado ao expulsando o direito de defesa.”

Ainda segundo novos entendimentos da justiça, o estado também tem responsabilidade pelo preso egresso, ou seja, aquele que já está livre, ou em liberdade provisória. O estado ainda tem que disponibilizar os documentos necessários para que este possa adquirir um trabalho no país, até que o mesmo solicite e seja permitida sua expulsão, a resolução 110/2014 é a que permite o trabalho dos estrangeiros nas situações dos presos egresso ou em liberdade provisória.

O papel da defensoria pública na aplicação dos direitos dos presos estrangeiros

As Defensorias Públicas foram criadas pela Lei Federal nº 7347/85, que consagra a estas a incumbência legal de defesa dos direitos coletivos *latu sensu*, onde os princípios constitucionais de “defesa dos interesses das pessoas juridicossocialmente hipossuficientes – de acordo com a exegese do artigo 134 da Carta Magna de 1988”¹, sejam garantidos.

A Defensoria Pública, nos termos dos artigos 3º e 1º de sua Lei Orgânica Nacional, é instituição una, indivisível e independente, responsável pela defesa judicial do cidadão hipossuficiente em todos os graus de jurisdição, sem prejuízo da atuação no âmbito extrajudicial, sendo que deverá conferir prioridade às formas de composição dos conflitos através de conciliação e mediação, de maneira a evitar o acesso ao Poder Judiciário de forma desnecessária quando a solução dos conflitos puder se dar através por outras formas.

Netto² nos esclarece ainda que sem prejuízo de qualquer Lei estadual que trate da função ou do papel das Defensorias Públicas, estas já encontram amparo nas diversas Leis como citado a seguir:

está constitucionalmente incumbida da defesa jurídica dos hipossuficientes é a Defensoria Pública – posto que essencial à função jurisdicional do Estado¹⁰ –, regulamentada pela Lei Complementar à Constituição Federal de nº 80/94 – sua Lei Orgânica Nacional, sem prejuízo do disposto nas legislações estaduais¹¹ –, cuja evolução política levou à efetiva consolidação de sua função de defensora dos direitos coletivos dos cidadãos através das reformas realizadas na Lei da Ação Civil Pública¹² e na própria Lei Orgânica da Casa da Cidadania, através da promulgação da Lei Complementar à Constituição Federal de nº 132/09.

¹ NETTO, Adhemar Della Torre. A Defensoria Pública como Ator Coletivo Global. In: ROCHA, A. (Org.). **Defensoria Pública, Assessoria Jurídica Popular e Movimentos Sociais e Populares: novos caminhos traçados na concretização do direito de acesso à justiça**. Fortaleza: Dedo de Moças Editora e Comunicação Ltda, 2013, p. 34.

² NETTO, Adhemar Della Torre. A Defensoria Pública como Ator Coletivo Global. In: ROCHA, A. (Org.). **Defensoria Pública, Assessoria Jurídica Popular e Movimentos Sociais e Populares: novos caminhos traçados na concretização do direito de acesso à justiça**. Fortaleza: Dedo de Moças Editora e Comunicação Ltda, 2013, p. 37 e 38.

Ora, se todos os cidadãos **hipossuficientes** tem seus direitos de defesa garantidos pela Defensoria Pública, o objeto de estudo deste artigo, o estrangeiro, por não reunir condições financeiras adequadas à sua defesa paga, é também um cidadão hipossuficiente perante a Lei, portanto deve ter seus direitos de defesa garantidos perante o Estado de direito.

O que acontece na maioria das vezes é a falta de conhecimento por meio do estrangeiro, que este tem total direito a solicitar um defensor público de acordo com o tipo de crime, assim como pode o consulado de seu país tomar as providências cabíveis, o cônsul acompanhado do réu pode decidir o que melhor ajudará. Porém o que acontece na prática, é que o consulado não presta nenhum tipo de assistência ao preso de sua nacionalidade, ou seja, o consulado mantêm-se omissos e inerte, o que na maioria das vezes acaba prejudicando o preso estrangeiro, já que este não possui domínio da língua local, portanto não sabe como agir para que seus direitos sejam todos cumpridos.

O preso estrangeiro tem direito a um interprete/tradutor para que o ajude na hora do julgamento, e todos os outros trâmites. E a falta deste pode até ocasionar a exclusão e arquivamento do processo.

Todo cidadão tem o direito a **ampla defesa**, escutamos todos os dias esta afirmação. No entanto, para que esta defesa possa ser concretizada é necessário que o mesmo constitua como seu defensor, um advogado. É o correto perante a justiça.

Mas o que fazer quando se é pobre, muitas vezes negro, estrangeiro e não possui domínio da língua local?

O Estado brasileiro é o responsável por este cidadão que em condições extremas, não tem a mínima condição de pagar por um advogado particular, para ter seus direitos garantidos pela justiça brasileira. Aqui vemos o papel e a atuação das Defensorias Públicas, órgãos públicos que atuam na defesa dos direitos dos cidadãos em conflito com a Lei.

Em Roraima a defensoria pública tem grande atuação, quase 90% dos sentenciados e provisórios são atendidos pela mesma, o que leva a crer que 90% da população carcerária tem alguma necessidade financeira, conforme podemos observar na Tabela abaixo:

TABELA 1: Quantitativo de presos atendidos pela Defensoria Pública do Estado de Roraima, em 2007

Total de sentenciados e provi-sórios	Total de sentenciados e provi-sórios atendidos pela Defenso-ria Pública	Porcentagem atendida pela DPE/RR
709	636	89,70%

Fonte: SEJUC/ Plano Diretor

Entende-se que o papel desempenhado por esta Instituição na garantia dos direitos humanos e sociais da população carcerária de Roraima, é fundamental. Portanto, devemos aprofundar essa investigação, para corroborar algumas hipóteses levantadas em torno do papel da Defensoria Pública de Roraima e a atenção aos apenados guianense.

A Penitenciária Agrícola de Monte Cristo e seu papel ressocializador

Roraima, é reconhecidamente o menor Estado que compõe o Brasil, estando localizado no extremo norte do país, na tríplice fronteira entre Brasil/Venezuela/Guiana, sendo portanto o único estado a fazer fronteira com países de línguas diferentes, fala-se o inglês na República Cooperativista da Guiana e o espanhol na República Bolivariana da Venezuela.

Arelado a esses condicionantes, Roraima possui segundo Silva e Almeida (2014), cinco unidades prisionais que abrigam os presos nos regimes fechado e semi-aberto, dentre estes uma penitenciária feminina. Ocorre que a PAMC, por ser o maior presídio existente é também o que apresenta a maior estrutura, por conseguinte os maiores problemas estruturais e administrativos, visualizados constantemente nos meios de comunicação do Estado.

Segundo Silva e Almeida (2014), “a Penitenciária Agrícola de Monte Cristo por sua vez é a recordista em relação a manifestações jurídicas por parte do Ministério Público Estadual e de visitas da Comissão dos Direitos Humanos da OAB”, sendo registrado constantemente abusos de toda a ordem dos direitos dos apenados que estão sob a responsabilidade do Estado, principalmente em relação as condições precárias em que se encontra a PAMC, levando a um estado “delicado e explosivo”, segundo a Pastoral Carcerária (2014).

A PAMC destinava-se no seu projeto original, a receber apenados do Sistema Semi-Aberto, onde os mesmo poderiam exercer atividades agrícolas em consonância

com o andamento de suas penas. Esperava-se que a mesma exercesse um papel ressocializador, o que no princípio era feito, segundo relatos de pessoas mais antigas de Roraima, acontecendo até o caso de o excedente da produção da horta ser vendido para ajudar na manutenção dos familiares dos apenados.

Passados os anos, o crescimento populacional e carcerário, a PAMC foi desvirtuada e hoje o que se vê é uma estrutura falida e sem condições de renovação.

É neste ambiente altamente inseguro que os apenados estrangeiros também convivem, em situações talvez mais adversas que os apenados brasileiros, já que o problema da comunicação acaba sendo um entrave para suas convivências.

A Tabela 2 abaixo, reflete os dados dos Apenados Estrangeiros na PAMC no ano de 2008 (dados mais atualizados) em relação aos Apenados Guianenses, objeto deste artigo:

TABELA 2: Apenados Estrangeiros X Apenados Guianenses

TOTAL DE APENADOS/2008	TOTAL DE APENADOS ESTRANGEIROS/2008	TOTAL DE GUIANENSES APENADOS/2008
1229	32	2

Fonte: SEJUC/ Plano Diretor

Os dados demonstrados acima, apontam que no ano de 2008 haviam 32 apenados estrangeiros, sendo 2 oriundos da República Cooperativista da Guiana. Embora se tenha uma proximidade com o país vizinho, o inglês não é comumente falado em Boa Vista, sendo este fato definidor no conviver dos apenados guianeses no dia-a-dia da PAMC.

O estudo em questão ainda está no princípio, mas espera-se conseguir responder questões que são cruciais para a finalização de um trabalho monográfico.

Considerações finais

A Defensoria Pública representa hoje o elo de ligação dos apenados estrangeiros e o Sistema Jurídico, sendo o seu interlocutor. Em relação ao Estado de Roraima e o seu sistema carcerário estrangeiro, este papel torna-se mais importante com as especificidades vivenciadas e neste estado brasileiro.

A proximidade com dois países de línguas diferentes do idioma brasileiro, atrelado a omissão dos entes representativos dos países vizinhos, faz com que esses apenados estrangeiros dependam exclusivamente das defensorias para a garantia de seus direitos.

É óbvio que este artigo não esgotou o seu papel investigativo, é necessário o andamento desta pesquisa justamente para comprovar alguns dos fatos levantados aqui.

Referências bibliográficas

NETTO, Adhemar Della Torre. A Defensoria Pública como Ator Coletivo Global. In: ROCHA, A. (Org.). **Defensoria Pública, Assessoria Jurídica Popular e Movimentos Sociais e Populares: novos caminhos traçados na concretização do direito de acesso à justiça**. Fortaleza: Dedo de Moças Editora e Comunicação Ltda, 2013.

RORAIMA. **Plano Diretor do Sistema Penitenciário do Estado de Roraima**. Disponível em portal.mj.gov.br/sal/services/.../FileDownload.EZTSvc.asp?... Acesso em 06/11/2014.

SILVA, Anderlândia Nóbrega e ALMEIDA, Linoberg Barbosa. **Prisões da Fronteira (sem) Norte: observações sociológicas sobre o sistema prisional em Roraima**. 8º Encontro da ANDHEP. São Paulo, 2014.

MINORIAS LGBT EM SITUAÇÃO DE REFÚGIO

Introdução

Durante a história da humanidade, os seres humanos muitas vezes recorreram às guerras e à violência como forma de demarcação de território, proteção, além da eliminação de grupos que poderiam ser considerados “inferiores” ou que apenas não se encaixassem num perfil específico para as diversas sociedades. Desse modo, o choque cultural do que é tido como “diferente” é sempre impactante em várias situações.

Passando por todos os tempos históricos, pode-se notar que a homoafetividade e outros tipos de relacionamentos, caracterizados, muitas vezes de forma preconceituosa, como “não convencionais”, existiram. Roma, porém, é um exemplo que difere disso. Entretanto, em pleno século XXI, há muitos grupos de minorias que ainda são excluídos, ou seja, o respeito às diferenças é ainda retrógrado.

O regime nazista, por exemplo, mandava para os *Konzentrationslager* várias pessoas consideradas como inúteis e de inferiores à raça alemã, o que incluía, por suposto, os grupos de minorias sexuais.

É paupérrima a situação das várias minorias LGBT que, mesmo após o epílogo da guerra 2ª Guerra Mundial, acabaram por continuarem presas em outros vários países, simplesmente por não seguirem os padrões de escolha sexual daquela sociedade.

Em virtude dos contextos contemporâneos, as problemáticas culturais vêm demonstrando o quanto podem ser humanamente danosas, o que torna os grupos sociais menores, mais frágeis.

* Universidade Federal de Roraima - UFRR Email: noellinefreire@gmail.com

** Universidade Federal de Roraima - UFRR Email: lorrán2012@hotmail.com

*** Universidade Federal de Roraima - UFRR Email: fxavier010@hotmail.com

A ausência do Estado, da família e também da sociedade acaba por deixar os indivíduos minoritários excluídos, numa zona de violência sem fim, o que leva essas pessoas a migrar por inúmeras causas, o que se caracteriza como deslocamento forçado.

Felizmente, muito empenho vem sendo feito para tentar conter os atos violentos, uma vez que na configuração atual de sociedades democráticas isto se torna necessário, porque as minorias podem ter acesso a leis que as amparam internacionalmente. Ou seja, a partir daí os casos de refugiados podem ter suporte.

Portanto, falar-se-á das minorias sexuais e de seus vários obstáculos diários, suas identificações, os desafios das comunidades internacionais, as leis que amparam essas pessoas e aspectos afins que possam abarcar toda a temática.

Desenvolvimento

Organizações Internacionais

As Organizações Internacionais têm um papel fundamental para a tentativa de resolução dos vários problemas concernentes aos refugiados, neste caso as minorias.

Há várias reconhecidas e eficientes, as quais são: O ACNUR, HIAS, Cáritas e a Cruz Vermelha.

É importante deixar claro que o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) deve ser considerado como ator principal nas questões para refugiados, que inclui a questão dos refugiados das minorias sexuais, já que tem incentivo e trabalho humanitário árduo, tais como o esforço de ampliação e efetivação de leis e atuação direta em vários países, além do impulso de abarcar, de várias formas, os migrantes que se encontram em situação de risco.

O Direito Humanitário Internacional, as regulamentações externas e internas:

As regulamentações internacionais têm como tentativa a regulação para toda a problemática que ocorre neste âmbito global, com, obviamente, o encorajamento dos Estados em aderirem a tais normas em suas leis internas, além das pressões da Comunidade Internacional para a proteção dessas minorias. Primeiramente, há a Convenção de 1951, que foi convocada em Genebra, tendo como resultado a **Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados** que foi adotada em 28 de julho de 1951, porém apenas tendo em vigor 22 de abril de 1954¹. Esta

convenção vem tentar simplificar o trabalho internacional sobre a questão dos refugiados, dando maior dignidade a tais seres humanos, sem haver discriminação de raça, cor, sexo e país de origem. Após essa Convenção, foi criado o Protocolo de 1967 por causa de outras situações posteriores mais íntimas, as quais deveriam ter uma especificação maior. O preâmbulo deste protocolo exemplifica:

“Os Estados Partes no presente Protocolo,
Considerando que a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados assinada em Genebra, em 28 de julho de 1951 (daqui em diante referida como a Convenção), só se aplica às pessoas que se tornaram refugiados em decorrência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951,
Considerando que, desde que a Convenção foi adotada, surgiram novas categorias de refugiados e que os refugiados em causa podem não cair no âmbito da Convenção,
Considerando que é desejável que todos os refugiados abrangidos na definição da Convenção, independentemente do prazo de 1 de Janeiro de 1951, possam gozar de igual estatuto,[...]”(Protocolo de 1967 Relativo Ao Estatuto dos Refugiados, 1967 p.1)

Neste protocolo, há, por exemplo, as definições do que é um refugiado, os direitos dos mesmos e as responsabilidades dos Estados.

A respeito dos crimes de guerras, um indivíduo que os comete, não pode ser classificado como refugiado, sendo, então, negados os direitos de asilo ou refúgio; portanto, isso é uma regra que tenta criar um parâmetro para haver um controle sobre a entrada de tais migrantes a outros países.

É importante ressaltar que estas legislações são próximas aos **Direitos Humanos**, porém são, como já bem observado, legislações criadas com fins mais específicos, para, neste caso, a questão do **Direito Humanitário Internacional** (*Jus in bello*). Sendo assim, é um direito que deverá regular o modo de condução de guerras.

A Lei Federal n. 9.474 de 1997 foi implementada após as leis internacionais, entretanto é frequentemente vista como uma lei que está à frente (avançada) por causa da sua abrangência quanto à questão humanitária. A autora Julia Bertino Moreira deixa claro:

“A mesma lei previu o reassentamento como solução durável para refugiados, estabelecendo em seu artigo 46 que: “se efetuará de forma planificada e com participação coordenada dos órgãos estatais e, quando possível, de organizações não-governamentais, identificando áreas de cooperação e determinação de responsabilidades (BRASIL, 1997)”(MOREIRA, 2007, p.7)

É importante salientar que estas normas impactam de forma linear os migrantes que são tidos como mais vulneráveis, visto que os códigos abrangem numa forma plural.

A questão de gênero e identidade sexual foram questões discutidas. Assim, no livro “**Manual de Procedimentos e Critérios para a Determinação da Condição de Refugiado(2011)**”, o ACNUR explica, com base nas legislações previamente abordadas, nas “**Diretrizes sobre proteção internacional n.09**”, as terminologias utilizadas para categorização da comunidade LGBT, no esforço de abranger amplamente todos os indivíduos e as suas devidas identificações, tanto, logicamente, de orientação sexual e de gênero. Desse modo, há a classificação em cinco categorias: **Lésbicas, Homens gays, Bissexual, Transgênero**, além de uma nova categoria, o **Intersexo**. Deve-se atentar para as duas últimas categorizações, porque as mesmas são mais abrangentes; abrindo, conseqüentemente, mais espaço para outras pessoas que outrora não se identificavam.

O autor Tiago Dias Oliva cita sobre a criação dos Princípios de Yogyakarta, algo importante sobre os direitos das minorias:

“É exatamente visando à afirmação dos direitos das minorias sexuais em âmbito internacional que, em março de 2007, um grupo de especialistas em direitos humanos orientação sexual e identidade de gênero, apresentou os Princípios de Yogyakarta”(OLIVA, 2013, p.482)

Os Princípios de Yogyakarta são relevantes, uma vez que englobam direitos essenciais aos indivíduos pertencentes às minorias. Estes direitos vão desde *o Direito ao Gozo Universal dos Direitos Humanos, passando por Direito à Vida, à Tratamento Humano durante a detenção, Direito de Constituir uma Família, até o Accountability*. Esses Princípios são importantes, porque tentam reforçar, juntamente com as outras leis, a proteção a estes grupos, pois reforçam de modo mais objetivo sobre as garantias adequadas que estes conjuntos sociais devem obter.

Um dos princípios garantidos pelo Direito Humanitário aos que não recebem o *status* de refugiado é o princípio do “*Non Refoulement*”. Este rege que os Estados não podem devolver, para os países de origem, os indivíduos que não puderam obter este *status*. Isto se encontra explícito no princípio de número 23, dos Princípios de Yogyakarta:

“Toda pessoa tem o direito de buscar e de desfrutar de asilo em outros países para escapar de perseguição, inclusive de **perseguição relacionada à orientação sexual ou identidade de gênero**. Um Estado não pode transferir, expulsar ou extraditar uma pessoa para

outro Estado onde esta pessoa experimente temor fundamentado de enfrentar tortura, perseguição ou qualquer outra forma de tratamento ou punição cruel, desumana ou degradante, em razão de sua orientação sexual ou identidade de gênero.”(PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2007, p.30)

2. Dificuldades, desafios e preconceitos.

Uma das dificuldades em relação aos refugiados perseguidos por orientação sexual é a identificação de gênero, isso pode trazer várias consequências, tais como a deportação dessas pessoas – sendo que, como princípio, o *non refoulement* deve ser respeitado –, além de também poder aumentar os seus estigmas. Para esclarecimento acerca disso, Nicole LaViollete explicita:

“Thus, there are important differences in how same-sex couples meet, socialize and present themselves to their families, communities, and the world. There may even be individuals in a same-sex partner application that does not identify as “gay” or “lesbian””. (Hart, 2002, p.56). (LAVIOLETTE, 2012, p.42)

Ademais, os deslocados estão sempre receosos quanto à divulgação das suas verdadeiras identidades, visto que são “minorias dentro de minorias”, pois são refugiados e possuem uma condição interna que, infelizmente, limita-os em várias sociedades, já que as mesmas são coercitivas e exclusoras. Ainda sobre a questão de gênero, há muitos fatores que modificam as várias condições das pessoas, uma vez que existem condições biológicas, sociais, culturais, e psicológicas.

O preconceito existente nos receptores estatais desses refugiados é algo que pode agravar as suas situações, pois a questão dos estereótipos é muito forte, sendo, assim, algo muito sensível. A Austrália é um exemplo de país tolerante internamente com o grupo LGBT, porém, no que concerne com a questão dos refugiados desse mesmo grupo, há características de estereótipos definidos. LaViollete esclarece-nos:

“I feel I’ve been expected to be involved in a relationship likened to marriage whereas I’d like to break that mold for a better sort of relationship that has room for growth and individuality”.(Hart,2002, p.86)” (LAVIOLETTE, 2012, p.42)

“I feel that the expectations of the Department of Immigration are basing the elements of a relationship on heterosexual standards and are trying to validate and contain lesbian and gay relationships in the same pattern,e.g, living together, lifelong commitment. Sharing bank account, loss of individuality. Does it have to be like this to be genuine?” (Hart, 2002, p.86) (LAVIOLETTE, 2012, p.42)

Os fatos citados anteriormente vêm simétricos à burocracia, quase como entrelaçada, pois há vários países que tendem a não aceitar, além da influência midiática, como é no caso deste ano -2014-, onde uma série de imigrantes africanos, alguns com intenção de obtenção do *status* de refugiado, procuram adentrar o Brasil; no entanto alguns chegam a ser barrados pela simples ausência de conhecimento dos receptores brasileiros, levando-se por imagens criadas pela mídia. Ou seja, vários imigrantes são barrados pelo simples fato da associação do negro com o Ebola, sendo que o vírus não se encontra em todos os países do continente africano.

Há uma parte importante do processo que é sobre a prova de perseguição dos refugiados que chegam ao outro país. No caso brasileiro, o refugiado deve estar dentro dos parâmetros das legislações que já foram citadas anteriormente, tendo em vista que o Brasil ratificou tais decisões. Um dos itens para o pedido de refúgio é o **Fundado Temor**, isto quer dizer que o imigrante que precisa de ajuda, afirma que sofre de perseguição do seu país de origem, podendo ser em razão de raça, religião, nacionalidade, **pertencimento a grupo social ou opinião política**, e, desse modo, requer ajuda do Estado. No caso das minorias, há mais coerência no último item (pertencimento a grupo social). É interessante notar que em alguns países não há facilidade de adentramento, o que acaba por repelir os refugiados, principalmente as minorias. Sendo assim, essas minorias são frequentes vítimas de abuso de poder, de abuso sexual e trabalhos forçados. Ainda com os esclarecimentos de LaViollette:

“First, availability of documentation remains a problem. The extent to which mainstream international human rights organizations and sexual minorities rights groups are able to uncover worldwide abuses against sexual minorities is still limited. In most countries, stigma continues to attach to issues surrounding sexual orientation and gender identity. This often means that homophobic violence is frequently unreported, undocumented, and ultimately unpunished, making it difficult to investigate the problem. Increased activism has also been met with attacks on gay, lesbian, bisexual, and transgender human rights defenders, which seriously impede their ability to document violations.[...] (LAVIOLETTE, 2012, p.43)

Ademais, pode-se citar o texto de Yiftach Millo, o qual foi preparado para o HIAS:

“Transgender refugees are targets for paramilitary violence along the border, as well as theft, robbery, gang violence, sexual violence, and transphobic violence. Without appropriate documents, police often arrest asylees and seek bribes, which may include sexual favors for the release of sexual minorities. Due to financial constraints, lack of required documents, travel distance to government offices, and lack of awareness of their rights and

knowledge of the legal system, it can often be difficult for sexual minority refugees and asylum seekers to access needed legal protection. Transgender participants remarked that they tend to avoid approaching local organizations providing services to refugees, as they fear being harassed or mistreated in public spaces, and feel safer meeting in more private settings.”(MILLO, 2013, p.12)

É preocupante saber que em setenta e seis países do mundo ser gay ou lésbica é motivo de ir para a prisão, além de haver pena de morte em cinco países. Isso nos dá conta de como a situação é grave, uma vez que estes atos coercitivos ferem o *Jus Naturalis*.

Com todas as informações já citadas, torna-se simples a compreensão das dificuldades que as instituições que fazem os trabalhos humanitários passam. Todo o entrelaçamento desordenado – ou seja, toda essa ausência de poder de regulamento e as consequentes transgressões das normas - acaba gerando uma anomia no sentido da violência, que pode ser cometida contra inocentes, uma vez que estes não têm como defender-se. Os estereótipos, ausência de preparo por parte do Estado e de assistência médica, zonas de conflito, religiões e culturas que tendem a oprimir por causa das opções sexuais, acabam por tornar estas pessoas “invisíveis”, pois os refugiados tendem a esconder as suas preferências sexuais, seu modo de vestir-se, falar; tendem a isolar-se da família e alguns podem até cometer suicídio por causa da ausência de psicólogos e/ou psiquiatras, pois antes do próprio ato de retirar a vida, há uma prevalência de estresse e/ou desordem psíquica, o que geralmente pode incluir depressão. No texto *Invisible in the city*, há uma citação que pode esclarecer-nos:

(...)The high prevalence of PTSD among respondents may also be linked to the fact that 29.3 percent of respondents were sexually abused as children, and 17.2 percent were sexually abused as adults. Moreover, 60.3 percent reported having experienced traumatic violent events, including torture, kidnapping, and other forms of violence, with torture being the most common experience among respondents. (MILLO, 2013 p.7)

Na página 1 do mesmo livro, podem-se encontrar os dados utilizados em tal pesquisa:

“In all, 66 sexual minority refugees, asylum seekers and migrants, and 92 representatives of governments, international organizations and local civil society organizations were interviewed in nine urban locations.”(MILLO, 2013, p.1)

De uma maneira geral, é possível perceber quais são os motivos que levam os indivíduos a pedirem um visto de refugiado, os quais podem ser de origem econômica, religiosa, cultural e/ou de intolerância sexual, o qual é o caso especificamente trabalhado aqui.

É preciso compreender que essas pessoas, seja qual for o motivo de sua migração, estão passando por um momento difícil em suas vidas, deixando para trás uma construção cultural; uma realidade que dificilmente se repetirá no novo destino que estes alcançarão. Desse modo, quando chegam às fronteiras, podem passar por situações mais agravantes, como, por exemplo, as questões exploratórias citadas anteriormente.

Algo que se deve levar em consideração é sobre o país que o deslocado irá ter acesso. O motivo dessa preocupação é que o país receptor desses refugiados pode continuar com as mesmas práticas do país de origem. Como exemplo, podemos pensar num refugiado que sai de Uganda, onde há uma pena severa para os homossexuais, e procede para outro país próximo como o Sudão ou Egito. Quando essa pessoa desembarca em tal país, os riscos que elas correm são iminentes. Isso se dá por falta de acesso à informação das pessoas, as quais frequentemente desconhecem as políticas aplicadas no outro país e quais países poderiam ajudá-la, pois, por exemplo, a África do Sul é um país que modificou as suas leis imigratórias, permitindo o acesso a pessoas que são homossexuais. Estes fatores citados também são motivos para a não revelação da identidade de gênero e opção sexual, pois o medo faz com que estas pessoas tenham um retraimento social. Assim, a invisibilidade é um modo que o refugiado tem de proteger-se e de garantir a sua sobrevivência nas sociedades que praticam a violência cultural da homofobia e transfobia.

Recentemente, com uma maior aproximação da Igreja com a causa dos grupos LGBT, e a partir da aceitação por parte da Igreja de alguns aspectos dessa causa, esse tema ganhou determinada força e espaço para debates na esfera da sociedade em geral, na tentativa de construção de uma maior tolerância para com os grupos LGBT. O próximo passo seria a legitimação dessa construção juntamente com Organizações Internacionais como a Cáritas, que, com o respaldo do sistema jurídico, constitui como um grande salto em favor dessa causa.

No Canadá, por exemplo, onde há uma política mais flexível para os refugiados, observa-se que estes imigrantes raramente revelam as suas identidades, pois são tão estigmatizados que acabam inventando outros possíveis motivos como causas jurídicas legais.

“Sexual minority asylum seekers, including those who flee to countries with more progressive attitudes toward sexual minorities, prefer to rely on other motives considered more legitimate by international protection professionals for securing legal status as refugees.”(MILLO, 2013, p.1-2)

Conclusão

Estas problemáticas globais em relação aos refugiados pertencentes aos grupos minoritários são assuntos recorrentes e que têm a necessidade de serem discutidos com uma frequência maior. Como se pode notar, as leis têm seus limites, as dificuldades são inúmeras e vários fatores são os provocadores das paupérrimas situações as quais os diversos indivíduos tendem a sofrer. Portanto, não há apenas um vetor que provoque as problemáticas. Sendo assim, os esforços dos Estados, dos juristas, das organizações internacionais e outros atores devem ser progressivas e, desse modo, devem trabalhar cooperativamente.

Ressalta-se a necessidade da presença mais efetiva de leis internacionais, pois apesar de terem tido um progresso nos últimos anos, muitos avanços ainda devem ser conquistados. Ademais, nota-se que esses grupos sociais são praticamente eliminados das mais variadas culturas e sociedades, sofrendo violência de modo degradante, humilhação, exclusão, perseguição e modos de limpeza social.

Ademais, a fragilidade do grupo é o fator primário que devemos ter por base de como planejar a inclusão mais ampla a tais indivíduos, protegê-los e tentar evitar a desvalorização dos mesmos.

Portanto, para uma sociedade mais diversa e com uma característica democrática, torna-se necessário haver diálogos e a consolidação desses direitos, visando, então, humanizar esses processos para tentar dar o mínimo de dignidade para tais indivíduos.

Tglgt ´peku bibliográficas

MILLO, Yiftach. **Invisible in The City**: Protection Gaps Facing Sexual Minority Refugees and Asylum Seekers in Urban Ecuador, Ghana, Israel, and Kenya. EUA: HIAS, 2013.

MOREIRA, José Adilson et al. **DIREITO À DIFERENÇA**: Aspectos de proteção específica às minorias e aos grupos vulneráveis, São Paulo: Saraiva, 2013.

MOREIRA, Julia Bertino. **O ACOLHIMENTO DOS REFUGIADOS NO BRASIL**: políticas, frentes de atuação e atores envolvidos. Campinas:, 2007.

LAVIOLETTE, Nicole et al. **Unsettled Settlers**: Barriers to Integration. Canada, 2012.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **MANUAL DE PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS PARA A DETERMINAÇÃO DA CONDIÇÃO DE REFUGIADO**: DE ACORDO COM A CONVENÇÃO DE 1951 E O PROTOCOLO DE 1967 RELATIVOS AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS. Genebra, 2011.

CONVENÇÃO DE 1951 RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS. Série Tratados da ONU, Nº 2545, Vol. 189, p. 137.

O REFÚGIO E A IMIGRAÇÃO NO BRASIL EM FACE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO DA ONU

Introdução

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicados em 2012, referentes a levantamentos feitos em 2010, indicam que o Brasil tem se tornado um destino cada vez mais atrativo para imigrantes internacionais¹. Entre a década de 2000-2010, estima-se que o número de imigrantes vindos de outros países, residindo no Brasil há pelo menos cinco anos e com residência fixa, aumentou de 143.644 (Censo de 2000) para 286.468 pessoas. Assim, em 2010 o país recebeu 260,5 mil imigrantes internacionais, 86,7% a mais do que em 2000². Esse novo contingente chegou ao país nos últimos anos da década, quando se intensificaram os fluxos migratórios, inclusive os clandestinos.

O aumento dos deslocamentos em escala global se relaciona com diversas contingências no cenário internacional, como o acirramento das tensões geopolíticas e dos conflitos sociais internos – sobretudo no Oriente Médio e em países africanos–, de um lado, e a atratividade exercida pelas economias dos países em desenvolvimento, de outro. Tais contingências ajudam a explicar o porquê de o Brasil receber um número cada vez mais significativo de estrangeiros vindos de diferentes procedências, os quais buscam no país oportunidades de emprego e investimento³.

A pardos fluxos de trabalhadores migrantes, existem os deslocamentos de refugiados que também elegem o Brasil como destino. De acordo com o relatório “Refúgio no Brasil: Uma Análise Estatística (2010-2013)”, elaborado pelo Comitê

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: nayaramotaa@gmail.com

¹ Cf.: CENSO DEMOGRÁFICO 2010: nupcialidade, fecundidade e migração: resultados da amostra. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. CD-ROM. ISSN: 01043145. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/detalhes.php?id=798>>. Acesso em 03 mai. 2014.

² Cf.em: <<http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/migracao-e-deslocamento>>. Acesso em: 01 mai. 2014.

³ Cf.em:<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=13280&Itemid=75>. Acesso em: 01 mai. 2014.

Nacional de Refugiados (CONARE) e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), entre os anos 2010 e 2013, o número total de pedidos anuais de refúgio mais que triplicou no país. Passou de 566 em 2010 para 5.256 no ano passado⁴. O que evidencia um aumento de 800% comparado ao ano de 2010. Sobre esse crescimento, o Secretário Nacional de Justiça, Paulo Abrão, afirma que

O Brasil virou um espaço de proteção. Ao contrário da Europa, o Brasil está abrindo suas portas para o novo fluxo migratório. Estamos entre as maiores economias do mundo, exercemos liderança internacional e viramos um destino para os que sofrem perseguições dos mais variados tipos, seja religiosa, de raça ou de grupos sociais⁵.

Contudo, há informações de que os refugiados, assim como os trabalhadores migrantes, passariam por dificuldades na sua inserção no Brasil, ficando descobertos de redes de seguridade social. E a informação de que angolanos não mais poderão, futuramente, solicitar a concessão de refúgio, parece contradizer a afirmação de que o Estado brasileiro é um espaço de proteção e que abriu as portas para os migrantes e refugiados.

De um lado, há essas informações indicando que a imigração internacional (abrangendo migração por trabalho e refúgio) cresceu exponencialmente no Brasil, desse modo o Estado não saberia gerir a contento a crise humanitária decorrente disso. De outro, contudo, tem-se que o Ministério de Relações Exteriores do Brasil registrou em sua página eletrônica que o país está “absolutamente comprometido com o alcance dos ODM [Objetivos do Desenvolvimento do Milênio da ONU]”⁶.

Vale recordar que esses Objetivos surgem a partir da Declaração do Milênio da ONU⁷, e que esta prevê entre suas diretrizes “Adotar medidas para garantir o respeito e a proteção dos direitos humanos dos migrantes, dos trabalhadores migrantes e das suas famílias” (V, 25) e “ajudar todos os refugiados e pessoas deslocadas a regressar voluntariamente às suas terras em condições de segurança e de dignidade” (VI, 26). Em publicação de 2005, a Organização das Nações Unidas registrou que, embora a migração internacional não seja uma questão intrínseca no escopo original dos ODM's, tem-se claro, hoje, que o tema da migração e o do desenvolvimento tem uma relação cada vez mais estreita entre si (ONU, 2005, p. 8).

⁴ Cf. em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-05/com-foto-e-info-solicitacoes-de-refugio-no-brasil-aumentam-mais-que>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

⁵ Cf. em: <<http://www.domtotal.com.br/manchetes/detalhes.php?manId=6892>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

⁶ Cf. em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-multilaterais/direitos-humanos-e-temas-sociais/metas-do-milenio/objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>>. Acesso em: 13 mai. 2014.

⁷ Resolução A/RES/55/2, aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas no dia 8 de setembro de 2000.

O presente artigo pretende analisar mais detidamente a relação entre o tema da migração internacional e os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio da ONU, a fim de refletir sobre até que ponto a ausência de políticas migratórias inclusivas no Brasil compromete o próprio compromisso de cumprir os ODM's.

Sobre a distinção conceitual entre refugiado e migrante

Conforme o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), imigrante é toda a “pessoa que chega a outro Estado com o propósito de nele residir”⁸. Essa definição se mostra de acordo com os termos da Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados, de 1951, na qual se registra que o refugiado é o indivíduo

que em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e tendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.

Essa Convenção, adotada em 28 de julho de 1951 e ratificada pelo Brasil em 1997, se refere a acontecimentos ocorridos “antes de 51” reportando-se claramente aos efeitos geopolíticos decorrentes da Segunda Guerra Mundial e aprofundados pela Guerra Fria, como a deflagração de processos de independência, principalmente na África e Ásia, e a Guerra da Indochina. Terminada a Guerra Fria, o total de refugiados no mundo chegava a 11 milhões, e continuou a aumentar no final dos anos 90 e início dos anos 2000, chegando a 22,5 milhões em 2003 (CARNEIRO, 2012, p. 16).

Além disso, entre as cláusulas essenciais da Convenção de 1951 inclui-se a definição do termo refugiado e o princípio de *non-refoulement* (não-devolução), segundo o qual “nenhum país deve expulsar ou ‘devolver’(refouler) um refugiado, contra a vontade do mesmo, em quaisquer ocasiões, para um território onde ele ou ela sofra perseguição” (ACNUR, 2014).

Em 1967, foi adotado o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados, o qual eliminou as limitações temporais e geográficas fixadas na Convenção. Assim, o refúgio não mais se restringiria apenas a indivíduos afetados antes de 1º de janeiro de 1951 e em eventos ocorridos na Europa (RAMOS, 2014, p.167).

⁸ Cf. em: <http://www2.mte.gov.br/politicamigrante/imigracao_proposta.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2014.

Posteriormente, em 1984, foi adotada no âmbito das Américas a Declaração de Cartagena, no contexto de conflitos então em curso, principalmente na Nicarágua, em El Salvador e na Guatemala. Inspirada na Declaração da antiga Organização da Unidade Africana sobre os problemas específicos de refugiados na África, e no Pacto de San José da Costa Rica, a Declaração diz que devem ser considerados refugiados

as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública.

Tal conceito, inclusive, influenciou de forma especial a formulação da definição de refugiado adotada pela Lei brasileira nº 9.474/97 (Estatuto dos Refugiados). No artigo 1º, III, dessa legislação, define-se como refugiado todo o indivíduo que “devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país”. Os incisos I e II do referido artigo também merecem destaque:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

Desses dispositivos convencionais e legais surge o conceito de trabalhador migrante, que o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) conceitua como toda “pessoa que realizará, ou realizou uma atividade remunerada em um Estado do qual não seja nacional”. No plano internacional, a proteção específica do trabalhador migrante adveio com a Convenção Internacional sobre a Proteção de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias de 1990, da ONU. A propósito, embora esse tratado esteja em vigor desde 2003, ele ainda não foi ratificado pelo Brasil, o que tem merecido incisivas críticas dos autores (FARENA, 2008).

Os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM's) da ONU e o tema da imigração internacional

A relação entre migrações e desenvolvimentismo (nos termos como este conceito é proposto pelas Nações Unidas) parece tão mais estreita quando se recorda que o Relatório do Desenvolvimento Humano 2009, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), intitulou-se “Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos”. Nesse relatório, que apontou a existência de 214 milhões de pessoas na condição de imigrantes internacionais, indicou-se que os migrantes oriundos de países pobres e em conflito, a migração geralmente representa melhoria de condições de vida. Não obstante, ela também implique uma série de riscos para os deslocados.

Fateh Azzam(2005) parece ter um fundamento humanista para realçar a ligação entre políticas de desenvolvimento e os sujeitos das migrações internacionais:

O empenho para implementar os Objetivos do Milênio, que focaliza primordialmente os mais pobres dos pobres em todo o mundo, precisa incluir essas populações marginalizadas [dos migrantes], devido às dificuldades específicas encontradas por elas, como a falta de acesso a certos privilégios concedidos unicamente aos que gozam do status de cidadãos. [...] Permitir que os migrantes forçados sejam excluídos das estatísticas ou dos esforços nacionais e globais de defesa ao se promover e implementar os Objetivos do Milênio seria o mesmo que criar uma mera ilusão de progresso. Além disso, essa inclusão pode muito bem contribuir para melhorar suas condições e as principais causas de sua privação e da migração forçada, nas esferas política, econômica e de segurança (p. 34).

Contudo, a relação não é evidenciada (apenas) por argumentos centrados na ideia de proteção da dignidade do migrante. Em maio de 2010, reunidos em Genebra, delegados que participaram de um simpósio organizado pelo *Global Migration Group*(GMG), após amplo debate, concluíram que o melhoramento das condições de vida de imigrantes, por meio de políticas migratórias formuladas pelos governos em colaboração com a sociedade civil, costuma ter efeito positivo para o crescimento econômico, sobretudo nos casos em que imigrantes preenchem vagas em postos de trabalho em sociedades nas quais a população economicamente ativa está envelhecendo sem ser recomposta⁹.

Em 2013, Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, ao pedir a concentração de esforços para o cumprimento dos ODM's dentro do prazo fixado, referiu que uma

⁹ Cf. em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=1784>>. Acesso em: 13 mai. 2014.

agenda pós-2015 deve incluir, dentre outros assuntos, “o aumento da contribuição positiva dos migrantes”¹⁰.

Além do componente contributivo para a economia do trabalho, a migração tem uma relação sistêmica com o desenvolvimentismo, uma vez que se liga em variados níveis com muitos temas-chave para o desenvolvimento. O preciso documento da *International Organization for Migration*(IOM), preparado por Erica Usher e publicado ainda em 2005¹¹, consegue sem dificuldades vincular o tema da migração a metas como a erradicação da pobreza e a temas como gênero, saúde, parcerias globais e meio-ambiente. Acerca deste último tema, a propósito, “O impacto das mudanças climáticas tem implicações diretas sobre os esforços da comunidade internacional para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM’s) [...] as principais questões relativas ao impacto incluem o deslocamento de populações [e] a migração forçada” (ORELLANA, 2010)¹².

Ainda que a temática migratória não seja destaque na Declaração do Milênio de 2000¹³ e nos Oito Objetivos do Desenvolvimento do Milênio que dela derivam, as interseções entre ela e ditos objetivos são claramente discerníveis. Lembre-se que entre esses Objetivos, constam: redução da Pobreza; atingir o ensino básico universal; igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade na infância; melhorar a saúde materna; combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento.

À vista dos Objetivos listados, a ONU registrou que, embora a migração internacional não seja uma questão intrínseca no escopo original dos ODM’s, tem-se claro que o tema da migração e do desenvolvimento tem uma relação cada vez mais direta (ONU, 2005, p. 8). Ainda, deve-se entender que o Objetivo 8 (“estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento”) não se restringe somente as questões econômicas, mas também ao auxílio aos países que recebem refugiados e imigrantes, e aos que enfrentam conflitos e guerras civis, que são circunstâncias frequentemente ligadas à migração internacional.

¹⁰ Cf. em: <<http://www.onu.org.br/onu-avalia-progresso-dos-objetivos-do-milenio-e-pede-esforco-pelo-cumprimento-das-metas-ate-2015/>>. Acesso em: 13 mai. 2014.

¹¹ Cf.em:<http://www.iom.int/jahia/webdav/site/myjahiasite/shared/shared/mainsite/published_docs/serial_publications/mrs20.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2014.

¹² Cf. em: <http://www.surjournal.org/conteudos/getArtigo12.php?artigo=12,artigo_08.htm>. Acesso em: 13 mai. 2014.

¹³ Declaração do Milênio foi assinada no ano de 2000 por 189 nações, entre elas o Brasil, as quais firmaram um compromisso de combater a pobreza e diversos males da sociedade. Tal Declaração originou os Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM’s) da ONU que deverão ser alcançados até o próximo ano, ou seja, 2015.

Ademais, a Declaração refere-se à necessidade de se “adotar medidas para garantir o respeito e a proteção dos direitos humanos dos migrantes, dos trabalhadores migrantes e das suas famílias” (Parte V, 25), além de registrar que se deve

intensificar a cooperação internacional, designadamente a partilha do fardo que recai sobre os países que recebem refugiados e a coordenação da assistência humanitária prestada a esses países; e ajudar todos os refugiados e pessoas deslocadas a regressar voluntariamente às suas terras em condições de segurança e de dignidade, e a reintegrarem-se sem dificuldade nas suas respectivas sociedades (Parte VI, 26).

À vista dessas diretrizes formuladas pelas Nações Unidas e aceita como compromisso por diversos países, considerando que elas apontam para a construção de uma rede colaborativa de proteção de trabalhadores migrantes e refugiados, importa saber se, à vista dos dados disponíveis, o Brasil as estaria implementando a contento.

5. A imigração internacional no Brasil hoje: cenário de um subdesenvolvimento?

Segundo o Atlas Temático do Observatório das Migrações em São Paulo, bolivianos, coreanos, senegaleses e haitianos estão entre os grupos mais numerosos do novo perfil de imigrante no Estado de São Paulo¹⁴. Ainda, conforme dados do CONARE, o país abrigaria atualmente cerca de 5.208 refugiados, dos quais a metade seria de colombianos e angolanos. Estes representam cerca de 1.062 pessoas no Brasil¹⁵.

Entre esse número existem pessoas de 80 nacionalidades diferentes, das quais 90% estão na faixa etária entre 18 e 30 anos e 66% são homens. Além disso, no ano de 2013, a principal nacionalidade solicitante de refúgio foi Bangladesh (1.813 solicitações)¹⁶.

No caso dos refugiados, analisar-se-á a questão dos angolanos. Futuramente, eles não poderão mais solicitar a concessão de refúgio, uma vez que a crise política em Angola já se estabilizou. Então, o Brasil deve realizar algo a respeito.

¹⁴ Cf. em: <<http://projetoPontesedes.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 03 mai. 2014.

¹⁵ Cf. em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/04/brasil-tem-hoje-52-mil-refugiados-de-79-nacionalidades-diferentes.html>>. Acesso em: 24 abri. 2014.

¹⁶ Cf. em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-05/com-foto-e-info-solicitacoes-de-refugio-no-brasil-aumentam-mais-que>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

Questiona-se se seria o caso da aplicação do artigo 42 da Convenção de 51:

Art. 42. A repatriação de refugiados aos seus países de origem deve ser caracterizada pelo caráter voluntário do retorno, salvo nos casos em que não possam recusar a proteção do país de que são nacionais, por não mais subsistirem as circunstâncias que determinaram o refúgio.

No que tange aos imigrantes, será ilustrado com a questão dos haitianos. Em 2013, registrou-se um crescimento significativo da rota de imigração ilegal para o Brasil com entrada pelo Estado do Acre, em especial de haitianos. Desde janeiro de 2010, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) havia autorizado a permanência de 9.938 haitianos no Brasil. Entretanto, em junho de 2013, o órgão já começava a demonstrar preocupação com possíveis rotas do tráfico de imigrantes¹⁷.

Desde 2011, por causa de um terremoto ocorrido no Haiti em 2010, um fluxo migratório cada vez maior passou a se dirigir ao Brasil, em busca de oportunidades. O fluxo intensificou-se a tal ponto que, no primeiro semestre de 2014, triplicou o número de entradas pelas fronteiras do Estado do Acre.

Muitos desses haitianos que chegam ao Brasil não possuem visto de entrada, optando pelo pedido de refúgio. O entendimento do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), no entanto, é de que eles não preencheriam as condições previstas nas leis e nos tratados para serem reconhecidos como refugiados.

No caso da primeira leva de imigrantes haitianos, a análise dos órgãos de controle migratório concluiu que não havia fundamentos para conceder aos haitianos status de refugiados. Após a intensificação dos fluxos, porém, o Conselho Nacional de Imigração propôs que, em substituição, fosse dado a eles um tipo especial de visto, o chamado visto humanitário (Resolução Normativa nº 97/2012-CNI)¹⁸, com o qual se pretendia beneficiar pessoas vindas de um país em dificuldades, e que o Brasil, oficialmente, comprometeu-se a amparar (XAVIER, 2012, p. 102).

Como se sabe, o refúgio constitui um direito de estrangeiros garantido pela Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados, adotada em 28 de julho de 1951 (e ratificada pelo Brasil em 1997). No caso dos haitianos, eles não so-

¹⁷ CF. IMIGRAÇÃO ILEGAL AO BRASIL MOVIMENTA ECONOMIA HAITIANA PÓS TERREMOTO. G1 Mundo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/10/imigracao-ilegal-ao-brasil-movimentacao-economia-haitiana-pos-terremoto.html>>. Acesso em: 03 mai. 2014.

¹⁸ A Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012, do Conselho Nacional de Imigração, em seu art. 1º, prescreve que “Ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro”.

friam perseguições de cunho político, religioso, social, nacional ou ideológico, visto que fugiam de um desastre natural.

Tecnicamente, não são considerados refugiados, uma vez que possuem um visto humanitário. Então, surge na doutrina a expressão “refugiados ambientais”, que seria o caso dos haitianos, pois estariam em busca de abrigo devido a desastres naturais. Seriam “indivíduos e grupos que precisam abandonar temporária ou definitivamente seus locais de origem ou residência pressionados por causas ambientais (...)” (RAMOS, 2011, p.8).

Entretanto, esse termo não se enquadra nas categorias tradicionais existentes de refugiados, bem como nos grupos de migrantes reconhecidos em tratados internacionais. Além disso, ainda há muita divergência na doutrina quanto ao alcance e utilização da expressão.

Todavia, realiza-se o questionamento se os haitianos ainda poderiam ser considerados refugiados ambientais. Atualmente, as imigrações dessa e também de outras nacionalidades ocorrem por melhores condições de vida. No caso dos haitianos, apesar de o terremoto ter ocorrido há quatro anos, o contingente de imigrantes aumenta a cada ano.

Assim, compreende-se que eles estão em busca de oportunidades de inclusão no mercado de trabalho e em programas públicos de seguridade social. Por isso, pode-se questionar a denominação “refugiados ambientais”.

Segundo declaração do Secretário de Justiça Nacional Paulo Abrão,

as solicitações de haitianos são encaminhadas ao Conselho Nacional de Imigração, órgão do governo federal que concede ao grupo, desde 2010, um visto especial humanitário que dá a eles proteção internacional e os mesmos direitos garantidos aos refugiados¹⁹.

A Convenção de 1951 dispõe sobre questões fundamentais no que tange aos direitos dos refugiados. Os artigos 17 e 18 declaram que, no exercício de emprego remunerado e profissões não assalariadas, o refugiado deve receber o mesmo tratamento dispensado ao estrangeiro.

Quanto aos alojamentos, o artigo 21 afirma que se deve dar aos refugiados o tratamento tão favorável quanto possível. Por fim, o artigo 22 dispõe sobre a educação pública, esclarece que:

¹⁹ Cf. em: <<https://soundcloud.com/acnur-brasil/coletiva-dados-de-refugio-no-brasil>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

1. Os Estados Contratantes darão aos refugiados o mesmo tratamento que aos nacionais no que concerne ao ensino primário.
2. Os Estados Contratantes darão aos refugiados um tratamento tão favorável quanto possível, e em todo caso não menos favorável do que o que é dado aos estrangeiros em geral, nas mesmas circunstâncias, quanto aos graus de ensino além do primário e notadamente no que concerne ao acesso aos estudos, ao reconhecimento de certificados de estudos, de diplomas e títulos universitários estrangeiros, à isenção de direitos e taxas e à concessão de bolsas de estudo.

O Estatuto dos Refugiados possui uma disposição elementar referente à autorização de residência provisória, do art. 21, § 1º. Este expõe que “o protocolo permitirá ao Ministério do Trabalho expedir carteira de trabalho provisória, para o exercício de atividade remunerada no País”. Desse modo, o refugiado terá direito a um trabalho remunerado em um ambiente saudável.

Dessa forma, depreende-se que o Brasil responsabilizou-se internacionalmente por ajudar qualquer indivíduo em busca de refúgio, devido ao fato de ser signatário de diversos tratados. Por isso, deve proporcionar às pessoas refugiadas um atendimento especializado, alojamento adequado, alimentação, ensino primário e de outros graus, além da emissão de documentos, tais quais carteira de identidade, do trabalho e passaporte (Artigos, 17, 18, 21 e 22 da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados).

Todavia, muitos órgãos da imprensa nacional informam que os haitianos que chegam ao Brasil permanecem em estado de miséria e realizam apenas uma refeição por dia, não possuem auxílio do Governo e não conseguem emprego digno. Assim, instala-se uma preocupação internacional e humanitária sobre a condição de vida desses imigrantes.

Além disso, também há uma apreensão no que tange a exploração por meio de trabalhos sub-humanos, visto que já ocorreu uma operação de fiscalização da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em São Paulo (SRTE-SP), em que se resgatou 12 haitianos e dois bolivianos que trabalhavam em uma confecção no Pari, zona norte da capital paulista, em condições análogas à escravidão. Conforme a superintendência, essa foi a primeira vez que haitianos foram resgatados nesse tipo de operação em São Paulo²⁰.

Em relação aos alojamentos, em São Paulo é realizado pelo Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes, o lugar é destinado a abrigar imigrantes desde 1939. Contudo, há relatos que se recebem cerca de 400 haitianos por dia, desde o fechamento

²⁰ Cf. em <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/08/fiscalizacao-resgata-primeiros-haitianos-vitimas-de-trabalho-escravo-em-sao-paulo-7073.html>>. Acesso em: 31 ago. 2014.

do abrigo em Brasileia, no Acre. Tal abrigo atuava em condições deploráveis, e chegara a receber 15.000 haitianos durante os últimos três anos. Ainda, atuava acima da capacidade permitida, que era 400 pessoas, visto que possuía um contingente, na maioria das vezes, em torno de 2.500²¹.

A Pastoral, em São Paulo, possui capacidade para atender 110 imigrantes por dia. Porém, é ocupado, atualmente, por cerca de 210 haitianos, além das centenas de pessoas oriundas de outros países, como Colômbia e Congo. Dessa forma, depreende-se a violação de um direito, no caso um alojamento digno, previsto na própria Convenção de 1951, adotada pelo Brasil. Além disso, o país também não garante a alimentação devida aos imigrantes.

Destarte, descumpre-se o artigo 21 da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, além de diversos direitos e garantias fundamentais do ser humano. Também não ocorre um controle por parte das autoridades nacionais quanto à situação dos imigrantes, principalmente, no que concerne aos haitianos. Contrariamente ao que expõe a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), a qual declara que “além do ambiente de proteção favorável oferecido aos refugiados, o Brasil tem apoiado consistentemente as iniciativas do ACNUR em promover a proteção internacional dos refugiados em fóruns internacionais e no âmbito regional”²².

Destarte, depreende-se o grau de problemática desse caso, principalmente, porque o Brasil não consegue oferecer a assistência digna e necessária. Além disso, o modo como o país deve responder a esse fluxo de imigrantes haitianos em busca de melhores condições de vida, não foi definitivamente estabelecido pelo Estado. Também não há um plano nacional de controle, embora o problema encontre-se posto há alguns anos. Desse modo, a questão haitiana enseja decisões políticas eficazes.

Assim, no início do ano de 2014, ONG's levaram o caso ao Conselho de Direitos Humanos da ONU²³. Em outubro de 2013, a ONG Conectas já havia levado o caso até a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, pedindo a responsabilização do Estado brasileiro por violações cometidas contra os imigrantes que vêm ao Brasil, e aqui permanecem.

²¹ Cf. em: <veja.abril.com.br/noticia/brasil/haitianos-vindos-do-acre-superlotam-abrigo-em-sao-paulo>. Acesso em: 04 mai. 2014.

²² Cf. em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil/>>. Acesso: 12 mai. 2014.

²³ Cf. NO AUGE DA CRISE, CONECTAS LEVA CASO DE HAITIANOS À ONU: Galpão projetado para 300 pessoas no Acre atende a mais de 2,3 mil. Conectas Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.conectas.org/pt/acoes/politica-externa/noticia/16973-no-auge-da-crise-conectas-leva-caso-de-haitianos-a-onu>>. Acesso em: 03 mai. 2014.

Além disso, São Paulo estuda o desenvolvimento de um pacto nacional para imigrantes e ameaça denunciar o Estado do Acre, lugar por onde entram a maioria desses imigrantes, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA).

Considerações finais

Devido ao aumento do fluxo migratório no Brasil, como demonstram os dados do IBGE e do CONARE já citados, esse tema demonstra-se relevante e necessita de maior atenção do Estado e da sociedade. Primeiramente, critica-se a inexistência de um plano nacional de migração efetivo, o qual é de responsabilidade do Comitê Nacional dos Refugiados (CONARE) e do Conselho Nacional de Imigração (CNIg).

Ainda, como medidas, o Brasil pode fechar a fronteira. Entretanto, contraria a política aberta adotada quanto à entrada de imigrantes e a concessão de refúgio, além de ser uma medida drástica.

Também possui a opção de um referendo quanto à limitação da imigração, tal qual ocorreu na Suíça, país que possui cerca de 1,87 milhão de imigrantes, ou seja, 23% da população total, conforme dados oficiais do governo. A Suíça, por meio do referendo, mostrou-se favorável à proposta de imposição de cotas à entrada de europeus, para cidadãos de outras nações já existem cotas de imigração em vigor²⁴. Contudo, pode ensejar uma grave crise política internacional.

Desse modo, observa-se que Brasil, como signatário da Declaração dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU, não conseguirá cumprir o proposto até 2015, não somente devido à falta de políticas públicas, mas também pela inexistência de um plano nacional de imigração eficaz e ao tratamento oferecido aos imigrantes e refugiados residentes no país, tal qual foi exposto anteriormente. Ainda, acrescenta-se o descumprimento de tratados internacionais referentes a essa questão, tais quais a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias (esta encontra-se em tramitação no Congresso Nacional).

Isso contraria o que apresenta o Ministério de Relações Exteriores do Brasil, o qual afirma que o país “tem se destacado internacionalmente não apenas pelo compromisso em atingir os ODM, mas também pelo seu empenho em apoiar outros

²⁴ Cf. em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/bbc/2014-02-09/suica-quer-restringir-entrada-de-europeus.html>>. Acesso em: 12 mai. 2014.

países nesse esforço”²⁵. Desse modo, depreende-se o contraste entre o discurso e a realidade.

A questão dos refugiados e imigrantes é uma problemática atual, principalmente devido aos conflitos internacionais, às secas, fome, enchentes, guerra, instabilidade política e outros motivos que influenciam a imigração. Assim, por não se restringir somente ao âmbito nacional, deve-se ocorrer uma cooperação internacional sobre essa temática.

Segundo a Declaração do Milênio, um dos valores e princípios regentes é a solidariedade, ou seja, “os problemas mundiais devem ser enfrentados de modo a que os custos e as responsabilidades sejam distribuídos com justiça, de acordo com os princípios fundamentais da equidade e da justiça social” (ONU, 2000, p. 4). Dessa forma, deve ser incluída a responsabilidade quanto ao problema dos refugiados e da imigração.

Destarte, é necessária a implantação demais fóruns de debates e a aplicabilidade de soluções, além dos direitos já definidos em tratados internacionais. Acrescenta-se a isso, a necessidade de uma Convenção da ONU específica para os imigrantes, a fim de atuar conjuntamente com a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados.

Referências bibliográficas

ACNUR. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951)**. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados>. Acesso em: 01 mai. 2014.

ACNUR. **Declaração de Cartagena de 1984**. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/?tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bmode%5D=1&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bfolder%5D=181>. Acesso em: 01 mai. 2014.

ACNUR. **O que é a Convenção de 1951?**. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/o-que-e-a-convencao-de-1951/>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

AZZAM, Fateh. **Reflections on human rights approaches to implementing the Millennium Development Goals**. Sur, Revista internacional de direitos humanos. Vol.2, n.2, 2005, pp. 22-35.

²⁵ Cf. em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-multilaterais/direitos-humanos-e-temas-sociais/metas-do-milenio/objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>>. Acesso em: 11 mai. 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.** Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm>. Acesso em: 27 abri. 2014.

CARNEIRO, Wellington Pereira. **A Declaração de Cartagena de 1984 e os desafios da proteção internacional dos refugiados, 20 anos depois.** In SILVA, César Augusto S. da (Org.). Direitos humanos e refugiados. Dourados: Ed. UFGD, 2012.

FARENA, Maritza N. F. C. Algumas notas sobre direitos humanos e migrantes. In: Rocha, J. C. de C.; Henriques Filho, T. H. P.; Cazetta, U. (coords). **Direitos Humanos: desafios humanitários contemporâneos: 10 anos do Estatuto dos Refugiados (Lei n. 9.474 de 22 de julho de 1997).** Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

ONU. **Convenção Internacional sobre a Proteção de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias.** Disponível em: <www.migrante.org.br/convencao%20.doc> Acesso em: 25 mai. 2014.

ONU. **Declaração do Milênio.** Disponível em: <<https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2014.

RAMOS, André Carvalho de. **Curso de direitos humanos.** São Paulo: Saraiva, 2014.

RAMOS, Érika Pires. **Refugiados ambientais:** em busca de reconhecimento pelo direito internacional. 2011, 150 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/eventos/Refugiados_Ambientais.pdf?view=1>. Acesso em: 29 abri. 2014.

XAVIER, Fernando C. C. **Migrações internacionais na Amazônia brasileira:** impactos na política migratória e na política externa. 2012, 192 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

DIREITOS HUMANOS NOS ESTADOS DO AMAPÁ E DE RORAIMA: UM ESTUDO COMPARADO

Introdução

Considerando a relevância dos Direitos Humanos para as Relações Internacionais, bem como sua recorrência, escolheu-se como objeto de estudo a análise desta temática nos estados do Amapá e de Roraima de forma a elaborar uma perspectiva comparada. Faz-se necessário ressaltar que esta é uma pesquisa ainda em processo de desenvolvimento.

O trabalho em questão ata-se, de maneira mais específica, a utilização da submissão de petições a Comissão Interamericana de Direitos Humanos como instrumento de denúncia de violações, de modo a verificar quantas e de que tipo são estas incidências. Realizar-se-á também uma análise do trato dado a questão pelos estados a temática dentro do conjunto de suas políticas públicas e respectivas constituições.

É importante frisar que os dois estados não possuem um canal de denúncia de violações aos direitos humanos no âmbito da estrutura de seus governos estaduais¹.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento consiste na pesquisa através do mecanismo de buscas de decisões nos respectivos sites da Comissão e da Corte Interamericana de Direitos Humanos, filtrando os casos envolvendo os estados em questão, na análise comparada das constituições de cada estado com um enfoque específico nas normas que versam sobre os Direitos Humanos e na coleta de dados sobre políticas específicas através da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (ESTADIC) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativas ao ano de 2012.

Por fim, ressalta-se a originalidade do trabalho proposto levando em consideração a escassez de estudos que se proponham a analisar políticas estaduais voltadas para a temática dos Direitos Humanos.

* Universidade Federal do Amapá. E-mail: p.tostes21@gmail.com

¹ <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/03/15/seis-estados-nao-tem-canais-para-denuncia-de-violacao-de-direitos-humanos.htm>. Acesso em: 26/10/2013.

Breve reflexão acerca dos Direitos Humanos

Podemos compreender Direitos Humanos sob o prisma da proteção dos direitos daqueles considerados vulneráveis e seus avanços sob um processo de evolução catalisado pela mobilização da sociedade civil contra ações excludentes e repressivas². Herrera Flores suscita uma distinção importante na qual aponta que os direitos humanos vão além de normas positivadas no plano nacional e internacional ou de uma idealização moralmente embasada, enfatizando que se tratam de frutos alcançados a partir de lutas e sacrifícios, de modo a constituir novas práticas³.

Enquanto tema das Relações Internacionais, os Direitos Humanos tem no pós-Segunda Guerra Mundial seu marco histórico, efeito decorrente dos traumas sofridos pela humanidade, sendo reconhecidos como universais pela Carta da ONU. Ainda que demonstrasse o interesse da comunidade internacional acerca do tema, o documento não especificava quais eram estes direitos.

Três anos depois, em 1948, esta lacuna é preenchida com a aprovação da Declaração Universal de Direitos Humanos. Embora não possuindo força de lei, o documento causou um grande impacto político, impulsionando a aprovação, em 1966, de dois tratados (estes de caráter vinculante): O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais.

Um fenômeno de regionalização procede a repercussão da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Os três sistemas regionais de proteção a estes direitos são: o sistema europeu (institucionalizado pela Convenção Europeia de 1950), o sistema interamericano (institucionalizado pela Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969) e o sistema africano (institucionalizado pela Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos de 1981). Cada um destes sistemas abrange as particularidades de sua região, porém, todos fazem referência à Declaração Universal de Direitos Humanos da ONU.

No que tange o Brasil, os direitos humanos repercutem de forma mais intensa no período de transição democrática com a aprovação da Constituição Brasileira de 1988 que incorpora uma série de direitos humanos e elege-os como princípio

² CANÇADO TRINDADE, Augusto. Prefácio In: PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012

³ HERRERA FLORES, Joaquín. Los Derechos Humanos en el Contexto de Globalización: Tres Precisiones Conceptuales. SANCHES RÚBIO, David; HERRERA FLORES, Joaquín; CARVALHO, Salo de. *Direitos Humanos e Globalização: Fundamentos e Possibilidades desde a Teoria Crítica*. Lumen Júris: Rio de Janeiro, 2004, p. 100-101

regente das relações internacionais do país⁴. Cabe citar ainda que o Brasil ratificou, dentre uma série de outros tratados, a Convenção Americana de Direitos Humanos.

Direitos Humanos no Amapá e em Roraima

Quanto ao nível de análise em questão, a constituição do estado de Roraima apresenta o termo “Direitos Humanos” três vezes, assumindo o compromisso de respeito e prevalência⁵. O mesmo termo aparece oito vezes na constituição amapaense, sendo o capítulo XII integralmente dedicado ao tema e prevendo a formação de um Conselho Estadual acerca do assunto, a ser formado tanto por membros dos poderes executivo, legislativo e judiciário quanto por entidades representantes da esfera civil. Ademais, o art. 286 versa ainda sobre a promoção de programas sobre direitos humanos⁶.

Em que pese tal disparidade e a falta de um canal próprio de denúncia de violações destes direitos nos dois estados, instrumentos de pesquisa como a busca pela jurisprudência nos sítios da Comissão e da Corte Interamericana de Direitos Humanos demonstram uma maior dinâmica no estado de Roraima no que tange este assunto.

O Amapá não possui nenhuma petição submetida à Comissão, enquanto o estado de Roraima apresenta quatro processos submetidos ao órgão. Os conteúdos das quatro petições estão diretamente ligados à questão indígena, envolvendo casos de agressão física a indivíduos e avarias decorrentes do processo de demarcação de terras.

A primeira delas⁷ data de Junho de 1995 e trata-se de uma denúncia as agressões contra o indígena Ovelário Tames da etnia Macuxi, que foi detido pela Polícia Civil do Estado de Roraima e morreu no dia seguinte em decorrência dos abusos sofridos. A última data de Março de 2004 e denuncia os prejuízos sofridos pelas tribos Ingaricó, Macuxi, Patamona, Taurepang e Wapichana da Raposa Serra do Sol decorrentes da demarcação desta área⁸. Nos casos citados os peticionários são entidades

⁴ BRASIL. Constituição Federal de 1988. Art. 4º, inciso II.

⁵ RORAIMA, Constituição (1991). Disponível em: www.al.r.r.gov.br/publico/setores/000/2/.../constituicao_estadual.pdf. Acesso em 23 de Outubro de 2013.

⁶ AMAPÁ, Constituição (1991). Disponível em: www.fapeap.ap.gov.br/.../CONSTITUIÇÃO%20DO%20AMAPÁ.pdf. Acesso em 23 de Outubro de 2013.

⁷ Disponível em: <http://www.cidh.org/annualrep/98span/fondo/brasil%2011.516.htm>. Acesso em 23 de Outubro de 2013.

⁸ Disponível em: <http://www.cidh.oas.org/annualrep/2010port/BRAD250-04PO.doc>. Acesso em 23 de Outubro de 2013.

da sociedade civil como a ONG *Rainforest Foundation US* e o Conselho Indígena de Roraima – CIR.

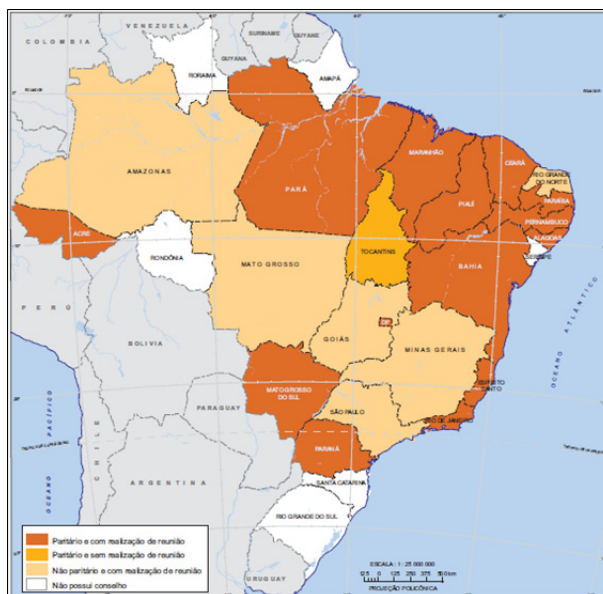
Dados da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic) divulgados pelo IBGE em 2012 revelam que o Amapá não possui nenhum plano estadual de desenvolvimento para a área de Direitos humanos, nem previsão de orçamento para o desenvolvimento deste tipo de política.

Com plano e com previsão de recursos	Com plano e sem previsão de recursos	Sem plano e com previsão de recursos	Sem plano e sem previsão de recursos
Pará Tocantins Maranhão Pernambuco Alagoas Bahia Minas Gerais Espírito Santo Rio de Janeiro Paraná Mato Grosso	São Paulo Santa Catarina Mato Grosso do Sul	Rondônia Acre Roraima Piauí Ceará Rio Grande do Norte Sergipe Rio Grande do Sul Distrito Federal	Amazonas Amapá Paraíba Goiás

Quadro 1 - Unidades da Federação, por existência de Plano Estadual de Direitos Humanos e previsão de recursos orçamentários para financiamento de políticas de direitos humanos – 2012. Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2012. **Disponível em:** ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Estados/2012/estadic2012.pdf.

A mesma pesquisa revela que tanto o Amapá quanto Roraima não possuem Conselhos Estaduais de Direitos Humanos. Por mais que ganhe destaque na constituição do estado, tal conselho ainda não é uma realidade no Amapá, sendo uma demanda analisada pelo atual governo estadual⁹.

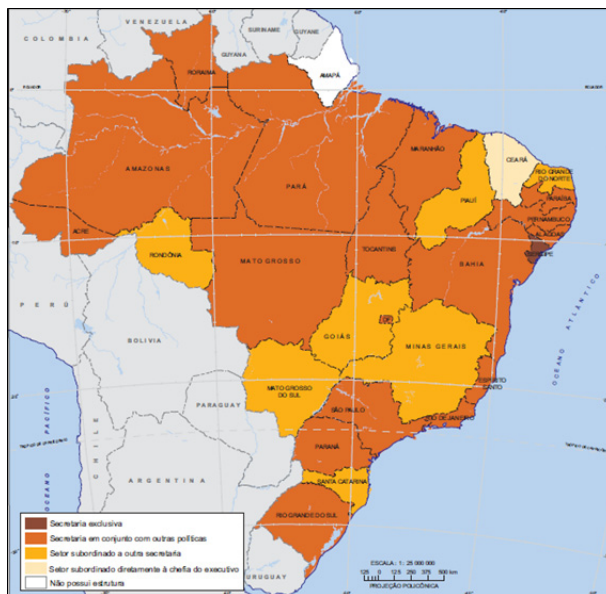
⁹ <http://www.agenciaamapa.com.br/noticia/34697/>. Acesso em: 26/10/2013.



Cartograma 1 - Conselho Estadual de Direitos Humanos - 2012. Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2012. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Estados/2012/estadic2012.pdf.

A pesquisa também revela que o Amapá foi o estado que registrou o maior aumento no número de denúncias ao Disque Direitos Humanos do Governo Federal.

Ademais, pode-se extrair também que, por mais que não exista um Conselho Estadual, Roraima possui um setor que geri a política de Direitos Humanos no estado.



Cartograma 2: Caracterização do órgão gestor da política de direitos humanos - 2012. Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2012. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Estados/2012/estadic2012.pdf

Mesmo com o aumento de denúncias via o Disque Direitos Humanos, o tipo de instrumento aqui discutido ainda parece desconhecido para os amapaenses. Este cenário pode encontrar justificativa na ausência de políticas públicas na área, tais como a falta de um Conselho Estadual de Direitos Humanos (e, por conseguinte, uma Secretaria Estadual de Direitos Humanos) e poucas informações sobre a aplicação efetiva do Plano de Ação para Educação Básica em Direitos Humanos de responsabilidade as Secretaria Estadual de Educação.

Conclusões finais

Ante o exposto, percebem-se as disparidades encontradas entre os dois estados. Em termos de articulação, o estado do Amapá possui uma agenda de direitos humanos a progredir tanto em termos de infraestrutura (através da elaboração de políticas públicas na área), quanto de conscientização dos indivíduos em relação a seus direitos.

O fato de nenhuma petição gerida no Amapá ter sido submetida à Comissão Interamericana não significa que estas violações não existam, mas apenas que, provavelmente, esse método de exigência de direitos ainda é desconhecido para a grande maioria.

O método de submissão de petições representa todo um arcabouço jurídico que garante a proteção da pessoa humana. A difusão deste conhecimento é necessária para que haja a recorrência, de fato, a este artifício.

Referências bibliográficas

AMAPÁ, **Constituição (1991)**. Disponível em: www.fapeap.ap.gov.br/.../CONSTITUIÇÃO%20DO%20AMAPÁ.pdf. Acesso em 23 de Outubro de 2013.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Art. 4º, inciso II.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Resolución nº 12/85**. Caso Nº 7615. Brasil. 5 de Março de 1985. Disponível em: <http://www.cidh.oas.org/Indigenas/JURISPRUDENCIA/CASOS%20CIDH/4.CASO.7615.BRASIL.doc>. Acesso em 23 de outubro de 2013.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Informe nº 60/99. Caso 11516. Ovelário Tames. Brasil. 13 de abril de 1999. Disponível em: <http://www.cidh.org/annualrep/98span/fondo/brasil%2011.516.htm>. Acesso em 23 de outubro de 2013

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Informe nº 80/06. **Petição 62-02. Admissibilidade. Membros da comunidade indígena Ananas e outros. Brasil**. Disponível em: <http://www.cidh.oas.org/annualrep/2006sp/Brasil62.02sp.htm>. Acesso em 23 de outubro de 2013

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Relatório nº 125/10. **Petição 250-04. Admissibilidade. Povos Indígenas da Raposa Serra do Sol. Brasil. 23 de outubro de 2010**. Disponível em: <http://www.cidh.oas.org/annualrep/2011port/BRAR11745PO.DOC>. Acesso em 23 de outubro de 2013

HERRERA FLORES, Joaquín. **Los Derechos Humanos en el Contexto de Globalización: Tres Precisiones Conceptuales**. SANCHES RÚBIO, David; HERRERA FLORES, Joaquín; CARVALHO, Salo de. *Direitos Humanos e Globalização: Fundamentos e Possibilidades desde a Teoria Crítica*. Lúmen Júris: Rio de Janeiro, 2004, p. 100-101

IBGE, **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2012**. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Estados/2012/estadic2012.pdf.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012

RORAIMA, **Constituição (1991)**. Disponível em: www.al.rr.gov.br/publico/setores/000/2/.../constituicao_estadual.pdf. Acesso em 23 de Outubro de 2013.

GT12 - SOCIABILIDADES E CONFLITOS TRANSFRONTEIRIÇOS NOS
GARIMPOS AMAZÔNICOS

BRASILEIROS E O ELDORADO FRANCÊS: CLANDESTINIDADE, TRABALHO E RELAÇÕES SOCIAIS EM GARIMPOS NA GUIANA FRANCESA

Introdução

O Território Ultramarino Francês, no Platô das Guianas, foi escolhido como local deste estudo porque instiga atualmente inúmeras discussões e pesquisas, principalmente aquelas que procuram investigar a mobilidade de brasileiros na região e os conflitos gerados pela crescente inserção desses trabalhadores na área da mineração clandestina. Piantoni (2009) afirma que a intensa migração de trabalhadores para a Guiana Francesa nas últimas décadas, conseguiu elevar os índices de crescimento populacional da região, igualando-se, assim, aos de países desenvolvidos, produzindo leis e quadros econômicos discriminadores para imigrantes.

Segundo pesquisa desenvolvida pela ONU no período de 2005 a 2010, a Guiana Francesa mantinha uma estimativa de aumento populacional de 4%, percentual considerado alto para um território periférico. Outros dados também apontam que residiam no local em 1954 o quantitativo de 28.000 migrantes, e no ano 2007 esse número já era de 229.000 migrantes, ou seja, num espaço temporal de 60 anos, houve um grande salto populacional motivado pelo fluxo migratório.

Pesquisas recentes trazem informações sobre os trabalhadores brasileiros que migram para Guiana Francesa, destacando-se que parte significativa desses trabalhadores é formada por nortistas e nordestinos. Sendo assim, o perfil desses indivíduos é bem diferente dos brasileiros de classe média, que buscam destinos como EUA e Europa. Geralmente, os brasileiros que migram para a Guiana Francesa não têm domínio da língua francesa e são originários de regiões rurais e interioranas.

Portanto, na sua maioria estes brasileiros visualizam como objetivo melhorar suas condições econômicas desenvolvendo atividades como: garimpagem, serviços de cozinha, comércio, transporte e atividades sexuais. Entretanto, pouco se conhe-

* Universidade Federal do Amapá. E-mail: huana@unifap.br.

** Universidade Federal do Amapá. E-mail: manoel-pinto@bol.br.

cesse dessas relações histórias, dramas, dinâmicas e conflitos vivenciados por tais indivíduos em terras estrangeiras, fatos desconhecidos ou ignorados que necessitam de mais atenção por parte da sociedade e autoridades brasileiras.

Reflexões introdutórias sobre as mudanças no mundo do trabalho e migrações internacionais

O trabalho, elemento basilar da sociedade capitalista, atualmente, perpassa por inúmeras mutações amplamente explicadas por Gorz (1987) e Antunes (2011), como metamorfoses, processos dialéticos de transformação e adaptação criados pelo sistema como forma de ultrapassar os obstáculos colocados ao longo do seu desenvolvimento. Blass (2007) coloca essa questão como marcadora de um cenário histórico da sociedade contemporânea, o qual abrange uma diversidade de situações e de processos sociais como, por exemplo, a retração na oferta de empregos ou o aumento dos índices de desemprego.

Essas prospecções são oriundas, de acordo com Antunes (2011), da reestruturação do metabolismo do capital, que para suprimir suas crises investe na desestruturação das relações de trabalho. “Ou seja, enquanto vários países de capitalismo avançado viram decrescer seus empregos, paralelamente assistiram um aumento das formas de subproletarização, através de expansão dos trabalhadores parciais, precários, temporários, subcontratados etc.” (ANTUNES, 2011, p. 50).

O capitalismo conseguiu com o passar dos séculos, reinventar suas relações criando com o apreço ao capital uma sociedade mais pobre, sem moradia e desempregada. Dessa forma, instituindo realidades que impulsionaram inúmeros indivíduos a migrarem em busca de emprego e melhores condições de vida. Tal problemática leva Campos (2003) a afirmar que o sistema capitalista é responsável pela divisão da sociedade em classes díspares, e que, a desigualdade é resultado de fatores econômicos e políticos.

Conforme Pinto (2012), as migrações são fenômenos sociais, econômicos, históricos e culturais. Por tal motivo, é possível que haja uma familiaridade muito grande entre capitalismo e fenômeno migratório, principalmente no campo das relações trabalhistas, já que na contemporaneidade o mundo do trabalho, é cada vez mais marcado pela especialização, deixando milhares de pessoas a mercê do desemprego. Sendo assim, tal fato torna-se relevante, já que o trabalho constitui-se como o elemento principal do ser social, pois é ele que humaniza o homem, tornando-se, portanto, o fator primordial para se compreender as complexidades das relações sociais.

Configurando como grande aliado do capitalismo, a globalização também é ponto de discussão dentro do cenário crescente das migrações, pois segundo Sassen (2010), a nova ordem mundial tende a se contradizer quando os Governos de Estados-Nações aprovam políticas de migrações implacáveis para indivíduos, e por interesses econômicos e políticos flexibilizam cada vez mais a circulação de bens, capital e informações.

Nos últimos séculos, a migração internacional tem conformado como tema de inúmeras conferências e debates mundiais. Estudos realizados pela Organização internacional do trabalho (OIT), no ano de 2005, estimaram que cerca de 191 milhões de homens e mulheres atravessaram as fronteiras com intuito de residir e trabalhar fora dos países da sua nacionalidade, o que em números, corresponde a mais do que a população total do Brasil. Na contemporaneidade “há uma atividade intensa de fluxos que atravessam o mundo, redes com ampla elasticidade e múltiplos vínculos, produzindo fronteiras deslizantes e dinâmicas transmigracionais” (TEDESCO, 2012, p. 27).

Esses dilemas produzem o desejo e a idealização de territórios novos, os quais atraem um contingente de pessoas que almejam sair da situação de pobreza e sonham com condições de vida melhores. A realidade revela um contexto migratório complexo e envolto de um mundo falsamente aberto, pois, os fluxos das migrações internacionais demonstram a seletividade e as dificuldades dos indivíduos se fixarem em alguns países de forma legal e segura. Neste contexto, é importante ressaltar que, parte significativa dos indivíduos que migram, são oriundos de países emergentes e pobres, tendo como objetivo mesmo que arriscado e clandestino, a migração para países mais estruturados.

Afirma Aragón (2009) que também há um consenso entre os estudiosos, os quais confirmam que a globalização também acelerou e alterou de forma significativa os padrões migratórios internacionais. Assim, como a expansão capitalista, os fluxos migratórios também atingiram diferentes regiões do mundo e, hoje, já não são configurados como processo somente de moradores de países europeus e ricos.

Os países Amazônicos como Brasil, Venezuela, Peru, Colômbia, Bolívia e o Platô das Guianas, antes acometidos por um processo de ocupação, hoje presenciam os problemas ocasionados pelas migrações internacionais. Segundo pesquisadores como Aragón (2009), Corbin (2012) e Martins (2010), os brasileiros, residentes do norte do Brasil, principalmente por suas condições financeiras, geralmente, procuram migrar para países nos limites fronteiriços da região, tendo como destino mais procurado, a Guiana Francesa.

Trabalhadores brasileiros e o fluxo migratório para Guiana Francesa

A mobilidade de brasileiros para a Guiana Francesa cresceu nas três últimas décadas. Castro e Pinto (2008) retratam o auge dessa migração no início dos anos 80, com construção das instalações da cidade de Kourou, período no qual a saída de brasileiros para a cidade de Caiena tornou-se uma opção para milhares de trabalhadores oriundos do extremo norte e nordeste do Brasil. Fato relatado por Baldwin (2010):

Os brasileiros, então, já faziam parte da primeira leva de imigrantes para o Centro Espacial de Kourou, dentre outros europeus, guianenses, europeus, antilhanos, surinamenses e colombianos e hoje, russos e outras etnias conforme o historiador Serge Mam Lam Fouck. Tais brasileiros vinham geralmente do Amapá e do Pará e eram contratados pelas empresas do referido Centro Espacial, vinham de avião e permaneciam com salários estáveis e razoáveis condições de vida recebendo primeiramente em francos franceses e depois em euros. (p.15)

Entretanto, “a maioria dos trabalhadores brasileiros no mercado de trabalho na Guiana Francesa desenvolve atividades manuais ou braçais e não intelectuais” (CASTRO e HAZEU, 2012, p.15). Assim, demonstrando que, a procura do Governo Francês era apenas por mão de obra barata, já que após a construção da base espacial começou a expulsão dos imigrantes.

Dentro desse contexto, é preciso também focar que a migração dos brasileiros para Guiana Francesa como expõe Police (2010) teve determinações históricas e políticas, as quais envolvem problemas estruturais do Brasil e da França. No lado brasileiro, a região Amazônica é marcada pela pobreza que assola a maior parte de seus Estados, e na Guiana, Departamento Francês, é apenas uma colônia europeia remanescente na América do Sul.

De lados diferentes, mas com problemas iguais, essas regiões caminham tentando amenizar suas dificuldades. Apesar de não ser realmente o “Eldorado”, segundo centenas de brasileiros, que vivem na região francesa, as oportunidades de trabalho são mais reais que no Brasil. Pinto (2012) salienta que os brasileiros migram pelo sonho de ser trabalhador, mesmo que forma informal e ilegal.

Dentre os inúmeros fatores impulsionadores da migração de brasileiros para região da Guiana Francesa, um ponto bastante pertinente foi o grande número de garimpeiros na região da Amazônia brasileira, ou seja, a “Febre do ouro” impregnada na história do Brasil. Ressalta Marthis (1997) que o início atual da garimpagem na Amazônia data de 1958, quando foram encontradas as primeiras jazidas de ouro no

Tapajós. Região marcada pela complexidade social e econômica, com uma experiência centenária no setor extrativista, coleta de borracha e outros produtos silvestres.

Ao final do século XX a garimpagem na Amazônia também começa a enfrentar seus primeiros problemas, pois inicia o período de mecanização dos garimpos. O empregador verifica nas máquinas um potencial maior para extração do minério, fato que também modificará as relações trabalho e exigirá novos campos de domínio dos garimpeiros. Sobre este assunto destaca Bercker (1991):

A exploração dos recursos naturais em grande escala configura uma nova fase de expansão da fronteira. Ao lado da busca de ouro em garimpos, já antiga na região, grandes projetos minerais, controlados por joint ventures, empresas estatais e/ou estrangeiras, iniciam a nova fase industrial da fronteira nos anos 80. (p.62).

O Governo militar utilizou o interesse do povo brasileiro por áreas de garimpo, para implementar um programa da colonização do espaço Amazônico. A fronteira do país na região se encontrava desprotegida, pois, se tratava de uma área grande, na qual havia uma população pequena. Assim, a política de ocupação em torno do potencial mineral da Amazônia não trouxe apenas brasileiros pobres para esse local, mas também pessoas detentores de posses, ou seja, empresários donos de capitais e interessados em investir.

De acordo com Marthis (1997) o capital verificou na Amazônia um grande potencial para extração de minério em grandes proporções e o Governo visando os rendimentos incentivou os projetos ligados as multinacionais a se estalarem no local, assim, o garimpeiro tradicional é simplesmente expulso dessas áreas.

Outro fator colaborador para o fechamento da maioria dos garimpos no Brasil foi o aprimoramento das leis ambientais e a aprovação de dispositivos mais severos com crimes dessa natureza, criados com intuito de legalizar a exploração mineral e proteger os recursos naturais da devastação desenfreada. No caso do garimpo, podemos citar a criação Art. 10 da Lei nº 7805, que discorre o seguinte:

Considera-se garimpagem a atividade de aproveitamento de substâncias minerais garimpáveis, executadas em áreas estabelecidas para este fim, exercida por brasileiro, cooperativa de garimpeiros, autorizada a funcionar como empresa de mineral, sob o regime da Permissão de lavra Garimpeira”.

Em meio às crises, os garimpeiros individuais foram perdendo espaço na Amazônia brasileira, entretanto, as dificuldades de garimpar em terras brasileiras não cessou os sonhos desses indivíduos, os quais buscaram nos países vizinhos a oportu-

nidade de continuarem na mesma atividade. Andrade (2007) destaca esse momento correlacionando-o a ida de dezenas de brasileiros para Guiana francesa e considera essa situação resultado da falta de oportunidades no Brasil.

Diante do contexto, Pinto (2012) expõe “num mundo e numa sociedade que exclui os desempregados do direito de viver, a possibilidade de se conseguir um trabalho [...] é responsável por buscas desesperadas à procura de qualquer coisa” (p. 48). Desta forma, em meio a tais mudanças, o trabalhador também adotou uma postura mais ousada na busca de melhores condições de vida, e dentre as opções visualizou em outros países oportunidades significativas.

Nas análises do pesquisador francês Piantoni (2009), o movimento de migração, ao longo da história do Departamento francês, foi um importante elemento de seu desenvolvimento no que diz respeito à ocupação do território e à gestão de atividades econômicas dependentes de mão-de-obra importada, dada à pequena demográfica da região, situação igual ao processo de ocupação e desenvolvimento do norte do Brasil, e que reflete a realidade da Amazônia internacionalmente. De acordo com ele, a migração para Guiana Francesa é caracterizada como uma necessidade para a execução do projeto do Estado francês, de uma economia planejada, de tipo capitalista, orientada para exploração industrial e de potencialidades dos recursos naturais guianês.

Nos estudos de Corbin (2012), Andrade (2007) e Pinto (2012), o fluxo migratório de brasileiros para Guiana aumentou após o começo da construção da BR 156 no Estado do Amapá. Nesse sentido, pode-se destacar que ficou mais fácil para os brasileiros viajarem para o território francês, no entanto não diminuiu os problemas gerados pela ilegalidade, pois permitiu a entrada, e não a permanência destes. Explica Andrade (2007) que:

A entrada (...) pela fronteira parece ser a forma mais rápida de chegar a Saint George, principalmente para os que não têm a nem a carteira de identificação expedida no Brasil. Mesmo conhecendo os riscos, o número de brasileiros ilegais é grande e os questões na área de garimpo, segundo informação de um garimpeiro, são de aproximadamente três mil. Mas, para a polícia da França (Mega – Operação, 2004), existem cerca de dois mil brasileiros trabalhando clandestinamente nos garimpos e são responsáveis pelos índices elevados de criminalidade e prostituição. (p.200).

O índice de brasileiros clandestinos na Guiana Francesa, a partir desses últimos anos, provavelmente aumentou, pois, segundo o Consulado brasileiro, na região, é impossível saber o número exato de brasileiros que residem nos garimpos. Um gran-

de número desses imigrantes nunca se deslocou até as cidades centrais do Departamento, e conforme pesquisadores como Pinto (2012) muitos desses ilegais nunca foi até as cidades sede do território, ou seja, Kourou e Caiena.

O cotidiano e a vida de trabalhadores ilegais nos garimpos da Guiana Francesa

Os brasileiros para sobreviverem nesse território demandam de uma grande rede social, a qual se constitui fundamentalmente por outros brasileiros. Situação que na concepção de Arouck (2002) é gerada pelo fato dos brasileiros na Guiana Francesa estarem inseridos na periferia do quadro social e de terem cultura e os costumes diferentes, assim, apesar da proximidade territorial podemos destacar uma grande distância entre os povos.

Em poucas palavras, explica Corbin (2012) que a comunidade brasileira no Departamento Francês, é presente, crescente e sócio culturalmente fechada. No seio dessas comunidades, são articuladas as viagens clandestinas de outros brasileiros, contribuindo para intensificar a migração, repassada essencialmente por redes de amigos e parentes, já residentes no território estrangeiro. De maneira detalhada Corbin (2012) explica o processo:

Migrando com uma folhinha de papel com o endereço completo e instruídos a falar exatamente o que devem ao oficial no Departamento de imigração na Guiana, pode se notar que os processos migratórios e de adaptação são bem estruturados e organizados pelos migrantes residentes ou “migrantes - chave”. (p. 73).

A partir da sua rede social dentro do território guianense, o brasileiro clandestino consegue meios para também mudar de regiões ou até se aventurar em garimpos em outras regiões como o Suriname. Massey (1987) frisa que a criação e atuação das redes sociais são responsáveis pela construção dos vínculos necessários para a emigração, pela veiculação do conjunto de informações e, percepções que os indivíduos necessitam para emigrar.

Levados pela “febre do ouro”, esses brasileiros, logo ocupam diversos tipos de serviços no garimpo, à maioria se aventura na garimpagem de ouro e pedras preciosos, contudo é importante frisar a fundamental importância de outras atividades para funcionamento desses lugares, como os comerciantes, atravessadores, profissionais do sexo, transportadores e outros. Vieira (2007) traz dados sobre essas atividades e esclarece:

Mas não é só no baixão que se pode fazer ouro num garimpo, apesar de o produto dele ser a base de tudo. Há toda uma economia que funciona ali dentro que não envolve sofrer sob a pressão de um bico jato. É um capitalismo na sua forma mais pura que funciona de maneira bastante eficiente e sem conflitos trabalhistas. Tirando as cozinheiras, que ganham um fixo, a maioria dos que são empregados recebe por produtividade. Não ouvi ninguém reclamar da remuneração. As profissões ali dentro são inúmeras, basta inventar algo pelo qual alguém se disponha a pagar. Há os carregadores, pilotos de quadriciclo, motoristas dos cerca de 17 tratores que transitam ali dentro, encarregados das cantinas, vendedores eventuais, chamados de marreteiros, mecânicos para todas as máquinas, ourives e, sempre indispensáveis, as prostitutas, que são livres empreendedoras e não se submetem a cafetões. (p. 02).

As informações reforçam a importância de outros trabalhadores dentro da comunidade que atuam nos garimpos, salientando que não são apenas os garimpeiros que movimentam a economia e a vida social, em tais lugares. Cruzando as pesquisas oriundas dos estudos de Martins (2010), Pinto (2012) Corbin (2012) e Arouck (2000) comprovou-se ainda que a maioria dos brasileiros residentes em garimpos no Guiana Francesa é da classe socioeconômica mais baixa do Brasil. São alguns analfabetos, e muitos não conseguiram terminar o ensino básico, ou seja, características demonstrativas da migração de uma mão-de-obra desqualificada.

A presença das mulheres nos garimpos e na construção das relações sociais desses espaços, também é foco de discussão, apesar da ampla maioria de homens nesses lugares, há um número considerável de jovens brasileiras desenvolvendo essencialmente trabalhos sexuais. Essas mulheres deixam o Brasil, geralmente expondo para família que irão desenvolver trabalhos de dançarina, cantora, cabeleira, manicure, doméstica ou cozinheira nos garimpos, no entanto um número bem significativo migra com intuito de trabalhar na prostituição.

Outro ponto importante de ser discutido é custo de vida dentro dos garimpos, descrito como exorbitante. Nos assentamentos ou currutelos, onde são sediadas atividades sociais, é verificado um mercado latente, no qual, de acordo com reportagens e estudos, quase não é observada a circulação de dinheiro, pois, a moeda comum é o próprio ouro. Fato descrito no relato de Oliveira (2011):

Garimpeiro descreve [...] o alto custo dos produtos comercializados no local, no ano de 2010, quando 1 grama de ouro equivalia a R\$ 50,00. Desta forma, o custo dos produtos correspondente ao grama do ouro era o seguinte: 1 lata de refrigerante, 1 grama; 1 kg. de farinha, 4 gramas; 1 kg. de carne, 2 gramas; 1 kg. de sal, ½ grama; 1 kg. de arroz, 1 grama. Mesmo diante desta constatação, o entrevistado alimentava a esperança de auferir lucratividade, mudar a sua situação e ter seu “dia de sorte” na extração do ouro para proporcionar à sua família melhores condições no Brasil. (p.101).

Os fatos demonstram que a vida dos trabalhadores brasileiros, nestes locais, além de perigosa, é extremamente cara, sendo importante salientar que tais valores altos não estão condicionados a qualidade. Nos garimpos esses preços compram como foram observados, objetos e serviços triviais, os quais ganham tal valorização pela distância e falta de concorrência. Vários trabalhadores descrevem a vida que levam, nesses lugares, como um vício difícil deixar e na maioria das vezes, o salto é apenas de condições financeiras miseráveis para remediada.

Oliveira (2011) descreve essa busca dos brasileiros, pelos garimpos, na Guiana Francesa, como uma obsessão. É uma procura incessante que os faz ficar meses, e mesmo, vários anos, longe de casa. O efeito psicológico desta estadia prolongada acaba atraindo também esses trabalhadores para todos os tipos de vícios, talvez como subterfúgio para esquecer a saudade da família e suportar as condições de trabalho as quais o local os obriga.

Habitando lugares longínquos em meio a uma floresta densa, trabalhadores brasileiros, não se baseiam na legislação francesa ou brasileira para resolver as transgressões de condutas ocorridas. Conforme Corbin (2012) tais indivíduos, criaram estratégias de sobrevivência, ou seja, leis e regras próprias, as quais regem a vida social nos garimpos. Porém, este não é único problema de quem vive na clandestinidade, pois, os brasileiros, ainda vivem constantemente em conflito com as autoridades francesas proibidoras da extração ilegal de ouro em seu território.

Entretanto, a relação dos brasileiros com os Gendarmes, como são chamados os policiais civis franceses, é bem curiosa, pois, apesar dos constantes prejuízos causados pela por eles, raramente, se ouve alguém, se referir a eles com ódio. Na entrevista dada a Viera (2007), os brasileiros destacam que há uma convivência respeitosa com os policiais franceses e, segundo as informações dos imigrantes, “Esses homens são bons demais [...] eles pegam a gente e não batem nem nada. Não mexem com ninguém. E ainda ajudam quem precisa” (2007, p.04) expôs Domingos, sob a concordância a cerca de cinco consumidores, com quem

batia papo em sua cantina. No entanto, na entrevista dada pelo Comandante Pons à Vieira (2007), fica claro que, apesar da convivência harmoniosa, os Gerdarmes não irão facilitar o combate aos garimpos ilegais. O comandante destaca:

“Somos a França, temos nossos valores”, explica orgulhoso o Comandante Pons, oficial da Gendarmerie encarregado de combater os garimpeiros brasileiros, em seu quartel general, em Caiena. Se o governo brasileiro tivesse os mesmos valores, provavelmente a maioria dos brasileiros nas selvas da Guiana não estaria ali. (VIEIRA, 2007, p. 04).

A pressão é enorme para que a presença dos brasileiros seja combatida, porque grande parte dos rios da colônia, antes de águas límpidas, tornou-se barrenta e contaminada por mercúrio. Nessa mesma problemática, ainda há as matas que estão sendo devastadas. Uma importante observação a ser considerada, é a riqueza que é levada para o outro lado da fronteira e não deixa um centavo de imposto, com isso, a indústria do turismo e os grupos de ambientalistas são os que mais exigem uma atitude agressiva.

Pinto (2012) comenta que a criminalização da migração foi gerada pelo fato da França virar as costas a um sério problema moral e esquecer também de contradições regionais, que ela mesma patrocinou ao longo da história na região. Pois, esse país desenvolvido resolveu se fixar ao lado de uma região cheia de contrastes socioeconômicos e pouco fez ao longo dos anos para minimizar tais diferenças.

Em sua luta pela inibição da migração de brasileiros para seu território, atualmente, a França, conta também com acordos firmados em 2008 com o governo brasileiro. Pelo texto do acordo de cooperação, autoridades brasileiras e francesas deverão trabalhar juntas retendo e destruindo produtos ou equipamentos usados nas atividades de garimpo ilegal que ocorrem sem autorização.

Contudo, os pensamentos de Corbin (2012) concluem que a migração de brasileiros para Guiana Francesa, é uma estratégia de procura de novas atividades para sobrevivência. Portanto, o teórico afirma que apenas ações repressoras não resolverão o problema e, indica a formação de uma política de imigração que pretenda regularizar e reconhecer os direitos dos trabalhadores da mineração como uma proposta a ser considerada, para minimizar os conflitos gerados por esses trabalhadores.

Considerações finais

A partir do final do século XX, aumentou consideravelmente, a migração de brasileiros, sobretudo, residentes da região Amazônica que migraram clandestinamente para a Guiana Francesa, em busca de trabalho na mineração clandestina. De acordo com os pesquisadores esse imaginário é construído por ilusões e ambições pessoais, as quais impulsionam para o Departamento Francês principalmente cidadãos brasileiros que vivem as margens ou na informalidade do mercado trabalho.

Deste modo, milhares de brasileiros deixam suas casas, família e sociedade para embarcarem em uma viagem repleta de incertezas, assim, partem para o desconhecido, arriscando suas vidas em viagens ilegais, em sua maioria visando oportunidades de trabalho nas áreas de garimpo na, Guiana Francesa, onde já existe um número predominante de brasileiros trabalhando em diversas atividades.

Fato que nos revela a gravidade dos problemas sociais do Norte do Brasil, os quais impulsionam trabalhadores para áreas insalubres com os garimpos guianeses, entretanto, é importante salientar a falta de políticas públicas do Governo Francês para combater esse problema, pois apenas marginaliza-los não tem diminuído a presença de brasileiros ilegais no seu território.

Portanto, tal cenário além de gerar inúmeras consequências sociais, também reflete nas relações diplomáticas entre os Estados brasileiros e o Governo francês, já que interferem diretamente em negociações e investimentos conjuntos entre os Governos. Assim, gerando constantemente incidentes diplomáticos oriundos de conflitos entre trabalhadores brasileiros de garimpo e soldados franceses.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANDRADE, Rosemary. **Malária e migração no Amapá**: projeção espacial num contexto de crescimento populacional. Belém: NAEA/UFPA, 2007.

ARAGÓN, Luiz. Aproximação ao Estudo da migração internacional na Pan – Amazônia. IN: ARAGÓN, Luiz (Org.) **Migração internacional na Pan – Amazônia**. Belém, NAEA/ UFPA, 2009.

AROUCK, Ronaldo. **Brasileiros na Guiana Francesa**: fronteiras e construções de alteridades. Belém: NAEA/UFPA, 2002.

_____. **Brasileiros na Guiana Francesa: Novas Migrações internacionais ou exportação de tensões sociais na Amazônia?** Lusotopic, 2000. Disponível em: <<http://www.lusotopic.sciencespobordeaux.fr/arouck.pdf>>. Acessado em: 11 abr. 2014.

BALDWIN, Elisabeth. **Olhares cruzados sobre a imigração brasileira para a Guiana Francesa: novas representações identitárias?** Disponível em: <http://gerflint.fr/Base/BresilSPECIAL1/elisabeth_baldwin.pdf>. Acessado em: 29 abr. 2014.

BLASS, Leia Maria. **Trabalho e suas metamorfoses contemporâneas à luz do pensamento social clássico**. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/ponto-evirgula/article/viewFile/14313/10462>>. Acessado em: 05 mar. 2014.

BRASIL. **Lei nº 7805, de Julho de 1989**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7805.htm> Acessado em: 12 dez. 2013.

- BERCKER, Bertha. **Amazônia**. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1999.
- CAMPOS, André et al. (orgs). **Atlas da exclusão social no Brasil**: dinâmica e manifestação territorial. V. 2. São Paulo: Cortez, 2003.
- CASTRO, Edna & HAZEU, Marcel. **Cidades, fronteiras transnacionais e migração na Pan-Amazônia**. Revista Somanlu, n. 2, jul./dez. 2012
- CORBIN, Hisakhana. **Migração de brasileiros para Guiana como estratégia de sobrevivência**. Belém: NAEA/UFPA, 2012.
- GORZ, André. **Adeus ao Proletariado**: Para Além do Socialismo. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- MASSEY, D. S. et al. **Return to aztlán**. Los Angeles: University of California Press, 1987.
- MATHIS, Armin et al. **Riqueza Volátil**: a mineração do ouro na Amazônia. Belém: Cejup, 2007.
- MARTINS, Rosiane Ferreira. **Brasileiros em situação clandestina na Guiana Francesa: uma etnografia das relações e representações sociais entre migrantes**. 2010. Dissertação(Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém,2010.
- PINTO, Manoel. **O fetiche do emprego: Um estudo sobre relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa**. Belém: NAEA, 2012.
- CASTRO, Edna & PINTO, Manoel. **Mudanças na fronteira: papel do Estado e suas políticas**. In: **Anais do Seminário Amazônia e Fronteiras do Conhecimento**. Belém: Naea/UFPA, 2008.
- OLIVEIRA, Betiana. **Dinâmicas sociais na fronteira entre o estado do amapá e a Guiana Francesa**: um estudo sobre Oiapoque, Vila vitória do Oiapoque e Cayenne. 2011. Dissertação(Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amapá,2011.
- PIANTONI, Frédéric. **L'enjeu migratoire em Guyane française**: une géographie politique. Matoury /Guyane: Ibis Rouge, 2009.
- POLICE, Gerard. **Eudorado**: le discours brésilien sur la Guyane Française. Matoury/ Guyane: Ibis Rouge, 2010.
- SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

TEDESCO, João Carlos. Imigração e integração cultural: interfaces – brasileiros na região de Vêneto – Itália. Passo Fundo: Editora UPF/EDUNISC, 2006.

VIEIRA, André. **O último grande garimpo brasileiro? atraídos pelo ouro da Guiana Francesa, brasileiros invadem ilegalmente o território em busca de um sonho que pode estar acabando.** Rollingstone, 2007. Disponível em: <<http://rollingstone.uol.com.br/edicao/4/o-ultimo-grande-garimpo-brasileiro>> Acessado em: 15 mai. 2014.

GT13 - SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS

A GUERRA FRIA COMO ORDENADORA DE INTERESSES PARA A INDEPENDÊNCIA DA REPÚBLICA COOPERATIVA DA GUYANA

Introdução

A Guerra Fria foi um momento da história que representou mudanças significativas com relação aos períodos anteriores. Até a Segunda Guerra o mundo estava estabelecido sob o sistema multipolar de poder, ou seja, havia diversas potências, principalmente europeias. O fim da Segunda Guerra e as instabilidades políticas e econômicas que assolavam os países europeus proporcionou o fortalecimento dos Estados Unidos da América (EUA) como potência mundial e a estabilização da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) como concorrente político e ideológico estadunidense. Em decorrência desses acontecimentos o sistema internacional passou a ser bipolar, ou seja, apenas com duas potências principais.

A busca por maximizar o poder foi a tônica de toda a Guerra Fria. Inicialmente, a ampliação das zonas de influência estadunidense e soviética no mundo foi em decorrência da necessidade dessas potências de projetar poder sobre os países do sistema internacional. O domínio político e ideológico de um Estado sobre o outro traduz a forma realista de entender o poder no sentido mais cristalino do conceito.

Ora, a disputa soviético-americana baseava-se, sobretudo, na desconfiança, no medo que um Estado impunha ao outro e, segundo Hobbes (cap. XIII), para suplantá-la essa desconfiança o meio razoável seria a antecipação, isto é, “pela força ou pela astúcia, subjugar as pessoas e todos os homens que puder, durante o tempo necessário para chegar ao momento em que não veja qualquer outro poder suficientemente grande para ameaçá-lo”. No sistema internacional, essa ideia hobbesiana legitimou a busca por ampliação das zonas de influência.

As zonas de influência foram surgindo conforme iam se desenhando os movimentos emancipatórios pelo globo. Até 1945, a periferia do sistema internacional era tida como objeto e não sujeito da história mundial. A partir de 1960 alguns aconte-

* Universidade Federal de Roraima. Email: pgtuabilio@hotmail.com

cimentos alteraram essa conjuntura, sendo eles: a vitória dos comunistas na China, a decomposição dos impérios coloniais na Ásia e na África e a difusão da influência soviética em todo o mundo, inclusive sobre zonas onde normalmente os EUA exerciam controle: Oriente Próximo e a América do Sul (ARON 1986). Isso explicaria a preocupação norte-americana com os nacionalismos na América do Sul, e numa análise mais específica, a inquietação quanto ao caso guianense.

Os movimentos nacionalistas lutavam pela independência das colônias do domínio colonial, pois não existia o sentimento de pertencimento à nação colonizadora por parte do território colonizado. Sabido isto, é relevante proferir o conceito de nacionalismo, aqui sintetizado por Samuel Pinheiro Guimarães (2008, p. 145):

Nacionalismo é o sentimento de considerar a nação a que se pertence, por uma razão ou por outra, melhor do que as demais nações e, portanto, com mais direitos, sendo manifestações extremadas desse sentimento a xenofobia, o racismo e a arrogância imperial. Nacionalismo é, também, o desejo de afirmação e de independência política diante de um Estado estrangeiro opressor ou, quando o Estado já se tornou independente, o desejo de assegurar em seu território um tratamento pelo Estado melhor, ou pelo menos igual, ao tratamento concedido ao estrangeiro, seja ele pessoa física seja jurídica. Os movimentos nacionalistas significativos do ponto de vista político, cujas manifestações históricas mais simples decorrem de identidade étnica, linguística ou de pertencimento, no passado, a uma organização política, têm como seu principal objetivo o estabelecimento de um Estado ou a modificação das políticas do Estado para defender ou privilegiar interesses dos que integram certo movimento.

O conceito descrito acima nos propicia a noção de dois nacionalismos, desde um sentido de pertencimento a uma nação e o desejo por independência. Fazendo um paralelo entre a era imperialista e os movimentos de descolonização, podemos ver que ambos os movimentos estão contidos nesse conceito de Guimarães. Os impérios coloniais foram construídos com base no nacionalismo de superioridade, na crença de que a nação imperial era melhor do que as demais. Esse ponto de vista justificou tanto políticas expansionistas e agressivas quanto a ideia de sujeição e inferiorização dos povos alcançados.

Essa expansão imperial sobre outros povos, subjulgou seu modo de pensar e agir em detrimento do pensamento e ação ligados diretamente aos conceitos imperialistas de nacionalismo. A opressão e a resignação impostas aos colonizados com o tempo geraram os nacionalismos de independência, ou seja, os Estados subjulgados perceberam a necessidade de autonomia frente às metrópoles, ocasionando assim, os movimentos de descolonização.

Esses movimentos de emancipação, no geral, refletiam teorias de esquerda ou marxista-leninista. Desde a revolução russa, em 1917, associou-se os movimentos de libertação de uma determinada situação política ao fator esquerdista. Isso pode ser percebido no caso do Vietnã, de países africanos, e mesmo da Guyana. Segundo Hobsbawn (1990, p. 178):

[...] Os movimentos para a independência e a descolonização, especialmente após 1945, sem dúvida nenhuma estavam identificados com o antiimperialismo socialista/comunista, o que talvez explique por que tantos Estados descolonizados e recém-independentes tenham se declarado de alguma forma “socialistas” – e certamente não eram apenas aqueles nos quais os socialistas e comunistas participaram ativamente das lutas de libertação. A libertação nacional tornou-se uma palavra de ordem das esquerdas.

As independências nos países de Terceiro Mundo reforçaram as rivalidades entre EUA e URSS e corroboraram para uma mudança nas relações internacionais. Os Estados recém-independentes passaram a ser relevantes nos cálculos analíticos das superpotências, pois estes tornaram-se fator de adequação norte-americano e soviético na cena internacional, sendo claro que, os países que outrora motivaram a competição entre as superpotências, passaram a ser um ponto de equilíbrio entre elas.

O caso guyanense

A história da descolonização da Guyana está intimamente relacionada com o aspecto étnico e, por conseguinte, à colonização. Por isso faz-se necessário um resumo dos eventos originários sobre a colonização guyanense levando em consideração os anos da colônia sob o império inglês.

É sabido que o império colonial britânico tinha possessões desde a África e Ásia até as Américas. Na América do Sul a Inglaterra tinha sob seu domínio a Guyana Inglesa¹ desde o Tratado de Paris, então assinado em 1814 junto ao governo holandês. Até então a colônia inglesa não existia sob esse nome, eram três colônias distintas – Essequibo, Berbice e Demerara – que viriam a ser unificadas sob o nome de Guyana Inglesa apenas em 1831 (PEREIRA, 2008).

A Inglaterra passava pelo auge de seu status como potência sendo o seu ritmo de crescimento acelerado. A primeira revolução industrial aconteceu num momento de mudanças no sistema econômico europeu e inglês onde a mão de obra escrava estava sendo substituída pela assalariada, esgotando os laços de servidão e ampliando o mercado consumidor para as manufaturas.

¹ Única colônia inglesa na América do Sul.

A aquisição da colônia na América do Sul deu-se nesse contexto de substituição de mão de obra. Essequeibo, Berbice e Demerara, enquanto estavam sob domínio holandês, receberam grande leva de escravos africanos para trabalhar nas plantations, ocupando assim o território colonizado. Quando tais colônias tornaram-se comando inglês houve a abolição da escravidão, no ano de 1837, e a implantação da forma de trabalho assalariado.

Para substituir a mão de obra escrava, houve o incentivo a migração de diversas populações, dentre os quais chineses e indianos, principalmente desses últimos. Tais migrações serviram de base para formar a multiétnica e multicultural sociedade guyanense que passaria a ter 3 principais grupos étnicos, ameríndios, hindus e africanos, que influenciariam fortemente os partidos políticos na Guyana.

Até meados do século XIX, o governo da colônia era controlado pelos grandes plantadores de origem europeia², sendo eles que tinham a maior influência na vida política da colônia, seguido pelos afroguianenses e pelos indoguiianenses. Até então, os ameríndios ficaram marginalizados ou até mesmo excluídos da vida política colonial (SERBIN, 1980).

No ano de 1928, para efeitos administrativos, a colônia inglesa passou a ser formalmente reconhecida pela coroa britânica³, passando a ter um governador indicado pela metrópole e uma Assembléia legislativa, tendo o próprio governador como presidente. Apesar de tais reformas, a população guyanense era pouco assistida na Assembléia, uma vez que o governador indicava grande parte dos membros da mesma.

Em decorrência da baixa representação popular, houve a formação de sindicatos⁴ que serviriam de apoio à emergência da população guianense à vida política da colônia servindo como meio de influenciar indiretamente os representantes da Assembléia Legislativa. Os sindicatos evidenciavam a divisão étnica sobre a qual se construiu a política guyanense, existindo associações formadas e lideradas por indoguiianenses e por afroguianenses. Os sindicatos agrícolas e rurais eram compostos e dirigidos por indoguiianenses, enquanto que os sindicatos urbanos vinculados aos serviços e a indústria eram dirigidos e formados por afroguianenses (SERBIN, 1980).

² De acordo com Serbin (1980, p. 43): “[...] *El dominio político de la plantocracia europea continuó siendo absoluto, mientras que los portugueses, uno de los grupos más reducidos de la estructura étnica de Guyana, ascendieron al segundo lugar en la escala de influencia política parlamentaria [...]*”.

³ “A efervescência em torno de reformas constitucionais mais amplas elevou o status da Guiana à Colônia da Coroa em 1928, e os sistemas político e jurídico herdados dos holandeses foram substituídos por Conselhos Legislativos e Executivos” (MANGAR, 2009, p. 152).

⁴ A formação de sindicatos na Guyana colonial seguiu os movimentos mundiais de sindicalização que aconteceram entre os séculos XIX e XX. Ocorreu na Inglaterra o nascimento das primeiras associações sindicais expandindo-se, posteriormente, para o resto do mundo. E a Guyana, como colônia inglesa, foi herdeira direta da atuação sindical.

Nesse contexto de divisão sindical e movimentos nacionalistas retornou à colônia inglesa, em 1943, Cheddi Jagan, que tinha ido estudar nos EUA e começou a participar da vida política guyanense. No ano de 1947 houve nova eleição para Assembléia Legislativa e Jagan, que era muito engajado na luta pela emancipação da colônia, foi eleito. Cheddi Jagan tinha ligações com o Partido Comunista Britânico e era alinhado a pensamentos marxista-leninista, o que posteriormente lhe rendeu perseguição política.

Jagan, que era indoguianense, após eleito implementou algumas iniciativas que acabaram envolvendo tanto os indoguianenses como os afroguianenses e culminando no aumento de sua popularidade entre ambas as etnias. Com a intenção de garantir esse equilíbrio étnico, Forbes Burnhan foi congregado ao arranjo político de Jagan o que permitiu a criação do primeiro partido multiétnico da Guyana, o People's Progressive Party (PPP). A criação do PPP, no ano de 1950, simbolizou a união da multiétnica população guyanense uma vez que o presidente do partido era afroguianense, o secretário geral era americano e dois vice-presidentes: um chinês e outro indoguianense.

Forbes Burnhan a princípio diferia de Jagan em relação a sua posição socialista mais moderada e não tão arraigada aos ideais marxista-leninistas, como Jagan. A vitória de Jagan e do PPP nas eleições de 1952 ocasionou o acirramento das diferenças entre Burnhan e Jagan, pois ambos tinham muita representatividade ante aos sindicatos referentes ao seu grupo étnico e ambos queriam o controle do partido, em função de suas credenciais políticas.

A luta pela regulamentação das condições de trabalho na Guyana, movimentada pelas agremiações sindicais, adicionada às disputas entre Jagan e Burnhan pelo controle do partido, levaram a metrópole a intervir na política da colônia, suspendendo as garantias constitucionais entre 1954 e 1957, fechando o escritório do PPP⁵ e indicando os membros da Assembléia Legislativa.

A intervenção inglesa na Guyana tem como contexto a Guerra Fria e por consequência, o receio norte-americano de vir a ter mais um país com política de governo socialista nas Américas⁶. Logo, a influência estadunidense na política da colônia seria algo determinante para a independência da mesma. Tese reforçada por Serbin (1980, p. 202-203), quando afirma que:

⁵ O fechamento do escritório do PPP foi sob a acusação de que o partido tinha o objetivo de infundir uma ditadura comunista na Guyana, mesmo que seu estandarte não tenha sido a ditadura do proletariado, mas sim a independência nacional (SILVA, 2007).

⁶ No caso guyanense os EUA estavam mais propensos a manter o status quo colonial, em função dos riscos de a Guyana passar a ser comunista, do que ser a favor da independência, uma vez que os norte-americanos eram propagadores do discurso anticolonial.

En este proceso, al margen de las variables internas de enfrentamiento ideológico y personal, incidió un conjunto de variables externas, representadas por la progresiva influencia norteamericana en el sindicalismo guyanés controlado por Burnhan, la creciente intervención británica en el control del gobierno colonial y la dinámica política internacional, en el marco de la “guerra fría”. En este contexto, Grã Bretaña y los Estados Unidos, tendieron a reforzar y apoyar la posición de Burnhan, como alternativa política a la influencia “comunista” de Jagan, originariamente apoyado por el PC británico y la federación sindical internacional de orientación pro-soviética.

Nesse período a metrópole enviou uma comissão para investigar e inteirar o governo britânico sobre a crise que se instalara na colônia (SERBIN, 1980). O relatório da comissão ressaltou os riscos que Jagan representava para os interesses anti-comunistas na Guayana uma vez que, segundo o documento, ele era radical e muito arraigado à tradição marxista-leninista. Em contrapartida, percebeu-se em Burnhan um candidato moderado e mais alinhado aos interesses ingleses e norte-americanos para a colônia⁷, logo recomendou-se o apoio a ele para a liderança do movimento nacionalista guyanense.

Com as eleições de 1957 há acirramento das questões étnicas, sendo que tais questões serviram de bandeira para Jagan conseguir o maior número de cadeiras na Assembléia, uma vez que existia número maior de eleitores indoguyanenses. A partir de então as demandas étnicas passam a ser o centro das disputas políticas na Guayana. Jagan procurou beneficiar a população indoguyanense em detrimento da afro-guyanense, promovendo uma política de hinduização dos cargos públicos da colônia.

Burnhan utilizou-se da política segregacionista de Jagan com o intuito de adquirir maior apoio popular, especialmente entre os afro-guyanenses de classe média. Para tanto distanciou-se dos ideais socialista com o intento de atrair maior número de adeptos ao seu discurso e fundou o People’s National Congress (PNC) para fazer frente ao People’s Progressive Party. Todavia, nas eleições de 1961⁸ Jagan conseguiu a maioria das 35 cadeiras da Assembléia.

Novamente eleito, Jagan aproximou-se ainda mais da União Soviética e de Cuba e continuou com a política de benefício aos indoguyanenses, dessa vez com a iniciativa de fortalecer o sindicato de trabalhadores dessa etnia o que agravou ainda mais a divisão étnica gerando embates violentos entre afro e indoguyanenses durante os anos de 1962 a 1964.

⁷ De acordo com Stephen Rabe (2005), o governo Johnson recordou aos diplomatas britânicos em Washington que Burnhan poderia não ser o Primeiro-ministro ideal, mas ele era a única alternativa a Jagan e ao PPP.

⁸ De acordo com Silva (2007) as eleições de 1961 foram monitoradas pela CIA, no entanto tal monitoramento não afetou diretamente o resultado das mesmas.

A violência dos embates étnicos foi também promovida através do controle dos meios de comunicação e da maioria dos sindicatos. Essa situação culminou numa nova intervenção britânica na colônia para controlar os distúrbios e intervir no governo de Jagan (SERBIN, 1980). De acordo com Rabe (2005, p. 75) as instabilidades eram apoiadas pelos EUA⁹, que visavam a desestabilização do governo de Jagan¹⁰:

U.S. officials and private citizens incited murder, arson, bombings, and fear and loathing in British Guiana. Indeed, the covert U.S. intervention ignited racial warfare between blacks and Indians. By the end of 1962, the United States had forced the United Kingdom to accede to U.S. demands to find way to deny power to Cheddi Jagan and the People's Progressive Party.

A crescente aproximação entre a Burnhan e a metrópole sobremaneira o beneficiou em sua luta contra Jagan, de modo que a Inglaterra estreitou ainda mais sua relação com Burnhan em decorrência da intervenção no governo de Jagan. Um novo sistema de proporção eleitoral passou a ser adotado, de forma que beneficiou, mormente, o PNC (SERBIN, 1980).

A despeito da polarização entre afro e indoguyanenses, havia algumas classes sociais na Guyana que, até então, não tinham representação política como era o caso dos empresários, católicos, europeus e a alta classe média da Guyana (SERBIN, 1980). Com o intento de aglutinar esses eleitores foi fundado o United Force (UF). Este partido era contra a descolonização e representava a força capitalista guyanense, o que incluía os grandes fazendeiros da região do Rupununi.

O UF apropriou-se da influência dos fazendeiros guyanenses e dos missionários católicos sobre os ameríndios integrando os mesmos à vida política da Guyana, sendo que, nas eleições de 1961 esse partido obteve 69% dos votos ameríndios ao apresentar um candidato dessa etnia. Apesar disso, existiam acusações dos próprios ameríndios de tentativa de manipulação política por parte do UF. Ademais, o voto dos ameríndios foi decisivo, posteriormente, para a eleição de Burnhan no pleito de 1964 (SERBIN, 1980).

Apesar de o UF ser o partido que estaria mais próximo dos interesses anticomunistas norte-americano, não havia um nome forte entre os integrantes deste partido

⁹ Nesse contexto de Guerra Fria e receio quanto à ameaça comunista, os EUA intervieram em diversos países nas Américas impondo um consenso estratégico e ideológico de acordo com seus interesses para sua zona de influência. Para isso, de acordo com Buzan e Waever (2003) apoiaram golpes militares na região com o intuito de controlar os riscos pró comunistas. Atitude essa embasada na Doutrina Monroe, que justificava a intervenção fora das fronteiras norte-americanas.

¹⁰ O fracasso norte-americano no intento de afastar os comunistas de Cuba reforçou seu intento de fortalecer a luta contra o comunismo na América Latina.

e com representação política suficiente para fazer frente a Jagan. Pensando nesse aspecto foi firmada uma aliança entre o PNC e o UF que tinha em comum apenas luta contra o PPP e sua política socialista. Com essa aliança Burnhan angariou mais votos, além dos afroguianenses, e juntamente com o UF aumentou sua representatividade na Assembléia, superando o PPP.

O ápice mundial das lutas nacionalistas por descolonização foi a década de 1960. Diversos países africanos e asiáticos conseguiram sua independência nesta década. A Guayana estava incluída nesse processo de intensificação das reivindicações por independência. Jagan, apesar de ser um símbolo guianense na luta pela independência, perdeu espaço aos olhos da Inglaterra e dos EUA, uma vez que suas políticas pró-União Soviética não estavam de acordo com a zona de influência onde a Guayana estava inserida.

Burnhan, após eleito, iniciou as negociações para a independência guyanense do domínio inglês, o que ocorreu no ano de 1966. Jagan, apesar de eleito se negou a participar das negociações para autonomia guyanense bem como das atividades como legislador na Assembléia. A instabilidade política de Jagan e a afirmação de Burnhan como primeiro-ministro guyanense foram primordiais para o alcance da independência sob o auspício dos EUA e da Inglaterra.

Considerações

A Guerra Fria foi marcada pelos processos de descolonização no mundo e pela busca soviética e estadunidense por satélites sobre os quais pudesse exercer influência. No entanto, o receio contra o comunismo veio a acarretar intervenções ou ingerência norte-americana em diversos países do globo, inclusive no Brasil¹¹. Essa ingerência norte-americana estava embasada na Doutrina de Segurança Nacional, que tinha como objetivo frear o avanço comunista identificado com a URSS fosse pela agressão externa ou pela subversão interna, considerando que aqueles que fossem contra a política estadunidense estariam favoráveis à expansão do comunismo, constituindo uma ameaça à segurança nacional dos EUA (MONTAGNA, 1986).

A Teoria do Efeito Dominó de Eisenhower criada em 1954, também serviu de base para justificar a intervenção norte-americana nos países ao redor do mundo para proteger os interesses dos EUA contra a ameaça comunista. A teoria dizia que

¹¹ No Brasil a ascensão dos movimentos sociais, sindicais e nacionalistas gerou receio de que estaria iminente uma revolução comunista no Brasil. Nesse contexto que em 1964 ocorre o golpe militar, com o apoio dos EUA, com a intenção de conter o medo comunista (COIMBRA, 2000).

se algum país caísse sob influência do comunismo, os países ao redor dele também cairiam, como se fosse uma fileira de peças de dominó em pé¹².

A Guayana obteve sua independência nesse contexto, sendo este ato amplamente cercado pelos meandros da Guerra Fria. O fato de este Estado se encontrar na zona de influência norte-americana contribuiu para a ingerência desta potência na política interna guayanense. Tal interferência foi fruto da necessidade estadunidense em assegurar a sobriedade no continente sul-americano contra o risco socialista.

O interesse norte-americano, nesse aspecto, legitimou intervenções e o apoio às instabilidades étnicas na Guayana colonial. A Inglaterra era à favor das interferências estadunidenses na colônia, uma vez que não era relevante para aquele país contrapor às vontades do Estado que estava financiando sua reconstrução após a Segunda Guerra.

A presença norte-americana na Guayana, dessa forma, conformou a ascensão de Burnham ao governo e a independência do domínio inglês. Burnham, apesar de ser socialista, adquiriu o apoio inglês e estadunidense, pois ele se mostrava mais aberto a negociações, conseqüentemente mais maleável aos interesses ocidentais para a Guayana.

Referências bibliográficas

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Tradução de Sérgio Bath – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986, p. 928.

BIAGI, Orivaldo Leme. **O imaginário da Guerra Fria**. Revista de História Regional, Ponta Grossa, n.6, 2001, <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2119/1600>> acessado em junho de 2014.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers: The structure of international security**. Cambridge University Press, 2003, p. 598.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: Funag, 2012, p. 580.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Doutrinas de Segurança Nacional: Banalizando a Violência**. Psicologia em Estudo. Maringá, vol. 5, nº 2, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v5n2/v5n2a02>. Acessado em junho de 2014.

GADDIS, John Lewis. **História da Guerra Fria**. Tradução de Gleuber Vieira – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p. 308.

¹² Essa crença levaria os EUA a entrarem na Guerra do Vietnã.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Nação, Nacionalismo, Estado**. Instituto de Estudos Avançados. São Paulo, vol. 22, n.º. 62, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000100010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acessado em junho de 2014.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. Disponível em: <http://www.passeidireto.com/arquivo/976556/thomas-hobbes---o-leviata>. Acessado em maio de 2014.

HOBBS, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 230.

LINHARES, Erick Cavalcanti. **A política externa do vizinho distante**: estudo de caso da República Cooperativa da Guiana. 2011, 172p. Tese. (Doutorado em Relações Internacionais e Desenvolvimento regional) – Universidade de Brasília, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais em convênio com a Universidade Federal de Roraima.

LOWE, Norman. **História do Mundo Contemporâneo**. Tradução de Roberto Cataldo Costa – Porto Alegre: Penso, 2011, p. 656.

MANGAR, Tota C. **Guiana**: história e desenvolvimento econômico. Diplomacia, Estratégia e Política, Brasília, n.10, p. 149-161, outubro/dezembro, 2009. Disponível em: http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Dep_10_portugues.pdf. Acessado em junho de 2014.

MONTAGNA, Wilson. **A Doutrina de Segurança Nacional**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. São Paulo, vol. 6, 1986. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12296/8904>. Acessado em maio de 2014.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de; IFILL, Melissa. **Dos caminhos históricos aos processos culturais entre Brasil e Guiana**. Boa Vista: EDUFRR, 2011, p. 179.

PEREIRA, Mariana Cunha. **A memória de Brasileiros e Guianenses sobre a Revolta do Rupununi na fronteira Brasil – Guiana**. Revista Textos e Debates, Boa Vista, v.1, n.14, p. 118-128, 2008.

RABE, Stephen G. U.S. **Intervention in British Guiana**: a cold war story. The University of North Carolina Press, 2005, p. 240.

SERBIN, Andrés. **Nacionalismo, etnicidad y política en la Republica Cooperativa de Guyana**. Caracas: Bruguera, 1980, p. 276.

SILVA, Carlos Alberto Borges da. **De Cattle Barons a sapatos / shoes**: uma etnografia da Revolta do Rupununi. Cuiabá: Cathedral Publicações, 2007, p. 224.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevich. **História Mundial Contemporânea (1776-1991)**: Da independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética. Brasília: Funag, 2010, p. 352; (manual do candidato).

SEGURANÇA NA FRONTEIRA NORTE DO BRASIL: A NOVA MODALIDADE DE CONTRABANDO NAS RODOVIAS BR-174 E BR-401: O CASO DO ALHO E DA CARNE

1. Introdução

As regiões de fronteira são áreas dinâmicas com intenso processo interativo social, econômico e cultural, onde se encontram realidades diferentes, trata-se de um espaço estratégico usado para viabilizar fluxos. Nelas o trânsito de mercadorias e pessoas é constante, isso motivado pela proximidade física e o intenso comércio. Assim, é uma área que requer uma maior segurança visto que é propícia para incidência de crimes que colocam em risco a segurança nacional. Nas rodovias transnacionais é comum a existência de crimes como o tráfico de drogas, evasão fiscal e de divisas, tráfico de pessoas, contrabando e descaminho de mercadorias, exploração sexual, transporte de materiais irregulares e falsificados dentre outros.

A incidência da economia informal aumenta a intensidade das relações sociais nessa faixa territorial, sendo essa prática irradiada para áreas adjacentes, alimentando assim, uma grande rede de ilícitos, o que dificulta cada vez mais o controle e o combate a esse tipo de crime. Diante disso, os Estados tentam combater essas atividades através da criação de políticas e instituições específicas, com atuação conjunta de órgãos de segurança pública estadual e federal.

No caso de Roraima, que é uma região de tríplice fronteira sendo de um lado interligado à Guiana¹ pela BR-401, e do outro à Venezuela pela BR-174, os cuidados devem ser mais intensos, visto que são duas portas de entrada de fatores diversos, incluindo os crimes transnacionais. O contrabando de determinados alimentos vem crescendo rapidamente ao longo das rodovias amazônicas, representando inclusive, perigo a saúde pública.

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: kelylucio@hotmail.com

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: fernandams02@hotmail.com

*** Universidade Federal de Roraima. E-mail: julia_fcamargo@hotmail.com

¹ Para este artigo adotou o termo Guiana. De acordo com as considerações de Oliveira (2010) a expressão Guiana faz referência à ex- Colônia Britânica.

Historicamente, os principais ilícitos identificados na fronteira Brasil-Venezuela são os referentes ao contrabando de produtos de necessidades básicas e o de gasolina, e na fronteira com a Guayana, os crimes de maior incidência são o contrabando de produtos importados, tráfico de drogas e a passagem de veículos roubados. Nessas duas regiões, também há incidência crimes como o tráfico de pessoas e tráfico de pedras preciosas, decorrente do garimpo ilegal, comumente abordados em pesquisas científicas. Notou-se que no início de 2014, dois novos produtos começam a adentrar com mais peso no mercado do contrabando, é o caso da carne e do alho, que se destacam devido à sua procedência e o grande volume apreendido recentemente, o que abriu espaço para pesquisa acerca do assunto.

No início deste ano a mídia começou a noticiar com frequência o grande volume de apreensões de itens alimentícios, o contrabando desses produtos não é prática nova, o que houve foi um surto desse comércio em 2014, fazendo com que esses entrassem no rol dos produtos mais contrabandeados na nossa fronteira. Assim, essa prática começou a ser noticiada na mídia como “*a nova modalidade de ilícitos*”, o qual se atentou para os perigos que estes representariam a saúde pública. Entendeu-se assim, que se trata de um assunto relevante, dado que é de questão social, sendo uma modalidade ainda não explorada cientificamente.

Nossa análise foi realizada através de dados do Núcleo de Operações Especiais (NOE/RR) da Polícia Rodoviária Federal de Roraima (PRF/RR) referente às apreensões do período de agosto de 2013, um mês após sua implementação, a julho de 2014, ano em que foi registrada forte entrada desses itens provenientes de contrabando. Sabe-se que existem outras instituições competentes a atuar na apreensão de ilícitos nessas regiões, porém este trabalho se restringirá à exposição de dados provenientes de atuações do NOE/RR.

Objetivou-se fazer uma relação entre a quantidade de apreensões realizada durante seu primeiro ano de institucionalização e as maiores ocorrências de apreensão desses itens (carne e alho), de forma a se fazer uma análise mais específica. Assim, um dos motivos que nos levou a realizar esta pesquisa foi pelo fato de ser um grupo novo atuante no Estado e possuir flexibilidade de locomoção. Entendemos que esta pesquisa se propõe em suma, a alertar para a incidência dessa modalidade de contrabando.

A metodologia utilizada para esta pesquisa foi a análise bibliográfica e exploratória, com a seleção de livros, artigos, bem como notícias de jornais e sites oficiais, e entrevistas com profissionais dos órgãos que atuam na fiscalização das fronteiras e rodovias do Estado. As entrevistas foram realizadas junto ao Ministério da Agri-

cultura, Pecuária e Abastecimento², Agência de Defesa Agropecuária de Roraima³ e Polícia Rodoviária Federal de Roraima⁴. O conteúdo foi exposto por meio de uma abordagem qualitativa e analítica.

Este artigo está dividido em três partes: tópicos conceituais, abordando temas relevantes à pesquisa em questão; depois se discorre sobre as características das cidades de fronteira (Pacaraima – Santa Elena e Bonfim – Lethen) no que tange às suas relações econômicas, incluindo aí os ilícitos comumente praticados. Na sequência, será feita uma breve abordagem sobre políticas de segurança nas fronteiras até chegar à criação do Núcleo de Operações Especiais (NOE) do qual faremos utilização de dados para análise, além de informações adicionais provenientes de órgãos competentes e de noticiários locais para o nosso estudo de caso.

2. Fronteiras e os novos conceitos

Na concepção clássica das Relações Internacionais o Estado aparece como ator central, tendo este como um de seus principais requisitos a posse de um território, sendo marcado por limites políticos. Assim, fronteira é colocada como elemento geográfico delimitador, organizada jurídica e politicamente. Porém, de acordo com Lima (2012) “a origem histórica da palavra mostra que seu uso não estava associado a nenhum conceito legal e que não era um conceito essencialmente político”. O autor também chama a atenção para a sinergia desenvolvida pelas comunidades fronteiriças que gera novas possibilidades para além de limites internacionais subvertendo os conceitos clássicos de limites e fronteiras.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, com a necessidade dos países em se integrarem (primeira geração do regionalismo), tem-se uma alteração sob o entendimento de fronteira, esta agora não é mais entendida apenas como limite, mas como um meio de aproximação, em que os Estados começam a buscar mais similaridades entre si do que distanciamento, ou seja, ela assume um caráter maior de “união”, ganhando novas perspectivas de estudo, o que tornou evidente o seu caráter dinâmico. De acordo com Senhoras (2012), as fronteiras são dinamizadas tanto por forças de limitação e separação, quanto por forças de contato e aproximação que se orientam pela cooperação e integração na internacionalização.

² Entrevista feita com Ailton Guedes – chefe da divisão de defesa agropecuária e Juan Herrera Mast – fiscal federal agropecuário do MAPA.

³ Entrevista feita com Emílio Bernadon Neto – médico veterinário, setor de gerencia de produtos de origem animal da ADERR.

⁴ Entrevista feita com Thiago Vaz, agente da PRF/RR.

Atualmente, o conceito de fronteira está bastante atrelado ao campo econômico, na aplicação do protecionismo comercial, e às diretrizes de segurança e defesa nacional, no emprego de barreiras contra ameaças. De acordo com Galvão (2012), isso ocorre em consequência da conformação das fronteiras políticas. Para Becker a fronteira passa a ser concebida também pelas comunidades fronteiriças e não só a partir de estratégias e interesse do Estado central. Camargo (2012) menciona que isso pode trazer como contribuição o foco no indivíduo, suas necessidades e expressões para a formulação de políticas públicas.

Nesse sentido, a fronteira é caracterizada como espaço físico ou zona de interação nos quais os indivíduos se relacionam econômica, social, tecnológica, política e culturalmente, acarretando-se assim, em nova configuração social para as pessoas que nela convivem. Nessa perspectiva, Almeida e Barbosa (2008), atribuem à fronteira um sentido antropológico. Segundo Senhoras (2012), “trata-se de uma zona híbrida de forças centrípetas e centrífugas que podem ser observadas principalmente naqueles pontos fixos de interação mais intensa como as cidades-gêmeas”. Essas cidades originariamente se consolidaram para desempenhar uma territorialidade geopolítica nas zonas de fronteira, justamente com funções relacionadas à segurança e defesa do território nacional.

2.1 *A faixa de fronteira*

Foi a partir da década de 1930 que iniciou-se discussões no Brasil acerca delimitação da faixa fronteiriça, sendo compreendida com 150 km de largura, e posteriormente, com a publicação da Lei n. 6.634/79 e decreto no 85.064/80 configurou a faixa de fronteira como área indispensável à Segurança Nacional, sendo esta considerada até hoje e reforçada na constituição de 1988, conforme seguinte dispositivo:

Art. 20 (...) §2º - A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas por lei.

Dentro de um contexto simbólico, a faixa de fronteira é caracterizada por se tratar de uma área de maior incidência e propagação de ilícitos, sendo essa tradicionalmente pensada como zona anárquica e inóspita. A atuação de órgãos públicos trabalha na perspectiva de trazer segurança a essas áreas tão distantes dos centros urbanos, e evitar o escoamento de ilícitos. Conforme dispositivo da Constituição de 1988 “caberá a Polícia federal, Polícia rodoviária federal, polícia civil e polícia militar

atuarem em missões específicas e atividades integradas para promover a segurança Nacional”. Nesse sentido, segundo Campos (2007), a área de fronteira condensa aspectos de competência local para atuação policial, por encontrar dificuldades como expansão geográfica e delimitação legal, recorrendo assim, a instituições complementares.

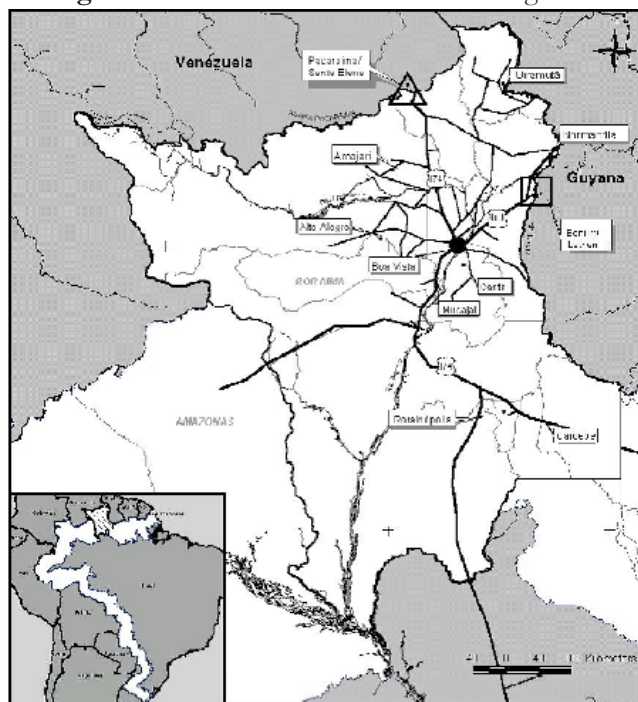
No caso de Roraima, o Estado encontra-se totalmente dentro da convergência da faixa fronteiriça. Deparamo-nos com duas fronteiras: ao norte, interligada pela BR-174 encontra-se a República Bolivariana da Venezuela, e ao leste, com acesso pela BR-401, está a República Cooperativista da Guayana, o que dá ao Estado a condição de uma região de tríplice fronteira. Segundo Procópio (2005), trata-se de uma área mais propícia a atividades ilícitas, que é intensificada pelo grande fluxo de pessoas.

2.1 Roraima e as “Cidades-Gêmeas”

O Estado de Roraima compreende uma área de 225.11 km², ocupando 2,63% do território nacional e 5,82% da região Norte do Brasil, possui a única via terrestre de ligação entre o Brasil e a Venezuela, a BR-174, que também dá acesso à Manaus. Sua capital é o Município de Boa Vista (a única capital situada acima da linha do equador). Esta em 1980 era citada pelo General Meira Mattos como cidade estratégica para construção do Polo Internacional, devido ao seu potencial fronteiriço, visto que interliga Brasil-Venezuela-Guayana, formando assim a tríplice fronteira. No contexto geográfico de Roraima tem-se como “cidades-gêmeas” Pacaraima (Brasil) e Santa Helena de Uairén (Venezuela), localizadas na fronteira norte do Estado; Bonfim (Brasil) e Lethen (Guayana) localizadas na fronteira leste. Assim, segundo Senhoras (2012):

“As cidades-gêmeas são áreas singulares constituídas em cada lado das fronteiras que demonstram bem a hibridéz fronteiriça marcada por *objetos técnicos* característicos como os fortes, os quartéis, as aduanas, os postos de fiscalização e por *ações humanas* de instrumentalização *diplomática*, efetuada por diplomatas e presidentes, como agentes da política externa, e *paradiplomática*, efetivada pelos representantes subnacionais, como prefeitos, e pelas ações individuais e coletivas das pessoas por meio de uma série de fluxos convergentes ou conflitivos, legais e ilegais” (SENHORAS, 2012).

Figura 01: Estado de Roraima – Cidades-gêmeas



Fonte: Fernandes Neto, 2005 (Adaptado)

O Município de Pacaraima situa-se a 215 km de Boa Vista, o mesmo faz fronteira com Santa Elena, na Venezuela, por meio da BR-174. Foi criado em 1995 e instalado em 1997, na localidade popularmente conhecida como BV-8. Sua economia se sustenta basicamente da agropecuária e do comércio de fronteira, resultado do fluxo turístico da cidade de Santa Elena de Uairén. Esta se localiza a 20 km da fronteira com o Brasil, apresentando um núcleo urbano maior que Pacaraima, sendo caracterizado pelo comércio de produtos variados de boa qualidade e preços baixos, comparado com o câmbio do Brasil, e pelo fluxo turístico, principalmente de brasileiros, que movimentam grande parte do comércio da cidade, atraídos também pelo baixíssimo preço da gasolina venezuelana.

O Estado de Roraima também faz fronteira com Guyana, por meio da BR-401, rodovia asfaltada que liga Boa Vista a Bonfim, Município localizado as margens do rio Tacutu (fronteira natural). Sua economia mantém-se basicamente em torno do setor primário, sendo produzido arroz, milho, banana, caju, mandioca e gado de

corde. Roraima é conectado a esse país pela ponte sobre rio Tacutu, construída em 2010, através de um acordo bilateral entre Brasil e Guayana, porém a via de acesso terrestre do lado guyanense não está asfaltada, o que dificulta o acesso à cidade de Lethen (Guayana). Está localizado a 375 km de Est. Está localizado a 500 km de Georgetown, capital do país, cujo acesso, também é feito por estrada não asfaltada que se torna intransitável durante os períodos de chuvas. Sua economia é em grande parte sustentada pelo comércio de mercadorias ilegais e chinesas, mantido principalmente, por brasileiros que compram desde alimentos, produtos eletrônicos, roupas, calçados, dentre outros.

Nessas regiões de fronteira o trânsito de pessoas e comércio é intenso, fenômeno este conhecido como “comércio formiga”. No entanto, como podemos observar a relação transnacional entre as cidades fronteiriças, vai além dos fluxos comerciais como importação e exportação, trânsito de pessoas, como migrantes e turistas. Também servem de alimento para o crime organizado, fazendo parte dessa relação os ilícitos transnacionais, como contrabando, tráfico e descaminho, que interligam o âmbito nacional e internacional.

Entre os ilícitos comumente praticados na fronteira com a Venezuela pode-se citar o contrabando de produtos de necessidades básicas e o contrabando de gasolina. Ambas as mercadorias tornam-se atrativas devido ao baixíssimo preço, o que propiciou a existência de uma rede criminoso bastante atuante nessas modalidades, causando impacto direto no cotidiano dos moradores de ambos os lados. Na fronteira com a Guayana percebe-se que com a construção da ponte sobre rio Tacutu houve uma intensificação dos índices de criminalidade. Conseqüentemente, facilitou a saída de veículos roubados no Brasil e o contrabando de produtos piratas, antes feitos apenas por barcos.

É perceptível a incidência de outros crimes transfronteiriços que utilizam Roraima como via de acesso, seja para o restante do Brasil ou para os países que fazem fronteira com o Estado, usando principalmente as rodovias como escoadouro. Assim, a BR-174 e a BR-401 são permeadas por crimes como tráfico de drogas e armas, tráfico de ouro/diamantes (provenientes do garimpo ilegal), de pessoas com vistas à exploração sexual, dentre outros. Salienta-se que quanto ao tráfico de drogas, há uma maior incidência da cocaína, oriunda dos países andinos e da maconha cultivada na Guayana.

3. *Segurança nas fronteiras*

Não é de hoje que se propõem iniciativas institucionais em conjunto a fim de promover a segurança nas fronteiras e rodovias do país. Podemos citar como marco regulatório de defesa a instituição da PDN (Política de Defesa Nacional), instituída em 1996, depois renovada em 2005, representando um grande avanço no combate aos ilícitos na fronteira. Neste mesmo contexto, foi criado o ENAFRON (Estratégia Nacional de Fronteira), com vistas a reforçar a segurança nos Municípios fronteiriços com o objetivo de coibir a criminalidade nas faixas de fronteira (NAEA, 2012).

Ciente da vulnerabilidade da fronteira e da utilização da malha viária nacional para a circulação de produtos comercializados a partir de ilícitos, viu-se a necessidade de instituir um policiamento ostensivo atuante tanto na fronteira quanto nas rodovias, atribuindo-se esta competência à PRF, conforme disposto na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 144. Também constam suas competências no Decreto nº 1.655/95 e no Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/97. Conforme exposto na CF/88:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

[...]

II - polícia rodoviária federal; [...]

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

A PRF é nessas regiões o contato direto e identificado do Estado com a população, tendo como principal função de governo a segurança pública, atuando de forma preventiva, aliada à necessária repressão do crime. No Estado de Roraima, região de tríplice fronteira, o trabalho de combate a essas práticas é dificultado devido à grande extensão da malha viária, com a presença rarefeita da Polícia Rodoviária Federal nessas áreas por falta de efetivo, conforme exposto, recorrentemente, em seus Relatórios de Gestão Anuais. Diante disto, os Estados tentam solucionar a questão dos ilícitos, através da criação de políticas e instituições específicas, com atuação conjunta de órgãos de segurança pública estadual e federal, decorrente da necessidade de ações complementares.

Recentemente, em 2013, implantou-se na PRF de Roraima (5º DRPRF/RR) o Núcleo de Operações Especial (NOE), cujos integrantes são especializados para

atuar em ações específicas de combate a crimes. Trata-se de um grupo itinerante, ou seja, possui capacidade se deslocar constantemente por todo o Estado, atuando assim, em várias regiões além das zonas de fronteira. Durante seu primeiro ano de atuação, foram registradas apreensões que mostram o aumento na incidência de algumas modalidades de ilícitos.

Tomou-se este registro como referência para abordagens nesse estudo, por conter informações mais detalhadas a cerca dos ilícitos apreendidos, bem como pela tecnicidade do grupo que atua incisivamente na contenção do crime ao longo da malha viária, entendendo-se, portanto, que este teria informações mais precisas. A partir da tabela, cedida pelo agente Lubnow - chefe substituto do NOE, foi possível analisar as apreensões do grupo ao longo das rodovias BR-174 e BR-401, entre o período de agosto de 2013 e julho de 2014, o que levou a observar o elevado número de carne e alho apreendidos, conforme tabela a seguir:

Tabela 01: Apreensões do Núcleo de Operações Especiais

Ocorrência	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jul	TOTAL	
Pessoas detidas	PF****	2	6	6	0	0	3	10	0	1	3	4	35
	PC*****	3	7	9	15	7	5	6	6	0	2	1	61
Veículos recuperados	1	1	2	4	2	0	1	1	1	0	1	14	
Armas apreendidas	0	1	2	1	1	2	0	0	0	0	0	7	
Contrabando - Gasolina	515 Lt	1000 Lt	3425 Lt	0	600 Lt	2655 Lt	4080 Lt	0	270 Lt	0	1545 Lt	14.090 Lt	
Contrab./descaminho Itens diversos	270	49790	6603	0	2252	432	20358	2368	0	3088	2200	87361	
Adulteração Sinal Identificador	0	3	0	1	0	1	0	0	0	0	0	5	
apreensão de Drogas	0	0	0	200 Gr	1,3 Kg	3,8 Kg	0	0	0	0	01Kg	6,3 Kg	
Embriguez	1	1	0	1	2	0	2	2	0	0	0	9	
Crime Ambiental	0	0	2	0	1	0	0	0	0	2	0	5	
Apreensão de Carne	0	0	0	0	0	0	236 Kg	0	2886 Kg	0	0	3122 Kg	
Apreensão de Alho	0	0	0	0	0	0	729 Kg	0	0	0	1040 Kg	1769 Kg	
**** Pessoas Detidas e encaminhadas para Polícia Federal;													
***** Pessoas Detidas e encaminhadas para Polícia Federal													

Fonte: Núcleo de Operações Especiais da PRF/RR

Num contexto geral, observa-se que o maior volume em apreensões corresponde a mercadorias como gasolina, itens diversos, carne e o alho. Nos três primeiros meses de atuação notou-se um aumento significativo das apreensões de gasolina e itens diversos, enquanto que outros produtos como drogas, por exemplo, tiveram suas primeiras apreensões no mês de outubro, sendo apanhados 200 gramas, e nos dois meses subsequentes apreendida em maiores quantidades.

O que se nota de incomum são os números referentes a esses dois itens alimentícios: a carne e o alho, em que suas apreensões pelo NOE datam de fevereiro de 2014, e já em grande quantidade, o que chamou atenção para o estudo destes dois itens como objeto central deste artigo. No primeiro caso, houve um aumento significativo no volume de apreensões da carne no mês de abril, assim como o alho que foi apreendido em quantidades bem maiores no mês de maio. O total de gasolina confiscada pelo Núcleo em abril foi bem menor, comparado aos meses de pico no volume de apreensões desse produto, que era considerado a prática ilícita mais comum.

4. As novas modalidades de contrabando nas rodovias BR-174 e BR-401

De acordo com informações obtidas no site do Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento (MAPA), a legislação brasileira e os acordos internacionais para o trânsito de alimentos e produtos de origem vegetais, animal e insumos agrícolas estabelecem regras para garantir a qualidade e segurança dos produtos, levando a procedimentos e exigências fitossanitárias. Estas exigências encontram-se elencadas em regulamentos da instituição. Para coibir esse tipo de prática, há uma atuação do (MAPA) na fronteira, agindo muitas vezes em conjunto com a Receita, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal na fronteira.

Uma nova medida por parte do governo brasileiro em repressão aos ilícitos transnacionais altera o crime previsto no art. 334 do Código Penal. Após a mudança, o crime de descaminho permanece no mesmo Artigo e o de contrabando passa a configurar tipo penal autônomo com o acréscimo do Art. 334-A. Assim, de acordo com a lei ordinária nº 13.008/14, a pena para quem cometer crime de contrabando é de 2 a 5 anos de reclusão, e no caso de descaminho, a pena é de 1 à 4 anos. Essa norma entrou em vigor em 27 de junho de 2014. Assim, configura-se:

Descaminho (Redação dada pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014)

Art. 334. Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria (Redação dada pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014)

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos. (Redação dada pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014)
(...)

Contrabando

Art. 334-A. Importar ou exportar mercadoria proibida: (Incluído pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014)

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos. (Incluído pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014)
(...)

III- reinsere no território nacional mercadoria brasileira destinada a exportação;

Porém, criminosos conseguem burlar a vigilância na fronteira de Roraima e adentram o território nacional, utilizando além das rodovias, rotas alternativas para fazerem com que produtos alimentícios em condições ilegais, circulem pelo Estado. Diante da lucratividade e a facilidade de negociação desses produtos, uma nova modalidade de contrabando está sendo registrada com mais frequência e preocupando as autoridades locais, chamando-se atenção também para o risco que representam à saúde pública. A PRF/RR em conjunto com outros órgãos de segurança, vem fazendo elevadas apreensões de alimentos como o alho, na BR-401, e a carne, na BR-174.

A incidência desses ilícitos já é refletida na sociedade, sendo esse assunto abordado em matéria jornalística, objetivando atentar a população para o risco no consumo desses produtos. Destaca-se que ambos os ilícitos causam já uma preocupação social, tanto que têm sido notificadas na imprensa local como maneira de alertar a sociedade roraimense a cerca dos perigos a saúde pública, conforme relatado nos trechos das matérias a seguir:

Em RR, polícia prende dois homens por suspeita de contrabando de alho

(...) “De acordo com o policial rodoviário Gouveia Brito, o alho é proveniente da Guiana, país fronteiriço com o estado. Os suspeitos confessaram o contrabando. “Eles disseram que o produto era do país vizinho e seria revendido em feiras de Boa Vista”, informou o policial. (...) “Ninguém sabe o processo de manejo desse alho, por isso envolve saúde pública, caracterizando contrabando e também descaminho”, concluiu.” (G1/RR, 02 de fevereiro de 2014)⁵.

PRF apreende mais de uma tonelada de carne trazida da Venezuela, em RR

(...) Lubenow disse ainda que o produto apreendido não costuma passar pela barreira de fiscalização na fronteira Brasil-Venezuela. “**Eles usam as ‘cabriteiras’ [vias de chão usadas para driblar as barreiras policiais nas rodovias]**”, afirmou, acrescentando que é preciso a população estar alerta e evitar o consumo de carne sem procedência. “A carne apreendida hoje já estava ficando escura”, concluiu (G1/RR, 08 de abril de 2014)⁶.

⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2014/02/em-rr-policia-prende-dois-homens-por-suspeita-de-contrabando-de-alho.html>. Acesso em: 10 de setembro de 2014.

⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2014/04/prf-apreende-mais-de-uma-tonelada-de-carne-trazida-da-venezuela-em-rr>. Acesso em 10 de setembro de 2014.

4.1 O Caso do Alho

Com a construção da ponte sobre o rio Tacutu na divisa com a Guyana, Roraima poderia passar a exportar mais os itens oriundos do agronegócio, porém, os postos de fiscalização situados em Bonfim, que deveriam ter como meta a garantia e agilidade de trabalhos de inspeção dos produtos, não podem executar um trabalho eficaz devido a pouca estrutura. O despacho aduaneiro deveria minimizar o embargo de produtos considerados de entrada ilegal no Estado, mas não é o caso do alho proveniente da Guyana.

De acordo com informações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), este item é todo importado da República Popular da China, o maior produtor de alho do mundo. Devido aos baixos preços do alho chinês, o produto atrai compradores de todo o mundo, afetando a concorrência de mercado. Diante da ameaça econômica da importação do alho chinês, os produtores brasileiros solicitaram uma medida por parte do governo, que através do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) definiu uma tarifa antidumping, com a intenção de nivelar a concorrência com o produto chinês, muito mais barato.

Geralmente a rota usada pelos contrabandistas de alho vindo da Guyana, é a BR401 sentido Boa Vista, onde já teriam compradores certos, ou o destino da mercadoria seria as feiras livres, expondo a perigo saúde pública já que o produto não passa por regularização e inspeção da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Em pesquisa junto ao MAPA, foram apontadas possibilidades de regularização para importação do alho a partir da aprovação de requisitos fitossanitários, conforme a Instrução Normativa nº 6, de janeiro/2003 (artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º) que revogou a Instrução Normativa anterior de nº 25 de agosto/2000:

Art. 1º Aprovar os requisitos fitossanitários para importação de alho (*Allium Sativum*), destinado ao consumo (Categoria 3, Classe 4), produzidos na República Popular da China.

Art. 2º As partidas de alho importadas, de que trata o artigo anterior, deverão estar acompanhadas de Certificação Fitossanitário, emitido pelas autoridades fitossanitárias da República Popular da China.

Art. 3º Caso seja detectada, no ponto de ingresso, a presença de qualquer praga quarentenária nas partidas importadas de alho procedentes da República Popular da China, deverão ser suspensas as importações do produto até a conclusão da revisão da análise de risco de pragas.

Art. 4º A Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF da República Popular

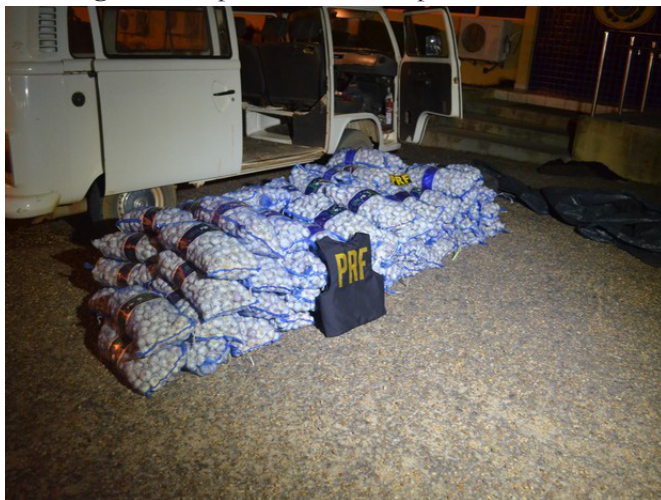
da China deverá comunicar à ONPF do Brasil qualquer das ocorrências fitossanitárias nos campos de produção de alho na China.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Instrução Normativa nº 25, de 3 de agosto de 2000.

A viabilidade da regularização do alho, porém, não possibilita a lucratividade do produto quando esse é resulta do ilícito. As apreensões feitas na fronteira e ao longo da BR-401 não são rotineiras, porém, quando são feitas tendem a ser em número bastante elevado, um exemplo foi uma apreensão feita pelo NOE/RR, no início do ano, de 729 kg de alho e apenas em maio foi feita apreensão de mais de uma tonelada. Uma questão a ser observada é o destino dado a esse produto, que geralmente é encaminhado a Polícia Federal para realização de procedimentos legais e em seguida encaminhado para serem incinerados.

Figura 02: Apreensão de alho pelo NOE/PRF



Fonte: G1 Roraima

4.2 O Caso da Carne

A partir da tabela de resultados do NOE/RR foi possível observar a incidência do contrabando de carne vindo da Venezuela com destino à Boa Vista. Segundo informações fornecidas pelo MAPA, esse tipo de crime é praticado desde 2010, po-

rém o que aconteceu recentemente foi um surto de contrabando, demandando um maior controle por parte das autoridades de segurança. Um dos fatores que contribuíram para esse aumento foi a garantia de altos lucros, visto que essa mercadoria, em grande parte, já possui destino certo de compradores que a adquirem em altas quantidades. O mesmo ocorre com o alho proveniente da Guyana, o qual teve suas primeiras apreensões em meados 2001.

Em abril deste ano o NOE/RR apreendeu um total de 2,886 toneladas de carne provinda da Venezuela. Conforme informações do MAPA, que atua em fiscalizações na fronteira, essa carne é de origem brasileira, quase 90% das carnes bovinas apreendidas vem de um frigorífico de Rondônia, o qual dispõe de tecnologias e condições de higiene necessárias para aprovação em sua inspeção. A carne é resfriada e congelada a uma temperatura ideal e o transporte é feito em caminhões frigoríficos mantendo a qualidade do produto, e entra no Estado por meio da BR-174 até a cidade de Pacaraima, passando por nova inspeção na fronteira, seguindo para Venezuela.

Essa negociação é feita com Brasil, mas é através dos subsídios venezuelanos que se permite a comercialização da carne dentro do país a valores baixíssimos, compreendido de 3 a 4 reais (conforme o câmbio) o quilo da carne, sendo estas de qualidade nobre, inclusive picanha. Seus preços chamam a atenção dos contrabandistas que aproveitando o valor, compram o produto e tentam inseri-lo novamente no mercado nacional via BR-174, entrando com a mercadoria em Roraima de forma ilícita. Segundo informações do NOE/RR, os contrabandistas utilizam estradas clandestinas, popularmente conhecidas como “cabriteiras” para driblar as fiscalizações e barreiras policiais na fronteira, e entrar com a carne em Roraima. O transporte chega a ser feito até por dentro de terras indígenas.

Muitas vezes são utilizados motoqueiros e/ ou taxista para fazerem o baldeamento⁷ para o lado brasileiro da fronteira, onde terá um grupo a espera da mercadoria, aguardando para completar o restante do percurso. O transporte da carne contrabandeada é feita em carros comuns, sem acondicionamento e refrigeração adequado. Salienta-se que essa mercadoria muitas vezes possui como destino certo redes de supermercados, açougues e restaurantes do Estado. Esta modalidade de contrabando vem se mostrando uma prática bastante comum, principalmente após a redução na incidência de apreensões de gasolina, devido ao aumento do preço desse combustível na fronteira. Conforme podemos observar na figura a seguir, a carne é acondicionada de forma totalmente inadequada.

⁷ Passagem da mercadoria de um meio de transporte para outro.

Figura 03: Apreensão de carne na BR-174



Fonte: NOE/PRF (Fotos – Lubenow)

Quando apreendida, a carne é encaminhada para Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima (Aderr), responsável pela fiscalização dos produtos agropecuários fora da fronteira, que inspeciona as condições da carne e a encaminha para consumo dos animais no zoológico do 7º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS). Sabe-se que devido às formas de transporte, essa carne é imprópria para o consumo humano, assim o criminoso responderá também por crime contra a saúde pública.

Em pesquisa junto ao MAPA, obteve-se informações que as apreensões de produtos oriundos da Venezuela tiveram uma enorme redução. Isso se atribui a medida tomada pelo presidente venezuelano Nicolás Maduro por meio do Decreto nº 1.190, proibindo a saída de 89 produtos considerados de consumo essenciais. As restrições foram impostas devido a crise de abastecimento enfrentada pelo país. De acordo com a Receita Federal as apreensões de produtos venezuelanos na fronteira reduziram cerca de 85%, incluindo entre eles a carne.

5. Considerações finais

Roraima compreende uma região de difícil demarcação de fronteira, muitas vezes por conta da vegetação fechada, e sua grande extensão inviabiliza uma fiscalização permanente. Trata-se de uma faixa bastante porosa, possibilitando maior ocorrência de ilícitos, o que muitas vezes envolve a população e alimenta o comércio

local. As cidades fronteiriças citadas nesse artigo possuem produtos atraentes para o contrabando, esses mesmos circulam pela malha viária estadual, a qual a fiscalização é de competência da PRF.

De acordo com o Relatório de Gestão em Exercício em 2013 da PRF, a extrema carência de efetivo deste órgão no Estado, impossibilita sua presença constante nas rodovias. Apesar de sua atuação em conjunto com outras instituições, não conseguiu suprir as necessidades estruturais frente à incidência de crimes transfronteiriços. A Polícia conta com apenas uma Unidade Operacional em condição de uso as margens da BR-174, e utiliza parte das instalações disponibilizada pela secretaria fazendária na fronteira com a Venezuela, mas de forma esporádica. No caso da fronteira com a Guyana, a indisponibilidade de um pátio também não possibilita uma fiscalização permanente.

A implementação de um Núcleo de Operações especiais na PRF/RR esbarra na mesma problemática de extrema carência no efetivo, contando hoje com um número reduzido para atuação no Estado. O primeiro ano de implantação do grupo coincidiu com a ocorrência de um aumento nos volumes apreendidos, os ditos novos ilícitos, configurados assim, a carne e o alho. No caso deste, trata-se também de uma questão fitossanitária, o qual requereria uma inspeção do produto na fronteira, o que não ocorre por falta de condições estruturais do órgão competente. Entende-se que isso poderia facilitar a legalização do comércio do produto no mercado local.

Verificamos que no caso da carne, a complexidade é maior, pois essa situação se confunde com a prática de descaminho. Trata-se de duas situações pontuais de crime, a reinserção do produto exportado no país, que configura contrabando, e as condições de transporte e armazenamento, o que caracteriza crime contra a saúde pública. Cabe salientar que houve uma grande redução do contrabando deste produto decorrente do Decreto nº1190 da Venezuela, publicado em 22 de agosto, que proibiu a exportação de produtos de natureza primária e outros bens importados no país, o que implicou na redução de mais de 80% das apreensões feitas na fronteira, segundo informações da Receita Federal. Assim, pode-se dizer que essa atitude venezuelana irradiou benefícios para o Brasil.

Por fim, identificamos que nessa área de fronteira novos ilícitos começam a surgir, e foi possível perceber que há esforços institucionais voltados para o combate desses delitos. O surgimento de um Núcleo de combate ostensivo ao crime, por parte da PRF/RR é louvável, que mesmo diante das necessidades estruturais, reiteradas em diversos Relatórios da instituição, consegue se fazer presente na fiscalização e policiamento das rodovias. Demonstra-se, desta forma, o quanto é importante o surgimento de novas políticas públicas para a segurança social.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Linoberg Batista Barbosa; BARBOSA, Édio Batista. **Ponte da exclusão: Brasil, Guiana e a Perversa lógica da globalização**. Revista Textos e Debates, v.1, n.14 (2008). Disponível em: <http://www.revista.ufrr.br>. Acesso em 19 de Setembro de 2014.

BOTIA, Carlos G. Z; LIMA, Marcos C; LYRA JÚNIOR, Américo A. (Org). **Governabilidade e fronteira: os desafios amazônicos**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012.

BRASIL. **Lei ordinária nº 13.008/14**, de 26 de junho de 2014. Dá nova redação ao artigo 344 do Decreto-Lei nº 2848 de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal e acrescenta-lhe o artigo 334-A. Diário Oficial da União, 27 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 30 de Setembro de 2014.

DIÁRIO COMÉRCIO INDÚSTRIA E SERVIÇOS, de 21 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.dci.com.br/economia/roraima-promove-obras-fortalecer-trocas-com-a-guiana-id126913.html>. Acesso em: 11 de setembro de 2014.

FERNANDES NETO, Pedro. **A faixa de fronteira internacional norte do Brasil: Uma análise comparativa entre os dois pares de Cidades-Gêmeas de Roraima: Pacaraima (Brasil)/Santa Elena(Venezuela) e Bonfim (Brasil)/Lethen (Guiana)**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. USP, 2005. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj>. Acesso em: 19 de Setembro de 2014.

G1 RORAIMA, de 22 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://www.g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2014/02/em-rr-policia-prende-dois-homens-suspeita-de-contrabando-de-alho.html>. Acesso em: 10 de setembro de 2014.

_____, de 05 de abril de 2014. Disponível: <http://www.g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2014/04/prf-apreende-mais-de-mil-quilos-de-carne-da-venezuela-em-roraima.html>. Acesso em: 10 de Setembro de 2014.

_____, de 28 de agosto de 2014. Disponível em: <http://www.g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2014/08/gasolina-carne-e-droga-lideram-lista-de-apreensoes-da-prf-em-roraima.html>. Acesso em: 10 de setembro de 2014.

ISHIDA, Eduardo. **Política de segurança integrada da Amazônia**. I Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (2009). Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br>. Acesso em 20 de setembro de 2014.

JORNAL DE RORAIMA, de 09 de maio de 2014. Disponível em: <http://www.jornalderoraima.com/noticia/1789/denuncia-resultado-na-apreensao-de-alho-chines>. Acesso em: 11 de setembro de 2014.

MAGALHÃES, Maria das Graças. **O Estado de Roraima e as fronteiras com a Venezuela e a Guiana**. Textos e Debates, v.1, n.12 (2007). Disponível em: <http://www.revista.ufr.br>. Acesso em 20 de setembro de 2014.

MARTINS, Estevão C. de R; MOREIRA, Felipe K. **As Relações Internacionais na fronteira Norte do Brasil**: coletânea de estudos. Boa Vista: Editora da UFRR.

MATTOS, Carlos de Meira. **Uma Geopolítica Pan-Amazônica**. Rio de Janeiro: BILIEIX, 1980.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Instrução Normativa nº 6, de janeiro/2003 que revogou a instrução normativa anterior de nº 25 de agosto/2000. Boa Vista – RR, 26 de setembro de 2014.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. RELATÓRIO DE GESTÃO 2009, 2012 e 2013. Departamento de Polícia Rodoviária Federal, 5º Distrito Regional da PRF. Disponível em: http://www.justica.gov.br/Acesso/auditorias/arquivos_auditorias/policia-rodoviaria-federal/roraima. Acesso em 25 de Setembro de 2014.

NASCIMENTO, Durbens M; GUIMARÃES, Jarsen L.C; FERREIRA, Aurilene dos S. **Redes institucionais e capacidade de regulação política na fronteira amazônica**. Pappers do NAEA n.299, ISSN 15169111. Disponível em: <http://www.naea.ufpa.br>. Acesso em 22 de setembro de 2014.

PORTAL RR MUSIC, de 29 de abril de 2014. Disponível em: <http://wwwroraima.music.net/2014/contrabando-de-alimentos-e-a-nova-ameaca.html>. Acesso em: 09 de setembro de 2014.

PROCÓPIO, Argemiro. **Destino Amazônico**: devastação nos oito países da Hiléia. São Paulo: Hucitec, 2005.

RURAL BR, de 12 de setembro de 2013. Disponível em: <http://agricultura.ruralbr.com.br/noticia/2013/09/medidas-antiduping-para-alho-chines-geram-inseguranca-a-produtores-brasileiros-4266678.html>. Acesso em 11 de setembro de 2014.

SILVA, Ana Regina F. **Perspectivas das políticas territoriais na faixa de fronteira internacional da Amazônia Oriental brasileira**: Estados do Pará e do Amapá. Dissertação de Mestrado (Programa de pós graduação em Geografia). UFPA, 2011. Disponível em: <http://www3.ufpa.br/ppgeo>. Acesso em: 20 de Setembro de 2014.

VENEZUELA. **Decreto nº1190**, de 22 de agosto de 2014. Proíbe a exportação de 21 produtos alimentícios e 11 de higiene pessoal, medicinais e bens importados ou produzidos no país. Gaceta Oficial da Venezuela n. 40.481, 22 de agosto de 2014. Disponível em <http://www.microjurisve.files.wordpress.com>. Acesso em: 30 de setembro de 2014.

NARCOTRÁFICO NA TRÍPLICE FRONTEIRA AMAZÔNICA CARACTERÍSTICAS

1. Introdução

O presente artigo tem por objetivo analisar as características do narcotráfico no Trapézio Amazônico, região fronteiriça dos territórios do Peru, Colômbia e Brasil. Ele apresenta os resultados iniciais de uma pesquisa maior, que busca além das características do narcotráfico, avaliar a atuação das forças de segurança naquela região, para assim se obter um panorama da capacidade do Estado brasileiro em reprimir o tráfico de entorpecentes na área mencionada.

Trata-se de uma zona de sensibilidade para as políticas de segurança pública brasileiras, em especial àquelas voltadas ao combate a ilícitos transnacionais, com destaque ainda maior para o enfrentamento ao narcotráfico, uma vez que Colômbia e Peru são os maiores plantadores de folha de coca e produtores mundiais de cocaína.

Esta pesquisa inicia-se com a caracterização da região do Trapézio Amazônico, com uma breve exposição do seu processo de formação histórica. Em seguida, observa-se a dinâmica da atividade cocaleira e do narcotráfico nesses países vizinhos, verificando o potencial de produção de entorpecentes, zonas de cultivo, e logística empregada pelos grupos envolvidos com o tráfico de cocaína destas localidades para o território brasileiro. Com isso, é possível traçar um panorama do narcotráfico na região de fronteira analisada, e os desafios que este apresenta para as políticas de segurança pública do governo brasileiro.

* Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: felipe@vasconcelosdias.com.br

** Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: izaura27@gmail.com

2. *Justificativa*

O II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas, realizado pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas do Álcool e Outras Drogas (Inpad) e que teve seus resultados divulgados em 2013, revelou que o Brasil é o segundo maior consumidor de cocaína, atrás apenas dos Estados Unidos e maior consumidor de crack do mundo, evidenciando-se assim a dimensão do problema do uso e tráfico de drogas no Brasil.

O território brasileiro é fronteiro aos três países produtores mundiais de cocaína, matéria-prima para a produção de cocaína, Bolívia, Peru e Bolívia. No oeste do Estado do Amazonas, na região do Alto Solimões, localiza-se a zona fronteiriça denominada Trapézio Amazônico, formada pela confluência dos territórios brasileiro, colombiano e peruano. Esta região é considerada uma das principais portas de entrada de cocaína no território brasileiro, sendo constante objeto de discussões governamentais de planos de segurança voltados para a região.

No entanto, as publicações que analisam de forma científica a problemática do tráfico de entorpecentes na região, em geral o fazem com um enfoque voltado para as áreas da Geografia e das Relações Internacionais.

Com isso, surge a oportunidade de se realizar uma pesquisa com ênfase na área de Segurança Pública, tendo como objetivo principal, avaliar a capacidade do Estado Brasileiro em reprimir o narcotráfico naquela zona fronteiriça. Assim, espera-se que o resultado final da pesquisa seja capaz de contribuir não apenas ao debate acadêmico, mas que possa também servir como referencial teórico para a elaboração de projetos de segurança voltados para a região estudada.

3. *O trapézio Amazônico*

O Trapézio Amazônico é a denominação dada à região que engloba o ponto de interseção das fronteiras entre Brasil, Peru e Colômbia, e os territórios adjacentes em um raio de aproximadamente sessenta quilômetros, destes três países. Engloba assim, parte do Departamento colombiano do Amazonas, Departamento peruano de Loreto e o estado brasileiro do Amazonas.

Nele habita uma população heterogênea, de aproximadamente 150 mil pessoas, formada por diferentes etnias indígenas (ticunas, cocamas, yasha-mishara, uitoto e ocaina), mestiços de origem local e migrantes andinos e de outros territórios amazônicos. Esta população concentra-se principalmente nos centros urbanos da região,

destacando-se as cidades de Caballocha e Islândia, no Peru; Puerto Nariño e Leticia, na Colômbia; e Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Tabatinga, no Brasil (CHAU-MEIL, 2000).

Estas cidades – e a região do Trapézio Amazônico como um todo – acabam por apresentar como características: posicionamento periférico e distanciamento em relação ao poder central de seus países, baixa densidade populacional, população carente de necessidades básicas e ausência da presença do Estado. Desse modo, acabaram por desenvolver ao longo dos anos, uma relação estreita e complementar, de processos sociais e econômicos.

Tome-se, por exemplo, o caso das cidades-gêmeas de Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia), maiores cidades do Trapézio Amazônico. Ambas são originárias de processos de colonização militar, que buscavam afirmar a soberania nacional e estabelecer os limites territoriais de Brasil-Peru-Colômbia. Tabatinga surge a partir de um povoado estabelecido nos arredores do Forte de São Sebastião de Xavier, instalado em 1776 na confluência dos rios Javari e Solimões, com o objetivo de fiscalizar o tráfego de embarcações na fronteira. Apesar da destruição do forte, cujas ruínas desapareceram no início do século XX, o povoado se desenvolveu, fazendo inicialmente parte do município de São Paulo de Olivença (1891), Benjamin Constant (1938), até obter a autonomia municipal em 1983.

Já Leticia, teve sua origem quase um século após, com o povoamento nos arredores do Posto Militar de San Antonio, instalado em 1867 pelos peruanos. Inicialmente, passou a compor o território colombiano em 1927, após a assinatura do tratado Salomón-Lozano em 1922, que fixava limites territoriais entre Peru e Colômbia. No entanto, 1932, um grupo de peruanos se revoltou e invadiu Leticia, reivindicando que o território pertencia ao Peru e dando início a um conflito armado entre os dois países. Apenas dois anos depois, em 1934, negociações de paz estabelecidas no Protocolo do Rio de Janeiro, reafirmaram o estabelecido do tratado de 1922, considerando Leticia como integrante do território colombiano. Em 1930, tornou-se capital da Comisaria del Amazonas, antiga forma de unidade territorial colombiana, sendo elevada à categoria de município em 1963 e tornando-se, em 1991, a capital do recém-criado Departamento do Amazonas.

Durante a segunda metade do século XIX e início do século XX, a economia da região baseou-se no extrativismo de produtos de origem florestal, especialmente do látex extraído das árvores de caucho ali existentes, com maciça exploração da mão-de-obra escrava indígena. Este ciclo durou até meados de 1920, quando a exemplo das demais zonas produtoras de borracha da Amazônia, entrou em decadência em

virtude da concorrência do látex produzido nas colônias inglesas localizadas na Ásia.

A partir de então, cresce a importância da exploração madeireira na região, nas regiões colombianas de Tarapacá e La Pedrera, bem como nas terras ao longo do rio Javari, em território brasileiro, com destaque no município de Benjamin Constant. Com a criação da legislação ambiental, demarcação de terras indígenas e áreas de preservação ambientais, na segunda metade do século XX, a exploração madeireira começa a declinar, gerando uma crise econômica neste setor produtivo (STEIMAN, 2002).

Na década de 70, inicia-se o processo de escalada do cultivo de produção de cocaína, a fim de suprir a demanda do mercado norte-americano. Com isso, a economia derivada do tráfico de drogas, logo passa a ter uma importância primordial na região. As características do narcotráfico na região e as consequências econômicas dele oriundas serão melhores exploradas em tópico específico desta pesquisa.

Independente do período analisado deve-se atestar a importância dos corredores hidrográficos formados pelos rios do Trapézio Amazônico, nos processos de desenvolvimento da região. Destacam-se, portanto, as rotas fluviais dos rios Caquetá-Japurá, Putumayo-Içá e Marañon-Amazonas, amplamente utilizados nos períodos que serviram como: rotas do contrabando, no século XVIII; vias de exportação de borracha e madeira, ao longo do século XX; e mais recentemente para o escoamento de entorpecentes provenientes das regiões produtoras do Peru e Colômbia. Além disso, a falta de ligações terrestres dos aglomerados urbanos do Trapézio Amazônico, com as regiões centrais dos países que o compõe, e as limitações impostas pelos custos de transportes aéreos, faz com que os rios ali existentes, sejam o principal meio de deslocamento das suas populações.

4. *O narcotráfico da região*

O narcotráfico é uma das modalidades criminosas que mais movimentam dinheiro no mundo. Em 2009, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, divulgou relatório no qual estima que o comércio de cocaína, gera uma receita bruta estimada em 84 bilhões de dólares. Desta, a maior parte é gerada na América do Norte (35 bilhões de dólares) e Europa Ocidental e Central (26 bilhões). Além disso, os custos de produção da cocaína foram estimados em 1 bilhão de dólares anuais, que se destinam principalmente aos produtores das regiões andinas¹.

¹ As estimativas referentes ao comércio global de drogas foram divulgadas no World Drug Report de 2009 da UNODC, não sendo atualizadas nos relatórios posteriores.

O mercado de cocaína teve sua expansão iniciada na década de 70 do século XX, de forma a atender à crescente demanda por esta droga, especialmente nos Estados Unidos. No período, surgem as grandes organizações criminosas envolvidas na produção e distribuição de cocaína para aquele país, como os cartéis de Cali e Medellín.

Assim, verifica-se a ampliação do cultivo de coca em diversas áreas dos territórios de Peru, Colômbia e Bolívia, estabelecendo um monopólio da produção da matéria-prima da cocaína que persiste até os dias atuais.

Segundo Machado (2002), os modos de organização territorial do processo produtivo de cocaína podem ser separados em duas formas diferentes. Na primeira, que perdurou até o início dos anos 90, Peru e Bolívia teriam a predominância nos cultivos e produção da pasta de coca, enquanto que a Colômbia se firma como maior produtora e exportadora de cocaína, estabelecendo assim uma divisão transnacional do processo produtivo. Neste período, o papel do território brasileiro como rota de exportação de cocaína não possui grande relevância, uma vez que esta era escoada aos Estados Unidos predominantemente pela costa do Oceano Pacífico, passando pelo Mar do Caribe. Além disso, não se encontra uma base de dados confiável sobre apreensões de entorpecentes, especialmente pasta base e cocaína, no território brasileiro, neste período.

No entanto, a despeito da menor importância nas rotas de exportação internacionais, a região do Trapézio Amazônico, possuía importância estratégica para o transporte da pasta base produzida no Peru e Bolívia para o refino nos laboratórios colombianos localizados nos departamentos de Caquetá, Putumayo e Guaviare, que eram transportados pelas já mencionadas rotas fluviais da região.

Assim, surge na região o Cartel de Leticia, liderado pelo narcotraficante Evaristo Porras Ardila, e que se torna o principal fornecedor de coca para o Cartel de Medellín, liderado por Pablo Escobar.

Impulsionada pela movimentação financeira do narcotráfico, a cidade de Leticia experimenta um desenvolvimento econômico sem precedentes, derivando na expansão do mercado imobiliário, com a construção de hotéis, residências e lojas comerciais, bem como o aumento da circulação de bens de luxo, como automóveis, lanchas e motos. Além das moedas nacionais de Peru, Colômbia e Brasil, o dólar era amplamente utilizado nas transações comerciais, e surgiram inúmeras casas de câmbio, tanto em Leticia como em Tabatinga.

No período entre 1973 e 1993, a população urbana de Leticia mais que triplica passando de 5.849 para 17.187 habitantes.

Tabatinga também experimentou ganhos com a economia do narcotráfico. No período, a moeda brasileira encontrava-se desvalorizada ante as demais, fazendo com que os preços do comércio local se tornassem atrativos. De igual modo, a cidade passou por um aumento de sua população local, embora não haja dados estatísticos oficiais que atestem a população no município antes de 1991.

A pujança econômica de Leticia persiste até meados da década de 90, quando o aumento da repressão ao narcotráfico na Colômbia, resultou na captura ou morte dos principais narcotraficantes do país e o desmantelamento dos grandes cartéis de drogas, a exemplo do Cartel de Leticia, que teve seu líder Evaristo Porras, preso e seus bens confiscados. A partir de então, Leticia passa por uma grave crise financeira, com declínio da atividade comercial até então estimulada pelo tráfico de drogas.

O aumento da repressão ao tráfico de drogas na década de 1990 e seu ápice em 1997 ocasionou a dissolução do Cartel de Leticia, o terceiro mais importante da Colômbia, e levou consigo o padrão de crescimento econômico da cidade até então. Os bens dos traficantes colombianos da cidade foram confiscados (mansões luxuosas, as empresas, centros comerciais, hotéis, etc.), muitos chefes locais foram presos ou fugiram. [...] Por volta de 2000, a situação financeira da Gobernacion del Amazonas e da Municipalidad de Leticia era grave. (STEIMAN, 2002, p. 69)

No final dos anos 80 e início dos anos 90, o território colombiano passa a apresentar também grandes áreas de cultivo de coca, passando a concentrar todas as etapas da produção do entorpecente. O mesmo ocorre, em sentido inverso, com Bolívia e Peru, onde se verifica o aumento da produção de cocaína. Desse modo, o caráter transnacional do processo produtivo é substituído por um método de organização que concentra todas as etapas da produção nos limites territoriais de cada país.

In the 1990s, Colombia also became a major producer of coca leaf and coca paste. On the other hand, Peru and Bolívia experienced a decrease in coca leaf production and a trend towards cocaine production. In other words, there seems to be a tendency towards a vertically integrated mode of organisation within the limits of each country. (MACHADO, 2002, p.158)

Neste novo período, identifica-se ainda o surgimento de novos mercados consumidores de cocaína, até então concentrados nos Estados Unidos, como a Europa e África. Ante este novo cenário, aumenta também a importância de rotas exportadoras que passam pelo território brasileiro, iniciadas nas regiões de fronteira dos estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, até atingir os portos da costa brasileira e dali os mercados finais via Oceano Atlântico.

Assim, verifica-se uma mudança na utilização das vias hidrográficas da região no processo de tráfico de entorpecentes. Se antes estas eram utilizadas majoritariamente para o transporte da pasta de coca produzida no Peru e Bolívia para os laboratórios de refino colombianos, agora estas são utilizadas para o escoamento da pasta base e cloridrato de cocaína para o mercado externo.

Ademais, na última década, vem se observando uma mudança do perfil do tráfico de cocaína no Brasil. Este vem deixando de ser um país caracterizado como rota de trânsito, passando a ser um importante mercado consumidor.

O Brasil contém aproximadamente metade da população da América do Sul; é um país que é vulnerável tanto ao tráfico, devido à sua geografia (o que o torna uma área de preparação conveniente para cocaína traficada para a Europa), como ao consumo de cocaína, devido à sua grande população urbana. A última estimativa oficial de prevalência anual do consumo de cocaína no Brasil com base na população geral remonta a 2005. Uma pesquisa mais recente, entre estudantes de ensino superior nas capitais brasileiras, estimou a prevalência de uso de cocaína em pó (de todas as idades) a 3 por cento em 2009.” (UNODC, 2014, p. 143)

Com isso, o tráfico de cocaína mantém-se ativo na região do Trapézio Amazônico, e a sua repressão representa um desafio para o Estado Brasileiro.

4.1 A produção de Coca e sua influência econômica na região

Como já exposto anteriormente, o tráfico de entorpecentes atua como um dos dinamizadores econômicos da região. Assim, torna-se importante tentar mensurar qual o impacto econômico gerado por esta atividade.

Primeiramente deve-se observar que a produção mundial de folhas de coca restringe-se a três países sul-americanos: Colômbia, Peru e Bolívia. A UNODC em parceria com os governos destes países realiza o monitoramento da extensão dos cultivos de coca e divulga os resultados obtidos em suas publicações. A principal delas é o World Drug Report, um relatório anual que analisa a problemática das drogas de forma global em suas variadas vertentes (produção, tráfico e consumo), tendo por base os dados mais recentes disponíveis. Na versão 2014 do WDR, que utilizou dados atualizados até fim do ano de 2012, a área total de cultivos de coca foi estimada em 133.700 hectares, apresentando uma área 14% menor que a do ano anterior e 21%

Tabela 1: Cultivos Ilícitos de coca (em hectares)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Bolívia	21.600	23.600	27.700	25.400	27.500	28.900	30.500	30.900	31.000	27.200	25.300
Colômbia	102.000	86.000	80.000	86.000	78.000	99.000	81.000	73.000	62.000	64.000	48.000
Peru	46.700	44.200	50.300	48.200	51.400	53.700	56.100	59.900	61.200	64.400	60.400
Total	170,300	153,800	158,000	159,600	156,900	181,600	167,600	163,800	154,200	155,600	133,700

menor do que observada no ano de 2002

As reduções nas áreas de cultivo de coca são resultadas de diversos programas de erradicação implementados nos países produtores.

Na Colômbia, a estratégia de redução de oferta de drogas ilícitas, na qual a redução das áreas de cultivo se insere, é realizada por meio de diversas ações que incluem: erradicação manual, erradicação por meio de aspersão aérea de herbicidas e substituição de voluntária de cultivos através de programas de desenvolvimento alternativo. Com isso, verifica-se que de 2011 para 2012, houve uma redução de 25% nos cultivos de coca no país (UNODC, 2014).

Na Bolívia, ações de erradicação e programas de desenvolvimento alternativo vêm conseguindo reduzir as áreas de cultivo de coca. No relatório *Monitoreo de Cultivos de Coca 2013*, produzido pela UNODC em parceria com o Governo da Bolívia, estimou-se em 23.000 hectares de cultivos de coca no país, menor área observada desde o ano de 2003.

No Peru, os esforços do governo carreados pela Comissão Nacional para Desenvolvimento e Vida sem drogas (DEVIDA) conseguiram pelo segundo ano consecutivo reduzir os cultivos de coca, que somaram 49.800ha em dezembro de 2013, ou seja, 17,5% a menos que o ano anterior (60.400ha) ou 22,7% a menos que o registrado em 2011 (64.400ha). Esta redução se deve tanto por ações de erradicação de cultivos ilícitos, bem como ações de desenvolvimento econômico que levam ao abandono dos cultivos cocaleiros. Exemplo disto é a disputa por mão de obra, ocasionada pela demanda gerada por obras públicas de governos locais e regionais ou ainda por companhias ligadas à exploração do Gás de Camisea, na região Central do Peru (UNODC, 2014).

Tendo-se obtido uma visão geral sobre a produção cocaleira, deve-se agora procurar delimitar as áreas com influência direta sobre a região da Tríplice Fronteira Amazônica.

Primeiramente, devemos observar que embora seja a origem de mais da metade da cocaína apreendida no Brasil, o aprofundamento sobre a produção de coca na Bolívia não deve ser realizado neste estudo. Isto porque, os limites territoriais boli-

vianos estão distantes da zona fronteiriça ora analisada. Assim, as zonas produtoras de coca e cocaína produzidas na Bolívia e sua posterior entrada em território brasileiro, relacionam-se mais com a região Centro-Oeste de nosso país, notadamente com os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Já a dinâmica do mercado de cocaína colombiana também se afasta da fronteira, uma vez que o principal destino da droga ali produzida são os Estados Unidos, utilizando com rota de escoamento o Equador, México e países da América Central. Ressalta-se ainda, que em 2013, não foram realizadas ações de erradicação manual ou operações de aspersão de herbicida em cultivos de coca localizados nos departamentos de Vaupés e Amazonas que são aquelas fronteiriças à região oeste do Amazonas, ora estudada. De acordo com o World Drug Report 2013, com informações fornecidas pelo governo brasileiro, no ano de 2011, apenas 7,5% da droga fornecida em território nacional, possuía origem colombiana.

Com isso, é possível afirmar que a produção de coca no Peru é a que mais diretamente se relaciona com o narcotráfico na região da Tríplice Fronteira Amazônica. Em 2013, a área de coca cultivada no Departamento de Loreto foi estimada em 5.013ha, apresentando-se assim como a terceira maior região produtora de coca daquele país. Quando se observa apenas a zona do Bajo Amazonas, situada na província de Ramon Castilla, e que faz a fronteira imediata com a região do Alto Solimões, chega-se a um quantitativo 3.070ha de cultivos de coca, percentual 3,8% superior ao ano anterior. Ressalte-se ainda, que o aumento dos campos de coca no Bajo Amazonas só não foi superior devido às operações conjuntas realizadas pelas forças de segurança do Peru e a Polícia Federal do Brasil, principalmente por meio das denominadas Operações Trapézio. No período de 2011-2012, a zona do Bajo Amazonas apresentou o maior percentual de aumento de área planta de coca em todo o Peru, saindo de 1710 ha para 2959 ha, ou seja, um incremento de 73% em apenas 1 ano.

Além disto, não se deve ignorar que outras zonas cocaleiras, como a Alto Huallaga e Marañón, também contribuem para o fluxo de entorpecentes na Tríplice Fronteira Amazônica. Isto porque as rotas fluviais oriundas destas localidades confluem para o rio Solimões no território brasileiro, formando assim vias naturais para o escoamento de entorpecentes.

Uma vez delimitada a área de produção de coca que se relaciona de forma mais aproximada com o Trapézio Amazônico, busca-se agora mensurar o impacto econômico do tráfico de cocaína na região. Para tanto, algumas premissas iniciais devem ser observadas.

- Como exposto anteriormente, foram identificados em 2013, 60.400 hectares de cultivos de coca. Estes cultivos seriam suficientes para a produção de 121.242 toneladas de folhas de coca, das quais 9.000 são utilizadas em costumes tradicionais, uso ancestral ou ainda pela indústria, e o restante é empregado pelo narcotráfico na obtenção de derivados da coca (cloridrato de cocaína, pasta base).

- A produtividade dos cultivos de coca varia conforme a zona em que este é localizado. No Vale dos rios Apurimac e Ene (VRAE), que apresenta os maiores níveis de produção, são obtidas em média 3.627 quilos de folha de coca por hectare plantado. Já na zona de La Convención y Lares, o rendimento médio obtido é de 1.457 kg/ha. Nem todas as zonas cocaleiras do Peru têm a sua produtividade aferida nos relatórios de monitoramento, caso das zonas situadas no Departamento de Loreto, como o Bajo Amazonas e Putumayo. Diante disto, será considerada para os fins de cálculo de insumos disponíveis para o narcotráfico, que estas zonas apresentam uma produtividade de 2.000kg/ha, que nada mais é do que a produtividade média do Peru quando seus cultivos são analisados de forma geral.

- Estão sendo revisados pela UNODC os fatores de conversão utilizados para se estimar o potencial de produção de cocaína pura (cloridrato de cocaína) a partir das folhas de coca. Estes fatores levam em consideração: a extensão do cultivo, quantidade de folhas obtidas por hectare plantado, quantitativo de alcaloide encontrado nas folhas e eficiência do processo laboratorial de extração do alcaloide (UNODC,2010). Com isso, será considerado na presente pesquisa a taxa de conversão de 375 quilos de folha de coca para a obtenção de 1 quilo de cloridrato de cocaína. Esta taxa foi obtida por meio estudos científicos do US Drug Enforcement Administration (DEA), e utilizada nos WDR até o ano de 2008. Além disso, considerar-se-á que a mesma quantidade de folhas de coca é necessária para produzir 1 kg de pasta-base de coca, subproduto anterior ao estado de cloridrato.

- O quilo da folha de coca peruana é negociado por um preço médio de 4,3 dólares. Por sua vez, o quilo de pasta-base de cocaína é negociado, em média, por U\$863,00 (oitocentos e sessenta e três dólares), enquanto que o cloridrato de cocaína é negociado por U\$1310/kg. Não se tem disponível uma estatística precisa de quanto de cocaína é comercializada na forma de pasta ou na forma de cloridrato. Deste modo, utilizaremos nesta pesquisa um preço médio de U\$1.000/kg de cocaína.

Com base nas informações apresentadas, podem ser obtidas as seguintes estimativas:

- A venda de folhas de coca produzidas no Departamento de Loreto gera uma movimentação financeira de cerca de U\$ 43 milhões.

- Apenas no Departamento de Loreto, seriam produzidas anualmente 26,7 toneladas de cocaína (pasta-base ou cloridrato). Considerando-se o preço de U\$1000/Kg, obtém-se que a vendas anuais de cocaína ali produzida, movimentam U\$26,7 milhões ou 61 milhões de reais.

Assim, apenas a cocaína produzida no Departamento de Loreto e cujo destino é o Brasil por meio da Tríplice Fronteira Amazônica, possui um impacto econômico equivalente ao setor agropecuário e superior à atividade industrial nos municípios de Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Tabatinga, que juntos movimentaram, respectivamente, 62 e 58,6 milhões de reais no ano de 2011 (SEPLAN,2013).

Desta forma, observa-se que mesmo utilizando de uma estimativa conservadora, pode-se afirmar que a atividade do tráfico de entorpecentes possui um elevado impacto econômico na região do Trapézio Amazônico. Evidencia-se assim, que é necessária uma ampla ação do Estado brasileiro, de forma a enfrentar a problemática do narcotráfico de forma adequada, a fim de tentar reduzir o impacto deste sobre a região ora analisada.

5. Conclusão

Conforme exposto ao longo deste artigo, o narcotráfico na região do Trapézio Amazônico caracteriza-se como uma atividade com grande impacto econômico naquela região, apresentando diferentes fases ao longo das últimas décadas do século XX. Este artigo procurou além de apresentar o processo de evolução histórica desta atividade criminosa naquela região, identificar qual a região produtora de coca que possui influência no território brasileiro. Assim sendo, foi possível concluir que a produção de coca no território colombiano não possui grande relevância em relação à produção de cocaína voltada para o mercado brasileiro. Por outro lado, o território peruano, em especial o Departamento de Loreto, tem a atividade cocaleira diretamente ligada à produção de entorpecentes que adentram ao território brasileiro na região ora estudada.

A delimitação desta zona de influência, bem como a mensuração de seu impacto econômico, pode servir como instrumento balizador para os projetos voltados para o enfrentamento ao narcotráfico naquela região, a fim de que sejam traçadas políticas que tenham por base a real dimensão que esta atividade criminosa possui no Trapézio Amazônico.

Referências bibliográficas

ADORNO, S. Monopólio Estatal da Violência na Sociedade Brasileira Contemporânea. In: Miceli, S. e outros. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira 1970-2002**. São Paulo: Sumaré, 2002, v. IV, p. 267-307.

AMAZONAS. **Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Amazonas 2002-2011**. Departamento de Estudos, Pesquisas e Informações – DEPI, 2013

BORBA, V. **Fronteiras e faixa de fronteira**: Expansionismo, limites e defesa. *Historiae*. Rio Grande, V.4, n. 2, p. 59-78, 2013. Disponível em <www.seer.furg.br/hist/issue/view/426> Acesso em 05 de maio 2014.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado 1988.

CHAUMEIL, J.P. Visão da fronteira: o caso do Trapézio amazônico. Em: ARAÚJO, R. e LÉNA, P. (Org.) **Desenvolvimento Sustentável e Sociedades na Amazônia**, p.355-377, Museu Paraense Emílio Goeldi - Mpeg, Belém, 2010.

FONSECA, Ozorio; BARBOSA, Waldir; MELO, Sandro. **Manual de Normas para elaboração de Monografias, Dissertações e Teses**. Manaus: 2ª edição, 2013. Disponível em: <<http://www.uea.edu.br/download>> Acesso em 15 de julho de 2014. MACHADO, L. O. Drug Trafficking and Money Laundering in the Amazon Region. Geoeconomic and Geopolitical Effects. Em: Ch.Geffray; G.Fabre; Michel Schiray. (Org.). *Globalisation, Drugs and Criminalisation*. CD-ROM ed. Unesco, 2002, p. 151-171

NOGUEIRA, R. J. B. **Território de Fronteira**: Brasil/Colômbia. In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2004, Coimbra - Portugal. Anais do VIII CES, 2004.

PECEQUILO, Cristina S. **Introdução as Relações Internacionais**. São Paulo: Vozes, 2010

STEIMAN, R. **A geografia das cidades de fronteira**: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia). Dissertação de Mestrado UFRJ. Rio de Janeiro, 2002. 117 p.

UNODC. **Colômbia**: Monitoreo de cultivos de coca 2013.Colômbia, 2014. Disponível em <<http://www.unodc.org/unodc/en/crop-monitoring/index.html>> Acesso em 30 de junho 2014.

UNODC. Peru: **Monitoreo de cultivos de coca 2013**. Lima: Cobol Srl, 2014. Disponível em <<http://www.unodc.org/unodc/en/crop-monitoring/index.html>> Acesso em 30 de junho 2014.

UNODC. **World Drug Report 2014**. New York: United Nations Publications, 2014. Disponível em <<http://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/index.htm?ref=menuseide>> Acesso em 14 abril de 2014.

UNODC. **World Drug Report 2013**. New York: United Nations Publications, 2013. Disponível em <<http://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/index.htm?ref=menuseide>> Acesso em 14 abril de 2014. UNODC. **World Drug Report 2011**. New York: United Nations Publications, 2011. Disponível em <<http://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/index.htm?ref=menuseide>> Acesso em 14 abril de 2014.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA: UM ESTUDO SOCIOLÓGICO SOBRE A DINÂMICA ENTRE O IDEAL E O REAL NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA PMPA

1. Introdução

A escolha da temática deu-se por atuar a mais de 15 (quinze anos) no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a formação do agente de Segurança Pública, estando preocupado com o processo de formação do profissional de Segurança Pública e ter a possibilidade de verificar se a partir das ações com a criação da SENASP, ainda persistem no processo formação do policial militar de formas de violência e como as mesmas podem ser reproduzidas nas relações de trabalho deste policial, ocasionado muitas vezes no pacto dessa reprodução em práticas abusivas e rotineiras que caminham para violência policial. Neste sentido, estudar sobre a formação serve para refletir sobre a polícia e neste caso, sobre a sua proposta de modernização que requer pensar sobre as políticas públicas voltadas para o processo de formação e conseqüentemente obter a compreensão que permite inferir a respeito de toda temática que envolve a formação do policial militar no Estado do Pará.

Neste sentido, por vivenciar todo esse período que corresponde de 1996 a 2014, no qual foi implantada a Secretária Nacional de Segurança Pública, dando ênfase para uma política de formação com uma visão mais preventiva e menos repressiva, no qual as academias de formação ainda sem um preparo técnico e pedagógico dão ênfase para um processo de formação, baseado em dimensão , apenas nos regulamentos, na hierarquia e disciplina, ou seja, um modelo pedagógico voltada para um cotidiano de formação onde o agente de Segurança Pública, em especial o Policial Militar se depara com o cotidiano militar onde as ações são vigiadas e controladas por meio de punições, humilhações, que são utilizados pelos militares mais antigos como uma forma de manter o poder sobre o outro e esse outro.

* Universidade Federal do Pará. Email :sscpassos_10@yahoo.com.br

Desse modo, ressalta-se, a importância da razão de pesquisar como esse processo se opera, ou seja, como a Polícia Militar forma seus homens, seus oficiais, pois somente se conhecerá a polícia e as relações que nela existem, bem como o trabalho policial, se acontecer o estudo que se vincule a forma do conteúdo ensinado à prática e a realidade social na qual se insere. O processo, todavia, não se esgota no limitado período de estudo das academias. A formação de um policial extrapola o espaço e tempo de um curso para pessoas selecionadas e acontece desde antes, desde a delimitação dos critérios de recrutamento e admissão, passando pela seleção e estabelecimento de uma didática para o processo de ensino-aprendizagem (ou adiestramento) até a definição das possibilidades de ascensão profissional e das formas pelas quais, uma vez fazendo parte, do contingente policial, o sujeito receberá, ou não, promoção. Além é claro, da remuneração pelo trabalho exercido.

Neste sentido, o estudo em questão nos permite um olhar mais apurado sobre o que o policial realiza diariamente, e o primeiro passo, para a análise da eficiência de uma política pública de Segurança para a formação policial é que teremos o entendimento de como esses policiais estão sendo formados, pois o treinamento deve estar intimamente relacionado com o serviço a ser desempenhado na sociedade. Diante de tal realidade este trabalho pretende investigar o seguinte problema: De que forma estão imbricadas formas de violência no âmbito das políticas públicas de formação da polícia Militar e como elas se reproduzem nas relações de trabalho? Neste estudo as questões que poderão nortear o presente estudo são as seguintes: Na Polícia Militar do Pará, existem avanços nas estratégias e técnicas a partir da implantação da Secretaria Nacional de Segurança Pública na dinâmica da formação do policial militar? ; Na prática policial as teorias estão tendo aplicabilidade no exercício profissional militar? ; Quais são as formas de violência que estão imbricadas na formação e como elas se reproduzem nas relações trabalho? A resposta para o problema que formulei trata-se de que os resultados das políticas Públicas de Segurança, voltadas para a formação implementadas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública-SENASP ficam apenas no papel, haja vista, que as ações oferecidas no ambiente de formação, prevalecem a valorização de conhecimentos da cultura e da doutrina não preparam o sujeito para o mundo exterior de trabalho em lidar com situações complexas. São ações incoerentes com a realidade vivenciada no mundo externo ao trabalho policial.

Este estudo tem como objetivo geral: avaliar se ainda persistem no cotidiano das políticas públicas de Segurança, voltadas para a formação possíveis formas de violência como as mesmas se reproduzem nas relações de trabalho do trabalho Policial

que atua no Policiamento Ostensivo. E no decorrer deste estudo tentarei alcançar os seguintes objetivos específicos: Identificar quais são as técnicas e estratégicas utilizadas na formação policial e como elas se reproduzem nas relações de trabalho, identificar se na Polícia Militar do Pará, existem avanços a partir da inclusão da Política Nacional de Segurança Pública na formação policial militar, avaliar prática policial se as teorias ensinadas no processo de formação estão tendo aplicabilidade no exercício do trabalho do policial militar, verificar as formas de violência presentes no processo de formação do policial militar e como elas se reproduzem nas relações de trabalho do Policial e comparar o processo de formação com práticas de reprodução nas relações de trabalho do Policial Militar.

2. O processo de formação profissional do policial militar no século XXI

São retóricos os noticiários e as discussões a respeito da violência policial, que atualmente tornaram-se mais evidentes com a redemocratização brasileira, onde numa percepção mais acurada dos princípios fundamentais da pessoa humana, tem-se criado uma nova dinâmica para processar as relações da polícia com a sociedade. Nesse mecanismo, o eixo que orienta as relações de poder do Estado como garantidor destes princípios, e deste para com seus indivíduos, ganhou novos contornos políticos voltados para as questões sociais, sobretudo no campo da cidadania e respeito para com os cidadãos.

Dessa maneira, observa-se uma sociedade com novas exigências para as políticas públicas relacionadas à Segurança Pública voltadas para formação e também para o trabalho policial. O fato é que o no desenvolvimento das atividades, a sociedade contemporânea deseja que o trabalho seja mais efetivo, que a polícia não apenas prenda (ou mate) criminosos, mas diminua a ocorrência de fatos delituosos, ou seja, um profissional que não tenha uma formação para o combate da guerra e sim aquele que possa refletir sobre suas ações e que tenha uma visão humanista da realidade no qual está inserido, pois a população exige um policiamento profissional substitua o que antes era uma atividade “voluntária” e que esse trabalho seja não apenas reativo, mas igualmente pró-ativo.

Desse modo, pensar sobre a formação do profissional de Segurança Pública, remete a questão de que o policial agente do Estado, com pouca qualificação em relação aos outros possui o poder de restringir a liberdade dos seus concidadãos. Hoje, as polícias, de um modo geral, passam por um processo de transformação, tanto no seu modo de trabalho, quanto nas questões relativas à formação. Pode-se dizer que as polícias passam por um período de ressocialização pós-ditadura.

Nesse campo, verifica-se a importante contribuição do Ministério da Justiça e da SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública), que vieram adotar políticas públicas de segurança para desencadear esse processo, a exemplo disso podemos mencionar a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, o Sistema Nacional de Segurança Pública, o Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia e o Plano Nacional de Segurança Pública.

É destaque também, que estas mudanças vieram não por iniciativa própria das polícias, mas por imposição da nova ordem democrática que foi despertada na sociedade, pois foi a partir dos lamentáveis episódios, como os casos da Favela Naval e Eldorado dos Carajás, o ocorrido no sequestro do ônibus na parada 174, que por pressão da mídia e dos movimentos sociais, surgiram políticas públicas de segurança do Governo Federal, como mecanismo de controle para resolver o problemas de tanto casos envolvendo policiais militares por parte da falta de preparação em saber e lidar com situações de conflitos que surgem no cotidiano da sociedade brasileira.

De acordo com dados obtidos pelo IESP¹ a Segurança Pública no Estado do Pará tem sido mencionada como referência em nível nacional no pioneirismo de uma formação integrada, pela implantação de importantes medidas destinadas a racionalizar a utilização dos meios operacionais disponíveis, destacando-se a criação da Secretaria Especial de Defesa Social, que veio integrar todos os órgãos pertencentes ao recém-criado Sistema de Defesa Social.

Notadamente, essas políticas públicas de formação no âmbito da segurança têm trazido consideráveis avanços, principalmente, na área da formação policial militar com a inclusão nos currículos de formação e qualificação de policiais militares, de novas disciplinas voltadas para as questões relativas ao respeito à cidadania e aos direitos humanos. Em razão disso, a Polícia Militar paraense vive hoje, assim como as polícias militares dos outros Estados, sob o arbítrio dos paradigmas de um novo período político, no qual se busca restabelecer as relações sociais em direção à construção da efetiva cidadania, movimentando-se de um estágio epistemológico do exercício do autoritarismo para o da autoridade. Na realidade, a formação policial militar passa por um processo ambivalente na transmissão e no processamento do conhecimento, para atender os seus antigos paradigmas militaristas e penalistas e o novo paradigma prevencionista, que surgiu a partir da nova ordem democrática.

No entanto, apesar de todo esse processo de mudança e do esforço de trabalhar a formação para atender as exigências da sociedade atual é fato que a formação policial com a realidade social tem sido o desafio até então apresentado, sobretudo

¹ Dados coletados em Dezembro de 2014.

para as polícias militares, que ainda mantêm por uma questão cultural ainda mantém em sua formação profissional um processo pedagógico dissociado do conhecimento reflexivo, principalmente porque ainda adotam práticas de institucionalização informal, voltadas para o modelo de autoritário, ou seja, persistem ainda os aspectos de uma institucionalização caserna, imanentes na cultura estritamente militar que são processados através do currículo oculto, constituindo possíveis formas de micro-violências no cotidiano da formação do policial militar, que mais tarde poderá até mesmo reproduzir esse processo de formação nas suas relações de trabalho, ocasionando práticas arbitrárias cometidas contra a sociedade.

Assim como foi observado por Amador (2002), devemos considerar “a distância entre treinamento e realidade em razão do real trabalho e dos mecanismos defensivos construídos pelos policiais, para darem conta do sofrimento psíquico no trabalho”. Também, não parece possível esperar que mudanças nos currículos e nos conteúdos programáticos sejam suficientes para resolver o problema da violência policial. Pois, além disso, é preciso considerar também as trocas subjetivas que estão ocorrendo nas situações de preparo para o trabalho.

Conforme afirma Castro (2004, p.19) que “na academia, o cadete passa por um processo de construção da identidade social do militar, do espírito militar, através de uma mudança brusca e intensa, que se inicia com o chamado período de adaptação, ou como o mais bem conhecido, trote”. Além disso, durante a adaptação não há licenciamento nos finais de semana; os novatos permanecem direto na academia todo esse período de acordo com Ponciani (2005, p.592) adquiridos na formação e treinamento profissional nas academias de Polícia “quase sempre atado rigorosamente aos aspectos normativo-legais de trabalho, acabam sendo simplistas e irreais, levando o indivíduo a descartar o que foi ensinado nesta fase de socialização.”

Neste sentido, o processo de formação deve disponibilizar ao policial os conhecimentos necessários para o desempenho de sua atividade cotidiana. Contudo, a natureza do trabalho policial é complexa. Em uma sociedade democrática, o policial deve ser pró-ativo e buscar atuar na resolução de problemas. Sendo assim, as possibilidades de emprego do policial se ampliam emergindo neste contexto sua complexidade. Dessa forma, o processo de formação deve abranger conhecimentos de ordem jurídica, social, psicológica, e de expertises² inerentes à atividade policial.

² Capacidade de aplicar o que foi aprendido de forma adequada às solicitações requeridas pela função exercida.

3. O curso de formação de oficiais da polícia militar do Pará

A primeira etapa da pesquisa foi realizada junto ao Instituto de Ensino de Segurança do Pará, especificamente na Academia de Polícia Militar “Cel. Fontoura”. Foram pesquisados especialmente 95 alunos do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar, nas turmas de 2012 a junho de 2014 em um universo 135 (cento e noventa e um) alunos por meio da aplicação de questionário composto por 39 (trinta e nove) questões fechadas e abertas. Na segunda parte da pesquisa serão pesquisados 10 policiais que exercem atividade laboral.

Nas relações sociais, em especial no processo de formação do profissional de Segurança Pública em que o vínculo é de domínio submissão, os dominados, inconsciente e involuntariamente, assimilam os valores e a visão do mundo dos dominantes e desse modo tornam-se cúmplices da ordem estabelecida sem perceberem que são as primeiras e principais vítimas dessa mesma ordem.

Diante disso, corroboro com Goffman (1998) que ao entrar no processo de formação o agente de Segurança Pública tem que se adaptar algumas regras que serão impostos por meio da cultura do mando “sim senhor, não senhor” é um processo o objetivo maior do processo de socialização é estabelecer o controle do indivíduo a partir da burocratização, da homogeneização e da uniformidade de comportamentos, o que resulta na falta de qualificação profissional e na aceitação espontânea dos problemas surgidos, sem reclamar que de acordo com Castro (2004, p. 34), que um ponto comum aos sociólogos que escreveram sobre as academias militares nos Estados Unidos é o destaque que dão “à intensidade do processo de socialização profissional militar, combinada ao fato de que esse processo ocorre em relativo isolamento ou autonomia”.

Na análise de Foucault (1997, p. 120), através da prática da disciplina “o corpo humano passa por um processo de submissão e controle com a intenção de torná-lo apto à atividade econômica, em detrimento de seu potencial de contestação e de revolta, que se opera segundo uma lógica sutil e discreta através de “técnicas sempre minuciosas”

Neste sentido, percebe-se que nas escolas militares, a prática da microviolência se processa das mais variadas maneiras, a começar pela socialização que ocorre em estabelecimentos relativamente autônomos em relação ao mundo exterior, cujo caráter é simbolizado pela barreira social, pela formalidade, pela centralização; pela vigilância e por proibições às saídas, que muitas vezes são incluídas no esquema físico, por exemplo, portas fechadas, paredes altas, muros, arame farpado, no qual

o indivíduo passa a ser uma engrenagem no sistema, onde deverá obedecer a todas as regras e, caso não o faça, será ‘reeducado’ pelos próprios companheiros ou pela equipe de supervisão.

Tal processo se resulta numa microviolência, uma vez que ocorre num clima de tensão e medo, tanto das punições quanto das retaliações por parte dos próprios companheiros. De outro lado, muda totalmente a vida do aluno em prol dos interesses da corporação, passando a agir em conjunto, abandonando, muitas vezes suas atitudes individuais. É utilizado no cotidiano para diferenciar as pessoas quanto à posição social, ou seja, em uma relação de hierarquia sempre tem aquele que tem razão e o outro por ser inferior tem somente o dever e a obrigação de ficar calado. A noção de confiança se estabelece num quadro de profunda ambiguidade. Os “antigos”, detentores de práticas cotidianas, do conhecimento sobre o funcionamento da dinâmica das regras e valores da instituição, isto é portadores do saber-poder (FOUCAULT, 1999), submetem os “novinhos” os chamados “bichos”, ainda inexperientes desprovidos de informações necessárias dessa dinâmica a uma expectativa de corresponder as regras e valores e ao comportamento incorporados por essa dinâmica.

Desse modo, esclarece Haarr (1997) que, mesmo com a socialização dos policiais na cultura de trabalho realizada através do processo de formação, das experiências de campo e das interações com os colegas, cada policial, individualmente, faz suas próprias adaptações para construir sua leitura da realidade institucional e, com base nessa leitura, mobiliza seus próprios interesses e interpreta os diferentes contornos das experiências que vivencia dentro e fora da instituição. Monjardet (2003) amplia o leque dessas características ao indicar como constitutivas da subcultura policial a valorização da experiência e da aprendizagem no trabalho, oposta ao ensinamento teórico, a rejeição às tentativas de codificar tecnicamente o trabalho policial especificamente em sua relação com o público, a insistência nas qualidades pessoais de cada um e nos valores de solidariedade da corporação.

Dessa forma, na sua atuação, o policial vivencia tal expediente típico com frequência e acaba por reproduzi-la, alimentando estereótipos e preconceitos gerados nas relações assimétricas características de nossa sociedade, no entanto, a formação do policial não se resume tão somente em analisar conteúdos programáticos, discutir cargas horárias, e ou metodologias empregadas, mas tangência aspectos relacionados à sociedade em que o policial está inserido.

Desse modo, é preciso ter a compreensão das variáveis que permeiam a atuação policial que carrega em sua memória e comportamentos, estereótipos e preconceitos carregados, dentro do tratamento e da suspeição que funciona como um elemento

chave para a abordagem e a atuação desse policial que não está preparado para lidar, com tais conflitos, sendo muitas vezes taxada pela população como ineficiente, corrupta, violenta e que apenas provoca medo, especialmente entre jovens e negros.

Para Aranha apud Ludwig (1998), existe ensino, doutrina e educação, a formação policial baseia-se apenas no ensino e na doutrina (militar), estrutura essa que não permite um diálogo aberto e dialético da educação. Ludwig (1998) esclarece que os cientistas da educação ainda não perceberam a importância de pesquisar o ensino militar, pois a formação dos militares tem contribuído para forjar um tipo de profissional das armas com tendências interventoras, afirma:

O produto que sai dessas escolas (militares), o educando formado, tenderá a exercer, um tipo de cidadania caracterizado por um baixo nível de participação, por uma aceitação relativamente passiva das decisões emanadas das autoridades constituídas, algumas vezes ilegais e ilegítimas, e por uma capacidade admirável para suportar as frustrações decorrentes de uma vida em sociedade marcada pela desigualdade e injustiça (LUDWIG, 1998).

Neste sentido, pensar o policial com uma base teórica consistente nos faz produzir um diagnóstico interno, que sem dúvida dará aos fatores desse contexto parâmetros reais para ações concretas e funcionais, tomando por base o estado democrático de direito e efetivamente os direitos humanos, como bem afirma Ludwig (1998), o fato de ser militar ou civil não lhe coloca na posição de superioridade ou inferioridade, ambos podem conviver em um mesmo ambiente, contudo o que se pretende não é uma doutrina policial em si, seja ela civil ou militar, e sim uma educação policial, pautada na ciência em comunhão com a legalidade e as garantias dos direitos do cidadão.

Como consequência perde-se a condição pessoal através de pequenos atos, o que Goffman caracteriza como “mutilação do eu”, a exemplo da perda do nome ou a sua substituição (nome de guerra), o modo de cortar o cabelo, distribuição de roupas da instituição, etc., por retirar a sua própria condição, a imagem de si mesmo, ou seja, há uma visível perda de decisão pessoal, manifestada num processo contínuo de renúncia à sua vontade, ou seja, essa ideia também é ratificada por Nummer (2005) como uma técnica de mortificação, pois a prática militar é, de fato, uma prática eminentemente ideológica, que além de inculcar a ideologia arbitrária da corporação bélica, introjeta também, e, principalmente, a ideologia dominante. O processo de inserção dessa ideologia no psiquismo discente tem sido feito de maneira bastante eficaz, porque no decorrer da história os militares, com frequência, intervieram na esfera social e política do país, causando sensíveis benefícios aos representados do capital nacional e internacional.

Essa versão passa a ser relativamente frágil, ao se considerar a eficiência do chamado currículo oculto, em se tratando da tarefa de reprodução social. Assim este currículo é o grande responsável pela inculcação de uma cosmovisão de caráter funcionalista-determinista no psiquismo do policial. Daí, talvez, a razão de não entenderem ou não aceitarem as mudanças que vão ao encontro aquilo que aprenderam e realizaram no decorrer de sua carreira profissional, o que para Nummer (2010, p.69) “a reprodução social é o processo pelo qual uma sociedade, por meio de diversos mecanismos reproduz sua estrutura”

Desse modo, o fenômeno da cultura policial tem sido estudado a nível internacional, revelando sua relativa generalidade como realidade social institucionalizada, independente das características organizacionais das polícias é possível identificar algo em comum na experiência da atividade policial que acaba por favorecer a emergência de uma forma peculiar de conceber seu trabalho, sua relação com a sociedade e com a população criminosa. Nesse sentido, a cultura policial ultrapassa fronteiras nacionais, constituindo uma identidade profissional do ser policial, recheada de um saber prático, resultado de experiências cotidianas e confirmando sua dimensão de informalidade. Segundo Muniz (2001) ao ressaltar que se o tradicional modelo pedagógico militar prioriza “o adestramento e o condicionamento voltados para a constituição de uma força combatente, o horizonte de polícia requer uma ênfase dirigida para a qualificação de um meio de força comedida cuja intervenção está constrangida pelos princípios da legalidade e da legitimidade”.

Dessa forma, a socialização dessa cultura se dá através dos encontros rotineiros entre veteranos e novatos, competindo em boa medida com o treinamento formal oferecido nas academias de polícia, tendo como um de seus componentes a valorização da virilidade e da força física como requisitos básicos para se lidar com o mundo da criminalidade, o que nos remete para a inserção da violência no cotidiano da atividade policial, que deve ser compreendida tendo em vista as complexidades relacionadas ao trabalho policial de produção da ordem sob a lei, onde o termo ordem significa conformidade a padrões morais de comportamento, enquanto lei significa restrições racionais à produção da ordem. Em suma, há uma oposição potencial entre os ideais de ordem e respeito à legalidade nas sociedades modernas que se reflete no trabalho policial. Os policiais tendem a compartilhar, sob esta ótica, uma postura crítica em relação ao sistema legal, interpretando-o como sério entrave ao combate eficiente à criminalidade. Como esclarece Goffman (2003, p. 22), que as instituições totais “... são estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer do eu”. Daí, a necessidade de limitação do contato

do ‘internado’ com o mundo externo, inclusive com a família, para a realização do que ousamos chamar de “lavagem cerebral”.

Durante toda a história, os processos de socialização das corporações militares tiveram início na própria seleção, onde se buscavam pessoas jovens, que pudessem ser submetidas à imposição de valores e a construção de uma nova identidade; aqueles que se identificavam com valores militares e, portanto, pudessem ser enquadrados nos moldes organizacionais. Com a sua chegada na Instituição, sua adequação era feita através do adestramento, visando torná-lo um novo indivíduo, mortificado através do poder disciplinar, manipulado por vários tipos de recompensa e punições (promoções, medalhas, transferências, etc.) que reforçam os efeitos do processo de socialização que de acordo com Kant de Lima (2001, p.117) a transmissão de conhecimentos ocorre de modo “formalizado em aulas, instruções, treinos, mas há vários conteúdos que são reproduzidos em rotinas cotidianas, configurando o currículo oculto, que reforça o modelo de hierarquia excludente”, segundo o qual cada um deve saber o seu lugar. Percebe-se que o objetivo desse modelo é negar as diferenças, de modo que a igualdade só possa existir entre os semelhantes.

Desse modo, depois da internalização bem-sucedida dos fundamentos de doutrina institucional pelo “interno”, pode ele então deixar seu centro de treinamento, apesar de na maioria dos casos ser ele periodicamente reconvocato para ulteriores sessões de socialização no decorrer de sua vida profissional, a exemplo dos cursos de aperfeiçoamento e qualificação. Quanto ao aspecto da conversão radical do indivíduo, ou seja, da sua inserção na Instituição, pois como afirma Foucault (1997, p. 119) que “esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as ‘disciplinas’”.

Neste sentido, as disciplinas se manifestam através de treinamentos e técnicas minuciosas, muitas vezes íntimas, podendo ser encontradas em diferentes formas, porém com a mesma essência nos colégios (pedagogia escolar), hospitais (educação cristã); organizações militares (pedagogia militar), prisões, etc. denominadas, de acordo com o entendimento de Foucault como “microfísica” do poder, e que se refere a: “... uma anatomia política do detalhe”. Um exemplo disso é a minúcia dos regulamentos, “...o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo, [...] uma racionalidade econômica ou técnica”. Assim, se escolhe o detalhe a ser observado pela anatomia política e se manipula o mesmo através da microfísica do poder (FOUCAULT, 1997, p. 120).

Desse modo, como arma principal desse processo, compreende-se que a utilização do corpo a serviço de uma espécie de mecânica associativa, que vai responder e processar os estímulos numa relação ambivalente entre a política e o poder: O papel político na formação do profissional de segurança pública, no decorrer da história, tem orientado e sustentado o comportamento e a forma que cada policial deve proceder para colaborar com a consecução dos objetivos governamentais. Em seu conjunto, pode-se considerar a microfísica da violência como um dispositivo de força, coerção e poder, que se exerce numa relação específica entre os grupos sociais através da prática de disciplina que produz um dano social, atuando sobre espaços abertos, e que se instaura com uma justificativa racional, desde a exclusão efetiva ou simbólica, até a prescrição de estigmas: isto significa estarmos diante de uma relação que atinge o outro com algum tipo de dano, numa relação de dominação, de controle social.

Na verdade, o aspecto da microviolência sofrida pelo policial militar começa antes mesmo de iniciar o curso de formação quando, na maioria das vezes, não dispõe do apoio irrestrito da família nem dos amigos, sobretudo por medo do risco da atividade ou por ter uma imagem ruim da polícia, o que leva o profissional ao sofrimento pela dúvida entre a necessidade do emprego e a resignação de parentes e amigos pela aversão que a categoria representa. Outro aspecto que resulta numa prática de microviolência é a falta de reconhecimento do trabalho policial pelo Governo, pela instituição e pela sociedade, ressaltando aspectos relativos às condições de trabalho, de saúde, de moradia, etc. As precárias condições, sobretudo salariais, levam os policiais a residir em áreas povoadas por infratores e criminosos. Nessas condições o policial é compelido a aceitar o jogo imposto pela situação, em troca de sua própria segurança e a de sua família, pois no convívio diário com essa espécie de vizinho as ameaças são constantes, de modo a levá-los também a cometerem condutas desabonadoras e ilegais.

Em geral, grande parte das microviolências existentes são regulamentares, estando previstas no Regulamento Disciplinar da Corporação e nas chamadas Normas Gerais de Ação (NGA), sendo que muitas delas, apesar de já não serem efetivamente observadas na vida profissional, ainda são ensinadas e cobradas, intensamente, nos cursos de formação e até mesmo nos cursos de aperfeiçoamento. Tratam-se de dispositivos arcaicos, instituídos ainda sob o regime ditatorial, ferem profundamente muitos preceitos constitucionais, como por exemplo: uma simples manifestação coletiva de crítica e de expressão que configura transgressão disciplinar, como fica confirmado por Foucault(1996) que sobre a “docilização dos corpos”

Observa-se, que a prescrição para a pronta obediência, em determinadas situações do trabalho policial, parece necessária, como em confrontos de alto risco. A cisão entre pensamento e execução, como foi discutida, enquanto pressão no trabalho, refere-se à manutenção desse modo de divisão das tarefas e dos homens e mulheres nas atividades policiais rotineiras, podendo impedir, assim, a criação dos sujeitos, que poderia ser possibilitada em um ambiente de maior liberdade à expressão de sua subjetividade. Essa distinção entre os círculos hierárquicos é garantida através de recursos disciplinares, pois são previstas como transgressões que de acordo com Nummer (2010) “a docilização dos corpos é portanto consequência do processo de adestramento que pressupõe o indivíduo cegamente conduzido os preceitos ideológicos da Instituição”. Essa vigilância, que, se por um lado, parece visar a manutenção do decoro da classe, obstruindo a prática da transgressão disciplinar, por outro lado, do ponto de vista psicológico, quando utilizada, permanentemente, pode representar um obstáculo para os ajustes subjetivos necessários à saúde dos sujeito.

Nessa perspectiva, referente às prescrições para o âmbito das relações entre os policiais no processo de formação, destaca-se que o impedimento à manifestação coletiva de crítica e de expressão, contrária à disciplina, ou o impedimento de manifestações de afeto para com os oficiais apontam para uma microviolência presente na impossibilidade de organização coletiva dos policiais em formação, ou seja, o discurso é que aluno não “tem vez e nem voz”.

Assim, a sua proibição (da subjetividade) parece representar a proibição da expressão do sofrimento dos policiais, resultante do exercício de sua atividade laboral, impactando, portanto, duplamente sobre os sujeitos: provocando sofrimento e impedindo sua expressão. Segundo Monjardet faz uma analogia entendendo que “a polícia é um martelo” (2003, p. 21-22), enquanto instrumento, o martelo não tem finalidade própria, ele serve às finalidades daquele que o maneja. Segundo Monjardet, com a polícia acontece da mesma forma: instrumento de aplicação de uma força sobre o objeto que lhe é designado por quem a comanda. A polícia é totalmente para servir *ancillaire*³ e recebe sua definição no sentido de seu papel nas relações sociais daquele que a instrumentaliza.

Vale ressaltar que o processo de formação militar possui características específicas. O enfrentamento de obstáculos constituindo critérios específicos de treinamento e avaliação diferencia e classifica, através das promoções, os militares em uma estrutura hierarquizada. De certa forma, o exercício da função de Oficial, com a formação voltada para a garantia da manutenção da segurança pública, seja na admi-

³ *Ancillaire* se entende por servir de auxiliares

nistração da violência, ou em gerenciamento de sinistros, exige uma preparação que proporcione qualidades especiais para lidar com determinadas situações.

É importante ressaltar que o controle e a utilização de medidas repressivas podem ser vistos sob diversos aspectos. Sendo interessante a tentativa de Foucault (1998, p. 24) de mostrar que: “as medidas punitivas não são simplesmente mecanismos negativos que permitem reprimir, impedir, excluir, suprimir; mas que elas estão ligadas a toda uma série de efeitos positivos e úteis que elas têm por encargo sustentar”. Neste contexto, instituições de caráter conservador, como as Forças Armadas, podem ter enxergado no modelo de internato uma forma interessante de transmitir conteúdos e aspectos culturais inerentes à vida nestas instituições. As características essencialmente políticas deste poder disciplinar acabam sugerindo uma atenção muito especial para a formação do Oficial de polícia, pois a relação de docilidade-utilidade, precisa ser muito bem equacionada diante do papel que futuramente será exercida pelo Oficial. Essa preocupação é descrita na afirmação de Ludwig (1998, p. 8) sobre as instituições de ensino civis ou militares: “a escola é uma instituição política por excelência. Ela é politicamente determinada, seu processo educativo é político e seus resultados também são políticos”. Como fica evidente na fala dos alunos do Curso de Formação de Oficiais:

Por fazer algumas punições disciplinares são injustas (A1)As urbanidades previstas em leis militares do superior para com a subordinado muitas vezes não é respeitada. (A2) Alguns tratamentos são desnecessários e fazem bio do homem(A3.)

Percebe-se que as escolas castrenses civis ou militares exprimem as relações de poder existentes na sociedade. Neste sentido ser constatado que o ensino militar nas academias agrega um conjunto de atividades capazes de solidificar no cadete a ideologia dominante. Sob esta perspectiva, a utilização da sistemática de internato pode interessar a determinados grupos que pretendem sustentar poder, *status* e tradição. E mesmo nos casos da aplicação do sistema por outros motivos, enxergar a sistemática como um modelo aplicável que apresenta resultados facilmente e rapidamente percebidos, passa a ser uma opção tentadora, quando se visa determinados objetivos, conforme a fala dos alunos entrevistados:

Muitas vezes somos tratados de forma que o corpo e a mente se desgastam muito. Porém, muitas vezes esse tratamento, muitas vezes, faz parte do tratamento(A16).
A instituição de ensino não respeita o direito a dignidade, da honra. O desrespeito a pessoa é cultivada no seio da instituição, o que confunde o policial quando lida com o mundo civil(A23)

Existem algumas situações que não exigem tanto o rigor militar e que no entanto são praticados no cotidiano(a24).

Muitas autoridades confundem o exercício do hierárquico e disciplina com abuso de poder e desrespeito com o cidadão(A40).

Porque, por vezes, o superior abusa, extrapola na forma de tratamento aos alunos. No entanto, não são todos.(A46).

Porque, enquanto aluno, apenas me são determinadas ordens a cumprir sem que me solicitem opinião acerca do problema, pouco importando as condições necessárias para a plena a execução das ordens(A50)

Pois depende de quem dispensa esse tratamento(A51)

Devido a algumas humilhações que acontece por vaidade de quem está no comando, e não prevista em regulamento. Mas as situações de estresse eu concordo .(A52)

O aluno oficial é desvalorizado em relação aos demais policiais militares (A53)

Porque existe certas observações que deveriam ser individuais são expostas diante da tropa. (A54).

Outra característica marcante no processo de formação das academias militares é o controle do tempo; Foucault (1998) entende que “O tempo penetra o corpo e com ele todos os controles minuciosos do poder”, conforme o autor descreve os exercícios de ordem unida, mais especificamente, os exercícios de movimentos com armas, chamados pelos militares de “manobra”, representam uma sintaxe forçada, um adestramento que visa estabelecer a disciplina. Como fica evidente na fala dos alunos entrevistados:

Porque em diversas situações percebo que o nosso tratamento na academia não são condizentes com a realidade dos batalhões e também os serviços não estamos sendo empregados como oficial, o que dificulta a aprendizado da nossa profissão, função.(A44).

O tão chamado ‘R.Quero’, pois há situações que não se encontram no regulamento, porém são impostas devido a esse poder.Somos formados pela pedagogia do porrete(A4).

Temos tempo para tudo, até para ir no banheiro, aqui só andamos correndo e temos que sempre está em dupla, pois caso contrario podemos ser punidos(A6).

Poder hierárquico com as obrigações que este impõe.(A7)

Sim, pois existe uma hierarquia até mesmo entre os alunos, onde os do 3º ano mandam nos do 2º e 1º ano e assim sucessivamente(A8).

Alguns se utilizam da situação hierárquica para impor excessivamente vontades individuais e sem fundamentação técnica ou satisfação do EGO. (A14)

Os alunos acabam obedecendo às ordens superiores por medo de sofrer sanções e muitas das vezes que estão com a razão acabam aceitando o que o superior diz por medo de ser punido. (A17)

Observa-se que nos quartéis, os rituais militares são exercidos desde a alvorada (por volta das seis horas da manhã) até a última formatura do dia conhecida como

pernoite (por volta das vinte e uma horas). Durante todo o dia as formalidades militares são realizadas ao início e ao término de cada atividade; antes e depois das aulas, das refeições, ou de qualquer outra atividade desenvolvida. Nestas atividades o controle do tempo por parte dos coordenadores militares é bastante rigoroso, transmitem a ideia de poder sugerida, e submetem os alunos a uma condição de “stress” que supõe o devido controle emocional.

Normalmente a atuação cotidiana de Oficiais de polícia, envolve um ambiente estressante, fazendo com que o aspecto emocional dos militares seja fator primordial para o sucesso de futuras operações. Com este objetivo as academias criam dificuldades rotineiras que trabalham e desenvolvem o controle emocional dos futuros Oficiais. Outro fator importante a ser destacado, inerente ao processo de formação dos militares no Brasil, é a aplicação de métodos semelhantes aos pensados para formar o soldado dos séculos XVII e XVIII. A observação deste perfil de formação militar pôde ser bem retratada por Foucault ao analisar a formação militar naquela época., conforme fala dos alunos entrevistados:

Dentro de um curso de formação é normal a relação de cobrança entre um superior e um subordinado, porém em algumas vezes esse superior excede em suas competências, chegando até mesmo a constranger seu subordinado.(A12)

Em alguns cursos de formação de polícia militar, utilizam a violência para se comparar com a vivência de rua.(A13)

Estão porque, muitas vezes, o superior se utiliza de meios ilícitos, fora do regulamento, para se retratar ao alunos (A14).

É a violência implícito nas relações de poder. É um tipo de violência legal.(A21) .Tentam disciplinar com gritos, ofensas.(A22). Algumas vezes se aplica violência moral.(A23)

Relação de poder, ou seja, forma de demonstrar seu poder (punir)(A24).

A instrução é voltada para tratamento com brutalidade e não inteligência (A25)

O policial tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível e se prolonga em silêncio, no automorfismo dos hábitos; em resumo, foi expulso o camponês e lhe foi dada a fisionomia de soldado [...] (FOUCAULT, 2007, p. 117).

Para atingir os objetivos formativos, instrucionais, e de “enquadramento” aos regulamentos a rotina diária pode ser um dos procedimentos mais eficazes para incutir a ideia de ordem na cabeça dos alunos, de maneira especial os sistemas de internato potencializam e favorecem a aplicação desta rotina. Estas características

transmitem uma ideia superficial da rotina nos processos de formação militares e omitem de certa forma, os esforços de potencializar a qualidade política dentro da formação dos oficiais. Os regulamentos militares apresentam abrangências que impedem interpretações grosseiras de seus conteúdos. Assim como a maioria das boas normas jurídicas, pode ser utilizados norteados pela ética, ou como uso do poder na defesa de interesses pessoais. O que não configura um problema específico do internato, ou do militarismo, mas que pode ser ampliado com o isolamento e com a falta de acompanhamento do processo de formação por pessoas competentes e comprometidas com a ética. Isto amplia a importância desses estudos.

Nesse sentido, analisando-se o currículo do Curso de formação, apesar de merecedor de ajustes e aprimoramentos, sobretudo pela complexidade e importância da missão policial, tem sido referência, tanto por sua abrangência como pelo cuidado com a inclusão de disciplinas essenciais à formação do policial. Na verdade, transformações curriculares já estão sendo processadas em todo país, e como destaque, temos a implantação da nova Matriz Curricular Nacional elaborada pelo Governo Federal, que tem sido amplamente discutida e estudada pelas Polícias Militares do Brasil. Como fica esclarecido com a fala dos alunos entrevistados:

As instruções são muito teóricas. E a prática é totalmente diferente.(A17)

Certas vezes os focos das instruções são voltadas só para o dia a dia da academia, esquecendo que a formação deve ser voltado para um vida mais no trabalho operacional.(A18). A academia tem fundamento teórico sem experiência pratica, não desempenhamos as habilidades de rua.(A21).

O militar é preparado para guerra, apesar de haver uma ‘, muitas praticas militares ou menos teóricas não para o policiamento urbano, preparam o aluno muitos vezes de forma violenta e ao polos na rua querem policia comunitária.(A25)

Quando se trata de rua, nos perguntamos; ‘Para que aprende tantas canções?’. Entendemos que é para a disciplina, porém existem outras formas mais eficientes.(A26).

Até então as disciplinas são na sua maioria, autoexplicativas, sendo decorativas, dificultando sua aprendizagem significativa.(A38).

A grande maioria das disciplinas não são compatíveis, exceto, quando o instrutor (por iniciativa própria) traz a aula para a realidade policial.(A56).

Para o entendimento da educação bélica, diante desta concepção a proposta que mais se aproxima é a concepção de Althusser relativa aos aparelhos do Estado, uma vez que menciona dois de seus componentes, a ideia de que a escola é uma instituição destinada a preparar os indivíduos de acordo com os papéis que devem desempenhar na sociedade, sendo um deles o de agente da repressão e o processo de inculcação da ideologia dominante, aplicam-se muito bem à pedagogia castrense.

4. Conclusão

Enfim, este estudo é uma pesquisa parcial de minha tese de doutorado, onde foi detectado que em análise com o grupo que está em processo de formação tem uma realidade diferenciada do que é colocada nas diretrizes que a versam matriz curricular nacional, ou seja, por mais que a matriz curricular nacional estabelece um novo projeto cuja ambição seria a de produzir novos princípios pedagógicos norteadores na formação do policial no Brasil, trazia no seu conteúdo normativo, como objetivos primordiais: formar, qualificar e aperfeiçoar crítica e reflexivamente o policial cidadão.

Para tanto, as disciplinas do currículo único enfatizam a importância da formação desse perfil para o agente da segurança pública, buscando o rompimento sistemático com o modelo de educação onde o educador tinha o papel centralizador, sendo o único detentor de conhecimento, e o aluno apenas o receptor destes, sem questioná-lo ou avaliá-lo e pelos relatos dos alunos em processo de formação não é isso que fica evidente.

Referências bibliográficas

ADORNO, Sérgio. **Insegurança versus direitos humanos**: entre a lei e a ordem. Tempo Social. São Paulo, v. 11, n. 2, p. 123-153, out, 1999.

AMADOR, Fernanda Spainer. **Violência Policial**: verso e reverso do sofrimento. 1 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado**: Notas sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado. 6 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.

CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército Brasileiro**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro: 2002.

_____. **O espírito militar**: um antropólogo na caserna – 2 ed. revista. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004;

DOMINIQUE, Monjardet. **O que faz a polícia**: sociologia da força pública. Tradução Mary Amazonas Leite de Barros. ed. ver. 2002, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003

F OULCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 9 ed. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1990.

_____. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões.** 16 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** 3ª ed. Petrópolis:Vozes, 1985.

_____. **Manicômios Prisões e Conventos.** São Paulo: Perspectiva,1992- 2003.

_____. **Estigma.** 4ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1998.

HAARR, Robin N. **Theyre making a bad name for the department:** Exploring the link between organizational commitment and Police occupational deviance in a Police patrol bureau. *Policing. An International journal of police Strategies & management*, vol.20 Iss;4 pp. 786-812,1997.Disponível em:<http://www.emeraldinsight.com/journals.htm?issn=1363-951x>.Acesso em 17 de julho de 2012.

LUDWIG, Antônio Carlos Will. **Democracia e Ensino Militar.** Petrópolis: R.J:Vozes,1998.

MELO, J. M. G. de ; FRANÇA, R. M. **Legislação Policial Militar.** Belém: Imprensa oficial do Estado do Pará, 2006

MUNIZ, Jaqueline. **A Crise de Identidade das Polícias Militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da Formação Educacional.** Member, Strategic Studies Group (GEE da COPPE/UFRJ) Researcher, CESEC, Universidade Cândido Mendes, Security and Defense Studies Review Vol. 1. Winter, 2001.

_____. **Ser policial é sobretudo uma razão de ser - Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro.IUPERJ, 1999.

NUMMER, Fernanda. **Serviço Militar Obrigatório: Violência Simbólica e Reprodução Social.** Caderno Pedagógico, Lajeado, v.7, n.1p.65-72,2010.

_____. **“Ser Brigadeiro” ou “Trabalhar na Brigada”:** Estilos de vida entre Soldados da Brigada Militar. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010

PONCIANI, Paula. **O Modelo Policial Profissional e a Formação Profissional do Futuro Policial nas Academias de Policia do Rio de Janeiro.** Sociedade e Estado, Brasília,v.20n.3p.585-610,set/dez,2005.

KANT DE LIMA. **Carnavais, malandros e heróis** : o dilema brasileiro no espaço público. In: GOMES, L.C. Barbosa, L; Drummond, J. A. Carnavais, Malandros e heróis, 20 anos depois.2.ed.Rio de Janeiro: FGV,2001

KANT DE LIMA, Roberto. **Direitos civis, estado de direito e “cultura policial”**: a formação policial em questão. Rio de Janeiro, 2004.

REINER, Robert. **A polícia da policia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

POLICIAMENTO ESPECIALIZADO DE ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS(ENAFRON): EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS SOBRE A CAPACITAÇÃO DOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA NO INSTITUTO DE ENSINO DE SEGURANÇA DO PARÁ – IESP

Introdução

Este artigo visa analisar sobre as praticas e vivências realizadas pelo Instituto de Ensino de Segureança Pública do Pará- IESP, no Curso de capacitação Estratégia nacional de segurança pública nas fronteiras (ENAFRON). O Curso é o oriundo do Pefron que objetivava formar agentes do Sistema de Segurança Pública das regiões nas áreas de fronteira do País com a finalidade de combater e prevenir a criminalidade. Esses agentes de Segurança Pública teriam atuação nos crimes como o contrabando de armas e de munições, tráfico de drogas e de pessoas, crimes ambientais, roubo de cargas e veículos, entre outros delitos.

Neste sentido para compreender a natureza do trabalho do agente de Segurança Pública, deve-se primeiro fazer uma inferência no sistema social no qual está inserido. Kant de Lima (2002) apresenta dois modelos de sociedade os quais denominou de “paralelepípedo” e “piramidal”. No primeiro, as regras que regulam os conflitos sociais têm um aspecto genérico, ou seja, seus efeitos são distribuídos de forma equitativa em toda sociedade. Não importa a que classe social o indivíduo pertença, a lei vale para ele também. No segundo modelo, as regras de utilização do espaço público são universais, mas não gerais. Ou seja, embora sejam as mesmas para todos, não se aplicam a todos da mesma forma, mas de maneira particular a cada um.

Conseqüentemente, a atuação do agente de Segurança Pública nesses modelos também é diferenciada. Kant de Lima (2002, p.204) assegura que “o agente de Segurança Pública é, em princípio, a instituição designada, tanto em um modelo quanto em outro, para fazer cumprir, em última instância, empiricamente, as regras de utilização dos espaços públicos.” Referenciando o primeiro modelo, a polícia se constituirá na força legítima para o que os autores denominam to enforce the law¹.

* Universidade Federal do Pará. Email :sscpassos_10@yahoo.com.br

¹ Por enforce the law se entende como sendo uma atribuição de fazer cumprir a lei.

Ressalta-se, no entanto, que a regra que está fazendo cumprir ampara-se na concepção de que foi consensual e legitimamente elaborada para preservar a utilização por uma determinada coletividade de certo espaço público.

Desse modo, a legitimidade da ação policial não repousa no Estado, mas no governo da coletividade. Nessa concepção, “o agente de Segurança Pública tem autonomia e a respectiva responsabilidade para negociar a utilização dos espaços, até certo ponto: se o espaço público é um espaço negociado coletivamente, cabe a ela reproduzir, em sua administração, os processos de negociação de interesses divergentes.” (KANT DE LIMA, 2002, p. 205). O agente de Segurança Pública, portanto, não é neutro nem imparcial.

No tocante ao modelo piramidal, Kant de Lima (2002, p. 2006) salienta que “a atuação do agente de Segurança Pública é bem diferente do modelo anterior”. A apropriação do espaço público de forma particularizada pelo Estado, por definição, se dá de forma excludente. Nesse modelo, os conflitos devem ser minimizados ou, quando sua conciliação for impossível, fortemente reprimidos e extintos. No modelo piramidal, a polícia não incumbe o explícito enforcement of the Law. Nesse caso,

a função da polícia se caracteriza, assim, por ser eminentemente interpretativa partindo não só dos fatos, mas, principalmente, da decifração do lugar de cada uma das partes em conflito na estrutura social para proceder à correta aplicação das regras de tratamento desigual aos estruturalmente desiguais. (Kant de Lima, 2002, p. 206-207).

Nessa concepção, conforme a visão do autor, tanto o Estado quanto à polícia são definidos como instituições separadas e externas ao conjunto de cidadãos que precisam não apenas controlar, mas manter em seu devido lugar e reprimir. A ação da polícia é caracterizada pela suspeição de se descumprir as regras. A atuação da polícia não se dá como mediadora de conflitos, todavia, como autoridade intermediária em sua interpretação para promover sua extinção e punição, não sua resolução.

A natureza do trabalho do agente de Segurança Pública se relaciona com as tensões geradas nas relações sociais. Os organismos policiais atuam de forma a intervir e regular as interações em uma sociedade. A forma como a ação ocorrerá está diretamente relacionada com o regime de governo sob o qual a instituição prestará contas. Bittner afirma que “o papel do agente de Segurança Pública é enfrentar todos os tipos de problemas humanos quando suas soluções tenham a possibilidade de exigir uso da força no momento em que estejam ocorrendo” (2003, p.136).

Neste sentido pode-se compreender o trabalho do agente de Segurança Pública como tendo um direcionamento ao risco, ao perigo, a violência, ao domínio do

caos, à incerteza, ao desespero. O autor amplia a discussão a respeito do trabalho do agente de Segurança Pública afirmando que o policiamento é uma ocupação complexa que enfrenta problemas sérios. Exige, portanto, conhecimento e habilidade. Entretanto, o mais importante é que aqueles que o praticam são imbuídos de um poder bastante considerável para utilizar a força quando for necessário. Na visão de Bittner (2003, p.138), “o policiamento não constitui uma técnica. Ao contrário, faz grandes exigências em termos de experiência e julgamento.” A experiência é um conhecimento acumulado em que a compreensão das necessidades e das possibilidades práticas se baseia. Bittner assevera que:

Em seu trabalho do dia-a-dia, os policiais frequentemente lidam com assuntos em relação aos quais outras pessoas respondem com medo, raiva ou repugnância. Poder-se-ia dizer que o trabalho policial consiste em proceder metodicamente nas ocasiões em que a norma seria ter uma reação impulsiva” (2003, p. 270).

O autor observou que a maior parte do trabalho é realizada por policiais individuais ou por equipes formadas por pares de policiais. Desse modo, os policiais dependem principalmente de seus próprios conhecimentos, habilidades e julgamentos, e devem estar preparados para terminar o que começaram por si mesmos.

Em uma sociedade moderna, Bittner identifica três expectativas que definem a função da agente de Segurança Pública: “Primeiro, espera-se que a polícia vá fazer algo a respeito de qualquer problema que seja solicitada a tratar; segundo espera-se que vá atacar os problemas em qualquer lugar e hora em que ocorram; e terceiro, espera-se que prevaleçam em qualquer coisa que façam e que não recuem ao enfrentar oposição” (2003, p. 314-315).

Neste sentido o curso é promovido pelo Departamento da Força Nacional de Segurança Pública em parceria do Ministério da justiça/MJ, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública/SENASP, pelo Governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Segurança Pública/SEGUP, realizou-se no IESP no município de Marituba no Pará. Esses formandos foram oriundos de seis Estados: Amazonas (37 pessoas), Amapá (33), Mato Grosso (seis), Roraima (cinco) e Santa Catarina (dois). O Projeto de Policiamento Especializado na Fronteira (PEFRON) fomentaria os Estados a criar grupos para atuar de forma preventiva e repressiva nas regiões de fronteira e divisas, dentro de suas atribuições, no controle aos crimes típicos da região, realizando a promoção da cooperação intergovernamental e interinstitucional em segurança pública, nas áreas de planejamento, atividades de formação, atuação tático-operacional e intercâmbio de dados, informações e co-

nhecimento, por meio de ações preventivas e itinerantes, além de ações de Polícia Judiciária, com suporte da Perícia Criminal, sendo tais ações integradas com os órgãos federais, propiciando a resolução de casos em curto espaço de tempo e com resultados satisfatórios, pois era preciso que esse agente de Segurança Pública tivesse conhecimentos, habilidades e atitudes para agir frente as fronteiras, já que em uma sociedade moderna segundo Bittner existem três expectativas que definem a função da agente de Segurança Pública:

Primeiro, espera-se que a polícia vá fazer algo a respeito de qualquer problema que seja solicitada a tratar; segundo espera-se que vá atacar os problemas em qualquer lugar e hora em que ocorram; e terceiro, espera-se que prevaleçam em qualquer coisa que façam e que não recuem ao enfrentar oposição” (2003, p. 314-315).

“Antes de chegar aqui, todos passaram por testes teóricos e práticos em seus Estados de origem. Só vem pra cá quem está determinado e possui espírito de equipe; sem isso, não adianta querer ser de uma força tão especial com uma missão que vai estar aliada a um trabalho de inteligência”, (fala o coordenador do Curso no Pará).

Entre os treinamentos mais difíceis está o que é feito na água. Dentro da piscina, os participantes treinam de uniforme, inclusive com botas pesadas. Eles precisam saber nadar com um equipamento pesado e flutuar sem a ajuda de bóias, para que possam fazer salvamentos e combater criminosos. Um dos exercícios é retirar o co- turno sem afundar, no menor espaço de tempo.

Figura 01: Policiais Civis do Paraná em treinamento no IESP



Fonte: Ascom \IESP\2010

Desse modo, policiais Civis do Paraná participaram do Curso de Nivelamento de Conhecimento em Policiamento Especializado de Fronteiras (PEFRON), que aconteceu na sede do Instituto de Ensino de Segurança do Estado do Pará – IESP, sendo um programa da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). As unidades do Pefron seriam no planejamento inicial compostas por policiais civis, policiais militares, bombeiros e peritos criminais, os quais iriam trabalhar dentro das atribuições constitucionais de cada órgão, subordinadas às Secretarias de Segurança Pública de cada um dos Estados contemplados pelo projeto, num revezamento em três turnos de serviço durante o mês.

O Curso de formação era bem intensivo, aulas durante o dia e parte das noites, uma padronização de procedimentos e técnicas com a participação de policiais de vários estados do Brasil. Muitos ficaram pelo caminho, os calores insuportáveis, avaliações que exigem muito dos alunos. “Estou muito feliz por ter feito parte da equipe da Polícia Civil do Estado do Paraná presente no PEFRON aqui no Pará” (Fala de um aluno participante do curso)

No que diz respeito ao currículo do curso capacitação dos agentes de Segurança do Pefron, contemplaram as seguintes disciplinas: Biopirataria, Uso Progressivo da Força, além de táticas de resgate e salvamento, tiro, primeiros socorros e orientações de patrulhamento, entre outros temas, fizeram parte das disciplinas do curso, tendo como conteúdo programático um período de 200 horas/aulas, abrangendo as matérias de Direitos Humanos, Instrução de Tática Individual, Legislação, Técnicas de Imobilização e Condução, Primeiros Socorros, Uso Progressivo da Força, Tecnologia de Baixa Letalidade, Armamento, Tiro Tático, Abordagem, Explosivos, Policiamento Embarcado, Operações Aquáticas, Orientação, Patrulha, Operações Aéreas, Crimes Ambientais, Narcóticos, Tráfico de Armas, Policiamento Ambiental, Biopirataria, Investigação/Inteligência, Política de Fronteiras, Estágio Operacional e Exercícios Simulados Os agentes foram formados para atuar na primeira base do Pefron do Brasil cuja data de instalação estava prevista, inicialmente, na região do estreito de Breves, na ilha do Marajó. A duração do curso teve duração de 4(quatro) meses.

No ano de 2014, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) promoveu o curso de Unidades Especializadas de Fronteiras. A formação, realizada por meio do Programa Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), é promovida pelo Ministério da Justiça, em conjunto com a SENASP- Nível Multiplicador. A 5ª edição do curso visou capacitar os profissionais de segurança pública para a função de multiplicadores das doutrinas e técnicas utilizadas em áreas

de fronteira, fortalecendo a prevenção, o controle e a repressão dos crimes praticados na fronteira brasileira, a fim de reforçar a segurança da população que vive nestas áreas.

O Curso envolve um conjunto de políticas e projetos do Governo Federal, que tem por finalidade melhorar a percepção de segurança pública junto à sociedade e garantir a presença permanente das instituições policiais e de fiscalização na região de fronteira do Brasil, otimizando a prevenção e a repressão aos crimes transfronteiriços, por meio de ações integradas de diversos órgãos federais, estaduais e municipais.

O objetivo é qualificar os profissionais que atuam e que pretendem trabalhar nas fronteiras em ações de prevenção e repressão de ilícitos nos estados que fazem fronteiras com países sul-americanos, como o tráfico de drogas e de armas; contrabando, furto e roubo de veículos; evasão de divisas, de recursos naturais e minerais; tráfico de pessoas e de animais silvestres, entre outros.

O curso de Unidades Especializadas de Fronteira promove diversos treinamentos e envolve as seguintes disciplinas: Procedimentos Frente a Ocorrências Fronteiriças, Técnicas de Entrevista, Investigação Criminal, Identificação de Fraudes Veiculares, Técnicas de Imobilização e Condução, Policiamento Embarcado, Gestão da Informação, Metodologia de Ensino, Abordagem e Patrulha Policial, Natação Utilitária, Atendimento Pré-Hospitalar Tático, Georreferenciamento, Direção Policial, Táticas de Confrontos Armados, Sobrevivência e Identificação de Artigos Explosivos. Participam do curso, policiais de 11 estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Amazonas, Pará e Amapá). O Curso de Polícia Comunitária realizados nos municípios de Abaetetuba e Santarém foi realizado de forma integrado, conforme demonstra a figura de 02

Figura 02: Capacitação dos Alunos no Município de Santarém | 2014



Fonte: ASCOM-IESP\2014

O curso de Unidades Especializadas de Fronteira promove diversos treinamentos e envolve as seguintes disciplinas: Procedimentos Frente a Ocorrências Fronteiriças, Técnicas de Entrevista, Investigação Criminal, Identificação de Fraudes Veiculares, Técnicas de Imobilização e Condução, Policiamento Embarcado, Gestão da Informação, Metodologia de Ensino, Abordagem e Patrulha Policial, Natação Utilitária, Atendimento Pré-Hospitalar Tático, Georreferenciamento, Direção Policial, Táticas de Confrontos Armados, Sobrevivência e Identificação de Artigos Explosivos. Participam do curso, policiais de 11 estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Amazonas, Pará e Amapá).

Em 2014 no Instituto de Ensino de Segurança Pública foram executadas 04 turmas do Curso ENAFRON, envolvendo policiais civis, militares e bombeiros, além do CPC Renato Chaves, os Cursos são realizados em articulação com a SENASP,

Multiplicador de Polícia Comunitária 80 horas, Policia Comunitária 40 horas, Curso de Unidade Especializada de Fronteira - Nível Multiplicador 136 horas - SENASP (Município Santarém) e Curso Nacional de Fronteira- Nível Operador (Município-Abetetuba), com 30 vagas. As aulas tiveram relação entre teoria e prática, conforme demonstra a Figura 03.

Figura 03: Aula prática



Fonte : ASCOM-IESP \2014

Essas capacitações se realizaram no Município de Abetetuba e Santarém por serem polos que agregam a capacitação dos agentes de segurança Pública, que irão atuar onde serão implantadas as bases de Estratégias de Fronteiras serão os Municípios de Abetetuba, São Caetano de Odivelas, Obidos, Oriximiná, Alenquer, Almerim e Faró por serem municípios que fazem fronteiras que estão localizados na faixa de fronteira com a Guiana Francesa, Guyana, Suriname, Venezuela, Colômbia, Peru, Uruguai, Paraguai e Bolívia.

Ao todo, 39 profissionais; entre Policiais militares lotados no 3º Batalhão PM, sediado em Santarém; no 18º Batalhão PM, localizado em Monte Alegre, e nas companhias PM de Oriximiná (12ª), Alenquer (26ª), Juruti (28ª) e Óbidos (29ª), todas unidades subordinadas ao primeiro comando de policiamento regional, além de Bombeiros Militares do 4º Grupamento BM e outros profissionais integrantes do sistema de Segurança Pública, fizeram parte da turma, que participou do curso, realizado no período de 18 a 29 de agosto de 2014.

No que diz respeito ao desenho curricular percebe-se que o “Curso de Unidade Especializada de Fronteiras”, realizado em convênio com o Ministério da Justiça

através da Secretaria Nacional de Segurança Pública/SENASP está enquadrado nos padrões da Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área e Segurança Pública, buscando com isso uma melhor qualificação dos profissionais de segurança pública, uniformizando o ensino, nas instituições que compõem o Sistema, seu grande desafio é minimizar as diferenças regionais e educacionais atuando nas ações formativas.

Ballestreri (1998) afirma que deve-se ressaltar a importância das academias de Polícia Civil, das escolas formativas de oficiais e soldados e dos institutos superiores de ensino e pesquisa, como bases para a construção da Polícia Cidadã, seja através de suas intervenções junto aos policiais ingressantes, seja na qualificação daqueles que se encontram há mais tempo na ativa. Um bom currículo e professores habilitados não apenas nos conhecimentos técnicos, mas igualmente nas artes didáticas e no relacionamento inter-pessoal, são fundamentais para a geração de policiais que atuem com base na lei e na ordem hierárquica, mas também na autonomia moral e intelectual.

Percebe-se que, é necessário alertar que a visão científica de currículo não pode ser confundida com o senso comum que o identifica como conteúdos, geralmente organizados no tempo de forma sequenciada. Para nós, o currículo é muito mais, além dos conteúdos refere-se também à organização do processo educacional, aos métodos utilizados e, sobretudo, às relações de poder explícitas ou implícitas no cotidiano do processo educativo. Assim como afirma Silva (1999, p.10) que:

O Currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no currículo se forja a nossa identidade. O Currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade.

Por isso, esta perspectiva leva em consideração não apenas os conteúdos e relações manifestos, mas também aqueles que se ocultam, muitas vezes deliberadamente, para fazer valer o seu papel na manutenção ou no questionamento do poder estabelecido.

Isto implica, para os educadores populares envolvidos em processos de construção curricular, em uma atenção redobrada, não apenas para evitar que elementos de ideologia dominante se reproduzam e não sejam simplesmente reproduzidas fórmulas exitosas de outras regiões e culturas. Com relação as turmas forma executas 04 turmas, sendo ofertas 160 vagas para todo o Sistema Integrado de Segurança

Pública e concluirão apenas 80 agentes de segurança pública, o que demonstra que o curso não supriu a necessidade dos servidores dos órgãos que atuam no Sistema de Segurança Pública, pois na maioria dos casos os policiais não eram liberados para realizarem o curso, o que imperou o processo de capacitação nesses municípios

Em função dessa onda de democratização, o policiamento é concebido como um serviço de integração com a sociedade, de maneira a permitir uma aplicação da força mais qualificada. Em virtude das mudanças de proporções colossais e pela sofisticação do crime na recente década (BRYETT, 1999, p.30), “a polícia tem passado por um exame rigoroso e tem alcançado o topo das listas de políticas institucionais para ser reformada.”

Como agência governamental em constante contato com o público e também como uma arma coercitiva do Estado, o agente de Segurança Pública tem sido criticada e reinventada não somente em países em processo de democratização, como em países de tradição liberal e governo democrático. O processo de democratização é um esforço institucional interminável em direção dos ideais-chaves da democracia: liberdade, equidade e fraternidade.

Portanto, há uma expectativa que as derivações desses valores poderiam integrar as políticas dos governos democráticos. “Participação, equidade, consentimento para policiar, responsabilidade, entrega de serviços e mecanismos de revisão têm sido identificados como procedimentos requeridos para a polícia em uma sociedade democrática,” conforme Sung (2006, p.367).

Segundo Rico (1992, p. 75), o agente de Segurança Pública sempre foi um órgão estatal com características próprias que a distinguem dos demais setores cujo conjunto denomina-se comumente “administração de justiça”, cuja missão tradicionalmente circundava a aplicação das leis e da manutenção da ordem pública.

Enfim, o Instituto de Ensino de Segurança do Pará- IESP em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública\ SENASP\MJ- desde 2010 vem contribuindo para a capacitação dos agentes de Segurança Pública para atuarem nos Municípios de Fronteiras no Estado do Pará.

Referências bibliográficas

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos Humanos: Coisa de Polícia**. 3. ed. Passo Fundo: Berthier, 1998.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. Tradução Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

BRYETT, Keith. **“The policing dynamic”**. **Policing**: An International Journal of Police Strategies & Management. Vol. 22 n. 1. 1999, p. 30-44.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

CASTRO, E. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 2007.

COMPARATO, F. O ministério Público na Defesa dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. In: **Estudos de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2003.

HO FLINING, Heloísa de Matos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. In: **Cad. CEDES**, v. 21, n° 55. Campinas, nov.2001.

KANT DE LIMA, Roberto. Políticas de segurança pública e seu impacto na formação policial: considerações teóricas e propostas práticas. In: ZAVERRUCHA, Jorge (org). **Políticas de Segurança pública**: dimensão da formação e impactos sociais. Recife: Massangana, 2002, p. 199-219.

Matriz Curricular Nacional: Para a Formação em Segurança Pública. Brasília: Ministério da Justiça-SENASP, 2003.

Matriz Curricular em Movimento. Diretrizes Pedagógicas e Malha Curricular. Brasília: Ministério da Justiça-SENASP, 2006.

RICO, José Maria. **Delito, insegurança do cidadão e polícia**: novas perspectivas. Tradução Mina Seinfeld de Carakushansky. Rio de Janeiro: Polícia Militar, 1992

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidades**: Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SUNG, Hung-En. **“Police effectiveness and democracy**: shape and direction of the relationship”. **Policing**: An International Journal of Police Strategies & Management. Vol. 29 n. 2., 2006, p. 347-367.

GT14 E GT23 - INTERNACIONALIZAÇÃO COMERCIAL
E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NA
REGIÃO NORTE BRASILEIRA / INTERNACIONALIZAÇÃO
DA AMAZÔNIA:PERSPECTIVAS E AGENTES

EMPREENDIMENTOS CULTURAIS TRANSFRONTEIRIÇOS: UM PANORAMA TEÓRICO NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL-GUYANA-VENEZUELA

Introdução

A Cultura envolve todo um sistema de conjuntos de valores, símbolos, costumes e tradições de um povo que são passados de geração em geração por meio das práticas sociais e da vida em sociedade. As manifestações culturais expressas por meio de festas populares são um exemplo da expressão da cultura de um povo, pois elas contribuem para a afirmação da identidade cultural das comunidades em que são realizadas, reforçando a diversidade cultural e, conseqüentemente, atraindo expressivo número de turistas.

O artigo está dividido em três partes, no qual se destaca, na primeira parte, a importância das políticas públicas voltadas para a cultura como forma de democratização das artes, bem como dos desafios e das dificuldades que decorrem da sua implementação. Na segunda parte, aborda-se um pouco da região de tríplice fronteira onde está inserido o estado de Roraima e também se abordará acerca das políticas culturais para a integração que se desenvolvem nessa localidade e dos seus benefícios.

A terceira e última parte buscará mostrar como as políticas públicas para o meio artístico-cultural podem ser efetivas quando firmadas com uma ação paradiplomática¹, ou seja, ações por parte de um ator subnacional, neste caso, o estado de Roraima, com outros atores internacionais (neste caso, Venezuela e Guyana).

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: e.loureto@gmail.com

¹ Segundo Senhoras “O termo paradiplomacia subnacional representa um marco importante para compreender a ação paralela em âmbito internacional de governos locais e regionais através do estabelecimento de contatos permanentes ou não com atores correspondentes em outros países e com entidades públicas ou privadas estrangeiras. [...] Enquanto fenômeno de repercussão nas relações internacionais que quebra o monopólio das relações interestatais do clássico sistema westphaliano de poder, a paradiplomacia roraimense têm relevância positiva no processo de integração regional nos últimos anos e isto não pode ser menosprezado.” (SENHORAS, 2009, p.02).

O estado culturalmente construído: empreendimentos culturais e desenvolvimento

A questão cultural é geralmente dogmatizada à subjetividade simbólica, ainda que se evidencie um mercado de alta lucratividade. Aliar cultura e desenvolvimento torna-se um caminho promissor no que tange a região de fronteira, onde se explicita um contato mais íntimo entre diferentes modos *modus vivendi*.

Antes de iniciar a questão dos empreendimentos culturais, é necessário entender o conceito de cultura. O autor Roque Laraia (2009) se empenha em conceituar antropologicamente o termo ao fazer uma abordagem histórica, no qual demonstra a origem do termo *cultura* como sendo junção sintetizada de *kultur*, palavra de origem germânica com *civilization* de origem francesa, feita por Edward Tylor (1832 – 1917) no final do século XVIII. Entretanto, já era uma ideia abordada por John Locke (1632 – 1704), Jacque Turgot (1727 – 1781) e Jean-Jacque Rousseau (1712 – 1778), no qual todos expressavam o papel da educação na formação cultural do homem. Ainda que as questões culturais se estabeleçam principalmente no nível das relações humanas é necessário que se entenda também como a cultura permanece atuante nas relações estatais. Embasado em conceitos amplamente aceitos nas Relações Internacionais, como soberania, conflito, choque cultural, recorre-se a obra *Clash of Civilizations* de Samuel Huntington (2001). O autor descreve o ambiente internacional sobre uma perspectiva de amadurecimento cultural das diversas civilizações, na qual afinidades e atritos surgem de acordo com o paradigma cultural que os orientam, e do qual originaram.

Ou seja, mesmo que os esforços para maior valorização da cultura ocorram, o Brasil possui barreiras difíceis de serem superadas, a exemplo da corrupção nas esferas políticas, do déficit cultural no ensino, da falta de interesse por parte dos políticos e da população no geral. Quando se observa estas questões, infere-se a influência da cultura de massa na sociedade atual, pois seria esta uma das causas para desestímulo à presença e participação da população geral em programas culturais, como teatro, sarais, desfiles, concertos, dentre outros.

Ao abordar cultura por prismas econômicos e sociais, são trazidas temáticas como a apresentada por Joseh Nye (2004), como soft power (poder brando), de influências sem uso da força, no caso desta pesquisa, influência cultural. Desta forma, o *Soft Power* “surge da atividade da cultura, dos ideais políticos e das políticas de um país. Quando suas políticas são vistas como legítimas o poder brando se eleva” (NYE, 2004, p. x). Neste sentido, pode-se compreender o próprio Estado sob a

égide cultural, por meio das explicações advindas das vertentes críticas da sociologia, como a Escola de Frankfurt, que propunha despertar nos indivíduos a consciência em relação ao controle estatal por meio dos novos mecanismos culturais, principalmente os de circulação em massa.

A professora Titular da Escola de Comunicações e Artes de Universidade de São Paulo – ECA/USP, Anamaria Fadul, em seu artigo *Indústria Cultural e a Comunicação de Massa*, utiliza-se das ideias de Adorno e Horkheimer, que explicitam que a cultura de massa norte-americana era, por exemplo, bem desenvolvida desde bem antes da alemã ou italiana, contudo era voltada para massificação da cultura. O livro *Dialética do Iluminismo* anunciava a decadência da cultura no Ocidente por causa dos meios de comunicação de massa no início do século XX em contraponto com “eldorado cultural” que fora o século XIX.

Porém, este era muito restrito e falacioso, uns poucos tinham acesso à cultura, enquanto outros muitos trabalhavam em regime semi-escravo nas fábricas com poucas oportunidades de entretenimento. No livro *Indústria Cultural e Indústria de Massa*, Adorno e Horkheimer tentam mostrar que faltava seriedade nos grandes meios de comunicação, sejam eles jornais, revistas, televisão, dentre outros, que se preocupavam somente com as cifras econômicas e “manipulação das consciências”. Havia sempre a desconfiança dos novos veículos de comunicação. Baudelaire escreveu um artigo sobre uma exposição de fotos em 1857, no qual se mostrava intolerante em relação à fotografia como uma arte, achava que esta era uma destruição da cultura.

Há também os que defendam que a Indústria Cultural propiciou o livre acesso das pessoas a diversos meios culturais, além de beneficiar aqueles que vêm nela uma forma de renda. O acesso a diferentes formas e modos da cultura é muito mais veloz atualmente. Com o advento tecnológico-digital, as pessoas escolhem o que querem ver, e mais, quando e onde ver. Além do mais, destaca-se a importância da cultura popular nesse cenário de transformações e difusão cada vez mais veloz de produções culturais. A cultura popular aparece como manifestação da cultura que parte do próprio povo, sendo, muitas vezes, mais acessível do que outros meios culturais.

Os assuntos culturais podem ser desvelados sob diferentes óticas, inclusive a mais realista (no que consta os estudos nas RI), que, apesar de não centrar seus estudos no tema, admite que a cultura é um meio eficaz para alcançar premissas como o poder nacional, nos quais os Estados usam os veículos culturais, para manutenção de seu poder no sistema internacional.

Ciente do papel estatal, no que consta o contexto global desenvolvimentista, parte-se para o principal alicerce do desenvolvimento: o econômico. A vista das questões artístico-culturais já apresentadas deve-se destacar também os conceitos de economia da cultura e economia criativa. Com base nos estudos do Prof. Dr. Leandro Valiati (2013), compreende-se a Economia da Cultura como aquela dotada de valores simbólicos. Desta forma, o fator cultural se apresenta com alto grau de influências nas dinâmicas socioculturais. O conceito de economia criativa, segundo o *Relatório de Economia Criativa* (2010) produzido pela UNCTAD, é fundamentado nos conceitos de indústrias criativas, economia da cultura e criatividade. Assim, ao compilar estas definições, a economia é elucidada como “[...] um conceito em evolução baseado em ativos criativos que potencialmente geram crescimento e desenvolvimento econômico.” (p. 10).

Deste modo, segundo Lala Deheinzelin (2006), no que se abaliza a porção Sul do globo, observam-se diferenças na maneira adotada de se desenvolver a economia criativa em relação ao Norte. No contexto sul-hemisférico, a premissa utilizada deve ser a da inclusão social, ainda por razões mercadológicas de formação de público consumidor.

Ao trazer para o contexto brasileiro, percebe-se a importância das políticas públicas como força propulsora para fomentação e valorização da cultura, seja ela como patrimônio ou estímulo à economia. Contudo, no que tange às artes, encontram-se certas dificuldades, principalmente, quanto aos altos custos para o acesso aos produtos artísticos, tais como o cinema, teatro, concerto, dentre outros. O estigma de arte como algo supérfluo e desnecessário continua, inclusive para os formuladores de políticas públicas, cuja visão está associada à rentabilidade dos programas voltados para cultura.

Deste modo, observa-se de acordo com Dye (2009) que “A política racional é a que produz ‘ganho social máximo’, isto é, os governos devem optar por políticas cujos ganhos sociais superem os custos pelo maior valor e devem evitar políticas cujos custos não sejam excedidos pelos ganhos”. (2009, p.111).

Ocorre também certo conservadorismo por parte do Estado, que estreita o leque de investimentos públicos em áreas de maior rentabilidade. Porém, os modelos teóricos e empíricos tradicionais não são capazes por si só de abordar todas as questões sociais, por não abordar novos atores. Outro grave problema que aflige as políticas públicas no geral, incluindo as voltadas para cultura, é o baixo grau de formalização das mesmas no que diz respeito ao intercâmbio de informações e recursos (FARIA, 2003).

Assim, observa-se que, mesmo que haja o esforço por parte do Estado, a esfera privada e a própria população são atores responsáveis, pois “a perspectiva de política pública vai além da perspectiva de políticas governamentais, na medida em que o governo, com sua estrutura administrativa, não é a única instituição a servir à comunidade política, isto é, a promover políticas públicas” (DYE, 2009, p. 31).

Ou seja, mesmo que os esforços para maior valorização da cultura ocorram, o Brasil possui barreiras difíceis de serem superadas, a exemplo da corrupção nas esferas políticas, do déficit cultural no ensino, da falta de interesse por parte dos políticos e da população no geral. Quando se observa estas questões, infere-se a influência da cultura de massa na sociedade atual, pois seria esta uma das causas para desestímulo à presença e participação da população geral em programas culturais, como teatro, sarais, desfiles, concertos, dentre outros.

Ao compreender sua correlação com a política, resgata-se os preceitos econômicos, que propiciam o ambiente favorável para implementação de modelos de desenvolvimento que tomem a cultura como aparato alavancador. Por conseguinte, o modelo de economia criativa adotado pelas grandes economias, no caso brasileiro, deve passar por algumas consideráveis modificações. Deste modo, explicita Deheinzlin (2010, p. 5):

Economia Criativa que brota através das inúmeras, fascinantes e inovadoras experiências oriundas do terceiro setor. Economia Criativa que vem do uso de conhecimentos e técnicas tradicionais na construção de linguagens contemporâneas. Economia Criativa como fator de soberania. Economia Criativa como fator de integração de setores por seu caráter transversal, sendo o único setor que pode cumprir esta necessária e complexa tarefa. Economia Criativa que preserva e multiplica a diversidade cultural pois cria modelos e estruturas de trabalho que a favorecem. Economia Criativa que propõe formas inovadoras de financiamento e produção, de caráter alternativo e solidário, pois os modelos de mercado do século XX não servirão para o século XXI.

Com estes conceitos apresentados, pode-se agora discutir a realidade local roraimense. Composto por uma interculturalidade ímpar, Roraima é palco das interseções culturais entre os países de raízes coloniais diversas, como anglo-saxã, espanola e luso-ibérica, somadas as matrizes culturais nativas indígenas, em uma diversidade cultural digna de grandes centros cosmopolitas.

1. *Interação cultural na triplíce fronteira*

O recorte geográfico utilizado é a triplíce fronteira Brasil-Guyana-Venezuela, localizada no ponto mais setentrional do Brasil, ao norte do estado de Roraima. Essa região fronteiriça é caracterizada pela forte multiculturalidade: brasileiros, venezuelanos e guyanenses, além de diversas etnias indígenas. A proximidade entre as cidades fronteiriças dos dois países com o Brasil por meio do estado de Roraima, as chamadas cidades gêmeas², apresenta uma diversidade imensa de culturas que estão imersas num ambiente de intensa rede de relações, sejam elas políticas, comerciais, sociais ou culturais.

O contexto fronteiriço é marcado por um intenso fluxo de mercadorias (tanto legais quanto ilícitas), investimentos e serviços que agitam o comércio da região, relações políticas e intenso trânsito de migrantes e turistas. Ao analisar sob um prisma cultural, quando se fala em uma região multicultural, percebe-se a presença de pelo menos três idiomas distintos, costumes, tradições e religiões tão diversas que interagem constantemente nesse espaço de contato.

As cidades de Pacaraima (Brasil) e Santa Helena de Uairén (Venezuela), bem como Bonfim (Brasil) e Lethem (Guyana), correspondem às cidades gêmeas localizadas nessa triplíce fronteira. Não apenas as cidades gêmeas são delimitadas por essa intensa rede de relações, mas também a capital do estado de Roraima, Boa Vista, recebe os reflexos de pertencer a uma região tão plural e diversificada. Boa Vista situa-se a apenas 230 km de Santa Helena de Uairén, na Venezuela, e o seu acesso ocorre pela via terrestre por meio da BR-174. Já Lethem, na Guyana ficam a apenas 125 km da capital de Roraima, onde o acesso se dá por meio da BR-401, o qual foi facilitado pela inauguração da ponte sobre o Rio Tacutu, em 2009, que interliga os dois países.

A construção da ponte se mostra como um elemento integrador do espaço territorial Brasil-Guyana. Tal como afirma Oliveira (2009):

Esse espaço integrador pode ser interpretado também como um lugar seguro e ao mesmo tempo como um lugar inseguro, que estabelece a diferença entre nós (brasileiros) na margem de cá do rio e os outros (guyanenses) na margem de lá do rio. São interpretações com base nas teorias de fronteiras e nas linhas imaginárias que legitimam e regulam o nosso poder sobre o outro que é estrangeiro no nosso espaço territorial. Espaço integrador que é

² De acordo com Becker “A presença de cidades gêmeas, isto é, cidades vizinhas localizadas em cada lado fronteiriço, é importante indicador das redes de relações. [...] Como lugar de convergência de redes de relações, as cidades gêmeas rompem com as delimitações fronteiriças oficiais fundadas nas soberanias nacionais, e são mais ativas quando localizadas em fronteiras tripartites.” (BECKER, p.58 e 59, 2009.)

materializado pelas distintas normas diplomáticas, pelas leis e outros aparatos burocráticos das relações internacionais, que dão suporte para normatização das relações no território da fronteira e da identidade nacional. (OLIVEIRA, 2009, p.4).

Oliveira (2009) alega ainda que o diálogo brasileiro com a fronteira guyanense é mais complexo do que com a fronteira venezuelana, pois no caso Brasil-Guyana há a presença de diferentes povos indígenas que convivem com duas culturas nacionais distintas nessa região: a brasileira que é herdeira do reino ibérico e a guyanense que é herdeira do reino anglo-saxão (motivo pelo qual utilizam a grafia em inglês). Enquanto que no caso Brasil-Venezuela, os idiomas e a cultura de ambos os países são herdeiros dos reinos ibéricos, o que facilita o diálogo entre ambos.

Coincidentemente, no ano 2009, houve a adesão da Venezuela ao Mercosul, o qual foi ratificado em 2012. Este fato pode possibilitar uma maior integração na área fronteiriça, pois a assinatura de diversos protocolos, sobretudo nos trâmites aduaneiros e de imigração, pode possibilitar uma dinâmica local de turismo e comércio com impactos positivos para Roraima (LOBO & NETO, 2010). Apreende-se, portanto, sobre o novo cenário propício aos empreendimentos culturais transfronteiriços. Com a interculturalidade da região, compreende-se um ambiente com potencial para desenvolver negócios que aproveitem esse diferencial como desenvolvimento regional.

2. A viabilidade dos empreendimentos culturais transfronteiriços em Roraima

Primeiramente, antes de adentrar no contexto roraimense, faz-se uma breve discussão sobre movimentação artística na fronteira. Para Luiz Sergio Vieira (2012) a sedução do olhar atravessa as barreiras da burocracia militar e política, alargando a linha de fronteira que deixa de ser um fio no atlas da geopolítica para se transformar em região de fronteira. Esse domínio híbrido se caracteriza pelo entrecruzamento de percepções de mundo calcadas em tradições distintas, pertencentes aos tempos pretéritos, que se manifestam em uma rica produção de arte e cultura, tornado as regiões de fronteira em territórios de enorme diversidade cultural.

Neste sentido, observa-se que as regiões limítrofes, geralmente enquadradas em cenários periféricos, buscam resgatar suas próprias identidades e riquezas. A efervescência cultural deixa de ser exclusividade dos grandes centros, pois, nas regiões de fronteira, a cultura ganha ar mais diversificado por se tratar de uma área de mobilidade intensa.

No que concerne a tríplice fronteira Brasil-Guyana-Venezuela, deve-se levar em consideração o respeito à cultura destes países e a construção de boas relações. A elaboração de políticas públicas culturais na região pode auxiliar de maneira positiva no aumento de investimentos, na abertura de novos mercados, no aumento de bens e serviços e do turismo nesses países.

A Universidade Federal de Roraima se revela pioneira em Roraima no que diz respeito às ações que envolvam o intercâmbio com os Estados fronteiriços, principalmente na área da educação e cultura. O evento “Vozes da Fronteira”, que tem como objetivo reunir grupos artísticos do Brasil, Guyana, Suriname e Venezuela durante as atividades comemorativas do aniversário da UFRR, foi realizado em 2011 e 2012 e é uma destas iniciativas. Além de apresentações culturais com a presença de músicos e artistas desses países, ocorrem apresentações de danças típicas, como a venezuelana denominada *parranda de tambores*, assim como palestras em torno da questão cultural, dentre outras manifestações culturais e ações acadêmicas

Alguns eventos realizados pelo Serviço Social do Comércio (SESC - Roraima) também são organizados com a proposta de promover a interação cultural com a Guyana e Venezuela. O “Grito Rock Bonfim” foi organizado com a finalidade de juntar bandas do Brasil e da Guyana na fronteira entre esses países, e o “Fronteira Cultural”, com edições em 2011 e 2013, é um evento no qual diversas manifestações culturais de artistas brasileiros, venezuelanos e guyanenses foram reunidas com a ideia de promover a circulação e a difusão da música, dança, teatro, artes visuais e audiovisual dos três países na cidade de Pacaraima em Roraima. Contudo, poucas são as políticas públicas culturais desenvolvidas pelos governos locais e voltadas para a integração cultural na tríplice fronteira. O Arraial das Três Nações é um dos poucos exemplos que encontramos.

O “Arraial das Três Nações” já contou com quatro edições entre os anos de 2008 e 2012. De acordo com Jacildo Bezerra³, um dos organizadores do evento, na primeira edição, o “Arraial das Três Nações” tinha como objetivo promover a integração do Brasil, e mais precisamente do estado de Roraima, com os demais países da tríplice fronteira no que diz respeito ao âmbito cultural, no rompimento de barreiras para a redução dos preconceitos e a desmistificação dos estereótipos que, muitas vezes, se constroem com relação às nações vizinhas de Roraima. Para tanto foram trazidos elementos culturais da Venezuela e Guyana, tais como grupos folclóricos, peças de artesanato, de vestuário, assim como fotografias para a exposição dos países.

³ Gerente do Núcleo de Artes da Unidade de Cultura de Boa Vista, localizada no Palácio da Cultura, em entrevista realizada em 01/06/2012.

Para a realização da festa, o primeiro passo da ação pública foi enviar representantes do governo de Roraima para os respectivos países no intuito de estabelecer contatos para que realmente houvesse a participação dos países vizinhos. Com a ação firmada, a abertura do evento contou com representantes dos três países, o governador de Roraima representando o Brasil e os cônsules da Guyana e Venezuela. Para quem chegava à festa, logo na entrada era possível obter informações sobre esses países nas barracas que foram preparadas para cada nação, onde tinha comidas típicas, revistas e fotografias dos três países.

Para animar a festa, havia três bonecos gigantes que circulavam entre o público, cada qual caracterizado pelas vestimentas que lembravam cada um dos países: “Seu Zé”, no estilo caipira das festas juninas representava o Brasil, “Juanito”, representando a Venezuela, e “Mr. Brown”, com enormes tranças ao estilo rastafári que representava a Guyana. O slogan do evento também era representado pelos três personagens que juntos marcavam a união dos três países nessa grande festa.

Quanto às dificuldades para a realização do evento, segundo o entrevistado, destacam-se algumas questões burocráticas. A maior barreira foi a questão burocrática que a orquestra filarmônica juvenil da Venezuela sofreu para entrar no Brasil. Como a Venezuela ainda não havia entrado para o Mercosul, era necessário certos documentos para entrar no país. Por falta de documentos necessários, a orquestra com mais de 70 componentes foi barrada na fronteira e impedida de se apresentar no evento. Para outras questões, tais como a fronteira, o idioma e a receptividade, não houve empecilhos para que o evento se concretizasse.

Além de entretenimento à população de Roraima, a primeira edição do Arraial das Três Nações foi além das expectativas culturais e superou todas as metas previstas de emprego e movimentação de renda no período da festa. De acordo com dados da Secretaria Extraordinária da Promoção Humana e Desenvolvimento (SOUZA, 2007), o Arraial das Três Nações levou ao Parque Anauá um público de 170 mil pessoas durante as nove noites do evento, além de 56 atrações, entre bandas de música e grupos folclóricos que fizeram parte da programação do Arraial, envolvendo diretamente mais de 400 artistas.

Dessa forma, além de gerar emprego e renda e de aumentar o turismo no período do evento, a população também pode conhecer mais da cultura dos três países num clima de alegria, harmonia e cooperação. Nos anos posteriores, o arraial do Anauá continuou a ser denominado de Arraial das Três Nações. Apesar da menor proporção de grupos vindos da Venezuela e da Guyana nos anos seguintes, o arraial ainda conta com a presença de muitos turistas vindos desses países.

Contudo, no ano de 2011, não houve a celebração tradicional do arraial junino promovido pelo governo. A festa do Arraial do Anauá ou Arraial das Três Nações foi cancelada naquele ano devido à situação financeira pouco favorável do governo ou por falta de vontade política. Infelizmente, a falta de investimentos é um empecilho para que algumas políticas públicas culturais deixem de ser efetivadas.

As ações físicas e comerciais entre Roraima e estes países fronteiriços são mais consolidadas. No âmbito cultural, essas ações ainda não são conformadas de modo efetivo. Todavia, os poucos eventos ocorridos no estado explicitam o quão promissor é a cultural nas relações internacionais em regiões de fronteira.

Considerações finais

Apesar de incipiente, os investimentos em cultura estão cada vez mais ativos e mostram-se promissores para o desenvolvimento do estado de Roraima. No que diz respeito às ações que envolvem a integração cultural na tríplice fronteira, alguns eventos estão sendo organizados para este fim. No entanto, ainda há muitas barreiras a serem derrubadas com relação à efetivação de políticas públicas voltadas para a cultura na tríplice fronteira, principalmente no que diz respeito à falta de incentivos, investimentos ou vontade política.

As integrações físicas e comerciais com a Guayana e a Venezuela estão cada vez mais se consolidando. Porém, a integração no âmbito cultural ainda dá seus primeiros passos. Acredita-se que a integração na tríplice fronteira por meio da vertente cultural é uma boa maneira de se conhecer a cultura do outro, de se praticar a tolerância e o respeito à cultura alheia, de se promover o diálogo e a cooperação para que haja uma relação positiva e pacífica com os países vizinhos.

Além do mais, uma maior integração no âmbito cultural pode significar um aumento do comércio, de investimentos, de bens e serviços e do turismo. Para tanto, a adoção de políticas públicas que levem em conta essa vertente cultural se fazem essenciais num ambiente de fronteira, principalmente pela multiculturalidade e diversidade presentes nesse espaço.

Referências bibliográficas

BECKER, Bertha K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CAVALCANTE, Jordana de Souza. **Estratégia de marketing para o turista do arraial boa vista junina**. Trabalho de conclusão de curso em Tecnologia em Gestão de Turismo. IFRR, 2010.

DEHEINZELIN, Lala. **Economia Criativa e Empreendimento Cultural, Salvador: II ENECULT UFBA**, 2006.

DYE, Thomas R. **Políticas públicas e o desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**, Brasília: Editora UNB, 2009.

FADUL, Anamaria. **Indústria Cultural e a Comunicação de Massa**. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/c_ideias_17_053_a_059.pdf>, acessado em: 18/04/2012.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 23 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

LOBO, Ellen Regina dos Santos; NETO, João Félix de Santana. **Integração da Venezuela ao Mercosul e os seus reflexos para o desenvolvimento econômico do Estado de Roraima**. Editora UFRR: Boa Vista, 2010.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. **Fronteiras Brasil-Guyana e o rio Tacutu**. In: Paradiplomacia Subnacional Roraima-Guiana e os descaminhos do Contencioso da ponte do Rio Tacutu. Coluna de Artigos UFRR (2009). Disponível em: <<http://works.bepress.com/elo/127>> Acesso em: 13/06/2012.

OLIVEIRA, Luiz Sérgio de. InSITE: **práticas de arte pública na fronteira entre dois mundos**. Niterói: Editora da UFF, 2012.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de (Org). **Projeto Kuwai Kiri: a experiência Amazônica dos Índios Urbanos de Boa Vista – Roraima**. Editora da UFRR, 2010.

REINAUX, Marcilio. **Introdução ao Estudo da História da Arte**. Recife: UFPE, 1991.

SENHORAS, Elói Martins. **Paradiplomacia Subnacional Roraima-Guiana e os descaminhos do Contencioso da ponte do Rio Tacutu**. Coluna de Artigos UFRR (2009). Disponível em: <<http://works.bepress.com/elo/127>> Acesso em: 13/06/2012.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA. **Lançado oficialmente XVIII Arraial do Anauá**. Disponível em: http://www.rr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=532:arraial-das-3-nacoes-movimentou-r-2-milhoes&catid=45 . Acesso em: 06/06/2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. **Grupo Imbaúba encerra o “Vozes da Fronteira”**. Disponível em: <http://ufr.br/noticias/398>. Acesso em: 08/06/2012.

VALIATI, Leandro. **Economia da cultura em perspectiva institucional: mecenato no empresariado urbano-industrial ascendente (1947-1960)**. Tese (Doutorado), Porto Alegre: UFRGS, 2013.

INTERNACIONALIZAÇÃO COMERCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ALGUNS ASPECTOS RELEVANTES

Introdução

No período pós-Segunda Guerra Mundial, a economia mudou bastante devido ao fortalecimento dos mercados globais. Segundo Brasil e Ortega (2006), o processo de globalização atingiu os mercados de bens e serviços de forma avassaladora e rápida, transformando-os em diversos pontos e ditando novas regras para as bases societárias, tecnológicas, produtivas, comerciais e financeiras. No entanto, antes deste período, os mercados internacionais já possuíam grande importância para a economia mundial e brasileira. Segundo Abreu et al. (1990), o envolvimento da economia brasileira com a economia internacional representou uma parte importante da história econômica do país já no século XIX.

Em vários momentos da história econômica brasileira, a exportação foi uma das principais fontes de recurso financeiro para o sustento do desenvolvimento e crescimento econômico. Dentre eles, destaca-se a importância das exportações de café no século XX, período que o PIB e a capacidade econômica brasileira oscilavam conjuntamente às mudanças no mercado cafeeiro internacional como, por exemplo, o impacto negativo da crise de 1929 sobre o balanço de pagamentos do Brasil devido à queda nos preços das exportações de café (ABREU *et al.*, 1990).

Conseqüentemente, devido a grande influência que o mercado internacional exerceu sobre a economia brasileira, existiram diversas ações do setor público voltadas para a manutenção do comércio exterior brasileiro. As ações tomadas pelo Estado expandiram-se por diversos setores e tomaram variadas formas como as políticas cambiais e os tratados comerciais realizados com diversos países, tais como Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha (ABREU *et al.*, 1990).

* Universidade Federal de Viçosa. E-mail: gercige@gmail.com

** Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: andflucena@gmail.com

Por meio das exportações e da abertura econômica, o governo brasileiro procurou adquirir os meios necessários para o desenvolvimento e a manutenção dos diversos setores da economia. Todavia, a abertura econômica pode impactar positivamente ou não as empresas locais. Segundo Kovacs *et al.* (2006), a abertura econômica brasileira elevou a concorrência local, o que levou às empresas a buscarem novos mercados para sobreviver à concorrência local. Entre eles, o mercado internacional.

O processo de inserção de uma empresa brasileira no mercado internacional é definido como o processo de internacionalização de empresas. Piccinini, Lahorgue e Rübenich (2005) corroboram com essa afirmação destacando que o processo de internacionalização está relacionado com o envolvimento de uma empresa local com uma empresa do exterior. As empresas, segundo Root (1994), têm priorizado duas formas de se internacionalizar. A primeira ocorre via exportação de bens e serviços, sendo essa a prática mais comum entre as empresas. A segunda ocorre por meio dos investimentos realizados em outro país, podendo ocorrer via instalação de novas plantas industriais, fusões, aquisições, dentre outros. A internacionalização via exportação é chamada de internacionalização comercial, já a segunda, via investimento, de internacionalização produtiva.

Prochnik, Esteves e Freitas (2007), por meio de uma análise empírica, reafirmaram que o processo de internacionalização impacta positivamente as empresas. Segundo eles, quanto maior o envolvimento da empresa com o mercado internacional, maior será a sua produtividade, o número de funcionários, o tempo médio de emprego, o nível de gastos com Pesquisa & Desenvolvimento (P&D), a renda média do pessoal ocupado, dentre outros fatores. O processo de internacionalização, comercial ou produtivo, além de gerar alterações internas às empresas pode também, segundo a análise de insumo-produto centrada nas relações interindustriais e inter-regionais, gerar alterações no desenvolvimento de uma região, pois alterando sua produção, uma empresa modificará sua demanda por insumos (SOUZA, 1981).

Compreender a importância das exportações, ou em outras palavras do processo de internacionalização, para uma empresa e o papel da empresa no desenvolvimento da região é fundamental para compreender a relevância das exportações para o desenvolvimento. Logo, o objeto deste trabalho é analisar teoricamente a relação entre o processo de internacionalização comercial (exportações) e o processo de desenvolvimento e crescimento econômico.

Este trabalho está estruturado em quatro seções além desta introdução. Na segunda seção, analisa-se o processo de internacionalização das empresas e, na terceira,

as teorias de desenvolvimento regional. Em seguida, far-se-á a análise de estudos que trabalharam com empresas internacionalizadas e, por fim, na última seção, encontram-se as considerações finais deste trabalho.

Internacionalização de Empresas

O processo de internacionalização de empresas pode ser definido como o processo em que uma empresa de forma gradual ou não interage com o mercado internacional (SILVA; LUCENA, 2012). Devido a sua abrangência, o processo de internacionalização, de modo geral, pode ocorrer de diversas formas. Contudo, o processo de internacionalização comercial ocorre pela exportação de bens e serviços.

Existem algumas teorias que buscam explicar o processo de internacionalização comercial e produtiva, buscando analisar a internacionalização pelo aspecto comportamental ou econômico. Entre tais teorias, seis ganham destaque. Segundo Dib e Carneiro (2006), tem-se a teoria do Poder de Mercado, a teoria da Internalização, o Paradigma Eclético, o Modelo de Uppsala, a perspectiva de *Nertworks* e o Empreendedorismo Internacional.

As teorias buscam responder, basicamente, a cinco perguntas dentro da análise econômica ou comportamental, sendo elas: *por quê*, *como*, *onde*, *quando* e *o quê*. O sentido de cada pergunta está detalhado na tabela 1.

Tabela 1 - Questões Básicas do Processo de Internacionalização de uma Empresa

Por quê?	O quê?	Quando?	Onde?	Como?
Motivos Justificativa Condições	Produtos Serviços Tecnologias Outras Atividades	Momento Inicial Progressão posterior	País Região	Modo de Entrada Grau de Controle Modo de operação

Fonte: Dib e Carneiro (2006)

A primeira pergunta, *por quê*, tem como resposta, por exemplo, a busca por uma melhor posição competitiva no mercado doméstico (HYMER, 1976) ou, simplesmente, por fazer parte da estratégia da empresa (KRAUS, 2000; SOUZA, FLORIANI, LOPES, 2011). Na segunda pergunta, *o quê*, seguindo a ideia da Teoria do poder de mercado, o produto a ser exportado será aquele que garantirá à empresa o maior controle de preços e quantidades. A decisão de *quando* iniciar o processo de

internacionalização pode ser determinado, por exemplo, pela pressão que a empresa enfrenta no mercado doméstico com o aumento da competitividade ou pela maturidade da empresa.

A escolha do local de *onde* iniciar o processo de internacionalização pode ser dividida em três motivos básicos. No primeiro caso, o local será escolhido baseando-se nas vantagens competitivas que tal região pode oferecer, de modo geral, esta ideia é compartilhada pelas teorias do Poder de Mercado, Internalização e Paradigma Eclético. A outra escolha do local ocorrerá de acordo com a proximidade psíquica trabalhada pelo Modelo de Uppsala, que consiste basicamente nas diferenças culturais e linguísticas. Por fim, segundo a Teoria de Networks, o local é escolhido segundo as redes de relacionamento as quais a empresa está inserida.

O modo de entrada escolhido pela empresa é amplo, isto é, a resposta à pergunta “*como?*” será diversa, mas será determinado pelo tipo de processo – comercial ou produtivo. Na internacionalização comercial, ocorrerá via exportações, já na internacionalização produtiva, o modo de entrada poderá ocorrer de varias formas, entre as possibilidades tem-se: instalação de novas plantas industriais; fusões; aquisições; *joint ventures*; empréstimos; transferências e; licenciamento.

Ao responder tais questões, cada teoria tem sua resposta pautada em uma ideia central. O quadro 1 expõem estas ideias e segrega cada teoria segundo o seu foco.

Quadro 1 - Teorias de internacionalização de empresas

Foco	Teorias	Variável Fundamental
Econômico	Poder de Mercado	“Monopólio” - Controle de Mercado
	Internalização	Custos de Transação
	Paradigma Eclético	Competitividade - Tecnologia
Comportamental	Empreendedorismo Internacional	Comportamento Empreendedor
	Modelo de Uppsala	Aprendizado/Conhecimento
	Perspectiva de <i>Networks</i>	Redes de Relacionamento

Fonte: Elaboração própria

Destas seis teorias, o Modelo de Uppsala e a perspectiva de *Networks* são as teorias que possibilitam uma melhor aproximação entre os processos de internacionalização e de desenvolvimento econômico. A perspectiva de *Networks* defende que o processo de internacionalização ocorre de acordo com o contexto social, cultural e econômico no qual a empresa está submetida. Segundo Levy, Mota e Wermelinger (2010), essa teoria trás uma nova perspectiva para o processo, pois destaca a importância das relações entre as empresas.

De acordo com o estudo desenvolvido pelos autores, a internacionalização via redes de relacionamento – *Networks* – trás uma serie de benefícios. Destaca-se, entre esses benefícios, a possibilidade de ultrapassar algumas etapas do processo de internacionalização, de atenuar uma possível visão negativa do país de origem, a facilidade de inserção em determinados mercados gerada pela rede e as novas oportunidades que a empresa é exposta quando faz parte de uma rede (LEVY; MOTA; WERMELINGER, 2010).

Ghuri, Lutz e Tesforn (2001) definem dois tipos de *Networks* em seu estudo sobre o uso de redes de relacionamento para solucionar os problemas de pequenas e médias empresas quanto ao *marketing* para exportação. O primeiro tipo de *Networks*, citado, é o vertical. De acordo com os autores, esse tipo de relacionamento ocorre entre fornecedores, produtores e compradores tendo como objetivo à exploração de oportunidades de mercado e melhoria da eficiência de produção. Os objetivos da segunda categoria – horizontal – são comuns ao da vertical, porém o relacionamento ocorre entre fabricantes de um mesmo produto e seus objetivos são alcançados via mobilização de recursos e de partilha (GHAURI; LUTZ; TESFORN, 2001).

As *networks* horizontais e verticais podem ser denominadas, respectivamente, de redes de canais de marketing e redes de agrupamento de exportação¹ (GHAURI; LUTZ; TESFORN, 2001). Poder-se-á, também, categorizar uma *network* partindo do tipo de relacionamento existente entre as empresas. Levy, Mota e Wermelinger (2010) destacam três categorias. A primeira, *joint action group*, refere-se à cooperação entre empresas de uma mesma indústria com foco no mercado de exportação. A segunda, *hard business network*, ocorre entre empresas similares ou diferentes. Nesse tipo de cooperação, as empresas buscam alcançar resultados além das suas capacidades individuais. Na ultima categoria, *industry cluster*, o objetivo é alcançar uma sinergia por meio da instalação de suas empresas numa mesma região.

Com base nestas ideias, pode-se definir como são tomadas as decisões que determinam o processo de internacionalização, ou seja, como são respondidas as per-

¹ *Marketing channel networks e export-grouping networks.*

guntas *o que, onde, quando, por quê e como*. Em suma, as decisões irão depender do tipo de rede que a empresa está inserida, se essa rede é horizontal ou vertical, ou ainda do tipo de relacionamento que a empresa em análise tem com as demais empresas pertencentes à rede (SILVA; LUCENA, 2012).

Por fim, tem-se o modelo de Uppsala. Tal modelo foi desenvolvido pelos trabalhos de Johanson e Wiedersheim-Paul (1975) e Johanson e Vahlne (1977). A principal ideia desta teoria é que o processo de internacionalização é contínuo e se aprofundará na medida em que a empresa for adquirindo experiência e aprendizado em seu funcionamento. No primeiro trabalho, encontram-se duas das três ideias mais relevantes trabalhadas na teoria, a ideia de *establishment chain*² e distância psíquica. No segundo trabalho, a experiência é introduzida como uma espécie de síntese das outras duas ideias - a cadeia de estabelecimento e a distância psíquica.

A distância psíquica busca mostrar como as empresas decidem o local de expansão das suas atividades. Segundo Johanson e Wiedersheim-Paul (1975), a distância psíquica se dá pela presença de fatores que impedem ou dificultam o fluxo de informação do mercado para a empresa. Sendo esses fatores “a diferença na língua, cultura, sistema político, nível de educação, nível de desenvolvimento industrial etc.” (JOHANSON; WIEDERSHEIM-PAUL, p. 308, 1975, tradução livre). Logo, na medida em que uma empresa expande suas atividades para os mercados externos, sua distância psíquica irá reduzir.

A redução da distância psíquica pode ser traduzida como o ganho de experiência. Johanson e Vahlne (1977), ao estudar o processo de internacionalização de empresas, dão um papel fundamental à experiência no processo de internacionalização de empresas e, conseqüentemente, aos riscos incorridos pela empresa ao decidir expandir suas atividades para mercados além das fronteiras nacionais. O fator risco é minimizado à medida que a empresa adquire informações sobre o mercado, ou seja, experiência. Portanto, uma empresa que minimiza ou elimina alguns dos possíveis riscos incorridos nas suas atividades no mercado externo – reduzindo a distância psíquica – poderá, de modo mais seguro, “avançar” nos estágios da cadeia de estabelecimento.

A cadeia de estabelecimento procura definir quais são os estágios do processo de internacionalização. De acordo com a cadeia de estabelecimento, há quatro estágios do processo de internacionalização de empresa (JOHANSON; WIEDERSHEIM-PAUL, 1975). A existência de estágios determina o aspecto gradual do processo de internacionalização segundo o Modelo de Uppsala.

² Cadeia de Estabelecimento (tradução dos autores).

No primeiro estágio – atividades exportadoras irregulares –, há pouca relação da empresa com o mercado externo. Suas atividades requerem o dispêndio de poucos recursos, pois a exportação nesse estágio ocorre de maneira esporádica. Porém, no segundo estágio – exportação via representante de vendas –, a relação com o mercado externo é mais intensa e, com isso, a quantidade de recursos destinada para exportação é maior e esta ocorre de maneira regular. O terceiro estágio – instalação de uma subsidiária de vendas –, conseqüentemente, indica uma aproximação ainda maior da empresa local com o mercado externo. Nesse estágio, o nível de informação bem como a especialização que a empresa tem do mercado é maior. Por fim, o último estágio – instalação de uma subsidiária de produção/manufatura – indica um comprometimento ainda maior da empresa com o mercado externo, sendo que nesse estágio o nível de recursos destinado ao mercado é muito grande.

Cabe ressaltar que o processo de internacionalização pode, às vezes, não seguir toda a cadeia de estabelecimento, pois empresas que já se internacionalizaram para outros mercados poderão “pular” alguns estágios ao se internacionalizar para um novo mercado por já possuir experiências (JOHANSON; WIEDERSHEIM-PAUL, 1975).

Contudo, a ideia da internacionalização gradual é defendida pelo modelo, pois, ao internacionalizar-se de maneira gradual, uma empresa poderá reduzir riscos possibilitando a ela o ganho de conhecimento sobre o mercado sem que a mesma tenha elevados gastos para adquirir as informações que não possui sobre o mercado. Neste ponto, Johanson e Vahlne (1977) destacam que a exportação – ou de outro ponto de vista, os primeiros estágios da cadeia de estabelecimento – ajuda a determinar a natureza e tipo de mercado, reduzindo o risco para novos investimentos.

O conhecimento adquirido pela empresa que se internacionaliza não se restringe apenas a conhecimento e informações sobre a estrutura de mercado ao qual ela está inserida, já que o conhecimento adquirido pelas empresas internacionalizadas atinge fatores internos a empresa, tais como tecnologia, estrutura gerencial, estratégias, demanda, insumos, estrutura produtiva, investimento, mão de obra, qualificação, força da marca.

Desenvolvimento regional

Os termos crescimento e desenvolvimento, como no caso do processo de internacionalização, não tem uma única e clara definição, mas possui definições distintas segundo duas correntes teóricas. A primeira considera o desenvolvimento e o cresci-

mento sinônimos. Para a segunda corrente, o crescimento seria uma simples variação quantitativa do produto e o desenvolvimento envolveria mudanças na qualidade de vida, das instituições e estruturas produtivas. Sendo assim, o desenvolvimento envolveria alterações nas estruturas e nos indicadores econômicos e sociais (SOUZA, 2005a).

O desenvolvimento econômico poderá ocorrer a partir do momento que o crescimento econômico contínuo superar o ritmo de crescimento demográfico, pois assim será possível expandir o nível de emprego, bem como a arrecadação pública, o que possibilitará ao governo realizar maiores gastos sociais. Entre os indicadores de desenvolvimento, têm-se o nível educacional, liberdade política, alimentação, atendimento médico e odontológico, segurança e qualidade de vida (meio ambiente). Além destes, Souza (2005a) considera os indicadores econômicos e de infraestrutura, tais como o desempenho da agricultura (valor médio adicionado por trabalhador rural), a taxa de expansão das exportações, o nível de consumo de eletricidade *per capita*, o nível de industrialização e a eletrificação rural.

Essas ideias e conceitos ganham corpo, também, no caso de um estudo voltado para uma região específica. Em geral, a definição de região é arbitrária e irá depender do objetivo do estudo. Por ser arbitrário o conceito de região, abre-se margem para a existência de várias teorias que buscam explicar o desenvolvimento regional. Entre tais teorias, destaca-se a de polos de crescimento de François Perroux. Uma das ideias fundamentais desse modelo é a de que o crescimento e, posteriormente, o desenvolvimento não ocorre de maneira igual na região, mas em polos de crescimento (SOUZA, 2005b). Dentro da análise de Perroux, as empresas e as indústrias ganham um papel central. Para Cima e Amorim (2007), um polo de crescimento ou desenvolvimento pode ser definido como uma aglomeração de indústrias.

A teoria de Polos de Crescimento de Perroux destaca a importância da relação entre instituições e empresas para que o crescimento ou desenvolvimento seja alcançado, por isso, dentre as outras teorias, ela se mostra interessante para a unificação dos processos de internacionalização e de desenvolvimento, pois suas ideias assemelham-se em alguns pontos as ideias da perspectiva de *Networks* e, também, a ideia de que haja um processo de desenvolvimento a ser seguido, que leva um polo de crescimento a torna-se um polo de desenvolvimento.

A distinção entre um polo de crescimento e desenvolvimento ocorre pelos impactos gerados sobre a região. No caso do polo de desenvolvimento, este tem um efeito direto sobre o aumento do emprego, enquanto o polo de crescimento teria impacto apenas sobre o produto (CIMA; AMORIM, 2007).

Logo, um polo de crescimento se tornará um polo de desenvolvimento quando houver transformações estruturais e elevação do nível de emprego, além do crescimento da produção (SOUZA, 2005c). Dentro do polo, o conjunto de atividades produtivas liga as empresas por meio das relações de insumo e produto, ou seja, por meio das suas relações com seus fornecedores de matérias-primas, mão de obra e capital e, também, pelas relações com seus compradores intermediários e finais (LIMA; SIMÕES, 2009).

Os aglomerados industriais, ou os polos, têm suas atividades influenciadas pelas indústrias motrizes e chaves (SOUZA, 2005b). A indústria motriz possui como característica: uma taxa de crescimento superior à média da indústria nacional; inúmeras ligações locais de insumo-produto; apresenta-se como atividade inovadora, geralmente de grande dimensão; possui grande poder de mercado e produz geralmente para o mercado doméstico e externo (SOUZA, 2005b; 2005c).

O conceito de indústria-chave é relativamente mais simples que o de indústria motriz. Segundo Souza (2005c), a indústria-chave é aquela que possui efeitos de encadeamento, ou seja, por meio do aumento do seu volume de produção e compra de serviços e produtos, ela aumenta o volume de produção e compra de outras indústrias (LIMA; SIMÕES, 2009). Rippel e Lima (2009) destacam que os efeitos da compra de matérias-primas (efeito para trás) da indústria motriz sobre as demais indústrias são mais importantes que os gerados pelas vendas (efeito para frente).

Souza (2005b; 2005c) destaca ainda que uma indústria motriz tem a capacidade de atrair outras empresas que estejam ligadas a ela pela relação de insumo e produto, sendo que esta relação desencadeará o crescimento local e regional. A relação de insumo e produto existente entre as empresas é importante para o desenvolvimento regional, pois é por intermédio dele que o desenvolvimento de uma empresa gerado, por exemplo, pelo processo de internacionalização, afetará o desenvolvimento da região.

No entanto, além dos efeitos positivos – economias de aglomeração – gerados por essa aglomeração, existem, também, os efeitos negativos – deseconomias de aglomeração – que são gerados pela aglomeração de indústrias em uma mesma região. Souza (2005c) destaca como efeitos negativos a elevação do custo da mão de obra, dos preços de terrenos e aluguéis, da poluição e dos problemas de locomoção urbana.

As relações de comércio exterior de uma região tem uma implicação importante na definição do desenvolvimento da região. Uma região que possui sua balança comercial positiva consegue expandir a venda de seus produtos para além de suas

fronteiras. Tal expansão ocorre conjuntamente com o aumento da produção interna e, conseqüentemente, com o aumento da demanda por matéria-prima (efeito para trás).

As exportações, segundo a teoria da base exportadora de North, têm um papel único sobre o desenvolvimento de uma região, pois é atribuído à exportação o papel de “gerar” o desenvolvimento de uma região. A teoria desenvolvida por North (1977) parte de uma crítica às teorias da localização e crescimento regional para o caso dos Estados Unidos. As teorias criticadas pelo autor pressupõem a existência de estágios de desenvolvimento que uma região passa e que, no entanto, não se concretizam para o caso dos Estados Unidos (NORTH, 1977).

Segundo o autor, o desenvolvimento e crescimento das regiões dos Estados Unidos dependiam de suas capacidades exportadoras, ou seja, de modo geral, o desenvolvimento das regiões era baseado na exportação de um ou dois produtos. Posteriormente, os produtos eram diversificados, porém essa diversificação só ocorreu com a redução dos custos de transporte. Neste ponto, North (1977) indica que o desenvolvimento de uma região é configurado segundo o principal produto exportado (primário), além dos produtos de exportação. A base exportadora, segundo North (1977), é o conjunto destes produtos de exportação.

Apesar da crítica feita à teoria da localização, segundo North (1977), o sucesso da produção de artigos para exportação é explicado por essa teoria, já que o desenvolvimento de um produto exportável reflete uma vantagem comparativa nos custos relativos. Logo, o processamento dos custos é um fator endógeno à região e, conseqüentemente, os custos do produto exportável são influenciados pelo desenvolvimento da região. O crescimento de uma região em torno da base de exportação, como destaca North (1977), desenvolve economias externas. Tal desenvolvimento de economias externas ocorre pelo comprometimento dos agentes regionais buscando uma melhor posição competitiva.

Essa potencialização da taxa de exportação da base exportadora de uma região realizada pela interação dos agentes recai sobre o conceito intuitivo de uma “região inteligente” capaz de gerar instrumentos que corroborem e gerem o seu próprio desenvolvimento. Souza (2005a) destaca a importância da união dos agentes locais para gerar o desenvolvimento econômico. Para o autor, as universidades, os centros de pesquisa, prefeituras, agências de fomento à pesquisa, associações comerciais e industriais – agentes locais – têm como papel estimular as inovações, reduzir custos de produção e estimular a ação das empresas no mercado.

De acordo com North (1977), para compreender como ocorre o crescimento de uma região, é necessário distinguir-se as indústrias com a produção voltada para o mercado doméstico das voltadas para exportação. A primeira tem sua produção voltada para o mercado local e a segunda para os mercados externos. O emprego nas indústrias de exportação possui uma ligação direta com os da local. North (1977) afirma que a base exportadora é vital para determinar o nível de renda absoluta e *per capita* de uma região e que regiões com uma base exportadora pouco diversificada tendem a ter flutuações mais violentas na renda do que as regiões mais diversificadas.

Uma região que tem vantagens de transferências em relação aos custos de aquisição e distribuição, que vem a se tornar um centro de processamento, é denominada como centro nodal (NORTH, 1977). As exportações têm um papel importante no desenvolvimento dos nódulos, dentro da teoria da base exportadora. Nos centros nodais, desenvolvem-se meios de produção e distribuição dos produtos primários e há uma concentração de indústrias subsidiárias, bancos especializados, serviços de corretagem, atacadistas e outros negócios, para servir à indústria exportadora.

North (1977) destaca, ainda, que a força de trabalho, como características gerais do trabalho, área de especialização, estabilidade e condições do trabalho, é influenciada pelas indústrias de exportação. Segundo North (1977), uma região pode expandir-se como resultado do crescimento da demanda de seus bens de exportação. A melhora na posição de custo de processamento, ou de transferência, dos produtos de exportação, em relação às regiões concorrentes, promoverá o desenvolvimento da região.

Em consonância com a teoria dos polos de crescimento de Perroux, North (1977) acredita que o crescimento da região será, provavelmente, desigual. A desigualdade, para o autor, ocorre devido às diferentes taxas de investimento de capital entre as regiões, sendo este o responsável pelo desenvolvimento posterior dos serviços especializados para exportação.

Em consequência do exposto, observa-se que o processo de desenvolvimento de uma região é um processo contínuo, em que, por meio de indústrias e regiões polos, fatores estruturais e produtivos sofrem alterações com a expansão da empresa e pelas suas mudanças produtivas. O efeito de expansão da empresa pode ter origem em mudanças estruturais, que lhe conferem benefícios levando-a a uma possível expansão da sua base exportadora. De mesmo modo, a expansão da base exportadora, também, pode conferir à região mudanças em seus fatores estruturais, políticos e sociais.

O processo de internacionalização de uma empresa, compreendido como a busca por novos mercados, por parte da empresa, ocorre de maneira gradual, ou não, e confere à empresa acesso a novas informações, tecnologias e recursos – novas fontes de matéria-prima, de financiamento e novos mercados demandantes de seus produtos. De modo geral, uma empresa engajada no processo de industrialização produz mais que outras empresas, pois esta empresa buscará atender o mercado doméstico e o mercado externo. Além disso, essa empresa tornar-se-á mais produtiva, pois o processo de internacionalização lhe confere acesso a novas informações, tecnologias, fontes de matéria-prima e de financiamento. Consequentemente, ao produzir mais, ela irá demandar níveis cada vez mais elevados de matérias-primas, trabalho e tecnologia. Além disto, uma empresa que se internacionaliza deverá ter uma capacidade de inovação superior às demais, para manter-se competitiva perante elas, seja no mercado doméstico ou externo.

É possível determinar, portanto, a importância da internacionalização de uma empresa, indústria ou, até mesmo, de uma região. Dentro do contexto da teoria de polos de crescimento, uma indústria internacionalizada pode ser vista como uma indústria motriz e uma região internacionalizada como uma região polarizada que possui efeitos positivos ou negativos, dentro e fora da região. As teorias que tentam analisar os processos de internacionalização aproximam-se da teoria da base exportadora de North, já que todas escolhem a variável exportação como fundamental para o desenvolvimento de suas análises. Logo, existe uma relação positiva entre processo de internacionalização comercial e desenvolvimento regional do local onde o processo de internacionalização está inserido.

Na literatura é possível encontrar estudo de casos sobre o desenvolvimento regional e sobre a internacionalização de empresas. Todavia, mesmo que realizados separadamente, os estudos ajudam a embasar as ideias supracitadas, isto é, a relacionar a internacionalização e o desenvolvimento regional.

Estudo de casos

Compreender a relação entre as mudanças estruturais das empresas e o desenvolvimento regional é importante para destacar qual é o impacto da internacionalização no processo de desenvolvimento regional. Muitas análises empíricas buscam estudar o papel da indústria (indústria motriz) dentro do desenvolvimento regional e, também, o impacto da internacionalização da empresa nas suas características, porém de forma desagregada. Logo, é preciso verificar quais variáveis permitem

aproximar os estudos sobre internacionalização e desenvolvimento regional, isto é, quais são as mudanças estruturais geradas no processo de internacionalização que impactam, claramente, no desenvolvimento da região.

Melo (2010), no seu estudo de caso sobre a Weg S.A.³, analisa a reconfiguração dos recursos⁴, tangíveis e intangíveis, da Weg S.A. durante o seu processo de internacionalização. Nos recursos intangíveis da empresa, a autora destaca a reputação, os contratos e a percepção da qualidade. No caso dos recursos tangíveis, ela cita a tecnologia, a localização, a equipe técnica e gerencial e a qualidade do emprego. No processo de internacionalização comercial da empresa, ocorrem mudanças importantes nestes recursos.

Nas instalações da empresa houve uma relativa expansão do seu parque fabril, uma expansão da área construída que passou de 4.242 m² para 58.000 m². Os equipamentos utilizados pela empresa passaram a ser produzidos pelas novas divisões criadas e, além da compra dos não produzidos, houve uma realocação e/ou reformulação dos equipamentos utilizados no período de exportação direta. No estoque de matérias-primas, segundo Melo (2010), não houve alteração, mas o acesso à matéria-prima foi melhorado.

Na primeira etapa da internacionalização, de acordo com Melo (2010), a Weg não possuía capacidade para gerar sua própria tecnologia e essa era trazida, principalmente, da Alemanha. Contudo, no período seguinte, a empresa começou a gerar/produzir sua própria tecnologia e, conjuntamente a esse processo, houve a criação de um centro tecnológico e o início das relações de intercâmbio tecnológico com universidades.

Além disto, ao aumentar o seu nível de comprometimento com a internacionalização, o número de colaboradores da empresa subiu de 409 para 3.542, o número de países para os quais a empresa exportava aumentou de 32 para mais de 50, e o faturamento da empresa aumentou de 450 milhões de dólares para 600 milhões de dólares. Destaca-se ainda que a mudança no quadro de colaboradores não ocorreu apenas quantitativamente, mas qualitativamente, pois a empresa buscou melhorar a qualificação dos seus funcionários por meio de treinamentos no exterior (MELO, 2010).

³ Como destacado pela autora, a Weg S.A. é uma empresa que atua nos ramos de energia, motores, automação e tintas de vernizes, sendo sua área de atuação inicial a de motores.

⁴ A autora trabalha com a ideia de recursos segundo a sua dinâmica, ou seja, “os recursos são ativos dinâmicos” (MELO, 2010, p. 42) que estão em uso, tais como dinheiro, tempo, confiança, ansiedade, informação etc.

Zen (2012), ao analisar o processo de internacionalização da empresa Casa Valduga⁵, verificou impactos semelhantes aos tidos pela Weg na estrutura da empresa. No capital físico, ocorreram modificações na tecnologia utilizada, na aquisição de novos equipamentos e no desenvolvimento de novas parcerias internacionais. No capital humano, a internacionalização elevou o número de contratação, treinamento e a capacitação dos funcionários. No caso do capital organizacional, houve alteração na estrutura da empresa, no seu planejamento estratégico, no controle da produção e nas relações com outras empresas. A autora ressalta que os três principais benefícios gerados à empresa pelo processo de internacionalização foram a redução da dependência do mercado doméstico, o conhecimento das tendências do mercado internacional e a valorização do produto no mercado doméstico.

Além destes casos específicos, os resultados da internacionalização nos recursos das empresas podem ser vistos de forma generalizada. Prochnik, Esteves e Freitas (2007) relataram que as empresas brasileiras que exportam têm suas produtividades significativamente maiores do que as que atuam apenas no mercado doméstico.

Além desta variável, outras variáveis estão correlacionadas com o grau de internacionalização das empresas industriais brasileiras. Os autores destacam o número de pessoas ocupadas, o tempo de estudo médio do pessoal ocupado, o tempo médio de emprego, a renda média do pessoal ocupado, os gastos em pesquisas e desenvolvimento sobre receita líquida de vendas, o gasto total em inovação, o número de mestres e doutores em P&D e o número de pessoas em pesquisa e desenvolvimento em relação ao total de pessoas ocupadas.

Considerações finais

O processo de internacionalização, definido como o processo em que uma empresa irá interagir com mercado internacional e assim vender e comprar neste mercado, é um importante processo dentro do mundo globalizado no qual nos encontramos. Ao engajar neste processo, as empresas passam por transformações importantes em sua estrutura, para que com isso tornem-se mais competitivas e sobrevivam às pressões internas e externas. Na medida em que o grau de internacionalização da empresa eleva-se, fatores como o número de empregados, qualificação da mão de obra, salário médio do pessoal ocupado, demanda por insumos, produção, dentre outros fatores, também tendem a aumentar.

⁵ A empresa Casa Valduga é uma vinícola familiar que está presente no estado do Rio Grande do Sul, sendo que esta foi fundada em 1975 por descendentes italianos (ZEN, 2012).

Dado que a empresa é um importante agente influenciador do desenvolvimento regional, a dinâmica dela impacta diretamente no desenvolvimento e crescimento regional. Empresas internacionalizadas tendem a crescer mais do que empresas que atuam apenas no mercado doméstico e, neste ponto, podem ser consideradas empresas motrizes, tal como destacado na teoria de Perroux. Logo, pode-se concluir que o processo de internacionalização das empresas é importante para o desenvolvimento e crescimento regional.

Pela análise dos dois estudos de caso, verificou-se que o processo de internacionalização de empresas pode impactar positivamente os recursos da empresa. Todavia, quatro alterações nos recursos da empresa podem ser destacadas devido à importância desta para a região onde a empresa está inserida: as elevações nas contratações, as mudanças na tecnologia utilizada, o nível de investimento e a aquisição de novos conhecimentos.

Ao pensar no desenvolvimento regional, nota-se que a empresa – ou de forma ampla, a indústria – é um dos agentes responsáveis pelo desenvolvimento regional e, por isso, o seu desempenho, a sua eficiência e a sua produtividade, entre outros fatores, são responsáveis por impulsionar o desenvolvimento de uma região. Logo, a forma como o conjunto de empresas inseridas em uma determinada região se desenvolve irá determinar o desenvolvimento regional, pois a renda, governamental e privada, está ligada diretamente com o desenvolvimento industrial da região.

Estudos como o Pelinski *et al.* (2006) destacam a importância de empresas para o desenvolvimento e crescimento da região. Em seu estudo, o autor constatou que a urbanização, admissão, PIB, indústria, comércio, taxa de alfabetização e o índice de desenvolvimento humano municipal foram impactados positivamente e de forma significativa pela presença da empresa Renault, considerada uma empresa motriz.

Portanto, uma indústria com as características de uma indústria motriz é capaz de influenciar diversas variáveis que estão inseridas no desenvolvimento regional. Uma empresa engajada no processo de internacionalização possui características semelhantes à de uma empresa motriz, com capacidade de influenciar as empresas as quais está ligada.

Sendo assim, percebe-se que o processo de internacionalização aumenta o nível de contratação, a qualificação da mão-de-obra, a produtividade da empresa, o tempo médio de emprego, os gastos com pesquisa, a dependência da empresa em relação ao mercado doméstico, dentre outras. As mesmas variáveis modificadas pela internacionalização são, também, as variáveis que se modificam em uma região quando há melhoria no desenvolvimento regional. Para tanto, basta verificar os impactos

de uma empresa motriz em uma região como citado anteriormente. Logo, por ser capaz de influenciar os recursos e o desenvolvimento de uma empresa, o processo de internacionalização pode acabar incentivando o desenvolvimento da região onde este processo ocorre de forma maciça.

Referências bibliográficas

ABREU, M. P. (org.). **A Ordem do Progresso: 100 anos de Política Econômica na República**. São Paulo: Editora Campus, 1990.

BRASIL, Fabiano L.; ORTEGA, Luciane M. Análise da Estratégia de Internacionalização: O caso Bematech. In: **WORKSHOP INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS**, 2006, São Paulo. Anais... São Paulo: FEA-USP, 2006.

CIMA, Elizabeth G.; AMORIM, Luci S. B. **Desenvolvimento regional e organização do espaço: uma análise do desenvolvimento local e regional através do processo de difusão de inovação**. Revista da FAE, Curitiba, v. 10, n. 2, p. 73-87, jul./dez. 2007.

DIB, Luis. A.; CARNEIRO, Jorge. Avaliação Comparativa do Escopo Descritivo e Explatório dos Principais modelos de Internacionalização de Empresas. In: **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO (EnANPAD)**, 30., 2006, Salvador. Anais... Salvador: ANPAD, 2006. p. 1-16.

GHAURI, Pervez; LUTZ, Clemens; TEFOM, Goitom. **Using networks to solve export-marketing problems of small- and médium-sized firms from developing countries**. European Journal of Marketing, vol. 37, n. 5/6, p. 728-752, 2001.

HYMER, Stephen H. **The international operations of national firms: a study of direct foreign investment** (Doctorate thesis in Economy). Massachusetts Institute of Technology. Cambridge, MA: the MIT Press, 1976.

JOHANSON, J.; WIEDERSHEIM-PAUL, F. **The internationalization of the firm: four Swedish cases**. Journal of Management Studies, v. 12, n. 3, p 305-323, oct.1975.

JOHANSON, Jan; VAHLNE, Jan-Erik. **The internationalization process of the firm – a model of knowledge development and increasing foreign market commitments**. Journal of International Business Studies, v. 8, p. 23-32, spring-summer 1977.

KOVACS, Érica P.; OLIVEIRA, Brigitte R. B.; MORAES, Walter F. A.; LIMA, Marcello B. B. **O processo de internacionalização de empresas pernambucanas à luz do Modelo de Uppsala**: indícios de um modelo exógeno de internacionalização. In SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 3., 2006, Resende. Anais eletrônicos... Resende: AEDB, 2006. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos06/718_2006_internacionalizacao%20de%20empresas%20pernambucanas.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2013.

KRAUS, Pedro G. **Modelo de internacionalização de empresas produtoras exportadoras brasileiras**. 2000. 145 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

LEVY, Barbara P.; MOTA, Mariana C.; WERMELINGER, Marta B. **O Uso de networks no processo de internacionalização: aplicação a pequenas e médias empresas**. Internext – Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 50-83, jan./jun. 2010.

LIMA, Ana C. C.; SIMÕES, Rodrigo F. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. (Texto para discussão 358).

MELO, Germana T. **A reconfiguração dos recursos ao longo do processo de internacionalização de empresas**: um estudo de caso na Weg S.A. 2010. 135f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

NORTH, D. Teoria da localização e crescimento econômico regional In: J. SCHWARTZMANN (org.) **Economia regional e urbana: textos escolhidos**. Belo Horizonte: UFMG, p. 333-343, 1977.

PELINSKI, Augusta; SILVA, Daliana R.; LIMA, Jandir F. **Empresa motriz e desenvolvimento regional**: uma análise do impacto da montadora Renault em São José dos Pinhais (PR). Perspectiva Contemporânea: revista eletrônica de ciências sociais aplicadas, Campo Mourão, v. 1, n. 2, p. 54-72, nov./maio 2006.

PICCININI, Valmira C.; LAHORGUE, Maria A.; RÜBENICH, Nilson V. **A Internacionalização das Empresas Gaúchas na Argentina**: O Caso do Setor Metal – Mecânico, In: CONGRESSO DO INSTITUTO FRANCO-BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS (IFBAE), 3., 2005, Grenoble, França. Anais...Grenoble: IFBAE, 2005. p. 1-17.

PROCHNIK, Victor; ESTEVES, Luiz A.; FREITAS, Fernando M. **O grau de internacionalização das empresas industriais brasileiras e suas características microeconômicas**. In: Negri, João A.; ARAÚJO, Bruno C. P. O. (Orgs.). As empresas brasileiras e o comércio internacional. Brasília: Ipea, 2007. p. 341-369.

ROOT, F. **Entry strategies for foreign markets**. Lexington: Lexington Books, 1994.

RIPPEL, Ricardo; LIMA, Jandir F. **Polos de crescimento econômico**: notas sobre o caso do estado do Paraná. REDES: revista do desenvolvimento regional, Santa Cruz do Sul, v. 14, n.1, p. 136-149, jan./abr. 2009.

SILVA, G. D.; LUCENA, A. F. **Internacionalização de empresas goianas – uma abordagem teórica**. In: Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão, 9., 2012, Goiânia. Anais eletrônicos... Goiânia: UFG, 2012. p. 1652-1663.

SOUZA, Nali de J. **Economia Regional**: conceitos e fundamentos teóricos. Perspectiva Econômica. São Leopoldo, v. 11, n. 32, p. 67-102, 1981.

SOUZA, Nali de J. Desenvolvimento em uma perspectiva histórica. In _____. (Org). **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 2005a. p. 28-53.

SOUZA, Nali de J. Estratégia de Industrialização e Desenvolvimento Econômico. In _____. (Org). **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 2005b. p. 176-199.

SOUZA, Nali de J. **Teoria dos pólos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação. Análise**. Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 87-112, jan./jul. 2005c.

SOUZA, Izabel R.; FLORIANI, Dinorá E.; LOPES, Gisele S. C. **Incentivos Financeiros para a Exportação**: Um Estudo Acerca das PMEs Catarinenses. Internext – Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 99-124, jan./jun. 2011.

ZEN, Aurora C. **O processo de internacionalização e o impacto nos recursos da empresa**: o caso da vinícola Casa Valduga. Internext – Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 123-148, jan./jun. 2012.

*Lorena Grasielle Silva Bispo **
*Emílio Bernardon Neto ***
*Dorcilio Erik C. de Souza ****
*Geyza Alves Pimentel *****

ENTRADA ILÍCITA DE PRODUTOS DE ORIGEM BRASILEIRA VIA VENEZUELA: O CASO DA CARNE BOVINA

Introduzindo o Tema

A desvalorização da moeda venezuelana – Bolívar em relação ao Real brasileiro gera um fluxo contínuo de comércio entre os países, em que a relação comercial favorece ao consumo brasileiro por produtos oriundos do mercado venezuelano.

A proximidade da fronteira venezuelana em relação a capital do Estado de Roraima, Boa Vista, facilita o trâmite deste comércio ilegal, fazendo com que esta problemática existente entre as fronteiras de cidades gêmeas, seja mais frequente.

Dentre os produtos comercializados da Venezuela para com o Brasil, há o caso da carne bovina brasileira importada de Rondônia, havendo um descaminho partindo da Venezuela via fronteira, Santa Elena de Uairén – Pacaraima, passando novamente para o Brasil.

Observa-se que este comércio de ilícitos já ocorre a algum tempo e é de conhecimento das autoridades policiais, no entanto uma nova forma de comércio está aparecendo no cenário roraimense, o contrabando da carne bovina, objeto deste artigo

Balança Comercial e a Importância da Carne

Para Schlesinger (2008) o gado bovino está presente no Brasil desde os primeiros anos que se seguiram após a chegada dos portugueses. Os historiadores apontam a pecuária bovina como a principal atividade econômica que iria, ao longo do tempo, desenhar os principais contornos de sua atual extensão territorial. Caio Prado Júnior (1945) descreve a pecuária como um dos mais importantes capítulos de nossa história. O autor diz que, excluída a estreita faixa que beira o mar e que pertence

* Universidade Federal de Roraima, UFRR. E-mail: lorygrazy87@hotmail.com

** Universidade Federal de Roraima, UFRR. E-mail: emilibernardon@gmail.com

*** Universidade Federal de Roraima, UFRR. E-mail: erik_santo@hotmail.es

**** Universidade Federal de Roraima, UFRR. E-mail: geyzalves@hotmail.com

a agricultura, a área imensa que constitui hoje o país se divide em três fatores que determinaram sua ocupação que foram: 1) Colheita Florestal, no extremo norte; 2) Mineração no Centro-Sul; e 3) A pecuária no restante do país.

Se a indústria mineradora originou o rápido crescimento da população e a construção das cidades no interior do país, foi por intermédio da pecuária e dos laços criados pelo comércio do gado bovino e cavalar, pelos transportes organizados pelas grandes tropas muares, que estabeleceram elos indestrutíveis na unidade econômica brasileira. A pecuária goza da faculdade peculiar de ocupar grandes áreas com pequena população; é uma indústria extensiva por excelência (SCHLESINGER, 2008).

A luz de Schlesinger (2008) foi à pecuária que consolidou economicamente a ocupação de vastíssimas regiões do país, as quais, sem ela, teriam sido talvez, condenadas ao abandono. Foi igualmente o que amparou as populações do Sul entre o fim da mineração e o advento do café. Alargadas as fronteiras econômicas, ocupadas as vastas regiões dos sertões brasileiros, as economias e os capitais nacionais estavam representados, em fins do período colonial, nos engenhos, na escravaria e na pecuária. Foi à acumulação destes dois elementos, pela mineração, que facilitou a rápida expansão da cultura cafeeira, cultura esta que, pela sua natureza especial, exigiria fartos braços e amplos meios de transportes.

gado e não teríamos os elementos suficientes ao desenvolvimento de outras atividades, à expansão da cultura cafeeira e ao reerguimento econômico do país... (SCHLESINGER, 2008 *apud* SIMONSEN, 1937)

Schlesinger (2008) afirma que a criação de gado vem se tornando uma atividade mais complexa, embora continuem convivendo no setor desde produtores artesanais, com nível de gerenciamento amadorístico, até pecuaristas altamente técnicos que gerenciam empresarialmente sua atividade.

Ainda para Schlesinger (2008) a mudança de patamar tecnológico na cultura de grãos, que permitiu a utilização de terras antes tidas como improdutivas para lavoura, passou a dar valor econômico importante a espaços antes utilizados somente para a pecuária extensiva. A criação de gado passou a ter seu espaço disputado por diversas culturas. De outro lado, nas duas últimas décadas operaram-se mudanças significativas no mercado consumidor de carne bovina, interna e externamente, provocando um reposicionamento global dos integrantes da cadeia produtiva.

Essas mudanças, que vão desde as exigências sanitárias para o transporte da carne dos frigoríficos aos açougues, passam pela concorrência com a carne de frango e desembocam na exigência de qualidade por parte dos consumidores, domésticos

ou institucionais (restaurantes e churrascarias), provocaram reações ao longo da cadeia produtiva, que acabaram por determinar alterações na forma de criação e no tipo do gado. As exigências por qualidade de carne levam à valorização de um gado mais novo, com carne mais macia, abalando a visão do boi como reserva de valor – quanto mais velho o animal, mais dura fica a carne, diminuindo seu valor de venda (SCHLESINGER, 2008).

De acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2006, a indústria frigorífica no Brasil é constituída por 624 empresas. O total de abate em 2007, conforme a pesquisa trimestral do couro, foi de cerca de 44 milhões de animais, e os cinco maiores frigoríficos brasileiros detêm 35% desse mercado. As unidades têm escala que varia de 300 a 2000 abates/animais/dia. Poucas empresas realizam controle da qualidade dos animais adquiridos, preferindo ter como fornecedores os criadores que oferecem animais mais uniformes, especialmente em peso e conseqüentemente, que oferecem couro de melhor qualidade.

A indústria pode ser dividida em dois grandes grupos: 1) direcionado a atender os segmentos de mercado que exigem conformidade do produto, como o mercado externo e grandes redes supermercadistas; e 2) direcionado prioritariamente a mercados regionais, tendo no preço sua principal variável de concorrência.

Segundo dados do USDA, o rebanho bovino mundial fechou o ano de 2006 com um total de um bilhão de cabeças de gado, representando crescimento de 1% em relação a 2005. Para 2007 esperava-se a manutenção da taxa de crescimento verificada nos últimos anos. Os principais países responsáveis pelo crescimento do rebanho são o Brasil e a China. Espera-se também reduções nos rebanhos da Rússia, da União Europeia e do Uruguai. Tendo em vista as condições climáticas, que reduzem sua capacidade de competição, a Rússia vem passando por um processo de redução drástica do rebanho, tornando-se grande importador de carne bovina (SCHLESINGER, 2008).

O segmento de carnes é o mais afetado pela sobreposição de tarifas, quotas e barreiras sanitárias no comércio internacional. Alguns dos mais importantes mercados mundiais estão fechados para as exportações brasileiras, como é o caso dos EUA para todos os segmentos de carnes (SCHLESINGER, 2008 *apud* WILKINSON E ROCHA, 2005).

Outra estratégia, seguida pelos maiores frigoríficos brasileiros e descrita pela Carlos Cogo Consultoria Agroeconômica, é a pulverização das unidades frigoríficas pelo território brasileiro, em função dos embargos internacionais impostos devido a problemas sanitários com a carne bovina, como a febre aftosa. Schlesinger (2008)

afirma que assim, na eventualidade de determinado estado ter suas exportações embargadas, o frigorífico poderá exportar a partir de outras unidades. Isto fez com que empresas como JBS-Friboi, Bertin, Marfrig, Independência e Mercosul fizessem investimentos em novas plantas. O estado de Roraima, por exemplo, que há três anos possuía apenas um frigorífico, hoje conta com 14. Todos os grandes frigoríficos atualmente estão presentes nas regiões Centro-Oeste e Norte, ainda segundo Schlesinger (2008) *apud* Carlos Cogo, a compra de frigoríficos internacionais é uma maneira de abrir as portas de mercados estratégicos que, em razão de recentes focos de febre aftosa no país, periodicamente impõem barreiras sanitárias às exportações brasileiras.

Para as grandes empresas frigoríficas brasileiras, esse é um grande entrave ao crescimento. Com unidades de negócios nos Estados Unidos e na Austrália, a JBS resolve esse problema, obtendo acesso a 50% do mercado mundial que permanece fechado para o Brasil. Ou seja, a partir dessas novas unidades, ela poderá alcançar compradores nos Estados Unidos, no Canadá, na Coreia do Sul e no Japão, entre outros 27 países.

Schlesinger (2008) afirma que em fevereiro de 2008, a União Europeia decidiu embargar as importações de carne vindas do Brasil, já que o governo brasileiro não cumpriu regras sanitárias acordadas desde 2007. Sem a garantia de rastreabilidade da origem do gado, não pode ser assegurado que a carne enviada à Europa não provém de áreas onde a venda para o bloco é proibida. Também em casos como este, a aquisição por frigoríficos brasileiros de companhias situadas no exterior facilita muito o acesso para o mercado europeu.

Dados do USDA, apontam que em 2006 foram produzidos 53,5 milhões de toneladas de carne bovina no mundo, representando um crescimento de 2,2% em relação a 2005. Os destaques ficaram por conta do crescimento da produção (i) nos Estados Unidos, demonstrando a recuperação de sua produção, afetada no passado pela ocorrência do mal-da-vaca-louca (BSE), em 2004; (ii) no Brasil, em vista da crescente demanda no mercado interno e internacional; e (iii) na China, em razão do elevado crescimento do seu consumo doméstico.

Segundo dados do IBGE o Brasil é o maior exportador global de carne bovina, e abateu 8,517 milhões de cabeças de bovinos no segundo trimestre de 2014, e manteve sua posição apesar da leve queda de 0,2 na comparação com o mesmo período de 2013, apesar de crescentes exportações.

O dado do IBGE detecta abates com algum tipo de serviço de inspeção sanitária. A ligeira queda na comparação anual aconteceu em meio a preços médios mais

altos da arroba bovina de janeiro a junho de 2014, segundo o indicador ESALQ/BM&FBovespa do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), no período foram verificados valores recordes nominais.

De acordo com o Cepea, o motivo dos aumentos de preços se deu pela oferta restrita tanto dos animais para reposição como para o abate, resultado, entre outros fatores, do clima quente e seco do fim de 2013 ao início de 2014. O deficit hídrico em muitas regiões produtoras prejudicou as pastagens e, conseqüentemente, a engorda dos animais, disse o IBGE em nota.

Na comparação com o primeiro trimestre, houve aumento de 1,8% nos abates de bovinos entre abril e junho. A produção de carne no segundo trimestre somou 2,006 milhões de toneladas de carcaças bovinas, 0,1% menor que o volume do segundo trimestre de 2013 e alta de 2,8% ante janeiro a março deste ano.

O Brasil prevê exportar volumes recordes de carne bovina em 2014, mas ainda tem no mercado interno o maior consumidor do produto. No ranking nacional do abate de bovinos, os três Estados da região Centro-Oeste (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás) ocupam as três primeiras posições, respondendo juntos por 37,5% do total. Mato Grosso continuou mantendo a liderança, mesmo com queda de 9,3% da quantidade de cabeças abatidas nos três meses até junho ante o mesmo período do ano passado. O Brasil tem o maior rebanho comercial do mundo, com estimativa de 200 milhões de cabeças, com crescimento expressivo nos últimos quatro anos.

A produção de carne em Rondônia e a exportação para Venezuela

De acordo com Alves (2013) o Estado de Rondônia exportou em 2012, 208,2 mil toneladas de carne bovina e 35,3 mil toneladas de miúdos para 31 países, totalizando em R\$ 2,5 bilhões. Rondônia participa com uma fatia de 20% de toda a carne bovina exportada pelo Brasil.

Segundo Alves *apud* Clariney (2013) a estimativa é de que 70% da produção de carne de bovinos e miúdos produzidos neste Estado são exportadas, com destaque para Hong Kong, 89.487 toneladas, Egito 76.524 toneladas, Venezuela 19.785 toneladas, Rússia 14.986 toneladas, Arábia Saudita com 2.335 toneladas e Israel com 2.122 toneladas. Sendo as principais plantas exportadoras em Rondônia: Grupo JBS-Friboi em Vilhena, Frigon-Jarú, Minerva Rolim de Moura e Marfrig, também de Rolim de Moura.

As demais plantas frigoríficas conforme esclarece Alférico Clariney, se tiver interesse podem exportar carne e miúdos. A partir de 2013 o Chile também passou a adquirir carne dos frigoríficos de Rondônia, assim como os Estados Unidos, que também está habilitado a adquirir o produto deste Estado. Estima-se para 2014 o processo de habilitação para exportação para Malásia, que terá como exigência o abate *ballal*, nos moldes da inspeção islâmica.

Em números reais apresentados pelo Ministério da Agricultura impressionam pela grandiosidade. Em 2012 foram abatidos 1.993.906 cabeças de bovinos. Em 2013, até o mês de julho, foram abatidos 1.280.296 bovinos. Ainda para Alves (2013) o couro produzido e beneficiado em Rondônia atende aos mercados mais exigentes e as indústrias automobilísticas, como a Ferrari, BMW, Mercedes e outras.

Segundo Alves e Alférico Clariney, (2013) “todas essas exportações tornaram-se possíveis pelo excelente trabalho de defesa sanitária animal desenvolvido pelo Estado de Rondônia”. Para eles é importante o produtor rural vacinar o rebanho contra a febre aftosa e fazer as declarações junto a Agência Idaron. Tal procedimento ampara as exportações da carne bovina de Rondônia, assim como a venda para outros estados.

José Valterlins Calaça, Superintendente Federal de Agricultura no Estado de Rondônia, acentua que o bom relacionamento entre o Governo do Estado e o Governo Federal, tem facilitado o trabalho de exportação de carne onde o principal componente é a sanidade do rebanho.

Segundo dados da Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafigo), o produto se tornou o principal item de exportação do Estado responsável por 60% do faturamento, colocando Rondônia em quarto lugar no ranking dos estados exportadores de carne bovina. A pecuária gera emprego e renda em todo o Estado, comemora o Governador Confúcio Moura, que aposta na tecnologia do campo para duplicar o rebanho bovino nos próximos dez anos.

A produção de carne em Roraima

A luz de Lima (2013) a história da pecuária em Roraima não tem uma data específica, visto que, iniciou-se com o povoamento do que hoje conhecemos como Estado de Roraima. Segundo Lima (2013) *apud* Magalhães (2008), no ano de 1787 a criação de gado em Roraima foi iniciada como uma opção dos portugueses para a ocupação e povoamento do vale do Rio Branco, quando o coronel Lobo D’Almada, governador da Capitania de São José do Rio Negro, trouxe para o Rio Branco as pri-

meiras cabeças de gado. A nova atividade econômica tinha por finalidade abastecer o mercado interno de carne e de couro e de tornar a região um pólo de atração e fixação de colonos. Em fins do século XVIII, no alto Rio Branco, região de campos e savanas, foram instaladas três fazendas: São Marcos, São Bento e São José.

Sobre a Pecuária na região, Lima (2013) e Magalhães (2008) ressaltam ainda que a atividade da pecuária foi incentivada a partir de 1860 pelo Presidente da Província do Amazonas, Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha. Com o sucesso das primeiras fazendas particulares, outras foram sendo criadas no século XIX. Tendo em vista que, à ascensão da pecuária nos vales do Rio Branco deu-se simultaneamente à coleta da borracha nos vales dos rios amazônicos, pois os seringais dedicavam-se essencialmente à coleta, criando assim, uma demanda para o mercado de alimento, estimulando a produção do gado em Roraima.

Esta atividade foi uma grande fonte de renda para os indígenas em 1920. O número estimado em Roraima era de 300.000 cabeças de bovinos. A partir de 1940, há uma redução significativa: em 1940, 120.247 reses; 1941, 180.000 reses; 1942, 216.000 reses; 1943, 118.341 reses; diversos fatores foram apontados para a queda desta atividade, tais como pastagens empobrecidas pela falta de sais minerais, principalmente, cálcio e fósforo; criação extensiva; pouca genética; gado pé duro ou crioulo e também pela falta de conhecimentos e manejo e instruções zootécnicas. (LIMA, 2013 *apud* MAGALHÃES, 2008).

Ainda para Lima (2013) *apud* Magalhães (2008) a criação de bovinos em Roraima voltou-se predominantemente para a pecuária de corte. A criação extensiva representa 90% dos criatórios e a semi – extensiva 10 %. Atualmente a população bovina concentra-se na região norte - centro (80%) e ao sul (20%). Hoje a pecuária está em grande expansão com grandes, médios e pequenos pecuaristas em todo o estado, tendo em torno de 651.511 mil cabeças segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, no ano de 2011.

A comercialização de carne de um modo geral, tem crescido satisfatoriamente no Brasil. Esta atividade constitui um dos principais meios de renda na atualidade, onde a mesma envolve uma série de ações e subsídios que geram serviços de qualidade para a população (LIMA, 2013; BRASILIA, 2008).

Lima (2013) e Magalhães (2008) afirmam que a escolha do mecanismo de comercialização envolve ações que se adaptem à escala, ao tipo de qualificação do trabalho, bem como do trabalhador, ao relacionamento com fornecedores, clientes e prestadores de serviços e a existência de estratégias competitivas dentro de um determinado setor. Ainda para o autor, o mecanismo de comercialização envolve

ações que se apropriam de certa forma do tipo de qualificação exercido em todo processo, haja vista que, um bom relacionamento entre fornecedores e clientes gera a satisfação por parte destes.

Evidenciando que não é só a produção que é importante, mas sim, todo o conjunto dos envolvidos da produção à comercialização que houver por parte de todos nesse setor. Pois é a expansão dos serviços, agregados a satisfação do mercado na comercialização que vem ganhando dimensões distintas no Estado de Roraima, bem como nacionalmente. Percebe-se que a comercialização na Coopercarne (Cooperativa Agropecuária de Roraima) deve seguir ao mesmo tempo as regras do mercado, assim como as imposições legais em relação ao comércio quanto aos aspectos sanitários e acima de tudo, observar o disposto na Lei 5764/71 por se tratar de uma cooperativa. A COOPERCARNE recebe o boi dos cooperados vivos no Matadouro, realiza o abate e vende a carne para os supermercados e açougues da cidade de Boa Vista (LIMA, 2013).

Segundo Lima (2013) a ideia de fundação da Coopercarne surgiu diante da necessidade de agregar forças à classe dos pecuaristas; tentar vencer as dificuldades e os gargalos dos produtores em relação à comercialização, deixar de comercializar a carne com os atravessadores (Marchantes), visto que a produção de carne era apenas comercializada por meio desta prática, que propiciava calotes e o baixo preço pago aos pecuaristas, assim como as condições de manejo desta carne não eram próprias e adequadas para atender a legislação vigente, quanto aos aspectos sanitários.

A Coopercarne foi fundada no dia 27 de Novembro de 2001, com 26 cooperados no seu quadro social, tendo o Senhor Aniceto Campanha Wanderley Neto como primeiro diretor-presidente. Tradicionalmente o comércio de carne em Roraima é realizado com o boi em pé (vivo) sendo comercializada por intermediários conhecidos por atravessadores (Marchantes), então o produtor comercializa direto com os proprietários de supermercados (LIMA, 2013).

Estes atravessadores compram diretamente dos pecuaristas, “buscando” o gado nas fazendas e repassando a carne para os açougues. Lima (2013) enfatiza que os atravessadores conseguem maior domínio de mercado pelo fato de realizarem os pagamentos dos bovinos a vista, por não exigirem do pecuarista o pagamento do FunRural e porque pagam o frete para o transporte dos animais até o abatedouro. Nota-se que a Coopercarne só realiza o pagamento com 30 dias após o abate, recolhe 2.1% destinados ao FunRural e 0,02% de contribuição para o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, e o frete dos bovinos até o abatedouro, o pecuarista é responsável.

O principal abatedouro de Roraima, o MAFIR, é administrado pelo serviço público, sendo seu prédio uma construção antiga, com mais de 30 (trinta) anos de uso; constantemente passa por dificuldades de funcionamento devido às questões sanitárias exigidas pelo Sistema de Inspeção Federal – SIF e problemas mecânicos. Os pecuaristas são prejudicados tendo que deixar seus animais presos no curral do abatedouro esperando para ser abatido, ocasionando prejuízos e a perda da qualidade da carne (LIMA, 2013).

A carne para ser comercializada precisa estar de acordo com a legislação sanitária vigente, cujas normas para o abate de gado em matadouros com serviço oficial, devem seguir as legislações de inspeção SIF8, SIE9 e SIM10. Por estes motivos, vários pecuaristas preferem vender seu rebanho para atravessadores como forma de minimizar este problema na comercialização.

Segundo a Agência de Defesa Agropecuária de Roraima – ADERR e Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, Roraima apresentou no ano de 2011 um declínio de 10% em relação aos abates realizados em 2010 e no ano de 2012, a queda foi de 2,5% em relação ao ano anterior. E segundo dados da Coopercarne, houve um declínio de 1.9% no ano de 2011 em relação ao ano anterior e no ano de 2012 houve um aumento de 0,8% nos abates realizados por esta cooperativa.

O descaminho da carne bovina na fronteira Brasil-Venezuela (Pacaraima)

Roraima faz fronteira ao norte e nordeste com a Venezuela, 1.157 Km, marcada pela presença de elevações que formam uma barreira natural para a transposição via terrestre, ao Leste com a Guiana, 765 Km, Rios Maú e Tacutú (toda a extensão da divisa internacional), a navegação destes rios é restrita a embarcações leves, além de divisas ao oeste e ao sul com o Estado do Amazonas e ao Sudeste com o Pará, e possui 84% de suas fronteiras internacionais em Terras Indígenas, resultando num enorme vazio demográfico na área limítrofe com outros países. Existem centenas de pistas de pouso clandestinas no estado de Roraima, sendo que grande parte se encontra na faixa de fronteira e sem acesso por via terrestre ou com acesso precário. No entanto, fatores como esse não minimizam a atuação das forças de segurança pública, uma vez que, dependendo da necessidade e o caso, as mesmas atuam em conjunto com o Exército Brasileiro e a Aeronáutica.

Diante disso, Santos Júnior (2013) afirma que, apesar de inúmeras dificuldades a fronteira do Brasil e Venezuela, mais precisamente entre o Município de Pacaraima-RR e o Município de Santa Elena de Uairén, o crime de Contrabando e Descaminho

tem sido combatido, mesmo que de maneira “tímida”, pois conta ainda com um efetivo pequeno de Policiais Federais, Cíveis, Militares e a Receita Federal.

Ainda para Santos Júnior (2013) é indubitavelmente necessário que ações deste tipo, sejam desenvolvidas, intervindo sobre a realidade contrabandista, uma vez que por tipificar uma atividade que se apresenta sob modelações dolosas ao bem-estar e a ordem pública, sendo caracterizadas sobre ordem de descumprimento às normatizações e especificações paramétrico-jurídicas estabelecidas na Constituição e no Código Penal Brasileiro, exercem um caráter burlador, fraudulento e avesso aos padrões socialmente estabelecidos como princípio legal.

A luz de Santos Júnior foi possível citar que no ano de 2004 no estado de Roraima, ocorreu a chamada onda de concursos públicos, onde várias pessoas perderam repentinamente a sua única forma de sobrevivência devido as poucas vagas ofertadas à época. Muitos desses que perderam o emprego, eram tidos como cargos de confiança, ou seja, cargo comissionado.

A partir dessa realidade, é perceptivo que o desemprego tem se elevado, condicionando as pessoas a realizarem os mais diversos tipos de atividades em busca da sobrevivência. Assim, surgem inúmeras alternativas de driblar o desemprego, tendendo o indivíduo a enveredar por caminhos ilícitos e fraudulentos, dentre os quais o “contrabando e o descaminho”.

Assim sendo, estes assuntos tomam destaque nos noticiários das mídias de comunicação em massa, uma vez que, por se tratar de uma atividade que tem se transformado num modelo mercadológico para muitos, o crime organizado tem adquirido um novo padrão de atuação, pois, não se trata mais de apenas um “escape financeiro de sustentação”, mas um sistema de barganha que conquista um número cada vez maior de pessoas que trabalham para outras, onde o objetivo principal caracteriza-se no lucro assim como em uma empresa comercial.

Dentre várias questões ilícitas, pode-se destacar os crimes de contrabando e descaminho, uma prática mais comumente executada em perímetros fronteiriços, caracterizado assim como crimes transnacionais. Um problema em contínuo crescimento principalmente no Brasil, pois causa um impacto considerável nas arrecadações de cunho fiscal (tributo cobrado a partir da entrada de produtos estrangeiros no país), recursos esses que poderiam ser usados na saúde, educação, moradia. É possível mensurar que essa realidade resulta da estrutura monetária brasileira, pelo fato de que em comparação à moeda das nações circunvizinhas, a moeda brasileira exerce uma representatividade de grande valorização no cenário econômico mundial, mas, com relevância sul-americana.

Assim, é possível observar inúmeras ações que exemplificam esta realidade como as fronteiras: Brasil/Paraguai; Bolívia/Brasil; Brasil/Uruguai e na fronteira Brasil/Venezuela.

Sob tal situação, Santos Júnior (2013) observou que o contrabando, sob a ótica jurídica, exerce um comportamento de violação aos bens públicos sobre os moldes étnico sociais, do qual resultam condutas maliciosas de cunho plenamente tortuosas e que aferem aos arquétipos juridicamente estabelecidos como necessários ao indivíduo.

Assim, é possível referir-se às ações desenvolvidas pelos organismos responsáveis pela segurança pública além dos interesses, direitos e obrigações sociais como a PF, PRF, PM, PC, Receita Federal, entre outros, como forma de minimização dessa prática. Pode-se notar que estas ações têm interferido de forma positiva, pois, é possível constatar que o número de notificações, abordagens e apreensões, procedimentos estes que visam a coibição deste tipo de atividade, tem se elevado consideravelmente em relação a aspectos comparativos de anos anteriores afirma Santos Júnior (2013).

As estratégias utilizadas tem se manifestado como mecanismos influentes sobre esta situação. Um exemplo comprovado desta realidade foi a intensificação do controle nos postos de fiscalização da Polícia Federal. Os resultados têm demonstrado de forma superficialmente satisfatória, tendo em vista que, em se tratando de um amplo contingente que praticam o contrabando e o número de policiais disponíveis para atuarem no combate ao crime, os resultados ainda são insignificantes.

Em Roraima, esse problema tem afetado bastante o Estado em todos os aspectos de ordem financeira. É comum observar a prática do contrabando e descaminho, como no caso da carne bovina que entra no estado, via Venezuela. A Polícia Federal, apesar da limitação de recursos, tem realizado investigações, constatado esta prática e executado apreensões de indivíduos envolvidos (SANTOS JÚNIOR, 2013).

Os incentivos voltados para a exportação brasileira, permitem que a carne produzida em Rondônia, seja comercializada com a Venezuela a um preço muito abaixo do que o praticado em território nacional, permitindo que a Venezuela comercialize a carne brasileira a um preço menor ou seja mais competitivo, gerando como externalidade negativa, o contrabando da carne bovina via Pacaraima.

Considerações Finais

Roraima, sendo rota dos mais variados descaminhos oriundos da Venezuela e que já é de conhecimento da mídia e das autoridades policiais e judiciárias como as drogas, alimentos, armas, gasolina, eletroeletrônicos, agora desponta também como rota de descaminho da carne bovina!

Justamente a carne que é vendida pelo Estado de Rondônia, subsidiada pelo governo para exportação para que a economia brasileira aumente seu PIB, retorna para o Brasil, via fronteira de Roraima/Santa Elena de Uairén na Venezuela, de forma ilegal e ocasionando uma disputa com o mercado interno de carne do Estado.

Este artigo procurou demonstrar que surgem outras possibilidades de produtos a serem contrabandeados para o Brasil, desta feita um produto que pela lógica do jogo econômico, foi exportado e agora está sendo ilegalmente importado.

Referências bibliográficas

ADERR, **Agência de Defesa Agropecuária de Roraima**. BV, 2013.

ALVES, Luiz. J. **Campo para duplicar o rebanho bovino nos próximos dez anos**. Seagri RO, Rondônia, 2013.

BRASIL, Correio. **Carne bovina**. São Paulo. Disponível em www.correiodobrasil.com.br/ assegura posição de maior exportador mundial de carne bovina acessado no dia 30 de outubro de 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Disponível em www.ibge.gov.br acesso em 03 de novembro de 2014.

JR. Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1942.

LIMA, Jairo.M. **Características do cooperado Coopercarne**. Ed. 3, 1º Sem – Boa Vista, 2013, Vol. 1, 171 – 186.

SANTOS JÚNIOR, A. C. **O Contrabando e o descaminho no estado de Roraima: ilegalidade e sobrevivência**. UFRR, 2013.

SCHLESINGER, Sérgio. **O gado bovino no Brasil**. São Paulo, 2008.

SIMONSEN, R. **História Econômica Brasil**. Editora Nacional, 1937, Vol. 1, 1500-1820.

A PARADIPLOMACIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE RORAIMA E GUYANA: O CASO DA IMPORTAÇÃO DA FARINHA DE TRIGO THUNDERBOLT

Introdução

Nestas últimas décadas, mudanças econômicas, políticas e sociais aconteceram no cenário nacional e internacional. Essas mudanças deram, ao mercado consumidor, maior grau de exigência e, ao mercado fornecedor, maior competitividade. Na década de 1990, com a abertura dos mercados e sem a efetiva intervenção do governo, as empresas têm buscado estratégias e formas de gestão adaptadas à realidade.

Diante do cenário atual, os Estados desenvolvem entre si uma relação muito mais estreita e intensa do que em outros tempos. A internacionalização da economia facilitou essa integração e contribuiu para que o mundo se tornasse interdependente. Essa interdependência gerou certa relatividade à soberania dos Estados como condutor nas relações internacionais e passa a ceder prerrogativas a outros entes com intuito de dinamizar ou mesmo simplificar a sua forma de atuação.

Dessa forma, observa-se a urgência na organização de atores subnacionais cada vez mais influentes no compartilhamento do poder, até então exclusivo dos Estados. Assim surgem, paralelamente aos Estados nacionais, unidades subnacionais como estados federados e municípios como um avanço já que os Estados não podem preencher todos os espaços existentes, nem atuar em todas as situações necessárias a sua projeção e participação na condução da política externa.

Com a inserção de novos atores nas negociações internacionais, torna-se evidente o grau de complexidade e polifonia a que estão expostas as Relações Internacionais. No auge do conjunto de mudanças, complexidades e diversidade de vozes na condução das negociações externas, surge a paradiplomacia como um fenômeno relativamente recente que, diante da interdependência econômica em escala global, proporciona aos atores subnacionais a capacidade de formularem e executarem uma política externa própria independente do auxílio do Estado.

* Universidade Federal de Roraima. Email para contato: profes.luciana@hotmail.com

** Universidade Federal de Roraima. E-mail para contato: eloishoras@gmail.com.

A paradiplomacia é um fenômeno das relações internacionais, cujas unidades subnacionais atingem diversos países. Internacionalmente, o termo paradiplomacia é a possibilidade de os Estados federado formular e executar uma política externa própria com ou sem a ajuda do governo central. Assim, a paradiplomacia surge para compensar as lacunas deixadas pela diplomacia.

O objetivo do presente trabalho é analisar especificamente o movimento e as perspectivas da paradiplomacia no município de Boa Vista, por meio da empresa Ouro Branco Ltda., com Georgetown, capital da República Cooperativista da Guayana, com destaque às relações comerciais que envolvem a farinha de trigo Thunderbolt produzida pela subsidiária norte-americana *National Milling Company of Guyana Inc* - NAMILCO.

A pesquisa tem uma abordagem descritiva e explicativa, por meio de levantamento bibliográfico, por meio de livros, revistas e publicações via internet e acompanhamento de sites. Ao mesmo tempo foi realizada uma pesquisa qualitativa, por meio de entrevista semiestruturada que servirá como base para o estudo de caso na empresa Ouro Branco Ltda. nas relações comerciais com a empresa NAMILCO da República Cooperativista da Guayana na importação da farinha de trigo Thunderbolt.

Como conclusão, é importante destacar o surgimento da cultura paradiplomática a fim de fomentar a participação dos poderes públicos locais e da sociedade na formulação de uma política pública externa mais democrática e participativa. É importante ressaltar a importância dos estados federados e municípios nas relações internacionais que, embora sob o domínio de um sistema federalista, promove uma interação com outros governos visando à cooperação nas esferas econômica, social e cultural.

1. Internacionalização

O avanço do capitalismo e as mudanças na economia mundial por meio de modificações estratégicas nas estruturas econômicas e nas relações de poder entre as nações tornam-se fundamentais para compreensão da nova ordem mundial, a globalização da economia. Inicia-se a busca por um mundo sem fronteiras, com destaque à competitividade entre empresas e países, cujo resultado é o aumento nas oportunidades mercadológicas e em novas práticas de gestão tanto no âmbito público como no privado.

Nos últimos anos, o liberalismo econômico alterou o cenário macroeconômico das nações e impactou de maneira inegável na forma como as empresas agem

no mercado interno e externo. A força desse fenômeno, notadamente com mais frequência a partir da década de 1980, auxiliou muitas empresas a ampliarem seus negócios para além de suas fronteiras domésticas, cujos reflexos na sociedade empresarial mundial são perceptíveis na disputa entre empresas pelo espaço econômico no mercado global.

As mudanças no cenário mundial proporcionadas pelo liberalismo econômico desarranjam a maneira como o capital se manifesta e a dinâmica da acumulação desse capital. Contudo, elas não alteram a forma de produção capitalista em sua essência. Em vista disso ampliam-se as necessidades das relações comerciais entre países e a adaptação de suas economias em escalas compatíveis com o desenvolvimento internacional.

Nos anos 1990 houve uma intensificação e aprofundamento de mudanças na dinâmica do capitalismo internacional, o que pôde ser verificado com a internacionalização e crescente integração dos mercados, multiplicidade de produtos e serviços, mudança nas formas de concorrência, alianças estratégicas entre empresas e uma tendência à internacionalização das empresas, elementos que configuram a chamada Globalização Econômica (DELUIZ, 1998).

Essa “expansão espetacular” (ALVES; LIMA, 2009) acaba ultrapassando as fronteiras econômicas, políticas, sociais e culturais. Além disso, proporciona maior integração dos sistemas financeiros globais, ampliação da concorrência nos mercados internacionais e aceleração da internacionalização de produtos e serviços. Com este fenômeno, novos conceitos estão surgindo e, com eles, a reestruturação de empresas com o intuito de integração internacional. É neste novo cenário que surge o processo de internacionalização.

A internacionalização de empresas pode ser definida de forma ampla e abrangente como um processo crescente e contínuo que envolve operações de uma determinada empresa com outros países. Referem-se às trocas econômicas, políticas e culturais entre nações e às relações resultantes dessas trocas, que podem ser pacíficas ou conflituosas, de complementaridade ou concorrência. É determinante a forma como essas empresas traçam suas estratégias e ações para conquistarem novos mercados fora de seus mercados domésticos: “A internacionalização de empresa é vista como um processo de aprendizagem em que a empresa investe em recursos gradualmente e adquire conhecimentos sobre determinado mercado internacional de maneira incremental” (REZENDE, 2007, p. 137).

Quadro 1: Etapas da Internacionalização

<i>Fase inicial</i>	Em sua fase inicial, a internacionalização pode acontecer sem que para isso passe por todas as fases gradativamente. É possível, pular etapas ou até mesmo mudar a ordem de execução sem comprometer a eficiência do resultado. Nesse primeiro estágio, as empresas encontram em seus países de origem acirradas concorrências e, em função disso, buscam compreender como funciona o mercado externo, foco de seus futuros investimentos.
<i>Fase intermediária</i>	A fase intermediária é marcada por um conhecimento mais aprofundado sobre o mercado externo. Nesta fase incrementam-se os investimentos em instalações de unidades produtivas e busca-se um entendimento da superação das barreiras culturais, práticas de gestão, legislação e incertezas em relação ao mercado. Assim, a empresa internacionalizada consegue se estabelecer gradativamente no mercado externo ao mesmo tempo em que aumenta seus investimentos e avança para o estágio seguinte.
<i>Fase avançada</i>	Na fase avançada, o processo de internacionalização torna-se mais sólido. É neste estágio que se percebe a necessidade em decidir pela instalação de unidades produtivas e provisionar futuras operações internacionais da empresa. Nesta fase, a empresa já é detentora de um conhecimento aprofundado e suficiente sobre mercado alvo, além de ter assimilado o conhecimento tecnológico do negócio fundamental para sua manutenção, ampliação e continuidade.

Fonte: Elaboração própria baseada em Rosa (2006)

Nesta perspectiva, a internacionalização, conforme mostra o quadro acima, acontece de forma gradativa em pequenos passos determinada por *fases incrementais* que definem um crescente conhecimento sobre o mercado a ser atingido. Na *fase inicial*, em função da concorrência no mercado doméstico, as empresas buscam o mercado externo para seus investimentos. Na *fase intermediária*, as empresas se estabelecem gradativamente no mercado externo ao mesmo tempo em que aumenta seus investimentos e avança para o estágio seguinte. Na *fase avançada*, a empresa detém um conhecimento aprofundado e suficiente sobre mercado alvo, além de ter assimilado o conhecimento tecnológico do negócio.

A partir da metade do século XX, a internacionalização surge como uma das principais estratégias adotadas pelas empresas para alavancar seu crescimento. Neste ritmo, a internacionalização passa a fazer parte das preocupações das empresas e estabelece uma nova tendência para a liberalização da economia e dos mercados, cada vez mais amplos e integrados. A internacionalização deixa de ser apenas uma

questão de conquista de novos mercados e passa a ser um desafio para a integração das funções organizacionais.

Quadro 2: Modalidades de Entrada no Mercado Externo

Internacionalização Primária	Exportação	Indireta (via agentes) Cooperativa ou partilhada (envolve acordos de cooperação entre empresas) Direta (com canais de distribuição próprios).
Internacionalização Secundária	Contratual	Licenciamento Franchising Subcontratação <i>Joint-ventures</i> Alianças (consórcios, etc.).
	Investimento Direto	Aquisições Investimento de raiz.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Teixeira e Diz (2005, p.77)

Duas modalidades de entrada de empresas em mercados externos podem ser identificadas nesse processo de expansão internacional. Trata-se da *internacionalização primária*, ou de baixa complexidade determinada pelos fluxos de exportação - comercialização de mercadorias, serviços, marcas e patentes - e a *internacionalização secundária*, ou de alta complexidade por meio de Investimento Direto estrangeiro - instalação de operações nos mercados externos, inclusive subsidiárias.

1.1 *Paradiplomacia corporativa fronteiriça*

O sistema internacional foi conduzido, durante séculos, por princípios que ultrapassam sua origem e o *Tratado de Westfália*¹ de 1648, a partir de dois princípios básicos: a exclusividade do território e a não interferência de atores externos em assuntos internos de cada país. Os dois princípios conduziram, espontaneamente, a um terceiro, a igualdade jurídica entre os Estados, que expressa a base de funcionamento do atual sistema internacional.

¹ O conceito moderno de ordem mundial surgiu em 1648 com o *Tratado de Westfália*, que pôs fim à Guerra dos Trinta Anos e determinou as bases do Estado Moderno. Nesse conflito, dinastias rivais enviaram exércitos através das fronteiras para impor normas religiosas opostas. Esta versão de mudança de regime provocou a morte de quase um terço da população da Europa Central no século XVII.

No ambiente interno, nenhum grupo poderia demonstrar resistência à autoridade dos Estados. Detentor de um poder supremo, o Estado era soberano sobre determinados territórios delimitado por fronteiras bem definidas e seu poder era totalmente independente de qualquer outro poder, não aceitando ingerência ou intervenção externa. Assim, o interno e o internacional ficaram bem separados de forma que os Estados criassem uma ordem jurídica a partir de direitos e deveres para evitar uma sociedade anárquica.

Assim, constitui-se uma ordem mundial fundamentada na divisão do território em Estados soberanos, com poderes e soberania exclusiva. Nessa ordem clássica, o que se considera como fronteira não é apenas o espaço físico que demarca e separa um Estado do outro e sim espaços culturais, que separam identidades coletivas distintas. Separa, portanto, o interno do internacional, impondo uma ordem com direitos e deveres reconhecidos.

Tanto direitos como deveres nas relações internacionais são conduzidas por uma força diplomática que reforça de forma positiva as relações entre países. A diplomacia tornou-se um exercício constante para a condução das relações entre Estados nacionais em assuntos políticos, militares, econômicos, sociais, culturais e de organizações. Neste sentido, a diplomacia tem a tarefa de negociar com o propósito de manter as relações e acordos defendendo os objetivos de seu país.

A partir do século XX, devido às mudanças econômicas, tecnológicas, políticas e sociais, o termo diplomacia foi ganhando cada vez mais complexidade, podendo ser caracterizado de acordo com duas tendências: a primeira, com o crescimento da internacionalização e a localização dos assuntos de política externa, e a segunda, com o aumento crescente da fiscalização sobre assuntos internacionais no sentido de assegurar interesses subnacionais.

Com a divisão do território em Estados soberanos, os Estados não são os únicos protagonistas nas relações internacionais, outros atores surgem, como empresas transnacionais, organizações não governamentais (ONGs) e os governos subnacionais (Estados e Municípios). Estes últimos acabam embaralhando a exclusividade dos Estados nas relações internacionais tomando sua posição de protagonista. A interferência é tanta que, ao final do século XX, surgiu um novo termo – a paradiplomacia.

As alterações no cenário sociopolítico observadas nas relações internacionais, as novas demandas sociais em escala local e transnacional e a falta de políticas públicas por parte do governo central voltadas para o bem estar social das comunidades locais estabelecem a reconfiguração interna do Estado e a forma de como fazer

diplomacia. Diante disso, o monopólio político do Estado passa a ser questionado e abre precedente a vislumbrar novas possibilidades de relacionamento internacional.

Neste contexto, ao se fazer política externa no Brasil é necessário considerar ao menos três dimensões: a dimensão nacional, como centro fundamental da estruturação da política externa, a dimensão supranacional, que considera as decisões de organismos transnacionais como os blocos econômicos, e a dimensão subnacional, caracterizada pelas relações internacionais por governos subnacionais como estados e municípios.

É nessa urgência por alternativas que encurtem e otimizem as negociações com o mercado externo que surge o termo *paradiplomacia* como uma forma de compen-sar a diplomacia. Emerge como uma forma de descentralização no gerenciamento das relações internacionais. Assim, dimensões da política externa assumem caráter local e interno, da mesma forma que características da política interna assumem cada vez mais caráter internacional.

De acordo com Santana (2009), uma das principais características da *paradiplomacia* é a cooperação. Os municípios, por exemplo, são canais eficazes para promover a cooperação e a ascensão das relações transnacionais e contribuir para o desenvolvimento local e regional de forma sustentável. Isso ocorre porque os municípios podem trocar experiências em áreas como proteção ao meio ambiente, captação de investimentos, turismo, intercâmbio cultural entre outros.

Nesse contexto de cooperação e ascensão das relações transnacionais, na seção seguinte será analisado o caso da empresa Ouro Branco Ltda. que atua no segmento alimentício, mais especificamente no comércio de farinha de trigo adquirido de Manaus e importada da subsidiária NAMILCO da República Cooperativista da Guyana.

Quadro 3: Tipologias Básicas de Internacionalização

CORRENTES	ECONÔMICA	COMPORTAMENTAL		
TEORIAS	Paradigma Eclético	Modelo de Uppsala	Redes de Relacionamento Networks	Empreendedorismo Internacional
Por que internacionalizar?	Oportunidades para explorar as vantagens de uma empresa na produção, no marketing, no conhecimento, na coordenação de atividades entre outras, bem como esforços de redução de custos de mão de obra ou de energia.	Busca de mercados e aumento das receitas.	As iniciativas internacionais seriam modos de seguir participantes da sua rede de negócios, ou ainda modos de aperfeiçoar relacionamentos dentro da rede.	Procura de novos mercados, reestruturação de sua indústria e atender a demandas não solicitadas.
O que internacionalizar?	Não sofre restrições explicitamente em seu escopo a algum produto, serviço, tecnologia ou atividade.	Não sofre restrições explicitamente em seu escopo a algum produto, serviço, tecnologia ou atividade.	Não sofre restrições explicitamente em seu escopo a algum produto, serviço, tecnologia ou atividade desde que isto esteja alinhado com os interesses das relações já estabelecidas ou a serem desenvolvidas.	Não coloca quaisquer restrições ao que poderia ser internacionalizado, sendo esta escolha determinada pelo tomador de decisão.
Quando internacionalizar?	Segue a linha da internalização.	Fase Inicial: Quando a empresa perceber que suas possibilidades de crescimento no mercado doméstico estivessem limitadas. Fase de Expansão: Quando as possibilidades de concentração de mercado fossem sendo exauridas nos países em que já operassem.	Conforme sua rede de relacionamentos assim o demandasse.	Atribui o momentos internacionais ao estado mental do tomador de decisão, o empreendedor.
Onde internacionalizar?	Em países que oferecem as chamadas vantagens de localização (por exemplo: abundância de recursos naturais ou humanos com qualidade e baixo custo, know-how tecnológico, infraestrutura, instituições, tamanho do mercado, estabilidade política e econômica, regime cambial e esquema de política econômica).	Países em que a “distância psíquica” em relação ao mercado doméstico é menor no primeiro instante e, depois cresce gradualmente (por exemplo: o idioma, a cultura, o sistema político e o nível educacional do mercado internacional).	A escolha do país se dará de acordo com as redes internacionais estabelecidas ou almeçadas.	A escolha do país dependerá do perfil do tomador de decisão.
Como internacionalizar?	Tem por base a teoria da Internacionalização. Exportação, investimento direto ou licenciamento, dada a melhor combinação das vantagens de propriedade, localização ou internacionalização.	Da mesma forma do modelo de Uppsala, mas a internacionalização depende tanto da própria empresa quanto do mercado.	Comportamentos diferentes de acordo com o grau de internacionalização da própria empresa e de sua rede.	

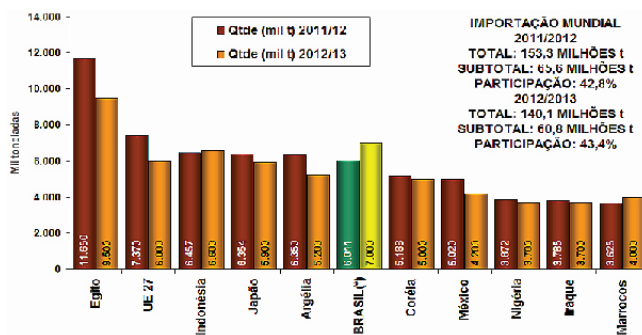
Fonte: Elaboração própria. Baseada em Dib e Carneiro (2006)

2. Panorama história da indústria tritícola no Brasil

Segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Brasil, mesmo conhecido mundialmente por seu potencial no agronegócio e ser altamente competitivo nas cadeias agroindustriais como soja, carnes, café e suco de laranja, tem uma produção de trigo que não é suficiente para atender a demanda de seu mercado interno, o que o torna um grande importador do produto. Grande parte do trigo utilizada na produção de farinhas, pães, massas, biscoitos e bolos é importada.

O trigo é uma das principais matérias-primas da indústria alimentícia brasileira e o segundo produto de maior participação na pauta das importações, contribuindo para colocar o Brasil no topo da escala dos maiores importadores do mundo. Como um país tradicionalmente importador, em 1990, já apresentava elevado grau de dependência no abastecimento do cereal, alcançando aproximadamente 57% e atingindo 70%, em 1994.

Gráfico 1: Principais Importadores Mundiais de Trigo (2011/2012-2012/2013)



Fonte: USDA, Conab – Fevereiro de 2013.

(*) Não inclui farinha de trigo.

Elaboração: Dipai. Sugof. Conab

O elevado grau de dependência deve-se às condições inadequadas do solo, logística ineficiente, escassez de silos para armazenagem, transporte de cabotagem deficitária, baixa liquidez de comercialização da produção, incertezas climáticas e políticas públicas mal direcionadas. Além disso, a concorrência desleal no mercado externo, marcada por elevados subsídios, contribuiu para a queda do preço do produto nacional e desestimulou a produção.

O cultivo de trigo no Brasil foi marcado pela forte intervenção estatal para munir o país de uma estrutura competitiva na produção de grãos. A partir de 1930 até 1990, foram realizados investimentos vultosos como contratação de especialistas estrangeiros, formação de pessoal e de centros de pesquisas específicos para a triticultura, além da disponibilização de recursos, via políticas agrícolas, para o setor de produção e de transformação.

Quadro 4 – Periodização e Medidas de Governo na Produção de Trigo

1930	O governo brasileiro tenta tornar a produção de trigo mais atrativa aos produtores por meio de incentivos financeiros.
1960	O Estado interveio diretamente no setor. Além dos preços mínimos estabelecidos ao produtor, toda a cadeia passou a ter os preços tabelados (preço do trigo em grão, preço da farinha, preço do pão), cabendo ao Estado financiar a diferença entre os maiores valores pagos aos produtores e os menores valores da venda de farinha.
1962	Foi criado o Departamento Geral de Comercialização do Trigo Nacional (CTRIN), que, atuando com órgãos de pesquisa, contribuiu para o surgimento de variedades mais adaptadas. Nesse mesmo ano, foi proibida a concessão de autorizações para instalação de novos moinhos de trigo e para o aumento de capacidade de moagem dos já existentes. Essa era uma forma de o governo ter maior controle sobre a quantidade de trigo moído e sobre o setor.
1967	O governo interferiu na política de trigo e oficializou o monopólio estatal. Com essas medidas, o Estado buscou sanear a ociosidade dos 489 moinhos existentes, que girava em torno de 75%. Também instituiu por lei um preço de incentivo ao trigo, o que estimulou essa cultura, aumentando a produção nacional de 255 mil toneladas em 1967 para 1.146 mil toneladas em 1969.
1990	No início do Governo Collor, foi promovida uma liberalização comercial generalizada. Uma nova lei extinguiu as permissões do governo para o funcionamento de novos moinhos e a expansão dos existentes acabando com o monopólio estatal sobre a compra e a venda do trigo no país. O setor foi repentinamente desregulamentado sem um período de transição de políticas, o que representou o desmanche do antigo modelo, o fim da estabilidade e o início da concorrência estrangeira, com a conseqüente quebra de muitos produtores, moinhos e empresas.
1997	Os produtores enfrentaram a concorrência do trigo argentino, intensificada com o Mercado Comum do Sul (Mercosul). A concorrência externa derrubou os preços do trigo internamente, provocando queda na produção e um enorme salto na importação de farinha de trigo, que aumentou de 19.635 toneladas, em 1992, para 411.436 toneladas, em 1997.

Fonte: Elaboração própria. Baseado em BNDES Setorial 34, p. 389-420

No período compreendido entre 1962 a 1986, com as medidas tomadas pelo governo para incentivar a lavoura e as pesquisas, o cultivo de trigo no Brasil passou de 258 mil hectares para 3.854,7 mil hectares plantados. A produção para o mesmo

período saiu de 255,4 toneladas em 1962 para 5.683,7 mil toneladas em 1986, representando um acréscimo de 1.125%.

As principais vantagens dessa intervenção estatal foi o aumento da produção interna dos grãos com geração de renda e emprego, como também a inserção dos derivados de trigo na dieta de várias regiões do país com menor distribuição de renda, como norte, nordeste, centro-oeste. A intervenção na comercialização do trigo trouxe também um acúmulo de problemas² que culminou na extinção do monopólio estatal com a Lei n.º. 8.096/90³.

Neste contexto de intervenção estatal e extinção do monopólio na produção e comercialização do trigo por parte do governo brasileiro, é relevante ressaltar que este período coincidiu com o estabelecimento do MERCOSUL⁴, e com isso trouxe concorrência para a cadeia produtiva do trigo no Brasil, tendo em vista as vantagens comparativas da Argentina⁵ no cultivo do cereal.

2.1. *O mercado do trigo*

Segundo o Ministério da Agricultura, o trigo é a segunda maior cultura de grãos produzida no mundo, superado apenas pela produção de milho, em 1,050%. No Brasil são consumidos em média 11 milhões de toneladas de trigo por ano, de acordo com a Sociedade Nacional de Agricultura, dos quais 6 milhões são importadas. Dentro dessa perspectiva, o estado do Rio Grande do Sul é responsável pela segunda maior produção nacional do grão (ROCHA, 2007).

² Os problemas ocorridos na comercialização do trigo desde o início do século XX podem ser encontrados na literatura sobre o produto, com destaque para Farina (1996), Lavinias (1996), Mendes (1994), Miranda (1994), Silva (1991) e Soares (1980).

³ Dispõe sobre a Comercialização e Industrialização do Trigo, e dá outras providências.

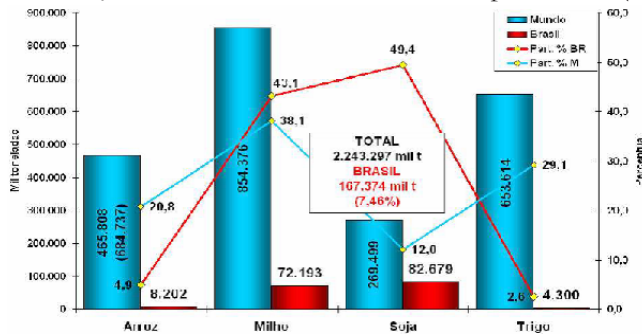
Art. 1º São livres, em todo território nacional, a comercialização e a industrialização do trigo de qualquer procedência.

Art. 5º É extinto o Departamento de Trigo - DTRIG - da Superintendência Nacional de Abastecimento - SUNAB - ficando transferidos o acervo técnico e as respectivas atribuições ao Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

⁴ Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai assinaram, em 26 de março de 1991, o Tratado de Assunção, com vistas a criar o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). O objetivo primordial do Tratado de Assunção é a integração dos quatro Estados Partes por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes. Em dezembro de 1994, foi aprovado o Protocolo de Ouro Preto, que estabelece a estrutura institucional do MERCOSUL e o dota de personalidade jurídica internacional.

⁵ A presença de alta fertilidade natural dos solos e adequadas condições climáticas permite maior produtividade e menor custo de produção em relação ao Brasil.

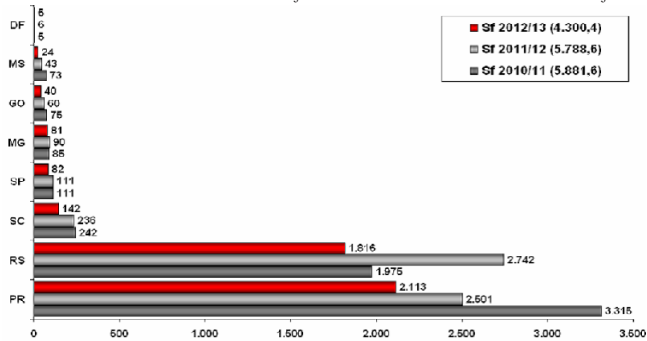
Gráfico 2: Produção Mundial e Brasileira dos Principais Grãos (2012/2013)



Fonte: USDA, Conab (2013). Elaboração: Dipai. Sugof. Conab

Segundo a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), os principais produtores do grão no Brasil são Paraná (56,7%), Santa Catarina (4,2%) e Rio Grande do Sul (38,4%), que respondem por 90% do trigo brasileiro produzido, embora não consigam responder à demanda no mercado interno. Dessa forma, os principais fornecedores responsáveis em suprir o restante da demanda de trigo no Brasil são a Argentina (84%), EUA (7%), Polônia (6%), Canadá (2%), e outros países (1%) (CONAB, 2005).

Gráfico 3: Brasil: Produção Por Unidade da Federação



Fonte: USDA, Conab – Fevereiro de 2013. Elaboração: Dipai. Sugof. Conab

No Brasil, o trigo é o grande responsável em compor a cadeia produtiva que movimentada cerca de 18 bilhões de reais anualmente. Os segmentos de mercado que trabalham com essa *commodity* geram um milhão de empregos e arrecadam, por ano,

5,2 bilhões em tributos. A produção de derivados do trigo é cotada como uma das cinco mais importantes do segmento de produtos alimentícios.

Dessa forma, considerando a produção e o consumo de trigo, os grãos produzidos têm destinos diferentes e podem ser comercializados na alimentação animal, produtos integrais, sementes e fabricação de farinha. A farinha, por sua vez, obtém a melhor cotação no mercado. Assim, o consumo de trigo no processo de transformação está dividido em panificação (55%), uso doméstico (17%), biscoitos (11%), massas (15%) e outros (2%) (CONAB, 2011). Em Roraima, o trigo ocupa a terceira posição no *ranking* das importações, segundo a Secretaria do Planejamento – SEPLAN - e movimentou cerca de 662.000 dólares em 2012, como segue Tabela 1.

Quadro 5: Pauta de Importações de Roraima em 2012– US\$ 1.000 FOB

PRODUTOS	VALOR
Eletrônicos	1.974
Vidro e Derivados	678
Farinha de Trigo	662
Aparelho de Ar Condicionado	504
Veículos automotores, barcos e suas peças	469
Energia elétrica	307
Mármore, granitos e porcelanatos	295
Maquinas e equipamentos	285
Cimento	163
Equipamentos musicais	128
Demais produtos	390
TOTAL	5.855

Fonte: MDIC/SECEX/DEPLA; Elaboração: SEPLAN/CGEES

Percebe-se por meio dos dados acima que é fundamental entender as razões pelas quais as empresas importam produtos e razões não faltam. Alguns autores indicam o estímulo ao comércio internacional proporcionado pelo governo, existência de barreiras protecionistas, necessidade em desenvolver tecnologia, mudança na cultura organizacional, excesso de concorrência no mercado interno, antecipar-se às práticas da concorrência, acesso a novos produtos e a diplomacia econômica com o objetivo de obter créditos internacionais.

2.2. Estudo de caso: importação do trigo *thunderbolt*

O setor alimentício brasileiro é composto por uma variedade de empresas. Todas buscam alcançar a difícil tarefa de conquistar cada vez mais consumidores, além de continuar disponibilizando qualidade e demonstrando valor agregado de seu produto. A empresa Ouro Branco Distribuidora Ltda., localizada no município de Boa Vista, estado de Roraima, à Rua Francisco Custódio de Andrade, 957 A, no bairro Asa Branca, com o passar dos anos, está conseguindo superar esses desafios.

A justificativa para a escolha da empresa Ouro Branco Distribuidora Ltda. deu-se em função de se tratar de uma empresa com relações comerciais internacionais, importando farinha de trigo da República Cooperativista da Guayana, e ser a única empresa do estado de Roraima a importar a farinha de trigo *Thunderbolt*. Além da relevante participação do setor tritícola no mercado nacional e regional.

A empresa na qual foi realizada a pesquisa na forma de estudo de caso é micro empresa, segundo classificação do BNDES, e atua, desde 2010, no comércio atacadista de cereais, farinhas e féculas, mais especificamente na distribuição de farinha de trigo de uso doméstico e para panificação. Seu proprietário, Wanderley Bitar, iniciou os negócios comercializando apenas produtos adquiridos em Manaus⁶ e, após convite do diretor da empresa NAMILCO, iniciou as negociações com a subsidiária norte-americana.

Outra justificativa para a escolha da empresa deve-se ao fato de que, com o início das importações, a aceitação da farinha de trigo *Thunderbolt*, no comércio local, foi expressiva, representando, em 2013, segundo o proprietário da Ouro Branco Ltda., 50% de toda farinha comercializada na cidade de Boa Vista. Essa aceitação ocorreu pela competitividade do produto, alta qualidade e facilidade em importar.

⁶ Segundo dados da SEPLAN toda a farinha adquirida de Manaus tem sua origem dos moinhos do Canadá, portanto é considerada um produto importado.

Quadro 6: Matriz SWOT

	Ajuda	Atrapalha
Interna - Organização	<ul style="list-style-type: none"> •Alta qualidade do produto; •Aceitação expressiva do produto; •Excelente atendimento; •Excelente relacionamento com os canais de venda; •Estrutura física de atendimento adequada; •Conhecimento dos sócios na área de Atuação; •Preço competitivo; •Estoque de segurança; •Produto considerado essencial. 	<ul style="list-style-type: none"> •Dependência da farinha importada; •Falta de variedade de produto; •Embalagem da farinha de uso doméstico divergente do padrão brasileiro; •Nome da farinha pouco atrativo; •Estrutura de armazenamento e movimentação de estoque aquém do exigido pela legislação •Falta de estrutura para manutenção da frota; •Conferência do recebimento de mercadoria manuscrita
Externa - Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> •Grãos moídos de alta qualidade; •Moinho bem estruturado; •Relação técnica de alto nível entre a empresa e o fornecedor; •Facilidade na importação; •Alto nível de confiança entre a empresa e o fornecedor; •Alto nível de informações da empresa sobre o mercado, os preços praticados e nível de oferta do produto; •Exclusividade na importação; •Mercado atacadista distribuidor em constante crescimento. 	<ul style="list-style-type: none"> •Bloqueio da estrada de <i>Georgetown</i> a Boa Vista; •Concorrentes; •Possível crise com a Guyana •Concorrência extremamente forte e com logística mais eficiente; •Dependência externa da farinha; •Alteração na Tributação do ICMS; •Nome da farinha pouco atrativo; •Concorrente Argentina forte; •Estoque de segurança em outro país; •Posicionamento da marca.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa

Devido a seu porte e a relevância no *market share* no segmento que atua, somadas à referência de qualidade de seu produto e a força de sua marca, a empresa estudada tem considerável importância na revenda de farinha de trigo tanto para panificação quanto para uso doméstico. Segundo o proprietário, a representatividade na aquisição de farinha de trigo é de 80% da *Thunderbolt* e 20% da farinha de Manaus.

Ainda segundo o proprietário, com a compra de 250 toneladas/mês tanto de farinha adquirida de Manaus como importada da *Guyana*, existe iminência de riscos e incertezas por conta da dependência da *commodity*. Caso o risco se concretize, a empresa tem como medida de contingência a aquisição de farinha de Manaus, assim como um estoque mínimo de 4.000 sacos em Boa Vista e 4.000 sacos em *Lethem* como forma de minimizar o problema de abastecimento.

Diante do cenário de dependência externa em relação à farinha de trigo, torna-

-se imprescindível que a empresa conheça as possibilidades e limitações oferecidas pelo mercado dessa *commodity* e acompanhe a movimentação do mercado e as políticas públicas desenvolvidas tanto pelo governo federal quanto estadual para o segmento no intuito de minimizar incertezas e maximizar possibilidades.

Quadro 7: Marketing MIX

PRODUTO	Quanto aos produtos comercializados, a empresa Ouro Branco Ltda. trabalha com distribuição de farinha de trigo para uso em panificação e para uso doméstico. Dessa forma, trabalha com a farinha de trigo adquirida de Manaus e farinha de trigo adquirida da República Cooperativista da Guyana, cujo moinho está localizado em <i>Georgetown</i> . Neste artigo, a farinha de trigo <i>Thunderbolt</i> será o foco da pesquisa.
PREÇO	Apesar de o valor da farinha importada da Guyana ser compatível com o trigo adquirido de Manaus, a qualidade do trigo é superior. Os preços são administrados de acordo com a política de segmentação e o produto alvo se encontram próximos ao da concorrência.
COMUNICAÇÃO	A empresa deve ter uma comunicação integrada de marketing, envolvendo televisão, rádio, Jornais, Revistas, Publicidade exterior (cartazes) e internet. Com o uso dessas ferramentas de forma cadenciada, a empresa se faz conhecer e a marca acaba sendo reconhecida. A empresa estudada investe em envelopamento de seus caminhões como forma de divulgar e reforçar suas marcas.
DISTRIBUIÇÃO	A empresa, segundo o proprietário, possui uma equipe de logística muito eficiente, que logo após a execução do pedido pelo cliente, é separado e acompanhado da nota fiscal eletrônica e estará pronto para ser entregue. A empresa atende tanto pequenas como as grandes panificadoras, mercearias e supermercados.
POSICIONAMENTO DA MARCA	Apesar de a empresa não ter um plano de <i>marketing</i> bem definido e executável, aposta, para fixar a marca no pensamento dos clientes, na qualidade e custo-benefício da farinha <i>Thunderbolt</i> .

Fonte: Elaboração própria baseada na pesquisa.

Como estratégia de crescimento e expansão dos negócios, o proprietário já pensa em importar derivados do trigo, laticínios e materiais de construção. Para tanto, torna-se fundamental, *a priori*, uma análise de mercado seguida pelo planejamento estratégico.

Quadro 8: Apresentação da Empresa NAMILCO

Antes da constituição, em 1969, da National Milling Company of Guyana Inc. (NAMILCO), uma subsidiária da Seaboard Corporation dos Estados Unidos da América (EUA), a Guyana importava farinha de vários fornecedores. A Seaboard Corporation com sede em Shawnee Mission, Kansas City, EUA, viu uma oportunidade de criação de um moinho de farinha na República Cooperativista da Guyana e iniciou, em 1967, um processo de negociação com o Governo para tornar isso uma realidade.

Com as negociações bem encaminhadas, o terreno foi comprado em 1967 na cidade de Georgetown na pequena vila Agrícola e a construção da sede foi concluída em 1969. A NAMILCO foi inaugurada oficialmente em 17 de maio de 1969 pelo então Primeiro-Ministro Forbes Burnham. A Seaboard possui, no todo ou em parceria, usinas na África, Haiti, Colômbia e Equador.

A fábrica foi montada com capacidade de produção de 3.300 sacas/mês de cem quilos e contou com a contratação de 45 trabalhadores. Como a demanda pelo produto aumentou, as oportunidades de empregos para Guyana expandiu e, com isso, foi a primeira empresa industrial na Guyana a operar em três turnos de 8 horas por dia. O equipamento de moagem foi importado da Itália e as caixas elétricas e de armazenamento vieram dos Estados Unidos.

A NAMILCO operava um negócio bem sucedido importando trigo dos EUA e moendo-o na Guyana desde a década de 1970. No entanto, em 1982, o governo proibiu a importação de farinha, entre outros alimentos, por causa de uma queda na economia. A próspera economia subterrânea e a inflação galopante contribuíram para outro tipo de negócio no país, cujos produtos eram adquiridos no mercado negro e contrabandeados para a Guyana.

Com a proibição imposta pelo governo, a NAMILCO, como forma de substituir a farinha de trigo, começou um processo de moagem de arroz, mas o objetivo não foi alcançado em função deste cereal não conter glúten, vital para a panificação. A proibição foi suspensa em 1986 e, com isso, a NAMILCO retomou imediatamente a reforma do moinho e retomou a produção de farinha.

A NAMILCO exporta farinha de trigo e outros produtos especializados para o Caribe, Suriname, América do Norte e Norte do Brasil e, para consolidar-se no mercado, garante que determinados processos de produção sejam estabelecidos e mantidos por cada departamento envolvido. Os processos de produção são auditados anualmente para assegurar a conformidade com as normas do ISSO 9001:2008 para o qual a NAMILCO foi certificada em 01 de maio de 2009.

Fonte: Elaboração própria baseada no site da empresa NAMILCO.

Considerações finais

Diante das constantes mudanças no cenário das relações internacionais, são apresentadas novas tendências de integração e interdependência entre atores envolvidos e isso reflete diretamente na soberania dos Estados Nacionais no sistema internacional. É nesse contexto evolutivo que o papel do Estado como fomentador e promotor de desenvolvimento tornou-se relativo e passa a conceder legitimidade a outros entes com objetivo de dinamizar e simplificar sua forma de atuação.

Embora seja considerado o principal ator nas relações internacionais, o Estado Nacional sofre uma redução em seu espaço de atuação no cenário mundial, de forma a não alcançar a capacidade de promotores do desenvolvimento nacional e regional. Assim, percebe-se a necessidade urgente na organização de atores subnacionais como estados federados e municípios para preencherem as lacunas existentes no tocante da projeção e participação na condução da política externa.

A emergência das unidades subnacionais no plano internacional caracteriza o envolvimento desses entes na formulação e na influência da política externa, contribuindo para o surgimento da paradiplomacia. A paradiplomacia surge como um fenômeno relativamente recente que, diante da interdependência econômica em escala global, proporciona aos atores subnacionais maior legitimidade na formulação e execução de política externa própria e independente do auxílio do Estado.

Em decorrência do exposto, verifica-se cada vez mais a participação de unidades subnacionais nos processos de integração regional, como também nas relações internacionais. Embora legítimos, os estados federados ainda enfrentam dificuldades por estarem integrados ao sistema internacional, que, por tradição política e jurídica, reluta em atribuir a estes entes um papel mais significante na divisão do poder.

Apesar da participação mais independente e autônoma em assuntos externos, os governos subnacionais não buscam substituir os Estados Nacionais no processo de integração regional e internacional. Fica evidente seu interesse em cooperar para que sua presença possa ser positiva e eficaz. Assim, o estudo sobre a paradiplomacia institui um passo de suma importância para dar afirmação e legitimidade a essa realidade.

Muito embora existam limitações constitucionais, a cooperação entre Estados Nacionais e as unidades subnacionais mostra-se eficiente quando se trata da coordenação de esforços para que a paradiplomacia possa se desenvolver cada vez mais em ambiente regional e local de forma a convergir seus interesses, participar ativamente do processo de integração, estimular a articulação de seus membros e aumentar a participação qualitativa e quantitativa em temas envolvendo a integração regional.

Os estados federados e os municípios, como legítimos atores subnacionais, são os principais articuladores das novas dinâmicas políticas, econômicas e culturais e mostram-se cada vez mais atuantes e envolvidos com a formulação de estratégias paradiplomáticas que agreguem o maior número possível de atores subnacionais para que dificuldades mais complexas sejam sanadas.

Conclui-se, portanto, que as unidades subnacionais tornam-se cada vez mais significantes não apenas pelas possibilidades no relacionamento internacional, mas

por suportarem um caminho de inserção de novas unidades construtoras do atual sistema internacional.

Referências bibliográficas

ALVES, Christiane Luci Bezerra; LIMA, Cícero Cleyton Soares de. **Dinâmica do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) no Brasil**: evidências recentes de um fenômeno econômico consolidado. São Paulo. Jun, 2009.

BNDES. BNDES Setorial 34, p. 389-420.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. Revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DELUIZ, Neise. **A Globalização Econômica e os desafios à formação profissional**. Boletim Técnico do SENAC. 1998.

DIB, L.A.; CARNEIRO, J. **Avaliação comparativa do escopo descritivo e explanatório dos principais modelos de internacionalização de empresas**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 30., 2006, Salvador. Anais... Bahia: Anpad, 2006.

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – Passo Fundo, 2009. Disponível em: [HTTP://www.cnpt.embrapa.com/culturas/trigo/index.html](http://www.cnpt.embrapa.com/culturas/trigo/index.html). Acesso em 15.11.2013.

FAO – Food and Agriculture Organization: <www.faostat.fao.org>. Geipot – Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes: Disponível em <www.geipot.com.br>. Acesso em 16.11.2013

GAJ, Luis. **O Estrategista**: do pensamento à ação estratégica na organização. São Paulo: Makron Books, 2002.

GOULART, Linda; BRASIL, Haroldo Vinagre; ARRUDA, Carlos Alberto. Internacionalização de Empresas Brasileiras: Motivações e Alternativas. In: BRASIL, Haroldo Vinagre; ARRUDA, Carlos Alberto (Org.). **Internacionalização de Empresas Brasileira**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996. Cap. 2, p. 21-35.

HEMAIS, Carlos. **O Desafio dos Mercados Externos**: Teoria e Prática na Internacionalização da Firma. Coleção Estudos COPPEAD. Vol. I e II. Rio de Janeiro 2005.

KELSEN, Hans. **Teoria geral do direito e do Estado (1945)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MARIANO, Marcelo Passini; MARIANO, Karina L. Pasquariello. **Governos subnacionais e integração regional**: considerações teóricas. In: WANDERLEY, Luiz Eduardo e VIGEVANI, Tullo (orgs). Governos subnacionais e sociedade civil: Integração regional e Mercosul. São Paulo: EDUC; Fundação Editora da UNESP; FAPESP, 2005. p.131-160.

MAXIMIANO, Antônio C. **Teoria geral da administração**: da escola científica a competitividade em economia globalizada. São Paulo: Atlas, 2000.

MENDES, Zilda. **Internacionalização das Empresas, a Sociedade em Rede e o Papel dos Governos**. Disponível em: http://www.revistaautor.com/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=604:internacionalizacao-das-empresas-a-sociedade-em-rede-e-o-papel-dos-governos&catid=101:internacional&Itemid=49. Acesso em: 13 nov. 2013.

MEDEIROS, Marcelo. **Unidades subnacionais e integração europeia**: o caso do comitê das regiões. In: VIGEVANI, Tullo et al. A dimensão subnacional e as Relações Internacionais. São Paulo: Educ/Unesp/EdUSC/FAPESP, 2004.

MOREIRA, Felipe Kern. **Direito e Legitimidade na Sociedade Internacional**. Boa Vista: EdUFRR, 2012.

REZENDE, S.F. (2002), **Internationalization Processes: An Analytical Framework**. Revista de Administração Contemporânea, Vol. 7, N° 3, pp 137-156.

ROCHA, D. **Em 2006 o Brasil produziu só 22% do trigo que consome**. Ambiente em Foco, Curitiba, jul. 2007. Disponível em: <http://www.ambienteemfoco.com.br/?=5205>>. Acesso em 12.11.2013.

ROSA, Patrícia Rodrigues da. **Internacionalização da Empresa Marcopolo S.A.**: Um estudo de caso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

SANTANA, João L. **O papel da paradiplomacia nas Relações Internacionais**: a ascensão das unidades subnacionais num contexto mundial globalizado. Dissertação. Programa de Graduação em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais. Bahia, Universidade Estadual de Santa Cruz, 2009. Disponível em http://www.uesc.br/cursos/graduacao/bacharelado/lea/papel_paradiplomacia.pdf Acesso em: 13 nov. 2013

SOLDATOS, P. An Explanatory Framework for the Study of Federal States as Foreign-policy Actors. In: Michelmann, H.J. and Soldatos, P. (Eds.) **Federalism and International Relations: the role of subnational units**. Oxford: Claredon Press, 1990. Pp. 34-53.

PARA QUEM INTERESSA A INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA?

Introdução

A internacionalização da Amazônia, embora exaustivamente discutida e polemizada nas mídias a partir das declarações de importantes lideranças políticas mundiais que ousaram propor sua troca pela dívida externa brasileira sob a alegação de torná-la um patrimônio da humanidade, não data a década de 1980.

Apesar de projetos de significativos impactos ambientais nos setores de mineração e eletricidade que demandaram pesquisas exploratórias nos anos 1980 e 1990, a exemplo da extração de minérios no rio Trombetas e a construção da hidrelétrica de Balbina, no Estado do Amazonas, os inventários e levantamentos das potencialidades enérgicas, minerais, naturais e etnográficas na Amazônia datam a chegada das primeiras expedições no Brasil Colônia a partir do século XVI. Segundo Hardman, (2009) e Oliveira Filho (1987), as crônicas de viajantes como La Condamine, Carvajal, Alexandre Rodrigues Ferreira, Padre Samuel Fritz, entre tantos outros, constituem acervo considerável sobre as riquezas amazônicas para os Reinos da Espanha e Portugal.

As intenções de internacionalização da Amazônia existem desde a colonização. Primeiro, com a chegada dos espanhóis, depois com os portugueses, franceses, holandeses, ingleses e irlandeses, que vieram em busca de ouro e terra e depois em razão da exploração de recursos vegetais e minerais. O fato coloca a região como personagem da internacionalização propiciada pelo comércio mercantilista possibilitado pelas grandes navegações.

Cronista de viagem de subida do rio Amazonas chefiada por Pedro Teixeira, a mando de Portugal, durante a fusão das Coroas, Rojas surpreende com a precisão dos dados técnicos sobre a largura, profundidade e comprimento do grande rio. As sugestões de aproveita-

* Universidade Federal do Amazonas. E-mail: thy_dantas@hotmail.com

** Instituto Federal de Roraima. E-mail: tatianaslopes@gmail.com

mento das terras que o margeiam, assim como a construção de fortalezas em pontos estratégicos, assemelham-se mais ao político de visão que propriamente ao padre preocupado com a salvação de tão grande rebanho, habitante de terras ricas em minérios, mas que, por estar em poder dos bárbaros, não se aproveitam suas riquezas. As possibilidades comerciais e o lucro correspondem à das madeiras –de- lei são alguns dos tópicos anotados no diário de viagem que sintetiza as visões mercantilista e catequista (GONDIM, 1994, p. 87).

Se concluirmos que a internacionalização da Amazônia não é um fenômeno recente na história mundial, a preocupação emergente de sua preservação se dá com a evolução econômica dos últimos 60 anos, descortinando a degradação ambiental e a destruição ecológica ocasionada pela industrialização nos grandes centros urbanos mundiais. Tanto que a formalização da preocupação internacional e nacional se dá em torno da discussão sobre desenvolvimento sustentável a partir do clube de Roma em 1968, não findando até os dias atuais.

À primeira vista os apelos ecologistas contra a derrubada de árvores, a extração de minérios e abertura de estradas sob a alegação de extinção da floresta amazônica e, conseqüentemente, da vida planetária nos causa um terror apocalíptico apenas visto nas grandes produções hollywoodianas. Todavia, diante do atual cenário ambiental e econômico competitivo em nível internacional e nacional, uma abordagem bibliográfica que questione a defesa imaculada da maior reserva natural do mundo se faz necessário. Tal abordagem não é nova, mas, dado o acirramento das políticas exploratórias que a Amazônia é vítima, o tema sempre se faz necessário e deve ser constantemente atualizado para novas discussões sobre o velho assunto.

1. Interesse internacional pela conservação

Embora o ponto de partida pelo interesse das riquezas amazônicas não seja contemporâneo, as declarações da Primeira-Ministra britânica Margaret Thatcher em 1983, Al Gore, Vice-Presidente dos Estados Unidos em 1989, Mitterrand, Presidente da França em 1989, Mikhail Gorbachev, chefe do governo soviético em 1992, John Major, Primeiro-Ministro da Inglaterra em 1992, George W. Bush, ainda candidato à presidência dos Estados Unidos, em 2000 em torno da venda da floresta para quitação de dívida, ou perda de soberania brasileira sobre seu controle, escancara a preocupação dos seus dirigentes com a degradação ambiental e a defesa do mercado capitalista nos seus respectivos países.

Na Inglaterra, berço da revolução industrial, os séculos de exploração devastaram a vegetação primária. Nuvens de poluição em Londres e em grande parte

da Inglaterra ganham os noticiários internacionais (INGLATERRA..., 2014). Em 2009, a União Europeia recusou o pedido inglês de adiamento do prazo de metas de qualidade ambiental (ALERTA..., 2014). Concomitantemente, o príncipe Charles discursava sobre a importância de transferência de recursos para a proteção da floresta amazônica.

No campo econômico, o jornalista Fernando Collyer (1992) cita a existência de interesses contrários para que o Brasil desenvolva a Amazônia por conta da competitividade na produção de cassiterita. O argumento baseia-se no potencial brasileiro de produção que contribuiu, de 1970 a 1985, para a baixa de preços no mercado internacional e, conseqüentemente, para a quebra das empresas inglesas, principais mandatárias no ramo. O autor segue afirmando que a política de proteção da propriedade indígena e sua nobre causa é um confortável álibi para a manutenção de interesses.

O estanho apresenta forte depreciação em relação a patamares da década de 70. Seu preço cotado na LME – London Metal Exchange chegou a atingir US\$ 16 mil/t em 1979, declinando a valores entre US\$ 12 e US\$ 13 mil/t até outubro de 1985, quando deu-se a crise do mercado mundial do estanho com a elevação dos estoques que atingiram 104 mil t. O preço reduziu-se a US\$ 5 mil/ t. Em 1987 foi criada a ATPC – Association of Tin Producing Countries cuja atribuição inclui o controle dos estoques e a redução da oferta através de sistemas de cotas (MINERAÇÃO E METALURGIA, 2000, p. 4).

O que falar das florestas francesas, quase todas destruídas ao longo dos séculos? Importante ressaltar que a França possui a maior superfície carvalho da Europa, com cerca de 5 milhões de hectares, sendo o segundo maior produtor de barris de carvalho do mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos, ambos os países denotam ampla utilização dos seus recursos naturais. O estudo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) aponta que o Brasil ainda possui 69,4% das suas florestas primitivas. Invejável estatística principalmente para o continente europeu que apenas possui 0,3% de mata nativa (EMBRAPA, 2014).

Nos Estados Unidos restam menos de 5% de sua vegetação original, desse percentual, mais de 75% estão em propriedades particulares que exploram seus recursos. O replantio, a substituição por florestas artificiais estão prejudicadas por chuvas ácidas (DESMATAMENTO...,1994). Fato que levou o ambientalista norte-americano Fairfield Osborn, fundador da *Conservation Foundation*, a afirmar que a utilização da floresta americana é a mais destrutiva entre todas da história da civilização humana.

A crise ambiental contemporânea é a crise da razão, mais especificamente da “razão capitalista” nos principais centros políticos mundiais, pois a racionalidade

econômica que banuiu a natureza da esfera produtiva também gerou processos de destruição ecológica e degradação ambiental em escala ampliada, gerando um processo de desperdício, resultando, em muitos casos, em impactos negativos e irreversíveis sobre a natureza e a qualidade de vida no planeta (CARVALHO, 2007).

Interesse nacional pela conservação

O governo brasileiro passou a atuar na região Amazônica apenas na segunda metade do século XIX, durante o ciclo da borracha (1870-1912). Na Era Vargas, foram criadas agências de planejamento e incentivo, como Banco de Crédito da Borracha e Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). A meta era diminuir desigualdades regionais. O interesse forçou ao implemento da política de integração nacional na década de 1970, visando a integração física, social e econômica da região.

No Brasil, o tema sobre a conservação ambiental foi trazido em tratamento oficial em decorrência da discussão do governo com ambientalistas e ruralistas – por meio da implantação do Código Florestal de 1965, que impõe sanções penais contra crimes ao meio ambiente, mas sua consolidação como política de defesa e conservação se dá com a Constituição de 1988, que consagra Floresta Amazônica brasileira, Mata Atlântica, Serra do Mar, Pantanal Mato-Grossense e Zona Costeira como patrimônio nacional, segundo art. 225 § 4 (BRASIL, 2014) A consagração Amazônica ocorre curiosamente na década das reivindicações das grandes potências pelo controle da Floresta Amazônica.

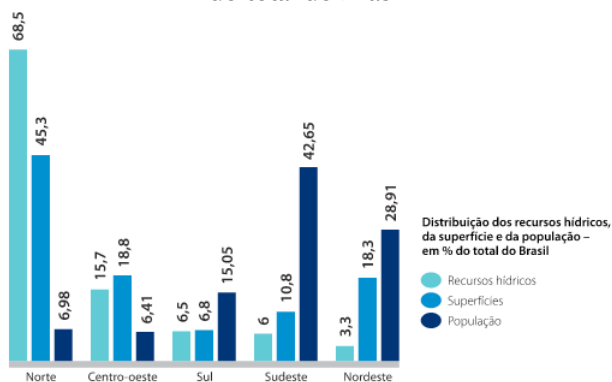
Além de ser apontada como solução para os problemas ambientais dos países desenvolvidos, a Amazônia também é vista pelo Brasil como colônia a ser explorada pelos Estados mais desenvolvidos que incorporam o discurso etnocêntrico, sustentado pela crença da inferioridade do povo nortista. Os estados mais desenvolvidos esquecem seu passado colonial e aderem o discurso internacional, creditando na Floresta Amazônica a solução para seus problemas ambientais.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o retrato do desmatamento no território brasileiro até 2010, com exceção da Amazônia, é devastador. A Mata Atlântica, que abrange estados do Sul e Sudeste, mantém conservada apenas 12% do seu bioma original. A devastação do Cerrado chegou a 49%. A Caatinga perdeu 45,6% da vegetação original. Pantanal e Amazônia são os biomas mais conservados do Brasil, com 15% e 14,83% de área devastada.

Ao analisarmos o consumo dos recursos naturais por parte dos países desenvolvidos, verificamos que 1/5 da população mora no hemisfério norte, mas esse 1/5 consomem 75% dos recursos naturais. Esta situação agrava-se ainda mais na assimetria da apropriação desses recursos em âmbito nacional (LEFF, 2003). Necessitaríamos de 2,5 planetas se todas as pessoas do mundo consumissem como os paulistanos, população com representação de 22% do território nacional, o que justifica que o interesse pelos recursos amazônicos não é apenas prioridade internacional, mas também nacional, causando desigualdade social no Brasil entre estados (MAGELA, 2012).

A falta de água hoje vivenciada no sistema Cantareira em São Paulo, atribuída ao desmatamento na Amazônia pela mídia sensacionalista, antes já responsabilizada pelos desequilíbrios no restante do planeta, era um prelúdio evidenciado em 2009 pela pesquisa do Ministério do Meio Ambiente sobre a distribuição de recursos hídricos no Brasil. O sudeste no período exposto já apresentava problema com o futuro de suas reservas de água doce em relação à demanda de sua população. O exposto evidencia que recurso hídrico do Sudeste no período era apenas superior ao Nordeste cuja população apresenta nível numérico inferior.

Figura1: Distribuição dos recursos hídricos da superfície e da população – em % do total do Brasil



Fonte: Ministério do Meio Ambiente (2009)

Ponto importante sobre a manutenção incólume da Floresta está ligado à economia concorrencial, em especial no seu potencial exportador, uma vez que a Amazônia é viável nos segmentos agrícolas, pecuários e minerais, sem contar com a pisci-

cultura que leva longa vantagem sobre as demais culturas por conta da multiplicação de peixes criados em cativeiro.

O livro “A guerra na floresta”, de Samuel Benchimol (1992), trata do pensamento social do autor, da questão socioambiental e do desenvolvimento regional na Amazônia brasileira. O livro tem como objetivo apontar que, por de trás do discurso ecológico, existem interesses políticos e econômicos por parte daqueles que defendem a maior reserva florestal do mundo. O autor questiona se existe influência política de grandes empresas de produtos químicos sintéticos, concorrentes diretos do setor primário, no contexto da elaboração de políticas públicas para a Amazônia. Nesse sentido, Benchimol (1992) alerta para os constrangimentos e condicionais criados por grupos de pressão e *lobbies* na formulação de uma estratégia de política nacional com relação à Amazônia.

Um setor primário que precisa ser reativado nesse novo modelo é o da produção de óleos e essências, tanto para fins de perfumaria, farmácia, cocção ou produção de energia. A Biodiversidade da floresta amazônica oferece centenas de essências de 58 óleos, fragrâncias, cheiros que podem deflagrar a criação de centros xiloquímicos especializados. Hoje, praticamente, a única agroindústria química existente é a destilação de óleo do pau-rosa. Existem, porém, inúmeras possibilidades de expansão desse setor, com a utilização de outras espécies, como copaíba, andiroba, pataúá, dendê, coco, etc. (BENCHIMOL, 1992, p. 139).

Benchimol (1992, p. 149) usou o termo “africanização econômica na Amazônia”, para afirmar que a pobreza acontecia por conta dos desestímulos à produção agrícola e pela desigualização dos preços mínimos de garantia para a safra do norte em 1991. Ele destaca a política discriminatória do Ministério da Agricultura em relação ao eixo Sul e Sudeste do Brasil, visando inviabilizar a produção nos centros distantes da Amazônia. Um mecanismo, dentre vários, referentes à fabricação política de pobreza.

O setor de fragrância ocupa o terceiro lugar no ranking do consumo mundial. No Brasil, a maioria das empresas do ramo está localizada na região Sul do país. Na composição das fragrâncias das principais empresas do ramo, quando perfumes não são produzidos a partir de produtos sintéticos, as matérias primas ficam restritas a alguns florais e secreção animal e não se menciona as espécies existentes no solo amazônico.

As desigualdades sociais historicamente desenvolvidas também compõe este quadro, especialmente quando a região é tomada como unidade empírica de demonstração: as populações paupérrimas da Amazônia veem-se privadas da utilização direta de seus recursos

naturais. Índios, caboclos, populações ribeirinhas urbanas, comunidades isoladas têm razão para desconfiar de qualquer medida que os impeça do manejo tradicional dos chamados recursos da floresta. Também têm razões para duvidar de que a manutenção pura e simples dessas atividades seja capaz de alterar seus modos de vida. A identificação desse destino da floresta como reserva de biodiversidade mundial inclui seus grupos sociais subalternos como “espécies” da floresta, os povos da floresta (SILVA, 2013, p. 108).

A preocupação com a internacionalização da Amazônia tão difundida a partir da década de 1980 apresenta-se como discurso superficial, ganhando palco apenas para a discussão do senso comum sobre a soberania brasileira, quando na realidade o que ocorre é a apropriação dos seus recursos naturais e financeiros dividido entre o capital nacional sobre o controle do eixo sul e sudeste do Brasil e o capital internacional.

Loureiro (2014), no intento de desvendar os processos políticos e sociais que caracterizaram os projetos de desenvolvimento para Amazônia no período de 1950 a 2010, denuncia as políticas discriminatórias do poder central para com a região. Para a autora, os planos de desenvolvimento restringem-se a incentivos fiscais para empresários no ramo agropecuário, incentivando o latifúndio acumulador de capital, ignorando as demais vocações florestais que poderiam realmente contribuir com o desenvolvimento sustentável da região.

A autora continua denunciando a usurpação dos recursos da floresta, em detrimento do povo amazônico, que são transferidos para empresários nacionais e estrangeiros por meio da oferta de infraestrutura como a hidrelétrica de Tucuruí e a mineradora Vale do Rio Doce, ambas no estado do Pará. A construção da hidrelétrica privilegia as indústrias siderúrgicas e os demais estados brasileiros por meio de subsídios e exportação de energia.

Para completar, o governo brasileiro havia assinado acordo com os empresários estrangeiros rebaixando o preço da energia a ser fornecida para as indústrias siderúrgicas do Pará e Maranhão, de forma que os demais consumidores da região pagam pela energia muito mais do que elas. Concluída a hidrelétrica a população assustou-se: 1/3 da energia gerada em Tucuruí vai para as indústrias siderúrgicas e a preço subsidiado (cerca de 60% do custo de produção do ferro-gusa, 40% do ferro-liga e 50% do custo do alumínio é com energia); 1/3 da energia é exportada para o resto do Brasil e integrada ao sistema nacional, especialmente para o Sudeste e apenas 1/3 fica no Pará (LOUREIRO, 2014, p. 227).

As principais indústrias lucrativas do Pará constituem-se não em um enclave, mas em um gargalo produtivo para o desenvolvimento da região dado os impactos ambientais e sociais para seu implemento, já que essas indústrias não internalizam benefícios para o Estado. Sua pauta de exportação é composta por produtos mine-

rais isentos de impostos que, caso fossem tributado na fonte, a exemplo do ICMS, poderia ser convertido como recurso para os cofres paraenses.

Apesar de ser a maior mineradora do mundo a Vale gerou muito pouco sob a forma de impostos para o Pará. Como ICMS- Imposto Sobre Mercadorias e Serviços, principal imposto recolhido pela empresa em mais de 10 anos (entre 1997 e 2011), a Vale pagou ao governo do Estado do Pará apenas 540 milhões de reais pela venda no exterior do ferro de melhor qualidade do mundo.

A Vale exportou 11,7 bilhões de dólares em ferro em 2011, mas pagou apenas 30 milhões de reais de ICMS, o que corresponde ao ridículo percentual de 0,11% apenas (LOUREIRO, 2014, p. 227)

A não incidência da cobrança do ICMS na exportação exclui o estado do Pará dos lucros sobre suas riquezas naturais e favorece os principais centros políticos brasileiros, beneficiados pelo recolhimento do imposto na venda final dos produtos amazônicos.

O jornalista Collyer (1992) acreditava que demarcações nas áreas indígenas inviabilizam o desenvolvimento da indústria Amazônica como estratégia internacional apoiada nos movimentos ecologistas. Seu equívoco foi acreditar que apenas interesses internacionais modelaram as políticas discriminatórias na região amazônica, uma vez que estas políticas são articuladas aos interesses das elites do eixo sul e sudeste do Brasil, que conta e remete lucro ao capital estrangeiro para agir dentro de seus interesses. A exploração de minérios em áreas de demarcação indígena é uma realidade legitimada juridicamente, logo a internacionalização da Amazônia não ocorrerá por beneficiar os estados mais privilegiados brasileiros. A colonização não percebida pelo conjunto da sociedade reside no poder de decisão dos estados mais desenvolvidos sobre o restante do país.

O desenvolvimento imposto na Amazônia é contrário as suas vocações econômicas, trazendo mais resultados negativos que positivos e reduzindo as possibilidades de desenvolvimento futuro. O poder central brasileiro incentiva a política econômica de manutenção da pobreza na região amazônica, aguardando o momento em que a exploração racional dos recursos naturais da região no futuro continue a favorecer as elites históricas brasileiras que sempre ditaram o rumo político do país.

Considerações finais

A Amazônia desperta interesse pelo importante papel que desempenha nas estabílicas mecânicas, termodinâmicas e químicas dos processos atmosféricos em

escala global, embora esse papel seja exagerado pelo senso comum transvestido de ciência nas principais mídias do país. A conservação da floresta amazônica é importante, seu valor ambiental é sem questionamento inestimável devido à riqueza de seu banco genético e biológico, mas existe um custo humano para os mais de 20 milhões de habitantes que vivem na Amazônia Legal. O caboclo amazônico, antes lendário herói que garantia a posse da terra, transforma-se em vilão da natureza.

A região Norte é apontada como uma das regiões mais atrasadas do país pelos órgãos de pesquisas brasileiros. Há de se considerar que a divulgação de dados sobre a pobreza na Amazônia explana em parte limitações internas ocasionadas pela restrição à exploração sustentável dos recursos naturais somente pelo povo amazônico.

As ricas características da floresta reforça a importância geopolítica da região, especialmente num contexto de exaustão a que grande parte dos recursos da natureza foi submetida em variadas partes do planeta. Mas os interesses que despertam assumem posições variadas na rede de relações de poder que a geopolítica mundial engendra, que vão além das funções que a região representa para o controle climático do planeta, como pode ser deduzido do discurso político de lideranças mundiais, cujos pronunciamentos deixam clara sua visão política e econômica sobre a região.

A Amazônia tem sido desde sempre vítima de constrangimentos que ciclos econômicos, movimentos políticos e grandes projetos de apropriação da natureza para a geração de riqueza econômica lhe impuseram ao longo da história quando interessava aos grandes centros comerciais internacionais e nacionais. A região amazônica é responsabilizada pela sobrevivência da humanidade, mas não recebe transferências de recursos suficientes para manter-se desenvolvida ou explorada de forma sustentável, o que poderia ser proporcionado, por exemplo, pelo mercado internacional de carbono, entre outros meios de sustentabilidade socioambiental apresentado pela economia internacional. Os recursos empregados na região atendem apenas a acumulação de capital nos grandes centros urbanos, escancarando as desigualdades regionais e se não mantendo, piorando a vida dos povos pertencentes a grande floresta amazônica.

Referências bibliográfica

ALERTA de poluição na Inglaterra. **Terra Notícias**, 02 abr. 2014. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/ciencia/sustentabilidade/alerta-de-poluicao-na-inglaterra,3e291ad74c125410VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html>. Acesso em: 12 out. 2014.

BENCHIMOL, Samuel. **Guerra na Floresta**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1992.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso: 18 out. 2014.

CARVALHO, Lucas Araújo. **Processo de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia**. In: BUENAFUENTE, S. M. F. (org.). *Amazônia: riquezas naturais e sustentabilidade socioambiental*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2007.

COLLYER, Fernando. **A Farsa da Preservação da Amazônia**. Manaus: Editora Caldeirão, 1992.

DESMATAMENTO nos EUA:...e a serra (quase) levou. **Superinteressante**, set. 1994. Disponível: <http://super.abril.com.br/ecologia/desmatamento-eua-serra-quase-levou-441026.shtml>. Acesso em: 18 out. 2014.

EMBRAPA. **Desmatamento**. Disponível em: <http://www.desmatamento.cnpm.embrapa.br/conteudo/resumo.htm>. Acesso em: 18 out. 2014.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1994.

HARDMAN, Francisco Foot. **A vingança da Hileia**: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo. Editora Unesp, 2009.

INGLATERRA sofre com altos níveis de poluição atmosférica. **Revista Galileu**, 03 abr. 2014. Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Meio-Ambiente/noticia/2014/04/inglaterra-sofre-com-altos-niveis-de-poluicao-atmosferica.html>. Acesso em: 12 out. 2014.

LEFF, Enrique (coord.). **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia**: estado, homem, natureza. 3º ed. Belém: Cultural Brasil, 2014.

MAGELA, G. **Estudo da Pegada Ecológica de São Paulo revela que paulistas “consomem” quase dois planetas e paulistanos quase 2,5**. WWF, 13 jun. 2012. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/?uNewsID=31606>. Acesso em: 08 out. 2014.

MINERAÇÃO E METALURGIA. [s/l]: **BNDES**, n. 3, jul. 2000, 5p. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/setorial/is_g3_34.pdf. Acesso em: 12 out. 2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Estatística**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/> Acesso em: 10 out. 2014.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. **Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.

SILVA, Marilene Corrêa. **Metamorfoses da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2013.

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA: AGENTES E PERSPECTIVAS

Introdução

Atribui-se a Jeremy Bentham (1748-1832) o emprego original da palavra “internacional” na obra *The principles of moral and legislation*, publicada em 1789. Talvez por influência do também britânico Richard Zouch (1590-1660), que cunhou a expressão *jus inter gentes*, Bentham lançou mão do neologismo *international law*.

O verbo internacionalizar é empregado no sentido de “tornar algo internacional” (v.g. cadeia produtiva, valores, direitos) ou “colocar uma área sob o controle de uma autoridade internacional”. Insere-se nessa segunda acepção o sistema de mandato, geralmente instituído diante da incapacidade das instituições locais em estabelecer e manter um modelo eficiente e duradouro de governança¹.

A *internacionalização da Amazônia* normalmente evoca planos e ações intervenivas de potências estrangeiras com vistas à conquista da região. O senso comum muitas vezes estende a noção de “internacionalizar” e hoje não é difícil encontrar discursos nos quais o verbo é empregado com o significado de “estrangeirizar”.

Além da confusão terminológica, verifica-se uma confusão analítica. Este trabalho tem por objeto a análise da internacionalização da Amazônia tendo em vista as diferentes perspectivas e a variedades de atores envolvidos nesse processo. Para tanto, identificam-se inicialmente dois tipos de movimentos: endógenos e exógenos. Os primeiros são representados pelas iniciativas promovidas pelos governos regionais, cuja melhor tradução é a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA); os exógenos são projetos concebidos por atores externos (governos estrangeiros, organizações não governamentais, empresas).

* Universidade Salgado de Oliveira (Goiânia).

¹ Cf. o verbete *internationalization* em BERRIDGE, G. R.; JAMES, Alan. *A dictionary of diplomacy*. 2. ed. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

Os parágrafos a seguir estão divididos em duas seções: uma dedicada ao regionalismo, ou a internacionalização de dentro para fora; outra à internacionalização de fora para dentro.

1. *A internacionalização de dentro para fora: o tratado de cooperação Amazônica*

Do ponto de vista conceitual, poder-se-ia imaginar que o vocábulo que melhor expressa os movimentos de cooperação empreendidos pelos países amazônicos é *internacionalismo*: “a política de maximizar a cooperação com outros Estados e apoiar decisões de organizações internacionais”². No entanto, mormente em virtude da falta de decisões internacionais autônomas e efetivas, encontra-se no máximo um *regionalismo* cuja expressão máxima é o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA).

O TCA foi adotado, em Brasília, aos 3 de julho de 1978, pelos oito Estados independentes da região – Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Venezuela e Suriname.

Diferentemente da proposta de criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica³, apresentada aos países-membros das Nações Unidas durante a I Conferência da Unesco, os diálogos que antecederam o TCA foram conduzidos apenas entre os Estados sul-americanos.

Um aspecto que merece ser levantado são as relações Brasil-EUA. No período de negociações do TCA, Brasília e Washington enfrentavam um atrito diplomático. O Brasil denunciara vários acordos bilaterais de cooperação estratégica, firmados nas décadas de 1940 e 1950. Os EUA não eram vistos, portanto, como um aliado natural na política externa brasileira. Esses atritos são fruto, sobretudo, do desejo de desenvolver um programa nuclear. Diante da indisposição norte-americana em estabelecer uma cooperação nesse campo, bem como da oposição do estabelecimento de relações entre Brasil e outros países dispostos a repassar tecnologia, o gigante sul-americano começa a buscar novas alternativas para sua política externa. Em 27 de junho 1975, firmou-se com a Alemanha o Acordo de Cooperação Nuclear; em 1.º de setembro de 1978, Brasil, Alemanha, Países Baixos e Reino Unido celebraram o *Acordo sobre Reprocessamento de Urânio Enriquecido fornecido pela Urenco*⁴.

² “The policy of maximizing cooperation with other states and support for the decisions of international organizations” (*Ibid.*, p. 143).

³ Cf. NUNES, Paulo Henrique Faria. O Instituto Internacional da Hileia Amazônica: moinho combatido por um quixotesco Brasil. *Revista de Estudos Jurídicos*, Niterói, ano II, n. 1, p. 159-185, 2009.

⁴ Urenco é uma companhia constituída de acordo com os preceitos do Tratado de Almelo, firmado por Alemanha, Países Baixos e Reino Unido.

Esse multilateralismo – político, militar e econômico – foi uma das principais características da política externa do governo Geisel⁵.

No meio político, alguns setores viviam uma euforia nacionalista. Discutia-se a atuação das empresas multinacionais e a necessidade de regulamentação e controle de suas atividades. Em 1975, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi constituída para estudar as multinacionais e o capital estrangeiro; dentre os vários empreendimentos citados nos trabalhos da CPI, encontram-se alguns localizados na Amazônia, como a extração de cassiterita em Rondônia e o projeto Carajás⁶.

Para o governo brasileiro, aproximar-se dos demais países amazônicos era um passo estratégico na geopolítica sul-americana de meados e fim da década de 1970. As relações entre Brasil e Paraguai, tendentes à construção da barragem de Itaipu, geraram tensões entre Brasília e Buenos Aires⁷.

Em junho de 1966, Brasil e Paraguai assinaram a *Ata de Iguazu*, documento que tornou possível a construção da maior barragem do mundo. A assinatura do acordo, contudo, gerou insatisfação da Argentina, visto que o rio Paraná também atravessa o território portenho, ainda que à jusante. Buenos Aires insistia no argumento que a obra só poderia ser realizada com sua anuência, ao passo que Brasil defendia o direito de plena soberania de cada Estado no trecho do rio que cortava seus respectivos territórios.

Uma solução aparente foi a assinatura do Tratado da Bacia do Prata, aos 23 de abril de 1969 (Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai), por meio do qual criou-se o Comitê Intergovernamental da Bacia do Prata. Todavia as relações no Cone Sul permaneceram tensas. Brasil e Argentina expuseram suas teses e desavenças em um fórum mundial, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Estocolmo, 1972). A delegação argentina pugnou pela inclusão no texto da Declaração de Estocolmo do dever de realização de consultas e trocas de informações quando da realização de obras em rios internacionais sucessivos. A tese argentina não foi acolhida, mas reconheceu-se na Conferência a importância de discutir o tema na Assembleia Geral da ONU.

Apesar da insatisfação de Buenos Aires e de certas reações negativas por parte de Assunção, Brasil e Paraguai firmaram o Tratado de Itaipu aos 26 de abril de 1973.

⁵ VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

⁶ *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, ano XX, n. 77-80, 1977.

⁷ CAUBET, Christian G. *As grandes manobras de Itaipu: energia, diplomacia e direito na Bacia do Prata*. São Paulo: Acadêmica, 1991; PEREIRA, Osny Duarte. *Itaipu: prós e contras: ensaio sobre a localização, no Brasil, da maior barragem do mundo e suas implicações em nossa política continental*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

Em outubro do mesmo ano da celebração do TCA, 1978, os presidentes Ernesto Geisel e Alfredo Stroessner se encontraram na cerimônia de abertura dos trabalhos de desvio do rio Paraná.

O vigor diplomático brasileiro e a associação do crescimento econômico à política de defesa despertavam incertezas e desconfianças nos países sul-americanos. Os atritos com a porção do subcontinente com a qual o Brasil possuía fronteiras vivas e uma maior proximidade comercial despertou o receio de um possível isolamento do único país lusófono da região e forçou a diplomacia brasileira a voltar-se para a parte setentrional da América do Sul. Era fundamental aproximar-se dos países andinos – já agrupados em um bloco regional – e mitigar ao máximo a imagem de *hermano imperialista*.

Nas décadas de 1950, 1960 e 1970, o Brasil assinou importantes acordos com os países da Hileia, mas os primeiros diálogos sobre a viabilidade de um projeto de cooperação amazônica foram entre Brasil e Peru⁸. Em 1968, os militares peruanos tomaram o poder e instituíram um regime de acentuado caráter nacional-socialista⁹; em 1975, uma guinada na política do Peru tornou mais fácil o diálogo entre os dois países detentores das maiores porções da Amazônia. A ascensão do presidente Morales Bermúdez representou, apesar da imagem negativa do Brasil perante seus vizinhos, um alinhamento ideológico entre Brasília e Lima. Ainda em 1975 foram firmados acordos bilaterais sobre zonas fronteiriças, cooperação técnico-científica e um *Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos*. Em novembro de 1976, Geisel e Bermúdez se encontraram e assinaram vários tratados, alguns deles relacionados à Hileia: *Acordo para a Constituição de uma Subcomissão Mista Brasileiro-Peruana para a Amazônia*, *Acordo para Utilização de Estações Costeiras e de Navios na Região Amazônica*, *Acordo para a Constituição de um Grupo Técnico Destinado a Estudar o Estabelecimento de um Sistema de Auxílio à Navegação no Rio Amazonas*. Também, nesse momento, Geisel e Bermúdez deram o pontapé para a criação de um depósito franco peruano em um porto da Amazônia brasileira¹⁰.

No âmbito multilateral, menciona-se o Comitê Intergovernamental para a Proteção e o Manejo da Flora e da Fauna Amazônicas, criado por Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela em 1975. Tendo em vista o cenário propício à discussão de temas concernentes à Hileia, em março de 1977 o governo brasileiro

⁸ ROMÁN, Mikael. *The implementation of international regimes: the case of the Amazonian Cooperation Treaty*. Uppsala, Sweden: Uppsala University, 1998.

⁹ INGRAM, George M. *Expropriation of U.S. property in South America: nationalization of oil and copper companies in Peru, Bolivia and Chile*. New York: Praeger Publishers, 1974; COTLER, Julio. *Peru: classes*,

¹⁰ CARRETEIRO, Ronald P. *A navegação na Amazônia*. Manaus: Calderaro, 1987.

empreendeu um trabalho de consulta junto às chancelarias dos demais países amazônicos, a fim de verificar o grau de aceitabilidade de uma proposta de tratado.

Inicialmente o governo venezuelano não demonstrou entusiasmo. A Venezuela era o país de maior tradição democrática na América do Sul e Caracas considerava temerário se juntar a um conjunto de países sob, em sua ampla maioria, regimes ditatoriais¹¹. Além disso, a Venezuela aspirava um posto de maior proeminência no contexto global, condizente com sua condição de grande fornecedora de petróleo e membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Visto que a proposta partira do Brasil, temia-se uma manobra do Itamaraty que pudesse legar aos demais negociadores um papel secundário.

Apesar da oposição inicial, a Venezuela se viu impelida pela conjuntura regional. A boa receptividade por parte dos demais países da Hileia – e a maioria era constituída de signatários do Pacto Andino – a colocavam em uma posição delicada. Também não era conveniente manter-se afastada de um grupo de países do qual participariam dois com os quais tinha problemas de demarcação territorial (Colômbia e Guiana). Além do mais, interessava ao governo venezuelano ampliar sua zona de intercâmbio comercial e o mercado brasileiro não podia ser desprezado, nem como importador nem como exportador.

Diante das manifestações predominantemente positivas dos demais países, a Venezuela se juntou ao grupo de discussão do pacto. Em julho de 1977, Carlos Andrés Pérez deu sinais positivos à cooperação pan-amazônica e em novembro concordou formalmente em participar da negociação do tratado.

O Itamaraty tomou a iniciativa de elaborar um anteprojeto de dezenove artigos com as linhas mestras do TCA e o apresentou aos futuros parceiros em março de 1977¹². Três reuniões foram realizadas durante o processo de negociação. Duas em Brasília (novembro de 1977 e março do ano seguinte¹³) e outra em Caracas, onde foi

¹¹ “President Pérez followed the same month US President Jimmy Carter’s example and condemned the Brazilian military regime for its nuclear policies and violation of human rights. This statement was by most observers regarded as an attempt to gain a favorable position with the United States and commented on by the Brazilian military regime as highly opportunistic. The Venezuelan aspirations proved, however, to be fruitless as President Carter shortly afterwards announced the he would visit *both* Caracas and Brasilia on his journey to South America. The United States was not a powerful ally that the Venezuelan government had counted on” (Román, op. cit., p. 189-190).

¹² Román, op. cit.; RICUPERO, Rubens. O Tratado de Cooperação Amazônica. *Revista de Informação Legislativa* (Suplemento Integração na América Latina), Brasília, ano 21, n. 81, jan.-mar., p. 177-196, 1984; FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. *Relações de trabalho na Pan-Amazônia: a circulação de trabalhadores*. São Paulo: LTr, 1996.

¹³ “Los cinco países andinos invitados a formar parte del Tratado Amazónico se reunieron en Brasilia desde el 27 hasta el 31 de Marzo de 1978, justo cuando el Presidente Jimmy Carter de los Estados Unidos abandonaba Brasil y cuando los militares brasileños celebraban el decimocuarto aniversario del Golpe de Estado de 1964”

aprovado o texto final, em maio de 1978. Percebe-se que da apresentação da proposta até a assinatura do tratado houve um prazo bastante exíguo, o que demonstra a urgência do tema para o Brasil.

O Poder Executivo brasileiro buscou esclarecer o Legislativo a respeito do TCA ainda no período de negociação. O embaixador Rubens Ricupero proferiu uma conferência na Câmara dos Deputados em outubro de 1977, esclarecendo os objetivos e a importância do tratado¹⁴.

Além da política regional sul-americana, existem alguns elementos de abrangência global que favoreceram o diálogo amazônico. Citam-se, em primeiro lugar, as preocupações manifestadas em tom alarmista com o meio ambiente. A Conferência de Estocolmo, as previsões sobre os limites do crescimento – amplamente difundidas pelo Clube de Roma – e o discurso de medidas internacionais de proteção ambiental despertaram temores nos governantes dos Estados amazônicos. Para Julio Portillo, esse foi o principal elemento que levou o governo brasileiro a tomar a iniciativa pan-amazônica.

Comenzaremos por decir que lo que impulsó a los brasileños a llevar adelante todo tipo de acciones para conseguir finalmente la firma del Tratado, fue el conocimiento de que Universidades norteamericanas y consejeros del gobierno de los Estados Unidos se encontraban elaborando desde 1976 un proyecto para ser presentado en las Naciones Unidas, teniendo como finalidad colocar bajo la protección de la ONU la región del Amazonas. Se hablaba que por ser un territorio tan importante para el futuro de la humanidad, había la necesidad de prevenir causas ecológicas que pusieran en peligro esto que debía pertenecer a todo el mundo y no a un determinado país. Era evidente que el Brasil, quien en el Amazonas tiene siete millones de kilómetros cuadrados reaccionara inmediatamente. El Tratado de Cooperación Amazónica fue la respuesta brasileña a las pretensiones disfrazadas de los Estados Unidos.¹⁵

Soma-se à reação ao discurso ambientalista a inquietação a respeito da soberania sobre os recursos naturais da Hileia e o interesse em garantir a continuidade dos grandes projetos econômicos nos territórios amazônicos de vários países signatários. Ernesto Geisel, Chefe de Estado brasileiro, manifestou essas apreensões em

(PORTILLO, Julio. *Venezuela-Brasil: relaciones diplomáticas: 1842-1982*. Caracas: Editorial Arte, 1983, p. 221).

¹⁴ O texto dessa conferência, que serviu de base para a elaboração do artigo anteriormente citado, está disponível em BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS (COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES). *Valores e rumos do Mundo Ocidental: II Painel de Assuntos Internacionais realizado pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, no período de 12 a 27 de outubro de 1977*. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1978.

¹⁵ Op. cit., p. 219-220.

seu discurso quando da assinatura do TCA: “Num mundo em que as advertências responsáveis sensibilizaram para a perigosa redução dos recursos naturais, a Amazônia apresenta-se com opulência de elementos vitais ao desenvolvimento e à própria sobrevivência”¹⁶. E continua:

Com argumentos sem fundamento científico, chega-se a agitar espectros fantasistas, pondo-se em dúvida a capacidade ou a determinação conservacionistas dos Governos locais. Invoca-se, então, uma solidariedade internacional que, entretanto, é recusada quando se quer lutar contra o subdesenvolvimento.

Sem ignorar a importância ou seriedade dos problemas ambientais, nem lançar dúvidas sobre a sinceridade e boa-fé de muitos que os agitam, permito-me afirmar que ninguém mais do que nós possui títulos ou motivos para velar por um equilíbrio de que muito depende nosso próprio futuro.

A responsabilidade exclusiva que a todos nos compete na Amazônia tem, como complemento, um dever que não podemos eludir.

Sob pena de frustrar a realização da própria potencialidade, os países desta região não podem voltar as costas para o desafio amazônico e condenar a América do Sul a ser, para sempre, uma periferia sem centro, uma franja de populações ao longo dos oceanos e dos vales, sem linhas de comunicação que vivifiquem o coração vazio do Continente.

A solução daqueles problemas não se encontra no quietismo abstencionista ou na renúncia ao progresso.

É através da ação pertinaz e inteligente, aberta em todo o momento à revisão de métodos, quando a realidade o aconselhar, que haveremos de superar nossas dificuldades.

A diplomacia brasileira sempre fez questão de assinalar que a preocupação com o *habitat* amazônico só tem sentido em função do homem que nele vive e que a pior poluição é a da miséria e do subdesenvolvimento.

Inspirados por esses princípios, saberemos prosseguir, com firmeza e equilíbrio, no esforço de valorizar para o homem essa Amazônia que alguns gostariam de ver estagnada.

Contra os ensaios de internacionalização, sob a forma abruta do passado ou da interferência sutil do presente, o melhor antídoto é a regionalização da proteção da área.

Na Amazônia, repito, compete aos países que a partilham, e a eles só, a responsabilidade exclusiva pelo seu desenvolvimento.¹⁷

A crise energética mundial também contribuiu para a diplomacia amazônica, visto que o Brasil tinha especial interesse no petróleo da Venezuela e do Equador, no gás da Bolívia¹⁸ e no carvão da Colômbia¹⁹.

¹⁶ GEISEL, Ernesto. *Discursos*. vol. V. Brasília: Assessoria de Imprensa da Presidência da República, 1979, p. 287.

¹⁷ *Ibid.*, p. 289-291.

¹⁸ HAGE, José Alexandre Altahyde. *Bolívia, Brasil e a guerra do gás*. Curitiba: Juruá, 2008.

¹⁹ GIRAUD, Pierre-Noël. *Geopolitique des ressources minières*. Paris: Economica, 1983; CONANT, Melvin A.; GOLD, Fern Racine. *A geopolítica energética*. Trad. Ronaldo Sergio de Biasi. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

Apesar do sucesso na negociação do TCA, o entusiasmo não foi o mesmo após a assinatura. O Pacto Andino ainda era o projeto regional prioritário para a maior parte dos seus membros. Em sua mensagem dirigida ao Congresso peruano em 28 de julho de 1978, o Presidente Francisco Morales Bermúdez Cerruti assim se expressa:

En cuanto a las acciones cumplidas en el ámbito internacional; en su permanente empeño en desarrollar una política exterior nacionalista, independiente y conforme a los postulados de su Plan de Gobierno, el Perú ha reforzado su diálogo con los países latinoamericanos, a fin de lograr la identificación de intereses comunes que pudieran ser materia de una cooperación estrecha y fructífera, como la reciente suscripción del Tratado de Cooperación Amazónica, nuevo sistema que complementa a nuestra prioritaria participación en el Grupo Andino, y que refleja nítidamente la importancia que el Perú le confiere al cuadro sudamericano.²⁰

Mesmo durante a fase de negociação, os países andinos encamparam a proposta brasileira com ressalvas, pois buscaram preservar ao máximo a identidade do Pacto Andino e afirmar sua prioridade na política regional.

No âmbito interno, a proposta do TCA recebeu manifestações positivas nos países negociadores. Contudo, grupos de esquerda de inspiração soviética chegaram a se posicionar contra sob o argumento que o Pacto Amazônico representaria os interesses das grandes empresas multinacionais na região. A China, por sua vez, se manifestou favoravelmente²¹.

Diante de todos os elementos discutidos no presente tópico, conclui-se que foram razões fundamentais para a assinatura do TCA: em primeiro lugar, a preocupação conjunta de afirmação de soberania sobre o território e os recursos naturais de cada Estado amazônico, a fim de garantir a continuidade dos projetos econômicos²² na região e afastar o fantasma da internacionalização; em segundo, apresentar à sociedade internacional um texto que resguardasse não apenas a exclusividade da gestão dos problemas amazônicos, mas transparecesse a sintonia do desenvolvimento com a proteção ambiental; em terceiro, a preocupação brasileira com um possível isolamento em virtude dos problemas oriundos das negociações com Argentina e Paraguai, que antecederam a construção da barragem de Itaipu.

²⁰ Disponível em <<http://www.congreso.gob.pe/museo/mensajes/Mensaje-1978-1.pdf>>. Acesso em 17 out. 2009.

²¹ MARIÑAS OTERO, Luís. El Tratado de Cooperación Amazónica. Revista de política internacional, n. 166, Noviembre-Diciembre, 1979, p. 63-71.

²² Aos 12 de janeiro de 1978, aprovou-se no Equador a *Ley de Colonización de la Región Amazónica* (Decreto Supremo 2.092).

Dentre os principais fatos que favoreceram um ambiente propício ao diálogo e à diplomacia amazônica, mencionam-se: os litígios territoriais pendentes entre vários países negociadores; a crise energética mundial – que colocou o petróleo, o gás e o carvão sul-americanos na pauta de prioridades brasileiras; o movimento ambientalista em ascensão e a realização de conferências de âmbito global, a exemplo da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972) e a Conferência das Nações Unidas sobre a Água (Mar del Plata, 1977); a busca de apoio mútuo para a condução dos projetos nacionais de exploração econômica da Amazônia.

2. A internacionalização de fora para dentro e suas diversas perspectivas

A internacionalização da Amazônia por movimentos exógenos pode ser analisada tendo em vista projetos formais e informais. Aqueles são concebidos e executados por governos estrangeiros e/ou entidades internacionais; estes, por atores não governamentais.

Dentre os incidentes mais remotos relacionados ao temor da internacionalização citam-se as propostas de transferência de escravos norte-americanos para o norte do Brasil, o Bolivian Syndicate, o Instituto Internacional da Hileia Amazônica e o projeto Grandes Lagos do Hudson Institute²³.

Uma análise das reações de entidades governamentais, movimentos sociais, partidos políticos e grupos de pesquisa independentes leva à identificação de três percepções fundamentais do risco de internacionalização da Amazônia: *geopolítica; ambientalista; e técnico-científica-informacional*.

A percepção geopolítica é a mais antiga e remonta ao século XIX. O despertar da cobiça estrangeira pela Floresta Tropical ocorre em virtude de duas constatações principais: em primeiro lugar, pela possibilidade da região abrigar excedentes populacionais de outras partes do mundo e se tornar uma zona produtora de alimentos; em segundo, por ser uma extensa porção territorial com grandes reservas de recursos estratégicos (v.g., água, petróleo, gás, ferro, manganês, bauxita, urânio, biodiversidade). Nessa linha interpretativa, faz-se presente o receio da capitulação da região pela via militar e pela pressão direta e aberta de grandes potências. Os debates a respeito do virtual Instituto Internacional da Hileia Amazônica foram muito

²³ NUNES, Paulo Henrique Faria. O Instituto Internacional da Hileia Amazônica: moínho combatido por um xiquotesco Brasil. *Revista de Estudos Jurídicos*, Niterói, ano II, n. 1, p. 159-185, 2009.

influenciados por essa percepção de internacionalização. Nota-se que os estudos de geopolítica das instituições castrenses ainda dedicam grande atenção a essa forma de ameaça, embora não a vejam como a única que paira sobre a região.

A desconfiança em relação às reais intenções dos EUA na ajuda aos países amazônicos/andinos produtores e exportadores de coca e, mormente, à presença de bases e soldados norte-americanos evidenciam a atualidade da análise geopolítica. O mesmo pode ser dito em relação à utilização de centros de lançamentos sul-americanos por agências espaciais estrangeiras²⁴.

Para a percepção ambientalista, as tentativas de internacionalização e/ou ocupação centram seus argumentos em problemas ecológicos e humanitários, tais como sua importância para o equilíbrio do sistema meteorológico global (pluviometria, equilíbrio térmico) e a inaptidão dos Estados amazônicos empreenderem políticas socioambientais eficientes²⁵. Considera-se, portanto, a Amazônia um patrimônio comum da humanidade, o que permite a seguinte conclusão: em virtude da falta programas razoáveis de proteção do meio natural e dos direitos humanos, os países detentores são responsáveis por *ecocídio e etnocídio*. O assalto à floresta, seguindo essa linha de raciocínio, pode ocorrer mediante o uso de movimentos sociais, organizações não governamentais e intergovernamentais, membros de confissões religiosas, agências de cooperação internacional, cooptação de cientistas e intelectuais.

Humberto Lourenção identifica no Sistema Nacional de Unidades de Conservação do Brasil vulnerabilidade que pode comprometer o exercício da soberania do país em partes de seu território:

Em prol de seus interesses próprios, particularmente em favor da defesa da Amazônia, o Brasil deve continuar a defender enfaticamente, em termos diplomáticos, os princípios da autodeterminação do Direito Internacional, repudiando qualquer tipo de ingerência estrangeira que possa ofender o tradicional conceito de soberania perfeita dos Estados. Por ofender essa diretriz, não deixa de ser preocupante a promulgação pelo Governo Federal da Lei 9.985, em 19.07.2001, que constitui as denominadas Unidades de Conservação Ambiental, de Proteção Integral ou de Uso Sustentado. Em seu art. 30, a referida lei estabelece que as Unidades de Conservação possam ser geridas por organizações da sociedade civil de interesse público com objetivos afins aos da unidade, mediante instrumento a ser firmado com o órgão responsável por sua gestão. Assim, pelos termos da lei, o poder

²⁴ NUNES, Paulo Henrique Faria. A política espacial brasileira e os acordos sobre salvaguardas tecnológicas referentes ao Centro de Lançamento de Alcântara. *Estudos – Humanidades*, Goiânia, v. 32, n. 5, mai., p. 719-740, 2005.

²⁵ CHAUPRADE, Aymeric. *Géopolitique: constantes et changements dans l'histoire*. 3. ed. Paris: Ellipses, 2007.

público instrumentaliza a concessão de gestão ambiental de áreas do território nacional, transferindo a uma organização não governamental, nacional ou internacional, suas funções exclusivas, que sustentam a soberania estatal sobre tais áreas.²⁶

O Plano Estratégico da USAID (U.S. Agency for International Development) para a Iniciativa de Conservação da Bacia Amazônica (ABCI)²⁷, publicado no início de 2005, é outra medidas de motivação ecológica que pode ser considerada instrumento de ingerência na Hileia. Lê-se na introdução do referido documento:

The Amazon Basin holds the largest area of contiguous and relatively intact tropical forest in the world. The drainage areas of this river basin system possess 20% of the planet's freshwater resources, and support critical aquatic habitats and ecosystem processes. While these biological assets could provide a sound foundation for regional development, they are instead threatened by unsustainable uses associated with agriculture, ranching, logging, mining, petroleum exploration, and fishing. These threats, in turn, are driven by forces such as population growth, infrastructure development, expanding commodity markets, insecure land and natural resources tenure, and distorted policy incentives. This web of threats and drivers is complex and operates from the local to regional and international levels. Weak enforcement of environmental laws and regulations undermine efforts to protect these valuable biological resources. This, in turn, is fueled by corruption, a lack of overall law enforcement capacity, lack of coordination among and between national, provincial and regional agencies, and low levels of human and institutional governance capacity in many situations across the Basin.

To date, approximately 15% of the Basin has been deforested. Continued large-scale deforestation within the Basin may disrupt local and regional climate processes, resulting in less rainfall with far-reaching impacts on biodiversity, agriculture, fisheries and the livelihoods of indigenous people who have lived in the Basin for millennia. Sound development options with the potential to equitably benefit the approximately 30 million residents of the Amazon basin must be a key component of addressing these conservation challenges. In addition, climate change could be accelerated on a global scale due to Amazon Basin environmental degradation. Conserving the region's biological diversity requires large-scale approaches that address both threats and drivers at local, national and regional levels.

A ABCI reconhece a importância dos povos indígenas no papel de “guardiões efetivos da diversidade biológica e dos serviços ambientais de importância global” – embora o os EUA não reconheçam o direito dos Estados sobre o patrimônio genético dos recursos da floresta – e propõe uma parceria entre a OTCA e a USAID na formulação e execução de ações conservacionistas:

²⁶ LOURENÇÃO, Humberto. Forças Armadas e Amazônia brasileira. In: CARVALHO, Leonardo Arquimimo de; GARAY VERA, Cristián; CAYÓN PEÑA, Juan (Org.). *Segurança e defesa na América Latina*. Curitiba: Juruá, 2009, p. 264.

²⁷ O texto da Amazon Basin Conservation Initiative (ABCI) pode ser consultado no sítio da USAID: http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/Pdacj360.pdf.

USAID and the Amazon Treaty Cooperation Organization (ACTO) plan to develop a collaborative partnership, which will be formalized through a Memorandum of Understanding. Through this partnership, USAID/ABCI and ACTO will identify and collaborate on activities in coordination with implementing partners, as appropriate.

USAID and ACTO envision a partnership that builds on ACTO's regional integration for policy interventions, inter-governmental collaboration and civil society strengthening for conservation cooperation with USAID's region-wide approach of networking and training. The Treaty Organization and ABCI share common goals of biodiversity conservation and natural resource management, knowledge sharing and management, regional integration and competitive processes, and institutional strengthening. Shared programmatic foci also underpin the potential power of a USAID-ACTO Amazon conservation partnership including water and forests, protected areas, indigenous peoples, land tenure, and social development through health, education and economic growth.

A percepção técnico-científico-informacional está mais voltada para investidas indiretas. A necessidade de investimentos pode ter por consequência a flexibilização das normas sobre propriedade intelectual (patentes), acesso aos recursos naturais, aquisição de terras e abertura de setores estratégicos a companhias estrangeiras (telecomunicação, energia, água). Portanto, a conquista pode ser feita de dentro para fora, de modo que os conflitos interestatais diretos se tornem dispensáveis; a colonização formal – relação metrópole-colônia – não é um mecanismo tão interessante como fora outrora pois implica compromissos sociais para o conquistador que, por sua vez, não tem interesse em gastos dessa natureza. Dentre as possíveis táticas a serem contra-atacadas pelos Estados amazônicos listam-se: a associação desmedida do capital externo ao capital nacional²⁸; financiamento de campanhas eleitorais de representantes (porta-vozes) dos interesses de investidores/colonizadores; subsídio a centros de pesquisa científica; o aliciamento de pesquisadores e detentores de conhecimento tradicional (caboclos, mateiros, sertanistas, índios).

Tendo em vista as três percepções acima apresentadas, enumeram-se os prováveis agentes da internacionalização: governos estrangeiros; organizações não governamentais²⁹; organizações internacionais; igrejas; empresas privadas estrangeiras e/

²⁸ Cf. BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Relatório da Comissão Externa destinada a averiguar a aquisição de madeiras, serrarias e extensas porções de terras brasileiras por grupos asiáticos*. Brasília: Centro de Documentação e Informação (Coordenação de Publicações), 1998.

²⁹ A presença e a atuação das organizações não governamentais (ONGs) é questão polêmica. Há aqueles que as veem com bons olhos, a exemplo de Paulo Choji Kitamura:

“De um lado, as ONGs têm a capacidade de recriar em nível local e cotidiano, os problemas de caráter nacional. Além disso, o contato direto e permanente com as comunidades locais e o seu meio permite uma visão integral dos seus problemas e necessidades. As ONGs apresentam experiências históricas na organização comunitária, de mobilizar a participação popular, na tomada de consciência em nível comunitário e no planejamento e implementação de projetos que envolvem famílias; enfim, para atingir objetivos que os órgãos públicos muitas vezes não são capazes de alcançar.

ou nacionais; agentes políticos nacionais; crime organizado (redes de comércio ilícito). Além disso, mencionam-se os seguintes instrumentos operacionais das possíveis estratégias de apropriação: capital; missionários; povos indígenas; mídia; cooperação; conhecimento científico; ofertas de trabalho.

Nota-se que, embora o senso comum vislumbre a tomada da Amazônia pela via militar, nem sempre a eliminação ou a substituição dos governos nacionais é desejada pelos agentes da internacionalização. Para alguns é mais vantajoso infiltrar-se nas estruturas políticas nacionais – mormente na atividade legislativa – e/ou exercer

Tais características conferem às ONGs um papel central no processo de desenvolvimento, todavia de caráter complementar e de cobrança antes que de competição com os organismos oficiais nacionais e internacionais. Sua finalidade é preencher lacunas nos serviços e programas estatais” (KITAMURA, Paulo Choji. *A Amazônia e o desenvolvimento sustentável*. Brasília: Embrapa, 1994, p. 158-159).

O embaixador Rubens Ricupero – principal negociador do Brasil quando da assinatura do TCA – assim se manifestou ao ser perguntado sobre a presença de ONGs estrangeiras na Amazônia (entrevista concedida à revista Forum, n. 63, jun., 2008): “Não conheço ONG estrangeira que tenha posto fogo em um metro quadrado ou se apoderado, com documentos falsos, de um metro quadrado de terras da União, feito pecuária, matado índios, invadido reservas para extrair mogno ou ouro. E há um dossiê fartíssimo, se poderia fazer um livro negro da Amazônia com crimes cometidos nos últimos 30 ou 40 anos por muitos brasileiros “civilizados”. De mil casos, se houver um em que o indivíduo foi preso, é muito. Se o Exército e o governo querem impedir as atividades ilícitas, porque não reprimem estas? Há uma xenofobia absurda nesse caso. E se fosse verdade que estrangeiro é tão ruim, por que o Banco Central eliminou as taxas para entrada de capitais especulativos?” E complementa adiante: “O maior interesse em preservar a floresta e proteger os índios é nosso. Digo sinceramente: se não formos capazes e continuarmos assim, acho bom que haja pressão internacional. Sou favorável a que se apliquem sanções à soja ou à madeira ou à carne comprovadamente procedentes de áreas desmatadas contra a lei brasileira” (disponível em http://www.revistaforum.com.br/sitefinal/EdicaoNoticialIntegra.asp?id_artigo=3190 - acesso em 13 jan. 2010).

Por outro lado, existem opiniões diversas que consideram muitas ONGs agentes da internacionalização da Amazônia (Cf. CARRASCO, Lorenzo (Coord.). *Máfia verde: o ambientalismo a serviço do governo mundial*. 8. ed. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2003; LINO, Geraldo Luís; CARRASCO, Lorenzo; COSTA, Nilder; PALACIOS, Sílvia. *Máfia verde 2: ambientalismo: novo colonialismo*. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2005; FREGAPANI, Gelio. *Amazônia: a grande cobiça internacional*. Brasília: Thesaurus, 2000; ZVEITER, Waldemar. *A maçonaria pela integridade da Amazônia em defesa do Brasil: exploração estatal das riquezas da Amazônia: monopólio da União*. Rio de Janeiro: Tribuna dos Sábios, 2005). Vale mencionar também a interpretação que a ação de ONGs, muitas estrangeiras, gera um sistema de clientelismo social que enfraquece os movimentos endógenos de articulação política nos países em desenvolvimento: “[...] as ONGs, devido aos vínculos históricos de algumas delas com as organizações populares e à crença de que esses vínculos surgiram da sua identificação com os interesses populares, favoreceram a submissão daquelas organizações aos seus interesses. [...] Além disso, em razão de sua posição de intermediárias, as ONGs freqüentemente podem tentar pressionar as organizações populares no sentido de que abandonem a luta política para estabelecer relações clientelistas, adulando as instituições que controlam o acesso aos recursos para o desenvolvimento” (PETRAS, James. *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. Blumenau: FURB, 1999, p. 72).

Dentre as *medidas de implementação* previstas na Estratégia de Defesa Nacional do Brasil (Decreto 6.703/2008), encontra-se a “otimização do controle sobre atores não-governamentais, especialmente na região amazônica, visando à preservação do patrimônio nacional, mediante ampla coordenação das Forças Armadas com os órgãos governamentais brasileiros responsáveis pela autorização de atuação no País desses atores, sobretudo daqueles com vinculação estrangeira”.

influência nas negociações de acordos internacionais que possam dificultar o acesso aos recursos naturais da floresta; esse *modus operandi* é interessante para grupos interessados em desenvolver produtos e registrar patentes à revelia dos países de origem da matéria-prima ou para grandes companhias interessadas na extração de recursos minerais. Em outros casos, deseja-se um clima de desgoverno e de baixa presença de agentes do Estado; as redes de comércio ilícito e os empreendimentos prejudicados pela aplicação da legislação ambiental e social são os principais beneficiados de um ambiente que tende à anarquia.

Essas três percepções se complementam e demonstram a complexidade da problemática amazônica e a dimensão do desafio a ser superado pela OTCA. O alinhamento de posições a serem sustentadas nos principais foros internacionais destinados à proteção ambiental não é suficiente para um exercício livre e, acima de tudo, efetivo da soberania dos países que possuem territórios na Hileia. Faz-se necessário, principalmente, o desenvolvimento de políticas internas e intrarregionais eficazes.

As diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa (END), publicadas juntamente com o decreto 6.703 de 18 de dezembro de 2008, evidenciam que o governo brasileiro identifica possíveis ameaças à Floresta Tropical em consonância com as três percepções expostas acima. A décima diretriz trata exclusivamente da Amazônia:

10. Priorizar a região amazônica.

A Amazônia representa um dos focos de maior interesse para a defesa. A defesa da Amazônia exige avanço de projeto de desenvolvimento sustentável e passa pelo trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença.

O Brasil será vigilante na reafirmação incondicional de sua soberania sobre a Amazônia brasileira. Repudiará, pela prática de atos de desenvolvimento e de defesa, qualquer tentativa de tutela sobre as suas decisões a respeito de preservação, de desenvolvimento e de defesa da Amazônia. Não permitirá que organizações ou indivíduos sirvam de instrumentos para interesses estrangeiros - políticos ou econômicos - que queiram enfraquecer a soberania brasileira. Quem cuida da Amazônia brasileira, a serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil.

Ao tratar do Exército brasileiro, a END preconiza que o mesmo esteja preparado para guerra na região amazônica e para combater “ação de um país ou de uma coligação de países que insista em contestar, a pretexto de supostos interesses da Humanidade, a incondicional soberania brasileira sobre a sua Amazônia”.

Considerações finais

A ideia de internacionalização da Amazônia surge em funções de movimentos endógenos e exógenos. Percebe-se uma teia complexa cujos filamentos são atores e interesses internos e externos. A cooperação regional é fruto do temor das ações externas com vistas à apropriação dos recursos estratégicos da região; por outro lado, a conquista da Amazônia não pressupõe um empreendimento militar clássico. Em vez de uma única investida, a internacionalização é promovida por movimentos menos visíveis e mediante cooptação de agentes internos (institutos de pesquisa, ONG, parlamentares, grupos econômicos à margem da lei, povos indígenas que não recebem o respeito devido por parte de seus governos nacionais).

O cenário complexo e a variedade de atores evidentemente tornam mais difícil o desenvolvimento de planos eficientes de gestão e proteção da região. A população tradicional (indígenas, caboclos, mateiros), diante da pouca atenção prestada pelos governos locais, se torna possível agente da internacionalização... sobretudo quando seu conhecimento tradicional é passado indevidamente a entidades estrangeiras.

O TCA é uma iniciativa relevante, conquanto mais reativa do que propositiva. O sucesso da cooperação amazônica, contudo, depende da alteração do modelo atual. Em vez de uma cooperação débil que responde a estímulos externos, faz-se necessária a adoção de políticas governamentais que levem em consideração as diferentes perspectivas da internacionalização. Deve-se consolidar o regionalismo/ internacionalismo amazônico.

Referências bibliográficas

BERRIDGE, G. R.; JAMES, Alan. **A dictionary of diplomacy**. 2. ed. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Relatório da Comissão Externa destinada a averiguar a aquisição de madeiras, serrarias e extensas porções de terras brasileiras por grupos asiáticos**. Brasília: Centro de Documentação e Informação (Coordenação de Publicações), 1998.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS (COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES). **Valores e rumos do Mundo Ocidental: II Painel de Assuntos Internacionais realizado pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, no período de 12 a 27 de outubro de 1977**. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1978.

CARRASCO, Lorenzo (Coord.). **Máfia verde**: o ambientalismo a serviço do governo mundial. 8. ed. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2003.

CARRETEIRO, Ronald P. **A navegação na Amazônia**. Manaus: Calderaro, 1987.

CAUBET, Christian G. **As grandes manobras de Itaipu**: energia, diplomacia e direito na Bacia do Prata. São Paulo: Acadêmica, 1991.

CHAUPRADE, Aymeric. **Géopolitique**: constantes et changements dans l'histoire. 3. ed. Paris: Ellipses, 2007.

CONANT, Melvin A.; GOLD, Fern Racine. **A geopolítica energética**. Trad. Ronaldo Sergio de Biasi. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

COTLER, Julio. **Peru**: classes, Estado e nação. Trad. Sérgio Bath. Brasília: FUNAG, 2006.

FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. **Relações de trabalho na Pan-Amazônia**: a circulação de trabalhadores. São Paulo: LTr, 1996.

FREGAPANI, Gelio. **Amazônia**: a grande cobiça internacional. Brasília: Thesaurus, 2000.

GEISEL, Ernesto. Discursos. vol. V. **Brasília**: Assessoria de Imprensa da Presidência da República, 1979.

GIRAUD, Pierre-Noël. **Geopolitique des ressources minières**. Paris: Economica, 1983.

HAGE, José Alexandre Altahyde. **Bolívia, Brasil e a guerra do gás**. Curitiba: Juruá, 2008.

INGRAM, George M. **Expropriation of U.S. property in South America**: nationalization of oil and copper companies in Peru, Bolivia and Chile. New York: Praeger Publishers, 1974

KITAMURA, Paulo Choji. **A Amazônia e o desenvolvimento sustentável**. Brasília: Embrapa, 1994.

LINO, Geraldo Luís; CARRASCO, Lorenzo; COSTA, Nilder; PALACIOS, Silvia. **Máfia verde 2**: ambientalismo: novo colonialismo. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2005.

LOURENÇÃO, Humberto. Forças Armadas e Amazônia brasileira. In: CARVALHO, Leonardo Arquimimo de; GARAY VERA, Cristián; CAYÓN PEÑA, Juan (Org.). **Segurança e defesa na América Latina**. Curitiba: Juruá, 2009.

MARINÑAS OTERO, Luís. **El Tratado de Cooperación Amazónica**. Revista de política internacional, n. 166, Noviembre-Diciembre, 1979, p. 63-71.

NUNES, Paulo Henrique Faria. **O Instituto Internacional da Hileia Amazônica: moinho combatido por um quixotesco Brasil**. Revista de Estudos Jurídicos, Niterói, ano II, n. 1, p. 159-185, 2009.

_____. **A política espacial brasileira e os acordos sobre salvaguardas tecnológicas referentes ao Centro de Lançamento de Alcântara**. Estudos – Humanidades, Goiânia, v. 32, n. 5, mai., p. 719-740, 2005.

PEREIRA, Osny Duarte. **Itaipu: prós e contras: ensaio sobre a localização, no Brasil, da maior barragem do mundo e suas implicações em nossa política continental**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

PETRAS, James. **Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa**. Blumenau: FURB, 1999.

PORTILLO, Julio. **Venezuela-Brasil: relaciones diplomáticas: 1842-1982**. Caracas: Editorial Arte, 1983.

RICUPERO, Rubens. **O Tratado de Cooperação Amazônica**. Revista de Informação Legislativa (Suplemento Integração na América Latina), Brasília, ano 21, n. 81, jan.-mar., p. 177-196, 1984.

ROMÁN, Mikael. **The implementation of international regimes: the case of the Amazonian Cooperation Treaty**. Uppsala, Sweden: Uppsala University, 1998.

VILLANUEVA, Victor. **O golpe de 68 no Peru: do caudilhismo ao nacionalismo?** Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

ZVEITER, Waldemar. **A maçonaria pela integridade da Amazônia em defesa do Brasil: exploração estatal das riquezas da Amazônia: monopólio da União**. Rio de Janeiro: Tribuna dos Sábios, 2005.

GT15 - CIDADES FRONTEIRIÇAS: CONSTRUÇÃO DE ESPACIALIDADE
DIVERSAS

A (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: ESTUDO DE CASO DO BAIRRO DR. SILVIO LEITE, BOA VISTA/RR

Introdução

Esta pesquisa se originou a partir de questionamentos da origem do bairro Dr. Silvio Leite, sobre a irregularidade dos imóveis, e também as seguintes ausências: área institucional, praças, área Verde, havendo a necessidade da realização deste trabalho para responder tantos questionamentos e esclarecer a estes fatos. O objetivo geral deste artigo é identificar o motivo pelo qual o bairro se reproduziu de modo irregular mas seguindo a dinâmica sócioespacial da cidade de Boa Vista-RR. Teve como objetivo específico, analisar a dinâmica urbana do bairro, considerando a sua evolução histórica, sendo que o bairro originou-se de modo irregular e não invasão e mesmo assim o bairro segue o padrão horizontal, sentido centro, nos devidos padrões arquitetônicos da cidade. E a dinâmica atual, tem uma pequena favelização que não segue os mesmos padrões ocasionando inchaço populacional.

Materiais e métodos

Foi feito a priori, pesquisas bibliográficas referente ao determinado tema, e outras fontes como visita nos órgãos públicos (EHMUR, Iteraima, Prefeitura, SEPLAN, Folha de Boa Vista), em busca de dados históricos do bairro Dr. Silvio Leite, posteriormente, in loco, a pesquisa de campo, com aplicação de questionários, em seguida com registros de imagens e georrefenciamento, em sequência a análise dos dados e por fim a elaboração textual.

Por alguns empasses encontrados durante a pesquisa, por falta de dados históricos do bairro, em contra partida de encontrar dados comprobatórios fez com que se utiliza - se o método histórico oral. Onde os entrevistados foram, presidente do bairro, presidente dos conjuntos habitacionais e com o pioneiro bairro.

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: adryellen10@gmail.com

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: simara.brito30@gmail.com

Resultado e discussões

Nos anos 80, houve a necessidade de expandir a cidade, nesse tempo o bairro era uma fazenda, de propriedade do seu Cláudio, então ele vendeu para duas personalidades C. Cunha e F. Sousa, e esses montaram uma imobiliária chamada Equatorial, então veio o primeiro nome do bairro Jardim Equatorial, a partir de então eles contraíram um grande dívida diante da caixa econômica, portanto tiveram que repassarem parte deste bairro para o governo do estado, o governo por sua vez construiu o conjunto Habitacional Paraná com 181 unidades habitacionais, porem ele ficou inserido no bairro, só que poucas pessoas sabem que este bairro além de não ser sido planejado adequadamente como o resto da cidade, mas as ruas saíram uniformes de acordo com o desenho arquitetônico da cidade, por outro lado os moradores sofrem com a grande miséria no bairro, com a falta de áreas institucionais, para hospitais, praças, o aparelhamento público necessário para o desenvolvimento de uma sociedade.

E aparte do final dos anos 90, o bairro passou a ser chamado Dr. Silvio Leite, em homenagem a um advogado que tinha no estado de Roraima e que se tornou prefeito em 1985 e em 1987 ele veio falecer. No bairro há 6 escolas sendo estaduais: Senador Hélio Campos, Antônia Coelho de Lucena e Voltaire Pinto. Municipais: Estrelinha Mágica, Amazonas de Oliveira e uma que foi inaugurada recentemente. Também o bairro se beneficia do CSE (Centro Social Educacional), CRAS(Centro de Referência de Assistência Social) que na cidade de Boa Vista existe 5 unidades e no bairro a presença de uma dessas unidades, que atende o bairro Dr. Silvio Leite e os bairros próximos. O PSF (Posto de Saúde Familiar) é feito apenas atendimento básicos, onde a necessidade da transformação para posto médico, com laboratórios e inclusive atendimentos odontológicos e marcação de exames, onde esse novo posto médico do bairro já foi construído, mas amplo em melhor localização, onde só falta a mudança para a sede. O bairro tem uma linha urbana que é a equatorial. O comercio está concentrado na rua Expedito da Silva antiga Z-4.

Mas existe a carência da drenagem pluvial e esgoto sanitário. Portanto ocasiona um problema muito serio de alagamento, na região atrás da Escola Antônia Coelho de Lucena e ruas adjacentes sofre com os alagamentos no período de inverno. Para solucionar o problema, o governo fez uma grande vala localizada na Rua Travessa dos Macuxis, para escoar a águas do alagamento, mas esta água era jogada no igarapé Caraná, que passa por trás da sede da fazenda do seu Claudio.

Um caso muito preocupante no bairro é a falta de segurança publica o não

policiamento ostensivo nas ruas do bairro, vários pontos de uso e distribuição de drogas e assalto. Outro aspecto importante é que no bairro não existe, mas, áreas institucionais, destinadas á: áreas de lazer, posto médico. Devido á prefeta Teresa Surtia, fez doações dessas áreas institucionais á famílias com o proposito de mais tarde ter votos garantido para sua candidatura. Infelizmente a favelização chegou ao bairro, não tem, mas espaço para expandir, as casas estão invadindo área ambiental, poluindo o igarapé caraná, pelo esgoto sanitário que é jogado no igarapé, pela falta coleta de lixo, e a ausência da iluminação publica, faz de um lugar propicio que ocorram muitos homicídios neste ponto no bairro.

O bairro tem seus pontos negativos, no entanto os moradores gostam de morar no bairro, é a patologia, pois sua família se criou lá, é onde se encontra seus amigos de infância, é o apego ao lugar. Explicado pelo gráfico a baixo.

Gráfico 1



Resultado da aplicação de questionário

Considerações finais

Constatou-se que o governador da época da década de 80, com a posse dessas terras doou os imóveis às pessoas em troca de voto, mais não somente isso, também materiais para a construção das suas casas, antes desse ato ocorrer havia poucas pessoas que residiam no bairro, por ser um bairro distante e longe do centro da cidade, era um bairro de difícil acesso e havia a preferência de morar em bairros próximos ao centro da cidade, onde tinha os centros comerciais, escolas postos de saúde. Portanto era um bairro discriminado por ser o último bairro da cidade, e o

difícil acesso a transporte e segurança e outras coisas essenciais para um cidadão ter uma vida digna. Observou-se que não houve o desmembramento das terras doadas, e até o presente momento os moradores desses imóveis tem muita dificuldade na titulação definitiva de seu terreno. O registro de moradores que conseguiram a titulação definitiva do seu terreno é menos que 20% da população residente do bairro.

A distribuição dos terrenos não foi igualitária, pois muitas famílias foram desfavorecidas, por ficarem em locais onde era um recurso hídrico, e sofrem com os alagamentos frequentes durante o inverno. Por outro lado houve famílias que não precisava, pois tinha condições financeiras e assim mesmo ficaram com terrenos expansivos e nos pontos estratégicos do bairro, que são localizados em avenidas, esquinas mais não é utilizado para a moradia, onde ocorrer à especulação imobiliária.

Antes de ser o bairro Dr. Silvio leite era conhecido como jardim equatorial, por ser um bairro novo ele não possui dados históricos verificou-se que naquele local o primeiro morador, o seu Cláudio, obtiveram-se informações do mesmo que aquele bairro foi uma enorme fazenda na qual ele era o proprietário, a partir de então houve a necessidade da vender essa fazenda para duas pessoas na qual o imóvel foi dividido ao meio, sabe-se que um desses proprietários chamava-se C.Cunha e ele até hoje detém direitos sobre uma parcela de terras desse bairro.

Um dos compradores adquiriu uma grande dívida na caixa econômica, onde houve necessidade de uma parte dessas terras serem vendidas ao governo, porém, o outro continuou com a sua respectiva parte, onde até hoje se verificou que há documentos comprobatórios no cartório de registro de imóveis de Roraima sobre a sua autenticidade sobre o imóvel.

A certidão do imóvel, hoje se encontra em mãos do Presidente do Bairro, conhecido pelos moradores como “Baton” onde o proprietário passou uma procuração, lhe dando a devida autoridade para que ele pudesse resolver a situação de quitação dos terrenos, através do desmembramento de terras onde o morador paga uma taxa de cinco mil reais para regularização do seu imóvel, para futuramente ter o título definitivo em mãos.

São poucos os cidadãos do bairro que conseguiram o título definitivo, aproximadamente 600 títulos em todo o bairro, a maioria conseguiu através do presidente do Conjunto Habitacional, que deu a entrada na documentação em 2008, o restante, a minoria adquiriu como ajuda do presidente de bairro, que tem um custo de cinco mil reais, e todos do bairro não condições financeiras para regularizar seu terreno.

O bairro é desordenado, pois não foram planejados, todos os moradores presente no bairro não invadiram, as primeiras famílias ganharam de políticos e com

o passar dos anos cada terreno vai passando de mão em mão, com a declaração de compra e venda.

A área próxima ao Igarapé Caranã encontra-se uma favela, onde era propriedade do pioneiro do bairro, onde seu filho recebeu em herança e vendeu a pessoas que residem neste local, final da C-38. É nesta parte do bairro que ocorrem altos índices de violência, homicídios, distribuição de drogas. Constatou-se os moradores gostam de morar no bairro, mesmo o bairro tendo algumas deficiências.

Referências bibliográficas

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A reprodução do espaço urbano**. São Paulo 2008.

CORREA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo. Ed. Ática. 1990.

LENCIONE, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo. Edusp. 1999.

CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato . **Geografia: conceitos e temas**. 1995.

ENGANANDO-ME E PASSANDO A PERNA NO ESTADO BURGUÊS: TRANSITANDO ENTRE UMA NOTA E OUTRA VOU VIVENDO/BARGANHANDO NAS CIDADES DE FRONTEIRAS

Introdução

Neste artigo vamos discutir educação escolar sob a ótica de quem a vivencia no chão da escola, ou seja, professores, alunos e gestores que estão ou que já estiveram na ativa. Trata-se de buscar em suas falas as expressões do poder e do contra-poder que se forja no cotidiano escolar. Para tanto se faz necessário um recorte da história local, que situa a região de fronteira em que se encontram as cidades fronteiriças da qual extraímos essa análise. Pensar a educação escolar na fronteira entre o norte de Goiás e Sul do Tocantins exige fazer um retrospecto desde a criação do novo estado.

Situado na região norte do Brasil, o estado do Tocantins reflete o mesmo nível de pobreza característico da região norte e nordeste do país. Banhado pelos rios Tocantins e Araguaia, de sul a norte, são esses os principais facilitadores da sobrevivência dos povos que habitam o estado. Tanto pela pesca quanto ao uso da malha fluvial em função de transporte de bens e serviços. Falamos de povos por nos referir a um contingente significativo de indígenas, cerca de seis mil pessoas de cinco etnias e alguns novos grupos indígenas que se auto reconheceram.

O Tocantins, anteriormente norte goiano, ao ser emancipado em outubro de 1988, e elevado à condição de estado – nasceu maduro – ou melhor, iniciou sua existência jurídica com todos os problemas sócio-econômicos e políticos característicos de antigos estados já existentes no país. Possui como marco de seu desenvolvimento a BR – 153, cujo objetivo é ligar o sul ao norte do Brasil. Às margens dessa BR se desenvolveram as cidades mais importantes do Tocantins, no sentido político, populacional e econômico. No entanto, o que mais nos chama a atenção, quando se averigua os dados estatísticos, pós-construção da BR, é o aumento do fluxo migratório intensificado nas décadas de 80, 90 e 2000, em especial oriundo do nordeste brasileiro.

* CEPORM/SEDUC-TO. E-mail: mjalvesa@hotmail.com

** FE/UFG – GO. E-mail: mcunhap@yahoo.com.br

A região de fronteira entre os estados do Tocantins e Goiás apresenta um fluxo de continuidade de ações, relações comerciais, demandas entre os moradores e relações de vizinhança e de parentesco que na maior parte do tempo não se percebe onde é Tocantins e onde é Goiás, exceto quando se faz necessário recorrer a regras que institucionalizam tais relações sociais. Talvez o que melhor explique isso nos foi assim anunciado: “Em nossa região, é como se não houvesse separação nos dois estados, pois desfrutamos do que é mais acessível aos dois”. (professora e ex gestora de escola).

Por exemplo, como o ensino superior em Goiás é mais avançado que em Tocantins, considerando que em Goiás há mais oferta de ensino superior público, e de que nesse estado as pesquisas na área de formação de professores já se consolidaram, isso, sem dúvida, tem atraído os professores do Tocantins em ir a Goiás buscar sua capacitação docente e depois eles retornam para o exercício de suas funções no estado do Tocantins. É fácil constatar essa realidade ao observar o quadro de professores que se formou nas escolas das cidades fronteiriças, nos últimos anos.

Uma das principais razões para essa migração é o fato de o Tocantins ser um estado novo que oferta oportunidade de crescimento para a maioria dos recém-formados, considerando que o salário da rede estadual, se comparado ao do estado de Goiás é um atrativo que se mostrou considerável ao longo desse período, conforme estudo realizado em 2010.

RANKING	ESTADO	VALOR	PARTIDO
07º	AMAPÁ	R\$ 2234,08	NORTE (PDT)
08º	ALAGOAS	R\$ 2030,00	NORDESTE (PSDB)
09º	TOCANTINS	R\$ 2020,00	NORTE (PMDB)
10º	ESPIRITO SANTO	R\$ 1920,00	SUDESTE (PMDB)
11º	SÃO PAULO	R\$ 1834,86	SUDESTE (PSDB)
12º	PARANÁ	R\$ 1798,54	SUL (PMDB)
13º	PARÁ	R\$ 1728,00	NORTE (PT)
14º	RIO DE JANEIRO	R\$ 1618,14	SUDESTE (PMDB)
15º	BAHIA	R\$ 1602,57	NORDESTE (PT)
16º	SERGIPE	R\$ 1519,57	NORDESTE (PT)
17º	RONDÔNIA	R\$ 1433,24	NORTE (PPS)
18º	MINAS GERAIS	R\$ 1416,66	SUDESTE (PSDB)
19º	SANTA CATARINA	R\$ 1363,74	SUL (PMDB)
20º	PIAUI	R\$ 1340,00	NORDESTE (PT)

OBS.: REMUNERAÇÃO NÍVEL SUPERIOR INÍCIO DE CARREIRA (SALÁRIO + GRATIFICAÇÕES)

RANKING	ESTADO	VALOR	PARTIDO
21º	CEARÁ	R\$ 1327,66	NORDESTE (PSB)
22º	RIO GRANDE DO SUL	R\$ 1269,56	SUL (PSDB)
23º	PARAÍBÁ	R\$ 1243,09	NORDESTE (PMDB)
24º	RIO GRANDE DO NORTE	R\$ 1157,33	NORDESTE (PSB)
25º	GOIAS	R\$ 1084,00	CENTRO-OESTE (PP)
26º	PERNAMBUCO	R\$ 1016,00	NORDESTE (PSB)

Fonte: www.apeoc.org.br/extra/pesquisa.salarial.apeoc.pdf - acesso em 02.11.2014

Há a considerar vários professores que se formaram após o ingresso no serviço público de educação, no estado do Tocantins, atendendo à exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN/96 quanto à capacitação no ensino superior para atuarem nas diferentes etapas da educação básica. Em cursos ofertados pela *Universidade do Tocantins (Unitins)* a *Graduação em Regime Especial* foi a forma encontrada pelo estado para solucionar o problema do elevado número de professores sem a formação mínima para atuar no ensino fundamental e médio. E para que os professores em exercício pudessem manter suas atividades ao tempo do curso, parte da carga horária era realizada nos meses de férias escolares (janeiro e julho) e o restante em encontros aos sábados, domingos e feriados no decorrer do semestre.

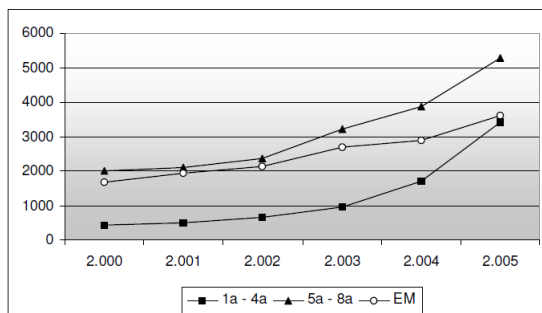
Observe a tabela abaixo, com o percentual de professores sem a formação mínima no período 1996-2005, e o gráfico, com o total de funções docentes com nível superior em Tocantins no período de 2000-2005.

Tabela 5 – Percentual de Ocupação sem a Formação Mínima dos Docentes em Tocantins no Ensino Fundamental e Médio - 1996-2005

Ano	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	Funções Docentes	sem formação mínima	Funções Docentes	sem formação mínima
1996	8.316	56%	2.091	54%
2005	13.448	5%	3.794	2%

Fonte: Seduc-TO

Gráfico 2 – Total de Funções Docentes com Nível Superior em Tocantins – de 2000 a 2005²⁴



Fonte: MEC/Inep/Edudata

Fonte: www.maxwell.vrac.puc-rio.br/11066/11066_4.PDF

O Tocantins, mesmo tendo adotado programas como Programa Escola Autônoma de Gestão Compartilhada (PEAGC), Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), Projeto Político Pedagógico (PPP), hoje vivencia a situação da maioria das escolas públicas que ainda patina para resolver problemas relacionados à inclusão de alunos com ou sem necessidades especiais, à gestão, ao currículo, e à formação de seus professores, dentre outros.

Aspectos Políticos que interferiam na gestão

Desde sempre e nos últimos anos antes da separação, a região de fronteira não recebia nenhum atendimento, pois desde o giz que se usava, diários de classe (impressos na época), todo o material de expediente e limpeza, merenda escolar, tudo passava pela Delegacia Regional de Ensino de Porangatu/DRE (estado de Goiás) que não mais fornecia tais recursos, ficando assim nossas escolas com atendimento bastante precário.

Tal situação gerou desmotivação nos gestores, chegando ao extremo de alguns “abandonarem” seus postos sem o fazerem de fato. A situação tornou-se tão dramática numa dessas escolas que por não ter diários de classe, não houve registro de frequência naquele ano, pois os professores somente receberam tal material no final do ano letivo quando já não era mais possível fazê-lo.

Aqui o relato de uma pessoa entrevistada sobre essa situação numa dessas escolas:

Voltando a 1986, primeiro porque as escolas não tinham autonomia, tudo dependia diretamente do estado, até um pedaço de sabão dependia do estado. E as escolas eram superlotadas, que dificultava muito para o professor trabalhar em sala de aula. Era na faixa de 65 alunos em sala, as escolas não tinham uma estrutura boa para funcionamento porque além de faltar os materiais necessários para limpeza, não tinha material didático para professor, os alunos não tinham livros, além de os professores não terem material suficiente para ministrar uma boa aula. Era uma escassez de material administrativo, didático e pedagógico. (Professor Worisson Milhomem Souza, que também exerceu a função de diretor)

Na cidade fronteira de Palmeirópolis, quando ainda era estado de Goiás, a organização das escolas era realizada pela Delegacia Regional de Ensino de Porangatu, situada a 140km daquela cidade, isso desorganizava a vida escolar pois, segundo os relatos dos professores, entre outras coisas, se fazia necessário improvisar com folhas de papel pautado os diários escolares pois esses só chegavam praticamente no final do ano letivo. Vejamos o que diz um professor:

Eu, como professor, fui um dos que se recusou a refazer diário no final do 4º bimestre. Como haviam improvisado não foram refeitos, com exceção de duas professoras. Outro ponto difícil é que tínhamos que ir buscar os materiais quando disponibilizados: ‘Diretor tinha que se deslocar para buscar esse material lá em Porangatu’. Uma fase difícil porque além de ter superlotação nas escolas e funcionar quatro períodos, contando com o intermediário, não permitindo nem que fizesse limpeza para entrada de outros alunos. Eu trabalhava somente com o ensino médio (antigo segundo grau). Tínhamos cursos técnicos e

eu era professor polivalente. Em Contabilidade eu lecionava Direito Trabalhista, Economia e Mercado, Mecanografia, Química, Física... teve época que eu trabalhei Português (Língua Portuguesa e Literatura Brasileira) por faltar professores das áreas. (Professor Worisson Milhomem Souza)

Essa situação vivenciada quando ainda era estado de Goiás deixou ao Tocantins uma herança de problemas e insatisfações a serem sanadas. E isto nos remete à discussão de estrutura administrativa da escola desenvolvida por Paro (2011) quando este autor lança mão da elaboração trazida por Antonio Candido ao discutir que estrutura escolar não pode ser entendida apenas no aspecto administrativo, vincula-se a esse conceito uma visão total da escola incluindo outros elementos. Que no caso do estado do Tocantins teremos que resgatar além dos elementos políticos de formação do estado também os elementos constitutivos da educação escolar que se vivenciava nos anos 80, período em que se iniciam as discussões sobre democratização da escola no Brasil. Vejamos o pensamento de Candido para entendermos a discussão sobre a organização escolar no contexto do surgimento do estado do Tocantins:

A estrutura administrativa de uma escola exprime a sua organização no plano consciente, e corresponde a uma ordenação racional, deliberada pelo Poder Público. A estrutura total de uma escola é, todavia, algo mais amplo, compreendendo não apenas as relações ordenadas conscientemente mas, ainda, todas as que derivam da sua existência enquanto grupo social. (CANDIDO, 1974, p.107 apud PARO, 2011, p. 19).

Então, estão no campo mais amplo as consequências do que vinha ocorrendo nas escolas do Tocantins que levaram a tal situação na estrutura total das escolas, posto que aquilo que era da esfera administrativa e, portanto expressava a ordenação racional do poder público, portanto do Estado, se refletia em situações mais complexas e caóticas no cotidiano do grupo social da escola.

Enquanto isso como os alunos constroem a contra hegemonia no chão da escola

Talvez se faça necessário apresentar e discutir conceitos que nos são tão caros quando elaboramos nosso pensamento sobre uma determinada problemática social. O que é afinal hegemonia? E de que Estado estamos falando? Trata-se de construir um pensamento crítico a partir de uma reflexão crítica, fundamentada em Gramsci,

que nos mostra o sentido da ação política do aluno e do professor na escola. Melhor dizendo, aquilo que há de político em toda ação humana.

Nesse sentido resgatamos o pensamento de Gramsci quando defende que o Estado compreende a sociedade política e a sociedade civil e que esse conceito de Estado alargado veicula a hegemonia da classe dominante, através dos aparelhos ideológicos: igreja, escola e a mídia, mas, também a perspectiva contra-hegemônica em geral nascida no seio da sociedade civil organizada. Para este autor, o Estado é o guardião porque tem a função de manter a ordem pública e o respeito às leis, mas, para, além disso, é também acionado para regular as relações sociais pela sociedade civil numa situação de crise.

Nessa compreensão de Estado como Sociedade Política mais Sociedade Civil resulta a colocação de que é na sociedade civil que os trabalhadores se confrontam com sua situação de explorados, uma vez que aí estão os organismos privados de hegemonia dominante. Entretanto, sabe-se que ao trabalhar o conceito de hegemonia, Gramsci considera todo homem um “filósofo” em potencial, capaz de, ao nível da linguagem, do senso comum, do bom senso e da religião popular elaborar uma contra ideologia frente à ideologia dominante. (Cf. Gramsci, 1979, p.7).

Por conseguinte, faz-se necessário dizer que é neste espaço de hegemonia da classe dominante que os trabalhadores refazem seu conhecimento, do senso comum ao nível da consciência política. Por isso mesmo, trata-se de reconhecer o espaço de luta em que a sociedade civil tornou-se, e sobre a qual fazemos uso do pensamento de Dias (1992) quando diz: “Um dos erros vitais na análise da sociedade civil é pensá-la como articulação de instituições indiferenciadas, como expressão de interesses universais não contraditórios, sem qualquer caráter classista. Tem-se, assim, uma concepção homogeneizadora, subalternizante”. (Dias, 1997, p.3).

Essa visão homogeneizante quando pensamos na educação escolar provoca uma série de incoerências diante do maior propósito da escola (formar) e produz contradições expressivas das relações sociais que espelham a sociedade da qual se fala. No nível das incoerências podemos nos referir ao papel de educar. O olhar homogeneizante é incompatível com a alteridade, portanto não respeita as diferenças, a consequência se expressa no âmbito das contradições, qual seja, a implementação de um projeto de ensino que propõe uma educação globalizante, uma educação que parte da noção de que todos estão no mesmo ponto de igualdade social, econômica e cultural.

Talvez a origem da escola, segundo Gramsci (1979), explique o aparecimento dessas incoerências e contradições quando ele diz que a complexidade da sociedade

moderna e o desenvolvimento e presença das ciências na vida social trataram de criar, para cada atividade prática, uma escola para seus dirigentes e especialistas, e conseqüentemente um grupo de especialistas de saber ainda mais elevado para ensinar nessas escolas. Em outras palavras, é o desenvolvimento dessa sociedade, que se organiza segundo as classes, que vai produzir a necessidade da escola e a perspectiva de educação para cada grupo social. É evidente que há aí um projeto político implícito.

Gramsci (1979) anuncia: “A divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, ao passo que a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais”. Esse modelo dual de escola tem um projeto político de formação que se distingue para cada uma dessas classes. Porém, como a sociedade capitalista foi impulsionada a ofertar a universalização da educação escolar, então, o projeto de formação que servia à escola profissionalizante, pelo menos no princípio instrumental, também foi transportado para a escola pública não profissionalizante. E assim a perspectiva de educação que ali foi colocada se distanciou de uma formação humana a partir de uma cultura geral e de visão crítica. Ao contrário, criou as incoerências com um modelo de educação homogeneizante que se reflete no dia a dia da evasão escolar, dos currículos engessados e da crescente violência simbólica e intelectual que se produz entre os muros escolares.

É dessa escola pública que estamos falando. É da escola que instrumentaliza o ensino em função de um projeto político hegemônico de sociedade que discutimos ao interpretar a relação dialética entre projetos hegemônicos e contra-hegemônicos vivenciado no interior da escola pública no Brasil, tendo como recorte o Tocantins. Vejamos, portanto, no chão dessa escola um dos exemplos de luta contra-hegemônica.

Durante o ano de 2010, no Colégio Estadual Professora Oneides Rosa de Moura, em Palmeirópolis – Tocantins, espaço de observação desse fenômeno, alguns dos alunos que chegaram ao quarto bimestre letivo sem condições mínimas de aprovação, ao considerar os critérios simples, ou seja, as notas obtidas ao longo do ano entraram com pedido de transferência junto à secretaria da Unidade Escolar sem justificarem tal decisão. Soube-se, depois, por colegas, que havia ido à busca de chances de aprovação nas cidades vizinhas do estado de Goiás.

Os alunos, filhos de pessoas que transitam entre os estados, dizem que em se tratando de escola pública, em Goiás é mais fácil de obter nota, partindo daí as justificativas para a busca de uma possibilidade para se sobressair melhor nos resultados

de final de ano, considerando que na época a média adotada pelas unidades escolares de Goiás era 5,0 (cinco) pontos em comparação com a nota do Tocantins em que o aluno deveria alcançar a média 7,0 (sete).

Na escola acima citada, a única que atende à clientela do ensino médio na cidade, foi possível constatar essa prática no ano seguinte quando esses mesmos alunos apresentaram documentação comprobatória para ingressarem na série seguinte, evidenciando aí situações que precisam ser reavaliadas, pois tanto lá (GO) quanto aqui (TO) temos o mesmo papel como escola, qual seja educar. Diante disso nos ficam algumas indagações: O que foi feito para consecução dessa aprovação? A não-aprovação garante que sua formação está sendo garantida?

Quando os alunos cruzam as fronteiras espaciais em busca de aprovação escolar eles estão também cruzando fronteiras simbólicas das relações sociais de dominação presentes e ausentes entre o Estado (poder) que representa o setor público de cada um dos estados da federação.

Há uma cultura escolar que se diferencia em cada estado fazendo com que o aluno procure barganhar através das notas o seu objetivo final – a aprovação escolar. Cruzar a fronteira entre esses dois estados da federação já faz parte de suas rotinas, porém, cruzá-la no sentido simbólico de barganha, de usufruir do que o outro lado oferece para interesses escusos é o que se apresenta como novidade. Ou como fenômeno de pesquisa.

É visível aí, o desejo de burlar regras e poderes. É inevitável que pensemos no sentido da relação contra-hegemônica que os alunos estão construindo com o Estado – poder. Talvez traduzindo isso numa linguagem mais próxima aos alunos diríamos que a música “Da lama ao caos” de Chico Science & Nação Zumbi contém uma reflexão sobre essa situação quando diz: *Posso sair daqui pra me organizar/ Posso sair daqui pra desorganizar/ Posso sair daqui pra me organizar/ Posso sair daqui pra desorganizar/ Da lama ao caos/ Do caos a lama.*

O que, como professores, estamos fazendo para evitar o caos? O que estamos fazendo para que nossos alunos não deparem simplesmente com a lama?

Tratar dessas peculiaridades nos permite perceber que a educação hoje, propedêutica, voltada para a preparação da entrada dos alunos na universidade, através principalmente do Enem, tem suas qualidades, pois, como defendem alguns, o caminho desses que entram, de alguma forma, torna-se facilitado profissionalmente. Mas temos a considerar que essa aprovação ainda não é a realidade da maioria. Há muitos que se perdem no caminho através do abandono. Também há aqueles que usam de subterfúgios para tornar possível a conclusão do ensino médio e é aqui que

construímos a análise desse recorte para pensar as razões que levam um aluno a mudar de escola, de cidade, de estado para chegar a esse resultado. O cotidiano escolar é relatado como sendo enfadonho.

Considerações Finais

A fronteira entre os estados do Tocantins e Goiás se caracteriza antes de tudo por uma memória sobre a história política que fez surgir o novo estado. E esse foi criado por força de interesses políticos de um grupo social ligado aos negócios no ramo da pecuária e da agricultura, isso é visível até hoje dado o grupo político que se mantém no poder. Entretanto, não há como negar a imensa insatisfação dos moradores da antiga região norte do estado de Goiás que se sentiam bastante abandonados pelo poder público e engrossaram as fileiras no projeto de construção desse estado.

Diante da conjuntura que expressa à história daquele lugar é compreensível, porém não aceitável, o descaso com a educação. A vida escolar das crianças daquela região foi sempre relegada a donativos que em geral só surgiam em períodos eleitorais.

Nesse quadro, tanto professores quanto alunos têm buscado suas saídas contra-hegemônicas do poder instituído via Estado. Os professores buscam suas capacitações no estado de Goiás cruzando fronteira, porém é um deslocamento temporário em função de melhorar as condições de estudo, de trabalho e de capacitação visando à remuneração. Os alunos, por outro lado, sentindo-se fragilizados com um estudo precarizado por tudo que fora imposto, até então, ao norte do antigo estado e ao sul do atual, experimentam usufruir das benévolas que o cruzamento de fronteiras pode lhes proporcionar.

Para os alunos, a cultura escolar da fronteira se apresenta com duas possibilidades. Cruzar a fronteira e conquistar as notas para aprovação escolar e depois retornar ao seu lugar de origem. Ou não se deslocar e viver as dificuldades da imobilidade social que a reprovação lhes impõe.

Considerando que se trata de escola pública e sua função é possibilitar que cada pessoa encontre meios de desenvolver-se como cidadão, num sentido mais amplo que essa palavra possa significar, os entraves apresentados para essa etapa da educação básica como abandono e evasão, além de um número grande de jovens e adultos que nem chegam a se matricular, colocam-nos diante de dilemas que precisam ser repensados como a condução do currículo e a forma como esse jovem é visto por nós professores. Há muito a ser feito para que a escola se aproxime daquilo que já

vem sendo defendido desde o século passado por educadores como Gramsci.

Referências bibliográficas

DIAS, Edmundo. **A liberdade (im)possível na ordem do capital**. Reestruturação produtiva e passivização. Campinas, IFCH/UNICAMP: Textos Didáticos, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 3ª ed., (trad. Carlos Nelson Coutinho), Civilização brasileira, 1979.

PARO, Vitor Henrique. **Crítica da Estrutura da Escola**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

www.apeoc.org.br/extra/pesquisa.salarial.apeoc.pdf - acessado em 02 de outubro de 2014.

www.maxwell.vrac.puc-rio.br/11066/11066_4.PDF - acessado em 04 de outubro de 2014.

“UMA CERTA CONDIÇÃO”: AS TRAMAS DA VIDA COLETIVA PENSADAS SOB AS CONFIGURAÇÕES DE ESTABELECIDOS E OUTSIDERS NA EXTINTA “BAIXADA” PERPÉTUO SOCORRO”

Introdução

Este artigo evidencia a noção de lugar de moradia que possuíam os mais de 1500 moradores da Baixada Perpétuo Socorro, também conhecida como Baixada do Japonês ou Baixada Marcílio Dias em Macapá/AP, a partir das tramas que marcavam a vida social destas pessoas que viviam na área de ressaca.

A capital do Estado do Amapá, Macapá, é margeada pelo Rio Amazonas e localiza-se acima de lençóis d’água¹. Estes são bacias de águas com campos de inundação. É por isso que em muitos locais da cidade há áreas alagadas, chamadas de “ressaca” (FILHO; ALMEIDA; RIBEIRO, 2013). Há 27 áreas de ressaca na capital. O que torna estes lugares especiais, além de sua peculiaridade geográfica, é que desde a explosão da imigração no Estado nos anos 90 estas áreas alagadas foram ocupadas e transformadas em moradia. Como a maioria das terras amapaenses pertencem à União, não há o registro formal dos imóveis construídos nestes ambientes. Isto deu início a um boom imobiliário informal em Macapá. Estas opções de moradia passaram a ser nominadas, pelos próprios moradores, de “Baixada” ou “ponte”².

As tramas da vida coletiva na Baixada são pensadas em torno do cotidiano existente até o dia do incêndio que devastou o local em outubro de 2013, em que se evidenciavam os tipos estabelecidos e outsiders³. As definições para estabelecidos e

* Universidade Federal do Amapá. E-mail: robertascheibe@gmail.com

** Orientador desta pesquisa de doutorado e deste artigo.

¹ Apesar disso, no ano de 2014, boa parte de toda a população da cidade vem sendo afetada por falta d’água.

² Não há dados concretos sobre o número de moradores nas áreas de ressaca habitadas. Prefeitura e IBGE entram em conflito com as estatísticas. Há uma estimativa de mais de 50 mil pessoas nestas áreas.

³ O livro de Norbert Elias e John L. Scotson, *Estabelecidos e Outsiders* (2000), relata a vida de uma pequena comunidade no interior da Inglaterra com o nome fictício de Winston Parva. Foi um estudo realizado em três anos onde os autores retratam as relações microsociológicas dos habitantes do local, os situando em grupos distintos: os estabelecidos (antigos moradores) e os outsiders (recém-chegados). De acordo com os autores, os estabelecidos se achavam superiores aos recém-chegados, e por isso os estigmatizavam e os depreciavam. O principal método para o menosprezo era a fofoca. Estas realidades de relacionamento também são muito

outsiders poderiam se alterar, dependendo da situação social e do espaço geográfico ocupado pelos moradores.

Logo, a questão etnográfica central deste trabalho é a problematização dos tipos estabelecidos e outsiders (cf. ELIAS, SCOTSON, 2000), pensano como a noção de lugar é vivida pelas tramas do universo de pertencimentos sociais heterogêneos dos atores sociais. Estas tramas nos deixam entrever as formas da socialidade das camadas populares residentes na Baixada. O artigo descreve como vivem e como reivindicam o seu espaço de moradia pessoas de todas as idades que mantinham sua casa na Baixada Perpétuo Socorro, uma área de ressaca que se consolida em campos inundados de água em que as casas são construídas em cima de palafitas.

As casas construídas em Baixadas, dependendo de seu tamanho e de sua qualidade, como madeira, concreto, acabamento, variam entre mil, cinco mil e quinze mil reais. Às vezes, dentro de uma grande área de ressaca há 3 ou quatro baixadas. Elas podem ser consideradas “cidades invisíveis”⁴, porque são áreas grandes, mas que não aparecem no contexto da cidade. O transeunte, ao passar pela rua vê apenas uma casa ao lado da outra. Se tiver um olhar atento, verá um beco. E entrando por este pequeno espaço se abre uma nova cidade de casas, famílias e seus bichinhos de estimação, estilos de vida e relações sociais.

Estas Baixadas, aos olhos de quem não mora nestas áreas, mas “já ouviu falar sobre elas”, ou somente “escuta as suas histórias”, são vistas como “perigosas”, “cheias de marginal”. Quem reside nesses espaços costuma dizer que estes lugares “oferecem condições de vida”, que lá “algumas pessoas têm certas condições”, numa clara manifestação de poder simbólico entre uns ter mais do que os outros, por vá-

visíveis na Baixada Perpétuo Socorro, que até o dia 23 de outubro de 2013 vivia uma vida rodeada de grandes eventos internos. Na data, o lugar foi destruído por um incêndio e hoje estabelecidos e outsiders da Baixada Perpétuo Socorro são os outsiders de outros cantos da cidade de Macapá-AP. Assim como em Winston Parva (ELIAS & SCOTSON, 2000), a comunidade também é matrifocal. Ali quem detinha o poder da casa – até o dia do incêndio - era a mãe. Muitas mulheres eram viúvas, como o caso de Dorotéia e Isaura, e muitas separadas como Tamara, Zora, Despina, Zirna, Eufêmia, entre outras. As demais, que tinham marido, coordenavam no orçamento familiar. A última palavra na família, quem dava na Baixada era a mãe. Há muitas semelhanças entre a Baixada Perpétuo Socorro e a comunidade de Winston Parva. O principal processo de identificação dos dois lugares é através da moradia e de outros indicadores sociais, como a renda, ocupação formal e informal, fazer ensino superior e terminar o Ensino Médio, ter um banheiro dentro de casa com saneamento básico, possuir móveis e eletrodomésticos em casa. Assim os moradores da “parte da frente” se sentem e se tornam distintos dos moradores da “parte de trás”.

⁴ O escritor nascido em Cuba, mas que viveu praticamente toda a sua vida na Itália, Ítalo Calvino, escreveu um livro chamado “Cidades Invisíveis” em 1972. No livro, o viajante Marco Polo conta histórias de cidades imaginárias, sempre com nomes de mulheres, ao imperador Kublai Khan. Na obra, o autor extrapola a geografia das cidades para falar da existência humana (CALVINO, 1990).

rios motivos. Apesar de muitos moradores afirmarem o gosto pela moradia nesses ambientes, muitas famílias afirmam “ter medo dos bandidos”, “me cobram pedágio para eu entrar na minha própria casa”, entre outras frases repletas de simbolismos.

O flâneur que passeia pela Baixada: Incursões etnográficas na área de Ressaca Perpétuo Socorro⁵

Partindo da referência metodológica da ideia de Flâneur (BARROS, 2006 e FREHSE, 2009), personagem da literatura parisiense de meados do século XIX e propagado inicialmente no Brasil por João do Rio (FREITAG, 2010), o objetivo deste artigo é mostrar como se comportam e se relacionam socialmente os moradores da Baixada Perpétuo Socorro – averiguando os tipos estabelecidos e outsiders - por meio dos relatos de um observador, ou cronista da realidade, baseando-se em incursões na comunidade com aspectos etnográficos.

O espaço geográfico da Baixada Perpétuo Socorro, ou Baixada do Japonês ou ainda Baixada Marcílio Dias se localiza no Bairro Perpétuo Socorro, o mais antigo da cidade, outrora foi chamado de Igarapé das Mulheres. Isto porque fica de frente para uma parte da orla do Rio Amazonas, onde há um pequeno porto e antigamente as mulheres lavavam a suas roupas na água do rio. Hoje o local é conhecido por ser um dos mais “perigosos” da cidade, porque em sua área até a data do incêndio havia três Baixadas (Caesinha, Santa Marta e Marcílio Dias). E também porque o bairro Perpétuo Socorro faz fronteira com o bairro Cidade Nova I, que possui a maior baixada da cidade, a Pará.

O bairro Perpétuo Socorro é um lugar que tem muitas feiras de peixes, verduras e legumes; bateadeiras de açaí⁶ e churrasquinhos de rua. Também há um farto comércio popular, com lojas de confecções que expõem as roupas na calçada do estabelecimento. O bairro igualmente tem muitas lojas que vendem materiais de construção. A área da Baixada Perpétuo Socorro, ou Baixada do Japonês, localiza-se entre as ruas Ana Nery (onde há uma feira e entrada principal da “parte da frente”, Marcílio Dias (local onde os moradores fecharam a rua, ou seja, a rua acaba na entrada da Baixada, por isso muitos a conhecem como a baixada que leva o nome da rua) e Pedro Américo. A parte final da área termina encostando na Baixada Santa

⁵ As discussões para este artigo estão baseadas nas pesquisas de campo que estão sendo realizadas desde março de 2013 para a pesquisa de doutorado em Sociologia, no Dinter UFC/UNIFAP, “Ponte, barraco e ocupação: As redes informais e as formas de vida social na Baixada” (título provisório) desenvolvida pela autora deste paper.

⁶ Nome do local onde é batido e vendido o Açaí, fruto consumido pela maioria dos amapaenses nas principais refeições.

Marta. Estas duas últimas ruas dão acesso a “parte de trás” do local. A defesa civil (de acordo com informação no G1 em 25 de outubro de 2013) estima que o lugar abarca três quarteirões, numa área de 26.580m².

Para acessar a Baixada, há alguns pequenos espaços de aproximadamente um metro de largura, com um corredor de chão batido de mais ou menos uns 3 metros de comprimento. Atravessando estes corredores se acessa o coração do bairro Perpétuo Socorro, o seu centro: A Baixada Marcílio Dias. Depois que se passa por esse corredor, cujas encostas são as laterais dos prédios comerciais, se desenham estradinhas de madeira em cima da água. Ao mergulhar o olhar para baixo das pontes, além de água suja, sobressaem-se barro, papéis, vidros, plásticos, detritos. E enquanto o transeunte se preocupa em manter-se equilibrado nas passarelas danificadas, um cenário de casinhas de madeira – e de alvenaria – se erguiam. Quanto mais se adentrava neste lugar, mais imerso no labirinto se ficava. Casas, igreja, panificadora, bar, mais casas, bifurcações, ponte à esquerda, à direita, ao norte, sul, leste, oeste. A frente de uma casa é grudada nas costas de outra. Para se acessar a casa de trás, ou se atravessa pela casa do vizinho ou se caminha até a ponte de trás. As entradas tinham a função de avenidas, que guiavam os moradores pelas pontes até suas casas. Estas avenidas, ou como os moradores dizem, “pontes”, “passarelas”, também se configuravam em um ambiente de relações sociais (BOURDIEU, 1983).

A Baixada Perpétuo Socorro, no seu *habitus* (BOURDIEU, 1983), na sua intencionalidade sem intenção, era realmente uma cidade invisível. Escondia-se entre comércio e uma grande feira. Ao transitar pelas pequenas estradinhas o visitante se deparava com um mar sem fim de pontes. Nas laterais das passarelas formavam-se pequenas casas de madeira e algumas raras de alvenaria. Paralelamente ao *habitus*, no cotidiano da Baixada percebe-se a estruturação de Campo (BOURDIEU *apud*, BONNEWITZ, 2005, p.53), no sentido de ser um espaço onde ocorrem as redes de relações dos indivíduos e dos grupos sociais, num ambiente de um cotidiano com disputas de valores e leis próprias. Nesse universo a área se dividia, pelos próprios moradores, na “parte da frente”, os estabelecidos, formada por um grupo de umas 30 casas de famílias que se caracterizavam pela ocupação formal de um ou mais membros da família, que estudaram, muitos tinham ensino superior e tinham todos os móveis e eletrodomésticos necessários dentro de suas casas e também um banheiro, que significava um grande poder simbólico. Estas se localizavam da Ana Nery até a Marcílio Dias. Praticamente todas eram bem instaladas, acabadas e pintadas. E os moradores da chamada “parte de trás da área”, os outsiders, localizada na rua Pedro Américo até a rua que dividia a baixada Perpétuo Socorro com a Santa Marta, que

ia da entrada Maestro Miguel até o famoso Comercial Estrela e o antigo Onorato, hoje uma loja de materiais de construção, em que a maioria das famílias vivia na informalidade e muitas na ilegalidade. E desta forma *habitus* e campo se relacionam ao capital. (faltou desenvolver)

Esta hibridez aparece no cotidiano do local. Na “parte da frente”, há Dona Dorotéia⁷, 73 anos, parteira aposentada depois de ter trabalhado 30 anos, mesmo tempo em que residiu no Bairro com quatro filhos (outros dois moravam em outros lados da cidade, e um deles foi assassinado dentro da Baixada). Todos trabalhando em empresas do município. Kublai Khan I trabalha em uma empresa de revenda de carros, Kublai Khan II é técnico em enfermagem do posto de saúde do bairro, Kublai Khan III é operário da única produtora/indústria de café do Estado do Amapá, e Diomira, agente comunitária do bairro. Dois dos filhos fazem cursos técnicos em uma faculdade popular da cidade. As esposas dos filhos também trabalham, no comércio e uma como professora de crianças de 7 anos, depois de ter cursado – e se arrependido – Pedagogia. “Me arrependi, trabalhar com criança dá muito trabalho. Eles são mal educados. Acho que vou desistir e trabalhar no comércio”, diz Isidora, esposa de Kublai Khan I. Dona Dorotéia é muito respeitada no bairro. Os moradores passam e lhe abanam, gritam gírias (“E aí, mana?”, “Iúúúúú”), e lhe pedem a bênção. É uma grande matriarca que se diz “ter certas condições”, em função do trabalho que já teve, da posição que os filhos têm na comunidade e também em razão das três casas que a família tem na área.

Assim como Dorotéia na “parte da frente” há Tamara, dona de uma casa de madeira de dois andares, ou “altos e baixos”, como eles se referem. Ela está “encostada”, como afirma, porque caiu e quebrou várias partes do corpo. Antes concluiu o segundo grau e trabalhou nos serviços de limpeza do Hospital Geral de Macapá. Tem dois filhos que moravam na casa, nos considerados “puxadinhos”. Os dois estão desempregados fazendo “bicos”. Neste mesmo trecho mora Anastácia, 30 anos, 4 filhos. Somente o marido trabalha e sua casa era uma das mais novas e tinha custado quinze mil reais. Nesta área havia os lares que tinham condicionadores de ar, móveis, televisores, e – muito importante – um banheiro dentro de casa, com uma fossa improvisada.

E ali também havia os moradores da parte de trás, os outsiders, que representavam 70% da população da área e estavam desempregados, não possuíam móveis nem eletrodomésticos, não estudaram e passavam dificuldades até para se alimentar. Também não tinham um banheiro dentro de casa. Na “parte de trás” moravam

⁷ O nome de todos os interlocutores e todas as interlocutoras da pesquisa, para maior segurança, foram substituídas pelos nomes das cidades invisíveis e seus coadjuvantes da obra de Ítalo Calvino (1990).

famílias maiores; muitas chegavam até dezesseis pessoas - e apenas uma ou duas pessoas da família trabalhavam no mercado formal e no informal mais uma ou duas. A grande multidão era desempregada e dependia do dinheiro arrecadado por estas pessoas. Nesta área as casas eram pequenas, apertadas, sem pintura, com praticamente nenhum móvel. Neste lugar alguns tinham televisão ligada via “gato” com a luz de vizinhos. Os lares possuíam fogão e geladeira antigos. As pessoas dormiam em redes e usavam as chamadas “retretes” como banheiro, ou seja, os dejetos iam para a água/lama que estava logo abaixo e ali permaneciam até a sua retirada. Neste espaço viviam Zora (cujo sonho era ter um banheiro), Despina, Zirma, Zaíra e Isaura. Na casa de Zora havia apenas um quadrado de 4X4 fechado com madeira. Dentro um balcão pequeno que servia de cozinha, algumas redes penduradas e uma televisão velha que era ligada na casa da vizinha.

Na “Baixada” ou na “ponte”, termo usado por eles, viviam famílias que lucravam, sobretudo, do mercado informal. Vendiam bugigangas, água de coco, água, refrigerante ou cerveja nas entradas das festas populares e algumas poucas casas vendiam drogas, como maconha e crack. Durante as madrugadas o movimento de “aviõezinhos” (meninos que levavam a droga até o comprador e o dinheiro até o vendedor) era grande pelas passarelas da Baixada. Mas muitos moradores, como Tamara, se fechava dentro de casa se fazendo “de cega, surda e muda”. Pouquíssimas famílias tinham mais da metade dos moradores adultos empregados em trabalhos formais. A maioria das famílias era de mais de nove pessoas. O pai, que trabalhava para sustentar a família; a mãe, que cuidava de todos os filhos e também do dinheiro que recebia do mês trabalhado pelo marido; e 5, 6, 7 ou até 8 filhos, em idades variadas, a maioria crianças, que ficavam brincando dentro de casa, nas pontes ou nas ruas que margeavam a área. Na época estava sendo construído um campinho de futebol num espaço pequeno no final da área, aterrado pelos moradores. Também havia muitas mulheres separadas cuidando dos filhos. Elas trabalhavam fazendo faxina ou alguns bicos. E muitas ainda estudavam para ter “um futuro melhor”, como foi o caso de Zirma, que depois dos 40 anos foi para a primeira série e participou do Projeto de Alfabetização de Jovens e adultos. Hoje ela tem o Ensino Médio completo e trabalha em um pequeno restaurante da feira em frente à área. Assim como em Winston Parva (ELIAS & SCOTSON, 2000), a comunidade também era matrifocal.

A cidade invisível acordava cedo. A manutenção de seu habitus começava antes das 7h. Saíam pais levando as crianças para a escola. Os moradores da parte da frente, em bom número, iam trabalhar. Na parte de trás, enquanto os filhos e sobrinhos não voltavam da escola o jogo de baralho e dominó corria solto na área ou em casas

próximas a escola, onde alguns responsáveis já ficavam esperando os alunos a manhã inteira, como é o caso de Maurília, que leva o sobrinho para a escola. Ele entra às 8h. Dalí ela vai para a casa de amigos que residem ao lado da escola. Joga baralho até o meio-dia, pega o sobrinho na escola e volta para casa. As mulheres aproveitavam a manhã para lavar roupas e limpar a casa. Algumas fazem faxina como diaristas no horário da manhã. No almoço era sagrado, para a parte da frente ou a parte de trás, tomar açaí, fruto típico da região norte do país. Nas chamadas bateadeiras ele é amassado e se transforma em um líquido grosso. Quando está fino, dizem que “não presta”. Logo, em Macapá, na hora do almoço as bateadeiras de açaí fazem mais sucesso do que restaurante. E era açaí puro, ou com açúcar, ou com tapioca, ou com farinha, ou com os três. Ou açaí com frango, açaí com calabresa, açaí com mortadela, açaí com peixe, açaí com carne vermelha. Mas sempre açaí. A comida vem pronta. Adquire-se o açaí na bateadeira e logo ao lado há carrinhos e pequenas bancas fazendo “churrasquinho” na rua. Apenas, como diz a Agente de saúde Zenóbia, as famílias mais “pobres fazem a calabresa ou a mortadela para comer com o açaí e gastar menos. A agente tentava explicar aos pais a necessidade das verduras, frutas e legumes para adultos e principalmente crianças. Mostrava que na feira ao lado se conseguia estas vitaminas apenas por centavos”. Mas Zenóbia nunca obteve muito sucesso nos conselhos. Depois do almoço todos – exceto pelos trabalhadores de carteira assinada que batem ponto no emprego – faziam o sono diário. Dormiam até 15h ou 16h. Após era banho nos filhos, como fazia Zoé; passear na vizinha doente, como religiosamente era a rotina de dona Isaura, tomar café com macaxeira, como era o costume de Tamara e Zaíra. À tardinha se socializava com os vizinhos assistindo os programas policiais (onde muitas vezes conheciam os protagonistas das reportagens). À noite a grande maioria das famílias se recolhia. Muitos cansados de trabalhar ou de tentar trabalhar no mercado informal. Muitos outros para se fazer “de cegos, surdos e mudos”, como fazia Tamara, para ignorar o tráfico de drogas que acontecia na área. Ali entravam e saíam meninos fazendo “aviãozinho” de maconha e, sobretudo, de crack. Era esse o turno de trabalho e de vício de umas 30 pessoas, mas que movimentavam a noite escura das passarelas. Aí o dia amanhecia. Quem tinha dormido levantava e quem ainda não tinha dormido “morria” na cama (como era o caso do irmão de Zaíra, que, se não tivesse sido arrancado da cama teria morrido queimado no dia do incêndio, segundo ela). E assim mais um dia começava e terminava. Tudo só mudava de figura no final de semana, quando os vizinhos se reuniam para uma “cachaçada”, regada a cerveja, cachaça, feijoada, arroz, e algumas vezes por carne. Em outros momentos era só um caldo, mas o importante era a

cerveja. O bar com sinuca, a panificadora verde e a igreja Assembleia de Deus - que ficava no centro da baixada - também movimentavam os dias e as noites de verão e de inverno. Não participavam dos pequenos grupos as senhoras viúvas ou separadas e que aproveitavam o domingo para evangelizar, como era o caso de Zirma, 65 anos; ou daquelas que não gostavam muito da companhia dos vizinhos, como deixou transparecer Zoé. No som das casas era brega. Brega tradicional, brega melody, tecnobrega, brega funk, e todas as demais categorias agregadas pelo gênero. Ou seja, por trás de uma ilusória desordem no ambiente há uma clara dinâmica que revela o *modus operandi* do local e amplia a noção de lugar e de pertencimento.

A realidade nas baixadas de Macapá é peculiar. Seus habitantes têm um estilo de vida próprio. E, dentro de cada baixada, há grupos distintos em práticas culturais, costumes e gostos. Há, como escreveu Bourdieu, uma “distinção” (2007). Fica evidente que os julgamentos e os gostos estão ligados à classe social. As práticas sociais e culturais da Baixada estão diretamente vinculadas aos níveis de instrução, dependendo fundamentalmente de questões econômicas, políticas, culturais e sociais, que são ratificadas por um campo, um habitus, e, imbuído a este, um sistema de classificação com estilo de vida e formação de um gosto (seja ele musical, televisivo, alimentar, amoroso, profissional).

O conceito de Campo de Bourdieu (2005) se amplia na disputa pela concentração de certos capitais, para a autonomia na Baixada, pelas práticas sociais específicas no espaço interno da área. Na “ponte” se percebe claramente as figuras de autoridade detentoras de um capital (BOURDIEU, 2005). Neste campo cultural e econômico, há o capital econômico da casa própria, da residência mais bonita e mais bem pintada, de ter um banheiro dentro de casa com fossa e ter condicionadores de ar e bons televisores. E também há o capital simbólico de morar na “parte da frente” e ser considerado superior, ter “certas condições” como diz dona Dorotéia, ter o banheiro dentro de casa com fossa, como estes moradores da frente tinham. O fato de ter um emprego, mais do que o salário, era um bem simbólico. E o diploma de ensino superior também tem este poder: “Meus filhos são todos formados”, ou “sou formada na faculdade”, tem um grande peso no local. Nestes campos financeiro e simbólico se moldam as posições de cada agente. Outro poder simbólico quem tem são os traficantes, que exacerbam uma face e uma fachada (GOFFMAN, 2012), e são, por muitos, considerados fortes, violentos e agressivos, e acabam tendo o respeito/medo de todos os moradores. Fica muito claro que o capital está diretamente vinculado ao conceito de campo e de habitus.

Desta forma, a “parte da frente” sentia-se superior por ter casas melhores, móveis e banheiro dentro de casa, trabalhadores do mercado formal e “amizades com pessoas influentes”, o que originava a tal “ter uma certa condição”. Isto ratificava o status de ser um estabelecido na área, também por residir muitos anos no local e impor-se como liderança. E, “parte de trás” era outsider por não ter trabalho formal, não possuir “as condições para se viver” e, em alguns casos, por morar há pouco tempo na área. No entanto, vistos sob a ótica de outras áreas de ressaca, como das áreas localizadas nos bairros Cidade Nova I, Buritizal e Nova Esperança, entre outros, todos os moradores da Baixada do Japonês eram estabelecidos e sentiam-se como superiores, ou eram vistos como superiores pelos moradores destas outras áreas de ressaca, porque neste local “estão no centro”, tem “posto de saúde bem aqui, comida bem ali, escola bem aqui do lado, igreja aqui”. Ainda, todos (estabelecidos e outsiders da Baixada do Japonês) se classificam em outsiders sob os olhos da classe média e classe média alta. Pelos “ricos”, ou pela classe emergente amapaense “todos” os moradores da área eram enquadrados no “montante” da população da ponte como “moradores pobres”, “marginais”, “preguiçosos”, “não querem nada com nada”, “são ajudados até demais”, “coitados”, “pontos de drogas”, entre outros. Isto, em todos os moradores, ocasionava uma “vergonha” ou sentimento de “humilhação”, fazendo com os moradores, ao saírem de casa, quando indagados sobre seu endereço, diziam apenas “moro lá no Perpétuo Socorro” (referindo-se ao Bairro), ou ainda “atrás do Fortaleza” (a baixada fica atrás de um dos supermercados Fortaleza da cidade).

Até que no dia 23 de outubro de 2013 a Baixada Perpétuo Socorro foi consumida pelo fogo. Era uma quarta-feira, 16h. Diz o laudo da Polícia e dos Bombeiros que alguns meninos consumidores de droga brincaram com palitos de fósforo em uma das casas. Alguns moradores duvidam desta história, ou hesitam dos meninos que foram os acusados. Ali no incêndio a pólvora foi a madeira. Assim que os moradores perceberam o incêndio, e que estava se espalhando de forma rápida em razão do vento do fim do dia que acontece próximo a orla, quando a maré enche, começou uma corrida para a retirada dos pertences de casa. Os da parte da frente e os da parte de trás correndo com seus móveis. Quem estava na esquina da Rua São José e olhava para a rua Ana Nery via um mar de gente subindo a ladeira. Homens correndo com geladeira nas costas, agarrados a televisões lcd, botijões de gás, mulheres correndo com crianças e sacolas de roupa no colo. Outros tantos se sentavam no meio-fio da rua, colocavam as mãos no rosto e diziam que tinham saído com a roupa do corpo. Quando o fogo tomou conta de 98% da área, com labaredas de mais de quarenta

metros, os outros 2% das casas foram quebradas pelos bombeiros com retroescavadeiras para tentar evitar que o fogo continuasse se alastrando. Quando as sirenes ficavam um segundo em silêncio dava pra ouvir crianças chorando e animais gritando (muitos morreram queimados por estarem presos a coleiras na porta de casa e não conseguiram ser salvos pelos donos, vizinhos e – inclusive - desconhecidos que entraram para tentar ajudar, como o caso de Seu Lobo, morador do bairro que salvou mais de 10 cachorros e 10 gatos). Às 22h da noite, quando por fim o lugar estava em cinzas, mas ainda ardia, transformando a água em vapor, as pessoas foram sendo levadas para abrigos ou casas de parentes. Depois se descobriu que muitas das pessoas que se viam nas ruas correndo com móveis nas costas não eram moradores desesperados, e sim saqueadores, que furtaram vizinhos e conhecidos. E assim parte da frente e parte de trás da área ficaram sem casa e praticamente sem nenhum bem material. “E o pouco que peguei me roubaram”, foi a frase que ouvi de mais de quinze moradores. Pensei que ruiu o campo e o capital econômico e simbólico. Este fato provou que a estigmatização de um grupo colabora para o seu retraimento. Depois do incêndio, o pertencimento social se extinguiu, cada morador foi para um lado e o poder simbólico permaneceu em pouquíssimas famílias (havia um sentimento de pertencimento, mas não de união. A frase “somos todos unidos” somente era usada com fins de convencimento ou de performance frente à políticos, assistentes sociais, jornalistas e até professores, como eu. Apenas percebi que esse “somos todos unidos” não era verdade a partir do incêndio).

Prefeitura e Governo do Estado lhes prometeram casas populares até fevereiro de 2014 (porque segundo eles as casas populares estariam prontas), aluguel social e, em algumas circunstâncias, cestas básicas e um kit casa, contendo fogão e máquina de lavar roupa. Hoje prefeitura entregou casas para 93 famílias. Casas pequenas, de 2 quartos, que não cabem as famílias grandes de mais de 8 pessoas. As casas populares custarão, para cada família, R\$5.300,00 divididos em 10 anos. Elas foram entregues sem forro, muitas sem o tanque e com danificações, como portas sem maçaneta ou sem a fechadura. O governo Municipal ainda entregará mais sete casas e o governo Estadual juntamente com o Governo Federal começou a entregar em abril de 2014 no conjunto habitacional Macapaba, os apartamentos para os moradores cadastrados (embora ainda ninguém tenha sido autorizado a se mudar para o conjunto). Porém a grande maioria das casas ainda não foram entregues às outras 150 famílias afetadas pelo incêndio. Os moradores acusam o governo estadual de querer “fazer propaganda com eles, já que é ano eleitoral”. Os aluguéis sociais estão atrasados, fazendo com que muitas famílias que estejam morando de aluguel tenham que sair das

residências. Cestas básicas vieram somente para as famílias “de certas condições” e apenas no Natal. O kit foi entregue exclusivamente para determinadas e pouquíssimas famílias. A prefeitura e o governo do Estado já foram procurados muitas vezes para entrevistas e para dados matemáticos sobre áreas de ressaca, sobre a Baixada Perpétuo Socorro e sobre os conjuntos habitacionais. Até hoje nunca concederam informação nenhuma para mim, mas todos travestem-se de que as informações são dadas “às claras”, e que me ajudarão “com o maior prazer”.

Reflexões

A Baixada Marcílio Dias revela um uso (FREHSE, 2009) que os moradores do Bairro Perpétuo Socorro fizeram da Rua Marcílio Dias. A rua foi fechada para a construção da Baixada, no início dos anos 1970, que, por si, e principalmente em seu entorno, é uma grande área que fica húmida ou até mesmo alagada no período das chuvas.

Este uso revela um modo de vida dos moradores, suas maneiras de sociabilidade e suas atividades de vivências neste lugar. Este estilo de vida evidencia as táticas e as estratégias que os moradores utilizam para a (sobre)vivência. Como as relações com os moradores dentro da Baixada, no comércio do Bairro, ou os comportamentos dos moradores frente aos políticos da cidade.

Neste lugar de espaços e pertencimentos na luta pelo campo (moradia) e pelo capital (material e simbólico) as pessoas se tornam distintas umas das outras através do que têm ou do que são. São as peças no tabuleiro – de estabelecidos e outsiders - que se mexem conforme o jogo e se intercambiam conforme a situação: o do poder do traficante, o do respeito de parteira, o de “ser cego, surdo e mudo” para não se aproximar de confusões. De “ter certas condições” dentro da área e fora dela ser considerado “coitado”, ou se ser outsider na área e em outra área de ressaca ser visto como superior por “estar numa área de ressaca do centro”.

Estas relações de poder, na esfera social, constituem uma identidade e derivam da ideia de superioridade moral e social que faz uma comunidade instituir o conceito e as regras de ser um estabelecido ou um outsider. Os sujeitos que compõem esta realidade estão muito mais separados do que unidos. Logo, os valores arquitetados que escaparam ao incêndio foram o capital simbólico, com a consideração e a glória do nome, do trabalho e das relações sociais para se revolver distinto dos demais agentes no campo social; que agora deixa de ser a Baixada Perpétuo Socorro para

se expandir ao Bairro Perpétuo Socorro (apenas os moradores mais articulados e antigos – da “parte da frente” conseguiram alugar um imóvel no bairro).

As Baixadas sempre estão localizadas em locais “escondidos” da cidade, fazendo com que a “cidade invisível” (Calvino, 1990) permaneça desaparecida para que ganhe forma a “cidade de muros” (Caldeira, 2008), a fim de que as pessoas do centro, consideradas “decentes” e “ricas”, na percepção da classe emergente, fiquem longe daquela da “ponte”, que é avaliada pela maioria como imoral, ilegal e promíscua, mesmo que o Estado do Amapá tenha sido destaque na Operação Mãos Limpas (2010) com um dos maiores escândalos de corrupção do Brasil envolvendo políticos, funcionários públicos e cargos comissionados e que a Justiça tenha bloqueado os bens de 21 dos 24 deputados Estaduais do Amapá por suspeita de improbidade administrativa agora em abril de 2014. Fora as outras inúmeras ilegalidades e informalidades cometidas pela classe média alta amapaense, como quebrar o meio fio da rua para ingressar na sua casa sem passar pela entrada principal de um condomínio fechado; ou como ser secretário de meio ambiente de um município no interior e mandar matar jabutis para oferecer em festas na sua residência; ou favorecer parentes em concurso público; ou dar o dinheiro para uma pessoa pobre invadir um terreno e depois adquirir a posse da terra em seu nome; ou uma infinidade de outras ilegalidades e informalidades efetuadas pela classe média que cisma em temer os “ilegais” da Baixada, promovendo um olhar discriminatório e muitas vezes incorreto.

No que tange a moradia, as baixadas crescem em Macapá justamente pela possibilidade de pessoas que não têm dinheiro e emprego formal realizarem o “sonho da casa própria”. Parte da frente e parte de trás procuraram a Baixada Perpétuo Socorro para fugir do aluguel, mesmo que sendo em área de risco e de preservação ambiental, ou para conseguir um aluguel bem mais barato do que o praticado pelo mercado imobiliário formal. Ainda, pelo fato de adentrar – e se manter – em uma área no centro da cidade, comparado com os demais bairros. É um local próximo da orla, do porto, das feiras de peixe, de comidas, escolas, postos de saúde, igrejas, entre outros. Hoje, aos moradores que perderam as suas casas no incêndio, conjuntos habitacionais Oscar Santos e Macapaba restam como alternativas de uma “casa própria documentada”, “tenho a escritura”, porque são projetos habitacionais financiados junto à Caixa Econômica Federal; mesmo que há mais de 15 quilômetros do centro da cidade.

É importante enfatizar que em ambientes como o da extinta Baixada Perpétuo Socorro (e qualquer outra área de ponte) são escolhidos pelas pessoas para moradia porque se relacionam à facilidade da vida diária, no que diz respeito ao acesso ao tra-

balho, escola, e meios para consumo alimentício, de vestuário e de diversão, gerando um lugar de sociabilidades que envolve vizinhos e amigos (que muitas vezes podem vir a ser parentes). Isto ratifica a vizinhança como uma rede de relações de amparo principal para encarar o cotidiano (Kowarick, 2009) e o mundo de quem tem “mais condições” do que o eles (que também almejam consumo e estilo de vida).

No entanto, Kowarick está correto ao afirmar que no Brasil nunca houve instituições sindicais, comunitárias ou até mesmo políticas que, de fato, tivessem força suficiente para garantir direitos básicos de moradia, alimentação e emprego para os indivíduos. A extinta Baixada Marcílio Dias corrobora a vulnerabilidade no que diz respeito a direitos básicos dos cidadãos, porque a maioria das moradias não possuíam saneamento básico, nem água, nem energia elétrica e não havia um espaço mínimo para cada pessoa por metro quadrado. Macapá vive hoje as lutas nas aglutinações de bairro, que Kowarick (2009) afirma ter ocorrido nos anos 1980 na grande São Paulo. Estas aglutinações foram marcadas como incentivadoras de mudanças sociais e políticas na sociedade. Hoje em Macapá começam a se realizar as metas do plano diretor da cidade e algumas políticas públicas para tirar as populações de área de risco. Por isso os conjuntos habitacionais que estão sendo construídos privilegiam famílias que residem em áreas de ressaca, em ambientes degradados, contaminados por esgotos e dejetos, sujeitos a inundações nas épocas de chuvas que vão de dezembro a julho.

Assinala-se também que desde 2010 o Governo do Amapá e a Prefeitura Municipal (Desde o governo de Waldez Góes no Estado e de Roberto Góes na Prefeitura até o governo de Camilo Capiberibe no Governo do Estado e de Clécio Luiz na Prefeitura Municipal) têm investido em conjuntos habitacionais. Agora é que se começa a pensar em políticas habitacionais e políticas públicas envolvendo os habitantes pobres e residentes em área de risco ou área ambiental no Estado. Também é a partir desta época que as faculdades do Estado e a Universidade Federal do Amapá (Unifap) se aprofundam de maneira mais enfática em estudos sobre Políticas Públicas e Direito Ambiental, ambas áreas de mestrado da Unifap, analisando a questão ambiental das áreas de ressaca, bem como inicia pesquisas sobre habitação, mobilidade urbana e relações sociais.

Nos espaços como os conjuntos habitacionais da cidade (que estão sendo construídos para receber moradores essencialmente oriundos de Baixadas), o Oscar Santos, o Macapaba e um mais antigo, o Mucajá (que existe há aproximadamente 3 anos, e recebeu moradores de áreas de ressaca da cidade), as pessoas também fazem parte de grupos configurados como estabelecidos e outsiders. Porém, mesmo inseridos nestas definições – e dentro das condições de cada família -, os habitantes adquirem,

edificam, expandem e reparam⁸ as suas casas. O que, para os moradores que migram das Baixadas para os conjuntos habitacionais causa uma ruptura no modo de agir, é que a partir de agora será necessário pagar impostos ou taxas e viver na aparente legalidade no que se refere a noção de moradia. No entanto, a informalidade continua nos reparos e nos “puxadinhos” das casas, no pequeno comércio arquitetado na calçada da frente de casa, no lote ilegal de terra que será adquirido em outra área de ressaca para “botar para alugar”, no bico feito na vizinhança, na casa recebida pelo governo e posta para alugar.

Também é necessário enfatizar que os governos Municipal e Estadual, amparados pela vontade da classe média, começam a fazer conjuntos habitacionais há 20, 30 quilômetros do centro, como é o caso do Macapaba e do Mestre Oscar Santos, na lógica de que “lugar de rico, ou de gente decente é no centro” e “lugar de gente pobre, ou lugar de bandido é longe do centro”. Há uma polêmica grande em torno disso, embora as pessoas neguem perante os meios de comunicação. No entanto, de modo geral, os moradores de Macapá têm muito medo de passar em frente ao Conjunto Mucajá, o primeiro construído para abrigar moradores oriundos de Baixadas. Este localiza-se na rua Jovino Dinoá, Lote 9, no Bairro Beírol, muito próximo a Escola do SESC e ao Batalhão da Polícia Militar. Mesmo assim, ali acontecem constantes assaltos, inclusive, agora com dados de assassinato. Agora em maio de 2014 uma professora foi morta, esfaqueada no pescoço, enquanto esperava o ônibus na parada. Logo, hoje em Macapá, fazer parte de um conjunto habitacional, além de algumas facilidades oferecidas pela Caixa Econômica Federal – e criticadas pela maioria dos novos habitantes – morar em conjunto habitacional traz também um rótulo de discriminação, dando uma ótica de enfraquecimento e medo à noção de lugar.

Na perspectiva dos ex-habitantes, hoje, a volta da moradia na Baixada Perpetuo Socorro é uma utopia, pretendida em sua maioria por aqueles que viviam da ilegalidade como o tráfico de drogas. Estes não se cadastraram na Caixa Econômica Federal para a aquisição da casa própria e os vizinhos nunca mais os viram. Logo, a casa no conjunto habitacional é uma realidade e um direito, mas com um mínimo de certeza, respeito e reconhecimento. E desta forma lugar se entrelaça com a noção de trama e da luta diária pela valorização moral.

O novo lugar de moradia já marca a vida social das novas e atuais tramas vividas pelos agora moradores do conjunto Oscar Santos e pelos futuros moradores do conjunto Macapaba (que ainda estão espalhados pagando aluguel em áreas baratas –

⁸ Reparar, aqui, é posto em dois sentidos: no que se refere a aperfeiçoar, melhorar, reformar; e no sentido dado à palavra pelos amapaenses, de cuidar, atentar, vigiar.

inclusive outras baixadas – da cidade de Macapá). No entanto, é conformidade entre os moradores que a “galera” da Baixada do Japonês, aqueles que eram mais conhecidos e passavam mais tempo no espaço estão morando no conjunto Oscar Santos. As famílias direcionadas ao conjunto Macapaba tinham uma passagem mais “discreta” pela baixada, ficando o dia todo na rua ou vindo apenas algumas vezes para o “local de moradia”. Isto me foi dito pela senhora Doroteia e, separadamente, por Tamara, em algumas de nossas conversas.

Este recente local de moradia⁹ já abre espaço para outras formas de pertencimento e novas configurações do tipo estabelecidos e outsiders dilatadas nas maneiras de sociabilidade e nos conflitos sociais. Quem serão os novos estabelecidos do Oscar Santos? Já que há mil casas no lugar, destas, 100 destinadas aos moradores afetados pelo incêndio. Os estabelecidos serão os moradores há mais tempo no local? Aqueles com mais condições financeiras? As pessoas com emprego formal e ensino superior? Aqueles que detêm a força física? Por enquanto, depois de um período de liminaridade (TURNER, 1974), ocorre a formação de novas redes de moradores em outras territorialidades que tomam como referência a memória do deslocamento forçado, onde se aprende a “se acostumar com o novo lugar”, “com o tempo vamos ter tudo aqui perto de novo”, “moramos lá há 30 anos, temos muita saudade daquele lugar, mas era uma bomba que podia estourar a qualquer momento”, “aqui a casa é nossa, podemos fazer um puxado”, “Esta casa tem escritura” e “eu acordo todo dia e olho para esta vista maravilhosa”. Segundo a maioria, “aqui agora é a nossa casa”. No entanto, estas famílias fazem parte de um grupo que continua a se movimentar e mobilizar na luta por melhores direitos básicos em suas formas de vivências.

Referências Bibliográficas

BARROS, Myriam Moraes de. A cidade dos velhos. In: VELHO, Gilberto (ORG). **Antropologia Urbana – Cultura e Sociedade no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2006.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: A crítica social do Julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

⁹ Em breve será escrito um outro artigo tratando sobre as novas noções de moradia pensadas e experimentadas pelos ex-moradores da Baixada Perpétuo Socorro, que agora estão sendo conduzidos para moradias em conjuntos habitacionais da cidade.

_____. In: ORTIZ, Renato Org. **Pierre Bourdieu Sociologia**. São Paulo: Editora Ática. 1983.

CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34, 2008.

CALVINO, Italo. **Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ELIAS, Norbert; e SCOTSON, John. L.; **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade**; tradução Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Sússekind – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, 224 p.

FILHO, Herondino dos Santos; ALMEIDA, Maria das Graças de; RIBEIRO, Magno Meirelles. **Mapeamento e classificação das áreas de ressaca na região metropolitana de Macapá-AP utilizando imagens do satélite CBERS-2B**. Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 13 a 18 de abril de 2013, INPE.

FREHSE, Fraya. Usos da Rua. In: LEITE, Rogério Proença; FORTUNA, Carlos. **Plural de Cidade – novos léxicos urbanos**. Coimbra: Edições Almedin/CES, 2009.

FREITAG, Barbara. **Teorias da Cidade: A Recepção no Brasil**: In: Teorias da Cidade. 4 ed. Campinas, SP. Papirus, 2010.

G1. **Bombeiros iniciam perícia para saber causas do incêndio no Amapá**. (www.g1.com.br/amapa) – Acesso em 24 de outubro de 2013, às 13h27.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: Uma perspectiva de análise**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em Risco – Sobre a vulnerabilidade no Brasil Urbano**. Novos Estudos: SEBRAP, n. 63, 2002.

TURNER, Victor. **O processo ritual**. Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes, 1974b

A CIDADE DE PACARAIMA: GÊNESE E PROCESSOS

Introdução

A apreensão do espaço e o que ele representa nos oferece desafios que passam pela compreensão de suas formas e seus significados desde sua gênese até à posteridade. A conformação do espaço, herdeiro de formas e práticas pretéritas, algumas delas constituídas como rugosidades (SANTOS, 1996), que ainda pesam sobre a sua estruturação, dando-lhe contornos ou atributos, impõe ao pesquisador a necessidade de entender essa geografia histórica da produção do espaço e a história dessa geografia do espaço e de sua produção, de sua estruturação, de seus agentes históricos, que até hoje constituem elemento explicativo dos rumos da expansão horizontal da cidade, ao que se somam processos e lógicas atuais, dotados de novas racionalidades, de novas práticas, de novos agentes e novos interesses.

As forças dos processos socioeconômicos e sociopolíticos de tempos pretéritos e atuais somando-se à lógica atual da produção do espaço praticada pelos agentes produtores de espaços no município de Pacaraima confirmam o pensamento de Milton Santos de que o espaço é acumulação desigual de tempos. O sentido que esse espaço pode preservar traz à tona sua gênese, seus processos históricos, suas temporalidades, rupturas e continuidades, trazendo em sua história a conformação do real e do atual e a definição do futuro da cidade.

Assim, no presente trabalho, trataremos da história da produção do espaço urbano da cidade de Pacaraima, que se encontra às margens da rodovia BR-174, na fronteira com a Venezuela, sendo a cidade, sede do município criado em 17 de outubro de 1995, por Decreto Lei nº 096. A população estimada em toda a extensão municipal para 2013, segundo o IBGE (2014), é de 11.423 habitantes. A cidade se

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: tacior1@yahoo.com.br

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: eloisenhoras@gmail.com

insere num contexto municipal que se limita ao norte com a Venezuela; ao sul com Boa Vista e Amajari; a leste com Normandia e Uiramutã e a oeste com o município de Amajari. Fica a 214,8 km de Boa Vista, pela rodovia BR-174.

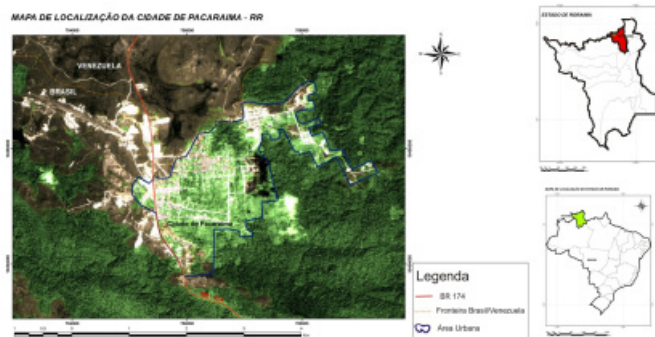
A área territorial do município é de 8.028,43km², estendendo-se sobre a Terra Indígena São Marcos e Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Dados apontam que a ocupação da área por comunidades humanas é ancestral, porém, a ocupação por comunidades ditas não tradicionais na região, se intensifica a partir da abertura da BR174 e a criação do Pelotão Especial de Fronteira – PEF, bem como, a criação da vila de BV8 como era conhecida a região antes de se tornar sede municipal em 1995.

Enquanto o município se estende pelos territórios das duas TI(s) já apontadas, a cidade de Pacaraima se insere no chamado Planalto das Guianas, na Terra Indígena São Marcos, território das etnias Macuxi, Wapixana, Taurepang Maiogong (SEPLAN 2014). O tipo climático corresponde à classificação de Koppen “Am”, para Barbosa et al. (1997), este se estabelece em um corredor florestal que sofre influência das savanas, das florestas úmidas e dos altos relevos do norte de Roraima; é um clima intermediário entre Aw e o Af, com estação seca bem definida. O relevo da região caracteriza-se por ser elevado, com altitudes que ficam acima de 250 metros chegando a atingir 1100 metros (COSTA E FALCÃO 2006).

A figura 1 apresenta a área de estudo onde é possível observar a localização do município no contexto nacional e estadual, evidenciando o fato de a área de estudo estar inserida em um contexto de fronteira internacional, posição geopoliticamente estratégica, o que pode orientar compreensões sobre interesses políticos exercidos no extremo norte do país.

A compreensão desse processo consiste em objetivo a ser debatido neste artigo, no qual se propõe analisar as forças que colaboraram na produção desse espaço e os processos que definiram a estruturação do espaço interno dessa cidade, compreendendo o momento e a conjuntura em que aconteceram, assim como, as relações dessa estruturação urbana com o plano político para região, abarcando ainda, as influências e dinâmicas sob as quais a cidade é produzida.

FIGURA I: Mapa de localização da cidade de Pacaraima-RR



FONTE: CUNHA, L.D.; 2011

Nota: Localização da área de estudo no mapa do Estado de Roraima e no destaque a área urbana de Pacaraima. Imagem CBERS 2B CCD integrada com HCR, órbita 176-95, ano 2010.

Far-se-á uma abordagem da história da cidade de Pacaraima, com foco em sua gênese e nos processos que desencadearam os primeiros assentamentos, no âmbito da criação da cidade e suas implicações sociopolíticas e espaciais. Embora seja de amplo conhecimento que a cidade se iniciou atrelada ao processo de instalação do pelotão de fronteira, cuidar-se-á, aqui, de se buscar uma compreensão da trajetória desse processo com vista a esclarecer e colaborar com a construção em torno do debate oficial, arraigado na memória e na mentalidade, influenciando até mesmo a produção acadêmica sobre Pacaraima.

A geografia histórica da produção do espaço da cidade de Pacaraima

A cidade é o produto de um processo histórico-espacial e possui suas raízes decorrentes dos primeiros habitantes do local que materializaram suas vidas por meio do emprego da técnica e do trabalho. Trata-se, portanto, da dimensão material do espaço construído, da área de assentamento, enquanto que o urbano está ligado à subjetividade e às práticas típicas da vida em comunidades de cidades ou áreas ligadas a elas.

Assim, o fenômeno de produção espacial na fronteira do extremo norte do Brasil demanda debates que possibilitem a apreensão acerca dos processos de produção do espaço geográfico local e os problemas socioambientais decorrentes, em Pacaraima. O debate pretende também ampliar a compreensão sobre o conjunto de elementos político-administrativos, socioeconômicos e culturais que possibilitou e possibilita tal produção.

Evidencia-se que, para apreender a dinâmica socioespacial da cidade de Pacaraima, coloca-se a complexidade genética da cidade como ponto de partida, haja vista, isso favorecer o entendimento de parte dessa dinâmica e da estrutura atual da cidade, levando-se em conta que a cidade se insere nos inúmeros núcleos de povoamento, em áreas de fronteira de ocupação e fronteira de modernização, ambas, produtos da globalização. Surgiram, de fato, novos núcleos de povoamento, como este, em unidades federadas como Mato Grosso, Rondônia, Tocantins, Pará, Roraima, Mato Grosso do Sul e Bahia (CORRÊA, 1999).

A criação de cidades, como é caso apresentado, corresponde a três motivos possíveis: econômicos, políticos e defensivos (BEAUJE-GARNIER 1997; ROCHA e SILVA 2011). O autor e as autoras apontam que tais motivos marcam, em alguns casos, de maneira indelével a cidade, desde a sua origem devido à sua escola inicial. A cidade estudada traz, na sua conformação, as marcas determinadas pelas conjunturas econômicas assinaladas nos processos de garimpos, nas políticas de abertura da BR174 e nos projetos de assentamentos defensivos, como a criação do pelotão de fronteira.

A constituição dos espaços urbanos de Roraima decorre de assentamentos de populações, que outrora habitavam as aldeias, as fazendas, as corruptelas e os povoados (ROCHA e SILVA 2011). A formação da Vila de BV 8, analisada pelos autores, aponta duas vertentes: a primeira, evidencia que havia uma total ausência de aglomerado urbano na região, até o princípio dos anos setenta do século XX e a outra vertente, indica que a partir de 1964, Roraima conseguiu a implantação das rodovias Manaus – Boa Vista – Marco BV-8 e cinco anos mais tarde foram distribuídas unidades militares ao longo de sua fronteira, culminando com instalação de uma base militar, originando-se, assim, um pequeno povoado, que constitui-se, hoje, na cidade de Pacaraima.

Os autores, então, informam por meio das vertentes explicitadas que o processo de surgimento de Pacaraima está relacionado com o período de militarização do Brasil entre 1964 e 1985, quando o Estado traça um plano estratégico que objetivava a integração da Amazônia à economia nacional. É nesse período que se configura a gênese da cidade, surgindo os primeiros equipamentos urbanos, corroborando com um novo arranjo espacial na fronteira, marcada, nesse período, pela porosidade e circulação de pessoas (MAGALHÃES 2007 e 2012).

Aponta-se que a região, desde o processo de definição da fronteira, sempre foi marcada pela circulação de pessoas (OLIVEIRA 2011; MAGALHÃES 2007 e 2012). Colabora com essa afirmação Andreello (2010), pois mostra que a partir da

década de 1940 surgem rumores de atividades de contrabando de mercadorias para a fronteira da Venezuela. Tal atividade econômica perpassava pelos campos da Fazenda São Marcos até à cidade de Santa Helena.

Tal atividade parecia ser remunerada com ouro dos garimpos existentes naquela região e vinha contatando com o apoio do administrador de São Marcos que cuidou de construir um depósito e outras instalações no retiro do Xiriri, lá colocando também algumas cabeças de gado, com claro intuito de proporcionar uma base no local para o trânsito de caminhões que começava a ocorrer por aqueles campos (ANDRELO, p78, 2010).

Essa perspectiva sinaliza os novos ordenamentos espaciais que viriam ocorrer na região, evidencia também a força da atividade econômica dos garimpos, tanto no Brasil com na Venezuela, capaz de proporcionar atividades de suporte que possibilitaram novos arranjos espaciais na área da Fazenda São Marcos, com equipamentos e subespaços de suporte técnico e logístico para a atividade nascente.

A atividade garimpeira é apontada por Valero (2009) como promotora do surgimento da cidade de Santa Elena de Uairen na Venezuela em 1923, constituindo-se em motivadores de sua fundação, a descoberta de ouro e diamantes na região da Gran Sabana venezuelana, onde se localiza a cidade no país vizinho.

Se levanta en medio de la avanzada aventurera de quienes en las primeras décadas de siglo XX penetraron la Gran Sabana con diferentes propósitos, algunos formaban parte de misiones evangelizadoras, otros atraídos por la explotación de oro y diamantes (VALERO, 2009, p. 13).

Concordam com isso Rocha e Silva (2011) ao informarem que o processo de surgimento de Pacaraima está relacionado com o período de militarização do Brasil entre 1964 e 1985, quando o Estado traça um plano estratégico que objetivava a integração da Amazônia à economia nacional, por meio da instalação do Terceiro Pelotão Especial de Fronteira, autorizada em 1975 pelo Ministério do Exército Brasileiro e a abertura da rodovia BR-174, também na década de 1970, intensificando-se o processo de ocupação da referida área.

Embora a gênese da cidade esteja diretamente ligada à instalação do Pelotão Especial de Fronteira, evidências apontadas por Varelo (2009) e Andrelo (2010) estimam que o processo de produção espacial é anterior a esse período, deslocando-se, por pelo menos, duas décadas anteriores, indicando um incremento de maior circulação de mercadorias na região onde se estabelece Pacaraima, processo esse decorrente de comércio relacionado às atividades de garimpo nos dois países.

As contribuições de Andrello (2010) mostram que a atividade da pecuária na Fazenda São Marcos começou entrar em decadência desde o ano de 1934, período que segundo o autor, a Fazenda estava completamente abandonada, mencionando as ruínas de suas instalações e equipamentos. Houve nesse período um deslocamento econômico e logístico para a nascente atividade garimpeira, que levaria posteriormente à criação das condições que favoreceriam à gênese da cidade de Pacaraima.

Batista e Veras (2011) apontam que a “gênese de Pacaraima-RR data do período colonial, quando se instala na região uma Fazenda Real, com o intuito de garantir a posse lusitana das terras localizadas ao norte do Vale do Rio Branco”. Entendendo esse momento como o início de uma ocupação, baseado em um “aldeamento” (FARAGE 1991, 1997 e SANTILLI 1997, 2001) das populações indígenas do local. Reforçamos nossa concordância com Rocha e Silva sem desconsiderar, no entanto, a atividade garimpeira como gatilho dessa gênese urbana.

A área da cidade de Pacaraima pertencia, então, à Fazenda Real São Marcos, que se transformou em Colônia Indígena e posteriormente em Terra Indígena de mesmo nome. Nascida da vila denominada BV-08 (Marco de Fronteira Brasil Venezuela de número 08), habitada principalmente por militares e seus familiares que ali se instalaram dentro da política de ocupação da fronteira. Silva (2007). A Vila Pacaraima ascende à condição de cidade sede de município em 1995, concentrando as funções burocráticas de uma cidade de fronteira, constituindo-se na primeira cidade, para quem entra por rodovia, no Brasil, proveniente da Venezuela e a última para quem sai do Brasil, pela rodovia BR-174.

Forças de horizontalidades como determinantes da produção espacial da cidade de Pacaraima

A área geográfica que hoje compreende o espaço da cidade de Pacaraima resguarda uma ancestralidade de domínios territoriais que remontam à própria história da colonização da América pelos antigos povos tradicionais. Desde os grandes movimentos migratórios marcados pela travessia do estreito de Bering, até movimentos recentes do século XV, XVI e XVII, grupos humanos sempre habitaram a região.

Embora Sartori e Bethônico (2011) admitam que as incertezas sobre o tema possam eleger duas possibilidades de abordagem, buscaremos o viés que nos levará compreender a ocupação humana da região como forma de construir um substrato histórico que cumpra com a função de alicerçar o debate proposto de produção do espaço no município de Pacaraima, sem negligenciar a ancestralidade desse processo e o papel das etnias indígenas na estruturação do mesmo.

A não ocorrência de processos de colonização anterior à chegada do elemento não indígena e/ou a possibilidade de que esses processos se deram pela chegada de indígenas em fuga dos espanhóis recém- ancorados na América central no século XV e mais tarde pela chegada de não indígenas à região (SARTORI e BETHÔNICO, 2011) nos guiará na elaboração do presente tópico, que visa construir um ponto de partida donde se inicia o nosso debate, construindo assim o início de nossa periodização, montando um texto, a partir dos primeiros assentamentos humanos na região.

Os mais antigos habitantes da América pré-Colombo, que chegam ao continente no período compreendido entre 28 mil e 10 mil anos a.C., encontraram um espaço natural passível de ocupação. Teorias apontam que vieram da Ásia através do Estreito de Behring (SARTORI e BETHÔNICO, 2011; MENTZ RIBEIRO 1997).

As passagens e os processos migratórios teriam ocorrido nos períodos glaciais do Pleistoceno, em que houve congelamento de rios e recuo do mar que possibilitaram a travessia de um continente a outro. Ao que tudo indica, segundo a teoria de Bering, a ocupação se iniciou pelo noroeste da América do Norte se estendendo gradativamente por todo o continente, incluindo a Amazônia e área do atual estado de Roraima (MENTZ RIBEIRO 1997)

Embora não haja evidências para precisar a ancestralidade da ocupação humana na região de Pacaraima, acredita-se, em linhas gerais, que o processo possa ser semelhante ao de outras áreas do continente que sofreram, segundo Mentz Ribeiro (1997), duas ondas de ocupação de culturas adaptadas às áreas abertas e de culturas adaptadas às áreas fechadas.

Estima-se que esses primeiros habitantes desenvolvessem atividades de caça, coleta e pesca, ou seja, eram coletores de alimentos e não os produziam, evidenciando o caráter nômade dessas populações com adaptações distintas de acordo com ecossistemas escolhidos como espaços de vivências.

Mentz Ribeiro (1997), através de um artigo de resultados de pesquisas antropológicas e arqueológicas, realizadas por sua equipe, afirma que a falta de evidências, aponta que os materiais encontrados em sítio arqueológico, localizado ao norte do estado, próximo à BR-174, nas margens do rio Parimé, são materiais da cultura Macuxi, concordando, segundo o autor, com os estudos desenvolvido por Betty J. Meggers e Cliffton Evans (1970) na área de cerrado guianense que atribuíram os materiais encontrados aos Macuxi e Wapichana.

O autor concorda em parte com Evans e Meggers ao atribuir os materiais aos Macuxie ainda considera que a arte rupestre encontrada em Roraima é bastante semelhante aos petróglifos encontrados no lavrado de Roraima, tendo pelo menos

mais de 2.000 anos. Quanto à possível confusão sobre a área territorial pesquisada ser uma área Macuxi ou Taurepang, como sugere alguns estudos, nós adotamos as posturas do próprio Mentz (1997) e de Frank (2002).

Mentz (1997) e Frank (2002), com base em Koch-Grunberg (1979/82), e Frank (2002), examinando publicação – em 1989 e 1990 – de dois folhetos “histórico-antropológicos” da Diocese de Roraima nos orientam sobre a possibilidade de os Taulipáng e/ou os Taurepang possam ser uma autodenominação de uma tribo do norte de Roraima, que seria para os dois autores facção regional dos Macuxi.

As evidências apontadas abrem a especulação sobre a possibilidade dos Macuxi e Wapichana estarem ocupando o atual território do município e da cidade de Pacaraima há pelo menos 2.000 anos, o que nos leva à reflexão, sob a perspectiva de significados territoriais e do lugar como espaço de vivência capaz de assegurar a experiência geográfica ancestral de habitação.

Retomando nossa tentativa de estabelecer um conjunto de apontamentos que possam colaborar com a compreensão sobre a ancestralidade de Pacaraima, Sartori e Bethônico (2011) orientados por Frank (2007), indicam que prováveis migrações são mencionadas na literatura há, aproximadamente, dois mil anos. Oriundos da parte central do Escudo das Guianas, os ancestrais Pemon-Kapon ocupam os espaços compreendidos como a região circum Roraima, nos arredores do Monte Roraima.

Embora as teses sobre a ocupação da região estudada, em tempos remotos, sejam extremamente fascinantes e demandem um extenso estudo que deve superar o “verticalismo” para uma compreensão realista, admitindo os processos horizontais como de comunicação interétnica, são processos que materializam o espaço que passam a partir de então ser (re)produzidos, terem significados, transformando-os em territórios que também recebem sentidos e significados distintos.

A área que hoje é ocupada pela cidade de Pacaraima se insere nessa ancestralidade de ocupação e habitação configurando-se uma experiência geográfica, que na nossa perspectiva, constitui como os primórdios da produção do espaço para a região. A disposição espacial da população indígena Macuxi permanece praticamente inalterada desde registros historiográficos disponíveis para a região do vale do rio Branco, no século VXII (SANTILLI 1997, 2001).

Considera-se que uma análise da produção do espaço urbano da cidade de Pacaraima, mesmo nascendo de disputas mais recentes, traz em sua conformação, heranças de culturas e povos ancestrais que em um primeiro momento, escolheram este “sítio” como espaço de vivência como espaço conhecido, vivido. Esse é um

importante fator que entre outros concorreram para o estabelecimento da cidade de Pacaraima no referido espaço.

Fonte da experiência de habitar, tida por Claval (2010) como uma experiência geográfica fundamental carregada de experiências e subjetividades, que qualifica o espaço como habitável ou não, tais experiências transformadoras do espaço, nos quais os grupos humanos se inserem, geram entendimento e apreensão do espaço, que percebido por meio dos sentidos, ganha significado e transforma em território habitado.

A experiência geográfica de habitar, das populações indígenas ancestrais, no local onde se (re)produz a cidade de Pacaraima compõe um substrato cultural formado pelos grupos étnicos do passado, que apreenderam o lugar como espaço de vivência e por força de seus hábitos e de sua cultura o qualificou como ideal. Tais quais as orientações de Claval, a presença das elaborações espaciais da cultura indígena permanece ainda hoje nomeando rios: Uraricoera, Parime, Auaris, Amajari, etc. e formas de relevo: serra de Parima e Pacaraima, por exemplo, além de, nomes de bairros e localidades na cidade.

A produção espacial na aérea da Terra Indígena São Marcos, embora tenha sido palco de encontros, desencontros e confrontos étnicos mais intensivos e evidentes nos últimos 5 séculos, salienta-se, que esta produção já estava em curso muito antes do contato desses povos com os europeus, ao afirmar-se, baseado nos estudos de Oliveira (2011, 2006, 2003) que apontam a comunicação interétnica, a formação de redes e de logísticas já existentes entre os indígenas, atributos aproveitados e explorados por holandeses para inserir manufaturas nessa rede e circuito.

Recordando-se do conceito de rede desenvolvido por Santos (2006) entendemos que esta se configura como uma infraestrutura, no caso social, de fixo e fluxo por onde se realizavam contatos interétnicos entre os indígenas e apropriadas pelo os holandeses na expansão comercial. A rede em questão evidencia a produção espacial ancestral da área da cidade estudada.

No debate proposto salienta-se a importância de considerar a presença das culturas indígenas, suas territorialidades e o que elas geram e fazem coexistirem no processo de estruturação do espaço da cidade de Pacaraima que traz em seu DNA, as fortes influências de componentes das culturas tradicionais, que analisada sem detalhes, revelam sua face multiétnica que suscita inclusão.

Como já visto, a produção do espaço no local onde se localiza a cidade de Pacaraima constitui-se em uma fronteira porosa marcada pelo contato entre culturas

diferentes, mesmo em períodos pré-colombianos, que passou por um longo período para ser estabelecida nos moldes atuais. Segundo o Ministério das Relações Exteriores – MRE, a constituição da fronteira entre Brasil e Venezuela nasce com Tratado de Limites, de 1852 passando pelo Tratado de Limites e Navegação, de 05/05/1859; Primeiro Protocolo relativo à Demarcação da Fronteira, de 09/12/1905; Segundo Protocolo relativo à Demarcação da Fronteira, de 09/12/1905; Terceiro Protocolo relativo à Demarcação da Fronteira, de 29/02/1912; Quarto Protocolo relativo à Demarcação da Fronteira, de 24/07/1928 até os acordos entre os dois países para demarcação da fronteira em 07/11/1929, 15/10/1938 e 27/05/1939.

O processo iniciado em 1852 sobre a fronteira Brasil e Venezuela é a linha e a delimitação de seus territórios, confirmado pelo Protocolo de 1929 e materializado pelos Acordos de 1938 e 1939. Na região estudada a linha de fronteira é delimitada por “Marcos” no caso específico da cidade, o Marco de BV-8.

Podemos notar algumas coincidências em datas bem próximas ocorrendo na fronteira: em 1923 a cidade Santa Elena de Uairen é fundada (VALERO 2009); em 1929, ocorre o estabelecimento do Acordo de demarcação da Fronteira (MRE); em 1934, a fazenda São Marcos entra em forte decadência (ANDRELLO 2010) e na década de 1940 tem início a atividade garimpeira na região (ANDRELO 2010 e VALERO 2009).

Outro condicionante horizontal na estruturação do espaço da cidade de Pacaraima é a complexa relação de estruturação de espaço em situação de fronteira, marcada por uma dualidade intrínseca de contato e separação, que atrai e repele (SENHORAS 2013), materializando no tecido urbano, lógicas destinadas a confluências de interesses econômicos, políticos e sociais, que abarcam interesses postos sobre o espaço.

Embora não nasçam juntas, a cidade de Pacaraima e a cidade de Santa Elena de Uairén formam uma zona híbrida de atuação das forças centrípetas e centrífugas que pode ser melhor observada, principalmente, naqueles pontos fixos de interação mais intensa como as cidades-gêmeas (SENHORAS, 2013) (*grifos do autor*). Tais cidades são características por possuírem dinâmicas específicas e aparelhos urbanos típicos das práticas sociais desenvolvidas nessas áreas marcadas por espaços onde se afirmam e constroem territorialidades.

O Ministério da Integração Nacional (2005) considera as cidades-gêmeas como adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira (fluvial ou seca), articulada ou não por obra de infraestrutura, apresentando vetores convergentes a partir do grande potencial de integração econômica e cultural, assim como vetores diver-

gentes oriundos de problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, afetando diretamente o desenvolvimento regional e a cidadania.

Essa horizontalidade é marcada pela forte integração socioeconômica e espaço-cultural com francas relações de reciprocidade como comércio formiga, intercâmbios culturais, circulação de moedas e até mesmo tendências arquitetônicas de organização espacial comuns nas duas cidades, marcando seus espaços e os processos que os tronam possíveis e singulares se comparados a demais áreas de cidades na Amazônia Setentrional.

As especificidades em relação às demais cidades da Amazônia setentrional formam um tecido espacial conformado por relações de proximidade e vizinhança, solidarizando as relações econômicas, políticas, sociais e culturais. Uma dessas especificidades é o aparente processo de rurbanização percebido nos espaços urbanos com áreas de práticas tidas como rurais e que são desenvolvidas, no meio urbano.

Esses processos colaboram com a expansão urbana e aponta o papel dialógico das relações sociais e culturais que somam em práticas de produção espacial, produzindo suas vidas e culturas onde os contraditórios se comunicam e é possível notar no incremento do espaço urbano, feiras de trocas, hortas com cultivos orgânicos, bazares de artesanatos, restaurantes de comidas típicas entre outros.

Forças de verticalidades como determinantes da produção espacial da cidade de Pacaraima

O debate que se apresentará aqui diferente do debate da seção acima que representa uma horizontalidade, ou seja, um fenômeno de processo de forças locais centrípetas que caracterizam e dão traços únicos à dinâmica de estruturação socioespacial de Pacaraima, aqui abordaremos o poder das forças centrífugas das verticalidades que impõem ao espaço local uma lógica estadual, nacional e porque não dizer global, que produzem o espaço na ordem da produção capitalista donde emanam as modernas formas de poder.

As ocorrências desses eventos explicitados acima, acrescidos da forte circulação de pessoas e mercadorias proporcionaram junto com as mudanças provocadas pelo Golpe Militar de 1964, as condições necessárias para o estabelecimento de novas dinâmicas na produção do espaço regional. Surgem em Pacaraima aparelhos marcam de forma explícita o tecido da cidade em fronteira. Para além das formas explícitas que se materializam nos espaços geográfico da cidade pretende-se elucidar que fatores que são colaboradores para estruturação do espaço urbano de Pacaraima.

Em meados da década de 1970, alinhando as transformações em curso em todo território nacional, a geografia do antigo território passa por forte transformação, que marca de forma definitiva os territórios e as territorialidades a partir de então. Nesse período a construção do Pelotão de Fronteira e a abertura, da estrada federal BR-174 que, partindo da cidade de Manaus, chegou até ao Marco BV-8, nos limites com a Venezuela, tornando-se o principal eixo longitudinal de integração do Estado de Roraima, fomentando polo de assentamento na região (SILVA e MOURÃO, 2011; ROCHA & SILVA, 2011).

Andrello (2010) aponta que a fazenda São Marcos passou pela exclusão de uma parcela de terra de cerca de 1000 hectares, na fronteira, para implantação de um pelotão do Exército em 1975, pela demarcação física em 1976 e pelo primeiro levantamento sistemático de ocupantes não indígenas em 1979. Já a BR 174 decorre do convênio com o DNER, em 26 de Fevereiro de 1970 em que o 6º Batalhão de Engenharia & Construção assumiu a construção da BR rumo ao BV- 8, na fronteira com a Venezuela, trecho da BR 174, findando em abril de 1977.

A construção do Pelotão Especial de Fronteira e a construção da BR 174 constituem em verticalidades que materializam no espaço da fronteira suas forças, consolidando no extinto território o estabelecimento de forças belicosas e cumprindo com a segunda e a terceira fase do estabelecimento de limites entre os países, segundo o Ministério das Relações Exteriores estabelecendo duas fases a da densificação e a da inspeção.

A fase de densificação corresponde a pós-demarcação, que objetiva melhor caracterizar o limite, com a implantação de novos marcos, conforme as necessidades consequentes das ocupações populacionais ao longo das fronteiras. A inspeção corresponde à atividade de manutenção, que visa, inclusive, à reparação e à reconstrução de marcos danificados. Essa atividade pode ser desenvolvida unilateralmente, desde que não inclua a reconstrução do marco. Objetiva, também, o estudo sobre trabalhos a serem propostos e aplicados na densificação.

Tais verticalidades colaboraram com a intensificação de circulação de pessoas em uma região disputada por fazendeiros criadores de gado. Passa a receber inúmeros posseiros ao longo da rodovia, na parte norte, com o surgimento da Vila BV-8 e a implantação de uma colônia de agricultores em uma vicinal próxima ao rio Samã, com 51 lotes distribuídos pela Secretaria de Agricultura do ex-território. Tais eventos, motivados pela construção do Pelotão Especial de Fronteira e a BR 174 culminarão mais tarde com a cidade e município de Pacaraima (ANDRELO 2010).

Ao pormenorizar as etapas da instalação do referido Pelotão de Fronteira e da construção da BR174 pretende-se alinhavar os acontecimentos locais ao contexto nacional e a pretensões políticas postas para época. Percebe-se que as duas obras apresentam facetas da mesma política militarizada, que com claros desejos de ocupar e defender promoveu a sedimentação de forças militares na fronteira e ainda possibilitou a inserção da região na economia nacional.

Na análise das contradições das verticalidades, evidencia-se que em 1991 houve a homologação da Reserva Indígena São Marcos, já demarcada anos atrás. Não houve uma previsão de reserva de território para a construção da cidade, que teve emancipação política em 1995. A sobreposição de datas e acontecimentos mostra o paradoxo da atuação das forças que agem na gênese municipal, revelando as ações de verticalidade de demarcação de fronteira, abertura da BR174, do Pelotão Especial de Fronteira e das demarcações das Terras indígenas e as horizontalidades das relações políticas locais de poder.

A instalação e a dinâmica da cidade de Pacaraima na fronteira Brasil Venezuela, motivada e vinculada ao processo de instalação de Pelotão Militar de Fronteira, um dos principais condicionantes da aglomeração e assentamento humano, aliado ao processo de construção da rodovia federal, da instalação de órgãos públicos federais, estaduais e municipais são condicionantes de sua gênese; encontra seus limites na força também vertical da demarcação da TI São Marcos.

A cidade como resultante das forças centrífugas apresenta uma condição política espacial restritiva e bastante conflituosa, pois seu território está assentando sobre a terra indígena encravada na fronteira internacional. Embora seja sua condição socioespacial, Pacaraima, por ser materialidade da ação humana, se amplia desde sua criação oficial e pode ser observada como fenômeno que traz em seu cerne a questão das verticalidades e das horizontalidades, ainda entendidas como uma dualidade no processo de produção de espaço físico.

Assim, a compreensão da materialidade da cidade de Pacaraima deve ser entendida como um elo de uma nova conjuntura regional que decorre de influências governamentais e novos fluxos estabelecidos por forças do planejamento estatal para a região. As verticalidades em cidades presentes em áreas de fronteira possuem dupla função; constituem pontos fixos que definem limites na securitização fronteiriça, e definem zonas de contato fronteiriço com países vizinhos (SENHORAS, 2013).

As cidades em áreas de fronteiras constituem pontos fixos de limitação e contenção de um contexto baseado por uma geopolítica conflitiva até a naturalização de estímulos de contato e integração baseados por uma geopolítica cooperativa. Ao

mesmo tempo são núcleos de adensamento de poder nacional e pontos contenciosos de interesses internacionais (SENHORAS, 2013).

Assim a cidade adquire a função de territorializar os interesses nacionais, no caso de Pacaraima, que por meio de verticalidades visa, segundo Senhoras (2013) à difusão sistêmica de uma lógica geopolítica baseada na normatização de regimes políticos especiais de contenção fronteiriça através de *zonas ou faixas de segurança* (grifo do autor).

Em consonância com Santos (1998), Batista e Veras (2011) considera-se que este espaço possui uma dinâmica própria e traz as contradições que envolvem a dialética da organização socioespacial inserida, portanto, nas contradições da moderna sociedade capitalista.

Considerações Finais

A estruturação do espaço da cidade de Pacaraima traz consigo a complexa relação de espaço em situação de fronteira, marcada por uma dualidade intrínseca de contato e separação, que atrai e repele (SENHORAS, 2013), materializando, no tecido urbano, lógicas destinadas a confluências de interesses econômicos, políticos e sociais, que abarcam os interesses postos sobre o espaço.

A complexidade da produção da cidade de Pacaraima propicia o adensamento populacional que demanda vias de participação dos povos indígenas levando em consideração que em sua área territorial de 8.029km², 98,81% das terras pertencem à reserva indígena. Portanto, é extremamente importante que as comunidades indígenas participem do processo de desenvolvimento local, incorporando a cultura e valores destas comunidades.

A cidade, assim, expressa por meio de seus bairros, avenidas, ruas, comércios, casas, edificações, formas e contextos a presença de uma soberania que materializa suas pretensões e aglutina sentidos e sentimentos pátrios donde emergem, em meio aos residentes dessa remota cidade, o sentimento de pertencimento a um modal cultural de língua, costumes etc.

As ações das forças de verticalidades e horizontalidades configuram elementos centrais no processo de periodização da produção do espaço urbano da cidade de Pacaraima, em Roraima, pois suas ações como a de seus agentes representam convergência de anseios e interesses que materializam em equipamentos fixos que possibilitam e fluxos, do tecido da cidade em uma complexa produção espacial marcada por interesses difusos.

A produção do espaço da cidade de Pacaraima resulta de ações deliberadas do Estado, como forma de criar condições para atender ao interesse da ocupação, reprodução e expansão do capital na fronteira e se insere em uma rede urbana que permanece em curso, em processo de consolidação, há uma confluência de forças que ditam as relações e a dinâmica de espaçamento de Pacaraima e sua relação com sua malha urbana.

As forças horizontais lhe conferem características únicas em relação às outras cidades da macrorregião amazônica e, paradoxalmente, as forças verticais lhe conferem atributos, formas, dramas, subespaços, enfim características muito próximas a de outros espaços urbanos na Amazônia.

Paradoxal e complexa, a cidade expressa a presença de uma soberania trazendo em sua materialidade a expressão de uma brasilidade mediada pela implantação do Pelotão de Fronteira, fator desencadeador das cidades na região. O aparelho militar, em seu sítio, e a geoconjuntura conferem à Pacaraima o sentido de *cidade-estado*. Cidade da força de contenção, onde as forças verticais da federação materializam o espaço da urbe lhe conferindo sentido.

Enquanto as verticalidades tendem a gerar um padrão homogêneo, semelhantes a outras cidades em contextos parecidos, as horizontalidades imprimem ritmos, cores e sabores, da essência ao que é comum tornando-o algo singular próprio do lugar. As horizontalidades se expressam por meio do conflito de surgimento da cidade em terras das reservas indígenas São Marcos e Raposa Serra do Sol e presença de culturas Macuxi, Wapichana, entre outras indígenas e não indígenas.

Ainda na peculiaridade dos processos horizontais Pacaraima salienta-sena presença da cidade irmã, de Santa Elena de Uairén, com a qual mantém intensas relações comerciais ampliando ainda mais o caldeirão cultural marcado por culturas que expressam suas *práxis* sobre um mesmo território de significados distintos.

A produção do espaço na fronteira Brasil-Venezuela e o sentido de cidade e de em Pacaraima evidenciar a necessidade de construir um aparelho cidadão que assegure aos residentes e aos que utilizam a cidade condições básicas de habitar, circular e produzir suas vidas, conferindo uma urbanidade que observa e respeita as diferenças existentes e as necessidades de desenvolver práticas de vidas baseada em relações dialógicas.

Para os que habitam as áreas mais abastadas, ou as áreas mais críticas, a polis pacaraimense carece de competências de diferentes agentes locais, regionais e globais para que possa oferecer à sua sociedade qualidade de vida capaz de se desenvolver de forma sustentável. Os conflitos que materializam o espaço da cidade de Pacarai-

ma merecem atenção e soluções rápidas e inéditas acompanhado de uma política de planejamento que contemple-os aspectos endógenos e exógenos, ou seja, as horizontalidades e verticalidades que constituem o fenômeno da cidade.

Referências bibliográficas

ANDRELLO, G. Fazenda São Marcos: de próprio nacional a terra indígena In: BARBOSA, R. I.; MELO, V. F. (Org.) **Roraima: homem, ambiente e ecologia**. Boa Vista, FEMACT, 2010

BATISTA, A.N., VERAS, A.T. R. (Re) Pensando O Espaço Territorial de Pacaraima. In: **Pacaraima: Um Olhar Geográfico**. VERAS, Antônio Tolrino de Rezende; SENHORAS, Elói Martins (eds). Coleção Comunicação & Políticas Públicas. Boa Vista: Editora da UFRR, 2011, vol. 1.

BARBOSA, R. I. Distribuição das Chuvas em Roraima. In: BARBOSA, R. I.; FERREIRA, E. J. G.; CASTELLÓN, E. G. (Eds.) **Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima**. Manaus: Editora INPA, 1997.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia urbana**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores – MRE. **Tratado de Limites de 1852**. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1852/b_35/ Acessado em: 16/05/2014

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores – MRE. **Tratado de Limites de 1859**. Disponível em: <http://www.info.lncc.br/ve1859.html> Acessado em: 16/05/2014

BRASIL. Câmara Legislativa Federal. **Decreto nº 2.609, de 28 de Agosto de 1912**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-2609-28-agosto-1912-577866-publicacaooriginal-100817-pl.html> Acessado em: 16/05/2014

CLAVAL, Paul **TERRA DOS HOMENS a geografia**. São Paulo. Contexto. 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. **GLOBALIZAÇÃO E RESTRUTURAÇÃO DA RDE URBANA UMA NOTA SOBRE AS PEQUENAS CIDADES**. In Revista TERRITÓRIO, ano IV, nº 6, jan./jun. 1999 p.43 a 53.

COSTA, J. A. V.; FALCÃO, M. T.; COSTA, J. B. S. **Vulnerabilidades aos processos erosivos no Município de Pacaraima - RR**. Primeira abordagem. Anais do Simpósio Nacional de geomorfologia. Goiânia: SINAGEO, 2006.

CUNHA, L.D.; BESERRA NETA, L.C.; TAVERES JÚNIOR, S.S. Áreas De Risco Identificadas No Perímetro Urbano De Pacaraima. In: **Pacaraima: Um Olhar Geográfico**. VERAS, Antônio Tolrino de Rezende; SENHORAS, Elói Martins (eds). Coleção Comunicação & Políticas Públicas. Boa Vista: Editora da UFRR, 2011, vol. 1.

FARAGE, N. **As muralhas dos sertões**: os povos indígenas no rio Branco e a colonização. São Paulo: ANPOCS, Paz e Terra, 1991

_____. **Os Wapishana nas fontes escritas**: histórico de um preconceito. In: BARBOSA, R. I.; FERREIRA, E. J. G.; CASTELLÓN, E. G. (Eds.) *Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima*. Manaus: Editora INPA, 1997.

FRANK, E. H. **Os Macuxi são mesmo do ‘Caribe’?** Revista do 110 Núcleo Histórico Socioambiental (NUHSA-UFRR), vol. 1, n. 1, 2007.

_____. **A construção do espaço étnico roraimense, ou: os Taurepáng existem mesmo?** In: Revista de antropologia, São Paulo, USP, 2002, v. 45 n° 2. p.287 a 310

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.com.br>. Acesso em: 15 de outubro de 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=140045>. Acessado em: 16/09/2014

MAGALHÃES, Maria das Graças. **O Estado de Roraima e as fronteiras com a Venezuela e a Guiana**. In: Revista Textos e Debates. Edição online. V. 1, n. 12. Boa Vista: Editora da UFRR, 2007.

MAGALHÃES, Maria das Graças e SOUZA, Carla Monteiro de Monteiro. **RORAIMA/BOA VISTA**: Temas sobre o regional e local. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012.

MENTZ RIBEIRO, P. A. Arqueologia em Roraima: histórico e evidências de um passado distante. In: **Homem, ambiente e ecologia no estado de Roraima**. BARBOSA, Reinaldo Imbrozio; FERREIRA, Efreim Jorge Gondim; CASTELLÓN, Eloy Guillermo. INPA, Manaus 1997

MEGGERS, B.J. & EVANS, C. **Como interpretar a linguagem da cerâmica**: manual para arqueólogos. Washington: Smithsonian Institution, 1970.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. **A herança dos descaminhos na formação do estado de Roraima**. São Paulo, 2003. Tese de Doutorado/USP

_____. **Notas sobre os holandeses na Amazônia no período Colonial.** In: Revista Texto & Debates – UFRR. Boa Vista-RR: Ed. UFRR, N. 11, jul/dez de 2006.

_____. O Rio Branco no contexto da Amazônia Caribenha: Aspectos da Colonização Europeia entre o século XVI e o XVII. In: **As relações internacionais na fronteira norte do Brasil:** coletânea de estudos/ Organizadores MARTINS, Estevão Chaves de Rezende e MOREIRA, Felipe Kern, Boa Vista, UFRR, 2011.

KOCH-GRUNBERG. T. **Del Roraima al Orinoco.** Ed. Del Banco Central de Venezuela, Caracas, Tomos I, II e II.1976/82.

ROCHA, V.B.; SILVA, P.R.S. Pacaraima No Contexto Regional Fronteiriço – Brasil/Venezuela. In: **Pacaraima: Um Olhar Geográfico.** VERAS, Antônio Tolrino de Rezende; SENHORAS, Elói Martins (eds). Coleção Comunicação & Políticas Públicas. Boa Vista: Editora da UFRR, 2011, vol. 1.

RORAIMA. **Informações Socioeconômicas sobre o município de Pacaraima - RR.** Seplan: Boa Vista, 2014.

RORAIMA. **Lei Estadual n.º 96,** de 17-10-1995

SANTILLI, P. Ocupação territorial Macuxi: aspectos históricos e políticos In: BARBOSA, R. I.; FERREIRA, E. J. G.; CASTELLÓN, E. G. (Eds.) **Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima.** Manaus: Editora INPA, 1997.

SANTILLI, P. **Pemongon Patá:** Território Macuxi, rotas de conflito. São Paulo: UNESP, 2001.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço.** técnica e tempo. razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Metamorfoses Do Espaço Habitado, fundamentos e Teórico e metodológico da geografia.** Hucitec. São Paulo 1988.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SARTORI, O.C.; BETHÔNICA, M.B.M. A Reivindicação de Um Território: O Caso de Pacaraima. In: **Pacaraima: Um Olhar Geográfico.** VERAS, Antônio Tolrino de Rezende; SENHORAS, Elói Martins (eds). Coleção Comunicação & Políticas Públicas. Boa Vista: Editora da UFRR, 2011, vol. 1.

SENHORAS, Elói Martins; ANTUNES, Eloisa Maieski; TREVISAN, Rosaldo. **Dinâmica fronteiriça no arco norte brasileiro no contexto das Áreas de Livre Comércio.** Escola de Administração Fazendária. Caderno de Finanças Públicas, n. 12, Dezembro de 2012.

SENHORAS, Eloi Martins. **DINÂMICA FRONTEIRIÇA DAS CIDADES-GÊMEAS ENTRE BRASIL E GUYANA.** In **REVISTA GEONORTE**, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.1077-1094, 2013

SILVA, Paulo Rogério de Freitas, **Dinâmica territorial urbana em Roraima – Brasil** – Tese de doutorado, São Paulo, 2007.

SILVA, J.A.N.; MOURÃO, G.M.N. As Metamorfoses do Espaço Em Pacaraima. In: **Pacaraima: Um Olhar Geográfico.** VERAS, Antônio Tolrino de Rezende; SENHORAS, Eloi Martins (eds). Coleção Comunicação & Políticas Públicas. Boa Vista: Editora da UFRR, 2011, vol. 1.

VALERO, M. Mario. Redes Urbanas Transfronterizas: **Dos Escenarios Venezolanos /7- 15. Aldea Mundo Revista sobre Fronteras e Integración.** Año 14, No. 27 / Enero - Junio 2009.

BALANÇO DAS PRÁTICAS SOCIAIS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE DE PACARAIMA ENTRE 2006 E 2013

Introdução

O presente reflete sobre as principais práticas sociais na produção do espaço da cidade de Pacaraima entre 2006 a 2013, para tanto, toma como referência uma revisão integrativa destas práticas noticiadas pelo principal jornal escrito de grande circulação do estado de Roraima, a fim de se apreender por meio de um estudo analítico sobre quais são as principais práticas sociais e sua repercussão e em práticas espaciais em Pacaraima.

Inicia-se, para tanto, uma reflexão sobre o processo de instalação da cidade em seu contexto de sítio e situação, onde o sítio representa o contexto geofísico e situação o contexto geo-histórico compreendendo as forças motivadoras desse fenômeno na fronteira do extremo norte do país, perpassando por algumas considerações que julgamos relevantes, sobre o que alguns autores falam sobre a produção dos espaços. Ao conceituarmos espaço geográfico, sintetizamos algumas definições com base, sobretudo, em Milton Santos, Mark Gottdiener, Roberto Lobato Corrêa, Maria da Encarnação Sposito, Ana Fani Alessandri Carlos, David Harvey e Henry Lefebvre.

Na sequência, analisar-se-ão as principais ocorrências de práticas sociais mais noticiadas em relação à cidade de Pacaraima, evidenciando os números de ocorrência em cada ano e tipificando afim de substanciar tais práticas dentro do contexto da apreensão dos processos de produção do espaço e subespaços da cidade.

Na última parte, far-se-á correlação entre as práticas sociais, que possam junto com os aspectos teóricos e fenomenológicos auxiliar na apreensão da produção do espaço de Pacaraima. Ao final, objetiva-se compreender os vínculos das práticas espaciais no bojo da evolução socioespacial da cidade, compreendendo e identificando as principais práticas sociais ocorridas entre 2006 a 2013.

* Universidade Federal de Roraima. Email: tacior1@yahoo.com.br

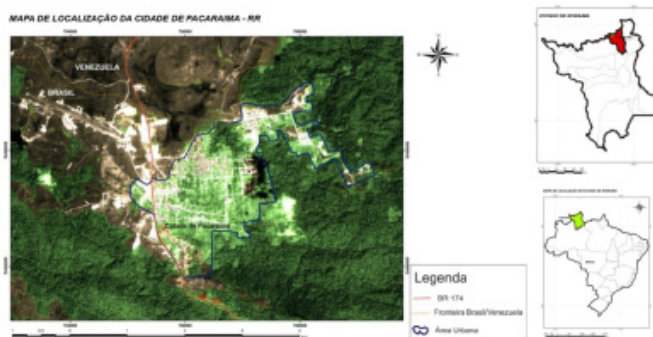
** Universidade Federal de Roraima. Email: loisenhoras@gmail.com.

A cidade de Pacaraima

O fenômeno da produção do espaço urbano da cidade de Pacaraima, situada às margens da rodovia BR-174, na fronteira com a Venezuela, sede do município criado em 17 de outubro de 1995, por Decreto Lei nº 096. Segundo o IBGE, em 2013, a população estimada em toda a extensão municipal é de 11.423 habitantes. A cidade insere-se num contexto municipal que se limita ao norte com a Venezuela; ao sul com Boa Vista e Amajari; a leste com Normandia e Uiramutã e a oeste com o município de Amajari e fica a 214,8 km de Boa Vista pela rodovia BR-174.

A área territorial do município é de 8.028,43 km², estendendo sobre a Terra Indígena São Marcos e Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Enquanto o município se estende pelo território das duas terras indígenas, a cidade de Pacaraima se insere no chamado Planalto das Guianas, na Terra Indígena São Marcos, território das etnias Macuxi, Wapixana, Taurepang Maiogong (SEPLAN 2014). O tipo climático corresponde à classificação de Köppen “Am”, para Barbosa et al. (1997), este se estabelece em um corredor florestal e sofre influência das savanas, das florestas úmidas e dos altos relevos do norte de Roraima. É um clima intermediário entre Aw e o Af, com estação seca bem definida. O relevo da região caracteriza-se por ser elevado, com altitudes acima de 250 metros, chegando a atingir 1100 metros (COSTA E FALCÃO 2006).

Figura I – Mapa de localização da cidade de Pacaraima-RR



Nota: Localização da área de estudo no mapa do Estado de Roraima e no destaque a área urbana de Pacaraima. Imagem CBERS 2B CCD integrada com HCR, órbita 176-95, ano 2010

A figura acima apresenta a área de estudo em situação de fronteira. As cidades presentes em áreas de fronteira possuem dupla função: constituem pontos fixos que

definem limites na securitização fronteiriça e definem zonas de contato fronteiriço com países vizinhos. Possuem um contexto baseado em uma geopolítica conflitiva até a naturalização de estímulos de contato e integração baseados por uma geopolítica cooperativa. Ao mesmo tempo são núcleos de adensamento de poder nacional e pontos contenciosos de interesses internacionais (SENHORAS 2013).

Pacaraima adquire a função de territorializar interesses nacionais por meio de verticalidades que visam, segundo Senhoras (2013), a difusão sistêmica de uma lógica geopolítica baseada na normatização de regimes políticos especiais de contenção fronteiriça através de *zonas* ou *faixas de segurança*.

A cidade, assim, expressa por meio de seus bairros, avenidas, ruas, comércios, casas, edificações, formas e contextos a presença de uma soberania que materializa suas pretensões e aglutina sentidos e sentimentos pátrios donde emerge, em meio aos residentes dessa remota cidade, o sentimento de pertencimento a um modal cultural de língua, costumes e práticas sociais que produzem e reproduzem o espaço geográfico de Pacaraima.

Produção do espaço da cidade

Inicialmente, a instalação e a dinâmica do município de Pacaraima estiveram vinculadas ao processo de instalação do Pelotão Militar de Fronteira, um dos principais condicionantes da aglomeração e assentamento humano. Aliados a esse processo estão a construção da rodovia federal, bem como, a instalação de órgãos públicos federais, estaduais e municipais, como condicionantes da gênese da cidade e das práticas urbanas da região.

Pacaraima, como materialidade traz em seu cerne a questão das verticalidades e das horizontalidades, ainda entendidas, como uma dualidade no processo de produção do espaço conforme quadro a seguir.

Figura II - forças de horizontalidade e verticalidade na produção do espaço em Pacariama

Horizontalidades	Verticalidades
<ol style="list-style-type: none"> 1. A ancestralidade indígena 2. Atividade garimpeira 3. Situação de fronteira 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Abertura da BR174 2. Criação do Pelotão Especial de Fronteira 3. Demarcação da Terra Indígena
Caraterísticas	Caraterísticas
<ol style="list-style-type: none"> 1. Forças centrípetas 2. Lógica endógena 3. Tende a gerar relações dialógicas 4. Demandante de poder 5. Práticas sociais definidoras de territorialidades 6. Solidariedade 7. Processo antigo 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Forças centrífugas 2. Lógica exógena 3. Tende a gerar contradições 4. Exerce o poder 5. Território definidor de práticas sociais 6. Competição 7. Processo recente

Fonte: RAPOSO e SENHORAS 2014

As ações das forças de verticalidades e horizontalidades configuram elementos centrais no processo de produção do espaço da cidade de Pacariama, pois suas ações com os seus agentes representam convergência de anseios e interesses que materializam em equipamentos fixos que dão fluxo ao tecido da cidade em uma complexa produção espacial marcada por interesses difusos.

O espaço da cidade de Pacariama se insere na definição de Espaço Geográfico, formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá, pois a natureza provê as “coisas”, as quais são transformadas em objetos pela ação do homem por meio de técnicas e processos que possibilitam a reprodução da vida e por conseqüente, a reprodução do espaço em um processo dinâmico e contínuo (SANTOS 2006).

O processo de reprodução do espaço da cidade possui determinações históricas cuja técnica, possuidora de uma dimensão concreta com formas, funções e estrutura, faz a mediação de processos que envolvem práticas sociais e espaciais em consonância com o pensam os autores a seguir

Figura III - autores e considerações sobre a produção do espaço

AUTORES	CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO
GOTTIDIENER 1993	As forças políticas e ideológicas são igualmente importantes;
CORRÊA 1997	Condicionado e é reflexo da sociedade, ou seja, do modo pelo qual predominam os interesses de apropriação e uso da natureza e da produção de bens materiais;
CORRÊA 2000	O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço;
SPOSITO 2003	Diferentes grupos, historicamente, se apropriam do território, produzindo espacialidades e temporalidades urbanas que diferem entre si e expressam a cidade como o espaço das diferenças, dos conflitos e da reprodução do capital.
CARLOS 2004	Produto do processo de produção num determinado momento histórico recorrente à reprodução do capital, que se dá por meio da divisão espacial do trabalho;
HARVEY 2005	Considera que essa produção é resultado das relações de classes e de mercado, pois envolvem práticas espaciais materiais (fluxos, transferências, interações físicas, entre outros), de maneira a garantir a sua reprodução social por meio das práticas espaciais, visíveis na setorização da cidade, bem como expressa no seu vocacionamento; produto como condição dos processos sociais de transformação em andamento, ou seja resultado das condições materiais determinadas em cada momento
LEFEBVRE 2008	<p>1º- Algo puro, matemático e essencialmente um “lugar de números e proporções”, concebido como algo fechado, mensurável e controlável, pelo qual a técnica orienta suas estruturas de funcionamento.</p> <p>2º- Resultado da divisão do trabalho e produto histórico, o qual vai se condicionar ao grau de organização cultural, econômico e das forças produtivas. Nesse sentido é reflexo do modo como os agentes promotores do espaço atuam na produção e reprodução do espaço, seja na forma horizontal ou vertical.</p> <p>3º - Instrumento de mediação, político, controlável pelo Estado e pela classe dominante, unidades de consumo vinculadas às unidades de produção.</p> <p>4º - Espaço não é objeto nem mercadoria, não sendo o lugar da produção de coisas, mas da reprodução das relações sociais, onde aparecem os diversos outros espaços da cidade, como de trabalho, lazer, educativo, etc. Portanto, nele há uma unidade de poder na fragmentação.</p>
CARLOS 2011	Considera que a sociedade produz-se no espaço, produzindo-o, como lhe é próprio, haja vista que a produção do espaço se relaciona à lógica da produção capitalista que transforma a produção em mercadoria. Assim, na medida em que a produção expande-se, especialmente sob a lógica do capital, torna o espaço mercadoria dado o valor de troca sob o de uso.

Fonte: RAPOSO e SENHORAS 2014

A produção do espaço da cidade de Pacaraima está relacionada às formulações dos teóricos e ao jogo dos interesses das práticas sociais pelo poder entre os diferen-

tes e distintos agentes numa elaboração temporal que não é nada mais do que sua própria história e registra nos espaço suas conquistas e derrotas. O jogo das relações travadas no processo das práticas sociais resulta em objetos com formas e funções se convertendo em um processo espacial.

O processo de produção do espaço urbano deve ser entendido por meio da apreensão das questões econômicas, comerciais, morfológicas, ideológicas, culturais, sociais, políticas e legais. Numa ordem complexa e realista de uma segunda natureza das cidades. A produção do espaço da cidade de Pacaraima surge como espaço criado como natureza segunda, natureza transformada, natureza social ou socializada (SANTOS 2006, BATISTA & VERAS 2011).

Revisão integrativa das práticas sociais no contexto da produção do espaço da cidade de Pacaraima entre 2006 a 2013

Com objetivo de realizar um debate sobre o conjunto de processos sociais recentes na produção do espaço da cidade de Pacaraima, optou-se por realizar uma revisão integrativa, com a perspectiva de se esforçar em uma discussão contextual da produção do espaço da cidade que permita um diálogo com as categorias da produção do espaço da cidade a partir de um enfoque fenomenológico no âmbito dos processos sociais e geográfico, a partir da materialidade de Pacaraima e seus múltiplos contextos.

A revisão integrativa constitui-se num método específico, que resume o passado da literatura, com o objetivo de traçar uma análise sobre o conhecimento já construído em pesquisas anteriores sobre um determinado tema (WHITTEMORE e KNAFL, 2005). No caso optou-se por analisar a percepção do fenômeno da cidade de Pacaraima no principal jornal escrito e de grande circulação em Roraima: O Jornal Folha de Boa Vista. Muito comum nas ciências da saúde este tipo de pesquisa busca fornecer uma compreensão mais abrangente de um fenômeno particular, possibilitando um estudo amplo acerca do tema pesquisado (BROOME, 2000); este tipo de análise trata sobre um determinado objeto conforme a ótica de diferentes autores e em distintos momentos (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

No processo de revisão de textos jornalísticos, fez-se necessário a elaboração de um resumo pautado em diversos tópicos, capaz de criar uma grande capacidade de assimilação do assunto estudado. Essa revisão constitui um passo importante para a elaboração do conhecimento da produção da cidade, pois, através dela, busca-se a

apreensão dos principais fenômenos sociais percebidos e notificados acerca do tema de pesquisa em curso.

A revisão integrativa da percepção do fenômeno da cidade de Pacaraiama no jornal Folha de Boa Vista teve como objetivo descrever a evolução e dinâmica recente da produção da cidade, subsidiando a apreensão do tema. Segundo os autores Whitemore e Knafel (2005) que consideram o aumento das formas de se fazer pesquisas tenham contribuído para a utilização de métodos mais elaborados e rigorosos, defendem a ideia de que quanto maior o rigor metodológico maior será a evolução da complexidade nas revisões literárias.

A revisão integrativa respalda a análise da produção do espaço da cidade compreendendo a dinâmica recente desse fenômeno abordando processualmente a história e lógica recente da produção do espaço urbano da cidade de Pacaraiama, como proposta de se obter um recorte temporal do fenômeno produzido no cerne das relações sociais mediadas pela força do trabalho e da técnica, como já dito.

Orientados por Santos e Lefebvre, pensa-se na produção do espaço como transformação e elaboração permanente das formas espaciais oriundas dos processos e contradições presentes na formação social, que por meio de seu trabalho produz o atual modo econômico e este se acumula no tempo e no espaço, determinando elaborações e modificações espaciais para acomodar, concentrar e novamente se reproduzir por meio da força de trabalho num processo contínuo de produção espacial da cidade.

O modo capitalista de produção projeta relações de todo tipo sobre o terreno, o qual reage sobre elas, sem que haja correspondência exata, prontamente definida, entre as relações sociais e espaciais (Lefebvre 2006, p. 8). Segundo o autor, ele se apropria – subversivamente – do espaço pré-existente, modelado, espacialmente consolidado. Assim, produtivo e produtor, suporte de relações econômicas e sociais – como, por exemplo, as relações de propriedade, a divisão do trabalho, instituições, cultura, saber, etc. Para Lefebvre, a reprodução das relações sociais de produção é mais importante que as próprias relações de produção. Elas constituem o processo central e oculto da sociedade capitalista, e esse é um processo essencialmente espacial, essencialmente dialético. Pretende-se assim com o uso de uma revisão integrativa a tarefa pretensa de identificar a prática espacial da produção do espaço em Pacaraiama (2006, p.31).

Prática espacial engloba produção e reprodução, lugares especificados e conjuntos espaciais próprios a cada formação social considerando o processo de produção de um espaço social, como instância da sociedade. De acordo com Lefebvre (2006,

p. 34), “a prática espacial de uma sociedade secreta seu espaço; ela o põe e o supõe, numa interação dialética: ela o produz lenta e seguramente, dominando-o e dele se apropriando. Para a análise, a prática espacial de uma sociedade é descoberta decifrando seu espaço”.

Assim para decifrar o espaço da cidade de Pacaraima busca-se na revisão integrativa um ponto de partida a partir dos dados noticiados. Whitemore e Knafl (2005) orientam que a análise dos dados, na revisão integrativa é um grande obstáculo que deve ser superado pelo o pesquisador, pois a análise de dados e a síntese nas várias fontes se tornam complexos devido à quantidade de dados que possam aparecer. Segundo Mendes, Silveira e Galvão (2008) para se elaborar uma revisão integrativa relevante é necessário que as etapas a serem seguidas sejam claramente descritas. Para os autores, o processo de elaboração da revisão integrativa encontra-se bem definido na literatura.

Com base nestas discussões, estrutura-se uma abordagem qualitativa e exploratória, cuja finalidade aplicada à realidade se manifestou por meio de uma revisão integrativa dos temas que mais se destacaram segundo as etapas:

Figura IV - Seis etapas para a elaboração da Revisão Integrativa

E T A P A S	1a	Identificação do tema e seleção da hipótese ou questão da pesquisa
	2a	Estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão de estudos/amostragem ou busca na literatura, definição das bases de dados e realização da seleção dos estudos.
	3a	Definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados.
	4a	Avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa.
	5a	Interpretação dos resultados.
	6a	Apresentação da revisão/síntese do conhecimento, onde deve ser feito um resumo das evidências disponíveis.

Fonte: Coutinho e Senhoras, 2013

Tal revisão teve como tema os fatos que foram noticiados no Jornal Folha de Boa Vista no período de 2006 a 2014. Com intuito de identificar as práticas sociais e espaciais, foram realizadas pesquisas no sítio do Google com os termos: Pacaraima “folha de boa vista” site: folhabv.com.br. A delimitação do ano de início das buscas se dá em virtude de ser esse o anodo início da digitalização do referido diário jornalístico.

Seguindo este critério foram localizadas 7.520 ocorrências. Depois do refinamento foram selecionadas 532 citações divididas em sete variáveis conforme quadro a seguir. A tabulação dos episódios mais recentes noticiados pelo Jornal Folha de Boa Vista colaborou com a apreensão da produção do espaço da cidade na percepção desse veículo, que é o principal jornal escrito de grande circulação no estado de Roraima, conforme figura a seguir:

Figura V: dimensões (aspectos) das práticas sociais

Variáveis identificadas	%	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
Cultura	35	1	5	11	30	29	18	34	58	186
Segurança pública	21	1	0	1	16	21	20	19	31	109
Relação de fronteira	17	5	0	9	13	10	13	13	28	91
Saúde e meio ambiente	12	0	1	0	8	6	16	13	21	65
Infraestrutura	7	1	0	1	6	9	8	4	8	37
Econômica	4	0	0	1	7	6	2	2	4	22
Política	4	0	0	1		5	3	2	11	22
Total	100	7	6	13	50	57	62	53	103	532

Fonte: Elaboração RAPOSO, baseado em SENHORAS (2013)

A partir da busca e tabulação identificou-se as práticas sociais que foram agrupadas em 7 variáveis evocando seus aspectos de: Cultura; Segurança Pública; Relação de Fronteira; Saúde e Meio Ambiente; Infraestrutura; Econômico e Político. O quadro acima mostra a ocorrência de notificações nos anos analisados e o percentual de cada variável em relação ao número total de ocorrências consideradas.

Com base nas dimensões e aspectos mais noticiados, pode-se dizer que as práticas sociais ligadas à produção do espaço da cidade de Pacaraima, nos últimos anos, evidenciam o poder da cidade como importante polo cultural que dinamiza outras práticas sociais ligadas ao tema tais como: os processos de educação e movimentação de uma quantidade significativa de turistas atraídos pela geografia da cidade e os movimentos de cultura.

A análise permite afirmar que há grande movimentação de pessoas, ideias, valores etc., deixando evidente que o aparato de segurança pública seja mais acionado e noticiado. Quanto à relação de fronteira é responsável pela maior dinâmica dos aspectos das práticas sociais que repercutem em outras dimensões como, infraestrutura, economia e política. A figura a seguir faz um detalhamento de cada dimensão.

Detalhamento das dimensões e das práticas sociais mais noticiadas baseada nos artigos da revisão integrativa

a) **Cultura:** nas práticas sociais as notícias ligadas aos aspectos culturais são as que mais se destacam. Cidade além do elo Brasil e Venezuela abriga uma enorme diversidade marcada pela cultura indígena das diversas etnias e ainda as fortes influências de migrantes de várias regiões do Brasil que vivem ali. Esse contexto das práticas socioespaciais movimentou o turismo, um dos elementos que mais ocorreram na dimensão dessas práticas na revisão integrativa. O aspecto turístico abrange movimentos entre os dois países, festas tradicionais como a “micaraima” e a festa de São José, além de movimentos pendulares de férias e veraneio. O contexto da diversidade cultural floresce os embates e manifestações por afirmações de pertencimento e de posse entre indígenas e não indígenas. A esse respeito se registrou que o recente processo de manifestações de julho 2013, sucedido em todo país, teve pelo menos duas ocorrências na cidade. Fazem parte dessa variável as notícias ligadas à educação formal e não formal, incluindo educação básica superior para as populações da cidade e indígenas, há ainda a condição de movimentos de indígenas na produção cultural nos dois países.

b) **Saúde e meio ambiente:** perpassam por essa questão a problemática ambiental dos resíduos sólidos urbanos no que tange à produção e a deposição dos resíduos; do saneamento e sua implementação frente aos desafios do sítio urbano; das queimadas, que embora ocorram na maioria das vezes longe da cidade, porém, no perímetro municipal e da cidade, que se espera emane alguma providência; questões de saúde pública como controle de endemias, epidemias e vetores; de vigilância sanitária no controle de pragas, endemias e epidemias ligadas a produtos orgânicos animal e ou vegetal; ações para controle de doenças infecciosas como chicoyinha e o transmissão do vírus HIV, por exemplo; questões de extração de minerais em garimpo clandestino; acidentes envolvendo turismo de aventura na região e ainda a questão do cemitério municipal longe do perímetro urbano em função das condições geomorfológicas do sítio da cidade.

c) **Saúde e meio ambiente** - perpassam por essa questão a problemática ambiental dos resíduos sólidos urbanos no que tange à produção e a deposição dos resíduos; do saneamento e sua implementação frente aos desafios do sítio urbano; das queimadas, que embora ocorram na maioria das vezes longe da cidade, porém,

no perímetro municipal e da cidade, que se espera emane alguma providência; questões de saúde pública como controle de endemias, epidemias e vetores; de vigilância sanitária no controle de pragas, endemias e epidemias ligadas a produtos orgânicos animal e ou vegetal; ações para controle de doenças infecciosas como chicoyinha e o transmissão do vírus HIV, por exemplo; questões de extração de minerais em garimpo clandestino; acidentes envolvendo turismo de aventura na região e ainda a questão do cemitério municipal longe do perímetro urbano em função das condições geomorfológicas do sítio da cidade.

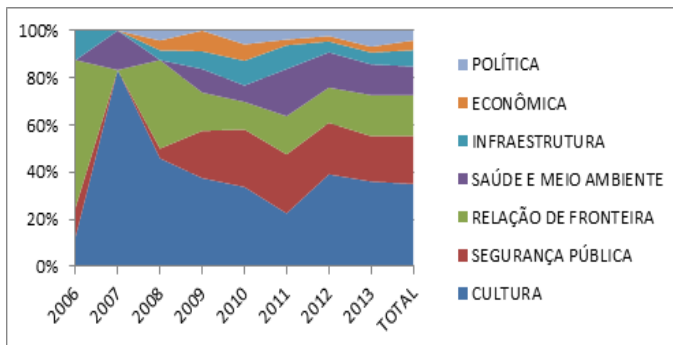
d) **Política:** Posse e afastamento de prefeitos, normatização da administração municipal, processos de corrupção intercâmbios políticos em âmbito nacional e internacional.

e) **Infraestrutura:** As notícias das práticas sociais evidenciaram a BR 174 e suas periódicas obras de manutenção; os serviços de telefonia celular; a criação da agência INSS, perda de moradias; questões de energia elétrica, criação da agência da Caixa Econômica, exclusão de terra, Redução FPM criação do Matadouro, questões do linhão de energia e as terras indígenas, fornecimento e falta de energia, imóveis abandonados, programa Minha Casa, Minha Vida, Internet da Venezuela, uso de terras Bairro Orquídeas, lotes, Receita Federal e Agricultura Familiar

f) **Economia:** Abarca questões relativas à área de livre comércio, atuação das cooperativas de taxistas, do comércio local e da produção de orgânicos.

A partir dessas considerações foi possível perceber que as práticas sociais noticiadas revelam os aspectos de mais predominância na produção do espaço da cidade, conforme figura VI.

Figura VII – Gráfico sobre o comportamento das Dimensões das Práticas Sociais nos anos analisados



Fonte: Elaboração RAPOSO E SENHORAS

O gráfico colabora com a visualização do comportamento das práticas sociais ao longo dos últimos anos e ajuda a apreender a preponderância das dimensões em cada ano e no contexto global da análise. As dimensões sociais definidas e apresentadas a partir da revisão integrativa constituem parte do processo de análise da dinâmica socioespacial da cidade de Pacaraima, identificando a natureza fenomenológica da produção do espaço considerando as práticas sociais ali empenhadas.

Espaço da cidade de Pacaraima, enquanto campo de poder das dimensões das práticas sociais

O espaço da cidade de Pacaraima como campo de poder do conjunto das dimensões das práticas sociais que atuam na reprodução do espaço, revela a enorme diversidade cultural da cidade contida em uma população relativamente pequena, mas altamente dinâmica. Evidencia-se, mais uma vez, o fenômeno da cidade sobre a TI São Marcos e a população considerada como rural, são na realidade populações indígenas das culturas Macuxi, Wapichana, Maiogong, Taurepang entre outras.

Essa enorme diversidade da cultura indígena, somada às fortes influências de migrantes de várias regiões do Brasil e o fato de ser Pacaraima a cidade gêmea com a cidade de Santa Elena de Uiren, e principal via de acesso à Venezuela denotam a pluralidade dos processo socioculturais no espaço em questão que constitui um entreposto de acesso facilitado, por via expressa, ao Caribe, à América Central e à

América do Norte. A atividade do turismo atrai movimentos entre os dois países que exploram possibilidade de lazer, aventura, cultura e compras fazendo com que esse, seja um dos aspectos fundamentais dos fluxos entre os países sendo a cidade um lócus que produz e reproduz seu espaço ante às demandas emanantes dessa situação e do turismo.

A diversidade cultural e natural, os sítios arqueológicos com arte rupestre, biomas como a Gran Sabana e o Monte Roraima, os festejos populares e tradicionais do município, como o carnaval fora de época: Micaraima e a festa de São José - que ocorre desde o dia 19 de março do ano de 1946- bem como, as festas culturais promovidas por setores educacionais e culturais como Yamix, SESC Lê, por exemplo, constituem práticas sociais e espaciais que por consequência fomentam também as práticas sócioespaciais que atraem pessoas dos dois países.

Florescem os embates e manifestações por afirmações de pertencimento e de posse da terra entre indígenas e não indígenas. Tais manifestações refletem antigos e novos anseios que abrangem a produção do espaço no contexto local, mas, ao mesmo tempo inserindo esse espaço a uma dinâmica maior em nível regional e nacional com o registro dos recentes processos de manifestações de julho 2013 ocorrido em todo país, que teve pelo menos duas ocorrências na cidade.

Ligados aos processos de cultura, a educação formal e não formal, incluindo educação básica e superior para as populações da cidade e indígenas e há ainda a condição de movimentos de indígenas na produção cultural nos dois países que geram dinâmicas e aparelhos nos espaços onde as “coisas” produzidas adquirem significados e funções, fomentando o processo contínuo dos sistemas de objetos necessários às práticas sócioespaciais, como escolas, campus universitário, ações de intercâmbio educacional e cultural na fronteira.

Em relação à situação de fronteira e os aspectos da segurança pública evidencia-se o envolvimento municipal, estadual demandando uma franca ação da esfera federal pela ação do PEFRON - Policiamento Especializado de Fronteiras comandado pelo Ministério da Justiça que consiste em uma cooperação informal dos órgãos de Segurança Pública com as polícias Federal (PF) e Rodoviária Federal (PRF) incluindo os policiais civis e militares. Sua ação objetiva combater crimes característicos das fronteiras, como o contrabando de armas e munições, narcotráfico, crimes ambientais e o roubo de cargas e veículos.

Tais crimes repercutem em outras práticas de violência e de reação à violência urbana. Salienta-se a necessidade de preencher vazios da segurança pública nas fronteiras marcadas pelo aumento da violência e crimes cometidos, sobretudo contra a

mulher, crianças e adolescentes. Associado a isso, enfrenta-se também a prevenção de endemias e epidemias, assistência à saúde e vigilância sanitária.

Pacaraima conta com as corporações de Polícia Militar do estado de Roraima, de Polícia Civil do estado de Roraima e de Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Roraima. Compõe ainda o espaço da cidade o destacamento de da Polícia Federal de Fronteira, Posto de Polícia Rodoviária Federal, Unidade de controle ambiental, Pelotão Especial de Fronteira – PEF do Exército Brasileiro, Receita Federal e Secretaria do Estado da Fazenda, Unidade do IBAMA; tais órgãos tendem a combater crimes de tráfico, descaminhos e contrabandos.

Da relação entre os países e tudo que ela representa incluindo a corresponsabilidade por boa parte da dinâmica socioespacial em Pacaraima, que tem como cidade gêmea a cidade de Santa Elena de Uiren, existe uma para diplomacia e relação de solidariedade que muito embora não constitua política pública robusta, coopera para a pacífica elação de fronteira entre os países. Ocorrem ainda relações de para diplomacia entre as duas cidades com projetos que envolvem intercâmbios educacionais, culturais e políticos no estabelecimento de relações de solidariedade entre as cidades irmãs.

As práticas sociais associadas à condição de fronteira aparecem como propulsora de todas as demais dimensões das práticas socioespaciais noticiadas. A possibilidade de contato e intercâmbio cultural, econômico entre os países e entre as culturas presentes alimentam fluxos das mais variadas características e intenções dos quais se salientam: operações comerciais e aduaneiras, transporte e trânsito de passageiros e cargas, turismo, comércio formiga, contrabando, sacoleiros, drogas, produtos piratas etc.

Na dimensão das práticas de saúde e meio ambiente reflete o desenvolvimento socioeconômico da população e as suas demandas por acesso à política pública de saúde e aos meios de subsistência dos recursos naturais. A demanda por eficiência na saúde e a questão de fronteira fomenta ações de vigilância sanitária tanto no controle biológico de pragas quanto de endemias e epidemias exigindo equipamentos espaciais que cumpram tal função social.

Em relação às condições socioeconômicas e de consumo evidencia-se a crise vivida na cidade em relação à produção e deposição de resíduos urbanos, onde um lixão constitui um subespaço que geram problemas ambientais e desconforto aos moradores. As queimadas urbanas e periurbanas estão inseridas nesse campo de poder. Embora a maioria das queimadas ocorra longe da cidade é dela que se espera

uma infraestrutura e logística para enfrentamento do problema. Ainda nesse campo, notou-se na revisão, questões relativas a falecimentos e a ausência de cemitério na cidade, dadas as condições geológicas do solo que propicia a mumificação dos corpos em contraponto à decomposição.

A melhoria da renda familiar, as novas tecnologias e a aceleração do processo de urbanização modificaram consideravelmente o panorama da saúde, propiciando um maior acesso da população aos serviços de saneamento básico e de saúde, demandando mais uso dos recursos naturais como a água encanada, esgoto, energia elétrica e coleta de resíduos. Essas demandas mais do que constituíram práticas socioespaciais, definem e qualificam a morfologia da cidade.

O campo de poder infraestrutural na cidade de Pacaraima encontra-se no processo da gênese da cidade, cuja origem remonta à infraestrutura da BR 174, a instalação do Pelotão Especial de Fronteira (PEF) e dos postos de Telecomunicações de Roraima S/A (TELAIMA), a Companhia de Água e Esgoto de Roraima (CAER) e a Companhia de Energia de Roraima (CER). Residem nessa dimensão da prática socioespacial os aspectos de se estabelecer um sistema de objetos que possam tornar possível as demais práticas sociais desempenhadas na cidade.

No campo da análise, a dimensão das práticas socioambientais, além de produtoras de espaços, são reprodutoras e promotoras de novas práticas socioambientais na conformação da cidade até os dias atuais. Essa dimensão representa ainda o grau de inserção da cidade nos processos locais, regionais, nacionais e globais. São as infraestruturas que promovem os canais de acesso e determinam velocidades de integrações aos fluxos de circulação de pessoas, mercadorias, finanças, ideias, entre outras.

A base material dos sistemas de objetos que compõem as infraestruturas da cidade conta ainda com rede energia, água e esgoto, arruamento (a maioria conta com asfalto e calçamento); há serviços de telefonia celular; agência INSS, bancos, com destaque para Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, Matadouro Municipal, Correios, telefonia pública e domiciliar, Receita Federal, Polícia Federal e Fundação Nacional de Saúde. Existem 33 escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio. Campus da Universidade Estadual de Roraima, um hospital com 25 leitos - que atende, também, os venezuelanos que o procuram. Embora haja serviços de internet e TV por assinatura, observa-se que essa infraestrutura também é oferecida por empresas venezuelanas. Há um empreendimento de produção de hortaliças orgânicas e ressaltam-se os processos de manutenção periódica da BR 174 e das instalações do PEF.

As práticas sociais relativas ao campo de poder da economia abarcam questões relativas ao comércio realizado na fronteira com a cidade venezuelana de Santa Elena de Uairen; atuação das cooperativas de taxistas; do comércio local; da prestação de pequenos serviços; da produção de orgânicos e -embora pouco expressiva – da pecuária de corte. Essas práticas promovem objetos espaciais como rede de comércios e serviços altamente dinâmicos como hotel, restaurantes, comércio, serviço de taxi, entre outros. Observa-se ainda que esse campo do poder é aquecido pela economia do contracheque e dos repasses governamentais como o bolsa família, que compõem uma fatia considerável de valores que movem a economia local.

A política local, expressa o jogo de poder e interesses que congregam forças exógenas e endógenas que surgiram com a cidade se mantiveram. Além de normatizar e regularizar uma ocupação na fronteira o jogo político visa o estabelecimento de uma sede municipal com suas instituições capaz de assegurar aos residentes uma representação nos moldes de sistema democrático de governo como reza a constituição brasileira.

Pesam ainda sobre a cidade os processos de corrupção e má gestão do erário público e a responsabilidade de ser uma cidade de fronteira, na qual, processos para diplomáticos devem assegurar a coexistência de cooperação internacional favorecendo uma geopolítica que priorize relações de cooperação e integração nacional e internacional.

Considerações finais

A estruturação do espaço da cidade de Pacaraima traz consigo a complexa relação de espaço em situação de fronteira marcada por uma dualidade intrínseca de contato e separação, que se materializa por meio das forças de verticalidades e horizontalidades lógicas destinadas a confluências de interesses econômicos, políticos e sociais que abarquem interesses postos sobre o espaço.

As ações das forças de verticalidades e horizontalidades configuram elementos centrais no processo de periodização da produção do espaço urbano da cidade de, pois suas ações como a de seus agentes representam convergências de anseios e interesses que se materializa em equipamentos fixos e fluxo do tecido da cidade em uma complexa produção espacial marcada por interesses difusos.

Sua produção resulta de ações deliberadas do Estado, como forma de criar condições para atender ao interesse da ocupação, reprodução e expansão do capital na fronteira As forças horizontais lhe confere características únicas em relação às outras

cidades da macrorregião amazônica e paradoxalmente as verticais conferem atributos, formas, dramas, subespaços, enfim características muito próximas a de outros espaços urbanos na Amazônia.

Paradoxal e complexa, a cidade expressa a presença das forças que a produz, enquanto as verticalidades tendem a gerar um padrão homogêneo, semelhantes a outras cidades em contextos parecidos. As horizontalidades imprimem ritmos, cores e sabores, dá essência ao que é comum tornando-o algo singular, próprio do lugar. As horizontalidades se expressam por meio do conflito de surgimento da cidade em terras das reservas indígenas São Marcos e Raposa Serra do Sol e presença de culturas Macuxi, Wapichana entre outras indígenas e não indígenas.

Ainda na peculiaridade dos processos horizontais Pacaraima é cidade irmã da Cidade de Santa Elena de Uairén, com a qual mantém intensas relações comerciais ampliando ainda mais o caldeirão cultural marcado por culturas que expressam suas *práxis* sobre um mesmo território de significados distintos.

Na análise das práticas socioespaciais das horizontalidades realizada por meio da revisão integrativa no período de 2006 a 2013 possibilitou identificar quais são as principais práticas sociais na produção do espaço da cidade, bem como de seu aparelho citadino, com a finalidade de assegurar aos residentes e aos que utilizam a cidade, condições básicas de habitar, circular e produzir suas vidas conferindo uma urbanidade que observa e respeita as diferenças existentes e as necessidades de desenvolver práticas de vidas baseada em relações dialógicas.

Na observância das práticas sociais, em suas dimensões, em seus campos de poder e base material desses campos no tecido urbano, se reconhece, mais uma vez, o fato de ser Pacaraima uma cidade fronteiriça, e assim, suas práticas socioespaciais carregaram em seus contornos as matizes dessa localização geográfica de policultura ou de pluralidade cultural em uma região remota, mas que aos poucos, insere as dinâmicas regionais, nacional e global.

Assim, o entendimento das práticas socioespaciais revela a força das horizontalidades oriundas das comunidades locais e a necessidade de articulação dessas; as verticalidades por meio de estratégias locais, entre os organismos municipais, estaduais e federais de cultura, segurança pública, saúde e meio ambiente, economia, etc. demandando um planejamento de estruturação espacial para o enfrentamento dos desafios postos à Pacaraima.

As práticas socioespaciais apontam para a necessidade de promover o desenvolvimento fronteiriço bilateral que perpassa pela preservação do meio ambiente, criação de infraestrutura nas cidades gêmeas, com transporte terrestre fronteiriço,

comércio do combustível e trânsito de turistas. Também apontam, que questões de saúde de e meio ambiente devem ser assumidas por meio de ações de controle de pragas, epidemias e endemias, além dos problemas sanitários e de saúde decorrentes da aglomeração urbana.

A paradiplomacia entre as cidades sugere propostas que facilitem o ingresso de turistas brasileiros na Venezuela e de venezuelanos no Brasil. Reconhece-se a permanente necessidade de ajuste e definição de operações das aduanas dos dois países, com vistas a favorecer o transporte e trânsito de passageiros e cargas nas regiões, mantendo os interesses comerciais entre os países, abrangendo diálogos entre a Receita Federal e o Seniat - Serviço Nacional de Administração Aduaneira e Tributária da Venezuela, para estabelecerem mecanismos de segurança, que possam combinar uma agenda menos burocrática nesses países, facilitando o fluxo de mercadorias, estendendo, inclusive, o horário de funcionamento das aduanas, minimizando assim, os danos do tráfico, contrabando e descaminhos.

Por fim, a análise das práticas socioespaciais por meio da revisão integrativa revelou a força dos processos horizontais da produção e reprodução do espaço da cidade de Pacaraima, apontando seus elementos essenciais, constituindo uma importante ferramenta para compreensão e planejamento espacial capaz de alicerçar políticas públicas de gestão e desenvolvimento territorial.

Referências bibliográficas

BATISTA, A.N., VERAS, A.T. R. (Re) Pensando O Espaço Territorial de Pacaraima. In: **Pacaraima: Um Olhar Geográfico**. VERAS, Antônio Tolrino de Rezende; SENHORAS, Elói Martins (eds). Coleção Comunicação & Políticas Públicas. Boa Vista: Editora da UFRR, 2011, vol. 1.

BARBOSA, R. I. Distribuição das Chuvas em Roraima. In: BARBOSA, R. I.; FERREIRA, E. J. G.; CASTELLÓN, E. G. (Eds.) **Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima**. Manaus: Editora INPA, 1997.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

BROOME, M. E. Integrative literature reviews for the development of concepts. In: RODGERS, B.; KNAFL, K. A. (eds). **Concept development in nursing: foundations, techniques and applications**. Philadelphia: W.B Saunders Company, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.302p.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2000. 94p.

COSTA, J. A. V.; FALCÃO, M. T.; COSTA, J. B. S. **Vulnerabilidades aos processos erosivos no Município de Pacaraima - RR**. Primeira abordagem. Anais do Simpósio Nacional de geomorfologia. Goiânia: SINAGEO, 2006.

CUNHA, L.D.; BESERRA NETA, L.C.; TAVERES JÚNIOR, S.S. Áreas de risco identificadas no perímetro urbano de Pacaraima. In: **Pacaraima: Um Olhar Geográfico**. VERAS, Antônio Tolrino de Rezende; SENHORAS, Elói Martins (eds). Coleção Comunicação & Políticas Públicas. Boa Vista: Editora da UFRR, 2011, vol. 1.

GOTTDIENER Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993. 310p.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anablume, 2005.252p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=140045>. Acessado em: 16/09/2014.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à cidade**. 1ª ed. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

_____. **A produção do espaço**. Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea” do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original La production de l’espace. 4ª Ed. Paris Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão – fevereiro de 2006.

_____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

MENDES, K. D. S; SILVEIRA, R. C. C. P; GALVÃO, C. M. **Revisão integrativa: Método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem**. Revista Texto e contexto, vol. 17, n. 4, 2008

RORAIMA. **Informações Socioeconômicas sobre o município de Pacaraima - RR**. Seplan: Boa Vista, 2014.

RORAIMA. **Lei Estadual n.º 96**, de 17-10-1995

SPOSITO, Maria da Encarnação. Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2003.80p.

SANTOS, M. **Metamorfoses Do Espaço Habitado, fundamentos e Teórico e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo 1988

_____**A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** Edusp (4ª ed.): São Paulo, 2006.

_____**A urbanização brasileira.** 5º ed. São Paulo: Edusp, 2008

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro:Record, 2001.

SENHORAS, Elói Martins; ANTUNES, Eloisa Maieski; TREVISAN, Rosaldo. **Dinâmica fronteiriça no arco norte brasileiro no contexto das Áreas de Livre Comércio.** Escola de Administração Fazendária. Caderno de Finanças Públicas, n. 12, Dezembro de 2012.

SENHORAS, Eloi Martins. **DINÂMICA FRONTEIRIÇA DAS CIDADES-GÊMEAS ENTRE BRASIL E GUYANA.** In REVISTA GEONORTE, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.1077-1094, 2013. (ISSN – 2237-1419)

SILVA, J.A.N.; MOURÃO, G.M.N. As Metamorfoses do Espaço Em Pacaraima. In: **Pacaraima: Um Olhar Geográfico.** VERAS, Antonio Tolrino de Rezende; SENHORAS, Eloi Martins (eds). Coleção Comunicação & Políticas Públicas. Boa Vista: Editora da UFRR, 2011, vol. 1.

WHITTEMORE, R; KNAFL, K. **The integrative review: updated methodology.** Journal of Advanced Nursing, vol. 52, n. 5, 2005.

GT16 E GT28 - FLUXOS MIGRATÓRIOS NA
PAN-AMAZÔNIA: REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS/
MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NA PAN-AMAZÔNIA:
FLUXOS, PROCESSOS E TRAJETÓRIAS DE VIDA

AS MODIFICAÇÕES DA CIDADE PROVOCADAS POR MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS

Introdução

A Manaus de meados do século XIX era uma cidade onde a população de origem indígena com seus estilos de vida próprios da área rural se entrelaçava com os estilos da vida urbana. No entanto, com o florescimento do comércio do látex da borracha, a partir da segunda metade desse mesmo século, a cidade foi impactada por um intenso fluxo migratório, intensificando ainda mais a sua problemática social.

As últimas décadas do século XIX podem ser caracterizadas como um período de grandes movimentos migratórios em decorrência de mudanças econômico-sociais ocorridas no país, de modo que o fenômeno da migração interna ganhou visibilidade, caracterizando-se como um problema nacional.

A implantação da Zona Franca de Manaus, em 1967, propiciou o crescimento econômico regional, iniciado durante o ciclo da borracha, época em que a população havia aumentado significativamente.

A Zona Franca abrigou novas indústrias, comercializando produtos importados de outros países. Com a sua instalação, Manaus foi invadida pela migração das populações interioranas e ribeirinhas, como mão de obra barata para as indústrias, gerando um crescimento desordenado da cidade e aumentando consideravelmente o número de bairros periféricos e favelas.

Araújo (1973) salienta que o processo migratório fez com que Manaus tivesse uma transformação física, formando vários bairros, definindo-se o espaço urbano, compondo uma população de ribeirinhos, seringueiros, caboclos, castanheiros, nordestinos, estrangeiros, formando um segmento de trabalhadores que buscam vida melhor.

* Universidade Federal do Amazonas. Email: ev_am@hotmail.com

** Universidade Federal do Amazonas. Email: karla.ingles@bol.com.br

*** Pontífica Universidade Católica-SP (Orientadora). Email: iraildes.caldas@gmail.com

Mediante as transformações da cidade, um fenômeno passa a ser predominante na paisagem da cidade de Manaus: a densa ocupação das áreas de igarapés por famílias que têm baixo nível econômico, o que causa impactos ambientais e visuais.

A migração e os processos migratórios no Brasil

O Brasil é um país constituído por processos migratórios presente nos deslocamentos de pessoas de todos os lugares. A primeira imigração foi a dos portugueses que o descobriram e colonizaram, empurrando os índios, os povos autóctones.

No século XIX ocorreram grandes fluxos migratórios do Nordeste, sobretudo Ceará em direção à Amazônia, movidos pelo atrativo da borracha. A seca de 1915 tem sido apontada como um fator de saída do nordestino em direção à Amazônia.

O Nordeste, por seu processo histórico-social-político e econômico, transforma-se numa área caracterizada por transferir mão-de-obra rural para os centros urbanos mais dinâmicos do país, perdendo, assim, a capacidade de retenção da sua população e se transformando em uma área com altos índices de pobreza e de perdas de população.

No decorrer do processo de transformação de Manaus como capital da economia da borracha, a cidade é tomada por uma onda migratória muito grande. Não são somente brasileiros de outras regiões que vêm somar-se a população da capital e do interior em busca do trabalho, são também estrangeiros de diversas regiões do mundo.

Oliveira (2003, p.15) afirma que,

A migração na Amazônia vem influenciando diretamente no crescimento populacional dessa região. Quando os fluxos migratórios são analisados com base no comportamento de cada Estado, verifica-se que os de destino urbano são de maior expressão, com mais de 50% em todos os Estados, e o Amazonas apresenta um percentual de 93%.

Essa corrente manteve-se por todo o final do século XIX e século XX, com períodos de maior ou menor intensidade. Teve início na década de setenta do século XIX, quando a produção da borracha no Amazonas ganhava notoriedade nacional, como produto requisitado pelo comércio internacional, alimentando sonhos de rápido enriquecimento. Esse movimento se mantém com fluxo crescente até a crise da borracha, por volta de 1912-13.

A migração para os centros mais dinâmicos da economia do país representa, para quem se desloca do Nordeste, não só uma estratégia de sobrevivência econô-

mica como também uma forma de fuga e reação à exploração e à dominação dos proprietários rurais. É uma forma de esperança de liberdade, em busca de novas relações na cidade.

O migrante é um termo que esvazia o conteúdo de classe e de identidade do trabalhador nordestino, visto como errante, pau-de-arara, mão-de-obra barata, preguiçoso, indolente, construtor de cidades, retirante etc. Aqui no Amazonas, os nordestinos são rotulados de Arigó e, em São Paulo e Rio de Janeiro, recebem o estereótipo de baiano e paraíba, respectivamente.

À medida que o comércio da borracha crescia, milhares de migrantes nordestinos se deslocaram para o Amazonas. Ocuparam terras e rios ainda desconhecidos, expulsaram os índios dessas terras, alargaram as fronteiras do país com sua efetiva ocupação, a exemplo do que ocorreu com o Acre.

Belém e Manaus, no auge da belle époque, disputavam o posto de metrópole do Norte, numa comparação à Paris em relação a outras capitais europeias. A extração e o comércio da borracha financiavam a apresentação de óperas no teatro, animadas conversas nos cafés, onde se desfilava trajando a última moda parisiense.

A migração de trabalhadores nordestinos cresceu novamente durante a Segunda Guerra Mundial, incentivada pelo Estado Novo. O ‘esforço da borracha’ consistia numa série de acordos assinados entre o Brasil e os Estados Unidos. O governo brasileiro promoveu a campanha Soldado da Borracha objetivando incrementar a produção gomífera que perdia mercado para a borracha asiática.

Pinheiro (2006, p. 53) deixa claro que,

[...] de fato, tanto para a extração do látex quanto para a edificação das obras de modernização da cidade como a construção do porto, foi necessário enfrentar os problemas relacionados à escassez de mão-de-obra, só sanados com o apelo à migração de uma população nordestina assolada pela seca e pelo controle latifundiário.

Para esta autora boa parte desses migrantes se perdia pelo meio do caminho, engrossando as fileiras de elementos pauperizados que vagavam sem rumo pelas cidades, imprimindo-lhe sua marca, fazendo com que Manaus fosse, paulatinamente, perdendo um pouco de sua fisionomia tapuia.

As cifras relativas a essas ondas migratórias são bastante rudimentares e imprecisas, mas segundo Pinheiro (2006), é possível concordar com Celso Furtado quando calcula em pelo menos 500.000 o número de migrantes chegados à região entre 1872 e 1910.

Até a década de 70 do século XX se tinha um quadro de ocupação no espaço urbano de Manaus, dando conta de que os aglomerados situavam-se nas zonas administrativas Sul, Centro Sul, Oeste e Centro Oeste.

A economia do Amazonas tem na cidade de Manaus o seu ponto central na medida em que ela concentra 96,72% das empresas implantadas, sendo, pois, o balcão de emprego de todo o Estado. Essa centralização da economia em Manaus resulta em uma concentração populacional que, em 1996, era em 48,6% de toda a população do Estado.

O deslocamento para Manaus é um processo que não pode ser analisado somente do ponto de vista da atração que a Zona Franca exerce sobre essa população, mas, sobretudo, do ponto de vista da expulsão do lugar de origem, ocasionada por questões estruturais de uma sociedade gerida pela lógica do capital. Sousa (2005, p. 30) revela que,

A Zona Franca de Manaus, inicialmente, dinamizou-se como área de livre comércio, colocando Manaus na rota nacional e internacional. Posteriormente, iniciou-se a implantação do Polo Industrial de Manaus – PIM, em 30 de setembro de 1968, que lançou as bases para a segunda fase da ZFM, que foi de 1976 a 1990, e caracterizou-se pelo predomínio das atividades industriais, marcando o início da industrialização na capital do Amazonas.

Neste contexto, Manaus emerge como um centro atrativo para a migração, tanto interna quanto externa à região, incluindo levas de estrangeiros, pois os empreendimentos estabelecidos na cidade acenavam para a possibilidade de geração de empregos e oportunidades de geração de renda para as populações que buscam a melhoria de suas condições de vida.

A migração¹, nesses moldes, transforma-se em uma estratégia de sobrevivência por constituir-se na busca de melhor condição de vida, da necessidade de sobreviver, ou seja, a pressão da exclusão conduz ao processo migratório.

Torres (2005, p.15) acrescenta que,

A Manaus da primeira metade do século XX era uma cidade artificializada, com uma aura que lhe era estranha, de vez que não incluía os nativos ao ornato da modernidade. Isto, porém, não impediu que os indivíduos interioranos que migravam para Manaus vivenciassem um processo de assimilação de novos hábitos e absorção de novos valores, buscando recriar-se em meio ao movimento historicamente determinado do espaço urbano.

¹ Migração – Deslocamento de população entre regiões de um mesmo país ou entre diferentes países. Trata-se de um importante componente da dinâmica demográfica atual, em vista da tendência mundial à estabilização do crescimento vegetativo das populações. (GIANSANTI, 1998).

A nosso ver, na decisão de migrar, de certo modo está presente um anseio de mudança do quadro de dificuldades no qual os sujeitos sociais estão submetidos. Trata-se de uma luta pelo controle de sua própria história, mesmo marcada por uma tendência ideológica.

Há nesse processo, uma leitura por parte do sujeito que reconhece seus limitados recursos de sobrevivência, fazendo uma espécie de sistematização do vivido em que ele rejeita as condições objetivas nas quais está inserido.

Há, portanto, na decisão de migrar uma certa adequação entre as significações do discurso ideológico dominante e as representações dos sujeitos, associados aos seus interesses particulares.

A migração rural-urbana no Amazonas, nesta pesquisa, é reafirmada como uma questão social que expressa um processo de exclusão dos sujeitos que vêm de seus lugares de origens. Trata-se de uma exclusão dos bens e serviços de consumo coletivo, evidenciando, por um lado, a escassa intervenção do Estado no espaço urbano e o total abandono da área rural.

A migração rural-urbana se faz acompanhar por um processo de convivência do rural e do urbano, possibilitando a confluência e a imbricação desses referenciais de vida e a inserção do migrante na cidade, ou seja, acontece a partir da determinação e da reciprocidade dos referenciais rurais e urbanos.

A sua vida e sobrevivência é produzida em meios às mediações concretas feitas na cidade: o modo de ser, o pensar, o agir, os valores e as representações que faz de si e do outro.

As margens dos igarapés de Manaus, por exemplo, eram densamente povoadas. Com o advento da Zona Franca de Manaus esse quadro sofreu importantes alterações, principalmente devido ao contingente humano vindo do interior do Estado. Sousa (2005, p.34) sustenta que,

A partir dos anos 70, a cidade de Manaus passou a destacar-se por seu intenso processo de urbanização, visível no acelerado crescimento populacional. Essa dinâmica da população possibilitou-lhe em 1980 concentrar grande parte da população do Estado do Amazonas, sendo elevada, na década de 90, à posição de metrópole da Amazônia Ocidental.

Esse deslocamento para o Amazonas era o reflexo de uma segunda ou terceira onda migratória igual aquelas que, em décadas anteriores, haviam migrado dos Estados do Sul em direção à nova fronteira agrícola, situada no Norte e Centro-Oeste. Eram colonos gaúchos, catarinenses e paranaenses que, após terem saído do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, por exemplo, avançavam para o coração da Amazônia.

Os migrantes foram conclamados a irem para a Amazônia, não para cumprir um dever patriótico, mas para conseguir terras, pois as autoridades governamentais iniciaram vários projetos de implantação de colônias agrícolas e acenaram com a distribuição de lotes de terra por todo o Nordeste, o que não ocorreu.

Vejamos a opinião de uma entrevistada acerca da migração para a cidade de Manaus:

Esse deslocamento de pessoas para Manaus tem contribuído muito para a mudança do espaço, pois essas pessoas incorporaram os nossos valores e nossas tradições e nós também incorporamos os seus hábitos, e com isso, vai havendo uma troca de culturas e o espaço vai adquirindo novas feições. E, pra mim, viver num lugar de muita floresta só me causa orgulho. Tenho certeza de que quem vem á Manaus não se arrepende. Aqui tem lugar pra todo mundo. Emprego é mais fácil, significa um lugar ao sol. Mas as dificuldades são muitas: tem muito lixo na rua, a violência está aumentando a cada dia, as ruas estão esburacadas. E com o crescimento, acelerado, Manaus está se transformando (F.S.F entrevista / 2013).

A fala desta moradora remete à uma profunda análise sobre o que a cidade representa para os seus habitantes. É Morin (2002, pp.119-120) quem nos auxilia nesta reflexão ao apontar que,

A terra é nossa realidade objetiva e nossa pátria subjetiva (...). Os desflorestamentos maciços das grandes florestas tropicais produtoras de nosso oxigênio comum, a esterilização dos oceanos, mares e rios nutrientes, as inúmeras poluições e as catástrofes sem fronteira, tudo isto nos mostra que a pátria está em perigo.

A moradora percebe que a cidade está em ritmo de crescimento e que o fluxo migratório está em crescente ascensão. A cidade já não comporta outros fluxos migratórios, porque provocaria inúmeros outros problemas sociais que viriam somar aos graves problemas já existentes.

Este crescimento demográfico está sendo maior do que a capacidade de atendimento dos serviços públicos, embora já seja visível alguma mudança no âmbito dos serviços e até mesmo de aparelhos sociais, como revela uma das nossas entrevistadas:

Do ano que eu vim para Manaus, no final da década de 60, muita coisa mudou. Aqui no bairro não existia luz, não tinha asfalto, as casas que eram de madeira, agora são de alvenaria, foi um avanço muito grande. O transporte melhorou muito, naquela época quase não tinha ônibus, retiraram muitas palafitas dos igarapés. Agora a violência era menor. A violência aumentou muito. Antigamente, tinha pouca escola; agora têm muitas. Tem ônibus para as escolas que são distantes. Tem muitos supermercados. Tinha muito peixeiro,

leiteiro e padeiro. Não se vê mais isso. Na cidade onde eu nasci (Lábrea), a escola só era até a quarta série. Estudei muito aqui e mudei de vida. (A.D.N entrevista / 2013).

Na fala de A.D.N, procedente de Lábrea, aparece o reconhecimento quanto às possibilidades objetivas da cidade, sobretudo no que concerne à infraestrutura. Ela chama a atenção para o fato de que as mudanças nem sempre são positivas, pois, de qualquer forma, a cidade sofre com a violência urbana que se desencadeia em consequência das condições de vida e do convívio no espaço urbano. Sousa (2005, p.37) aponta que,

As unidades da Federação mais expressivas quanto à naturalidade dos migrantes residentes em Manaus são: Pará (8,08%) e Acre (1,14%), ambos na Região Norte, à qual pertence à capital do Amazonas, Ceará (2,10%) e Maranhão (1,64%), na Região Nordeste. Registrou-se, também, 0,28% de pessoas de países estrangeiros.

A referida autora sustenta que os benefícios do *boom* econômico que têm caracterizado o desenvolvimento da Amazônia brasileira (entendida aqui também como Região Norte), e o caráter modernizador que justificam as iniciativas de seus agentes, não foram apropriados pela grande maioria de seus habitantes.

Um entrevistado falou de sua experiência na cidade de Manaus e como se sentia com as mudanças que vivenciava, a saber:

Quando a gente está distante da cidade, a gente pensa que é uma coisa diferente, mas quando chega pra morar, a realidade é diferente, o stress é mais, dorme-se menos e para muitos, o descanso é luxo. Mas por outro lado, a diversão é maior. Com relação ao trânsito, cada vez mais aumenta o número de acidentes, o congestionamento é grande. O contraste social é muito grande, mas é um lugar que é um centro político, econômico e turístico. A gente vê aqui muita pobreza e também muitas pessoas ricas. Apesar do contraste, ela acolhe muito. (E.D.T, entrevista / 2013).

Para o morador, E.D.T, as imagens que são construídas da cidade diferem muito da realidade. Os contrastes sociais são bem acentuados: a riqueza que alguns usufruem e as relações de dominação contrastam com a situação de exploração e discriminação que a população enfrenta. Como reconhece Torres (2005, p.114), “as manchas de pobreza são reveladoras da ausência de proteção social às camadas subalternizadas que são excluídas da vida da cidade”. Enfim, as tensões humanas, seus conflitos e contradições estão presentes nos palcos das cidades onde a desigualdade reina de maneira contundente.

Nos últimos anos, a cidade de Manaus voltou a sofrer um surto populacional e urbano, ligado, principalmente ao ‘renascimento’ econômico de alguns setores do Polo Industrial de Manaus. Estes foram períodos de grandes transformações nos aspectos urbanísticos, arquitetônicos e socioculturais da vida cotidiana de Manaus, dado a forte presença de capital financeiro na cidade que influenciou a vinda de milhares de pessoas para a região. Este surto populacional é marcado pela vinda da população rural do Estado para Manaus, o que determinou a ocupação/fundação do bairro Alvorada, conhecido na época como cidade das palhas, seguido dos bairros da Raiz, Compensa e outros. Isso aconteceu sem que houvesse estrutura capaz de absorver e integrar essa população ao processo econômico e social, enquanto que no interior do Estado eram abandonadas as atividades tradicionais.

A partir do início da década de 1990, com a crise da Zona Franca e do Distrito Industrial de Manaus, estes problemas ampliaram-se, uma vez que o desemprego aumentou. Houve um aumento significativo da população de rua ampliando o fenômeno da violência na cidade. Essa situação tende a ficar mais aguçada devido a ausência de políticas públicas voltadas para dar resolutividade aos problemas criados com o crescimento desordenado da cidade.

Nos dias atuais podemos observar a preocupação do governo do Estado em deslocar as famílias que ocuparam os leitos dos igarapés da parte central da cidade para áreas mais distantes, sem nenhum planejamento.

Algumas dessas famílias receberam casa no bairro Nova Cidade que, segundo o projeto do governo, trata-se de uma política para atender a demanda dos funcionários públicos, mas não há infraestrutura no local: transporte coletivo, escolas, unidade de saúde, dentre outros.

Acrescente-se a isto o fato de que, a fuga para a zona urbana na região amazônica, representa o resultado de um modelo de desenvolvimento simultaneamente predatório e excludente, de corte neoliberal, que, sem trégua, avança sobre os bens naturais e sobre a vida em suas mais diversas formas, impactando a força de trabalho e o patrimônio cultural das comunidades locais.

De acordo com Oliveira e Guidotti (2000, p.159), “a cidade de Manaus estava estagnada desde o início do século e começou a enfrentar novos sobressaltos com as inovações ocasionadas a partir da implantação da Zona Franca de Manaus”. As mudanças não atingiram apenas a paisagem da cidade, mas e, principalmente, o modo de vida das pessoas (baseado no extrativismo, coleta da borracha, castanha, sorva, balata e tantos outros produtos), passando a serem influenciados por nova forma de produção baseada no sistema fabril do Distrito Industrial, atualmente denominado PIM – Polo Industrial de Manaus.

Embora o crescimento das cidades seja um fenômeno que ocorre em todo o país, o crescimento da cidade de Manaus está relacionado, em primeiro lugar, com a criação da Zona Franca de Manaus, que poderíamos tê-la como um fator de atração; e, em segundo lugar, com as precárias condições de sobrevivência no campo, decorrentes de políticas ineficazes e/ou inexistentes que se pode considerar como fatores de expulsão das populações tradicionais de seus locais de origem. Em relação aos migrantes, a falta de oportunidades associada à falta de qualificação profissional, fez com que milhares deles se vissem desesperançados quanto ao futuro. Vejamos o que disse um dos entrevistados:

Manaus é uma cidade acolhedora, mas tem acolhido melhor migrantes estrangeiros do que os do seu próprio país. A cidade desenvolveu bastante, sendo que esse desenvolvimento é relativo. Infelizmente, as pessoas advindas do nordeste não têm sido bem tratadas como os estrangeiros, pois os estrangeiros, geralmente, tem qualificação para o mercado de trabalho: como professor, engenheiro etc. e nossos imigrantes são humildes, oriundos de famílias empobrecidas e não têm apoio concreto e atenção que deveria ter por não serem profissionais qualificados. Sobre a cidade posso dizer que realmente a cidade está se modernizando com novas vias, viadutos e condomínios. (J.F.N, entrevista / 2013).

É perceptível na entrevista, o fato de que os moradores conseguem visualizar as dificuldades enfrentadas pelos migrantes sem qualificação profissional, conseguem perceber os projetos implementados na cidade e as transformações ocorridas. Sachs (2004, p.14), chama a atenção para o fato de que,

O crescimento mesmo que acelerado, não é sinônimo de desenvolvimento se ele não reduz a pobreza e se não atenua as desigualdades e também exige que se evite a armadilha da competitividade espúria e, em última instância, autodestrutiva, com base na depreciação da força de trabalho e dos recursos naturais.

Considerações Finais

Ao visitante e ao morador mais atento, Manaus chama atenção pelo seu meio ambiente natural. Inúmeros igarapés que entrecortam a cidade, em sua grande maioria poluídos, servem de depósitos de lixo e receptáculo de esgoto proveniente das palafitas que se estendem ao longo de suas calhas, nas encostas e até mesmo dentro deles, tornando a paisagem da cidade degradada.

Isto revela os limites ou ausências das políticas públicas no que concerne a habitação e planejamento urbano. A migração e as ocupações de terra constituíram-se na única forma que a população marginalizada, encontrou de ter o direito à cidade.

No tocante à emigração, os seus fluxos diminuíram consideravelmente ao longo dos últimos decênios, o que indica que os migrantes tenham diminuído; isso apesar da importante redução da fecundidade registrada durante esta década (de 6 para 4 crianças / mulher em média). A migração não parece desempenhar mais o seu tradicional papel de válvula de segurança perante a tendência de forte crescimento natural que caracterizou o país durante muito tempo (BURGO, 2005).

Manaus era um modesto aglomerado urbano, de pouco mais de 100 mil habitantes, com todas as características de uma típica capital provinciana. A vida fluía sem pressa e sem sobressaltos, num ritmo ditado pelas condições físicas, econômicas e culturais de uma comunidade pequena e obediente a valores tradicionais.

Hoje, Manaus conta com uma população de quase dois milhões de habitantes e com o advento da Zona Franca, tornou-se uma cidade cosmopolita, abrigando patricios do Sul e estrangeiros de todo o mundo.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, André Vidal de. **Sociologia de Manaus**: aspectos de sua aculturação. Manaus: Fundação Cultura, 1973.

BURGO, Carlos Augusto de. **Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2005**. Brasília: Ministério das Finanças Planejamento e Desenvolvimento Regional, 2005.

GIANSANTI, Roberto. **O Desafio do Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Saraiva, 1998.

MORIN, Edgar. **Em busca dos fundamentos perdidos: textos sobre o marxismo**. Tradução de Maria Lúcia Rodrigues e Salma Tannus. Organizadores: Maria Lúcia Rodrigues e Edgard de Assis Carvalho. Porto Alegre: Sulina, 2002.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Manaus de 1920-1967**: A cidade doce e dura em excesso. Manaus: Valer/EDUA, 2003.

OLIVEIRA, José Aldemir de; GUIDOTTI, Humberto. **A Igreja arma sua tenda na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2000.

PINHEIRO, Hamida Assunção. **Fronteiras da vida**: o tradicional e o moderno no Cacaú Pirêra/Itanduba (AM). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2006.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SOUSA, Norma Bentes de. **Manaus, realidade e contrastes sociais**. Manaus: VALER / Cárita Arquidiocesana de Manaus, 2005.

TORRES, Iraildes Caldas. **As novas Amazônidas**. Manaus: EDUA, 2005.

DESLOCAMENTOS, GÊNERO E SILÊNCIO: ITINERÁRIOS DAS MULHERES INDÍGENAS MACUXI E WAPICHANA EM BOA VISTA

Introdução

A dona M¹. é da etnia Macuxi, mora há mais de 30 anos na cidade de Boa Vista, em um bairro da localizado na zona oeste. Em sua trajetória até o Brasil, lembra que veio de jipe, pela estrada do Bonfim, a madrinha dela que tinha facilitado a mudança de país quando tinha apenas 14 anos. Ela lembra que, na década de 1970, Boa Vista era uma “cidade tranquila de se viver” e quase não tinha registro de violência em grandes proporções. Até vir a ser uma artesã, hoje sua profissão, ela trabalhou como empregada doméstica durante muitos anos em casas de famílias brasileiras. Mesmo estando longe do seu lugar de origem, a Guiana, ela vai visitar os familiares a cada três anos, não esqueceu seus costumes e sua condição indígena, principalmente sua língua materna. Ela encontrou na associação, da qual hoje participa, o espaço para manter vivos os costumes e também para confeccionar artesanatos. Dona M é uma das mulheres da associação KAPÓI, o contexto de pesquisa na qual este artigo se baseia, e foi através dela que consegui nortear a minha indagação inicial. Esta se baseia na compreensão de como as mulheres indígenas vivenciam as experiências de estar do lado brasileiro e constantemente voltar a Guiana, analisando a forma como elas se movimentam mobilizando uma rede de parentela. Além disso, procuro verificar a forma como ressignificam a sua condição de gênero, as suas identidades (étnica e nacional) e buscam também sua autonomia, principalmente dentro da associação, ganhando espaço na arena política. Partindo da trajetória da dona M. e dessas indagações, podemos analisar como no contexto urbano os sinais diacríticos tornam mais visíveis as fronteiras sociais. Ademais, como a identidade étnica é elemento fundamental para os povos das fronteiras usarem como forma de interação para transitarem entre um lugar e outro, “quebrando” assim a hegemonia da fronteira

* E-mail: melina27pereira@hotmail.com

¹ Utilizarei o nome abreviado para preservar a identidade de minha entrevistada.

geopolítica dos estados nacionais.

Nos últimos anos têm crescido as pesquisas feitas na fronteira. Uma antropologia na fronteira como diria Cardoso de Oliveira (2006) consiste em analisar como as pessoas situadas nesta área vivenciam essa experiência, ou: “ (...) das situações vividas nas condições de fronteira, a saber, quando indivíduos e suas famílias vivem compulsoriamente o contato com o Outro, aquele que ‘está do outro lado’, submetido a outras leis, ditadas por outro estado nacional, a outros costumes, em suma outros padrões culturais (...) ” (:35).

O presente trabalho foi dividido em seções com base nas categorias analíticas utilizadas nessa pesquisa. Separei apenas três dessas para este artigo, quais sejam – identidade, deslocamento e gênero pela relevância das mesmas. Isso aconteceu, uma vez que essas categorias ficaram mais marcadas na entrevista que uso como fonte de pesquisa². Utilizarei apenas uma entrevista com uma mulher indígena que mora há mais de 30 anos em Boa Vista, extraíndo de seu depoimento em entrevista conexões com o gênero, identidade e deslocamento, de forma a realizar uma comparação com a literatura concernente.

Assim, seguindo a introdução, a primeira seção é dedicada a explicar o contexto de pesquisa e a metodologia empregada na mesma. Portanto, na terceira seção procuro diante da entrevista mostrar que a identidade étnica é usada como aquela principal pelos índios, sendo que a identidade nacional seria usada como segunda identidade. Além disso, mostro como a associação KAPÓI é considerada como espaço para interação, para a prática dos costumes indígenas e falar língua nativa, fazer artesanatos e assim firmar a condição étnica. Na quarta seção, procuro, com base no autor Santilli (1994), mostrar que as mulheres se deslocam dentro do espaço que consideram mesmo território, não sendo levado em conta as fronteiras nacionais, sendo assim não caberia caracterizá-las como migrantes. Na seção seguinte, mostro como as mulheres vivenciam sua identidade de gênero dentro do contexto urbano, os seus desafios, isto é, o que muda na chegada à cidade de Boa Vista. Assim, como elas, através da associação, aprendem a fazer artesanatos, encontram a sua fonte de renda e conseguindo assim sua autonomia. A metodologia adotada por mim foi realizar a entrevista com gravador, bem como anotações no caderno de campo. As falas selecionadas foram transcritas a partir do registro gravado. Finalizo com algumas considerações finais sobre o que foi abordado no artigo.

² A categoria silêncio será abordada e problematizada em minha monografia de conclusão de curso, uma vez que as principais categorias analíticas desse artigo são gênero, deslocamento e identidade, informadas pela entrevista como a dona M.

Contexto de pesquisa e procedimentos metodológicos

Os movimentos indígenas começam a surgir tanto no Brasil, assim como na Guiana, na década de 70 do século XX, conforme Baines (2012). Os povos indígenas tomaram impulso através desses movimentos e por meio deste que eles vêm expressando “sua etnicidade”. Ao participarem da mobilização política e organizações, eles também participam dos partidos das sociedades nacionais. O Brasil concedeu o reconhecimento das terras indígenas por dois fatores: primeiro pelas mudanças que ocorreram na Constituição brasileira de 1988; segundo, o reconhecimento da Convenção n. 169 - da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 7 de junho de 1989, ratificada em 2002, depois de onze anos tramitando no Congresso Nacional. Essas duas mudanças reforçaram e serviram como instrumentos nacional e internacional para defesa dos povos indígenas e para o reconhecimento da diversidade cultural e étnica. Ao contrário do Brasil, a Guiana Inglesa não ratificou a Convenção 169 da OIT.

Em Roraima, os movimentos dos povos indígenas tem se conformado em grupos organizados, atualmente no estado existem em torno de 14 organizações e duas Associações, são estes: Conselho Indígena de Roraima (CIR), Organização de Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR), Organização dos professores indígenas de Roraima (OPIRR), ALIDIC, TWM, ATPSM, APIL, COMPING, Sociedade de Índios Unidos do Norte de Roraima (SODIUR), Associação Yanomami (HUTUKARA), KUWAI KRUI, Organização dos Indígenas da Cidade (ODIC), OIPE, Associação de Professores Indígenas de Roraima (APIRR) e Associação Cultural indígena do Estado de Roraima (KAPÓI). Na Guiana, os grupos indígenas contam com uma Associação chamada Amerindian Peoples Association (APA), e, de acordo com Baines (2012), há um histórico de participação dos partidos daquele país. Assim, a maneira como o governo lida com as políticas indigenistas é diferente do Brasil, uma vez que eles não suprem as necessidades dos povos indígenas.

No que diz respeito às organizações do lado Guianense e tendo como suporte teórico de Baines (2012) a APA, organização não governamental, foi criada em 1991 e reconhecida em 1992³ tem realizado um levantamento em toda região do Rupununi (atualmente “Region 9, Upper Takutu - Upper Essequibo”) para reivindicar junto ao governo guianense o direito à demarcação do território indígena em área contínua, já que a maioria destas encontra-se fragmentadas. Isso tem ganhado apoio

³ Disponível em: (<http://www.sdn.org.gy/apa/>).

da maioria dos indígenas que moram nas aldeias, que são a favor da demarcação em área contínua, mas que gera conflito com os não indígenas que são contra a reivindicação da demarcação contínua.

Isto ficou bem nítido, no I Encontro dos Povos Indígenas na Fronteira: “Um olhar segundo a Convenção 169 da OIT”, organizado pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR) no dia 26 de junho de 2013, onde se reuniram os povos das três fronteiras, Brasil/Venezuela/Guiana, para tratar e discutir várias questões que passavam pela identificação e mapeamento dos problemas dos povos indígenas que vivem nas fronteiras como também de suas situações econômica, política e ambientais. Em Roraima, o Território Indígena Raposa Serra do Sol, foi demarcado em área contínua em 2005, evento marcado por tensões entre os indígenas e fazendeiros que precisou da intervenção da polícia federal. No lado da Guiana Inglesa, com base no discurso de um dos representantes dos indígenas guianenses, eles aparentam ter dificuldade nas organizações indígenas para reivindicar os seus direitos, principalmente junto ao governo.

Roraima sendo o estado brasileiro que faz fronteira com a Venezuela/Guiana seria um ponto “chave” para entender as redes de relações que são construídas dentro da cidade de Boa Vista entre vários grupos étnicos. O estado de Roraima possui 469.524 habitantes atualmente, encontra-se enredado em diferentes culturas. As organizações indígenas são ao mesmo tempo usadas como cunho político para garantir direitos, e também como demarcador de diferença na cidade de Boa Vista. A diferença entre o que é uma associação e uma organização: a primeira é uma entidade que congrega pessoas que têm interesses comuns. Já a segunda, a Organização, é uma entidade que serve à realização de ações de interesse social, político, administrativo, isto é, abrange de forma mais ampla o interesse coletivo.

No caso desta pesquisa, focalizarei a associação KAPÓI que na língua Macuxi significa *lua*. A associação é o meio para promover reuniões de interesse ao grupo formado principalmente pelas etnias Macuxi e Wapichana, como também para realizar práticas culturais, dentre estar a dança *parixara*, a confecção de artesanato, falar a língua da sua etnia, fazer a comida tradicional (*damurida*). Esta é formada por homens e mulheres indígenas vindos da Guiana, que residem em Boa Vista pelo há menos uma década e também pelos indígenas que nasceram no Brasil das mesmas etnias, sendo criada em (2012) Fica localizada no Bairro Prof^o. Araceli Souto Maior, isto é, um bairro localizado na Zona Oeste de Boa Vista e um bairro que nasceu de um processo de ocupação do lavrado no ano de 2000. A associação KAPÓI é um espaço para interação e também para transação comercial, ou seja, para a venda de

artesanatos, farinha, pimenta que é a principal fonte de renda das mulheres. O meu primeiro contato com a KAPÓI foi através do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA núcleo Roraima no ano de 2013, na qual fui bolsista. O que permitiu suscitar o meu interesse pela as mulheres indígenas Macuxi e Wapichanas, foi o fato de elas compartilharem trajetórias em comuns, e o lugar de origem, ou seja, a Guiana. A associação KAPÓI atualmente conta com 62 famílias associadas, a maioria dos associados é proveniente da Guiana.

A associação KAPÓI é um espaço de interação, espaço de trabalho em coletivo, de falar a língua nativa, como também de fazer artesanatos. Dentro do contexto urbano, algumas atividades de trabalho contam com a ajuda do homem, como por exemplo, fazer a farinha. Nas comunidades indígenas na Guiana, embora tenha ocorridas transformações, ainda é considerado o trabalho da mulher fazer farinha, beijú, que são encarregadas de ir à roça e fazer todo processo das atividades sozinha, ou com ajuda de outras mulheres (filha, sogra, cunhada...). Na cidade essa atividade tem a ajuda do homem, como estão na cidade, segundo o senhor que me contou: “quando não compramos na feira, vamos para a comunidade mais próxima, como a comunidade de Malacacheta, onde compramos a mandioca”. Ele também me relatou que um conhecido dele e da mulher sede o espaço para eles fazerem a farinha e o beijú.

O trabalho de campo é a forma de exercitar na prática o que se aprende na teoria e de acordo com Peirano (1994): “a pesquisa etnográfica é o meio pelo qual a teoria antropológica se desenvolve e se sofisticada quando desafia os conceitos estabelecidos pelo senso comum no confronto entre i) a teoria que o pesquisador leva para o campo e ii) a observação entre os nativos que estuda...” (:208). Dada a explicação para o método, farei o estudo em duas etapas: primeiro o meu trabalho será realizado na Associação KAPÓI, localizado no bairro Araceli, para entrevistar as mulheres das etnias Macuxi e Wapichanas, dividindo as mulheres em dois principais grupos – aquelas que moram mais tempo na cidade, analisando as suas trajetórias de quando vieram para Boa Vista, seus deslocamentos e itinerários; bem como analisar um segundo grupo de mulheres que está morando há pouco tempo na cidade. Assim, pretendo fazer um quadro comparativo com base nos depoimentos colhidos para confrontar os desafios e os percursos dessas mulheres.

Identidade: “índios sem fronteiras”

Quando a pesquisa envolve uma cidade situada em uma de área fronteira, tal

como Boa Vista, deparamo-nos com diversos atores sociais que movimentam a dinâmica da vida na cidade. No meio urbano, os atores sociais acentuam seus sinais diacríticos, que de acordo com Cardoso de Oliveira (2005): “são sinais diferenciadores, manejados pelos indivíduos e grupos para marcar simbolicamente suas respectivas especificidades” (:11). Na Zona Oeste de Boa Vista, ficam situados vários bairros considerados periféricos, por serem mais afastados do centro e dos bairros considerados “nobres”. Nesta região, está localizado o bairro Araceli Souto Maior e é lá também que fica localizada a Associação Cultural Indígena do Estado de Roraima KAPOÍ, conforme explicado na seção anterior.

No mês de setembro, no dia 19, iniciei o meu trabalho de campo de fato. Saí do meu bairro em torno das oito e vinte da manhã, cheguei na associação KAPOI, por volta de oito e meia. A associação KAPOI fica na residência de um casal da etnia wapichana. A associação possui um cercado de madeira e uma tela de arame. Percebi que desde o ano que participei no projeto em dois mil e treze até o ano de dois mil e quatorze, muitas coisas tinham mudado, inclusive o teto que era coberto de lona preta dera lugar às telhas, uma vez que a casa que é a sede da associação também está em fase de ampliação. Assim que descí da moto, perto do portão de madeira, cumprimentei os quatro homens que estavam empenhados nos seus afazeres. Quando entrei, observei que havia palhas no chão e outras penduradas em um fio; perguntei para um dos homens o que eles estavam fazendo, e ele me respondeu que estavam confeccionando roupas para apresentação da dança *parixara* na Vila Olímpica no Festival das Araras. Observei que havia um senhor que estava fazendo uma cesta, sentado à mesa da associação e outro mais distante fazendo confecções também das saias de palhas. Depois de conversar com eles uns dez minutos, perguntei pela dona S, e o seu R. me respondeu que ela estava dentro de casa, na cozinha especificamente, tomando o seu café da manhã.

Pedi permissão para entrar, ele me concedeu e assim fui caminhando em direção da casa de alvenaria com parede pintada de branco e que estava sendo ampliada. Entrei na sala onde fica os artesanatos, nas prateleiras de madeira pintada de azul ficam as cestarias feitas de palha ou cipó chamado *maruá*, *jamanxin*, e teve um em especial que me chamou a atenção, um macaquinho que foi feito com um pedaço de um tronco de árvore, muito criativo por sinal. Quando cheguei na cozinha, havia dois homens tomando café, um mais jovem e um senhor de idade chamado seu A. ambos da etnia Wapichana e os cumprimentei. Encontrei a dona S., ela é uma senhora de 57 anos, de uma estatura baixa, olhos castanhos claros, a articuladora da associação e que nesse dia estava doente. Perguntei como ela estava e ela me disse que tinha

adoecido por causa do calor, “a quentura da cidade de Boa Vista”, em seus termos. Os dois homens, assim que terminaram de tomar seu café, levantaram e foram se juntar aos demais que estavam fora da casa, ficamos somente dona S. e eu. Conversamos sobre as vendas dos artesanatos realizadas com sucesso no dia da Semana dos Povos Indígenas no União Operária; em seguida ela falou que no dia da abertura fez a *damurida* para os indígenas vindos Guiana da comunidade do Annai e que foi filmado pela emissora de televisão local. Também conversamos um pouco sobre a política e sobre o quanto os integrantes da associação estavam sendo chamados para se apresentarem, ou para expor e vender os seus artesanatos nos eventos da cidade.

Quando estava explicando o motivo de eu estar ali, fomos interrompidas pela chegada de uma senhora da etnia macuxi e integrante da Associação. Uma senhora de personalidade forte, bem articulada cuja trajetória e experiência concedida por ela na entrevista, norteou a minha pesquisa. Dona M. mora há mais de 30 anos em Boa vista, foi a partir da sua a entrevista que pude pontuar e ordenar as categorias analíticas que compõem esse artigo.

A identidade étnica parece se impor mais do que a identidade nacional, quando dona M. caracteriza o seu povo como “índio sem fronteira”. Isto é, os limites de fronteiras nacionais (imaginários) nunca foram um impedimento para o deslocamento dos povos indígenas que vivem nessa região, pois segundo Baines (2012: 138): “os Macuxi e os Wapichana que vivem na fronteira experimentaram uma história interétnica transnacional em relação aos dois Estados Nacionais que dividiram geopoliticamente o seu território tradicional”.

Então para senhora M., os índios levam menos em consideração fronteiras nacionais em seu caminho, como fica bem explícito nesse trecho da entrevista:

O índio sem fronteira né, índio sem fronteira tem direito até nos Estados Unidos outro país. O índio não era pra tá barrada assim né, o índio tem o direito de viver aonde ele sentir melhor, ele pode morar no Brasil dez anos se ele quiser ir pra Guiana 20 anos, se ele quiser pra os Estados Unidos então o direito dos povos indígenas, por isso índio sem fronteira, isso ninguém impedi, isso é direito dele.

De acordo com Cardoso de Oliveira (2005): “os povos indígenas vivenciam situações de fronteiras com implicações no processo identitário marcado por ambiguidade das identidades, abrindo assim espaço para manipulação das etnias e nacionalidades em conjunção” (:108). Nesse sentido, as identidades nacionais são colocadas em segundo plano, quando comparadas às identidades étnicas. Diante da narrativa acima, podemos observar que a identidade indígena é um sinal diacrítico usado como símbolo de interação entre eles, sendo mais relevante do que a identi-

dade nacional.

No meio urbano, a afirmação da identidade étnica também é exercida no espaço da Associação KAPÓI. Isto porque, a dona M. vê na associação uma oportunidade de falar a língua, pois segundo ela, este é um fator determinante para expressar quem são, tal como fica evidente nessa passagem: “É a língua materna, não tem como arrancar de mim, nasci e ante de começar falar inglês era é isso que a gente vem falando, a mãe ensinava né! [...] é por que sem ela como é que você vai expressar...”.

Para ela, as consequências da perda do uso corrente da língua derivam do contato com os colonizadores, ou seja, a língua nativa era falada muito antes das línguas nacionais utilizadas pelos grupos indígenas atualmente, qual seja portuguesa e inglesa. Para a senhora M. é de fundamental importância que as novas gerações nascidas no contexto urbano aprendam a falar a língua materna para manter a identidade étnica, cultural, além de falar as línguas portuguesa e inglesa, para se inserirem nesses contextos nacionais.

Na associação, são realizadas atividades voltadas a ensinar os associados a confeccionar artesanatos duas vezes na semana. A coleta das matérias-primas é feita em vários locais: perto mesmo da associação, na beira do rio branco, na estrada do Município de Alto Alegre, na terra indígena Taba Lascada. Isto é, mesmo que estejam inseridos no contexto urbano eles aproveitam a matéria-prima disponível na cidade e nas comunidades. É importante ressaltar a forma como eles fazem para obter o outro tipo de matéria-prima que eles não possuem no meio urbano. Dona M ressalta que utilizam o “sistema de troca” com outros indígenas que eles obtêm como fica nesse trecho:

(...) as penas é a gente faz assim: a gente se encontra com [...] a gente não compra, a gente não compra, a gente troca, por que tem alguns parentes não tem semente, então tem mais eles não sabe, não conheci árvore, não conheci como é que é, então agente troca, eles troca cum cocar, cum braceletes, e esse aí que agente desmancha, que agente transforma do outra coisa. Agente não compra, a gente não mata, a gente troca”.

O sistema de troca⁴, realizado no contexto urbano, tem introduzido um elemento “novo”, ou seja, o dinheiro. Antigamente o sistema de troca consistia em permuta e essa prática ainda prevalece nas comunidades, principalmente os da Guiana - troca de produtos por outros produtos, enquanto que na cidade o dinheiro é usado como meio de obter o que eles desejam como mostra esse trecho:

⁴ O sistema de trocas no meio urbano é feito com vários grupos étnicos, como narrou dona M. As penas são “trocados” com os WaiWai, com base na narrativa dela, eles mantêm vínculo econômico.

A gente se encontra com *parentizada* por aí aqui nos encontros na cidade mermo agente troca. [...] aí “parente” ah, eu gostei desse teu colar, eu tem esse semente aonde vocês tão... também agente não diz pra eles. Então agente dar valor de cem reais, cinquenta reais, eles dão cocar, braceletes e agente transforma isso e lá também eles transforma nossas sementes, assim que a gente tá trabalhando. A gente se entendi com outros parentes assim nesse sentido.

É interessante observar que com a introdução do dinheiro, assim como para os camponeses argelinos estudados por Bourdieu (1979), o sistema simbólico ganha assim novas configurações dentro dos signos das trocas. Vale ressaltar que não se trata de uma troca de um *ethos* pelo outro, conjugado a uma concepção específica de tempo, isto é, a permuta pelo dinheiro, mas há a convivência dos dois modos de troca no ambiente urbano. Tal como salienta Bourdieu (1979): “Em resumo, o uso do dinheiro exige uma conversão análoga a que opera, em outro tipo de moldura, a geometria analítica: à evidência clara, fornecida pela instituição, substitui-se a “evidência cega”, resultante do manejo dos símbolos” (:26).

Diante dessa entrevista concedida da senhora M., podemos compreender a dimensão simbólica que permeia a vida das mulheres indígenas que moram na cidade, como elas vivenciam e reconstruem a sua identidade étnica, mantendo os seus costumes, com destaque para a língua materna, ao mesmo tempo em que vão incorporando novos empréstimos da cultura inserida na cidade, expresso no sistema de trocas que envolve permuta e dinheiro, por exemplo. Diante disso, a expressão das suas identidades como diria Cardoso de Oliveira (2006:111) leva em “conta a ordem simbólica, cultural e de contato interétnico (...)”, nesse sentido os sinais emergem formando assim fronteiras sociais entre “nós e eles”

Deslocamento das mulheres indígenas

A mobilidade entre os povos indígenas ocorre de forma contínua desde o século XIX, pois vivem em um território tradicionalmente compartilhado entre Brasil e Guiana. Portanto, para Santilli (1994), os indígenas não podem ser encaixados no conceito de “migração”, pois a mobilidade dos mesmos se caracteriza: “(...) por deslocamento dentro de um mesmo território tradicional e, nesse sentido, não afetava a densidade populacional do grupo” (:64). Portanto, o impacto causado sobre os grupos locais através do contato estaria relacionado a natureza política, ocasionando assim profundas mudanças na vida social e política dos Macuxi e de outros grupos

étnicos, o que não os levaria à condição de migrante.

Diante dessas profundas mudanças, farei uma breve análise a partir de Baines (2006), para explicar a mobilidade atual das etnias Macuxi e Wapichana. Antes da independência da Guiana (ocorrida em 1966), o fluxo populacional desses povos era intenso para lado da Guiana, devido a invasão dos seus territórios, primeiro pela predominância da pecuária e depois nas décadas de 1920 a 1930 para a exploração do garimpo e também por que: “os serviços de educação e de saúde oferecidos pelo governo colonial eram melhores na Guiana do que no Brasil, situação que se inverteu nos anos seguintes” (BAINES, 2006: 201). A mobilidade dos povos indígenas e de demais populações vinda de outras regiões se intensifica após a criação do território de Roraima⁵. A grosso modo, os povos indígenas do lado da Guiana veem atualmente no Brasil uma oportunidade de ter acesso ao trabalho assalariado, bem como aos serviços de educação e de saúde.

A intenção aqui não é explicar dados estatísticos do contingente indígena que se desloca nas fronteiras, mas sim mostrar como os indígenas vivenciam o constante trânsito de ir e vir, ou seja: “(...) conhecer o que os homens e as mulheres, indígenas ou não, situados nas fronteiras de nossos países pensam e como se relacionam nos espaços interculturais” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2005: 15). É nesse sentido que com base na entrevista de dona M, mostrarei como as mulheres indígenas vivenciam essa situação de contato intercultural na fronteira.

A Senhora M. se deslocou da Guiana para o Brasil, na época da revolução⁶ que ocorreu na Guiana, de jipe por meio de uma estrada em Bonfim. O deslocamento dos povos indígenas da fronteira movimenta uma rede de parentela, que facilita o trânsito deles na fronteira. Como afirma Cardoso de Oliveira (2006), mais que a identidade nacional, a identidade étnica como foi dito, é uma “moeda” de interação enquanto a nacionalidade seria uma segunda identidade, como fica claro nessa citação do referido autor:

[...] já quanto nacionalidade, como segunda identidade, é claro que ela será instrumentalizada de conformidade com situações concretas em que os indivíduos ou grupos estiverem inseridos, como a procurem assistência à saúde, a educação dos filhos ou uma eventual proteção junto a forças militares de fronteira: seriam casos típicos de manipulação de identidade junto a representantes dos respectivos estados nacionais. (:109)

A mobilidade dos povos da fronteira sempre foi inserida no conceito de “mi-

⁵ O Território Federal de Roraima foi em 1944 e sua transformação em estado ocorreu em janeiro de 1969 (SANTILLI, BAINES 1989-2003).

⁶ A revolução que ela se refere é a Revolta do Rupunumi ocorrida em 1969.

gração” em decorrência de processo de ocupação dos seus territórios pelos Estados Nacionais, ocasionando a criação de identidades nacionais, segundo Baines (2012). “O importante aqui é estar atento às dinâmicas sociais na fronteira, as representações que são particularmente significativas quando envolvem relações entre identidades sociais, marcadas por sua contrastividade” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006:19). Fica marcado na entrevista de senhora M, que mesmo estando no Brasil, ela ainda vive em constante trânsito para Guiana, mesmo depois da perda de sua mãe, quando dona M. se deslocava de forma mais constante, ela continua a visitar os seus parentes:

Eu frequento assim, eu frequentava muito quando a minha mãe era viva ainda, mais tá com dois anos que perdi a minha mãe, faleceu então isso me recuei muito assim, assim uma não! Duas ou três vez por ano que eu vou depois que minha mãe faleceu. Antigamente em dois de dois meses, de três em três meses, constante eu visitava a minha mãe, então a minha mãe vem de lá pra cá passava natal aqui, mas agora não tem muito sentido para mim ir lá assim.

Esses povos são considerados “bilocais”, como postula Sahlins (1997): “[...]a sociedade translocal está centrada em suas comunidades indígenas e orientada para elas. Os imigrantes identificam-se com seus parentes na região de origem, é a partir dessa identificação que se associam transitivamente entre si no estrangeiro” (115-116). Aqueles que deslocam permanecem com vínculos com a terra natal, porque, de acordo com o autor, por entender que o seu futuro depende dos parentes, inclusive o fluxo de bens materiais, na maioria das vezes, é orientado para o grupo de origem.

O que podemos ver nessa seção é que o deslocamento das mulheres da Guiana para o Brasil não pode ser computado como migração, uma vez que as fronteiras nacionais são consideradas secundárias, favorecendo as fronteiras étnicas. Assim, o trânsito entre as comunidades, localizadas em um ou outro país são constantes, tal como percebido na fala da dona M. Desta forma, corroboramos com a conclusão de Sahlins, a ordem indígena engloba a moderna.

Gênero

A condição diferenciada gênero das mulheres indígenas é um ponto que merece atenção para compreender como elas se posicionam inseridas no contexto urbano. Obviamente que aquilo que vivenciam na cidade é bem diferente da comunidade, como ficou marcado na entrevista da dona M. Para ela, a mulher indígena que vem da Guiana para o Brasil tem oportunidade de ganhar autonomia, pois arruma emprego e ganha seu dinheiro:

Olha o quê que muda da mulher da Guiana pra cá? O quê que muda? É a mudança que e eu vejo é que tem emprego, né? Tem emprego. Guiana é muito difícil, muito difícil aonde você vê que não... A dificuldade das mães, pais até que existe né! Lá é pior ainda, porque o vestimenta... Se parente tem cinco filhas, dois filhos e doze filhos ele não tem condições comprar um vestimenta, uma alimentação, um calçado.

Diferentemente da Guiana, o Brasil oferece a possibilidade de possuir um trabalho, mesmo que isso implique em algumas dificuldades, tais como a barreira da língua e da cultura. Na Guiana, de acordo com dona M, a atividade social da mulher indígena se resume a ir para roça, fazer farinha, beijú. Já no Brasil, as mulheres indígenas conquistam não só o direito de trabalhar, mas o espaço para se inserir dentro de organizações e associações:

Tá sim, por que, primeiro, antigamente a mulher não tinha autonomia, mulher não tinha autonomia que a mulher tem que ficar em casa esperando marido vai pescar, a mulher tinha direito de ir na roça né! Com a família, a mulher não tinha direito de participar reunião essas coisas, mas hoje a mulher indígena tem assim. Para completar o lei do Brasil tá em igualdade né, então isso fortaleceu mais, muito mais as mulheres e hoje as mulheres que tá à frente do homem que tudo lugar, seja numa reunião aonde for tem debate sempre mulher tá aí, sempre tá aí. E às vezes ele não tem tempos, mas mulher sempre tem tempo pra estar lá, então é...

Para corroborar com essa fala, cito aqui a autora Sacchi (2003) que discute a importância da inserção das mulheres indígenas na arena política, o que era até então majoritariamente um espaço masculino. A trajetória dessas mulheres é melhor compreendida através das suas próprias experiências de vida, chegando ao espaço urbano e sentindo a necessidade de ocupar um espaço no movimento indígena, tal como formula Sacchi (2003):

A ênfase nas trajetórias das mulheres indígenas, líderes comunitárias ou assumindo cargos em organizações, é fundamental para entender os valores próprios de seu gênero que facilitam ou dificultam a sua experiência no mundo da política. O que elas propõem é a difícil tarefa da possibilidade da diferença combinada com a proposta de igualdade de direitos políticos. Desta forma, a legitimação étnica acionada no convívio estabelecido com a sociedade nacional e internacional, a reivindicação de etnicidade, só pode ser melhor entendida sob a ótica de gênero (:107).

A Associação KAPÓI foi criada com o objetivo de desenvolvimento da prática cultural indígena, diferentemente da Organização das mulheres indígenas de Rorai-

ma (OMIR)⁷ que foi oficializada em 1999, que conta com mulheres de várias etnias do estado. A associação KAPÓI conta com as Wapichanas e Macuxi em sua maioria entre os homens e mulheres vindos da Guiana.

As mulheres indígenas agregam várias funções - mãe, esposa, trabalho assalariado, mas é na associação que ela tem a oportunidade buscar uma fonte de renda extra, através da confecção de artesanatos. Mesmas que estejam inseridas nos programas de governo, elas sentem a necessidade de produzir os seus artesanatos para ter autonomia, como fica explicado neste trecho:

Eu faço esse trabalho como se fosse trabalhando pra pessoas fora, então é ... eu sei que tem gente recebe bolsa família, credito social, mais isso não é suficiente pra manter a casa, então é as vezes a gente conversa com D. P diz: -realmente ninguém fica sem moedas dentro de casa, si não é pra comprar carne, mais pelo menos dia-a-dia tem alguma coisa pra comprar pão dia-a-dia, por que quem recebe por mês vai esperar aquele dinheiro cair na sua conta e como aqui eu vejo pessoal entra compra um colar ou um brinco assim que vai pelo menus tem , tem dia que quando você menus esperar tem gente que vem de bolo assim, você ganha trezentos (R\$300,00), quatrocentos (R\$400,00) àquela hora, mesma hora.

A senhora M., como muitas mulheres indígenas, que se deslocaram para cidade trabalhou como empregada doméstica, babá, cozinheira, ou seja, até ela chegar a ser uma artesã em sua trajetória, tal como conta, pessoalmente nunca sofreu discriminação:

Olha, não! No tempo com quem eu trabalhava até que essas pessoas eu acho que, eu encontrava pessoas que respeitava a gente sabe, mais de lá pra cá eu vejo as coisas mudou muito, chegou muita gente diferente aonde o tempo que eu fiquei com mulheres, senhoras aqui trabalhando com advogada, com médicos, com radialistas eu nunca vi esse preconceito de mais anos atrás né, [...] eu trabalhei vários lugares mais eu nunca ouvi é -ah, “índia”, “caboca”, nunca, nunca ouviu isso. Mais recente cresceu esse preconceito, mesmo que Roraima vem muitas pessoas de outros estados, né?

A discriminação, o preconceito com relação ao gênero somado à identidade étnica, como fica registrado na fala acima tem crescido, as mulheres são classificadas de forma pejorativa como “caboca” pela sociedade envolvente ou são discriminadas

⁷ O movimento das indígenas em Roraima é muito anterior à constituição da organização propriamente dita. Desde 1986 as mulheres se reúnem para atividades de corte e costura na Missão Surumu, projeto que contou com apoio da Igreja Católica. Em 1996, na Assembleia Geral dos Tuxauas, em Bismarck, é reivindicado um espaço próprio para as mulheres. No mesmo ano acontece o I Encontro Estadual das Mulheres Indígenas, em Maturuca/TI Raposa Serra do Sol, no qual as indígenas assumem os seguintes compromissos: o combate ao alcoolismo, a luta pela terra e autosustentabilidade, a revitalização da cultura e continuação do projeto de corte e costura (SACCHI, 2003: 97)

por falarem com sotaque, tal como a dona M. comenta: “você é inglesa, você fala errado”. Atualmente, muitas mulheres sofrem discriminação, quando expressam sinais de sua identidade étnica, tais como a dificuldade com a língua portuguesa. O termo “caboca” é usado de forma negativa para, muitas vezes, silenciarem as mulheres que trabalham em condições inferiores àquelas estipuladas pelas leis trabalhistas. Mesmo em espaços públicos, como em hospitais, o atendimento às mulheres indígenas é preterido, com base nos mesmos argumentos – a dificuldade de expressão na língua nacional portuguesa e, muitas vezes, o fenótipo indígena.

No entanto, a associação é também um espaço de mobilização das mulheres, uma oportunidade que tem de participar mais ativamente na arena política, ou seja, através da confecção do artesanato, buscam um meio para sua sobrevivência na cidade e reivindicam seus direitos, não sendo subjugadas quando trabalham principalmente nas casas de famílias. No entanto, mesmo estando inseridas no contexto urbano, a cosmologia indígena permeia a existência dessas mulheres.

O corpo, por exemplo, requer muito cuidado, este cuidado começa na primeira menstruação. Sendo assim a alimentação é regrada e benzida não só por pajé, mais por alguém que detém o conhecimento necessário. Para compreender melhor a explicação, os indígenas gostam muito de pimenta, e de comida apimentada, conhecida como *damurida*. Eu mesma sempre me perguntava o porquê de gostarem tanto de pimenta e foi durante a entrevista da senhora M. que pude ter a noção da importância:

Quando a gente come pimenta com pouquinho de sal, chibé, isso fortalece nosso corpo, pra nós, a gente não precisa de carne, carne! Igual quem comi verdura é salada, só salada, arroz salada, arroz salada ele não vai morrer, mais tá vivendo ele tá sentindo bem, então nosso costume nesse sentido é isso. Nosso preferido comida é farinha, bejú e esse pimenta. Por que a minha mãe, minha vô dizia assim: “se você não comer pimenta, você tá trabalhando, você pode desmaiar” ... é verdade! Tem que cume pimenta, se não comer pimenta para trabalhar, você vai desmaiar, né?

Existe aí uma noção do que se come como algo que influencia na construção do corpo. Para ela, o corpo tem que estar “sadio” para expulsar os maus espíritos, isto é, “enfrentar os donos da natureza”. Assim, o desmaio para ela é indício de uma doença, como fica muito bem colocada nesse trecho da narrativa da dona M. : “Não é bom, é uma doença, você vai tá doente né, esse desmaio, você bate os braços, as pernas, baba, por que a pimenta é seu trabalho então você tem que utilizar tá cortando madeira, você tá cortando, tá cortando arvore por isso diz: “nossa terra, nossa mãe” a terra tudo natureza, tem dono e tem que respeitar”.

A construção do corpo também está ligada na definição e a construção da pessoa pela sociedade indígena. Isso fica presente na fala da Senhora M. que remete o cuidado fazendo a comparação do presente e passado das consequências que ocorrem a partir dos cuidados do corpo, fazendo comparação entre o corpo da mulher branca e o corpo da mulher indígena:

Então hoje comida é muito diferente, isso também muitas mulheres tem doenças por essas coisas mulher menstrua muito – olha aqui, criança menstrua vai tá tomando suco, refrigerante aí que vai né! Mais a gente não, a gente em vez de tomar suco, nossa vó ou mãe faz alguma coisa amargo pra tomar né e agente menstrua dois dia, três dias, hoje a mulher menstrua nove dias, cinco dia, sete dias é muito demais. Pra branco é normal, mais pra nós não é normal quer dizer a cultura de nós povos indígenas é muito diferente do branco, por que se agente menstrua muito Deus me livre, não! não pode, não pode aquele sangue espedaçado não é normal pra nós também não! A mulher tem que menstruar bem fino mermo, dois, três dias pronto, e olha lá quando você tá menstruada e quando a mulher indígena tá menstruada não pode fazer comida pra ninguém, não pode avisa logo, deixa outras fazer. Por que isso pode dar dor de cabeça, pode dar dor de barriga, nós a gente acredita nisso né, então isso acontece.

O corpo tende sempre a ocupar uma posição central na visão dos povos indígenas, pois, está voltada para “produção física do indivíduo, que insere em um contexto voltado para a produção social de pessoa...” (SEEGGER, DA MATTA e VIVEIROS DE CASTRO: 1970:04). A corporalidade é um processo que resulta da fabricação, decoração, transformação e destruição, tendo o corpo como matriz que articula significações sociais e cosmológicas. Portanto, os rituais de puberdade são intimamente relacionados a transformações corporais que produzem sinais diacríticos de gênero.

Podemos compreender que as mulheres indígenas são as principais agenciadoras que movimentam a vida sociopolítica na comunidade e na cidade. No espaço urbano procuram na associação afirmar a sua identidade, como também buscar a sua autonomia e também destaque político dentro do movimento indígena. Nesse sentido, elas “são agentes e sujeitos potenciais nesse processo” (SACCHI, 2003: 107).

Considerações finais

Este artigo teve como principais indagações a experiência de deslocamento de mulheres indígenas que vivem a maior parte do tempo no Brasil e constantemente retornam a Guiana, analisando a forma como elas se movimentam mobilizando uma rede de parentela. Ademais, verifiquei a forma como ressignificam a condição

de gênero, bem como as identidades (étnica e nacional). A partir dos dados coletados, mobilizei três categorias analíticas – identidade, deslocamento e gênero, em um esforço inicial de compreensão do itinerário de vida das mulheres indígenas que participam da associação KAPÓI, meu contexto de pesquisa.

Assim, verifiquei duas caracterizações: a identidade étnica e a identidade nacional. A primeira facilita o livre trânsito entre os dois estados nacionais, ou seja, é usado como o principal símbolo de interação; enquanto que a identidade nacional é vista como uma “segunda identidade”, isto é, um meio de obter direito principalmente à saúde e educação diante de necessidades concretas. Quanto ao deslocamento, os Estados Nacionais criam as fronteiras nacionais, no entanto, esses limites legais não são considerados impedimentos para a circulação dos povos que entendem pertencer a um mesmo território sócio cultural. Por último, com a inserção em associações, há a oportunidade de ganhar autonomia financeira e também política, contribuindo para o reconhecimento de sua condição de gênero, ligada à identidade étnica.

Referências bibliográficas

BAINES, Stephen G. **A fronteira Guiana-Brasil e etnicidade entre povos indígenas**. Revista Brasileira do Caribe, vol. VII, núm. 13, julho-diciembre, 2006, pp. 197-210, Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=15>

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo**: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Nacionalidades e etnicidades em fronteiras**. Roberto Cardoso de Oliveira e Stephen Grant Baines (Orgs.). Brasília: Ed. Universidade de Brasília, Coleção Américas, 2005.

_____. **Caminhos da identidade**: Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Paralelo 15. 2006.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Anuário Antropológico 92: 197-233.

SACCHI, Ângela. **Mulheres indígenas e participação política**: a discussão de gênero nas organizações de Mulheres Indígenas. Revista ANTHROPOLOGICAS, ano 7, volume 14 (1 e 2): 95-100 (2003).

SAHLINS, Marshall. **O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica**: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte II), Mana 3(2):103-150, 1997.

SANTILLI, Paulo. **Fronteiras da República**: história e política entre os Macuxi no vale do rio Branco. São Paulo: NHII-USP; FAPESP,1994.

SEEGER, Anthony, DA MATTA, Roberto e VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **“A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras”**. Boletim do Museu Nacional, 32: 2-19, 1979.

ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICAS DE UM IMIGRANTE GUIANENSE EM BOA VISTA – RR

Introdução

O presente artigo é fruto da pesquisa realizada para o Mestrado em Letras da Universidade Federal de Roraima. A pesquisa foi realizada em 2012 e a dissertação apresentada em 2012 intitulada “RAÍZES E RUMOS: REFLEXÕES SOBRE IDENTIDADES DE GUIANENSES EM BOA VISTA – RORAIMA”.

Para a realização da pesquisa foram entrevistadas nove pessoas nascidas na Guiana e que residem em Boa Vista-RR. Neste artigo, apresento um desses entrevistados a quem denomino Bob, uma vez que de acordo com o TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assumi o compromisso de não revelar sua identificação.

As entrevistas foram gravadas em áudio e aconteceram como uma conversa a dois, combinando perguntas fechadas e abertas, por meio das quais as pessoas tiveram a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, sem respostas ou condições por mim prefixadas.

Foi necessário buscar, também, informações históricas e geográficas sobre o processo de migração guianense junto ao IBGE¹, CMDH² e no Consulado da República Cooperativa da Guiana em Boa Vista. Estas informações foram registradas no Diário de Campo que, segundo Beaud e Weber (2007, p. 65), é “um diário de bordo no qual, dia após dia, anotam-se em estilo telegráfico os eventos da pesquisa e o progresso da busca”. O Diário de Campo armazenou os detalhes do “olhar” que escapavam à gravação. Durante as conversas e entrevistas foi necessário captar o estilo de vida, o vestuário, as músicas, a religião e outros elementos que ajudavam

* Universidade Federal de Roraima/Colegio de Aplicação. E-mail: lucia.brito@ufrr.br

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é uma fundação pública da administração federal, criada em 1934. As atribuições do IBGE estão relacionadas às geociências e estatística sociais, demográficas e econômicas, incluindo a organização de censos.

² Centro de Migração e Direitos Humanos é um projeto de desenvolvimento e promoção humana ligado à Igreja Católica (Diocese de Roraima) que atende migrantes, indígenas, enfim toda pessoa que busque a garantia de sua cidadania e vida plena.

a refletir sobre a identidade dos agentes pensantes. Também registrei o modo como foram estabelecidos os contatos, a forma como fui recebida pelos entrevistados, o grau de disponibilidade para a concessão de entrevista, o local em que foi concedida, a postura adotada durante a coleta, gestos, sinais corporais e/ou mudanças de tom de voz, entre outros detalhes. Tudo forneceu elementos significativos que colaboraram para a leitura e a interpretação dos dados.

Outra fonte de pesquisa muito importante foi a Lei 6.815 de 19 de agosto de 1980 (Brasil, 1980), também conhecida como Estatuto do Estrangeiro. Ao elaborar o projeto de pesquisa, não apresentei o foco na situação legal do guianense em Boa Vista. Todavia, foi constante nas falas dos agentes pensantes a preocupação em expor a sua situação de legalidade, o que me conduziu à apreciação da lei. Além disso, a visita que fiz ao Consulado da República Cooperativa da Guiana confirmou a preocupação dos imigrantes guianenses em legalizar a situação de permanência em Roraima.

A pesquisa aqui apresentada percorre os caminhos da Linguística Aplicada que é considerada uma área transdisciplinar, empenhada na reflexão de problemas humanos que derivam dos vários usos da linguagem. De acordo com Celani (1998), uma visão pluri/multi/interdisciplinar da Linguística Aplicada poderia ser representada por uma integração com muitas outras áreas, tais como: Comunicação Social, Didática, Psicologia Cognitiva, Linguística, Educação, História, Sociologia e Psicologia do Desenvolvimento, isto porque a Linguística Aplicada apresenta preocupações com questões de uso da linguagem em tempos, lugares, sociedades e culturas específicas.

Roraima e suas fronteiras

Roraima é terra de fascínio devido à possibilidade de aqui encontrar e conhecer pessoas de todos os estados brasileiros e também de outros países, principalmente dos países com os quais Roraima faz fronteira. O estado, situado no extremo norte do Brasil, apresenta localização geográfica privilegiada pela tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Guiana, revelando-se fértil espaço para pesquisas científicas nas mais diversas áreas, tendo em vista o contexto das relações: fluxos de mercadorias, imigrantes, turistas, investimentos e serviços, relações econômicas e políticas entre esses países, o que torna a geopolítica de Roraima extremamente relevante e complexa.

O estado está localizado no extremo norte do Brasil e, de acordo com Magalhães (2006, p. 106), apresenta os seguintes limites fronteiriços: “ao norte, com a Venezuela e a República Cooperativa da Guiana; ao sul, com o estado do Amazonas;

a leste, com a República Cooperativa da Guiana e com o estado do Pará; a oeste, com o estado do Amazonas e com a Venezuela”.

Sua localização é privilegiada em virtude tanto da tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Guiana quanto da posição setentrional amazônica. Silva (2007, p.55) refere-se a Roraima como a “última fronteira” por ser “uma área pouco povoada e pouco populosa do norte brasileiro” embora “nas últimas três décadas, a disponibilidade de terras e a ocorrência de garimpos atuaram como principais atrativos para as migrações”. (SOUZA, 2005, p. 259). Roraima é considerado estado de fronteira,

dados seus 1.922 km, aproximadamente, de limites internacionais, sendo 958 Km com a Venezuela e 964 Km com a Guiana. Essa área de fronteira constitui faixa de segurança nacional, o que lhe confere posição estratégica no que concerne às relações internacionais. Essa fronteira do estado de Roraima - Brasil, em conjunto com o Sul da Venezuela e da República Cooperativa da Guiana, se constitui com uma presença indígena marcante e, conseqüentemente, de reservas delimitadas, demarcadas, homologadas, assim como de áreas de preservação ambiental, áreas militares, áreas de produção agrícola, além de pequenos núcleos urbanos, se organizando nesse espaço, dentro de uma realidade que o individualiza. (SILVA, 2007, p. 55).

A história de Roraima tem início com a criação do Território Federal de Rio Branco em 1943³, tendo mudado a nomenclatura para Território Federal de Roraima (1962), a fim de resolver o problema da confusão de nomes e lugares com a capital do Acre, Rio Branco. Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 1988) o território é transformado em estado e a atual divisão política estadual apresenta quinze municípios, mas a concentração maior de pessoas, bens e serviços encontra-se na capital Boa Vista.

No tocante à Guiana, o limite fronteiriço é o rio Tacutu que separa as cidades gêmeas de Bonfim (Brasil) e Lethem (Guiana). De Boa Vista a Bonfim são cerca de 80 quilômetros de estrada asfaltada pela BR-401. Tanto Bonfim quanto Lethem tiveram um surto de desenvolvimento nos últimos anos, principalmente após a construção de uma ponte sobre o rio Tacutu, que é um dos raros exemplos de fronteira na qual os motoristas mudam o sentido do tráfego, da direita (Brasil) para a esquerda (Guiana) e vice versa, isto porque, a Guiana mantém muitos elementos da herança britânica, além da Língua Inglesa.

O trânsito na fronteira é constante: trabalhadores de Lethem são encontrados em Bonfim, muitos com residência fixa no Brasil. Eles vêm atraídos por oportunidades de trabalho, mesmo que seja informal e, também, de serviços de saúde. Bonfim

³ Antes de 1943, a região de Roraima pertencia ao estado do Amazonas.

costuma ser a primeira “parada” de imigrantes guianenses antes de se mudarem para Boa Vista. Há uma perceptível interação entre Bonfim e Lethem, principalmente em relação ao uso das línguas: brasileiros e guianenses falam inglês e português. Além disso, o comércio de Lethem aceita o Real.

A Guiana é um país diversificado no que se refere à sua composição étnica: há a influência europeia, indiana, africana, chinesa e uma expressiva população indígena. O país possui

dez regiões geográficas, aquela que faz fronteira com o Brasil é a região nove, também denominada região do Rupununi. Localiza-se nas terras do sudoeste da Guiana que são banhadas, numa extensão de 6.000 km, pelo rio do mesmo nome. Nessa extensão estão as fronteiras da Guiana com o Brasil e da Guiana com a Venezuela. (PEREIRA, 2008, p. 119).

Apesar de fazermos referência à Guiana, o nome oficial do país é

Co-operative Republic of Guyana (República Cooperativa da Guiana). Guyana (pronuncia-se gaiana), mas no Brasil a maioria das pessoas ainda chama o país de Guiana, pelo fato da mudança de “i” para “y” em inglês não ter diferença em Português, de modo que para nós, o país tem o mesmo nome que tinha quando era colônia do Reino Unido até tornar-se independente no dia 26 de maio de 1966. O “co-operative” (separado por hífen) se deve ao fato que o país usa a ortografia britânica. (PIMENTEL, 2008, p. 89).

Ainda hoje, tanto guianenses quanto brasileiros continuam dizendo “Guiana Inglesa”. Quanto à língua, o inglês é o idioma oficial da Guiana, mas as

escolas em Roraima parcamente tratam em seus planos de ensino ou projetos pedagógicos acerca da Guiana. O ensino da língua inglesa busca referenciais norte-americanos ou britânicos e disseminam a idéia de que a língua falada no país vizinho não passa de um dialeto. (ALMEIDA; BARBOSA, 2008, p. 135).

Este preconceito em relação ao inglês guianense ocorre porque o

primeiro contato com o inglês da Guiana faz parecer que eles falam outra língua, porém depois de algumas tentativas de praticar, é possível entender com facilidade o que dizem e a compreensão é mútua. Os guianenses conversam entre si o “creolese” ou “creole English”(...) (PIMENTEL, 2008, p. 90).

O *Creolese* é como os guianenses chamam a língua crioula mais falada na Guiana. Trata-se de uma língua com elementos de origem africana, indiana, indígena, entre outras, com maior léxico originado do inglês. O inglês guianense apresenta variações

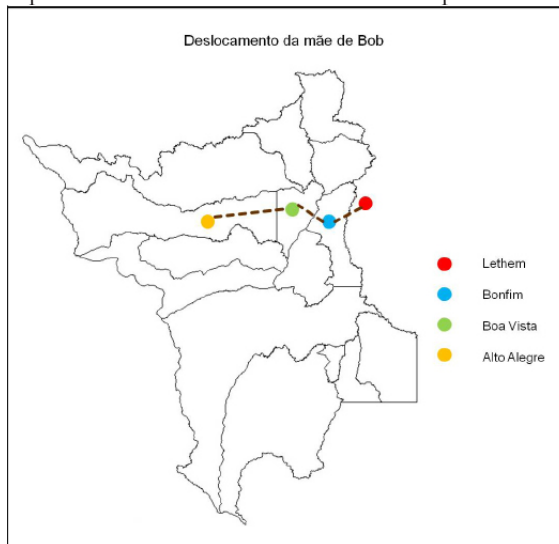
em relação ao inglês britânico ou americano, principalmente quanto à pronúncia, como ocorre com outras línguas, inclusive a Língua Portuguesa. Tanto o creolese quanto o inglês guianense são elementos da cultura do povo da Guiana que merecem todo respeito.

A trajetória de Bob e suas estratégias linguísticas

Bob, 40 anos, casado com brasileira, pai de quatro filhos, reside em Boa Vista desde 1982. Servidor Público, fala inglês somente na residência materna. Migrou junto com a mãe para ajudá-la a cuidar de um bebê.

Bob nasceu em Lethem, na Guiana em 1974, mas sua mãe passou pela região de Bonfim e Boa Vista e foi registrá-lo na região de Alto Alegre⁴ em virtude de deslocamento de trabalho, como podemos acompanhar na trajetória que esbocei no seguinte mapa:

Mapa do deslocamento da mãe de Bob para Alto Alegre



Fonte: Adaptação de <http://www.mapasparacolorir.com.br/mapa-estado-roraima.php>

⁴ Na época do nascimento de Bob as regiões que hoje constituem os municípios de Bonfim e Alto Alegre faziam parte do município de Boa Vista. A emancipação de Bonfim e Alto Alegre, como municípios, só ocorreu em 1982.

Em 1982, a mãe de Bob veio ter bebê em Boa Vista e Bob veio para ajudá-la, uma vez que ela havia decidido fixar residência na capital. Bob só tinha oito anos e não falava português. Graças à convivência aprendeu não só a língua, mas também outros costumes e, segundo ele, não apresentou dificuldades na adaptação devido ao fato de ser muito jovem.

Em relação à escola, Bob não chegou a estudar na Guiana. No Brasil, iniciou os estudos aos dez anos de idade, após sua família perceber que ele já dominava a Língua Portuguesa. Hoje é casado com uma brasileira e pai de quatro filhos.

Bob só falava inglês quando chegou a Boa Vista, mas aprendeu logo a Língua Portuguesa com a convivência e acredita que foi fácil devido ao fato de ser muito novo, mas “demorou um ano e meio mais ou menos pra mim. Dois anos pra entrar na escola”. Hoje fala o português e, em raras ocasiões, o inglês quando vai à Guiana ou com os filhos em casa e ainda com a mãe “meus outros irmãos não falam inglês”. Então na casa de sua mãe, em Boa Vista “só falo inglês quando eu tô por lá. A gente resolve falar alguma coisa que os outros não devem entender”.

A mudança de código para Bob tem um significado especial: é um momento afetivo partilhado por ele e sua mãe. Nesses eventos de fala ele tem a mãe só para si: “Só falo em inglês com minha mãe”.

Bob não apresenta sotaque em português e devido à ausência de marcas da Língua Inglesa, “ninguém” segundo ele, imagina que tenha nascido na Guiana.

Mas o que é Língua Materna? Revuz (1998, p. 226) nos ajuda a compreender, esclarecendo que Língua Materna ou primeira língua é “aquela aprendida pelo falante na primeira infância – período que vai do nascimento do indivíduo até os três anos, aproximadamente (...)” enquanto somos levados a perceber o que aconteceu com Bob. Ele aprendeu o inglês e esta foi sua língua por um período. Com a migração, aprendeu a língua do país para o qual migrou: o português.

Muitas pessoas tornam-se bilíngues por opção, mas esta não é a situação de Bob. Questiono, então, o que acontece quando um guianense, falante da Língua Inglesa⁵ migra para o Brasil, mais especificamente, para Boa Vista? Tornar-se bilíngue é uma questão de necessidade para a adaptação e não de escolha.

Segundo Mello (1999, p. 34) há várias razões que levam uma pessoa a se tornar bilíngue, destacando-se “o movimento migratório das pessoas, os sentimentos federativos e nacionalistas, os casamentos inter-raciais, as atividades comerciais (...), os fatores culturais e econômicos”.

⁵ Na Guiana há diferentes grupos étnicos e também um crescente fluxo migratório de chineses. É possível encontrar guianenses falantes de inglês, hindi, chinês, línguas indígenas, creolese e dialetos. Aqui me refiro ao inglês por ter sido apontada como língua materna de Bob.

O estrangeiro no Brasil tem amparo pela Lei 6.815 de 19 de agosto de 1980. A mãe de Bob deslocou-se de Lethem para Alto Alegre a fim de registrá-lo. Ela não quis registrá-lo em Lethem e aproveitou uma viagem à região de Alto Alegre para realizar o registro oficial. Quando questionado como se sente, se brasileiro ou guianense, Bob pede licença para criar uma palavra que explique seus sentimentos: “brasileiro – a mistura de brasileiro com guianense”, porque para ele é muito difícil afirmar que é só brasileiro ou só guianense. No entanto, a legislação brasileira sempre o considerou “brasileiro”.

Bob percebe que

as “identidades” flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas. Há uma ampla probabilidade de desentendimento, e o resultado da negociação permanece eternamente pendente. Quanto mais praticamos e dominamos as difíceis habilidades necessárias para enfrentar essa condição reconhecidamente ambivalente, menos agudas e dolorosas as arestas ásperas parecem, menos grandiosos os desafios e menos irritantes os efeitos. Pode-se até começar a sentir-se *chez soi*, “em casa”, em qualquer lugar – mas o preço a ser pago é a aceitação de que em lugar algum se vai estar total e plenamente em casa. (BAUMAN, 2007, p. 17-18).

Bob apresenta documentação brasileira, mas suas memórias, suas emoções estão repletas de traços guianenses, revelando em sua fala, em seu olhar e em seus sentimentos as identidades fragmentadas, a ideia de sujeito integrado foi abalada isto porque “as sociedades modernas são (...) sociedades de mudança constante, rápida e permanente” (HALL, 2005, p. 14). Para Bob não é relevante que todos saibam sua trajetória, porque mesmo que implicitamente ele percebe que nascemos com uma identidade, mas nós nos formamos e transformamos as identidades em nossas representações.

Que leituras são possíveis da trajetória de Bob? Que significados ele produz em relação à Guiana e ao Brasil? Como ele se identifica? Como é identificado? Como deseja ser reconhecido?

Traduzir as representações de Bob não é tão simples quanto parece. Foi preciso ir além das palavras. Com a triangulação de dados olhei para as entrevistas, para o Diário de Campo e para o que dispõe a legislação. Também foi preciso buscar suporte teórico sobre a relação “Memória e identidade”, visto que ao garimpar suas memórias, vejo a mistura de passado e de presente. Montenegro (2010, p. 40) defende a ideia de que:

Passado e presente, memória e percepção instituem uma relação tensa em que se abrem ou não possibilidades de novas redes de significação. A representação do passado e do presente, como territórios de fronteiras configurados no tempo, torna-se ainda mais tênue quando compreendemos que o fio ou a ligação entre ambos se constitui no universo da ação.

Bob é visto como um “carioca da gema”. Ele não apresenta sotaque em sua fala, gosta muito de futebol e, de acordo com seus conhecidos, é o “sósia” de um famoso humorista. Quem o encontra pela primeira vez acredita que realmente ele é carioca. Na verdade, poucas pessoas sabem do trânsito Guiana-Brasil. Ele se reserva ao direito de não revelar isso a todo mundo.

Para os que se mudaram muito jovens para Boa Vista, como é o caso de Bob, o “lá” parece mais distante. O “lá” de Bob é a Guiana, mas que se materializa na residência de sua mãe, em Boa Vista, porque “só falo inglês quando eu tô por lá. A gente resolve falar alguma coisa que os outros não devem entender”. Seus irmãos não falam inglês e a outra forma do “lá” fazer-se presente aqui é por meio da alimentação: “é uma comida que tem lá que a mamãe faz”. As estratégias de Bob são afetivas. No momento em que dialoga com a mãe em inglês, é como se a mãe fosse só dele. É momento de exclusividade. Através do uso da língua materna, na casa de sua mãe e consumindo alimentos tipicamente guianenses, o “lá” é vivido aqui.

A esposa de Bob é brasileira e não fala inglês, mas ele vem ensinando inglês a seus filhos (que ainda são pequenos). Ele revelou: “Quero que meus filhos falem inglês!”. Aqui ficam indagações para futuras pesquisas: “Será que Bob pretende manter a estratégia de uso da Língua Inglesa em família? Será que, no futuro, seus filhos usarão a língua para a comunicação exclusiva com o pai assim como ele faz com sua mãe hoje?”.

Ampliando o espaço de discussões, questiono: “Será que quando encontramos um grupo de imigrantes (não somente guianenses) conversando em sua língua materna não ocorre a transposição do “lá” para o “aqui”? Será que não seria essa a nossa estratégia se migrássemos?”

Bob se define como “brasileiro”. Apesar da migração aos oito anos de idade e das poucas lembranças do país Guiana, o seu ser misto é devido à influência de sua mãe. A Guiana está representada em sua mãe, na casa onde ela mora que é o local do encontro com a cultura guianense pela língua e pela alimentação.

Alguém pode questionar: “Afinal, qual é a identidade de Bob?”. Defendo a ideia de que ele (como os demais imigrantes) não apresenta duas identidades, mas identidade híbrida ou como melhor explica Cuche (2000, p. 195): “cada indivíduo integra

múltiplas referências identitárias constituídas em sua trajetória”. Hall (2005) afirma que o sujeito não apresenta uma identidade única, mas várias que são construídas e definidas historicamente, dependendo de como é representado ou interpelado.

Os sentimentos de Bob são os sentimentos de muitos, independentemente de suas raízes ou de seus rumos. Todos nós buscamos o reconhecimento e o pertencimento da comunidade em que nos inserimos. Estamos sempre à procura de nos encontrar e nos descobrir em nós mesmos e nos outros. Todos nos sentimos parte de algum lugar e de outro também. Reportando-me ao poema de abertura do capítulo afirmo que não é possível traduzir as identidades em sua completude.

Assim como Bob, muitos guianenses deslocam-se para Boa Vista e suas histórias precisam ser reveladas. Vale ressaltar que meu objetivo não foi definir a identidade de Bob, mas dar-lhes voz, de modo que seja possível percebê-lo no limite de suas próprias fronteiras e refletir sobre o papel fundamental da língua(gem) no estabelecimento das manifestações deste imigrante, ou melhor, deste “brasileNSE”, como definido por Bob.

Considerações finais

Acredito que problematizar a identidade de imigrantes é colocar em questão a própria crise do sujeito e de sua história. É colocar, ainda, a crise de pertencimento a um espaço-tempo específico, que permite a constituição de uma representação que estabelece os critérios da identidade e da diferença em função da criação de aspectos culturais.

Os imigrantes têm muito a narrar, talvez o que lhes faltasse era a “escuta”. No caso de Bob, imigrante guianense, a linguagem foi analisada com muito cuidado, porque envolvia duas línguas: a Língua Inglesa e a Língua Portuguesa.

Refletir sobre identidade e linguagem foi, na verdade um desafio pessoal de (re) avaliar meus próprios (pré) conceitos de identidade e a capacidade de (re) interpretar o mundo pós-moderno em que vivemos. Estas reflexões me exigiram um olhar “múltiplo” sobre o mundo, sobre o “outro” e sobre mim mesma. Afinal

(...)

Como decifrar pictogramas de há dez mil anos
se nem sei decifrar
minha escrita interior?
Interrogo signos dúbios
e suas variações caleidoscópicas

a cada segundo de observação.
A verdade essencial
é o desconhecido que me habita
e a cada amanhecer me dá um soco.
Por ele sou também observado
com ironia, desprezo, incompreensão.
E assim vivemos, se ao confronto se chama viver,
unidos, impossibilitados de desligamento,
acomodados, adversos, róidos de infernal curiosidade.
(ANDRADE, 1987, p. 29-30)

A problemática da diversidade cultural e da construção de identidades e de diferenças propõe “novos olhares para a valorização das identidades culturais, inclusive aquelas apagadas, invisibilizadas ou até mesmo negadas, como é o caso dos guianenses em Boa Vista” (BRITO, 2012). Acrescento que as identidades são percebidas na e pela linguagem que utilizamos no cotidiano e que são essenciais para a compreendermos e (re) construirmos nossas identidades em relação à identidade do “outro”. É a linguagem que revela nossas estratégias tanto de adaptação quanto de fixação ao lugar.

Comungando do argumento de que não há identidade unificada, percebo que a discussão em torno da imigração de guianenses para Boa Vista aborda a pluralidade dos seus modos de vida, privilegiando os aspectos culturais deste grupo, sua presença e constituição na cidade, a fim de destacar os pontos como as relações sociais, o lazer, os desejos, o trabalho, a sociabilidade, os conflitos linguísticos, enfim, os modos de ser e de viver. A abordagem implicou em relacionar dentro da temática do processo migratório, suas trajetórias, suas memórias e suas interpretações do vivido através de seus relatos.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Carlos Drummond de. **O outro**. In: _____. Corpo. Rio de Janeiro: Record, 1987. p. 29-30.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. 110 p.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 235 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**:promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4.ed.São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

_____. **Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980**. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6815-19-agosto-1980-366138-norma-pl.html>. Acesso em: 22 ago. 2011.

BRITO, Maria Lúcia da Silva. **Raízes e rumos**: reflexões sobre identidade de guianenses em Boa Vista-Roraima. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Roraima – Programa de Pós-Graduação em Letras. Boa Vista, 2012.

CELANI, Maria Antonieta Alba. **Transdisciplinaridade na Lingüística Aplicada no Brasil**. In: SIGNORINI, Inês; CAVALCANTI, Marilda do Couto (Org). *Lingüística Aplicada e Transdisciplinaridade*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998. p. 115-126.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru, SP: EDUSC, 2002. 256 p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. 103 p.

MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias. **Amazônia Brasileira**: processo histórico do extrativismo vegetal na Mesorregião Sul de Roraima. 2006, 314p. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MELLO, Heloísa Augusta Brito de. **O falar bilíngüe**. Goiânia: Editora da UFG, 1999. 178p.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **Rachar as palavras**: uma história a contrapelo. In: _____. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 21-47.

PEREIRA, Mariana Cunha. **A memória de brasileiros e guianenses sobre a revolta do Rupununi na fronteira Brasil – Guiana**. Textos & Debates. Universidade Federal de Roraima. Centro de Ciências Humanas. volume 14, Dossiê Guianas, de janeiro a junho de 2008, Boa Vista: UFRR, CCH, p. 118-128.

PIMENTEL, Cariane do Nascimento. **Roraima interligando nações**: Brasil e Guiana. Textos & Debates. Universidade Federal de Roraima. Centro de Ciências Humanas. volume 14, Dossiê Guianas, de janeiro a junho de 2008, Boa Vista: UFRR, CCH, p. 87-101.

REVUZ, Christine. **A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio**. In: SIGNORINI, Inês (Org.). *Língua(gem) e identidade*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 1998. p. 213-230.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas. **Dinâmica territorial urbana em Roraima**. 2007. 329p. Tese. (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: USP, 2007.

SOUZA, Carla Monteiro de. **Roraima e as migrações**. *Textos & Debates*. Universidade Federal de Roraima. Centro de Ciências Humanas. volume 9, de agosto a dezembro de 2005, Boa Vista: UFRR, CCH.

TRÁFICO HUMANO E CONTRABANDO DE MIGRANTES EM REGIÕES DE FRONTEIRAS

1. Introdução

É preciso atravessar a tela das projeções geralmente absurdas, às vezes odiosas, atrás das quais o mal-estar ou o sofrimento se escondem tanto quanto se expressam. (BOURDIEU, 1997, p.735)

Escrever sobre tráfico humano e contrabando de migrantes em região de fronteiras não é uma prática comum nas Ciências Sociais. É uma prática que nos exige um exercício de fuga de estereótipos e imagens midiáticas, nos estimulando a pensar o processo de ampliação da circulação de trabalhadores migrantes e a feminização da migração no final do século XX.

Desse modo, a partir do aumento do tráfico de pessoas em todas as partes do mundo, em especial em regiões de fronteira, o presente artigo possui a finalidade de apresentar algumas reflexões teóricas sobre o cotidiano nas fronteiras e as práticas de tráfico internacional, marcado pela demanda por pessoas de localidade e grupos étnicos diferentes.

Conforme informações fornecidas pelo Plano Estratégico de Fronteiras e da Estratégia Nacional de Segurança Pública na Fronteira (ENAFRON, 2012, p.20), “falar sobre tráfico de pessoas no Brasil e no mundo, é ter como referencial conceitual e legal o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, conhecido como o Protocolo de Palermo¹”. O referido protocolo define tráfico de pessoas como:

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: alessandra_rufino@oi.com.br

¹ Foi aprovado no Brasil por intermédio do Decreto nº 5.017 de 2004, e adotado, com seus devidos ajustes, pela Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que por sua vez foi aprovada pelo Decreto nº 5.948 de 26 de outubro de 2006 (ENAFRON, 2012, p.20).

O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos (ENAFRON, 2012, p.20).

Nesse embate de idéias, percebemos que, embora o tráfico de pessoas esteja na agenda de discussões internacionais contemporânea de governos, organizações não governamentais (ONG's) e nos debates feito por alguns pesquisadores, o problema do tráfico ainda nos exige muitos esclarecimentos por transcorrer temáticas bastante similares como, por exemplo, os fluxos migratórios contemporâneos, a cooperação entre países vizinhos para a segurança das fronteiras, o fortalecimento da legislação migratória e o combate à imigração irregular, a proteção das pessoas traficadas e a efetivação dos direitos humanos.

Dentro dessa lógica, não podemos esquecer que em muitas ocasiões ocorrem confusões, propositadas ou não, no entendimento do tráfico de pessoas com outros fenômenos no qual o referido conceito se relaciona. Nessa mesma linha de raciocínio, Chapkis (2003) e Kapur (2005) *apud* Sales e Alencar (2008, p.30) argumentam que “em muitas situações governos tratam pessoas traficadas como imigrantes ilegais, deportando-as aos seus Estados de origem, sem dispensar o tratamento adequado a pessoas que sofreram exploração”. Isso também acontece com casos de trabalhadores sexuais que migram voluntariamente para outros Estados para exercerem suas atividades e, estando em situação irregular, são capturados e apresentados como tendo sido vítimas de tráfico de pessoas.

Os mesmos autores consideram o tráfico de pessoas uma atividade que, por ter uma ligação com o crime organizado, nacional ou transnacional, deve ser vista como questão de segurança e como grave violação de direitos humanos. Dentro desse contexto, Gallagher (2002) esclarece que o tráfico de pessoas é realizado com diferentes propósitos. Além da exploração na indústria do sexo, que é considerada a forma mais disseminada, existem outros destinos para as vítimas, como por exemplo, o trabalho sob condições abusivas, a mendicância forçada, a servidão doméstica e doação involuntária de órgãos para transplante. É importante lembrar que embora a maioria das pessoas traficadas seja formada por mulheres adultas, crianças e adolescentes, os homens, embora ainda em menor número, passaram a ser visados pelos traficantes.

Essa problemática é reforçada por Kapur (2005, p.115), ao dispor que o tráfico de seres humanos está relacionado, no discurso contemporâneo, à migração, especialmente à irregular, e ao contrabando de migrantes. Paralelamente, existe ainda o tráfico de mulheres e de crianças que está associado à sua venda e ao envio forçado a bordéis como trabalhadoras sexuais. Para a mesma autora, esta associação do tráfico de pessoas com várias formas de migração e mobilidade, de um lado, e com a prostituição e o trabalho sexual, de outro lado, está no centro do discurso atual sobre o tráfico global de pessoas.

Diante desse quadro, é importante ressaltar que as vítimas são oriundas de classes economicamente desfavorecidas. Entretanto, é equivocado apontar a pobreza como principal causa do tráfico de pessoas. A pobreza é, na verdade, um dos fatores circunstanciais que favorecem o tráfico. Como destacam Ditmore e Wijers (2003), as raízes do problema encontram-se muito mais nas forças que permitem a existência da demanda pela exploração de seres humanos do que nas características das vítimas. Essa demanda surge, na verdade, a partir dos seguintes grupos: os traficantes, que são atraídos pela perspectiva de lucros milionários; os empregadores, que querem tirar proveito de mão de obra aviltada e, por fim, os consumidores do trabalho produzido pelas vítimas.

Supostamente, o tráfico de pessoas, em decorrência das várias dinâmicas que o marcam, não é um fenômeno simples de ser compreendido e, muito menos, identificado. Apesar dessa complexidade, possui características que lhe são próprias e o diferenciam de outros fenômenos que com ele podem vir a se confundir, como, por exemplo, os processos migratórios, o contrabando de migrantes, a prostituição e o turismo sexual. Dessa maneira, torna-se necessário saber o que é e como ocorre o tráfico de pessoas

Em decorrência disto, este trabalho se propõe, inicialmente, em entender os conceitos de migração, fronteira, tráfico e contrabando de pessoas, de acordo com os conceitos apresentados pelo último documento das Nações Unidas a tratar desse tema. Em seguida, após a etapa de conceituação, busca apresentar algumas questões sobre o cenário global do tráfico de pessoas. No momento seguinte, expõe algumas informações acerca do diagnóstico sobre o tráfico de pessoas nas áreas de fronteiras. Por fim, nas considerações finais, apresenta as formas de enfrentamento do problema.

Migração, fronteira, tráfico e contrabando de pessoas: algumas diferenciações conceituais

Migração, fronteira, tráfico e contrabando de pessoas são fenômenos constituídos da experiência contemporânea. Nas palavras de Marandola Júnior e Dal Gallo (2009, p.407), “estar no mundo, hoje, é conviver com a mobilidade e a migração, e todas as suas implicações”. Para refletir sobre as implicações existenciais das migrações consideramos importante analisar as motivações dos processos migratórios. Isso implica compreender que o ser humano, por estar em constante movimento, tem a especificidade de buscar a satisfação das suas necessidades pessoais.

Compartilhando deste pensamento, Cresswell e Kellerman (2006) reconhecem a migração como uma mobilidade em si. É, na verdade, é um fenômeno que envolve tanto a materialidade quanto a produção social e a corporeidade, que pode ser classificada em migração interna e internacional. Para Borjas (1994), a migração interna representa a mudança geográfica de um determinado sujeito para uma unidade distinta como município, áreas metropolitanas, estados ou províncias, permanecendo dentro de um mesmo país. Já a migração internacional ocorre quando o migrante se move para além das fronteiras nacionais.

Nessa perspectiva, Zamberlam (2004) aborda a migração mundial como o “novo rosto da questão social”. Muitos migrantes vivem em condições de exclusão: sem documentos, educação, sem direito à reivindicação, ao trabalho, à saúde, enfim, sem cidadania. Neste caso, as tensões surgidas no mundo levam a considerar a realidade migratória como o ambiente mais propício para se esconderem “subversivos”.

Em vista disso, Rocha-Trindade (1995) conceitua migração numa perspectiva internacional. Para ela, emigrar significa deixar a pátria ou a terra própria para se refugiar, trabalhar temporariamente ou estabelecer residência em um país distinto. Logo, os protagonistas dessa ação são designados, por quem os considere como ausentes e enquanto essa situação se mantiver, como emigrantes.

Rocha-Trindade (1995, p.31) também realiza uma interpretação sociológica sobre a distinção entre imigrantes e emigrantes:

À diferença de designações [imigrantes e emigrantes], atribuídas afinal aos mesmos indivíduos, correspondem também diferentes estatutos sociais: o emigrante é um nacional ausente, com perda pouco significativa de direitos no país de onde provém e, talvez até, uma certa diminuição dos deveres e obrigações inerentes à sua qualidade de cidadão. Em contrapartida, como imigrante, é um estrangeiro vindo de fora, encontrando uma sociedade que provavelmente desconhece e onde terá de inserir-se, sujeitando-se às leis que a administram.

Ainda sobre os movimentos migratórios internacionais, Patarra (1996, p.07) argumenta que estes “reassumem, sobretudo no final dos anos 1980, importância crescente no cenário mundial”. Cenário este que caracteriza-se por desigualdades regionais acentuadas e pela manifestação crescente de conflitos diversos.

Além dessas questões, de acordo com Teresi & Healy (2012), uma grande problemática que ainda se enfrenta no contexto migratório é referente a imigração regular/ilegal, que se dá quando uma pessoa acede a um país diferente daquele o de sua cidadania ou residência regular sem a devida permissão legal ou um visto, ou quando uma pessoa permanece ilegalmente no país de destino, tendo sua permissão ou visto expirado ou quando trabalha no país de destino não estando autorizado para tanto.

Como destaca Sales e Alencar (2008, p.35), “na atualidade, têm-se intensificado os fluxos migratórios pelo mundo, especialmente de migração ilegal”. Segundo as autoras, este fato, somado aos ataques terroristas dos últimos anos, especialmente após o episódio de 11 de setembro de 2001, e às políticas antiterrorismo, está provocando o enrijecimento das políticas e das legislações migratórias em diversos Estados, especialmente naqueles considerados receptores de imigrantes. Dessa maneira, migrar de forma legal está se tornando cada vez mais difícil, visto que as fronteiras dos Estados estão se fechando. Contudo, ainda continua crescendo a demanda por trabalho de imigrantes a baixo custo e, além do mais, o desejo de emigrar de pessoas de diversas partes do mundo ainda não diminuiu. Porém, não podemos esquecer que estas pessoas procuram meios marginais para entrar nos Estados.

Em face dessa realidade, consideramos de fundamental importância apresentar algumas definições sobre fronteira a partir de algumas perspectivas teóricas que fundamentam a pesquisa sociológica e que permanecem essenciais para a análise de indivíduos e grupos em deslocamento espacial. Começaremos por Deleuze (1992), que define fronteiras como construções, isto é, como processos social e historicamente produzidos que devem ser concebidas mais como abertura e atualidade, do que como dado ou acabamento. Dito em outras palavras, são locais de mutação e subversão, regidos por princípios de relatividade, multiplicidade, reciprocidade e reversibilidade.

Martins (1997, p.150), por sua vez, define a fronteira como o lugar da alteridade. É isso que faz dela um lugar singular: “À primeira vista é o lugar de encontro dos que, por diferentes razões, são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados do outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado e os camponeses pobres, de outro”. Entretanto, o mesmo autor lembra que o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro.

Nessa mesma perspectiva, Castells (1999) esclarece que as fronteiras dão lugar as transformações simultâneas que podem ser influenciadas pelos sistemas de redes interligados. É importante ressaltar, dentro dessa discussão, que a fronteira pode ser pensada como dado natural ou cultural, e constituir-se objeto de estudo para distintas áreas do conhecimento. Também pode ser pensada numa perspectiva geográfica e simbólica.

A fronteira geográfica refere-se à territorialidade, ao território real ocupado e construído pelo grupo e em função do grupo, como, por exemplo, a aquisição de um terreno, a construção de uma igreja, de uma capela, de uma escola ou de um clube. Refere-se também a um território individual, particular ou familiar, como, por exemplo, uma casa ou uma propriedade. São espaços distintivos e classificadores que impõem limites para circulação e movimentação de pessoas.

Já a fronteira simbólica é uma noção vaga, mas importante e refere-se ao mundo cultural, religioso e ético-moral do grupo. Os contornos da fronteira simbólica são imprecisos, incertos e indefinidos e se constituem em espaço de tensões e conflitos voltados tanto para o interior quanto para o exterior do grupo. Segundo Bauman (2001), a fronteira simbólica é o lugar onde se vive as tradições culturais e religiosas, onde se procura reconstruir, preservar e dar continuidade à memória histórica da comunidade. Por ser imprecisa e indefinida, ela é permeável, elástica, flexível, fluída, líquida.

Dentro dessa discussão, associar a fronteira ao tráfico de pessoas torna-se bastante comum, pois segundo alguns estudos já realizados é possível comprovar, em regiões de fronteira, a existência do tráfico interno e externo de pessoas, seja para a exploração sexual de crianças, adolescentes e mulheres adultas, como para o trabalho escravo ou semi-escravo, mantidos em cárcere privado.

O “Diagnóstico sobre Tráfico de Pessoas nas Áreas de Fronteira no Brasil”, fruto de uma pesquisa inédita realizada pela Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça (SNJ/MJ), em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e o Centro Internacional de Desenvolvimento de Políticas de Migração (ICMPD), divulgou pela primeira vez algumas informações sobre tráfico de pessoas nos 11 estados de fronteira do Brasil. Mostrou, por exemplo, que pelo menos 475 pessoas, no período de 2005 a 2011, foram identificadas como vítimas do tráfico de pessoas. A maioria delas é de mulheres entre 18 e 29 anos e adolescentes.

Assim, gostaríamos de abordar, de modo inicial, a diferença entre tráfico de pessoas e contrabando de migrantes. Acreditamos que esta diferenciação é necessária para esclarecermos, primeiramente, que tráfico de pessoas pode ocorrer tanto inter-

nacionalmente quanto dentro do próprio país, enquanto contrabando de migrantes é sempre transnacional.

Como enfatiza Gallagher (2002), apesar de ambos serem considerados meios de migração, o tráfico de pessoas apresenta como uma de suas características o deslocamento de alguém, utilizando-se de coação, engano ou outros meios, com a finalidade da exploração do seu trabalho em vários setores da economia. Por sua vez, o contrabando de migrantes caracteriza-se pela facilitação da travessia ilegal de fronteiras, mas não tem, necessariamente, ligação com o trabalho.

Nas palavras de Ditmore e Wijers (2003, p.80), “os processos migratórios são, atualmente, o coração do tráfico internacional de seres humanos, eis que pessoas traficadas são migrantes, geralmente ilegais, procurando trabalho em outros locais, e que se encontram em condições laborais insustentáveis”. Podemos verificar que são essas condições que nos ajudam distinguir pessoas traficadas de contrabandeadas.

Verificamos também, dentro dessa linha de raciocínio que, diferente do tráfico, o contrabando de migrantes não está necessariamente vinculado a trabalho. Sales e Alencar (2008, p.32) compartilham deste pensamento ao considerarem que a travessia ilegal de fronteiras é o objetivo do contrabando de imigrantes. Isso significa que, para essas autoras, a finalidade do tráfico é a exploração do trabalho de alguém. “Em outras palavras, o tema do contrabando de imigrantes se refere à proteção do Estado contra imigrantes ilegais, enquanto que o tema do tráfico se refere à proteção das pessoas contra violência e abuso”.

Assim, tendo em vista a necessidade de conhecer um pouco mais essa problemática, identificamos o tráfico de seres humanos como um fenômeno cada vez mais preocupante por ser uma forma grave de crime organizado e por constituir uma grave violação aos direitos humanos. Pascual (2007) nos mostra que dentre as suas causas estão a pobreza, o desemprego, a falta de educação e de acesso ao conhecimento.

Dentro desse contexto, é imprescindível que o Estado assuma a promoção efetiva da igualdade real, de tal modo que se opere uma verdadeira transformação de comportamento nas relações sociais. Nesse sentido, o Estado tem o dever de atuar ativamente, criando meios para suavizar as desigualdades sociais e, de modo preferencial, daqueles que mais precisam, isto é, as minorias raciais, étnicas e sexuais.

Cenário mundial do tráfico de pessoas

O tráfico de pessoas acontece em todas as partes do mundo, seja dentro de um mesmo país, entre países fronteiriços e até entre diferentes continentes. Apesar desta

característica, reconhecemos que o tráfico de pessoas não pode ser associado como problema restrito ao contexto da imigração irregular, haja vista que para Geronimi (2002, p.04)

essa espécie de tráfico origina-se dos remotos períodos dos impérios gregos e romanos, quando de buscava a utilização de prisioneiros de guerra como uma mão de obra escrava, passando pelo período em que os africanos foram traficados e designados como força de trabalho gratuita e passível de uso irrestrito e desumano, havendo adquirido apenas no século passado traços semelhantes à sua caracterização atual, em virtude do surgimento do fenômeno de se traficar mulheres para serem usadas na prostituição.

Atualmente, o tráfico de pessoas, considerado como forma moderna de escravidão. Segundo o “Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas”, cuja consolidação dos dados foi entre 2005 e 2011, o tráfico de pessoas é uma das atividades mais rentáveis do crime organizado no mundo, perdendo em lucratividade apenas para o tráfico de drogas e de armas. Estima-se que da totalidade de vítimas, quase a metade seja subjugada para exploração sexual.

Do ponto de vista conceitual, Ramina e Raimundo (2013) reconhecem que o aumento de tráfico de pessoas é reflexo dos efeitos da globalização, fenômeno considerado um dos responsáveis pela desigualdade no plano internacional. A globalização alcançou o seu auge a partir da segunda metade do século XX, quando os Estados se defrontaram com uma nova realidade, em que os desafios que lhes são impostos deixam de encontrar solução no direito interno, motivando-os a buscar a cooperação e a regulamentação internacionais para problemas que passam a ser globais. Entre estes problemas, destaca-se o desenvolvimento da criminalidade transnacional, a exemplo dos vários tipos de tráficos internacionais, como o tráfico de drogas, de armas e o tráfico de pessoas para diversos fins.

Como ressalta Santos (2006), o fenômeno da globalização é designado como a comunhão de processos interligados em escala global que agregam comunidades e organizações e transformam o mundo num ambiente coeso e interconectado, integra esse ambiente internacional, e propiciou inúmeras modificações no parâmetro espaço temporal entre continentes, havendo promovido, assim, um redimensionamento dos deslocamentos humanos no globo. Por este motivo, o padrão das migrações internacionais foi transformado pela introdução de novas dimensões relativas ao espaço e ao tempo, possibilitando a atual facilidade de percorrer distâncias e transpassar fronteiras em poucas frações de tempo.

Dentro dessa ótica, Ary (2009) complementa que esse contexto, além de ter modificado o cenário migratório, também facilitou a atuação de grupos criminosos, os quais exploram objetos variados e utilizam essa permeabilidade fronteiriça para a consecução de seus objetos, inserindo-se, nesse espaço, o tráfico de pessoas.

O tráfico de pessoas, considerado o novo objeto de criminalidade internacional, se incorpora a um rol de problemas que afetam a ordem internacional, juntando-se à questão do narcotráfico, do terrorismo, das catástrofes ambientais, entre outros. Dessa maneira, o tráfico de pessoas adquiriu uma estruturação delineada por um mundo globalizado, onde atuam redes organizadas de criminosos internacionais. Sem dúvida, este cenário amplia o viés do tráfico de pessoas, que agora possui destinações de exploração diversas, passando a pertencer a uma teia na qual interagem temas contemporâneos de inúmeras naturezas.

Portanto, entender o tráfico de pessoas, a partir do fenômeno da globalização, significa revitalizar o debate acerca da prática de traficar pessoas para diversos fins, já não mais apresentando o escopo de um crime que se destinava exclusivamente para a exploração da prostituição. Devemos ressaltar nessa discussão alguns dados que a Organização das Nações Unidas (ONU, 2004) considera importante no que diz respeito ao tráfico de pessoas. Uma dessas informações é que o governo dos Estados Unidos calcula que, a cada ano, entre 600 mil e 800 mil pessoas são tiradas dos seus locais de origens para serem exploradas em outros países, sendo que 80% são mulheres e 70% delas acabam na indústria do sexo. Na Europa, por sua vez, o tráfico aumentou consideravelmente desde a queda do Muro de Berlim, em 1989.

De acordo com estimativas do Instituto Europeu para o Controle e Prevenção do Crime (2006), aproximadamente 500 mil pessoas são levadas por traficantes todo ano para o continente europeu. Os principais destinos são Espanha, Suíça, Alemanha, Países Baixos, Itália, Reino Unido, Portugal, Suécia, Noruega e Dinamarca. É importante acrescentar também que a maioria das mulheres traficadas são originárias de regiões do Leste Europeu, como Rússia, Ucrânia, Albânia, República Tcheca e Polônia; do Sudeste Europeu, como Gana, Nigéria e Marrocos, e da América Latina, principalmente Brasil, Colômbia e República Dominicana.

Como pode ser percebido, várias agências da Organização das Nações Unidas (ONU, 2004) empreendem esforços para realizar uma conscientização social dos perigos do tráfico de pessoas, bem como uma prevenção e o seu enfrentamento. Conforme pesquisas de organismos internacionais e de estudiosos sobre a questão, o tráfico de pessoas é, atualmente, a terceira maior fonte de lucro do crime organizado, precedida somente pelo tráfico de drogas e armas. Ainda nesse contexto,

o “Relatório global contra o trabalho forçado”, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), expõe que o lucro total anual produzido com o tráfico de seres humanos chega a 31,6 bilhões de dólares. Estima-se que para cada pessoa transportada ilegalmente de um país para o outro, o lucro das redes criminosas chegue a 13 mil dólares ao ano.

Acerca da questão, também vale sublinhar que o tráfico de pessoas é uma atividade de baixos riscos e lucros altos. Isso acontece porque as pessoas traficadas podem entrar nos países de destino com visto de turista. Além disso, as atividades ilícitas são facilmente ocultadas em atividades legais, como, por exemplo, o agenciamento de modelos, babás, dançarinas, entre outras. Outro fator que faz com que o tráfico de pessoas seja reconhecido como uma atividade de baixo risco é que as leis nem sempre são aplicadas e, muitas vezes, são ultrapassadas ou inadequadas diante da dinâmica do crime. Além do mais, as sentenças, inúmeras vezes, não são proporcionais aos crimes.

A Organização das Nações Unidas (ONU, 2004) reconhece que o baixo risco que o tráfico de pessoas representa para os criminosos também pode ser ilustrado pelo número de condenações que são aplicadas. Segundo o governo norte-americano, em 2003, por exemplo, 8 mil traficantes de seres humanos foram levados a justiça em todo o mundo. Porém, apenas 2 mil e 800 traficantes foram sentenciados.

Essa explicação é fácil de ser entendida, uma vez que parte do crime organizado está mudando seu foco de atuação das drogas e armas para o comércio de seres humanos ou então, passando a atuar também nessa área. A respeito deste fenômeno ter sido embasado na dinâmica do funcionamento das organizações criminosas que provem o tráfico de pessoas, Derks (2000) mostra que, uma vez estabelecida dentro de um país, ela se expande e oferece inúmeros riscos ao Estado. Entre estes riscos estão a expansão e diversificação do crime organizado, a corrupção do setor público, desestabilização econômica dos mercados de trabalhos ilegais e desestabilização demográfica.

A expansão e diversificação do crime organizado acontece devido as redes de tráfico, uma vez estabelecidas, expandirem suas áreas de atuação, estabelecendo associações com organizações de outras esferas como tráfico de drogas e armas. No que diz respeito a corrupção do setor público, é importante mencionar que as altas somas de dinheiro envolvidas nas organizações criminosas criam inúmeras oportunidades para a corrupção de autoridades públicas, podendo também minar todos os esforços dos agentes da lei que combatem o tráfico, o que, sem dúvida, contribui para que a sociedade civil deixe de confiar nos sistemas policial e judiciário.

Outra característica resultante da prática do tráfico de pessoas é que a grande rentabilidade financeira da prostituição organizada possibilita sofisticadas formas de lavagem de dinheiro. A partir desse contexto, Villalba (2003) destaca que as técnicas de lavagem de dinheiro são desenvolvidas tanto nacional quanto internacionalmente, causando grande impacto na economia de um determinado país.

Não podemos esquecer também que os traficantes, ao buscarem proteção para os seus negócios, podem se associar a políticas, obtendo favores e influência por meio de suborno. Ainda nesse contexto, destacamos também que a introdução das vítimas na indústria ilegal do sexo e nos setores que desrespeitam as leis trabalhistas, tem o potencial de gerar guerras territoriais entre traficantes e os chefes que controlam a exploração humana. Não podemos esquecer ainda que o tráfico de pessoas em larga escala pode causar efeitos negativos no equilíbrio populacional de regiões, tanto no local de origem das vítimas quanto no país que passa a receber membros de determinado grupo étnico ou nacional.

Paralelamente a temática do tráfico de pessoas, a menção a globalização e à prática do crime organizado transnacional se faz importante para ressaltar que a globalização apresenta o acirramento das desigualdades sociais como um de seus aspectos negativos. São as desigualdades sociais causadas pela globalização que contribuem para a existência de alguns fatores que favorecem o tráfico de pessoas. Assim, Held (1999) enfatiza que as raízes das principais causas do tráfico de seres humanos encontram-se muito mais nas forças que possibilitam a existência da demanda do que na característica das vítimas.

É certo que as vítimas geralmente são oriundas de classes desfavorecidas. Entretanto, para Held (1999) é equivocado apontar a vulnerabilidade social como causa exclusiva do tráfico de pessoas. Este é apenas um dos fatores circunstanciais que favorecem o tráfico. Cepeda (2004) salienta que as forças que possibilitam a demanda do tráfico de pessoas estão relacionadas a três diferentes grupos: os traficantes – que são atraídos pela perspectiva de lucros milionários; os empreendedores – que tiram proveito da mão de obra ativada; e os consumidores – que consomem os produtos e os serviços realizados pelas vítimas.

Nessa ótica, para Stalker (2000), a pretensa ideia gerada pelo ambiente globalizante de que as fronteiras de tornaram completamente permeáveis ao livre deslocamento de pessoas, está sendo freada por ações internacionalistas dos Estados. Isso tem acontecido porque mesmo que os Estados visem facilitar e promover a liberalização dos fluxos de mercadorias e capitais, estes também demonstram atitude restritiva quando se trata de pessoas.

Rodas (2007, p.234) reforça o pensamento de Stalker (2000) ao afirmar que a globalização é grande facilitadora da ativação das redes criminosas internacionais, que traficam seres humanos, em escala global. “São estabelecidas novas relações de poder e competitividade, da mesma forma que novas dinâmicas relativas aos atores estatais, identidades, espaços, e processos eivados do transnacionalismo e mercado deste processo globalizador”.

Assim sendo, não podemos esquecer que o tráfico de pessoas está inserido no contexto de dinâmicas diversas, as quais abrangem muitos temas correlatos. Dessa maneira, percebemos que a presença de migrantes nas áreas de fronteiras é intrinsecamente relacionada com a questão do tráfico, visto que muitos dos fatores determinantes que induzem uma pessoa a migrar voluntariamente para outro país, também são os mesmos que facilita a captação por engano das vítimas de tráfico. Logo, Cepeda (2004, p.60) partilha que o fenômeno migratório precisa ser reconhecido como pertencente “a uma abordagem global que inclua múltiplos fatores, como a situação de vulnerabilidade nos países de origem, as redes criminosas que atuem neste cenário, etc.”.

Diagnóstico do tráfico humano e contrabando de migrantes nas áreas de fronteiras

A dinâmica do movimento migratório em regiões de fronteira é considerada, por muitos estudiosos desta temática, diferente em relação ao movimento migratório em outras localidades geográficas. No que diz respeito as situações de tráfico humano e contrabando de migrantes em regiões de fronteira, Teresi e Healy (2012) destacam que identificar ou reconhecer as situações de contrabando e tráfico de pessoas é ainda mais difícil neste contexto. Segundo as autoras, a fronteira é o lugar onde se iniciam as possibilidades de saída de libertação e de conscientização da migração.

Diante disto, a fronteira também pode ser reconhecida como “lugar de passagem” marcado pelos encontros e desencontros de ordem cultural e social. Como reflexo desta realidade, Machado (2007) aponta que as populações de fronteiras manifestam culturas próprias, visto que o cotidiano de quem vive na fronteira é marcado pela experiência de viver entre dois países. Tal experiência estimula as populações de fronteiras a fazerem parte de ambos os países, sendo que ao mesmo tempo esta experiência torna-se algo diferente em função da combinação de influências.

Em geral, para Dorfman (2009, p.72), em regiões de fronteiras, “a cidadania e a nacionalidade são elementos negociáveis, indo além do critério de status outor-

gado pelos Estados-Nação”. Dentro desta lógica, segundo o Plano Estratégico de Fronteiras e da Estratégia Nacional de Segurança Pública na Fronteira (ENAFRON, 2012, p.37), a clandestinidade também é um elemento comum em regiões de fronteiras, “tendo em vista as condições que facilitam a migração irregular, tais como a ausência ou ineficiência do controle de entrada e saída e a presença de espaços geográficos que facilitam o acesso, como os sistemas fluviais e lacustres, as cidades-gêmeas e as áreas de preservação ambiental”.

Em situações sociais sujeitas à formalidade estatal-nacional, as fronteiras terrestres, também conhecidas como fronteiras secas, estão sujeitas às mais diversas atividades, sejam elas lícitas, tais como as trocas de serviços, as trocas comerciais, as trocas culturais e de conhecimento, e as relações de amizade ou entre familiares, mas também ilícitas, dada a facilidade de transporte e a relativa ausência do Estado por questões políticas e até mesmo geográficas, favorecendo crimes transnacionais, freqüentemente praticados por grupos organizados, tais como o tráfico de drogas, de armas, o contrabando de migrantes e o tráfico de pessoas.

Entre as atividades ilícitas, o contrabando e o tráfico de pessoas é para, Gallacher (2002), uma das formas de violação de direitos humanos que acontece, por exemplo, na “fronteira seca” brasileira. No que diz respeito ao tráfico de pessoas, a autora defende que esta prática implica na mobilidade e no transporte de pessoas de um local para outro com fins específicos de exploração. O Plano Estratégico de Fronteiras e da Estratégia Nacional de Segurança Pública na Fronteira (ENAFRON, 2012) reforça que este processo “de um local para outro” pode ocorrer de um estado da Federação para outro dentro do território nacional, dentro do mesmo estado, ou entre países distintos. Nessa perspectiva, o cruzar de “fronteiras” ou divisas internacionais faz parte da própria definição de tráfico internacional e nacional, sendo a facilitação desta mobilidade elemento do crime de tráfico de pessoas.

Cabe citar Kapur (2005) para compreender que dado o progresso e o desenvolvimento local nas áreas de fronteira, a preocupação que era inicialmente e com a segurança nacional e a soberania do território passa a ser com a integração regional e com a segurança humana. Isto requer o entendimento de que a fronteira assume várias formas e que, por isso, devem ser tomadas medidas que englobem não somente ações para o desenvolvimento regional, mas também ações para a promoção da integração entre os povos e a integração entre as instituições públicas brasileiras e dos países fronteiriços.

Diante dessa discussão, um problema a ser sublinhado é a dificuldade na obtenção de dados, acerca do contrabando e tráfico de pessoas, mediante relatos das pes-

soas contrabandeadas e traficadas. Em relação ao tráfico, um percentual considerável de pessoas negam haverem sido vítimas do tráfico, principalmente em decorrência da situação humilhante a qual foram submetidas.

Nesse contexto, as agências de proteção as vítimas desempenham um importante papel nas medidas de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Desta forma, o Ministério da Justiça (2007, p.12-13) defende que “o Estado procura intervir de maneira preliminar ao fortalecer os supostos grupos suscetíveis à tornarem-se vítimas do tráfico, objetivando combater as causas estruturais deste problema nas localidades apresentadas como foco de aliciamento”. Logo, dificulta a ação das redes de criminosos que trabalham na captura de pessoas para serem traficadas, as quais focam na questão da vulnerabilidade de certos grupos.

Para aceder o debate acerca do enfrentamento do tráfico de pessoas, Marrey e Ribeiro (2010, p.02) destacam que o enfrentamento ao tráfico de pessoas deve ter o foco na garantia dos direitos humanos, desde a prevenção à repressão, como pode ser visto a seguir:

Como o crime organizado do Tráfico de Seres Humanos simplesmente ignora a máxima da dignidade humana, resta à sociedade e ao poder público prevenir e enfrentar esse tipo de prática criminosa, pautando suas condutas e decisões pela concretização do princípio da dignidade humana, verdadeiro progenitor de todos os princípios – desde o momento da persecução investigatória, no contato com as vítimas, até o momento da aplicação da pena aos infratores.

Obviamente, não podemos deixar de destacar que os principais fluxos migratórios identificados nas áreas de fronteira não são fixos e se modificam em razão de inúmeros motivos como mudanças na economia do Estado ou da região, por razões humanitárias ou ambientais, ou em decorrência de mudanças nos meios de transporte e vias de deslocamento. Particularmente, no caso da migração irregular e do tráfico de pessoas, Grimberg e Dorfman (2012) observam que as rotas mudam em decorrência do aumento da fiscalização por parte das forças públicas, tais como as polícias e o próprio Ministério Público, ou até mesmo em decorrência de mudanças nos meios de transporte e vias de deslocamento.

É evidente que o tráfico de pessoas na área de fronteira é um tema dinâmico, que ainda experimenta alternativas em termos de definições conceituais e seus entendimentos. Para Machado (1998), estes conflitos acontecem, especialmente, em situações referentes a formulação de políticas públicas. Ainda conforme a autora existe também certa dificuldade dos atores estratégicos em diferenciar o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual da exploração sexual sem tráfico.

Nessa mesma linha de raciocínio, Hazeu (2011), em entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos, reforça o pensamento de Machado (1998) ao sintetizar que no processo de confusão de compreensão sobre o mercado de sexo, tráfico de pessoas e exploração sexual, a população em geral não reprime a busca de oportunidades de mulheres através do mercado de sexo. Existe ao mesmo tempo um pacto silencioso de reprovação moral e aceitação prática. As pessoas se pronunciam, de fato, somente em casos concretos de denúncias de escravidão e assassinato vinculados ao mercado de sexo.

Compartilhando essas inquietações, o Plano Estratégico de Fronteiras e da Estratégia Nacional de Segurança Pública na Fronteira (ENAFRON, 2012, p.134) explana que “enquanto a violência e a exploração não ficam claramente caracterizadas, é provável que a população em geral, e até mesmo as autoridades, não consigam enxergar o fenômeno do tráfico de pessoas nas idas e vindas destas mulheres, homens, adolescentes e crianças na área de fronteira”.

Nesse debate, também é importante reconhecermos que o tráfico de pessoas é uma forma de violação que não está necessariamente na agenda política, e em alguns estados nem na da sociedade civil. Nessas perspectivas, é um fenômeno que está sendo secundarizado por outras questões que também preocupam as autoridades, como, por exemplo, o tráfico de drogas ou o homicídio. Por fim, não podemos esquecer que diversos autores assinalam que os perfis das pessoas traficadas, em áreas de fronteira, não são muito distintos dos perfis das pessoas traficadas em outras regiões. A situação de vulnerabilidade - como a condição financeira precária, o pouco grau de instrução e de qualificação profissional - é uma característica comum no que diz respeito às pessoas traficadas.

Considerações Finais

Nesse artigo situamos o debate sobre o contrabando de migrantes e tráfico humano em regiões de fronteiras e apresentamos questões que refletem na produção do conhecimento no contexto das Ciências Sociais. Nossa pretensão não foi, de forma alguma, relativizar a gravidade do contrabando de migrantes e do tráfico de pessoas. Nossa intenção foi, na verdade, desenvolver um debate sobre esta problemática e compreender o discurso de alguns estudiosos e do Estado sobre esta situação.

Nesse cenário, cabe destacar que a escolha por desenvolvermos uma discussão sobre a temática em questão se justifica em virtude da relevância social da mesma. Dessa forma, a relevância de se estudar o contrabando de migrantes e o tráfico de

pessoas em regiões de fronteiras é evidenciada por números alarmantes que aponta o contrabando e o tráfico como um negócio extremamente lucrativo.

Um outro motivo para desenvolvermos um debate sobre contrabando de migrantes e tráfico de pessoas em regiões de fronteiras é que esta temática proporciona importantes contribuições acadêmicas as Ciências Sociais, visto que existe uma escassez de pesquisas que vinculam o contrabando e tráfico de pessoas a esta área do conhecimento. Conforme aponta Ary (2009), a maior parte das pesquisas já desenvolvidas em universidades brasileiras apresenta, sobretudo, discussões direcionadas às esferas jurídicas. No entanto, não podemos esquecer que este tema é extremamente importante para o campo de conhecimento relativo às Ciências Sociais, já que incorpora discussões sobre direitos humanos, migrações internacionais, cooperação internacional, globalização, entre outros.

Neste primeiro momento, a falta de ilustração baseadas em situações concretas de contrabando de migrantes e tráfico de pessoas pode ser explicada pela dificuldade em se identificar as vítimas, as quais, na maioria das vezes, buscam ocultar o rótulo de pessoa contrabandeada ou traficada, em razão, principalmente, dos traumas gerados por esses crimes.

Dentro dessa ótica, Munro (2008), evidencia que o cenário internacional do período pós - Guerra Fria corroborou para que o crime de contrabando de migrantes e tráfico de pessoas em regiões de fronteiras fossem inseridos na ambiência pautada pela globalização e incorporados, posteriormente, na linha de ação de organismos criminosos transnacionais.

Notamos ainda que o contrabando de migrantes e o tráfico de pessoas são fenômenos complexos, que exigem o envolvimento de várias esferas estatais da sociedade civil para serem prevenidos e punidos adequadamente. Desse modo, concluímos reconhecendo que de acordo com as análises das Ciências Sociais, a única forma de minimizar a prática do contrabando e tráfico de pessoas seria através de um maior acesso a educação, saúde e trabalho. Outra ação importante seria investir nos mecanismos de enfrentamentos ao contrabando e tráfico de pessoas, suas diferentes dimensões, causas e conseqüências, bem como difundir informações sobre o que pode ser feito para fortalecer os mecanismos de prevenção e atendimento às vítimas. Isso pode trazer uma contribuição importante ao enfrentamento desta grave violação dos direitos humanos não só no Brasil, mas em todo o mundo.

Referências bibliográficas

ARY, Thalita Carneiro. **O tráfico de pessoas em três dimensões**: Evolução, globalização e a rota Brasil-Europa. Dissertação de mestrado. Brasília: UNB, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORJAS, George J. **The economic immigration**. Journal of economic literature, vol XXXII, Dezembro, 1994.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CEPEDA, Ana Isabel Pérez. **Globalización, tráfico internacional ilícito de personas y derecho penal**. Granada: Comares, 2004.

CHAPKIS, Wendy. **Trafficking, migration, and the law**. Protecting innocents, punishing immigrants. Gender & Society. v. 17, n. 6, December, p. 923-937, 2003.

CRESSWELL, T. **On the move**: mobility in the modern western world. New York: Routledge, 2006.

DELEUZE, Gilles. **O que é a filosofia?**. Lisboa: Presença, 1992.

DERKS, Anuska. **From write slaves to trafficking survivors**: Notes on the trafficking debate. Conference on migration and development. Princeton University: 2000.

DITMORE, Melissa; WIJERS, Marjan. **The negotiations on the UM Protocol on Trafficking in Person**. NEMESIS, n. 4, p. 79 – 88, 2003.

DORFMAN, Adriana. **Contrabandistas na fronteira gaúcha**: Estados geográficos e representações textuais. Tese de doutorado. Florianópolis: UFSC, 2009.

ENAFRON. **Pesquisa ENAFRON**: Diagnóstico sobre tráfico de pessoas nas áreas de fronteira. Brasília: Ministério da Justiça, 2012. Disponível em: <http://www.curtanaeducacao.org.br/sGs/arquivos/diagnostico-sobre-trafico-de-pessoas-nas-areas-de-fronteira.pdf>. Acesso em: 09/12/2014.

GALLAGHER, Anne. **Trafficking, smuggling and human rights**: tricks and treaties. Forced Migration Review, n. 12, p. 25 – 28, 2002.

GERONIMI, Eduardo. **Aspectos jurídicos del tráfico y la trata de trabajadores migrantes**. Ginebra: OIT, 2002.

GRIMBERG, Daniela Seixas; DORFMAN, Adriana. **Uma geografia da informação das apreensões de agrotóxicos na região Sul do Brasil**. Anais do Encontro Internacional Fronteiras e Identidade. Pelotas, 2012.

HAZEU, Marcel. **Tráfico sexual na Amazônia**: Um pacto silencioso de reprovação moral e aceitação prática. Entrevista especial com Marcel Hazeu. Instituto Humanitas Unisinos: 22 de julho de 2011. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/45548-traffic-sexual-na-amazonia-um-pacto-silencioso-de-reprovacao-moral-e-aceitacao-pratica-entrevista-especial-com-marcel-hazeu>. Acesso em: 14/10/2014.

HELD, David . **Global transformations**. California: Standford University, 1999.

KAPUR, Ratna. **Travel plans**: border crossings e the rights of transnational migrants. Harvard Human Rights Journal, v. 8, pp. 107 – 138, 2005.

MACHADO, Lia Osório. **Limites, Fronteiras e Redes**. In: STROHAECKER, T. M. et all (Orgs.). Fronteiras e Espaço Global. Porto Alegre: AGB, 1998.

_____. **Região, fronteiras e redes ilegais**: estratégias territoriais na Amazônia Sul-Americana. Revista Italiana di Geopolítica. Quaderni Speciali, Suplemento al n.3/2007.

MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo; DAL GALLO, Priscila Marchiori. **Ser migrante**: implicações territoriais e existenciais da migração. R. bras. Est. Pop., Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 407-424, jul./dez. 2010.

MARREY, Antonio Guimarães; RIBEIRO, Anália Belisa. **O enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil**. Revista Internacional de Direito e Cidadania, v. 6, pp.47-66. 2010.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MINISTÉRIO da Justiça. **O que é o plano nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas?** Plano nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas, 2007.

MUNRO, Vanessa. **Of rights and Rhetoric**: Discourses of Degradation and Exploitation in the Context of Sex Trafficking. Journal of Law and Society, vol. 35, nº 2, June 2008, pp.240-264.

ONU. **Convención de lãs naciones unidas contra la delincuencia organizada transnacional y SUS protocolos**. Nueva York: Naciones Unidas, 2004.

OIT. **Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual**. Brasília: OIT, 2006.

PASCUAL, Alejandra. **Mulheres Vítimas de Tráfico para fins de exploração sexual:** entre o discurso da lei e a realidade de violência contra as mulheres. In: LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima; LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra (orgs.). *Tráfico de Pessoas e Violência Sexual*. Brasília: UNB, 2007.

PATARRA, Neide (Coord.). **Migrações Internacionais:** Herança XX, Agenda XXI. São Paulo: FNUAP, 1996.

RAMINA, Larissa; LOISE, Raimundo. **Tráfico internacional de mulheres para fins de exploração sexual:** Dificuldades conceituais, caracterização das vítimas e operacionalização. *Revista de Direitos Fundamentais e Democracia*, Curitiba, v. 14, n. 14, p. 162-180, julho/dezembro de 2013.

RELATÓRIO Nacional sobre Tráfico de Pessoas: consolidação dos dados de 2005 a 2011. **Projeto BRA/X63 - Suporte à Secretaria Nacional de Justiça para o aprimoramento da implementação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.** Disponível em: http://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/noticias/2013/04/2013-04-08_Publicacao_diagnostico_ETP.pdf. Acesso: 09/10/2014.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. **Sociologia das migrações.** Universidade Aberta: Lisboa, 1995.

SALES, Lília Maria de Moraes; ALENCAR, Emanuela Cardoso Onofre de. **Tráfico de seres humanos, migração, contrabando de migrantes, turismo sexual e prostituição:** Algumas diferenciações. *NEJ - Vol. 13 - n. 1 - p. 29-42 / jan-jun. 2008.*

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

STALKER, Peter. **Workers without frontiers:** The impact of globalization on international migration. Geneva: ILO, 2000.

TERESI, Verônica M.; HEALY, Claire. **Guia de referência para a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil.** Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, 2012.

VILLALBA, Francisco Javier de León. **Tráfico de personas e inmigración ilegal.** Valencia: Tirant lo blanch, 2003.

ZAMBERLAM, Jurandir. **O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização.** Porto Alegre: Pallotti, 2004.

GT17 - HISTÓRIAS, LITERATURAS E MÚLTIPLAS LEITURAS EM
CONTEXTOS DE FRONTEIRAS

ÁGUAS QUE DIVIDEM LIBERDADE E ESCRAVIDÃO: O RIO OHIO ENQUANTO FRONTEIRA NA LITERATURA E NA HISTÓRIA NORTE-AMERICANA

Introdução

O rio Ohio desempenhou (e continua desempenhando) um papel importante na história norte-americana. Sua localização, dividindo norte e sul do país, figurou proeminentemente em diversos episódios históricos marcantes, sendo o mais determinante deles, possivelmente, no papel de separação entre liberdade e escravidão nos Estados Unidos *antebellum*. No período que antecedeu a abolição, a população de escravos nos Estados Unidos chegou a quatro milhões, visto que o tráfico interno continuou apesar da proibição do comércio internacional de escravos promulgada em 1808 (BEHRENDT, 1999).

Em 18 de setembro de 1850, o Congresso americano aprovaria o controverso *Compromise of 1850* (Acordo de 1850). O Acordo objetivava abordar as preocupações tanto dos estados escravistas quanto dos estados livres e, assim, preservar a União. Até hoje não está claro se seu objetivo serviu para fortificar ou para esvanecer interesses setoriais. Não há dúvida, no entanto, que ele ajudou a galvanizar o movimento abolicionista.

Dentre as disposições do Acordo de 1850 estava o fim do tráfico de escravos, mas não da escravidão. Além disso, amparava a criação de uma nova lei, mais rigorosa, chamada *Fugitive Slave Law* (Lei do Escravo Fugitivo). Para esta nova lei, não só as autoridades ficavam incumbidas de capturar escravos fugitivos, mas cidadãos comuns também. Ajudar escravos fugidos já era ilegal desde 1793, mas com o Acordo, aqueles que se recusassem a ajudar os apanhadores de escravos ou que ajudassem os fugitivos poderiam ser multados em até mil dólares ou ser presos por seis meses.

A nova lei acabou por eliminar a pouca proteção legal que os negros tinham. Antes de 1850, em alguns estados do norte, era possível exigir que os apanhadores de escravos comparecessem perante um juiz eleito e tivessem suas alegações julga-

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: gustavocohen.ufrgs@yahoo.com

das por um júri que determinaria a validade de seus argumentos. Depois de 1850, qualquer negro poderia ser pego das ruas, acusado de ser um fugitivo e consequentemente ser levado para diante de um comissário nomeado pelo governo federal. Este, por sua vez, receberia cinco dólares por cada “fugitivo” que libertasse e dez dólares por cada um que fosse enviado para o sul (NPS, 2014). Negros livres e grupos anti-escravidão argumentavam que o sistema subornava comissários ao pagá-los para enviar para o sul pessoas “sequestradas” como escravas, além do mais, obrigava cidadãos a participarem involuntariamente do sistema da escravidão.

O objetivo desta investigação é estudar este espaço geográfico que foi uma das fronteiras mais relevantes entre liberdade e escravidão nos séculos XVIII e XIX. O rio Ohio notabilizou-se nos Estados Unidos tanto histórica como literariamente. Três entreos romances mais significativos da literatura norte-americana evidenciam o tema da escravidão(e, por conseguinte, o rio Ohio); são eles *Uncle Tom’s Cabin*, de Harriet Beecher Stowe; *Beloved*, de Toni Morrison; e *The Adventures of Huckleberry Finn*, de Mark Twain. Os livros de Stowe e de Morrison trazem mães escravas que conseguem cruzar o rio Ohio carregando seus filhos (no caso de *Beloved*, dando a luz em meio à travessia). Na trama de Twain, um incidente impede o protagonista e o negro Jim de fazerem uma curva que lhes conduziria para o Ohio, impulsionando-os consequentemente ainda mais para o baixo Mississippi e para o sul escravista. Sendo assim, busca-se entender o papel do Ohio tanto em termos históricos quanto literários, ou seja, como rota de fuga para escravos fugitivos, como linha divisória entre Norte e Sul, como secessão entre liberdade e escravidão, e como símbolo literário que transcende fronteiras físicas e narrativas.

Harriet Beecher Stowe e Uncle Tom’s Cabin

Enquanto jovem esposa e mãe, Harriet Beecher Stowe(1811-1896) conheceu uma porção de ex-escravos e negros fugidos do sul escravista. Vivendo em um área então pertencente à fronteira oeste dos Estados Unidos, Cincinnati estava localizada em uma região étnica e culturalmente vibrante. As margens do rio Ohio, Cincinnati ficava imediatamente na fronteira com o estado do Kentucky, um estado escravista.

Stowe sabia sobre a escravidão mesmo antes de se mudar para Ohio. Sua própria avó manteve funcionários afro-americanos que tinham provavelmente sido originalmente escravos, e seu pai havia pregado em favor do movimento de colonização, apoiando, portanto, a criação da Libéria como uma colônia para as pessoas liberta-

das. Entretanto, em Ohio, Stowe ouviu histórias de pessoas que haviam sido escravizadas e testemunhou em primeira mão a escravidão ao visitar Kentucky. A família de Stowe de fato empregava os ditos ‘fugitivos’ em sua própria casa; assim que Harriet e seu marido Calvin souberam que seu servo era, na verdade, um fugitivo em perigo, juntamente com seu irmão Henry Ward, ajudaram-no a escapar para o Canadá e, conseqüentemente, para sua liberdade legal.

Stowe acreditava que seu país estava exigindo de seus cidadãos cumplicidade com um sistema que ela acreditava ser injusto e imoral. Quando ela viveu em Brunswick, ME, na época em que seu marido Calvin lecionava em Bowdoin College, Harriet desobedeceu a lei e escondeu fugitivos. Quando ela compartilhou suas frustrações e sentimentos de impotência com sua família, sua cunhada Isabella Beecher Porter sugeriu o seguinte: “... se eu conseguisse usar uma caneta do jeito que você consegue, Hatty, eu escreveria algo que faria esta nação sentir que coisa maldita é a escravidão.” (HBSC, 2011, s/p). Comovida pela carta, Stowe jurou que o faria “se [ela] vivesse.” O resultado foi *Uncle Tom’s Cabin*.

Uncle Tom’s Cabin foi inicialmente lançado em formato de série no jornal semanal *National Era*, de 5 de junho de 1851 a 1 de abril de 1852. É o romance mais famoso de Harriet Beecher Stowe (cujo título no Brasil foi traduzido como *A Cabana do Pai Tomás*, ou simplesmente *Cabana do Pai Tomás*). O romance mudou para sempre como os norte-americanos e pessoas de diversas nacionalidades viam a escravidão. O livro foi parte integrante importante do movimento que exigiu que os Estados Unidos cumprissem sua promessa de liberdade e igualdade para os negros, galvanizando o movimento de abolição e contribuindo para a eclosão da Guerra Civil Americana. O livro convida também a refletir sobre o legado das relações raciais nos EUA, visto que seu título é, até hoje, cerca de 160 anos depois de sua publicação, sinônimo de insulto racial.

Uncle Tom’s Cabin sempre foi um grande *best-seller*, vendendo dez mil cópias nos Estados Unidos durante a primeira semana após sua publicação; trezentas mil no primeiro ano; e na Grã-Bretanha, um milhão e meio de cópias em apenas um ano (HBSC, 2011). Até hoje o livro possui um público leitor constante, não só nas universidades que estudam a literatura norte-americana, mas em várias áreas (como história, ciências políticas, sociologia, etc.). A obra é muitas vezes vista como um romance de protesto e praticamente sempre como uma obra-prima.

Sua relação com o rio Ohio se dá em um dos primeiros momentos mais ponderosos e solenes da narrativa, na ocasião em que uma das protagonistas, Eliza, realiza uma fuga dramática sobre o rio Ohio congelado com seu filho Harry de quatro anos

em seus braços. Seu marido, George Harris, sem consciência do real perigo que sua família passaria, havia fugido do Kentucky em um momento anterior para o outro lado do Ohio planejando, posteriormente, comprar a liberdade para sua família. Quando a família finalmente se reúne, eles viajam para o norte chegando ao Canadá.

Supostamente Stowe baseou o episódio de Eliza e do bebê Harry em eventos acontecidos com escravos reais. No inverno de 1838, uma escrava fugitiva e uma criança atravessaram o rio Ohio semicongelado e foram capazes de encontrar proteção do outro lado no estado de Ohio, mais precisamente na casa de John Rankin, um funcionário que trabalhava na *Underground Railroad*¹ (FINDSEN, 1995; TURNER, 2007; VOX, 2011).

Toni Morrison e Beloved

Toni Morrison é possivelmente a escritora americana viva de maior prestígio. Ela ganhou o Prêmio Pulitzer e o American Book Award em 1988 pelo romance *Beloved*, e o Prêmio Nobel de Literatura em 1993. Em 29 de maio de 2012, ela recebeu a Medalha Presidencial da Liberdade. Morrison é também editora e professora. Seus romances são conhecidos por seus temas épicos, diálogos vívidos e personagens ricamente detalhados.

Beloved é provavelmente sua obra mais conhecida. A história se passa após a Guerra Civil Americana (1861-1865) e tem como personagem principal a ex-escrava Sethe, que mata a filha e tenta matar seus outros três filhos quando um bando de apanhadores de escravos chegam em Ohio para levá-los de volta para a plantação em Kentucky (de onde Sethe recentemente fugira). Em meio à narrativa, uma garota (que se presume ser sua filha), chamando-se apenas de *Beloved* (Amada), retorna misteriosamente anos depois para, entre outras coisas, assombrar a casa de Sethe.

Morrison descreve o nascimento, ou melhor, o surgimento de *Beloved* das águas do Ohio “onde os espíritos inquietos [estão a] se movimentar” (1987, p. 248-249, tradução do autor). A autora faz com que a misteriosa personagem emergja da escuridão, pois sua encarnação simboliza tanto a vida de um indivíduo quanto o renascimento das memórias de um mundo assolado pela tristeza que é a escravidão (CHRISTIE, 2011).

¹ A *Underground Railroad* foi uma rede de rotas secretas e esconderijos usadas por escravos negros norte-americanos no século XIX para escapar para os estados livres do norte e para o Canadá. Muitos, de fato, conseguiram com a ajuda de abolicionistas e outros aliados que eram simpáticos à sua causa. A rede atingiu seu auge entre 1850 e 1860. Uma estimativa sugere que em 1850, 100 mil escravos tinham escapado (VOX, 2011) através desta “estrada de ferro subterrânea” que, na verdade, não era uma ferrovia e tampouco passava por baixo da terra. Tinha este nome por ser *underground* no sentido de ser uma resistência clandestina e *railroad* porque muitos dos termos usados por seus usuários e idealizadores eram semelhantes a códigos ferroviários.

A identidade de Beloved permanece misteriosa e aberta para interpretações. O romance fornece evidências de que ela poderia ser uma mulher comum traumatizada por anos de cativeiro, ou o fantasma da mãe de Setheou, talvez mais convincentemente, o espírito encarnado da filha assassinada de Sethe. Em um nível alegórico, Beloved representa o passado inescapável e horrível da escravidão que voltou para assombrar o presente. A presença de Beloved parece crescer no livro de maneira malévola e parasítica. À medida que o romance avança, a função de Beloved se revela como catalisadora para os respectivos processos de crescimento emocional das personagens de Sethe, Paul D', e de Denver. Ao final do romance, Beloved aparece sorrindo e depois desaparece.

Não é incomum nas histórias de Morrison pessoas mortas aparecerem como fantasmas, ou outros seres sobrenaturais, e exercerem influência significativa sobre os vivos e, quase sempre, profundamente ligados a um rio como parte do cenário (OKI, 2005). O trecho a seguir ilustra tal afirmação:

Uma coisa era vencer um fantasma, outra bem diferente era jogar uma garota de cor impotente num território infectado pela Klan. Desesperadamente sedento de sangue negro, sem o qual ele não conseguia viver, nadava o dragão no Ohio à vontade (MORRISON, 1987, p. 79, tradução do autor).

A imagem construída por Morrison deixa claro o sentido do espaço combinado com a constante e violenta ameaça da KuKluxKlan. O movimento do grupo racista é comparado ao de um dragão, sedento de sangue negro, que encontra os limites de seu poder no rio Ohio (CÍCERO, 2011).

Morrison baseou Beloved na história real de Margaret Garner, também conhecida como Peggy. Garner foi uma escrava negra historicamente lembrada - e, por vezes, celebrada - por matar a própria filha ao invés de permitir que a criança fosse levada de volta à escravidão. Ela e sua família fugiram em janeiro de 1856 cruzando o rio Ohio congelado até chegar em Cincinnati. Eles, no entanto, foram detidos pelas autoridades que estavam agindo sob a *Fugitive Slave Law* de 1850. O advogado de defesa de Garner fez o possível para transferir seu julgamento por assassinato a fim de obter um julgamento em um estado livre e também para desafiar a controversa Lei. A *Fugitive Slave Law* obteve precedência e Margaret Garner e sua família foram enviados de volta para o sul como escravos aonde vieram a morrer (MUCKLEY, 2002).

Mark Twain e As Aventuras de Huckleberry Finn

Mark Twain foi o pseudônimo de Samuel Langhorne Clemens (1835-1910), um dos maiores escritores e humoristas norte-americanos. Ele escreveu *As Aventuras de Tom Sawyer*, publicado em 1876, e sua continuação, *As Aventuras de Huckleberry Finn* em 1885 - sendo este último muitas vezes chamado de o *Grande Romance Americano* (TOI, 2011).

Assim como seus livros fornecem informações sobre o passado, os acontecimentos de sua vida pessoal demonstram ainda mais seu papel como testemunha ocular da história. Durante sua vida, Twain assistiu a um jovem Estados Unidos evoluir de uma nação dilacerada por conflitos internos a um poder internacional. Ele experienciou grandes mudanças em seu país, da expansão para o oeste a industrialização, do fim da escravidão aos avanços na tecnologia, de grandes governos a guerras estrangeiras e, ao longo do caminho, sempre teve muito a dizer sobre elas (MTH, 2014).

Seu primeiro romance de maior prestígio foi *As Aventuras de Tom Sawyer*, publicado em 1876, que viria a apresentar ao mundo o amigo do protagonista homônimo, um jovem que não frequentava a escola, fumava um cachimbo e tinha uma personalidade preguiçosa e extremamente sagaz chamado Huckleberry Finn. Oito anos depois, a tão esperada continuação, *As Aventuras de Huckleberry Finn*, conquistou o público leitor de tal maneira que se tornou um ponto fulcral na história literária norte-americana.

O longo período de espera se deu principalmente por conta de dificuldades por parte do autor na resolução do desenvolvimento do enredo, visto que a narrativa chocou-se com um dilema, *i. e.*, Twain estava conduzindo Huck Finn e seu companheiro de aventuras, o negro Jim, cada vez mais para baixo do rio Mississippi, mais ao sul de St. Louis - o território que era familiar a Twain quando trabalhou como piloto de barco a vapor (LeMASTER & WILSON, 2013).

O problema estava na lógica geográfica e histórica de tentar manter o negro Jim em direção aos estados livres, onde a escravidão já havia sido abolida pelos anos 1840, década na qual o romance se desenvolve. Twain resolve parte desta situação ao colocar Huck e Jim perdidos em uma névoa densa e à deriva, passando por pouco a entrada do rio Ohio, onde os dois se separam e um suspense é criado, não exatamente à custa da dúvida pela segurança e pela vida do negro Jim, mas pela permanência dos dois amigos juntos. Este momento do livro expõe a luta de Twain pelo sequenciamento lógico de eventos, não obstante, Huck e Jim se reencontram e finalmente seguem juntos para seu destino.

A despeito do problema cronológico, Twain demonstrava entusiasmo e interesse pelo segundo livro. Uma das interrupções durante sua redação foi justamente uma viagem – fracassada – pelo rio Mississippi. Naquela ocasião, o mais próximo que Twain chegou do Mississippi foi ao rio Ohio, que descreveu da seguinte maneira: “fora vivo com barcos a vapor e lotado de todo o tipo de tráfego; porém agora não passa de uma corrente d’água deserta vítima das ferrovias” (KRUSE, 1981, p. 6, tradução do autor). Twain se referia ao fato dos passageiros da época, 1871, darem preferência aos trens em detrimento aos barcos a vapor que tanto lhe fascinavam. Assim como os rios correm, o tempo também, e as coisas mudam, inevitavelmente.

Considerações Finais: O Rio Ohio Hoje

De acordo com dados atuais provenientes da Ohio River Foundation, o rio Ohio se estende por 981 milhas, começando a partir da confluência entre os rios Allegheny e Monongahela, ambos situados em Pittsburgh, na Pensilvânia, e terminando em Cairo, no estado de Illinois, onde ele deságua finalmente no rio Mississippi. O Ohio atravessa e/ou margeia seis estados: Illinois, Indiana, Kentucky, Ohio, Pensilvânia e Virgínia Ocidental. Além disso, águas de partes de Nova York, Virgínia, Carolina do Norte, Tennessee e Alabama drenam para afluentes que deságuam no Ohio.

Atualmente, quase dez por cento da população dos Estados Unidos vive em sua bacia, o que equivale a mais de vinte e cinco milhões de pessoas – sendo que destas, aproximadamente três milhões se beneficiam diretamente de sua água potável (ORF, 2014). Existem exatamente vinte barragens no rio Ohio, todas geridas pelo Corpo de Engenheiros do Exército. A construção destas barragens mudou muito o fluxo do rio, criando uma série de áreas com águas represadas que se movem lentamente, em vez de um rio de fluxo livre. Isso faz com que suas águas fiquem turvas, o que é prejudicial para a vida bentônica, ou seja, dos organismos que vivem em seu fundo. Ademais, o Corpo de Engenheiros do Exército regularmente draga o rio, adicionalmente perturbando fauna e flora locais e aumentando sua turbidez (ORF, 2014).

A literatura, entretanto, ajuda o rio Ohio a manter sua majestade. Para o professor da Universidade de Buffalo, Keith P. Griffler (2004), o Rio Ohio é uma escolha historicamente perfeita de cenário que continua a ser significativa, porque muitos escravos fugidos tiveram seu primeiro gosto de liberdade lá. Enquanto o ideal - hoje quase mítico de liberdade - permanecer na memória dos americanos, talvez haja uma esperança de ver algo tão importante para a vida, como um rio, receber a mesma

atenção que outros bens materiais - não necessariamente benéficos para a humanidade - recebem.

Referências bibliográficas

BEHRENDT, Stephen. **Transatlantic Slave Trade**. In: *Africana: The Encyclopedia of the African and African American Experience*. Nova York: Basic Civitas Books, 1999.

CHRISTIE, Angela. **A Beloved Performance**: Reading between the Lines. *Babel*, n. 24, 2011, p. 105-120.

CÍCERO, Karina R. **Wading into Semantic Depths**: A Poststructuralist Approach to Toni Morrison's *Beloved*. Monografia de Licenciatura [Literatura Inglesa]. Universidade Católica da Argentina, 2011, 54 f.

FINDSEN, Owen. **Cincinnati**: Then and Now Ripley scene of real Eliza's escape. *Cincinnati.com*. 1995. Disponível em: <<http://retro.cincinnati.com/Topics/Article/414/CINCINNATI-THEN-AND-NOW-Ripley-scene-of-real-Elizas-escap>>. Acesso em: 22 out. 2014.

GRIFFLER, Keith P. **Front Line of Freedom**: African Americans and the Forging of the Underground Railroad in the Ohio Valley. Lexington: University Press of Kentucky, 2004.

HBSC - Harriet Beecher Stowe Center. Uncle Tom's Cabin. 2011. Disponível em: <<https://www.harrietbeecherstowecenter.org/utc/>>. Acesso em: 21 out. 2014.

LeMASTER, J. R.; WILSON, James D. (eds.). **Adventures of Huckleberry Finn (1885)**. *The Mark Twain Encyclopedia*. Londres: Taylor & Francis, 2013.

MORRISON, Toni. **Beloved**. Londres: Vintage, 1987.

MTH - The Mark Twain House. **A Life Lived in a Rapidly Changing World**: Samuel L. Clemens, 1835-1910. *Biography of Mark Twain*. 2014. Disponível em: <http://www.marktwainhouse.org/man/biography_main.php> acesso em: 25 out. 2014.

MUCKLEY, Peter A. **To Garner Stories**: A Note on Margaret and Sethe in and out of history, and Toni Morrison's *Beloved*. *Toni Morrison Page. Luminarium: Anthology of English Literature*. 19 Set. 2002. Disponível em: <<http://www.luminarium.org/contemporary/tonimorrison/muckley.htm>>. Acesso em: 22 out. 2014.

NPS – National Park Service. **The Civil War**. Causes. 2014. Disponível em: <<http://www.nps.gov/civilwar/causes.htm>>. Acesso em: 21 out. 2014.

OKI, Shoko. **Memory and Oblivion**: River Symbolism in Sula, Song of Solomon, and Beloved. *Osaka Literary Review*, n. 44, 2005, p. 85-102.

ORF - Ohio River Foundation. Ohio River Facts. Cincinnati, OH. 2014. Disponível em: <http://www.ohioriverfdn.org/education/ohio_river_facts/>. Acesso em: 25 out. 2014.

TOI – The Times of India. Mark Twain remembered by Google with a doodle. *TOI Tech*, 30 nov. 2011. Disponível em: <<http://timesofindia.indiatimes.com/tech/news/internet/Mark-Twain-remembered-by-Google-with-a-doodle/articleshow/10928674.cms>>. Acesso em: 22 out. 2014.

TURNER, Patricia A. **The Rise and Fall of Eliza Harris**: From Novel to Tom Shows to Quilts. 2007 Uncle Tom's Cabin in the Web of Culture conference. University of Virginia. 2007. Disponível em: <<http://utc.iath.virginia.edu/interpret/exhibits/turner/turner.html>>. Acesso em: 22 out. 2014

VOX, Lisa. **How Did Slaves Resist Slavery?** *African-American History*, jul. 2011.

ASPECTOS DA IMPRENSA E DA MODERNIDADE AMAZÔNICAS: UM ESTUDO DO CENTRO ÀS PERIFERIAS

Introdução

Com o avanço das Cortes de Lisboa, produto da Revolução Liberal no Porto, a liberdade de imprensa foi pela primeira vez adotada em terras brasileiras. Em 8 de junho de 1821 passava a ter vigência no Brasil a nova Constituição Portuguesa, favorecendo a criação de periódicos nas principais províncias. O centro brasileiro mais atingido pelo letramento, o Rio de Janeiro, viu aparecer uma série de periódicos que se digladiaram pela definição da estrutura política mais própria ao Brasil (LUSTOSA, 2000). No Norte do país, o *Conciliador Maranhense* surgiu no mesmo ano para sustentar a adesão formal do povo, da “opinião pública”, às diretrizes políticas adotadas pelos constitucionais em Lisboa.

A Revolução Constitucional teve rápida aprovação no Brasil, motivando inclusive jornalistas mais experientes, como Hipólito da Costa, a acompanharem detidamente os sucessos das Cortes, relatando-as e comentando-as a partir de Londres para o seu público *brasiliense*. No mesmo ano de 1821, o constitucional Felipe Patroni, que estudava em Coimbra, o centro de formação intelectual mais importante do mundo lusófono, vinha em direção à Amazônia, onde deveria assegurar, através da capital Belém, a adesão da província do Grão-Pará ao movimento constitucional. Trazendo consigo uma tipografia e um tipógrafo profissional, Garção de Melo, Patroni manifestou-se a favor da união de Brasil e Portugal debaixo dos pressupostos da nova Constituição capitaneada pelos revolucionários Fernandes Thomás e Ferreira Borges. Uniu-se, assim, aos discursos dos jornais metropolitanos em prol da sustentação do Reino Luso-brasileiro.

Esta retórica que indica para a formação de um poderoso reino capaz de reunir portugueses dos dois lados do Atlântico teve como espaço de construção e socialização a própria Universidade de Coimbra. Na década de 1790, preocupado com

* Universidade Federal de Roraima. E-mael: luismunaro@yahoo.com.br

a insatisfação de vários setores sociais brasileiros diante da vigência do colonialismo, D. Rodrigo de Souza Coutinho começou a se preocupar com a modernização da economia brasileira, teoricamente capaz de afastar o risco de revoluções similares àquelas que aconteceram na França, Estados Unidos e começavam a ameaçar o mundo hispânico. O discurso de D. Rodrigo, que se tornou marcante sobre as elites luso-brasileiras, influenciou profundamente várias gerações de intelectuais preocupados com a questão brasileira. Como lembra Lúcia Neves, a respeito da “geração de 1790”,

No final do século XVIII, Rodrigo de Souza Coutinho, ministro da Marinha e Ultramar e presidente do Real Erário, cercou-se de inúmeros naturais do Brasil formados em Coimbra, cujas atuações e serviço da Coroa portuguesa tornaram-se cada vez mais evidentes nessa conjuntura, tanto através das comissões de quem eram encarregados, quanto através das memórias que lhe dirigiam. Dentre eles, podem-se assinalar José Bonifácio de Andrada e Silva, Manuel de Arruda Câmara, José Vieira Couto, o bispo José Joaquim de Azeredo Coutinho e Hipólito José da Costa. Consciente da independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa, d. Rodrigo pretendia, de um lado, favorecer a elaboração e a difusão entre as elites intelectuais de um plano de reformas para o Império português, que visasse a reduzir a insatisfação da população colonial com os impostos e gravames de todo o tipo colocados pela administração metropolitana. De outro, considerando a importância do Brasil para a sobrevivência econômica e política de Portugal, ele imaginava a criação de um grande Império Luso-Brasileiro, em que o português “nascido nas quatro partes do mundo” se sentisse unicamente e não mais do que português (2002, p. 471).

Ainda que tardiamente, Felipe Patroni trouxe para o Grão-Pará parte dessa bagagem que indicava para a reconstrução do poderoso reino desfavorecido pela vigência política do Antigo Regime. Apontando para a renovação da monarquia através da Constituição, da obediência às leis e respeito à liberdade de expressão, fundou em 1822 seu periódico *O Paraense*. Não se tratava, portanto, de uma voz amazônica isolada, ou de um curioso caso de ilustração e natividade: Patroni sustentava uma retórica e convicções muito específicas de uma época que via na Constituição instrumento necessário para salvar o Reino Luso-brasileiro, resguardando a união do Velho e Novo continentes.

É errado, portanto, como apontou Geraldo Mártires Coelho (1993), tornar a visão de Patroni sobre a liberdade de imprensa uma adesão deliberada à independência brasileira. As dificuldades encontradas para comunicação com o centro decisório do Rio de Janeiro, assim que estourou a independência de 1822, tornaram difícil o estabelecimento de uma conexão afetiva com os patriotas paulistas em torno de José Bonifácio. O Grão-Pará, enquanto província secundária no jogo de interesses

políticos brasileiros, estava mais próximo da Bahia, do Maranhão e principalmente de Portugal. Mencionando muitas vezes a “rebelião” das “províncias do sul”, nem o *Conciliador do Maranhão* e nem *O Paraense* manifestaram-se favoráveis à ruptura do secular Reino Luso-brasileiro, dentro do ideal pragmático da Universidade de Coimbra, senão quando a inabilidade diplomática das Cortes de Lisboa já haviam manifestado a tendência de ruptura. Segundo Geraldo Mártires, ambos os jornais

Tinham em comum o fato de representarem artigos que traduziam o domínio, pelos seus autores, das categorias do discurso vintista e das matrizes do pensamento ilustrado, incorporadas à semântica da Regeneração. Por último, ao se observar a regularidade e a intensidade do comércio de livros entre Lisboa e o Maranhão durante a segunda metade do século XVIII e o início do XIX, bem mais expressivo do que o verificado em relação ao Grão-Pará no mesmo período, constata-se não apenas o evidente representado pelas preocupações intelectuais da *intelligentsia* maranhense (COELHO, 1993, p. 100).

Daí as condições ambíguas e relutantes com que essas periferias acabaram aderindo ao sistema monárquico estabelecido no Rio de Janeiro. Importante apontar que poderia parecer mais adequado para Bahia, Maranhão ou Grão-Pará assumir a tendência continental da política republicana, a exemplo do que acontecia em todo o restante do continente americano. Supomos, nesse sentido, que justamente a pressão do intelecto coimbrão que representava boa parte do *establishment* intelectual brasileiro pode ter ajudado a manter as elites regionais dispostas a lutarem pela monarquia em sua encarnação portuguesa – lembrando que o novo símbolo do Brasil era D. Pedro I, herdeiro bragantino que, em 1831, voltaria para Portugal requisitar a Coroa lusa.

Se, num primeiro momento, o intelecto coimbrão de Patroni manifesta a sua firme adesão ao Vintismo, a incompatibilidade entre a administração militar do Grão-Pará patrocinada pelos constitucionais e a necessidade de garantia de liberdade e igualdade acenderam os problemas políticos que levariam à extradição do jornalista para Portugal (COELHO, 1993, p. 164). A assunção da redação por João Batista Campos tornou as cobranças relativas às Cortes de Lisboa – dentro de suas promessas liberais – mais gritantes, criando ardentes conflitos que terminariam no fechamento do *Paraense* em 1823.

A institucionalização da imprensa na Amazônia, portanto, tem início quando o intelecto coimbrão de Patronise volta para a resolução da questão luso-brasileira. Na condição de ilustrado e pedagogo, precisava cercar o seu leitor de referenciais letrados, capazes de levarem-no a pensar num organismo político moderno e na organização racional do Estado Monárquico. Como lembra Geraldo Mártires, pelo menos as seis primeiras edições do jornal estão mais preocupadas com Montesquieu, Locke

e Bentham (1993, p. 158) do que com a aplicabilidade prática dos conhecimentos liberais. Lentamente, o esforço pragmático de introdução da imprensa vai causar o repetido choque do jornal com as autoridades militares na Província.

Este momento bem conhecido da história da imprensa na Amazônia demonstra como sujeitos imbuídos de práticas letradas estão ciosos de descobrir qual a filiação nacional mais acertada num mundo de fronteiras indefinidas. Tanto quanto Hipólito da Costa constitui um importante discurso modelador das primeiras práticas jornalísticas no Rio de Janeiro, a capital do Império Brasileiro, Patroni seria fundamental para a instrução política e convencimento de seus pares intelectuais quanto à vigência do sistema monárquico dentro da moldura constitucional.

Esse é um aspecto inicial, considerado fundador da modernidade amazônica. Contudo, diz respeito a apenas um aspecto da ilustração, o mais visível, construído em torno de sólidas práticas de impressão e leitura. É preciso considerar, para avaliar a questão do surgimento e dispersão da palavra impressa na Amazônia, as várias formas de leitura e difusão que as perspectivas políticas ilustradas adquiriram ao longo do século XIX. Logo em 1835, a Revolta Cabana demonstraria a pouca aplicabilidade prática dos conhecimentos ilustrados e confusões políticas que se revezariam no poder de Malcher, Vinagre e Angelim. Por outro lado, demonstrariam uma vontade generalizada, talvez apenas carecendo de um impulso intelectual mais consistente, de firmar-se numa lógica de governo republicana independente do governo monárquico de D. Pedro II – lembrando o quão perto, a partir de pressões inglesas sobre Eduardo Angelim em 1836, o Grão-Pará esteve de configurar um Estado independente.

As ideias ilustradas se espalhavam através de comunidades mais amplas através de leituras em voz alta ou de conversas nos espaços de sociabilidade crescentemente disponíveis. Ainda que existam bases teóricas suficientes para especular sobre a expansão de ideias por vias orais em localidades que, mesmo periféricas, anseiam seu ingresso na modernidade, e também registros de vários periódicos circulando em pontos distantes da bacia hidrográfica amazônica, não tem havido investimento num diálogo mais amplo acerca da recaptura das ideias modernas nessas periferias.

Este artigo, nesse sentido, tem como ponto de partida uma breve exploração da imprensa na Amazônia a partir desses sistemas gerais de pensamento herdados do Vintismo, que se perpetuam, de forma geral no Brasil, até o fim do Império. Num segundo momento, avança para uma tentativa de perceber os impulsos que a palavra escrita recebeu em seu contexto de construção, marcado pela necessidade ativa de várias elites locais instituírem sua filiação a uma nação em processo de constituição.

1. A imprensa do centro

O esforço pioneiro de Felipe Patroni foi posterior a várias iniciativas surgidas em 1821 no Rio de Janeiro, data do decreto da liberdade de imprensa: *O Malagueta*, *O Revérbero Constitucional Fluminense* e o *Correio do Rio de Janeiro* foram jornais que buscaram adequar as luzes ibéricas à política brasileira que ensaiava sua participação nas Cortes de Lisboa, antes mesmo de propagarem ideias relativas à independência política do Brasil. No que concerne ao *Paraense*, constituiu esforço fundamental para a criação de uma esfera pública no Grão-Pará, capaz de mobilizar parte da elite local em torno da importância de combater o antigo Pacto Colonial argumentado pelas Cortes de Lisboa. Segundo Netília Seixas, *O Paraense* “influenciou significativamente o ambiente político-administrativo local, tornando-se ponto nodal da opinião pública que passou a constituir na ocasião” (SEIXAS, 2011, p. 227).

Ainda que com alguma diferença de tempo em relação à imprensa no Rio de Janeiro, Patroni reconheceu a mesma “intenção recolonizatória” e o descompasso entre a administração lusitana no Grão-Pará e as decisões das Cortes de Lisboa no que diz respeito à importância do pensamento liberal (sobretudo a liberdade de imprensa). Juntamente com outros elementos coimbrãos como Hipólito da Costa e José Bonifácio, Patroni se tornou um importante difusor das ideias liberais no Brasil.

A literatura liberal, nuclear para perceber a situação política do Brasil durante o Império, é reutilizada segundo as convicções dos vários grupos que se alternam no poder do Grão-Pará. A introdução destas ideias no Norte do país, já ensaiada através da importação de livros proibidos no Maranhão, assumia a disposição específica de combater o autoritarismo do governo militar na região e a censura à palavra impressa. Tais pregações liberais renderam a Felipe Patroni a extradição. Em seu lugar, no *Paraense*, permaneceu o Cônego Batista Campos, intensificando a luta contra a hegemonia lusitana no aparelho de governo da província. Segundo argumento de Thiago Barros,

Os jornais evidenciam a convulsão política e social provocada pela adesão do Pará ao Império brasileiro. Contraditoriamente, oficiais portugueses continuaram comandando e administrando a província, enquanto revolucionários como o cônego Batista Campos e Lavor Papagaio seguiram na oposição, mantendo a imprensa “incendiária” até a conquista de Belém pelos cabanos, em 1835 (2009, p. 2).

O cônego Batista Campos, ainda atuante no cenário político paraense, teria lançado novas iniciativas impressas, eficazes para criar uma esfera pública de expressão

da pequena burguesia local. Canalizando essas vozes arredias à malha burocrática portuguesa, teria sido uma voz importante para agremiar cabeças pensantes que ingressariam a sedição de 1835. O estouro da Cabanagem coincide, inclusive, com a morte do jornalista:

Em resposta aos impressos lançados sub judice do poder, o cônego Batista Campos, em 1834, às vésperas da Cabanagem, fez circular o ‘Orpheo Paraense’, como órgão da Câmara municipal, de 28 de março até agosto, conseguindo ser seu redator e fazê-lo órgão de sua facção. Essa atitude de Batista Campos culminou na criação da ‘Sociedade Philantrópica’, também chamada de Partido da força bruta. Organizou-se, no mesmo ano, em outubro, a ‘Sociedade União Liberal e Independente’, que [...] lançou, em 12 de abril seguinte, o jornal ‘A Opinião’, impresso na tipografia Alvarez. Era o órgão dos ‘liberais moderados e amigos da ordem’, uma oposição ao grupo chefiado por Batista Campos (BARROS, 2009, p. 11).

Durante os cinco anos da revolta, a imprensa se tornou menos expressiva do ponto de vista político, apesar do número de 29 publicações mapeado na década de 1830 por Netília Seixas (SEIXAS, 2011, p. 238). Supõe-se que os mecanismos orais de transmissão de ideias tenham sido muito mais importantes entre as massas cabanas cujo imaginário era rapidamente manipulado pelos grupos com pretensão de poder.

Após a sedição, o jornal *Paraense* voltou a ser publicado entre 1842 e 1844. O seu conteúdo corroborava a persistência de um sentimento de indefinição política e, ao mesmo tempo, a tentativa direta de filiar-se ao sentimento nacional lenta e ineficazmente incorporado pelo cetro de D. Pedro II. Os jornais afirmavam a soberania do país com base na casa monárquica que, de forma pouco convicta, tentava sinalizar um caminho sólido para o Império. Essa dificuldade, desde Hipólito da Costa, dizia respeito a instaurar um dizer-suporte para uma nação em construção, recém tornada independente de Portugal, com todas as suas fraturas sociais e contradições internas. Para tanto, a tradição monárquica era um trunfo que não podia ser evitado.

A discussão política tomava a maior parte das quatro páginas do Jornal *O Paraense*, entre 1842 e 1844. Essas discussões políticas giravam em torno da garantia de que os paraenses abraçariam a brasilidade e, ao mesmo tempo, manteriam vínculo com a monarquia a partir da defesa do rei— que ainda cumpria um papel nuclear de definidor e distribuidor de mercês. Grosso modo, depois da Cabanagem (1835-1840) assinalou-se o pacto com o monarca e com o país brasileiro, quando, por outro lado, a pátria cabana de Eduardo Angelim questionava a paternidade de D. Pedro II e sua capacidade política. O redator do *Paraense* assim definia o seu papel, vinculando-se ao *Jornalismo Brasileiro*:

Pelo órgão da imprensa livre se dá vida aos preceitos das ciências e das artes; propalam-se as ações dos heróis, transmitem-se através dos séculos às futuras gerações a relação dos usos e costumes e dos sucessos (?) famosos. Daqui se vê pois, que a liberdade da imprensa é essencial em uma nação livre; sem ela desaparece a ilustração e na falta desta não há Liberdade. Fundados pois neste princípio de verdade, é que tomamos a tarefa de escrever-lhes este periódico, que sob o honroso título de Paraense começa hoje a representar no *Jornalismo Brasileiro* (Dez, 1842, p. 1, grifos nossos).

Como define na sua primeira página, as prioridades editoriais são o país, o monarca, a Constituição, a civilização e a indústria, vocabulário político fundamental para compreendermos o funcionamento da imprensa política predominante durante o período imperial, tudo estribado na garantia da liberdade de escrever:

Sim, o Paraense como Periódico político, censurará em termos, todo o cidadão que abusar da lei, toda a política que for contrária aos bens reais do país, e defenderá o monarca e a Constituição, como periódico literário, publicará tudo quanto tender a *melhorar a civilização, formar os costumes, e adiantar a indústria pátria* (Dez, 1842, p. 1, grifos nossos).

As duas fases da imprensa brasileira traçadas por Lavina Ribeiro, relativamente ao século XIX (2004), nos permitem apreciar a sensível diferença que começa a se esboçar no início da década de 1870. Se, no Congresso Nacional, Ruy Barbosa lamentava o ingresso de várias vozes pouco consistentes na esfera pública (RIBEIRO, 2004, p. 24), abaixando a qualidade geral do debate político, a verdade é que a pluralidade de vozes que emergem com o crescimento das cidades e o ingresso do Brasil no capitalismo industrial tornam as velhas questões políticas incompletas para uma população urbana diversificada.

Noutras palavras, a formação de uma imprensa urbana aparece como janela através da qual se percebe com clareza o fenômeno do Brasil republicano. A imprensa começava a extravasar essa necessidade sentida pela cidade de conhecer a si mesma em toda a sua variedade social e cultural. Belém e Manaus, tanto quanto o Rio de Janeiro, atravessaram essas mudanças: os jornais deixaram de ser “pesadões” e assumiram uma proximidade maior com seu público variado, cuja simplificação do estilo e recorrência a temas de interesse geral era inevitável (REIS, 1998).

Deixar de lado o “noticiário local”, como acontecia na antiga imprensa política, significava ignorar a própria ebulição da cidade. O jornalismo se transformava absorvendo a vida urbana e agremiava as primeiras vozes dos flâneurs, a figura do intelectual diletante, lentamente vinculado à venda do livro e de sua produção cultural. Diante do que, inclusive, a intelectualidade manauara, ensaiada nos jornais, sente

o estigma de não pertencer a um ambiente tão buliçoso quanto o Rio de Janeiro (UGARTE, 2002). Segundo Maria Luiza Ugarte, os jornais se tornaram crescentemente urbanos e adotaram temáticas mais variadas, ensaiando a tentativa de ingresso numa literatura cosmopolita (2002). Um indício simples dessa transição, no início da década de 80,foia exclusão do monarca da pauta dos jornais e a ênfase crescente no patriotismo e na literatura nacional.

As iniciativas jornalísticas incipientes que começaram em Manaus na década de 1850 concernem à própria estrutura da monarquia implantada no Brasil. Os líderes provinciais se alternavam rapidamente no poder. Uma vez tendo a comarca do Amazonas sido incorporada, em seu maquinário político, pelo Brasil, o próprio jornalismo se tornou um porta-voz político das elites que se digladiavam no Congresso Nacional. Não havia outras pautas senão as emanções políticas dos diretores da nação. Pelo contrário, a partir da década de 1880, já se pode perceber

a proliferação de uma grande e diversificada quantidade de jornais que, embora mantivessem muitas das características do período anterior, começam já a mostrar sinais de significativo avanço não só em relação ao processo de composição e editoração gráfica, mas também no sentido de ampliação da qualidade editorial, consolidando a presença e participação de um grupo cada vez mais amplo de intelectuais que faziam das páginas dos jornais um campo fértil para a contínua troca de ideias e para o desenvolvimento do debate político (UGARTE, 2002, p. 145).

São ecos não apenas da transição republicana quanto da Revolução Industrial que, no caso amazônico, possui uma expressão muito específica. A navegação a vapor e a venda do látex tornaram Manaus uma cidade cosmopolita, com circulação de vozes ampla o suficiente para gerar surtos diversificados de material impresso. Mais preocupados, noutras palavras, com a expressão da própria cidade em ebulição do que com os nem sempre vendáveis jornais recheados de decisões oficiais e ensimesmados debates doutrinários. Aumentando a circulação de estrangeiros, as instituições de ensino e também o número de cidadãos, transforma-se o conteúdo dos jornais que ingressam, definitivamente, a fase de produtos lucrativos.

2. A imprensa das periferias

Enquanto fortes movimentos de politização e urbanização surgiam nos dois grandes centros urbanos de Manaus e Belém, outros sentimentos permeavam as periferias amazônicas. Uma grande quantidade de jornais se multiplicava por várias cidades da rede hidrográfica amazônica, jornais ainda intocados pela historiografia,

senão gerando interesses monográficos, muitas vezes não acadêmicos. Essa ebulição espasmódica, motivada pelos mais variados fatores, destinada a públicos invisíveis, virtuais, pode ser logo exemplificada pela malha de jornais no Amazonas, reproduzidos em microfilme no Centro Cultural dos Povos em Manaus. Entre o final do século XIX e início do XX, quando a imprensa torna-se um fenômeno capaz de abranger todos os atuais estados do Norte do País, alguns títulos somavam: *Jornal Independente* (Alto Madeira); *Arauto: Órgão dos interesses locais* (Itacoatiara); *O Antaense* (Itacoatiara); *O Barcellense* (Barcelos); *Borboleta: Crítico e Literário* (Carajás); *Brasil Acreano* (Senna Madureira – AC); *Cá e lá: Órgão especial do grupo recreativo cá e lá* (Itacoatiara); *Caravana: Órgão dos alunos do ateneu itacoatiariense* (Itacoatiara); *O Chicote: Semanário vespertino, crítico e noticioso* (Itacoatiara); *Cidade de Coari: Órgão de propaganda do município* (Coari); *Cidade de Lábrea: Órgão do partido republicano amazonense* (Lábrea); *Cidade de Manacapuru: Órgão independente* (Manacapuru); *O Coaryense: órgão imparcial e semanal* (Coari); *Comércio do Madeira: Órgão especial do Comércio* (Vila Manicoré); *Correio de Serpa* (Itacoatiara); *O Curumy: Jornal Litterário, noticioso, defensor da classe escolar* (Porto Velho); *O Cravo: órgão da mocidade itacoatiariense* (Itacoatiara).

Pode-se ver assim a diversidade da expressão impressa e da modernidade como alcançava as precárias cidades do interior amazônico. Sendo, contudo, impossível o estudo pontual de todos estes jornais, preferimos, para mobilizar um conjunto substantivo de expressões periódicas, perceber qual o teor da “imprensa inaugural” de cada um daqueles hoje considerados Estados da Federação.

No Acre, o jornal *Acreano*, fundado em 1909, lutava pela emancipação do Acre diante do Amazonas, denunciando os epítetos depreciativos dos jornais de Belém e Manaus contra os acreanos. Estes seriam, como se verá, considerados simples extractores de látex destinados a enriquecer as duas capitais. Em Roraima, por outro lado, território cuja população cresceu em torno da busca pelo fornecimento de gado de corte para a capital manauara, durante muito tempo a palavra impressa ficou confinada à *Folha do Rio Branco*, entre 1914-17, tendo como principal aspecto ideológico a integração e participação na nacionalidade através do circuito manauara. No Amapá, o jornal *Pinsônia*, surgido em 1895, estruturou-se em torno do deputado Francisco de Mendonça Júnior, intitulado-se relativo ao “interesse dos brasileiros no extremo-norte”. Funcionou durante três anos, tendo como sucessor apenas o *Correio do Macapá*, mais de 10 anos depois de seu término.

Este último e também o primeiro jornal de Roraima, *Folha do Rio Branco*, guardam um aspecto em comum: derivam da iniciativa de setores religiosos. No primeiro caso, de um padre de ascendência belga (RODRIGUES, s/d); no segundo,

dos missionários beneditinos estabelecidos em Roraima, também vinculados ao governo belga. Diante da escassez de leitores nas duas regiões, não é imprevisível que as ideias modernas tenham alcançado essas áreas, colocando-as no circuito de notícias nacionais, apenas através de religiosos interessados em expandir o círculo de influências do catolicismo.

O jornal *Pinsonia* tocava num tema que seria considerado *fundador* nos jornais da periferia amazônica: a questão da civilidade e inclusão dos habitantes na nacionalidade brasileira. Nesse sentido, costumes apócrifos, desviados da civilidade branca, sejam eles a mancebia com indígenas, ranços folclóricos, eram vistos de forma pouco amistosa, como nesta passagem de 1898:

Até que afinal desapareceu o infernal folguedo, a dança diábola do Mar-Abaixo; será uma felicidade, uma ventura, uma medida salutar aos órgãos acústicos, se tal troamento não soar mais, senão nas profundezas da terra, nos subterrâneos onde moram monstros, capazes de suportar tamanho ribombo de extravagante música para meneio imoral e nojento. Graças ao Divino-Espírito Santo, símbolo de nossa santa religião, que só exige a prática das boas ações, não ouviremos os silvos das víboras que dançam ao som medonho dos gritos dos maracajás, que ao mesmo tempo batem com as patas, produzindo barulho que faz arrepiar as carnes e os cabelos, que é suficiente a provocar doídice à qualquer indivíduo”. O nosso primeiro artigo à respeito deu no gosto de muita gente boa, que dá alma vida e coração pelo tal brinquedo; deu-lhe no gosto, mas negativamente, pois *não compreenderam o sentido da linguagem, toda moralizada, toda doutrinal, toda civilizada*. (SIC, 25 de junho de 1898, Apud. CANTO, 2009, grifos nossos).

O órgão do deputado Francisco de Mendonça Júnior demonstrava receio similar ao dos monges beneditinos, que temiam em Roraima o contágio local pelas práticas mestiças derivadas de pajelanças indígenas, dos cafres da Guiana, ou, curiosamente, das “ideias espíritas” (MUNARO e ZOUEN, 2014). Os missionários beneditinos questionavam vários dos hábitos interioranos, sobretudo aqueles provocados pela miscigenação étnica e cultural, fazendo-o, contudo, num tom menos agressivo que o *Pinsonia*:

Qual será o fim de uma geração que amanhã virá a ser a população de uma cidade, desde que seus pais sejam homens corruptos, homens sem escrúpulos, homens sem moral e que não procuram aprender com os mais moralizados o bom caminho da moral? (*Folha do Rio Branco*, março de 1917, p. 4).

De forma semelhante ao *Correio do Macapá e Pinsonia*, a *Folha do Rio Branco* buscava assinalar o seu pertencimento à pátria brasileira, ainda que em “rincões tão distantes do restante do Brasil”: “Bem longe vivemos aqui do coração de nossa Pátria!

Brasileiros somos, porém, consolados, quando aparece algum sinal de regeneração e de levantamento para esta nação da qual somos parte” (*Folha do Rio Branco*, Abril/Maio de 1917, p. 1). Casos em que a civilização deve apascentar a presença de elementos fugídios, apócrifos, danosos para a República em processo de fabricação e também garantia de distanciamento das “trevas” monárquicas.

No Acre, da mesma forma, as preocupações civilizatórias se sobressaíam. Em 1908, *O Rio Acre*, primeiro jornal elencado pela antologia de Olinda Assmar (2008), define-se como o órgão de uma “associação” e assinala a comoção republicana que alcança todo o Brasil:

Na febre de reformas por que está passando o Departamento, na sede de civilização que atormenta a todos que habitam este pedaço da pátria brasileira, uma lacuna se faz sentir a cada momento – a falta de um jornal noticioso e diário. Não vem o *Rio Acre* preenchê-la, que a tanto não chega nossa pretensão, mas contribuir, com o que estiver ao seu alcance, para minorá-la (*Rio Acre*, Apud ASSMAR, 2008, p. 19).

No mesmo sentido, a *Folha do Acre* apontava a disposição moral do povo acreano em aderir ao ciclo de reformas republicanas; noutras palavras, não havia só uma exuberante fauna como também um povo disposto a trabalhar de forma urbana e moralizada para o crescimento do país:

Sob a perspectiva material o Acre se nos apresenta de uma grandeza que nos seduz e embevece; sob a perspectiva moral ele se nos revela duma grandeza que nos emociona e arrebatava. Se são formosas as suas matas-virgens, se são deliciosos os seus regatos, se são preciosos os seus produtos naturais, se finalmente no seu conjunto a natureza se esmerou em dotá-lo com o que possui de mais caprichoso e rico, não menos belo e não menos formoso é o espetáculo moral que nos oferecem a abnegação, o trabalho perseverante, o amor e a coragem de seus filhos, que o estremecem num devotamento de todos os sacrifícios, todos os martírios (14 de agosto de 1910, apud. *ibid.*, p. 21).

Particularidade, contudo, não encontrada no Amapá e Roraima, diz respeito ao precoce combate impresso entre jornais surgidos nesse início de século, opondo “construtores”, firmemente adeptos da administração do Amazonas, e “autonomistas”, favoráveis a um governo independente no espectro da federação brasileira. *Cidade da Empresa*, órgão municipal, combate *O Acreano*, órgão de inclinação nativista favorável à autonomia do Acre. Assim declara o editorial da *Cidade da Empresa*:

Sua missão é de paz e de trabalho, a cuja sombra podem medrar e florescer as maiores e mais legítimas aspirações. E, conquanto publicação oficial, a *Cidade da Empresa* não se

prende, nem prender-se pode a outro sentimento político que não seja o de trabalhar afoitamente pelo progresso desta terra, fadada aos mais altos desígnios (15 de julho de 1910, p. 20).

O *Acreano*, por outro lado, define suas preocupações autonomistas, lembrando o desleixo da administração nacional diante do Acre e o menosprezo votado àquela região pelas capitais Belém e Manaus:

Há alguns anos, quando se libertou da Bolívia, choveram sobre o Acre palmas e flores a mancheias; mas, então, eram os primeiros vagidos da criança que acendiam os sorrisos... Desde, porém, que ele começou a sentir e pensar, a querer, a União, figurando de madrastra, logo revelou a sua má vontade e desdém. E nessa má vontade, em coro, entram as praças de Manaus e Pará, com alguns jornais. É que, lá, já definiram a missão do Acre: encher de borracha os armazéns de Manaus e Pará, sujeitando-se a todas as exigências que lhe mandarem; encher de ouro o Thesouro Federal, á custa de formidável imposto que dele exigem (*O Acreano*, 14 de dezembro de 1911, apud. p. 30).

Esses sentimentos autonomistas se repetem no Tocantins, onde a *Folha do Norte* (1891-1893), considerado o primeiro jornal da região (COSTA etall, 2004), exprime a insatisfação local em pertencer ao governo goiano, o que resultaria na pretensão separatista manifestada mais claramente na década de 1950 (Ibid, p. 2). Importado de Nova Iorque, a tipografia foi apelidada, simbolicamente, de *Tipographia Tocantina*. O editorial do jornal anuncia, frisando a composição do seu público de habitantes do “Norte de Goiás”:

A todo goiano em cujo peito palpita o honroso sentimento de patriotismo é consagrado este jornalzinho que após uma longa e interrompida série de esforços conseguimos dar hoje à luz da publicidade. É o seu principal compromisso, pugnar pelo bem público dos nossos co-estadinos, ardente dos direitos do Norte, a nossa modesta folha, sem o brilho constituir-se uma pequena luz com o auxílio da qual fiquem transparentes as necessidades desta parte de Goyaz onde bem custosa é a vida pela fraca importância que gozamos dos poderes governantes. Neste centro abundante de inteligências incultas, porque (seja dito de passagem) a instrução raras vezes é louvavelmente distribuída, a *Folha do Norte* atrai-se nas lutas do porvir, e é mais uma escola preparadora da nossa sociedade futura (*Folha do Norte*, 3 jul. 1891, apud. COSTA et all, pp 8-9).

O epíteto “Norte” aparece no jornal como uma forma semântica capaz de distinguir Tocantins de Goiás. O descaso do governo estadual diante do “Norte” teria levado mesmo a “uma atitude de desejar a separação, que justifica as queixas e fortalece os nossos ideais” (*Folha do Norte*, 21 jun. 1892, COSTA etall, pp. 10-1), unida,

como de praxe nesse período, a um forte pendor republicano. Segundo os mesmos autores (COSTA et al), esse jornal inaugurou, através do artigo *O Engeitado*, de 30 de setembro de 1892, um esboço pioneiro do *mito da necessidade*, que embasaria os reclames separatistas do Estado de Tocantins.

Em Rondônia, a indefinição do território torna difícil uma incursão historiográfica precisa sobre quais jornais teriam tido uma ideia realmente clara a respeito da especificidade de Rondônia no contexto amazônico; quer dizer, a ponto de realmente torná-lo um jornal “destinado” ao povo de Rondônia. Costuma-se apontar *O Humaythaense*, de 1891, como o primeiro jornal da região, na época território pertencente ao Amazonas. Em 1912, em Santo Antonio do Rio Madeira, pertencente ao município mato-grossense de Santo Antônio do Rio Madeira, era instalado o jornal *O Extremo Norte*, lembrando a mesma expressão utilizada pelo *Pinsonia*, do Macapá. Contudo, na capital Porto Velho, o primeiro jornal a ser impresso foi *The Porto Velho Times*, em 1909, onde ficava a matriz da empresa construtora da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, sendo destinado aos seus empregados norte-americanos. O primeiro jornal em português, na capital, seria o *Município*, de 1915. O crescimento da região, associado à estrada de ferro, deu um caráter identitário regional mais bem delineado, até Porto Velho crescer e se sobressair à Humaitá.

Considerações finais

Parece “jogar a toalha” antes mesmo do jogo começar dizer que este artigo não pretendeu resolver o problema. De fato, não pretendeu. Através de uma coleta preliminar de bibliografia disponível sobre a imprensa nos vários estados do Norte, percebeu o quão longe a historiografia amazônica está de desenvolver estudos integrados sobre a construção da imprensa e a difusão das ideias modernas na Amazônia brasileira. Estudos isolados, concentrados sobre a definição de datas, são bons. Mas o problema mais amplo, a dificuldade da dispersão da palavra impressa na Amazônia, se esbate em uma série de problemas que vão desde o deslocamento, dificuldade de acesso a fonte se carência de estudos preocupados em estabelecer diálogos mais amplos entre pesquisadores.

No que de concreto pudemos concluir, a imprensa de Belém e Manaus consegue operar num ritmo semelhante ao do restante do país, acompanhando a dissolução da monarquia e abrindo-se ao sentimento patriótico da República a partir da década de 1880. Enquanto, nesse momento, Belém e Manaus experimentam uma proliferação de espaços, títulos e variedades impressas, as periferias, hoje capitais de

Estados, nem sequer possuíam tipografias. São consideradas terra ignota. Dada sua dificuldade em largar na corrida republicana, vão fazer, na virada do século, uma tardia apologia das virtudes da civilização, da necessidade de cortar o sincrético, aderir o patriótico e unir-se numa identidade ocidental.

Se, portanto, essa identidade já é gestada em Belém e Manaus através do intermédio da imprensa, as periferias, hoje tão importantes para o entendimento da questão amazônica, sequer dispunham de tipografia. São compostas de elementos precários na corrida da palavra impressa, desenvolvida num ritmo bastante distante do paradigmático modelo carioca que orientou um século de construção letrada. Os ecos, contudo, são percebidos. E são essas refrações que cumpre indagar mais claramente. Bem como, por outro lado, formas mais diversificadas de leitura e entendimento das questões ilustradas.

De uma forma geral, as tipografias nas periferias da Amazônia buscavam destacar a abrangência da civilização brasileira – a República – para essas áreas até então consideradas limítrofes. Ao mesmo tempo, são capazes de oferecer pequenos compêndios de costumes, como acontecia com a *Folha do Rio Branco*, em Roraima, dizendo o que a população deveria fazer ou não para ser considerada civilizada. Nos casos mais extremos, como Acre ou Tocantins, observou-se pretensões autonomistas, rapidamente mitigadas pela força do discurso republicano e, portanto, convertidas em algo mais próximo de “queremos fazer parte do Brasil, mas o Brasil não sabe que existimos...”

Referências bibliográficas

ASSMAR, Olinda Baptista. **Editoriais dos jornais de Rio Branco – Século XX Antologia**. Rio de Janeiro: Publit, 2008.

BARROS, Thiago Almeida. **Manifestações da modernidade no Pará provinciano**. A Imprensa como arma na disputa de poder na Cabanagem (1833-1839). 2009. <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/7o-encontro-2009-1/Manifestacoes%20da%20modernidade%20no%20Para%20provinciano.pdf>Acesso em Jun/2014

CANTO, Fernando. **“O Marabaixo de 1898”, 2009**.<http://fernando-canto.blogspot.com.br/2009/07/o-marabaixo-de-1898.html>Acesso em Jun/2014

COELHO, Geraldo Mártires. **Anarquistas, demagogos e dissidentes**. A Imprensa liberal no Pará de 1822. Belém: Cejup, 1993.

COSTA, Lailtonetall, **“Folha do Norte (1891-1894), o jornal pioneiro da Imprensa Tocantins”**, II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. 2004.<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/2o-encontro-2004-1/FOLHA%20DO%20NORTE%20-1891-1894-%20.doc>Acesso em Jun/2014

IGNOTUS. **A imprensa no Maranhão, 1820-1880: sessenta anos de jornalismo**. Rio de Janeiro: Editores Faro& Lino, 1883.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos. A Guerra dos jornalistas na independência**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro. **Palavra, imagem e poder**. O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MUNARO, Luís Francisco e ZOUÉIN, Maurício Elias. **“Jornal do Rio Branco (1916-1919): O projeto beneditino de civilização na vila de Boa Vista do Rio Branco”**. IN: Anais do III Encontro Regional Norte de História da Mídia. Boa Vista, 2014. Disponível em www.ufrb.br/alcar . Acesso em maio de 2014.

NEVES, Lúcia Maria Bastos. **Corcundas e Constitucionais**. A cultura política na independência (1820 – 1822). Rio de Janeiro: Revan, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Bastos. **“Pensamentos vagos sobre o império do Brasil”**, em Costa, Hipólito José da. *Correio Braziliense*. vol. XXX. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p 471.

RIBEIRO, Lavina Madeira. **Imprensa e espaço público**. A institucionalização do Jornalismo no Brasil (1808-1964). Rio de Janeiro: E-papers, 2004.

RODRIGUES, Edgar, **As comunicações sociais no Amapá**. s/d. Disponível em: <http://www.ap.gov.br/amapa/site/paginas/historia/comunicacoes.jsp> Acesso em Jun/2014

SCHEIBE, Roberta e AUGUSTO, Isabel Regina. **Por uma conversão do olhar: Desbravões epistemológicos no Amapá**. *Jornal Alcar*, 2013. <http://www.ufrgs.br/alcar/jornal-alcar-9/por-uma-conversao-do-olhar-desbravoes-epistemologicas-no-amapa> Acesso em Jun/2014

SEIXAS, Netília etall. **“O percurso da mídia impressa no Pará: uma viagem até Cametá do século XIX.”** IN: Anais do III Encontro Regional Norte de História da Mídia. 2014. Disponível em www.ufrb.br/alcar. Acesso Mai/2014.

SEIXAS, Netília. **“Panorama da imprensa em Belém (PA): os jornais de 1822 a 1860”**. IN: MALCHER, Maria Ataíde etall (org.) *Comunicação Midiatizada na e da Amazônia*. Belém: FADESP, 2011.

UGARTE, Maria Luiza. **Do jornal à academia** : elites letradas e periodismo no Amazonas (1880-1920). Amazônia em Cadernos. Manaus : Editora Ufam, 2007.

CONTATO ENTRE ÍNDIOS E NÃO ÍNDIOS EM RORAIMA NOTICIADOS NO JORNAL O ÁTOMO DURANTE A REPÚBLICA NOVA

Introdução

A pesquisa propõe a reflexão sobre como eram noticiados pelo jornal “O Átomo” as comunidades indígenas que viviam em terras distantes de Boa Vista e de que forma eram feitos o contato com os não índios. O intuito é identificar o objetivo do governo em se aproximar das comunidades indígenas que habitavam secularmente no então Território Federal do Rio Branco. Colocando em questão o contexto do desenvolvimento e a ocupação das terras indígenas por meio das migrações impulsionadas pelo Governo de 1950.

Para realizar a pesquisa nós utilizamos os métodos de abordagem - dedutivo, partindo da observação de casos históricos concretos na política nacional no segundo mandato de Getúlio Vargas e dos governantes indicados para o então Território Federal do Rio Branco que aplicaram medidas para a migração e ocupação. Dados que permitiram analisar o caso específico de Roraima no contexto do desenvolvimento proposto para a Amazônia na década de 50. Utilizamos o procedimento - qualitativo histórico para com base em bibliografias avaliar o surgimento da imprensa roraimense e sua importância na narrativa das comunidades indígenas que estão atualmente extintas. Para tanto, utilizamos técnicas de coleta de dados com levantamento de matérias no jornal “O Átomo” entre 1950 a 1954.

Brasil nos anos de 1950: O contexto do desenvolvimento

No início dos anos de 1950 o Brasil era Governado por Getúlio Vargas(1882-1954), que teve dois mandatos durante sua carreira política o primeiro entre 1930 a 1945 e o segundo de 1951 a 1954 que encerrou-se com seu suicídio.

* E-mail: tainacolita@hotmail.com

** E-mail: mauricio.zouein@ufr.br

Ambos os mandatos seguiam a mesma orientação política e foram marcados ora pelo modelo de nacionalismo, ora pelo desenvolvimentismo:

Resultante política refletia a cálculo de Getúlio quanto às paixões e interesses que se escondiam por trás das forças políticas heterogêneas que ele procurava canalizar. A mistura era também produto dos seus próprios instintos políticos, que o inclinavam à conciliação e à solução de compromissos (SKIDMORE,1982,p.124)

A opção do Governo Vargas (GV) era por um crescimento autônomo e de cunho estatizante, ou seja, dando preferência ao capital nacional e com o Estado investindo nos setores estratégicos para a industrialização e modernização do País, refletidos nos projetos da criação da Petrobras que teve caráter nacionalista somado ao plano do carvão nacional, O Instituto Brasileiro do Café, e plano para o desenvolvimento da Amazônia e do nordeste (VIANNA,1987). Vargas era ambicioso e contraditório, também queria o investimento do capital estrangeiro aplicados do país, financiando parte do Plano Lafer, que previa muitos avanços, principalmente na área de transportes, energia elétrica e agricultura:

O plano era uma primeira tentativa de orientar racionalmente investimentos em setores considerados prioritários, contando com recursos externos e internos, mas não chegou ser levado a íntegra, diante da crise nas relações com os Estados Unidos, em torno da questão do petróleo, do problema da sustentação do preço do café e da crise do balanço de pagamento (FAUSTO, 2006,p.175).

O Movimento popular foi admitido durante o GV, indicando, no entanto, líderes da elite que mantinham as reivindicações sobre controle. O seu Populismo foi marcado pela concessão de direitos previdenciários e trabalhistas e o culto a Getúlio. Os Sindicatos foram legalizados e diversos direitos garantidos: salário-mínimo, oito horas de trabalho, férias remuneradas, indenização por demissão sem justa causa, proteção ao trabalho da mulher e criança etc. Mas esses direitos eram estendidos apenas aos trabalhadores urbanos, e não aos rurais. No dia do trabalhador de 1951, em discurso no estádio do Vasco, Getúlio não poderia ser mais incisivo:

Preciso de vós, trabalhadores do Brasil [...] Chegou, por isso mesmo, a hora de o governo apelar para os trabalhadores e dizer-lhes: Uni-vos vossos sindicatos como forças livres e organizadas. O sindicato é a vossa arma de luta, a vossa fortaleza defensiva, o vosso instrumento de ação política (VARGAS apud FAUSTO,2006 p.179)

Como citado acima, para o então Presidente o povo deveria ser encarado como uma massa orgânica de cooperação para o Estado. Getúlio Vargas (1882-1954) utiliza como estratégia a aproximação dos cidadãos para conseguir colocar seu plano de governo em prática com uma postura populista na tentativa de inibir as oposições.

Durante a década, as relações internacionais brasileiras se mantêm ideologicamente alinhadas com o capitalismo liderado pelos EUA. Não obstante, não impedem o presidente Vargas de adotar uma política econômica francamente nacionalista, limitar a remessa de lucros das empresas estrangeiras para suas matrizes e se recusar a enviar tropas para a Guerra da Coreia. Fatos como esses levam os EUA, em represália, a cancelar empréstimos e provocar a queda do preço do café, então o principal item da pauta brasileira de exportações. Por outro lado, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico, ativa entre 1951 e 1953, não só faz um diagnóstico dos entraves ao mesmo, como propõe medidas que são adotadas com sucesso pelos governantes brasileiros dos anos 50:

O Governo Vargas cooperou integralmente para os esforços da Comissão Mista e acolheu bem o estímulo à coordenação de um planejamento econômico para o Brasil. Vargas indicou em sua mensagem ao Congresso, em 1951, que o seu governo iria “facilitar” os investimentos de capitais privados estrangeiros sobre tudo com associação aos nacionais (SKIDMORE,1982,p 126).

A imprensa nos anos cinquenta foi marcada pelo abandono das tradições tanto esteticamente com as novas formas de diagramação quanto nas inovações em coberturas jornalísticas. O jornalismo tornou-se combativo, de crítica e de opinião e essa forma de fazer jornalismo era característica presente do jornal popular diário como era o caso do jornal “O Átomo” que falaremos a diante. O jornal impresso tinha aliados: a rádio e a televisão como extensão do seu alcance. Como retrata Sodré: “A época é de grandes corporações que manipulam opinião, conduzem as preferências, mobilizam os sentimentos. Campanhas gigantescas, preparadas meticulosamente, arrasam a reputação, impõem notoriedade, derrubam governos”. (SODRÉ *apud* GOLÇALVES, 2008)

Ao longo de sua gestão, Vargas se depara com a resistência de grupos ligados ao capital internacional e é duramente combatido pela União Democrática Nacional (UDN) e pela imprensa, em especial pelo jornalista Carlos Lacerda. A UDN e o jornalista, além de cometerem seguidas denúncias de casos de corrupção na administração federal, acusam Vargas de tramocar um golpe visando implantar no País uma república sindicalista (FAUSTO, 2006). Os embates vão se acalorando até que, em 5

de agosto de 1954, um atentado a tiros contra Lacerda fere-o no pé e tira a vida do major da Aeronáutica que o acompanhava lhe dando proteção. Com a descoberta de que o mandante do crime é o chefe da guarda pessoal do presidente, inicia-se uma aguda crise político-militar em que se exigia a sua renúncia. Pressentindo que seria deposto, Vargas se suicida na madrugada do dia 24 de agosto de 1954. Em linhas gerais, este governo fomentou o processo de industrialização nacional pela substituição de importações, pela abertura ao capital externo para investimento; pelo planejamento estratégico e pela construção de uma infraestrutura como rodovias, hidroelétricas, aeroportos; pela promoção da indústria de base e de produção de bens de capitais, fundamentais para produção nacional. E o jornal por sua vez foi instrumento importante para fazer a narrativa destes acontecimentos que marcaram na história o curso de desenvolvimento do País.

Roraima na década de 50: Conflito entre Índios e Migrantes

O Território Federal do Rio Branco foi criado em 1943 por influência do projeto **Marcha para o Oeste** no governo de Getúlio Vargas dedicado a Amazônia com o desígnio de proteger as fronteiras e povoar a região que passou a ter um maior prestígio do Governo, pois os problemas eram ligados diretamente à União Federal. O primeiro governador do então Território do Rio Branco indicado pelo Presidente Vargas foi Ene Garcez dos Reis (1894-1952) que veio do Rio de Janeiro com um grupo de seis pessoas para colocar em prática a estratégia do governo que propunha proteger e povoar as fronteiras. O governador ainda trouxe consigo a imprensa oficial, fato que inaugurou a imprensa roraimense com o jornal “O Boa Vista” em 1948, onde noticiava ações do governo e de políticos aliados ao mesmo (GONÇALVES, 2008)

Durante o seu governo Ene Garcez (1894-1952), criou um plano Quinquenal com intuito de desenvolver a região, com uma secretaria de Divisão de Produção, Terra e Colonização (DPTC) que realizava pesquisas e levantamentos referentes ao Território para promover o povoamento visando o melhor uso dos recursos naturais e orientando as atividades produtivas. Esse plano foi acatado pelo Presidente da República em 1945 que criou o Decreto Lei nº1.115 de 24/07/1945 (FREITAS,1996). Acontecimento que consolidou essa nova estrutura administrativa.

No segundo governo do Território Federal do Rio Branco em 1946, não se investiu na secretaria Divisão de Produção, Terra e Colonização (DPTC) uma vez que o governador Félix Valois de Araújo se dedicou a construção do primeiro con-

junto habitacional de Boa Vista (FREITAS, 1996). Já o terceiro Governador Miguel Ximenes de Melo (1913-2003) , retomou os investimentos para o campo rural por intermédio do incentivo às migrações com a posse de Valério Magalhães que assumiu a Divisão de Produção, Terras e Colonização, e deu início ao maior programa de colonização executado entre 1951 e 1952 onde se investiu densamente no deslocamento de migrantes vindos do Maranhão para ocupar os vazios demográficos da região, oferecendo assistência financeira na adaptação e permanência no Território:

A migração dirigida foi mola mestra do projeto de colonização das regiões com baixa densidade demográfica, além de viabilizar a tentativa de proteger as fronteiras políticas do País, através da ocupação humana. Assim, o governo federal passou a elaborar inúmeros projetos de colonização agrícola, além de utilizar recursos financeiros para seu implemento, o culminou com a instauração de um intenso processo de migração espontânea(VIEIRA, 2006 p.44).

Os **vazios demográficos** impulsionaram o desenvolvimento capitalista para o Norte do Brasil, desconsiderando as comunidades indígenas que habitavam secularmente no território. Na implantação desse projeto de povoamento muitos índios foram mortos na disputa pela terra, uma vez que as elites econômicas brasileiras acreditavam que quando os nativos fossem obstáculo para o progresso e desenvolvimento era preciso exterminá-los:

Não é por mero acaso que o conceito de “vazios demográficos” tenha se tornado especialmente corriqueiro no vocabulário político brasileiro entre os anos de 1940 a 1970. É justamente nesse período que a dinâmica do expansionismo brasileiro recobrou o fôlego, graças a realização de políticas de integração econômica do território nacional como a Marcha para Oeste, de Getúlio Vargas[...] Visavam o povoamento, a colonização e o desenvolvimento econômico e social nas regiões Norte e Centro-oeste, então consideradas “os imensos vazios demográficos do país” (MOREIRA, 2000,pág 20).

Como se pode destacar na citação acima, o povoamento e colonização seriam feitos independente da resistência dos nativos. Pois os ditos vazios demográficos, habitados por comunidades indígenas eram considerados terras devolutas pela Lei das Terras de 1850, logo poderiam ser legalizadas por particulares.

Os povos indígenas não conheciam a propriedade privada da terra. Para os índios, a terra era fonte de sobrevivência e reprodução material e cultural. Para os capitalistas a terra torna-se um meio de produção equivalente a mercadoria, embora simbolicamente, podendo ser comprada e vendida de acordo com as leis do mercado(MARTINS *apud* COSTA, p.153,ano)

Pode-se constatar o processo de ocupação do Território alavancou conflitos entre os migrantes e indígenas que por sua vez foram os maiores prejudicados, pois eram expulsos de suas terras. O Serviço de Proteção aos Índios (SPI) já existente nesse período era o órgão responsável pela política indigenista no Brasil e tinha dois objetivos gerais: “(...) Colocar as populações indígenas sob égide do Estado, a fim de assegurar-lhes assistência e proteção, e tornar efetiva e segura a expansão do capitalismo nas áreas onde havia conflito”(GAGLIARDI *apud* COSTA, p.157) Além disso, segundo o Instituto socioambiental o SPI acreditava que o índio era um ser transitório, que estava em processo de se transformar em trabalhador rural. Contudo, o SPI exercia uma postura contraditória em nome do progresso, pois desenvolvia um trabalho que deslocava comunidades para ocupação dos migrantes e tinha o objetivo de civiliza-los, corrigindo-os e amansando-os. Prática que abalou consideravelmente a identidade e patrimônio imaterial cultural dos povos indígenas existentes no referido Território.

O Jornal “O Átomo”

O histórico do jornalismo impresso em Roraima carrega forte característica da interferência do Estado, de interesses políticos que influenciaram no surgimento de diversos periódicos. O primeiro periódico a circular em Roraima foi o “Caniço”, em 1905 que era produzido manualmente, junto a esse vieram “O Tucutú”, “O Carvão” e o “Bem-te-vi” que noticiavam sobre atos do Governo da província e da administração local quando o território do Estado ainda pertencia ao Amazonas. Em 1914 surgem os jornais impressos tipografados, “Rio Branco-Jornal independente” (1914) e o “Jornal do Rio Branco” (1916) que pertenciam à propriedade privada e as classes dominantes. (GONÇALVES, 2008).

Com a criação do Território Federal do Rio Branco (1943) se instala a Imprensa Oficial e surge em 1948 o primeiro periódico do referido território “O Boa Vista”, que segundo Cruz (1998) mudará de nome diversas vezes durante sua existência que foi até 1948, com o nome de “Jornal de Boa Vista”, onde noticiava as atuações do Governo e de políticos ligados ao mesmo partido. Nos anos cinquenta, devido às inquietações políticas de oposição surgem diversos periódicos passageiros, de curta permanência. Tais como “O Átomo” (1951), “O Combate” (1953), e o “O Debate” que fazem críticas às ações do executivo estadual e Governo que por sua vez tenta conter a oposição comprando todos os exemplares que de certa forma difamava-os.

Com o conceito “O Átomo- Jornal independente e noticioso”, o periódico começa a circular no então Território Federal do Rio Branco em 28 de Março de 1951. A sede ficava localizada à Rua Bento Brasil, número 584, em Boa Vista. Tinha como diretor responsável, José Estevam Guimarães Junior, conhecido como tenente Guimarães, também proprietário do periódico (GONÇALVES,2008,p.49)

Mesmo com a definição de uma linha editorial parcial, a principal característica do jornal “O Átomo” foi à oposição aos políticos. A maioria das matérias eram notícias políticas nacionais e locais, fazendo severas críticas a algumas figuras do cenário político, principalmente ao segundo governador do então Território Federal do Rio Branco, Félix Valois de Araújo. Apesar disso, “O Átomo” era o jornal mais vendido da época, e tinha como concorrente o jornal “O Boa Vista” que era sustentado pelo governo que por sua vez, tinha melhor qualidade física que “O Átomo”, porém, existia a descrença da população por ser um jornal que defendia os interesses do governo (MENEZES *apud* GONÇALVES, 2008). No entanto, por sua principal abordagem ser política, nem sempre destinava o tema à oposição. Como se pode perceber na matéria de 28 de agosto de 1954 (Imagem 1).

Arquivo digital tamanho: 142KB



Com o suicídio de Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1954 o jornal “O Átomo” traz na manchete do dia 28 de agosto de 1954 o seguinte relato: “Assumiu o Presidente da República- O novo presidente João Café filho”. A imagem do novo presidente aparece do lado esquerdo, com uma breve nota sobre sua posse. Entretanto, a maior parte da mancha gráfica do jornal, ou seja, o espaço predominante de importância da edição é a notícia sobre a morte de Getúlio Vargas e o relato da sua trajetória na política do país, exaltando-o por conta de seus feitos para o desenvolvimento do Território Federal de Roraima. Elevando-o ao patamar de melhor chefe da nação desde então, destacando ao centro da página a sua carta-testamento destinada a população.

O nome do jornal foi consequência da evidência recente da divisão do átomo na descoberta da bomba atômica, querendo demonstrar pequenez e em contrapartida importância de ser diante aos demais. Sua periodicidade era semanal e o número de páginas era variável partindo de seis páginas até doze. O jornal era composto por um único caderno onde eram publicados discursos, anedotas, e em algumas edições era possível encontrar espaços destinados ao leitor, coluna social, policial e de opinião (OLIVEIRA *apud* GONÇALVES, 2008, p. 52).

Na época de cinquenta os jornais tinham uma forte característica amadorística, não havia jornalista profissional e eram feitos pelos proprietários ou escritores locais, como é o caso do jornal “O Átomo” que era em maior parte escrito pelo seu proprietário tenente Guimarães e por alguns escritores como Batista Guerra, Ar. Gueiros e Dorval de Magalhães que contribuíam com crônicas esporadicamente.

De pequeno formato, modesto, rudimentar mesmo, si considerada apenas a feição material. Entretanto, partícula infinitesimal da força do livre pensamento, é seu destino, por força de seu programa criterioso, traçado com fé em Deus e esperança nos homens de boa vontade, servir à coletividade no campo das ideias, dedicando-se como é natural, aos interesses de nosso Território de modo especial e particular (O ÁTOMO, edição de 7 de abril de 1958).

A diagramação do “O Átomo” era feita em máquina manual, com o cabeçalho podendo ser encontrado tanto na parte superior quanto no centro da página, as notícias eram pequenas espalhadas dentro de desenhos de balões e foguetes, pois não havia desenvolvimento da notícia, e o enfoque eram as denúncias contra o governo. O jornal tinha formato tabloide e era feito em uma remessa de 500 exemplares vendidos por dois cruzeiros (MENEZES *apud* GONÇALVES, 2008).

Por se tratar de um jornal político e de oposição, o governo do território comprou o jornal e em 1958 às atividades foram encerradas pela falta de condição e a pressão por parte do governo. Após a venda do *Átomo* para o grupo político comandado por Valois, o jornal deixou de ser tabloide para um formato maior e passou a anunciar as ações do governo até seu fim definitivo no final de 1958 (GONÇALVES, p.59, 2008)

Como podemos observar acima, o jornal o “*Átomo*” foi efêmero por suas constantes críticas ao Território Federal do Rio Branco, não conseguindo se consolidar como um jornal de oposição tendo que vender-se ao próprio governo que firmemente criticava em seus periódicos, deixando uma lacuna na imprensa roraimense referente ao importante papel que exercia por meio das denúncias que fazia sobre o governo.

Análise dos periódicos

Como proposto inicialmente o artigo analisará matérias do jornal “*O Átomo*” para identificar o discurso ideológico construído por parte do mesmo referente às comunidades indígenas que habitavam no Território Federal do Rio Branco. Para tanto, começaremos com a análise do dia 10 de janeiro de 1953.

A matéria foi capa no jornal “*O Átomo*” recebeu destaque na edição, sendo manchete, noticiada da seguinte forma: “Expedição para filmar e fotografar - Pela primeira vez índios Pauxianas – Os selvagens barbados do Rio Apiaú”. A notícia discorre sobre os Pauxianas, comunidade indígena que há 30 anos não era encontrada no Território e atualmente é extinta. O encontro com os índios chama atenção para uma futura expedição sob responsabilidade de Afonso Brasil, o médico Williams Holden com o pretexto de filmar, fotografar e fazer estudos científicos etnográficos.

A redescoberta da comunidade foi feita por dois madeireiros que trabalhavam aos arredores do Rio Apiaú, afluente do Mucajá, e os encontraram exatamente na altura da cachoeira conhecida como Maiongongs, onde fizeram o primeiro contato com os índios:

Com a continuação dos seus trabalhos, os madeireiros foram estreitando as relações com os selvícolas[...] Depois de sucessíveis contatos, 3 homens em 26 de julho do ano discurso seguiram a picadas dos madeireiros, sendo guiados pelos índios até uma maloca. Dois dos rapazes prosseguiram a excursão visitando outras duas. Pelas informações cada uma delas possui entre 60 a 80 ocupantes. (“*O ÁTOMO*”, edição de 10 de janeiro de 1953)

Como citado acima, os índios não tiveram manifestações agressivas com essa aproximação, recebendo com curiosidade os não índios, que por sua vez os descreveram minunciosamente para o jornal “O Átomo”. Fato, que se pode observar na referida matéria(Imagem 2).

Arquivo digital tamanho: 142KB



Depois de alguns meses o jornal “O Átomo” publica outra matéria sobre a comunidade Pauxiana, que ocupou toda a mancha gráfica da ultima página, demonstrando a importância que era dada ao assunto. Acontecimento que se observa no jornal do dia 09 de maio de 1953 (Imagem 3).

4 selvagens do Apiaú, em Boa Vista

Seu contacto com um centro civilizado — Índios inteligentes e bem apossados

Em expedição para descobrir os povos selvagens do Apiaú, os missionários católicos chegaram a Boa Vista em 10 de janeiro de 1953. O contato com os índios foi feito em um local deserto, onde se encontravam quatro indivíduos bem apossados e inteligentes. Os índios eram bem vestidos e tinham uma organização social bem desenvolvida. Eles eram conhecidos por serem muito inteligentes e bem apossados. Os missionários ficaram impressionados com a cultura e a organização dos índios. Eles descobriram que os índios tinham uma vida muito diferente da que eles conheciam. Eles eram muito curiosos e queriam saber tudo sobre os brancos. Os missionários tentaram ensinar os índios a ler e escrever, mas eles não estavam interessados. Eles queriam saber mais sobre os brancos e sua cultura. Os missionários ficaram muito surpresos com a inteligência dos índios. Eles descobriram que os índios tinham uma vida muito diferente da que eles conheciam. Eles eram muito curiosos e queriam saber tudo sobre os brancos. Os missionários tentaram ensinar os índios a ler e escrever, mas eles não estavam interessados. Eles queriam saber mais sobre os brancos e sua cultura. Os missionários ficaram muito surpresos com a inteligência dos índios.

Os índios eram muito curiosos e queriam saber tudo sobre os brancos. Os missionários tentaram ensinar os índios a ler e escrever, mas eles não estavam interessados. Eles queriam saber mais sobre os brancos e sua cultura. Os missionários ficaram muito surpresos com a inteligência dos índios. Eles descobriram que os índios tinham uma vida muito diferente da que eles conheciam. Eles eram muito curiosos e queriam saber tudo sobre os brancos. Os missionários tentaram ensinar os índios a ler e escrever, mas eles não estavam interessados. Eles queriam saber mais sobre os brancos e sua cultura. Os missionários ficaram muito surpresos com a inteligência dos índios.

O Brasil TODO
Inclusive TODAS as capitais dos Estados e Territórios

NAS MALHAS DA GRANDE REDE AÉREA DA

Negócio Vantajoso

MOVEIS A VENDA

SERVÍCIOS AERÉOS CRUZEIRO DO SUL

Agentes nesta cidade: J. G. Araújo & Cia Ltda.
Av. Jaime Brasil - Fone 41

EMPREGADA

Empregados para Caixa

PREÇOS POPULARES

Tecidos garantidos por marca registrada

A PERNAMBUCANA

a maior organização no seu gênero no BRASIL

verifique pessoalmente, sem compromisso

9 05 1953

A publicação discorre sobre a expedição que estava prevista na matéria anterior do dia 10 de janeiro de 1953 que foi chefiada por Afonso Brasil e o médico Williams Holden. Expedição executada sem êxito, pois os índios estavam em um festejo em outra comunidade indígena, deixando o lugar que foi visitado deserto. Entretanto, o jornal relata sobre outra expedição que foi organizada pela Ordem dos Missionários Católicos da Consolata, chefiada pelo padre Ricardo Silvestre e teve sucesso, pois os índios já tinham retornado do festejo e se encontravam na maloca.

A matéria descreve em detalhes como era a vida dos “selvícolas” que se alimentava do que tinha na mata: pupunha, macaxeira, banana, castanha, cacau e caça, e demonstravam aparência saudável, as mulheres eram bonitas, os homens robustos, população que chegava a 60 moradores, divididos em 11 famílias que não saíam da mata, pois se diziam pertencentes a ela. No entanto, quatro índios ficaram curiosos por conhecer onde os “brancos” moravam, e o padre Ricardo, chefe da expedição os trouxe para conhecer Boa Vista.

Mostram-se nossos visitantes encantados com que vêem, procurando examinar tudo detalhadamente [...] O governo forneceram-lhes 4 redes. Estão hospedados na casa do sr. Antonio Luiz de Lima, que está arcando com a alimentação.[...] Foram levados para passear de carro e assistiram a um cinematográfico. Enfim, até agora os agrados são muitos. Falta, porém, o essencial como seja uma oferta mais substancial de donativos [...] Apelamos para o Governo territorial e municipal, para o nosso generoso comércio, para o coração bondoso do nosso povo, a fim de poder-se reunir alguns recursos úteis, destinados a esses patrícios, que vieram ao nosso encontro, possibilitando-lhes melhores meios para desenvolverem suas precárias condições de vida (“O Átomo”, edição do dia 09 de maio de 1953).

O jornal “O Átomo”, faz um apelo à população para arrecadação de utensílios de trabalho e roupas, com intuito de uma primeira interferência da civilização dentro da comunidade indígena. Atitude que os acarretaria benefícios futuros: “Estão aí já à mão, nossos promissores colonos do futuro, com cuja ajuda novas e importantes riquezas naturais como castanhais, balatais, madeiras, minérios e etc, poderão ser aproveitados, constituindo nova fonte de revitalização econômica regional.” (“O Átomo”, edição do dia 09 de maio de 1953)

Como se pode destacar na citação acima, os índios eram reconhecidos como selvícolas, ou seja, selvagens que no decorrer da matéria aponta a ideologia da época sobre os mesmos, que segundo o jornal deveriam ser amansados, catequizados e levados à civilização a fim de garantirem alguma atividade rentável para a região.

Considerações finais

O Sistema de ideias relatado pelo jornal “O Átomo” se mostrou culturalmente impositivo, pregadas em estratégias similares presentes no contexto de desenvolvimento aplicado para o Norte em 1950 no governo de Getúlio Vargas, com as migrações impulsionadas pela Divisão de Produção, Terra e Colonização no Território Federal do Rio Branco e consentida contraditoriamente pelo Serviço de Proteção ao Índio como vimos anteriormente.

Fiz aqui um esforço para lançar olhares e contribuir na definição de rumos possíveis para a pesquisa sobre análise de jornais e discursos ideológicos que não está delimitado ao seu tempo e que compõem resquícios na sociedade atual. Sem pretender esgotar o assunto, pelo contrario, quero reforçar o quanto é necessário avançar na análise sobre o discurso ideológico e as estratégias de desenvolvimento de 1950 para com o Norte, que influência até os dias atuais.

Referências bibliográficas

CRUZ, Jaci. **Jornais Impressos de Roraima: 1905-1997**. 1998. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Comunicação Social, Universidade Federal de Roraima, Roraima 1998.

FREITAS, Aimerê. **Geografia e História de Roraima**. 4º ed. Manaus: Grafima, 1996.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: O poder e o Sorriso**. São Paulo. Companhia das Letras, 2006.

GOLÇALVES, Hanna. **Selvagens: Semiótica e Alteridade no Jornal Impresso**. 2008. 101p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)- Comunicação Social, Universidade Federal de Roraima, Roraima, 2008.

MAGALHÃES, Maria. **Roraima/ Boa Vista: Temas sobre o Regional e o Local**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012.

MOREIRA, Vânia. **Vazios Demográficos ou Territórios Indígenas**. Revista de História da UFES, n°11, 2000. Disponível em < <http://www.angelfire.com/planet/apanhes/ensaio30.htm> >. Acessado em: 20 de agosto de 2014.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 7º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

VIANNA, Sérgio. **A Política Econômica no Segundo Governo de Vargas**. Rio de Janeiro, Prêmio BNDES, 1987.

VIEIRA, Jaci. **Rio Branco se Enche de História**. Editora da UFRR, 2011.

MODOS DE EXISTENCIA TIKUNA NÃO CONTEMPLADOS PELA RAZÃO HEGEMÔNICA

Introdução

Atualmente os povos indígenas são reconhecidos como os primeiros habitantes do Brasil. Pacheco e Freire (2006); Cunha (1992) e Neves (1999-2000), fundamentados, sobretudo nas descobertas de Ana Roosevelt, assinalam que o território brasileiro vem sendo habitado há mais de 12.000 anos por povos aborígenes e que à época da chegada dos colonizadores¹ o número de habitantes passava da casa dos milhões².

Embora tenhamos identificado estimativas díspares³, é certo afirmar que antes do contato com o colonizador, o Brasil foi palco de um enorme contingente populacional. Por conta das problemáticas vivenciadas pelos povos autóctones, houve ao longo dos tempos uma enorme depopulação⁴.

Em face da dizimação de milhares de povos indígenas, hoje o Brasil conta com uma população de mais de 220 povos indígenas⁵, perfazendo um total de aproxima-

* Universidade Federal do Amazonas. E-mail: toniabcam@yahoo.com.br

** Universidade Federal do Amazonas. E-mail: marilene.correa@uol.com.br

*** Universidade Federal do Amazonas. E-mail: Mlmota71@gmail.com

¹ O Velho e o Novo Mundo encontram-se em 1492 (descoberta do Continente Americano). Antes mesmo de ser explorado, o Novo Mundo sofre sua primeira intervenção histórica, formalmente expressa pelo Tratado de Tordesilhas (1494) [...]. (SILVA, 2004, p. 21)

² De acordo com o etnólogo Curt Nimuendaju, nas primeiras relações de contato com os europeus ocorridas no século XVI, a população indígena do Brasil passava da casa dos milhões e cerca de 1400 povos indígenas.

³ “As estimativas de população aborígine em 1492 ainda são assunto de grandes controvérsias [...]. Quanto as regiões que nos ocupam mais de perto, Rosenblat (1954:316) dá 1 milhão para o Brasil como um todo, Moran (1974: 137) dá uns modestos 500 mil para a Amazônia, ao passo que Denevan (1976: 230) avalia em 6,8 milhões a população aborígine da Amazônia [...]” (CUNHA, 1992, p.14).

⁴ De acordo com Raminelli (s/d), a depopulação na Amazônia ocorreu a partir dos seguintes fatores: “introdução de novos agentes patológicos na floresta tropical; os aldeamentos forçavam os índios a conviver com microrganismos estranhos; a carência alimentar debilitava a resistência imunológica e diminuía a capacidade reprodutiva das mulheres; os diretores incentivavam o consumo de aguardente pelos índios; a quantidade de trabalho não era proporcional à alimentação; suicídio e aborto promoviam baixas na população jovem e fértil e as fugas desestabilizavam as aldeias e incentivavam mais descimentos.” (p. 1374)

⁵ O termo índio, além de referir-se a pessoas integrantes de diferentes grupos étnicos, é resultado de um erro náutico. “Colombo quando aportou em terras brasileiras acreditava que havia chegado ao território que

damente 1000 indivíduos, falantes de mais de 180 línguas e distribuídos em 612 Terras Indígenas, os quais progressivamente vêm afirmando diferenças e semelhanças culturais, produzidas na dinâmica histórica de cada etnia.

Em seus estudos sobre a Amazônia, Neves (2011, p. 99) assinala que “há dados indicando a existência de sistemas multiétnicos regionais em diferentes áreas da Amazônia [...] e há “casos em que esses sistemas foram totalmente desmantelados durante o período colonial em áreas onde atualmente poucas, ou nenhuma, sociedades indígenas sobreviveram [...]”. A esse respeito,

[...] um breve exame da distribuição das sociedades indígenas contemporâneas na região mostra que a maioria das áreas de várzea do baixo e médio Amazonas não são mais ocupadas por populações indígenas numerosas. A única exceção no Brasil são os Tikuna do alto Solimões, cuja ocupação inicial nessa área remonta provavelmente ao século XVIII[...]. Desse modo há que se ter cautela na utilização de padrões indígenas atuais de organização social, política e econômica na Amazônia na explicação da diversidade de padrões que prevaleciam antes do Século XVI (Roosevelt, 1989). (idem, p. 100)

Na dinâmica da colonização e na relação interétnica, o protagonismo indígena sempre existiu. Nos seus limites – fugindo/aliando-se – foram capazes de reinventar e se apropriar das políticas e das instituições em prol dos seus interesses. Contrariando à imagem de *indolentes* e *passivos* atribuída aos povos indígenas, “desde os primeiros momentos de colonização houve a resistência indígena ao domínio português”. Nas diversas relações estabelecidas, formaram seus campos de poderes, e “não resta dúvida de que os índios foram atores políticos importantes de sua própria história [...]” (CUNHA, 1992, p.18)

Os Tikuna são emblemáticos desse protagonismo indígena. De acordo com os estudos feitos por Lopes (2003),

O povo indígena Tikuna habita, há pelo menos dois mil anos, a região do alto rio Amazonas / Solimões, ocupando, atualmente, um território onde convergem as fronteiras políticas de três países vizinhos: Brasil, Colômbia e Peru. Isto faz com que seu atual território pertença a três Estados nacionais diferentes e que os Tikuna, ao mesmo tempo que se auto reconhecem como grupo indígena diferenciado, também reconhecem as diferentes identidades nacionais relacionadas a estes três países.

As primeiras notícias sobre os Tikuna datam de 1639 e foram feitas pelo Padre Jesuíta Christoval de Acuña. “Acuña en 1641 hace mención de los ticuna cuando posteriormente seria chamado de índia e ao deparar-se com os habitantes das terras atingidas passa a chamá-los indistintamente índios, tornando-se então (índio) uma classificação homogeneizante, pois engloba em uma única categoria culturas muito diferentes.” (CALLEFI, 2003, p. 21)

descreve a los Omágua sus tradicionales enemigos. Samuel Fritz em 1691 y Ribeiro Sampaio em 1776 mencionam a este grupo. Antes de la conquista, los Tikuna tenían vários enemigos poderosos, sendo los más hostiles los Omágua” (CHIRIF; MORA, p. 237). Mas as anotações e descrições mais detalhadas sobre os Tikuna foram feitas pelo etnólogo Curt Nimuendaju⁶.

Embora tenham incorporados valores do mundo ocidentalizados e capitalista os Tikuna tem conseguido manter, em grande parte, suas tradições culturais, assegurando sua especificidade/singularidade, a qual traduz o seu modo de existência no contexto de uma sociedade marcada por forte tradição hegemônica.

O trabalho proposto apresenta notas de um estudo realizado com os índios Tikuna do Alto Solimões (AM) e tem a pretensão de mostrar ainda que de modo incipiente, que a racionalidade hegemônica não valoriza as singularidades dos povos ameríndios e situa o pensamento de alguns autores que orientam para a necessidade de uma racionalidade que possibilite a valorização desses saberes e a possibilidade do diálogo intercultural positivo.

Modos de existência dos índios Tikuna e a racionalidade hegemônica: um embate epistemológico

Conforme as narrativas feitas por antropólogos, naturalistas e outros amantes da etnografia indígena, a Mitologia Tikuna afirma que esse povo surgiu no Igarapé *Ewari*, onde o Deus Yo’i o pescou. Esse igarapé até os dias atuais tem grande valor cultural para os Tikuna e é considerado como um lugar sagrado. De acordo com Oliveira (1999 p. 46), “os Tikuna acreditam que são descendentes do “magüta (conjunto de pessoas pescadas com vara), do verbo magü que corresponde a pescar com vara, e do indicativo do coletivo ta), que passaram a habitar nas cercanias da casa de Yo’i, na montanha chamada Taivegüne”.

Essa mitologia, responsável por explicar a origem dos Tikuna, é bastante respeitada e valorizada no contexto simbólico deste povo e vem carregada de sentido e significados. Sobre esta questão, Henrique Leff (2000), anuncia que:

⁶ Kurt Unckel (1883-1945) foi um etnólogo alemão que se naturalizou brasileiro com o nome de Curt Nimuendaju - Kurt (para Curt) acompanhado de Nimuendaju conforme fora batizado pelos índios Guarani. Curt realizou expedições pelo Alto Solimões nos anos de 1929/1941/1942. Disponível <www.curtnimuendaju.com > Acessado em 18.04.2014.

[...] as práticas produtivas de cada formação social, fundadas na simbolização de seu ambiente, nas suas crenças religiosas e no significado social dos recursos, geraram diversas formas de percepção e apropriação, regras sociais de acesso, práticas de manejo dos ecossistemas e padrões culturais de uso e consumo de recursos (LEFF, p. 112)

A organização social dos índios Tikuna tem sua gênese nas narrativas mitológicas que explicam a origem deste grupo étnico. Essas narrativas,

[...] contam que os Ticuna foram criados por Yo'i e Ipi dois irmãos gêmeos míticos. A carne de Ipi se converteu em peixe. Yo'i pescou estes peixes no igarapé Eware, os quais ao sair à terra se convertiam em Ticunas. Yo'i lhes ensinou a trabalhar, a fazer festa e lhes deu nomes clânicos” (LOPES, 2003).

A organização da sociedade Tikuna está assentada sobre os pilares de dois grupos distintos, conhecidos no mundo acadêmico por “metades exogâmicas: os de pena e os sem pena”⁷. Essa convenção social proíbe o casamento entre membros do mesmo clã. Quem é da metade planta só pode casar com alguém pertencente à metade ave e vice versa. Nessa organização social é possível identificar o pertencimento social de cada indivíduo porque o nome da pessoa está ligado ao clã ou subclã ao qual ela pertence. Conforme demonstra o quadro abaixo, de cada nação pode gerar um conjunto de nomes, onde cada um deles representa um detalhe, uma cor ou outro aspecto da planta ou do animal ao qual ele pertence.

Quadro Metades Exogâmicas

Metade plantas		Metade aves	
Clãs	Subclãs	Clãs	Subclãs
Auaí	´a-ru: (auaí grande) ´aits´anari (jenipapo do igapó)	Arara	ño´i (vermelha) vo´o (maracanã grande)
Saúva	´vaira (açai) ´nai (n) yëë (saúva)	Japu	ba´ri (japu) kau:re (japihim)
Onça	´keture (maracajá)	Tucano	´tau: (tucano)

Fonte: Site do ISA – Instituto Socioambiental/Povos Indígenas do Brasil

Na organização social dos Tikuna está contemplada a complementaridade das metades. Por isso, durante as festas, principalmente no ritual da “Festa da Moça

⁷ Essa denominação faz alusão às plantas e aos animais, demonstrando assim a estreita relação dos Tikuna com a natureza.

Nova” são usados instrumentos inerentes às “Metades Exogâmicas” e a pintura do corpo, conforme demonstrado nas figuras abaixo, traduzem o pertencimento da nação. Além disso, nas festas, a organização espacial deve contemplar a oposição ocidente e oriente, simbolizando assim a distribuição dos clãs.

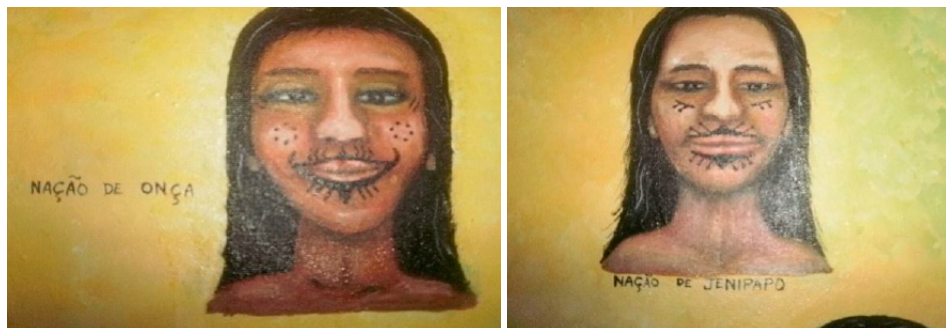


Foto do quadro das “Metades Exogâmicas - Museu Maguta (Benjamin Constant/AM)
Fonte: Arquivo pessoal

Essa classificação introduzida pelos heróis culturais Yo’i e Ipi, refere-se ao dualismo mítico que determina a organização social e, ainda hoje, muito respeitada e praticada pelos Tikuna, configurando-se como um componente cultural impar, vivido intensamente pelos membros da sociedade Tikuna. Todavia, a influência da sociedade dominante sobre os Tikuna mais jovens está fazendo com que muitos deles abandonem as tradições, a cultura ocasionando muitos transtornos à vida social do grupo.

Como afirma Grizzly; Silva (1981, p. 22), “o idioma próprio é condição fundamental da identidade étnica e da libertação do indígena”. A Língua Tikuna conforma um elemento marcante e componente emblemático da cultura Tikuna. Classifica-se como uma língua tonal (várias tonalidades), tornando-a extremamente complexa tanto na fonologia quanto na sintaxe. A Língua Tikuna é intensamente falada pelas crianças, jovens e adultos na vida cotidiana, inclusive, em aldeias próximas às cidades. Isto significa que, apesar das inúmeras tentativas de silenciá-los através da imposição da Língua Portuguesa, os Tikuna conseguiram manter suas tradições linguísticas com todo vigor e autenticidade.

Na cultura Tikuna, existem muitos rituais e festividades tradicionais que traduzem a cosmovisão deste povo, suas crenças e subjetividades. A Festa da Moça Nova é uma tradição cultural praticada pelos índios Tikuna desde os tempos imemoriais. Ela acontece quando a jovem Tikuna entra na puberdade. Nesse momento, tem iní-

cio a reclusão da menina visando prepará-la para se iniciar no mundo social. Durante esse período, seus pais, juntamente com seus parentes preparam a festa armazenando o moquéim (peixe assado) e preparando as bebidas. A festa geralmente dura três dias e desenvolve-se por meio de vários rituais e atos simbólicos como: a pintura do corpo dos participantes com jenipapo, apresentação dos mascarados, pelação⁸, apresentação da moça na festa e, por fim, o banho. Nessa ritualidade, o corpo representa o elemento central da vida porque,

[...] é através do corpo que o ritual reforça o lugar e o papel do indivíduo na sociedade: o respeito à convenção de que, no caso dos Tikunas, esse é o momento em que a moça é considerada pronta ao casamento, não devendo fazê-lo antes, para não infringir as regras dos homens e do sobrenatural (SOARES, 2010).

Embora atualmente tenha sofrido algumas influências do mundo ocidental, a Festa da Moça Nova é uma tradição cultural dos Tikuna que ainda se faz presente. Tornou-se pouco frequente nas aldeias, e, mesmo aquelas que ainda a realizam, já não seguem a forma tradicional como é o caso da “pelação” (arrancar os cabelos) que agora é feito por meio de raspagem, mas em muitas aldeias temos presenciado essa prática.

Os Tikuna têm demonstrado grande aptidão, sensibilidade e talento para as artes os quais são demonstrados por meio das pinturas, dos desenhos, dos artesanatos apresentado nas máscaras, cestarias, tecelagem, colares e outros. Além do talento, os conhecimentos adquiridos na natureza sobre os pigmentos de origem animal e vegetal colaboram para esse fazer artístico. Para Gruber (2002), este acentuado talento apresenta-se de maneira muito rica e imaginativa, gosto pela arte, especialmente pela pintura, é demonstrado desde cedo entre as crianças. Cumpre ressaltar que a música, as histórias e as danças fazem parte do acervo artístico dos Tikuna e muitos desses instrumentos artísticos construídos pelos Tikuna são usados nos rituais, como é o caso das máscaras e das pinturas, componentes indispensáveis no ritual da Festa da Moça Nova, pois ambas simbolizam as feições de entidades “sobrenaturais”.

Os índios Tikuna têm tentado a duras penas produzir sua existência por meio de uma racionalidade⁹ calcada, sobretudo nos saberes tradicionais e míticos. Essa ra-

⁸ A pelação significa transformação, mudança total, e é feita pelas pessoas mais velhas que vão arrancando fio por fio dos cabelos da cabeça da iniciada, e fazendo ensinamentos importantes, por isso a retirada dos cabelos significa que é preciso sofrer para se redimir das coisas ruins realizadas para começar uma vida nova.

⁹ Uma racionalidade social define-se como um sistema de regras de pensamento e comportamento dos atores sociais, que se estabelecem dentro de estruturas econômicas, políticas e ideológicas determinadas, legitimando um conjunto de ações e conferindo um sentido à organização da sociedade em seu conjunto. Estas regras estruturais orientam um conjunto de práticas e processos sociais para certos fins, por meios socialmente

cionalidade oferece condições para pensar, julgar, ponderar e explicar sua existência e a realidade que os cerca. O saber surge como um “conjunto de paradigmas de conhecimento [...] formulações ideológicas, sistema de valores, crenças, conhecimentos e práticas produtivas” sobre diferentes processos, modos de vida e de existência os quais orientam as relações sociais no mundo vivido.

Isso acontece porque:

Cada povo indígena constitui-se como uma sociedade única, na medida em que se organiza a partir de uma cosmologia particular própria que baseia e fundamenta toda a vida social, cultural, econômica e religiosa do grupo. Deste modo, a principal marca do mundo indígena é a diversidade de povos, culturas, civilizações, religiões, economias, enfim, uma multiplicidade de formas de vida coletiva e individual. (LUCIANO, 2006)

Os conhecimentos tradicionais, os quais são repassados por meio da oralidade¹⁰ aos seus descendentes, apresenta-se como uma forma de saber encarregado pela produção da existência dos índios Tikuna. Nesse processo busca legitimar seus processos de vida, sua língua, sua organização social, suas tradições, costumes e rituais. Tem encontrado na mitologia explicações para as questões que envolvem a origem dos índios Tikuna, suas relações sociais e seu modo de viver e se relacionar com a natureza.

No tocante a valorização da racionalização Morin (2008), acentua que,

Cada civilização possui um pensamento racional, empírico, técnico e, também, um saber simbólico, mitológico e mágico. Em cada civilização há sabedoria e superstições. A nossa civilização é assim, ainda que muitos pensem que não, que a razão, a ciência, a técnica não são mitológicas. Com efeito, atribuir à técnica, à ciência a missão providencial de solução de todos os problemas – esta era a ideia até a metade do século – era uma ideia mitológica. Havia uma mitologia do processo como uma lei da história que, automaticamente, iria produzir o melhor e cada vez melhor. Hoje sabemos que não é assim. O milênio que chega está totalmente embarcado na incerteza sobre o porvir. Vemos, então, que havia uma mitologia, a mitologia do progresso e tudo está muito complexo neste sentido. Porém, penso que a crise da civilização ocidental vai ajudar a entender melhor que cada civilização possui os seus valores e é muito importante que se faça o intercâmbio dos valores [...] (p.27-28).

construídos, refletindo-se em suas normas morais, suas crenças, seus arranjos institucionais e em seus padrões de produção. (LEFF, 2000 p. 121)

¹⁰ [...] o meio principal de comunicação e expressão dos índios, seja na vida diária, seja na sala de aula [...] o valor pedagógico da oralidade: “sem palavra escrita a intimidade do movimento pedagógico é superior à base. São mais dialéticos, tem a compreensão da totalidade permanente, [...] A ênfase na oralidade não pode parar em nome da grafia: a leitura do mundo precede a leitura da palavra e a leitura da palavra exige a continuidade da leitura do mundo (SILVA, 1998 p. 212).

Boaventura de Souza Santos, quando discute em seus escritos as sociologias das ausências e das emergências, indica que a “experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante” (p. 94), mas que a razão indolente (hegemônica) não tem considerado outros modos de vida, outras formas de racionalidades ligadas com outras experiências porque prega à ordem sobrepondo a forma de conhecimento dominante homogeneizando a realidade.

Isso significa dizer que as formas de existência dos índios Tikuna apresentadas neste texto, não são contempladas pela razão hegemônica. Isso acontece principalmente por conta de uma herança histórica em que os povos indígenas foram tratados como seres indolentes, exóticos, inferiores e sem vida própria. Além disso, apesar das conquistas ainda existe uma recusa epistemológica em não reconhecer as especificidades dos índios Tikuna.

O encontro da racionalidade dominante com a racionalidade dos índios Tikuna ainda está pautada numa relação vertical onde os conhecimentos a razão hegemonia tentar de várias formas silenciar os saberes em nome de um falso discurso civilizatório.

O estabelecimento de uma relação intercultural surge como uma alternativa de superação desse embate epistemológico fundamento da igualdade e na inclusão social. Na concepção de Santos (2010),

As perspectivas interculturais têm vindo a permitir o reconhecimento da existência dos sistemas de saberes plurais, alternativos à ciência moderna ou que com esta se articulam em novas configurações de conhecimentos. Analisando de forma crítica a ciência como garante a permanência do estatuto hegemônico do atual sistema econômico capitalista, os autores que perfilham esta crítica têm vindo a lutar por uma maior abertura epistêmica, no sentido de tornar visíveis campos de saber que o privilégio epistemológico da ciência tendeu a neutralizar, e mesmo ocultar, ao longo dos séculos. A abertura a uma pluralidade de modos de conhecimentos e novas formas de relacionamento entre estes e a ciências tem sido conduzida, com resultados profícuos, especialmente nas áreas mais periféricas do sistema mundial moderno, onde o encontro dentre saberes hegemônicos e não hegemônicos é mais desigual e violento. Não por acaso, é nessas áreas que os saberes não hegemônicos de os seus titulares mais necessidade têm de fundar a sua resistência em processos de auto-conhecimento que mobilizam o contexto social, cultural e histórico mais amplo que explica a desigualdade, ao mesmo tempo que gera energias de resistência contra ela (p. 153).

Abordando a questão epistemológica no tocante a necessidade de reconhecimento e valorização dos diferentes saberes, Boaventura anuncia a *ecologia dos saberes* como uma possibilidade de interconhecimento, reconhecimento e auto-conheci-

mento assentado numa “articulação, sistêmica, dinâmica e horizontal” e na pluralidade dos saberes.

Essa estratégia epistemológica parte de um enfoque prospectivo orientado para a construção de uma racionalidade social, aberta à diversidade, às dependências e a complexidade, e oposto à racionalidade dominante, com tendência à unidade da ciência e homogeneidade da realidade (LEFF, 2000 p. 114)

Essa nova perspectiva epistemológica está pautada na teoria da complexidade defendida por Morin. Esse teórico anuncia que a saída para a superação das desigualdades está na “relição dos saberes porque:

Querer reunir os saberes não acarreta o desenvolvimento de uma transdisciplinaridade homogeneizadora, mas leva, isso sim, a situá-los com precisão uns em relação a outros em função de sua alteridade histórica, antropológica e epistemológica (MORIN, 2002).

A desvalorização dessas racionalidades indígenas tem sido uma vileza a sua perpetuação física e simbólica como um povo que tem sua cosmovisão e processos próprios de vista e de existência. Atualmente, o debate sobre as sociedades e seus modos de existência não devem prescindir da compreensão acerca da racionalidade dominante que historicamente tem invadido todas as dimensões da vida social e tentando se manter como o único o modo válido de explicar a realidade vivida.

De acordo com Henrique Leff (2000), a racionalidade hegemônica está em crise porque o paradigma hegemônico pautada na divisão e hierarquização do saber, responsável pela produção do epistemicídio, não abarca mais as problemáticas e necessidades de uma realidade plural. Nesse sentido propõe a racionalidade alternativa porque esta “propõe o pluralismo cultural, a relatividade axiológica e o conflito social ante os valores e interesses diversos (p.122)”.

A hegemonia dominante ocasionada pela valorização do conhecimento produzido na academia tem produzido desigualdades sociais e também exclusão social. Essa postura epistemológica levou a dizimação de física e cultural dos povos ameríndios que habitavam o Brasil antes da colonização do pelos europeus.

A crítica a esse tipo de racionalidade é condição fundante para valorização das diversas experiências que nos cercam e ao mesmo tempo a possibilidade pensar o mundo não com uma “chave única” como assinala Boaventura, mas as diferentes lentes presentes no mundo marcado por diversidade humanas, sociais e culturais que por conta dessa ordem instaurada tem perdido muito de sua riqueza, a diversidade humana, cultural e epistemológica.

Considerações finais

Concordamos com Boaventura Santos que apresenta como proposta uma sociologia das ausências e das emergências por meio da articulação dos diferentes e modos de existência dos sujeitos e com Morin que defende a religação dos saberes como nova realidade epistêmica.

Nesse sentido é preciso criar condições objetivas para alimentar uma hegemônica cosmopolita que se contraponha ao modelo historicamente desenvolvido que deixou em oculto os diferentes saberes. Precisamos de uma nova ciência que possibilite o diálogo que possa opor-se, e eventualmente substituir essa visão linear. Nesse contexto, os conhecimentos tradicionais e míticos, bem como o filosófico e científico devam está em condições simétricas e não assimétricas, conforme tem vigorado com prevalência do conhecimento científico.

Sobre aos índios é preciso desconstruir o conceito de indolente atribuído aos indígenas, os quais foram visto como seres incapazes. Precisamos depurar essa ideia errônea que foi cristalizada no imaginário das pessoas por meio do racionalismo cartesiano. Esse modo de enxergar a realidade, atualmente não alcança mais resultados que dê conta da realidade, é preciso incluir o novo, trazer o diferente para o debate. No tocante aos povos indígenas, é preciso valorizar os conhecimentos tradicionais e míticos desses povos porque os índios têm muito a ensinar, por isso precisamos construir um pensamento social da Amazônia a partir da cosmologia indígena, ou que inclua este conhecimento que é fundamental para desconstruir visões errôneas sobre essa região que foi inventada pelos europeus que por aqui passaram.

Referências bibliográficas

CALEFFI, Paula. **O que é ser índio hoje? A questão indígena na América Latina/ Brasil no início do Século XXI**. Dinamarca: Universidad de Aarhus, 2003.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GRIZZI, Dalva Carmelina Sampaio; SILVA, Aracy Lopes da. In: SILVA, Aracy Lopes da. **A questão da educação indígena**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GRUBER, Jussara Gomes. **A Educação e a Arte Ticuna**. In: Povos Indígenas no Brasil. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

LEFF, Henrique. **A cultura como mediação entre os processos econômicos e os processos ecológicos.** In: _____. Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Tradução de Jorge Esteves da Silva. Blumenau: Editora FURB, 2000.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. (Coleção Educação para Todos; 12)

LOPES, Claudia. **Quem são os Ticuna?** In: MAGÜTA ARÜ INÜ. Jogos de Memória – Pensamento Magüta. CD – ROM. Museu Emílio Goeldi/ CNPQ, 2003.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____, Edgar. **A religação dos Saberes: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro – RJ: Bertrand Brasil, 2002.

_____, Edgar. **Saberes Globais e Saberes Locais: o olhar interdisciplinar.** Participação de Marcos Terena. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

NEVES, Eduardo Góes. **O velho e o novo na arqueologia amazônica.** R-EVISTA USP, São Paulo, n.44, p. 86-111, dezembro/fevereiro 1999-2000.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **A busca da salvação: ação indigenista e etnopolítica entre os ticuna.** In: _____. Ensaios em Antropologia Histórica. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

OLIVEIRA; João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil.** Brasília: MEC/SECAD/LACED/Museu Nacional, 2006.

RAMINELLI, Ronald. **Depopulação na Amazônia Colonial.** XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, s/d.

SILVA, Marilene Corrêa. **Metamorfoses da Amazônia.** 2ª edição. Manaus: Editora Valer, 2013.

_____. **O Paiz do Amazonas.** 2 ed. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas/ UniNorte, 2004.

SILVA, Rosa Helena Dias da. **A Autonomia Como Valor e a Articulação de Possibilidades: Um estudo do movimento dos professores indígenas do Amazonas, Roraima e Acre, a partir dos seus encontros anuais.** Quito-Ecuador: Abyayala, 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, M. P. (Org.) **Epistemologia do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SOARES, A. **Uso do corpo como matriz de uma simbologia**: A festa da Moça Nova Faculdade de Educação Física da Universidade do Amazonas – Brasil Disponível em:<[http:// www.socioambiental.org/ povos indígenas no brasil.htm](http://www.socioambiental.org/povos_indigenas_no_brasil.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2010.

GT18 - SEGURANÇA E CIDADANIA EM RORAIMA

O USO DE GEOTECNOLOGIAS COMO SUBSIDIO AO MAPEAMENTO URBANO DA CIDADE DE PACARAIMA

Introdução

A partir da década de 1960 intensifica-se a urbanização nas cidades brasileiras, e para atender a demanda de expansão da malha urbana, incorporaram-se extensões de espaços rurais ao uso urbano (RIGATTI, 2002, CORRÊA, 2007 *apud* GOMES e VESTENA, 2013). A integração da região Norte no mercado nacional, por meio da construção da rodovia Belém-Brasília, propiciou um novo arranjo nas cidades que deixaram as margens dos rios e avançaram além das várzeas.

Nesse período, tanto a Amazônia Oriental como a Amazônia Meridional passavam por mudanças no tocante a sua expansão, evidenciada pela transposição da forma dendrítica¹ para uma rede mais complexa, nos moldes do capitalismo moderno, com numerosas cidades e suas hinterlândias².

Pacaraima – RR constitui a cidade mais setentrional do Brasil e floresce em pleno processo de globalização e de repentinas e avassaladoras inovações tecnológicas e sociais. Essas mudanças refletem a demanda por recursos naturais e humanos numa escala global onde todos os espaços passam por um processo de “re-significação”. Embora esta cidade constitua uma típica cidade de terra-firme e não de várzea, sua dispersão se deu em virtude da BR 174.

Entretanto o crescimento urbano e desordenado no estado de Roraima tem chamado atenção, tanto pela precariedade, como pelo descaso das políticas públicas existentes. Em Pacaraima em específico, é notório a deficiências de planejamento e de continuidade de políticas públicas no que tange o urbano, tendo em vista, a

* Graduada em Geografia – UEMG. E-mail: angelamiazaki@gmail.com

** Mestrando em Geografia – UFRR. E-mail: taciior1@yahoo.com.br

*** post-doc em Ciências Jurídicas – UFRR. E-mail: eloisenhoras@gmail.com

¹ Padrão de dispersão das cidades ao longo dos rios da Amazônia Oriental e Meridional até a década de 1960. O mesmo padrão ainda permanece em parts da Amazônia Setentrional sendo as estradas o elemento de dispersão espacial.

² Linhas diversas de conexão entre as cidades.

ocorrência de invasões e ocupações desordenadas que promovem uma ampliação do tecido da cidade sem as condições sanitárias mínimas capazes de assegurar a qualidade de vida de seus habitantes.

Considerando a carência de informações adequadas para a tomada de decisões sobre os problemas urbanos, rurais e ambientais, o uso de Geotecnologias torna-se um subsídio às pesquisas urbanas sobre a expansão das cidades (CÂMARA *et al.*, 2001). Neste sentido, o Geoprocessamento e os SIG consistem em suporte tecnológico para trabalho em planejamento urbano, com agilidade e precisão, podendo-se destacar as avaliações de impactos, monitoramento da evolução de fenômenos e a representação cartográfica (SOUZA, 2010 *apud* PANCHER, 2012).

O presente estudo evidenciará a importância do uso de ferramentas tecnológicas na apreensão da cidade de Pacaraima, entendendo esse espaço como resultado de um conjunto de objetos geográficos carregados de informações, formando e compondo um sistema de objetos e um sistema de ações na fronteira Brasil/Venezuela.

Área de estudo

Com uma população estimada de 11.667 habitantes (IBGE, 2014), o município de Pacaraima estende-se por uma área de 8.028.463 km², entre a terra indígena São Marcos e terra indígena Raposa Serra do Sol, na porção norte do estado de Roraima, a cerca de 220 km da capital Boa Vista, limitando-se ao norte com a República Bolivariana da Venezuela, ao sul com o município de Boa Vista, a leste com Normandia e Uiramutã e a oeste com Amajari (Fig.1).

Sua economia é baseada na economia do “contracheque”³, nos repasses governamentais (bolsa família), na produção de orgânicos em perímetro urbano, no comércio formiga⁴ e ainda na produção agropecuária com destaque para o arroz, banana, mandioca, milho e tomate, etc.

Pacaraima encontra-se em área de topografia plana (50%), com elevações isoladas (10%) e áreas com relevo ondulado (40%). O clima regional é tropical chuvoso com pequeno período seco (AWI). Sua temperatura média anual é de 26°C e a precipitação pluviométrica é da ordem de 1.750mm. As condições de relevo mais elevado (920 m) garantem ao longo do ano médias térmicas mais amenas e melhor

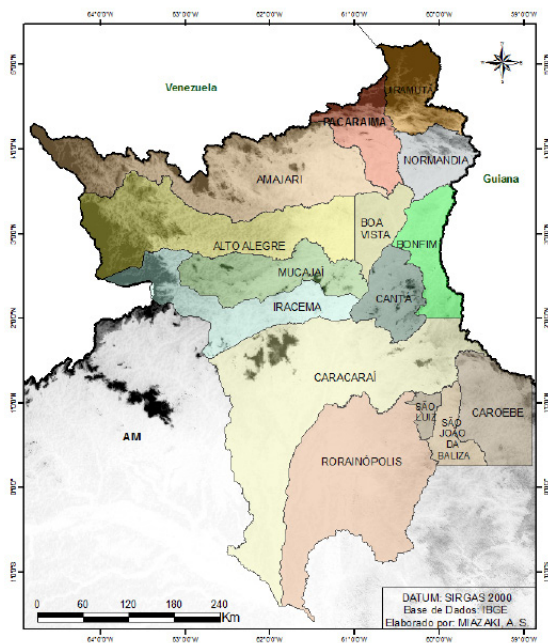
³ Corresponde ao peso dos ganhos salariais dos servidores públicos na economia local

⁴ Comércio de fronteira característico por comercializar e transportar pequenas quantidades de mercadorias mas num ritmo intenso podendo ser uma modalidade legal ou ilegal principalmente associada ao descaminho, tráfico e contrabando.

distribuição de chuvas entre os meses do ano, se comparados aos demais índices pluviométricos e térmicos do estado. Sua vegetação é composta por savana estépica (parque e arbórea densa), e sua bacia hidrográfica é formada pelos rios Surumu, Cotingo e Parimé (SEPLAN, 2012).

Evidencia-se que, para apreender a dinâmica socioespacial da cidade de Pacaraima, coloca-se a complexidade genética da cidade em situação de fronteira o que vai caracterizar o entendimento da dinâmica e da estrutura atual da cidade, levando em conta que a cidade se insere nos inúmeros núcleos de povoamento em áreas de fronteira de ocupação e fronteira de modernização, ambas, produtos da globalização. Surgiram, de fato, novos núcleos de povoamento em unidades federadas como Mato Grosso, Rondônia, Tocantins, Pará, Roraima, Mato Grosso do Sul e Bahia (CORRÊA, 1999).

Figura 1: Localização de Pacaraima



Procedimentos metodológicos

Para que o objetivo proposto seja atingido, esta pesquisa se baseou em informações bibliográficas, documental e descritivas. A base cartográfica é proveniente do levantamento realizado por meio de trabalho de campo, com o uso do GPS (*Global Positioning System*).

Após o georreferenciamento os dados foram trabalhados no software AutoCAD para correção, aferição e elaboração dos mapas. Posteriormente a validação das informações, representadas em croquis, se fez junto com os moradores mais antigos de Pacaraima.

Estruturação de Pacaraima (1971 – 1973)

O processo de surgimento de Pacaraima está relacionado com o período de militarização do Brasil (1964/1985), quando o Estado traça um plano estratégico visando a integração da Amazônia à economia nacional, por meio da instalação do Terceiro Pelotão Especial de Fronteira – PEF e da abertura do BR-174 (ROCHA e SILVA, 2011).

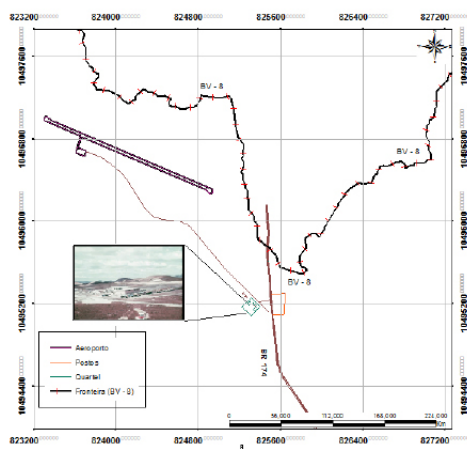
Embora a gênese da cidade esta diretamente ligada a instalação do PEF evidências apontadas por Varelo (2009) e Andrello (2010) estima que o processo de produção espacial é anterior a esse período, se deslocando por pelo menos duas décadas anteriores indicando um incremento de maior circulação de mercadorias na região onde se estabelece Pacaraima decorrentes de comercio relacionando as atividades de garimpo nos dois países.

As contribuições Andrello (2010) aponta que a atividade da pecuária na Fazenda São Marcos começou entrar em decadência deste de ano de 1934, período que segundo o autor a Fazenda estava completamente abandonada apontando as ruínas de suas instalações e equipamentos. Havendo nesse período um deslocamento econômico e logístico para a nascente atividade garimpeira que levaria posteriormente a criação das condições que favoreceriam a gênese da cidade de Pacaraima?

Batista e Veras (2011) apontam que a “gênese de Pacaraima-RR data do período colonial, quando se instala na região uma Fazenda Real, com o intuito de garantir a posse lusitana das terras localizadas ao norte do Vale do Rio Branco”. Entendendo esse momento como o início de uma ocupação baseado em uma “aldeamento” (FARAGE 1991, 1997 e SANTILLI 1997, 2001) das populações indígenas do local.

Sem estender e ou pretensamente esgotar o tema para efeito desse trabalho reforça-se aqui a concordância com Rocha e Silva (2012) e considera-se a atividade garimpeira como gatilho dessa gênese urbana que se materializa mediante a forte intervenção do governo federal na abertura da BR-174 e a construção do PEF e ainda a inauguração das obras dos postos da Telecomunicações de Roraima S/A (TELAIMA), Companhia de Água e Esgoto de Roraima (CER) e Companhia de Energia de Roraima (CAER) começa a surgir moradias em torno do marco divisor de fronteira conhecido como BV – 8, SILVA (2007), conforme Figura 2.

Figura 2: Estruturação Inicial de Pacaraima



Destaque para o Pelotão de Fronteira (1972)

Elaborado por: ÁVILA. L. S. e modificado por MIAZAKI, A. S., 2014

Transição de Vila para cidade (1983 – 1996)

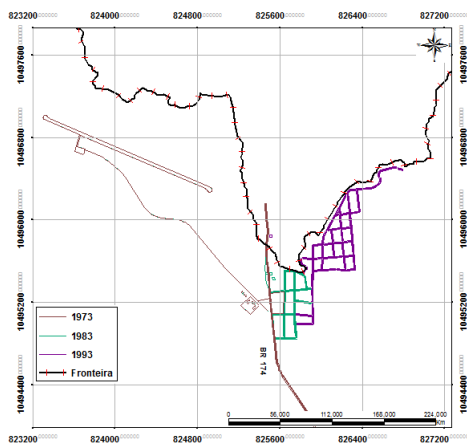
Este período evidencia a consolidação e desenvolvimento do povoado que se transformou em vila de Pacaraima com a distribuição de lotes, ampliação de ruas e estruturação do que se pode chamar da matizes espaciais (que ainda caracteriza a cidade como a Vila Velha e a Vila Nova).

Essa etapa é caracterizada pelo processo de estruturação espacial de Pacaraima e por sua institucionalização aos moldes do período político posto pelo Estado. Os administradores passam a representar o poder público, assumindo o papel de agente público produtor de espaço, atuando na produção e reprodução do espaço, e sua

atuação visa garantir os direitos aos assentamentos, que vem aumentando ao longo dos anos. O período também é marcado pela transição de uma área militar para uma área civil.

O mapa apresenta a evolução do espaço da cidade no período de 20 anos (1973 a 1993) onde é possível evidenciar a franca espacialização do tecido urbano com destaque para a evolução dos bairros Vila Velha em verde e Vila Nova em roxo (Fig. 3).

Figura 3: Expansão entre os anos de 1973 a 1993



Elaborado por: ÁVILA. L. S. e modificado por MIAZAKI, A. S., 2014

Pacaraima como cidade (1997 – 2013)

O Município de Pacaraima foi criado nos termos da Lei Complementar n.º 002/92, de 11.04.92, onde a Assembleia Legislativa aprovou e o Governador do Estado de Roraima sancionou a Lei n.º 096, de 17/10/1995, que criou o, situado na região de fronteira do Brasil e Venezuela. Com o ato a sede do Município passou a ser a Vila de BV-8 ou de Pacaraima, e a sua instalação ocorreu efetivamente no dia 01/01/97. Analistas e estudiosos apontam que a instalação da sede municipal constitui uma estratégia dos parlamentares roraimenses contra o processo de demarcação de terras indígenas. A ação é considerada uma tentativa de manutenção de não-índios nas áreas passíveis de demarcação e homologação.

A criação da sede do município nasce em meio a disputas históricas pelo domínio do uso da terra, onde indivíduos e instituições expressam suas intenções no

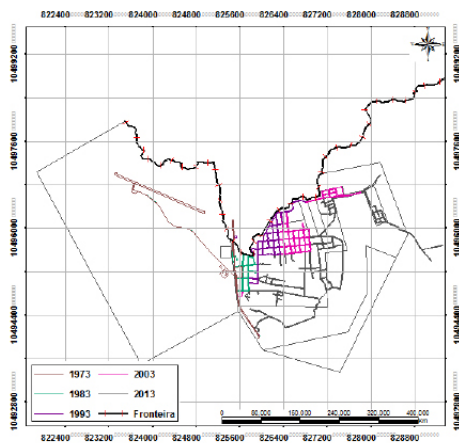
tocante a inserção territorial, transformando e (re)produzindo o espaço em que se insere Pacaraima.

Embora o município tenha sido legalmente criado em 1995 o processo de eleição ocorreu um ano depois com a posse do prefeito Hiperion de Oliveira Silva, que se reelegeu e permaneceu no cargo até 2004. O período seguinte (2005 a 2008) foi bastante conturbado com eleição de Paulo Cesar Justo Quartieiro, que permaneceu no cargo até fevereiro de 2007, quando foi cassado e o seu cargo foi ocupado por Francisco Roberto (Chico Roberto) que em março de 2008 foi destituído voltando a ocupar o cargo o Sr. Paulo Quartieiro. Em 2009 foi eleito o Sr. Altemir da Silva Campos que permanece cargo até o momento presente.

Com a criação da cidade, em termos legais, há um visível, porém insuficiente, incremento do aparelho urbano ampliando a oferta de serviços públicos como saneamento, educação e saúde por meio de sua infraestrutura, além do incremento das atividades de comércio, e turismo que, por sua vez, caracteriza uma prática social com grande impacto na produção do espaço da cidade. Em outras palavras, a institucionalização do município e a criação de uma burocracia caracteriza o momento marcado por novas ampliações dos espaços e melhoramento das estruturas já existentes.

A Figura 4 apresenta o incremento espacial da cidade com aberturas de ruas e o surgimento de novos bairros, como o Morro do Quiabo, o bairro Suapi e o Jardim Florestal. Fica evidente ao arco de ampliação de ruas e avenidas a pretensão de ampliação da cidade que além da crescente oferta de serviços ligado a atividade do turismo e o polo de cultura tem aumentado também a demanda por moradias de alto padrão dado as suas condições climática amenas em uma região marcada por temperaturas elevadas.

Figura 4: Distribuição espacial de Pacaraima - 2013



Elaborado por: ÁVILA, L. S. e modificado por MIAZAKI, A. S., 2014

Considerações finais

Esta dinâmica espacial ressalta o papel das forças de verticalidades horizontalidades na produção espacial da região, onde as forças exógenas exercem o poder e as forças endógenas demandam poder, movendo ações sociais e transformando o espaço convergindo essas ações em novas ações espaciais, em um processo contínuo produzindo a história.

O SIG permitiu, por meio da confecção de um Banco de Dados, a espacialização da ocupação urbana, e o mapeamento temático possibilitou a visualização da expansão da cidade de Pacaraima desde sua estruturação até os dias atuais. O estudo correlaciona o papel dos principais agentes promotores da produção espacial e o seu significado na expansão da trama urbana.

O estudo incentiva a construção de mapas da geografia histórica da cidade apontando suas formas, conteúdos e contextos. Considera-se ainda que análise da expansão urbana por meio de ferramentas de Geotecnologias abrem caminhos para diversos estudos de áreas correlatas ao urbana e as suas populações.

Outra aspectos do uso da ferramenta na análise da evolução espacial consiste em gerar produtos que possam colaborar com a gestão de políticas públicas e de planejamento considerando os contextos sociais (grupos populacionais, etc.) e físicos como o relevo, a vegetação, o clima, entre outros. Considera-se que a cidade de Pa-

caraima, como em outras cidades, avassala os problemas de ocupação irregular, onde a produção e a deposição de resíduos no perímetro peri-urbano exige uma intervenção estatal. Assim a utilização de Geotecnologia se torna um subsídio, tanto como material de base material, quanto para o planejamento de solução dessas questões.

Como sugestão para trabalhos futuros, a base construída em série histórica possibilita o desenvolvimento de estudos referentes a temas relevantes à cidade, como a ocorrência de endemia, comércio exterior e comércio formiga, turismo, economia e trocas cambiais, relações internacionais, segurança pública, saúde e meio ambiente, diplomacia e política de cooperação etc.

Agradecimentos

Luiz Mario Severo Ávila.

Referências bibliográficas

ANDRELLO, G. **Fazenda São Marcos: de próprio nacional a terra indígena** In: BARBOSA, R. I.; MELO, V. F. (Org.) Roraima: homem, ambiente e ecologia. Boa Vista, FEMACT, 2010

BATISTA, A.N., VERAS, A.T.R. (Re) **Pensando O Espaço Territorial de Pacaraima**. In: Pacaraima: Um Olhar Geográfico. VERAS, Antonio Tolrino de Rezende; SENHORAS, Eloi Martins (eds). Coleção Comunicação & Políticas Públicas.

CÂMARA, G.; DAVIS, C.; MONTEIRO, A. M. V. **Introdução à Ciência da Geoinformação**. São José dos Campos: INPE, 2001. p.344. Disponível em: <http://urlib.net/sid.inpe.br/sergio/2004/04.22.07.43>. Acessado em: 22/10/2014.

CORRÊA, R. L. **GLOBALIZAÇÃO E RESTRUTURAÇÃO DA RDE URBANA UMA NOTA SOBRE AS PEQUENAS CIDADES**. In Revista TERRITÓRIO, ano IV, nº 6, jan./jun. 1999 p.43 a 53

CUNHA, L. D.; BESERRA NETA, L. C.; TAVARES JUNIOR, S. S. **Ocupações irregulares em áreas de risco na sede do município de Pacaraima-RR**. Revista GeoNorte, v. 1, p. 890-901, 2012. Disponível em: http://www.revistageonorte.ufam.edu.br/attachments/009_OCUPA%C3%87%C3%95ES%20IRREGULARES%20EM%C3%81REAS%20DE%20RISCO%20NA%20SEDE%20DO%20MUNIC%C3%8DPIO%20DE%20PACARAIMA%20%E2%80%93%20RR.pdf. Acessado em: 23/10/2014.

FARAGE, N. **As muralhas dos sertões**: os povos indígenas no rio Branco e a colonização. São Paulo: ANPOCS, Paz e Terra, 1991

_____. **Os Wapishana nas fontes escritas**: histórico de um preconceito. In: BARBOSA, R. I.; FERREIRA, E. J. G.; CASTELLÓN, E. G. (Eds.) *Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima*. Manaus: Editora INPA, 1997.

GOMES, E. S.; VESTENA, L. R. **O uso de geotecnologias para a análise espaço-temporal da expansão urbana de Guarapuava-PR entre 1995 e 2011**. In: XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 2013, Foz do Iguaçu. *Anais do XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto*. São José dos Campos: INPE, 2013. Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/sbsr2013/files/p0499.pdf>. Acessado em: 23/10/2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=140045>. Acessado em: 16/09/2014.

MORAES, I.; DA CONCEIÇÃO, F. T.; CORRÊA, E. A. **Geotecnologias para caracterização da expansão urbana em área de nascente do Córrego do Wenzel-Rio Claro/SP-Brasil**. In: XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. *Anais ... - SBSR*, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 13 a 18 de abril de 2013, INPE. Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/sbsr2013/files/p0173.pdf>. Acessado em: 16/09/2014.

PANCHER, A. M. **Os reflexos dos avanços das geotecnologias no estudo da evolução da ocupação urbana**. *Revista GeoNorte*, v. 1, p. 1694-1706, 2012. Disponível em: [http://www.revistageonorte.ufam.edu.br/attachments/009_\(O%20USO%20DE%20GEO%20TECNOLOGIAS%20NA%20DETERMINA%C3%87%C3%83O%20DO%20PERCENTUAL%20DE%20C3%81REAS%20VERDES%20URBANAS%20NO%20MUNIC%C3%8DPIO%20DE%20AMERICANA-SP\).pdf](http://www.revistageonorte.ufam.edu.br/attachments/009_(O%20USO%20DE%20GEO%20TECNOLOGIAS%20NA%20DETERMINA%C3%87%C3%83O%20DO%20PERCENTUAL%20DE%20C3%81REAS%20VERDES%20URBANAS%20NO%20MUNIC%C3%8DPIO%20DE%20AMERICANA-SP).pdf). Acessado em: 23/10/2014.

ROCHA, V.B.; SILVA, P.R.S. **Pacaraima No Contexto Regional Fronteiriço – Brasil/Venezuela**. In: *Pacaraima: Um Olhar Geográfico*. VERAS, Antonio Tolrino de Rezende; SENHORAS, Eloi Martins (eds). *Coleção Comunicação & Políticas Públicas*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2011, vol. 1.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996, 308 p.

SEPLAN/RR – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima. **Informações Socioeconômicas do Município de Pacaraima – 2012**. p. 60. Disponível em: http://www.seplan.rr.gov.br/roraimaemnumeros/dados_municipios/Pacaraima.pdf. Acessado em: 25/10/2014.

SILVA, P. R. F. **Dinâmica Territorial Urbana em Roraima - Brasil**. Universidade de São Paulo, 2007. (Tese de Doutorado).

VALERO, M. M. **Redes Urbanas Transfronterizas**: Dos Escenarios Venezolanos /7-15. Aldea Mundo Revista sobre Fronteras e Integración Año 14, No. 27 / Enero - Junio 2009 (1) ISSN 1316 - 6727 / Depósito Legal 1996 - 02TA-3

OS IMPACTOS DO USO INDISCRINADO DE AGROTÓXICOS NA SAÚDE HUMANA: ESTUDO DE CASO NO BAIRRO OPERÁRIO – BOA VISTA - RR

Introdução

De acordo com Organização Mundial de Saúde, os países em desenvolvimento consomem 20% de todo agrotóxico produzido no mundo. No Brasil essa questão adquire dimensão de forte impacto no que diz respeito à Saúde Pública, uma vez que o país é atualmente o maior consumidor mundial de agrotóxicos, respondendo, na América Latina, por 86% dos produtos.

Segundo a Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), na Safra de 2010/2011, a venda de agrotóxicos no Brasil movimentou 936 mil toneladas, gastando 7,3 bilhões de dólares, fato que causa perplexidade e nos faz pensar que tipo de alimento estamos consumindo, questionamento esse que nos levou ao bairro Operário, localizado na área urbana de Boa Vista – RR. O bairro é composto em sua maioria por produtores de hortifrúteis e hortaliças, onde foi possível constatar o uso de diversos tipos de defensivos.

Os produtores do bairro Operário em sua maioria omitiam o uso de defensivos, pratica essa descoberta devido a existência de embalagens dos produtos que foram observadas em campo no período da aplicação dos questionários e ainda dos vestígios na plantação. Também foi testemunhado o uso e manuseio inadequado de defensivos, e sem nenhuma orientação técnica, conforme o que nos foi relatado, o que permite concluir que a comercialização destes produto não tem sido acompanhada pelos órgãos responsáveis. Ademais, notou-se que o prazo de carência recomendado pelo fabricante do defensivo não é respeitado.

Afortunadamente, também percebemos que uma pequena porcentagem dos produtores do bairro Operário não fazem uso de defensivos e buscam praticas alternativas como misturas preparadas de forma caseira para aplicação em suas pequenas

* Graduando Geografia/UFRR. E-mail: ribeiro1517@hotmail.com

** Graduando Geografia/UFRR. E-mail: olavio_douglas@hotmail.com

*** Professora Dep. Geografia LAGETAM/UFRR. Tel.: (95)98122-9414. E-mail: altiva.barbosa@ufr

produções. Isto nos deu um alento e a certeza de que com políticas corretas, acompanhamento e participação da sociedade neste debate, podemos mudar este quadro atual de séria gravidade à saúde da população.

Ademais tem se multiplicado em Boa Vista a comercialização de produtos ditos orgânicos, conforme o que se observa em algumas vendas, e na própria UFRR, através de um projeto voltado a comercialização dos produtores locais.

Desta maneira, o presente trabalho pretende contribuir para o conhecimento da sociedade local que é consumidora frequente da produção oriunda das hortas do bairro Operário, a respeito das práticas empregadas na produção de alimentos que estão diariamente em nossas mesas.

Metodologia

Sendo a Geografia uma ciência social preocupada com a inter-relação entre a Sociedade e a Natureza, esta pesquisa partiu de observações e entrevistas que levaram a um diagnóstico da situação a partir de dados concretos dos aspectos físicos da área em questão, e das especificidades da Geografia local no que diz respeito ao modo de produzir das famílias entrevistadas que de algum modo nos revela aspectos culturais, sociais, políticos da sociedade roraimense.

O estudo foi realizado nos meses de Setembro a Outubro de 2014 com os produtores do bairro Operário, sendo fruto de um trabalho para conclusão da disciplina “Geografia da Saúde”, neste semestre de 2014. E, o artigo resultante teve como objetivo aprofundar a pesquisa para dar conta da complexidade do fenômeno: “risco social à saúde da população em decorrência da utilização de agrotóxicos”, para ser apresentado no Evento Científico “Fronteiras Contemporâneas”, realizado em Boa Vista, ainda neste mesmo ano. As etapas para o desenvolvimento do trabalho foram:

1. Levantamento teórico

Os dados teóricos foram obtidos através de consultas em periódicos, livros, artigos, teses, *sites* acerca do tema, mapas ligados à temática aqui abordada e publicações oficiais de cunho Estadual, Federal e divulgadas por institutos de pesquisa referentes a esta área de estudo.

2. Validação dos dados e registros fotográficos

Os dados foram obtidos em visitas realizadas sem aviso prévio. Os entrevistados foram informados sobre o tema e os compromissos da pesquisa, sendo que o consentimento verbal dos entrevistados foi um requisito para a realização da pesquisa. O instrumento de coleta de dados empregado foi um questionário semi - estruturado com 30 (trinta) questões. A realização do trabalho de campo foi essencial para observação e validação dos dados obtidos na etapa anterior.

3. Análises dos dados e geração dos produtos

Nesta etapa os dados obtidos das entrevistas foram tabulados, relacionadas e analisadas de forma integrada para compor assim o produto final.

Resultado e discussões

O processo produtivo agrícola brasileiro esta cada vez mais dependente dos agrotóxicos e fertilizantes químicos. A lei dos agrotóxicos, de 1989, e o decreto que a regulamenta, de 2002, definem que essas substâncias são:

“Os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade é de alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos”. (ANDRADE, 1995:39)

Esta lei dispõe ainda sobre todo o processo relacionado a produção uso e consumo de agrotóxicos, abrangendo, segundo o mesmo autor, desde a pesquisa e a produção, até os aspectos relacionados à embalagem, rotulagem, transporte, armazenamento, comercialização e propaganda comercial. Tendo em vista a gravidade de um uso indevido a Lei também regulamenta a importação, o destino final das embalagens e dos resíduos, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização destes produtos.

Apesar da legislação brasileira ser considerada bastante avançada e abrangente, os casos de intoxicação em trabalhadores rurais são frequentes no país. Dados do Sistema Nacional de Toxicologia/SINITOX revelam que, em 1998, ocorreram 5.268

casos registrados de intoxicação por agrotóxicos agropecuários, sendo 1607 por motivo profissional. (SINITOX, 1998)

Para melhor esclarecer os impactos na saúde humana, sobretudo os riscos à saúde dos trabalhadores que lidam diretamente com estes produtos elaboramos a Figura abaixo.

Foi percebido através de estudos relacionado a este tema, que quanto mais baixo o nível de instrução dos trabalhadores que manuseiam produtos químicos, mas propensos são estes trabalhadores a sofrer com intoxicação.

Figura 1: Fluxograma do uso de agrotóxicos



Fonte: Equipe, 2014

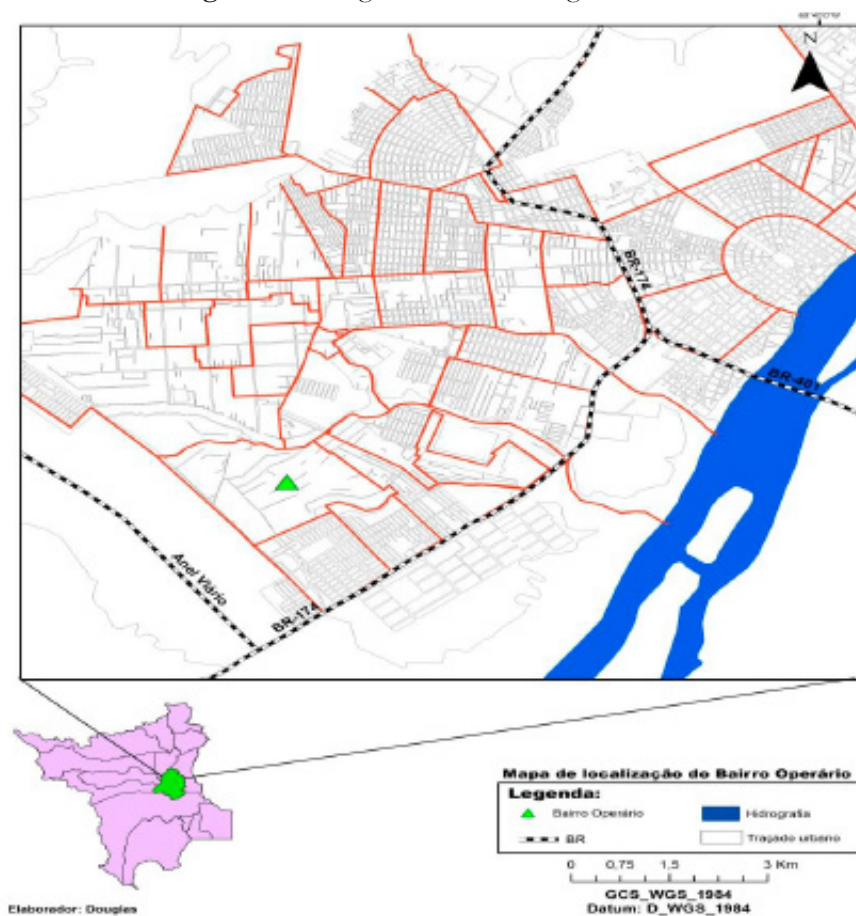
O esquema revela, portanto, o quão vulnerável está o trabalhador que lida diretamente com produtos agrotóxicos. Esta situação é mais grave em locais onde o Estado não se faz efetivamente presente para coibir o uso inadequado destas substâncias, como é o caso de Roraima, como veremos em seguida.

A produção agrícola no bairro Operário

O bairro Operário iniciou-se nos anos oitenta de uma pequena produção industrial ligada a granitos e madeiras, mas a dinâmica local acabou transformando este bairro no “celeiro agrícola de Boa Vista.

O bairro Operário está localizado na zona Oeste de Boa Vista – RR, a 14 km do centro da cidade, entre os bairros Senador Hélio Campos, Raiar do Sol e Nova Cidade. Os terrenos medem em média 5000m². A agricultura é a atividade econômica predominante no mesmo. Grande parte da população do bairro trabalha com a plantação e o cultivo de hortaliças, tais como: alface, couve, cebolinha, coentro, entre outras, que são vendidos nos mercados e feiras de Boa Vista. Pode-se afirmar que, o bairro Operário se constitui em um bairro cuja identificação é tanto com aspectos do espaço rural como urbano (figura 2).

Figura 2: Fluxograma do uso de agrotóxicos



Fonte: Equipe, 2014

Há atualmente uma identidade mista pelo fato deste bairro manter características específicas tanto do espaço rural como do espaço urbano. A agricultura urbana é entendida como aquela que se faz em pequenas áreas dentro de uma cidade, ou no seu entorno, e destinada a produção de cultivos para a utilização e consumo próprio ou para a venda em pequena escala em mercados locais. (ROESE, 2007).

O bairro Operário se caracteriza por ser um bairro tipicamente produtor de hortaliças, tanto em estufas como em espaços abertos. A produção de hortaliças representa 52,35% do total dos 170 imóveis de uso rural, ou seja, 89 dos imóveis produzem hortaliças no bairro.

As atividades rurais no bairro Operário podem ser desenvolvidas em espaços abertos ou em estufas, ou seja, espaços cobertos e fechados. A utilização das estufas para produzir hortaliças foi um projeto da prefeitura (Projeto Estufa) que teve como objetivo garantir a produção também no período de inverno.

A história de formação do bairro foi possível, prioritariamente, através da história oral e de informações obtidas junto ao programa Braços Abertos da Secretaria de Gestão Participativa e Cidadania (SEMGEP), da Prefeitura de Boa Vista e ao Instituto de Terras de Roraima (ITERAIMA).

A área onde se situa o bairro Operário era de propriedade da Diocese de Roraima adquirida pelo governo estadual em 1992. Era conhecida inicialmente como Campos Elizeus. Em 1994 o ITERAIMA iniciou a doação das chácaras as famílias que gostariam de desenvolver atividades agrícolas no local. Os moradores entrevistados informaram que as primeiras ocupações da área ocorreram nesse mesmo ano de 1994. Em 1997 a área foi completamente loteada pelo ITERAIMA, que junto com a Associação dos Moradores do Pintolândia, doou os lotes às famílias que estariam dispostas a morar e trabalhar no bairro.

O bairro Operário caracterizou-se como a região das chácaras e como zona rural da cidade de Boa Vista até o ano de 1999, quando a prefeitura em convênio com o exército realizou o novo mapeamento da cidade. A partir de então a área foi designada como bairro Operário e incorporada à zona urbana de Boa Vista. Depois de muitas negociações com os moradores a prefeitura voltou atrás e reincorporou a área do bairro Operário à zona rural da cidade.

No início da ocupação, os moradores organizavam-se para reivindicar benfeitorias através da Associação de Moradores do bairro Pintolândia. Por considerarem que suas reivindicações não estavam sendo atendidas, associaram-se em 1997 à Associação de Moradores do bairro Raiar do Sol. Entretanto, devido a característica da área, em 1999, os moradores organizaram-se e formalizaram a Associação dos Pro-

dutores do Bairro Operário, que tinham como finalidade a busca de financiamentos para ampliar a produção, infra estrutura do bairro, entre outros, a fim de atender as necessidades dos produtores.

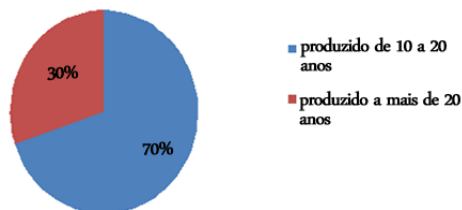
Uma de suas conquistas foi o financiamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FN.O para que os mesmos pudessem ampliar suas atividades comprando equipamentos especializados de acordo com o tipo de atividade desenvolvido nas chácaras.

O uso de agrotóxicos no Bairro Operário

No mês de outubro de 2014 aplicamos um total de 30 (trinta) questionários no bairro Operário. Este bairro, que podemos dizer é o verdadeiro cinturão verde de Boa Vista abastecendo quase 100% do consumo de verduras no município.

A maioria dos produtores, ou seja 80%, produzem em larga escala e com uso de tecnologias eficazes para a produção de hortaliças. Os demais produtores produzem em micro e pequena escala. Nas propriedades consultadas foi possível constatar que uma parcela, cerca de 30% está produzindo no local de 10 a 20 anos, e a grande maioria já estava produzindo antes mesmo da fundação do bairro operário totalizando 70% dos entrevistados, conforme gráfico elaborado pelos autores desta pesquisa. (Gráfico 1).

Gráfico 1: Tempo de produção



Fonte: Equipe, 2014

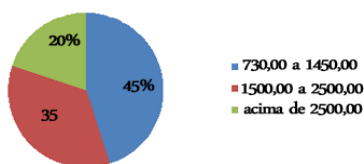
Quanto ao tipo de produção, é predominante o plantio de hortaliças em todas as propriedades visitadas.

Quanto à renda oriunda da produção e comercialização de hortaliças nas propriedades visitadas, observou-se que a mesma foi omitida pelos entrevistados, pois os mesmos informaram valores que não condizem com a produção e a estrutura montada no local. Os valores repassados mostram que apenas 20% dos produtores

entrevistados ganham acima de 2500,00 reais, 35% desses produtores ganham de 1500,00 a 2500,00 reais, e 45% recebem de 730,00 a 1450,00 reais, conforme gráfico elaborado pelos autores desta pesquisa (Gráfico 2).

Neste sentido as estruturas que foram vistas em campo, como: estufas, bombas, sistemas de irrigação por aspersão e gotejamento não correspondem a um rendimento tão pequeno como o demonstrado na pesquisa. Como resposta os produtores afirmaram que as mesmas foram obtidas com recursos próprios.

Gráfico 2: Renda
Renda mensal



Fonte: Equipe, 2014

Outra grande dificuldade que foi percebida pela equipe na área de estudo foi o fato da maioria dos produtores omitirem o uso de defensivos, embora a equipe tenha constatado que em diversas propriedades o uso desses defensivos é constante. Em varias ocasiões os entrevistados não foram receptivos com a equipe, que era confundida com fiscais do meio ambiente, tendo em vista a maioria dos entrevistados já terem sido multados, fato este que gerou receio em comentarem a respeito do uso de defensivos na produção. As fotos que obtivemos dão idéia da situação encontrada. (Figura 3).

Figura 3: A - Agrotóxico tarja vermelha (extremamente tóxico), B - Detalhe de equipamento com resíduos de agrotóxicos, C - Local impróprio para armazenamento de equipamento utilizado para aplicação de agrotóxicos próximo a geladeira onde é guardada os alimentos da família



Fonte: Equipe, 2014

O uso de defensivos era constatado devido à visualização das embalagens que encontravam-se armazenadas em locais impróprios e ao alcance de pessoas não habilitadas e animais domésticos. Além disso, encontravam-se misturadas com vários produtos como sementes e roupas de uso pessoal; perto da mesa onde os trabalhadores fazem suas refeições e próximas as áreas onde era feito o manuseio e o preparo para comercialização (Figura 4).

Figura 4: A - Produtos químicos exposto, B - Produtos químicos armazenados junto com sementes, C - Produtos químicos próximo a mesa de refeição



Fonte: Equipe, 2014

Mesmo com a persistência dos produtores em negarem o uso de defensivos é possível afirmar com base nos questionários que 60% dos entrevistados usam defensivos somente para controle e os 40 % restantes omitem o uso, apesar de ser obvio que estas propriedades fazem uso constante de defensivos (Gráfico 3).

Gráfico 3: Se faz uso de defensivo

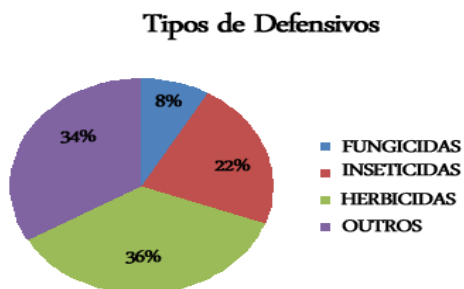


Fonte: Equipe, 2014

Foi visto pela equipe que nas hortas visitadas a grande maioria faz uso constante de herbicidas para controle de ervas daninhas tanto de folhas largas quanto de folhas finas. Esta é uma prática comum entre os produtores, pois diminuem os custos de produção.

O uso de inseticidas também é constante nas propriedades devido a grande incidência de pragas que acomete este tipo de lavoura. Ataques de pragas como pulgão, formigas, lagartas, cochonilha são quase que constante, o que faz necessária a aplicação destes produtos em hortas de maiores dimensões. Mas, o que se observou é que a maioria das hortas que fazem uso desse artifício acabam por desprezar o período de carência recomendado pelo fabricante (Gráfico 4).

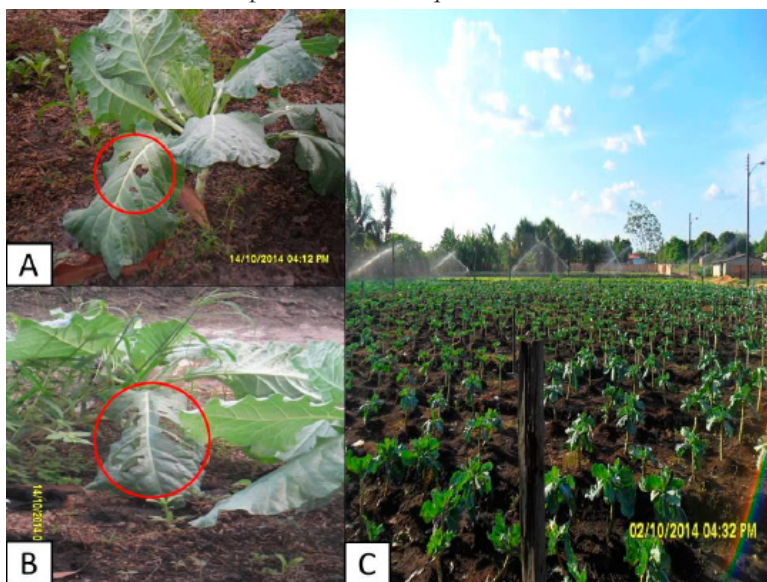
Gráfico 1: Tipos de defensivos



Fonte: Equipe, 2014

Um exemplo foi observado pela equipe em uma propriedade onde o plantio de couve é feito em grande escala, utilizando-se controle químico. A colheita é realizada duas vezes por semana não respeitando a carência do produto químico utilizado, como se observa a seguir (figura 5).

Figura 5: A - Ação de insetos em pés de couve, B - Ação intensificada de insetos em pés de couve, C - Produção de couve em grandes quantidades onde a falta de pragas demonstra o uso de agrotóxicos, já que em propriedades próximas apresentavam, plantas com ataques de insetos



Fonte: Equipe, 2014

Outro fato testemunhado pela equipe e que causou espanto é que todos os defensivos observados nas hortas eram de tarja vermelha (extremamente tóxicos) o que requer treinamento em seu manuseio e o uso de EPI (Equipamento de Proteção Individual) e em nenhuma horta este equipamento foi encontrado.

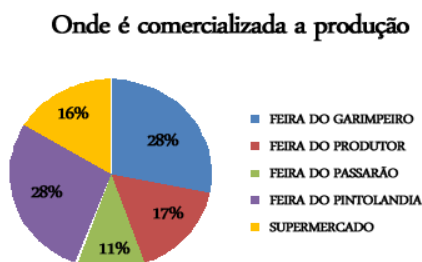
Em relação ao fator de risco EPI, fica notória a necessidade do uso desses equipamentos conforme determina a lei. Por outro lado, quando são utilizados, não está implícito que esses equipamentos são adequados para a atividade fim e as condições climáticas que variam de região para região. Conforme revelam alguns agricultores, eles não são usados por serem desconfortáveis, dificultarem a locomoção e provocarem calor excessivo (SOARES, FREITAS, COUTINHO, 2005).

Das propriedades visitadas apenas duas fazem uso exclusivo de defensivos alternativos (fumo curtido, chorume) para controle tanto de pragas como doenças. E, o controle de ervas daninhas é feito na capina.

Nas pequenas propriedades, todo o processo que envolve desde o cultivo até a comercialização é realizado com mão de obra familiar. São hortas com pequena produção e grande variedade para abastecer o consumo familiar e a venda de seu excedente.

Os locais de comercialização e de maior fluxo de venda das hortaliças produzidas no bairro Operário são as duas principais feiras livres que ocorrem aos finais de semanas, ou seja: a Feira do Garimpeiro que ocorre aos domingos, e a Feira do Pintolândia que ocorre aos sábados. Apesar de serem feiras populares e localizarem-se na zona oeste da cidade, atendem aos diversos segmentos sociais de consumidores. Observam-se nestas feiras pessoas de todas as classes sociais e de todos os bairros de Boa Vista (Gráfico 5).

Gráfico 5: Comercialização da produção



Fonte: Equipe, 2014

Os produtores ao não cumprirem o período de carência que é estipulado por cada fabricante de defensivos agrícolas acabam por comercializar produtos que tem resquícios químicos, e que ao longo do tempo comprometem a saúde das pessoas. Neste sentido a responsabilidade pelo cuidado com os alimentos acaba sendo repassada aos consumidores. Se estas não adotarem medidas profiláticas que visem amenizar ou reduzir esta concentração de produtos químicos nas hortaliças terão suas saúdes comprometidas.

Se agrotóxicos são usados, deveriam ser feitos esforços para assegurar a redução do uso, e ao mesmo tempo garantir a utilização de produtos menos tóxicos; assegurar que os trabalhadores utilizem itens fundamentais de segurança ao manusear os produtos; observar o período de carência, dentre outros. O aplicador de agrotóxicos deve também estar informado sobre novas mudanças e desenvolvimento de práticas alternativas no gerenciamento de pragas (LYZNICKI *et al.*, 1997).

A dificuldade em controlar os efeitos provocados pelo uso de agrotóxicos em alimentos está no fato de que esta é uma contaminação invisível. “É praticamente impossível para o consumidor reconhecer um produto que recebeu a pulverização de produtos não permitidos ou além do limite autorizado, por isso é tão importante termos um programa que faça esse controle, conforme o que recomenda o gerente de Avaliação de Riscos da Anvisa (Ricardo Velloso *apud* SOARES, FREITAS, COUTINHO, 2005).

Outro ponto que chamou nossa atenção durante o trabalho de campo foi a total ausência de assistência técnica em todos os locais visitados. Os produtores informaram-nos que não recebiam orientações técnicas, e que a mais de três anos não recebiam a visita de nenhum técnico ou agrônomo das assistências técnicas oficiais: Secretaria Estadual de Agricultura e Secretaria Municipal de Agricultura. E, sequer da assistência técnica particular que é oferecida por empresas que fazem financiamentos agrícolas, como a Êxodo e a Evolução, que atuam em Roraima.

Considerações finais

Pensar em segurança e cidadania envolve um amplo espectro de fenômenos que nos afetam diariamente, e este trabalho teve como resultado principal mostrar que os agrotóxicos podem afetar a saúde humana de três maneiras: durante sua fabricação, no momento da aplicação e ao consumir um produto contaminado.

Considerando o que foi exposto neste artigo, foi possível constatar que alguns produtores do bairro Operário abrem mão de vários recursos e práticas que são essenciais para a segurança tanto na hora da produção quanto na hora do consumo. O uso de agrotóxicos entre estes produtores é o caminho mais rápido e fácil de conseguir uma produção em grande escala, neste sentido, o interesse econômico faz com que alguns produtores atuem inescrupulosamente. Esses interesses não levam em conta a qualidade em termos de saúde, apenas o lucro que é gerado com a produção.

Quando se fala em substituir o uso de agrotóxicos por alternativas mais naturais e ecológicas os interesses econômicos também estão à frente, acredita-se que o uso de alternativas para diminuir o uso dos agrotóxicos é algo que precisa realmente ser colocado em prática, principalmente através do incentivo à agricultura orgânica, que é um processo que envolve uma nova cultura de produção e de consumo, poderíamos também falar de valores concernentes a vida urbana, pautada na rapidez; praticidade e preço mais acessível ao cidadão.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Manuel Jorge F. V. **Economia do meio ambiente e regulação**: análise da legislação brasileira sobre agrotóxicos. Rio de Janeiro: FGV/EPGE, 1995. 101p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Escola de Pós-Graduação em Economia, Fundação Getúlio Vargas.

LYZNICKI, M. S. et al. **Educational and Information Strategies to Reduce Pesticide Risks**. Preventive Medicine, Chicago, n. 26, 1997. p.191-200.

PORTELA, Valdinei Fortunato. VILHENA JÚNIOR, Waldemar Moura. **Agricultura Familiar no Centro Urbano**: A Experiência do Bairro Operário Em Boa Vista-Roraima. Disponível em: cidades.ibge.gov.br/ Acesso em 09 out.2014.

ROESE, Alexandre Dinnys. **Agricultura urbana**. Disponível em:< www.cpad.embrapa.br/publicacoes >. Acesso em 09 out. 2014.

SINTOX/MS/FIOCRUZ (Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas). **Estatística anual de casos de intoxicação e envenenamento**. Rio de Janeiro, Brasil: 73p. 1998.

SOARES, Wagner Lopes.; FREITAS, Elpídio Antônio Venturine de.; COUTINHO, José Aldo Gonçalves. **Trabalho rural e saúde**: intoxicações por agrotóxicos no município de Teresópolis – RJ. Rev. Econ. Sociol. Rural vol.43 no.4 Brasília Oct. / Dec. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032005000400004> Acesso em 09 out. 2014.

RELAÇÕES SOCIAIS E MECANISMOS DE CONFLITO NA PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DE MONTE CRISTO: UMA PESQUISA 10 ANOS DEPOIS

Apresentação

Trata de uma pesquisa sobre relações sociais e mecanismos de conflito na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo em Boa Vista – RR, numa abordagem qualitativa, através de pesquisa de campo apoiada em pesquisa bibliográfica e documental, realizada durante o segundo semestre do ano de 2003, e defendida em formato de monografia no início do segundo semestre de 2004.

Objetivou identificar as deficiências institucionais como também descrever os elementos e sua função dentro do Sistema Penitenciário, mais especificamente, na realidade da Instituição em estudo, para revelar como essas relações se manifestam, a formação da identidade do detento e impacto dos programas reintegração do sentenciado.

Para a coleta, interpretação e análise dos dados, elegemos a abordagem dialética buscando reconhecer o processo histórico deste grupo social, as relações sociais, suas transformações, códigos formais e informais, que compõem e caracterizam o sistema no interior da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo - PAMC.

As situações de conflitos propiciam tomada de postura e criação de dinâmicas entre os apenados bem como dos funcionários, colaboradores e visitantes. Nossa ideia foi fazer uma etnografia: 1^a) Frequentar as dependências da PAMC conversando, fotografando, vivenciando as relações internas; 2^a) Uso da história oral de vida e da história oral temática com sujeitos não apenados que conhecem a realidade prisional, como eram feitas as prisões e como eram as cadeias na época de Território Federal de Roraima, a partir da visão de moradores antigos de Boa Vista, e também na reconstrução da história de presidiários e agentes voluntários da igreja evangélica; 3^a) dados estatísticos oficiais para entendermos a vida da cidade no que tange ao crescimento populacional e concomitante, o da violência urbana; 4^a) Amostra reali-

* Universidade Federal do Amazonas. E-mail: jonildoviana@yahoo.com.br

zada com oito detentos entre homens e mulheres em um universo de 259 (duzentos e cinqüenta e nove) detentos e detentas, onde traçamos algumas categorias analíticas que vislumbravam desde as perspectivas de futuro e o processo de “recuperação” do indivíduo preso; buscando elementos para construir uma visão sobre a instituição e os sujeitos estudados.

O trabalho nos mostrou que os comportamentos e condutas são construídos e reconstruídos pelos presos dentro do seu espaço de relações, tais construções são produtos das relações de poder que os presos mantêm entre si. Portanto, a PAMC não é um universo estático, e embasado em dados coletados através de pesquisa de campo, e interpretados à luz de recursos teóricos, fonte escritas como jornais, revistas e livros procuraremos mostra esse universo.

No primeiro capítulo levantamos a história sobre a origem da instituição prisão, a pena e suas características, o Sistema Penitenciário Brasileiro – da colônia aos dias atuais, regimes penais no Brasil, o Sistema Penitenciário em números no Brasil e em Roraima, a fim de entender a formação de atitudes e práticas de aprisionamento e “ressocialização” de indivíduos que cometeram infração penal, segundo suas peculiaridades e contextos.

No segundo capítulo discutimos sobre a formação da identidade do indivíduo preso e suas relações sociais como a ética, sexualidade, comunicação e fé. Neste momento fizemos observação espacial na PAMC, tendo em seguida, desenvolvido entrevistas a abertas semi – estruturadas com uso de gravador, sendo que em um primeiro momento, introduzido pela administração da Penitenciária e, em segundo momento, pelos próprios detentos. Essas entrevistas se deram em várias visitas paulatinas, conversando, compartilhando uns poucos momentos junto aos presos, onde se conheceu o modo de vida dos internos, suas relações, seus sentimentos e aspirações, o grande desafio nesse momento foi o de conquistar a simpatia e a confiança dos entrevistados.

No capítulo terceiro, debatemos as perspectivas postas sobre o sistema penitenciário, a ação do pesquisador em Ciências Sociais diante da problemática e as dinâmicas da pesquisa em si, sua importância na nossa formação acadêmica.

Por fim, nas considerações finais, refletimos sobre os aspectos levantados e expressos nos capítulos anteriores, imprimindo reflexão sobre os conteúdos e aos procedimentos adotados, sempre à luz das leituras efetuadas, e um julgamento pessoal, o que não poderia deixar de fazer, na condição de ser um pretense cientista social.

Gostaríamos de ter aprofundado ainda mais o trabalho, por se tratar de um tema intrigante e vasto, mas encontramos muitas barreiras pelo caminho como recusa de

nossa entrada à PAMC, a demora em liberar dados oficiais, a conquista da confiança dos detentos, o transporte até a instituição e a falta de recursos financeiros. Mas, pensamos que o pesquisador deve ser ousado e criativo o suficiente para buscar a superação das barreiras comum à pesquisa social.

As informações e os dados revelam sonhos, realidades, crenças, utopias, alegrias e tristezas do grupo dos presos que compõe a PAMC, a pesquisa pode e deve ser continuada a fim de, quem sabe, a academia contribua com os debates sobre violência em todos seus formatos e contextos, melhoria do atendimento dos serviços penitenciários na capital e Estado de Roraima e outras problemáticas ligadas ao tema.

Introdução

Para o senso comum, Presídio e Penitenciária em princípio parecem ser a mesma coisa, na verdade são dois estabelecimentos penais diferentes onde o Estado confina membros dela que usurparam a liberdade que se estabelece na lei de cada país, pelo fato legal devem se submeter às penalidades estabelecidas para seus atos.

Para tanto, forma criados os estabelecimentos para cumprimento da pena como: Presídios, Penitenciárias e também Cadeias Públicas cada uma com uma função distinta – objetivos, funções, normas, estruturas e sistemas ou regimes prisionais, mas que no final cumprem o mesmo papel, que é cercearem os indivíduos que ameaçam a sociedade estabelecida e enfrentam as leis estabelecidas pelo Estado. As prisões tradicionalmente conhecidas têm servido para deter aqueles que de certa maneira representam perigo ao Estado, à sociedade e sua harmonia, escondendo assim o produto de uma política elitista.

As lutas políticas que marcaram as conquistas sociais, do Brasil Colônia à época do Regime Militar aos tempos de democracia, têm mostrado que o Estado brasileiro se preocupava em pôr seus líderes nas prisões, a fim de manter os poderes e domínios de quem comanda, dentro de uma nova dinâmica, os personagens são outros e suas características também.

Notamos que a preocupação do Estado é tirar de circulação social aqueles de certa forma ferem o bem-estar da sociedade causando transtornos de ordem legal, bem como por desorganizar as instituições marginais que não se adéqüem às leis do Estado e às regras de conduta, sem apresentar uma resposta clara de socialização e recuperação plena quando esse se torna um apenado.

Em Roraima, os noticiários veiculam constantemente, casos de condutas criminosas como tráfico de drogas, aliciamento de menores, estupro, homicídios, la-

trocínios, furtos, estelionatos, descaminhos que ocasionam o aprisionamento e as constantes fugas na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, situada na BR – 174, distrito agrícola de Monte Cristo em Boa Vista capital do Estado de Roraima.

A instituição da prisão e da pena

A prisão física do indivíduo é uma forma de privação de liberdade que se dá em concomitância a uma função técnica de correção, ou seja, o julgamento, ela se inicia como uma detenção legal, feita por órgão encarregada de suplemento corretivo – polícia, esse processo acontece quando o Estado assume seu papel de julgador da ordem, das leis, dos bons costumes e da moral dentro de suas perspectivas ideológicas, os estabelecimentos prisionais assumem a função de empresa modificadora de indivíduos, que a privação de liberdade permite fazer funcionar no sistema legal.

Nas penitenciárias observa-se que existe no aspecto da pena uma forma, salário de pagamento como diz Foucault (1987), e permite que ela pareça uma reparação, retirando o tempo cronológico do condenado e o direcionando-o no sentido dele reproduzir algo (aspecto abstrato) ou bens (material, concreto – trabalho) traduzindo assim ressarcimento do dano causado ao Estado, a sociedade e ao indivíduo lesado, ou seja, retorno econômico-moral de penalidade que contabiliza os castigos em dias, em meses, em anos e estabelece equivalências quantitativas do delito-duração estabelecendo a aplicação de técnicas para docilizar e adestrar o corpo do presidiário.

Foucault, cita ainda que a prisão do indivíduo e os estabelecimentos penais como aparelho repressor do Estado tem as seguintes funções,

A prisão deve ser um aparelho disciplinar exaustivo. Em vários sentidos: deve tomar a seu cargo todos os aspectos do indivíduo, seu treinamento físico, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral, suas disposições; a prisão, muito mais que a escola, a oficina ou o exercito, que implicam sempre uma certa especialização, é “onidisciplinar”, ou seja disciplina total, globalizante. Não se interrompe, a não ser depois de terminada totalmente sua tarefa; sua ação sobre o indivíduo deve ser ininterrupta: disciplina incessante, ela tem um poder total sobre os presos; tem seus mecanismos internos de repressão e de castigo: disciplina despótica. Ela te que ser uma maquinaria mais potente para impor uma nova forma ao indivíduo pervertido; seu modo de ação é a coação de uma educação total (1987, p.198).

A prisão é um ato efeito de prender algo ou alguém com um determinado objetivo e pode ser feito em instituições ou em situações, podendo ser feita por pessoas comuns e/ou autoridades constituídas. A base de justificação e instituição da prisão, segundo Foucault,

Constitui-se fora do aparelho jurídico, quando se elaboram, por todo o corpo social, os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar de o Maximo de tempo, e de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo numa visibilidade sem lacuna, formar em torno dele em aparelho completo de observação, registro e notações, constituir sobre eles um saber que se acumula e se centraliza (1987, p.207).

É nessa ótica de cunho dogmático, que se embriona a instituição prisional, que tem como objetivos, tornar os presos “dóceis e úteis, através de um trabalho sobre o corpo”. Essa prisão com caráter coercitivo nasce na idade das trevas medieval e absorvia o imaginário coletivo de cada época e localidade geográfica no sentido de fazer justiça e em defesa da moral, conforme mostra Pinto (2002), não se conhecia a privação de liberdade ligada à sanção judicial, quando havia o encarceramento, não representava a pena em si, representava o aguardo do julgamento e a execução.

A pena física se caracterizava em amputação dos membros, sua exposição ou cremação pública, força, roda arena e guilhotina, endossamos citando que, “mãos decepadas, purificações em fogueiras, mortes públicas e castigos exemplares, espetáculos todos encenados com uma finalidade educativa e intimidativa” (ODALLIA, 1991, p.16). Essa era a função da prisão na Grécia e na Roma na Idade Média, “loucos, mulheres, velhos e crianças esperavam espremidos entre si em terríveis calabouços dos palácios e fortalezas daqueles que detinham o poder, aguardando, pela súplice e pela morte” (SOUZA; CHAVES, 1992, p.20).

A espera, ou seja, a custódia¹, tinha conotação política quando o

poder simbólico ideológico como contribuição específica da violência simbólica (ortodoxia) para a violência política (dominação). O poder simbólico constitui pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo, graças ao efeito específico da mobilização, só exercendo quando é reconhecido (BOURDIEU, 2002, p. 14).

A prisão instituída funcionava como elemento do aparelho de Estado recolhiam-se os mendigos, vagabundos, prostitutas, hereges e delinquentes, as ditas classes perigosas que constituíam uma grave ameaça social, ser pobre era ser marginal, Sampaio Pinto (2002) completa “a grande transformação só veio com a Revolução Francesa, com seus ideais de “liberdade, igualdade e fraternidade”, deixando para trás as idéias do feudalismo.

Com o intuito de melhorar as condições institucionais, de dar ao preso a proposta inicial de reformá-lo, como um homem de bem, reto e detentor da moral,

¹ Momento em que o delituoso é guardado de forma segura até sair a sentença.

adotou-se em alguns países modelos de sistemas penitenciários *sui generis*, cada um dentro de seu espaço sócio-culturais e políticos.

Breve panorama do sistema penitenciário brasileiro

As sociedades das ditas culturas simples ao contrário do que se pensavam os colonizadores, submetia os nativos a regras precisas e estáveis, como era o caso dos Tupinambá. A relação do homem com a natureza e as relações dos homens entre si constituem parte da estrutura social organizada, e a prisão tinha função não punitiva como mostra, Fernandes,

o aprisionamento de certos inimigos constituía objetos de atividades grupais; noutra, tratava-se da atribuição de status na comunidade ao inimigo capturado, e assim por diante ... quaisquer distúrbios, provenientes do meio natural circundante ou ambiente humano, repercutiam profundamente no sistema total de relações sociais (1989, p. 108).

Com a transportação de leis e costumes que a sociedade colonial trazia consigo, juntamente com outros elementos da vida social e politicamente organizada, é que se apóiam a ordenação econômica, política e jurídica dos colonizadores, que aqui formaram seus núcleos etnocêntricos para dar início a história de dominação cultural. E, as práticas punitivas das tribos que habitavam a colônia em nada influenciaram a legislação penal do Brasil Colônia, sendo posto dentro de um modelo que rompe o curso natural de seu desenvolvimento autônomo, como esclarece Bruno acerca da generalização da pena para índios e não-índios,

[...] a pena de morte era, por assim dizer, punição normal dos crimes. Era a pena dos hereges, dos moedeiros, dos pederastas, do infiel que dorme com cristã ou do cristão que dorme com infiel, dos que tem relações sexuais com parentes ou afins, do estupro, da bigamia, do adultério, do alcoviteiro de mulheres casadas [...] (BRUNO, 1967, p. 174).

No berço da história da colonização foram introduzidas as ordenações portuguesas: Alfonsinas, Manuelinas e Filipinas, desde então começaram a reger o Brasil, o autor supracitado argumenta que “dentro dela foi que desenvolveu mesmo aquela legislação própria da colônia, emanada da metrópole para aqui reger, ou aqui mesmo elaborada pelos poderes públicos...” (1967, p. 171).

Já no período de colonização holandesa, como era natural dos colonizadores, tinham que criar códigos de postura para manter a dominação ajustando os dominados, essa colonização buscava corrigir os abusos e arbítrios dos dirigentes coloniais anteriores, prevalecendo-se de um parêntese no curso da vigência das leis portu-

guesas no Brasil, foi aberto para uma vasta região do Nordeste, onde os holandeses depois foram combatidos por fortes tendências nacionalistas, principalmente, principalmente no Estado de Pernambuco, retornando o Brasil de um modo geral ser regido pelas ordenações de Portugal.

Desde o século XVII, o cárcere no Brasil tinha finalidade “assegurar” que os suspeitos de um delito, estivessem sempre à disposição de seus juizes ou que o condenado estivesse guardado até a execução de sua pena. O Brasil do século XVII e XIX, precisamente em sua fase imperial, passou a adotar um sistema carcerário que ficou marcado pela insegurança física e psicológica que se configurava pelo terror que perpassavam o interior das prisões ou pela custódia, deparava-se com tortura, humilhações e repressões, as quais eram aplicadas de forma destituída de qualquer lei que regulasse (SOUZA; CHAVES, 1997, p. 30).

Mediante a essa situação, foi sendo apresentada a necessidade de se elaborar um código criminal, onde a justiça e a igualdade deveriam prevalecer. Em dezembro de 1830, foi promulgado o Código Criminal do Império, o que decretou os direitos de “igualdade e justiça” dos infratores (*op. cit.*, 1997, p. 178).

Dois motivos contribuíram para a criação do novo Código no qual substituiria as velhas ordenações: 1º - a situação da vida política autônoma da nação, que exigia legislação própria, reclamada pelo orgulho nacionalista e as tristes lembranças do antigo domínio; 2º - as ideias liberais e as novas doutrinas do direito, do mesmo modo que as condições sociais do tempo, bem diferentes que as ordenações destinadas a reger (BRUNO, 1967, p. 178).

O Sistema Penitenciário Brasileiro surge de fato, com a criação da Casa de Correção do Império em 1850, tinha finalidade de conter os ânimos revolucionários das classes trabalhadoras, que reivindicavam as garantias de sobrevivência, que vinha sofrendo reflexo da política econômica exploradora, que deteriorava as condições de vida dos trabalhadores emergentes dado o clima que se instalou na sociedade daquela época. Segundo Dott Contribui também para o surgimento do Sistema Penitenciário,

A contribuição política do Brasil, em 25 de março de 1824, já marcava a integração dos direitos civis e políticos, assim como declarava as garantias a liberdade e da segurança individual, que recomendava a elaboração de um código criminal fundado nas sólidas bases da justiça e igualdade (1984, p. 22).

No Brasil Imperial, o sistema adotado foi o progressivo Irlandês que tinha como características a valorização dos direitos humanos, a preparação o livramento condicional, à vida livre e ao trabalho. No final do século XIX e início do século XX, ainda na primeira república, época de profundas transformações no país, tais como a abolição da escravidão, a proclamação da república, o fluxo das correntes migratórias e a expansão do capitalismo mudanças nas áreas sociais levaram os juristas a discutir a questão carcerária.

Alterações no sistema eram permitidas e em 1890, graças aos movimentos de reforma foi criado um novo código, ajustando a novas condições práticas e científicas, Foucault endossa argumentando que foi uma grande inovação, “enquanto o modelo penitenciário e conversões de prisões simples, com o aumento da sexta parte de tempo, fora adotado um sistema misto, o de Filadélfia e Auburn, modificados pelo método irlandês” (1997, p. 68).

A sociedade brasileira a caminho da industrialização e urbanização evoluía-se sustentada no seio de micro poderes, passando também a ser conhecida como “sociedade disciplinar” respirando os resquícios do mais puro conservadorismo, a prisão em meio a essa sociedade quase industrializada e pelo aumento da mão - de - obra necessária às fábricas, passou a ter por preocupação transformar as pessoas ociosas em população trabalhadora, por meio do poder coercitivo e processos de tratamento, os indivíduos ociosos deveriam ser transformados em socialmente úteis, (SOUZA; CHAVES, 1997, p. 32).

Na Segunda República, persistiam as discussões sobre o sistema prisional, com a objetivo de sanar os problemas existentes, no 26 de maio de 1936 foi apresentado à Câmara dos Deputados um anteprojeto do Código Penitenciário Brasileiro, a derrota na implementação do Código Penitenciário não impediu que novas discussões resultassem na elaboração e aprovação no dia 07 de dezembro de 1940, do Decreto-Lei nº 2.484, que instituiu o Código Penal Brasileiro². O Código consubstancialmente trazia como penas fundamentais a Reclusão e a Detenção.

Em 1960, o Código Penal foi revisto, momento em que foram incorporadas as medidas em benefício do sentenciado sob pena privada de liberdade, ocorreram, avanços significativos no sistema.

O sentenciado foi submetido a uma ação educativa individual através da execução penal: foi permitido a conversão de reclusão em detenção ao réu primário de bons antecedentes condenado à pena superior a dois nos; foram criados estabelecimentos do tipo industrial,

² O Código Penal de 1940 é formado por duas partes: uma geral e outra especial. A Lei de Execução Penal 7.210/84 alterou toda sua parte geral.

agrícola e misto; previsto o regime de semi-liberdade e credibilidade par o condenado à pena superior a seis anos, com ausência de periculosidade, a ser executado em estabelecimento penal aberto; foi admitida a substituição da pena de detenção não superior a seis anos por pena de multa, conforme requisitos estabelecidos em lei; e foi permitido o livramento condicional ao sentenciado, por tempo igual a dois anos (DOTT,1984, p. 24).

Mais tarde em outro contexto o Brasil enfrentou grande e forte resistência popular e de categorias organizadas, nem sempre públicas, ao regime político repressivo ditatorial militar que vivenciou entre 1964 à 1985, contexto político do país repercutiu, sobremaneira, no sistema Penitenciário, cuja população carcerária teve um aumento demasiado com os AP's (Atos Institucionais) que davam autonomia ao Estado deter quem representava ameaça, agora não eram somente presos e condenados por crimes comuns, ou seja, aqueles que cometiam atos delitivos, mas qualquer uma que se revoltasse ou se rebelasse contra o regime, principalmente operários, professores e estudantes universitários, caracterizando-se assim um criminoso político.

Nas décadas de 1970 e 1980 os problemas no Sistema Penitenciário no Brasil se agravaram com as células iniciais do crime organizado somado a incompetência do regime militar em fazer políticas públicas eficientes, a conjuntura exigia não só apenas debates teóricos sobre alternativas de superação de deficiências existentes, se fazia urgente por parte dos governantes reformas e medidas eficazes a fim de modificar o sistema prisional em sua forma geral.

Na década de 1970 realizaram-se políticas, no sentido de criar “programas de formulação e sistematização nos Departamentos Penitenciários, para integrar à política penitenciária à política social ditadora do governo” como informa Correa (1995, p. 14, apud SOUZA; CHAVES, 1997). A década de 1980 foi marcada pela criação da LEP - Lei de Execução Penal (Lei: nº7.210/84), que tem como objetivo dispor sobre sentenças ou decisões criminais, ao mesmo tempo propiciando condições para uma (re) inserção dos presos na sociedade.

Essa Lei que é considerada avançada dispõe desde a assistência ao preso como dever do Estado, como estende essa assistência às áreas materiais, de saúde, jurídica, social e religiosa, conforme seu artigo 11. Nos artigos subseqüentes institui ao Estado sobre a assistência educacional, nela incluindo a formação profissional do preso, tais disposições vêm embutidas em si um caráter pedagógico, como a preocupação com uma eventual formação que o leve, em uma situação futura extra-muros, ao exercício de cidadania plena (PINTO, 2002, p. 18).

Os anos 1990 apresentam contexto político e econômico que se caracteriza pela globalização e pelo neoliberalismo econômico, ocorreu o fim das fronteiras dos mercados internacionais, as privações de empresas estatais e a redução da participação financeira estatal na execução de políticas sociais. A precarização do trabalho, aumento de desemprego e conseqüentemente o agravamento dos problemas socioeconômicos, os que mais contribuiriam para o aumento veloz da violência e da criminalidade, sem projetos que atendam as carências da população, sem a perspectiva de uma formação profissional de qualidade e sem emprego, o que mais poderíamos esperar de uma sociedade marginalizada no fim do século XX e início de século XXI?

Breve contextualização estatística populacional de Roraima a fim de entender a realidade social

Para entendermos a dinâmica social de Roraima, sua relação com o com as problemáticas urbanas e o Sistema Prisional, antes se faz necessário breve análise das três fases da política administrativa, observando os fluxos migratórios no século XX, a vulnerabilidade das fronteiras físicas, e até o aumento da frota de veículos e os problemas trazidos por esses fenômenos.

Em 1943, Boa Vista pertencia ao Amazonas e toda sua administração pública era administrada por esse Estado e seu contingente populacional era de 10.541 habitantes de acordo com o censo de 1940 (FREITAS, 1996, p. 36); de 1943 a 1988, fase em que Roraima foi Território Federal, sua população teve um crescimento vertiginoso, de acordo com o censo populacional de 1991, Roraima tinha uma população de 217.583 habitantes e na última fase político-administrativa que começa de 1988 com a criação do Estado de Roraima pela Constituição Federal e a extinção da estrutura administrativa territorial federada em 1990, como também com a conversão da lei nº 001 de 26/01/1991, Roraima se encontrava de acordo com o censo 2000 do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com 324.397. Mostrando um crescimento de 49,09% em pouco mais de uma década. Em 2010 tinha 450.479 habitantes, no corrente ano se encontra com uma população estimada em 496.936 habitantes, cresceu 34,72% em relação ao ano 2000, ou seja, 172.539 habitantes (IBGE).

O cenário uma década atrás

O Mapa da violência no Brasil e o lugar de Roraima dispõem que, a violência conjuntural, parece tão entranhada em nosso dia-a dia que pensar e agir em função dela deixou de ser um ato circunstancial, para se transformar numa forma do modo de ver e viver o homem (ODALLIA,1991, p. 09).

No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, com o crescimento acelerado, desordenado e a conglomeração urbana em Boa Vista, surgem as Cadeias Públicas de Boa Vista e a de São Luis do Anauá: “a urbanização e não necessariamente a pobreza, é o fator para os altos índices de homicídios, porque a violência está concentrada nas cidades”³.

Em 1989, Roraima foi o Estado com maior número de assassinatos por 100 mil/habitantes, entre os anos de 1992 e 1998: 57,69/100 mil habitantes, ganhando dos Estados de Pernambuco (55,63) e Rio de Janeiro (52,54) que erão considerados muito violentos devido seus índices populacionais. Em 1998 ficou em 4º lugar no Raking geral nacional de violência como mostramos a seguir:

Ano: 1989: 1º **Roraima**; 2º São Paulo; 3º Rio de Janeiro; 4º Pernambuco; 5º Rondônia; 6º Acre; 7º Distrito Federal. Fonte: Unesco

Ano: 1998: 1º Pernambuco; 2º Rio de Janeiro; 3º Espírito Santo; 4º **Roraima**; 5º São Paulo; 6º Distrito Federal; 7º Amapá. Fonte: Unesco

Em 2003, ano de realização da pesquisa, Roraima era o único Estado Brasileiro que tina superávit de presos, ou seja, sobram vagas. Contava, e ainda conta, com quatro estabelecimentos direcionados para recolhimento preventivo ou definitivo após julgamento, comportava 509 indivíduos que cometeram delitos. E a PAMC contava com 259 detentos/reeducandos como mostra o quadro:

Penitenciária Agrícola de Monte Cristo					
Dia	Preventivados	Condenados	Semi-Aberto	Aberto	Total
10/07/2003	74	129	55	01	259

Fonte: DESIPE-SEJUSC/RR, Jul.2003

³ quando a morte chega. Inácio Inácio. taxa de homicídios cresceu 37% em 8 anos. UnB na imprensa *on line*. Brasília, 09 ago.2003. disponível: em www.unb.br acesso em: 10 de ago.2003.

Resultado da amostra coletada na pesquisa na PAMC:

Tabela I: **TIPO DE ARTIGO**

ARTIGO	Nº DE PRESOS	(%)
FURTO	02	25
TRÁFICO	04	50
ESTUPRO	01	12,5
ATENT.VIOLAO PUDOR	01	12,5
TOTAL	08	100

Fonte: Entrevista realizada pelo pesquisador na PAMC em julho de 2003

Tabela II: **TAMANHO DA PENA**

PENA	Nº DE PRESOS	(%)
ATÉ 8 ANOS	06	75
MAIS DE 8 ANOS	01	12,5
PREVENTIVA	01	12,5
TOTAL	08	100

Fonte: Entrevista realizada pelo pesquisador na PAMC em julho de 2003

Tabela III: **ESCOLARIDADE**

ESCOLARIDADE	Nº DE PRESOS	(%)
ANALFABETO	02	25
FUND. INCOMPLETO	03	37,5
FUND. COMPLETO	00	00
MÉDIO INCOMPLETO	00	00
MÉDIO COMPLETO	03	37,5
TOTAL	08	100

Fonte: Entrevista realizada pelo pesquisador na PAMC em julho de 2003

Tabela IV: **IDADE**

IDADE	Nº DE PRESOS	(%)
ATÉ 25 ANOS	02	25
ENTRE 25 E 40 ANOS	05	62,5
MAIS DE 40 ANOS	01	12,5
TOTAL	08	100

Fonte: Entrevista realizada pelo pesquisador na PAMC em julho de 2003

Tabela V: **ESTADOS DE ORIGEM**

ESTADOS	Nº DE PRESOS	(%)
AMAZONAS	02	25
RORAIMA	02	25
PARÁ	02	25
RONDONIA	01	12,5
MARANHÃO	01	12,5
TOTAL	08	100

Fonte: Entrevista realizada pelo pesquisador na PAMC em julho de 2003

Tabela VI: **ESTADO CIVIL**

SITUAÇÃO CONJUGAL	Nº DE PRESOS	(%)
CASADO (A)	01	12,5
SOLTEIRO (A)	06	75
DIVORCIADO (A)	01	12,5
TOTAL	08	100

Fonte: Entrevista realizada pelo pesquisador na PAMC em julho de 2003

Tabela VII: **RELIGIÃO PRATICADA NA PAMC**

RELIGIÃO	Nº DE PRESOS	(%)
CATÓLICA	01	12,5
EVANGÉLICA	04	50
OUTRAS	00	00
NENHUMA	03	37,5
TOTAL	08	100

Fonte: Entrevista realizada pelo pesquisador na PAMC em julho de 2003

Tabela VIII: O QUE LEVOU A PRÁTICA DO DELITO

MOTIVO	Nº DE PRESOS	(%)
EMBREAGUÊS	00	00
MÁS COMPANHIAS	01	12,5
NECES. FINACEIRA	03	37,5
VÁRIAS CAUSAS JUNTAS	04	50
TOTAL	08	100

Fonte: Entrevista realizada pelo pesquisador na PAMC em julho de 2003

Tabela IX: ASPIRAÇÕES PARA O FUTURO QUANTO – A RESIDÊNCIA

MORAR	Nº DE PRESOS	(%)
COM OS PAIS	01	12,5
COM A ANTIGA (O) COMPANHEIRA (O)	01	12,5
COM A NOVA (O) COMPANHEIRO (A)	01	12,5
SOZINHO	05	62,5
TOTAL	08	100

Fonte: Entrevista realizada pelo pesquisador na PAMC em julho de 2003

Tabela X: AS ASPIRAÇÕES PARA O FUTURO QUANTO – AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

PROFISSÃO	Nº DE PRESOS	(%)
TRAB. ANTES DO DELITO	00	00
TRAB. APRENDIDO NA PA	03	37,5
OUTRO TRABALHO	05	62,5
TOTAL	08	100

Fonte: Entrevista realizada pelo pesquisador na PAMC em julho de 2003

Tabela XI: OS TRABALHOS DESENVOLVIDOS NA PAMC REINTEGRAM O INDIVÍDUO?

PERSPECTIVAS	Nº DE PRESOS	(%)
SIM	03	37,5
NÃO	00	00
DEPENDE DO PRESO	05	62,5
TOTAL	08	100

Fonte: Entrevista realizada pelo pesquisador na PAMC em julho de 2003

O cenário atual

Estima-se que exista atualmente mais de 1.200 detentos na PAMC, segundo os meios de comunicação e relatos dos próprios apenados, há déficit aproximado de 941 vagas, se configurando uma instituição penal super lotada, diferença gritando após 11 anos de realizada a pesquisa. Pois, não se mudou muito em sua estrutura prisional, a não ser a criação da carceragem feminina separada.

Percebe-se fugas constantes, rebeliões, tráfico de drogas, poderes paralelos sendo articulados, e ingerência do Estado que não tem uma política clara para problemática carcerária em Roraima.

A idéia de acabar com a violência, distribuir renda, aumentar o nível de escolaridade da população mais pobre, diminuir o número de presidiários e recuperá-lo vão além do que se propala pelos gestores do Estado no meio de comunicação de massa, pois sabemos que estes são fenômenos estruturais e não conjunturais e que estão interligados com inúmeros elementos formadores de sua ação.

Numa sociedade desigual e complexa na sua formação ética, social, política e cultural – como é o Estado de Roraima – notamos um crescimento acelerado da criminalidade que é motivada por fatores internos e externos dos indivíduos que a compõe, reforçada pelos aparelhos ideológicos. Observamos um latente estado de violência que motiva o cometimento de atos inflacionais que culminam com a detenção do executor da ação.

Cada crime tem suas características próprias que as diferem dentro de um universo. Ele se faz composto por pessoas de formação cultural diferentes, de diversas regiões do país e até estrangeiros, que em primeiro momento, parecem uniforme. O que motivou um assaltante de carros, banco ou residências, um traficante de drogas, um estuprador, um homicida, um latrocida ou um aliciador de menores, pode ter sido inclinação para o crime, ganância por uma vida fácil, um distúrbio de personalidade ou vingança assimilando muitas das vezes uma idéia de impunidade desafiando as leis vigentes no Estado democrático de direito. Dentro da penitenciária coercitivamente este indivíduo delituoso tem a necessidade de cumprir regras bilaterais, ou seja, a direção formal do presídio e do grupo social que está inserido. Reforçando este argumento, citamos Odalia que diz:

O homem vive em sociedade, isto quer dizer que ele tem necessidade de organizar sua vida em relação ao outro e como coletivamente. Ele tem de definir, de forma mais ou menos clara, limites de ação. Nesse sentido, viver em sociedade significa criar normas de comportamento, que não só determinam esferas específicas de ação para os homens, mas também criam discriminações. Elas estabelecem o que é permitido e o que é proibido (1997, p. 37).

Desse micro universo de posturas e concepções se forma, a identidade do homem presidiário. Uma identidade que é forjada de forma bruta, muitas das vezes involuntária, com um só intuito: o de se manter socialmente vivo dentro do grupo no período que cumpre sua pena, seja ela longa ou curta. Para isso, o presidiário cria sistema de relações que lhe propicie encarar a penitenciária de uma forma menos tortuosa, tentando criar um ambiente menos estereotipado que passe, principalmente para eles, de um espaço propício para si viver aquele período de sua reclusão onde as leis e as norma devem ser respeitadas, cumpridas e reformuladas quando necessário, pois não é um ambiente estático.

Algumas considerações

Nossa intenção com esse trabalho de pesquisa era de entender a dinâmica das relações sociais e culturais no interior da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo e fazer relações para o entendimento sobre o fenômeno da reintegração tendo como ponto de partida a análise da formação da identidade social de presidiário observando seus aspectos mais latentes como a inserção de elementos como a religiosidade como fator de transformação na visão de alguns presos, das atividades laborais e lúdicas, da escola formal.

Mas isso tudo por si só não é capaz de transformar ou reintegrar socialmente o presidiário, cada ser humano traz em si uma bagagem de experiências e modo de vida que nortearam sua vida e que podem ter até sido essa orientação que o levou para a prisão, acreditamos que a problemática da reintegração passa por mudanças de modelos intra e extra-prisão.

Não podemos dissociar o aumento do número de prisões e presidiários, o aumento da violência e pobreza com as políticas empregadas no Brasil e em Roraima no decorrer de sua existência, também não dá para separarmos os comportamentos de resistência no interior das prisões com modelos reintegradores empregados pelo atual sistema penitenciário brasileiro. A análise mostra que devemos começar com as mudanças institucionais do Estado na condução de políticas públicas que propiciem melhor qualidade de vida à população em primeiro momento, em segundo momento que as cadeias não sejam depósitos de pessoas ociosas.

Enquanto não houver mudanças no contexto penitenciário local, a rotina dos presidiários continuará numa constante luta pela sobrevivência na esperança de um dia sair e reencontrar uma realidade diferente que lhes propiciem vida decente. Caso não aconteça, será necessário criar vias de sobrevivência pós-prisão, que necessariamente não o fará livre.

Referências bibliográficas

BAINES, Stephen Grant. **Indígenas no Sistema Penitenciário de Roraima**. XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-ALAS BRASIL. 04 a 07 de setembro de 2012, GT 25 - Violência, Polícia e Prisão: olhares, saberes e dimensões institucionais no Brasil, UFPI, Teresina: Anais, 2012.

_____, **A Criminalização de Indígenas no Sistema Penitenciário de Roraima, Brasil**. ST28 Violência, criminalidade e punição no Brasil. 37º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu: Anais, 2013.

_____, **“Esperando para ser Julgado”**: Indígenas no Sistema Penitenciário de Boa Vista em Roraima. in: Faces da Indianidades. SMILJANIC, Maria Inês; PIMENTA, José; BAINES, Stephen Grant (Org.). Curitiba: Nexo Design, 2009.

DURHAM. Eunice. **A pesquisa antropológica com populações urbanas**: problemas e perspectivas. in *A aventura antropológica: teoria e pesquisa* (Org.) CARDOSO. Ruth. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DUARTE. Luis Fernando Dias. **Classificação e valor na reflexão sobre identidade social**. in: *A aventura antropológica: teoria e pesquisa* (Org.) CARDOSO. Ruth. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARDOSO. Ruth. **Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método**. in. *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BITENCOURT, CEZAR Roberto. **Falência da pena de prisão – causas e alternativas**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.

BRUNO, Aníbal. **Direito penal. Parte Geral. Tomo I – introdução norma penal e fato punível**. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1967.

CANO, Inácio. **Quando a morte chega**: taxa de homicídios cresceu 37% em 8 anos. Disponível em: <www.unb.br/unbnaimprensa>. Acessado em: 10 de ago. 2003.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Sobre o pensamento antropológico**. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasiliense, 1997.

_____. **Identidade, etnia e relação social**. São Paulo: Pioneira, 1985.

DEPEN. **Perfil da população carcerária no Brasil**. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/depem/sistema_brasil.htm>. Acessado em: 15 de agosto de 2003.

DOTT, Rena Ariel. **Código Penal Adotado**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FERNANDES, Florestan. **A organização social dos Tupinambá**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

FOUCALT, Michel. **Vigiar e punir**. 21 ed. Petrópolis – RJ: vozes, 1997.

FREITAS, Aimberê. **História e geografia de Roraima**. Manaus: Grafima, 1996.

GEERTZ, Clifford. **Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HRW - Human Righth Watch. **O Brasil atrás das grades**. Disponível em: <<http://www.hrw.org/portugues/reports/presos/sistema.htm>>. Acessado em: 20 de agosto de 2003.

GOFFMAN, Irving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Retrospectiva, 1963.

KARLA PINHEIRO. **Silêncio..., a ordem foi decretada**: nada de aparelhos receptores de TV nas celas. Departamento de Comunicação Social / Centro de Comunicação, Educação e Letras / CENCEL – UFRR. Monografia: Boa Vista, 2002.

KLUCKHOHN, Clyde. **Antropologia**: um espelho para o homem. Biblioteca de Estudos Sociais e Pedagógicos. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1963.

LEAL, César. B. **Penas Alternativas**: uma resposta eficaz. Revista Brasileira do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. V. 1, n 13, 2000.

MEIHY, José Carlos S. Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MOTT, Luis. **O Lesbianismo no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. 3 ed. Coleção Primeiros Passos n 85. São Paulo: Brasiliense: 1991.

PEDROSO, Fernanda. et al. **A violência que oculta a favela**. Coleção palavra da gente. São Paulo: Forte, 1999.

PINTO. Aldeniza Sampaio. **A Inserção do Trabalho no Contexto Social do Preso**. Departamento de Serviço Social- DSS / Centro de Ciências Sociais Aplicadas / CCSA - UFAC. Monografia: Rio Branco, 2002.

SAMAIN, Étienne. **Quando a fotografia (já) fazia os antropólogos sonharem**: o jornal La Lumière (1851-1860). Revista Antropológica, 2001, vol. 44, n° 2. p. 89-126. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003477012001000200003&Ing=pt&nrm=iso>. Acessado em: 23 setembro 2003,

SANTOS DE OLIVEIRA, Pêrsio. **Introdução à sociologia**. 24 ed. São Paulo: Ática, 2002.

SANTOS, Jonildo Viana dos. **Relações sociais e mecanismos de conflito na Penitenciária Agrícola de Mote Cristo**. Departamento de Ciências Sociais- DCS / Centro de Ciências Sociais e Geociências - CCSG – UFRR. Monografia: Boa Vista, 2004.

SOUZA, Fabiana A. L. Andrade; CHAVES, Terezinha de Jesus Falcão. **Ressocialização dos sentenciados – meio caminho à liberdade?** Departamento de Serviço Social- DSS / Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA – UFPE. Monografia: Recife, 1997.

RODRIGUES, Lenir. **Trajetórias migratórias de presos africanos em Roraima**. Revista Textos & Debates. n.18, p. 251-268. Boa Vista: EdUFRR, jan./jun. 2010.

GT19 - REALAÇÕES ENTRE TERRITÓRIO E LÍNGUAS INDÍGENAS

*Vanessa Sousa Morais **
*Cidilene dos Santos Pereira ***
*Maria B. de M. Bethonico ****
*Maxim Repetto *****

A CONSTRUÇÃO DO CALENDÁRIO CULTURAL DA COMUNIDADE DA ILHA- TERRA INDÍGENA SÃO MARCOS

Introdução

Em 2011 Roraima passou por uma situação excepcional de enchentes em seus rios. Na comunidade indígena da Ilha a enchente do rio Uraricoera atingiu os moradores de suas margens, causando problemas como a morte de animais de criação, perdas da plantações e a mudança de famílias para áreas mais elevadas. Diante dessa situação a comunidade convidou um grupo de professores do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima para colaborar na compreensão do fenômeno e apoiar as vítimas da enchente.

Surgiu, assim, a oportunidade de produzir o calendário cultural com a participação da comunidade, com o objetivo de conhecer e explicitar suas atividades para pensar a construção de propostas educativas direcionadas para a escola, com foco nas questões ecológicas e nos problemas sociais.

Vários projetos são desenvolvidos pelos professores e por estudantes bolsistas dentro dessa temática, dentre eles está o projeto de extensão “Realidades Indígenas em Roraima: extensão universitária e construção participativa de proposta de gestão territorial”. Assim, o objetivo desse artigo é apresentar o relato da nossa experiência junto a esta comunidade. Trata-se de um trabalho que iniciou-se no ano de 2011 e se estende até os dias de hoje, envolvendo reuniões com a comunidade, oficinas e atividades na escola.

Neste trabalho, analisamos a experiência, como aconteceram as oficinas, destacando o levantamento de dados, a importância dada pela comunidade, destacando as técnicas da observação participativa, que tiveram o propósito de observar e ouvir de forma a obter uma visão geral da comunidade, fazendo um levantamento de infor-

* E-mail: nessamorais22@outlook.com

** E-mail: cidisantospereira@gmail.com

*** E-mail: maria.bethonico@ufr.br

**** E-mail: maxim.repetto@yahoo.com.br

mações para a criação do calendário cultural. Pudemos assim compreender a riqueza da vida e dos conhecimentos, a partir do estudo do cotidiano da comunidade. Os registros aqui apresentados referem-se a como se organiza o espaço, observando a estrutura da comunidade e como esta imagina seu mapeamento. A pesquisa do calendário cultural permitiu elaborar um diagnóstico participativo sobre a relação entre a comunidade e a natureza, o que passamos a analisar.

História da demarcação da terra indígena São Marcos

A terra indígena São Marcos, foi demarcada e homologada sob o decreto nº. 312 de 29.10.1991 e está localizada na região de campos naturais, na bacia do rio Branco. Esta região foi ocupada ancestralmente por populações indígenas. Conforme o relato de Farage e Santilli (1992) este espaço já foi palco de várias disputas coloniais entre portugueses e holandeses, sempre envolvendo a população indígena.

Para estes autores,

Apesar desta primeira fase de escravização e aldeamento no século XVIII, o contato se intensifica com a ocupação fundiária, que se inicia com a chegada dos colonos civis, na segunda metade do século XIX. Com efeito, a colonização civil, que consolida economia pecuarista da região, inaugura a espoliação de território indígena, redefinindo o contorno sociológico da área (FARAGE e SANTILLI, 1992, p. 267).

Assim, a mão-de-obra indígena foi um elemento importante na consolidação da ocupação pecuarista na região, pois, além de prestar-se ao manejo do rebanho, fornecendo vaqueiros para as fazendas, foram os indígenas também os que trabalhavam, remando, nos barcos que comunicavam a região norte de Roraima com Manaus (FARAGE e SANTILLI, 1992). Este contexto de imposição e violências foi remodelando o mapa étnico e territorial do Estado.

Neste contexto em 1775 foi criado o forte São Joaquim, posteriormente, em 1878, o Ministério da Fazenda demarcou os limites das três Fazendas Nacionais do rio Branco: São Bento, São Marcos e São José onde a atividade predominante era a pecuária (CARVALHO, 2008).

Destas fazendas a que mais tempo perdurou foi a Fazenda Nacional São Marcos, a qual permaneceu por maior tempo em mãos do Estado e no século XX passou a abrigar ao Serviço de Proteção ao Índio/SPI. Este tinha como meta principal lutar, defender, proteger e desenvolver economicamente os povos indígenas de Roraima, sob uma ideologia de Estado que visava a “integração” dos povos indígenas a sociedade nacional, mas sob um paradigma que os subordinava e excluía.

A Fazenda São Marcos atualmente está localizada no município de Boa Vista, às margens do rio Uraricoera, próximo à confluência com o rio Tacutu, lugar onde se forma o rio Branco. Da o nome a Terra Indígena São Marcos e se transformou, no decorrer dos anos, em um símbolo das lutas e resistência indígena. A fazenda São Marcos se insere no contexto de colonização do Rio Branco e de disputa por fronteiras nacionais, sendo que naquele tempo havia uma batalha de poderes pela terra e pelos indígenas, para o fazerem de escravos.

Atualmente o conjunto arquitetônico é de propriedade da União, administrado pela Fundação Nacional do Índio/FUNAI. O prédio sede da administração e o prédio da capela da fazenda são bens tombados pelo Governo do Estado de Roraima por decreto, inscrito no tomo de 1984 e por emenda constitucional 021/2008. Encontra-se a uma distância de aproximadamente 35 Km em linha reta à nordeste do perímetro urbano de Boa Vista. O acesso se dá por via fluvial ou por terra, seguindo a rodovia BR 174 em direção norte, ao município de Pacaraima, em sentido leste através da rodovia RR 319 até a travessia de balsa no rio Uraricoera, na localidade chamada de Passarão. A partir daí todo percurso é feito em caminhos sem pavimentação, em terra batida.

Quando a Terra Indígena São Marcos foi demarcada pela primeira vez, recebeu o nome de Colônia Agrícola São Marcos onde, durante muitos anos, indígenas e fazendeiros tiveram que conviver juntos, ocupando o mesmo espaço geográfico, fato que gerou muitos conflitos.



Fonte:<http://www.senado.gov.br/senadores/Senador/mozarild/informaçõesroraima.asp>

Um dos motivos que causaram muito conflito entre ambos era o impedimento imposto pelos fazendeiros para que as comunidades não pudessem caçar, pescar e utilizar as matas para construção de casas e roças.

Atualmente a Terra Indígena São Marcos é organizada pelas comunidades em três sub-regiões: Alto São Marcos, na região norte, Médio São Marcos, na região central e Baixo São Marcos, no setor sul. Ao norte da terra indígena, na fronteira com Venezuela se encontra encravada uma área urbana, a cidade de Pacaraima, a qual tem gerado todo um debate sobre os impactos que uma cidade e seus moradores não indígenas podem gerar sobre a terra indígena e seus habitantes.



Bolsistas do PROEXT, Vanessa Sousa Morais e Cidilene do Santos Pereira frente a antiga sede da fazenda São Marcos, já bastante deteriorada pelo passar dos anos.
(Foto: Arquivo do Projeto)

Localização da área de pesquisa

A comunidade indígena Ilha está localizada, na região Baixo São Marcos, entre as comunidades indígenas Campo Alegre e Vista Nova, nas margens do rio Uraricoera. A distância do município de Boa Vista é de 60 km, com acesso através de rodovia estadual até o rio Uraricoera onde é preciso atravessar em uma balsa na localidade da Vila do Passarão para, depois, prosseguir por três quilômetros, até o centro da comunidade Ilha.

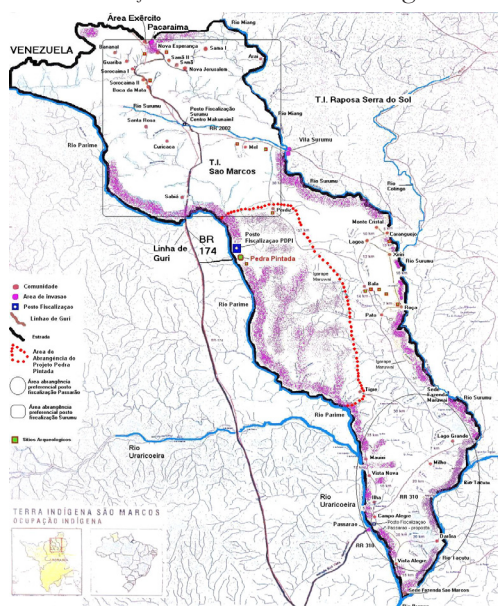
A comunidade, tem 184 moradores e 42 famílias, constituídas pela etnia macuxi, da família de línguas caribe. Atualmente a proximidade da cidade e as invasões, fizeram que somente as pessoas maiores são fluentes no domínio da língua indígena, como os fundadores da própria comunidade Sr.^a Tarcila Viana e Sr.^o André morais, e suas filhas Belinha e Cideca.

A região é de lavrado e apresenta um clima do tipo quente úmido com temperaturas médias sazonais de 25°C no período de chuva (maio a setembro) e 28°C no período seco (outubro a abril época em que ocorrem as ventanias). A precipitação

média anual é de, aproximadamente, 1.650mm. E a região é predominante de áreas abertas constituídas por vários elementos peculiares, tanto no que se refere à fauna, flora, hidrologia, geologia, complementando-se com a população humana que habita a região (REPETTO, 2011).

Na comunidade existem algumas construções centrais, como a escola municipal indígena Albino Moraes, algumas casas dos moradores, duas igrejas evangélicas, um curral para o gado bovino, um cozinha da comunidade (em construção), um chafariz para distribuição de água encanada (FUNASA), um malocão para reuniões e eventos comunitários e um posto de saúde. Todas localizadas na parte mais elevada do terreno; temos, também mais quatro famílias que habitam as margens do rio Uraricoera, onde desenvolvem suas criações e plantações.

Localização da comunidade indígena ilha



Fonte ISA, adaptado PDPI-APIRR- Maxim Repetto (2003)

História da comunidade

A comunidade Ilha, foi fundada por uma família que residia na comunidade indígena Napoleão. Saíram dessa comunidade devido a criação de gado que possuíam, pois essa criação estava originando problemas com outros moradores. Deixaram para trás o seu lar e o que foi cultivado pela grande família, cerca de uma hectare de plantação de laranja e outras variedades de plantas frutíferas. A casa, agora pertence os atuais moradores Adriana de Oliveira e João Augustinho Bento.

Vendo a situação do senhor André, que estava sem lugar para habitar, o genro, Sr. Vicente, marido da senhora Bezinha, que era filha do Sr. André e que morava na vizinha comunidade Campo Alegre, convidou o Sr. André para que morassem próximo ao rio Uraricoera, por ser um lugar bom para criar animais e plantar. Eles vieram e passaram pouco tempo vivendo neste lugar que pertence a comunidade Campo Alegre.

Por serem pescadores e caçadores exploraram novos lugares, e passaram a conhecer a região, gostaram deste lugar em que agora vivem e deram por nome Ilha. Porém a escolha do nome do lugar não foi de um indígena, mas sim uma Sra. não-indígena, por que não sabiam qual nome colocar. Então esta Sra. chamada Yara ajudou a escolher o nome do lugar. A senhora Yara foi casada com um dos filhos da dona Tarcila Viana com o senhor André Moraes, fundadores da comunidade Ilha. Com o tempo a comunidade foi aumentado, os filhos e filhas da dona Tarcila e André, foram se casando e trazendo suas famílias e outros parentes para dentro da comunidade.

A comunidade Ilha é rica em fauna e flora do lavrado, conta com as serras do Xiriri, o igarapé do Xiriri e extensos buritizais. Outras espécies da flora que se destacam na paisagem são os caimbés, paricaranas e muricizeiros. Ao redor da comunidade existem muitos lagos, e um deles, o lago do Diabo, contém mistérios, que as pessoas não se atrevem a chegar perto dele, por medo, por que já viram muitos bichos grandes Dessa forma utilizam outros lagos para pescar.

Dentro da comunidade havia uma extensa ilha de mata, mas conforme a população foi crescendo, a mata foi sumindo, as caças desaparecendo, a pesca já não era tão boa como antes. Tudo foi diminuindo.

Em 2014, a comunidade Ilha foi beneficiada com o projeto do Governo Federal, Luz para Todos, a comunidade recebeu moradores novos, da cidade e de outras comunidades, causando desestruturação na cultura, na família e na própria comunidade de origem.

A construção do calendário cultural da comunidade ilha

Devido há alguns contatos anteriores com a comunidade Ilha, surgiu a ideia de realizar atividades de apoio às vítimas da enchente do rio Uraricoera que ocorreu em 2011, e, assim, foram desenvolvidas oficinas participativas e diagnóstico da comunidade Ilha e da terra indígena. Para tanto se utilizou a proposta pedagógica do calendário cultural, para identificar as principais atividades sociais que a comunidade desenvolve, sua realidade, problemas e desafios.

A partir da construção de propostas que objetivam às necessidades ambientais e culturais da própria comunidade indígena, busca-se pensar alternativas de uso dos recursos naturais e uma gestão da ação humana mais consciente sobre a natureza, definindo perspectivas e estratégias acerca da educação ambiental.

Foi feita uma primeira visita na comunidade e a apresentação de uma proposta de trabalho, da qual surgiu um curso de extensão universitária, destinado aos moradores da comunidade Ilha. A ideia era discutir juntos da escola propostas para criar materiais educativos para as crianças indígenas. Esta experiência permitiu desenvolver um debate e reflexão conjunta, de onde surgiram algumas reflexões interessantes. Por exemplo alguns comentários de pessoas da comunidade que diziam que o povo indígena está mais voltado para o mundo industrializado e cheio de tecnologias, e que antigamente haviam rezadores, pessoas para caçar, pescar e até mesmo para plantarem roças. Isso tudo foi diminuindo na comunidade, as novas gerações estão se adaptando aos novos processo de mudança social, fato observado também em outras áreas.



Criança da comunidade Ilha (Foto: Arquivo do Projeto)
Ilha participando das oficinas calendário cultural.

Durante essas oficinas, que ocorreram aos sábados, foi construído um calendário cultural, estudando os sete indicadores (CARVALHO, 2014):

- As atividades dos membros da comunidade.
- As atividades das crianças.
- Conhecimentos astronômicos, em especial a lua e o sol.
- Indicadores climáticos.
- Indicadores vegetais.
- Indicadores animais, os diferentes animais sua situação e desenvolvimento.
- Problema sócio- ambientais e saúde, para dar ênfase a aspectos do atendimento e prevenção.

O calendário cultural se apresenta como uma forma de sistematizar as atividades desenvolvidas na comunidade e pode ser utilizado como referência para os moradores, além de registrar o cotidiano da comunidade, vendo os tempos de pesca, de plantação, de caçar, dos climas. A relação destes aspectos com as estações do ano, os animais, os peixes, as aves, etc. Assim a comunidade reflete sobre a natureza, relacionando-a com os assuntos do dia a dia, contribuindo na melhor compreensão do que está acontecendo e para preparar as gerações futuras para uma relação cada vez mais harmoniosa com o meio ambiente.



Dra. Maria Bárbara de Magalhães Bethonico e Sr. Pedro morador da comunidade Ilha



Professor e Dr. Maxim Repetto ministrando a aula aos moradores e moradoras Altina, Betty, Zeita, Antônia, Luzirene, Belizio, Everton e Luana, tuxaua Alvino da comunidade Ilha

A participação da construção do calendário cultural

Os bolsistas do programa extensão “Realidades indígenas em Roraima: extensão universitária e construção participativa de propostas de gestão territorial”, tiveram a oportunidade de participar na construção do debate, além de obter informações sobre o calendário cultural, oportunizando conhecer à história da comunidade e assim servir de exemplo para os estudos e pesquisa de seus trabalhos de Conclusão de Curso. Vale salientar que uma das bolsistas é moradora da comunidade Ilha, e teve oportunidade de escutar histórias que jamais tinha ouvido.

Assim o objetivo das bolsistas foi transformar a experiência e conhecimentos coletados durante as oficinas em uma base da aprendizagem colaborativa. A qual envolveu variados pontos de enunciação, de interação e troca de conhecimentos, entre os alunos indígenas da universidade e os moradores da comunidade, entre professores universitários não indígenas e comunidade, entre estudantes indígenas e professores universitários. Assim houve um esforço coletivo de debate, estudo e compreensão da realidade e dos conhecimentos ali acumulados para elaborar o calendário cultural, tendo oportunidade de colocar em prática as aprendizagens teóricas da sala de aula.

Neste contexto foi elaborado um mapa que sintetizava os debates. Esta construção exigiu investigação e tempo para a pesquisa. Durante o mapeamento, a comunidade se preocupou em identificar e registrar locais, importantes, como: os lagos temporários e permanentes. Os lagos temporários que no inverno ficam cheios e no verão acabam secando, servindo como pastos para gados da comunidade, e os permanentes, que servem como amparo para os pescadores, que não podem pescar no

rio no tempo do inverno, por que nesses meses os peixes estão se reproduzindo, e o tempo que o IBAMA está na vigilância no rio Uraricoera, no período da piracema.

Destacaram-se também no mapa, as trilhas antigas que são usadas ainda como atalho para os rios, lagos e sítios, caminhos de acesso a principal estrada pelo meio dos buritizais, etc. Mapearam-se as casas dos moradores da comunidade, que vivem no centro, na entrada, na margem do rio e do igarapé os seus sítios. Os antigos currais e o atual curral, as serras que estão ao redor da comunidade, como a serra do Xiriri, o igarapé do Xiriri, que serve como apoio para aqueles que tem plantações, animais e para o próprio uso.

Foram identificados também alguns problemas que existem dentro da comunidade, como o alcoolismo, que surgiu depois da criação da principal estrada, que passa entre as comunidades Ilha e Campo Alegre. Os principais problemas que as comunidades indígenas enfrentam hoje são a consequência daqueles que surgiram há anos.

Junto a este debate houve oportunidade de conhecer outras comunidades onde o mesmo trabalho é desenvolvido, oferecendo uma ampla oportunidade de conhecer diferentes culturas e realidades, ampliando as reflexões de estudantes e professores sobre os povos indígenas de Roraima. Todas essas experiências foram proveitosas e importantes para todos e serviram como base para o processo de co-autoria e co-laboracao apresentados no presente trabalho.

Considerações finais

O projeto de extensão universitária tem por finalidade trazer conhecimentos e técnicas na formação acadêmica e contribuir para a solução dos problemas nas comunidades, principalmente os destacados pelas lideranças relacionados com a educação e a gestão do território.

A presente pesquisa do calendário cultural foi realizada com o objetivo de compreender as relações ambientais e culturais na comunidade indígena Ilha, transformando estes debates em materiais didáticos, para que os professores trabalhassem na escola, oportunizando aos estudantes indígenas reconhecer e refletir sobre seu próprio ambiente e sua comunidade.

Existem dificuldades no que se refere à participação, mas a comunidade sempre se empenhou em estar em todas as reuniões, junto com as crianças, adolescentes, jovens, pessoas mais velhas, o próprio tuxaua Sr. Alvíno Morais. Enfim a comunidade em geral participou ativamente nas atividades desenvolvidas, gerando uma sensação de aprendizado e crescimento coletivo.

Referências bibliográficas

BETHONICO, M. B. M; SILVA, C. C. **Crescimento da população indígena e a questão das terras no estado de Roraima/Brasil**. XIII Encontro de Geógrafos da América Latina, 2013, Lima-Peru.

FARAGE, Nádia.; SANTILLI, P. **Estado do sitio**: Território e identidade no vale do rio Branco In.: CUNHA, M. C. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/FASESP, 1992. Pg. 267e 278.

Fazenda São Marcos, disponível em:<http://www.senado.gov.br/senadores/Senador/mozarild/informações_rorai_ma.asp>acesso em: 30 Outubro de 2014.

CARVALHO, F; REPETTO, M.; ALMEIDA, F. C.; MARIA, I. F; MAFRA, J. S.(Org.). **História cultural e meio ambiente em Roraima**: perspectivas interculturais. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

PROENCIA, Wander de Lara. **O método da observação participativo**: contribuição e aplicabilidade de apoio para pesquisa no campo religioso brasileiro. Disponível em: <[www.unicamp.br/aula/conjunto III/4_23.pdf](http://www.unicamp.br/aula/conjunto%20III/4_23.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2014.

SILVA, Castro Costa; BETHONICO, M. B. M. **Projeto de pesquisa**: Banco de Dados: uma ferramenta para a gestão dos territórios indígenas. Boa Vista: Instituto Insikiran/UFRR, 2014.

ATIVIDADES CULTURAIS E EDUCAÇÃO INTERCULTURAL NA COMUNIDADE DO MARUWAI – TERRA INDÍGENA SÃO MARCOS

Introdução

O projeto de extensão “Realidades indígena em Roraima: extensão universitária e construção participativa de proposta de gestão territorial” teve início no ano de 2013, porém a comunidade do Maruwai iniciou sua participação no ano de 2014, a partir de uma proposta que considerou as demanda da comunidade, iniciando-se com a pesquisa e a participação em eventos comunitários para, posteriormente elaborar o calendário cultural.

A primeira atividade de participação foi no evento em comemoração ao Dia do Índio, quando foi possível compreender questões sobre o uso dos recursos naturais e as relações socioespaciais da comunidade.

O objetivo da pesquisa é registrar essas atividades de forma a compreender a realidade e as relações existentes na comunidade do Maruwai, que ocorrem de forma a realizar um revitalização cultural de suas tradições, tendo como prioridade a valorização da língua materna. O projeto tem como objetivo construir, junto as comunidades envolvidas, uma proposta de calendário cultural.

Localização da comunidade do Maruwai

A comunidade do Maruwai está localizada na Terra Indígena São Marcos, na região do Médio São Marcos. A comunidade foi formada próxima à serra que tem o mesmo nome que está localizada na região do médio São Marcos, próximo à serra do Maruwai e do igarapé que recebe o mesmo nome. Suas características vegetativas são compostas por buritizais e campos de lavrado, onde reside uma população indígena que, na sua maioria, pertencente à etnia Macuxi, onde existem falantes da língua materna.

* E-mail: silvafeitosa@hotmail.com

** E-mail: alzirenebarbosadasilva@gmail.com

*** E-mail: maria.bethonico@ufr.br

Foto1: Serra do Maruwai



Fonte: Projeto de extensão do Observatório da educação indígena (OBEDUC), (2014)

Foto 2: Comunidade Maruwai



Fonte: Projeto de extensão do Observatório da educação indígena (OBEDUC), (2014)

Foto 3: Moradores da comunidade durante o evento



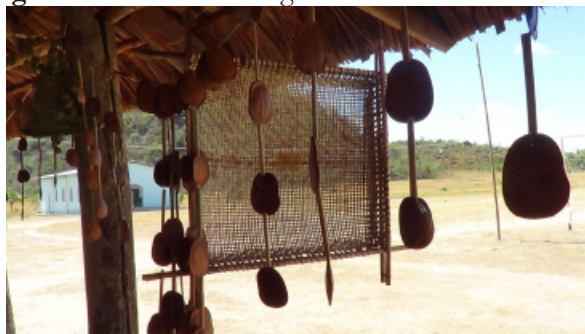
Fonte: Projeto de extensão do Observatório da educação indígena (OBEDUC), (2014).

Figura4: Tuxaua da Comunidade Natanael Simplício



Fonte: Projeto de extensão do Observatório da educação indígena (OBEDUC), (2014).

Figura5: Artesanatos indígena da comunidade Maruwai



Fonte: Projeto de extensão do Observatório da educação indígena (OBEDUC), (2014).

Terra Indígena São Marcos

A demarcação da Terra Indígena São Marcos foi no dia 29 de outubro de 1991 sob Decreto Homologatório nº 312, depois de várias lutas das lideranças indígenas dessa região. A sua localização está ao norte do estado Roraima, fazendo limites ao norte com a Venezuela, a leste com a Terra indígena Raposa Serra do Sol, município de Normandia, a oeste tem seus limites com as terras indígenas Anaro, Ouro, e Ponta da Serra pertencentes ao município de Amajari. Sendo dividida pelo rio Parimé, Ming, Surumú e Tacutu, possuindo uma área total de 654.110 hectares sendo a terceira maior terra indígena no estado de Roraima.

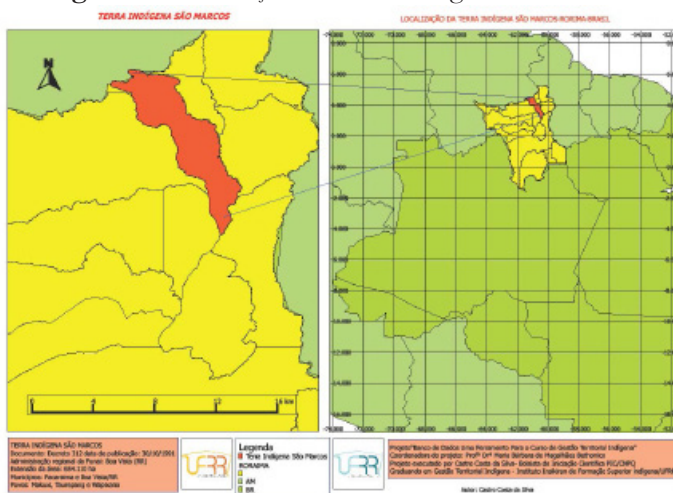
O processo histórico da ocupação pelos europeus teve início no século XVII com a implantação da fazenda São Marcos, localizada às margens dos rios Tacutu e

Uraricoera. Recebeu o nome de Colônia Agrícola quando demarcada, onde índios e fazendeiros dividiam o mesmo espaço geográfico, fato que gerou vários conflitos durante anos por causa da posse da terra e do uso de seus recursos naturais.

Muitos indígenas trabalhavam para os fazendeiros em troca de algum benefício prometido ou instrumentos como ferramentas de trabalho; enxadas, tercados. As etnias que habitam essa região são os Macuxi, Wapichana, Taurepang, que vivem da agricultura de subsistência como as plantações de roças e pequenas lavouras, porém a maioria já se adaptou aos costumes do homem branco, devido ao contato que ocorre diariamente.

Poucas são as pessoas que ainda falam a língua materna dessas etnias e os praticantes são, em sua maioria, os anciões das comunidades. A desocupação da terra indígena pelos fazendeiros durou três anos; todos os processos foram acompanhados pelas lideranças e suas organizações e movimentos indígenas com a ajuda de ações indigenista que tinha a finalidade de intermediar e negociar junto com os órgãos competentes para facilitar retirada dos fazendeiros.

Figura 1: Localização da Terra Indígena São Marcos



Fonte: Silva, 2014

As relações entre o homem e a natureza

A relação entre homem e natureza conforme a literatura geográfica produz “heranças”, conforme Santos (2012, p.103), é chamada de paisagem geográfica. Além disso, a terra indígena de São Marcos está situada em região de lavrado no Estado de Roraima, fato que nos instiga, a fazer uma análise sobre o modo de vida deste povo e suas sucessivas relações com o meio ambiente.

No Estado de Roraima as terras indígenas estão situadas em regiões de mata e lavrado, fato que nos instiga a perceber que os costumes e relações socioespaciais dos povos que habitam em região de mata, é em grande parte diferente dos costumes dos povos que habitam a região de campos naturais ou lavrado.

A discussão, sobre o referido tema envolve os Macuxi que vivem na terra indígena de São Marcos a partir da comunidade do Maruwai e suas relações com as demais comunidades da região. Por entender que é, no e pelo território atual circunscrito, que as dinâmicas temporais e escalares foram sendo construídas, ou seja, a comunidade indígena e suas relações sionaturais com o ambiente geográfico em que vivem dá sentido ao passado e ao presente.

Nessa perspectiva, o presente trabalho contribui nas discussões e reflexões geográficas e antropológicas, de como essa sociedade indígena se organizam no espaço, e de que forma ela expressa sua cultura e como são refletidas perante a “sociedade nacional” as suas práticas religiosas, políticas, sociais, suas crenças e saberes tradicionais que perduram a varias gerações.

Claval (2003), a partir da releitura sobre o desenvolvimento da Geografia Cultural, sugere a utilização da abordagem cultural na Geografia Humana. Essa abordagem leva em consideração que todos os fatos geográficos, sejam políticos, econômicos e/ou sociais são de natureza cultural.

Além disso, esses elementos culturais acabam se tornando variáveis que se somam entre si, em debates sobre os grupos étnicos. Para Claval (2001), os estudos culturalistas devem adquirir uma concepção mais crítica dos aspectos culturais e da sociedade como um todo, tentando compreender a vida cotidiana da sociedade e como ela se organiza no espaço.

E em sua concepção, a cultura pode ser entendida como “a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra” (CLAVAL, 2001, p. 63).

Assim, como expressão de uma cultura transmitida e re-significada através do espaço-tempo, o saber indígena pode ser visto como uma forma de entender a trajetória dos povos indígenas que viveram e vivem na terra indígena de São Marcos em diferentes situações.

Ademais a geografia cultural é a área da geografia humana que estuda os produtos e normas culturais gerados pelos indivíduos que transformam o espaço ao qual fazem parte. Ou seja, como esses fenômenos culturais variam ou permanecem constantes de um lugar para outro na perspectiva das ações humanas.

O conhecimento indígena dos povos que vivem na terra indígena de São Marcos e de muitos outros povos indígenas que vivem no Brasil, é de grande relevância no sentido que esse conhecimento por si só, proporciona o fortalecimento cultural desses grupos sociais. Pois, a rica tradição desses povos possui conhecimentos na forma de linguagem, crenças, artes, religião, trabalhos e outros fenômenos culturais que variam ou permanecem constantes dentro de seus espaços territoriais.

Inicialmente o presente trabalho estará discutindo alguns conceitos correlacionados com a temática de relações socioespaciais. Ou seja, tal pesquisa trabalhará as relações do homem com a natureza, observando de forma analítica as relações sociais que transformam a paisagem a qual os grupos indígenas que vivem na terra indígena de São Marcos estão inseridos.

A participação em atividades culturais na comunidade do Maruwai

A primeira etapa projeto teve início com a seleção de bolsistas indígenas do curso de Gestão Territorial Indígena, na qual fomos selecionados e recebemos orientações de uma ampla participação nas oficinas e no grupo de estudo que permitiram acompanhar melhor o andamento do projeto.

Incluindo bolsista de outros projeto como OBEDUC e aluno de mestrado. Os grupos de estudo realizados trouxeram uma experiência conceitual e teórica relacionada a uma análise dos recursos naturais existentes nas terras indígenas e o seu uso através de atividades cotidianas, permitindo refletir sobre os diversos usos dos recursos naturais na construção de um plano na gestão ambiental e territorial.

Dentre os procedimentos metodológicos que permitiram a compreensão de tais relações culturais, foi incluída a participação em uma festividade na comunidade e a observação direta, complementando com depoimentos das lideranças locais.

A observação direta e participativa permitiu a análise e elucidação da relação e do intercâmbio cultural existente nessas comunidades; por outro lado, a participação

em encontros com a liderança local, ocorrido anteriormente, serviu para a organização das ações junto à comunidade, a obtenção da autorização para registrar os depoimentos e aspectos da cultura da região, bem como a construção do roteiro, a colaboração do Instituto Insikiran e a logística como transporte e alimentação.

Nessas ações foram envolvidos bolsistas dos projetos “Observatório da Educação Indígena/UFRR” e do “Programa de Extensão Realidades Indígenas em Roraima: extensão universitária e construção participativa de propostas de gestão territorial”, todos indígenas, permitindo a interação com aspectos diversos da cultura.

No momento foi realizada, uma reunião com professores da escola com a finalidade de iniciar a construção do Calendário Cultural, que será desenvolvido ao longo de 2014/2015, que pretende produzir material didático que será destinado à escola e comunidade.

Todo o material e as informações coletadas ainda estão em fase de sistematização e edição, com a produção de vídeos e relatórios que, uma parte, será encaminhada à comunidade do Maruwai, com a intenção de facilitar a compreensão do projeto desenvolvido pela UFRR/INSIKIRAN na construção do Calendário Cultural.

Conclusão

A experiência proporcionou aos participantes uma riqueza de saberes e conhecimentos através das relações interculturais existentes, situação que foi facilitada pelo desenvolvimentos de projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos junto à Universidade Federal de Roraima e o Instituto Insikiran.

Por outro lado, a comunidade percebeu a importância de uma relação de troca de saberes e um início para o fortalecimento da cultura e tradição. Uma atividade de inserção em comunidades indígenas nos proporciona melhor compreensão das relações com a natureza desses povos que habitam a terra indígena São Marcos e em especial a região do médio São Marcos, bem como o fato de que o material produzido e registrado nas reuniões e na festa servirá de base para a construção do Calendário Cultural.

Os resultados são parciais, uma vez que o projeto ainda está sendo desenvolvido. O evento ao qual foi tirado essas impressões ocorreu na Semana Dia do Índio, durante o período de 16 a 19 de abril de 2014. No momento estavam presentes tuxauas e membros das comunidades pertencentes ao médio São Marcos, toda a comunidade e visitantes, além de professores e alunos de graduação e pós-graduação da UFRR que realizam pesquisas sobre a temática do Calendário Cultural.

Foram registrados contos na língua Macuxi referentes aos mitos indígenas, bem como a história da demarcação e homologação da Terra Indígena São Marcos. Durante o evento foi possível registrar vários elementos de revitalização da cultura como a disputa de arco e flecha, encenação dos mitos da região, palestras dos moradores mais antigos contando a história da comunidade, além de uma rica ornamentação com elementos e utensílios da cultura como: Jamanxins, cestos, darruanas, peneiras, tipitis, arcos e flechas produzidos por membros da comunidade, demonstrando não apenas uma grande preocupação em preservar um modo de vida e repassá-lo para os mais jovens, como de apresentar para os visitantes a riqueza do material confeccionado que faz parte da cultura no dia a dia da comunidade.

Referências bibliográficas

CLAVAL, P. **A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na geografia.** In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.) Introdução à Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

CLAVAL, P. **A geografia cultural.** Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 2. ed., Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

MANDUCA, Lourival Simplício. **Atlas escolar: terra indígena São Marcos.** Boa Vista: Editora da UFRR, 2009.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e emoção.** São Paulo. Edusp, 2012.

SILVA, castro; Bethonico, M.B.M. **Projeto de pesquisa: Bancos de dados: uma ferramenta para a gestão dos territórios indígenas.** Boa Vista: Instituto Insikiran/UFRR, 2014.

DO PROTO ARUAK AO WAPICHANA: HISTÓRIA, TERRITÓRIO E LÍNGUA

Introdução

Este texto trata de como o processo de dominação e as transformações provocadas pela invasão das fazendas, das igrejas, das escolas nos territórios Wapichana, influenciaram nas relações de poder pela imposição da língua portuguesa. Por outro lado percebemos a resistência indígena e suas estratégias de continuidade no uso da língua wapichana e na demarcação das Terras Indígenas.

Partimos do princípio de que mesmo antes do contato com os europeus o uso da língua e as expressões culturais não eram estáticos. As mudanças, que antes vinham sendo tratadas como oriundas de migrações e contatos entre povos, mais do que internas, serão analisadas por nós como práticas criativas e de capacidade inovadora pelo povo Wapichana.

Os estudos de linguística histórica nos ajudaram a entender a origem Aruak da língua wapichana e do seu território. Averiguamos que há algumas lacunas nos estudos com as línguas Aruak, assim como necessidade de que pesquisas arqueológicas aconteçam na região hoje chamada Roraima.

Existem dados sobre as línguas na Amazônia brasileira, do séc. XVI, por Loukotka (1968) que aponta 83 grupos do tronco Aruak (apud FREIRE, 2004, p. 49). A família Aruak é essencialmente amazônica e, pelo número de línguas que tem, é a maior família linguística desta região (RODRIGUES in QUEIXALÓS, 2000). De fato é a maior família linguística na América Latina, onde as línguas Aruak estão geograficamente separadas por largas distâncias¹.

A língua wapichana pertence à família Aruak, que teve sua diáspora com uma grande fase de migração desde o médio Amazonas há 4.000 anos e algumas outras

* Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: machado.ananda@gmail.com

¹ A expansão dos grupos Aruak foi analisada também na perspectiva da arqueologia, da história e da antropologia por Oliver (1989), Hill e Santos- Granero (2002) e Hornborg (2005, 2007).

ondas migratórias. Constatou-se que essas línguas viveram em fluxo contínuo de contato com línguas de outras famílias.

Em 1783 o jesuíta Filippo Salvatore Gilij definiu o parentesco genético entre os Maipure e Mojo (Bolívia) e a existência da família linguística Aruak². A glotocronologia, dentre outros métodos, visualizaram padrões, as inter-relações das línguas Aruak e buscaram um padrão genealógico entre elas.

Thurn, que em 1878 percorreu a fronteira entre Brasil e Guayana Inglesa, considerou que o próprio nome “Wapisianas”³ fosse uma corruptela de Oapichana, palavra composta de *uapé* (índio do Rio Negro) e *xana* (preto descendente). Outros povos na região do Rio Negro denominam-se Lerixana, Kirixana, Kiririxana, dentre outros. Greg Urban (1998) estudou os percursos dos Maipure com fundamento nos estudos da geografia, considerando a área peruana como local de dispersão, há mais de 3 mil anos atrás. Ele observou que os subgrupos Maipure são das áreas de planalto e nascentes dos rios.

Segundo Ramirez (2001, p.3), os nomes dos rios na região da bacia do rio Branco têm a terminação *uau* ou *wau*. “No rio Branco: os rios Taráu, Mapuláu, Xixuáu, Tucuxiáu, Paraoáu, Wanuaú (antigo nome do rio Anauaú), Wirauaú, Zamuruuáu, Muáu (na foz do rio Catrimani), Carimáu (abaixo do Catrimani), Ápiaú (antigamente, Apeahú), Muaú, Mau, Imiáu, Quitanaú”. Portanto, de acordo com esses dados, os Wapichana dos campos do rio Rupununi e Tacutu podem ter subido desde o sul pelos rios. “O estudo dos toponímios (cf.1.6) parece mostrar que o território ancestral Wapixana deveria ser procurado no médio ou no baixo rio Negro” (RAMIREZ, 2001, p.524).

Em 1883 Thurn indicou 3 grupos: Wapidiana, Wapidiana verdadeiros, Atorais e Amaripas (p.163). Até os anos 1940 era ainda possível identificar, na língua deste povo, diferenças regionais que contribuíram para revelar a existência desses subgrupos linguísticos. No entanto, no passado, por mais que registros históricos situem, não indicam nem de perto a grande mobilidade dos grupos indígenas. Saíam em expedições nômades de caça, coleta, migrações grupais, fugas ou guerras, busca por lugares sagrados, pesquisas de materiais para trabalho, ou roças; ou simplesmente para conhecer novos lugares. Havia assim, constante mobilidade e reterritorialização (OLIVEIRA, 2012).

² Algumas reconstruções do Proto Aruak foram trabalhadas por Mason (1950), Noble (1965), Loukotka (1968), Matteson (1972) e Tovar and de Tovar (1984).

³ Everard F. Im Thurn deu notícia sobre os Nicari-kurus, Segundo ele com brasileiros e indígenas (talvez Wapsianas) cuja linguagem considerou parecer um “creolo português bastante corrupto”.

Os indígenas, na atualidade, encontram machadinhas, restos de cerâmicas, objetos antigos espalhados inclusive fora das Terras Indígenas demarcadas, o que aponta também para necessidade de ampliar essa área. E há muitas narrativas que circulam pela oralidade nas comunidades que contam da mobilidade dos povos indígenas na região.

Antes da chegada dos povos Karib, que foram empurrados pelos espanhóis, os Arawak chegaram do sudoeste à região do rio Branco e entre eles estavam os Wapichana. No século XVIII a área Wapichana estendia-se da bacia do rio Uararicoera até o rio Surumu, incluindo a ilha de Maracá (ARMELLADA, 1960). Além dos conflitos com os invasores coloniais, as hostilidades entre povos foram frequentes até o início do século XIX. Em 1797, Barata encontrou um grupo de Wapichana às margens do rio Surumu aguardando a volta de guerreiros que tinham subido o rio para lutar com os Macuxi.

Henri Ramirez em seu livro sobre línguas Arawak da Amazônia Setentrional fez referência às primeiras notícias do povo Wapixana do século XVIII de que viviam na área do rio Branco, da ilha de Maracá até o rio Surumu. Com a chegada dos Macuxi ao norte, os Wapixana recuaram para o sul. O que confere com a referência de Armellada.

Coudreau, geógrafo francês que viajou pelo Leste de Roraima, registrou informações sobre como os Wapichana chamavam os Macuxi de “gente ruim” (1887, p.321-323), assim os medos também eram motivo da origem da disputa. Essas guerras dentre seus motivos, tinham função de diferenciar os povos, impor pactos e delimitar territórios. Por outro lado, o “roubo” de mulheres, por exemplo, promovia uma troca de línguas e costumes. Coudreau fez um atlas da França Equinocial no qual mostrou que no território Atoraiu havia várias comunidades Wapichana e algumas Macuxi. E a região Serra da Lua dividia ao norte e ao oeste o território Wapichana, ao leste viviam os Atoraiu e ao sul havia densas florestas.

O etnólogo João Barbosa de Faria, colaborador da Comissão Rondon, por volta do ano 1927, mesmo sem formação linguística, curso que ainda não existia no Brasil naquela época, teve a função de documentar línguas indígenas. Considerou que os *Arawaque* foram portadores de alta cultura, que trazia vestígios dos Aimará e dos Chibcha. Segundo o etnólogo, eram originários da cordilheira boliviana, de onde, possivelmente, desceram para a Amazônia, entre as bacias do Paraguai e do Xingu: os Guaná, os Paici ou Ariti, os Uará e os Meinaco (Microfilmes do Museu do Índio, p.104 do relatório). O que confere com o que afirmou Gilij, mas diverge da visão de Ramirez.

Como povos *Aruaque*, pelo critério linguístico, Barbosa de Faria listou 29: Arara-tapuia, Baniva ou Baniua, Baré, Bendiará, Campa, Canamari, Caripuna (do rio Curupi ou Curipi), Catiana, Caxiniti, Cozárini, Cunibo, Custenau, Hohodeni, Iamamandi, Ipeca-tapuia, Irana, Jurupari-taruia ou Ijãine, Iaiana, Maneteneri, Meináco, Parici, Piro, Quinquinau, Siuci-tapuia, Sucuriú-tapuia, Tariana, Ticuna, Uaimaré e Uaulâjuti (Microfilme 1C CNPI_00121.tif. p. 106 do relatório). No mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes, adaptado do mapa de Curt Nimuendaju, 1944 (IBGE, 2ª impressão 1987), classificados como Aruak, aparecem uma média de 10 povos, os Amariba, Parauiana, Atorai, Wapisana, Guinau, Arawak, Maopityan, Siriana, Bahua-na e Carahiahy. Percebemos que Curt Nimuendaju não incluiu nenhuma das línguas listadas por Barbosa de Faria em seu mapa.

O mapa de Nimuendaju é a referência mais divulgada e ajuda muito a compreender a diversidade étnica e linguística no Brasil. Sobre seu Mapa Etno Histórico Curt Nimuendaju⁴ fez as seguintes observações:

Pela sua natureza o Mapa não pode representar um trabalho definitivo, mas apenas uma tentativa que possa servir de base para trabalhos futuros. Devia ser completado e corrigido constantemente de acordo com os dados que vão chegando. O SPI que pela sua natureza devia ser a fonte principal para localização actual das tribus falha completamente, pois os seus funcionários muitas vezes mesmos nem sabem com que tribu estão lidando (Manuscrito de Curt Nimuendaju no CELIN).

Há, portanto, discrepância entre o nome ou mesmo a existência dos povos registrados por Barbosa de Faria e Nimuendaju. Atualmente esse número de línguas ficou reduzido a menos da metade e não há ainda estudo que tenha mapeado com precisão o estado da questão.

Em relação às línguas da família Aruak⁵ em Roraima, há poucas pesquisas realizadas e nosso enfoque aqui é a sócio história dessas línguas, sobretudo da língua wapichana e da língua atoraiu. Sendo que, até o momento, desconhecemos estudo específico sobre os Atoraiu no Brasil.

⁴ Curt Nimuendaju, no seu Mapa *Etno-histórico* elaborado em 1942-1944 identificou as línguas indígenas nos territórios onde eram faladas. Realizou cartografia linguística com 41 cores e tons, em traços finos, para indicar a classificação e as famílias linguísticas. Usou o mapa do Brasil para localizar as línguas nos espaços ocupados por seus falantes em diferentes momentos históricos, usou como referências a hidrografia. O tamanho de letras - maiores ou menores - assinala a importância demográfica e a extensão territorial de cada grupo. Os tipos de letras diferenciadas servem para distinguir as línguas ainda faladas daquelas que foram consideradas extintas. O Mapa registra cerca de 1.400 grupos indígenas em mais de 500 rios com 972 referências bibliográficas e anota, em muitos casos, as datas e a direção das migrações. “Trata-se de um mapa em movimento, que formula questões relevantes sobre o destino das línguas” (FREIRE, 2014).

⁵ Aruak é a família linguística com maior número de línguas na América do Sul.

Dos pesquisadores que estudaram os Wapichana em Roraima, destacamos: a tese de Nádia Farage (1997), que escreveu as práticas retóricas entre os Wapichana, e fez uma “etnografia da fala”, conseguiu explicar as classificações das plantas, dos narradores e dos pajés. A dissertação de Carneiro (2007), escrita dez anos depois da tese de Farage, que é uma toponímia da Região Serra da Lua (Wapichana) e mostra como esse estudo contribui no conhecimento da língua, da cultura e para a possibilidade de reflexão a partir da forma de pensar do povo Wapichana da região. Carneiro (2007) retomou o diálogo com alguns dos narradores Wapichana que foram entrevistados por Farage. A tese de Manoel Gomes dos Santos (2006) que escreveu uma gramática da língua *wapixana*⁶. E Cirino (2008) que estudou o processo de evangelização entre os Wapichana.

Supomos que atoraiú é uma das línguas mãe da língua wapichana, mas precisamos realizar pesquisa especificamente para avaliar a questão. Henri Coudreau, geógrafo francês que esteve por entre os povos Atoraiú e Wapichana afirmou que “Já os Atorradis, os homens sobretudo abandonaram, quase completamente, sua língua original para falar só Ouapichiana que é, por assim dizer, o idioma da civilização e do progresso” (1887, 312-313).

Até a década de 1940, a diversidade linguística e as diferenças regionais da filiação Aruak dos quatro subgrupos na Guiana, dos quais um deles é o Wapichana, ainda era percebida como o “verdadeiro” Wapichana, o Atoraiú, o Amapirá e o Mapityian” (THURN, 1883, p. 163).

No Anuario do Rio Branco há referência de que “o grupo etnológico dos Aruac acha-se representado em nosso território na tribo dos ‘*Uapixana*’ que conta talvez com 1.000 indivíduos, localizados nos rios Tacutu, Uraricuera, Amajarí, Parimé, Cauamé. Eles habitam exclusivamente a região campestre, sempre próximo às serras. Tribus parentes destes são apenas os Atorais no alto Tacutu e os Guinaus no alto Uraricuera” (1921, p.13).

Koch-Grümbert fez referência a 100 *Atarois* misturados com os *Wapichana* que poucos falavam sua língua e vinham sendo absorvidos pela maioria Wapichana. Grümbert ouviu, segundo seu registro, Atoraiú apenas em duas casas quando esteve na região (1922).

Em 1934, Dom Mauro Wirth ouviu da liderança indígena Ernesto Wapichana, que na região Serra da Lua se falava um grupo dialetal Atoraiú constituído por:

⁶ Há diferentes formas de escrever Wapichana, escolhemos esta, mas respeitamos a forma que cada autor usa quando nos referimos a eles.

Cigarra (Vapidiana), Sarraúa (Vapidiana), Malacacheta (Vapidiana, 100 indivíduos). Constituído por 2 estabelecimentos com o mesmo nome situados, um mais próximo ou mais distante da Serra da Malacacheta. Kanáuani (Vapidiana, Makuxi), Nova- Cintra (Vapidiana), Taboa-Lascada (Vapidiana, constituído por mais ou menos 100 indivíduos), Kitruau (Vapidiana) e Jakami (Vapidiana, Aturaiú) (Apud HERMANN, 1964, p.10)

Bem mais tarde, segundo referência do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL, 2008), e de nossa experiência de trabalho nas comunidades indígenas em Roraima desde 2009, restaram dois povos: os Wapichana e os Atoraiú, que atualmente são poucos e, provavelmente, falam uma variação da língua wapichana.

Ramirez (2001) fez referência a dois dialetos dessa língua “o Wapixana próprio e o Atorai”, mas, segundo este autor, nenhum estudo foi realizado na área para confirmar tal divisão dialetal. Quando ouvimos a fala de alguns Wapichana na atualidade, percebemos que os Atoraiú que falam uma variação da língua wapichana, têm sotaque diferente e algumas palavras do léxico que usam são diferentes também, portanto não podemos afirmar ainda, com os dados que temos, se são duas línguas ou apenas uma língua e um dialeto.

De acordo com as fontes que encontramos, quem documentou partes da língua wapichana no Brasil, em 1885, foi Feliciano Antonio Benjamin; em 1887, Coudreau; em 1927 João Barbosa de Faria (CNPI, na Bacia do Uraricuéra, mais precisamente no Boqueirão). Antes de 1936, Braulino de Carvalho registrou palavras e algumas frases e nos anos 1940, Curt Nimuendaju (não conseguimos evidência do local e nem data precisa, ou confirmar se ele esteve ou não entre os Wapichana. É possível que tenha trabalhado com dados secundários).

Depois, as referências são os dicionários de Casimiro Cadete (1990) e do grupo de professores da região Serra da Lua (2012). Na República Federativa da Guiana, quem fez alguns registros da língua wapichana foi Farabee (1918) e Tracy (1972). Dentre esses, apenas Braulino de Carvalho registrou palavras e algumas frases na língua atoraiú.

Pelos viajantes, etnógrafos, antropólogos, linguistas e indígenas a própria palavra Wapichana vem sendo escrita de diferentes formas: Wapixana, Ouapichianes, Oapixanas, Uapixana, Uapichaná, Uapixaná, Valpidiana, Vapidiana, Vapixana, Wapicána, Wapichána, Wapiachiyána, Wapisána, Wapishana, Wapisiana, Wapitxâna, Wapixiana. Entre essas 18 formas de escrever, usamos a grafia “Wapichana” por ser a que os professores de língua wapichana da região Serra da Lua usam atualmente, mas

nos textos de cada autor ou documento citado, manteremos a forma como cada um escreve. Tecnicamente, a sigla WAP representa o povo e a língua Wapichana.

O povo Wapichana a partir do século XVII: história, território e língua

[...] é preciso conceber os conhecimentos que compõem os arquivos como um sistema de enunciados, verdades parciais, interpretações histórica e culturalmente constituídas — sujeitas à leitura e novas interpretações (FOUCAULT, 1986, p.149).

Para compreendermos como o processo de dominação, imposição das línguas e de modos de vida do colonizador influenciaram o uso ou não da língua wapichana, retrocederemos ao século XVII para analisar como esse processo foi sendo construído.

O mapa da Bacia do Rio Branco- primeiros aldeamentos- do século XVII (FARAGE, 1991) evidencia a existência de 23 povos indígenas no lugar hoje denominado Roraima, eram eles: Arina, Waika, Macuxi, Paraviana, Jaricuna, Sucuri, Wapixana, Guaxumará (Watumara), Pauxiana, Tapicari, Sapará, Guinau, Procotó, Acarapi, Irimissana, Caripuna, Amariba, Atorai, Parauana, Arawa, Macu, Aruaquí, Auaquí (Awake).

Entre os anos 1639 e 1655 apenas alguns portugueses conheceram o Rio Branco. Em seguida o Estado passou a investir pesadamente nos aldeamentos no processo de demarcação das fronteiras luso portuguesas. Essas questões muito influenciaram a política pombalina. “Censura sobre a vida social, prisão de silvícolas [...] clima opressivo do aldeamento impõem-se [...]” (Alexandre Rodrigues Ferreira, 1888, p.77). E houve também, como forma de dominação, a proibição do uso das línguas indígenas.

Para evidenciar como os Wapichana viveram este período, nos apoiamos dentre outros materiais, nas notas históricas sobre a missão Beneditina do Rio Branco, onde encontramos a informação de que em 1725 chegaram os padres Carmelitas do rio Negro para evangelizar o povo da região. Há registros de livros de batismos e casamentos a partir de 1840, até 1850, depois houve lacuna de quase 30 anos. Em 1892 foi fundada a paróquia de Nossa Senhora do Carmo em Boa Vista e nela esses padres trabalharam até 1909.

Nádia Farage, em seu livro Muralhas dos Sertões, afirmou que nos anos 1775 dos cinco aldeamentos indígenas, Caya-caya e Santa Rosa (espanhóis) colocavam em xeque o sistema de defesa montado pelos portugueses, que em 1776 expulsaram os

espanhóis e construíram o Forte São Joaquim, com mão de obra escrava indígena. No aldeamento de Nossa Senhora da Conceição, às margens do rio Uraricoera, foram aldeados os Wapichana, Paraviana, Saporá e Erimissana. Foi constituído o aldeamento São Felipe, às margens do rio Tacutu, N. S. do Carmo, no baixo Rio Branco em que viviam os Wapixana, Atoraiu, Saporá e Parauana. Este aldeamento não aderiu à revolta que falaremos a seguir. No rio Branco havia o aldeamento Santa Bárbara, no rio Uraricoera o de Santa Isabel, e próximo ao Forte, o aldeamento Santo Antônio e Almas, de 1780 (FARAGE, 1991).

Em 1790 houve revolta e os mais afetados foram os Paraviana e Wapichana, dos quais viviam 133 em Santa Maria, 212 em São Felipe, 45 em São Martinho, somando um total de 390 indígenas. Nesse período não houve notícia de aldeamento Atoraiu, portanto podemos supor que conseguiram fugir. Em 1798, uma expedição militar teve como resultado o massacre e castigo aos índios. Foi quando aconteceu a revolta na “Praia do Sangue”, ou “Ponto da Desgraça” como resposta dos povos, inclusive dos Wapichana, a tanta violência sofrida pelos indígenas (EGGERARTH, 1921, p.8).

Chez nos deux tribus du campo oriental du rio Branco comme chez toutes celles de Guyane, l'organisation politique et sociale est absolument embryonnaire. Les tuxaus (chefs) n'ont aucune autre autorité que celle que peut leur donner une grande supériorité individuelle; les pagets, qui son les médicins et lês linguistes de la maloca ou de la tribu, ont peut-être une autorité un pet plus grande, mais d'un caractere absolument moral. C'est l'anarchie puré réalisée chez un peuple simple et sans besoins” (COUDREAU, 1887, p. 309).

O estudioso francês fez referência à liderança política (tuxaua) como sendo o pajé, médico e linguista da tribo, é quem usa e conhece profundamente a forma sagrada e solene do uso da língua wapichana.

O Cuthbert Cary-Elwes foi o primeiro missionário católico a tentar evangelizar os Wapichana. O Jesuíta tinha interesse por eles uma vez que ali ainda não teria que disputar com os protestantes. No final de 1910, apesar de recusarem sua entrada em muitas comunidades, conseguiu estabelecer um campo missionário erigindo igrejas e divulgando os sacramentos católicos entre os Wapichana. Em 1923 o jesuíta foi acometido de doença e terminou sendo repatriado a Londres após ficar em hospício em Georgetown (FARAGE, 1997)⁷.

⁷ No Rupununi contavam que uma Wapichana teria o envenenado por conta dele ter exigido que seu marido decidisse e ficasse apenas com uma mulher e realizou um casamento católico, tendo sido abandonada, resolveu se vingar (FARAGE, 1997).

A parte final da migração Wapichana aconteceu após as guerras com os Macuxi. Talvez por isso não haja divisão rígida separando as áreas desses povos. Do século XX até a atualidade, tem comunidades Wapichana e Macuxi nas mesmas regiões, inclusive com muitas comunidades mistas.

Herrmann, (1947, p.126-130), com base nos registros do Missionário Beneditino Dom Mauro Wirth, referiu-se aos Vapidianos verdadeiros⁸, aos Karapivi, Paravilhana, Tipikeari e Aturau como povos Aruak em Roraima. No entanto, com base nas referências de Koch Grümberg, consideramos que os Karapivi⁹ dificilmente poderiam ser um subgrupo Wapichana. Esse aspecto dentre outros sobre os Aruak em Roraima merece ser aprofundado por estudo específico, pois há ainda muitos detalhes a serem desvendados sobre a origem desses povos.

Como Aruak, Gillinn afirma que é preciso acrescentar os Amariús, os Maopitian, considerado como subgrupo Aturau (1934). Em 1913 nas cabeceiras do rio Trombeta (Pará), segundo Curt Nimuendaju, havia os Maopitian, bem longe da área Wapichana, por isso para o pesquisador os Maopitian seriam um grupo Aruak autônomo (1981, p.70). Essas informações nos fazem defender a hipótese de que a língua aturau pode ser a “língua mãe” da língua wapichana, mas esse é um estudo que pretendemos realizar no futuro.

O inglês Willian Farabee (1918) pesquisou sobre os Wapichana¹⁰ nas primeiras décadas do século XX (1964 [1918]). Segundo ele, no Brasil, os Wapichana apareciam habitantes do rio Uraricoera ao Rupununi, com população de 3 a 4.000 nas comunidades e 1.000 nas cidades, somando com os da Guiana, entre 10 e 11.000 pessoas. No Brasil considerou os Wapichana como índios do contato, civilizados, bastante “aculturados”. Na Guiana, por sua vez, observou que eram índios selvagens, por residirem em território onde a presença estatal era praticamente nula e o conhecimento sobre o povo e sua cultura especulativo. No lado guianense, eles ocupam as savanas do rio Tacutu, Rupununi e Kwitaro e seus afluentes, fazem limite ao sul com as montanhas Kanaku (território Macuxi na Guiana) e com o território Wai-Wai ao leste. São nitidamente separados dos Macuxi e do lado Guianense houve muita competição e rivalidade entre os dois povos, em um contexto bem diferente do vivenciado no lado brasileiro.

⁸ Para a autora os Vapidianos verdadeiros viviam desde a Serra Uroaima entre os Rios Parime e Surumu; os Karapivi no Rio Surumu, Cotingo e Xumina; os Paravilhana no Rio Amajari; os Tipikeari no Rio Uraricoera, Mucajai e Cauamé; e os Aturau na Serra da Lua.

⁹ Koch Grümberg fez referência aos Karapia, que poderia ser o mesmo povo que os Wapichana. Mas depois supôs que as variações linguísticas dos Karapia vieram do Macuxi, pois, posteriormente teriam sido absorvidos por eles. No século XX, passaram pela região além de Koch Grümberg (1909-1924), o botânico Ernesto Ule (1908-1911), J. D. Hasman (1912), J.G. Kuhlman, Anderson e Becker (1924) e Rice.

¹⁰ Os Wapichana se expandiram para o leste e incorporaram outros grupos com aproximação linguística.

Em 1921, quando D. Pedro Eggerath passou a ser Abade da Prelazia do Rio Branco, narrou a inércia, a falta de estímulo da população¹¹ e cogitou que isso talvez se desse pela ausência de via de comunicação permanente com outras regiões. Segundo ele com “inconvenientes graves, qual o do contrabando para Guyana Inglesa, cujo governo busca atrair, sob promessas falsas, os índios brasileiros” (1924, p. II). O que acontecia na época, quando o fluxo era maior na direção do Brasil para Guiana Inglesa.

Dom Eggerath chamou atenção para a necessidade de instituir postos de assistência aos índios, principalmente na fronteira com a Guyana Inglesa¹² “onde, ao par do ensino religioso, ser-lhes-ão ministradas as noções elementares, o conhecimento da língua vernácula, onde ainda poderão familiarizar-se com melhores e mais práticos métodos de cultura adequadas” (1924, p.26).

O religioso teve leitura etnocêntrica e não organizou suas observações por povo, tratou os Wapichana e Macuxi como se fossem povos com práticas culturais semelhantes, uma vez que os encontrou vivendo juntos. Consta que depois da derrota sofrida na guerra com os Macuxi, os Wapichana assumiram vários traços culturais deles e vice e versa. Tomamos os dados de Dom Eggerath pela falta de outros desse período, mas temos consciência de que são informações mais gerais e não específicas dos Wapichana, apesar do religioso no seu texto considerar os Wapichana autóctones.

Segundo Dom Eggerath, as malocas eram visitadas por ele com frequência e os batizados chegavam a 4.000. Portanto ficaram evidentes também as transformações oriundas dessas influências religiosas. A população indígena era de 15.000 “almas”, mas ele considerou que este “número parecia aquém da verdade” (1921, p.31). Outro aspecto que chama atenção nos registros do religioso é a visão de que haveria uma transformação total no modo de ser indígena. Quando citamos seu texto, deixamos a forma com a qual escreveu.

Os índios, em estado propriamente selvagem, serão poucos no Rio Branco; a maioria, porém, evita ou recusa o contato com o branco, mantendo com ele relações, quando muito, pelo intermédio de outros selvícolas que procuram trabalho com o civilizado, mas não se demoram, pois costumam ficar ausentes apenas tres “luas” para voltarem às suas terras, impelidos pela nostalgia e pelo anseio de liberdade. Este convívio, mesmo a proximidade de alguns núcleos civilizados, sempre tem influenciado as tribus mais próximas [...] outros hábitos nossos vão sendo imitados, enfim o início de uma transformação que acabará sendo total (Idem ibidem).

¹¹ Na época Boa Vista tinha, segundo Eggerart, 10.000 e poucos habitantes, 200.000 cabeças de gado bovino e 10.000 de gado cavalari.

¹² Com 260.000km² de superfície e sua estrada fluvial de 610 km cortando a linha do Equador.

Ele dividiu nas suas classificações dois grupos, os Caraibas invasores: Macuchys, Taulipans, Arekuanás, Purukotós, Yanaránas e Mayongongs e o grupo dos Aruák, autochthone: os Uapichanas (índios dos campos). Contou que eles, referindo-se a todos esses povos, moravam em aldeamentos de 5 a 10 habitações, raros os que chegavam a 20 ou mais. Dom Eggerath considerou a “descaracterização cultural” desses povos. A assimilação era prevista pelo religioso e, segundo ele, seria decorrência das transformações vividas pelos povos indígenas.

Quando em 1932 as irmãs Beneditinas começaram a trabalhar as turmas de alfabetização na região Serra da Lua, elas passaram a proibir o uso das línguas indígenas na escola. Nesse período foram construídos e já funcionavam patronatos com alunos indígenas em outras localidades em Roraima. Em 1923 foi construído o primeiro prédio escolar e em 1929 o primeiro hospital em Boa Vista.

O linguista Ernesto Migliazza (1980, 1985) identificou comunidades Wapichana isoladas nas cabeceiras do rio Mapuera (PA), quantificou os falantes da língua Wapichana em 60% da população. Desses, 80% falava português ou inglês. Os outros 30% falavam mais do que essas três línguas, macuxi ou taurepang.

Edson Diniz esteve em campo entre 1964 e 1966 e afirmou que foram os Macuxi e Wapichana os povos que receberam de modo mais incisivo, os abalos do contato entre os grupos indígenas no espaço hoje chamado Roraima. E dentre os dois, “Os Wapixâna foram sempre mais acessíveis ao contato com os brancos” (DINIZ, p.99). Nesse período, a população do então Território era de 40.000 pessoas, com base econômica na pecuária, pequena agricultura, extrativismo mineral e vegetal¹³. Os indígenas passaram a ser submetidos à “ordem nacional” e a reconhecer a superioridade econômica do não índio. Aceitavam ser chamados de “caboco” e tinham sentimento de inferioridade. “Os marreteiros que visitam suas aldeias também se valem dessas ludibriações, quase sempre auxiliados pela cachaça” (DINIZ, p.96).

Diniz considerou a reação dos Wapichana como pacífica, porém não conformista. O autor afirmou que eles resistiram por meios não violentos, através de furtos, fugas, embriaguês, o que segundo o autor, reforçava a representação depreciativa que os regionais faziam dos indígenas. Considerou que “a sociedade indígena fica desfigurada” por um lado, e por outro não conseguia participar plenamente da sociedade envolvente, portanto sem “integração satisfatória” devido à diminuição da autonomia política, à dependência econômica, à indefinição da cidadania, a diversidade de interesses e o proselitismo religioso. Em relação ao uso ou não da língua wapichana

¹³ É importante lembrar que no ano de 1964 os povos indígenas ainda eram tutelados pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

na sociedade considerada por Diniz “desfigurada”, percebe-se que o esquecimento da língua pode ser sinal do que o antropólogo pontuou.

Em 1976, o antropólogo Orlando Sampaio Silva, quantificou a população indígena de algumas comunidades¹⁴ e encontrou comunidade indígena que o antropólogo descreveu como:

em franco processo de integração à sociedade nacional, com 122 moradores entre Makuxí, Wapixána, mestiços Makuxí-Wapixána, índio- ‘Branco’, índio-negro e ‘brancos’, estando entre esses últimos o administrador da Fazenda e sua família. Todos_ mestiços, índios e brancos- são funcionários da FUNAI” (1980, p.75).

Essas classificações de Orlando Silva apontam para a forma como ele percebeu as identidades indígenas. Mesmo quando os indígenas eram filhos de Macuxi com Wapichana, ele chamou de mestiço ao invés de chamar de indígena. Talvez possa ter considerado também o critério de uso da língua indígena, pois era comum os filhos de casais inter étnicos falarem apenas a língua portuguesa. Em relação às comunidades Wapichana, Sampaio Silva, faz referência a três áreas bem definidas “em maior concentração na Região do Rio Amajari, ao sul do rio Uraricuera e a oeste do rio Branco; e a leste deste último rio, norte do Quitauaú e sul do rio Tacutu” (1980, p.75).

Na região Serra da Lua, que o local no qual enfocamos este estudo, esteve em cinco comunidades Wapichana com total de 400 pessoas em 80 famílias. Na “aldeia Tábua Lascada”, encontrou 94 pessoas e comentou que “apenas o velho tuxaua ainda é capaz de falar a língua Wapixána”¹⁵. Afirmou que naquela época, “a aldeia Malacaxeta congregava 350 Wapixána [...] Muitos dos índios deste aldeamento são originários da Guiana”. A comunidade “Canoani” tinha 19 famílias Wapichana e raros Macuxi, “mantém grande unidade em torno do seu tuxaua”¹⁶. No Manoá, encon-

¹⁴ Eram 17 Wapichana vivendo na comunidade Vista Alegre e 182 Macuxi. Considerou a “aldeia” Boca da Mata como mista, com Makuxí, Taupépan, Wapixána e alguns Ingarikó. Na sede da Fazenda São Marcos. Em 1976 a fazenda foi demarcada com limites ao sul, na confluência dos rios Tacutu com o Uiraricuera, quando formam o rio Branco, ao leste seguindo o rio Tacutu até a foz do rio Surumu, seguindo seu limite até a foz do igarapé Mianguê, subindo até a fronteira do Brasil com a Venezuela; ao oeste seguiu o rio Uirarucuera até a foz do Parime, seguindo por este a até a serra da Pacaraima; ao norte parte da linha seca com a nascente do rio Parime até a linha divisória com a Venezuela até o alto da cordilheira de Pacaraima, até a nascente do igarapé Mianguê; com 790.000 hectares. Dentro dela, da terra indígena mais antiga do país, além da previsão de construir a cidade de Pacaraima, haviam pelo menos 64 fazendas de gado particulares (SILVA, 1980, p.86)

¹⁵ Essas citações são todas de SILVA, 1980, p.75. O autor também afirmou que na “aldeia Tábua Lascada” [...] “são hospedados alguns índios Makuxí”.

¹⁶ O tuxaua da comunidade Canaunim nesse período foi Casimiro Manoel Cadete, liderança importante na região Serra da Lua cujo a história de vida foi fonte de análise em capítulo da tese em elaboração pela autora. Na Pedra Branca os Wapichana estavam misturados com ‘brancos’ e sem tuxaua. Em São Francisco, com 8 famílias

trou 190 pessoas e poucos Macuxi. No Pium, com 80 pessoas, o tuxaua, “enfrenta graves problemas de disputa de terras com os fazendeiros ‘brancos’”. Na “aldeia” Jacamim, mais distante das “populações nacionais”, “apenas raros índios falam a língua portuguesa” (Idem *ibidem*).

Expressões de Silva como “Wapixána cablocalizados”, reiterava o que os regionais fizeram com os indígenas que passaram a viver invisibilizados na época, chamados por eles de caboclos. Ao mesmo tempo em que o autor fez referência a “deformações nas estruturas sócio-culturais”, propôs a “criação de um Território Federal Indígena”, definido pelo art. 30 do estatuto do Índio por “unidade administrativa subordinada à União, instituída na região na qual pelo menos um terço da população seja formada de índios”. Identificou que em 1976 mais da metade da população era indígena, mas a pressão sobre as riquezas, sobretudo no subsolo, por corporações nacionais e internacionais, segundo ele, impediram que esse Território Federal Indígena fosse criado.

O território Wapichana no Brasil foi praticamente todo invadido por fazendas de gado, inicialmente por descendentes dos primeiros colonos do Rio Branco e depois por comerciantes de Boa Vista. Os Wapichana passaram a trabalhar como peões e vaqueiros. Foi comum também as relações de compadrio, assim os Wapichana passaram a ser “parentes” desses fazendeiros. Isso também acontecia como forma de obter mão de obra barata, sendo os filhos dos indígenas “criados” para serem trabalhadores nas fazendas. No entanto, quando o “paternalismo”¹⁷ entrou em crise, os peões tornaram-se assalariados e o sistema de sorte (um bezerro a cada 4 nascidos) até então vigente, foi abolido. Estavam “acomodados” com uma forma diferente da que trouxeram os fazendeiros do Sul, com relação de “produção capitalista”. Passaram a ter atitude opressora, a negar aos Wapichana passagem pelas terras cercadas, proibiram pesca, caça e agrediam. “Compravam” as terras e tratavam os indígenas como invasores

Wapichana e Macuxi, segundo o autor, “em degradação, sem liderança política tribal. Um fazendeiro ‘civilizado’ intenta a expulsão desses índios de suas terras”. (SILVA, 1976, p.76). À margem da rodovia BR-401, o vilarejo e “aldeamento” Tucano “reúne 10 famílias compostas de ‘brancos’ e índios Wapixána cablocalizados” (SILVA, 1980, p.76). Com 55 pessoas, as vilas Sucuriju e Nova Esperança são compostas de “brancos”, Wapichana e Macuxi.

¹⁷ Usamos as palavras e expressões: “aldeia”, “parentes”, “criados”, “paternalismo”, “acomodados”, “produção capitalista”, “Compravam”, entre outras porque Silva (1980) usou em seu texto. Tentamos reproduzir o pensamento do autor. Com minhas palavras uso comunidade e evito usar aldeia. Os outros termos todos são relacionados à mudança da relação dos indígenas com os fazendeiros que no início aparentemente era de intimidade e proximidade (exploração econômica disfarçada) e os indígenas se acostumaram com isso; e depois se aperceberam, resistiram, mas mesmo assim passaram a sofrer uma exploração econômica assalariada, diferente, mais explícita e pesada.

Os Wapichana passaram a se organizar e defender seus direitos. A partir de 1977 as comunidades começaram a receber da igreja católica, sobretudo bovinos, e criar um rebanho comunitário como forma de garantir a posse do território de acordo com a lógica do invasor. Vale pontuar que reiteradas vezes os indígenas ficaram insatisfeitos com a demarcação da FUNAI, como foi o caso da Terra Indígena Manoá Pium. Os Wapichana da região queriam uma área única até a Terra Indígena Moscou e retiraram os marcos que a FUNAI tinha ordenado colocar (1981)¹⁸.

A Secretaria de Educação já atuava controlando toda rede escolar em território Wapichana. Para a Diocese “a escola tornou-se um dos melhores meios para destruir a cultura Wapichana” (CIDR, s/d, p.76). Em 1992 Miriam Machado, linguista que trabalhou com os Wapichana afirmou:

os próprios índios observaram que a alfabetização e o ensino de língua materna deveriam, com urgência, ser implantados na escola como forma de resgatá-la e preservá-la, já que o uso da língua portuguesa é predominante. Porém, como apenas o ensino da língua materna não é o bastante, para preservar culturas, implantou-se também: aulas de costura como atividade de educação artística; horários semestrais para plantios; e cursos anuais de lingüística de wapichana para professores e para comunidade, a fim de incentivar o uso das línguas nas aldeias¹⁹.

Em 1995 foi redigida pelas lideranças indígenas a carta de Canaunim, documento com a definição de qual escola eles queriam. Esses movimentos indígenas tiveram o objetivo de fazer um processo educativo de acordo com suas perspectivas, mas o sistema estadual de educação no encontro com as reivindicações indígenas provocou colapsos, sobretudo no que tange ao uso das línguas indígenas. Na atualidade a questão ainda é problemática e não há política lingüística eficaz na gestão territorial do uso das línguas indígenas.

O acesso às cidades foi facilitado pelas estradas que cortaram as Terras Indígenas, pela carona dos fazendeiros, os ônibus e as bicicletas. Nas vilas os homens passaram a trabalhar na construção civil, nas serrarias ou comércio com baixa remuneração e com o desrespeito dos empregadores às leis trabalhistas. As meninas eram convidadas a ir estudar na cidade e eram levadas, mesmo sem seus pais permitirem, com esperança de também conseguir emprego. No entanto eram exploradas e, muitas vezes, terminavam prostituídas (CIDR, 1980).

¹⁸ Até hoje há reivindicação de ampliação das terras indígenas.

¹⁹ Comunicação no Congresso América 92, fruto do projeto de pesquisa: Morfosintaxe da língua Arawak (FAPERJ). E relatório de assessoria lingüística prestada à Secretaria de Educação de Roraima, como parte do projeto de sistematização da língua wapichana. A linguista esteve entre as comunidades Malacacheta e Canaunim assistindo às aulas ministradas por Casimiro Cadete e coletando dados em forma de frases, diálogos e discursos também com os professores Wilson, Odami e Nilzimara.

Nos anos 1980, segundo o CIDR o povo Wapichana ocupava três áreas geográficas diferentes: Surumu- Cotingo, em 3 comunidades, no meio da maioria Macuxi com os quais se uniram e receberam bastante influência cultural. Taiano- Amajari, com 13 comunidades espalhadas na beirada dos rios Uraricoera, Amajari, Parime e seus igarapés afluentes. Serra da Lua, com 18 comunidades entre o rio Branco, Quitauá (Brasil) e Rupununi (na Guiana). Foram identificadas 26 comunidades no Brasil, com 3.500 indígenas e mais 700 Wapichana “não aldeados” e 9 comunidades na Guiana, com 8.000 Wapichana.

Considerações finais

Observamos que os nomes dos rios que percorrem o território influenciam os nomes dos povos e a forma da língua se constituir também, o que é interessante para compreender as relações território, identidade cultural e uso das línguas Aruak. É interessante ressaltar aqui o poder de a língua indígena nomear e contribuir na reconstituição do território ancestral Wapichana.

De fato, o não uso da língua wapichana internamente nas comunidades, modificou radicalmente o modo de vida. Por um lado, na relação com a sociedade envolvente, a língua passou a ser estigmatizada. E por outro lado, quem não sabia falar wapichana, passou a ser classificado pelos regionais e principalmente por quem queria tomar suas terras, como não sendo mais indígena e não tendo direito ao território²⁰. Nesse processo, as mudanças no uso da língua wapichana foram fortes e evidentes. Nas fazendas, na feira, na escola e na cidade usavam apenas a língua portuguesa.

Com o processo de imposição política e religiosa, os pajés foram deixando de ser tuxauas. Na atualidade poucos tuxauas consultam aos pajés na hora das tomadas de decisão e a quantidade de pajés Wapichana diminuiu. Cogitamos que de fato o conhecimento da língua indígena é uma chave para compreensão do território Wapichana. Consideramos que a retomada de valores que as línguas indígenas nomeiam, e que estão guardados na memória do povo, é uma forma de contribuir para que continuem fortemente presentes dentro das narrativas orais e na vida das comunidades indígenas.

²⁰ Por mais que o critério do uso da língua tenha influência na construção da identidade indígena, não determina quem é indígena ou não. Muitos indígenas falam português e outras línguas majoritárias.

Referências bibliográficas

AIKHENVALD, Alexandra Y. **The Arawak language family**. In: DIXON, Robert. M. W.; AIKHENVALD, Alexandra Y. (Eds.). *The Amazonian languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

ARMELLADA, Cesáreo de. **Por La Venezuela indígena de ayer y hoy, 1960**

BARATA, F.X. Rodrigues. **Diário da Viagem à Colônia Holandesa do Suriname - Porta Bandeira da Sétima Companhia do Regimento da Cidade do Pará**. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, Tomo VIII, N°48,1846.

Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa, fundada em 1875, 5ª série, nº 1.

BENJAMIN, Feliciano Antônio. **Notícia sobre o Rio Branco e os índios que o habitam** [S.I]: [s.n], 1885.

CADETE, Casimiro Manoel. **Dicionário Wapichana-Português/Português-Wapichana**. São Paulo, Loyola, 1990.

CARNEIRO, João Paulo Jeannine Andrade. **A Morada dos Wapixana Atlas Toponímico da Região Indígena Serra da Lua- RR**. Dissertação de mestrado Universidade de São Paulo, 2007.

CIDR. **Mundo Wapixana: Lendas, fatos & Histórias**. Centro de Informação da Diocese de Roraima (CIDR). Boa Vista, dezembro de 1986 (no Prelo).

CIRINO, Carlos Alberto Marinho. **A “boa nova” na língua indígena: contornos da evangelização dos Wapichana no século XX** – Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

COSTA, C.N. **O Vale do Rio Branco- Suas realidades e Perspectivas**. Departamento de Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1949.

COUDREAU, Henri Anatole. **La france equinoxiale**. 2. ed. Paris: Challamel Ainé, 1887.

D'ALMADA, M. G. L. **Descrição Relativa ao Rio branco e seu território- Anno de 1787**. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. 24 (4): 617-683.

DINIZ, Edson Soares. **Os índios Macuxi de Roraima**. Marília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1972.

_____. **O perfil de uma situação interétnica: os makuxí e os regionais de Roraima**. Bol. Do Museu p. Emílio Goeldi. Belém: Antropologia, n.31, 1966.

_____. **Os makuxí e os Wapixána**: índios integrados ou alienados? Atas do simpósio sobre a Biota Amazônica, v.2 (Antropologia), Cnpq, Belém, 1967.

_____. **A terminologia de parentesco dos índios Wapixána**. Bol. Do Museu P. Emílio Goeldi, Belém, Antropologia, n. 34, 1968.

FARAGE, Nádia. **As Flores da Fala: práticas retóricas entre os Wapixana**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1997.

_____. **As Muralhas dos Sertões**: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Diário da viagem philosophica pela capitania de São-José do Rio-Negro**. Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brazil, tomos XLVIII-LI, 1886-87-88.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Rio Babel- a História das Línguas na Amazônia**. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004.

_____. **A Demarcação das línguas indígenas no Brasil**. In CARNEIRO DA CUNHA, Manuela e CESARINO, Pedro de Niemeyer (orgs). Políticas Culturais e Povos Indígenas. São Paulo: EDUNESP, 2014 (ainda no prelo).

GRANERO, Fernando Santos; HILL, Jonathan. **Comparative Arawakan histories: rethinking language family and culture area in Amazonia**. Urbana: University of Illinois Press, 2002.

Grupos Linguísticos da Amazônia. In Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica. Vol 2 Antropologia, Rio de Janeiro

HERMANN, Lucila. **“A organização social dos Vapidianos do Território do Rio Branco”**, Vol. III, nºs 2, 3, 4. São Paulo, 1947.

HILL, Jonathan D.; HORNBORG, Alf. **Ethnicity in Ancient Amazonia: Reconstructing Past Identities from Archaeology, Linguistics, and Ethnohistory**. Colorado: the University Press of Colorado, 2011.

IBGE. **Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes**, adaptado do mapa de Curt Nimuendaju 1944 (2ª impressão, 1987)

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. **Do Roraima ao Orinoco**. Observações de uma viagem pelo norte do Brasil e pela Venezuela durante os anos de 1911 a 1913. São Paulo: UNESP/Instituto Martius Staden, 2006.

_____. **Del Roraima al Orinoco (1911-1913)**. Tomos II e III. Caracas: Ediciones Del Banco Central da Venezuela, 1981.

MATTESON, E. Piro. **Proto Arawakan**. In: MATTESON, E. et al. (Ed.). *Comparative studies in Amerindian languages*. The Hague: Mouton, 1972.

MEYER, Dom Alcuino. **O centenário do nascimento de um grande Beneditino**. Rio de Janeiro: Vozes, 1953.

MIGLIAZZA, Ernesto. C. **Languages of the Orinoco-Amazon basin: current status**. *Antropologica* 53:95-162. Caracas: Fundacion La Salle, 1980.

_____. **Languages of the Orinoco–Amazon Region: current status**. In: *South American Indian Languages retrospect and prospect*. Ed by Harriet E. Manelis Klein and Louisa R. Stark. Austin: University of Texas Press, 1985.

NABUCO, Joaquim. **Frontières Du Brèsil ET de La Guyane Anglaise**. Seconde memorie. Vol I. La Pretention Anglaise. Paris: A. Lahure, Imprimeur- Editeur.

NOBLE, Kingsley N. **Proto- Arawakan and its descendents**. Bloomington: Indian University, and The Hague: Mouton, 1965.

OLIVEIRA, Frederico César Barbosa de. **Quando Resistir é habitar: lutas pela afirmação territorial dos kaiabi do baixo Teles Pires**. Brasília: Paralelo 15, 2012.

OLIVEIRA, Odamir; SOUZA, Nilzimara; SILVA, Basílio. **Paradakary Urudnaa Dicionário Wapichana**. Boa Vista: Edufr, 2012.

PAYNE, David L. **Classification of Maipuran (Arawakan) languages based on shared lexical retentions**. In: DERBYSHIRE, D. C.; PULLUM, G. K. (Eds.). *Handbook of Amazonian languages*. v. 3, 1991.

PPTAL. **Terras Indígenas do Complexo Macuxi-Wapixana - Anaro, Barata/Livramento, Boqueirão**. Brasília, DF: FUNAI / PPTAL / GTZ, 2008.

QUEIXALÓS, F.; LESCURE, O. Renault. **As Línguas Amazônicas hoje**. São Paulo: ISA, 2000.

RAMIREZ, Henri. **Línguas Arawak da Amazonia Setentrional: Comparação e Descrição**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2001.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. 2ª edição. São Paulo: E. Loyola, 1994.

RONDON, Candido Mariano da Silva. **Índios do Brasil do norte do rio Amazonas**. Conselho Nacional de proteção aos Índios. Ministério da Agricultura. Vol.III. Rio de Janeiro; 1953.

SANTOS, Manoel Gomes dos. **Uma gramática do Wapixana (Aruak)- Aspectos da fonologia, da morfologia e da sintaxe**. Tese de doutorado. Unicamp, 2006.

SILVA, Orlando Sampaio. **Os grupos tribais do território de Roraima**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Revista de Antropologia, do volume XXIII, 1980.

THURN, Everard F. **Among the Indians of Guiana**. London: Kegan Paul, Trench &co, 1883.

TRACY, Frances V. **An Introduction to Wapishana Verb Morphology**. International Journal of American Linguistics, Vol. 40, No. 2 (Apr., 1974), pp.120-125.

URBAN, Greg. **A História da Cultura Brasileira Segundo as Línguas Nativas**. In: Carneiro da Cunha, Manuela (org), História dos Índios no Brasil, 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras/Sec. Municipal de Cultura/FAPESP, 1998.

TERRAS INDÍGENAS EM ILHA E TERRITÓRIOS EM RORAIMA

Introdução

A partir do ano de 1982 Roraima passou a conviver com um novo cenário no que se refere à distribuição e uso da terra: são homologadas as primeiras terras indígenas do estado, totalizando 10 áreas e contemplando as etnias macuxi e wapichana. Essas terras (Ananás, Aningal, Cajueiro, Mangueira, Ouro, Ponta da Serra, Santa Inês, Sucuba, Araça e Manoá-Pium) possuem como característica comum o fato de terem sido demarcadas em formato de ilhas, isto é, são pequenas áreas que tem em seu entorno áreas de preservação, fazendas, projetos de assentamentos ou mesmo outras áreas indígenas. A partir dessa configuração espacial, novas terras foram identificadas, demarcadas e homologadas ao longo das décadas seguintes, até a primeira década do século XXI, quando temos trinta e duas terras indígenas homologadas que se diferenciam não apenas pelas etnias que habitam esses territórios, mas pela lógica da demarcação, quando os contextos históricos das lutas pela terra permitiram algumas homologações em formato contínuo, como é o caso de da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, São Marcos, Yanomami.

A presença indígena é defendida por pesquisadores, como Farage e Santilli (2009), quando apresentam a configuração territorial dos grupos que aqui se encontravam no século XVIII, além de discorrerem sobre o processo de desterritorialização dos mesmos, cedendo o território para as fazendas. O processo de reterritorialização inicia-se com a tomada de consciência do direito ao território, já no século XX. A garantia constitucional da terra pelo Estado Nacional não eliminou os problemas territoriais, tanto no que diz respeito ao uso do solo quanto aos problemas sociais, políticos e econômicos presentes nessas áreas. O que se destaca aqui é o fato de que as terras demarcadas em ilha enfrentam maiores dificuldades sobre a produção e áreas de uso, uma vez que o território limita-se a uma pequena área e

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: maria.bethonico@ufr.br

com recursos limitados, implicando no comprometimento da reprodução física do grupo. Diante dessa realidade foi realizado um levantamento em algumas dessas terras com a finalidade de identificar as principais demandas e, principalmente, dentre estas demandas as que a universidade poderia contribuir, envolvendo os alunos indígenas do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima.

As terras indígenas em ilha encontram-se distribuídas em três regiões: Amajari, Serra da Lua e Taiano-Murupu, sendo esta última a área aqui apresentada. O levantamento foi possível graças ao financiamento do CNPq, quando nos permitiu realizar oficinas em todas as terras indígenas da região do Taiano-Murupu, envolvendo alunos do curso de Gestão Territorial Indígena¹, coordenador e comunidade. Para cada uma das comunidades, foram levantados os problemas que mais se destacam e as perspectivas da comunidade em relação às possibilidades de parceiros para solucionar. Os resultados serviram de orientação para a redefinição das linhas de pesquisa de um grupo de Pesquisa do CNPq e retornaram para as comunidades de forma sistematizada e acompanhadas de relatórios e registro da atividade. Espera-se que os resultados venham contribuir na orientação das novas pesquisas e projetos de extensão a serem desenvolvidos pelos professores do curso de Gestão Territorial, bem como colaborar na solução dos problemas dessas comunidades.

Território e terras indígenas

Por território podemos considerar sua dimensão espacial, isto é, uma determinada área que possui limites físicos, como rios, serras ou linhas secas, traçadas através da identificação de pontos georreferenciados, ou podemos falar de uma dimensão política, quando uma determinada área é controlada por relações de poder ali existente, sendo que esse poder pode ser exercido por uma determinada sociedade ou um grupo, ou mesmo pelo Estado. As terras indígenas, muitas vezes entendida como território, baseiam-se em uma tradição jurídico-política de território, sendo associada a um determinado espaço, considerado vital, para a sobrevivência de um grupo de pessoas. Nesse sentido, esse espaço, que é fisicamente delimitado pelo Estado, é pensado, teoricamente, como um espaço ótimo para a reprodução de um grupo social, considerando-se para tal, os recursos naturais disponíveis, compondo um elo indissociável entre as dimensões física/natural e política.

¹ Foram selecionados três bolsistas que colaboraram com o trabalho e onde, aqui, expresso meus agradecimentos: **Alexandre Apolinário Viriato**, Sônia Ana Bento da Silva e Jarne Pereira da Silva, todos moradores da região do Taiano-Murupu.

Com a pressão pelo uso das áreas da Amazônia, principalmente nas décadas finais do século XX, quando o restante do Brasil já estava com seus espaços bastante ocupados pela agricultura e a pecuária, o Estado passa a atuar com mais intensidade na definição de territórios, principalmente os indígenas. Com isso, inicia-se o processo de identificação das áreas que poderiam ser exploradas por grandes empreendimentos agrícolas e pecuários, ou mesmo que poderiam ser destinados à reforma agrária, como forma de reduzir os conflitos existentes em outras regiões do Brasil. Com isso foram definidos as terras indígenas existentes hoje em Roraima, porém todo o processo tem se traduzido em longas lutas, em sofrimento e em injustiças territoriais para com os povos que sempre habitaram essa região. O que se observa, hoje, quando analisamos o mapa de Roraima, é uma fragmentação territorial na região central do Estado, com várias terras indígenas com as mesmas etnias, porém com dimensões espaciais pequenas, dificultando ao grupo garantir sua reprodução física e cultural. Esse cenário é a tradução do que foi a ocupação de extensas porções de terra por fazendeiros que julgaram ali uma “terra sem dono” e, por isso, poderia ser ocupada, desconsiderando os indígenas que historicamente já a ocupavam. Essa situação gerou o que chamamos de processo de desterritorialização, um termo recente que indica a perda do território por algum grupo, no caso aqui discutido, os grupos indígenas. Hoje, com a homologação das terras indígenas, podemos considerar que, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pelos povos indígenas, que conseguiram, através de muita luta, recuperar parte do território que ocupavam tradicionalmente, configurando um processo que denominamos de reterritorialização.

Atualmente a área de 224.298,98 km² de Roraima está distribuída entre Unidades de Conservação/UCs, terras indígenas, assentamentos rurais e áreas sob o domínio do INCRA, fronteiras e os remanescentes do Estado (Tab. 1). Essa configuração tem seu processo mais intenso nas últimas décadas do século XX, mas a ocupação da região pelos não índios remonta há alguns séculos (BETHONICO, 2012).

Quadro 1

Distribuição das terras em Roraima – 2009		
Áreas	Área (km ²)	%
Áreas Indígenas – FUNAI	103.640,55	46,2
Áreas de Preservação – IBAMA	28.900,29	12,9
Áreas sob domínio do IBAMA	14.798,63	6,6
Áreas sob domínio do INCRA	10.912,90	4,9
Áreas do Ministério da Defesa	2.757,08	1,2
Área remanescente do Estado	63.289,53	28,3
Total	224.298,98	100,0

Fonte: CGPTE-RR/SEPLAN-RR/CGEES (2009)

A ocupação efetiva pelo colonizador em Roraima tem registros do século XVIII, com a instalação das Fazendas Reais, momento em que a coroa portuguesa buscou garantir a colonização na região do rio Branco. Esse momento marca a ocupação das áreas tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, num processo de expropriação através da pecuária. Os pesquisadores Farage e Santilli (2009), fazem um resgate histórico das intervenções ocorridas na área do lavrado de Roraima e destacam as estratégias de ocupação da área, seja por holandeses ou portugueses, onde os índios foram envolvidos no processo, seja como escravos, seja como aldeados, empregados e mediadores de um comércio insipiente envolvendo bens manufaturados e produtos da floresta, bem como outros indígenas trocados como escravos.

Ao descreverem essas estratégias, juntamente com a apresentação de documentos históricos, demonstram que a área já era ocupada pelos indígenas desde os primeiros registros, no século XVIII. Nesse sentido, apontam a *“presença histórica dos Macuxi, Ingarikó, Patamona, Taurepáng e Wapishana nos campos e serras de Roraima, amplamente atestada pela documentação colonial, desde as primeiras incursões portuguesas no século XVIII”* (FARAGE; SANTILLI, 2009, p. 21).

Além da pecuária, processos mais recentes – garimpo e rizicultura – atingiram as áreas dos indígenas deixando marcas na natureza e na sociedade local: organização política, inserção dos indígenas nas regras do mercado e do trabalho assalariado, novos hábitos como o alcoolismo – hoje um dos grandes problemas discutidos nas assembleias – e alimentares, este reforçado pela ausência de cultivo de roças seja pelo fato de terem se tornado assalariados ou pelo pouco espaço em terras demarcadas em ilhas. Atualmente Roraima possui uma população de 53.167 indígenas distribuí-

dos pelas etnias Macuxi, Wapichana, Ingaricó, Yanomami, Waimiri-Atroari, Wai-Wai, Taurepang, Patamona, Yekuana, Saporá².

Segundo Bethonico (2012), as terras indígenas passam a compor o cenário na década de 1980 com dez homologações e, na década seguinte, com a concretização do processo de mais dez áreas. Em sua maioria essas áreas são pequenas (até 10 mil ha) e médias (entre 10 e 99 mil ha). Na primeira situação estão as Terras Indígenas Ananás, Aningal, Anta, Bom Jesus, Cajueiro, Mangueira, Muriru, Pium, Raimundão, Sucuba e Truaru; na segunda encontram-se as Terras de Anaro, Araçá, Boqueirão, Barata-Livramento, Canauanim, Jabuti, Malacacheta, Manoa-Pium, Moskow, Ouro, Ponta da Serra, Santa Inês, Serra da Moça e Tabalascada. Como indicam Frank e Cirino (2010, p. 26), as “*extensões em si, revelam pouco quando se trata de avaliar a sustentabilidade de terras indígenas em termos ecológicos, econômicos e, principalmente, em termos ‘culturais’, no curto, médio e longo prazo, do ponto de vista das populações que os habitam*”. Mesmo considerando as dificuldades enfrentadas pelos povos que ocupam essas terras demarcadas e homologadas em formato de ilhas (espaços limitados por fazendas e propriedades particulares, reduzindo expressivamente o espaço vital das comunidades), cabe destacar que a luta dos povos indígenas conduziu à garantia da terra, conforme os dizeres da Constituição Federal de 1988 (Artigo 231).

As terras indígenas são áreas administrativamente demarcadas por iniciativa e sob a orientação do órgão federal de assistência ao índio, a Fundação Nacional do Índio/FUNAI (Art. 1, Decreto nº 1.775/96). Essas terras, após a demarcação e laudos antropológicos, são homologadas mediante decreto. Cabe a União o estabelecimento, em qualquer parte do território nacional, de áreas destinadas à posse e ocupação pelos índios, onde possam viver e obter meios de subsistência (Art. 26, Lei nº 6.001/73). Por outro lado, cabe aos índios a posse permanente das terras que habitam e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes (Art. 22), respeitando a sua característica de inalienável. Não se trata apenas de uma ‘reserva indígena’ resguardar o local de moradia ou demais espaços com significação simbólica, mas “garantir a terra como um meio de produção necessário” conforme explicitado nos Arts. 26 (espaço onde possam obter os meios de subsistência com usufruto e utilização das riquezas naturais), Art. 27 (servir de habitat a grupo indígena) e 28 (regime de propriedade coletiva da terra).

A Constituição Federal de 1988 confirma esses direitos em seu Art. 231, § 1º, **quando considera terras tradicionalmente ocupadas pelos índios aquelas por eles habitadas em caráter permanente e as utilizadas para suas atividades**

² Disponível em: <<http://www.cir.org.br/portal/povos>>. Acesso em: 31 jul. 2011.

produtivas, bem como as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar, sua reprodução física e cultural. Para Almeida (2004) ao ser inserida na Constituição Federal de 1988, no Art. 231, contempla-se o direito à diferença e enuncia o reconhecimento dos direitos étnicos, modificando um quadro histórico em que as “minorias” eram classificadas como “povo”

A organização política dos indígenas tem sido a forma encontrada de buscar garantir os direitos constitucionais e a solução de problemas de gestão. As terras indígenas estão agrupadas em etnorregiões e possuem um coordenador geral, eleito pelas comunidades e que apresenta uma trajetória política de luta pela causa indígena. Esse coordenador é responsável pela realização de reuniões ao longo do ano com os tuxauas das comunidades (líderes locais também eleitos pelas comunidades) onde são levantados os problemas e demandas da região, bem como a tentativa de apontar soluções; previamente a essa reunião regional, os tuxauas realizam reuniões com suas comunidades para saber o que levar para discussão. Essa forma organizacional permite que as bases sejam constantemente consultadas, configurando um processo que poderíamos considerar como democrático, uma vez que possui a eleição direta de representantes que tem a responsabilidade de manter o vínculo entre as diferentes escalas de decisões. Cabe destacar que as organizações indígenas possuem vínculos com esses líderes e com as comunidades, realizando assembleias anuais para, também, apresentar os andamentos das demandas, projetos desenvolvidos, medidas que envolvam as melhorias das condições de vida e produção das comunidades, dentre outros assuntos.

Todas essas ações relacionam-se ao etnodesenvolvimento que parte da necessidade de se buscar estratégias próprias para o desenvolvimento de populações, evitando-se o erro de implementar modelos prontos que são adotados em outros países ou regiões, que apresentam características e trajetórias históricas diferentes, respeitando as especificidades de cada etnia e, dentro das etnias, de cada comunidade.

A etnorregião Taiano-Murupu

Composta por dez terras indígenas homologadas com quatorze comunidades, e uma em processo de reconhecimento – Arapuí -, a etnorregião Taiano-Murupu está localizada na região central do estado e entre dois grandes rios de Roraima: o Uraricoera e o Mucajaí, ambos integrantes da bacia hidrográfica do rio Branco. Dentro da divisão política do estado de Roraima, as nove terras indígenas localizam-

-se nos municípios de Alto Alegre e Boa Vista. As comunidades são compostas pelo povo Makuxi e Wapichana, sendo o primeiro predominante, como demonstra o quadro abaixo. Importante observar o elevado crescimento populacional que vem ocorrendo na região, confirmando as estatísticas brasileiras que já apontam para um crescimento da população indígena superior ao crescimento do restante da população brasileira.

Quadro 2

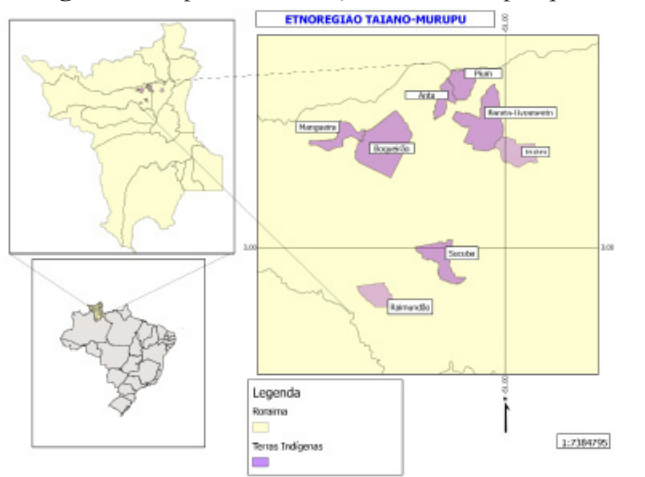
Terras indígenas e comunidades da etnorregião Taiano-Murupu					
ETNO-REGIÃO	TERRA INDÍGENA	COMUNIDADE	POPULAÇÃO		ETNIA
			2000	2010	
TAIANO-MURUPU	Pium	Pium	188	344	Makuxi/Wapixana
	Anta	Anta I	106	162	Makuxi
		Anta II	62*	91**	Makuxi
	Barata-Livramento	Barata	339	683	Makuxi
		Livramento	40	76	Makuxi
	Truarú	Truarú	233	359	Makuxi/Wapixana
	Boqueirão	Boqueirão	213	416	Makuxi
	Mangueira	Mangueira	63	100	Makuxi
	Sucuba	Sucuba	123	229	Makuxi
	Raimundão	Raimundão I	128	237	Makuxi
		Raimundão II		25	Makuxi
	Não homologada	Arapuá		49	Makuxi
	Serra da Moça	Serra do Truarú	134	152	Makuxi
		Serra da Moça	155	184	Makuxi
Morcego		62	117	Makuxi/Wapixana	
Total			1.784	3.133	

* Dados de 2004

** Dados de 2009

Fonte: FUNASA/2012 (dados organizados por Castro Costa da Silva)

Figura 1: Mapa de localização da área da pesquisa



Autora: Maria Bárbara de Magalhães Bethonico

A busca pela gestão do território

A coleta de informações através das oficinas participativas abordam questões variadas que navegam entre o controle da terra e problemas cotidianos relacionados, muitas vezes, a uma ausência de diálogo entre os usuários de uma mesma área, de interferências culturais que geraram novos hábitos de consumo, como a bebida alcoólica, até questões elementares da educação, como ter uma local adequado para aulas (Quadro 3). Após a realização das quinze oficinas, os levantamentos foram sistematizados e optamos por não identificar qual a comunidade levantou a demanda, considerando que cabe a cada uma a decisão de divulgar para as organizações e lideranças regionais ou em outros espaços. Cabe destacar que todas as informações aqui apresentadas tiveram sua autorização para publicação em eventos científicos, sendo que algumas que não foram autorizadas retornaram para a comunidade no formato de relatório de pesquisa.

Observou-se que o interesse em participar e discutir os problemas da comunidade variou bastante em cada uma das oficinas. Na maioria das situações, a percepção da solução do problema está associado a um apoio ou parceria com instituição governamental podendo ser um indicativo da necessidade de um maior ajuste nos diálogos entre os diferentes órgãos, como os relacionados ao meio ambiente, à saú-

de e a educação, sendo a Fundação Nacional do Índio e as organizações indígenas elos necessários para a construção dos diálogos necessários e, mais do que isso, do atendimento às demandas.

Além das questões relacionadas acima, algumas comunidades destacaram os problemas políticos, principalmente os relacionados à política partidária que acaba por gerar uma divisão das comunidades e das lideranças. Acreditam que as organizações indígenas, universidades e as próprias comunidades podem contribuir para que essa divisão não ocorra. Percebeu-se que existe uma preocupação na organização da comunidade de forma a gerar uma melhora nas condições e qualidade de vida dos moradores.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, uma terra indígena deve corresponder a uma área que pode ser considerada como imprescindíveis à preservação dos recursos naturais necessários para a reprodução física e cultural do povo que ali habita, garantindo o seu bem-estar. Nesse ponto, percebe-se que as questões levantadas indicam ainda existem lacunas e graves problemas a serem solucionados para que a Constituição seja cumprida. Sabe-se que as comunidades indígenas vivem, hoje, uma realidade de relações com a comunidade envolvente, que tem gerado novas necessidades, principalmente na área da educação e comunicação. Esses pontos foram fartamente discutidos durante as oficinas, nos levando a refletir sobre o papel das escolas, quando não apenas a infraestrutura básica, mas as propostas pedagógicas ainda tem muito a contribuir para a autonomia desses grupos, bem como permitir o acesso a outros níveis de ensino, como a própria universidade.

Quadro 3

Levantamentos sobre a gestão do território – Região Taiano-Murupu			
Problemas	Questões relacionadas	Parcerias e apoio	Perspectivas relacionadas
Alcoolismo	Problemas na família, brigas e doenças	FUNAI, universidades, as organizações indígenas, as lideranças indígenas e igrejas	Percebeu-se que esse problema é relacionado com as mudanças culturais e, assim, consideraram que a valorização da cultura pode trazer alguma luz na sua solução.
Meio ambiente e sustentabilidade	Queimadas, produção das roças, a água, secas, pragas, controle do gado nas comunidades, retirada da madeira e da palha do buriti, lixo, assoreamento dos igarapés, manejo dos animais silvestres	Agentes Indígenas Ambientais, órgão do governo IBAMA, escola, EMBRAPA, organizações indígenas, comunidade, universidade	A preocupação estava não apenas em solucionar dos danos ambientais decorrentes das ações dos próprios indígenas como do entorno, mas também com a formação, através da oferta de cursos profissionalizantes para os jovens e adultos além da ampliação de projetos voltados para a agricultura, piscicultura, criação de viveiros para produção de mudas nativas, frutíferas, medicinais e hortaliças.
O tamanho da área/terra indígena	Os limites e conflitos com os fazendeiros e o acesso às comunidades; conhecer os direitos	Universidade (para estudo de caso), FUNAI (apoio técnico), Governo federal e ministro da justiça, organizações indígenas	Revisão da área da terra indígena
Identidade e cultura	Língua, artesanato, danças, crenças, rituais, e a própria organização social e cultural; o artesanato como fonte de renda	Universidade, FUNAI, Organizações Indígenas, Secretaria da Educação/DIEI, CIR, Secretaria de cultura, Comunidade, professores	Existe uma demanda para desenvolverem esse ponto principalmente junto às mulheres das comunidades, quando traçaram uma ampla rede de apoio e necessidade de parcerias, com oficinas para reativação do artesanato.
Agricultura e produção	Criação de animais silvestres; agricultura orgânica; mecanização assistência técnica técnicas de manejo proteção da caça e da pesca; falta de água para o gado	Secretaria do Índio, SEAPA, FUNAI, EMBRAPA, Prefeitura de Alto Alegre, UFRR, SENAI, Eletrobrás ou Eletronorte.	Revisão dos limites da terra Implementação de projetos para piscicultura; formação de agentes ambientais projetos como roça comunitária e gado.
Educação e infraestrutura escolar	Construção de prédio escolar, laboratório de informática; ausência de professores formados, de bibliotecas e transporte escolar deficiente Educação de Jovens e Adultos	Governo do estado e município, organizações não governamentais. Universidades FUNAI	Acesso à universidade para os jovens Cursos profissionalizantes; cursos básicos e infraestrutura (prédios e salas)
Comunicação e acesso à informação	Implantação de meios de comunicação (laboratório de informática e telefone público).	FUNAI, Igreja, Coordenadores regionais, tuxaua Secretaria da Educação	--

Juventude	Pouca participação em reuniões e eventos da comunidade; gravidez na adolescência, falta de oportunidade (cursos de capacitação e orientação)	Tuxaua, agente comunitário, agente de saúde, Universidade e a própria comunidade; Igrejas	Ter uma grande estrutura para atender os jovens na área do esporte; implantação de sistema de agricultura orgânica e consorciado de forma a ofertar possibilidade para os jovens. Percebeuse que existe uma grande preocupação com a juventude.
Saúde	Falta de assistência médica; doenças transmissíveis; falta de equipamentos	SESAI, Secretaria Municipal e Estadual de Saúde, Universidade	--
Infraestrutura	Condições das estradas e precariedade das pontes; ausência de estradas para algumas comunidades, energia e água (poço artesiano)	A Secretaria de Infraestrutura junto com o governo do Estado e da Prefeitura; CER, SESAI, Tuxaua	Ampliação da rede de caixas d'água melhoria na infraestrutura

Considerações finais

A proposta de realizar um levantamento das demandas das várias comunidades localizadas nas terras indígenas demarcadas em ilha do estado de Roraima nos leva a refletir acerca das consequências de decisões históricas, como é o caso do contexto em que foram demarcadas a maior parte dessas terras. Com processos iniciados ainda na década de 1970, a proposta do governo da época era a ocupação da Amazônia e a garantia do território nacional, além de aliviar tensões e conflitos fundiários existentes em outras regiões do Brasil, principalmente o Nordeste. A solução estava em instalar uma infraestrutura básica, como estradas, e promover um amplo projeto de migração. Para tal era preciso ter áreas “livres” e que, também, não fossem de encontro a uma demanda internacional de respeito aos direitos humanos e à diversidade, no caso a indígena. Dessa forma, parte das terras indígenas de Roraima foram demarcadas e homologadas num processo relativamente rápido, considerando as demais áreas que levam até trinta anos para sua efetivação, tornando-se ilhas e não atendendo ao princípio básico de uma terra indígena, que é possibilitar a reprodução física e cultural de um povo.

Não foi nosso propósito realizar análises dos resultados das oficinas, mas construir um banco de informações que venha contribuir com futuros alunos do curso de Gestão Territorial Indígena, ou demais indígenas interessados, para que possam direcionar seus estudos no sentido de buscar soluções para os problemas existentes e identificados pela própria comunidade.

Referência bibliográfica

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras tradicionalmente ocupadas**: processos de territorialização e movimentos sociais. R.B. Estudos Urbanos e Regionais, v. 6, n.1 – Maio 2004. pp. 9-32.

BETHONICO, M. B. M. **Gestão territorial em áreas indígenas**: a contribuição da universidade. In: VAL, A. L.; MELO FILHO, A. A.; WANKLER, F. L. Universidade, ciência e pesquisa na Amazônia: os desafios da produção intelectual. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012. p. 103-130.

FARAGE, Nádia; SANTILLI, Paulo. **TI Raposa Serra do Sol**: fundamentos históricos. In: MIRAS, J. T. et al. (Org.). Makunaima grita: Terra Indígena Raposa Serra do Sol e os direitos constitucionais no Brasil. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009. p. 21-30.

FRANK, Erwin H.; CIRINO, Carlos Alberto. **Des-territorialização e a re-territorialização dos indígenas de Roraima**: uma revisão crítica. In: BARBOSA, R. I.; MELO, V. F. (Org.). Roraima: homem, ambiente e ecologia. Boa Vista: FEMACT, 2010. p. 12-32.

SANTILLI, Paulo. **Povos de Roraima**. In: MIRAS, J. T. et al. (Org.) Makunaima grita: Terra Indígena Raposa Serra do Sol e os direitos constitucionais no Brasil. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009. p. 61-71.

TOPOGRAMAS ARUAQUE: LÍNGUA, TERRITÓRIO E A COSMOPOLÍTICA WAPICHANA INSCRITA NAS SERRAS DE JACAMIM

Introdução

Neste texto me proponho a refletir sobre como é possível pensar as relações entre língua e território como expressão de uma cosmopolítica Wapichana inscrita na paisagem. Para desenvolver essas ideias tomo a sistematização de um conjunto de dados culturais sobre estas serras: seus nomes, suas principais características fisiográficas e suas histórias associadas como objeto de análise. Entendo que esse pequeno conjunto indica que é possível pensar a existência de um sistema topográfico maior entre os Wapichana que vivem na região Serra da Lua, revelador de uma cosmopolítica que envolve perspectivas locais sobre as relações entre diferentes mundos; as relações entre os povos indígenas nesta região e as relações entre os Wapichana e os brancos. A definição de “cosmopolítica” que aqui utilizarei remete a proposta formulada por Isabelle Stengers (2005) para analisar os encontros e as articulações entre mundos múltiplos e divergentes em situações concretas. Partindo da compreensão do *cosmo* como uma grande arena política onde se estabelecem relações sociais entre humanos e não humanos, penso o cosmos na direção de Stengers como um operador das possibilidades de equalização destes mundos múltiplos, em termos de equivalência, o que implica uma medida comum entre as diferentes posições. Notei que essa arena onde se constrói essas articulações coloca para as vozes políticas indígenas a sensação de certo estranhamento, pois elas não se veem como dominadoras da situação que elas discutem, justamente porque essa arena política é povoada por sombras daquilo que não tem, não pode ter, ou não quer ter uma voz política, por exemplo, nos espaços de diálogo e negociação interétnica sobre o território e as formas de uso dos recursos naturais.

Essa abordagem teórica nos coloca em posição de nos interrogar sobre a multiplicidade das formas indígenas de refletir sobre o “cosmo” e sobre a “política”.

* Universidade de Brasília. Email: alessandro.robertodeoliveira@gmail.com

Outro aspecto produtivo é que nos provoca a iniciativa de tentar ver e mostrar as buscas por inteligibilidade sobre estes diferentes mundos, isto é, as elaborações desenvolvidas pelas pessoas com as quais convivemos e compartilhamos a experiência da pesquisa de campo. Procuo demonstrar, por meio de dados que relacionam língua e território, as dinâmicas da identidade. De uma constelação de grupos aruaques que existiram na região os “Wapichana” se consolidou como um “nós” historicamente construído através de casamentos e também pelos processos de demarcações territoriais.

Toda essa discussão remete a um aspecto que surgiu de maneira muito forte durante meu trabalho de campo. Ouvi muitos moradores mais antigos de Jacamim com os quais tive oportunidade de conviver e entrevistar referirem-se a si mesmos, os “Wapichana” atuais, como “netos dos aruaques” (OLIVEIRA, 2012). Entendo que essa expressão revela um alcance mais amplo para pensar a identidade étnica de um ponto de vista indígena em relação às dinâmicas culturais e os processos históricos. Presente nestes discursos, a diversidade aruaque também se expressa nos nomes dos lugares. Aprendi que algumas serras e também rios e lagos são nomeados por palavras que são, por exemplo, identificadas como *Atorain*, outro grupo aruaque com presença historicamente registrada na região e que, pelos relatos que ouvi em Jacamim, ainda hoje, algumas pessoas se reconhecem e são reconhecidas como pertencentes a este povo.

Para desenvolver meu argumento considero interessante trazer outros trabalhos etnológicos escritos sobre povos pertencentes à mesma família linguística dos Wapichana que vivem em outros pontos da América do sul. Em um trabalho sobre o Wakuénaí, um povo aruaque que vive tanto na Venezuela, Colômbia e Brasil, Jonathan Hill (1989) descreve como este povo desenvolve rituais de nomeação de tipos particulares de lugares sagrados e assim expressam sua consciência histórica das relações políticas com povos diferentes no passado. Segundo Hill, os Wakuénaí usam a nomeação de espaços, espécies naturais, objetos e marcos geográficos para construir uma consciência histórica dos outros de fora.

Já entre os Yanéscha, outro povo também aruaque que vive no Peru, Santos-Granero (1998) desenvolveu um estudo sobre os modos como este povo “escreve” a história na paisagem e argumenta que os Yanéscha interpretam o processo de ocupação do que se tornou seu território tradicional através de “topogramas” – elementos individuais da paisagem imbuídos de significância histórica através dos mitos

e dos rituais - que os permitem organizar os lugares em uma “escrita topográfica” (SANTOS-GRANEIRO 1998, p. 132)¹.

Nesse sentido, os topogramas correspondem a elementos da paisagem cuja configuração atual resulta das atividades de seres humanos que viveram antes, como as roças, sepulturas, trilhas, pontes, campos de batalha, construções, e também sobre-humanos, tais como elementos extraordinários da paisagem. Cada topograma evoca um evento ou ideia singular; combinados formam sistemas semióticos mais amplos que o autor chama de “topographs” – unidades de uma narrativa maior, um dispositivo mnemônico através do qual os Yanesha preservam a memória da criação mítica de seu território tradicional e também registram as espoliações e os saques de seus territórios em tempos recentes.

Mantenho uma ressalva quanto à atribuição de sentido estritamente mítico e/ou histórico aos lugares tal como propõem ambos os autores. Defendo a ideia de que é possível encontrar nos lugares muitos outros significados, para além do mito e da história. De toda forma, as ideias destes autores podem ser exemplos que ajudam a analisar o significado das serras na articulação de um sistema topográfico maior, que ainda não tenho elementos para considerar, e portanto me restrinjo ao contexto de Jacamim. Assim como entre os Yanesha e entre os Wakuénai, os moradores de Jacamim me mostraram que cada uma das serras existentes nessa micro região evoca uma história particular repleta de significado, que remete a mitos, à história, mas também ao sistema de conhecimento xamânico e também a modos específicos de se relacionar com alteridades diversas que revelam uma compreensão ampla sobre relações sociais. A partir da combinação analítica de alguns topogramas avento a hipótese de “topográfico” - uma rede semiótica capaz de ilustrar uma dimensão importante da teoria social Wapichana. Vejamos.

Nawaz: lugares de respeito

Na Terra Indígena Jacamim, em qualquer ponto que você esteja sempre terá uma serra ou um conjunto delas em seu horizonte. Em certos pontos da estrada, nas proximidades da comunidade Jacamim, é possível ver a Serra do Wapum, localizada a aproximadamente 30 quilômetros de distância. Ao mesmo tempo, em outra direção é possível ver *Chunaa* e outros conjuntos de serras localizadas do outro lado do rio Tacutu, já na Guiana. Encontrei uma diferença básica entre as serras localizadas no lavrado, denominadas *nawaz* e aquelas situadas na mata denominadas como

¹ Na linha de uma antropologia dos lugares e da paisagem, o trabalho de Keith Basso (1996) desenvolvido entre os Apache é um interessante exemplo de como abordar os sistemas de nomes-lugares.

midiken. Algumas destas serras são formadas exclusivamente por pedras, outras são completamente cobertas por mata, e existem também aquelas que são uma mescla de pedras e mata.

Estas serras codificam significados históricos, sociais, políticos e cosmológicos dos povos que vivem na região. Constituem marcadores geográficos e são pontos de referência para avaliar distâncias e considerar rotas. Os moradores olham para as serras no horizonte e interpretam as dinâmicas do clima através de suas cores, como por exemplo, quando elas estão azuis – é sinal que vem chuva à tarde ou à noite, quando estão bem verdes é pouco provável que vá chover. Nelas estão localizadas nascentes de rios e igarapés fundamentais para as comunidades. Elas também são redutos de diversos animais de caça, como porcos, veados e cotias. Cada uma delas evoca um evento, um episódio da história, uma diferença linguística, elas estendem seus nomes às malocas e cursos d’água, e são habitadas por diferentes tipos de seres, que são seus *inanaa*, termo traduzido do wapichana para o português como “donos”.

A apresentação de duas histórias sobre uma destas serras e de seu dono, separadas por praticamente um século entre os registros, pode nos dar uma ideia de como as serras não são repositórios de conteúdos culturais e sim lugares animados pelas relações entre os humanos e seus donos, permitindo atualizações cosmológicas para leituras como os impactos da ação do garimpo.

Rapiru e o garimpo

Você ouviu aquele vento de ontem? Diz que era o sopro do dragão lá na Guiana. Uma velha que mora lá perto do Tacutu estava contando... Ele está bravo. Um amigo chegou contanto essa história de manhã, depois de uma noite de chuva e muitas trovoadas. Perguntei a ele o que era o dragão e ele me explicou que é um tipo de cobra, mas não é a sucuriju. Ela estava soprando, com raiva. Segundo ele, ela já estava “grossona”, da altura da cintura de um adulto.

No dia seguinte retomei o assunto com as pessoas em casa. Rosto de cobra, pés como de jacaré, grosso como um carote de combustível. Sete línguas de ouro e uma agilidade que não deixa chances para a vítima à distância de aproximadamente 50 metros (distância de minha casa até o posto de saúde). Perguntei se só existia do outro lado do rio e alguém completou dizendo que do lado de cá, no lugar onde estávamos também existem dragões e eles também possuem 07 cabeças e vêem tudo, por todos os lados. No intuito de me oferecer umas imagens da ação de rapiru me explicaram que, enquanto os raios e trovões ocorrem de cima para baixo (do céu

para o chão), a manifestação do dragão ocorre no sentido inverso, saindo do chão em direção ao céu, o que pode ser visto quando surge um arco-íris no céu. Pedi então para que meu amigo que chegou contanto a história desenhasse o bicho para eu ter uma ideia.

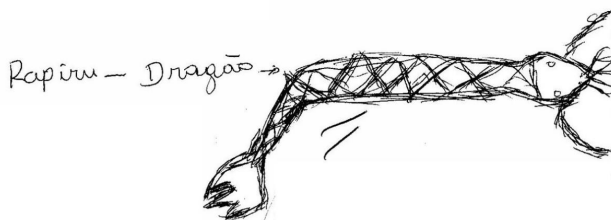


Figura 1: O Rapiiru. Desenho: Erivaldo (Jacamim)

Em seu livro sobre os Aruaques William Farabee fez referência a Urupiru no início do século XX em uma pequena história intitulada “a cobra grande” (FARABEE, [1914] 2009, p. 116-119). Seu registro conta que havia um lugar sobre as cabeceiras do rio Miliwau, que cruza o sul da cabeceira do Rupununi e é um ramo do Tacutu, onde hoje as pessoas tinham medo de visitar, porque, de acordo com um antigo mito, era a casa da grande cobra, *Urupiru*. Era um pequeno lago cercado por altas montanhas, em que a cobra tinha sua casa, em uma espécie de caverna. O arredor da entrada era facilmente localizado, pois estava sempre muito limpo e mantido assim pelo sopro de ar da serpente. *Urupiru* foi descrita por Farabee como um monstro enorme com cem pés de comprimento e três metros de espessura, muito maior do que qualquer outra cobra conhecida. Ela era conhecida por ser devotada a engolir pessoas, razão pela qual os moradores da região evitavam o lugar.

Uma vez, um jovem foi à caça e ficou muito perto da casa da cobra. Ele a ouviu chegando e sabendo que seria engolido, cortou um mastro do tamanho de seu próprio corpo e, segurando-o com firmeza no meio, aguardou a abordagem da cobra. Ele podia ouvir o corpo da cobra batendo contra as coisas, fazendo um ruído peculiar. Ele podia sentir também a sua respiração como um vento forte soprando. A cobra logo veio até ele e lambeu-o com sua língua vermelha como a língua humana - não bifurcada como as de outras cobras. Sugando-o em sua boca com a sua respiração, a cobra então o engoliu.

Urupiru não matava sua presa como as outras serpentes fazem por mordida ou esmagamento, mas engolindo e fazendo a vítima passar por um longo caminho dentro de seu corpo cheio de rochas que ela usava para triturar as vítimas. O menino fez força para o meio com seu mastro e depois que ele havia sido engolido manteve alguma distância do mastro preso em ambos os lados da boca da cobra, que o deixou suspenso. Depois de algum tempo isso irritou *Urupiru* e ela o vomitou novamente, mas o manteve lá e não permitiu que ele voltasse para o seu povo. A cobra se transformou em um homem e os dois viveram na caverna juntos. *Urupiru* chamou o menino “*untukan*”, que significa, meu neto, e fez *untukan* seu caçador.

Às vezes, a cobra transformava-se em humano e ela e *untukan* caçavam juntos. Certa vez eles encontraram uma grande manada de porcos e *Urupiru* se transformou em uma cobra de novo e se arrastou ao redor dos queixadas. Seu corpo era tão grande que formou uma espécie de curral em torno do rebanho. *Untukan* não teve nenhuma dificuldade em matar um grande número de porcos enquanto eles corriam na abertura deixada entre a cabeça da cobra e sua cauda. *Urupiru*, tornando-se homem de novo, ficou muito contente quando viu todos os queixadas mortos. Então ele se transformou em cobra, engoliu todas os queixadas e eles retornaram juntos para casa.

Depois de alguns meses, *Urupiru* perguntou ao menino se ele gostaria de voltar para o seu povo para uma visita e, ao responder que sim, o garoto foi autorizado a fazê-lo. Quando ele chegou, todos os seus amigos ficaram surpresos e espantados com a mudança e ficaram surpresos com a beleza de sua pele e dos desenhos marcados nela. Então o garoto disse-lhes que tinha sido engolido por *Urupiru*, a grande cobra, que tem as marcas mais bonitas de todas as cobras conhecidas. Dois dos jovens da aldeia, que admiraram a beleza da pele do menino, decidiram voltar com ele para serem marcados da mesma forma. O *Untukan* menino, no entanto, não quis lhes dizer sobre a utilização do mastro. Então, quando eles encontraram a cobra, foram engolidos e moídos em pedaços pelas pedras. Muitas pessoas foram mortas dessa forma. Apenas um ou outro escapou por um acidente. Um deles estava caçando com um arco e flecha - não um arco Wapichana, mas um arco Wai-wai, que é muito mais longo - de modo que, quando ele foi pego e engolido, usou o arco da mesma forma que o mastro, sendo assim, salvo. *Untukan* ainda vive lá com *Urupiru*, mas nunca retorna a seu povo.

Praticamente um século depois deste registro feito por Farabee, *Urupiru* ou *Rapiru* continua morando na mesma região e, naquele momento do meu trabalho de campo, segundo as trovoadas da noite de tempestade, estava enfurecida.

Erivaldo me contou a história sobre *Rapiru* que ouviu de uma senhora que vinha da Guiana e complementou as informações com o seu avô. A versão atualizada pelo seu avô relatava o encontro entre dois amigos e a cobra. O interrompi e perguntei quem poderia saber contar essa história em mais detalhes. Ele continuou a história contando que o dragão atacou um deles e o outro nada fez, prevendo que poderia ficar rico sozinho com as 07 línguas de ouro da cobra-dragão. Repeti a pergunta sobre quem poderia me relatar isso com mais detalhes. Meu amigo sorriu com certa ironia e disse: “talvez o senhor tal... ou então o senhor tal... eles que já foram garimpeiros”.

Estava feita a associação. Um dragão, lugares considerados “interditos” e a tensão perene a respeito do garimpo que vem sendo praticado principalmente por garimpeiros brasileiros do outro lado da fronteira, exatamente nas proximidades da cabeceira do rio Tacutu. Encontramos aqui uma correlação atual entre cosmologia (o simbolismo presente na história de *Rapiru*) e a história (como uma forma de abordar a atividade de garimpo), pois a casa de *Rapiru* está sendo invadida e destruída por garimpeiros. É esta conjunção entre valores e conhecimento prático que parece figurar como arquitetura interna dos discursos ecológicos Wapichana sobre seus ambientes, no caso, especialmente as serras.

Midikeu Aicuí: miolos dos parentes e limite territorial

Assim como entre os Wakuénai e entre os Yanesha é possível também encontrar nas serras aspectos da consciência histórica dos moradores da região em relação às dinâmicas das relações entre grupos indígenas e com a sociedade nacional brasileira. Uma pedra denominada *Aicuí* é de especial significado para os moradores de Jacamim e expressa bem a consciência sobre o passado de guerra, assim como também marca uma forma de distinção territorial atual baseada na denominação dos lugares na língua wapichana. Sr. Olavo explica estas diferenças:

Uma vez eu estava vindo com o motorista e perguntei para ele: o que significa Aicuí em português?

Rapaz, eu não sei, é um igarapé lá.

“Não, tem” - falei para ele. “Aicuí é língua do wapichana. Na língua é miolo”.

“Que miolo?”.

“Miolo da nossa cabeça, dos animais todinhos”. E falei para ele, isso aí: igarapé do miolo, só que esse pessoal acha que só chama Aicuí.

Essa pedra Aicuí, meu avô contava para mim, faz tempo... O tempo deles, deles, não é? Eles eram guerreiros, assim, fazem guerras com Macuxi. Macuxi não gostava de Wapichana, Wapichana não gostava de Macuxi. Não era para misturar não é? Assim como agora, agora está casando com Macuxi, Wapichana casando com Macuxi. Foi assim.

Diz que veio morar assim, separado. Mataram um bocado de Wapichana, eles, Macuxi. Ai depois eles fugiram lá para aquela serra lá, ai subiram lá em cima, e ficaram morando lá. Lá tinha água para eles.

Ai depois os Macuxi foram atrás. Tinham pajé, bater folha para ir descobrindo onde eles estavam - esse pessoal. Eles estavam lá e aí acharam eles. Era assim, escada de cipó para subir lá em cima, escondido. Aí, os inimigos deles subiram até que chegaram lá em cima. Cortaram tudo, quebraram as cabeças todinhas. Daí deu nome para isso, para pedra, isso daí é uma pedra. (Sr. Olavo, Ponto Cinco, 2011)

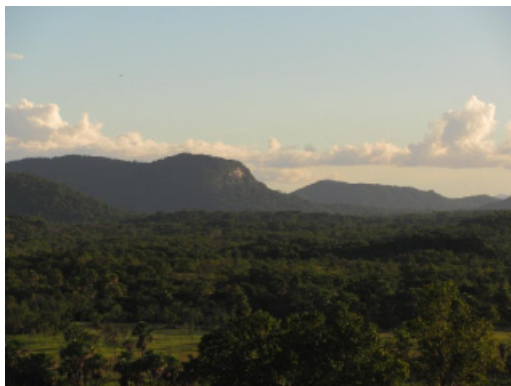


Figura 2: Serra do Aicuí ao fundo

Aicuí é uma pedra muito alta, localizada na região norte da TI Jacamim, onde está localizada a nascente de igarapé que leva o mesmo nome. É uma pedra preta, marcada por uma mancha branca que parece derramar em linhas. De longe, parece uma chaleira marcada depois de um leite derramado. Na narrativa de Sr. Olavo é possível interpretar que *Aicuí* representa o desejo dos Wapichana de viverem longe dos Macuxi. A história é a história da tentativa de escolher uma moradia localizada no alto, de onde poderiam se proteger e ao mesmo tempo ter uma visão ampla da aproximação de inimigos. A mancha são os miolos dos Wapichana, dos Atoraiu e de seus animais que escorreram pedra abaixo depois de um ataque Macuxi. Aqui, o significado de *Aicuí* como um topograma converge para uma escrita topográfica da história, no sentido das abordagens de Hill e Santos-Granero inicialmente referidas.

Mas não se trata exclusivamente disso. Nestes trabalhos a maior parte dos lugares nomeados remete aos registros “mítico” e “histórico”. Em um trabalho sobre a vida dos lugares entre os Kisêdjê, um povo de língua de Jê que habita o Parque Indígena do Xingu no Mato Grosso, a antropóloga Marcela Coelho de Souza (2009) chama atenção para o caráter limitado da abordagem da paisagem e da constituição de lugares como modo de consciência histórica e/ou ecológica, pois esta perspectiva

incorre em um risco de determo-nos na afirmação fácil dos lugares como construção cultural, símbolos de identidades coletivas, lugares estes que são, muitas vezes traduzidos pelos próprios discursos interétnicos indígenas, como “lugares sagrados”. Além de registrar as ações e eventos memoráveis do passado, as serras codificam múltiplos sentidos atuais e vividos, como no caso de *Rapiru* e o garimpo, envolvidos na constituição mútua de lugares e pessoas no presente.

Cosmologia e paisagem: sistema topográfico

Diante de um leque maior de referências sobre as serras e suas histórias associadas pode ficar mais claro que os modos particulares de constituição destes lugares revelam como a questão é mais complexa que as relações de constituição de identidades coletivas, desdobrando-se em relações entre humanos e não humanos e na codificação de uma cosmologia na paisagem. A região é composta por dezenas, talvez centenas de serras, entre nomeadas e não nomeadas. Não consegui levantar todos os nomes de serras conhecidas, tarefa que talvez seja impossível. De toda forma, em colaboração com Erivaldo, que é Agente Territorial e Ambiental Indígena (ATAI)² em Jacamim sistematizamos um conjunto de 17 serras e suas “histórias associadas” compondo uma amostra que considero ilustrativa e que pode nos abrir caminho para acessar outros significados codificados nas serras, dentre eles uma importante dimensão cosmológica dos lugares e o papel do xamã como mediador das relações entre os domínios cosmográficos dos humanos e não humanos.

A sistematização começou a surgir quando Sr. Francisco fez referência a serra *Uintau* como um “lugar de respeito” e, portanto, importante de constar em um mapa da TI Jacamim. Durante esta atividade, Sr. Francisco relatou que estes são lugares onde “o tempo vira” – um dia de verão pleno pode se transformar em um tenebroso dia de inverno. As pessoas que se arriscam adentrar estes lugares ficam doentes quando retornam para casa ou podem até mesmo não voltar. Ao abordar este tema, Sr. Francisco fez um comentário, uma distinção interessante entre serras que eles têm convivência e aquelas que não os conhece. Note-se, que são as serras que não os conhece.

Nesse pequeno conjunto de histórias sobre as serras e seus moradores é possível identificar uma característica comum: elas abordam as relações entre os humanos e

² Desde 2008 o Conselho Indígena de Roraima (CIR) desenvolve atividades de formação continuada para Agentes Ambientais nas comunidades indígenas que participam dessa organização indígena. Neste processo, os ATAIS participam de diferentes tipos de curso, que envolvem desde legislação ambiental e indigenista até técnicas de agroecologia.

os donos, um tema comum entre as cosmologias das sociedades amazônicas (GOW, 2001; FAUSTO, 2001; VIDAL, 2009). “*Por que tudo tem um dono não é mesmo? Serra, igarapé, lago, árvore, mata*”, me disse certa vez Sr. Lucas para explicar que os lugares não são simplesmente livres e disponíveis para o uso humano. Aquilo que atualmente os Wapichana chamam de “reza” envolve um corpus de fórmulas mágicas desenvolvidas para as atividades de caça, de pesca, de cura das pessoas e de controle dos lugares. No caso da caça e da pesca estas fórmulas são direcionadas aos donos dos lugares e são construídas, poderíamos assim dizer, como pedido de autorização, por exemplo, de um dono do igarapé, para que o pescador possa pescar os peixes que vão alimentar sua família.

No caso das serras existe uma série de prescrições a respeito do acesso a estes lugares, desde não lavar a mão com pimenta (principalmente mulheres menstruadas) porque os irrita; não matar veados; não se aproximar à noite e não brincar nestes lugares; não assar carnes de caça e não fazer fumaça, pois eles sentem o cheiro; não tomar banho e até mesmo evitar passar nos caminhos próximos destes lugares, onde os humanos tornam-se presas fáceis para a ação destes seres que podem tomar forma como onças, cobras, gaviões, morcegos, galos e galinhas, “*espíritos de pessoas que estão lá há muito tempo*” e que podem surgir na aparência humana para confundir os vivos. *Uruwaikim*, uma das serras é a casa de um xamã.

A ação destes donos se faz notar em ventos, chuvas, trovões fortes (mesmo fora de época), quebradas de árvores, sustos, convites para dançar e até colocar um chapéu na cabeça das pessoas com intuito de adoecê-las. As modalidades são variadas. Algumas se constituem sob o signo da predação já que alguns tipos de donos, principalmente onças e morcegos têm o hábito de comer os humanos. Mas há também aquelas formas de agir que são concretizadas pela sedução da beleza, da dança e também da oferta de caxiri e de comida. Seus efeitos são a morte, a impossibilidade de retorno ao convívio dos parentes vivos, além das doenças como febre, dores de cabeça e malária.³

Os topogramas também nos remetem ao domínio dos conhecimentos desenvolvidos pelos marinao. Nas histórias o xamã surge como mediador especializado das relações entre humanos e estes outros entes donos dos lugares. “*Ninguém consegue mais enxergar, só o pajé de verdade. Só mesmo o pajé, os mais velhos, antigos moradores da comunidade Jacamim.*” - “*Os xamãs olharam, rezaram, amarram as onças com suas correntes.*”.

³ Encontramos aqui, talvez, um eco da relação entre doença e o simbolismo ecológico examinado por Dominique Buchillet (1988) entre os Desana na região do Uaupês, para os quais, as doenças muitas vezes são imputadas a malevolência de espíritos, animais e outros humanos, considerando aí a hipótese da agressão como consequência de impropriedade do indivíduo na sua relação com animais, espíritos e outros humanos.

Aqui a dimensão ecológica do trabalho xamânico fica mais evidente na mediação do equilíbrio das relações entre humanos e não humanos tornando os lugares seguros. Parte do trabalho do *marinao* é soprar, rezar para que os dragões permaneçam com suas cabeças soterradas. O trabalho dos *marinaos* – os bons *marinaos* – controla os donos, os dragões e cobras grandes. Interessante notar que alguns registros remetem a um tempo passado e outros afirmam que os donos destas serras continuam bravos em uma referência com sentido análogo ao próprio processo de civilização pelo qual os Wapichana entendem ter passado.

Este fragmento de referências às serras e a seus donos coloca uma dimensão da cosmologia Wapichana e joga luz sobre como os moradores pensam seus ambientes. Esboçar essa percepção nos ajuda a imaginar a dificuldade conceitual que os moradores de Jacamim têm que transpor para dialogar com enunciados que os colocam como “donos” da Terra Indígena ou dos “recursos naturais” com os quais precisam estabelecer, cada vez mais, uma relação de “conservação”.

Como observou recentemente Dominique Gallois (2007) entre os Wajãpi também, e muito mais entre os Wapichana, o conhecimento dos xamãs raramente comparece quando se trata de discutir, em reuniões e oficinas, a necessidade de adoção de novas práticas de uso de vegetais e animais, que passam a ser definidos como recursos finitos. Trata-se de um processo intelectual de translação de sujeitos de posse e controle dos recursos que envolve difíceis questões conceituais, sobretudo aceitar a ideia de que tais recursos devem ser controlados pelos humanos e que precisam ser conservados. No caso entre os Wapichana, há ainda a zona cinzenta que encobre a fronteira entre o xamã e o feiticeiro, que afasta qualquer especialista da arena pública. É interessante observar que, enquanto o discurso xamânico incorpora e produz críticas ao pensamento ecológico ocidental, como no caso magistral de Davi Kopenawa entre os Yanomami (ALBERT, 1995), os xamãs no lavrado preferem, pelo menos até agora, permanecerem à meia distância deste debate.

Nas análises sobre a realidade atual de suas comunidades, os moradores de Jacamim estão procurando entender as mudanças sociais e econômicas e seus impactos nos padrões de produção local de alimentos e o aumento do consumo de produtos adquiridos na cidade. Paralelamente, em suas análises ambientais, os moradores de Jacamim destacam o crescimento de sua população como forte fator de impacto ecológico nas atividades produtivas, na caça, na pesca e na extração de recursos naturais. O pequeno fragmento do conhecimento ecológico codificado nas serras ilustra quão central, apesar de aparentemente ausente, é o conhecimento xamânico na mediação das relações entre humanos e não humanos, ao controlar o ímpeto de

seres que vivem nestes lugares em matar os humanos; sequestra-los do convívio da comunidade, em adoecer as pessoas. Esse conhecimento expressa uma filosofia da vida social baseada na ideia de que a comunidade existe mediante o contato entre entidades e forças, diferentes entre si e, apenas por meio de tal mistura “adequada” a existência social pode ser conquistada e o perigo, afastado (OVERING, [1986] 2002).

Para concluir

Neste texto procurei apresentar uma análise antropológica de como as serras – pensadas como topogramas são índices da configuração de um sistema topográfico aruaque na micro-região das quatro comunidades que vivem na Terra Indígena Jacamim, situada na região Serra da Lua/RR. Procurei mostrar que através das categorias linguísticas é possível acessar compreensões locais sobre a história das relações Wapichana com outros povos, especialmente um passado de guerras entre Macuxi e Wapichana, mas também com os “brancos” através do garimpo e do português. Essa história das relações interétnicas (entre etnias e entre nacionalidades) revelam dinâmicas da identidade cultural Wapichana. Na região do interflúvio Branco e Rupununi distinguia-se, até os anos quarenta do século XX, uma variedade de grupos pertencentes à família linguística aruaque. Alguns autores (BUTT 1962; HERRMAN 1946 e MIGLIAZZA 1980) afirmam que ao longo do século XIX e primeiras décadas do século XX, remanescentes dos *Amariba*, *Maopityan*, *Tapicari*, *Atoradi* e *Tarumá* teriam se incorporado aos Wapichana. William Farabee ([1918]2009), pesquisador que realizou uma expedição de um ano pelo distrito do Rupununi entre 1913-1916, informa que a região entre os vales do rio Branco e Rupununi era habitada pelos “*Vapidiana-Verdadeiro*, *Karapivi*, *Paranavilhana*, *Tipikeari* e *Atoradi* (também grafado *Aturaiú*, *Atorai*), *Amariba*, *Mapidian* (*Mapidiana*, *Maopityan*) e *Tarumá*”. Luci Herrmann identificou uma divisão com cinco variações dialetais: os *Vapidianos-verdadeiros*, os *Karapivi*, os *Pravilhana*, os *Tipikeari* e os *Atuaraiú*.

Esta separação gerou várias controvérsias entre pesquisadores sobre as relações entre os grupos da família Aruaque na região. A partir de dados produzidos por Koch-Grünberg, pesquisadores do Centro de Informações da Diocese de Roraima discordaram sobre os “*karapi*” serem um subgrupo Wapichana e argumentaram que os *Pravilhana* nada tiveram com os Wapichana. A hipótese levantada por W.C. Farabee (1918) seria a de que, historicamente, os Wapichana teriam expandido e assim incorporado os demais grupos linguística e culturalmente próximos, fragilizados pelas

epidemias advindas do contato com os brancos. Outra hipótese, mais plausível para Nádia Farage (1997), é a explicação encontrada por J. Forte & L. Pierre (1990). Na visão destes autores, o etnônimo Wapichana teria se alargado de modo a abranger estes grupos que eram, na verdade subgrupos dialetais que teriam caído em desuso. De acordo com Farage (1997), tal hipótese pareceu mais próxima com a imagem projetada pelos próprios índios, que no contexto da sua pesquisa, revelaram a percepção de uma distinção, em termos de variação dialetal, entre os habitantes do vale do rio Uraricoera/Branco e aqueles do Tacutu/Rupununi. Na minha pesquisa de campo quando perguntei para alguns dos moradores mais antigos sobre a “história dos Wapichana” na região surgiu, em diversas conversas a expressão “netos dos aruaques” – em um tom que ampliava o sentido das narrativas que contavam essa história como a história de casamentos entre pessoas pertencentes a diferentes grupos e variações dialetais do aruaque: alcance mais amplo para pensar a identidade étnica de um ponto de vista indígena em relação às dinâmicas culturais e os processos históricos.

Para além da codificação de mitos e da história, acredito que a relação entre língua e território nos permite pensar uma cosmopolítica Wapichana inscrita nos lugares. Nesta comunicação procurei mostrar como a imaginação conceitual Wapichana - acerca daquilo que chamamos de paisagem - revela uma forma particular de compreender as relações entre humanos e não humanos. Na paisagem das serras, os Wapichana inscrevem registros históricos sobre o passado de guerras, assim como reconhecem nestes espaços a interação com outros “moradores” que são “donos” destes lugares; seres com os quais precisam estabelecer certos tipos de negociações, mediadas pelo conhecimento xamânico. Como topogramas as serras são vias de acesso interessantes, pois elas jogam luz sobre como os Wapichana constroem suas percepções sobre as interações com diferentes tipos de lugares.

Pensar a “cosmopolítica” para analisar os encontros e as articulações entre mundos múltiplos e divergentes em situações concretas nos mostra o *cosmo* como uma grande arena política onde se estabelecem relações sociais entre humanos e não humanos. Pensar nos termos de uma “cosmopolítica” abre a possibilidade de encontrar a multiplicidade das formas indígenas de refletir sobre o “cosmo” e sobre a “política”. Encontrei nos topogramas e nas suas histórias os indicadores de construir inteligibilidade sobre estes diferentes mundos, desenvolvidas pelas pessoas com as quais convivi e compartilhei a experiência da pesquisa de campo. Nas narrativas indígenas encontrei o entendimento de que elas não são dominadoras da situação que elas discutem, quando debatem, por exemplo, a gestão territorial e uso dos recursos naturais. Essa arena política é povoada por muitas outras entidades, forças, e agências – a cosmopolítica é o dispositivo para pensar todas estas formas de relações sociais.

Referências bibliográficas

ALBERT, Bruce. 1995“**O Ouro Canibal e a Queda do Céu: uma crítica xamânica da economia política da Natureza**”; Série Antropologia n. 174; Departamento de Antropologia; Universidade de Brasília; Brasília.

BASSO, Keith. 1996. **Wisdom sits in places: landscape and language among the Western Apache**. University of New Mexico Press.

BUCHILLET, D. 1988. **Interpretação da doença e simbolismo ecológico entre os índios Desana**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Série Antropologia, Belém, v. 4, n. 1, p. 27-42.

BUTT, A. J. 1962. **The Guianas**. Bulletin of the international committee on Urgent Anthropological and Ethnological Research, 7:69-90

COELHO DE SOUZA, M. 2009. **Três nomes para um sítio só: a vida dos lugares entre os Kisêdjê**. Trabalho apresentado no IV Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia, Lisboa. Versão Impressa.

FARABEE, William Curtis. [1918] 2009. **The Central Arawaks**. New York: University of Pennsylvania.

FARAGE, Nádia.1997. **As flores da fala: práticas retóricas entre os Wapichana**. FFLCH/USP: Tese de doutorado apresentada à Área de Estudos Comparados em Literaturas de Língua portuguesa, 1997, 298 p.

FAUSTO, Carlos. 2008. **Donos demais: maestria e domínio na Amazônia**. Mana [online]. 2008, vol.14, n.2, pp. 329-366.

FORTE, J. & PIERRE, L. 1990. **The Material Culture of the Wapichana People of South Rupununi Savannahs**. Occasional Publications of the Amerindian Research Unit, Turkeyen, Georgetown, University of Guiana.

GALLOIS, Dominique Tilkin. 2007. **Materializando saberes imateriais: experiências indígenas na Amazônia Oriental**. Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.4, n.2, p.95-116, dez.

GOW, Peter. 2001. **An Amazonian Mith and Its History**. Oxford Studies in Social and Cultural Anthropology. Oxford. Oxford University Press.

HERRMANN, L.1946 **Organização social dos Vapidianos do território do rio Branco**. In: Sociologia, vol. VIII, no. 3: 282-304.

HILL, Jonathan. 1989. **Ritual production of environmental history among Arakwakan Wakuénai of Venezuela**. *Human Ecology*, 17(1): 1-25.

MIGLIAZZA, E. C. 1980 **Languages of the Orinoco-Amazon basin**: current status. *Antropologica* 53:95-162. Caracas, Fundacion La Salle.

OLIVEIRA, Alessandro Roberto de. 2012. **Tempo dos netos**: abundância e escassez nas redes de discursos ecológicos entre os Wapichana na fronteira Brasil-Guiana. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia-UnB.

OVERING, Joana. [1984] 2002 – **“Estruturas elementares de reciprocidade**: notas comparativas sobre a Guiana, o Noroeste Amazônico e o Brasil Central” In: *Revista Cadernos de Campo* n. 10. PPGAS/USP, São Paulo. (Tradução Renato Sztutman).

SANTOS-GRANERO, Fernando. 1998. **“Writing history into the landscape**: space, myth and ritual in contemporary Amazonia”. *American Ethnologist* 25(2):128-148.

STENGERS, Isabelle, 2005: **“The cosmopolitical proposal”**, em Bruno Latour e Peter Weibel (orgs.), *Making things public: Atmospheres of democracy*: 994-1003, MIT Press, Cambridge, MA

VIDAL, Lux. 2009. **A Cobra Grande**: uma introdução à cosmologia dos Povos Indígenas do Uaçá e Baixo Oiapoque – Amapá. 2ª Ed., Rio de Janeiro: Museu do Índio (Série Publicação Avulsa).

GT20 - DEMOCRACIA, VIOLÊNCIA E CONFLITOS SOCIAIS

A SEGURANÇA PÚBLICA E A EFICÁCIA DA LEI MARIA DA PENHA NA CAPITAL DO ESTADO DO PARÁ

1. A segurança pública e aplicabilidade da Lei Maria da penha na capital do estado do Pará

Diversos são os artigos, reportagens, e outros meios de comunicação que vem falando a respeito da segurança pública, questionando o aumento da criminalidade, a insegurança da sociedade brasileira e principalmente o sentimento de medo da população diante da explosão da violência.

Esses fenômenos acabam por gerar uma grave consequência, como o sentimento de impunidade que se dissipa na sociedade, seguidos por uma quase certeza de um total fracasso das instituições políticas, entre as quais a Polícia, que para os moradores de pasárgada¹, é corrupta e ineficiente.

Infelizmente, conforme estatísticas apresentadas pela Polícia Civil do Estado, ainda se tem um índice de violência muito grande, principalmente no Estado do Pará, e ao se questionar nossos direitos, nos esbarramos numa justiça de poucos, pois na atualidade se pode perceber que apenas os menos favorecidos vão para as prisões, pois não possuem meios para contratar um advogado e com isso buscar sua liberdade, passando com isso meses e até anos presos, por crimes ínfimos que poderia responder em liberdade.

E foi buscando esse princípio de igualdade comum que o povo, sobretudo da Europa Ocidental e América do Norte irromperam o espaço público, colocando em perigo privilégios econômicos sociais apropriados por diferentes segmentos da burguesia e estabeleceram novos termos para as relações políticas de forma a reduzir históricas desigualdades entre governantes e governados, levando com isso a uma

* Universidade Federal do Pará. E-mail: epcbentes@yahoo.com.br.

** Universidade Federal do Pará. E-mail: salmeidaufpa@gmail.com

*** Universidade Federal do Pará. E-mail: elsomcap@yahoo.com.br

¹ SOUTO Cláudio e FALCÃO, Joaquim, Sociologia do Direito – Textos Básicos para a disciplina Sociologia Jurídica. Pag. 87 a 89 – notas sobre a historia jurídico – Social de Pasárgada.

considerável redução da desigualdade social, trazendo preceitos para um mundo mais ético regido pelo reconhecimento do outro como sujeito de direitos.

Schraiber et al (2002), a partir de uma pesquisa sobre violência doméstica contra a mulher, indicam que 36% da amostra de mulheres atendidas em uma unidade básica de saúde haviam sido maltratadas, humilhadas ou agredidas por parceiros, enquanto que uma pesquisa divulgada no mesmo ano pelo Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo aponta para o fato de que 29% a 37% das mulheres de sua amostra haviam sofrido violência física ou sexual cometida por um parceiro ou ex-parceiro.

Do mesmo modo, dados obtidos através do relatório *Violence Against Women: a priority health issue* de 2006, publicado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), são ainda mais alarmantes: segundo o relatório entre 16% e 52% das mulheres são agredidas por seus parceiros.

Um levantamento feito pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) citado por Barsted (2008) considera que a violência doméstica incide sobre 25% a 50% das mulheres latino-americanas, tendo um custo social de 168 bilhões de dólares para a América Latina ou 14,2% de seu PIB (no Brasil a estimativa seria de 84 milhões de dólares ou 10,5% do PIB).

O dado que mais se destaca em uma pesquisa realizada por Williams (2002) diz respeito ao tipo de relação que a vítima tem com o agressor: 58,3% correspondem a relacionamento amoroso, 20,3% são conhecidos da vítima, 15,5% são parentes e apenas 5,85 são desconhecidos. Segundo a autora, esses dados nos mostram que os agressores estão próximos da vítima, confirmando-se as tendências mundiais no que diz respeito à violência contra a mulher.

Segundo Williams (2002), um mapeamento completo de todos os tipos de delitos registrados na Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de São Paulo indica que a maioria das ocorrências (48,37%) são casos de lesão corporal dolosa (LCD); seguidos de 22,30% de casos de ameaças, sendo a ameaça de morte a mais frequente (69.2%), seguida de ameaça de agressão (18,45). Confirmando estudos anteriores, verificou-se que 61,25% dos agressores, nos casos de LCD, mantêm ou já mantiveram um relacionamento amoroso heterossexual com a vítima.

A esse respeito, Meichenbaum (1995, p. 28) menciona que o Worldwide Institute declarou a violência contra a mulher como sendo o tipo de crime mais frequente que existe. Trata-se, segundo este autor, de um fenômeno complexo, multi-determinado, crônico e epidêmico e como tal requer “esforços descomunais que precisam abranger áreas diversas como saúde, educação, justiça, segurança pública e meios de comunicação de massa”.

No Estado do Pará, não é diferente, pois segundo pesquisa no Sistema Integrado da Polícia Civil do Estado, Sistema Integrado de Segurança Pública – SISP, se pode notar que no período de janeiro de 2011 a dezembro 2013, a Divisão Especializada no atendimento a Mulher – DEAM, já realizou entre procedimentos do tipo Inquérito Policial por Portaria - IPP, Inquérito Policial por Flagrante - IPF e Termos Circunstanciados de Ocorrência - TCO, aproximadamente 4.369 (quatro mil trezentos e sessenta e nove) procedimentos.

E, é justamente em cima dessa concepção que se analisa o papel da Segurança Pública do Estado do Pará, a respeito da Lei de Violência Doméstica, se a mesma esta sendo aplicada de forma eficaz e se as vítimas estão obtendo respostas quando procuram o auxílio da polícia.

2. O papel do estado na assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar

Diversas foram as políticas públicas criadas pelo Estado do Pará para o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, abordando as responsabilidades dos órgãos de proteção e atendimento à mulher vítima de violência doméstica, apresentando ainda, algumas estatísticas de violência contra a mulher na capital e região metropolitana de Belém.

2.1 Políticas Públicas: Dever Do Estado

O Estado Brasileiro, depois de ratificar os documentos internacionais de proteção à mulher, assumiu obrigações no plano internacional, comprometendo-se a adotar medidas para garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares, resguardando-as de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Para tanto, deve tratar políticas de prevenção, bem como investigar diligentemente qualquer violação, assegurando recursos para efetivar a finalidade desta lei.

A ONU, na década de 1950 começou a combater a violência praticada contra a mulher, com a criação da Comissão de Status da Mulher, que gerou muitos tratados com base na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que declararam expressamente direitos iguais entre homens e mulheres, sem distinção de qualquer natureza.

A partir daí, muitas ações na esfera internacional foram desenvolvidas para a promoção dos direitos da mulher, e no território nacional, nas décadas de 80 e 90, foram criadas as Delegacias Especializadas no Atendimento de Mulheres, o SOS

- Mulher, os Conselhos Nacionais e Estaduais dos Direitos das Mulheres, as casas abrigos e vários serviços de atendimento especializado voltados para as mulheres vítimas de violência.

Essas ações são iniciativas do setor governamental e, principalmente, de organizações sociais que vêm sendo utilizadas objetivando a solução dessa problemática. Não é objeto de estudo abordar todas as políticas públicas criadas para combater esse tipo de violência, no entanto, será abordada com brevidade a eficácia do trabalho da Polícia Judiciária nas Divisões Especializadas no Atendimento à Mulher, que provavelmente, são as mais conhecidas da sociedade.

2.2 Políticas Públicas no Estado do Pará em Defesa da Mulher

Há de se ressaltar que em 26 de junho de 2007, o governo do Estado do Pará efetivou, junto ao Governo Federal, participação no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e que terá a coordenação da Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social (SEDES), Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH) e entidades e movimentos populares de defesa dos direitos das mulheres, visando à ampliação das políticas públicas e a obtenção de recursos necessários à ampliação do número de Delegacias Especializadas e a ampliação dos conselhos municipais da mulher.

Portanto, considerando que a mulher que vive em situação de violência doméstica necessita de atenção integral nas áreas psicológicas, social jurídica, segurança pública e saúde, o governo do Estado começa a ratificar sua participação no Plano Nacional de Políticas para as mulheres vítimas de violência doméstica, criando os Centros de Atendimento, também chamados de Centros de Referência ou Centros de Orientação, os quais na atualidade foram substituídos pelos PROPAZ MULHER, que presta orientação e apoio a mulheres vítimas de violência e discriminação de gênero, além de oferecerem atendimento individual e em grupo, encaminhando e acompanhando as vítimas de agressões para as áreas psicológica, social e jurídica.

No entanto, ainda por desconhecimento de seus direitos, medo, insegurança, dificuldades financeiras e emocionais, muitas mulheres acabam voltando à delegacia para desistir da denúncia, ou da representação na justiça. Logo, com o apoio dessa nova estrutura, PROPAZ MULHER, as mulheres sentem-se mais seguras para buscar meios de solucionar a violência, pois resolvem tudo num mesmo lugar.

No Pará, os antigos Centros de Atendimento trabalhavam em parceria com a Polícia Civil, especialmente com a DEAM², Polícia Militar, Defensoria Pública, Casas abrigo, Secretaria de Trabalho e Ação Social e serviços de emergência hospitalar, integrando uma rede para atendimento às mulheres, contudo, agora esses antigos Centros de Atendimento funcionam integrados com a Delegacia da Mulher, criando-se com isso o PROPAZ MULHER.

Portanto, ao se apresentar as políticas públicas do Estado, ressalta-se que na Capital do Estado do Pará e também em sua região metropolitana existem um conjunto de serviços voltados ao atendimento a mulheres vítimas de agressão, buscando sua proteção e garantindo seus direitos, entre os quais, Delegacia da Mulher, Casa Abrigo, Unidade de Acolhimento, Conselhos Municipais e Estadual, Varas e Promotorias de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

2.2.1 Propaz mulher e a Divisão Especializada no Atendimento a Mulher (DEAM)

Para se mostrar a efetividade da Polícia Judiciária no atendimento à mulher vítima de violência doméstica, é importante discorrer sobre a atuação da Divisão Especializada no Atendimento a Mulher – DEAM, a qual integra o mais novo PROPAZ MULHER, que fica localizada na Cidade de Belém mais precisamente na Travessa Mauriti, entre a Av. Rômulo Maiorana e Av. Duque de Caxias, Bairro do Marco, e atualmente (Novembro de 2014) encontra-se sob a direção da Dra. Alessandra do Socorro da Silva Jorge, Delegada de Polícia de Carreira e diversos servidores que lhe dão apoio.

O PROPAZ MULHER/DEAM representa em Belém, uma importante porta de entrada para o combate a violência doméstica, além de ter elaborado, historicamente, os principais dados estatísticos existentes sobre o tema, apresenta um concentrado corpo de servidoras preparadas para o atendimento às mulheres vítimas de qualquer tipo de agressão.

O funcionamento da Delegacia da Mulher se dá de forma ininterrupta, pois durante todo o dia, trabalham equipes de expediente e pela parte da noite uma equipe plantonista, composta por Delegadas, Escrivãs e investigadores que ficam a disposição da comunidade feminina. Sua abrangência abarca todo o Município de Belém e região metropolitana, não obstante ao atendimento de mulheres vítimas de agressões oriundas de outros Municípios.

² Divisão Especializada no Atendimento a Mulher

A Delegacia da Mulher foi criada por meio de um processo de lutas e embate dos movimentos das mulheres que mostraram sua pertinência em suas lutas. Chamada, antes do decreto governamental nº 26.990, de 8 de dezembro de 2006, de Delegacia de Crimes Contra a Integridade da Mulher – DCCIM, passou atualmente a ser chamada de DEAM (Divisão Especializada no Atendimento a Mulher), adequando-se ao formato nacional das divisões de atendimento a mulher.

Atualmente o chamado de PROPAZ MULHER – DEAM passou a ser um atendimento pioneiro no Norte do país, onde busca um acolhimento interdisciplinar e qualificado que tem como metas promover a cidadania, evitar a reincidência da violência e encorajar as mulheres paraenses a buscar apoio especializado, conforme disse o governador Simão Jatene na inauguração do PROPAZ MULHER no dia 01/07/2014. (http://www.agenciapara.com.br/noticia.asp?id_ver=102924, acessado em 04.11.2014).

“Tínhamos o grande desafio de integrar os diferentes serviços de atendimento à mulher, como a Delegacia da Mulher, o Ministério Público e a Defensoria Pública. O PROPAZ MULHER cria essa rede e evita que a vítima tenha que passar por vários locais em busca de atendimento”. (Simão Robson Jatene).

Para o secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, Luiz Fernandes Rocha, o início das atividades do PROPAZ MULHER evita que as vítimas passem pela mesma violência, oferecendo todo o sistema de segurança trabalhando de maneira integrada com um modelo de atendimento inovador. *“Na medida em que você oferece um atendimento de referência a essa vítima de violência, evitamos que ela passe pelo transtorno de repetir o seu relato diversas vezes”*, destacou. (<http://www.agenciapara.com.br/noticia>, acessado em 04.11.2014).

Em entrevista ao autor do trabalho a Delegada Alessandra Jorge, Diretora do PROPAZ MULHER/DEAM, diz que: *“O PROPAZ MULHER é um sonho antigo que conquistamos, pois com essa nova estrutura podemos atender as vítimas de violência doméstica com mais eficiência e rapidez, uma vez que esta formada toda uma estrutura com a presença do Judiciário, Ministério Público, instituto médico legal, psicólogas e assistentes sociais, além de Delegadas e Escrivãs especializadas neste tipo de crime, trazendo com isso mais segurança e conforto a essas vítimas de violência doméstica.”*

O modelo de atendimento do PROPAZ MULHER será semelhante ao dos núcleos de atendimento do Pro Paz Integrado em funcionamento no interior do Estado, que prestam atendimento a mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência em um único espaço. *“Vamos fazer prevalecer o atendimento humanizado às vítimas de violência, dando toda a atenção que a mulher merece, cuidando e tra-*

tando de seus danos físicos e psíquicos. Esse será o papel do PROPAZ MULHER”, observou a coordenadora do Pro Paz integrado, Eugênia Fonseca.(<http://www.agenciapara.com.br/noticia>, acessado em 04.11.2014).

O grande diferencial do projeto é o apoio do Poder Judiciário, que será representado pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJE), Ministério Público Estadual e Defensoria Pública, no acompanhamento de todos os processos judiciais abertos no PROPAZ MULHER. Para o defensor público geral, Luís Carlos Portela, a Defensoria Pública vai ajudar a cumprir os direitos de mulheres em situação de vulnerabilidade social e reforçar a importância do atendimento as vítimas que buscam por atendimento. “A Defensoria vai estar perto desse público-alvo trabalhando em parceria e com a integração desses serviços, deixando o atendimento ainda mais especializado e humanizado”, disse.

Balanco anual da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República coloca o Pará no segundo lugar do ranking nacional do Disque 180, voltado ao enfrentamento da violência contra mulheres. O Estado teve taxa de 809,44 registros por 100 mil habitantes em 2013, atrás apenas do Distrito Federal, com 1.171,02 registros por 100 mil habitantes. Segundo o levantamento, o Pará teve em 2013 aumento de 6,29% nos números de municípios que ligaram para o Disque 180 em relação ao ano anterior. Foram 130 municípios atendidos pelo serviço, deixando o Estado na quarta posição no ranking de municípios que mais ligaram para o serviço em busca de atendimento.(<http://www.agenciapara.com.br/noticia>, acessado em 04.11.2014).

2.3 Análise dos dados estatísticos de Janeiro de 2011 a Dezembro de 2013

Em análise aos dados estatísticos a respeito da Violência Doméstica, na Divisão Especializada no Atendimento a Mulher, se pode perceber que o índice de violência contra a mulher ainda encontra-se muito latente, tanto que a pesquisa mostra como sendo uma das mais comuns, entre os crimes mais praticados na Capital e Região Metropolitana de Belém, sendo que na sua maioria os agressores são os companheiros, namorados, maridos ou parentes das vítimas.

Entretanto, tendo em vista a decorrência da violência contra a mulher no Estado do Pará, no âmbito de sua capital e região metropolitana, com dados a partir de Janeiro de 2011 até Dezembro de 2013, mostram-se os atendimentos disponibilizados a essas vítimas na Divisão Especializada no Atendimento a Mulher – DEAM, com o número de ocorrências registradas e os procedimentos instaurados para garantir seus direitos.

Em visita e dados colhidos na Divisão Especializada no Atendimento a Mulher, se pode perceber, grande eficácia no atendimento as vítimas de violência doméstica que buscam auxílio da Polícia Judiciária no combate a esse crime, pois atualmente é formada por um grupo de técnicos especializados no atendimento a vítima de violência doméstica como psicólogas, assistentes sociais, Delegadas, Escrivães, formando o mais novo PROPAZ MULHER.

O setor social da delegacia da mulher é a porta de entrada daquela especializada, responsável pelo primeiro atendimento a vítima de violência doméstica a qual busca uma orientação, do que fazer naquelas circunstâncias da qual esta sendo vítima.

No setor social e explicado a vítima de violência doméstica como funciona o trabalho do PROPAZ MULHER, de que ali ela terá todo o apoio necessário para amenizar a violência que vem sofrendo. São oferecidas algumas opções para essas vítimas, entre as quais a possibilidade de ficarem abrigadas em casa de apoio, sobre a proteção do Estado, ficando resguardada da violência do agressor e com seus direitos garantidos. Esses abrigos podem ser municipais, quando as vítimas são da capital, e, Estadual quando as vítimas são de outros municípios (Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Izabel, etc.), ficando essas casas de apoio em endereços sigilosos.

As mulheres que optem em ficar abrigadas são autorizadas a saírem do abrigo apenas depois que forem expedidas as medidas protetivas pelo judiciário, principalmente as que fazem referência ao afastamento do agressor do lar e proibição de sua aproximação da vítima, para que assim possa transitar livremente pela rua com sua integridade física preservada e sua segurança garantida.

Posteriormente as vítimas de violência doméstica passarem pelo setor social, manifestando a vontade de prosseguirem na denúncia, elas são repassadas para o setor policial, onde são atendidas por uma Delegada de Polícia e uma Escrivã. Será registrado o boletim de ocorrência policial, e colhidos todos os dados da denúncia, e, por conseguinte a instauração do procedimento policial para que assim a autoridade policial possa requerer junto ao Poder Judiciário as medidas protetivas de urgência a essa vítima de violência.

Em análise ao ano de 2011 pode se constatar 10.834 atendimentos a vítimas de violência doméstica dos quais 6.652 geraram boletim de ocorrência policial, e 1.438 procedimentos policiais que foram encaminhados ao Judiciário para responsabilização do agressor.

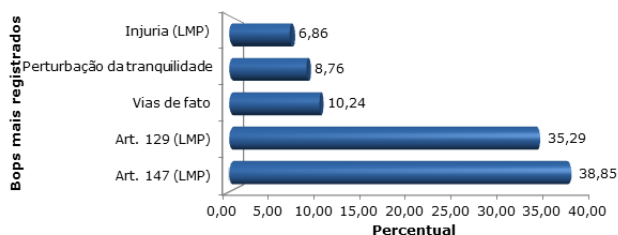
No ano de 2012 obteve-se 10.624 atendimentos a essas vítimas de violência doméstica, tendo sido gerado 6.542 boletins de ocorrência policial, e instaurados 1.421 procedimentos policiais que foram encaminhados ao Judiciário.

Por fim, no ano de 2013 teve-se 10.113 atendimentos, tendo sido gerado 6.689 boletins de ocorrência policial, dos quais foram instaurados 1.510 procedimentos policiais que foram encaminhados ao Judiciário.

Em suma, se constata que nos anos de 2011, 2012 e 2013 já foram realizados 31.571 atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica, na Divisão Especializada no Atendimento Mulher, tendo essas vítimas passado de início pelo setor social da Delegacia da Mulher, tendo 19.883 (62,98%) desses atendimentos gerado boletim de ocorrência policial, e 4.369 (21,97%) procedimentos policiais que foram encaminhados ao Judiciário para a penalização do agressor.

Entres os crimes mais comuns registrados, nos anos de 2011, 2012 e 2013 pode-se destacar que 38,85% faz referência ao crime de ameaça, seguido por 35,29% do crime de lesão corporal, 10,24% de Vias de Fato, 8,76% de perturbação da tranquilidade e 6,86% do crime de injúria, conforme Figura 01.

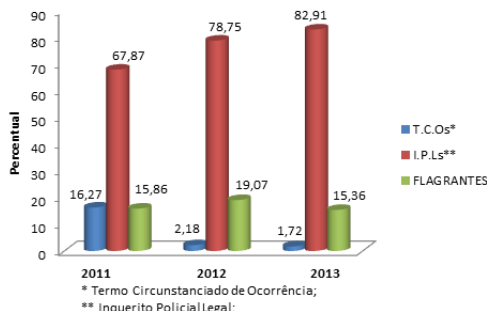
FIGURA 01: Percentual de Boletins de Ocorrências registrados com maior frequência na DEAM, no período de 2011 a 2013



Fonte: Cartório/DEAM (Iolanda/Nacy), Janeiro/2014

Pode-se analisar ainda que nos anos de 2011, 2012 e 2013, o número de Inquérito Policial legal foi aumentando gradativamente, enquanto que o número do Termo Circunstanciado de ocorrência foi diminuindo, fato este que se deu em decorrência do judiciário ter sido mais eficaz na aplicação da Lei Maria da Penha, a qual aduz que com a homologação da referida lei, não será permitido a lavratura de procedimento policial de pequeno potencial, de competência do juizado especial, conforme se demonstra na Figura 02.

FIGURA 02: Porcentagem de procedimentos policiais instaurados na DEAM no período de 2011 a 2013



Fonte: Cartório/DEAM (Iolanda/Nacy), Janeiro/2014

Ocorre que, depois da análise da análise da Figura 02, pode-se perceber ainda que, em relação ao número de procedimento instaurados nos anos de 2011, 2012 e 2013, comparando com o número de atendimentos e de boletins de ocorrências registrados, tem-se apenas 21,97% de procedimentos policiais instaurados, ou seja, um total de 4.369, os quais não condizem nem a metade dos boletins de ocorrência policial registrados nos últimos três anos.

Em conversa com a Diretora do PROPAZ MULHER, Delegada Alessandra Jorge, a mesma nos justificou que cerca de 78,13% dos boletins de ocorrências policiais foram deixados de ser instaurados em decorrência das mulheres vítimas de violência doméstica não retornarem para dar continuidade a denúncia, em virtude de um primeiro momento as vítimas quererem apenas que o agressor melhore ou que as profissionais da Delegacia da Mulher conversem com esse agressor.

A Delegada aduz ainda, que muitas vítimas de violência doméstica não tem paciência de aguardar a tramitação do procedimento policial, pois tinham que se deslocar para vários lugares, tanto para fazerem exames de lesão corporal, como para atendimento social ou psicológico, realidade esta que já esta mudando, pois no ano de 2014 as vítimas de violência doméstica já contam com o PROPAZ MULHER, onde possuem todos os atendimentos necessários para resolução do conflito, inclusive o atendimento do Judiciário, Ministério Público e Defensoria, favorecendo com isso a eficácia na lavratura dos procedimento policiais, e a celeridade na responsabilização do agressor junto ao Judiciário.

Outra situação que acaba por deixar a denúncia em aberto são casos de mulheres que comparecem na Delegacia da Mulher, registram o boletim de ocorrência e ao serem procuradas para apresentarem testemunhas, não são mais encontradas no endereço que informaram, sendo que muitas vezes foram embora para o interior do Estado, com medo do agressor. Sendo essas denúncias acauteladas em cartório para que, caso essas vítimas retornem, elas serão desarquivadas e dado o devido prosseguimento.

3. *Considerações finais*

A expressão “Violência doméstica contra mulher” se refere a qualquer ato de violência que tenha por base o gênero, e que resulta ou pode resultar em dano ou sofrimento de natureza psicológica, física, sexual, moral ou patrimonial. Coerção ou privação arbitrária da liberdade quer se reproduzam na vida pública ou privada, podem ocorrer como formas de violência.

Apesar de o assunto violência doméstica ser antigo, infelizmente os casos aumentam a cada dia. Frequentemente, as mulheres são vítimas do tratamento agressivo dentro de suas próprias casas. O resultado desses maus tratos pode ser acompanhado no convívio social e, conseqüentemente, repercutir no desempenho profissional das mulheres.

Foi observado que o combate à violência doméstica não é simples, no entanto, a denúncia deve ser feita, pois é o procedimento mais indicado, inclusive a denúncia na delegacia é muito importante, porque a pessoa ao ser chamada a depor sente-se responsabilizada pelos seus atos, pois o enfrentamento da violência apesar de não ser um problema exclusivo da mulher, mas diz respeito também, a Saúde Pública, sociedade civil e ao poder Público.

É constatado que muitos dos crimes investigados ocorreram na própria casa das mulheres, através de uma análise feita na Divisão Especializada no Atendimento a Mulher essa violência demonstra que os abusos contra a mulher começam muito cedo, a mulher não se sente respeitada, dessa forma, comprova que o ambiente doméstico é extremamente perigoso. Portanto, se pode visualizar que a violência praticada contra as mulheres é um problema de aspecto social e histórico presente em todas as sociedades.

Portanto, todos são chamados, independentemente de classe social, a promover seu dever de cidadão, denunciando qualquer tipo de violência, pois a violência não é mais privada, o Estado e a sociedade são responsáveis pelo seu controle e isso expli-

ca as várias convenções editadas tanto nacionais como internacionais, bem como as leis que promovem programas de assistência às vítimas e punições para os autores que praticam as violências.

Todavia, ainda há muito por fazer para acabar ou minimizar esse tipo de violência contra a mulher mediante uma conscientização por meio de políticas públicas que viabilizem ações educativas preventivas, principalmente direcionadas ao homem no sentido de assegurar às mulheres seus direitos, enfim construir estratégias embasadas em respeito, amor e solidariedade, pois a sociedade clama por atuações severas do Estado. Sendo que não se pode mais admitir que em pleno século XXI que mulher continue sendo vítima dentro do seu próprio lar.

Referências bibliográficas

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm Acesso em 07 de Março de 2013.

CEBALLOS, Elena. **Lá violência doméstica – COSTA**, Ivone Freire. Polícia e Sociedade: Gestão de Segurança Pública, Violência e Controle Social. Salvador: EDUFBA, 2005.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais Malandros e Heróis**: Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro. Rocco, 1994.

DIAS, Maria Berenice, **A Lei Maria da Penha na Justiça**: a efetividade da lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher / Maria Berenice Dias. – 2. Ed. rev., atual. E ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. **Pará assina pacto para o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Disponível em www.pa.gov.br.

MATTA, Roberto da ET alii. **Violência Brasileira**. As raízes da violência no Brasil: reflexão de um antropólogo social. São Paulo: Brasiliense, 1982, p.25.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis penais e processuais penais comentadas**. 4ª. ed. atual. e ampl. - São Paulo: editora Revista dos Tribunais, 2009.

PRODEPA, **Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará - SISP**. Acessado nos dias 07, 08, 09, 10 e 11/06/2013;

RABENHORST, Eduardo R. **Violência, exclusão moral e dignidade humana**. Revista da Esmal. Ano II, n. 3, p. 79-91. Alagoas. jul-dez. 2003.

RASSIER, José Carlos. **Progresso para as Cidades Desenvolvimento para as Pessoas**. Cidades em Revista. ano 1 n. 1, jul. 2005.

_____. **Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos no Brasil**. Capítulo VIII. Ministério da Justiça. Os Direitos Humanos da Mulher Brasileira. 2005. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 10 de Outubro de 2010.

SCHRAIBER, L.B.; D'OLIVEIRA, A.F.P.L.; FRANÇA-JUNIOR, I.; PINHO, A.A. **Violência Contra a Mulher**: Estudo Em Uma Unidade de Atenção Primária à Saúde. Revista Saúde Pública, 36(4):470-7. 2002.

SOUTO Cláudio e FALCÃO, Joaquim, **Sociologia do Direito** – Textos Básicos para a disciplina Sociologia Jurídica. 2ª edição atualizada.

WILLIAMS, L. C. A. **Oficina de psicologia para policiais da Delegacia da Mulher**: Um relato de experiência. Psicologia: Teoria e Prática II, 2002.

AS DROGAS E AS INICIATIVAS DE RECUPERAÇÃO DOS DEPENDENTES QUÍMICOS EM BOA VISTA: DIÁLOGOS NA CASA DO PAI

Introdução

Atualmente a Organização Mundial da Saúde - OMS caracteriza a dependência química como uma doença, portanto ela passou a ser uma problemática não apenas restrita a saúde, mas uma realidade de problemas sociais e socioeconômicos que o Brasil enfrenta. Por não haver dados diretos que nos possibilitam a construção de indicadores gerais e específico a pesquisa delimitou-se em coleta de dados na Instituição de denominação evangélica CASA DO PAI.

A diversidade de problemas e de pessoas envolvidas com as drogas permite dizer que o uso e abuso de substâncias psicoativas é um fator de saúde pública de grande importância, o que necessita maior intervenção nas ações de prevenção e tratamento destes usuários investidos na perspectiva da clínica ampliada, Brasil (2004). Segundo a Organização Mundial de Saúde (2004), cerca de 10% das populações dos centros urbanos de todo o mundo, consomem abusivamente substâncias psicoativas independentemente de idade, sexo, nível de instrução e poder aquisitivo; a dependência química é determinada por uma série de motivos, todos com papel importante, como: fatores socioeconômicos, familiar e cultural que vem interferindo na escolha do sujeito (BRASIL, 2004).

Uma nova pesquisa de abrangência nacional sobre o consumo de drogas será divulgada em 2015 pela Senad. Segundo o titular da secretaria, serão pesquisadas cidades de grande, médio e pequeno porte e a área rural. O edital para contratar a pesquisa foi publicado em fevereiro e o governo recebe propostas das entidades interessadas até o dia 29.mar.2014. O levantamento deverá ser concluído em 18 meses e custará R\$ 8 milhões.

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: ramyla.snts@live.com

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: suellens.sousa21@gmail.com

*** Universidade Federal de Roraima. E-mail: beatriz.silva.2013@hotmail.com

A proposta deste trabalho foi pesquisar como o tratamento de dependentes químicos supera índices, utilizando o método de casa terapêutica com princípios religiosos. Mostrando as dificuldades e superações dos internos, que encontram-se em tratamento na casa terapêutica, CASA DO PAI. Atentando-se ao processo de reintegração, uma vez que terão que estar prontos para enfrentar o preconceito da sociedade, levando para discussão o fator da invisibilidade que esse grupo social vive. Alguns estudos mostram que existe uma grande dificuldade de se desenvolver acolhimento, justiça social e acesso universal e igualitário, bem como responder a demandas bastante heterogêneas dos diversos segmentos da população (CARNEIRO JUNIOR e SILVEIRA, 2003). Quando se refere ao dependente químico é ainda mais difícil trabalhar este acesso igualitário.

Neste ponto, é necessário perceber a importância da educação em saúde como estratégia fundamental para a prevenção, já que o sujeito, em sua formação, é capaz de compreender a realidade social e buscar na prática do cuidado individual, familiar e coletivo a transformação da realidade social (TEIXEIRA, 2001).

O consumo excessivo de substâncias lícitas e ilícitas geralmente provoca um grande impacto sobre toda a família e, muitas vezes, é dentro do núcleo familiar deste usuário que se inicia um processo de exclusão e marginalização. A equipe que desenvolve o projeto da CASA DO PAI neste contexto complexo percebe que a família, apesar das dificuldades para cuidar das questões que envolvem o uso de álcool e drogas, é quem carrega grande parte da solução. O mesmo cenário de risco tem um contexto de proteção, sem que haja exclusão ou separação das partes.

Diante disso a proposta do projeto é a valorização de iniciativas como a CASA DO PAI, enfatizando as dificuldades de financiamento e apoio. Uma vez que o projeto humanitário, busca a reintegração de pessoas que pelo consumo de drogas não tinha esperança, e muitos sendo levados pelo caminho da criminalidade, tiveram como sustentação os princípios religiosos como principal ferramenta de recuperação.

A instituição CASA DO PAI

A Casa do Pai, é uma comunidade terapêutica, que desenvolve o trabalho de tratamento com dependentes químicos, hoje em um espaço doado pela igreja da paz na região do Água Boa. Há oito anos a Instituição foi fundada pelo idealizador e hoje coordenador JR (José Romildo Ferreira) e atualmente é administrada pela Igreja da Paz de denominação evangélica. Segundo JR (José Romildo Ferreira), o projeto

começou pelo anseio de ajudar aquela fatia excluída na sociedade (dependentes químicos), iniciou com um dependente que fora a igreja em busca de ajuda, o homem queria tirar a própria vida pelo fato de não conseguir se libertar do uso das drogas. Comovido e sensibilizado com a história de vida daquele homem JR foi motivado, com a ajuda da igreja, dar início ao trabalho de recuperar vidas. E a partir de então números de procura aumentaram consideravelmente. Atualmente o local encontra-se com 25 rapazes na faixa etária de 20 à 43 anos, sendo que a capacidade seria para 20 vagas, e hoje encontra-se com 670 pessoas em uma lista de espera para iniciar o tratamento. O centro de recuperação é voltado para homens, que passam por um processo de triagem na CASA AMARELA, que fora criada com intuito para controle e acompanhamento dos usuários em tratamento na Casa do Pai e dos que se encontram na lista de espera, organizando o trabalho estrutural do Centro.

1.1 *Metodologia utilizada na Comunidade Terapêutica, Casa do Pai.*

Por se uma comunidade terapêutica religiosa a instituição utiliza de uma metodologia diferenciada de clínicas de reabilitação.” Estudos quantitativos epidemiológicos associam a

Religiosidade a menor consumo de drogas e a melhores índices de recuperação para pacientes em tratamento médico para dependência de drogas”. Com base em referências e diálogo com o monitor Flavio Machado Castela Filho percebemos a grande quebra de índices do método usado pela instituição CASA DO PAI. A metodologia da instituição tem como objetivo fundamental não somente promover a abstinência do consumo de drogas, mas o apoio incondicional, auxílio emocional, bem estar, autoestima reestruturação, novas redes para melhores meios de vida, valorizar o potencial individualmente de cada interno, incentivando ao recomeço de uma nova família. Disponibilizam ferramentas para o auxílio de recuperação por meio de novas atividades. Usam esses métodos com base na fé religiosa. O método elaborado pela instituição CASA DO PAI propõem aos internos novas experiências de convivência. Pela manhã são acordados com o toque de alvorada seguido de um tempo delimitado para a primeira devocional do dia, após são servidos com um café da manhã, logo seguem para suas atividades de laborterapia com intuito de ocupar a mente dos internos mostrando os valores e importância de atividades diárias, com uma escala de divisão, quando finalizam-se ao trabalhos preparam-se para o almoço com um tempo determinado a descanso, passam suas tardes em palestras, pregações, estudos com espaço para compartilharem seus testemunhos com objetivo de aperi-

moramento moral e espiritual. Com o jantar pelo início da noite os internos logo após tem uma seleção de programas na TV determinado pelo centro. No espaço de 15 dias um ônibus é disponibilizado pela igreja para levar os internos as reuniões dominical da IGREJA DA PAZ onde lá podem ter o contato mais próximo com o evangelho pregado no centro de recuperação e passam a conhecer o Deus que liberta. O espaço aberto para visitas é disponível no sábado e domingo.

1.2 *A instituição sem fins lucrativos*

A Instituição Casa do Pai conta apenas com ajuda financeira da Igreja da Paz que o administra, portanto o anseio em atender toda a demanda é grande, mas não há recursos suficientes para subsidiar toda demanda. Em relato o criador e hoje Coordenador do projeto José Romildo Ferreira, relatou a dificuldade que tem em conseguir recursos dos órgãos governamentais, não somente recursos financeiros, mas também a disponibilidade de serviços públicos básicos que os dependentes necessitam, como atendimento psicológico. A Instituição não tem êxito na procura por parcerias de governos Federais, Estaduais e Municipais, tanto que o trabalho estatísticos não são atualizados, sendo necessária essa atualização para controle e fiscalização de políticas públicas vigentes para atender de forma acessível o grupo de sua responsabilidade, de forma que possa desenvolver projetos nos âmbitos de tratamento e no trabalho preventivo, pois segundos dados coletados através da aplicação de questionário no centro, 100% dos entrevistados tiveram o primeiro contato com drogas ilícitas antes dos 20 anos de idade.

1.3 *Projeto e iniciativas norteados pelo centro*

Tendo em vista a grande porcentagem de jovens que tiveram o primeiro contato com as drogas antes dos 20 anos de idade JR atentou-se para o trabalho preventivo contra as drogas. “Segundo Silveira e Moreira (2006), a prevenção diz respeito às ações voltadas para a diminuição de problemas de saúde relacionados ao uso de drogas e, dentro dessa perspectiva, Seibel e Júnior (2001, p. 43) propõem que: [...] a melhor maneira de abordar o problema do uso e abuso de drogas entre os jovens é a prevenção. E quando se fala em atuar com jovens, a escola é sempre lembrada como o local de excelência onde esta tarefa deve se desenvolver.”

Com isso José Romildo iniciou o projeto MÃOS DADAS que atua em escolas com o objetivo de mostrar para a sociedade as consequências causadas pelo o uso de

drogas, visando não somente os jovens estudantes, mas qualificando a sociedade em geral sobre as diretrizes do uso de drogas, levando para conhecimento os estágios em que se manifesta cada usuário à medida em que evolui no uso de entorpecentes.

3. *Objetivo Geral*

Apresentar os problemas gerados pelo consumo de drogas pela ótica dos dependentes em tratamento da casa terapêutica CASA DO PAI de denominação evangélica.

3.1 *Objetivo Específico*

- Conhecer os mecanismos de acolhimento ao usuário de drogas realizado pela casa terapêutica CASA DO PAI.
- Investigar as principais dificuldades vivenciadas pelos internos da casa terapêutica que se encontram em tratamento.
- Identificar as principais estratégias de atuação e influência da religião evangélica no trabalho de recuperação do dependente químico e família

4. *Metodologia*

4.1 *Tipo de pesquisa*

Esta pesquisa foi de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e teve como proposta identificar as principais dificuldades dos dependentes químicos em processo de tratamento, evidenciando o processo de reintegração na sociedade.

Uma das características da pesquisa exploratória, tal como é geralmente concebida, refere-se à especificidade das perguntas, o que é feito desde o começo da pesquisa e que pode ajudar a resolver algumas dificuldades. A população é rica em conhecimentos e esses conhecimentos, opiniões, valores e atitudes é que vão se constituir, muitas vezes, em barreiras. Essas barreiras podem ser conhecidas por meio do estudo exploratório e, pelo menos, parcialmente contornadas, a fim de que o programa educativo alcance maior aceitação (ROSS e ROSSER, 1989).

4.2 *Cenário*

A comunidade terapêutica, Casa do Pai, está localizada no estado de Roraima, na zona rural do município de Boa Vista, Água Boa, na chácara denominada “Isso é só o começo”. Possui funcionalidade atualmente é administrada pela igreja da Paz, sendo sede de acolhimento dos internos em processo de recuperação desde do ano de 2006.

4.3 *Seleção de participantes*

Os sujeitos do estudo foram os diversos profissionais que atuam na administração, funcionalidade da Instituição, com ênfase nos internos em processo de recuperação, que cederam dados da instituição e a base para a coleta de dados por meio de questionário. Foram entrevistado o coordenador da Instituição, 2 monitores e 24 internos. Os sujeitos foram entrevistados de forma anônima, dando impessoalidade na obtenção de dados.

4.4 *Coleta de dados*

Foram feitas entrevistas semiestruturadas, baseadas em roteiro temático elaborado para apoio (apêndice I) no período de 14/10 a 16/10/2014. As entrevistas foram realizadas pela pesquisadora, gravadas e posteriormente transcritas pela mesma e utilizados fragmentos do discurso dos entrevistados para ilustrar a discussão. O tempo médio de cada entrevista foi por volta de 10 minutos.

Segundo Holman (1993), os métodos de investigação incluem entrevistas (estruturadas, semiestruturadas e abertas), observação (externa ou participante) e análise de material escrito. De acordo com o mesmo autor, a entrevista semiestruturada parte de questionamentos básicos que vão interessar a pesquisa. Vale acrescentar que neste tipo de entrevista o investigador teve o cuidado de observar os aspectos não-verbais do entrevistado, procurando sondar seus gestos, expressões, entonações, alterações de ritmo, entre outros. Tudo isso é muito importante para a compreensão das respostas validando o que foi dito e foi registrado em diário de campo.

5. Resultados e discussão

Segue abaixo a análise realizada com base na coleta de dados do questionário (Apêndice I), com 24 internos em processo de recuperação, fundamentado em tratamento gráfico (Apêndice II).

5.2 Naturalidade

A região norte possui 92% dos internos, grande maioria do estado de Roraima, mas recebendo também dos estados do Amazonas e Pará. Segundo a coleta de dados essa migração ocorreu a partir da procura de recuperação.

5.3 Iniciativa de Tratamento

Nota-se conforme o Apêndice II, que 79% dos internos estão na comunidade terapêutica, Casa do Pai por iniciativa própria e 21% por iniciativa da família, atentando-se a internação com consentimento do interno, pois a Instituição possui uma diretriz diferenciada, desvinculada aos princípios compulsórios.

5.4 Reintegração

Conforme os dados 87% dos internos sentem-se seguros em retomar suas atividades em sociedade, tendo como principal ferramenta de segurança, a palavra de Deus, principal ferramenta utilizada pela casa terapêutica no tratamento dos internos. E 13% não tem segurança em se reintegrar, conforme os dados 67% encontram-se no início do tratamento e 33% tem receio de ser influenciados novamente por amigos e más companhias.

5.5 Tempo de tratamento

Através de dados da pesquisa conclui-se que 29% dos internos estão de 04 a 06 meses em processo de tratamento. Ressaltando que alguns internos são reincidentes.

5.6 Sequelas deixadas pelo o consumo de drogas

Conforme os dados coletados 50% dos internos relatam que o consumo de drogas influenciou na saúde. Sendo que em 83% tem sequelas físicas e mentais, principalmente com perda de memória instantânea. Uma pesquisa mostrou que aqueles que usam drogas casualmente perdem a memória com mais facilidade do que pessoas que não usam nenhuma droga. A memória prospectiva (aquela que usamos quando precisamos lembrar de fazer alguma atividade) daqueles que usam drogas, mesmo que só em festas e outras ocasiões, apresenta grandes falhas.

5.7 Primeiro contato e suas influências

Todos os internos tiveram o primeiro contato entre 10 a 20 anos de idade, que divide-se em: 50% de 10 a 15 anos e 50% de 16 a 20anos. Grande maioria apresentando o percentual de 46% tiveram o primeiro contato sob influência de amizades negativas seguindo, 21% com o fator curiosidade.

6. Considerações finais

A realização deste estudo teve como resultado o reconhecimento das dificuldades vivenciadas pela instituição CASA DO PAI em seu cotidiano, para manter o processo de recuperação para os indivíduos portadores de dependência química, desde o acolhimento até o estabelecimento do processo terapêutico, com o nível de complexidade necessário. “Segundo os entrevistados, o que os manteve na abstinência do consumo de drogas foi mais do que a fé religiosa. Contribuíram para isso o suporte, a pressão positiva e o acolhimento recebido no grupo, e a oferta de reestruturação da vida com o apoio incondicional dos líderes religiosos”.

O uso de drogas desencadeia outros problemas enfrentados pela sociedade, como auto índice da criminalidade e suas diretrizes. Pois no diálogo com os internos em depoimento muitos relataram que a partir do consumo de drogas, envolveram-se com tráfico, roubo e todos os níveis de violências principalmente doméstica, para sustentar o vício. Diante dessa problemática é necessário um trabalho de repressão, mas principalmente um trabalho preventivo desde a criança até a família, assim como o trabalho desenvolvido pelo projeto social CASA DO PAI. Que realiza o tratamento do interno juntamente com a família, os profissionais entrevistados procuram lidar com esses internos da melhor forma possível, através de ações empíricas, com

a proposta de criar um ambiente acolhedor e favorável para ele e sua família. A igreja torna-se pilar de sustentação devido a mesma desenvolver o trabalho de acolhimento, tratamento e acompanhamento com a família dos internos durante o processo de tratamento. Fundamentando a base de dados que o coordenador do projeto Jose Romildo, disponibilizou em entrevista, que de cada dez internos que passam pelo tratamento na casa terapêutica de 4 a 5 permanecem sem o consumo de drogas.

“A exclusão social implica, pois, numa dinâmica de privação por falta de acesso aos sistemas sociais básicos, como família, moradia, trabalho formal ou informal, saúde, dentre outros” diante dessa realidade o projeto preenche as lacunas da exclusão social, dando assim maior segurança aos internos, estabelecendo de forma saudável os valores perdidos a partir do consumo de drogas. Considerando em base de pesquisas o grande êxito de reabilitação desenvolvido pela instituição, percebemos que os números dos resultados são relevantes para o andamento do trabalho social. Constata-se que boa parte desse êxito acontece pela disponibilidade dos internos em cooperar com o sistema de tratamento. Segundo Jose Romildo “o sistema usa de propor e não de impor”.

Visto que no estado há uma grande demanda de dependentes de químicos a procura de tratamento, consta uma lista de 670 pessoas em uma lista de espera de uma casa terapêutica com capacidade para 25 internos, nota-se que é necessário o apoio político as iniciativas de projetos sociais que se propõem a desenvolver esses trabalhos, a funcionalidade e acessibilidade de políticas públicas vigentes, outro achado é a necessidade de criar de uma rede de Saúde Pública estruturada, capaz de servir de retaguarda às demandas identificadas.

Contudo, os resultados apontados nesse estudo, embora sujeitos às limitações existentes decorrentes do número pequeno de entrevistados e da abordagem de apenas uma casa terapêutica, que desenvolve o trabalho de recuperação de dependentes químicos, aponta para a necessidade de propostas concretas de atuação da atenção básica nesse campo.

Esse estudo não termina por aqui. Foi apenas um passo para uma reflexão mais aprofundada sobre como é árduo para a equipe que desenvolve o projeto e administra a Instituição, CASA DO PAI atuar como promotora de saúde de uma clientela tão especial. Aspectos ligados à qualificação, apoio aos profissionais e rede de saúde articulada devem ser trazidos à tona como mecanismos facilitadores do processo de trabalho da equipe.

Referências Bibliográficas

CASIMIRO, Regina Magda Alves. **A importância da prevenção na luta contra as drogas.** Disponível em: <<http://www.dpf.gov.br/anp/institucional/prevencao-as-drogas-gpred/arquivos/regina>> Acesso em: 01 out. 2014.

SANCHEZ, Zila Van Der Meer e NAPPO, Solange Aparecida. **Intervenção religiosa na recuperação de dependentes de drogas.** Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/32408/34627>> Acesso em: 06 out. 2014.

SENADO FEDERAL. **Tratamento para dependentes químicos.** Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/dependencia-quimica/tratamento-para-dependentes-quimicos.aspx>>. Acesso em: 06 out. 2014.

http://www.unama.br/agenciaunama/index.php?option=com_content&view=article&id=326:-uso-de-drogas-entre-criancas-e-adolescentes-deve-ser-enfrentado-por-todos&catid=44:cidadania&Itemid=278 Acesso em 07 de out. 2014

<http://hypescience.com/28512-usar-drogas-causa-problemas-de-memoria/> Acesso em 07 de out 2014

<http://www.dependenciaquimica.inf.br/?pg=tratamento&tr=5> Acesso dia 07 de out. 2014

CARNEIRO JUNIOR, N.; SILVEIRA, C. **Organização das práticas de atenção primária em saúde no contexto dos processos de exclusão social.** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.19, n. 6, p.1827-1835, nov/dez., 2003.

ROSS, M. W. & ROSSER, B. R. S. **Education and AIDS risk: a review.** Health Educ. Res., 4: 273-84, 1989.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10.** Porto Alegre: Artmed; 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. A Política o Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

HOLMAN, H. R. **Qualitative Inquiry in medical research.** Journal of Clinic and Epidemiology, v.46, n.1, p.29-36, 1993.

TEIXEIRA G. M. K. **Modelos de atenção voltados para a qualidade, efetividade, equidade e necessidade prioritárias em saúde.** Brasília Ministério da Saúde, 2001.

SENAD. Secretaria Nacional Antidrogas BRASIL, **Atualização de Conhecimento sobre Redução de Demanda de Drogas** –, 2002.

CADEIA PÚBLICA EM MANAUS: NOTAS SOBRE UM LUGAR QUE NINGUÉM QUER ESTAR

Notas sobre a Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa

O título deste trabalho, à primeira vista, parece um tanto redundante uma vez que, independentemente do tipo de unidade prisional (cadeia, penitenciária ou colônia penal), de modo recorrente, para a maior parte da sociedade, a prisão é representada como um lugar para criminosos e evocam-se algumas palavras que representam os anacronismos que dão conta de situar historicamente a aventura brasileira, como uma aventura contraditória, autoritária, cheia de debilidades crônicas e persistências de problemas que apontam fragilidades do ideal de justiça social. Mas o que dizer daqueles que tem a prisão não como sentença, mas como ambiente diário de trabalho? Como um local onde parentes queridos estão presos?

As transformações ocorridas na sociedade brasileira, com a nova experiência democrática, bem como a sua particularidade histórica, colocam renovados desafios para os pesquisadores de ciências sociais na construção teórica sobre o estudo de prisões. Ainda que os espaços do presídio sejam permeados por ilegalidades, códigos morais distintos, conflitos, invisibilidade e negação, onde a linha tênue entre legalidade e ilegalidade é construída de modo que a rotina é reproduzida de acordo com a constante transposição dessas linhas, os muros não são impedimentos para uma circulação cada vez mais dinâmica, como exemplo, de produtos, mercadorias e ideias (ADORNO e DIAS, 2013, p. 18-19).

Os próprios presos são parte agora da vigilância, pois em algumas unidades prisionais é comum a postagem de fotos na internet, que constroem a narrativa do cotidiano dos internos. A “muralha cultural” que dividiria os “de dentro” e os “de fora” é menor, por uma influência recíproca entre a “cultura” desses dois supostos “mundos sociais”.

* Universidade Federal do Amazonas. E-mail: alices_prado@hotmail.com

** Universidade Federal do Amazonas. E-mail: italolimasiqueira@gmail.com

O sistema prisional amazonense, de forma notória, apresenta problemas similares aos enfrentados em todo o País, como exemplo, o acelerado aumento da população nos presídios. No Amazonas, segundo dados oficiais de julho de 2013, do Sistema de Informações Governamentais do Amazonas (E-SIGA)¹, a população carcerária estava na marca de 8.873 presos, significando um déficit de 5.062 vagas, segundo dados oficiais deste portal para julho do mesmo ano. Podemos concluir que no decorrer de quatro anos a população carcerária dobrou de forma quase que regular, tendo poucos recuos em alguns meses. Até junho de 2013, foram realizadas 1.704 prisões que estão caracterizadas como de presos reincidentes. Ocasionalmente a imprensa local divulga notícias acerca da falta de corpo especializado para trabalhar na vigilância de presos nas unidades prisionais, o déficit de agentes prisionais e de policiais militares, na guarda das muralhas, também são representados como dados facilitadores de desvios.

Agentes penitenciários, assistentes sociais, psicólogos, auxiliares de serviços gerais, enfim, funcionários em geral do sistema penitenciário rompem, até certo ponto, com o senso comum e se fazem presentes nas prisões diariamente, atuando no *lugar onde ninguém quer estar*. Familiares, comerciantes informais, jornalistas, advogados, estudantes buscam sobreviver nos arredores da Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa. As impressões e os relatos das experiências destas pessoas são privilegiados meios para compreendermos o funcionamento das instituições penais.

Para atingir esta proposta, tomaremos a centenária Cadeia Pública Raimundo Vidal Pessoa, em Manaus. Ao longo de sua história, esta unidade prisional vem sendo retratada pelos meios de comunicação como um espaço de constante violência e, por estar localizada no Centro da capital amazonense, seus momentos de tensão (expressos através de inúmeras rebeliões) acabaram sendo compartilhados não apenas com os funcionários da unidade mas com a população que vive e/ou trabalha nas proximidades do prédio - na dinâmica de convívio entre as pessoas que ali transitam.

A Cadeia Pública Raimundo Vidal Pessoa, como veremos, foi inaugurada no início do século XX, período em que as leis penais em vigor atualmente no país ainda não existiam. No entanto, a permanência de suas atividades em uma área central da cidade em pleno século XXI, onde o fluxo de veículos e pessoas é constante, fere gravemente o princípio proposto pela Lei de Execução Penal, de 1984 que, em seu artigo 90, determina que a “*penitenciária de homens será construída em local afastado do centro urbano a distância que não restrinja a visitaçã*” (BRASIL, 1984, p. 12). Sem dúvida, a ideia restringir a visitaçã é algo relativo, tendo em vista que muitas famílias encontram

¹ Sistema de Informações Governamentais do Amazonas. http://www2.e-siga.am.gov.br/portal/page/portal/esiga2009#_codOrgao=21000. Acessado em 21 de Nov. 2013.

dificuldades financeiras e de deslocamento para as penitenciárias interiorizadas. Recorrentemente a Lei de Execuções Penais, até mesmo o Código de Processo Penal, é esvaziada “em favor de ‘urgências’, de ‘necessidades’ nem sempre tornadas claras o suficiente, mas com certeza que corroem qualquer sistema de garantia de direitos” (SALLA, 2013, p. 23).

No decorrer de seu processo histórico, sobretudo nas últimas décadas, a promessa de desativar esta cadeia esteve presente nos discursos de inúmeros governantes, bem como na pauta das discussões dos representantes do DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional) e do Ministério Público Federal. No final do ano de 2013, por exemplo, o próprio ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, esteve em Manaus e determinou a desativação desta unidade prisional. Sua visita ocasionou significativa repercussão nos meios de comunicação. Na prática, porém, as atividades na Raimundo Vidal Pessoa permanecem. Apenas as mulheres da cadeia foram transferidas para um novo presídio, localizado fora do perímetro urbano da capital.

Enquanto permanece o impasse entre a justiça e os governantes, nos interessa pensar como a Cadeia Pública Raimundo Vidal Pessoa é representada pelas pessoas que vivem ou trabalham em suas proximidades? Como estas pessoas podem nos ajudar a identificar os mal(mau)ditos existentes por trás das informações divulgadas pelos meios de comunicação?

A proposta deste trabalho, portanto, é justamente apresentar uma visão acerca do cotidiano nas prisões a partir do olhar daqueles que convivem de perto com as unidades prisionais.

1. *Breve histórico da Cadeia Pública Raimundo Vidal Pessoa*

Até as últimas décadas do século XIX, enquanto outros países apresentam diferentes modelos de prisões institucionalizadas, o Brasil ainda utilizava um sistema baseado na lógica punitiva do período colonial. No Amazonas, por exemplo, aqueles que cometiam delitos e eram punidos pela lei não tinham um lugar específico para cumprirem suas sentenças e, segundo relatos da época, acabavam ficando reclusos nos calabouços dos quartéis, vivendo em condições totalmente insalubres². A ideia de insalubridade é recorrente na história das prisões brasileiras, mesmo se considerarmos a história imediata/recente.

² Para mais informações, ver Arthur César Ferreira Reis “*Manaós e outras vilas*”.

Sabe-se que as primeiras décadas do século XX no Amazonas foram marcadas por um processo de ascensão de determinados grupos sociais em termos políticos e econômicos decorrentes, sobretudo, da produção de borracha na região. A construção de palacetes e de prédios públicos luxuosos fazia parte da política de embelezamento e ampliação da área urbana de Manaus, onde se pretendia inseri-la entre as cidades consideradas modernas naquele período.

No entanto, esta aparente ideia de prosperidade e a tranquilidade da vida das elites residentes no centro de Manaus, neste início do século XX, era interrompida pelas ações de grupos sociais estigmatizados – como alguns imigrantes pobres e prostitutas que, de acordo com os valores da época, denegriam a imagem das famílias e dos bons costumes. Logo, a construção de um espaço definitivo para encarceramento destes “tipos de pessoas” era uma necessidade que deveria ser atendida com máxima urgência, justificada em nome da segurança e do bem-estar da “coletividade”.

As *classes perigosas/indesejáveis* estão relacionadas com a divisão simbólica das pessoas que trabalham e não trabalham, ou se recusam a trabalhar, tornando as categorias, por exemplo, *desempregados, vagabundos, ladrãozinhos*, um problema coletivo que deve ser resolvido pelo disciplinamento à uma sociedade laboral (MELOSSI e PAVARINI, 2006). As origens das prisões modernas compreendem as tentativas de estabelecer uma coesão social que não afete o bem-estar da “coletividade” que trabalha.

Neste contexto, durante a gestão de Antônio Constantino Nery, no ano 1904, iniciaram-se as obras de construção da Casa de Detenção de Manaus, atendendo aos apelos principalmente das elites da época. Foi inaugurada oficialmente em 19 de março de 1907, localizando-se na Avenida Sete de Setembro, no mesmo prédio onde funciona atualmente a Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa.

Fontes históricas revelam que logo após sua inauguração surgiram as primeiras críticas com relação a esta unidade prisional. Em primeiro lugar, a própria estrutura do prédio da Casa de Detenção, um estilo de construção fechado e com celas de tamanho limitado não levou em consideração o clima quente e abafado da Amazônia, o que contribuiu para a proliferação de inúmeras doenças entre os detentos, observadas logo nos primeiros meses de funcionamento da instituição³, situação que em certa medida, com sua superlotação, não encontra melhorias significativas.

Outras críticas apresentadas pelos meios de comunicação da época dizem respeito ao constante crescimento da população carcerária na capital amazonense. Ape-

³ Ver Ferreira e Valois: “Sistema penitenciário do Amazonas: História – Evolução – Contexto Atual”.

sar das escassas fontes históricas, sabe-se que, no período de 1913 a 1916, a população carcerária deste estabelecimento chegou a cento e trinta presidiários, sendo que sua capacidade era para abrigar um número inferior a cem internos⁴. Diante destes fatores, as autoridades políticas do início do século XX chegaram, inclusive, a transferir os presos da capital para o município de Paricatuba, no ano de 1916.

A justificativa para tal medida era a de que a proliferação de doenças e a ociosidade vigente na Casa de Detenção desvirtuavam o ideal, em voga neste período, de recuperação da conduta do preso e da – falaciosa – ideia de reintegração social. No entanto, não precisa ser especialista no assunto para perceber que, por trás do discurso humanitário que justificava esta transferência, havia o interesse em retirar do centro da capital aquele prédio que representava o lado da sociedade que ninguém queria ver e o lugar onde ninguém queria estar.

No entanto, no ano de 1924, a Casa de Detenção volta a funcionar em Manaus e já no ano seguinte, sua estrutura passa por uma reforma durante o governo de Ephygênio Sales. Nesta ocasião, houve a inauguração de três enfermarias, um consultório médico e um refeitório, além da criação da primeira escola penitenciária do Estado, o que ocorreu em 1928, na mesma época em que a Casa de Detenção de Manaus passa a se chamar Penitenciária do Estado do Amazonas.

Ao que se sabe, as décadas que se seguiram não apresentaram grandes mudanças com relação a esta unidade prisional, com exceção do nome da instituição que muda novamente e passa a se chamar “Penitenciária Central do Estado”, em 1942. Em suma, na maior parte do século XX, houve apenas uma única instituição penal para alocar todos os presos da capital. Somente em 1982, com a criação da Colônia Agrícola Anísio Jobim, o contingente da Penitenciária Central sofreu uma ligeira redução com a transferência dos internos do regime semiaberto, mas aparentemente ainda não era suficiente para desafogar a demanda da instituição. Somente por volta da década de 1990 é que a unidade passa a se chamar Cadeia Pública Raimundo Vidal Pessoa. No entanto, as tensões que resultaram em conflitos internos e rebeliões continuaram a existir e serviram como reforço de um lugar representado como descontrolado, e no interesse constante em revelar as mazelas presentes no funcionamento da prisão, mesmo que de notório conhecimento na esfera pública.

⁴ Informação disponível no portal eletrônico da SEJUS: <<http://www.sejus.am.gov.br/unidades-e-departamentos/sistema-prisional/unidades/cadeia-publica-raimundo-vidal-pessoa/>>. Acesso: jan. 2014.

2. *Construindo trajetórias de pesquisa*

A Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa é atualmente retratada como uma situação constrangedora para o poder público. É o estabelecimento do sistema prisional onde ocorre a triagem de presos em Manaus, onde estão a maior parte dos que estão esperando julgamento. Ambiente em que se recorre a anacronismos como “masmorra”, “depósito” e “calabouço”.

Os conflitos vividos são representados como situações limites, que são reforçados pela conhecida falta de trabalhadores especializados, infraestrutura, logística de hotelaria para presos, falta de espaço para novos presos e a superlotação, problemas transformados na condição normal de funcionamento da Cadeia - mesmo que desafiando amplamente a normatização geral. Apesar de estar localizado no bairro de Centro, muito acessível ao transeunte, é um lugar que parece estar sobre constante vigilância, seja privada ou pública, como um barril de pólvora que sempre pode revelar surpresas. Seus muros encerram qualquer proximidade possível para o transeunte e não revelam o cotidiano próprio daquele estabelecimento penal, mas curiosidade poderia ser representada nas constantes notícias dos conflitos diários vividos justamente no interior daqueles muros.

A situação insalubre e de amplo desrespeito pela normatização, a Cadeia, parece representar um espaço onde a vingança e a punição, contra os que cometem delitos, são privilegiadas por suas condições que relativizam o que são direitos humanos. O importante é a manutenção do que está escondido e sujeitado, dos acordos e estratégias que não são reveladas, e não apenas nos referimos à situação do preso, mas os funcionários também são colocados em situação limite. A Cadeia é alvo de inúmeros escândalos, diversas vezes foi noticiado pelos meios de comunicação supostos churrascos, festas e funcionamento de redes de prostituição em seu interior. A fuga também é uma situação que de modo recorrente é noticiado pela imprensa local.

Diferentes estratégias foram utilizadas para compreender a dinâmica do cotidiano daquela unidade prisional. A inserção no campo foi pensada como uma “entrada” em um local estigmatizado como do mundo do “crime”, local de punição dos transgressores da ordem social, que representam a “clientela” que é reprimida pela política de “tolerância zero”, notoriamente manifestada pelo sempre renovado discurso de combate ao crime e reforço de políticas repressivas na área penal. Discursos reproduzidos através de dispositivos e tecnologias de controle social. Em última instância, é um campo permeado de ambiguidades e questões morais, onde

a própria situação de pesquisa lidava com as “ilegalidades” visadas pela repressão e “tolerância zero”.

Esse processo discriminatório não visa o debate legislativo, burocrático e nem sociológico com os sujeitos criminalizados, mas apenas a manutenção de condições estabelecidas por um ideal de ordem cívica. A atitude de negociação com as pessoas envolvidas requer um significativo cuidado, no processo de imersão no campo, principalmente os que envolvem conflitos sociais, fazendo-se necessário um exercício cuidadoso de negociação com as pessoas envolvidas, para entrar, bem como para retornar e mesmo sair.

A espetacularização do que ocorre na Cadeia, em certa medida representou um desafio na condução do trabalho de campo, tendo em vista que, a despeito de possuímos permissão da Secretaria de Estado Justiça e Direitos Humanos (SEJUS), a diretoria do estabelecimento prisional, eventualmente, colocava resistências na atividade de pesquisa, em vistas da segurança dos pesquisadores. Isso significa que a realização da pesquisa, e o processo de estabelecimento de negociação para a entrada na Cadeia, nós estávamos cientes que era necessário respeitar eventuais regras e normas que estariam presentes.

Em locais tidos como perigosos, por vezes o pesquisador pode ser confundido com um policial, com um investigador ou com uma pessoa de interesses escusos, que poderia causar algum prejuízo/dano aos “nativos” do local/bairro/rua. Em localidades que ocorram contravenções, é possível que a pesquisa de campo seja entendida pelos interlocutores como um “acaguete”. Eventualmente, o pesquisador é relacionado com a figura de um jornalista que poderá produzir ecos imediatos dos discursos que estão em situação de invisibilidade, os discursos que são negados.

O “sofrimento” aparecia como um relevante dado mobilizador da necessidade de falar e ser ouvido. Assim, “observamos que os sofrimentos das pessoas não são apenas contingências, mas, sobretudo, forças sociais estruturantes de relações e sistemas sociais, capazes de criar linguagens, desejos e disposições para intervir na realidade.” (Paiva, 2010). Os relatos das diversas dificuldades e frustrações enfrentadas encontravam ecos em todos os discursos. O campo relevou a disposição das pessoas relatarem suas dificuldades, mesmo que antes fosse necessária a construção de confiança na relação entre pesquisador e interlocutor.

A pesquisa de campo além de um processo de “entrada” difícil, também demonstrou que a necessidade de acuidade no exercício da atividade de campo, de modo que os interlocutores pudessem compreender o papel da atividade de pesquisa – que não possui qualquer pretensão de realizar julgamentos ou realizar intervenção

imediate na realidade apresentada. Para tanto, foram realizadas diversas incursões, conversações e entrevistas que visavam estimular nosso conhecimento sobre algumas rotinas da Cadeia.

3. *Arredores e “vizinhos”*

Três escolas, vários estabelecimentos comerciais, pontos de ônibus além de uma via de cruzamento de veículos: estas são algumas características do espaço que circunda a Cadeia Pública, no centro de Manaus. Em caso de rebeliões de maiores proporções, (como a que ocorreu no ano de 2010, onde três pessoas morreram) toda essa área fica comprometida e a população, direta ou indiretamente, acaba envolvida. Ruas são fechadas, estabelecimentos comerciais encerram suas portas, escolas liberam estudantes e professores, jornalistas e forças de segurança são mobilizadas. Quando decidido, os muros da centenária Cadeia são virtuais e relativos.

Para conhecer melhor a realidade destas pessoas, um breve trabalho de campo foi realizado a partir de conversas informais com os sujeitos que moram ou trabalham na comunidade. Sem identificá-los pelo nome, os sujeitos abordados foram: **um atendente de um boteco** (bar), **dois vendedores informais** (um, inclusive, se negou a falar sobre a cadeia), **duas mães de detentos** e **uma ex-policial militar** que atuou por alguns anos na Vidal Pessoa.

Este funcionário do bar que fica há duas quadras da Raimundo Vidal Pessoa nos informou que cresceu nas proximidades da cadeia, que trabalha naquele estabelecimento há muitos anos epôde presenciar várias situações envolvendo a cadeia. Segundo ele, os problemas que afetam o sistema prisional resultam, principalmente, da má gestão destes estabelecimentos onde “*quem manda são os caras lá de dentro*”. Por estas e outras razões, trabalhar dentro de uma cadeia, para ele, é algo impensável por conta dos riscos que o ambiente oferece – mesmo que o salário possa ser atraente.

Outro relato que nos chamou atenção foi o de uma vendedora de bombons e salgados, cuja “banquinha” localiza-se bem perto da entrada do presídio. Vinda do Pará há três anos e sem encontrar melhores oportunidades de emprego, decidiu vender seus produtos na porta da cadeia por acreditar que o movimento constante de pessoas ali, mesmo fora dos dias de visita, poderia garantir boas vendas, ajudando no sustento de seus dois filhos e de seu marido, desempregado há pouco tempo. Ela, assim como a maioria das pessoas naquelas proximidades, já presenciou cenas de rebeliões ou tentativas de fuga e destaca a ousadia dos presos ao pularem os muros do presídio, apesar de toda a movimentação que existe em torno do prédio. A

entrevistada nos apontou, inclusive, uma câmera de segurança fixada em um poste, no intuito de “garantir a vigilância” naquela área.

Mesmo não estando diretamente ligada à Raimundo Vidal Pessoa, quando ocorrem mudanças na gestão do presídio, a vida de algumas pessoas fora da unidade também é afetada. Atualmente, por exemplo, o novo diretor da unidade tem dificultado as vendas da entrevistada, dando ordem para que se retire da frente da cadeia. Ela própria diz não entender os motivos dessa determinação já que a obrigação dele, afirma, é “*cuidar das coisas que acontecem lá dentro*” e uma das justificativas para que isso ocorra seria o fato dela não ter pedido permissão ao diretor para trabalhar naquela área. Vemos, portanto, que esta fala apresenta relação com o que nos disse o atendente do bar: já que o poder do diretor é tolhido dentro da unidade (diante de uma relação de força um tanto desigual em termos numéricos), sua presença deve se fazer presente ao menos fora da cadeia. Vendedores só podem ficar nas calçadas do estabelecimento prisional, mediante conhecimento do diretor, caso isso não ocorra, a fiscalização da prefeitura é acionada. Essa situação revela acordos informais que são experimentados nas cercanias da Cadeia.

Dos sujeitos abordados inicialmente, um se negou a ceder qualquer tipo de informação sobre aquele estabelecimento penal: era um vendedor de bombons que afirma “*não ser aconselhável*” conversar sobre aquele lugar.

Embora tenha dito poucas palavras, aquele senhor nos revela como as prisões podem ser representadas no imaginário: um lugar de tensão, envolvido por uma constante atmosfera de opressão e violência, onde o melhor a fazer é ignorar sua existência. É evidente que a mídia em geral tem grande participação nessa construção, uma vez que a maior parte das notícias apresentadas trata apenas das mazelas do sistema, legitimando os discursos que situam a prisão como um lugar de vagabundos que estão ali vivendo em condições insalubres “*porque merecem*”. O silêncio é uma estratégia que pode ser acionada para a garantia de que problemas não irão ocorrer.

Continuando nossa caminhada em torno da Raimundo Vidal Pessoa, encontramos um pequeno aglomerado de mulheres na porta da cadeia. Ao abordar duas delas que estavam escoradas no muro que cerca a unidade, descobrimos que se tratavam de duas mães: o filho de uma delas havia sido libertado após a rebelião ocorrida em julho de 2013. Esta primeira mãe entrevista, de voz firme e um pouco mais jovem que a outra mãe abordada, disse que seu filho ficou preso por três anos sem nunca ter sido oficialmente ouvido pela justiça.

Em seu relato, nos informa que o motim (logo transformado em uma rebelião no ano de 2013), revelou uma série de irregularidades quanto à situação dos presos.

Temendo represálias internas por conta da rebelião, vários familiares intercederam aos representantes dos Direitos Humanos que, após a confusão, verificaram a situação de vários internos com alvará de soltura assinado, mas contrariando a lei, permaneciam presos, como era o caso do filho da nossa entrevistada. A mãe revelou que os próprios presos, quando temem represálias das forças de segurança, ligam de dentro da unidade para pessoas ligadas às organizações de Direitos Humanos.

Atualmente, mesmo sem possuir nenhum vínculo direto com a cadeia, esta mãe ainda frequenta aquela área: agora, na situação de vendedora informal que, com autorização do diretor da unidade prisional, trabalha vendendo bombons em frente ao presídio. Por sinal, ela é uma das razões do desafeto da outra vendedora entrevistada. Esta, cujo filho foi liberto há pouco tempo, seguiu até o diretor “*pedindo para trabalhar*” e ele assim permitiu. Já a outra, resiste em pedir autorização pois, segundo afirma, a licença para atuar como vendedora informal na rua não deve ser dada pelo diretor do presídio. Bem, enquanto permanece o impasse entre as duas mulheres, vemos que os conflitos dentro do presídio refletem, também, do lado de fora.

A segunda mãe entrevistada tinha características bem diferentes da primeira. Além de parecer fisicamente mais velha, sua voz e seu semblante parecem ser de uma pessoa mais calma (aparentemente de uma pessoa mais triste). No caso dela, o filho ainda permanece como interno do presídio: detido há um ano e três meses, até agora não foi ouvido pela justiça. Além disso, o problema que atinge a todas as demais unidades prisionais do Estado, a superlotação, é a principal queixa relatada pela mãe. Segundo ela, como não há espaço para os internos dormirem, muitos utilizavam redes ou esticavam lençóis no chão. No entanto, por conta da última tentativa de fuga (em outubro deste ano, onde os detentos utilizaram lençóis amarrados para pular os muros da unidade), a direção determinou a proibição da entrada de redes, lençóis e até de camisas de mangas compridas, no intuito de evitar futuras tentativas de fuga. As redes são fundamentais para garantir que mais presos possam dormir em celas superlotadas, aliviando o sistema de rodízio de sono – em algumas celas presos esperam a vez para dormir em pé, enquanto outros pesos dormem como possível.

Apesar das diferentes origens e ocupações das pessoas entrevistadas, podemos apontar alguns pontos comuns entre os depoimentos aqui relatados. Um deles refere-se à desconfiança destes sujeitos com relação ao trabalho de segurança, dentro e fora dos presídios. Todas as pessoas abordadas acreditam que as irregularidades nos presídios ocorrem por conta da falta de uma vigilância adequada em instituições deste tipo: segundo os relatos, as revistas ocorrem, mas muitos funcionários – mediante suborno – fazem “*vista grossa*” com relação à entrada de aparelhos celulares,

dinheiro ou até de drogas que os parentes dos presos trazem em dia de visita. O atendente do bar, por exemplo, acha absurdo os detentos conseguirem fugir mesmo com a existência de câmeras e várias guaritas em torno da cadeia; segundo ele, só pode haver facilitação por parte do corpo de funcionários.

Um fato curioso quanto a este assunto é que, a mãe do detento que permanece preso, na ocasião da entrevista, viu o delegado que atua no Distrito Policial do bairro em que ele mora descer de uma viatura para uma visita rápida à cadeia. Ao vê-lo, seu semblante mudou (de repente, pareceu mais sério) e ela logo exclamou: “*tenho ódio desse homem*”. Questionada a respeito, a mãe afirmou que teria sido por “*armação*” daquele delegado e de seus policiais que o filho dela havia sido preso. Há mais de um ano, eles invadiram a casa dela (localizada em um bairro periférico de Manaus) em busca de drogas que, segundo denúncias, estavam ali escondidas. Conta que “*reviraram e quebraram tudo*”. Sem encontrar nada, “*eles próprios colocaram droga no local*” e acusaram o filho dela, levando-o preso em seguida. Além do prejuízo material, ela queixa-se da humilhação que o delegado e os policiais a submeteram.

É evidente que, neste caso, devemos levar em conta que o depoimento vem de uma mãe e, por conta disso, podem haver alguns exageros nos relatos. No entanto, podemos incluir aquela senhora no grupo numeroso de pessoas que discorda da postura das polícias, sobretudo no tratamento dos presos e de seus familiares.

Outra situação que esta mãe relevou, é sobre sua visão sobre a interiorização das unidades prisionais. Ela ainda realizava a visita ao seu filho preso, pelo fato de o presídio estar em uma localidade de fácil acesso. No caso de a unidade ser desativada e a interiorização se concretizar, foi relevado que ela não iria mais realizar visitas pelas “*dificuldades de ir pra estrada*”. Essa situação é facilmente observada quando realizamos incursões nas unidades prisionais que são interiorizadas (COMPJA, CDP), as pessoas de baixa renda encontram inúmeras dificuldades para o deslocamento e acesso a essas unidades.

Diante dos fatos, decidimos ouvir a versão da polícia a respeito de suas práticas no caso específico da Cadeia Pública Raimundo Vidal Pessoa. Ouvimos uma PM (Policia Militar) que trabalhou na unidade por cerca de três anos. Mantendo o anonimato, ela afirma que foi designada para trabalhar na unidade como um “*castigo*” por ter descumprido uma determinação imposta por seus superiores em uma situação anterior. Essa primeira parte do depoimento já nos leva a identificar o papel negativo que a cadeia ocupa até mesmo no imaginário dos policiais – é um lugar para onde nenhum PM quer ir, por ser um lugar “*bem complicado para trabalhar*”. Uma das razões principais para essa resistência com relação a Raimundo Vidal é a falta de estrutura:

prédio centenário, superlotação, dificuldades logísticas (há pouca possibilidade de comunicação entre os policiais nas diferentes alas da cadeia pois o rádio – HT na linguagem técnica – é algo muito difícil de adquirir neste presídio, embora fundamental para o trabalho). Sua queixa é de que a direção prefere atender aos presos que aos funcionários, o que desmotiva qualquer um a atuar ali.

Mas, contrariando nossa expectativa, a PM entrevistada “*amou*” (palavras dela) ter sido designada para esta unidade por duas razões específicas: primeiro, ela odiava o antigo local onde ela atuava; segundo, as folgas – trabalhava 24h e tinha direito à 72h de descanso. Este último fator, segundo ela, é a única motivação capaz de levar um policial a trabalhar na Raimundo Vidal Pessoa.

Apesar disso, algumas situações ocorreram no decorrer de sua experiência na Raimundo Vidal Pessoa que levaram esta policial a refletir sobre os riscos inerentes ao trabalho nesta unidade prisional. A primeira delas foi a rebelião de 2010 que começou por volta das 8h da manhã e terminou cerca de 17h. No decorrer deste espaço de tempo além de vários reféns (alguns, inclusive, estudantes que faziam estágio na cadeia), houve a morte de três internos. Presenciando o sofrimento dos parentes na porta do presídio e o estado lastimável dos corpos dos presos mortos, ela pôde verificar o poder de força dos detentos enfurecidos. Outra situação foi a morte encomendada de dois indivíduos acusados de tráfico de drogas: este caso porque, além da violência com que foram mortos, ela soube tempos depois que estes sujeitos eram parentes distantes de sua própria família.

O ponto chave, no entanto, que a levou a pedir licença de suas funções como militar foram as duas tentativas de fuga ocorridas em uma mesma semana no setor em que ela atuava no presídio. Após atirar em uma detenta (sem grandes conseqüências), ela foi hostilizada por outras internas e, temendo por sua própria vida, decidiu “*desistir daquela unidade*” e dá um tempo da vida como policial: viajou para outro Estado, aproveitando o benefício da licença. Na ocasião de nossa conversa, nossa entrevistada havia acabado de retornar para Manaus e para suas funções na polícia, mas agora em outra unidade prisional.

Voltando a questão, temos aqui dois pontos de vista discordantes: o da *população* – que vê nas práticas policiais a representação da corrupção e da falta de ética – e da própria polícia, que se vê não como vilã em meio a esta relação de forças, mas como vítima também de uma sociedade injusta e de um sistema penitenciário falido – este privilegiaria os desejos dos presos.

Além da desconfiança com relação à conduta da PM, os entrevistados apresentam também outro ponto em comum nos seus discursos: o papel das mulheres

(parentes dos internos) enquanto facilitadoras das irregularidades que ocorrem no ambiente prisional: quer seja no intuito de ganhar algum dinheiro ou apenas para “agradar” o parente privado de liberdade, elas se arriscam a trazer objetos proibidos pelo regulamento da unidade (principalmente dinheiro), o que é mais frequente nos dias de visita. A vendedora de bombons que entrevistamos disse já ter visto várias delas serem presas por conta desse tipo de prática.

No entanto, destacou nosso atendente do bar, quem tem dinheiro para “financiar” a entrada (ou seja, para subornar os responsáveis pela vistoria) “*se sai melhor*”. Para quem não tem condições de pagar para entrar com estes objetos, vale tudo: esconder dinheiro ou drogas na calça, nas sandálias, em recipientes de shampoo, enfim, o importante é “*dá um jeitinho*”, parafraseando o entrevistado.

Dessa forma, as mulheres que visitam a unidade prisional (mães, irmãs, filhas e, principalmente, as esposas) tornam-se estigmatizadas por aqueles que acompanham o entra-e-sai diário da cadeia. Vistas dessa forma, como facilitadoras do bem-estar do bandido preso, elas são rotuladas de forma pejorativa, prevalecendo a velha máxima reafirmada inclusive por um dos nossos entrevistados: “*mulher de bandido, bandida também é*”.

4. Nas grades e nos muros

Foram realizadas pesquisas de campo com ex-detentos e funcionários da Cadeia Pública. Daremos nomes fictícios para nossos interlocutores, João ao que foi preso por porte ilegal de arma e os outros, presos por tráfico de entorpecentes, em situações distintas, serão nomeados como Henrique e Pedro. Por fim, Chamaremos os funcionários de José e Marcelo.

João relatou que o período de seis meses que passou na Raimundo Vidal Pessoa, reforçou sua descrença no Estado, pois “o papo que existe as mínimas condições de saúde para o preso é mentira, eu ficava numa cela quente e lotada. A comida demorava horas para chegar, e muitas vezes, era horrível. Reeducação só se for com sofrimento e violência do Estado”. João é um jovem que cresceu na Zona Leste de Manaus, que nutre um sentimento de orgulho de ser da periferia da cidade, passou sua infância e adolescência no bairro Tancredo Neves, um dos bairros representados como violento, inclusive localizado no que era chamada a Linha Vermelha, estigma de um lugar violento. Apesar do sofrimento físico e psicológico relatado, acredita que cadeia não teve qualquer influência para “redefinir” seu caráter.

Henrique tinha uma história parecida sobre sua estadia dentro da cadeia. Foi morador de um bairro de classe média baixa da zona norte da cidade, até ser preso por tráfico de entorpecentes, quando teve seu cabelo grande cortado para entrar no sistema prisional. Também relata que apanhou na frente de sua família, dentro de casa, no momento de sua prisão e retirada das ruas, pelos policiais que realizaram a prisão em flagrante. A primeira dificuldade encontrada foi se adequar a cela superlotada, que contava com mais de trinta presos. O sistema de sono por rodízio foi uma situação que teve de enfrentar - enquanto uns presos dormiam no chão e em redes, outros tinham de ficar em pé para dar espaços aos outros que precisavam descansar. Devido a uma amizade, feita na própria cela com um preso mais antigo, que acabaria em liberdade dois dias depois de sua chegada, conseguiu uma cama para dormir.

O drama sofrido por Pedro foi bem diferenciado dos outros relatos. Chegou a ser transferido para outra unidade em Manaus por encontrar certa resistência dos outros presos, que não gostavam da ideia de um “playboy” no convívio. A situação é agravada porque a Cadeia não possui seguro, nem mesmo condições de garantir a segurança de presos ameaçados.

As conversas e entrevistas com funcionários revelaram outras problemáticas da unidade prisional. Pudemos realizar encontro com outras visões sobre as categorias de corrupção e do funcionamento de relações ilícitas. José é parte de uma parcela de funcionários que experimentam uma sensação de “abandono” pelo poder público, definida como uma desvalorização e precarização do trabalho nas unidades prisionais. Suas memórias sobre as situações violentas, perigosas e de tensões são “coisas vivas que a gente sempre está sujeito a esse tipo de coisa”, relevando grande emoção e marcas profundas das rebeliões do qual se viu refém. José presenciou uma das primeiras manifestações pública da facção criminosa Família do Norte (FDN) na Raimundo Vidal Pessoa, nos revela que antes os presos falavam e PCC, mas um dia eles estenderam uma grande bandeira na unidade com as inscrições FDN:

[...] quando eles tentaram hastear uma bandeira aqui na Cadeia, muito grande a bandeira por sinal, aí estava escrito FDN. Aí se manifestou [...] anteriormente sempre falavam no PCC, aí sumiu o PCC, alguém apareceu aí, eles mandavam matar lá fora, tiravam o cara daqui, alguma coisa para não matarem. E assim foi, até que eles tomaram conta. [...] é crime.

O surgimento da FDN significou uma nova ordem e um novo campo de disputa pelo poder nas unidades prisionais e nos bairros da cidade. O funcionário Marcelo relatou que presos que realizam alguns serviços, como jogar o lixo na rua, por exemplo, são assediados para “serviços sujos” – esses presos são os chamados pintinhos,

pois não estão ligados organicamente com a FDN, eventualmente, podem ganhar *status* de soldados. O ex-detento João, que experimentou, na Raimundo Vidal Pessoa, o recrutamento da FDN em uma relação estabelecida como troca de favores e de sua integridade física. João realizou alguns “serviços” para a FDN quando de sua sultura, que envolveram a prática de crimes, mas seu vínculo com a FDN se esgotou quando solicitado por ele.

O funcionário Marcelo relata que os bloqueadores de celulares são motivo de polêmica, pois os presos costumam mudar a posição deles em direção à área administrativa, situação que motivou uma brincadeira no momento da entrevista, afirmando que

- se quiseres usar o celular você não vai conseguir aqui na diretoria, vai ter que ir lá para dentro, eles viram o bloqueador com cabo de vassoura.

Pudemos encontrar também outros discursos sobre corrupção na Raimundo Vida Pessoa. Segundo José, a corrupção é para aquelas pessoas que não possuem estratégias significativas para resistir ao assédio de presos e familiares:

- Nós temos um jogo de cintura. Uma conversa com o preso, essa coisa toda. [...] Por exemplo, eu tenho a coisa de chegar com o preso e conversar com o preso, eu tenho um método de chegar e conversar com o preso [...] Mas tem colega que não tem, chega com os presos e não conversa, fica calado e tranca a cara [...] eu não, eu sou conhecido. [...] como que entra um celular agora? Como entra uma faca? Voando? Não existe. [...] É possível se corromper. Não se corrompe a gente que sabe sempre se sair, desviar a conversa, essas coisas. Mas existe [corrupção]. Eu nunca recebi uma cantada de preso pra botar droga, trazer arma, pra fuga. Eu nunca recebi não. Até o presente momento a gente tá aí, mas existe.

Os dois funcionários argumentaram que a situação da manutenção do poder e do controle por parte do corpo de funcionários não é possível, pois apenas dois funcionários, por turnos de vinte e quatro horas, realizam a segurança dentro dos pavilhões. Revelam que possuem posições críticas quanto ao discurso recorrente de que são facilitadores da corrupção e de práticas delituosas no interior da Cadeia, pois afinal, eles não possuem as mínimas condições de trabalho. Segundo relata Marcelo:

- Quando eu entrei aqui eram quinze agentes por turno, hoje é no máximo três [...] dois agentes. Pelo menos quinze agentes seriam necessários por equipe. É o seguinte, não há organização, o preso diz assim: aqui quem manda é nós. Você vai dizer que não? Aqui tu assistes na tela o [Marcelo] Rezende falando na televisão ‘olha o agente penitenciário tá vendo o preso com celular na mão, um tarugão de maconha...’ sai do ar-condicionado aqui

e vai lá tomar dele, vai lá dentro tomar dele, fica tu entre mil e duzentos homens lá, só tem dois, tu e teu colega lá, vai lá tomar dele. Ele [preso] tá jogando fumaça na tua cara e tu tem que aguentar. Tu quando vais fechar um pavilhão, tu entras, teu colega te tranca e tu dás a chave pra ele, se te pegarem, pegam só você. Tu mesmo te tranca e vai entrando com aquele monte de chaves que são das celas.

Estratégias como essa são estabelecidas para a sobrevivência em um ambiente de desconfianças. Verificamos assim que, os perigos, as lutas, as mobilizações, os sofrimentos, e as urgências manifestadas na Cadeia Pública apenas se esgotarão no momento de sua, sempre eminente, desativação. A sensação de abandono não permeia apenas na frágil estrutura física da unidade prisional, mas também o cotidiano das pessoas que por ali transitam, trabalham e constroem suas expectativas. As conversações e entrevistas apresentaram diferentes pontos de vistas sobre uma zona de tolerância de ilegalidades das mais diversas, que são negociadas com a ordem institucional, e agenciadas pela intensa circulação de pessoas, ideias e mercadorias.

5. *Considerações Finais*

O Estado não possui o monopólio sobre as formas de vigilância e violência. Estas estão entrelaçadas com o cotidiano das pessoas, cada vez mais ativas no processo de produção da vigilância, seja através de ações individuais, ou por meio de empresas que direcionam o consumo e o mercado, através de pesquisas realizadas por meio de palavras-chave do usuário de internet. Assim, somente taxas de encarceramento não traduzem a dinâmica contemporânea do sistema de controle social, pois também é necessário observar as formas de produção simbólica de subjetividades, as manifestações que não se limitam ao cárcere como forma de controle, mas que se apresentam cada vez mais imperativas diante o cotidiano “globalizado”.

O Amazonas conheceu nos últimos anos um aumento significativo de rebeliões, que envolveram fugas, mortes e retidas como reféns⁵, situação que resulta, por exemplo, em manifestações do Sindicato dos Servidores Penitenciários do Estado do Amazonas (SINSPEAM), e da Associação dos Agentes Penitenciários Terceirizados de Manaus, demonstrando que existe uma ampla movimentação em torno do sistema prisional, que de fato apresentou mudanças, também, relevantes, na última década. Essas considerações, sem dúvida, provocam amplas possibilidades de pes-

⁵ No dia 19 de fevereiro de 2013, três agentes penitenciários foram mantidos reféns, durante rebelião na Unidade Prisional do Puraquequara, por presos que exigiam transferência para outras unidades. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=-ISGqmQKgR8>. Acessado em: 23 de Maio de 2013.

quisa em vistas de dar conta das mudanças e continuidades na questão prisional no Amazonas.

A cidade de Manaus abriga esta unidade prisional estigmatizada como um lugar *descontrolado*, conhecendo uma inusitada situação em que as ilegalidades e violações dos direitos humanos, são naturalizadas como parte do cotidiano daquele lugar, fazendo-se necessário a realização de mais pesquisas para termos um quadro mais geral das consequências humanas, podendo ser um caminho para a superação crítica do corte punitivo do Estado brasileiro. O sistema prisional reproduz os elementos autoritários das instituições brasileiras, seu conteúdo histórico é o direito ao castigo.

Referências bibliográficas

BRASIL.Ministério da Justiça. **Código Penal Brasileiro**. Brasília: DF, 1940.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Lei de Execução Penal**. Brasília: DF, 1984.

ADORNO, Sérgio; DIAS, Camila Nunes. **Articulação entre o mundo interno e externo às instituições prisionais**: questões para a construção de um novo paradigma no domínio da sociologia das prisões. In: Encontro Anual da ANPOCS, 37º, 2013, Águas de Lindóia. Anais eletrônicos, SP: 2013. Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=8587&Itemid=429. Acessado em: 11/01/2014.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e fábrica – As origens do sistema penitenciário(séculos XVI-XIX)**. Rio de Janeiro: ICC, 2006.

PAIVA, Luiz Fábio S. **Punição e sofrimento**: notas sobre as lutas simbólicas pelo estabelecimento da justiça. In: César Barreira. (Org.). *Violência e Conflitos Sociais: trajetórias de pesquisa*. São Paulo: Pontes, 2010, v. 1, p. 189-208.

SALLA, Fernando. **A pesquisa na prisão:labirintos**. In: LOURENÇO, L. C.; GOMES, L. R (org.). *Prisões e punição: no Brasil contemporâneo*. In: Salvador: EDUFBA, 2013.

Arthur Athunes L. de Andrade *
José Luis dos Santos Leal **
Delque Pantoja Medeiros ***
Rubieli de Abreu Oliveira ****

DISCUSSÕES SOBRE A VIOLÊNCIA URBANA A PARTIR DE BAUMAN E CALDEIRA

Introdução

Neste trabalho abordaremos as análises de Zygmunt Bauman e Tereza Caldeira com relação ao medo e a insegurança moderno dentro dos espaços urbanos principalmente no que toca à criminalidade. A perspectiva de Bauman parte da metáfora da *modernidade* líquida e como se dá esse processo de “dissolução dos sólidos” para a constituição de uma nova ordem social marcada pelo afrouxamento dos laços humanos e a gradual decomposição da solidariedade.

Essa decomposição impede a construção ou manutenção da *comunidade* enquanto lugar seguro de inteira confiança entre seus membros. Isto, por suas vez, contribui para a difusão do medo e da insegurança na sociedade ocasionados pela sensação constante da existência de perigos que não podemos calcular e muito menos evitar.

A extrema individualidade, característica intrínseca dessa modernidade, tem origem no “desejo moderno” de se libertar das obrigações morais e éticas que não permitiriam a emergência da verdadeira racionalidade capitalista pautada no dinheiro.

Essas características, então, podem ser percebidas de maneira mais clara nas grandes cidades, que segundo Caldeira (2000), passam a ser lugares de segregação do que de encontro. A dinâmica desse processo é permeada pelo medo do outro, do desconhecido, do estrangeiro, e, de maneira mais abrangente, das “classes perigosas”.

Segundo a pesquisa de Caldeira em São Paulo, a construção dos estereótipos ligados às classes perigosas é fruto de uma visão categorizante que se dá em diversos níveis e em todos os grupos sociais. Tal fenômeno tem estreita relação com os sentimentos de medo e insegurança e se refletem na construção de verdadeiras fortalezas

* Universidade Federal do Amapá. E-mail: Arthur.emailacademico@gmail.com

** Universidade Federal do Amapá. E-mail: luisleall@hotmail.com

*** Universidade Federal do Amapá. E-mail: delquepantoja@bol.com.br

**** Universidade Federal do Amapá. E-mail: rubielisarges@gmail.com

urbana sou em pequenas atitudes do dia-a-dia revelando o que para Bauman é uma paranóia moderna.

O resultado de tudo isto é a convivência diária com o medo, a segregação social, a morte da política, e o esvaziamento de categorias e instituições como a família, classe e bairro e a emergência do individualismo.

1. *A liquefação da modernidade*

A obra de Bauman, de maneira geral, é marcada por uma análise do processo de transformação da sociedade pós-industrial através da metáfora da liquidez. O “espírito moderno” pregado principalmente pelo iluminismo requeria o derretimento dos sólidos marcados pela “tradição” que havia congelado a sociedade e a impedido de trilhar novos caminhos rumo ao “progresso”. A liquefação da modernidade haveria de dissolver “(...) o que quer que persistisse no tempo e fosse infenso à passagem ou imune a seu fluxo” (BAUMAN, 2001: 9). Esse progresso social significaria, entre outras coisas, uma nova ordem marcada pelo fim das incertezas e a emergência da verdadeira segurança, em outras palavras:

Os tempos modernos encontram os sólidos pré-modernos em estado avançado de desintegração; e um dos motivos mais fortes por traz da urgência em derretê-los era o desejo de, por uma vez, descobrir ou inventar sólidos de solidez duradoura, solidez em que se pudesse confiar e que tornaria o mundo previsível e, portanto, administrável (BAUMAN, 2001: 10).

Ao derreter os sólidos eliminaríamos as “obrigações irrelevantes” pregadas por instituições como a família e a igreja, eliminaríamos tudo que não fosse por meio e fins racionais restando apenas o dinheiro como mediador entre os homens. A racionalidade, base desse processo, levaria, então, a uma ordem pautada majoritariamente na economia.

A característica fluida, no entanto, alerta Bauman, ao contrário do que se imagina que permitiria uma maior liberdade dos seres humanos com relação as “obrigações” e inúmeros problemas presentes na antiga sociedade industrial, na verdade possui uma estrutura extremamente rígida não possibilitando a tão desejada liberdade de escolha além de se configurar em um complexo sistema que interliga todos os setores das nossas vidas.

A situação presente emergiu do derretimento radical dos grilhões e das algemas que, certo ou errado, eram suspeitos de limitar a liberdade individual de escolher e de agir. *A rigidez da ordem é o artefato e o sedimento da liberdade dos agentes humanos*. Essa rigidez é resultado de “soltar o freio”: da desregulamentação, da liberalização, da “flexibilização”, da “fluidez” crescente, do descontrole dos mercados financeiro, imobiliário e do trabalho, tornando mais leve o peso dos impostos etc (...) (BAUMAN, 2001:11).

Nesse sentido, a liquidez da modernidade toma posição central na configuração das grandes cidades, tanto nas suas estruturas físicas quanto no relacionamento entre seus cidadãos e um dos grandes fenômenos intrínsecos desse processo, como aponta Bauman, é o medo.

2. O medo na modernidade

Bauman faz uma profunda abordagem sobre o medo na sociedade moderna afirmando que o medo “(...) é o nome que damos a nossa *incerteza: ignorância da ameaça e do que deve ser feito* – do que pode e do que não pode – para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance” (BAUMAN, 2008: 8). O autor afirma que nas trevas está a incerteza e que a “modernidade” seria a possibilidade de acabar com o medo na medida em que as luzes da razão iluminista iriam dissipar as trevas da ignorância, mas esta foi uma promessa que não se cumpriu, pois essa razão, que antes pretendia a liberdade, torna-se mais um mecanismo de dominação do homem pelo homem dentro da sociedade moderna. O medo, então, é algo que compartilhamos diariamente, mas nos relacionamos com ele individualmente.

O medo é o sentimento conhecido de toda criatura viva. Os seres humanos compartilham essa experiência com os animais. (...) Os humanos, porém, conhecem algo mais além disso: uma espécie de medo de “segundo grau”, um medo, por assim dizer, social e culturalmente “reciclado”, ou (...) um “medo derivado” que orienta se comportamento (tendo primeiramente reformado sua percepção do mundo e as expectativas que guiam suas escolhas comportamentais), quer haja ou não uma ameaça imediatamente presente (BAUMAN, 2008: 9).

Ainda segundo o autor, esse medo derivado pode ser encarado como uma sensação de insegurança, de vulnerabilidade com relação aos perigos. Estamos sujeitos a perigos que não podemos prever e dificilmente nos proteger e riscos que, *a priori*, poderíamos calcular. O medo, então, deriva de vários fatores, mas dentre eles, nenhum é tão significativo quanto à violência em forma da criminalidade. Nenhum fenômeno perigoso moderno toma tanto da nossa atenção e dos nossos esforços no dia-a-dia quanto à criminalidade.

Constantemente nos vemos tentando calcular a probabilidade de sermos assaltados, de sofremos sequestro, de termos nossa casa invadida e de perdemos a nossa vida ou a de outras pessoas nessas investidas criminosas. Treinamos nossos olhares para identificar pessoas que possam ser perigosas, não passamos por certos lugares considerados perigosos sozinhos ou acompanhados e em horários também considerados perigosos. Isto, como afirma Bauman, é uma paranoia, fruto da insegurança social causada pelo cruzamento de fatores como: estatísticas de criminalidade, sensação de crescimento da mesma e o descrédito no poder público. Sentir medo e tensão se tornou parte da “rotina” nas cidades. Ainda nesse contexto com a banalização da violência há de forma paradoxal, por um lado, o crescimento do medo e da insegurança e por outro a ideia da naturalização das violências.

Ainda de acordo com o autor, a sensação de insegurança e vulnerabilidade derivada do medo é uma característica essencial na formação dos espaços urbanos. A cidade surgiu para proteger seus cidadãos dos “outros”, dos “estrangeiros”, promessa que também não se cumpriu, criando assim, o que Bauman denomina “mixofobia”, uma grande suspeita contra o “outro” e um clamor por segurança. Para ele “(...) a cidade é um espaço em que os estrangeiros existem e se movem em estreito contato” (BAUMAN, 2009: 36).

O estrangeiro é, por definição, alguém cuja ação é guiada por intenções que, no máximo, se pode tentar adivinhar, mas que ninguém jamais conhecerá com certeza. O estrangeiro é a variável desconhecida no cálculo das equações quando chega a hora de tomar decisões sobre o que fazer. Assim, mesmo quando os estrangeiros não são abertamente agredidos e ofendidos, sua presença em nosso campo de ação sempre causa desconforto e transformar em árdua empresa a previsão dos feitos de uma ação, suas probabilidades de sucesso ou insucesso (BAUMAN, 2009: 38).

Assim a cidade que foi um espaço pensado primeiramente para proteger os seus habitantes, segundo o autor, é associada cada vez mais ao perigo aumentando o investimento em segurança particular, vigilância de locais público se descrédito da segurança pública juntamente com a redução do controle estatal.

Os medos modernos tiveram início com a redução do controle estatal (a chamada desregulamentação) e suas consequências individualistas, no momento em que o parentesco entre homem e homem – aparentemente eterno, ou pelo menos presente desde tempo imemoriais -, assim como os vínculos amigáveis estabelecidos dentro de uma comunidade ou de uma corporação, foi fragilizada ou até rompido (...) (BAUMAN, 2009: 19).

Bauman (2009) afirma que o Estado sempre teve a difícil tarefa de administrar o medo nas sociedades e tecer uma rede de proteção, mas os laços naturais ou artificiais que constituíam a solidariedade na modernidade sólida é que permitiam a administração do medo, com o rompimento desses laços as incertezas, os medos, a insegurança emergiram dentro das sociedades.

3. *A dissolução da comunidade*

A fragilidade de laços e o individualismo tiveram, então, forte relação com o medo e a insegurança modernos, pois criaram uma desconfiança contínua no outro, no estrangeiro, no desconhecido e conseqüentemente um maior isolamento das pessoas nas cidades. A presença da criminalidade nas cidades fez com que a figura do outro, do estrangeiro e do desconhecido se fundisse e confundisse com a do criminoso, fazendo emergir uma suspeita constante.

Poderíamos dizer que a insegurança moderna, em suas várias manifestações, é caracterizada pelo medo dos crimes e dos criminosos. Suspeitamos dos outros e de suas intenções, nos recusamos a confiar (ou não conseguimos fazê-lo) na constância e na regularidade da solidariedade humana. Castel atribui a culpa por esse estado de coisas ao individualismo moderno (...) (BAUMAN, 2009: 16).

O que isto provoca, no entanto, é o esvaziamento do sentido de comunidade. Segundo Bauman, “comunidade”, antes de tudo, significa “segurança”; estar entre os seus conhecidos. Na comunidade não há perigos, não há estranhos dos quais tenhamos de nos proteger, podemos confiar uns nos outros.

Em suma, “comunidade” é o tipo de mundo que não está lamentavelmente, a nosso alcance – mas no qual gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir. (...) Podemos acrescentar que ela sempre esteve no futuro. “Comunidade” é nos dias de hoje outro nome do paraíso perdido – mas a que esperamos ansiosamente retornar, e assim buscamos febrilmente os caminhos que podem levar-nos até lá (BAUMAN, 2009: 9).

A busca por essa segurança levou cada vez mais a sociedade a produzir fronteiras tanto materiais quanto imaginárias. A solidariedade, essência da comunidade, deu lugar ao individualismo, desconfiança e falta de diálogo. As cidades espaços privilegiados para o encontro entre os diferentes se tornou espaço para a segregação. Sendo assim, como afirma Caldeira, “a violência e o medo combinam-se a processos de mudanças sociais nas cidades contemporâneas, gerando novas formas de segregação espacial e discriminação social” (CALDEIRA, 2000: 9).

Por isso, Caldeira afirma que principalmente as classes mais altas da sociedade costumam utilizar o medo da violência e do crime numa tentativa de justificar a exclusão social e se isolam em busca de segurança quando se sentem ameaçados pela ordem social insurgente das grandes cidades, mas que, além de preocupações com relação ao crime, essas atitudes “(...) também incorporam preocupações raciais e étnicas, preconceitos de classe e referências negativas aos pobres e marginalizados.” (CALDEIRA, 2000: 9). O estrangeiro é uma categoria que constitui, juntamente aos os pobres e marginalizados, as “classes perigosas”.

As novas classes perigosas são, (...), aquelas consideradas incapacitadas para reintegração e classificadas como *não-assimiláveis*, porque não saberiam se tornar úteis nem depois de uma “reabilitação”. Não é correto dizer que estejam “em excesso”: são *supérfluas* e excluídas *de modo permanente* (trata-se de um dos poucos casos permitidos de “permanência” e também dos mais ativamente encorajados pela sociedade “líquida”) (BAUMAN, 2009: 22).

É exemplo disto o pensamento categorizante com relação ao nordestino dentro das características do *estrangeiro*, “(...) eles são descritos como sendo menos do que humanos, perigosos, sujos e contaminantes; são habitantes de lugares impróprios, como cortiços e favelas” (CALDEIRA, 2000: 37). Tais “características do nordestino” entram em confluência com as do pobre e a sucessivas hierarquizações de aspectos negativos de determinados grupos sociais. No limite dessa hierarquização com certeza está o criminoso.

4. As fronteiras físicas e imaginárias

Um aspecto interessante abordado por Caldeira é o “espaço do crime”, nas entrevistas que efetuou com pessoas de diversos grupos sociais durante sua pesquisa na cidade de São Paulo entre os anos de 1988 e 1998, os espaços marginais são apontados como sendo os “lugares onde o crime habita”. Lugares considerados perigosos.

Embora todos os grupos sociais sejam vítimas do crime, elas são vítimas de diferentes tipos de delitos, sendo as classes trabalhadoras as mais vitimizadas pelos crimes violentos. É óbvio que essas diferentes experiências marcam a percepção que cada classe tem do crime. No entanto, paulistanos de diferentes grupos sociais – pelo menos os que eu entrevistei – compartilham algumas concepções sobre o crime e o mal. Eles parecem achar que os espaços do crime são espaços marginais, como favelas e cortiços, e que seus habitantes,

criminosos em potencial, são pessoas que estão no limite da sociedade, da humanidade e da sociedade, da humanidade e da comunidade política. Eles ainda vêem o crime como algo associado ao mal, que se espalha e contamina facilmente, e que requer instituições fortes e autoridades para controlá-lo. Esse controle é visto como uma tarefa da cultura contra as forças da natureza (CALDEIRA, 2009: 57).

No entanto, como mostrado por Caldeira, apesar do medo da violência ter como alvo das discussões de Bauman majoritariamente a classe média, as camadas pobres da sociedade que vivem nesses espaços marginais da sociedade também são vítimas desse medo. As entrevistas feitas por Caldeira mostram que a imagem do criminoso geralmente está associada ao do pobre e vice-versa. As favelas, áreas de ressaca, e até conjuntos habitacionais populares construídos para pessoas de baixa renda são considerados lugares perigosos. Subtende-se, então, que os seus moradores pertenceriam às classes perigosas e, portanto, o medo não os afetaria.

Nas cidades existem os bairros considerados perigosos, muitas vezes por conta da difusão do medo “produzido”, em grande parte, *pela fala do crime*¹ reforçada pelos meios de comunicação. Ao contrário do que se imagina, nesses lugares há a presença de “atitudes” e aparatos relacionados à segurança privada de acordo com a condição financeira do indivíduo, que vão desde pequenas atitudes até mais elaboradas como mostram as imagens a seguir:

Figura 1: Casa em área de rua do bairro Remédios 2



Fonte: ANDRADE et al, 2014

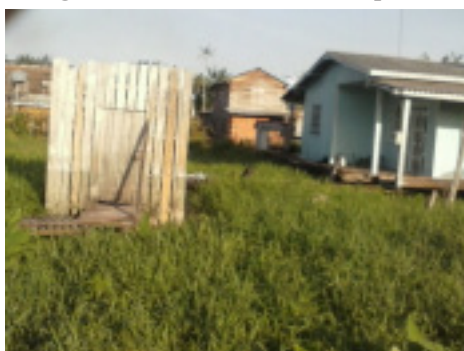
¹ (...) todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, piadas, debates e brincadeiras que têm o crime e o medo como tema (...) (CALDEIRA, 2000, p.27).

Figura 2: Casa 01 em área de ponte



Fonte: ANDRADE et al, 2014

Figura 3: Casa 02 em área de ponte



Fonte: ANDRADE et al, 2014

Figura 4: Casa 03 em área de ponte



Fonte: ANDRADE et al, 2014

Note como o telhado da casa em área de rua do bairro encontra o muro deixando apenas uma estreita brecha entre os dois, enquanto que nas casas em área de ponte a atitude mais comum com relação a impedir o acesso de pessoas indesejadas a casa é uma espécie de portão colocado na “ponte privada” que leva a residência em áreas alagadas impedindo a passagem.

Esse bairro localizado na cidade de Santana no Amapá é considerado pobre e perigoso por está localizado numa área de ressaca e por conter em grande maioria pontes. A área de ponte é constantemente atrelada ao perigo, pobreza e insegurança por vários fatores, dentre eles, o acesso difícil da polícia ao local e a precária prestação de serviços públicos no que diz respeito à coleta de lixo, água, energia, ausência de esgoto e uma série de outras questões utilizadas para a construção da visão estereotipada marginalizante que se tem com relação à essas áreas.

Com relação aos aparatos ligados à segurança, em muitos casos, porém, a arquitetura envolvendo as casas pode significar uma tentativa de distinção social. A tentativa de estabelecer distinção e hierarquização social se encontra em todas as camadas. E como afirma Caldeira com relação a distância social:

Ela pode ser criada materialmente através do uso de grades, que ajudam a marcar uma casa própria como algo claramente distinto de cortiços. O uso de cercamentos ainda oferece o sentimento de proteção, crucial em tempos de medo do crime (CALDEIRA, 2000: 70).

Com relação à visão categorizante de pobres e criminosos, em alguns casos Caldeira afirma que por diversas vezes durante as entrevistas em periferias ocorreram tentativas por parte dos entrevistados de se diferenciarem dos criminosos:

A proximidade real com o estereótipo do criminoso, entretanto, requer um discurso elaborado de distanciamento e separação. Quando entrevistei as pessoas na periferia ou na Moóca, perguntei-me várias vezes se a minha insistência no assunto do crime não iria gerar automaticamente ansiedade, dúvidas sobre se eu suspeitava que eles fossem criminosos, e a consequente necessidade de enfatizar as diferenças. As pessoas pobres que entrevistei sempre se esforçaram para distanciar a si mesmos e a outras “pessoas honestas, trabalhadoras” da imagem do criminoso. (...) a categoria do criminoso e seu repertório de preconceitos e depreciações raramente são contestados. Ao contrário, a categoria é continuamente legitimada e os preconceitos e estereótipos contra os pobres (favelados, nordestinos, moradores de cortiços) são reencenados diariamente (CALDEIRA, 2000: 89).

Bauman, fazendo menção a uma entrevista de Ulrich Beck, afirma que a família, a classe e o bairro seriam “categorias e instituições zumbi”, ou seja que “estão mortas e ainda vivas” (BAUMAN, 2001: 12). Ocorreu um esvaziamento do sentido

de cada uma delas na medida em que os laços humanos foram sendo dissolvidos restando apenas o indivíduo levando a *perda de referências* na modernidade afetando também a construção de identidade.

O bairro, nesse sentido, enquanto categoria urbana seria o lugar onde poderia habitar a comunidade e se consolidar a segurança, como afirma Bauman:

A segurança, como todos os outros aspectos da vida humana num mundo inexoravelmente individualizado e privatizado, é uma tarefa que toca a cada indivíduo. A ‘defesa do lugar’, vista como condição necessária de toda segurança, deve ser uma questão do bairro, um ‘assunto comunitário’ (BAUMAN, 2003: 102).

No entanto o bairro se configura em mais um espaço perigoso na modernidade com suas “ruas ou pontes inseguras”:

O bairro seguro concebido com guardas armados controlando a entrada; o gatuno e suas variantes substituindo os primeiros bichos-papões modernos do mobile vulgar, e juntamente promovidos à posição de inimigos públicos a enclaves “defensáveis” com acesso seletivo; a separação em lugar de negociação da vida em comum; a criminalização da diferença residual – essas são as principais dimensões da atual evolução da vida urbana. E é na moldura cognitiva dessa evolução que a nova concepção de “comunidade” se forma (BAUMAN, 2003: 104).

Os laços humanos por sua vez são trocados por cercas elétricas, muros e câmeras e a insegurança “(...) mantém as pessoas longe dos espaços públicos e a afasta da procura da arte e habilidades necessárias para participar da vida pública” (BAUMAN, 2003: 104).

Conclusões

Os fenômenos do medo, da insegurança, da criminalidade, da falta de solidariedade, da segregação espacial e da discriminação, estão imersos no que Bauman chama de modernidade líquida. Há um processo crescente de dissolução dos laços que antes ligavam os homens voluntariamente e diretamente sem a presença de nenhum mediador.

Nessa modernidade, o que se vê são uma série de mediadores como o dinheiro e de fronteiras que impedem o verdadeiro encontro do homem com o homem, a consequência disso é a falta de diálogo e a morte da política enquanto atividade inerente aos seres humanos.

Vivemos numa modernidade ambígua, se por um lado a internet, por exemplo, trouxe diversos avanços no que se refere ao contato e mobilização de pessoas do mundo inteiro, por outro lado, muitas vezes condiciona as pessoas ao contato virtual e não ao encontro direto que impossibilita a existência da *comunidade*.

Nesse sentido, as cidades vêm intensificando e reafirmando a formação dessas fronteiras. O espaço urbano, como afirma Caldeira, “(...) reforça e valoriza as desigualdades e separações e é, portanto, um espaço público não-democrático e não-moderno.” (CALDEIRA, 2000: 12). A única saída que Bauman aponta é a tentativa da construção da verdadeira comunidade restabelecendo os laços humanos e a política.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **Medo Líquido**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2008.

_____. **Confiança e medo na cidade**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2009.

CALDEIRA, Tereza. **Cidade de Muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo:34/Edusp, 2000.

(IN)SUSTENTABILIDADE E VIOLÊNCIA NORMATIVA: A REPATOLOGIZAÇÃO DAS SEXUALIDADES DISSIDENTES

Introdução

A sexualidade distinta da heterossexual foi considerada promíscua, esta fora objeto de estudos da medicina e do Estado desde o início do século XIX. As campanhas daquele período tinham por intento levar a moral burguesa aos segmentos populares, a fim de regular suas práticas.

A forma como o sexo passou a ser moralizado pela medicina pode ser encontrado em Foucault que demonstrou como discursos médicos foram ocupando o lugar daqueles formulados pela Igreja Católica e pelo Direito Canônico. O intuito foi apontar com o seu saber “neutro” e científico os perigos das sexualidades não-normalizadas, associando-as, por exemplo, à doença mental. Esse domínio se amplia a partir do século XIX ao passo que a medicina se sobrepõe à esfera jurídica. Discursos colhidos pelos juízes, reivindicados por médicos, psiquiatras, sexólogos e psicólogos, tornaram as “sexualidades periféricas” espécies catalogáveis, portanto, identificáveis e, quiçá, tratáveis.

No cenário contemporâneo uma forma de repatologização das sexualidades dissidentes encontra-se na forma como vem sendo tratada socialmente a AIDS. Segundo Góis(2000), isso ocorreu a partir da publicitação do que o autor denomina de “subcultura gay” no contexto da coletividade politicamente organizada dos anos iniciais do movimento homossexual americano pós-69.

No bojo deste processo temos, também, o início dos debates em torno da crise ambiental, evidenciada a partir dos anos 60. Este fenômeno vem marcando os limites do crescimento econômico e fomentando um acirrado debate teórico e político, no sentido de avaliar e/ou redirecionar a forma de uso dos recursos naturais para garantir a sobrevivência da humanidade face às problemáticas que se apresentam.

* Universidade Federal do Amazonas. E-mail: jeffesonpereira@yahoo.com.br

** Universidade Federal do Amazonas. E-mail: marklizesiqueira.seso@hotmail.com

Assim, segundo Sachs (2002b), a crise ambiental problematiza os paradigmas estabelecidos do conhecimento e demanda novas metodologias capazes de orientar um processo de reconstrução do saber que permita realizar uma análise integrada da realidade.

A noção de sustentabilidade, fruto desse processo, é corriqueiramente utilizada para expressar a sustentabilidade ambiental. Nesta abordagem compartilhamos da ideia de sustentabilidade vinculada ao Eco desenvolvimento formulado por Ignacy Sachs (2002a). Para este a sustentabilidade deve ser desenvolvida de modo integrado considerando seis dimensões fundamentais: social, econômica, geográfica, cultural, ecológica e cultural. Tais dimensões da sustentabilidade somente podem ser efetivadas na medida em que a existência humana e sua dignidade forem respeitadas, valorizadas e asseguradas em patamares de direitos legítimos.

Destarte a equidade de gênero e a diversidade afetivo-sexual são fundamentais, pois sem o questionamento à heteronormatividade e a dissolução da polaridade entre os gêneros, torna-se impossível uma relação justa que assegure dignidade de existência e qualidade de vida aos sujeitos sociosexuais. Caso contrário prevalecerá um cenário de invisibilidade e opressão a esses grupos sociais, contribuindo para a constituição de desigualdade e negação de acesso a direitos sociais.

O modo de vida gay foi problematizado por Foucault a partir de uma estética da existência evidenciando a necessidade da reflexão da relação entre subjetividade e ética na sociedade contemporânea. A obra de Foucault é marcada pela proposta de empreender uma “ontologia crítica de nós mesmos” como um *ethos* em que a crítica do que somos une a pesquisa histórica sobre os limites que nos foram impostos.

Nesta esteira a teoria *queer* nos possibilita refletir a respeito do desejo e da experiência social e subjetiva da abjeção como constitutiva das vidas que Judith Butler intitula de vidas precárias. As vidas precárias seriam aquelas vividas em terreno hostil, aquelas cuja socialização foi marcada pelo rechaço social. As vidas precárias seriam a de todos/as que aprenderam a se compreender a partir da injúria, da experiência de serem ofendidos por estarem sob a suspeita ou serem comprovadamente sujeitos fora da norma heterossexual.

Desta feita, os sistemas jurídico e legal parecem refletir e representar o “natural” de acordo com as normalidades biológicas e sociais. No entanto, sexo e gênero com seu binarismo lógico não podem ser localizados em uma natureza “pré-social” que precederia a política que, por sua vez, apenas os refletiria/representaria, pois o que conhecemos por sexo surge a partir do discurso científico, ele mesmo histórico e associado a interesses sociais e políticos, que estabeleceu o dualismo como um

fato natural. Ou seja, a própria ideia de sexo deriva de relações complexas de poder. No entanto, a insistência e a proliferação de “identidades” dissonantes, que não se enquadram a estas regras e não correspondem ao que se entenderia por “natural”, mais que “defeitos” ou impossibilidades lógicas, oferecem a oportunidade de desestabilizar o gênero e sua matriz de inteligibilidade.

Neste sentido, com a finalidade de colaborar nas discussões em relação as sexualidades dissidentes à heteronormatividade, este trabalho irá abordar num primeiro momento o processo que envolve a violência normativa e sua (in)sustentabilidade. E em seguida como o processo de repatologização das sexualidades tem adquirido força por meio da forma como vem sendo tratada socialmente a AIDS; e como isso tem contribuído para fragilizar socialmente esses sujeitos em seu direito de ser e existir, além de afetar sua busca por melhores condições de vida e cidadania.

Sustentabilidade e violência normativa

A civilização capitalista ocasionou uma mudança profunda no modo que organizou a sociedade moderna. O padrão de desenvolvimento do atual sistema capitalista, em sua fase de capital financeiro, representa um novo paradigma técnico-econômico. Este paradigma configura-se em uma forma transnacionalização jamais vista e que avança sob as fronteiras nacionais conduzindo o contato entre as diversas formas de cultura.

No decorrer deste processo, temos a partir dos anos de 1960, o início de um debate teórico e político que paulatinamente assevera a questão da irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e consumo. Este movimento postula uma crise ambiental. No início os debates tencionavam, principalmente, sobre problemas relacionados ao usufruto dos recursos naturais. Mas à frente temos outras nuances que passarão a incorporar o conceito de sustentabilidade, evidenciando a impossibilidade da apartação do ser humano socioculturalmente constituído de seu habitat ecologicamente vinculado.

Na década de 1980, o *Relatório Nosso Futuro Comum* ou Relatório de Brundtland, foi um dos acontecimentos mais expressivos que almejava discutir possibilidades de soluções para os problemas advindos da crise ambiental, e que agora começavam a ganhar uma expressividade a nível mundial. A finalidade do Relatório foi realizar um estudo crítico sobre o problema ambiental e propor soluções. Conforme Camargo (2003), o referido relatório reuniu em sua análise avaliando e ressaltando os avanços e problemas globais ocorridos nos séculos XIX e XX relacionando aspectos como

a pobreza, economia, ecologia, tecnologia e a sociedade. Contudo, para a autora, o relatório ao propor as soluções vinculava os problemas ambientais a problemas de ordem tecnológica, institucional e à ausência de um compromisso ético individual, desse modo, acabando por não questionar as bases de organização para o desenvolvimento.

Foi neste ínterim, que de forma mais sistemática iniciou os debates em torno da ideia de *Sustentabilidade*. Uma importante contribuição deste documento foi a propagação da noção de *Desenvolvimento Sustentável*, sendo este a capacidade de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades (CAMARGO, 2003). A noção foi amplamente massificada na década de 1992 com a realização da ECO-92, organizada no Rio de Janeiro no Brasil e que reuniu 179 países e 100 chefes de Estado, além de inúmeras organizações da sociedade civil.

Vale ressaltar, o intenso processo de disputa e correlações conflitantes em torno da definição do termo sustentabilidade e das formas de sua operacionalização. O debate da noção de Desenvolvimento Sustentável foi antecedido pela noção de *Ecodesenvolvimento*, desenvolvido por Maurice Strong e Ignacy Sachs, este último aprimorou o conceito e estabeleceu suas bases. Assim, o ecodesenvolvimento passou a ser caracterizado como forma de

atendimento às necessidades fundamentais (habitação, alimentação, meios energéticos de preparação de alimentos, água, condições sanitárias, saúde e decisões nas participações) das populações menos favorecidas, prioritariamente nos países em desenvolvimento, na adaptação das tecnologias e dos modos de vida às potencialidades e dificuldades específicas de cada ecozona, na valorização dos resíduos e na organização da exploração dos recursos renováveis pela concepção de sistemas cíclicos de produção, sistematizando os ciclos ecológicos (GODARD, 1999, p. 111).

Desse modo, o ecodesenvolvimento afirma-se como defesa de uma forma de desenvolvimento pautado em um estilo de sociedade que prima pela satisfação das necessidades básicas dos cidadãos e cidadãs. Esta forma de abordagem conflita diretamente com o modelo de desenvolvimento da economia política tradicional.

Para Ignacy Sachs (2002a), a noção de sustentabilidade, com base no ecodesenvolvimento, tem diversas outras dimensões, dentre elas, o autor destaca cinco dimensões principais, a saber: a) *sustentabilidade social*, isto é o estabelecimento de um processo de desenvolvimento que conduza a um padrão estável de crescimento, com uma distribuição mais equitativa de renda e ativos, assegurando uma melhoria substancial dos direitos das grandes massas da população e uma redução das atuais

diferenças entre os níveis de vida; b) *sustentabilidade econômica*, tornada possível graças ao fluxo constante de inversões públicas e privadas, além da alocação e do manejo eficiente dos recursos; c) *sustentabilidade ecológica*, implicando a capacidade de transporte da “nave espacial terrestre” mediante a intensificação dos usos do potencial de recursos existentes nos diversos ecossistemas, intensificação esta tornada compatível com um nível mínimo de deterioração deste potencial; d) *sustentabilidade geográfica*: os problemas ambientais são ocasionados, muitas vezes, por uma distribuição espacial desequilibrada dos assentamentos humanos e das atividades econômicas; e) *sustentabilidade cultural*, que talvez, constitua a dimensão mais difícil de ser concretizada, na medida em que o processo de modernização deveria ter raízes endógenas, buscando a mudança em sintonia com a continuidade cultural vigente em contextos específicos.

Tais dimensões da sustentabilidade somente podem ser efetivadas na medida em que a existência humana e sua dignidade forem respeitadas e valorizadas, destarte a equidade de gênero e a diversidade afetivo-sexual são fundamentais, pois sem o questionamento à heteronormatividade e a dissolução da polaridade entre os gêneros, torna-se impossível uma relação justa que assegure qualidade de vida e dignidade de existência aos sujeitos sociosexuais dissidentes da heteronormatividade.

A concretização de tais princípios tem gerado grandes conflitos de interesses, por vezes descambando para a violência. As relações dos indivíduos a partir de si e em sociedade não tem se dado de maneira predominantemente pacífica, cooperativa e sustentável, pois são repletas de conflitos, valores, visões de mundo e atitudes que, que por vezes, acabam se expressando em violências de múltiplas naturezas e intensidades.

Sabe-se que os conflitos são componentes inerentes à condição humana, mas não a violência. Existe uma positividade no conflito que consiste no despertados debates e discussões, na promoção de soluções negociadas, dialógicas que encontram uma saída pacífica. Quando não há espaço para essa possibilidade dialógica ou esta é esgotada a violência se manifesta. Logo, a violência é uma possibilidade não uma necessidade decorrente dos conflitos relacionais.

Desta feita a luta por uma sustentabilidade humana deve ter entre seus alicerces a abertura para a diversidade dialógica, a dissolução das normas e o enfrentamento à conversão das diferenças em desigualdades. Nesse contexto adquirem relevância as estratégias comunicativas de gestão dos conflitos como dispositivos políticos capazes de orientar as situações conflituosas para um desfecho pacífico.

A relação que ora investigamos, entre violência e sustentabilidade, é uma dessas temáticas que não comporta uma definição estrita de violência, por conter ingredientes de uma complexidade, característica da sociedade contemporânea, onde se configura uma crise socioambiental que enseja o surgimento de novos conflitos, discursos e noções como as de cidadania ambiental, sociedade de risco e justiça socioambiental, entre outras(SACHS, 2002a).

Essas mudanças na cultura política ocidental em geral, e brasileira em particular se refletem sobre o significado da violência exigindo sua ampliação no sentido de incluir as violências contra os direitos humanos neste caso, contra o direito e a cidadania dos sujeitos não heterossexuais e as violências contra a natureza em si.

Frente à relação entre sustentabilidade e violência das normas, as manifestações, conscientes ou inconscientemente motivadas de violências resultam em destruição ou degradação da vida humana. O debate sobre o fenômeno da violência na sociedade atual revela um dinamismo e complexidade decorrentes tanto da multiplicidade de formas, dimensões (objetivas e subjetivas, macrosocial e microssocial) e significados (físicos, psicológicos, filosóficos, sociológicos, econômicos, culturais) que a violência assume, quanto de sua mutabilidade ao longo do tempo, do espaço e dos contextos culturais. Por essas razões, estudiosos do tema (ABRAMOVAY, 2005; MICHAUD, 1989; ANDRADE, 1999) chamam a atenção para o caráter polissêmico e não-consensual do conceito e das teorias que se esforçam em compreendê-la e defini-la.

Esse contexto polissêmico e não-consensual do debate sobre a violência e a tentativa de delimitar o fenômeno e de defini-lo resulta em perspectivas estritas e ampliadas da violência. A perspectiva estrita tende a reduzir a violência a sua dimensão física (CHESNAIS, 1981) apenas os atos e acontecimentos que podem causar danos físicos aos indivíduos, não incluídos aí os danos morais, simbólicos ou econômicos. A perspectiva ampliada, diferentemente, agrega à dimensão física os aspectos verbais, morais, psicológicas, simbólicos, sociais e políticos envolvidos em suas manifestações. Michaud (1989, p.10-11) ajuda a pensar a violência de modo ampliado quando afirma:

Há violência quando, em uma situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, em suas posses ou em suas participações simbólicas e culturais.

Nesse sentido, é possível afirmar que as violências à sustentabilidade humana corresponde às dimensões defendidas por Michaud, ou seja, em sentido ampliado a reinteração de determinadas normas sociais geram constrangimento, preconceito e morte por vezes invisibilizadas e naturalizadas.

Destarte é importante ressaltar que não há uma regulação anterior ou autônoma em relação ao gênero, pois, ao contrário, segundo (BUTLER, 1997, p. 31) o sujeito gerado só passa a existir na medida de sua própria sujeição às regulações. Nesse sentido ressaltamos que por violência normativa não se entende certo tipo de violência que se torna a norma, mas sim a violência das normas.

As normas de gênero exercem violência sobre os corpos que as violam. Elas tanto autorizam a violência física rotineiramente explicitada pela morte aos desviados sexualmente e invisibilizadas pelo Estado brasileiro, quanto simultaneamente apagam essa violência de nossa apreensão. Nesta esteira, Butler esclarece que a questão de abrir as possibilidades do gênero não se trata propriamente de um pluralismo feminista de gênero (mais gêneros), e sim do problema da heteronormatividade e da existência de sexualidades não normativas, ilegítimas, ilegais. Logo, a questão da violência normativa é central e anterior à subjetividade.

Contemporaneamente, a homofobia tem figurado no vocabulário da militância social, dos meios midiáticos e das organizações do governo como expressão da violência normativa, violência que não se dirige não somente a gays, lésbicas ou travestis, mas a todos os indivíduos que de uma forma ou de outra afrontam a heteronormatividade. Comprovam tal assertiva as notícias de pessoas heterossexuais como, por exemplo, dois homens abraçados sendo estes pai e filho; uma mulher bem produzida confundida com uma travesti ou ainda gêmeos brincando fraternalmente, indivíduos que foram ridicularizados socialmente, agredido e em alguns casos mortos pela intolerância ao diferente.

A violência da norma também invade os espaços de lazer e sociabilidade das sexualidades dissidentes incluindo o exercício sistemático de violência policial contra os frequentadores de bares, boates, saunas, pontos de encontro, entre outros. Esta modalidade de controle transformou a violência normativa invisível ainda que praticada rotineiramente contra sexualidades não normativas, esta aparentemente dúbia realidade pode ser comprovada nos atos violentos, muitas vezes, compactuados pelas instituições que *a priori* deveriam zelar pela segurança dos cidadãos.

A violência normativa acaba por gerar (in)sustentabilidade na existência das sexualidades distintas à heterossexual. Evolutivamente pensava-se que ao decorrer da história, teríamos um patamar de reconhecimento da liberdade e da igualdade dos

sujeitos não heterossexuais formalmente e materialmente. Porém, contrariando esta tese o que vivencia-se no Brasil é um cenário de recrudescimento do conservadorismo, inclusive adentrando aos poderes da República, sobretudo no legislativo, que invés de ampliar direitos vem reiteradamente negando-os. Prova da (in)sustentabilidade da existência das sexualidades dissidentes é o processo de patologização de tais sexualidades, a partir da reinvenção de discursos que vinculam determinadas doenças a grupos sociais específicos, por exemplo, o HIV/AIDS vinculada aos homossexuais como grupo de risco, culpabilizado pela doença e estigmatizado moralmente pelo seu modo de vida.

Repatologização das sexualidades dissidentes: reiteração de discursos estigmatizantes

Um dos momentos na história recente de maior pujança da patologização das sexualidades não heterossexual ocorre na década de 1980 em decorrência da maneira como foi socializada as ideias em torno do vírus HIV. A “data de criação” da AIDS, foi 1981, quando se descobriu que dois em cada cinco dos pacientes acometidos pelos sintomas eram homens que haviam tido relações sexuais frequentes com outros homens. Nos primeiros meses de 1982, a doença foi chamada de GRI (Gay Related Immudeficiency ou Imunodeficiência Gay Adquirida). Ainda que tenha se optado, no final do mesmo ano, pelo termo AIDS (Acquired Immudeficiency Syndromme ou Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), por muito tempo a “orientação sexual permaneceu como a característica saliente usada para exemplificar a pessoa vivendo com AIDS” (GILMAN, 1991, p. 246).

De acordo com Sander L. Gilman, enquanto o imaginário da sífilis foi construído associando uma ameaça geral à imagem do doente sofredor, no caso da AIDS, o “aidético” unia em si o sofrimento culpabilizador, pois ele era visto como a fonte de sua própria infecção. Além de tudo, o “aidético” era um culpado perigoso, pois a ideia de uma exposição propositada ao vírus sugeria condutas irracionais que o levariam, em sua leviandade, a pôr em risco os “bons” e “saudáveis”.

Dessa forma, os discursos morais sobre o “mal sexo” ganhavam uma roupagem científica, agora que a homossexualidade, sobretudo a masculina, podia ser repatologizada em outros termos através de uma doença que chegou a ser anunciada como “o câncer gay”. Quando a AIDS ganhou, enfim, sua etiologia, esta veio fortemente associada aos homossexuais e às suas práticas eróticas, somando-se a já então longa história de patologização de determinadas sexualidades.

Assim, no seu início, a AIDS estava marcada por um tipo de sexualidade (a homossexual); por um viés de raça/etnia (negritude e latinidade) e por um gênero (o masculino). O Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos tratou de buscar o nexos dessa relação a partir da racialização e da homossexualização do vírus:

Segundo a primeira suspeita, as excursões de gays americanos para o Haiti teriam voltado aos Estados Unidos trazendo o vírus na bagagem. Se, em vez de se fantasiar sobre os circuitos espermáticos da AIDS, se levar em consideração a transmissão sanguínea do vírus, as hipóteses tornam-se menos festivas. Poderia existir, talvez, alguma possibilidade de o vírus ter entrado nos Estados Unidos desde o Haiti, pela via da transfusão. O Haiti era então um dos principais provedores de sangue humano para o mercado hospitalar norte-americano (PERLONGHER, 1987, p. 39-40).

A partir das reflexões de Foucault sobre o biopoder, podemos compreender como a epidemia inicial de HIV/aids teve o efeito de repatologizar a homossexualidade em novos termos contribuindo para que certas identidades fossem vistas como perigo para a saúde pública. Este processo, que Larissa Pelúcio (2009) denomina apropriadamente de SIDAdanização, ou seja, a construção da cidadania a partir de interesses estatais epidemiológicos, terminou por criar a bioidentidade estigmatizada do aidético reconfigurando nossa pirâmide da respeitabilidade sexual (e social). Em suma, a epidemia de HIV/aids foi um divisor de águas na história contemporânea modificando a sociedade, mas com efeitos normalizadores ainda maiores no campo das homossexualidades.

Neste novo contexto, segundo Miskolci (2011, p. 50) o dispositivo histórico da sexualidade passou por uma inflexão que reforçou a imposição da heteronormatividade, um conjunto de instituições, estruturas de compreensão e orientação prática que se apoiam na heterossexualidade mantendo sua hegemonia por meio da subalternização de outras sexualidades, às quais impõe seu modelo.

s (2000, p. 77) tomando o contexto americano como exemplo, a partir dos relatos sobre a vida gay dos anos 60, 70 e 80 problematiza as conexões sociais entre AIDS e homossexualidade. “Nossa cultura e civilização nos dizem, cotidianamente, que o conteúdo das imagens, são marcadas pelo signo do desvio, ausência de higiene e pecado e geradoras de doença”. Explica o autor que a exposição de atos quase privados gerados na subcultura gay e as consequentes associações deles com a AIDS não foram um processo natural. Ao contrário, sua formatação dependeu da ampla participação de agentes coletivos – da polícia, do sistema judiciário, do estabelecimento médico, das igrejas, das campanhas anti-gay das décadas de 1960, 1970

e 1980, da ação da mídia – os quais determinaram maior publicização das imagens sobre a homossexualidade nos Estados Unidos.

No entanto, Góis (2000, p. 78) também constata uma positividade dos mecanismos de exposição pública da subcultura gay ao afirmar que estes colaboraram para uma maior visibilidade da homossexualidade nos grandes centros urbanos, o que ocasionou um crescimento de uma cultura gay que dificilmente poderia, a partir dali, deixar de ser detectada. Nesse sentido, quanto à visibilidade desse crescimento potencializadas nos anos 70, o autor afirma que é no contexto da

emergência do movimento gay radical e do desenvolvimento da imprensa gay. [e da] expansão do movimento de liberação gay [...] que a AIDS enquanto fenômeno natural e social emerge. É nesse contexto que as percepções sociais sobre a epidemia se constroem. É nele também que se dá a persistente vinculação entre doença e aquela subcultura.

Na década de 80, nos EUA, é observado na subcultura gay o desenvolvimento de uma masculinidade exacerbada, certo culto ao corpo e a intensificação dos prazeres sexuais. O que coincidiu com a constituição de um mercado de consumo gay com uma multiplicação de estruturas de lazer sexual e a conseqüente diversificação das atividades sexuais propriamente ditas.

A hipótese de que a natureza de tais atividades criou um ambiente favorável à disseminação do HIV têm sobrevivido ao longo das décadas. Assim, a repetição de práticas sexuais com múltiplos parceiros sem utilização de *condoms* e as conseqüentes múltiplas infecções por diferentes doenças venéreas teriam produzido um enfraquecimento generalizado do sistema imunológico dos homossexuais masculinos. Desta forma em uma população que, além disso, era marcada por altas taxas de consumo de drogas, o HIV, segundo essa hipótese, teria encontrado um nicho ecológico apropriado de expansão (GÓIS, 2000, p. 81-82).

Esse debate, aparentemente situado no campo médico, revela alguns elementos de uma tensão sociocultural profundamente enraizada nas nossas sociedades. No coração de tal hipótese, encontra-se a mesma ansiedade em relação aos resíduos corporais – uma ansiedade que compõe elementos essenciais das civilizações ocidentais, nomeadamente os sentimentos de nojo e repulsa. Para Góis (2000, p. 82) é esse sexo e o “estilo de vida gay” que, gradativamente saindo do limbo visual e passando ao conhecimento público, fornecem uma exemplificação modelar da presença da mistura desses fluidos corporais em nosso meio:

Múltipla parceria, sexo anal com diferentes parceiros numa mesma noite, ingestão de fluidos seminais correspondem quase simetricamente ao manuseio de três elementos assustadores no nosso estágio atual de civilização: fezes, sangue e sêmen. Para uma sociedade angustiada com seus fantasmas sexuais, foi fácil deitar nessa mistura os seus medos e, a partir dela, construir as primeiras representações sobre a epidemia. Em um processo de equalização de termos, pelas razões expostas, doença e comunidade gay passaram a significar uma coisa só.

A cultura gay ao ser descrita para o mundo externo foi vista a partir da insígnia da anormalidade, uma vez que apresentava outra ética sexual discordante da vigente. Tal exposição foi facilmente inserida em uma ampla tradição, ou seja, a normalização das sexualidades dissidentes tal exposição ocasionou ainda, uma avalanche de reações negativas aos direitos e a presença LGBT nos anos pré-AIDS.

Inserido nas políticas públicas de saúde, o discurso preventivo está no marco da “estatização do biológico” e, assim, do “biopoder”. De acordo com (ORTEGA, 2004; 2008) a biopolítica dos corpos domesticados e docilizados via instituições disciplinares dá espaço hoje para uma ideologia de moralidade da saúde e do corpo. O dispositivo raramente proíbe ou nega, antes controla e produz verdades moldando subjetividades. No caso da AIDS, segundo Pelúcio; Miskolci (2009, p.130) são subjetividades marcadas pela culpa e pela impureza, sintetizadas nos seus desejos tomados como ameaçadores da ordem social.

Na década de 80 frente ao pânico moral entorno da AIDS seguimentos conservadores a viram como uma forma de punição a todos que infringissem a norma do sexo como fim de reprodução, desta feita houve por parte dos governos a necessidade de uma maior classificação e controle das sexualidades. Assim, “os excessos libidinosos” cometidos em nome do amor livre e da livre expressão das sexualidades não-heterossexuais (PERLONGHER, 1987) encontraram seu revide materializado na resposta médico-moralizante à geração 1968, ao “desbunde” e à Revolução Sexual.

Desta feita, em um viés moralista a causa da AIDS passa a ser materializada no corpo dos pacientes, vistos como homossexuais, usuários de drogas endovenosas e imigrantes negros, porém foi o homoerotismo eleito como a grande ameaça, degeneração e declínio, associado diretamente à transmissão do vírus mortal o que gerou um dos maiores pânicos sexual da história contemporânea. Como registrou João Silvério Trevisan, “ante o fantasma da morte, elegeu-se um bode expiatório, como sempre acontece nas grandes calamidades públicas e nas fobias daí resultantes” (TREVISAN, 2004, p. 449).

A forma como a saúde pública tratou a epidemia em seu início fez com que emergisse a figura do “aidético”, definida por (ORTEGA, 2008) como uma bio-identidade que, após receber um tratamento político, passou a aglutinar “pessoas vivendo com aids”. As identidades epidemiológicas permitem que, através de uma série de procedimentos discursivos, se regulem comportamentos (não só os sexuais), conformando assim novas subjetividades marcadas pela “autoperitagem”.

Francisco Ortega propõe que na contemporaneidade temos constituídos bio-identidades, fruto de relações apolíticas entre sujeitos individualizados que se agrupam em torno de questões relativas à saúde, performances corporais, doenças específicas (como a AIDS), longevidade, entre outros. Esses sujeitos se deixam orientar por conjuntos de ações pautadas em uma “ideologia da saúde”, expressas em um vasto léxico médico-fisicalista. Todos esses elementos compõem espaços de biossociabilidade, onde se formam as bioidentidades (ORTEGA, 2008, p. 30-31).

A heteronormatividade, então, é uma prática reguladora de sexo/gênero/desejo que não pode ser transformada em um problema de discriminação contra indivíduos autônomos baseado em sua orientação sexual, como o conceito de homofobia pode levar a crer.

Neste sentido, o conceito de heteronormatividade revela normas institucionais, culturais e legais que reificam a normatividade da heterossexualidade, centra-se na expectativa/demanda do desejo e da identidade heterossexual, é a norma na cultura/sociedade/política. Ela é escrita na lei, codificada nas/pelas instituições e construída em uma enorme variedade de práticas comuns e, em última instância, significa que tudo e todos são julgados pela perspectiva hétero. Produz e constrange a inteligibilidade de gênero, estruturando os mundos sociais, político e cultural não apenas por meio de seu impacto sobre as ideias e crenças, mas, sobretudo, por seus efeitos práticos sobre as instituições, leis e vida cotidiana (casamento, adoção, banheiros etc.) privilegiando aqueles que mais se aproximam da norma e estigmatizando/marginalizando/tornando invisíveis – ininteligíveis – comportamentos, práticas e relacionamentos que dela desviam.

Aquele que aparece como descontínuo ou incoerente de alguma forma torna-se, portanto, ininteligível como pessoa porque a identidade só pode ser estabelecida dentro das “leis que buscam estabelecer as linhas causais ou expressivas de conexão entre sexo biológico, gêneros constituídos culturalmente e a ‘expressão’ ou ‘efeito’ de ambos nas manifestações do desejo sexual nas práticas sexuais” (BUTLER, 2007, p. 72).

Outra questão importante refere-se ao modo como foi tratada a questão da prevenção da doença. O discurso preventivo que veio sendo elaborado pela biomedicina, mas também por grupos de ativistas gays, depositou especial atenção no uso dos corpos e de seus prazeres, considerando alguns gozos mais legítimos que outros. O “risco” foi o termo estruturador da hierarquia dos deleites do sexo, fossem eles hétero ou homossexuais. Prevenir-se do risco pressupunha a possibilidade de se adotarem condutas racionalizadas.

Ao sexo arriscado passou-se a oferecer o “sexo seguro”, iniciativa que nasceu mais da criatividade dos grupos gays organizados do que de formuladores de políticas públicas em saúde, mas que foi incorporada, adaptada e difundida por equipes multidisciplinares ligadas aos diversos programas de prevenção em várias partes do mundo (PELÚCIO; MISKOLCI 2009, p. 138).

A ameaça da doença mortal foi convertida pelos discursos moralizantes em uma estratégia de convencimento para que os “desviantes” adotassem condutas não-arriscadas. Assim, de forma muito distinta das propostas regulamentaristas do final do século XIX, relativas ao controle da sífilis a partir da higienização e da vigilância sobre as prostitutas (Carrara, 1994), na era da AIDS elaborou-se um discurso mais eficiente de responsabilização do sujeito. Este pode se autorregular em prol de sua saúde, ou ser culpabilizado caso falhe, leia-se, caso seja contaminado. O advento da epidemia da aids provocou o alargamento do modelo tradicional para a elaboração de uma completa estratégia de cuidados e responsabilidades individuais, exigindo o “protagonismo” político dos sujeitos em face da doença.

Assim, nas palavras de Ortega, “trata-se da formação de um sujeito que se autotrola, autovigia e autogoverna” (2004, p. 15). A vigilância epidemiológica, sob esse aspecto, não seria mais externa, tampouco proveniente do aparelho estatal de saúde, mas estaria instalada no interior mesmo dos grupos, principalmente daqueles considerados “vulneráveis” na forma de bioascese.

O discurso de prevenção defendido tanto pelo governo quanto pela militância dos sujeitos coletivos, a exemplo dos movimentos sociais LGBT e Prostitutas, apesar de proclamarem valores como a diversidade elegem o sexo heterorreprodutivo e a rigidez de gênero, como definidores das políticas públicas de enfrentamento ao HIV em uma clara homogeneização das práticas e desejos afetivo-sexuais. Assim, a heterossexualidade reprodutiva é a perspectiva não-explicitada que constrói a prevenção como eixo central do dispositivo da aids. Em uma ironia mortal, o foco preventivo no sexo público e não-heterossexual deixou escapar onde provavelmente

se dá a maioria das contaminações, ou seja, nas relações privadas, estáveis e possivelmente reprodutiva.

Considerações finais

A crise ambiental e a opressão as sexualidades dissidentes são frutos do mesmo processo histórico, qual seja, o desenvolvimento da sociedade capitalista. O modo como a civilização foi se forjando teve rebatimentos na forma como os homens relacionam-se entre si e com o meio ambiente. Este chão histórico é importante de ser considerando e reiterado.

Considerando os debates sobre a sustentabilidade, em particular, os relacionados ao ecodesenvolvimento, a dinâmica do desenvolvimento deve considerar o bem estar ambiental ecológico e o bem estar humano de modo equiparado. O desenvolvimento sustentável precisa articular dimensões culturais e sociais que possam dar condições de construir um ambiente de relacionamento humano de respeitabilidade às diferenças, de liberdade de pensamento, de equidade econômica, de diversidade cultural e sexual, enfim, de elementos que confluem para a construção de uma sociedade humanizada.

E isto, envolve, entre outros elementos, acesso e garantia de direitos de cidadania. De acordo com Covre (2003, p.09), “ser cidadão significa ter direitos e deveres, ser súdito e soberano”, em uma sociedade que está disposto por meio de uma organização estatal. Podemos considerar que compartilham desta condição os que formam uma determinada sociedade, neste sentido, a cidadania deve ser acessada por todos indistintamente e possibilitada por um conjunto ações estatais. Temos, deste modo, que uma sociedade sustentável deve ter como compromisso patamares elevados de cidadania. Isto implica em garantias de exercício da liberdade e de igualdade, questões que estão em franco processo de desenvolvimento e ressignificação sociohistórica.

A efetivação destes pressupostos encontra resistência quando o movimento social LGBT definiu uma agenda de direitos sociais, civis e políticos para as minorias sexuais, ao mesmo tempo em que, insistentemente, sublinhou a ideia da homossexualidade e de outras práticas sexuais não-heterossexuais como legítimas formas afetivo-sexual de se relacionar. Assim, sexo e sexualidade gay seriam definidos, em oposição à noção de patologia, como um “estilo de vida” – não por acaso a mesma categoria é reapropriada por médicos e cientistas na caracterização inicial da AIDS.

Desta forma o movimento ressignificou antigos preconceitos e imprimi uma positividade à ética das sexualidades destoantes da norma heterossexual.

Nesta esteira, Judith Butler (2008) problematiza a distinção entre sexo e gênero que até então vinha sendo apregoada (sexo como natural, dado biológico, e gênero derivado do sexo e produto da cultura, da história, da linguagem e da política), Butler introduziu a ideia de que o gênero emerge no mundo performativamente inscrito nas práticas discursivas cotidianas, expressas e constituídas pelo vestuário, maneiras e comportamentos, de sorte que é somente dentro da cultura e do pensamento político que podemos desenhar uma linha entre sexo e gênero (entre o natural e o social, entre o político e o não político, etc.). Logo, o gênero em nossa sociedade produz o próprio fenômeno que o antecipa, uma essencialização de como ser homem ou mulher desconsidera um conjunto de possibilidades de masculinidades e feminilidades se expressarem no mundo.

O que parece tão sólido, na verdade consiste em uma repetição constante ritualizada e apreendido pelas crianças na mais tenra idade. O gênero, portanto nada mais é que uma repetição estilizada que cria a ilusão do que seria “natural” para o corpo sexuado e do que pareceria “natural” para aqueles dos quais se diz terem esse corpo porque agem assim. Ora, as normas que regem o gênero (com força de lei) e impõem ideais de gênero exercem uma violência sobre esses corpos performativamente produzidos a partir delas mesmo - uma operação de poder normativo o que impede, sobremaneira, a sustentabilidade da existência dos sujeitos não heterossexuais.

A matriz heterossexual consolida a identificação estrita entre sexo e gênero fazendo com que presumamos que machos tornam-se homens e que fêmeas tornam-se mulheres naturalmente e que, portanto, sexo “naturalmente” torna-se gênero (uma “essência interior” determinada biologicamente transforma-se em “exterior”). Desta forma, a identidade, essa ficção que aparenta a coerência interna do sujeito, é produzida pela práticas reguladoras de formação e divisão (binária) do gênero, criando a noção de que pode haver uma “verdade” do sexo, conforme denomina Foucault (2003).

O dispositivo da AIDS fez uso dessa violência normativa ao reificar a heterossexualidade como algo supostamente natural ao mesmo tempo em que a impôs compulsoriamente por meios educativos, culturais e institucionais. Ao passo que renegou as sexualidades dissidentes à experiência da abjeção, assim o desejo homoerótico foi encarado como impuro e contaminador e apontado como um desejo atrelado à morte e à dor. Enfim, o dispositivo da AIDS continua por meio da violência normativa reinterando a insustentabilidade da existência dos sujeitos não heterossexuais seja

em suas vidas cotidianas ou estampadas em jornais que relatam crimes com requintes de crueldade justificados por vezes em nome da defesa da sociedade.

Isto posto, o que está sendo problematizado a partir da violência normativa e dos dispositivos acionados para a repatologização das sexualidades dissidentes é a construção de um cenário social(in)sustentável, que está permeado de preconceitos e intolerância e que tem como foco grupos sociais específicos. No debate apresentado temos como exemplo o dispositivo da AIDS que definiu a heterossexualidade enquanto sexualidade saudável em detrimento de tantas outras formas de se relacionar afetivo-sexualmente. É nesse sentido que questionamos a sustentabilidade (in)sustentável da vida dos sujeitos de sexualidade dissidente da heteronormatividade.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam. **Cotidiano das escolas: entre violências**. Brasília: UNESCO/MEC, 2005.

ANDRADE, Fernando Cezar Bezerra de. **Conceito de violência na filosofia política: formação e principais paradigmas**. Revista Temas em Educação. João Pessoa, n. 718, p. 105-115, 1999.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero. **Feminismo e subversão da identidade**. Tradução, Renato Aguiar, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BUTLER, Judith. **El género en disputa: El feminismo y la subversión de la identidad**. Barcelona: Paidós, 2007.

_____. **The psychic life of power: theories in subjection**. Califórnia: Stanford University Press, 1997.

CAMARGO, Ana Lúcia. **Desenvolvimento Sustentável: dimensões e desafios**. São Paulo: Papirus, 2003.

CARRARA, Sérgio. **A Aids e a História das Doenças Venéreas no Brasil (do século XIX aos anos 20)**. In: LOYOLA, Maria Andréa (org.). *Aids e Sexualidade: o ponto de vista das Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

CHESNAIS, J. C. **Histoire de la violence**. Paris Éditions Robert Laffont, 1981.

COVRE, Maria de L. M. **O que é Cidadania**. 2ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**, vol. 1 – A Vontade de Saber. 13ª ed. São Paulo: Graal, 2003.

GILMAN, Sander L. **“Seeing the Aids Patient”** In: Disease and Representation – images of illness from madness to aids. Ithaca and Londres: Cornell University Press, 1991.

GODARD, Olivier. **O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual**. In: CASTRO, Edna e PINTON, Florence (orgs). Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém : Cejup/UFPA-NAEA, 1999.

GÓIS, João Bôsco Hora. **Olhos e ouvidos públicos para atos (quase) privados: a formação de uma percepção pública da homossexualidade como doença**. In: PHYSIS: Revista Saúde Coletiva: Rio de Janeiro, 2000.

MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

MISKOLCI, Richard. **Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política queer**. In: SOUZA, Luiz Antônio Francisco et al (Orgs). Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito. Marília: Oficina Universitária: São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

ORTEGA, Francisco. **“Biopolíticas da Saúde: reflexões a partir de Michel Foucault, Agnes Heller e Hannah Arendt”**. Revista Interface – Comunicação, Saúde, Educação. vol. 8, n. 14, p. 09-20, set. 2003-fev. 2004. Disponível: <http://www.interface.org.br/revista14/ensaio1.pdf>.

_____. **O Corpo Incerto: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PELÚCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. **A prevenção do desvio: o dispositivo da AIDS e a repatologização das sexualidades dissidentes**. In: Revista Latinoamericana. Sexualidad, Salud y Sociedad. N. 1, 125-157, 2009.

PERLONGHER, Néstor. **O Que é Aids**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Org. Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2002a.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento sustentável, bio-industrialização descentralizada e novas configurações rural-urbana: O caso da Índia e do Brasil**. In: WEBER, Jacques; VIEIRA, Paulo Freire (Org.) Gestão de recursos naturais não renováveis e desenvolvimento: São Paulo, Cortez, 2002b.

TREVISAN, João S. **Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2004.

NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES: ENTRE O CONFLITO E O RECONHECIMENTO

Introdução

A sociologia vê a família como um grupo social que se difere dos demais, assume formas e funções particulares de cada contexto histórico. Foi e ainda é objeto de estudos nas mais diversas áreas do conhecimento. Tentar conceituar “família” não é fácil, a história é complexa e dinâmica.

Essa complexidade e dinamicidade leva a configuração familiar a passar por diversas transformações, sempre levando em consideração o contexto sócio-cultural de cada época, é uma instituição flexível, - ou deveria ser – que se adapta as influências sociais, culturais, políticas, religiosas, morais e éticas. Seus aspectos demográficos, de parentesco, transmissão de bens, relação estado-família devem ser levados em consideração.

Como objeto de estudo, o presente trabalho visa abordar a temática sobre família através de padrões sociais instituídos a partir da sexualidade humana, como instrumento normativo que influem em sua configuração, do conflito como espaço subjetivo de inclusão de “novas” configurações familiares, que levarão ao reconhecimento social das mesmas.

De caráter bibliográfico, o estudo apresenta uma breve análise dos autores, Axel Honneth (2003), Georg Simmel (1983), Michael Foucault (1988) e Philippe Ariès (2011), no intuito de traçar uma ligação entre suas principais contribuições para as ciências sociais.

Em um primeiro momento, é abordado a aproximação e distanciamento entre a questão da sexualidade e sua implicação no modelo familiar burguês. Logo em seguida, é realizada uma pequena caracterização da família. A contribuição do conflito e do reconhecimento finalizam o trabalho, a nível de esclarecimento social em busca

* Universidade Federal do Amazonas. E-mail: ariamariacarvalho@gmail.com

de avanços no que se refere ao reconhecimento social das diversas configurações familiares existentes em todas as sociedades.

Na contemporaneidade, timidamente a temática da família ganha espaço de discussão teórica nas academias, mais trabalhos surgem para compreender esse núcleo que une pessoas, mas que desperta muitas contradições sociais.

Família ontem, hoje e sempre

Tanto a família quanto a sexualidade, são construções sociais históricas e culturais. Ao longo do tempo, o homem a moldou de acordo com o momento histórico vivido.

Foucault e sua *História da Sexualidade* vol. I iniciam essa breve jornada, com as principais mudanças ocorridas no que tange a sexualidade e sua influência na formação do padrão família.

No que se refere à sexualidade, retrata as mudanças a partir do período vitoriano, caracteriza a moral vitoriana através de uma sexualidade emudecida e transferida para dentro de casa, a família conjugal a confisca. (Foucault, 1988 p.9)

Que fique claro que essa família é por ora visualizada como casal procriador, que dita normas e resguarda o princípio do segredo. A família conjugal passa a incentivar o silêncio em torno do sexo. O quarto do casal passa a ser o único local onde a sexualidade é reconhecida, a função de reprodução é absorvida e o casal tido como legítimo, modelo, passa a ditar a lei e as normas.

Enfatiza que o capitalismo também influenciou a sexualidade humana por ser consumidor de grande parte da energia orgástica do trabalhador na produção material e no acúmulo de bens onde o consumo ocorrerá através dos fetiches. Ou seja, a ideia de reprimir o sexo advém da incompatibilidade com a exploração da força de trabalho, não poderiam permitir que a energia necessária a produção nas fábricas fosse desgastada com os prazeres carnavais. A exceção é claro, vinha com a reprodução, o sexo para gerar futuros trabalhadores era perdoado.

É o início da hipótese repressiva, o século XVII domínio das sociedades burguesas, denominar o sexo seria difícil e custoso, a solução? Tentativa de condenar o sexo ao desaparecimento, pressão ao silêncio, nada deve ser dito ou visto, muito menos entendido.

O autor analisa a hipótese repressiva através da igreja, com o aumento das confissões da carne; da literatura que retrata o sexo em detalhes; dos estudos das perversões no âmbito da medicina, da psiquiatria e da justiça penal; e das técnicas racionais,

criando uma política do sexo com vistas a regular o sexo e não proibi-lo. Fica comprovado que o discurso é intensificado e não interdito.

Ressalta-se que a intenção de obscurecer o sexo não funcionou, ao contrário, as sociedades modernas o incitaram ainda ao promover a fala constante através do segredo, da confissão.

Ao avançar para o século XIX, a sociedade burguesa ainda permanece vinculada a uma perversão explosiva e fragmentada. A família é um núcleo complexo de sexualidades, porém ainda é reduzida a uma de suas menores dimensões, a relação conjugal para fins reprodutivos.

A sexualidade foi vinculada a dispositivos recentes de poder, logo, há um distanciamento da função de reprodução para articulá-la ao corpo e sua valorização como objeto de saber e como elemento de poder. (Foucault, 1988).

É nesse contexto que se busca a aproximação da sexualidade com a temática da família (ainda vista como casal que se une perante a igreja para procriar).

No século XIX a imagem social e moral da família era a de uma célula monogâmica e conjugal, a realidade, no entanto mostra outro lado, trata-se de uma rede de prazeres e poderes articulados. Sobre o poder, Foucault (1988 p. 54/55) enfatiza que:

tratar-se de um tipo de poder que exerceu sobre o corpo e o sexo, um poder que justamente, não tem a forma da lei, nem os efeitos da interdição: ao contrário, que procede mediante a redução das sexualidades singulares. Não fixa fronteiras para a sexualidade, provoca suas diversas formas, seguindo-as através de linhas de penetração infinitas. Não exclui, mas inclui no corpo a guisa de modo de especificação dos indivíduos. Não procura esquivá-la, atrai suas variedades com espirais onde prazer e poder se esforçam. Não opõe uma barreira, organiza lugares de máxima saturação. Produz e fixa o despropósito sexual. A sociedade moderna é perversa, não a despeito de seu puritanismo ou como reação à sua hipocrisia: é perversa real e diretamente.

O poder pode ser encontrado nas mais diversas áreas sociais, na família, nas instituições do estado, religiosas, educativas, econômicas e nas práticas culturais, portanto faz parte da extensão do corpo social.

Essas relações de poder são desenhadas na sociedade e alimentadas pelo sistema capitalista, gera consequências no “modelo” de família nuclear burguesa. A família burguesa ainda se encontra em contornos tradicionais e conservadores, é a união de bens e riqueza. A família proletária é o encontro de pessoas para unir capital para o consumo.

Foucault (1988) aborda o padrão familiar burguesa ao tratar o dispositivo da aliança. O sexo cede lugar ao sistema de matrimônio, este envolve o desenvolvimen-

to de parentesco e transmissão de nomes e bens. Se estrutura entre o que proibido e permitido, lícito e ilícito. As normas e regras sociais são ditadas pela família nuclear burguesa. O autor deixa claro que a família contemporânea não pode ser vista como uma aliança econômica, social e política, onde a sexualidade seja excluída ou utilizada para as funções biológicas.

Recorre-se a Ariès (2011), para uma melhor concepção de família. O autor resalta que a família tinha por missão a conservação dos bens, o ofício em comum, a ajuda mútua, porém a afetividade não acontecia dentro da família. A separação das crianças e dos pais através da escolarização, ganha um ar de moralização promovido por instituições religiosas e legislativas, a partir de então, percebe-se uma mudança em relação ao lugar ocupado pelos filhos e as demonstrações de afeto, a família tornar-se-á um espaço de afeição, os pais vão além da transmissão de bens e honra e passam a se interessar pela educação dos filhos.

De fato, o sentimento de família decorre a partir do século XV, como sentimento peculiar das classes abastardas e somente após o século XVIII ele chega a todas as camadas sociais.

A família se transformou em uma sociedade fechada onde seus membros sentem prazer em permanecer, entretanto o avanço dos costumes passa há não mais ser compreensível se o crescente sentimento de família não for considerado.

A família se estende, mas a sociabilidade não. As antigas relações sociais (senhores e criados – grandes e pequenos – amigos e clientes) cedem lugar a família, a casa perde seu caráter de lugar público e a vida profissional e familiar se distanciam. Ariès (2011) acredita que o sentimento de família e a sociabilidade não eram compatíveis, um só conseguiria se desenvolver em detrimento do outro.

E assim, desde o século XVIII, na Europa, da privacidade do lar ao domínio do Estado, a família nuclear burguesa se tornou o modelo dominante na sociedade capitalista.

Todas as mudanças aqui brevemente citadas têm por objetivo mostrar que a concepção de família é dinâmica, desde as mudanças no padrão de comportamento sexual até as mudanças inacabáveis no cenário capitalista reconfiguram a família e sua relação no interior e no exterior do lar conjugal.

A análise da sexualidade e sua interferência na família desde a Idade Média até a contemporaneidade comprovam que a dinamicidade da realidade acarreta inúmeras mudanças em todas as esferas sociais no transcorrer da história, que por vezes cai no esquecimento humano e ao ser solicitada em debates atuais gera conflitos sociais, éticos e morais.

As transformações, sociais, econômicas, políticas e culturais chegam ao nível moral gerando conflito entre os homens na sociedade. Com as mudanças na configuração familiar não seria e não é diferente. Engels (2010) retrata o episódio mitológico que representa a transição do matriarcado primitivo para o patriarcado. A sociedade já foi matriarcal, as relações sexuais eram ilimitadas não obedeciam à santidade do casamento e os homens não tinham direitos sobre seus filhos pela incerteza da paternidade. A transição ocorre quando Oreste, após a traição de sua mãe Clitemnestra com Egisto e o assassinato de pai Agamenon, mata a mãe como vingança, porém, o matricídio era considerado o mais imperdoável de todos os crimes, Oreste vai a julgamento e é defendido por Apolo que consegue declara-lo inocente. O paterno se sobrepôs ao materno.

As configurações familiares já sofreram várias mudanças, mas ainda geram grande mobilização social ao se deparar com “novos” arranjos. Foi assim com a legalização do divórcio, com o reconhecimento social das famílias monoparentais e com as famílias reconstituídas após o divórcio. Considerando que cada vez mais as transformações socioeconômicas e culturais movimentam a sociedade e muitas configurações ainda estão por vir, podemos aqui exemplificar através das famílias homoafetivas que em meio a conflitos religiosos, moralista e de direitos humanos, tem um grande caminho a ser percorrido no que se refere ao reconhecimento social das configurações familiares contemporâneas.

É necessário uma análise do conflito por Georg Simmel (1983) para melhor compreensão dos desgastes morais da sociedade frente às transformações sociais.

Simmel (1983) afirma que a sociedade parte da interação entre os indivíduos e ao interagir a partir na vida social das mais diversas motivações criam uma unidade, contudo, se isolados não podem ser sociais. A sociedade é concebida como um conjunto de aproximações e afastamentos, logo deveria estar preparada para receber sem grandes conflitos as consequências geradas pelo modo capitalista de produção.

O que é então o conflito? Simmel (1983) aponta o conflito como uma forma de resolver dualismos divergentes, de conseguir uma unidade, ele surge em decorrência de elementos dissociativos em uma sociedade (ódio, inveja, interesses etc.), o conflito entre sociedade e indivíduo se fixa no indivíduo através de uma luta entre sua essência.

Tal afirmação retrata fielmente dias atuais, conflitos atuais, a dualidade em que o indivíduo vive em uma sociedade capitalista, neoliberalista e individualista. O valor do ser e do ter, as crenças religiosas de encontro com a diversidade religiosa, o embate erroneamente travado entre o pessoal e profissional e assim por diante.

Longe de ser algo negativo, Simmel considera o conflito como elemento positivo, afirma que o conflito concede ao indivíduo o sentimento de não se deixar esmagar completamente em uma relação social, traz à tona as divergências internas (mascaradas, dissimuladas), estrutura relações coletivas, reforça e cria a identidade social etc.

Lidar com as transformações nas configurações familiares poderia ser algo simples, mas envolve características sociais, econômicas, políticas, culturais e religiosas, logo evidencia-se que o indivíduo apesar de viver em uma coletividade diversa não está preparado para uma diversidade coletiva, e ainda hoje, no século XXI, é necessária uma visão que transcenda o conformismo, a alienação e conservadorismo para lidar com o “novo”.

(...) o fato que nós, como seres cognitivos, e dentro das possibilidades da própria cognição, podemos vir a conceber a ideia que o mundo pode não caber inteiramente nas formas de cognição, o fato que, mesmo de forma puramente problemática, nós possamos pensar em algo dado no mundo que nós simplesmente não podemos pensar — isto representa um movimento que alcança o além, não apenas de uma simples fronteira, mas do limite da mente em sua totalidade, um ato de transcendência que em si estabelece os limites da cognição, não importa se esses limites sejam atuais ou apenas possíveis. (Simmel, 1971, p. 357 apud Wild, 2007).

Abordar a questão das transformações nas configurações familiares é tarefa prazerosa devido sua historicidade, entretanto, sua análise contemporânea e sua inserção na sociedade já apresenta certa dificuldade. Como foi supracitado, para que se superem os conflitos sociais, culturais ou morais é preciso uma visão que vá além, mas que também volte ao passado, as suas origens, é somente com união entre passado, presente e futuro que a sociedade conseguirá superar o moralismo e perceber que desde os primeiros séculos as configurações familiares se constroem e reconstroem de acordo com cada período histórico.

Que fique claro então o que é família! E afinal o que família? Família, famílias, modelos, organizações, configurações familiares, enfim, o que seria ou que é família?

O correr da história mostra que a construção de uma identidade ou sociabilidade familiar não é estática, ela se constrói e se desconstrói a todo instante de acordo com as próprias transformações sociais impostas por uma sociedade capitalista contraditória, haja vista que prega o reconhecimento da diversidade, mas não abandona o discurso de uniformidade.

Pensar a família no século XXI pressupõe a ruptura com um único modelo existente, o nuclear burguês, ou o único modelo religioso, cultural, social e politicamente aceito perante a sociedade, por mais que gere conflitos.

O âmbito familiar é um lócus de constantes transformações, uma vez que seus indivíduos estão envolvidos em diversas redes de significados. Essa dinâmica possibilita que os embates sociais sejam tratados de forma maleável, supondo a não estatização dos modelos sociais. Logo, a família é um fenômeno que abrange as mais diversas realidades.

Do matriarcalismo ao patriarcalismo, da família nuclear a monoparental, da família recomposta a geracional, da família adotiva a homossexual, família não tem como seguir modelos, não necessita de laços consanguíneos para ser reconhecida.

Tecer comparações entre os tempos antes ou depois da era cristã, perpetuar o papel de macho e fêmea para procriação, ou ainda exaltar a Grécia antiga por tratar com naturalidade a prática sexual entre seres biologicamente iguais seria anacrônico, visto que na dinamicidade da própria história o comportamento humano encontra a diversidade em cada época, em cada contexto sócio histórico ou cultural.

Ressalta-se que independente das transformações sociais, o modelo de família nuclear burguesa ainda faz-se presente no cotidiano social, configurado através da falta de visibilidade de “novos” arranjos familiares construídos na diversidade.

Szymanski (2002) ressalta que a família pode ser nuclear, incluindo os eixos geracionais, monoparentais, onde é comum a chefia feminina (sendo este um fator crescente na sociedade brasileira), as famílias reconstituídas, onde um ou mais membros adentram com seus arranjos já existentes para a vivência cotidiana, as famílias adotivas, que podem até ser bi-raciais e/ou multiculturais, além das famílias constituídas por homossexuais com ou sem crianças.

Faz-se ainda necessário esclarecer que tanto o Estado e o sistema capitalista continuam a controlar a sociabilidade familiar. A família é caracterizada por seu status econômico-social, e mesma diferenciação entre burguesia e proletariado permanece nos dias atuais.

Enquanto a tradicional família burguesa ainda vê na união conjugal um meio de crescimento econômico e perpetuação de bens, a família para os pobres funciona como uma associação entre aqueles em quem se pode confiar, pois não há status ou poder a ser transmitido, que vai definir onde se inicia e onde termina a extensão da família entre os pobres é a rede de obrigações que se estabelece, fazem parte de uma mesma família aqueles com quem se pode contar, é a reciprocidade que delimita vínculos e relações de afeto. (SARTI, 1996).

Indaga-se o porquê da dificuldade de reconhecimento social das configurações familiares contemporâneas.

Axel Honneth (2003) ao abordar a luta por reconhecimento traça a ideia de que os conflitos por reconhecimento são gerados quando as expectativas normativas morais que conformam a auto percepção dos indivíduos são desrespeitadas. O conflito é intrínseco à formação da intersubjetividade, é uma luta moral, quando os indivíduos lutam por reconhecimento de suas identidades é gerado uma pressão intra-social perante o estabelecimento prático e político das instituições de garantidoras de liberdade.

O autor cita a ideia hegeliana de que os indivíduos estão inseridos em diversos embates que estabelecem um processo em que as relações éticas da sociedade seriam libertadas de particularismos. Hegel caracteriza esses embates no âmbito da família, do direito e da Éticidade.

Qual seria a relação dessa teoria com a família? De fato existe uma dificuldade moral de reconhecimento em decorrência dos conflitos entre a cultura do eu e do outro, porém os indivíduos precisam da sociedade e a sociedade dos indivíduos pra que possam se desenvolver por completo.

Entre os desafios e perspectivas do reconhecimento sociais das configurações familiares, mais uma vez utilizamos Honneth (2003) para compreender o lado positivo do conflito. O autor afirma que “os conflitos intersubjetivos por reconhecimento, encetados por situações desrespeitosas vivenciadas cotidianamente, são fundamentais para o desenvolvimento moral da sociedade e dos indivíduos”. (Idem)

Se a família é responsável pela alimentação, pela proteção, pela iniciação na cultura, na educação, por repassar valores e normas, deve proporcionar a seus membros um ambiente familiar que reflita amor, felicidade e compreensão, não há motivos lógicos para que não seja reconhecida socialmente independente de sua configuração.

De acordo com Uziel (2007), a concepção de família pode ser diversa, constituída com sua base unitária, contudo podendo atingir a diversidade, haja vista que a identidade humana pode apresentar várias características inseridas na diversidade.

Hodiernamente, não há espaço para pensar a família de forma endógena, é preciso ir para além de suas representações primitivas. Não há a possibilidade da família se extinguir, o reconhecimento social de “novas” configurações não põe em perigo a instituição família, pelo contrário, permite o ressurgimento de uma instituição que esta sendo engolida pelo individualismo, pelo consumo, pelo conservadorismo que escamoteia diversos tipos de violência.

A tão falada crise de valores traz à tona a ausência de amparo, da proteção e dos padrões de educação domesticada antes assegurados. A deficiência que se tem da história remete a busca ao modelo religioso de família como único aceito, e exclui uma quantidade significativa da sociedade que não se encaixa nesse perfil.

As transformações nas configurações familiares não são invenções, não são assuntos contemporâneos. A família não pode ser reduzida ao espírito capitalista onde tudo é lucro, a família é alicerçada na afetividade e cuidado mútuo entre seus membros, logo é passível de atingir as mais diversas configurações, que a sociedade se encarregará de apresenta-las, ou melhor, basta apenas visualizá-las.

Conclusão

Debater família ainda tem pouca visibilidade no contexto brasileiro, é necessário que mais pesquisas ocorram se o país quiser lidar melhor com suas demandas sociais.

Nos dias atuais, por vezes prevalece o conservadorismo, o individualismo e o preconceito frente ao reconhecimento social de “novas” configurações familiares, ressalta-se que aqui não há referência a um único modelo de família, mas de todas as formas de configurações familiares que apesar de “aceitas” legalmente, ainda sofrem o preconceito velados em diversas esferas sociais, seja elas monoparentais, geracionais ou reconstituídas.

Em suma, sexualidade e família são temas a serem discutidos em aproximação, os conflitos essenciais para que o reconhecimento social de “novas” configurações familiares ocorra na sociedade. Todas as categorias analisadas fazem parte de uma construção histórica, social e cultural, abordá-las separadamente não surtaria o mesmo efeito.

Entre perspectivas e desafios, a família vai se modificando para atender as próprias transformações sociais advindas do sistema capitalista de produção, a questão é, se a sociedade conseguirá se modificar para absorver tais transformações? A resposta, provavelmente vem com o tempo, desde que a história não caia no rotineiro esquecimento social.

Referências bibliográficas

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família no Brasil**. 2ª Rio de Janeiro. LTC, 2011.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Tradução Leandro Konder. – 2º. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução de Luis Repa. São Paulo: Ed.34, 2003.

SARTI, Cynthia A. **A família como espelho – um estudo sobre a moral dos pobres**. Campinas, Autores Associados, 1996.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. Tradução Carlos Alberto Pavanelli et al. São Paulo: Ática, 1983.

SZYMANSKI, Heloísa. **Viver em Família como Experiência de Cuidado Mútuo: desafios de um mundo em mudança**. In.: Serviço Social e Sociedade N° 71. Ano XXIII (Especial). São Paulo: Cortez, 2002.

UZIEL, Anna Paula. **Homossexualidade e Adoção**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. (Coleção Sexualidade, Gênero e Sociedade).

OS DESAFIOS DAS MULHERES HOMOAFETIVAS EM MANAUS: ENTRE O CONFLITO E O RECONHECIMENTO

1. Introdução

O debate da sexualidade ficou recluso por séculos. Olvidava-se tratar de uma caixa de pandora, com surpresas que precisavam vir à tona e entrar no debate, em uma sociedade que mesmo com seu cunho tradicional e conservador no que tange aos costumes, tinha o sexo como fonte primária de seu cotidiano.

A regulação do sexo aponta para a necessidade de discutir poder e repressão, não como elementos centrais, mas como estratégias sociais e culturais de fazer silenciar o corpo com seus desejos e anseios próprios da carne.

O homossexual, ponderado por Foucault (1988) como o indivíduo que para a sociedade era visualizado como ‘anormal’ e ‘desviante’, teve sua sexualidade patologizada e medicalizada entre os séculos XVII e XVIII, visto encontrar-se fora dos padrões aceitáveis, para uma cultura heteronormativa.

Esses aportes fomentam a relevância dessa reflexão, já que as sexualidades desviantes eram causadoras de conflitos sociais e não tinham qualquer suporte de reconhecimento, através de sujeitos inseridos em realidades mutáveis, ou mesmo como protagonistas sociais, atores na construção de suas próprias histórias de vida.

Com o advento dos estudos pela medicina e psiquiatria, a diversidade sexual torna-se elemento silente no que tange a sua discussão e tolerância. O estigma é firmado e consolidado, visto que o modelo de família nuclear burguesa assume as bases da sociedade e somente a sexualidade desenvolvida nas caracterizações matrimoniais tinham o devido reconhecimento, o qual era fomentado pelos dispositivos de aliança, conforme a análise Foucaultiana.

Assim, a homossexualidade foi reprimida e o poder heteronormativo assume as rédeas na sociedade capitalista, onde apenas as relações nucleares tinham valorização

* Universidade Federal do Amazonas. E-mail: llidiany@yahoo.com.br

** Universidade Federal do Amazonas. E-mail: sisioliveira@uol.com.br

e visibilidade social. O indivíduo ‘desviante’ fincava-se à margem da sociedade excludente, por sua inserção em uma diferente natureza cultural, a qual não se apresentou de maneira diferente no norte brasileiro.

Na contemporaneidade, Dias (2011) retrata que a homossexualidade vai além das questões relacionadas à sexualidade, mas sim envolve sobretudo, a afetividade, o que denota a compreensão da condição como homoafetiva.

A partir dos contextos apontados, esse estudo consiste em refletir os desafios que as mulheres homoafetivas do norte do Brasil encontram na sociedade e na cultura, fomentando uma demanda de conflito, com vistas às necessidades de reconhecimento social.

2. O sexo como objeto de silêncio social

Os estudos sobre o sexo se configuram como desafiadores, apesar de seus retratos apontarem ênfase desde a Grécia Antiga, no que se refere a iniciação sexual e outros elementos que perfaziam a cultura e a sociedade da época.

A partir das análises Foucaultianas baseadas na Filosofia da História, o sexo se torna assunto relevante quando percebe-se que as portas da esfera social são cerradas pela Igreja, o que torna o sexo apenas um assunto de confissão e não mais da sociedade.

O silêncio em torno dos discursos sobre o sexo, seu mutismo e o puritanismo ao falar dele, eram alimentados pela proibição em abordá-lo, assim como todo e qualquer assunto relacionado aos prazeres carnavais. Na análise de Foucault (1988), o simples fato de se falar em sexo era motivo para se pedir desculpas pela transgressão causada pelo assunto, já que se considerava algo sem relevância e desnecessário de ser tratado nos vieses da socialização.

A calma falaciosa que rondava o sexo nas sociedades do século XVII e XVIII era característica dos cânones sociais, mas não olvidava os devaneios mais profundos que permeavam a vontade de saber, inerente e expressa na sexualidade humana em geral, assim como nos prazeres que os corpos poderiam proporcionar nas descobertas sexuais, ou seja, a ideia de uma repressão em torno do sexo levou a uma intensificação dos discursos em torno da decência e do proibido, da perversão e da libidinagem.

Desde a Idade Média, a discussão em torno do sexo ficou nas mãos da Igreja, sendo que esta se encarregava de saber o que os fiéis faziam com o corpo. Nesse período, a confissão era utilizada como estratégia de poder, onde o sujeito confessava

seus atos e pensamentos, era indagado e punido severamente pelo que se conhecia como ‘pecado nefando’.

O dogmatismo religioso apontava que as leis divinas teciam verdadeiras lacunas entre o normal e o ‘anormal’, aceito e o interdito, além das ameaças sobre o céu e o inferno, o que levava o indivíduo a temer o transcendental na esfera de seu comportamento social de razão limitada. Decerto, os desviantes eram aprisionados em suas próprias ações e crucificados pelas religiões que exigiam a completa confissão de seus crimes. Apesar disso, alguns mergulhavam cada vez mais fundo na livre expressão dos prazeres sexuais.

As práticas sexuais chamam atenção da Ciência, já a sociedade assiste ao nascimento das Ciências Sexuais. Esse aporte, enfatizado principalmente pela medicina, favoreceu avanços em torno da abertura para se falar do sexo, entretanto as coisas não aconteceram de maneira tão simples como parece, visto que a referida análise científica nascia e crescia submetida aos imperativos de uma moral burguesa, construída sob o enfoque espreado pelo capitalismo.

De acordo com Foucault (1988), a prática médica, centrada principalmente na Psiquiatria, inicializa reflexões em socorro às leis, com o objetivo de punir os portadores de taras, os degenerados, pederastas e outros sujeitos que se encontravam à margem da sociedade. Tem-se aí o sexo como elemento de reprodução da verdade, mesmo que esta seja mascarada em determinados contextos.

A análise foucaultiana não se encontra pautada no sujeito ou na dominação, mas nas relações de poder que se constroem em torno do corpo, que precisa ser manipulado e vigiado conforme as normas sociais, ou seja, não há um Estado que detém o poder, visto que o poder circula em todo corpo social (FOUCAULT, 1999).

Os mecanismos do poder adentram no campo do sexo e juntamente com o Direito e a Psiquiatria, trazem entre outros fatores a patologização da homossexualidade, a qual era vista como desvio e doença.

Os aportes configurados por Foucault (1999) retratam que no séc. XVIII nasce uma configuração de poder que disciplina os corpos, segrega o indivíduo na perspectiva biológica e permite a implementação do chamado biopoder.

O corpo torna-se então uma nova personagem do poder, aponta estratégias nas relações, dispositivos e proibições, apesar da constante ‘vontade de saber’, permeada no devaneio e na realidade das sociedades.

O aparente mutismo em torno do sexo, não deixou a questão da homoafetividade silente. Caracterizado historicamente e socialmente como um dos prazeres perversos na análise de Foucault, por se mostrar fora dos ‘dispositivos da aliança’, a

homossexualidade perfaz a cultura da diversidade sexual, conforme será verificado *a posteriori*.

3. As mulheres homoafetivas na história

A homoafetividade é uma condição humana presente na história da humanidade, entretanto, os elementos patriarcais que enfatizaram a dominação masculina relegaram a condição feminina ao ostracismo. Tais fatores são compreensíveis na lacuna histórica sobre a situação da mulher homoafetiva.

Trevisan (2004) ressalta que no Brasil, as mulheres conhecidas como tribades (homoafetivas) tinham pouca visibilidade social, apesar de que no século XVI era comum em algumas comunidades indígenas a existência e mulheres que desenvolviam as atividades masculinas e eram ‘casadas com mulheres. Outro dado historiográfico relevante mostra que entre as indígenas Tupinambás, a prática homoafetiva era visualizada, na masculinização da mulher e no poder de governar-se sem apoio do ‘marido’.

Apesar das reflexões, o processo histórico da homoafetividade feminina não apresenta muitos dados, visto à falta de visibilidade quanto à sexualidade da mulher, principalmente na realidade do norte e nordeste do país.

Ao caracterizar a hostilidade da Igreja com relação à homoafetividade, Trevisan (2004 p.71) mostra a análise do Frei Antônio de Jaboaão, que preconiza ser inútil pregar contra a devassidão no Brasil, pois “*o diabo já tinha botado âncora, e bem aferrada nos corações*”.

O retrato do Brasil Colônia enfatiza o que os cristãos condenavam e acreditavam que a devassidão já havia tomado conta da população. As diversas formas de uso do corpo para os prazeres assustavam os mais desavisados e adquiria adeptos em vários recantos e vilarejos na terra da diversidade.

Os relatos sobre a homoafetividade feminina datam desde as ‘confissões na Inquisição’, da qual o Brasil também fez parte, com estratégias de punições às mulheres que apresentassem comportamento tribade ou lésbico.

Apesar do contexto supracitado, verifica-se que há muitas lacunas históricas sobre a homoafetividade feminina, pela invisibilidade da mulher e secundarização da sua própria sexualidade.

Del Priore (2006) enfatiza que no Brasil colônia, os sentimentos parecem estar ligados aos mecanismos de sociabilidade, os quais se faziam presente inclusive na literatura.

Assim, livros contendo temas nefandos eram vendidos principalmente aos homens. Del Priore ressalta que o fato de uma dessas obras cair nas mãos de mulheres levava os homens a pensar que o espírito de Safo encontraria aí, a oportunidade de conquistar adeptas.

Safo foi poetisa grega que viveu na ilha de Lesbos por volta do século VII a.C, e tinha como uma de suas características a paixão e encantamento por mulheres, o que a levou a envolvimento emocional e possivelmente sexuais.

Os devaneios memoriais de Safo permeavam então o cotidiano das mulheres brasileiras através de leituras como bem enfatiza Del Priore (2006):

Amar, gozar, morrer, vendida a três mil réis na livraria Cruz Coutinho, da capital. Nela, a jovem Amélia, um primor de voyerismo, tem sua iniciação sexual com a mãe adotiva, uma bela e jovem condessa. As várias passagens homossexuais eram indicadas por subtítulos do tipo: o que faziam duas mulheres novas e belas em noite de primavera (p.221).

Os contos eram vistos como partes integrantes de livros ‘sujos’ que iam contra os imperativos da moralidade social, sendo considerado um perigo para as mulheres da época.

Del Priore reflete que geralmente os contos terminavam em tragédia, seja por doenças, as quais eram consideradas consequências ou castigos pelo comportamento sexual tido como indevido às mulheres, ou até mesmo a efetivação de crimes passionais oriundos de traições ou ciúmes.

Os relatos da época conduziam a homossexualidade feminina a um lugar escondido, relegado a sujeira de um comportamento vil e desprezível. A inserção da temática na literatura não favoreceu qualquer visibilidade social dessa condição humana, haja vista que as lições de moral ancoradas no heterocentrismo apareciam como elementos da dominação de uma sexualidade socialmente aceita e esperada pelas mulheres.

Del Priore (2006) ressalta livros que abordam a questão e trazem textos tais como: “*Os combates do amor foram criados para indivíduos de sexo oposto. Eles cansam, fatigam, mas não matam... Foge das mulheres, minha filha, tens em mim um terrível exemplo, soffro muito...*” (p.221).

A homoafetividade ou as práticas homoeróticas eram visualizadas como castigos e motivos de sofrimentos. Os aportes inseridos na cultura religiosa ofereciam visibilizaram apenas as configurações do amor dentro das diretrizes e dos cânones sociais inseridos no modelo da família nuclear burguesa.

Os paradigmas sociais e culturais mudam. A passagem da visão de pecado sexual, para a concepção de doença e perversão surge com o nascimento da figura clínica do homossexual, o que acontece no século XIX, com o aporte das Ciências Sexuais que fazem um paralelo com as leis. A sexualidade fora dos padrões heterocêntricos passou a ser patologizada e nominada como loucura erótica, resultante de psicopatias sexuais.

Com a junção efetiva entre ciência e lei, a sexualidade humana passa a ser administrada e no caso da mulher, com seu processo histórico de condição secundarizada, tem o seu corpo gestado pelos poderes patriarcais que cerravam direitos e prazeres humanos.

A partir daí a homoafetividade feminina adentra aos portais do conflito, por ser conferido a ela um título patológico que demandava intervenção, conforme será caracterizado *a posteriori*.

4. A mulher homoafetivas na centralidade do conflito

A caracterização da identidade homoafetiva feminina emerge no público juntamente com o advento das Ciências Sexuais. O corpo, antes condenado pela Igreja, agora é estudado, censurado e refutado, fragmentado e, sobretudo administrado.

A homoafetividade feminina entra nos cenários do conflito, alicerçada pelo patriarcalismo a que se encontra submetida culturalmente. Ela é vista como aberração da condição de ser mulher, o que também ocorre na realidade brasileira.

O palco dos conflitos se apresenta ao referidos sujeitos sociais, mas não podem ser caracterizados apenas na perspectiva negativa. Simmel (1983) ressalta que:

O conflito não é patológico e nem nocivo à vida social, pelo contrário é condição para a sua própria manutenção, além de ser o processo social fundamental para a mudança de uma forma de organização para a outra. (p.23).

Apesar de a homoafetividade ter sido patologizada no século XIX, o advento das Ciências Sexuais e as legislações não alocaram apenas reflexões que desencadearam na proibição de se falar em diversidade sexual, o conflito possibilitou, sobretudo o contato com as diferenças.

Não se trata de tolerância social, mas de aguçar a vontade de saber sobre o não permitido, o vigiado, o que demanda ser necessariamente administrado.

Assim, o conflito favorece a compreensão de como a sociedade se faz, com os fenômenos de interação mutuamente determinados pela simpatia, indiferenças e aversões.

Situa-se nesse ensejo a mulher homoafetiva, que não aparece mais como pecadora, mas a doente que a sociedade põe como alvo do conflito social, por caracterizar a diferença, o não metódico.

A região amazônica tece imperativos que apontam retratos efetivos do patriarcado. O leque do conservadorismo é longo, seus estereótipos também. A mulher homoafetiva amazônica percorre largo caminho para firmar identidades. Em tal condição, é o que Paiva (2008) considera como “trajetória do assumir-se ligada a uma metafísica do ser/não ser, onde há uma construção do processo de autoafirmação no sujeito subjetivo (p.27)”.

Esse fenômeno também pode ter traços advindos do conflito, visto que este possibilita uma nova forma, ou seja, propõe ideias de como as coisas podem ser resolvidas.

Nas reflexões Simmelianas, que o conflito não se configura como algo patológico, mas como processo de interação que ocorre por meio de embates, lutas e acordos, os quais dão forma a uma espécie de realidade social, exterioriza vários problemas e tensões que demandam condução emergente através da multiplicidade de sujeitos envolvidos.

Tem-se então a mulher homoafetiva, que inserida nos cânones sociais amazônicos, historicamente esteve no ostracismo, sem muitas possibilidades de firmar identidades. Foi conectada aos paradigmas heterocêntricos e conservadores por questões culturais de uma sociedade que não reconhecia as diferenças, principalmente as de conotação sexual.

Costa (2005) aponta que na Amazônia do século XIX, o patriarcado é ponderado à luz do sincretismo religioso, o que mostra que a religião se fazia mais presente a cada dia na configuração cotidiana dos sujeitos e norteava as posturas ‘adequadas’ aos padrões paradigmáticos.

No que tange a caracterização das identidades, a subjetividade do sujeito é remetida ao estigma do desviante, minoria, *outsiders*, ou seja, aquele que se desvia das regras do grupo, que não compactua com modelos e configurações impostas pelos paradigmas sociais e culturais.

Assim, a trajetória que traduz a condução identitária no caso das mulheres amazônicas, remete ao histórico de conflitos, que fazem parte do processo de lutas por direitos, visibilidade e reconhecimento.

5. *Os desafios no reconhecimento social das mulheres homoafetivas em Manaus*

As reflexões sobre o reconhecimento social das mulheres homoafetivas se faz relevante, pelo fato de que não há sociedade conhecida onde não exista a agressão de alguma maneira.

O olhar hostil, o preconceito, o silêncio frente à diversidade, a indiferença e a discriminação são alguns dos elementos partícipes da conjuntura social, os quais indicam que as lutas sociais não são pelo poder, mas por reconhecimento.

A legitimidade do conflito aparece quando as partes se reconhecem como partes, com demandas inseridas em uma luta política pelo direito à identidade. Assim, o desrespeito ao outro se dá pela ausência de reconhecimento das singularidades, mas a luta não é travada contra um indivíduo, e sim com um conjunto de relações, dogmas, normas e paradigmas sociais, históricos e culturais que se tornam a partir daí o combustível do conflito.

Para Honneth (2003), o reconhecimento demanda uma relação mútua que perfaça o conhecer-se no outro e a partir do outro, o que retrata ponderações sobre como o outro me vê. Ainda de acordo com o autor, a teoria do reconhecimento é desenvolvida em três aspectos:

A primeira se efetiva pelo amor, que denota a compreensão que vai além do amor carnal, perpassa a autoconfiança individual e os dramas humanos, com suas dependências e carências, que se constituem como a primeira parte do reconhecimento recíproco.

O segundo aspecto envolve o direito, com base no autorrespeito e busca pela consolidação do protagonismo.

O último ensejo caracteriza a solidariedade e a estima social que o sujeito apresenta para ser reconhecido.

Em análise ampla, os sujeitos são ligados à existência corporal de outros indivíduos, possuem interfaces complexificadas pelas relações sociais e demandas emergentes.

A mulher homoafetiva se insere então em um conjunto de obrigações e deveres sociais e culturais que reconhece em si e no outro, os quais dependem, conforme Honneth (2003), de uma dimensão profunda na busca pelo reconhecimento.

Assim o amor, o direito e a solidariedade apresentam traços consideráveis na constituição das identidades homoafetivas nas mulheres, os quais elevam o sujeito à condição de protagonista social autor de sua própria transformação e evidência social, mesmo frente ao patriarcado, reforçado pelo heterocentrismo social.

6. Considerações finais

A luta por reconhecimento social envolve atores sociais com demandas emergentes, as quais são por vezes, evidenciadas pelos conflitos e pela conjuntura de comportamentos dominantes.

A mulher homoafetiva encontra-se envolta por uma cultura de sistema patriarcal, que também se constrói pelas garras do preconceito. A condição feminina que historicamente secundariza a mulher, aporta-se agora entre o devaneio e a realidade que retratam a visibilidade e o reconhecimento.

A luta pelo direito de ter direitos impera, juntamente com conquistas que perfaziam dívidas históricas. A mulher já consegue alçar degraus na sociedade, mas quando a temática engloba a sexualidade, o corpo administrado recai nas armadilhas do biopoder.

O processo histórico da nação brasileira não ofereceu aporte para a compreensão da homoafetividade feminina em largos aspectos. A noção de sujidade, promiscuidade e pecado transformaram essa orientação sexual em um verdadeiro miasma social que precisava ser expurgado.

A conjuntura da região amazônica não foge aos preceitos do restante do país. O conservadorismo e tradicionalismo vieram como herança de indígenas e colonizadores, preconizaram condições de estabelecimento social e normas sexuais de aceitação dentro do padrão nuclear burguês.

Mesmo com a desmedicalização da homoafetividade e sua saída do rótulo das perversões sexuais, a sociedade ainda não enxerga os fatores que a norteiam como condição humana, lugar tomado na perspectiva do direito e das identidades.

Ser mulher se constitui um desafio, tornar-se mulher com identidade homossexual remete a compreensão das contínuas lutas por reconhecimento social, haja vista que a cultura heterocêntrica preconiza modelos que atendam apenas a configuração nuclear, e olvida, sobretudo as diferenças, as quais no limiar do século XXI, ainda são visualizadas como minorias desviantes ou *outsiders*, que insistem em se fazer presentes no interior dos cânones sociais.

Referências bibliográficas

COSTA, Heloísa Lara Campos da. **As Mulheres e o Poder na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2005.

DEL PRIORE, Mary. **História do Amor no Brasil**. 2ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

MORAES FILHO, Evaristo de. **Georg Simmel – sociologia**. Tradução: Carlos Alberto Pavanelli. São Paulo: Ática, 1983.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia a atualidade**. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SABERES E ILEGALISMOS URBANOS NA AMAZÔNIA

*Introdução*¹

O presente trabalho consistirá numa breve exposição de uma das problemáticas que motiva a construção, em andamento, na UFAM, do grupo de pesquisa *Ilbargas – Cidades, Políticas e Saberes na Amazônia*. O grupo pretende dedicar-se às transformações em curso das cidades amazônicas, atentando para as relações de poder e os saberes envolvidos nessas relações. Neste artigo gostaria de expor uma perspectiva de análise a ser testada, situando sua emergência a partir de uma arqueologia breve – e ainda um tanto generalista – das pesquisas sobre cidades e violência no Brasil, para então defender um certo potencial de uso do conceito de “saber” elaborado por Michel Foucault nos anos 1960 e 70.

Ao observar uma parcela fluminense e paulista dos estudos urbanos brasileiros nos últimos dez anos², não é difícil notar a emergência de uma nova perspectiva elaborada na fronteira entre a sociologia e a antropologia políticas, a sociologia e a antropologia urbanas e, ainda, a sociologia do trabalho. Com ela, ocorre um deslocamento na maneira como as “fronteiras” ou “margens” urbanas são percebidas: de um lugar marcado pela falta – de recursos, de direitos, de Estado etc – para um lugar de produção das cidades. Nesse movimento, a temática da “violência” – em torno da qual tem gravitado boa parte das pesquisas nesse campo fronteiriço – perde centralidade para outras preocupações, como a ampliação e a diversificação dos “ilegalismos” – termo cunhado por Foucault e que se contrapõe diretamente a outros como “ilegalidade”, “delinquência” e “criminalidade”. Trata-se de um movimento

* Universidade Estadual de Campinas. E-mail: fmcandotti@gmail.com

¹ Gostaria aqui de agradecer a Luiz Fabio Silva Paiva, Flavia Mello da Cunha e Davyd Spencer Ribeiro de Souza pelos comentários em comunicação pessoal sobre a ideia da apresentação do trabalho e do texto.

² A parcela a que me refiro é, sem sobra de dúvidas, muitíssimo limitada e seria impossível considerá-la como representativa de um campo, ainda que me refira a um universo produções acadêmicas que se afirma como “central” dentro das ciências humanas brasileiras. É muito provável que o resultado da arqueologia fosse outro se considerasse as publicações do restante do país.

perspectivo no qual se torna clara a importância de compreensão de outros domínios e redes que estruturam os caminhos vida urbana cotidiana, como a construção de novas relações familiares, novas relações de trabalho, novas mobilidades espaciais e socioeconômicas, novas configurações da sociedade civil, novos vínculos com a política institucional e seus agentes, novas relações de trabalho pelas quais o capitalismo financeiro e flexível toma forma. Acima de tudo, a intenção deste artigo é contribuir para o fortalecimento dessa nova perspectiva, pela qual se desenha uma nova imagem de cidade cujas linhas ressaltam seus fluxos e margens, ou seja, seus rios e ilhargas.

Contudo, a própria leitura dessa nova literatura socioantropológica conduziu a um questionamento sobre os seus conceitos analíticos. É justamente em relação a isso que o conceito foucaultiano de *saber* parece ser uma ferramenta fecunda – pois não se trata aqui de defender o que seria um uso “correto” ou “verdadeiro”. Para isso, demonstrarei que esse conceito implica na determinação de uma relação entre discursividades e territorialidades e que essa relação supõe e é sustentada por dispositivos de poder. A partir disso, defenderei que esse conceito de saber e, consequentemente, o conceito de dispositivo de poder podem – e devem – ser utilizados para analisar práticas que nem sempre operam as grandes formas de dominação política – ou seja, podem operar como saberes e dispositivos menores e “de resistência”.

A socioantropologia do centro

Na última década, o debate acadêmico brasileiro a respeito das cidades vem assistindo à lenta emergência de uma nova perspectiva de análise. Num sentido muito geral e negativo, a invenção fundamental implicada nesse acontecimento pode ser descrita como o traçado de uma linha de fuga para fora do domínio de saberes marcado pela preocupação, ainda dominante, com a “modernização” – e sua eterna incompletude, é claro. Assim, para compreender esse evento é preciso antes descrever uma breve arqueologia desses saberes “dominantes”. De modo resumido, trata-se do conjunto da produção teórica que – organizada, desde os anos 1990, no interior de um campo científico instaurado na fronteira entre a antropologia e a sociologia urbanas – debruçou-se sobre a temática da “violência urbana”, focando prioritariamente sobre a violência implicada na guerra instaurada em torno do comércio ilegal de drogas ilícitas e de armas.

Em certa medida, toda essa produção acadêmica deu sequência – ainda que em direção a um novo conjunto de problemas e objetos – ao debate proeminente nos

anos 1980 sobre o surgimento de uma nova “sociedade civil” brasileira, interpretada majoritariamente a partir de uma interpretação da teoria gramsciana sobre a política. Nessa literatura, sobressaía-se uma diversidade de lutas locais por direitos, que apontavam inclusive para formação de uma nova classe trabalhadora brasileira, organizada de maneira mais autônoma e plural em relação ao Estado – tomando referência a formação social e política dessa classe ao longo da primeira fase da industrialização do país. Apontava-se, a partir disso, para a criação de uma nova “cidadania”, exercida desde baixo contra as estratégias autoritárias e paternalistas exercidas desde cima por partidos e instituições do Estado.

A produção sociológica e antropológica sobre a violência urbana ganha força na medida em que esse processo de reinvenção da política popular se vê abortado, sendo duas principais causas identificadas por esses mesmos saberes: a ampliação do poder político do chamado “crime organizado” nos bairros populares e o avanço das reformas econômicas e políticas “neoliberais”. Não por acaso, justamente esse par de forças permanecerá sendo considerado, ao lado dos resquícios autoritários da cultura político-jurídica brasileira, como o principal impeditivo para a realização plena da democracia no país. Não por acaso também, nesses últimos vinte anos, “paz” e “oportunidade” serão as duas palavras de ordem que impulsionarão o recurso, pelo campo de elaboração de políticas de Estado, a esses saberes socioantropológicos sobre a violência.

A leitura empreendida no interior desse campo parte de um certo consenso que toma a violência produzida na guerra entre o Estado (conduzido por uma política neoliberal) e o “crime organizado” como resquício de uma formação social autoritária e, portanto, como incompletude do processo de “democratização” da sociedade brasileira e sua aparelhagem estatal. Por essa via, manteve-se uma certa aposta nas reformas “democratizantes” e “humanizadoras” das principais instituições estatais envolvidas na própria guerra – a justiça penal, as polícias e o sistema carcerário. Em outros termos, trata-se de uma perspectiva que parte de uma certa concepção normativa de “modernidade” e de “Estado democrático de direito” – e, portanto, de “democracia”, “civildade” e “cidadania” – que orienta a definição de seus problemas e a direção de suas observações.

Assim, podemos perceber, ao longo dos últimos vinte anos, uma profusão de pesquisas e publicações que procuraram descrever a “permanência” na “sociedade” e, principalmente, nas instituições estatais de práticas “autoritárias” e “violentas” – entendidas como “não” ou, mesmo, como “pré” modernas. Essas práticas vitimariam principalmente as camadas populares, compreendidas na chave da “exclusão-

-inclusão” e incluindo os próprios agentes da aparelhagem repressiva do Estado. Exemplos disso são as pesquisas sobre: o domínio dos grupos armados de traficantes nas favelas e bairros populares; a juventude “pobre”, sua socialização marcada pela violência e suas formas “culturais” de resistência; a ação policial nas ruas, sua corrupção, seu racismo e suas arbitrariedades em geral; a burocracia policial e jurídica, sua seletividade racial e social e sua propensão a encarcerar os “excluídos” do mundo dos direitos e do universo do mercado; o sistema carcerário, o crescimento da população de presos e o desrespeito à legislação e aos direitos humanos; as políticas públicas de “inclusão social” e seus velhos e novos atores, tecendo avaliações sobre seus sucessos e fracassos; atuação da grande mídia na promoção de um sentimento de insegurança e de incriminação por julgamentos que antecipam a justiça estatal³.

Esse conjunto de pesquisas – tratando-o, é claro, de modo um tanto geral e grosseiro – tomou as “margens” do mundo urbano como lugar marcado pela falta – seja falta de “trabalho formal”, de “democracia”, de “direitos”, de “Estado de direito” ou de outros avatares da modernidade. Por isso, podemos chamá-la de uma socioantropologia “do centro”, definida por uma operação político-epistemológica de disjunção exclusiva dos sujeitos e suas práticas: *ou* estão dentro *ou* estão fora de uma predeterminada ordem normativa central. Não se trata aqui de dizer que, sob essa ótica, não tenham sido conduzidas pesquisas que foram muito além dessa simples disjunção, problematizando, descrevendo e analisando múltiplos aspectos da vida social nas margens. Mas ainda assim, de um ponto de vista generalizante, é possível dizer que a interpretação da realidade foi pautada pela preocupação com a modernização democrática. E é nesses termos – e por, pelo menos, duas razões – que essa perspectiva parece ser, a cada dia que passa, menos fecunda⁴.

A socioantropologia das margens

Em primeiro lugar, ao meu entender, essa perda fecundidade analítica vem ocorrendo por conta da emergência, entre as décadas de 1980 e 2000, de saberes

³ Algumas das referências consagradas dessa produção são: Pinheiro e O’donnel (1991), Pinheiro (1997), Adorno (1994, 1995, 2010), Barreira (2004, 2012), Zaluar (2003, 2004, 2014)

⁴ Num dos momentos mais extremos dessa perspectiva, Zaluar afirma: “É preciso desenvolver instrumentos teóricos para entender essa mortandade, esse antagonismo violento que desconhece as regras da sociabilidade, do respeito mútuo, da aceitação do outro, e que classifica qualquer mínima diferença de local de moradia, turma, galera, de algumas das festejadas tribos urbanas que redefiniram identidades sociais em termos territoriais como sinal de inimigo mortal, do “alemão” que pode ou deve ser morto, numa óbvia imitação, mesmo que incompleta, das gangs que existem nos Estados Unidos desde o começo do século” (Zaluar, 1997).

“menores”, “locais” ou “periféricos” nos domínios da política e da cultura. Seja desbravando novos canais de “participação social” junto ao Estado e organizações internacionais, seja invadindo e se apropriando de velhos e novos meios de comunicação de massa, os saberes agenciados por favelados, indígenas, quilombolas e outras coletividades fizeram – e ainda fazem – ver que, nas margens simultaneamente técnicas, políticas e econômicas das cidades, há mais vida do que supõe essa socioantropologia da falta e da exclusão. Ainda que despontem carregados por reivindicações de direitos, nos obrigam a entender que nós, brasileiros e demais povos do antigo Terceiro Mundo, não apenas “jamais fomos modernos”, como também – e para além do bem e do mal – dificilmente o seremos. Não porque não possamos, mas porque nem todos queremos. E conforme isso se faz mais forte e claro, mais visível e escandaloso se torna o forte ranço colonizador dos saberes que pretendem servir a “modernização”⁵.

Em segundo lugar, a perda de fecundidade desses saberes se deve à consolidação das transformações radicais na vida urbana ocorridas nas últimas duas ou três décadas. Se a perspectiva da modernização ainda aponta, em tom de lamento, para o impacto negativo das reformas neoliberais que atingiram a economia e o Estado (e, portanto, a relação entre Estado e economia), agora a positividade desse processo aparece claramente como uma nova configuração social, agenciadora de novas socialidades. Em termos concretos, trata-se da percepção de que tanto a produção e a circulação de mercadorias (incluindo aqui a força de trabalho, é claro) quanto a formas de regulação Estatal “flexibilizaram” enormemente as partilhas entre a formalidade e informalidade, a legalidade e ilegalidade, o lícito e o ilícito. De cima para baixo, é certamente importante notar o quanto essa metamorfose deve à financeirização do capitalismo, na medida em que esta força simultaneamente a flexibilização do mundo da produção e do mundo do consumo em função do imperativo de aceleração da dinâmica do mercado. Ocorre que justamente pelo caráter desregulador, ou seja, negativo dessa linha de ação vertical, a compreensão positiva da vida urbana deman-

⁵ Nesse sentido, não surpreende que a produção acadêmica brasileira venha dialogando com mais intensidade com uma literatura acadêmica estrangeira – que é europeia, africana, asiática e estadunidense – que parte de uma perspectiva “pós-colonial” para elaborar um ponto de vista capaz de lidar com objetos como “Estados falidos” e migrações. Referência maior disso é a coletânea *Anthropology in the margins of the State*, organizada pela indiana Veena Das e pela estadunidense Deborah Poole. Ainda que se coloquem em dívida com a antropologia pós-colonial – em função de que sua “atenção sobre os contextos coloniais conduziu a um maior interesse pelo Estado como um fator na formação de certos tipos de sujeitos antropológicos” – elas apontam, entretanto, para o fato de que essa perspectiva tendeu, “até muito pouco tempo atrás, a enfatizar a resistência ao Estado ou a pluralidade legal, econômica e cultural dos sistemas locais, os quais, por outro lado, marcaram os sujeitos antropológicos como sujeitos contidos pelo Estado ou articulados com ele” (DAS e POOLE, 2008, p. 7). Voltaremos a essa obra logo adiante.

da cada vez mais uma perseguição da realidade urbana pelas suas margens – lá onde o capitalismo e o Estado de direito encontra agenciamentos coletivos de dispositivos e saberes que conduzem as práticas mercantis e políticas em função de outros modos de subjetivação, de codificação e de territorialização. E para isso, como dizia Deleuze, em 1990, ao descrever “sociedade pós-disciplinar” que via nascer, já “não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas” (Deleuze, 1992) – no caso, armas para as práticas teóricas.

A primeira “arma” teórica apropriada pela nova socioantropologia das margens foi o conceito de *ilegalismos*. Inventado por Foucault em *Vigiar e Punir*, esse conceito resolve um problema teórico fundamental dessa obra: como nomear o universo de práticas que motivam de um ponto de vista micropolítico, a produção de leis e, principalmente, a expansão de dispositivos disciplinares? Na medida em que a “ilegalidade” é definida a partir da legalidade e que a “delinquência” ou a “criminalidade” são definidas como noções-chaves dos saberes disciplinares, definir esse universo de práticas “externas” a partir de qualquer um desses termos seria o mesmo que operar a análise de dispositivos de dominação por meio de seus próprios instrumentos de saber. É nesse sentido que Foucault define os ilegalismos como objeto por excelência das estratégias legais e das táticas disciplinares, que têm no “arquipélago carcerário” toda sua aparelhagem de poder, que inclui uma miríade de espaços fechados – como as escolas, os hospícios, as casernas, as prisões e os próprios lares – e de redes de vigilância que operam nos entremeios – como a assistência social e a polícia.

Além disso, é importante frisar que esse conceito não se reduz a operar a descrição de práticas populares, assim como estas não são o único foco dos dispositivos disciplinares. Segundo o autor, na sociedade moderna,

(...) o ilegalismo de bens foi separado do ilegalismo de direitos. Partilha que recobre uma oposição de classes, pois, de um lado, o ilegalismo que será mais acessível às classes populares será o de bens – transferência violenta das propriedades; de outro, a burguesia reservará para si o ilegalismo de direitos: a possibilidade de se desviar de seus próprios regulamentos e de suas próprias leis; de assegurar todo um imenso setor da circulação econômica por um jogo que se desenrola nas margens da legislação – margens previstas por seus silêncios, ou liberadas por uma tolerância de fato. E essa grande redistribuição dos ilegalismos se traduzirá até numa especialização dos circuitos judiciários; para os ilegalismos de bens – para o roubo – os tribunais ordinários e os castigos; para os ilegalismos de direitos – fraudes, evasões fiscais, operações comerciais irregulares – jurisdições especiais com transações, acomodações, multas atenuadas etc. A burguesia reservou para si o campo fecundo do ilegalismo dos direitos. E ao mesmo tempo em que se opera essa clivagem, afirma-se a necessidade de uma vasculhagem constante que se exerça essencialmente sobre esse ilegalismo de bens. (Foucault, 1975: 89-90)

Que haja uma certa tolerância com os ilegalismos de direitos praticados pelas classes privilegiadas, não quer dizer que os ilegalismos de bens sejam simplesmente um objeto de repressão e, muito menos, supressão por parte das estratégias e táticas de dominação. Mesmo nas margens do arquipélago carcerário, a própria prisão não opera nem por simples contenção ou exílio, nem efetivamente por disciplinamento. O conhecido “fracasso” dessa instituição – reconhecido desde sua criação – colabora com o restante do arquipélago em outra função política:

Deveríamos então supor que a prisão e de uma maneira geral, sem dúvida, os castigos não são destinados a suprimir as infrações; mas antes a distingui-las, a distribuí-las, a utilizá-las; que não visam tanto tornar dóceis os que estão prontos a transgredir as leis, mas que tendem a organizar a transgressão das leis numa tática geral das sujeições. A penalidade seria então uma maneira de gerir os ilegalismos, de riscar limites de tolerância, de dar terreno a alguns, de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de tornar útil outra, de neutralizar estes, de tirar proveito daqueles. Em resumo, a penalidade não “reprimiria”, pura e simplesmente, os ilegalismos; ela os “diferenciaria”, asseguraria sua “economia” geral. (Foucault, 1975: 277)

Na medida em que o capitalismo contemporâneo se autodefine justamente pela flexibilização legal e formal da relação economia-Estado, não é difícil perceber a importância que pode ter para a prática teórica o conceito de ilegalismos, bem como sua partilha entre “de bens” e “de direitos” e sua “gestão diferencial” pelos dispositivos de controle que dão forma ao Estado – *desde suas margens*. E é justamente a existência de um “universo crescente de ilegalismos” (Telles 2009, p. 156) que motivou, ainda nos anos 1990 (e mais uma vez na Europa), a apropriação (sociológica) de um conceito (antropológico) que se tornou corrente nas análises contemporâneas sobre as grandes cidades: *economia bazar*⁶. Nos termos do primeiro sociólogo brasileiro a adotá-lo, a imagem da “cidade como bazar” torna-se possível quando a “cidade moderna”, ou seja, a cidade europeia, desenhada pelas forças do disciplinamento e do *Welfare State*

(...) adquire as feições de um enorme mercado oriental, com sua multiplicidade de tendas e ‘pontos’, com sua barganha incessante e ruidosa, suas dimensões táticas e suas manobras ardilosas e habilidades específicas. Uma ‘feira pós-moderna’ que ultrapassa todas as regulamentações convencionais. (...) No entanto, o caso do Rio de Janeiro (como de outras grandes cidades brasileiras e dos chamados ‘países emergentes’), que em certo sentido sempre hospedou (ainda que nem sempre do mesmo modo) um ‘bazar’ desse tipo, a análise

⁶ Conceito criado por Clifford Geertz em seu estudo sobre uma pequena cidade marroquina, Sefrou, publicado em 1979 com o título “Suq: The Bazaar Economy in Sefrou”. Esse conceito foi apropriado por Ruggiero e South (1997).

deve privilegiar menos a oposição ao tipo de cidade moderna, que por aqui não se realizou completamente, que as diferenças de conjuntura e territorialidade de sua história, as continuidades, descontinuidades e metamorfoses de seus tipos sociais e a reprodução ampliada de seus mercados ilícitos. (Misse 2002: s/p)

Do ponto de vista de uma cidade como Rio de Janeiro – ou, poderíamos dizer, como Manaus –, a expansão urbana da “economia bazar” é, para o mesmo autor, o resultado de um processo histórico de “acumulação diferencial de padrões diferenciados de sociabilidade e de relações de poder” (Misse, 2002). Nesses termos, o autor observa a importância crescente de um mercado informal e ilegal que não se confunde com o mercado dos bens ilícitos, mas que, ao mesmo tempo, o submete e torna possível sua expansão: trata-se do mercado de “mercadorias políticas, isto é, bens e serviços codificados de segurança, proteção e garantias de confiança nas transações, que conflitam com a soberania das regulamentações estatais”⁷. Esses “mercados de proteção” são portanto a condição para a prática dos “ilegalismos de direitos”. Se estes servem, acima de tudo, às elites, por outro lado recrutam seus operadores e sua clientela mais imediata nas classes populares, traçando as fronteiras dos territórios geográficos e políticos das cidades. De tal modo que mesmo os menores ilegalismos de bens devem respeito a esses mercados.

Contudo, do modo como Misse descreve (ao menos nesse momento inicial das pesquisas sobre as margens), a relação entre esses mercados políticos e a “soberania da regulamentações estatais” aparece na chave do conflito. Ou seja, é como se esses mercados operassem não apenas um mercado paralelo como, também, um Estado paralelo, do ponto de vista da soberania sobre territórios. É justamente o questionamento dessa dualidade Estado-margens que define um outro novo conjunto de pesquisas cujos resultados vêm sendo apropriados pela nova socioantropologia urbana das margens no Brasil. Um dos marcos desse questionamento é a coletânea *Anthropology in the margins of the State*, organizada pela indiana Veena Das e pela estadunidense Deborah Poole e publicada em 2004. Os estudos reunidos nessa obra são apresentados

(...) como convites para repensar os limites entre centro e periferia, público e privado, legal e ilegal, que atravessam, inclusive, o núcleo do Estado liberal europeu ‘mais exitoso’. Uma Antropologia das margens oferece uma perspectiva excepcional para compreender o Estado, não porque capte suas práticas exóticas, mas porque insinua que as margens são implicações necessárias do Estado, da mesma forma que a exceção é um componente da regra. (Das e Poole, 2008: 8, grifo meu)

⁷ O conceito de “mercadorias políticas” é extraído da obra de Max Weber em seus estudos sobre o que chamou de “capitalismo político”, no qual as transações econômicas e o lucro delas obtidos são sustentados por violência e dominação pela força (Misse, 1997, 2002, 2007).

Para além das questões político-epistemológicas, as autoras fazem referência à própria realidade: mais uma vez, nota-se que mesmo o núcleo central da modernidade é permeado pelas partilhas como aquelas que as teorias sociais “do centro” costumam definir as periferias do velho Terceiro Mundo. Contudo, mais do que isso elas propõem que o próprio Estado que seja observado, analisado e, principalmente, definido empiricamente a partir de suas margens – ou seja, justamente lá onde sua legalidade e sua formalidade são mais fluídas e incertas do que nunca, lá onde a “metafísica” do Estado encontra seus limites. O que implica em reconhecer essas margens como espaços de “criatividade” onde aparecem “formas alternativas de ação política e econômica”, ou seja, “formas nas quais, ao assegurar a sobrevivência ou ao buscar a justiça no dia a dia, os limites do Estado são estendidos e reestabelecidos”, produzindo, entre outras coisas, uma “pluralização das autoridades reguladoras” e uma “modulação” das noções de justiça e lei (Das e Poole, 2008: 22-26).

Das e Poole definem, assim, aquilo se tornará o foco de um número crescente de pesquisas brasileiras recentes⁸, que lançam os seguintes questionamentos: afinal, como definir a análise da vida urbana pela oposição entre legal e ilegal, formal e informal, ordem e desordem, atribuindo as carências às margens, quando as forças econômicas e políticas da atualidade borram todas essas linhas divisórias? Como determinar onde está o dentro e o fora quando o próprio capitalismo, financeirizado e flexibilizado, e o próprio aparelho de Estado operam cada vez mais sobre essas linhas e deslocando-as? Ou ainda, como enxergar a “exclusão social” se, a cada dia que passa, os “excluídos” estão mais conectados às redes de produção, circulação e consumo de riquezas materiais e imateriais; se estão se movendo com cada vez mais intensidade pelos vasos capilares da política de Estado, com sua miríade de programas sociais, agências de fiscalização, postos de controle, aparelhos de manutenção da ordem e instituições de detenção provisória; se as próprias táticas de governo e de mercado constituem os próprios saberes locais e seus sujeitos como pontos de apoio para realizar seus objetivos, que se situam cada vez mais entre os polos da “paz” e da “oportunidade”?

Abre-se, portanto, um enorme interesse pelos saberes locais e “marginais”, sejam eles agenciados por cidadãos (e não cidadãos) como por agentes “oficiais” do Estado e do mercado. Algo que é muito distinto do velho (e muito profícuo) inte-

⁸ Para citar apenas algumas: Telles (2006, 2007, 2009), Telles e Hirata (2010), Cabanes, Rizek, Georges e Telles (2011), Azais, Kessler, Telles (2012), Hirata (2005, 2010, 2011), Silva (2014), Godoi (2010, 2011), Vera da Cunha e Feltran (2013), Feltran (2011).

resse pelas “representações” locais e marginais⁹. A questão que se coloca, para mim, é a da capacidade descritiva desse novo conjunto de análises que operam – como propunham Deleuze e Guattari (1980) – por conjunção (e... e...) e não por disjunções exclusivas (ou... ou...), como na “perspectiva do centro”. No geral, ela oferece uma imagem da vida urbana onde encontramos os dispositivos de controle um lado, os ilegalismos e saberes de outro e, ainda, os territórios acolá. Contra essa dispersão descritiva, ofereço à reflexão, nas páginas que seguem, uma leitura do modo como Foucault definiu a relação entre esses conceitos, terminando por apresentar dois exemplos de como esse agrupamento descritivo foi agenciado em pesquisas recentes.

Discursividades, territorialidades e dispositivos de poder

Segundo Deleuze, em um de seus estudos sobre Foucault, o saber pode ser definido como uma relação entre duas “formas” (ou “formações”): uma forma de expressão (determinada por um “regime de dizibilidade”) e uma forma de conteúdo (determinada por um “regime de visibilidade”). Essas formas (e seus “regimes”) seriam colocados em relação a partir de agenciamentos de dispositivos de poder. Estes, por sua vez, atualizariam – por diferenciação – um “diagrama abstrato” e virtual de forças, tal como o panóptico – “uma maneira de fazer as relações de poder numa função, e uma função para as relações de poder” (Foucault, 1987: 171). Assim, por exemplo, a forma de expressão própria à pedagogia moderna estaria vinculada a forma de conteúdo que é a escola por meio do agenciamento “ótico” (vigilância hierárquica, sanção normalizadora e exame) de um dispositivo de poder disciplinar que

⁹ Percebe-se isso claramente na apresentação da recente coletânea *Ilegalismos, cidade e política*, organizada por Azaís, Kessler e Telles, que definem esses saberes como o foco central que agrupa os diferentes eixos temáticos de pesquisa: “(...) pelo ângulo das práticas populares, as clivagens entre ilegalismos e o delito são incertas na própria medida em que há sobreposição de ordens normativas distintas, sendo colocados em prática critérios, sempre situados e sempre contextualizados, pelos quais se negociam os parâmetros de aceitabilidade moral de escolhas, de práticas, de comportamentos. Por outro lado, se há uma evidente transitividade entre o informal, o ilegal e o ilícito, também é certo que os agenciamentos populares se configuram nos pontos de junção do legal-ilegal, formal-informal, pois são nesses pontos que se configuram relações de poder que oscilam entre a transgressão consentida, a repressão e formas de violência. O fato é que nessas fronteiras porosas do legal-ilegal, formal-informal é possível apreender os agenciamentos populares para lidar com as circunstâncias incertas de vida e moradia entre práticas de negociação e a “arte do contornamento” para evitar os riscos e constrangimentos que aí se alojam: prisão e violência policial, fiscais e formas de controle, práticas de extorsão e pressão, também vindos por parte de grupos (mafiosos ou não) que controlam pontos de venda ou então, no caso da moradia, o acesso às regiões de ocupação de terras. É por isso que cobra importância levar em consideração o jogo dos atores, o modo como lidam com a lei e a transgressão da lei, os arranjos sociais que aí se configuram e o modo como isso afeta arenas políticas de conflito e gestão urbana” (Azaís, Kessler e Telles 2012, p. 11).

atualiza e dá concretude a um diagrama panóptico e, assim, possibilita a produção de um saber pedagógico que se define por procedimentos práticos (como o quadriculamento espacial, a seriação do tempo, a síntese ergonômica dos corpos com seus objetos, a “orquestração” desses corpos e seus instrumentos a partir de uma linha única de comando), “fabricando” assim sujeitos individualizados e diferenciados por seus “desvios”, “anormalidades” etc. O dispositivo é assim um “meio” sociotécnico, podendo ser definido como uma rede de agentes heterogêneos, humanos e não humanos (Deleuze, 2005).

Trata-se, portanto, de uma definição abstrata, ou seja, que pode ser útil (ou não) para a análise de infinitas situações históricas. Contudo, entende-se que o seu uso foi, até hoje, muitíssimo limitado aos saberes dominantes que povoaram o aparelho de Estado ao longo da modernidade capitalista. Saberes menores, mas ainda assim saberes constituintes da grande narrativa moderna. Em outros termos, saberes “governamentais” no sentido das grandes “artes de governo” que, no limite, encontram-se reunidas sob a rubrica da “ciência”. Desse modo, explorou-se pouco não apenas o sentido de saber como o próprio sentido dado pelo próprio Foucault ao poder, definido de modo preciso e, ao mesmo tempo, genérico como “governo”: “ação sobre ação de outrem” (Foucault, 2001).

Na produção acadêmica brasileira, é possível encontrar alguns exemplos de trabalhos inspirados por essa sistema conceitual mas que o aplicam justamente a saberes e dispositivos menores. O primeiro deles teve lugar na análise apresentada por Antônio Rafael Barbosa em sua dissertação de mestrado, publicado em livro com o título *Um abraço a todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro* (Barbosa, 1998). Trata-se, ao meu entender, um verdadeiro marco no campo da socioantropologia urbana da violência, que antecipa a perspectiva das margens que definimos acima. O autor propõe-se aí a efetuar dois procedimentos simultâneos: recusar a grande problematização da “criminalidade” e da “violência urbana”, e de procurar inventar um “pensamento outro” que seja fruto de um “diálogo” com os tão falados quanto pouco ouvidos “jovens do tráfico”, levando-os a sério não enquanto “iguais-porém-menos-esclarecidos” mas enquanto outros e, portanto, irreduzíveis aos “quadros estreitos do nosso racionalismo”¹⁰. Nesse sentido – e curiosamente – a última nota do livro apresenta uma reflexão crucial para todo esse dispositivo e, conseqüentemente, também para este texto:

¹⁰ Por isso, o sentido do adjetivo ‘traficante’ refere-se não apenas ao “sujeito” em questão, mas também a um certo tipo de perspectiva intelectual: a do ‘traficante do ex-cêntrico’ – noção lembrada por Barbosa e que remete ao antropólogo C. Geertz.

(...) acredito que o que está verdadeiramente em jogo, quando falamos em tráfico de drogas, em crime organizado, é a consideração do crime enquanto problema, enquanto um ‘mal’ a ser combatido e este combate enquanto um consenso. É justamente aí, nesse tipo de adesão, nesta forma de unanimidade, que me parece estar o perigo. Penso que não cabe aos intelectuais reificar o óbvio – mesmo que seja ‘aprofundando-o’ em alguma direção – e engajar-se em um certame sem saber realmente pelo que se luta. E antes que sobrevenham acusações de propagar uma postura imobilista, aponto para o desenvolvimento de nossas indagações. Se vamos fazer uma crítica (que oriente a produção de ações eficazes) que seja ela uma ‘crítica dos valores’. (Barbosa, 1998: 165, grifo meu)

Trata-se de uma resposta direcionada a um, já esperado, discurso que viria certamente lhe interrogar – como veio (Zaluar, 2004) – a respeito de seus compromissos e intenções intelectuais, pronto a lhe acusar e reduzir como “relativista”. A experiência posta em prática por Barbosa ao longo do texto mostra o quanto pode ser interessante abrir mão da posição universalista e se conduzir através de algumas “tendências” localizadas “além do bem e do mal”. Estas colocam fortemente em questão uma série de projeções comuns ao vasto campo de produções de verdades a respeito do tráfico de drogas e de sua violência correlata.

Assim, se para Zaluar (2004), por exemplo, é preciso criticar o “ethos guerreiro” do tráfico enquanto “ethos do lucro a qualquer preço que dominou esses jovens e que criou um poder baseado no medo e no terror”, Barbosa nos mostra que a relação entre a lógica do mercado e as práticas dos comandos é do tipo “complexa”, ou seja, uma verdadeira relação entre elementos heterogêneos. Isso, porque se, por um lado, a posse de dinheiro “é signo imediato de status”, permitindo a aquisição de bens de prestígio e “conexão e apropriação” de fluxos de mulheres e drogas, também é preciso notar que, por outro lado, o tráfico “faz uso de procedimentos que podemos encontrar nos sistemas de trocas das sociedades mais tradicionais”. O que também significa que, apesar de estar incluído numa economia de mercado, “distendendo-a e fazendo-a avançar”, é possível notar no tráfico uma verdadeira “preocupação em separar os fluxos do capital daqueles que moldam sua estrutura organizacional” por meio de uma pronta “codificação” dos primeiros¹¹.

Toma forma, então, o princípio de funcionamento das relações de poder no tráfico de drogas fluminense – a aliança. Algo que torna possível que um traficante diga

¹¹ Barbosa lembra de um trecho interessante de *O Anti-Édipo* de Deleuze e Guattari a respeito das organizações “tradicionais”, nas quais “a troca é conhecida, bem conhecida – mas como o que deve ser conjurado, encaixado, severamente quadriculado, para que não se desenvolva nenhum valor correspondente como valor de troca que introduziria o pesadelo de uma economia de mercado” (Deleuze e Guattari apud Barbosa, 1998: 153). Sobre a conexão e apropriação de fluxos de mulheres e drogas inseridas numa economia dos bens de prestígio ver nota 17 do livro.

– como um deles disse a Barbosa – que “fazer amizade é mais importante do que matar” (Barbosa, 1998: 142). Ou seja, as relações interfaccionais e intrafaccionais não podem ser definidas apenas pelo “terror”, por um direito de vida ou morte, mas devem ser descritas também – e principalmente – por um comportamento guiado por uma “lógica da amizade”, que aparece como uma espécie de princípio de codificação imanente às relações guerreiras e que se atualiza numa série de configurações intergrupais pouco estáveis. Algo bem visualizado também a partir da seguinte fala “nativa”:

Na prática, ‘comandos’ – isso não leva a nada. O que vale é a amizade, se você for sagaz, não interessa a sua facção, sua bandeira. [...] Essas facções surgem pelos atritos. Um cara do CV que tava ali comigo tenta me ganhar, aí eu pego apoio do outro lado e tento me defender. É um fortalecimento que denomina você ser de um ou outro. Isso inclui tudo: material, droga, arma, contatos. [...] Agora mesmo está tendo briga entre gente do CV. Eles saem dali, mas também não são aliados. Um podendo pegar o outro, pega. Foi o tempo que era todo mundo junto... [...] Como tem dono do Terceiro que é respeitado e ninguém ataca ele. (id: 142-3)

Assim, o que importa, como diria Pierre Clastres, “é a permanência de um dispositivo de conjunto – divisão dos outros em aliados e inimigos – e não a posição conjuntural e variável ocupada nesse dispositivo pelas comunidades envolvidas” (Clastres, 2004: 259) – tal como as grandes rubricas como “crime organizado”. Esse “dispositivo de conjunto” é o que se poderia chamar – como pôde Barbosa – de “máquina de guerra”, que se define como um modo, ainda que abstrato, de reterritorialização de um princípio virtual e imanente de “amizade” ou de “aliança”. Por um lado – como também queria Clastres, para os povos ameríndios – essa maquinação guerreira conjura a separação do poder, em que se funda a soberania territorial de uma chefia despótica, enfraquecendo-a¹². Mas é igualmente importante notar que ela impede também uma cristalização dos próprios grupos enquanto tais¹³. Por fim – e sem necessariamente assumir um caráter paradoxal – esse “motor da guerra” que é a aliança se apresenta, ao mesmo tempo, como aquilo que evita que a própria guerra escape de seu domínio particular, desgoverne-se, além de não permitir que o poder

¹² “Ora, justamente o que podemos encontrar é que o fundamento relacional – as ‘amizades’ –, que está na base de todos estes deslocamentos intrafaccionais, opera muitas vezes como uma resistência à condensação da autoridade e da liderança.” (Barbosa, 1998: 148).

¹³ “Amizade, aliança, é o que está na base dos comandos. Ela foi a responsável pelo seu surgimento. Por sua consolidação. E é justamente por ser este o seu fundamento que os comandos não se apresentam enquanto forma cristalizada. A própria dinâmica do tráfico origina dissensos, passagens de um lado para o outro, rupturas internas.” (id: 143)

territorial se “pulverize”¹⁴.

Assim, o “tráfico de drogas”, enquanto um sistema de relações interfaccionais e intrafaccionais, pode ser definido ao mesmo tempo como uma “grande irmandade” – como o fez o traficante Uê – e como uma verdadeira “máquina de guerra”. “Bota aí no teu trabalho, disse um traficante a Barbosa: é amizade e poder de fogo”. Este, certamente “apropriado” por pequenas formações despóticas, mas também sempre “reapoderado” pelos grupos que atualizam um certo potencial “nômade” toda vez que se tratar da conquista de um novo território, ou seja, toda vez que uma guerra for acionada concretamente (Barbosa, 1998: 80).

E qual seria, ainda segundo essa espécie de sociologia traficante, a grande causa dessa concretização guerreira? Qual seria a verdadeira fonte desse terrível mal necessário que é a efetivação da guerra? A pobreza? A vulnerabilidade? A ausência de Estado? Não. Nessa sociologia o social não se deduz do econômico, não equivale ao reconhecimento, não supõe um direito comum. Muito pelo contrário. Mais uma vez, nas palavras de um “nativo”:

O cara tem que ser muito humilde, quando não é, dá nisso... Tem gente que não empresta homem nem arma pra invadir área de ninguém, o máximo que faz é fortalecer alguém que tá sendo atacado ou dá cobertura na sua própria área pro cara que foi expulso. Respeita a área de cada um, *não tem olho grande*. Outros não. Aí tem esses consórcios [união de vários grupos de várias favelas] pra tomar a área dos outros... Ou esses que alugam as armas pra fortalecer uma invasão. Por isso é que tem tanta guerra. (Barbosa, 1998: 144, grifo meu)

A concretização da guerra se dá toda vez que algum “olho grande” for detectado e, com ele, toda uma nova correlação de amizades for estabelecida. E se o “olho grande”, esse “olho que cresce”, corresponde a uma falta, esta é relativa à “humildade” e ao “respeito”. Em uma palavra, trata-se de uma questão ética. A perspectiva traficante é, nesse sentido, parte de um dispositivo de conceitualização ética, que permite experimentar o mundo como resultado de um conjunto de “atitudes”.

É justamente essa “atitude” que será objeto de análise de Adalton Marques, também em sua dissertação de mestrado, intitulada Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. Inspirado – como o próprio autor afirma – pela noção de saber de Foucault, buscou analisar a relação entre uma “dizibilidade” que distingue o “ter proceder” e o “não ter proceder” e a

¹⁴ “Nas ruas, a aliança é o motor da guerra, ao mesmo tempo em que impede que ele se alaste, concretizando uma configuração virtual, ameaça a ser evitada a todo o custo – o modelo hobbesiano da guerra de todos contra todos. Não é anterior nem posterior à guerra, é imanente a ela: no mesmo momento em que se funda uma aliança, declara-se uma guerra ou o estado potencial de uma ‘não-guerra’.(§) “Freio à unificação da chefia, novamente a aliança surge como um duplo: garante, por outro lado, que a autoridade não se pulverize.” (id: 156)

partilha espacial interna das prisões paulistas – ou seja, uma forma de “visibilidade” – que separa o “convívio” e o “seguro”¹⁵. Trata-se de um saber que codifica as práticas de julgamento e territorializa o fluxo de pessoas nas prisões – mas também nas ruas¹⁶. A partir disso, Marques define da seguinte maneira sua questão geral:

[Q]ue tipo de poder é esse que atravessa os corpos no interior dos cárceres paulistas por meio de dispositivos específicos e que é capaz de produzir uma divisão populacional intrinsecamente ligada a uma divisão espacial? (Marques, 2009: 15)

Nesses termos, o autor parte, primeiro, para algumas das diferentes respostas para a pergunta “o que é certo?”, demonstrando a relatividade da relação entre “ter proceder/não ter proceder” e “convívio/seguro” em função de posições distintas¹⁷. A relatividade desse saber – sabida pelos seus sujeitos, na medida em que sabem que mesmos os “inimigos” geralmente se pensam como “homens de proceder” – implica toda uma preocupação e consequente problematização individual (e individualizante) sobre si mesmo. Nesse sentido, Marques oferece uma perspectiva poderosa para os estudos sobre “honra”, “ethos” e outros avatares que se fizeram objetos da perspectiva hermenêutica sobre a violência no Brasil. Trata-se de atentar para

(...) uma instância na qual os presos voltam suas atenções sobre si mesmos, cautos quanto a uma disposição específica e quanto a um equilíbrio singular para a condução de suas próprias vidas. Por um lado, nas picadas de suas “caminhadas” (sempre avaliadas por outrem), uma disposição específica entre o que se entende por “ser humilde” e aquilo que se entende por “ser cabuloso” – como se verá, “ser bandidão” é o resultado da exacerbação desse último vetor. De outro, em seus próprios seres, um equilíbrio singular entre “humildade” e cabulosidade. De fato, o que está implicado nesse voltar-se sobre si mesmo dos presos é um particular modo de se constituir e de se reconhecer como sujeito de preocupações, de precauções, enfim, de estratégias. Em suas miras, concomitantemente, o cuidado para não serem “humilde demais” – beirando o estado de existência daqueles contra quem se

¹⁵ “[P]edir seguro” é o mesmo que recorrer à proteção administrativa por estar correndo risco no local onde se cumpre pena. Conseqüentemente, passa-se a compor a população ‘seguro’, passa-se a viver a condição ‘seguro’ e, enfim, passa-se a morar no espaço ‘seguro’. Já o avesso do ‘seguro’, aquilo que os presos entendem por ‘convívio’, é justamente o local de cumprimento de pena onde permanecem aqueles que ‘mantêm o proceder’. O ‘convívio’ estende-se a todo perímetro de circulação permitida aos presos no interior das construções penais – celas, pátio, cozinha, escola, oficinas etc –, desde que se subtraia dessa extensão as isoladas celas de ‘seguro’. Em síntese, podemos exprimir a fórmula $P - S = C$, onde P são os espaços de circulação dos presos no interior da prisão, S é o ‘seguro’ e C é o ‘convívio’.” (Maques, 2009: 29).

¹⁶ Sobre isso ver os trabalhos de Karina Biondi (2009, 2014), Feltran (2011) e Hirata (2010).

¹⁷ “1) ex-presidiários que viveram experiências prisionais até mais ou menos a primeira metade da década de 90, portanto antes do surgimento ou da consolidação dos “comandos” nas unidades prisionais do Estado de São Paulo; 2) ex-presidiários que viveram experiências em unidades prisionais “do PCC”; 3) (ex-)presos que viveram, ou vivem, em cadeias “do CRBC”; e 4) presos que, após terem sido “mandados para o seguro” em “cadeias do PCC”, passaram a viver nas margens de “cadeias do CRBC”” (Marques, 2009: 19)

diz serem “sem disposição” – bem como para não serem “cabuloso pra caraf” – beirando o estado “bandidão”. Em suma, esse singular modo de voltar as próprias atenções sobre si mesmo, caracteriza um particular modo de existir: “ser ladrão”. (Marques, 2009: 63)

O processo de “subjativação” em questão, determinado por e determinante para a elaboração de estratégias, envolve, assim, uma dupla face: a atenção ao “si”, codificado pelo termo “mente”, e o “imponderável outrem” – as “mil fortalezas em prontidão para defender sua própria ‘moral’” (Idem: 72). A capacidade de cada “ladrão” se afirmar perante outros como “homem de proceder” encontra no ritual jurídico-político do “debate” um momento decisivo. Esse ritual de produção de verdades pode ser considerado como uma arena ou tribunal de justiça instaurado para resolução de conflitos nas “margens” da vida social paulista, seja nas prisões, seja nas ruas, seja na fronteira entre esses dois lugares.

As efetivações dessas divisões correlatas – moral e espacial – dependem do “ritmo de cada cadeia”. Por vezes, se dão através de “quiacas” resolvidas entre os próprios litigantes, sem interferência de terceiros. Outras vezes, se dão através de “debates” instaurados para resolver litígios deflagrados, nos quais se decidem absolvições ou punições cabíveis para cada infração específica das regras do “proceder”. Os “debates” muitas vezes envolvem uma “assembleia”, sendo que os “faxinas”, “cozinheiros” e o “patronato” – posições políticas cujo exercício já se fazia antes do estabelecimento das “facções” ao longo da década de 90 –, ou “pilotos” – posição política que surge com o estabelecimento das “facções” –, devem ser consultados para tais decisões. Desse procedimento são imputadas punições que podem ser “intimidadas” (desabono moral e/ ou físico público), “mandar para o seguro” ou até a morte. Mas também pode ocorrer aquilo que meus interlocutores chamam de “botar uma pedra na fita”, uma decisão que encerra a contenda sem prejuízo para as partes. (Marques, 2009: 30)

É no momento do debate que a “fortaleza” do indivíduo é testada no seu limite, não apenas pela comprovação da veracidade de informações comunicadas, mas pela própria “atitude” e pela ação à distância sobre o seu contendor – “blindar a mente”, “mandar um psicológico”, “entrar na mente” etc. E esse “ritual de resolução de litígios” é, claramente, um ritual no qual se atualiza e se concretiza aquilo que não somente os presos e ex-presos, como uma boa parte da população paulista – para dizer o mínimo –, denominam “o crime”. Este “não se define, fundamentalmente, pela distinção entre aqueles que cometeram infrações penais e aqueles que não cometeram”. Antes, num sentido muito próximo ao do dispositivo descrito por Barbosa (1998), pode ser definido como

(...) (1) um “movimento” que vem atravessando territórios (2) desde um instante não definido, (3) efetuando considerações sobre as “caminhadas” de “ladrões” e de outros, sendo que, disso, derivam conjuntos de “aliados” e de “inimigos”.¹⁸

Em síntese, o “crime” é essa força que se move acoplado a dizibilidade “proceder” e a visibilidade “convívio”-“seguro”, definindo quem são os “caras de proceder”, “dignos de ficarem no convívio”, e quem são os “safados”, “pilantras”, “caguetas”, “duque-treze”, que deverão ser mortos ou “mandados para o seguro”. “Crime”, para levar essas palavras às últimas conseqüências, é algo que “vê”, dessa visão definindo o que é “bem visto” e o que é “mal visto”. Ora, o que é esse algo que “vê” senão uma multidão de olhos atrelados a entendimentos sobre o “proceder” e sobre a divisão “convívio”-“seguro”? Nem mundo de ciladas, como no truco, nem mundo de entrosamento, como na tranca, nem mundo de paciência, como no poker. O “crime” – e a “cadeia”, por efeito – é um “mundo de incerteza”. Um mundo de imponderáveis. Uma atmosfera de imprevistos que impõem “ocasiões”, situações que precisam ser enfrentadas, refletidas, aproveitadas. (Idem: 95)

“O crime” aparece, portanto, como o dispositivo de poder que atualiza ou confere concretude a um diagrama de forças definido como um mundo-jogo de imponderáveis e, assim, produz um certo saber (dizibilidade do “proceder”/ territorialidade do “convívio”-“seguro”) e um certo modo de subjetivação (“ser ladrão”) modulados conforme um certo “regime de verdade” ou de “verificação”¹⁹.

Temos, portanto, diante de nós, duas descrições densas (ainda que parciais, é claro) dos saberes e dispositivos que conferem uma certa ordenação (não necessariamente racionalizadora nos termos das perspectivas modernas) a alguns dos ileg-

¹⁸ “(...) as considerações não se restringem às atividades criminosas nem mesmo quando são apontadas na direção das “caminhadas” de “ladrões”. Um “ladrão” pode ser execrado por manter relacionamento amoroso com a “mulher de outro ladrão”, ainda que seja um “grande assaltante”, que tenha agüentado inúmeras surras de policiais sem “caguetar seus parceiros”, que tenha arcado com despesas advocatícias para ajudá-los enquanto estiveram presos. Portanto, mais que definir “aliados” entre infratores penais, o “crime” estabelece as alianças nutridas entre “ladrões” e outros “aliados”, ao mesmo tempo em que execra seus “inimigos”.” (Marques, 2008: 94)

¹⁹ Ainda que o autor não explore a noção de “jogo” como definição do “crime”, penso que essa pode ser uma das chaves para a compreensão dessa parcela de saberes praticados nas margens do Estado e da economia capitalista. Afinal, a comparação feita com os jogos de cartas – por sinal analisados em detalhes (Marques, 2009: 84-86) – parte dos seus próprios interlocutores, ou seja, alguns “ladrões” – “ladrão tem que ser igual jogador de baralho: tem que ser ligeiro na hora certa”, “no crime cê num pode errar, é igual um jogo” (Idem: 83). Além disso, essa relação remete este pesquisador inevitavelmente ao termo equivalente para “o crime” utilizado nos guetos negros estadunidenses desde pelo menos os anos 1980: *tha game* (Candotti, 2012). Penso que não se trata de um simples acaso e nem mesmo de uma simples “representação” ou metáfora da realidade e, sim, uma definição pragmática e operatória. Enfim, é interessante observar também que o termo “jogo” é atualmente mobilizado como imagem maior da “grande política” e da “economia global”, sendo ao mesmo tempo o nome de uma espécie de diagrama de forças agenciado por um “dispositivo de participação” (Candotti, 2011). Trata-se, em suma, de algo a ser explorado.

lismos urbanos no Rio de Janeiro e em São Paulo. Mas, ao meu entender, pode ser interessante (e importante) ultrapassar alguns limites que demarcam as fronteiras dessas análises.

Exemplo interessante para perceber esses limites é o debate em torno da baixa na taxa de homicídios do estado de São Paulo durante os anos 2000 – baixa que chegou a 70%. Por um lado, é possível dizer que uma de suas causas principais foi um agenciamento coletivo e difuso muito específico desse dispositivo do “crime” – tal qual conceituado por Marques – que envolve um certo monopólio das regulação dos conflitos violentos por todo o Estado pela facção prisional Primeiro Comando da Capital (PCC) através do monopólio dos rituais jurídicos dos debates.

Por outro lado, como atenta Feltran (2012), a “gestão do homicídio” pode ser interpretada a partir de uma “análise relacional” de dois “regimes de administração da violência letal”: o “governo” e o “crime”. Porém, ao meu entender, esse mesmo autor define ambos os termos a partir de um mesmo saber que está muito mais próximo da perspectiva do “governo” do que daquela do “crime”, que é definido como uma “matriz de referência de discursos, identificação de sujeitos, práticas e sentidos produzidos em torno de atividades ilegais da droga, do roubo de carros e dos assaltos especializados nas periferias de São Paulo” (Idem: 234). Assim, ainda que a análise nos revele as transformações centrais e simultâneas nas “políticas” de ambos os lados a partir de “eventos críticos”, perde-se justamente o jogo político entre saberes e o dissenso radical sobre a realidade – ou a “partilha do sensível”. Esconde não apenas tudo aquilo que Barbosa e Marques nos mostram, como também aquilo que seria fruto de uma análise do Estado a partir de suas margens, ou seja, os saberes pelos quais são definidas e redefinidas a todo momento as linhas de segmentação do legal-ilegal, do formal-informal, do lícito e do ilícito, do normal e do anormal e da vida e da morte. Expressão disso é a ausência de qualquer referência ao aumento escandaloso no número de mortos pela polícia militar no mesmo período da baixa da taxa de homicídios – exceção permanente que vira regra a ser analisada como parte da ação do “governo”.

Para estender ainda mais a descrição dessa queda da taxa paulista de homicídios e oferecer uma interpretação mais poderosa, penso que, a essa relação entre o saber do crime e o saber governamental estatal visto desde as margens, seria importante acrescentar o crescimento da presença de um outro saber “popular”: um que agencia outros ilegalismos, igualmente frutos das lutas por sobrevivência em uma vida de adversidades, mas que são praticados como parte de estratégias (e táticas) de afastamento do mundo-jogo dos imponderáveis que é “o crime”, ou seja, os saberes que,

por vezes, enunciam uma discursividade neoliberal do “empreendedor de si mesmo” mas que correspondem a um modo de subjetivação “trabalhador” ou, como agora se diz, “batalhador”. Saber que certamente lida com as margens entre o legal e o ilegal, o formal e o informal, mas de outra maneira que o saber do “crime”. Saber que sustenta, por exemplo, as capacidades que Jessé Souza atribuiu a uma “nova classe trabalhadora” ou “elite da ralé”:

“Nossa pesquisa mostrou que essa classe conseguiu seu lugar ao sol à custa de extraordinário esforço: à capacidade de resistir ao cansaço de vários empregos e turnos de trabalho, à dupla jornada na escola e no trabalho, à extraordinária capacidade de poupança e de resistência ao consumo imediato e, tão ou mais importante que tudo que foi dito, a uma extraordinária crença em si mesmo e no próprio trabalho” (Souza 2012: 50, grifo meu).

Enfim, é na margem onde encontra-se a “tríplice fronteira” entre esses conjuntos de saberes que pretendo me posicionar como pesquisador atento aqui na Amazônia. E a Amazônia é, sem dúvida, não apenas uma outra realidade mas, acima de tudo, uma realidade radicalmente outra²⁰.

Saberes e ilegalismos urbanos na Amazônia

Saberes “marginais” não são, necessariamente, saberes “marginalizados” – ainda que seus sujeitos possam sê-lo. E, hoje, essa possibilidade talvez seja mais real do que ao longo da maior parte dos séculos XIX e XX. Retomando algumas linhas escritas mais acima, é cada vez mais simples perceber que hoje a economia capitalista globalizada opera por flexibilização e deslocamentos constantes das partilhas entre o legal e o ilegal e entre o formal e o informal. Nesse sentido, saberes marginais, ou seja, aqueles que são postos em prática nas margens são fundamentais para a “necessária” expansão do mercado capitalista e a reprodução acelerada de capital. Ou – para dizer em termos mais diretos – são peças fundamentais do tão louvado “crescimento econômico”.

Nos centros urbanos amazônicos brasileiros podemos encontrar saberes muito

²⁰ Com isso, agora, retomo também a questão com a qual concluí a minha pesquisa de doutorado (Candotti, 2011) e que já foi tema de um ensaio (Candotti, 2012). Nesses dois escritos tento descrever a estratégia de luta inventada pelo movimento hip hop estadunidense de tendência gangsta, ou seja, aquela “via” que reivindica uma proximidade com os saberes do “crime” e que, de certa maneira, expande o raio de agenciamento desses saberes para além do comércio de drogas ilícitas e em direção à indústria cultural. Com disso, procurei elaborar uma chave interpretativa para a apropriação desse saber no Brasil por programas sociais, principalmente os voltados à juventude. Trata-se, para mim, de uma relação de mão dupla e não necessariamente tensa. Agora, retomo a perspectiva desse estudo mas considerando o potencial que a Amazônia oferece ao pensamento daquele que, como eu, chega de fora.

próximos àqueles praticados nos restante do país, seja do ponto de vista das ações estatais, seja do ponto de vista dos mercados de proteção e do “crime”²¹ ou ainda das estratégias de sobrevivência em meio às adversidades do mundo do trabalho²². Contudo, levantamos a hipótese de que a singularidade da realidade socioambiental, ou seja, da relação natureza-cultura, implica numa multiplicação e diversificação de conflitos e de cooperações entre saberes reguladores e formalizadores e aqueles que agenciam os ilegalismos e informalismos cotidianos.

Um dos aspectos mais gritantes dessa enorme diferença é a importância que têm os rios e igarapés como vias de transporte numa região cujo problema do “abastecimento” é central. Uma malha hidroviária que muda radicalmente ao longo do ano (quando aparecem e somem caminhos, “furos” e ilhargas possíveis); que só é navegável por saberes locais e populares; que determina a formação de territórios e processos de desterritorialização e reterritorialização muito particulares e heterogêneos entre si – não por acaso existem muitas realidades socioambientais amazônicas; que, portanto, está muitíssimo longe de ser controlada por saberes globais e tecnocientíficos como o são as estradas de asfalto – que afinal são construídas com esses mesmos saberes; e, enfim, uma malha hidroviária onde se vivem perigos, negociações, conflitos e violências de naturezas muito distintas do que aqueles vividos nas outras regiões do Brasil, para não falar da Europa.

Acima de tudo, é preciso não cair na armadilha de reduzir a questão dos ilegalismos amazônicos ao tema da “falta” de controle, fiscalização, vigilância etc, que normalmente conduz aos subtemas privilegiados do tráfico de drogas, do tráfico de pessoas ou da imigração. Ainda que esses fenômenos estejam presentes – talvez tanto quanto no restante do país –, eles certamente não ocorrem sem diversos tipos locais (e marginais) de controle, além de serem apenas uma parte dos fluxos amazônicos de mercadorias, pessoas e dinheiro cuja intensidade, ao que tudo indica, está crescendo em alta velocidade. Se, como mostram os estudos arqueológicos mais recentes, as comunidades e cidades da Amazônia nunca estiveram “isoladas” (Martins, 2012), talvez hoje essa velha imagem (além de ignorante e um tanto colonialista) seja ainda mais absurda. Para ver isso, não é preciso citar as grandes obras, que podem

²¹ No Estado do Amazonas, pelo menos, vivemos em meio a uma guerra entre as facções da Família do Norte e do PCC (que, ao que tudo indica, é minoritário por aqui). Além disso, a população carcerária dobrou nos últimos quatro anos, desde que foi implantada a política de segurança pública chamada “Ronda no Bairro” junto com uma política informal de “produtividade” das polícias.

²² Como exemplo do grau de precariedade do mundo do trabalho, note-se que, em Manaus, cidade de mais de 1,8 milhões de pessoas e com a segunda cesta básica mais cara do país, os 113 mil montadores do Polo Industrial (ou seja, uma parcela considerável dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada) ganham em média R\$ 855,00. (<http://new.d24am.com/noticias/economia/somados-salarios-beneficios-64-faturamento-industria-zona-franca/108682>, acessado em novembro de 2014)

implicar em urbanizações de curta duração, promovendo economias ilegais e informais de todo o tipo – incluindo aí a legalidade da própria situação de trabalho. Um indicador menor e extremamente importante da forma atual dessa velha “integração” é, por exemplo, a mudança nos padrões alimentares nas cidades e mesmo vilas e comunidades no interior da floresta, com introdução de alimentos industrializados cujo comércio não pode deixar de ser informal (Costa e Schor, 2013)²³. E, quanto a isso, à fiscalização das mercadorias industrializadas se somam ao policiamento da fiscalização “ambiental”, que é muitíssimo bem conhecida pelos amazônidas – conhecida e contornada a todo momento.

Em outros termos, nas ilhargas dos rios e igarapés, transformações nas transações econômicas e políticas devem necessariamente estar em curso. Negociações e tensões que se desdobram em terra firme, como em Manaus, onde o transporte de pessoas que chegam livremente, dia após dia, aos milhares, por um porto “clandestino” (vizinho ao porto legal) pode continuar cidade adentro por meio de serviços informais de mototaxi, que se utilizam de motos que, apesar de fabricadas na própria cidade, no Polo Industrial, circulam por mercados igualmente informais e oficinas “não autorizadas” para reparo, constituindo um investimento familiar muito comum.

A singularidade da questão urbana amazônica merece, em suma, uma atenção especial. Para isso, entendo que a socioantropologia urbana das margens, tal como vem sendo discutida e elaborada com mais intensidade no sudeste brasileiro, pode ser uma boa inspiração. Principalmente, na medida em que atenta para a heterogeneidade dos saberes e dispositivos de poder. Mas a singularidade amazônica certamente não permitirá transposições teóricas e analíticas fáceis e impõe à pesquisa cautela e criatividade.

²³ “Os tempos e os ritmos diferenciados e desiguais dos processos sociais se sobrepõem na amplidão da floresta, a proximidade dos dois principais centros urbanos na Amazônia (Manaus e Belém) não implica necessariamente na sua inserção no ritmo da globalização nem a sua distância com o ritmo local. (...) Locais longínquos por meio de produtos oriundos da floresta, do trabalho extrativista inserem-se em redes de proximidade e internacionais. Estes mesmo locais se inserem na dinâmica nacional por meio de produtos industrializados e da agroindústria tal como o frango industrializado, a salsicha e os embutidos. Nesse contexto, a rede urbana se pluraliza sem perder a dinâmica, muitas vezes relacionada diretamente aos rios e à floresta. O estudo multiescalar da rede urbana, que visa entender o cotidiano das cidades e os fluxos na rede, é primordial para se compreender a dinâmica de transformação e permanência do espaço na maior floresta equatorial do mundo.” (Costa e Schor, 2013: 53)

Referências bibliográficas

ADORNO, S. . **Crime, justiça penal e desigualdade jurídica**. Os crimes que se contam no Tribunal do Júri. Revista USP, São Paulo, v. 21, p. 132-51, 1994.

_____. **A Violência Na Sociedade Brasileira**: Um Painel Inconcluso Em Uma Democracia Não Consolidada. Sociedade e Estado (UnB. Impresso), SÃO PAULO, v. 10, n.2, p. 299-342, 1995.

_____. **História e Desventura**: O 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. Novos Estudos CEBRAP (Impresso), v. 3, p. 5-20, 2010.

_____. ; SALLA, F. A. **Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC**. Estudos Avançados (USP.Impresso), v. 61, p. 7-29, 2007.

AZAIS, C.; ; KESSLER, G.; TELLES, V. S.. **Ilegalismos, cidade e política**. 1. ed. Belo Horizonte: Fino traço, 2012. v. 1. 328p .

BARBOSA, Antônio Rafael. **Prender e Dar Fuga**: Biopolítica, Sistema Penitenciário e Tráfico de Drogas no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do RJ. Orientador: Marcio Goldman. 2005.

_____. **Um abraço para todos os amigos**: algumas considerações sobre o tráfico de drogas. Niterói: EDUFF, 1998.

BARREIRA, Cesar. ; RUSSO, M. . **O Ronda do Quarteirão - relatos de uma experiência**. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 6, p. 282-297, 2012.

_____. (Org). **Questão de Segurança**: políticas governamentais e práticas policiais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. 185p .

_____. **Crimes por encomenda**: a pistolagem no cenário brasileiro. RIO DE JANEIRO: RELUME DUMARÁ, 1998. v. 01. 178p

BIONDI, Karina. **Etnografia no Movimento**: Território, Hierarquia e Lei no PCC. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal de São Carlos. Orientador: Jorge Luiz Mattar Villela. 2014.

_____. **Junto e Misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

CABANES, Robert ; RIZEK, C. S. ; GEORGES, I ; TELLES, V. S. . **Saídas de emer-**

gência. 1. ed. SAO PAULO: BOITEMPO, 2011. v. 1. 478p .

CANDOTTI, Fabio M. **1992 – a via gangsta**. Revista Áskesis. São Carlos: UFSCar, 2012.

_____. **Em defesa da juventude – a participação como meio de governo** . Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2011.

COSTA, Ellen Anjos C da; e SCHOR, Tatiana. **Redes urbanas, abastecimento e o café da manhã de idosos na cidade de Tefé, Amazonas**: elementos para análise da geografia da alimentação no Brasil. Hygeia – Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde. 9 (17). 2013.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (Eds.) **Anthropology in the Margins of the State**. Santa Fé,

Oxford: School of American Research Press/ James Currey, 2004.

DELEUZE, Gilles. **As estratégias ou o não-estratificado**: o pensamento do lado de fora (poder). Foucault. São Paulo: Brasiliense, 2005.

_____. e GUATTARI, Felix. **Milles Plateaux – capitalismo et schizophrénie**. Paris: Gallimard, 1980.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Governo que produz crime, crime que produz governo o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992-2011)**. Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo, v.6, n.2. Ago/Set 2012.

_____. **Fronteiras de tensão**: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora Unesp. 2011.

FOUCAULT, Michel. **Surveiller et Punir – la naissance de la prison**. Paris: Gallimard, 1975.

_____. **“Le sujet et le pouvoir”**. Dits et écrits. Tome IV. Paris: Gallimard, 2001.

GODOI, Rafael. Ao redor e através da prisão: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Orientador: Vera da Silva Telles.

_____. **Para uma reflexão sobre efeitos sociais do encarceramento**. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 8, p. 138-154, 2011.

HIRATA, Daniel Veloso. **Produção da Desordem e Gestão da Ordem**: notas para

uma história recente do transporte clandestino em São Paulo. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 4, p. 441-465, 2011.

_____. **Sobreviver na adversidade**: entre o mercado e a vida. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Vera da Silva Telles. 2010.

_____. **Futebol de varzea**: um estudo sobre práticas urbanas e seus territórios. 2005. 0 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Vera da Silva Telles.

MARQUES, Adalton. **“Liderança”, “proceder” e “igualdade”**: uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital. *Etnográfica*, vol. 14 (2) | 2010.

_____. **Crime, proceder, convívio-seguro**. Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2009.

MARTINS, Cristiane. **“Sobre contatos e fronteiras: um enfoque arqueológico”**. *Amazônica – Revista de Antropologia*. Vol. 4, No. 1. Belém: Universidade Federal do Pará, 2012.

MISSE, Michel. . **As ligações perigosas**: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. *Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 93-116, 1997.

_____. **Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro**. *Estudos Avançados (USP.Impresso)*, v. 21, p. 139-157, 2007.

_____. **O Rio como um bazar**. A conversão da ilegalidade em mercadoria política. *Insight Inteligência (Rio de Janeiro)*, Rio de Janeiro, v. 5, n.18, p. 68-79, 2002.

PINHEIRO, Paulo Sergio. **Violência, Crime e Sistemas Policiais Em Países de Novas Democracias** . *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 9, n.1, p. 43-52, 1997.

_____.; O'DONNELL, G. . **Transições Políticas com Autoritarismo**. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 26, p. 188-191, 1991.

RUGGIERO, Vincenzo e SOUTH, Nigel. **“The late city as a bazaar: drug markets, illegal enterprise and the barricades”**. *The British Journal of Sociology*, vol. 48, n° 1, 1997, pp. 54-70.

SILVA, Carlos Freire da. **Dinâmicas urbanas e mercado informal**: das calçadas às lojas de galeria. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Orientador: Vera da Silva Telles. 2014

TELLES, Vera da Silva. **Ilegalismos urbanos e a Cidade**. Novos Estudos CEBRAP (Impresso), v. 84, p. 142-173, 2009.

_____. **Mutações do trabalho e experiência urbana**. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, Sao Paulo, v. 18, n.1, p. 173-195, 2006.

_____, HIRATA, Daniel. **“Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo”**. Revista Tempo social. São Paulo , v. 22, n. 2, Dec. 2010.

VIEIRA DA CUNHA, Neiva & FELTRAN, Gabriel de Santis (org). **Sobre periferia**. Novos conflitos no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina & Fapesp. 2013.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004. v. 1. 440p .

_____. **Etos Guerreiro e Criminalidade Violenta**. In: Renato Sergio de Lima; José Luiz Rattón; Rodrigo G. de Azevedo. (Org.). Crime, Polícia e Justiça no Brasil. 1a.ed.São Paulo: Editora Contexto, 2014, v. 1, p. 35-50.

_____. **Crime Organizado e Crise Institucional**. In: Alba Zaluar; Ana Laudelina F. Gomes etc.. (Org.). Violência & Sociedade. 1ed.Natal: Letras & Letras, 2003, v. , p. 35-54.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E CONFLITOS SOCIAIS: REGISTRADOS NO ROP

Introdução

Neste trabalho, apresentamos um estudo sobre a composição do gênero Relatório de Ocorrência Policial, mais conhecido como ROP, com atenção especial para o registro do histórico da ocorrência que nos mostra, por meio do relato policial, entre outras violências, a violência de gênero contra o homem como o mais ‘novo’ modo de violência que vem surgindo nos relatos de ocorrências policiais na cidade de Boa Vista, Roraima.

Segundo Junior (2012), desde o início de 1980, os estudos sobre gênero social tinham seu foco no campo do feminismo, sendo também estendidos a outras áreas como a filosofia, a antropologia, a sociologia e a psicologia social. Atualmente, esses estudos não vêm apenas se detendo em questões feministas, mas também vêm abrangendo vários temas como as identidades masculinas, a travestilidade entre outros, cujo foco teórico se aproxima das noções de gênero, entre as quais se encontra a violência de gênero. Mattos (2003, p. 98-99) apud Junior (2012) aponta que estes estudos tendem a desenvolver temas como corpos sexuados, etnias, identidade e relações sociais. Dentro destas abordagens, têm-se preocupado principalmente em investigar o modelo tradicional masculino hegemônico, assim como questionar as atitudes consideradas como naturais e/ou culturais em relação a homens e mulheres, ao masculino e ao feminino.

Ainda segundo Junior (2012), os estudos sociais críticos propõem o questionamento sobre os papéis sociais de homens e mulheres, uma vez que estes são constituídos sobre bases ideológicas, que podem às vezes ser de modo implícito, mas que se materializam no discurso. Um exemplo típico é a questão da própria violência de gênero, cujas bases jurídicas de resolução incluem a recente Lei Maria da Penha, cujo

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: marcius_andrae@hotmail.com

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: mcllopes07@yahoo.com.br

objetivo inicial era ajudar mulheres vítimas de violência relacional e/ou doméstica, mas ultimamente vem surgindo questionamentos que se estendem tanto ao campo do jurídico quanto aos estudos de gênero e discurso, no que diz respeito aos aspectos assimétricos das relações de gênero.

Quando se pensou na possibilidade de mulheres praticarem violência de gênero contra seus parceiros, logo se pensou a respeito de estudos que pudessem explicar e/ou compreender este fenômeno social. Para tanto, trazemos alguns aportes teóricos que nortearão este estudo, tais como a teoria de gêneros, bem como a noção e implicações que este conceito traz para a vida social. Em seguida, trazemos um recorte teórico sobre a violência de gênero quanto à questão de mulheres praticarem violência relacional contra seus parceiros.

Com relação ao gênero Relatório de Ocorrência Policial – ROP, pressupõe-se que as práticas sociais dos gêneros do discurso/gêneros textuais devem ser repousadas no enunciado, uma vez que ele é parte constitutiva da construção de identidades e da elaboração de redes de crenças, e por último, uma forma de ação capaz de criar e/ou manter relações de poder e dominação. Dentro destas articulações de poder, Foucault (1969) apud Junior (2012) afirma que o poder é uma relação de forças, e todos nós estamos envolvidos nele, que é responsável também pela imposição de “conjunto de verdades.” Por isso nosso interesse em estudar o tema de homens violentados por mulheres a partir dos relatos/denúncias de violência de gênero apresentados nos ROPs, no qual os atores sociais se utilizam da linguagem para representar suas ações e/ou eventos sociais, ou mesmo dilemas. E por considerar que o ROP é muito importante para a sociedade, em razão de seus resultados diretos na vida dos envolvidos (atores sociais), faz-se necessário que se dispense um olhar atento para a relação social que a linguagem estabelece nesse gênero textual, já que “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem” (BAKHTIN, 1997b, p.261). E ao se considerar a importância da linguagem em uso, considera-se também o contexto social, uma vez que “o texto define-se por tudo que se fala e escreve com um propósito num dado contexto, onde cada texto sofre as influências do contexto em que é produzido e, especialmente no caso da escrita, em que será recebido” (FUZER, 2008, p.26).

Diante disso, para este momento, nossos objetivos são dois: primeiro compreender a relação social, por intermédio da linguagem e das ações, entre os atores sociais – os homens violentados por mulheres e suas agressoras – a partir do gênero textual Relatório de Ocorrência Policial. Segundo, descrever as principais características desse gênero textual, descrever sua configuração textual, identificando as

sequências textuais predominantes nos históricos registrados, sem perder de vista aspectos relativos à sua funcionalidade, sua intenção comunicativa e seu campo de atuação.

Para fundamentar este estudo, buscamos respaldo nos pressupostos teóricos e metodológicos advindos das ciências sociais (Grossi 1998; Heilborn 1999; Lisboa 2000; Lima 2000; Medrado 2008; Scott 1985, Júnior, 2012 entre outros), dos gêneros do discurso/gêneros textuais (Marcuschi 2008; Bakhtin 1997, entre outros) e de Leis federal.

Em nossas reflexões, abordamos as questões sobre violência de gênero contra homens, praticadas por mulheres. Em seguida, apresentamos uma breve revisão dos campos dos gêneros sociais entre outros, e dos campos da linguística textual, seguida de uma retomada de conceituações relativas aos gêneros textuais. Dando continuidade, apresentamos a abordagem da pesquisa e os critérios utilizados na seleção do *corpus*, seguidos de resultados preliminares da análise de texto dos relatórios de ocorrência em estudo.

Gênero social e violência de gênero

Segundo Junior (2012), a respeito da violência de gênero, muitos estudos detiveram seu foco nas agressões contra as mulheres agredidas por homens, incluindo a própria violência doméstica, e ao silêncio dessas vítimas. Neste contexto histórico surgiu nos anos 1980, a Delegacia da Mulher, um espaço institucionalizado, onde as mulheres vítimas de violência de gênero podiam relatar as agressões ou maus-tratos sofridos. Obviamente, neste cenário não se encontra apenas a violência doméstica, mas outras ações que se configuram como violência, ou seja, os diversos tipos de violência. Atualmente, as relações de dominação e poder vêm tomando novas formas, se estendeu a outros atores sociais como a mulher ou mesmo o homossexual (masculino ou feminino), sendo estas categorias de gênero social vistas sempre como incapazes de praticar algum tipo de violência. Embora sempre foi alegado que o heterossexual masculino seja considerado fisicamente mais forte do que a mulher e os homossexuais, esse traço distintivo parece não ser mais impeditivo quando uma mulher pratica violência relacional contra homens. Para compreender como este fenômeno social vem ocorrendo, procuramos traçar um recorte teórico para compreender como os sujeitos são estruturados histórica e culturalmente.

Até recentemente os indivíduos eram classificados apenas como homens ou mulheres com base em suas características anatômicas e fisiológicas, isso se funda-

menta, por exemplo, o fato de que os homens sejam considerados mais fortes que as mulheres. Embora isto se apresente parcialmente verdadeiro, há também ocasiões em que as formas de violências não são determinadas pela força física, mas por outras estratégias de poder e dominação. A perspectiva biológica determinista objetivava naturalizar a classificação fisiológica de masculino e feminino, ou seja, o que se pretendia era categorizar, de forma dicotômica e fechada, os indivíduos como ou masculinos ou femininos.

Devido a críticas recebidas do movimento feminista, nos anos 1970 houve uma ressignificação do termo gênero, gerando um construto teórico hoje utilizado em vários campos das ciências sociais, no qual Heilborn (1994, p. 01) define assim:

Gênero é um conceito das ciências sociais que, grosso modo, se refere à construção social de sexo. Significa dizer que, no jargão da análise sociológica, a palavra sexo designa agora a caracterização anátomo-fisiológica dos seres humanos e, no máximo, a atividade sexual propriamente dita. O conceito de gênero ambiciona, portanto, distinguir entre o fato do dimorfismo sexual da espécie humana, mas a qualidade de ser homem e ser mulher é condição realizada pela cultura.

Assim, a noção de gênero é cultural, construída pelos grupos sociais hegemônicos que determinam o que é ‘apropriado’ para o funcionamento social. Por este motivo, podemos afirmar que o gênero está relacionado ao poder e a dominação entre os papéis entre homens e mulheres. Muito mais que se utilizar de um sistema classificatório, o sistema de divisão social por sexos trouxe consequências que até os dias de hoje não puderam ser superadas, ou seja, devido a esse sistema houve a divisão sexual do trabalho, do direito e da educação, áreas nas quais as posições de poder são fortemente disputadas entre os atores sociais. Se refletirmos sobre a longa história humana repleta de desigualdades, discriminações, assim como a própria violência de gênero, é correto afirmar que o gênero tem servido para organizar as práticas sociais, assim como pessoas e até mesmo a própria ideia de sexo.

Em relação à violência de gênero, foi reconhecida no Brasil na década de 1980, sendo direcionada apenas às mulheres que eram vítimas de violência relacional praticada por homens (PASSINATO, 2004 apud JUNIOR, 2012). Esta noção em torno da violência de gênero repousava ainda sob os limites entre masculino e feminino, pois esta diferença estava delimitada pelo patriarcado. O conceito de violência de gênero pode ser assim entendido como:

[...] uma realização determinada das relações de forças tanto em termos de classes sociais quanto em termos interpessoais. Em lugar de tomarmos a violência como violação

e transgressão de normas, regras e lei, preferimos considerá-la sob dois outros ângulos. Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violências. (CHAUI, 1984, p. 8-9, apud JUNIOR 2012).

A expressão violência de gênero sempre foi associada à violência doméstica ou mesmo qualquer violência contra a mulher praticada pelo homem (SOARES, 2000; SAFFIOTI, 1995 apud JUNIOR, 2012). Mas de acordo com Saffioti (2004), nos estudos críticos sociais em relação à violência, não há tanto um consenso quanto uma visão nítida entre os pesquisadores em relação aos tipos de violência.

De acordo com Machado e Araújo (2004), a violência de gênero é um fenômeno social que pode e deve ser ampliado no seu sentido e compreensão, pois se deve considerar que este fenômeno não é apenas referente a homens como praticantes, mas também a outros atores sociais. Ou seja, a questão da violência também é uma questão de relação de dominação e poder, sendo este depositado sobre atores sociais, e não apenas sobre categorias analíticas de gênero. Esta situação nos leva a pensar sobre as novas formas de poder instituído socialmente, e de acordo com os autores mencionados:

Além da masculinidade hegemônica, novas formas de masculinidades estão surgindo paralelamente às novas formas de feminilidade. Ao mesmo tempo em que as mulheres ocupam papéis antes reservados aos homens, principalmente do mundo doméstico e familiar [...]. Distanciando-se do modelo tradicional de marido e pai autoritário, muitos homens tentam hoje ser mais afetivos e democráticos com seus filhos e partilham tarefas domésticas e despesas com suas companheiras, uma vez que ambos precisam trabalhar para manter a família. (MACHADO; ARAÚJO, p. 47, 2004).

A violência de gênero, como pode ser compreendido acima, não está mais direcionada à mulher que sofre deste fenômeno social, mas também direciona a outros indivíduos, tal concepção foi anteriormente observada por Foucault (1969) apud Junior (2012) quando ele mencionava que o poder não está em guarnição apenas da hegemonia, mas das classes, assim como daquele que faz uso desse poder. Surge, então, um novo paradigma em relação a agressores e agredidos, ou seja, outrora a agressão estava apenas em poder da hegemonia masculina, mas atualmente devido às divisões de papéis sociais bem como a evolução econômica, a violência de gênero

vem tomando diferentes formas. É possível pensar em relações de gênero baseadas em sujeitos sociais e não apenas nas divisões dicotômicas como sexo e gênero, macho e fêmea. Portanto, o eixo central das discussões sobre gênero deve ser o reconhecimento de um processo de reconstrução, em que essas categorias não são fixas.

Para melhor situar e/ou compreender esta situação, Machado e Araújo (2004) apresentam em seu artigo sobre violência relacional, os diversos motivos pelos quais algumas mulheres agredem homens, sendo um deles como defesa ou mesmo como revidar a violência sofrida anteriormente. As autoras desenvolveram seu trabalho em duas perspectivas, ou seja, os motivos pelos quais homens são agredidos, e os motivos que levam as mulheres a praticar violência. Nesse estudo, os homens alegam que geralmente o problema começa com uma simples discussão sobre problemas que estão relacionados à separação, ou mesmo a embriaguez, assim como problemas econômicos. Outro fator marcante observado na pesquisa destas autoras é a presença do ciúme (geralmente como fundamento, conforme as autoras supracitadas), que segue de separação, ou seja, a não aceitação do homem romper a separação e consequentemente agredi-lo como forma de protesto ou negação. Por último, elas alegam a recusa da mulher em manter relações sexuais, no que resulta em violência.

Mas não são apenas estes motivos que devem ser considerados preponderantes na agressão de algumas mulheres aos seus maridos/esposos/namorados, enfim, mas devemos investigar de modo crítico que as violências que ocorrem são muitas vezes revestidas de forma de poder, que pode ser exercido diferentemente por cada ator social, uma vez que esta diferença ocorre devido aos papéis performativos determinado pelo gênero.

Enfim, os estudos sobre masculinidade trazem não um embate aos estudos feministas, ao contrário, estudar os fenômenos sociais neste campo é compreender as formas de masculinidades e de feminilidades que estão ocorrendo no mundo social. Deve-se compreender a violência como relação de poder, cuja finalidade repousa no modo de ação, o que sugere a ideia de que a relação de poder não está na divisão dicotômica entre polos ativos, mas sim, no modo como o sujeito social é coagido, interditado; e pensar sobre o jogo dos poderes sociais nesta linha, é admitir que,

[...] o poder não é da ordem do consentimento; ele não é, em si mesmo, renúncia a uma liberdade, transferência de direito, poder de todos e de cada um delegado a alguns (o que não impede que o consentimento possa ser uma condição para que a relação de poder exista e se mantenha); a relação de poder pode ser o efeito de um consentimento anterior ou permanente; ela não é, em sua própria natureza, a manifestação de um consenso. (FOUCAULT, 1995, p. 243 apud JUNIOR, 2012).

A esse respeito, Grossi (1998) em suas pesquisas aponta que esses estudos devem ser desenvolvidos de modo cuidadoso, uma vez que a discussão sobre este tema ecoa em diversas áreas de estudos críticos sociais. Para tanto, ela afirma que,

Já há vários anos venho estudando a construção social do fenômeno da violência contra a mulher no Brasil. Minha trajetória pessoal de militante feminista no SOS mulher de Porto Alegre e de pesquisadora no campo das Relações de Gênero têm me apontando uma série de impasses para a análise da problemática da violência conjugal. Por outro lado, os dados quantitativos que possuímos - boletins de ocorrência em delegacias da mulher de diferentes lugares do Brasil, Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a violência contra a mulher, IBGE - apontam para a gravidade e o aumento do uso de diferentes formas de violência no âmbito do espaço doméstico. Por outro lado, dados mais qualitativos obtidos a partir de entrevistas com militantes feministas, delegadas, psicólogas, assistentes sociais, advogadas e depoimentos de mulheres vítimas de violência conjugal parecem mostrar que há impasses nas soluções propostas até o presente no Brasil para a superação deste grave fenômeno social. (GROSSI, 1998, p. 293).

Para esta pesquisadora, a violência de gênero não diz respeito apenas às mulheres, mas aos sujeitos sociais, no qual o poder é o ponto de partida para compreender este fenômeno social. Embora, historicamente, este fenômeno estivesse sob a guarnição masculina, atualmente pode-se pensar em outras dinâmicas de relação de gênero. Ou seja, não estamos mais tratando de mulheres vitimadas por homens ou vice e versa, mas, sobretudo, de sujeitos sociais disputando poderes em suas relações.

Esta situação nos leva a refletir sobre as dinâmicas conjugais, neste caso, tanto homens quanto mulheres neste cenário social estão se violentando, o que anteriormente é visto apenas sob o controle de um dos parceiros. De acordo com Grossi (1998, p. 308),

[...] os atos de violência no vínculo conjugal- sejam físicos, sexuais, emocionais ou psicológicos- remetem a um cenário preestabelecido, no qual marido e mulher conhecem seus papéis e repetem na maior parte do tempo um texto socialmente conhecido, texto que oscila entre amor e dor, texto aprendido no processo de socialização, mas também escrito e reescrito por ambos os parceiros, uma vez que constatamos diferentes representações da violência nas narrativas que escutamos.

Uma das dificuldades apontadas que levam homens a não denunciar atos de violência praticados por mulheres é descrita da seguinte maneira:

Uma possível explicação é que grande parcela de formas de violência não chega ao conhecimento institucional oficial e sobre elas não há quaisquer informações. Outras tantas nem

mesmo são reconhecidas pela sociedade e, conseqüentemente, por suas instituições, como a violência conjugal contra homens. Considerando os registros, o conjunto de informações é limitado, devido à maneira como são preenchidos os formulários, com a frequente omissão de dados essenciais ao esclarecimento do fenômeno da violência em geral, o que dificulta a resolução dos casos. (ALVIM; SOUZA, 2005, p. 179 apud JUNIOR, 2012).

Não apenas os fatores apontados por estes atores são os únicos que impedem homens de relatar violências, mas a questão da vergonha de ir até a uma delegacia de polícia e ser visto de forma ridicularizado por ter sido agredido por sua parceira, a questão de a identidade ser exposta, ou mesmo por questão financeira, religiosa, ou por outros motivos ainda não apontados em outras pesquisas sobre o tema; e também tem a questão do agente de polícia ser homem ou mulher pode causar certo desconforto para o homem, e isto também se estende ao homossexual masculino ou feminino agredido(a) por seus parceiros(as) quanto por homofóbicos. E embora o número de relatórios de ocorrências policiais, boletins de ocorrências ou mesmo de termos circunstanciados de homens agredidos por mulheres seja ainda irrisório no Brasil, já aparecem alguns casos, nos quais homens sofrem violência relacional, embora seja pouco divulgado por não ser um fenômeno social bem compreendido por outros homens, assim como também por mulheres. No entanto, trazemos aqui um caso que ocorreu em Cuiabá-MT, assim como as resoluções jurídicas empregadas.

A Lei 11. 340/06, designada como Lei Maria da Penha, utilizada nos casos de mulheres que alegam sofrer violência intrafamiliar, também pode ser aplicada a homens que sofrem de violência intrafamiliar por mulheres. Não seria estranheza esse fato, uma vez que a doutrina jurídica pode, nesses casos, aplicar a lei da proporcionalidade. O primeiro caso foi realizado pelo Juiz Mário Roberto Kono de Oliveira, da vara Especial Criminal Unificado de Cuiabá. A vítima era um homem que alegou que estava sofrendo agressões físicas, psicológica, entre outras. No dizer do Juiz Oliveira, este mecanismo jurídico representa que:

É sim, ato de sensatez, já que não procura o homem se utilizar de atos também violentos como demonstração de força ou de vingança. E compete à Justiça fazer o seu papel e não medir esforços em busca de uma solução de conflitos, em busca de uma paz social.

Um caso típico foi de um homem que era agredido por sua companheira, levando a delatá-la em boletim de ocorrência e termo circunstanciado, sendo que em ambos constavam pedido de exame de corpo delito, nota fiscal do concerto do veículo danificado por ela e diversos e-mails difamatórios e intimidatórios enviados. A sentença decidida neste caso foi o impedimento de 500 metros de distância da vítima

em seu trabalho ou moradia, assim como qualquer tipo de contato direto ou indireto.

O descumprimento da sentença pode resultar em um enquadramento de um processo criminal, podendo a acusada ser detida. Em suma, o homem estava vivenciando uma das formas de violência doméstica.

De acordo com o Juiz Oliveira apud Junior (2012), a decisão emitida foi:

Decisão interlocutória própria padronizável proferida fora de audiência. Autos de 1074/2008 Vistos, etc. Trata-se de pedido de medidas protetivas de urgência formulada por CELSO BORDEGATTO, contra MÁRCIA CRISTINA FERREIRA DIAS, em autos de crime de ameaça, onde o requerente figura como vítima e a requerida como autora do fato. O pedido tem por fundamento fático, as várias agressões físicas, psicológicas e financeiras perpetradas pela autora dos fatos e sofridas pela vítima e, para tanto instrui o pedido com vários documentos como: registro de ocorrência, pedido de exame de corpo de delito, nota fiscal de conserto de veículo avariado pela vítima, e inúmeros e-mails difamatórios e intimidatórios enviados pela autora dos fatos à vítima. Por fundamento de direito requer a aplicação da Lei de nº 11.340, denominada “Lei Maria da Penha”, por analogia, já que inexistente lei similar a ser aplicada quando o homem é vítima de violência doméstica. Resumidamente, é o relatório. DECIDO: A inovadora Lei 11.340 veio por uma necessidade premente e incontestável que consiste em trazer uma segurança à mulher vítima de violência doméstica e familiar, já que por séculos era subjugada pelo homem que, devido a sua maior compleição física e cultura machista, compelia a “fêmea” a seus caprichos, à sua vilania e tirania.

Gêneros do discurso/gêneros textuais e relatório de ocorrência policial

Segundo Bakhtin (1997b, p. 124) a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua, tampouco no psiquismo individual dos falantes. Para ele, a substância da língua é constituída pelo fenômeno social da interação verbal realizada através das enunciações. Ou seja, a língua é um objeto abstrato, todavia como atividade social, fundada nas necessidades de comunicação, assim, a natureza da língua seria essencialmente dialógica.

De acordo com Brandão (1995, p.09) apud Macedo (2009), Bakhtin privilegia a enunciação enquanto realidade da linguagem: “A matéria linguística é apenas uma parte do enunciado; existe também uma outra parte, não – verbal, que corresponde ao contexto da comunicação”. Trata-se de uma visão de linguagem como interação social, sendo que o outro desempenha papel fundamental na constituição do significado. A ideia bakhtiniana é integrar o ato de enunciação individual num contexto mais amplo, a fim de revelar relações intrínsecas entre o linguístico e o social, haja

vista que limitar-se ao estudo interno da língua não seria tarefa de um linguista que intenta dar conta do seu objeto.

Concordando ainda com Bakhtin apud Macedo (2009), a língua não existe por si mesma, em conjunção com a estrutura individual de uma enunciação concreta ela se consolida; através da enunciação, a língua mantém contato com a comunicação tornando-se realidade. São as condições sociais de cada época que determinam as condições de comunicação verbal, suas formas e métodos. Logo, a língua é um legado histórico – cultural da humanidade. “Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos* relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*” (BAKHTIN, 1997b, p. 279).

Os gêneros do discurso são a materialização do diálogo cotidiano; portanto, sua variedade é infinita. Cada esfera da atividade humana comporta um repertório de gêneros, daí sua heterogeneidade. Tendo em vista isso, percebe-se a importância do estudo de gêneros do discurso para todas as áreas da linguística. Bakhtin (1997a, p.282) confirma essa importância ao dizer que “a língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também dos enunciados concretos que a vida penetra na língua”. Para Bakhtin (1997a, p. 283), o enunciado pode refletir a individualidade de quem fala, porém nem todos os gêneros são aptos a refletir a individualidade na língua do enunciado; assim, a variedade dos gêneros do discurso pode revelar a variedade dos estratos e aspectos da personalidade individual. Para o autor, os enunciados, e os gêneros do discurso a que pertencem, são as correias de transmissão que levam a história à sociedade; assinala que a história da língua escrita é marcada tanto pelos gêneros secundários (literários, científicos, ideológicos), como pelos primários (diálogo oral: linguagem familiar, cotidiana, filosófica, dos círculos, etc.); apresenta caminhos para um estudo da linguagem como atividade sociointeracional; aponta algumas características da unidade deste estudo (o enunciado), contrastando com a unidade tradicional dos estudos linguísticos (a sentença). Os gêneros são enfocados pelo viés dinâmico da produção, um vínculo orgânico entre a utilização da linguagem e a atividade humana.

Marcuschi (2008) apud Macedo (2009) pontua que os gêneros textuais são nossa forma de inserção, ação e controle social no dia-a-dia. Para este autor, toda atividade discursiva se dá em alguns gêneros, isso comprova sua imensa pluralidade e seu caráter sóciohistórico; ressalta também a essencialidade dos gêneros à interlocução humana. Esse mesmo autor mostra que os gêneros produzidos cientificamente dão legitimidade ao nosso discurso; os ensaios, as teses, artigos, resumos, conferências,

enfim, são gêneros de grande prestígio, haja vista que podem determinar uma forma de fazer ciência, divergindo o que é científico do que não é. Todavia, o autor assinala que os gêneros textuais não criam relações deterministas, nem perpetuam relações; eles apenas se manifestam em certas condições de suas realizações. Quer dizer, os gêneros textuais pertencem a uma máquina sociodiscursiva; logo, nossa inserção social e nosso poder social, em parte, dependem de como dominamos e manipulamos os gêneros do discurso.

Conforme Fuzer (2007), o conjunto de textos produzidos por um indivíduo corresponde a um agrupamento de gêneros. Sendo assim, os documentos oficiais, produzidos por um policial militar no exercício de sua atividade profissional podem ser considerados gêneros textuais. E esses gêneros estão relacionados com o a função social desse indivíduo e podem apresentar interesses e valores desse grupo social específico, além de reforçar regras sociais e relações entre escritores e leitores.

Entre os documentos oficiais mais importantes produzidos pelos policiais militares de serviço está o Relatório de Ocorrência Policial, mais conhecido por ROP, podendo ser definido como “documento expedido por militar no comando de viatura policial-militar, ou por militar isolado, em decorrência de atividade operacional, discriminando fatos e/ou atos com qualificação de envolvidos.” As informações nele contidas são de suma importância, podendo ser cruciais no desfecho de um processo judicial, visto que são colhidas ou observadas no momento dos acontecimentos. É um documento oficial (formulário), sendo o registro ordenado e minucioso que narra os acontecimentos da ocorrência de maneira ordenada, coerente, clara, concisa, precisa, objetiva e que resguarda as ações e providências adotadas pelos policiais, explicitando os fundamentos de fato e de direito, estabelecendo uma lógica entre estes, devendo ser isento da interferência da individualidade da pessoa que o elabora.

O ROP é um gênero textual composto por partes descritivas e narrativas. Na descrição são relacionados dados como qualificação dos envolvidos, materiais apreendidos, integrantes da equipe policial, entre outros. A parte narrativa é composta por elementos próprios da narração, respondendo às seguintes perguntas: Quem? (personagens), Quê? (Atos, enredo), Quando? (dia, hora, momento), Onde? (o lugar da ocorrência), Como? (o modo como se desenvolveram os acontecimentos), Por quê? (A causa dos acontecimentos se for sabida). Recomenda-se que os fatos sejam narrados na seguinte ordem: 1. O acontecimento que gerou a ocorrência ou como ocorreu o empenho. 2. Circunstâncias com as quais o policial se deparou ao chegar ao local da ocorrência. 3. Providências policiais, devidamente fundamentadas e motivadas. 4. Desfecho da ocorrência.

No histórico do ROP, deve-se relatar apenas o que é significativo, selecionar fatos relevantes e evitar que os acontecimentos se amontoem sem nenhum significado. Os dados que forem lançados em campos parametrizados não precisam ser repetidos no histórico, exceto se forem importantes para a narrativa. O histórico deve ser fiel à realidade, dando noção do lugar, circunstâncias e participação dos envolvidos. Deve narrar, de forma concisa e objetiva, todas as informações colhidas no local da intervenção policial, as quais terão valor inestimável nas investigações posteriores.

Em observância aos princípios da legalidade e motivação, o relator da ocorrência deve fundamentar as ações e providências que adotar, principalmente coercitivas, como uso da força, prisões, apreensões e multas. Deve expor, de forma lógica e objetiva, os motivos de fato e de direito que o levaram a adotar tais medidas. Por exemplo, quando o policial apreende um objeto/instrumento que tem relação com o crime, ele deve indicar o motivo de ter tomado essa providência. O ato administrativo não tem eficácia nem validade se não estiver alicerçado no Direito e na Lei. Quando o policial motiva suas ações, ele afasta possíveis suspeitas e resistências. Portanto, deve ser produzido sempre que for solicitada a presença de um policial; é uma forma de comprovar a ação da polícia e o cumprimento de seu dever em atender uma ocorrência.

Ocorrência policial é todo fato ou ato que necessite da intervenção da polícia militar que, segundo a Constituição Federal de 1988, no Artigo 144, parágrafo 5º, atribui às polícias militares, dois grandes campos de atuação “a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública”. O primeiro campo é entendido como a vigilância das atividades normais da sociedade e de intervenção naquilo que se apresente como anormal, em geral um ilícito penal. O policiamento ostensivo, com isso, tem por objetivo inibir práticas infracionais. O segundo campo de atuação, a preservação da ordem pública, é o esforço para manutenção da ordem jurídica, no estado de normalidade, seu restabelecimento quando rompida e seu aperfeiçoamento quando necessário. E dentre as medidas cabíveis, nos casos de constatação do cometimento de crime ou contravenções penais está a confecção do ROP.

Percurso metodológico

Como dito anteriormente, nossos objetivos são dois: primeiro compreender a relação social, por intermédio da linguagem e das ações, entre os atores sociais – os homens violentados por mulheres e suas agressoras – a partir do gênero textual Relatório de Ocorrência Policial. Segundo, descrever as principais características desse

gênero textual, descrever sua configuração textual, identificando as sequências textuais predominantes nos históricos registrados, sem perder de vista aspectos relativos à sua funcionalidade, sua intenção comunicativa e seu campo de atuação. Na interpretação, realizamos a análise textual dos elementos linguísticos que retratam a violência contra o homem, no espaço destinado para o registro da ocorrência.

Seguindo os princípios da pesquisa documental, de base qualitativa, exploramos, para este trabalho, um *corpus* constituído de 03 (três) ROPs, coletados no setor de estatística do Comando de Policiamento da Capital – CPC – da Polícia Militar, localizado na cidade de Boa Vista-RR. A seleção do material foi realizada a partir da análise das ocorrências que envolvem homens vitimados por mulheres, na cidade de Boa Vista-RR, no ano de 2011.

Para fundamentar este estudo, buscamos respaldo nos pressupostos teóricos e metodológicos advindos das ciências sociais (Grossi 1998; Heilborn 1999; Lisboa 2000; Lima 2000; Medrado 2008; Scott 1985, Júnior, 2012 entre outros), dos gêneros do discurso/gêneros textuais (Marcuschi 2008; Bakhtin 1997, entre outros) e de Leis federal.

As ocorrências selecionadas para essa pesquisa e as infrações nelas descritas, estão relacionadas entre os crimes contra vida; crimes contra a liberdade individual, ambas tipificadas no Código Penal Brasileiro, Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940; e crimes de violência doméstica e familiar contra mulher, tipificada na Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha.

Análise dos relatos das ocorrências

Num primeiro momento, pode-se observar que a ação de linguagem realizada por meio desse documento é autorizada por meio da ação sociodiscursiva: registrar uma notícia-crime. O que legitima esse ato são os elementos contextualizadores desse documento, que o valida como pertencente a uma instituição jurídica: o logotipo ou sigla da instituição que a caracteriza como sendo um órgão público, Polícia Militar de Roraima. Na sequência, o número do documento, seguido do espaço destinado para caracterizar a viatura, setor da ocorrência, data, hora do ocorrido, natureza da ocorrência, o local em que os fatos registrados ocorreram, bem como a caracterização dos sujeitos envolvidos: a(s) vítima(s), testemunha(s) e o(s) autor(es) do fato – suposto(s) agressor(es). Por fim, o histórico da ocorrência, dados e a assinatura do/a policial responsável pelo registro da ocorrência. São estas marcas linguísticas: registro da ocorrência, data e hora em que o fato ocorreu e o momento em que foi feito o relato da ocorrência, os dados e a assinatura do policial que fez o registro por

escrito, dentre outros, que validam o relatório de ocorrência como um documento.

Em geral, no relatório de ocorrência policial, no espaço destinado para o histórico da ocorrência, as sequências que estruturam o texto – narrativo-descritivo –, apresentam uma estrutura de relato, que sinaliza que o sujeito escritor (o/a policial militar) distancia-se das ideias e proposições apresentadas em seu texto, em vez de afirmá-las, uma vez que as proposições são atribuídas a outro. Isso significa que o autor, ao apresentar as ideias do outro, não as assumem como sendo de sua autoria.

Passemos à análise dos textos retirados do histórico de ocorrência dos ROPs.

Vejamos o texto (1) a seguir:

Categoria de infração penal: crime contra a vida – homicídio simples: artigo 121 do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Pena – reclusão, de 06 (seis) a 20 (vinte) anos.

ROP 1

Senhor (A) DELEGADO (A) DO 4º DP.

FOMOS ACIONADOS NO ENDEREÇO ACIMA CITADO PARA ATENDER UMA OCORRÊNCIA ONDE AO CHEGARMOS NO LOCAL FOMOS INFORMADOS PELOS CITADOS NOS ITENS 03 E 04 QUE POR VOLTA DAS 05H30MIN O CITADO NO ITEM 01, QUE ESTAVA VISIVELMENTE EMBRIAGADO AGREDIU SUA ESPOSA COM SOCOS SEM MOTIVO APARENTE E MUNIDA DE UMA FACA, A MESMA CITADA NO ITEM 02 SE DEFENDEU DESFERINDO UM GOLPE NO TORAX DO ITEM 01, O QUE OCASIONOU SUA MORTE. EM CONTINUO, A ITEM 02 DESLOCOU-SE COM A FILHA DO CASAL EM RUMO IGNORADO. SAIMOS EM DILIGÊNCIAS E ENCONTRAMOS A CITADA NO ITEM 02 NA CASA DE SUA IRMÃ, NA RUA C 59 COM TRAVESSA DOS MACUXIS NO BAIRRO EQUATORIAL, A MESMA NÃO RESISTIU A PRISÃO E INFORMOU QUE SOMENTE SAIU DO LOCAL PARA PROTEGER SUA FILHA. FOI FEITO O LEVANTAMENTO PERICIAL NO LOCAL E O CORPO FOI REMOVIDO PELA EQUIPE DO IMOL.

Nesse fragmento, considerando o sujeito escritor – o policial –, nota-se que o agente responsável pelo registro do ROP usa a pista linguística “Fomos informados pelos citados nos itens 03 e 04”, sinalizando para o leitor que as informações, ideias apresentadas no histórico da ocorrência não são de sua responsabilidade, mas as atribuí a outros, que são as testemunhas do fato. A respeito disso, Araújo 1997:126 apud Santos afirma que uma estrutura de relato apresenta três critérios básicos:

1. A sentença deve conter, no mínimo, uma estrutura de relato, isto é, um par de orações: a de relato e a relatada. A sentença pode, ainda, incluir um adjunto de relato ou um par de

- orações do tipo citação e oração citada em discurso direto;
2. A sentença deve conter ideias ou opiniões atribuídas a outros;
3. O escritor deve distanciar-se das ideias que está relatando.

A relação social entre os atores sociais, os envolvidos na ocorrência, percebe-se ser uma relação conjugal conflituosa, que gerou pelo menos uma filha e cujos dados pessoais são desconhecidos. O ROP esclarece a origem do conflito bem como o desfecho – “O item 01, que estava visivelmente embriagado agrediu sua esposa com socos sem motivo aparente e munida de uma faca, a mesma citada no item 02 se defendeu desferindo um golpe no tórax do item 01, o que ocasionou sua morte” –, mas não esclarece se antes desse conflito houve outros. Segundo a afirmação policial “A mesma não resistiu a prisão e informou que somente saiu do local para proteger sua filha”. Nessa fala, podemos notar uma pessoa consciente de seus atos. Que mulher é essa? Que outro fator a levou a praticar tal ato? Teria ela outros motivos para tanto? Machado e Araújo (2004) apresentam em seu artigo sobre violência relacional, entre outros motivos, a defesa como um revide à violência sofrida anteriormente. A respeito disso, vejamos o diz que Grossi (1998, p. 297) quando define a diferença entre violência e agressão da seguinte maneira:

Considero que a agressão implica e permite revide, é um ato onde não há uma distinção nítida entre sujeito e a vítima da violência que sofreu. Violência, no entanto, é uma agressão que aniquila o indivíduo que a sofre, paralisando-o e impedindo-o de reagir. No entanto, apesar de compartilhar desta distinção entre as categorias violência e agressão, continuo usando a categoria “violência contra a mulher” numa acepção bastante vasta, uma vez que foi em torno desta categoria que se construíam as teorias com as quais para estudar a presença de atos violentos no interior da conjugalidade, no espaço do doméstico, mesmo quando, em muitos casos, trataremos de “agressões” e não “violências” conjugais.

Assim, não se pode afirmar que esses atores sociais viveram/tiveram uma relação conjugal conflituosa constante, e se havia históricos anteriores de agressões; mas podemos afirmar que o desfecho do revide contra a agressão recebida do agressor-marido foi violento, pois acabou aniquilando o companheiro.

Analisemos o texto (2) a seguir:

Categoria de infração penal: crimes da violência doméstica e familiar contra mulher, artigo 7º da Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006, lei Maria da Penha. Julgado pelos Juizados Especializados de Violência Doméstica contra a Mulher (por analogia contra o Homem)

ROP 2

Senhor (a) Delegada,

AO SERMOS ACIONADOS VIA CECOP 190, NO ENDEREÇO ACIMA A INFRA-TORA DO ITEM 1 ESTAVA AGREDINDO SEU COMPANHEIRO O ITEM 3, E A ITEM 2 AO TENTAR DEFENDER O PAI O ITEM 3, TAMBÉM FOI AGREDIDA E SOFREU MAUS TRATOS E AMEAÇAS DA ITEM 1, QUE O ITEM 5 ESTAVA EM ESTADO DE CHOQUE E VIZINHOS O ACOLHERAM, A VIZINHANÇA INFORMOU SER DE COSTUME QUE A ITEM 1 DECORRE NOS MESMOS ATOS CRIMINOSOS PARA COM SEU COMPANHEIRO E FILHOS. SOLICITO-VOS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS.

O exemplo (2) contraria em parte os critérios mencionados anteriormente. Vejamos: depois de relatar como tomou conhecimento da ocorrência, o PM afirma que ao chegar ao local da ocorrência a suposta agressora estava agredindo o companheiro, a filha e o filho: “A infratora do item 1 estava agredindo seu companheiro o item 3, e a item 2 ao tentar defender o pai o item 3, também foi agredida e sofreu maus tratos e ameaças da item 1, que o item 5 estava em estado de choque e vizinhos o acolheram”. Nesse fragmento, percebe-se que o policial presenciou a cena de agressão contra marido e filhos praticada pela mulher. Mais adiante, retoma a estrutura do relato: “A vizinhança informou ser de costume que a item 1 decorre nos mesmos atos criminosos para com seu companheiro e filhos”, pois a informação relatada é atribuída à vizinhança.

A relação social entre esses atores sociais – marido e filhos agredidos e mulher agressora – é de agressão “A infratora do item 1 estava agredindo seu companheiro o item 3, e a item 2 ao tentar defender o pai o item 3, também foi agredida e sofreu maus tratos e ameaças da item 1, que o item 5 estava em estado de choque”; de conflitos e de conturbação a bastante tempo, fato comprovado na pista linguística “A vizinhança informou ser de costume que a item 1 decorre nos mesmos atos criminosos para com seu companheiro e filhos”. Estamos diante de um crime de agressão ou de violência doméstica e familiar? Bem, considerando a Lei 11.340/06, conhecida com Lei Maria da Penha, estamos diante de ambos crimes. Porém, baseados nos crimes de gênero, definidos na Lei Maria da Penha, estamos diante, sim, de um crime de violência doméstica e familiar; mas em vez de ser cometida por um homem contra uma mulher é o contrário. Estamos diante de um homem e os filhos agredidos pela mulher/mãe. Como visto anteriormente, o Juiz Mário Roberto Kono de Oliveira, da vara Especial Criminal Unificado de Cuiabá, aplicou a Lei 11. 340/06, designada como Lei Maria da Penha, utilizada nos casos de mulheres que alegam sofrer violência intrafamiliar, para homens que sofrem de violência intrafamiliar por

mulheres. O primeiro caso foi realizado por ele, cuja vítima, um homem, alegava que estava sofrendo agressões físicas, psicológica, entre outras. Nesse caso, se fundamentou na lei da proporcionalidade e acrescentou que este mecanismo jurídico representa,

É sim, ato de sensatez, já que não procura o homem se utilizar de atos também violentos como demonstração de força ou de vingança. E compete à Justiça fazer o seu papel e não medir esforços em busca de uma solução de conflitos, em busca de uma paz social.

Analisemos o texto (3) a seguir:

Categoria de infração penal: dos crimes contra a liberdade individual: crime de ameaça, artigo 147 do Decreto-Lei 2.848 de 07 de dezembro de 1940. Lei julgada pelos Juizados Criminais Especiais – crimes de menor potencial ofensivo. Pena – detenção, de 01 (um) a 06 (seis) meses ou multa. Parágrafo único: somente se procede mediante representação.

ROP 3

Senhor (A) DELEGADO (A), ACIONADOS VIA CECOP (190) PARA OCORRÊNCIA DE AMEAÇA COM ARMA DE FOGO; NO LOCAL, A VÍTIMA (ITEM 01) E AS TESTEMUNHAS AFIRMARAM QUE A (ITEM 02) ADENTROU A SEDE DA SODIUR COM UMA ARMA DE FOGO NA MÃO (A PRINCÍPIO CAL. 38) SE DIRIGIU AO (ITEM 01) ENCOSTOU A ARMA NO PESCOÇO DA VÍTIMA (ITEM 01) E LHE FALOU, “QUE O MESMO IRIA MORRER PORQUE BEBEU EM SUA DISTRIBUIDORA E NÃO PAGOU”, MOMENTO EM QUE O SR. CLAUSS¹ (ITEM 04) INTERVIU E LHE CONVENCEU A NÃO ATIRAR E SAIR DA SEDE DA “SODIUR”, MOMENTO QUE EMPREENDEU FUGA. DE IMEDIATO DESLOCAMOS A DISTRIBUIDORA DA MESMA, ONDE ELA TAMBÉM RESIDE. TODAVIA NÃO LOCALIZAMOS A MESMA, PORÉM, ENQUANTO AVERIGUAVAMOS A RESIDÊNCIA NA HORA A CONDUZIDA SURTIU EM UM VEÍCULO GOL PRETO (AAA -9999), VEÍCULO COM AS CARACTERÍSTICAS EXATAS QUE HAVIAM SIDO REPASSADAS PELAS TESTEMUNHAS, SENDO A CONDUZIDA (ITEM 02) ABORDADA E REVISTADA, ASSIM COMO SEU VEÍCULO. TODAVIA, A CONDUZIDA NO MOMENTO DA ABORDAGEM EXALTOU-SE, INCLUSIVE OFENDEU ESTE SIGNATÁRIO, CHAMANDO-ME DE “PRETO SAFADO”, “PRETINHO DE MERDA” E “VAI TOMAR NO CU, SEU PRETO”, SENDO NECESSÁRIO ALGEMÁ-LA PARA CONTÊ-LA, QUE TAMBÉM NEGAVA-SE A NOS ACOMPANHAR.

CONTUDO, JÁ DEPOIS DE ESTAMOS NA DELEGACIA A FILHA DA CONDUZIDA SRª FILOMENA FILINTA², RETORNOU A RESIDÊNCIA PARA PROCURAR A ARMA, PORÉM, SÓ LOCALIZOU A IDENTIDADE DA VÍTIMA, QUE SUA MÃE (ITEM 02) HAVIA TOMADO DA VÍTIMA NO MOMENTO DA AMEAÇA.

¹ Nome fictício para preservar a verdadeira identidade dos sujeitos envolvidos.

² idem

Neste relato retoma-se o dito sobre a estrutura do relato, isto é, depois de o sujeito ter afirmado como tomou conhecimento da ocorrência, relata que a vítima e as testemunhas afirmaram que a agressora invadiu um local com uma arma de fogo em punho: “No local, a vítima (item 01) e as testemunhas afirmaram que a (item 02) adentrou a sede da Sodiur com uma arma de fogo na mão”. Neste exemplo, o policial não presenciou nada. Ao chegar ao local o fato já havia ocorrido. Porém, mais adiante faz afirmações, e ainda faz uso de citações em discurso direto: “A conduzida no momento da abordagem exaltou-se, inclusive ofendeu este signatário, chamando-me de “preto safado”, “pretinho de merda” e “vai tomar no cu, seu preto””. No relato, ora narra “A (item 02) adentrou a sede da Sodiur com uma arma de fogo na mão (a princípio cal. 38) se dirigiu ao (item 01) encostou a arma no pescoço da vítima (item 01) e lhe falou,”; ora afirma “Na delegacia a filha da conduzida Sr^a Filomena Filinta, retornou a residência para procurar a arma, porém, só localizou a identidade da vítima, que sua mãe (item 02) havia tomado da vítima no momento da ameaça”. É interessante ressaltar, que na sequência descritiva que estrutura o relato, percebemos a voz da instituição, que se mantém imparcial diante das versões apresentadas pela vítima. Já na estrutura narrativa, percebe-se claramente a voz da vítima, por meio das ações que ela descreve e as assume como sendo de sua autoria. Assim, embora a vítima não assine o ROP, ela assume as ações narradas naquele texto, pois o/a policial redator faz o registro do histórico da ocorrência embasado na fala dos envolvidos.

A relação social entre esses atores sociais é comercial, e por questão pecuniária se estabelece o conflito. Quer dizer, há dois tipos de conflitos: o primeiro se dá ainda no comércio quando o cliente após consumir a bebida decide sair sem pagar. Não se sabe se a agressora estava no momento do pagamento da dívida, que não acontece. O registro da ocorrência nos mostra a agressora dentro da Sodiur, com uma arma de fogo na mão e ao encostá-la no pescoço da vítima, e, de forma agressiva, cobra a dívida dizendo: “Que o mesmo iria morrer porque bebeu em sua distribuidora e não pagou”. Diante dessas pistas linguísticas, pode-se afirmar que essa mulher agiu de forma truculenta, pois agiu mal apenas tanto com aquele que deixou de quitar sua dívida com ela, quanto com força policial. Nesse relato vemos além do crime de agressão, vemos o crime de porte de arma de fogo (embora não se tenha materialidade desse crime), desobediência, desacato e o crime de racismo. Estamos diante do que Machado e Araújo 2004, apud Júnior 2012 firmam: “Isto implica que novas formas de feminilidades e masculinidades estão surgindo na modernidade tardia, e tal ideia nos leva a compreender que estes atores sociais estão ocupando lugares anteriormente reservados apenas a um ou a outro”. Seria ela uma mulher-masculino?

Considerações finais

Refletir como homens e mulheres interagem entre si é muito mais do que tentar compreender diferenças performáticas de gênero, assim como tratar de diferenças fisiológicas e psicológicas. As pesquisas nesta área se concentram em compreender como as tramas sociais que envolvem esses atores operam e se perpetuam como paradigmas que, por sua vez, influenciam o modo como esses vivem e interagem entre si. Há um tempo as pesquisas sobre violência relacional apontavam para um alto índice de homens que agrediam mulheres, sendo isso efetivamente um fato social cujos motivos merecem investigação. Nem sempre é fácil compreender o fenômeno violência, uma vez que se trata de um fenômeno social multifacetado e baseado em questões de poder. Observa-se que, atualmente, alguns fenômenos anteriormente mapeados apenas pelo poder masculino estão também ao alcance do feminino. Isto indica que as pesquisas sobre gênero social devem focar seus estudos sobre indivíduos sociais e não buscar dissimetrias de gênero, pois não estamos falando de uma mulher sofrendo violência, não estamos falando de um homem praticando violências, mas estamos falando de um homem ou de uma mulher que praticam violências.

Portanto, denunciar um ato de violência de gênero é retirá-lo do âmbito privado e transformá-lo em objeto visível, é torná-lo público. Geralmente, quando alguém liga para a polícia é para pedir ajuda; e o primeiro procedimento legal, depois de atender a ocorrência policial, é o registro do ROP. Documento oficial que obedece a certos padrões linguísticos e tem a função de registrar, de forma detalhada, o histórico da ocorrência, bem como a caracterização dos sujeitos envolvidos na cena enunciativa e das circunstâncias dos eventos narrados e descritos.

Por isso, este estudo se utilizou desse material linguístico como corpus a ser investigado no que diz respeito a compreender a relação social, por intermédio da linguagem e das ações, entre os atores sociais – os homens violentados por mulheres e suas agressoras – a partir desse gênero textual, utilizado como registro de denúncia de crimes; bem como analisar e descrever a configuração textual desse gênero textual pertencente a uma instituição da esfera policial, PMRR. Com relação ao plano de texto do histórico registrado no boletim de ocorrência, percebemos que ele se estrutura em sequências descritivas e narrativas, apresentando, também, uma estrutura de relato. Nessa estrutura, percebemos a presença de duas vozes que interagem no texto. Na sequência narrativa aparece a voz da vítima, que narra os fatos conforme ocorreram, em um determinado tempo e espaço, assumindo a responsabilidade por aquilo que está sendo narrado. Na sequência descritiva, por meio do relato regis-

trado, percebemos a voz da instituição, que se mantém imparcial diante dos fatos apresentados.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 de out de 2014.

BRASIL. Código Penal. **Decreto-lei n. 2.848**, de 07 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 20 de out de 2014.

BRASIL. **Lei 11.340**, de 07 de Agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, 2006. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 20 de out de 2014.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Mato Grosso. Autos de nº 1074/2008**. Decisão Interlocutória. Querelante: Celso Bodegatto. Querelada: Márcia Cristina Ferreira Dias. Juiz

COSTA, Claudia Lima. **O feminismo e o pós-modernismo/pós-estruturalismo**: as (in) deter-minações da identidade nas (entre) linhas do (co) texto. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Mirian Pillar (Orgs.). Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Mulheres, 1998.

FUZER, Cristiane. **Linguagem e representação nos autos de um processo penal**: como operadores do direito representam atores sociais em um sistema de gêneros. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, na área de estudos linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2008. Disponível em: <http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tde_arquivos/16/.../CRISTIANEFUZER.pdf>. Acesso em: 10 de out de 2014.

GROSSI, Mirian Pillar. **Rimando amor e dor**: reflexões sobre a violência afetivo-conjugal. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Mirian Pillar (Orgs.). Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Mulheres, 1998.

HEILBORN, Maria Luiza. **“De que gênero estamos falando?” Sexualidade, Gênero e Socie-dade**. Ano 1. n. 2. Rio de Janeiro: Editora IMS/UERJ, 1994. Disponível em: <<http://sistema.clam.Org.br/biblioteca/?q=node/99>>. Acesso em: 9 maio 2009.

JUNIOR, Manoel Sebastião Nascimento. **Análise crítica do discurso nos estudos de violência relacional: homens violentados por mulheres nos gêneros boletim de ocorrência e termo circunstanciado**, 2012. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina. Disponível em: <http://aplicacoes.unisul.br/pergamum/pdf/104795_Manuel.pdf>. Acesso em: 10 de out de 2014.

JUSBRASIL. **Lei Maria da Penha é Aplicada para Proteger Homem**. Brasil, 2008. Disponível em: <<http://direito-publico.jusbrasil.com.br/noticias/157860/lei-maria-da-penha-e-aplicada-para-protoger-homem>>. Acesso em: 20 de out de 2014.

LISBOA, Maria Regina Azevedo. **Masculinidades: as críticas ao modelo dominante e seus impasses**. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Mirian Pillar (Orgs.). Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Mulheres. 1998.

MACEDO, Wilza Karla Leão. **Por saussure e bakhtin: concepções sobre Língua/linguagem**. I Congresso Nacional de Linguagens e Representações: Linguagens e Leituras. UESC - ILHÉUS – BA, 2009. Disponível em: <http://www.uesc.br/eventos/iconlire-anais/iconlire_anais/anais-53.pdf>. Acesso em 10 de out de 2014.

MACHADO, Danusa de Almeida; ARAÚJO, Maria de Fátima. **Violência de Gênero: quando o homem é a vítima**. In: ARAÚJO, Maria de Fátima; MATTIOLI, Olga Ceciliato (Orgs.). Gê-nero e Violência. São Paulo: UNESP/Editora Arte e Ciência, 2004.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Pará-bola Editorial, 2008.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA CIDADE DE BOA VISTA: A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Introdução

A violência atinge mulheres de todas as idades, independentemente da classe econômica, do país onde vivem e até mesmo da cultura ou crença. Em geral, é resultado da ideia de que a mulher deve ser submissa ao homem. No Brasil, entre os tipos de agressão contra a mulher são mais comuns as queixas de violência física, seguida da psicológica e do sexo forçado, cometidos pelo próprio companheiro, além dos casos de abusos sexuais praticados por homens com os quais tiveram contato desde a infância até a idade adulta.

As agressões físicas e o abuso sexual se refletem diretamente na saúde das mulheres. Na maioria dos casos, elas são vítimas de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), gestações indesejadas e transtornos emocionais, que vão desde problemas com a autoestima até a depressão. Muitas vezes, esse tipo de agressão ocorre em relacionamentos considerados estáveis, como o casamento. São comuns os casos de mulheres casadas que são forçadas a ter relações sexuais sem preservativos, expondo-se aos riscos do sexo inseguro; muitas delas até mesmo temem a reação do parceiro ao pedirem pelo uso do preservativo.

Um dos grandes avanços da legislação brasileira em favor da mulher foi à criação da lei 11.340 promulgada em agosto de 2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para impedir a violência doméstica e familiar contra a mulher .

O presente trabalho apresenta um levantamento de registros feitos no CHAME e pretende contribuir com a divulgação da Lei Maria da Penha.

* E-mail: meirivanalves@gmail.com

** E-mail: Sheila.fernandessna@gmail.com

A violência doméstica no Brasil

De acordo com a Fundação Perseu Abramo, uma em cada cinco brasileiras já foi agredida por um homem. Por ano, cerca de 2,1 milhões de mulheres são espancadas, uma em cada quinze segundos. Apesar de algumas regiões possuírem recursos financeiros maiores melhores do que em outras não podemos afirmar que essas conseguiram uma diminuição considerável da violência doméstica, o que evidencia o caos que nosso país enfrenta.

A criação das Delegacias Especializadas significou avanços, porém a falta de apoio, de estrutura nos serviços e de comprometimento dos profissionais com o trabalho vem contribuir para a precariedade na qualidade dos serviços prestados. Em função desta mobilização, em 1985 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, como um órgão consultivo, com o objetivo de promover políticas sociais para as mulheres no sentido de eliminar qualquer tipo de discriminação e garantir condições de igualdade para o exercício da cidadania.

Este Conselho exigiu a modificação da legislação que discrimina a mulher e apresentou propostas para a Constituinte de 1988, com o slogan: “Constituinte pra valer tem que ter direitos da mulher”. Em janeiro de 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Esta assumiu status de Ministério e tem como função elaborar, articular e executar políticas direcionadas a equidade de gênero. Um dos principais serviços que está sendo viabilizado por esta Secretaria tem sido a construção de abrigos/casas de apoio. Os abrigos são parte integrante do “Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher”, proposta pelo poder executivo federal em parceria com os municípios, e é considerado o tipo de serviço que deve estar presente na constituição de uma rede de atendimento para mulheres em situação de violência.

De 1980 a 2010, foram assassinadas no país aproximadamente 91 mil mulheres no Brasil, 43,5 somente nos últimos 10(dez) anos. O número de mortes nesses 30 (trinta) anos passou de 1.353 para 4.297, o que representa um aumento de 217,6%, ou seja, mais que triplicado. Já de 1996 a 2010 as taxas de assassinatos de mulheres permaneceram estabilizadas em torno de 4,5 para cada 100 mil mulheres. Espírito Santo possui a taxa de 9,4% para cada 100 mil mulheres, mais que duplica a média nacional e quase quadruplica a taxa do Piauí, que é o estado com o menor índice de violência.

O número de mulheres vítimas de violência doméstica e sexual em todo o mundo é maior do que o número de vítimas de todos os conflitos armados do último século. Além disso, a principal causa de morte em mulheres entre 14 e 44 anos é relacionada à violência doméstica, estando o Brasil classificado como um dos campeões mundiais em violência contra a mulher.

Quanto ao espancamento de mulheres, as pesquisas mostram que no nosso país 01 (uma) mulher é espancada a cada 15 (quinze) segundos. Ainda em território nacional, 70% dos casos de incidentes violentos devem-se ao espancamento de mulheres por seus companheiros; 50% dos assassinatos de mulheres são cometidos por seus parceiros. Na média há 2,1 milhões de mulheres espancadas, por ano, 175 mil por mês, 5,8 mil por dia. Apanhar dentro de casa é uma realidade para 63% das mulheres brasileiras.

A violência doméstica é um problema universal que atinge milhares de pessoas, em grande número de vezes de forma silenciosa e dissimuladamente.

A atuação do assistente social

A violência contra a mulher é uma das interfaces da questão social, o assistentes sociais intervêm nesta realidade e como profissionais de direito, um de nossos papéis é justamente orientar e informar a mulher vítima de violência que ela tem direitos, esclarecendo que para cada tipo de violência (ameaça calúnia, agressão, etc.).

Que existe uma punição; devemos estimulá-la a fazer a denúncia, mostrando que é muito importante ela dar queixa na delegacia para que se possa abrir um processo; se ela sofreu violência física ela deverá fazer exame de corpo delito junto ao Instituto Médico Legal, alertando-a de que ela não precisa e não deve permanecer sofrendo violência.

Junto a Instituições que atendem mulheres que sofrem violência, os assistentes sociais podem propor um processo de grupo, para que elas possam socializar suas experiências, resgatar a autoestima, encorajando-se mutuamente para fazer a denúncia ou saírem da situação de violência.

O ideal é que esses grupos possam ser coordenados por uma equipe interdisciplinar e psicossocial, pois a intervenção de uma psicóloga também é muito importante neste processo.

É indispensável que as mulheres que estão em situação de violência sejam incluídas nos programas sociais como bolsa escola, renda mínima, cestas básicas e outros,

aliás, esse profissional também atua na formulação, execução e gestão de políticas públicas e sociais.

Em relação à saúde é necessário desenvolver ações voltadas às unidades básicas de saúde da rede pública, gerando estratégias que ressaltem a noção de violência contra a mulher como um problema de saúde pública.

Além de criar e desenvolver atividades que envolvam trabalhadores e empresários, empresas e sindicatos em comunidades urbanas e rurais, buscando gerar políticas inclusivas de inserção da mulher no mercado de trabalho com o objetivo de beneficiar as mulheres que sofrem violência, pois a dependência econômica é uma das principais causas que impedem as mulheres que sofrem violência de sair da relação.

Contudo, esse trabalho não poderá ser concretizando sem o apoio dos parceiros, por isso trabalhamos com uma rede, como por exemplo: SINE (Sistema Nacional de Emprego), Casa Abrigo de Maria (para famílias em risco de vida), Casa Esperança e outras Centros de Recuperação (para drogaditos), Grupo de Autoajuda A.A (Alcoólicos Anônimos) e R.A (Neuróticos Anônimos), Programas e Projetos Sociais no âmbito da Política da Assistência Social: (Bolsa Família, Crédito Social, PETI/Pro-Jovem/Meninos do Dedo Verde, passe Livre (para idosos e deficientes de baixa renda), BPC (Benefício de Prestação Continuada), entre outros.

A assistente social no Centro Humanitário de Apoio à Mulher – CHAME, faz a triagem e acolhimento, identifica problemáticas sociais, realiza estudo de caso e se necessário encaminha para a rede visando o acesso, a inclusão e a participação das assistidas aos benefícios sociais ampliando os direitos e a consolidação da cidadania. Além de contribuir com a ruptura da situação de violência promovendo a emancipação social através do atendimento humanizado e integrado às redes de proteção sociais existentes. Entre suas atribuições estão:

- Participa do acolhimento e triagem, com a equipe multidisciplinar, (advogado, assistente social e psicóloga);
- Identifica os problemas sociais existentes que possam estar contribuindo, agravando ou motivando o quadro de violência apresentado;
- Analisa com a assistida as maneiras corretas de enfrentar e solucionar os problemas detectados;
- Faz aconselhamento, orientações e encaminhamentos se necessário para recursos institucionais públicos e privados existentes no Estado. Realiza estudos de casos (em parceria multidisciplinar), visitas domiciliares, abordagens e entrevistas com o núcleo familiar das assistidas, apresentando relatórios e parecer técnico do acompanhamento e conclusão dos casos ao JESP-VDF (Juizado Especializado de Violência

Doméstica Familiar Contra a Mulher).

- Realiza atendimento psicossocial (em parceria com a psicóloga), através da mediação de conflitos familiares, visando a autorreflexão dos envolvidos, através da análise e decodificação dos problemas, conferindo-lhes a visibilidade e objetividade necessárias para as soluções.

Todas as ações desenvolvidas pela Assistente Social são pautadas de acordo com o Código de Ética Profissional, visando qualidade e respeito, garantindo os direitos assegurados na lei.

Metodologia

A pesquisa foi realizada no CHAME no qual realizou-se um levantamento documental nos registros de ocorrência feito na instituição. Foram colhidos os seguintes dados

Resultados e discursões

Figura 1

Quadro 1 – Tipos de violência notificada, o maior índice de violências praticadas pelos agressores, foi a do tipo Psicológica, com aproximadamente 29% dos casos, demonstrando assim, que de fato as políticas públicas reagem frente ao senso comum da população, em diagnosticar que violência não se refere somente a do tipo Física.

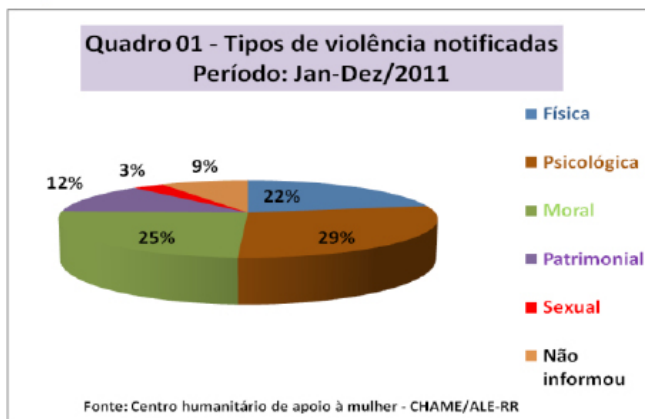


Figura 2

Quadro 02 – Faixa etária de atendimentos. Observa-se que a faixa de idade entre 27 - 41 anos, concentra o maior número de casos.

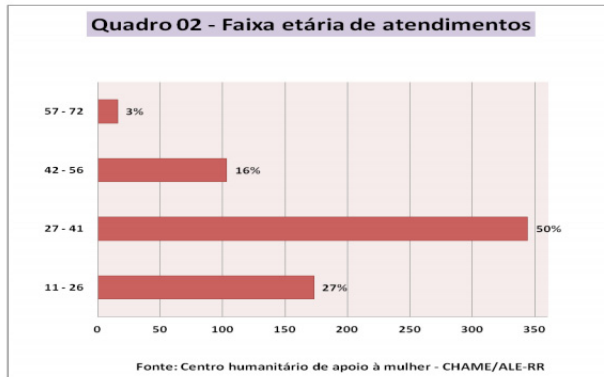


Figura 3

Quadro 03 – Situação de trabalho/financeira da mulher. Demonstra que a dependência financeira não é a causa principal das violências sofridas pelas mulheres.

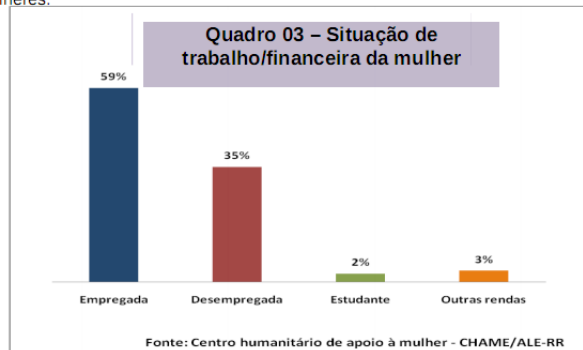
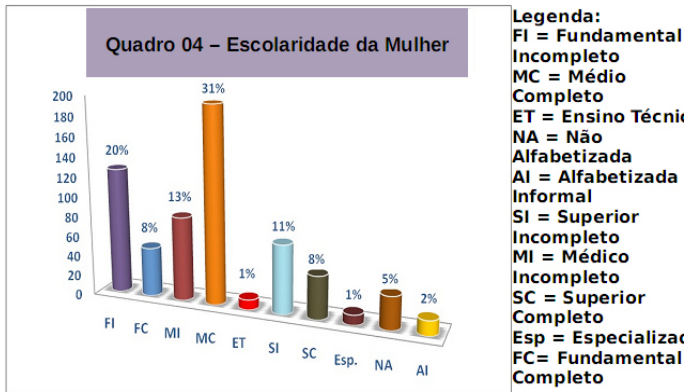


Figura 4

Quadro 04 – Escolaridade da Mulher. Observa-se que aproximadamente 31% das assistidas possuem o ensino médio completo,



Quadro 05 – Principais motivos da agressão do homem. O agressor, em 30% dos casos de Violência Doméstica está relacionado com a ingestão de Drogas/álcool.

Figura 5

Quadro 05 – Principais motivos da agressão do homem. O agressor em 30% dos casos de Violência Doméstica está relacionado com a ingestão de Drogas/álcool.

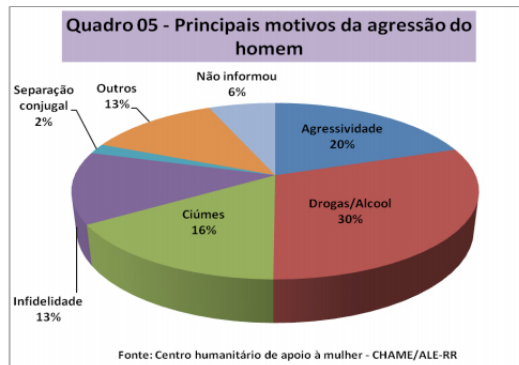


Figura 6

Quadro 06 – Índices por domicílio: Boa Vista e Interior do Estado.

Quadro 06 - Índices por domicílio: Boa Vista e Interior do Estado		
10<	>10<20	>20<56
Aeroporto	Alvorada	Senador Hélio Campos
Bairro dos Estados	Aparecida	Asa Branca
Caçari	Araceles	Brigadeiro/São Bento
Calungá	Bela Vista	Buritis
Centro	Caibé	Caraná
Jardim Canaã	Cambará	Cauamé
Jardim Floresta	Centenário	Nova Cidade
Jardim Olímpico	Cidade Satélite	
Jardim Primavera	Cinturão Verde	
Jardim Tropical/Distrito Industrial	Equatorial/Cruviana	
Nova Canaã	Conjunto Cidadão	
Paraviana	Jóquei Clube	
Psicultura	Liberdade	
São Francisco	Mecejana	
São Pedro	Pintolândia	
União	Pricumã	
Amajari	Raiar do Sol	
Bonfim	Santa Luzia	
Cantá	São Vicente	
Mucajá	Silvio Botelho	
PA Nova Amazônia	Silvio Leite	
Pacaraima	Tancredo Neves	
Rorainópolis		
São Luis do Anauá		

Durante o ano de 2011, de acordo com o CHAME-Centro Humanitário de Apoio á Mulher pôde perceber o aumento da procura pelos serviços, bem como um novo direcionamento nas ações pertinentes ao avanço do combate á violência doméstica nesse Estado.

Diante do exposto, percebemos que é necessário fortalecer ainda mais a rede de políticas públicas e aumentar as parcerias engajados no combate à violência para minimizar a demanda, onde o foco deverá ser a prevenção de futuros atos de agressão, promovendo assim a interrupção da violência.

Considerações finais

Ficou claro que apesar de sermos uma cidade pequena e um estado com apenas 15 (quinze) municípios fazemos parte deste ranking que cresce assustadoramente mas que aos poucos conseguimos enxergar que é possível mudar.

Essa é realidade é constante e crescente na cidade de Boa Vista onde no ano de 2011foi realizado 1893 atendimentos entre inicial e retorno no CHAME. Daí a importância de abordar esse assunto, qual a lei que garante os direitos as vítimas de violência doméstica e a sua família, fazendo do Centro Humanitário de Apoio á Mu-

her, um local mais acessível, capaz de direcionar essas pessoas aos locais corretos de maneira mais ágil, aliás, as redes possuem um papel no fundamental no atendimento as assistidas. Além de facilitar na divulgação desse instrumento tão importante que apesar de ter sido criado há quase três anos ainda é desconhecido por muitas pessoas que poderiam está buscando seus direitos.

Referências bibliográficas

jus.uol.com.br/revista/texto/8764/lei-maria-da-penha

www.chamerr.com

www.sesp.rr.gov.br

<http://www.jurisway.org.br/>

Coleção seus direitos: Direitos das mulheres. Melhoramentos

Bíblia Sagrada

AZEVEDO, Maria Amélia. **Mulheres Espancadas**: a violência denunciada. São Paulo: Cortez, 1985.

CHAUÍ, Marilena. **“Participando do Debate sobre Mulher e Violência”**. In: Franchetto, Bruna, Cavalcanti, Maria Laura V. C. e Heilborn, Maria Luiza (org.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher 4*, São Paulo, Zahar Editores, 1985. p 36

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e Queixas**: Um Estudo sobre Mulheres, Relações Violentas e a Prática Feminista. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993 p 134, 183 e 184

MENEZES, Ana Luiza Teixeira. **Mulheres**: fruto de dominação e fruta para libertação! In: Marlene Neves Streyet al. (Org.). *Construções e perspectivas em gênero*. São Leopoldo: Unisinos, 2000. p. 125-134.

MILLER, Mary Susan. **Feridas invisíveis**: abuso não físico contra mulheres. Tradução Denise Maria Bolanho. São Paulo: Summus, 1999.

Sistema MPA de Comunicação Programa Convite á Cidadania com o professor Laércio Oliveira www.sistemampa.com.br rádio em Minas Gerais, 2012

Agência Patrícia Galvão:[http:// www.patriciagalvao.org.br/instituto](http://www.patriciagalvao.org.br/instituto)

<http://www.senado.gov.br/noticias/especiais/violenciacontramulher/>

Secretaria de Políticas para as Mulheres https://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mulher

FERNANDES, Antonio Scarance. **Processo penal constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1999. p. 279.

GT21 - SOCIEDADE, TRABALHO E CIDADES DE FRONTEIRA

ALGUMAS CONJECTURAS SOBRE O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL EM BOA VISTA - RR

Introdução

O trabalho infantil está presente em vários países do mundo, sendo que atualmente se tem uma ampla discussão acerca deste assunto, pois ainda existem divergências sobre o que seja trabalho infantil, sendo entendido por alguns autores como forma de socialização e como forma de exploração por outros estudiosos.

Recentemente foram criadas estratégias para combater o trabalho infantil em todo o mundo. No Brasil o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil –PETI, é um importante mecanismo de enfrentamento do trabalho infantil, foi criado em 1996 com integração dos três entes federados, União, Estados e Municípios.

Com o objetivo de analisar a contribuição do PETI na promoção da cidadania de criança e adolescente, especificamente no bairro Centenário, cidade de Boa Vista-RR.. O artigo se divide em quatro partes. Primeiramente, analisou-se como a literatura tem discutido o trabalho infantil no Brasil, causas, conseqüências, como processo de socialização e exploração e tipos de trabalho. Na segunda parte, apresentou-se a metodologia utilizada. A contextualização da pesquisa e a análise das entrevistas foram realizadas na quarta parte foi realizada na sequência, delineando o funcionamento do Programa, atividades realizadas através de discussões sobre as dificuldades enfrentadas e os avanços e importância do programa para as famílias de crianças e adolescentes assistidos. Por fim, as Considerações Finais traz reflexões sobre a importância do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na promoção da cidadania dos sujeitos da pesquisa.

Destacamos os impactos do PETI na vida das famílias assistidas, num processo de promoção da inclusão social à luz dos conceitos de cidadania, dos direitos humanos e do exercício de direitos sociais

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: mendesmj@hotmial.com

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: marcia.oliveira@ufr.br

Enfrentamento do trabalho infantil

Ao se falar em trabalho infantil é interessante entendermos que conceito de infância e de adolescência diverge a respeito da determinação das faixas etárias correspondentes a essas categorias sociais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado pela lei nº 8.069/90, define a criança pela faixa etária que vai até 12 anos incompletos, e o adolescente pela faixa etária de 12 a 18 anos de idade. Enquanto, o Ministério da Saúde (BRASIL, 2005), considera a criança até a idade de 9 anos e o adolescente, a faixa etária compreendida entre 10 e 20 anos incompletos

Diante disso pode-se afirmar algumas divergências nos limites referentes às faixas etárias da infância e da adolescência. Isso significa que a idade cronológica não é o melhor critério para definir o que é “ser criança” e “ser adolescente”. Pelo ponto de vista sociológico, observa-se que as práticas sociais atribuídas das diversas fases do desenvolvimento biológico do ser humano variam de acordo com o contexto sócio-cultural e o momento histórico.

Duarte (2006) destaca que o conceito moderno de criança a partir do século XVIII, surgiu com o filósofo francês Jean Jacques Rousseau em sua obra *Émile*. Este chama atenção para dois aspectos: a especificidade do corpo infantil e a idéia da natureza bondosa do ser humano, sendo que a sociedade o corrompe, partindo da idealização da criança perfeita

Conforme a autora, a concepção moral da infância, ganha supremacia na educação infantil. Neste sentido, a literatura passa a ser orientada pedagogicamente para a infância, cujos ensinamentos se embasavam nos princípios de liberdade vigiada, no uso de mecanismos repressivos, no incentivo ao pudor, ao recato e a decência. Além da descrição da linguagem e comportamento substituindo a antiga intimidade, onde a criança passa a ser considerada um ser diferente do adulto.

De acordo com a literatura sobre trabalho infantil o mesmo poderá esta relacionada à exploração e socialização.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2001), em diferentes países, o trabalho infantil é definido como atividade laboral que envolve criança e adolescente. Isso significa que a permissão e/ou proibição referente ao acesso do indivíduo ao mercado de trabalho é estabelecido pela faixa etária de acordo com a legislação específica de um país. Assim, a compreensão do trabalho infantil deve ser fundamentada em fatores históricos, sociais e culturais.

No entanto, abordaremos o trabalho infantil em duas percepções. Onde Por um lado, é visto como positivo, pois historicamente em algumas situações sócio-culturais faz parte do processo de socialização das crianças. E por outro lado, como negativo, interpretado como exploração de mão de obra infantil e denunciado como crime, tendo em vista que a legislação atual proíbe a prática do trabalho infantil.

Em relação ao trabalho realizado por crianças e adolescentes a própria Organização Internacional do Trabalho (OIT) esclarece em suas publicações, que quando a atividade da criança é parte real do processo de socialização e constitui um meio de transmissão de conhecimentos e experiências de geração para geração, faz pouco sentido falar em trabalho infantil.

De acordo com Neves (1999, p 10-11), há formas de trabalho infantil, fundamentais na transmissão do patrimônio de saberes e disciplinas de certas profissões e de construção do herdeiro e, principalmente, do sucessor, no caso do trabalhador artesanal, profissional ou camponês. Sob a orientação e supervisão dos pais ou de gerações anteriores de trabalhadores, os adolescentes ou pré-adolescentes se incorporam ao processo de socialização profissional e de ritualização da mudança de posição, ingressando-se na idade adulta.

Cabe aqui fazer uma distinção entre o trabalho realizado por crianças e adolescentes como forma de socialização, onde dependendo da forma, do espaço e da cultura, onde ocorre à inserção desses sujeitos, e se há a transmissão de saberes e dos valores, sendo que o mesmo acontece com o auxílio e orientação dos pais. Pois sabe-se que a família orienta as crianças e adolescentes em assuntos cotidianos, como forma de se relacionar com os outros

De acordo com a OIT (2001. p.14) essa preocupação não pode ser radicalizada no sentido de excluir a participação das crianças e adolescentes em tarefas domésticas. “Essa participação reveste-se de caráter educativo e formador do senso de responsabilidade pessoal e em relação ao núcleo familiar”.

Outro olhar se dá no sentido do trabalho realizado pela criança e adolescente ser considerado uma forma de exploração. Há autores que afirmam que o trabalho infantil torna-se uma forma de exploração quando há remuneração e consequentemente prejuízos a saúde.

Ainda de acordo com a OIT (2001. p.14), sabe se que muitas crianças são submetidas a estafantes jornadas de trabalho na lavoura familiar ou são responsabilizadas por todos os serviços domésticos e cuidados com os irmãos menores em casa, sem que lhes seja garantido, por exemplo, tempo para ir à escola ou para brincar

Normalmente, o trabalho infantil é abordado no sentido de denunciar a realização do trabalho por criança e adolescente, transformando tais etapas de vida um momento não de brincadeiras, mas de trabalho árduo, como os casos de trabalho em carvoarias, olarias, dentre outros.

Em ambientes familiares, crianças e adolescentes vivenciam o contato com a vida social. Segundo Genofre (2003) este seguimento da população é o mais vulnerável na constituição da família, sendo determinado pela Constituição Federal em seu art. 227, que a infância e juventude devem ser asseguradas à totalidade de direitos inerentes a cidadania, que neste novo tempo contemporâneo tem suas definições fortemente associados a direitos sociais, políticos e civis.

Existem alguns tipos trabalho infantil que são classificados como exploração: aqueles realizados nas ruas, em espaços domésticos, em atividades esportivas, artísticas e culturais. Ou em atividades ilícitas, na informalidade, em eventuais eventos noturnos, perigosos, insalubres, prejudiciais à moralidade; conforme se pode ver a seguir.

A Convenção nº 138 da OIT é um importante instrumento jurídico internacional de prevenção e erradicação do trabalho infantil. Pois, além de recomendar a elevação progressiva dos limites de idade mínima para o trabalho, estabelece esforços para que por meio de políticas públicas possam se garantir a efetiva prevenção e erradicação do trabalho infantil. Já a Convenção nº 182 define as piores formas de trabalho infantil e recomenda ação urgente e imediata para sua eliminação. De acordo com essa convenção, caracterizam-se como piores formas de trabalho infantil o como; Todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, tais como a venda e tráfico de crianças, a servidão por dívida e a condição de servo, e o trabalho forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados; a utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para a prostituição – no Brasil, denominada exploração sexual comercial –, a produção de pornografia ou atuações pornográficas; a utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para a realização de atividades ilícitas, em particular a produção e o tráfico de entorpecentes; o trabalho que, por sua natureza ou pelas condições em que é realizado, é suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças. Essas duas convenções internacionais foram ratificadas pelo Brasil e fazem parte do ordenamento jurídico brasileiro. Nesse sentido, destaca-se o Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, que define a lista das piores formas de trabalho infantil no Brasil.

São vários os fatores que influencia na existência do trabalho infantil e suas causas trazem conseqüências que influenciam em toda a vida do sujeito. Para Almeida

Neto (2007, p. 14) “as modificações advindas com a Terceira Revolução Industrial e os novos espaços de possíveis à erradicação do trabalho infantil associam-se às características e rupturas trazidas à história através das revoluções pelas quais passamos”. Este é um fator que pode se explicar o trabalho infantil.

No entanto, a deficiência na educação pode também ser fator que pode ocasionar o trabalho infantil. Para Haddad (2007, p. 7) “no Brasil, o processo de exclusão na educação vem ocorrendo, sobretudo de duas formas: falta de acesso às escolas e a inserção precária dos alunos nos sistemas de ensino.” Neste sentido pode-se afirmar que a qualidade da educação ou a falta de acessibilidade de uma parte população é responsável por parte das causas do trabalho infantil no Brasil. As políticas voltadas para a educação são distribuídas de forma desigual. Sabe-se que a falta destas políticas afeta principalmente as pessoas que historicamente foram excluídas como, negros, idosos, mulheres e camponeses, gerando situações de iniquidades no que diz respeito ao acesso e à permanência no sistema educacional.

De acordo com Santos (2002 p. 69) “surgem então às dificuldades de falar corretamente, de aprender algo novo, de estudar e conseguir ingressar em uma universidade. O que resta a essas pessoas é o serviço pesado, ou então aquele que não requer o uso do o intelecto”.

A partir dessas considerações, é possível entender que ao introduzir-se no exercício precoce do trabalho, crianças e adolescentes se introduzem numa das formas de dominação e exploração social, que trás como consequência a dificuldade de sua escolarização e profissionalização, o que implica na construção de sua cidadania.

A prática do trabalho infantil é um fenômeno bastante antigo, que se encontra arraigado a uma série de valores culturais. Sendo Assim, somente a continuidade de um movimento em defesa dos direitos da criança e do adolescente, por meio de uma ação nacional integrada, capaz de mobilizar toda a sociedade no combate ao trabalho precoce será capaz de proteger a população infanto-juvenil contra qualquer tipo de negligência, exploração, violência, crueldade e opressão.

Podemos afirmar que existem conquistas no Brasil, a criança dispõe de um estatuto próprio, o ECA que a considera como um sujeito de direito. Além de determinar a proteção prioritária por parte da sociedade e do Estado, deve receber nesta mesma condição a proteção da família, que por sua vez desenvolve a primeira forma de sociabilidade da criança com o mundo. O ECA, afirma em seu art. 3º afirma que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades a fim de lhes

facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Confirmando que a cidadania é um direito.

Metodologia e referencial teórico

O levantamento da literatura e o aprofundamento teórico sobre a referida temática vêm sendo realizado desde 2012¹ e atualizado com dados recolhidos no Centro de Referência da Assistência Social do Bairro Centenário em Boa Vista, capital do Estado de Roraima. Como sujeitos da pesquisa foram escolhidos os pais ou responsáveis pelas crianças e adolescentes do Programa. O critério utilizado para a escolha da amostra de usuários que estão sendo atendidos há mais de um ano no programa. Neste sentido, acredita-se que o fato de estar há mais tempo no programa tenha grande relevância para se obter maiores informações na pesquisa, favorecendo conhecer os avanços e limitações do Programa.

Além dos usuários, foram incluídos na amostragem uma orientadora social que atua no PETI. A inclusão desta profissional como sujeito da pesquisa se justifica por entendermos que ela tem um papel importante na execução e sucesso do programa. Também, foi incluída na pesquisa, a gestora da Secretaria de Assistência Social do Município.

A coleta de dados foi realizada através de entrevista semi-estruturada que de acordo com Minayo (2007) permite um maior aprofundamento dos dados, possibilitando discorrer sobre o tema em questão sem se prender às indagações formuladas.

Os dados coletados são das falas analisadas dos sujeitos adultos, portanto, não há falas de crianças e adolescentes. Na classificação dos dados utilizou-se as seguintes variáveis: trabalhos realizados pelas crianças e adolescentes; Atividades realizadas no PETI; Mudanças na vida da família depois que os filhos entraram no PETI; dificuldades enfrentadas pelo programa; a importância do PETI na promoção da cidadania. Na utilização deste instrumental, assume-se o compromisso de discrição com o material proveniente de suas informações verbais. Trata-se, portanto, de compreender a realidade dos usuários/sujeitos envolvidos no processo investigativo tal qual ela é apresentada nas falas.

Quanto à análise do conteúdo, o rigor científico passa pela revisão sistemática do material selecionado, estabelecendo um diálogo entre o material empírico e a base teórica construída pelos autores: SARTI (2010), KASSOUF (2007),

¹ Quando realizamos a monografia de conclusão do Curso de Serviço Social no Instituto Camillo Filho, na cidade de Teresina, Estado do Piauí, sob a orientação da professora Elda Maria Leão.

RIZZINI (2000), NEVES (1999), buscando-se outras leituras e novos ordenamentos dos pontos temáticos. Torna-se a revelar os objetivos e o objeto da pesquisa e o estudo adquire uma estrutura fundada no intercruzamento temático.

A etapa de interpretação do material coletado objetiva transcender a compreensão primeira de seus significados, elaborar concepções, apreendendo-os em sua totalidade, e apresentá-los de forma compreensível e acessível para quem não esteve envolvido na pesquisa.

A contribuição do PETI do bairro centenário em Boa Vista-RR para promoção da cidadania

A partir das leitura e aprofundamento, concluímos que o PETI é um programa de âmbito nacional que articula um conjunto de ações visando proteger a criança e o adolescente da prática do trabalho precoce, foi criado em 1996. O objetivo é erradicar as chamadas piores formas de trabalho infantil no país, aquelas consideradas perigosas, penosas, insalubres ou degradantes. Para isso, concede uma bolsa às famílias desses meninos e meninas em substituição à renda que traziam para casa. De acordo com o que estabelece a Lei de Aprendizagem nº 10.097/2000, o trabalho é permitido apenas na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

É desenvolvido de forma intergovernamental e intersetorial, envolvendo as esferas federais, estaduais e municipais, além das organizações governamentais, integram as organizações não governamentais em torno das ações voltadas ao enfrentamento ao trabalho infantil.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) compõe o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) com duas ações articuladas – o Serviço Sócio-educativo ofertado para as crianças e adolescentes afastadas do trabalho precoce e a Transferência de Renda para suas famílias. Além de prever ações sócio-assistenciais com foco na família, potencializando sua função protetiva e os vínculos familiares e comunitários. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), é coordenado pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), Departamento de Proteção Social Especial (DPSE); nos Estados, Municípios e DF, pelos órgãos gestores da Política Pública de Assistência Social.

O programa é compartilhado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Subsecretaria de Direitos Humanos, o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Além disso, o Sistema Único de Assistên-

cia Social (SUAS) repassa recursos aos municípios para ações de geração de renda, compondo uma rede de proteção social com ações sócio-educativas para crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil e transferência de rendas para suas famílias. Também, prevê ações sociais e assistenciais com ênfase na família. É um programa de âmbito nacional que articula um conjunto de ações visando proteger e retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática do trabalho precoce, resguardando o trabalho na condição de aprendiz a partir de 14 anos.

Por meio da Portaria nº 458, de outubro de 2001, a Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS), vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social, estabeleceu as diretrizes e normas do PETI. O Programa foi definido no âmbito da gestão intergovernamental, de caráter intersetorial, com foco inicial no enfrentamento das piores formas de trabalho infantil, tendo como público prioritário crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade que estejam trabalhando em atividades consideradas perigosas, insalubres, penosas ou degradantes, com exceção para o atendimento de crianças com até 15 anos de idade em situações de extremo risco, referentes à exploração sexual. A referida portaria introduziu as comissões de erradicação do trabalho infantil no âmbito estadual, do Distrito Federal e municipal, de caráter consultivo e propositivo, com participação do governo e da sociedade civil, tendo como objetivo, na época, contribuir para a implantação e implementação do PETI.

A família foi afirmada como locus de atenção do Programa com indicação de registro e cadastramento no “CadÚnico”. A responsabilidade na condução das ações dos órgãos de Assistência Social e o financiamento se realizariam de forma compartilhada nas três esferas de governo.

Ao ingressar no PETI, a família tem acesso à transferência de renda do Bolsa Família, quando atender aos critérios de elegibilidade, devido ao processo de integração dos programas. Às demais famílias também são garantidas a transferência de renda através do PETI. Assim, a articulação dos dois programas fortalece o apoio às famílias, visto que pobreza e trabalho infantil estão amplamente relacionados nas regiões de maior vulnerabilidade.

Após a transferência de renda, toda criança e adolescente que for encontrado em situação de trabalho, devem ser obrigatoriamente, inseridas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Esse serviço é ofertado pela Proteção Social Básica com estreita articulação com o responsável pelo PETI no município.

As ações do PETI são complementadas pelo Programa Bolsa família e vice versa, oferecendo assistência para as crianças e/ou adolescentes para não ingressarem

ou regressarem no trabalho infantil. O Programa Bolsa Família foi criado pela Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004, com a finalidade de unificar os procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação do Programa Nacional de Renda Mínima, vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação (PNAA) do Programa Auxílio-Gás, e do Cadastro Único do Governo Federal. O Programa Bolsa Família foi regulamentado pelo Decreto n.º 5.209, de 17 de setembro de 2004, e integra a estratégia da Fome Zero no eixo Ampliação de Acesso à Alimentação, e é coordenado pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Em contrapartida, as famílias têm que matricular seus filhos na escola e fazê-los freqüentar o PETI, são condições para a permanência no Programa Bolsa Família e/ou no PETI são: Educação - garantir a freqüência escolar de 85% para crianças e adolescentes até 15 anos, garantir a freqüência escolar de 75% para jovens de 16 a 17 anos. Saúde - manter em dia o calendário de vacinação e do crescimento e desenvolvimento de crianças de até sete anos, realizar pré-natal das gestantes, acompanhar as mães que estão amamentando. Assistência Social - garantir a freqüência mínima de 85% das crianças e adolescentes de até 16 anos que foram retiradas do trabalho infantil nas atividades do serviço sócio-educativo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

No âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, contempla o seguinte: a transferência de renda; o trabalho social com famílias, ofertado pela PSE e PSB; e os serviços de convivência e fortalecimento de vínculo para crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil, com o objetivo de contribuir para o enfrentamento e erradicação de todas as formas de trabalho infantil.

Além da integração do PETI com o Programa Bolsa Família, também existe uma ação coletiva, compartilhada e integrada com diversas políticas públicas, de educação, saúde, esporte cultura, agricultura, trabalho, direitos humanos dentre outras, e Órgãos de Defesa de Direitos, Ministério Público, Conselhos Tutelares dentre outros.

A Secretaria de Estado do Trabalho e de Bem Estar Social (SETRABES) faz o monitoramento, a fiscalização nos municípios que expressam através do cadastro no “CadÚnico” um numero elevado de trabalho infantil.

A Secretaria Municipal de Assistência Social ou órgão assemelhado que identifica em sua cidade criança e adolescente na faixa etária de 06 a 15 anos, trabalhando

em atividades caracterizadas como trabalho Infantil perigoso, penoso, insalubre ou degradante devem encaminhar às Comissões Estaduais de Erradicação do Trabalho Infantil, solicitação para implantação ou expansão do Programa.

O PETI em Boa Vista/RR está ligado a Secretaria Municipal de Gestão Social (SEMGES) e ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). E está instalado á Rua Santo Agostinho, nº 173 - Bairro: Centenário. Ao realizar a pesquisa no CRAS/ Centenário percebeu-se que o programa é mais um trabalho preventivo, sendo inserido não apenas crianças que se encontram envolvidas no trabalho infantil, mas também as famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Também, é ofertado pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) o Serviço de Fortalecimento de Vínculos (SEFV), onde é feito o acompanhamento pelos profissionais das famílias dos usuários do programa.

No município de Boa Vista-RR, as políticas públicas são desenvolvidas de modo articuladas. A área da Assistência Social e da Educação são as que mais contribuem, formando uma equipe de psicólogos e assistentes sociais para o acompanhamento das famílias. No que se refere à Educação, existe parcerias promovendo palestras educacionais. A área da Saúde também tem uma importante contribuição, principalmente, os agentes comunitários de saúde, pois os mesmos identificam as crianças em situações de vulnerabilidades e orientam sobre o programa.

Existe atividade de reforço escolar, que é o auxílio nas tarefas da escola, o reforço da leitura, tabuada, jogos educativos. Existe o incentivo a cultura com apresentações artísticas, festa dos aniversariantes do mês. E feito também um dia de ação com corte de cabelo, a cada dois meses

O quadro de profissionais no programa conta atualmente com um coordenador de nível superior, 05 (cinco) orientadores(as) sociais com escolaridade de nível médio que realizam as atividades, 01 (um) Gerente, 02 (dois) Assistentes Administrativos, 01 (um) Auxiliar de Serviços Gerais e 07 (sete) cadastradores que fazem o CADUNICO, também de nível médio, 01 (um) vigia, 01 (um) professor. O período de funcionamento é de 08 às 18 horas.

De acordo com as informações da equipe de gestão, a Secretaria de Assistência Social, os levantamentos são realizados pelo CRAS através da assistente social e psicólogas em visitas rotineiras e até mesmo pela própria família através de denúncias. As denúncias feitas pelas famílias e encaminhamentos de outras políticas públicas ocorriam em menor número.

De acordo com o gestor do PETI, também é feito busca constantemente pelas equipes de CRAS através do Cadastro único para Programas Sociais do Governo

Federal “CadÚnico”, que é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, que inclui àquelas que têm renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa, ou renda mensal total de até três salários mínimos. Por meio deste instrumento é possível conhecer a realidade sócio-econômica dessas famílias, ter informações do grupo familiar, as características do domicílio, as formas de acesso a serviços públicos essenciais e também os dados individuais dos membros da família. No “CadÚnico”, há um campo específico para informações sobre os trabalhos realizados pelas crianças, o que torna possível a identificação de trabalho infantil no município. As crianças e adolescentes atendidos pelo programa vivem na zona urbana vem de outros bairros como Bairro Aracelis, São Bento e Brigadeiro.

Os dados empíricos levam à compreensão de que as famílias das crianças pesquisadas estão dentro dos critérios que o programa classifica como de baixa renda e, portanto, necessitam realizar atividades com a colaboração dos filhos para prover o sustento da família, sendo que algumas dessas atividades são consideradas danosas e insalubres para as crianças e adolescentes. As crianças que participam do PETI do bairro Centenário estão na faixa etária entre 07 e 14 anos e todas frequentam a escola.

De acordo com a pesquisa realizada, Tipos de trabalho realizados pelas crianças e adolescentes, eram atividades domésticas e no comércio. É importante destacar que todas as formas de trabalho citadas acima são danosas para o desenvolvimento da criança. Mas, de acordo com Vivarta (2003, p.25) a própria OIT afirma que quando a atividade da criança é parte real do processo de socialização, este constitui um meio de transmissão de conhecimentos e experiências de geração para geração, faz pouco sentido falar em trabalho Infantil. De acordo com a literatura estudada, a questão do trabalho infantil doméstico pode ocorrer de duas formas. Na primeira, a criança participa da rotina da família, como indica o depoimento abaixo:

Não trabalhava. Só estudava. Ela aqui em casa limpa o quarto dela, me ajuda a varrer a casa, uma coisinha assim, que ela possa fazer (Entrevista n°. 01 / 2014 - mãe de usuário do PETI).

Nesse sentido, Sarti (2007, p. 106) afirma que o valor do trabalho referido à família para os pobres, o trabalho dos filhos – crianças e jovens – faz parte do próprio processo de sua socialização como pobres urbanos, em famílias nas quais dar, receber e retribuir constituem as regras básicas de suas relações.

Portanto, o trabalho das crianças e adolescentes nas relações familiares se organiza no sentido da socialização que ocorre desde cedo através do acompanhamento nas atividades de trabalho realizadas pelos seus pais.

De acordo com a OIT (2003) o Trabalho Infantil Doméstico em casa de terceiro é bastante diferente do serviço realizado na casa da própria criança ou adolescente. Com os patrões, não há divisão de tarefas nem apelo afetivo, a criança e o adolescente assumem uma carga de trabalho pesada e recebem uma remuneração injusta.

No contexto das observações realizadas durante a pesquisa de campo foi constatado que as crianças não realizavam nenhum tipo de trabalho, considerado danoso ao desenvolvimento e saúde das crianças.

Em relação às atividades realizadas pelo PETI, a maioria dos pais e responsáveis considera que as mesmas são de extrema importância para a criança. Como pode-se observar nas falas abaixo:

Acho importante porque tudo que a gente faz de atividade já desenvolve mais, ela aprendeu a desenhar alguns desenhos, aprendeu a fazer muitas coisas ela desenvolveu, aprendeu a fazer árvore de natal com vidro descartável essas coisas (Entrevista n°. 04 / 2014 - mãe de usuário do PETI).

No depoimento acima fica explícito a importância do PETI, quando a mãe reconhece que as atividades realizadas pelo programa despertam as potencialidades. Outra mãe, revela em sua fala que não concorda com as atividades lúdicas do Programa, acredita que seria melhor apenas o reforço escolar.

Sou contra brincadeiras de bola, sou a favor só do ensino, no ano que vem eu quero que ensinem muito, muito mesmo. Meus filhos vão e só leva o livro não levam o caderno, tem que levar o caderno, quando eu falo querem bagunçar, eu não vou bater, porque hoje você sabe que o conselho né tá em cima. eu quero que ensinem. no ano que vem eu quero que ensinem (Entrevista n°. 03 / 2014 - mãe de usuário do PETI)

É interessante observar que a atividade de reforço do PETI, é apenas uma dentro de várias ações, tendo em vista que sua proposta é bem ampla. De acordo com o Caderno de Normas do MDS, o PETI pode envolver várias formas de atividades. Como também desenvolver ações articuladas as políticas públicas de educação, saúde, cultura, esporte dentre outras.

Em relação a mudanças na vida da família depois que os filhos foram inseridos no programa, houve uma interação com as outras crianças que acarretou em trans-

formações, melhorando a forma de se expressar, conforme aponta os depoimentos abaixo:

Ela é espontânea, antes era muito quieta, não falava, agora ela já conversa, brinca, ela era muito quieta, não tinha com quem brincar, era só estudar, chegava em casa ia pro reforço, não brincava. Lá (PETI), ela brinca e estuda (Entrevista n°. 01 / 2014 - mãe de usuário do PETI).

Quando era o seu César (ex-prefeito) tinha ensinamento, aula, reforço, o aluno estudava, não tinha esse lazer, o aluno estudava, brincava um pouquinho e depois tarefa, não tinha esse lazer, agora tá tudo assim diferente. Querem é bola e bola, não ensina ninguém (Entrevista n°. 03 / 2014 - mãe de usuário do PETI).

Observa-se que há divergências entre as mães das crianças no que se refere às atividades desenvolvidas no PETI, enquanto uma considera importante estudar e brincar, a outra mãe enfatiza apenas o reforço escolar.

Outro fator observado foi à melhoria na situação financeira das famílias, como aponta as falas abaixo:

Ajudou mais, porque além, do reforço que a gente pagava, ela me ajuda em casa mais tempo e eu posso trabalhar. E eu recebo o Bolsa Família (Entrevista n°. 01 / 2014 - mãe de usuário do PETI).

Nessa fala, é possível perceber que o programa contribuiu para a melhoria na vida das famílias, tanto financeiramente com a Bolsa Família que recebem mensalmente, quanto com o reforço escolar, que antes era pago com o dinheiro do próprio sustento da família. Ainda com os filhos no PETI, a mãe dispõe de mais tempo para trabalhar fora de casa e aumentar a renda da família.

Observa-se nos depoimento que as família dos programa PETI e do Bolsa Família parecem não ter clareza sobre programas, inclusive se recusam falar da renda familiar por medo de perder o benefício financeiro do Bolsa Família. De fato os rendimentos deste programa são importantes para o sustento da família.

No que diz respeito às dificuldades Enfrentadas pelo do PETI, as famílias revelaram que o programa enfrenta problemas, que muitas vezes vem da próprias famílias cadastradas. Como pode-se verificar na fala a seguir:

Não vejo nenhuma dificuldade. As vezes, eles falam que a gente tem dificuldade na hora da tarefa. Que quando eles (as crianças). Quando não levam o caderno, ai falam que a culpa é do professor, que não ensina a tarefa, tem alguns que não levam, ai quando não levam,

chegam em casa e dizendo que não tem professor pra ensinar. Não é assim, é porque eles não levam o caderno, como é que vão ensinar se não levam a tarefa (Entrevista n°. 01 / 2014 - mãe de usuário do PETI).

Estes depoimentos revelam que algumas famílias desconhecem a proposta pedagógica do programa, enquanto que outras famílias a desvalorizam. Observa-se porém, que a maior dificuldade é identificar os casos de trabalho infantil, e inserir essas crianças no programa. Porém, considera que são poucas as dificuldades. Há situações em que os pais das crianças desconhecem a proposta pedagógica, pensam que o programa é só reforço escolar e não considera a brincadeira como uma atividade educativa:

Os pais querem saber o que ensinamos, se estamos ensinando as tarefas. Às vezes as crianças escondem as tarefas pra ir fazer outra coisa, pra jogar bola e levam as tarefas não feita, aí a mãe vem ao PETI para saber o porquê. Na verdade o PETI não é só reforço escolar, o PETI tem outras tarefas, a gente faz o reforço porque no horário que eles não estão no PETI estão na escola, não tem outro horário pra fazer, mas não são todas as crianças que fazem tarefa não (Entrevista n°. 05 / 2014 - gestor do PETI).

A respeito da Importância do PETI na promoção da cidadania emergem falas que assinalam a importância da existência do programa na cidade, onde sujeitos têm acesso aos benefícios. É o que aponta as falas abaixo:

[...] eu não botava porque achava que não era boa coisa, mas depois que eu fui pra reunião aí eu vi que era bom pra elas. Quando foi pra começar aí teve a reunião com os pais aí recebemos as fardas, não entra sem a farda. Mesmo quando molhada, mas não entra só com a farda porque sabe que é de lá. Só entra realmente quem tá lá (Entrevista n°. 01 / 2014 - mãe de usuário do PETI).

Tem muitas mães que não tem condição de pagar reforço, eu pelo menos não tenho. As mães devem deixar os filhos no PETI as que não tiver condição financeira, lá eles trazem tarefa respondidas, eles merendam eles brincam é melhor que estar na rua (Entrevista n°. 02 / 2014 - mãe de usuário do PETI).

Em relação a última fala observa-se também a questão do medo da rua, sendo que a criança estar nesse espaço representa perigo. Neste sentido quando as crianças e adolescentes não estão no programa a legitimação da exploração da mão de obra é defendido por se ter em mente que “É melhor trabalhar do que ficar nas ruas”

Foi observado também que o Programa pode muitas vezes mudar as vidas dos sujeitos envolvidos de acordo com as falas a seguir:

Lá eles aprendem muita coisa, que eu mesmo pagando não poderia..as pessoas que eu pagaria. Não tem as informações que eles tem lá. datas comemorativas eles comemoram, brincam, as vezes a gente adulto esquece e eles chegam e dizem ah hoje é dia de santo tal, disso, as vezes a gente adulto esquece e eles dizem (Entrevista n°. 03 / 2014 - mãe de usuário do PETI).

Eles se tornam cidadãos melhor respeitados. Melhorou as notas, o português dela era muito ruim. Ai a mulher do reforço ensinava uma coisa e não era aquilo (Entrevista n°. 04 / 2014 - mãe de usuário do PETI).

As atividades do PETI, ampliam o universo cultural das crianças e adolescentes, o que termina sendo partilhado pela família, possibilitando uma perspectiva de um futuro melhor.

Acho que alguma coisa que ela aprende lá ela não estaria aprendendo. como desenhar, ter conhecimento com outras pessoas, porque isso ai ajuda muito a gente ter conhecimento com outras crianças, adulto mesmo que ela (Entrevista n°. 04 / 2014 - mãe de usuário do PETI).

É importante ressaltar que as famílias das crianças e adolescentes relataram mudanças depois do programa, dentre os vários motivos estão: melhoria na socialização familiar, melhoria no comportamento, desenvolvimento da criatividade, melhoria no desenvolvimento escolar, menos timidez e resgate da infância e adolescência.

Considerações finais

A questão do trabalho infantil na literatura pesquisada é explicada por discursos contraditórios. Para alguns autores, a prática do trabalho da criança é algo inaceitável e incompatível com as atividades escolares. Outros defendem que a relação escola e trabalho infantil pode ser entendida como complementar ao processo de socialização no contexto da família pobres, dependendo de como a criança e adolescente é inserido, quais as formas de trabalho, se existe remuneração.

A análise dos dados empíricos indicou que os profissionais do PETI reproduzem o discurso do programa ao reafirmarem que as crianças inseridas foram retiradas do trabalho infantil e que estão fora das ruas. Foi possível observar que as mesmas não realizavam trabalho considerado como as piores formas de trabalho infantil, sendo que as atividades realizadas por algumas crianças podem ser consideradas como formas de socialização, onde a família esta presente ensinando.

Na fala das mães, o PETI representa uma oportunidade de o filho ter um reforço escolar e de receber o benefício do Programa Bolsa Família.

O que também pudemos desvelar com o estudo, é que as famílias entrevistadas expressaram, através da linguagem, que o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- PETI, é de extrema importância. Porém, não sabem qual o seu principal objetivo, sendo que em alguns momentos foi possível observar que as atividades lúdicas do mesmo não são consideradas por algumas mães como educativas, vendo a importância na questão do ensino. O que seria interessante palestras com as mães informando sobre o que é o Programa.

Neste sentido percebe-se a necessidade de palestras com as famílias para dar orientações sobre o objetivo do programa, também se observou o desconhecimento por parte da família sobre a integração do bolsa família, o que torna de fundamental importância as palestras. A concepção de algumas das famílias responsáveis pelos usuários é de que o PETI, funcione apenas como reforço escolar.

O próprio programa não funciona da forma como é para ser. Quando é período de férias, o programa para de funcionar, quando este período é que deveria ser o momento de enfrentamento do trabalho infantil. Pois, as crianças ficam sem nenhum tipo de entretenimento. O que pode ocasionar uma atividade paralela, nas férias.

Embora a educação formal seja considerada uma prioridade para as famílias pobres, quando enfatiza a importância o reforço escolar nas atividades do PETI.

Conclui-se que a contribuição do programa para a promoção da cidadania vai além, pois possibilita nas crianças e adolescentes através de atividades de recreação o desenvolvimento social e emocional destes sujeitos, o que resulta na promoção da cidadania.

Referências bibliográficas

ALMEIDA NETO, Honor de. **Trabalho infantil na terceira revolução industrial**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: Elaboração de trabalhos na graduação**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BAZILIO, Luiz Cavaliere (org). **Infância tutelada e educação**. Rio de Janeiro: Ravel, 1998.

BENINCÁ, C. R. S. e Gomes, W. B. (1998). **Relatos de mães sobre transformações familiares em três gerações**. Estudos de Psicologia. v. 3 n. 2, pp. 177-205.

BRASIL, **Constituição da República Federativa**. Brasília. DF, Senado, 1988.

_____. **Decreto Nº 6.481**, De 12 De Junho De 2008.

_____. **Lei 8069/90**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.V

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. MDS/Secretaria Nacional de Assistência Social, Orientações Técnicas Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS. Organizadores: Secretaria Nacional de Assistência Social/Departamento de Proteção Social. Publicação impressa: www.mds.gov.br. 2010

_____. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente**. Prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao trabalhador adolescente. Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho, 2004.82 p.

COSTA, Antonio C. G. da. **A família como questão social no Brasil**. In: KALOUSTIAN, Silvio M. (org). Família brasileira, a base de tudo. 7. ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2005. p. 19-25.

FERRARI, M.; KALOUSTIAN, S. M. **Família Brasileira, a base de tudo**. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unicef, 2000.

FONTES, R. **Criança**. Revista Presença Pedagógica, v.11, n.61, p. 03-05, jan./fev. 2005.

GENOFRE, Roberto Maurício. **Família: uma leitura jurídica**. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org) A família contemporânea em debate. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2003.

HADDAD, Sérgio, **Educação e exclusão no Brasil**.- Observatório da Educação/Ação Educativa São Paulo, março de 2007.

KASSOUF, Ana Lúcia. **O que conhecemos sobre o trabalho infantil?** Nova econ. vol.17 nº.2 Belo Horizonte May/Aug. 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, **Trabalho de Campo: contexto de observação interação e descoberta**. IN: Pesquisa Social: Teória, método e criatividade/Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes. 25ª Ed. Revista e atualizada. Petropolis, RJ: Vozes, 2007.

NEVES, D. P. **A perversão do Trabalho Infantil: lógicas sociais e alternativas de prevenção**. Niterói: Intertexto, 1999.

OLIVEIRA , Silvio Luiz de, **Tratado de Metodologia Científica: projeto de pesquisa, TGI,TCC, monografias dissertações e teses; revisão** Maria Aparecida Bessana. –Pioneira Thomson Learning, 2004.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, Combatendo o trabalho infantil: Guia para educadores / IPEC. Brasília : OIT, 2001. : il.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política social e democracia** Potyara A. P., Potyara Amazoneida Pereira/ Maria Inês Souza Bravo (orgs) - 2. ed. – São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

RIZZINI, Irene. **A criança e a lei no Brasil**: revisitando a história (1822-2000). Brasília: Unicef, 2000.

RODINESCO, E. **a família em desordem**. Elizabeth Roudinesco. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. 199 p.

SARTI, Cynthia A. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres/ Cynthia Andersen Sarti. 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **A família e individualidade**: um problema moderno. In: CARVALHO, Mariado C. B. de (org.). A Família contemporânea em debate. – 7. ed. – São Paulo: EDUC/ Cortez, 2003. p. 39-49. (GENOFRE 2003).

SILVA, Reia Silvia Rios Magalhães, e XIMENESES, José Augusto Paz. **A Monografia na Prática do Graduando**: como elaborar um trabalho de conclusão de curso-TCC/ CEUT, Teresina, 2002.

SOUSA, V. **Juventude, Solidariedade e Voluntariado**: A Formação do Adolescente Voluntário. Salvador: Fundação Odebrecht. Rio de Janeiro: Fundação Vale do Rio Doce. 2005 457p.

VIVARTA, Veet (Coord.). **Crianças invisíveis**: o enfoque da imprensa sobre o Trabalho Infantil Doméstico e outras formas de exploração. São Paulo: Cortez, 2003. Série mídia e mobilização social ; v.6

ALTERNATIVA DE RENDA EM TEMPOS DE CRISE: UMA AVALIAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE RECICLADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE BOA VISTA/RR

Introdução

A reciclagem de resíduos sólidos no Brasil está em grande evidência, não somente pelo apelo social de preservação e conservação do meio-ambiente, mas também pela possibilidade de geração de trabalho e renda.

O crescimento da população mundial vem acompanhado da crescente urbanização, e conseqüentemente acabam por gerar bilhões e bilhões de toneladas de lixo por ano. Além ainda de consumo desenfreado de água, alimentos, energia e matérias-primas, o que geram significativas quantidades de lixo, que precisam ser tratados de maneira sustentável e segura.

Assim, um dos maiores problemas que a humanidade enfrenta no último século, é o gerenciamento e destinação final dos resíduos gerados pela sociedade, o que ocasiona a deterioração do meio-ambiente, desafiando as sociedades contemporâneas a alcançar um equilíbrio entre as esferas econômica, social e ambiental, uma vez que o gerenciamento de resíduos sólidos assumem enorme proporções e envolve custos com educação ambiental, transporte, coleta e armazenamento, assim como possível beneficiamento.

O lixo, após a década de 50, que antes era visto como problemático e desprezível, passou a ser sinônimo de energia e matéria-prima. Momento então que surge os processos de reciclagem, haja vista que além de reduzir volume de resíduos ainda podem atuar nos processos produtivos, economizando água, matéria-prima, energia e reduzindo a poluição da água, solo e ar.

Dentro deste contexto, é que as cooperativas surgem como possibilidade de ocupação, estabelecendo novas relações trabalhistas para um segmento da população considerados pelo mercado como de difícil empregabilidade, devido ao perfil so-

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: silvia.silvestre@yahoo.com.br

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: eloishoras@gmail.com

cioeconômico de grupos de pessoas que são considerados em posição desfavorável na sociedade, muitas das vezes, por ser ex-detentos, por possuir baixa ou nenhuma escolaridade, por ser moradores ou ex-moradores de rua, portadores de deficiências, etc.

A atividade econômica através de cooperativas constituem-se em sociedades com fins econômicos e sociais, uma vez que geram renda para seus associados e os insere no mercado de trabalho. Dessa forma, apresentam-se como uma alternativa no combate ao desemprego e apoio ao desenvolvimento humano e local.

Com base nestas discussões, o presente artigo está estruturado em três seções que sintetizam a partir de uma lógica dedutiva que discute os seguintes temas: 1) O movimento cooperativista: breve histórico; 2) Sociedade Cooperativas: Conceitos e características; e, finalmente, 3) Cooperativas de recicladores de resíduos sólidos.

1. O movimento cooperativista: breve histórico

Admite-se que o cooperativismo moderno teve seu início com a experiência dos “Probos Pioneiros de Rochdale”. Todavia, durante o período da História conhecidos como a Idade Moderna (entre os séculos XVI e XVII), diversos pensadores, filósofos e economistas defendiam idéias que, implantadas, poderiam minimizar ou neutralizar os efeitos deletérios de organizações sócio econômicas da época. Ressalte-se que, no período, florescia o capitalismo moderno, com sua concentração de meios de produção de um lado e a imensa massa de trabalhadores que dependia da força de trabalho para sobreviver.

Esses ideais, apresentados em romances sociais que descreviam sociedades humanas constituídas de maneira racional e em perfeita harmonia, constituíam a chamada “Doutrina Utopista”, sendo seus defensores muitas vezes ridicularizados e conhecidos como socialistas utópicos.

A cooperação econômica se fortaleceu no Século XVI, com Paul Plockboy, que pregava a cooperação integral por classes de trabalhadores, e John Bellers, defensor da criação de colônias cooperativas com o objetivo de comercializar diretamente seus produtos e eliminar o lucro de intermediários (PINHO, 1977).

No entanto, os precursores do cooperativismo moderno foram abertamente influenciados pelas idéias utópicas, mas movidos pela nobre preocupação de melhorar as condições humanas de um modo geral.

Santos (2001) pondera que, ao longo da história humana, sempre houve pessoas discordantes do meio social em que viviam, e que buscavam uma sociedade onde

valores como a justiça, progresso, felicidade, paz e a ordem sobrepujassem os interesses individuais e prevalecesse o bem estar coletivo.

A partir da influência de alguns estudiosos – conhecidos como os Precusores do Cooperativismo – lançaram bases doutrinárias para o cooperativismo, consolidadas na Cooperativa Pioneira de Rochdale e até hoje inseridas no movimento cooperativista mundial.

As idéias avançadas desses precusores, que preconizavam a transferência do poder capitalista reinante para o operário, através da socialização da terra e dos meios de produção, e o homem acima de qualquer relação produtiva, ensinaram que Marx e Engels (1998) os denominassem de utópicos.

1.1. *A sociedade dos probos pioneiros de Rochdale*

A dinâmica sócio econômica pela emergente Revolução Industrial, eminentemente opressora da dignidade humana, pois baseava-se na alta remuneração do capital combinada com a exploração quase escrava do trabalho proporcionou o ambiente perfeito para florescer experiências socialistas, que visavam corrigir tais distorções (REIS JUNIOR, 2006).

O século XIX começara e prosseguia com inúmeros problemas econômicos, sociais e políticos, com os ideais de igualdade e democracia da Revolução Francesa sobrepujados pela crescente ganância por lucros e aristocracia (MENEZES, 2005).

Em 21 de dezembro de 1844, no bairro de Rochdale, Manchester (Inglaterra), após um ano de conversas e entendimentos, 28 tecelões fundaram o que hoje é considerada a primeira cooperativa moderna: a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, baseada na ajuda mútua a fim de proporcionar a melhoria das condições de vida e bem estar comum (KEIL; MONTEIRO, 1982). Suas idéias eram fundamentadas no pensamento de Robert Owen, Charles Fourier e outros precusores, que pregavam a cooperação e ajuda mútua.

Pinho (1982) afirma que os Pioneiros de Rochdale inauguraram um armazém para aquisição de produtos de consumo mútuo, que deveria seguir normas estatutárias a fim de garantir:

- a) Formação de capital que proporcionasse a independência dos operários no que diz respeito ao abastecimento de produtos em comum;
- b) Fim do alcoolismo;
- c) Construção de moradias a preço de custo e dignas;
- d) Fim da usura e do fiado;

e) Cooperação integral entre seus associados;

f) Criação de empreendimentos agrícolas e industriais que permitissem aos associados produzir diretamente e a preço acessível os bens indispensáveis à subsistência.

Os pioneiros de Rochdale, ao definirem em seus estatutos os princípios, normas e estrutura organizacional, estabeleceram com estes o que viria a ser os fundamentos doutrinários do cooperativismo, aceitos universal e atualmente: livre adesão e demissão de associados; relação unívoca entre uma pessoa e o direito de um voto; limitação do pagamento de juros ao capital; rateio de sobras proporcionais às operações mantidas com a cooperativa; estabelecimento de um fundo de reserva para aumento da capitalização; e de outro fundo a fim de atender às demandas educacionais do grupo.

Schneider (1979) afirma que os precursores do cooperativismo moderno dedicaram-se a idealizar maneiras de organizar a sociedade para enfrentar as grandes mudanças e seus males decorrentes, tais como desemprego, instabilidade econômica, medo, fome, violência, etc. Os pioneiros de Rochdale conseguiram demonstrar que a união de pessoas em torno de um objetivo era possível, e esta organização cooperativa poderia melhorar a situação sócio econômica da comunidade na qual se insere.

O cooperativismo moderno surge, portanto, como uma ferramenta capaz de amenizar os traumas econômicos e sociais vividas pela maioria das pessoas da época (SALES, 2010). Entretanto, seus ideais perpassam os anos e os cenários e se mostram atuais, frutificando em cooperativas de diversos ramos e atividades, por todo o mundo (MENEZES, 2005).

2. Sociedades cooperativas: conceito e características

São vários conceitos existentes que definem as sociedades cooperativas, que vão desde a conceituação etimológica, doutrinária, organizacional a jurídica. No entanto, pode-se observar uma coisa em comum a todas as definições, que é a ajuda mútua como sendo um dos pilares da construção do cooperativismo. Desta forma o sentimento de colaboração apresenta-se como combustível que mantém acesa a chama dos ideais dos pioneiros de Rochdale.

Segundo DE PLÁCIDO e SILVA (1984), em um conceito etimológico, cooperativa é:

“um termo derivado do latim *cooperativus*, de *coopeare* (cooperar, colaborar, trabalhar com outros). Seguindo o próprio sentido etimológico, é aplicado na terminologia jurídica para designar a organização ou sociedade, constituída por várias pessoas, visando melhorar as condições econômicas de seus associados”. (Plácido e Silva, 561).

Já, doutrinariamente, Nilson Reis Júnior, em sintonia com Renato Becho Lopes (2002), define cooperativa como sendo a sociedade de pessoas, de cunho econômico, sem fins lucrativos, criada para prestar serviços aos sócios, de acordo com os princípios jurídicos próprios e mantendo seus traços distintos intactos.

Com definição dada pela Aliança Cooperativa Internacional - ACI, entidade máxima do movimento cooperativista global, será considerada sociedade cooperativa qualquer associação de pessoas ou de sociedades que tenha como objetivo o progresso econômico e social dos seus membros através da exploração de uma empresa com base na ajuda mútua e que se conforme com os princípios cooperativos tal como foram definidos pelos pioneiros de Rochdale e reformulados pelo 23º congresso da ACI.

A Organização Internacional do Trabalho - OIT, conceitua cooperativa como sendo uma associação de pessoas que se uniram voluntariamente para realizar um objetivo comum, através da formação de uma organização administrada e controlada democraticamente, realizando contribuições equitativas para o capital necessário e aceitando assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento no qual os sócios participam ativamente, (Recomendação 127 da OIT).

Nota-se, que qualquer que seja a definição empregada para conceituar uma sociedade cooperativa, a preocupação imediata com os valores e ideais humanitários estão explícitos. É onde está a grande distinção em relação a outras iniciativas de caráter empresarial. O cooperativismo, apresenta-se como o único movimento socioeconômico existente que se desenvolve sob uma mesma orientação doutrinária, e assim é desde o seu surgimento na primeira metade do Século XIX, em Rochdale, na Inglaterra (Ênio Meinen, 2011).

No Brasil, o situamos o surgimento do movimento cooperativista em meados de 1847, com a constituição da Colônia Tereza Cristina, organizada com bases cooperativistas pelo médico francês Jean Maurice Faivre, com um grupo europeu no Estado do Paraná.

Diversas outras experiências surgiram na mesma época, porém somente no ano de 1891, em São Paulo, na cidade de Limeira, surgiu a primeira cooperativa que se tem registro histórico, a Cooperativa dos Empregadores da Companhia Telefônica. A partir de então, o cooperativismo se desenvolveu para diferentes atividades de atuação, tal como mineral, crédito rural, agrícola, saúde, trabalho e etc (Schmidt e Perius, 2003).

Assim, ainda de acordo com os mesmos autores, a Lei 5.764/71 foi a primeira a norma jurídica a reger o sistema cooperativista no Brasil, determinando que sua

composição desse ser formada por profissionais liberais por um quantidade mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas.

Segundo à legislação brasileira que rege o cooperativismo no Brasil (artigo 4º da Lei nº 5.764/71), define cooperativa como:

“sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características (...)”

Nota-se, que as sociedades cooperativas brasileiras estão enquadradas num tipo societário normatizado por lei especial e cercado por peculiaridades inexistentes em nenhum outro tipo societário. A correta compreensão do dimensionamento de suas atividades, lhe dão contornos bem definidos e próprios, permitindo distingui-las das demais sociedades, mesmo diante das complementações e interrogações que sofrerem, com o advento do Código Civil Brasileiro de 2002.

Contudo, dada as exigências de mercado, para se obter êxito, faz-se necessário ser observados pelas cooperativas algumas “ações que podem ser seguidas pelo movimento cooperativista para alcançar os imperativos da modernidade globalizada” (DUARTE, 1997), a saber:

“Autogestão participativa, desenvolvimento científico/tecnológico, criação de parque agro-industrial e de serviços e autonomia, são alguns fatores que poderão abrir caminho para o fortalecimento do cooperativismo (...) e, conseqüentemente, para uma participação mais efetiva e competitiva nos processos de globalização e integração de mercados regionais”.

Assim, em função de suas peculiaridades, através das sociedades cooperativas é possível a atuação em mercados diversos, seja na prestação de serviços ou mesmo na compra e venda de produtos. A cooperativa, segundo Sykuta e Cook (2002), pode ser considerada como uma organização para o cooperado, enquanto uma empresa de capital é orientada para o investidor controlador da empresa; assim a origem da necessidade de estratégias é diferente, mas a estratégia de mercado poderá ser semelhante.

2.1. *Constituição de uma sociedade cooperativa*

A sociedade cooperativa é constituída por decisão da Assembléia Geral dos seus fundadores. Trata-se de uma reunião especial dos interessados em formar a coopera-

tiva, com *quorum* e convocação realizados de acordo com a legislação vigente, estando este documento de acordo com a lei cooperativista e acompanhado da respectiva ata. No entanto, o ato constitutivo terá de atender os requisitos dispostos no artigo 15, da Lei 5.764/71, os quais, se não atendidos, resultam na nulidade de todo o ato.

O órgão máximo de representação das sociedades cooperativas no Brasil, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), recomenda, ao tratar do tema em estudo, entre outras coisas, a criação de uma comissão responsável pelos trabalhos de formação da cooperativa, a qual terá a atribuição de definir os objetivos e o objeto da cooperativa, além de também realizar reuniões com os interessados com intuito de discutir a viabilidade de constituição da mesma.

Deverão ainda levantar questões essenciais como a necessidade da cooperativa, a disposição dos interessados em investir na sociedade, a possibilidade do volume de negócios gerar benefícios ou não aos cooperados, o grau de comprometimento dos associados entre outros aspectos (ALVES, 2003).

Para que a cooperativa se torne sujeito de direitos e obrigações na órbita civil, é necessário que se faça o seu registro nos órgãos competentes (Junta Comercial e Receita Federal). Procedido o arquivamento dos documentos nos órgãos citados, a sociedade cooperativa adquire personalidade jurídica, e logo estará apta a funcionar (§ 6º, art.18 da Lei 5.764/1971).

2.2. Diferenças entre sociedade cooperativa e sociedade mercantil

Existem, em função da legislação específica, características das sociedades cooperativas que as distinguem das sociedades mercantis comuns. Todavia, a essência do funcionamento destas sociedades é a priorização de uma distribuição justa de direitos e deveres entre os associados, proporcional à participação econômica de cada um na vida da empresa.

Quadro 1: Principais diferenças entre cooperativas e sociedades mercantis

Aspectos Característicos	Sociedade Cooperativa	Sociedade Mercantil
Composição do quadro social	Representa a união de pessoas que se organizam em sociedade para exercer atividade econômica ou adquirir bens.	É uma sociedade empresária, geralmente, uma sociedade de capital.
Objetivos sociais	Objetivo principal é a prestação de serviços aos cooperados. O lucro não é finalidade, mas pode ser consequência da realização de uma atividade econômica.	Objetiva a maximização dos lucros para seus sócios detentores do capital.
Número de associados	A sociedade cooperativa tem número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços. No entanto deve ser constituída pelo número mínimo de 20 pessoas físicas, excetuando as cooperativas do ramo de trabalho.	Não tem número mínimo para sua formação e o número de associados ou acionistas é ilimitado, salvo deliberação ao contrário de seus fundadores.
Participação societária	O controle se dá de forma democrática, onde cada pessoa tem direito a um voto, independente do capital por ele investido, desde que esteja em pleno gozo dos seus direitos sociais	O voto proporcional ao capital investido. Quanto mais ações, mais participação na votação.
Quorum em assembléias	Baseado no número de cooperados integrantes da sociedade.	Quorum baseado no capital votante.
Acessibilidade de capital a terceiros	Estruturada por um capital social e mantida por rateio de despesa. Não é permitida a transferência das quotas-partes deste capital a terceiros estranhos a sociedade	Há a transferências das ações e quotas a terceiros, sem nenhum impedimento ou restrição.
Distribuição de excedentes/ lucros	Retorno dos excedentes é proporcional ao volume das operações	Lucro é proporcional ao capital investido pelos seus sócios
Objeto	Prestam serviços aos cooperados, para que eles trabalhem e produzam para si e para a sociedade.	Prestam serviços à sociedade de comércio de qualquer natureza.
Direitos de participação	Assegura o direito de igualdade de todos os cooperados, sejam eles fundadores ou não, membros dos órgãos eletivos ou não, ou seja, filosófica e legalmente todos são donos da cooperativa.	Tem mais direitos quem tiver mais capital investido.
Destino dos resultados	Permanece na comunidade onde foi gerado, visto que os cooperados estarem numa área de ação limitada às condições de reunião, administração, controle, operações e prestação de serviços.	Dividendos gerados pelo capital são aplicados pelos sócios onde lhes aprover, visto que não há limitação quanto à origem dos seus integrantes.

Fonte: OCEPAR (2014). Adaptações próprias

A diferença essencial está na natureza dos dois tipos de sociedades. Enquanto as empresas mercantis são sociedades que tem por finalidade o lucro de seus acionistas, as cooperativas têm finalidade de viabilizar o negócio de seus cooperados, inserindo-os no mercado de trabalho, desenvolvendo uma atividade comercial, em média ou grande escala, de forma coletiva, viabilizando assim o próprio sustento de seus associados.

Assim, enquanto que as cooperativas é uma sociedade formada por pessoas, onde os cooperados são os donos do patrimônio e os beneficiários dos ganhos que o processo por eles organizados propiciará, conforme a produção de cada um, a empresa mercantil, é uma sociedade formada de capital, a qual tem como principal objetivo o lucro, e seus dividendos são proporcionais ao valor das ações investidas por cada acionista.

3. Cooperativas de recicladores de resíduos sólidos

Mundialmente, intensas mudanças têm ocorrido no campo socioeconômico. Com a globalização, o acesso a redes de internet e a concorrências acirradas, todos os países buscam estabelecer estratégias de sobrevivências em um mercado cada dia mais competitivo, contribuindo dessa forma, para o seu desenvolvimento social e econômico.

Neste contexto, as sociedades cooperativas de resíduos sólidos surgem como ferramenta que contribui com os sistemas produtivos e empreendimentos de atividades econômicas de grupos de pessoas, que na maior parte, estão à procura de emprego e que possuem pouca ou nenhuma formação escolar, no entanto tem eminente necessidade de sobrevivência e para isso procuram no lixo objetos quem podem ser vendidos e transformados em fonte de renda. E por essa razão acabam recebendo o estigma de marginalizados e confundidos com delinquentes por revirar lixos, porém exercem papel fundamental e silencioso no ciclo econômico da reciclagem.

Magera (2003) relaciona o crescimento do número de catadores de materiais recicláveis com as crescentes exigências para o acesso ao mercado formal de trabalho e também aumento do desemprego. Para o autor, alguns trabalhadores de resíduos sólidos constitui uma parcela significativa da população de desempregados que, por sua idade, condição social e baixa escolaridade, não encontram colocação no mercado formal de trabalho.

Assim, a partir de 1980, os catadores começaram a ser organizar em cooperativas e associações, em busca do reconhecimento dessa atividade como

profissão. Sendo esse movimento recebido reforço, em meados de 1990, com apoio de diversas instituições não governamentais que promoveram encontros e reuniões em diversos locais do Brasil com o mesmo intuito. Dessa forma, em 2001 foi realizado o I Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e a I Marcha da População de Rural (Magera, 2003), que culminou por fortalecer o movimento nacional de catadores.

Dessa forma, em 2002, os catadores conquistaram seu reconhecimento como categoria profissional oficializado na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), tendo sua ocupação descrita como catador de material reciclável, com a seguinte descrição sumária: catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidros, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais re-

aproveitáveis (Ministério do Trabalho). Lentamente, os catadores buscam se organizar em associações e cooperativas, visando melhores condições de trabalho.

Magera (2003), discorre que as cooperativas de reciclagem no Brasil são recentes. Uma das pioneiras é a Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (COOPAMARE), constituída na cidade de Belo Horizonte, no ano de 1985.

Cooperativas de recicladores de resíduos sólidos podem desenvolver diferentes ações, visando enfrentar fatores que interferem no processo de negociação de materiais recicláveis, possibilitando competitividade através do aumento da oferta de materiais recicláveis num volume maior que garanta negociação de preços (IPT, 2003).

Ainda conforme IPT (2003), o objetivo central de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis é gerar oportunidades de trabalho e renda. Das vantagens econômicas advindas da organização em cooperativas, o IPT apresenta o fato de os catadores conseguirem um valor mais alto pelo produto, pois ofertam os mesmos em melhores condições de limpeza e classificação, e barateiam o transporte, prendendo as cargas.

3.1. Cooperativas de recicladores de resíduos sólidos de Boa Vista: o caso da UNIRENDA

No caso do estado de Roraima, menor unidade da federação, observa-se que apenas 67 sociedades cooperativas estão em plena atividade, de maneira que o ramo de trabalho, conforme classificação da OCB, pouco se destaca dos demais, por ser um de que menor quantidade, compondo em torno de 100 (cem) cooperados dis-

tribuídos em 05 cooperativas, conforme dados do Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras em Roraima (OCB/RR, 2013). E dentre essas cooperativas existentes, apenas 01 (uma) é cooperativa que congrega catadores autônomos na atividade de reciclagem de resíduos sólidos.

A Cooperativa dos Amigos Catadores e Recicladores de Resíduos Sólidos do Estado de Roraima (UNIRENDA), foi constituída em 30 de novembro de 2002, nos moldes estabelecidos pela Lei nº 5.764/71, sendo formada por pessoas que moravam no lixão da cidade de Boa Vista.

Em 2002, a Prefeitura de Boa Vista em parceria com a Universidade Federal de Roraima (UFRR) e com a Organização das Cooperativas Brasileiras em Roraima (OCB/RR) elaborou e executou, com recursos do Ministério da Assistência Social, um projeto para a retirada das pessoas que trabalhavam no antigo lixão público selecionando resíduos sólidos, para a revenda a atravessadores.

As condições de trabalho eram as piores possíveis, com riscos, mecânicos e higiênicos a saúde. Junto com os catadores adultos trabalhavam também idosos e crianças, o que possibilitava aos núcleos familiares obterem uma renda igual ou superior ao que uma família com o mesmo número de membros alcançava trabalhando em outras atividades na cidade. Os catadores foram então organizados em uma cooperativa de trabalho, sediada no bairro Nova Cidade, cuja estrutura inicial foi a construção de um barracão para alocar uma prensa, uma balança e os fardos de papelões e alumínio.

Neste processo de organização, os catadores receberam informações e treinamentos diversos, tais como: cooperativismo básico e liderança em cooperativa, higiene e saúde, vendas, contabilidade, segurança no trabalho, dentre outras. Foi criado um Centro de Múltiplo Uso no mesmo terreno dado à cooperativa, onde estes passaram a receber cursos de artesanato e realizar as reuniões de assembléia.

Todas as crianças foram retiradas do antigo lixão, passando a ser proibida a presença delas no ambiente de seleção. No Centro de Múltiplo Uso foi instalada uma creche direcionada para os filhos dos catadores e para a comunidade do entorno, bem como uma estufa para a produção de legumes e verduras.

Dentro desse cenário, apesar da melhoria de condições de trabalho, a renda dos catadores passou a ser dez vezes menor do que ganhavam no antigo lixão, uma vez que o resíduo doméstico passou a ser enterrado no aterro sanitário e eles ficavam apenas com os resíduos doados por supermercados e órgãos do Governo. Assim, a Prefeitura de Boa Vista e parceiros procuraram mitigar a situação com medidas compensatórias de transferência de recursos para completar os ganhos, além de doações de cestas básicas e aluguel de caminhões para a coleta seletiva.

Em 2006, diante da constatação que o enterramento do resíduo em sua totalidade estava levando o aterro sanitário a um rápido esgotamento, elaborou-se outro projeto para a construção de uma Unidade de Triagem no Aterro Sanitário, obtendo-se recursos junto a Fundação Banco do Brasil e Eletronorte. Todavia, até o momento, a cooperativa não recebeu os equipamentos e maquinários necessários para coletar e triar os resíduos sólidos recicláveis provenientes do resíduo doméstico, sendo praticamente sub utilizada pelo propósito de criação.

Desde então, os cooperados trabalham com a coleta e recebimento de papel, papelão, alumínio, ferragens e plásticos diversos. O mínimo de beneficiamento é realizado na unidade, alguns produtos são desmontados com ferramentas manuais, elementos como alumínio e plásticos são separados. Os plásticos, por exemplo, são separados por cores e densidades para serem posteriormente prensados e ensacados. As garrafas PETS e os plásticos duros são enfardados.

Vários são os programas e projetos implantados pela Prefeitura e parceiros para fomentar a separação, coleta e entrega de resíduos recicláveis na unidade de triagem. O Departamento de Educação Ambiental e a superintendência de Proteção Ambiental da Secretaria Municipal de Gestão Ambiental (SMGA) participam ativamente neste processo, articulando parcerias, sensibilizando crianças, jovens e adultos em escolas, colégios públicos e privados a separação correta de resíduos, e destinação dos mesmos à cooperativa UNIRENDA, com intuito de contribuir para o aumento da renda dos cooperados, propiciando uma qualidade de vida melhor para os envolvidos na cooperativa, além de ainda auxiliar para minimizar os impactos ambientais gerados pelos resíduos sólidos.

Considerações finais

O surgimento do cooperativismo pode ser entendido como sendo uma ideologia que alguns utópicos socialistas encontraram para promover o desenvolvimento social, econômico e político de um determinado grupo, excluídos do mercado de trabalho em função da Revolução Industrial.

A organização do trabalho em cooperativas configura-se em uma alternativa de fortalecimento dos recicladores de resíduos sólidos na busca de melhores condições de trabalho, com estrutura física mais adequada e oportunidades de ganho maiores, tanto no viés econômico como social.

Assim, as sociedades cooperativas podem servir como ferramenta para contribuir com os sistemas produtivos e empreendimentos de atividades econômicas que,

de forma associativa, são capazes produzir com eficiência análoga ao funcionamento de grandes empresas, tidas como mercantis.

E não diferentes a esse processo, encontra-se a influência das sociedades cooperativas no processo de desenvolvimento socioeconômico da região em que estão inseridas, dada a sua capacidade de gerar empregos e melhorar a distribuição de renda, contribuindo de forma gradativa no processo de desenvolvimento econômico e social.

Partindo deste contexto, o cooperativismo é uma idéia que pode ser trabalhada com o desenvolvimento social, econômico e político, utilizando como ferramenta principal as sociedades cooperativas, as quais são o meio para se trabalhar cada atividade econômica, promovendo o desenvolvimento social e político de seus participantes.

Por fim, nota-se que o cooperativismo possui uma interface social bem delimitada. Além de gerar oportunidade e inserir, de forma digna, um contingente de pessoas no processo produtivo, propicia o estabelecimento entre os trabalhadores. Trata-se de ações de cooperação e solidariedade entre os trabalhadores, ações que, se implementadas com uma metodologia adequada e grande determinação, podem ter, na prática, um forte impacto social.

Referências bibliográficas

BIALOSKORSKI NETO, S. **Aspectos econômicos das cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

CRUZIO, Helnon de Oliveira. **Como Organizar e Administrar uma Cooperativa: Uma Alternativa para o Desemprego**. 2 ed. – São Paulo: FGV, 2001

FREITAS, Aimberê. **Estudos Sociais - Roraima: Geografia e História**. 1 ed. – São Paulo: Corprint Gráfica e Editora Ltda, 1998.

Instituto de Pesquisa Tecnológica - IPT (2003). **Cooperativas de catadores de materiais recicláveis: guia para implantação**. São Paulo: SEBRAE, 2003.

KLAES, L. S. **Cooperativismo e ensino à distância**. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção. Florianópolis: UFSC, 2005.

KRUEGER, Guilherme; VIEIRA, Paulo Gonçalves Lins; OLIVEIRA, Priscila Greco. **Curso de Direito Cooperativo**. Belo Horizonte: Ed. Mandamentos, 2009. LAFER, B. M. Planejamento no Brasil. São Paulo, Perspectiva, 1975.

MAGERA, M. **Os empresários do lixo: uma paradoxo da modernidade.** São Paulo: Átamo, 2003.

MENEZES, A. **Nos rumos da cooperativa e do cooperativismo.** Brasília: CONFEBRÁS, 2005.

PINHO, D. B. **Economia e Cooperativismo.** São Paulo: Editora Saraiva, 1977. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Manual de Gestão das Cooperativas.** São Paulo: Atlas, 2001.

CULTURA DE FRONTEIRA BRASIL GUIANA

Introdução

Este artigo tem como objetivo abordar as dinâmicas culturais das trocas culturais entre os habitantes da cidade brasileira de Bonfim e a cidade igualmente fronteira de Lethem pertencente à República da Guiana. Pretende-se, ainda, identificar o processo de formação de uma cultura de fronteira em que a circulação de elementos culturais são negociados e reorganizados nas culturas das populações desta fronteira.

As diversidades culturais e étnicas existentes na fronteira Brasil-Guiana sugerem uma nova e peculiar articulação dos espaços no cotidiano de seus moradores, principalmente a partir das relações que se estabelecem entre essas populações, inclusive, os conflitos e os mecanismos para superá-los. O trânsito de diversas populações nacionais e étnicas nesta região transfronteiriça coloca em cheque os limites, aparentemente fixos, dos Estados Nacionais. As imagens cristalizadas e delimitadas dos mapas das nações não correspondem à dinâmica da vida nos espaços fronteiriços. Estas populações estão habituadas a mover-se com total liberdade para um lado e para outro. A mobilidade da população de um a outro lado da fronteira é uma estratégia habitual, tal como ocorre em outros contextos fronteiriços. Essa fronteira é um espaço de encontro de diversas culturas e, conseqüentemente, o lugar de contatos e trocas culturais, de negociações e ressignificação de elementos que se constituem em uma cultura própria e singular.

Neste artigo apresento não só este espaço transfronteiriço e as suas diversidades culturais e étnicas como também o papel que esta fronteira exerce como elemento articulador das relações sociais cotidianas destas populações. Na primeira parte deste sítio o lugar fronteiriço de Bonfim e Lethem. Na segunda faço a abordagem conceitual da fronteira Brasil Guiana, ea visão de vários teóricos sobre a categoria

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: avdemeneses51@yahoo.com.br

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: francerodrigues@yahoo.com.br

“cultura de fronteira” e descrevo a forma cultural específica existente nesta fronteira terminando com as considerações finais.

O Lugar transfronteiriço: o lado de cá e o lado de lá

Como já dito, o *locus* deste trabalho é o espaço transfronteiriço constituído pela área urbana de Bonfim, no Brasil, e Lethem na República Cooperativista da Guiana. Desta forma, torna-se essencial apresentar aspectos socioeconômicos e culturais deste lugar.

Bonfim é parte da região que formava o grande arco pecuarista do alto rio Branco no século XIX que atuava como núcleo de comércio para atender a demanda regional da pecuária bovina. O atual município de Bonfim, criado em 1982 manteve-se na condição de região de pecuária. A região do Alto Rio Branco, onde se localiza Bonfim e Lethem era habitada por diversos povos indígenas quando os colonizadores portugueses ali chegaram, no século XVIII, em expedições para captura de índios para ser vendidos como escravos. Com a criação das primeiras vilas e o crescimento da atividade agropecuária, no século XIX, toda a região passou a depender da mão de obra indígena, fosse no extrativismo, na criação de gado ou em outros serviços. A maioria dos que sobreviveu é da etnia wapichana e macuxi.

Bonfim é um município cujo nome é uma homenagem a Nossa Senhora do Bonfim. Depois de vários ciclos comerciais com a cidade de Lethem, na fronteira da República Cooperativista da Guiana, a vila de Bonfim passou à condição de município em 1º de julho de 1982. O município está localizado à margem esquerda do rio Tacutu e na fronteira entre o Brasil e Guiana, sendo ligado a esse país pela ponte¹ sobre o rio Tacutu, desde 2009.

Com a inauguração da ponte internacional ligando os dois países, foi aberto um novo corredor que veio facilitar não só o comércio e transporte de mercadorias, mas de pessoas que, até então, eram obrigadas a cruzar a fronteira utilizando a balsa e os barqueiros pagando por esse serviço. Com a ponte houve aumento do trânsito transfronteiriço provocando transformações percebidas já de imediato, como o deslocamento, outrora fluvial, agora terrestre, tanto de pessoas como de mercadorias. A travessia de barco exigia um tempo maior e esse novo corredor provocou um aumento no fluxo de pessoas em direção a Lethem, principalmente intensificando o comércio, promovendo um rápido crescimento econômico local, inclusive com

¹ A ponte é parte do projeto estratégico do Arco Norte, que liga Roraima às capitais da Guiana, Suriname, Guiana Francesa ao estado brasileiro do Amapá, integrando o norte brasileiro ao Caribe. Foi custeada com recursos do governo brasileiro.

significativas melhorias nas lojas, nas ruas, além do aumento do número de vagas de trabalho e renda.

Com a divulgação dos dados do Censo Demográfico de 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), detectou uma população total de 10.951 habitantes para todo o município. Nesta transfronteira fala-se, além do português, o inglês e as línguas indígenas Karib e Arawak (OLIVEIRA, 2011), dando um aspecto transnacional e transcultural a este lugar. A cidade possui um plano diretor urbanístico com disposição de casas e ruas, fonte de eletricidade interligada ao Sistema de Interiorização da Energia de Guri (GUIA, 2009). A ligação do referido município a Boa Vista é feita pela BR-401, que é totalmente pavimentada.

A cidade de Lethem leva esse nome em homenagem ao ex-governador da antiga Guiana Inglesa, Sir Gordon James Lethem que governou no período de 1946 e 1947. No passado, a área onde atualmente se situa Lethem fazia parte da região de Pirara região que no período colonial pertencia ao Brasil e foi anexada pela Inglaterra após um contencioso denominado “Questão do Pirara”, arbitrado pelo rei Vitória Emanuel III.

Do ponto de vista étnico, a maioria da população é constituída por indianos negros (SILVA, 2005, p.9). Segundo Fernandes Neto (2003, p. 34), os primeiros representam a verdadeira diáspora de indianos por todo o antigo Império Britânico, em geral especializados em comércio e profissões liberais, enquanto os segundos representam o grande fluxo de escravos negros do século XIX, trazidos para trabalhar na mineração e na agricultura. Cerca de 22.000 pessoas vivem na região denominada de Upper Takutu-Upper Essequibo, da qual Lethem é a capital e cuja população é de, aproximadamente, 3.000 habitantes considerando Tabatinga e Culvert City, vilas anexas.

A cidade de Lethem está localizada a cerca de 100 metros acima do nível do mar e às margens do rio Tacutu, que faz fronteira com o Brasil. Do outro lado do rio está situada a cidade de Bonfim, município pertencente ao estado de Roraima-Brasil, a uma distância de 128 km de Boa Vista, sede administrativa do estado de Roraima e a 700 km de Georgetown. Localizada na região chamada de Planalto das Guianas, Lethem é uma pequena cidade de fronteira que serve de base para viajantes que se deslocam tanto para a capital Georgetown e regiões de garimpo quanto para Boa Vista.

A fronteira Brasil Guiana

Uma fronteira é um limite, é algo que separa um universo de regras, separa e estabelece limites entre o nós e os outros. São limites simbólicos, políticos, étnicos, linguísticos e culturais. As nações e, em especial os países fronteiriços convivem com o limite territorial, se definem por meio da oposição do “eu” e do “outro”, mas, são como vizinhos que estão sujeitos às influências e interferências de um e outro. Sendo assim, a palavra *fronteira* evoca um limite ou linha divisória entre entidades diferentes e, por consequência, o lugar substantivo ou simbólico onde essas entidades se encontram (RODRIGUES, 2005).

Nesta abordagem conceitual a fronteira entre o Brasil e a Guiana foi encarada não apenas como marco divisório representado por limites e divisões, mas pensada, principalmente, na dimensão do lugar de trânsito, de passagem, de comunicação, enfim de práticas transfronteiriças que implicam empréstimos culturais e trocas simbólicas. Os lugares de fronteiras são espaços de misturas e de intensos fluxos culturais. Os limites políticos nem sempre correspondem aos limites culturais. Como diz Pesavento (2002, p.37),

A fronteira cultural é trânsito e passagem, que ultrapassa os próprios limites que fixa, ela proporciona o surgimento de algo novo e diferente, possibilitado pela situação exemplar do contato, da mistura, da troca, do hibridismo, da mestiçagem cultural e étnica.

Como lugar de trocas este lugar pode ser entendido, portanto, como fronteira cultural porque, “fronteiras culturais remetem à vivência, às socialidades, às formas de pensar intercambiáveis, aos *ethos*, valores, significados contidos nas coisas, palavras, gestos, ritos, comportamentos e ideias” (PESAVENTO, 2002, p.36).

Bonfim e Lethem são cidades cujas características culturais predominantes são a diversidade étnica e cultural e que me permite ressaltar o aspecto de cidades fronteiriças, uma vez que os limites dos países são territoriais, mas as culturas dos dois lados interagem e entrelaçam-se permanentemente. De acordo com Canclini (1987, p. 283), “na fronteira não há nada mais intenso do que a questão territorial, pois ela é um espaço que politicamente pertence a um país, culturalmente a dois e socialmente a nenhum”. Neste lugar transfronteiriço a circulação de pessoas e mercadorias são constantes e formam um lugar peculiar. Como diz Ravenstein (1980, p. 69), as “cidades que se situam próximas às fronteiras de Estados tornam-se, virtualmente, centros de atração de emigrantes dos dois Estados”. Ambas são núcleos urbanos simetricamente dispostos dos dois lados de um limite internacional. Dessa proximidade

dade deriva intenso intercâmbio de pessoas, serviços, capitais e informação, mas de modo geralmente assimétrico, às vezes complementar, às vezes competitivas (HOUSE, 1980). Para estas duas cidades a fronteira funciona como elemento articulador e se transforma em um recurso para as populações tanto de Bonfim como de Lethem, uma região onde a presença do Estado tem sido limitada ou em determinadas situações, até mesmo inexistente.

A inauguração e abertura da ponte que liga Bonfim a Lethem e vice versa, intensificou o trânsito de pessoas, os empréstimos e trocas culturais. O rio Tacutu se configurava como um limite, uma barreira já que a sua travessia só era possível por meio de barcos e de balsas de pequenas dimensões, ao mesmo tempo em que o tempo gasto era maior e o número de pessoas e automóveis eram reduzidos. A partir de 2009, o rio deixou de ser um elemento limitador e o fluxo de pessoas, mercadorias e veículos passou a ser mais intenso e constante. As populações transfronteiriças devido ao afastamento das áreas mais desenvolvidas e dos centros decisórios aprenderam a instrumentalizar esta prática “oportunista” tanto nos aspectos econômicos, sociais e político, como simbolicamente, como por exemplo, o uso das cédulas de identidade dos dois países. Dependendo do contexto as pessoas apresentam uma ou outra identidade. Dito de outra maneira, as fronteiras longe de desaparecerem seguem, por um lado, ocultando processos e manifestações que brotam das margens e, por outro, renovando modalidades de organização da cultura.

A preocupação em resolver os problemas locais levou os moradores desta região a criar mecanismos e desenvolver estratégias para resolver suas dificuldades, estimulando interações entre os povos de ambos os lados da fronteira e constituindo espaços comuns, lugares com configurações peculiares. Os habitantes de Bonfim e Lethem trocam informações, produtos, mantem relações sociais, configurando um novo espaço, criando normas e articulações definidas para atender as suas necessidades. É este contexto de contatos culturais, de circulação de bens e mercadorias, mas principalmente de símbolos que são reorganizados, justapostos, entrecruzados que constroem uma cultura bastante específica que será tratada a seguir.

Culturas de fronteira

Desenvolver investigações em áreas de fronteira impõe grandes desafios pela complexidade que se apresenta considerando que ali existe grande diversidade cultural e uma multiplicidade étnica. Sabe-se que entre as populações das cidades fronteiriças de Bonfim e de Lethem os vínculos sociais ultrapassam as fronteiras nacionais e

se constrói neste espaço uma convivência cotidiana, de cooperação, mas também de conflitos, assim como as estratégias a fim de superá-los. As diversidades culturais e étnicas que estão presentes nesta fronteira sugerem uma peculiar articulação de seus moradores em seus cotidianos, a partir da nova maneira de entender as relações que se estabelecem entre si. Essas populações vivem, efetivamente, um longo processo de contatos interculturais e, apesar das diversidades e dos conflitos presentes, os habitantes da fronteira interagem cotidianamente em certa sintonia. As fronteiras entre países são espaços de trocas e de fragmentações culturais (ANZALDUA, 1987; ARCE, 2000; LUGO, 2003).

Santos (1993) associa a existência nos espaços fronteiriços de uma heterogeneidade cultural significativa e, portanto, a ausência de uma única cultura predominante. Este fragmentarismo, para este autor, é ao mesmo tempo causa e efeito de um déficit de hegemonia cultural. Esse déficit de diferenciação e de identificação, se por um lado cria um vazio substantivo, por outro, poderá consolidar uma forma cultural muito específica, “a cultura de fronteira”. Para Santos (1993, p.50) é justamente este

Contexto global do regresso das identidades, do multiculturalismo, da transnacionalização e da localização que parece oferecer oportunidades únicas a uma forma cultural de fronteira precisamente porque esta se alimenta dos fluxos constantes que a atravessam. A leveza da zona fronteiriça torna-a muito sensível aos ventos. É uma porta de vai-e-vem, e como tal nunca está escancarada, nem nunca está fechada.

Valcuende (1998) enfatiza as “culturas de fronteira” em que grupos aprenderam a instrumentalizar de forma diversa estas fronteiras político-administrativas. De acordo com este autor, em um mesmo espaço convergem tradições, saberes, formas singulares de apropriar-se do meio que têm um condicionante fundamental: a fronteira.

A forma cultural específica desta fronteira

As práticas culturais que dão sustentação à tese de existência de uma formação cultural específica, que aqui denominamos de “cultura de fronteira” decorrem, em parte, da grande heterogeneidade cultural e multiplicidade étnica, ao mesmo tempo em que há uma convivência ora de solidariedade, ora conflitiva; as populações destas cidades fronteiriças vivem vínculos que ultrapassam as fronteiras nacionais; e compartilham o território. Desta forma, esta fronteira entre os países configura-se como espaços de trocas, de fragmentações culturais, constituindo, em muitos casos,

culturas híbridas, mescladas ou que, pelo menos, se apropriam de elementos de uma e outra cultura.

Os contatos culturais e vínculos de parentesco entre os habitantes das cidades de Bonfim e de Lethem existem desde antes do período colonial. Nesta região viviam e, em alguns casos, ainda vivem povos “aparaís, wayanas, tiriyo, waiwais” entre outros (RIVIÈRE, 2001). Trabalhos mais recentes como os de Farage (1991; 2002), Santilli (1989; 1994; 2002), Pereira (2005) e Baines (2006) apontam os Macuxi e Wapixana como povos oriundos destas épocas e que vivem nesta região de fronteiras entre Brasil, Venezuela, República Cooperativista da Guiana.

Em pesquisa de campo, algumas narrativas sobre o intenso trânsito transfronteiriço os moradores referem-se a este fenômeno como “intercâmbio”; como “nosso modo de viver de lá pra cá”. Narram, ainda, que “é assim mesmo, tudo misturado”.

Outro dado assinalado por vários dos meus interlocutores é a noção de pertencimento em que se identificavam afirmando que “nós somos da fronteira”. Para quem vive nestas regiões de transfronteira a linha divisória é tênue e as práticas de deslocamento tornam-se constitutivas de significados culturais e de identidades. O lugar fronteiriço enquanto espaço de contatos culturais proporciona aos diversos sujeitos entrecruzarem suas trajetórias históricas e culturais, elaborarem a seleção, revisão e re-apropriação de novos signos culturais e identitários (CLIFFORD, 1999).

De acordo com Muller, (2002, p.226), quando esses sujeitos dizem “sou da fronteira” estão associando elementos simbólicos que dizem respeito a uma certa diferenciação em relação a outras regiões ou zonas urbanas, o que dá a eles o sentimento de responsabilidade de estarem estabelecendo os “contornos nacionais”. Esses são elementos que nos faz induzir que estas populações fronteiriças constituem um modo de vida e de cultura singulares. É neste lugar de transfronteira, que ocorre o encontro das diversas culturas que ali convivem, onde modos de vida se entrecruzam, se mesclam e se transformam. Neste lugar ocorre como já dito, o encontro de grupos sociais pertencentes a diversas regiões, diferentes países e estados nacionais, diferentes costumes e tradições. Esse complexo geográfico, político, socioeconômico e cultural constitui um espaço de “realidades fronteiriças” que em parte se caracterizam pela permeabilidade que permite o fluxo do legal e do ilegal, tanto de bens quanto de serviços, e por construir culturas de fronteira.

A interação entre as populações desta transfronteira se expressa frequentemente através da vinculação social e cultural, adotando-se reciprocamente usos, costumes, valores e expressões idiomáticas que são próprias e distintivas dos dois países que, mesmo separadas por um limite estabelecido, criam um lócus de interação próprio,

mais evidenciado naquele espaço geográfico. Conforme menciona Farret (1997), nestes lugares de fronteiras se produz uma interface, cujas influências recíprocas determinam comportamentos socioeconômicos e culturais que as diferenciam do restante de seus respectivos países, em que se formam verdadeiras sociedades transfronteiriças. São numerosos os exemplos dessa adoção recíproca, como por exemplo, o hábito de ouvir e dançar o forró e o *reggae*; a música e a televisão brasileira nas lojas e residências de Lethem; na culinária das duas cidades o uso do “*curry*”, do “*rotli*” e do arroz, feijão e farofa e do churrasco brasileiro; o consumo da cerveja brasileira e guianense bem como do chá com leite; na linguagem, a adoção pelos habitantes das duas cidades dos termos “*my brothers*” e “*my friends*” e o entendimento dos dois idiomas; o intercâmbio entre as crianças das escolas, pela necessidade de aprendizado da língua do “vizinho”. Como resultado dessa interação, a existência nesta fronteira, de um grupo numeroso e com denominação própria os “Guy-Brás”, resultante dos inúmeros casamentos entre brasileiros e guianenses, que vivem tanto do lado brasileiro como do lado guianense. Na descrição etnográfica, descrevo a passagem de uma camioneta guianense carregada com gás de cozinha procedente de Bonfim, que não é parada no posto de fiscalização (Bonfim não tem esse produto) e de igual modo, diariamente os automóveis de moradores de Bonfim se deslocam até Lethem para abastecer de gasolina (em Bonfim não existe posto de combustível). As fronteiras nacionais são pensadas pelas pessoas que ali vivem a partir da permeabilidade de pessoas, coisas e objetos, diferentemente das fronteiras concebidas pelos Estados nacionais. Assim, a gasolina comprada na cidade de Lethem por brasileiros e o gás comprado na cidade de Bonfim por guianenses traduz bem essa permeabilidade.

As particularidades decorrentes destas situações específicas por tudo o que representa um ambiente de fronteira, com hábitos, costumes e processos onde as diferentes culturas se entrelaçam, através de dinâmicas proporcionadas por um fluxo muito grande de trocas e empréstimos culturais, proporcionam o surgimento de uma forma cultural com características próprias deste espaço. Segundo Rodrigues (2005) os contatos, principalmente os que se constituíram na América são “irremediavelmente impuros” e geraram culturas mestiças, híbridas ou *crioulas* à medida que os sujeitos apropriaram-se criticamente dos elementos próprios dos outros, selecionando-os, modificando-os e recombinao-os, desarticulando certos signos e rearticulando-os de outra forma seus significados simbólicos.

Considerações finais

Nosso objetivo inicial, neste trabalho, foi apresentar alguns elementos das dinâmicas e trocas culturais nas fronteiras do Brasil e da República Cooperativista da Guiana, mais especificamente, no espaço transfronteiriço constituído pelas cidades de Bonfim e de Lethem.

Uma característica que torna este lugar singular é a presença de múltiplas culturas e identidades. Os moradores de Bonfim e Lethem vivenciam intensos e históricos processos de deslocamentos de diversos grupos étnicos (Makuxi e Wapichana), grupos nacionais (afro-guianenses, brasileiros, peruanos, venezuelanos, bolivianos, indiano-guianenses, coreanos, chineses) e grupos locais de brasileiros que transitam nestes espaços intercambiando hábitos, costumes, crenças e valores.

No trabalho de campo, foram constatadas dinâmicas culturais e a circulação de elementos culturais que hoje, fazem parte da cultura de ambas as populações destas cidades fronteiriças, independente da origem tradicional desta ou daquela cultura. O evento da construção da ponte foi um marco importante na história e vida destas duas cidades e de seus moradores. Em Lethem provocou um rápido e significativo desenvolvimento: aumentou a oferta de produtos antes não existentes e, se transformou em um mecanismo de atração de pessoas, não só de outros lugares (Boa Vista), que atravessam a fronteira para comprar, como para os habitantes de Bonfim que, com o surgimento de novas construções de residências, lojas, restaurantes, postos de combustíveis entre outros, fez aumentar a oferta de trabalho e emprego. Já do lado brasileiro, a cidade de Bonfim não se beneficiou com esta dinâmica, pelo contrário, nas entrevistas realizadas, todos os moradores foram unânimes ao afirmar que a ponte não provocou nenhuma mudança (um ou outro referiu só a rapidez para o deslocamento para Lethem), e que ela havia contribuído para a transferência para Lethem de serviços que nesta cidade brasileira existiam. Recordo-me de um morador que me afirmou: “se já antes estava difícil aqui, com a ponte ninguém mais entra na cidade de Bonfim, passam direto pela entrada da cidade na rodovia, parece até que não existimos aqui”.

O “estar lá” e a convivência no dia a dia neste espaço transfronteiriço forneceram-me subsídios para afirmar que este espaço excede os limites geopolíticos. É constituído socialmente no fluxo diário de pessoas, coisas e objetos. Exemplos desse “ir” e “vir” é o trânsito permanente de pessoas que atravessam a ponte diariamente, a pé, de bicicleta ou de carro, trocando informações, produtos, relações, ou seja, configurando um espaço e criando articulações para atender as suas necessidades. As

necessidades de um lado são sanadas pela participação do outro, as brechas de um são preenchidas pela ação do outro de modo a se complementarem e se apoiarem mutuamente, desenhando um ambiente diferenciado, próprio das áreas fronteiriças (MULLER,2002). O trânsito de pessoas de um lado ao outro é permanente, até porque os laços familiares entre brasileiros e guianenses estão presentes neste espaço. Pelas entrevistas e conversas informais realizadas, foram identificados inúmeros casos de casamentos e uniões entre moradores de ambas as cidades.

Nas primeiras observações realizadas sobre o cotidiano destas populações fronteiriças, foi constatado que entre elas existe uma convivência, e existe entre elas o mesmo sentimento de pertencimento a este espaço: os habitantes de Bonfim e Lethem sempre se diziam nós somos “da fronteira”. Os fatores responsáveis por tal convivência são vários e podem destacar-se as relações de parentesco como os de casamentos, as atividades econômicas, tanto de comércio como de contrabando, uma história partilhada de interação e complementaridade, que de acordo com Wong-Gonzales (2002) é construída por um sentimento comum e coletivo de pertencimento ao local.

Devido ao comércio, de um lado e do outro da fronteira, os comerciantes são obrigados a aceitar a moeda da cidade vizinha, tornando-se este procedimento condição de sobrevivência. Pela necessidade de sociabilidade e comunicação e também para a efetuação de suas transações, são criadas zonas de bilinguismo. Identifiquei a presença na rede municipal de Bonfim de alunos guianenses com o objetivo do aprendizado da língua portuguesa e de igual modo alunos de Bonfim que se deslocam para Lethem para o aprendizado da língua inglesa. Os habitantes de Lethem utilizam os serviços médicos e odontológicos daquele município brasileiro.

Sabemos que toda fronteira se caracteriza por ser uma zona de indefinição sociolinguística onde atuam duas ou mais línguas. Nesta região de fronteira, essa interação se produz a partir dos falantes da língua e da influência dos meios de comunicação, em particular o rádio e a televisão de um e de outro lado da fronteira. Em várias casas e estabelecimentos comerciais em Lethem, observa-se que predomina a influência do Brasil, com músicas populares brasileiras tocando constantemente, junto com o *reggae*. Também as pessoas que possuem televisão tem acesso exclusivamente às emissoras do Brasil e, por satélite, aos canais americanos e britânicos (neste segundo caso, é reduzido o número de pessoas que tem esse acesso). Práticas linguísticas produzem transformações na identidade cultural dos grupos sociais, pois geram transformações na base interpretativa desses povos pelas mudanças nos padrões culturais de interação e de interpretação do mundo.

A necessidade do aprendizado da língua do “vizinho” é um imperativo nesta fronteira. Não foi observada nas cidades pesquisadas, a oferta de cursos de português nem de inglês, indicando uma lacuna fundamental à integração cultural. A fim de ser ultrapassada esta lacuna, os moradores criaram um intercâmbio entre estudantes das duas cidades: alunos que frequentam a escola da sua cidade em um período e no outro, se deslocam para a outra cidade a fim de aprender a segunda língua, que é fundamental para a sua manutenção nesta fronteira devido à presença de familiares dos dois lados da fronteira internacional.

A fronteira é um limite sem limites. É conceito impregnado de mobilidade. Se a fronteira cultural é trânsito e passagem que ultrapassa os próprios limites que fixa, esta fronteira entre o Brasil e a Guiana proporciona o surgimento de algo novo e diferente que é possível pela situação da heterogeneidade cultural, pelo intenso contato, da mistura, da troca e dos empréstimos culturais: a cultura de fronteira.

Referências bibliográficas

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera: The new mestiza**, San Francisco, USA: Aunt Lute, 1987.

ARCE, José M. V. Alotro lado de la línea. **Representacionessocioculturale-sen lãs narrativas sobre lafrontera México-Estados Unidos**. Revista Mexicana de Sociología, México DF, v. 62, n.2, p.125-149, Abril-Junio. 2000.

BAINES, Stephen. **A fronteira Brasil-Guiana a partir de perspectivas dos índios Macuxi e Wapichana**. In: ROCHA, Leandro Mendes (Org.). *Etnicidade e nação*. Goiânia: Cânone Editorial, 2006, p. 85-97.

BARTH, Fredrik. **Os Grupos Étnicos e Suas Fronteiras**. In: POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENAR, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas-estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad. Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1987.

CLIFFORD, James. **Itinerários transculturales**. Barcelona: Gedisa, 1999.

FARAGE, Nádia. **Instruções para o presente**: Os brancos em práticas retóricas Wapishana. In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (Orgs.). *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p.507-531.

_____. **As muralhas dos sertões**: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

FARRET, R. **Especificidades das áreas urbanas de fronteiras**. In: IARA, R. C.; KOCH, M. R.; OLIVEIRA, N.; SCHÄEFFER, N. O. & STROHAECKER, T. (org.) *Fronteiras na América Latina: espaços em transformação*. Porto Alegre: UFRGS/FEE, 1997.

FERNANDES NETO, P. **Caracterização da faixa de fronteira continental norte do Brasil**. UFRJ. Rio de Janeiro: 2003. Disponível em: <http://www.acd.ufrj.br/fronteiras/pdf/p02mono01> Acesso em: 19 mar. 2012.

GUIA Turístico de Roraima: ecológico, histórico e cultural. Boa Vista/RR: 2009.

HOUSE, J. W. **“The frontier zone: a conceptual problem for policy makers”**. In: *International Political Science Review*, vol. 1, nº 4, 1980.

LUGO, Alejandro. **Reflexiones sobre la teoría de la frontera, la cultura y la nación**. In: MICHAELSEN, Scott; JOHNSON, David E. (comp.). *Teoría de la frontera: los límites de la política cultural*. Traducción de Gabriela Ventureira. Buenos Aires: Gedisa. 2003.

MULLER, Karla Maria. **Práticas comunicacionais em espaços de fronteira**: os casos do Brasil-Argentina e Brasil-Uruguai. In: MARTINS, Maria Helena. (Org.) *Fronteiras Culturais. Brasil-Uruguai-Argentina*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. **A presença holandesa na Amazônia caribenha entre os séculos XVI e XVII**: da costa selvagem ao rio Branco. In: _____; IFILL, Mellissa. Dos caminhos históricos aos processos culturais entre Brasil e Guiana. Boa Vista: EDUFRR, 2011, p. 19-43.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do Antropólogo**: Olhar, ouvir, escrever. In: Revista de Antropologia. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **Introdução**. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso; BAINES, Stephen G. (organizadores). Nacionalidade e etnicidade em fronteiras. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

PEREIRA, Mariana Cunha. **A ponte imaginária**: o trânsito interétnico na fronteira Brasil-Guiana. Tese. CEPPAC, UnB, Brasília/DF 2005.

_____. **Danças e festas nas regiões de fronteira-La diablada, o forró, o reggae e a parixara: cultura e patrimônio imaterial nas fronteiras Argentina-Bolívia e Brasil-Guiana**. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Diversidades e (Des) Igualdades. UFBA. Anais... Salvador, 2011. Disponível em: <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/site/anaiscomplementares>> Acesso em: 07maio. 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das Fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena. (Org). Fronteiras Culturais. Brasil-Uruguaí-Argentina. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

RAVENSTEIN, E. G. **As leis da migração**. In: BNB. ETENE. Migração interna: textos selecionados. 1 t. Fortaleza: ETENE, 1980.

RIVIÉRE, Peter. **O indivíduo e a sociedade na Guiana**. São Paulo: Edusp, 2001.

RODRIGUES, F.S. **O lugar Guayana**: o mundo vivido. Projeto qualificação de doutorado. Brasília: CEPPAC/UnB, 2005.

SANTILLI, Paulo. **Trabalho escravo e brancos canibais**: uma narrativa histórico Macuxi. In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (Orgs). *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p.487-505.

_____. **As fronteiras da República**: história e política entre os Macuxi no vale do rio Branco. São Paulo: NHII-USP/FAPESP, 1994.

_____. **Os Macuxi**: história e política no século XX. Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais. Campinas, 1989, p.162.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Modernidade, identidade e a cultura de fronteira Tempo Social**. *Rev. Sociologia. USP, S.Paulo*:5 (1-2). 1993. Disponível em:<www.ffch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/Modernidade> Acesso em: 03 jan.2013.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE RORAIMA. – RR. **Informações socioeconômicas do município de Bonfim 2012**. 2ª Edição. Boa Vista: CGEES/SEPLAN, 2012. p.61.

SILVA, C. A. B. **A Revolta do Rupununi**: uma etnografia possível. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Campinas, 2005. 267 f. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

URIARTE, Luis. **La codosera**: culturas de frontera e fronteraculturales. Mérida: Asablea de Extremadura, 1994.

VALCUENDE, José M. **Fronteras, territórios e identificaciones colectivas**. Sevilla: Fundación Blas Infante, 1998.

WONG-GONZALES, P. **Alianzas estratégicas de Regiones transfronterizas**: cooperación y conflicto em La frontera. USA-MEXICO. Assunción: CADEP, 2002.

MIGRAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA BRASIL – GUIANA: UMA ANÁLISE PRELIMINAR

Introdução

Atualmente os deslocamentos populacionais estão correlacionados ao contexto do fenômeno da globalização, que é uma nova nomenclatura utilizada para designar o antigo processo de internacionalização do capital. Esse fenômeno causa verdadeiras transformações, por sua grandeza e complexidade, alcançando diversos aspectos, dentre os quais se destacam: os fatores de ordem econômica, política e social, como os mais determinantes nesse processo. A contundência da temática nos induz a considerar a globalização como algo premente, e natural, conferindo-lhe uma característica de natureza inevitável, não cabendo possibilidade de resistência.

Para Costa (2008), globalização trata-se de mudanças que estão impactando fortemente a política mundial, a economia, o mundo do trabalho e as tradições culturais em toda parte do planeta, influenciada pelos meios de comunicação, através do poder econômico e financeiro das transnacionais. Este, enfatiza que gostemos ou não, a globalização é um fato cotidiano que faz parte da nossa realidade, que vai desde o uso do creme dental, do tênis que usamos, do alimento que comemos, o programa de TV que assistimos, o jornal que lemos, o computador que utilizamos, o salário, a internet que navegamos, dentre outros milhares de aspectos do nosso dia-a-dia. Desta forma, a globalização é um fenômeno típico do capitalismo contemporâneo.

Diante deste cenário, partimos do entendimento de que a ocorrência dos deslocamentos humanos e seu crescente aumento estão diretamente associados ao fenômeno da globalização, reforçados pelas novas técnicas de comunicação e transporte, apresentadas neste trabalho, particularmente, como meios fomentadores do processo de mobilidade humana.

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: Juliamca14@gmail.com; julia.almeida@ufr.br

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: francerodrigues@yahoo.com.br

Nesse contexto, a escolha do tema justifica-se pela importância dos deslocamentos, seja no aspecto social, econômico, cultural e geopolítico, dado o impacto que causam no cotidiano dos trabalhadores envolvidos no processo, tendo como foco privilegiado, os deslocamentos ocorridos diariamente na região de fronteira.

O processo de migração profissional pendular nas regiões transfronteiriças, desempenha um papel particularmente singular. Trabalhar em um país, mas residir em outro, gera a necessidade de regressar todos os dias, o que caracteriza movimentos curtos, mas, no entanto, considerados complexos e intensos, mediante a sua importância socioeconômica e cultural.

Essa dinâmica migratória remete a uma discussão mais específica a respeito dessa área de fronteira internacional. É importante salientar que esses movimentos migratórios internacionais ocorrem, a princípio, incentivados pela escassez de postos de trabalho em Bonfim e pela oferta de empregos em Lethem. Portanto, tais movimentos necessitam de uma análise mais pontual acerca das migrações transfronteiriças, suas problemáticas e suas implicações múltiplas e conjunturais, no que se referem aos impactos advindos desse processo dinâmico, presentes nessa área de fronteira.

No que diz respeito ao processo migratório, sabe-se que tal fenômeno compõe um capítulo essencial na história da humanidade. A migração internacional tornou-se um fenômeno de relevância mundial, tanto para os países de destino como de origem ou ainda os de trânsito. No Brasil, a espacialização populacional e o processo de estruturação territorial, apresentada pelo fenômeno das migrações internacionais, configuraram-se como termômetros, refletindo as condições socioeconômicas existentes em nível planetário, apontando as disparidades das relações internacionais vivenciadas pela globalização. Nesse contexto, esses acontecimentos contribuíram para estruturar um momento importante e essencial realçando nossa história recente.

Apesar dessa temática, configurada um fenômeno relativamente recente, constata-se que, decorrente de problemas econômicos no país de origem, grande parte desses migrantes internacionais se estabelecem em países em desenvolvimento, já que existe um crescimento. Contudo, em contrapartida, não são gerados novos empregos nos países de origem. Desta forma, a complexidade que acompanha as migrações laborais internacionais, bem como suas reflexões vigentes, revela um fenômeno composto por elementos de naturezas distintas, devido às causas que a originam.

Pesquisadores acreditam que esses fatores têm estreita ligação com a globalização, e são considerados complexos, devido as suas múltiplas dimensões, pois aceleram e alteram de forma expressiva os padrões migratórios internacionais em busca de emprego.

Para teóricos da segmentação como Aragón (2009), a expansão do capitalismo empobrecimento de alguns países, políticas desfavoráveis, o fim da escravidão, dentre outros fatores, conduziram a um aumento dos fluxos migratórios internacionais no final do século XIX e início século XX.

Assim, o fenômeno do transnacionalismo pode ser definido como um processo no qual os migrantes criam e mantêm as relações sociais que enlaçam suas sociedades de origem e destinação, podendo influenciar no desenvolvimento econômico do país de origem, e conseqüentemente, o desenvolvimento econômico do país vizinho. Por sua vez, exerce também influência sobre a migração, conforme assegura Brzozowski(2012).

Assim, a dinâmica dessa mobilidade, bem como das experiências reveladas em função desses deslocamentos, demonstram que os migrantes desenvolvem estratégias, meios de negociação, capazes de realizar novas relações que se acoplam, se interligam, se justapõem e se apresentam como necessárias ao processo de inserção do migrante, instigando neste, o sentimento de pertencimento. Esse processo assume um caráter sistematizador, sobretudo, conotando a ideia de estratégia ao indivíduo, com relação à sua identidade e à sua forma de existir, através de suas referências identitárias.

Ainda no contexto da migração transfronteiriça, estas podem ser entendidas como os deslocamentos que ocorrem em territórios contíguos de uma determinada fronteira nacional, ou seja, se caracterizam pelo vai e vem de indivíduos nas áreas limítrofes de países vizinhos.

Desse modo, esse processo de mobilidade humana pode contribuir para o aumento do poder aquisitivo, de renda e de modo geral, e melhorar a condição social e econômica das famílias desses transmigrantes. A migração pode assumir características diversas. Dentro dessa perspectiva, deixar a pátria para se estabelecer, mesmo que temporariamente em outro país, para trabalhar é um fenômeno bastante analisado na atualidade e ocorre cada vez mais em continua frequência, revelando o avanço do processo de mobilidade e ocupação do espaço.

Migração transfronteiriça

Como já descrito, o processo migratório está presente na história da humanidade. Na atualidade verifica-se que esse fenômeno ganhou espaço com o surgimento da globalização, que acelerou os padrões migratórios internacionais.

A migração, dentro desse contexto, ganhou relevância mundial; assim, ao se reportar às migrações, é importante entender que a globalização configura uma nova feição à mobilidade humana, momento em que se constata que o migrante, neste aspecto, amplia seu horizonte, pois não tem mais limite de fronteira, deparando-se com incessantes mudanças e novos parâmetros perante o mundo.

Segundo Rodrigues et al. (2008), o fenômeno tem se acentuado com a influência da globalização, chegando ao ponto de alterar o crescimento das populações, gerando impactos no desenvolvimento e na configuração sociocultural dos países de origem e destino. Nos últimos anos, essa tendência da mobilidade transfronteiriça tem se tornado mais enérgica na tríplice fronteira ao norte do Brasil (Pacaraima e Boa Vista), sul da Venezuela (Gran Sabana/Santa Elena do Uairén) e sudoeste da República da Guiana (Rupunini/Lettem). Essa tríplice fronteira é marcada pelo cotidiano dos grupos étnicos e nacionais que desempenham fluxos migratórios diários e transfronteiriços, e desta forma o deslocamento entre fronteiras transnacionais apresenta grande potencial para as economias. As autoras enfatizam ainda, que para o transmigrante esse deslocamento representa, além da busca de sobrevivência econômica, a busca de um capital simbólico ou diferenciado, como também riscos de desintegração familiar e uma forte desproteção aos direitos sociais.

No entendimento de Paiva (2010), o fenômeno da globalização, em suas diferenciadas matrizes e prolongamentos, delimita que esse processo ocasionou interferência direta no aumento crescente dos deslocamentos humanos, pois foi fomentado pelo advento das novas técnicas de comunicação e transporte, que podem ser entendidos como elementos facilitadores da circulação de informações e pessoas. A autora esclarece ainda, que essa mobilidade humana nunca foi tão elevada quanto nos dias de hoje, pois a cada minuto, aproximadamente dez pessoas estão cruzando fronteiras ao redor do mundo.

De acordo com Haesbaerth (2001), existem aproximadamente dois milhões de brasileiros morando fora do país, um terço destes nos países fronteiriços, especialmente aqueles pertencentes ao bloco econômico do Mercosul. O autor complementa enfatizando que o processo de expansão do capitalismo retém vários aspectos acerca da dominação global, de forma que as culturas, em toda parte, estão sendo relativizadas pelo impacto da compressão espaço-tempo, e as relações entre o global e o local estão sendo redefinidas, favorecendo o surgimento de novas identidades

globais e locais, que ocorrem de maneira simultânea. Desta forma, como orienta o autor, a globalização surge, nessa perspectiva, ocasionando um efeito deslocador e desorientador de identidades organizadas em torno de uma cultura e de fronteiras, favorecendo o surgimento de novas posições de identificação, mais plurais, menos unitárias e fixas.

Desse modo, é possível constatar a relevância de alguns fatores sociais, econômicos e políticos, que surgem com o intuito de impulsionar as pessoas a realizarem o processo migratório.

Seguindo esta lógica de raciocínio, Santos (2012), confirma que os fluxos migratórios transfronteiriços vêm aumentando não apenas de guianenses, que realizam este processo migratório desde a década de 60, mas de migrantes de outras nacionalidades.

De acordo com Lobo et. al (2005), a composição dos fluxos migratórios revelam a importância de fatores como a distância, o idioma, as relações históricas e as afinidades culturais sobre a decisão de migrar. A migração internacional tem profundas repercussões nas estruturas básicas dos países emissores e receptores, de forma que a globalização intervém nessas desigualdades e, é notório à necessidade em clarificar que, a migração internacional constitui um fenômeno que exige um tratamento multilateral, de forma que novas e antigas territorialidades parecem se afirmar no Brasil, o que ressalta o dinamismo em determinados espaços, dando aos expressivos movimentos populacionais, estes tem contribuído para uma nova etapa de estruturação das espacialidades e territorialidades, intensificando inclusive, as relações entre o Brasil e seus vizinhos.

Nessa justificativa, conforme assegura Aragón (2009), a migração transfronteiriça ocorre ao longo da fronteira brasileira, apresentando algumas particularidades na fronteira de cada país. No caso das fronteiras Pan-Amazônia, a melhoria das vias de acesso, a integração regional, a realização de acordos diplomáticos, dentre outros, são alguns dos fatores que contribuem para o fortalecimento da migração transfronteiriça.

Para Paiva (2010), buscar novas oportunidades de emprego e o desejo de melhores condições de vida, sem dúvida nenhuma é o principal fator impulsionador da migração, e é o mais difundido tanto na mídia como no meio acadêmico. O autor entende ser unânime o entendimento de que esse é um aspecto decisivo na escolha da migração, mas destaca que dentre as várias correntes teóricas que tentam elucidar o fenômeno dos deslocamentos, se sobressai a de ordem econômica como principal fator propiciador.

No caso das fronteiras do extremo norte do Brasil, temos o município de Bonfim, que está localizado a Nordeste do estado de Roraima, e faz fronteira com a cidade de Lethem, pertencente à República Cooperativista da Guiana, que possui como divisor natural fronteiriço o rio Tacutú; sua sede está a 125 km da capital de Boa Vista ligada pela BR-401. O Estado de Roraima possui aproximadamente 1.922 km como área de fronteira internacional, dos quais 958km fazem fronteira com a Venezuela e 964 Km com a Guiana. Bonfim possui a maior área de fronteira com a República Cooperativista da Guiana.

Localizada ao norte da América do Sul, entre a Venezuela, o Brasil, Suriname e o Oceano Atlântico, a Guiana, conforme assegura Corbin (2009), é o único país anglofônico da América do Sul. No que diz respeito à Lethem, é uma cidade que está localizada no alto Essequibo, Tacutu – superior. É a capital da nona região denominada Upper Essequibo – Upper Tacutu. Possui aproximadamente 3.000 habitantes na sede, sendo a maior cidade do sul da Guiana. Lethem está localizada na região denominada de Planalto das Guianas e está a 100 metros acima do nível do mar (Neto 2005, p 245).

A migração transfronteiriça é uma tendência do mundo contemporâneo e refere-se ao deslocamento de imigrantes estrangeiros de outros países do continente, mesmo sendo considerada uma migração não oficial de transfronteiriços, esses deslocamentos apresentam impactos na configuração das comunidades locais, tanto de origem, quanto de destino, conforme assegura Rodrigues (2006).

O conceito de “migração pendular” é antigo na geografia, conforme assegura Moura et.al (2005), pois perante as novas dimensões apresentadas pelo avanço do processo dos deslocamentos, torna-se pertinente uma revisitação conceitual, flexibilizando sua denominação.

Canclini (1992,p.54), afirma que na atualidade existem três sistemas migratórios, e sua classificação procede da seguinte forma: “a migração de instalação definitiva ou de povoação, a migração temporária que ocorre por motivos de trabalho, e finalmente, a migração de instalação variável, que é intermediária entre as duas citadas anteriormente”. Mas, no entanto, o autor enfatiza que são as duas últimas as que mais cresceram nas décadas recentes.

Bertha Becker (2007), por sua vez, ao se reportar ao Estado de Roraima chama a atenção para a existência de um fluxo pendular nessa área de fronteira, destacando:

“A leste do Estado de Roraima, entre as cidades gêmeas de Bonfim e Lethem (Guiana), existe um fluxo pendular, representado pelo deslocamento de residentes da Guiana para trabalhar e estudar no Brasil. Em Bonfim, descendentes de ingleses fixaram residência na

cidade. Paralelamente, existem, também atividades comerciais legais e ilegais entre os dois lados da fronteira, evidenciando um embrião de integração que deve ser fortalecido com as implantações rodoviárias (BECKER, 2007, p.60)”.

O conceito de “cidades-gêmeas”, apesar de antigo na geografia, é reavaliado a partir de uma atualização teórica. Atualmente verifica-se que essa denominação sofreu alterações conforme certifica Senhoras (2013), esclarecendo que a terminologia mais adequada para identificar as localidades transfronteiriças interdependentes seja cidades-irmãs e não necessariamente cidades-gêmeas, mesmo que as mesmas possuam um graude desenvolvimento evolutivo acoplado, mas não necessariamente nascem iguais ou ao mesmo tempo. Ainda de acordo com o autor, as cidades-irmãs que inicialmente consolidaram-se objetivando desempenhar uma função territorial geopolítica, especificamente nas zonas de fronteira, relacionadas às funções de segurança e defesa territorial nacional, transformaram-se, ao longo do tempo, por meio da definição de novas funções de um ponto de vista geoeconômico.

O processo dinâmico de mobilidade transfronteiriça que ocorre nessa região de fronteira merece uma análise mais aprofundada e uma elaboração e articulação de políticas específicas, visto que é significativa a presença de brasileiros nessa área de fronteira internacional, que se intensificou principalmente após a construção da ponte “Olavo Brasil Filho” sobre o rio Tacutú, o que facilitou de sobremaneira a mobilidade populacional das cidades fronteiriças de Lethem e Bonfim. Além disso, ocorrem nessa área relações comerciais e trocas culturais, utilização de serviços de saúde, de educação e deslocamentos de trabalhadores que atuam no mercado de trabalho.

De acordo com a assertiva de Milton Santos (2004), a mobilidade nos dias de hoje, tornou-se praticamente uma regra. O movimento se sobrepõe ao repouso. A circulação é mais criadora que a produção. Os homens mudam de lugar como turistas ou como imigrantes. Mas também os produtos, as mercadorias, as imagens, as ideias. Tudo voa. Dai a ideia de desterritorialização, que frequentemente é uma palavra para significar estranhamento, que é também, desculturização. Quando o homem depara-se com um espaço que não ajudou a criar, cuja historia desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação. Para os migrantes a memória é inútil, eles trazem consigo todo acervo de lembranças e experiências criadas em função de outro meio, e que de pouco lhes serve para a luta cotidiana, suas experiências vividas ficaram para trás e a nova residência obriga a novas experiências. Após ultrapassar um primeiro momento de espanto e atordoamento, o espírito de alerta se refaz, reformulando a ideia de futuro a partir do novo entendimento da nova realidade que o cerca. O entorno vivido é lugar de uma troca,

matriz de um processo intelectual, quando a síntese é percebida, o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e entendimento, e assim, o indivíduo consegue recuperar parte do seu ser que parecia perdido. Desta forma, a noção de espaço desconhecido perde a conotação negativa e ganha um acento positivo, que vem do seu papel na produção de uma nova história.

Deslocamentos diários para Lethem – Guiana

Os deslocamentos diários de trabalhadores brasileiros de Bonfim para Lethem na Guiana estão dentro do processo sociocultural, dada às diversidades encontradas numa cidade de outro país, seja na cultura, educação, relações de trabalho, rotinas diárias de alimentação, higiene pessoal, relações sociais e direitos difusos.

Pereira (2006) refere-se a essa área de fronteira demonstrando a complexidade no processo de caracterização, do ponto de vista da migração, em Roraima e nas cidades fronteiriças, destacando sua relevância no contexto histórico da Região Norte do Brasil, oportunidade em que enfatiza o dialético, processo migratório que mostra o movimento diário, de sonhos e decepções daqueles que fazem o trânsito transfronteiriço. Para a autora, os fluxos migratórios foram responsáveis pelas mudanças que hoje se refletem nas exigências do mercado de trabalho, modificando desta forma, aos poucos, as perspectivas apresentadas para essas cidades. O trânsito migratório presente nessa região, além de envolver pessoas, explica também os deslocamentos de mercadorias e de significados simbólicos de um lado a outro entre esses Estados – nações.

Compreende-se que nessa faixa de fronteira há também, um intercâmbio de etnias e nacionalidades em torno do interesse comercial, posto que existe um fluxo constante de brasileiros em direção a Lethem, que são atraídos pela comercialização de produtos e pela busca de trabalho. Do mesmo modo, os guianenses deslocam-se para Bonfim e Boa Vista, objetivando vender seus produtos e procurar empregos que exijam pouca escolaridade, além de atendimento nos serviços públicos de saúde e educação, tornando constantes os deslocamentos humanos nessa área de fronteira.

Contudo, não podemos deixar de lado as constatações de Bynóé e Bristol (2009), que retratam a significativa e intensa fuga de capital humano que assola a Guiana, considerada, segundo os autores, uma das mais elevadas do planeta. Dentro desse contexto, é considerado “emigrante potencial” aquele que possui educação superior.

No ano de 2006 uma pesquisa nacional revelou que grande parte dos estudantes da Universidade da Guiana (a única do país), estavam em vias de efetivar a migração em busca de emprego. De modo geral, as estimativas realizadas a respeito dessa mi-

gração, não conseguem mensurar de forma adequada a gravidade da situação que vem ocorrendo na Guiana.

De acordo com as constatações dos autores, é necessário adequar as metodologias utilizadas no processo de recolhimento de dados, e ainda, a aplicação de técnicas apropriadas para subsidiar uma explicação plausível acerca desse fenômeno da fuga de cérebro que vem ocorrendo neste país, bem como, seu respectivo impacto.

Os critérios de levantamento de dados dos migrantes nos países receptores, no que diz respeito a informações acerca do nível educacional, do país de origem, são insuficientes para realizar uma análise satisfatória a respeito das causas dessa intensa mobilidade humana.

Na Guiana, como também, na maioria dos países em desenvolvimento, é uma realidade comum, que se aprofundou como consequência da globalização. O esgotamento de capital humano e seus desdobramentos, necessitam ser compreendidos, uma vez que, com maior frequência, observa-se a imponente das desigualdades mundiais, e sendo assim, as nações que apresentam menor grau de desenvolvimento econômico, ficarão condicionadas a constantemente perder seu capital humano.

Literaturas sugerem que fatores como: a incapacidade de absorção no mercado de trabalho, a falta de empregos e remuneração insuficiente para a manutenção das famílias, são apontados como agentes impulsionadores da fuga de cérebros, denominado também como “síndrome do braindrain”. Essas evidências demonstram que mesmo constatado os visíveis impactos dessa constante fuga de capital humano, no caso da Guiana, não é comum o hábito de coletar dados e quantificá-los, resultando em um relatório oficial sobre o fenômeno ora citado, pois não é considerado prioridade perante os demais problemas existentes e enfrentados no país. Bynoe e Bristol, concluem destacando que a escassez de dados sobre a migração, induz a falta de compreensão do problema e a inviabilidade de propor mecanismos para sua solução, destacando como principal causador desse fenômeno o fator econômico.

Anjos (2013) preceitua que a localização geoestratégica, considerada atrativa, apresenta especificidades muito importantes para analisar uma zona de fronteira. É sua função como área de aproximação dentro da estrutura socioeconômica, a recepção e envio de fluxos humanos e econômicos entre os Estados fronteiriços.

A área de fronteira de Bonfim é vista como uma zona aberta de contato fluida e composta por porosidades. O ano de 2009 marcou a inauguração da ponte binacional “Olavo Brasil Filho” sobre o rio Tacutú e a regulamentação da Área de Livre Comércio de Bonfim (ALCB), fatores que geraram expectativa na população fronteiriça, no que se refere ao crescimento e desenvolvimento. É mais lucrativo para

o brasileiro que mora na fronteira, mas que não pode residir na capital, trabalhar como vendedor nas lojas presentes em Lethem do que permanecer no município brasileiro.

Isso ocorre, devido a cidade brasileira não oferecer oportunidades de empregos, assim, esses trabalhadores são atraídos pela oferta de empregos nas lojas de calçados e acessórios guianenses que precisam de pessoas que falem o português e inglês para atender a demanda externa crescente vinda do Brasil.

Para Rodrigues (2006), as zonas fronteiriças são zonas de empréstimos e apropriações culturais e, por isso, um lugar privilegiado para a compreensão do fenômeno migratório internacional. Essas fronteiras tanto podem se configurar como lugar de controle como de transgressão, seja das fronteiras geopolíticas, culturais e subjetivas.

É necessário reconhecer a importância das diferentes condições geográficas, geoeconômicas, políticas e culturais, no grau de permeabilidade e vulnerabilidade das fronteiras amazônicas. Mesmo que a fronteira possa ser um fator de integração, à medida que é uma zona de interpretação mútua e de constante manipulação de estruturas sócio-políticas e culturais distintas, cada lado de uma fronteira apresenta estruturas culturais, sociais, econômicas e político demográficas diferenciadas. As fronteiras por serem áreas de instabilidade e mutabilidade, podem surgir reações e conflitos de diferentes naturezas.

Conforme assegura Castiglioni (2009), a migração é um processo complexo em suas características, mensuração, causas e efeitos. O estudo da migração é relevante não só para a compreensão dos seus determinantes políticos, sociais e econômicos, como também para o conhecimento dos efeitos que ocorrem em várias esferas: o processo afeta a vida e o comportamento dos migrantes, suas famílias e suas rede parentais e comunitárias e em termos de estrutura da sociedade, por seu caráter bilateral, a migração provoca modificações na distribuição, na dinâmica e na composição da população, interferindo na vida econômica, política e social das comunidades de partida e chegada.

Deve-se ainda, ressaltar devida sua relevância, os impactos produzidos pelo processo migratório, visto que, existem consequências que ocorrem para as pessoas e os contextos envolvidos. A migração produz não só efeitos de ação imediata, mas transformações que operam a curto, médio e longo prazo. Quanto aos efeitos para os migrantes, muitos podem ser verificados, numa escala que vai do sofrimento, da penúria, do isolamento e do fracasso, que podem ocorrer, a concretização das aspira-

ções que motivaram a migração. Desta forma, contata-se, que os efeitos da migração são mais importantes para os filhos dos migrantes, que podem dispor de melhores oportunidades de educação e dos serviços sociais da cidade.

Transformações socioculturais nas famílias trabalhadoras

De acordo com Goldani (2002), o trabalho e a família ainda continuam sendo meios norteadores de homens e mulheres, independente de raça, cor e nacionalidades. O mito de que trabalho e família habitariam em mundos distintos acabou. O reconhecimento da importância das relações entre estes, passou a guiar não somente as políticas públicas bem como as discussões acadêmicas.

Com a crescente participação da mulher no mercado de trabalho, o questionamento dos papéis e responsabilidades de homens e mulheres no interior das famílias tornou-se mais evidente. Mas, no entanto, segundo a autora as assimetrias de gênero permanecem e sua modificação ocorre em ritmos diferenciados, o que faz com que as mulheres assumam uma condição de cidadania fragilizada. Enfatiza ainda, a centralidade das relações entre trabalho e família para homens e mulheres, ganham destaque as novas formas e relações de trabalho, a multiplicidade de arranjos familiares, a participação das mulheres nos mais variados setores, as novas atitudes, legislações e políticas de equidade de gênero e a redefinição do papel do estado.

Para Neder (2010), todo processo de mudança na organização das famílias que acompanha o aburguesamento da sociedade moderna, o divórcio e a nova parentela oriunda dos filhos de outros casamentos, por exemplo, ou uma maior liberdade dos costumes e de vida sexual que, no conjunto, implique a modernidade, recebe o nome de nova família. Modernizaram-se então, as concepções sobre o lugar da mulher nos alicerces da moral familiar e social.

Diferentemente da família tradicional, a nova mulher, “moderna”, deve ser educada para desempenhar o papel da mãe (também uma educadora – dos filhos) e “mulher suporte do homem”, para que este pudesse enfrentar a labuta do trabalho fora de casa. A “boa esposa” e “boa mãe” deveriam ser prendadas e precisaria ir a escola, aprender ler e escrever para desempenhar sua missão como educadora. Então apresenta-se o perfil da mulher suporte, que os positivistas brasileiros do início do século, talharam como modelo. É claro que este projeto estava direcionado para a modernização da família branca, de origem européia, como modelo de família tradicional, que tendia alterar-se com a urbanização e os modismos que impunham

mimeticamente os novos padrões de comportamento.

A atual situação econômica planetária instigou o aumento da vulnerabilidade para muitos programas tradicionais do chamado “Estado de Bem-Estar Social”, de forma que estes não conseguem mais acompanhar as novas demandas.

Os governos nacionais buscam ajustar suas economias aos desafios criados pelo mercado global, restringindo e cortando empregos, salários e serviços estatais gratuitos básicos. As garantias de níveis mínimos de emprego e salário dos trabalhadores, a saúde e a educação gratuita estão ameaçadas pelos novos modelos econômicos e políticos.

A ênfase na atual família, como *locus* privilegiado para promover programas e políticas públicas sociais, visando à mudança de comportamento (autocuidado, planejamento familiar, relações de gênero e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis), é como fonte substituta ou complementar de muitas das necessidades não oferecidas pelo estado (cuidado com crianças e idosos), conforme preceitua Goldani (2002).

Segundo Arraigada (2007), a condição imutável da família concebida ideologicamente por muitos pesquisadores, já não se aplica ao momento atual em decorrência das inúmeras transformações que esta vem sofrendo ao longo dos anos, seja pela desigualdade de renda, seja pela inevitável condição da América Latina, onde é fragorante o nível de desigualdade entre pobres e ricos, devido à elevada concentração de renda existente nos países da região. Ressalta-se que as famílias dessa região cumprem a importante função de apoio social frente aos eventos traumáticos que as atingem.

Considerações finais

Os estudos desenvolvidos no curso desse artigo permitem afirmar que os deslocamentos transfronteiriços, ora enfocados, constituem importante fenômeno a ser pesquisado, tendo em vista que este ocasiona diversos reflexos na vida dos migrantes, seja no que se refere à obtenção de renda ou no processo de compartilhamento e desenvolvimento sociocultural.

A multiplicidade e complexidade dos deslocamentos envolvendo pessoas, es-

pecialmente das migrações transfronteiriças, reforçam o entendimento acerca desse fenômeno que possibilita trocas das mais variadas naturezas.

E notório que a efetivação dessa dinâmica migratória na faixa de fronteira entre Bonfim – Lethem, assim como em outras áreas de fronteiras, são acontecimentos que merecem atenção diferenciada por parte dos estudiosos, vez que esse acontecimento é considerado contemporâneo, mesmo que existam registros que dão conta de sua ocorrência nas mais remotas eras.

No caso específico da migração laboral na transfronteira Brasil/Guiana, mesmo que de forma prematura, constatamos que esse trânsito ocorre em decorrência da escassez de trabalho em Bonfim, onde os mantenedores das famílias, sejam homens ou mulheres, realizam esse constante movimento migratório, caracterizados como movimentos curtos, porem complexos, por se tratar de uma região de fronteira, envolvendo aspectos de soberania nacional e trocas culturais.

Observamos nas últimas décadas a ocorrência de inúmeras mudanças sociais, econômicas e culturais, embasadas na globalização que a economia capitalista vem influenciando na estrutura e dinâmica das famílias modernas, são capazes de ocasionar alterações tanto em seu padrão dito tradicional, quanto em sua organização.

As transformações ocorridas nas famílias e nos papéis de gênero, surgem relacionadas com os novos arranjos familiares, criação dos filhos e o crescimento da mulher no mercado de trabalho. A família, em última análise, é responsável pelo processo de manutenção da qualidade de vida dos seus membros. Mas, não podemos deixar de sustentar a necessidade de políticas públicas voltadas às famílias mais carentes, ou seja, aquelas em situação de vulnerabilidade. O que reforça a criação e implementação de políticas públicas sociais voltadas às famílias.

No Brasil, a gravidade da pobreza e miséria, constitui e uma realidade. A magnitude dessa situação nos induz a refletir acerca de seus impactos junto às famílias, de forma que as políticas públicas existentes, não são capazes de realizar uma ação mais consistente.

Essa constante desigualdade e a irregular distribuição de renda, é suficientemente capaz de desagregar não somente as famílias, toda a sociedade fica acometida a esse problema, sem acesso as condições mínimas de dignidade e cidadania. Desta forma entendemos que urge a necessidade de promoção e apoio às famílias vulneráveis e de políticas sociais bem direcionadas e articuladas. As famílias pobres, particularmente aquelas marcadas pela miséria e fome, enfrentam o esgarçamento de seus laços afetivos, e encontram-se completamente desassistidas pelas políticas públicas,

impossibilitadas de assegurar as necessidades básicas e urgentes de seus membros, pois acreditamos que a família é um espaço de caráter agregador e indispensável para assegurar a sobrevivência e a integração de seus membros.

Referências bibliográficas

ANJOS, Jeniffe Natalie Silva dos; VERAS, Antônio Tolrino de Rezende; SENHORAS, Elói Martins. **Contexto e perspectiva socioeconômica da cidade fronteiriça de Bonfim – RR**. In: Bonfim: Um olhar geográfico. Boa Vista: ed.UFRR, 2013. 260p. (Coleção Paisagem e Território Amazônico; v.1).

ARRAIGADA, Irma. **Estruturas familiares, trabalho e bem-estar na América Latina**. In: Araujo, Clara; Picanço, Felícia; Scalon, Celi (Orgs). Novas Conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada. Bauru – SP: Edusc, 2007.

ARAGÓN, Luis E. **Aproximação ao estudo da migração internacional na Pan-Amazônia**. In: Luis E. Aragón (Org.). Migração internacional na Pan-Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 2009, 336p.

BECKER, Bertha. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: ed. Garamond, 2007.

BRISTOL, Marlon; BYNOE, Paulette. **The impact of human capital flight in Guyana**. In: Luis E. Aragón (Org.). Migração internacional na Pan-Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 2009.

BRZOZOWSKI, Jan. **Migração internacional e desenvolvimento econômico**. Estudos Avançados. São Paulo, v.20, n.55, maio/agosto 2012.

CEPAL – Nações Unidas (ONU). **As dimensões econômicas da globalização**. 29 período de sessões, Brasília/Brasil. 06 a 10 de maio/2002. Dist. GERAL. LC/G 2157 (SES.29/03) 9 de abril de 2002.

CANCLINI, Néstor García. **A Globalização Imaginada**. Tradução Sergio Molina. São Paulo: Iluminuras, 1992.

CASTIGLIONI, Aurélia H. **Migração abordagens teóricas**. In: Luis E. Aragón (Org.). Migração internacional na Pan-Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 2009.

COSTA, Edimilson. **A globalização e o capitalismo contemporâneo**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SENHORAS, Elói Martins. **Contexto e perspectiva socioeconômica da cidade fronteiriça de Bonfim-RR**. In: Bonfim: Um olhar geográfico. Boa Vista: ed.UFRR, 2013. 260p. (Coleção Paisagem e Território Amazônico; v.1).

GOLDANI, Ana Maria: **Família, gênero e políticas**: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. Revista Brasileira de Estudos da População, v. 19, n.1, jan/jun. 2002.

HAESBAERT, Rogério; Barbara, Marcelo de Jesus Santa. **Identidade e Migração em áreas transfronteiriças**. Geografia. Volume 3, n. 05, ano 2001

_____. **Migração e desterritorialização**. In: Neto, Helion Póvoa; Ferreira, Ademir Pacelli (Orgs). Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

HISAKHANA, Corbin. **Migração internacional e desenvolvimento**: o caso da Guiana. In:Luis E. Aragón (Org.). Migração internacional na Pan-Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 2009, 336p.

LOBO, Carlos; STEFANI, Joao e SOUSA, Guilherme. **Migração na América do Sul**: territorialidades e espacialidades da imigração sulamericana no Brasil. 4. Encontro Nacional sobre Migração. Rio de Janeiro, 2005. ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais.

NEDER, Gizlene. **Ajustando os focos das lentes**: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In. Família brasileira, a base de tudo. KALOUSTIAN, Manoung (Og.) 10 ed.. Brasília - DF: Cortez – UNICEF, 2010.

PAIVA, Ana Luiza Bravo. **Fatores impulsionadores da Migração Internacional**. Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Rio de Janeiro, Ano 5, n. 30, 2010 [ISSN 1981 – 3384].

PEREIRA, Mariana Cunha. **Processos migratórios na fronteira Brasil – Guiana**. Estudos Avançados, São Paulo, v.20, n.57, p. 209-219, mai/ago 2006.

RODIGUES, Francilene dos Santos; VASCONCELOS, Iana dos Santos; HOST, Carla Regina. **Cruzando Fronteiras**. Famílias migrantes na tríplice fronteira Brasil – Venezuela –Guiana. REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana. v.16, n.31, p. 247- 256, 2008.

_____. **Migração transfronteiriça na Venezuela**. Estudos avançados, São Paulo, v.20, n.57, p. 197-206, maio/agosto 2006.

SANTOS, Alessandra Rufino. **(Re)construções identitárias reveladas nas trajetórias migratórias de peruanos em Boa Vista/Roraima/Brasil**. Estudos transdiscipli-

nares na Amazônia setentrional: fronteiras, migrações e políticas públicas. In: Francilene dos Santos Rodrigues e Mariana Cunha Pereira (Orgs). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

SANTOS, Milton: **A natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

III SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA POLÍTICA,, 3, 2013.v.7, N. 1, p 1077-1094. **Dinâmica fronteira das cidades-gêmeas entre Brasil e Guayana**. Revista geonorte, Edição Especial.

PERFIL DO MEI E OS PRINCIPAIS BENEFÍCIOS PROPORCIONADOS AO TRABALHADOR INFORMAL PARA FORMALIZAÇÃO ATRAVÉS DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL: UM DIAGNÓSTICO NO ESTADO DE RORAIMA EM 2012

1. Introdução

Nas meadas do século XX, com a Consolidação das Leis do Trabalho no governo do presidente Getúlio Dornelles Vargas, foi possível analisar as informações sobre a formalidade e informalidade no panorama nacional. O trabalho informal tem sido uma porta temporária para os elevados graus de desemprego no Brasil. As pessoas que perderam seus empregos encontram no mercado informal uma opção para alcançar uma renda fixa mensal.

Segundo Moraes (2013), a economia informal movimentou quinhentos e setenta e oito bilhões de reais no ano de 2011, que é equivalente a 18,4% (dezoito vírgula quatro por cento) do Produto Interno Bruto – PIB, que se refere ao conjunto de bens e riquezas produzidos pelos brasileiros. Este valor diz respeito a toda produção de bens e serviços que deixaram de passar pelos mecanismos de controle do governo.

O trabalho informal tem sido um dos grandes problemas no setor formal da economia, pois o número de pessoas que encontram no setor informal um meio de sobreviver é enorme, como por exemplo, atividades de vendedores ambulantes, pipoqueiros, cabeleireiros. Deste modo, encontram nessas atividades um meio de sustentar suas famílias ou quem sabe sua independência, acabam atuando por conta própria, gerando assim um aumento significativo na economia informal do país (LOPES, 2011).

O comércio informal é parte do universo da economia informal e é por nós entendido como aquelas atividades comerciais empreendidas em espaços públicos como calçadas, praças e avenidas. No Brasil, estes comerciantes também são conhecidos como camelôs e essa atividade na maioria das vezes utiliza mão de obra demasiadamente dos desempregados.

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: rubism@hotmail.com

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: emersonclaytonarantes@gmail.com

Devido o aumento destes trabalhadores informais, surgiu no ano de 2004, em São Paulo, a proposta de se criar o projeto do Microempreendedor Individual – MEI. Porém, somente através da publicação da Lei Complementar – LC nº. 128, de 19 de dezembro de 2008, que se estabeleceu e regulamentou decisivamente a figura do Microempreendedor Individual no Brasil (SOUZA, 2010).

Conforme a LC 128/2008, o Microempreendedor Individual é o empresário que trabalha por conta própria e possui até um empregado, e que tenha renda bruta anual de R\$60.000,00. Esta lei foi criada com objetivo de oferecer oportunidade às pessoas que querem ter o seu próprio negócio e sair da informalidade, trazendo benefícios, desburocratização, agilidade e simplicidade no processo de legalização e formalização para os trabalhadores que atuam na informalidade, gerando emprego e renda, e contribuindo de forma significativa para a economia.

Com o objetivo de efetivar o uso de pesquisas no processo de formalização dos trabalhadores informais o presente trabalho pretende identificar qual o perfil do Microempreendedor Individual no Estado de Roraima no ano de 2012 e quais os principais benefícios proporcionados ao trabalhador informal através da implantação do MEI, fazendo-se assim por meio de realizar um levantamento dos principais benefícios motivadores para que os trabalhadores se tornassem um microempreendedor individual, assim como analisar o perfil dos trabalhadores informais que realizaram sua formalização como Microempreendedor individual, posteriormente averiguar as exigências legais e os procedimentos necessários para se tornar um Microempreendedor Individual, com enfoque nos direitos e obrigações atribuídos ao MEI.

A partir daí, justifica-se a relevância deste tema, em saber porque ainda há muitos trabalhadores na informalidade, com isso é necessário identificar o perfil do Microempreendedor Individual no Estado de Roraima referente ao ano de 2012 e realizar um levantamento de quais os benefícios serão disponibilizados para os trabalhadores informais que se tornarem Microempreendedor Individual.

2. Referencial teórico

2.1. O empresário na teoria econômica e as micro e pequenas empresas

Conforme Paula, Cerqueira e Albuquerque (2004), a figura empresário tem vestígios na história do pensamento econômico e pode ser encontrada em obras dos clássicos dos séculos XVIII e XIX, como Richard Cantillon, Jean Baptiste Say e Alfred Marshall. Mas há pouco tempo, ele aparece também, mas não de modo ex-

clusivo, em textos de autores que se colocaram à margem de Mainstream, Joseph Schumpeter, Thorstein Veblen, os economistas da escola austríaca, sendo que cada economista tem sua forma de pensar em relação à figura empresário na economia.

A figura empresário apareceu pela primeira vez em um texto da teoria econômica de Richard Cantillon (1952), onde discutiu a composição de um Estado, dividindo os indivíduos em independentes e dependentes, sendo que os independentes eram os proprietários de terra e o príncipe, enquanto os dependentes eram os demais indivíduos, pois subsistem do produto da terra dos independentes. Para Joseph Schumpeter quando o empresário aparece na teoria econômica, o mesmo ganha destaque. Enquanto a posição de Karl Marx, as formulações de Thorstein Veblen e Werner Sombart, sugere a ascensão e a queda da figura empresário (CERINO, 2009).

De acordo com Sandroni (2005), empresário é a pessoa ou um grupo de pessoas que administra ou inicia uma empresa, tomando para si a responsabilidade por seu funcionamento e eficiência. É responsável de reunir e coordenar fatores de produção no processo produtivo, avaliando os mecanismos de oferta e demanda e assumindo os riscos referentes ao empreendimento.

As micro e pequenas empresas têm seus pontos fortes e geralmente são mais flexíveis. Nesta, a burocracia é menor em relação às médias e grandes empresas, devido ao tamanho de sua estrutura que facilita a administração de pessoal. Normalmente as micro e pequenas empresas são constituídas de poucas pessoas, com níveis hierárquicos reduzidos, às vezes inexistentes, a estrutura compõe-se apenas do dono da empresa, com representação gráfica pequena, a comunicação pode fluir com mais velocidade e eficácia (CHIAVENATO, 2004).

Conforme Pereira (2009), cerca de 6 milhões de empresas formais no Brasil são Micro e Pequenas Empresas-MPEs, sendo responsáveis por aproximadamente 20% do PIB, 2% das exportações, 13% do fornecimento para o governo, 26% da massa salarial e 56,1% da força de trabalho formal urbana. Geralmente, as MPEs atuam no mercado de serviços, bens e produtos com características de demanda elástica e possuem dificuldades de sobrevivência. Estas empresas são um dos principais pilares da economia do Brasil, por serem grandes geradoras de emprego e pela quantidade de empresas deste porte.

As micro e pequenas empresas são utilizadas pelo Estado como uma das respostas para o problema do desemprego, porque elas representam 99,2% do total de empresas formais do país e empregam 60% do total da força de trabalho. Portanto, compreender os aspectos que deram origem à institucionalização da Lei Geral da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte no Brasil, foi imprescindível para

se analisar e constatar que o ditame se constituiu numa das formas, ou ainda numa das alternativas para o enfrentamento da questão do desemprego e do combate às relações informais de trabalho (SEBRAE, 2009).

As micro e pequenas empresas brasileiras estão se materializando como elementos importantes para o crescimento econômico do país, pois estão gerando renda e também emprego para toda sociedade. O papel de destaque na economia ganha ainda mais força com a entrada em vigor da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, em 2007, e da Lei do Microempreendedor Individual, em 2008, essas leis são impulsionadoras para o empreendedorismo no Brasil (SILVEIRA e TEIXEIRA, 2011).

Nos últimos 10 anos as micro e pequenas empresas foram responsáveis por cerca de 96% dos empregos formais criados no Brasil, principalmente na área do comércio, indústria e serviços. Em Roraima, de acordo com a Junta Comercial do Estado de Roraima (JUCERR), existiam cerca de 22.0068 empreendimentos formais, sendo 99,3% Microempresa e Pequena Empresa.

A partir daí, vê-se a importância da figura do empresário para a economia e das micro e pequenas empresas, muitos estados estão incentivando-as para facilitar o processamento de inclusão destes empresários, como em licitações e linhas de crédito. Diante disto, é necessário verificar o contexto da economia informal no Brasil e os aspectos gerais do Microempreendedor Individual, pois ainda há muitos trabalhadores em Roraima que continuam trabalhando na informalidade.

2.2. *Economia informal no Brasil*

Conforme Saboia e Saboia (2004) a primeira definição oficial de “Setor Informal” aflorou na publicação de um estudo da OIT sobre a Economia do Quênia, no ano de 1972. De acordo com esta publicação, há dois tipos de mercado de trabalho que trabalhavam ao mesmo tempo, ou seja, setor formal que é denominado como tendo barreiras à entrada, com recursos externos, sistema de propriedade impessoal e o outro mercado de trabalho é o chamado setor informal, que é definido pela inexistência de barreiras à entrada, aporte de recursos de origem doméstica, propriedade individual, operando em pequena escala, processos produtivos intensivos em trabalho.

Cleps (2009), informa que o termo informal, entretanto, pode conceber fatos muitos diferentes, por exemplo, trabalho em domicílio, a evasão e sonegação fiscal, terceirização, comércio de rua ou ambulante, contratação ilegal de trabalhadores assalariados, trabalho temporário, trabalhador avulso, entre outros.

Segundo Silveira e Teixeira (2011), a economia informal é composta por empreendimentos que não possuem Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou Registro de Produtor Rural. Já para Cacciamali (2004), pode-se demarcar o setor informal como sendo unidades econômicas, dos quais destaca o fato de o detentor exercer respectivamente as funções de patrão e empregado e de não haver afastamento entre as atividades de gestão e de produção.

Feijó, Silva e Souza (2009) empregaram como definição de trabalho informal o auto emprego e alternativas de sobrevivência seguidas por trabalhadores, que, por proporcionarem problemas de ingressar ou retroceder ao mercado de trabalho, ou até mesmo por alternativa, ganha renda através de formas de trabalho por conta própria.

Ainda de acordo com autor, o setor informal era entendido como um subproduto de um eventual período de crise ou insuficiente do desenvolvimento do setor moderno e que seria superado pelo crescimento econômico. Nesse contexto, trabalhar por conta própria é uma alternativa cada vez mais presente no mercado de trabalho. Estes trabalhadores informais atuam no desempenho de suas atividades de diversas formas: artesão, costureiras, cabeleireiros, entre outros.

Conforme Fáveri (2012), a economia informal é constituída por vários grupos que apresentam algumas características como não ser reconhecido e nem protegido por regulamentação e nem lei, e por isso, os empregadores assim como os empregados têm um grau de insegurança alto, como por exemplo, os vendedores ambulantes, camelôs, costureiras, pessoas que fazem algum tipo de venda na rua e não são cadastrados formalmente.

2.1.1. Levantamento do Setor Informal no Brasil

Foi realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2003), um levantamento sobre os trabalhadores informais no Brasil. Diante deste levantamento o SEBRAE divulgou em 2005, relatório sobre a economia informal urbana, onde apresenta algumas tabelas e dados retirados da pesquisa realizada pelo IBGE.

O levantamento realizado demonstra que no Brasil no ano de 2003 existiam 10.335.962 (dez milhões trezentos e trinta e cinco mil novecentos e sessenta e dois) trabalhadores informais, sendo as atividades preponderantes de comércio com 32,9% (trinta e dois vírgula nove por cento), atividade de indústria com 15,8% (quinze vírgula oito por cento) e com 51,3% (cinquenta e um vírgula três por cento) as atividades de prestação de serviços.

De acordo com Fenacon (2009), nos últimos anos no Brasil, temos visto um forte aumento na criação de novas empresas e de optantes pelo Simples Nacional, regime fiscal diferenciado e favorável aos Pequenos Negócios. Em dezembro de 2012, havia 7,1 milhões de empresas registradas nesse regime. Este número ficou 26% acima do verificado em dezembro do ano anterior. Em 2013, a expansão já havia sido de quase 30%.

Para diminuir os impulsos da economia informal no país, é mister o estudo e a implantação de projetos que visem combater a informalidade. De acordo com Pastore (2000), a simplicidade tem de ser a coluna dorsal das novas instituições do trabalho, citando como duas experiências realizadas pelo Brasil para combater a informalidade: a criação da Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte “Simples” através da Lei nº. 9.317 de 05 de dezembro de 1996 e a Lei nº. 9.601 de 21 de janeiro de 1998, que trata do contrato de trabalho por prazo determinado.

De acordo com o Sebrae (2012), o combate à informalidade é uma política pública, afinal, com ela, a arrecadação diminui. A Lei Geral para Micro e Pequenas Empresas, promulgada em dezembro de 2006, é mais uma tentativa do governo de reverter esse problema. O objetivo do governo com a nova lei é conseguir tirar cerca de 1 milhão de empresas da informalidade, ou seja, 10% do total dos informais.

Diante desta realidade o governo brasileiro adotou medidas para amenizar a situação da informalidade no Brasil, através de estudos e aprimoramento da legislação ou programas de apoio a estes trabalhadores, surgindo assim a figura do Microempreendedor Individual, que oferece a oportunidade, através de benefícios e desburocratização, de formalizar estes trabalhadores informais, visando diminuir o trabalho informal no Brasil.

2.3. *Microempreendedor Individual – MEI*

Microempreendedor Individual é o empresário individual a que se refere o art.966 do Código Civil, que tenha auferido receita bruta, no ano calendário anterior, de até R\$ 60.000,00. Seja optante pelo sistema Simples Nacional, que tenha até um empregado, que receba no máximo um salário mínimo ou o salário piso da categoria profissional, não possua mais de um estabelecimento e nem participe de outra empresa como titular, sócio ou administrador (BRAGA 2014).

O constante crescimento do número de Microempreendedores Individuais, que em agosto de 2013 atingiu mais 3,3 milhões, vem demonstrando ser esta figura jurídica o principal caminho utilizado pelos empreendedores brasileiros que buscam

oportunidades que o mercado oferece às empresas legalizadas. (FERNANDES e MACIEL, 2009).

De acordo com Sebrae (2012), com a normatização da lei que criou a figura do Microempreendedor Individual, os trabalhadores estão mantendo seus negócios de forma legal, passando a ter direito a benefícios e a um tratamento diferenciado por parte dos governos municipal, estadual e federal, visando incentivar a regulamentação das pessoas que trabalham na informalidade.

Conforme a Lei Complementar n.º. 123/2006, o Simples Nacional, objetivou-se unificar a arrecadação dos tributos e contribuições nas esferas dos governos federal, estadual e municipal para as Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP. Porém, com a complexidade e as mudanças constantes da legislação e a dificuldade no cálculo dos tributos, muitos trabalhadores ainda continuam na informalidade no país.

Diante disto, averigua-se as exigências legais e os procedimentos necessários para se tornar um Microempreendedor Individual, com enfoque nos direitos e obrigações atribuídos ao MEI.

2.3.1. Exigências para se tornar um Microempreendedor Individual

De acordo com a Lei Complementar n.º. 128/2008, art. 18-A, poderá se tornar um Microempreendedor Individual o trabalhador que cumprir as seguintes exigências para legalização:

- Tenha faturamento no máximo até R\$60.000,00 no ano ou R\$5.000,00 média mês;
- Não participar como sócio ou titular de outra empresa ou cooperativa e/ou presidente de associação, condomínio, ou outro tipo de entidade;
- Não ter sócio na atividade desenvolvida;
- Exerça atividade permitida ao MEI;
- Não possuir filial (ter só um estabelecimento/ponto comercial);
- Ter no máximo um empregado (no caso de afastamento legal deste empregado o MEI poderá contratar outro temporariamente);
- Ser optante do Simples Nacional e do SIMEI.

Essas são as exigências dispostas na Lei Complementar N.º128/2008 para que o trabalhador informal possa se enquadrar nas condições exigidas e se tornar um Microempreendedor Individual. No caso de início de atividade, a Lei Complementar n.º. 128/2008 prevê no § 2º do art. 18-A um limite de receita de até R\$ 5.000,00 (cinco

mil reais) multiplicados pelo número de meses compreendidos entre o início da atividade e o final do respectivo ano-calendário, consideradas as frações de meses como um mês inteiro (SEBRAE, 2013).

A maioria dos Microempreendedores Individuais antes de se tornarem formais já trabalhava no ramo da sua atividade e muitos aprenderam na prática. Em 2012, o número de MEI já era superior ao de microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional em três Estados; em 2013, já são 12 Estados com mais MEI que micro e pequenos negócios. Esse avanço evidencia que o microempreendedor tem consciência dos benefícios que a formalização traz para o seu negócio (BRAGA, 2014).

2.3.2. *Carga Tributária do MEI*

De acordo com Julião (2011), ao se tornar um Microempreendedor Individual sob a figura jurídica do MEI, o optante pelo SIMEI recolhe todos os impostos incidentes sobre sua receita através do Documento de Arrecadação do Simples Nacional Microempreendedor Individual-DASMEI.

É importante salientar que a contribuição do MEI através do DASMEI, de acordo com o inciso V, § 3º do art. 18-A da LC nº. 128/2008 é um valor fixo mensal correspondente a soma dos valores devidos a título de contribuição para seguridade social, ICMS e ISS, sendo que, mesmo o Microempreendedor Individual não auferindo receita em suas atividades em um determinado mês, o valor do imposto deverá ser recolhido. Deve-se observar a atividade exercida pelo MEI para determinar o valor que deverá ser recolhido a título de ICMS e ISS (BOTTAN, 2012).

De acordo com Pacobahyba (2011), o Microempreendedor Individual optante pelo MEI fica dispensado do recolhimento de alguns impostos que incidem sobre as pessoas jurídicas de direito privado, conforme o inciso VI, do 3º, art. 18-A da LC nº. 128/2008, tais como: Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

O Microempreendedor Individual poderá emitir o DASN através do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS), no submódulo do Programa Gerador do Microempreendedor Individual (PGMEI), sendo seu acesso livre sem a necessidade de utilizar um código de acesso ou senha. Com o número do CNPJ o Microempreendedor Individual consegue acessar a página do

PGDAS e emitir as guias a qualquer momento, conforme sua preferência (SOUZA, 2010).

O MEI optará pelo Simples Nacional e pagará no máximo R\$42,20 por mês (2014):

- R\$36,20 (5% do salário mínimo/2014) para previdência social –INSS
- R\$5,00 para município (ISS), quando a atividade for serviço;
- R\$1,00 para o estado (ICMS), se atividade for comércio.

O PGMEI possibilita que o MEI emita as guias de um mês, alguns meses ou para todos os meses do ano-calendário, caso seja de interesse do Microempreendedor. O vencimento do DASMEI é até o dia 20 (vinte) de cada mês. O recolhimento após a data de vencimento gerará multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso, limitado a 20% (vinte por cento), e os juros serão calculados com base na taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) acumulada, sendo utilizado 1% (um por cento) para o primeiro mês de atraso. Após o vencimento, a emissão do novo DASMEI deverá ser feita também através do PGMEI, onde já será emitida a nova guia com os acréscimos legais (BRAGA, 2014).

Pacobahyba (2011) informa que se o MEI exceder a receita bruta anual, este perderá o tratamento diferenciado da legislação do MEI, passando a ser submetido na forma de tributação do Simples Nacional, acarretando todas as obrigações previstas para os demais optantes pelo Simples Nacional, observando os seguintes prazos para o desenquadramento, de acordo com o § 7º, art. 18-A da LC nº. 128/2008:

- a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente ao ocorrência do excesso, no caso de o MEI não ter excedido os 20% (vinte por cento);
- a partir do mês subsequente ao da ocorrência do excesso, no caso do MEI ter ultrapassado o limite em mais de 20% (vinte por cento).

As hipóteses relatadas acima, concernentes ao tratamento a ser adotado no caso do MEI exceder a receita limite, devem ser analisadas pelo Microempreendedor Individual com atenção, pois, caso exceda a receita, ocorre um aumento relevante do desembolso com tributos, assim como a perda do tratamento diferenciado oferecido ao MEI.

2.3.3. Como realizar a formalização do MEI

Com o intuito de dispor sobre os procedimentos para o registro e a legalização do Microempreendedor Individual, o Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM emi-

tiu a Resolução CGSIM nº. 2, de 1º de julho de 2009, que visa estabelecer os procedimentos especiais para legalização do Microempreendedor Individual (SEBRAE, 2012).

A legalização pode ser realizada através dos escritórios de contabilidade. No Estado de Roraima, existe uma relação de 52 escritórios de contabilidade habilitados a cadastrar gratuitamente o MEI, por órgãos e entidades dos entes federais como SEBRAE ou até mesmo pelo próprio Microempreendedor. A legalização é realizada exclusivamente pela internet, no Portal do Empreendedor (www.portaldoeempreendedor.gov.br).

Segundo Braga (2014), é recomendável que o Microempreendedor Individual, antes de realizar o registro através do site, realize uma consulta junto à Prefeitura Municipal para verificar a viabilidade do local escolhido para exercer a atividade. Após a confirmação de que não há restrição quanto ao local que será utilizado para instalar a empresa, poderá instalar o seu empreendimento.

Para formalização nos pontos de atendimento do Sebrae o MEI deverá ter em mãos os documentos abaixo para dar início ao processo de formalização:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- c) Título de Eleitor
- d) Comprovante residencial e comercial; e
- e) Número do recibo do Imposto de Renda como Pessoa Física, caso a pessoa tenha feito nos últimos anos.

O Microempreendedor Individual se comprometerá com o termo de ciência e responsabilidade, declarando ter conhecimento dos requisitos necessários ao exercício de suas atividades no local escolhido. A partir da expedição do CNPJ, o MEI poderá operar provisoriamente pelo prazo de até 180 dias. Como a formalização é feita pela internet, o CNPJ e o número de inscrição na Junta Comercial são obtidos imediatamente. No prazo de até 180 dias, a prefeitura poderá confirmar a adequação do local escolhido pelo MEI para exercício de suas atividades (SEBRAE, 2012).

O passo a passo para formalização do MEI está disponível através do Manual do processo eletrônico de inscrição do Microempreendedor Individual, disponível no site <https://www22.receita.fazenda.gov.br/arquivos/manual.pdf> da Receita Federal do Brasil. Realizado o registro dos dados, é feita também a opção pelo Simples Nacional, situação obrigatória para se enquadrar no MEI (SEBRAE, 2010).

Após estes procedimentos de cadastramento no portal do empreendedor, será emitido automaticamente os registros no CNPJ, o número de inscrição na Junta Co-

mercial, no INSS, Certificado da condição de Microempreendedor e o alvará provisório do estabelecimento. Com todos os documentos em mãos, torna-se necessário solicitar junto a Prefeitura Municipal o alvará definitivo de funcionamento.

2.3.4. Obrigações exigidas do MEI

O Microempreendedor Individual usufrui de diversas facilidades e benefícios para tornar sua adesão mais atrativa e facilitada pelos trabalhadores informais. O não cumprimento delas pode gerar multas e juros desnecessários além da perda de direitos.

Obrigações mensais:

- Pagar, até dia 20 de cada mês, o boleto (DAS-MEI) referente às obrigações tributárias;
- Todo mês, até o dia 20, o MEI deverá preencher o Relatório Mensal das Receitas Brutas das vendas realizadas no mês anterior.

Obrigações anuais:

- Anualmente até 31 de Maio, o MEI deverá preencher a Declaração Anual do Simples Nacional – SIMEI (DASN-SIMEI) das Receitas que obteve no ano anterior. A DASN-SIMEI que é feita diretamente no portal pela internet.

2.3.5. Principais benefícios concedidos ao MEI

Ao formalizar-se o Microempreendedor Individual obterá o número do CNPJ, facilitando a abertura de conta bancária, com acesso a linhas de créditos especiais e a emissão de notas fiscais. A partir da formalização, o trabalhador e a sua família poderão contar com os benefícios da previdência social, que são auxílio-doença, aposentadoria, salário-maternidade, pensão por morte e auxílio-reclusão (BRAGA, 2014).

• Direitos previdenciários do MEI

O trabalhador informal não dispõe de nenhuma garantia de renda em caso de acidente ou de problema de saúde decorrentes do trabalho, bem como não recebe os demais benefícios que normalmente são concedidos aos trabalhadores formalizados.

Diante disto, a previdência social funciona como um seguro para o Microempendedor Individual e para sua família, bem como salário maternidade, auxílio doença, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, pensão.

Para usufruir dos benefícios citados acima é necessário atender os requisitos específicos de cada modalidade de benefício. Os Microempreendedores Individuais terão que ter um mínimo de contribuição para terem acesso a cada um dos benefícios.

Conforme Macedo (2009), resumidamente, os benefícios para o MEI estão citados a seguir:

- Isenção das taxas de registros e alterações contratuais realizadas nas Juntas Comerciais e em outros órgãos públicos;

- Quando da emissão de notas fiscais, somente serão necessárias as de vendas de mercadorias e prestação de serviços efetuados para outras pessoas jurídicas (empresas);

- Terão acesso às linhas de créditos para financiamento específicos, compatíveis com a condição de pequenos empreendedores, ou seja, as taxas serão reduzidas;

- Acesso ao mercado através das suas próprias empresas, adquirindo mercadorias de grandes empresas atacadistas por preços menores e acompanhadas de nota fiscal;

- Estarão cobertos por direitos previdenciários, tais como: auxílio-doença, salário maternidade, salário-reclusão, pensão por morte, aposentadoria por idade e auxílio invalidez;

- Pagarão uma contribuição que varia entre R\$ 37,20 a R\$ 42,20, incluindo todos os impostos, taxas e contribuições;

- Possuirão regularidade fiscal, mediante comprovação das aquisições e vendas de mercadorias com notas fiscais. Importante ressaltar que irá se evitar perda de mercadorias por falta de documentação legal ou multa pela inexistência de notas fiscais na saída das mercadorias;

- Terão comprovação de renda através da declaração extraída de sua renda devidamente regularizada;

- Estará dispensado de possuir o livro de registro de inspeção do trabalho, de afixar de quadros de trabalho em suas dependências.

- Além de tudo isso, terão a tranquilidade de estar exercendo suas atividades de forma legal, sem a necessidade de burlar a fiscalização e com expectativa e apoio governamental e institucional e das instituições financeiras;

Além dos benefícios expostos acima, pode-se citar alguns outros, tais como: a possibilidade de possuir máquinas de cartão de crédito em seus empreendimentos,

oferecendo aos seus clientes mais uma opção de forma de pagamento; benefícios governamentais através de políticas públicas incentivadas, participação em licitações; assessoria gratuita de escritórios de contabilidade optantes pelo Simples Nacional, assim como de entidades de classe e o apoio técnico e assessoria do Sebrae (SCARSI, 2009).

Além é claro do benefício deste profissional sair do mercado informal, deixando de se preocupar com a autuação do fisco sobre suas atividades, diante disto, aborda-se o perfil do microempreendedor individual no Brasil referente ao ano de 2011 a 2013.

3. Metodologia

Conforme Furasté (2010) metodologia é o estudo das estratégias a serem seguidas para se fazer ciência. De acordo com Gil (2008, p. 26), para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações e técnicas que possibilitam sua verificação. Ou, em outras palavras, determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento.

Na concepção de Gil (2008) a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população, ou fenômeno, ou estabelecimento de relações entre as variáveis. Sendo assim, foram coletados aspectos gerais do Microempreendedor Individual, bem como seu perfil, benefícios oferecidos aos MEIs, reunindo um conjunto de informações que foram registrados e tendo um encontro mais direto com os mesmos.

Diante disto, os elementos que integraram as ações operacionais planejadas para o estudo de perfil do Microempreendedor Individual e dos benefícios proporcionados ao MEI foram a pesquisa quantitativa aplicada por telefone e com análise dos dados da base de cadastro do Portal do Empreendedor, dados esses fornecidos pela Receita Federal do Brasil e disponibilizados pelo Sebrae para análise, compreendendo o período de março a outubro do ano de 2012.

Segundo Gil (2008) a pesquisa ação é um tipo de pesquisa com base empírica, que se baseia na experiência e é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. Diante disto, foi realizada uma pesquisa ação com os Microempreendedores Individuais e trabalhadores informais atendidos no ponto de atendimento do Sebrae.

Em relação ao universo da pesquisa foi feita uma amostragem aleatória estratificada com um conjunto de 424 Microempreendedores Individuais, abrangendo 10 municípios do Estado de Roraima, que representou 0,22% do total de 4519 de todo o Estado de Roraima, optantes dos benefícios da Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, tendo um intervalo de confiança de 95% e margem de erro de 5% para os resultados, para tal foram pesquisados os dados de perfil, bem como, gênero, idade, tempo de constituição, município, setor, atividade, benefício.

Foi realizada também a estatística descritiva, que está expressa na forma de percentuais e representada graficamente com software Excel, a fim de apresentar os percentuais alcançados em cada uma das perguntas feitas sobre os aspectos gerais do Microempreendedor Individual, bem como seu perfil e benefícios oferecidos aos MEIs.

4. *Análise dos dados*

4.1. *perfil dos microempreendedores individuais em Roraima-2012*

Conforme o Sebrae (2013), em pesquisa realizada no ano de 2012 em Roraima, de uma amostra de 424 MEIs dos 4519 registrados no total, buscou-se a partir da base de registros da Receita Federal, disponibilizados pelo Sebrae para analisar o perfil do microempreendedor individual quanto à sua formação, sua localidade, seu gênero, setor econômico, atividade.

O Microempreendedor Individual teve o seu início no estado de Roraima no ano de 2010 apresentando o maior crescimento no país deste tipo de empreendedor relacionado à sua população. De acordo com o Sebrae (2014), já possuem 6416 Microempreendedores Individuais formalizados em todo estado de Roraima e a cada dia que passa esse número de formalizados está crescendo, devido a facilidade e desburocratização para formalização.

Na análise dos dados sobre o gênero dos Microempreendedores Individuais foi constatado, que a maioria dos MEIs pesquisados foi do gênero masculino com 52%, ficando apenas 48% do gênero masculino.

Esses dados corroboram com o total de MEIs registrados no Brasil, que 53% são do sexo masculino e 47% do sexo feminino. O percentual de mulheres entre os Microempreendedores Individuais teve um acréscimo de (1%) um percentual por ano desde 2011, o que demonstra que a participação das mulheres tem aumentado ligeiramente ano após ano.

Na análise dos dados sobre o grau de instrução foi constatado que, 8% dos microempreendedores têm superior completo, 12% dos microempreendedores estão concluindo o ensino superior, a maioria dos pesquisados com 44% têm o ensino médio ou técnico completo, 15% têm fundamental completo, 19% estão concluindo o ensino fundamental e 1% não possuem educação formal.

Ao comparar os dados acima com ano de 2013, percebe-se aumento do nível de escolaridade dos MEIs quanto ao nível superior incompleto de 12% para 19%. Apesar de ainda haver 15% dos microempreendedores com até o ensino fundamental completo, a escolaridade destes são acima da média adulta nacional, uma vez que 60% da população acima de 18 anos tem ensino fundamental completo ou menos. Segundo o Sebrae (2012), o que essa comparação permite inferir é que poderá haver uma queda no nível de escolaridade dos MEI nos próximos anos, apesar do aumento de 2013, caso haja uma formalização maior daqueles microempreendedores com baixa escolaridade, uma vez que 60% da população encontram-se nesta situação.

Na análise dos dados sobre o local de operação de seu negócio foi constatado que, 10% trabalham no domicílio ou empresa do cliente, enquanto 30% trabalham em ponto comercial, a maioria dos microempreendedores pesquisados com 45% trabalham nas suas residências e 15% trabalham na rua, chamados de ambulantes.

Fazendo comparação com o ano de 2011, somando-se os que afirmam atuar em sua casa ou em estabelecimento comercial, tem-se que 75% dos microempreendedores individuais atuam em ponto fixo em 2012, que é bastante similar ao dado de 2011, que era de 77%, havendo assim, uma diminuição em ponto fixo e conseqüentemente aumentando o percentual de vendedores ambulantes, ou seja, no ano de 2011 era um percentual de 22% como ambulante, em relação ao ano de 2012 houve um aumento de 0,3% em relação ao ano de 2011, confirmando assim as informações.

Essa inovação de o Microempreendedor Individual trabalhar em sua residência trouxe problemas para o mesmo, pois o certificado do Microempreendedor Individual que é repassado no momento da formalização é provisório com validade de até 180 dias que equivale 6 meses. Nesse período o MEI deve se direcionar até a Prefeitura para solicitar o alvará anual de funcionamento, e caso sua atividade exija alvará sanitário é necessário ir também na vigilância sanitária. Mas para que o alvará de funcionamento seja liberado, a prefeitura exige do Microempreendedor Individual o chamado “Habite-se” da residência onde está funcionando atividade, e como muitos MEIs não tem como providenciar ficam com seu alvará que era para 180 dias por muitos anos. É necessário que haja uma conscientização da prefeitura e não exija o “Habite-se” dos MEIs, ou solicite outra documentação, pois nem todos tem como providenciar tal documento solicitado por ela.

Na análise dos dados sobre ocupação antes de se formalizar, a maioria dos microempreendedores individuais com 32% que se formalizaram trabalhavam com carteira assinada, 30% eram desempregados, 28% trabalhavam sem carteira assinada, 2% empreendedor informal há mais de 2 anos ou menos, 1% empreendedor informal há mais de 2 anos e menos de 5 anos, ficando 7% dos que estavam trabalhando na informalidade e se formalizaram.

Analisando Silva (2012), 15% estavam desempregados, enquanto no ano de 2012, 30% estavam desempregados antes de se formalizar. Somando o percentual de microempreendedores que possuíam um negócio informal aos dos que estavam empregados sem carteira assinada, pode-se perceber que 38% dos microempreendedores individuais saíram da informalidade, enquanto no ano de 2011, 71% desses saíram da informalidade para empreender.

Essa pesquisa mostra o quanto tinham empregados com carteira assinada, isso significa que abriu portas de empregos para quem estava desempregado. E sem falar que foram formalizados 10% de empreendedores individuais que já trabalham na informalidade e optaram pela formalização.

Na análise dos dados sobre os principais setores que são escolhidos pelos microempreendedores individuais para desenvolver suas atividades foi constatado, que o maior setor de atividades é o comércio, representando 46%, logo em seguida, 36% dos microempreendedores individuais representam o setor de prestação de serviços, ficando as indústrias com 13% e a construção civil com 5%.

Comparando com Silva(2012), percebe-se que não houve muita alteração no percentual do setor, como por exemplo, na pesquisa realizada no ano de 2011, 46,9% representavam o setor de comércio, enquanto no ano de 2012, 46% representam o setor de comércio, no que diz respeito ao setor de serviços houve um aumento de 0,06% em relação ao ano de 2011.

Na análise dos dados sobre atividade desenvolvida pelo Microempreendedor Individual foi constatado que 14% representam o comércio varejista de artigos do vestuário e acessório, 8% cabeleireiros, 6% lanchonetes, casas de chá, casas de sucos e outras atividades similares, 4% comércio varejista de mercadorias em geral predominando os produtos alimentícios, e o restante das atividades representa 2%, como por exemplo, comércio varejista de artigos de armarinho, outras atividades de tratamento de beleza, comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal, comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente, e comércio varejista de bebidas.

O comércio varejista de artigos de vestuário e acessório representam um total de 631 microempreendedores individuais, ou seja, este setor de atividade representa o maior número de MEIs. Comparando essa distribuição de atividades conforme a quantidade de Microempreendedores Individuais formalizados em relação ao ano de 2011, poucas modificações são observadas, ou seja, comércio varejista de artigos do vestuário e acessório representou 13,8%, cabeleireiros representou 7,6%, e o comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal teve um acréscimo de 0,03% em relação ao ano de 2012.

Na análise dos dados sobre o motivo que levou os microempreendedores individuais a se formalizarem foi constatado que 46% se formalizaram para sair da informalidade, logo em seguida os benefícios do INSS representando 28%, em seguida representando 8% está a possibilidade de crescer mais como empresa e de emitir nota fiscal, com 7% está a facilidade de abrir a empresa, e com 3% conseguir empréstimo como empresa.

Esse resultado pode inferir uma relação com o resultado que mostra o grande número de microempreendedores individuais que eram empregados com carteira assinada antes de se formalizarem. Desagregando-se os resultados referentes ao ano de 2011, vê-se que o motivo mais citado também foi “ter uma empresa formal”, com 42,5%, seguido de “benefícios do INSS” (21,5%), “emitir nota fiscal” (9,1%), “crescer mais como empresa” (7,7%), “facilidade de abrir a empresa” (4,9%), “possibilidade de vender para outras empresas” (0,9%) e “possibilidade de vender para o governo” (0,4%). Isso mostra que a instituição da figura do MEI possibilitou a concretização do desejo de se ter um negócio formal de vários microempreendedores, que provavelmente não formalizariam suas atividades sem esta figura e nem poderiam usufruir de benefícios previdenciários, mas agora tornou-se realidade.

Na análise dados sobre ajuda para formalização do trabalhador informal como MEI foi constatado, que 53% não obteve ajuda para fazer a formalização, 26% procurou o Sebrae, 12% buscou ajuda em um amigo ou familiar, 8% procurou um contador e 1% procurou outros meios de ajuda para fazer sua formalização.

Comparando os dados acima com o ano de 2011, há uma diferença entre os percentuais, pois conforme a pesquisa feita no ano de 2011, 63% obteve ajuda do Sebrae para formalização, 7% solicitaram ajuda para um contador, 8% de um amigo ou familiar, 21% não solicitaram ajuda para formalização. Percebe-se que no ano de 2011 a maioria dos empreendedores obtiveram ajuda do Sebrae para formalização, já no ano de 2012, a maioria não procurou nenhum meio para ajudar na sua formalização, isso mostra a desburocratização, pois pode ser feito pela internet de forma rápida e simples pelo próprio empreendedor.

Conforme observa-se que mesmo os Microempreendedores se formalizando sem precisar de ajuda, após se formalizarem, na maioria dos casos, procuram o Sebrae para verificar se faltou alguma documentação a ser impressa e saber os órgãos que devem procurar após formalizados.

Na análise dos dados sobre a principal dificuldade para realizar o pagamento do carnê do MEI foi constatado, que a maioria com 67% não tem dificuldades para efetuar o pagamento do DAS, 3% não conhecia essa obrigação, 18% não paga por falta de recursos, 6% encontra dificuldades para acessar as guias pela internet e 6% não efetua o pagamento por esquecimento.

Em relação aos dados acima, 67% responderam que não têm dificuldades para efetuar o pagamento do carnê, mas, o que se observa no Estado de Roraima é que no ano de 2012 houve 47,72% de inadimplência do pagamento do carnê. Esse resultado pode inferir uma relação com os dados, que a maioria não procurou ajuda para se formalizar, e com isso, deixaram de cumprir obrigações mensais a serem feitas após a formalização. Diante disto, deve-se haver uma constante conscientização da importância da adimplência, pois a suspensão do pagamento pode implicar no cancelamento do direito dos benefícios previdenciários.

Na análise dos dados sobre os municípios com maior número de MEI registrados no Estado de Roraima foi constatado, que a maioria dos microempreendedores com 87% estão no município de Boa Vista, 3% dos empreendedores estão no município de Caracará e Rorainópolis, 2% em Pacaraima, 1% estão nos municípios mencionados na tabela abaixo.

Analisando os dados com Silva (2012), percebe-se que houve um acréscimo de Microempreendedores Individuais em todos os municípios pesquisados do Estado, em especial nos municípios de Cantá, Caracará, Pacaraima e Rorainópolis que obtiveram um acréscimo de 100% referente ao ano de 2011. Na pesquisa realizada no ano de 2011, em Boa Vista tinha 2276 microempreendedores formalizados, em Caracará tinha 36 microempreendedores, em Pacaraima 27 microempreendedores e em Rorainópolis 45 microempreendedores.

Já no ano de 2012, em Boa Vista tinha 3.911 microempreendedores individuais, no município de Caracará subiu para 123 microempreendedores e no município de Pacaraima teve um acréscimo de 74 microempreendedores que trabalhavam na informalidade e se formalizaram como microempreendedores individuais. Isso mostra que a cada dia, os trabalhadores informais estão se formalizando em todos os municípios do Estado, tornando ponto positivo para economia do nosso Estado.

Na análise dos dados sobre empresas constituídas em 2010 a 2013 no regime jurídico MEI, foi constatado que no mês de Janeiro 429 empresas foram constituídas, em Fevereiro 563, no mês de Março 683, no mês de Abril 678, no mês de Maio 703, no mês de Junho 772, no mês de Julho 1128, no mês de Agosto 746, no mês Setembro 664, no mês de Outubro 739, no mês de Novembro 566 e no mês de Dezembro teve 169 empresas constituídas no período de 2010 a 2013 no regime jurídico MEI.

No ano de 2010 foram constituídas 1613 empresas como Microempreendedor Individual, e pode-se observar na tabela que no mês de Janeiro deste mesmo ano não foi constituída nenhuma empresa pelo MEI, devido o mesmo ter início no Estado de Roraima somente no início de Fevereiro de 2010.

Já no ano de 2011 houve 2.051 empresas constituídas como MEI, no ano de 2012 houve uma redução de 19 formalizações, sendo que no ano de 2013 houve um acréscimo de 116 em relação ao ano de 2012. Até 2012 tinha 5.694 empresas formalizados no regime jurídico MEI, sendo que no mês de Julho houve maior número de formalizações em relação aos outros meses. Isto mostra que o MEI tirou mais de 5000 trabalhadores informais para formalidade, aumentando assim o poder aquisitivo dos empreendedores que optaram pela formalização.

Na análise dos dados sobre empresas constituídas em 2011, foi constatado que 518 empresas foram constituídas no regime jurídico Empresário, 325 foram constituídas no regime jurídico Sociedade, 179 foram constituídas no regime filiais e 2051 foram constituídas como MEI.

Conforme o Portal do Empreendedor (2014), o Empresário Individual (anteriormente chamado de firma individual) é aquele que exerce em nome próprio uma atividade empresarial. É a pessoa física (natural) titular da empresa. Já a Sociedade limitada é aquela que realiza atividade empresarial, formada por dois ou mais sócios que contribuem com moeda ou bens avaliáveis em dinheiro para formação do capital social.

No ano de 2010 foram constituídas 1.613 empresas pelos MEIs, houve um acréscimo de 438 formalizações de Microempreendedor Individual, sendo que o mês em que houve mais formalização foram os meses de Junho e Julho, e o mês que houve menos formalização foi o mês de Dezembro.

Na análise dos dados sobre empresas constituídas em 2012, foi constatado que 470 empresas foram constituídas no regime jurídico Empresário, 294 foram constituídas no regime jurídico Sociedade, 185 foram constituídas no regime filiais, 29 no regime jurídico Eireli e 2030 foram constituídas como MEI.

No ano de 2012 em Roraima foram constituídas 2030 empresas pelo tipo jurídico MEI. No mês de Julho houve maior formalização, devido a mobilização que há na semana do Microempreendedor Individual que ocorre entre o mês de Abril e Maio.

Diante de todos os tipos jurídicos informados, percebe-se que o maior número de formalização é o MEI, logo em seguida Empresário com 470 empresas constituídas no ano de 2012, mostrando que a cada dia, várias empresas estão sendo constituídas com intuito de sair da informalidade e aumentar a economia do nosso Estado.

Na análise dos dados sobre empresas constituídas em 2013, foi constatado que 474 empresas foram constituídas no regime jurídico Empresário, 274 foram constituídas no regime jurídico Sociedade, 226 foram constituídas no regime filiais, 39 no regime jurídico Eireli e 2146 foram constituídas como MEI.

No ano de 2013 em Roraima foram constituídas 2146 empresas pelo tipo jurídico MEI. O maior número de constituição é do tipo jurídico MEI, talvez deva ser pela desburocratização, procedimento rápido e simples e com direitos aos benefícios previdenciários, o que acaba não tendo no tipo jurídico de Sociedade, Filiais, Eireli e Empresário.

Na análise dos dados sobre empréstimo foi constatado, que a maioria com 89% após ter formalizado não buscou empréstimo em nome da empresa, 9% buscou, mas não conseguiu, 2% buscou e conseguiu.

O Microempreendedor Individual ainda encontra dificuldade na busca pelo crédito, e quando o faz não consegue concretizá-lo. Comparando o ano de 2011 com 2012, percebe-se que houve um acréscimo de 3% dos microempreendedores que não buscaram empréstimos junto aos bancos públicos. Os bancos públicos onde os microempreendedores buscaram empréstimo foram 44% na Caixa Econômica Federal, 24% no Banco do Brasil, 17% no Banco da Amazônia, 12% no Bradesco, 10% no Itaú, 12% em outros bancos.

Conforme observa-se que a maioria dos trabalhadores informais procuram se formalizar para obter CNPJ, pois facilita no momento de fazer empréstimo junto aos bancos públicos. Diante disto, deve haver mobilização por parte das instituições de apoio, direcionando os microempreendedores individuais que precisam de crédito para os bancos que ofereçam linhas para eles.

Na análise dos dados sobre a recomendação do MEI para alguém que ainda tenha um negócio informal (sem CNPJ) foi constatado, que a maioria com 95% recomendaria o Microempreendedor Individual para os que ainda trabalham na informalidade e 5% não recomendaria.

Esses números indicam que o microempreendedor individual vê grandes vantagens em se formalizar e está satisfeito com sua condição de formal, em sua maioria. Além disso, vê-se que há um indício de divulgação automática pelos próprios microempreendedores, indicando a formalização para os trabalhadores que ainda estão trabalhando na informalidade.

Na análise dos dados sobre perspectiva de crescimento foi constatado, que 72% disseram que pretendem, sim, faturar mais do que o limite do microempreendedor individual. Outros 28% afirmaram que não pretendem passar desse nível.

Esse percentual indica que a maioria dos microempreendedores tem interesse em expandir o seu negócio, o que mostra, mais uma vez, que esse público tem um perfil de empresário de fato. Vale lembrar que o faturamento permitido para o Microempreendedor Individual é o limite de R\$60.000,00 anualmente, caso o empreendedor ultrapasse esse limite, é necessário fazer migração para uma Microempresa, cujo faturamento é R\$360.000,00 anualmente.

Na análise de dados sobre outras rendas, além do seu negócio como Microempreendedor Individual foi constatado, que a maioria com 74% tem em seu negócio a sua principal fonte de renda, 13% tem renda advinda de um emprego fixo ou não, 2% declararam receber ajuda financeira de parentes e amigos, 1% recebem aposentadoria, 10% recebem ajuda financeira de outras fontes de renda.

Correlacionando os dados expostos com a pesquisa realizada no ano de 2011, percebe-se que houve uma redução no percentual de microempreendedores que afirmaram não ter nenhuma outra fonte de renda, de 78% para 74%.

Pode-se destacar com a análise dos dados, que está havendo crescimento no número de formalização dos trabalhadores informais, pois o número de Microempreendedor Individual está crescendo, conforme mostra pesquisa. Percebe-se que os trabalhadores informais encontraram no Microempreendedor Individual uma porta de saída da informalidade, sem burocracia, sem custo e com rapidez, facilitando assim, o crédito bancário e a emissão de nota fiscal, que trabalhando como informal, se torna difícil obter tais opções.

Considerações finais

Este trabalho teve por finalidade identificar o perfil do Microempreendedor Individual e os principais benefícios proporcionados ao trabalhador informal para formalização através do MEI: Um diagnóstico no Estado de Roraima em 2012. Para tal foram investigados os trabalhadores informais que se formalizaram como

Microempreendedores Individuais no Estado de Roraima no período de Março a Outubro, cuja amostra caracterizou-se por ser formada na maioria por homens, com nível médio ou técnico, e que tinha interesse em ter empresa formalizada e tem em seu negócio a sua principal fonte de renda.

Com relação aos objetivos específicos, observou-se a partir desse público que foram atingidos os objetivos propostos, conforme foi analisado, dentre os benefícios oferecidos aos MEI's, de acordo com a LC n°. 128/2008, destacaram-se como os principais motivadores para que os trabalhadores informais se tornassem um microempreendedor individual, os seguintes benefícios: ter uma empresa formal, os direitos previdenciários, a possibilidade de emissão de nota fiscal e a comprovação de renda, possibilidade de crescer como empresa, facilidade de abrir a empresa e conseguir empréstimo como empresa.

Percebe-se nesta pesquisa, que muitos trabalhadores informais viram a oportunidade no Microempreendedor Individual de formalizar seu empreendimento de forma fácil, sem burocracia, tendo direito a benefícios previdenciários, que serão importantes tanto para o empreendimento quanto para o empreendedor, além disso, trabalhando de forma correta e exercendo sua cidadania perante a sociedade.

A partir do levantamento bibliográfico foi possível atingir os objetivos específicos, bem como identificar através da LC n° 128/2008 e outros meios, as exigências legais e procedimentos que devem ser realizados para a formalização através do MEI, atingindo assim, o objetivo específico. Neste sentido, pode se trazer as principais exigências para formalização, como por exemplo, que tenha faturamento no máximo até R\$60.000,00 no ano ou R\$5.000,00 média mês; não participar como sócio ou titular de outra empresa; não ter sócio na atividade desenvolvida; não possuir filial; ter no máximo um empregado.

A pesquisa mostrou que a maioria dos microempreendedores individuais pretendem crescer alcançando patamares superiores de renda que os limites legais estabelecidos, ou seja, desejam tornar-se, por exemplo, microempresários. A esta expectativa de crescimento positiva une-se o levado índice de satisfação como microempreendedor individual, com a maioria dos pesquisados indicando a formalização a outros trabalhadores que ainda trabalham na informalidade.

Conforme a pesquisa, o Microempreendedor Individual ainda tem dificuldades na busca pelo crédito e, quando o faz, não consegue concretizá-lo. Diante disto, é necessário que as instituições de apoio mobilizem ainda mais os bancos quanto à importância de facilitar o acesso ao crédito por parte do microempreendedor individual e feito isso, direcioná-los para os bancos que ofereçam linhas de crédito para eles.

O estudo sobre a informalidade e microempreendedor individual é extenso, por isso pontos não foram aqui abordados. Sugere-se que seja realizado estudo semelhante nos microempreendedores individuais ou trabalhadores informais de forma individualizada sobre o mesmo tema, para ampliar a compreensão do assunto. Sugere-se ainda pesquisas que demonstrem quais as principais dificuldades encontradas pelos microempreendedores individuais formalizados no Estado de Roraima.

Este trabalho é relevante academicamente, pois permite uma maior compreensão sobre a realidade do trabalhador informal e do microempreendedor individual no Estado de Roraima, já que o estudo corrente aborda casos em grandes centros urbanos, ou com características pessoais distintas da realidade do Estado estudado. Este estudo permite um maior entendimento dentro do espaço econômico dos trabalhadores informais, do microempreendedor individual e também da economia do Estado de Roraima.

O resultado encontrado com base na pesquisa, foi de que o Brasil e em especial o Estado de Roraima está conseguindo tirar inúmeros trabalhadores informais para trabalhar formalizado, sem ter que estar correndo das fiscalizações e conseqüentemente tirando a tranquilidade, graças a criação da Lei Nº128/2008 que instituiu o Microempreendedor Individual, fazendo com que o objetivo da criação da figura do MEI esteja sendo alcançado.

Além desse resultado, é possível perceber que a formalização como Microempreendedor Individual é gratuito, sendo vedado a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, assim como as demais entidades e órgãos, a cobrança de valores a qualquer título, nem na inscrição, em quaisquer registros, no início de atividade, taxas, custos relativos a abertura, emissão de alvará, licenças e arquivamento na Junta Comercial.

Percebe-se através da pesquisa realizada que está havendo empenho por parte do governo para divulgação do MEI, mas é necessário que haja um pouco mais de empenho tanto do governo como das entidades de classe, para que possa mostrar o verdadeiro objetivo do MEI, quais os benefícios proporcionados aos trabalhadores formalizados, para que possa atingir um número cada vez maior de trabalhadores formalizados, visto que ainda é grande o número de trabalhadores na informalidade.

Os resultados alcançados encontrados na pesquisa consistem em mostrar que o governo federal instituiu o Microempreendedor Individual para ajudar aqueles trabalhadores que atuavam na informalidade e não conseguiam avistar uma maneira de legalizar seu empreendimento, devido à complexidade, e ao alto custo da carga tributária. O trabalhador informal se legalizando através do Microempreendedor In-

dividual tem a possibilidade de emitir nota fiscal, abrir conta jurídica nos bancos públicos com maior facilidade, além de estar seguro com os benefícios previdenciários.

Diante do exposto neste trabalho, verificou-se no perfil do microempreendedor individual que cada dia está aumentando o quantitativo de trabalhadores informais optantes pela formalização através do MEI, percebe-se que são muitos os desafios para formalizar os trabalhadores que atuam durante tanto tempo na informalidade, porém, agindo de forma conscientizada, é possível trazer inúmeros trabalhadores informais para trabalhar na formalidade, pois o MEI é uma ótima oportunidade para que os trabalhadores informais se profissionalizem e progridam nas suas atividades, gerando assim, o crescimento econômico e social do Estado de Roraima.

Referências bibliográficas

ANPROTEC. **Empreendedorismo**: competência para pequenas e médias empresas. Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas. Brasília, 2011.

AQUINO, Luciene Campo; SILVA, Fábio Bruno da, AGOSTINI, Carla. **Microempreendedor Individual (MEI)**: Benefícios e principais considerações acerca da formalização: Um estudo de caso no Município de São João Del Rei. Monografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2012.

BOTTAN, Lidiane; LIMA, Patrícia Padilha. **Perfil do Microempreendedor Individual de Bento Gonçalves/RS**. Monografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

BRAGA, Eliamar Fátima Rosa. **Cartilha do Microempreendedor Individual**: Tudo o que você precisa saber para se formalizar e manter seu negócio. Belém, 2014.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Lei Complementar nº123**, de 14 de Dezembro de 2006. Disponível em

<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislação/leiscomplementares/2006/leicp123.htm>. Acesso em 15/03/2014.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Lei Complementar nº128**, de 19 de Dezembro de 2008. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislação/leiscomplementares/2008/leicp128.htm>. Acesso em 10/03/2014.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Lei Complementar nº139**, de 10 de Novembro de 2011. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislação/leiscomplementares/2011/leicp139.htm>. Acesso em 10/03/2014.

BRASIL. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, Taxa de Desemprego e de Informalidade entre 2002 e 2011)**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40. Acesso em 25/03/2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **A informalidade no mercado de trabalho brasileiro e as políticas públicas do governo federal**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BABBAC51731E4/Informalida-de2.pdf>. Acesso em 10/03/2014.

BRASIL. Previdência Social. **Contribuição da Previdência Social do Microempendedor Individual 2012**. Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br>. Acesso em 15/03/2014.

BRASIL. **Empresas Informais 2012**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 16/02/2014.

BRASIL. Receita Federal. **Simples Nacional alterações**. Disponível em: http://www.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/sobre/Alteracoes_SN_2012_v4.pd. Acesso em 23/03/2014.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Equipe de professores da USP**. Manual de Economia. 5ª Edição, organizadores: Diva Benevides Pinho e Marco Antônio S. de Vasconcelos. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

CERINO, Pedro de Jesus. **Micro e pequenas empresas e as compras governamentais**: uma abordagem sobre a aplicação da Lei 123/06, no Brasil e em Roraima. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CÉSAR, Nathália de Amorim; CADE, Patrícia Justo Lemos; ALMEIDA, Fernanda Matos de Moura; ABREU, Elcilene Ester de; MOURA, Rafael Matos de. **O Micro Empendedor Individual no Município de Iúna-es**: Formalidade X Informalidade. Espírito Santo, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

CLEPS, Geisa Daise Gumiero. **Comércio informal e a produção do espaço urbano em Uberlândia (MG)**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, V. 21, n. 3, dez. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1982-451320090003000008&script=sci_arttext. Acesso em 14/02/2014.

Economia em pauta. **Informalidade entre 2009 e 2012**. Disponível em: <http://economidiando.blogspot.com.br/2012/07/informalidade-entre-2009-e-2012.html>. Acesso em 14/02/2014.

FÁVERI, Camila Freitas de. **A participação das Organizações Contábeis na Formalização dos Microempreendedores Individuais**. 98 p. Monografia. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC, 2012.

FEIJÓ, Carmem Aparecida; SILVA, Denise Britz do Nascimento e; SOUZA, Augusto Carvalho de. **Quão heterogêneo é o setor informal brasileiro?** Uma proposta de classificação de atividades baseada na Econf. Revista de economia contemporânea, Rio de Janeiro, V. 13, n. 2, p. 329-354, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v13n2/v13n2a07.pdf>>. Acesso em 20/04/2012.

FENACON. **Guia prático do microempreendedor individual MEI**. Perguntas e respostas (2009). Disponível em http://www.fenacon.org.br/outras_publicacoes/mei/online.html. Acesso em 26/03/2014.

FERNANDES, Jean Carlos; MACIEL, Luciana Botelho. **O Microempreendedor Individual (MEI): vantagens e desvantagens do novo sistema**. Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, 2009.

FILHO, Fernando Holanda Barbosa; MOURA, Rodrigo Leandro de Moura. **Evolução Recente da Informalidade no Brasil: Uma Análise Segundo Características da Oferta e Demanda de Trabalho**. Monografia, Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, 2012.

FOLHA DE BOA VISTA. **As empresas de Roraima aumentaram o índice de sobrevivência**. Publicada em 06/02/2012. Disponível em: <http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=123905>. Acesso em 10/01/2014.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o trabalho Científico: explicitação das normas da ABNT**. 15. Ed. Porto Alegre: s.n., 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed.-11. Reimpr.-São Paulo: Atlas, 2008.

Gonsalves, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. São Paulo: Alínea, 2007.

GRECO, Simara Maria de Souza Silveira; Friedlaender Junior, Romeu Herbert; Duarte, Eliane Cordeiro de Vasconcellos Garcia; Rissete, César Reinaldo; Felix, Júlio César; Macedo, Mariano de Matos; Paladino, Gina. **Empreendedorismo no Brasil: 2010**. Curitiba, 2010.

JULIÃO, Flávio. **Análise dos fatores determinantes da satisfação de usuários do programa MEI-Microempreendedor Individual**. Dissertação, Universidade Potiguar-UnP, Natal, 2011.

JUSTO, Arlinda Alves Ricarte; LIMA, Renan Benevicto; ALMEIDA, Fernanda Matos de Moura; CARVALHO, Géssica Rodrigues de; MONTE, Ítalo José Alves do. **ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS DO MUNICÍPIO DE IÚNA/ES, REGISTRADOS NO PERÍODO DE 2009 A 2011**. Espírito Santo, 2013.

KRAYCHETE, Gabriel; COSTA, Beatriz. **Economia dos setores populares entre a realidade e a utopia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

LEI GERAL. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br> Acesso em 15/01/2014.

LOPES, Renata Dutra. **Um estudo sobre a percepção dos empreendedores individuais da cidade de Jardim de Piranhas/RN quanto à adesão a Lei do Micro Empreendedor Individual**. Monografia. FACULDADE CATÓLICA SANTA TERESINHA. Caicó -RN, 2011.

MACEDO, Adolfo Benevenuto de. **Manual Prático do Microempreendedor Individual**. Belo Horizonte: O Lutador, 2009.

MORAES, Geilson Bruno Pestana. **PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DO SIMPLES NACIONAL NA FORMALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E DAS RELAÇÕES DE EMPREGO**. Maranhão, 2013.

PACOBAYHYBA, Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro. **O Microempreendedor Individual como expressão de extrafiscalidade no direito tributário nacional**. Dissertação, Universidade de Fortaleza-CE, 2011.

PASTORE, José. **Como reduzir a informalidade?** Disponível em <http://www.josepastore.com.br/artigos/ti/ti_004.htm> Acesso em 02/04/2012.

PAULA, João Antônio de. CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama. ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e. **O empresário na teoria econômica**. Revista de Economia Política, volume 24, nº 04 (96), outubro- dezembro 2004. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/96-7.pdf>> Acessado em 09/02/2014.

PEREIRA, Meire Joisy Almeida. **A Lei Geral da microempresa e da empresa de pequeno porte: uma avaliação do processo de implementação em Boa Vista- RR 2003-2008**. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2009. Disponível em: http://www.gaepf.ufma.br/site/producao_cientifica_userview/download.php?id=185 Acesso em 13/03/2014.

RORAIMA. **Junta Comercial de Roraima**. Microempreendedor Individual 2012. Disponível em: <http://www.jucerr.rr.gov.br/estatisticas_n2.htm> Acesso em 22/02/2014.

SABOIA, João; SABOIA, Ana Lucia. **Caracterização do Setor Informal a partir dos Dados do Censo Demográfico do Brasil de 2000**. Rio de Janeiro, 2004.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia do Século XXI**. Novo dicionário de economia. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

SCARSI, Moana. **Análise da viabilidade financeira para formalização de uma floricultura na cidade de Criciúma, SC**. Monografia, Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, Criciúma, 2009.

SEBRAE. **Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa-2009**. 3ª edição. Publicada em 2010. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br>. Acesso em 17/03/2014.

SEBRAE. **Cartilha do Empreendedor Individual 2012**, 7ª versão, Janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.sebraerj.com.br>. Acesso em 15/04/2014.

SEBRAE. **Pequenos negócios e finanças**. Publicado em 2010. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br>. Acesso em 19/02/2014.

SEBRAE. **Direcionamento Estratégico**, Publicado em 2005. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br>. Acesso em 15/03/2014.

SEBRAE. **Perfil Empreendedor Individual**. Publicado 2012. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br>. Acesso em 20/01/2014.

SEBRAE. **Perfil Empreendedor Individual**. Publicado 2013. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br>. Acesso em 20/01/2014.

SEBRAE. **Perfil Empreendedor Individual**. Publicado 2014. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br>. Acesso em 20/01/2014.

SILVA, Michelle Palmeira da. **O microempreendedor Individual e o estatuto nacional da microempresa e da empresa de pequeno porte: uma análise no Estado de Roraima**. Monografia, Universidade Federal de Roraima-UFRR, 2012.

SILVA, Renaldo Limiro da; LIMIRO, Alexandre. **Manual do Super**. Simples-Comentários à Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Atualizada com todas as Resoluções do Comitê Gestor, MF e DNRC. 2ª Ed. Curitiba: Editora Juruá, 2007.

SILVEIRA, Jane Paula; TEIXEIRA, Milton Roberto de Castro. **O Empreendedor Individual e os impactos pós-formalização**. Revista do núcleo interdisciplinar de pesquisa e extensão, página 223 a 252, Pato de Minas, UNIPAM, nº8, volume 1, Julho 2011. Disponível em: http://www.unipam.edu.br/perquirere/images/stories/2011/empreendedor_individual_e_os_impactos.pdf. Acesso em 18/03/2014.

SOUZA, Dayanne Marlene. **Os principais benefícios proporcionados ao trabalhador informal para formalização através do Microempreendedor Individual**. 95 fls. Monografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

UFRR. **Normas Técnicas**. Resolução nº 009/2011-CEPE, 2011.

VALOR ECONÔMICO. **País ainda tem 44,2 milhões de trabalhadores informais, estima o IBGE**. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2919914/pais-ainda-tem-442-milhoes-de-trabalhadores-informais-estima-o-ibge#ixzz31VqunLzR>. Acesso 17/02/2014.

TEMPORALIDADE LÚDICA E CONTEMPLAÇÃO ESTÉTICA NO TRABALHO DO ARTESÃO DE MIRITI, HABITUÉ DOS SONHOS

1. Introdução

“A longa história da humanidade é também a da transformação da natureza” (CASTRO, 1999, p. 33), afinal, o uso de recursos ditos naturais em atividades socioeconômicas e culturais é sua característica básica. Entre tais atividades pode-se citar o artesanato, e dentre os recursos utilizados, a palmeira conhecida popularmente como miriti (*Mauritia flexuosa* L.f.) ocupa posição de destaque em diversas localidades, sendo material de múltiplo uso em que todas suas partes são aproveitadas pelo gênio humano mediante a aplicação de técnicas variadas, o que permite considerá-la uma palmeira sociocultural que também possui importância econômica.

Presente em todos os estados da Amazônia Legal e considerada a palmeira mais abundante do Brasil, destacam-se dentre seus usos atuais e potenciais a utilização na alimentação por meio do fruto *in natura* ou sob a forma de doces, tortas, bolos, mingaus, etc. (BARROS; SILVA, 2013); a produção de bebidas fermentadas e não fermentadas; o uso complementar na construção de pontes e de habitações (paredes e telhados); seu aproveitamento como matéria-prima para produção de papel (FUNDAÇÃO CURRO VELHO, 2006); a produção de biocombustível a partir de seu fruto (PESCE, 2009); o uso como planta ornamental próximo a cursos d’água de parques e jardins (HOYOS; BRAUN, 2001); a produção de cestarias regionais (artefatos trançados de fibra); e a produção de bijuterias, dentre tantos outros.

No município de Abaetetuba (Figura 1), pertencente à mesorregião do Nordeste paraense e à microrregião de Cametá, apesar da palmeira também ser aplicada em muitos dos usos citados e de ser forte sua presença na vida de seus habitantes, sobretudo os que vivem na região composta por cerca de 70 ilhas pertencentes ao município, há uma distinção em relação aos demais casos citados: o uso da parte

* Universidade Federal do Pará. E-mail: amarildofjunior@gmail.com

** Universidade Federal do Pará. E-mail: slima@ufpa.br

interna do peçólo, conhecida como *bucha do miriti*, na produção de um tipo de artesanato próprio do município, os Brinquedos de Miriti de Abaetetuba, não identificado em nenhuma outra localidade em que a palmeira é amplamente utilizada, o que permite que Abaetetuba, outrora conhecida como “Terra da Cachaça”, tenha adotado e consolidado no limiar da primeira década do século XXI a denominação de “Capital Mundial dos Brinquedos de Miriti”.

Figura 1: Localização de Abaetetuba

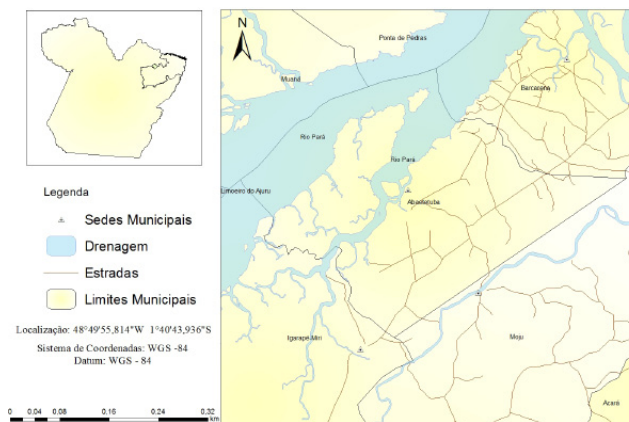


Figura 1 Localização de Abaetetuba

Esses brinquedos são um tipo específico de artesanato-artístico que realiza um encontro entre uma técnica e uma intuição, situando-se na zona fronteira entre a arte e a criação extra-artística, no qual a função estética é muito mais visível e, ipso facto, valoriza-se mais a aparência expressa em sua forma, em suas cores, em seu conjunto expressivo e em sua originalidade (LOUREIRO, 2012).

Este artigo¹ apresenta uma análise das práticas sociais dos homens e mulheres que criam tais brinquedos – doravante denominados como *artesãos de miriti* – que permitem o desenvolvimento, a preservação e o repasse de seus saberes, e que con-

¹ Apresentam-se neste artigo resultados parciais de um estudo sobre a vida associativa no processo criativo dos Brinquedos de Miriti de Abaetetuba. Tal pesquisa está sendo realizada com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Agradecemos, portanto, a todos os artesãos de miriti, pela contribuição que têm dado a esse estudo, em especial aos artesãos Amadeu Sarges, Célio Vilhena, D. Iranil, D. Pacheco, Gilda e Gercina Brandão, Gugu, Leno, Naidenoi Rodrigues, Nina Abreu, Pírias, Raimundo e Rivaildo Peixoto, Seu Miranda, e Valdeli Costa, nossos Mestres da Cultura, seguindo a definição dada por Figueiredo & Tavares (2006).

tribuem para definir o processo criativo que adotam dentro de um campo de relações estruturado por diferentes agentes sociais (institucionais e individuais) que nele ocupam posições distintas. A abordagem realizada direciona-se para as discussões sobre o conceito de trabalho que se faz presente na adoção da categoria de análise *processo criativo*, buscando-se ir além da clássica vinculação que possui com as relações salariais, que, como Castro (1999) esclarece, pouco nos ilumina na compreensão de atividades tradicionais que são reatualizadas na região amazônica.

Para isso, faz-se uma intersecção teórico-metodológica que tem como referência a abordagem do Campo Social em que os conceitos de campo de relações e de *habitus* são categorias importantes (BOURDIEU, 2013, 2004), com o uso do estudo dos ajuntamentos e das interações (GOFFMAN, 2010). Pautada na constatação de que o entendimento dos Brinquedos de Miriti enquanto artesanato requer mais do que descrições do desenho e das técnicas de produção que os caracterizam, sendo necessário o estudo das práticas sociais de quem o cria e o vende e de quem o observa ou o compra (GARCÍA CANCLINI, 1983) – evidenciadas pelo processo contínuo de mudança em que se desenvolvem e que tem sua gênese em um conjunto de influências de natureza complexa –, essa abordagem permite estabelecer como foco a ação social (e seus princípios geradores) dos produtores desse tipo de cultura popular, que normalmente são deixados em segundo plano nas abordagens mais frequentes que, ao preferirem o destaque ao estudo desses bens simbólicos, preterem seus criadores.

Assim, restabelece-se a importância de se considerar a existência de indivíduos, de ações e de interações dentro do escopo das manifestações da cultura popular, situando-as no processo pretensamente denominado de desenvolvimento sem desmembrá-la do social e do econômico. Essa praxeologia também ganha relevância porque, dentro das proposições para o estudo do trabalho enquanto um campo amplo de práticas e atividades que extrapolam a oposição binária entre mundo do trabalho e do não-trabalho (BLASS, 2004), desloca a perspectiva para aqueles que fazem determinadas tarefas e atividades, no lugar de deter-se apenas a certos padrões técnicos e tecnológicos do que e de como se faz.

A noção de campo social, microcosmo que obedece a leis sociais mais ou menos específicas e dispõe de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada em relação ao macrocosmo social (BOURDIEU, 2004), destaca o problema de identificar a natureza das pressões externas sobre o campo, enquanto o estudo do conjunto de princípios geradores e estruturadores de práticas e de representações próprio de um grupo de agentes sociais (BOURDIEU, 1983), denominado de *habitus*, permite entender as ações que os agentes realizam para sua manutenção e reprodução no

campo e o grau de capacidade que possuem de refratar, retraduzir e transfigurar a seu benefício as pressões ou demandas externas de modo a definir o repasse de seus saberes e seus processos criativos mais em função de suas determinações internas.

Como contraponto, o uso da análise situacional para o estudo de interações permitiu a observação minuciosa de momentos de copresença e, ao analisar os lugares de ajuntamento desses atores sociais no momento da criação dos Brinquedos de Miriti, propiciou o entendimento dos juízos formados pelo grupo social e a compreensão dos processos afetivos, sensíveis e morais que ressonam durante o processo criativo (CEFAÏ; VEIGA; MOTA, 2011; GOFFMAN, 2010).

Para coleta dos dados, realizaram-se procedimentos de entrevista e observação direta, direcionadas aos artesãos que criam como principal artefato os Brinquedos de Miriti de Abaetetuba, conforme a classificação proposta por Loureiro (2012)², utilizando, para isso, a polpa retirada do pecíolo da folha da palmeira ainda jovem, sendo selecionados mediante critérios de expressividade e representatividade no interior da população foco do estudo.

2. O processo criativo dos artesãos de miriti como categoria de estudo da noção de trabalho

Existe uma necessidade de retornar-se à discussão da noção de trabalho, pois tanto a sociologia como a economia do trabalho direcionaram muito seus estudos, principalmente nas últimas décadas, para situações de trabalho a partir das relações salariais e para a análise de processos e padrões de organização que configurassem a emergência ou a consolidação de modos de produção considerados técnico e organizacionalmente mais avançados. Resultante da concepção de trabalho produtivo elaborada pela economia política mercantilista e ilustrada e da noção de trabalho motivado que surge no contexto histórico da apologia ao luxo, essa ideia moderna de trabalho torna a fábrica moderna e o emprego fabril o paradigma de suas análises (BLASS, 2004). Tal paradigma próprio da racionalidade dominante da sociedade moderna associa as formas de trabalho que fogem dos padrões de saber técnico e científico que prescreve com aquilo que é tido como *exótico* (TAVARES, FIGUEIREDO, 2012), classificando-as comumente como não-trabalho, ultrapassadas, não produtivas e inferiores.

² Para Loureiro (2012), as principais características dos Brinquedos de Miriti de Abaetetuba são o “tempo comprimido” da infância neles presente, que intensifica a infância na criança enquanto refaz no adulto o tempo psicológico da infância; e sua conversão semiótica, enquanto artesanato-artístico, que faz com que as funções estética e lúdica se alternem. Utilizando a metáfora do movimento do cavalo no jogo de xadrez, Loureiro (2012) afirma que o Brinquedo de Miriti de Abaetetuba avança em direção ao lúdico e salta para o lado estético.

Excluem de seu debate, por exemplo, a pertinência e a reprodução de saberes de populações tradicionais sobre recursos naturais e suas estratégias de uso e de exploração comercial (CASTRO, 1999), desconhecendo que tais saberes têm atualizado processos de trabalho e padrões de gestão que continuam a compor o cotidiano da produção de muitas regiões, como a Amazônia, que é *locus* privilegiado da análise que Castro (1999) propõe, principalmente devido ao ritmo acelerado das mudanças sociais, econômicas e ambientais que nela se encontram. A autora citada também destaca que o estudo de formas tradicionais ou relativamente tradicionais de trabalho pode trazer mais clareza à explicitação dessa noção, pois permite distanciar-se temporal e espacialmente do padrão dominante da relação salarial, o que permite o avanço em uma formulação mais abstrata.

É a partir de suas provocações e das que Blass (2004) apresenta sobre o significado e os lugares do trabalho naquilo que aparentemente é não-trabalho, que se propõe a inserção do processo criativo dos artesãos de miriti como categoria que contribua para essa outra abordagem da noção de trabalho, que historicamente foi sendo reduzida à forma de emprego de mulheres e homens adultos profissionais pagos que exercem suas atividades fora de casa, principalmente a partir da emergência da organização da produção fabril na Inglaterra do final do século XVIII (BLASS, 2004). Essa proposição parte da postura adotada de que mesmo o que é visto como predominantemente cultural também pode contribuir para a concretização de aspectos econômicos e sociais e por isso também pode tanto se movimentar no que é visto somente como socioeconômico, como da mesma forma pode ser meio no qual o socioeconômico se movimenta, sem, no entanto, reduzir-se a essa característica ou assumi-la (ou abordá-la, no momento de seu estudo) como sua função primordial.

Nesse sentido, os elementos importantes que este artigo analisa para o estudo da noção do trabalho no processo de criação dos Brinquedos de Miriti de Abaetetuba são as relações sociais que ocorrem no interior dessa atividade artístico-cultural específica e que contribuem para defini-la. Por isso a discussão desenvolvida neste texto deve descrever os artesãos de miriti, suas práticas, pensamentos e maneira de encarar a realidade para, a partir de então, permitir que se possa consolidar as análises sobre a dinâmica de seus saberes, sobre a reprodução do capital cultural específico à atividade que desenvolvem, sobre o processo de assimilação do *habitus* do grupo e sobre a definição do processo criativo que adotam.

3. *O artesanato de miriti, habitué dos sonhos*

Ocupando a centralidade da pesquisa desenvolvida, os artesãos de miriti possuem um modo de vida e um ethos que o permeia, e possuem saberes e fazeres próprios de seu *métier*, tudo isso permitindo apreender quem são, como vivem e o que fazem para, a partir desse entendimento, alcançar as relações que contribuem para ditar quem eles devem ser e, em última instância, a forma pela qual devem criar e se associar e se organizar como grupo.

Possuem, portanto, aquilo que neste artigo define-se como um processo criativo próprio, no qual há uma temporalidade lúdica e uma contemplação estética, mesmo sendo seu trabalho, ou melhor dito, justamente por ser o seu trabalho. Como processo criativo, considera-se um processo de trabalho que é mais amplo que a redução descritiva das técnicas empregadas, procedimento mais geralmente acionado por quem se propõe a estudar qualquer tipo de artesanato. Dessa maneira, vai-se além ao se adotar essa categoria conceitual, englobando nela ademais dessas técnicas, todo o recurso às memórias acumuladas, às experiências vividas e aos sonhos e devaneios que o artesão de miriti realiza para criar suas peças, e todos os significantes que a atividade possui enquanto prazer em exercê-la e comercializar seus resultados, o que contribui para definir singularidades no trabalho por eles realizado.

Trabalho esse que não se resume a uma realidade simplesmente econômica, uma vez que ali o trabalho também “[...] é representado por um caráter único, ou seja, reúne nos elementos técnicos e de gestão o mágico, o ritual, enfim, o imaginário coletivo recriado no mundo simbólico” (CASTRO, 1999, p. 35). É assim que as práticas que conformam o processo de criação dos artesãos de miriti se dão geralmente através de uma integração entre família e pessoas da vizinhança, fazendo com que essa tradição e ofício sejam caracterizados por sua realização em núcleos criativos familiares (Figura 2) que contribuem para a continuidade e perpetuação dessa atividade cujas origens se perdem no tempo (CARVALHO; LIMA, 2002), além de contribuírem para a redução dos custos de produção. Suas “[...] práticas inserem-se na rede de sociabilidade, solidariedade e de vínculos afetivos que remetem ao sistema de relações sociais construído na convivência cotidiana [...]” (BLASS, 2004, p. 12) de seus realizadores.

Figura 2: Núcleo Criativo Familiar do artesão Amadeu Sarges



FONTE: fotografia registrada por Amarildo Ferreira Júnior (2014)

Em tais núcleos criativos, onde também há a reafirmação de procedimentos de dominação paternalistas que reificam formas produtivas no âmbito das relações de dominação³, a noção de trabalho, com seus aspectos visíveis, tangíveis e simbólicos dos quais Castro (1999) fala, faz parte de um sistema bem mais amplo de ações e de estratégias indissociáveis de outras atividades do cotidiano, assim como de relações de parentesco, políticas ou religiosas.

Neles, a os artesãos, além de conseguirem condições materiais e financeiras de satisfazer suas necessidades de sustento (TAVARES; FIGUEIREDO, 2012), também expressam sua reflexão do mundo, que é construída por sua sensibilidade, pelos conhecimentos das técnicas e pelas relações sociais que estabelecem no processo de criação. Vida econômica e vida social do grupo se integram, inserindo no sistema de relações sociais do artesão de miriti as atividades de trabalho propriamente ditas, que

³ Nesse sentido, Nascimento & Ferreira Júnior (2014) propõem e acenam para o início de uma discussão das relações de gênero no processo criativo e, principalmente, na apresentação e representação dessas relações na vida associativa dos artesãos de miriti.

passam a compartilhar lugares e significados no conjunto de atividades concebidas pelas sociedades capitalistas modernas como sendo de não-trabalho (BLASS, 2004).

Dessa maneira, conforme Castro (1999) referencia, o trabalho passa a fazer parte da cadeia de sociabilidade desse grupo social, e a ela está indissociavelmente ligado, o que facilita encontros interfamiliares, realização de festas, perpetuação de rituais e outras modalidades de trocas não econômicas. São nesses núcleos que os artesãos de miriti esculpem na polpa fibrosa que retiram da palmeira formas simples que recriam suas experiências vividas, o mundo que lhes cerca e seus sonhos, com ciência e destreza no manuseio das ferramentas cortantes que utilizam e íntimo conhecimento da matéria frágil que é o miriti (LOUREIRO, 2012; SILVEIRA, 2012; LEITE, 2009).

No início do processo criativo, o artesão aciona memórias acumuladas e experiências vividas para traduzir, a partir do seu olhar, o universo amazônico que vivencia (SILVEIRA, 2012), recriando sua realidade sem buscar uma cópia fiel, mas produzindo objetos e figuras que resultam de uma simplificação de traços, com manutenção dos essenciais significantes, e que intermedeiam relações entre uma subjetividade e outra (LOUREIRO, 2012). Referenciada na vida cotidiana e laboral da população da qual os artesãos de miriti fazem parte, toda inspiração provém do que se compartilha com os demais e da natureza que lhes cerca, o que emerge na própria tipologia dos brinquedos que criam (Figuras 3 e 4), que reflete essa relação íntima com a realidade por eles vivida na representação da flora e da fauna da região; do ofício do artesão de miriti; da festa do Círio de Nazaré⁴; de suas manifestações culturais; e da tradição e do modo de vida ribeirinho.

⁴ O Círio de Nossa Senhora de Nazaré é considerado a maior procissão religiosa do Brasil e uma das mais polissêmicas e complexas festividades religiosas do mundo, sendo uma festa cuja principal romaria é realizada no segundo domingo de outubro de cada ano na cidade de Belém, capital do estado do Pará. Para mais informações sobre essa festa, confira Alves (1980) e Figueiredo (2005).

Figura 3: Artesão Naidenoi Rodrigues demonstrando o brinquedo conhecido como Soca-Soca



FONTE: fotografia registrada por Amarildo Ferreira Júnior (2014)

Figura 4: Brinquedos de Miriti - Serrador (no primeiro plano) e barcos



FONTE: fotografia registrada por Amarildo Ferreira Júnior (2014)

Ao nos depararmos com brinquedos que reproduzem situações de trabalho, como o Soca-Soca e o Serrador das imagens acima, por exemplo, vemos que na criação do Brinquedo de Miriti existe também uma dupla representação da noção de trabalho. Se por um lado os artesãos de miriti brincam de trabalhar, como muitos deles afirmaram durante a realização das entrevistas, por outro lado eles também objetivam nos brinquedos as cenas de trabalho próprias da realidade em que vivem. Dessa forma, assim como o lúdico vai de uma extremidade à outra, com esse tra-

balho se originando do desejo de brincar⁵, sendo realizado com elementos próprios do jogo, e originando uma peça com a qual, inicialmente, se vai brincar, apesar de também poder ser utilizada como objeto de uso estético e decorativo – o que não necessariamente retira disso de maneira total aspectos lúdicos, pois da mesma forma que o artesão pode brincar de criar ou cria brincando, como afirmam e como se observou, as pessoas que adquirem esse brinquedo também possuem uma ampla variedade de modos de com ele brincar, inclusive somente com certo olhar imaginativo (KUASNE, 2009) –, o mesmo ocorre com o trabalho.

Apesar de estarem inseridos no processo de urbanização e globalização em curso, que faz com que, por conta das tensões e conflitos inerentes ao próprio campo social, oscilem entre uma lógica e outra, os artesãos de miriti são caracterizados por pensamentos, percepções e ações próprios dos esquemas interiorizados por aquele tipo particular de representação social que Salles & Salles (1969) definiram como “civilização do caboclo”. São artesãos urbanos que, entretanto, possuem íntima ligação com a ambiência ribeirinha, o que se reflete, por exemplo, em uma maneira distinta de tratar a criança, que é integrada na vida e nas atividades que exercem por meio de um processo próprio de aprendizagem do mundo.

Por meio desse processo as crianças auxiliam seus pais-artesãos na separação do material adequado e acompanham com o olhar a realização dos cortes, entalhes e pintura, às vezes ajudando na arrumação das peças ou elaborando suas primeiras peças para serem utilizadas em seus jogos, iniciando-se na aprendizagem desse ofício e na reprodução cultural, moral e intelectual dos arbítrios próprios do grupo. Nesse contexto, o trabalho infantil não possui o caráter aviltante que comumente se lhe associa, sendo mecanismo de inserção das crianças nos costumes e tradições do grupo social do qual fazem parte e uma forma de assimilação de *habitus* e de reprodução de um capital cultural específico.

Além de todas as experiências passadas que integram o *habitus* dos artesãos de miriti, empregado como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações, ainda se destaca neles fortes traços de Fé religiosa, que se expressa no dia a dia⁶ que tem

⁵ Vale destacar que se considera que os Brinquedos de Miriti surgem em Abaetetuba quando as crianças, ao verificarem que a bucha da palmeira permitia um fácil entalhe e flutuação por conta de sua leveza e textura, começaram a aproveitar a polpa descartada por seus pais durante a produção de cestarias para criarem miniaturas de montarias que eram coloridas com produtos da mata (açai amassado, urucum, etc.) para utilização em atividades lúdicas infantis e para realização de um jogo que consistia na disputa de porfias nas águas dos rios, igarapés ou poças d'água deixadas pela chuva.

⁶ É comum que nos ateliês, como os artesãos chamam as oficinas nas quais realizam seu processo criativo, majoritariamente instalados em seus locais de moradia, encontrem-se diversos elementos que refletem a expressão da religião cristã católica (terços, crucifixos, imagens de santos, em especial Nossa Senhora de Nazaré, etc.), embora nos últimos anos tenha crescido o número de artesãos adeptos de religiões cristãs protestantes,

como ponto alto a chegada a Belém, capital do Pará, durante a festa do Círio de Nazaré, na qual recebem motivações específicas para os produtos de sua criação, reconhecidos como elementos associados à festa.

Muitos destes artesãos e artesãs ainda dividem seu labor com outras atividades, e entre os que atualmente vivem somente do ofício de artesão, não são poucos aqueles que desempenharam outras atividades econômicas anteriormente, mesmo que paralelamente ao artesanato de miriti. No entanto, com o aumento daqueles que se dedicam principalmente a esse trabalho, no qual empregam tecnologias simples, predominantemente manuais, posto que máquinas e ferramentas sejam empregadas de maneira acessória, originando peças perfeitas em suas irregularidades (LIMA, 2005), e que mobilizam saberes sobre os recursos naturais e as possibilidades de gerar produtos do trabalho a partir deles, constituem-se em grupo social que passa a ser nomeado e a se reconhecer por essa principal atividade exercida, de artesão de miriti, ainda que sejam polivalentes e que esta categoria de nomeação pouco diga sobre a complexidade dos processos identitários, das representações que os unem e das orientações de suas ações políticas (CASTRO, 1999).

No caso em que exercem outra atividade de forma paralela ao artesanato, diversas são as variações na maneira como o artesão de miriti organiza o seu cotidiano entre cada fazer, com a possibilidade inclusive de realização desse trabalho somente em uma ou mais épocas específicas do ano: próximo do MiritiFestival, espécie de festival cultural que há uma década ocorre no município de Abaetetuba entre o final do mês de abril e o início de maio de cada ano; nas proximidades do Círio de Nazaré; ou quando se aproxima a festividade de Nossa Senhora da Conceição, santa padroeira de Abaetetuba, que começa em novembro e termina no dia 8 de dezembro, data consagrada à Santa.

No entanto, os artesãos de miriti não vivem desprendidos dos processos de transformação acelerada que a própria região vivencia. Sua maior inserção no mercado e ampliação do ciclo de comercialização, que anteriormente era restrito ao Círio de Nazaré e ao Círio de Nossa Senhora da Conceição, resultantes da articulação que desenvolveram desde o princípio dos anos 2000 com diversos agentes sociais, em

sobretudo aquelas classificadas como neopentecostais. O crescimento do número de adeptos desses outros tipos de religiões suscitou observações importantes em respeito da relação dos artesãos de miriti com a religião, pois mesmo estes expressam respeito e reconhecimento da importância do Círio de Nazaré, expressão máxima dessa religião no estado do Pará, o que, pelo menos nos espaços públicos de representação, permite que os possíveis conflitos relacionados a essa questão da fé professada que se imagina que devam existir, não irrompam de uma maneira explícita, sendo mesmo arrefecidos com a presença, por exemplo, deste tipo particular de artesão de miriti em missa realizada na Catedral da Sé de Belém em outubro de 2014, por ocasião da abertura da Feira do Artesanato de Miriti durante o Círio de Nazaré.

especial o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), e culminaram na criação de uma associação em 2003⁷ e do MiritiFestival em 2004, e na participação em diversas feiras e exposições regionais, nacionais e internacionais, possibilitaram enquadrar os Brinquedos de Miriti a algumas normas de mercado, com novas técnicas de produção e inserção de novos instrumentos em seu processo criativo (como estiletes, pequenas serras tico-tico, lixas de diversas numerações, mesa de corte com fio de aço para facilitar o corte e evitar acidentes, dentre outros).

Vale lembrar que, por serem artesanato, os Brinquedos de Miriti estão inseridos em processo contínuo de mudança em que se desenvolvem e que tem sua gênese em um conjunto de influências diretas de aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos (LIMA, 2005). Isto fez com que, devido ao contato com novas linguagens e estéticas que a participação nesses eventos e a constituição da associação e o consequente surgimento de uma arena pública (CEFAÏ, 2011) própria lhes proporcionou, e também ao retransfigurar as pressões exercidas por turistas e outros tipos de consumidores, por lojas de artesanato, por produtores culturais, por instituições de fomento ao empreendedorismo e por órgãos culturais e de gestão e planejamento turístico, por exemplo, os artesãos de miriti ampliassem as formas de artesanato que criam, passando a criar brinquedos classificados por eles mesmos como inovações, modernos ou animados – estes últimos, em especial, enquadrando brinquedos que utilizam dispositivos de corda para atribuir-lhes movimento ou sendo inspirados em desenhos animados (daí a denominação), com o artesão Nildo Silva, 29 anos, se destacando em sua criação –, e também modificassem algumas das suas maneiras de criar e comercializar sem mudarem, contudo, o princípio gerador de suas práticas e, por isso, conseguem manter-se e reproduzir-se no campo em que se relacionam.

⁷ A Associação dos Artesãos de Brinquedos e Artesanato de Miriti de Abaetetuba (Asamab), que visa organizar e capacitar os artesãos, de maneira a atender aos padrões do mercado, e também garantir e reivindicar direitos aos quais os artesãos de miriti fizessem jus, e conquistar espaços de atuação e de divulgação do artesanato que criam. Esta associação seria o resultado de um movimento dos artesãos de miriti em busca de mais espaços para a exposição e comercialização de seus produtos, que estavam caracterizadas por uma sazonalidade em torno da realização do Círio de Nazaré. Sua criação foi, portanto, a constituição de uma via de expansão de processos políticos e econômicos que se deu através das novas institucionalidades que se afirmam em formas de organização do trabalho via cooperativas ou associações de pequenos produtores e através de processos de construção de identidades (CASTRO 1999), neste caso, artesãos de miriti que criam os Brinquedos de Miriti de Abaetetuba, dentre outros artesanatos.

A análise (em desenvolvimento) do nascimento dessa associação para o público permite entender como no início dos anos 2000 surgiu em Abaetetuba uma arena pública (CEFAÏ, 2011) em torno do artesanato de miriti feito no município.

4. Considerações finais

As discussões desenvolvidas neste trabalho estão voltadas para o fomento de uma narrativa que parte da valorização e do reconhecimento das práticas que surgem dentro de uma cultura de saberes sobre recursos da natureza que, apesar de acionar em alguns momentos uma linguagem técnica, busca direcionar-se para uma linguagem de saberes e de princípios que regem estas práticas sociais e culturais desenvolvidas pelos artesãos de miriti. Há, dessa forma, um movimento de deslocamento da análise que se detém nos bens culturais criados, para uma análise que prioriza a prática social dos agentes que os criam, uma vez que tais bens só são possíveis por intermédio destes.

As considerações desenvolvidas permitem afirmar que a dinâmica de transmissão e manutenção de saberes e o processo criativo dos artesãos de miriti, que varia de acordo com a peça a ser criada e de acordo com o artesão, com as demais pessoas que compõem esse núcleo criativo e com as relações sociais que ocorrerão nesse ajuntamento (GOFFMAN, 2010) que invariavelmente a criação dos Brinquedos de Miriti constitui, é definida mais em função das práticas próprias do modo de vida e dos saberes e fazeres destes agentes do que pelas intervenções e imposições dos agentes responsáveis pelo controle mercadológico e pelas políticas públicas no campo social de criação desses brinquedos (Campo de Relações no Artesanato de Miriti de Abaetetuba⁸).

Não há possibilidade de desvincular o processo criativo desenvolvido pelos artesãos de miriti e que permite a existência desse tipo singular de artesanato em Abaetetuba da noção de trabalho, e tal processo é a demonstração de que o trabalho, enquanto categoria importante para o estudo de sociedades e expressões socioculturais, possui dimensões que não somente aquela que o vincula exclusivamente a emprego, a renda e a salário, maneira pela qual essa prática tão própria de homens e mulheres entrou no sistema de mercado como venda de força de trabalho e que, seguindo essa concepção, transforma o trabalhador em avatar da própria mentalidade racionalista capitalista.

No trabalho do artesão de miriti, assim como na produção de um desfile de Carnaval que Blass (2004) estudou, envolvem-se valores éticos, estéticos e práticos próprios de uma criação que embora utilize um método não se reduz a ele, pois também persegue outros objetivos e valores: a permanência de uma responsabili-

⁸ Este campo social será apresentado de forma mais detalhada na pesquisa de dissertação *Entalhadores do efêmero: a vida associativa na criação dos Brinquedos de Miriti de Abaetetuba*, de Amarildo Ferreira Júnior, que atualmente encontra-se em fase de conclusão.

dade na socialização das crianças e na reprodução de um *habitus* próprio e de um capital cultural específico que se objetifica; a manutenção de uma sociabilidade que se dá nos tempos lúdicos desse trabalho que reúne família e vizinhança em torno de uma produção em que o estar junto por si só constitui motivo de alegria, expressa nas conversas e nas piadas que se contam e se ouvem; ou a contemplação de uma estética particular que tanto é motivada pelo desejo de encantar, – termo tão caro à cosmologia amazônica –, crianças e adultos com a magia desses brinquedos, como pela vontade de colorir a festa do Círio de Nazaré.

Economicamente, esse tipo de trabalho, além de envolver um número expressivo de famílias (cerca de 80 famílias somente na Asamab), tem um importante papel quando é visto, principalmente pela chamada “economia criativa” ou “nova economia”, como uma das soluções mais imediatas para crises de empregabilidade e como agregador mais viável em curto prazo e a baixo custo para diversos grupos sociais, em especial aqueles colocados à margem e considerados pelos responsáveis pelo planejamento de políticas econômicas como detentores de pouca qualificação profissional. Mas mesmo essa “importância” não é coerente no conjunto do planejamento público, pois, embora faça parte da lista da Classificação Brasileira de Ocupações, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e esteja inserida no conjunto de atividades enquadradas como Microempreendedor Individual (MEI), a profissão de artesão, apesar de reconhecida, ainda não está regulamentada, o que nega a esse grupo de profissionais o alcance a uma série de direitos e garantias que almejam e fazem jus.

Vê-se, na Asamab, como em outras associações de artesãos, que esse anseio e articulação em torno da reivindicação da regulamentação da profissão de artesão, como também a reivindicação da inserção permanente nos orçamentos anuais do Estado do Pará de recursos destinados à valorização de sua atividade, com base, além da própria importância socioeconômica e cultural que a atividade notadamente possui, nas leis estaduais n.º 7.282/2009 e n.º 7.433/2010, que reconhecem o Miriti-Festival e os Brinquedos de Miriti, respectivamente, como Patrimônios Culturais de Natureza Imaterial do Estado do Pará, que estes artesãos estão às voltas tanto com a reprodução e permanência do tipo de processo criativo que lhes é próprio, quanto com um engajamento político pela modernização das condições de exercício de sua profissão.

No entanto, para além do econômico (e do político), a feitura dos Brinquedos de Miriti de Abaetetuba é um processo criativo que envolve um labor físico, intelectual, sensitivo e criativo de entalhamento dos instantes vividos por seus realizadores.

É uma faina diária que possui uma maneira particular de tratar a beleza e que se expressa numa atitude de contemplação estética permanente e numa temporalidade lúdica preenchida pelo deleite do talento, da alegria e da brincadeira, na qual o trabalho também pode ser liberdade de imaginação e prazer de criar.

Representa também uma síntese admirável das folganças caboclas (SALLES; SALLES, 1969) na qual jogo e brincadeira conjugam-se estreitamente com uma experiência estética que se expressa nas cores vivas dos Brinquedos de Miriti e na engenhosidade de suas formas e de sua mecânica, e com as expressões de Fé cujo ponto alto é a ida para Belém durante o Círio de Nazaré e a representação maior talvez seja o girandeiro⁹. Tudo isso estreitamente associado ao trabalho, no qual mesmo o momento de entalhe de cada peça é recortado de momentos de lazer e conversa, sendo um trabalho alegre pelo não tão simples fato dos artesãos estarem juntos. É, portanto, um fenômeno social que possui características econômicas, lúdicas e estéticas.

Nas palavras de Gomes (2013), a criação dos Brinquedos de Miriti faz com que a própria cidade de Abaetetuba desperte para o valor da infância, da brincadeira, da leveza, do colorido, da cooperação e da espontaneidade, em suma, “[...] das muitas imagens que se originam primeiro numa comunidade afetiva e depois toma uma dimensão estética, sem, contudo, perder essa afetividade” (p. 361). O Brinquedo de Miriti se efetiva, portanto, como o resultado de uma forma de trabalho voltada para o celebrar, para o se afeiçãoar, para o experimentar formas sublimes, e para o fascínio.

É uma festa do olhar (LOUREIRO, 2012) que se inicia como um trabalho lúdico e de contemplação estética, maneira própria do artesão de miriti tratar a beleza, conceito tão importante em sua faina diária. Mas é uma beleza que não se contempla somente com o olhar, pois inicialmente o artesão a sente, depois a pensa, e por fim a faz “nascer” de suas mãos, como destaca o artesão Amadeu Sarges¹⁰. Nesse processo criativo, reações emocionais e afetivas, e vivências intelectuais e volitivas são igualmente acionadas, bem como os sentidos humanos, com especial destaque para o tato e para a visão. Para o artesão de miriti persiste, portanto, o ato de trabalhar como um ato criativo, intimamente ligado aos sonhos, afetos e emoções das quais é

⁹ São pessoas que realizam uma sorte de peregrinação para Belém durante a época do Círio e utilizam as girândolas, cruzes de braços duplos feitas de miriti utilizadas como suporte para os brinquedos, para a realização de exposição e comercialização ambulante. Vistos ora em meio às procissões do Círio de Nazaré, ora nas ruas transversais dos seus percursos, acredita-se que foi a partir deles que os Brinquedos de Miriti começaram a ser comercializados durante a realização dessa festa. São, portanto, um tipo de homo peregrinus particular, que não deixa de ser um mercador. Atualmente, podem ser tanto o próprio artesão, quanto alguém por este contratado para realizar as vendas, sendo comum um artesão ter um grupo de girandeiros trabalhando para si, enquanto estabelece-se em feiras realizadas em alguns espaços públicos da cidade.

¹⁰ Entrevista concedida no dia 21 ago. 2014.

assíduo frequentador, e ao sistema de relações sociais que as sustenta (BLASS, 2004). Nele, a articulação entre trabalho, emprego, ludicidade e contemplação estética não é apenas possível, como ocorre, com cada dimensão apresentando-se em maior ou menor intensidade dependendo da ocasião social (GOFFMAN, 2010) que delimitará o momento no qual se está olhando para essa prática.

Com relação às modificações que se percebem tanto na tipologia dos Brinquedos de Miriti, que se multiplica de forma inexorável mesmo com o “abandono” temporário ou permanente da feitura de alguns artefatos, quanto em algumas técnicas que conformam o processo criativo dessas peças, algumas das críticas que eventualmente surgem sobre possíveis perdas inescrupulosas da originalidade das peças ou técnicas se esvaziam por desconsiderarem que as vivências atuais desses artesãos reatualizam seus processos de identidade e seus saberes sobre a natureza (CASTRO, 1999) e sobre as possibilidades que a matéria flexível e leve do miriti possui.

Ao invés disso, deve-se declinar de muitas dessas abordagens que imaginam e defendem sentimentalmente uma “pureza” desses bens simbólicos, pois o simples fato de arrogar para si tal defesa “macula” sua própria proposição, gerando aos seus defensores possibilidades de glória e de fracassos, ambos imerecidos. Faz-se necessário, desse modo, entender que na definição do seu ofício, feita por meio dos esquemas estruturadores que lhes são próprios, os artesãos de miriti conseguem resistir de forma não deliberada às imposições do sistema social e econômico em que estão inseridos por meio de práticas que lhes são próprias e que não estão pautadas no cumprimento de regras que não aquelas que são originárias do encontro, a partir de posições específicas, de seu *habitus* com uma determinada situação vivida no campo de relações do qual fazem parte sem a necessidade de realização de uma espécie de cálculo inconsciente ou de obediência a uma regra explícita, ou seja, como resultado da orientação de suas práticas a determinados fins (econômicos, sociais e culturais) sem ser conscientemente dirigidas a esses ou por esses fins.

Referências bibliográficas

ALVES, I. **O Carnaval devoto**: um estudo sobre a Festa de Nazaré, em Belém. Petrópolis: 1980.

BARROS, F. B.; SILVA, D. **Os mingauleiros de miriti**: trabalho, sociabilidade e consumo na beira de Abaetetuba, Pará. Revista FSA, Teresina, v. 10, n. 4, p. 44-66, out.-dez. 2013. Disponível em: <<http://www4.fsnet.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/308>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

BLASS, L. **Trabalho:** lugares e significados. Revista da ABET, João Pessoa, v. IV, n. 2, p. 7-24, jul.-dez. 2004. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/15844/9068>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 7. ed. 1. reimpr. Introdução, organização e seleção Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2013.

_____. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **Esboço de uma teoria da prática**. In: _____. Pierre Bourdieu: sociologia. Organizador [da coletânea] Renato Ortiz; tradução Paula Montero e Alcía Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

CARVALHO, L. G.; LIMA, R. G. **Miriti:** a palmeira que dá brinquedo. In: _____. (Org.). O brinquedo que vem do norte. Rio de Janeiro: Funarte; CNFCP, 2002. p. 13-32.

CASTRO, E. **Tradição e modernidade:** a propósito de processos de trabalho na Amazônia. Novos Cadernos do NAEA, Belém, v. 2, n. 1, p. 31-50, dez. 1999. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/200/284>>. Acesso em: 11 mai. 2014.

CEFAÏ, D. **Como uma associação nasce para o público:** vínculos locais e arena pública em torno da associação La Bellevilleuse em Paris. In: CEFAÏ, D. et al. (Org.). Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011. p. 67-102.

CEFAÏ, D.; VEIGA, F. B.; MOTA, F. R. **Introdução**. Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa. In: CEFAÏ, D. et al. (Org.). Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011. p. 9-63.

FEYERABEND, P. K. **Contra o método**. São Paulo: Editora UNESP, 2007. 319-336.

FIGUEIREDO, S. L. (Org.). **Círio de Nazaré, festa e paixão**. Belém: EDUFPA, 2005.

FIGUEIREDO, S. L.; TAVARES, A. P. **Mestres da cultura**. Icoaraci-Pará. Belém: EDUFPA, 2006.

FUNDAÇÃO CURRO VELHO. **O saber-fazer a arte do miriti**. Pesquisa Jaqueline Cristina Souza da Silva; coordenação Maria de Fátima Baganha e Sandra Lima. Belém: Fundação Curro Velho, 2006.

GARCÍA CANCLINI, N. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

GOFFMAN, E. **Comportamentos em espaços públicos**: notas sobre a organização social dos ajuntamentos. Tradução Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOMES, J. S. **Cidade da arte**: uma poética da resistência nas margens de Abaetetuba. 2013. 414 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

HOYOS, J.; BRAUN, A. **Palmas en Venezuela – Autóctonas y Exóticas**. Caracas: Sociedad de Ciencias Naturales La Salle, 2001.

KUASNE, S. M. **Um pequeno tratado de brinquedos para meninos quietos**. Ilustrações de Anne Vidal. São Paulo: Peirópolis, 2009.

LEITE, D. R. **Girândolas**. Belém: IOEP, 2009.

LIMA, R. G. **Artesanato**: cinco pontos para discussão. Textos especializados – IPHAN, Rio de Janeiro, p. 1-12, 2005. [Palestra Artesanato Solidário/Central ArteSol]. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=569>>. Acesso em: 09 out. 2013.

LOUREIRO, J. J. P. **Da Cor do Norte**: Brinquedos de Miriti. Fotos de Jarbas Oliveira; tradução de Hamilton Moura Ribeiro. Fortaleza: Lumiar Comunicação e Consultoria, 2012.

NASCIMENTO, L. T. L.; FERREIRA JÚNIOR, A. **Pintando gênero na bucha**: o status da mulher no processo criativo dos Brinquedos de Miriti de Abaetetuba/PA. In: SIMPÓSIO GEPEM/UFGA: mulheres, gênero, histórias e saberes em 20 anos, 2014. Caderno de resumos... Belém: UFGA, 2014. p. 9-10. Disponível em: <<http://simposio-gepem.webnode.com/anais-resumos-evento-simposio-gepem-ufpa-mulheres-genero-historias-e-saberes-em-20-anos/>>. Acesso em: 24 set. 2014.

PESCE, C. **Oleaginosas da Amazônia**. 2 ed. rev. e atual. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

SALLES, V.; SALLES, M. I. **Carimbó**: trabalho e lazer do caboclo. Revista Brasileira de Folclore, Rio de Janeiro, ano IX, n. 25, p. 257-282, set./dez. 1969. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=G:\Trbs_R\RevBrFolclo\RevBrFolcloLP.DocPro&pesq=carimb%C3%B3:%20trabalho%20e%20lazer%20do%20caboclo>. Acesso em: 29 jul. 2014.

SILVEIRA, F. L. A. **Miriti das águas, das ilhas...de Abaeté**. In: SILVEIRA, F. L. A. et al. (Coord.). Catálogo Miriti das Águas: pesquisa etnográfica, estudo da coleção do Museu do Círio. Belém: Governo do Pará/SECULT, 2012. p. 12-19.

TAVARES, A. E. P.; FIGUEIREDO, S. L. **Saberes tradicionais e interculturalidade: o fazer cerâmica em Icoaraci, Pará.** In: ALMEIDA, O. T.; FIGUEIREDO, S. L.; TRINDADE JR., S.-C. C. (Org.) *Desenvolvimento & Sustentabilidade*. Belém: NAEA, 2012. p. 102-115.

TRABALHO & CULTURA: TROCAS MATERIAIS E SIMBÓLICAS EM CIDADES NA PAN-AMAZÔNIA

1. Introdução

No cenário atual, a Amazônia reafirma a sua posição estratégica em nível mundial, por abrigar a maior floresta tropical contínua e a maior reserva de biodiversidade do mundo, contribuindo para a estabilidade ambiental do planeta (CAPOBIANCO, 2001). Em outro aspecto, configura-se como uma região de contrastes, onde coexistem populações tradicionais, com cerca de 60% da população residente em áreas urbanas (FERREIRA; SALATI, 2009). Para além da Amazônia brasileira, as atenções voltam-se aos países que compõem a Pan-Amazônia, notadamente nos aspectos geopolíticos e econômicos, que se refletem nos projetos desenvolvimentistas, nos tratados de cooperação, nas interações e interdependências extrarregionais, entre outros aspectos que têm fomentado o debate e a produção acadêmica e científica nas últimas décadas.

Este trabalho apresenta reflexões acerca da pesquisa em curso, vinculada à tese doutorado da primeira autora. No delineamento do estudo, parte-se do interesse em identificar, analisar e dar visibilidade ao universo do trabalho que se materializa no comércio de produtos gerados por atividades agroextrativistas e agroecológicas, com base no uso social dos recursos da biodiversidade. Considera-se que esse universo é complexo, pois define e redefine o *modus vivendi* de grande parte de populações amazônicas. No entanto, o trabalho e as trocas a ele relacionadas não se reduzem às práticas econômicas. Elas incorporam dimensões socioeconômicas e interculturais mais complexas nos espaços compartilhados por grupos sociais diversos, observadas na região da tríplice fronteira entre o Brasil, Colômbia e Peru, em geral, vista como um território de disputas e conflitos. Na análise de Castro (2011, p. 16), esses processos experimentados por povos e culturas diferentes têm elos históricos que remontam

* Universidade Federal do Pará. E-mail: iraneide@superig.com.br

** Universidade Federal do Pará. E-mail: edna.mrcastro@gmail.com

à ancestralidade da ocupação dos territórios, não suficientemente considerados nas pesquisas sobre a região, na perspectiva da interculturalidade a partir do trabalho.

Neste sentido, considera-se o trabalho como a dimensão humana que aciona as capacidades do pensar, do criar e do fazer e, portanto, da troca (MAUSS, 1974), sob condições culturais e identitárias particulares (ARENDETT, 2007). Dessa forma, eleger-se o trabalho como categoria central de análise, buscando entender esse universo, a partir das estratégias de geração de renda no âmbito da economia popular, e as relações interculturais em áreas trans fronteiriças, considerando-se a mobilidade de pessoas e de produtos de um país a outro, as ações do poder público e os produtos comercializados em espaços socialmente constituídos nas regiões da Pan-Amazônia.

O trabalho de campo será realizado nas cidades de Tabatinga e Benjamin Constant (Brasil), Letícia (Colômbia) Santa Rosa (Peru), que se interconectam em múltiplos sentidos, consideradas aqui como territórios historicamente configurados pelas transformações e interações étnicas e culturais, enquanto lugares de encontro e de identidades superpostas (BAINES, 2012, p. 37) e, ao mesmo tempo, espaços de intensas trocas demarcadas pela bio e sociodiversidade ali presentes. Nesse sentido, optou-se pela observação em feiras e mercados populares, buscando o entendimento dessas práticas como elementos de integração social e territorial (CASTRO, 2011) entre grupos sociais nas cidades de fronteira.

Diante da complexidade do tema, propõe-se uma abordagem interdisciplinar, enquanto “ferramenta metodológica, um desafio e uma possibilidade de ruptura das abordagens tradicionais” (CASTRO; SANTOS, 2006), no intercampo entre a sociologia, a antropologia e a economia, associando conceitos de interculturalidade e sociobiodiversidade¹, e o aporte de outras áreas do conhecimento. Quanto ao uso social da biodiversidade, agrega-se referencial das ciências naturais, porém, privilegia-se a comercialização de produtos não madeireiros (PFNM)² para uso alimentar, medicinal, ornamental e matérias-primas. Entre estes, destacam-se as frutas, verduras, ervas e pescado, que agregam um forte componente cultural. Em síntese, a pesquisa propõe, entre outros temas, a análise sobre o trabalho associado ao uso social da biodiversidade e a sua importância socioeconômica, que permeia as rela-

¹ A **sociobiodiversidade** expressa a inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais. Os produtos são os bens e serviços (produtos finais, matérias-primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem (BRASIL, 2009).

² Os Produtos Florestais Não Madeireiros incluem desde produtos florestais não-lenhosos de origem vegetal ou animal a serviços sociais e ambientais (REBÊLO et al., 1997).

ções interculturais entre grupos que acessam ou se apropriam dos espaços urbanos das cidades transfronteiriças para a sua reprodução social.

2. O cenário da pesquisa

A Pan-Amazônia é identificada como uma região compartilhada por oito países, que ocupam mais de 40% da superfície da América do Sul, com 7,5 milhões de quilômetros quadrados, habitados por aproximadamente 30 milhões de pessoas (ARAGON, 2009), dos quais 20 milhões encontram-se na Amazônia brasileira, que engloba 68% da bacia amazônica. São cerca de 25.000 km de vias navegáveis em nove estados brasileiros: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e grande parte do Tocantins estão, em alguma medida, vinculados a sua vasta e importante rede hidrográfica (ARRUDA, 2013, p. 94).

Mesmo em dimensões menores em termos de extensão territorial, a floresta amazônica representa uma parte importante dos territórios de países limítrofes: cerca de 75% do Peru; 75% da Bolívia; 54% da Venezuela e 50% do Equador. Segundo Penna Filho (2013, p. 95), a Amazônia Legal no Brasil detém 59% do território e possui 11.300 km de fronteiras com a Bolívia, Colômbia, Guiana, Guiana Francesa (França), Peru, Suriname e Venezuela (Tabela 1).

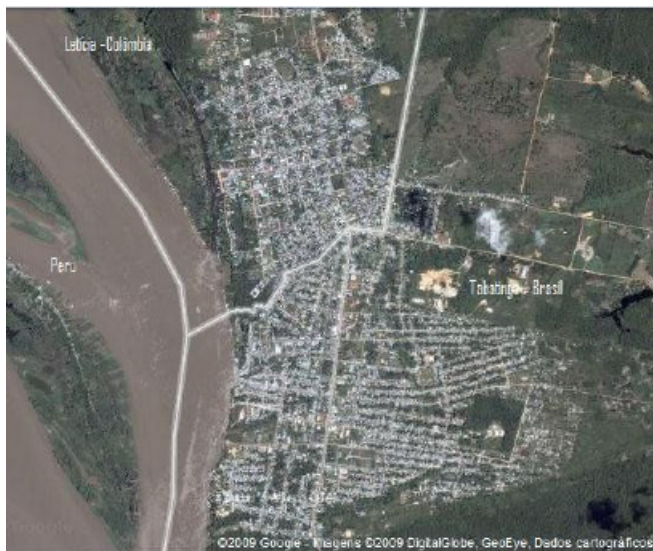
Tabela 1: Extensão total da região amazônica, segundo o território continental de países da Pan-Amazônia

País	Superfície Total (km ²)	Superfície Amazônica (km ²)	Amazônia (%)
Brasil	8.514.876	5.006.316	58,8
Bolívia	1.098.581	475.278	43,3
Colômbia	1.138.910	483.119	42,4
Equador	248.406	116.604	46,9
Guiana	214.969	214.969	100,0
Guiana Francesa	86.504	86.504	100,0
Peru	1.285.215	782.820	60,9
Suriname	163.820	163.820	100,0
Venezuela	916.445	453.915	49,5

Fonte: Adaptado de Raisg (2009 apud ARRUDA, 2013, p. 95). Disponível em: <<http://raisg.socioambiental.org>>.

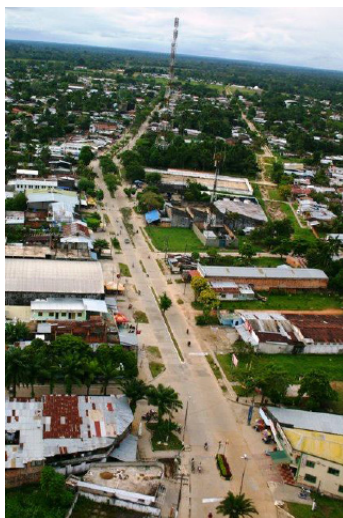
Na Pan-Amazônia, as cidades que serão referências para este estudo são Tabatinga e Benjamin Constant (Brasil), Letícia (Colômbia) e Santa Rosa (Peru) (Figura 1). Letícia é a capital da Amazônia Colombiana, e, por isso, o Estado tem responsabilidade geoestratégica sobre ela, com burocracias, serviços de infraestrutura e saneamento básico, não encontrados necessariamente em Tabatinga. Em termos populacionais, Letícia tem cerca de 37.000 habitantes e Tabatinga 59.684 habitantes (IBGE, 2014) (Figura 2). A cidade brasileira de Benjamin Constant, bem menor que Tabatinga, tem uma população de 38.533 habitantes (IBGE, 2014). No Peru, a cidade de Santa Rosa apresenta um crescimento proporcionalmente menor, e assim como Benjamin Constant, experimenta significativas mudanças internas.

Figura 1: Localização tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru



Fonte: Disponível em: <http://www.citybrazil.com.br/arquivos/imagens/galfotos/gfu_800_00008001.jpg>. Acesso em: 10 out. 2014

Figura 2. Vista da Avenida da Amizade, na fronteira entre as cidades de Tabatinga e Leticia



Fonte: Disponível em: <<http://www.citybrazil.com.br/am/tabatinga/galeriafotos.php?imagem=8001>>. Acesso em: 10 out. 2014

3. O desenvolvimento da pesquisa

Para a investigação, optou-se pela pesquisa do tipo qualitativa, com base na observação empírica, que permite a aproximação entre o pesquisador e o campo de estudo para a interpretação das complexidades entre os atores numa dimensão ampla. O referencial teórico-metodológico ancora-se nas ciências humanas, no intercampo entre a sociologia, a antropologia e a economia, e amplia-se associando conceitos e buscando aporte em diversas áreas do conhecimento. Utilizar-se-á os procedimentos próprios das ciências sociais para a coleta de informações junto às populações estudadas, no universo identificado em *survey* nas respectivas localidades.

A abordagem científica tradicional, em que a realidade é analisada de forma disciplinar é insuficiente neste estudo. As ciências sociais acumulam uma contribuição significativa ao conhecimento das questões socioeconômicas vinculadas à problemática ambiental, no sentido da construção de uma base teórico-metodológica interdisciplinar. Como afirma Vieira (1993), os desafios das ciências sociais no contexto do agravamento dos problemas socioambientais, e o eixo central do debate científico está no “projeto de construção interdisciplinar sistêmico do conhecimento

sobre as inter-relações entre sociedade & ambiente”. Para este exercício interdisciplinar, busca-se aproximação com vários campos do conhecimento que referenciam as questões abordadas nesta pesquisa, na perspectiva de *pensar relacionalmente* (BOURDIEU, 1989), para a análise das interações e complexidades que permeiam a realidade estudada.

Como procedimentos, além da pesquisa bibliográfica e documental, recorreremos à observação direta ou empírica, entrevistas, transcrições, documentação fotográfica, para a análise sob a orientação do referencial das Ciências Sociais e da Antropologia, na abordagem sobre identidade e interculturalidade, tendo como eixo norteador a categoria sociológica do trabalho.

4. *O escopo da pesquisa*

O trabalho associado aos fluxos comerciais de produtos derivados da produção agroextrativista e de espécies da biodiversidade é a matriz para a reprodução de grupos sociais tanto nas cidades quanto no campo, a partir das trocas econômicas e simbólicas realizadas em feiras e mercados populares e a base e a base para o entendimento das relações interculturais nas dinâmicas das cidades transfronteiriças entre o Brasil, Colômbia e Peru. Neste universo, as questões que se colocam para este estudo são: Quem são os agentes e atores sociais que compõem os fluxos produtivos e a cadeia de comercialização em feiras e mercados em cidades de fronteira na Pan-Amazônia? Quais as estratégias dos agentes para a reprodução do trabalho e geração de renda e no âmbito da economia popular com base no comércio de produtos regionais em cidades transfronteiriças? Qual o papel das feiras e mercados populares para as interações intra e extrarregionais entre as populações nas cidades transfronteiriças? Como se configura a demanda por produtos regionais e a representação socioeconômica e cultural advindo da comercialização desses produtos em cidades na fronteira entre o Brasil, Colômbia e Peru?

Este enfoque busca evidenciar as complexidades e singularidades nas regiões transfronteiriças, considerando que as dinâmicas urbanas são determinantes nas análises sobre as problemáticas que sintetizam as múltiplas formas de apropriação dos espaços, identidades, processos de trabalho, patrimônio sociocultural e histórico, que demandam estudos a partir de cidades da Pan-Amazônia, visto que essas expressam as formas de reprodução social de grupos com posições diversas na estrutura social, especialmente no intercâmbio entre os saberes e fazeres que regem as interconexões em áreas de fronteira.

Para a construção de objeto de estudo deve-se considerar o universo do trabalho como propulsor dos fluxos comerciais e socioculturais com base na sociobiodiversidade, e sua representação no mercado intra e extrarregional, tornando-se relevante para a visibilidade desses processos, observados a partir de cidades da fronteira entre o Brasil, a Colômbia e o Peru, como contribuição ao conhecimento sobre a realidade em países da Pan-Amazônia.

De um modo geral, as pesquisas científicas têm contribuído para a produção do conhecimento sobre as questões urbanas como opostas às questões rurais. Por um lado, o mundo urbano traz em sua essência os valores do capitalismo, num cenário que traduz os princípios da reprodução do capital, com abordagens sobre as problemáticas inerentes às questões econômicas e sociais, como a luta de classes sociais, habitação, educação, saúde, saneamento e planejamento urbano, especialmente a partir dos processos de industrialização e a consequente metropolização. As abordagens sobre o mundo rural tratam das disputas pela terra, conflitos e violência no campo, as formas de ocupação do uso do solo, a exploração dos recursos, os modos de vida das populações tradicionais, as questões étnicas e ambientais, entre outras que fornecem um campo inesgotável de estudos sobre a Amazônia.

Nesta pesquisa, busca-se o entendimento das interações e interdependências entre os ambientes rural e urbano, geralmente vistos como antagônicos. Em uma primeira aproximação, identifica-se a cooperação e os vínculos tanto na esfera material, pelas relações produtivas e mercantis, quanto na esfera imaterial, pelas relações culturais, sociabilidades e trocas simbólicas. No mesmo sentido, as cidades de fronteira em países da Pan-Amazônia são consideradas áreas de conflitos interétnicos, de violência e de precariedade nas relações entre os países, quer na infraestrutura, quer na segurança e monitoramento dessas áreas. Em contraponto, no sentido de superar essa visão isolada e dicotômica (NUNES, 2008), com base nos padrões diferenciados, busca-se identificar as relações interculturais e os pontos de convergência entre os modos de vida e de trabalho nessas cidades.

5. Os saberes tradicionais e a biodiversidade

Questões relacionadas à exploração recursos naturais e à ocupação do território em nome do “desenvolvimento”, aliam-se automaticamente aos problemas ocorrentes na Amazônia, e têm gerado contribuições nas diversas áreas do conhecimento, mas ainda constituem um desafio para a ciência, levando-se em conta as complexidades nas inter-relações entre os ecossistemas e a coexistência dos povos tradicionais

que resistiram ao genocídio praticado contra os índios no período da conquista e aqueles que se ambientaram e se mantêm dos recursos florestais e hídricos (SALATI et al., 1983, p. 7). Essas populações lutam pelo direito ao território e pelo reconhecimento dos seus saberes sobre o uso e aproveitamento desses recursos, vistos como uma das matrizes no discurso do desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, “as alternativas de desenvolvimento” podem ser entendidas como o conjunto de medidas adotadas para executar projetos de reconhecimento do “saber nativo” (ALMEIDA, 2008, p.14, grifos do autor), que envolve uma complexidade de técnicas, elementos culturais e sociabilidades, tanto manejo e cooperação quanto processamento e transformação de matérias-primas, que vão além dos interesses técnico-científicos:

Eles não se restringem a um mero repertório de ervas medicinais. Tampouco consistem numa listagem de espécies vegetais. Em verdade, eles compreendem as fórmulas sofisticadas, o receituário e os respectivos procedimentos para realizar a transformação. Eles respondem a indagações de como uma determinada erva é coletada, tratada e transformada num processo de fusão (ALMEIDA, 2008, p.14).

As práticas de manejo e aproveitamento das espécies pelas populações tradicionais são consideradas “artesaniais, pré-industriais ou limitadas” na visão capitalista, e até então não tiveram condições históricas de ganhar corpo, pois a Amazônia sempre foi uma região “dominada” por decisões exógenas (ALMEIDA, 2008, p.14).

Os benefícios gerados pela biodiversidade e os grupos sociais que dela se utilizam são temas recorrentes no movimento ecológico mundial, frente à ameaça da redução ou extinção de espécies, alertando para o possível colapso dos ecossistemas, pela interdependência entre os elementos das florestas, tendo também como consequência a perda de “seus produtos (benefícios), que podem ser desde a matéria-prima (madeira, produtos farmacêuticos etc.) até as condições climáticas, fortemente influenciadas por elas” (MARTINS, 2009).

Além de abrigar a maior biodiversidade do planeta, a Amazônia é uma fonte de produtos inseridos na economia – em maior ou menor escala – na produção de alimentos, na indústria farmacêutica e de cosméticos e outros usos econômicos, na geração de trabalho e renda, garantindo a reprodução social de populações tradicionais de um lado; e, de outro, agentes vinculados às atividades agroextrativistas, pecuaristas e mineradoras.

A importância das espécies nativas da Amazônia ultrapassa a esfera econômica. Constituem-se em riquezas naturais e patrimônio genético, que têm levantado

questões quanto ao seu valor, inclusive os de direitos de patentes e de propriedade intelectual, visto que as comunidades tradicionais, antes dos cientistas, são as que detêm o conhecimento empírico sobre a utilização desses recursos como alimentos, na culinária, construção, perfumaria e outros usos. A etnobotânica, etnozootologia, ecologia, antropologia, direito e outras disciplinas têm privilegiado estudos sobre uso e valor das espécies dos biomas brasileiros.

Uma preocupação deste trabalho é a discussão sobre o uso dos recursos da biodiversidade, referenciados pelo conceito de sociobiodiversidade, considerando que toda a riqueza biológica vincula-se à diversidade sociocultural, representada pelas comunidades tradicionais, agricultores familiares e outras categorias que detêm o conhecimento sobre o manejo e a preservação das espécies.

Quanto ao direito das populações tradicionais, segundo Castro e Pinton (1997, p. 222-223), o território, para além da concepção geográfica, constitui-se como o “espaço sobre o qual um certo grupo garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e controle sobre os recursos e sua disponibilidade no tempo”. Trata-se de “outro campo de luta, diante dos confrontos de interesses com outros atores, gerando novas formas de conflitualidade em torno da apropriação do território”, e afirmação social dos grupos humanos, com suas especificidades e complexidades, que possuem caráter único no conjunto de experiências vividas, transmitidas, perpetuadas e recriadas (GEERTZ, 1973).

As reflexões acerca dos conhecimentos tradicionais têm por base a relação das populações com o seu território, como estratégia de subsistência e de reprodução socioeconômica por meio do trabalho, tendo como elos o uso social e o interesse econômico pelos produtos da sociobiodiversidade, entre os temas propostos nesta pesquisa.

6. O trabalho nas feiras e mercados populares

No sentido de superar a visão dicotômica campo-cidade, busca-se compreender a organização do trabalho na comercialização em feiras e mercados em áreas de fronteira, especialmente as estratégias dos atores “que formam um sistema de redes, muitas existindo na informalidade, e fomentam um complexo movimento de trocas econômicas, com produtos artesanais, agrícolas, extrativistas, industriais e comerciais” (CASTRO, 2006), mediadas pelo trabalho no ambiente urbano – como espaço de reprodução na lógica do capital.

Antunes (2006) utiliza a expressão “classe-que-vive-do-trabalho”, para ampliar e contemporaneizar o conceito marxiano de classe trabalhadora. Essa classe inclui a totalidade dos trabalhadores produtivos, que incorpora a totalidade dos trabalhadores assalariados, incluindo os trabalhadores improdutivos – inseridos no setor de serviços, seja para uso público ou capitalista, apresentando aspectos das transformações que vêm ocorrendo no cenário mundial nas últimas décadas, com reflexos no panorama brasileiro e, conseqüentemente, refletem-se no contexto regional e extrarregional.

O “trabalho informal” segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em geral é analisado a partir do processo da precarização do trabalho formal. A informalidade no trabalho tem um caráter múltiplo ou heterogêneo e fica à margem da intervenção do público em todos os níveis, bem como a ausência de proteção legal ou social, sem carteira de trabalho assinada e fragilidade ou ausência de contratos. Dentre outros aspectos, vigoram os baixos salários, as longas jornadas de trabalho e, sobretudo, a completa falta de direitos sociais (SILVA; BARBOSA, 2011, p. 3).

Estudos referentes ao mercado informal e ao trabalho em feiras e mercados no Brasil têm contribuído para descortinar este universo que envolve múltiplos atores sociais em espaços com características distintas, como mercados populares, feiras permanentes, temporárias e de produtores rurais, entre outros (SATO, 2007; ROCHA et al., 2010; SÁ, COSTA; TAVARES, 2006; LEITÃO, 2010). Esses estudos apontam para a importância do trabalho de produtores rurais, que escoam a sua produção por meio do comércio varejista das feiras e mercados, bem como a relevância desses espaços na dinâmica urbana, nos aspectos econômico, sociocultural, nas políticas públicas na gestão das cidades (SILVA, 2011).

As diferentes formas de organização desses espaços são definidas de acordo com os propósitos das feiras livres, igualmente regulamentadas pelo poder público municipal em cidades brasileiras, como é o caso das feiras itinerantes em São Paulo (SATO, 2007, p. 97) e o tipo de feira de Produtores Rurais, com espaços regulares para venda direta produtor/consumidor (ROCHA et al., 2010).

Em aproximação com esta pesquisa, nas áreas de fronteiras nacionais tem crescido os fluxos de comércio e os processos de produção e trabalho nas últimas décadas. Como agentes desses fluxos, estão incluídos os grupos sociais, étnicos, que conformam as áreas urbanas e rurais, os povoados e aldeias, na produção de bens e serviços.

Assim as feiras e mercados localizados nas cidades de Tabatinga (Brasil) e de Letícia (Colômbia) reinventam a difusão de hábitos alimentares pelas trocas culturais, matrimoniais e comerciais, sendo a feira lugar de encontro de várias culturas e etnias, trocas interétnicas e com grupos não indígenas [...], na a mobilidade de universos culturais bem distintos, e permanências de valores e práticas [...]. Preferências alimentares e continuidade de hábitos, sabores e gostos que ganham mobilidade e aquisição, e expressam a vida cotidiana de fronteiras e de países multiétnicos” (CASTRO, 2011).

Nessas cidades, as feiras e mercados são identificados como pontos de convergência de trabalhadores informais. Neste estudo, a atenção volta-se às múltiplas categorias de trabalhadores que comercializam produtos de uso alimentar, medicinal, ornamental e como matéria-prima para a produção artesanal entre os chamados produtos florestais não madeireiros, pescado, além de outros recursos.

Com base nas informações geradas e na análise, objetiva-se apresentar um panorama da organização do trabalho, revelando a ocupação socioespacial de feiras e mercados nas cidades de Tabatinga, Letícia, Benjamin Constant e Santa Rosa (Peru). Essas variáveis estão associadas às atividades e aos setores de trabalho, que se amoldam aos produtos comercializados. Neste sentido, o trabalho pode ser identificado como um vetor de transformação de produtos da natureza em bens de consumo e de troca, quando as espécies da biodiversidade transcendem o seu valor bioecológico e agregam valor econômico, cultural e simbólico.

Considerações finais

As reflexões apresentadas neste ensaio são preliminares, por tratar-se de uma pesquisa em andamento, evidentemente inspirada por estudos já consolidados e com base no referencial teórico igualmente em fase de consolidação. Porém, buscamos evidenciar aspectos determinantes para a construção do objeto de pesquisa, dos pressupostos e variáveis, recorrendo à observação empírica como procedimento metodológico, e buscando novas orientações no sentido da interdisciplinaridade. A realidade a que se pretende investigar tem como lócus a região na fronteira entre o Brasil, Colômbia e Peru, que em princípio se coloca como um desafio para a ampliação do campo de investigação e o aprofundamento dos estudos até aqui realizados.

Entre os temas possíveis de abordagens neste estudo, apontam-se a relação sociedade e natureza, as transformações sociais e ambientais, as interações étnicas e culturais em territórios em constantes reconfigurações, como é o caso das regiões fronteiriças. Estas abrigam múltiplas práticas e saberes que fomentam as trocas ma-

teriais e simbólicas entre populações que se constituem e se reproduzem socialmente enquanto sujeitos ou grupos sociais que resistem às pressões nas cidades constituídas na lógica capitalista. Neste contexto, estende-se o foco para na valorização de práticas e saberes dos grupos tradicionais associados ao uso social de recursos da biodiversidade.

Nesta perspectiva, propõe-se este estudo sobre as dimensões fundamentais da sociedade, da cultura e do trabalho, como uma contribuição para uma análise crítica sobre as dinâmicas de fronteiras no presente, levando-se em conta a diversidade étnica e as relações transfronteiriças, com base na memória e nas vivências dos atores sociais para compreender o processo de interação social ao longo da história, e os diferentes significados de fronteira para populações urbanas e rurais, povos indígenas e dos grupos sociais presentes nas áreas estudadas, na luta pela subsistência, legitimidade e pertencimento nas fronteiras amazônicas.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, A.W.B. de. **Amazônia**: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais”. In: ALMEIDA, A.W.B. de. (Org.). *Conhecimentos tradicionais e biodiversidade: normas vigentes e propostas*. v. 1. Manaus: UFAM/PPGSCA; UEA/PPGDA; Fundação Ford, 2008. p. 11-40. (Coleção Documentos de Bolso, 4).

ANTUNES, R. **O Sentido do Trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 8reimp. São Paulo: Boitempo, 2006.

ARAGÓN, L.E. (Org.). **Migração internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2009. 336 p., il.

ARENDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARRUDA, R. S. V. **Fronteiras e identidades**: os povos indígenas na tríplice fronteira Brasil-Bolívia-Peru. Projeto História, São Paulo, n.39, p. 159-178, jul/dez. 2009.

BAINES, S. **O movimento político indígena em Roraima**: identidades indígenas e nacionais na fronteira Brasil-Guiana. Caderno CRH, Dossiê Amazônia, Salvador, v. 25, n. 64, p. 33-44, Jan./Abr. 2012.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 316p.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. Brasília: MDA; MMA; MDS, 2009.

CAPOBIANCO, João Paulo R. (Org.). **Biodiversidade na Amazônia Brasileira**. São Paulo: Estação Liberdade; Instituto Socioambiental, 2001. p. 13-15.

CASTRO, E. **Território, Biodiversidade e Saberes de populações tradicionais**. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Orgs.). *Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup; UFPA/NAEA, 1997. p. 222-223.

CASTRO, E.; SANTOS M. A. **Belém de águas e de portos: ação do Estado e modernização na superfície**. In: CASTRO, Edna (Org.). *Belém de águas e ilhas*. Belém: CEJUP, 2006. p. 25-43.

CASTRO, E. **Multiculturalidade, ações coletivas e dinâmica urbana na fronteira Pan-Amazônica (Brasil, Colômbia e Venezuela)**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ALAS, 28. 2011. Recife. Anais... Recife: ALAS, 2011. p. 22.

FERREIRA, A. M. M.; SALATI, Enéas. **Forças de transformação do ecossistema amazônico**. *Estudos Avançados*, v. 19, n.54, p. 25-44, 2005.

GEERTZ, C. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**. In: GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. Cap. 1.

MARTINS, M.B. **Biodiversidade, ética e educação para a conservação**. In: D'INCAO, M.A.; SILVEIRA, I.M da. *A Amazônia e a crise da modernização*. 2. ed. Belém: ICSA/UFPA; MPEG, 2009. p.35-37.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a Dádiva**. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, 1974.

NUNES, B. F. **Interface entre urbano e o rural na Amazônia brasileira**. In: CASTRO, Edna (Org.). *Cidades na Floresta*. São Paulo: Annablume, 2008.

PENNA FILHO, P. **Reflexões sobre o Brasil e os desafios Pan-Amazônicos**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 56, n. 2, p. 94-111, 2013].

REBÊLO, G. H. et al. **O desafio do desenvolvimento sustentável no manejo de produtos florestais não-madeireiros: obstáculos e oportunidades na várzea do Amazonas**. In: SALOMÃO, R. P.; TEREZO, E. F. M.; JARDIM, M. A. G. (Orgs.). *Manejo florestal nas várzeas: oportunidades e desafios*. Belém, MPEG, 2007. P. 177-208.

ROCHA, H. C. et al. **Perfil socioeconômico dos feirantes e consumidores da Feira do Produtor de Passo Fundo, RS**. *Cienc. Rural*, v. 40, n. 12, p. 2593-2597, 2010.

SÁ, M.E.R.; COSTA, S.M.G. da; TAVARES, L.P.O. **O rural-urbano em Santarém: interfaces e territórios produtivos.** In: CARDOSO, A.C.D. (Org.). O rural e o urbano na Amazônia. Diferentes Olhares em Perspectivas. Belém: EDUFPA, 2006. p. 113-160.

SALATI, E.; JUNK, W.J.; SCHUBART, H.O. R.; OLIVEIRA, A. E. de. **Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia.** São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1983. 328p.

SILVA, I.S. **Trabalho e sociobiodiversidade: interações rural-urbano na orla de Belém do Pará.** 2011. 178 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Belém, 2011.

SILVA, J.S.; BARBOSA, J.L. **O sentido do trabalho Informal na construção de alternativas socioeconômicas e o seu perfil no Rio de Janeiro.** Disponível em: <http://www.iets.org.br/biblioteca/O_sentido_do_trabalho_informal_na_construcao_de_alternativas_socioeconomicas_e_o_seu_perfil_no_RJ.PDF>. Acesso em: 26 abr. 2011.

TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. da.; SANTOS, E. R. C.; RAVENA, N. **A cidade e o rio: espaço e tempo na orla fluvial de Belém.** In: TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. da; SILVA, M. A. P. (Orgs.). Belém: a cidade e o rio na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2005.

VIEIRA, P. F. **Ciências Sociais do Ambiente no Brasil: subsídios para uma política de fomento.** In: VEIRA, P. F.; MAIMON, D. (Orgs.). As Ciências Sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade. Belém: UFPA; APED, 1993. p. 17-44.

VAN DEN BERG, M. E. **Plantas Medicinais na Amazônia.** Contribuição ao seu conhecimento sistemático. 2. ed. rev. aum. Belém: MPEG, 1993. 207 p.

VIEIRA, P. F. **Ciências Sociais do Ambiente no Brasil: subsídios para uma política de fomento.** In: VEIRA, P. F.; MAIMON, D. (Orgs.). As Ciências Sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade. Belém: UFPA; APED, 1993. p. 17-44.

TRABALHO E MOBILIDADE: TRAJETÓRIAS SOCIAIS DE TRABALHADORES EM OURILÂNDIA DO NORTE/PA

Introdução

Desde os anos 1960, frentes de expansão agropecuária condicionaram formas específicas de mobilização e imobilização da força de trabalho, bem como processos violentos de expropriação de terras ocupadas por pequenos produtores em várias regiões da denominada Amazônia Oriental. Essa expansão vem sendo estudada em vários aspectos, como foi o caso das dinâmicas de constituição e reprodução social da pequena produção rural e, mais recentemente, das formas de imobilização da força de trabalho nas fazendas, em especial, das suas formas mais violentas.

Esses fatos, amplamente denunciados, foram comumente tomados como expressões do atraso e qualificados como maneiras arcaicas de expropriação e de superexploração que teriam lugar nos rincões atrasados do país e que, portanto, seriam substituídos e/ou superados pelo desenvolvimento econômico e social ou por uma intervenção estatal qualificada.

Por outro lado, no caso da região sudeste do estado do Pará, nos últimos anos, houve a expansão das atividades industriais de mineração dirigidas pelo grande capital, em especial, pela empresa Vale e associadas, que tem mobilizado contingentes populacionais significativos para algumas cidades e tem sido anunciada como promotora do “desenvolvimento” local, na medida em que superaria determinadas dinâmicas sociais presentes nas atividades antes economicamente predominantes.

A etapa de pesquisa em questão foi realizada em um contexto que envolve dois municípios contíguos que tiveram grande crescimento populacional entre 2005 e 2012, no caso, por conta da instalação de uma Mina e de uma Usina de beneficiamento primário de níquel: Ourilândia do Norte e Tucumã, situados na atual Rodovia PA 279, que liga Xinguara a São Felix do Xingu, no Pará. Além de uma série de

* Universidade Estadual de Campinas. E-mail: gilalmeidafelix@gmail.com

atividades de campo acompanhadas e registradas enquanto observações de natureza etnográfica, em 2011 e 2012, foram entrevistados 37 trabalhadores de forma detalhada, assim como 26 dirigentes de 22 instituições relacionadas ao objeto de pesquisa (sindicatos, movimentos, centros de assessoria, empresas de construção civil, secretarias de assistência social, escritórios de advocacia trabalhista, escritórios de contabilidade de fazendas, escolas de cursos técnicos, ONGs, etc), totalizando, portanto, no final da etapa de campo, 63 pessoas, nas cidades de Ourilândia do Norte, Tucumã, São Felix do Xingu, Xinguará, Parauapebas, Marabá e Açailândia (esta última no Maranhão, as demais no sudeste do Pará). O período de campo compreendeu uma semana em setembro de 2011 e 4 meses em 2012, entre agosto e dezembro. Ao longo do período, participei, de maneira geral, como convidado e observador, das atividades diárias da Comissão Pastoral da Terra do Alto Xingu, em especial, da equipe de Ourilândia do Norte/Tucumã, além de outras, mais gerais, como alguns encontros de movimentos sociais da região, especialmente dos atingidos pela mineração.

Essa etapa, no entanto, se insere em uma pesquisa mais ampla realizada desde 2005 na região, cujos dados foram obtidos a partir da condição de estudante de mestrado em Antropologia na Universidade Federal Fluminense e, ao longo de um ano e meio, como antropólogo do Ministério Público Federal¹.

Antes, dentre outras questões, busquei compreender as formas de constituição e de reprodução social de um determinado conjunto de pequenos produtores no sudeste do Pará (ver Felix, 2008; 2009). Assim, deparei-me com um contexto no qual o deslocamento espacial era constitutivo do percurso de parcela dos pequenos produtores, o que sugeria, inclusive, a incorporação de uma noção de vida e de certo condicionamento social, na medida em que:

(...) ao conversar sobre estes deslocamentos, algo que não deixava de saltar aos meus olhos era o sentido que meus interlocutores davam a suas histórias e às suas experiências pretéritas, sugerindo a incorporação de uma determinada noção de vida como trajetória. Esta noção estaria a informar certa maneira de encarar e de organizar o mundo sob situações às vezes bem perversas, ao expressar, por exemplo: a crença na busca pelo “sucesso”; na mudança como opção para se alcançar este sucesso, ou como opção de recomeço, ou de prosseguimento; na terra como algo a ser transformado; na existência de terras livres à Oeste; na reconstrução do mundo do parentesco e da reagrupação familiar original; na noção de que o patrimônio da família pode “se mudar”, seja no sentido da acumulação ou de que pode se transferir espacialmente, de um local para outro; enfim, na crença da vida em geral como uma espécie de “universo aberto”. Ao conceber a vida como uma trajetória fazia sentido relacionar certas situações como sendo características de retorno ou de avanço, falando sobre a ocasião em que se “voltou a sair na diátria” ou na que se “passou a

¹ Analista pericial em Antropologia na Procuradoria da República no Município de Marabá, Pará.

ser dono da terra”. Estaria também relacionada a um sentimento de transitoriedade, motivando o incômodo (ou a aceitação) com uma situação de assalariamento e/ou de estar sem acesso a terra considerada própria; a noções de vida que agem como amortizador das reais condições de vida e como amenizador do sofrimento, visto, de certa forma, tanto como necessário quanto como eternamente passageiro. (Felix, 2008: 227).

Parte considerável dos pequenos produtores com quem dialogava se referiam a histórias da época em que estavam “*no mundo*” e assim também localizavam filhos ou a eles mesmos, no futuro, caso as condições de permanência se alterassem. Com esta expressão, faziam uso de uma localização social específica, que relacionava determinadas relações de trabalho (como assalariado, trabalhador braçal, peão) a uma duração indefinida, ou seja, a uma condição que podia durar meses, anos ou mesmo décadas, subentendida, em geral, enquanto uma condição de grande mobilidade espacial.

A etapa de pesquisa a que me referirei nesse artigo visou, portanto, dar prosseguimento às investigações anteriores, na medida em que busquei informações a partir de situações em que parcela desses trabalhadores considerados “*no mundo*” estivessem em trânsito ou recém estabelecidos em algum dos municípios que se transformaram rapidamente nos últimos anos (ou que representassem um rumo recorrente de fluxos do tipo).

Entretanto, a escolha que fiz por um contexto em que tal fluxo se estrutura a partir da implantação de uma grande mina e de suas atividades associadas requer ainda outras notas iniciais, uma vez que as condições de pesquisa e de produção científica apresentam certas particularidades.

A apresentação da empresa Vale como responsável pelo “desenvolvimento” e pelo “progresso” faz com que as intervenções e os investimentos da rede de produção representada por ela se deem com amplo apoio de órgãos de financiamento público e com incentivo fiscal e político dos agentes de governo municipais, estaduais e federal. Em contraponto, a implantação desses empreendimentos vem ocasionando conflitos, principalmente a partir da luta por indenizações ou contra as desapropriações de pequenos produtores rurais. Nos últimos anos, ocorreram vários protestos públicos e foi organizada uma ampla rede de movimentos sociais específicos, como o “Movimento dos Atingidos pela Mineração” e a “Justiça nos Trilhos”².

² Uma série de manifestações convocadas por associações de pequenos produtores rurais, sindicatos de trabalhadores rurais, entidades e movimentos de apoio em geral ocorre em vários municípios do sudeste do Pará desde 2008. Os movimentos são organizados em redes coordenadas pelos movimentos Justiça nos Trilhos e Fórum Carajás.

Os municípios situados ao longo da estrada PA 279 (Xinguara-São Felix do Xingu), no Pará, em especial Ourilândia do Norte e Tucumã³, desde 2006, tiveram uma considerável mudança de suas características sociais, econômicas e ambientais com a implantação do denominado “Projeto Onça Puma”, maneira como foram designadas as atividades de extração e beneficiamento industrial de níquel e alguns outros minerais nas Serras da Onça e do Puma. A construção da mina e da usina metalúrgica, principalmente em 2008, gerou uma alteração radical da região, dentre outros, pela chegada de um contingente de mais de 20 mil trabalhadores, recrutados diretamente ou em busca de emprego nas atividades da construção civil e nos mais variados serviços contratados pela empresa Vale, além dos funcionários diretos e de toda a infraestrutura considerada necessária à sua moradia na cidade (construção de casas, clubes, escola, hotéis, casas noturnas, restaurantes, prostíbulos, sedes de empresa, escritórios, consultórios médicos, pavimentação de estradas, etc).

A construção das unidades de produção e das obras de logística do entorno provocaram um processo mais amplo de lutas contra a desapropriação de lotes rurais, em geral ocupados por pequenos produtores de dois Projetos de Assentamento, que, mediados por suas associações, pela CPT e pelo Movimento dos Atingidos pela Mineração, reivindicaram indenizações e/ou reassentamentos de suas posses. Por outro lado, desde 2005, os índios Xikrin da Terra Indígena Cateté, vizinhos diretos do empreendimento, também reivindicam indenizações e compensações pelos danos causados pela abertura da Mina, mediados por suas próprias associações indígenas, pela Fundação Nacional do Índio e pelo Ministério Público Federal. A implantação da empresa se deu, dentre outros, a partir de dispositivos comuns aos denominados “grandes projetos”, ou seja, a partir de técnicas de resolução negociada de conflitos empregadas por agências do Estado ou de instituições da chamada “sociedade civil” que significam, na verdade, a própria imposição da negociação e execução mediada das ações estratégicas de acumulação do grande capital.

A realização do trabalho de campo dessa pesquisa, portanto, se insere em um contexto mais amplo de luta política, no qual, nem o pesquisador e tampouco a própria produção de conhecimento está descolada, em certo sentido. No período em que desenvolvi minhas atividades havia, nesse sentido, uma disputa política bastante intensa e desigual entre aqueles que buscavam demonstrar os “benefícios trazidos pela mineração” (e “pela Vale”, em particular) e os que demonstravam “o saque e a pilhagem das riquezas naturais” que representa a expansão da mineração industrial

³ Municípios vizinhos que são fruto de um mesmo processo histórico de ocupação a partir de um projeto de colonização privado da empresa Andrade Gutierrez iniciado em 1978 e falido, oficialmente, em 1988.

conduzida pelo capital transnacional, meio no qual estive posicionado e a partir do qual, via de regra, conduzi as investigações. Havia, assim, uma verdadeira guerra de números do que gera a mineração na região, cada qual recorrendo a estatísticas favoráveis ao seu argumento, e nem sempre de forma confiável. Eram comumente citados pelos agentes em disputa dados como renda bruta do município, renda per capita, Índice de Desenvolvimento Humano, crescimento econômico, número de empregos, características dos empregos gerados, ocupação desses postos de trabalho, número de instalações de unidades públicas de atendimento à saúde e outras instalações públicas, crescimento da população, propriedade das terras, violência, etc. Além desses, também eram citados outros dados de mensuração ainda mais difícil de se atingir algo objetivo como é o caso da “melhoria das condições de vida”, prostituição, poluições, impactos ao meio ambiente, etc. Esse campo político, porém, antagoniza agentes em extrema desigualdade de poder entre si, concentrando, em especial, no pólo daqueles que são “favoráveis à mineração” praticamente todas as posições de prestígio e instrumentos de poder, com a exceção de algumas associações de moradores, de pequenos produtores rurais, alguns movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores e suas mídias associadas, em geral, de circulação restrita e com pouco poder de informação.

A produção acadêmico-científica também não estaria fora dessas influências, como se pode verificar, por exemplo, no apoio financeiro a determinadas publicações e pesquisas que a empresa Vale oferece diretamente ou através de associações científicas e/ou de fomento à pesquisa acadêmica⁴. A proibição que os funcionários da empresa têm de se pronunciar a respeito das ações que desenvolvem, ou, às vezes, de se pronunciar sobre qualquer outro assunto, sob pena de serem demitidos ou até mesmo processados judicialmente, é outro exemplo⁵.

No caso das prefeituras municipais e outros órgãos de governo do Estado, a perda ou ganho de arrecadação advindas das decisões das empresas de mineração estão sempre em jogo em qualquer evento, campanha ou mesmo pronunciamento

⁴ Ver a respeito a Carta que a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR) encaminhou para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível superior (CAPES, órgão do Ministério da Educação) em repúdio ao “Prêmio Vale-Capes de Ciência e Sustentabilidade” (ANPUR, 2012).

⁵ Em campo, fui informado por um funcionário operacional de nível médio da Vale que ele estaria desenvolvendo uma pesquisa para seu Trabalho de Conclusão de Curso de graduação numa universidade privada, à distância, e não foi autorizado a citar o nome da empresa, referindo-se às transformações no município pós-implantação da Vale como relacionadas aos “empreendimentos minerários da região”. Em outro momento, também tomei conhecimento que os funcionários da Vale seriam incentivados nos cursos e treinamentos internos a se portarem de “forma diferenciada” mesmo fora dos portões da empresa, por serem corresponsáveis pela “imagem da empresa”.

público a respeito de assunto que possa vir a ser relacionado às atividades extrativas desenvolvidas no próprio município ou nos municípios vizinhos⁶.

Mesmo entre aqueles que, por ofício ou por convicção, estiveram posicionados no pólo oposto, foi comum acompanhar em campo uma série de desconanças e de disputas a respeito de como agir a respeito das ações da empresa: se deviam combater as expropriações ou não, aceitar indenizações ou não, aceitar apoios financeiros para projetos ou não, fazer ou participar de uma manifestação ou não, apoiar ou não um outro grupo e/ou movimento, dentre muitas outras questões⁷.

As inquietações que deram origem a esse artigo advêm, dentre outros motivos, dessas lutas em torno dos significados da implantação e expansão da mineração na região. Por um lado, pelos movimentos sociais cujas denúncias se baseiam na acusação de que a mineração “só traz crateras e miséria”, referindo-se à desativação das minas e ao deslocamento de pessoas para as regiões em que se anunciam novos “projetos”, e, por outro, pelas empresas cuja intensa e poderosa propaganda é sempre voltada para a demonstração de que “trouxeram empregos e desenvolvimento”. A análise das trajetórias sociais de um conjunto de trabalhadores era, nesse sentido, dado fundamental a ser verificado e problematizado, em especial, após as primeiras readequações que fiz ainda ao longo da etapa de pesquisa de campo, que, dentre outras questões, apresentaram maior complexidade do que fora previsto inicialmente.

A pesquisa previa um trabalho de campo realizado na área urbana dos municípios situados na rodovia PA 279 que se concentraria em duas unidades básicas de análise: um bairro de ocupação recente em Ourilândia do Norte e as hotéis e pensões que hospedariam solteiros, trabalhadores em trânsito sem conhecidos ou núcleo familiar estabelecido na região. A principal questão que motivava essa distinção era a situação familiar de deslocamento e as condições colocadas para um e outro grupo, consideradas as opções de estadia mais ou menos demorada no município, o que denotaria trajetórias diferenciadas e relações específicas de trabalho para cada um dos grupos.

Neste sentido, desde a chegada e os preparativos para a entrada no campo, busquei informações para a escolha dos locais a serem visitados e, em seguida, acompanhados regularmente. Todavia, feitos os contatos necessários, notei que tal escolha deveria ser refeita em virtude da configuração social e espacial dos grupos de trabalhadores que procuraram a cidade de Ourilândia do Norte e outras cidades do

⁶ Em entrevista realizada por mim em 12/11/12, o prefeito em exercício de Ourilândia do Norte (porém recém-derrotado nas eleições de 2012), ao se referir ao contexto de transformações provocadas pela abertura da Mineração Onça Puma, dizia, por exemplo, que a Vale era o próprio “Deus na Terra”.

⁷ Baseio-me, nesse aspecto, na perspectiva proposta por J-P. Olivier de Sardan (1995).

entorno nos últimos anos, em especial, as que apresentaram surtos de crescimento populacional provocados pelo anúncio de novos projetos de exploração mineral por parte das empresas transnacionais. No caso de Ourilândia, o trabalho de campo foi realizado num período em que não havia mais crescimento, mas estagnação ou mesmo decréscimo populacional. A implantação da Mineração Onça Puma, que, antes da Vale, era propriedade da empresa de origem canadense Canico, se deu no período 2006-2010 e em junho de 2012 foram anunciados acidentes nos fornos de processamento do minério que levaram à interrupção das atividades extrativas por tempo indeterminado.

A situação que encontrei, portanto, era de paralisação, fechamento ou deslocamento de postos de trabalho da Vale de Ourilândia do Norte, o que se refletia em praticamente todas as demais atividades econômicas do município. Isso fez com que tivesse em campo uma situação bastante inusitada, que era acompanhar *in loco* a dinâmica tanto do crescimento recente quanto de sua estagnação ou possível retração. Na chegada, era comum ouvir que “o quente agora é Canaã” [dos Carajás; município vizinho em que a Vale desenvolve outros “projetos” de extração mineral, inclusive aquele que se anuncia como o maior depois de Carajás, o “Projeto S11D”, ou Serra Sul]. O contexto encontrado em campo foi, portanto, no que se refere às frentes de expansão mineral, característico não apenas da fase de operação (considerado o ciclo de implantação, operação e fechamento das minas), mas de uma operação em estado de interrupção completa das atividades de extração e beneficiamento. É sabido que, em geral, é na fase de implantação que a mineração utiliza mais força de trabalho por causa das obras de instalação e construção de infraestrutura, por exemplo. Na fase de operação há uma redução considerável de postos de trabalho, principalmente do consumo de força de trabalho não qualificada por parte das empresas contratadas pela Vale. E é justamente nessas contratadas, ou subcontratadas (terceirizadas e quarterizadas), que se concentra a massa de trabalhadores que é responsável pelas ondas de crescimento e decréscimo dos municípios da região e que é submetida a condições de superexploração do trabalho.

Entre agosto e dezembro passado, acompanhei o deslocamento de trabalhadores diretos da Vale para outras unidades de trabalho, em outros municípios, e também o fechamento de postos de trabalho nas atividades subsidiárias como era o caso dos transportes de cargas e de pessoas, dentre muitos outros. Pude perceber, nesse sentido, os efeitos do crescimento recente dos anos anteriores, que teria tido 2009 como ápice, bem como da transição para o início da fase de operação. Isso abria a possibilidade de se verificar uma camada de trabalhadores que veio na grande onda

dos períodos iniciais, mas que teria se estabelecido nos bairros de ocupação recente do município, exercendo atividades no ramo de serviços (transporte, segurança de patrimônio, segurança do trabalho, vigilância, limpeza, contabilidade, eletromecânica não especializada, etc). Por outro lado, dada a decisão por parte da Vale de continuar algumas obras como a construção de casas, pavimentação de pontes, ruas e rodovias, etc, também pude verificar a permanência dos trabalhadores empregados no ramo da construção civil em Ourilândia do Norte. Logo no início, verifiquei que essa camada não se confundia mais com a massa de trabalhadores desqualificados que procurou as cidades no seu período “quente” e que, em seguida, se tornou supérflua pela supressão dos postos de trabalho que ocupava. Ela sugeriria percursos sociais singulares e, embora muito menos presente em termos absolutos, empiricamente observáveis e socialmente significativos, na medida em que sugeririam trajetórias de proletarização estabilizadas num circuito diferente daqueles percursos que se mantinham nas atividades da rede de produção agropecuária e/ou da construção civil desmobilizada após a fase de implantação das minas⁸. Os locais de moradia dessa camada de trabalhadores eram bairros, ou “setores”, de loteamento recente, cujos terrenos foram adquiridos por doação, compra ou financiamento junto a órgãos do governo municipal. No momento da pesquisa, era comum verificar a construção de casas de alvenaria numa parte do lote e, noutra, a casa de madeira que fora ocupada pelo grupo doméstico anteriormente. O quadro abaixo sintetiza o percurso de um trabalhador desse grupo.

⁸ Na literatura de denúncia dos efeitos da mineração industrial se afirma que apenas cerca de 30% dos migrantes atraídos na primeira fase permaneceriam nas áreas das novas minas. Ainda que tal porcentagem esteja sobre ou subestimada, é a própria existência desse tipo de trajetória que nos permite afirmar a significância social do fenômeno.

Exemplo 1

X tem 40 anos, nasceu em Couto de Magalhães/TO, onde morou até 23 ou 24 anos. Seus pais eram agricultores e tinham um lote de terra. Em 1975, veio junto com pai, mãe e 11 irmãos para Conceição do Araguaia/PA. Eles venderam a terra e compraram uma casa na rua. Tinham um conhecido, ex-vizinho, que já morava em Conceição e assim como um dos filhos. X estudava trabalhava como caseiro de uma chácara e por diárias. Em seguida, trabalhou como vigia, sem carteira assinada, um emprego que conseguiu através de um amigo que o indicou. Ficou dois anos. Casou e foi trabalhar como vaqueiro, numa fazenda em Conceição do Araguaia/PA, onde ficou cerca de 2 anos também. Recebia salário mensal e ficava com metade da renda da venda do leite. Voltou pra “cidade” para trabalhar numa distribuidora de bebidas, onde também recebia por mês e não tinha carteira assinada. Voltou para casa do pai, onde ficou cerca de 2 anos e meio. A distribuidora falu e X foi trabalhar em uma fazenda onde não tinha salário fixo. Fazia serviços e ganhava por “empreita” e por diária (cerca, roço de pasto). Ficou 1 ano. De lá, foi pra cidade de Ourilândia do Norte/PA, onde ganhou uma casa para morar por um ano, de um conhecido de amigo, que também tinha outras casas. Era o ano de 2005, aproximadamente. X veio para Ourilândia do Norte para procurar emprego. Tinha dois filhos homens e um deles estava em idade escolar. Trabalhou como auxiliar de serviços gerais e teve o primeiro emprego com carteira assinada em uma firma de recuperação ambiental, que prestava serviço pra Canico (empresa proprietária da Mineração Onça Puma). Entrou por indicação de um parente e ficou um ano e meio. Saiu da casa emprestada e alugou outra casa no mesmo “setor”, em outra rua, onde ficou por dois anos pagando aluguel. Foi para outra empresa, para a Odebrecht, onde foi auxiliar de terraplanagem e de serviços gerais. X entregou currículo e teve uma indicação de um “conhecido” que era engenheiro de segurança e trabalhava pra Canico e, depois, pra Vale. X o conheceu quando foi ajudar na reforma da casa dele em Ourilândia do Norte. Depois, esse engenheiro o indicou pra vaga. Ficou um ano. A Odebrecht estava saindo (terminando um contrato com a Vale) e X pediu para ser demitido. Com o dinheiro da rescisão, comprou o lote no qual está morando e construiu uma casa. Ficou 4 meses vivendo com o seguro desemprego e foi para uma empresa de manutenção predial, chamada Atlântica. Era auxiliar, contou com a indicação da mesma pessoa que o indicou para o emprego anterior. Tinha carteira assinada. Ficou mais ou menos 2 anos. Saiu quando a empresa terminou o contrato que tinha com a Vale. X voltou a esperar novo emprego com o seguro-desemprego, por 5 meses. A mesma empresa, Atlântica, voltou a ter contrato com a Vale, em outra área. X fez um curso pago por ele mesmo em Marabá/PA, por 20 dias e foi contratado por outra empresa, como segurança, cargo que ocupa até o momento da entrevista. A empresa tem contrato com a Vale até o final do ano. X não sabe se continua ou se vai trocar, porém, ele provavelmente continuará, provavelmente só mudará de empresa. Atualmente, está na Norsegel, como segurança, e tem carteira assinada.

Baseado em entrevista realizada em 19/08/12 com X, 40 anos, morador do setor Joel Hermógenes, Ourilândia do Norte/PA.

Por outro lado, notei ainda que seria possível verificar localidades que concentram trabalhadores que estariam numa situação de latente mobilidade, em geral, desempregados e/ou exercendo atividades nas redes informais de construção civil e de outros serviços na cidade, tais como construção de casas, pequenos serviços de reparos ou obras de reforma, carregamento e descarregamento de cargas, fretes com carroça, distribuição de panfletos de campanha política, limpeza urbana, comércio local, “mototaxi”, etc. Ainda que professassem o desejo de se mudar em busca de emprego em outro município, às vezes, eles também teriam procurado aqueles municípios no período de implantação e lá se mantido até o momento da pesquisa, estabelecendo grupos domésticos com indivíduos com quem manteve relações no período ou trazendo outros indivíduos de um núcleo familiar localizado em outra

região. O local de moradia desses trabalhadores era mais variado que o primeiro, mas, em geral, pareciam estar em busca de estadias pelas quais não tivessem que pagar para morar, especialmente dos lotes doados pelas prefeituras ou “grilados” por eles mesmos⁹. O quadro abaixo sintetiza um exemplo de percurso de um trabalhador desse grupo.

Exemplo 2

Y tem 37 anos e nasceu em São João do Araguaia/PA, onde ficou até os 5 anos e morava no lote de terra dos pais, que saíram de lá e foram para Marabá. Y ficou em Marabá até os seus 14 anos. Os pais, primeiro, trabalharam numa fazenda (ganhavam pelos serviços que faziam) e, depois, tiveram uma terra de cerca de 10 alqueires, que não foi comprada, mas ganhada, era devoluta mas ainda não cadastrada pelo INCRA. Sua mãe se separou do padrasto e Y foi com ela e os irmãos para Conceição do Araguaia/PA, onde ficou até os 33 anos. Morou numa terra doada pelo INCRA para sua mãe, que se “juntou” (casou) de novo. Y morou na cidade por cerca de 3 anos, quando casou. Trabalhava no plantio e colheita de abacaxi, em que o pagamento é feito por diárias e por empreitas. Também começou a trabalhar na construção civil e construiu uma casa pra ele. Tinha um cunhado que era pedreiro e Y foi trabalhar “na colher”, como ajudante, assentando tijolos. De lá, veio pra Tucumã, onde ficou trabalhando apenas na construção. Vendeu sua casa em Conceição e veio pra Tucumã porque tinha ouvido falar que aqui seria “bom de serviço”. Na primeira vez que Y veio, ficou na casa de um conhecido de Conceição do Araguaia que era marceneiro. Na 2ª vez que veio, resolveu mudar. Ficou na casa de uma irmã da esposa para procurar uma casa, para alugar e para trazer a mudança. Y pagou aluguel cerca de 5 meses e morou numas 3 casas até comprar um lote na área da Ceplac (invasão, ou “grilo”, de uma área de propriedade de um órgão federal). Nesse período, sua mãe já estava em Tucumã e tinha comprado um lote lá também. O lote de Y foi comprado por 600 reais. Ele teria vendido um rack e uma tv pra comprar. Atualmente, Y trabalha na construção de casas. Ele combina o serviço por empreita e paga ajudantes na diária, ou, às vezes também na empreita. Y trabalha sempre com ajudante. Y nunca trabalhou “fichado”, com carteira assinada. Ele mora com a esposa e 3 filhos (12, 9 e 8 anos de idade).

Baseado em entrevista realizada em 23/09/12 com Y, 37 anos, morador do bairro Lago das Rosas, Tucumã/PA.

Neste sentido, dentro da primeira parte do trabalho de campo, decidi acompanhar não uma, mas duas localidades a fim de encontrar trabalhadores recentemente estabelecidos com seus respectivos grupos domésticos no município de Ourilândia do Norte. A primeira foi o “setor” Joel Hermógenes e o “setor” Marcia Veloso, que são contíguos e ocupados há 5 ou 6 anos, dentre outros, por trabalhadores com percursos semelhantes ao descrito no primeiro grupo representado acima. A segunda, constituída, dentre outros, por trabalhadores do segundo grupo, foi a localidade denominada como Lago das Rosas, que era, na verdade, um loteamento situado entre os municípios de Ourilândia do Norte e Tucumã. No momento da pesquisa, a localidade não tinha serviços básicos como iluminação pública, saneamento e transporte

⁹ Os grilos designam áreas em que determinados grupos de pessoas se organizam para invadir e “tomar” ou “tirar” lotes, ou seja, cercar terrenos para a construção de casas para elas mesmas e suas famílias.

escolar. De acordo com o relato de seus moradores, esse “setor” fora criado pelo prefeito de Tucumã para abrigar um grupo de moradores desapropriados de uma área de propriedade de um órgão federal havia aproximadamente dois anos e que se encontrava “grilada” há quatro.

No que se refere aos trabalhadores em trânsito, entrevistados em dormitórios dessas cidades, em geral, solteiros, sem família ou “conhecidos” no local¹⁰, os percursos de trabalho registrados por mim eram predominantemente concentrados na rede de produção agropecuária, ou em atividades associadas como extração de madeira e cultivo de cacau. Os padrões de circulação nas cidades variaram entre duas situações principais: como assalariados das fazendas (vaqueiros, cozinheiros, etc) e como trabalhadores temporários remunerados por tarefas ou por diárias em atividades variadas: roçado e limpeza de pastos, construção de cercas e curral, poda e colheita de cacau, aplicação de agrotóxicos, etc.

No que concerne à análise dos percursos sociais desse conjunto de trabalhadores, em geral bastante complexo por conta da intensa movimentação espacial, diversidade e provisoriade das situações de trabalho, interessa aqui frisar dois aspectos: a circulação nas atividades sub-remuneradas e desqualificadas da construção civil de grandes obras ou em grandes centros urbanos (em distintas regiões do país, circulação essa situada antes e depois de outras diversas vinculações em fazendas e na agropecuária em geral) e a circulação no mercado de trabalho local, em especial nos ofícios remunerados por *diárias* nas cidades que apresentaram crescimento acelerado na região. Sendo assim, tais percursos não representaram apenas circulação em atividades na frente de expansão agropecuária nos denominados rincões do país, mas, quase sempre, também nas obras dos grandes centros ou nas grandes obras que exigiram maior consumo de força de trabalho desqualificada nos últimos 30 a 40 anos (construção da UHE de Tucuruí, da Estrada Belém-Brasília, da Transamazônica, das obras do “PAC”, na construção civil em São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia e de outros grandes centros urbanos, etc). Além disso, a circulação nas atividades do mercado de trabalho informal local das cidades que cresceram aceleradamente também foi uma constante, como era o caso de Ourilândia/Tucumã ou de outras consideradas “mais quentes” no momento, que esses trabalhadores indicavam como sendo seus próximos destinos em busca de trabalho. O quadro a seguir representa um exemplo.

¹⁰ O termo *conhecidos* se refere a indivíduos com quem os trabalhadores na região mantêm certas relações que influenciam, dentre outras questões, na maneira e nos locais pelos quais transitam (ver Felix, 2008).

Exemplo 3

Z tem 37 anos, nasceu em Pilar de Goiás/GO. Morou em Pilar de Goiás com sua mãe, depois casou e morou durante 8 anos com a esposa até se separar e vir para Tucumã, no Pará, há dois anos. Em Pilar de Goiás, trabalhava em fazendas, por diárias, com gado e porcos, e também “empreitava” [por tarefa] alguns roços de pastos. Trabalhou numa obra em Goiânia/GO, fichado [com CTPS] numa construtora, construindo casas populares para a Caixa Econômica Federal, como servente. Ficou mais de 90 dias nessa obra e depois voltou para Pilar de Goiás. A firma era uma prestadora de serviço, faliu e Z recebeu menos da metade do que devia receber (700 reais dos 2500 que lhe deveriam). Z foi pra Tucumã com um primo, trazidos por uma pessoa que lhe ofereceu trabalho tirando madeira para fazer um curral, numa fazenda. Depois de 90 dias, o primo de Z voltou e ele foi trabalhar numa pequena fazenda onde recebia um salário, tirando leite e fazendo queijo. Em seguida, trabalhou para um colono [pequeno produtor], onde recebia por semana, colocando veneno na plantação de cacau e tirando leite, por 2 meses, e para uma outra fazenda, vizinha. Voltou para a “rua”, ficou hospedado em hotéis/ dormitórios e trabalhou como servente por diárias de 30 reais, durante bastante tempo. Trocou de dormitórios 4 vezes até encontrar um que lhe desse “apoio”, comida. Em seguida, trabalhou numa fazenda, tirando leite e na serraria, por 2 meses. Saiu porque se indispôs com outro trabalhador. Ganhava 800 reais por mês, sem registro em CTPS. Voltou a 20 dias para a “rua” e estava a procura de trabalho novamente. Z não tem filhos e sua mãe é falecida; tem um irmão que teria uma terra na Vila Lindoeste (São Félix do Xingu/PA), mas nunca foi lá e não tem contato com ele; tem outras 3 irmãs que moram em cidades no interior de Goiás, duas trabalham como empregadas domésticas; uma irmã é deficiente, internada numa clínica em Goiânia. (Baseado em entrevista com Z, 37 anos, em 01/10/12, num dormitório em Tucumã/PA).

Neste sentido, o contingente de trabalhadores pesquisado se desloca de forma a acompanhar a circulação do capital, buscando os lugares tidos como “quentes” para encontrar trabalho, *serviço*, *empreitas* ou *diárias*. As dinâmicas de implantação, expansão e estagnação da grande empresa de mineração alteraram, concentraram e, em certo sentido, centralizaram um amplo mercado de trabalho cujas atividades foram instauradas direta e indiretamente por ela. Na prática, tudo se amplia (ou se retrai, ou mesmo acaba) de acordo com o que ocorre com a grande empresa. É a partir das condições tempo-espaciais da circulação do capital e das condições sociais de acumulação do capital que esse contingente de trabalhadores se forma e se reproduz socialmente. Esse pressuposto não é novidade em termos de teoria social, ainda que suas formas contemporâneas apresentem especificidades que merecem ser melhor investigadas, como veremos. O conceito de exército industrial de reserva proposto por Marx em “O Capital” [1867] visava dar conta dessa dinâmica e, inclusive, já descrevia suas formas a partir das noções de fluência, latência e estagnação. Grosso modo, era o “movimento” o que estava no cerne da sua definição. Todavia, além do conceito, a descrição que ele fez de determinadas frações do proletariado inglês e irlandês do século XIX também nos interessam diretamente, principalmente no que se refere às formas de circulação da força de trabalho.

No caso da Inglaterra, Marx citou a existência do que chamou de uma “população nômade”, que, segundo ele, seria “(...) uma camada da população de origem

rural e cuja ocupação é em grande parte industrial. Ela constitui a infantaria ligeira do capital, que, segundo suas próprias necessidades, ora a manobra para este lado, ora para aquele. Quando não está em marcha, ela ‘acampa’. O trabalho nômade é empregado em diversas operações de construção e drenagem, na fabricação de tijolos, queima de cal, construção de ferrovias etc.” (grifos meus; Marx, 2013: 738).

No caso da Irlanda, Marx analisa o fluxo campo-cidade-campo que caracteriza um típico proletariado “sem eira nem beira”, considerando um contexto no qual a indústria não recruta o exército de reserva:

A insegurança e a irregularidade da ocupação, a frequente repetição e a longa duração das paralisações do trabalho, em suma, todos esses sintomas de uma superpopulação relativa figuram nos relatórios dos inspetores da administração de beneficência como outras queixas do proletariado agrícola irlandês. Recorde-se de que encontramos fenômenos semelhantes quando tratamos do proletariado agrícola inglês. Mas a diferença é que na Inglaterra, país industrial, a indústria recruta sua reserva no campo, enquanto na Irlanda, país agrário, a agricultura recruta sua reserva nas cidades, no refúgio dos trabalhadores agrícolas expulsos do campo. Lá, os supranumerários da agricultura se transformam em trabalhadores fabris; aqui, aqueles que foram expulsos para as cidades, ao mesmo tempo que exercem pressão sobre o salário urbano, continuam a ser trabalhadores rurais e são constantemente rechaçados de volta ao campo em busca de trabalho. (grifos meus; Marx, 2013: 780).

A existência nas cidades e vilarejos desse proletariado irlandês era a pior possível e sua saída do campo era acompanhada, segundo Marx, da necessidade de se percorrer distâncias cada vez maiores entre diferentes trabalhos, ou entre locais de moradia e trabalho. Além disso, muitas vezes se viam submetidos à “forma salarial mais precária”: a contratação por dia.

Guardadas as devidas proporções, a curiosa semelhança entre essas frações da classe trabalhadora do século XIX descritas por Marx e o proletariado formado em torno das cidades da mineração no sul e sudeste do Pará talvez não seja tão fortuita, em especial, por conta da sucessão de grandes projetos e da implantação das grandes e médias empresas pecuárias das últimas décadas, bem como da atual expansão da moderna e “enxuta” indústria extrativa¹¹. Afinal, o trabalho requerido foi o “trabalho

¹¹ A guinada extrativista e a “reprimarização” da economia dependente latino-americana recolocam na ordem do dia pautas históricas, formadas a partir da velha economia exportadora do século XIX (dependência, transferência de valor, superexploração), mas também suas antigas circularidades e mobilidades do trabalho, mesmo que agora sob moldes industriais moderníssimos e que resultam, por exemplo, com o acesso a meios de transporte mais desenvolvidos, em um ultra-acelerado e cada vez mais “onipresente” exército de reserva. No caso do sul e sudeste do Pará, a construção da ferrovia de Carajás e, principalmente, das estradas aceleraram de maneira profunda a acumulação do capital. Cabe à circulação das forças de trabalho a famosa passagem dos “Grundrisse” em que Marx analisa a destruição do espaço pelo tempo: “(...) enquanto o capital, por um lado, tem de se empenhar para derrubar toda barreira local do intercâmbio, i.e., da troca, para conquistar toda a Terra

nômade” da construção das estradas, da construção civil de “grandes obras” Brasil afora, dos inúmeros serviços temporários das fazendas (*abertura* de matas, construção e reparação de cercas, limpeza de pastos, etc) e, agora, das *diárias* e das *empreitas* na construção civil e demais serviços das novas cidades mineiras, cujas indústrias recrutam através de subcontratadas, e pouco. Para o trabalhador que se lançou no *mundo* nesse contexto, a venda da força de trabalho significa, sem dúvida, intenso deslocamento. Trabalhar é “andar”, “correr *trecho*”, “sumir no *mundo*”, definitivamente, não ficar “parado”. A metáfora de Marx em relação ao exército industrial de reserva aqui é completa: para trabalhar é preciso fluir¹².

Rotatividade e fim da estabilidade: rumo a uma “classe trabalhadora de reserva”?

A proletarização, como já demonstrei, foi um processo plural e que apresentou formas diferenciadas, criando um proletariado que não era homogêneo. Mesmo quando tal processo representou a prestação de serviços na indústria e a formação de um grupo mais “fixo”, como descrevi acima, constituído por trabalhadores que eram, em geral, pequenos produtores rurais (ou filhos deles), e, no momento da pesquisa, circulavam em *firmas*, empresas de prestação de serviços subcontratadas da empresa transnacional, esse processo significava inserção e reprodução num mercado de trabalho também altamente circulatório. A diferença foi que a nova circulação dessa força de trabalho não era mais atrelada ao deslocamento espacial. Para os que tiveram essa trajetória, portanto, a formalização dos contratos nas terceirizadas da Vale não significou uma menor circulação da força de trabalho¹³.

Como é característico das terceirizações, seus empregos variavam de acordo com os contratos firmados entre a empresa principal e a vencedora da concorrência, por tempo limitado. Findo esse prazo, em geral de um ano, a mesma empresa pode

como seu mercado, por outro, empenha-se para destruir o espaço por meio do tempo, i.e., para reduzir a um mínimo o tempo que custa o movimento de um local a outro. Quanto mais desenvolvido o capital, quanto mais distendido, portanto, o mercado em que circula, tanto mais ele se empenha simultaneamente para uma maior expansão espacial do mercado e para uma maior destruição do espaço pelo tempo.” (Marx, 2011: 445).

¹² Considerando o contexto de uma economia dependente, há a produção do que chamei em outro momento de um exército industrial de reserva ampliado. Ver “Exército industrial de reserva e superexploração do trabalho: revisitando a teoria de Ruy Mauro Marini” (Felix, 2014).

¹³ O mesmo ocorreu com os trabalhadores que circulavam nas fazendas que eram, na maioria das vezes, contratados por 3 meses, ou menos, e despedidos em seguida. As empresas agropecuárias da região, por conta da fiscalização trabalhista dos últimos anos em combate ao denominado “trabalho escravo”, normalmente exigiam CTPS dos trabalhadores e os registravam como contrato de experiência, com remuneração mínima (serviços gerais). Essa formalização não alterou o pagamento por *empreita* e por *diária*, uma vez que o registrado em carteira não correspondia ao que era negociado entre patrões ou *gerentes* e os trabalhadores.

renovar o contrato ou não, assumindo outra empresa, normalmente para oferecer os mesmos serviços e, de preferência, a menor custo. Assim, esses trabalhadores eram demitidos e recontratados, submetendo-se a avaliações e seleções constantes¹⁴. Eles eram a expressão mais contundente da adoção de um regime de “acumulação flexível” por parte do grande capital e das suas estratégias empresariais de “contratação *just in time*”, de “fim dos estoques” de força de trabalho. Obviamente, em especial após a privatização da antiga Companhia Vale do Rio Doce em 1997, essa política não se restringe aos terceirizados, embora eles representem a “infantaria ligeira do capital” e a adequação flexível do emprego ao limite das micro-oscilações do mercado. Após a crise de 2008, por exemplo, a Vale demitiu no Brasil cerca de 2 mil trabalhadores diretos (e de 12 mil terceirizados), mantendo, no entanto, intocados os valores pagos aos acionistas e diretores, assim como a política de aquisições de outras empresas e minas em todo o mundo, conforme denunciou o Movimento dos *Atingidos* pela Vale (2010). O risco de demissões também é apontado como responsável pela inexistência de greves. Houve apenas uma na história da empresa, em 1989.

Contudo, a condição desses trabalhadores reflete uma característica predominante não apenas da denominada “área Vale” mas do atual mercado de trabalho em geral. No Brasil, a probabilidade de duas pessoas continuarem juntas após um ano de empresa hoje é de apenas 13%. Na década de 1990, 45% dos trabalhadores com carteira assinada trocavam de emprego em um ano. A taxa acelerou para 53,9%, em 2002, e atualmente chega a 64%¹⁵. As taxas da denominada “rotatividade” no mercado formal são das mais altas do mundo¹⁶. Considerando os dados da RAIS, ou seja, apenas os empregos formalizados, o tempo médio de emprego era de 4,4 anos em 2000 e de 3,9 anos em 2009 (Dieese, 2011: 17). Há também uma fração de empregos em que a rotação é ainda mais curta. Em aproximadamente 63,6% dos casos de desligamento ao longo da década de 2000, o tempo de trabalho não durou sequer um ano (id. ib.: 53).

¹⁴ Neste sistema, por exemplo, a remuneração permanece sempre baixa, não há direito a greve e, certos casos, também não há férias, já que o período de férias é o da recontração (prática que é reconhecida como “rodar carteira”, quando o trabalhador faz uma nova carteira de trabalho para ser recontratado temporariamente). A Vale já foi condenada em 2003 por conta de uma cooperativa contratada que não tinha funcionários, mas 50 “sócios”, que, portanto, não tinham direito a férias nem 13º salário. Os trabalhadores já tinham sido funcionários diretos e foram demitidos (exerciam a mesma função e recebiam remuneração superior).

¹⁵ Ver “Chance de duas pessoas terminarem o ano no mesmo emprego é de 13%”. O Globo. 23/07/2014. <http://oglobo.globo.com/economia/chance-de-duas-pessoas-terminarem-ano-no-mesmo-emprego-de-13-13345460#ixzz3EAULQatZ>

¹⁶ “Rotatividade” é definido como a “substituição do ocupante de um posto de trabalho por outro, ou seja, a demissão seguida da admissão, em um posto específico, individual, ou em diversos postos, envolvendo vários trabalhadores” (Dieese, 2011: 11)

O mercado de trabalho formal brasileiro é um dos mais “flexíveis”, quer dizer, um dos que é mais fácil (menos custoso) demitir/contratar um trabalhador e adotar estratégias de “giro de pessoal” por parte das gerências de Recursos Humanos das empresas. Isso não é exclusividade do Brasil, embora, de fato, aqui apresente cifras muito distantes, em especial, dos países centrais que ainda erigem traços da antiga tradição fordista e do Estado de Bem Estar Social. Mas nos EUA, reino da “flexibilidade”, por exemplo, o tempo médio é ainda menor¹⁷.

Atualmente, em meio a políticas que aumentam ainda mais a chamada flexibilidade do mercado formal de trabalho, a literatura a respeito da rotatividade se divide na luta em torno dos seus efeitos, em especial a respeito da destinação dos recursos do FAT. E essa luta toma ares de uma aberta e franca luta de classes: partidários da redução do acesso ao seguro-desemprego (ou mesmo fim do seguro-desemprego) x partidários da taxaçaõ das empresas com “rotatividade acima da média”. Por outro lado, também crescem as pressões pelo fim da estabilidade no setor público, visando estabelecer um mercado plenamente “rotativo”¹⁸. A metamorfose de um proletariado “estável” e “fixo” para um “flexível” e “móvel” está em curso, mesmo nos restritos nichos que ele teria assumido essa condição na periferia do capitalismo. Nas economias centrais, ele erode junto com o fordismo, motivando abordagens a respeito de um “retorno da superexploração”, como afirma Harvey (2008), da crise da sociedade salarial, emergência de um precariado, etc¹⁹.

Sob um regime de acumulação flexível, as formas que assume hoje a circulação de força de trabalho fazem diminuir cada vez mais a distância entre exército ativo e exército de reserva, constituindo uma classe trabalhadora constantemente sem emprego. Há, nesse sentido, maior aceleração e amplitude da circulação das forças de trabalho. Aquilo o que caracterizava historicamente as frações do exército industrial de reserva agora também são características, ou situações, da classe trabalhadora como um todo. Em vez de fronteira, há trânsito. Isso nos leva a considerar que Marx teria acertado, afinal, ao desdobrar essas camadas do mesmo processo que forma a classe trabalhadora. Enfim, separar os que trabalham dos que “não trabalham”,

¹⁷ É preciso frisar que nesses países o que predomina no mercado de trabalho é o assalariamento formalizado da força de trabalho, ao contrário do Brasil e de outras economias dependentes. Os dados do Brasil se referem apenas ao mercado formal, aos dados da RAIS. Se os dados compreendessem o setor informal, que é ainda mais dinâmico, o tempo seria menor.

¹⁸ Em entrevista recente, o reitor da USP criticava a estabilidade de funcionários e professores, defendendo a prerrogativa de “contratar e demitir de acordo com o desempenho”. No mesmo tom, o presidente da CAPES/MEC anunciou que pretende iniciar contratações de professores nas universidades pela CLT, burlando o que ainda resta do Regime Jurídico Único, porque atualmente “ninguém é mandado embora”.

¹⁹ Para uma análise do fenômeno da superexploração da força de trabalho atualmente, ver Sotelo Valencia (2012).

os proletários dos “marginais” ou os operários dos “excluídos”, faz menos sentido ainda do que já não fazia antes.

Neste sentido, e nesse contexto, ganha importância o estudo das formas que assumem hoje as frações que estão sendo incorporadas à classe trabalhadora, assim como dos fluxos que estabelecem nesse processo, muitas vezes permanentemente circulares, entre espaços rurais e urbanos, formais e informais e entre as mais diversas condições proletárias.

Referências bibliográficas

ANPUR. **Carta para a CAPES(2012)**. Recuperado de <http://www.abant.org.br/file?id=893>, consultado em dezembro de 2012.

Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale. Dossiê dos impactos e violações da Vale no mundo. I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, 2010.

DIEESE. **Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho**. São Paulo: DIEESE, 2011.

Felix, Gil. **O caminho do mundo: mobilidade espacial e condição camponesa numa região da Amazônia Oriental**. Niterói: Editora da UFF, 2008.

Felix, Gil. **“Os vira-mundos e a condição camponesa”**. En: Neves, D. P. (Org). Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, vol. 2, Coleção História Social do Campesinato no Brasil. São Paulo/Brasília: Editora UNESP/NEAD, 2009.

Harvey, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2008.

Marx, K. **O Capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

Marx, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

Olivier de Sardan, J.-P. **Anthropologie et développement: essai en socioanthropologie du changement social**. Paris: Karthala, 1995.

Sotelo Valencia, Adrián. **Los rumbos del trabajo: superexplotación y precariedad social en el siglo XXI**. Mexico DF: UNAM/Miguel Ángel Porrúa, 2012.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E CONFLITOS SOCIAIS: REGISTRADOS NO ROP GENRE VIOLENCE AND SOCIAL CONFLICTS: REGISTERED IN THE ROP

1. Introdução

Neste trabalho, apresentamos um estudo sobre a composição do gênero Relatório de Ocorrência Policial, mais conhecido como ROP, com atenção especial para o registro do histórico da ocorrência que nos mostra, por meio do relato policial, entre outras violências, a violência de gênero contra o homem como o mais ‘novo’ modo de violência que vem surgindo nos relatos de ocorrências policiais na cidade de Boa Vista, Roraima.

Segundo Junior (2012), desde o início de 1980, os estudos sobre gênero social tinham seu foco no campo do feminismo, sendo também estendidos a outras áreas como a filosofia, a antropologia, a sociologia e a psicologia social. Atualmente, esses estudos não vêm apenas se detendo em questões feministas, mas também vêm abrangendo vários temas como as identidades masculinas, a travestilidade entre outros, cujo foco teórico se aproxima das noções de gênero, entre as quais se encontra a violência de gênero. Mattos (2003, p. 98-99) apud Junior (2012) aponta que estes estudos tendem a desenvolver temas como corpos sexuados, etnias, identidade e relações sociais. Dentro destas abordagens, têm-se preocupado principalmente em investigar o modelo tradicional masculino hegemônico, assim como questionar as atitudes consideradas como naturais e/ou culturais em relação a homens e mulheres, ao masculino e ao feminino.

Ainda segundo Junior (2012), os estudos sociais críticos propõem o questionamento sobre os papéis sociais de homens e mulheres, uma vez que estes são constituídos sobre bases ideológicas, que podem às vezes ser de modo implícito, mas que se materializam no discurso. Um exemplo típico é a questão da própria violência de gênero, cujas bases jurídicas de resolução incluem a recente Lei Maria da Penha, cujo

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: marcius_andrae@hotmail.com

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: mcllopes07@yahoo.com.br

objetivo inicial era ajudar mulheres vítimas de violência relacional e/ou doméstica, mas ultimamente vem surgindo questionamentos que se estendem tanto ao campo do jurídico quanto aos estudos de gênero e discurso, no que diz respeito aos aspectos assimétricos das relações de gênero.

Quando se pensou na possibilidade de mulheres praticarem violência de gênero contra seus parceiros, logo se pensou a respeito de estudos que pudessem explicar e/ou compreender este fenômeno social. Para tanto, trazemos alguns aportes teóricos que nortearão este estudo, tais como a teoria de gêneros, bem como a noção e implicações que este conceito traz para a vida social. Em seguida, trazemos um recorte teórico sobre a violência de gênero quanto à questão de mulheres praticarem violência relacional contra seus parceiros.

Com relação ao gênero Relatório de Ocorrência Policial – ROP, pressupõe-se que as práticas sociais dos gêneros do discurso/gêneros textuais devem ser repousadas no enunciado, uma vez que ele é parte constitutiva da construção de identidades e da elaboração de redes de crenças, e por último, uma forma de ação capaz de criar e/ou manter relações de poder e dominação. Dentro destas articulações de poder, Foucault (1969) apud Junior (2012) afirma que o poder é uma relação de forças, e todos nós estamos envolvidos nele, que é responsável também pela imposição de “conjunto de verdades.” Por isso nosso interesse em estudar o tema de homens violentados por mulheres a partir dos relatos/denúncias de violência de gênero apresentados nos ROPs, no qual os atores sociais se utilizam da linguagem para representar suas ações e/ou eventos sociais, ou mesmo dilemas. E por considerar que o ROP é muito importante para a sociedade, em razão de seus resultados diretos na vida dos envolvidos (atores sociais), faz-se necessário que se dispense um olhar atento para a relação social que a linguagem estabelece nesse gênero textual, já que “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem” (BAKHTIN, 1997b, p.261). E ao se considerar a importância da linguagem em uso, considera-se também o contexto social, uma vez que “o texto define-se por tudo que se fala e escreve com um propósito num dado contexto, onde cada texto sofre as influências do contexto em que é produzido e, especialmente no caso da escrita, em que será recebido” (FUZER, 2008, p.26).

Diante disso, para este momento, nossos objetivos são dois: primeiro compreender a relação social, por intermédio da linguagem e das ações, entre os atores sociais – os homens violentados por mulheres e suas agressoras – a partir do gênero textual Relatório de Ocorrência Policial. Segundo, descrever as principais características desse gênero textual, descrever sua configuração textual, identificando as

seqüências textuais predominantes nos históricos registrados, sem perder de vista aspectos relativos à sua funcionalidade, sua intenção comunicativa e seu campo de atuação.

Para fundamentar este estudo, buscamos respaldo nos pressupostos teóricos e metodológicos advindos das ciências sociais (Grossi 1998; Heilborn 1999; Machado e Araújo (2004); Scott 1985; e Júnior, 2012), dos gêneros do discurso/gêneros textuais (Marcuschi 2008; Bakhtin 1997, entre outros) e de Leis federal.

Em nossas reflexões, abordamos as questões sobre violência de gênero contra homens, praticadas por mulheres. Em seguida, apresentamos uma breve revisão dos campos dos gêneros sociais entre outros, e dos campos da linguística textual, seguida de uma retomada de conceituações relativas aos gêneros textuais. Dando continuidade, apresentamos a abordagem da pesquisa e os critérios utilizados na seleção do *corpus*, seguidos de resultados preliminares da análise de texto dos relatórios de ocorrência em estudo.

2. *Gênero social e violência de gênero*

Segundo Junior (2012), a respeito da violência de gênero, muitos estudos detiveram seu foco nas agressões contra as mulheres agredidas por homens, incluindo a própria violência doméstica, e ao silêncio dessas vítimas. Neste contexto histórico surgiu nos anos 1980, a Delegacia da Mulher, um espaço institucionalizado, onde as mulheres vítimas de violência de gênero podiam relatar as agressões ou maus-tratos sofridos. Obviamente, neste cenário não se encontra apenas a violência doméstica, mas outras ações que se configuram como violência, ou seja, os diversos tipos de violência. Atualmente, as relações de dominação e poder vêm tomando novas formas, se estendeu a outros atores sociais como a mulher ou mesmo o homossexual (masculino ou feminino), sendo estas categorias de gênero social vistas sempre como incapazes de praticar algum tipo de violência. Embora sempre foi alegado que o heterossexual masculino seja considerado fisicamente mais forte do que a mulher e os homossexuais, esse traço distintivo parece não ser mais impeditivo quando uma mulher pratica violência relacional contra homens. Para compreender como este fenômeno social vem ocorrendo, procuramos traçar um recorte teórico para compreender como os sujeitos são estruturados histórica e culturalmente.

Até recentemente os indivíduos eram classificados apenas como homens ou mulheres com base em suas características anatômicas e fisiológicas, isso se fundamenta, por exemplo, o fato de que os homens sejam considerados mais fortes que

as mulheres. Embora isto se apresente parcialmente verdadeiro, há também ocasiões em que as formas de violências não são determinadas pela força física, mas por outras estratégias de poder e dominação. A perspectiva biológica determinista objetivava naturalizar a classificação fisiológica de masculino e feminino, ou seja, o que se pretendia era categorizar, de forma dicotômica e fechada, os indivíduos como ou masculinos ou femininos.

Devido a críticas recebidas do movimento feminista, nos anos 1970 houve uma ressignificação do termo gênero, gerando um construto teórico hoje utilizado em vários campos das ciências sociais, no qual Heilborn (1994, p. 01) define assim:

Gênero é um conceito das ciências sociais que, grosso modo, se refere à construção social de sexo. Significa dizer que, no jargão da análise sociológica, a palavra sexo designa agora a caracterização anátomo-fisiológica dos seres humanos e, no máximo, a atividade sexual propriamente dita. O conceito de gênero ambiciona, portanto, distinguir entre o fato do dimorfismo sexual da espécie humana, mas a qualidade de ser homem e ser mulher é condição realizada pela cultura.

Assim, a noção de gênero é cultural, construída pelos grupos sociais hegemônicos que determinam o que é ‘apropriado’ para o funcionamento social. Por este motivo, podemos afirmar que o gênero está relacionado ao poder e a dominação entre os papéis entre homens e mulheres. Muito mais que se utilizar de um sistema classificatório, o sistema de divisão social por sexos trouxe consequências que até os dias de hoje não puderam ser superadas, ou seja, devido a esse sistema houve a divisão sexual do trabalho, do direito e da educação, áreas nas quais as posições de poder são fortemente disputadas entre os atores sociais. Se refletirmos sobre a longa história humana repleta de desigualdades, discriminações, assim como a própria violência de gênero, é correto afirmar que o gênero tem servido para organizar as práticas sociais, assim como pessoas e até mesmo a própria ideia de sexo.

Em relação à violência de gênero, foi reconhecida no Brasil na década de 1980, sendo direcionada apenas às mulheres que eram vítimas de violência relacional praticada por homens (PASSINATO, 2004 apud JUNIOR, 2012). Esta noção em torno da violência de gênero repousava ainda sob os limites entre masculino e feminino, pois esta diferença estava delimitada pelo patriarcado. O conceito de violência de gênero pode ser assim entendido como:

[...] uma realização determinada das relações de forças tanto em termos de classes sociais quanto em termos interpessoais. Em lugar de tomarmos a violência como violação e transgressão de normas, regras e lei, preferimos considerá-la sob dois outros ângulos.

Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violências. (CHAUÍ, 1984, p. 8-9, apud JUNIOR 2012).

A expressão violência de gênero sempre foi associada à violência doméstica ou mesmo qualquer violência contra a mulher praticada pelo homem (SOARES, 2000; SAFFIOTI, 1995 apud JUNIOR, 2012). Mas de acordo com Saffioti (2004) apud Júnior (2012), nos estudos críticos sociais em relação à violência, não há tanto um consenso quanto uma visão nítida entre os pesquisadores em relação aos tipos de violência.

De acordo com Machado e Araújo (2004), a violência de gênero é um fenômeno social que pode e deve ser ampliado no seu sentido e compreensão, pois se deve considerar que este fenômeno não é apenas referente a homens como praticantes, mas também a outros atores sociais. Ou seja, a questão da violência também é uma questão de relação de dominação e poder, sendo este depositado sobre atores sociais, e não apenas sobre categorias analíticas de gênero. Esta situação nos leva a pensar sobre as novas formas de poder instituído socialmente, e de acordo com os autores mencionados:

Além da masculinidade hegemônica, novas formas de masculinidades estão surgindo paralelamente às novas formas de feminilidade. Ao mesmo tempo em que as mulheres ocupam papéis antes reservados aos homens, principalmente do mundo doméstico e familiar [...]. Distanciando-se do modelo tradicional de marido e pai autoritário, muitos homens tentam hoje ser mais afetivos e democráticos com seus filhos e partilham tarefas domésticas e despesas com suas companheiras, uma vez que ambos precisam trabalhar para manter a família. (MACHADO; ARAÚJO, p. 47, 2004).

A violência de gênero, como pode ser compreendido acima, não está mais direcionada à mulher que sofre deste fenômeno social, mas também direciona a outros indivíduos, tal concepção foi anteriormente observada por Foucault (1969) apud Junior (2012) quando ele mencionava que o poder não está em guarnição apenas da hegemonia, mas das classes, assim como daquele que faz uso desse poder. Surge, então, um novo paradigma em relação a agressores e agredidos, ou seja, outrora a agressão estava apenas em poder da hegemonia masculina, mas atualmente devido às divisões de papéis sociais bem como a evolução econômica, a violência de gênero

vem tomando diferentes formas. É possível pensar em relações de gênero baseadas em sujeitos sociais e não apenas nas divisões dicotômicas como sexo e gênero, macho e fêmea. Portanto, o eixo central das discussões sobre gênero deve ser o reconhecimento de um processo de reconstrução, em que essas categorias não são fixas.

Para melhor situar e/ou compreender esta situação, Machado e Araújo (2004) apresentam em seu artigo sobre violência relacional, os diversos motivos pelos quais algumas mulheres agredem homens, sendo um deles como defesa ou mesmo como revidar a violência sofrida anteriormente. As autoras desenvolveram seu trabalho em duas perspectivas, ou seja, os motivos pelos quais homens são agredidos, e os motivos que levam as mulheres a praticar violência. Nesse estudo, os homens alegam que geralmente o problema começa com uma simples discussão sobre problemas que estão relacionados à separação, ou mesmo a embriaguez, assim como problemas econômicos. Outro fator marcante observado na pesquisa destas autoras é a presença do ciúme (geralmente como fundamento, conforme as autoras supracitadas), que segue de separação, ou seja, a não aceitação do homem romper a separação e consequentemente agredi-lo como forma de protesto ou negação. Por último, elas alegam a recusa da mulher em manter relações sexuais, no que resulta em violência.

Mas não são apenas estes motivos que devem ser considerados preponderantes na agressão de algumas mulheres aos seus maridos/esposos/namorados, enfim, mas devemos investigar de modo crítico que as violências que ocorrem são muitas vezes revestidas de forma de poder, que pode ser exercido diferentemente por cada ator social, uma vez que esta diferença ocorre devido aos papéis performativos determinado pelo gênero.

Enfim, os estudos sobre masculinidade trazem não um embate aos estudos feministas, ao contrário, estudar os fenômenos sociais neste campo é compreender as formas de masculinidades e de feminilidades que estão ocorrendo no mundo social. Deve-se compreender a violência como relação de poder, cuja finalidade repousa no modo de ação, o que sugere a ideia de que a relação de poder não está na divisão dicotômica entre polos ativos, mas sim, no modo como o sujeito social é coagido, interditado; e pensar sobre o jogo dos poderes sociais nesta linha, é admitir que,

[...] o poder não é da ordem do consentimento; ele não é, em si mesmo, renúncia a uma liberdade, transferência de direito, poder de todos e de cada um delegado a alguns (o que não impede que o consentimento possa ser uma condição para que a relação de poder exista e se mantenha); a relação de poder pode ser o efeito de um consentimento anterior ou permanente; ela não é, em sua própria natureza, a manifestação de um consenso. (FOUCAULT, 1995, p. 243 apud JUNIOR, 2012).

A esse respeito, Grossi (1998) em suas pesquisas aponta que esses estudos devem ser desenvolvidos de modo cuidadoso, uma vez que a discussão sobre este tema ecoa em diversas áreas de estudos críticos sociais. Para tanto, ela afirma que,

Já há vários anos venho estudando a construção social do fenômeno da violência contra a mulher no Brasil. Minha trajetória pessoal de militante feminista no SOS mulher de Porto Alegre e de pesquisadora no campo das Relações de Gênero têm me apontando uma série de impasses para a análise da problemática da violência conjugal. Por outro lado, os dados quantitativos que possuímos - boletins de ocorrência em delegacias da mulher de diferentes lugares do Brasil, Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a violência contra a mulher, IBGE - apontam para a gravidade e o aumento do uso de diferentes formas de violência no âmbito do espaço doméstico. Por outro lado, dados mais qualitativos obtidos a partir de entrevistas com militantes feministas, delegadas, psicólogas, assistentes sociais, advogadas e depoimentos de mulheres vítimas de violência conjugal parecem mostrar que há impasses nas soluções propostas até o presente no Brasil para a superação deste grave fenômeno social. (GROSSI, 1998, p. 293).

Para esta pesquisadora, a violência de gênero não diz respeito apenas às mulheres, mas aos sujeitos sociais, no qual o poder é o ponto de partida para compreender este fenômeno social. Embora, historicamente, este fenômeno estivesse sob a guarnição masculina, atualmente pode-se pensar em outras dinâmicas de relação de gênero. Ou seja, não estamos mais tratando de mulheres vitimadas por homens ou vice e versa, mas, sobretudo, de sujeitos sociais disputando poderes em suas relações.

Esta situação nos leva a refletir sobre as dinâmicas conjugais, neste caso, tanto homens quanto mulheres neste cenário social estão se violentando, o que anteriormente é visto apenas sob o controle de um dos parceiros. De acordo com Grossi (1998, p. 308),

Uma possível explicação é que grande parcela de formas de violência não chega ao conhecimento institucional oficial e sobre elas não há quaisquer informações. Outras tantas nem mesmo são reconhecidas pela sociedade e, conseqüentemente, por suas instituições, como a violência conjugal contra homens. Considerando os registros, o conjunto de informações é limitado, devido à maneira como são preenchidos os formulários, com a frequente omissão de dados essenciais ao esclarecimento do fenômeno da violência em geral, o que dificulta a resolução dos casos. (ALVIM; SOUZA, 2005, p. 179 apud JUNIOR, 2012).

Não apenas os fatores apontados por estes atores são os únicos que impedem homens de relatar violências, mas a questão da vergonha de ir até a uma delegacia de polícia e ser visto de forma ridicularizado por ter sido agredido por sua parceira, a questão de a identidade ser exposta, ou mesmo por questão financeira, religiosa,

ou por outros motivos ainda não apontados em outras pesquisas sobre o tema; e também tem a questão do agente de polícia ser homem ou mulher pode causar certo desconforto para o homem, e isto também se estende ao homossexual masculino ou feminino agredido(a) por seus parceiros(as) quanto por homofóbicos. E embora o número de relatórios de ocorrências policiais, boletins de ocorrências ou mesmo de termos circunstanciados de homens agredidos por mulheres seja ainda irrisório no Brasil, já aparecem alguns casos, nos quais homens sofrem violência relacional, embora seja pouco divulgado por não ser um fenômeno social bem compreendido por outros homens, assim como também por mulheres. No entanto, trazemos aqui um caso que ocorreu em Cuiabá-MT, assim como as resoluções jurídicas empregadas.

A Lei 11. 340/06, designada como Lei Maria da Penha, utilizada nos casos de mulheres que alegam sofrer violência intrafamiliar, também pode ser aplicada a homens que sofrem de violência intrafamiliar por mulheres. Não seria estranheza esse fato, uma vez que a doutrina jurídica pode, nesses casos, aplicar a lei da proporcionalidade. O primeiro caso foi realizado pelo Juiz Mário Roberto Kono de Oliveira, da vara Especial Criminal Unificado de Cuiabá. A vítima era um homem que alegou que estava sofrendo agressões físicas, psicológica, entre outras. No dizer do Juiz Oliveira, este mecanismo jurídico representa que:

É sim, ato de sensatez, já que não procura o homem se utilizar de atos também violentos como demonstração de força ou de vingança. E compete à Justiça fazer o seu papel e não medir esforços em busca de uma solução de conflitos, em busca de uma paz social.

Um caso típico foi de um homem que era agredido por sua companheira, levando a delatá-la em boletim de ocorrência e termo circunstanciado, sendo que em ambos constavam pedido de exame de corpo delito, nota fiscal do concerto do veículo danificado por ela e diversos e-mails difamatórios e intimidatórios enviados. A sentença decidida neste caso foi o impedimento de 500 metros de distância da vítima em seu trabalho ou moradia, assim como qualquer tipo de contato direto ou indireto.

O descumprimento da sentença pode resultar em um enquadramento de um processo criminal, podendo a acusada ser detida. Em suma, o homem estava vivenciando uma das formas de violência doméstica.

De acordo com o Juiz Oliveira (2008) apud Junior (2012), a decisão emitida foi:

Decisão interlocutória própria padronizável proferida fora de audiência. Autos de 1074/2008 Vistos, etc. Trata-se de pedido de medidas protetivas de urgência formulada por CELSO BORDEGATTO, contra MÁRCIA CRISTINA FERREIRA DIAS, em autos

de crime de ameaça, onde o requerente figura como vítima e a requerida como autora do fato. O pedido tem por fundamento fático, as várias agressões físicas, psicológicas e financeiras perpetradas pela autora dos fatos e sofridas pela vítima e, para tanto instrui o pedido com vários documentos como: registro de ocorrência, pedido de exame de corpo de delito, nota fiscal de conserto de veículo avariado pela vítima, e inúmeros e-mails difamatórios e intimidatórios enviados pela autora dos fatos à vítima. Por fundamento de direito requer a aplicação da Lei de nº 11.340, denominada “Lei Maria da Penha”, por analogia, já que inexistente lei similar a ser aplicada quando o homem é vítima de violência doméstica. Resumidamente, é o relatório. DECIDO: A inovadora Lei 11.340 veio por uma necessidade premente e incontestável que consiste em trazer uma segurança à mulher vítima de violência doméstica e familiar, já que por séculos era subjugada pelo homem que, devido a sua maior compleição física e cultura machista, compelia a “fêmea” a seus caprichos, à sua vilania e tirania.

3. *Gêneros do discurso/gêneros textuais e relatório de ocorrência policial*

Segundo Bakhtin (1997b, p. 124) a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua, tampouco no psiquismo individual dos falantes. Para ele, a substância da língua é constituída pelo fenômeno social da interação verbal realizada através das enunciações. Ou seja, a língua é um objeto abstrato, todavia como atividade social, fundada nas necessidades de comunicação, assim, a natureza da língua seria essencialmente dialógica.

De acordo com Brandão (1995, p.09) apud Macedo (2009), Bakhtin privilegia a enunciação enquanto realidade da linguagem: “A matéria linguística é apenas uma parte do enunciado; existe também uma outra parte, não – verbal, que corresponde ao contexto da comunicação”. Trata-se de uma visão de linguagem como interação social, sendo que o outro desempenha papel fundamental na constituição do significado. A ideia bakhtiniana é integrar o ato de enunciação individual num contexto mais amplo, a fim de revelar relações intrínsecas entre o linguístico e o social, haja vista que limitar-se ao estudo interno da língua não seria tarefa de um linguista que intenta dar conta do seu objeto.

Concordando ainda com Bakhtin apud Macedo (2009), a língua não existe por si mesma, em conjunção com a estrutura individual de uma enunciação concreta ela se consolida; através da enunciação, a língua mantém contato com a comunicação tornando-se realidade. São as condições sociais de cada época que determinam as condições de comunicação verbal, suas formas e métodos. Logo, a língua é um legado histórico – cultural da humanidade. “Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus

tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*” (BAKHTIN, 1997b, p. 279).

Os gêneros do discurso são a materialização do diálogo cotidiano; portanto, sua variedade é infinita. Cada esfera da atividade humana comporta um repertório de gêneros, daí sua heterogeneidade. Tendo em vista isso, percebe-se a importância do estudo de gêneros do discurso para todas as áreas da linguística. Bakhtin (1997a, p.282) confirma essa importância ao dizer que “a língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também dos enunciados concretos que a vida penetra na língua”. Para Bakhtin (1997a, p. 283), o enunciado pode refletir a individualidade de quem fala, porém nem todos os gêneros são aptos a refletir a individualidade na língua do enunciado; assim, a variedade dos gêneros do discurso pode revelar a variedade dos estratos e aspectos da personalidade individual. Para o autor, os enunciados, e os gêneros do discurso a que pertencem, são as correias de transmissão que levam a história à sociedade; assinala que a história da língua escrita é marcada tanto pelos gêneros secundários (literários, científicos, ideológicos), como pelos primários (diálogo oral: linguagem familiar, cotidiana, filosófica, dos círculos, etc.); apresenta caminhos para um estudo da linguagem como atividade sociointeracional; aponta algumas características da unidade deste estudo (o enunciado), contrastando com a unidade tradicional dos estudos linguísticos (a sentença). Os gêneros são enfocados pelo viés dinâmico da produção, um vínculo orgânico entre a utilização da linguagem e a atividade humana.

Marcuschi (2008) apud Macedo (2009) pontua que os gêneros textuais são nossa forma de inserção, ação e controle social no dia-a-dia. Para este autor, toda atividade discursiva se dá em alguns gêneros, isso comprova sua imensa pluralidade e seu caráter sóciohistórico; ressalta também a essencialidade dos gêneros à interlocução humana. Esse mesmo autor mostra que os gêneros produzidos cientificamente dão legitimidade ao nosso discurso; os ensaios, as teses, artigos, resumos, conferências, enfim, são gêneros de grande prestígio, haja vista que podem determinar uma forma de fazer ciência, divergindo o que é científico do que não é. Todavia, o autor assinala que os gêneros textuais não criam relações deterministas, nem perpetuam relações; eles apenas se manifestam em certas condições de suas realizações. Quer dizer, os gêneros textuais pertencem a uma máquina sociodiscursiva; logo, nossa inserção social e nosso poder social, em parte, dependem de como dominamos e manipulamos os gêneros do discurso.

Conforme Fuzer (2007), o conjunto de textos produzidos por um indivíduo corresponde a um agrupamento de gêneros. Sendo assim, os documentos oficiais,

produzidos por um policial militar no exercício de sua atividade profissional podem ser considerados gêneros textuais. E esses gêneros estão relacionados com o a função social desse indivíduo e podem apresentar interesses e valores desse grupo social específico, além de reforçar regras sociais e relações entre escritores e leitores.

Entre os documentos oficiais mais importantes produzidos pelos policiais militares de serviço está o Relatório de Ocorrência Policial, mais conhecido por ROP, podendo ser definido como “documento expedido por militar no comando de viatura policial-militar, ou por militar isolado, em decorrência de atividade operacional, discriminando fatos e/ou atos com qualificação de envolvidos” (Manual de redação. p.133). As informações nele contidas são de suma importância, podendo ser cruciais no desfecho de um processo judicial, visto que são colhidas ou observadas no momento dos acontecimentos. É um documento oficial (formulário), sendo o registro ordenado e minucioso que narra os acontecimentos da ocorrência de maneira ordenada, coerente, clara, concisa, precisa, objetiva e que resguarda as ações e providências adotadas pelos policiais, explicitando os fundamentos de fato e de direito, estabelecendo uma lógica entre estes, devendo ser isento da interferência da individualidade da pessoa que o elabora.

O ROP é um gênero textual composto por partes descritivas e narrativas. Na descrição são relacionados dados como qualificação dos envolvidos, materiais apreendidos, integrantes da equipe policial, entre outros. A parte narrativa é composta por elementos próprios da narração, respondendo às seguintes perguntas: Quem? (personagens), Quê? (Atos, enredo), Quando? (dia, hora, momento), Onde? (o lugar da ocorrência), Como? (o modo como se desenvolveram os acontecimentos), Por quê? (A causa dos acontecimentos se for sabida). Recomenda-se que os fatos sejam narrados na seguinte ordem: 1. O acontecimento que gerou a ocorrência ou como ocorreu o empenho. 2. Circunstâncias com as quais o policial se deparou ao chegar ao local da ocorrência. 3. Providências policiais, devidamente fundamentadas e motivadas. 4. Desfecho da ocorrência.

No histórico do ROP, deve-se relatar apenas o que é significativo, selecionar fatos relevantes e evitar que os acontecimentos se amontoem sem nenhum significado. Os dados que forem lançados em campos parametrizados não precisam ser repetidos no histórico, exceto se forem importantes para a narrativa. O histórico deve ser fiel à realidade, dando noção do lugar, circunstâncias e participação dos envolvidos. Deve narrar, de forma concisa e objetiva, todas as informações colhidas no local da intervenção policial, as quais terão valor inestimável nas investigações posteriores.

Em observância aos princípios da legalidade e motivação, o relator da ocorrência deve fundamentar as ações e providências que adotar, principalmente coercitivas, como uso da força, prisões, apreensões e multas. Deve expor, de forma lógica e objetiva, os motivos de fato e de direito que o levaram a adotar tais medidas. Por exemplo, quando o policial apreende um objeto/instrumento que tem relação com o crime, ele deve indicar o motivo de ter tomado essa providência. O ato administrativo não tem eficácia nem validade se não estiver alicerçado no Direito e na Lei. Quando o policial motiva suas ações, ele afasta possíveis suspeitas e resistências. Portanto, deve ser produzido sempre que for solicitada a presença de um policial; é uma forma de comprovar a ação da polícia e o cumprimento de seu dever em atender uma ocorrência.

Ocorrência policial é todo fato ou ato que necessite da intervenção da polícia militar que, segundo a Constituição Federal de 1988, no Artigo 144, parágrafo 5º, atribui às polícias militares, dois grandes campos de atuação “a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública”. O primeiro campo é entendido como a vigilância das atividades normais da sociedade e de intervenção naquilo que se apresente como anormal, em geral um ilícito penal. O policiamento ostensivo, com isso, tem por objetivo inibir práticas infracionais. O segundo campo de atuação, a preservação da ordem pública, é o esforço para manutenção da ordem jurídica, no estado de normalidade, seu restabelecimento quando rompida e seu aperfeiçoamento quando necessário. E dentre as medidas cabíveis, nos casos de constatação do cometimento de crime ou contravenções penais está a confecção do ROP.

4. *Percurso metodológico*

Como dito anteriormente, nossos objetivos são dois: primeiro compreender a relação social, por intermédio da linguagem e das ações, entre os atores sociais – os homens violentados por mulheres e suas agressoras – a partir do gênero textual Relatório de Ocorrência Policial. Segundo, descrever as principais características desse gênero textual, descrever sua configuração textual, identificando as sequências textuais predominantes nos históricos registrados, sem perder de vista aspectos relativos à sua funcionalidade, sua intenção comunicativa e seu campo de atuação. Na interpretação, realizamos a análise textual dos elementos linguísticos que retratam a violência contra o homem, no espaço destinado para o registro da ocorrência.

Seguindo os princípios da pesquisa documental, de base qualitativa, exploramos, para este trabalho, um *corpus* constituído de 03 (três) ROPs, coletados no setor de

estatística do Comando de Policiamento da Capital – CPC – da Polícia Militar, localizado na cidade de Boa Vista-RR. A seleção do material foi realizada a partir da análise das ocorrências que envolvem homens vitimados por mulheres, na cidade de Boa Vista-RR, no ano de 2011.

Para fundamentar este estudo, buscamos respaldo nos pressupostos teóricos e metodológicos advindos das ciências sociais (Grossi 1998; Heilborn 1999; Lisboa 2000; Lima 2000; Medrado 2008; Scott 1985, Júnior, 2012 entre outros), dos gêneros do discurso/gêneros textuais (Marcuschi 2008; Bakhtin 1997, entre outros) e de Leis federal.

As ocorrências selecionadas para essa pesquisa e as infrações nelas descritas, estão relacionadas entre os crimes contra vida; crimes contra a liberdade individual, ambas tipificadas no Código Penal Brasileiro, Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940; e crimes de violência doméstica e familiar contra mulher, tipificada na Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha.

5. Análise dos relatos das ocorrências

Num primeiro momento, pode-se observar que a ação de linguagem realizada por meio desse documento é autorizada por meio da ação sociodiscursiva: registrar uma notícia-crime. O que legitima esse ato são os elementos contextualizadores desse documento, que o valida como pertencente a uma instituição jurídica: o logotipo ou sigla da instituição que a caracteriza como sendo um órgão público, Polícia Militar de Roraima. Na sequência, o número do documento, seguido do espaço destinado para caracterizar a viatura, setor da ocorrência, data, hora do ocorrido, natureza da ocorrência, o local em que os fatos registrados ocorreram, bem como a caracterização dos sujeitos envolvidos: a(s) vítima(s), testemunha(s) e o(s) autor(es) do fato – suposto(s) agressor(es). Por fim, o histórico da ocorrência, dados e a assinatura do/a policial responsável pelo registro da ocorrência. São estas marcas linguísticas: registro da ocorrência, data e hora em que o fato ocorreu e o momento em que foi feito o relato da ocorrência, os dados e a assinatura do policial que fez o registro por escrito, dentre outros, que validam o relatório de ocorrência como um documento.

Em geral, no relatório de ocorrência policial, no espaço destinado para o histórico da ocorrência, as sequências que estruturam o texto – narrativo-descritivo -, apresentam uma estrutura de relato, que sinaliza que o sujeito escritor (o/a policial militar) distancia-se das ideias e proposições apresentadas em seu texto, em vez de

afirmá-las, uma vez que as proposições são atribuídas a outro. Isso significa que o autor, ao apresentar as ideias do outro, não as assumem como sendo de sua autoria.

Passemos à análise dos textos retirados do histórico de ocorrência dos ROPs.

Vejamos o texto (1) a seguir:

Categoria de infração penal: crime contra a vida – homicídio simples: artigo 121 do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Pena – reclusão, de 06 (seis) a 20 (vinte) anos.

ROP 1

Senhor (A) DELEGADO (A) DO 4º DP.

FOMOS ACIONADOS NO ENDEREÇO ACIMA CITADO PARA ATENDER UMA OCORRÊNCIA ONDE AO CHEGARMOS NO LOCAL FOMOS INFORMADOS PELOS CITADOS NOS ITENS 03 E 04 QUE POR VOLTA DAS 05H30MIN O CITADO NO ITEM 01, QUE ESTAVA VISIVELMENTE EMBRIAGADO AGREDIU SUA ESPOSA COM SOCOS SEM MOTIVO APARENTE E MUNIDA DE UMA FACA, A MESMA CITADA NO ITEM 02 SE DEFENDEU DESFERINDO UM GOLPE NO TORAX DO ITEM 01, O QUE OCASIONOU SUA MORTE. EM CONTINUO, A ITEM 02 DESLOCOU-SE COM A FILHA DO CASAL EM RUMO IGNORADO. SAIMOS EM DILIGÊNCIAS E ENCONTRAMOS A CITADA NO ITEM 02 NA CASA DE SUA IRMÃ, NA RUA C 59 COM TRAVESSA DOS MACUXIS NO BAIRRO EQUATORIAL, A MESMA NÃO RESISTIU A PRISÃO E INFORMOU QUE SOMENTE SAIU DO LOCAL PARA PROTEGER SUA FILHA. FOI FEITO O LEVANTAMENTO PERICIAL NO LOCAL E O CORPO FOI REMOVIDO PELA EQUIPE DO IMOL.

Nesse fragmento, considerando o sujeito escritor – o policial –, nota-se que o agente responsável pelo registro do ROP usa a pista linguística “Fomos informados pelos citados nos itens 03 e 04”, sinalizando para o leitor que as informações, ideias apresentadas no histórico da ocorrência não são de sua responsabilidade, mas as atribuí a outros, que são as testemunhas do fato. A respeito disso, Araújo 1997:126 apud Santos afirma que uma estrutura de relato apresenta três critérios básicos:

1. A sentença deve conter, no mínimo, uma estrutura de relato, isto é, um par de orações: a de relato e a relatada. A sentença pode, ainda, incluir um adjunto de relato ou um par de orações do tipo citação e oração citada em discurso direto;
2. A sentença deve conter ideias ou opiniões atribuídas a outros;
3. O escritor deve distanciar-se das ideias que está relatando.

A relação social entre os atores sociais, os envolvidos na ocorrência, percebe-se ser uma relação conjugal conflituosa, que gerou pelo menos uma filha e cujos dados pessoais são desconhecidos. O ROP esclarece a origem do conflito bem como o desfecho – “O item 01, que estava visivelmente embriagado agrediu sua esposa com

socos sem motivo aparente e munida de uma faca, a mesma citada no item 02 se defendeu desferindo um golpe no tórax do item 01, o que ocasionou sua morte”–, mas não esclarece se antes desse conflito houve outros. Segundo a afirmação policial “A mesma não resistiu a prisão e informou que somente saiu do local para proteger sua filha”. Nessa fala, podemos notar uma pessoa consciente de seus atos. Que mulher é essa? Que outro fator a levou a praticar tal ato? Teria ela outros motivos para tanto? Machado e Araújo (2004) apresentam em seu artigo sobre violência relacional, entre outros motivos, a defesa como um revide à violência sofrida anteriormente. A respeito disso, vejamos o diz que Grossi (1998, p. 297) quando define a diferença entre violência e agressão da seguinte maneira:

Considero que a agressão implica e permite revide, é um ato onde não há uma distinção nítida entre sujeito e a vítima da violência que sofreu. Violência, no entanto, é uma agressão que aniquila o indivíduo que a sofre, paralisando-o e impedindo-o de reagir. No entanto, apesar de compartilhar desta distinção entre as categorias violência e agressão, continuo usando a categoria “violência contra a mulher” numa acepção bastante vasta, uma vez que foi em torno desta categoria que se construíam as teorias com as quais para estudar a presença de atos violentos no interior da conjugalidade, no espaço do doméstico, mesmo quando, em muitos casos, trataremos de “agressões” e não “violências” conjugais.

Assim, não se pode afirmar que esses atores sociais viveram/tiveram uma relação conjugal conflituosa constante, e se havia históricos anteriores de agressões; mas podemos afirmar que o desfecho do revide contra a agressão recebida do agressor-marido foi violento, pois acabou aniquilando o companheiro.

Analisemos o texto (2) a seguir:

Categoria de infração penal: crimes da violência doméstica e familiar contra mulher, artigo 7º da Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006, lei Maria da Penha. Julgado pelos Juizados Especializados de Violência Doméstica contra a Mulher (por analogia contra o Homem)

ROP 2

Senhor (a) Delegada,

AO SERMOS ACIONADOS VIA CECOP 190, NO ENDEREÇO ACIMA A INFRA-TORA DO ITEM 1 ESTAVA AGREDINDO SEU COMPANHEIRO O ITEM 3, E A ITEM 2 AO TENTAR DEFENDER O PAI O ITEM 3, TAMBÉM FOI AGREDIDA E SOFREU MAUS TRATOS E AMEAÇAS DA ITEM 1, QUE O ITEM 5 ESTAVA EM ESTADO DE CHOQUE E VIZINHOS O ACOLHERAM, A VIZINHANÇA INFORMOU SER DE COSTUME QUE A ITEM 1 DECORRE NOS MESMOS ATOS CRIMINOSOS PARA COM SEU COMPANHEIRO E FILHOS. SOLICITO-VOS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS.

O exemplo (2) contraria em parte os critérios mencionados anteriormente. Vejamos: depois de relatar como tomou conhecimento da ocorrência, o PM afirma que ao chegar ao local da ocorrência a suposta agressora estava agredindo o companheiro, a filha e o filho: “A infratora do item 1 estava agredindo seu companheiro o item 3, e a item 2 ao tentar defender o pai o item 3, também foi agredida e sofreu maus tratos e ameaças da item 1, que o item 5 estava em estado de choque e vizinhos o acolheram”. Nesse fragmento, percebe-se que o policial presenciou a cena de agressão contra marido e filhos praticada pela mulher. Mais adiante, retoma a estrutura do relato: “A vizinhança informou ser de costume que a item 1 decorre nos mesmos atos criminosos para com seu companheiro e filhos”, pois a informação relatada é atribuída à vizinhança.

A relação social entre esses atores sociais – marido e filhos agredidos e mulher agressora – é de agressão “A infratora do item 1 estava agredindo seu companheiro o item 3, e a item 2 ao tentar defender o pai o item 3, também foi agredida e sofreu maus tratos e ameaças da item 1, que o item 5 estava em estado de choque”; de conflitos e de conturbação a bastante tempo, fato comprovado na pista linguística “A vizinhança informou ser de costume que a item 1 decorre nos mesmos atos criminosos para com seu companheiro e filhos”. Estamos diante de um crime de agressão ou de violência doméstica e familiar? Bem, considerando a Lei 11.340/06, conhecida com Lei Maria da Penha, estamos diante de ambos crimes. Porém, baseados nos crimes de gênero, definidos na Lei Maria da Penha, estamos diante, sim, de um crime de violência doméstica e familiar; mas em vez de ser cometida por um homem contra uma mulher é o contrário. Estamos diante de um homem e os filhos agredidos pela mulher/mãe. Como visto anteriormente, o Juiz Mário Roberto Kono de Oliveira, da vara Especial Criminal Unificado de Cuiabá, aplicou a Lei 11. 340/06, designada como Lei Maria da Penha, utilizada nos casos de mulheres que alegam sofrer violência intrafamiliar, para homens que sofrem de violência intrafamiliar por mulheres. O primeiro caso foi realizado por ele, cuja vítima, um homem, alegava que estava sofrendo agressões físicas, psicológica, entre outras. Nesse caso, se fundamentou na lei da proporcionalidade e acrescentou que este mecanismo jurídico representa,

É sim, ato de sensatez, já que não procura o homem se utilizar de atos também violentos como demonstração de força ou de vingança. E compete à Justiça fazer o seu papel e não medir esforços em busca de uma solução de conflitos, em busca de uma paz social.

Analisemos o texto (3) a seguir:

Categoria de infração penal: dos crimes contra a liberdade individual: crime de ameaça, artigo 147 do Decreto-Lei 2.848 de 07 de dezembro de 1940. Lei julgada pelos Juizados Criminais Especiais – crimes de menor potencial ofensivo. Pena – detenção, de 01 (um) a 06 (seis) meses ou multa. Parágrafo único: somente se procede mediante representação.

ROP 3

Senhor (A) DELEGADO (A), ACIONADOS VIA CECOP (190) PARA OCORRÊNCIA DE AMEAÇA COM ARMA DE FOGO; NO LOCAL, A VÍTIMA (ITEM 01) E AS TESTEMUNHAS AFIRMARAM QUE A (ITEM 02) ADENTROU A SEDE DA SODIUR COM UMA ARMA DE FOGO NA MÃO (A PRINCÍPIO CAL. 38) SE DIRIGIU AO (ITEM 01) ENCOSTOU A ARMA NO PESCOÇO DA VÍTIMA (ITEM 01) E LHE FALOU, “QUE O MESMO IRIA MORRER PORQUE BEBEU EM SUA DISTRIBUIDORA E NÃO PAGOU”, MOMENTO EM QUE O SR. CLAUSS¹ (ITEM 04) INTERVIU E LHE CONVENCEU A NÃO ATIRAR E SAIR DA SEDE DA “SODIUR”, MOMENTO QUE EMPREENDEU FUGA. DE IMEDIATO DESLOCAMOS A DISTRIBUIDORA DA MESMA, ONDE ELA TAMBÉM RESIDE. TODAVIA NÃO LOCALIZAMOS A MESMA, PORÉM, ENQUANTO AVERIGUAVAMOS A RESIDÊNCIA NA HORA A CONDUZIDA SURTIU EM UM VEÍCULO GOL PRETO (AAA -9999), VEÍCULO COM AS CARACTERÍSTICAS EXATAS QUE HAVIAM SIDO REPASSADAS PELAS TESTEMUNHAS, SENDO A CONDUZIDA (ITEM 02) ABORDADA E REVISTADA, ASSIM COMO SEU VEÍCULO. TODAVIA, A CONDUZIDA NO MOMENTO DA ABORDAGEM EXALTOU-SE, INCLUSIVE OFENDEU ESTE SIGNATÁRIO, CHAMANDO-ME DE “PRETO SAFADO”, “PRETINHO DE MERDA” E “VAI TOMAR NO CU, SEU PRETO”, SENDO NECESSÁRIO ALGEMÁ-LA PARA CONTÊ-LA, QUE TAMBÉM NEGAVA-SE A NOS ACOMPANHAR.

CONTUDO, JÁ DEPOIS DE ESTAMOS NA DELEGACIA A FILHA DA CONDUZIDA SRª FILOMENA FILINTA², RETORNOU A RESIDÊNCIA PARA PROCURAR A ARMA, PORÉM, SÓ LOCALIZOU A IDENTIDADE DA VÍTIMA, QUE SUA MÃE (ITEM 02) HAVIA TOMADO DA VÍTIMA NO MOMENTO DA AMEAÇA.

Neste relato retoma-se o dito sobre a estrutura do relato, isto é, depois de o sujeito ter afirmado como tomou conhecimento da ocorrência, relata que a vítima e as testemunhas afirmaram que a agressora invadiu um local com uma arma de fogo em punho: “No local, a vítima (item 01) e as testemunhas afirmaram que a (item 02) adentrou a sede da Sodiur com uma arma de fogo na mão”. Neste exemplo, o policial não presenciou nada. Ao chegar ao local o fato já havia ocorrido. Porém, mais adiante faz afirmações, e ainda faz uso de citações em discurso direto: “A conduzida

¹ Nome fictício para preservar a verdadeira identidade dos sujeitos envolvidos.

² idem

no momento da abordagem exaltou-se, inclusive ofendeu este signatário, chamando-me de “preto safado”, “pretinho de merda” e “vai tomar no cu, seu preto””. No relato, ora narra “A (item 02) adentrou a sede da Sodiur com uma arma de fogo na mão (a princípio cal. 38) se dirigiu ao (item 01) encostou a arma no pescoço da vítima (item 01) e lhe falou,”; ora afirma “Na delegacia a filha da conduzida Sr^a Filomena Filinta, retornou a residência para procurar a arma, porém, só localizou a identidade da vítima, que sua mãe (item 02) havia tomado da vítima no momento da ameaça”. É interessante ressaltar, que na sequência descritiva que estrutura o relato, percebemos a voz da instituição, que se mantém imparcial diante das versões apresentadas pela vítima. Já na estrutura narrativa, percebe-se claramente a voz da vítima, por meio das ações que ela descreve e as assume como sendo de sua autoria. Assim, embora a vítima não assinie o ROP, ela assume as ações narradas naquele texto, pois o/a policial redator faz o registro do histórico da ocorrência embasado na fala dos envolvidos.

A relação social entre esses atores sociais é comercial, e por questão pecuniária se estabelece o conflito. Quer dizer, há dois tipos de conflitos: o primeiro se dá ainda no comércio quando o cliente após consumir a bebida decide sair sem pagar. Não se sabe se a agressora estava no momento do pagamento da dívida, que não acontece. O registro da ocorrência nos mostra a agressora dentro da Sodiur, com uma arma de fogo na mão e ao encostá-la no pescoço da vítima, e, de forma agressiva, cobra a dívida dizendo: “Que o mesmo iria morrer porque bebeu em sua distribuidora e não pagou”. Diante dessas pistas linguísticas, pode-se afirmar que essa mulher agiu de forma truculenta, pois agiu mal apenas tanto com aquele que deixou de quitar sua dívida com ela, quanto com força policial. Nesse relato vemos além do crime de agressão, vemos o crime de porte de arma de fogo (embora não se tenha materialidade desse crime), desobediência, desacato e o crime de racismo. Estamos diante do que Machado e Araújo 2004, apud Júnior 2012 firmam: “Isto implica que novas formas de feminilidades e masculinidades estão surgindo na modernidade tardia, e tal ideia nos leva a compreender que estes atores sociais estão ocupando lugares anteriormente reservados apenas a um ou a outro”. Seria ela uma mulher-masculino?

6. *Considerações finais*

Refletir como homens e mulheres interagem entre si é muito mais do que tentar compreender diferenças performáticas de gênero, assim como tratar de diferenças fisiológicas e psicológicas. As pesquisas nesta área se concentram em compreender como as tramas sociais que envolvem esses atores operam e se perpetuam como pa-

radigmas que, por sua vez, influenciam o modo como esses vivem e interagem entre si. Há um tempo as pesquisas sobre violência relacional apontavam para um alto índice de homens que agrediam mulheres, sendo isso efetivamente um fato social cujos motivos merecem investigação. Nem sempre é fácil compreender o fenômeno violência, uma vez que se trata de um fenômeno social multifacetado e baseado em questões de poder. Observa-se que, atualmente, alguns fenômenos anteriormente mapeados apenas pelo poder masculino estão também ao alcance do feminino. Isto indica que as pesquisas sobre gênero social devem focar seus estudos sobre indivíduos sociais e não buscar dissimetrias de gênero, pois não estamos falando de uma mulher sofrendo violência, não estamos falando de um homem praticando violências, mas estamos falando de um homem ou de uma mulher que praticam violências.

Portanto, denunciar um ato de violência de gênero é retirá-lo do âmbito privado e transformá-lo em objeto visível, é torná-lo público. Geralmente, quando alguém liga para a polícia é para pedir ajuda; e o primeiro procedimento legal, depois de atender a ocorrência policial, é o registro do ROP. Documento oficial que obedece a certos padrões linguísticos e tem a função de registrar, de forma detalhada, o histórico da ocorrência, bem como a caracterização dos sujeitos envolvidos na cena enunciativa e das circunstâncias dos eventos narrados e descritos.

Por isso, este estudo se utilizou desse material linguístico como *corpus* a ser investigado no que diz respeito a compreender a relação social, por intermédio da linguagem e das ações, entre os atores sociais – os homens violentados por mulheres e suas agressoras – a partir desse gênero textual, utilizado como registro de denúncia de crimes; bem como analisar e descrever a configuração textual desse gênero textual pertencente a uma instituição da esfera policial, PMRR. Com relação ao plano de texto do histórico registrado no boletim de ocorrência, percebemos que ele se estrutura em sequências descritivas e narrativas, apresentando, também, uma estrutura de relato. Nessa estrutura, percebemos a presença de duas vozes que interagem no texto. Na sequência narrativa aparece a voz da vítima, que narra os fatos conforme ocorreram, em um determinado tempo e espaço, assumindo a responsabilidade por aquilo que está sendo narrado. Na sequência descritiva, por meio do relato registrado, percebemos a voz da instituição, que se mantém imparcial diante dos fatos apresentados.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997a.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frates-chi Vieira. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 1997b.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 de out de 2014.

BRASIL. Código Penal. **Decreto-lei n. 2.848**, de 07 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 20 de out de 2014.

BRASIL. **Lei 11.340**, de 07 de Agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, 2006. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 20 de out de 2014.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Mato Grosso. **Autos de nº 1074/2008**. Decisão Interlocutória. Querelante: Celso Bodegatto. Querelada: Márcia Cristina Ferreira Dias. Juiz

FUZER, Cristiane. **Linguagem e representação nos autos de um processo penal**: como operadores do direito representam atores sociais em um sistema de gêneros. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, na área de estudos linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2008. Disponível em: <http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tde_arquivos/16/.../CRISTIANEFUZER.pdf>. Acesso em: 10 de out de 2014.

GROSSI, Mirian Pillar. **Rimando amor e dor**: reflexões sobre a violência afetivo-conjugal. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Mirian Pillar (Orgs.). Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Mulheres, 1998.

HEILBORN, Maria Luiza. **“De que gênero estamos falando?” Sexualidade, Gênero e Sociedade**. Ano 1. n. 2. Rio de Janeiro: Editora IMS/UERJ, 1994. Disponível em: <<http://sistema.clam.Org.br/biblioteca/?q=node/99>>. Acesso em: 9 maio 2009.

JUNIOR, Manoel Sebastião Nascimento. **Análise crítica do discurso nos estudos de violência relacional**: homens violentados por mulheres nos gêneros boletim de ocorrência e termo circunstanciado, 2012. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina. Disponível em: <http://aplicacoes.unisul.br/pergamum/pdf/104795_Manuel.pdf>. Acesso em: 10 de out de 2014.

JUSBRASIL. **Lei Maria da Penha é Aplicada para Proteger Homem**. Brasil, 2008. Disponível em: <<http://direito-publico.jusbrasil.com.br/noticias/157860/lei-maria-da-penha-e-aplicada-para-proteger-homem>>. Acesso em: 20 de out de 2014.

MACEDO, Wilza Karla Leão. **Por saussure e bakhtin**: concepções sobre Língua/linguagem. I Congresso Nacional de Linguagens e Representações: Linguagens e Leituras. UESC - ILHÉUS – BA, 2009. Disponível em: <http://www.uesc.br/eventos/iconlire-anais/iconlire_anais/anais-53.pdf>. Acesso em 10 de out de 2014.

MACHADO, Danusa de Almeida; ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência de Gênero: quando o homem é a vítima. In: ARAÚJO, Maria de Fátima; MATTIOLI, Olga Ceciliato (Orgs.). *Gênero e Violência*. São Paulo: UNESP/Editora Arte e Ciência, 2004.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Pará-bola Editorial, 2008.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. **Manual de redação**. Elaborado por Carlos Alberto Sant’Ana Pedroso et al. Belo Horizonte: Oficina Redatorial “Guimarães Rosa”, 1996. 226 p.

GT22 E GT26 - DIREITOS DE PROPRIEDADE E UTILIZAÇÃO DE
RECURSOS NATURAIS: PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO PELO
VIÉS DA SUSTENTABILIDADE / POLÍTICAS PÚBLICAS, FEDERALISMO
E QUESTÃO TERRITORIAL NA AMAZÔNIA

A IMPORTANCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS PISCICULTORES NO MUNICIPIO DE BOA VISTA

1. Introdução

O agronegócio brasileiro é um dos setores da economia brasileira que tem mais apresentado crescimento significativo e constante ao longo dos últimos anos. Este setor se tornou um dos maiores responsáveis pelos constantes superávits da Balança Comercial do Brasil.

Apesar de deficientes as medidas governamentais sobre a política de financiamento e preços destinada ao setor agropecuário, este setor tem movimentado milhões de reais em volume financeiro, gerando milhares de empregos e transformando algumas regiões do país.

Esse cenário se apresenta como algo desafiador para muitos produtores rurais brasileiros. A competitividade, fator que no passado era assunto restrito às áreas do comércio e indústria, atravessou hoje a fronteira do agronegócio e bate à porta dos produtores rurais, independentemente da atividade que desenvolve e de seu tamanho.

A necessidade de conhecer, sobre a atividade de piscicultura, e ainda, com o setor em plena expansão, com índices relevantes para a economia local, em termos de produção, comercialização, geração de emprego, renda, impostos, contribuição para o PIB estadual e divisas com as exportações, define-se como tema deste trabalho a importância das políticas públicas para os piscicultores no município de Boa Vista – RR.

Como delimitação do tema, toma-se por base uma pesquisa voltada para os empresários em evidência da piscicultura, destacando-se suas instalações situadas no município de Boa Vista, localizado no Estado de Roraima.

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: eloisenhoras@gmail.com

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: carlos.costa@ufr.br

*** Universidade Federal de Roraima. E-mail: max.ferreira@ufr.br

Entretanto, como forma de alcançar o tema proposto, desenvolveu-se como objetivo geral da pesquisa verificar se as empresas rurais no ramo da piscicultura tem acesso às informações de incentivos fiscais e políticas públicas e se a utilizam para a tomada de decisão.

Para atingir esta meta discriminamos os objetivos específicos: averiguar o perfil dos piscicultores e examinar se as empresas rurais abordadas conhecem e fazem uso dos incentivos fiscais.

Como justificativa para seu desenvolvimento pode-se afirmar que é de extrema importância sua realização, pois representa um tema atual, entretanto, precariamente difundido. E devido a esta relevância do tema sugerido que se pretende oferecer uma base teórica aos profissionais e aos próprios empresários rurais para a tomada de decisão.

Sendo assim, interessa investigar qual a importância das políticas públicas para os piscicultores no município de Boa Vista?

2. Fundamentação teórica

2.1. O Empresário Rural e a Atividade Rural

As constantes mudanças no cenário econômico-financeiro das organizações dos últimos tempos têm exigido dos profissionais uma constante atualização. Esses profissionais se especializam e criam empresas com o intuito de se tornarem competitivas e permanecerem no mercado.

Em contraponto temos uma realidade bastante peculiar, empresas estas, que estão à margem dessa realidade, onde sequer conhecem seus produtos, não possuem tecnologia e nem imaginam o que significa atuar em um mercado comum.

O setor agropecuário não está muito distante desta realidade. Por um lado existem excelentes empresários rurais com formação em nível superior e pós-graduação nas áreas de agronomia, zootecnia, veterinária, etc. Por outro lado existem também aqueles empresários que não se especializaram que vivem da terra como meio de sobrevivência, não atendendo as novas exigências do mercado e com isso mantem uma forma primitiva de cultivo da terra e exploração rural.

A pequena agricultura tem uma significativa colaboração na produção total de alimentos e emprega a grande maioria dos agricultores. Esses números surpreendem, pois historicamente, as políticas públicas beneficiaram em particular os grandes latifundiários, em detrimento dos pequenos agricultores, que quase sempre ficaram sem apoio institucional.

Com isso é importante discutir o conceito de empresário rural, sendo aquele segundo o art. 966 da lei nº 10.406/02, introduzida pelo Código Civil, que “exerce profissionalmente atividade econômica para a produção ou circulação de bens ou serviços”.

Essa atividade de produção, realizada de forma profissional, com a finalidade de gerar riqueza, reconheceu o trabalho do produtor rural como o de criação de bens e serviços, passando a ser chamado de empresário rural, possuidor de Empresa Rural.

O Manual de Orientação da Previdência Social na Área Rural (2003) define produtor rural como sendo

“[...] a pessoa física ou jurídica, proprietária ou não, que desenvolve em área urbana ou rural, a atividade agropecuária, pesqueira ou silvicultura, bem como a extração de produtos primários, vegetais ou animais, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou prepostos”.

Após estes entendimentos podemos começar a discutir novos conceitos. Conceitos estes que se une ao empresário rural que para explorar a capacidade produtiva do solo, criando-se então, empresas rurais, estas podendo ser definidas segundo Marion (2009), como aquelas que tem a capacidade de explorar de forma produtiva o solo por meio do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de produtos agrícolas.

Segundo Crepaldi (1998) empresa rural ainda possui as características de explorar as atividades que dizem respeito às culturas agrícolas, criação de gado ou culturas florestais, com a finalidade de obtenção de renda.

As empresas rurais têm por finalidade utilizar a capacidade produtiva da superfície do solo, utilizando para isso meios apropriados que permitam ao produtor rural obter os produtos da natureza com maior abundância e maior retorno econômico.

O campo de atividade das empresas rurais pode ser dividido em três grupos distintos:

- a) Atividade agrícola – produção de vegetal.
- b) Atividade Zootécnica – produção animal.
- c) Atividade agroindustrial – indústrias rurais.

2.2. Conceitos e Breve Histórico sobre a Aquicultura

A aquicultura pode ser definida como o cultivo dos seres que tem na água o seu principal ou mais frequente ambiente de vida. Desta forma, abrange não apenas

os organismos estritamente aquáticos, mas também os que passam menos tempo de sua existência na terra, principalmente animais que podem ser utilizados para a alimentação humana.

Para FAO (2008) o cultivo controlado ou semi-controlado de animais aquáticos pelo homem é uma atividade que teve início na China, há uns 4.000 anos aproximadamente, com o monocultivo da carpa. Mas, antes disso, os chineses já utilizavam as macroalgas marinhas como fonte de alimento.

Pode-se perceber então, que o oriente foi o berço da aquicultura, e não é coincidência que hoje, o continente asiático responda por cerca de 90% da produção mundial dos alimentos provenientes da água sendo que a China é responsável por mais da metade dessa produção.

A partir de 1950 desenvolveram-se simultaneamente três fatores que modificaram intensamente a fisionomia da aquicultura: modernização dos meios de comunicação e de transporte, aperfeiçoamento da reprodução artificial e progresso no campo da nutrição, com o desenvolvimento dos alimentos balanceados. Os atuais avanços que estão sendo conquistados na área da genética poderão, em pouco tempo, possibilitar o aumento do número de espécies aquáticas domesticadas.

2.3. Contexto Histórico da Piscicultura

Segundo o que destaca Araújo (2003) a piscicultura, bem como a aquicultura, teve a sua origem na China, quando monges capturavam alevinos de carpas e faziam a engorda em cativeiro a fim de ter pescado a qualquer época do ano.

Para Araújo (2003) a Piscicultura é um dos ramos da aquicultura que se preocupa com o cultivo de peixes, bem como de outros organismos aquáticos que vem crescendo rapidamente nos últimos anos, transformando-se numa indústria que movimentava milhões de dólares em diversos países.

Dados divulgados pela MPA (2010) mostra que a piscicultura vem crescendo rapidamente nos últimos anos e estima-se que seja produzido anualmente no Brasil, ao redor de 200 milhões de alevinos, tendo estimativa de produção nacional de pescado da ordem de 60 mil toneladas ano.

Enquanto que na piscicultura podemos obter produtividade acima de 10 toneladas de pescado por hectare com baixo custo, a produção de carne bovina em área correspondente, não passa de 60 quilos. A piscicultura possibilita o melhor uso racional de área como alagados, rios, represas, áreas escavadas por olarias, mangues, etc. por ser o peixe um indicador de qualidade de água, sua criação não compromete os recursos hídricos como as demais explorações zootécnicas.

2.4. *A Importância da Piscicultura para a Economia Mundial e Regional*

Segundo a SUFRAMA (2003) a atividade da aquicultura tem sido propagada como um negócio mundial de valor equivalente a 42 bilhões de dólares, resultando numa produção de cerca de 100 milhões de toneladas por ano, incluindo-se aí os organismos aquáticos extraídos e aqueles cultivados. Do total produzido, 27 milhões advêm de cultivos. Destes, 13 milhões e 500 mil são obtidos com a piscicultura.

Em estudos realizados pelo Banco Mundial e pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação.) sobre diagnósticos e diretrizes para a pesca continental, ficou constatado que a queda na produção mundial de pescado vem-se acentuando desde 1995, fato atribuído a problemas inerentes à pesca predatória e à poluição dos oceanos, mares e rios. Visando sanar esse problema, bem como superar um déficit de pescado, estimado na ordem de 28 milhões de toneladas, tais estudos estabeleceram que até 2010 a aquicultura devesse contribuir com 40% da produção mundial de pescado o que equivale a 40 milhões de toneladas.

Acrescenta-se ainda o fato de que a piscicultura permitir o surgimento, o crescimento e a sustentação da agroindústria do pescado, fator que merece destaque devido ao tamanho do mercado potencial amazônico, nacional e internacional,

Assim, a piscicultura é também considerada como atividade complementar aos programas de conservação, recuperação e ampliação dos estoques naturais, dada a queda acentuada que vem apresentando o setor pesqueiro. Conforme estudos realizados pela Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) (2001), os recursos pesqueiros, especialmente os relativos às grandes espécies, como o pirarucu, o tambaqui, o surubim e o peixe-gato, diminuíram consideravelmente.

Dessa forma, aliada a problemas de reposição de estoques das espécies, tem-se a necessidade de atendimento da demanda interna e externa em relação à carne do pescado, cuja procura tem se mostrado crescente em função da excelente qualidade proteica que o produto reúne. Paralelamente, destaca-se a necessidade de superação dos déficits alimentares.

Segundo dados divulgados no Portfólio de Produtos Potenciais da Amazônia (1998), a piscicultura é o ramo da aquicultura que apresenta maiores potencialidades, tanto em termos nutricional e econômico, quanto em relação ao aspecto de sustentabilidade ecológica. A grande extensão da hidro bacia amazônica brasileira, que corresponde a 6.112.360km², inclui uma grande variedade de espécies de peixes, cujas estimativas variam entre 1.300 e 2.500 espécies.

Segundo dados do IBGE (2010) o peixe é um dos recursos naturais mais abundantes e consumidos na região amazônica. O número estimado de espécies biológicas gira em torno de 2.500, o que representa, aproximadamente, 8% dos peixes de todo o mundo, 30% dos peixes de água doce e 75% dos peixes de água doce do Brasil.

A pesca na Amazônia é basicamente uma atividade extrativista, condicionada, portanto, pelo nível das águas dos rios com superprodução na época de "seca" e de escassez durante a época da "cheia" e o que influi decisivamente no preço final do produto.

Uma alternativa para minimizar os efeitos da sazonalidade é a criação de peixes em cativeiros que além de propiciar um equilíbrio entre a oferta e demanda no mercado regional, estabilizado os preços ao longo do ano, também poderá contribuir para incrementar a comercialização não só para o restante do país como para o mercado internacional.

Em seu relatório MPA (2003 a 2009) destaca que apesar da diversidade da ictiofauna na Amazônia, apenas 36 espécies são comercializadas, das quais somente dezoito apresentam produção significativa. Dentre estes destacam-se as relacionadas a seguir e que são recomendadas como espécies potenciais para a piscicultura na Amazônia Ocidental: Matrinxã (*Brycon Cephalus*), Tambaqui (*Colossom Macropomum*), Cuimatã (*Prochilodus Nigricans*), Pirarucu (*Arapaima gigas*), Pirapitinga (*Piaractus Brachyponius*), Acará-açú (*Astronotus Ocellatus*), Aracu (*Leoporinus Spp*) e peixes de couro em geral (Cat Fish).

2.5. Principais problemas da Piscicultura na pequena propriedade no Brasil

A piscicultura conta com dois tipos heterogêneos de produtores, que possuem condições distintas de inserção nos seus respectivos mercados. De um lado, alguns piscicultores podem ser enquadrados como produtores capitalizados, que realizam investimentos significativos na produção. Outros, entretanto, buscam na piscicultura uma alternativa de renda, sendo este o caso de grande parte dos pequenos piscicultores.

Segundo Proschmann e Tredezini (2003) a piscicultura confronta-se com diferentes barreiras em todos os elos de sua cadeia produtiva, comprometendo, assim, em maior ou menor grau, o seu desempenho. E estas barreiras significam consideráveis entraves à lucratividade da atividade pelos pequenos produtores, principalmente sobre aqueles menos capitalizados.

A piscicultura é marcada pelo grande número de pequenos produtores, com pouca utilização de técnicas apropriadas na criação, utilizando-se apenas dos conhecimentos adquiridos no dia-a-dia da produção. Com a utilização de ração inadequada e sem o controle correto da água, a produtividade dos tanques ou redes cai, e a qualidade do produto fica comprometida.

Grande parte dos pequenos produtores não é capaz de produzir em escala e com competitividade, em vista do baixo poder econômico e das dificuldades de organização.

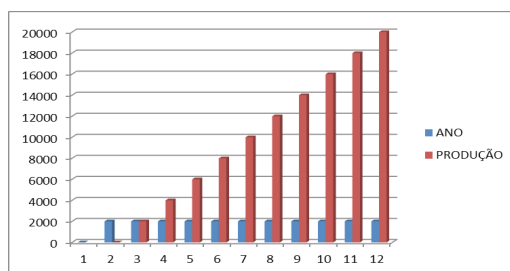
Segundo os autores citados, os principais gargalos enfrentados pela piscicultura na pequena propriedade são:

- Alto custo dos insumos apropriados (principalmente ração);
- A carência de assistência técnica e de cursos de qualificação de mão-de-obra;
- A falta de organização da produção;
- A baixa agregação de valor;
- A deficiência na comercialização (escala de produção insuficiente para atender a demanda);
- Inobservância das legislações ambientais e sanitárias.

2.6. A Piscicultura em Roraima

Roraima tem seguido a tendência mundial com crescimento contínuo de produção de peixe e as expectativas são de crescimento ainda maior para os próximos anos.

Figura 1: Evolução da produção de peixe no Estado de Roraima nos últimos 10 anos



Fonte: IBAMA, 2011

Tabela 1: Estatística de produção para nos últimos anos 10 anos em Roraima.
(em tonelada)

ANO	PESCA	AQUICULTURA	TOTAL
2001	250	700	950
2002	262	1000	1262
2003	349	1300	1649
2004	419,5	1710	2129,5
2005	738	1967	2750
2006	721	2341	3062
2007	700	2400	3100
2008	715	2600	3415
2009	720	2300	3200
2010	750	4000	4800

Fonte: IBAMA, 2011

Conforme observados nos quadros e gráficos anteriores no estado de Roraima, o segmento de piscicultura está em franco crescimento, com boas respectivas para atuais e novos empreendimentos.

O consumo de peixe em Roraima foi estimado em 5.000 toneladas/ano, para o ano de 2011 segundo dados do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente. Vale destacar que os dados acima são oficiais e constam em publicações do próprio IBAMA, todavia, os dados relativos à importação/consumo e a produção de piscicultura irregular foram estimados.

O consumo de peixe oriundo de outros estados, (principalmente do Amazonas), já atingiu a marca de 1.320 a 1.500 toneladas por ano, porém atualmente não atinge nem metade.

Segundo dados do IBAMA (2011). O mercado interno absorve 80% do que é produzido em cativeiro no estado de Roraima, o restante 20% é vendido pelos produtores locais ao mercado do Amazonas através de compradores que fazem a negociação direta com o produtor rural.

Ainda de acordo com os dados levantados da Associação de Piscicultores do Estado de Roraima pode-se afirmar que a produção local poderia até ser comercializada no mercado interno. Ainda segundo a associação o Estado de Roraima para o ano de 2010 foram feitas estimativas, visto que, não foram publicados resultados oficiais, e para o ano de 2011, estimou que o consumo local devesse ficar em torno de 5.000 toneladas por ano.

Os cinco principais municípios produtores de peixe representam juntos cerca de 72% de toda produção de peixes em cativeiro no Estado de Roraima.

Tabela 3: Previsão de produção da Piscicultura nos municípios produtores em Roraima

Município	População	Recomendação da FAO para consumo per capita = 20kg	Levantamento da FGV p/ consumo per capita = 44 kg	Produção em cativeiro e pesca 2011
Alto Alegre	16.448	320 (t)	640(t)	700(t)
Amajari	9327	180(t)	320(t)	733(t)
Boa Vista	284.313	5600(t)	11200(t)	1100(t)
Bonfim	10.943	200(t)	400(t)	900(t)
Cantá	13.902	260(t)	520(t)	800(t)
Caracaráí	18.398	360(t)	720(t)	30(t)
Caroebe	8.114	160(t)	320(t)	110(t)
Iracema	8.696	192(t)	400(t)	46(t)
Mucajáí	14.792	300(t)	600(t)	90(t)
Normandia	8.940	180(t)	360(t)	30(t)
Pacaraima	10.433	210(t)	420(t)	90(t)
Rorainópolis	24.279	500(t)	1000(t)	150(t)
S.J do Baliza	6.769	120(t)	240(t)	90(t)
S. L do Anauá	6.750	120(t)	240(t)	100(t)
Uiramutã	8.375	155(t)	310(t)	40(t)
Total de Habitantes	450	-----	-----	-----
Criação em cativeiro	-----	8857(t)	17714(t)	5050(t)
Pesca	-----	-----	-----	800(t)
Total	-----	8857(t)	17714(t)	5850(t)

Fonte: IBGE, 2010

Os dados acima representam uma previsão de produção de 15 municípios do estado de Roraima e projeções feitas pela and Food Agriculitive Organization – FAO (2008), sobre o consumo per capta de 20 kg. De acordo com levantamento da fundação Getúlio Vargas FGV o consumo per capita amazônico é de 44kg por habitante ano.

Segundo pesquisa de orçamento familiar elaborada pelo IBGE, o consumo per capita de peixe em Roraima no ano de 2010 foi estimado em 8,857kg/ano, levando em consideração esse consumo per capita para uma população de 450.479 habitantes, segundo o IBGE 2010, o consumo em 2007 foi de 3.502,60 toneladas/ano.

De acordo com os produtores entrevistados para a pesquisa, os produtores rurais, que exploram a piscicultura no estado, produzem uniformemente durante todo ano, influenciando assim positivamente tanto na regularização da oferta de peixe quanto na atenuação da variação de preços ao longo do ano.

Segundo dados obtidos pela fundação Getúlio Vargas em parceria com a SUFRAMA, em Roraima ainda não existe um frigorífico voltado ao beneficiamento do pescado. Porém, há um interesse por parte dos produtores locais em atuarem conjuntamente a fim de estabelecerem um empreendimento visado exportar o pescado beneficiado.

Para o SEBRAE-RR, no estado as áreas potenciais para investimento de acordo com os dados, são: Boa Vista, Bonfim, Alto Alegre, Cantá, Mucajaí, Iracema, Rorainópolis, São Luiz, São João da Baliza e Caroebe, devido as características regionais e as vantagens locais.

Quanto à infra-estrutura, os municípios de Bonfim e Cantá, situados a mais ao norte, estão ligados a capital do estado pela BR-401 que liga o estado a Guiana, os demais, ao sul tem acesso a Boa Vista, a Manaus e ao Caribe pela BR-174. As condições de tráfego dessas rodovias são razoáveis, mais torna-as ruins períodos de chuvas.

2.7. *Demanda*

Os consumidores podem ser divididos em dois grandes grupos, ou seja, o da capital Boa Vista e os dos demais municípios.

Os peixes mais comercializados em Boa Vista são: Tambaqui, Matrinxã, Aracu, Pacu, Filhote, Dourado, Surubim e Pirarucu.

Devido os consumidores da capital ainda podemos dividir em três subgrupos, ou seja, os consumidores do centro da cidade, os consumidores da periferia e os proprietários de restaurantes.

Os consumidores do centro da cidade compram o tambaqui fresco, e eviscerado e semi-processado na forma “ticada”, “cortada em pedaços”, “filetada” e ainda sem “espinhas”. Este consumidor também compra o peixe de pele em postas ou na forma de filés.

Os consumidores da periferia, também compram tambaqui fresco, o qual pode ser um peixe de menor peso, geralmente eviscerado, com ou sem escamas. Nos bairros mais afastados também existe o comércio de outras espécies de peixes “de escamas”, regionais ou importados de Manaus.

Já com relação aos municípios do interior a divisão se dá em dois subgrupos os donos de restaurantes e os moradores locais. Os donos de restaurantes compram em Boa Vista, principalmente o tambaqui, pois esta espécie já não tem mais entre safra enquanto que a oferta dos peixes regionais fica sujeitas as condições climáticas e a legislação ambiental.

Os moradores locais diversificam o consumo de acordo com os peixes encontrados durante o ano, visto que parte dos consumidores tem hábito de consumir os peixes regionais capturados durante o período de pesca, ou adquiridos em cativeiros.

2.8. Preços

Segundo pesquisa realizada nos principais estabelecimentos/comercio e produtores/fornecedores de pescados/ em Roraima os preços praticados no mercado local especificamente o do Tambaqui em 2011 são, no varejo, até 2 Kg correspondente a R\$10,00.

Para o atacado até 2Kg o preço é de R\$ 6,00 Kg, acima de 2Kg o preço é de R\$ 7,00. Os preços sobem a medida que o peso do peixe é maior podendo chegar a 7,50 a 8,00 por quilo os peixes maiores. Não há preço fixado pelo setor publico. Afixação se faz de acordo com a lei da oferta e da demanda.

Para o mercado de Manaus os preços são praticados de acordo com o tamanho e peso peixe. Os valores variam de R\$ 6,50 a 7,80 por Kg no atacado. A diferença de se dá em virtude do mercado Amazonense comprar em grandes quantidades.

2.9. Oferta

Das 3.062 toneladas ofertadas, em 2010, no Estado, cerca de 2.492 toneladas/ano foram oriundas de criatórios do Estado, 721 toneladas/ano foram capturadas nos rios de Roraima. A produção oriunda de criatórios, somada com a captura é entendida como a produção de pescado no mercado interno.

Além disso, entraram no Estado de Roraima, no ano de 2009, aproximadamente 900 toneladas oriundas do Amazonas.

Os principais fornecedores no Estado são os proprietários de criatórios, os intermediários que compram os pescados no Estado do Amazonas e as associações de Pescadores das Colônias Localizadas no entorno da capital.

Segundo dados do SEBRAE de Roraima, parte da produção do estado de Roraima foi exportada para o Amazonas.

- a) No ano 2008, aproximadamente 600 toneladas;
- b) No ano 2009, aproximadamente 800 toneladas;
- c) É uma previsão de 1.000 toneladas para ao ano de 2010.

Estima-se que a produção de peixes de criatórios em Roraima, (segundo piscicultores), em 2009 foi de 3.292 toneladas/ano.

Do total produzido, acrescido da quantidade importada (650t) alcança-se um valor de 4.777 toneladas, desses excluindo o que é exportado para Manaus (1000t), estima-se que cerca de 3.777 toneladas/ano foram consumidas em Roraima, sendo que o Tambaqui representou aproximadamente 90% do total e 10% o Matrinhã.

No ano de 2010 estima-se que a produção atinja 5000 toneladas em função da instalação de novos empreendimentos de grande porte que já entraram em atividade.

Esse aumento na produção terá reflexo na quantidade importada do estado do Amazonas, que devera reduzir e ficar em torno de 400 toneladas de peixes, principalmente os de “pele de couro”, os peixes de escama, que geralmente apresentam baixa qualidade. A pesca extrativa vem diminuindo e devera ficarem torno de 600 toneladas, em 4.777 toneladas a ofertar total no mercado interno.

A comercialização dos peixes é feita por alguns produtores vendendo diretamente aos consumidores e por intermediários que compram o peixe do produtor e distribuem para pequenos feirantes.

Segundo o SEBRAE-RR, os intermediários estão divididos em dois grupos:

- a) Os que são de Roraima e compram o peixe do produtor para revender dentro do Estado e;
- b) Os que compram peixe do produtor para levar para Manaus;
- c) Os mesmos intermediários ainda podem trazer peixe de Manaus para revender em Roraima;
- d) “o peixe que vai de Roraima para Manaus é exclusivamente tambaqui de criatório e o peixe que vem de Manaus é o chamado de pele ou couro”, e ainda peixes de escama como, Curimatã, Matrichã, Aracu e Pacu.

Já a pesca extrativa e representada por associados que estão localizados nos municípios de Boa Vista, Mucajaí, Alto Alegre, Amajari, Cantá, Bonfim, Caroebe, São Luiz do Anauá e Rorainópolis. Caracará é o município que mais contribui com

a pesca extrativista, principalmente no trecho que compreende o baixo Rio Branco e seu afluente.

2.10. *Análises da variação do mercado*

O mercado do peixe varia de acordo com as condições climáticas, hábitos alimentares, costumes, religiosidade e o defeso, fazendo com que existam altos e baixos na oferta de peixes durante o ano, como por exemplo:

- a) As condições climáticas interferem na pesca extrativa;
- b) O hábito alimentar interfere na frequência;
- c) Os costumes religiosos são responsáveis pelos maiores picos de venda;
- d) O defeso organizado pelo IBAMA diminui a oferta do peixe oriundo da pesca extrativa.

2.11. *Projeção da demanda*

Levando em consideração os dados estatísticos do IBGE no ano de 2010, considerando a população de capital em 284.258 com uma taxa de crescimento demográfico de 4,6% ao ano e um consumo recomendado pelo Food and Agriculture Organization – FAO (2008), de 12Kg per capita, portanto, a quantidade necessária para atingir tal recomendação é de 5.685 toneladas/ano.

2.12. *Rentabilidade média da atividade piscicultura*

Levando-se em consideração, os investimentos de infra-estrutura, mão-de-obra, ração, logística, taxas e despesas com aquisição de insumos. Os produtores tem uma rentabilidade média entre 40% e 60%. Atualmente para os piscicultores que já tem infra-estrutura consolidada e condições de adequadas de manejo a rentabilidade tem aumentado. Na piscicultura as diferenças de manejo, qualidades da densidade de estocagem contribuem para o peso final do peixe e conseqüentemente as variações existentes quanto ao custo do produto final de cada ciclo.

Outro fator que contribui na rentabilidade do peixe de cativeiro é a espécie escolhida pelo produtor. O tambaqui é a principal espécie. Visto se adapta resultado as condições de fatores físicos e químicos relacionados á qualidade da água.

Nessa engrenagem econômica da rentabilidade, é necessário o produtor analisar as formas de como sincronizar a densidade, quantidade de água e espaço, condições

fundamentais para se ter um resultado concreto, e conseqüentemente a rentabilidade próxima de uma margem satisfatória considerando sempre os fatores ligados a produção e produtividade.

2.13. *Descrições Específicas do Município Boa Vista – RR*

Os empreendimentos implantados nos municípios alvos do diagnóstico estão instalados nas melhores áreas e os recursos ambientais disponíveis atende em todos os aspectos e condições para ampliação da atividade de piscicultura nos cinco municípios. Porém deve-se destacar que as dificuldades para o licenciamento ambiental, logística, manejo, taxas de licenciamento entre outras estão presentes em todos os municípios do Estado de Roraima.

Segundo Freitas (2011) A Capital do Estado de Roraima, Boa Vista, é uma cidade com traçado moderno, de clima tropical e temperaturas entre 20° C e 36° C, as margens do seu maior símbolo, o Rio Branco. Em 1830 quando foi fundada, por Inácio Lopes de Magalhães, a primeira fazenda particular de gado bovino, a Fazenda Boa Vista.

Ainda segundo o autor em 1858, a povoação foi elevada a categoria de vila e, em 09 de julho de 1890, passou a condição de cidade, sediando o recém criado município de Boa Vista, desmembrado de Moura, da então província do Amazonas.

Limites: Norte: Municípios de Amajari, Pacaraima e Normandia no Sudoeste os Municípios de Mucajaí e Cantá, ao Leste: Municípios de Normandia e Bonfim a Oeste o Município de Alto Alegre

Área: 5.177,9 km², com participação em relação ao estado de 2.54% com População: 284.258 habitantes (IBGE-2010)

Clima: O clima de Boa Vista pode ser caracterizado da seguinte forma: encontra-se na Zona Climática Tropical, sem que haja estação extremamente seca nem temperatura média mensal inferior a 18° C, trata-se pois de um clima tropical úmido do tipo “A”, do subtipo AW: clima tropical chuvoso com predomínio de savanas, é quente e úmido, com estação no verão; o mês seco apresenta precipitação inferior a 60mm. A precipitação média é de 1.750 mm anuais.

Temperatura: A temperatura média anual é de 27,4° C. O intervalo de variação anual. Das temperaturas médias mensais situa-se entre 23,4° C e 32,4° C.

A média da umidade relativa do ar é de 75%. A variação média mensal durante o ano situa-se entre 66% (fevereiro) e 86% (maio).

Relevo: Predomina superfície plana (90%) tendo relevo suavemente ondulado (10%) incluindo áreas de planície fluvial inundável.

Solos: O solo predominante é o lactossolo amarelo, que aparece com mais frequência na área de lavrado. Outros tipos de solos encontrados são: Areia quartzosa Hidromórfica, Litólicos, Concrecionário Laterítico, Latossolo Vermelho Escuro, Areia Quartzosa, Solos Hidromórficos Cinzentos, Solos Aluviais, Latossolo Vermelho – Amarelo e o solo Hidromórfico Cinzento.

Hidrografia: A bacia do Rio Branco domina praticamente toda a área do Estado e é o principal componente do sistema hidrográfico de Boa Vista, com o Rio Cauamé, seu principal afluente, pela margem direita.

O Rio Branco é o afluente mais importante da margem esquerda do Rio Negro, seu curso segue a direção geral nordeste – sudeste, desde sua foz até a confluência dos Rios Uraricoera e Tacutu, podendo ser dividido em três partes a saber: baixo, da foz até Caracarái (338 km); médio, trecho das cachoeiras (24 km) e; alto, a partir das corredeiras (172 km).

O regime hidrográfico da bacia do Rio Branco é definida por um período de cheia, nos meses de março a setembro, sendo a maior enchente no mês de junho. No período seco, às águas baixam consideravelmente, impossibilitado, inclusive, a navegação do baixo Rio Branco.

Potencialidades: Estrutura produtiva está assentada no produtor terciário. Por abrigar a sede estadual, a geração de emprego é realizada, sobretudo, pelo setor público, que abriga o maior contingente, vindo a seguir o setor comercial.

A produção primária está assentada na pecuária e na cultura do arroz sequeiro não sendo tão expressiva em relação ao montante da produção estadual o que não acontece com arroz irrigado. Outras culturas de importância são as de soja, milho, haja vista as áreas de cerrados existentes. O extrativismo no município é insignificante.

O setor secundário abriga quase totalidade da produção industrial do Estado, tendo como principais ramos: madeireiros, metalúrgicos, alimentos, oleiro-cerâmico e construção civil.

2.14. *A Produção de piscicultura no Município de Boa Vista*

Segundo o SEBRAE/RR o município de Boa Vista tem uma produção de peixes em cativeiros estimada de aproximadamente 446 toneladas desde que a piscicultura passou a ser uma atividade economicamente viável tornou-se uma das principais atividades dentro da aquicultura. Com os implementos de novas tecnologias aplicadas na atividade de piscicultura o município de Boa Vista está entre os principais produtores de peixes dos cinco municípios do Estado de Roraima.

O acesso às propriedades, a logística que envolve o transporte dos peixes e a malha viária facilitam o manejo e o tempo de deslocamento da produção até o consumidor final. No município de Boa Vista tem aumentado sua produção principalmente nas áreas em torno da capital.

3. *Metodologia*

3.1. *Dos tipos de pesquisa*

Este trabalho tem por finalidade de analisar a importância das políticas públicas para os piscicultores no município de Boa Vista – RR. Com isso, usou como base a pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo, visando alcançar os objetivos propostos.

A pesquisa bibliográfica de acordo com Gil (2010), “É desenvolvida com base em material já elaborado, constituído de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas”.

Para atingir o objetivo geral do trabalho ora pretendido, desenvolveu-se uma metodologia baseada em uma bibliográfica e pesquisa de campo, para evidenciar se as políticas públicas implementadas pelo governo estadual é utilizada pelos piscicultores. A opção pelos métodos de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, deu-se pelo fato de serem os métodos que se enquadram para obtenção dos dados e dos resultados esperados.

A metodologia utilizada em uma pesquisa, de acordo com Gil (2010), é a “população ou universo da pesquisa é a totalidade de elementos distintos que possui certa paridade nas características definidas para determinado estudo”. De acordo com esses autores, as pesquisas no campo das ciências Sociais possuem um universo de elementos extensos, o que torna inviável considerá-los em sua totalidade. Portanto para se obter conclusões sobre determinadas populações torna-se necessário recorrer a técnica de amostragem.

E na visão de Cervo (2002), A definição de pesquisa de campo, é aquela além de ser descritiva, ela observa, registra e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los.

A pesquisa de campo foi realizada no município de Boa Vista – RR, nos empreendimentos dos empresários e nos escritórios administrativos das empresas.

Será aplicado questionários com 10 questões aos 15 principais empresários no ramo de piscicultura em Boa Vista.

3.2. Ferramentas utilizadas e Coleta De Dados

Aplicado como instrumento de coleta de dados, o questionário, de acordo com Beuren (2008) “é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador”. O questionário será composto por 10 questões objetivas (fechadas) aplicadas aos empresários do ramo de piscicultura.

3.3. Universo e amostra

A pesquisa foi desenvolvida no município de Boa Vista no período de 04 a 29 de novembro de 2013, direcionada aos 15 principais piscicultores com seus empreendimentos instalados no município de Boa Vista – RR e adjacências, perfazendo 80% em relação ao total informado pela Associação de Piscicultores no Município de Boa Vista – RR.

Para tanto, faz-se necessário esclarecer que o questionário “in loco” foi aplicado para os empresários do ramo de piscicultura, o qual o foco das perguntas abordou assunto pertinente ao perfil dos entrevistados, a identificação da importância das políticas públicas para os piscicultores. Todo material recolhido passou por uma seleção, a partir do qual foi possível estabelecer um resultado, oferecendo suporte a todas as fases da pesquisa, auxiliando na definição do problema e determinando os objetivos.

4. Análise de dados e resultados

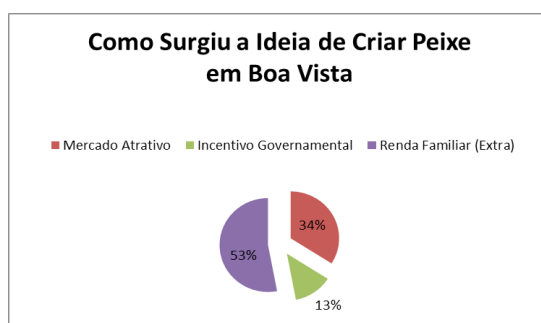
O resultado da pesquisa é decorrente de 10 (dez) perguntas aplicadas a 15 (quinze) empresas componentes das amostras, as quais fazem parte do agronegócio do município de Boa Vista – RR e que atuam o ramo de criação de peixes.

Foram obtidos dados, buscando alcançar o perfil do Piscicultor do município de Boa Vista, identificando a importância das políticas públicas na administração destas empresas e se utilizam para as tomadas de decisão.

4.1. *Dados e Resultados em relação ao Perfil dos Piscicultores*

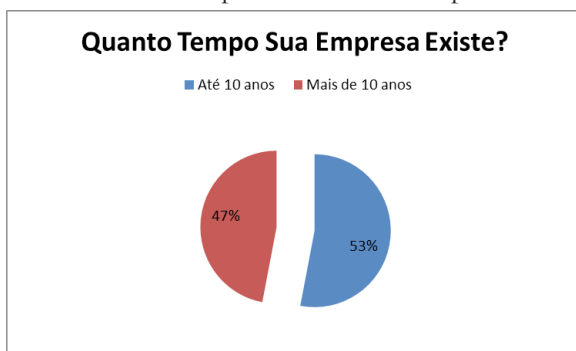
Com a finalidade de formar um perfil dos principais piscicultores de Boa Vista, foi aplicado questionário levando em consideração os aspectos sociais e o perfil da empresa.

Gráfico 1: Fatores que Levaram a Investir na Atividade



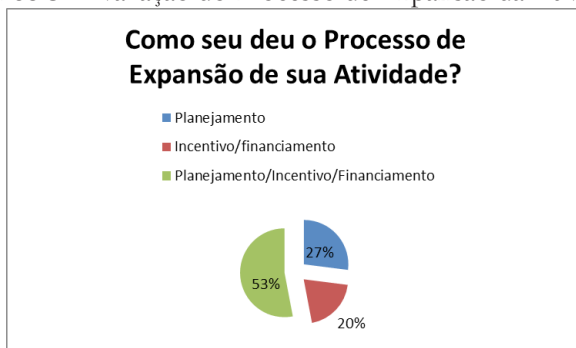
Considerando o gráfico 1 acima, nota-se que 53% dos entrevistados iniciaram as suas atividades por necessidade de complementar a renda familiar, sendo que outros 34% por analisarem o mercado e entender que é um mercado atrativo, já 13% dos abordados só iniciaram as atividades rurais com criação de peixes em água doce, pois houve incentivo governamental na aquisição de financiamento e/ou subsídios para a produção.

Gráfico 2: Tempo de Atividade Empresarial



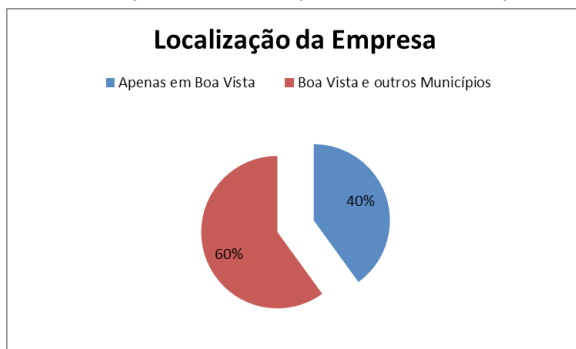
No que tange aos dados acima demonstrados no gráfico 2, mostra que 53% dos entrevistados afirmam que as empresas existem menos de 10 anos no mercado e 47% já estão no mercado a mais de 10 anos.

Gráfico 3: Avaliação do Processo de Expansão da Atividade



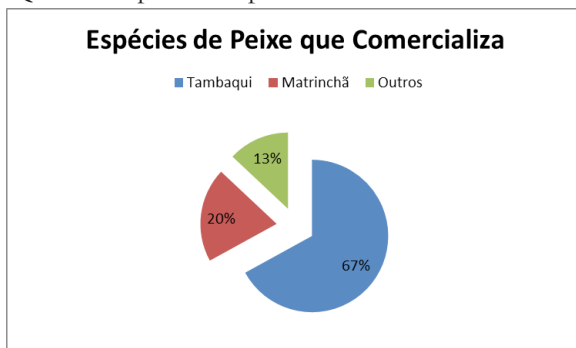
Observando o gráfico acima, nota-se que 53% dos entrevistados afirmam que o processo de expansão deve-se por causa de ter trabalhado de forma firme para chegar no mercado e expandir seu negócio, aliado ao planejamento estratégico ainda através de incentivos governamentais e financiamentos. Os profissionais entrevistados 27% afirmam que sua expansão deve-se ao planejamento realizado estratégico por sua empresa, porém 20% por causa de financiamento e incentivo governamental.

Gráfico 4: Localização das Instalações e Administração da Empresa



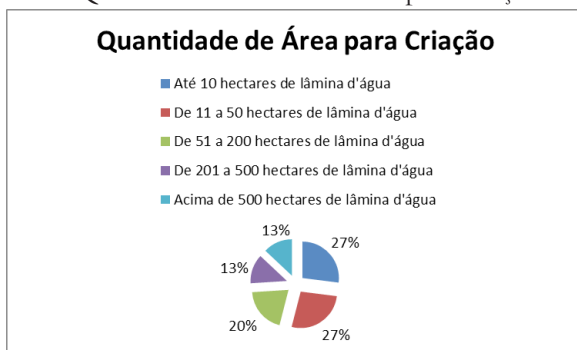
Quando questionado sobre a sua localização dos tanques de criação e da administração da empresa 60% dos entrevistados afirmam que parte das instalações da empresa está localizada no município de Boa Vista e que parte e outros municípios vizinhos. Já 40 % afirmaram que suas instalações estão 100% no município de Boa Vista.

Gráfico 5: Quais as espécies de peixes comercializados em sua empresa?



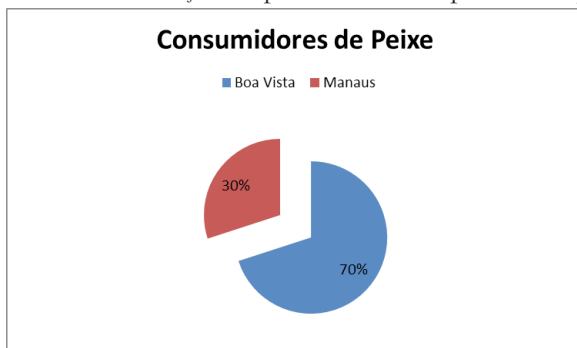
De acordo com o gráfico 67% da produção de peixe que suas pisciculturas produzem são de Tambaqui. Isso devido a sua procura por parte da população em Boa Vista e, também, ainda por ter um tempo de vida curto perante as demais espécies. Ainda conforme o gráfico 20% dos peixes produzidos são Matrinchã e os 13% restantes são produzidos por outras espécies.

Gráfico 6: Quantidade de área utilizada para criação de peixe



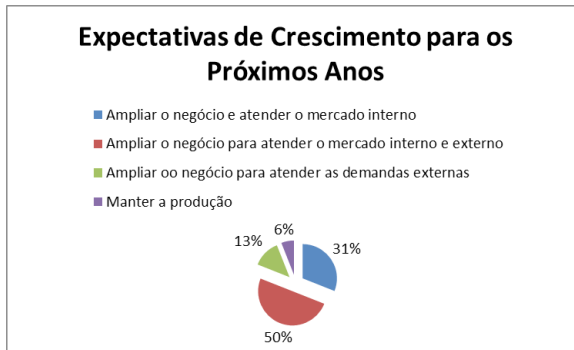
Analisando o gráfico acima 27% dos entrevistados tem até 10 hectares de lâmina d'água, 27% afirmam ter disponível para sua produção de 11 a 50 hectares. Entre os entrevistados percebe-se que 20% destes tem a sua disposição 51 a 200 hectares de lâmina d'água e 13% dos entrevistados possuem de 201 a 500 hectares sendo que a mesma quantidade de produtores rurais afirmam ter mais de 500 hectares.

Gráfico 7: Distribuição de peixes vendidos por sua empresa



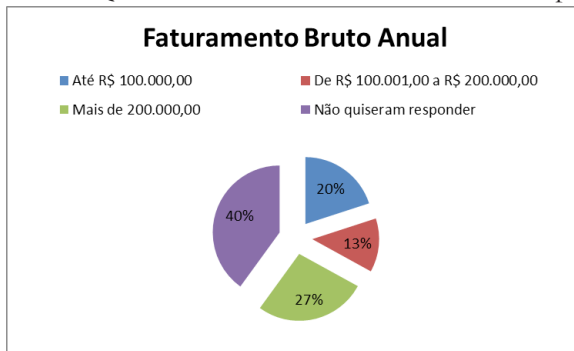
Indagados quanto ao escoamento da produção, 70% dos produtores de peixe informaram que o mercado local é o destino final de sua produção. Os outros 30% conseguem escoar sua produção para Manaus que segundo eles não conseguem escoar uma maior quantidade devido a falta de políticas públicas do Governo de Roraima e ainda ao embargo a produção do peixe produzido em Roraima pelo Estado do Amazonas.

Gráfico 8: Quais as expectativas da empresa para os próximos anos?



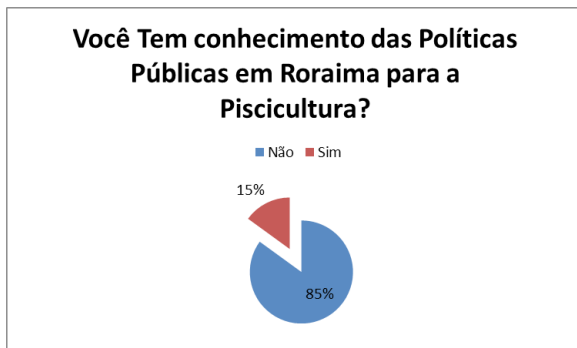
Ao analisarmos o gráfico 8 podemos perceber que existe uma boa expectativa para os próximos anos. 50% dos entrevistados pretendem ampliar os negócios para atender o mercado interno e externo confiando nas melhorias das políticas públicas desenvolvidas pelo governo estadual. Entre os entrevistados 31% pretendem melhorar sua produção para atender o mercado local, 13% planejam ampliar sua produção para atender as demandas externas e 6% pretendem manter a produção.

Gráfico 9: Qual o nível de faturamento anual da empresa?



As empresas quando questionadas sobre o nível de faturamento, 20% delas afirmam faturar acima de R\$ 100.000,00 brutos, já 13% responderam faturar entre R\$100.001,00 a R\$ 200.000,00, outros 27% dos entrevistados faturam acima de R\$200.000,00 anuais e 40% não quiseram responder sobre o faturamento da empresa.

Gráfico 10: Você conhece as Políticas Públicas voltadas para a Piscicultura em Roraima?



Os produtores rurais em Boa Vista quando perguntados sobre a existência de Políticas Públicas voltadas para a área da Piscicultura se dizem surpresos. 85% dizem não conhecer as políticas públicas voltadas para a área da piscicultura e somente 15% dizem ter conhecimento destas políticas.

5. Considerações finais

Partindo das informações descritas neste trabalho sobre o tema referenciado, constatou-se que os empresários mesmo conhecendo o mercado que está inserido e o uso das técnicas de produção, não conhecem as ações governamentais para o setor da piscicultura.

Por outro lado vemos que as ações governamentais para a área do agronegócio ainda se mantem tímida se comparada a outros setores da cadeia de produção. Para reflexão é importante salientar que existe um espaço entre as ações desenvolvimentistas e o produtor rural.

Vale ressaltar a relevância do tema sugerido para que o produtor rural conheça a realidade das políticas públicas que são lançadas e desenvolvidas pelos governos para seus usuários.

Contudo é importante sugerir que os governos responsáveis por transmitir essas políticas aperfeiçoem e desburocratizem os projetos que são lançados para com que o produtor rural tenha condições de utilizar desses projetos e melhore sua produção.

Recomenda-se para trabalhos futuros a continuação da pesquisa e desta forma, ampliando as informações com os empresários rurais e com o governo. Neste ponto

sugerimos que seja levantada cada política pública voltada para o homem do campo e analisar ainda se realmente essas ações chegam ao seu destino final.

Se outras pesquisas conseguirem levantar esse questionamento e encontrar o gargalo de onde está o problema o maior beneficiário será o produtor rural e consequentemente sociedade que irá ganhar com a redução de preços da produção.

Portanto deixamos o desafio para que outros acadêmicos possam fazer novas pesquisas sobre os assuntos aqui tratados, para que haja uma melhor difusão do tema proposto e com isso uma capacitação melhor para os profissionais e empresários rurais sobre o tema.

6. *Referências bibliográficas*

AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO JAPÃO (JICA). **Estudo para a melhoria da qualidade de vida das populações rurais através da agricultura gestão e manejo racional dos recursos naturais do Estado do Amazonas.** República Federativa do Brasil. Relatório Interno, 2001.

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos do Agronegócio.** São Paulo: Atlas, 2003.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. **LEI. Nº 10.406** de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário da República Federativa do Brasil, Poder Executivo. Brasília, DF, 10 Jan. 2002.

Cervo, Amado Luiz .**Metodologia Científica.** 5º Edição - São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Geral: uma abordagem decisorial.** 6ª ed. São Paulo : Atlas, 2010.

FAO. **The state of world fisheries and aquaculture.** Food and Agricultural Organization of United Nations, 2008.

FREITAS, Luiz Aimberê Soares de. **Estudos Sociais de Roraima(Geografia e História).** Disponível em: <<http://www.roraima.8m.com/econo.html>.> Acessado em 16 de Dezembro de 2013.

GIL, Antonio Carlos. . **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE – IBAMA. **Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros**. Estatística da Pesca, 2006: grandes regiões e unidades da federação. Brasília, p.181, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Dados populacionais do Estado de Roraima**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rr#>> Acesso em: 07 set. 2013.

MANUAL DA PREVIDENCIA SOCIAL NA ÁREA RURAL, **informações**: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://senar.com.br/v2/html/index.php>> Acessado em 16 de dezembro de 2013.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural**. 13ª ed. São Paulo : Atlas, 2009.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Produção Pesqueira e Aquícola, Estatística 2008 e 2009**, ano 2010.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL, SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DA AMAZÔNIA, GTA – GRUPO DE TRABALHO AMAZÔNICO E SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Portfólio de Produtos Potenciais da Amazônia**. Brasília, 1998.

Prochmann Mateus Ângelo e Tredezini Oliveira Cícero Antônio. **A Piscicultura em Mato Grosso do Sul, como Instrumento de Geração de Emprego e Renda na Pequena Propriedade**.

PROCÓPIO, Adriana Maria. **A Utilização de Modelos Decisórios Contábeis pelo Pequeno e Médio Produtor Rural – Um Estudo na região de Ribeirão Preto**. Dissertação de Mestrado em Contabilidade. São Paulo : FEA/USP, 1997.

SALES Lima Mariosmar de. **Os Fluxos de Conhecimentos na Piscicultura do Estado do Amazonas: Uma Análise da Trajetória e das Condições Institucionais**. Contexto, Porto Alegre, V. 5, n. 8, 2º Semestre. 2005.

SUFRAMA/FGV/ ISAE. **Projeto Potencialidades Regionais**. Estudo de Viabilidade Econômica por Produto, 2003

SEBRAE. **Diagnóstico da Cadeia Produtiva da Piscicultura**: Boa Vista, Alto Alegre, Cantá, Amajari, Mucajai. Agosto 2008, 2009.

*Marcos Jose Salgado Vital **
*Meire Joisy Almeida Pereira ***
*Jaime de Agostinho ****
*Emerson Clayton Arantes *****
*Verônica Fagundes Araújo ******

ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA DO SUL DE RORAIMA: UM ANÁLISE DA MICROREGIÃO DE CARACARAÍ

1. Introdução

O Estado de Roraima com uma área total de 224.298,980km² (IBGE) limita-se por aproximadamente 958 km com a Venezuela ao Norte e Oeste; 964 km com a República Cooperativista da Guiana a Leste e Nordeste; com o Estado do Amazonas ao Sul e Sudeste e com o Estado do Pará a Sudeste. É o Estado mais setentrional do Brasil, possuindo quase 2/3 de sua área no hemisfério Norte. Seu território está dividido em 15 (quinze) municípios : Boa Vista, Caracarái, Normandia, Bonfim, Alto Alegre, Mucajaí, São Luís, São João da Baliza, Caroebe, Iracema , Pacaraima, Amajari , Uiramutã, Cantá e Rorainópolis .

A microrregião de Caracarái, faz parte da mesorregião Sul de Roraima, sendo constituída pelos municípios de Mucajaí, Caracarái e Iracema, IBGE (1990), tendo uma população estimada em 2013 de 45.348 habitantes (IBGE, 2013).

Os municípios desta microrregião ocupam 35% da extensão territorial do Estado, possuindo uma grande quantidade de sua área ocupada por terras indígenas e unidades de conservação que perfazem um total de mais de 55% de seu território (ISA, 2012). O seu IDH médio gira em torno de 7,14 (SEPLAN, 2012) e o Índice de Gini tal como acontece em todo o país, ainda está abaixo das expectativas (SEPLAN, 2012). Essa microrregião possui o 3º PIB regional do Estado mantido principalmente pela agricultura familiar dos inúmeros assentamentos do INCRA na região.

O objetivo principal desse trabalho é apresentar uma análise dos problemas socioeconômicos e ambientais apresentados pelos municípios da microrregião de

* Universidade federal de Roraima. E-mail: salvital2@hotmail.com

** Universidade federal de Roraima. E-mail: meirejoisy@hotmail.com

*** Universidade federal de Roraima. E-mail: jaimeagostinho@hotmail.com

**** Universidade federal de Roraima. E-mail: emersonclaytonarantes@gmail.com

***** Universidade federal de Roraima. E-mail: vf-araujo@hotmail.com

Caracarái, referente aos indicadores de 2010. Os resultados e as análises apresentados nesse trabalho, estão focados em quatro dimensões, Político-Institucional, Econômica, Ambiental e Sociocultural, cada uma delas acompanhando áreas diferentes de desenvolvimento dos municípios, apresentando as potencialidades de desenvolvimento da microrregião de Caracarái.

O referido trabalho se encontra organizado da seguinte forma: além dessa introdução, a seção 2 apresenta a metodologia adotada neste trabalho, a seção 3 trata do desenvolvimento da microrregião de Caracarái focado em quatro dimensões: político institucional, econômica, ambiental e sociocultural da microrregião de Caracarái, refletindo sobre o desenvolvimento de Roraima, em particular da mesoregião sul considerada de maior incidência de degradação ambiental, e por fim, a seção 4 apresenta as considerações finais e conclusões desse estudo.

2. Metodologia

Para analisar os problemas socioeconômicos e ambientais apresentados pelos municípios da microrregião de Caracarái para 2010, adotou-se o Índice de Vulnerabilidade dos Municípios da Amazônia – ISMA, composto de quatro dimensões, nove subdimensões, vinte de dois indicadores e quarenta e quatro variáveis.

Cada dimensão acompanha áreas diferentes de desenvolvimento dos municípios da microrregião adotada, quais sejam: Político-Institucional, Econômica, Ambiental e Sociocultural.

O cálculo desse índice é obtido a partir da construção de um indicador sintético (I_s) para cada dimensão, adotando uma série de indicadores básicos (IB) das subdimensões, onde tanto os indicadores básicos quanto os indicadores sintéticos são obtidos por meio de médias aritméticas. Por fim, um indicador sintético global é obtido por meio da média aritmética dos indicadores sintéticos das quatro dimensões.

Numa representação matemática temos:

1- Indicador Básico

$$I_B = \frac{1}{n} \times \sum C_i$$

Onde,

I_B = Indicador Básico

n = Número de componentes

C_i = Componentes ($i = 1, \dots, n$)

2- Indicador Sintético

$$I_s = \frac{1}{m} \times \sum I_{B_j}$$

Onde,

I_s = Indicador Sintético

I_B = Indicador Básico ($B_j; j = 1, \dots, m$)

m = Número de I_B

3- Indicador Sintético Global

$$I_G = \frac{1}{4} \times \sum I_{S_k}$$

Onde,

I_G = Indicador Global

I_s = Indicador Sintético ($S_k; k = 1, \dots, 4$)

Para cada indicador foram atribuídos pesos, considerando o seu grau de importância dentro de cada área a ser investigada na microrregião adotada em nossa análise.

Ressaltamos que nesse processo dos cálculos para a formação dos indicadores se fez necessário utilizar o método dos escores padronizado para homogeneizar os componentes adotados, buscando propiciar a comparação dos indicadores entre si e em relação a média estadual, além da possibilidade de poder acompanhar ao longo dos anos a evolução de cada indicador.

O escore padronizado de cada indicador foi calculado por meio da fórmula a seguir:

$$E_p = \left(\frac{V_r - V_p}{V_m - V_p} \right) \times 100$$

Onde,

E_p = Escore padronizado no indicador;

V_r = Valor real do indicador;

V_p = Pior valor do indicador;

V_m = Melhor valor do indicador.

A base de dados usadas na construção do índice são consolidadas e de abrangência nacional, a constar: Censo 2010, Perfil dos municípios brasileiros, Fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos no Brasil, IBGE, PNUD, Finanças do Brasil/STN, Relação Anual de Informações Sociais/TEM, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacional/MEC e Departamento de Informática do SUS/MS.

3. *O Desenvolvimento da Microrregião de Caracarái*

O desenvolvimento da microrregião de Caracarái é apresentado por meio do Índice de Vulnerabilidade dos Municípios da Amazônia – ISMA, obtido a partir de dados expressos por várias variáveis e análises pautadas em quatro dimensões, considerando subdimensões e indicadores de desenvolvimento.

A seguir é apresentada a dimensão político- institucional do estudo.

3.1. Dimensão político-institucional

Refletir sobre a dimensão político institucional do desenvolvimento de Roraima, em particular da microrregião sul considerada de maior incidência de degradação ambiental, possibilitou verificar os resultados das variáveis inscritas na dimensão - Capital Social, Governança, Qualidade do Quadro Funcional, Capacidade de Arrecadação, Capacidade de Investimento e Saúde Financeira - e relacioná-los à gestão pública dos municípios.

A microrregião de Caracarái é composta pelos municípios de Caracarái, Iracema e Mucajaí. Não por mera coincidência, os três localizam-se nas margens da rodovia federal BR 174, principal via que interliga a capital Boa Vista com o vizinho estado do Amazonas, bem ao sul. Dos três, o município de Mucajaí foi o que apresentou situação mais grave do ponto de vista ambiental e foi inserido, no final da década de 2000, no chamado Arco do Fogo. Para o Ministério do Meio Ambiente o arco do fogo representava a alta incidência de queimadas na região. Outro elemento que caracteriza a microrregião sul são as altas taxas de produção bovina, atividade econômica responsável pelo desflorestamento das áreas para criação de gado.

As tabelas 01 e 02 a seguir possibilitam inferir e comparar os indicadores da dimensão político-institucional da microrregião sul com os indicadores do estado Roraima, bem como com a região amazônica. Esse exercício revela, entre os seus resultados a condição da sustentabilidade dessas unidades da federação brasileira.

Tabela 01: ISMA- Dimensão, subdimensões, Indicadores Político-Institucionais da Microrregião Sul de Roraima - Caracarái, Iracema e Mucajaí

	Participação			Gestão Administrativa	
	Capital Social	Governança	Valor da Subdimensão	Qualidade do Quadro Funcional	Valor da Subdimensão
Caracarái	0,031	0,075	0,042	0,172	0,052
Iracema	0,078	0,075	0,061	0,134	0,040
Mucajaí	0,113	0,225	0,135	0,100	0,030
Média	0,043	0,110	0,122	0,139	0,041
Média Amazônia	0,070	0,070	0,87	0,142	0,043

Fonte: ISMA 2010

Tabela 02: ISMA- Dimensão, subdimensões, Indicadores Político-Institucionais da Microrregião Sul de Roraima - Caracará, Iracema e Mucajaí

	Gestão Financeira				Valor da Dimensão
	Capacidade de Arrecadação	Capacidade de Investimento	Saúde Financeira	Valor da Subdimensão	
Caracará	0,022	0,011	0,009	0,065	0,159
Iracema	0,015	0,001	0,006	0,024	0,126
Mucajaí	0,017	0,014	0,003	0,056	0,222
Média	0,017	0,007	0,005	0,004	0,145
Média Amazônia	0,018	0,055	0,144	0,065	0,049

Fonte: ISMA 2010

Nas dimensões participação e gestão administrativa, verificamos que os números dos municípios da microrregião estão acima das médias do estado, porém abaixo da média da região amazônica. Depreendemos que há um relativo nivelamento entre os municípios estudados, embora no âmbito regional haja espaço para evolução. Essas duas dimensões tratam diretamente do capital social dos municípios. Requisito fundamental na teoria de North, responsável pelas possíveis mudanças institucionais capazes de melhorar as condições de vida dos grupos sociais.

Aspectos que merecem relevo constam na dimensão denominada Gestão Financeira, cujas variáveis são capacidade de arrecadação, capacidade de investimento e saúde financeira. Ao comparar os indicadores dos municípios com os números do estado depreendemos que existem similitudes. Embora as variáveis capacidade de investimento e da saúde financeira dos municípios de Iracema e Mucajaí chamarem atenção em face aos números estarem abaixo das médias do estado, e por conseguinte, da região amazônica. Esses elementos comprometem os aspectos que dizem respeito à geração de oportunidade de trabalho e renda, bem como a capacidade da gestão pública municipal.

Se relacionarmos tais indicadores dos municípios da microrregião sul com a média da região amazônica percebemos claramente a fragilidade da saúde financeira da microrregião. Explicada por fatores como baixa ou quase nenhuma capacidade de arrecadação e total dependência das transferências do governo central e das emendas parlamentares. Esse movimento leva a outra constatação, a baixa capacidade de investimento. A seguir é apresentada a dimensão ambiental do estudo.

3.2. Dimensão ambiental

No que diz respeito especificamente a Dimensão Ambiental, observa-se para a Microrregião de Caracará, que a evolução dos valores finais consolidados de todos os indicadores, no recorte temporal, indicam perda de qualidade para os Municípios de Iracema e Mucajaí, observando-se melhora somente para o Município de Caracará.(Quadro 1).

Quadro 1: Distribuição comparativa do Índice de Sustentabilidade Ambiental dos Municípios da Microrregião de Caracará, anos 2000 e 2010

MUNICÍPIO	ISMA 2000	POSIÇÃO	ISMA 2010	POSIÇÃO	TENDÊNCIA
Caracará	0,098	10	0,174	3	↑
Iracema	0,131	3	0,127	10	↓
Mucajaí	0,074	12	0,074	15	↓
Legenda	↑ :Crescimento		↔ :Estabilidade		↓ :Decréscimo

Na composição do índice da Dimensão Ambiental, contemplando os anos 2000 e 2010 foram consideradas as seguintes categorias de indicadores básicos com as suas respectivas variáveis: Indicador Saneamento Básico com as variáveis: % de domicílios atendidos direta ou indiretamente por coleta de lixo domiciliar; % de domicílios com acesso a rede geral de esgoto e fossa séptica e % de domicílios atendidos por rede pública de água (Quadros 2,3, 4 e 5).

Quadro 2: Indicadores de Saneamento Básico para a Microrregião de Caracarái

MUNICÍPIOS	SANEAMENTO BÁSICO		
	DOMICÍLIOS ATENDIDOS POR COLETA LIXO DOMICILIAR		
	% ATENDIDOS	VARIÁVEL ISMA 2000	RANKING ESTADO
MUCAJAÍ	45,137	0,149	6°
CARACARAÍ	51,581	0,171	3°
IRACEMA	44,505	0,147	5°
	SANEAMENTO BÁSICO		
	DOMICÍLIOS COM ACESSO A REDE DE ESGOTO		
	% ATENDIDOS	VARIÁVEL ISMA 2000	RANKING ESTADO
MUCAJAÍ	44,555	0,199	7°
CARACARAÍ	39,334	0,175	2°
IRACEMA	51,441	0,231	5°
	SANEAMENTO BÁSICO		
	DOMICÍLIOS ATENDIDOS POR REDE PÚBLICA DE ÁGUA		
	% ATENDIDOS	VARIÁVEL ISMA 2000	RANKING ESTADO
MUCAJAÍ	53,741	0,18	5°
CARACARAÍ	58,869	0,20	3°
IRACEMA	61,712	0,21	6°

O quadro acima apresenta um ranking em termos dos indicadores básicos dos municípios da Microrregião de Caracarái, onde observamos que o município de Caracarái tem um ótimo desempenho nesse aspecto comparativamente com os demais municípios analisados.

Os quadros de 3 a 6 apresentam a evolução desses indicadores ao longo do período analisado.

Quadro 3: Evolução dos municípios da Microrregião de Caracarái pela variável-tendência por coleta de lixo domiciliar nos anos 2000 e 2010, como indicador de Saneamento Básico

MUNICÍPIO	ISMA 2000	POSIÇÃO	ISMA 2010	POSIÇÃO	TENDÊNCIA
Caracarái	0,171	3	0,167	4	↓
Iracema	0,147	6	0,126	8	↓
Mucajaí	0,149	5	0,163	5	↑
Legenda	↑ :Crescimento		↔ :Estabilidade		↓ :Decréscimo

De acordo com o quadro 3 podemos observar que o município de Caracarái experimentou um período de crescimento ao longo do período analisado, com relação a variável atendimento por coleta de lixo domiciliar, enquanto os municípios de Caracarái e Iracema de decréscimo nessa variável.

Quadro 4: Evolução dos municípios da Microrregião de Caracarái pela variável domicílios atendidos por rede pública de água nos anos 2000 e 2010, como indicador de Saneamento Básico

MUNICÍPIO	ISMA 2000	POSIÇÃO	ISMA 2010	POSIÇÃO	TENDÊNCIA
Caracarái	0,164	4	0,215	2	↑
Iracema	0,178	3	0,173	4	↓
Mucajaí	0,159	6	0,109	8	↓
Legenda	↑ :Crescimento		↔ :Estabilidade		↓ :Decréscimo

Considerando a variável, domicílios atendidos por rede pública de água, quem se destaca nesse item é o município de Caracarái (quadro 4), apresentando crescimento, enquanto os municípios de Iracema e Mucajaí apresentam decréscimo para o período analisado.

O Quadro 5, a seguir, mostra a evolução dos municípios da Microrregião de Caracarái, considerando a variável domicílios com acesso a rede geral de esgoto para o período de nossa análise.

Quadro 5: Evolução dos municípios da Microrregião de Caracarái pela variável domicílios com acesso a rede geral de esgoto nos anos 2000 e 2010, como indicador de Saneamento Básico

MUNICÍPIO	ISMA 2000	POSIÇÃO	ISMA 2010	POSIÇÃO	TENDÊNCIA
Caracarái	0,175	6	0,350	2	↑
Iracema	0,231	-----	0,306	3	↑
Mucajaí	0,199	4	0,000	15	↓
Legenda	↑ :Crescimento		↔ :Estabilidade		↓ :Decréscimo

Os dados nos mostram (Quadro 5) que os municípios de Caracarái e Iracema apresentam crescimento significativo nesse item, com destaque inclusive nas posições apresentadas comparativamente com os demais municípios do estado de Roraima.

Considerando o aspecto da preservação ambiental, o Estado de Roraima possui, principalmente nas áreas florestais, um passivo ambiental muito elevado devido à intensa exploração florestal com forte ligação com inúmeros assentamentos promovidos pelo INCRA, situação esta que foi potencializada pelo mega incêndio florestal que atingiu grande extensão em área em 1998. O Quadro 6 mostra a evolução percentual do desmatamento dentro de cada município da Microrregião de Caracará, referente aos anos de 2000 e 2010.

Quadro 6: Evolução dos municípios da Microrregião de Caracará pela variável desmatamento nos anos 2000 e 2010, como indicador de Preservação Ambiental

MUNICÍPIO	ISMA 2000	POSIÇÃO	ISMA 2010	POSIÇÃO	TENDÊNCIA
Caracará	0,122	12	0,169	12	↑
Iracema	0,214	9	0,230	9	↑
Mucajá	0,000	15	0,000	15	↔
Legenda	↑ :Crescimento		↔ :Estabilidade		↓ :Decréscimo

Avaliando o aspecto gestão ambiental, Roraima tem tido nos últimos 10 anos um razoável desenvolvimento, em mais de metade dos municípios, na criação de estruturas voltadas para a gestão ambiental. Esse fato é resultante, principalmente, da criação de secretarias municipais do meio ambiente e de alguns conselhos municipais do meio ambiente.

A maioria dos municípios que possuem conselhos de meio ambiente no estado de Roraima tem um funcionamento muito irregular e sua composição não segue os critérios da paridade entre o Poder Público e a Sociedade Organizada. Ressaltamos que somente o da capital está plenamente estruturado de forma paritária e ativo durante 15 anos, sem interrupção. E isso não ocorre de forma diferente nos municípios da Microrregião de Caracará, conforme podemos ver no Quadro 7, que apresenta a evolução da efetividade dos conselhos municipais de meio ambiente.

Quadro 7: Tendências dos municípios do estado de Roraima pela variável efetividade do Conselho Municipal do Meio Ambiente, dentro do indicador básico Gestão Ambiental

MUNICÍPIO	ISMA 2000	POSIÇÃO	ISMA 2010	POSIÇÃO	TENDÊNCIA
Caracarái	0,122	12	0,169	12	↑
Iracema	0,214	9	0,230	9	↑
Mucajaí	0,000	15	0,000	15	↑
Legenda	↑ :Crescimento		↔ :Estabilidade		↓ :Decréscimo

3.3. Dimensão econômica

A dimensão econômica dos municípios de Caracarái, Iracema e Mucajaí apresentou um resultado que pode ser considerado muito baixo, conforme mostra a tabela 3, a seguir.

Tabela 3: ISMA Dimensão Econômica e Subindicadores. Municípios de Caracarái, Iracema e Mucajaí, Média do Estado de Roraima e Média da Amazônia

Microregião Norte	Nível de Renda	Dinamismo Econômico	Arrecadação Tributária	Valor da Dimensão	ISMA ano 2010	Ranking no Isma Amaz. ano 2010	Situação Isma ano 2010
Caracarái	0,153	0,110	0,010	0,273	0,4110	187	Muito baixo
Iracema	0,090	0,123	0,006	0,219	0,3355	492	Muito baixo
Mucajaí	0,155	0,115	0,007	0,276	0,3981	228	Muito baixo
Média Isma no Estado	0,125	0,113	0,009	0,247	0,3681	--	Muito baixo
Média Amazônico	0,102	0,112	0,008	0,056	0,3677	--	Muito baixo

Fonte: Isma, 2010

Analisando o Índice de Sustentabilidade dos Municípios da Amazônia-ISMA para a Microrregião (ver tabela 03), observa-se que no ano de 2010 que Caracarái com melhor posição na microrregião, sendo o segundo mais antigo de Roraima e 187 no isma amazônico, Mucajaí em segundo com classificação 228 no ISMA, e com isma menor que a média do Estado de Roraima e da Amazônia, sendo o município de Iracema, em 492 na região amazônica, sendo a microrregião com classificação de muito baixo.

Para entender este comportamento é necessário analisar os indicadores e as características dos municípios em análise, em especial os domicílios a renda, a situação de pobreza e o crescimento do PIB. Os dois primeiros subindicadores, em especial, Valor Médio do rendimento Mensal das pessoas com 10 anos ou mais de idade, e domicílios em situação de pobreza analisados para o período de 2000-2010 a partir dos dados do Ipea/data. Analisando estes três indicadores para o período em estudo, podemos observar que de um modo geral houve melhora nestes indicadores, no entanto com algumas variações, que serão ressaltadas a seguir.

Com respeito ao subindicador, valor médio dos rendimentos mensal das pessoas com 10 anos ou mais de idade, médio fica dentro do piso salarial mínimo do Brasil, apresentado rendimentos médio nos quinze municípios de R\$510,93, com diminuição em Caracará de 2,32% , 0,1% em Mucajaí e 11% em Iracema.

Analisando o percentual de domicílios em situação de pobreza, pode-se observar, que Mucajaí, apresenta a maior quantidade de domicílios pobres, cerca de 347, mas representa 8,9% dos domicílios em 2010. Sendo o município de Iracema apresenta o maior percentual de domicílios pobres com aproximadamente 10,8%, cerca de 241 domicílios, e Mucajaí com 7% e Caracará 8,9 %. Sendo que a média de domicílios pobres do Estado é de 6,2%,

Com relação ao dinamismo econômico, que é o segundo indicador que compõe a dimensão econômico do ISMA, é analisado a partir de três subindicadores contidos “dinamismo econômico”: a Evolução de Empregos Formais; a média de Crescimento do PIB no último triênio (2008-2010) e o PIB Per capita. E observou-se que Mucajaí e Iracema obtiveram um desempenho superior às médias de Roraima e da Amazônia, enquanto Caracará apresentou ligeiramente inferior em comparação às médias citadas.

Analisando a evolução dos empregos formais, de 2000 e 2010, (ver Tabela4), a seguir:

Tabela 4: EVOLUÇÃO DE EMPREGOS FORMAIS (2000) e (2010) da Microrregião de Caracará - Caracará, Iracema e Mucajaí(2000) e (2010)

Municípios	Emprego 2000	Emprego 2010	PERC. Emprego 2000/2010
Caracará	1525	1144	-24,98
Iracema	436	370	-15,14
Mucajaí	1022	1078	5,48

Fonte: IBGE (2000) e (2010) adaptado pelos autores

Conforme a tabela 04, observa-se que o Mucajaí apresentou no ano de 2010 um total de 1078 empregos formais, representando um crescimento de 5,33% em 10 anos, ou seja, com apenas 56 empregos a mais que em 2000, sendo os municípios de Iracema com o menor crescimento, seguido de Caracarái no período, enquanto o Estado de Roraima apresentou crescimento médio de 32,6%.

Em relação ao crescimento do PIB no triênio de 2008 a 2010, observa-se que o Estado de Roraima apresentou crescimento médio de 15%. Sendo que na Microrregião de Caracarái, se destaca Iracema com 19% de crescimento, seguido de Mucajaí de 12,9% e Caracarái com 11,45%, sendo o maior riqueza em relação aos municípios da região, observado na tabela 5.

Tabela 5: MÉDIA DE CRESCIMENTO DO PIB NO ÚLTIMO TRIÊNIO 2008 a 2010 da Microregião Sul de Roraima-Caracarái, Iracema e Mucajaí (2000) e (2010)

MUNICÍPIOS	PIB	PIB	PIB	MÉDIA CRESC. DO PIB NO TRIÊNIO $((A+B)/2)*100$
	2008	2009	2010	
Iracema	57.836,00	71.119,00	84.728,00	19,09
Mucajaí	127.459,00	146.633,00	165.198,00	12,97
Caracarái	144.187,00	170.911,00	181.307,00	11,45

Fonte: IBGE (2000) e (2010) adaptado pelos autores

Com respeito ao subindicador PIB Per capita (ver Tabela 6) a seguir, percebe-se que o mesmo apresenta um grande crescimento de 2000 para 2010. Sendo que no Estado de Roraima temos um PIB Per capita do Estado de Roraima em 2010 de R\$10.440,87e em 2000 era de apenas 4.326, 47, tendo um crescimento de 141%. Sendo destaque o município de Mucajaí que possui o maior PIB Per capita, com R\$11.168,00 reais e crescimento de 146%, em relação ao período de 2000/2010, sendo Iracema com crescimento de 136% e 103,8% para Caracarái.

Tabela 6: PIB PER CAPITA da Microrregião de Caracarái - Caracarái, Iracema e Mucajaí (2000) e (2010)

MUNICÍPIOS	TOTAL DA POPULAÇÃO em 2000	PIB PER CAPITA (2000)	TOTAL DA POPULAÇÃO em 2010	PIB DE 2010	PIB PER CAPITA Em 2010	Varição de PIB PER CAPITA 2000 E2010
Mucajaí	11.247	4.536,00	14.792	165.198,00	11.168,00	146,21
Iracema	4.781	4.124,00	8.696	84.728,00	9.743,00	136,25
Caracarái	14.286	4.834,00	18.398	181.307,00	9.855,00	103,87
Roraima		4.326,47			10.440,87	141,33

Fonte: IBGE (2000) e (2010) adaptado pelos autores

No subindicador arrecadação tributária, os indicadores adotados para análise foram: receita de ICMS per capita e receita de ISS per capita nos municípios de Roraima. Analisando estes dois indicadores para o período de 2000 e 2010, pode-se observar que de um modo geral houve uma expressiva melhora nestes indicadores, no entanto com algumas variações, que serão ressaltadas a seguir. Com respeito à receita de ICMS PER CAPITA (ver Tabela 07).

Tabela 7: RECEITA DE ICMS PER CAPITA DA MICRORREGIÃO DE CARACARÁI -Caracarái, Iracema e Mucajaí (2000) e (2010)

MUNICÍPIOS	TOTAL DA POPULAÇÃO em 2010	RECEITA DE ICMS 2010	RECEITA ICMS PER CAPITA 2010	Varia. RECEITA ICMS PER CAPITA%
Caracarái	18.398	5.510.007,68	299,49	84,57
Iracema	8.696	1.810.536,90	208,20	331,85
Mucajaí	14.792	2.014.159,33	136,17	251,65
Estado de Roraima	459.479	104.048.755,57	202,73	338,09

Fonte: IBGE (2000) e (2010) adaptado pelos autores

Observa-se que o mesmo apresenta um expressivo crescimento no Estado de Roraima, chegando a 338%, mas Iracema tem umacréscimo de 331,8 %, seguido de Mucajaí com 251,6% e Caracarái com pequeno crescimento de 84,6%. Enquanto a média per capita no Estado é de R\$202,73 reais, e um crescimento médio de 379% em volume de arrecadação, sendo Mucajaí o com menor receita ICMS per capita em

2010. E Iracema apresenta a menor arrecadação de receita, haja vista que sua população cresceu o dobro em dez anos.

Analisando a receita de ISSQN per capita no município (ver tabela 8), observa-se que o valor per capita em 2010 no Estado de Roraima é de R\$ 61,40 em relação ao ano de 2000, e a média de crescimento foi de 313% em volume de arrecadação do imposto ISSQN. O município com maior crescimento foi Mucajaí com 752%, e o menor crescimento foi em Caracará, com 226,42%, mas Iracema possui a menor receita e também per capita. Sendo que o maior volume de arrecadação se dá em Caracará, com mais de 2 milhões de reais no ano de 2010.

Tabela 8: RECEITA DE ISSQN PER CAPITA da Microrregião de Caracará - Caracará, Iracema e Mucajaí (2000) e (2010)

MUNICÍ- PIOS DE RORAIMA	RECEITA DE ISS (2010)	RECEITA DE ISS PER CAPITA(2010)	Varia. RECEITA DE ISS PER CAPITA(2000 E 2010)
Caracará	2.054.078,49	111,65	226,42
Mucajaí	1.042.343,63	70,47	752,43
Iracema	532.584,64	61,24	350,46
Roraima	40.586.262,70	61,40	305,28

Fonte: IBGE (2010)

3.4. *Dimensão sociocultural*

Um conjunto de indicadores foram utilizados para medir o índice de vulnerabilidade dos municípios de Caracará, Iracema e Mucajaí, que compõem a Microrregião de Caracará, na dimensão sociocultural, focados em quatro subdimensões: saúde, educação, habitação e cultura.

As tabelas 9 e 10, a seguir, apresentam os dados destes indicadores, comparativamente entre estes municípios e com as médias do Estado de Roraima e da Região Amazônica.

Tabela 9: Dimensão, Subdimensões e Subindicadores – Sociocultural dos municípios da Microrregião de Caracarái - Média do Estado de Roraima Média da Região Amazônica (contínua)

	Saúde			Educação		
	Longevidade	Mortalidade Infantil	Valor da Subdimensão	Escolaridade	Qualidade do Ensino	Valor da Subdim.
Caracarái	0,295	0,316	0,183	0,243	0,500	0,176
Iracema	0,380	0,390	0,231	0,000	0,500	0,099
Mucajaí	0,390	0,397	0,236	0,100	0,500	0,157
Média RR	0,347	0,361	0,212	0,194	0,343	0,161
Média Amazônia	0,274	0,276	0,165	0,152	0,327	0,144

Tabela 10: Dimensão, Subdimensões e Subindicadores – Sociocultural dos municípios da Microrregião de Caracarái - Média do Estado de Roraima Média da Região Amazônica (conclusão)

	Habitação		Cultura		
	Estrutura de Gestão para políticas habitacionais	Valor da Subdimensão	Infraestrutura cultural	Valor da Subdimensão	Valor da Dimensão
Caracarái	0,250	0,050	0,286	0,057	0,466
Iracema	0,250	0,050	0,143	0,029	0,409
Mucajaí	0,500	0,100	0,357	0,071	0,564
Média Roraima	0,367	0,073	0,214	0,043	0,490
Média Amazônia	0,460	0,092	0,279	0,056	0,457

Fonte: ISMA, 2010

Podemos observar, de acordo com os dados das tabelas 9 e 10, que dentre os municípios de Caracarái, Iracema e Mucajaí, o município que apresenta pior indicador dentro da Dimensão Sociocultural é o Município de Iracema, inclusive abaixo da média de Roraima e Amazônia. Constatamos ainda, podendo ser a priori a justificativa para o pior indicador dentro da Dimensão sociocultural, o baixo desempenho nas subdimensões: Educação, Habitação e Cultura.

Dentro dos resultados apresentados, observa-se que o Município de Mucajaí, apresenta o melhor indicador dentro dessa Dimensão, superando as médias estadual e regional, inclusive dentro de praticamente todas as subdimensões. Mucajaí só não supera a média Estadual, no subindicador escolaridade, o que leva esse município

a um desempenho na Subdimensão Educação abaixo da média do Estado, porém superior à média da Região Amazônica.

Apresentamos a seguir, de forma mais detalhada, o desempenho apresentado pelos municípios nas subdimensões saúde, educação, habitação e cultura, comparativamente, sempre que possível, com as médias estadual e regional.

a) Subdimensão Saúde:

Dois indicadores compõem essa subdimensão no ISMA, “Longevidade” e “Mortalidade Infantil”. De acordo com Brasil (2013), a mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) em Caracarái reduziu 35%, passando de 31,6 por mil nascidos vivos em 2000 para 20,3 por mil nascidos vivos em 2010. No entanto, de acordo com os objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. Quando fazemos o comparativo dessa taxa em relação ao Estado de Roraima e ao país, em 2010, ela apresenta valores de 16,1 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente.

Ainda de acordo com Brasil (2013), a variável esperança de vida ao nascer que compõe o indicador “Longevidade” para o município de Caracarái, aumentou 8,1 anos nas últimas duas décadas, passando de 63,7 anos em 1991 para 67,1 anos em 2000, e para 71,8 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 73,5 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Portanto, de acordo com os resultados apresentados para o município de Caracarái nas duas últimas décadas, considerando as duas variáveis citadas anteriormente, para a variável “Mortalidade Infantil”, esta se encontra acima da média para o Estado de Roraima e para o país, enquanto que para a variável “Esperança de Vida ao Nascer”, está abaixo da média estadual e do país, justificando dessa maneira o seu pior desempenho dentre os municípios que compõem a Microrregião de Caracarái.

b) Subdimensão Educação:

Esta subdimensão está composta de dois indicadores “Escolaridade” e “Qualidade de Ensino”, e considerando os resultados apresentados por esta subdimensão, podemos observar que o destaque está para o município de Caracarái com o melhor desempenho, enquanto que, o município de Iracema, apresenta o pior resultado.

No item “Escolaridade”, podemos constatar na Tabela 9, que Caracarái supera os resultados apresentados pelos municípios de Iracema e Mucajái, inclusive superando as médias de Roraima e Amazônia. Com relação ao item “Qualidade de En-

sino”, os municípios analisados se encontram em pé de igualdade nos seus desempenhos, apresentando, inclusive, resultados superiores à média estadual e regional.

Considerando o pior desempenho, apresentado pelo município de Iracema, o mesmo foi puxado pelo péssimo resultado comparativamente com os outros municípios em relação ao indicador “Escolaridade”. Observando a tabela 11, a seguir, podemos apontar como justificativa para tal desempenho, os resultados apresentados pela taxa de analfabetismo, onde o município de Caracaraí apresenta a menor taxa (13,32%) e Iracema a maior taxa (30,23%), entre os municípios que compõem a Região Sul.

Tabela 11: Subdimensão Educação e Subindicadores dos municípios da Microrregião de Caracaraí

Educação					
Escolaridade		Qualidade do Ensino			
	Taxa de Analfabetismo	Índice de Aproveitamento do Ensino Básico IDEB	Percentual de abandono escolar de 6ª a 9ª série	Percentual de abandono escolar no ensino médio	Valor da Subdimensão
Caracaraí	13,32	3,8	6,4	8,6	0,176
Iracema	30,23	3,9	8,5	8,5	0,099
Mucajáí	17,20	5,0	3,5	4,1	0,157

Fonte: ISMA, 2010

No entanto, de acordo com Brasil (2013), a taxa de analfabetismo da população de Iracema, de 18 anos ou mais diminuiu 25,36% nas últimas duas décadas. A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 107,08% no período de 2000 a 2010 e 174,89% no período de 1991 a 2000, nesse município. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 122,31% entre 2000 e 2010. Ou seja, apesar do município se encontrar na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo, o indicador que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (Brasil, 2013), e isso não teve tanto efeito para mudanças nessa subdimensão, por ser essa constatação em termos de valores absolutos. E ainda, deve ser ressaltado, que esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

c) Subdimensão Habitação:

Nesta subdimensão, busca-se analisar o indicador “Estrutura de Gestão para Políticas Habitacionais”, a partir dos dados apresentados anteriormente na tabela 12, constatamos que dentre os municípios que compõem a Microrregião de Caracará, Mucajá é quem apresenta uma melhor estrutura de gestão para políticas habitacionais comparativamente com os municípios de Caracará e Iracema. Observamos ainda, que o seu desempenho supera a média do estado de Roraima e da Amazônia. Por outro lado, os municípios de Caracará e Iracema, apresentam desempenho semelhante, porém inferior à média estadual e regional.

Quando observamos de forma mais detalhada esse indicador, considerando as variáveis citadas anteriormente que compõem esse indicador para essa análise, conforme as informações contidas na tabela 12, a seguir, constatamos que a estrutura de gestão para políticas habitacionais para todos os municípios considerados do estado de Roraima, não se desenvolveu, se limitando praticamente a ter apenas cadastro de famílias interessadas em programa de habitação ao longo de uma década (2000-2010).

Tabela 12: Estrutura de Gestão para Políticas habitacionais municípios da Microrregião de Caracará (2000-2010)

Municípios	Plano Municipal de Habitação		Conselho Municipal de Habitação		Fundo Municipal de Habitação		Cadastro em programas de Habitação	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Caracará	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim
Iracema	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim
Mucajá	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim

Fonte: ISMA (2000-2010)

Conforme podemos constatar, que apenas Mucajá, possui Plano de Municipal de Habitação em 2010 e os demais municípios avaliados, possuem apenas Cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas de habitação, ou seja, inexistência efetivamente, de políticas habitacionais nesses municípios e a total incapacidade de atendimento as demandas existentes, expressas por meio da existência do cadastro e/ou levantamento em Programas Habitacionais.

Podemos observar, conforme tabela 13 abaixo, que ao longo de uma década, a população cresceu expressivamente, demonstrando a necessidade de efetivação de uma gestão de políticas habitacionais.

Tabela 13: Crescimento da População dos municípios da Microrregião de Caracarái e do Estado de Roraima (2000-2010)

Municípios/ Estado	Total da população (2000)	Total da população (2010)	Taxa de Crescimento (2000-2010) (%)
Caracarái	14.286	18.384	22,3
Iracema	4.781	8.676	44,9
Mucajái	11.247	14.814	24,08
Roraima	324.397	451.227	28,10

Fonte: IBGE, Resultados do Censo (2000- 2010)

Podemos observar que o crescimento populacional do município de Iracema praticamente dobrou, mas o que os dados em relação a essa Subdimensão Habitação expressam, é que estes não acompanharam esse crescimento, também apresentado pelos outros municípios em análise, o que leva a impossibilidade destes municípios acessarem programas habitacionais ofertados pelo Governo Federal.

d) Subdimensão Cultura

Para à análise desta subdimensão o indicador utilizado foi a “Infraestrutura Cultural”, que de acordo com a tabela 14, apresentada abaixo, temos que nesta Subdimensão Cultura, o município de Iracema é quem apresenta pior desempenho, enquanto os demais municípios apresentam valores que superam a média de Roraima e da Amazônia.

Tabela 14: Subdimensão Cultural dos municípios da Microrregião de Caracarái – Média do Estado de Roraima e Média da Região Amazônica

	Cultura		
	Infraestrutu- ra cultural	Valor da Subdimen- são	Valor da Dimensão
Caracarái	0,286	0,057	0,466
Iracema	0,143	0,029	0,409
Mucajái	0,357	0,071	0,564
Média Roraima	0,214	0,043	0,490
Média Amazônia	0,279	0,056	0,457

Fonte: ISMA, 2010

O desempenho ruim do município de Iracema, do ponto de vista de nossa análise, se dá por causa da inexistência de uma infraestrutura cultural adequada, pois o referido município possui apenas 23,5% dos equipamentos socioculturais.

O município de Mucajaí é quem apresenta melhor desempenho nessa subdimensão, explicado por possuir praticamente 50% dos itens elencados na composição da variável “Existência de Equipamentos Socioculturais”, dentre elas podemos citar algumas de relevância para este destaque em seu desempenho, tais como a existência de teatro, estádio poliesportivo, unidade de ensino superior e rádio comunitária. Destacamos, ainda, que o município de Mucajaí tem sua relevância nesta subdimensão, por manter o evento da Paixão de Cristo que está na sua 32ª edição, contando, inclusive, em algumas das suas edições com atores globais, atraindo um público expressivo em seus espetáculos.

4. *Considerações Finais*

Neste estudo da microrregião de Caracarái, constituída pelos municípios de Mucajaí, Caracarái e Iracema, analisou-se o Índice de Vulnerabilidade dos Municípios da Amazônia – ISMA, composto de quatro dimensões (político- institucional, ambiental, econômico e sociocultural), nove subdimensões, vinte de dois indicadores e quarenta e quatro variáveis.

Com relação a dimensão político- institucional, embora as variáveis capacidade de investimento e da saúde financeira dos municípios de Iracema e Mucajaí chamarem atenção em face aos números estarem abaixo das médias do estado, e por conseguinte, da região amazônica. Percebeu-se claramente a fragilidade da saúde financeira da microrregião. Explicada por fatores como baixa ou quase nenhuma capacidade de arrecadação e total dependência das transferências do governo central e das emendas parlamentares. Esse movimento leva a outra constatação, a baixa capacidade de investimento.

Na dimensão ambiental, observou-se para a Microrregião de Caracarái, que a evolução dos valores finais consolidados de todos os indicadores, no recorte temporal, indicam perda de qualidade para os Municípios de Iracema e Mucajaí.

Na dimensão econômica, constatou-se que um resultado muito baixo, de sustentabilidade econômica. Sendo Caracarái com melhor posição na microrregião, e 187º colocado no isma amazônico, Mucajaí em segundo com classificação 228º no ISMA, e com isma menor que a média do Estado de Roraima e da Amazônia, sendo o município de Iracema, em 492º lugar na região amazônica, sendo a microrregião

com classificação de muito baixo, demonstrando pouco dinamismo econômico, aumento do desemprego e baixos rendimentos médios famílias.

Na dimensão sociocultural, que dentre os municípios de Caracaraí, Iracema e Mucajaí, o município que apresenta pior indicador dentro da Dimensão Sociocultural é o Município de Iracema, inclusive abaixo da média de Roraima e Amazônia. Constatamos ainda, podendo ser a priori a justificativa para o pior indicador dentro da Dimensão sociocultural, e o baixo desempenho nas subdimensões: Educação, Habitação e Cultura.

O Índice de Vulnerabilidade dos Municípios da Amazônia – ISMA, indica tendências para a microrregião, bem como pode ser utilizado para novos estudos e o auxiliar os gestores no planejamento e implementação de políticas públicas para o desenvolvimento regional.

Referências bibliográficas

AGOSTINHO, J. **Impacto ambiental das atividades degradadoras do meio ambiente na bacia do baixo Rio Cauamé - Boa Vista, Roraima.** Boa Vista: CEDACON - Ministério Público Federal, 1988.

_____. **Contribuição para a discussão de um plano de desenvolvimento sustentável para o estado de Roraima.** 400 f. Tese (Doutorado em Ciências) - FFCLH – USP, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.ecoamazonia.org.br>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

_____. **A questão ambiental em Roraima.** Revista Ação Ambiental, Viçosa, v. 12, p. 67-78, 2005.

_____. **Projeto para um estado de Roraima sustentável.** In: BUENAFUENTE, S. M. F. **Amazônia: Dinâmica do Carbono e impactos socioeconômicos e ambientais.** Boa Vista: Editora UFRR, 2010, p. 339-350.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em <<http://atlasbrasil.org.br> consulta em 25 de agosto de 2014.

BARBOSA, R.I.; PINTO, F.S.; SOUZA, C.C. 2008. **Deforestation in Roraima State: historical data and spatio-temporal distribution.** Relatório Técnico. Ministério da Ciência e Tecnologia, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia -INPA, Núcleo de Pesquisas de Roraima, Boa Vista-RR. 10 pp. (In Portuguese)

BARBOSA, R. I.; PINTO, F. S.; SOUZA, C. C. **Desmatamento em Roraima: dados históricos e distribuição espaço-temporal.** Ministério da Ciência e Tecnologia, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, Núcleo de Pesquisas de Roraima, Boa Vista-RR. 2008. 10 p. Relatório Técnico.

Boa Vista: CGEES/SEPLAN - RR, 2010.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico do Brasil: 2010/2011.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados Estatísticos.** Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

CAMPOS, C. (Organizador) **Diversidade Socioambiental de Roraima – Subsídios para debater o futuro sustentável da região - Série Cartô Brasil Socioambiental,** vol 3 Publicações do ISA –Instituto Socioambiental. Agosto de 2010

IBGE- Instituto Brasileiro de geografia e Estatística. **Censo 2000 e 2010.**

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese dos Indicadores Sociais 2000, 2001.** www.Ibge.gov.br. Acesso em: 10 de nov. de 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico do Brasil: 2010/2011.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados estatísticos.** Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Populacional 2010.** Disponível em www.ibge.gov.br, acesso em 25 de agosto de 2014. ISMA, 2010.

RADAMBRASIL. - v. 18. **Folha NA-20 - Boa Vista e partes das Folhas NA-21 - Tucumaque, NB-20 Roraima e NB-21.** Rio de Janeiro, 1.975. (Levantamento de Recursos Naturais, 8) Ministério das Minas e Energia. DNPM

RORAIMA, SEPLAN. **Perfil do Estado de Roraima.** Boa Vista: SEPLAN. 2010

RORAIMA, SEPLAN. SEPLAN. Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima. **Dados estatísticos do Estado de Roraima.** Boa Vista: SEPLAN. 2011

RORAIMA, SEPLAN. Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima **Informações Socioeconômicas do Município de Caracará – RR 2010/[Elaboração: Divisão de Estudos e Pesquisas] 1ª edição.**

RORAIMA, SEPLAN. Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima **Informações Socioeconômicas do Município de Iracema** – RR 2010/[Elaboração: Divisão de Estudos e Pesquisas] 1ª edição.

RORAIMA, SEPLAN. Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima **Informações Socioeconômicas do Município de Mucajaí** – RR 2012/[Elaboração: Divisão de Estudos e Pesquisas] 2ª Edição Boa Vista: CGEES/SEPLAN - RR, 2012.60p.

RORAIMA, SEPLAN. Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima – SEPLAN **Roraima: Indicadores Gerais** - 2012. Elaboração: DIES. 1ª edição. Boa Vista - RR, 2014. 72 pag.

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do estado de Roraima.**Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Roraima**, Boa Vista, 2010a.

_____.**Informações Socioeconômicas do Município de Mucajai**, Boa Vista, 2010b

_____.**Informações Socioeconômicas do Município de Iracema**, Boa Vista, 2010b

_____.**Informações Socioeconômicas do Município de Caracari**, Boa Vista, 2010b

ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS DA CONSTRUÇÃO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO NO ESTADO DE RORAIMA/ AMAZÔNIA

Introdução

O projeto de integração energética da América Latina tem avançado de forma acelerada e em profundidade, abarcando setores vitais para impulsionar o desenvolvimento dos povos desse continente. Ao considerar a necessidade que os países passaram a sentir de sair do isolamento e cooperar com os demais, no contexto mundial, a energia, proveniente do petróleo, passou a ser vista como um dos itens mais importantes da pauta do comércio internacional. Contudo, a exploração desse recurso não renovável, apesar de gerar e movimentar importantes recursos financeiros, entre as várias regiões, causa significativos impactos ao meio natural e social.

A exploração e o uso da energia no âmbito local, nacional e global caracterizam-se tanto por fortes impactos ambientais, como também envolve a dimensão tecnológica. Esse estudo levará em conta esses fatores não-econômicos no processo de tomada de decisão. Pretende-se analisar os aspectos sociais e ambientais que envolvem essa decisão de se implantar uma linha de transmissão em áreas indígenas, e que seus resultados possam oferecer contribuições para subsidiar a formulação e a implementação de políticas públicas na área do desenvolvimento sustentável na realidade amazônica.

A análise da configuração desse processo abrange os seguintes questionamentos: de que forma os atores envolvidos, direta e indiretamente no processo atuaram e qual a velocidade com que os desafios foram superados por esses atores, tanto do lado do Brasil, quanto do lado da Venezuela, considerando os danos ambientais e a relação custo e benefício para a área afetada e as comunidades envolvidas. O período de implantação da linha de transmissão corresponde ao período de 1997 (ano da assinatura do contrato de prestação de serviços pelos dois países) ao período de 2001 (ano da inauguração da linha de transmissão).

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: gianeporto@gmail.com

** Universidade Federal de Roraima. E-mail:

Para um melhor entendimento da dimensão desse processo, o texto aborda, inicialmente, o cenário amazônico no qual se passa o processo de implantação da Linha de transmissão de energia elétrica da Venezuela para o Estado de Roraima. Na sequência, a gestão ambiental nos dois países é enfatizada; assim como a metodologia utilizada para solucionar a questão indígena nos dois países; e, para finalizar o texto, ressalta-se o evento da inauguração da Linha de transmissão em 2001.

Esse estudo baseia-se na parte empírica da Tese de Doutorado “Integração regional pela via energética: o estudo de caso da Interligação Elétrica Venezuela-Brasil”, no tópico referente aos aspectos ambientais do projeto de implantação do “Linha de Guri”. Para a concretização dessa pesquisa, foi utilizado o método indutivo, baseado em recortes de jornais, legislação pertinente, documentos governamentais, e entrevistas com os atores envolvidos.

O cenário amazônico

Os impactos dos chamados grandes projetos são, na maior parte da bibliografia, tratados com um aspecto dramático, tanto pelas implicações ambientais como pelos efeitos sobre as populações que vivem nas localidades desses grandes projetos. No caso da região amazônica, um dos problemas que dificulta o processo de desenvolvimento, refere-se à questão da infraestrutura energética, a um alto custo.

A este respeito, Repetto (2005) destaca como um dos pontos do planejamento energético nessa região, a pouca participação, onde as populações afetadas são consideradas como passivas e apenas objeto das decisões tomadas em altas esferas. No entanto, a discussão sobre esses projetos tem sido ampliada, no sentido de se reconhecer a necessidade das pessoas afetadas participarem, não apenas na hora de negociar ações mitigadoras, mas que participem nas instâncias de definição dos mesmos.

Frota (2001) também considera a participação da sociedade fundamental na decisão sobre se o empreendimento deve ou não ser levado a termo. Segundo o autor, essa decisão cabe, em última instância, à sociedade, uma vez que não se trata de decisão técnica, mas de uma decisão de escolhas, de decisão política, em que todas as variáveis devem ser explicitadas, cabendo ao corpo técnico e à burocracia estatal apenas o papel condutor do processo. Na sua visão, viabilizar um empreendimento qualquer significa torná-lo executável sob todos os pontos de vista: técnico, econômico, financeiro, mas, sobretudo, sob a ótica dos impactos ambientais e dos conflitos decorrentes. Entretanto, as questões sociais são revestidas de soluções onde a vari-

ável da subjetividade, da incerteza e da não solução única encontra-se no cerne de todas as discussões.

No estado de Roraima, historicamente, as autoridades tem definido como impedimentos para desenvolver o Estado: 1) a excessiva quantidade de terra indígena (muita terra para pouco índio, sinônimo de atraso) e 2) os altos custos de produção energética, que eram gerados pela queima de combustível fóssil, transportados desde Manaus em caminhões, com que se alimentavam os geradores termoelétricos do estado de Roraima, o que trouxe racionamentos no inverno e a dificuldade de se expandir parque industrial.

Para eliminar o segundo impedimento do desenvolvimento do estado, ou parte dele, as autoridades internacionais (Venezuela), nacionais (governo federal) e locais (governadores e políticos) escolheram a alternativa do Linhão de Guri (importação de energia). Entretanto, para a implantação dessa alternativa, o primeiro impedimento do desenvolvimento do estado identificado acima é o problema: a interferência em terras indígenas, causando impactos ambientais, e, conseqüentemente, os chamados conflitos socioambientais. Uma primeira postura exigida pela sociedade é a transparência dos atos dos planejadores dos empreendimentos. Assim, admitir que quaisquer projetos de infraestrutura econômica causem impactos ambientais e, em decorrência disso, conflitos ambientais, é o primeiro passo (FROTA, 2001).

Quanto à geração de eletricidade, o primeiro passo é reconhecer de que não é possível existir energia elétrica sem que impactos ocorram, e, em decorrência destes, a potencialização de conflitos que precisam ser negociados, mitigados e acertados entre os atores envolvidos no processo. Os conflitos surgidos da implantação de projetos desta natureza possuem importantes atores envolvidos: os atingidos direta e indiretamente, as ONGs, os órgãos de licenciamento ambiental, o Ministério Público, a Justiça e os empreendedores, cujos desafios a serem superados poderão determinar a velocidade e o ritmo de atendimento às demandas da sociedade por energia elétrica. No caso da Interligação Elétrica Venezuela-Brasil, o ritmo e a velocidade do processo de implantação do projeto em questão foram determinados pela lentidão com que as negociações ocorreram, principalmente do lado da Venezuela.

Aspectos ambientais da implantação da Linha de Transmissão - Brasil

No Brasil, simultaneamente à assinatura do contrato, o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee, atual Aneel) emitia Portaria nº 121 de 9 de abril de 1997 e autorizava a Eletronorte a implantar a Linha de Transmissão. A autoriza-

ção fixava prazo de seis meses para a apresentação do Projeto Básico e condicionava o início das obras à aprovação do Projeto Básico e ao atendimento às demais exigências, inclusive as relativas ao meio ambiente.

Esse processo de legalização dos aspectos ambientais transcorreu de comum acordo com o IBAMA e o Ministério Público Federal, os quais concordaram que os estudos fossem realizados em separado, conduzidos pela assessoria indigenista da Eletronorte, com a participação das comunidades indígenas afetadas. Nesse cenário, os documentos para o licenciamento ambiental foram elaborados em espaço de tempo muito curto, tornando a questão ambiental bastante simplificada.

Os principais dados técnicos do projeto, constantes no Contrato, eram: Linha de Transmissão na frequência de 60 HZ, circuito simples, em tensões de 400 kv (trecho com aproximadamente 290 km de comprimento), da subestação de Macágua II até Las Claritas e 230 kv (trecho de cerca de 190 km até Santa Elena de Uairén, no Estado de Bolívar, em território venezuelano). O sistema contém duas subestações na Venezuela (El Callao e Las Claritas) e uma no Brasil, para recepção e conversão da energia de 400 e 230 kV e, posterior distribuição de energia, em tensões menores. A energia seria distribuída, na Venezuela pela Cadafe e no Brasil, pela Eletronorte, na cidade de Boa Vista (atualmente Boa Vista Energia). No total são aproximadamente 680 km, desde a Subestação Macágua II, próximo de Ciudad Guayana, até Boa Vista, sendo cerca de 200 km em território brasileiro e 480 km em território venezuelano¹.

Nesse contexto, a decisão de compra e venda de energia elétrica foi realizada pautada basicamente no Memorando de Entendimento e Contrato de Serviços, os quais bastaram e foram suficientes para que a decisão fosse realizada. Na análise de Nuti (2006, p.161):

Sem estudos pormenorizados, sem a discussão de critérios socioambientais comuns, sem atender a legislação internacional e brasileira, no que diz respeito a consultas prévias. O traçado da LT foi riscado no mapa a partir de informações técnicas genéricas e do princípio utilizado em outros projetos lineares da menor distância entre os dois pontos com apoio de infraestrutura logística.

Esses dois documentos são legitimadores da tomada de decisão de compra e venda de energia, forjada a partir dos macro condicionantes das opções dos governos brasileiro e venezuelano, em suas estratégias geopolíticas e técnicas. No caso brasileiro, atendendo às características da época das estratégias delineadas para a Amazônia, pela visão dos eixos de desenvolvimento e projetos âncora, da visão negocial que as empresas de energia elétrica

¹ CONTRATO DE SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA ENTRE A C.V.G ELETRIFICACIÓN DEL CARONÍ C.A – EDELCA, A CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A – ELETRONORTE, com interveniência das Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobras, **objetivando o atendimento da Cidade de Boa Vista** – Estado de Roraima. Boa Vista-RR, em 11 de abr. 1997.

deveriam instituir no marco da desregulamentação setorial e, finalmente, da abertura comercial e colaboração crescente com os países da América do Sul.

Considera-se importante destacar que, no seu estudo, Nuti trouxe, em nota de rodapé, a explicação que justificava o termo “informações técnicas genéricas” e a forma simplista com que o traçado da LT foi realizado. Nas suas notas, a autora afirma que as empresas envolvidas concordaram que o projeto fosse desenvolvido separadamente no trecho venezuelano e brasileiro. Na etapa de planejamento, houve discussão técnica, visando à compatibilização dos pré-projetos existentes, através do funcionamento de grupos de trabalho que deveriam também elaborar o Manual de Operação da LT. No entanto, os aspectos sociais e ambientais não foram objetos de integração técnica, sob a alegação de que o atendimento às legislações dos países seria suficiente para o licenciamento ambiental do projeto.

A implantação obteve tratamento separado, ainda que o sistema elétrico só pudesse funcionar uma vez que implantado todo o percurso da linha. Apesar de o contrato estabelecer cláusulas de penalização para a parte que não cumprisse o cronograma estabelecido, não havia menção a critérios ambientais comuns para o desenvolvimento do projeto, reduzindo-os ao entendimento de cumprimento da obtenção das autorizações e licenças previstas nas legislações dos dois países. Características sociais e territoriais também não foram consideradas como elementos contratuais.

No documento da Eletronorte (1997) foram considerados três tipos de impactos com interferências sociais. Um deles refere-se a “mobilização social”, que foi definida como um impacto positivo, uma vez que os grupos sociais organizados são de grande valia para a região. A geração de conflitos também representou impacto de interferência social. No entanto, nesse item, afirmou-se não haver impacto com a população ou necessidade de remanejamento. Essa foi uma das questões contraditórias no documento, uma vez que, nas páginas seguintes, propõe-se um programa de remoção e indenização da população afetada.

Os aspectos ambientais no lado da Venezuela²

No lado da Venezuela, o contexto ambiental não foi muito diferente do contexto brasileiro. Com relação aos ordenamentos territoriais, a maior parte da linha de transmissão atravessa áreas afetadas por diversos desses ordenamentos. O primeiro

² Análise realizada pela *SOCIEDAD CONSERVACIONISTA AUDUBON DE VENEZUELA* (SCAV). Disponível em <<http://www.audubonvenezuela.org>> Acesso em mar. 2009.

trecho (290 km) atravessa terras da Reserva Florestal de Imataca e o Lote Boscoso San Pedro, enquanto que o segundo (218,5 km) cruza o setor oriental do Parque Nacional Canaima (75 km desse trecho) e a Zona Protetora Sul do Estado Bolívar. Para os fins de instalação de uma linha de transmissão, seria necessária a designação ou definição, dentro de um Plano de Manejo e Regulamento de Uso de cada uma, e isso não ocorreu em nenhum caso. O que aconteceu de fato foi a apresentação do projeto, pelo poder executivo, como sendo de “interesse nacional”.

Quanto às Permissões Ambientais necessárias, essas ocorreram sem o devido cumprimento dos requisitos legais. Para acelerar o projeto, o argumento utilizado também foi o de que o projeto era de “interesse nacional”, ou seja, a ordem era do Presidente da República e assim, a obra podia ser realizada, deixando em segundo plano os passos legais. O desflorestamento para a construção da linha cruzando a Serra de Lema começou em janeiro, enquanto que a permissão ocorreu em março do ano de 1998 (ano da referida análise). O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) foi outro requisito indispensável para a obtenção de permissões ambientais, de acordo com o artigo 6º, do Decreto 1257, de 13/3/1996. No entanto, na versão final do estudo para o segundo trecho, analisada por especialistas da organização não governamental EcoNatura, não existia nenhuma menção com relação a existência do Parque Nacional Canaima.

A Consulta Pública era recomendada pelo Decreto 1257, uma vez elaborado o EIA. No caso do referido projeto, não houve Consulta Pública dos EIA da linha de transmissão. No lugar da Consulta foi anunciada na imprensa a disponibilidade do EIA ao público interessado, apesar das obras já estarem em andamento na data do anúncio nos jornais.

Segundo o documento da Edelca (2000), para toda área afetada, existiam medidas de mitigação de impactos, devidamente aprovadas pelo Ministério do Meio Ambiente e Recursos Naturais, como por exemplo, a aplicação de técnicas especiais de construção como o uso de helicópteros. Essa foi uma das soluções tecnológicas adotadas pelas equipes multidisciplinares dos órgãos responsáveis para minimizar a interferência nas áreas dos parques.

No item referente aos efeitos do Sistema de Transmissão elétrico nas comunidades que habitavam a sua área de influência, o relatório esclarecia que o traçado foi feito para um mínimo de interferência e as casas e áreas agrícolas porventura afetadas foram oportunamente indenizadas. O relatório declarou ainda a não existência de impactos sobre a saúde dos habitantes e que a única restrição seria a construção de casas sob a linha, por razões de segurança.

Com relação ao impacto cultural, o relatório da Edelca afirmou que esse impacto sobre as comunidades seria o mínimo possível, uma vez que o sistema seria concebido para melhorar a qualidade de serviço elétrico só em Santa Elena de Uairén, sem contemplar nenhuma subestação entre as populações de Las Claritas e Santa Elena.

A resistência à implantação do projeto fundamentava-se nessa questão. As comunidades indígenas residentes na região já dispunham de energia elétrica, oriunda das cinco micro centrais elétricas existentes. O problema residia no fato de se considerar “impactos culturais” o acréscimo de obras e instalações na região. Os impactos considerados com a passagem da linha foram os incidentes na vegetação e paisagem das áreas protegidas legalmente. Essa resistência dos povos indígenas na Venezuela foi uma das causas do atraso nas obras da linha de transmissão.

A negociação com os índios do lado do Brasil

Na fase de planejamento do empreendimento, foi realizada uma viagem de campo e um sobrevoo sobre a área onde seria realizado o traçado preliminar da linha de transmissão. Nessa ocasião, foi detectada a interferência com Terras Indígenas no estado de Roraima pela equipe da Eletronorte (2004). Inicialmente, a previsão era a de que o traçado da linha de transmissão poderia atingir três Terras Indígenas.

Em fevereiro de 1997, a Superintendência de Meio Ambiente da Eletronorte encaminhou a FUNAI uma síntese de informações sobre a Interligação Elétrica Venezuela-Brasil, contendo as características técnicas da linha.

Na oportunidade, a Eletronorte, através do seu assessor indigenista, José Porfírio Fontenele de Carvalho, propôs a FUNAI o contato com os órgãos e instituições, tanto nacionais quanto locais, governamentais e não governamentais envolvidos com as questões indígenas e com o meio ambiente³. O objetivo desse contato era explicar o Projeto e apresentar a proposta de se criar uma Comissão para realizar os estudos dos impactos ambientais, dentro das terras indígenas, e ao mesmo tempo propor as ações mitigadoras. A Linha, da forma como tinha sido projetada, atingiria terras indígenas dos índios Wapichana, Makuxi e Taurepang, denominada de São Marcos. O mesmo aconteceria com as Terras Indígenas Aracá e Ponta da Serra. O total aproximado dentro das terras indígenas seria de 60 km e 15 km respectivamente.

³ Em Brasília: Procuradoria Geral da República – Câmara de Assuntos Indígenas; Fundação Nacional do Índio – FUNAI – Coordenação do Meio Ambiente; no Rio de Janeiro: Eletrobras; Em Roraima: Procuradoria Geral da República; FUNAI; Associação das Comunidades Indígenas de Roraima – ACIR; Associação dos Povos Indígenas de Roraima – APIR; Associação Taurepang Wapichana e Makuxi – ATWM; Prelazia de Roraima; e Comissão Pro-índio – São Paulo.

Em maio de 1997, os representantes da Eletronorte reuniram-se com os representantes da FUNAI, entregando toda a documentação referente à Linha de Transmissão⁴. Na ocasião, os representantes da Eletronorte descreveram sucintamente o empreendimento, o qual incidiria em 60 km na TI São Marcos, acompanhando o traçado da rodovia asfaltada já existente. Os técnicos informaram ainda da necessidade de se formar a comissão envolvendo as entidades e os órgãos já elencados. Após contatos iniciais com todas as instituições, foi realizada, em 29 de maio de 1997, a primeira reunião com as comunidades Indígenas e suas associações, na TI São Marcos – Aldeia Boca da Mata.

Em meio a esses acontecimentos⁵, no dia doze de maio de 1997, o CIR enviou carta ao Presidente da República comunicando-lhe sobre os resultados do I Seminário Internacional dos Povos Indígenas do Brasil, Venezuela e Guiana⁶, promovido pelo CIR, que aconteceu em decorrência do processo de construção da Linha de Transmissão e contou com a participação de representantes indígenas da Venezuela e Guiana e algumas ONGs, nacionais e internacionais. Com relação às ações do governo brasileiro na construção do referido empreendimento, o mesmo foi destacado pelos índios venezuelanos de forma positiva, pelo fato de estar expondo aos índios locais e organizações, a amplitude do projeto, sua interferência na área e as medidas mitigadoras e compensatórias aos danos causados, submetendo-se ainda à anuência da comunidade.

Apesar do projeto também atravessar o território que eles ocupavam, os índios venezuelanos reclamaram que até o momento não tinham sido informados sobre o projeto. No entanto, essas eram questões internas do país vizinho e os representantes da estatal Venezuelana presentes informaram que posteriormente se reuniriam com os índios. A Comissão Pró-índio de São Paulo foi segura em sua exposição, reconhecendo publicamente que a ideia da implantação de energia da Venezuela foi sugestão dos próprios índios roraimenses, após estudos desenvolvidos por aquela entidade. A sugestão dessa alternativa, na verdade, tinha um intuito de propiciar a não construção da Usina de Cotingo, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Para a implantação da linha de transmissão, a Eletronorte, através de seu consultor e assessor indígenista, Porfírio de Carvalho, optou por utilizar, inicialmente,

⁴ CARTA DO PRESIDENTE DA ELETRONORTE AO PRESIDENTE DA FUNAI; **Síntese de Informações sobre a interligação elétrica Venezuela/Brasil**; Proposta para encaminhamento de ações; Croquis da área onde passará a linha de transmissão mostrando a incidência Nat.I São Marcos; Escopo de Termo de Referência; Croquis de todo o projeto. Brasília, 30 de abr. 1997.

⁵ PROCESSO Nº 08620.0021.03/1997 – DV – FUNAI. **Assunto: Linha de Transmissão Guri/Venezuela e Boa Vista/RR**. Folhas 39 e 40. Brasília, 04/03/98. Realizado no período de 27 a 30/08/97.

⁶ Realizado no período de 27 a 30/08/97.

como metodologia de trabalho e solução para as divergências dos grupos sociais, o diálogo com as comunidades indígenas, informando-os com detalhes o que viria a ser o empreendimento e quais as consequências positivas e negativas se fosse implantado dentro da Terra Indígena São Marcos. No primeiro momento, as comunidades e associações indígenas reagiram com certa desconfiança.

Com essa postura, o consultor indigenista da Eletronorte buscou parcerias com as entidades governamentais e não governamentais, iniciando um fórum permanente de debates e consultas, através de várias reuniões informativas às comunidades indígenas e diversas entidades ligadas às causas indígenas. O conteúdo dessas reuniões, segundo Carvalho (2011):

Explicamos para eles o que nós queríamos. O que era uma linha de transmissão, e o que era entrar em uma terra indígena e como essa linha passaria. Foi nesse processo que daí em diante nós começamos a ouvir os questionamentos. Visitei todas as aldeias. Explicando o que era a construção de uma linha. Em ora nenhuma nós levamos algum objeto de troca. Eu sempre dizia a eles sem que eles me perguntassem. Se vocês me perguntarem se é bom passar uma linha de transmissão aqui na terra de vocês, a minha resposta é: não é bom. E porque era um truque de marquete? não, porque sempre eu tenho na minha cabeça de que a pessoa tem o direito de dizer não e um objeto estranho dentro da sua terra não é bom. (José Porfírio Fontenele de Carvalho, consultor indigenista da Eletronorte. Entrevista realizada em 14/06/2011).

Essas reuniões eram constantes durante o processo e em locais diferentes. Isso tudo tinha um custo, que era bancado pela Eletronorte, tendo em vista o interesse que ela tinha na solução, ou seja, no resultado positivo decorrente desses diálogos.

A primeira reunião com as comunidades indígenas ocorreu em 29 de maio de 1997, onde foi distribuído material informativo sobre o empreendimento e as atividades de topografia. Os principais pontos da reunião foram os seguintes⁷: apresentação da experiência da Eletronorte no trato com as comunidades indígenas e sua política de respeito para com essas comunidades; apresentação do projeto, finalidade e características técnicas gerais.

Na ocasião, foram apresentadas com maior destaque, as atividades referentes à topografia. A finalidade era reforçar que só através desse trabalho é que se poderia avaliar com clareza a magnitude dos impactos que a linha causaria nas Terras Indígenas. Ainda foi abordada na reunião, a conscientização da disposição da empresa em discutir e informar as comunidades indígenas sobre todas as características do

⁷ RELATÓRIO FINAL DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA SÃO MARCOS. Coordenação Geral: José Porfírio Fontenele de Carvalho e Daniella Vanessa Abrantes Martins. Brasília, 13 de mai. 1998 a 06 de jan. 2004.

empreendimento para que eles pudessem participar de todo o processo, e que eles poderiam, a qualquer momento, convocar outras reuniões. Posteriormente, em julho de 1997, a Eletronorte recebeu correspondências das comunidades indígenas e suas associações informando que autorizavam a execução dos trabalhos topográficos, visando definir o traçado da linha de transmissão.

No decorrer das reuniões, as formas de compensações financeiras e ambientais para as comunidades indígenas foram surgindo. A proposta apresentada para atender as necessidades dos habitantes da Terra Indígena São Marcos foi a desintrusão. Segundo o consultor e assessor indigenista da Eletronorte, Porfírio de Carvalho, a desintrusão era o problema deles. Em sua entrevista, ele relatou com detalhes de que forma esse problema afetava as comunidades indígenas e como se deu a negociação:

Depois que eles viram por onde ia passar, aí sim, houve uma reunião grande, e aí o pessoal assinava com dinheiro, pessoal da prefeitura, pessoal do governo do estado, e alguns da FUNAI assinavam com dinheiro, como forma de compensação, se autorizasse. Eu nunca – com dinheiro eu não participo. Isso não tem preço – um impacto desse. Eu tentei junto com eles – que eles colocassem na mesa os problemas que eles tinham na vida, coletivo, e o coletivo era a invasão da terra deles – tinham 101 fazendas e esses fazendeiros maltratavam eles, humilhavam eles e davam caronas. A carona para eles era algo como um grande favor porque a Funai não tinha veículo, ninguém levava eles e os fazendeiros levavam. Outra, encheram de gados e eles não podiam colocar roça porque o gado ia lá e comia, e eles viviam nos cantos, eram humilhados, não podiam circular. Existia uma fazenda, que era a mais antiga, histórica até. Uma família antiga que recebeu títulos do governo do Amazonas, não era uma invasão comum. Era uma invasão formal e lá nessa fazenda, era o cúmulo do cúmulo. Existia antes da abolição da escravidão. Eles viviam nos cantos humilhados, dentro da terra deles. Eles não mudaram os métodos. Os escravos foram libertos, mas os índios continuavam escravos. Logicamente, com alguns avanços. Por exemplo, para sair da aldeia deles, os índios tinham que sair por dentro do curral do boi. As aldeias eram cercadas e o gado pastava no meio da aldeia das casas e não adiantava. Toda tentativa, quando chegava alguém para olhar, era só bondade. Eles colocavam até os índios dentro da casa para dizer que moravam com eles, e depois colocavam para fora. O cúmulo da opressão era exatamente aquela fazenda e nós tiramos essa fazenda. Eles viram que era necessário. Dava-se parte a polícia e não dava em nada. Eles colocavam fogo na minha frente nas casas dos índios – matavam os índios – faziam tudo que você podia imaginar. **A retirada dos invasores era o problema deles.** (José Porfírio Fontenele de Carvalho, consultor indigenista da Eletronorte. Entrevista realizada em 14/06/2011- grifo nosso).

Essa proposta incluía também a implantação de um sistema de vigilância ambiental e fiscalizador da futura retirada dos invasores, procurando assim evitar a provável tentativa de retorno. Em outubro de 1997, essa proposta de negociação das comunidades indígenas com a Eletronorte foi oficializada em uma reunião, com a

assinatura de trinta tuxauas, líderes de suas comunidades. A proposta de negociação para autorização da instalação da Linha de Transmissão nas terras indígenas incluía os seguintes itens principais, dentre outros⁸:

a) A recuperação de todas as áreas degradadas em função da construção e instalação das torres e linhas de transmissão;

b) Indenizar todos os bens individuais dos índios, como plantações, casas, cercas e animais, que por ventura fossem danificados ou atingidos pelas obras do empreendimento e de veículos utilizados nos serviços de construção e instalação das linhas de transmissão;

c) Indenizar em nome das comunidades indígenas, a massa florística existente na faixa de segurança (40 metros) calculado por uma comissão de avaliação composta por representantes da Eletronorte, FUNAI e comunidades indígenas;

d) Financiar os custos das indenizações das benfeitorias implantadas dentro das terras indígenas afetadas, depositando o valor total estimado, antes do início dos trabalhos, em conta especial, que deveria ser movimentada em conjunto entre a Comunidade Indígena, FUNAI e Eletronorte; e

e) Financiar durante o período de construção da linha sistema de vigilância das terras indígenas, visando impedir novas invasões ou retorno de invasores, que após a conclusão da obra, ficaria sob responsabilidade da FUNAI e das comunidades indígenas.

Por fim, as comunidades estabeleceram que a Eletronorte, cumprindo essas exigências e tomando os cuidados ambientais iguais aos praticados na fase dos serviços de topografia, ficaria autorizada a iniciar os trabalhos de construção e implantação da linha de transmissão que ligaria a Venezuela a Boa Vista.

Em respostas a essas reivindicações, a Eletronorte, em dezembro de 1997, através do seu Diretor- Presidente encaminhou carta a FUNAI e, inicialmente, ressaltou que a proposta apresentada era fruto de um processo participativo e que, após análise de cada item, a Eletronorte se disponibilizaria em atender as reivindicações apontadas pelas comunidades indígenas.

Assim, o processo de negociação foi concluído com a assinatura pela Eletronorte, FUNAI e Comunidades Indígenas do Termo de Compromisso 01/98 em 31 de março de 1998. O Termo de Compromisso foi firmado entre as Comunidades Indígenas da Terra Indígena São Marcos, a FUNAI e a Eletronorte, e teve como

⁸ PROCESSO Nº 08620.0021.03/1997 – DV – FUNAI. **Assunto: Linha de Transmissão Guri/Venezuela e Boa Vista/RR.** Proposta de Negociação com a Eletronorte para Autorização da Instalação da Linha de Transmissão Venezuela/Boa Vista nas Terras Indígenas São Marcos e Ponta da Serra. Brasília, 04/03/98.

principal objetivo a retirada de 101 invasores da Terra Indígena, sendo esta ação uma compensação parcial pela passagem da linha de transmissão⁹. De forma geral, o Termo de Compromisso tinha os seguintes objetivos¹⁰:

- autorizar formalmente a Eletronorte a construir a Linha de Transmissão Santa Elena/Boa Vista na Terra Indígena São Marcos;
- normatizar os procedimentos para implantação do empreendimento e das medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias; conhecer as obrigações de cada uma das partes envolvidas;
- estabelecer as obrigações de cada uma das partes.

A negociação com os índios no lado da Venezuela

O início da construção da linha de energia Venezuela-Brasil (1997-1998) ensejou a deflagração de sérios conflitos, uma vez que os líderes indígenas e ambientalistas a repudiaram duramente quando, em fevereiro de 1998, foram surpreendidos com as equipes de técnicos fazendo estudos topográficos em seus territórios, ou seja, o Presidente da Venezuela na época, Rafael Caldera, forçou as condições para o início das obras, com a criação do Decreto 1850, em 1996, período em que se realizavam as negociações sobre o empreendimento entre os dois países.

Esse Decreto tratava da ordenação territorial da Reserva Florestal Imataca e permitia atividades de mineração em 40% da sua superfície. Com isso, possibilitou-se o início das obras, tendo como principal justificativa a manutenção dos acordos binacionais Venezuela-Brasil, sem a devida preocupação de que esse projeto estaria violando preceitos constitucionais e várias leis ambientais. Além disso, no decurso das obras, a Edelca não cumpriu com os acordos iniciais sobre retirada de madeira na Selva Imataca e sobre o emprego de mão de obra indígena. Desse modo, mesmo havendo entre o Caroni e a fronteira com Brasil, diversas áreas de proteção ambiental e numerosas populações indígenas com uma ocupação ancestral, não houve qualquer tentativa no sentido de estabelecer uma negociação séria com as comunidades indígenas.

À medida que o governo do presidente Caldera forçava a construção da linha de energia, os conflitos entre os indígenas e representantes do governo aumentavam. Isso ocorreu durante os anos de 1998 e 1999. Nesse período, os venezuelanos viveram num clima tenso, onde as expectativas de represas cruzavam as fronteiras, já

⁹ PROCESSO Nº 08620.002103/1997-DV – FUNAI. Vol. 2, Fls. 222. Brasília, 04 de mar. 1997.

¹⁰ ELETRONOTE, FUNAI E COMUNIDADES INDÍGENAS DA TERA INDÍGENA SÃO MARCOS. Atividades do Programa São Marcos. Relatório Final do período de 13/05/1998 a 06/01/2004.

que no mesmo momento, na TI São Marcos, no Brasil, as comunidades indígenas enfrentavam os invasores, que eram retirados mediante o pagamento de indenizações, em um clima violento (REPETTO, 2005).

No território venezuelano, os conflitos em torno da construção da linha foram muito maiores e atrasaram a conclusão da obra em mais de um ano. As torres de transmissão percorreram 80 km do Parque Nacional de Gran Sabana e da selva de Imataca, no estado de Bolívar, ao sul da Venezuela, onde moravam dezenas de comunidades indígenas. Os índios alegavam que o Linhão teria grandes custos ambientais e sociais para a região, como o crescimento predatório da indústria mineira, turística e florestal.

As negociações com a Federação Indígena do Estado de Bolívar e o Presidente Hugo Chávez só se efetivaram em janeiro de 2001, através de um acordo, o qual representou uma grande vitória para os índios, que, depois de anos lutando pela posse definitiva de suas terras, conseguiram que o governo criasse uma reserva indígena no Estado de Bolívar. No acordo, a Federação exigiu que fosse constituída uma comissão paritária composta por representantes indígenas e do governo para demarcar as áreas indígenas e fazer um levantamento das comunidades prejudicadas pela exploração mineral, florestal e turística na região. O governo venezuelano se comprometeu a não deixar que projetos industriais públicos e privados fossem instalados nas comunidades sem consultar as lideranças de cada etnia e a criar um fundo permanente de desenvolvimento integral e sustentável para apoiar projetos das comunidades indígenas (MACEDO, 2001).

A inauguração da Interligação Elétrica Venezuela-Brasil

Os presidentes Fernando Henrique Cardoso, do Brasil e Hugo Chávez, da Venezuela, inauguraram a interconexão elétrica Venezuela-Brasil no povoado de Santa Elena de Uairén, a 950 km de Caracas e 14 km da fronteira com o Brasil. Segundo reportagem do Correio Brasiliense (14/08/2001), esse foi “um ato que, para ele, simbolizava o futuro unido da América Latina”. A reportagem também afirmou que o Presidente brasileiro considerava a linha de transmissão o marco da nova fase nas relações bilaterais Brasil-Venezuela e que, ao contrário do passado, quando a fronteira separava, hoje, ela unia.

Na ocasião, o Presidente venezuelano declarou que a interconexão pretendia construir um modelo de integração. Com relação aos protestos de ambientalistas e indigenistas, que atrasaram a obra em quase três anos, o Presidente venezuelano

prometeu promover projetos socioeconômicos, demarcar as terras indígenas e dar títulos aos índios da área. Apesar de terem sido contra o projeto, os indígenas e ambientalistas reconheceram que a linha elétrica era um projeto de Estado de grande importância nacional, segundo afirmou José González, presidente da Federação de Indígenas do Estado de Bolívar.

Conclusão

Analisando os aspectos ambientais do projeto, verifica-se que, nesse quesito, os países agiram de forma semelhante na fase inicial do projeto, não considerando o desenvolvimento sustentável da Amazônia como um dos itens relevantes. Acredita-se que essas discussões deveriam estar atreladas à negociação, na etapa inicial do processo. Na forma como foi desenhado o processo, a questão ambiental ficou para segundo plano, tendo como prioridade no processo outros interesses como os econômicos, estratégicos e políticos, mas principalmente, o de solucionar o déficit energético do estado de Roraima.

Para resolver as questões indígenas, o Brasil usou o diálogo e a cooperação como metodologia de trabalho a fim de obter soluções para as divergências dos grupos sociais. Como solução, a Eletronorte retirou 101 fazendeiros das suas terras, indenizando-os, como também desenvolveu oficinas para ensiná-los a recuperar os danos ambientais provocados com a obra e implantou sistemas de fiscalização no local para impedir a volta dos fazendeiros (Programa São Marcos).

Nessa etapa do processo, os índios brasileiros questionaram o processo de negociação, pois se existia a possibilidade de negociação como foi feita na implantação da Linha de Transmissão, porque não poderia haver negociação com relação também à construção de uma Hidrelétrica¹¹? Para eles, o que ocorreu foi a transferência do problema. As lideranças indígenas foram favoráveis à Linha de Transmissão, mas não sabiam que esta atravessaria a Terra Indígena São Marcos.

Os argumentos que justificaram o traçado foram: se a Linha de transmissão contornasse a Terra Indígena, os impactos seriam maiores por passar por uma região de selva; e o fato das comunidades indígenas temerem a possibilidade de não se livrarem dos “invasores” de suas terras. Assim, o processo de negociação foi concluído com a assinatura do Termo de Compromisso 01/98 firmado entre Eletronorte, FUNAI e as comunidades indígenas, em 31 de março de 1998.

¹¹ Os índios estavam se referindo a Construção da Hidrelétrica de Cotingo, uma das alternativas para a resolução do problema de déficit de energia no Estado de Roraima na época.

Enquanto isso, na dimensão externa (Venezuela), os conflitos dos representantes do governo federal com os índios venezuelanos eram frequentes. Verifica-se nesse desenho do processo, que foi necessário o conflito interno na Venezuela para que o acordo fosse concretizado, uma vez que esse país utilizou um caminho mais longo que o do Brasil, iniciando o processo com a repressão contra os índios. No Brasil, o conflito gerado foi com os fazendeiros, que resistiram, no início, a se retirarem, como também tentaram se beneficiar da situação, buscando novas indenizações, construindo casas próximas a Linha de Transmissão.

Ao se analisar esses fatores verificam-se alguns pontos relevantes no seu aspecto ambiental e que não foram tratados como tal: no caso da Venezuela, a Linha de Transmissão atravessa o Parque de Canaima, Patrimônio Histórico da Unesco e região sagrada para os Pemón. Além desse fato, o Decreto 1.850 aprovado pelo governo abria aos mineradores cerca de 40% da Reserva Florestal de Imataca, uma área de floresta tropical onde vivem cinco etnias e por onde a Linha também atravessa.

Diante desses fatos, questiona-se: se a Linha de Transmissão foi idealizada para ampliar as possibilidades econômicas da região e abrir as portas para integração energética entre Brasil e Venezuela, até que ponto esse desenvolvimento econômico e integração da região são considerados benéficos, trazendo resultados favoráveis, tendo em vista a não observância do desenvolvimento sustentável no que se referia à proteção do meio ambiente e respeito às comunidades indígenas? Inicialmente, quando foi idealizada a Linha, o governo venezuelano já pensava em permitir alimentar os futuros desenvolvimentos minerais, ignorando o fato dos mesmos serem realizados na Reserva Florestal de Imataca.

Na inauguração das torres de transmissão, o Presidente venezuelano declarou que a interconexão pretendia construir um modelo de integração. Diante dos fatos mencionados, percebe-se que este modelo deve ser repensado. Como ponto positivo desse processo, admite-se que houve, no lado da Venezuela, uma “grande vitória” para os índios, uma vez que o governo se comprometeu a não deixar que projetos industriais públicos e privados fossem instalados nas comunidades sem consultar as lideranças de cada etnia e criar um fundo permanente de desenvolvimento integral e sustentável para apoiar projetos das comunidades indígenas. Por outro lado, essa vitória teve um preço alto, uma vez que a Linha alterou o ecossistema. No seu discurso de inauguração da Linha, o presidente prometeu promover projetos socioambientais, demarcar terras indígenas e dar títulos aos índios da área.

No lado do Brasil, os pontos positivos considerados foram os ganhos ecológicos, considerando a substituição da geração de energia por usinas termelétricas pela

energia de Guri e a economia na importação de petróleo. Atualmente, a energia elétrica de Guri não está atendendo a demanda da população e novas alternativas para o Estado de Roraima devem ser pensadas.

Pode-se ressaltar como falhas na configuração do processo: o fato da implantação ter recebido tratamento separado, ainda que o sistema elétrico só pudesse funcionar uma vez que implantado todo o percurso da linha; e a falta de transparência dos atos dos planejadores do empreendimento, com documentos contraditórios no que diz respeito à questão ambiental, sendo essa questão tratada de forma secundária, dentre tantos interesses envolvidos no processo.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Giane Maria Porto; **Integração regional pela via energética**: o estudo de caso da Interligação Elétrica Venezuela-Brasil. Tese (Doutorado). Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2011.

CARTA DO PRESIDENTE DA ELETRONORTE AO PRESIDENTE DA FUNAI; **Síntese de Informações sobre a interligação elétrica Venezuela/Brasil**; Proposta para encaminhamento de ações; Croquis da área onde passará a linha de transmissão mostrando a incidência Nat.I São Marcos; Escopo de Termo de Referência; Croquis de todo o projeto. Brasília, 30 abr.1997.

CONTRATO DE SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA ENTRE A C.V.G ELETRIFICACIÓN DEL CARONÍ C.A – EDELCA, A CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A – ELETRONORTE, **com interveniência das Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobras, objetivando o atendimento da Cidade de Boa Vista – Estado de Roraima**. Boa Vista-RR, 11 de abr. 1997.

ELECTRIFICACIÓN DEL CARONI (Caracas); **La Gestión Ambiental de una Empresa Energética – el proyecto de transmisión al**. Venezuela. EDELCA, set. 2000.

ELETRONORTE, FUNAI E COMUNIDADES INDÍGENAS DA TERA INDÍGENA SÃO MARCOS. **Atividades do Programa São Marcos**. Relatório Final. Brasília, 13 de mai. 1998 a 06 de jan. 2004.

FROTA, Ivaldo. **O setor e seus conflitos**: os novos e os velhos desafios. In: BARTHOLO JR., Roberto; MOTA, Carlos Renato et. all (orgs). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2001.

MACEDO, Valéria, 29 Junho 2001, **“Linhão vai trazer energia para o Brasil”- Instituto Socioambiental**. Disponível em <<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=966>>. Acesso em: março 2007).

NUTI, Mirian Regini. **Integração energética na América do Sul**: escalas, planejamento e conflitos. Tese (Doutorado). - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2006.

PROCESSO Nº 08620.0021.03/1997 – DV – FUNAI. **Assunto**: Linha de Transmissão Guri/Venezuela e Boa Vista/RR. Brasília, 04 de mar. 1998.

REPETTO, Maxim. **Derechos indígenas y grandes proyectos de desarrollo**: Guri, la línea de transmisión eléctrica Venezuela-Brasil. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de; BAINES, Stephen Grant (orgs.). Nacionalidade e etnicidade em fronteiras. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

SOCIEDAD CONSERVACIONISTA AUDUBON DE VENEZUELA (SCAV). Disponível em <<http://www.audubonvenezuela.org>> Acesso em mar. 2009.

Entrevistas

JOSÉ PORFÍLIO FONTENELE DE CARVALHO – Assessor e Consultor Indigenista da Eletronorte até 2004: responsável em mediar a negociação com as comunidades indígenas e propor ações mitigadoras referentes ao empreendimento. Entrevista em 14 de jun. 2011.

*Camila Lima dos Santos **
*Vanessa Sena Figueiredo ***
*Raissa Lorena Malcher Sena ****
*Wendesom Alves de Souza *****

BIOPIRATARIA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: A APROPRIAÇÃO DOS SABERES TRADICIONAIS SOB UMA PERSPECTIVA NEOLIBERAL DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Introdução

As relações internacionais contemporâneas se caracterizam pelas rápidas mudanças que acompanham o processo de eclosão de tecnologias, fluxos de poder, migrações, agendas e atores diversos que acabam por transformar o caráter clássico da política internacional.

A partir da década de 1970, com a Conferência de Estocolmo, começa a surgir a consciência de que os problemas ambientais não respeitam fronteiras e que a questão ambiental deve ser inserida no debate da agenda internacional. Na década de 1990, além da preocupação acerca das mudanças climáticas, da poluição, da camada de ozônio e do desmatamento, aparece também o zelo com a proteção da biodiversidade, sendo que a região amazônica se encontra no centro dessa discussão. Isso porque detém a maior variabilidade genética do mundo, milhares de espécies ainda desconhecidas, além de ser uma região geograficamente bem localizada, com clima e umidade adequados que a propiciam ser detentora de grande diversidade biológica.

Nesse estudo, pretende-se apontar a relação existente entre o fenômeno da Biopirataria com a teoria neoliberal das relações internacionais, dando enfoque na apropriação dos conhecimentos dos povos tradicionais da Amazônia brasileira. O trabalho está dividido em três seções: na primeira, como forma de familiarizar o leitor ao tema, procura-se explicar sobre os principais conceitos concernentes à temática, como Megadiversidade, povos e conhecimentos tradicionais, biopirataria e apropriação. Na segunda parte, trabalhamos a evolução do debate com a Convenção Sobre Diversidade Biológica (1992) e a criação de um conceito consolidado de biopirataria, além de um histórico de alguns dos casos mais relevantes ocorridos na região ama-

* Universidade Federal do Amapá. E-mail: camilasntsri@gmail.com

** Universidade Federal do Amapá. E-mail: vanessasena@gmail.com

*** Universidade Federal do Amapá. E-mail: raissasenaap@hotmail.com

**** Universidade Federal do Amapá. E-mail: wendesomalves@gmail.com

zônica brasileira. Na terceira seção, abordaremos a Teoria Neoliberal das Relações Internacionais a partir de ideias como institucionalização do Sistema Internacional, atores transnacionais, relações transnacionais e interdependência. Com isso, analisaremos como a teoria pode explicar a Biopirataria dos conhecimentos tradicionais.

Compreendendo Conceitos

O termo Megadiversidade foi criado pela organização não governamental Conservação Internacional (CI) para se referir às regiões do planeta com grande quantidade e grande variabilidade de formas de vida. Para que uma região seja considerada Megadiversa, segundo a CI, é preciso levar em conta a incidência de espécies endêmicas na região, ou seja, espécies que só existem naquele determinado local, além do número total de mamíferos, pássaros, répteis e anfíbios, etc. Fator indiscutível é que tais biodiversidades, em sua maioria, estão sob a soberania de algum Estado nacional, e, segundo Dallari (2005, p. 32), a noção de soberania está sempre ligada a uma concepção de poder, pois mesmo quando concebida como o centro unificador de uma ordem está implícita a ideia de poder de unificação, ou seja, estão sob a égide do Estado a que pertencem. Foi o primatólogo Russell Mittermeier, então presidente da CI, que criou o termo quando realizava pesquisa de campo sobre primatas.

Ele observou que 75% das espécies desse animal se concentravam em apenas 4 países: **Brasil**, Congo (ex-Zaire), Indonésia e Madagascar. Concluiu que, assim como há o G7, grupo dos 7 países que concentram a riqueza econômica do planeta, há o G17, grupo dos 17 países que concentram a riqueza de biodiversidade. (CI Brasil, grifo nosso).

O Brasil, como destacado na citação acima, faz parte do grupo de países que concentram a biodiversidade.

Campeão absoluto de biodiversidade terrestre, o Brasil reúne quase 12% de toda a vida natural do planeta. Concentra 55 mil espécies de plantas superiores (22% de todas as que existem no mundo), muitas delas endêmicas; 524 espécies de mamíferos; mais de 3 mil espécies de peixes de água doce; entre 10 e 15 milhões de insetos (a grande maioria ainda por ser descrita); e mais de 70 espécies de psitacídeos: araras, papagaios e periquitos. (CI Brasil).

Além de potencial genético riquíssimo, o Brasil ainda concentra grande quantidade de variados povos, sobretudo na região amazônica, os quais fazem das florestas seu meio ambiente. Tais povos, devido à experiência que possuem por viverem as florestas no seu dia-a-dia, por séculos, fazem uma mistura que torna o país detentor de riqueza muito mais diversa e *sine qua non*.

O Brasil se notabiliza por sua biodiversidade. São mais de 200 mil espécies já registradas em seus biomas (**Amazônia**, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa) e na Zona Costeira e Marinha. Estima-se que este número possa chegar a mais de 1 milhão e oitocentas mil espécies. Além disso, o Brasil conta com uma sociodiversidade expressiva. São mais de **220 etnias indígenas e diversas comunidades** locais (quilombolas, caiçaras, seringueiros, etc.) que detêm importantes conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade. (Ministério do Meio Ambiente, grifo nosso).

Segundo Mittermeier, os países Megadiversos, como o Brasil, possuem mais responsabilidade que qualquer outro em preservar esses recursos naturais, uma vez que seu patrimônio é sem igual para a humanidade. Essa grande quantidade de capital natural, como se refere Becker (2005) aos recursos naturais da Amazônia, são cobiçados como ouro, levando muitos grupos, pessoas e empresas a praticarem o ato da Biopirataria, que foi o termo criado em 1993 pela ONG RAFI (Rural Advancement Foundation International), hoje conhecida como ETC Group, para caracterizar o ato de apropriação de recursos biológicos e até mesmo patentes, que empresas multinacionais e instituições científicas vinham realizando. Segundo a ONG Amazonlink, sem dar aos povos que por séculos utilizam esses recursos e geraram esse conhecimento sem qualquer divisão de lucros.

A biopirataria refere-se à apropriação do conhecimento e dos recursos genéticos da agricultura e comunidades indígenas por indivíduos ou por instituições que procuram o controle do monopólio exclusivo (patentes ou propriedade intelectual) sobre estes recursos e conhecimentos. O ETC Group acredita que a propriedade intelectual é predatória sobre os direitos e conhecimento das comunidades agrícolas e indígenas. (ETC Group, tradução nossa).

O Instituto Brasileiro de Direito Do Comércio Internacional, da Tecnologia da Informação e Desenvolvimento (CIITED) conceitua biopirataria como sendo ato de transferir recurso genético, seja ela de animal ou vegetal, bem como de conhecimento tradicional associado à biodiversidade, sem a expressa autorização do país de onde foi extraído. Ainda não existe uma definição aceita por unanimidade da prática da biopirataria, uma vez que essa é muito diversa, e a falta de definição mais sólida da coisa que se biopirata também é uma das dificuldades. Um exemplo disso é a apropriação de conhecimento de povos tradicionais.

Para compreender o conhecimento tradicional é preciso compreender a importância do conceito de propriedade intelectual, que segundo a Convenção da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) é a soma dos direitos relativos

às obras literárias, artísticas e científicas, às interpretações dos artistas intérpretes e às execuções dos artistas instrumentistas, aos fonogramas e às emissões de radio-difusão, às *invenções em todos os domínios da atividade humana*, às descobertas científicas, aos desenhos e modelos industriais, às marcas industriais, comerciais e de serviço, bem como às firmas comerciais e denominações comerciais, à proteção contra a concorrência desleal e todos os outros direitos inerentes à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico. Ou seja, processos de produções humanas inovadoras que podem ser registradas no nome do indivíduo, grupo ou empresa que a criou.

O conhecimento tradicional também é processo de produção de conhecimento e maneiras de fazer, porém são criados por povos tradicionais, que segundo o Decreto lei nº 6.040 assinado em Fevereiro de 2007, são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais; possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, e suas práticas são geradas e transmitidas pela tradição, ou seja, passadas de geração para geração, se aperfeiçoando com o decorrer do tempo. Cunha (1998, p.156) se retrata a esse meio de produção do conhecimento como “saberes locais” e que devem ser tratados de forma diferenciada das outras formas de produção do conhecimento.

Vou falar agora, já que sou antropóloga e não jurista, do caráter do saber local. Digo saber local porque, a meu ver, embora a expressão englobe a de saber tradicional ou de saber indígena, ela se presta menos a confusões. A escolha dos termos não é fortuita. Saber local, como, aliás, qualquer saber, refere-se a um produto histórico que se reconstrói e se modifica, e não a um patrimônio intelectual imutável, que se transmite de geração a geração. Nesse sentido, aliás, não cabem as objeções feitas à aplicação de Direitos de Propriedade Intelectual a conhecimentos tradicionais com o argumento de que, por definição, conhecimentos tradicionais não têm a característica da novidade.

Cunha (2009) afirma que, mais do que informações, o saber local é principalmente uma combinação de pressupostos, de aprendizado, de pesquisa e de experimentação. Segundo a autora, a palavra tradicional pode ser equivalente a local quando entendermos o tradicional como uma forma específica de produção de ciência e não como produto ancestral específico. Esses saberes locais, ou conhecimentos tradicionais, podem assumir formas de histórias, rituais, folclore, práticas agrícolas ou medicinais.

Essa última forma, a medicinal, é a mais cobiçada por envolver um *know-how* que pode gerar largo recurso financeiro, chamando a atenção de indústrias farma-

cêuticas, pesquisadores e centros de pesquisa pelo mundo todo, sobretudo de países desenvolvidos, já que possuem o capital para investir no deslocamento dos pesquisadores até onde se localizam os “saberes locais” ou “conhecimento tradicional”, transporte de materiais para o desenvolvimento de pesquisas com os materiais recolhidos, além do domínio da biotecnologia.

A apropriação, ato de apropriar-se ou tomar para si algo, é um dos fatos de análise e estudo desse trabalho, no qual a propriedade vem a ser o direito de gozar e dispor das coisas de modo pleno, com exclusividade, de acordo com os limites e obrigações impostas no ordenamento jurídico. (ACQUAVIVA, 2001). O sistema de direito atual da sociedade capitalista para assegurar o direito do “criador” sobre a “criação” não assegura de forma eficaz os direitos dos povos tradicionais, pois esses possuem uma forma de criação particular.

Para Azevedo (2003, *apud* MARTINS; MILANEZI, 2011), os mecanismos até hoje utilizados, como patentes, marcas, segredos de indústrias, etc. baseiam-se em um pressuposto - propriedade intelectual - que não é adequado à realidade destas populações e comunidades. Contudo, a identificação dos instrumentos adequados tem sido um grande desafio, gerando uma grande demanda por meios de proteção mais adequados à tradicionalidade dessas populações.

Biopirataria: casos de relevância na Amazônia brasileira

Para entender o panorama histórico da apropriação indevida dos recursos naturais e conhecimentos tradicionais no Brasil, faz-se necessário retomar quando essa prática ficou conhecida por Biopirataria, pois assim é possível perceber que antes disso não era considerado um ato criminoso, entretanto, depois da invenção do termo, muitas normas, leis e convenções passaram a regulamentar e a discutir esse assunto.

O termo biopirataria foi lançado em 1993 pela ONG RAFI, que atualmente se denomina ETC-Group. A ONG tinha o objetivo de alertar sobre a apropriação dos recursos naturais e conhecimentos indígenas que estavam sendo patenteados por empresas multinacionais e cientistas que excluía essas comunidades dos lucros advindos dessa prática.

No Brasil, poderíamos falar que a prática da biopirataria acontece desde 1500, quando os portugueses chegaram e retiraram milhares de árvores de pau-brasil, devastando cerca de 90% da Mata Atlântica do país, para levar a madeira até a Europa com o intuito de extrair a tinta vermelha para os tecidos. Entretanto, esse termo é

muito recente, e naquela época não era um ato ilegal, até porque o Brasil era uma colônia de Portugal e como tal deveria ser explorada ao máximo. Em 1746, o cacau foi levado da Bahia para a África, e esta se tornou uma grande produtora dos seus derivados (ALMEIDA; COIMBRA, 2008).

Em 1860, Richard Spruce, um inglês que passou 15 anos explorando a Amazônia, coletou mudas de cinchonas e as levou para a Ásia. Elas são arbustos que podem medir entre 5 cm e 15 cm, e delas poderiam se extrair quinina da casca, sendo que essa substância era utilizada pelos índios sul-americanos no combate a febre. Em 1876, o botânico Henry Alexander Wickham, também inglês, levou cerca de 70 mil sementes de seringueira, a famosa *Hevea brasiliensis*, para o Kew Gardens – jardim botânico da Rainha Vitória, em Londres. As sementes de seringueira também foram levadas para as colônias inglesas na Ásia que acabaram se tornando produtoras mundiais de borracha, provocando assim o declínio da exploração da borracha na Amazônia brasileira. (ALMEIDA; COIMBRA, 2008).

Esses foram os principais exemplos de contrabando de recursos naturais e apropriação de conhecimento na história do Brasil até a década de 1990, quando foi criado o termo biopirataria, além de leis para regulamentar essa prática. A partir desta data podemos perceber que a biopirataria passou a ser combatida de diversas formas.

A criação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) não foi um tratado para combater especificamente a Biopirataria, mas visava proteger a biodiversidade e os recursos genéticos. A CDB foi um tratado das Nações Unidas estabelecido durante a ECO-92 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) - realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992.

O acordo entrou em vigor em 1993 e tem como objetivo a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável da biodiversidade e a repartição justa e equitativa dos lucros e benefícios advindos da utilização dos recursos genéticos (BARROS-PLATIAU, 2009). Este último objetivo é importante para o combate à biopirataria, principalmente quanto à apropriação indevida dos conhecimentos tradicionais, pois visa incluir nos lucros também os povos tradicionais, quando estes são atores no processo.

A Convenção definiu algumas obrigações que deveriam ser praticadas por seus países membros, dentre elas promover o desenvolvimento sustentável através de zonas protegidas; gerir riscos oriundos da biotecnologia; proteger espécies e populações ameaçadas; e preservar conhecimentos e práticas tradicionais (BARROS-PLATIAU, 2009).

No âmbito nacional, a CDB foi aprovada pelo Congresso Nacional a partir do Decreto Legislativo nº 2, de 3 de fevereiro de 1994, e foi incorporada à legislação brasileira pelo Decreto 2.519, de 16 de março de 1998, sendo que o Ministério do Meio Ambiente é o órgão responsável pela CDB no Brasil.

Nos últimos anos, os recursos da biodiversidade e os conhecimentos tradicionais tornaram-se alvo de intensos debates e das mais diversas denúncias de biopirataria. No caso do Brasil, já falando de biopirataria propriamente dita e continuando o panorama histórico dessa prática, temos o emblemático caso da Andiroba. Seu nome científico é *Carapa guianensis Aubl* e se trata de uma árvore cujas sementes fornecem um óleo com propriedades medicinais. A Andiroba tem inúmeras funções, sendo que as principais são o uso do seu óleo por indígenas como repelente de insetos, através da fabricação de velas-repelentes, e da sua casca para fazer chá de combate à febre. Também é possível fazer pó da casca com o intuito de cicatrizar feridas e prevenir infecções. Em 28 de setembro de 1999, a empresa francesa Rocher Yves Biolog Vegetale patenteou a Andiroba como uma composição farmacêutica e, nesse mesmo ano, no dia 21 de dezembro, a empresa japonesa Morita Masaru patenteou a Andiroba como um repelente para formigas e insetos (AMAZONLINK, 2009).

O caso do Cupuaçu no ano de 2003 é um dos mais conhecidos, pois se trata de uma fruta tradicionalmente usada para o consumo e, por ter características semelhantes às do Cacau, o óleo extraído de sua semente permite produzir o “Cupulate”, ou seja, chocolate de cupuaçu. A Biopirataria girou em torno do seu nome, pois a ONG Amazonlink tentou promover o bombom de cupuaçu com a ONG alemã Regenwald Institut, que ao receber as amostras procedeu um levantamento para averiguar a existência de registros prévios de propriedade intelectual da fruta e constatou que a empresa japonesa ASAHI FOODS já tinha a marca registrada do Cupuaçu. Essa patente foi promulgada em 2002 e tratava sobre o óleo e a gordura da semente da fruta. Para cada lote exportado deveria ser pago 10 mil dólares para a empresa como se fossem *royalties*. A ONG brasileira Amazonlink mobilizou uma campanha bem sucedida para protestar o uso impróprio do nome (REZENDE; RIBEIRO, 2009).

O que se pode concluir com esse panorama é que países subdesenvolvidos, como o Brasil, detêm as maiores reservas de diversidade biológica, entretanto a tecnologia e o *Know-how* avançados para manusear esses recursos são de países desenvolvidos (BARROS-PLATIAU, 2009). Quando pesquisadores adentram uma localidade a procura de plantas, frutas, animais e etc. geralmente promovem a prática da bioprospecção que é uma atividade exploratória que

Visa identificar recursos biológicos úteis a partir do conhecimento das comunidades tradicionais ou indígenas, com o intuito de acelerar a análise e escolha do melhor material genético a ser utilizado para uma determinada finalidade e [...] dar ensejo ao patenteamento de um novo produto.(ALMEIDA; COIMBRA,2008 p.03)

Essa prática faz com que as empresas ou pesquisadores de Universidades economizem anos de pesquisas e dinheiro, a fim de obter mais rápido o produto final, patentear e comercializar.

Os países subdesenvolvidos perdem uma grande quantidade de *royalties*, pois eles passam a importar os próprios recursos que voltam em forma de medicamentos e tecnologias, além de que essas práticas podem agravar o risco de extinção de várias espécies da fauna e da flora e deixar de fora dos lucros as comunidades tradicionais que repassam seus conhecimentos sobre o uso de toda essa biodiversidade.

Entrando no contexto regional, mais especificamente no estado do Amapá, pode-se citar o caso do Amapazeiro ou Amapá Doce, árvore que deu nome ao estado. Tal árvore pode chegar a até 35 metros de altura e é facilmente encontrada na região amazônica, nas florestas de terra firme, mais especificamente em Amapá, Pará, Mato Grosso e Goiás. De seu tronco, sai uma seiva que os moradores da região usam para substituir o leite de vaca (PINTO, 2000 *apud* BEZERRA; MATTIETTO, 2013).

Tal seiva extraída do Amapazeiro (*Brosimum parinariodes Ducke*) é utilizada pelas populações da região amazônica como fonte alimentar, como já foi dito anteriormente, e também para fontes medicinais. Segundo Galuppo et. al (2003), o manejo do leite do Amapá para fins medicinais está relacionado à cura de doenças respiratórias, anemia, gastrite, problemas musculares e até mesmo desnutrição.

Por toda a sua possível utilização para uso medicinal, o Amapá Doce ficou fortemente conhecido internacionalmente e o desejo por patentear-lo também. O Japão tentou patentear três vezes, porém não há registros de obtenção da patente sobre o Amapá-doce.

A biopirataria, como já foi visto neste artigo, engloba o acesso irregular do patrimônio genético nacional e dos conhecimentos tradicionais associados. As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste são as principais regiões atingidas pela biopirataria e, nos últimos anos, por meio do avanço da biotecnologia, da facilidade de se registrar marcas e patentes de maneira internacional, as possibilidades de tal exploração se multiplicaram.

Neoliberalismo aplicado ao fenômeno da Biopirataria

Diante do tema da biopirataria, a possível explicação teórica da área das Relações Internacionais é o Neoliberalismo, que busca analisar as mudanças na política mundial e argumenta que a agenda tradicional das Relações Internacionais não se faz mais adequada para explicar as mudanças em curso. Nesse sentido, a teoria vai trabalhar com ideias como institucionalização do Sistema Internacional, atores transnacionais, relações transnacionais e interdependência. A partir dessas ideias, a teoria pode ser aplicada na análise do fenômeno da Biopirataria dos conhecimentos dos povos tradicionais.

A institucionalização, segundo o Neoliberalismo, é definida por “regras estabelecidas, normas, convenções, reconhecimento diplomático, governados por entendimentos formais ou não-formais.” (SARFATI, 2005). As instituições contribuiriam, então, para a capacidade de cooperação entre os Estados; e os arranjos institucionais influenciariam na habilidade de monitoramento, por parte dos governos, dos compromissos assumidos pelos outros países.

Keohane (1989 *apud* SARFATI, 2005) considera as instituições como um conjunto de regras que prescrevem o comportamento dos que firmam determinado compromisso, sendo que essas instituições podem se apresentar em formato formal intergovernamental, organizações não-governamentais internacionais, regimes internacionais, ou convenções.

Na temática proposta pelo presente trabalho, se faz importante frisar o papel das convenções, em que ganha destaque a Convenção sobre Diversidade Biológica, que foi adotada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), no ano de 1992. Essa convenção, além de contribuir para o debate e compromisso firmado acerca do assunto da proteção do conhecimento tradicional a nível internacional, serviu de base para uma série de medidas nacionais brasileiras que versam sobre o reconhecimento do direito das comunidades tradicionais à decisão sobre o uso de seus conhecimentos e à repartição de benefícios.

No entanto, a teoria argumenta que a cooperação, sozinha, não vai trazer todas as respostas para os problemas mundiais e que os conflitos internacionais não deixarão de existir em face da cooperação entre os Estados. O Neoliberalismo afirma que os conflitos vão se apresentar sob novos moldes e podem até mesmo se intensificar. (KEOHANE; NYE, 2001) Isso pode ser visto quando a apropriação dos conhecimentos dos povos tradicionais se configura como um conflito. Um conflito

que envolve distintos povos e nações, mas que carrega problemáticas que vão além das clássicas questões de balança de poder ou de segurança, e colocam na agenda internacional questões como o direito à propriedade intelectual e respeito aos povos tradicionais.

A corrente teórica do Neoliberalismo confere importância aos atores não-estatais para se compreender as relações internacionais. Alguns desses atores são as empresas multinacionais, organizações internacionais não-governamentais, terroristas e traficantes. Por sua vez, as relações transnacionais são as relações que envolvem esses atores. (KEOHANE; NYE, 1971).

As relações transnacionais podem afetar as relações internacionais, já que o contato com outros povos pode mudar a atitude em relação a eles. (KEOHANE; NYE, 1971). A biopirataria representa o claro exemplo em que a atuação de atores não-estatais se faz presente (traficantes, indústrias farmacêuticas) e que pode acarretar na transição de uma relação amistosa para uma relação de hostilidade, conflituosa.

Barros-Platau (2006 *apud* PATRÍCIO, 2011) considera que a atuação de atores não-estatais nos processos decisórios internacionais sobre ambiente é uma tendência mundial e foi reforçada pela CNUMAD. O Brasil, nesse sentido, apresenta evolução nas práticas diplomáticas em matéria ambiental, envolvendo ministérios, setor privado e sociedade civil na construção de debates, tendo como pilar de sua política ambiental o princípio da soberania sobre seus recursos.

Outro ponto a ser discutido pela teoria Neoliberal é o que esta chama de “era de interdependência”. A interdependência se refere a situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre os países ou entre os atores de diferentes países. As relações de interdependência não necessariamente implicam benefícios mútuos, pois sempre existem custos envolvidos na relação. (KEOHANE; NYE, 2001).

Patrício(2011, p. 111) afirma que “além da questão da repartição dos benefícios, também a obrigatoriedade do país que exige as patentes de comprovar a origem do material usado para a obtenção da patente faz parte da agenda ambiental brasileira”. Essa característica pode ser analisada como um mecanismo de proteção ao caráter de interdependência inerente à Biopirataria. Isso porque ilustra a questão da reciprocidade: no fenômeno de apropriação (seja de recursos ou de conhecimentos tradicionais), impactos são vistos em todos os lados envolvidos no processo (no lado dos que apropriam e no lado dos que são apropriados). Esses impactos, no entanto, já poderiam ilustrar a questão dos benefícios, que se voltam aos que praticam o ato da Biopirataria, uma vez que passam a obter o que, de fato, não lhes pertence; e que acaba por trazer, em contrapartida, prejuízos tanto à nação que sofre com o ato

da biopirataria, quanto aos povos que não recebem o devido valor aos conhecimentos adquiridos.

O processo de globalização promove, então, mudanças paradigmáticas no que tange à noção de defesa nacional centrada na atuação estatal e incorpora temas emergentes das relações internacionais contemporâneas. A visão tradicional estadocêntrica se apresenta como insuficiente para garantir situações de estabilidade no marco da soberania territorial. (BUZAN, 2009).

De acordo com Silva (2007), o contexto de fim da bipolaridade resultou numa ordem multipolar de interdependências globais e agendas multifacetadas que tensionam o conceito de segurança para além do enfoque tradicional de estudos estratégico-militares. Dessa forma, políticas de segurança são conduzidas para outras esferas e os conflitos ambientais transfronteiriços já aparecem como importantes preocupações de políticas de governança mundial.

Os objetivos perseguidos pelos Estados, nesse contexto, são para uma segurança humana. O que isso quer dizer é justamente o que Sarfati (2005) analisa ao estudar os princípios norteadores da teoria neoliberal das Relações Internacionais. A diferenciação entre *high politics*, que se caracteriza como a agenda estratégico-militar; e *low politics*, agenda econômica, social e ecológica, perde o sentido tendo em vista a interdependência crescente entre a sociedade global, onde as ações de atores estatais e não-estatais se entrelaçam.

Considerações Finais

A partir do que foi apresentado no artigo, observamos através da linha temporal traçada, que antes da criação do termo Biopirataria a prática já existia, porém não era considerada um ato criminoso por não haver regulamentação e nem debates efetivos em torno do tema.

Quando assuntos de segurança e questões militares não se tornam mais tão compatíveis com a realidade do mundo contemporâneo, surge a necessidade de debater novos temas como as questões de meio ambiente, pois agora nota-se que esses problemas não respeitam fronteiras. Diante disso, também concluímos que a temática ambiental ganha importância na agenda de debate internacional, principalmente no que tange à realização de convenções multilaterais voltadas para a proteção da biodiversidade e, mais recentemente, dos conhecimentos tradicionais. Apesar de o debate ter se tornado importante, os mecanismos de proteção existentes muitas vezes são falhos ou inaplicáveis à situação dos povos tradicionais.

O que se percebe é que nessa nova configuração, o Estado soberano, antes considerado único ator importante a partir de uma visão realista de Relações Internacionais, agora é visto a partir de uma ótica neoliberal como sendo um dos atores que compõem as dinâmicas das relações transnacionais, mas não unitário, haja vista que ONGs, Organizações Internacionais, empresas e indivíduos também atuam no sentido de provocar mudanças no Sistema Internacional.

Quanto à questão da Biopirataria, constatamos que ONGs, como Amazonlink, e a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) são exemplos dessa nova conjuntura e que nos remetem a outro ponto que a teoria aqui trabalhada defende: a possibilidade de cooperação entre os Estados com vistas a terem ganhos mútuos graças a institucionalização, com criação de regras, normas, convenções que contribuem, então, para a capacidade de cooperação entre os Estados.

O neoliberalismo, ao ser aplicado à Biopirataria, pode trazer a compreensão de que as mudanças na configuração da política mundial não significam que conflitos deixarão de existir, mas sim que tomarão novas formas, o que pode ser percebido quando se analisa as relações conflitantes na problemática da apropriação da biodiversidade amazônica brasileira e do *know-how* de suas populações tradicionais.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, L.; COIMBRA, R. **Módulo Biopirataria**. UESC, 2008. Disponível em: <http://nead.uesc.br/arquivos/Biologia/modulo_8bloco_1/uni_biopirataria/material_apoio/modulo-biopirataria.pdf>. Acesso em 23 de junho de 2014.

AQUAVIVA, M.C. **Dicionário Acadêmico de Direito**. 2ª ed. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 2001.

BARROS-PLATIAU, A. F. **A Proteção Internacional da Diversidade Biológica**. In: VARELLA, M. D.; BARROS-PLATIAU, A. F. (Org.). *Proteção internacional do meio ambiente*. Brasília: Unitar, UniCEUB e UnB, 2009. 302p.

BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados. São Paulo, vol.19, nº. 53, p.71-86, 2005.

BEZERRA, V.S.; MATTIETTO, R. A. **Pasteurização do leite-do-amapá in natura para controle do escurecimento enzimático**. *Ciência Rural*, Santa Maria, v.43, n.9, p.1715-1720, set, 2013.

BUZAN, B.; HANSEN, L. **The International security studies**. New York: Cambridge, 2009.

CUNHA, M.C. **Populações Tradicionais e a Convenção da Biodiversidade Ecológica**. Usp: 1999.

DALLARI, D. A. **Elementos de teoria geral do Estado**. 2ª ed. atualizada. São Paulo: Saraiva, 1998.

GALUPPO, S.C.; COHEN, K.O.; KANASHIRO, M. **A utilização do amapá-doce (*Brosimum parinarioides* Ducke), na Comunidade de Piquiatuba, Belterra-PA**. In: CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA, 54.; REUNIÃO AMAZÔNICA DE BOTÂNICA, 3., 2003, Belém, PA.

KEOHANE, R.; NYE, J. **Power and Interdependence**. Nova Iorque, Ed. Longman, 2001.

KEOHANE, R; NYE, J. **Transnational relations and world politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

MARTINS, H.; MILANEZE, N. **Biopirataria no Brasil: análise dos mecanismos de proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade**. In: 6ª Mostra de Produção Científica da Pós-Graduação Lato sensu da PUC-Goiás, 2011, Goiânia. 6ª Mostra de Produção Científica da Pós-Graduação Lato sensu da PUC-Goiás, 2011.

PATRÍCIO, R.C. **Governança mundial do clima e política ambiental do Brasil**. Relações Internacionais [online]. 2011, n.29 ISSN 1645-9199

PINTO, M.C.; GODINHO, M.M. **Conhecimentos tradicionais e propriedade intelectual**. CISEP: 2003.

REZENDE, E. A.; RIBEIRO, M. T. **F.O Cupuaçu é nosso? Aspectos atuais da Biopirataria no Contexto Brasileiro**. In: RGSA- Revista de Gestão Social e Ambiental. Maio-Agosto, 2009, V.3, nº 2, P.53-74.

SARFATI, G. **Teorias de Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Saraiva, 2005. v. 1. 383p.

SILVA, A. T. da. **Segurança Global e mudanças climáticas: o caso da Amazônia**. Relações Internacionais e defesa da Amazônia Durbens Martins Nascimento (org). Belém, PA: NAEA; UFPA, 2008.

AMAZON LINK. <<http://www.amazonlink.org/biopirataria>>. Acesso em 25 de junho de 2014.

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL BRASIL. <<http://www.conservation.org.br>>. Acesso em 20 de junho de 2014.

ETC GROUP. <<http://www.etcgroup.org/>>. Acesso em 24 de junho de 2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em 24 de junho de 2014.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E COSMOGRAFIA: DISCUTINDO NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE NA TERRA INDÍGENA TABALASCADA

1. Introdução

Ao utilizar as categorias analíticas etnodesenvolvimento, cosmografia e desenvolvimento sustentável, procuro desenvolver reflexões acerca do discurso a partir das perspectivas das organizações indígenas e órgãos federais, no que diz respeito ao processo de demarcação da Terra Indígena (TI) Tabalascada.

Os dados históricos da TI Tabalascada, existentes em bibliografias já pesquisadas, seminários, bem como reuniões realizadas nas comunidades indígenas do estado compreendem uma problemática em relação à área – a escassez de recursos naturais e o número crescente de pessoas que ocupam-na. Silva (2014) analisa a territorialidade dos grupos Wapixana e Macuxi através dos impactos que a plantação da acácia mangium próximos a TI Tabalascada. A autora enfatiza que o plantio dessa espécie afetou os recursos naturais existentes na TI, como por exemplo: os alimentos provenientes do lavrado, que fazem parte da dieta alimentar dos indígenas, além de contribuir para a diminuição da vegetação nativa na área. Enfim, o plantio das acácias não apenas afetou essa especificidade da territorialidade dos wapixana e macuxi da TI, mas também modificou o cotidiano e a dinâmica da comunidade.

A autora comenta que a organização territorial na TI Tabalascada está sofrendo mutações e que as lideranças indígenas estão procurando fortalecer e aprimorar as práticas de gestão de território:

E proteger os conhecimentos tradicionais de seu povo. Visando o futuro nas terras indígenas, principalmente, nas TIs demarcadas em “ilhas”, as lideranças estão procurando meios de garantir a sustentabilidade no presente e para as suas futuras gerações, assim como tentando proteger para depois difundir os conhecimentos tradicionais, que são elementos principais na cultura indígena. [...] o tema da acácia tem reforçado a reivindicação de ampliação das Tis demarcadas de forma descontínuas. (SILVA, 2014: 68).

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: elainejessica57@gmail.com

Questiono desta forma, que tipo de estratégia a comunidade Tabalascada está utilizando para tentar enfrentar os desafios que estão presentes na região atualmente? Tomo como ponto de partida essa indagação, tendo como objetivo debater sobre a sustentabilidade da área, a partir das perspectivas das organizações indígenas e órgãos federais. Para tanto, focalizarei especificamente os debates realizados no seminário sobre Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável, realizado em maio de 2014, em Boa Vista, como esforço inicial de demonstrar uma das formas de organização dos grupos indígenas e agências federais. O seminário tinha o foco promover uma discussão e reflexão das lideranças indígenas sobre políticas públicas e as alternativas de economia solidária, fortalecendo a união, o aumento na produção e comercialização de produtos, a segurança alimentar e a geração de renda nas comunidades indígenas.

O presente artigo encontra-se dividido da seguinte forma: na primeira seção apresento o contexto de pesquisa - a TI Tabalascada, usando dados relacionados ao processo de demarcação dessa terra indígena, construindo um panorama histórico da área que foi demarcada em formato de “ilha”. Vale ressaltar que esta área faz parte das primeiras demarcações ocorridas no estado de Roraima. A análise aqui empreendida se pauta na forma na qual a área foi demarcada, que é um fator relevante para questionar o crescimento populacional nas comunidades indígenas. Desta maneira, Silva (2014) aponta que esse crescimento está contribuindo para as demandas de recursos naturais. Isto é o que está acontecendo nas pequenas TIs do lavrado de Roraima, pois se concentram nas pequenas áreas de florestas das serras.

Na segunda seção, utilizo as falas dos participantes da mesa “Alternativas de desenvolvimento sustentável – Associações e Cooperativas Indígenas, Produção Tradicional, Agroecologia, Formação e Inserção Profissional de Técnicos Indígenas”, em um esforço inicial de contextualizá-las com as categorias analíticas. O objetivo é descrever os depoimentos tanto dos membros do CIR (Conselho Indígena de Roraima), quanto dos convidados presentes. A análise dessas falas demonstra que há uma discussão que se faz presente no âmbito dos impactos de políticas, programas e projetos de desenvolvimento em áreas indígenas. Gonçalves (2014) aponta que se trata de um tema que tomou maiores proporções a partir da década de 1970, quando envolveu antropólogos “em projetos de desenvolvimento de instituições como a USAID e o Banco Mundial” (:2). Ao fim do artigo, ofereço algumas considerações finais.

2. Contexto de pesquisa - *ti Tabalascada como lócus de pesquisa*

A região Serra da Lua está localizada ao leste do Estado de Roraima e abrange dois municípios: Bonfim e Cantá, composta por 24 (vinte e quatro) comunidades indígenas dos povos Wapixana na sua maioria e Macuxi, onde está localizada a TI Tabalascada. Antes de se tornar TI Tabalascada, esta área “estava situada” à beira do Rio Branco, mas segundo os relatos recolhidos por Carneiro (2007), assim como na fala de uma mulher Wapixana mais velha da comunidade, reconhecida como dona Maria Madalena, citada por Carneiro em seu trabalho, relata que foram os brancos que “empurraram” a comunidade até o centro. Segundo Carneiro (2007), nos relatos dos moradores da Tabalascada, o principal fator causador do “nomandismo” nesta terra indígena foi ocasionado pela pressão dos fazendeiros presentes na região, que defendiam o discurso que “o índio tinha que estar no mato”.

Por causa desse deslocamento que ocorreu com a área da Tabalascada, os primeiros fundadores indígenas da “maloca”¹, vieram do oeste da TI. Mas com o decorrer do tempo, o fluxo migratório se inverteu e os povos indígenas passaram a vir do leste da Guiana. Segundo Carneiro, esse fluxo fez com que a população na TI aumentasse desproporcionalmente em relação à quantidade de terra e os recursos existentes. A respeito disso, Carneiro (2007) afirma que:

Atualmente, Tabalascada sofre também com a escassez de suas matas, pois sua área é pequena para a quantidade de gente. Há poucas espécies vegetais, que são utilizadas para sustentar as casas, assim como os buritis estão perecendo pelo corte excessivo de suas palhas para a cobertura das casas. (:148).

Ainda no período de território do Rio Branco, na década de 1950, nordestinos ocuparam territórios indígenas. Segundo Carneiro (2007), a colônia Braz de Aguiar tornou-se atualmente conhecida como o município de Cantá. Este município ocupa as margens do rio Sucuriju, por essa mudança, os índios foram “empurrados” para o centro da região. No relato de seu Osvaldo, morador mais antigo, citado por Carneiro, e um dos primeiros a chegar à antiga colônia, hoje cidade de Cantá:

Aqui era colônia para cearense (Bráz de Aguiar, foi um grande professor) [...] aqui só existia fazenda de gado. A gente produzia e não tinha para quem vender. O governo pagava para a gente vir para cá. Quando foi em 1951 veio à verba para a gente se instalar. Aqui já existia Tabalascada, Malacaheta e Canauani. O general Rondon, veio para cá e pegou os índios mais brabo e jogou aqui [...] (CARNEIRO, 2007: 151).

¹ O termo maloca, utilizado por Carneiro (2007) em sua dissertação de mestrado, refere-se a localidade da região, Tabalascada, ou seja o que hoje é conhecido como comunidade indígena.

Partindo desse pequeno traçado da origem da Tabalascada, o levantamento etnoambiental do complexo macuxi-wapixana², trabalhado por Miller, informa que a Terra Indígena Tabalascada está localizada no Município de Cantá, ao sul de Boa Vista, Roraima:

A principal via de acesso é a BR-432 (antiga RR-170), asfaltada, que liga Boa Vista à Vila do Cantá, atravessando a terra indígena na sua parte oeste. O centro da Comunidade Tabalascada localiza-se a 35 km de Boa Vista, antes da Vila do Cantá e a alguns quilômetros da BR-432, seguindo uma estrada que continua até o pé da Serra Tabalascada. A sede do Município do Cantá está localizada apenas a 5 quilômetros ao sul. Na sua parte norte, a terra indígena é também atravessada pela RR-207, estrada cascalhada que liga a BR-432 à região da Serra da Lua. (MILLER, 2008: 125).

Ainda de acordo com Miller:

A terra indígena possui uma área total de 13.014 hectares, com perímetro aproximado de 50 km. É ocupada por uma comunidade distribuída em toda a área, sendo um centro principal e três núcleos de moradores que formam agrupamentos menores. (MILLER, 2008: 125).

A regularização fundiária da Terra Indígena Tabalascada foi iniciada em 1977 e finalizada em 2001, com a sua homologação (MILLER, 2008). É importante ressaltar que de acordo com Silva (2014), a homologação da TI Tabalascada apenas adquiriu êxito em 19 de Abril de 2005 por se tratar de um processo administrativo.

Segundo Miller (2008), no levantamento etnoambiental em 1982, a área foi declarada de posse permanente indígena, ficando em uma superfície de cerca de 7.000 hectares:

A área não era contínua com as terras indígenas vizinhas, Terra Indígena Malacacheta e Terra Indígena Canaunim, nem incluía a estrada de terra, respeitando as recomendações da época, dadas pelo Conselho de Segurança Nacional, de não demarcar terras contíguas e das terras não abrangerem duas margens de uma mesma estrada ou rio navegável. (MILLER, 2008:126).

Posteriormente, em 1983, foram identificados cinco ocupantes não índios, alguns dos quais impediram o ingresso de técnicos da FUNAI (FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO) nas suas posses, dificultando a demarcação. Segundo Miller,

² FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO; PROJETO INTEGRADO DE PROTEÇÃO ÀS POPULAÇÕES E TERRAS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA LEGAL-PPTAL; COOPERAÇÃO TÉCNICA ALEMÃ – DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR TECHNISCHE ZUSAMMENARBEIT, 2008.

em 1990 e 1992, os membros da Comunidade Tabalascada, por meio do CIR (Conselho Indigenista de Roraima), solicitaram uma revisão dos limites da terra indígena. Já em 1997:

Com o apoio do PPTAL, a FUNAI constituiu “*um grupo técnico para realizar estudos e levantamentos objetivando a revisão de limites das Terras indígenas Boqueirão, Jacamim e Tabalascada (...)*”. Na época, o INCRA e a FUNAI identificaram a presença de 22 ocupantes não-índios. As relações com estes não-índios eram tensas e o processo de demarcação gerou conflitos com alguns dos posseiros, especialmente nas áreas designadas para a nova delimitação. (MILLER, 2008: 126)

Assim, a Terra Indígena Tabalascada homologada em 2005³ (Decreto s/nº de 20/04/2001), permaneceu com a área de 13.014 hectares.

Tabela 1 -Cronograma com as principais datas a respeito da demarcação da TI Tabalascada

Datas da demarcação da TI Tabalascada	
Início da Regularização fundiária	1977
Área declarada como posse permanente aos indígenas	1982
Primeira Homologação	2001
Finalização do processo de homologação legal	2005

Elaboração Elaine Lima

Portanto, segundo o levantamento realizado na TI, foi detectado que em outras partes da terra indígena há três pequenos núcleos de moradores. Segundo Miller (2008), no que diz respeito às três comunidades, elas não são politicamente autônomas, há apenas um tuxaua na Terra Indígena Tabalascada.

Essas comunidades que compõem a terra indígena são a Comunidade de Lages que está localizada na parte sudeste da terra indígena, no lado sul da Serra Tabalascada, com acesso a partir da RR-170. A comunidade de Inajá está localizada na parte noroeste da terra indígena, ao lado leste da RR 170. A Comunidade Campinarana está localizada na parte noroeste da terra indígena, próxima da RR-207, atravessando a Terra Indígena Malacacheta e a região da Serra da Lua. Nesse levantamento, a Comunidade Tabalascada é percebida como uma das mais numerosas do Complexo Macuxi-Wapixana, com 505 pessoas registradas em janeiro de 2007. Entretanto Silva

³ Silva (2014) apresenta dados sobre a homologação, por se tratar de dados coletados na sua monografia, que realizou a pesquisa de campo na TI Tabalascada, lugar de sua origem.

(2014) exprime que o levantamento realizado em 2013, através do próprio posto de saúde da TI, confirma que a população havia aumentado, já era de 722 pessoas e 180 famílias.

É relevante abordar que a organização política existente na TI Tabalascada, que de acordo com Silva (2014), é constituída por “Tuaxaua, capatazes, catequistas, presidente da associação dos produtores de Tabalascada, Chefe (a) do Posto de Saúde, gestores da rede municipal e estadual, além do corpo docente das respectivas escolas existentes na comunidade”.(24). Essa forma de se organizar representa a maneira que os grupos Macuxi-Wapichana presentes na TI expressam a peculiaridade que possuem em seus aspectos socioculturais. Neste sentido, no desenrolar do artigo, relacionarei o discurso dos povos indígenas sobre o desenvolvimento sustentável.

3. Etnodesenvolvimento, cosmografia e desenvolvimento sustentável

É perceptível que os dados históricos da TI Tabalascada compreendem uma problemática em relação à área, no que concerne a sua capacidade de ser ocupada por uma grande quantidade de pessoas e a escassez de recursos naturais. Questiono desta forma, a maneira pela qual uma área demarcada em formato de “ilha” está conseguindo enfrentar, além dos problemas políticos e sociais, as transformações ambientais que estão surgindo que causam impactos nas produções de subsistência da população. Assim, como esse grupo está tratando as problemáticas do fenômeno do desenvolvimento, que tipo de estratégias estão utilizando para tentar enfrentar os desafios em relação à suficiência dos recursos naturais que estão presentes na região?

Tomo como ponto de partida essa indagação, tendo como objetivo analisar o discurso sobre a sustentabilidade da área demarcada da TI Tabalascada, a partir das perspectivas das organizações indígenas e órgãos federais. Para esse artigo, farei um primeiro exercício analítico e focalizarei especificamente parte dos debates realizados no seminário sobre Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável, realizado em maio de 2014, em Boa Vista. Verifico que as organizações governamentais, o setor privado e as organizações e/ou associações de apoio à causa indígena centralizaram conflitos principalmente ao que diz respeito à ideologia do desenvolvimento imposto pelo Estado. Nessa ocasião, houve uma divisão de opiniões por muito tempo sob a lógica da demarcação de terras de forma contínua⁴.

Para tanto, utilizo a noção de desenvolvimento sustentável, na perspectiva de Little (2002). Ao discutir uma “Antropologia do resgate”, o autor buscou entender

⁴ Para outra visão sobre o assunto, a Terra indígena Raposa-Serra do Sol tornou-se um caso emblemático.

os sistemas científicos complexos das sociedades indígenas como um imenso acervo de conhecimentos e tecnologias das diferentes sociedades. Para o autor, este acervo possui um valor para a ciência ocidental, pois contém modelos de manejos e gestão ambiental de ecossistemas que podem durar séculos. Consequentemente, esses modelos podem ser vistos pela lente do que atualmente é denominado desenvolvimento sustentável.

Em consonância com essa perspectiva, Souza Lima e Barroso-Hoffmann (2010) analisam o desenvolvimento sustentável sendo um elemento de grande complexidade na relação entre as sociedades indígenas no Brasil e a administração pública, bem como em relação às políticas regionais, no que concernem a discursão de etnodesenvolvimento. Ao tomar a perspectiva do etnodesenvolvimento, os trabalhos e pesquisas na área antropológica partem da ideia de que as sociedades indígenas podem garantir sua peculiaridade e autonomia diante do “mundo dos brancos”. Também compreendem que é necessário desenvolver padrões ético-morais em relação ao “mundo dos brancos” para estabelecer uma relação entre grupos diferenciados, no cenário atual. Mas, afirmam ainda que seria insatisfatório adotar críticas na concepção de etnodesenvolvimento que historicamente foram marcos de discussão. Esses marcos foram baseados em relação ao que historicamente foi discutido, no que tange ao uso do termo desenvolvimento pelo Estado. Segundo Gonçalves (2014): “surtingo novas denominações como ‘desenvolvimento dependente’, ‘desenvolvimento sustentável’ e em relação aos povos indígenas, o ‘etnodesenvolvimento’” (: 3).

O seminário que acompanhei ocorreu no CIR (Conselho Indígena de Roraima) durante os dias 28 a 30 de julho de 2014. Estive presente na quarta-feira do dia 30 de julho, dia no qual participei como ouvinte da mesa: “Alternativas de desenvolvimento sustentável – Associações e Cooperativas Indígenas, Produção Tradicional, Agroecologia, Formação e Inserção Profissional de Técnicos Indígenas”. Nessa mesa estavam presentes Pedro Raposo - Coordenador do Projeto de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Indígenas de Roraima - CIR e Ivaldo André - coordenador do CIR em exercício.

Pedro Raposo relatou, em sua primeira fala, que o objetivo do seminário era debater sobre o desenvolvimento sustentável, a partir do qual ele próprio localizou os eixos principais para a discussão na mesa que são: juventude na agricultura orgânica; projeto de gado; a busca de apoio entre os povos indígenas e associações; criação de feiras que possam trocar produtos. Um dos eixos que achei mais propenso à discussão do presente artigo, foi a partir do qual, ele propôs a seguinte pergunta: “Como buscar a sustentabilidade de forma solidária?”. Com isso, ele colocou em

pauta que o uso de “químicos” na alimentação dos indígenas traz problemas para a saúde. Ivaldo André complementou que tomar “Coca-Cola faz mal, comer biscoito, produtos industrializados” são “ruins” para a saúde do indígena. Assim, afirmou que os “parentes”⁵ tem que evitar comer esses tipos de produtos.

Assim, os representantes das comunidades que estavam presentes naquele espaço público, poderiam discutir sobre o que é produzido nas suas comunidades e de que forma eles iriam combater o uso de “produtos químicos”, como agrotóxicos, venenos nas plantações, ou seja, combatê-los para que não afetem a segurança alimentar nas comunidades indígenas. Para finalizar, ele afirmou: “O seminário serve para focar a conscientização do que o povo indígena quer!”. Compreendo que a fala de Pedro Raposo abrange a forma que os povos indígenas valorizam o seu território, ou seja, faz parte de um sistema de conhecimento ambiental que esteja próximo de suas próprias tecnologias. Desta maneira, Little (2002) reforça que o desenvolvimento como conceito pode ser avaliado nessa perspectiva como parte de um conjunto de variáveis que se formam em uma estrutura onde estão presentes as relações do grupo com os recursos naturais.

Compreendo que pensar o desenvolvimento sustentável como um mecanismo de ideologia torna possível debater outros temas trazidos à tona por Pedro Raposo. Estes são o resgate de modelo da agricultura tradicional para geração de renda; produção; intercâmbio e produção do saber; bem como criação de núcleos de captação de recursos (secretarias e cooperativas); participação nas políticas públicas; valorização de práticas culturais com planejamento e autogestão (exemplo -feira de produtos e a feira de sementes). Estas são maneiras que os grupos indígenas entendem como formas de conscientização sobre o que é produzido e o que é consumido nas suas comunidades.

Esse quadro de perspectivas advindas da fala de Pedro Raposo parte da capacidade de compreensão do espaço, isto é, o que se aborda como cosmografia. Visto no contexto amazônico, a concepção de cosmografia da FUNAI (Fundação Nacional do Índio, 2004) evidencia as noções em relação aos estudos de inter-relacionamentos entre o homem e o ambiente que destacam uma complexidade a ser abordada em uma escala holística. Há variações nas relações entre populações indígenas e seus espaços, assim como existem variações nas perspectivas e entendimento que se têm dos mesmos. As relações com o meio ambiente dessas populações vem sendo constituídas desde que chegaram à bacia amazônica. Numa linha histórica, pode ser

⁵ Pedro Raposo utilizou o termo parente, para designar os povos indígenas de modo geral, entende-se de parente aquele que é indígena e que vive como tal.

visto como uma mudança que foi estimulada por variações ambientais, provocadas pelo homem e pelas migrações para novos ambientes. Contudo, qualquer processo de “desenvolvimento” que seja realizado em terras indígenas, segundo a FUNAI (2004), deve partir dos próprios povos indígenas, e tem que ser efetivado se eles legitimamente precisam, e não por terem sido convencidos de realizar. Outro ponto de vista afirmado pela FUNAI (2004) é que qualquer projeto de desenvolvimento deve ser sensato, sustentável, e bem planejado, pois do contrário um projeto mal reproduzido e executado de forma errônea é o mesmo que não ter projeto nenhum, podendo causar danos e degradação cultural ou ambiental.

Pedro ao finalizar a sua fala, deu início à mesa de debate e apresentou os participantes da mesa de discussão: Guilherme Ramos (IFRR); Ivaldo André (CIR); Herundino Filho (Instituto INSIKIRAN de Formação Superior Indígena) e Vicenzo Lauriola (INPA/ RR). Na mesa que estou descrevendo, o discurso não apenas perpassava as falas dos indígenas representantes de comunidade, mas também de representantes de órgãos administrativos que trabalham em conjunto com os povos indígenas, aproximando-se de minha indagação inicial de pesquisa.

O primeiro a começar o debate na mesa foi Ivaldo André, que focalizou como o CIR é a base para o que estava em debate, e que os povos indígenas têm que buscar o melhor para cada comunidade, valorizando a realização de discussão para a melhoria nas regiões. Essa pequena fala representa o que muitos autores entendem como etnodesenvolvimento. Na ótica de Souza Lima e Barroso-Hoffman (2010), a concepção sobre (neo) desenvolvimento que se encontra intrinsecamente incorporado aos movimentos indígenas e suas organizações evidenciam as suas necessidades diante de um cenário de mudanças sociais. Este cenário está unido ao chamado “protagonismo indígena” que permite que representantes indígenas levem os seus conhecimentos tradicionais para as pautas políticas do mundo ocidental.

Ao retomar minha indagação inicial, o espaço tradicionalmente ocupado pelos povos indígenas aliado ao surgimento de necessidade de esforços desses povos para reconstruírem seus espaços requer a conscientização destes de reavivar a sua cultura. Essa conscientização levou à necessidade de se pensar uma gestão dos territórios indígenas, que promova a construção da autonomia e da sustentabilidade em seus vários sentidos (social, econômica e ambiental). Nessas novas demandas, os povos indígenas percorrem uma caminhada em direção à territorialização. Bethonico (2012) entende a territorialização como a consolidação das variadas formas de construção e ocupação do espaço social. A autora reforça ainda o conceito de territorialização definido por Haesbaert (2006), isto é, uma forma concreta ou simbólica, entretanto,

apenas não se limita nesses dois polos, ele emerge em uma sintonia de elementos como “poder político e disciplinar, interesses econômicos, necessidades ecológicas e desejo de subjetividade.”(7).

Essa concepção de territorialização está próxima ao discurso do representante do INSIKIRANH erundino Filho que enfatizou a necessidade de que os povos indígenas estejam sempre em diálogo com seus apoiadores para as trocas de conhecimento. Isto não deve acontecer apenas no CIR, mas deve haver um diálogo nas comunidades sobre o que está acontecendo em suas áreas. Herundino Filho, por possuir um currículo voltado ao conhecimento das regiões indígenas no estado e estar a bastante tempo realizando projetos nas áreas, relatou que a palavra e as iniciativas não estavam apenas ligadas às pessoas que estavam na mesa, mas àqueles representantes presentes na plateia, ressaltando que a voz é principalmente de quem estava assistindo à mesa e não somente dos expositores.

Ao enfatizar que a fala dos indígenas torna-se algo a ser levado com grande relevância quando se tem em mãos questões referentes a problemáticas dentro do seu espaço, isto traz uma luz sobre o fenômeno da atuação das organizações indígenas. Neste sentido, Lima e Barroso-Hoffman (2010) afirmam que Bruce Albert caracteriza esse processo como a mudança de uma etnicidade política para uma etnicidade de resultados. Desta maneira, os autores afirmam que as mudanças advindas desse fenômeno resultaram em um diálogo entre agências de fomento e cooperação de uma escala nacional para global. Assim, nesse diálogo, as agências passaram a promover projetos financiados de forma contratual com as TT's. Essas mudanças trouxeram o que Bruce Albert chama de mercado de projetos que está aliado ao mundo do (etno) desenvolvimento que configura essa nova política indigenista.

O que se pode discutir sobre a fala de Guilherme Ramos (IFRR-Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima) é que ele não estava na mesa representando apenas o IFRR, mas a busca de um diálogo sobre a realidade que ele vive ao pesquisar o movimento de mulheres camponesas no estado de Roraima. Enfatizou que a sua participação no debate tinha como objetivo compartilhar a sua vivência no meio camponês e no mundo de associações e cooperativas. Em certo momento de sua fala, ele foi enfático sobre o que deve ser valorizado tanto no grupo de mulheres camponesas tanto para as comunidades indígenas, que seria levar o conhecimento técnico, bem como manter a troca desses conhecimentos da vida no campo para as comunidades indígenas. Isso só ocorre se houver um trabalho de base, que seria a educação no campo, para o caso das populações camponesas. Para Guilherme, a agroecologia é um vínculo que o homem tem com a terra. Traço um

paralelo dessa fala de Guilherme Ramos com o que Little (2002) compreende como cosmografia enquanto algo extensivo à territorialidade. Para este autor, é necessária uma abordagem etnográfica para compreender as especificidades do território, na intenção de conseguir entender a relação que um determinado grupo tem sobre o mesmo. O que traz também a noção de territórios sociais, noção que é baseada no lugar, vinculado aos símbolos, rituais e suas relações com o ambiente, também expresso nos valores diferenciados do grupo que atribui as diferentes perspectivas sobre o ambiente.

Nesta tentativa de entender um grupo e sua relação com seu lugar, utilizo o conceito de cosmografia proposto por Little (2002) que o define como os saberes ambientais, identidade e ideologia de um grupo social que historicamente foram se criando dentro do seu território. Na cosmografia, estão presentes os regimes de propriedade, bem como a história de suas ocupações, que se encontram guardadas na memória coletiva.

Vicenzo Lauriola (INPA), o próximo a participar da mesa, foi enfático ao dizer que não iria discutir a ideia de desenvolvimento, mas a noção de sustentabilidade. Para tanto, trouxe a memória sobre a economia indígena, sendo que no passado o artigo mais produzido era a farinha, e hoje com o acesso aos recursos financeiros, a economia indígena está mais variável. Com essa variabilidade, deve ser pensada a forma de administrar o consumo nas comunidades, isto é, segundo Vincenzo deve haver primeiro uma administração na “casa”⁶ para que haja um ajustamento na economia nas comunidades indígenas. Em suma, essa fala de Vicenzo Lauriola pode ser conectada à afirmação que, a partir do reconhecimento dos territórios tradicionais indígenas e a sua inserção de Políticas Nacionais de Áreas Protegidas, houve a ampliação das áreas destinadas à conservação e de uso sustentável. Para o ISA (2011)⁷, essas áreas compreendem as Terras Indígenas e as Unidades de Conservação. No entanto, os problemas que enfrentam estas áreas protegidas resultam em embates importantes na manutenção dos serviços ambientais e para evitar o avanço do desmatamento na Amazônia.

Terminando a sua fala, Vincenzo convidou Rachel Pinho, técnica em extensão rural no INPA-RR, para fazer uma breve participação. Rachel enfatizou que o prin-

⁶ Termo nativo, utilizado pelo representante do INPA, para designar a “casa” como o local, a comunidade que os indígenas habitam

⁷ O ISA (2011) conceitua as Unidades de Conservação como porções do território nacional fundadas pelo poder público municipal, estadual ou federal, sobre regime especial de administração. Esse reconhecimento parte das características naturais relevantes, que as garantias previstas pelo regime atribuem ao espaço. Portanto, essa concepção também pode ser entendida como um conceito do desenvolvimento sustentável, pois abrange a concepção de modelos para enfrentar problemas territoriais

cípio da ecologia é de não degradar o meio ambiente, isto é, pensar em melhorias para as práticas de produção e consumo nas comunidades é de grande importância, pois garantirá uma continuidade dessas produções sem agredir o meio ambiente. A agroecologia seria “a mistura de tudo em uma mesma área”, Rachel deu um exemplo da forma pela qual as sementes são cultivadas na região do Surumu⁸, isto é, em um mesmo local, para que não se use agrotóxicos e agrida o solo.

Tomo como pano de fundo a fala de Rachel Pinho acima relatada, complementando a perspectiva do ISA (2011) na qual destaca a sustentabilidade da pecuária indígena que não inclui na sua implantação o desmatamento e nem a plantação de capim. A atenção na expansão dos recursos naturais tem incentivado o encaminhamento de soluções para aumentar a produtividade e a sustentabilidade, como exemplo, a construção de novos acordos de zoneamento da paisagem, a proteção dos cursos d’águas e a adoção de novas técnicas de manejo e melhoramento genético.

Em suma, finalizo essa análise abordando o que Miller (2008) enfatiza sobre os impactos nos recursos florestais presentes no complexo Macuxi- Wapixana, da qual a TI Tabalascada faz parte, realçando que a maioria das terras indígenas do Complexo está em um ecossistema de Lavrado (savana). Assim, os locais destinados para agricultura são principalmente as áreas de floresta, “geralmente encontradas próximas dos cursos de água (matas ciliares), no pé de serras florestadas ou nas “ilhas de mata”:(158). Desta maneira, o autor compreende que os problemas de escassez de áreas florestais para as roças tradicionais de coivara são percebidos de forma mais aguda nas áreas com maior densidade populacional e onde predomina o Lavrado, isto é, nas terras indígenas pequenas. O autor salienta que em várias comunidades do lavrado, uma das principais preocupações ambientais é o uso das “ilhas” de floresta para as roças, por conta de sua área limitada, como é o caso da TI Tabalascada.

4. *Considerações finais*

Esse artigo teve como objetivo apontar aspectos dos principais eixos de discussões dos povos indígenas na atualidade, ao trazer um panorama do que está sendo tratado no que diz respeito à sustentabilidade nas áreas indígenas. Corresponde especificamente ao enfrentamento das problemáticas de áreas demarcadas no formato de “ilha”. A consolidação de espaços de debates e de reflexões sobre o tema torna possível uma construção fundamentada de posicionamentos a respeito do tema.

⁸ Especificamente no Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol, localizada na comunidade indígena Barro, região do Surumu, Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Por isso, utilizei a participação em um seminário para confrontar o que vem sendo discutido atualmente com as categorias analíticas trabalhadas pelos autores que estudamos tema. Esse artigo faz parte do que desenvolverei na monografia de conclusão do curso cujo objetivo é analisar, a partir das organizações indígenas no estado de Roraima e dos órgãos federais e estaduais que trabalham em conjunto com os povos indígenas, o discurso referente à demarcação em áreas descontínuas, verificando a sustentabilidade do uso dessas terras. Minha área de pesquisa é a Terra Indígena Tabalascada localizada no extremo oeste da região da Serra da Lua, que abrange os municípios do Cantá e Bonfim.

Os povos indígenas e as populações tradicionais foram por muito tempo os principais prejudicados pela proposta do governo brasileiro desde a década de 1980, com a ideologia de integração econômica que pairava na época, principalmente na Amazônia, pois tiveram suas terras invadidas e seus recursos usurpados. Ao decorrer do tempo, com a inserção da FUNAI como órgão tutelar, os grupos indígenas e suas lideranças ainda não tinham a liberdade de explicar as suas reivindicações. Com os movimentos indígenas, vem ganhando força a participação de lideranças indígenas no âmbito político.

Ficam algumas indagações - os povos indígenas como pessoas jurídicas, isto é, por meio da implantação de associações, estão preparados para gerenciar as problemáticas nas suas áreas? Então, que tipo de ações as organizações e associações indígenas estão condicionando a ideologia do desenvolvimento que parte de interesses de setores privados? Desta maneira, finalizo o artigo abrindo esse leque de questionamento, pois se trata de um quadro que faz parte da realidade do estado de Roraima e da perda do usufruto exclusivo dos territórios e dos recursos existentes pelas populações indígenas.

Referências bibliográfica

BETHONICO, Maria Bárbara de M. **Indígena e a gestão territorial**: Desafios para o ensino superior. In: Trabalho apresentado no XII Colóquio internacional de geocritica. 7 a 12 de maio, Bogotá. 2012.

CARNEIRO, João Paulo Jeannine Andrade. **A morada dos Wapixana**: atlas toponímico da Região Indígena Serra da Lua – RR. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Linguística, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO. **Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal – PPTAL**. Levantamentos Etnoecológicos em Terras Indígenas na Amazônia brasileira: uma metodologia Versão revista e atualizada. p. 53. Janeiro de 2004.

GONÇALVES, Rosiane Ferreira. **Impactos de projetos de desenvolvimento em Terras Indígenas, na Amazônia brasileira**. In: Anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Diversidade socioambiental de Roraima**: subsídios para debater o futuro sustentável da Região. CAMPOS, Ciro (org.). São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

LIMA, Antônio Carlos de Souza e BARROSO-HOFFMAN (org). **Questões para uma política indigenista**: etnodesenvolvimento e políticas públicas. Uma apresentação. In: Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: Bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contra-capa Livraria/LACED, 2010. p.7-28.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. In: Série antropologia nº 322. Brasília, 2002

MILLER, R.P.; UGUEN, K.; PEDRI, M.A.; CREADO, E.S.J.; MARTINS, L. L.; TRAN-COSO, R. **Levantamento etnoambiental das terras indígenas do complexo Macuxi-wapixana: Anaro, Barata/ Livramento, Boqueirão, Raimundão, Jacamin, Moskow, Muriru, Tabalascada e Raposa Serra do Sol**. Brasília: FUNAI, PPTAL, GTZ, 2008.

SILVA, Greyce Rocha da. **Depois que foi plantada, veio as consequências– um estudo sobre os problemas ocasionados pela acácia mangium na Terra Indígena Tabalascada Cantá (RR)**. 74 p. Monografia (Conclusão do curso de Ciências Sociais – habilitação em Antropologia). Universidade Federal de Roraima, 2014.

DIREITOS DE PROPRIEDADE E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE SOBRE O SETOR MADEIREIRO EM RORAIMA A PARTIR DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SOCIOECONÔMICA

1. Utilização dos bens comuns

“O conceito de bens comuns descreve uma ampla variedade de fenômenos; se refere aos sistemas sociais e jurídicos para a administração de recursos compartilhados de uma maneira justa e sustentável” (HARDIN, 1968. p. 1243).

Mesmo havendo incontáveis bens comuns, alguns deles até peculiares e arraigados em culturas reservadas, a maioria satisfaz a três grupos gerais: “presentes da natureza, criações materiais e criações intangíveis” (HARDIN, 1968. p. 1244).

É necessário discorrer sobre os bens comuns, pois, os mesmos auxiliam na identificação de grande multiplicidade de recursos em que a fiscalização e uso, e a população em geral ou grupos peculiares têm interesses políticos e éticos.

Grande quantidade destes recursos está se convertendo em propriedade privada para poder ser comprada e vendida no mercado. Os bens comuns nos ajudam a conseguir uma melhor compreensão da riqueza ao introduzir a ideia de inalienabilidade. Certos recursos têm um valor acima de qualquer preço e devem manter-se à margem das forças do mercado, como a beleza da natureza, a inviolabilidade de certos lugares, o valor ecológico da vida silvestre, as normas éticas da venda de produtos seguros, os valores morais e tradições que definem uma comunidade, tudo isso representa uma riqueza que não pode ser representada por um valor (BOLLIER, 2008. p. 46).

O autor está alertando para o aumento das privatizações ocorridas no final do século XX e na primeira década do atual. Em todas as privatizações, o Estado não tem mais do que pressionar com mais intensidade com a intenção de cercar os bens comuns, como se eles estivessem condenados ao insucesso.

Os economistas disseminam a ideia de que qualquer modelo de gerenciamento compartilhado o resultado fatal seria “tragédia dos bens comuns” um mito populari-

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: heltondouglas@hotmail.com

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: sanma239@hotmail.com

zado por Hardin (1968) quando afirma que os sujeitos que compartilham a regência uma terra em procedimento comunal, provavelmente acabarão por sobrecarregá-la. Cada um dos pares tratariam esses bens ilimitados sem respeitar sua capacidade de uso geral e os recursos entrariam em colapso. Por isso, o uso da terminologia “tragédia”.

Para os economistas convencionais, a única solução consiste em estabelecer direitos de propriedade privada a respeito da terra deixando que o comércio tome as decisões sobre sua forma de utilização, a qual seria a única solução plausível. Esse mito (“tragédia dos bens comuns”) é frequentemente evocado visando desabonar a imagem dos bens comuns. Uma gênese de peritos em economia e políticas recorre ao assunto com a finalidade de censurar o gerenciamento “comum” da terra como um modelo inexecutável. Esses economistas têm na propriedade particular e nos mercados o modelo ideal para gerenciar os recursos (BACHA, 2004).

O mesmo autor acima citado complementa que as normas de gerenciamento de bens comuns se classificam em informais e subentendidas, e estar arraigadas nos conhecimentos e princípios sociais. Ou ainda ser explícitas sendo coligidas convencionalmente na lei. Em ambos os casos, os sujeitos que dividem um bem comum têm uma concepção igualitária de quem possui permissão para o uso dos recursos e de que forma.

Para Bacha (2004. p. 408), as formas de gestão e escolha de estratégias para certos recursos dependem de que “estes sejam esgotáveis ou inesgotáveis, rivais ou não rivais, e excludentes ou não excludentes”. Podendo mostrar variações de acordo com a cultura e a história específica de uma coletividade conforme o tipo de recurso. Gestão dos bens comuns não é a mesma coisa que programas ou projetos do governo, não podem ser confundidos entre si.

“Os bens comuns enfatizam os direitos precedentes dos cidadãos, comuneros¹, por cima e além do governo grande quantidade de bens comuns que nos rodeiam (BOLLEIR, 2008. p. 52). Entretanto, está claro os bens comuns na forma de gestão compartilhada oferecem uma escala de estratégias criadoras de prosperidade e protetoras de expedientes que os órgãos governamentais e os mercados puramente não conseguem oferecer.

¹ Pessoa que possui, juntamente com outros, uma propriedade, um direito, etc. que não pode ser dividida. Fonte: <http://es.thefreedictionary.com/comunero>. Acesso em 22/03/2014.

1.1. *Direito de Propriedade – sob as óticas pública e privada*

Direito de Propriedade é o conjunto de princípios constantes nas leis que delinham o que as pessoas físicas ou jurídicas podem fazer com o que de direito lhes pertence. O direito de propriedade é ponto acionador dos regimes jurídicos e políticos. É por meio da sua avaliação que se apura a disposição de um vazío em certo período do seu desenvolvimento jurídico. A imagem de propriedade particular recebeu alcance individual, enfatizando as características tendentes à cultura religiosa, que cada lar é um direito sagrado. Assim sendo o direito de propriedade é natural. Considerando a perspectiva socioeconômica inerente entre a compreensão de residência e o aparecimento da propriedade, o direito passa do modelo público e igualitário para o caráter particular e individualista. Em uma ótica pública, pode-se afirmar que o direito de propriedade é inseparável da sua função social. (BOGO, 2005).

Segundo Facchini Neto (2003), o texto básico constitucional de 1988 concretizou a adesão inseparável entre aquilo que se possui e a função social desse bem. A Carta Magna da nação brasileira, ao inventariar o direito de propriedade em meio aos direitos e seguranças particulares básicos, automaticamente já agrega o desempenho social: “ART. 5o (...) XXII – é garantido o direito de propriedade; XXIII – a propriedade atenderá à sua função social” (BRASIL, 1988. p. 16).

A Constituição da República Federativa do Brasil traz as situações que apontam em que o preceito de função social é cumprido:

Art. 186 – A função social é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I – aproveitamento racional e adequado; II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1988. p.112).

Dentro da Constituição do Brasil encontram-se os princípios normatizadores para todas as questões políticas vivenciadas pela nação. Sempre que uma nova questão se abre e necessita ser respaldada legalmente de forma mais minuciosa uma lei específica é criada para legitimar as atitudes fiscalizadoras e controladoras referentes ao evento em questão. De modo que, a Constituição de um país não é uma simples carta de preceitos, como explicita Facchini Neto:

A Constituição não é apenas um programa político a ser desenvolvido pelo legislador e pela Administração, mas contém normatividade jurídica reforçada, pois suas normas são

qualitativamente distintas e superiores às outras normas do ordenamento jurídico, uma vez que incorporam o sistema de valores essenciais à convivência social, devendo servir como parâmetro de confronto para todo o ordenamento jurídico, além de auxiliar a este como critério informativo a interpretativo (FACCHINI NETO, 2003, p. 39).

Todavia, a efetivação de uma nova visão sobre o direito de propriedade trazida pela Constituição de 1988 e pelas leis complementares sobre o setor madeireiro é sempre prejudicada pelas constantes contestações entre a aspiração de mudança e pela utilização muitas vezes prejudicial ou abusiva da propriedade. Tudo porque há um choque de visões sobre o direito de propriedade entre a visão tradicional pública e privada, a relação da questão ambiental e direito de propriedade, sobre os conhecimentos tradicionais, indígenas e o uso dos bens comuns pelo homem (QUEIROZ, 2011).

A propriedade tem a tendência de manifestar um relacionamento entre indivíduo e o bem. O exercício em favor da coletividade cujo exercício expõe interesse público condescendente, manifestando um direito-meio, ao invés de um direito-fim, não significando caução em si mesma, só se justificando como ferramenta que tornam viáveis a prática de valores essenciais, “dentre os quais sobressai o da dignidade da pessoa humana” (QUEIROZ, 2011. p. 21).

A questão do direito de propriedade e o seu reconhecimento, a importância do conhecimento sobre o assunto e as maneiras de proteção viáveis vêm marcando presença em diversos simpósios e foros universais, tais como “a Organização Mundial de Propriedade Intelectual, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e a Convenção sobre Diversidade Biológica” (FERREIRA, 2006. p. 71). Segundo a autora os encontros supracitados provam que o assunto tem sido estudado em diversas grandezas incluindo a propriedade intelectual, os direitos humanos e a dimensão ambiental.

Para Ferreira (2006), quando se discute o limite de uso, em processos diferentes dos habituais, como a utilização aceitável das reservas indígenas, o que sistematicamente só pode ser para o sustento, que é a condição legal para a exploração do trecho de preservação constante dos índios, entra em ação o que ordena o artigo 3º do Código Florestal brasileiro.

O artigo trata da exploração dos recursos florestais em áreas de preservação permanente, que, somente poderá ser realizada pelas comunidades indígenas em regime de manejo florestal sustentável, para atender a sua subsistência, acatados os arts. 2º e 3º do Código florestal. A verdadeira explanação da ferramenta legal não

deve ficar à mercê da opinião da maneira legítima de se utilizar a terra indígena, assunto tratado no artigo 231, da Constituição:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o **usufruto** exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes (BRASIL, 1988. p. 132).

A Constituição Federal, ao assegurar aos povos indígenas o direito de usufruir de forma exclusiva das riquezas da terra deixa explícito que a cobertura especial garantida ao solo indígena não é empecilho irrestrito o desenvolvimento da área (SODRÉ, 2013).

Do mesmo modo, para que seja assegurado o objetivo de amparo prescrito pela regra, que prevê a utilização do solo indígena de forma coerente e ordenada, não como ferramenta de distorção dos fins propostos ao solo indígena, seja a conservação cultural e social das nações que ali habitem (SODRÉ, 2013).

A legalidade da exploração dos expedientes florestais é realizada mediante planejamento aprovado pelo órgão ambiental para a estabilidade da comunidade indígena, de acordo com Código Florestal que impede que o uso dos recursos pare de ser utilizado por não atender às expectativas dos controladores.

Assim sendo, o Código Florestal consolida o que está prescrito da Carta Magna, legitimando o conteúdo do princípio constitucional, pois, ao instituir a subsistência como motiva a utilização dos recursos florestais, possibilita o “usufruto dos bens ambientais, sem, contudo, abandonar a compatibilidade com o modo de vida indígena, resguardando os fins a que se presta a proteção das terras indígenas” (SODRÉ, 2013. p. 97).

A condição de escassez da população indígena no país exige a procura de novas opções de satisfação das carências básicas da coletividade, mesmo que o objetivo incite à adoção de métodos comerciais que conforme os costumes não fazem parte do universo cultural da população, o que inclui: alimentação, vestuário, danças, músicas e outros (FERREIRA, 2006).

Existem vários documentos que dão respaldo legal para que seja feita de forma segura a exploração dos expedientes naturais nas terras indígenas, consideradas áreas de salvaguarda permanente pelo Código Florestal, Estatuto da Terra, Estatuto do Índio e todas as leis específicas que asseveram aos indígenas os seus direitos. A exploração nas reservas não combina com a finalidade de colher de grandes lucros ou com a exploração desequilibrada dos recursos florestais complementa Ferreira (2006). Em todos os casos, se caracterizaria uma finalidade diferente da subsistência, desvirtuando a legítima exploração de recursos florestais.

Para Sodré (2006), a probabilidade de interferência em local de prevenção permanente em terras indígenas, com finalidade de comércio vinculado à subsistência, estabelece que as instituições competentes, que faz com que seja uma autoridade ambiental, que faz a observação detalhada e aprova os planejamentos dos exploradores. A Funai, como instrumento de amparo ao indígena, e o Ministério Público Federal (art. 232 da CF), vigiam a capacidade de inovação e ação da exploração da floresta. Tudo isso, de maneira que garanta a proteção aos indígenas, e ainda, o aproveitamento dos verdadeiros valores atribuídos à subsistência da coletividade.

Importante recordar que existem tentativas de regulamentação da exploração de recursos florestais que já duram cinco décadas como é o caso da lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, que criou o Estatuto da Terra. Embora o tenham feito no início da ditadura sua instituição tem as marcas do clima de temor e desalento que reinava no campo naquela época em que o governo elitista conservador buscava suplantam os manifestos dos agricultores (FREITAS, 2004). Para esse autor, tudo que foi feito sobre reforma agrária, criação dos sindicatos, atuação da igreja católica, foi desestruturado pelo governo militar que não tirou do papel as realizações prometidas para o campo.

1.2. Políticas Ambientais

O advento da Revolução Industrial marcou grandes transformações na cultura, na organização social e na ciência, cujos efeitos ressoam até os dias atuais. A humanidade se viu forçada a se adaptar aos novos modos de produção, onde muitos trabalham para o enriquecimento de poucos. É o que Ugarte (2005) explicita o Homo-Motor, a serviço do capitalismo e dos modos de produção vigentes.

Por meio de um processo de industrialização, em que a acumulação se realizava por meio de uma intensa exploração dos recursos naturais, o homem não tomava conhecimento dos efeitos perversos que causava à natureza e aos seus semelhantes.

Pensava-se que o desenvolvimento da economia fosse ilimitado e que progresso significava abater a natureza e dominar os seus pares.

Na década de 1960, os estudos alertavam para os sinais de esgotabilidade, então foi possível perceber que o progresso desenfreado era insustentável. A partir de então começa a luta pela conscientização humana e surge a necessidade de inserção de novos valores e modelos de produção capazes de romper com a dicotomia sociedade e natureza (UGARTE, 2005).

A sociedade mundial começou a buscar políticas que pudessem solucionar os grandes problemas. Os problemas relativos ao meio ambiente vêm se acumulando desde o início da civilização, mas a instauração de um acordo ambiental aliado a ações políticas e jurídicas brotaram só depois do fim da guerra mundial terminada em 1945. Entretanto, o crescimento de forma evidente aconteceu nos anos sessenta, quando filósofos, biólogos, professores publicaram livros e artigos chamando a atenção para a necessidade de políticas voltadas para o meio ambiente (FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, 1999).

As autoridades não acreditavam em escassez, mas o relatório no fim da década de 1960, elaborado pelos cientistas do Massachusetts Institute of Technology – MIT, alertando para a temática da conservação, preservação e recuperação ambiental. O do MIT propiciou os debates e fomentou concretização de tratados de cooperação entre os povos. Os tratados internacionais são ferramentas importantes na consolidação das políticas, sobretudo, as ambientais; que em virtude do gerenciamento apropriado dos recursos naturais demandam um alcance uniforme que apenas as políticas e acordos internacionais conseguem proporcionar (MILARÉ, 2005).

A conferência de Estocolmo, realizada pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) em 1972, veio colocar definitivamente o problema ambiental como uma prioridade nas agendas oficiais internacionais. Intensificou o envolvimento da sociedade civil e dos governos na questão ambiental. Depois do encontro as ONG's (Organizações Não Governamentais) se multiplicaram sinalizando o compromisso das comunidades com os recursos naturais (Dias, 2004).

As Nações Unidas encomendaram um relatório chamado “Relatório de Brundtland”, onde apareceu pela primeira vez a terminologia “Desenvolvimento Sustentável”. Desde então a relação entre o crescimento econômico e os temas socioambientais passaram a ser vistos de outra forma. O documento também serenou o resto do mundo, mostrando que desenvolvimento pode ser compatível com práticas ambientais corretas (MARÉS, 2003).

Em 1985 aconteceu a *Convenção de Viena para a proteção da camada de ozônio*; aprovada por 28 países com o compromisso de colaboração e compartilhamento de conhecimentos, bem como aceitação de protocolos de inspeção em caso de necessidade. Os resultados originados dessa conferência foram rápidos e dois anos depois em uma nova convenção foi homologado o protocolo de intenções, onde os países se comprometiam a lutar pelo controle dos gases que interferem na camada de ozônio. Quarenta e nove nações aderiram ao protocolo vigorado em 1989 (MILARÉ, 2005).

A Eco-92 foi um importante marco na evolução do debate ambiental. Antes da referida conferência sediada no Rio de Janeiro, nenhuma outra reuniu tantos chefes de Estados e representantes da sociedade civil para discutir o meio ambiente. O encontro produziu importantes documentos que serviram de base para a construção do Protocolo de Quioto ou Kyoto (DIAS, 2004).

O Tratado de Quioto ou Kyoto o protocolo, propôs um corte de 5,2%, de 2008 a 2012, às nações desenvolvidas e as nações em desenvolvimentos prometiam a diminuir o envio de gases que causam o efeito estufa. O gás mais prejudicial é o dióxido de carbono (CO₂), apontado como o maior causador do efeito estufa. Os países desenvolvidos foram obrigados a aceitar as exigências do protocolo de Kyoto, embora os Estados Unidos, que emitem 36% de todo o dióxido de carbono do planeta, se recusaram a assinar o tratado. O protocolo de Kyoto já foi assinado por cento e setenta e cinco países. O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) é uma das ferramentas mais fundamentais do protocolo de Quioto.

A Conferência das Partes em Copenhague mudou o processo decisório no que diz respeito às ações ambientais. Em vez de estabelecer metas para os diferentes países, Copenhague inaugurou um novo tipo de compromisso. Os países cumpriram com suas obrigações trazendo as medidas que pretendiam implantar de acordo com as peculiaridades de sua nação. Quem esperava que Copenhague produzisse um novo protocolo único, com medidas homogêneas para os diferentes Estados viu frustradas as suas expectativas, pois, a conferência tinha como intuito discutir o que cada nação faria para melhorar a qualidade de vida no planeta, e não para ensinar o que cada um deveria fazer (DIAS, 2004).

Sobre a conferência Rio + 20, o autor acima citado enfatiza que mais de quinhentos eventos, onde cerca de quarenta e cinco mil pessoas, durante dez dias trataram de investimentos na ordem de quinhentos e treze bilhões de dólares, para serem aplicados em dez anos nas áreas de transporte, mobilidade urbana, energia, economia verde, diminuição de acidentes, prevenção de calamidades, proteção ambiental,

desertificação, alterações climáticas, e outros temas vinculados ao desenvolvimento sustentável.

2. Evolução histórica das legislações ambientais brasileiras

O anseio de dominar a Natureza pode ser tão antigo quanto à própria vivência do homem, contudo a ação devastadora e impiedosa do ser homem no espaço geográfico acabou por despertar a importância e o valor em proteger a natureza, na sociedade e no Poder Público. Os primeiros atos legais de proteção à natureza no Brasil, no período da coroa portuguesa e governo imperial, e apresentavam ações voltadas principalmente ao controle de uso dos recursos naturais.

Em 1.988, ano da promulgação da Constituição Federativa da República do Brasil, a primeira a dedicar capítulo específico ao meio ambiente. O Presidente José Sarney, em 1989, o após as enchentes em Santa Catarina, sanciona a Lei 7.803 a qual reza:

Aumenta o tamanho das faixas de terra ao longo dos rios e que não devem ser ocupadas, altera a nomenclatura de “Floresta” para “Vegetação Nativa”, e que a averbação da RL deveria ser na matrícula do imóvel (LIMA, 2012. p. 06).

Em 2002 é criada a Lei 10.410, cujo art. 4º, cria e disciplina a carreira de especialista em Meio Ambiente. No ano seguinte, em 2003, é criada a Lei 10.650, que dispõe sobre o acesso aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades do SISNAMA. É criado, em 2006, a Lei 11.284, que reza sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável e a Lei (11.428/06) referente a utilização e proteção de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica (MELO, 2011).

Em 2010 são promulgadas as leis: Lei 12.305/10 - institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Lei 9984/10 - dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA. Lei 9966/10 - dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em água sob jurisdição nacional e, Lei 10165/10 - reza a cerca do controle e fiscalização ambiental, assim como também altera a lei que dispõe sobre Política Nacional de Meio Ambiente (MELO, 2011).

É aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela presidente Dilma Rousseff, no ano de 2012, o novo Código Florestal Lei (Lei 12.651/12), que flexibilizou as regras para recomposição de Reserva Legal e APPs, especialmente para os pequenos produtores. Por toda essa evolução notadamente, sempre existiu uma grande

demanda na busca de soluções para os problemas ambientais que são essenciais para a manutenção e conservação da vida, em todas as suas características (LIMA, 2012).

3. A importância da sustentabilidade na economia atual

O tema sustentabilidade está em voga diante dos problemas enfrentados pelas sociedades atuais. Uma coletividade sustentável é aquela capaz de satisfazer suas carências, mantendo uma preocupação com as próximas gerações, para que estas tenham as mesmas possibilidades (SACHS, 2000).

A sustentabilidade se compõe de sete aspectos essenciais que estão elencados como: social (chamada ontológica e organização do povo); econômica (regularização do volume de investimentos público e particular); ecológica (minimização dos danos aos sistemas de sustentação da vida); cultural (respeito aos diversos valores entre os povos); espacial (equilíbrio entre os espaços urbanos e rurais); política (no Brasil, melhor representatividade, autonomia e gerenciamento de recursos); e ambiental (que é equilibrar os ecossistemas, acabar com a miséria e integrar a coletividade) (SACHS, 2000).

O mundo modifica-se a cada momento por conta dos fatos e fenômenos físicos e sociais que ocorrem, entretanto, o homem transformador do espaço onde vive deve estar atento às mudanças para que possa evoluir com a sociedade e não causar a destruição do planeta. Por isso, é importante que se entenda os sete aspectos essenciais e o desenvolvimento sustentável chegue às condições que propicie ao exercício da gestão do meio ambiente no padrão passível de sustentação corporativa (BERMEJO, 2005).

O autor supracitado ressalta que o relatório elaborado pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, no ano de 1988 traz um conceito de sustentabilidade ambíguo, que em síntese é apenas satisfazer a população do momento sem comprometer os meios que satisfarão as pessoas que virão, quando na verdade sustentabilidade não está relacionada somente à utilização dos recursos naturais. É muito mais que isso, nela está envolvida a conservação, a preservação e o desenvolvimento economicamente viável, socialmente aceitável e ecologicamente correto.

Enquanto que Constanza, (1999) preconiza que desenvolver com sustentabilidade é manter o relacionamento dos sistemas: econômico humano e ecológico, abrangendo todos os setores de forma dinâmica, porém, com as modificações lentas e controladas. Se assim ocorrer, assevera Constanza (1999), a vida humana no plane-

ta poderá ser infinita; os seres humanos progredirão; e a diversidade não será afetada pelas culturas que se desenvolverão dentro de um limite que garante as diferenças.

Para Foladori (1999) a definição de sustentabilidade, relacionada ao progresso, inclui além da herança às futuras populações do planeta de seres vivos e brutos, parecido ou diferente do que aí se encontra, compreende também uma igualdade nas afinidades entre as gerações de hoje.

A criação, avaliação e manutenção da competência adaptativa exige a habilidade dos sistemas para sustentar seus desempenhos perante transformações externas. Esta competência é motivada por três aspectos especiais: o potencial para mudar, o nível de conectividade entre as possibilidades e procedimentos e a capacidade do sistema de resistir às adversidades. Estes aspectos definem se um sistema que sofre um choque tem capacidade para se recuperar durante o período de adaptação. Ou se caso não se recompor se demuda em outro mais improdutivo (BERMEJO, 2005).

Brown (2002) salienta que para se entender a questão da sustentabilidade, é preciso partir do conhecimento sobre a insustentabilidade. Algo se torna insustentável quando sua atividade não consegue se sustentar por um período maior, pelos resultados contrários que causam na sua área circunvizinha, ou ainda, sobre a própria atividade que fomenta a produção de vários poluentes.

O atual procedimento econômico é considerado degradador do ambiente e, portanto, insustentável. Lutar pela sustentabilidade deste modelo econômico, representa conservar e dar continuidade a tudo que ocasiona uma economia insustentável. Que causas são essas? A globalização, o consumismo, o crescimento desenfreado e muitas outras causas (BROWN, 2002).

O autor complementa:

A economia global atual foi formada por forças de mercado e não por princípios de ecologia. Infelizmente, ao deixar de refletir os custos totais dos bens e serviços, o mercado presta informações enganosas aos tomadores de decisões econômicas, em todos os níveis. Isso criou uma economia distorcida, fora de sincronia com os ecossistemas da Terra, uma economia que está destruindo seus sistemas naturais de suporte. (BROWN, 2002. s/p).

Korhonen (2004) corrobora com Brown (2002) e enfatiza que citar sustentabilidade econômica no desenvolvimento do modelo de economia de mercado constitui conservar a composição degradadora do padrão atual. Seria o mesmo que permitir que o mercado permaneça alocando os expedientes, para contentar uma população corrompida pelo consumo, que é o principal causador das diferenças sociais.

Urgem as mudanças, sobretudo, na sustentabilidade corporativa, embora Tachizawa (2007) mostra que a influência das mudanças está focada, especialmente, na modificação da conduta do consumidor. Ele é quem representa a maior ferramenta para estimular os empreendimentos a buscarem opções para a resolução das questões socioambientais. Sobre este ponto importante, o autor explica que:

Um dos maiores desafios que o mundo enfrenta neste novo milênio é fazer com que as forças de mercado protejam e melhorem a qualidade do ambiente, com a ajuda de padrões baseados no desempenho e uso criterioso de instrumentos econômicos, num quadro harmonioso de regulamentação. O novo contexto econômico caracteriza-se por uma rígida postura dos clientes, voltada à expectativa de interagir com organizações que sejam éticas, com boa imagem institucional no mercado, e que atuem de forma ecologicamente responsável (TACHIZAWA, 2007, p.23).

4. Roraima

O Estado de Roraima faz fronteira com República Cooperativista da Guiana e com a Venezuela. No Brasil, seus limites são com os Estados do Amazonas e do Pará, todas as fronteiras de Roraima fazem parte da região Amazônica, portanto coberta de floresta. Mesmo com as demarcações de reservas indígenas e parques ecológicos, apesar da devastação de parte da floresta e do crescimento da agricultura, pecuária e mineração e do grande potencial sustentável de madeira; a extração de madeira, ainda é o principal produto de Roraima (CUNHA, SOUZA e SOUZA, 2009).

Historicamente, a região onde está Roraima se distingue pelo vazio demográfico (se comparada às demais regiões do país), pela predominância da agricultura de migração, além da criação extensiva de animais e pelo extrativismo. Todas essas atividades sendo realizadas sem planejamento trouxeram prejuízos como o esgotamento do cacau, látex e castanha, que há três séculos enriquecia os portugueses e empobreciam a região (BECKER, 2009).

Foram significativas as mudanças territoriais, o planejamento regional de 1930 a 1985 e a partir de então a região Amazônica passou a ser respeitada como o coração da ecologia do planeta e três pontos fundamentais obrigaram aos governantes investirem na fiscalização e controle da utilização dos bens comuns. Os pontos fundamentais são: a ocupação demorada condicionada do mercado externo e fundamentada na exploração de expedientes naturais; o domínio da região através de intervenções em localidades estratégicas, e a confrontação entre o padrão externo e interno de ocupação (BECKER, 2009, p. 21).

A madeira de Roraima, como toda a madeira amazônica serrada usada principalmente na edificação civil vem de duas fontes: “exploração por manejo”, quando o madeireiro tem sua própria inscrição da extensão da mata e retira as toras comercializáveis com processos que consintam a conservação do espaço florestal, ou “exploração convencional”, quando há um procedimento de aquisição da madeira livre da preocupação com a conservação da mata e salvaguarda da vegetação (CUNHA, SOUZA e SOUZA, 2009).

Cada um dos padrões de exploração possui seus graus de impacto no meio ambiente. Nos dois padrões de exploração da mata Amazônica, o método bem-sucedido da madeira, a serrada, por exemplo; é estabelecido em várias etapas: primeiro a escolha e extração das árvores, segundo o transporte da mata até a serraria, terceiro o beneficiamento das toras em subprodutos e quarto o transporte do produto beneficiado até mercado de consumo. (SODRÉ, 2013).

Segundo dados da Secretaria Estadual de Planejamento do Estado de Roraima –SEPLAN (2002), o setor madeireiro de Roraima contribuiu de forma expressiva para a economia no estado e para a criação de empregos e bem-estar social. Contudo, encaram grandes dificuldades, como a má qualidade das intervenções florestais compreendidas entre a inspeção e cumprimento da legislação ambiental que traz a degradação e aniquilamento da selva amazônica.

Em Roraima a exploração econômica de madeira abrange dois tipos de floresta: a densa e a aberta, embora haja outro tipo de floresta com formações sem interesses comerciais, de onde já foram extraídas as madeiras de melhor qualidade. No estado há predominância de serrarias concentrando suas atividades na capital, em Boa Vista há 8 empresas, sendo 6 entre pequeno e médio portes e 2 grandes, bem estruturadas com boa produção e comercialização. Ao todo no Estado de Roraima são 13 empresas formais, contudo sabe-se que existem empresas informais que estejam até no comércio internacional. De cada 100 metros cúbicos de madeira retirada da floresta, 14 m³ são retirados pelas madeireiras legalizadas e 86 m³ são de terceiros (LENTINI et al. 2005).

A extração ilegal de madeira possivelmente paga a construção de estradas clandestinas que se compõem em vias que dão entrada para invasão de novos espaços de floresta, a exploração predatória da madeira e o trânsito de madeira ilegal que chega mais barata no comércio prejudicando a consolidação de atividades sustentáveis, no comércio, reforça a sonegação de impostos e origina a impunidade (LENTINI et al. 2005).

Quando os estudos indicam que há melhor produtividade na extração da madeira pode ter dois significados: ou a fiscalização dos órgãos controladores e fiscalizadores estão começando a tomar as rédeas da situação de corte ilegal de árvores, ou juntamente com o aumento da prática legal aumentou também a ilegalidade.

A partir dos dados apresentados é necessário conhecer como se dá o processo de regulação e fiscalização da exploração dos recursos florestais para utilização comercial. As instituições sob controle do Estado seguem a legislação com a mesma eficiência que os órgãos não governamentais? Esse processo de fiscalização e controle, no âmbito da política ambiental poderá contribuir para a sustentabilidade econômica e ambiental do setor?

Neste contexto define-se o problema a ser investigado em:

Como o processo de regulamentação e controle da exploração dos recursos florestais em Roraima implica na sustentabilidade ambiental e socioeconômica do setor madeireiro, observando a aplicação das leis ambientais no contexto dos direitos de propriedade?

Propondo-se assim a analisar o processo de evolução da legislação ambiental na definição dos direitos de propriedade dos recursos florestais para o setor madeireiro em Roraima, considerando a sustentabilidade ambiental e socioeconômica do setor.

E neste sentido fora proposto como objetivos específicos descrever a evolução de Direitos de Propriedade, no contexto da Legislação Ambiental e sua relação com a utilização de recursos florestais para o setor madeireiro; Expor o processo de exploração dos Recursos Florestais para o setor madeireiro em Roraima; Apresentar os indicadores de sustentabilidade ambiental do setor, a partir da relação com os direitos de propriedade e legislação ambiental; Analisar a sustentabilidade ambiental e socioeconômica do setor madeireiro em Roraima, a partir dos aspectos que envolvem a aplicabilidade da legislação ambiental no marco dos direitos de propriedade.

Referências bibliográficas

BACHA, Carlos José Caetano. **O Uso de Recursos Florestais e as Políticas Econômicas Brasileiras: Uma Visão Histórica e Parcial de um Processo de Desenvolvimento.** EST. ECON., SÃO PAULO, V. 34, N. 2, p. 393-426, ABRIL-JUNHO 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ee/v34n2/v34n2a07.pdf>>. Acesso em: 21 de março de 2014.

BECKER, Bertha. **Estado, Nação e Região no final do século XX.** In. A Amazônia e a crise da modernização. Belém: MPEG, 1994.

_____. **Articulando o complexo urbano e o complexo verde na Amazônia.** In: Becker, B. K.; Costa, F. A.; Costa, W. M. (Org.). Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições. Brasília, DF: CGEE, v. 1, p. 39-86. 2009.

BERMEJO,

BOGO, Ademar (Org.). **Teoria da Organização Política:** escritos Engels, Marx, Lênin, Rosa, Mao. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

BOLLIER, David. **Os bens comuns:** um setor negligenciado da criação de riqueza. 2008. Disponível em: https://www.google.com.br/webhp?source=search_app#q=a+utiliza%C3%A7%C3%A3o+de+bens+comuns+no+setor+madeireiro. Acesso em 21/03/2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei nº 4.771/65.** Novo Código Florestal Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. Senado Federal. **Evolução da Lei Ambiental Brasileira.** 2011. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/...brasileiro/evolucao-da-lei-ambiental-rasileira./aspx>. Acesso em 07 de maio de 2014.

BROWN,

CONSTANZA,

CUNHA, P. S. C.; SOUZA, R. B. L.; SOUZA, P. L. **Análise do Setor Madeireiro de Roraima e sua Interação com a Contabilidade Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável.** Contexto, Porto Alegre, v. 9, n. 15, 1º semestre 2009. ISSN (Impresso): 1676-6016 ISSN (Online): 2175-875.

DIAS, Genebaldo Freire. **ECOPERCEPÇÃO – um resumo didático dos desafios socioambientais.** São Paulo: Gaia, 2004.

FACCHINI NETO, Eugênio. **Reflexões histórico-evolutivas sobre a constitucionalização do direito privado.** In: SARLET, Ingo Wolfgang (org.). Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

FERREIRA, Simone Nunes. **Proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade.** REVISTA. JURÍDICA. Brasília, v. 8, n. 81, outubro./novembro. 2006.

FOLADORI, FREITAS, Juarez. **A interpretação sistemática do direito.** São Paulo: Malheiros, 2004.

FREITAS, Luiz Aimberê Soares de - **Estudos Sociais de Roraima (Geografia e História)**. Disponível em: <http://www.roraima.8m.com/econo.html> 2012. Acesso em 03/03/2014.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 2 ed. São Paulo. Cortez, 1999.

HARDIN, Garrett. **A Tragédia dos Comuns (1968)**:1243 -1248. Original: Hardin G. The tragedy of the commons. University of California, Santa Barbara. SCIENCE no 162: 1243- 12487, 1968.

KORHONEN,

MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra**. Porto Alegre: SAFE, 2003.

MELO, Marciano Almeida. **A evolução da legislação ambiental brasileira**. 2011. Disponível em: http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=6921. Acesso em 30 de maio de 2013.

MILARÉ, Edis. **Autonomia municipal e meio ambiente**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

PROCÓPIO, Argemiro. **Relações Internacionais: os excluídos da Arca de Noé**. RIOS, Aurélio Virgílio Veiga e IRIGARAY, Carlos Teodoro Hugueney (organizadores). O Direito e o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF: IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005.

QUEIROZ, André. **Direito Ambiental**. 2011. Disponível em: http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portalTvJustica/portalTvJusticaNoticia/anexo/ANDRE_QUEIROZ.doc Acesso em: 23 de março de 2014.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. In: STROH, Paula Yone (Org). Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SEPLAN. Secretaria de Estado de planejamento e desenvolvimento. **Zoneamento Ecológico- Econômico da Região Central do Estado de Roraima**. 2002. Disponível em: <http://www.seplan.rr.gov.br/>. Acesso em 19/04/2014.

SODRÉ, Antonio de Azevedo. **Novo Código Florestal Comentado**. Lei 12.651/2012. 9 ed. São Paulo: JH Mizuno, 2013.

TACHIZAWA,

UGARTE, M. C. D. **O Corpo Utilitário: da revolução industrial à revolução da informação**. Ponta Grossa-PR: UEPG, 2005.

ENSAIO SOBRE AS POSSIBILIDADES DE DEMOCRATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS NA AMAZÔNIA

Introdução

O Estado ao longo dos anos vem disponibilizando recursos para implementação e manutenção de projetos que propiciem atividades culturais como estratégia de política pública, assim o governo tem papel preponderante na liberação de recursos e na formulação de políticas culturais que atendam os anseios da sociedade.

A discussão sobre política cultural tem sido ampliada na última década, existe uma preocupação para que ocorram políticas pensadas a médio e longo prazo, de modo que questões importantes vêm sendo discutidas em âmbito nacional como a PEC 150¹ que prevê a liberação de recursos públicos, porém, ainda espera aprovação no Senado Federal.

Assim, parece haver certa tendência de mudança de postura quanto ao processo de formulação e implementação de políticas públicas culturais e na gestão pública no país, aliado a esse novo processo é notável a presença do terceiro setor, tanto nas discussões quanto na parceria entre Estado e sociedade civil, se configurando novos arranjos institucionais e novos processos produtivos.

Dessa maneira o Estado tem um importante papel na consolidação de políticas que atendam as necessidades da população, na execução de ações que possam garantir o desenvolvimento não apenas econômico, mas também social, com medidas que garantam acesso, fruição e democratização à cultura.

Considerando que um conjunto de iniciativas na área sócioeducativa e cultural vem sendo desenvolvidas por organizações civis, no sentido de colaborar com ações

* Universidade Federal de Roraima. Email: silmaranane@gmail.com

** Universidade Federal de Roraima. Email: marcia.oliveira@ufrbr

¹ Destina recursos para cultura, foi apresentada pelo deputado Paulo Rocha (PT-PA), e tramita desde 2003 no congresso Nacional, garante a aplicação de 2% da arrecadação tributária da União para o incentivo à cultura. Atualmente, o percentual repassado pela União é de 0,6%. Se aprovada, a PEC 150 representará um aumento de R\$ 1,3 bilhão para R\$ 5,3 bilhões em dinheiro, que serão empregados na preservação, produção e difusão da cultura nacional.

de inclusão social e que podem dar sustentabilidade às políticas culturais e educacionais de forma a estimular a socialização da população em risco de vulnerabilidade social.

Dessa forma a proposta dessas entidades perpassa não somente pela potencialização das iniciativas criativas detectadas, como também proporcionar oportunidades futuras e melhores condições de vida a adultos, adolescentes através da formação e produção de bens voltados ao fazeres culturais, permitindo possibilidades de trabalho e geração de renda.

Assim, muitas dessas organizações vêm sendo responsáveis pelo desenvolvimento de práticas em parceria com o Estado, já que o mecanismo público possui impasses e não suporta sozinho a realização de ações viabilizadas por estas instituições, o que força o Estado a buscar novas saídas e dentre elas as organizações do terceiro setor constitui uma das alternativas privilegiadas para fazer frente aos problemas sociais que afetam o conjunto da população.

Nesse contexto, a adoção de medidas de fomento à cultura auxilia no desenvolvimento econômico e sustentável do terceiro setor assegurando a preservação dos fazeres culturais e dá assistência às entidades civis, objetivando minimizar os problemas sociais e os gargalos não atendidos pelo poder público, proporcionando retorno significativos na melhor qualidade de vida da sociedade.

1. Considerações sobre as Políticas Públicas Culturais

É importante compreender os conceitos de políticas públicas e culturais e como essas políticas podem ser implementadas para melhor entendimento da atuação do terceiro setor e do próprio Estado em ações sociais. Nesta perspectiva para Lucchese (2002) o conceito de políticas públicas pode ser definido como:

[...] conjuntos de disposições, medidas e procedimentos que traduzem a orientação política do Estado e regulam as atividades governamentais relacionadas às tarefas de interesse público. Variam de acordo com o grau de diversificação da economia e da sociedade, com a natureza do regime político e com o nível de atuação e participação dos diferentes atores sociais (LUCCHESI 2002, p.34).

Dias (2008), complementa que a sociedade ao longo dos anos sofreu modificações, a modernidade tornou as sociedades mais complexas, tais mudanças trazem uma maior diversidade das demandas da sociedade para com o Estado, desta forma para ele de maneira simplificada as políticas públicas tratam da “gestão de proble-

mas e demandas coletivas através da utilização de metodologias que identificam as prioridades, racionalizando a aplicação de investimentos e utilizando o planejamento como forma de atingir os objetivos e metas predefinidos” (DIAS, 2008, p.261).

E complementa ainda:

Uma política pública, desse modo, pode ser considerada como programa de ação de governo, que pode ser executado pelos próprios órgãos governamentais ou por organizações do terceiro setor (Ongs, Ocips, fundações, etc.) investidas de poder público e legitimidade governamental pelo estabelecimento de parcerias com o estado (DIAS, 2008, p.261).

Quando se aborda os temas política cultural, gestão cultural, projetos culturais ou outras expressões semelhantes, está se referenciando, normalmente, a dois conceitos diferentes de cultura, o que os torna conflitantes. O primeiro conceito de cultura é o mais clássico e tradicional e define “Cultura é o conjunto de obras e produtos da criatividade humana consagrada como símbolos ou manifestações da evolução civilizatória” (BRASIL, 2010).

Já o segundo conceito de cultura possui a visão antropológica, que segundo Botelho (2001, p.74) na dimensão:

Antropológica, a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas. Desta forma, cada indivíduo ergue à sua volta, e em função de determinações de tipo diverso, pequenos mundos de sentido que lhe permitem uma relativa estabilidade. Desse modo, a cultura fornece aos indivíduos aquilo que é chamado por Michel de Certeau, de “equilíbrios simbólicos, contratos de compatibilidade e compromissos mais ou menos temporários”.

A cultura é um fator decisivo de progresso social, nesse aspecto Batista (2005), “ressalta que pensar na cultura como fonte de desenvolvimento humano e social, tornou-se mais intenso e valorizado pelos governos e gestores, a contar pelo poder que tem em configurar e transformar sociedades e as ações no universo público”.

E não apenas no setor público, mas também no privado, de modo que a cultura se revela um importante instrumento para o desenvolvimento humano. O que segundo Canclini (1997), a cultura como fator político cria dimensões maiores e não apenas está limitada a ações pontuais.

Ainda segundo Canclini (1997, p. s/n) a política cultural :

se ocupa da ação cultural com um sentido contínuo – por toda a vida e em todos os espaços sociais. O papel da política cultural não reduz a cultura ao discursivo ou ao estético. O

papel da política cultural estimula a ação coletiva, por meio de uma ação organizada, auto gestora, reunindo as iniciativas mais diversas de todos os grupos – no plano político, no social, no recreativo.

Pensando na cultura também como fator de desenvolvimento, mais do que nunca a cultura tem olhos voltados para si, principalmente no Brasil, os governos e investidores da produção cultural, tem observado que a mesma tem dado estimada contribuição “do, pelo e para” o indivíduo e cidadão, além de ser importante fonte de estratégias governamentais. Batista (2005).

Para Matos (2010) faz se necessário observar às complexidades da cultura, apontando a importância de “compreender as políticas públicas em sua dimensão mais ampla e contextualizada historicamente, como ação mobilizadora de diferentes atores sociais em suas formas de ação, debate e negociação. Todos os agentes envolvidos na elaboração, implementação e avaliação destas políticas, devem estar atentos ao seu caráter complexo e multifatorial”.

Portanto, cabe ressaltar a importância de pensar conjuntamente e construir políticas culturais continuadas em conformidade com as demandas da sociedade, observando suas especificidades e valorizando suas formas de ser. Mattos (2011)

Nesse aspecto, o Estado tem grandes responsabilidades nas suas formas de atuação, cabe a ele estar atento as diversidades e práticas, assim:

A discussão sobre o papel do Estado na cultura deve ser feita em cada país de forma diferente. Cada nação tem sua própria história e práticas culturais peculiares. No caso do Brasil, onde a diversidade interna é um dos traços mais fortes e mais nítidos da cultura, as estratégias de gestão pública necessitam ser pensadas tanto como diretrizes gerais nacionais, quanto em termos de ações regionalizadas. Tratar a questão da cultura no campo da gestão pública requer a atenção para alguns pressupostos. Entre eles destacam-se o da necessidade de perceber a cultura na qualidade de bem coletivo e o de observar a interferência das práticas culturais enraizadas nas ações levadas a cabo pelas mais diversas áreas governamentais. Brasil (2010)

Diante disso, o que está em voga é a discussão sobre as responsabilidades do poder público na formulação de políticas e no financiamento à cultura. “Por todo o país, crescem os debates em torno dessa questão, que é crucial para a consolidação do setor. Todos os elementos da cadeia produtiva da cultura são estimulados a participar da construção de modelos mais eficientes para a atuação do Estado na área”. Avelar (2010)

2. Estruturação, Institucionalização e Implementação de Políticas Públicas no Brasil

Nas últimas décadas, o Brasil passa por um processo de modificações no campo da participação da sociedade quanto à tomada de decisões sobre os rumos da cultura no País, o que segundo Leitão (2008) é necessário se fazer reflexões profundas de como se dará esse processo. Ressalta as características das culturas híbridas e as influências causadas nas sociedades contemporâneas, “marcadas pelos grandes avanços da informação, do conhecimento e das tecnologias, também o conceito originalmente político de democracia se culturaliza, passando a ampliar seus significados na mesma medida em que se ampliam e transformam as necessidades das populações”. Leitão (2008)

[...] Segundo Leitão (2008, apud CHAUI 2007, p. 46-47) Marilena Chauí nos adverte que para aceitarmos o desafio da democratização da cultura necessitamos inicialmente de uma nova cultura democrática, pois a democracia tem sido reduzida a um regime político dito “eficaz”, tornando-se mera protetora das liberdades individuais e perdendo a grandeza de seu fundamento: a existência dos contrapoderes sociais, condição necessária para a criação de novos direitos. Por isso, os caminhos para a democracia e a equidade no campo da cultura nos países latino-americanos são difíceis, especialmente no Brasil, cuja sociedade é marcada pela desigualdade e pelo autoritarismo.

Para Leitão (2008) no caso do Brasil, que teve a aprovação do Plano Nacional de Cultura (PNC), que fora publicado pelo governo federal e instituído pela lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010, os documentos para construção do plano apresenta dados alarmantes sobre a desigualdade entre os brasileiros, especialmente no que se refere ao seu acesso aos bens e serviços culturais. Com dados utilizados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2007) “evidenciam a concentração abissal e a necessidade extrema de investimento neste setor, a população brasileira é acometida por um grave déficit no que se refere ao acesso a bens e serviços culturais”.

Assim Leitão (2008) apresenta reflexões importantes lembrando que embora no Brasil, o estudo sobre políticas públicas para a cultura seja algo recente, nesses destacam-se a análise da estrutura, instituições e o fato de se reforçar os processos de negociação das políticas setoriais específicas, e a necessidade de estar atento aos programas e políticas setoriais.

Cabe aqui fazer um resgate dos acontecimentos e como se deu a construção do PNC feito a muitas mãos e com ampla participação social, que se deu de fato a par-

tir de 2003, na perspectiva de dar maior centralidade e institucionalidade à política cultural. Apresentar o cenário da política cultural que até então era de uma “estrutura administrativa precária, orçamentos insuficientes, baixa capilaridade no tecido político e social do país e pequena participação nas principais decisões de governo”. Minc (2010)

Segundo dados da cartilha de Estruturação, Institucionalização e Implementação do SNC, (MINC 2010):

A inspiração para o SNC veio dos resultados alcançados por outros sistemas de articulação de políticas públicas instituídos no Brasil, particularmente o Sistema Único de Saúde (SUS). A experiência do SUS mostrou que o estabelecimento de princípios e diretrizes comuns, a divisão de atribuições e responsabilidades entre os entes da federação, a montagem de um esquema de repasse de recursos e a criação de instâncias de controle social asseguram maior efetividade e continuidade das políticas públicas.

A partir de 2003, a Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura, iniciou o trabalho de proximidade com os entes federados e com os vários segmentos da área cultural, tendo em vista, estruturar mecanismos e processos que possibilitassem o compartilhamento de informações de gestão e fomento e que contribuíssem na formulação de propostas e fiscalização das políticas culturais no país. Leitão (2008)

Diante disso, se iniciava o processo de construção do Plano Nacional de Cultura, que seria o documento necessário para a futura construção do SNC, esse, um projeto de longa duração que garantisse uma condição necessária para a continuidade das ações de inclusão social através da cultura (LEITÃO, 2008). Assim o Sistema Nacional de Cultura é conceituado pelo Ministério da Cultura como (2010 p.42):

Um modelo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade civil, que tem como órgão gestor e coordenador o Ministério da Cultura em âmbito nacional, as secretarias estaduais/distrital e municipais de cultura ou equivalentes em seu âmbito de atuação, configurando desse modo, a direção em cada esfera de governo. Trata-se, portanto, de um novo paradigma de gestão pública da cultura no Brasil, que tem como essência a coordenação e cooperação intergovernamental com vistas à obtenção de economicidade, eficiência, eficácia, equidade e efetividade na aplicação dos recursos públicos. O SNC é integrado pelos sistemas municipais, estaduais e distrital de cultura, e pelos sistemas setoriais que foram e serão criados.

Apesar da Constituição Federal de 1988 ter conseguido se adiantar ao definir significados para a cultura, sugerindo uma cidadania cultural para os cidadãos bra-

sileiros “nossa legislação em prol de um exercício eficiente do federalismo cultural continuava no começo e de forma tímida. Para constituição de um Sistema Nacional de Cultura (SNC) era necessário definir as competências dos entes federados, respeitando sua autonomia, enfatizando a necessidade de políticas públicas complementares entre a União, os estados e os municípios”. (Leitão 2008)

Pensando na importância de consolidar políticas de estado e não apenas de governo era fundamental que houvesse a manutenção da sinergia entre os entes federados, no sentido de assegurar a continuação dos programas e projetos decorrentes dessas políticas. (Leitão 2008).

Considerando que a participação da sociedade legitima a gestão de políticas públicas, produzindo contribuições novas, permitindo sua validação e, posteriormente, seu acompanhamento e avaliação, Leitão (2008) complementa:

Com esta perspectiva, no presente momento, indivíduos, grupos e setores culturais – portadores de conhecimentos e experiências diversas – são convocados a contribuir para que as metas do PNC transformem a atual realidade cultural brasileira. Para a implantação de políticas culturais são fundamentais diferentes modelos e espaços participativos. É preciso reconhecer a importância de Conselhos e outros órgãos consultivos e deliberativos, dotados de representatividade, e outros meios que favoreçam a participação social direta. Os objetivos devem ser lançados em fontes de informação atualizadas, e serem passíveis de aferição. Indicadores permitirão fazer a medição de sua evolução nas próximas décadas. Dar estabilidade de metas é buscar um lugar onde se juntam as ações culturais apreciadas pela sociedade, o compromisso de diferentes jurisdições do poder público e a garantia de recursos materiais disponíveis para torná-las viáveis.

Neste sentido, ainda que as metas do PNC sejam estabelecidas por iniciativa do governo federal, através do Ministério da Cultura em diálogo com a sociedade civil, é fundamental contar com a união e da cooperação dos governos estaduais, municipais e do distrito federal para garantir o alcance das metas que serão estabelecidas. Minc (2010)

Ao tornar-se intimamente ligado ao Sistema Nacional de Cultura (SNC) com a assinatura do pacto federativo que se dá entre o governo federal, estados e municípios, todos os federados assumirão também as metas do PNC. “A conformidade dos Planos de Cultura de estados e municípios às metas do PNC, não deve, no entanto, estar juntos a outros programas específicos já iniciados. Pode-se considerar também outros programas e ações que sejam desenvolvidos tanto pelo governo federal, quanto pelos governos estaduais e municipais em associação com a sociedade civil”. Leitão (2008)

De lá para cá, muitos passos foram dados segundo o Minc:

A assinatura pela União, estados e municípios do Protocolo de Intenções, visando criar as condições institucionais para a implantação do SNC; a realização das Conferências de Cultura (municipais, intermunicipais, estaduais e nacional, que mobilizaram o setor em todo o país; a criação do Sistema Federal de Cultura; a reorganização do Conselho Nacional de Política Cultural e o ciclo das Oficinas do Sistema Nacional de Cultura; a elaboração do Plano Nacional de Cultura e o seu debate público, com Seminários realizados em todos os estados e Distrito Federal.

Como parte de uma política de Estado, as metas do PNC em seu conjunto projetam o cenário cultural desejado para 2020 e se tornam um importante referencial para garantir o compromisso dos próximos governos.

3. Democratização de Recursos públicos por Intermédio do Programa Cultura Viva

O Ministério da Cultura, MinC, começa a ter na sua estrutura nova estrutura três novas Secretárias de Formulação e Avaliação de Políticas, Secretaria de Desenvolvimento de Programas e Projetos e, Secretaria de Articulação Institucional, todas ligadas ao Gabinete do Ministro. (Fioretti) 2011.

Com a nova estrutura e com a implementação do Sistema Nacional de Cultura se inicia um processo de democratização de acesso à cultura no País segundo Fioretti (2011), apud Frederico Barbosa, (2007):

[...] duas novas linhas de atuação do MinC com a criação de um programa de apoio às iniciativas culturais nas periferias e no interior do País, entendendo que as estratégias para as medidas de fortalecimento da cultura precisavam ser continuadas e intensificadas, tendo a cultura como um campo institucional passível de ser organizado com vista à democratização das relações sociais e simbólicas.

Nessa perspectiva foram criados programas como o Cultura Viva, Mattos (2010, p.68):

O Programa Cultura Viva foi criado sob a responsabilidade de gestão da Secretaria de Programas e Projetos Culturais e concebido a partir de um programa que estava em fase de implementação pelo Governo Federal, o programa Refavela, que visava construir uma série de centros culturais (os herdeiros contemporâneos das Casas de Cultura Francesas, derrubadas pelos estudantes do movimento de maio de 1968) nas periferias do Brasil,

baseando-se na ideia de democratização do acesso à cultura, e em criar (literalmente) um espaço de sociabilidade cultural, implementado pelo Estado.

O Programa Cultura Viva é um programa tão amplo que tirou milhares de iniciativas da invisibilidade, o programa que dialoga com a Cultura, Educação e Cidadania, “propõe um giro conceitual e político na compreensão da cultura e nas formas de ação pública”. Mattos (2011)

Assim o Programa Cultura Viva, no processo de implementação, consegue, portanto, pactuar com a sociedade:

[...] através de mecanismos de escuta social, participação e comunicação efetivos. Seu desenvolvimento político-participativo, no entanto, num primeiro momento foi frustrado pela falta de pessoal suficiente na antiga SPPC (atualmente SCC). O modelo a partir do qual foi concebido o desenho do PCV é aparentemente simples, mas também comporta a cultura com a sua característica de fluxo de significados, modos de vida e formas de inserção social, e não apenas as esferas artísticas, que estão presentes no Programa, mas convivem com outras formas de cultura não legitimadas necessariamente como artes. O programa busca traçar, portanto, uma articulação entre as dimensões sociológicas e antropológicas da cultura. Seu aparato conceitual é baseado num modelo em permanente construção, daí a dificuldade de condensá-lo em formulações conceituais precisas. O Programa segue pressupostos relevantes para a compreensão da atual situação da população em relação ao campo cultural no Brasil, mas o PCV adota o conceito e propõe soluções que estão para além das políticas culturais de democratização cultural, no sentido estrito. Mattos (2011p.70)

Muitas ações culturais específicas formam sendo criadas, os Pontos de Cultura espalhados por todo Brasil são os principais núcleos de articulação para realização de seus fazeres. “As outras ações, inicialmente (até meados de 2007), eram as seguintes: Agente Cultura Viva, Cultura Digital, Escola Viva, Griôs- mestres dos saberes, Economia Viva, Cultura e Saúde, Ludicidade (Pontinhos de Cultura). As ações em questão tem dinâmica própria, que compõem um conjunto programático e sistemático de democratização do acesso aos bens culturais, assim como o fomento à criação, a socialização pela cultura, a valorização de espaços culturais, entre outros, ações visando expor seus marcos conceituais, seus objetivos pretendidos e os públicos mobilizados”. Mattos (2011, p.86)

4. *O Desafio de se Fazer Cultura em Roraima*

Segundo Fioretti (2011) a gestão cultural é antes de qualquer coisa, um grande desafio uma vez que o setor cultural do Estado não tem a atenção necessária por parte dos agentes públicos ocasionando um enfraquecimento deste setor, não existem ações eficientes de promoção e fomento a cultura, tanto por parte do Estado quanto pela Prefeitura Municipal de Boa Vista o que dificulta as estratégias que podem fortalecer os processos culturais.

As condições existentes para os agentes, produtores, coletivos e grupos são precárias como tão bem expõem Fioretti (2011, p.14)

Os equipamentos culturais públicos não foram modernizados ou acrescidos em unidades e encontra-se em precárias condições de conservação. Os acervos bibliográficos são insuficientes, desatualizados e não estão informatizados. Muitos espaços encontram-se fechados, subutilizados ou são inadequados às práticas e atividades culturais. Espaços privados são insuficientes, com ambientes inadequados e estão concentrados na capital Boa Vista. O setor público de cultura de Roraima, em nível estadual e municipal, encontra-se frágil e desestruturado.

Segundo Fioretti (2011) diante do cenário aqui apresentado e com a implementação das novas políticas culturais, a cadeia produtiva da cultura em Roraima inicia um processo de organização para acessar os recursos ofertados pelo Minc, em 2005 com a abertura do primeiro edital para pontos de cultura no país, duas instituições do Estado conseguem alocar recursos via o programa Cultura Viva, uma como ponto de cultura e a outra como pontão que tinha em sua rede quatorze iniciativas. Em 2009 houve a abertura de mais um edital com a ampliação da rede para mais dez pontos de cultura. Brasil (2009)

“Esses segmentos atuam em redes locais, regionais e nacionais, formando grandes teias permitindo a discussão, troca de experiências e agregando informações que possam fortalecer o segmento e o movimento da cultura em sistemas de sinergias”.
Fioretti (2011)

Considerações Finais

O Brasil historicamente sempre deixou a cultura relegada a um plano secundário, com um modelo pensado de cima para baixo, sem a participação efetiva da sociedade, no entanto, mesmo não sendo o ideal de gestão pública para cultura, a partir de 2013 esse cenário começa a mudar, o Governo Federal inicia um longo

processo para implementação do Sistema Nacional de Cultura, que já era um direito previsto na Constituição Federal, no entanto, ainda sem uma sistematização que tem seu início nesse período, procurando sanar as desigualdades latentes do País, e a distribuição desigual dos recursos destinados à cultura.

A mudança de postura do poder público quanto à adoção de medidas que atendam os anseios da sociedade, suas especificidades existentes nos diversos grupos que compõem a cadeia produtiva da cultura, respeitando os valores simbólicos, sem deixar de pensar que a cultura tem uma ampla cadeia produtiva ouvindo as reais necessidades, por intermédio de seminários, oficinas, conferências, reestruturação dos conselhos.

Desta forma, estas políticas ampliaram a o acesso a cultura para todas as regiões do Brasil e mais possibilitou o escoamento a produção artística, ampliando a cadeia de produtiva do setor. O acesso aos recursos, e a democratização destes com programas como o Cultura Viva, tirou da invisibilidade milhares de ações espalhadas por todo Brasil.

Em Roraima com a ineficiência do Estado, o Programa Cultura Viva e demais recursos existentes colaboraram significativamente para fruição da produção local e manutenção do fazer cultural dos diversos grupos existentes, favorecendo a criação de redes de discussões, fórum e teias como forma de desenvolvimento colaborativo para produção local e da região amazônica.

Referências bibliográficas

AVELAR, Romulo. **O Avesso da Cena**: notas sobre produção e gestão cultural. 2º ed. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2010.

BATISTA, Adriana P. **Políticas Públicas de Cultura**: Estado de Goiás. Disponível em: <www.portalseer.ufba.br>, acesso: 04.11.204 acesso: 04.11.204

BRASIL. **Anuário Brasileiro Da Educação Básica**. 2012.

BRASIL, Ministério da Cultura. **Estruturação, Institucionalização e Implementação do SNC**. Brasília 2011.

BRASIL, Ministério da Cultura. **Nivelamento para Oficinas Presenciais**. Brasília, 2010.

CANCLINI, Garcia Néstor (ed.) **Políticas culturales en América Latina**. México, Grijalbo, 1987.

DIAS, Reinaldo. **Ciência Política**. 1ed. São Paulo: Atlas, 2008. Pg. 261.

FIORETTI, Elena C. **Políticas Culturais e Desenvolvimento Socioeconômico: Alternativas de Produtores e Articuladores Culturais em Boa Vista, no Estado De Roraima**. Disponível em: <www.casaruibarbosa.gov.br>, acesso em: 04.11.2014

LEITÃO, Cláudia S. **Políticas Públicas de Fomento à Criação e Consolidação dos Sistemas Municipais de Cultura: relato da experiência de realização dos Planos Municipais de Cultura no Ceará (Secult, 2003-2006)**. Disponível em: <www.portalsec.ufba.br>, acesso: 04.11.2014

Lucchese, Patrícia T. R. **Políticas públicas em Saúde Pública**, Et.al São Paulo: BIREME/OPAS/OMS, 2002.

MATTOS, Fabrício S. **Os Traços da Rede: Pontos de Cultura e Usos da Cultura na Amazônia Contemporânea**. Disponível em: <www.uece.br>, acesso: 04.11.2014

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL E QUALIDADE DE VIDA: A INFLUÊNCIA DA CULTURA ORGANIZACIONAL

Introdução

Toda intervenção objetivando melhoria na qualidade de vida das pessoas ocorre em ambientes sociais determinados historicamente, com sujeitos que trazem uma especificidade cultural e de personalidade (VILARTA, 2007). A revolução industrial trouxe comodidades importantes e houve benefícios na melhoria da qualidade de vida e da saúde da sociedade. Neste contexto, pode-se destacar: os meios de transportes, a facilitação na comunicação à distância e a menor fadiga no trabalho.

A reestruturação produtiva e as mudanças no mercado de trabalho também houve modificações negativas nos modos de vida, em virtude das longas jornadas de trabalho, das exigências para o alcance de metas nas empresas, do aumento do estresse nas atividades laborais, dos acidentes de trabalho, das mudanças na dinâmica de trabalho por conta da automatização e do uso constante das novas tecnologias, que diminuem o gasto energético nas atividades laborais e aumentam o tempo que o colaborador fica sentado.

Nesse sentido, a sociedade tem experimentado transformações que se apresentam em processos rápidos e intensos, o que obriga a uma adaptação maior da população a situações adversas. Tais situações advêm de diversos fatores de ordem política, econômica, cultural, social e ambiental, que contribuem para a configuração diferenciada de um contexto social, o qual pode ser explicitamente percebido pelos impactos da reestruturação produtiva, das mudanças no mercado de trabalho, nas desigualdades sociais e nos modos de vida adotados pela sociedade.

O tema Qualidade de Vida no Trabalho ganha destaque, por ser bastante discutido há muitas décadas, por sua importância para o sucesso organizacional, bem como sua relação com os problemas de saúde no ambiente laboral, o que pressupõe

*

**

a relevância de as instituições adotarem em seus processos de trabalho Programas de Qualidade de Vida. Como aponta Vilarta (2007), a implementação de políticas e programas de melhoria da qualidade de vida em ambientes corporativos não é, neste sentido, uma exceção à regra. Aponta, isso sim, para uma especificidade. Exige um conhecimento do ambiente organizacional, de como ele exerce pressões específicas sobre seus membros, dos seus próprios limites de tolerância e das suas relações com o ambiente mais amplo das relações econômicas, políticas e culturais.

Nesta visão, o referido artigo busca compreender como a Cultura Organizacional, delineada por todas as transformações atuais adotam em seus processos, ações que melhorem a qualidade de Vida do Trabalhador e favoreçam a saúde ocupacional que, certamente, culminará para a satisfação no trabalho e a melhoria no rendimento ocupacional e, conseqüentemente, a sustentabilidade das organizações, frente a todas as mudanças que os capitais globalizados impõem às instituições de trabalho e a seus colaboradores.

É uma pesquisa descritiva e de campo, com metodologia qualitativa, quantitativa e analítica. Como instrumentos de pesquisa se utilizou o Questionário de Avaliação da Qualidade de Vida e Saúde (QVS-80), composta por 80 questões onde são encontrados quatro domínios: da saúde, da atividade física, do ambiente ocupacional e da percepção da qualidade de vida. Assim, por ser ainda uma abordagem preliminar será apresentado uma revisão teórica do tema.

Qualidade de vida no trabalho - gestão organizacional e bem-estar

Gestão de Qualidade de Vida do Trabalho representa, atualmente, uma condição estratégica de competitividade das organizações no mercado global, vez que a produtividade dos empregados associa-se a um nível satisfatório de qualidade de vida em seu ambiente de trabalho. Portanto, quando as organizações conseguem contemplar os seus trabalhadores por meio de programas de saúde para a qualidade de vida, pode se alcançar a sustentabilidade organizacional. O final da década de 80 (3ª fase) foi marcado pela elaboração e implementação de propostas de reformas na gestão, planejamento e organização dos serviços. Nesse período registrou-se também o desenvolvimento de um interesse crescente, na área de planejamento e gestão em saúde, por questões teórico- metodológicas (TEIXEIRA e PAIM, 2006).

Entender que a saúde e a qualidade de vida das pessoas não se resumem ao seu estado de saúde, identificado pelos resultados de exames laboratoriais, pela sua pressão arterial ou pela necessidade ou não de tratamentos ou uso de medicamen-

tos é o fundamento, para se compreender as mudanças na sociedade. A mudança aborda um conceito mais amplo, que envolve a sensação de bem-estar das pessoas em seu ambiente familiar, na escola, no trabalho, no seu contexto socioeconômico e cultural, bem como sua convivência em um meio ambiente sustentável (SELIGMANN-SILVA, 2003). Deste modo, o desafio não é “como viver mais”, e sim como “viver melhor”. Com esta concepção, a busca de um estilo de vida mais saudável, requer que as pessoas sejam mais ativas, se alimentem melhor, tenham bons hábitos e também façam uso dos recursos disponíveis no meio ambiente de forma equilibrada.

Neste sentido, as formas como as organizações adotam esta conduta, por meio de programas de saúde do trabalhador que contemplam a qualidade de vida, contribuem para a promoção de saúde dos seus trabalhadores. É crescente o número de instituições que utilizam o conceito de qualidade de vida no trabalho, com o objetivo de satisfazer o empregado no seu ambiente. Esta postura é alicerçada, na ideia de humanização do trabalho na organização (FERNANDES, 1996).

Portanto, as instituições que aderem a esses programas com foco na qualidade de vida dos trabalhadores, comprovam os benefícios no estilo de vida integral dos trabalhadores e de seus familiares. Dessa forma, se busca atingir os pilares do bem-estar, já que se percebe a melhoria da saúde por meio de atividades de socialização, o resgate da autoestima, a diminuição do estresse, a redução do absenteísmo e a subtração dos trabalhadores da “zona de conforto”.

O que se observa nas organizações é que existe um controle que nunca é total e que, portanto, não evita que os conflitos apareçam e se materializem por meio da não adesão de todos os trabalhadores a todas as regras organizacionais, do absenteísmo, dos “boicotes” às ordens impostas, das reclamações, do sofrimento expresso, das doenças biopsicossociais.

Nesse sentido, a Qualidade de Vida no Trabalho é tida como um conhecimento de amplas variáveis que podem explicar as relações de saúde, trabalho e ambiente. Para Búrigo (1997, p. 30) ao se falar em Qualidade de Vida no Trabalho, destaca-se:

A democratização do ambiente de trabalho e satisfação do trabalhador, indo de encontro à busca para humanizar as relações de trabalho na organização, mantendo uma relação estreita com a produtividade e principalmente com a satisfação do trabalhador no seu ambiente de trabalho. Constitui-se, ainda, em condição de vida no trabalho, associada ao bem-estar, à saúde e à segurança do trabalhador.

Ademais, se entende que construir locais de trabalho saudáveis, onde exista participação das pessoas nas decisões que afetam suas vidas, contribui para a formação de uma sociedade mais justa e democrática. Portanto é preciso criar novas formas de encarar o trabalho e o relacionamento interpessoal advindo dele, criando formas alternativas de organização que estimulem, de diferentes maneiras, o bom relacionamento das pessoas. Os programas de Qualidade de Vida no Trabalho devem ser encarados como alternativa para combinar ambientes participativos com um estilo de vida mais humano, pois enquadra não somente aspectos físicos, mas também aspectos emocionais e espirituais (BÚRIGO, 1997).

A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2010) considera que a Qualidade de Vida (QV) engloba as seguintes dimensões: saúde física, saúde psicológica, nível de independência, relações sociais e de meio ambiente. Esse órgão define a Qualidade de Vida como uma percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores em que ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações.

Segundo Nahas (2010) as questões relacionadas à Qualidade de Vida no Trabalho inferem que a par das questões de qualidade e produtividade, a ênfase dada ao desenvolvimento sustentável e à responsabilidade social das empresas, tem levado a uma crescente preocupação com a qualidade de vida dos trabalhadores, de seus familiares e da própria comunidade afetada pelos processos de produção.

Os temas saúde, bem-estar e qualidade de vida no contexto do trabalho vêm ganhando cada vez mais espaço, tanto academicamente quanto nas áreas estratégicas das empresas. Sem deixar de priorizar a produtividade, isso acontece por seu valor no contexto social geral, como também porque as pessoas, concomitantemente, começam a trabalhar cada vez mais cedo e se mantêm por mais tempo ativas no mercado de trabalho (NAHAS, 2010).

Nesse contexto, a ideia de um ambiente de trabalho saudável é fator essencial para a qualidade de vida do trabalhador, do ponto de vista físico e psíquico. Além do que um ambiente de trabalho seguro e sadio é um cenário propício para que os trabalhadores possam atingir as metas estabelecidas pelas organizações, além da melhoria do clima organizacional. Assim, num círculo virtuoso, tem-se o trabalhador respeitado e valorizado, num ambiente de trabalho sadio e equilibrado e, consequentemente, a melhoria contínua na qualidade de vida.

Cultura Organizacional

Estudos sobre cultura tem sido um campo frutífero para a compreensão dos fenômenos organizacionais, sobretudo no ambiente moderno, com a ampliação da competitividade entre as empresas/instituições. Esta dinâmica se evidencia por processos complexos que envolvem a mudança organizacional, internacionalização, fusões e aquisições, sucessão, entre outros. Isso porque a cultura organizacional permeia os diversos setores e níveis das empresas, exercendo reconhecida influência sobre diversos aspectos, desde o comportamento de seus profissionais e gestores até a formulação de estratégias e o desempenho organizacional (SCHULZ, 2001; SORENSEN, 2002 Apud BARRETO et al., 2013).

Desde as décadas de 1970-1980, as organizações têm se confrontado com mudanças e pressões de diversas naturezas – sociais, econômicas, ambientais e políticas –, elas têm passado a revisar seus modelos de gestão e a lidar com mudanças não apenas lineares e incrementais, mas muito mais abrangentes, multidimensionais, e que atingem diversos es - paços e processos da organização. Neste contexto se englobam as ações de responsabilidade socioambiental e os programas para a qualidade de vida do trabalhador, que são fatores que impactam na saúde ocupacional (BARRETO et al., 2013).

Com as mudanças ocorridas no mundo do trabalho desde as antigas guerras e revolução industrial, até as recentes crises nos mercados de capitais, as organizações se viram obrigadas a repensarem suas culturas internas. Nesse sentido, a cultura organizacional constitui elemento importante no contexto organizacional, o que leva diversos autores a estudarem esta temática de modo contínuo e sistemático. Desde a década de 1980, quando surgiram os primeiros estudos sobre cultura organizacional, foi-lhe atribuída a capacidade de solucionar todos os problemas organizacionais (SILVA; FADUL, 2010 p. 654).

Para Schein (2004, p. 17) a Cultura Organizacional é “o conjunto de pressupostos básicos que um grupo inventou, descobriu ou desenvolveu que funcionaram bem o suficiente para serem considerados válidos e ensinados a novos membros, como a forma correta de perceber, pensar e sentir”. Já, para Aktouf (1994, p. 42), a Cultura Organizacional é “uma maneira diferente de designar um sistema informal generalizado, irracional e talvez, profundamente subjetivo ou inconsciente”.

Silva e Fadul (2010, p. 654) entendem que a Cultura Organizacional deve abranger:

Um conjunto de valores que refletem e se refletem em artefatos visíveis, que se alteram em função de fatores internos e/ou externos à própria cultura organizacional. A cultura deve considerar as diversas interações de indivíduos e grupos, o que lhe confere características específicas dentro do mesmo grupo organizacional em função de fatores diversos, como o grupo profissional no qual se situam os interesses individuais e do grupo, etnia e classe social. Os artefatos visíveis ou elementos materiais da cultura são aqueles que podem ser vistos, sentidos e ouvidos. Incluem-se aí produtos, estrutura física, linguagem, tecnologia, roupas, mitos, histórias, lista de valores publicados, rituais e cerimônias.

Portanto, a partir dessa abordagem, podem-se entender também os valores como as necessidades que incluem a habitação, o saneamento, a saúde, a remuneração e a qualidade de vida dos trabalhadores, todos com impactos diretos nas ações de saúde ocupacional nas organizações.

Cultura nas organizações - implicações no trabalho

O mundo do trabalho passa por profundas transformações. Temáticas como a globalização, flexibilização, competitividade e novas formas de organização do trabalho têm lugar garantido nas análises daqueles que atuam ou estudam as organizações. Na fase denominada terceira Revolução Industrial, as pessoas que atuam nas organizações passam a ser fonte de maior interesse, já que são os colaboradores que possibilitam a vantagem competitiva nas organizações. Essas transformações geram um ambiente complexo, marcado pelos avanços tecnológicos e científicos, mudanças de conceito, de valores e quebra de paradigmas que norteiam todos os segmentos da sociedade. No ambiente globalizado, turbulento, onde as interações sociais ocorrem entre pessoas de diferentes regiões e países, a palavra cultura emerge como uma das variáveis fundamentais para a compreensão do fenômeno organizacional (PIRES; MACEDO, 2006 p. 82).

À medida que um grupo de pessoas se reúne para desenvolver uma determinada atividade, esse grupo inicia também a construção de seus hábitos, sua linguagem e sua cultura. Falar em cultura implica falar sobre a capacidade de adaptação do indivíduo à realidade do grupo no qual está inserido. A cultura, com a construção do significado social e normativo, possibilita que um grupo se fortaleça ou se desintegre. A cultura expressa os valores e as crenças que os membros desse grupo partilham. O indivíduo é essencialmente um ser de cultura. Nesse sentido, a cultura torna possível a transformação da natureza e faz com que os povos se diferenciem pelas suas elaborações culturais, invenções e diferentes resoluções e encaminhamentos dos problemas (PIRES; MACEDO, 2006).

Hall (1978, p. 80) afirma que “a cultura possui três características: ela não é inata, e sim aprendida; suas distintas facetas estão inter-relacionadas; ela é compartilhada e de fato determina os limites dos distintos grupos. A cultura é o meio de comunicação do homem”.

Fleury e Fischer (1989, p.117) expõem que:

A cultura é concebida como um conjunto de valores e pressupostos básicos expresso em elementos simbólicos, que em sua capacidade de ordenar, atribuir significações, construir a identidade organizacional, tanto age como elemento de comunicação e consenso, como oculta e instrumentaliza as relações de dominação.

As organizações brasileiras possuem características peculiares em relação a organizações de outras culturas ou países e refletem os valores culturais da sociedade maior. Os valores culturais são transmitidos para as pessoas pelo processo de socialização e consolidados com sua prática social no cotidiano das instituições sociais como família, escola, religião e nas organizações (PIRES; MACÊDO, 2006).

Conforme Schein apud (PIRES; MACEDO, 2006 p. 91), a cultura é propriedade de um determinado grupo humano e esses grupos ou organizações precisam lidar com dois tipos fundamentais de assuntos. Esses assuntos se referem à adaptação externa e à integração interna. Os grupos lidam com esses assuntos nos níveis comportamental, cognitivo e emocional. Os autores corroboram afirmando que a definição de Schein é considerada de certo modo limitada, na medida em que não considera o contexto global no qual o grupo ou a organização em questão está inserida e que o conceito de Hofstede (1994) é mais abrangente, visto que releva aspectos da sociedade em que a organização está inserida. “Todo ser humano é de fato o socializado de determinado meio, não se pode tornar inteligível a dinâmica humana nas organizações sem conhecer a cultura e a sociedade na qual ela se insere” (HOFSTEDÉ, 1994 p. 180 apud PIRES; MACÊDO, 2006 p. 91).

Para Freitas (2001, p. 91), “não só os sujeitos estão em crise de identidade, mas também as empresas, pela miopia estratégica adotada, fruto de decisões que excluem o homem e que lhes oferecem um simulacro de processo sublimatório”. Neste contexto, pode - se depreender que os aspectos de saúde ocupacional devem ser considerados na realidade dos trabalhadores, pois isso implica às empresas a valorização dos ativos intangíveis e que, certamente, agregam valor á sustentabilidade organizacional.

Restruturação produtiva – mudanças nas organizações

No período de 1914 a 1968 foi que progressivamente o tema das condições de trabalho se depreende das reivindicações operárias na frente pela saúde, pois a luta pela sobrevivência deu lugar à luta pela saúde do corpo e, concomitantemente, a palavra de ordem da redução da jornada de trabalho deu lugar à luta pela melhoria das condições de trabalho, pela segurança, pela higiene e pela prevenção de doenças (DEJOURS, 1992 p. 22), aborda:

Mesmo as más condições de trabalho são, no conjunto, menos temíveis do que uma organização de trabalho rígida e imutável. O sofrimento começa quando a relação homem-organização do trabalho está bloqueada; quando o trabalhador usou o máximo de suas faculdades intelectuais, psicoafetivas, de aprendizagem e de adaptação (DEJOURS, 1992, p. 52)

A globalização e a lógica no mercado de capitais apontaram para mudanças profundas no mundo do trabalho, o que obrigou as empresas a tornarem a organização do trabalho menos flexível e com seus processos voltados quase que exclusivamente para uma dinâmica da produtividade que visem a economia como ponto principal, sem se preocupar com aqueles que são os responsáveis por toda essa engrenagem, o que acarreta fatores de risco biopsicossociais. Como aponta Dejours, (1992, p. 53) “uma inadaptação do conteúdo ergonômico do trabalho ao homem está na origem não só de numerosos sofrimentos somáticos de determinismo físico direto, mas também de outras doenças do corpo mediatizadas por algo que atinge o aparelho mental”.

As empresas que focam o trabalho apenas no tempo e com ritmo em uma dinâmica Taylorista e não fazem uso de ações preventivas aos trabalhadores, aumentam o medo dos riscos de acidentes e, conseqüentemente, o aumento nos agravos da saúde-doença desses profissionais. No entanto, isso parece se configurar como estratégia fim para as consecuições das organizações, que é a produtividade a qualquer custo.

Na década de 1930, o Brasil passou por profundas mudanças no cenário político e econômico, já que até então o país era eminentemente um agroexportador e necessitava, diante do contexto mundial, tornar-se industrializado. Ocorreram vultosas transformações na sociedade, decorrentes do processo de industrialização no Brasil, onde também, dentro do mercado de trabalho, houve exigências referentes à mão de obra que até então possuía apenas caráter rural. Segundo Ugarte (2005), a partir

desta necessidade buscou-se a melhoria necessária ao modo de produção capitalista e houve necessidade de adaptação do trabalhador às exigências do mercado de trabalho dentro da contextualização da era industrial.

A Revolução Industrial marca transformações brutais tanto na cultura como na organização social e na ciência, cujos efeitos ressoam como paradigma até os dias de hoje. Corpos des-territorializados, adaptados aos meios de produção e explorados para benefício de uma minoria fazem parte dessa história (UGARTE, 2005).

Gestão Socioambiental e Qualidade de Vida nas organizações

As organizações contemporâneas já se preocupam em adotar novos procedimentos nas formas de desenvolver produtos e serviços, pois essas organizações já têm a preocupação de disponibilizar recursos para ações de Responsabilidade Social que tenham enfoque no meio ambiente e sustentabilidade dos negócios e favoreçam a qualidade de vida no trabalho, uma vez que esses tipos de ações atendem tanto aos interesses dos colaboradores, de seus familiares, da sociedade em geral e também de seus investidores.

Porter (1995) argumenta que os gestores precisam reconhecer na melhoria ambiental uma oportunidade econômica e competitiva, e não um custo que incomoda ou uma meta inevitável. As empresas deveriam se questionar o quanto estão desperdiçando e o quanto poderiam agregar de valor ao consumidor, numa perspectiva claramente utilitária e funcionalista do papel da Responsabilidade Social nas empresas e criar programas de gestão socioambiental no âmbito organizacional, que levem em conta o equilíbrio no tripé do desenvolvimento sustentável, uma vez que isso aumenta a Qualidade de Vida das pessoas e agrega valor às ações e processos da organização.

O autor corrobora afirmando que ambientalistas, agências regulatórias e empresas bem-sucedidas rejeitarão a velha forma de fazer negócios e constituir-se-ão sobre a nova lógica econômica que liga ambiente, produtividade de recursos, inovação e competitividade, bem como às questões que se relacionam com a Qualidade de Vida (PORTER, 1995).

Nesse ajustamento, vários setores estão inter-relacionados e devem desenvolver formas de resolver os muitos imbróglios que as organizações têm no que se refere às questões que afetam o meio ambiente, o que está relacionado diretamente com o trabalho e a Qualidade de Vida.

Qualidade de vida no trabalho e Gestão Socioambiental guardam uma proximidade e certa identidade, posto que, na generalidade, não estão ligadas, diretamente, aos objetivos primordiais das organizações, pois são consideradas como atividades acessórias, ainda que atualmente venham sendo tratadas como eventos essenciais à consecução dos objetivos organizacionais. No entanto, já é comum nas grandes organizações a destinação de recursos em caráter permanente para ações ligadas à qualidade de vida do trabalhador no âmbito da Gestão Socioambiental, além da criação de órgãos formais, colocados em posição de destaque na estrutura formal da instituição (LIMONGI-FRANÇA, 2004).

As ações resultantes de uma nova visão da cultura organizacional na contemporaneidade, em conjunto com o uso equilibrado dos recursos ambientais, que podem ser implementados por meio de programas de Gestão Socioambiental podem agregar valor de que a Qualidade de Vida dos colaboradores possam ter relação com a satisfação no trabalho e melhoria no rendimento laboral.

Para Nahas (2010) quando o tema é promoção da saúde e da qualidade de vida dos trabalhadores, em particular, educação, saúde e lazer, têm contribuições específicas a dar quando se busca educar o trabalhador, incentivá-lo a mudar comportamentos e oferecer oportunidades para que esses comportamentos saudáveis sejam mantidos, pois os fatores socioambientais (no caso do indivíduo trabalhador, o ambiente e as condições em que ele trabalha), somados aos fatores individuais (relacionados ao estilo de vida individual), resultam na percepção de bem-estar do indivíduo, um claro indicador de sua qualidade de vida. Nas organizações isso pode ser contemplado por meio dos Programas de Gestão Socioambiental e Qualidade de Vida.

Procedimentos metodológicos

Tipo de estudo

Para realização a abordagem deste estudo será utilizado o Método Dedutivo. A metodologia adotada nesta pesquisa se classifica, em relação aos seus objetivos será descritiva combinada com pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Levando-se em consideração o objeto de estudo deste trabalho, os métodos de pesquisa adotados serão os métodos qualitativo, quantitativo e analítico sintético.

População e amostra

Fazem parte da população deste estudo colaboradores de organizações pública federal, privada e do serviço social autônomo de Roraima das cidades de Boa Vista-RR e Mucajaí-RR. A amostra para esta pesquisa consistiu de 305 colaboradores de ambos os sexos, sendo 143 do sexo feminino e 162 do sexo masculino. De acordo com os dados sociodemográficos, a faixa etária dos colaboradores compreende entre 20 a 69 anos, com idade média de $37,26 \pm 10,83$.

Todos os funcionários que foram pesquisados assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), o qual menciona que a pesquisa tem como objetivo analisar o impacto da cultura organizacional, a partir dos Programas de Gestão Socioambiental na Qualidade de Vida do Trabalhador, de organizações pública, privada e do serviço social autônomo em Roraima e que todas as informações prestadas serão somente utilizadas para esta pesquisa. Todos os procedimentos de pesquisa foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres Humanos da Universidade Federal de Roraima – CEP/UFRR, sob o parecer 694.469/2014.

Caracterização da indústria pesquisada

A pesquisa será realizada no contexto da Cultura Organizacional e sua influência nos programas de Gestão Socioambiental e Qualidade de Vida, nas organizações pública federal, privada e de serviço social autônomo de Roraima, a saber: Universidade Federal de Roraima - UFRR, que é uma instituição pública da área de ensino, pesquisa e extensão; a Madeireira Mendes Ross – MMROSS, que é uma empresa privada do ramo madeireiro na Cidade Mucajaí-RR; e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Roraima – SEBRAE-RR, uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, que tem seu direcionamento estratégico baseado na articulação, no foco em resultados e na gestão do conhecimento.

Instrumento de coleta de dados

Este estudo será elaborado através da aplicação do questionário QVS-80 (Questionário de Avaliação da Qualidade de Vida e da saúde), desenvolvido por VILELA JUNIOR et. al., 2008. O questionário de Avaliação de qualidade de vida e da saúde (QVS-80) foi escolhido para investigar a qualidade de vida e saúde no trabalho, já que utiliza como base outros questionários como WHOQOL e SF-36, e foi validado

para população brasileira de trabalhadores. O instrumento contém oitenta questões, das quais 67 foram estruturadas em Escala Lickert e as 13 restantes referem-se à anamnese. No QVS-80 são identificados quatro domínios: Domínio da saúde (Saúde), Domínio da atividade física (AF), Domínio do ambiente ocupacional (AO) e Domínio da percepção da QV (QV).

Procedimentos para análise dos dados

Os dados coletados serão tabulados na planilha Microsoft Excel 2010 e analisados por meio da ferramenta estatística SPSS versão 19.0 para windows. Para a análise dos dados, as respostas serão agrupadas por categorias e aplicada a estatística descritiva através do cálculo da média e desvio padrão. A representação gráfica (gráfico de barras) será utilizada para melhor visualização da classificação dos níveis de satisfação em relação aos critérios de QVT dos colaboradores das empresas/instituições pesquisadas. O referido estudo está em fase de conclusão da análise de dados e tratamento estatístico e ainda não se pode apresentar os resultados finais referentes à Qualidade de Vida e Gestão Socioambiental nas organizações estudadas.

Considerações finais

A qualidade de vida é considerada um construto complexo bastante utilizado em avaliação de saúde por englobar, além da saúde física, aspectos sociais, culturais, ambientais e psicológicos (SKEVINGTON, 2002). A saúde, o trabalho e a qualidade de vida estão intrinsecamente ligados, sendo que o trabalho assume um papel decisivo na saúde e na qualidade de vida dos indivíduos.

Com o andamento preliminar da pesquisa tem-se o intuito de que, a correlação dos índices de satisfação em QVT apresentados entre as organizações pesquisadas possa apontar evidências que contribuam para que a gestão organizacional implemente ações que melhorem a Qualidade de Vida no Trabalho.

Durante décadas as organizações não atentaram para o devido grau de preocupação com a saúde e qualidade de vida de quem produz. Quando um trabalhador sente-se mais tranquilo consigo mesmo, confiante, respeitado e compreendido, com certeza seu rendimento no trabalho, sua produção criativa, sua relação interpessoal e profissional irão melhorar e, consequentemente, a empresa também irá evoluir.

De fato, a satisfação e a qualidade de vida no trabalho têm sido consideradas indispensáveis à produtividade e à competitividade e cruciais à sobrevivência para

toda e qualquer organização. Para tanto, as organizações devem disponibilizar aos trabalhadores um ambiente de trabalho saudável, que favoreça o bem-estar dos colaboradores e a consequente melhoria da produtividade organizacional.

Referências bibliográficas

AKTOUF, O. **O simbolismo e a cultura de empresa: dos abusos conceituais às lições empíricas**. In J. F. Chanlat (Coord.), *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas* (pp. 40-79). São Paulo: Atlas, 1994.

BARRETO, M. T. S. et al., **Cultura organizacional e liderança: uma relação possível?** R. Adm., São Paulo, v.48, n.1, p.34-52, jan./fev./mar. 2013.

BÚRIGO, C. C. D. **Qualidade de vida no trabalho: dilemas e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 1997.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho** (5ª ed.). São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

FERNANDES, E. C. **Qualidade de vida no trabalho – como medir para melhorar**. São Paulo: Casa da Qualidade, 1996.

FLEURY, M. T.; FISCHER, R. M. **Cultura e poder nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1989.

FREITAS, M. E. **Cultura organizacional: identidade, sedução e carisma?** Rio de Janeiro :

HOFSTEDE, G. **Culture's Consequences: International Differences in Work-Related Values**. Newbury Park, London and new Delhi: Sage Publications, 1994.

LIMONGI-FRANÇA, A. C. **Qualidade de vida no trabalho: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2004. **Qualidade de vida no trabalho – QVT: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial – 2 ed.** - 8. reimp. - São Paulo: Atlas, 2012.

NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo** - 5 ed. Rev. E atual. - Londrina: Midiograf, 2010.

PIRES, J. C. S.; MACÊDO, K. B. **Cultura organizacional em organizações públicas no Brasil**. RAP, Rio de Janeiro 40(1):81-105, Jan./Fev. 2006.

PORTER, Michael. **Green and Competitive: ending the stalemate**. Harvard Business Review. v. 73, n. 5, p. 120-134. Sep/Oct., 1995.

SCHEIN, E. **Organizational culture and leadership (3a ed.)**. San Francisco: Jossey-Bass, 2004.

SELIGMANN-SILVA, E. **Psicopatologia e saúde mental no trabalho**. In: Mendes, R. (org) *patologia do trabalho*. 2ª edição. São Paulo: Atheneu, 2003.

SILVA, L. P.; FADUL, E. **A Produção Científica Sobre Cultura Organizacional em Organizações Públicas no Período de 1997 a 2007: um Convite à Reflexão**, Curitiba, v. 14, n. 4, art. 5, pp. 651-669, Jul./Ago. 2010.

TEIXEIRA, C. F. & PAIM, J. S. **Política, Planejamento e Gestão em Saúde: Balanço do Estado da Arte**. Rev. Saúde Pública, 2006, 40N ESP 73-8.

UGARTE, M. C. D. **O corpo utilitário: da revolução industrial à revolução da informação**. Ponta Grossa-PR, 2005.

VILARTA, R. e GUTIERREZ, G. **Qualidade de vida em propostas de intervenção corporativa**. Campinas (SP): IPES Editorial, 2007.

*Emílio Bernardon Neto **
*Dorcílio Erik Cícero de Souza ***
*Geyza Alves Pimentel ****
*Lorena Grasielle S. Bispo *****

REALIDADE SANITÁRIA NA FRONTEIRA BRASIL- VENEZUELA: A FEBRE AFTOSA A PARTIR DE RISCOS E VULNERABILIDADES

Introdução

Situado no extremo norte do Brasil, o Estado de Roraima encontra-se acima da linha do equador e posiciona-se, geograficamente, em uma região composta de quatro fronteiras: 2 internacionais (Guiana e Venezuela) e duas nacionais (Amazonas e Pará). Acerca de sua histórica vocação para bovinocultura de corte, que movimentou a economia ao longo do século XX, as recentes decisões oriundas do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a demarcação das terras indígenas no Estado, em especial TI São Marcos e TI Raposa Serra do Sol, reascendeu importantes debates sobre temas relacionados às fronteiras terrestres, já que, em especial, a TI Raposa Serra do Sol abarca a maior parte dessas fronteiras com a Venezuela e Guiana.

Inserido na problemática dos temas que acabam compondo a agenda do desenvolvimento econômico e agrário do Estado, as preocupações oriundas acerca do território venezuelano baseiam-se, em especial, à potencialidade de introdução do vírus da Febre Aftosa por intermédio das áreas fronteiriças demarcadas, já que a presença do Estado é relativa quanto a eventuais emergências veterinárias. O fato mais importante pauta-se no quantitativo do rebanho em ambas as áreas, de aproximadamente 65.000 cabeças, equivalente a quase 10% do rebanho estadual – hoje composto por 750.000 cabeças.

Desde o ano de 2011, o Governo venezuelano não notifica à Organização Internacional de Epizootias (OIE) quanto aos dados referentes à sanidade do seu rebanho, em especial quanto à febre aftosa. Em virtude da característica geográfica fronteiriça entre Brasil e Venezuela, a porosidade da mesma enseja ações efetivas

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: emiliobernardon@gmail.com

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: erik_santo@hotmail.es

*** Universidade Federal de Roraima. E-mail: geyzalves@hotmail.com

**** Universidade Federal de Roraima. E-mail: lorygrazy87@hotmail.com

por parte do Brasil, que abarcam a vacinação oficial nas áreas indígenas, assim como a vigilância permanente nos postos de fronteira quanto à possibilidade de entrada de animais, produtos e subprodutos dos mesmos, que são potenciais carreadores do vírus da febre aftosa.

A questão primordial, muitas vezes epidemiológica, é conferida quanto às vulnerabilidades que existem devido à faixa seca de fronteira que divide os dois países, assim como a possibilidade de entrada de animais oriundos da Venezuela, sem imunização, como também outros que podem perfeitamente introduzir o vírus, caso dos animais silvestres potencialmente portadores.

A partir dessa constatação, a problemática que se delineia com este artigo, acerca das áreas fronteiriças e o quadro sanitário entre esses dois países, nos levam à edificação de novos questionamentos quanto aos aspectos de segurança sanitária com impactos relevantes junto ao desenvolvimento rural e econômico do Brasil, em especial do Estado de Roraima.

Este artigo tem como objetivo, levantar questionamentos sobre os Acordos Internacionais existentes entre Brasil e Venezuela, para o combate da febre aftosa e o papel correspondente a cada *Estado*, bem como demonstrar que Roraima está deixando de gerar empregos e arrecadar recursos, contribuindo para instabilidade de diversos outros setores da cadeia produtiva, em função da instabilidade da barreira sanitária.

Metodologia

No presente artigo, adotou-se um enfoque analítico que considera os mecanismos de formação dos impactos econômicos, sociais e sanitários, no sentido de entendê-los como parte:

1. de um processo que pretende alcançar o status de livre de febre aftosa, capaz de desenvolver seu potencial exportador;
2. de um acordo bilateral (Brasil/Venezuela), onde as partes devem e têm um papel relevante para a erradicação da febre aftosa; e
3. como um processo de saúde pública.

Para alcançar os objetivos, foi necessária uma revisão bibliográfica sobre a temática, tendo como parâmetro os estados fronteiriços do sul do Brasil que já desenvolveram bibliografia sobre o tema, compondo desta forma, o referencial teórico deste artigo.

Sobre a *febre aftosa*, foram utilizados os documentos do Centro Pan-Americano de Febre Aftosa, da Comissão Sul-Americana para a Luta Contra a Febre Aftosa, do Programa Hemisférico de Erradicação da Febre Aftosa, além de documentos e ações de integração entre o Ministério da Agricultura e Agências de Defesa.

Por ser um estudo preliminar, este artigo desencadeará várias interrogantes que não serão respondidas de imediato, mas comporão a agenda de pesquisas multidisciplinar e de divulgação de resultados futuros.

A febre aftosa e os organismos internacionais

A febre aftosa é uma enfermidade extremamente contagiosa dos mamíferos, em especial dos dítos biungulados (bovinos, bubalinos, suínos). Dentro de uma temática especificamente técnica, existem sete sorotipos do vírus: O, A, C, SAT1, SAT2, SAT3 e Asia1, sendo que no Brasil existe a vacinação obrigatória para os sorotipos O, A e C (CORREA et al. 2007).

A simples suspeita e detecção do vírus nos rebanhos, implica em medidas de emergência veterinária que vão desde à restrição quanto ao movimento desses animais para outras atividades (reprodução e abate), assim como, o sacrifício sanitário como bem especificado na Instrução Normativa 44 de 2007 (IN44) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2007).

Afora os impactos sanitários, as perdas econômicas refletem diretamente no produtor, em uma dimensão macroeconômica, na balança comercial de países primário-dependentes, como é o caso da grande totalidade das nações do contexto sul-americano, Brasil e Argentina. As especificações quanto aos impactos econômicos são bem retratadas no quadro da Organização Mundial do Comércio (OMC), que permite a adoção de barreiras sanitárias contra os países descumpridores das normas técnicas específicas (OMC, 2014).

A problemática da febre aftosa advém de algumas décadas quanto às questões de controle e erradicação do vírus. Inserida na contextualização internacional, a Organização Internacional de Epizootias (OIE), a partir de 1994 passou a emitir dados relacionados à sanidade dos rebanhos em todo o mundo a partir da coleta de dados e de auditorias realizadas por técnicos especializados. Tais informações são adquiridas junto ao sistema cartográfico da própria organização, pelo Sistema de Informação Zoonosológica (WAHID).

Embora tais ações, em um nível internacional, tenham ganhado forma e volume referentes ao assunto, na América do Sul algumas organizações já vinham tratando

o tema com maior antecedência, descortinando a problemática como um tema não apenas meramente sanitário do ponto de vista produtivo, mas econômico, devido aos possíveis impactos geradores no seio das economias primário-dependentes.

No contexto da integração sul-americana, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) dispõe do Programa de Ação Mercosul Livre de Febre-Aftosa (PAMA). O PAMA tem como objetivos:

1. Erradicar a febre aftosa no âmbito do MERCOSUL e Estados Associados participantes, até 31 de dezembro de 2009, e sustentar a condição epidemiológica alcançada, mediante o funcionamento de um sólido Sistema de Vigilância Sanitária.
2. Contribuir para o desenvolvimento da pecuária regional para sua inserção no mercado internacional e ao fortalecimento das estruturas sanitárias para a prevenção de outras doenças exóticas de similar impacto econômico.

Dentro de suas diretrizes, o PAMA sugere a criação de projetos bi ou tri nacionais de fronteira, com especial relevo às regiões do Cone Sul e Amazônica. Dentro dessas regiões, são estabelecidos programas de coordenação e cooperação, citando que no contexto amazônico encontram-se delimitadas as seguintes zonas: a) Zona de Fronteira Brasil-Venezuela-Guiana; b) Zona de fronteira Brasil-Colômbia; c) Zona de fronteira Beni-Pando (Bolívia)-Acre-Rondônia (Brasil). A estratégia desses zoneamentos, consiste na realização de programas de trabalho no marco de acordos entre dois ou mais países para concretizar o objetivo, em comissões de fronteira, integrada por representantes dos setores públicos e privados, com responsabilidades claramente definidas (PAMA, 2005).

Outro importante ator é o Centro Pan-americano de Febre Aftosa (PANAFTOSA), centro científico da Organização Pan-americana de saúde/Organização Mundial de Saúde (OPS/OMS) que tem desenvolvido importante papel no controle e erradicação da febre aftosa desde a sua inauguração em 1951. Dentre alguns de seus objetivos, incluem-se: a) cooperar com os países do continente americano, afetados pela febre aftosa, na organização, desenvolvimento e fortalecimento dos programas nacionais e regionais para a erradicação da enfermidade; b) apoiar os países livres de febre aftosa na implantação e manutenção dos programas de prevenção da enfermidade e eliminar o risco de sua reintrodução (PANAFTOSA, 2014).

Conforme o mesmo documento acima, e apoiado em uma estrutura única, o PANAFTOSA possui mecanismos de consulta formados por uma diversidade de atores, principalmente como representantes da saúde e da agricultura dos países do

contexto americano, representantes da iniciativa privada, organismos internacionais, sociedade civil, entre outros, apoiam a condução política, estratégica e técnica de cooperação no âmbito do Programa.

A partir dessas consultas, são organizadas reuniões periódicas para discussão dos principais avanços e desafios em três temáticas referentes à sanidade, determinando os avanços e desafios, que são: febre aftosa/enfermidades vesiculares, zoonoses e inocuidade dos alimentos. Com relação à problemática da febre aftosa, temos os seguintes mecanismos: Comitê Hemisférico de Erradicação da Febre Aftosa (COHEFA) e a Comissão Sul-Americana para a Luta Contra a Febre Aftosa (COSALFA), das quais são emitidos documentos e resoluções em cada rodada de reuniões.

A COHEFA tem como principal propósito, assegurar a manutenção da vontade política dos países da região em erradicar a febre aftosa no hemisfério, coordenando e avaliando as diretrizes do Plano de Ação, ao mesmo tempo propondo a obtenção de recursos econômicos e financeiros para os programas nacionais e sub-regionais. Por outro lado, a COSALFA tem como propósito avaliar a condução e recomendar ações para os programas nacionais de controle e erradicação da febre aftosa na América do Sul, permitindo que haja integração regional nas ações de intervenção.

Desde meados da segunda metade dos anos 2000, por intermédio dos Informes Finais e das Resoluções da COSALFA, o status sanitário quanto à febre aftosa é discutido com preocupação devido a ocorrência endêmica do vírus na Venezuela. Cita a Resolução emitida pela XXXIV COSALFA, que: “A situação de endemismo na Venezuela e Equador, que põe em risco os países vizinhos e outros com os quais tem relações comerciais”.

A par do quadro preocupante que já havia se avolumado ao longo das respectivas reuniões, a ênfase é sobreposta na Venezuela devido a sua distribuição geográfica e pela coexistência de outros tipos de vírus de febre aftosa, assim como a falta de informação acerca da sanidade animal, segundo os Informes Finais da XXXVI, XXXVII e XXXVIII COSALFA.

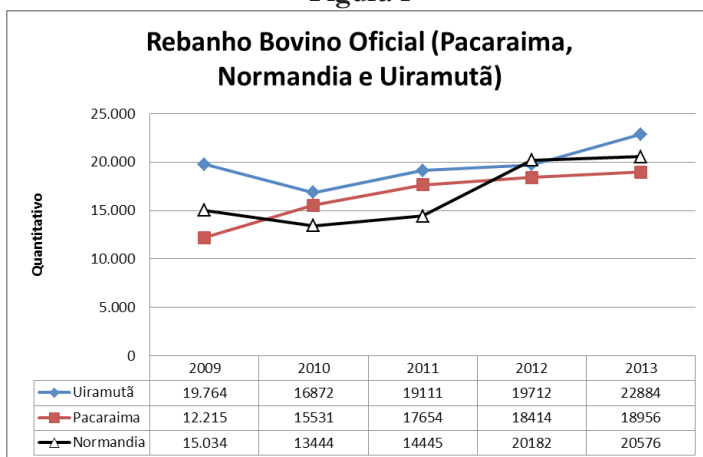
Tal situação levou a necessidade da formação de um acordo tripartite entre Brasil, Venezuela e Guiana objetivando a criação de uma ampla zona livre sem vacinação, que geograficamente incluem os Estados de Roraima (Brasil), Bólivar (Venezuela) e as cidades fronteiriças do lado guianense como Lethen. O acordo é importante do ponto de vista sanitário, pois permite ações conjuntas nas faixas de fronteira a uma distância de 20 quilômetros (COSALFA XXXVI, 2007).

Os maiores desafios por parte do Estado brasileiro diz respeito justamente às faixas de fronteira, principalmente com a Venezuela. Como já supracitado, o Estado

Bolivariano não tem confirmado a real situação quanto ao status sanitário de seu rebanho, fato que é perfeitamente creditado quando da pesquisa nos sítios da OIE. As ações afirmativas estabelecidas pelo PANAFTOSA e PHEFA, esbarram nos problemas gerenciais por parte do governo venezuelano (COSALFA XXXVII, 2009).

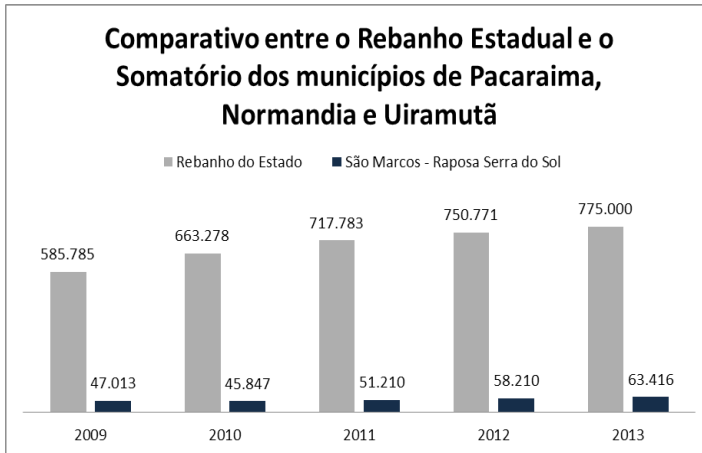
As faixas fronteiriças são ocupadas pelos municípios de Uiramutã, Pacaraima e Normandia, pelo lado brasileiro. Segundo os dados oficiais da última campanha de febre aftosa, o rebanho nos respectivos municípios é de 63.416 cabeças, equivalente a quase 10% do total do rebanho bovino de todo o Estado (Figura 1 e 2). As ações de vacinação dentro do quantitativo são acompanhadas diretamente pela Agência de Defesa Agropecuária de Roraima (ADERR), da qual é *strictu sensu* responsável pela edição oficial dos dados contidos dentro dos municípios supracitados (ADERR, 2013).

Figura 1



Fonte: ADERR (2013)

Figura 2



Fonte: ADERR (2013)

Aspectos gerais da faixa de fronteira norte

Conforme o que dispõe a Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (2005) entende-se que: “a Faixa de Fronteira interna do Brasil com os países vizinhos foi estabelecida em 150 km de largura (Lei 6.634, de 2/5/1979), paralela à linha divisória terrestre do território nacional”.

Sobre o assunto, Peiter (2005, p. 54) esclarece:

ela é a região composta pelas faixas de fronteira de cada lado do limite internacional, englobando portanto as relações transfronteiriças que ultrapassam muitas vezes a faixa de fronteira. É um espaço de interação, uma paisagem específica, um espaço social transitivo, composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional, e por fluxos e interações transfronteiriças. Produto de processos e interações econômicas, culturais e políticas, tanto espontâneas como promovidas.

A faixa de fronteira por se situar na zona de contato entre diferentes conjuntos sócio espaciais é um espaço especialmente vulnerável do ponto de vista sanitário, graças em grande medida ao diferencial jurídico, político e sanitário existente entre os diferentes países limítrofes (OLIVERA, 1993).

Segundo o Artigo Brasil e América do Sul: questões institucionais de fronteiras, do Grupo Retis/UFRJ, Steiman (2010, p. 3) descreve que:

A Constituição da Venezuela de 1999 reconhece a zona de fronteira como uma área de regime especial, cujas normas de povoamento e utilização deveriam ser previstas, prioritariamente, por lei orgânica em dois anos. Foi uma iniciativa significativa, se considerarmos que a palavra fronteira sequer constava da Constituição da Venezuela de 1967, nem mesmo após as reformas de 1983, embora a criação de uma Lei orgânica de Fronteiras é uma pendência um pouco mais antiga e ainda não resolvida.

Em visita ao Brasil no dia 06 de junho de 2011, o Presidente Hugo Chávez assinou o Protocolo de Intenções entre o ministério da agricultura, pecuária e abastecimento da República Federativa do Brasil e o ministério do poder popular da agricultura e terras da República Bolivariana da Venezuela para a implementação de planos de erradicação da febre aftosa. Neste Protocolo foi criado o Comitê Técnico com representante dos dois países, descrito no Artigo I:

Estabelecer o Comitê Técnico, conforme previsto no Artigo IV do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Implementação de Planos de Erradicação da Febre Aftosa.

Sobre este Comitê o Artigo III, previa que:

O Comitê Técnico elaborará e implementará, em um *prazo de trinta dias* a partir da assinatura do presente Protocolo, um plano de ação para auxiliar no processo de erradicação da febre aftosa na República Bolivariana da Venezuela. (Grifo nosso).

Muito embora os Acordos firmados estipulassem tempo e atribuições para cada país, não se vislumbrou as ações propriamente ditas para que as intenções fossem transformadas em realidade.

Nesta perspectiva o presente estudo configurou-se, buscando demonstrar a fragilidade da fronteira norte Brasil/Venezuela, onde Roraima é o ponto sanitário vulnerável, citado anteriormente, já que é o estado brasileiro que faz divisa com a República Bolivariana da Venezuela, como se pode observar no Mapa a seguir:



Fonte: <<http://brasilsobranoelivre.blogspot.com.br/2013/05/venezuela-defende-integracao-com-o.html>> acessado em 13/04/2014.

Segundo Neto (2005), “Roraima é o único estado brasileiro que faz fronteira com dois blocos econômicos: o Pacto Andino (Venezuela, Peru, Colômbia, Bolívia e Equador) e a Comunidade Caribenha de Nações, que reúne as Guianas Inglesa e Francesa e os países do Caribe”. Além de importante estrategicamente para as relações comerciais brasileiras, Roraima apresenta outras características nesta localização geográfica, é porta aberta (fronteira seca) para os problemas sanitários e de saúde pública.

Estar estrategicamente aberto ao Caribe e aos Blocos Econômicos, não capacita o Estado a usufruir destas benesses. Um exemplo é o caso da febre aftosa, pois a falta de uma autorização de livre do vírus impede economicamente qualquer tentativa de comercialização dos produtos advindos do gado criado no estado, mesmo que ocorram campanhas de combate e vacinação frequentes. A proximidade com a Venezuela e a vulnerabilidade de nossas fronteiras, seja pela passagem de produtos importados do país vizinho, seja pela entrada do gado vivo (e não estamos colocando pelas vias legais), mas pelos diversos caminhos existentes (já que o gado é criado livremente tanto na Venezuela, quanto no Brasil), fazem com que Roraima sempre fique em estado de alerta a um surto de febre aftosa.

Peiter (2005), discorrendo acerca da saúde em áreas de fronteiras, nos faz a seguinte afirmação:

A presença do limite político internacional dividindo conjuntos sócio-espaciais distintos gera problemas para o controle de doenças. O diferencial dos programas de prevenção e controle de vetores entre países limítrofes pode afetar a eficácia dos programas nacionais. (grifo nosso).

Nesta perspectiva, ações de combate e erradicação do vírus da febre aftosa no Estado de Roraima, esbarram na falta das mesmas por parte do país vizinho que possam resguardar tanto o seu rebanho como o rebanho brasileiro.

Como fazer então, com que os Acordos Internacionais firmados entre Brasil e Venezuela, possam efetivamente se cumprir, para que Roraima possa participar economicamente com seus produtos no mercado nacional e internacional?

Silva e Miranda (2005) afirmam que quando um rebanho é afetado pela febre aftosa, o prejuízo econômico que a doença causa é imensurável, tendo como maior impacto direto a queda de produção.

Acerca das perdas econômicas, Furtado e Coutinho (2008, p. 85) fazem a seguinte consideração:

A febre aftosa é um problema mundial que pode afetar a economia de uma nação. Localmente, a doença reduz a rentabilidade econômica de produtores, a quantidade de empregos diretos e indiretos e a disponibilidade de carne para o consumo. Na esfera nacional, a febre aftosa reduz o crescimento econômico da pecuária e as exportações de carne para o mercado internacional.

Entende-se, portanto, que ações conjuntas entre governos federal, estadual e entre países, propiciarão à Roraima o status necessário para incluí-lo na agenda internacional de comercialização e venda de carne bovina, conforme pactuado pela OMC e OIE.

Para não concluir...

Cumprir mencionar que o presente artigo não esgota o assunto para Roraima, já que o estado faz fronteira também com a República Cooperativista da Guiana, com a diferença de não ser uma “fronteira seca”, pois o que separa o estado do referido país é o rio Tacutu.

Entendemos que as políticas territoriais para o ambiente das áreas de fronteiras são poucas, necessitando um esforço maior por parte dos diplomatas e representantes dos ministérios para efetivá-las.

O papel estratégico que o estado de Roraima pode vir a desempenhar nos Blocos Econômicos dependerá consequentemente de serem sanados problemas como a erradicação da Febre Aftosa, pelos países vizinhos ao Brasil.

Por tratar-se de tema relativamente novo, em especial acerca da fronteira norte do Brasil, a temática pode vir a ser discutida também pela Sociologia, Economia,

Relações Internacionais, Antropologia, Geografia e outras ciências, em um esforço multidisciplinar, deixando de ser um tema puramente técnico para configurar na agenda acadêmica.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Protocolo de Intenções entre o ministério da agricultura, pecuária e abastecimento da República Federativa do Brasil e o ministério do poder popular da agricultura e terras da República Bolivariana da Venezuela para a implementação de planos de erradicação da febre aftosa**. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/atos-assinados-por-ocasio-da-visita-ao-brasil-do-presidente-da-republica-da-venezuela-hugo-chavez-brasilia-6-de-junho-de-2011>. Acesso em 17/04/2014.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa n. 44**, de 02 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/animal/sanidade-animal/programas/febreaftosa>> . Acesso em 10 abr. 2014

CENTRO PANAMERICANO DE FEBRE AFTOSA. **Acerca de PANAFTOSA – OPS/OMS**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.paho.org/panaftosa/index.php?option=com_content&view=article&id=24&Itemid=122> . Acesso em 09 abr. 2014

COSALFA. Comissão Sul-Americana para a Luta Contra a Febre Aftosa. In: _____. **Informe final**. Caracas, 2007. Disponível em: <http://www.paho.org/panaftosa/index.php?option=com_content&view=article&id=87&Itemid=284> . Acesso em: 12 abr. 2014

_____. Comissão Sul-Americana para a Luta Contra a Febre Aftosa. In: _____. **Informe final**. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://www.paho.org/panaftosa/index.php?option=com_content&view=article&id=87&Itemid=284> . Acesso em: 12 abr. 2014

_____. Comissão Sul-Americana para a Luta Contra a Febre Aftosa. In: _____. **Informe final**. Cartagena das Índias, 2009. Disponível em: <http://www.paho.org/panaftosa/index.php?option=com_content&view=article&id=87&Itemid=284> . Acesso em: 12 abr. 2014

FURTADO, ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS e COUTINHO, ALEXANDRE CAMARGO. **Sistema de gestão territorial da faixa de fronteira para a defesa agropecuária.** Ano XVII – No 4 – Out./Nov./Dez. 2008.

NETO, PEDRO FERNANDES. **A Faixa de Fronteira Internacional Norte do Brasil: uma análise comparativa entre os dois pares de cidades-gêmeas de Roraima: Pacaraima (Brasil)/Santa Elena (Venezuela) e Bonfim (Brasil)/Lethen (Guiana).**Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

OLIVERA, A. **Geografía de la Salud.** Madrid: Editorial Síntesis, 1993. In: Peiter, Paulo Cesar. Geografia da Saúde na Faixa de Fronteira Continental do Brasil na Passagem do Milênio. Rio de Janeiro. UFRJ/IGEO/PPGG, 2005.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE EPIZOOTIAS. **Situación zoonosanitaria.** WAHID Interface. Paris, 2014. Disponível em: <http://www.oie.int/wahis_2/public/wahid.php/Countryinformation/Animalsituation> . Acesso em 10 abr. 2014.

PEITER, Paulo. **Geografia da Saúde na Faixa de Fronteira Continental do Brasil na Passagem do Milênio.** Rio de Janeiro. UFRJ/IGEO/PPGG, 2005.

SILVA, T. G. R.; MIRANDA, S. H. G. **A febre aftosa e os impactos econômicos no setor de carnes.** Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – ESALQ/USP. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/pdf/Artigo_febre_aftosa.pdf> Acesso em: 13 abr. 2014.

STEIMAN, REBECA. **Brasil e América do Sul: questões institucionais de fronteiras.** Grupo Retis/UFRJ, 2010.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DIREITO DE PROPRIEDADE NA AMAZÔNIA LEGAL: UM ESTUDO DE CASO DO ESTADO DE RORAIMA (1988-2008)

Introdução

Este artigo analisa a regularização fundiária e os direitos de propriedade da terra rural na Amazônia Legal, no Estado de Roraima durante 1988 a 2008. Para executar tal trabalho foi necessário entender as ações geradas pelo processo de colonização e destinação de terras públicas para Roraima e a situação institucional direitos de propriedade tida como indispensáveis para o planejamento de políticas públicas para a promoção do desenvolvimento rural do Estado de Roraima.

A indefinição dos direitos de propriedade compreendida pelo problema da questão fundiária aparece como o principal problema da Amazônia e como prioridade do Plano Amazônia Sustentável - PAS (2008). Por isso se faz necessário discutir esta questão na região fronteira do Extremo Norte do Brasil, localizado na Amazônia Legal. A falta de garantia do direito de propriedade dos imóveis rurais restringe o acesso a investimentos privados e ao acesso ao mercado de crédito, dado que a maioria das terras em Roraima são áreas institucionais da União, o que gera insegurança jurídica, aumenta o risco dos custos de transação, o que tem gerando externalidades negativas ao desenvolvimento econômico-ambiental e social do Estado de Roraima.

Por isso se faz necessário discutir esta questão na região fronteira do Extremo Norte do Brasil, localizado na Amazônia Legal. A falta de garantia do direito de propriedade dos imóveis rurais restringe o acesso a investimentos privados e ao acesso ao mercado de crédito, dado que a maioria das terras em Roraima são áreas institucionais da União, o que gera insegurança jurídica, aumenta o risco dos custos de transação, o que tem gerando externalidades negativas ao desenvolvimento econômico-ambiental e social do Estado.

Assim formulou-se o que questionamento: o que os direitos de propriedade dos imóveis regularizados podem fazer para promover o desenvolvimento rural do

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: emersonclaytonarantes@gmail.com

Estado de Roraima, após o período da Constituição de 1988 e a constituição do Estado de Roraima?

A primeira seção do referido artigo busca-se fazer uma revisão da literatura teórica sobre a problemática do acesso a terra, da regularização fundiária e os direitos de propriedade. Na segunda seção aborda-se o tema da regularização fundiária e os direitos de propriedade no Brasil e na Amazônia legal. Na terceira seção analisou-se a situação institucional dos imóveis rurais no Estado de Roraima e por fim as considerações finais.

Terra, regularização fundiária e direito de propriedade

A questão da terra no Brasil possui origens históricas e, desde sua colonização, ela tem se estruturado de modo complexo, que segundo autores, como para MARTINS (1984), o problema da terra no Brasil na realidade não passa simplesmente pela sua distribuição. Segundo POLANYI (1980, p. 181), a terra “[...] é um elemento da natureza inexplicavelmente entrelaçado com as instituições do homem”. Para o autor, à medida que o capitalismo e a sociedade evoluíam na Europa, o uso, a propriedade e a legislação sobre a terra se modificavam.

O estudo de WOOD *et al* (2001) explica a relação entre direito de propriedade da terra e investimentos produtivos na Amazônia, na qual identificou a maior propensão ao investimento de médio e longo prazo para as propriedades com titulação, porém com preferência por atividades ecologicamente menos apropriada.

Segundo o estudo de WOOD *et al* (2001) realizado na região da Amazônia, é testada a hipótese da relação entre definição dos direitos de propriedade e a alocação dos investimentos e dos recursos produtivos. Os resultados obtidos demonstraram que os proprietários de terra, com maior definição dos direitos de propriedade (título de posse emitido) apresentaram maior propensão a investir em recursos no uso da terra (no médio e longo prazo), do que os proprietários que não possuíam a titulação da terra. Como conseqüência, esses proprietários teriam mais incentivos à manutenção das condições naturais do solo.

ALSTON *et al* (1995, 1996, 2000) analisam os conflitos de terra na Amazônia, decorrentes de problemas de definição e garantia dos direitos de propriedade, cujo resultado principal foi a perda da potencial da renda da terra.

Segundo NERI (2006), a informalidade tem crescido nos países em desenvolvimento, e os governos destas nações têm tomado poucas medidas efetivas para solucionar o problema. Sendo que na economia brasileira, o setor imobiliário de-

sempenha forte impacto, em especial o informal. Sendo que no setor imobiliário, a informalidade se caracteriza pela inexistência de um título de propriedade legalmente registrado. Em alguns casos, existe um documento de transferência ou algum registro junto à associação local, mas em ambos os casos as autoridades legais não registraram legalmente o imóvel.

Segundo ARANTES (2006) existe em Roraima uma grande quantidade de imóveis rurais em situação de posse no Estado, que necessitam da regularização fundiária e da garantia dos direitos de propriedade, para terem maior acesso a cidadania e a promoção do bem estar.

Conforme ZYLBERSZTAJN (2005), o papel do Estado ganha dimensão significativa, pois mercados surgirão apenas se os direitos de propriedade forem garantidos. Cabe ao Estado o monopólio da oferta de tais direitos. A regularização fundiária estudada no Brasil pelo Professor Bernardo Muller da Universidade de Brasília é um exemplo. Quando a demanda por direitos de propriedade existe, cabe ao Estado atendê-la regularizando a posse da terra. Caso não o faça gerará mais custos de transação para a sociedade.

Os bens imóveis são preferidos pelas instituições financeiras no momento em que são exigidas garantias para a liberação de um empréstimo. MILES e SCOTT (2005, p. 498), ao analisarem os ciclos de crédito e a caução explicam porque os imóveis são boas garantias:

Os imóveis são boas cauções; eles não podem fugir à noite e, por isso, as pessoas que emprestam dinheiro normalmente ficam mais satisfeitas de fazê-los contra o valor de um imóvel do que contra carros, computadores ou a promessa do valor de uma boa idéia na cabeça de alguém. A maior parte do dinheiro que as famílias tomam emprestado é garantida pelo valor do imóvel. E grande parte dos empréstimos tomados pelas firmas é segurada pelo valor de seus imóveis.

Assim a definição clara dos direitos de propriedade das partes envolvidas em uma transação traz segurança jurídica, reduzindo a incerteza quanto ao cumprimento do contrato e, por conseguinte, diminuindo os custos de transação. A redução da incerteza não apenas torna possível o aumento do volume negociado, como também valoriza os ativos envolvidos na transação.

Conforme NORTH (1994) assume que o sistema legal estabelece e aloca os direitos de propriedade concomitantemente à ação do Estado, que passa a assumir o papel de provedor das garantias e da defesa dos direitos de propriedade. Afirma que a definição dos direitos de propriedade é função das regras legais, da capacidade

de fazer valer as leis, e das normas de comportamento na sociedade. Nem todos os direitos podem ser perfeitamente definidos e garantidos, o que gera custos de transação para a sociedade. Destacam-se dois aspectos dos direitos de propriedade; a sua origem e a sua garantia, em ambos o Estado cumpre papel fundamental. A propriedade dos meios de produção foi o debate entre o Estado capitalista e socialista. Não apenas a escolha do sistema político, mas também o seu efeito sobre as formas da organização da produção.

Para FERNANDES (2002), o termo ‘regularização fundiária’ tem sido utilizado com sentidos diferentes, referindo-se em muitos casos tão somente aos programas de urbanização das áreas informais e em outros casos, o termo tem sido usado para se referir exclusivamente às políticas de regularização fundiária das áreas e dos lotes ocupados irregularmente.

Neste artigo adota-se para a regularização fundiária o conceito que a caracteriza como uma política pública destinada a suprir à segurança jurídica necessária ao desenvolvimento da agricultura e do meio rural.

A regularização fundiária nas propriedades rurais destaca-se como um importante instrumento para aumentar a eficiência da alocação de capital nas propriedades e aumentar a produtividade. Para ZYLBERSZTAJN (2004), a legislação agrária brasileira não conseguiu prover as reformas necessárias, nem gerou a estabilidade institucional no campo.

Conforme SANTOS (2004), no entanto, na área de terra que viria a se tornar o atual Estado de Roraima em 1988, descreve que fazendeiros de Manaus e comerciantes aproveitaram para adquirir posses com a constituição do Estado do Amazonas. Entretanto, não havia definições das confrontações físicas seguras entre as vastas propriedades e muitos não se dispuseram a documentar terras que ocupam, que resultaria na futura disputa pela terra entre órgãos federais ligados à administração da terra e dos índios, defensores das terras indígenas e fazendeiros, comerciantes e garimpeiros, devido a falta de segurança jurídica das posses.

A grande insegurança jurídica gerada pelo longo caminho para a transição das transferências das terras do governo federal para o Estado de Roraima, a época de sua criação em 1988, que veio acontecer em 28 de fevereiro de 2009, no qual trata-se no tópico 4. E principalmente pela forte institucionalização de terras pelo governo federal, e também da necessidade da regularização fundiária de cerca de 28.305 imóveis em caráter de posses, com até 15 módulos fiscais, sem o título de propriedade. E a outra é gerada no Estado de Roraima, no parágrafo sexto do artigo 231 da constituição Federal, que gera insegurança jurídica para os ocupantes não-índios de

terras indígenas, ocupação que desde a década de 1970 foi fomentada pelo governo, para que Roraima se tornasse estado em 1988, e a partir de então tem a necessidade de estudar o período de 1988 a 2008.

Antes de 2005, o tamanho máximo para conceder título de propriedade ou de direito real de uso de imóveis na Amazônia Legal era de até 100 hectares, que em 2007 passa 500 hectares e em 2008 passa para 15 módulos fiscais. Ficando quase 29 anos sem garantir a propriedade da terra aos posseiros da Amazônia Legal com mais de 100 hectares. Em 2008, a Lei nº 11.763, de 1º Agosto de 2008, fixou com limite para regularização fundiária sem dispensa de licitação áreas de até quinze (15) módulos fiscais, desde que não exceda mil e quinhentos hectares, vedada a dispensa de licitação para áreas superiores a esse limite, sendo regulamentado através do decreto nº 6.553, de 1 setembro de 2008, que fixa os limites de área rural a que se refere o inciso II do § 2º do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. O limite máximo de área, para efeitos de concessão de título de propriedade ou de direito real de uso é de quinze módulos fiscais.

O atraso na legalização das posses com áreas acima de 100 hectares, gerou enorme insegurança jurídica na Amazônia Legal e em Roraima, gerando situações de grilagem, disputas de terras e dificultando o desenvolvimento regional, devido aos custos de transação inerentes a instabilidade legal das propriedades no acesso a linhas de crédito. Esta restrição do tamanho da destinação de imóveis públicos pode estar associada a idéia do Estado patrimonialista.

Uma série de mudanças legais esteve em pauta em 2008, na qual o governo federal visando acelerar a regularização fundiária na Amazônia Legal, editou a Medida provisória nº 458, em 10 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.383, de 7 de dezembro 1976, e 6.925, de 29 de junho de 1981, e dá outras providência.

Para NASCIMENTO e SAES (2007), as ambigüidades e discrepâncias encontradas no ambiente institucional brasileiro com respeito ao uso da terra, dentre a legislação federal sob a Constituição, o Código Civil, os Estatutos da Terra e o Estatuto do Índio, como as principais implicações com à questão agrária, geradoras custos de transação, que segundo a legislação, o aspecto ambiental também empreende relevância em determinar os direitos de propriedade de terra.

Conforme NASCIMENTO e SAES (2006), a indefinição da garantia de direitos de propriedade gera instabilidade jurídica. Sendo caracterizado pela incompatibilida-

de normativa das esferas administrativas; pelo não cumprimento da legislação e pela sua interpretação dúbia e incentivadora de ação oportunista do agente econômico (lacunas na lei, falta de clareza e bem definidos). Logo, o direito de propriedade torna-se um importante fator para a estrutura organizacional e de suas ações e decisões.

No caso da Amazônia Legal (PAS, 2008), há uma grande ocupação de terras de forma irregular e sem a garantia dos direitos de propriedade, que gera insegurança jurídica e favorece a grilagem e o desmatamento da Floresta Amazônica. Em algumas regiões a ocupação ocorreu apesar da inexistência de infra-estrutura e transporte, vários assentamentos foram criados sob a ideologia de se povoar as fronteiras para não serem invadidas. O acesso aos serviços de água, saneamento e eletrificação são ainda muito precários, apesar da abundância de recursos naturais. Cabe notar que a expansão das ocupações irregulares se desenvolveu à margem da lei nestas regiões mais carentes e afastadas, contando em muitos casos com o apoio, ainda que velado, de lideranças políticas e outros segmentos da sociedade.

Segundo UNGER (Regularização fundiária é..., 02/08/2008) de todos os problemas locais da Amazônia legal, que são vários, o maior é o da regularização fundiária. Para ele (2008) menos de 4% das terras em da Amazônia têm sua situação jurídica esclarecida, com títulos de propriedade. Segundo ele há um caos fundiário que resulta em males enormes, suscitando a violência, consagrando a grilagem e tornando o saque mais proveitoso do que a preservação e a produção.

O processo migratório incentivado pelo governo federal, com maior presença a partir da década de 1970 para a Amazônia, forçou a ocupação ilegal de diversas áreas rurais por pessoas que não tem atualmente o direito de propriedade, somente a posse precária, pois a maioria das terras pertence ao Governo Federal, ou são áreas institucionais do poder público estadual e/ou municipal, que as caracterizam como terras públicas.

Assim com a Constituição de 1988 e Constituição do Estado de Roraima em 1991, a política agrária passa a ter um espaço maior, para a promoção da reforma agrária, destinando espaço especial para a destinação de terras para os assentamentos rurais, visando atender a reivindicação dos movimentos sociais¹ e a inclusão social no meio rural, na qual definiu regras para o meio ambiente e direitos em terras indígenas, no qual é analisado, criando um ambiente institucional de conflitos.

¹ Os movimentos sociais tomam forma na década de 80, movimentos pela terra, indígenas, seringueiros, em contraposições as oligarquias locais (empresários do agronegócio e políticos). Conforme Relatório de Atividades do INCRA (2000) a década de 1950 merece destaque, pois foi aí, que a luta pela terra alcançou no Brasil um grau mais elevado de organização através do surgimento de movimentos sociais como o das Ligas Camponesas. (INCRA, 2000).

A seguir é apresentada a metodologia utilizada.

Metodologia

Na investigação dos aspectos relativos à questão da regularização fundiária e dos direitos de propriedade dos imóveis rurais, no qual foram utilizados questionários e, principalmente, entrevistas semi-estruturadas, junto a gestores e técnicos dos órgãos, que cuidam da questão agrária do meio rural. Sendo que para conhecimento de como a regularização fundiária e os direitos de propriedade foram definidos, levou-se em consideração estudos e análises de leis, normas, decretos, pesquisas relacionadas e demais documentos e artigos científicos pertinentes à questão em estudo.

Como este estudo está inserido num contexto interdisciplinar, na qual se fez uso complementar para análise dos dados, de uma metodologia mais acurada e que atenda aos padrões necessários ao estudo. Utilizou-se a técnica de ordenação multivariada (YIN, 2002) que objetiva reduzir o grande número de variáveis a poucas dimensões com o mínimo de perda de informação, permitindo a detecção dos principais padrões de similaridade, de associação e de correlação de variáveis.

Portanto o propósito fundamental do estudo de caso foi de analisar intensamente uma dada unidade social, que é a regularização fundiária e os direitos de propriedade numa unidade federativa da Amazônia Legal.

A construção de dados foi complementada pela utilização dos registros documentais, por ser um instrumento importante de análise dos aspectos relevantes do cotidiano da pesquisa, subsidiando a compreensão, interpretação e objetivação da realidade em estudo. Os sujeitos (ou objetos) da pesquisa foram às instituições e organizações envolvidas que cuidam da regularização fundiária e direito de propriedade. Através de documentos e respostas dos atores envolvidos neste processo foi possível investigar a situação fundiária de Roraima. Os dados de campo foram analisados à luz da literatura teórica adotada.

Deste modo a análise da regularização fundiária e os Direitos de Propriedade em áreas rurais na Amazônia legal, dos imóveis rurais no Estado de Roraima através de instrumento semi-estruturado, consultas a bando de dados, procedeu-se as correlações e análise da situação institucional das propriedades no Estado, sendo que não se pretendeu estudar outros problemas relacionados à questão.

Portanto, este trabalho analisa a temática da regularização fundiária e os direitos de propriedade dos imóveis rurais em Roraima dado que a maioria das terras são áreas institucionais da União, o que gera insegurança jurídica, aumenta o risco dos custos de transação, gerando externalidades negativas ao desenvolvimento sustentável do Estado.

A seguir é apresentado a situação institucional das terras em Roraima.

Situação institucional das propriedades rurais no Estado Roraima (1988 a 2008)

A questão do direito de propriedade da terra em Roraima, sua destinação e titulação já vem sendo objeto de discussão há bastante tempo, desde a Criação do Território Federal do Rio Branco, em 1943. Já com a transformação em Estado de Roraima em 1988 e efetivado em 1991, com a posse do primeiro Governador Ottomar de Souza Pinto. Não obstante, a Lei nº 10.304/2001, conhecida como ‘Lei Marluce Pinto’ vislumbrou-se a transferência das terras de domínio da União para o Estado, que não efetivada através desta lei. Em 28 janeiro de 2009, as terras foram transferidas para o Estado de Roraima complementando a regulamentação da lei, através do decreto Decreto nº 6.754, de 28 de janeiro de 2009, ou seja quase 7 anos do prazo máximo previsto para regulamentação, no qual, com a transferência, a regularização fundiária ficará a cargo do Instituto de Terras de Roraima-ITERAIMA. Na análise deste tópico procura-se descrever a situação constituída dos direitos de propriedade e da regularização fundiária promovida no Estado.

Segundo SANTOS (2000), desde 1988, quando ocorre a transformação em Estado, este herda uma agenda de pendências dentre as quais ressaltam: a) a indefinição do patrimônio fundiário do Estado, associada a não demarcação das terras indígenas, que totalizam 43% da área total; b) ausência de programa especial de investimentos; c) pequeno mercado interno e frágil base econômica.

Com a demarcação de terras a partir da constituição de 1988 e incorporação de terras de interesse das comunidades indígenas, em que com os desdobramentos da demarcação de terras públicas em terras indígenas no estado representam 46,12% da superfície Estadual e particularmente homologação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, trouxe muitos conflitos e insegurança aos direitos de propriedade. Há, nesse sentido, claros sinais de estremecimentos entre o Governo Federal e o governo do Estado de Roraima, e convergentes e divergentes opiniões nos meios de comunicação e dos movimentos sociais, e em geral, da sociedade roraimense em relação ao impasse quanto à transferência requerida pelo Estado de terras da União, como medida de compensação àquelas terras destinadas às comunidades indígenas e das demais arrecadadas pelo INCRA.

Segundo ARANTES (2006), o Estado Roraima, segundo os dados cadastrais do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR (2004) possui uma área cadastrada de

4.361.057,69 ha em imóveis cadastrados na condição de posse e titulados; destes, são titulados cerca de 1.156.766,0 hectares, sendo 5.202 imóveis titulados nas glebas até 2005, com um total cadastrado de 26.674 cadastros, bem diferente da realidade do ano de 1972, na qual apenas 172 imóveis rurais tinham título definitivo. E no Estado até 2008, foram destinados 1.591.563,012 hectares, para 52 projetos de assentamento da reforma agrária, em 12 municípios estaduais.

Segundo o INCRA (2006), de acordo com os dados do ano de 2003, observa-se de que a concentração de terras é clara, como no caso específico de posses com apenas 1,0% dos imóveis rurais no estrato de área acima de 2000 ha e correspondem à ocupação de uma área de 19,2%. Sendo que 75,8 % de todas as posses com menos de 100 ha ocupam em torno de 32,5% da área. Semelhante comportamento em 2003, podendo-se verificar na condição de ocupação de proprietário/posseiro onde 11,4% dos imóveis rurais no mesmo estrato de área ocupam uma área de 31.172,9 ha, ou 54,8% do total. Sendo assim abre-se espaço para a necessidade preponderante de regularizar as pequenas propriedades que somam 54,6% das posses rurais em Roraima. No intervalo dos imóveis rurais situados até 100 ha e imóveis rurais com área até 500 ha, respectivamente, dada à necessidade do desenvolvimento pelo INCRA de ações de legitimação e regularização fundiária, vê-se que o total de ocupações nesses estratos de área representa, em dados relativos, em torno de 95% de ocupações possessórias correspondente em área a 54,6% do total.

A seguir, é demonstrada na tabela 01, a distribuição das terras públicas em Roraima já destinadas até 2008:

Tabela 01: Distribuição da destinação das terras públicas destinadas em Roraima – 2008

Discriminação	Area (ha)	% Participação
Área Total da Superfície Territorial de Roraima (IBGE, 2002)	22.429.898,00	100,00
a. Terras Públicas Federais destinadas a Terras Indígenas (CGCOT/SEPLAN, 2008)	10.344.317,00	46,12
b. Terras Públicas Federais destinadas a Unidade Conservação (CGCOT/SEPLAN, 2008)	1.587.908,00	7,08
c. Terras Públicas Federais destinadas ao Ministério da Defesa (CGCOT/SEPLAN, 2008)	178.748,28	0,80
d. Terras Públicas Federais destinadas a Assentamentos da Reforma Agrária -2008 (INCRA, 2009)	1.591.563,012	7,10
e. Terras Públicas Federais destinadas em títulos de propriedade privada nas glebas-2004 (INCRA, 2005)	1.156.766,00	5,16
f. Terras públicas Federais destinadas em Situações Jurídicas Constituídas – CPCVs para regularização fundiária (INCRA, 2005)	767.287,99	3,42
g. Total das Terras Públicas Federais Destinadas (a+b+c+d+e+f)	15.626.590,28	69,68
h. Terras Públicas Estaduais destinadas em áreas privadas com Autorização de Ocupação-2006 (ITERAIMA-2007)	21.200,22	0,09
i. Terras Públicas Estaduais destinadas a Área de Proteção Ambiental (A.P.A.) do Baixo Rio Branco-2006 (CGCOT/SEPLAN, 2008)*	925.574,45	4,13
j. Total de Terras Públicas Estaduais destinadas (h+i)	946.774,67	4,22
Total de Terras Públicas Estaduais (CGCOT/SEPLAN, 2008)	2.171.887,00	9,68
Total Geral de Terras Públicas destinadas em Roraima (g+j)	16.573.364,95	73,89
l. Total Geral de Terras Públicas não destinadas em Roraima	5.856.203,80	26,11
m. Total Geral de área dos imóveis cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural entre posses e títulos - 2004 (ARANTES, 2006)	4.361.057,69	19,44
n. Total Geral de área dos imóveis rurais em situação de posse cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural-2004 (m-e)	3.204.291,69	14,3
Total Geral de área dos imóveis destinados a atividade privada (h+m)	4.382.257,91	19,53
Total Geral de área dos imóveis destinados para regularização fundiária (n+h)	3.225.491,91	14,39
Terras Públicas Federais Arrecadadas não destinadas (INCRA, 2005)	5.236.998,00	23,35
Terras Públicas não destinadas (CGCOT/SEPLAN, 2008)	6.958.107,54	31,02
Terras Dentro da Faixa de Fronteira 150 km (CGCOT/SEPLAN, 2008)	15.394.713,00	68,63
Terras Fora da Faixa de Fronteira (CGCOT/SEPLAN, 2008)	7.035.185,00	31,36
Obs: *Sem sobreposição às terras públicas Estaduais.		

Fonte: Autor adaptado de IBGE (2002); INCRA (2005), SIPRA/INCRA (2008) e Comitê de Geotecnologia Cartografia e Ordenamento Territorial de Roraima/ CGCOT/SEPLAN-RR e ITERAIMA (2008, p. 11), ARANTES (2006), SNCR (2004)

Aproximadamente 16,5 milhões de hectares de terras públicas se encontram destinadas em Roraima, ou seja, 73,89%, sendo que 69,68% representam terras públicas federais destinadas, e 4,22% correspondem às terras públicas estaduais destinadas.

No entanto as terras públicas federais destinadas somam um total de 15,6 milhões de hectares já destinados, na qual se observa que a área total ocupada por Terras Indígenas equivale a 10,3 milhões de hectares (46,12%), Unidades de Conservação Federais são 1,5 milhões de hectares (7,08%) e os imóveis destinados ao Ministério da Defesa aproximadamente 178,7 mil hectares (0,8%), que juntos totalizam 54% do território do Estado. No entanto cerca de 7,10% são destinadas a assentamentos da reforma agrária (ARF), também necessitam de regularização fundiária. As propriedades privadas tituladas respondem por 5,16% das terras. Observa-se que as terras públicas federais destinadas com situação de Contrato de Promessa de Compra e Venda (CPCV) correspondem a 3,42% da área total do Estado, são as necessitam da regularização fundiária.

Segundo os dados do INCRA (2005) as terras públicas federais arrecadadas não destinadas (23,35%), que em 2005, correspondiam 5.236.998,00 hectares, divergem do total das terras públicas não destinadas apontadas por ITERAIMA (2008, p. 11) através do CGCOT/SEPLAN-RR que apresentam um total de 6.958.107,54 hectares, uma diferença de 1.721.109,54 ha (7,67%), que pode estar associada às terras públicas estaduais que totalizam 2.171.887,00 hectares (9,68%). Ainda para INCRA (2006), as terras públicas federais não destinadas apresentam 22.101 imóveis rurais em situação posses cadastrados até o ano de 2003, sendo que estes já aumentaram para 28.305 posses rurais com até 15 módulos fiscais até 2008, necessitando estes serem regularizados com títulos de propriedade.

Contudo se poderia estimar a área privada possível em Roraima, na qual se levaria em conta as terras já destinadas à atividade agrícola privada, ou seja, todos os imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR até 2004 que representam 19,44% da área total do Estado, ou 4,3 milhões de hectares, nas quais estão inclusos os assentamentos rurais (2008) com 7,10% da área total, as propriedades rurais privadas já tituladas (ano 2004) que representam 5,16%, os imóveis de Situações Jurídicas Constituídas – Contrato de Promessa de Compra e Venda (CPCVs) com 3,42% , e o restante do imóveis fundiários em situação de posse com 3,76% da área total, que representam a grande maioria das colônias agrícolas . No entanto adicionando-se as áreas destinadas pelo ITERAIMA em 2006 de 21.200,22 de hectares, ou seja, 0,09% se obteriam um total de terras privadas possíveis estimadas em 19,53%, ocupando uma área de 4.382.257,91 ha, mas deste total restaria, para uso efetivo, apenas 20% o que equivale a aproximadamente 876.451,58ha, ou seja, apenas 3,91% das terras de Roraima de possibilidade de desmatamento, pois os 80% representam a reserva legal, que são áreas protegidas por lei, podendo ser utilizadas mediante plano de manejo.

Ainda considerando ARANTES (2006), para efetiva regularização fundiária do Estado, de todos os imóveis cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural-SNCR até 2004, destaca-se que do total de posses e títulos perfazem uma área de 4,3 milhões de hectares, representando 19,44% das terras. No entanto as terras a serem regularizadas em situação de posses perfazem uma área total de 3,2 milhões de hectares, ou seja, 14,3% das terras de Roraima, em 28.305 imóveis rurais até 2008. No entanto 804 imóveis rurais destinados pelo ITERAIMA em 2006, através de licença de ocupação a serem regularizados, abrangem uma área de aproximadamente de 21.200,22 ha (0,09%), que somados os percentuais totais de imóveis rurais perfazem 14,39% (14,3% +0,09%=14,39%) das terras para serem regularizadas, ocupando uma área total de 3.225.491,91 ha. No entanto, as terras públicas destinadas em Roraima até 2008, nas quais se somariam as Reservas Indígenas (46,12%), as Unidades Conservação (7,08%), as do Ministério da Defesa (0,8%) e a Área de Proteção Ambiental (A.P.A.) do Baixo Rio Branco (4,13%) que juntas ocupam uma área de 13.036.547,73 hectares e equivalem a 58,13% das terras do Estado.

Contudo o restante das terras de Roraima aproximadamente 41,87% (100% do Estado - 58,13% de terras públicas destinadas a fins públicos=41,87%) poderia ser destinado a uso privado, que abrangeriam 9.391.398,29 hectares, sendo que 22,34% (41,87% terras possíveis - 19,53% de imóveis rurais já destinados= 22,34%) das terras estariam dentre as ainda não destinadas, ou seja uma área de aproximadamente 5.010.839,21 hectares, nas quais estariam incluídas as áreas urbanas² dos municípios, não abrangidas por este estudo.

Segundo ITERAIMA (2008, p. 11) as terras públicas não destinadas representam 31,02 % da área total do Estado, uma área de 6.958.107,54 ha. Sendo que no Estado cerca 68,63% da área encontra-se dentro de faixa de fronteira, que para titulação passa por assentimento do Conselho Nacional de Segurança-CSN, o restante 31,36 são terras fora da faixa de fronteira, e as terras públicas estaduais correspondiam 9,68% da superfície estadual.

Conforme Iteraima (2008, p.15), Roraima possui 37 glebas de terras, sendo 08 de domínio estadual, e as 29 glebas restantes são glebas de terras de domínio da União. Para INCRA (2005), as terras públicas federais arrecadadas nas glebas não destinadas somavam 23,35% da área do Estado 5.236.998,00 de hectares. As terras públicas federais arrecadadas destinadas nas 24 glebas arrecadadas pelo INCRA totalizavam uma área total de 11.847.568,12 (ha), ou seja, 52,82% das terras de Roraima, dentre

² Vale destacar que nesta estimativa, não se analisou as áreas dos perímetros urbanos dos municípios, pois não se obteve a área total georreferenciada das cidades, sendo que apenas os municípios de Boa Vista e Alto Alegre possuem sua área urbana até 2008, os demais ainda estão sob o domínio da União.

as quais possuem os projetos de assentamento com 1.241.579,12 ha, Unidades de Conservação com 2.329.857,00 ha, terras indígenas nas glebas com 1.858.775,00 ha, áreas do Ministério da Defesa nas glebas com 23.593,00 ha, e imóveis titulados nas glebas com área de 1.156.766,00 ha. Na figura abaixo, a localização das 24 glebas arrecadadas pelo INCRA.

Conforme dados do INCRA (2008), em Roraima 84 % das posses se concentram em imóveis com até um módulo fiscal, e 10,5% de imóveis de um até quatro módulos fiscais, sendo de 5 a 15 módulos apenas 5,45%, que são considerados média propriedade rural. Dos imóveis que serão regularizados pelo Programa Terra Legal (2008) no Estado, 23.778 têm até um módulo fiscal; 2.986 de um a quatro módulos fiscais; e 1.542, de cinco a 15 módulos fiscais, conforme a tabela 02a seguir.

Tabela 02: Total de posses rurais para regularização fundiária em Roraima (2008)

Posses no Estado de Roraima de 1 até 15 Módulos Fiscais - 2008										
Estado	Total de Posses - ano 2003- (com até 2000 ha)	Total de Posses - ano 2008	% do Total de Posses da Amazônia Legal (2008)	Municípios Abrangidos	Minifúndio		Pequena Propriedade		Média Propriedade	
					Posses Menos de 1 MF*	% Posses Menos de 1 MF	Posses de 1 a 4 MFs	% de Posses 1 a 4 MFs	Posses de 5 a 15 MFs	% de Posses de 5 a 15 MFs
Roraima	21.875	28.305	9,5	15	23.778	84,01%	2.986	10,55%	1.542	5,45%

Fonte: INCRA (13/11/2008) (ADAPTADO) e SNCR (2003)

Conforme os dados do INCRA, pode-se observar que no período entre 2003 e 2008, em seis anos, em 2003 tinha 21.875 imóveis rurais (até 2.000 ha) em situação de posse, que ocupavam uma área de 2.447.663,20 hectares, para em 2008 ter 28.305 posses rurais com até 15 módulos fiscais cadastrados, tendo um crescimento de 29,39%, em seis anos, sendo que os imóveis com até 100 hectares, passaram de 16.754 imóveis de posse para 23.778 em 2008 com até 1 módulo fiscal, ou seja 7.024 novos imóveis rurais de posse, um crescimento de cerca de 41,92%. Entretanto deste total 3.398 imóveis rurais correspondem a parcelas rurais de assentamento da reforma agrária, no qual o restante de 2.694 novos imóveis de área de colonização sendo cadastrados. Demonstrando um crescimento significativo na demanda por imóveis em Roraima de 2003 a 2008. Soma-se a isto a ação do governo federal que solicitou o recadastramento de todos os imóveis em 2004, evento no qual seria dada prioridade na regularização fundiária a quem tivesse feito o cadastramento até

dezembro daquele ano, levando ao aumento de imóveis cadastrados para a regularização.

Do total de posses de 2008, identificou-se que 15.270 são imóveis de posses em assentamentos da reforma agrária até 2008, ou seja, 53,95%, o restante de 13.035 são posses oriundas de CPCVs e das áreas fundiárias de colonização agrícola que representam 46,05% dos imóveis rurais em situação de posses. Contudo, segundo o INCRA (2005) até 2004, haviam sido regularizados em 17 glebas de terras federais aproximadamente 984.863,3672 hectares, tendo sido expedidos 5.202 títulos definitivos de propriedade rural.

Para COSTA (1998), em Roraima, a posse da terra possui fortes características oligopolíticas, indicando a fragmentação dos imóveis rurais, tendendo a concentração da posse e propriedade. Ele associa que o baixo desempenho da agropecuária estadual está para a ausência de políticas públicas, bem como o Estado produz pouco e mal porque suas terras são objetos de interesses que nem sempre são os de produzir bens agrícolas, ou seja, está aliada aos interesses especulativos que determinam a baixa produtividade agrícola e com baixos índices de qualidade de vida, que reforçam e alimentam o valor das terras sob a perspectiva da predação extrativista e da reserva de valor especulativa.

Conforme ARANTES (2006), o INCRA, autarquia agrária federal em Roraima, desde a sua instalação vem desenvolvendo um processo de destinação de terras públicas com a colonização e assentamentos, e regularização das terras, na busca-se de compreender seu encadeamento na formação da estrutura de direitos de propriedade, que apresenta conflitos, devido à questão marco institucional da Constituição Federal de 1988. No entanto ressalta-se que o Governo Estadual dispõe do Instituto de Terra de Roraima – ITERAIMA, órgão estadual gestor da política fundiária estadual, desde 26 de dezembro 1992.

Para a mesma fonte INCRA (2007) a maioria das informações dos títulos emitidos pela Superintendência consta apenas nos livros fundiários. De acordo com o levantamento efetuado pela Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária existem 1.192 títulos que correspondem a uma área de 147.894,7400 ha, localizados na Gleba Caracará, a maioria deles possuindo cláusulas resolutivas. Além dos livros fundiários existem no INCRA em Roraima um banco de dados em fase de alimentação, constando, apenas, 297 títulos na sua maioria com a cláusula resolutiva, com pagamento em atraso, o que inviabiliza a transferência definitiva do domínio público para o privado. Na Gleba Cauamé existem 971 imóveis rurais titulados com títulos definitivos totalizando uma área de 1.657.164,5100 ha.

Para proceder à certificação dos processos de georreferenciamento das áreas tituladas em Roraima, o INCRA criou em 2008, o Comitê de Certificação, de acordo com a lei 10.267/01. Após a certificação dos imóveis, o INCRA lança-os na Base Cartográfica e providencia o destaque destas áreas das glebas.

O INCRA demarcou, georreferenciou e certificou em 2008, cerca de 2,1 milhões de hectares das duas glebas Caracará e Cauamé, em parceria com o Exército Brasileiro, sendo primeiro georreferenciamento de glebas de terras públicas federais. Sendo que para o Superintendente do INCRA-RR, Antônio Beserra “a conclusão dos trabalhos é um ganho para os produtores rurais, já que a demarcação e o georreferenciamento das áreas são requisitos para que eles recebam os títulos de domínio”. Segundo o diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Richard Martins Torsiano, já foram liberados mais R\$ 800 mil para a Superintendência de Roraima realizar a demarcação, as vistorias e o georreferenciamento de 2,6 milhões de hectares das glebas Murupu, Quitauau, Tacutu, BR-210 e Barauana, localizadas nos municípios de Boa Vista, Bonfim, Cantá e Caracará, atendendo a 70% das terras públicas do Estado.

Para a legitimação de posse são requisitos: não ser proprietário de imóvel rural em qualquer parte do território nacional; não ter sido beneficiado pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, ressalvadas as situações admitidas pelo Incra; ter sua principal atividade concentrada em exploração agropecuária, agroindustrial, extrativa, florestal ou pesqueira e não exercer função pública. Sendo que não é aceita a legitimação de posse por pessoa jurídica. É indispensável à comprovação da posse agrária a morada habitual, cultura efetiva, exploração direta (até 100 hectares), contínua e racional da área pelo prazo mínimo de um ano e ocupação pacífica. A comprovação de posse deve ser anterior a 1º de dezembro de 2004.

As terras pretendidas não podem ser legitimadas enquanto estiverem em áreas protegidas por lei (unidades de Conservação) ou aquelas ocupadas ou pleiteadas por comunidades quilombolas e indígenas. As áreas regularizadas ficam inegociáveis por dez anos.

Conforme pesquisa no INCRA, até dezembro de 2008 a ação de regularização fundiária resultou na ação de titulação de 102 imóveis, com área total de 12.433,5863ha e emissão de 29 licenças de ocupação (LIO), com área outorgada de 1.712,1132 ha.

No ano de 2008, fora domínio da faixa de fronteira, se realizou a regularização fundiária de 65 títulos em 3 municípios das glebas Caracará e Cauamé com área total 4.761 hectares e 24 licenças de ocupação com área de 1.676 hectares. Na gleba

Caracarái, o município de Mucajaí com 30 títulos de área total de 1.696 hectares e 14 licenças de ocupação equivalente a 811 hectares; o município de Iracema teve 34 títulos de área total de 2.466 hectares e 14 licenças de ocupação com área outorgada de 864 hectares. No município de Cauamé foi regularizado um imóvel com 598 hectares.

Dentro da faixa de fronteira, os títulos precisam ter assentimento do Conselho de Segurança Nacional-CSN. Em 2008 o INCRA encaminhou 32 processos de regularização fundiária para assentimento do CSN, etapa final para a emissão dos títulos, que representam uma área total de 7.671 hectares (ha) e 01 licenças de Ocupação, com área outorgada de 35 hectares. Como em Roraima 68,63% das terras situam-se dentro da faixa de fronteira de 150 km, em função da legislação vigente, à época do período militar, exige o assentimento prévio deste Conselho vinculado a Presidência da República para a concretização da regularização fundiária.

Segundo INCRA-RR (INCRA entrega..., 12/03/2009), ao longo do ano de 2008, foram entregues 92 títulos definitivos. Além disso, está aguardando o retorno de outros 38 documentos que estão sob análise do Conselho de Defesa Nacional, uma vez que os imóveis rurais estão situados na faixa de fronteira.

Vale destacar que com a transferência das terras da União para o Estado de Roraima, e com a doação das glebas para o Estado de Roraima, a competência de regularização fundiária passará a ser do Instituto de Terras de Roraima – ITERAIMA, e ainda a emissão dos títulos de propriedade destas áreas.

Portanto pode-se identificar a retomada da regularização fundiária a partir de 2005, que vem garantindo a titulação dos imóveis em condições de serem titulados, assegurando o direito de propriedade e dando segurança jurídica para os investimentos privados.

Assim em Roraima ainda se tem em situação de posse 28.305 imóveis conforme do dos dados do INCRA (2008), que necessitam da regularização fundiária. E que assim possibilitará de melhores condições de acesso a créditos bancários, pois sem o direito de propriedade aumenta os custos de transação, conforme os autores North, Alston, Mueller, Wood, gerando insegurança jurídica das propriedades aumentando as chances de degradação ambiental.

Considerações finais

A regularização fundiária e os direitos de propriedade foram abordados sob o enfoque dos imóveis rurais de Roraima. Os resultados demonstram a necessidade

da regularização fundiária de 28.305 posses do Estado. A situação constituída dos direitos de propriedade e a regularização fundiária das terras de Roraima, bem como a formação das propriedades e colônias implantadas e principalmente sob a ótica de trabalhos executados pelo INCRA e também o ITERAIMA, caracterizado principalmente o tamanho das propriedades, a colonização e os assentamentos que vem constituindo a estrutura de direitos de propriedade que necessita de ações conjuntas das instituições, para o melhor controle do ordenamento territorial.

É necessária a participação do Estado e da sociedade para viabilizar linhas de créditos para os produtores rurais, e principalmente um trabalho diferenciado na assistência técnica para melhoria do processo produtivo e que garanta boas condições de vida para os trabalhadores rurais.

Para o efetivo ordenamento territorial de Roraima é necessário assegurar intervenções sistemáticas e continuadas à desconcentração fundiária, à democratização do acesso a terra, à erradicação da grilagem e ao planejamento da ocupação e uso da propriedade rural no Estado, em bases sustentáveis. A regularização fundiária das propriedades rurais da Amazônia necessita ser tratada com uma política pública consistente e planejada, destinada a suprir parte da segurança necessária ao desenvolvimento do ambiente rural, pois não é suficiente distribuir terra e deixar os agricultores se virarem por conta.

Assim este estudo sobre o direito de propriedade em Roraima propõe ações governamentais, das universidades, que busquem soluções a diminuir o ambiente de insegurança jurídica, presente nesta região e que merecem ser aprofundadas em estudos posteriores sobre a política de regularização fundiária com a efetiva titulação de todas as posses com até 15 módulos fiscais, sendo 28.305 posses.

E se propõe uma a maior segurança jurídica aos direitos de propriedade com a mudança no marco legal, tornando mais expedita a titulação de imóveis até quatro módulos fiscais (sendo gratuito até 01 MF. e com custo diferenciado para imóveis de um a quatro módulos fiscais); a cooperação de trabalho em parceria com os Órgãos de Terra dos Estados e municípios no cadastramento e georreferenciamento das posses; a ação de equipes integradas com base municipal; agilização do processo de georreferenciamento; a criação de rito mais rápido de 60 dias para os imóveis com até 4 módulos fiscais, ou seja agricultura familiar, e o planejamento estratégico da execução da regularização fundiária de toda a Amazônia Legal.

Considera-se importante estabelecer uma medida de monitoramento dos registros públicos e cartoriais integrados com a base de dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural/SNCR, com a Receita Federal e os Tabelionatos da Amazônia Legal,

no sentido de realizar cruzamento de dados para controle da grilagem de terras. Contudo recomendou-se ainda que seja adotada a medida de um registro de bancos de dados de terras integrado com o registro de imóveis dos cartórios, SNCR e ITR, regulando o registro em único sistema de informações territoriais, toda vez que houver uma compra e venda de imóvel.

A gestão da política de regularização fundiária da Amazônia Legal necessita da articulação institucional envolvendo Governo Federal e órgãos de terra estaduais; a Constituição de fóruns de gestão estadual da regularização fundiária; a reunião trimestral do Comitê e fóruns para avaliação dos resultados da titulação; a interface com outros ministérios para áreas destinadas - Unidades de Conservação e Terras Indígenas e a simplificação do processo de regularização fundiária em áreas públicas.

Com a transferência das terras da União para o Estado de Roraima, a regularização fundiária das posses deve levar em conta a prioridade para a implementação de um sistema cadastro de cadastro imóveis estadual, para melhor controle e regulação sobre os direitos de propriedade e buscando agilizar a regularização das posses, com a conseqüente titularidade.

A regularização fundiária deve reforçar a regularização ambiental, que no caso da Amazônia legal, todas as propriedades rurais em áreas de floresta devem deixar 80% de área preservada. A regularização dos direitos de propriedades na Amazônia deve levar em conta a questão desmatamento em áreas consideradas de interesse ambiental; a exclusão de florestas nacionais e de áreas adjacentes do conjunto de lotes a serem regularizados; a manutenção das áreas de preservação permanente e das reservas legais de cada propriedade.

Com a maioria das terras de Roraima regularizadas em áreas protegidas tem - se um cenário de isolamento da região, necessitando de políticas públicas para amortecer os impactos gerados sob as externalidades negativas aos direitos de propriedade essenciais ao desenvolvimento regional e a captação de investimentos com menores custos. E o Estado passe a promover destaque internacional como o Estado Brasileiro mais áreas mais conservadas em relação ao seu território no país.

A regularização fundiária das terras possibilitará ao Estado um maior controle sobre a regularização ambiental das propriedades, assegurando segurança jurídica para aplicar a fiscalização a quem destrói indiscriminadamente à floresta sem o conhecimento do Estado.

Este estudo indicou a necessidade de ações governamentais, das universidades, instituições de pesquisa, na busca de soluções a diminuir o ambiente de insegurança jurídica, presente nesta região

Com a segurança jurídica dos direitos de propriedade haverá maiores chances de investimentos nos imóveis regularizados e conseqüente valorização dos preços da terra com a titularidade, tanto na Amazônia Legal como em Roraima. Com a segurança jurídica dos direitos de propriedade haverá maiores chances de investimentos nos imóveis regularizados e conseqüente valorização dos preços da terra com a titularidade, tanto na Amazônia Legal como em Roraima. Para mudar o ambiente de situação insegurança é preciso combater a impunidade, mudando a situação de ilegalidade, realizando a regularização fundiária e ambiental, incentivando a recuperação de áreas degradadas, base para acabar com desmatamento sem manejo florestal, que avançará se os imóveis estiverem todos regularizados. A indefinição dos direitos de propriedade dificulta o desenvolvimento econômico e a gestão ambiental da região, estimula conflitos sociais e prejudica os direitos das populações.

Conforme se destacou que a definição clara dos direitos de propriedade das partes envolvidas em uma transação traz segurança jurídica, reduzindo a incerteza quanto ao cumprimento do contrato e, por conseguinte, diminuindo os custos de transação. A redução da incerteza não apenas torna possível o aumento do volume negociado, como também valoriza os ativos envolvidos na transação.

A titulação da terra dá ao proprietário uma série de benefícios transversais, como propiciar o acesso a linhas de créditos disponíveis na atividade agropecuária. Além disso, permite identificar as áreas tituladas, as ocupadas e as terras públicas. Nesse sentido, a titulação é uma ferramenta que aumenta a transparência do mercado na medida em que proporciona a possibilidade de recuperar áreas ocupadas e terras griladas. Na maioria das vezes, as terras recuperadas são incorporadas ao patrimônio da Federação ou dos estados e podem ser destinadas à formação de assentamentos rurais.

Sendo assim compete ao Estado de Roraima com a transferência das terras da União para o Estado regularizar a terra, para que não ocasione insegurança jurídica e custos de transação para a sociedade.

Referências bibliográficas

AGÊNCIABRASIL. **Regularização fundiária é o principal problema da Amazônia, diz Mangabeira Unger.** Disponível em 01/08/2008: www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/08/01/matéria.2008-08-01.8409446970/view-28k - Acesso em 05 out. 2008

ALSTON; LIBECAP, G.D., SCHNEIDER, R. **The Determinants and Impact of Property Rights on the Amazon Frontier**: Survey. Journal of Institutional and Theoretical Economics, 1995.

ALSTON; G. D. Libecap, and B. Mueller. **Violence and the Development of Property Rights to Land in the Brazilian Amazon**. Frontiers of the New Institutional Economics. J. V. C. a. J. N. D. Nye. San Diego, Academic Press: 145-163. (1996).

ALSTON; G. D. Libecap, and B. Mueller. “**Land Reform Policies**: The Sources of Violent Conflict, and Implications for Deforestation in the Brazilian Amazon.” Journal of Environmental Economics and Management 39(2): 162. (2000).

ARANTES, E. C. **O Incra e a evolução da estrutura agrária em Roraima-1972 a 2004**. Monografia de Especialização. Núcleo de Estudos Amazônia e Caribe. Boa Vista: Universidade Federal de Roraima, 2006.

BRASIL. **Plano Amazônia Sustentável**. Ministério da Integração Nacional. Brasília, 05/2008. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/pdf/desenvolvimentoregional/pas.zip>. Acesso em: 01/ out. 2008.

BRASIL. **Plano Amazônia Sustentável**. Ministério de Meio Ambiente. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sca/_arquivos/pas_versao_consulta_com_os_mapas.pdf - Acesso em: 20 out. 2008

COSTA, Luiz Pereira da. **Análise da política fundiária do Estado de Roraima**. Tese de Doutorado. Universidade Mackenzie, 1998.

FERNANDES, E.: **Os programas de regularização**. In: Regularização da Terra e Moradia. O que é e como implementar. São Paulo: Instituto Polis ,2002. Parte I. p.15

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. KOWARICK, Marcos Alexandre. **Plano Amazônia Legal**. Palestra proferida pela Diretoria de Ordenamento Fundiário do Incra, em videoconferência da série de seminários virtuais do Sub-Programa de Recursos Naturais do Programa Piloto para Conservação das Florestas Tropicais do Brasil (SPRN/PPG7). Fevereiro de 2006.

____. **Reestruturação de Cargos e Carreiras (Diagnóstico)**. Grupo de Trabalho, Brasília, 23 de novembro de 2006.

____. **Plano de Ação de Regularização fundiária do Estado de Roraima - SDTT/SR25**. Brasília: Divisão Técnica, julho de 2005.

____. **Terra Legal: Regularização Fundiária Acelerada na Amazônia Legal**. Brasília, novembro de 2008. Disponível em: http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/institucional/prop_regularizacao_fundiaria_terra_legal.pdf . Acesso 25 nov. 2008.

____. KIEL, R. 2008. **A MP 422 legaliza e protege a floresta**. Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra. Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php?visualiza=10298,2497>. Acesso em 27 mar. 2008.

____. **Situação Fundiária do Estado de Roraima**: Levantamento Preliminar. Boa Vista: Incra/RR, 28/02/2005.

____. **Plano de destinação das Glebas Cauamé e Caracará**: Proposta Executiva-2007. Boa Vista: Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, 2007.

____. **INCRA entrega títulos definitivos em Roraima**. Boletim interno. Boa Vista: Assessoria de comunicação da Superintendência Regional em Roraima, 14 set 2009

MARTINS, José de Souza. **A Militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984. 134 p

MILES, D.; SCOTT, A. **Macroeconomia: compreendendo a riqueza das nações**. São Paulo: Saraiva, 2005.

MUELLER, Bernardo. **Uma Análise Comparativa da Evolução Histórica do Sistema de Propriedade de Terras no Brasil e nos Estados Unidos**. Disponível em http://www.unb.br/face/eco/bmueller/terra_eua_brasil_def.pdf. Acesso em 15 out. 2014.

NASCIMENTO, Vivian Ester de Souza; SAES, M.S.S. . **Property Rights and Land Conflicts in Brazil: The Case of Mongagua's Growers' Association**. In: Alacde - Latin American and Caribbean Law and Economics Association, 2007, Brasília. Latin American and Caribbean Law and Economics Association (ALACDE) Annual Papers, 2007. Disponível em: <http://repositories.cdlib.org/bple/alacde/050307-4/>. Acesso em 15 set. 2015.

NASCIMENTO, Vivian Ester de Souza; SAES, Maria Sylvia Macchione. **Direito de Propriedade e conflitos de terra no Brasil: uma análise econômica do ambiente institucional no caso da Associação dos Produtores Rurais de Mongaguá**. In: IX SEMEAD - Seminário em Administração da FEA - USP, 2006, São Paulo. **Administração no contexto internacional**, São Paulo: EAD/FEA/USP, 2005,2006. Disponível em: http://www.ead.fea.usp.br/Semead/9semead/resultado_semead/trabalhos-PDF/210.pdf. Acesso em 13/07/2008

NERI, M. **Informalidade**. Ensaios Econômicos EPGE, n.635, dez. 2006. 40 p.

NORTH, D. C. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994. 38p.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Tradução de Fanny Wrobel. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1980

RORAIMA. ITERAIMA. **Planejamento Estratégico**: plano de desenvolvimento sustentável/plano plurianual 2008-2011. Boa Vista: ITERAIMA, 2008

SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. **Políticas Públicas, Economia e Poder**: O Estado de Roraima Entre 1970-2000 – Tese de Doutorado. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém: Universidade Federal do Pará, 2004.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**. Disponível em: http://www.eac.fea.usp.br/metologia/estudo_caso.asp Acesso em 12 mai 2008

WOOD, C.H., WALKER, R. e TONI, F. **Os Efeitos da Posse de Título da Terra sobre o uso do Solo e Investimentos entre Pequenos Agricultores na Amazônia Brasileira**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.18, n.2, p.95-111, maio/ago, 2001.

ZYLBERSZTAJN, Decio. **O MEU, O SEU, O NOSSO**: Direito de Propriedade no Brasil. Decio Zylbersztajn. Jornal Estado de São Paulo, 14 de abril de 2005

ZYLBERSZTAJN, Decio. ; GORGA, Érica. **Economia, Direito e a Solução de Conflitos no Campo**. Jornal Valor Económico. São Paulo, Coluna Opinião, 10/2004.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM BOA VISTA

1. Regularização fundiária em Boa Vista

A cidade de Boa Vista se originou da sede de uma fazenda estabelecida no local no século XIX chamada Boa Vista do Rio Branco, daí surgiu um pequeno povoado, a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, que durante um bom tempo foi o único povoado em toda a região do alto Rio Branco, ainda Estado do Amazonas.

Muitas das áreas que constituem Boa Vista, como se verá a seguir, pertencem ao poder público sendo em alguns casos da União (antigo Território), do Estado e da mesma forma Município, de forma a regularizar as ocupações por interesse social para ampliação da do acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda principalmente e a concessão do título definitivo.

Existe uma série de instrumentos jurídicos, políticos e econômicos que fomentam a regularização de terras urbanas o braço federal de fomento à regularização fundiária é o Ministério das Cidades que é operado com recursos do Orçamento Geral da União e abrange todos os municípios brasileiros em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – (LDO) e no Índice de Desenvolvimento Humano – (IDH).

Conforme o site do Ministério das cidades o programa de urbanização, regularização e integração de assentamentos tem por objetivo promover a urbanização, a prevenção de situações de risco e a regularização fundiária de assentamentos humanos precários, articulando ações para atender as necessidades básicas da população e melhorar sua condição de habitabilidade e inclusão social.

O Município de Boa Vista nos últimos passou por várias situações de formações de invasões e favelas, principalmente ao longo das rodovias que dão acesso à Capital, amplamente noticiadas na mídia local, a Prefeitura questionada apontou que o mu-

* Faculdade Estácio Atual da Amazônia. E-mail: wandercairo@gmail.com

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: eloisenhoras@gmail.com

nicípio não apóia e não permite invasões e tenta solucionar os casos com programas populares de habitação.

Os programas de habitação por sua vez integram o Plano Municipal de Regularização Fundiária Sustentável, instrumento básico para implementação da política municipal de regularização fundiária através de convênios firmados entre o Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal.

O Plano precisa estar associado às políticas de desenvolvimento urbano e habitacional, bem como às diretrizes e estratégias de gestão urbana, e através da elaboração e participação da comunidade envolvida, o site da Caixa Econômica Federal expõem as condições para o atendimento do programa de regularização fundiária.

A CEF aponta em seu site na internet que a implantação das medidas são realizadas tendo em vista os mínimos previstos na (LDO) e devem ser observados pelo proponente, no caso de Boa Vista em 5% do valor de repasse da União, assim com para todos os municípios situados nas áreas de abrangência da SUDAM e da SUDENE e no Centro-Oeste.

Para que tal contratação e liberação de recursos possa ser feita é necessário ainda que o município proponente possua previsão orçamentária suficiente para custear o financiamento, além de regularidade nas certidões do INSS, Receita Federal, dívida ativa da União, Fundo de garantia por tempo de Serviço - (FGTS) e Cadastro Informativo de Crédito não Quitados do Setor Público Federal - (CADIN).

Roraima teve um crescimento acelerado nas últimas décadas o que influenciou diretamente Boa Vista, esse crescimento se deu em boa parte de forma desordenada conforme se verá a seguir, uma vez que existem políticas públicas de regularização é importante entender como está o processo na Capital e quais as nuances políticas e econômicas do tema.

1.1. *Expansão de Boa Vista*

Segundo dados do site da Prefeitura de Boa Vista (2014) em 1890, o povoado foi elevado à condição de vila e em 1926 passou a ser município, adotando o nome da antiga fazenda, Boa Vista. Posteriormente com a criação do Território Federal do Rio Branco em 1940, a cidade foi escolhida para ser a capital.

A Freguesia criada com a denominação de Nossa Senhora do Carmo e elevado à categoria de vila com a denominação de Vila de Boa Vista do Rio Branco, pelo Decreto Estadual n.º 49, de 09 de julho 1890, com território desmembrado da vila de Moura em 25 de julho de 1890.

Boa Vista do Rio Branco figura entre os municípios amazonenses relacionados pela Lei Estadual n.º 33, de 04 de novembro de 1892, em divisão administrativa referente ano de 1911, a vila é constituída do distrito sede, que depois veio a ser elevada à condição de cidade com a denominação de Boa Vista do Rio Branco, pela Lei Estadual n.º 1.262, de 27 de agosto de 1926.

No ano de 1933, o município é constituído em distrito sede e em 1938, o topônimo do município e distrito simplifica-se para Boa Vista.

Pelo Decreto-lei Federal n.º 5.812, de 13 de setembro 1943, retificado pelo de n.º 5.839, de 21 de setembro de 1943, criou-se o Território Federal do Rio Branco (denominado Roraima apenas a partir de 1962 para evitar confusões com a Capital do Acre) para o qual foi transferido o município de Boa Vista, acrescido de parte do de Moura, do Estado do Amazonas. Em cumprimento ao mesmo Decreto-lei, a cidade de Boa Vista foi elevada à categoria de capital do novo Território.

Em 1960, o município é constituído de 4 distritos: Boa Vista, Conceição do Maú, Depósito e Uraricoera. Pela Lei Federal n.º 7.009, de 01 de julho de 1982, foram extintos os distritos d Conceição do Maú, Depósito e Uraricoera sendo seus territórios anexados ao distrito sede do município de Boa Vista.

Junto ao histórico de formação houve a passagem de município amazonense para capital de território federal e finalmente capital de estado em 1988, mas essas transformações deixaram marcas na estrutura fundiária boa-vistense conforme informação do IBGE (2010).

Por outro lado o tema regularização fundiária passou a merecer a atenção no palco nacional, a função social da terra e o reducionismo do discurso calcado nas invasões de terras, para uma percepção mais abrangente do direito à utilização do solo como bem econômico e motriz da economia local mudaram o aspecto meramente especulativo.

Por mais que já se tenha escrito sobre a função social da propriedade, ainda há lugar para se extrair consequências concretas dessa verdadeira relativização do tradicional direito ao uso exclusivo e abusivo da propriedade tendo em vista a função social da terra.

Uma capital de um estado federativo não poderia entrar no século XXI com tal celeuma de complicada solução relativa à regularização fundiária, uma vez que existe imóveis em Boa Vista para todos e apenas uma solução é vislumbrável: uma nova consciência apta a conferir uso racional à terra.

Segundo dados do último censo do IBGE em Boa Vista duas mil e trezentas casas em condições de moradia, mas não estão ocupadas por moradores permanen-

tes, sendo que apenas 75.074 estavam ocupados e aproximadamente dez mil casas estavam vagas.

Ainda segundo o sítio do IBGE na internet, destes imóveis pouco mais de 75 mil domicílios ocupados, 53 mil eram próprios e 16 mil alugados. Além de 6.113 domicílios que eram cedidos onde o morador não era o dono e nem pagavam aluguel.

A Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento - SEPLAN registra o número de lotes e moradores por Bairro, conforme se depreende da tabela no Anexo III e em conformidade com o mapa abaixo:

1.2. Análise do Rent Seeking territorial em Boa Vista

O termo rent-seeking descreve o comportamento institucional quando existe um esforço individual para otimizar um valor sem que haja ganhos de excedente social e sim mero enriquecimento individual com uma contribuição negativa à sociedade (caçadores de renda) conforme pontuado por Scoton (2011).

Dentro da ótica do rent-seeking utiliza-se de recursos políticos com o fito de reestruturar direitos, enquanto o normal seria a aceitação da existência de direitos que deveriam resguardar o interesse da coletividade, o rentista manipula político e economicamente a estrutura institucional de forma a beneficiar-se.

Tendo em vista essa perspectiva, percebamos que em 1º de janeiro de 1991, ocorre efetivamente a implantação do Estado, com capital em Boa Vista, o qual teve como primeiro governador eleito, Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto, que posteriormente se elegeu prefeito do Município para o quadriênio 1997 – 2000.

Ottomar Pinto foi governador que mais interferiu no âmbito das políticas assistencialistas de ocupação da Amazônia, incentivou um enorme processo migratório, principalmente de pessoas advindas do Maranhão, que ocasionou o crescimento desordenado da cidade. Destaca-se que os incentivos de ocupação de áreas urbanas não prosseguiram na mesma velocidade da urbanização.

Batista apud Silva (2007) destaca que, no ano de 1988, esta capital já apresentava um total de 25 (vinte e cinco) bairros e estavam em franco crescimento, influenciado pelo garimpo, pelas vagas em setores administrativos no recém-criado Estado e pela expansão das atividades comerciais e agrícolas, ações alavancadas pelos projetos de desenvolvimento da Amazônia.

Ottomar Pinto, mantendo-se fiel a sua política assistencialista, continuou distribuindo lotes urbanos em áreas periféricas do setor Oeste. A estratégia utilizada era mobilizar lideranças comunitárias em clubes e associações para ocupar áreas vazias e forma bairros.

Essa prática justificava pela tática de ocupar para depois urbanizar, como foi o caso do bairro Raiar do Sol implantado em 1995. Essa ação deu início a ocupação de outras áreas, sempre se respaldando na ação popular daqueles que se classificavam como “sem teto”, isto é não possuíam casa.

A utilização de políticas públicas como forma de angariar votos e simpatia política baseia-se na manipulação do direito de propriedade e na vontade que a grande maioria das pessoas tem de possuir seu próprio imóvel, parte-se de uma necessidade humana de forma a favorecer um grupo político ou econômico.

O uso racional da terra como moradia é um direito fundamental do ser humano, sem o qual não se poderá cumprir o mandamento fundante de observância do supra-princípio da dignidade da pessoa humana, ambos estabelecidos pelo artigo 5º da Carta Magna.

O Supremo Tribunal Federal assumiu em sua função constitucional como protagonista do poder responsável pela concretização dos compromissos do constituinte quanto a regularização fundiária como Estado-juiz, uma vez que parcela da nação vê distante e desvinculado das agruras suportadas pelos menos favorecidos.

Não se pode deixar de ter em vista que a gestão por parte dos políticos que chefiaram a Prefeitura desde a transformação do Território em Estado de Roraima tem influência direta nas políticas públicas de regularização e assentamento fundiário em Boa Vista, conforme pode se notar no Quadro abaixo:

Quadro 3: Prefeitos eleitos no Município de Boa Vista

PERÍODO DO MANDATO	PREFEITO
1989 a 1992	Barac da Silva Bento
1993 a 1996	Maria Teresa Saenz Surita Jucá
1997 a 2000	Ottomar de Souza Pinto
2001 a 2004	Maria Teresa Saenz Surita Jucá
2005 a 2006	Maria Teresa Saenz Surita Jucá
2006	Iradilson Sampaio de Souza
2008 a 2011	Iradilson Sampaio de Souza
2012 a ...	Maria Teresa Saenz Surita Jucá

Fonte: Elaboração própria.

Outra coisa que não pode ser tirada de foco é o poder das classes burguesas em crescentemente articulação em torno a pagamentos de rendas, sejam elas provenientes

tes da exploração de recursos, da existência de diferenciais de produtividade, ou das mais diferentes formas de rent-seeking.

Um terreno de localização ruim hoje pode vir a ser, amanhã, um terreno valioso, o que ocorre corriqueiramente nas áreas urbanas, ao contrário do que acontece na agricultura, onde, a depender das circunstâncias, como demonstrou Marx, o incremento de um tipo de renda pode reduzir o outro, o resultado pode ser benéfico às duas rendas (leia-se a proprietários de terra e capitalistas), pois os investimentos podem não só potencializar diferenças originais de localização, como mesmo criá-las.

1.2.1. *Especulação Imobiliária – Rent Seeking Econômico*

Existem ainda as áreas de especulação imobiliária que não necessariamente cumprirão sua função social, ou seja, seus proprietários as compram para que elas se valorizem com o decurso do tempo e da implementação de obras públicas, sem no entanto contribuírem para o enriquecimento da cidade como um todo e sem obtendo ganhos improdutivos.

Os Bairros Said Salomão e o Bairro Santa Cecília no município do Cantá, contudo conurbado (unificação de malha urbana) com Boa Vista são exemplos dessa modalidade, são áreas regulares passíveis de financiamento e todas as benesses próprias dos imóveis regulares e contam ainda com boa parte dos lotes adquiridos ou em processo de financiamento.

No entanto, boa parte dos terrenos continuam baldios, continuam sem cumprir a função social que a lei lhes destinou, pois encontram-se apenas valorizando, para que, quando houver um valor melhor de mercado, seus proprietários lhe vendam por preço bem superior ao do que à época da aquisição.

O problema não reside apenas no ganho improdutivo, o poder público investe em saneamento básico, água tratada, acesso à energia, telefone, asfalto para uma região sem uso apropriado por boa parte dos proprietários que nem ao menos intencionam residir ali, a sociedade como um todo, através dos benefícios das políticas urbanas e custeadas pelos impostos enriquecem parcela da população que nada trazem em contraprestação.

1.3. *Contexto da falta de regularização*

Retornando ao ponto da legislação que busca regularizar a situação dos imóveis urbanos irregulares, importa antes relatar outros instrumentos de política urbana

que devem ser utilizados e que estão direta ou indiretamente relacionados ao Plano Diretor, a disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo, o zoneamento ambiental, o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, o IPTU progressivo, a contribuição de melhoria, os incentivos fiscais, as desapropriações, as operações urbanas consorciadas e finalmente a regularização fundiária.

Em decorrência do Estatuto da Cidade, surgem importantes conquistas para a sociedade brasileira, tais como gestão democrática da cidade, com participação popular na formulação e implementação de programas e projetos de desenvolvimento urbano e o direito a cidades sustentáveis.

Importante para entender a regularização de imóveis em Boa Vista é que os imóveis titulados no quadro abaixo não abordam a totalidade dos imóveis com título definitivo, isso porquê extra oficialmente a Prefeitura de Boa Vista não tem controle através das administrações de quantos títulos foram emitidos, por outro lado como parte deles nunca foi levado a cabo o registro, temos apenas um vislumbre do que já se fez quanto à titulação e quantos títulos definitivos das áreas irregulares em Boa Vista vieram a ser devidamente averbados no cartório de registro de imóveis.

Quadro 4: Número de imóveis regularizados por Bairro

Gleba Cauamé – Pintolândia:	1.315 lotes registrados
Bairro Liberdade:	260 lotes registrados
Gleba Cauamé II – Bairro Operário:	590 lotes registrados
Tapera dos Campos – Bairro São Vicente:	3.807 lotes registrados
Senador Hélio Campos:	889 lotes registrados
Pérola IV – Conjunto Cidadão:	243 lotes registrados
Bairro São Francisco:	52 lotes registrados
Pricumã:	285 lotes registrados
Jardim Floresta – Aeroporto:	409 lotes registrados
Jardim Floresta II - Caranã:	355 lotes registrados
Asa Branca:	685 lotes registrados
8.890 IMÓVEIS TITULADOS E REGISTRADOS.	
UNIVERSO DE 85.762 IMÓVEIS.	

Fonte: Elaboração própria. Dados: IBGE (2010); Cartório de Registro de Imóveis de Boa Vista (2014).

Importante notar que conforme as Certidões de Registro de Imóveis constantes no Anexo IV a Matrícula 2101, pertencente ao Governo do Estado do Amazonas,

é de onde se retirou os loteamentos do Município de Boa Vista, com área total de 43.496.090,00 m² (quarenta e três milhões e quatrocentos e noventa e seis mil e noventa metros quadrados).

A área equivalente ao Jardim Floresta constante das Matrículas 2915 e 804, também anexas pertencem, conforme constam na certidão de registro anexa, ao Município e foram repassadas por enfiteuse, O art. 678 do Código Civil de 1916 já que o tema não continua a ser discutido no Código Civil de 2002, que disciplina a matéria e assim o define:

Art. 678. Dá-se a enfiteuse, aforamento, ou empraçamento, quando por ato entre vivos, ou de última vontade, o proprietário atribui a outrem o domínio útil do imóvel, pagando a pessoa, que o adquire, e assim se constitui enfiteuta, ao sen

A área que equivale ao Bairro Pricumã constante na Matrícula 3418 pertencem ao então Território (Atualmente União). A área da antiga Gleba Cauamé consta como pertencendo à Perola Agropecuária Ltda. e forma o Conjunto Cidadão e Senador Hélio Campos averbados na Matrícula 25.078.

O Bairro Liberdade constante na Matrícula 4547 consta também como área da União. O Bairro Senador Hélio Campos, Matrícula 16.672 consta como pertencendo ao Estado de Roraima. Em contrapartida o Bairro Pintolândia conta como proprietária a Prelazia de Roraima (Diocese de Roraima).

O Bairro Buritis, Matrícula 805, consta como Enfiteuse, tendo o Senhorio Direto a Prefeitura Municipal de Boa Vista. O Bairro São Francisco, Matrícula 3603, consta como pertencente ao Governo do Território.

Para entender esse panorama é necessário entender algumas outras questões segundo Alessandra França, oficiala do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Boa Vista, apesar de ser possível averiguar quantos lotes foram registrados através dos títulos definitivos expedidos pela prefeitura é impossível ao cartório saber exatamente quantos títulos foram expedidos, pois apenas os que foram levados a registro passaram pelo Cartório.

Por outro lado o referido cartório não possui o controle de quantos imóveis são regulares ou irregulares tendo em vista que existem oitenta e cinco mil imóveis registrados em seis municípios de Roraima, incluindo Boa Vista, que possuem matrícula junto ao cartório, onde não se conhece o número exato dos irregulares e nem exatamente quantos pertencem à Boa Vista, onde apenas estima-se que sejam cerca de cinquenta mil.

Situação que não é diferente na Prefeitura de Boa Vista, conforme informaram Felipe Leiros e Walker Jacinto então assessores da EHMUR que a Prefeitura de Boa Vista até tem alguma forma de controle do número de lotes titulados, contudo através da mudança de gestores a contagem ia sendo refeita e muitos dos processos não geram títulos definitivos, o que gera uma grande dúvida do número de títulos definitivos expedidos, some-se a fato da cultura do contrato de gaveta já mencionado anteriormente.

1.3.1. *Estudo de Zonas Urbanas em Boa Vista*

A divisão de Boa Vista em Zonas permite a percepção tanto da distribuição de renda na Capital, a percepção de como a Zona Oeste é a que mais puxa o crescimento de Boa Vista, inclusive no aspecto de irregularidades e também de como a distribuição das classes econômicas na geografia da cidade através de quatro zonas:

Quadro 5: Zonas

<i>Zona Oeste</i>	Parte mais pobre da cidade que comporta a grande maioria da população
<i>Zona Sul</i>	Pequena faixa costeira ao Rio Branco de população empobrecida
<i>Zona Leste</i>	Região mais abastada do Município, juntamente com o centro possui bairros regularizados
<i>Zona Norte</i>	Região contínua à região oeste de igual maneira populosa, apesar de partes irregulares possui maior capacidade financeira.

Fonte: Elaboração própria.

1.3.1.1. *Zona Oeste*

Dessa forma, conforme comentado anteriormente, o grande problema da regularização encontra-se principalmente na Zona Oeste da cidade que abarca mais de oitenta por cento da população do município e que possui a maior parte de suas áreas sem regularização, é a região mais pobre e por consequência a maior população carente e manipulável através de política de terras.

Conforme o Quadro 20, os Bairros Pintolândia, Liberdade, Operário, Hélio Campos, Pricumã e Asa Branca pertencem a essa zona e tendo a maior parcela de

imóveis irregulares tendo em vista as outras Zonas de Boa Vista. As outras Zonas da cidade tem problemas mais amenos conforme veremos em contínuo.

O Bairro Pintolândia com seus quase dezessete mil imóveis possui apenas 1.315 lotes titulados, de longe é a maior área irregular do Município e que carece de maior atenção das autoridades para a expedição de títulos definitivos para regularização do grande efetivo populacional local.

1.3.1.2. *Zona Sul*

A Zona Sul possui problemas de regularização na Tapera dos Campos área que constitui o moderno Bairro São Vicente imediações e que conta com 3.807 lotes registrados mas apesar do Bairro São Vicente contar apenas com 1.500 lotes, a área denominada Tapera dos Campos é superior à área do São Vicente irradiando pelos bairros vizinhos e sendo o único pólo de irregularidade fundiária junto à zona sul.

1.3.1.3. *Zona Norte*

A Zona Norte por sua vez conta com os imóveis em situação de irregularidade como São Francisco, Jardim Floresta, Aeroporto e Caranã, essa Zona comporta pouco menos de dez por cento da população de Boa Vista, possui imóveis e condições superiores aos já demonstrados mas contem irregularidades fundiárias de igual forma sendo o maior exemplo da região o São Francisco.

O Bairro São Francisco de seus mais de 1.500 lotes possui apenas 52 devidamente registrados conforme pode se aduzir de seu registro de imóveis constante no Anexo IV, e espelha uma realidade da Zona Norte que é o baixo número de imóveis devidamente registrados junto à região norte.

1.3.1.4. *Zona Leste e Região Central*

E por fim a região leste conjuntamente com o centro de Boa Vista que contam com cerca de cinco por cento da população mas compreende a parcela mais rica da população e não tem problemas com irregularidade de imóveis, o que reflete bem a questão levantada, uma vez que não possuem irregularidades seus imóveis são mais valorizados.

1.4. *Insegurança jurídica*

Outro fator influenciado pela falta da legalização é a majoração do valor dos custos de transação dos imóveis titulados, uma vez que são poucos, o mercado inflaciona o valor do imóvel titulado em oposição ao imóvel irregular.

Mesmo com a titulação definitiva, até por uma questão cultural, muitas vezes o registro não é levado a termo, tendo em vista que gera custas e na maior parte das vezes o possuidor entende que o título definitivo o coloca como proprietário do bem, porém o mesmo continua como mero possuidor do imóvel conforme aponta o Código Civil, em seu art. 1.227, que “os direitos reais sobre imóveis constituídos, ou transmitidos por ato entre vivos, só se adquirem com o registro no Cartório de Registro de Imóveis dos referidos títulos (arts. 1.245 a 1.247)”.

Sendo os valores do imóvel regular muito elevados os proprietários sentir-se-ão pouco estimulados a regularizar suas escrituras. Pelos custos implícitos, tornando o título definitivo um tipo similar ao contrato de gaveta que é uma realidade no direito imobiliário brasileiro.

Do ponto de vista de direitos reais os imóveis são boas cauções; eles não podem se deslocar e, por isso, as pessoas que emprestam dinheiro normalmente ficam mais satisfeitas de fazê-los em face do valor de um imóvel do que contra carros, computadores ou a promessa do valor de uma boa idéia na cabeça de alguém.

A maior parte do dinheiro que as famílias tomam emprestado é garantida pelo valor do imóvel. E grande parte dos empréstimos tomados pelas firmas é segurada pelo valor de seus imóveis. Isso faz do ramo imobiliário um ramo de lucros altos mas que em Boa Vista devido ao número de irregularidades ainda encontra-se tímido tendo menos de uma dezena em operação.

Lembrando que o imóvel utilizado como residência não pode ser penhorado para pagamento de dívida, pois é considerado como bem de família, indispensável para a manutenção do bem-estar da família. O artigo 1º inciso VII da lei 8099 de 29/03/1990 diz:

O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nesta lei.

Parágrafo único - A impenhorabilidade compreende o imóvel sobre o qual se assentam a construção, as plantações, as benfeitorias de qualquer natureza e todos os equipamentos, inclusive os de uso profissional, ou móveis que guarnecem a casa deste, **desde que quitados.** (grifo nosso)

A definição clara dos direitos de propriedade das partes envolvidas em uma transação traz segurança jurídica, reduzindo a incerteza quanto ao cumprimento do contrato e, por conseguinte, diminuindo os custos de transação. A redução da incerteza não apenas torna possível o aumento do volume negociado, como também valoriza os ativos envolvidos na transação.

A Constituição permite que o Estado possa intervir na propriedade privada, mesmo que todos os direitos estejam assegurados, porém tal fato necessita de uma fundamentação legal e o proprietário atingido por tal intervenção tem direito à indenização, conforme discutido no capítulo anterior.

A Lei 11.977/2009 que estabelece o Programa Minha Casa, Minha Vida visa facilitar o acesso à moradia própria para as famílias de menor renda. Além disso, a proposta dispõe sobre a utilização de sistemas de amortização nas operações de empréstimo ou financiamento realizadas por instituições integrantes do Sistema Financeiro da Habitação – (SFH), a definição das entidades que integram o referido Sistema, a redução de custas cartorárias e sobre a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.

As atuais restrições de crédito, que podem gerar problemas no setor produtivo com conseqüências danosas para a economia nacional e tendo em vista ainda o déficit habitacional que se concentra no segmento populacional de baixa renda, em razão da dificuldade dessa população em acessar financiamento e outros mecanismos de aquisição de moradia que demandem comprovação, regularidade e suficiência de renda

O Direito à moradia não é novo no direito brasileiro. Há várias técnicas, previstas tanto no Código de Processo Civil quanto em leis especiais, que dão tratamento diferenciado à obrigação incontroversa, ou à parte incontroversa do pedido. Contudo a legislação social somente recentemente protege a aquisição regular da moradia.

Por exemplo, na ação de despejo por falta de pagamento, fundada no artigo 62 da Lei do Inquilinato, é pacífica a jurisprudência no sentido de que “a contestação à ação de despejo por falta de pagamento apenas surtirá efeito desconstitutivo do direito do locador, se acompanhada do depósito da importância acaso tida como incontroversa” (Súmula nº 28 do extinto 2º TACivSP; g.n.). Similarmente, o CPC contém regra específica quanto à parte incontroversa da demanda (artigo 273, § 6º).

A esse respeito, deve-se notar que a regra segundo a qual a parte deve cumprir a parcela da obrigação sobre a qual não há controvérsia, enquanto tramita ação a respeito da outra parcela da dívida, encontra-se em consonância com os princípios que regem o direito contratual contemporâneo.

O artigo 422 do CC estabelece expressamente, que “os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios da probidade e boa-fé”.

O princípio da boa-fé objetiva, a que se refere o artigo 422 do CC, é “uma norma de conduta que impõe aos participantes da relação obrigacional um agir pautado pela lealdade, pela consideração dos interesses da contraparte”, princípio este que tem desdobramentos no dever contratual de cooperação. Por isso, as normas tendem a impor às partes uma conduta ética, por via da coerção jurídica.

Desse modo, assim como o Código de Defesa do Consumidor impõe ao fornecedor comportamento ético no sentido de, na formação do contrato, prestar a informação adequada acerca do serviço prestado (CDC, artigo 6º, inciso III), impõem as normas jurídicas ora examinadas comportamento ético.

Os princípios contemporâneos do Direito Civil, e particularmente o princípio da boa-fé objetiva, ressoam em técnicas processuais que reprimem o inadimplemento desmotivado, como as citadas acima, e repercutem, também, no ambiente negocial, ainda que inexista disposição legal específica, para cada espécie de contrato, mas a ausência da propriedade continua sendo o principal óbice.

O Programa “Minha Casa, Minha Vida”, tem um componente social que tem como finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda de até dez salários mínimos, contudo, frise-se apenas imóveis regularizados.

Os entraves estão sendo minimizados pelas políticas realizadas nas três esferas de poder, muito embora exista ainda muitos problemas quanto o registro em boa parte dos imóveis regularizados temos sem dúvida um avanço, pois estão se cumprindo as premissas básicas do Plano Diretor.

Constata-se assim que muito embora houvesse historicamente uma inércia do poder público, existe hoje em ritmo acelerado regularização fundiária urbana em Boa Vista de modo que o presente texto se insere em um momento de modificação e regularização fundiária em larga escala no capital roraimense.

Referências bibliográficas

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14724**: Informação e documentação. Trabalhos Acadêmicos - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT,2002.

BATISTA, Amarildo Nogueira. **Políticas Públicas e a Produção do Espaço Urbano de Boa Vista-RR(1988-2011)**. Dissertação de mestrado. Boa Vista: UFRR, 2013.

BRASIL. Ministério das Cidades. ROLNIK, Raquel (org.). **Plano diretor participativo: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos**. 2 ed. Brasília: Confea, 2005.

BRASIL. Senado Federal. Dispositivos constitucionais, **Lei n.º 10.257**, de 10 de julho de 2001; **Lei n.º 6.766**, de 19 de dezembro de 1979, índice temático. **Discussão do Estatuto da Cidade no Plenário do Senado Federal**. Relator: Senador Mauro Miranda. Brasília, 19 de junho de 2001. Estatuto da Cidade e legislação correlata, Brasília, p.89-92, jun. 2001.

CARVALHO FILHO. José dos Santos. **Manual de Direito administrativo**. 20. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008.

CASSETARI, Christiano. **Uma análise do instituto descrito no art. 1.228, §§ 4.º e 5.º, do Código Civil: pontos divergentes e convergentes**. São Paulo: Editora Método, 2008

DALLARI, Adilson Abreu e FERRAZ. Sérgio (coord). **Estatuto da Cidade: Comentários à Lei Federal 10257/2001**, São Paulo: Editora Malheiros, 2002, pp.27-60.

ELIAS Jr, Wandercairo; CORDEIRO, Welisson Araújo; SENHORAS, Elói Martins Senhoras. **Arquivo de mapas georeferenciados sobre regularização fundiária urbana em Boa Vista [mídia digital]**. Boa Vista: UFRR, 2014.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco Filho. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**, 8.ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquemático**, 14 edição São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

LIMA, Vanessa. **“Imóveis urbanos e rurais. Empresário diz que regularização demora”**. Folha de Boa Vista, 16 de março, 2013. Boa Vista: FolhaBV, 2013.

LIRA, Ricardo Pereira. **Elementos de Direito Urbanístico**. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 1997.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**, 14 ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**, 2ª edição, Saraiva, 2012.

MEDAUAR, Odete. **Coletânea de legislação ambiental: constituição federal**, 6 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo brasileiro**, 32 ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2006.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

PINTO, Victor Carvalho. **Direito urbanístico**: plano diretor e direito de propriedade. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

ROLNIK, Raquel. **O que é a Cidade?**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

_____. Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo, 3. ed. São Paulo: Studio Nobel:/FAPESP, 2003.

_____ et al. **“Regularização fundiária plena”**. Cadernos Ministério das Cidades, n. 3, 2004.

_____. Raquel. **“Estatuto da Cidade: instrumentos para as cidades que sonham crescer com justiça e beleza”**. In: INSAULE JR., Nelson; ROLNIK, Raquel. Estatuto da Cidade: novas perspectivas para a reforma urbana. São Paulo: Caderno Pólis 4, 2001.

OSÓRIO, Leticia Marques (Org.). **Estatuto da Cidade e Reforma Urbana**. Novas Perspectivas para as Cidades Brasileiras. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do Direito Civil**: Introdução ao Direito Civil Constitucional, Rio de Janeiro: Editora Renovar, 1997.

PIQUET, Rosélia e RIBEIRO, Ana Clara Torres (Orgs.). **Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991

SANTOS, Ângela Moulin S. Penalva. **Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003

SAULE JÚNIOR, Nelson (Coord) **Direito à Cidade**: Trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis. São Paulo: Max Limonad, 1999.

SILVA, José Afonso da. **Aplicação das normas constitucionais**, 3.ed. São Paulo: Editora Malheiros, 1998.

_____. **Direito Urbanístico brasileiro**, 4. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2006.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Tutela Penal do meio ambiente**: breves considerações atinentes à Lei 9.605/98. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

TAVARES, André Ramos. **Teoria da Justiça Constitucional**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Regularizar a terra**: um desafio para as populações tradicionais de Gurupá. 2006. 725 f. Tese Doutorado. Belém: UFPA, 2006.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**: direitos reais, 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

http://olhonahistoria.blogspot.com/2011/07/atividades-de-historia-do-brasil_5823.html Acesso em 21 de março de 2014.

<<http://revistaepoca.globo.com/revista/epoca/0,,emi67030-15228-2,00-mais+arranhaceus+em+sao+paulo.html>> Acesso em 17 de maio de 2014.

AMÉRICO, José, **Aula Magna sobre Plano Diretor abre 7º Descobrir São Paulo** <<http://www.obore.com.br/aconteceintegra.asp?cd=1953>> Acesso em 19 de maio de 2014.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓS GRADUAÇÃO EM ECONOMIA <http://www.anpec.org.br/encontro/2012/inscricao/files_i/i1-b1db2bf43fbcc9fc198df6fa10c47a37.docx> Acesso em 17 de março de 2014.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=140010&search=roraima|boa-vista>> Acesso em 19 de abril de 2014.

BRASIL, Ministério das Cidades. <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=14&search=roraima>> Acesso em 02 de maio de 2014.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística <<http://censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em 17 de abril de 2014.

FALLER, Lorival, **Caracterização da Função Social da Propriedade Urbana** <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/caracteriza%C3%A7%C3%A3o-da-fun%C3%A7%C3%A3o-social-da-propriedade-urbana>> Acesso em 27 de maio de 2014.

FOLHA DE BOA VISTA, **Moradores serão Beneficiados com Títulos Definitivos** <<http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=170163>> Acesso em 19 de maio de 2014.

GASPARINI, Diógenes, **Aspectos Jurídicos do Plano Diretor**, <http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/title/aspectos-juridicos-do-plano-diretor/id/54390049.html> Acesso em 09 de fevereiro de 2014.

JUCOVSKI, Vera Lúcia R. S. **Fundamentos Constitucionais do Direito Ambiental da Cidade e Jurisprudência** <http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/9/docs/palestra_-_vera_jucovski.pdf> Acesso em 03 de abril de 2014.

JUNIOR, Amilcar, **Boa Vista entra Processo de Regularização Fundiária** <<http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=165836>> Acesso em 15 de março de 2014.

LIMA, Vanessa, **Empresário Diz que Regularização Demora** <http://www.folhabv.com.br/Noticia_Impressa.php?id=82151> Acesso em 17 de maio de 2014.

MARTINS, Maria Barbosa <<http://pt.slideshare.net/kauezinhoproducao/africa-brasil>> Acesso em 18 de fevereiro de 2014.

MINER, C.R.L.P. **O Papel do Ministério Público na Implementação do Estatuto da Cidade** <<http://jus.com.br/artigos/3966/o-papel-do-ministerio-publico-na-implimentacao-do-estatuto-da-cidade>> Acesso em 19 de março de 2014.

OLIVEIRA, A.S., **A Codificação do Direito** <<http://jus.com.br/artigos/3549/a-codificacao-do-direito/2>> Acesso em 20 de abril de 2014.

RORAIMA, **Sistema de Gestão Estratégica do Território de Roraima** <<http://www.siget.rr.gov.br/>> Acesso em 13 de março de 2014.

RELAÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH E ÍNDICE DE GINI DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE RORAIMA NO PERÍODO DE 1991 – 2010

Introdução

O crescimento econômico sempre foi objeto de estudo na economia, mas os benefícios do crescimento nem sempre chegam a todas as classes sociais. Dentro desse contexto de não considerar apenas o crescimento econômico, serão apresentados para análise dois dos principais índices que indicam melhoria da população e desenvolvimento social e humano.

Para medida de desenvolvimento há vários indicadores que medem o bem estar de uma região. Para este estudo serão utilizados dois, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, e o Índice de Gini, que defini a distribuição e a concentração de renda de determinada população, índices que estão sendo muito usados por vários países para balizar suas ações governamentais.

A Organização das Nações Unidas – ONU, a qual o Brasil é membro, vem acompanhando em quase todos os países que são reconhecidos como independentes, seus índices de desenvolvimento para facilitar e propor melhorias, e criou um órgão para fazer esse acompanhamento, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

Diante do exposto, surge a necessidade de analisar esses indicadores como proposta norteadora para a nova perspectiva de desenvolvimento, que envolve o bem-estar da sociedade. Não é suficiente a preocupação em aumentar cada vez mais a produção de bens e serviços. É necessário a igualdade social, o desenvolvimento humano e o desenvolvimento sustentável.

Como parâmetro para a igualdade social e desenvolvimento humano serão coletados dados de fontes secundárias mediante o índice de GINI e IDH, respectivamente. O primeiro índice mede a concentração de renda e o IDH os fatores

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: cledson23@yahoo.com.br

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: salmarezek@hotmail.com

Longevidade (expectativa de vida da população), educação (taxas de alfabetização e escolarização) e renda (renda per capita).

A partir deste processo será investigado como os municípios do estado de Roraima estão classificados segundo sua concentração de renda e IDH. Em sequência serão apontados critérios para a intervenção do setor público como proposta de desenvolvimento sustentável para atenuar os índices estudados.

O trabalho tem por objetivo analisar a relação do índice de desenvolvimento humano e distribuição de renda dos municípios do estado de Roraima, no período de 1991 a 2010.

Para cumprir com o objetivo geral, são apresentados os seguintes objetivos específicos: a) descrever a evolução do IDH e índice de Gini dos municípios do estado de Roraima no período de 1991 a 2010, b) verificar relação entre IDH e índice de Gini.

Indicadores sociais de desenvolvimento econômico

Para analisar o estudo serão utilizados os dados de dois dos principais indicadores para o desenvolvimento de uma região, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Gini, que expressa o grau de concentração da distribuição de renda da população.

Um dos principais pensadores fisiocrata François Quesnay (1694 - 1774), concebeu a sociedade por meio de três classes socioeconômicas, a Classe produtiva – agricultores, pescadores e mineradores, a Classe estéril – mercadores, servos e manufatureiros, e por último os proprietários de terras. Já havia classes definidas, mas o principal da economia estava nos proprietários de terra. Para ele, os investimentos na agricultura elevam a sua produtividade agrícola impulsionando o resto da economia. (FEIJÓ, 2007)

O precursor da escola clássica Adam Smith (1723 – 1790) em seu livro “A riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas”, destacou como elemento fundamental na formação da riqueza nacional, o trabalho produtivo. Para o fundador da moderna economia, o homem movido pelo desejo de lucrar passaria a produzir mais, o que traria benefícios para comunidade. (FILHO, 2001).

Nas análises dos pensadores clássicos da economia de Adam Smith, David Ricardo e Malthus, o desenvolvimento econômico se faz através das melhorias dos padrões de vida com redução da taxa de natalidade, do aumento da acumulação de

capital, e se manterá através das inovações tecnológicas além de recomendar a distribuição de terra entre as famílias pobres. (SOUZA, 2009).

Segundo Souza (2009), para Marx o desenvolvimento se efetua de forma cíclica e com conflito distributivo, e que o progresso técnico produz períodos de prosperidade enquanto que as contradições internas de produção provocam crises periódicas cada vez mais prolongadas, e esses conflitos ocorrem entre os capitalistas e os trabalhadores, detentores da força de trabalho.

Uns dos principais pontos na teoria desenvolvida por Marx estão a mais-valia e o exército industrial de reserva. A mais-valia que se constitui dos lucros líquidos, juros e renda da terra, corresponde à diferença entre o produto líquido e o que é pago em termos de salários e ordenados. O exército industrial de reserva ajuda a conter o aumento dos salários quando a demanda de mão-de-obra aumenta. (SOUZA,2009).

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2014) a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. É uma mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano.

Conforme Feijó (2007), Crescimento econômico conduz a desenvolvimento social, ao mesmo tempo em que tal desenvolvimento constitui condição e força motriz do referido crescimento.

As capacidades mais elementares para o desenvolvimento humano são: ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade. Sem estas, muitas outras escolhas simplesmente não estão disponíveis e muitas oportunidades na vida mantêm-se inacessíveis (PNUD, 2014).

O PNUD ainda reforça sobre o desenvolvimento humano conceituando-o como parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

O desenvolvimento humano de uma região deve estar ligado a uma boa distribuição de renda da população, e de acordo com Campos (2008) afirma que na medida em que a distribuição de renda não é homogênea, os níveis de bem-estar entre diversos setores da população também podem ser muitos distintos em um mesmo país, dependendo da maneira que estejam distribuídos os recursos entre os indivíduos.

Índice de desenvolvimento humano – IDH

O IDH pode ser visto como aquela medida síntese que considera aspectos mais amplos para a avaliação do processo de desenvolvimento. A concepção do IDH é a de que em todos os estágios de desenvolvimento econômico algumas necessidades são essenciais para o desenvolvimento humano, sem as quais muitas das escolhas na vida dos indivíduos não chegariam sequer a serem formuladas, como afirma Prado (2006).

Publicado pela primeira vez em 1990, o índice é calculado anualmente. Desde 2010, sua série histórica é recalculada devido ao movimento de entrada e saída de países e às adaptações metodológicas, o que possibilita uma análise de tendências. Aos poucos, o IDH tornou-se referência mundial.

Buscando aprimorar o IDH, o PNUD incorporou novas metodologias como é descrito a seguir: Desde 2010, quando o Relatório de Desenvolvimento Humano completou 20 anos, novas metodologias foram incorporadas para o cálculo do IDH. Conforme PNUD, atualmente, os três pilares que constituem o IDH (saúde, educação e renda) são mensurados da seguinte forma:

Uma vida longa e saudável (saúde) é medida pela expectativa de vida; O acesso ao conhecimento (educação) é medido por: i) média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e ii) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que um criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança, como explica PNUD.

O padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência, finalizado pelo PNUD.

Segundo Sandroni (2009), a ponderação inicial equivalente de cada item foi alterada em 1993 de forma a tornar relativamente mais importantes a educação e a longevidade, esta última refletindo o nível de saúde alcançado por um país.

O índice de desenvolvimento humano tem uma variação de 0 a 1, onde quanto mais próximo de 0 praticamente não há desenvolvimento, e próximo a 1 tem-se um perfeito desenvolvimento.

Distribuições de renda

Para Cacciamali (2002), o desenvolvimento econômico e humano, pressupõe que paralelamente ao crescimento econômico, a maior parte da população dessa sociedade, seja a principal beneficiária das mudanças em andamento, e que ao longo do tempo, para a maior parte da população, devam ocorrer melhorias no padrão de vida material.

O crescimento econômico não representa necessariamente desenvolvimento, ainda que todos naquela comunidade venham a usufruir ganhos provenientes desse crescimento, somente com uma melhora na distribuição de renda pode representar um avanço no contexto dessa população.

Souza (2005) reforça que a experiência tem demonstrado que o desenvolvimento não pode ser confundido com crescimento, porque os frutos dessa expansão nem sempre beneficiam a economia como um todo e o conjunto da população. Souza continua que, quanto a renda a questão é saber como ela se distribui, e que o simples aumento da renda não indica necessariamente que está havendo igual distribuição entre as classes sociais da população.

Índice de Gini

Para Hoffmann (2006), Índice de Gini é uma medida de concentração ou desigualdade comumente utilizada na análise da distribuição de renda, mas que pode ser utilizada para medir o grau de concentração de qualquer distribuição estatística. Assim, pode-se medir o grau de concentração de posse da terra em uma região, da distribuição da população urbana de um país pelas cidades, de uma indústria considerando o valor da produção ou o número de empregados de cada empresa, etc.

Segundo Zanini (2010), a medida utilizada para calcular a concentração da distribuição da renda é o índice de Gini, que aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, o índice de Gini varia de “0 a 1”, onde o zero corresponde a completa igualdade de renda, ou seja, todos têm a mesma renda e 1 que corresponde à completa desigualdade, isto é, uma só pessoa detém toda riqueza, e as demais nada tem.

Metodologia

Para analisar a relação do Índice de Desenvolvimento Humano-IDH e distribuição de renda dos municípios do Estado de Roraima foi realizada a estatística descritiva, através da aplicação dos dados no Excel, referente ao período de 1991 a 2010.

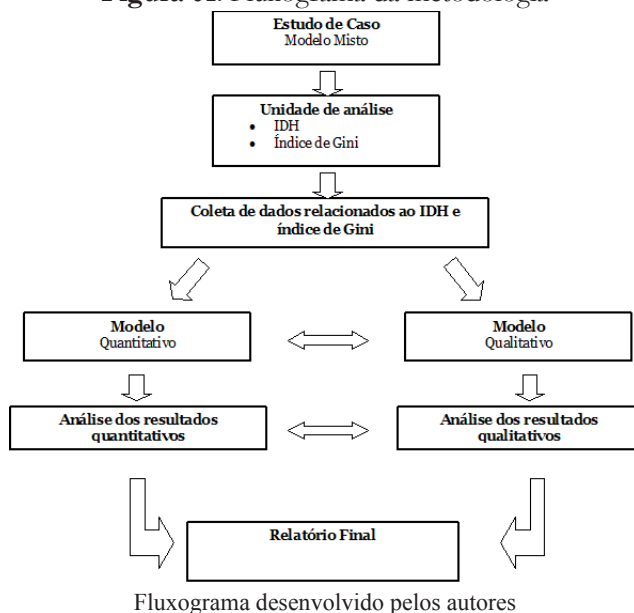
O fluxograma a seguir mostra os procedimentos da pesquisa desde a coleta de dados até a finalização do trabalho (Ver figura 1).

O tipo de pesquisa quanto à abordagem do problema é mista, pois foi empregado instrumentos estatísticos no tratamento dos dados, garantindo precisão dos resultados e possibilitando uma margem de segurança quanto às inferências feitas. A partir dos resultados obtidos foi realizada uma análise descritiva das variáveis.

A pesquisa quanto aos objetivos é descritiva por analisar e descrever o comportamento das variáveis adotadas – IDH e índice de Gini. O tipo da pesquisa quanto aos procedimentos é estudo de caso em razão de abordar a relação do IDH e índice de Gini do estado de Roraima.

Para os dados explorados utilizou-se a pesquisa em sites, sendo retirados de sítios oficiais que trabalham com o levantamento geral. Foram utilizadas principalmente fontes secundárias como o sítio do IBGE, que possui em seu banco de dados séries históricas e alimenta os dados do Atlas Brasil, que é o braço principal do PNUD no Brasil, principal fonte de dados do estudo abordado. Foi utilizado também o sítio do IPEA e o sítio da Secretaria de Planejamento, Indústria e Comércio de Roraima.

Figura 01: Fluxograma da metodologia



Foram realizadas também visitas a órgãos que fazem esse levantamento tanto no âmbito nacional como estadual, como o escritório do IBGE em Roraima, e a Secretaria de Planejamento, Indústria e Comércio de Roraima – SEPLAN-RR, entre outros.

Resultados e análises

Com dados retirados do Atlas Brasil na plataforma do PNUD será realizada uma análise dos municípios do Estado de Roraima nos últimos vinte anos, a fim de mostrar o comportamento do IDH-M e do Índice de Gini.

Roraima tem um IDH-M de 0,707 ocupando a décima terceira posição entre os estados do Brasil, e sendo o segundo na região norte. Nesses vinte anos Roraima teve um aumento de 54% no seu IDH-M, saiu de 0,459 em 1991, e que se configurava um índice muito baixo segundo as faixas de desenvolvimento do Atlas Brasil, para 0,707, que é um índice de desenvolvimento alto segundo as faixas de desenvolvimento.

Se por um lado o índice de desenvolvimento de Roraima atingiu um aumento considerável, o mesmo não se pode dizer sobre a concentração de renda, que é a penúltima entre os estados Brasileiros, e permanecendo a mesma nesses últimos vinte anos, em 1991 o índice de Gini de Roraima era de 0,63 e em 2010 permanecia os mesmo 0,63.

A tabela 1 contém os quinze municípios do estado de Roraima, com os valores do IDH-M de 1991, 2000 e 2010, e estão classificados de acordo com a posição do último levantamento do IBGE / Atlas Brasil, que ocorreu no ano de 2010, levantamento esse realizado a cada dez anos.

Tabela 1: IDHM dos 15 municípios de Roraima

Município	IDH-M		
	1991	2000	2010
1. Boa Vista	0,529	0,649	0,752
2. Mucajaí	0,374	0,550	0,665
3. São João da Baliza	0,365	0,538	0,655
4. Pacaraima	0,378	0,544	0,650
5. São Luiz	0,348	0,545	0,649
6. Caroebe	0,249	0,492	0,639
7. Bonfim	0,340	0,458	0,626
8. Caracarái	0,405	0,521	0,624
9. Rorainópolis	0,324	0,501	0,619
10. Cantá	0,301	0,499	0,619
11. Normandia	0,278	0,373	0,594
12. Iracema	0,358	0,518	0,582
13. Alto Alegre	0,306	0,460	0,542
14. Amajari	0,333	0,420	0,484
15. Uiramutã	0,201	0,333	0,453

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do PNUD

Na tabela apresentada, podemos observar que a capital Boa Vista é a que tem o melhor índice de desenvolvimento do estado, com um IDH-M de 0,752, mas em 1991, vinte anos atrás, tinha um IDH-M de 0,529, o que mostra que apresentou um aumento significativo. Vale ressaltar que houve aumento desse índice em todos os municípios ao longo do período.

Para classificar os municípios quanto ao seu desenvolvimento será utilizada a tabela 2 como base, e que mostra as faixas de desenvolvimento adotado pelo Atlas Brasil.

Tabela 2: Faixas de Desenvolvimento Humano

Muito Alto	0,800	1,000
Alto	0,700	0,799
Médio	0,600	0,699
Baixo	0,500	0,599
Muito Baixo	0,000	0,499

Fonte: ATLAS BRASIL

Em 2010 os municípios de Roraima ficaram divididos da seguinte forma: Desenvolvimento Muito Alto – Nenhum município dentro dessa faixa; Desenvolvimento Alto – Boa Vista; Desenvolvimento Médio – Mucajaí, São João da Baliza, Pacaraima, São Luiz, Caroebe, Bonfim, Caracará, Rorainópolis e Cantá; Desenvolvimento Baixo – Normandia, Iracema e Alto Alegre; Desenvolvimento Muito Baixo – Amajari e Uiramutã.

Para compararmos o desenvolvimento dos municípios de Roraima com as demais cidades do Brasil, será utilizada a tabela 3, que mostra os dez municípios de melhor IDH-M do país, e também será utilizada a Tabela 4 com os dez menores IDH-M do Brasil. Vale ressaltar que o Brasil possui cinco mil quinhentos e sessenta e cinco municípios.

Tabela 3: Municípios com os melhores IDHM do Brasil

Posição	Município	IDHM (2010)
1 °	São Caetano do Sul (SP)	0,862
2 °	Águas de São Pedro (SP)	0,854
3 °	Florianópolis (SC)	0,847
4 °	Vitória (ES)	0,845
4 °	Balneário Camboriú (SC)	0,845
6 °	Santos (SP)	0,840
7 °	Niterói (RJ)	0,837
8 °	Joaçaba (SC)	0,827
9 °	Brasília (DF)	0,824
10 °	Curitiba (PR)	0,823

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do atlas Brasil

Tabela 4: Municípios com os menores IDH-M do Brasil

Posição	Nome	IDHM (2010)
5556 °	Itamarati (AM)	0,477
5557 °	Cachoeira do Piriá (PA)	0,473
5558 °	Bagre (PA)	0,471
5559 °	Jordão (AC)	0,469
5560 °	Uiramutã (RR)	0,453
5560 °	Chaves (PA)	0,453
5562 °	Marajá do Sena (MA)	0,452
5563 °	Atalaia do Norte (AM)	0,450
5564 °	Fernando Falcão (MA)	0,443
5565 °	Melgaço (PA)	0,418

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do atlas Brasil

A tabela 4 mostra que o município de Melgaço do Estado do Pará tem o menor índice de desenvolvimento do Brasil com um IDH-M de 0,418 ocupando a última posição. Destaca-se que entre os dez menores IDH-M do país o Município Roraimense de Uiramutã está com apenas 0,035 pontos acima de Melgaço.

Além do Uiramutã que ocupa a sexta menor posição no ranking nacional há também outro município de Roraima, o Amajari, com um IDH-M de 0,484, sendo também um dos municípios brasileiros com menor desenvolvimento, ocupando a décima quarta entre os menores índices de desenvolvimento do país.

Com auxílio da tabela 1, verifica-se que as extremidades de melhor e menor IDH-M continuaram os mesmos, Boa Vista com o melhor e Uiramutã com o menor índice de desenvolvimento do Estado.

De acordo com a tabela 5 a média de desenvolvimento entre os municípios de Roraima em 1991 foi de 0,339, o que comprova que o IDHM do Estado era dos menores do Brasil, e o desvio padrão entre os dados dos municípios era de apenas 0,072, apontando a semelhança dos índices de desenvolvimento no Estado. Como mostra a tabela 5.

Tabela 5: Médias e Desvio Padrão dos IDH-M dos Municípios de Roraima

Município	IDH-M		
	1991	2000	2010
Boa Vista	0,529	0,649	0,752
Mucajá	0,374	0,550	0,665
S. J. da Baliza	0,365	0,538	0,655
Pacaraima	0,378	0,544	0,650
São Luiz	0,348	0,545	0,649
Caroebe	0,249	0,492	0,639
Bonfim	0,340	0,458	0,626
Caracará	0,405	0,521	0,624
Rorainópolis	0,324	0,501	0,619
Cantá	0,301	0,499	0,619
Normandia	0,278	0,373	0,594
Iracema	0,358	0,518	0,582
Alto Alegre	0,306	0,460	0,542
Amajari	0,333	0,420	0,484
Uiramutã	0,201	0,333	0,453
Média	0,339	0,493	0,610
Desvio Padrão	0,072	0,075	0,071

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do atlas Brasil

Boa Vista obteve um aumento de IDH-M de 0,529 para 0,649 em dez anos, e passou da faixa de desenvolvimento Baixo para desenvolvimento Médio, mas as mudanças maiores foram no interior do Estado, onde sete municípios saíram do desenvolvimento muito baixo para um desenvolvimento baixo, com destaque para Rorainópolis que em 1991 tinha um IDH-M de 0,324 e passou para IDH-M de 0,501 em 2000. O Estado passou a obter três níveis de desenvolvimento que ficou da seguinte forma: Desenvolvimento Médio – Boa Vista; Desenvolvimento Baixo – Mucajá, São João da Baliza, Pacaraima, São Luiz, Caracará, Rorainópolis e Iracema; Desenvolvimento Muito Baixo – Caroebe, Bonfim, Cantá, Normandia, Alto Alegre, Amajari e Uiramutã.

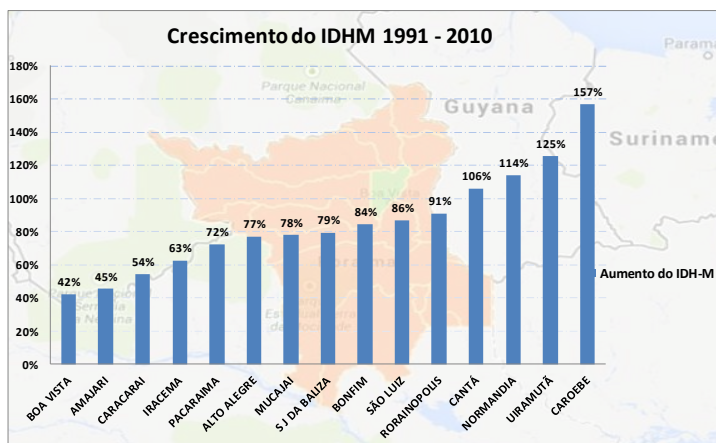
Com esse crescimento do índice de desenvolvimento, melhorou também a média do IDH-M dos municípios de Roraima com 0,493 no ano de 2000 se aproximando da faixa de desenvolvimento Baixo, e o desvio padrão foi 0,075 bem próximo do

levantamento anterior, reforçando que os IDH-M estão bem próximos em todo o Estado como mostrado na tabela 5.

Quando se analisa o ano de 2010, nota-se que houve um crescimento bem considerável nesse índice, e conforme a tabela 5, a média dos IDH-M dos municípios de Roraima foi de 0,610 estando dentro da faixa de desenvolvimento Médio. Como descrito no início desse capítulo houve mudanças de faixa de desenvolvimento, sendo que nesse levantamento apenas os municípios do Amajari e Uiramutã permaneceram na faixa de desenvolvimento Muito Baixo, apesar do crescimento. Os municípios de Roraima estão bem próximos da média do IDH-M do Estado, já que apresentou um desvio padrão de apenas 0,071, reforçando que o crescimento se deu em todos os municípios do Estado.

Para conferir o crescimento dos IDH-M dos Municípios de Roraima, será utilizado o gráfico 01, tomando como suporte a tabela 1, o qual mostra o avanço dos municípios do Estado de 1991 a 2010.

Gráfico 01: Crescimento dos IDHM dos Municípios de Roraima



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do atlas Brasil

Mediante o gráfico 01 verifica-se que o município que mais aumentou seu IDH-M foi o de Caroebe, com um aumento de 157%, saiu de um IDHM em 1991 de 0,249, que era o segundo pior do Estado naquele ano, e passou em 2010 para 0,639, se tornando o sexto melhor IDH-M de Roraima, e seu crescimento foi quase o dobro da média do Estado, atingindo um percentual de 84,9%.

O menor crescimento foi o município de Boa Vista que aumentou apenas 42%, mas vale ressaltar que a capital já tinha e ainda tem o melhor IDH-M do Estado. Seu IDH-M em 1991 era de 0,529 e passou para 0,752 em 2010, um crescimento pequeno, mas importante para o desenvolvimento da cidade, e esse crescimento foi quase a metade da média do Estado. Pode se concluir que a maioria dos municípios do interior de Roraima estão melhorando seu desenvolvimento.

O município de Uiramutã, que tem o menor IDH-M do Estado e um dos menores do Brasil, foi o segundo que mais cresceu, com 125% nesses vinte anos, bem acima da média do Estado, ficando evidente que ainda tem muito por realizar nesse município.

O município do Amajari ficou com o segundo menor crescimento, ficando a frente apenas de Boa Vista. Nesses vinte anos o município do Amajari obteve um avanço no IDH-M de 45%, o que é pouco visto aos demais municípios. Em 1991 seu IDH-M era de 0,333 e em 2010 foi de 0,484, ficando com o segundo menor IDH-M do Estado e assim como o Uiramutã também merece atenção nos indicadores que compõem o IDH-M.

Analisado o IDH-M dos municípios de Roraima, será prosseguido com a avaliação da concentração de renda. Com o auxílio da tabela 06 é demonstrado o Índice de Gini de 1991, 2000 e 2010 e certifica-se a concentração de renda dos municípios de Roraima. O Índice de Gini vai de 1 a 0, quanto mais próximo de 0 melhor a distribuição da renda entre sua população, e quanto mais próximo de 1 mais concentrada é a renda, que fica em poder de uma minoria.

Tabela 06: Índice de Gini dos municípios de Roraima

Município	1991	2000	2010
São João da Baliza	0,64	0,55	0,53
São Luiz	0,64	0,62	0,55
Caroebe	0,83	0,68	0,55
Caracaráí	0,61	0,59	0,56
Rorainópolis	0,66	0,67	0,57
Boa Vista	0,57	0,57	0,58
Iracema	0,63	0,55	0,62
Cantá	0,56	0,57	0,66
Normandia	0,81	0,81	0,70
Mucajaí	0,68	0,57	0,71
Bonfim	0,66	0,50	0,72
Alto Alegre	0,68	0,55	0,73
Pacaraima	0,61	0,70	0,74
Amajari	0,50	0,64	0,75
Uiramutã	0,86	0,79	0,78

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do atlas Brasil

A tabela 06 mostra que nesses vinte anos a queda da concentração de renda foi insignificante na maioria dos municípios, e em alguns casos até aumentou. A capital do Estado Boa Vista e que tem o melhor IDH-M de Roraima, permaneceu praticamente imóvel na concentração de Renda, estando em 1991 com um Índice de Gini de 0,57, em 2000 com 0,57 e em 2010 houve até um pequeno aumento para 0,58, quando deveria estar diminuindo.

O caso de Pacaraima é ainda mais preocupante já que em 1991 tinha um índice de Gini de 0,61, em 2000 tinha 0,70, e em 2010 aumentou para 0,74, ou seja, em vinte anos a concentração de renda aumentou, concentrando cada vez mais nas mãos de poucos a renda do município. E assim como Pacaraima e Boa Vista os municípios de Mucajaí, Bonfim, Amajari, Alto Alegre e Cantá também aumentaram sua concentração de renda.

Também tiveram os municípios que conseguiram reduzir seu Índice de concentração de renda como é o caso de Caroebe, que além de ser o município com maior crescimento do IDH-M nesses últimos vinte anos, também conseguiu sair de um índice de Gini de 0,83 em 1991 para um índice de Gini de 0,55 em 2010. Mas além de

Caroebe os outros municípios que conseguiram reduzir sua concentração de renda foram Caracará, São João da Baliza, São Luiz, Iracema, Rorainópolis, Normandia e Uiramutã.

Uma região com grande concentração de renda pode ter um bom IDH, mas esse desenvolvimento não chega da mesma forma para a maioria, e com uma grande concentração de renda o IDH pode começar a cair, já que a maioria não usufrui desse desenvolvimento.

À medida que a população cresce aumenta a demanda por alimentos e outros tipos de bens em busca do bem estar da sociedade. Neste sentido o homem interfere na natureza realizando queimadas e desmatamentos, tornando a terra improdutiva. A problemática apontada pelos indicadores estudados faz com que grande parte da população rural migre para o centro urbano em busca de novas oportunidades de renda. De acordo com dados do IBGE, no Estado de Roraima aproximadamente 77% da população vivem na área urbana e aproximadamente 24% na área rural.

O êxodo rural tende a agravar os índices de IDH e GINI, considerando que essas pessoas ficarão desempregadas no centro urbano. Essa probabilidade se deve ao baixo nível de escolaridade e à desproporcionalidade de disponibilidade de empregos e pessoas que passam a necessitar de emprego nesta nova região. O Estado passa a obter um custo mais alto para manter essas pessoas na cidade do que no meio rural.

A nova perspectiva de desenvolvimento, que envolve o bem-estar da sociedade, a partir da capacidade de suporte ambiental, social e econômico, se baliza nos indicadores analisados por esses índices. Os recursos naturais são escassos e devido a isso é imprescindível que a análise econômica aponte as consequências previstas relacionadas às explorações sobre o meio ambiente. A partir deste prognóstico é necessário que a exploração esteja pautada em um planejamento de conservação dos recursos naturais.

O desenvolvimento com sustentabilidade envolve que as pessoas sejam supridas com bens de consumo e a humanidade depende da utilização do meio ambiente. Neste contexto é necessário que o uso dos recursos naturais se ajuste a um modelo que não comprometa a qualidade do meio ambiente. A perspectiva de desenvolvimento com sustentabilidade deve oferecer alternativas de uso e conservação dos recursos naturais para manter as pessoas na área rural e evitar o aumento populacional em áreas urbanas.

Fatores institucionais, que limitam a utilização dos recursos nos municípios estudados, contribuem para o baixo desenvolvimento dessas localidades. A agricultura familiar é um meio de garantir o bem estar da população rural e evitar a queda do

PIB do Estado de Roraima por meio da gestão ambiental. É importante a intervenção do setor público para investir em máquinas agrícolas e em linhas de crédito rural cooperando com as famílias que querem produzir. Seria uma forma planejada de uso dos recursos naturais estabelecendo diretrizes de conservação, atualmente não exercida por parte do Estado, sendo o setor primário favorável para o desenvolvimento desta região.

Conexo ao suporte social o investimento em educação gera externalidades positivas, é um fator determinante para o processo de desenvolvimento com sustentabilidade e influencia na redução das desigualdades. Pessoas com maior grau de escolaridade e instruções direcionadas para o mercado de trabalho obterão técnicas mais aprimoradas para a utilização dos recursos naturais e produção.

O desenvolvimento com sustentabilidade inclui o suporte econômico além do ambiental e social e no caso do Estado de Roraima ainda possui uma infraestrutura precária. De acordo com os dados do Departamento de Infraestrutura de Transporte – DEIT em 2011, algumas rodovias federais e estaduais apresentam más condições de conservação, trafegabilidade e sinalização. Algumas rodovias estaduais e vicinais não são asfaltadas e ainda possuem pontes de madeira.

A ausência de logística do Estado compromete os setores de produção que aumenta o custo do frete e onera a renda do produto. A demora no transporte dos produtos para os centros consumidores eleva os preços, já que não há competitividade e todos os fornecedores estão nas mesmas condições. Outras problemáticas associadas estão a perda da carga e avarias, o que faz aumentar ainda mais o custo do fornecedor para o consumidor.

Conclusão

Diante do cenário explicitado constata-se através dos indicadores analisados e o período temporal considerado no estudo que, apesar de mudanças significativas no IDH este fator precisa ser atenuado. Quanto ao índice de GINI na maioria dos municípios as mudanças foram insignificantes e em alguns casos até aumentou a concentração de renda.

Os recursos do Estado de Roraima não estão sendo distribuídos de forma equitativa e não estão sendo mobilizados para um investimento planejado. É importante que os municípios desenvolvam atividades que estimule o desenvolvimento de acordo com as características da localidade. O Estado deve analisar o elemento espacial para a alocação eficiente de recursos e mitigar os problemas sociais.

O desenvolvimento não pode apenas ser visto no campo econômico, e deve ser primordial saber se esse desenvolvimento está chegando a todos os habitantes com equidade. O setor primário possui uma pequena participação na economia do Estado de Roraima e a agricultura tem um papel importante em seu desenvolvimento. No entanto o setor primário não é independente dos outros setores. Para utilizar os recursos naturais de forma mais eficiente e sustentável é necessário o aumento do nível educacional. Desta forma aumenta a mão de obra especializada para tomar as decisões certas e empregar as técnicas corretas para a produção.

Desenvolver o setor produtivo agrícola garante a segurança alimentar, aumenta o consumo e a demanda e reduz a degradação do meio ambiente. O Estado deve intervir em diretrizes de recuperação e desenvolvimento do meio ambiente para impedir que as pessoas migrem para o centro urbano e aumente as desigualdades regionais

Referências bibliográficas

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL – Atlas Brasil. Disponível <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/o_atlas_/>. Acesso em 11 de maio de 2014.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Distribuição de Renda no Brasil**: Persistência do elevado grau de desigualdade. Publicado no livro Manual de Economia, São Paulo: Saraiva, 2002.

CAMPOS, Robério Telmo e CAMPOS, Kilmer Coelho. **Análise das medidas de renda, distribuição e pobreza dos municípios da área de influência da barragem Castanhão Ceará**. Artigo que faz parte do relatório de pesquisa intitulado Zoneamento Ecológico-Econômico das áreas de influência do reservatório da Barragem do Castanhão – 2008.

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE – DEIT Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/>. Acesso em 11 de maio de 2014

SCARLATO, F. C., EVANGELISTA, R. A. O., ARAUJO, W. F. **Amazônia**: terra e água degradação e desenvolvimento sustentável. Boa Vista: Editora UFRR, 2012

FEIJÓ, Ricardo. **Desenvolvimento Econômico**: modelos, evidências, opções políticas e o caso brasileiro. São Paulo: Atlas, 2007.

FEIJÓ, Ricardo. **Historia do Pensamento Econômico**: de Lao a Robert Lucas. – 2ª ed. São Paulo, Atlas, 2007.

FILHO, André Franco Montoro. Et al. **Manual de economia**: equipe de professores da USP. 3ª ed. São Paulo: Saraiva 2001.

HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para Economista**. 4ª ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>>. Acesso em 14 de maio de 2014.

PRADO, Mario Luís Moreira. **Crescimento Econômico, apropriação da renda e desenvolvimento humano nos municípios do Rio Grande do Sul entre 1990 e 2000**. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Economia do Desenvolvimento – PUC - RS. 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. Disponível em <http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH>. Acesso em 11 de maio de 2014.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia do Século XXI**. 5ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2009.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 5ª.ed.rev. São Paulo : Atlas, 2005.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 5ª ed. rev. São Paulo: Atlas – 2009.

ZANINI, Roselaine Ruviano, WAKULICZ, Jorge Gilmar e VON ENDER, Marta. **Estudos sobre as variáveis determinantes da distribuição de renda no Brasil**. Estudo apresentado no VII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Rio de Janeiro, 2010.

GT27 - EDUCAÇÃO, SAÚDE E DESAFIOS TERRITORIAIS: ESTUDOS
TRANSDISCIPLINARES SOBRE IDENTIDADES E NATUREZA NA
AMAZÔNIA

A SITUAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS DE RORAIMA: VIOLÊNCIA E DISCRIMINAÇÃO NA COMUNIDADE

O presente trabalho de pesquisa discute a situação das mulheres indígenas em Roraima e tem como objetivo analisar a violência e a discriminação contra a mulher indígena no âmbito da comunidade indígena, o foco principal desta pesquisa está centrado na discriminação e violência que as indígenas sofrem na comunidade abordando a importância da mulher na família, e no meio cultural, para que possamos discutir sobre direitos que cada uma possui em meio a sociedade. Este estudo busca também experimentar novas metodologias para novas abordagens científicas sobre a vida da mulher indígena.

Objetivo

Produzir material educativo que possa dar visibilidade ao tema e em especial, contribuir na divulgação das problemáticas e na valorização da mulher no conjunto da sociedade.

Metodologia

- Levantamento bibliográfico dos textos que fazem discussões sobre mulheres indígenas no centro de documentação- CEDOC / Insikiran-UFRR, discussão e leituras de textos juntamente com os membros do grupo PET/ Intercultural com a presença do orientador.
- Debates sobre o desenvolvimento do trabalho de pesquisa, viagem para a realização de entrevistas abertas nas comunidades indígenas com mulheres indígenas.
- Participação nas oficinas pedagógicas

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: mavera.bv15@hotmail.com

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: maxim.repetto@yahoo.com.br

Introdução

A participação das mulheres indígenas na política em contextos de aldeias, por certo, remonta a tempos imemoriais. E, a sua importância política nas sociedades em que vivem podem ser percebidas em muitas circunstâncias, tanto nos estudos arqueológicos, etno- históricos e antropológicos. (SIMONIAN; 2001)

A autora trás uma ampla discussão sobre a importância da mulher indígena no cotidiano, nas conjunturas históricas e políticas em que a mulher sempre esteve presente. Lembramos, pois do processo de colonização do Rio Branco até os dias de hoje, as mudanças que ocorreram desde os séculos passados, nos faz refletir sobre o papel da mulher indígena. Nesse sentido refletiremos sobre estes processos em que as indígenas roraimenses fizeram e fazem parte desde tempos remotos.

Embora as referências e informes sobre a presença da mulher indígena nas regiões da Serra e do Lavrado roraimenses, e ainda sobre sua participação política no processo de organização dos povos indígenas são escassas, Simonian (1998) nos alerta de que as pesquisas arqueológicas sobre a área não tem privilegiado a mulher enquanto objeto de pesquisa, e segundo a autora os pedaços de cerâmica encontrado na região, pode- se inferir que as mulheres indígenas no mínimo eram muito trabalhadoras, o que por certo tinham implicações sócio- políticas e ideológicas. (p. 53).

Para Lourdes (2003) a mulher macuxi antes da conquista voltava- se para atividades da agricultura, produção de artesanatos, fazeres domésticos e a criação dos filhos. Já no período posterior à colonização, muitas mulheres indígenas foram vítimas de rapto e vendidas como escravas, outras por sua vez eram mantidas como domésticas nas fazendas de gado e internadas em patronatos.

Entre os séculos XIX e XX as mulheres sofreram uma exploração da mão de obra muito forte, principalmente dentro das fazendas, onde trabalhavam como domésticas sem salário e nenhum tipo de remuneração, acompanhavam seus maridos, que muitas vezes faziam trabalhos forçados, além disso, alguns fazendeiros junto com seus empregados invadiam diversas vezes as malocas Wapixanas e Aturaíu estuprando as mulheres e matando os índios. (Coleção histórica- antropológico N° 1. Centro de informação Diocese de Roraima. pg.28).

Esta situação tende a mudar quando os povos indígenas com o início do processo de organização e discursão política no final dos anos 60 tem como reivindicação a luta contra a exploração da mão de obra e invasão de gados em suas terras, ou seja, era o envolvimento dos homens indígenas nos assuntos referentes ao processo de resistência, não no sentido que não tinham uma resistência, mas no sentido de uma organização política. (GUILHERME; 2003).

Os tuxauas reuniam-se pela primeira vez, em 1968; as reuniões passaram a ser anuais, e em caráter de assembleia só em 1977.

Eram poucas mulheres indígenas que assistiam às assembleias, porém, sem direito a voz e voto. Só em 1996 que as mulheres indígenas puderam ter uma reunião própria, quando num encontro anual de catequistas puderam falar do que lhes afligia e traçar seus interesses de discussão; entre 1996 a 1998 realizam cinco encontros estatuais e com isso, publicamente, as mulheres indígenas passaram a ser reconhecidas enquanto agentes políticos. (EL- HUSNY; 2003, p. 28)

As mulheres indígenas em aspectos políticos, não tinham voz no sentido de não opinar nas reuniões, é visível a invisibilidade da mulher na política, que logo depois de 1990 passa exercer um papel significativo. Para Simonian (2001) o que caracteriza a organização política das mulheres indígenas foram às condições históricas e culturais, condições estas de exploração, dominação, violência que elas estavam sujeitas desde tempos remotos.

Tal situação possibilita que as mulheres indígenas a entrar no campo da política e assumir o protagonismo é a consolidação dos movimentos indígenas nos finais dos anos de 1980. Com essa institucionalização foram criadas diversas organizações étnicas de articuladas localmente e regionalmente. Já nos anos de 1990 com as mudanças na política indigenista e do Estado brasileiro, surgem inúmeras organizações, locais, regionais, com papéis e perfis diferentes (associações de categorias econômicas, organizações étnicas e também pluriétnicas de caráter político ou econômico). (ORTOLAN; 2012, p. 141)

Para a antropóloga Ortolan Matos (2012), a trajetória da mulher indígena no movimento se caracteriza com intencionalidades e significações diferenciadas, tanto por partes das agentes feministas como também dos líderes masculinos, ou seja, em décadas anteriores as organizações foram criadas com a intenção de fortalecer o movimento político “dos homens”. A autora em seu texto reflete os espaços femininos ocupados no movimento indígena, ora de complementação ora específicas, para compreender a dinâmica do protagonismo das mulheres indígenas nas esferas públicas das políticas indígenas e indigenistas.

Neste sentido percebemos uma ampla discussão de vários estudos tanto políticos e culturais voltados para a mulher indígena em Roraima não só como objeto de pesquisa, mas como interlocutora do próprio movimento histórico, o que possibilita essas pesquisas são os estudos de gênero que veem crescendo nos últimos anos.

Para Monagas (2006) que discute “gênero e povos indígenas” em um subtítulo da sua tese de doutorado, a participação das mulheres em cargos comunitários e sua

inserção em atividades organizativas levou a discussão sobre seu posicionamento no interior de seus povos. Além disso, o fato de elas ocuparem posições anteriormente dadas como prerrogativas masculinas de intermediação com o universo não indígena conduz o debate a cerca das concepções do masculino e feminino dos âmbitos públicos e privados. (p. 26)

Conforme a autora as diversas etnografias sobre os povos indígenas davam maior ênfase nos assuntos relacionados ao mundo masculino em detrimento ao universo das mulheres, a discussão girava em torno da divisão dicotômica que associava as mulheres à esfera privada e doméstica, e os homens à esfera pública, ou seja, ao mundo político.

Essa divisão atribui uma visão de não participação das mulheres indígenas na política e em vários assuntos de seus povos, diferentes dos homens são excluídas por diversos motivos das atividades transcorridas no espaço público que são as que detêm maiores prestígio social. Quando a mulher passa a fazer parte do centro de análises, se dar ao início à visibilidade em torno da participação das mulheres como agentes sociais integradas nas diversas esferas de sua sociedade. (MONAGAS, 2006)

Neste sentido a autora também discute sobre os estudos antropológicos não só na Amazônia como no Brasil inteiro a importância da influência nos estudos de gênero que deram início em meados de 1970 e 1980, enfatizando o trabalho de diversos autores, para mostra como a categoria de gênero torna-se categoria de análises com novos questionamentos na etnologia. (p. 40)

Com ênfase das discussões de gênero que possibilita análise e indagações acerca das mulheres indígenas, que nos discutiremos a violência e discriminação no âmbito da esfera privada da mulher indígena em Roraima, este trabalho contém análise bibliográficas sobre textos que discutem gênero, violência de discriminação sofrida pelas mulheres indígenas.

As pesquisas realizadas nas comunidades como entrevistas abertas, e as viagens, as observações, norteiam nosso trabalho, as leituras, e a própria falta de discussões sobre a violência da mulher indígena em Roraima, fazem com que nos interessemos por este tema pouco discutido, além disso, produzir material para dar visibilidade ao tema é importante para suporte de novos temas de pesquisas.

A violência e discriminação

As estatísticas em torno dos altos índices de violência contra mulheres em todo o mundo e, mais especificamente no Brasil não deixam dúvidas quanto à necessidade

de combate sistematizado que deve ser feito bem como da necessidade de mudanças de comportamento e de atitudes da população frente à violência de gênero. (MACHADO, 1998 apud SILVA, 2010).

Conforme Silva (2010) não pode-se compreender a violência contra as mulheres apenas como um ou vários atos sistematizados de agressão contra seu corpo, seja da ordem do abuso sexual, seja do espancamento, da tortura física ou psicológica. (p, 561)

Para o autor a violência que a mulher sofre está impregnada no seu dia a dia, incorporada e enraizada no imaginário social coletivo da nossa sociedade, de homes e também das mulheres, que legitimam a subordinação, do sujeito feminino ao domínio do poder masculino.

A violência contra as mulheres está velada no mascaramento e na subordinação da nossa linguagem cotidiana, no uso de expressões e de diversos jogos de linguagem, nas palavras de duplo sentido na criação de referenciais para dar conta de uma realidade que não é mais condizente com o seu papel na sociedade, também na criação de estereótipos que moldam formas singulares de preconceito e discriminação através de personagens da vida cotidiana, tais como a doméstica, a dona de casa, a mãe e a garota de programa estilo de exportação, entre tantos outros tipos cuja imagem se transformou em um objeto tão vendável quanto qualquer outro produto de consumo, com o corpo explorado através da mídia, além de servir às leis imperativas do comércio e do turismo sexual. (SILVA, 2010, p. 560).

Neste sentido o autor que em seu trabalho discute “Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher” nos dá uma visão panorâmica sobre o que pode ser violência de gênero, para ele ela pode ser entendida como uma decantação do preconceito, da discriminação e do sentido de intolerância pelos quais as mulheres veem passando nos últimos dois séculos. (p.561)

Tomando por base o levantamento de Silva à violência contra as mulheres nos anos de 1970 não tinha visibilidade no Brasil, só começa a ter quando militantes dos Direitos humanos, cientistas políticos e sociais, passam a trabalhar na denúncia e publicitação dos altos índices de violência cometidas contra as mulheres pelos homens, tais como crime de classe média e classe alta que mobilizaram a imprensa, mostrando a necessidade de punir e erradicar a violência contra as mulheres no início dos anos 70. (SILVA, 2010).

Em contrapartida das nossas discussões sobre a violência e discriminação contra as mulheres indígenas é importante compreender os estudos sobre violência no Brasil, para que possamos iniciar os resultados da nossa pesquisa voltada para o Estado de Roraima o contexto local, que nos proporciona discutir violência de gênero

no contexto dos povos indígenas, no âmbito urbano e da comunidade. O grande desafio de estudar mulheres indígenas implica considerar, sobretudo a recente organização política que começaram a desenvolver, tanto internamente e em instâncias internacionais (PINTO, 2010).

Conforme a autora Alejandra Aquilar Pinto (2010, p. 1) as mulheres indígenas no mundo apresentam diferentes contextos sociais, causados pelo uso de seus costumes, e pela influência da sociedade externa, e por ser diferente da mulher ocidental, tem uma tripla discriminação causada por sua raça e etnia, ser mulher e sua condição geral de pobreza.

Autora chama atenção para a mulher indígena que por si, se torna diferente das outras mulheres, com isso, sofre diferentes discriminações e também violência, por ser pobre e principalmente por ser indígena.

Entender a violência e discriminação contra a mulher implica compreender a participação das mulheres indígenas na política, devemos mostrar primeiramente a sua participação, que tem sido cada vez mais importante, dentro das comunidades, elas participam de discussões, tem seu próprio Movimento de Mulheres Indígenas que surgiu no Brasil a partir das décadas de 1970 e 1980.

Desde então elas vem se destacando e ganhando voz, atuando como lideranças. Assim enriquecem os debates internos do Movimento Indígena, levantando e visibilizando temas como a violência interétnica, a saúde produtiva e a participação nas decisões de políticas dos governos, entre outros temas. (VERDUM, 2008).

Segundo Ricardo Verdum (2008, p. 12) as mulheres enfrentam discriminação e violência nas relações conjugais, familiares e intra-étnicas, além de discriminação interétnica (entre “brancos” e “indígenas”). Denunciam praticas de discriminação em relação às mulheres indígenas em suas próprias comunidades tais como, casamentos forçados, praticas de doar filhas às outras famílias, violência domestica violação das meninas adolescentes.

Na América Latina especificamente no México, há um amplo debate sobre as lutas das mulheres indígenas, sobre sua participação nas lutas indígenas, às dificuldades nas suas organizações, analisando as relações entre homens e mulheres dentro das comunidades e nas suas organizações políticas, discutem ainda sobre sexualidade dentro das comunidades indígenas e sobre a valorização das mulheres indígenas.

Los últimos años han visto un interés creciente sobre la situación de la mujer em el panorama mundial y em el contexto específico de cada país. Su análisis há ocupado tribunas internacionales, seminários y programas de cooperación, reclamando uma igualdad de oportunidades y participación que ya ninguna nación de América Latina desconoce em cuanto a los principios, pero que si embargo, toda via está lejos em la realidad. (D' EMILIO, p. 18)

Trazendo a discussão para a violência e a discriminação que a mulher indígena sofre em Roraima dentro das comunidades e na cidade (Boa Vista) mostraremos o desrespeito que essas mulheres vivenciam e que tem sido um das problemáticas discutidas pelas organizações das mulheres, o que tem gerado repercussões a nível nacional e internacional.

A violência dentro das comunidades indígenas cometida contra as mulheres tem sido na maioria das vezes uma violência silenciosa, que ocorre dentro da família, a chamada violência doméstica, que tem acontecido frequentemente devido a vários fatores, como a venda de bebidas alcoólicas dentro das comunidades, embora saibam que é proibido.

Na entrevista com a tuxaua da comunidade Manóá, T.I. Manoá-Pium, ela nos explicava que esse tem sido um dos problemas que as mulheres indígenas da comunidade têm enfrentado, sofrem agressões de seus companheiros quando estão bêbados. Mas não é por venda de bebidas em áreas indígenas que as mulheres têm sofrido agressões físicas, até por que dentro das comunidades temos as bebidas tradicionais, como o Caxiri e Pajuaru, que, quando fermentados, fazem com que as pessoas fiquem embriagadas, na maioria dos casos os homens, que por sua vez causam violência machucando suas mulheres e até mesmo seus próprios filhos.

A mulher muitas vezes não tem como se defender, porque dentro das comunidades não tem como denunciar tal abuso, pois não tem postos policiais nas comunidades, conforme afirma o autor: “as mulheres indígenas tem pouca oportunidade denunciar estes abusos ante a lei, e quando o fazem sofrem incompreensões fortes no seu meio familiar e comunitário” (VERDUM, 2008, p. 12).

Quando o autor menciona as incompreensões no meio familiar, diz a respeito das atitudes dos familiares das mulheres indígenas, como por exemplo: não denunciar, aceitar o ocorrido, porque se ela denunciar, ou até mesmo deixar seu esposo não vai ter quem a ajude ou a sustente.

A maioria dos crimes cometidos conta as mulheres indígenas dentro da comunidade em relação à violência doméstica tem sido relacionada com o uso do álcool, como afirma Wiecko (2008): “a maioria dos depoimentos na audiência pública evidenciaram que o maior problema era a violência contra as mulheres indígenas, praticadas por não índios e por índios, este em geral em contexto de abuso de álcool” (p. 25).

Essa afirmação é parte de uma pesquisa feita pelo Ministério Público Federal (MPF) sobre os procedimentos administrativos da apuração sobre violência praticada na Reserva indígena de Dourados (MS), mas não é destacado o tema nos regis-

tros, que por vez se torna invisível e não chega á procuradoria e nem às delegacias, diz Castilho (2008).

Existem muitas questões a serem discutidas sobre a violência, principalmente nas relações de gêneros, pois as mulheres sofrem maus tratos, apanham dos homens quando bebem, mas elas têm buscado participação nas ações das lideranças e direito de expressão. Drogas e bebidas incapacitam os homens para o trabalho, levando as mulheres a pescar ou até a caçar, isso inverte o papel tradicional assinalado aos homens. Isso nos mostra o estudo feito pela antropóloga Jacira Bulhões, da procuradoria da Republica no estado do Mato Grosso, que identificou esses problemas no III Encontro das Mulheres em Mato Grosso (CASTILHO, 2008, p. 24).

Na pesquisa de campo realizada em Jan/ Fev de 2012 na comunidade Manóa/ Bonfim entre os dias 31 a 04 de fevereiro, juntamente com os Bolsistas do grupo PET/ Intercultural e alunos da Licenciatura Intercultural do Instituto Insikiran, nos deram dados significativos, sobre violência doméstica, a importância da mulher na comunidade, visão da adolescente, tuxaua e de uma senhora idosa da comunidade sobre como a mulher é vista.

As entrevistas realizadas na comunidade contêm perguntas relacionadas, a importância da mulher indígena, violência e discriminação, trabalho da mulher, e saúde, como se fosse um diagnostico da mulher indígena na comunidade. O primeiro passo a ser feito como pesquisadora/ bolsista foi reconhecer o local de pesquisa ou educar o olhar como nos diz Roberto Cardoso de Oliveira em seu texto “O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, e escrever”.

Talvez a primeira experiência do pesquisador de campo- ou no campo- esteja na domesticação teórica do olhar. Isso porque, a partir do momento em que nos sentimos preparados para investigação empírica, o objeto, sobre o qual dirigimos o nosso olhar, já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo. Seja qual for esse objeto ele não escapa de ser apreendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora da nossa maneira de ver a realidade. (OLIVEIRA; 2008, p. 19).

Durante quatro dias observei a divisão do trabalho das mulheres, em que atividades estavam inseridas e quais papéis exerciam na família. As mulheres da comunidade estavam nas atividades rotineiras os fazeres de casa e algumas atividades na roça, de fazer caxiri, beiju e farinha. Ressalto entre o mês de janeiro e fevereiro é a época dos plantios e de colheita e da derruba de mata para novas roças.

Os homens da comunidade segundo algumas mulheres e como pude perceber através da observação estavam na derruba das roças que ficava distante da comunidade, alguns estavam na atividade de pesca. Outros alunos/ pesquisadores puderam

ir até a derruba de roça, e acompanhar as atividades dos homens, conforme o projeto elaborado cada pesquisador seguia sua linha e fazia suas observações por isso não acompanhei esse grupo, fiquei na comunidade e fui a algumas casas onde as mulheres realizavam suas atividades.

Visitei uma “casa de farinha” local onde as mulheres usam para fazer a farinha de mandioca, fazer beiju entre outros alimentos da cultura indígena, o número de mulheres era predominante, enquanto uma raspava a mandioca acompanhada de umas crianças que já sabiam raspar a outras estavam lavando e colocando no motor para triturar e fazer a maça, depois peneirar e assim com a massa pronta para fazer a farinha, a outra senhora estava mexendo a farinha que já estava no forno.

Na sociedade indígena tradicional, o âmbito doméstico goza de mais prestígio e autonomia que na sociedade moderna, e que ali se deliberam e encaminham decisões específicas e particulares que afetam a reprodução da vida não somente doméstica, mas também do grupo como um todo. Nesse sentido, o que acontece no espaço doméstico é também político e tem impacto na vida da comunidade. Poder-se-ia dizer que o público e o doméstico são ambos políticos ou, melhor, que a política atravessa os dois, faz se nos dois. Por isso, é mais interessante e produtivo falarmos não somente em esfera doméstica e esfera pública, mas também em espaço doméstico e espaço público. (SEGATO, 2002 p. 17).

Conforme a citação de Segato (2002) sabe-se que o que estávamos observando o âmbito doméstico que afeta o âmbito público e privado das sociedades indígenas, que nos permite ainda perceber as mulheres na esfera familiar a sua importância na produção de alimentos, e no cuidado dos filhos. Quanto à violência contra as mulheres na comunidade pude perceber nas entrevistas e na conversa com dona Arlinda, pude constatar que as mulheres são agredidas sim na comunidade.

As mulheres em alguns casos como podemos constatar nas entrevistas vítimas da bebida alcoólica, apanham e continuam caladas, agredidas não podem denunciar porque na comunidade não há polícia, segundo a tuxaua da comunidade isso não tem acontecido muito, mas antes da demarcação da Terra Indígena acontecia frequentemente. “As mulheres indígenas são vítimas constantes de violência. Os casos mais comuns são especialmente de agressões físicas em situação de embriaguez do companheiro ou outras pessoas da família”. (FREITAS, 2008, p. 52).

É importante ressaltar que as indígenas de Roraima através da Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR) tem comunicado ao MPF nas cartas de suas assembleias denúncias sobre as violências que seus companheiros, pais ou filhos cometem contra elas devido o uso e consumo de bebidas alcoólicas, reivindicando o fim da venda de bebidas nas comunidades. (CATILHO; 2008)

No contexto das mulheres indígenas, a falta de informação sobre a Lei Maria da Penha apresenta-se como uma realidade ou, quando não, as informações são repassadas de forma distorcida. Por exemplo, tem amedrontando bastante as mulheres indígenas a informação de que, caso façam a denúncia de que foram vítimas de violência, serão tiradas das suas casas, das suas terras, dos seus territórios de convívio e levadas para as tais casas de abrigo, fora do seu lar. (SOUZA E SILVA; KAXUYANA, 2008, p.34).

Para Freitas (2008) que discute “Mulheres indígenas e a luta por direitos na Região Sul” as mulheres indígenas tem cada vez reivindicado seus direitos e ocupado diferentes espaços de relevância social e política no cenário nacional. Para a autora o apoio das instituições governamentais e não governamentais são de fundamental importância para o avanço da luta e garantia e da efetivação dos seus direitos.

Na Região Sul, as mulheres indígenas têm participado de reuniões de planejamento com órgãos governamentais e sua contribuição nas discussões, quando da definição de prioridade, principalmente no que se refere na agricultura familiar, tem sido no sentido da ampliação do apoio da produção diversificada de alimentos, que às vezes contraria a vontade dos homens, que quase sempre tende a investir na monocultura. Solicitam ainda incentivos à produção e comercialização do artesanato; construção e infraestrutura para funcionamento de padarias; cursos de costura; capacitação para as associações comunitárias; além de outras reivindicações referentes à realidade local. (FREITAS, 2008, p. 48).

Nas entrevistas realizadas com mulheres indígenas da comunidade pesquisada Manóia/ Bonfim- RR elas tem realizado atividades semelhante às mulheres no Sul, mais com pouco sucesso, como por exemplo, participação nas reuniões trabalha em conjunto com os homens, produção de artesanatos, corte costura, e associação comunitária como no caso da produção de farinha.

Mas segundo as próprias mulheres indígenas da comunidade a produção de artesanatos não tem sido realizada coletivamente, e o corte costura não funciona, porque a casa onde guardavam as máquinas de costura estava em má condição e a casa caiu, a outra casa que foi construída para o corte costura foi cedida para equipe médica que realizava trabalho na comunidade e as mulheres não puderam realizar as atividades.

Conclusões

As mulheres indígenas passam por várias dificuldades no âmbito privado e público, isso é vigente tanto nas entrevistas como nas leituras dos textos que discutem mulheres indígenas. É importante destacar que as mulheres indígenas não só são

vítimas, elas têm lutado pelo direito a autonomia ao longo das décadas, tem se tornado protagonista e traçado seus próprios caminhos, conquistando seu espaço social e valores culturais.

As instituições governamentais e não governamentais tem ajudado, na luta contra a violência que afetam as mulheres indígenas na comunidade, além disso, existem estudos voltados para a inserção da Lei Maria da Penha nas comunidades, devidos vários casos e denúncias feitas ao ministério público federal (MPF), um exemplo disso tem sido os estudos de Kaxuyana Souza e Silva (2008) que discute “A Lei Maria da Penha e as mulheres indígenas”.

De acordo com as observações de campo podemos dizer que essas políticas de valorização das mulheres indígenas têm afetado as mulheres indígenas de Roraima, porque na comunidade pesquisada a liderança era uma mulher dona Demilza Trindade, já tinha quatro meses de sua gestão segundo ela no começo teve medo de não conseguir administrar a comunidade, mas que enfrentou as dificuldades e luta para melhoria de seu povo. A senhora Arlinda a qual fiz entrevista com ela também era uma liderança feminina tinha o cargo de (capataz) tipo de administradora na comunidade, já participou da OMIR (Organização das Mulheres Indígenas de Roraima).

A OMIR organização que atua desde 1990 oficializada na 1º Assembleia Geral das Mulheres Indígenas de Roraima, ocorrida em 28 a 30 de novembro de 1999 na maloca Três Corações na região do Amajari tem sido uma das grandes parceiras das mulheres indígenas em conjunto na luta contra a violência contra as mulheres.

Como já mostrado anteriormente as mulheres tem conquistado espaços na política na esfera pública, a importância dessa atuação para os povos indígenas tem sido de grande ajuda, principalmente para o reconhecimento dos direitos da mulher.

Nas pautas das reuniões sempre podemos ver suas reivindicações, elaboração de cartilhas que trata dos problemas ocasionados a bebidas alcoólicas, realização de seminário sobre alcoolismo entre 22 e 23 de fevereiro de 2002 na região do Amajari, participação em seminários no âmbito regional e nacional. (EL- HUSNY, 2003).

Referências bibliográficas

EL- HUSNY, M. D. Lourdes. **Mulheres Macuxi uma identidade política (1986-2002)** Dissertação (Mestrado) apresentada no programa de Pós- Graduação em História Social da UFRJ, 2003.

D' EMILIO, Anna Lucía. **La mujer indígena e su educación.** Mujer indígena y educación em América Latina

GARCIA, Malena Rodríguez. **Las mujeres em las luchas de los pueblos indígenas, complementariedad y dualidade:** Herencia y horizonte de las mujeres de los pueblos indígenas. (Org) Gutiérrez, Raquel; Escárzaga, Fabiola: Movimento indígena em América Latina: resistencia y proyecto alternativo. Vol II, (p. 331- 338). México, 2006.

ÍNDIOS DE RORAIMA. **Makuxi, Tarepang, Ingaricó, Wapixana.** Coleção histórica- antropológico N° 1. Centro de informação Diocese de Roraima.

MONAGAS, Angêla Célia Sacchi. **União, luta, liberdade e resistência:** as organizações de mulheres indígenas da Amazônia Brasileira. Tese (Doutorado)- apresentada ao programa de Pós- Graduação em Antropologia pela UFPE, 2006.

OLIVEIRA, Gomes Reginaldo. **Projeto Kuwai Kírí:** a experiência amazônica dos Índios urbanos de Boa Vista. Boa Vista: Editora da UFRR, 2010.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **“O trabalho do antropólogo: olhar ouvir, e escrever”** 3ª Edição. Brasília: Paralelo; São Paulo: Editora Unesp, 2006.

PINTO, Alejandra Aguillar. **Reinventando o feminismo:** As mulheres indígenas e suas demandas de gênero. Fazendo Gênero 9, Diáspora, Diversidade e Deslocamento. 23 a 26 de Agosto; 2010.

SIMONIAN, Lígia T.L; **Mulheres Indígenas Roraimenses:** Organização política, impasses e perspectivas. In. ALVES, Cláudia Lima Esteves (Org) Formação do espaço amazônico e relações fronteiriças. Boa Vista- RR, CCSG/ UFRR; 1998.

SILVA, Sergio Gomes d. **Preconceito e Discriminação:** As Bases da Violência Contra a Mulher. Psicologia, Ciência e profissão 2010, 30 (3), 556-571. UFRJ.

SOUZA, Eliandro; REPETTO, Maxim. **Diagnostico da situação dos indígenas na cidade de Boa Vista.** Boa Vista: Gráfica Ióris, 2007.

VERDUM, Ricardo (Organizador) **Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas.** Brasília: Inesc, 2008.

WIECKO, Ela [et al]. A Violência Doméstica contra a Mulher Indígena no âmbito dos Povos Indígenas: qual lei aplicar?. In. VERDUM, Ricardo (Organizador) Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas. Brasília: Inesc, 2008.

Entrevistas

Anexo I

Nome: Arlinda
Profissão: capataz
Povo: Macuxi
Idade: 59 anos

1. Como você vê a situação da mulher indígena dentro da comunidade? R: eu vejo assim que tem as comunidades que as mulheres estão bem, as outras estão, as vezes elas sofrem assim: marido bebe, aí vai espancar mulher e elas não contam, apanha do marido mais não denuncia.

2. Quais são as perspectiva das mulheres dentro da comunidade? R: que as mulheres devem se reunir.

3. Por ser uma liderança feminina já sofreu preconceito? R: não, nunca soufri.

4. Você já participou de algum movimento ou Organização de mulheres aqui no estado de Roraima? R: já. Que organização? R: a OMIR, sobre trabalhos.

5. Que tipo de atividades as mulheres desenvolvem dentro da comunidade? Corte de costura, vão pra roça, fazem rede. Mais ninguém fez mais, porque a casa caiu de depois nós tinha outra casa, mais a tuxaua cedeu para os médicos que vinham pra cá a acabamos ficando sem casa as maquinas de corte costura ficaram espalhada por aí.

6. E como à senhora vê a importância da mulher no trabalho? Trabalham em conjunto com os homens? Há elas vão pra roça, faz farinha, tem uns homens que ajudam colocam lenha pra fazer farinha, ajudam a plantar outros não, pode a mulher trabalhando mais nem ligam.

7. Pra senhora quais doenças que afetam mais as mulheres na comunidade? As doenças venéreas.

A dona Arlinda não soube responder outras perguntas.

Anexo II

Nome: Demilza Trindade
Profissão: Professora e Tuxaua
Povo: Macuxi
Idade: 44 anos

1. Como você vê a situação da mulher indígena dentro da comunidade? Pelo que agente ver a mulher por ser mulher vem sendo discriminada, a gente sofre nessa parte aí, eu como tô vendo na minha gestão né, antes não via falar da mulher nas outras gestão de tuxauas, mais na minha gestão se der tudo certo vamos voltar a dar voz a mulher.

2. Quais são as perspectiva das mulheres dentro da comunidade? R: Vejo futuramente a mulher, não as senhoras de idade mais as jovens participando das reuniões, liderando, futuramente serão líder aqui elas que já vão poder comandar, porque a mulher não por ela ser frágil que não é capaz, ela é sim, também pode ser uma grande pessoa.

3. Por ser uma liderança feminina já sofreu preconceito? R: Não vejo isso como um problema, não sofri, vejo isso como um progresso paras as mulheres, eu como liderança claro que existe sim preconceito, no início da minha gestão eu sofri um pouquinho mais eu disse vou superar tudo que vier é muitas barreiras. Quando fui eleita como mulher tuxaua teve alguns machista e que eu não era capaz , mas mostrei que era diferente que eu não era como e3les pensavam , não vejo o lado das mulheres vejo também o lado dos homens, tenho certeza que todos podem trabalhar juntos , homens e mulheres e eu tô gostando do trabalho que estou liderando.

4. Que tipo de trabalho as mulheres desenvolvem dentro da comunidade? Ela desenvolviam um trabalho muito bonito que era o corte costura, mais hoje não fazem mais por que a casa onde elas costuravam caiu, elas são importante para o desenvolvimento da cultura porque também fazem artesanatos, não mais no coletivo mais agora individualmente, por causa que não temos lugar para desenvolver, a casa caiu e isso tem dificultado bastante.

5. Qual o papel da mulher na família? Vejo o papel da mulher como algo muito importante, a mulher também não é valorizada na família, às vezes elas sofrem varias agressões são quando o marido desvaloriza a mulher, se ela não existisse o homem não estaria aqui, porque a mulher é cuida de tudo ela que une se não fosse por ela a família não existiria a família seria abandonada.

6. E já ouviu algum caso de abandono de família? Já sim, já houve caso isso que quero colocar, ano passado houve muito caso disso separação de família e as crianças sofrendo as consequências, eu não digo essas mães que vão de uma vez que morrem e as crianças ficam isso a gente entende nessa parte podemos ajudar o pai porque ele ficou sendo pai e mãe ao mesmo tempo, tem acontecido bastante a morte de mãe, como posso dizer sou mãe de treze filhos, fui mãe três vezes, dos meus

biológicos e crio também meninos órfão de pai e de mãe. Então o papel da mulher é muito importante até demais.

7. A senhora citou que já houve casos de morte, o que levou essas mulheres a morrer foram às doenças? Ou caso de violência doméstica? Sempre tem acontecido na parte da doença, na parte da saúde da mulher sobre o câncer, a mulher tá com câncer parece que ela se entrega totalmente a doença com dois três meses elas morrem, acabam deixando as crianças órfãs, isso tem afetado bastante a comunidade, já os outros que separam é outra coisa um problema diferente.

8. Quais são as doenças que afetam mais as mulheres? Há câncer como eu já disse, o diabetes, já morreu uma mãe com essa doença, isso tem se agravado aqui, desde que teve o programa bolsa família do governo federal, tem aumentado as infecções e doenças porque as mães estavam tendo filho um atrás do outro visando já o salário, esses casos de as mulheres não sarar causou várias mulheres.

9. Como a senhora vê as adolescentes? Quais problemas enfrentam? Sobre as meninas tem acontecido bastante à gravidez precoce principalmente com as alunas daqui, esse é um problema que acontece acho que em todas as comunidades, vamos colocar assim com um problema mundial, mais para parar um pouco isso temos feitos, reuniões, palestras, a gente de saúde nos buscamos.

10. E sobre as atividades delas? Nada assim, além de ajudar os pais em casa e estudar.

11. E a violência tem sido um problema na comunidade? Sim isso tem gerado problema sim, e esta gerando sim e principalmente nas comunidades indígenas, porque aqui é uma área indígena e mesmo assim ainda tem casos de violência, antes entravam marreteiros traziam bebidas e vendiam aqui, embriagava os índios, as meninas e acontecia casos de gravidez, as mulheres sofriam porque quando elas ficavam bêbadas eles tinham relações sexuais com elas, também tem casos de esposas sendo espancada, sido colocada fora de casa, tem acontecido essas coisas. Mais já faz três meses que estou aqui na minha gestão ainda não vejo essas coisas acontecendo principalmente na festa que fizemos a “festa da farinha” as pessoas mesmo fiscalizam umas as outras para que não tenha agressão aqui.

12. Quem participa da festa da farinha como ela é organizada? As mulheres e homens trabalham juntos? A festa da farinha vem sendo desenvolvida tanto por homens quanto por mulheres né.

13. O que as mulheres fazem? Ah elas ficam na parte da organização da festa da farinha, estão também na parte da agricultura, plantando, colhendo, na verdade elas trabalham coletivamente com a comunidade como um todo.

Anexo III

Nome: Tassiara de Souza Ferreira

Profissão: Estudante

Idade: 13 anos

Povo: Wapichana

1. Como você vê a situação da mulher indígena dentro da comunidade? Vejo que elas trabalham muito na roça, fazendo caxiri, e muitas outras coisas da cultura indígena

2. Como você vê a tuxaua? Vejo que ela trabalha muito, não só por ser tuxaua mais por ser membro da comunidade e fazer outras coisas. Gosto muito do trabalho dela.

3. Você acha ela sofre preconceito por ser mulher e liderança feminina? Sim, ela sofre. Você já viu algum caso? Não (risos)

4. Você como adolescente que atividade desenvolve? A gente faz várias brincadeiras, porque sabemos que tem gente que usa droga, e para não deixar que isso aconteça brincamos e espero que tenha um projeto da comunidade voltado pra nós.

5. Quais problemas enfrentam as adolescentes? Há elas engravidam muito cedo, as meninas com 13 anos já estão grávidas chega nos 16 já estão com uns três filhos todos sem pai muitas vezes até abandonam a criança ou são para avó criar e vão embora. As vezes os pais deixam mesmo em casa.

A EPISTEMOLOGIA DE JEAN PIAGET E SUA RELAÇÃO COM O MÉTODO PEDAGÓGICO DE PAULO FREIRE POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO LIBERTADORA

Introdução

No campo da epistemologia da educação, os dois pensadores, Jean Piaget e Paulo Freire promoveram a partir de seus estudos, e no caso específico de Freire, a partir do desenvolvimento de seu método de ensino, grande contribuição na busca do compreensão acerca de como o conhecimento se processa no indivíduo. A percepção da importância de suas teorias pode ser evidenciada pela constante utilização de suas obras na formação de professores no Brasil.

Esse ensaio foi elaborado com base na análise de obras dos próprios autores e outros que discutem e refletem sobre a contribuição destes no contexto da educação contemporânea, fazendo um recorte sobre a Teoria da Equilíbrio de Piaget, com o intuito de compreender as semelhanças epistemológicas contidas em Piaget e Freire.

Propõe-se adentrarmos, mesmo que de forma singela, na epistemologia de Jean Piaget e no método de ensino freiriano. Entender suas concepções de aprendizagem, sujeito e suas implicações na sociedade. Para então, buscamos identificar com maior facilidade a compreensão sobre a relação entre os pensamentos dos estudiosos da educação em questão, bem como a contribuição dos referidos epistemólogos na construção de uma educação do campo libertadora.

A reflexão sobre uma educação do campo libertadora estará centrada na concepção pedagógica de Paulo Freire, considerando o legado deste estudioso, na formulação de uma pedagogia humanista crítica, ao conceber a formação do ser em sua totalidade, não se limitando apenas ao desenvolvimento cognitivo.

* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR. E-mail: francimeire.souza@hotmail.com

A epistemologia de Jean Piaget

Em suas pesquisas sobre o desenvolvimento cognitivo, o psicólogo Jean Piaget investiga o sujeito que conhece e o mundo que tenta conhecer. Sua teoria considera que as crianças não pensam como os adultos, considerado revolucionada para uma época em que acreditava-se que crianças e adultos aprendiam da mesma forma.

Para ele, a maneira de pensar das crianças se diferencia dos adultos, pois a elas falta certas habilidades que distingue a forma de pensar tanto em graus, quanto em classes. A aprendizagem mental e física, não depende exclusivamente de fatores biológicos relacionados a maturação do indivíduo, mas também se desenvolve em relacionamento às estruturas lógicas do raciocínio, conforme ressalta Piaget (1974, p.34):

“[...] a aprendizagem não se confunde necessariamente com o desenvolvimento, e que, mesmo da hipótese segundo a qual as estruturas lógicas não resultam da maturação de mecanismos inatos somente, o problema subsiste em estabelecer se sua formação se reduz a uma aprendizagem propriamente dita ou depende de processos de significação ultrapassando o quadro do que designamos habitualmente sob este nome.”

A teoria piagetiana tem como pressuposto básico o interacionismo e construtivismo. Para Piaget (1988) a aprendizagem se dá pela interação do indivíduo com o ambiente, fazendo com que ele construa estruturas mentais e adquira formas de fazê-las funcionar. Logo, o eixo central de sua teoria está na ideia de interação do indivíduo com o meio.

A aprendizagem começa no nascimento desse indivíduo e termina com sua morte. Fatores internos do indivíduo e fatores de interação do sujeito com a realidade irão influenciar no processo de desenvolvimento da sua inteligência.

Desde que os homens falam, por exemplo, nenhum idioma se implantou por hereditariedade, e é sempre através de uma ação educativa externa do ambiente familiar junto à criancinha que essa aprende a sua língua, tão apropriadamente denominada “materna”. Sem dúvida as potencialidades do sistema nervoso humano tornam possível tal aquisição, negada aos antropóides, e a posse de uma certa ‘função simbólica’ faz parte destas disposições internas que a sociedade não cria mas utiliza; todavia sem uma transmissão social exterior (isto é, em primeiro lugar educativa), a continuidade da linguagem coletiva tornar-se-ia praticamente impossível. (PIAGET, 1988, p. 30)

Nesse processo, a aprendizagem ocorre pela “equilibração” entre a hereditariedade (maturação do organismo), experiência física (experiência material) e a

transmissão (educação) social. Ou seja, a “equilibração” haverá quando, o sujeito consegue desenvolver o equilíbrio entre os processos de “assimilação” e de “acomodação”. Sobre concepção de equilibração de Piaget apud Becker (1997, p. 91) esclarece que:

Assim, parece altamente provável que a construção das estruturas seja principalmente obra de equilibração, definida não pelo equilíbrio entre forças opostas, mas pela auto-regulação; isto é, a equilibração é um conjunto de reações ativas do sujeito às perturbações externas [...]

A equilibração das estruturas mentais ocorre pela “assimilação” decorrente do processo cognitivo, quando o sujeito consegue incorporar elementos externos em contato com o meio, construindo uma estrutura ou um esquema próprio, a partir de estruturas cognitivas já existentes, resultando em um segundo processo denominado por “acomodação”, quando as estruturas mentais são modificadas para que se efetive a assimilação do objeto de conhecimento.

Segundo Piaget (1973, p. 14) a importância da assimilação está na noção de significação de conceitos apreendidos, da qual está implicada a ação de conhecer determinado objeto. O sujeito assimila o objeto do conhecimento e lhe atribui significado por meio de esquemas de ação. A aprendizagem nesse sentido ocorre mediante a interação do sujeito com o seu meio, ou seja, o conhecimento se constrói na interação do sujeito com o objeto de aprendizagem.

O processo de equilibração pode ser entendido como uma forma de organização de estruturas cognitivas de maneira coerente, lógica e dinâmica, que possibilita a construção de uma forma de adaptação à realidade. Considera-se ainda que todo indivíduo possui experiência em graus diferentes que resulta num processo de assimilação e acomodação próprio, a depender da relação do indivíduo vai elaborar e assimilar as suas interações com o meio, para uma nova conquista da equilibração do organismo, o que vai ocorrer ao longo de sua vida.

Concepção pedagógica de Paulo Freire

O pedagogo Paulo Freire desenvolve seu método centrado na perspectiva de formação de jovens e adultos com base em princípios da dialogicidade. Tinha como concepção pedagógica uma educação comprometida com o desenvolvimento, a formação da consciência crítica e a construção de personalidades democráticas, com

base numa educação popular desenvolvida inicial no âmbito Movimento de Cultura Popular (MCP) do Recife. Sobre o início de seu método, Freire (1963, p. 19) nos diz:

[...]quando eu começo, no próprio MCP, a desenvolver os círculos de cultura, a coisa funcionava de maneira excepcional, então um dia eu disse a mim mesmo que era possível juntar aos resultados que estava obtendo, sem nenhuma preocupação de leitura, poderia juntar a esse trabalho também a preocupação com a leitura da palavra... Aí eu começo a arquitetar, começo a refletir sobre todo o meu passado, sobre toda a experiência no Sesi, e começo a primeira experiência no Poço da Panela...

O método de alfabetização de Paulo Freire almejava a compreensão do homem, da educação e da sociedade. Característico por sua simplicidade, o método freiriano, visava romper com práticas tradicionais da época, as quais consideravam o adulto-estudante como um analfabeto. Seu método preconizava a dialogicidade como essência da educação como prática da liberdade, de acordo com Freire (2001, p. 44):

Quando tentamos um adentramento no diálogo, como fenômeno humano, se nos revela algo que poderemos dizer se ele mesmo: a palavra. Mas, ao encontrarmos a palavra, na análise do diálogo, como algo mais que um meio para que ele se faça, se nos impõe buscar, também seus elementos constitutivos.

Esta busca nos leva a surpreender, nela, duas dimensões; ação e reflexão, de tal forma solidárias, em uma interação tão radical que, sacrificada, ainda que em parte, uma delas, se ressentem, imediatamente, a outra. Não há palavra que não seja práxis. Daí, que dizer que a palavra verdadeira seja transformar o mundo.

Paulo Freire utilizava-se de “palavras-geradoras” em seu método, que segundo Freire (1987, p. 6) são utilizadas como temas geradores, que promovem a codificação e recodificação dos significados das palavras, a partir de conceitos vivenciados na própria realidade do alfabetizando. Nesse processo, o sujeito conhece o mundo, num movimento de conhecer o mundo, perpassa pelo encontro consigo mesmo e com os demais. Sobre a importância do método freiriano de alfabetização Beisiegel (2010, p. 42):

Como outras importantes criações, o Método Paulo Freire de Alfabetização também apresentava notável simplicidade. O educador entendia que mesmo as palavras geralmente empregadas para designar os vários elementos da prática educativa, tais como “escola”, “classe”, “professor”, “aluno” etc., estavam impregnadas de significações inaceitáveis, conotavam as orientações “domesticadoras” da educação brasileira tradicional. Por isso mesmo, já a nomenclatura que adotava no método de alfabetização exprimia a intenção de alterar radicalmente as práticas então usuais na educação do adulto analfabeto. As “classes” eram substituídas pelos “círculos de cultura”, os “alunos” pelos “participantes dos grupos de discus-

sões”, os “*professores*” cediam lugar aos “*coordenadores de debates*”. De igual modo, a “aula” era substituída pelo “debate” ou pelo “diálogo” entre educador e educandos e o “*programa*” por “*situações existenciais*” capazes de desafiar os agrupamentos e de levá-los a assumir posições de reflexão e crítica diante das condições dessa mesma existência.

A proposta do seu método pedagógico estava centrada em conceitos de cultura e de liberdade da prática educativa. O educando nesse processo era sujeito ativo pela busca do conhecimento. A aprendizagem se dava mediante a contextualização do ensino a realidade dos educandos, num processo permanente de tomada de consciência e busca contante pela transformação da sociedade (FREIRE, 2005).

A concepção pedagógica de Paulo Freire visa assegurar uma formação que possibilite ao estudante o desenvolvimento de aprendizagens capazes de construir novos conhecimentos que, acima de tudo, lhe permita buscar a melhoria da sua condição de existência, a partir de uma formação emancipatória e comprometida eticamente com a formação humanista.

Desde o começo mesmo da luta pela humanização, pela superação da contradição opressor □ oprimidos, é preciso que eles se convençam de que esta luta exige deles, a partir do momento em que a aceitam, a sua responsabilidade total. É que esta luta não se justifica apenas em que passem a ter liberdade para comer, mas “liberdade para criar e construir, para admirar e aventurar □ se”. Tal liberdade requer que o indivíduo seja ativo e responsável, não um escravo nem uma peça bem alimentada da máquina (FREIRE, 2001, p. 55).

A educação concebida como prática libertadora por Paulo Freire (2001), preconiza que professor e estudantes atuem protagonistas do processo educativo, construído a partir do diálogo e da problematização das questões que estão presentes no cotidiano da vida, do trabalho, da sociedade. A dialogicidade nesse contexto visa refletir sobre a realidade, por meio da realidade mediatizadora, a fim de transformá-la.

A relação entre a epistemologia de Jean Piaget e o método pedagógico de Paulo Freire por uma educação do campo libertadora

A análise sobre a contribuição da epistemologia de Jean Piaget em relação ao método pedagógico freiriano serão aqui elencadas nas perspectivas de aprendizagem dos sujeitos, na formação e atuação de professores e conseqüentemente no projeto de sociedade. Considerando que estas, apesar de possuírem outros tantos elementos da prática educativa, são balizadoras para uma reflexão no contexto atual da educação.

Quando Piaget (1974, p. 14) descreve a importância do processo de assimilação que ocorre mediante a consciência do sujeito sobre sua ação, numa interação sujeito e objeto, entendemos que essa interação, possibilita ao sujeito uma atuação ativa entre a forma que o conhecimento opera. Essa interação ativa, corrobora com o pensamento de Freire apud Becker (1997, p. 104) tento como “*o ato de conhecer ilumina a ação que é fonte de conhecer*”. Sobre essa pedagogia libertadora defendida por Freire (2001, p. 46) temos:

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com sua transformação; o segundo, em que transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser pedagogia dos homens em processo de permanente libertação.

A formação libertadora preconizada por Freire (1987), se consolida em sua pedagogia do oprimido, cuja condição de sujeito e educação se conjugam num movimento co-participativo “Educador e educandos (liderança e massas), co-intencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato...”, numa ação de construção e re-construção do conhecimento, comprometidos com a efetivação de transformações sociais.

Piaget (1973), não obstante, ao considerar que cada sujeito aprende de forma diferente, bem como que o aprendizado é fruto da interação do sujeito com o objeto, traz no bojo de seu pensamento a importância dessa ação desenvolvida de forma consciente e ativa pelo sujeito.

Ambos pensadores, defendem que o professor, enquanto educador, possui significativo papel nesse processo. Piaget (1988) ao falar sobre que os problemas da aprendizagem ocorrem em função de problemas metodológicos, remete ao professor o desafio de rever seus métodos para que as diversidades e especificidades da forma de aprender do educando seja vislumbrada num processo de interação sujeito-objeto.

Paulo Freire (2002), apresenta aos educadores os saberes necessários à prática educativa, todos eles, alicerçados no respeito a liberdade e autonomia do educando. Pois segundo Freire, ensinar não é transferir conhecimento, mas sim promover os meios para que o aprendizado se concretize.

A concepção pedagógica de Paulo Freire ao primar pela dialogicidade no processo de formação do estudante considera que o diálogo é a base para a seleção de conteúdos motivados pelas questões presentes na realidade do estudante, da escola

e da sociedade. O diálogo que visa estimular a formação de sujeitos críticos, ativos e não conformados com a realidade que os cerca.

A pedagogia proposta por Paulo Freire, no Brasil, se consolida nos movimentos sociais, a partir da concepção de prática pedagógica com vistas a transformação social, adentra o campo popular, pois apresenta como possibilidade pensar a educação para as classes trabalhadoras, na perspectiva de uma educação que liberta e que supera as desigualdades.

Considerações finais

As reflexões constantes nesse artigo partem de uma iniciativa de buscar conhecer os princípios epistemológicos contidos na teoria de Jean Piaget e a relação da cientificidade presente no método de alfabetização de Paulo Freire. Tratou-se de um ensaio, que precisa em determinado momento ser retomado e aprofundado, considerado a vasta obra e contribuição dos referidos pensadores.

Entretanto, nesse breve estudo, percebeu-se que a epistemologia de Jean Piaget está muito presente na concepção pedagógica de Paulo Freire haja vista que a teoria piagetiana considera que a construção do conhecimento leva em consideração o processo de maturação do organismo, a experiência e a vivência social.

Por terem pensado o sujeito que aprende como o indivíduo capaz de tomar consciência da importância do ato de aprender como possibilidade de transformação pessoal e social, rompe até então com a ideia de uma educação tradicional, como nos diz Paulo Freire, de uma educação bancária (FREIRE, 2001).

Na formação de professores, as ideias de Freire, resgatam a necessidade de formação de educadores comprometidos com a Pedagogia Libertadora, a qual contempla uma educação que prepara para a vida, ultrapassando o sentido individualista, promovendo uma reflexão do sujeito sobre a relação de sua formação e o contexto social, político e econômico o qual está inserido.

Nesse ínterim, educador e educando, assumem juntos a responsabilidade e compromisso com o processo de aprendizagem. Cabendo ao professor tomar consciência que sua atuação enquanto mediador desse processo, somente se efetiva com uma formação e uma prática educativa que esteja alicerçada em princípios educativos que desenvolvam no educando o interesse contínuo e prazeroso pela busca de aprender, seja na escola, seja na família. Aprender para a vida. Aprender para melhorar a sociedade em que vivemos. Aprender para um mundo melhor.

Referências bibliográficas

BECKER, Fernando. **Da ação a operação**: o caminho da aprendizagem em Jean Piaget e Paulo Freire. DP&A, 1997.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Paulo Freire**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 25ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 31ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. **Conscientização e alfabetização**: uma nova visão do processo. Estudos Universitários, Revista de Cultura da Universidade do Recife. Recife, n. 4, abr./jun. 1963.

PIAGET, Jean. **Aprendizagem e Conhecimento**. In.: Aprendizagem e conhecimento. Tradução Equipe da Livraria Freitas Bastos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974.

_____. **Biologia e conhecimento**: ensaio sobre as relações entre as regulações orgânicas e os processos cognoscitivos. Tradução de Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Vozes, 1973.

_____. **Para Onde Vai a Educação?** 9ª edição. Rio de Janeiro: José Olympo, 1988.

*Licely Lima De Souza **
*Keitianne Mourão de França ***
*Nelma Catulino de Oliveira ****
*Rebeca Beatriz S. Santos *****

A INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA EM CENÁRIO NACIONAL SEGUNDO ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

Introdução

Está Implícito ou explícito na produção intelectual dos autores como A.C. Tavares Bastos, Alfredo da Matta, Araújo Lima, Álvaro Maia, Abguar Bastos, Djalma Batista e tantos outros, a necessidade de se consolidar uma ação mais incisiva do Estado brasileiro no que tange a integração da Amazônia ao conjunto da Sociedade Nacional.

Apesar das distintas modulações políticas presente nas obras dos autores regionais, em sua grande maioria todos guardam semelhanças no que diz respeito aos caminhos necessários para sairmos da inércia econômica e cultural, herança de nosso passado colonial e dos ciclos intermitentes do extrativismo.

Diante do exposto, a obra de Arthur César Ferreira Reis pode ser lida como um dos momentos significativos para a compreensão dos nexos entre região e nação, uma vez que a sua produção intelectual está associada diretamente ao papel organizativo diretivo assumido por ele na esfera pública regional e nacional entre os anos 50 e 70, mas que possui repercussão até os dias de hoje.

Nascido em Manaus em 08 de janeiro de 1906, Arthur César Ferreira Reis, filho do jornalista Vicente Torres da Silva, proprietário do Jornal do Comércio e de Emília Ferreira Reis. Estudou no Grupo Escolar Saldanha Marinho, na Escola Hermes da Fonseca e no Ginásio Amazonense Pedro II, formando-se em Direito no Rio de Janeiro, em 1927. Foi chefe de gabinete da Junta Revolucionária do Estado do Amazonas, em 1930. Destacou-se como historiador, jornalista e político, exercendo inúmeras funções públicas como primeiro superintendente da SPVEA (atual SUDAM),

* Universidade Federal do Amazonas. E-mail: licelylima300@gmail.com

** Universidade Federal do Amazonas. E-mail: anne_mourao21@hotmail.com

*** Universidade Federal do Amazonas. E-mail: nelma.2510@gmail.com

**** Universidade Federal do Amazonas. E-mail: rebeca.beatrizssantos@hotmail.com

diretor do INPA, Governador do Amazonas (64-67) dentre outros cargos públicos que assumiu. Faleceu no Rio de Janeiro em 1993.

Não é sem sentido que nos anos 50 o Presidente Getúlio Vargas nomeou-o primeiro superintendente da SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia). O governo Vargas assinalava um novo modelo de intervenção estatal para superar o caráter inercial da economia extrativa. A SPVEA deveria contribuir com as inversões de capital necessário para o processo de integração da região à nação. Entretanto, o desfecho das lutas políticas em âmbito nacional eclipsou as vertentes nacionalistas e populares em favor do projeto de modernização conservadora de caráter autoritário (Dreifuss, 1985).

A tensão conjuntural da década de sessenta culminou com a ascensão dos militares ao controle do Estado. Nesse cenário a interdependência e a internacionalização da economia tornaram-se as orientações norteadoras do regime de exceção. Mesmo diante das mudanças políticas e institucionais promovidas sob a chancela do Estado autoritário a partir de 1964, Arthur César Ferreira Reis, manteve seu prestígio intelectual e seu capital político na proporção em que aderiu ao golpe militar como saída para solucionar os impasses políticos nos quais estávamos imersos nos anos 60.

Por meio do golpe as instituições desenvolvimentistas foram reorientadas em favor dos interesses das corporações multinacionais. Os ideólogos do regime autoritário deram-lhe uma nova roupagem institucional para efetivar a política dos grandes projetos na Amazônia; a SPVEA foi transformada, nesse novo ambiente político de exceção, em SUDAM (Cardoso, 1977). Todavia, a exclusão de qualquer debate público na formulação dos grandes projetos para a Amazônia transformou-se em tragédia para grande parte dos habitantes do interior da região e para milhares de operários que se deslocaram para a Amazônia em busca de trabalho.

Podemos dizer que diante desse quadro a produção intelectual de Artur César Ferreira Reis oscila e gravita entre as forças nacionais desenvolvimentistas dos anos 50 e a modernização conservadora pós 64. Por meio de sua produção intelectual podemos reconstituir um dos fios que tece a imbricada teia de interesses entre setores dominantes locais e o arco de alianças políticas nacionais em sucessivos momentos da conjuntura nacional, ou melhor, ela é uma das chaves para decifrar os mecanismos político-sociais de integração regional postos em marcha pelo Estado nacional a partir dos anos 50 e redefinido a partir do golpe civil-militar de 64. Seu papel organizativo-diretivo na vida cultural e política da Amazônia é um indicador por si só da relevância de sua obra para a compreensão das mudanças sociais ocorridas na região na segunda metade do século XX.

A Amazônia como potência no Brasil

A tese de que a Amazônia era insalubre e desértica aos poucos está sendo mudada pelo homem industrial que veio para habitar a região e integrar a Amazônia ao mercado nacional e internacional; E também graças à reavaliação de conceitos e perpetuação do Extremo Norte nos escritos de Djalma Batista, Joaquim Nabuco, A. C. Tavares Bastos, dentre diversos autores que estudam sobre o assunto.

Desde que o Brasil desvinculou-se de Portugal, a Amazônia abriu-se ao mercado, tendo a necessidade de estabelecer-se e por certa vez à dificuldade de inserir-se no mercado nacional. A Região Norte devia receber incentivos na economia regional para depois equiparar-se a Região Sul.

A Amazônia ganhou mercado internacional e atrativo pela investigação de botânicos, missões religiosas, cronistas e estudiosos em geral que propagavam os feitos indígenas demonstrando sua cultura ao estrangeiro. Nisso houve grande importação de especiarias como ervas naturais e o estudo da medicina indígena local e a grande quantidade de importação do leite da seringueira revolucionando a área de vestuário com sapatos, chapéus, botas impermeáveis e tudo o que pode ser moldado com a borracha. Com o aumento da demanda da Seringueira na Amazônia houve o crescimento populacional com os Nordestinos e Cablocos de nossa região, sendo estes inseridos logo na floresta e ao mercado de trabalho local.

Para a Amazônia ser totalmente uma potência no Brasil, houve a Cabanagem, ou melhor, uma luta de classes, daqueles que tinham, contra aqueles que não possuíam propriedades, chegando a vender sua mão-de-obra para ter poder aquisitivo. A elevação da Província do Amazonas e tantas outras manifestações culturais e sociais que aconteceram e, principalmente, a herança cultural deixada no período escravocrata tendo energia que se mobiliza sem cessar.

Aos poucos a Amazônia está se integrando ao cenário nacional, crescendo, portanto, como “futura potência”, usando vias de comunicação como o jornal impresso, rádio, novas perspectivas de mercado e inclusão dos políticos. A causa da maior de ascensão da Região incentivando ao sentimento de patriotismo, revigorando-se cada dia mais e transformando o ambiente em industrializado conservando a maior floresta tropical com sua biodiversidade, pondo fim a desconfiança de um lugar não habitável, mudando seu contexto histórico e constituindo como parte integrante do Continente-Brasil.

Perspectivas da Amazônia no ponto de vista de Arthur César Ferreira Reis

A Região Norte com sua dinâmica economia, com seus cientistas, com seu espaço, segundo Reis, pode mudar, se adotarem a Ciência e Tecnologia a seu favor criando e formando pesquisadores e analistas da realidade amazônica. Impõe seis passos para a integração da Amazônia ao restante do país:

- O Primeiro Passo deve começar pela comunicação, que é a terrestre, a fluvial e a aérea, iniciando por Brasília que é o ponto de partida para depois haver uma comunicação com o restante do país. Na mesma linha de pensamento;

- O segundo passo é a Economia local ou da Região, instalar um empreendedorismo sólido através do Extrativismo, a Pecuária e a inicialização das indústrias, como a madeireira, a têxtil, de borracha, de couro e a Refinaria de Petróleo situada em Manaus.

- O terceiro passo é proteger as fronteiras contra invasões de nações vizinhas.

- O quarto passo, é a política de incentivos de financiamento de pesquisa que deve estudar à realidade da Região norte, semelhante o aos processoa que se desenvolvem no Sudeste e sul do país.

- O quinto passo, é a criação de um órgão estatal sem fins no sistema político e partidário, na Amazônia existia a SPVEA e posteriormente transformada em SUDAM no governo Militar.

- Por último, seria a criação do Ministério da Amazônia que teria a função de interligar a Região Norte com outras Regiões e os incentivos financeiros chegariam com mais velocidade para os Estados fincados na Amazônia.

Todos os Estados da Região, ou seja, o Amazonas, o Acre, o Pará, Rondônia, Roraima, meio- norte de Tocantins e Norte de Mato grosso e as Nações vizinhas como o Peru, a Bolívia, o Equador, a Venezuela e a Colômbia, são potencialidades em questão, mas não envolvem um órgão estatal, ou seja, a Amazônia como objetivo nacional. Somente o Brasil possui o Banco de Crédito da Amazônia que agora se chama BASA- Banco da Amazônia SA e a SUDAM e o centro político da Região Norte é Manaus e Belém. Porém, essas duas cidades possuem aglomerados de pessoas que almejam uma vaga na indústria e o crescimento da economia local para o Estado e uma maior popularização dos Municípios já que existe uma transição do meio Rural para o Urbano, com isso a Amazônia perderia sua característica de maior de Floresta Tropical com sua biodiversidade e poderia se transforma na região mais povoada do Brasil.

Financiamentos para pesquisas

A luta para incentivos fiscais e de financiamento para pesquisas e desenvolvimento da estrutura de cada Região é de longo percurso, inclusive da Amazônia. Vem desde 1912 e para em 1966, a primeira tentativa é o plano a “Defesa da Borracha”, a segunda tentativa é o Plano Quinquenal e o Programa de Emergência que não deu certo, outra é a substituição da SPVEA para SUDAM com a *Operação Amazônia* seguindo um descompasso que o Plano Geral devia solucionar; Somente em 1968 a Igreja se colocou a frente do Extremo Norte enviando uma carta a Presidência da República quanto à realidade que se passava naquele contexto.

Tentativas de integração da Amazônia

A luta para incentivos fiscais e de financiamento para pesquisas e desenvolvimento da estrutura de cada Região é de longo percurso, inclusive da Amazônia. Vem desde 1912 e para em 1966, a primeira tentativa é o plano a “Defesa da Borracha”, a segunda tentativa é o *Plano Quinquenal e o Programa de Emergência* que não deu certo; Outra é a substituição da SPVEA para SUDAM com a *Operação Amazônia* seguindo um descompasso que o Plano Geral devia solucionar; Somente em 1968 a Igreja se colocou a frente do Extremo Norte enviando uma carta a Presidência da República quanto à realidade que se passava naquele contexto.

Abertura da Consciência Nacional

Em 1972, no mesmo ano que foi publicado o livro “*O Impacto Amazônico na Civilização Brasileira*” de Reis, a nação brasileira começou a tomar consciência do que seria a Amazônia com suas potencialidades e o que ela poderia representar ao restante do país num futuro não tão distante.

Para isso deve-se mudar a literatura, a opinião de políticos, estadistas, quanto à estrutura e a partir disso, apoiarem os investimentos regionais. Mas apesar de todo planejamento e organização da região, incentivos que já eram poucos, foram cortados do orçamento da União ainda na década de 70 com alegação de impossibilidade de execução nos programas regionais do extremo norte.

Imperialismo na Amazônia

Na lógica do imperialismo e seus reflexos no território amazônico, criando um cenário antagonico que consequentemente o crescimento se embate com o desenvolvimento. Com isso, há uma potencialização para a discussão em torno do “mito do desenvolvimento”, pelas escolhas políticas e econômicas de planos, programas e projetos que não contemplaram as singularidades da Amazônia e de sua população, fazendo emergir desigualdades sociais bem como o acirramento das expressões das questões sociais que perduram até os dias de hoje.

Enfim, podemos pensar um pacto entre: Mercado, Estado e Sociedade Civil na implantação de uma gestão integrada. Possibilitando o crescimento econômico e a consolidação de políticas sociais, ajudando no desenvolvimento das populações amazônicas em suas necessidades e assim propiciando o acesso a bens e serviços.

O mito do Desenvolvimento Econômico

Como o próprio nome diz, o desenvolvimento econômico é um mito. Celso Furtado foi um implantador dos Planos de Desenvolvimento e um visionário. Em relação ao Nordeste, *mutatis mutandis*, o mesmo se deve à Amazônia:

“Em torno das metrópoles (Belém e Manaus) e das cidades de desenvolvimento (Santarém, Macapá, Porto velho, Boa Vista e Rio Branco) está aumentando a massa de pobres, declarada ou disfarçadamente marginal. E o interior se distancia cada vez mais do progresso e se descapitaliza, com a fuga dos pequenos pecúlios e das pessoas dotadas.”(p.283)

A Amazônia revela-se misteriosa para muitos daqueles que pretendem interpretá-la e se aventurar-se. Um lugar que vista sob os aspectos sulistas é considerada de pobreza, apesar do grande crescimento populacional mal distribuído. É uma condição em que não podemos caracterizá-la um atraso econômico ou um subdesenvolvimento propriamente dito.

A região norte em seu período áureo viveu uma ilusão de riqueza com a produção da borracha que se estagnou com a importação de suas sementes para Ásia, depois deu seu último suspiro por mais 30 anos, tendo como base bons recursos com péssima administração.

A Amazônia não teve como participar do processo de desenvolvimento da Revolução de 1930, quando a sociedade tradicional entrou em crise, pelas suas condições de economia e governo.

Embora haja várias tentativas governamentais de integrar a Amazônia ao cenário nacional, criação da Zona Franca de Manaus, investimentos em infraestrutura como aeroportos, estradas, a situação de nossa região não mudou muito. Os recursos tecnológicos, investimentos de condições básicas como educação, saúde e transporte ainda chegam a passos lentos, faltando uma maior comunicação não só de modo financeiro, mas de um planejamento efetivo para a região.

Reflexos da Integração e da Cobiça internacional da Amazônia na civilização brasileira

Com base no livro *O Impacto Amazônico na Civilização Brasileira* (1972) de Arthur Cezar Ferreira Reis, busca explicitar direções básicas para uma Integração Nacional da Amazônia propondo a Geopolítica, suscitando a necessidade de uma análise científica através de Institutos e Universidades situados na Região Norte. Definindo como tarefas base o modelo desenvolvimento regional com as lutas políticas em torno da definição de um projeto nacional defendido por Arthur Cezar Ferreira Reis. Esta obra irá explicitar a Amazônia em seus detalhes sendo a fauna, a flora, a demografia, a população e comparando o espaço da Amazônia Brasileira com outras nações vizinhas como a Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela. A história da Amazônia situada e repetida em vários livros desde o século XVI ao XXI traduz-se pelas condições desumanas, quanto ao clima, temperatura, doenças, insetos, animais, e o chamado “Inferno verde”; Situações em que os Aventureiros, Botânicos, Cientistas, Romancistas, Poetas, Missões Religiosas encontravam em suas estadias na Região, conforme procura incessante na exploração de riquezas da fauna e flora importadas o mais rápido possível às suas Coroas, a Espanhola e a Portuguesa, dentre outras.

Em análise do segundo livro de Reis, “*A Amazônia e a Cobiça Internacional*”, está suscitando a ideia de quão grande a Amazônia é rica em sua diversidade de fauna e flora e mais precisamente dos povos que tinham obsessão e queriam dominá-la em sua extensão e procedência, sendo perpetuada por todos os continentes, desde os meios cabais que se encontrava o contexto social da época do descobrimento à colonização e seus intermediários. Neste livro Reis irá transpor o que as nacionalidades que na Região e outras partes do Brasil vieram buscar aficcionados pelas crônicas escritas nas missões que podiam exacerbar o imaginário do leitor e ao contrário do pensamento brasileiro podendo criar um clima de xenofobia para com os estrangeiros, um mal estar da sociedade mediante as outras culturas que chegavam todos os dias pelos portos brasileiros.

Alguns dos reflexos da Amazônia na civilização brasileira e também de outras nações nestes dois livros são suscitados, em cenário político e contexto diferente. O debate político acerca da Amazônia em *O Impacto Amazônico na Civilização Brasileira* (1972), visa a integração da Amazônia em contexto nacional, voltada ao desenvolvimento das metrópoles por meio da Ciência e Tecnologia através dos centros de pesquisa e Universidades. O outro livro *A Amazônia e a Cobiça Internacional* (1968) está mais ligada à historicidade da Amazônia em relação a outras nações que aqui vieram conquistar terras e na exploração de riquezas naturais e física dos nativos.

Segundo Reis (1982, p. 241) acerca da Cobiça Internacional,

“A Amazônia está na mira de organismos internacionais, que veem nela o espaço disponível do futuro. Essa é uma verdade incontestável. Não me venham com a referencia a outras regiões do mundo ainda por ocupar também. São muito menores e pertencem a países onde não é possível proceder com a ousadia por que se pretende fazer com relação ao Brasil.”

Enfim, não somos e nem podemos ser hostis a qualquer plano de participação de outros povos, como nós tendo o direito de existência feliz, na ocupação da Amazônia. Ela, ademais, não é integralmente espaço físico sob nossa soberania. Pertence a outras cinco repúblicas sulamericanas, que se preocupam com aqueles seus mundos interiores na problemática grave que apresentam. E a dinâmica da ação do poder público está a cargos dos Ministérios, pelo traçamento de seus planos e coordenação destes.

Conclusão

Por meio de suas pesquisas históricas e seus ensaios sócio-políticos Arthur Cezar Ferreira Reis conclui que o extrativismo jamais criou um vínculo perene e estável entre região e nação. Ele acreditava que para superar esse problema histórico, político e econômico era necessário que o Estado Brasileiro assumisse a responsabilidade de integrar a Região.

Daí acreditar na possibilidade de um processo de desenvolvimento de padrão industrial capaz de modernizar a economia regional, e ao mesmo tempo introduzir na Amazônia um novo modelo econômico duradouro. Seus argumentos sugerem uma intervenção dos poderes da União para retirar a Amazônia da inércia cíclica do extrativismo econômico.

O poder público federal assumiria um papel decisivo na condução das ações políticas como meio de galvanizar recursos e interesses privados para alterar a base de acumulação na região, integrando-a definitivamente ao corpo da nação. Dessa forma poderíamos deixar no passado as flutuações cíclicas do extrativismo que inseriu a região no mercado mundial. Não se trata aqui de estudar toda a produção intelectual de Arthur Cêzar Ferreira Reis. Nossa atenção se concentrou no estudo de duas obras: “O Impacto Amazônico na Civilização Brasileira” e “A Amazônia e a cobiça internacional”. Acreditamos que por meio dessas podemos identificar e compreender aspectos significativos de sua proposta de integração regional no âmbito do debate sobre o projeto nacional de desenvolvimento.

As duas obras de análise do autor amazonense Arthur Cezar Ferreira Reis é um meio de protesto mediante o contexto histórico e social que está (va) sendo criado e instalado na nação brasileira. Reis, em seu livro *O Impacto Amazônico na Civilização Brasileira* (1972) faz abordagens acerca do que poderia dar certo no Brasil como deram na África e na Austrália, que antes eram considerados lugares desérticos e hoje seus pontos cegos são considerados povoados.

Na Amazônia, o sistema de pecuária e o extrativismo deveria ter tido sucesso, mas a exploração sem replante da matéria-prima fez com que a floresta tropical amazônica fica-se a mercê de seus exploradores sem ter uma matéria-prima renovável. Plantar e replantar, não somente retirar da terra, tornando-se um ciclo na retirada e depois no reflorestamento da área explorada.

A Integração das seis Nações Amazônicas (Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela e Equador) demanda tempo, capital e técnicas avançadas; Essas Nações devem ser visionárias perante a missão do futuro de sua integração, deixando de ter a visão pessimista do que era a Amazônia e transformando-a como potência no futuro.

Com todas as reformulações da literatura sobre a Amazônia, não podemos nos ater a ideia de que a Amazônia e seu povo estão totalmente integrados a nação. Uma série de perguntas pertinentes Arthur Cezar Ferreira Reis coloca nos capítulos desses dois livros acerca do futuro da Amazônia, em todos os aspectos. Algumas perguntas não possuem respostas esperadas após 42 anos desde a elaboração do livro *O Impacto Amazônico na Civilização Brasileira* (1972).

No segundo livro *A Amazônia e a Cobiça Internacional* (1968), é a tradução precisa de como a Amazônia estava sendo suscitada e toda uma cobiça pela sua riqueza, a partir de uma carta detalhada sobre a região. Este livro é a verdadeira história do Amazonas e da Amazônia e das nações que aqui se agregavam a fim de conseguir uma chance de ser reconhecida internacionalmente, pelo seu trabalho desenvolvido

através de missões religiosas, suas expedições exploratórias e todo um aparato na jogada de sorte e política que cada país queria ter, como a Inglaterra, Irlanda, Holanda, Portugal, Espanha, França, Itália, dentre outras nações.

Houve vários tradutores da região citando alguns deles: Lobo d'Almada, Alexandre Ferreira, Ricardo Almeida, estes fazendo um levantamento hidrográfico e demográfico em seus trabalhos de pesquisa.

Um passo importante para a Região foi a Criação da Província do Amazonas que desvinculou - se do Pará acelerando a integração regional dando partida do início da soberania brasileira e a afirmação da existência de sua população regional para com o restante do país. Começava- se também uma nova paisagem econômica: o Gado. Com a pecuária a Região Norte principalmente o Pará, cresceu com o incentivo adquirido pelos lusos- brasileiros.

A Amazônia da década de 60 ainda está fincada nos incentivos de produção Pecuária e Extrativista; Aos poucos muda- se o cenário político, econômico, social e cultural de um país como o Brasil. Nessa mudança o difícil é a interconexão de uma região a outra, os incentivos podem chegar com menos velocidade.

Hoje muitos aspectos da região mudaram, como o salto da população, a imigração em alta e melhor condição de trabalho, havendo embates e debates nas academias de pesquisa acerca do futuro da Nação e do Polo Industrial que se instalou em Manaus, tendo dúvidas de seu tempo de estabelecimento e concessão da tão aguardada industrialização do Extremo Norte.

Contudo, o desenvolvimento econômico da Amazônia não pode ficar só no imaginário ou ser um mito. Enquanto aqueles que têm mais poder sempre ganham da economia da periferia. A construção da Amazônia e o imperialismo em volta dela sempre foram formas da Cobiça Internacional de outros países e mesmo de empresas nacionais.

A integração da Amazônia vem por meio de projetos, modelos de desenvolvimento e a comunicação de outros Estados por via terrestre, a partir da Transamazônica, mas também por via fluvial e aérea. Tudo, o que houve no passado por meio de embates políticos, os mecanismos de cultura/social, permeiam os dias de hoje. Ainda são gerados reflexos dos anos do Brasil Colônia, Imperial e República. E esses tradutores da Amazônia podem fazer - nos a construir o cenário que se passava e passa através de seus escritos, denunciando e visando a preservação da Amazônia dentro do contexto nacional e internacional.

Referências bibliográficas

BATISTA, Djalma. **O Complexo da Amazônia – Análise do processo de desenvolvimento**. 2ª.ed. – Manaus: Editora Valer, Edua, Inpa, 2007.

BASTOS, Élide Rugai; PINTO, Renan Freitas (Orgs.) **Vozes da Amazônia**: Investigaçãõ sobre o pensamento social brasileiro. – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

BENAION, Noval. **A Subordinaçãõ reierada: Imperialismo e Subdesenvolvimento no Brasil**. - Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006.

BOURDIEU, Pierre. 4. **Campo do poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe**, pp. 183- 202. IN: Economia das trocas simbólicas. Ed. Perspectiva, São Paulo, 2007.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtao, 2009.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Civilizaçãõ Brasileira, 1968.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O Impacto Amazônico na Civilizaçãõ Brasileira**. Rio de Janeiro: Paralelo, 1972.

DERMATOFITOSSES ZONÓTICAS E SAÚDE DE POPULAÇÕES INDÍGENAS: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SAÚDE NA COMUNIDADE INDÍGENA MANOÁ, RORAIMA

1. Introdução

Trata-se de um tema amplo e complexo que envolve a saúde indígena, a saúde animal e o meio ambiente, de certo, até bastante extenso para um seminário de pós-graduação, entretanto nesta oportunidade que discute educação, saúde e desafios territoriais abordarei o assunto das dermatomicoses zoonóticas que apresentam grande difusão entre os cães e importante fonte de contaminação para crianças e adultos.

As micoses são doenças causadas por fungos filamentosos ou leveduriformes, possuem diversas apresentações clínicas que variam conforme a espécie fúngica envolvida. São doenças que a cada dia tem apresentado maior importância na medicina, são doenças de difícil controle, estão presentes na natureza e são de ampla distribuição, e nos indivíduos imunodeprimidos, seu quadro pode ser mais grave (GARCIA; BLANCO, 2000).

Além disso, o tratamento é demorado e oneroso, pois o número de antifúngicos disponíveis até o momento não é muito grande e o período de administração é longo. Com o aparecimento da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e do aumento do número de transplantados, as doenças micóticas têm gerado maior demanda por serviços de assistência na medicina humana, porém na medicina veterinária não tem ocorrido o mesmo e muitos clínicos consideram as doenças fúngicas como sendo pouco relevantes ou importantes (*idem*).

As doenças chamadas de zoonoses podem ser definidas como infecções ou doenças transmitidas naturalmente entre animais vertebrados e o homem e vice-versa (FERREIRO, 2007; BRASIL, 2010). Os excrementos de animais, assim como

* Universidade federal de Roraima. E-mail: arturpimentel@hotmail.com

** Universidade federal de Roraima. E-mail: silvana.fortes@ufr.br

*** Universidade federal de Roraima. E-mail: fabiola.carvalho@ufr.br

perdas de pelos, unhas e pele, caindo ao solo contribuem para a poluição ambiental e favorecem a multiplicação de fungos queratinofílicos (PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION, 2001).

Cabe aqui enfatizar o relevante papel da universidade pública em fomentar e acolher projetos de pesquisa que tenham essa natureza em procurar compreender os mecanismos de transmissão de doenças, especialmente de doenças negligenciadas, que são aquelas causadas por agentes infecciosos ou parasitas e endêmicas em populações de baixa renda. Essas enfermidades também apresentam indicadores inaceitáveis e investimentos reduzidos em pesquisas, produção de medicamentos e em seu controle. As doenças de pele, como as dermatofitoses continuam sendo algumas das principais causas de morbidade em todo o mundo. Estas enfermidades fazem parte de um grupo de doenças conhecidas como doenças negligenciadas, que incapacitam ou matam milhões de pessoas e representam uma necessidade médica importante que permanece pouco atendida.

O presente estudo será conduzido na Comunidade Indígena Manoá, localizada na Terra Indígena Manoá-Pium, ao leste do estado de Roraima, a 95 km da capital Boa Vista, no município de Bonfim, região da Serra da Lua. Conforme (TRINDADE, 2010), alguns moradores considerados significantes na comunidade informaram que por volta de 1910 as primeiras pessoas do povo Macuxi chegaram na comunidade. Na época, era uma área de florestas e igarapés e havia muita fartura de caça e pesca.

A Terra Indígena Manoá-Pium possui duas comunidades mais antigas, Manoá e Pium e outras cinco comunidades que foram criadas nos últimos anos: Cumarú, Novo Paraíso, São João e Alto-Arraia, todas localizadas próximo à comunidade Manoá e, ainda, a comunidade Cachoeirinha do Sapo, localizada próximo à comunidade do Pium. A comunidade Manoá é reconhecida como um pólo base, por estar localizada no centro das comunidades adjacentes, sete em total, dentro da Terra Indígena Manoá-Pium (idem).

A Terra Indígena Manoá-Pium é habitada por dois povos indígenas, os Macuxi e os Wapishana. Os Macuxi falam a língua Macuxi e são da família linguística Karib e os Wapishana falam a língua Wapishana e são da família linguística Aruak. A terra indígena foi homologa, possui população total de 1942 indígenas numa área oficial de 43.337 hectares, na Amazônia Legal, em área de fronteira com a Guiana (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2014).

Diante disso, a Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena tem como propósito garantir aos povos indígenas o acesso à atenção integral à saúde, de acordo com

os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, contemplando a diversidade social, cultural, geográfica, histórica e política de modo a favorecer a superação dos fatores que tornam essa população mais vulnerável aos agravos à saúde de maior magnitude e transcendência entre os brasileiros, reconhecendo a eficácia de sua medicina e o direito desses povos à sua cultura (FUNASA, 2002).

Reconhecemos os grandes avanços que os povos indígenas vêm conseguindo em assistência em saúde, entretanto no que toca às dermatomycoses zoonóticas, parece ainda haver muito a ser desenvolvido, pois dados preliminares que estão sendo coletados nos indicam que até então não foram examinadas amostras de pacientes oriundos da Comunidade Manoá e muito poucos são os exames micológicos de outras comunidades indígenas que chegam para serem realizados no Laboratório Central de Saúde Pública de Roraima, corroborando para a característica inovadora deste projeto que poderá trazer grande contribuição para outras comunidades mais isoladas e carentes de mais diagnósticos em saúde.

O objetivo desse estudo é pesquisar a contaminação por fungos queratinofílicos no solo da Comunidade Indígena Manoá e a prevalência de cães com dermatomycoses por fungos queratinofílicos na comunidade Indígena Manoá, localizada no município de Bonfim, estado de Roraima correlacionando com as estatísticas de dados da atenção básica de saúde indígena e os achados laboratoriais sobre micoses superficiais.

2. *Revisão de Literatura*

2.1. *Fungos Queratinofílicos*

Os fungos queratinofílicos têm uma importância fundamental no meio ambiente pois fazem parte de um grupo pequeno, definido e importante, capazes de degradar queratina. Os mecanismos dessa degradação são descritos e dividem esse processo em duas cinéticas distantes: uma que explica a ocorrência através da erosão da superfície, onde há uma sequência de degradação até o nível de queratinização dos componentes da matriz queratínica e outro que explica através da penetração radial, onde a hifa penetra através da perfuração na matriz não tendo importância o grau da queratinização (MARCHISIO, 2000).

O solo é o principal ambiente de ocorrência da maioria dos fungos e tem uma grande importância para suas atividades biológicas. Assim nesse ambiente, os fatores que influenciam sua atividade, têm sido relativamente bem estudados. Dentre

esses grupos estão a maioria dos mais importantes dermatófitos capazes de causar micoses em homens e em animais, inclusive alguns responsabilizados por doenças oportunistas, cujo número têm aumentado muito ultimamente (PUGH, 1966).

Os fungos queratinofílicos e saprófitas são achados em solos contendo queratina, degradam queratina e materiais queratinizados desses lugares. Esses fungos têm um importante papel ecológico na decomposição de resíduos, desde que eles estejam ecologicamente restritos nesse nicho, degradando queratina como um substrato. (PAPINI et al., 1998).

2.2. Dermatófitos Zoonóticos

Os agentes que desencadeiam as zoonoses podem ser microrganismos diversos, como bactérias, fungos, vírus, helmintos e rickettsias. Podem ser antropozoonoses, que são doenças primárias nos animais que podem ser transmitidas aos homens acidental ou secundariamente, como ocorre nas dermatomicoses por *Microsporum* e *Trichophyton*. O termo zooantropozoonoses se aplica às doenças próprias do homem, que acidentalmente podem transferir-se para animais, como nas parasitoses, que um exemplo é o da amebíase causada pela *Entamoeba histolytica*, que acidentalmente pode manifestar-se em cães (BRASIL, 2010).

As dermatomicoses são doenças comumente produzidas por espécies de *Microsporum*, *Trichophyton* e *Epidermophyton floccosum*. Ecológica e epidemiologicamente, três grupos de espécies são diferenciados de acordo com o reservatório: antropofílico, zoofílicos e geofílicos. Em relação à saúde humana, as espécies mais importantes, zoofílicas *Microsporum canis*, *Trichophyton mentagrophytes* e *T. verrucosum*. Espécies de interesse mais limitado são *M. equinum*, *T. equinum*, *M. gallinae*, *M. nanum*, *M. persicolor* e *T. simii*. O *T. mentagrophytes* espécie subdividida em duas variedades: *T. Mentagrophytes var. erinacei* e *var. quinckeanum* (PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION, 2001).

O elemento causador é o artrosporo, esporo assexual formado nas hifas e liberado quando estas quebram das fases parasitárias. Os conídios que formam em substratos de materiais orgânicos (onde o fungo pode formar esporos sexuais e assexuais) podem também ser infecciosos. Uma característica notável é que as hifas e esporos são altamente resistentes em epitélio descamado, onde podem permanecer viáveis por vários meses ou mesmo anos, se não secar (idem).

O parasitismo no pelo pode ser extenso (ectothrix), em que o dermatófito forma uma bainha de artroconídios ao redor do pelo, como ocorre nas infecções por

M. canis, interno (endothrix), em que o dermatófito parasita o interior do pelo, apresentando filamentos micelianos, algumas vezes com artoconídios, como no caso das infecções por *Trichophyton sp.* Eventualmente, o pelo pode apresentar os dois tipos de parasitismo endo e ectothrix, sob a forma de filamentos micelianos, algumas vezes com artoconídios (TRABULSI; ALTHERNUM, 2008).

Na pele os dermatófitos causam lesões com propagação radiais circulares, bem delimitadas, geralmente com centro descamativo e bordos eritematosos, microvesiculosos. *Trichophyton concentricum* produz placas descamativas escamosas, em forma de anéis concêntricos, e a lesão específica desse dermatófito é conhecida com o nome de Tinea imbricata, Tokelau ou Chimberê. Todos os gêneros de dermatófitos apresentam na pele parasitismo sob a forma de filamentos micelianos hialino septados ramificados, eventualmente com artoconídios (idem).

Na unha a infecção inicia-se pela borda livre, podendo atingir a superfície e a área subungueal. As unhas tornam-se branco-amareladas, porosas e quebradiças. O parasitismo na unha também ocorre sob a forma de folhamentos micelianos septados, eventualmente com artoconídios, e os agentes mais comuns em nosso meio são *T. rubrum* e *T. mentagrophytes* (idem).

2.3. Diagnóstico de Fungos Queratinofílicos do Solo

Para o presente estudo serão utilizadas amostras de solo de quintais de residências indígenas da comunidade local, sendo escolhidos os locais onde haja grande trânsito de pessoas e de animais e demonstre a presença de resíduos sólidos. Serão coletadas 13 amostras de cerca de 15 (quinze) gramas de superfície de solo, retiradas com auxílio de espátulas esterilizadas, colhidas a mais ou menos 2 (dois) centímetros de profundidade. As amostras serão acondicionadas em coletores universais estéreis. Esta amostragem de solo de quintais indígenas, corresponderá a cerca de 6,5% das 200 (duzentas) residências estimadas. A metodologia adotada foi descrita por (VANBREUSEGHEM, 1952; LACAZ et al., 2002).

Para o isolamento dos fungos será utilizada a técnica de isca de cabelo e de unha, onde cerca de 15 gramas de solo serão depositados em placas de Petri esterilizadas, sobre as se depositarão os tufo de cabelo, em seguida serão incubados à temperatura ambiente por até 30 (trinta) dias, após o que serão submetidas a exame microscópico óptico direto com aumento de 40x clarificado em KOH a 30%. As amostras positivas serão submetidas ao isolamento primário, através da inoculação de fios de cabelo em Ágar Sabouraud com Cloranfenicol e Cicloheximida e após 15

(quinze) dias as amostras serão submetidas a ensaio de microcultivo que consiste em colocar um quadrado de ágar batata (2x2 cm) sobre uma lâmina de vidro estéril e semear uma pequena quantidade de fungo na superfície do meio de cultura, fazendo perfurações com a alça e por fim cobrir com lamínula. Então o conjunto será colocado numa Placa de Petri e incubado em câmara úmida. Passados 3 a 5 dias a lamínula será retirada e colocada sobre uma lâmina que contenha uma gota de lactofenol azul-algodão e a lâmina montada será observada em microscopia óptica com aumento de 40x, onde serão pesquisadas as estruturas ou órgãos de reprodução que os evidenciem, facilitando a sua classificação (idem).

As análises de microcultivo visarão identificar os gêneros dos fungos encontrados e se utilizarão para os gêneros de fungos de solo das chaves de classificação segundo Barnett & Hunter (1972). Os exames laboratoriais serão realizados no Laboratório de Micologia do Centro de Estudos da Biodiversidade (CBio) da UFRR.

2.4. *Diagnóstico de Dermatófitos de Cães*

Conforme metodologia preconizada, evitando a necessidade de se coletarem amostras em demasia, nos animais com sintomatologia clínica compatível para dermatomicoses, como presença de alopecia, descamação, prurido, far-se-á a limpeza local com gaze embebida em álcool a 70% e secagem ao ar, em seguida serão coletados pelos e escamas através da esfoliação dos bordos ativos lesionais e da técnica do arrancamento, de vários locais suspeitos com uma pinça hemostática, sendo a amostra submetida ao exame microscópico direto em KOH a 30% e à cultura micológica.

Em seguida, serão realizadas as colheitas de pelos e escamas dos animais contactantes ou não sintomáticos pelo método de Mackenzie (1963), onde a escovação dos pelos será realizada a favor e contra o sentido de sua inserção, em todo corpo do animal (face, região pré-auricular, dorso, cauda, abdome e membros), utilizando escova dental estéril.

A observação microscópica dos pelos e escamas com lesões, onde este método pode fornecer um diagnóstico para o nível genérico, uma vez que os esporos cercam a haste do pelo num mosaico irregular, quando a infecção é devida ao *Microsporum* e assumem a disposição em cadeias quando a infecção é devida ao *Trichophyton*, neste método de diagnóstico, o material é colhido, após clarificação com potassa (KOH) de 10% a 30%, aquecido ligeiramente em chama de bico de Bunsen e para melhor visualização, pode-se adicionar tinta Parker, azul ou preta, permanente. Em escamas de pele ou de unha, os dermatófitos apresentam-se na forma de filamentos

micelianos septados, eventualmente com artroconídios. Nos pelos, os filamentos e artroconídios podem ser externos, internos ou externos-internos. Geralmente, o gênero *Microsporum* parasita o pelo por fora, formando um mosaico de artroconídios ao redor do pelo e o gênero *Trichopyton* tem parasitismo interno ou externo ou concomitante, mas sob a forma de filamentos micelianos com artroconídios.

O isolamento em meio de cultura, o único método que permite a identificação da espécie, O cultivo é feito em ágar Sabouraud dextrose, acrescido de cicloheximida e cloranfenicol e a identificação final da espécie, pelas características macro e micromorfológicas.

É considerado como o melhor protocolo de diagnóstico da dermatofitose, o que consiste em duas etapas: microscopia dos pelos infectados, seguida pelo cultivo fúngico e identificação do agente, citam Soltys e Summer-Smith (1969). A pesquisa do parasitismo pilar pela microscopia dos pelos é por demais importante, porque exclui os diagnósticos diferenciais e auxilia a terapêutica imediata, esclarece Gürtler, Diniz e Nicchio (2005). Entretanto o exame direto dos pelos tem menos acuidade que o cultivo, considerado como padrão ouro para o diagnóstico definitivo das dermatomicoses, afirma Prado (2008).

As Placas de Petri contendo os diferentes meios e cultura serão inoculadas e incubadas a 34°C por 10 dias, sendo avaliadas a partir do terceiro dia de incubação para verificação do crescimento das culturas e o diagnóstico será realizado no décimo dia.

O critério de avaliação será pelas características macroscópicas observando o anverso e reverso, conforme descrito por Brasil (2004); Lacaz et al. (2002); De la Maza et al (1999) e Minami (2003), e as características microscópicas utilizando-se a técnica descrita por Minami, em 2003, em que será adicionada uma gota de corante lactofenol azul-algodão em uma lâmina, em seguida será retirado um fragmento das bordas da cultura sendo depositado sobre a gota de corante e posteriormente será depositada uma lamínula. A lâmina montada será observada em microscopia óptica com aumento de 40x. Os exames laboratoriais serão realizados no Laboratório de Micologia do Centro de Estudos da Biodiversidade (CBio) da UFRR.

3. Resultados

O estudo propiciará o levantamento de informações que podem apoiar as ações de prevenção e controle de agravos à saúde humana e animal, apontando locais de risco para a contaminação por fungos queratinofílicos, potenciais causadores de micoses superficiais.

Referências Bibliográficas

BARNETT, H. L.; HUNTER, B. B. **Illustrated genera of imperfect fungi**. 3rd ed., 1972.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Guia de Vigilância Epidemiológica**. 7. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 816 p. (Série A - Normas e Manuais Técnicos).

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Manual de Microbiologia Clínica para o Controle de Infecção em Serviços de Saúde**. 1. ed. em CD. Brasília, 2004.

DE LA MAZA, L. M.; PEZZLO, M. T.; BARON, E. J. **Atlas de diagnóstico em microbiologia**. Porto Alegre: Ed Artmed, 1999. 216p.

FERREIRO, L., SANCHES, E. M. C., SPANAMBERG A., FERREIRA R. R., MACHADO, M. L. S., ROEHE, C., PEREIRA, S.A., SCHUBACH, T. M. P. & SANTURIO, J. M. **Zoonoses micóticas em cães e gatos**. Acta Scientiae Veterinariae. 35: s296-s299, 2007.

FUNASA. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**, 2 ed. Brasília, 2002. Disponível em: <www.funasa.gov.br/publicações/saúdeindigena>. Acesso em: 06/11/2014.

GARCIA, M. E.; BLANCO, J. L. **Principales enfermedades fúngicas que afectan a los animales domésticos**. Revista Iberoamericana de Micología, Barcelona, v. 17, n. 1, p. S2-S7, mar. 2000.

GÜRTLER, T. G. R.; DINIZ, L. M.; NICCHIO, L. **Microepidemia de tinha do couro cabeludo por *Microsporum canis* em creche de Vitória – Espírito Santo (Brasil)**. Anais Brasileiros de Dermatologia. Rio de Janeiro, v. 80, n. 3, p. 267-272, mai/jun. 2005.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. Disponível em: <<http://ti.socioambiental.org/#!/pt-br/terras-indigenas/3755>>. Acesso em: 06/11/2014.

LACAZ, C. S., PORTO, E., HEINS-VACCARI, E. M., MELO, N. T. **Tratado de Micologia Médica**. São Paulo: Sarvier, 2002. 110p.

MACKENZIE, D. W. R. **“Hairbrush diagnosis”**. In: Detection and eradication of non-fluorescent scalp ringworm. British Medical Journal, v.2, n. 5353, p. 363-365, 1963.

MARCHISIO, V.F. “**Keratinophilic fungi**: Their role in nature and degradation of keratinic substrates”. In: KUSWAHA, R.K.S.; GUARRO, J (eds.). *Biology of Dermatophytes and other Keratinophilic Fungi*. Bilbao, Revista Iberoamericana de Micología, 2000, cap.4, 86-92.

MINAMI, Paulo S. **Micologia**: métodos laboratoriais de diagnóstico das micoses. Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo, v. 45, n. 1, p. 10-10, 2003.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION. **Zoonoses and communicable diseases common to man and animals**. 3rd ed. 3 vol (No. 580). Scientific and Technical Publication. Washington, D.C.: PAHO, 2001.

PAPINI R.; MANCIANT F.; GRASSATTI G.; CARDINI G. **Survey of keratinophilic fungi isolated from city park soils of Pisa, Italy**. *Mycopathologia, Netherlands*, v.143, n. 1, p. 17- 23, 1998.

PRADO, M. R. et al. **Frequency of yeasts and dermatophytoses from healthy and diseased dogs**. *Journal of Veterinary Diagnostic Investigation*, Columbia, v. 20, p. 197-202, Mar. 2008.

PUGH, G. F. J. **Associations between bird nests, their pH and keratinophilic fungi**. *Sabouraudia*, Abingdon, v. 5, p. 49-53, 1966.

SOLTYS, M. A.; SUMMER-SMITH, G. **Dermatophytoses in Veterinary Practice**. In: *Canadian Veterinary Journal*, Ottawa, v. 10., n.4, p. 111-116, Apr. 1969.

TRABULSI, L. R.; ALTHERNUM, F. **Microbiologia**. 5ª ed. São Paulo: Atheneu, 2008.

TRINDADE, D. S. **Manivas do manoá**: cultura, educação e biodiversidade. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura Intercultural do Insikiran de Formação Superior Indígena. Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, 2010.

VANBREUSEGHEM, R. **Technique biologique pour l'isolament des dermatophytes du sol**. 1952. Disponível em: < <http://lib.itg.be/open/ASBMT/1952/1952asbm0173.pdf>>. Acesso em: 27/10/2014.

II EDUCAÇÃO INCLUSIVANA ESCOLA ESTADUAL SÃO JOSÉ EM BOA VISTA RORAIMA

Introdução

Este artigo visa abordarações desencadeadas ou aprimoradas nas escolas, onde demonstra a ação participativa dos docentes, em agregar todos os discentes, buscando condições de roupar os antigos modelos conservadores educacionais e quebrar certos paradigmas, onde integrasse os recursos utilizados em sala de aula normal em novo.

Nas últimas décadas, auniversalização educacional constitui uma expansão na formação docente e promove a inclusão social, esse é um dos maiores desafios para o sistema educacional inclusivo. A Educação Especial (EE) é frequentada por discentes com e sem deficiência, caracterizado por um atendimento especializado, como apoio e complemento, num mesmo ambiente, destinado a oferecer aquilo que há de específico na formação de um discente com deficiência, sem impedi-lo de frequentar ambientes comuns de ensino, onde adquiram habilidades para construção de abordagens educacionais dinâmicas e inclusivas, acesso a oportunidades de aprendizagem e de participação na sala de aula, partindo do pressuposto que o “Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve estar disponível no ensino escolar” (BRASIL, 2008).

Mediante a essa perspectiva, o AEE deve ser oferecido dentro da escola comum, na Sala de Recursos Multifuncional (SRM), para que o discente seja encaminhado e instrumentalizado na sua caminhada escolar proporcionando a este acesso ao saber em igualdade e que seja partícipe dos seus saberes: “O Atendimento Educacional Especializado será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que em função das condições específicas dos alunos não for possível a sua interação nas classes comuns de ensino regular (BRASIL, 2008,art. 59, inc. II).

* Pedagoga, Especialista em Psicopedagogia, professora da rede pública do estado de Roraima, lotada na Escola Estadual São José. Email: sandra_elainepaz@hotmail.com

Sobre esse pressuposto, ainda há um entendimento equivocado desse dispositivo que tem levado a conclusão de que é possível a substituição do Ensino Regular pelo Ensino Especial. A interpretação a ser adotada deve considerar que essa substituição não pode ser admitida em qualquer hipótese independente da idade do discente, mas, a interação à inclusão. Compreender que a Educação Inclusiva é dever do Estado, sendo uma mobilidade que disponibiliza conjunto de recursos e estratégias educacionais que proporciona um atendimento especializado para transformar pessoas especiais, visando o direito a educação e a igualdade sem discriminação indevida.

Deve-se valorizar a SRM existente nas escolas como instrumento de inclusão as necessidades dos discentes especiais na EE, através de práticas e recursos de ensino, onde o perfil e a aptidão de cada discentes de acordo com suas habilidades e deficiências são valorizadas, com isso reconhece-se a importância do AEE.

A metodologia recortada para o desenvolvimento desta pesquisa é a participante, aquela que permite a aproximação do pesquisador e o universo a ser estudado, para que se possa fazer uma relação com o referencial construído para este estudo. Portanto, esta será de cunho qualitativo e quantitativo. O qualitativo tem a preocupação de entender a inserção do educando e familiares, que possuem razões, sentimentos e emoções que não podem ser quantificados. Já o viés quantitativo vai apreender os níveis das habilidades adquiridos pelos discentes.

Sabe-se que a pesquisa bibliográfica torna-se imprescindível para o pesquisador, pois torna o trabalho eficaz, dando suporte para a sua pesquisa, possibilitando ao envolvido um amplo conhecimento sobre a temática abordada. Assim, o aporte teórico utilizado parte de pesquisas em sites relacionados com a temática, além de leis e autores como: Aranha, (2001), Garcia (2007), Lunardi (2004), Mantoam (1995), Mazzotta (1996), Müller; Villagran (2008), Skliar (2003), Siems (2010) e Werneck (1999).

Foram feitas pesquisas documentais na Secretaria de Educação Cultura e Desportos (SECD) do Estado de Roraima, onde se coletados e números dos matriculados nas escolas do Estado de Roraima, além de um trabalho empírico, buscando alguns diagnósticos, aplicados na Escola Estadual São José, com dados colhidos a partir da aplicabilidade do projeto na referida escola.

Desta forma o objetivo foi analisar e traçar os aspectos metodológicos no ensino para o AEE na SRM, do Ensino Regular; com devida averiguação da importância dos papéis dos docentes quanto sua formação e de como se efetiva esse atendimento nas escolas e a efetivação da participação dos pais; pois a escola é um espaço de interação e comunicação proporcionado pela inclusão desses discentes, buscando entender de que forma contribuir para o aprendizado dos discentes “especiais”.

Portanto a temática abordada deu suporte necessário para o desenvolvimento dessa, no entanto, ressalta-se que na eleição que se fez, ao escolher a pesquisa documental, procurou-se que acontecesse uma maior interação sobre o assunto foi a opção pelo método indutivo, pois acredita-se da importância deste para o conhecimento comum, quanto para o conhecimento científico.

Educação inclusiva: novos paradigmas na educação

Quando pessoas consideradas diferentes, são vistas, algumas atitudes revelam não somente as crenças e os valores individuais, mas também o contexto social em que se vive, assim por meio de um condicionamento cultural, interioriza-se os preconceitos e reproduzem-se estigmas de acordo com cada momento histórico.

Em várias épocas da história, as pessoas com necessidades educacionais especiais eram abandonadas em locais de isolamentos, prisões, hospitais etc., sendo essa atitude justificada na cultura, local e momento histórico.

Na trajetória histórico-cultural do homem, indivíduos diferentes, que recebem o nome, hoje, de “pessoas com necessidades educacionais especiais”, reflete como se desenvolveram os valores da humanidade. Além disso, ajudam a entender os motivos pelos quais um dia, a humanidade condenou ao extermínio, sujeitos considerados imperfeitos e hoje, esta mesma sociedade está aprendendo a conviver com a diversidade.

A EE, no contexto da nova Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, é definida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de educação. O conceito de EE é dado da seguinte forma:

Modalidade da educação escolar. Processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (BRASIL, 2001, p. 21).

Baseado em pesquisas, acredita-se que a inclusão, é um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. Então, para pensar a escola que se frequenta, tem que pensá-la como

fazendo parte de um todo, um meio em que valores são ressaltados, em detrimentos de outros.

Vive-se em uma cultura que valoriza mais as questões econômicas que as questões sociais. Quando não se reflete sobre estas questões, corre-se o risco de agir em conformidade com essas estratégias de “exclusão”, com as quais certamente não se pode concordar.

Faz-se necessário internalizar que a escola é para e da comunidade e que:

A escola inclusiva é um sistema de educação e ensino onde os alunos com necessidades educativas especiais, incluindo os alunos com deficiência, são educados na escola do bairro, em ambientes de salas de aula regulares, apropriadas para a sua idade (cronológica), com colegas que não têm deficiências e onde lhes são oferecidos ensino e apoio de acordo com as suas capacidades e necessidades individuais (SKLIAR, 2003, p.25).

Será necessário introduzir as mudanças na escolarização para o êxito das escolas integradoras, mudanças estas como programas de estudos, construções, organização da escola, pedagogia, avaliação, datação de pessoal, ética escolar e afetividade extra-escolar.

Criar escolas, que atendam a um grande número de discentes, requer a formulação de políticas claras e decisivas de integração e um adequado financiamento, com um esforço em nível de informação pública para lutar contra aos preconceitos e fomentar atitudes positivas, além de um extenso programa de orientação e de formação profissional, específicos para este fim, além dos necessários serviços de apoio.

A inclusão escolar prevê intervenções decisivas e incisivas, em ambos os lados da equação: no processo de desenvolvimento do sujeito e no processo de reajuste da realidade social. (...) Assim, além de se investir no processo de desenvolvimento do indivíduo, busca-se a criação imediata de condições que garantam o acesso e a participação da pessoa na vida comunitária, através da provisão de suportes físicos, psicológicos, sociais e instrumentais (ARANHA, 2001. p.141).

De acordo com a citação acima se pode dizer que a escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus discentes, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades.

Constata-se, portanto, que a construção de uma escola inclusiva implica transformações no contexto educacional, transformações de ideias, de atitudes, e da prática das relações sociais, tanto no âmbito político, no administrativo, como no didá-

tico pedagógico e esse processo de mudança pode iniciar na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP).

Werneck (2000, p. 108), aponta que essas transformações decorrem de mudanças efetivadas a partir do PPP.

As escolas inclusivas propõem um modo de se construir o sistema educacional que considera as necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois, não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professor, alunos, pessoal administrativo para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

A simples aceitação das diferenças e a oportunidade de acesso à classe comum não determinam, nem contribuem de forma consistente para elaboração do PPP, não assegurando a inclusão escolar dos discentes com necessidades educacionais especiais.

Assim, o processo de aprendizagem desses requer modificações, fazendo-se necessário uma análise crítica das relações interpessoais e intrapessoais vividas na escola, além de modificações espaço temporais, didáticas pedagógicas e organizacionais que garantam a promoção da aprendizagem e a adaptação desses discentes ao grupo mediante a modalidade de ensino.

Em suas considerações Mazzota, (1996, p. 81), cita quanto à modalidade:

O ensino se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços educacionais especialmente organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais muito diferentes da maioria das crianças e jovens (MAZZOTA, 1996, p. 81).

Desse modo o papel da Educação Inclusiva frente a Lei nº 9394/96, que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é explicitado numa perspectiva relacional entre as modalidades de educação escolar e os diferentes níveis de ensino, contemplando as interfaces necessárias com as políticas públicas de saúde, trabalho e assistência social.

Entende-se que a Educação Inclusiva vai além do que aponta os documentos, como uma modalidade de educação, que se caracteriza com um conjunto de recursos educacionais e técnicas devidamente organizadas e planejadas, no sentido de reconhecer necessidades educacionais diferenciadas. Nesse conjunto insere-se também na formação dos profissionais da educação e as condições de acessibilidade.

Portanto, no paradigma da Educação Inclusiva, que tange o conjunto de recursos e serviços educacionais, depara-se ao princípio de igualdade de direitos e à sociedade, torna-se inclusiva quando passa a considerar todos com igualdade de valor. Assim, entende-se que a inclusão escolar fundamenta-se no princípio de uma escola democrática para todos, sem discriminação.

Fato este que implica numa reorganização do sistema educacional, revendo certas concepções e paradigmas educacionais no sentido de propiciar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses discentes, garantindo não somente o egresso daquele com deficiência, mas a sua permanência no decorrer de toda a escolarização.

Vale ressaltar que as políticas públicas destinadas aos discentes portadores de necessidades educacionais especiais articularam um novo significado e uma forma particular de encarar a EE em nível nacional, com discussões a respeito do entendimento da proposta inclusiva, no seu verdadeiro sentido (integração escolar, inclusão e escola inclusiva), como vistona Constituição Federal (BRASIL, 2000):

A tendência da política social durante as duas últimas décadas foi a de fomentar a integração e a participação e de lutar contra a exclusão. A integração e a participação fazem parte essencial da dignidade humana e do gozo e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, essa situação se reflete no desenvolvimento de estratégias que possibilitem uma autêntica igualdade de oportunidades.

No que diz respeito aos avanços alcançados quanto aos índices de matrículas iniciais no Ensino Fundamental, as ações organizadas ainda não deram conta de cumprir com os compromissos firmados na Constituição Federal de 1988, quais sejam: erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade de ensino, formação para o trabalho e promoção humanística, científica e tecnológica do País (BRASIL, 2000).

Quando o Estado e os pais cumprem seu papel, o direito à educação está assegurado. Mas, e quando um deles ou, até mesmo, os dois violam esse direito? Quais são, então, as alternativas existentes no campo da legislação para que se possa exigir o cumprimento da lei.

Segundo Skliar (2003), ao discorrer sobre os instrumentos viabilizadores do direito à educação, este explicita que o mandato de segurança coletivo, o mandato de injunção e a ação civil pública, são os que permitem uma melhor compreensão quanto aos programas de atendimento. Ainda, analisa que:

Sendo a educação especial uma modalidade de ensino, sua clara e precisa definição e operacionalização implica clareza e precisão no entendimento da educação escolar. O próprio sentido da educação pode aí ser clarificado e permitir a compreensão do significado da educação especial em outras situações de educação formal que não a escolar, como as que se dão muitas vezes, em programas ou serviços de habilitação e reabilitação de portadores de deficiência (SKLIAR, 2003, p. 74).

Nesse entendimento, ainda de acordo com o autor, há dois importantes pontos de análise, no que diz respeito ao Estado e as políticas públicas: a primeira é caracterizada pela natureza e abrangência das iniciativas oficiais e particulares isoladas e a segunda, marcada pelas iniciativas oficiais de âmbito nacional, evidenciando a ação governamental, instituindo campanhas específicas para o atendimento dos portadores de deficiência auditiva, visual e mental.

Conforme constatado, particularmente pelas ações do Ministério da Educação e Cultura (MEC) a destinação dos recursos financeiros públicos, toma uma tendência voltada para a política em EE com ênfase ao atendimento segregado em instituições especializadas particulares, em detrimento do atendimento educacional integrado nas escolas públicas.

Enquanto o Conselho Federal de Educação, em 1972, entendia a Educação Especial como “linha de escolarização”, portanto, como de educação escolar, o órgão específico do MEC sempre a interpretou como uma linha de atendimento assistencial e terapêutico ao invés de educacional escolar. O sentido clínico e/ ou terapêutico atribuído à Educação Especial norteia todas as decisões e ações altamente centralizadas do MEC, conforme está textualmente declarado na portaria interministerial nº 186/78, caracterizando o atendimento educacional aos excepcionais como seguindo uma linha preventiva e corretiva. (MAZZOTTA, 1996, p. 190-1).

Atualmente o MEC se refere ao discente da EE como sendo os portadores de necessidades educacionais especiais, tal expressão não passa de eufemismo para portadores de deficiências. A simples mudança de termos na legislação, nos planos educacionais e documentos oficiais, não têm sido acompanhados de qualquer alteração de significado.

2. compreendendo a educação inclusiva através do AEE

Na Educação Inclusiva o AEE, garante que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada discente especial, onde o cumprimento do direito constitucional de qualquer criança o acesso ao ensino, ficando sobre responsabilidade da or-

ganização pedagógica da escola, a metodologia empregada na prática do ensino que atendam as diferenças entre os discentes, sem discriminação indevida, beneficiando a todos com o convívio e crescimento na pluralidade, de acordo com as diretrizes políticas do MEC.

Nesse contexto, segundo a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva, do Governo Federal, o AEE cabe à EE realizá-la, através de serviços e recursos próprios e orientar discentes e docentes, quanto à utilização destes serviços e recursos em sala de aula (BRASIL, 2008).

Tendo em vista as novas políticas públicas, acaba por se configurar como espaço privilegiado da EE e de responsabilidade da mesma, destaca-se o caráter complementar e suplementar deste atendimento (e não mais substitutivo), a natureza das atividades que se diferenciam das realizadas em sala de aula e a articulação deste atendimento com a proposta pedagógica do ensino comum. Neste sentido, tem caracterizado e delineado tanto os serviços como os docentes da EE que são atendidos neste espaço.

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substituída a escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas a autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008).

A EE, no contexto da nova Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, é definida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de educação. É importante enfatizar a obrigatoriedade da oferta do AEE pelas redes de ensino, em turno inverso ao que o discente frequenta a classe comum, preferencialmente na própria escola em que está matriculado ou em centros especializados que realizem o atendimento educacional. Enfim, o AEE se apresenta como uma política pública na implementação e organização dos serviços em EE.

A tendência é que esse novo atendimento garanta a todos os discentes especiais, acesso a escola comum, removendo barreiras que impedem a frequência desse às turmas do Ensino Regular, sendo uma modalidade de ensino como complemento ou suplemento, todas as etapas e os níveis de ensino, considerando o grave fato de que a maioria das escolas comuns da rede regular diz está “despreparada” receber discentes com “deficiências” (SKLIAR, 2003, p.172).

A instituição especializada deve se adequar e oferecer apoio, conhecimentos e esclarecimentos aos docentes das escolas comuns em que estas crianças e adolescentes que estão estudando.

Ao reconhecer à importância da Educação Inclusiva e sua função de combate a exclusão educacional, as escolas, tem se esforçado para detectar o fator primordial de diferenciação que indica, a princípio, de atributo subjetivo do ser humano, segundo o qual todos devem ser tratados iguais levantando vários questionamentos: Há uma razoabilidade para doação desse tipo de tratamento diferenciado? Há uma obrigatoriedade de aceitação no AEE? Ou trata-se de um tratamento diferenciado que implica pleno exercício separado de direito?

O fato que a presença desses discentes em sala de aula é um direito e também um dever do Estado e de seus responsáveis. A proposta de atender educandos com necessidades educacionais especiais nas escolas da rede pública implica atender para mudança no âmbito do sistema de ensino, das unidades escolares da prática do educador em suas diferentes dimensões e respeitando suas particularidades. Alguns autores sustentam nesse sentido:

Vale sempre enfatizar que a inclusão de indivíduos com necessidade educacional especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na sua permanência junto aos demais alunos, nem na negação dos serviços especializados àqueles que deles necessitem. Ao contrário implica em uma reorganização do sistema educacional o que a carreta a revisão de antigos concepções e paradigmas educacionais, na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendo às suas necessidades (GARCIA, 2007, p. 181).

Há um princípio transformador da escola e das sociedades, onde se defende a Educação Inclusiva como processo gradual de ampliação do entendimento especializado para discentes em classes comuns e dentre esses aspectos, se construir a participação contínua e intensiva. Ainda marcando as divergências na forma de conceber a Educação Inclusiva, Garcia (2007, 181) considera que:

No contexto da educação, o termo inclusão admite, atualmente, significados diversos. Para aqueles que desejam mais, ele significa uma reorganização fundamental do sistema educacional. Enfim, sob a bandeira da inclusão está práticas e pressupostos bastante distintos, o que garante um consenso apenas aparente e acomoda diferentes posições que, na prática, são extremamente divergentes.

2.1. *Igualdade Quanto ao Processo de Inclusão*

Mesmo havendo a constante garantia na Constituição em relação à igualdade, passaram a surgir convenções e tratados internacionais reafirmando o direito de todos os seres humanos à igualdade e dando especial ênfase a proibição de discriminação em virtude de raça, sexo, religião e deficiência. Inclusão é um desafio que, ao ser devidamente enfrentado pela escola, provoca a melhoria da qualidade da educação básica, pois para que os discentes com deficiência possam exercer o direito a educação em sua plenitude, é indispensável que a escola aprimore suas práticas a fim de atender as diferenças. Assim sendo, ela deve ser encarada como um compromisso inadiável que a escola tem com a inclusão.

A igualdade de oportunidade é perversa quando garante o acesso de pessoas com deficiência, a igualdade de aprender como ponto de partida e as diferenças no aprendizado como processo e ponto de chegada, a esse propósito é fundamental que haja um olhar original sobre a igualdade: a igualdade não é um objetivo a atingir, mas um ponto de partida, uma suposição a ser mantida em qualquer circunstância.

Há uma desigualdade nas manifestações da inteligência, segundo a energia maior ou menor que a vontade de se comunicar, no entanto é através da interação, que se reduz essa diferença. A grande lição nesse contexto, embora enfoque a igual capacidade de conhecer, constitui no argumento de combinar igualdade com diferença e de se distanciar dos que apegam unicamente a cultura da igualdade, de oportunidade liberal e de mérito para defender a escola do seu caráter excludente, o certo, porém, é que os discentes jamais deverão ser desvalorizados e inferiorizados pelas suas diferenças.

Hoje é indiscutível o benefício que traz para qualquer criança, independente de sua condição física, intelectual ou emocional, a inclusão, pois esta tende a desenvolver as habilidades de acordo com cada deficiência, na promoção da aprendizagem, autonomia, valorização das diferenças; sobre formas de comunicação e expressão, interação e a socialização nas diversificadas práticas, sem discriminação, apenas com o propósito de buscar uma melhoria de qualidade no AEE.

Essa contribuição para melhor contornar os pressupostos que embasam a inclusão escolar, deve ser caracterizada como um processo, à medida que as soluções vão sendo estruturados para enfrentar as barreiras impostas à aprendizagem dos discentes. No âmbito particular de indicações para execução no plano de igualdade nas escolas, Mazzota (1996, p.21-22) expõe que:

Há três componentes práticos interdependentes em busca da igualdade no ensino inclusivo. O primeiro é a rede de apoio, o componente organizacional, que envolve a coordenação de equipe e de indivíduos que apoiam um aos outros através de conexões formais e informais {...}: grupos de serviços baseados na escola e parcerias com as agências comunitárias. O segundo componente é a consulta cooperativa e o trabalho em equipe, o componente de procedimento, que envolve indivíduos de várias especialidades trabalhando juntos para planejar e programar programas para diferentes alunos em ambiente integrados. O terceiro é a aprendizagem cooperativa, o componente do ensino, que está relacionado a criação de uma atmosfera de aprendizagem em sala de aula em que os alunos com vários interesses e habilidades pode atingir seu potencial.

Nesse contexto de ampliação a direito a igualdade uma das tarefas desenvolvidas, faz necessário identificar constantemente as ações desencadeadas ou aprimoradas, para que a escola se torne um espaço de aprendizagem e possa agregar todos os discentes, inclusive os oriundos de outras escolas; isso exige novas elaborações no âmbito do PPP.

A importância da igualdade de direitos para todos é justificada pela Constituição Federal da integração quando afirma o direito dos discentes especiais a terem um atendimento especializado, não apenas em relação entre o homem como ser social, mas também da exploração do homem pelo homem; pois a sociedade se caracteriza por certa desigualdade social.

Nessa perspectiva e participação na relação com o meio, as crianças são inventores porque possuem culturas diversas, vivências, expectativas próprias e maneiras de entender o mundo. Nesse contexto a evolução das habilidades, em relação às diferentes deficiências, através de atividades lúdicas, informações e participação docente, constituem o seu conhecimento e o concebe como parte do processo inclusivo.

Portanto, quando a Constituição garante a educação para todos, significa que é para todos mesmo, em um mesmo ambiente e esse pode e deve ser o mais diverso possível, “como forma de atingir o pleno desenvolvimento humano e o preparo para a cidadania” (BRASIL, 2000, art. 205).

2.2. Formação Docente e o AEE

No que diz respeito a ação docente, deve-se enfatizar a formação continuada do educador, um compromisso do sistema de ensino, comprometido com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva deve assegurar que estes sejam aptos a elaborar e a

implantar novas propostas e práticas de ensino para responder as características dos discentes com necessidades especiais.

Assim os docentes serão capazes de analisar os domínios do conhecimento atuais dos discentes, as diferentes necessidades no processo de aprendizagem, bem como elaborar atividades, criar ou adaptar materiais, além de prever formas de avaliá-los.

Não há como mudar práticas de docentes sem que os mesmos tenham consciência de duas razões e benefícios, tanto para os alunos, para a escola e para o sistema de ensino quanto para seu desenvolvimento profissional, pois, segundo Lunardi (2004) a pretensão é garantir educação para todos, independentemente de suas especificidades deve-se assegurar a oferta de uma formação que possibilite aos docentes analisar, acompanhar e contribuir para o aprimoramento dos processos regulares de escolarização, dando conta das mais diversas diferenças existente entre seus discentes.

Contudo os conhecimentos sobre o ensino de discentes especiais não pode ser de domínio apenas de alguns “especialistas”, e sim apropriados pelo maior número possível de profissionais da educação, idealmente para todos considerando que os atendimentos dos educandos em classes comuns é determinação privilegiada dos últimos anos.

Em síntese, a elaboração de política de formação de docentes, além de considerar essas indicações, também conta com algumas orientações legais, uma delas apresentadas no item “*Diretrizes*” da Política Nacional de Educação, que estabelece como prioridade, a formação de “recursos humanos com capacidade de oferecer o atendimento aos discentes especiais nas creches, pré-escolas, centros educacionais infantil, médio, superior, bem como em instituições especializados e outras instituições” (BRASIL, 2008, p. 10).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 em seu art.58, inciso III são previstos docentes com especialização adequada em nível médio ou superior para o AEE, bem como docentes de Ensino Regular capacitado para a integração desses discentes nas classes comuns. Nesse sentido Mantoam (1997, p.19) considera que:

A construção da competência do professor para responder com qualidade às necessidades educacionais especiais de seus alunos em uma escola inclusiva, pela mediação da ética responde à necessidade social e histórica de superação das práticas pedagógicas que discriminam segregam e excluem, e, ao mesmo tempo, configura, na ação educativa, o vetor de transformação social para a equidade, a solidariedade, a cidadania.

A formação continuada do docente deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus discentes, incluindo aquelas evidenciadas pelos com necessidades especiais, onde todos os procedimentos institucionais e das aprendizagens destes, estabelecendo assim um relacionamento entre docentes e discentes.

Faz-se necessário providências para que essa proposta não se configure em apenas retomadas de antigas propostas, que não foram realizadas na sua totalidade. Siems (2010, p.25) contextualiza que “não parece estar claro, se o que nasce é uma negação superadora do velho ou uma radicalização de suas possibilidades não realizadas”.

Portanto para a autora, na perspectiva de formação continuada para diversidade afirma que:

caminheemos no sentido da construção de uma nova profissionalidade para docente uma formação que considere a diversidade, o múltiplo como fator de enriquecimento das relações humanas, em que o trabalho educacional atinja a todos que dele necessitam (SIEMS, 2010, p.37).

3. Inclusão no estado de Roraima como processo de AEE nas escolas

Neste contexto, há um princípio transformador da escola e da sociedade no Estado de Roraima, a onde vem ocorrendo modificações e adequações nas escolas estaduais. Neste, defende-se a bandeira da Educação Inclusiva como processo gradual de ampliação do AEE para discentes em classes comuns e dentre esses aspectos, se construir a participação contínua e intensiva.

Ainda marcando as divergências na forma de conceber a Educação Inclusiva, Aranha(2001,p. 148) considera que:

No contexto da educação, o termo inclusão admite, atualmente, significados diversos. Para aqueles que desejam mais, ele significa uma reorganização fundamental do sistema educacional. Enfim, sob a bandeira da inclusão está práticas e pressupostos bastante distintos, o que garante um consenso apenas aparente e acomoda diferentes posições que, na prática, são extremamente divergentes.

A gestão da Educação Especial, no contexto da esfera estadual de Roraima, é organizada através do Eixo Pedagógico Inclusão sob a coordenação de docentes com

formação em Educação Especial. Tal eixo tem como objetivo principal “articular as ações de forma integrada com todas as modalidades de ensino”, além disso, prevê “esclarecer, subsidiar e acompanhar o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos discentes em todos os níveis, de acordo com suas peculiaridades, tendo como princípio básico o respeito à diversidade”(MÜLLER; VILLAGRAN, 2008, p. 5).

A Rede Estadual de Educação de Roraima em consonância com a legislação vigente e com as orientações de documentos nacionais e internacionais vem aderindo aos pressupostos da Educação Inclusiva desenvolvendo ações de formação e implementação de serviços que ampliem e qualifiquem as experiências inclusivas.

Analisando documentos, foi detectado que em 1975 foi criada uma Coordenação de Educação Especial, no antigo Território Federal de Roraima, com o início do atendimento aos discentes com deficiência mental e auditiva. No ano seguinte, instalou-se na Escola Estadual Monteiro Lobato, uma sala especial onde atendia 11 discentes, tendo, como professoras Carlota Marta de Figueiredo Rodrigues e Clotilde Parima Rodrigues, onde exerciam as mais variadas funções.

Vale salientar que no Estado de Roraima, atualmente há escolas, sediada em municípios, distantes da sede administrativa, que estão se adequando a Educação Inclusiva e o relevante AEE, atendendo as normas e leis amparadas pela Constituição Federal.

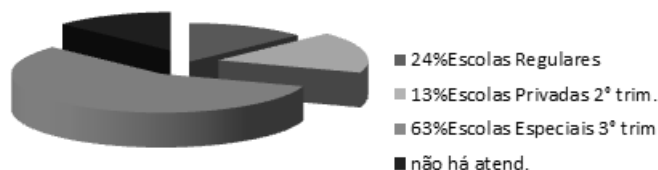
Em todo o estado existe um montante de 37 escolas (25 de Ensino Fundamental e 12 de Ensino Médio) com AEE. Este serviço é realizado por profissional habilitado na área e em salas equipadas com recursos específicos para este fim. Na esteira das ações desenvolvidas pelo governo estadual pode-se destacar a ampliação progressiva de recursos humanos, com a nomeação através de concurso público e com a ampliação do número de matrículas de alunos em situação de inclusão.

Em 2007, houve a implementação, na Secretaria de Educação Cultura e Desporto do Estado de Roraima (SECAD) de uma Assessoria Pedagógica Especializada, no setor de Divisão de Educação Especial com o objetivo de prestar orientação, assessoria, disponibilizar material e bibliografia para todas as escolas da rede estadual de ensino referente à área de Educação Especial. É função deste setor o devido encaminhamento dos discentes com deficiência às escolas, a partir de avaliações realizadas pelo seu núcleo de triagem e avaliação.

Esta consta ainda com centros de apoio como o Centro de Apoio Pedagógico ao aluno surdo ou de baixa audição (CAS) e o Centro de Apoio aos alunos cegos e de baixa visão (CAP). A Divisão de Educação Especial do estado faz o monitoramento do AEE nas escolas, oferecendo palestras, encontros, reuniões e cursos de formação continuada.

Dados coletados na referida secretaria apresentamos discentes com necessidades educacionais especiais em classe comum matriculados nas escolas do Ensino Regular, todavia não se obteve mais informações sobre a quantitativa correta de quantas pessoas nunca tiveram acesso a nenhuma dessas formas e atendimento (Figura 1).

Figura 1: Matrículas na rede de ensino em Roraima: 2012



Fonte: Adaptado do Roraima, 2011, p. 51

A maioria dos discentes são matriculados na Instituição Viva Comunidade, pertencente a esfera estadual. Essa instituição atende todos os alunos especiais com diferentes patologias, possuindo especialistas em cada área, monitores e profissionais atuantes.

Os dados apresentados são suficientes para indicar quanto ainda o estado se encontra distante dos objetivos para que aconteça de fato a inclusão estabelecida pela Constituição Brasileira e LDB. Porém dados quantitativos, aqui apresentados exigem acréscimo de outros indicadores de qualidades para que sejam acumulados, elementos para aferir a oferta de condições adequadas de ensino, compreendidos como processo de desenvolvimento da capacidade física intelectual e moral do educando; visando a sua melhor integração individual e social.

Informações preciosas referentes a cada necessidade educacional especial, nas categorias visual, auditiva, física, mental, múltiplas altas habilidades/superdotação, condutas típicas e outras, são importantes para que o estado atue diretamente na problemática. Ressalta-se a importância que assume a obtenção desses dados para elaboração de um trabalho com planejamento e um atendimento especializado, para a que através da avaliação das ações implantadas, possa assim caracterizar ações da política que envolve a proposta curricular da escola e a ação do docente.

Portanto, a inclusão escolar tem se restringido no âmbito das práticas, como já assinalado, através da oferta de vagas aos discentes com necessidades educacionais

especiais em classes comuns, onde as distorções conceituais são as que têm se configurado de fato como um dos principais obstáculos a concretização da tão conclamada educação para todos.

A instituição escolar ao reproduzir o modelo tradicional não tem demonstrado condições de responder aos desafios da inclusão social e do acolhimento às diferenças, nem de promover aprendizagens necessárias a vida em sociedade. Mesmo com tanto entraves físicos e burocráticos, as escolas do estado vem gradativamente cumprindo esse pressuposto configurando o espaço educativo, enquadrando discentes especiais no sistema de Ensino Regular.

3.1. *AEE na SRM na Escola Estadual São José*

A SRM surge na necessidade de um atendimento diferenciado e específico aos discentes com necessidades educacionais especiais nas escolas estaduais e privadas, Sua atividade diversificada visa a complementação de uma formação, a inclusão educacional e social. O AEE proporcionado pela SRM fundamenta-se na Política Nacional de Educação Especial, visando uma complementação de sua formação e não a substituição ao Ensino Regular.

Nessa pesquisa constatou-se um processo que iniciou lento, porém, gradual e firme de redirecionamento nas práticas pedagógicas, para melhor qualidade de ensino no AEE, muitos foram os entraves, mas em favor de uma escola inclusiva de qualidade de ensino.

No início do ano letivo de 2011 observou-se, na Escola Estadual São José, uma evolução lenta no rendimento escolar dos discentes, que paulatinamente foram evoluindo. Muitos apresentavam um comportamento introspectivo, ausência de interação comunicativa e na socialização; dentro dessas características procurou-se desenvolver habilidades, mediante ao plano do AEE; e levando em consideração as características apresentadas por cada deficiência trabalhou-se as habilidades intermediando entre o estímulo da linguagem expressiva; função cognitiva; e percepção através das cores, além de inúmeras atividades realizadas com os discentes, que vão da estimulação das funções cognitivas, sócio afetivas, interação social e comunicativa através da linguagem compreensiva e expressiva até aprendizagem através do lúdico.

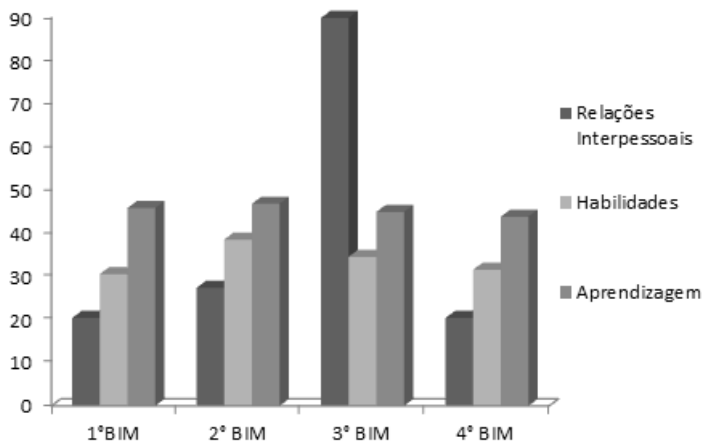
Nesse contexto utilizou-se da conversa informal e formal nomeação de figuras, repetição de palavras, jogos lúdicos e construção de um diário, que relatava tudo o que havia ocorrido durante a aula e por fim um diálogo aberto.

O diálogo foi o melhor caminho para transitar por essas fronteiras difusas que de forma geral preocupa os educadores e a sociedade. Foi através do diálogo que se tornou possível buscar o equilíbrio entre interesses particulares e antagônicos que sustentam as disciplinas e os campos específicos de conhecimento no Ensino Regular e da Educação Especial.

A família teve seu papel primordial na orientação desses discentes das mais explícitas até as sistemáticas do AEE, essa dinâmica foi focada no relacionamento interpessoal, autoestima, autoconfiança, tomada de iniciativa, aspectos motivacionais dos discentes; cujo enfoque foi o lúdico-pedagógico, onde todos os familiares participaram de forma indireta no transcorrer do ano letivo.

Houveram alguns encontros e os familiares que participaram dos encontros aprenderam técnicas para o manejo dos comportamentos frequentes dos discentes especiais, apresentada por cada patologia. Os resultados positivos das dinâmicas desenvolvidas nos encontros, durante o ano de 2011, pode ser observada, comparando na sequência bimestral no ano letivo na escola Estadual São José, diretamente na SRM (Figura 2).

Figura 2: Desempenho dos discentes no AEE em Roraima: 2011¹



Fonte: Adaptado do Roraima, 2011, p. 27

¹ Resultados do ano de 2012, somente serão divulgados após término do ano letivo.

É notório observar através da Tabela 3, a evolução dos discentes durante o processo de acompanhamento na SRM com AEE, Escola Estadual São José, porém houve uma queda brusca no quarto bimestre nas relações interpessoais, pois alguns discentes saíram da SRM, para ingressar em outra instituição criada pelo Governo do Estado, em decorrência a esse fator houve uma diminuição dos rendimentos dos discentes em todo o processo educacional.

Figura 3 - Quadro anual do desempenho dos alunos no AEE Escola Estadual São José: 2011

EVOLUÇÃO DOS ALUNOS	1º Bim.	2º Bim.	3º Bim.	4 Bim.
Relacionais Interpessoais	20,4	27,4	90	20,4
Aprendizagem	45,9	46,9	45,9	43,9
Habilidades	30,6	38,6	34,6	31,6

Fonte: Adaptado do Roraima, 2011, p.30.

É inegável o valor dessas ações na escola, principalmente o trabalho realizado na SRM, pois se tornaram exemplares nesse novo desafio, encorajando outras escolas a aderirem e se adequarem para receber esses discentes, resultando em mais oferta de vagas no sistema de ensino, fortalecendo a Educação Inclusiva a integração escolar.

Vale ressaltar que o objetivo inerente a essa processo inclusivo era ajudar os discentes com deficiência a obterem uma existência tão próxima ao normal possível e eles disponibilizassem de padrões e condições de vida cotidiana vivida nas escolas regulares, mais próximas a padrões da sociedade. Sua efetivação ocorreu quando foi garantido o direito desses discentes a ingressarem no Ensino Regular, ocupando os mesmos espaços sociais com os demais, podendo usufruir dos mesmos recursos disponíveis no sistema de ensino.

Portanto, as escolas têm um papel ativo, onde os discursos da prática se legitimam quanto ao processo de inclusão educativa, pois efetiva a inclusão seria o primeiro passo e isso já vem acontecendo em alguns espaços dentro do Estado de Roraima. Posteriormente à medida que se conseguem pequenas metas, novas atuações poderão ser introduzidas, pois a Educação Inclusiva não se faz em um ano, é percorrida em longo prazo, um processo inacabado, no qual continuamente seja necessário ser revisado, reconhecendo a diversidade como oportunidade, como um valor onde a participação de todos se faz necessária.

Enfim, pensar que para amenizar a distância entre qualidade na educação de discentes com necessidades especiais que tem e que se almeja, depende exclusivamente de cada um na sociedade, na mudança de olhares e de ações.

Considerações finais

É inegável o valor das ações que vem se efetivando nas escolas, da esfera estadual, ao se tornarem exemplares nesse novo desafio para outras, encorajando a aderirem e se adequarem para receber esses discentes, resultando em mais oferta de vagas no sistema de ensino, fortalecendo a Educação Inclusiva a integração escolar; pois o objetivo inerente a essa processo inclusivo é ajudar os discentes com deficiência a obterem uma existência tão próxima ao normal possível e eles disponibilizassem de padrões e condições de vida cotidiana vivida nas escolas regulares, mais próximas a padrões da sociedade.

A efetivação dessa ação ocorre no momento em que é garantido o direito desses discentes a ingressarem no Ensino Regular, ocupando os mesmos espaços sociais com os demais educandos, podendo usufruir dos mesmos recursos disponíveis no sistema de ensino. A implantação de projetos que incluam todos no sistema de ensino e nas demais esferas educacionais da vida pública se torna imprescindível, enquanto política pública, não só de inserção social e econômica, mas também de estímulo à participação política.

A participação da família nesse processo inclusivo tem seu papel primordial na orientação desses discentes das mais explícitas até as sistemáticas do AEE, com acompanhamento do docente da SRM, essa dinâmica foca-se no relacionamento interpessoal, autoestima, autoconfiança, tomada de iniciativa, aspectos motivacionais dos discentes; cujo enfoque é o lúdico-pedagógico, onde todos inclusive, familiares, participam de forma direta e indireta no transcorrer do ano letivo, pois muitos aprendem técnicas para o manejo dos comportamentos frequentes dos discentes especiais, apresentada pela patologia específica de cada.

Nesse contexto, no Estado de Roraima vem ocorrendo modificações e adequações nas escolas estaduais; defendendo-se a bandeira da Educação Inclusiva como processo gradual de ampliação do AEE para discentes em classes comuns e dentre esses aspectos, se construir a participação contínua e intensiva.

Ainda marcando as divergências na forma de conceber a Educação Inclusiva, a formação continuada do docente deve ser um compromisso dos sistemas de ensino, já que são comprometidos com a qualidade do ensino, nessa perspectiva, devem

assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus discentes especiais, incluindo aquelas necessidades evidenciadas por eles.

Dessa forma, os procedimentos institucionais de aprendizagem estabelecem um relacionamento entre discentes e docentes, pois não se deve esquecer que a inclusão de indivíduos com necessidade educacional especial na rede regular de ensino não consiste apenas na sua permanência junto aos demais alunos, nem na negação dos serviços especializados àqueles que deles necessitem, mas implica em uma reorganização do sistema educacional o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais, na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses discentes, respeitando suas diferenças e atendo às suas necessidades.

Referências bibliográficas

ARANHA, Maria Salete Fabio. **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência.** Revista do Ministério Público do Trabalho. ano XI, n. 21, mar. 2001. p. 146-150.

BRASIL. Constituição 1998. **Texto Constitucional de 05 de outubro de 1998, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/1992 a 20/2000 e Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/1994.** ed. atual. 2000. Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2000. 393p.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Adaptações Curriculares para a Educação Especial.** Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2001.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva. Inclusão. Revista da Educação Especial.** Brasília, MEC/SEESP, v. 4, 2008, p. 7-17.

GARCIA, R. M. C. **O conceito de flexibilidade curricular nas políticas públicas de inclusão escolar.** In: JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. B.; VICTOR, S. L. (Orgs.). *Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa.* Porto Alegre: Mediação, 2007, 340p.

LUNARDI, Márcia Lise. **Pedagogia da diversidade:** normalizar o outro e familiarizar o estranho. In: *Anais... 27ª Reunião Anual da ANPED: Sociedade, Democracia e Educação: Qual Universidade? GT: Educação Especial.* (CDRoom) Caxambu: 21 a 24 de novembro de 2004.

MANTOAM, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 1995.189p.

MAZZOTTA, Marcos Jose da Silveira, **Educação Especial no Brasil: historia e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996, 270p.

MÜLLER, M.; VILLAGRAN, V. **Educação Inclusiva na Rede Municipal de Ensino de Santa Maria**. Revista Eletrônica Educação Cidadã. v.1, n.1. Santa Maria: Secretaria do Município de Educação, 2008. Disponível em: <<http://www.santamaria.rs.gov.br/smed/index.php?>>. Acesso em: 05 set. 2012.

RORAIMA. Governo do Estado de Roraima. Secretaria de Educação e Desporto do Estado de Roraima. **Relatório. Desenvolvimento do Atendimento Educacional Especializado(AEE) das escolas estaduais**. 2011, 387p.

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia da diferença: e se outro não tivesse aí?**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SIEMS, Maria Edith Romano. **Educação Especial em tempos de Educação Inclusiva: identidade docente em questão**. São Carlos: Pedro&João editores, 2010, 189p.

WERNECK, Claudia. **Sociedade inclusiva: quem sabe no seu todos?** Rio de Janeiro: WVA, 1999.

ENCONTROS CULTURAIS NA ESCOLA DE RORAIMA: POR UM CURRÍCULO DIVERSIFICADO

1. Introdução

A diversidade cultural, étnica e linguística do estado brasileiro Roraima, refletidas nas relações dos estudantes estudando na escola básica do sistema de educação estadual apontam a necessidade de melhor compreender como essas relações se estabelecem e se entrecruzam e que tipo de ensino tem se ofertado e mantido para uma categoria de jovens estudantes de característica tão peculiar.

As abordagens se concentram nos encontros culturais na sala de aula, como resultado das relações interétnicas e interfronteiriças e suas diversas implicações na vida da comunidade escolar e, na perspectiva da diversidade cultural e social, se fazem algumas argumentações em favor do currículo diversificado como para a diversidade cultural do Estado de Roraima e de seus sujeitos.

Pensar e articular um currículo a ser desenvolvido para e com a diversidade estudantil que mora, trabalha, estuda e vive numa região de permanentes encontros interétnicos e fronteiriços é ainda latente, mas já se faz presente nas reflexões e práticas de alguns grupos de educadores que atuam nas escolas de Roraima. Nesse entrelaçar educativo e cultural se destacam as ações dos grupos de professores e estudantes brasileiros, venezuelanos e guianenses na fronteira que vivenciam experiências curriculares bem diversa das atividades comuns do currículo nacional.

Referimo-nos aos encontros entre escolas de Pacaraima/Santa Elena¹ de Uairém e Bonfim/Lethem² que, com esforço e paulatinamente vêm estreitado as interações

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: andradyy@gmail.com

¹ Santa Elena de Uairén (Gran Sabana) e Pacaraima (Roraima) são cidades gêmeas da fronteira entre Brasil e Venezuela. A separação da cidade de Santa Elena da cidade Pacaraima é cartográfica, chamada fronteira seca. O Acesso, de vai do Brasil para Venezuela é pela BR 174.

² Bonfim (Roraima) e Lethem são cidades-gêmeas localizadas na fronteira das nações, respectivamente, Brasil/Guiana. Lethem separada de Bonfim, apenas pelo rio Tacutu. O acesso Brasil-Guiana dá-se pela BR-401, ligando Lethem à cidade de Boa Vista, capital de Roraima. Quem sai de Roraima para Guiana passa na cidade Bonfim atravessa a ponte sobre o rio Tacutu e do outro lado fica a cidade de Lethem.

e encontros culturais, pedagógicos e planejamentos de ensino de forma integrada e coletiva para atender os estudantes que convivem e estudam nas escolas de fronteira Brasil-Venezuela-Guiana.

Convém nessa abordagem, ressaltar as várias razões pelas quais o estado de Roraima, na encruzilhada cultural e educacional Brasil-Venezuela-Guiana, participe de um jeito de educar nas fronteiras diferenciado. Sendo um lugar onde transborda diversidade cultural, Roraima evidencia com a sua posição cartográfica as diversas faces de uma realidade mais que só o aspecto geopolítico de suas fronteiras. Trata-se do multiculturalismo étnico, linguístico e cultural dos moradores de Roraima. A geografia nos orienta sobre a posição do Estado de Roraima em seus limites com

República Bolivariana da Venezuela a norte e, a oeste, com a República Cooperativista da Guiana a norte e a leste, com o Estado do Amazonas ao sul e a oeste, e com o Estado do Pará, a sudeste, possuindo 1.922 km de fronteiras internacionais, ocupando uma área de 225.116,1 km². (VALE, 2007, p.17).

A referida posição coloca Roraima na tríplice fronteira Brasil/Venezuela/Guiana como estado brasileiro que participa das relações fronteiriças em maior frequência. Alguns cidadãos brasileiros, guianenses e venezuelanos, ora em seu país de origem ora em Roraima, moram, trabalham, passeiam, trocam culturas e serviços de saúde e educação disponibilizados nesses países.

A fronteira em Roraima é a diversidade humana em movimento e se faz em maior fluxo através das Rodovias BR 174 (que liga Manaus a Venezuela, atravessando Roraima) e a BR 401 (que liga Roraima a República Cooperativista da Guiana. Em maior relação fronteiriça estão as cidades gêmeas Bonfim/Lethem e Pacaraima/Santa Elena de Uairén, congregando em Boa Vista, capital de Roraima a maior parte da diversidade resultante do movimento de encontros e trocas culturais com maior intensidade. Atualmente,

Roraima tem uma população predominantemente urbana, concentra maioria de seus habitantes (62%) na capital de Boa Vista, construída num processo histórico de ocupação marcado pela migração amparada por iniciativas governamentais. Esse processo se acentuou nas últimas décadas do século XX, devido a expansão agrícola e atividade de mineração chegando nas décadas de oitenta e noventa a atingir, de acordo com o IBGE, o segundo lugar em maior crescimento populacional proporcional do país perdendo apenas para o Amapá. (ALMEIDA,2011,p.41)

Os brasileiros vindos de outras regiões do Brasil, os estrangeiros guianenses e venezuelanos, somados a diversificada população, autóctone ou não, que mora em Roraima, caracteriza a hibridação da cultura do Estado, “o que lembra Canclini que na atualidade não se pode falar de uma cultura única, sem mistura, todas as culturas são de fronteira” (BRAZ, 2010, p.136) terminando a ideia de cultura pura e inalterada. Roraima é um Estado por excelência de cultura híbrida e os dados do IBGE confirmam,

em 2010, era de 450.479 habitantes, sendo que destes, 284. 313 viviam na capital, Boa Vista. Possui uma população indígena estimada em 50 mil pessoas, cerca de 11% da população do Estado, espalhadas em 478 comunidades pertencentes às etnias: Macuxi, Wapichana, Ingarikó, Yanomami, Waimiri- Atroari, Maiongong e Yekuana em 32 Terras Indígenas demarcadas. (CAMARGO, 2013 p. 14).

As terras indígenas demarcadas realçam a variedade étnica e linguística dos grupos nelas vivendo, haja vista que, muitas vezes esses grupos falam a língua nacional do Brasil e dos países vizinhos (Espanhola; Inglesa) além de suas línguas maternas entre outros dialetos. Olhando a totalidade cultural do Estado de Roraima percebe-se que “as culturas hoje, estão interligadas, transpondo limites por onde é possível” (BRAZ, 2010, p.), é visível ressignificações de modos de ser, viver, fazer e conhecer nesse e com esse contexto multicultural.

Concordando com Roque Laraia em posição contrária ao “determinismo geográfico que considera que as diferenças do ambiente físico condicionam a diversidade cultural” (LARAIA, 2007, p.11) ressalta-se que a diversidade em contexto multicultural jamais poderia ser determinada pela limitação das fronteiras, principalmente naquelas de permanentes encontros de pessoas e de culturas, assim, a posição cartográfica de Roraima ressalta a sua natureza física, estática no limite geográfico, mas dinâmica nas relações humanas. Na fronteira movimentam-se pessoas, sujeitos, culturas que se encontram e influenciam-se uns aos outros, embora ciente dos limites de seus Estados.

Os limites nacionais separam terras, fincam marcos disso, mas as cercas não suportam a pressão da cultura que transborda e ganha o mundo uns dos outros. É impossível negar que no movimento interfronteiriço as pessoas, ao se encontrarem, mantenham-se inalteráveis em suas culturas, ao contrário, nunca mais serão as mesmas ainda que não façam as contas disso.

Devido ao movimentado encontro de culturas, onde a fronteira é ponto de relação, há quem diga que Roraima não tem uma cultura própria, mas o que seria ter

uma cultura própria, se considerarmos que a formação e constituição social e cultural brasileira é resultado das trocas entre as culturas dos grupos ocidentais, africanos, nativos etc. O antropólogo François Laplantine faz uma relevante comparação do social com a cultura, evidenciando que,

o social é a totalidade das relações (relação de produção, de exploração, de dominação) que os grupos mantem entre si dentro de um mesmo conjunto (etnia, região, nação) e para com os outros conjuntos, também hierarquizados. A cultura por sua vez não é nada mais que o próprio social, mas considerado dessa vez sob o ângulo dos caracteres distintivos que apresentam os comportamentos individuais dos membros desse grupo, bem como suas produções (artesanais, artísticas originais, religiosas). (LAPLANTINE, 2007,p.120)

Apesar da originalidade cultural apresentar algum destaque do que é próprio de cada grupo, o que é próprio nem sempre ou quase nunca é legítimo, em se tratando de culturas interfronteiriças pois, o social em sua totalidade é formado pelas partes que são as culturas de diferentes grupos que, em algum momento se encontraram e trocaram conhecimentos e, possivelmente alteraram suas culturas. As culturas são misturáveis e mutáveis quando se encontram.

Ainda sobre o social e o cultural, segundo Lévi Strauss, “a cultura deve ser considerada como um conjunto de sistemas simbólicos, entre os quais se incluem a linguagem, as regras matrimoniais, a arte, a ciência, a religião e as normas econômicas. Esses sistemas se relacionam e influenciam a realidade.” (TOMAZI, 2010,p 98.). Sendo assim, talvez se possa afirmar que os sistemas simbólicos, é que vão permitir que se perceba a diversidade cultural distintamente da cultura originária de cada povo, elementar na constituição da cultura do Brasil, também refletida na constituição sócio cultural do Estado de Roraima.

Contextualizando a relação social/cultural nas escolas localizadas nas de Roraima, verifica-se que existe uma concepção curricular de totalidade que ainda evidencia o conhecimento nacional/universal sob o domínio dos saberes ocidentalizados e, pouca preocupação com a parte que cuida da diversidade regional/local. A questão da ocidentalização do conhecimento pode ser uma realidade presente mas, estudos antropológicos e etnológicos têm apontado outras formas de ver essa ideia de domínio cultural ocidental sob perspectivas do próprio sujeito do qual se fala ser um sujeito dominado, colonizado, no caso da América Latina, o ameríndio. Nesse sentido, Lévi Strauss ressalta o etnocentrismo, traduzido por Viveiro de Castro (1986, p.123):

Nas Grandes Antilhas, alguns anos após a descoberta da América, enquanto os espanhóis enviavam comissões de inquéritos para investigar se os índios tinham ou não uma alma,

estes se dedicavam a afogar os brancos que aprisionavam, afim de verificar, por uma demorada observação, se seus cadáveres eram ou não sujeitos a putrefação. (Lévi-Strauss 1937a:384)

Observa-se que o domínio de uns sobre os outros se faz por vieses diferentes mas na perspectiva do conhecimento, cada grupo preocupa-se em saber e compreender o que lhe é estranho, curioso, duvidoso e peculiar. A relação de domínios e etnocentrismos está para ambos os grupos, tal perspectiva divide os olhares e as críticas entre antropólogos, sociólogos e historiadores.

Na escola Roraima a compreensão e desconstrução da concepção ocidental caminha a passos lentos. Apesar das Diretrizes Curriculares destinarem uma parte da totalidade dos saberes nacionais para o saber regional/local, na maioria das escolas este é ignorado, exceto em algumas escolas localizadas em Bonfim e em Pacaraima. Nessas escolas tem se evidenciado com maior frequência, encontros entre educadores dos países da fronteira Brasil/Venezuela/Guiana e inclusive aulas conjugadas e intercâmbios entre alunos brasileiros e venezuelanos e brasileiros e guianense.

Roraima, sendo o Estado brasileiro que vive a condição da tríplice fronteira, através da iniciativa da Universidade Federal e dos próprios educadores desse loco fronteiriço vêm realizando conjuntamente encontros e estudos educacionais para planejamentos pedagógicos, que fortalecem as relações sócio culturais através do reconhecimento do outro que compartilha do direito de viver, trabalhar, estudar, constituir família e amizade na fronteira.

2. Encontros Culturais na escola: Da comunidade externa a comunidade escolar.

Considerando a hibridação cultural de Roraima e que a escola é reflexo desta, os encontros culturais na sala de aula são evidentes, ainda que em espaços e circunstâncias menores e nem sempre conscientes. Na escola, os estudantes têm “rosto definido” (FRIGOTO, 2004), porém não único. A definição desse rosto não pode ser concebida apenas fisicamente, pois estaríamos a cometer equívocos se assim o fosse. Entre os jovens brasileiros e ainda mais, entre os jovens que moram em Roraima, existem rostos tão semelhantes e outros tão diferentes numa mesma família que causa estranhamento e, quando se trata de identidade étnica a complexidade aumenta.

Um dado interessante e polêmico é o ato da autodeclaração de ‘raça e cor’³. No ensino médio em Roraima, autodeclararam-se brancos - 1.513 estudantes; pretos – 91;

³ Nomenclatura própria do MEC/INEP/DEED em desacordo com as novas reflexões antropológicas a cerca da identidade humana.

pardos - 6.478; amarelos - 16, indígenas - 1.260 e, 9.742 não-declararam. (MEC/ INEP/DEED, 2013). A reflexão que se faz aqui, reside nas razões pelas quais uma pessoa, no caso o estudante, se autodeclara ou não. Em Roraima, que razões teria um jovem indígena ou um jovem negro para se autodeclarar ou não como tal?

O ato da pessoa se autodeclarar é complexo como “complexa é a etnicidade na fronteira” (BAINES, 2004) e, numa compreensão de movimentos humanos de fronteira, os jogos de interesses geralmente pautam esse ato, afinal “as identidades são construções humanas, e mais, são construídas dentro do discurso e não fora dele” (HALL, 2004, p. 109). As representações que o sujeito tem de si mesmo e aquelas que os outros têm dele, devem ser compreendidas dentro de um fator histórico construído nos discursos e comportamentos da sociedade.

Por exemplo, as representações missionárias do yanomami⁴ em imagens construídas, “quando os missionários passaram a viver entre os yanomami, eles já estavam influenciados pela interpretação dicotômica do índio com os índios”, (FERREIRA, 2010 p. 16) e significa compreender as influências e implicações que as representações impactam na vida de uma pessoa ao se autodeclarar indígena, negra, branca, amarela, parda ou sobre outras opções.

Segundo dados mais recentes, residem em Roraima 47.474 jovens (IBGE,2013), dentre estes, o censo escolar identifica 19.100 matriculados e estudando em algumas das escolas de ensino médio, destes 146 estão nas escolas federais, 17.707 estão na escola estadual, 19 estão na escola municipal e 1.228 na escola indígena (MEC/ INEP/DEED, 2013) entre os quais é comum encontrarmos jovens venezuelanos e guianenses convivendo o mesmo ambiente escolar e currículo com estudantes brasileiros em Roraima.

Atualmente, para atender os jovens, Roraima tem um universo de 125 escolas de ensino médio, das quais, 114 são públicas estadual, 05 são públicas federal; 01 pública municipal e 05 privadas (IBGE, 2012). Essas escolas atendem os jovens, de modo geral, dos 15 a 18 anos de idade. Só em Boa Vista⁵ estudam 14.700 jovens.

A diversidade populacional nas fronteiras, refletidas na sala de aula e a autoidentificação étnica existe pois,

⁴ O Povo YANOMAMI ocupa uma área de floresta tropical na região da fronteira Brasil e Venezuela. No Brasil, eles vivem a noroeste de Roraima e Amazonas, numa extensão contínua de 94.191 km². Para designar o Povo YANOMAMI foram usadas várias denominações, entre as quais: Waika, Guaika, Xiriana, Xirixana, Xamatari, Pakitai, Parahuri, Guajaribos, Karimé, Yawári. Migliazza (1972).

⁵ O município de Boa Vista capital do Estado de Roraima está localizado na porção nordeste do Estado e é o mais populoso do Estado, estimado em 249.853, correspondendo aproximadamente 63,13% da população do Estado. Situada à margem esquerda do rio Branco, é uma cidade planejada e moderna, graças a um projeto urbanístico dos anos 60, plana, desenhada em forma de um leque, com as varetas largas das avenidas convergindo para a Praça do Centro Cívico (SOUZA e SILVA, 2006)

em ambos os lados da fronteira pode-se constatar a existência de contingentes populacionais não necessariamente homogêneos, mas diferenciados pela presença de indivíduos ou grupos pertencentes a diferentes etnias, sejam elas autóctones ou indígenas, sejam provenientes de outros países pelo processo de imigração. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2005)

Em Boa Vista, na escola Estadual Maria das Dores Brasil⁶, entre os quase dois mil alunos – 2013 encontram-se estudantes nas salas de aula, que, a primeira vista e conversa não se dizem indígenas, depois conversando mais diretamente com eles se constata que são jovens roraimenses indígenas geralmente de dois grupos étnicos wapixana⁷ e macuxi⁸ que moram em Boa Vista, com parentes ou conhecidos. Estes vêm das suas comunidades para estudar e que, à medida que convivem e estabelecem moradia fixa, terminam conseguindo um emprego e ficando definitivamente em Boa Vista.

Observam-se também outra grande parcela de jovens estudantes nascido em Roraima, filhos de nordestinos, de gaúchos, de amazonenses, de paraenses etc. Apesar de nascidos em Roraima, alguns jovens não conseguem se identificar como roraimenses e prefere dizer que são do lugar onde seus pais nasceram, dada a influência de suas tradições; outros se mantém imparciais a respeito, alguns logo se autodeclararam e contam a história de suas origens, especialmente os nordestinos e amazonenses.

Chamou atenção uma jovem estudante indígena guianense que falava inglês, português e wapixana e uma venezuelana que falava espanhol, português e inglês, pois havia morado na Guiana por quatro anos. Nessa escola também encontramos nas salas de aulas, em maior evidencia, jovens Wapichana e Macuxi falantes nas respectivas línguas e um sanumá⁹ falante de seis línguas e/ou ramificações, trabalhava na FUNAI como tradutor entre os grupos étnicos e os serviços sociais prestados pelo governo na comunidade indígena.

Conversando com uma daquelas estudantes, a guianense, sobre sua origem nacional ela dizia que seus pais estão em Boa Vista por causa do estudo dela e de

⁶ Escola da rede estadual de Roraima que oferta o ensino médio na forma regular, integrado ao profissional e educação de jovens e adultos, localizada no Bairro 13 de setembro, próximo a rodoviária internacional de Boa Vista.

⁷ Os Wapixana são do grupo linguístico Aruak. No passado, com a chegada dos Karibs, e em especial dos Makuxi, tiveram que defender seu território bravamente, todavia, após várias guerras com os Makuxi, foram derrotados, empurrados para outras áreas da região e, os submetidos tiveram que assumir vários traços culturais dos Makuxi (CIDR:1989).

⁸ Os Macuxi são originários da bacia do Orinoco. Migrando em pequenas levas – ocasionada pelas guerras intertribais, depois pelo enfrentamento com os espanhóis-, atingiram o rio Branco [principal Rio que banha Boa Vista, capital de Roraima]. (CIDR:1989)

⁹ Grupo ramificado da grande família linguística Yanomami encontrada e representada tanto no Brasil como na Venezuela. BRAZ, (2010)

seu irmão, participam da Igreja Evangélica Batista, mas ela lembra com saudade os amigos da religião que frequentava na Guiana antes de vir para Roraima. É uma jovem de cabelos longos, bem lisos e pretos, olhos amendoados e sorriso expressivo; falava com boa fluidez o português e o inglês, falou em wapichana um pouco menos e depois sorriu intimidada. Disse que não queria mais falar. Dizia falar melhor em inglês. Sobre as aulas dizia sentir dificuldades em Matemática, Física e as regras do Português, destacava que isso também dependia dela, andava meio confusa sobre sua vida em Roraima. Contou que devido sua fluidez na língua inglesa, foi chamada para trabalhar como intérprete em língua inglesa numa empresa de comércios internacionais em Boa Vista.

Questionada sobre sua relação com os demais colegas dizia ter um bom relacionamento, mas sentia dificuldade de trabalhar em grupo, pois muitos de seus colegas, segundo sua visão, não gostavam de suas conversas e nem de estudar e outros não queriam se misturar. Por outro lado sentia-se feliz por contribuir com as aulas orais e os projetos que envolviam as culturas e os debates dos problemas sociais desenvolvidos por alguns professores de História, Filosofia e Sociologia na escola.

Apesar dessa diversidade, as aulas são trabalhadas em língua portuguesa, uma vez que a escola é do estado brasileiro. As aulas de espanhol, nessa escola são desenvolvidas por professores brasileiros e, entre eles, um venezuelano concursado e especializado; em tempos anteriores a Língua Inglesa, havia sido trabalhada por um professor guianense.

A condição cultural multilinguística, entre outras características multiculturais dos jovens nas escolas, estudando predominantemente em língua nacional destaca “de hecho, es poco aún lo que se há logrado avanzar em cuanto a la interculturalización de la educación para todos.” (LÓPEZ 2008, p.171). Esse mesmo autor ressalta a falta de esforços e ações dos ministérios da educação dos países interrelacionados nesse processo para fazer a interculturalidade e transformar tanto o currículo como as relações sociais na aula e na escola.

Nas escolas indígenas,¹⁰ como resultado das reivindicações e organizações dos grupos étnicos wapichana, macuxi, yanomami, waiwai, waimiri-atroari etc em defesa das suas tradições se tem ido além dos diálogos entre as culturas, aliás, se vem

¹⁰ As escolas indígenas localizam-se em terras indígenas e apesar da grande concentração de estudantes indígenas em Boa Vista não existe nenhuma escola indígena credenciada para atender os jovens dos diversos grupos étnicos na capital de Roraima. A educação indígena no Estado de Roraima regula-se conforme a Resolução CEE/RR nº 41/03 que estabelece normas sobre criação e funcionamento da Escola Estadual Indígena, autorização e reconhecimento de cursos, no âmbito da Educação Básica no estado de Roraima e a Resolução CEE/RR Nº. 06, de 10 de abril de 2012 que aprova o Regimento Unificado para as Escolas Indígenas do Sistema Estadual de Ensino de Roraima.

experimentando na prática ações curriculares pelos próprios professores indígenas emprenhadas em valorizar as línguas maternas e os conhecimentos indígenas como conteúdo, trabalhados sob formas diversificadas das formas e concepção ocidental, estas ainda em grande domínio nas práticas educativas em várias escolas de Roraima.

Os encontros culturais, de forma mais pontual, confirma-se com a presença das etnias nas escolas urbanas de Roraima, bem mais palpável. Os jovens indígenas, em geral se deslocam para cursar o ensino médio na rede urbana, geralmente, pela pouca oferta da modalidade ensino médio na comunidade a qual pertence. A capital do Estado de Roraima, Boa Vista “ocupa o 8º lugar entre as cidades com maior população indígena no Brasil por situação de domicílio urbano com 8.550 índios residindo na cidade” (RORAIMA,2012). Em número menor, encontramos, nas escolas urbanas de Roraima jovens estrangeiros oriundos da Venezuela e da Guiana, geralmente reconhecidos pela diversidade linguística, histórica e/ou por algum traço físico mais característico.

Enfim, a posição do Estado de Roraima na tríplice fronteira Brasil/Venezuela/Guiana, a formação social e cultural da população e a diversidade linguística dos grupos étnicos faz dele um estado do Brasil distinto dos demais. As relações sociais interculturais multilinguística formada pelas línguas nacionais Portuguesa/Brasil, Espanhola/Venezuela e Inglesa/Guiana e as demais línguas indígenas, muitas vezes oprimidas, mas resistentes, caracterizam a comunidade presente hoje na escola de Roraima.

Destarte as práticas curriculares, podem observar essa diversidade que se encontra na sala de aula na escola de Roraima como resultado da vida da comunidade externa que adentra a escola trazendo em sua bagagem seus modos, anseios, cultura e conhecimentos. A importância e garantia disso “exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos sujeitos da escola.” (BRASIL, 2006), distinta do currículo nacional é sinônimo de valorização das peculiaridades de Roraima, na maioria das vezes, mais conhecida pelos estrangeiros e pesquisadores de outros estados que pelos próprios professores e estudantes.

O multiculturalismo social, cultural e linguístico torna-se aspecto elementar no conjunto das práticas educativas da escola de Roraima e isso não é uma imposição, mas um direito a educação diversificada.

3. Por um Currículo Diversificado

Essa abordagem parte do pressuposto que o professor conheça o poder que a teoria e a prática do currículo exercem sobre os resultados de uma aprendizagem e que o currículo não se trata apenas de uma trajetória percorrida em ato formativo com alguns conteúdos estabelecidos, muitas vezes, convencionado em um certificado de conclusão e convertido em *curriculum vitae*. Para além dessa reduzida ideia de currículo,

no domínio das teorias da linguagem estruturalista e pós-estruturalista, currículo é concebido como uma linguagem onde se identifica significantes, significados, sons, imagens, conceitos, falas, língua, posições discursivas, representações, metáforas, metonímias, ironias, invenções, fluxos, cortes [...] dotado de um caráter eminentemente construcionista. (CORRAZA,2001)

Apesar dessa definição de currículo ser arbitrária, pois está associada a uma das visões de mundo, concepções e discursos de como educar um ser humano, se faz importante descrevê-la porque abarca um dos maiores conjunto de sentidos do currículo, dados nas relações culturais, históricas, discursivas, políticas, econômicas e sociais do processo de ensino e da aprendizagem e como algo inacabado. Sendo assim, o currículo vai se constituindo num cenário de forma dinâmica e flexível. O que indica que o currículo é uma construção crítica e não mera elaboração.

Os sujeitos do currículo são reais, e essa realidade é feita de pessoas em processo de educação que, mesmo na condição dos discursos estruturais dominantes, não se coíbem e nem intimidam da liberdade de expressão, do debate, da discussão, da crítica e da permanente reconstrução das práticas curriculares, em respeito ao sujeito de direitos, de dignidade e diverso. Assim, o currículo se faz nas experiências escolares, em meio às relações sociais e interculturais dos sujeitos do conhecimento, e por isso,

uma nova espécie de currículo deve abandonar sua pretensão de ser livre de valores. Reconhecer que as escolhas que fazemos com respeito a todas as facetas do currículo e pedagogia são carregados de valor, significa nos libertarmos de impor nossos próprios valores aos outros. Admitir isso significa que a realidade nunca deveria ser tomada como dada, mas ao invés disso, deve ser questionada e analisada. Em outras palavras o conhecimento deve ser problematizado e situado em relacionamentos sociais escolares que permitem o debate e a comunicação. (GIROUX 1997, p.51)

Essa nova espécie de currículo considera a realidade percebida pela nossa imediata sensibilidade até a realidade dita oculta “as coisas muitas vezes não expressas

e não reconhecidas que se ensinam a estudantes nas escolas e como muitas vezes produzem desigualdade social” (JOHNSON, 1997, p.61), consequências na vida e no desempenho dos sujeitos da escola, às vezes mais determinante que o próprio currículo divulgado. Mas um currículo oculto não está para cultivar esses valores, ao contrário disso, faz-se necessário um conjunto efetivo de esforços políticos e pedagógicos para que a diversidade étnica e cultural de Roraima seja contemplada no currículo, dignamente, como sugere Vitor Paro “a cultura torna-se matéria-prima do currículo, o que necessariamente envolve atitudes e valores muito mais que apenas regras morais, apenas discursivos”(PARO, 2011). Há que se aprender a ser ético e democrático para que um currículo dessa magnitude possa realmente se efetivar.

Pensando num currículo valorativo, dinâmico e flexível, fazem-se agudas algumas questões: Sabem os educadores serem éticos e democráticos em suas práticas curriculares? Sabem os educadores qual é a matéria-prima a ser trabalhada na sala de aula como currículo, seja oculto seja o descrito?

Sem a pretensão de dar conta dessas questões, ressalta-se que, de forma sistemática e normativa, na perspectiva das diretrizes nacionais da educação no Brasil/96, o currículo da educação básica deve ter uma base nacional comum e uma parte diversificada, a ser complementada em cada escola, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos seus sujeitos e, em todas as escolas todas as escolas deverá ser garantida a igualdade de acesso para alunos e como currículo,

a uma base nacional comum, de maneira a legitimar a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional. A base comum nacional e sua parte diversificada deverão integrar-se em torno do paradigma curricular, que vise a estabelecer a relação entre a educação fundamental e a vida cidadã [no ensino médio] em atendimento ao que manda a lei, tendo em vista vincular a educação com o mundo do trabalho e a prática social, consolidando a preparação para o exercício da cidadania e propiciando preparação básica para o trabalho. (BRASIL, 1998)

Para que isso se aplique entende-se que seja necessário fundamentar e dar suporte técnico e didático às práticas pedagógicas, embasamento e experimentação da interdisciplinaridade e da contextualização e aqui o planejamento de ensino e da formação dos formadores – professores é imprescindível, por meios de diálogos e práticas variando em região e local. Em se tratando da diversidade decorrente das relações fronteiriças “a *fronteiridade* em sua essência depende, do olhar de quem a descreve ou a vivência” DITTRIKI (2012) e sendo assim o currículo diversificado

também é complexo, paradoxal e metaforizado, mas essencial para a formação do cidadão dessa realidade.

Talvez, seja mesmo importante definir o que é um currículo nacional e um currículo diversificado em Roraima. Não se trata de localizar ou de isolar conhecimento nacional do conhecimento regional/local, ou indicar onde começa e termina currículo nacional em relação ao currículo regional/local em Roraima. Sem nenhuma vaidade, a ideia não é solucionar esse problema, pois a exemplo do estruturalismo “ao lhe darmos seu inteiro alcance metodológico corremos o risco de converter em mistério insolúvel o problema da passagem entre as duas ordens.” (LÉVI-STRAUSS 1982). A concepção de currículo nacional aproxima conhecimento disciplinar ao contexto e neste as identidades regionais e locais diversificadas nos aspectos e nos próprios sujeitos envolvidos na escola, mas não se trata de currículos fragmentados ou em blocos separados, mas interseccionados.

O desenvolvimento “das capacidades que se pretende desenvolver nos alunos e educar quer dizer formar cidadão e cidadãs, que não estão parcelados em compartimentos estanques, em capacidades isoladas” (ZABALLA, 1997, p.28). As disciplinas são convidadas a sair do isolamento e dialogar como componentes curriculares, onde a finalidade maior é o exercício da cidadania e não apenas responder às imposições mercadológicas.

Em consonância com o CONJUVE - Conselho Nacional de Juventude “*a juventude é concebida como condição sócio-histórico-cultural de uma categoria de sujeitos que necessita ser considerada em suas múltiplas dimensões e especificidades*” (Brasil, 2006) e talvez seja mesmo necessário reconstruir a educação de Roraima tratando o conhecimento regional/local como centrais no currículo. A realidade e o contexto representativo são evidentes, mas precisa ser amado respeitado e defendido e, quem sabe, conhecendo mais de si mesmo, se possa respeitar com maior qualidade a si mesmo (Roraima) o que e o vem do outro (o Mundo). Isso qualifica o sentido do ensino e aprendizagem da parte diversificada no *loco* fronteiriço permitindo que estudantes, docentes, as famílias e os órgãos mantenedores sob outros olhares e concepções possam compreender e participar do processo de ensino e aprendizagem disponibilizada na escola da fronteira de forma mais ativa e *consciente*, no sentido efetivo dessa palavra.

Considerações Finais

A compreensão da diversidade cultural do Estado de Roraima e seus reflexos nas ações curriculares e nas relações entre os estudantes, passa antes de tudo pelo

reconhecimento dos sujeitos da educação como sujeitos de cultura e transformação social e que, ao participarem do processo de ensino e aprendizagem reelaboram conceitos, ajudam na revisão das práticas curriculares e estabelecem relações interpessoais significativas que podem ser determinantes nas escolhas futuras e na vida desses sujeitos.

Na perspectiva de um currículo diversificado com a peculiaridade de Roraima, mais especialmente na escola de educação básica foram apontados nessa abordagem alguns aspectos peculiares de uma região ou local de fronteira que poderiam, de forma justa, serem tratados como a parte diversificada do currículo, mas que antes disso, precisa ser amplamente discutido, delimitado, planejado política, filosófica e pedagogicamente sem, no entanto, cair no isolamento local.

Ter uma educação com um currículo que valoriza a diversidade peculiar da região ou do contexto local na qual o Estado é parte peculiar, na presunção, que esse contexto seja um dos elementos específicos que compõe a parte diversificada do currículo nacional é também valorizar os sujeitos que vivem, moram, trabalham e estudam em Roraima. A consciência disso implica ações políticas e pedagógicas, em função de pelo menos traçar uma discussão sobre o conhecimento diversificado estadual e do loco municipal, a ser referendado efetivamente nas práticas educativas da escola básica.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Linoberg Barbosa. **Até o Tacutu nos separa**. Um estudo a cerca da Relação internacional entre a política externa brasileira e a política de segurança pública na fronteira Brasil-Guiana. In: MARTINS, E.C.R; MOREIRA, F.K. (Orgs.) *As Relações Internacionais na Fronteira Norte do Brasil*. Coletânea de Estudos. Boa Vista, Ed. UFRR, 2011.

BAINES, Stephen G **A fronteira Brasil-Guiana e os povos indígenas**. Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.1, n.1, p.65-98, jul. 2004

BRASIL. **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude, Fundação Friedrich Ebert, 2006.

BRAZ, Azenate Souza. **Possibilidades de inclusão na História: Índios Macuxi na cidade**. In: FERNANDES, M.L; GUIMARÃES, L.L.S. (Org.) *História e Diversidade*. Boa Vista-RR, UFRR, 2010.

CAMARGO, Leila Maria. **Viver entre dois mundos: uma análise das práticas discursivas das mulheres indígenas da cidade de Boa Vista-RR sobre o direito de ser índia urbana.** Dissertação (Mestrado) UFRR, Programa de Pós-Graduação em Letras. Boa Vista, 2011.

_____. **A Escola na encruzilhada da ambivalência moral das culturas pública e política brasileira e os riscos para a democracia plena: primeiras indagações.** Comunicação Oral. XI Encontro de Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação e currículo. Currículo: Tempos, espaços e contextos. São Paulo, PUC, setembro de 2013.

CORRAZA, Sandra. **O quer um currículo?: pesquisas pós-críticas em Educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

DITTRIKI, Ivo José. **Apresentação, representação e metaforização das Fronteiras.** Reflexões Interdisciplinares. In: TEXTOS & DEBATES. Boa Vista, Editora UFRR, no 22, dez, 2012.

FERREIRA DE SOUZA, Alfredo. **Representações missionárias dos Yanomami.** In: FERNANDES, M.L.; GUIMARÃES, L.L.S. (Org) História e Diversidade. Boa Vista-RR, UFRR, 2010.

FRIGOTO, Gaudêncio. **Expectativas juvenis e identidade do Ensino Médio -Boletim 18.** Brasília: MEC. novembro. 2007, Ano XIX.

FRIGOTTO, Gaudêncio (2004) **Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas.** In NOVAES, Regina R. (org) Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e Jovens acontecendo nas trilhas das políticas públicas. Brasília-DF: Vol. 1 e 2.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: Rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem.** Trad: Daniel Bueno – Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia.** Guia Prático da Linguagem Sociológica. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1997.

KROTZ, Esteban. **La fundamentación de la idea de los derechos humanos en contextos multiculturales.** Revista Alteridades, México: Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Iztapalapa, vol. 18, núm. 35, pp. 9-20, enero/junio, 2008.

LAPLATINE, Fraçois. **Aprender antropologia**. Trad. Marie-Agnes. Sao Paulo: Brasiliense, 2007.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**; Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 1982.

LÓPEZ, L.E. **Interculturalidade, educación y ciudadanía**. Perspectivas latino-americanas. La Paz: Plural Editores, 2009.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso; BAINES, Stephen G. **Nacionalidade e etnicidade em fronteiras**. Brasília: UnB, 2005.

PARO, V.H. **Crítica da Estrutura da Escola**. São Paulo: Cortez, 2011.

RORAIMA, **Arquivos da Auditoria do Controle da Rede de Ensino**. Relatório de Inspeção de Ensino/Auditoria/SEED/RR, Boa Vista, 2012/2013.

_____, **Manual de Legislação Educacional**. Coletânea de Leis e normas da educação do Sistema Estadual de Educação. ANDRADE, A.S.; RODRIGUES, I.C. (Orgs). Auditoria do Controle da Rede de Ensino/SEED. Boa Vista, 2008.

_____. **Referencial Curricular da Educação Básica**. 2007, 2010, 2012.

_____. **Regimento Unificado para as escolas Indígenas da Rede Pública Estadual**. 2001.

_____. **Manual de Legislação Educacional. Coletânea de Leis e normas da educação do Sistema Estadual de Educação**. Org. Auditoria do Controle da Rede de Ensino/SEED. Boa Vista, 2008

SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawwall L. **Práticas Pedagógicas na Escola Indígena**. São Paulo: Editora e Distribuidora Global, 2001.

SOUZA & SILVA, Carla Monteiro de. Raimunda Gomes da. **Migrantes e Migrações em Boa Vista**. UFRR, 2006.

TOMAZI, Nelson D. **Sociologia para o Ensino Médio**. São Paulo: Saraiva, 2010.

VALE Ana Lia Farias. **Migração e Territorialização**. UNESP – 2007.

ZABALLA, Antônio. **A prática educativa**. Como Ensinar. Trad: Ernani F da F Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998

<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>. Acesso em: 19/05/2014.

http://www.ibge.gov.br/estadosat/download/rr_estimativa2013.csv. Acesso em: 19/05/2014.

<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rr&tema=educacao2012>. Acesso em: 19/05/2014.

*Fernanda Ax Wilhelm **
*Ana Paula da Rosa Deon ***
*Idonézia Collodel Benetti ****
*Jaqueline Silva da Rosa *****
*Jesucina N. Moura ******

FATORES PROMOTORES DO ABSENTEÍSMO NA REDE PÚBLICA DE ENSINO: OS DOCENTES DA AMAZÔNIA EM FOCO

Introdução

A categoria docente está exposta a ambientes de trabalho permeados por pressões, exigências e desafios constantes. Estas condições estão comumente relacionadas ao cumprimento de prazos, elaboração de planejamentos, domínio de diferentes habilidades, utilização de técnicas pedagógicas variadas, busca contínua por atualização de conhecimentos, domínio de novas tecnologias, cumprimento dos objetivos do projeto pedagógico da escola e ao atendimento à demanda e à alta produtividade de trabalho dentre outras (MARQUES; MARTINS; CRUZ, 2011; SANTOS; MARQUES 2013; WILHELM, 2012).

Além disso, as ações cotidianas dos professores estão permeadas por relações interpessoais diversificadas que envolvem o contato com seus pares, funcionários, alunos, pais de alunos, comunidade e, também, outras instituições parceiras, o que pode repercutir em situações geradoras de tensão e estresse por conflitos ou divergência de opiniões (HERRMANN; ROCKOFF, 2010). Vale salientar, ainda, que houve ampliação das atribuições e desafios, na escola, que vão além da sala de aula, envolvendo também atividades antes incomuns na docência, tais como aplicação de flúor nos dentes dos alunos, a realização de registro da presença dos estudantes nos formulários específicos de Programas como o “Bolsa-Escola”, a realização de encaminhamentos para exames oftalmológicos, orientações nutricionais, atendimento à convocatória para a vacinação, etc. (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009).

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: fernanda.ax@ufr.br

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: ana.deon@ufr.br

*** Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: idonezia@hotmail.com

**** Universidade Federal de Roraima. E-mail: ja.q.s@hotmail.com

***** Universidade Federal de Roraima. E-mail: jesucina.2000@gmail.com

É possível destacar ainda que as escolas enfrentam desafios regionais, especialmente relacionados à constante falta de energia elétrica, com repercussões que incluem trabalhar em salas de aulas lotadas e sem ventilação, em uma região que é caracterizada por altas temperaturas. A ausência de ar refrigerado, internet para realizar diferentes tipos de tarefas acadêmicas, ausência de sinal para telefonia móvel, entre outros, dificultam o trabalho docente e discente. Neste cenário, além das atribuições características da docência, as condições de trabalho também se apresentam como um fator estressor, diante das tarefas que precisam ser desempenhadas diariamente pelo professor.

As pressões e as inúmeras exigências podem refletir uma sobrecarga de trabalho (WILHELM, 2012), que pode influenciar no desenvolvimento e desempenho das atividades e funções profissionais e, como consequência, afetar o bem estar físico, emocional e a qualidade de vida do professor. Neste contexto, questiona-se se o acúmulo de tarefas pode estar relacionado aos motivos que contribuem para que os professores se ausentem de seus contextos laborais.

Assim, o presente trabalho pretende investigar os motivos que colaboram para o absenteísmo de professores na rede pública de ensino na Amazônia Setentrional. É possível destacar a compreensão multifatorial deste fenômeno nos âmbitos individuais, sociais e organizacionais para aprofundar o diálogo sobre educação, saúde e qualidade de vida dos docentes na região Amazônica. A relevância deste estudo está relacionada aos impactos que podem afetar negativamente a qualidade do trabalho docente (MURCHO; JESUS, 2014). O artigo está dividido em cinco seções, sendo esta a primeira, apresentando o objetivo de trabalho e a temática. A segunda seção apresenta o Referencial teórico e a terceira discorre sobre o Método, ou seja, os procedimentos de pesquisa. Na quarta seção, faz-se a apresentação e análise dos dados e, por fim, têm-se as Considerações finais seguidas das referências.

Referencial Teórico

O absenteísmo também é denominado de absentismo ou ausentismo (SILVA, 2012) e se configura na ausência do trabalhador no seu local de trabalho e no exercício de suas funções; é a ausência não justificada no trabalho, escola ou universidade, especialmente quando regular ou persistente (VANDEBOS, 2010). Pode ser definido como a ausência profissional do emprego, isto é, não comparecer ao trabalho sendo que esse tempo laboral perdido não corresponde à expectativa de que o trabalhador esteja presente (MURCHO; JESUS, 2014). O termo *absenteísmo* possui origem

francesa e significa uma pessoa que falta ao trabalho, ou ainda, ausência no serviço por inúmeros motivos, sejam eles propositais ou por circunstâncias alheias à vontade do trabalhador (ARAÚJO, 2012).

Dois tipos de absenteísmo, pertinentes à saúde, são classificados em: a) tipo I – profissional absenteísta, qualificado pela ausência ao trabalho por causa de doença e que traz prejuízos à produção, primeiramente planejada, devido à perda das horas trabalhadas e b) tipo II – o absenteísmo de corpo presente, condição na qual, embora o trabalhador não falte, há redução da produtividade por alguma dificuldade de saúde que o leve a diminuir sua capacidade de trabalho (TEODÓZIO, 2010).

O absenteísmo é considerado um problema administrativo oneroso e complexo para as organizações e também pode ser um importante indicador da saúde das pessoas, das condições em que o trabalho é realizado, das políticas de recursos humanos e dos serviços de saúde ocupacional nos diferentes contextos de trabalho (MURCHO; JESUS, 2014). Em muitas situações, as razões para as ausências podem ser geradas pela própria organização e pelas condições de trabalho, que vão influenciar diretamente as percepções do trabalhador, sua saúde e qualidade de vida (RAYCIK, 2012).

Muitas vezes, a falta de motivação e de estímulo, as condições desagradáveis de trabalho, a falta de integração e uma gestão ineficiente corroboram com alguns dias de ausência, que estão ligados, sobretudo, à cultura organizacional e ao descontentamento dos trabalhadores com as atividades que realizam. O absenteísmo de longa duração é avaliado como reflexo de condições de saúde e de dificuldades familiares (RENOUPREZ, 2013). Entre os diversos e mais frequentes motivos do absenteísmo estão: as doenças e indisposições, a carga horária, as más condições de trabalho e a falta de interesse pelo serviço (SOUZA, 2011).

O absenteísmo docente tem como causas: a forma de organização e acompanhamento do trabalho, a jornada de trabalho excessiva, dificuldades de relacionamento no trabalho e outros problemas – familiares, com alunos e com os familiares deles (HERRMANN; ROCKOFF, 2010). Então, o mestre, percebido antes como uma figura profissional valorizado para a sociedade, é hoje um profissional que se confronta com uma luta cotidiana por prestígio e reconhecimento social do seu trabalho. E muitos dos que persistem na profissão apresentam sinais de adoecimento físico ou emocional, o que pode estar diretamente relacionado ao absenteísmo (ESTERLE, 2013).

Nesta perspectiva, dados da UNESCO (LEITE, 2014) afirmam que a insatisfação dos docentes com a perda de estatuto, baixos salários, condições de ensino

aprendizagem deficientes e a falta de progressão na carreira, ou falta de formação profissional adequada, têm contribuído para que um grande número de professores deixe a profissão, às vezes logo após o início da carreira. Assim, além de não ter mais o status e a valorização de algumas décadas, as condições de trabalho e as exigências também já não são as mesmas; estão sendo aos poucos ampliadas, e estes fatores incidem diretamente na atuação do professor.

Os processos de ensino-aprendizagem vêm se modificando ao longo da institucionalização e dos processos de formação profissional, especialmente em função das transformações no mundo do trabalho e da produção, das mudanças culturais e da evolução tecnológica, que repercutem sobre as condições de vida e trabalho dos professores, tornando-as mais exigentes e mais difíceis de serem exercidas (DUFLO; HANNA; RYA, 2012). As relações entre o processo de trabalho do professor, as reais condições sob as quais ele se desenvolve e o possível adoecimento físico e mental constituem um desafio e uma necessidade para se entender o processo saúde-doença que os envolve. As doenças observadas entre os docentes podem estar relacionadas ao desenvolvimento de suas atividades profissionais (PORTO et al., 2004).

Nestes termos, é possível pensar e buscar as possíveis associações entre afastamento do trabalho e doença. Estudos demonstram ainda que há aumento da ocorrência de doenças nos professores (ESTEVE, 1999; GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005; MARQUES; MARTINS; CRUZ, 2011; SANTOS; MARQUES, 2013; WEBBER; VERGANI 2010). A Organização Internacional do Trabalho (OIT) revela que os professores são a segunda categoria profissional, em nível mundial, a apresentar doenças de caráter ocupacional (WEBBER; VERGANI, 2010). Registro de licença por motivos de saúde, em diferentes países, tem maior prevalência de distúrbios mentais quando comparados com outras doenças (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009).

Há ainda às doenças respiratórias, doenças relacionadas à voz – lesões nas cordas vocais, disfonia, rouquidão – apontadas como uma das perturbações mais recorrentes na saúde docente, com alterações da voz que é o instrumento principal do professor no exercício da profissão. Sem dúvida, estes fenômenos podem ter influência na rotina e no exercício da profissão, se for levado em consideração as condições de trabalho como salas de aulas lotadas e ruidosas, sem uso de microfone e o prolongado período de uso contínuo da voz, colocando em risco a saúde vocal (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009).

Assim, as condições de trabalho mobilizam as capacidades físicas, cognitivas e afetivas do professor, que se esforça para atingir os objetivos educacionais. Isto gera

sobre-esforço ou hipersolicitação de suas funções psicofisiológicas (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005).

Em pesquisa realizada com dados secundários envolvendo a Classificação Internacional de Doenças (CID 10), sobre as causas que geravam o afastamento dos professores, verificou-se que as patologias, que mais constavam nos registros das licenças, faziam menção a doenças do sistema muscular e do tecido conjuntivo e aos transtornos mentais (RUIZ, 1995). Alguns estudos revelam que os sintomas psíquicos, a saber a síndrome da fadiga crônica, estresse e a síndrome de Burnout, são os principais causadores de rotatividade e absenteísmo (DIAS, 2000; FRANCO, 2003; ANDRADE; CARDOSO, 2012). A literatura aponta que “*os transtornos mentais, atualmente, são os principais responsáveis pelo afastamento do trabalho por longos períodos de tempo*” (ANDRADE; CARDOSO, 2012, p. 129). Cabe, então, a discussão acerca das agressões à mente humana, provindas do contexto laboral, e o esforço do indivíduo ao procurar equilibrar as fontes de vitalidade e saúde, a partir das resistências múltipla, individual e coletiva, as quais implicam na preservação da identidade, dos valores e da dignidade da pessoa; quando não há equilíbrio, tem-se a geração de transtornos (GLINA et al., 2001; SELIGANN-SILVA, 1986).

Diante da ocorrência do aumento de doenças nos professores, alguns questionamentos são pertinentes: as condições de trabalho, as exigências e desafios cotidianos repercutem nas atividades realizadas pelos professores? O adoecimento pode ocasionar em um aumento crescente nos casos de absenteísmo do professor? Qual a relação entre o adoecimento e a qualidade de vida destes profissionais em seu trabalho? Estes questionamentos demonstram o quanto é relevante a discussão sobre o absenteísmo e justificam a realização de um estudo com esta temática, uma vez que este fenômeno tem se apresentado como um fator que incide em prejuízos para o aluno seus familiares e para o próprio professor, em relação a sua saúde física e mental e sua qualidade de vida (ANDRADE; CARDOSO, 2012; ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009; SANTOS; MARQUES, 2013).

Sendo assim, este fator torna-se uma hipótese para se buscar o entendimento do que pode vir a contribuir com o absenteísmo entre os professores (HERRMANN; ROCKOFF, 2010). Nesta perspectiva, a atividade profissional do docente extrapola o ambiente e o horário formal de trabalho, quando em sua rotina laboral, há um ambiente com condições que podem favorecer seu desempenho profissional, seu adoecimento (LEITE, 2014) e, como consequência, seu absenteísmo.

Um aspecto relevante e de complexidade, que é bem perceptível, está relacionado à incerteza sobre se o seu desempenho irá afetar a aprendizagem do aluno. Como

se vê rodeado de cobranças, e necessita demonstrar bons resultados, o professor culpa-se, muitas vezes, por não conseguir atingir os objetivos propostos. Além disso, lidar paralelamente com situações de violência escolar, indisciplina, alunos desmotivados, dentre outros, provoca no professor reações de apatia, que podem promover a ausências do docente no trabalho. Dessa forma, as escolas sofrem com o absentismo, cujas causas residem no adoecimento e sofrimento do professor e que, muitas vezes, estão além dos registros de licença médica, uma vez que, em muitos casos, o professor não busca auxílio profissional para seu sofrimento (RAYCIK, 2012).

Método

Tendo este artigo o objetivo de investigar os motivos que contribuem para o absentismo de professores na rede pública de ensino na Amazônia Setentrional, realizou-se uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa, de corte transversal, com dados coletados apenas uma vez (COLLIS; HUSSEY, 2007). Além disso, trata-se de um levantamento do tipo *survey* de atitude, que busca avaliar a percepção dos professores acerca dos fatores promotores do absentismo.

A pesquisa utilizou, como instrumento de coleta, um questionário¹ com questões fechadas, contendo perguntas referentes aos dados de caracterização geral e referentes aos motivos que levam os docentes às faltas e ao afastamento do trabalho, cuja escala de 6 pontos correspondia à pontuação de: 1= pouco e 6= muito. O instrumento, composto de 19 questões, abarcou os fatores: **Interpessoais e do ambiente de trabalho; Psicossomáticos e de condições de trabalho; Administrativos-laborais e os fatores de Gestão do tempo e da carreira**². Esse instrumento de pesquisa mede o grau de importância atribuída pelo respondente aos fatores que podem levar à falta ou a possibilidade de faltas ao trabalho.

Para análise e discussão dos dados foram tabuladas as respostas fornecidas pelos professores com recurso do software *excel* utilizando estatística descritiva, por meio da frequência. Além do questionário, realizou-se a observação participante. A análise foi feita por meio da triangulação dos dados (dados qualitativos - observação participante com os dados quantitativos - *survey* de atitude).

Para tanto, a população-alvo foi constituída de professores do Ensino fundamental, de duas escolas públicas de um município localizado no noroeste do estado de Roraima. No total, as duas escolas possuem 73 professores, uma com 13 anos de

¹ O questionário foi adaptado de Murcho e Jesus (2014).

² Grifo nosso.

atuação e a outra com 19 anos; dos questionários distribuídos, obteve-se retorno de 27 instrumentos válidos. A coleta foi levada a efeito no primeiro semestre de 2014.

Apresentação e Análise dos dados

Dos 27 profissionais pesquisados, 24 são professoras e três são professores. Em relação ao estado civil, 15 são casados, nove são solteiros e três são divorciados. Sobre a idade, 15 professores possuem entre 40 e 49 anos; oito possuem entre 30 e 39 anos; dois possuem 51 anos; um professor possui 54 anos e um professor 28 anos. Sobre o número de filhos, 11 professores têm dois filhos; nove têm três filhos; três têm um filho; dois têm quatro filhos; uma professora (com maior idade, 64 anos) tem seis filhos e uma professora (com menor idade, 28 anos) não possui filhos.

Em relação à escolaridade, onze professores possuem pós-graduação em nível de especialização (psicopedagogia); um deles está cursando pós-graduação em nível de mestrado; treze possuem graduação; dois possuem duas graduações e uma professora (com maior idade, 64 anos) está cursando a graduação. Chama a atenção o caso de uma professora que possui especialização e está no momento cursando sua segunda graduação.

O curso de graduação de 24 professores é pedagogia. Um professor é formado também em letras e uma professora está cursando a graduação em história. Em relação ao tempo de atuação como professor, 12 professores possuem entre 10 e 15 anos de atuação; oito possuem entre 17 e 20 anos de atuação; quatro possuem entre 21 e 23 anos de atuação; dois possuem entre sete e nove anos de atuação; e um professor possui um ano de atuação profissional.

Na avaliação dos respondentes, os fatores interpessoais e do ambiente de trabalho não promovem a falta ou a possibilidade de falta dos professores no lócus laboral. As questões, que faziam menção a esse fator, voltavam-se aos problemas com os colegas, com os superiores hierárquicos, além do gosto pelas funções desempenhadas somada à desmotivação e ao ambiente de trabalho inadequado. Vê-se que são questões que decorrem da relação com outra pessoa e do próprio espaço laboral. A maioria sinalizou que sua percepção quanto à falta e/ou a possibilidade de faltas no trabalho não estão refletidas nessas questões.

Vale enfatizar que o trabalho docente é permeado por:

a) exigências – apresentar alto nível de conhecimento em suas disciplinas, ter habilidades comunicativas, envolver-se com a aprendizagem dos alunos, aperfeiçoar-se técnica e didaticamente de maneira constante, ser um profissional competente, flexível e polivalente;

b) complexidades – esforça-se além das habilidades e técnicas; lidar em um contexto de constantes mudanças seja nas metodologias, nas tecnologias, nos materiais, entre outros;

c) situações estressantes – lidar em seu cotidiano com demandas para os quais não está preparado e que, muitas vezes, requerem um trabalho multidisciplinar, cumprir longas jornadas de trabalho; realizar inúmeras atividades exigidas;

d) atividades variadas e dinâmicas – dar conta de atividades que muitas vezes estão além de sua formação e suprir demandas de outros profissionais, como assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros, entre outros; responsabilizar-se pela educação e pelo comportamento do aluno;

e) preocupações – relacionadas à sua carreira, sua segurança e seu salário, onde cada instituição escolar tem suas peculiaridades diante de diferentes contextos sociais nos quais os alunos estão inseridos. Todos os aspectos relatados podem repercutir em sua saúde e qualidade de vida e resultar em fatores promotores do absenteísmo (ASSUNÇÃO; ANDRADE, 2009; WILHELM; DEON, 2014).

A desmotivação foi um motivo indicado por 13 professores, algumas vezes relacionada à desvalorização profissional. Muitos professores podem sentir-se desestimulados e desapontados quando não são reconhecidos e nem recompensados pelos seus esforços (WILHELM; DEON, 2014). A baixa valorização desta categoria profissional pode ser considerada como um fator importante para o desenvolvimento da Síndrome de Burnout no desequilíbrio entre as expectativas individuais do profissional e a realidade do trabalho diário (ANDRADE; CARDOSO, 2012). Os pais dos alunos valorizam a educação e são exigentes, no entanto, valorizam menos os professores e disponibilizam menos tempo para educar e acompanhar os filhos (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009).

Também é possível destacar que o absenteísmo no contexto educacional não apresenta consequências apenas para o professor que se ausenta, mas para toda a comunidade escolar: para o aluno, que muitas vezes permanece sem aula e a aula não é repostada, ou realiza “qualquer” atividade de improviso para manter a disciplina (com consequências para seu rendimento e aproveitamento); para a gestão da escola, que precisa administrar a ausência do professor e lidar com a resolução dessa situação, geralmente, com urgência como, por exemplo, reposição de funcionários, transferências, novas contratações (ANDRADE; CARDOSO, 2012); para os colegas professores que, muitas vezes, ficam responsáveis por cuidar de duas turmas ao mesmo tempo, ou ter que abdicar de seu horário de folga; para os pais que ficam preocupados com o conteúdo que não será aprendido, entre outros.

Assim, os afastamentos repercutem em reordenamento do trabalho para os professores que estão presentes como, por exemplo, aumento do volume de trabalho ao receberem em sua turma os alunos do colega que se ausentou ASSUNÇÃO; ANDRADE, 2009. Esses professores ficam com a impressão de “guardar” alunos, ter que improvisar e criar atividades sem planejamento anterior e utilizam expressões como: “bombeiros para apagar incêndios” ou “gaiatos jogados na sala” (p. 359-360). Portanto, o absenteísmo possui repercussão em todos os segmentos da escola.

Com relação aos fatores psicossomáticos e de condições de trabalho, nos quais as questões estão associadas a aspectos psicoemocionais e físicos e com as condições ocupacionais, os respondentes, em sua maioria, sinalizaram que esses motivos podem promover o absenteísmo no trabalho. A sobrecarga de trabalho foi indicada por 14 professores. Suas repercussões são variadas: falta de tempo para lazer e recreação (ANDRADE; CARDOSO, 2012), não conseguir muitas vezes cumprir com todas as atividades e prazos, ter de abdicar muitas vezes dos finais de semana (ANDRADE; CARDOSO, 2012) e feriados para se dedicar a atividades de trabalho como corrigir provas, planejar suas aulas e elaborar projetos escolares.

O que chama a atenção é que eles consideram essa situação pertencente ao seu ofício, ou seja, para eles essa condição é considerada normal e natural. Professoras de educação infantil revelam ter que cuidar dos alunos inclusive no horário de intervalo. Estudo realizado com professores da rede municipal de ensino no município de Montes Claros (MG) em que uma professora revelou que para realizar suas atividades de trabalho em horários e momentos diversos e inesperados costuma utilizar estratégias como corrigir os trabalhos dos alunos no ônibus, enquanto aguarda atendimento em filas e, inclusive, na “hora da cervejinha” (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009, p. 353).

Observou-se que a maioria dos professores indicou que podem faltar ao trabalho em função de estresse e ansiedade. Os professores, sem distinção em relação ao âmbito privado e público e aos níveis de atuação, têm apresentado diversos danos entre eles *burnout* e estresse (DIAS, 2000; FRANCO, 2003; ANDRADE; CARDOSO, 2012; WILHELM; DEON; 2014. Revelam, ainda, consequências psicológicas: sentimentos de desilusão, de desencantamento com a profissão são frequentes, evidenciando a vulnerabilidade ao estresse (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005).

Dezessete professores atribuíram um alto grau ao cansaço, como sendo um motivo plausível à possibilidade de faltar ao trabalho. Pode ocorrer o cansaço físico e emocional e, em muitos casos, esta situação pode gerar indisposição para reali-

zar diversas atividades, até mesmo atividades consideradas prazerosas (WILHELM; DEON, 2014). O cansaço se apresenta das seguintes formas: físico, vocal – considerados os profissionais com mais alto risco para problemas nas cordas vocais – e mental (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009).

As hipóteses para sua ocorrência podem ser a sobreposição de atividades e responder as múltiplas tarefas, resultando em hipersolicitação do corpo. Também ocorrem prejuízos na qualidade do sono e a falta de hábitos saudáveis em razão do pouco tempo disponível. O cansaço também pode estar relacionado ao cotidiano de trabalho permeado por pressões, exigências, desafios constantes e regionais e pela sobrecarga de trabalho.

Condições de trabalho deficitárias foram mencionadas por 12 professoras, indicando ambientes com ruídos, temperatura elevada, falta de recursos materiais, burocracia (WILHELM; DEON, 2014). Essas condições são demarcadas também por características regionais, especialmente relacionados à constante falta de energia elétrica.

Quando questionados acerca dos fatores administrativo-laborais, que se relacionam ao próprio trabalho e à relação que o trabalhador estabelece com ele e com a organização, no que se refere à remuneração, 13 professores pontuaram insatisfação com essa condição. Para suprir suas necessidades, e as de sua família, muitos professores precisam submeter-se a uma carga horária de trabalho excessiva para aumentar seu salário e ter uma qualidade de vida mais confortável.

Então, o salário é considerado um fator de insatisfação, que aparece em muitos estudos (WILHELM; DEON, 2014). Este estudo revela a necessidade de alguns professores terem outra ocupação para complementar os rendimentos mensais, como por exemplo, trabalhos artesanais. Essa atividade extra pode ocasionar cansaço e desgaste para além de sua carga horária, em um período em que deveria haver descanso.

Outras repercussões reveladas são: usar do próprio recurso financeiro para comprar materiais para utilização em suas aulas, estar impedido para muitas atividades de lazer, atividades culturais, atividades físicas e atividades intelectuais (WILHELM; DEON, 2014). Corroboram Andrade e Cardoso (2012) com as autoras ao denunciar que muitas atividades de lazer são preteridas ou adiadas devido à baixa remuneração. Portanto, trabalhar em excesso e não ter tempo e dinheiro para as atividades previamente mencionadas podem repercutir em insatisfação.

Quanto aos fatores de gestão do tempo e da carreira, observou-se que a frequência das respostas sinaliza um alto grau de importância atribuída pelos responden-

tes, uma vez que as questões associam gestão do tempo e evolução na carreira. Isso evidencia que esses fatores podem fazer com que os professores falem ao trabalho.

Portanto, percebeu-se que os fatores que receberam um alto grau de importância na percepção dos respondentes, fazem menção à de gestão do tempo e da carreira e aos fatores psicossomáticos e de condições de trabalho. Outros problemas, interpessoais e de ambiente de trabalho e administrativo-laborais, não receberam um alto grau de importância para a maioria dos respondentes. Isso não significa que tais problemas não possam promover o absenteísmo na população investigada. Porém, no momento da pesquisa, eles receberam um baixo grau de importância, como motivos para ocasionarem faltas ao trabalho.

Considerações finais

Esta pesquisa buscou identificar os motivos que contribuem para o absenteísmo de professores na rede pública de ensino, partindo da investigação do exercício profissional da docência da saúde física e da saúde mental dos professores. Os resultados evidenciaram que motivos de maior importância, na percepção dos respondentes, dizem respeito à gestão do tempo e da carreira, aliados a razões psicossomáticas e de condições de trabalho. O estudo em questão possui significativa relevância e sua temática merece atenção especial como meio de intensificar os cuidados com a saúde do professor e sua qualidade de vida, visando, desta forma, minimizar o tempo de ausência deste profissional ao trabalho, já que os resultados indicam que os profissionais podem faltar ao trabalho, pautados nesses motivos.

Frente às evidências, as condições de trabalho, que se apresentam materializadas na falta de materiais didáticos e pedagógicos como livros, papéis, lápis, cartolinas, cola, tesoura, jogos pedagógicos, entre outros, soma-se à falta de recursos tecnológicos e isso impacta no desempenho do trabalhador, reforçando o desequilíbrio nas fontes de vitalidade e saúde dos professores, o que gera os transtornos apontados pelos resultados desta pesquisa. Além disso, há a cultura da escola, que também já está consubstanciada com os valores da Instituição e o fato de as duas escolas investigadas não terem muito tempo no município – uma delas tem 13 anos e a outra 19. Certamente, a cultura organizacional traz, em si, a identidade da Instituição. E nessa cultura ressoam os valores, a forma da gestão, e principalmente, as relações ali estabelecidas.

Como indicação para estudos futuros, é recomenda-se realizar uma avaliação nas licenças médicas, de forma a identificar, por meio da CID 10, qual a maior incidência em termos de doença, que faz com que os professores se afastem das escolas. Observar os mais recorrentes e o impacto que isso gera, não apenas sob o prisma individual, mas, também, coletivo.

Referências bibliográficas

ANDRADE, P. S. de; CARDOSO, T. A. de O. **Prazer e dor na docência: revisão bibliográfica sobre a Síndrome de Burnout.** Revista Saúde e sociedade. vol. 21 n.01 São Paulo. Jan./Mar. 2012. Disponível em Scielo - <http://www.scielo.br>. Acesso em: 25 de maio de 2013.

ARAÚJO, J. P. **Afastamento do trabalho:** Absenteísmo e presentéismo em uma Instituição Federal de Ensino Superior. 2012. 121p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Saúde). Curso de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade de Brasília - UNB. 2012.

ASSUNÇÃO, A. Á.; OLIVEIRA, D. A. **Intensificação do trabalho e saúde dos professores. Educação e Sociedade.** vol.30 n. 107. Campinas Mai/Agost. 2009. Disponível em Scielo - <http://www.scielo.br>. Acesso em: 25 de maio de 2013.

DIAS, E. C. **A organização da atenção à saúde no trabalho.** In: FERREIRA JUNIOR, M. Saúde no trabalho: temas básicos para o profissional que cuida da saúde dos trabalhadores. São Paulo: Ed. Roca, 2000. p. 3-27.

DUFLO, E., HANNA, R. RYA, S. P. **Incentives Work:** Getting Teachers to Come to School. The American Economic Review, Volume 102, Number 4, June 2012, pp. 1241-1278(38).

ESTERLE, M. **La prévention de l'absentéisme et du décrochage scolaire:** l'école en tensions. Revue de l'Association Française des Acteurs de l'Éducation, n.137, p. 18-33, 2013.

ESTEVE, J. M. **O mal estar Docente:** A sala de aula e a saúde dos professores. São Paulo: Edusc, 1999.

FRANCO, T. **Trabalho alienado:** habitus & danos à saúde humana e ambientais (o trabalho entre o céu, a terra e a história). Tese. (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

GASPARINI, S. M., BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. Á. **O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde.** Educação e Pesquisa. São Paulo, v.31, n.2, p. 189-199, mai/agost. 2005.

GLINA, D. M. R. et al. **Saúde mental e trabalho:** uma reflexão sobre o nexo com trabalho e o diagnóstico, com base na prática. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 607-616, mai/jun. 2001.

HERRMANN, M. A. e ROCKOFF, J. E. **Worker Absence and Productivity:** Evidence from Teaching. Journal of Labor Economics, October 2012, pp. 749-782

LEITE, F. E. P. **Trabalho e saúde do professor:** estilo de vida e adoecimento entre professores do ensino fundamental I em Boa Vista – RR. 2014, 110p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde. Boa Vista – RR, 2014.

MARQUES, S. V. D.; MARTINS, G. de B.; CRUZ S. O. **Saúde, trabalho e subjetividade:** absenteísmo-doença de trabalhadores em uma universidade pública. Cad. EBAPE. BR vol.9 n.01. Rio de Janeiro. 2011. Disponível em Scielo - <http://www.scielo.br>. Acesso em: 25 de maio de 2013.

MURCHO, N.A.C.; JESUS, S.N. de. **Absenteísmo no trabalho.** In: SIQUEIRA, M.M.M. Novas medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão. Porto Alegre: Artmed, 2014.

PORTO, L. A.; REIS, I. C.; ANDRADE, J. M.; NASCIMENTO, C. R.; CARVALHO, F. M. **Doenças ocupacionais em professores atendidos pelo Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador (CESAT).** Revista Baiana de Saúde Pública, v. 28, n. 1, p. 33-49, jan/jul, 2004.

RAYCIK, L. **Percepções de gestores e geridos sobre o presenteísmo de trabalhadores.** 2012, 104p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Florianópolis - SC, 2012.

RENOUPREZ, L. ; WEBER, G. ; MARTIN M. ; DE VIRON, F. **L'absentéisme en formation pour adulte est-il influencé par le dispositif de cours?** Les Cahiers de recherche du Girsef. n. 91, 2013.

RUIZ, R. C. **Absenteísmo médico de professores de escolas públicas:** Estudo de prontuários de perícia médica de Sorocaba. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2005.

SANTOS, M. N; MARQUES, A. C. **Condições de saúde, estilo de vida e características de trabalho de professores de uma cidade do sul do Brasil.** Ciência saúde coletiva. vol.18 n.3. Rio de Janeiro mar. 2013. Disponível em Scielo - <http://www.scielo.br>. Acesso em: 25 de maio de 2013.

SELIGMANN-SILVA, E. **Crise econômica, trabalho e saúde mental.** In: ANGERAMI-CAMON, V. (Org.) Crise, trabalho e saúde mental no Brasil. São Paulo Traço Editora, 1986. p. 54-132.

SOUZA, S. L. N. **Absenteísmo relacionado à doença dos profissionais de enfermagem em um hospital maternidade de baixo risco do Norte do Paraná.** 2011. 80f. Monografia (Especialização em Gestão Hospitalar e Serviços de Saúde) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR. 2011.

TEODÓZIO, J. M. **O Absenteísmo no Trabalho por doença:** Estratégias de Prevenção. Revista Eficaz – Revista Científica Online. Maringá, Pr. p.1-15. 2010. Disponível em <<<http://www.faculdadeeficaz.com.br>>>. Acesso em: 12 de junho de 2013.

VANDENBOS, G. R. (Org.). **Dicionário de psicologia da APA - América Psicológica Association.** Tradução Daniel Bueno, Maria Adriana Verissimo Veronese, Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artmed, 2010.

WEBBER, D.V.; VERGANI, V. **A profissão de professor na sociedade de risco e a urgência por descanso, dinheiro e respeito no meio ambiente laboral.** Trabalho publicado nos Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI. Realizado em Fortaleza – CE, em Junho de 2010.

WILHELM, F. A. **Características das situações estressantes e estratégias de enfrentamento utilizadas por gestores universitários.** 2012. 289p. Tese (Doutorado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis - SC, 2012.

WILHELM, F. A.; DEON, A.P. da R. **Relatos de docentes sobre situações relacionadas à precarização do trabalho, ao estresse e à desvalorização vivenciadas no contexto educacional.** In: GABRIEL, G.L. Anais do Seminário Internacional de Educação e Pesquisa e I Colóquio Internacional de Narrativas (auto) biográficas: o reconhecimento de si e do outro na formação humana. Boa Vista: Editora da UFRR, 2014. 343 p.

*Marcio Silva Feitosa Érica **
*Joyce Cavalcante Maria ***
*Joyce Cavalcante Maria ****
*Elói Martins Senhoras *****

FECHAMENTO DA BR-174 NO TRECHO DA TERRA INDÍGENA WAIMIRI- ATROARI - INFLUÊNCIAS NA DINÂMICA ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS /RR

1. Introdução

Desde o momento da chegada dos portugueses ao espaço que hoje denominamos Brasil, a ocupação e as modificações no meio ambiente se processaram a partir do litoral em direção as partes interioranas do território, isto é, durante os séculos de dominação colonial e a consolidação do Estado Nacional, tendo as transformações tomado um sentido leste-oeste.

O isolamento foi maior na Amazônia setentrional. Uma das tentativas de “po-voar” a região ocorreu no século XVIII, com a instalação das Fazendas Reais no vale do rio Branco, onde a principal estratégia foi a criação de gado. No século XX o Estado retoma a preocupação com a ocupação dessa parte da Amazônia, principalmente durante o governo militar. Neste contexto, temos como uma das estratégias geopolíticas de consolidação da ocupação a construção de estradas, entre elas a BR 174 que liga Manaus/AM, Boa Vista/RR e a fronteira com a Venezuela.

Finalizada na década de 1970, atualmente essa rodovia é a principal ligação entre os quinze municípios do estado de Roraima, onde existem vários projetos de assentamentos que ocupam as áreas de floresta e lavrado. A construção deste eixo viário tem sua história marcada por conflitos envolvendo os povos Waimiri-Atroari uma vez que seu traçado atravessou o seu território.

Com o fim da pavimentação da BR-174 em 1998, o Exército brasileiro que se fazia presente desde década de 70, retirou-se da Terra Indígena Waimiri-Atroari e quem assumiu a tarefa de fiscalizar a área e de fixar restrições na circulação foi o programa Waimiri-Atroari.

O programa Waimiri-Atroari foi criado em função de um convenio assinado entre a FUNAI, comunidade Waimiri-Atroari e governos estaduais do Amazonas e

*

Roraima. Na época ficou decidido por negociação, que a circulação de veículos ficaria restrita ao período das 18:30hs de um dia até às 06:00hs do dia seguinte, conforme estabelecido no final da década de 90. Tal resolução visava, dentre outras coisas, a segurança dos próprios indígenas e a proteção do meio ambiente que é parte do bioma amazônico. Atualmente o horário de fechamento sofre pequenas alterações de acordo com a necessidade de atravessar alimentos perecíveis, pessoas em situação de risco de saúde e ônibus interestaduais.

O fechamento da BR-174 no trecho da Terra Indígena Waimiri-Atroari é motivo de debate e polêmica no cenário local, pois se pressupõe que gerou implicações para a dinâmica dos municípios do entorno, em relação à questão comercial e social. O presente trabalho não pretende ser conclusivo devido a dinâmica espaço-temporal constante em que tal processo ocorre.

A metodologia utilizada para atingir os objetivos propostos constituiu-se de pesquisa bibliográfica, a partir de livros referentes aos Waimiri-Atroari, quanto ao processo histórico e cultural e algumas reportagens sobre a temática.

A pesquisa de campo também abarcou realização de entrevistas com comerciantes locais a partir de um questionário previamente elaborado, a fim de verificar suas percepções quanto ao processo de fechamento da BR-174 e a relação desse processo com as atividades comerciais locais.

Partindo-se da hipótese de que o fechamento da BR-174 influencia a dinâmica de Rorainópolis, foram aplicados quarenta e dois (42) questionários com comerciantes locais estabelecidos ao longo da rodovia, além disso, também foram entrevistadas pessoas que vendem alimentos no trecho inicial em que a BR é fechada e funcionários do posto de fiscalização da SEFAZ.

Por fim foi realizada uma sistematização e análise dos dados obtidos nas diferentes etapas. A construção do texto buscou privilegiar a diversidade de informações. Alguns comerciantes que possuem estabelecimentos comerciais próximos a BR-174, dentro do perímetro urbano da cidade de Rorainópolis, foram selecionados a fim de se alcançar uma melhor compreensão sobre os fatos, no que diz respeito à realização e frequência das atividades comerciais no município. Ressalta-se que responderam os questionários não somente os proprietários, mas, funcionários e clientes presentes no estabelecimento.

O artigo está organizado nas seguintes seções: a ocupação da floresta, os moradores da floresta- Waimiri-Atroari, a gênese da BR-174 e a sua consolidação, os conflitos e acordos acerca da construção da BR-174, os efeitos do fechamento da BR-174 para o município de Rorainópolis e as considerações finais.

2. A ocupação da floresta

A floresta Amazônica estende-se por parte expressiva da América do Sul e do Brasil, correspondendo a aproximadamente 4,2 milhões de quilômetros quadrados. Nesta imensa área verde localizam-se nove estados brasileiros. A vegetação presente é densa e em alguns pontos mescla-se com uma vegetação aberta, semelhante o cerrado, localmente denominada lavrado. Ressaltamos que os indígenas formaram a primeira leva de humanos a ocupá-la. Segundo Ab'Saber (2003), a posição geográfica e algumas características fizeram da Amazônia um local de destaque, por ser uma faixa de máxima diversidade biológica, possibilitando o advento do homem.

A rede de drenagem, principalmente os igarapés, é apontada como o elemento que possibilitou a ocupação da região pelos indígenas e a constituição de seus territórios.

O igarapé foi fundamental para a ocupação indígena da Amazônia, sendo a invenção da canoa o grande salto cultural que possibilitou a organização da maioria dos grupos indígenas no mundo amazônico. Assim, os pequenos riachos que seccionam vertentes e cruzam várzeas florestadas em seu baixo curso tornaram-se os 'caminhos de canoa'. A igara é uma embarcação elementar, escavada no tronco de uma só árvore;apé ou pé é o designativo para caminho. Daí, com grande razão, os riachos da floresta amazônica terem sido reconhecidos pela sua função de estrada líquida para circulação de curta distância, de forma a facilitar o contato entre homens e aldeias, no transporte de alimentos extraídos das águas e das florestas (AB'SABER, 2003, p. 71).

O risco de extermínios dos povos habitantes da floresta amazônica, constituiu-se em um dos motores de intervenções tendo o sistema econômico vigente como um dos propulsores desta situação. Na construção da BR-174, que contribuiu com a consolidação do território do Estado Nacional, verificaram-se conflitos em que vários indígenas foram mortos.

As intervenções humanas quase nunca realizam as expectativas humanas. Seus campos empobrecem, seus pastos se tornam magros e lenhosos, suas cidades entram em colapso. O mundo natural, simplificado, em desacordo com os desejos humanos, mas em resposta a seus atos, converte-se em uma enorme macega cosmopolita de luto (DEAN, 1996, p. 23-24).

No contexto da construção de novas rodovias e humanização da floresta, a Amazônia passou a receber de forma mais intensa, a partir da década de 1960, grupos de migrantes oriundos, em sua maioria do Nordeste, atraídos pela borracha e, logo depois, pelo garimpo.

Esse processo migratório foi acompanhado e incentivado através da construção de estradas, que tinham como finalidade “integrar” essa região com as demais do país, além de aliviar as tensões agrárias de outras regiões brasileiras através dos projetos de colonização, implementados pelo Governo Federal.

Surgem, assim, as rodovias interligando as cidades de Belém, Manaus, Porto-velho, Brasília, Caracará e Boa Vista, além da Transamazônica e da Perimetral Norte (em parte não concluída). Essas estradas trouxeram impactos culturais e ambientais, ao afetarem a vida de vários povos na Amazônia setentrional, como os Yanomami (Perimetral Norte), os Wai-Wai (Perimetral Norte e BR 174) e os Wapichanas, Macuxi, Taurepang, Sapará e Waimiri-Atroari (BR 174) (SILVEIRA; GATTI, 1988), situação que levou esses povos a uma nova estruturação de seus territórios, organizado em momentos anteriores, conforme uma lógica espacial própria da Amazônia.

Para Haesbaert (2004) não existe indivíduo ou grupo social sem território, isto é, sem uma relação de dominação e/ou apropriação do espaço, seja de forma material ou simbólica. Para ele é uma necessidade territorial, que pode ser entendida desde seu sentido mais biológico quanto mais imaterial ou simbólico. Nesse sentido, devemos pensar hoje, em um território que não é mais estático, mas dinâmico, combinando múltiplos territórios ou a multiterritorialidade. Essas dinâmicas vão desde o mais concreto até o mais simbólico, sem que sejam separados, mas estão num continuum.

Os diferentes interesses são percebidos como poderes atribuídos a homens ou instituições. Como lembra Raffestin (1993), para analisar uma realidade é fundamental buscar a compreensão do poder, ou poderes, que se encontram no espaço, sem desconsiderar o aspecto tempo, contextualizando a formação das relações mediadas, pelo poder. Pensar no contexto da construção da BR-174 é pensar no poder do Estado, exercido como força repressora sobre um povo que viu seu território ser mutilado em nome de um progresso que viria a beneficiar outro segmento da sociedade.

As ações, ou manifestações de poder, resultam na formação do território, sendo este produto dos atores sociais que partem de uma realidade específica, incorporando as modificações e tornando o território algo vivido, dinâmico. As manifestações de poder encontram-se diluídas nas ações e intenções dos atores e, nesse sentido, o poder é inevitável e intencional, isto é, a característica de inocência não faz parte de sua realidade, sendo que todas as relações são marcadas por ele (RAFFESTIN, 1993).

É importante considerar que a humanidade é diversa e isso representa nossa riqueza. Como argumenta Raffestin (1993), as tentativas de imposição de um modelo, considerado como “mundialismo” pode se transformar numa situação de genocídio, uma vez que esmaga as diferenças e representa a perda da autonomia e redução das possibilidades de ação de vários grupos étnicos.

A concepção de que existe um modelo único que devemos seguir, pautado no desenvolvimento econômico e no progresso, imprime a ideia de que existe a superioridade de uma determinada cultura sobre outra, inclusive no que diz respeito ao uso dos elementos da natureza, pensados como recursos naturais. No contexto do regime militar da época da construção da BR-174, essa concepção estava presente nos discursos, fortalecendo a ideia de que os grupos diversos que habitavam o território brasileiro deveriam se enquadrar neste modelo único e que caminhava para a universalidade, tudo sob o discurso de que os índios deveriam incorporar a cultura envolvente com ações definidas como “pacificação”.

Com a finalização da BR-174, foram construídas novas territorialidades e, para compreendê-las é preciso considerar as influências externas, não sendo possível compreender uma territorialidade sem considerar aquilo “que o construiu, os lugares em que ele se desenvolve e os ritmos que ela implica” (RAFFESTIN, 1993, p. 162).

Para os Waimiri-Atroari, a BR-174 significou o risco da perda do território e, considera-se que quando tratamos de território, não expressamos apenas o sentido do ter ou não ter, mas as relações que estão presentes numa porção específica do espaço geográfico, quando perder o território pode significar o desaparecimento de todo um grupo.

A tentativa de ligar a região dos campos de Boa Vista tornou-se objetivo tantos dos fazendeiros como do Estado como forma de ocupar o “vazio” dessa parte do Brasil.

Essa ação teve como ponto central a construção da BR-174, que atravessa uma vasta área de floresta e de lavrado, significando uma cicatriz na floresta.

Ross (2006) indica que vários sistemas ambientais brasileiros já foram fortemente transformados pelas atividades humanas, como a mata atlântica, o cerrado e as florestas subtropicais do sul do país. A Amazônia recebe destaque na sua parte de transição entre o cerrado e a floresta, nos estados de Mato Grosso e Rondônia.

Essa observação vem de encontro com as conclusões de Becker (2005), quando reconhece a existência de três macrorregiões na Amazônia brasileira: a primeira, ocupando a parte oriental – Pará, Tocantins, Mato Grosso, denominada de “arco

do povoamento consolidado” onde existe uma concentração de cidades, redes de transporte e acesso, com índices demográficos elevados. A segunda, denominada “Amazônia Central”, que engloba a outra parte do estado do Pará, é entendida como um espaço bastante vulnerável uma vez que é cortada por várias estradas e com tendências à ocupação; a terceira é a Amazônia Ocidental, porção mais preservada, onde existe um ponto de ocupação intensa – a área urbana de Manaus – sendo o restante ainda bastante preservado pelo fato de ter ficado “abandonado” pelos interesses do Estado e do capital.

Para Becker (2005, p. 83), esta é “uma região em si, constitui uma força de resistência à destruição da floresta”. Essa parte amazônica ainda preservada, numa situação de comparação com as demais apontada por Becker, também está em risco com a abertura de novas rodovias e a implantação de projetos de assentamento, tornando-se pólo de atração para migrantes, como é o caso de Roraima.

A mudança desse cenário de destruição da floresta e da sua diversidade cultural será possível quando a floresta passar a ter um valor econômico que supere a extração da madeira, a pecuária e a monocultura. Somente com essa mudança poderemos falar em produção sustentável da floresta, mas para tal será necessário uma “verdadeira revolução científico-tecnológica para a Amazônia Florestal” (BECKER, 2005, p. 85).

Uma das transformações que marcaram o espaço amazônico é a identificação e homologação das terras indígenas como forma de garantir o direito ao território. A Amazônia sempre foi reconhecida pela sua diversidade, seja no que se refere aos ecossistemas aqui presentes, seja pela gama de povos que sempre habitaram, aprenderam a conviver com a floresta e constroem sua identidade a partir dessa relação.

Para Claval (2010), muito da identidade e da relação com o espaço se materializa ao nomear pontos de referência.

Conhecer a área de vivência e sua geografia permite o domínio humano sobre a natureza, quando dela se retira os elementos para a reprodução física e cultural. Nesse sentido, Claval (2010, p. 21) destaca que sobreviver em ambientes naturais, ou como mesmo aponta “tão perigosos”, requer saber avaliar o valor das áreas, seja para a caça, para a pesca, dos caminhos, com detalhamentos que envolvem conhecimentos sobre o ciclo da água, o relevo, o clima, fauna e flora. Esses conhecimentos se traduzem na sabedoria indígena e no desenvolvimento de habilidades para lidar com o meio ambiente e, a partir das necessidades básicas, os povos definem qual é o melhor método para cada atividade.

O território não se define, muitas vezes, pelos princípios materiais, mas por princípios culturais, de identificação, de pertencimento. Nesse sentido, os Waimiri- Atroari constituíram sua territorialidade na área de floresta e possuíam autonomia diante das suas necessidades para a reprodução física e cultural, traduzidas nas diversas formas como satisfaziam suas necessidades, em um tempo e espaço determinados, bem como os instrumentos que utilizam para atingir os objetivos, isto é, os métodos que utilizam como bem lembra Claval (2010).

3. Os moradores da floresta: os Waimiri- Atroari

Os povos indígenas que habitam o estado de Roraima são pertencentes a quatro troncos linguísticos diferentes que é o Karib, Tupi, Yanomâmi e Aruak. No caso dos Waimiri-Atroari eles pertencem à família linguística Karib e habitam a região sul do Estado de Roraima e norte do Estado do Amazonas numa área equivalente a 2.585.911ha onde estão distribuídas as 30 aldeias.

Segundo dados do programa Waimiri-Atroari a demografia desse povo em 1987 era de 374 pessoas e, atualmente, está com uma população de 1.600 pessoas, segundo censo do IBGE do ano de 2010. O índice de crescimento vegetativo tem sido bastante positivo, pois, no final de dezembro de 2012, atingiu 4,8% ao ano, sendo considerado um dos maiores do mundo.

Segundo Loureiro (2007, p.60) com base em documentos históricos datados de 1856, “os waimiri eram bem-feitos de corpo, de estatura maior que a ordinária, cor de mamelucos, cabelos pretos, um pouco crespos, e corajosos”. Essa é uma descrição feita no início dos primeiros contatos e descreve um pouco a fisionomia desse povo.

O espaço de vivência dos Waimiri-Atroari se encontra em meio à região de floresta e suas Mydy taha (“casa Grande”) é a denominação dada ao espaço que constitui a aldeia, a moradia e todo seu entorno, inclusive a parte de seu roçado se encontra próximo a grandes rios e igarapés.

Com base em documentos históricos o local de habitação desses povos “as suas malocas eram formadas por duas casas circulares de cinquenta palmos de diâmetro, com duas portas nos lados opostos” (LOUREIRO, 2007,p.60), além disso, no seu interior foram encontrados arcos, flechas, machados de pedras, maqueiras de meriti, cendais de coquilho e pães de massa de mandioca.

No início do contato com o homem branco no século 19 e antes da entrada da Mineradora Taboca pertencente ao grupo Paranapanema S/A, os Waimiri-Atroari

viviam nas elevações e pequenas serras que formam o vale dos rios Alalaú, Camanaú/Curiaú, Uatumã e Abonari.

Houve a exploração e degradação do território Waimiri-Atroari e com a construção da Hidrelétrica de Balbina, que represou as águas do rio Uatumã. Esse rio morreu junto com seus afluentes Abonari e Taquari, cujas nascentes estão dentro da área Waimiri-Atroari, causando a mudança de duas aldeias que se encontravam nessa bacia para as dos rios Alalaú e Camanaú (CARVALHO, 1991).

A cultura dos índios Waimiri-Atroari se assemelha em alguns pontos com as demais culturas dos povos indígenas, principalmente com as danças, costumes e festas, e esse momento é uma situação ritual para celebrar a aliança entre si e os demais conglomerados que vivem na região.

4. A gênese da BR-174 e a sua consolidação

Antes da criação da BR-174 a comunicação entre Boa Vista e Manaus era dada por embarcações e, em 1893, o então governador amazonense Eduardo Ribeiro contrata o fazendeiro Sebastião Diniz para construir uma estrada de 815 km que ligasse Boa Vista a Manaus. Antes de terminar o mandato do então governador o caminho de ligação entre as duas cidades foi concluído.

Após o término de seu mandato a estrada ficou abandonada e, com o passar do tempo foi anexada novamente ao ecossistema da floresta impossibilitando o tráfego de veículos. Em 1927, conforme registros históricos, o guianense Collins reabriu a estrada, agora com 868 quilômetros (FREITAS, 2007).

O Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Amazonas solicitou ao Serviço de Proteção do Índio (SPI) que pacificasse os indígenas em um menor tempo possível, para evitar confrontos com trabalhadores da estrada.

Atendendo ao pedido do DER/AM, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI em substituição ao SPI), incumbiu o sertanista Gilberto Pinto Figueiredo de pacificar o povo Waimiri-Atroari dentro da política indigenista da FUNAI, criando assim vários pontos de atração dos indígenas longe do traçado da construção da estrada. No entanto o trabalho de pacificação foi considerado moroso pelo DER/AM que solicitou a substituição do Indigenista a FUNAI.

Sendo substituído, em junho de 1968 pelo padre João Calleri, nomeado pela FUNAI para a direção dos trabalhos de atração dos indígenas e pacificação dos mesmos, sua estratégia consistia em seguir, através dos cursos d'água, o contato com os índios. Tal caminho era visto pelo padre como território neutro e respeitado pelos índios.

A intenção era começar a expedição via rio Alalaú, pois, o padre acreditava que os índios que ainda não tinha tido contato com os brancos seria mais fácil de pacificar. Porém, foi obrigado pelo Major Mauro Carijó, Diretor do DER/AM, a mudar o seu plano o que causou a trágica morte do Padre Calleri e seus auxiliares, em outubro de 1968 (SCHWADE,2011).

Com todos esses fatos ocorridos dentro da área indígena dos Waimiri-Atroari, houve uma intensa campanha de repúdio aos Waimiri-Atroari criando uma situação favorável à intervenção militar de forma brutal na década de 70, para que o projeto desenvolvimentista do exercito brasileiro pudesse prosseguir.

O Exército brasileiro assume, dessa forma, a construção da rodovia através do Batalhão de Engenharia e Construção (6º BEC), localizado em Boa Vista e que tinha como missão de ligar o Brasil com a Venezuela, ou seja, Brasília com Caracas para que pudessem ser estreitados os laços de amizade com o país vizinho.

4.1. *A cidade de Rorainópolis*

Um dos efeitos da BR-174 foi o surgimento de cidades, entre elas Rorainópolis, criada através do desmembramento dos municípios de São Luiz e São João da Baliza e, atualmente, possui a segunda maior população do estado de Roraima. A sua origem vem da antiga instalação da sede do Instituto de Colonização e Reforma Agrária/INCRA, que acabou atraindo grande quantidade de pessoas de várias regiões do Brasil que queriam terras para plantar.

Grande parte da população de Rorainópolis se constitui de pessoas vindas do Nordeste e, em sua maioria constituída por maranhenses. Rorainópolis foi criada pela Lei Estadual nº 100 de 17 de outubro de 1995, que tornou essa região em município.

O município de Rorainópolis é cortado pela BR-174 tornando-a um pólo de atração para a constituição de vilas e povoados em sua margem como a vila Martins Pereira, Equador, Nova Colina e Jundiá. Seus limites incluem parte da área da Terra Indígena Waimiri-Atroari que é, também, a divisa do estado de Roraima com o Amazonas.

É sabido para a população de Roraima e Amazonas e em especial para os moradores de Rorainópolis, que a Terra Indígena Waimiri-Atroari todos os dias é fechada em todo seu perímetro durante o período de 18:00 à 6:00 horas do dia seguinte, por motivos que asseguram os direitos dos indígenas e sua segurança à vida, pois, mesmo antes da construção da estrada sofreram muitos atos de violência e desrespeito à dignidade humana (RICARDO,2000).

Após a construção da BR-174 em 1974, o Exército só permitia a passagem dos transeuntes da rodovia em forma de comboio e somente durante o dia com escoltas de viaturas do Exército que iam à frente e na retaguarda, pois, temia a represália dos índios. Os indígenas Waimiri-Atroari eram contra a construção da rodovia por já terem sido vítimas de atos de violência praticados anteriormente (RICARDO, 2000).

A posição do Exército de fechar a estrada a noite para evitar a circulação de veículos e proteger os transeuntes que circulavam na área durou até a conclusão da pavimentação asfáltica em 1998. Após a saída do Exército, nesse mesmo ano, a tarefa de fiscalizar a área e restringir a circulação passou para o Programa de Proteção Ambiental Waimiri-Atroari, organismo criado em função do convenio assinado entre a Funai/comunidade indígena Waimiri-Atroari e governos estaduais de Roraima e Amazonas (RICARDO, 2000).

Esta medida ajuda a diminuir o trânsito na área e, conseqüentemente, o atropelamento de animais como mucura, anta, paca, jacaré e outros que tem hábitos noturnos e até mesmo os indígenas quando saem à noite para caçar ou pescar.

5. Os conflitos e acordos acerca da construção da BR174

Objetivando a construção de uma estrada que tornasse possível a ligação, através de rodovia, da região do prata com os Andes, sem que fosse necessário enfrentar toda a cordilheira, surgiu a ideia da estrada, também conhecida como BV8 ou transcontinental, que ligaria Buenos Aires, capital da Argentina, Montevidéu, Brasília, Caracas e Bogotá por sistema rodoviário (CARVALHO, 1982).

A partir daí surge à ideia de construir a rodovia que é conhecida como BR-174 que viria de encontro aos anseios dos moradores do antigo território do Rio Branco que posteriormente se tornaria o Estado de Roraima e também dos amazonenses, pois, seria uma oportunidade de se dispor de uma ligação entre essas regiões e findando com o isolamento do Estado de Roraima.

Até o ano de 1974 só era possível percorrer o trecho entre Boa Vista e Manaus por via fluvial ou aérea, pois, não se tinha uma rodovia que ligasse esses dois estados amazônicos e, em fins de 1969 e início de 1970 os trabalhos de construção da BR-174 foram iniciados. Quando a construção da BR-174 se aproximou da reserva dos Waimiri- Atroari, foram feitas algumas recomendações pelos funcionários da FUNAI, que os trabalhadores da construção da estrada não tivessem contato com os índios. No entanto existem relatos de que em janeiro de 1973 um dos funcionários da estrada, juntamente com alguns companheiros, contrariando a orientação da

época, visitaram algumas aldeias dos Waimiri-Atroari desrespeitando as mulheres indígenas, fato que ocasionou ira entre os índios . Assim, poucos dias depois dessa visita, os índios atacaram o posto de atração Alalaú da FUNAI, matando três funcionários que ali se encontravam com a missão de manter contato com os índios Waimiri Atroari (CARVALHO, 1982).

Após esse fato as coisas só foram se desgastando entre os indígenas e os trabalhadores da estrada, fato que levou à morte tanto indígenas como trabalhadores.

Com a construção da estrada foram feitos alguns acordos como a criação de uma organização para proteção de seu território e para reduzir as interferências externas causadas pela estrada, da mineração da Paranapanema e pela hidrelétrica de Balbina. O organismo criado foi o Programa Waimiri-Atroari resultado de um acordo entre a Fundação Nacional do Índio/FUNAI e a Centrais Elétricas do Norte do Brasil/Eletronorte em 1987, sendo supervisionado por um comitê consultivo integrado por funcionários dos dois órgãos.

As interferências externas impressas na Amazônia, ou um sistema de objetos, nas palavras de Milton Santos (2006), são repletas de intencionalidades de grupos sociais e do próprio Estado, gerando a necessidade das comunidades já instaladas se adaptarem às novas tecnologias e situações.

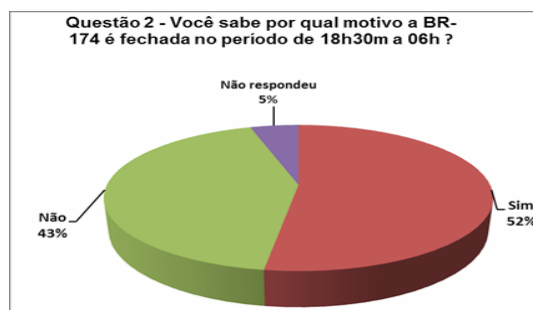
6. Os efeitos do fechamento da BR-174 para o município de Rorainópolis

O fechamento da BR-174 no perímetro da Terra Indígena Waimiri- Atroari é um tema polêmico que nos leva a refletir sobre os direitos das populações que habitam a região. A realização da investigação a partir de pesquisa de campo com caráter exploratório teve como principal objetivo, ainda que de forma não conclusiva, analisar os efeitos, a partir da percepção dos moradores, decorrentes do fechamento da referida rodovia, tendo em vista que os posicionamentos são os mais controversos possíveis e na maioria das vezes surgem de uma visão pautada no senso comum, tanto em relação ao modo de vida dos indígenas quanto sobre o viés desenvolvimentista e economicista que envolve a questão. Como já citado anteriormente na metodologia, foram realizadas entrevistas com 42 moradores que se estabeleceram num ponto estratégico ao longo da BR-174 onde a sede central está situada. Os entrevistados dividiram-se em três categorias: proprietários, funcionários e clientes presentes no estabelecimento. Nesse contexto ressalta-se que 67% dos respondentes são funcionários e 24% proprietários dos estabelecimentos.

A análise dos resultados indica grandes contradições sobre a percepção dos moradores que sobrevivem do comércio e dos clientes, também moradores, que consomem os produtos e serviços dos locais. O questionário constitui-se de seis perguntas com opções objetivas e também espaço para justificativas. Privilegiou-se a análise de ambas vertentes a partir da elaboração dos gráficos com resultados revertidos em percentuais para uma melhor compreensão e visualização da situação investigada.

Após a identificação (questão 1) dos questionados no que diz respeito a serem funcionários, proprietários ou clientes dos estabelecimentos questionamos sobre os motivos que levam ao fechamento da BR-174, conforme o gráfico abaixo (questão 2) :

Gráfico 01 – Reconhecer os motivos do fechamento da BR-174



Fonte: Cavalcante (2014).

A partir das respostas percebe-se que apesar do total de respondentes de 52% afirmarem que sim, existe um percentual considerável que afirma não saber o motivo. As justificativas foram as mais variadas possíveis e refletem tanto no processo de desconhecimento sobre o assunto quanto ao conhecimento parcial sobre a temática. O desconhecimento da cultura e modos de vida dos indígenas se mistura com uma situação de medo por parte dos entrevistados.

As justificativas versaram também sobre questões de segurança, conferindo um aspecto de vigia e proteção por parte do Estado: "... *Evita tráfico de pessoas e drogas...*"; "... *Acho que segurança...*"; "... *É um acerto entre a comunidade indígena e civil...*"; "... *Guardam alguma coisa lá dentro...*". Ou ainda respostas com conotação de desconhecimento ou desinteresse sobre o tema: "... *Nunca soube, nunca entendi...*"; "... *Ouvi apenas dizer que fecha mas, não sei porque...*"; "... *O que eu sei é em relação aos índios...*"; "... *O motivo principal não sei,*

sei que é por causa dos índios...”. Outros se referiram à questão de preservação e hábitos dos índios: “...Norma das tribos para proteger os animais...”; “...O pessoal fala que é para não matar os bichos que atravessam no período da noite...”; “...Existe um limite indígena, o tempo que os índios vivem é um momento que eles tiram para eles com silêncio.”

A partir da análise do primeiro gráfico podemos refletir particularmente sobre o fato de que não há um debate organizado da sociedade civil local sobre o fechamento da BR-174, envolvendo os sujeitos que realizam atividades comerciais e nem tampouco um diálogo com a comunidade indígena que vive dentro da terra em questão, pois em conversas informais além das perguntas dos questionários, alguns respondentes informaram nunca ter participado de uma atividade como esta.

Quando perguntamos sobre a influência que o fechamento da BR-174 ocasiona para o município, 60% dos respondentes afirma que existe sim uma forte influencia, ou seja 69% das respostas, enquanto 24% dos respondentes disseram que não e 7% responderam talvez.

Em relação a esse questionamento dos 42 questionários aplicados, 35 respondentes tiveram interesse em justificar as respostas e dentre os pontos centrais defendidos pelos que são favoráveis ao fechamento da rodovia, destacam-se argumentos tais como: segurança, maior movimentação na rede hoteleira e proteção em relação à criminalidade conforme algumas citações transcritas: “...*Sim é favorável pois estamos no meio aí as pessoas param para se hospedar nos hotéis. Nas férias o movimento é de mais de 50%...*”; “...*Movimenta a economia: hotéis, restaurantes e bares..*”; “...*Tem diminuído o tráfico...*”; “...*Evita o tráfico...*”; “...*Eu acredito que contribua evita assaltos. Há segurança as pessoas param para dormir, os hóspedes param, pois é um hotel de transito...50% ou 60%...*”; “...*Pode trazer mais clientes para os hotéis...*”; “...*Tem aumentado o número de clientes no período noturno...*”; “...*Tem influenciado na venda de jantas...*”; “...*De um lado sempre atrasa as mercadorias, por outro tem a segurança...*”

As outras justificativas que versaram sobre a influencia considerada negativa para os não índios quanto ao fluxo e passagem de mercadorias e também sobre o direito de “ir” e “vir”: “...*De alguma forma sim...*”; “...*Não só do município mas do Estado. A primeira sobre a energia que não vem. Influencia no fluxo de mercadoria. O Estado é morto por causa da política...*”; “...*Tudo que a gente produz tem uma movimentação no comércio menor. Diminuiu com o fechamento...*”; “...*Por exemplo vem um carro com verdura aí não podem passar. Acho que tinham que liberar...*”; “...*Não deixa passar as mercadorias para o município...*”; “...*Atrasos no andamento do serviço...*”; “...*Atrasa muita coisa. Às vezes se não chegar até as seis tem que esperar;;Atrapalha...*”; “...*Espera na passagem das mercadorias...*”; “...*Todo impedimento que restringe o direito de ir e vir não só para nós, mas, para todos é negativo para o Estado*

inteiro...”;“...Atrapalha um pouco, pois quando pensamos em ir para Manaus temos que correr. “A fiscalização tem que ter e a passagem também...”;“...Atrasa a chegada de mercadorias...”;“... Porque fica parado as mercadorias ficam paradas é perda de tempo...”;“...Não pode transportar mercadoria a noite isso atrasa o percurso da mercadoria...”;“...As vezes você tem pressa numa mercadoria e pode atrasar...”;“...;Em algum aspecto sim pois os carro próprios ou comerciantes não podem passar...”;“...Pois todo mundo acostumou com o horário de fechamento...”;“...As vezes problema de transporte. Horário de chegada de mercadoria...”.

Quando o questionamento versou sobre outras consequências além das que já tinham sido apontadas, 69% dos respondentes afirmaram que sim, no entanto as respostas foram praticamente às mesmas já relatadas anteriormente, sendo que nem todos quiseram justificar, conforme quadro abaixo:

Quadro 01 – Consequências positivas e negativas apontadas pelos entrevistados

Consequências positivas	Consequências negativas
<ul style="list-style-type: none"> • Sim, pois os turistas passam na cidade para dormir, mas o fechamento poderia ser mais tarde. Dificuldades na escoação dos produtos; • Bom para os postos de gasolina; • Num ponto é bom pela diminuição da criminalidade e por outro é ruim devido a querer passar rápido e não conseguir; • A preservação da floresta; • Não sei te dizer, dá para aceitar a situação. É uma questão de se entender, nós temos os nossos direitos e eles os deles; • Boa em relação a preservação da natureza da reserva, animais, flora, fauna. Ruim pela questão da falta de liberdade para nós; • Boa segurança para os motoristas antes, não paravam para descansar e ocorriam acidentes; • Esse fechamento não prejudica; • Boa se alguma coisa de errado acontecer aqui a barreira segura; • A parte de segurança; • Não afeta em nada para mim; 	<ul style="list-style-type: none"> • As viagens nesse período, as pessoas tem que esperar até o outro dia no seu destino. – II • Força a pessoa a viajar antes desse horário; • De bom para o Estado não, pois o governo fez essa reserva em lugar improprio. Colocou a BR no meio da reserva isso fere a constituição; • Boas não tem, pois índio não traz beneficio nenhum. Eles poderiam deixar liberada; • Para as pessoas que trabalham; • Tira nosso direito de ir e vir; nesse estado vai atrás para resolver mas, fica por isso mesmo; • Dificuldade no transporte de ir e vir; • Atrapalha o desenvolvimento sendo que daqui para lá há previsão de perigos, os índios podem fazer alguma coisa; • Atrapalha a vida pessoal de ir e vir em Manaus; • Atraso de mercadoria; • Mas, tem que programar a vida de acordo com horário da reserva, não tem o direito de ir e vir;

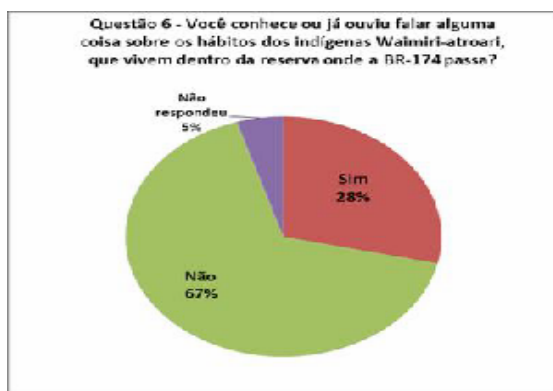
Tais justificativas nos levam a refletir que algumas pessoas visualizam aspectos favoráveis ao fechamento, no entanto, poucas se referem à preservação dos costumes dos indígenas que vivem na região.

A partir de um questionamento direto sobre ser ou não favorável ao fechamento da BR-174 percebe-se que, independentemente de ocorrer um incremento na economia local devido à permanência de vários passantes na cidade, que com a BR-174 fechada param para dormir nos hotéis e acabam utilizando serviços e consumindo alimentos no local, a maior parte dos questionados se posicionam contra o fechamento. Resultado que pode ser analisado também a partir do outro questionamento feito sobre conhecimento em relação aos hábitos dos indígenas da região. Os resultados para esse questionamento foram os seguintes: 59% se posicionaram contra, 36% a favor e 5% não respondeu.

A questão direta sobre o fechamento da BR-174 revelou justificativas que versaram igualmente sobre os mesmos temas apontados anteriormente.

Quanto a sequencia das perguntas do questionário, um fato de extrema importância e que merece análise, pois pode contribuir com a compreensão da percepção dos questionados, é que entre os 42 respondentes, existe um percentual elevado de pessoas que desconhecem inteiramente sobre os hábitos e cultura dos indígenas que habitam a Terra Indígena Waimiri-Atroari, mesmo morando tão próximos do local, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 02 - Conhecimento sobre hábitos e cultura dos Waimiri-Atroari



Fonte: Cavalcante (2014).

Em relação, às justificativas, dezenove quiseram justificar, demonstrando um conhecimento superficial sobre os hábitos da população indígena que vive na região, o que nos leva a refletir sobre um enorme distanciamento da população do município limítrofe com a população indígena da reserva: “...*Ouve-se falar que são índios e hoje em*

dia tem certa mordomia, tem tudo até escola..”; “*..Através de reportagens. Eles estão mais espertos do que nós..”;* “*... Já ouvi falar sim; Eles vivem de cultura de subsistência: roça, caça, pesca etc...”;* “*...Só o que todo mundo sabe mesmo...”;* “*...Nunca vi indígenas naquela reserva; Faz pouco tempo que cheguei e não conheço os hábitos...”;* “*...Nada. Só o que a gente ouve falar de índio é a dança, plantar mandioca...”;* “*...o básico o que vemos em entrevistas...”;* “*...Eles vivem mais da pesca e da caça...”;* “*...Presenciei os indígenas andando despidos...”;* “*...Eles fazem isso pois recebem apoio da Funai...”;* “*...mas, não sei bem...”;* “*...Artesanato: peneiras, arranjos...”;*

A cidade de Rorainópolis é uma cidade localizada a margem da BR-174 e seu desenvolvimento é baseado na economia de serviços, seguido de agropecuária e indústria. O potencial agropecuário, herdado em decorrência da colonização, abastece tanto Roraima quanto o Amazonas. O setor de serviços é o que mais movimenta a economia de Rorainópolis e, dentro desse segmento, destacam-se dois ramos que é o de distribuição de bens e serviço pessoais. No primeiro caso, o setor de distribuição de bens, destacam-se o comércio e o transporte. Já no segundo caso, o setor de serviços pessoais, destacam-se os restaurantes, hotéis e bares da cidade de Rorainópolis.

Esses segmentos são influenciados pela dinâmica de fechamento da estrada da Terra Indígena dos Waimiri-Atroari, pois, segundo os comerciantes locais, os turistas, caminhoneiros e motoristas, na maioria das vezes, terminam pernoitando na cidade e usando os serviços que lhe são oferecidos e que se encontram no setor econômico de prestação de serviços e bens pessoais.

O fechamento da reserva acaba auxiliando na segurança da população de um modo geral, pois, em alguns casos bandidos que vem de Manaus para praticar assaltos em bancos e comércios de Rorainópolis acabam sendo parados pela barreira da Terra Indígena, pois, não tem como passar fora de hora, o que torna suas prisões pelas autoridades locais mais fáceis.

Na percepção dos questionados, existem também os pontos negativos na cidade de Rorainópolis causados pelo o fechamento da Terra Indígena Waimiri-Atroari, pois, é uma cidade interiorana de Roraima que é muito dependente da BR-174 para seu desenvolvimento econômico e social.

7. Considerações finais

A dinâmica econômica e social do município de Rorainópolis, de fato é influenciada pelo fechamento da BR-174 no perímetro da Terra Indígena Waimiri-Atroari, tal tema é polêmico e controverso, pois entra a questão de direitos tanto dos indígenas quanto dos não índio. No entanto, a estrada foi construída dentro do

território de um povo que habita este país muito antes de ele ser “descoberto” pelos portugueses.

Para os Waimiri-Atroari, a BR 174 significou o risco da perda do território e considera-se que quando tratamos de território, não expressamos apenas o sentido do ter ou não ter, mas as relações que estão presentes numa porção específica do espaço geográfico quando perder o território pode significar o desaparecimento de todo um grupo.

Em suma, este trabalho tenta mostrar os efeitos do fechamento da Terra Indígena Waimiri-Atroari sobre o município de Rorainópolis na dinâmica econômica e também mostra os efeitos causados pela construção e consolidação da BR-174 na década de 70 e seus efeitos que perduram até aos dias de hoje.

É um desses efeitos foi a povoação e colonização das margens da rodovia que acabou dando origem ao município de Rorainópolis e tantas outras pequenas cidades pertencentes ao estado de Roraima e que também sofrem influência pelo fechamento da BR-174 no perímetro da Terra Indígena Waimiri-Atroari .

Referências bibliográficas

AB’SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil:** potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 159 p.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia.** Estudos Avançados, n. 19 (53), 2005, p. 71-86.

CARVALHO, José Porfírio de. **Waimiri-Atroari:** agora, a poluição dos rios. In: Centro Ecumênico de Documentação e Informação. Povos Indígenas no Brasil 1987/88/89/90. São Paulo: CEDI, 1991.p.194-199.

CARVALHO, José Porfírio Fontenele de. **Waimiri Atroari:** a história que ainda não foi contada. 20 ed. Brasília, 1982.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** 8.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. CLAVALL, Paul. Terra dos homens: a geografia. São Paulo: Contexto, 2010. 143 p.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo:** a história e a devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 484 p.

FREITAS, Aimerê. **Estudos Sociais - Roraima:** Geografia e História.10 ed. São Paulo: Corprint Gráfica e Editora Ltda. , 1998.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400 p.

IBGE/DIRETORIA DE GEOCIÊNCIAS. Mapa Vegetação do Estado de Roraima. 2005; escala 1:1.000.000 Instituto Sócio Ambiental- ISA. **Povos indígenas no Brasil**: o contato. Disponível em: <<http://piib.socioambiental.org/pt/povo/waimiri-atroari/701>>. Acesso em: 23 de agosto de 2013.

Informativo Waimiri Atroari. Disponível em: http://www.waimiriatroari.org.br/info_waimiri.htm Acesso em: 17 de Agosto de 2013.

LOUREIRO, Antonio José Souto. **O Amazonas na época imperial**. 20 ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RICARDO, Carlos Alberto. **Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000**. São Paulo: Instituto Socio Ambiental, 2000.

ROSS, J. L. S. **Ecogeografia do Brasil – subsídios para planejamento ambiental**. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

SCHWADE, Egydio. **Índios Waimiri-Atroari desaparecidos na Ditadura** Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/40870-indios-waimiri-atroari-desaparecidos-na-ditadura>> Acesso em: 23 de agosto de 2013.

SILVEIRA, Isolda Maciel da; GATTI, Marcelo. **Notas sobre a ocupação de Roraima, migração e colonização**. Bol. Museu P. Emílio Goeldi. Série Antropologia. n.4(1), 1988. VERDUM, Ricardo. Povos indígenas no Brasil: o desafio da autonomia. In: Povos indígenas-constituições e reformas políticas na América Latina. Brasília: Instituto de Estudos socioeconomicos, 2009. pp.91-111.

O IMPACTO DAS PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO A CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO

Introdução

A avaliação escolar integra o processo didático e, portanto, não pode se resumir a conceitos formais e estatísticos, atribuição de “notas” que servirão para definir o avanço ou a retenção em determinadas disciplinas e é nessa perspectiva que Luckesi (1996), defende a avaliação escolar, como aquela que deve subsidiar o diagnóstico da situação em que se encontra o aluno, oferecendo recursos para orientá-lo a uma aprendizagem de qualidade, por meio do ensino adequado, pois, “avaliar significa identificar impasses e buscar soluções”.

Nessa direção, podemos partir do pressuposto de que a avaliação, como prática escolar, não é uma atividade neutra ou meramente técnica, isto é, não se dá num vazio conceitual, mas é dimensionada por um modelo teórico de mundo, de ciência e de educação, traduzida em prática pedagógica. Um segundo pressuposto é que a prática de avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem ocorre por meio da relação pedagógica que envolve intencionalidades de ação, objetivadas em condutas, atitudes e habilidades dos atores envolvidos. Na condição de avaliador desse processo, o professor interpreta e atribui sentidos e significados à avaliação escolar, produzindo conhecimentos e representações a respeito da avaliação e acerca de seu papel como avaliador, com base em suas próprias concepções, vivências e conhecimentos.

A avaliação em sala de aula é aquela baseada em atividades que os estudantes realizam como parte integral do programa educacional no qual estão envolvidos. Esta definição inclui atividades como: debates orais; diários de aprendizagem (diálogos); apresentações; lições de casa; testes escritos; entrevistas; autoavaliação; avaliação de trabalhos em grupos e observações em sala de aula. A avaliação deve ser

* Universidade Estadual de Roraima. E-mail: angelicafredo@gmail.com

** Universidade Estadual de Roraima. E-mail: josi903@yahoo.com.br

*** Universidade Estadual de Roraima. E-mail: prof_josias@yahoo.com.br

encarada como reorientação para uma aprendizagem melhor e para a melhoria do sistema de ensino. Daí a importância de pensar e planejar muito bem, antes de propor um debate ou um trabalho em grupo, pois em qualquer processo de avaliação da aprendizagem há um foco no individual e no coletivo.

Avaliação um processo que se dá a curto, médio e longo prazo

Segundo Crooks (1988) em seu estudo sobre as práticas de avaliação, os efeitos da avaliação em sala de aula são maiores que os efeitos aplicados por testes padronizados. Em primeiro lugar é preciso entender que avaliar não é sinônimo de medir. Pois se vista dessa forma por quem organiza as avaliações, os prejuízos serão inúmeros e haverá um contra senso entre o discurso e a prática pedagógica, já que um dos objetivos da educação é formar cidadãos críticos. A avaliação perpassa por todo um processo de consolidação, por isso devem-se respeitar as diversas fases dos personagens envolvidos, no caso os alunos.

Ainda segundo o autor neste processo de quais efeitos as práticas de avaliação causam nos estudantes, é preciso levantar alguns padrões de avaliação utilizados em sala de aula como: Os testes escritos feitos pelo professor; observação informal das atividades de aprendizagem; exercícios escritos de vários tipos, através de grupo de discussão com a classe, anotação e apreciação informal de comportamento, também chamado de variáveis afetivas.

Diante disso, emerge uma pergunta importante neste cenário “O que é avaliado?”. Dentro dessa perspectiva é preciso levar em conta os aspectos cognitivos como: o conhecimento, a compreensão, aplicação, análise, síntese e afetivos a serem trabalhados em sala de aula como: ansiedade no teste, autoeficácia do aluno, motivação intrínseca, cooperação entre alunos, entre outros. O êxito no desenvolvimento educacional deve ser definido de forma mais substancial do que mera acumulação de pedaços de informação, e fazer uma análise das formas de como as avaliações afetam os alunos a curto médio e longo prazo, é necessária.

Uma avaliação a curto prazo revê ou consolida habilidades e conhecimentos que são pré-requisitos ao novo material que será introduzido; direciona a atenção para aspectos importantes do conteúdo teórico; estimula estratégias ativas de aprendizagem; provê oportunidades para praticar habilidades e consolidar a aprendizagem; dá conhecimento dos resultados e *feedback* corretivo; ajuda o aluno a monitorar seu próprio progresso, a desenvolver habilidades de autoavaliação, a escolher mais atividades de aprendizagem para aumentar seu domínio e a sentirem-se realizados.

Em médio prazo a avaliação serve para verificar os pré-requisitos necessários para o material a ser abordado; influenciar a motivação do aluno para estudar os conteúdos e a percepção de suas capacidades; comunicar e reforçar os objetivos gerais do professor ou do currículo para os alunos, incluindo os padrões de desempenho esperados; influenciar a escolha de estratégias de aprendizagem e padrões de estudo dos alunos; certificar a realização do aluno no curso, influenciando suas atividades futuras.

Em longo prazo, Influencia a habilidade do aluno, retém e aplica em vários contextos e maneiras o material aprendido; Influencia o desenvolvimento de estilos e habilidades de aprendizagem; Influencia a manutenção da motivação, seja em conteúdos específicos ou amplos; Influencia a autopercepção do aluno, bem como a percepção da sua autoeficácia como aprendiz.

Com frequência, as práticas de avaliação em sala de aula enfatizam pesadamente a memorização e o reconhecimento de pedaços isolados aos quais os alunos foram antes expostos, estimulando uma abordagem superficial baseada apenas na memorização da aprendizagem. Muitos destes detalhes memorizados, somente têm relevância temporária para os alunos, seja porque a área estudada não tem relação com suas atividades ou interesses posteriores, ou porque os detalhes são superados por novas informações. Além disso, detalhes isolados são especialmente esquecidos rapidamente, e a informação é retida se tem um quadro de referência mais amplo de compreensão e inter-relações significativas. Por todas essas razões citadas, há a necessidade de fazer da aprendizagem profunda o objetivo geral da educação.

Para otimizar os resultados de aprendizagem, várias alternativas são possíveis. Os padrões e tarefas devem ser estabelecidos individualmente, ou na forma de cooperação. No entendimento de Libâneo, os professores devem levar em consideração as suas fases: preparação e apresentação de objetivos, conteúdos e tarefas; desenvolvimento da matéria nova; consolidação (fixação de exercícios, recapitulação, sistematização); aplicação; avaliação. (LIBÂNEO, 1993, p.241).

Além disso, o controle do tempo ajuda o professor a se orientar sobre quais etapas ele poderá se deter mais.

Os efeitos no rendimento do aluno possuem ligação direta com as atividades de aprendizagem direcionadas pelo professor tais como: as questões orais que estimulam um maior envolvimento com a aprendizagem e permitem estudar a os conteúdos e consolidá-los. O maior efeito do *feedback* é a identificação dos erros, porém existem muitas formas pelas quais se pode efetivá-lo, a primeira é quando o esse “retorno” se dirige a atenção do aluno para seu progresso no domínio da

tarefa educacional. Tal ênfase no progresso pessoal aumenta a autoeficácia, encoraja a dedicação e reduz a atenção na comparação social. No segundo o “*feedback*” deve ocorrer enquanto ele ainda é claramente relevante. Isto implica tão logo a tarefa seja terminada. No terceiro deve ser específico e relacionado à necessidade.

As avaliações não necessariamente devem ser formais e não precisam ser conduzidas sobre condições de provas, pois a compreensão conceitual e as habilidades não são desenvolvidas rapidamente de um dia para o outro e não há evidência para apoiar a adoção de qualquer formato de avaliação ou estilo de tarefa, mas devem ser selecionados em consonância com os objetivos a serem avaliados.

De acordo com observações feitas por Luckesi (2002), o modelo mais comum nas escolas é o “tradicional”, marcado pela preocupação com a objetividade dos resultados e dos instrumentos de avaliação; a ênfase na avaliação do conhecimento; a preocupação maior é com aprovação/reprovação; há pouca participação dos sujeitos envolvidos; a ênfase está na avaliação do resultado demonstrado pelo aluno.

As abordagens podem ser eficientes para facilitar a motivação da aprendizagem e o desenvolvimento de boas relações e habilidades interpessoais. Ainda segundo o autor as estruturas dessas abordagens devem ser: competitivas, individualistas e cooperativas. Em estruturas competitivas o sucesso ou fracasso do aluno é em grande parte determinado pela relação entre o seu desempenho e o dos outros alunos. Nas estruturas individualistas, os alunos são recompensados pelo seu próprio trabalho. Independente do trabalho dos outros e em estruturas cooperativas, os estudantes trabalham juntos em grupos e o julgamento do sucesso está baseado no rendimento de cada grupo.

Os aspectos motivacionais relacionados com a avaliação em sala de aula enfatizam que as respostas dos alunos às tarefas e experiências educacionais são uma complexa função de suas habilidades e personalidades, suas experiências educacionais passadas, suas atitudes atuais, estados motivacionais e de autopercepção, juntamente com a natureza das tarefas e experiências presentes. A educação efetiva requer uma função de habilidades e desejo e o interesse intrínseco e a motivação contínua para aprender são resultados educacionais que devem ter ao menos a mesma importância que os resultados cognitivos. O seu sucesso ou fracasso e a percepção de autoeficácia¹ são fatores altamente importantes na determinação de seu comportamento. É feita a ênfase em variáveis motivacionais, mas as cognitivas são também discutidas como a ansiedade na prova, que produz nos alunos efeitos debilitantes da alta ansiedade em se sair bem na prova. Algumas sugestões podem reduzir os efeitos

¹ Capacidade pra desempenhar bem

como: generoso limite de tempo sem pressão; evitar condições de provas estressantes; dar detalhes sobre a natureza, dificuldade e formato do teste; colocar tarefas que permitam a cada aluno um nível de sucesso razoável; reduzir a ênfase na comparação social e dar treino especial aos alunos que sentem muita ansiedade.

A Motivação intrínseca² e motivação contínua são conceitos altamente relacionados com a aprendizagem dos estudantes. Ambos são, também, fortemente relacionados com o interesse no material que está sendo estudado. A motivação contínua é importante porque a aprendizagem não ocorre apenas em sala de aula. Atividades nas quais os estudantes se envolvem por escolha própria, fora da sala podem complementar e fortalecer a aprendizagem da sala de aula.

Fracasso e retenção

No início da década de 1990 discutiu-se muito sobre o fracasso, a reprovação e repetência na escola de Ensino Fundamental. Foi grande a participação das secretarias nos assuntos sobre avaliação do rendimento, projetos e materiais didáticos. A avaliação de qualidade ganhou força no contexto da valorização da educação, para fins competitivos com o mercado de países internacionais.

O panorama nacional e internacional revela a importância atribuída à avaliação dos sistemas educacionais, como controle da qualidade da educação. Foi aí que entraram em cena as avaliações educacionais que fornecem informações sobre o sistema educativo e sobre os alunos individualmente. A questão da qualidade é trazida, no texto da LDB/1996, como sendo “a variedade e quantidade mínima, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem (Art.4, item IX)”.

O Governo Federal caracteriza os sistemas avaliativos em todos os níveis com ênfase no produto e resultados do desempenho dos alunos. Atribui méritos, tornando individuais as instituições e os alunos, com uso de dados de desempenho escalonados, resultando em classificação.

A natureza, papel e impacto da avaliação em sala de aula: Visão Geral

Para Hoffmann (2006), as práticas avaliativas não devem servir como práticas de castigo e destruidora de sonhos, mas garantir confiança e segurança aos alunos.

² Desejo automantido de aprender

Práticas avaliativas autoritárias são minas espalhadas por nossas escolas. Detonam a toda hora e mutilam o desejo de aprender de crianças e jovens. Despertam sentimentos de opressão, de insegurança, de injustiça, de exclusão pelas sentenças de fracasso escolar. Não é esse o sentido da avaliação. Avalia-se para formar aprendizes por toda a vida, para preservar e garantir a dignidade de crianças e jovens, sua segurança, sua liberdade, sua confiança na humanidade. No lugar de minas, que se enterrem esperanças! (HOFFMANN, 2006, p. 37).

Segundo Crooks (1988) esta parte incluir três subáreas: a) Padrões de avaliação em sala de aula; b) O que é avaliado; c) Formas pelas quais as avaliações afetam os alunos. Na primeira, uma parte substancial do tempo do aluno é gasto em atividades que são avaliadas. Os testes formais escritos ocupam em média de 5 a 15% do tempo, sendo o menor na escola primária e o maior na secundária. Na realidade, muito tempo adicional é gasto em outras atividades que são avaliadas formal ou informalmente. Uma grande variedade de atividades de avaliação tem lugar em sala de aula, e variam de série e em diferentes matérias que incluem: - Avaliação através de perguntas feitas pelo professor e discussão com a classe ou em grupo; - Anotação ou comentário sobre desempenhos de vários tipos; - Lista de checagem; - Observação informal das atividades de aprendizagem; - Testes escritos feitos pelo professor; - Exercícios escritos de vários tipos; - Apreciação informal de variáveis afetivas. Os professores valorizam as atividades de avaliação e estão sempre preocupados com imperfeições neste processo. Uma parte substancial dos professores tem pouco ou nenhum treino formal em técnicas de mediação educacional.

Impacto da avaliação no rendimento e nas atividades de aprendizagem do aluno

A ênfase está em como a implementação da avaliação afeta os resultados cognitivos e estratégias de aprendizagem. A abordagem que os estudantes fazem das tarefas de aprendizagem podem ser categorizadas em duas amplas categorias: abordagem profunda e abordagem superficial.

A abordagem superficial, enfatiza a memorização e não relaciona os diferentes fatos ou tópicos. Estudos tem demonstrado que os alunos são versáteis na escolha de suas abordagens. A escolha depende de fatores como: interesse, natureza da motivação, pressões de outras demandas sobre o seu tempo e energia, entre outros. A escolha do enfoque da avaliação parece particularmente potente em seus efeitos:

Considerações finais

As pesquisas indicam que o sistema educacional brasileiro vem passando por inúmeras mudanças, e que dificilmente ocorre a repetência do aluno. São muitos os fatores que corroboram para essa constatação, os quais vão desde questões políticas, violência, até a perda de autoridade das escolas e dos professores, entre outros fatores.

Segundo Piazzzi (2008) outros fatores importantes incluem a “terceirização” da paternidade para a escola, pois, os pais não mais participam como deveriam da educação de seus filhos, que começa primeiramente em casa. Os pais e o sistema precisam cobrar aprendizagem ao invés de notas. Os estudantes não sabem se comportar durante uma aula, não sabem estudar e não gostam de ler livros. “Quem não lê muito lê lentamente e tem uma dificuldade enorme de interpretar textos”.

Uma pesquisa realizada na França detectou um nível maior do QI em crianças nascidas sob os signos de Capricórnio, Aquário e Peixes, por conta do período de inverno, onde os pais passavam mais tempo em casa com os filhos (PIAZZI, 2009). Esse fato mostra a importância que os pais têm no crescimento intelectual de seus filhos.

Hoje o índice de “analfabetismo funcional” é elevado, o estudante lê, mas não interpreta e, portanto, não compreende o que lê. Os professores deveriam ser apenas os instrutores nesse processo e os pais os verdadeiros educadores. Ao invés do sistema tradicional de avaliação, o estudante deveria ser orientado a criar o hábito de “aula dada, aula estudada hoje” (PIAZZI, 2008, 2009). Sendo assim a maneira mais rápida de mudar a aprendizagem do aluno é mudar o sistema de avaliação.

Os professores precisam também buscar e utilizar eficientes maneiras de promover a aprendizagem dos alunos, e não apenas novas formas de ensinar.

Na opinião dos autores desse artigo, é preciso que os professores, os gestores das escolas e os pais comecem a participar mais efetivamente e imediatamente das discussões, submetendo propostas aos órgãos responsáveis, para a reconstrução do sistema educacional brasileiro, para a mudança nas formas de avaliação e na revisão da não repetência, a fim de que as mudanças necessárias realmente ocorram.

Além dos fatos ressaltados nesse artigo, é importantíssimo que os professores sejam incentivados a socializarem seus erros e acertos através de publicações. Essa troca pode detectar de forma mais eficiente a fragilidade do sistema e permitir a construção de caminhos que resultem na melhoria da educação e da avaliação.

Enquanto os envolvidos nesse processo continuarem passivos, permitindo que pessoas alheias aos problemas e entraves da sala de aula continuem a propor mudanças e adequações no ensino à revelia e de forma utópica, o barco da educação continuará afundando, como temos presenciado nos exames do tipo ENEM, PISA, etc., onde o Brasil aparece com um dos piores sistemas educacionais do mundo.

Referências bibliográficas

_____. **Avaliação:** Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 01, p. 195-442, mar. de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13082&Itemid=883>. Acesso em 15. Abr. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) **NA MEDIDA BOLETIM DE ESTUDOS EDUCACIONAIS DO INEP. ANO 3, NÚMERO 7, 2011.** (publicação, eletrônica coordenada pela Dired/Inep). Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/boletim-na-medida>>. Acesso em 12 Abr. 2014

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012. **Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais.** Brasília, 2013.

BRASIL. SINAES. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior:** Da concepção á regulamentação 4.ed. anpl. Brasília: INEP, 2007, 224p.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).** Câmara dos Deputados. 8. ed. Biblioteca Digital, 2013. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br>>. Acesso em 13 Març. 2014

CASTRO, M.H.G. **Sistema de avaliação no Brasil:** avanços e novos desafios. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Sead, v. 23, n. 1, p.5 -18, jan./jun.2009.

Ciclos de progressão continuada: vermelho para as políticas públicas. EccoS Rev. Cient., São Paulo: UNINOVE, n.1 v. 4. p.79-93. Jun/2002.

CROOKS, Terence j. **O impacto das práticas de avaliação nos alunos.** Tradução livre e resumida do texto do autor: The impact of classroom Evaluation Practices on Students. Review of Educational Research, 1988, 58, pp. 438-481. Sem revisão.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da Educação Superior.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. **Exames gerais, Provão e avaliação educativa.** In: Avaliação da Educação Superior. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 135 a 182.

FERRER, A. T. **Avaliação e mudança de sistemas educacionais:** a interação que falta. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO. Rio de Janeiro, 1995. Anais. Brasília: MEC, 1996. p.33-54.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Ciclos, seriação e avaliação:** confrontos de lógicas. São Paulo: Moderna, 2003.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação para promover:** as setas do caminho. São Paulo. Editora: Mediação, 2006.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar:** teoria e prática. 4. Ed. Goiânia: Editora alternativa, 1993.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 14 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM):** o que revelaram os professores do ensino médio acerca dessa avaliação. Contrapontos: Itajaí. volume 7, n. 1, p. 55-69, jan/abr 2007.

SAVIANI, Dermeval. **O Plano de Desenvolvimento da Educação:** análise do projeto do MEC. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 30 Abr. 2014.

_____. **Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação.** Documento. Revista Brasileira de Educação v. 15 n. 44 maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a13.pdf>>. Acesso em 30 Abr. 2014

PIAZZI, Pierluigi. **Ensinando Inteligência:** Manual de instruções do cérebro de seu filho. V. 3. São Paulo: Aleph, 2009

PIAZZI, Pierluigi. **Estimulando Inteligência**: Manual de instruções do cérebro de seu filho. V.2. São Paulo: Aleph, 2008.

ZENCHET, Beatriz Maria Boésio A. **O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)**: uma auto avaliação para quem? Avaliação. Ano 8, Vol.8, n° 3, set. 2003.

O CONHECIMENTO INDÍGENA E SUA PRÁTICA NA FORMAÇÃO DO (A) ADOLESCENTE DA COMUNIDADE MARUWAI, TERRA INDÍGENA SÃO MARCOS

Introdução

O presente trabalho é resultado da pesquisa em andamento que conduzirá a formação da estudante em mestrado do Programa Sociedade e Fronteiras tem a colaboração do orientador que com suas experiências “in loco” e conhecimentos da região irá delinear em conjunto com a pesquisadora a tarefa de fundamentar, inferir sobre os estudos que serão sistematizados sobre o tema: O conhecimento indígena e sua prática na formação do (a) adolescente indígena.

Neste sentido buscará desenvolvê-lo com uma apresentação do contexto histórico dos povos indígenas do Brasil e de Roraima, a contextualização da localização da Terra Indígena de São Marcos, reunindo-se dados do processo histórico e atuais que compõem a formação desse território onde a explicitação se dará com mais ênfase na comunidade de Maruwai e o seu contexto político, social e cultural.

Dando sequência ao estudo se explicitará as atividades da qual o adolescente indígena tem a sua participação, parte essencial para sua formação como integrante de uma comunidade indígena ou de pertence de um povo.

Destacar-se – a relação dos conhecimentos indígenas nessa fase da formação para isso se utilizará da proposta teórica e metodológica do “Calendário sociotureza” ou “calendário cultural” da comunidade para entender com detalhe como uma atividade reúne os princípios para a formação do (a) adolescente Macuxi ou do (a) Wapichana. Também se fara a reflexão e análise sobre os conhecimentos indígenas que serão explicitados a partir do

”calendário sociotureza” ou “calendário cultural”. Quais suas relações com a formação desses adolescentes indígenas e em que isso implica na sua transformação do ser homem adulto e mulher adulta.

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: edite_andrade@yahoo.com.br

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: Maxim.repetto@yahoo.com.br

E como contribuição para gerações futuras esses conhecimentos indígenas que serão explicitados através desses calendários terão como pano de fundo as falas e depoimentos de anciões e lideranças da Terra Indígena de São Marcos.

Contexto histórico dos povos indígenas do Brasil e Roraima

As décadas de 1970 e 1980 representam para os povos indígenas do Brasil um significado quanto as suas existências como uma diversidade de povos com suas diferenças culturais, antes de 1970 a presença indígena era vista com uma passagem transitória onde todos iriam passar por um processo de integração a comunhão nacional e da assimilação da cultura europeia, para isso coube ao Estado possibilitar que esse processo consolidasse, mas foi na década de 80 que os povos indígenas do Brasil se aliaram com o movimento da sociedade organizada e passaram a reivindicar seus espaços políticos, culturais e educacionais.

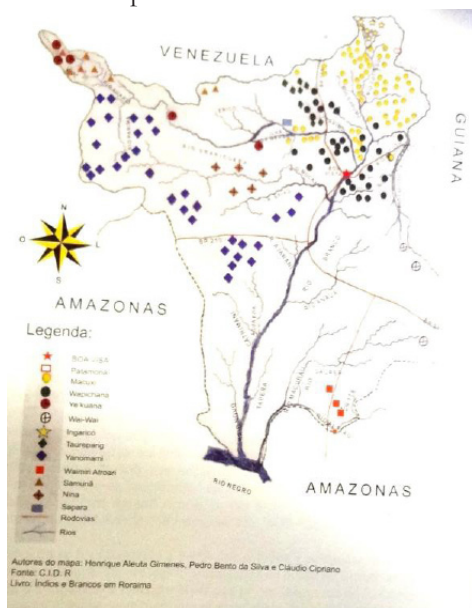
Esses povos indígenas almejavam uma educação que contextualizasse suas realidades, suas filosofias de vida, que contemplasse em seu bojo os princípios da Educação Indígena, as especificidades culturais de cada povo e com referência a seus conhecimentos próprios a ideia concretizou-se através do artigo 210 da Constituição Federal em 1988.

As passagens históricas em relação ao modelo de educação imposta aos povos indígenas concomitante com a ocupação territorial e a busca pela expansão do poder econômico dos colonizadores, onde os povos indígenas foram submetidos a negar suas sabedorias, também desapareceram muitos povos desse Continente Americano e não foram registradas suas histórias, até por que o uso da oralidade era fortemente utilizado como o meio de comunicação desses povos ancestrais.

A continuidade da existência de Povos indígenas no Brasil e especificamente em Roraima após os 500 anos de colonização de seus territórios pelos europeus, nos remete a uma reflexão sobre a cultura indígena, seus princípios educacionais, seus conhecimentos transmitidos por várias décadas por meio da oralidade e utilização de suas línguas maternas esses elementos resistiram às mudanças ocorridas ao que se chama de país da modernidade ou de mundo globalizado.

Desta maneira ao extremo norte da região brasileira, Roraima é um dos Estados que na constituição de seus habitantes há uma diversidade de povos indígenas como: Macuxi, Wapichana, Yanomami, Ingaricó, Taurepang, Yekuana, Waiwai, Saporá, Patamona e Waimiri Atroari, conforme dados do Instituto Brasileiro de Pesquisa Geográfica e Estatística - IBGE (2010) há 46.637 pessoas que se declaram indígenas e

habitam em todos os municípios que compõem o Estado, alguns desses municípios com mais ênfase na sua composição populacional como é observado nos dados dos municípios de Pacaraima, Uiramutã e Normandia. Para a visualização da localização desses povos apresenta-se o mapa:



Com os dados do censo escolar da Secretária de Estado da Educação e Desportos - SEED-RR apresentado em 2013, da qual as escolas indígenas atendem no total de 13.914 alunos que buscam suas formações através da escola faz com que busquemos entender o outro aspecto que é muito latente nas discussões de lideranças a valorização da sabedoria indígena. Nessa perspectiva esse estudo objetiva analisar a relação do conhecimento indígena na formação do (a) adolescente Macuxi e Wapichana no contexto atual da comunidade e como esses conhecimentos são articulados nas atividades diárias e nas atividades específicas para a formação desses adolescentes.

O Contexto histórico da Terra Indígena São Marcos e da Comunidade Indígena Maruwai

A Terra Indígena denominada de São Marcos está localizada ao extremo norte do Estado de Roraima, fazendo limites ao norte com a Venezuela pelos marcos da fronteira; a leste, com a terra indígena Raposa Serra do Sol (Município de Normandia e Uiramutã), cercados pelos rios Miang, Surumú e Tacutu; a oeste com o rio Parimé que separa das T.I Anaro, Ouro e Ponta da Serra, no município de Amajari e ao sul-sudoeste com o Rio Uraricoera. Possui uma área total de 654.110 há, ocupa uma grande parte, ao norte, o Município de Pacaraima e em menor parte, ao sul, o município de Boa Vista. A Terra Indígena esta organizada em três sub-regiões: Alto São Marcos, Médio São Marcos e Baixo São Marcos. O estudo se dará na Comunidade Indígena localizada especificamente no médio São Marco, essa comunidade tem em sua composição populacional os povos Macuxi e Wapichana. Como apresentado no mapa abaixo:



Os povos Macuxi e Wapichana da comunidade Maruwai pertencem aos troncos linguísticos Karib e Aruak, esses tiveram em suas trajetórias históricas assim como outros povos indígenas muitas experiências relacionadas aos processos de assimilação de outras culturas, a negação de suas línguas maternas, isto é, eram proibidos de falar em suas línguas maternas. Esses elementos são resquícios de uma política adotada pelo Estado brasileiro que ao longo da colonização instituiu suas normas

através das escolas para a educação dos indígenas. Segundo Meliá (1979, p. 49), “as escolas são, assim, ambientes onde o aluno-índio permanece durante certo período do dia, cumprindo tarefas quase sempre totalmente desconectadas de seus interesses e de sua vida”.

O processo de educação nos modelos da educação missionária catequética e da educação nacional perdurou por décadas e influenciou as mudanças que ocorreram culturalmente a esses povos indígenas do Brasil. Como relata Meliá, (1979,p.44) A história da Educação imposta ao índio está intimamente ligada com a história da igreja no Brasil.

A configuração dessa inserção fica claro o que se pretendia com esses povos. Farage descreve sobre as imposições tomadas pelo Estado português que historicamente perduraram por muitas décadas (1991, p. 43), “o bom sucesso de sua empresa colonizadora tinha na assimilação um requisito básico: a população indígena haveria que se diluir em meio á sociedade colonial, [...]. A colônia ideal seria, acima de tudo, a réplica fiel do reino: um imenso Portugal”.

Esse modelo de educação trouxe inquietações e conflitos na sociedade da época. Mediante ao que os povos indígenas foram submetidos, isto é, o de negar suas sabedorias e conhecimentos, suas línguas maternas também foram fadados ao desaparecimento físico na tomada de seus territórios e da expansão do poder econômico europeu às lideranças indígenas de todas as regiões brasileiras não mais suportaram e se aliaram aos movimentos chamados sociedade civil organizado e em conjunto criticaram os modelos de educação empregada pelo Estado através da igreja e da organização que foram submetidos através de aldeamento.

A educação indígena e os conhecimentos

Neste contexto da discussão sobre educação faz-se necessário o entendimento do processo histórico em que a sociedade permeou até para entender as mudanças ocorridas no seu interior, somando-se as suas intencionalidades e evidências sobre os fatos que educação fundamenta no ser humano.

A educação é um processo inerente á vida dos seres humanos, intrínseco á condição da espécie, uma vez que a reprodução dos seus integrantes não envolve apenas uma memória genética, mas, com igual intensidade, pressupõe uma memória cultural, em decorrência do que cada novo membro do grupo precisa recuperá-la, inserindo-se no fluxo de sua cultura (SEVERINO, 2007, p.269)

Nesse sentido a educação está presente de maneira significativa na formação do homem, pois, é um dos elementos que contribui para sua socialização. Segundo Correia (2008, p.121), “é uma prática social que não só simboliza como torna concreta uma dimensão eminentemente humana, dado seu caráter histórico, o qual sintetiza o próprio dever do existir do homem, tanto sua forma sistemática como assistemática”.

A compreensão dessa categoria educação permeia intrinsecamente em toda sociedade, e nos remete a caracterizá-lo como o diferenciador da espécie humana. “Por ser uma prática humana-social, encontra-se intrinsecamente disseminada na sociedade e por isso, é imprescindível enquanto elemento de múltiplos *modus vivendi* de diferentes povos”. (CORREIA, 2008, p.121). Na visão de Severino (2007, p.269) situando-a numa visão antropológica a configura como prática humana, mediada e mediadora do agir histórico dos homens.

Sendo assim o homem interroga sua própria existência, isto implica naquilo que é, e coloca em questão seus atos, seus valores, suas preferências e sua maneira de ser.

A educação é atualmente um lugar onde toda a nossa sociedade se interroga a respeito dela mesma, se debate e se busca; educar é reproduzir ou transformar, repetir servilmente aquilo que foi optar pela segurança do conformismo, pela fidelidade á tradição ou, ao contrário, fazer frente à ordem estabelecida e correr o risco da aventura; querer que o passado configure todo o futuro ou partir dele para construir outra coisa (GADOTTI, 2001, p.18).

As ponderações dos líderes indígenas sobre o que seria a Educação na comunidade indígena é reforçado no debate provocado pelo Ministério da Educação, conhecido como o “DIA D” isso ocorreu nos anos de 1985 em todo território nacional. Nesse movimento os povos indígenas de Roraima através de seus líderes participaram ativamente, “Sem dúvida, o dia D, representou para as comunidades de Roraima o marco decisivo na procura de escolas verdadeiramente indígenas idealizadas, implantadas e dirigidas por eles” (PERUSSOLO e NOGUEIRA, 1996).

Para entender o contexto atual em que se situa as comunidades indígenas se falará um pouco da escola que foi inserida nas comunidades e trouxe consigo o “mundo letrado” essa nova abordagem do conhecimento aos olhos indígenas passou a ter uma significância quando utilizado em benefícios coletivos verifica-se quando se utiliza desse instrumento para registros das memórias históricas das suas lutas, pela reconquista de seus espaços territoriais através de documentos escritos como descreve REPETTO, (2008).

Embora a educação escolar nas comunidade indígenas foi imposta como mais um instrumento de controle do sistema nacional sobre os povos indígenas, no controle mais amplo da “integração nacional”, ela foi se transformando ao longo do tempo em necessidade e reivindicação, por meio da qual, se busca a partir das perspectiva indígena, moldar ferramentas de sobrevivência e de luta.

Nessa dimensão a aprendizagem e a utilização da escrita faz da escola situada na comunidade indígena algo necessário para entender o mundo da comunicação através da escrita e seus valores, isso não quer dizer que esse tipo de conhecimento é o único, como afirma D’ANGELIS (2012, p. 21).

O fato é que os povos Indígenas no Brasil não empregavam um sistema de escrita, mas garantiram a conservação e continuidade dos conhecimentos acumulados, das histórias passadas e, também, das narrativas que sua tradição criou, através da transmissão oral. Todas as tecnologias indígenas se transmitiram e se desenvolveram assim. [...] Isso prova que a transmissão oral não é tão frágil como muitas vezes as pessoas pesam.

A busca do conhecimento escolar também é verificada através do censo escolar da Secretária de Estado da Educação e Desportos - SEED-RR apresentado em 2013, da qual as escolas indígenas atendem no total de 13.914 alunos, se observa à procura por formação no contexto da escola é bastante notório à quantidade de indígenas inseridos nesse novo contexto social. No entanto as cobranças pelas lideranças indígenas de uma formação para vida é pertinente em suas falas nas reuniões comunitárias e nas Assembleias de lideranças.

Mas, o que seria essa formação para vida? O que isso se relaciona com a Educação Indígena, Saberes indígenas ou com o que estamos tratando nesse estudo o conhecimento indígena? Nesse sentido, infere Pereira (2003), “as populações indígenas possuem seus próprios processos de aprendizagem, suas concepções de mundo”. No sentido de valorizar a sabedoria indígena, Oliveira (2010, p.228) compartilha da ideia de registrar os conhecimentos indígenas, pois, participou junto ao povo Tukano das primeiras experiências de registro do conhecimento dos benzedores na língua Tukano em Alto Tiquié. – Amazonas na qual esse tipo de conhecimento passa a compor a construção histórica e atual desse povo.

Paralelamente a esses entendimentos sobre o que é educação, os indígenas continuaram fomentando a ideia de ter uma escola que correspondesse com seus desejos e suas culturas, houve então encontros, reuniões e em umas das assembleias realizadas em 1981, no Alto Purus – Amazonas, os povos indígenas com intuito de organizarem-se politicamente e reivindicarem a escola desejada deixaram claro que

tipo de educação (escola) gostariam. Segundo Dias da Silva (1999, p.39), não querem uma escola “como funciona para brancos, mas sim uma escola que faça com que o índio queira continuar ser índio e não ficar desejando abandonar a sua aldeia; essa escola deve ter professores indígenas e ficar dentro das malocas”.

Nessa perspectiva de diversidade cultural, nasce o entendimento do que a categoria que a educação propõe a seus sujeitos. Segundo Gadotti (2001, p. 21), “na medida em que hoje em dia, a nossa sociedade está em crise, se interroga e hesita, a educação torna-se, por vez, um lugar posto em questão, um lugar de tensão e debate”. Pois, pensar em um ambiente que favoreça o desenvolvimento e aprendizagem do ser humano é por em evidencia dois processos que se relacionam na Educação indígena. Esse entrelaçamento inicia desde o nascimento e se apoia na interação entre o organismo e meio é nesse espaço que ocorre a aquisição do conhecimento.

Para os povos indígenas a educação é visto como um processo construído durante toda sua vida, nessa perspectiva a educação pensada no modelo indígena é aquela inserida e desenvolvida através das atividades sociais e onde ocorre a apreensão dos conhecimentos que servirão para suas vidas.

Em seus estudos e experiências com os povos Guarani Ribeiro diz (2000, p.66), “é impossível deixar de ver a perfeição formal de uma panela, de uma peneira, de uma casa ou de um colar. Um corpo pintado com urucum para uma tarde de festa é uma obra de arte feita com zelo com que um pintor pinta uma tela”.

Nesse sentido a inquietação dos povos indígenas em relação a compreensão do que seria educação e seu papel social e de articulação dos conhecimentos traz reflexões que são pertinentes a estudo e discussões, tentado clarear utilizarei o conceito de Mardes sobre Educação Indígena:

Tem tudo a ver com a cultura de cada povo indígena e se dá durante toda vida da criança no acompanhamento de seus pais. Cada povo tem em seu contexto cultural uma forma particular de ensinar a seus filhos aquilo que sua cultura considera importante dentro de um ciclo que se inicia ao nascer e só se encerra com a morte (MARDES, 20012, p.5).

Mediante a concepção que se tem dos conhecimentos indígenas pela academia, ou seja, pela cientificidade do mundo ocidental se constata a importância desses debates nas discussões a nível nacional e internacional. Porém há algumas críticas por vários estudiosos ao que a comunidade científica quer fazer com os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, essa reflexão é feita por uma indígena em uma das palestras proferidas sobre esse tema,

Temos que abandonar o enfoque que divide e coloca os conhecimentos tradicionais em caixinhas ao proteger o conhecimento dos pajés por meio de patentes, os desenhos corporais dos povos indígenas como desenho industrial, o nome do povo indígena sob a forma de marcas, os rituais sob a forma de um registro nos livros das celebrações e nossas terras e águas tradicionais sob a forma de patrimônio natural da humanidade. Para os povos indígenas isso representa um mundo segmentado, um mundo quadrado, não condiz com a ciência indígena. A sabedoria indígena é algo inerente aos povos indígenas nossos conhecimentos são muito mais amplos, incluem muito mais valores que nem cabe num pedaço de papel (KAIGANG, 2006, p.56).

Ainda nessa trilha de discussões dos conhecimentos formais e indígenas é importante lembrar a trajetória que se foi construindo o processo de formação do homem, enquanto ser pensante, cidadão, sujeito de sua história. É nessa perspectiva da concepção do mundo acadêmico que se projeta entender que homens foram formados e que homem está se formando? Homem enquanto seres humanos sujeitos a mudanças e reconstrução de suas histórias

]Nesse contexto de discussão da Educação escolar e da educação indígena reconstroem-se em uma nova dinâmica que contemple suas participações, nessa nova abordagem da Educação Intercultural o sujeito indígena busca a fundamentação no diálogo, na reflexão dos conflitos sociais e culturais existentes em seus territórios e, sobretudo nos territórios de seus conhecimentos.

Essas mudanças vão pondo em movimento os diferentes conjuntos de saberes relevantes, selecionados para o desenvolvimento curricular, advindos de diferentes escalas de auto-representação da identidade e da diferença. Ao se modificarem, vão modificando o movimento de descrição e exclusão, em fronteiras de identificação que estão representados nos chamados conteúdos universais, nacionais e étnicos (MONTE, 2001, p. 67-68).

Para o líder indígena Manoel Silva dos Santos da comunidade Maruwai “os conhecimentos sobre a natureza são essenciais para a vida humana, sabemos que os nossos filhos precisam aprender para continuar com a nossa cultura, nossos conhecimentos sobre os rios, as serras, os lavrados, os igarapés da nossa região. Nesse mundo de agora, nem todos vão ser (empregados) funcionários do governo, o jovem, tem que aprender como caçar, pescar, fazer sua roça, construir sua casa e aprender as tranças de seu povo”.

Outras vozes ecoam nas reuniões comunitárias “a escola não esta valorizando os saberes indígenas esta se perdendo muitos conhecimentos, não prepara nossos filhos para atuar na sua própria realidade, estes não estão aprendendo a utilizar os

recursos da natureza, querem só usufruir de produtos já prontos, os industrializados” esses apontamentos manifestos nos motiva no contexto atual, a estudar e tentar responder, através das pesquisas esses fenômenos para compreender a construção desses saberes.

Esse tema é inesgotável, “o mundo dos saberes indígenas é infinito”, daí a importância em dar voz e explicitar os conhecimentos dos moradores da comunidade indígena Maruwai. Também buscará preencher algumas lacunas ainda existentes nas concepções da sociedade contemporânea em relação à importância desses conhecimentos nos contextos culturais e sociais da sociedade e da comunidade indígena em estudo.

Conclusão

Considera-se que os princípios da Educação indígena contextualizada aos dias atuais permite a reflexão a cerca dos saberes e conhecimentos indígenas que perduram no interior de seus convívios diários e em suas atividades específicas quanto as suas origens, isto é, ainda é dada a continuação desses conhecimentos por meios de orientações orais e da praticidade do aprender fazendo. A Interculturalidade desses conhecimentos se entrelaça nos espaços geográficos onde habitam no mesmo território o Macuxi e o Wapichana e esses conhecimentos são utilizados para domínio e o usufruto dos recursos disponíveis pela natureza.

Referências bibliográficas

CABALZAR, Aloisio (organização). **Manejo do mundo**: conhecimentos e práticas dos povos indígenas do Rio Negro, noroeste amazônico /; colaboração Beto Ricardo, Lucia Alberta. – São Paulo: ISA Instrumento Sócio Ambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN Federação das organizações indígenas do rio negro, 2010, (Conhecimentos Indígenas, pesquisas culturais; 1)

CORRÊA, Rosa Lydiá Teixeira. **Cultura e Diversidade - Curitiba**: IBPEX, 2008. 185.p.

DIAS DA SILVA, Rosa H.A. **Autonomia como valor e articulação de possibilidades**. Um estudo do movimento dos professores indígenas do Amazonas, Roraima, Acre, a partir dos seus encontros anuais: ABYA YALA. Quito – Equador, 1998.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder**: introdução á pedagogia do conflito. São Paulo; Cortez, 2003. , 2006.

KAIGANG, Fernanda. **Conhecimentos Tradicionais e Circulação de Informação: As encruzilhadas das modernidades: Debates sobre biodiversidade, tecnociência e cultura/** organizadores Fernando Mathias, Henry de Novion – São Paulo: Instituto Socio-ambiental, 2006. – (Série documento do ISA; 9).

MADERS, Sandra e BARCELOS, Valdo. **Educação Escolar Indígena e Inclusão: por uma pedagogia do cuidado e da escuta.** IX ANPED SUL, seminário de pesquisa em educação da região Sul, 2012.

MONTE, N. L. (org.). 1990. **Análise de uma experiência de autoria dos índios do Até.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/MEC.

PEREIRA, Zineide Sarmento. **O movimento indigenista em Roraima: A continuação de um sujeito político (1970-2000)** Z.S.P. Rio de Janeiro; UFRJ, IFCS, 2003.

REPETTO, Maxim. **Roteiro de uma etnografia colaborativa: as organizações indígenas e a construção de uma educação diferenciada em Roraima, Brasil.** Tese Doutorado em Antropologia Social. Universidade de Brasília. Brasília, 2002..

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro.** Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2000. MELIÁ, Bartolomeu. Educação indígena e alfabetização. São Paulo: Loyola, 1979. MOREIRA, Antônio Flávio e CANDAU, Vera Maria. Currículo, conhecimento e cultura. In, Indagações sobre Currículo. BEAUCHAMP, J., PAGEL, S. D, NASCIMENTO, A. R. do. (orgs). MEC, Brasília, 2008,17-48.

PERUSSOLO e NOGUEIRA, **Educação Indígena em Roraima: O magistério indígena: Educação Indígena na Amazônia: experiências e perspectivas.** ASSIS (org.). – Belém: Associação das Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará. 1996, p.94. RAMOS, Léia da Silva. Processo Social de Formação da Mulher Indígena e a Construção de Propostas Curriculares para a Escola na Comunidade Indígena Araçá da Serra / T. I. Raposa Serra Do Sol. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas, 2013.

POLÍTICA DE INCLUSÃO NA UFRR: RELATOS DE EXPERIÊNCIA COM INDÍGENAS E AFRODESCENDENTES

Introdução

O presente artigo relata a experiência de duas alunas no Curso de Extensão Aperfeiçoamento para Ingresso de Indígenas e Afrodescendentes na Pós-Graduação, o objetivo desse estudo é, por meio do relato de experiência, dar visibilidade à política de inclusão da Universidade Federal de Roraima -UFRR, através do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena em parceria Fundação Ford, no que tange o Projeto de Equidade na Pós-Graduação. Pretende-se ainda com essa discussão fomentar um debate interdisciplinar sobre resultados alcançados com o desenvolvimento deste projeto. Para tanto, e como modo de contextualização da temática, discutiu-se, sucintamente, o conceito de políticas de inclusão no que diz respeito ao ingresso de negros e índios nas universidades, em especial nos cursos de pós-graduação, tanto *latu sensu*, quanto *stricto sensu* tendo como base as discussões apresentadas por, Repetto, Bethonico, Santos, dentre outros.

A proposta é discutir elementos relacionados à nossa participação nesse projeto e apresentar à sociedade, em especial acadêmica, um pouco dessa trajetória, no que diz respeito a nossa percepção, expectativa, dificuldades e desafios como cursistas que anseiam ingressar na pós-graduação. Esse relato de certa maneira corrobora para evidenciar reflexos da trajetória da Universidade Federal de Roraima – UFRR no desenvolvimento de políticas de inclusão e ações afirmativas para atender a demanda de sua comunidade, especialmente indígenas e afro descendentes no contexto ao qual estamos inseridos.

A metodologia utilizada para abordagem do tema transita por análise documental, estudo bibliográfico, em especial artigos publicados sobre o assuntos, complementado por um relato de experiência no projeto, em sua última edição no ano de

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: vaneteventura@gmail.com

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: perpetuaramires@yahoo.com.br

2013, utilizou-se, ainda, a aplicação de Instrumentos de Coletas de Dados - ICD's, com perguntas semi estruturadas para obtenção de dados referente aos resultados alcançados com o desenvolvimento das três edições do curso.

Sem dúvidas, a experiência de participar de um projeto desta natureza constitui-se algo extremamente relevante para os envolvidos, uma vez que proporciona, dentre outras aspectos, conhecimentos específicos sobre elaboração de textos científicos, bem como sobre elaboração de projetos de pesquisa, instrumento que viabiliza o acesso dos estudantes nos cursos de pós-graduação.

Breve conceito, historicidade e as políticas de ações afirmativas na UFRR

Como o próprio nome sugere, discute-se, de forma sucinta, visto que não é o foco principal deste artigo, conceito de políticas de ações afirmativas no contexto da UFRR, com recorte referente ao Projeto de Equidade na Pós Graduação, na perspectiva de contextualizar nossa experiência como alunas desse projeto. Ressalta-se que na visão da Universidade Federal de Roraima o desenvolvimento desta ação não é vista, necessariamente, como ação afirmativa, tampouco se fala em política de cotas, pois se concebe como uma ação que faz parte da práxis institucional no rol de competências do Instituto Insikiran. Quanto a cotas a UFRR utiliza outro mecanismo, com o mesmo alcance social, denominado, Processo Seletivo Específico para Indígena - PSEI, conforme Souza (2008 p.110). Entretanto, em nosso entendimento não deixam de ser políticas de ações afirmativas, como veremos no transcorrer desta discussão.

O termo ação afirmativa surgiu nos Estados Unidos da America, na década de 1960, como uma ação de enfrentamento a uma onda exacerbada de racismo vivenciada naquela sociedade. Elas se inserem no contexto das políticas publicas e privadas com intuito de promover a vivencia da cidadania por sujeitos que historicamente vivem a margem da proteção do Estado pela visão preconceituosa herdada ainda do período colonial. Para esclarecer o conceito de ações afirmativas trouxemos a baila o pensamento do ex-juiz do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa Gomes, o qual afirma, que,

Atualmente, as ações afirmativas, podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o

emprego. (...) ações afirmativas têm natureza multifacetária, e visam a evitar que a discriminação se verifique nas formas usualmente conhecidas – isto é, formalmente, por meio de normas de aplicação geral ou específica, ou através de mecanismos informais, difusos, estruturais, enraizados nas práticas culturais e no imaginário coletivo. Em síntese, trata-se de políticas e mecanismos de inclusões concebidas por entidades públicas, privadas (...) com vistas à concretização de um objetivo constitucional universalmente reconhecido – o da efetiva igualdade de oportunidades a que todos os seres humanos têm direito (GOMES, 2001 p.40-21).

Ainda sobre esse assunto, a jurista Carmen Lúcia Antunes Rocha, discute o conceito de ações afirmativas como mecanismos proporcionadores da superação do não exercício da cidadania, ou seja, do “cidadão” que não usufrui efetivamente de seus direitos políticos e sociais como assegura a Constituição Federal de 1988. Em nossa visão isso ocorre por não existir vontade política suficiente para garantir aos negros e índios as mesmas oportunidades dos demais seguimentos sociais que ainda vivenciam situações de desigualdades. Ela defende ainda que a “cidadania não combina com desigualdades”, nesse sentido a ação afirmativa e então, uma “forma jurídica para se superar o isolamento ou a diminuição social a que se acham sujeitas as minorias”.

O não exercício da cidadania, conforme preceitos constitucionais, implica na falta de oportunidades da participação na sociedade, é isto, está diretamente relacionado ao segregamento por fatores étnicos, raciais, de gênero, porém faz-se necessário rever esse pensamento para que seja entendido que “para participação da sociedade, não precisamos ser todos “iguais”, pois a diferença é um valor positivo. (RAPETTO, 2008, p.35)

As transformações que hoje vivenciamos se percebe como grandes avanços no que tange a participação social, política, econômica, porém ainda é evidente a discrepância que existe na concretização desses direitos, principalmente no que diz respeito aos povos indígenas, pois ainda observa-se situações de total desprezo a essa população, particularmente em Roraima no que diz respeito ao âmbito educacional, visto que seus direitos são sufocados, pois a qualidade da educação absorvida não atende a necessidade básica de aprendizagem prevista no currículo, portanto seus direitos têm sido amputados ao longo do tempo. Essa visão é confirmada por Repetto, quando enfatiza que,

A educação indígena enfrenta grandes dificuldades em razão do descaso do sistema escolar brasileiro. Em Roraima, é evidente a fragilidade do discurso do Estado frente a uma realidade local, marcada pelo preconceito e a desconsideração para com estudantes e comunidades indígenas (REPETTO, 2007.p.2).

Observa-se, face ao exposto, uma realidade perversa que é posta e alimentada pelo descaso do Estado para com esses indivíduos, privando-os de exercerem sua cidadania como sujeitos de direito.

Diante desta realidade as principais entidades indígenas demandaram esforços com vistas a criação do Instituto Insikiran, com intuito de instaurar um ambiente para tratar das questões indígenas em especial sua formação na educação superior. Conforme afirma Bethonico:

(...) Endente-se como necessário que os indígenas busquem formação, não apenas de graduação, mas também de mestrado e doutorado, como forma de conhecer a cultura e a ciência criada na era moderna pelos não índios, considerada como produtora de impactos ambientais e culturais, (...) (BETHÔNICO, ANO 2012 . p.9).

Os indígenas, como os demais segmentos, não devem se limitar a um diploma de graduação, mas ir além das fronteiras do universo acadêmico, isto é , galgar o topo do mundo das ciências, com perspectivas de superaração das suas deficiências acadêmicas e o preconceitos instalados. Diante da necessidade existente e na eferescências dessas discussões promovidas pelas entidades indígenas, nasce em 2001 o Instituto Insikiran, como Núcleo de formação para professores indígenas.

A partir dessa ação a UFRR dá os primeiros passos na busca de incluir em seus cursos de graduação essa população que, desde a colonização do Brasil, quando foram conquistados recebem o rotulo de “seres inferiores” e até os dias atuais continuam sendo estigmatizados e cerceados de cursar a educação em nível superior, e principalmente na pós –graduação. Conforme afirma Santos,

Nesse contexto de diferenciações os indígenas são vistos como sujeitos étnica e socialmente inferiores, vítimas vulneráveis da violência, e da não aceitação para a vida em uma sociedade não-indígena. A discriminação está quotidianamente presente nas relações sociais, embora seja disfarçada por mecanismos sutis de evitação, mas que interferem no acesso do índio às oportunidades de maneira igualitária em relação a outros grupos étnicos estabelecidos. (SANTOS, 2008, p.81).

Percebe-se pelo discurso de Santos, que os não – indígenas tem suas oportunidades ampliadas conseguintemente mais chances de acesso a uma educação de qualidade e a outros bens culturais.

A política de inclusão na ufr: relato de uma experiência

O ser humano é formado pelo conjunto de suas memórias, pelas vivências e experiências que experimenta ao longo da vida sejam elas boas ou ruins. Nesse tópico trataremos da nossa trajetória como alunas no Curso de Equidade oferecido pelo Instituto Insikiran em parceria com a Fundação Ford.

Discorreremos sobre o formato do curso, metodologia, módulos, carga horária, dentre outros aspectos importantes. Traremos à tona nossa memória sobre anseios, expectativas, dificuldades e desafios no transcorrer dos estudos.

Tendo estudado toda educação básica em escola pública, cumprido com todos os requisitos da grade escolar do curso básico, ter passado por todos os níveis de ensino, ainda assim sentimos o que a maioria dos estudantes que advém de escola pública sentem ao deparar com uma realidade da concorrência no que diz respeito ao acesso a uma universidade pública.

A concretização de um sonho pode virar pesadelo ao perceber que nossa preparação está aquém do esperando para adentrar ao mundo acadêmico, particularmente na pós-graduação. Foi nesse universo de dúvidas e incertezas, de desânimo sobre nossas reais condições de ingressar na pós-graduação que surge o curso como oportunidade ímpar e uma possibilidade concreta de nos ajudar a superar algumas dificuldades no que diz respeito ao conhecimento científico, mas especificamente no que tange a metodologia científica, pois a prática revela que a construção de um projeto de pesquisa consistente tem sido um das principais dificuldades para quem aspira uma vaga na pós-graduação, ou seja, torna-se um grande desafio a ser superado pelos acadêmicos, o que não é diferente conosco.

Outra dificuldade que enfrentamos, também por falta de uma base sólida de conhecimento na Educação Básica, diz respeito à produção escrita, de conceitos, visto que a escrita é pouco explorada nas redes públicas de ensino. Neste sentido há uma lacuna muito grande, é uma deficiência que acompanha o aluno até o ensino superior e não é feito quase nada para sanar esse problema.

Sendo assim continua se constituindo uma barreira para ingresso na pós-graduação uma vez que uma das etapas eliminatórias é a prova escrita, que exige do candidato uma excelente desenvoltura de produção, quanto á argumentar, contrapor ideias, dentro de uma linguagem científica e conforme as normas da língua culta. Esse é um desafio que a Universidade precisa enfrentar seja com a continuidade desse Projeto de Equidade ou outros projetos de ações afirmativas.

Somando-se a isso tem ainda o fato de que muitas vezes por falta de oportunidade o candidato é obrigado a buscar vaga em outra área de conhecimento que não necessariamente sua área de formação inicial o que torna o processo ainda mais difícil, visto que precisa construir conceitos numa área alheia a sua graduação.

Neste contexto nossa expectativa ao ingressar no curso de Equidade na Pós-Graduação foi de minimizar essa dificuldade, uma vez que o curso contemplou a oferta do Módulo Português Instrumental que incide na criação de mecanismos que viabilizem o sucesso dos acadêmicos egressos, em especial, da Licenciatura Intercultural nas etapas de pré-seleção, pois consiste fundamentalmente na leitura de textos acadêmicos fixados pelos editais e na própria seleção, que geralmente exige a aplicação de uma prova de conhecimentos específicos como evidencia o Módulo III, Português Instrumental, p.1

Ressalta-se que em nosso caso não se trata de alunas egressas da Licenciatura intercultural, pois na última versão desse curso o edital foi aberto na perspectiva de atender a população afrodescendente. Essa edição do curso foi desenvolvida com um total de 21 alunos, durante o primeiro semestre de 2014.

O acesso ao curso deu-se mediante cumprimento dos pré-requisitos expostos em edital, que exigiu dentre outras coisas, o preenchimento de um formulário sócio econômico e a realização de uma seleção pela própria coordenação do curso. A estruturação contemplou seis módulos, conforme mostra a figura 1:

Figura 1 - Cronograma do curso edição 2014

Disciplina	Período de Realização
Disciplina: Metodologia Científica e elaboração de projetos de pesquisa	17 a 21 de fevereiro de 2014
Disciplina: Português instrumental	10 a 14 de março de 2014
Disciplina: Idioma estrangeiro: inglês instrumental para leitura e interpretação	7 a 11 de abril de 2014
Disciplina: Português instrumental II	23 a 25 de abril de 2014
Disciplina: Seminários especializados	12 a 16 de maio de 2014
Disciplina: Tutoria/Seminário de estudo e produção textual	9 a 13 de junho de 2014

Os módulos foram desenvolvidos mediante a metodologia de aulas expositivas, sendo ainda utilizado forma alternativa visando contemplar as necessidades do grupo e a preparação para as provas, como a realização de seminários, tutorias individuais e coletivas, além de momentos de rodada de conversa para exposição dos pré-projetos dos demais colegas.

Foi oportunizado, por meio dos seminários, o contato direto dos alunos com os coordenadores dos programas de pós-graduação existentes nas universidades federal e estadual. Essa interação foi de extremo valor, pois oportunizou conhecer com mais precisão as linhas de pesquisa de cada curso, assim como a oportunidade de apreciar os projetos de pesquisas exitosos.

Outra situação de aprendizagem que contribuiu sobremaneira foi a análise acurada dos editais referentes a cada programa de pós-graduação. A leitura e a análise minuciosa desses editais se constituiu como um momento importante, uma vez que nos oportunizou conhecer as linhas de pesquisa e as referências bibliográficas de cada curso, dentre outros aspectos também relevantes.

Destaca-se, ainda, nesse processo de estudo, a construção do pré-projeto de pesquisa, pois foram momentos singulares, de muito aprendizado, de superação de dificuldades e de partilhamento de experiências durante todo o desenvolvimento do Módulo Metodologia Científica, essencial para ampliar o nosso arcabouço teórico, pois deu todo embasamento metodológico para a elaboração do pré-projeto. Importante destacar a relevância dos demais módulos nesse processo, pois todos foram pensados na perspectiva de preparar o aluno para as competitivas provas que levam ao ingresso na pós-graduação.

Alem da relevância do Modulo de Português Instrumental, que nos instrumentaliza para a construção do projeto e realização da prova de conhecimento, ressalta-se também o Módulo Inglês Instrumental que buscou:

- Praticar estratégias de leitura relacionadas aos diferentes níveis de compreensão;
- Revisar e introduzir conhecimentos linguísticos que venham a facilitar a compreensão de textos;
- Desenvolver habilidades de estudo, tais como: compreender parágrafos e trechos breves através da extração das ideias centrais, traduzir pequenos trechos. (Proposta Plano de Ação, p.1)

O último módulo refere-se aos momentos de tutoria, quando a turma é dividida entre os professores que ministraram as aulas ou que participam do projeto e, sempre, são professores dos programas de pós-graduação. Essa ação foi essencial na formação, uma vez que foram momentos ímpares de aproximação com um possível professor orientador; um momento de delinear cada objeto de estudo, de aprofundar conhecimento sobre o universo da pesquisa e produção científica, bem como de receber indicação de referências bibliográficas para embasar a construção da parte teórica dos pré-projetos de cada cursista.

Acreditamos que a produção do conhecimento pressupõe, além da interação professor/aluno/objeto de conhecimento, interação aluno/aluno e neste sentido torna-se pertinente abordar, mesmo que de maneira sucinta, as características da turma que participou desta última edição do curso, pois constituiu-se oportunidade única de fazermos novos amigos e estreitar relações, bem como valiosa oportunidade de conhecermos as experiências oriundas das diferentes realidades.

Essa turma foi constituída de maneira diferente das edições anteriores, em particular sobre dois aspectos: primeira turma que incluiu indígenas e afro descendentes e alunos oriundos de diferentes graduações, como egressos de História, Geografia, Física, Pedagogia, Gestão Ambiental, dentre outras graduações.

Nessa diversidade todos tinham o mesmo desejo: construir o conhecimento para ingresso na pós-graduação e esse conhecimento foi construído de modo coletivo e participativo. Reconhecemos e aproveitamos o entrelaçamento das diferentes culturas, dialogamos com a vivência de cada cursista, pois, “se não considerarmos a ambiência histórica social e cultural, não compreenderemos de fato os valores ali colocados” (CORTELLA, 2014, p.33).

Isso contribuiu sobremaneira para a democratização do conhecimento tanto científico, quanto ságico e conseqüentemente para nosso crescimento acadêmico, pessoal e profissional. Ressalta-se que a heterogeneidade da turma impulsionou a integração aluno/professor/objeto de conhecimento o que favoreceu sobremaneira nossa aprendizagem.

Outro ponto que consideramos enriquecedor diz respeito a exposição dos projetos de pesquisa por cada cursista que possibilitou uma visão sistêmica sobre o objeto de estudo de cada um e isso nos permitiu conhecer um pouco da realidade de cada participante.

Ao discutirmos o processo de formação neste curso, não podemos deixar também de refletir sobre a importância da nossa participação em um projeto de políticas de inclusão da Universidade Federal de Roraima/UFRR, por meio do Instituto Insikiran, pois contribuiu para superação de algumas lacunas na base da nossa formação.

Consideramos uma oportunidade impar para os grupos historicamente discriminados pelo autoritarismo e repressão por parte do Estado, quando este não legitima efetivamente na prática os direitos dessa minoria, muito embora ainda exista disparidades significativas no alvo dos direitos coletivos observados por tais políticas afirmativas.

Ao trazermos à tona esse aspecto, não podemos deixar de mencionar, ainda o quanto é importante o desenvolvimento de projetos desta natureza pelas universidades e instituições com responsabilidade social, a exemplo dessa iniciativa da Fundação Ford, pois, “ Ao longo dos anos, o IFP Brasil com sua metodologia reconhecida e pelo seu rigor sociológico e ético, vem criando uma merecida reputação como um Programa pioneiro inovador, o primeiro de ação afirmativa na Pós-Graduação brasileira” (DASSIN, 2011,p.13)

Se há espaço para a atuação de iniciativas privadas atuarem nesse campo de ações afirmativas isso implica pensar não só na responsabilidade social dessas empresas, mas, também, sobre o quanto o Brasil já protagonizou injustiças sociais durante séculos e cotidianamente, em especial, contra negros e índios, ou seja, nosso país é marcado pela desigualdade e forte assimetria social, o que gerou uma dívida moral imensurável e prejuízos históricos para as populações mencionadas anteriormente.

Conforme Jaccoud pois assim como ele acreditamos que a :

implementação de políticas públicas, capazes de dar resposta mais eficientes frente ao grave quadro de desigualdades raciais existentes em nossa sociedade, apresenta-se como uma exigência incontornável na construção de um país com maior justiça social (JACCOUD,ano. p.4).

A política pública aqui mencionada deve ser entendida como resultado de lutas históricas e ininterruptas dos movimentos sociais, particularmente dos movimentos indígenas e negros que travam cotidianamente, verdadeiras batalhas para a efetivação de seus direitos sociais, assim como, no contexto local, a Organização dos Professores Indígenas de Roraima/OPIR que protagonizou o diálogo junto à Universidade Federal de Roraima, para a criação do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena.

Discussão sobre os resultados alcançados

No tópico abaixo discutiremos os resultados obtidos com o desenvolvimento das três edições do curso. Para tanto analisaremos os dados do Instrumento de Coletas de Dados – ICD aplicado para o coordenador do curso Professor Dr. Maxim Repetto e para a coordenadora da pós-graduação, professora Dra. Maria Barbara Magalhães Bethonico, a análise dar-se-á sob duas perspectivas distintas: a) visão dos coordenadores que se envolveram diretamente com a proposta; b) visão das cursistas que são objetos desse estudo.

Análise dos dados

O Instrumento de Coletas de Dados foi constituído por seis perguntas e objetivou obter informações sobre: Quando o Projeto foi implementado na UFRR; O que motivou a implementação do Projeto; Qual o público alvo; Quais as principais dificuldades para a manutenção do Projeto; Quais foram os resultados alcançados e

Quais as perspectivas futuras com o desenvolvimento desse trabalho, conforme demonstra as entrevistas que foram realizadas com os coordenadores da Pós-Graduação e do Projeto de Equidade, transcritas a seguir:

Entrevistado I¹

Quando o Projeto foi implementado na UFRR?

As discussões iniciais foram em 2011, quando saiu o edital da Fundação Ford. A proposta foi implementada no ano de 2012.

O que motivou a implementação do Projeto

A preocupação em oferecer aos indígenas graduados uma preparação para o ingresso nos programas de pós-graduação que, até o momento, não apresentavam vagas para esse grupo (hoje o PPGGEO e o PPGSOF já oferecem vagas para indígenas). Sabemos que as dificuldades para o ingresso nesses programas são enormes, porém procuramos desenvolver elementos básicos de forma a minimizar as diferenças na formação (especificamente para professores) realizada no Insikiran, quando tratam da interculturalidade e de um conhecimento multidisciplinar, muitas vezes não atendendo às demandas dos cursos de pós-graduação e de suas linhas de pesquisa.

Qual o público alvo?

Começamos somente com indígenas sendo a maioria egressos do próprio Insikiran, do curso de Licenciatura Intercultural (os demais cursos do Insikiran ainda não formaram turmas). Observamos que a procura diminuiu bastante (nas inscrições) da primeira para segunda turma, além de que vários não conseguiram terminar o curso e, assim, abrimos para os afrodescendentes buscando atender, também, a esse público (na terceira turma).

¹ Professora Dra. Barbara Bethonico

Quais as principais dificuldades para a manutenção do Projeto?

Trata-se de um projeto que previa o envolvimento de professores, alimentação para os alunos e cópias para a reprodução de material. Uma das dificuldades foi a administração do recurso repassado, que foi de forma fragmentada, não atendendo ao tempo em que os módulos ocorreram. Um dos problemas refere-se às implicações burocráticas que dificultaram o pagamento, tanto de professores quanto da alimentação. Mas é importante destacar que foram realizadas as ações junto às três turmas.

Quais foram os resultados alcançados?

Terminamos os trabalhos com as três turmas, totalizando 81 alunos (30+30+21). Um dos problemas foi a finalização dos projetos de pesquisa que muitos, cerca de 50%, não conseguiram entregar, mesmo sendo este um dos requisitos para receberem a certificação. A procura pelos cursos de mestrado também foi abaixo da expectativa.

Quais as perspectivas futuras?

Fizemos uma quarta turma, utilizando o restante do recurso, onde os alunos foram os integrantes das turmas anteriores. Existe uma demanda dos próprios povos indígenas pela criação de uma pós-graduação para indígenas, onde o Insikiran seria o espaço ideal. Não sabemos se sairá outro edital da fundação Ford com as mesmas características ou outro tipo de financiamento. Quanto à pós-graduação no Insikiran, acreditamos que este será um processo a ser construído junto com os demais professores, não apenas do instituto, mas da própria universidade, uma vez que precisamos de um número de doutores.

Entrevistado 2²

Quando o Projeto foi implementado na UFRR?

Três anos atrás, 2012

O que motivou a implementação do Projeto ?

Abertura de um edital pela fundação FOORD, a demanda para indígenas para alunos para pós –graduação, com 150 alunos formados na licenciatura Intercultural.

² Professor Dr. Maxim Repetto

Qual o público alvo?

Alunos graduados indígenas e afrodescendentes. O projeto original contemplava as duas categorias

Quais as principais dificuldades para a manutenção do Projeto?

Logístico, institucional, processo burocrático, o dinheiro pouco e que foi enviado de maneira fragmentada. Deficiência de alfabetização científica dos alunos, dificuldade de compreender o processo acadêmico, levantamento bibliográfico é básico, os alunos desconhecem o que é um levantamento bibliográfico, falta de leitura de textos, desistência e a falta cultura de iniciação científica pela produção acadêmica

Quais foram os resultados alcançados?

Aproximadamente 50 por cento da turma foi aprovada, com duas alunas aprovadas na pós graduação

Quais as perspectivas futuras?

Insikiran ter o um programa de pós graduação, mas precisa de grupos de doutores consolidados no Instituto.

Conforme as respostas dos entrevistados o projeto foi implementado no ano de 2012, tendo como público alvo, inicialmente, segundo o entrevistado 1, indígenas egressos do curso de Licenciatura Intercultural, até por ser desenvolvido dentro de um instituto que é destinado aos indígenas, e em virtude da pouca procura expandiram o acesso aos afrodescendentes, uma vez que, conforme resposta do entrevistado II, o projeto original contemplava as duas categorias.

No que diz respeito a motivação para a implementação do projeto o entrevistado 1 respondeu que foi oferecer aos indígenas graduados uma preparação para o ingresso no programas de pós graduação, que até o momento não apresentavam vagas para esse grupo, hoje a Universidade por meio de dois Programas PPGGEO e PPGSOF oferece vagas para os indígenas, contudo no nosso entendimento faz-se necessário ampliar esta política para os demais Programas de Pós Graduação, bem como ampliar essa ação para atender a categoria afrodescendente. O entrevistado 2 foi sucinto na sua resposta, ao dizer que:

a motivação se deu com a abertura de um edital pela Fundação Ford , visto que a UFRR/Insikiran tinha uma demanda de 150 alunos formados na Licenciatura Intercultural, ou seja, esses alunos precisavam dar continuidade aos seus estudos in-

gressando na Pós Graduação, para tanto necessitavam de uma base de conhecimento que os colocasse em igualdade de oportunidades com os demais concorrentes.

No tocante as dificuldades encontradas ambos citaram a questão da logística institucional, processo burocrático, forma fragmentado de repasse dos recursos. O entrevistado 2, acrescentou como outro entrave a questão da deficiência de alfabetização científica dos alunos.

No que se refere aos resultados alcançados os dois entrevistados responderam que das três turmas com total de 81 alunos, houve um aproveitamento de 50%. Uma vez que os outros 50% não conseguiram entregar seus projetos mesmo sendo um pré requisito para certificação. Como resultado positivo foi citado ainda 2 alunas que estão hoje cursando a Pós-Graduação.

Outro aspecto relevante, bastante positivo, diz respeito ao fato de que a nossa participação no curso abriu novas possibilidades de desenvolvermos outras atividades ligadas à academia, a exemplo da Semana dos Povos Indígenas da UFRR que além de aprimorar a linguagem científica, permite-nos melhorar nosso currículo, visto que se trata de um item considerado nos processos de ingresso dos programas de pós-graduação.

Em relação às perspectivas, ambos entrevistados mencionaram a necessidade de oferta de Pós Graduação pelo Instituto Insikiran para atender as demandas dos egressos de diferentes graduações da UFRR. Entretanto, como bem argumentado pela entrevistada I que esse é um processo a ser construído com os demais professores, não só do Instituto mas da Universidade, uma vez que necessitam de um grupo de doutores o que corrobora com o pensamento do entrevistado 2* Segundo a entrevista

Retomaremos dois pontos das falas dos entrevistados por considerarmos que merece uma reflexão mais aprofundada, uma vez que dialoga com as nossas expectativas em relação ao curso.

Um desses aspectos diz respeito às dificuldades encontradas, porém faremos um recorte com vistas a abordar de forma mais detalhadas as questões relacionadas à deficiência na alfabetização científica dos alunos que cursam o ensino superior no Instituto Insikiran, visto que, como foi dito, são alunos oriundos de escolas da rede pública de ensino, portanto vítimas de um sistema de ensino precário, com pouca qualidade, como podemos constatar na voz de alguns autores que embasam esse texto.

Houve uma dificuldade em desenvolver um ritmo mais dinâmico de produção científica, uma vez que os cursistas não dominam os conhecimentos básicos de ini-

ciação científica, portanto não conseguiam avançar em suas produções escritas, nem na elaboração do projeto, tampouco na construção de conceitos em suas diferentes áreas de conhecimento.

Em relação a isso a universidade encontra um desafio, pois além de ter que criar estratégias para o ingresso desses alunos na pós-graduação, faz-se necessário também desenvolver ações específicas para minimizar o impacto negativo provocado pela má qualidade da formação inicial desses acadêmicos. São alunos que demandam acompanhamento sistemático no transcorrer de toda graduação para que possam sanar dificuldades e assim obter êxito quanto ao ingresso na pós-graduação.

O outro aspecto que, em nosso entendimento, merece um olhar mais acurado refere-se as perspectivas pois existe uma demanda dos próprios povos indígenas pela criação de uma pós graduação para indígenas, onde o Insikiran será o espaço ideal, mas como foi dito pela entrevistada esse é um processo a ser construído com os demais professores, não só do Instituto mas da Universidade, uma vez que necessitam de um grupo de doutores, acreditamos que em relação a esse aspecto a discussão deve realmente transcender os muros do Insikiran, pois perpassa pelo compromisso coletivo de todos que desejam avançar no desenvolvimentos de projetos que atendam as reais necessidades de formação dos alunos indígenas do Estado de Roraima, que buscam a UFRR como lócus de suas formações.

Sabe-se que esta não é uma questão meramente pedagógica, perpassa por jogos de interesses e questões políticas, ou seja, mais um desafio a ser absorvido pela UFRR se esta tiver interessada em atender as demandas da sua clientela. Ressaltamos ainda que essa política não deve limitar-se apenas aos povos indígenas, estendendo-se também aos afrodescendentes, uma vez que historicamente são tão prejudicados quantos.

Na visão nossa quanto aluna, chama-nos atenção a pouca procura por esse curso, bem como a desistência ao longo do processo, pois trata-se de um curso bem estruturado, que oferece uma boa logística, como exemplo serviço de reprografia, alimentação, dispensa do trabalho, flexibilidade de dia e horário para atender diferentes necessidades e mesmo assim apresentou resultados pífios em suas três edições.

Acreditamos que este aspecto deve ser melhor investigado para que se encontrem as reais raízes desses problemas com vistas a prever mecanismos e redimensionar o curso ou prever outras estratégias voltadas para ajudar esses alunos a desenvolverem suas potencialidades e a ingressarem na pós-graduação, visto que o curso, apesar da indiscutível qualidade não está conseguindo atingir com esse objetivo, pois

apenas duas alunas ingressaram na Pós Graduação fazendo-se necessário uma discussão para identificar as causas desse problema.

Na realidade a Universidade cumpriu o objetivo de oferecer formação, por meio desse curso,entretanto cabe a cada aluno dar prosseguimento às etapas dos processos seletivos,cremos que aí reside outro aspecto a ser investigado,que é descobrir o porque que isto não esta acontecendo dentro da perspectiva esperada,pois conforme dito pelos os entrevistados a procura por programas de pós graduação esta aquém do esperado.

Considerações finais

Diante da discussão aqui apresentada coube-nos falar um pouco sobre a importância do trabalho vivenciado durante o período do curso, na condição de autoras e objeto de análise desse estudo, por integrarmos esta população que vive a margem do universo acadêmico, ou seja, historicamente excluídos,em virtude de todo um processo de colonização em que a população existente em nosso país foi considerada pelos europeus como seres inferiores e também em virtude período vergonhoso de escravidão vivenciada no Brasil.

Destacamos como principais aspectos positivos desta trajetória de formação a experiência vivenciada no Módulo: Metodologia Científica, uma vez que nossa maior dificuldade é justamente a elaboração do projeto.

Tecer ideias sobre a nossa formação, em especial durante as aulas do Módulo Português e Inglês Instrumental, ouvir experiências tão diversas dos colegas de turma, também contribuiu bastante para tornar o ambiente de aprendizagem agradável, rico e produtivo,posto que a ciência atende,dentre outras demandas, a um contexto social de inter-relações entre sujeitos historicamente constituídos por saberes diversos.

Os conhecimentos se articulam por esta inter-relação entre sujeitos e o desdobramento de tudo isso e uma cultura multifacetada em que as identidades individuais formam uma identidade coletiva e esta caracteriza as diferentes realidades.

Por todos esses fatores aqui apresentados, sugerimos a continuidade desse projeto, pois, apesar dos entraves relacionados à logística e processos muito burocráticos, não há dúvidas quanto aos benefícios que ele provoca nos sujeitos envolvidos, inclusive com o desdobramento dessas ações, a exemplo do que ocorreu conosco, que a partir desse projeto nos sentimos inseridas em algumas atividades da Universidade, ou seja, estamos retomando a vivencia de produção científica, como já

mencionado anteriormente, apresentamos pôster na Semana dos Povos Indígenas, a própria construção desse artigo não deixa de ser mais um resultado positivo, visto que será apresentado no II Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras.

Portanto, sugerimos mudanças no que diz respeito a carga horária, objetivando a ampliação do tempo disponibilizado para as tutorias individuais, bem como Português Instrumental, pois consideramos pouco diante das deficiências de aprendizagem dos cursistas e da falta de uma cultura de engajamento no mundo acadêmico, no âmbito da pesquisa científica.

Referências bibliográficas

BETHONICO, M. B. M. **Gestão territorial em áreas indígenas**: a contribuição da universidade. In: VAL, A. L.; MELO FILHO, A. A.; WANKLER, F. L. Universidade, ciência e pesquisa na Amazônia: os desafios da produção intelectual. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012.

CORTELLA, Mario Sergio.; FILHO, Clóvis de Barros, **Ética e vergonha na cara**. São Paulo: Editora Papirus. 2014.

GOMES, Joaquim Barbosa, **Em decisao unanime STF valida cotas raciais em Universidades**. 2001 p. 40-41. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-cidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=1248501&tit=Em-decisao-unanime-STF-valida-cotas-raciais-em-universidades>> Acesso em: 31/10/2014.

DASSIN, **Programa Internacional de Bolsas da Fundação Ford, Relações Raciais no Brasil**: Pesquisas Contemporâneas. Org. Silvério, V.R.; PINTO, R.P.; ROSEMBERG, F. Editora. Contexto, 2011, p.13

REPETTO, Maxim. **Universidade e Interculturalidade**. in. REPETTO, M, NEVES, L.R, FERNANDES, M. L. (Org.). Universidade inconclusa: Desafios da desigualdade, Editora UFRR. 2008.

REPETTO, Maxim. **O Ensino Médio e o Debate sobre uma Proposta de Educação Cidadã Intercultural**. In Educação, Cidadania e Interculturalidade no Contexto da Escola Indígena de Roraima. Maxim Repetto; Fábio Carvalho; Isabel Fonseca (Org.). 1 ed. Lima: Fondo Editorial de La Pontificia Universidad Católica del Perú, 2007, v. 1, p. 41-48. (ISBN 978-997-2427-954) Educação Cidadã Intercultural. 2007.

ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. <http://ditorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Modalidade_1datahora_24_05_2014_19_25_21_idinscrito_1318_b27f26ca-94fc6edf6a444534503b3606.pdf> Acesso em : 01/11/2014

SANTOS, Jonildo Viana. **Diferenças Étnicas e o lugar do índio na escola em Boa Vista**. Revista do Núcleo Histórico Socioambiental, Vol 2, Número: 2. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

SOUSA, Ana Lúcia. **Indígenas na Universidade**: Resistindo ao Preconceito. In . REPETTO, M, NEVES, L.R, FERNANDES, M. L. (Org.). Universidade inconclusa: Desafios da desigualdade. Boa Vista: Editora UFRR, 2008.

GT29 - ESTUDOS INTERDISCIPLINARES NA AMAZÔNIA;
IDENTIDADES, EXPRESSÕES E REPRESENTAÇÕES DA RELAÇÃO
CULTURAL E SOCIEDADE NO AMAZONAS E RORAIMA

A CIÊNCIA E OS CIENTISTAS FACE À QUESTÃO AMBIENTAL

Introdução

A ciência moderna se erigiu marcado por um processo de disputa por legitimação frente às formas de classificação do mundo até então legítimas, quais sejam, a filosofia e a religião, nos séculos XVII e XVIII. Sua fundamentação primordial está em buscar distinguir o sujeito cognoscente e o objeto cognoscível por meio da formulação de um conjunto de procedimentos e normatizações. A partir daí desenvolveu-se toda uma gama de classificações dicotômicas que permitiu a elaboração do discurso científico, com status de verdade.

Encontram-se reflexões sobre o desenvolvimento dessa forma de conhecimento nas concepções de *desencantamento e racionalização do mundo* do sociólogo Max Weber em sua obra *A Ética protestante e o Espírito do capitalismo* (2004); nas ideias referentes à *morte de Deus* do filósofo Friedrich Nietzsche na obra *Assim falava Zaratustra* (2008). O que chama atenção destes e outros intelectuais é a forma revolucionária de como o surgimento esta forma de conhecimento entendido e reconhecido como ciência, datada e situada em certas regiões da Europa Ocidental moderna, se estendeu às mais diversas localidades do globo com *status* de verdade. Segundo Santos (2011), no início do século XIX a ciência moderna ocupa um lugar central na organização das relações sociais no que se convencionou chamar de sociedade moderna, e se converteu numa instância moral e social para além do bem e do mal.

Este artigo parte da concepção de que a aventura humana no processo de desenvolvimento do conhecimento científico é um *campo* centrado na luta permanente pelo poder de classificação do mundo, pela legitimidade de dar sentido ao mundo. Deste modo, entende-se *campo* enquanto lugar onde os indivíduos se relacionam, como espaço de concorrência e de enfrentamento pelo poder de dar sentido ao mundo. (BOURDIEU, 2007).

* Universidade Federal do Amazonas. E-mail: marklizesiqueira.seso@hotmail.com

** Universidade Federal do Amazonas. E-mail: katia.helena.ufam@gmail.com

O fio condutor desta abordagem é a compreensão de que a ciência enquanto um campo social carrega todas as complexidades das relações impostas pelas influências externas e internas, e que como campo autônomo se reconfigura e modifica a partir dessa relação conflituosa. Neste sentido, permite a formação e surgimento de novos grupos de pesquisa e áreas de conhecimento.

Neste sentido campo ambiental configura-se pela existência de relações complexas que envolvem elementos materiais e simbólicos. Neste sentido, cabe entender como os cientistas forjam a partir de sua trajetória social individual e coletiva, os conceitos e ideias que mobilizam o fluxo circulatório da ciência na área ambiental. O campo ambiental está em relação permanente com o campo mais amplo da ciência que comporta as diversas disciplinas do conhecimento científico. E outra articulação ainda é necessária, o campo da ciência se articula e estabelece relações de força com o Estado, o Mercado e a Sociedade Civil. Deste modo podemos inserir a ciência no processo mais amplo de globalização capitalista.

Deste modo, têm-se o intuito de discutir as relações existentes entre o surgimento da sociedade capitalista e suas repercussões na forma de organização dos sistemas simbólicos de organizar o mundo, em particular a ciência. O enfoque está na pauta da concepção de que a ciência moderna tornou-se o baluarte da forma legítima de classificação do mundo na contemporaneidade, isto, acarretou uma forma específica de organização do trabalho intelectual. Além disso, será abordada a condição do cientista frente aos processos sociais que permeiam a sua constituição e como foi constituída a institucionalização da prática científica expresso na construção dos espaços de educacionais, em particular das universidades. E por fim, uma reflexão sobre o processo de ambientalização suas repercussões na pesquisa científica e em regiões como a Amazônia; destacando suas possibilidades de investigação a partir do estudo da trajetória social dos cientistas.

Metodologia

O lócus da pesquisa é a Universidade Federal do Amazonas que possui 236 grupos de pesquisa conforme o Catálogo dos Grupos de Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas de 2012. O Catálogo foi elaborado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP), e divide os grupos de pesquisa em oito áreas do conhecimento científico a saber: Ciências Agrárias; Ciências Biológicas; Ciências da Saúde; Ciências Exatas e da Terra; Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Engenharias e Linguística, Letras e Artes.

A abordagem a ser adotada na pesquisa está vinculada à Sociologia Compreensiva de Max Weber. No campo da Sociologia do Conhecimento Científico serão adotados direcionamentos de análise propostas pela Antropologia Simétrica de Bruno Latour em algumas de suas obras como *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos* (1997); *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afóra* (2000) e em *A esperança de Pandora* (2001). Entretanto, o recurso à etnografia, enquanto método utilizado por este autor, não será empregado devido as especificidades do modo vem sendo organizado esta pesquisa.

Os métodos qualitativos mais adequados à proposta referem-se ao método de **reconstrução da memória social**. A noção de memória social é de Halbwachs (1990), que define a memória como uma construção coletiva sobre o passado a partir das condições sociais que se vivencia o presente. Ao mesmo tempo, a lembrança do passado informa o grupo sobre o seu presente, de forma que passado e presente se constroem mutuamente – são socialmente percebidos por meio de informações que um projeta sobre o outro. A reconstrução da memória social possibilita pensar as vinculações entre a trajetória social individual dos líderes dos grupos de pesquisa e as relações com as demandas inerentes a Questão Ambiental. E entre as técnicas utilizadas neste estudo estão: diário de campo, entrevistas semi-estruturadas, pesquisa de documentos referentes a produção acadêmico científica dos líderes e dos grupos de pesquisa.

Sociedade capitalista e ciência: forma de organização do trabalho intelectual e os usos sociais da ciência

Nos processos que engendraram a formação da sociedade moderna houve um reordenamento da forma de conceber a realidade social. Se antes a religião pautava toda forma de compreensão privada e coletiva da forma de viver em sociedade, agora a ciência assumia este papel. Este cenário foi sendo paulatinamente construído pela ciência, inicialmente a ciência teve que disputar o poder de classificação do mundo com a religião, a filosofia e a arte. Seu triunfo deveu-se, sobretudo, pelo processo de aprofundamento e consolidação da sociedade moderna, sobretudo, pela exigência de um saber que primava pela produção de conhecimento articulado à técnica. Desse modo, a ciência deveria atender, também, aos interesses da sociedade emergente em suas demandas de produção de conhecimento e tecnologias que legitimasse a nova ordem do ponto de vista ideológico e técnico. Nessas bases celebrou-se o enlace entre economia de mercado/sociedade burguesa e a ciência moderna.

Neste sentido, podemos ilustrar no plano ideológico a promoção da ideias evolucionistas, sobretudo, que legitimou a colonização povos não europeus marcado por um processo de violência física e cognitiva. Isto gerou nas palavras de Boaventura (2010), um desperdício das experiências cognitivas existentes no mundo. No plano dos próprios sistemas simbólicos do mundo europeu ocidental, “a hegemonia da ciência estendeu-se para além da ciência, submetendo a filosofia, a teologia e as humanidades em geral a um processo de cientificação [...], sobretudo na forma de positivismo ou empirismo lógico” (SANTOS, 2010, p. 528). Assim, a ciência triunfou como forma legítima de classificação do mundo, tornou a verdade científica um valor amplamente aceito. No plano político e econômico expandiu e impôs como poder de verdade sua forma de organização política por meio da formação dos estados modernos, a adoção do sistema representativo democrático e a economia de mercado.

No momento histórico da passagem do século XVII ao XVIII, se plano social a burguesia saiu vitoriosa, no campo cognitivo a hegemonia foi obtida pela ciência. O campo da produção simbólica está articulado de um lado pelo monopólio da competência legado aos especialistas e de outro pelos interesses das classes ou frações que eles exprimem, permeado por lutas econômicas e políticas. A produção da ciência, portanto, é resultado de múltiplas determinações sociais.

No momento do desenvolvimento da hegemonia da ciência estavam as concepções iluministas, que se contrapunham ao obscurantismo do período anterior. Para os iluministas a razão era um instrumento de libertação e/ou emancipação do homem de seus deuses, mitos e das leis da natureza. Entre seus principais representantes podemos citar Kant (1724-1804), que por meio do idealismo transcendental procurou elucidar as condições de possibilidade de conhecimento do mundo e, assim, afirmou que o homem deveria seguir sua própria razão sem deixar-se enganar pelas crenças, seria, portanto, a saída do homem da sua “menoridade”. A saída da menoridade significava a adesão à epistemologia moderna emergente e, nestas condições, a moderna civilização moderna burguesa assumiu a responsabilidade de conduzir as outras nações à maioria do pensamento, que nada mas era do que a própria civilização burguesa. Outro pensador importante a ser destacado é Francis Bacon (1561-1626), que ocupou-se de discussões sobre o método científico e o empirismo, tendo como uma de suas concepções mais universalizadas a de que o conhecimento científico tem como finalidade servir o homem e possibilitar a dominação da natureza. Bacon estabelece o império do homem sobre coisas e do saber como forma de poder.

Por fim, outro pensador que deitou raízes sobre a forma moderna de fazer ciência foi René Descartes (1596-1650), em seu célebre *Discurso sobre o Método* (2006). Esta obra construiu as bases dos procedimentos legítimos para a validade do conhecimento produzido pela ciência que consistia em: verificar as evidências reais sobre o fenômeno estudado, dividir ao máximo as coisas em unidades mais simples para estudá-las, reagrupar as unidades simples em um todo verdadeiro, e, por fim, manter uma ordem de pensamento por meio da enumeração metódica das conclusões. Estes pensadores, entre outros, formularam as bases fundamentais para o desenvolvimento da ciência moderna.

A ciência moderna tem como um dos princípios fundamentais simplificar para conhecer. É nesta dimensão que se faz sentir as repercussões do pensamento cartesiano que culminou na hiperespecialização e no estabelecimento de uma nova camada social: a *intelligentia* científica dos sábios e pesquisadores organizados em comunidades e sociedades de produção da verdade. Esta camada estabelece as imperativas regras do jogo no campo científico. Contudo, o surgimento das mais diversas disciplinas do saber trouxe também os inconvenientes da superespecialização que gera o enclausuramento e a fragmentação do saber. O início do processo de especialização foi sinalizado pelo sociólogo Émile Durkheim em sua obra *Da divisão do trabalho social*,

“Não há mais ilusão quanto as tendências de nossa indústria moderna, ela vai cada vez mais no sentido dos mecanismos poderosos, dos grandes agrupamentos de força e capitais, e por conseguinte, da extrema divisão do trabalho. Não só no interior das fábricas, as ocupações são separadas e especializadas [...] Mas a divisão do trabalho não é específica do mundo econômico, podemos observar sua influência crescente nas regiões mais diferentes da sociedade. As funções políticas, administrativas, judiciárias, especializam-se cada vez mais. O mesmo ocorre com as funções artísticas e científicas. [...] Num dia próximo a profissão de cientista e a de professor, ainda hoje tão intimamente ligadas, se dissociarão definitivamente” (DURKHEIM, 2008, p. 1-3).

Durkheim prevê a dissociação e diferenciação cada vez mais intensa de áreas e profissões até então intimamente ligadas, e que esta forma de divisão do trabalho se tornaria as bases da nova ordem social que emerge. O autor ainda faz a seguinte indagação: “Será nosso dever procurar tornar-se um ser acabado e completo, um todo autosuficiente, ou, ao contrário não ser mais que a parte de um todo, o órgão de um organismo?” (p. 03). Conforme o previsto, no âmbito da ciência ocorreu uma dissociação radical entre as ciências da natureza e as ciências humanas e sociais, e

mesmo no interior destas um conjunto de subdivisões hiper-especializadas, prevaleceu a disciplinarização do pensamento.

A concepção de um homem já não era mais de outrora um livre pensador mas trata-se agora de um homem competente que produz seu serviço procurando sempre aperfeiçoar-se, portanto, cada um deveria aprender seu papel para tornar-se capaz de cumprir uma função. A perfeição das relações em sociedade estaria em cada um compartilhar sua capacidade de prestar serviço uns aos outros. Deste modo, se estabeleceu o imperativo categórico que consciência moral que consiste em colocar-se em condições de cumprir proveitosamente uma função determinada. Foram nestes moldes de diferenciação dos serviços que se fundamentou todo o sistema educacional ocidental moderno burguês.

O surgimento do especialista e o desenvolvimento disciplinar trouxeram os inconvenientes da superespecialização. O desligamento das ciências da natureza do que se chama ciências do homem ocasionou o dilaceramento dos conceitos de homem, indivíduo e sociedade (MORIN, 2010). O uso social das descobertas científicas foram as responsáveis por uma série de catástrofes ao longo dos séculos XIX ao XXI. Na Segunda Grande Guerra, que envolveu os países europeus, milhões de pessoas foram assassinadas de uma maneira planejada. Isto não deve ser minimizado como sendo um fenômeno superficial.

A institucionalização da prática científica e a condição do cientista

Em sua obra *A Ciência como Vocação* Max Weber coloca a seguinte questão: Porque alguém se dedica a alguma coisa que na realidade jamais chega, e jamais pode chegar, ao fim? O autor reflete sobre o caráter de constante construção e reconstrução da verdade científica. Nesta obra Weber apresenta uma reflexão sobre a formação das universidades alemãs tendo como contra ponto as universidades norte-americanas no intuito de assinalar as diferenças e as semelhanças de ambos os sistemas. Pode-se destacar alguns elementos comuns como, o fato de que o progresso científico é um dos elementos mais importantes do processo de intelectualização que a humanidade vem construindo, embora tenha adquirido ultimamente uma forma negativa. Afinal, não é mais necessário recorrer aos meios mágicos para solucionar nossos problemas; o mundo foi desencantado, agora os meios técnicos e os cálculos realizam os serviços dos quais necessitamos.

Weber (1982) assinala que os grandes institutos de pesquisa alemães de Medicina ou Ciências Naturais estão sendo transformadas em empresas capitalistas estatais,

uma vez que sua administração possui uma forte dependência dos recursos estatais. O trabalhador científico depende dos investimentos que o Estado coloca a sua disposição, portanto, “é tão dependente do chefe do instituto quanto o empregado de uma fábrica é dependente da direção” (p. 156). Este fenômeno já ocorria com mais intensidade nas universidades norte-americanas e estava sendo paulatinamente implementadas no sistema que organizava a ciência na Alemanha.

Hoje este processo está amplamente consolidado, marcado por uma profunda articulação entre ciência sociedade e política. Têm-se o acúmulo do conhecimento em banco de dados para ser depois computado por diversas instâncias de manipulação do saber, entre estas o Estado. Instaurou-se o neo-obscuratismo e a tendência para o anonimato onde o cientista torna-se ignorante de tudo aquilo que concerne a sua própria disciplina e também os assuntos que estão a ela relacionados, mas dos quais foi privado devido a lógica de disciplinarização radical do conhecimento científico. O desenvolvimento da ciência moderna instaurou a ignorância em larga escala e uma ciência com crescimento da inconsciência, além do que os poderes criados pela prática científica escapam aos próprios cientistas. (MORIN, 2010)

Deste modo, todo cientista serve pelo menos a dois deuses: de um lado o *deus da ética do conhecimento* que exige que tudo seja sacrificado à sede de conhecer; por outro lado, o *deus da ética cívica humana* que tem a haver com o exercício da prática científica para o bem-estar da condição humana. (MORIN, 2010)

O lugar de formação dos cientistas, dentre estes, a universidade, encontra-se marcada por aquilo que Adorno (1995), denomina de pseudo-formação. Este fenômeno consiste no processo de deformação acadêmica no qual estão sendo formados meros técnicos, operadores de técnicas; que são incapazes de produzir uma reflexão crítica sobre sua especialização na divisão dos trabalhos profissionais. Nos currículos são privilegiadas as disciplinas técnicas em detrimento das disciplinas que poderiam conduzir a uma reflexão crítica sobre o lugar da ciência (e/ou das profissões) e dos cientistas na sociedade contemporânea; a ciência mostra sua face castrada e estéril em decorrência dos mecanismos de controle a que é submetida.

O processo de especialização que foi indicado por Durkheim (2008), também foi foco de reflexão em Weber (1982) ao tratar da vocação do homem universitário,

Em nossa época, a situação interna, em contraste com a organização da ciência como vocação, é em primeiro lugar condicionada pelos fatos de que a ciência entrou numa fase de especialização antes desconhecida e que isto continuará. Não só externamente, mas também interiormente, a questão está num ponto em que o indivíduo só pode adquirir consciência certa de realizar algo verdadeiramente perfeito no caso de ser um especialista rigoroso. (p. 160)

Desse modo para manter-se no campo da ciência é necessário ter a capacidade de colocar antolhos, pois o trabalho especializado passou a ser considerado única forma de realizar alguma coisa duradoura. Segundo Weber (1982) é neste íterim que se formam os círculos que tomam a ciência como um problema de cálculo que envolve apenas intelecto frio e não o coração e a alma. Salienta que é necessário compreender que o conhecimento científico é motivado por sonhos, mitos, fenômenos antagonistas e contraditórios, entusiasmo e trabalho. Estes últimos conjuntamente são responsáveis pela criação da ideia; “a ocorrência da inspiração depende de destinos que nos são ocultos” (p. 162)

Para Weber a discussão sobre a ciência não se prende somente em saber a questão da vocação *para* a ciência, mas também o problema de qual é a vocação da própria ciência para aqueles que a ela se dedicam; em outros termos qual é a vocação da ciência dentro da vida total da humanidade? O autor responde que a ciência não dá resposta, mas o produto do trabalho científico é importante, no sentido, de que vale a pena conhecê-lo por pressupor regras de lógicas e métodos que são válidos. “A ciência é uma ‘vocação’ organizada em disciplinas especiais a serviço do auto-esclarecimento e conhecimento de fatos inter-relacionados, não é dom da graça de videntes e profetas.” (p. 180), no entanto, podemos rejeitar ou aceitar, isso vai depender na nossa posição em relação à vida.

O processo de institucionalização da prática científica acarretou, ainda, ao conjunto da sociedade global o desprezo por outras formas de conhecimento possíveis. Transformou as experiências cognitivas não-científicas em meros objetos de investigação. O cientista e a prática científica como valor de verdade legítimos seriam aqueles frutos unicamente da formação acadêmica regulada e burocratizada pelo Estado.

Processo de ambientalização, Amazônia e pesquisa científica

Conforme Acselrad (2004), nas ciências sociais críticas é impossível separar sociedade e seu meio ambiente, pois uma de suas principais contribuições reflexivas está em articular o mundo material socializado e seus significados. Os debates que envolvem variados objetos que contituem o ambiente não são, somente, matéria ou energia, mas são contruções culturais e históricas. Nisto reside as múltiplas dimensões que comportam o debate em torno da questão ambiental e que as ciências sociais são desafiadas a pensar.

No plano histórico no século XX, os debates em torno do ambiente são intensificados, e as autoridades de Estado, juntamente com a comunidade científica

admitem a existência de uma crise ambiental. Uma série de acontecimentos históricos confluem para este entendimento, nas décadas de 40 e 50 tem-se a publicação do livro *Primavera Silenciosa* da autora Rachel Carlestone, a criação do Clube de Roma – um espaço de discussão privilegiado sobre a crise ambiental e o futuro da humanidade –, e a criação, pela comunidade científica, da União Internacional para a Conservação da Natureza, que reunia diversos cientistas da Organização das Nações Unidas (ONU).

A ONU realizou um conjunto de conferências para o meio ambiente no decorrer da década de 50, 60, 70, 80 e 90, que foram permeadas por conflitos teóricos e políticos; no entanto, a despeito de todas as discordâncias alguns consensos foram estabelecidos entre Estado, Sociedade e Mercado.

O debate mais acirrado deste período é pelo poder de definir a noção de Desenvolvimento Sustentável (DS); uma noção que se tornou uma espécie de guru para a manutenção desenvolvimento capitalista. Embora a definição desta noção permaneça difusa, têm prevalecido as proposições elaboradas pelo *Relatório Nosso Futuro Comum* ou Relatório de Brundtland de 1972. O relatório reuniu em sua análise aspectos relacionados à pobreza, a economia, a ecologia, a tecnologia e a sociedade; avaliando e ressaltando os avanços e problemas globais ocorridos nos séculos XIX e XX. Conforme o relatório *Desenvolvimento Sustentável* consiste na capacidade de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades.

Considerando esta conjuntura histórica e os debates que suscitou verifica-se que a questão do ambiente desponta como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos. Nesta dinâmica, encontram dois agentes sociais importantes, mas não únicos: de um lado, os grandes empreendimentos produtivistas de caráter predatório aos recursos naturais e que se movimentam entre o pólo da acumulação primitiva e a responsabilidade ambiental; e de outro, os movimentos sociais, trabalhadores e populações atingidas por danos ambientais que passam a utilizar a questão ambiental para seus interesses e reivindicações, sobretudo, os que se mobilizavam na década de 60 a 80. Conflitos e negociações vão se cristalizar paulatinamente em torno de temáticas ambientais.

Neste contexto emerge o debate sobre a *ambientalização* que, conforme Leite Lopes (2004; 2006), consiste em um processo histórico que implica simultaneamente transformações nas diversas esferas de organização social como o Estado, a Ciência, a Sociedade Civil – nos movimentos sociais e no comportamento das pessoas – e no Mercado. Estas esferas sociais passam a considerar nas suas ações as diferentes facetas da questão pública do ambiente.

A apropriação das questões ambientais e dos conflitos gerados geram processos em que as preocupações com o ambiente se enraízam na vida coletiva e individual. Suas expressões podem ser encontradas no aporte de novas expressões na linguagem, na conformação de uma ciência ambientalizada, nas instituições e nas políticas públicas, na criação de novas instituições voltadas ao ambiente, na adequação das instituições existentes à temática ambiental, na criação de um conjunto de políticas públicas, na criação de um vasto número de normas jurídicas específicas. Em outras palavras, a questão ambiental se expressa em novos usos que vão se tornando um habitus, no sentido proposto por Bourdieu (2007; 2011).

O processo de ambientalização traz implicações de todas as ordens para regiões como a Amazônia. A região passa ser (re) inserida no curso das mudanças sociais globais. Torna-se exposta a mesma lógica que impacta as mudanças globais e locais por força da atuação de agentes institucionais e das correlações de forças civilizatórias. O cenário de globalização cria fluxos de que ultrapassam os territórios físicos e políticos locais, há maior fluidez dos espaços e das decisões; contudo, o local continua sendo o local onde é possível perceber estes processos e onde se manifestam as resistências e as mudanças.

No que concerne ao âmbito do desenvolvimento científico, “[...] a Amazônia é sempre uma oportunidade para testar e avaliar as relações de força entre cultura e sociedade, entre a divisão internacional das agendas científicas e o diletantismo da curiosidade do pesquisador” (SILVA, 2013, p. 93). Os projetos e instituições articulam necessidades por um lado do domínio do conhecimento sobre a natureza, e por outro de correspondências às demandas do processo civilizatório do capital. Conforme Silva (2013), o poder de negociação das instituições com o Estado e com as forças políticas do capital globalizado está em conhecer tanto quanto possível a potencialidade e diversidade de recursos naturais.

A intensificação de pesquisa científica que envolve, entre outros, o estudo do ecossistema adquire um novo patamar face às problemáticas da crise ambiental contemporânea. Para Silva (2013), a relação entre o conhecimento científico e sua interferência em ‘questões mundiais’ surge “amparado numa ética que agrega a este conhecimento a experiência das culturas não ocidentais, relaciona a degradação ambiental às questões econômicas e políticas e à cultura de dominação da natureza pelo homem.” (p.103). A universidade desempenha um papel importante no processo de transformação do conhecimento e de mudanças sociais. Isto requer um espaço de autonomia acadêmica e liberdade de pensamento, tempos de maturação de conhecimentos e elaboração de novas teorias, processos de sistematização e experimentação

de novos métodos de pesquisa e de formação que não podem ser substituídos pela capacitação técnica de curta duração, pela valorização mercantilista do saber ou pelo espontaneísmo do ativismo ambientalista (Leff, 2001).

Diante disso, temos formação de um espaço de debate em que se articulam aspectos o contexto macro social e seus impactos nos microcosmos sociais. Contudo a análise do campo ambiental requer, também, a análise das pressões exercidas pelos agentes sociais no microcosmo.

No caso específico desta pesquisa temos a Universidade Federal Amazonas (UFAM) como um espaço de estudo possível em que se articulam as demandas sociais macrosociais vinculadas ao debate sobre o ambiente e os direcionamentos engendrados por cientistas/pesquisadores em seus grupos de pesquisa. A UFAM, antes Escola Universitária Livre de Manaus, foi criada em 17 de Janeiro de 1909, que conforme Brito (2009), é a primeira universidade brasileira. A Universidade está instalada no campus universitário localizado em uma área verde com 6.004.222,70 m². Quase a totalidade das unidades que compõem a universidade que estão no campus. As exceções são a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Farmácia e a Escola de Enfermagem.

No período de 2001/2005 foi dado início ao processo de criação de Unidades Acadêmicas Permanentes no interior do Estado do Amazonas, e hoje se tem-se as seguintes unidades: Instituto Natureza e Cultura – Unidade Acadêmica de Benjamin Constant/Pólo Alto Solimões; Instituto de Saúde e Tecnologia – Unidade Acadêmica de Coari/Pólo Médio Solimões; Instituto de Agricultura e Ambiente – Unidade Acadêmica de Humaitá/ Pólo Vale do Rio Madeira; Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia – Unidade Acadêmica de Itacoatiara/ Pólo Médio Amazonas; Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – Unidade Acadêmica de Parintins/Pólo Baixo Amazonas.

Conforme dito anteriormente, a UFAM possui 236 grupos de pesquisa conforme o Catálogo dos Grupos de Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas de 2012. E está dividido em oito áreas do conhecimento científico a saber: Ciências Agrárias; Ciências Biológicas; Ciências da Saúde; Ciências Exatas e da Terra; Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Engenharias e Linguística, Letras e Artes.

Diante disso, como podemos estabelecer como vem trabalhada a questão ambiental no contexto da pesquisa científica na universidade? Qual sua capilaridade no sentido uma discussão expressiva no seio da academia? Para fins da pesquisa foi definido que seriam entrevistados 03 (três) líderes de grupo de pesquisa de cada área do conhecimento totalizando 24 (vinte e quatro) grupos e líderes. Dos três líderes de

cada área será realizada a seguinte subdivisão: 2 (dois) líderes de grupos que versem em seu grupo de pesquisa a Questão Ambiental; e 01(um) líder cujo grupo de pesquisa não verse sobre a Questão Ambiental. A escolha dos grupos se deu por meio de sorteio aleatório e a quantidade considera as limitações temporais e financeiras que circunscrevem a pesquisa um estudo de mestrado.

Além disso, foram estabelecidos os seguintes critérios: o líder do grupo deveria estar inscrito no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq; o grupo deveria estar inscrito no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq; o grupo de pesquisa teria que necessariamente articular em suas linhas de pesquisa aspectos relacionados à Questão Ambiental.

A área de Ciências Agrárias ou a faculdade de Ciências Agrárias em Manaus é formada por cinco departamentos. São cinco cursos de graduação e cinco de pós-graduação, sendo três de mestrado e dois de doutorado. Há mais quatro cursos de graduação nos Campi de Benjamin Constant, Humaitá, Itacoatiara e Parintins. As Ciências Agrárias tem 28 grupos de pesquisa, apenas grupos 06 (seis) versam em sua linhas de pesquisa sobre a questão ambiental, o que equivale a 22% do total de grupos. Destes grupos cinco encontram-se em Manaus e um em Humaitá.

Na área de Ciências Biológicas ou Instituto de Ciências Biológicas é formado por quatro departamentos, com dez cursos de graduação e sete cursos de pós-graduação. São quatro mestrados e três doutorados. Há mais seis de graduação nos Campi de Benjamin Constant, Coari, Humaitá, Itacoatiara e Parintins. As Ciências Biológicas têm 30 grupos de pesquisa e, destes, grupos 04 (quatro) versam em sua linhas de pesquisa sobre a questão ambiental, o que equivale a 13% do total de grupos. Dos grupos dois encontram-se em Manaus, um em Coari e um em Benjamin Constant.

A área de Ciências da Saúde é formada pelas Faculdades de Educação Física e Fisioterapia, Enfermagem, Medicina, Farmácia e Odontologia. São seis cursos de graduação e cinco de pós-graduação, todos de mestrado. Há mais quatro cursos de graduação nos Campi de Coari e Itacoatiara. As Ciências da Saúde têm 34 grupos de pesquisa. Dos grupos 01 (um) versa em suas linhas de pesquisa sobre a questão ambiental, o que equivale a 3% do total de grupos. O grupo de pesquisa encontra-se em Coari.

A área de Ciências Exatas e da Terra é formada pelos Instituto de Ciências Exatas e o Instituto da Computação, com 14 cursos de graduação e nove de pós-graduação. São seis mestrados e três de doutorado. Há mais cinco cursos de graduação nos Campi de Coari, Humaitá e Itacoatiara. As Ciências Exatas e da Terra têm 46 grupos de pesquisa. Destes grupos 04 (quatro) versam em suas linhas de pesquisa

sobre a questão ambiental. No entanto, um deles não é da CET, assim somam apenas 03 grupos de pesquisa o que equivale à 7% do total de grupos. Dos grupos dois encontram-se em Manaus e um em Benjamin Constant.

A área de Ciências Humanas é formada pelo Instituto de Ciências Humanas e Letras. São 11 departamentos com 21 cursos de graduação e oito de pós-graduação. E ainda seis mestrados e dois doutorados. Há mais três cursos de graduação nos Campi de Benjamin Constant e Parintins. As Ciências Humanas têm 68 grupos de pesquisa. Destes grupos 08 (oito) versam em suas linhas de pesquisa sobre a questão ambiental; o que equivale a 12% do total de grupos. Dos grupos dois encontram-se em Humaitá e seis em Manaus.

A área de Ciências Sociais Aplicadas é formada pela Faculdade de Direito, Educação, Estudos Sociais e Psicologia. São 11 cursos de graduação e oito de pós-graduação, e ainda cinco mestrados e três doutorados. Há mais seis cursos de graduação nos Campi de Benjamin Constant, Humaitá e Parintins. As Ciências Sociais Aplicadas têm 24 grupos de pesquisa. Destes grupos 10 (dez) versam em suas linhas de pesquisa sobre a questão ambiental; o que equivale a 42% do total de grupos. Todos os grupos estão localizados na UFAM de Manaus.

A área de Engenharias é formada pela Faculdade de Tecnologia. São 12 cursos de graduação e quatro de pós-graduação em nível de mestrado. Há mais quatro cursos de graduação nos Campi de Humaitá e Itacoatiara. As Engenharias têm 13 grupos de pesquisa. Destes grupos 05 (cinco) versam em suas linhas de pesquisa sobre a questão ambiental; o que equivale a 39% do total de grupos. Destes um encontra-se em Humaitá e quatro em Manaus.

A área de Linguística, Letras e Artes é formada por três departamentos do Instituto de Ciências Humanas e Letras. São 10 cursos de graduação e três de pós-graduação, sendo dois em nível de mestrado e um de doutorado. Há mais dois cursos de graduação nos Campi de Benjamin Constant e Humaitá. Esta área tem 11 grupos de pesquisa. Destes grupos nenhum versa em suas linhas de pesquisa sobre a questão ambiental.

Expostos estes dados temos em um panorama geral em que dos 236 grupos de pesquisa da Universidade Federal do Amazonas, 38 (trinta e oito) versam em suas linhas de pesquisa sobre a questão ambiental, o que equivale a 16% do total geral. Este é um panorama preliminar de esforços de pesquisa científica que envolvem o tema da questão ambiental na Universidade Federal do Amazonas.

Isto posto, verifica-se que o campo ambiental se institui enquanto um espaço de forças onde se conflitam diversos agentes com interesses de classe e grupos sociais

específicos para assegurar a hegemonia de orientação do desenvolvimento das ciências, das políticas de Estado e dos rumos da economia da sociedade. Estes agentes sociais – os cientistas – e espaços sociais – a universidade e grupos de pesquisa – assumem, por vezes, interesses opostos e em condições de legitimidade diferentes constituindo uma das características do campo ambiental.

O entendimento da noção *campo* é baseada nas reflexões teóricas elaboradas por Pierre Bourdieu (2004; 2007; 2011). Para o autor o campo está relacionado à relações objetivas ocupadas pelos agentes sociais, que determinam a forma de interagir num determinado espaço social. Conforme Miceli (2011), a concepção de *campo* de Bourdieu deriva da forma como concebe a imagem de sociedade, esta é “[...] como um campo de batalha operando com base na força e no sentido, ou melhor dando ênfase na força do sentido” (p. LIII).

Este campo opera baseado na luta pela aquisição de plano material mediado pelas relações de mercado (propriedade, trabalho, lucro); e de um plano de luta simbólica entre as classes dominante e dominada, também composta por diversos grupos sociais, que travam relações de conflito pela legitimidade de uso dos valores últimos que serão materializados na vida social em diversos âmbitos, portanto, conflitam para assegurar um estado de dominação simbólica. A dominação simbólica cria a “[...] existência de agentes treinados e ordenados segundo uma hierarquia interna de posições capaz de dar conta de suas disposições, práticas e discursos” (p. LIII). Estes planos se inter-relacionam proporcionando o sistema hegemônico de dominação política e simbólica. Portanto, compreender a gênese social de um determinado campo prescinde da elucidação dos aspectos materiais e simbólicos.

No âmbito da existência de um campo ambiental, a noção de campo induz a compreender quais os elementos constituintes e instituintes do campo. Neste sentido, o campo ambiental se institui enquanto um espaço de forças onde se conflitam diversos agentes com interesses de classe e grupos sociais específicos para assegurar a hegemonia de orientação do desenvolvimento das ciências, das políticas de Estado e dos rumos da economia da sociedade.

Para o estudo de uma determinada esfera social a noção de campo funciona como um universo intermediário. Neste universo os agentes e as instituições se produzem e reproduzem. As análises sobre determinada produção científica obedecem a determinações que envolvem o texto e o contexto, mas há uma lacuna intermediária onde o processo de efetiva; esta lacuna é o universo onde se relacionam as determinações de um texto, as escolhas dos agentes, os diversos agentes sociais e institucionais das ciências, o contexto, as intersubjetividades e objetividades da prá-

tica científica. Esse universo que é o campo “obedece a leis sociais mais ou menos específicas [...] a noção de campo esta aí para designar este espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas.” (Bourdieu, 2004, p. 20)

Neste sentido, é possível fugir de uma argumentação simplista de contexto e texto, e vice-versa; a noção de campo ganha flexibilidade e fluidez para pensar as múltiplas relações que envolvem uma dada realidade social. No campo científico existe, portanto, uma autonomia que envolvem o micro e macro das relações sociais; e mesmo as internas no próprio campo científico. Um exemplo de relativa autonomia interna no campo científico são as disciplinas, que embora autônomas, guardam uma relação de interdependência necessária à existência da ciência.

O campo ambiental configura-se pela existência de relações complexas que envolvem elementos materiais e simbólicos; as relações macro e microsociais, neste caso, seria importante uma análise que considere, também, como os cientistas forjam a partir de sua trajetória social individual e coletiva, os conceitos e ideias que mobilizam o fluxo circulatório³ da ciência na área ambiental, como: Autonomização (os seus pares no campo mais estrito ambiental, mas ao mesmo tempo mais amplo da ciência); Mobilização do mundo material (que são os instrumentos materiais sem os quais a prática científica: financiamentos, laboratórios e toda a gama de materiais indispensáveis à prática científica); Aliados (funcionários e os pesquisadores das mais diversas áreas disciplinares disciplinados para sustentar a prática científica no interior dos grupos); Representação pública (consiste na sociedade civil organizada ou não, neste caso os líderes de comunidades rurais).

Neste sentido, o estudo de trajetórias sociais de cientistas torna possível pensar existência de um campo ambiental, pois podem evidenciar estratégias, posições, composição de forças no campo, que podem ser narrados e analisados.

A análise de uma trajetória pode ser reveladora de determinados processos sociais; é uma forma de verificar como os agentes sociais dão o seu colorido a história social coletiva; e, possível ainda perceber as articulações entre o micro e macro da realidade social. Os agentes contribuem para constituir uma campo particular ao mesmo tempo que estão agentes as regras do campo e as demandas impostas pela organização mais ampla da sociedade moderna.

Considerações Finais

Não é possível e nem deve-se ignorar o que ciência produziu para o bem ou para degradação da sociedade moderna capitalista. A deusa ciência moderna que se tornou a forma privilegiada de conhecimento sobre o mundo trouxe consequências ambivalentes que podem ser verificadas em nosso contexto sócio-histórico e podem ser visualizadas em duas dimensões. A primeira dimensão é no plano social que no qual observou-se a hegemonia de uma forma de sociabilidade específica: civilização moderna burguesa, que suplantou outras formas possíveis de sociabilidade. A segunda dimensão é plano epistêmico no qual houve a hegemonia da ciência moderna em detrimento de outras formas de experiências de produção da verdade.

No entanto, se por um lado a ciência possui uma autonomia enquanto campo social; existe uma inter-relação com o macrocosmo social que não pode ser negligenciada. É nesta relação que se faz necessário pensar como o processo de crise ambiental afetou o campo científico, neste caso, sinalizamos a formação do campo ambiental. Este novo campo requer investigações que possam elucidar sua configuração de poder, os agentes sociais envolvidos e características. Uma das alternativas profícuas a este empreendimento é o estudo das trajetórias sociais, que servem como possibilidade de um estudo da ciência a partir de casos particulares.

Assim, pensar a ciência contemporânea em contextos como a Amazônia, requer estabelecer as articulações entre o macrocosmo social e o microcosmo da produção científica. Cabe aqui uma vigilância e reflexividade permanente para compreender as pressões que o debate em torno da questão ambiental exerce sobre o campo científico, grupos de pesquisa e os cientistas; e ao mesmo tempo como os grupos de cientistas que trabalham com o ambiente exercem pressão internamente no campo científico por meio da correlação de forças inerente ao campo. Portanto, a produção da pesquisa científica sofre as pressões advindas da questão ambiental, ao mesmo tempo em que pressiona por mudanças na forma como se organiza essa sociedade.

Dukheim e Weber sinalizaram condicionantes importantes que permearam o surgimento da sociedade capitalista e suas vinculações que culminaram em nova forma de organização do trabalho intelectual. Cada um, de modo particular, tangenciou sobre como a nova civilização que se instaurava trazia consigo uma nova proposta para organização dos sistemas de classificação do mundo. A forma como a ciência moderna deitou raízes na forma de conceber o mundo tem profundo impacto na vida cotidiana e social, elementos que por conta do momento histórico, infelizmente, não foram trabalhados pelos autores. Contudo, autores mais contemporâneos

como Adorno, Boaventura, Morin, Latour (não desenvolvido neste texto) entre outros tem realizado contribuições significativas para a compreensão dos processos que envolvem o desenvolvimento da ciência.

Não obstante, as discussões postas neste breve artigo, o sistema capitalista segue em suas crises cíclicas tanto no campo social como no campo científico. As condições sócio-históricas permitem visualizar de forma mais contundente e aberta o fragilidade e a crise deste modelo de sociabilidade e de ciência vigentes. Contudo, o campo científico é uma arena aberta aos confrontos e possibilidades nesta aventura que é o conhecimento humano.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri. **Conflitos Ambientais**: a atualidade do objeto. In:_____. Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ADORNO, Theodor. **Educação e Emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BORDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Trad. Denice Bárbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BRITO, Rosa M. **100 anos UFAM**. Manaus: EDUA, 2009.

CALEGARE, Marcelo. G. A.; SILVA JÚNIOR, N. **Progresso, Desenvolvimento Sustentável e abordagens diversas de desenvolvimento: uma sucinta revisão de literatura**. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 24, p. 39-56, jul./dez. 2011. Editora UFPR.

CAMARGO, Ana Lúcia. **Desenvolvimento Sustentável: dimensões e desafios**. São Paulo: Papirus, 2003.

CHAVES, Maria. P. S; RODRIGUES, Débora. **Desenvolvimento sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo**. INTERAÇÕES: Revista Internacional de Desenvolvimento Local. v.8, p.99-106.set. 2006.

DESCARTES, René. **Discurso sobre o método**. Trad. Ciro Mioranza. São Paulo: Escala Educacional, 2006. (Série Filosofar)

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Trad. Eduardo Brandão. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Biblioteca Vértice 1990.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, STEVE. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Trad. Angela Ramalho Vianna. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LATOUR, Bruno. **Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2001.

LEFF, Enrique et al. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEITE LOPES, José Sérgio. **A ambientalização dos conflitos em Volta Redonda**. In: ACSELRAD, H (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

_____. **Sobre os processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação**. In: Horizontes Antropológicos. Ano 12, n. 25. Porto Alegre: PPGSA/IFCH/UFRGS, 2006.

MICELI, Sérgio. **Introdução: A força do sentido**. In: BORDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Trad. Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio. 14 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falava Zaratustra: um livro pra todos e para ninguém**. Trad. Antonio Carlos Braga. São Paulo: Escala, 2008. (Coleção grandes obras do pensamento universal)

SANTOS, Boaventura. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes**. In: SANTOS, Boaventura e MENESES, Maria (orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Da ciência moderna ao novo senso comum**. In: **Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática - Vol. 1)

SILVA, Marilene Corrêa da. **Metamorfoses da Amazônia**. 2ª ed. Manaus: Editora Valer, 2013.

UFAM. **Catálogo dos grupos de pesquisa de 2012 da Universidade Federal do Amazonas**. Pró-Reitoria de Pós-graduação – Manaus: UFAM, 2012.

VEIGA, José Eli da. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor**. São Paulo: Editora SENAC, 2010.

WEBER, Max. **A ciência como vocação**. Trad. Waltensir Dutra. 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982. (p. 154-183)

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

*Eloi Martins Senhoras **
*Max André de Araújo Ferreira ***
*Manoel M. da Silva Neto ****
*Michel Araujo Okazawa *****
*Mislene Sousa de Moura ******

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE PARA AS FINANÇAS PESSOAIS, COM ÊNFASE EM JOVENS

Introdução

A educação financeira das pessoas naturais é a ferramenta utilizada para influenciar nas decisões de utilização e gerenciamento de recurso, de planejamento financeiro, de cartão de crédito, de cheques, e de qualquer disponibilidade que a pessoa natural tenha à sua disposição.

Em todo momento a pessoa natural está diante de tomadas de decisões, financeiras ou não, e essas decisões estão, em sua maioria, evadas de sentimento, emoções, e necessidades diversas que de alguma forma influenciaram para determinadas decisões. Quando se toma decisões financeiras é importante que essas sejam motivadas pela razão e pelo planejamento prévio, do contrário tais decisões podem levar o portador do patrimônio ao aperto de liquidez, ou seja, dificuldade de honrar suas obrigações.

Diante do exposto é possível verificar a importância do tema educação financeira, pois o conhecimento financeiro possibilita um bem estar pessoal ao evitar o endividamento, o gerenciamento racional das origens e das aplicações de recursos é fundamental para o equilíbrio financeiro. Porém a falta de conhecimento para gerir seu próprio dinheiro acaba levando às pessoas ao endividamento, portanto, por isso deve-se desde cedo conhecer e saber usar os instrumentos das finanças pessoais.

Partindo deste princípio, encontra-se na escola, o ambiente ideal para o ensino dos métodos de controle dos gastos pessoais, uma vez que, ela é o principal meio

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: eloisenhoras@gmail.com

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: max.ferreira@ufr.br

*** Universidade Federal de Roraima.

**** Universidade Federal de Roraima.

***** Universidade Federal de Roraima.

de aprendizado e inclusão social, entretanto, a maioria delas foca o ensino em disciplinas básicas como matemática, geografia, história etc., não fazendo uma relação com as finanças.

Diante desse pensamento, e considerando a importância da educação financeira na escola, a de demonstrar os objetivos e métodos ligados à educação financeira como um todo e a preocupação de que nem todos os alunos têm condições de utilizar os instrumentos das finanças pessoais como uma ferramenta para gerir sua renda e dando mais controle ao seu patrimônio, surge o seguinte problema qual a concepção dos alunos do Ensino Médio da Escola de Aplicação da Universidade Federal de Roraima sobre Contabilidade e Finanças Pessoais?

Frente a esse problema, esta pesquisa possui como objetivo geral identificar a concepção dos alunos da Escola de Aplicação da Universidade Federal de Roraima sobre contabilidade e finanças pessoais, sendo os objetivos específicos os seguintes: 1) Identificar se os alunos da Escola de aplicação da Universidade Federal de Roraima veem a contabilidade como um instrumento de controle das finanças pessoais; 2) Verificar a noção dos alunos quanto a disciplina de finanças pessoais; 3) Verificar o grau de importância que os alunos atribuem à educação financeira e a inserção da educação financeira na escola.

O estudo se desenvolve em cinco partes, a saber: (i) introdução; (ii) referencial teórico em que trata da contabilidade como forma de controle do patrimônio da pessoa natural, finanças pessoais, educação financeira no Ensino Médio e educação financeira no ensino da contabilidade; (iii) metodologia; (iv) análise dos resultados; (v) considerações finais, e por fim as referências bibliográficas.

1. *Referencial teórico*

1.1. *A contabilidade como forma de controle do patrimônio da pessoa natural*

É uma tarefa inexorável precisar o surgimento da contabilidade, o que se pode concluir, é que esse surgimento se confunde com o desenvolvimento do homem, Schmidt & Santos (2008) anotam que em sítios arqueológicos do Oriente Próximo foram encontrados artefatos que lembram um sistema contábil utilizado entre 8000 e 3000 a.C.

Esses artefatos encontrados, segundo os autores supracitados eram pequenas fichas de barro, essas descobertas revelaram fatos dardivosos para a contabilidade, tributando a essa ciência o mérito de propulsora da criação da escrita e a contagem abstrata.

Nos anos 4.400 a.C. as fichas se tornam mais complexa com cortes na forma de linhas ou pontuações, aparecendo no formato antigo, bem como em novos formatos, coincidindo com a origem do Estado, indicando a necessidades de uma complexa acurácia contábil, ou seja uma conferência complexa de estoque (SCHMIDT & SANTOS, 2008).

A preocupação com a Contabilidade surgiu, então, desde que o homem passou a possuir bens em grandes quantidades, vindo à tona a necessidade de controlá-los e administrá-los de forma eficiente. Porém, pelo fato do homem não ter, ainda, a habilidade de escrever ele desenvolveu a escrita artística, para registrar suas atividades durante o dia (SCHMIDT; SANTOS, 2008).

Nesse contexto ensina Lopes de Sá (2006, p. 22) que,

Com o uso de sua arte, o homem primitivo passou a evidenciar a riqueza patrimonial que detinha em inscrições nas paredes das grutas (onde produziu pinturas) e também pedaços de ossos (por meio de riscos ou sulcos), utilizando-se dos instrumentos de que já dispunha.

Ainda segundo o mesmo autor o desenho do animal ou do objeto representava a natureza da utilidade que o homem primitivo havia conquistado e guardara; os riscos que acompanhavam alguns desenhos denunciavam a quantidade existente, a junção dos desenhos com os riscos, indica o surgimento da *conta primitiva*.

Dessa forma, em uma lição exemplar, o autor ensina que nasceram os registros de uma escrituração contábil, pois quantificava e evidenciava a riqueza patrimonial do indivíduo ou de sua família.

Partindo desses ensinamentos é possível perceber a importância da contabilidade para o controle e gerenciamento do patrimônio das pessoas naturais; importância que cresceu ao longo dos anos, tendo em vista que o patrimônio das pessoas naturais vem evoluindo, e as operações realizadas, nesse se tornam cada vez mais complexas. (LOPES DE SÁ, 2006).

Nesse sentido Iudícibus (2010, p. 01) ensina que a contabilidade na qualidade de ciência socialmente aplicada, dispõe de metodologia especialmente concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos patrimoniais, de qualquer entidade, até mesmo das pessoas físicas (naturais).

Explicando sobre a importância da informação contábil para os usuários Iudícibus (2010, p. 04) ensina que

A contabilidade não deixa de desempenhar seu papel de ordem e controle das finanças também no caso dos patrimônios individuais. Frequentemente, as pessoas

esquecem-se de alguns conhecimentos de Contabilidade e Orçamento que muito as ajudariam no controle, ordem e equilíbrio de seus orçamentos domésticos (**grifo nosso**).

Com efeito, é possível depreender dos conceitos explanados que a contabilidade surge em meio a complexidade dos patrimônios, a evolução constante em numerários dos patrimônios pessoais, e ainda a complexidade das operações realizadas pelas pessoas naturais, como um instrumento de planejamento e controle, e ainda como gerador de informações para influenciar na tomada de decisão.

Embora a contabilidade seja importante para as pessoas naturais, poucas pessoas utilizam esse conhecimento, conforme o auto citado acima, elas frequentemente esquecem os conhecimentos de contabilidade. Segundo Kiyosaki e Lechter (2000, p. 22),

Assuntos como Contabilidade e investimentos são importantes para a vida das pessoas, **mas essas sabem muito pouco sobre o assunto**, pois as escolas se concentram nas habilidades acadêmicas e profissionais, mas não nas habilidades financeiras. Isso explica porque médicos, gerentes de banco e contadores inteligentes que tiveram ótimas notas quando estudantes terão problemas financeiros durante toda a sua vida (**grifo nosso**).

Diante de tal pensamento é possível concluir que as pessoas naturais, em sua formação escolar, necessitam não só de habilidades acadêmicas e profissionais, mas também de habilidades financeiras, e isso nos leva a refletir sobre a importância da educação financeira nas escolas.

1.2. *Finanças pessoais*

Os termos finanças pessoais designam muito mais do que a ideia restrita e pequena de salário, comissões, economias, e depósitos em poupanças.

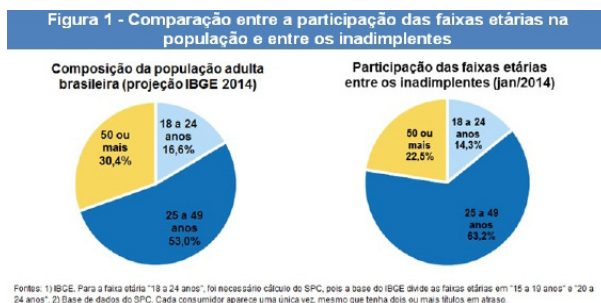
Esse termo designa a organização e o controle racional das entradas e saída de recursos financeiros, e esses recursos podem ser de diversas origens, ou seja, é um ramo de estudos que busca encontrar meios controlados e avaliados de melhorar o rendimento das finanças, de planejar o futuro financeiro, uma melhor forma de aplicar os recursos auferidos por uma pessoa natural.

Nesse sentido Monteiro (2011, p. 2) ensina que finanças pessoais “é tudo que está relacionado à gestão do próprio dinheiro, passando pela organização de contas, administração das receitas, das aplicações financeiras, previsão de rendimentos e priorização de investimentos.”

Corroborando com o autor supracitado Lucena e Marinho (2013, p.4) leciona sobre a importância do ramo de estudo das finanças pessoais:

Esse ramo cuida do planejamento da renda pessoal, quanto desta deve ser utilizada para as despesas gerais, a parcela a ser destinada à poupança para as eventualidades e momentos de crise, como também os investimentos que podem ser realizados a fim de se obter rentabilidade e alcançar sonhos materiais.

Depreende-se dos argumentos citados acima a importância e a utilidade do estudo das finanças pessoais. É comum em alguns programas de rádio ou nos televisivos a presença de especialistas no assunto de finanças pessoais, dando dicas à população sobre como evitar o endividamento, como investir melhor o dinheiro, como planejar o uso do dinheiro, porém essas dicas não são suficientes, conforme o gráfico apresentado pelo Serviço de Proteção ao Crédito – SPC a porcentagem da população brasileira dividida por faixa etária e a porcentagem de credores de cada faixa etária da mesma população.



Fonte: SPC BRASIL

Tendo como base os índices é possível concluir que existe a necessidade da população ser informada, ensinada, e treinada para melhor realizar o uso da sua renda.

Observando a porcentagem de participação dos jovens de 18 a 24 anos na população brasileira, e levando em conta a porcentagem desses que são inadimplentes, surge a importância do ensino das finanças pessoais

É perceptível a necessidade de instituir na educação básica disciplinas e atividades direcionadas para a educação financeira. Assim, aumenta a responsabilidade da escola por ser um ambiente de transmissão do conhecimento e formação de cidadãos, sendo dela a incumbência de educar financeiramente seus alunos, interagindo com a vivência dos mesmos, capacitando-os não apenas para o meio acadêmico, mas para a própria vida (LUCENA e MARINHO, 2013).

1.3. Educação financeira no ensino médio

A educação financeira é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade justa e equilibrada. A sua ausência denomina-se analfabetismo financeiro, um dos males que mais atinge a população do mundo capitalista.

O consumo incentivado pela mídia, pessoas e lugares abre espaço para decisões precipitadas em que o desejo é quem determina as escolhas de cada ser humano.

Uma parcela desta sociedade se mostra como a mais vulnerável às seduções do mercado, os jovens. Sendo bombardeados pelos incentivos da moda e as novidades tecnológicas, são pessoas constantemente submetidas a oportunidades de consumo, na maioria das situações, desnecessário (MASSARO, 2013).

Grande parte desses jovens acredita que é cedo para falar de dinheiro, afinal, esta é a fase de curtir a vida, entretanto, quanto mais cedo ocorrer o aprendizado do funcionamento do dinheiro, menor será a preocupação com problemas financeiros no futuro (KIYOSAKI; LECHTER, 2004).

Para que os jovens tenham em mente a importância do conhecimento financeiro, é fundamental que na educação básica seja introduzida a educação financeira, pois esta tem a função de preparar as futuras gerações para que tenham a capacidade de tomar as decisões financeiras que forem necessárias ao longo de suas vidas.

Conforme destaca Cerbasi (2013), ensinar sobre o dinheiro é estimular a organização financeira de cada pessoa, de forma que a disciplina seja exercitada para que os desejos de consumo não ultrapassem os limites e, assim, uma vida equilibrada e de qualidade seja alcançada, não apenas no futuro, mas também no presente. Para o consultor financeiro é necessário um extremo cuidado para que a escola não transforme consumidores compulsivos em poupadores compulsivos.

Com o objetivo promover a educação financeira e fortalecer a cidadania, o governo federal através do decreto nº 7.397/2010 instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, a qual possui como finalidade o desenvolvimento de projetos para crianças, jovens e adultos, sendo as escolas os principais alvos para sua implantação.

Além da Estratégia Nacional de Educação Financeira, outra providência tomada pelo Governo Federal foi o Projeto de Lei 171/09, cujo objetivo é a inclusão da educação financeira no currículo de escolas do ensino fundamental e médio (DSOP, 2013).

Essas medidas visam atingir a raiz do problema, pois quanto mais cedo se aprender os princípios de finanças e suas ferramentas, menores serão as possibilidades de

uma vida financeira difícil. Os jovens só têm a ganhar com essa mudança cultural, uma vez que se encontram na fase de decidir qual profissão seguir, é o momento em que cada um tomará decisão de qual caminho traçará para construir o seu futuro.

1.4. *Educação financeira no ensino da contabilidade*

A contabilidade, na qualidade de ciências que estuda, controla e gerencia o patrimônio é predominantemente utilizada para gerenciar o patrimônio de pessoas jurídicas, ou para assessorar grandes investidores nas suas tomadas de decisão. Porém, conforme o primeiro tópico deste artigo é possível concluir que a contabilidade desde o seu surgimento é utilizada como instrumento de gerenciamento do patrimônio da pessoa natural.

Embora o conceito de Contabilidade atribuído pela Resolução CFC nº 560, de 28 de outubro de 1983 englobe em seu objeto de estudo o patrimônio da pessoa natural, o ensino desta ciência concentra-se no controle patrimonial das pessoas jurídicas.

Isso pode ser justificado pelo fato de que no Brasil a contabilidade começou a ser utilizada em uma fase que o comércio evoluiu e passou a demandar um maior controle sobre suas operações, dessa forma a contabilidade surgiu como instrumento perfeito para fornecer informações que possibilitassem o exercício desse controle (GAIO; MARTINS, 2013).

Devido ao ensino contábil nas instituições de ensino superior limitar-se à aplicação no campo empresarial, o acadêmico de Ciências Contábeis prepara-se, para o mercado, onde as pessoas jurídicas são o seu principal campo de atuação. Em consequência disso, essa Ciência deixa de exercer um papel fundamental, o de contribuir para uma sociedade menos desigual, com consumidores responsáveis, ou seja, deixa de lado a sua função social (FREITAG et al.,2008).

Uma ciência nasce para beneficiar toda uma sociedade, sendo assim, a contabilidade, tida como uma ciência social, não é destinada apenas para auxiliar pessoas jurídicas a elevarem os seus lucros, nem esta é a única forma de contribuir para o desenvolvimento econômico de uma região.

A contribuição da Ciência Contábil com a sociedade dar-se, também, por meio do auxílio a cada cidadão na compreensão do comportamento e conhecimento da composição do seu patrimônio pessoal. Isso se mostra como outra forma de contribuir para o bom funcionamento da economia do país, pois ao tomar conhecimento do montante dos seus recursos e conscientizar-se do quanto poderá gastar, evita-se,

dessa forma, um dos maiores problemas decorrentes da ausência de educação financeira, o endividamento (GAIO; MARTINS, 2009).

Com base nisso, é facilmente visível a importância de se tratar de finanças pessoais nos cursos de nível superior de Contabilidade, uma vez que, os estudantes podem agir como disseminadores das técnicas de gestão do patrimônio pessoal. Quanto mais pessoas forem conscientizadas sobre o uso do seu dinheiro, maiores podem ser as possibilidades de construção de uma sociedade melhor para viver.

2. Metodologia

Uma pesquisa trata-se de uma busca por respostas para um determinado problema apontado, quando não há informações sobre o tema ou quando a informação disponível é limitada (GIL, 2010).

A presente pesquisa visa identificar as características financeiras pessoais dos alunos do Ensino Médio da Escola de Aplicação da Universidade Federal de Roraima, tratando-se de uma pesquisa quantitativa e possuindo quanto aos objetivos um caráter exploratório e descritivo, e classificando-se no que se refere aos instrumentos empregados em bibliográfica e levantamento.

Segundo Martins Junior (2012), uma pesquisa exploratória é realizada quando um tema, por ser novo, não possui fontes suficientes. Enquanto que, uma pesquisa descritiva objetiva identificar e analisar as características do objeto de estudo escolhido.

A pesquisa bibliográfica se baseia no levantamento do conhecimento científico existente na área, isto é, visa conhecer quais os estudos realizados anteriormente sobre o tema em questão (OLIVEIRA NETTO, 2008). Este estudo utilizou como fonte bibliográfica livros, artigos científicos, materiais da *internet*, entre outros.

O levantamento trata-se da solicitação de informações a um determinado grupo de pessoas acerca do problema estudado para, posteriormente, proceder-se a análise quantitativa dos dados coletados e, assim, chegar a uma conclusão (GIL, 2010). Quanto ao levantamento, utilizou-se um questionário com perguntas fechadas devidamente validado pelos professores do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Roraima.

Segundo Lakatos (2010), o universo da pesquisa trata-se de um conjunto de indivíduos com uma ou mais características em comum.

A presente pesquisa teve como universo os alunos de 1º, 2º e 3º da Escola de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. A amostra segundo Lakatos corresponde a uma parcela do universo escolhida.

Nesse estudo foram aplicados questionários com todos os alunos da Escola de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. O total de matriculados é de 160 alunos. Deste número foram aplicados 144 questionários. Excluindo-se desse total os questionários respondidos de forma incompleta ou incorreta, obteve-se uma amostra de 127 estudantes.

3. Resultado e análise dos dados

Esta sessão tem por finalidade apresentar os resultados obtidos com a aplicação dos questionários.

3.1. Caracterização do público

Dos entrevistados, foi possível constatar que 62% são do público feminino e 38% correspondem ao público masculino.

Outro dado diz respeito à série cursada pelos estudantes. Através do gráfico abaixo pode-se observar que há um equilíbrio no número de alunos por série.

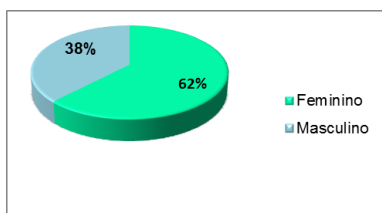


Gráfico 1: Sexo

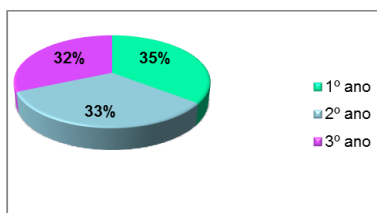


Gráfico 2: Série

3.2. Dados da pesquisa

Conforme pode ser observado no gráfico 3, cerca de 72% dos estudantes já conversam sobre finanças pessoais com seus familiares, entretanto, desse total apenas 24% afirmam que esse assunto é discutido com frequência, enquanto 48% conversam esporadicamente sobre o tema. Esse percentual pode ser explicado pela falta de uma maior intimidade da família com a área, fato que se torna ainda mais claro diante do percentual de 14% dos alunos que não conversam com os pais sobre finanças.

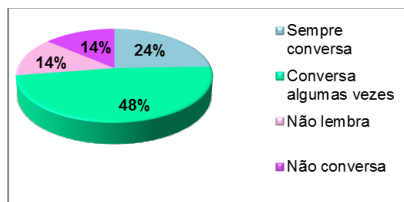


Gráfico 3: Diálogo com a família sobre finanças pessoais

Quando questionados se conheciam ou já tinham lido algum livro de finanças pessoais apropriado às suas idades, mais da metade respondeu que nunca leu e nunca ouviu falar. Cerca de 41%, apesar de já terem ouvido falar de livros sobre a área, também nunca leram. Apenas 8% dos entrevistados já leram algum livro de finanças pessoais. Diante desses resultados, pode-se destacar a influência da escola. O baixo percentual de alunos que já leram livros sobre o tema deve-se ao fato de que a educação financeira ainda é vista como algo novo no ensino escolar não só do Estado, mas do Brasil como um todo.

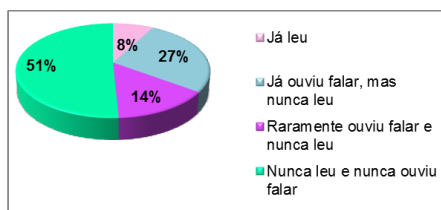


Gráfico 4: Conhecimento ou leitura de livro de finanças pessoais para jovens

O gráfico 5 demonstra o grau de interesse dos alunos em aprender finanças pessoais. Grande parte declara ter interesse em conhecer a área, sendo que 45% afirmaram ter muito interesse e 38% têm pouco interesse, enquanto apenas 8% manifestaram-se indiferente e 9% não possuem nenhum interesse no aprendizado do assunto.

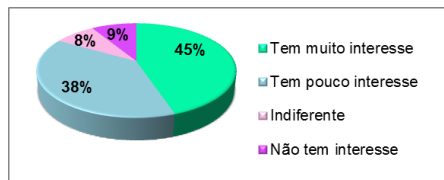


Gráfico 5: Interesse no aprendizado das finanças pessoais

Enquanto 40% dos respondentes afirmam ter participado de eventos relacionados ao tema, uma parcela considerável de 42% declara não ter participado de nenhum curso ou palestra. Esse resultado pode ser interpretado como certa deficiência por parte da instituição na promoção de eventos voltados para a área.

Questionados sobre a concordância ou não do ensino da Educação Financeira nas Escolas, apenas 3% dos alunos discordam parcialmente, 19% manifestaram-se indiferentes quanto ao ensino, contra 48% que concordam plenamente e 33% que concordam parcialmente. Sendo assim, grande parte dos alunos entrevistados concorda que a Educação Financeira deve fazer parte do ensino escolar.

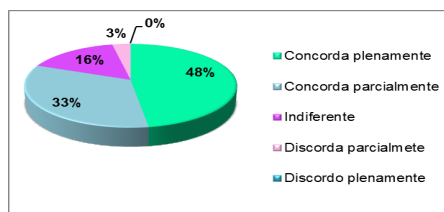


Gráfico 7: Nível de concordância com o ensino da Educação Financeira na Escola

Quando perguntado aos estudantes sobre qual idade consideravam adequada para começar a se preocupar com a aposentadoria, 33% responderam que idade ideal seria de 20 a 30 anos, seguidos de 26% que acham que a idade certa para se preocupar é de 30 a 40 anos, enquanto apenas 22% consideram a idade de 10 a 20 anos a fase para começar a pensar na aposentadoria, conforme mostra o gráfico abaixo.

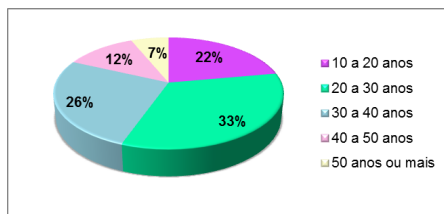


Gráfico 8: Idade para começar a se preocupar com a aposentadoria

Do quantitativo entrevistado, cerca de 71% recebem alguma quantia em dinheiro dos pais ou responsáveis, sendo que, 48% recebem frequentemente e 23% recebem às vezes.

Dentre os que recebem algum valor monetário dos pais, 35% afirmam poupar alguma quantia do valor recebido, 26% declara poupar mais da metade, contra 22% que não pouparam nada.

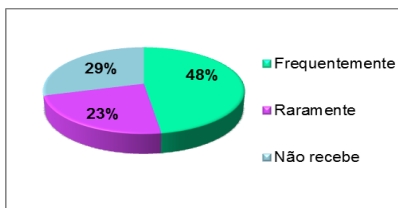


Gráfico 9: Recebimento de dinheiro periodicamente dos pais ou responsáveis

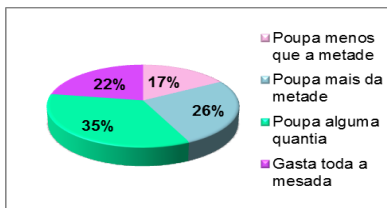


Gráfico 10: Poupança do que recebe

A questão a seguir buscou verificar se os estudantes anotavam os seus gastos como forma de controlar suas finanças pessoais. O resultado foi de 64% negativo, ou seja, a grande maioria declarou que não faz anotações do que gasta, enquanto que 26% anotam às vezes e apenas 10% dos estudantes afirmaram ter o hábito de sempre anotar os seus gastos. A considerável parcela de alunos que não anotam seus gastos pode ser atribuída à falta de conhecimento dos alunos quanto aos instrumentos de controle das finanças pessoais.

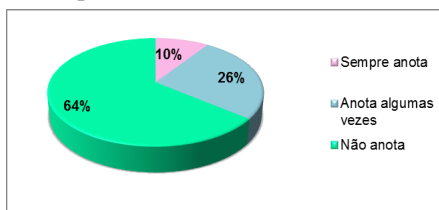


Gráfico 11: Anotações de seus gastos pessoais

O gráfico a seguir demonstra a principal utilidade do dinheiro na concepção dos alunos. Para 46% dos entrevistados, principal função do dinheiro é guardá-lo para atingir um objetivo futuro. 15% acham que a maior utilidade do dinheiro é o auxílio nos estudos, outros e 15%. Diante desses resultados pode-se observar grande parte dos estudantes ver a poupança do dinheiro como uma forma de alcançar algo que desejam no futuro.

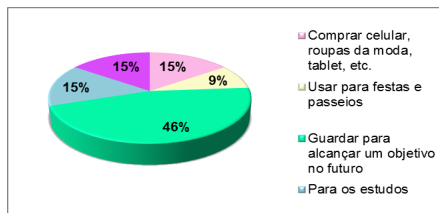


Gráfico 12: Utilidade atribuída ao dinheiro pelos alunos

Através do gráfico 12, é possível perceber que mais da metade dos entrevistados conhecem o significado da palavra poupança. Apenas 2% responderam que não sabem o que é poupança. O grande número de alunos que deram uma resposta positiva pode ser explicado pela constante divulgação por parte da mídia em relação ao tema.

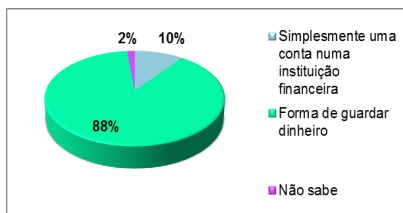


Gráfico 13: Significado de poupança

Ao questionar os alunos se eles achavam que a Contabilidade é importante para as finanças pessoais, 64% declararam que concordam plenamente com essa importância da Ciência Contábil para as finanças, enquanto 25% afirmaram que concordam parcialmente, entretanto, ao se perguntar qual profissional procurariam caso os mesmos tivessem uma quantia de dinheiro e precisassem de um profissional para orientá-los sobre a melhor forma de utilizar esse dinheiro, os estudantes apontaram o economista como o profissional mais adequado para a situação. 48% escolheriam um economista, 30% afirmaram que procurariam um contador e 23% um administrador. Diante disso, é nítido que ao mesmo tempo que os alunos tem a noção de que a Contabilidade é importante para as finanças, os mesmos não conhecem de fato o conceito de contabilidade, nem a sua função primordial que é o controle do patrimônio, seja ele da pessoa física ou jurídica.

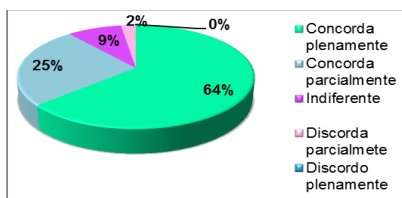


Gráfico 14: Importância da Contabilidade para as finanças pessoais

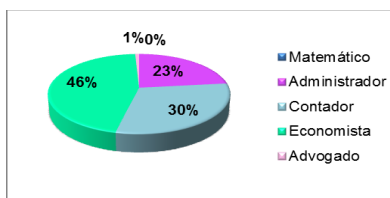


Gráfico 15: Escolha de profissional que oriente sobre a melhor forma de utilizar o dinheiro

Buscando-se conhecer o interesse dos estudantes na inclusão das Finanças Pessoais como disciplina obrigatória no Ensino Médio, obteve-se um resultado de 29% de alunos que concordam plenamente com a sua inclusão. 37% dos entrevistados concordam com a sua inserção como disciplina, mas apenas parcialmente. 15%

discordam parcialmente, 11% são indiferentes e 8% discordam plenamente com a inclusão. Os resultados mostram que apesar um número considerável de alunos serem a favor das finanças pessoais como disciplina obrigatória no ensino básico, sem nenhuma objeção, cabe ressaltar que a maioria, por motivos desconhecidos têm alguma resistência. Apesar de considerarem o ensino das finanças importante, não concordam totalmente que mesma seja incluída na escola como matéria obrigatória.

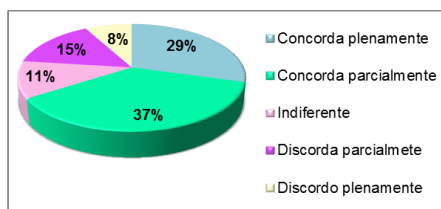


Gráfico 16: Interesse na inclusão das finanças pessoais como disciplina obrigatória no Ensino Médio

Na intenção de avaliar o grau de inteligência financeira, perguntou-se aos estudantes o que eles fariam caso quisessem comprar algo e não tivessem dinheiro para pagar à vista.

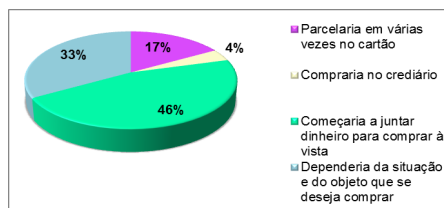


Gráfico 17: Nível de inteligência financeira

As respostas obtidas mostram um satisfatório resultado em relação ao universo entrevistado. 46% dos alunos responderam que juntariam dinheiro e comprariam o objeto desejado à vista, enquanto 33% declaram que dependeria da situação em que estivessem e do objeto em questão. Apenas 17% afirmaram que parcelariam várias vezes no cartão e 4% comprariam no crediário. Esses percentuais demonstram que os estudantes possuem capacidade de avaliação financeira. A maioria, antes de realizar uma compra, prefere esperar para comprar à vista ou avaliar qual a melhor forma de pagamento dependendo do objeto.

Considerações finais

O hábito de controlar os gastos pessoais é algo pouco comum na sociedade brasileira, mas é de suma importância para se ter uma vida financeiramente equilibrada.

O objetivo desse artigo foi identificar a concepção dos alunos do Ensino Médio da Escola de Aplicação da Universidade Federal de Roraima sobre Contabilidade e Finanças Pessoais.

Por meio da pesquisa foi possível concluir que, apesar da educação financeira ainda ser uma realidade distante no ensino médio regular, e da maioria dos alunos não possuírem conhecimento de literaturas relacionadas à área e apropriadas às suas idades, uma parcela considerável deste público possui um conhecimento básico das finanças pessoais, tais como poupar nem que seja uma pequena parcela daquilo que recebem ou esperar para comprar algo à vista, entretanto, um número considerável de alunos demonstrou não ter o hábito de anotar os seus gastos, isto é, não usam o método básico de controle das finanças. Através das perguntas aplicadas identificou-se também que os estudantes entendem que a Contabilidade tem importância no controle do dinheiro, entretanto, um número considerável de alunos não reconhece o contador como o profissional mais indicado para dar orientações relacionadas ao tema.

Foi possível ainda constatar que grande parte dos estudantes têm interesse no aprendizado das finanças pessoais e concordam com a educação financeira na escola, entretanto, apesar da maioria dos alunos concordar com a inclusão das finanças pessoais no ensino médio como disciplina obrigatória, essa concordância é parcial, talvez porque os alunos, em vez de ter a disciplina como obrigatória, prefiram ter o seu ensino como atividade extracurricular.

Como sugestão para trabalhos futuros, propõe-se a aplicação de uma pesquisa semelhante com alunos de escolas públicas estaduais, e também, com os professores, visando mensurar o grau de preparo dos mesmos quanto ao tema.

Referências bibliográficas

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)**. Banco Central do Brasil. Disponível: <www.bcb.gov.br/?ENEFDOC>. Acesso em: 12 abr. 2014.

CERBASI, Gustavo. **A Complexa Educação Financeira**. Mais Dinheiro, 2013. Disponível em: <<http://www.maisdinheiro.com.br/artigos/4/91/a-complexa-educacao-financeira>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

DSOP. Educação Financeira nas Escolas. **DSOP Educação Financeira**. Disponível em: <<http://www.dsop.com.br/escolas>>. Acesso em: 09 abr. 2014.

FERNANDES, Luciane Alves, SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo. **Fundamentos de Teoria Avançada da Contabilidade**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2005. 168 p.

FREITAG, Viviane da Costa; CRUZ, Tatyane Christine Heylmann da; SILVEIRA, Ana Carolina; PEREIRA, Dilceia Silvana Lins; DI MARIO, Karina Jorge. **A contabilidade para controle das finanças pessoais: a visão do acadêmico**. In: SemeAd: Empreendedorismo e inovação, XII, 2009, São Paulo. Anais...São Paulo: FEA-USP, 2009, p. 1-17.

GAIO, Luiz Eduardo; MARTINS, Hudmaira Stéfani Mehler. **Contabilidade aplicada às finanças pessoais**. In: Gestão estratégica: criatividade e interatividade. I, 2013, [s.l.]. Anais...[s.l.]. 2013, p.1-12.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 3334 p.

KIYOSAKI, Robert T.; LECHTER Sharon L. **Pai Rico, Pai Pobre: o que os ricos ensinam aos seus filhos sobre o dinheiro**. Rio de Janeiro: Campos, 2000. 192 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica** 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LOPES DE SÁ, Antônio – **A evolução da Contabilidade**. 2 ed. São Paulo: IOB, 2009. 496 p.

LOPES DE SÁ, Antônio – **Teoria da Contabilidade**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010. 448 p.

LUCENA, Wenner Glaucio Lopes; MARINHO, Reinele Alves de Lima. **COMPETÊNCIAS FINANCEIRAS: UMA ANÁLISE DAS DECISÕES FINANCEIRAS DOS DISCENTES NO TOCANTE AS FINANÇAS PESSOAIS**. Seminário de Administração, XVI, 2013, São Paulo. XVI SEMEAD FEA-USP, 2013.

MARTINS JUNIOR, Joaquim. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MASSARO, André. **Erros financeiros que os jovens comentem**. Exame, 2013. Disponível: <<http://exame.abril.com.br/rede-de-blogs/voce-e-o-dinheiro/2013/10/09/erros-financeiros-que-os-jovens-comentem/>>. Acesso em 12 abr. 2014.

MONTEIRO, Danilo Lima; FERNANDES, Bruno Vinícius Ramos; SANTOS, Wagner Rodrigues dos. **Finanças Pessoais: Um Estudo dos seus Princípios Básicos com Alunos da Universidade de Brasília**. In. II Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis, 2011, Rio de Janeiro.

OLIVEIRA NETO, Alvim Antônio de. **Metodologia da Pesquisa Científica: Guia prático para apresentação de trabalhos acadêmicos**. 3.ed. Florianópolis: Visual Books, 2008.

RESOLUÇÃO CFC nº 560/83. Disponível em: <www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_560.doc>. Acesso em: 04 abr. 2014.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo. **História da contabilidade: foco na evolução das escolas do pensamento contábil**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2008. 170 p.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo. **História do pensamento contábil**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2008. 179 p.

A PRESENÇA SALESIANA NA REGIÃO DO ALTO RIO NEGRO: IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO DOS INDÍGENAS

“Nós, salesianos, cumprindo a ordem do santo fundador, S. João Bosco, procuramos atrair a nós a juventude, colocando-a nos internatos, com escolas, oficinas e trabalhos agrícolas. Verificamos, pela experiência, que esse é, ainda, o melhor sistema para conduzir também os adultos à civilização e à luz do evangelho.” (Giaconne, 1949, p. 3. In: ALBUQUERQUE, 2002)

No início do século XX homens e mulheres impregnados de fervor religiosos intencionando fazer a obra de Deus se dirigiram ao Alto Rio Negro a fim de levar o Evangelho, a “civilização” e tornar os índios da região bons cidadãos e bons cristãos. Nosso artigo procura refletir sobre os efeitos que a presença salesiana teve na população da região e analisar os mesmos à luz das teorias educacionais e de relações etnorraciais, para tanto nos valemo-nos de relatos obtidos durante nossa atuação como docente de Língua Portuguesa do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Amazonas- Campus São Gabriel da Cachoeira.

1. Os salesianos: Quem são e de onde vieram?

Fundada por D. João Bosco no ano de 1869 em Turim na Itália, a Pia Sociedade de São Francisco de Sales ou Congregação Salesiana teve o objetivo original de resgatar das ruas os jovens e crianças que vieram do interior do país com suas famílias por conta do êxodo rural e foram relegados a passar fome. Vítimas da industrialização e do capitalismo no final do século XIX esses jovens encontram nas mãos dos salesianos a oportunidade de abrigo, educação e formação profissional sendo dessa forma integrados à sociedade, sendo que o foco principal da Ordem era a educação (SMILJANIC, 2002).

* Universidade Federal do Amazonas. E-mail: robert1nh4@hotmail.com

** Universidade Federal do Amazonas. E-mail: renildaaparecidacosta@gmail.com

No Brasil a ação salesiana junto às etnias indígenas tem início no final do século XIX, no Mato Grosso, onde a ordem funda uma missão para se instalar junto aos Bororo. Em 1915 D. Balzola, que dirigia a missão, é mandado para São Gabriel da Cachoeira – AM a fim de estabelecer as primeiras missões na região do Alto Rio Negro. O intercâmbio missionário era intenso e uma vasta literatura foi produzida por eles (SMILJANIC, 2002).

Entretanto a presença salesiana se deu no Brasil a partir de 1883:

“[...]a perspectiva de reestruturação evangelizadora no Brasil incluía, trazer novas ordens religiosas para a região. Assim, a vinda dos salesianos para a Amazônia atendeu às solicitações de bispos da região imbuídos do espírito da recatolização. O primeiro a formalizar o pedido à Santa Sé pela presença salesiana na Amazônia, em 1881, foi o bispo de Belém do Grão-Pará, dom Antonio de Macedo Costa. Ele desejava confiar aos salesianos o Instituto de Artes e Ofícios e Agrícola da Providência, conhecido como o “Providência”[...]. (REZENDE, 2011)

A Amazônia da chegada dos salesianos é um quadro caótico de decadência econômica. O ciclo da borracha perdia seu brilho. Nos rios regatões exploravam as populações indígenas com preços absurdos e forçando os homens a irem trabalhar nos piaçabais (REZENDE, 2011). Nesse contexto de redefinição econômica e social da Amazônia os salesianos se instalam na região e durante quase um século as missões do Alto Rio Negro levaram evangelização, educação e saúde às populações indígenas, contudo a chegada da “civilização” tinha um preço.

2. Educação e identidade nacional: A Língua Portuguesa entre os povos Indígenas

“[...]Opção por uma sociedade parcialmente independente ou opção por uma sociedade que se “descolonizasse” cada vez mais. Que cada vez mais cortasse as correntes que a faziam e fazem permanecer como objeto de outras, que lhe são sujeitos. Este é o dilema básico, que se apresenta, hoje[...] A educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação. A opção, por isso, teria de ser também, entre uma “educação” para a “domesticação”, para a alienação, e uma educação para a liberdade. “Educação” para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito.” (FREIRE, 1967)

Tendo a educação como foco principal da Ordem Salesiana cabe aqui algumas reflexões: Educação Liberta? Qualquer tipo de educação pode libertar? Quem tem acesso a essa educação que proporciona condições de sermos seres reflexivos capa-

zes de decidir por nós mesmos nossos destinos? Fomos “treinados” a acreditar que a resposta à primeira pergunta seria um sonoro sim. Sim a educação liberta, entretanto a segunda pergunta nos traz à mente imagens de modelos de educação que foram adotados no passado e que certamente não contribuíam para o crescimento do indivíduo como membro consciente da sociedade.

Nem todos os membros de nossa sociedade têm acesso a uma educação libertadora e isso se dá por fatores históricos e culturais que tentam explicar esse contexto. O Brasil em sua imensidão possui uma formação muito singular, segundo Darcy Ribeiro ela é assim constituída em sua base:

“[...] Surgimos da confluência, do entrecchoque e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos...” (RIBEIRO, 2010)

A grande massa resultante dessa confluência durante muito tempo ficou marcada como a causa do nosso atraso e a “distância evolutiva” existente entre nós e os europeus. Os primeiros teóricos estudiosos da formação da sociedade brasileira como Oliveira Vianna e Nina Rodrigues defendiam que a mestiçagem causou nosso atraso e que o branqueamento da sociedade brasileira seria a solução para nossa chegada ao patamar de civilizados. Uma onda migratória de europeus foi estimulada pelos governos do início da República. Alemães, Poloneses, Italianos chegam ao Brasil a fim de trazer o progresso tão esperado que os mulatos não foram capazes de trazer.

Nesse cenário, Gilberto Freyre influenciado por sua experiência nos Estados Unidos com o antropólogo Franz Boas, inova a teoria de formação do povo brasileiro afirmando que exatamente aquilo que os teóricos que o antecederam pregavam como ponto fraco em nossa formação, nossa mestiçagem, seria na verdade o que nos torna tão singulares. Sua obra mais editada foi *Casa Grande & Senzala* sendo criticada por muitos e igualmente admirada por outros tantos. Na fala de Fernando Henrique Cardoso a obra de Gilberto Freyre foi, é e será referência para a compreensão do Brasil (CARDOSO, 2013). Essa massa mestiça que deu origem ao que conhecemos hoje como Brasil vem sofrendo desde o início da colonização com a escravidão e a discriminação.

Na década de 30, quando Getúlio Vargas sobe ao poder pela primeira vez é colocado em prática um projeto de integração nacional onde o nacionalismo é exaltado e o sentimento de brasilidade era pressuposto para participar dessa integração. Era imperioso trazer à tona esse sentimento, toda e qualquer manifestação diferente dessa sofreria as consequências. Várias populações de origem germânica localizadas no

Sul do Brasil sofreram o chamado preconceito simbólico onde as mesmas eram rechaçadas pelo fato de estarmos em guerra com a Alemanha e por eles serem alemães. No livro organizado pela profa. Dra. Neide Almeida Fiori temos uma coletânea de textos “Etnia e educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres”; vemos entre outros o de Giralda Seyferth, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, autora de “A conflituosa história da formação da etnicidade teuto-brasileira” que aborda a questão religiosa e étnica que envolveu o povo alemão no Brasil e como essas barreiras contribuíram para o surgimento do “perigo alemão”, nesse ambiente a escola organizada pelos imigrantes ficou no meio do conflito onde, por um lado havia a tentativa de preservação cultural, por outro temos as pressões de nacionalização que atingiram seu auge no governo de Vargas. (SEYFERTH, 2003)

Em todo território brasileiro os efeitos dessa visão de patriotismo e nacionalismo pregada pelo governo teve seus efeitos. A tão esperada imigração europeia que, teoricamente, impulsionaria nosso crescimento torna-se um inconveniente e um possível perigo a nossa soberania. Na Amazônia a figura a ser abrasileirada era a dos indígenas, pois mesmo sendo naturais dessa terra eram vistos como pessoas a se tornarem verdadeiros brasileiros em virtude da grande diversidade étnica e linguística existente entre eles.

Fomos educados a acreditar que a Amazônia possui um grande vazio demográfico com áreas imensas desabitadas, hoje, através de uma visão mais reflexiva é possível observarmos que, na verdade o que ocorria era que as autoridades ao dizerem que havia um vazio demográfico a ser preenchido com colonos de outras regiões (brancos) sinalizavam que para elas os índios que ali residiam há gerações não contabilizavam como gente e sim como seres incapazes de zelar por nossas fronteiras e nossas riquezas. Em outras palavras: não havia gente morando lá, havia índios. No Norte do país o Estado não se fazia presente e através das ações da Ordem Salesiana foi possível levar o conceito de brasilidade, cidadania, e assegurar dessa forma nossas fronteiras territoriais. Ao se tornar bom cristão e bom cidadão o indígena garantia ao Estado a soberania sobre o território.

Parte integrante da identidade de um povo, a língua é um marcador importante que auxilia na delimitação das fronteiras étnicas, como afirma Weber no livro *Economia e Sociedade*, no capítulo que intitula *As relações comunitárias étnicas*, pois guardam lembranças ancestrais que articulam o passado com o presente afim de manter a unicidade do grupo. Manter essa conexão não foi fácil para os estrangeiros que imigraram para o Brasil a partir da década de 30, contudo para os indígenas que muito antes dos portugueses colonizadores já estavam aqui, a mão do Estado Colonial

e depois do Estado Brasileiro apertou mais e mais forte suas gargantas tentando descaracterizá-los e torná-los apenas brasileiros.

A imposição de um Português padrão idealizado por uma elite branca que padronizou uma das variantes da língua portuguesa como sendo a certa excluiu e colocou na marginalidade um sem número de indivíduos que não dominam o idioma, independente de serem germânicos, índios ou apenas pessoas pobres da periferia das grandes cidades. Todos esses agentes sofriram e ainda sofrem com o que Marcos Bagno chama de preconceito linguístico, este alimentado por mitos a cerca da língua portuguesa que perpetuam o mesmo (BAGNO, 2007).

Essa marca indelével da identidade étnica, a língua, permanecia na clandestinidade. Tanto os estrangeiros que aqui moravam quanto os índios que muito antes dos portugueses aqui já estavam, foram obrigados a deixar de lado esse marcador identitário e adotar a Língua Portuguesa. Entretanto, para as populações indígenas as consequências foram mais funestas. O preconceito linguístico originou gerações que renegaram a língua de seus avós como algo desnecessário e vergonhoso. Nas palavras de Marcus Maia esse preconceito é responsável pelo desprestígio dessas línguas e por seu desaparecimento.

“O preconceito de que os indígenas brasileiros são alvos por parte de muitos brasileiros não indígenas é, sem dúvida, um dos fatores responsáveis pelo desprestígio, enfraquecimento e desaparecimento de muitas línguas indígenas no Brasil.” (MAIA, 2008)

Dentro dessa visão a aplicação de pedagogias que visassem “civilizar” os índios os salesianos procuraram trazer os povos do Alto Rio Negro para junto da sociedade nacional através de uma educação cristã que renegou os valores tradicionais e procurou formar profissionalmente esses jovens como carpinteiros, pedreiros, pintores, com relação as jovens eram ensinadas a cozinhar e a costurar. Não era previsto o surgimento de um sujeito agente, capaz de determinar seu próprio destino.

Paulo Freire em sua obra “Educação como Prática da Liberdade” expõe a necessidade de incentivarmos uma educação criadora de “homem-sujeito”, sendo essa é a verdadeira vocação do homem, ser liberto, entretanto isso não aconteceria sem que as forças hegemônicas de dominação tentassem travar o processo (FREIRE, 36).

“[...] É bem verdade que, ao fazerem isto, ontem, hoje e amanhã, ali ou em qualquer parte, estas forças distorcem sempre a realidade e insistem em aparecer como defensoras do Homem, de sua dignidade, de sua liberdade, apontando os esforços de verdadeira libertação como “perigosa subversão”, como “massificação”, como “lavagem cerebral” — tudo isso produto de demônios, inimigos do homem e da civilização ocidental cristã. Na verdade,

elas é que massificam, na medida em que domesticam e endemoniadamente se “apode-ram” das camadas mais ingênuas da sociedade. [...]”(FREIRE, 1967)

Imbuídos da vontade de servir ao que acreditavam ser o verdadeiro caminho de libertação, os salesianos se embrenharam nas matas do Brasil levando o Evangelho e a “civilização” aos povos que não a conheciam. Nessa empreitada que na região do Alto Rio Negro teve início nos idos de 1914 e dura até hoje, provocou mudanças profundas nas estruturas sociais, políticas e étnicas da região.

Historicamente o Alto Rio Negro recebeu desde o século XVII a visita do colonizador que se estabeleceu ao longo do rio a fim de “evangelizar” e negociar cativos. A vila de Mariuá, hoje Barcelos, foi a capital da província do Rio Negro e sediou um posto de triagem onde o Padre Jesuíta Avogardi “inventariava” os indígenas e os encaminhava para seus destinos (WRIGHT, 2008). A documentação desse período que infelizmente encontra-se muito deteriorada, apesar dos esforços de conservação, relata uma grande movimentação de cativos negociados por etnias inimigas junto aos portugueses resultando num intenso movimento em direção aos descimentos¹ e às cidades e vilas maiores que demandavam de mão-de-obra escrava (WRIGHT, 2008).

“Em busca de escravos para a exploração de drogas do sertão, colonizadores intensificaram suas incursões pelo Médio Rio Negro no século XVII, quando, então, as populações do Alto Rio Negro começaram a conhecer objetos da cultura européia (facas, machados, etc.), principalmente por meio de comércio interétnico. Após a dizimação de etnias do Médio Rio Negro e, posteriormente, com a derrota da resistência dos índios Manáo nessa região, as agências de contato chegam ao Alto Rio Negro conduzindo processos de escravatura, violentas incursões militares e catequese realizada por distintas congregações católicas. Registra-se um hiato da presença missionária na região entre 1887 e 1914, quando chegaram os missionários salesianos que permanecem até a atualidade. Especificamente em Iauaretê, estes se instalaram no ano de 1929 (RAMIREZ, 1997).” (In: TOLEDO, GIATTI & PELICIONI, 2008)

A presença religiosa não foi uma constante na região até o século XX quando chegam os primeiros salesianos, após sua vinda muito mudou na vida e na rotina das pessoas da região. Suas línguas e identidades étnicas que já nos tempos dos colonizadores portugueses eram vistas como coisas bárbaras e inferiores, nesse momento sofrem um processo de demonização. Lideranças tradicionais como os pajés, bayá, perdem seu prestígio e o respeito das aldeias que a partir são chamadas agora de

¹ Descimentos – Prática de recrutamento inicialmente pacífico de mão-de-obra indígena que a partir do séc. XVII toma feições mais agressivas onde grupos de indígenas eram obrigados a se aldear tanto por missionários quanto por colonos. (BOMBARDI, 2011)

comunidades. Há o recrutamento dos jovens indiozinhos para serem educados pelos padres dentro da missão. Essa educação era vista pelos pais como a chance de seu filho tornar-se “igual aos salesianos”. Os resultados dessa educação são sentidos até os dias de hoje.

3. *Educação salesiana: Incursões, reflexos e reflexões:*

No final do ano de 2012 por conta da divulgação do Projeto de Plantas Medicinais encabeçado pela Profa. Dra. Cleoni a equipe do NUGLAN (Núcleo Gestor de Estudos Linguísticos e Antropológicos do IFAM/CSGC2) foi encaminhada à região do Waupés para apresentar o projeto às comunidades reunidas em Assembleia na comunidade de Loiro, próximo a Iauaretê. Nós do Núcleo de Antropologia e Linguística do Instituto Federal de Educação de São Gabriel da Cachoeira acompanhamos a equipe, onde foi possível colher diversos relatos a respeito de como se deu a implantação das missões salesianas na região em questão

No trajeto passamos por diversos sítios arqueológicos e foi possível acompanhar a evolução da viagem da Cobra-canoa até a chegada no Alto Waupés. Serra da panela, lugares míticos onde os deuses tukano travaram lutas históricas contra seres encantados que pretendiam exterminar a humanidade, tudo isso no caminho pelo rio Waupés até Loiro. Vale aqui relembrar rapidamente o mito de criação dos povos tukano para que fique clara a importância do mesmo na cultura local.

São Gabriel da Cachoeira é conhecido por possuir a maior concentração de etnias do Brasil, são vinte e três no total, e dezoito línguas ainda faladas. Essa diferenças culturais podem ser divididas da seguinte maneira: Família Linguística Tukano Oriental, Família Linguística Aruwake, Família Linguística Maku, Família Linguística Yanomami (Mapa-Livro FOIRN/ISA) e mais recentemente foi reconhecida pelo SGC Línguas a Família Linguística Tupi-guarany em virtude da presença do Nheengatu há mais de trezentos anos na região.

Os membros da família linguística tukano oriental afirmam terem um passado em comum. Sua origem mítica está ligada ao Mito da Cobra-Canoa ou Canoa da Transformação. Segundo essas etnias seus avós míticos foram trazidos do mundo espiritual para esse no ventre de uma grande cobra que começou sua jornada no Lago do Leite (onde hoje é a Baía da Guanabara no Sudeste) e foi subindo pelo litoral. Toda vez que ela saía do rio subterrâneo por onde estava transitando para respirar ela deixava um pedaço da humanidade nesses lugares. Assim foi até sua che-

gada à região do Waupés, na Cachoeira de Ipanoré onde o restante da humanidade “desembarcou” dando origem aos povos que lá vivem. A hierarquia e a aplicação de critérios de casamento bem como alianças e arranjos sociais tiveram origem da relação que essas etnias desenvolveram em virtude de sua origem mitológica.

De certa forma a Cobra-Canoa que as “gestou” foi responsável pela configuração das relações etnorraciais da região. As demais Famílias Linguísticas e as respectivas etnias que delas fazem parte também tiveram uma origem mítica, entretanto, não são considerados “parentes” pelos povos tukano por não terem sido abrigadas pela Cobra. De forma extremamente resumida esse é o mito de criação dos povos tukano. Quando as estruturas étnicas talhadas no decorrer de várias gerações são colocadas à prova pela presença salesiana nós vemos a mudança em diversas formas de relações que antes eram regidas por regras deixadas pelos “legisladores”, pelos avós da humanidade, como as regras de casamento interétnico e a reverência aos valores ancestrais. A herança da Cobra-Canoa vai sendo, pouco a pouco deixada de lado.

A presença salesiana marcou e ainda marca a vida das pessoas da região. Anteriormente a essa viagem tive a oportunidade de conhecer a comunidade yanomami de Maturacá onde os missionários também se estabeleceram, porém mais recentemente (década de 70). A experiência anterior com os yanomami não me preparou para o que estava por vir, a estrutura física da missão da Terra Yanomami de Maturacá não era nada fora do normal, uma reforma recente transformara a escola de madeira em alvenaria e havia sido construída uma quadra poliesportiva moderníssima. Mas em Taracúá era diferente.

Por volta das 6 da tarde do primeiro dia as luzes naturais já começavam a ficar esmaecidas quando percebemos uma claridade ao longe. “Não há cidades nessa região. Que claridade é essa?” pensei comigo. Depois de uma curva no rio se delineou do meu lado esquerdo ao longe o que parecia ser uma pequena cidade.

Taracúá foi a primeira missão salesiana instalada no rio Waupés. Com uma grande igreja do mesmo porte que a Matriz em São Gabriel da Cachoeira, um hospital e uma escola, todos grandemente construídos. Erguia-se no meio da floresta Amazônica um feito arquitetônico que me impressionou e me intrigou “Como trouxeram os tijolos pra cá? Quem levantou essas construções tão grandiosas? Havia a necessidade de trazerem muitos trabalhadores para construir essas estruturas”.

Passada a minha surpresa inicial nos instalamos no centro comunitário e fomos para o rio tomar um banho para depois comermos. Era uma noite de lua e certamente não havia a necessidade das luzes artificiais. Perto de nós um boto vem à superfície dando um susto em todos e colocando pra correr aqueles que acreditam

em suas histórias. Já no alojamento fui matar a curiosidade de como aquelas grandes construções haviam ido parar ali e perguntei aos meus companheiros de viagem. O que me contaram foi que quando os padres chegaram a primeira coisa que fizeram foi convencer às famílias da necessidade de dar educação de branco para seus filhos.

Os meninos entre 5 e 14 anos ficariam em sistema de internato. O fundador da ordem, D. João Bosco, acreditava que educando o jovem em um regime disciplinar onde os valores cristãos estivessem presentes a todo instante eles cresceriam bons cristãos e bons cidadãos. É conhecida como Pedagogia Preventiva calcada no tripé: Razão, Religião e Amabilidade como fator de formação desses jovens e de transformação da sociedade. Mas isso não explica como as grandes construções chegaram até ali. O que me foi passado é que um grupo de trabalhadores recebeu treinamento dos padres para auxiliarem na construção nos moldes da Ordem, entretanto essa obra não teria sido possível sem a igual colaboração dos alunos da missão que também trabalharam em sua construção.

Os relatos a que tivemos acesso contam que nem sempre os pais e as crianças eram voluntários à saída dos jovens de perto de suas famílias sendo levados sob protestos para a missão. Dentro da missão os evangelizadores cuidavam para que os jovens aprendessem Português, Matemática, uma profissão e se tornassem bons cristãos e bons cidadãos, para isso era necessário um corte abrupto com seu passado mítico. De agora em diante era proibido falar na língua materna estando o transgressor sujeito as punições mais diversas. Na década de 70, contam os relatos, que além do português era permitido falar tukano na missão de Pari-Cachoeira.

Saímos no dia seguinte às 6 da manhã em direção a Ipanoré onde deveríamos descer da voadeira e fazer uma parte do trajeto de caminhão em virtude da grande cachoeira que fica no lugar. Segundo o mito da Cobra-canoa foi ali em Ipanoré que ela saiu do rio subterrâneo, emergiu e deu origem à humanidade no Waupés. No período de seca é possível, inclusive, vermos o buraco de onde ela saiu. Uma cratera na pedra muito profunda e muito larga. Enquanto esperávamos nossa carona de caminhão continuamos nossa conversa. Existiu ali onde estávamos uma grande Casa do Conhecimento. Era uma das maiores da região e abrigava muitas pessoas em dia de festa servindo para vários rituais. Em um dia desses de festa chegaram os missionários salesianos. Ao descer da canoa que os evangelizadores deram ordem de que queimassem a grande casa que na visão cristã abrigava práticas pagãs e profanas. A reação das pessoas foi de espanto e desolação com a destruição da Casa onde eram guardadas as memórias de seus ancestrais. Os coxos usados para fabricação do caxiri foram jogados no rio e de forma melancólica os povos da região veem arder a última grande Casa do Conhecimento.

Chegamos a Loiro por volta das 16 horas **do terceiro dia**. O cansaço era grande, alguns de nós resolveram descansar enquanto outros fomos visitar Iauaretê, sede do distrito e que fica a cerca de 30 minutos de voadeira da comunidade de Loiro. Conhecer Iauaretê ajudou a mostrar como foi e ainda é forte a presença salesiana na região. Com uma estrutura que rivaliza facilmente com a sede do município, Iauaretê possui comércio, e um Pelotão Especial de Exército de Fronteira.

Ao longe vemos a grande igreja erguendo-se na parte mais alta do lugar e ao seu lado o majestoso Colégio São Miguel. Absolutamente fantástico, construído no meio da floresta Amazônica com os mesmos recursos que as construções de Taracuaá, mão-de-obra treinada pelos padres e a presença de alunos internos. Na capela que fica ao lado da escola encontra-se uma cruz que os indígenas entregaram aos salesianos quando esses chegaram lá, provavelmente ela pertencia à Ordem dos Jesuítas que marcaram sua presença no outro lado da fronteira. Bem próximo ao Colégio temos o rio Papuri que faz nossa fronteira natural com a Colômbia, dali dá pra ver a famosa Cachoeira da Onça. Descendo próximo ao porto encontramos formações rochosas de diversos tamanhos todas com marcações e desenhos muito antigos. Foi ali que o primeiro “cunhado” Tariano apareceu pedindo socorro, estava ele todo flechado e foi levado ao outro lado do rio pelo cacique Tukano que o acolheu e mais tarde o recebeu por genro. Com o tempo esse agora “parente” trouxe a família para morar ali e é por isso que os tariano, apesar de aruwake falam tukano também.

Durante nossa visita conversamos com alguns membros da etnia arapaçu que nos contaram que não falam sua língua materna há muito tempo. De acordo com o relato houve uma grande guerra envolvendo essa etnia, muito antes da chegada dos brancos, num tempo que eles não conseguem precisar, essa guerra causou muitas mortes, e as crianças que sobreviveram foram adotadas nas comunidades tukano na condição de “irmãos-menores”.

Em entrevista com os comunitários foi possível levantar dados importantes a respeito da vida na região e das necessidades básicas. A área em questão possui 04 etnias falantes de Tukano: Tukano, Tariano, Waik'hana (Pira-tapuia), Arapaço. As comunidades, em sua maioria, não possuem energia elétrica e quando a tem é por meio de um pequeno gerador. Não há fossas sépticas nem água encanada, poucas possuem AIS (Agente Indígena de Saúde) e nenhuma recebe com regularidade a visita de dentista, outros médicos especialistas. Entretanto quando perguntados de suas prioridades mais urgentes grande maioria demonstrou preocupação com a educação.

Poucos recursos, poucas salas, quase nenhum apoio, ausência de um PPPI dificultam os trabalhos dos docentes que não podem oferecer um trabalho mais eficien-

te em virtude dessa problemática. São Gabriel da Cachoeira faz parte do Território Etnoeducacional do Rio Negro e vem procurando melhorar a educação escolar indígena na região, entretanto essa busca passa por obstáculos os mais diversos. A valorização e revitalização de conhecimentos tradicionais se tornam difícil tendo em vista o desconhecimento e despreparo das novas gerações para lidarem com os mesmos, pois a marca da educação salesiana ainda está presente nas escolas da região, seja em sua estrutura administrativa, seja em sua filosofia educacional.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Judite. **“Captura e resistência: Efeitos do sistema Preventivo de educação Salesiana entre índios do Rio Negro/AM.”** UNETMAT . 2008

BAGNO, Marcos. **“Preconceito Linguístico: O que é? Como se faz”**

BOMBARDI, **“Políticas Indígenas e indigenistas: descimentos particulares de índios na Amazônia colonial (1680 – 1747)”**. Simpósio Nacional de História – ANPUH – São Paulo – 2011.

CARDOSO, Fernando Henrique. **“Pensadores que inventaram o Brasil”**. São Paulo. Companhia das Letras. 2013

FIORI, Neide Almeida (Org.) **“Etnia e educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres”**. Florianópolis/Tubarão-SC: Editora da UFSC / Editora da UNISUL, 2003. 258 p. Revista eletrônica HISTEDBR.

FREIRE, Paulo. **“Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.”** EGA. 1996.

MAIA, Marcus. **“Manual de Linguística, subsídios para a formação de professores Indígenas na área de linguagem”**. MEC – 2006. Série Via dos Saberes.

Mapa-livro FOIRN – 1998

REZENDE, Justino Firmino. **“A presença salesiana no Alto Rio Negro: Tópicos de contextos históricos - ENCONTRO DAS SALESIANAS – JUNIORISTAS Santa Isabel do Rio Negro Setembro de 2011.”**

RIBEIRO, Darcy. **“O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil”**. São Paulo. Companhia das Letras. 1995

SEYFERTH, Giralda. **“A conflituosa história da formação da etnicidade teuto-brasileira.”**In: **“Etnia e educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres”**. Florianópolis/Tubarão-SC: Editora da UFSC / Editora da UNISUL, 2003. 258 p. Revista eletrônica HISTEDBR.

SMILJANIC, Maria Inês **“Os enviados de Dom Bosco”**. Journal de la société des américanistes. 2002, p. 88. jsa.revues.org/2763

TOLEDO, GIATTI & PELICIONI, **“Urbanidade rural, território e sustentabilidade: relações de contato em uma comunidade indígena no noroeste amazônico”**. <http://arca.iciict.fiocruz.br/handle/iciict/1910>. 2008

WRIGHT, Robin. **“História indígena e do indigenismo no Alto Rio Negro”**. Campinas, SP: Mercado das Letras; SP: ISA – 2005.

ALUNOS AFRICANOS NA UFRR: IDENTIDADE ÉTNICA E NACIONALISMO

Introdução

O presente trabalho apresenta algumas observações verificadas a partir de contatos diários com alunos africanos do Programa de Estudantes Convênio de Graduação – PEC-G, da Universidade Federal de Roraima - UFRR, no que se refere à identidade étnica e nacionalismo, considerando que os estudantes em questão estão vivenciando, durante o ano de 2014, um processo de migração temporária internacional na Instituição.

Partindo da análise de eventos como o “Dia da África” e situações de rotina dos estudantes, incluindo conversas informais em grupos e debates sobre assuntos diversificados, este trabalho foi assim delimitado: 1) O “Dia da África” na UFRR – apresentado pela primeira vez em maio de 2014, este evento foi planejado pelos alunos africanos no que se refere à temática: “África, um continente a conhecer”. Partindo deste tema, foram discutidos e pensados alguns pontos importantes quanto a ideias estereotipadas sobre a África, sua história e seu povo. Antes mesmo do dia do evento, os estudantes que elaboraram o projeto, refletiram sobre as semelhanças e diferenças entre o Dia da África e o Dia da Consciência Negra, e da importância destas comemorações para a geração de hoje e de amanhã. Partindo de um olhar étnico identitário, o evento do “Dia da África”, realçou e situou o que é “próprio”, o “meu” em relação ao “outro”, e o que é “do outro”, no que se refere a africanos e brasileiros. Também, a exposição das “africanidades” desconhecidas pelos brasileiros de Boa Vista em uma situação de “territorialização” temporária no espaço da UFRR fortalecem identidades que vão sendo construídas e reconstruídas, à medida que os estudantes vivenciam o cotidiano na Universidade; 2) Posturas nacionalistas e étnicas – no processo de “territorialização” e situação de “não lugar” os estudantes africanos buscam elementos simbólicos nacionais de suas culturas para demarcar

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: izaulina@hotmail.com

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: Leandro.neves@ufr.br

seus territórios, estes também simbólicos, o que pode ser observado nas conversas informais, atitudes e comentários. 3) Considerações finais – Neste item, apresento a conclusão das análises, ainda que breve, das múltiplas formas no contexto de semelhanças e diferenças quanto as posturas identitárias dos estudantes africanos, considerando momentos informais de diálogos e relações interpessoais no espaço da UFRR e eventos comemorativos vivenciados por eles.

O “Dia da África” na UFRR

No dia 06 de maio de 2014 estudantes africanos do Programa de Estudantes Convênio de Graduação - PEC-G da Universidade Federal de Roraima - UFRR, provenientes de países diversificados, apresentaram-se como um grupo de trabalho na Coordenadoria de Relações Internacionais – CRINT, na qual eu atuo como Técnica em Assuntos Educacionais, para propor um projeto sobre o “Dia da África”, um evento com palestras, danças e atividades culturais que, segundo eles, seria relevante para apresentar aos brasileiros uma África “verdadeira” não conhecida no Brasil, com Estados diferenciados em vias de desenvolvimento marcados por histórias de lutas e muito sangue derramado, rompendo assim com ideias estereotipadas sobre a economia, história, geografia e cultura local. Seria a tentativa de (re)construir o imaginário sobre o continente.

Como este evento não era muito conhecido na UFRR, foi explicado que este dia havia sido criado em 25 de maio de 1963 na Etiópia, em Adis Abeba, quando ocorreu a reunião de 32 chefes de Estado africanos para tomarem providências contra a subordinação colonial que o continente africano sofria há séculos pelos países imperialistas.¹

Foi então dito aos estudantes africanos que no Brasil já existia uma data comemorativa alusiva aos negros: o dia da “Consciência Negra”, comemorado em 20 de novembro. O idealizador do Dia Nacional da Consciência Negra foi o poeta, professor e pesquisador gaúcho Oliveira Silveira (1941 - 2009). Ele foi um dos fundadores do Grupo Palmares, que reunia militantes e pesquisadores da cultura negra brasileira, em Porto Alegre. Desta forma, em 1971, Oliveira propôs o dia 20 de novembro, data que se lembra a morte de Zumbi dos Palmares, ocorrida em 1695.²

¹ http://www.platongs.org.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=858:25-de-maio-hoje-e-dia-de-africa-e-dia-da-libertacao-do-continente&catid=37:actualidade&Itemid=67

² <http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/especial/201111-diadaconsciencianegra.php> In: “Dia da Consciência Negra retrata disputa pela memória histórica” (Especial “O Brasil Negro” / Revista Com Ciência), www.comciencia.br/reportagens/negros/03.shtml

A ideia do dia da “Consciência Negra” tem se disseminado nacionalmente e neste dia, em todo o Brasil, há seminários e palestras nas quais se faz uma reflexão a respeito da relevância da inserção do negro na sociedade brasileira, procurando-se sanar e evitar que o preconceito se repita na história, principalmente sendo divulgado nas escolas, prevenindo o auto-preconceito nas crianças negras e a segregação entre brancos e negros, fruto de séculos de escravidão e desrespeito humano.

Após a explicação, os alunos entenderam o objetivo da existência do “Dia da Consciência Negra”, mas insistiram que o “Dia da África” deveria ser único, exclusivo, abordando a história, educação, economia e outros aspectos que eles achavam relevantes, para que fosse mostrado um continente de um povo que lutou para obter vitória sobre os Estados Imperialistas. Neste aspecto, a atitude nacionalista dos jovens estudantes africanos de Roraima assemelha-se a dos jovens de outra Instituição Federal de Ensino, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, na qual, no dia 28 de maio de 2014, foi realizado o Dia da África, destacando-se a presença do presidente de Angola, Agostinho Neto, e o símbolo da luta contra o apartheid, o líder, já falecido, Nelson Mandela. Quanto à relevância de tal evento para brasileiros e africanos, o Coordenador do PEC-G daquela Instituição, Prof. Lopes (RURAL SEMANAL, 2014, p. 4 e 5), ressaltou que

A falta de informações ou informações equivocadas predominam sobre o continente africano. Mostrar para as pessoas toda a riqueza cultural que existe naqueles países é primordial para acabar com visões pejorativas, que foram reforçadas ao longo dos anos. Assim, é possível perceber que são pessoas com ideais e espírito de luta, dispostas a abraçar grandes causas para acabar com a tirania que assolou muitos países africanos.

As razões da existência das homenagens e festividades mencionadas vão além de simples eventos acadêmicos, são marcas profundas de povos sofridos pela escravidão gerada pelo colonialismo. Na África, o povo submetido à opressão imperialista defendia a terra com a própria vida e no Brasil o povo escravo, proveniente da África, oprimido pelos donos do poder e latifundiários, defendia a própria vida.

O contexto cultural e histórico no continente africano e no Brasil não são os mesmos. A questão da memória que dá significação ao “Dia da Consciência Negra” relaciona-se a um processo de escravidão e “libertação” do domínio escravocrata, dos senhores dos grandes latifúndios, conforme relata Freire (1979, p.86)

apesar da relativa benignidade da sociedade patriarcal dos senhores de engenho – em relação ao tratamento mais cruel em outros países, nos conta que os instrumentos mais comuns de castigo eram o azorrague, a gargalheira, a pega, o tronco, o vira-mundo, a corda de sedentos, os anjinhos, o coletor de couro. Mas havia senhores mais exigentes que não se contentavam com castigos tão suaves. Empregavam contra os negros as navalhas seguidas das salgadeiras, suplícios dos insetos, o das urtigas, o das rodas-d’água, o de pingos de cera e de lacre às costas em carne viva do escravo, o de queimar o corpo do negro com água fervendo...”

O tratamento cruel a que eram submetidos os negros no Brasil deixou marcas no consciente coletivo. Esta discriminação ficou marcada também na região Norte, mesmo alguns anos após a abolição da escravidão, sendo comprovada por fatos históricos a partir do final do século XIX, como relata Benchimol (1999, p.119)

Os contingentes negros existentes em Belém e Manaus exerciam funções quase servis, como domésticas, cozinheiras, lavadeiras, trabalhadores braçais, estivadores, carregadores do porto e outros trabalhos sujos, pesados e perigosos, pois o preconceito e a discriminação social dificultavam a ascensão social. Esta, quando ocorria, se realizava pelo casamento ou mancebia, como amantes teúdas e manteúdas com algum português ou comerciante, cujos filhos passavam a ter acesso a posições mais compatíveis com o *status* do pai.

Mesmo tendo passado dois séculos após a abolição da escravidão, a marca do preconceito continua. Nos esportes e no dia a dia da sociedade brasileira constatam-se pessoas de classes diferenciadas pronunciando, em público, palavras agressivas e preconceituosas contra os afro-descendentes. Ao mesmo tempo em que os alunos africanos combatiam o estereótipo com relação aos seus países, a sua etnia e à África como um todo no “Dia da África”, o povo brasileiro que reconhece a sua miscigenação, busca, no Dia da Consciência Negra, direitos e respeito aos afro-descendentes. Ambos os eventos são exemplos de luta pela identidade étnica de pessoas que não querem que haja um retrocesso das sociedades globais, no que se refere à exploração neo-colonialista e à segregação racial.

Partindo, portanto, deste olhar étnico identitário, o evento do “Dia da África”, seria também um instrumento utilizado para situar o que é “próprio”, o “meu” em relação ao “outro” e o que é “do outro” no que se refere aos estudantes africanos e brasileiros, no sentido de construir no espaço da UFRR as identidades sociais e culturais africanas ao delimitar uma “pequena África”, territorializando o local de interação social cotidiana (Bossé, 2004, p.169).

Os eventos e rituais em forma de acontecimentos festivos ou episódios da vida cotidiana nos espaços urbanos apresentam-se como fenômenos que podem ser in-

terpretados e que possivelmente transmitirão muitas informações, neste caso, sobre este grupo de estudantes africanos, migrantes temporários inseridos nas sociedades complexas.

Para uma maior compreensão fenomenológica do evento em análise, vale conceituar em um primeiro momento o que é identidade étnica a partir do entendimento antropológico de identidade social, como sendo um realce dos aspectos de pertencimento de um determinado grupo ou etnia: língua, história, costumes e outros fatores culturais. Neste sentido, quando determinado grupo sente-se de alguma maneira ameaçado, seja por mudança em termos de migração, situação demográfica, social ou política, busca-se então uma maneira de demarcar, definir a identidade, conforme relata Eriksen (2010, p. 81, tradução nossa)

De um modo geral, a identidade social torna-se mais importante no momento em que parece ameaçada. Vários fatores podem constituir uma ameaça percebida, mas eles estão sempre relacionados a algum tipo de mudança- migração, mudanças na situação demográfica, industrialização ou qualquer outra alteração econômica ou integração ou encapsulamento por um sistema político mais amplo.

Isto explica a necessidade sentida pelos alunos africanos de esclarecer o que é ser africano e expressar o sentimento nacionalista em relação aos seus países, particularmente, e à África, no sentido geral, como continente que possui história, tem lutas e merece ser reconhecido pelos povos do mundo. Neste caso, verifica-se que o nacionalismo reforça a ideia de coesão cultural nacional aprendida na sociedade na qual o indivíduo se encontra inserido e que foi sendo construída e reconstruída paulatinamente, à medida que a história de um povo vai sendo contada, muitas vezes em sistema de dominação colonial, como foi o caso dos países africanos. Estes passaram por movimentos nacionalistas de afirmação da nacionalidade, conforme relata Guimarães (2008, p.147)

Os movimentos nacionalistas nas diversas colônias, com a variação natural de tempo e espaço, foram movimentos de afirmação da nacionalidade, de recuperação de tradições, de idioma, de autonomia política e de independência, em relação inicialmente às metrópoles coloniais europeias, e, mais tarde, se transformaram em movimentos de afirmação política e de desenvolvimento econômico independente dos Estados que se originaram nas ex-colônias.

Ao refletir sobre o não reconhecimento da África pelos brasileiros, conforme foi observado pelos estudantes africanos, Hall (2006) cita Ernest Gellner, o qual

acredita que sem um sentimento de identificação nacional, o sujeito experimentaria um profundo sentimento de perda subjetiva. Esta perda manifesta-se no exemplo de uma aluna, também proveniente de um país africano litorâneo ocidental, que expressou suas impressões sobre a visão do “outro”, no caso, a visão dos colegas brasileiros. Segundo ela, para os brasileiros, o continente é “um grande matagal cheio de animais selvagens”, sem nenhum desenvolvimento tecnológico.

Percebi que o desconhecimento desta “africanidade”³ por parte do “outro” incomodava esta estudante africana que, apesar de residir pouco tempo em Boa Vista, sentia a necessidade também de desconstruir estereótipos. Neste sentido, desde o início da programação do evento, o eixo temático girou em torno desta desconstrução, começando com um aluno angolano fazendo a seguinte pergunta: “Você já viu um leão?”. Esta pergunta, segundo ele, foi feita por brasileiros, durante seus contatos e vivências na UFRR, tendo ele respondido que nunca havia visto um leão de perto, o que não significava que não fosse um africano legítimo.

Esta interpretação do senso comum, ligada ao imaginário que os meios de comunicação frequentemente disseminam a respeito da África no sentido de ser um continente com grande diversidade de fauna e flora e com muitos problemas socioeconômicos, acontece a partir das ideologias que foram reiteradamente trabalhadas ao longo da história a partir do século XX pelos países neo-colonialistas, o que vem a reforçar também a noção de nação melhor que a outra, mais desenvolvida e melhor preparada para as inovações tecnológicas, encontrando apoio no nacionalismo étnico destes países, em contrapartida à resistência dos países pós-coloniais.⁴

Neste sentido, verifica-se a luta pelo delineamento da identidade étnica destes alunos migrantes em uma situação de “não-lugar”, o que é explicado por Giner (2004, p. 68) quando se refere à descrição que Marc Augé faz sobre os “não-lugares”, os quais representariam o paradigma espacial da pós-modernidade, em oposição aos “lugares antropológicos”. GINER (2004, p.69) diz que

Un no-lugar se definirá como un espacio donde no pueden leerse ni las identidades, ni las relaciones, ni La historia. Los nuevos espacios Del planeta, y esta ES La hipótesis que plantea Augé, se prestan ejemplarmente a esta definición negativa “La sobremodernidad ES productora de no lugares, ES decir, de espacios que no son em si lugares antropológicos y que... no integran a los lugares antiguos... Um mundo donde se nace em uma clínica y donde se muere em El hospital, em donde se multiplican, em modalidades jujosas o inhumanas, los puntos de tránsito y las ocupaciones provisionales...

³ O termo “africanidade” remete comparativamente ao que Hall (2006, p.48-49) quis dizer quando tratou sobre identidades nacionais como um sistema de representação cultural, daí o termo citado por ele como “inglêsidade” ou cultura nacional inglesa.

⁴ <http://conflictosetnicos.blogspot.com.br/>

Desta forma, os alunos africanos, em uma situação de não lugar, sentem a necessidade de uma territorialização temporária no espaço da UFRR, na qual consigam, em pouco tempo, expor identidades, história e relações, simbolizando os elementos constituintes da identidade e da relação (AUGÉ apud GINER, 2004, p. 68).

Posturas nacionalistas e étnicas

A partir do que foi dito, no que se refere à necessidade de construção de símbolos dos elementos da identidade e da relação por parte dos estudantes da África em situação de não lugar, passarei a narrar alguns episódios que fortalecem esta ideia, os quais são frutos das minhas observações diárias desde 2012, no ambiente acadêmico da UFRR. No caso, como se trata de um grupo de jovens estudantes estrangeiros de diferentes países que estão em contato diário, há o encontro de cosmovisões e culturas nacionais e continentais, demarcando “fronteiras simbólicas” do que é “nosso” e do que é “deles”. Percebe-se também a exposição de identidade(s) étnica(s) nas conversas informais, nas atitudes e nos comentários.

Quando se verifica a tentativa por parte dos alunos africanos de preservar o que Bossé (2004,168) denomina de “lugares da memória”, mesclada com atitudes que defendem ou realçam algo que é “autenticamente nacional”, percebe-se, muitas vezes, esta necessidade de territorializar simbolicamente o lugar de origem:

No sentido das modalidades práticas e simbólicas pelas quais um grupo define e controla o seu território, a territorialidade revela a identidade do lugar; ela é, ao mesmo tempo, o produto e a expressão de um ponto de vista interno e inclusivo. Mas a noção de territorialidade parece demandar a ultrapassagem desse único ponto de vista: como referência identitária, o território define tanto aquilo que lhe pertence como aquilo que ele exclui. (BOSSÉ, 2004, p.173)

Os “territórios” de interação social cotidiana desses estudantes compreendem a residência estudantil, a sala de aula, a Biblioteca Central, o Restaurante Universitário e a Coordenadoria de Relações Internacionais – CRINT. Nesta delimitação, muitos deles gostam de frequentar a sala da CRINT para conversar, pedir conselhos sobre compras, bairros próximos para alugar residências.

A demarcação dos “territórios simbólicos” pode ser verificada entre os estudantes africanos de países diferentes, os quais desejam realçar o melhor de seus locais de origem. Em um destes “encontros”, no qual havia a presença de estudantes africanos francófonos e lusófonos, percebia-se certo ufanismo na questão de produtos

importados, autênticos, vendidos em seus próprios países, em detrimento do “produto importado do outro”, “não autêntico”, ou o que alguns brasileiros entenderiam por “produto não original”. Os dois alunos discutiram sobre a qualidade de um perfume francês vendido em ambos os países africanos, os quais possuíam a mesma moeda, mas que era visível a preocupação de dizer que o valor do perfume na terra de um era alto em comparação a terra do outro, sendo questionada, pelos estudantes, a qualidade do referido perfume nos dois países verificando-se o valor dos mesmos.

Neste episódio, observou-se a tentativa de um estudante convencer o outro a partir do conhecimento e da vivência no contexto africano entre os dois países, os quais eram vizinhos. No entanto, as explicações e argumentações do aluno lusófono foram suficientes para estabelecer o domínio do diálogo, tendo em vista ser falante nativo da língua portuguesa. Isto leva à reflexão sobre a importância e urgência de haver um preparo intensivo de imersão cultural e linguística por parte dos alunos não falantes de português, tendo como base o ensino de Língua Portuguesa para Estrangeiros. É fato que os estudantes francófonos não conseguiam se comunicar, pois não falavam a língua portuguesa. Ainda assim, notou-se a expectativa de aprender e compreender o idioma, com uma atitude proativa de buscar alcançar o propósito prioritário da vinda à UFRR: qualificação profissional após adquirir competência linguística com relação ao português. O domínio da língua portuguesa, neste caso, também pode ser considerado uma demarcação de “território simbólico individual” ou estabelecimento de uma fronteira, na concepção de Velho (1999, p.41), no caso identitária, evidente.

Em outro momento, um dos estudantes africanos de língua francesa, ao entrar no prédio da Polícia Federal, observou que estavam no mastro as bandeiras: brasileira, de Roraima e da Polícia Federal. Após esta observação questionou: “onde está a bandeira do meu país?” Para aquele aluno, aqueles mastros estavam incompletos sem a presença de seu país. Afinal, onde estava o reconhecimento da existência de sua pátria em uma instituição oficial brasileira? O aluno sentiu falta da representação de um elemento simbólico de seu país em solo brasileiro ao verificar que havia elementos simbólicos do “outro” ente nacional, no caso, a bandeira brasileira.

Hall (2006, p. 48-49) diz que as culturas nacionais, o modo como os indivíduos se classificam como ingleses, brasileiros, franceses, fazem parte da identidade nacional da pós-modernidade, ou modernidade tardia e que a nação é uma comunidade simbólica representada pela cultura nacional, gerando sentimento de lealdade e identidade. Também Bauman (2005, p.15-16) fala sobre esta identidade nacional por experiência própria, ao relatar um fato curioso de sua vida antes de sua naturalização

britânica, quando ele perdeu o direito de ensinar na Polônia e foi para Grã-Bretanha. Nesta ocasião, ele recebeu o título de doutor *honoris causa* e teve que escolher que hino seria cantado: da Polônia ou Grã-Bretanha. Neste ponto, foi-lhe dada uma solução “excludente” e “includente” por sua esposa, quando ela sugeriu que cantasse o hino da Europa.

No que se refere a “inclusão” e “exclusão”, no sentido da necessidade de ver reconhecida a própria nacionalidade, os estudantes francófonos, ao chegarem ao Brasil, foram atendidos em um órgão público para obter documentações vinculadas ao visto específico para estudantes estrangeiros. No entanto, quando os funcionários não reconheceram, em um primeiro momento, o nome específico de seus países de origem procuravam apenas “África” ou “continente Africano”, o aluno fez questão de auxiliar na procura, tendo em vista que o funcionário dizia nunca ter ouvido falar e ainda considerava o continente africano como um imenso país, embora o nome do país estivesse registrado. Novamente pode-se observar que a pouca informação sobre os países da África por parte dos funcionários incomodou aquele aluno, o qual insistiu para que o nome de seu país fosse encontrado no sistema.

Não se pode ignorar que a luta pelo reconhecimento nacional, étnico, tem sido reforçada na rotina destes estudantes, migrantes temporários, em situação de não lugar. Estes que agora estão inseridos na vida acadêmica da UFRR estão, de certa maneira, preparando a sociedade roraimense para os demais que virão nos próximos anos, no sentido de “africanizar” este espaço transfronteiriço, contribuindo ainda mais com a cultura heterogênea com a qual convivemos diariamente.

Considerações finais

Os relatos deste trabalho demonstram como muitas vezes as identidades nacionais dos estudantes africanos na UFRR tomam múltiplas formas no contexto de semelhanças e diferenças e dependendo do que parece ser necessário, provado e avaliado em determinados momentos de impasse, eles se unem em um grupo étnico coeso, como na realização do “Dia da África”, apesar das línguas diferenciadas e culturas heterogêneas. Naquele momento, estavam todos movidos por um “nacionalismo continental comum”. Em outro episódio, eles se posicionam como representantes de seus próprios países, com línguas variadas, apresentando-se diferenciados no contexto continental africano, defendendo posturas identitárias próprias de seus Estados Nações, com relação à política e/ou economia.

Desta forma, a partir das situações cotidianas apresentadas e discutidas nesta pesquisa, verifica-se que a identidade social dos jovens alunos africanos não é estática e imutável, ela apresenta-se dinâmica em suas manifestações, demarcada principalmente porque estes estudantes migrantes se encontram em um “não lugar”, fisicamente longe do local de origem, mas perto, na memória, do território simbólico individual.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia**: Formação Social e Cultural. Manaus: Valer, 1999.

BOSSÉ, Mathias Le. **As questões de identidade em Geografia Cultural**: algumas concepções contemporâneas. In: ROSENDAHL, Zeni; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.) Paisagens, textos e identidade. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.p.157-179.

ERIKSEN, Thomas Hylland. **Ethnicity and Nationalism**: Anthrological Perspectives. New York, Pluto Press, 2010, 246 p.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Editora Record, Rio de Janeiro, 1979.

GINER, Josepa Cucó. **Antropología Urbana**. España, Ariel, 2004, p. 45-79.

GUILMARÃES, Samuel Pinheiro. **Nação, Nacionalismo, Estado**. Revista Estudos Avançados 22(62), São Paulo, USP, IEA, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro Rio de Janeiro: DP&A Editora, Rio de Janeiro, 2006, 102 p.

RURAL SEMANAL. **Rio de Janeiro**: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, n.15, junho de 2014.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose. Antropologia das sociedades complexas**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 1999. p. 31-48.

CAPOEIRA NA CIDADE DE BOA VISTA/RORAIMA

Introdução

Determinados grupos que se encontram e vivenciam situações de vulnerabilidade, preconceito e/ou discriminação social e cultural numa dada territorialidade onde o qual se observa identidades coletivas e objetivadas nos movimentos sociais. O material final dessas observações contribui para um maior conhecimento dos processos de ocupação da Região Amazônica e, sobretudo, uma maior ênfase e um novo instrumento para o fortalecimento dos movimentos sociais que nela existem: é nesse foco que se centraliza o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, que tem como ensejo cartografar estes grupos e contribuir com a valorização da diversidade e a superação da situação da vulnerabilidade.

Através do projeto foi desenvolvido o Programa Cartografia da Violação dos Direitos das Populações Vulneráveis com a finalidade de cartografar grupos que vivenciam situação de preconceito e discriminação. Percebendo que o estado de Roraima é constituído por uma significativa diversidade social e caracterizado por muitas desigualdades e exclusão fez com que a defesa e a promoção dos direitos humanos seja uma questão prioritária para o projeto.

O programa estabelece uma relação entre diversidade e direitos humanos, pois as coletividades existentes na capital roraimense abrigam especificidades, mas tem em comum uma trajetória histórica e uma vivência marcada por estigmas, preconceitos e discriminações que os deixam a margem da sociedade onde necessitam de ações que favoreçam a promoção da cultura e regaste de direitos sociais.

O programa cartografia da violação dos direitos das populações vulneráveis responde as seguintes demandas solicitadas ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – Núcleo Roraima: a cartografia das mulheres guianenses, a cartografia

* Universidade Federal de Roraima. E-mai: nathalia_martes@hotmail.com

** Universidade Federal de Roraima. E-mai: taiguarapereira@hotmail.com

dos indígenas catadores de lixo, cartografia dos maranhenses da bairro Santa Luzia, e por último e que será abordado nesse artigo, cartografia da capoeira na cidade de Boa Vista. Nessa Situação, o programa contribuirá com a visibilidade dos todas essas quatro coletividades, favorecendo assim ao reconhecimento destes segmentos populacionais. A auto cartografia realizada será portadora dos anseios e das reivindicações dos grupos, ou seja, um veículo de apresentação, representação e denuncia da situação em que se encontram os sujeitos que compõem estas coletividades.

Especificamente com o grupo de capoeira, o programa se apresenta como instrumento de fortalecimento do movimento sociocultural, combate à discriminação e a quebra de estigmas impostos pela sociedade, além de atrair a visão de políticas públicas que promovam essa manifestação cultural na cidade de Boa Vista.

Ao longo das atividades do projeto ficou perceptível a presença de uma identidade coletiva e valores étnicos dessa manifestação. A participação dos capoeiristas nas discursões e trocas de conhecimento foi muito grande, possibilitando a nós pesquisadores a chance de envolvimento com esse meio cultural tão rico e estar a par com os reais problemas e dificuldades que afligem essa coletividade.

O desenvolvimento da ação

O programa contou inicialmente com a participação de seis membros na equipe pesquisadora: um coordenador, dois bolsistas e três colaboradores, onde em conjunto elaboramos um plano de trabalho, fruto de conversas estabelecidas com a equipe e depois com os grupos de capoeira da cidade de Boa Vista, para seguir durante a pesquisa realizada num determinado período período no ano de 2013.

Em primeiro plano a equipe do programa fez visitas nos grupos de capoeira que se tem na cidade de Boa Vista afim de apresentar o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/PNCSA e o mostrar a proposta do Programa Cartografia da Violação dos Direitos das Populações Vulneráveis.

Foram encontrados sete grupos de capoeira com respectivos mestres e professores: Raízes Brasileira Escola de Capoeira – Mestre Caimbé, Associação Cultural de Capoeira Angola Palmares – Mestre Ongira, Centro Cultural Arte Capoeira da Amazônia – Mestre Bahia, Capoeira Senzala – Mestre Renato, Centro Cultural Amazônia Capoeira Professor Emerita Moreira Pinto – Mestre Rubem e Mestre Geocondo, Grupo Abadá Capoeira – Prof. Carnáuba e por fim Centro de Capoeira da Universidade Federal de Roraima –Prof. Akira.¹

¹ A demanda da cartografia da capoeira foi apresentada pelo centro de capoeira da UFRR.

Para o desenvolvimento das atividades foram propostos e realizados para os capoeiristas quatro minicursos com temáticas diferentes ligadas a esse movimento cultural e uma oficina de produção de mapa.

O programa utilizou de uma metodologia participativa, no qual os minicursos foram ofertados e ao fim dessa ação foi realizada três oficinas, por conta da enorme discussão sobre as questões pertinentes a construção do mapa, resultando na produção de um fascículo² onde além de ser um registro do programa, contribui também na visibilidade da capoeira na capital roraimense e dos problemas enfrentados por esta.

As atividades propostas oferecem aos capoeiristas maior conhecimento que os capacite para a defesa de seus direitos. O primeiro minicurso teve como tema Mapeamento social de populações vulneráveis, realizado no dia 08.06.2013, o segundo foi sobre Direitos Humanos Individuais e Coletivos, ocorrido no dia 29.06.2013, o terceiro foi sobre Políticas Públicas culturais e Patrimônio Imaterial ministrado por servidores do IPHAN no dia 31.08.2013, o quarto e último minicurso foi sobre Noções de Cartografia e Uso do GPS, realizado no dia 21.09.2013.

Este último é um dos minicursos mais importantes, onde se passou aos capoeiristas pequenas noções de construção de mapa e utilização de GPS para que possam pegar pontos de localidades que acham importantes para constar no mapa do produto final do programa, o fascículo, basicamente pontos de referência. A parte prática ofereceu maior entendimento e competência necessária para o grupo construir o próprio mapa, desde os pontos de referência até a construção de legendas.

Ao todo foram três oficinas de mapa, realizadas nos dias 24.09, 30.09 e 06.11.2013, inteirando que todas as atividades contaram com ministrantes voluntários que disponibilizaram seus tempos e conhecimento para contribuir na construção de diálogos nessa programa. Todas as atividades possuíam em suas metodologias explanação sobre os assuntos propostos em questão e debates que promoviam a participação de todos os ouvintes, além de rodas de capoeira no início de cada uma dessas ações onde gerava a integração entre os grupos.

Em meio ao período da realização dos minicursos e oficinas, a equipe também esteve presente em rodas de e eventos promovidos pelos grupos de capoeira na cidade. Todas as ações e atividades foram registradas por meio de vídeos, fotografias e gravações de áudio afim dos capoeiristas selecionarem o que acharem importante para compor o produto final desse programa que será o fascículo.

² O produto final desse programa ainda não está publicado.

A capoeira em Boa Vista

Ao longo dos depoimentos nas ações promovidas, os capoeiristas expuseram suas visões acerca da capoeira, colocando em ponto suas trajetórias nesse universo e experiência em Boa Vista, trazendo à tona nos diálogos questões sobre preconceito, o reconhecimento, institucionalização e profissionalização da capoeira, além de alavancar suas reivindicações para a promoção dessa cultura popular no contexto boa-vistense e no Brasil.

Um dos pontos de partida para dialogar sobre o universo da capoeira é colocação de cada participante sobre o que é capoeira para eles:

“É um estilo de vida pra mim. Eu já vou fazer alguns anos na capoeira e posso dizer que capoeira é...posso dizer que de muitas coisas ela me salvou e também me ensinou a amadurecer, a ter responsabilidade, a ter mais atenção ao esporte” (Johan)

“Então a capoeira para mim, no meu pensar a capoeira é dança mas é luta também, para mim a capoeira é movimento, então para mim é tudo na minha vida a capoeira.” (Mestre Bahia)

“A capoeira para mim é a minha filosofia de vida, a capoeira ela é uma arte genuinamente brasileira criado pelos negros e escravos mas aqui no Brasil pela ânsia que eles tinham de lutar pela sua liberdade então ela tem a característica de luta, que envolve no seu bojo característica como dança, ginástica, poesia, artesanato, defesa pessoal tudo isso ao ritmo dos instrumentos, berimbau, tabaco e pandeiro, dentro de uma grande roda.” (Mestre Caimbé)

“A capoeira pra mim é tudo, porque foi a capoeira que me tirou da rua. Foi a capoeira que me deu estudo. Então a capoeira é praticamente tudo. Mas além de tudo tem aquela irmandade, por exemplo, eu saí daqui de Boa Vista já faz 10 anos atrás, eu moro na Venezuela agora estou localizado na ilha de Margarita dou aula de capoeira e já tenho 03 anos dando aula de capoeira e voltei de novo a Boa Vista para rever os velhos amigos, jogar capoeira com o pessoal... E estou aí, onde tiver capoeira eu estou no meio, eu gosto de capoeira.” (Pica-pau³)

Por meio dessa reflexão, a capoeira é incorporada na vida dos praticantes como um estilo, nesse momento eles foram levados a resgatar não só a memória individual, mas a memória do grupo, o que significa ser capoeirista não só para cada um mas também como é ser capoeirista no grupo a que pertence, no qual representa de certa forma a memória de uma coletividade. Assim Dourado (2013, p.93) traz que “a cultura popular forma parte do patrimônio universal da humanidade e que é um poderoso meio de aproximação entre povos e grupos sociais existentes e de afirmação de sua identidade cultural.”

³ Algumas pessoas citadas no texto como depoentes foram identificadas com seus apelidos conhecidos no mundo da capoeira.

Enquanto uma prática cultural de matriz Africana, historicamente ela foi motivo de preconceito e discriminação, e hoje, na visão dos capoeiristas, essa situação ainda está presente, levando a imaginar inclusive determinadas situação daquelas pessoas que se aproximam da capoeira, querem aprender, mas que elas são desmotivadas por outros ou pela própria família, porque às vezes acha que a capoeira é coisa de “vagabundo”.

“E a minha forma de contribuir para que esse racismo, esse preconceito, essa discriminação, que ela diminua é uma contribuição social através da capoeira, através dos alunos, através de apresentações, sempre quando tem um evento a gente é convidado justamente para mostrar um pouco não só a luta, não só a luta, mas mostrar em parte essa vivencia da gente, que as pessoa acreditem que a gente que trabalha com capoeira, que a gente valoriza a cultura negra.” (Mestre Ongira)

Ainda presente nessa questão está a intolerância religiosa, pois pessoas de algumas religiões vem a capoeira ligada a algo maléfico, já que ela sempre esteve presente nos espaços do negro e que até se jogava em terreiros, dessa forma muitos já deixaram de praticar por conta de influencias de amigos e familiares.

“Minha mãe era evangélica e eu cansei de pegar uns tapinhas dela porque estava numa roda de capoeira e por evangelho eles botavam na cabeça que capoeira não é religião, cansei de debater com mães, quando o diretor ia colocar o projeto na escola e a mãe ia lá e “oh o meu filho não vai treinar capoeira porque é macumba” aí o que acontecia a gente por ser capoeirista, não vai pra lado de nenhuma religião porque a capoeira o que ensina é o esporte.” (Gean)

A capoeira é um importante elemento constituidor da cultura e da história brasileira, onde já sofreu repressão em determinadas épocas, proibida de ser praticada por lei no século XIX através do Código Penal de 1890 e sendo dessa forma marginalizada. (LUSSAC e TUBINO, 2009).

Durante os debates se viu a necessidade de investimento de políticas públicas para promover a pratica da capoeira na cidade, por meio do reconhecimento, institucionalização e profissionalização dessa arte. Todos os participantes apontaram dificuldades de levar adiante, principalmente em projetos educacionais, a pratica da capoeira:

“Primeiro que foi na própria formação da capoeira aqui no estado de fazer com que a capoeira sobreviva, o espaço, o local de trabalho, vira e mexe nós somos convidados a, entre aspas, ter que abandonar o local onde nós estamos trabalhando e por conta de um encerramento do projeto, começa a desenvolver um projeto dentro de uma escola e muda a

direção, muda o projeto e os alunos é que sofre essa consequência aí, e você tem que parar todo aquele trabalho que você desenvolveu antes com eles.” (Carnaúba)

Assim frisa Dourado (2013, p.97) “Deve sensibilizar a população para a importância da cultura tradicional e popular como elemento de identidade cultural.”

A capoeira já é reconhecida pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –IPHAN como patrimônio cultural brasileiro através do registro da Rodas de Capoeira no Livro das Formas de Expressão e do *Ofício dos Mestres de Capoeira no Livro dos Saberes*, facilitando assim a possibilidade de elaboração de projetos e políticas públicas necessárias à preservação e continuidade da capoeira enquanto manifestação cultural.

Segundo o IPHAN, o plano de preservação é uma consequência do registro e sugere as seguintes formas de suporte à comunidade capoeirística: um plano de previdência especial para os velhos mestres; o estabelecimento de um programa de incentivo dessa manifestação no mundo; a criação de um Centro Nacional de Referência da Capoeira; e o plano de manejo do biriba – madeira utilizada na fabricação do instrumento.

Dessa forma, mais uma vez Dourado (2013, p. 99) evidencia que “A cultura tradicional popular, na medida em que se traduz em manifestação da criatividade intelectual, merece proteção análoga à que se outorga às produções intelectuais. Uma proteção deste tipo é indispensável para desenvolver, manter e difundir em larga escala este patrimônio, tanto no país como no exterior, sem atentar contra interesses legítimos.”

A valorização da arte do mestre e da formação na capoeira também é um dos pontos importantes, a preocupação maior é a questão onde qualquer um poder se dizer mestre sem ser formado no universo da capoeira.

“A nossa reivindicação é de valorização. A institucionalização é necessária para que aconteça mais ações dentro da capoeira. Quando se fala de profissionalização também tem a questão da formação. O processo do capoeirista é uma formação só: de um mestre para outro mestre, de uma escola para outra escola”. (Mestre Ongira)

No processo histórico da constituição da capoeira em Boa Vista, por meio dos relatos socializados no decorrer dos minicursos e oficinas os capoeiristas apontaram datas, eventos, localidade e nomes que fizeram parte dessa constituição, mestres e professores que vieram residir na cidade e começaram a divulgar e dar aula de capoeira, e logo depois a promoção dos primeiros eventos com a participação de grandes

mestres de outros estados que vieram contribuir e somar com promoção desse movimento de certa forma sociocultural, gerando a integração dos mais diversos tipos de pessoas, independente de raça, cor, religião e idade.

O Resultado das ações

Em meio as ações, os resultados das atividades de da participação dos capoeiristas foram satisfatórias para chegar ao fim do programa com o máximo de informações possíveis para se produzir o produto final da ação que será o fascículo.

A partir dos depoimentos ficou visível que todos os membros da capoeira compreenderam de fato o que o programa se propôs a fazer com eles, a colaboração, principalmente dos mestres, foi importante para a mobilização e seguimento dos trabalhos.

Passar o conhecimento propostos pelos minicursos e oficinas foram positivos ao longo das atividades, onde a promoção de debates a cada uma das ações favoreceram a construção de uma percepção e estender a visão sobre o mundo da capoeira. Além disso, a interação dos diferentes grupos foi essencial para se entender a real história sobre a capoeira na cidade de Boa Vista. Dessa maneira, se colheu o máximo de depoimentos possíveis para que possam estar presente no trabalho final produzido. A aceitação da equipe de pesquisa nos grupos foi unanime, estando presentes em todos os eventos e ações promovidos pelos grupos de capoeira na cidade por intermédio de convites dos próprios capoeiristas e mestres.

A partir das interações foi observado as particularidades de cada grupo em questão de contexto histórico na cidade, porém o Projeto cartografia promoveu a união através de debates onde todos evidenciavam uma coletividade no universo da capoeira. Foi interessante perceber a manifestação cultural e social desses grupos, tendo a capoeira como modo de vida, e que sempre se prontificaram a ensinar essa realidade a equipe do programa.

A capoeira gera a interação de diversas pessoas, de todas raças, de todas as idades e de todas as nações. Hoje a capoeira é conhecida mundialmente como cultura brasileira e é amparada por lei federal, é uma arte, um jogo, um esporte, uma dança, ela é uma cultura dinâmica, propicia principalmente para a realização de inúmeras pesquisas e estudos desse universo de práxis única e genuinamente rica.

No contexto roraimense ela necessita dessa visibilidade mais ainda, a ajuda de recursos públicos e de incentivo, com por exemplo a divulgação de editais e programas que contemplem essa coletividade para ser praticada nas praças, escolas e etc, porém sem perder a essência de ser capoeira.

“Temos que garantir que a capoeira continue com esse caráter subversivo, da dignidade da capoeira mesmo. É a capoeira ali na praça, é a capoeira que a gente faz, é o mestre tendo autonomia de fazer o trabalho dele.”. (Taiguara)

Conclusão

O Programa Cartografia da Diversidade e Promoção dos Direitos das Populações Vulneráveis, por meio do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia se mostrou como instrumento de promoção em que os grupos de capoeira depositaram sua confiança para evidenciar suas manifestações de identidade, situações sociais, cultura e valores étnicos raciais, materializando suas manifestações por meio da auto cartografia, constituindo assim sua auto afirmação social, de sua existência como movimento sociocultural e procurando, de certa forma, atrair a visão de políticas para esse meio.

Foi observável em todas as atividades desenvolvidas essa confiança por meio da colaboração e presença efetiva dos capoeiristas, com voz ativa para expor suas origens e o que é viver no universo da capoeira na cidade de Boa Vista, e assim trazer à tona uma identidade pura dessa manifestação cultural brasileira.

Foi mais interessante ainda estar nesse meio, conhecer de perto esse mundo, contribuir para o reconhecimento desse seguimento.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; DOURADO, Sheilla Borges; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular de 15 de novembro de 1989**. Patrimônio Cultural: Identidades Coletivas e reivindicações. Manaus: UEA Edições, 2013.

LUSSAC, Ricardo Martins Porto; TUBINO, Manoel José Gomes. **Capoeira: A História e Trajetória de um Patrimônio Cultural do Brasil**. Revista de Educação Física, Rio de Janeiro, v.20, n.1, p.7-16, 2009.

<http://novacartografiasocial.com/apresentacao/>

<http://portal.iphan.gov.br/montarDetalheConteudo.do?id=17759&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>

ENTRE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS: PROFESSORES PARAIBANOS EM RORAIMA

Introdução

Durante toda a história da formação territorial, pode-se observar a importância do papel dos processos migratórios na composição sociocultural do território, sendo esse um assunto de extrema importância para as pesquisas na atualidade.

Outros aspectos, dados a partir deste fenômeno, têm sido postos em evidência na realização de novas pesquisas e se multiplicado pelo universo acadêmico na tentativa de compreender o fenômeno complexo que se dá a partir do momento em que o indivíduo migra.

Descobrir e entender as motivações que fazem com que o migrante deixe sua terra em busca de outro lugar, assim como as mudanças ocorridas no “eu” e no “espaço” são aspectos a serem observados.

Migração de nordestinos na Amazônia

Foi entre o final do século XIX e início do século XX que uma grande corrente migratória foi estabelecida entre o nordeste e a Amazônia, impulsionada pelas secas que castigavam o sertão nordestino (1877-1880).

Autores como Benchimol (1999), Furtado (2007) e Prado Júnior (2008) afirmam que milhares de nordestinos ingressaram nos seringais amazônicos neste período.

Benchimol (1999, p. 153-4) afirma que cerca de 300.000 nordestinos, a maioria cearenses, paraibanos, pernambucanos e potiguares, entre 1877 e 1920, migraram para a Amazônia, motivados pela fuga da seca, pela fome, pela cobiça, assim como, também, pela fortuna, além do espírito aventureiro.

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: glauciane.nascimento@ufrbr

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: carlamont59@uol.com.br

Referindo-se aos tempos áureos da borracha, Furtado (2007, p.189) revela que “o Brasil conheceu no último quartel do século XIX e primeiro decênio do XX um grande movimento de população: da região nordestina para a amazônica”. Para ele, o motivo maior foi a grande seca de 1877-1880, época em que quase todo o rebanho da região desapareceu, e que, cerca de 200 mil pessoas vieram a perecer. Outro importante fator refere-se ao papel dos estados amazônicos nesse processo. Neste período foram organizados serviços de propaganda e subsídios foram concebidos para gastos com transporte de migrantes. Segundo o autor, a Amazônia pode ter recebido nesta época cerca de meio milhão de pessoas.

Prado Júnior (2008, p. 236) também é categórico em enfatizar a seca como grande propulsora para formação da corrente migratória Nordeste-Amazônia. Foi esta corrente migratória que se ocupou na extração de borracha cuja exportação foi elevada em 1887 para mais de 17 mil toneladas. Desse modo, conclui-se que este período marca o início da grande migração de nordestinos para a região amazônica, motivada pelo desenvolvimento da indústria internacional e pela alta do preço da borracha.

Alguns autores roraimenses, como Aimberê Freitas e Dorval de Magalhães, também retratam, em seus trabalhos, a presença de migrantes nordestinos. São eles que relatam a chegada das primeiras famílias nordestinas que residem até hoje no estado de Roraima, tais como a de famílias paraibanas, foco da pesquisa que ora está sendo apresentada e desenvolvida.

Segundo Freitas (2000, p. 123) a migração de nordestinos se intensificou entre o final do século XIX e início do século XX, sendo forte a presença de quatro famílias paraibanas: Queiroz, Lucena, Melo e Freitas.

Magalhães (1986, p. 41) traz um relato sobre uma colônia de paraibanos fixada na localidade Passarão, às margens do Rio Uraricoera, que alcançou grandes lucros através do cultivo do tabaco, superando a exportação de bois, a partir da chegada do paraibano João Pereira de Melo, em 1910. Como exemplo, as famílias Lira, Queirós e Lucena trilharam o mesmo caminho.

Inseridas nesse contexto, as cidades vão se desenvolvendo atraindo muitos outros migrantes e vão se modificando na medida em que estes novos atores passam a integrar a sociedade.

Roraima, particularmente, Boa Vista, é um espaço que pode ser entendido como um “Brasil diferente” tanto nos aspectos geográficos quanto nos aspectos sociais, pois, na ocupação de Roraima, podemos observar algumas particularidades, mesmo com relação à própria região Norte, pois foi o espaço brasileiro em que mais tardou a chegada do homem branco.

Localizado no extremo norte do Brasil, faz fronteira a leste com a República Cooperativista da Guiana, ao norte e ao oeste com a República da Venezuela, e, ao sul com os estados do Amazonas e do Pará. Sua população, atualmente, é de aproximadamente 450.479 habitantes, e sua capital, Boa Vista, fica na parte setentrional do estado possuindo aproximadamente 284.313 habitantes (IBGE, 2010).

É uma sociedade constituída, principalmente, por três categorias: indígenas, ro-raimenses e migrantes.

Quanto aos migrantes, é observado um número expressivo da população nordestina: cearenses, maranhenses e paraibanos compõem quase todo o cenário migratório dessa região, sendo estes últimos destacados como um dos grupos constituintes desta sociedade desde os primeiros momentos da colonização de Roraima, como afirma Vale (2014, p.20).

No mesmo livro, a autora enfatiza o nordestino como responsável pela mais recente territorialidade em Roraima e ressalta que as diferentes territorialidades se dão justamente pela justaposição de culturas, resultando numa territorialidade própria ainda trabalhada, não definida, em um processo que ainda está por acabar. Dessa forma, Roraima surge como “um laboratório a céu aberto”, onde tudo ainda está em processo de análise.

Salim (1992) vem ressaltar em suas pesquisas que o processo migratório é um fenômeno complexo essencialmente social com determinações diversas que apresenta interações particulares com as heterogeneidades de uma formação histórico-social concreta que tende a assumir feições próprias, diferenciadas e com implicações distintas, para os indivíduos ou grupos sociais que a compõem e a caracterizam.

Desse modo, faz-se indispensável a elaboração de um conjunto de hipóteses que relacionem os volumes migratórios ao tipo de desenvolvimento da área analisada que permitam explicar o motivo das variações ocorridas no indivíduo, no decorrer do tempo e no espaço geográfico, proporcionando, assim, uma discussão sobre a territorialidade.

De acordo com Martins e Vanalli (2001), as estratégias de que se apropriam o migrante não podem ser dadas como mera questão de sobrevivência, haja vista que a hora de migrar para uns é dada como a hora de permanecer para outros.

Segundo Santos (2001) os lugares escolhidos acolhem e beneficiam os vetores da racionalidade dominante, mas, também, permitem a emergência de outras formas de vida.

De acordo com Nogueira (2014)¹, “o ato de migrar impõe rupturas sociais e afetivas, as quais podem despertar angústias, dores e incertezas ao migrante, porém, é verdade que no deslocamento migratório também ocorre a construção de outras relações no lugar de destino”.

Assim sendo, o processo migratório surge como um fator que provoca alteração na vida das pessoas, tanto para quem recebe o migrante quanto ele próprio, num processo de adaptação.

O presente artigo surge com o intuito de abordar questões relativas à pesquisa que está em andamento, através do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em Sociedade e Fronteiras, da Universidade Federal de Roraima, ao passo em que aborda alguns elementos constituintes sobre a formação do estado de Roraima e que modificaram o espaço da cidade de Boa Vista, através da inserção de professores migrantes paraibanos, numa tentativa de marcar as suas territorialidades, através do ato de abandonar e recriar o território no lugar de destino.

Interessa-nos, assim, observar, a partir destes dados, os fatores que levaram os professores paraibanos a deixarem sua terra e como as mudanças ocasionadas em detrimento da migração influenciaram na construção da sociedade boa-vistense. A história de vida de alguns surge como a história de muitos outros paraibanos que migraram para essa região, tornando-se, assim, uma referência histórico-sócio-cultural, indispensável para a compreensão da história.

Migração de professores paraibanos para Roraima

Como já relatado anteriormente, muitos são os trabalhos no âmbito acadêmico que trabalham com a migração, sejam eles de cunho quantitativo ou qualitativo. Na maioria deles, o fator econômico tem aparecido como principal elemento desencadeador do processo migratório.

No entanto, em Roraima, podemos detectar outros elementos entrelaçados ao econômico, perpassando a maioria do enfoque dado aos estudos já realizados. São questões que envolvem poder e estratégias políticas que vieram à tona no final dos anos 70 e início dos anos 80, com a necessidade de transformar o então Território de Roraima em estado.

¹ NOGUEIRA, Francisco Marcos Mendes. **O Maranhão é aqui**: migração, identidade e territorialidades de maranhenses na Cidade de Boa Vista/RR (1991-2010). 2014. Projeto de Pesquisa (Mestrado em Sociedade e Fronteiras). Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista.

Inseridos neste cenário, encontramos sujeitos que vivenciaram esta época e que se disponibilizaram a participar com informações que possibilitam (re)contar a história. São professores migrantes, funcionários da educação em geral e pessoas que ocuparam cargos de confiança e que, de uma forma, ou de outra, contribuíram para a formação e desenvolvimento do estado. Tais pessoas surgem como portadores de um conhecimento ainda não encontrado em fontes bibliográficas, como fonte de historicidade, pois estes carregam em si a sua história que é também a história de muitos outros, o que nos instiga a querer investigar ainda mais profundamente como se deu a inserção destes migrantes em Boa Vista, assim como o papel desempenhado por eles na formação do estado.

Conta-nos um destes que, como estratégia política para desenvolver Roraima, o então governador Ottomar de Souza Pinto, percebeu que um dos pilares para o desenvolvimento seria a educação. Desta forma, foi lançado o Projeto Escola Viva, que funcionava na Escola Estadual Ana Libória. No entanto, Roraima não tinha mão-de-obra para o trabalho.

[...] ele mandou um pessoal de sua confiança para Campina Grande, cidade universitária, na Paraíba, pois ele foi informado que Campina tinha muitos professores desempregados e aqueles que trabalhavam ganhavam muito pouco. Era certo que lá ele encontraria aquilo que precisava [...] Quando o professor chegava aqui, ele já estava contratado. Seu nome já estava na folha de pagamento. Eles ainda recebiam ajuda do governo: passagem, hospedagem e dinheiro para se manter até a saída do seu primeiro salário[...]

Dessa forma, milhares de professores paraibanos acabaram por constituir a formação da região o que nos mostra a necessidade de estudar este processo migratório a fim de compreendermos mais detalhadamente como estes se inseriram nesse novo cenário, criaram redes sociais, como ajudaram na construção do estado de Roraima e desenvolvimento da cidade de Boa Vista, ao passo em que se socializaram com novos grupos, reconstruíram suas identidades, como romperam com determinados valores e com as tradições e experiências vividas na Paraíba.

Migração, territorialidade, identidade e cultura

Muitos são os estudos sobre migração pautados em fatores de atração e expulsão da população como explicação teórica dos fluxos migratórios. De acordo com Singer (1985) estas teorias consideram que as desigualdades regionais provocadas pelo movimento do capital, de acordo com cada processo histórico, podem im-

pulsionar alguns indivíduos a buscar melhores condições de vida em outras áreas. Alguns outros estudos relacionam migração e urbanização, divergindo da ideia de que o ato de migrar reduz-se apenas a uma procura por melhores condições de vida.

Matos (2002) é categórico em afirmar que dados recentes indicam que os fluxos migratórios também são um vetor de desenvolvimento, já que o migrante pode contribuir positivamente nas localidades de destino o que influi, também, no perfil dos migrantes, haja vista que estes se tornaram mais experientes, mais informados e preparados para o emprego. Os novos padrões migratórios observados desde a década de 80 indicam tanto uma reestruturação das redes urbanas, como uma transformação no perfil dos migrantes.

Referindo-se à Região Amazônica, na década de 80, esta apresentou a taxa de crescimento mais elevada do país e, pela primeira vez na história, seu aumento populacional absoluto foi maior que o das Regiões Sul e Centro-Oeste, além de apresentar um crescimento significativo na sua área rural devido à migração acelerada em direção à fronteira agrícola, particularmente para os estados de Rondônia, Pará e Roraima, motivado tanto pela modernização concentradora nos lugares de origem da migração, como pelas promessas e realizações do estado na Região.

Em Roraima, acrescenta Vale (2014), a partir da mobilidade da força de trabalho, a migração deixou de ser consequência ou reflexo do espaço transformado, para atuar como agente de transformação.

Inseridos este contexto, responsáveis pela reprodução do espaço de grande parte do Brasil, presentes na textura dos vários ciclos de nossa economia e na edificação de inúmeros objetos geográficos, como as cidades e os grandes eixos de comunicação, os paraibanos foram/são vistos pelo capital como reserva de mão-de-obra circulante no país e pela formação de novas territorialidades e novas formas de concepção do uso e do processo de domínio do território de caráter econômico, político e cultural, com uma carga de influência absorvida pela população local expressa em nome de estabelecimentos comerciais, nome de bairros, comidas típicas, grupos folclóricos, nomes de pessoas etc., contribuindo para a construção e desenvolvimento do espaço, que se modificou através da influência de um povo que conserva valores tradicionais de seu lugar de origem.

Isso nos mostra que migrar surge como algo diretamente ligado à necessidade do indivíduo que busca uma aventura impregnada de esperança em encontrar meio de sobrevivência digna em um espaço que possa lhe oferecer alternativas de mudar de vida e ele possa prosperar.

Segundo Souza (2006) “viver em outro lugar, reestruturar relações humanas, espaciais e temporais é tarefa complexa. A convivência do migrante com os “da terra” é exercida em via de mão dupla, na qual o movimento de desenraizar e enraizar são constantes, variando de acordo com muitas situações específicas”.

Assim sendo, inúmeros migrantes buscam suas representações, diante das coisas mais simples, numa tentativa de definir “o quem eu sou”, e, ao fazer isto, o território ocupado não pode mais ser associado como uma identidade ou cultura local, haja vista que o processo migratório altera as feições do território ao receber uma complexidade de culturas e identidades, onde migrantes surgem como principais autores destas modificações espaciais.

De acordo com Hall (2000) a identidade é construída através do reconhecimento de alguma origem comum ou de características partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal. Essa construção da identidade ou identidades vai se moldando quando um determinado grupo se apropria de seus valores, perpetuando-os na sua história, passando de geração a geração.

As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos (HALL, 2004, p. 109).

Conhecemos nossas raízes a partir da distinção daquilo que nos une e nos separa. Desse modo, a identidade e a memória aparecem interligadas, em um reforço contínuo.

A definição da própria identidade aponta para a definição de princípios, valores e traços que marcam povos. Memória e identidade estão interligadas e desse cruzamento, múltiplas possibilidades poderão se abrir para produção do imaginário histórico-cultural (SANTOS, 2004, p. 59).

É importante lembrar que, a cultura, hoje, é dada num sentido muito mais amplo que o de outrora. Centrada na liberdade, ela encontra raízes na natureza humana, com a possibilidade de transcender qualquer valor ou dimensão histórica. O homem que o faz, busca um valor que corresponda às suas necessidades. Neste contexto, Sidekum (2003) acrescenta que o homem constitui sua imagem, sua figura humana por meio de atividades livres que possibilitam a comunicação com o mundo externo. Nesse espaço de interação, o sujeito se modifica, assume valores de acordo com o que lhe interessa e acredita, e, nesse processo, cria a sua história, modificando o espaço territorial que ele ocupa.

Vale salientar que, a construção da identidade, sob a cultura, não faz referência apenas ao modo, mas a forma como vive o ser humano, na sua maneira de idealizar e de manipular o seu mundo histórico, sobre o modo como ele constrói sua projeção introspectiva e estética do mundo e é desta forma que ele transforma o espaço em que ele habita.

Nessa mesma perspectiva, acrescenta-se: “Nossa realidade é multicultural, o que torna imprescindível uma vontade de vivermos juntos com outros indivíduos e comunidades, com identidades que são, por sua vez, pluralistas, variadas e dinâmicas” (MONTIEL, 2003, p. 42).

Desse modo, vale ressaltar que, a construção da identidade, sob a cultura, não faz referência apenas ao modo, mas, também, à forma como vive o ser humano, na sua maneira de idealizar e de manipular o seu mundo histórico, sobre o modo como ele constrói sua projeção introspectiva e estética do mundo e é desta forma que ele transforma o espaço em que ele habita. A migração surge, pois, como:

... um processo multiterritorial, fazendo-se pela interação em rede. Mesmo que tenhamos apenas a sobrevivência de referências territoriais puramente simbólicas, e que estas se reportem não a territórios particulares (como o Estado nação ou a região de origem), mas aos múltiplos territórios ou à própria dispersão (territórios dispersos) que compõem o grande território-rede da diáspora, ainda assim devemos falar num tipo muito próprio de reterritorialização, uma territorialização múltipla, na dispersão, articulada em rede, “com ou no movimento” (inerente à diáspora) e altamente simbólica – em outras palavras, uma multiterritorialidade em sentido estrito. (HAESBAERT, 2006, p. 356)

Compreende-se, assim, que o processo migratório surge como um fator que provoca alteração na vida das pessoas, tanto para quem recebe o migrante quanto ele próprio, num processo de adaptação. Nesse contexto, grupos e redes sociais são criados.

Um grupo é um sistema de relações sociais, de interações recorrentes entre pessoas. Também pode ser definido como uma coleção de várias pessoas que compartilham certas características, interajam uns com os outros, aceitem direitos e obrigações como sócios do grupo e compartilhem uma identidade comum — para haver um grupo social, é preciso que os indivíduos se percebam de alguma forma afiliados ao grupo.²

É importante lembrar que o migrante não se expressa apenas por meio de grupos sociais definidos, mas, também, por meio de redes.

² Grupo social. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014. [Consult. 2014-07-25]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$grupo-social](http://www.infopedia.pt/$grupo-social)>.

As redes sociais são fundamentalmente o meio pelo qual os sistemas migratórios se processam. Os estudos devem considerar o migrante como uma entidade dotada de relações que se conecta a outros conjuntos definidos por laços de parentesco, amizade, conhecimento e trabalho. Nesta perspectiva, os movimentos populacionais são, também, a expressão das possibilidades criadas por um conjunto de relações nas quais o indivíduo se insere.

Os motivos que originam um determinado movimento podem estar associados à transformações estruturais nas sociedades, no entanto, a continuidade da migração provavelmente está mais relacionada a laços estabelecidos entre locais de origem e destino, que vão conferir estabilidade aos fluxos contínuos entre duas ou mais localidades. As redes sociais, assim, não são elaboradas no movimento migratório, mas transformadas por ele na medida em que se reforçam as conexões existentes entre o migrante e outros atores da sociedade (SOARES, 2002).

Dessa forma, as redes sociais podem ser compreendidas como:

o conjunto de pessoas, organizações ou instituições sociais que estão conectadas por algum tipo de relação, podendo inclusive se sobrepor inúmeras vezes dentro de um sistema de relações. As redes migratórias seriam, então, uma espécie de rede social, precedida por outras redes que se adaptam ao objetivo de migrar, como as relações de parentesco, amizade, trabalho, etc. (SOARES, 2002)

Por fim, considerando a migração como um processo dinâmico em que os migrantes se fazem e se refazem nesse processo, podemos identificar inúmeras causas e consequências que dão a partir dos deslocamentos. Nesse sentido, importa-nos descobrir que mudanças e que consequências são estas.

Percurso da pesquisa

A pesquisa que está sendo desenvolvida tem cunho quanti-qualitativo, pois esta além de apreender a quantidade e a distribuição dos professores migrantes em Boa Vista, também tem a preocupação de entender os professores paraibanos e a ocupação do espaço por estes, que possuem razões, sentimento e emoções que não podem ser quantificados, além de analisar as estratégias políticas que foram estabelecidas diante do quadro que ora se encontrava Roraima.

Para se investigar a influência do professor migrante paraibano no desenvolvimento de Boa Vista, faz-se necessário ressaltar, com grande ênfase, a mobilidade da força de trabalho como motor para essa migração aliada às estratégias políticas

estabelecidas no final dos anos 70 e início dos anos 80 que trouxeram ao estado de Roraima inúmeros migrantes. É de suma importância, que se encontrem elementos para uma argumentação teórico-metodológica que articule, concomitantemente, o tempo, o espaço, os aspectos econômicos e a política, mostrando conexões entre diferentes níveis, centrados em relações do local com o estado de origem e vice-versa.

Para que seja feito este estudo, estamos utilizando a narrativa oral de ex-funcionários que foram responsáveis pela contratação de professores, técnicos da educação da atualidade e professores paraibanos migrantes residentes em Boa Vista – RR, que testemunharam as mudanças na formação do estado ao construir sua trajetória de vida, possibilitando, assim, relacionar de forma micro a história individual e coletiva, da Paraíba à Boa Vista.

A escolha pelas narrativas orais justifica-se pelo conceito dado por Bakhtin (2004) que vem ressaltar a importância da palavra expressa, pela qual o ser toma consciência e elabora a concepção de mundo, o entendimento de si e dos outros, pois, inserida em seu contexto social, ela perpassa os elementos indispensáveis à sobrevivência de uma comunidade, na medida em que vão sendo transmitidos os valores que a regem, aproximando os vários indivíduos, reforçando os laços familiares e comunitários, criando redes sociais, promovendo a resolução de conflitos latentes, possibilitando, enfim, uma reflexão sobre o real. Em tais entrevistas, pretendemos descrever, além da trajetória de vida, o cotidiano, a cor, o cheiro, e os sabores dados às vivências protagonizadas nesse deslocamento, pois “mediadas pela memória, muitas entrevistas transmitem e reelaboram vivências individuais e coletivas dos informantes com práticas sociais de outras épocas e grupos” (AMADO, 1995, p.133). As palavras, por mais isoladas que pareçam, trazem de fato, uma multidão de vozes que ali ecoam. Cada um que lê uma história pensa ser a sua própria história e encontram refletidas nas palavras do texto lido suas próprias emoções, sentimentos, verdades e visão de mundo.

Para que se tome ciência do papel e da história dos professores migrantes paraibanos, será ressaltada, nestas narrativas, também, a questão da migração como fato marcante propulsor das alterações no comportamento tradicional do migrante numa concepção ligada à cultura e às práticas simbólicas, como contribuintes para uma nova visão de mundo, conhecimento e reconhecimento de si.

A análise das entrevistas obedecerá ao seguinte critério: as questões de ordem quantitativa serão separadas a partir dos números que culminará do resultado final; as questões de ordem qualitativa serão selecionadas quanto aos depoimentos mais significativos que correspondam com os objetivos desta pesquisa, para se obter “a

necessária compreensão e o conhecimento do/no campo para não cair no fetiche e nas falsas questões que as estatísticas podem apresentar” (OLIVEIRA, 2001, p. 27).

Portanto, essa pesquisa se apoiará na abordagem do real, esforçando-se para compreender o fato da historicidade humana, por analisar a prática efetiva do professor migrante paraibano, valorizando a memória: as lembranças de infância do seu lugar de origem, a experiência da migração para Boa Vista, o processo de adaptação, a aquisição de novos hábitos, o enfrentamento de novos desafios, a descoberta de novas habilidades, a formação de redes sociais, enfim, a inserção e reconstrução de sua identidade, dada a objetividade territorial do lugar, porque os entrevistados viveram e vivem, o e no espaço local; eles contribuíram e contribuem na recuperação de um passado presente, assim como na construção da sociedade em que se encontram inseridas. Todas as informações de cada ator social e a análise dos órgãos em estudo são aspectos a serem considerados nesse nível de interpretação.

A pesquisa se desenvolverá em três fases. Na primeira serão realizados encontros com o orientador a fim de receber as devidas orientações. Neste momento também estará sendo efetuada pesquisa bibliográfica teórica e histórica sobre a temática da área de estudo. Na segunda fase ocorrerão as entrevistas com os profissionais que estiveram à frente das contratações destes professores migrantes paraibanos, demais funcionários e dos migrantes em questão.

Nessa fase, visitas e entrevistas semiestruturadas serão necessárias para detectar a participação do migrante na formação do estado roraimense e a reprodução espacial de Boa Vista através da influência deste na ocupação da área urbana, identificando os traços do novo espaço social construído: a reterritorialização do paraibano no espaço urbano. Essa ocorrerá com a utilização da técnica de entrevistas gravadas, que permitirá a procura por informações na fala dos atores sociais em estudo.

Serão também efetuados levantamentos e análises de documentos, história de vida dos migrantes através da pesquisa memorial, assim como fotografias, os quais poderão fornecer um quadro mais “vivo” e completo da situação estudada.

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) propiciará os aspectos referentes à localização e caracterização das áreas em estudo e Censos Populacionais.

Na última etapa serão feitas a seleção, a classificação e a tabulação dos dados e das informações que permitam a visualização da dinâmica social, a partir do tratamento dos dados e informações obtidas. Far-se-á a interpretação e análise dos resultados obtidos que serão divulgados através de relatórios, *papers* e artigos a serem apresentados em seminários, boletins, conforme as possibilidades. E, por fim, a Dissertação.

Considerações finais

Como já colocado, os estudos que abordam o tema das migrações têm ganhado atenção especial na pesquisa social, e, em Roraima, ainda mais, por este local se apresentar como espaço multicultural ao receber migrantes das mais diversas regiões do país, o que nos possibilita contribuir com a produção acadêmica, ao elaborar um trabalho de importância social que desvende os bastidores políticos da época.

Ademais, enquanto migrante, paraibana e professora, me encontro inserida no cenário que ora se apresenta neste estado, mas especificamente em Boa Vista, sendo, também, responsável pelo desenvolvimento desta sociedade.

Atualmente, Boa Vista, continua recebendo muitos professores paraibanos. Portanto, ainda há motivos que continuam impulsionando a migração Paraíba/Roraima, portanto há de se questionar, também, quais fatores têm impulsionado este (novo) interesse em migrar.

Referências bibliográficas

AMADO, Janaína. **O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação e história oral.** In: História n° 14 – Universidade Estadual Paulista. São Paulo, UNESP, 1995.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem.** 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BARROS, Nilson Cortez Crocia. **Roraima paisagens e tempo na Amazônia Setentrional.** Recife: Ed. Universitária, 1995.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia – formação social e cultural.** Valer/ Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRANDÃO, Carlos, R. **Pesquisa Participante.** 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CERTEAU, Michel de. **Escrita da história.** 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **A invenção do cotidiano: arte de fazer.** v.1. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.** 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FREITAS, Aimberê. **Geografia e História de Roraima**. Boa Vista: DLM, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>. Acesso em: 19 setembro. 2013.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Organização Liv Sovik. Belo Horizonte: EdUFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MAGALHÃES, Dorval. **Roraima – Informações históricas**. Rio de Janeiro, 1986.

MARTINS, Dora.; VANALLI, Sônia. **Migrantes: migração interna no Brasil “baianos” e “paraibas” – a reforma agrária resolve?**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MATOS, Ralfo. **A contribuição dos imigrantes em áreas de desconcentração demográfica do Brasil contemporâneo**. Revista Brasileira de Estudos Populacionais. Campinas, V.19. n° 1. jan/jun 2002. p.49-74.

MATOS, Ralfo e BRAGA, Fernando. **Rede Urbana e redistribuição espacial da população brasileira**. Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Ouro Preto: ABEP, 2002.

MONBEIG, PierMINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONTIEL, Edgar. **A nova ordem simbólica: a diversidade cultural na era da globalização**. In: SIDEKUM, Antônio (org.). Alteridade e multiculturalismo. Ijuí: Unijuí, 2003. p.15-56.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **O Brasil dos imigrantes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

SALIM, C. A. **Migração: o fato e a controvérsia teórica**. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. 1991, Campinas. Anais... Campinas: ABEP, 1992. p.119-144.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense. 10ª ed. 1985.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero uma categoria de análise histórica**. 3 ed. Recife: SOS CORPO, 1996.

_____. **História das mulheres**. In: BURKE, Peter (Org.) A Escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Unicamp, 1992.

SIDEKUM, Antônio (org.). **Alteridade e multiculturalismo**. Ijuí: Unijuí, 2003.

SINDER, Valter. **Considerações sobre a antropologia e literatura**: o ensaio como escrita da cultura. In: OLINTO, Heidrun Krieger & SCHOLLHAMMER, Karl Erick (Orgs.). Literatura e Cultura. Rio de Janeiro: Ed. EDUC PUC-Rio, São Paulo: Loyola, 2003, p. 29-36.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense. 10 ed. 1985.

SOARES, Weber. **Da metáfora a substância**: Redes Sociais, Redes Migratórias e Migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG. 2002.

SOUZA, Carla Monteiro de. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXXII, n. 1, p. 199-207, junho 2006.

SOUZA, Elerson Tarcísio de; SILVA, Marcílio Coelho Libôa da; MELO, Narcisa Helena Pessoa Lanna de. **Manual para elaboração e normalização de trabalhos acadêmicos conforme normas da ABNT**. Belo Horizonte: UniBH, 2012.

VALE, Ana Lia Farias. **O “Ceará em Roraima”**: Migração de cearense 1980 a 1999. Dissertação de mestrado apresentado ao programa de Pós-graduação em Geografia do Centro de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual do Ceará – UECE. Fortaleza Ceará, 2001.

_____. **Migração e territorialização**: as dimensões territoriais dos nordestinos em Boa Vista/RR. Presidente Prudente/SP, 2007. 268f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista do Campus de Presidente.

_____. **Nordeste em Roraima**: migração e territorialização dos nordestinos em Boa Vista. Editora da UFRR, 2014.

*Rebeca Beatriz Santos Santos **
*Keitianne Mourão de França ***
*Licely Lima De Souza ****
*Nelma Catulino Oliveira ******

ESTUDOS TEÓRICOS EM EDGAR MORIN: “A RELEVÂNCIA DA ÓTICA DISCIPLINAR E INTERDISCIPLINAR NO CAMPO DA PESQUISA NO BRASIL E NA AMAZÔNIA”

Introdução

“... Um homem que não renuncia ao direito de pensar, o faz com inteligência e vigor, e sabe encarar, com saúde notável a crítica e a autocrítica com molas fundamentais da sua própria evolução.”
Morin

Antes de adentrarmos as sinalizações propriamente ditas de Edgard Morin, acreditamos ser oportuno, falar um pouco a cerca de sua bibliografia. Morin é um pesquisador emérito do CNRS, nascido em Paris, 1921. Tendo formação em História, Geografia e Direito, migrou para a filosofia, a sociologia e a epistemologia, lutou contra o nazismo na França durante a II Guerra Mundial, autor de mais de trinta livros tornou-se um dos pensadores mais importante do séculoXX.

A relevância de sua bibliografia está em iniciarmos a compreensão do “por que” da Teoria da Complexidade. Ao iniciarmos a leitura de suas obras, nos deparamos com o termo complexidade que logo nos perpassa como algo complicado, e de fato, entender as sinalizações de Morin assume tal conotação, muito disso acredito eu, seja fruto de sua bagagem histórica e do contato com conhecimento, afinal somos frutos de nossas vivencias, dos nossos contatos, das relações de troca e muitos outros fatores que poderiam ser mencionados. Então percebemos que para entender a teoria de Morin, é necessário entender a essência da própria história da humanidade, suas construções, evoluções, crises, rupturas, retrocessos e etc., entender a nós mesmos nessa “ótica tão complexa que é a vida e seus constantes desafios”.

A noção de complexidade em Edgar Morin é ampla, aborda os fenômenos e a mudança de paradigma, deixando de fora o reducionismo da investigação científica

* Universidade Federal do Amazonas. E-mail: rebeca.beatrizssantos@hotmail.com

** Universidade Federal do Amazonas. E-mail: anne_mourao21@hotmail.com

*** Universidade Federal do Amazonas. E-mail: licelylima300@gmail.com

**** Universidade Federal do Amazonas. E-mail: nelma.2510@gmail.com

em todos os campos, dando lugar à ordem e ao caos. É uma abordagem transdisciplinar, portanto não há como fazer uma definição breve do tema, que por sua vez, interliga-se a diversos conceitos, bem como auto-organização, imprecisão, conectividade, construtivismo, diversidade, paradoxo, imprevisibilidade, inclusão, potencialidade, virtualidade, entre outros.

Uns dos principais enfoques da Teoria da Complexidade está em colocar em “xeque” a contradição da essência da Ciência, seus dilemas; suas crises; seus paradigmas necessidade gritante de pensar a sua proposição, de pensar o transparadigma frente à era da Globalização; de repensar e estabelecer o diálogo entre as estruturas de pensamento.

Nesse sentido, o presente artigo tem como fundamento base, trazer para o universo acadêmico a contribuição do pensamento de Edgar Morin na formação de discentes na esfera da graduação e pós-graduação, no que diz respeito a ampliação da base teórica e conceptual nas Ciências Sociais, especificamente na região da Amazônia.

Tal perspectiva pauta-se na grande intensificação dos estudos de cunho sociológico e antropológico no Brasil e, sobretudo, na Amazônia. Desta forma, o presente artigo questão busca fazer um *link* com a gama de conhecimentos produzida na área das humanidades e uma possível dialogicidade com outros ramos do conhecimento, visando fomentar novas oportunidades de adensamento da produção do saber para além dos inventários e estudos empíricos, tendo o aporte numa ótica disciplinar e transdisciplinar no campo da pesquisa propriamente dita.

A metodologia adotada consistirá na caracterização da obra do autor mediante inventário de títulos e o contexto da recepção de seus estudos no pensamento sociológico; estudo da centralidade do pensamento de Edgard Morin; eleição de títulos de referência do autor para o estudo de categorias de análises que integram o corpo teórico da complexidade; inventário de temas de interesse na obra desse autor; e por fim, o estudo exploratório do impacto de seus estudos e pesquisas sociológicas no Brasil e na Amazônia.

Utilizamos as seguintes obras de Morin: “O problema Epistemológico da Complexidade”, “Terra Pátria”, “O método I: A natureza da natureza” e “Introdução ao Pensamento Complexo”. Os resultados obtidos a partir desta análise podem se resumir na amplitude da abordagem sobre a complexidade, que para Morin tem sido o grande problema da humanidade.

1. Teoria da complexidade em morin: e a construção do conhecimento e do conceito de homem

Segundo Morin, conhecer e entender a história da humanidade é o primeiro passo para a compreensão do conhecimento, deste modo, o autor caracteriza amplamente cada uma das etapas da vida humana, da história da humanidade em si, em uma análise que abrange desde o surgimento da vida humana, passando por suas evoluções, crises, retrocessos, rupturas, entre outros, até chegar nos dias atuais.

O mesmo descreve os estágios pelos quais a humanidade passou e mostra-se preocupado com o futuro, aponta a globalização e a modernidade como perigos para o mundo e como responsáveis pelos processos de desintegração social, uma vez que na era contemporânea, há um tendência da ciência desagregar fatores de suma importância na construção e compreensão do saber.

Nesse viés, Morin ao escrever “*O Método: a natureza da natureza*” propõe uma reformulação do conceito de homem e de ciência do homem, sinalizando a importância da emancipação da tríplice *indivíduo-sociedade-espécie*, o que na verdade, apresenta-se enquanto um convite para humanidade observar e pensar o mundo no qual temos vivido, da necessidade de se estabelecer uma reflexão sobre caminhos a trilhar.

Para Morin é totalmente válido para a ciência considerar a relevância da interdisciplinaridade proposta por Ele no processo de construção do saber. Para o autor só é possível encontrarmos respostas às frequentes indagações se soubermos reconhecer e acreditar na importância do todo, se unirmos os conceitos e aplicarmos em conjunto, o que só é provável através da ruptura, da emancipação, nessa instância, reside o papel da interdisciplinaridade.

Não obstante, o pensamento de Morin nos remete a reflexões fundamentais na construção do saber, à medida que nos alerta o fato de que a ciência atualmente deixa de agregar fatores importantes no âmbito de tal realização (construção do saber), o que é uma grande perda por parte da ciência enquanto meio de explicação do mundo e de tudo que nele há.

Em síntese, a preocupação de Morin reside justamente na oscilação entre o conjunto e o individual, entre o todo e a parte. Para Morin, é imprescindível difundir o conhecimento através dos vários campos do próprio conhecimento, para tanto, é fundamental a ênfase da concepção e aperfeiçoamento do saber.

2. As etapas da vida humana e os fenômenos da natureza vistos a partir da técnica da interdisciplinaridade

“*Terra Pátria*” fora a leitura inicial acerca do pensamento de Morin, o mesmo faz um resgate histórico da sociedade desde a era Pré-histórica até a era contemporânea, revelando assim, a importância da dialogicidade entre os mais diversos campos da ciência, de forma até poética, o autor modifica a nomenclatura dos conceitos que temos acerca da organização do mundo e da vida.

Não obstante, durante a leitura desta, é perceptível uma constante preocupação do autor com o rumo que o “Planeta Terra” vem traçando. Para Morin a preocupação consiste na importância de compreendermos a complexa rede social posta na atualidade.

A história nasce há talvez dez mil anos na Mesopotâmia, há quatro mil anos no Egito, há dois mil e quinhentos anos no vale do Indo e no vale do Huang Po na China. Numa formidável metamorfose sociológica, as pequenas sociedades sem agricultura, sem Estado, sem cidade, sem exército, dão lugar a centros urbanos, reinos e impérios de várias dezenas de milhares, depois centenas de milhares e milhões de súditos, com agricultura, cidades, Estado, divisão do trabalho, classes sociais, guerra, escravidão, mais tarde grandes religiões e grandes civilizações. A história é o surgimento, o crescimento, a multiplicação e a luta até a morte dos Estados entre si; é a conquista, a invasão, a escravização... É a edificação de palácios, templos, pirâmides[...] A história é o ruído, é o furor, mas ao mesmo tempo a constituição de grandes civilizações, que se querem eternas e serão todas mortais [...] (MORIN, 1995, p. 16)

2.1. Dos Estágios da humanidade

Morin faz uma análise na qual cita os diversos estágios pelos quais a humanidade e o mundo em si tem passado até chegar nos dias de hoje. A partir desta abordagem o autor fala em possíveis caminhos que podemos seguir, fala das perspectivas, das hipóteses para o nosso futuro.

Vejamos agora mais detalhadamente cada um destes estágios e as perspectivas propostas por Morin.

a) *A era planetária* - é o período em que a Terra é descoberta como um planeta, inclusive um planeta com entrada em comunicação das suas diversas áreas. Aqui ocorrem os primeiros resquícios de implementação do comércio marítimo entre franceses, holandeses através da introdução do milho, batata, feijão, etc. nos solos europeus; desenvolvimento acelerado na Europa; expansão mundial da economia.

b) *A carteira de identidade terrestre* - nesta etapa ocorre a descoberta de galáxias, de um universo desconhecido e repleto de mistérios; o início da investigação científica para tentar desvendar e explicar alguns dos mistérios da natureza através da Geologia, Química e Paleontologia; caracterização da terra como um ser e uma máquina com vida própria e capacidade de se auto-reorganizar.

c) *A agonia planetária* – século XX, estágio em que a economia, demografia, desenvolvimento e ecologia tornaram-se problemas comuns a todas as populações do planeta. Oscilação da economia mundial entre a crise e a não-crise, gerando diversos fatores nada favoráveis a vida planetária; há ainda os problemas de cunho catastróficos, tais como a contaminação das águas e envenenamento dos solos, desmatamento, etc.

d) *Nossas finalidades terrestres* – aqui fala-se no antagonismo de nossas finalidades enquanto moradores da Terra; para que estamos aqui? Não somente para conservar e preservar diversidades culturais, mas também para revolucionar, criando novas condições de organização da humanidade, de modo a encontrar nexos entre passado, presente e futuro.

Após esta breve abordagem por algumas das etapas da humanidade propostas por Morin, o mesmo afirma ainda que o crescimento desenfreado é um ponto negativo, pois não sabemos onde iremos parar com todo este desenvolvimento e com tantos fenômenos globais que diversas vezes chegam a nos prejudicar, promovendo a incerteza do futuro, em outras palavras, o futuro que nos espera é apenas a incerteza.

2.2. *A ação mutilante e a Construção do Conhecimento*

A complexidade atravessa toda a sociedade, e ao ver de Morin é fruto de processos históricos embasados em fatores de ordem econômico, político e social que resvalam, necessariamente, na ciência propriamente dita.

Isso não significa dizer que a ciência é o “demônio” a qual o autor busca exorcizar, essa perspectiva é esclarecida quando lemos a obra “O método 1: A natureza da natureza”, vê-se que a sua preocupação reside justamente no que o autor denomina de ação mutilante.

E o que seria ação mutilante para Morin? O que se sobressai em suas proposições é que ciência para se fazer ciência, deixa de lados muitos fatores inerentes do saber. Para ele o conhecimento mutilado gera ações mutiladas, vivenciamos uma crise no processo de conhecimento, uma vez que há uma dissociação das esferas do

conhecimento. Ao escrever esta obra seu objetivo maior está em reformular o próprio conceito de homem, da ciência do homem, da antropologia, para reconhecer em que momento e por que se dá a disjunção da tríplice *indivíduo-sociedade-espécie*.

Por intermédio da interdisciplinaridade, o autor enfatiza que a natureza e seus fenômenos, a humanidade e o próprio mundo em que vivemos, só podem ser concebidos através da atuação em diversas áreas do conhecimento, o que possibilita desta forma a construção de pontes que se cruzam, nos diferentes campos da ciência.

O conceito de homem enquanto *indivíduo-sociedade-espécie* não deve consistir na separação destas três categorias como outrora fora proposto, mas trata-se exatamente de unificar estes três termos para a construção de um conceito mais abrangente.

Porém, o autor não descarta a divisão das categorias uma vez que tal ação constitui parte fundamental na concepção do conceito de homem. A partir dela é possível observar cada um dos conceitos de forma isolada, o que permite perceber as negatividades e as positivities de cada um, de modo a aproveitar os pontos positivos, aperfeiçoando-os no momento da fusão do tríplice.

Não obstante, de acordo com Morin, vivenciamos o “luto”. E o que seria o luto? Seria a própria crise do sistema de conhecer, a crise das pesquisas dentro das instituições de ensino. Uma crise que muitas vezes não perpassa pelo sentido de “incomodação” e sim de “acomodação” aos padrões de ensino, burocratizantes, e enciclopédicos.

Morin denomina esta forma de saber como conhecimentos fragmentados e esparsos. Para Ele a especialização que invadiu as redes de ensino trava o processo de conhecimento,

É graças ao método que isola, separa, desune, reduz à unidade... Que ela aprendeu a interpretar as pedras, os sedimentos, os fósseis, os ossos, as escrituras incógnitas, inclusive a escritura do DNA. Entretanto, as estruturas desses conhecimentos são dissociadas uma das outras. Física e biologia só se comunicam hoje por istmo... O continente antropológico ficou à deriva, tornando-se uma Austrália. A própria tríade constitutiva do conceito homem: indivíduo-sociedade e espécie está totalmente dilacerada [...] Como o homem o mundo é desmembrado entre as ciências, esfarelados entre as disciplinas, pulverizado em informações. (MORIN, 2008, p. 26)

Assim, Morin demonstra a extrema necessidade em estabelecer a relação circular: Física, Biologia e Antropossociologia. Para Morin, os diálogos entre estes ramos do saber possibilitam uma maior interação e construção do conhecimento, a circularidade implica na recusa da redução das coisas complexas a uma ideia mutilante.

A circularidade implica em troca, reflexão, a possibilidade de novos métodos, novas proposições. É tornar o que ele denomina de círculos viciosos em virtuosos, de negar o saber enciclopédico, da necessidade de construir um “conhecimento junto”, reaprender a prender, para Morin este é o verdadeiro desafio posto na Teoria da Complexidade.

Impactos da teoria da complexidade em Edgar Morin nas pesquisas sociológicas no Brasil e na Amazônia

A Amazônia tem recebido nos últimos anos uma intensificação de estudos sociológicos realizados por pesquisadores da região Norte.

Esses estudos foram ampliados em grande parte devido a expansão das Ciências Sociais em cursos universitários de graduação, pela pesquisa de formação de Mestres e Doutores da rede universitária federal e estadual, e por demandas disciplinares e interdisciplinares de pesquisas, nas quais a Sociologia e a Antropologia são fontes e instrumentos da preparação científica de pesquisadores e docentes.

Mesmo que a tradição do pensamento social, e do pensamento sociológico em particular, tenha acompanhado momentos e movimentos da formação de sociedades regionais; e, mesmo que a Antropologia Cultural e a Etnologia tenham se constituído em referências fundamentais de compreensão da adaptabilidade e da complexidade ética e sociocultural da região; a produção teórica a partir de pesquisadores da Amazônia, formados para estudá-la, cria nova oportunidade de adensamento da produção do conhecimento para além dos inventários e estudos empíricos. O desenvolvimento da pesquisa teórica, mais do que nunca, impõe-se sobre a agenda de interesses de investigação fato que requer do pesquisador mais treinamento teórico.

Através de vários estudos e pesquisas relacionados ao tema é possível afirmar que a complexidade de Edgar Morin tem se difundido em diversas áreas do conhecimento, como nos ramos das ciências tecnológicas e biológicas, por exemplo.

A complexidade é então aplicada como uma forma de simplificação das ideias, mais uma vez é válido citar o uso do todo e seus respectivos complexos para compreender as partes, trata-se aqui de complexificar para depois simplificar.

Assim, os principais impactos da teoria da complexidade em Morin na ótica disciplinar e interdisciplinar, no Brasil e, sobretudo, na Amazônia são: a difusão do termo complexidade em vários ramos da ciência, a amplificação do conceito e construção do conhecimento, a reformulação do saber e novos meios de explicação da humanidade, bem como o mundo em que vivemos.

Nesse sentido, a relevância está em sua proposição de reforma no processo de construção dos saberes. A intenção de “civilizar as ideias” nos remete a uma nova forma de se fazer ciência, isso deve ocorrer via junção dos saberes, uma vez que a fragmentação da ciência tem sido um fator negativo para o progresso da humanidade. Essa reformulação proposta por Morin pauta-se na ideia de que a ciência deve buscar a unificação das diversas áreas do campo científico como a solução para a complexidade do mundo moderno.

Portanto, pensar o Brasil em suas multifaces, requer um olhar treinado de modo a compreender suas singularidades, uma vez que o processo de globalização, bem como o desenvolvimento econômico, a tecnologia e as desigualdades sociais caracterizam o cenário da sociedade contemporânea que comporta inúmeros desafios, vivemos agora um momento de significativas transformações, gerando a necessidade de novas abordagens teórico- metodológicas acerca da complexidade do mundo moderno.

Nos dias atuais, é de suma importância a ênfase formação disciplinar e, simultaneamente, interdisciplinar, tanto em nível de graduação, quanto de pós-graduação no Brasil e, sobretudo, na Amazônia, na formação de especialistas, mestres e doutores capazes de produzir conhecimento que transcendam os inventários e estudos empíricos, a fim de possibilitar um melhor desenvolvimento das sociedades contemporâneas.

No cenário Amazônico essas novas investigações, descobertas e atuações no campo científico consiste em percebê-la enquanto parte integrante da nação, nesse viés, toma-se a teoria da complexidade para propor justamente a junção e unificação como solução para os problemas da sociedade, neste caso, as singularidades da Amazônia em suas formas de organização econômica, política, cultural e social.

Nessa linha de raciocínio, a Amazônia deve ser pensada e concebida de forma coletiva, analisando questões externas que podem afetar seu desenvolvimento, ou, para além disso contribuir para o progresso desta região.

Conclusão

Estudos do pensamento sociológico criam tradições diferentes, todavia nem sempre excludentes quando se trata de estudos teóricos.

A que se delinea como história das ideias dá relevo aos precursores e aos processos de racionalização que sustentam a construção de campos disciplinares por meio de fundadores e clássicos da sociologia. A que se delinea como sociologia do

conhecimento sociológico, sociologia dos intelectuais e/ou sociologia do conhecimento científico, lança-se em direções interna, no ambiente disciplinar próprio, e externa, no ambiente mais amplo das ciências da natureza e da filosofia da ciência, com um novo enfoque sobre a ciência como uma produção social, uma relação social e até uma crença social.

Sob estes aspectos as tradições produzem problemas novos e novos interlocutores aos estudos teóricos, especialmente aqueles em que o equacionamento ultrapassa as fronteiras de um pensamento disciplinar.

Para que seja possível compreender o conhecimento, é necessário entender a história da humanidade, tal como Morin propôs, fazendo uma análise das etapas da vida humana e do mundo, acrescentando ainda que nosso futuro é incerto.

Após este estudo sobre a obra de Morin é possível concluir que a complexidade tem sido o grande problema da humanidade, devido as diversas transformações nas diferentes ciências da natureza e do homem, gerando uma crise nos fundamentos do conhecimento científico - aspecto de grande relevância na atualidade, que afeta o pensamento contemporâneo, pois nos conduz a ideia de que nenhuma teoria científica está absolutamente correta.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **Introdução a uma sociologia reflexiva**. In: Bourdieu, Pierre. O poder simbólico. Trad. Fernando Thomaz. 6. Edição. Bertand Brasil, Rio de Janeiro, 2003.

MORIN, Edgard. **O problema Epistemológico da Complexidade**, Lisboa: Portugal Publicações Europa-América, 1983.

MORIN, Edgard. **Terra Pátria**, Porto Alegre: Sulina, 1995.

MORIN, Edgard. **O método I: A natureza da natureza**, Porto Alegre: Sulina, 2008.

MORIN, Edgard. **Introdução ao Pensamento complexo**, Porto Alegre: Sulina, 2007.

MARCUSE, Hebert. **“Novas formas de Controle”**. A ideologia da Sociedade Industrial - O Homem Unidimensional. 6ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores S. A. 1978.

HABERMAS, Jurgen. **“Técnica e Ciência como Ideologia”**. Coleção Os Pensadores. Volume XLVIII. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1975.

GLOBALIZACIÓN, TERRITORIO E IDENTIDAD DESDE UNA PERSPECTIVA DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS

Introducción

En el presente trabajo se pretende hacer una revisión general de los conceptos de globalización, territorio e identidad con el propósito de tener una visión un poco más analítica e histórica que ayudará a centrarse y a relacionar el tema principal que interesa, el de los pueblos indígenas en tiempos de globalización. Saber hoy que los estudios sobre globalización y territorio han traído una perspectiva a nivel macrosocial, permitirá adentrarse a procesos microsociales de orden sociocultural, político y económico, en donde la fragmentación -a escala local, regional y nacional- se ha hecho evidente, pero a su vez, la reafirmación y reapropiación- dentro de estas tres escalas- se ha instaurado como una nueva forma de autonomía como alternativa a la aglutinante globalización.

De manera general, el abordaje de este trabajo tiene que ver con la identidad de los pueblos indígenas a partir del territorio en cuanto constructo social, cultural y de naturaleza así como funcional y utilitarista. Por términos de tiempo, el trabajo únicamente pretender esbozar, teóricamente, la relación que ejercen los pueblos indígenas con el territorio, pensar que en un mundo globalizado, hoy, los pueblos indígenas pueden integrarse tanto en la relación sociocultural y política-administrativa -con una demarcación territorial- en referencia al Estado-nación, como desafío para pensar y llevar a cabo una autonomía sin tener que ser minorizados.

Así, haciendo un ejercicio de reflexión, se puede sugerir que esta nueva imbricación lleva a nuevos desafíos para repensar la identidad, la cultura y el territorio como nuevas formas emergentes de lucha y de reafirmación de derechos.

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: alina.celarie@gmail.com

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: carla.monteiro@ufr.br

Globalización, espacio y territorio

¿Qué es la globalización? Si partimos del concepto general de globalización, a fines del siglo XX, podemos encontrar que la característica fundamental de esta se define por su carácter homogeneizador en lo cultural, en lo económico y en el ámbito espacial (HAESBERT, 2007). Así, la globalización -dentro de su carácter homogeneizador- plantea una idea generalizada en términos de una sola identidad diluyendo las identidades locales, tanto económicas como culturales, dejando a un lado el carácter de territorio, en términos de apropiación, para así continuar con un espacio global, un espacio único, homogéneo. Si la característica de la globalización es la de aglutinar espacios y culturas ¿cómo se podría insertar otra lógica que no pretenda colocarse en los términos de su propia acción? Es decir, las culturas, así como los sujetos sociales ¿son los que deben adaptarse a esta acción totalizadora o la globalización está obligada a reelaborarse? ¿cómo a partir de la exclusión socio-espacial los sujetos pueden redefinir su autonomía? Y propiamente ¿de qué manera se insertan los pueblos indígenas dentro de esta dinámica socioespacial? La primera línea en torno a esta dirección es saber que para que haya globalización debe haber fragmentación, la simbiosis que se genera entre estas dos deja fuera la homogeneidad dando paso a una multiplicidad de diferencias, de heterogeneidades que, planteadas antes un sistema vertical, se readaptan y surgen como nuevas posibilidades de contención cultural, social y económica. Así, como lo plantea Haesbert (2007), la globalización remete a la idea de unidad de lo diverso, muchas territorialidades que hoy emergen son per se a la propia diversidad y a partir de estas, la fragmentación puede ser una nueva forma de reafirmación de la diferencia. Sin embargo, para entender estos procesos se debe entender primero qué es un espacio y qué es un territorio y cómo se construyen los dos en función de la dinámica de las relaciones sociales que de ella de derivan.

Reelaboración del espacio y territorio

Para comenzar, un espacio puede ser entendido desde el punto de vista geográfico en donde este mismo tendría una posición de anterioridad con respecto al territorio, así, el territorio es el espacio que se construye para la reproducción tanto material como simbólica. La apropiación del territorio puede ser utilitaria y funcional o simbólico-cultural. Por ejemplo, cuando se considera el territorio como mercancía generadora de utilidades (valor de cambio) o fuente de recursos, medio de subsis-

tencia, se está enfatizando el polo utilitario o funcional de la apropiación del mismo. En cambio, cuando se le considera lugar de inscripción de una historia o de una tradición, la tierra de los antepasados, recinto sagrado, repertorio de geo símbolos, paisaje al natural se está destacando el polo simbólico-cultural. (GIMÉNEZ, 2001). En términos de Haesbert el hombre nace con el territorio, y vice-versa, el territorio nace con la civilización, así:

Os homens, ao tomarem consciência do espaço em que se inserem (visão mais subjetiva) e ao se apropriarem ou, em outras palavras, cercarem este espaço (visão mais objetiva), constroem e, de alguma forma, passam a ser construídos pelo território. (HAESBERT, 2007, p. 42).

Lo central es saber que lo que conforma al territorio se da a partir de la relación que se tiene con este por medio de las relaciones sociales y sobre todo por su apropiación y uso tanto físico como simbólico que da cuenta de las configuraciones y flujos sociales que se concatenan y son determinados por el contexto en el que se producen. Asimismo, el territorio participa no sólo como contenedor o soporte material de los procesos sociales, sino también como un elemento activo que influye en la estructuración misma de la sociedad:

O território é sempre, e concomitantemente, apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado (e não simplesmente construído, como o caso de uma cidade-fantasma no deserto norte-americano. (HAESBERT, 2007, p. 42)

A su vez, se debe tener claro que el territorio es una construcción histórica y social a partir de las relaciones de poder tomando en cuenta que el espacio geográfico se encuentra en esa relación. Lo interesante de esto, es que el territorio, por su carácter histórico, posee una dimensión subjetiva que recae en la identidad territorial y también en una característica objetiva en términos de acción política y económica. Sin embargo, hay que entender que estas dos características, tanto la simbólica como la funcional o utilitaria, no se encuentran separadas, es decir, existe una correlación que hace aún más compleja la utilización y apropiación del territorio.

Ahora bien, la relación y la complejización teórica del territorio, a través del complejo sistema globalizador, también crea diferentes formas de organización y politización dentro del mismo. Es decir, el territorio en este sentido, se concibe como una específica forma de organización política y de pensamiento político. (ELDEN 2005, 2007). No obstante, la territorialidad puede ser considerada como:

[...] a strategy for influence or control. By human territoriality I mean the attempt to affect, influence, or control actions and interactions (of people, things, and relationships) by asserting and attempting to enforce control over a geographic area. (SACK, 1983, p. 55).

Bajo esta forma de concebir el control o la influencia que se ejerce por medio de la politización de un lugar:

abstract space is, in short, the political product of state spatial strategies—of administration, repression, domination and centralized power. (BRENNER, ELDEN, 2009, p. 359).

Es decir, a partir de la representación del espacio/territorio como contenedor de procesos sociales, culturales, económicos y políticos, la conformación de éste se va a dar a partir de la dialéctica que se genera por medio de las relaciones sociales.

Ahora bien, enlazando los procesos que adquiere el territorio a manera de apropiación tanto física como simbólica, el análisis que interesa aquí se da en términos de la pertenencia de los pueblos indígenas con el territorio, por una parte entendiendo la construcción de su identidad así como la parte utilitaria y funcional. Si la propuesta se da en el sentido de relacionar estos elementos, tomando en cuenta que para poder construir una sociedad como la suya deben agruparse estos mismos; a partir de la endogénesis que de su propia territorialización resulta, el punto central se establece en la unificación posible de su territorio que está dotado de todos los sentidos posibles como parte de un todo integrador:

Pode-se dizer, assim, que enquanto o território mais estável nas sociedades tradicionais era em geral fragmentador e excludente em relação a outros grupos culturais mas profundamente integrador e holístico no que se referia ao interior do grupo social. (HAESBERT, 2007, p. 43).

Tomando en cuenta esta integración holística dentro de los pueblos indígenas, hay que entender la base natural que hace parte del territorio indígena, ya que a partir de esta relación, surge la gestión territorial en cuanto a función utilitarista integrando la parte de cultura y conocimiento indígena que encausará un enraizamiento mayor al espacio, ya que la relación que establecen con el mismo tiene que ver primeramente con este orden de la naturaleza:

[...] As diferenças naturais atuam em si mesmas como uma espécie de território [...] a diferenciação natural foi uma das primeiras bases para a formação de territórios (e ainda o é em certos espaços/grupos sociais, como os indígenas da Amazônia, os tuaregues do Sahara ou os nômades mongóis e tibetanos). (HAESBERT, 2007, p. 46-47)

Ahora bien, si a partir de estos elementos los pueblos indígenas han podido construir su territorio también es interesante entender cómo a partir de la construcción histórica del territorio, las territorialidades —en este caso las de los pueblos indígenas— también se forman a lo largo del tiempo y a través de esta formación el proceso de pertenencia al espacio se acompaña. Sin embargo, a partir de esta construcción histórica cabe resaltar que la identificación del Estado y el territorio es importante ya que a partir de su instauración moderna -siglo XX- esta identidad es concebida como fuente de poder; tomando en cuenta que la identidad entre Estado —y poder—, delimita el territorio y se apropia del mismo, en donde identidades y culturas locales tiene que subordinarse, por un largo periodo de tiempo y espacio, frente a una identidad cultural e nacional.

Entonces, a través de esta imposición de una identidad nacional que tiene que ver con límites políticos, administrativos, sociales y culturales, los pueblos indígenas ¿cómo han podido mantenerse a través de la maquinaria centralizadora del Estado? A partir de la instauración del Estado-nación se han construido diferentes formas territoriales, que han mezclado diferentes identidades culturales que han llevado a deslegitimizar esa única identidad nacional:

O Estado e seu território tendendo a promover uma única identidade, construída, vale ressaltar mais uma vez, através do processo de construção de uma identidade nacional, seja do ponto de vista cultural que leva à asfixia de traços culturais e tradições minoritários, seja do ponto de vista da organização social como um todo. Por um longo período de tempo, portanto, diversas territorialidades, que hoje emergem com caráter de novas, foram subordinadas ou subjugadas coercitivamente, e permaneceram, por assim dizer, submersas[...] Cabe, portanto, questionar onde está a novidade. (HAESBERT, 2007, p. 48)

Así, se puede inferir que la novedad se encontraría en la manera de surgir de estas nuevas territorialidades que han estado subyugadas bajo el padrón del Estado-nación, redefiniendo sus límites políticos-territoriales y social-culturales. Así pues ¿cómo se podrían insertar dentro de estos nuevos surgimientos los pueblos indígenas? ¿cómo en términos de lo local trascenderían a una demanda nacional? Y ¿de qué manera el Estado-nación las podría entender como autónomas? Cabe destacar que la resistencia cultural en términos de conocimiento indígena por la parte del territorio así como por la parte político administrativa y de gestión del territorio, ha podido causar un impacto dentro del papel normativo y regulador del Estado ya que han dado a conocer que, a pesar de la fragmentación, existen maneras de reelaborarse y de reconstruirse aun así estando dentro de un padrón estatal y nacional.

Sin embargo, a partir de estas demandas ante el papel coercitivo del Estado-nación, un factor importante y decisivo tiene que ver en cómo se construye el territorio y las territorialidades –desde la perspectiva de los pueblos indígenas- y de qué manera la parte de la construcción de la identidad juega un papel definitorio para la cohesión y la pertenencia al mismo:

Num sentido mais simbólico, o território pode moldar identidades culturais e ser moldado por estas, que fazem dele um referencial muito importante para a coesão dos grupos sociais (HAESBERT, 2007, p. 49.)

Entonces, a manera general, estas territorialidades no se pueden entender sin la dialéctica que se genera dentro de un territorio -en cuanto constructo social y cultural- como parte insoslayable de la identidad individual o grupal.

Identidad y territorio ¿hacia una perspectiva indígena?

Partiendo del análisis expuesto, hay que tomar en cuenta la perspectiva cultural como parte fortalecedora en la relación con el territorio, así ¿cómo se construye la identidad a través del territorio? ¿qué es lo que define una identidad territorial? ¿cuáles podrían ser los elementos simbólicos que se inscriben dentro de esta dinámica relacional? Primero se debe comenzar entendiendo que lugar es ser y que no hay lugar sin hombre ni hombre sin lugar (CASEY apud MARANDOLA, 2009). Asimismo: Somos nossos lugares, assim como eles nos são. Nós não estamos no espaço: nós somos sendo espacialmente (HEIDEGGER apud MARANDOLA, 2009, p.3).

En términos de respaldo existencial y de identidad espacial, existe una ligazón esencial y ontológica con el territorio en donde el sujeto depende del mismo ya que establece y cultiva lazos con su lugar. En este sentido, la necesidad de fijarse -de los pueblos indígenas a su territorio- ocurre en términos históricos, culturales y de naturaleza. Sin embargo, existen migrantes indígenas que se ven en la necesidad de tener que trasladarse a otro lugar, pensando en términos dicotómicos rural/urbano, para poder tener una vida mejor en aquel espacio que podría generar mejor trabajo de acuerdo a los estándares del mercado global. Pero lo que interesa aquí no es ese desencaje espacial sino por el contrario cómo es que algunos pueblos indígenas han podido reconstruir y continuar con su modo de vida dentro de un espacio globalizado, dentro de un mercado superpuesto por los Estado-naciones y aún más por el sistema capitalista; es decir, enfocándose a la cuestión principal, la cual atañe ahora, se debe tener como primera línea, como señala Marandola (2009), que la identi-

ficación con el lugar es crucial. Así, el establecimiento de lazos y la sensación de pertenecimiento ocurre en un lugar donde las características sociales, culturales y de organización espacial no son desconocidas. A su vez, los lugares que están ligados a la identidad territorial atraen a la fijación. Así, se puede ver que esa integración de los pueblos indígenas con su territorio parte de su experiencia con el mismo:

A construção ser-lugar ocorre a partir da experiência. Através da percepção, sensação, cognição, representação e imaginação o lugar passa a ser internalizado e constitui-se como parte integrante do ser. A experiência tem como meio o corpo, grande mediador dessa relação. (MELEAU-PONTY apud MARANDOLA, 2009, p. 4).

Al verse quebradas estas identidades territoriales, ya sea a partir de una imposición por el Estado-nación o a partir también de la ocupación por parte de empresas privadas, surgen así alteridades y luchas por derecho a la tierra y por el derecho a la autonomía indígenas. Hay que entender que las estructuras internas del territorio fundamentan la identidad territorial dando origen a diferentes microcosmos en donde se comparten lugares, paisajes, signos y símbolos. (MARANDOLA, 2009). Pensar que la identificación con un territorio implica ser parte de determinados círculos sociales, que parten de un pensamiento y sentimiento colectivo, ayuda a la comprensión de la organización socioespacial y a la “carga” sociocultural de los lugares. Así pues, ¿se podría hablar de una fragilización de las identidades indígenas en tiempos de globalización? Y ¿a partir de esto cómo se construye la identidad indígena?

Para entrar en esta discusión cabría resaltar que la parte de la identidad se construye de manera relacional con la autonomía, de un ejercicio constante de pertenecimiento con el territorio, de una completa apropiación al mismo. Es decir, para los pueblos indígenas la tierra es poder pues ella es origen, de ella procede toda la realidad y presencia, ya que en su encuentro, el paisaje se presenta como algo que se renueva y transmite con vigor y fuerza (DARDEL apud CLAVAL, 1999). Así, la identidad es construida en el territorio y los grupos existen por el territorio con el que se identifican, pues dentro del sistema cultural, un territorio puede ser visto en términos sagrados, como aquel espacio de socialización de rituales y benevolencia. Un ejemplo interesante:

Hongkey Yoon (1986) enfatiza que os conflitos entre a população de origem européia e os Maoris da Nova Zelândia resultam mais freqüentemente da relação diferente que os dois grupos mantêm com a terra: os primeiros (europeus) só vêem aí um bem que se modifica, como qualquer outro, enquanto que os segundos (Maoris) só existem pelo e para o lugar sagrado (o marae), onde se reúnem e dançam. (CLAVAL, 1999, p. 11)

Por lo tanto, la identidad aparece como una construcción cultural, respondiendo a la necesidad existencial de ¿quién soy yo? Sin embargo, existen otros elementos que la caracterizan que tienen que ver con los artefactos, las costumbres, el medio, así como concepciones de la naturaleza y relaciones institucionalizadas:

A identidade implica referentes sem os quais ela não poderia ser definida. A narrativa identitária reconstrói quatro pilares da experiência humana: o tempo, o espaço, a cultura e os sistemas de crença (CLAVAL, 1999, p.16).

Así, la construcción de la propia identidad dentro de un individuo o grupo se conforma por múltiples elementos que lo estructuran y hacen parte de un complejo sistema de relaciones. Si a través del territorio se construyen identidades, se delimitan cuestiones político administrativas, sería interesante entender que a partir de estas construcciones de identidad *con y en* el territorio, las fijaciones en tiempos de globalización son más fuertes, es decir:

Passaríamos então de construções culturais do eu e do nós percebidas como frágeis, e portanto plenas de territorialidades exclusivas e possessivas, para identidades fortemente estruturadas, mais resistentes aos contatos e aos intercâmbios e, portanto, mais facilmente associadas a territorialidades simbólicas, freqüentemente descontínuas, em mosaico ou encaixadas (CLAVAL; 1999; p.18).

Asimismo, la identidad de los pueblos indígenas pasaría a instaurarse como una identidad tradicional que se encuentra en lo “profundo” y en lo auténtico, en comparación con las sociedades contemporáneas que se insertan más en una movilidad del juego y de lo arbitrario (CLAVAL; 1999).

Conclusiones

Si a partir de las nuevas formas de vivir el territorio -que conllevan a nuevos modelos de identificación y pertenencia identitaria- se potencializa la relación identidad y territorio esta se vuelve una herramienta política para luchar y ejercer autonomía en relación con algunas transformaciones políticas, socioculturales y económicas. Se podría inferir que existe una autonomía territorial que puede transgredir al Estado-nación por medio de las nuevas territorialidades que están surgiendo y están construyendo identidades colectivas que cuestionan el orden establecido bajo las preguntas ¿Qué es la tierra? ¿Qué es el derecho a poseerla? ¿Qué es ser parte de ella? ¿Qué es aprovechar sus recursos? ¿De dónde surge la idea de la construcción

de una identidad a partir de la tierra? ¿La propia territorialidad e identidad que se construyen a partir del territorio delimitan un derecho inigualable en términos de su propia utilización? Los pueblos indígenas han construido una serie de elementos sociales y culturales así como herramientas de trabajo que les ha permitido tener un conocimiento del territorio que construyen, es decir, la utilización de recursos de la naturaleza así como de elementos culturales, como códigos de creencias, rituales, vivencias y tradiciones, los han llevado a apropiarse de su propio territorio y a identificarse con el mismo. A través de esta territorialidad se ha construido una identidad enraizada aunada a un constructo social y cultural que han desarrollado los indígenas.

Conocer para valorizar, conocer para transmitir, conocer para apropiarse, conocer para ejercer, conocer para ser autónomo, conocer para respetar. En este sentido, el ejercicio de su autonomía se refiere al respeto por su conocimiento indígena con el territorio así como su identidad, entonces, a partir de esto ¿cómo se está generando una ciudadanía intercultural por parte de los indígenas para y con el Estado? ¿cómo se está ejerciendo el derecho y la valorización ante los “otros”? y ¿Qué se está generando a través de la práctica de esa autonomía? Estas y muchas otras preguntas dan origen a un inmenso entendimiento de los pueblos indígenas que se encuentran todavía dentro de un sistema capitalista y por ende globalizador, dentro de esto, es de suma importancia volcar la mirada para entender estos procesos de reafirmación sobre el territorio y como los discursos identitarios contemporáneos proclaman así la necesidad, para el grupo, de disponer de un control absoluto del territorio que se torna suyo.

Referências bibliográficas

BRENNER, N.; ELDEN, S. **Henri Lefebvre on State, Space, Territory**. International Political Sociology (s.l), v.3, (s.n), p. 353-377. 2009.

ELDEN, S. **Missing the Point**: Globalisation, Deterritorialisation and the Space of the World. Transactions of the Institute of British Geographers, (s.l), v. 30, n.1, p. 8–19. 2005.

ELDEN, S. **Governmentality, Calculation, Territory**. Environment and Planning. Society and Space, (s.l), v. 25, n.3, p. 562–580. 2007.

GIMÉNEZ, G. **Cultura, territorio y migraciones**. Aproximaciones teóricas. Alteridades, (s.l), (s.v), (s.n), p.7. 2001.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. **O território em tempos de globalização**. Etc, Espaço, Tempo e Crítica, Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas, (s.l), v. 4, n. 2, p. 1-15. 2007.

MARANDOLA, JR. E.; DAL GALLO, P. M. **Ser migrante**: implicações territoriais e existenciais da migração. Anais VI ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES. Belo Horizonte, Agosto 2009.

CLAVAL, P. **O território na transição da pós-modernidade**. GEOgraphia, Ano 1, n. 2, 1999.

SACK, R. **Human Territoriality**: A Theory. Annals of the Association of American Geographers, (s.l), v. 73, n. 1, p 55-74, Mar. 1983.

LEI DE RESÍDUOS SÓLIDOS E A TUTELA JURISDICIONAL FACE À OMISSÃO DO PODER PÚBLICO LOCAL

1. *Introdução*

O ser humano, desde os primórdios, sempre consumiu os recursos naturais pela questão da sobrevivência, isso é inegável. O problema atual incide na modificação entre o consumo para sobrevivência e o consumismo desenfreado, ocasionado pelo crescimento devasto do capitalismo.

Com o crescente aumento populacional nos últimos séculos em torno das grandes áreas urbanas e o consequente aumento do consumo, desde a utilização de materiais para construção, até mesmo de recursos naturais, tornou-se necessário um controle maior por parte do agente público e educação da coletividade para a destinação final dos resíduos produzidos, pois, como se sabe, a depender do material produzido, a natureza demora até séculos para fazer a decomposição.

Nesse sentido, o Brasil há muitos anos já possui legislações que se preocupavam com o meio ambiente e o futuro e, o que não houve, até a presente data, foi um comprometimento do poder público e cobrança/educação da população na aplicação de políticas públicas que garantissem a efetividade das leis.

Atualmente, na Constituição Federal de 1988, a chamada Constituição Cidadã ou Democrática, existem a composição de três entes federativos, a União, os Estados/Distrito Federal e os Municípios, que detêm também uma tríplice autonomia, que são o autogoverno, a autoadministração e a auto-organização.

Dentre estes três entes federados, a CF/88 estabeleceu, em relação ao tema ambiental, a chamada competência comum em seu artigo 23, VI que diz que “é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas”.

Ainda em relação ao tema ambiental, a CF/88 estabeleceu em seu artigo 30, a competência residual dos Municípios, dentre as quais está a de legislar sobre as-

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: brunocesar.costa@hotmail.com

suntos de interesse local, suplementar a legislação federal e estadual no que couber, promover o adequado ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observadas a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual, executar a política de desenvolvimento urbano e elaborar o Plano Diretor, este último nos termos do artigo 182, §§ 1º e 2º da CF/88.

Denota-se, portanto, que numa simples análise esboçada da CF/88, as competências nela estabelecidas preveem uma ação imediata em relação ao meio ambiente urbano e que, constitucionalmente falando, ocasiona uma atuação dos Municípios nos assuntos que lhe são inerentes.

Tal atuação deve-se ao fato que a Constituição da República Federativa do Brasil é uma inovação no sistema jurídico mundial, pois os Municípios ganharam a natureza de ente federado e antes possuíam natureza meramente administrativa.

Essa competência atribuída aos Municípios, mormente ao tema ambiental, deve ser analisada com cautela, pois ainda não se possui uma amplitude no que concerne à realização e execução das políticas públicas direcionadas ao meio ambiente e principalmente à questão dos resíduos sólidos.

Essa afirmação deve-se ao fato de que a CF/88 estabeleceu um capítulo direcionado ao tema do meio ambiente e à política urbana, em seu artigo 225, o qual estabelece que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Como forma de auxílio nessa implementação foi promulgada em 2010, a Lei n. 12.305 que dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o qual atribuiu aos Municípios o ente federado responsável pelo seu controle, fiscalização e execução das políticas.

Assim sendo, faz-se necessária abordar a atuação dos Municípios nessa nova perspectiva, dentre as quais se analisará a conceituação dos resíduos sólidos e sua aplicação ao meio ambiente; a novel Lei de Resíduos Sólidos e a responsabilidade dos agentes causadores de danos ao meio ambiente; a realidade do Município de Boa Vista-RR e os remédios jurídicos para se assegurar a efetividade das Políticas Públicas relacionadas aos resíduos sólidos.

2. *Conceituação de resíduos sólidos e sua aplicação ao meio ambiente*

Em grosso modo, denomina-se resíduos sólidos todos aqueles materiais produzidos em escala tanto de produção industrial, como residencial, os quais não podem ser mais utilizados ou porque não possuem mais valor.

Segundo Ribeiro e Costa (2013) denominam-se resíduos sólidos:

o lixo das nossas casas, os entulhos da construção civil, as embalagens em geral, os resíduos que sobram das atividades comerciais, industriais, da mineração, da agropecuária, dos serviços de saúde, enfim, todos esses materiais que se encontram no estado sólido da matéria e restaram de um processo de produção ou consumo.

Segundo a NBR 10004 (2004) e a Resolução n. 05/1993 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), resíduos sólidos são os:

resíduos nos estados sólido e semissólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnicas e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível.

A novel Lei n. 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto n. 7.404/2010, e que, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; alterando a Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências, no seu artigo 13 do Capítulo I do Título III, estabelece que resíduos sólidos são quaisquer:

material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível.

Feita essa breve introdução quanto aos conceitos de resíduos sólidos, faz-se agora necessária a sua correlação com o meio ambiente urbano.

Segundo Vasconcelos (2013), com “o advento da Constituição de 1988 a questão ambiental, que já vinha sendo debatida no cenário internacional ganhou maior conotação no âmbito do direito interno”.

Enfatizando ainda os supracitados autores que:

desde então, algumas políticas públicas relacionadas com o tratamento do lixo passaram a ser adotadas, sobretudo nos grandes centros urbanos e regiões metropolitanas. Não obstante, as medidas foram desenvolvidas de forma tímida e esparsa, razão pela qual muito se discutia acerca da necessidade do estabelecimento de diretrizes de âmbito nacional com a finalidade de assegurar a adequada gestão dos resíduos sólidos em todo o país.

Prestes (2006) salienta serem as normas ambientais essencialmente voltadas a uma relação social e não a uma “assistência à natureza”. Aduz ela que o escopo do direito ambiental ajusta-se com a finalidade do direito econômico. Ambos dispõem pelo aumento do bem-estar ou pela qualidade de vida individual ou coletiva. No meio ambiente urbano, esta concepção é essencial, pois a propriedade e a forma de utilização desta interferem diretamente na qualidade do meio ambiente.

Nesse sentido, faz-se necessário trazer algumas premissas básicas conceituais representadas na Lei Federal n. 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, cria o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), bem como estabelece os respectivos instrumentos, em seu artigo 3º:

Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - meio ambiente: o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

II - degradação da qualidade ambiental: a alteração adversa das características do meio ambiente;

III - poluição: a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a biota;

d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

[...].

Percebe-se, assim, que os conceitos básicos trazidos no artigo 3º da supracitada lei, desde o conceito de meio ambiente até a questão da degradação e poluição ambiental, é muito amplo, abrangendo, como no caso do meio ambiente, até mesmo a vida em todas as suas formas, não se limitando ao meio ambiente natural, mas também ao meio ambiente como um todo.

Silva (2006) assim se manifesta quanto à conceituação de meio ambiente:

O conceito de meio ambiente há de ser, pois, globalizante, abrangente de toda a natureza, o artificial e original, bem como os bens culturais correlatos, compreendendo, portanto, o solo, a água, o ar, a flora, as belezas naturais, o patrimônio histórico, artístico, turístico, paisagístico e arquitetônico. O meio ambiente é, assim, a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas.

O artigo 4º da supracitada Lei Federal estabelece os objetivos da política nacional do meio ambiente. Desde a época da promulgação da lei (1981), visou-se “à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico”. Assim, a afirmação do conceito jurídico de sustentabilidade, atualmente em alta no Brasil, remete a essa Lei da década de 80.

Portanto, embasado nas leis já existentes quanto à aplicação de políticas públicas para um meio ambiente (em seu amplo sentido) equilibrado, faz-se necessária uma maior integração do homem ao meio que se vive, principalmente no que diz respeito à urbanização das cidades, a correta aplicação e estímulo dos serviços essenciais e fundamentais para a vida em sociedade, tais como, educação, saúde, cultura, dentre outros, buscando sempre o equilíbrio entre o crescimento urbano e a consequente geração de resíduos sólidos, com o meio ambiente.

3. A lei de resíduos sólidos e a responsabilidade ambiental

A CF/88, em seu artigo 225, este no qual é dedicado exclusivamente ao meio ambiente, expõe que existem três formas de responsabilidade pelos danos causados ao meio ambiente: a civil, a penal e a administrativa, todas independentes e autônomas entre si, que com uma simples ação ou omissão pode-se praticar as três responsabilidades de uma vez e, por conseguinte, receber as respectivas sanções.

Tal natureza jurídica das responsabilidades tem fundamento no artigo 14, §1º da Lei n. 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e assim dispõe:

Art. 14 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:

[...]

§ 1º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao

meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

Com o advento da CF/88, respaldado no art. 225, § 3º, a responsabilidade civil objetiva e solidária restou afirmada devido ao fenômeno conhecido no direito como Teoria da Recepção da Lei n. 6.938/81.

Pode-se citar ainda a Lei n. 9.605/98, que em seu artigo 2º assim estabelece a responsabilidade penal:

Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida de sua culpabilidade, como o diretor, o administrador, o membro do conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

Percebe-se claramente, apenas utilizando-se da própria Constituição Federal e de algumas leis infraconstitucionais, que a preocupação com a reparação pelos danos causados ao meio ambiente não é de hoje, já existe há muitos anos.

Antes de se adentrar ao método utilizado pela novel Lei de Resíduos Sólidos, é necessário esclarecer algumas definições legais sobre os mais variados termos que muito se diz no dia a dia e é bastante confundido.

No artigo 3º da Lei n. 12.305/2010, está a definição legal de determinados termos e expressões de grande relevância para a compreensão, concretização e melhor interpretação da norma jurídica. Por exemplo, no inciso II destaca-se a definição legal de área contaminada como “local onde há contaminação causada pela disposição, regular ou irregular, de quaisquer substâncias ou resíduos”. Já no inciso V tem-se a definição legal de coleta seletiva: “coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição”. Nos incisos VI, VII e VIII pode-se observar as definições legais da destinação final ambientalmente adequada:

VI - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos;

VII - destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético e outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

VIII - disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

No inciso IX insta salientar a definição legal de geradores de resíduos sólidos como “pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo”.

No inciso XII temos a definição legal de logística reversa como sendo o:

instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

No inciso XV temos a definição legal de rejeitos como:

resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada.

No inciso XVI pode-se depreender a definição legal de resíduos sólidos como:

material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível.

E, por fim, no inciso XVII encontra-se a definição legal de responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos como:

conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei.

Machado (2007) conceitua resíduos sólidos da seguinte maneira:

Os resíduos sólidos têm sido negligenciados tanto pelo público como pelos legisladores e administradores, devido provavelmente à ausência de divulgação de seus efeitos poluidores. Como poluente o resíduo sólido tem sido menos irritante que os resíduos líquidos e gasosos, porque colocado na terra não se dispersa amplamente como os poluentes do ar e da água. O volume dos resíduos sólidos está crescendo com o incremento de consumo e com a maior venda de produtos. Destarte, a toxicidade dos resíduos sólidos está aumentando com o maior uso dos produtos químicos, pesticidas e com o advento da energia atômica. Seus problemas estão sendo ampliados pelo crescimento da concentração das populações urbanas e pela diminuição ou encarecimento das áreas destinadas a aterros sanitários. O termo ‘resíduo sólido’, como entendemos no Brasil, significa lixo, refugo e outras descargas de materiais sólidos, incluindo resíduos sólidos de materiais provenientes de operações industriais, comerciais e agrícolas e de atividade da comunidade, mas não inclui materiais sólidos ou dissolvidos nos esgotos domésticos ou outros significativos poluentes existentes nos recursos hídricos, tais como a lama, resíduos sólidos ou suspensos na água, encontrados nos efluentes industriais, e materiais dissolvidos nas correntes de irrigação ou outros poluentes comuns da água.

Foi nesse sentido, com a finalidade de se efetivar o cumprimento de diversas leis e para encontrar maneiras de lidar com a crescente poluição ambiental ocasionado pelo crescimento urbano e dos resíduos sólidos, que a própria Lei n. 12.305/2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), estabelece também a responsabilização civil ambiental em sua modalidade objetiva e solidária, independentemente da comprovação da existência de culpa do autor, *in verbis*:

Art. 51. Sem prejuízo da obrigação de, independentemente da existência de culpa, reparar os danos causados, a ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importe inobservância aos preceitos desta Lei ou de seu regulamento sujeita os infratores às sanções previstas em lei, em especial às fixadas na Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências”, e em seu regulamento.

Em se tratando de responsabilidade civil ambiental pós-consumo, as mesmas regras deverão ser observadas e aplicadas à PNRS, a fim de otimizar ao máximo a concretização de suas normas.

Há ainda a previsão no artigo 52 da supracitada lei sobre o disposto no *caput* do art. 23 e no § 2o do art. 39 da Lei n. 12.305/2010 que considera obrigação de relevante interesse ambiental para efeitos do art. 68 da Lei n. 9.605, de 1998, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis nas esferas penal e administrativa, que estabelecem:

Art. 23. Os responsáveis por plano de gerenciamento de resíduos sólidos manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente, ao órgão licenciador do Sisnama e a outras autoridades, informações completas sobre a implementação e a operacionalização do plano sob sua responsabilidade.

[...]

Art. 39. As pessoas jurídicas referidas no art. 38 são obrigadas a elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos e submetê-lo ao órgão competente do Sisnama e, se couber, do SNVS, observado o conteúdo mínimo estabelecido no art. 21 e demais exigências previstas em regulamento ou em normas técnicas.

[...]

§ 2o Cabe às pessoas jurídicas referidas no art. 38:

I - manter registro atualizado e facilmente acessível de todos os procedimentos relacionados à implementação e à operacionalização do plano previsto no caput;

II - informar anualmente ao órgão competente do Sisnama e, se couber, do SNVS, sobre a quantidade, a natureza e a destinação temporária ou final dos resíduos sob sua responsabilidade;

III - adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

IV - informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

[...]

Art. 68. Deixar, aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental:

Pena - detenção, de um a três anos, e multa.

Assim, percebe-se claramente que na seara da Lei n. 12.305/2010 não há somente a previsão da responsabilidade civil objetiva, mas também responsabilidade administrativa e penal, nesses últimos casos com auxílio da Lei n. 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, sendo possível assegurar um efetivo instrumento jurídico para a manutenção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme estabelece a Constituição.

Cumpra ainda salientar que a responsabilidade não fica restrita somente às pessoas físicas ou jurídicas, mas também ao próprio Poder Público quanto a coletividade, por meio da prevenção, proteção e outros meios legalmente disponíveis.

Portanto, expostos os conceitos básicos sobre os resíduos sólidos, sua relação com o meio ambiente e as respectivas responsabilidades, cumpre agora fazer menção à realidade local em relação ao tema e às maneiras com o que o Estado pode atuar nos casos de responsabilidades e as devidas sanções previstas na Lei 12.305/2010 e normas correlatas.

4. A realidade do município de boa vista e os remédios jurídicos para garantia da execução da lei de resíduos sólidos

Boa Vista, capital do Estado de Roraima, é um município brasileiro localizado na Região Norte do país. Sua população, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014) era de 314.900 habitantes, sendo ainda a cidade mais populosa do Estado, concentrando 63,11% da população de Roraima.

A cidade de Boa Vista foi planejada inicialmente sob a forma de um leque, lembrando as ruas de Paris, para tentar se adequar a um crescimento urbano organizado, e viu seu crescimento demográfico aumentar de forma muito rápida a partir dos anos 2000, devido à migração de diversas pessoas de todas as partes do Brasil em busca de melhores condições de vida.

Com o aumento populacional, a cidade que era antes planejada viu também crescer um descontrole urbano fora do comum, fato este que impossibilita a correta aplicação do Plano Diretor e políticas públicas de forma eficiente.

Com o conseqüente aumento populacional, conforme dados acima expostos do IBGE, houve também um aumento no consumo e obviamente na produção dos mais diversos resíduos sólidos, que, segundo Albarado (2013), a média diária de produção de resíduos sólidos por habitante na capital Boa-vistense é 1,070 quilos por pessoa.

Nesse sentido, cumpre lembrar que a Lei n. 12.305/2010 determina que a gestão e gerenciamento de resíduos sólidos são de responsabilidade do poder público municipal e prescreve sanções em caso de descumprimento, conforme já anteriormente exposto.

Assim sendo, cumpre dar destaque ao mais recente problema da capital Boa-vistense, que é relacionado ao despejo dos resíduos sólidos no aterro sanitário, que já não é mais um aterro, e sim um verdadeiro lixão, que não tem acompanhado o crescimento da cidade e ocasionado diversos problemas ambientais.

O aterro sanitário de Boa Vista, atualmente um “lixão público”, localiza-se após o Distrito Industrial, na BR 174, quilômetro 494, a 11 km da capital, com uma área de 94 hectares, sendo um local restrito, cercado por uma tela alambrada com 2m de altura.

Segundo Falcão et al. (2012), o aterro sanitário local possui 13 células onde são depositados os resíduos domiciliares e hospitalares, separadamente. As células são impermeáveis, têm vida útil de 20 anos e medem 100 x 150 m. Cada célula de lixo domiciliar tem capacidade para 129.542 toneladas. A capacidade das células de lixo

hospitalar é de 600 toneladas cada. Desde a inauguração, o aterro não realiza o tratamento do chorume, sendo que o mesmo fica exposto a céu aberto.

Todo aterro sanitário possui uma vida útil que normalmente gira em torno de 10 a 15 anos e, devido ao rápido crescimento demográfico da capital, esta já não possui mais condições de armazenar e dar a devida destinação final dos resíduos sólidos produzidos diariamente, causando inclusive danos ambientais diversos, por estar próximo ao igarapé Wai Grande.

Para impedir que o aterro sanitário da capital continue a devastar o meio ambiente, o Ministério Público Federal em Roraima (MPF/RR), em 2013, ofereceu denúncia contra o Município de Boa Vista, a Construtora Soma Ltda. e mais cinco acusados por crime ambiental cometido no Aterro Sanitário de Boa Vista. Conforme a denúncia do MPF/RR, a Construtora Soma Ltda. contratada e fiscalizada pelo Município de Boa Vista desde 2003 causou danos ambientais em virtude do lançamento de resíduos sólidos, líquidos e gasosos no meio ambiente em desacordo com a lei.

O dano ambiental decorrente dessas irregularidades está causando, segundo o MPF/RR, poluição das águas superficiais e subterrâneas na região da margem esquerda da BR 174, sobretudo do lençol freático da região e do igarapé Wai Grande, além de desequilíbrio em toda cadeia alimentar de organismos vivos ali presentes, com prejuízo à fauna e flora.

Assim sendo, questiona-se o que pode ser feito pelos órgãos responsáveis, judicialmente falando, para garantia e fiel execução da Lei de Resíduos Sólidos na capital Boa-vistense, uma vez que na atual realidade não existe um plano para acabar em definitivo com o aterro sanitário, apenas um Termo de Referência, ficando aquém do esperado e já tendo ultrapassado o prazo previsto em lei.

Para a garantia da aplicabilidade das políticas públicas mencionadas na Lei de Resíduos Sólidos, existe um remédio jurídico que é extremamente eficaz para a garantia da tutela jurisdicional ambiental: trata-se da chamada Ação Civil Pública (ACP).

Prevista na Lei n. 7.347/85, a ACP é uma ação de caráter público que protege o meio ambiente, o consumidor, bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, de interesses difuso ou coletivo, dentre outros previstos em seu artigo 1º.

Segundo Albuquerque (2012), “o intuito da ação é a reparação do dano, onde ocorreu a lesão dos recursos ambientais”, sendo processada no juízo cível.

No artigo 5º da supracitada lei encontram-se quem têm legitimidade para propor a ACP, dentre os quais se destacam o Ministério Público, a Defensoria Pública, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, dentre outros.

Segundo Castro (2014), diante da atual realidade brasileira, em face de eventual omissão da implementação da nova legislação, deverá o cidadão probo, ético e que deseja ver aplicada, de forma escorreita, lícita e eficiente, a lei que regula a gestão dos rejeitos sólidos, munir-se de instrumentos processuais hábeis a ilidir a omissão do poder público, neste contexto destaca-se a importância da ação civil pública.

Para comprovar a importância que se tem da ACP, segue abaixo uma jurisprudência pátria, *in verbis*:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DEPÓSITO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E EXPLORAÇÃO DE FERRO VELHO EM DESACORDO COM AS NORMAS SANITÁRIAS E AMBIENTAIS. TUTELA ANTECIPADA DEFERIDA LIMINARMENTE. MANUTENÇÃO. 1. Hipótese em os documentos carreados aos autos não deixam qualquer dúvida sobre a existência da atividade ilegal de depósito de resíduos sólidos, sem licença ambiental, que o demandado mantém sobre sua propriedade, situação que acarreta permanentes danos ao meio ambiente e à saúde pública. 2. **Os bens jurídicos tutelados na presente ação civil pública (meio ambiente e saúde pública) possuem o status jurídico de direitos fundamentais sociais, os quais são dotados de uma dimensão objetiva que implica o reconhecimento de deveres fundamentais que se impõem aos particulares - além de deveres de proteção que se impõem ao Estado (Poder Público) - visando a devida efetividade dos referidos direitos fundamentais. Logo, à luz dessa perspectiva objetiva, evidencia-se o descumprimento de um dever fundamental pelo agravante, a justificar a manutenção da decisão liminar proferida na origem.** 3. Ademais, a pretendida revogação da medida liminar deferida na origem, acarretaria flagrante *periculum in mora* reverso, já que a não obstaculização da atividade poluidora ilegal poderia vir a ocasionar danos irreversíveis ao ambiente e à saúde pública. 4. **O exercício da atividade de “catador” não pressupõe nem autoriza que o indivíduo mantenha, mesmo que em sua propriedade, depósitos de resíduos sólidos potencialmente impactantes ao ambiente e à saúde humana, sem autorização do órgão competente.** AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70059598060, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Lúcia de Fátima Cerveira, Julgado em 06/08/2014) (TJ-RS - AI: 70059598060 RS, Relator: Lúcia de Fátima Cerveira, Data de Julgamento: 06/08/2014, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 13/08/2014, grifo nosso)

Portanto, denota-se que embora exista um grande problema para se efetivar a novel Lei de Resíduos Sólidos por parte da gestão da capital roraimense, existem instrumentos legais para que se cumpra a lei, no qual todo o meio ambiente e a sociedade são as diretamente beneficiadas.

5. Considerações finais

No Brasil há muitos anos existem legislações ambientais que direta ou indiretamente abordam a questão ambiental envolvendo os resíduos sólidos e, nenhuma, contudo, pensou que os recursos naturais são finitos e que sua renovação demora até séculos.

Nesse ínterim, atualmente os problemas ambientalmente enfrentados já são reflexos das explorações feitas sem controle e qualquer preocupação com o futuro, tendo havido apenas a visão capitalista selvagem do meio ambiente.

Assim, na tentativa de amenizar os efeitos por falta de políticas públicas eficientes com gestão dos resíduos sólidos, foi promulgada em 2010 a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que dispõe sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

A Ação Civil Pública, como remédio jurídico a garantir os preceitos constitucionais concernentes ao meio ambiente e outros previstos na Lei 7.347/85, encontra guarida nesse contexto, no qual está se buscando uma solução com a maior brevidade possível por problemas acumulados há anos em todo o país, como por exemplo, o prazo para se eliminar os lixões.

Em relação à cidade de Boa Vista, conforme já exposto, devido ao seu rápido crescimento e ausência de políticas públicas que garantam seu acompanhamento, o aterro sanitário que foi construído há 12 anos, próximo a um igarapé, já não suporta mais a quantidade de resíduos sólidos despejados diariamente, causando diversos problemas ambientais.

O que não se deve, em hipótese alguma, é atribuir à lei as soluções para os problemas apresentados, não somente na questão ambiental e principalmente da atual emblemática envolvendo os resíduos sólidos, mas também nos mais diversos ramos da sociedade em que se vive, fazendo-se necessária uma educação e consciência por parte de todos os agentes envolvidos, principalmente a população, para exija políticas públicas que garantam a existência das próximas gerações.

Também não se quer aqui esgotar as soluções para os problemas por parte de instrumentos jurídicos, mas sim uma motivação em toda a população para que participe mais dos temas relacionados à sociedade e principalmente do meio ambiente, pois se ninguém cuidar ou pensar no futuro, talvez não exista nem o amanhã, basta cada um fazer sua parte como cidadão.

Referências bibliográficas

ALBARADO, Adria. **Produção do lixo em Boa Vista supera média da região norte.** 2013. Disponível em: <<http://www.portalamazonia.com.br/editoria/meio-ambiente/producao-de-lixo-domestico-em-boa-vista-supera-media-da-regiao-norte/>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

ALBUQUERQUE, J. B. **Torres de. Resíduos sólidos: teoria, jurisprudência, legislação e prática.** Leme, SP: Independente Editora e Distribuidora Jurídica, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10004:** resíduos sólidos: classificação. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Decreto n. 7.404/2010:** estabelece normas para execução da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília: Senado Federal, 2010.

_____. **Lei n. 12.305/2010:** institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília: Senado Federal, 2010.

_____. **Lei n. 9.605/98:** dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Brasília: Senado Federal, 1998.

_____. **Lei n. 7.347/85:** disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Brasília: Senado Federal, 1985.

_____. **Lei Federal n. 6.938/81:** dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Brasília: Senado Federal, 1981.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução Conama n. 005,** de 05 de agosto de 1993. Brasília: MMA, 1993.

CASTRO, Márcio Chaves de. **A ação civil pública enquanto instrumento de efetivação da política nacional de resíduos sólidos.** Jus Navigandi, Teresina, ano 19, n. 3992, 6 jun. 2014. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/29209>>. Acesso em: 6 nov. 2014.

FALCÃO, Márcia Teixeira et al. **Impactos ambientais no igarapé Wai Grande em Boa Vista - Roraima decorrentes da influência do aterro sanitário.** Revista Geonorte, v. 3, n. 4, p. 199-207, 2012. Edição Especial.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 6 nov. 2014.

JUSBRASIL. **Aterro Sanitário**: MPF/RR oferece denúncia contra Município de Boa Vista e mais seis acusados por crime ambiental. Disponível em: <<http://prrr.jusbrasil.com.br/noticias/100370431/aterro-sanitario-mpf-rr-oferece-denuncia-contramunicipio-de-boavista-e-mais-seis-acusados-por-crime-ambiental>>. Acesso em: 6 nov. 2014.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

PRESTES, Vanesca Buzelato. **Municípios e Meio Ambiente**: a necessidade de uma gestão urbano-ambiental. Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico, n. 4, fev./mar. 2006.

RIBEIRO, José Claudio Junqueira; COSTA, Beatriz Souza (Coord.). **Gestão e gerenciamento de resíduos sólidos**: direitos e deveres. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2006. p. 6.

VASCONCELOS, Luís André de Araújo. **Gestão municipal de resíduos sólidos urbanos**. In: RIBEIRO, José Claudio Junqueira; COSTA, Beatriz Souza (Coord.). **Gestão e gerenciamento de resíduos sólidos: direitos e deveres**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

GT30 - JOVENS CIENTISTA AMAZÔNICO

A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NO ENSINO DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO - UFRR

Introdução

Esta pesquisa teve como objetivo verificar a importância da música para os alunos do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. É importante perceber se os alunos adquiriram maior concentração, se o processo de ensino aprendizagem foi estimulado através da música, se os professores notaram alguma melhora comportamental nos alunos, se entenderam os benefícios das práticas musicais no desenvolvimento humano. Faz-se necessário, também, compreender como os resultados dessas transformações se destacam no aprimoramento de outras áreas, como: emocional, cognitivo e inclusive no aprendizado escolar.

Desde que a música se tornou componente curricular nas escolas brasileiras, a partir do início de 2011, não se pode deixar de perceber as implicações que ela traz para a construção do desenvolvimento infantil e também para a promoção de igualdade e cidadania.

A música é considerada pelo autor e pesquisador Loureiro (2003) como elemento enriquecedor para o desenvolvimento humano, que proporciona bem-estar e colabora para a ampliação de outras áreas necessárias para a formação plena do indivíduo. Conforme estudos, o aprendizado musical serve como estímulo no período de escolarização, ajudando na apropriação da linguagem, concentração e no aprendizado da matemática.

Em linhas gerais, a consulta do material produzido sobre a educação musical enfatiza a necessidade de articulação entre teoria e prática. Ademais, focaliza e revela em seu conteúdo as dimensões acadêmicas, culturais e sociais para referenciar a ausência de políticas públicas educacionais que, conseqüentemente, vem gerando o silêncio musical que impregna a escola básica (LOUREIRO, 2003, p. 66).

* Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. E-mail: thiago-sarraf@hotmail.com

** Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. E-mail: petira@uol.com.br

Por meio do contato com a música, a criança aprende a conviver melhor com outras crianças, estabelecendo um diálogo mais harmonioso, o que contribui para fortalecer a relação interpessoal e o convívio em sociedade, promovendo ainda o desenvolvimento do senso de colaboração e respeito mútuo, já que ela proporciona mais segurança emocional e confiança porque, ao praticá-la, as crianças conseguem liberar suas angústias.

Essas experiências são tão importantes que só enriquecem a formação como um todo da criança. De acordo com Jeandot (1997), ao estimular a criança a construir seus próprios instrumentos e utilizá-los, desperta-se nela a vontade de explorá-los, e isso lhe proporciona prazer. No entanto, é preciso ter muito cuidado quando se trabalha com a música na Educação Infantil, pois é fundamental que o professor saiba como trabalhá-la de forma que exista um planejamento prévio, de forma que as canções sejam escolhidas e relacionadas à idade das crianças, do contrário, esta pode ser absorvida de maneira negativa pelo educando. Conforme Rodrigues (1992, p. 109):

Toda criança é um ser essencialmente musical. O problema da educação consiste, pois, em saber cultivar esses dotes naturais que, em maior ou menor grau, estão presentes em todas as criaturas, evitando que, por efeito de uma orientação equivocada, permaneçam ocultas ou, o que é pior, sejam submetidas a um processo de deformação para converter-se num motivo de frustração individual.

Metodologia

A metodologia aplicada na pesquisa foi indutiva e consistiu em uma pesquisa de campo no ensino de música em uma sala de ensino fundamental I do 4º ano. Inicialmente foram feitas observações na sala de aula do 4º ano destinadas a analisar o estado inicial para compará-los com os resultados alcançados. Em seguida foram aplicados questionários, avaliando o nível teórico dos alunos em relação à teoria musical. Foram utilizadas algumas canções para auxiliar o ensino e a aprendizagem dos alunos. Houve momentos em que os alunos participaram de práticas pedagógicas e foram constatadas melhorias comportamentais nos alunos e/ou auxílio educativo em outras áreas de conhecimento.

Foram selecionadas músicas e notícias da década de 50, sendo observadas as relações fronteiriças sociais, políticas e culturais existentes, além de permitir aos alunos a oportunidade de conhecer e apreciar a cultura vivenciada naquela época.

Quanto à forma de abordagem para coleta de dados, esta pesquisa empregou caráter quantitativo, pois, segundo Vieira (1995), a educação permanece essencial-

mente inalterada: continuamos a confundir um amontoado de fatos com o conhecimento; muitos professores insistindo em permanecer em posição frontal diante de suas classes, transmitindo conhecimentos. Essa situação é, provavelmente, uma das principais responsáveis pelo baixo rendimento dos alunos e da falta de interesse destes pelo ensino musical.

Para reverter tal situação, torna-se necessária a utilização de recursos alternativos de ensino que levem em consideração outras formas de abordagem por parte dos professores, formas que auxiliem melhor o processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

O público-alvo da coleta de dados é composto por alunos do 4º ano do Ensino Fundamental I, do Colégio de Aplicação, formando um universo de 25 alunos, sendo que destes, 10 indivíduos são do sexo feminino e 15 do sexo masculino. A faixa etária desta população varia entre 8 e 9 anos. Tal público foi escolhido devido à compatibilidade com o perfil da pesquisa que trata dos benefícios que a música traz para a vida acadêmica dos mesmos.

Para coleta de dados, foram realizados questionários, buscando identificar o nível musical teórico, prático e qual a importância da música para o cotidiano dos alunos. Outro fator que foi investigado também diz respeito ao número de alunos que sabia tocar algum instrumento musical, e, além disso, verificando quantos consideram a música uma ferramenta importante para a vida acadêmica.

Discussão e resultados

Percebemos que o estudo da música pode ser complexo, porque muitas pessoas resistem a essa linguagem, jugando-se inaptas a cantar ou tocar um instrumento musical.

Constatamos que os professores possuem outras formas para trabalhar a música como um método pedagógico com os alunos, visto que tais formas de ensino são mais presentes em sala de aula, porém menos dinâmicas.

Analisamos os dados presentes nos questionários que foram aplicados durante a referida pesquisa e eles comprovaram que os alunos reagiram bem à proposta de aprender através do método musical de ensino e aprendizagem, inovando a maneira de aprender em outras disciplinas, visto que a música contribui com a concentração e a participação dos alunos em sala de aula.

De acordo com as observações iniciais da pesquisa, o professor de música deve motivar o interesse de seus alunos em aprender mais teoria e prática musical, criando

um vínculo educacional com a música. Por essa razão, acredita-se que a escola deve incentivar o senso crítico dos alunos, levando-os a melhorar a maneira pela qual a educação é transmitida.

A música é uma ferramenta de ensino muito útil e com resultados positivos, porém essa ferramenta é pouco explorada pelos professores do ensino fundamental (MICHELS; LAMB FENNER, 2009).

Elaborando sobre a educação musical nas escolas da educação básica e nas universidades, Loureiro (2003, p. 65) coloca:

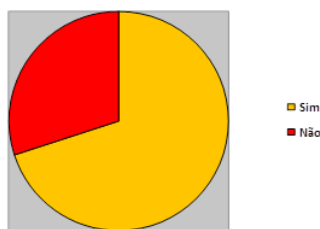
A educação musical que hoje é praticada em nossas escolas mostra-se como um complexo heterogêneo onde encontramos a convivência de diversas práticas e discursos. Evidencia-se, entretanto, o distanciamento da prática, presente nas salas de aulas, e a teoria, produzida e circunscrita à academia.

Ao final da pesquisa a concentração dos alunos e a participação nas aulas havia melhorado consideravelmente, devido à musicalidade desenvolvida em sala de aula.

Análise dos Gráficos

O Gráfico 1 é referente à quantidade de alunos que já possuem algum conhecimento musical em sua bagagem intelectual, onde 70% responderam sim e apenas 30% responderam não terem mantido nenhum contato com as teorias musicais.

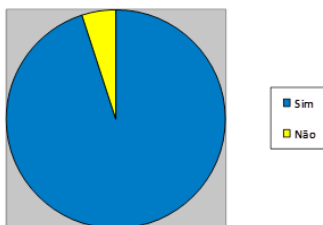
Gráfico 1 - Tem algum conhecimento teórico em relação à Música?



Fonte: Elaborado pelos autores

Como visto no Gráfico 2, 95% dos alunos têm a música como uma ferramenta presente no seu cotidiano, de modo que eles podem usufruir de maneiras variadas para abrangerem novos ares culturais conforme avancem no seu desenvolvimento estudantil.

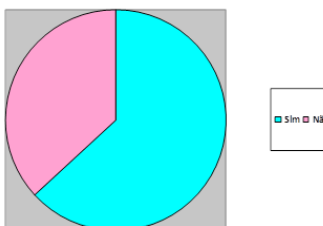
Gráfico 2 - A Música é uma ferramenta presente em sua vida?



Fonte: Elaborado pelos autores

O Gráfico 3 mostra que a habilidade de tocar um instrumento não é compartilhada por 40% dos estudantes envolvidos na pesquisa, visto que pouco mais da metade (60%) sabe tocar algum instrumento musical.

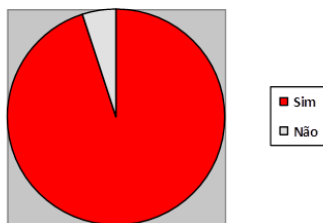
Gráfico 3 - Você sabe tocar algum instrumento?



Fonte: Elaborado pelos autores

Como se pode perceber pelo Gráfico 4, o conhecimento da música é tão vívido pelos alunos que quase todos (95%) a consideram como meio de influência para outras áreas do conhecimento, assim como ela também está presente em outros meios de ensino e aprendizagem.

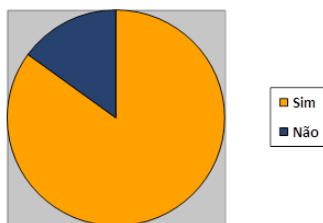
Gráfico 4 - A aula de Música influencia em outras áreas de conhecimento?



Fonte: Elaborado pelos autores

Como a música é uma maneira prazerosa de se expressar e aprender, muitos alunos envolvidos (75%) afirmam que gostam de aprender as disciplinas escolares através da música e apenas uma parte minoritária (30%) afirmam que não. É o que está de acordo com o Gráfico 5 elaborado a partir do questionário aplicado.

Gráfico 5 - Você gosta de aprender através da Música?



Fonte: Elaborado pelos autores

Considerações finais

Durante os estudos prévios, que motivaram esta pesquisa, procurou-se enfatizar a ideia de que o lado emocional alcançado pela música pode fazer a diferença na hora de animar os estudantes a desenvolver a compreensão da teoria musical.

O som nos rodeia e a maioria das pessoas o escutam, fazendo expressar as emoções em geral. Afinal, o ser humano canta e toca desde os tempos das cavernas em seus momentos felizes ou emocionantes (MAGNAN, SOLARI, 2004, p.1).

A partir da análise da pesquisa com os alunos do 4º ano do Ensino Fundamental I do CAP-UFRR, podemos perceber um alto índice de alunos que tem vontade de se especializar em um instrumento musical, embora estes, na sua maioria, não possuam recursos e incentivos que os levem à prática. Essas crianças podem possivelmente nunca chegar a tocar realmente algum instrumento. Os motivos elencados para não praticar a música foram: a falta de tempo, falta de incentivo e falta de oportunidade.

O tema educação é complexo e extremamente abrangente. Quando nos referimos à arte, ou à música de forma específica, parece-nos que o tema se torna ainda mais complexo, pois pouco se discute o assunto, se comparado as outras áreas de conhecimento. A música ainda é, infelizmente, e apesar dos inúmeros esforços de diversos profissionais, uma das áreas de conhecimento menos valorizada na escola, sendo vista apenas como recreação ou como elemento para “embelezar” as datas comemorativas.

Apesar de termos visto que a educação musical tem uma história ampla e que existem inúmeras maneiras de trabalhar com ela na escola regular e outros espaços de ensino, são poucas as pessoas ou profissionais que buscam embasamento teórico-metodológico para a sua atuação em sala de aula.

Referências bibliográficas

JEANDOT, N. **Explorando o universo da música**. São Paulo: Scipione, 1997.

LOUREIRO, Alicia Maria Almeida. **O ensino da música na escola fundamental**. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003. (Coleção Papirus Educação).

MAGNAN, Carla; SOLARI, Gabriella. **Brincando com música, o mundo dos sons**. São Paulo: Escala educacional, 2004.

MICHELS, Rejane; LAMB FENNER, Any. **A música como uma das possibilidades para desenvolver a língua inglesa nas 5^{as} séries do ensino fundamental**. In: Portal Educacional do Estado do Paraná. Dia a dia Educação. 2009. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1941-8>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

RODRIGUES, J. P. **Cantigas de Roda**. Porto Alegre: Magister, 1992.

VIEIRA, Fábila Magali Santos. **A utilização de Recursos de Ensino em Função das Mudanças sociais e tecnológicas recentes**. In: EduTecNet - Rede de Tecnologia da Educação. 1995. Disponível em: <<http://www.proinfo.gov.br/upload/biblioteca.cgd/191.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Introdução

A violência sexual tornou-se um crime comum na sociedade, deixando inúmeras vítimas que, muitas vezes, são crianças e/ou adolescentes. Tal crime pode trazer danos irreparáveis para suas vítimas que, na maioria dos casos, acabam ficando vulneráveis psicologicamente. Nota-se que, é necessária uma abordagem maior sobre o tema para que a sociedade tenha um maior conhecimento sobre o assunto. Existem, hoje, em diversas cidades órgãos que amparam as vítimas, entretanto, nem sempre as vítimas possuem conhecimento sobre os mesmos.

Em séculos passados, a violência sexual não era tratada como no século atual. Era um crime considerado delicado, pois em sua maioria, as famílias tratavam como um crime que afetava a moral e a imagem familiar. Além disso, traz sérios danos às vítimas, principalmente no ambiente social. Atualmente, apesar de ainda haver famílias que se sentem desconfortáveis sobre o assunto, a violência sexual passou a ser tratada como os demais crimes. Assim, temos um maior debate sobre o assunto. E esse debate traz muitos benefícios à sociedade, pois quanto maior for o nível de conhecimento sobre o assunto, maiores serão as maneiras preventivas contra tal violência. E também, dessa forma, as vítimas desse crime podem saber onde devem procurar ajuda e quais são seus direitos perante a lei.

Na maioria dos casos, as vítimas são crianças e adolescentes, do gênero feminino, mas isso não significa que o crime não atinja pessoas de gênero masculino. As crianças e os adolescentes possuem seus direitos, que constam no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Além do ECA, fazem parte da rede de atenção no amparo das vítimas os Conselhos Tutelares, as Delegacias, a Defensoria Pública, o Ministério Público, a Justiça da Infância e da Juventude e o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente.

* Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. E-mail: amanddabarros@gmail.com

** Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. E-mail: a_chirone@hotmail.com

A violência sexual pode ocorrer de diversas formas, envolvendo ou não contato físico entre a vítima e o agressor. Dentre as práticas que envolvem o contato físico, a mais conhecida é o estupro, que é a prática não consensual do sexo, muitas vezes feita sob ameaça ou violência, por ambos os sexos. Entretanto, pode-se citar também o atentado violento ao pudor, que envolve qualquer ato de conjunção carnal e a corrupção de menores, que é ato de libidinagem, induzindo o menor a praticar ou presenciar e a sedução.

Dentre as práticas que não envolvem contato físico, temos o assédio sexual, caracterizado por propostas de relações sexuais; o abuso sexual verbal que se caracteriza por conversas abertas sobre atividades sexuais; o exibicionismo, que se caracteriza pelo ato de mostrar os órgãos genitais ou praticar masturbação diante de uma criança ou um adolescente; o voyeurismo, que se caracteriza por observar fixamente atos ou órgãos sexuais de crianças ou adolescentes, a fim de se satisfazer com tal ação; e a pornografia, que se caracteriza por exibir por qualquer meio, uma criança ou um adolescente em práticas sexuais explícitas ou em simulação. Vale ressaltar que muitas pessoas não imaginam que a violência pode ocorrer sem o contato físico, o que é alarmante, pois as mesmas podem estar sofrendo algum tipo de abuso e não têm conhecimento. É importante para a sociedade saber que o abuso sexual não é somente o ato carnal, o ato físico.

“Uma criança violentada sexualmente é uma criança cuja infância foi amputada, que foi introduzida prematuramente no mundo adulto, erotizado, sexualizado” (LANDINI, 2011, p. 14). Dessa forma, o conhecimento sobre o assunto de suma importância, uma vez que as vítimas vivem em sociedade e seus agressores podem vir dos mais variados ambientes. Muitas vezes, a violência é cometida sem que a vítima perceba o que se passa. Vale destacar que, na maioria das vezes, as crianças que são vítimas estão entre a faixa etária de 2 a 14 anos.

A escola tem um papel importante na “interrupção do ciclo da violência sexual. É nela que podemos realizar um programa de educação para a saúde sexual com toda a comunidade escolar, trabalhando com os membros da família e demais responsáveis pela educação das crianças” (SIEMS; PIMENTEL; LÍRIO, 2006, p.10) Assim, o projeto desenvolveu-se tendo como foco as crianças do 6º ano do Colégio de Aplicação, analisando o nível de conhecimento das mesmas sobre o assunto, além de mostrar a educadores a importância da discussão sobre o assunto. “É muito importante que os professores e outras pessoas na equipe das escolas e creches sejam treinadas para detectar sinais e sintomas de abuso sexual e que saibam como lidar com as suspeitas e as revelações das crianças” (FURNISS. 1993, p.209).

Metodologia

Esta pesquisa usou o método hipotético-dedutivo que é um método de tentativas e eliminação de erros, que não leva à certeza, pois o conhecimento absolutamente certo e demonstrável nem sempre é alcançado.

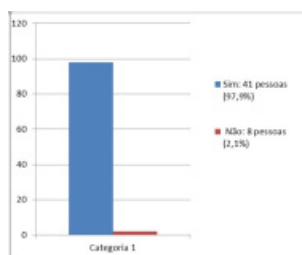
A técnica usada foi questionário aplicado a 49 alunos do 6º ano do Ensino Fundamental do Colégio de Aplicação, na intenção de descobrir se os alunos estão cientes sobre esse crime, quais são as consequências dele, por que esse crime atinge crianças e o conhecimento sobre o assunto é fundamental.

Discussão e resultados

O resultado dos questionários foi analisado e transformado em tabelas e gráficos que mostraram o nível de conhecimento que os alunos possuem sobre o assunto.

Nota-se na Figura 1 que 97,9% dos alunos que responderam o questionário possuem conhecimento sobre o ECA. Esse é um fator interessante, pois mostra que os alunos, apesar da pouca idade, já sabem da existência de seus direitos. E é também muito importante, pois é no ECA onde constam os direitos e os deveres das crianças e dos adolescentes.

Figura 1 - Conhecimento pelos alunos do ECA



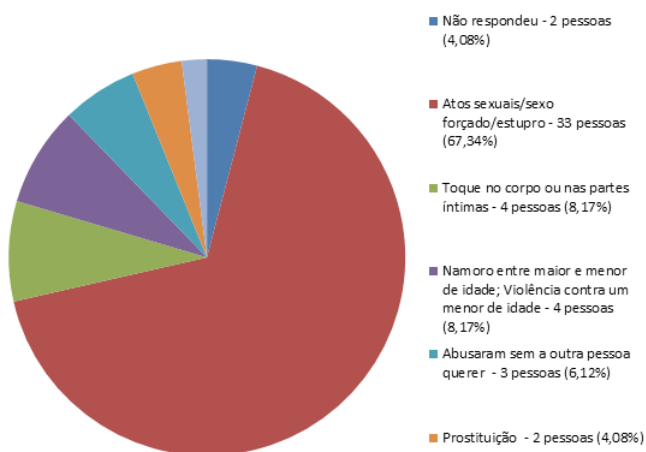
Fonte: Elaborado pelas autoras

Ao analisar a Figura 2, conclui-se que para 67,34% dos alunos o estupro é o principal tipo de violência sexual. O que chama atenção é que dois alunos (4,08%) chegaram a citar a prostituição como forma de violência sexual, mostrando que o leque de conhecimento sobre o assunto é maior que o esperado. Além desses dois tipos, foram citados também abusos (não especificados, correspondendo a 8,17% e

6,12% das respostas espontâneas), toque nas partes íntimas ou no corpo (8,17%) e um aluno (2,04%) citou a pornografia infantil.

Com a pergunta sobre a relação sexual entre um maior de 18 anos e uma menor de 14 anos, se é considerado como uma violência sexual, a pesquisa mostra que a maioria dos alunos não considera a relação sexual entre um maior de 18 anos e uma menor de 14 anos um crime e dessa maioria 46,94% justificou que não é crime se a menor tiver de acordo com o ato (Figura 3).

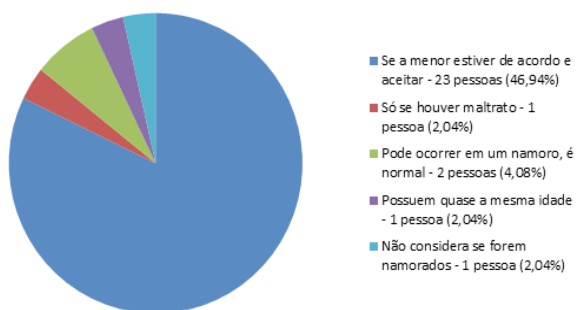
Figura 2 - Atitudes consideradas como violência sexual



Fonte: Elaborado pelas autoras

Figura 3 - Relação sexual entre um maior de 18 anos e uma menor de 14 anos não é crime

Não

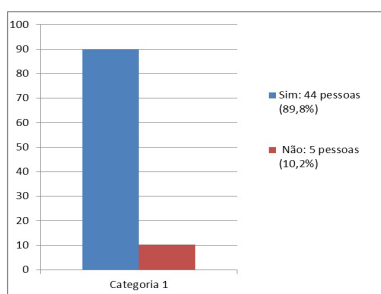


Fonte: Elaborado pelas autoras

A Figura 5 mostra que 89,8% dos alunos sabe identificar se estiverem sofrendo algum tipo de violência sexual, o que nos remete à segunda questão em que os mesmos foram questionados sobre quais atitudes consideram como violência sexual. Essas questões mostram a importância do conhecimento sobre o assunto, uma vez que a violência sexual é, muitas vezes, um crime que permanece em segredo pelo fato das vítimas terem medo de denunciar o seu agressor. Vale ressaltar também que é de suma importância que os alunos saibam identificar se estão sofrendo violência sexual, já que não só a relação carnal é considerada crime, como também várias outras atitudes.

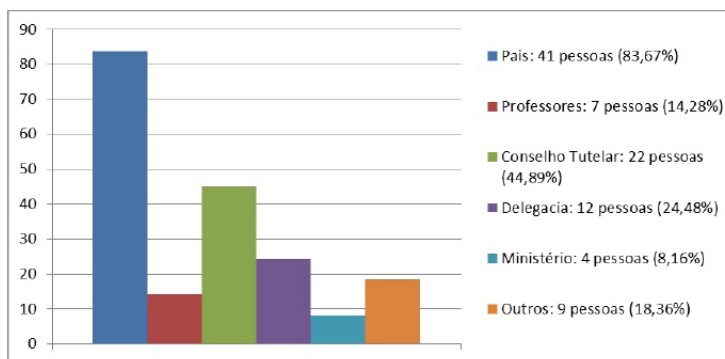
Quando perguntado a quem recorreriam numa situação de violência sexual, os alunos marcaram mais de uma opção e as porcentagens foram calculadas em relação ao total de alunos pesquisados. Os dados da Figura 6 revelam que os pais, com 83,67%, são a quem a grande maioria pediria ajuda caso sofresse algum tipo de violência sexual. Em segundo lugar vem o Conselho Tutelar com 44,89% e, logo após, a delegacia com 24,48%. A opção “outros” ficou com 18,36%. Os professores ficaram com um total de 14,28% e por último temos o Ministério Público com 8,16%. O que chama atenção nos dados é que dos 49 alunos entrevistados que responderam ao questionário, apenas 7 recorreriam para pedir ajudar aos professores. O papel dos professores e da escola nessa situação é fundamental, pois é o ambiente de convivência das crianças e dos adolescentes, ou seja, onde também podem ser identificados os casos de violência sexual.

Figura 5 - Identificação se está sofrendo algum caso de violência sexual



Fonte: Elaborado pelas autoras

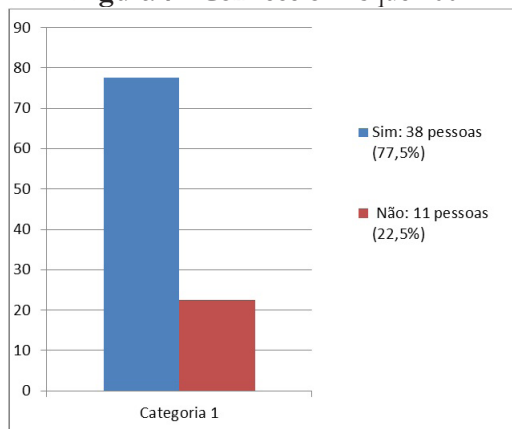
Figura 6 - A quem recorrer em caso de violência sexual



Fonte: Elaborado pelas autoras

Através da Figura 7 percebe-se que, dentre os alunos, 77,5% já ouviram falar do Disque 100. O conhecimento do Disque 100 é de suma importância, pois pode ajudar os alunos a denunciar abusos ou violências cometidas contra eles ou contra qualquer pessoa. O Disque 100 é um serviço de utilidade pública da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República ligado a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, destinado a receber demandas relativas a violações de Direitos Humanos.

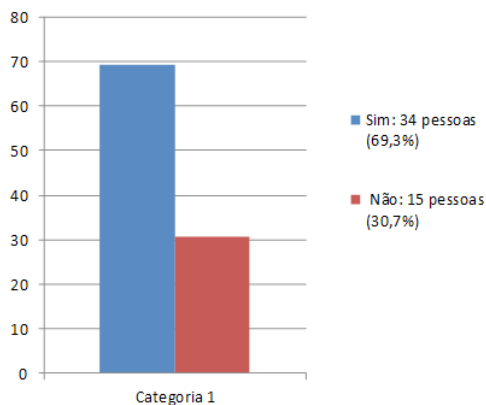
Figura 7 - Conhece o Disque 100



Fonte: Elaborado pelas autoras

A pesquisa revela que 69,3% dos alunos conhecem algum órgão de defesa da criança e do adolescente (Figura 8). É importante que os alunos conheçam esses órgãos, pois os mesmos ajudam no amparo às vítimas de violência sexual e para os alunos é uma informação valiosa uma vez que os mesmos podem vir a sofrer com tal crime. Entretanto 30,7% não conheçam nenhum órgão.

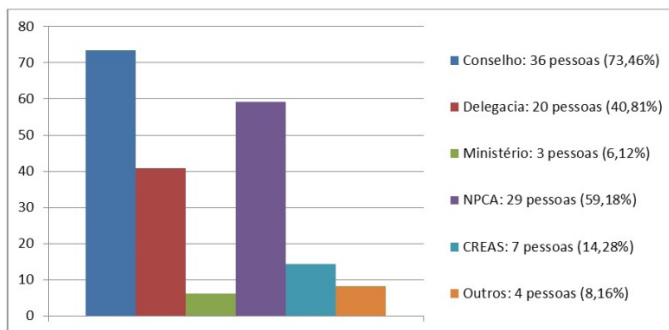
Figura 8 - Conhece algum órgão e/ou programa de defesa da criança e do adolescente vítima de violência sexual



Fonte: Elaborado pelas autoras

Apesar de 30,7% dos alunos afirmarem não conhecer nenhum órgão ou programa de proteção à criança e ao adolescente, todos marcaram ao menos uma opção. Ou seja, muitas vezes, os alunos já ouviram sobre os órgãos ou programas, mas não sabem do que se tratam. Entre os alunos que responderam o questionário, o órgão mais conhecido é o Conselho Tutelar, com 73,46%. Logo após temos o NPCA (Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente) com 59,18%. Após temos a Delegacia com 40,81%, o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) com 14,28%, outros com 8,16% e, por último, o Ministério Público com 6,12% (Figura 9).

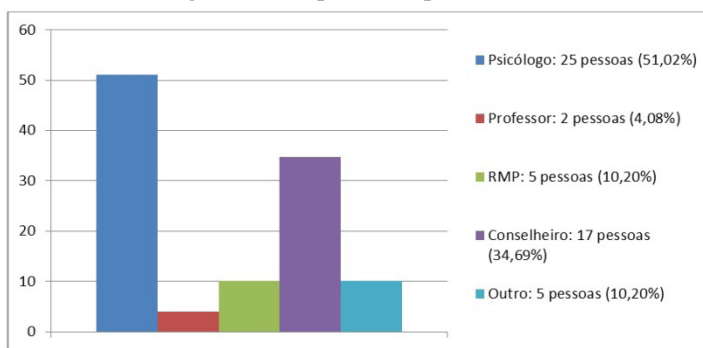
Figura 9 - Conhecimento de órgãos e/ou programas que atuam no amparo à criança e ao adolescente vítima de violência sexual no Município de Boa Vista?



Fonte: Elaborado pelas autoras

Ao serem questionados sobre participarem de uma palestra que abordasse o tema da violência sexual, 59,19% respondeu que gostaria de participar, enquanto que 38,77% optaram por não participar. Também foi questionado sobre quem os alunos gostariam de ter como palestrante e o resultado foi o seguinte: um psicólogo ficou com 51,02%, seguido de um conselheiro tutelar com 34,69%, um representante do Ministério Público, outros com 10,20%, e, por último, um professor com 4,08% (Figura 10).

Figura 10 - Opções de palestrantes



Fonte: Elaborado pelas autoras

Considerações finais

A violência sexual é um crime presente na nossa sociedade e, muitas vezes, as vítimas desse crime são crianças e adolescentes. Dessa forma, torna-se fundamental o conhecimento dos alunos acerca dos órgãos e programas que ajudam no amparo e na defesa das vítimas.

Os resultados da pesquisa foram satisfatórios, uma vez que, após a aplicação do questionário e análise dos dados, concluiu-se que os alunos do 6º ano estão bem informados sobre o assunto e uma grande maioria possui pelo menos conhecimento básico sobre órgãos de defesa da vítima. Assim, o principal objetivo da pesquisa foi alcançado.

É importante ressaltar que, apesar do nível de conhecimento dos alunos, ainda é necessário que esse nível se eleve, pois não há uma discussão tão profunda sobre o assunto no ambiente escolar. Acreditamos que uma palestra sobre o tema seria uma boa oportunidade de aprendizado para os alunos. O assunto é delicado, mas durante a aplicação dos questionários nas turmas, foi levantado um debate entre os alunos de modo que muitos tiveram dúvidas sobre a relação sexual entre um maior de 18 anos e uma menor de 14 anos. Os alunos mostraram-se bastante interessados sobre o assunto.

Vale ressaltar, também, que para os alunos o estupro é o principal exemplo de violência sexual. Tal dado mostra que apesar dos conhecimentos dos alunos, nesse ponto, o leque de informações ainda é pequeno.

Por meio da pesquisa, espera-se que os alunos agora tenham um interesse maior pelo assunto, assim como os professores e orientadores do Colégio de Aplicação, uma vez que o assunto é de suma importância a todos.

Referências bibliográficas

BRASIL. Código Penal. **Decreto-Lei no 2.848**, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 10 ago. 2014.

FURNISS, Tilman. **Abuso sexual da criança**: uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal integrados. Tradução Maria Adriana Veríssimo Veroneses. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

LANDINI, Tatiana Savoia. **O professor diante da violência sexual**. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção educação e saúde; 4).

SIEMS, Maria E. R.; PIMENTEL, Geyza Alves; LÍRIO, Flávio Corsini. **Como prevenir, identificar e combater o abuso e a exploração sexual e tráfico com fins sexual e comercial de meninos, meninas e adolescentes**: cartilha para técnicos, gestores e educadores da Rede de Enfrentamento à Violência Sexual. Brasília: OIT - Secretaria Internacional do Trabalho, 2006.

IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELAS SACOLAS PLÁSTICAS NO IGARAPÉ WAI GRANDE EM BOA VISTA - RR

Introdução

O aumento populacional trouxe muitas conseqüências desagradáveis ao meio ambiente em função de sua forma de ocupação e apropriação inadequada dos bens da natureza. Com a utilização desenfreada dos recursos naturais, uma das conseqüências é o aumento dos resíduos, inclusive os relacionados às sacolas plásticas dispostos no meio ambiente, resultado da industrialização que produz diferentes resíduos que precisam de tratamentos adequados de que ainda não dispõem.

Segundo Valle (2002, p. 51), “Resíduos são materiais decorrentes de atividades antrópicas, gerados como sobras de processos, ou os que não possam ser utilizados com a finalidade para qual foram originalmente produzidos”.

O lixo urbano é o resultado da atividade diária do homem em sociedade e existem dois fatores principais que regem sua origem e produção: o aumento populacional e a intensidade da industrialização (LIMA, 2004).

Um dos tipos mais comuns de embalagens, na atualidade, é aquela feita de plástico e que, cada vez mais, vem assumindo um importante espaço no planeta desde a sua invenção. Contudo, especial preocupação deve ser direcionada para os graves impactos produzidos por este produto. Dessa forma, compreende-se que é preciso minimizar a produção de rejeitos e maximizar a reutilização, além de diminuir os impactos ambientais negativos decorrentes da geração de resíduos sólidos (RIBEIRO; LIMA, 2000).

A legislação ambiental brasileira sobre o gerenciamento de resíduos sólidos consiste, inicialmente, na classificação dos resíduos considerados perigosos, com base na origem, características e demais aspectos com impactos potenciais. Na última década, a legislação brasileira tem considerado, de forma inovadora em relação aos

* Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. E-mail: bia1jao@hotmail.com

** Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. E-mail: isabel.leão@ufr.br

demais países, a responsabilidade do gerador ao longo da cadeia produtiva, estabelecendo-se regras para as operações de tratamento, estocagem e disposição destes resíduos (BRASIL, 2002).

Em Boa Vista, a quantidade de lixo domiciliar é suficiente para provocar o entupimento do sistema de drenagem e de escoamento de águas, provocando alagamentos. Nesse aspecto, a pesquisa tem como objetivos identificar e avaliar a relação do uso de sacolas plásticas e seus impactos ambientais em trechos do igarapé Wai Grande, no ano de 2013, quantificando o número de sacolas depositadas em cada área de amostragem; sensibilizando para diminuir o uso de sacolas plásticas e a adoção de sacolas retornáveis, despertando, assim, a consciência ecológica nas escolas e comunidades locais.

Metodologia

A pesquisa foi realizada com a população residente próximas à micro bacia do igarapé Wai Grande, entre março e novembro de 2013. Para a realização da coleta de dados foram georreferenciados quatro trechos para identificar e avaliar os impactos ambientais causados pelas sacolas plásticas ao Igarapé Wai Grande, e quantificar as sacolas plásticas em uma área aproximada de 8m² dos trechos do igarapé. Foram realizadas visitas a campo com a aplicação de questionários com perguntas relacionadas aos hábitos cotidianos dos moradores, abordando como tema o uso de sacolas plásticas. Posteriormente, foi realizada coleta de dados com três proprietários de supermercados, em Boa Vista, abordando o tema o incentivo ao consumidor em mudar hábitos e comportamento preocupado com a sustentabilidade, para analisar e avaliar a percepção ambiental dos entrevistados por meio de gráficos e dados numéricos.

Discussão e resultados

O aumento da população traz muitas consequências desagradáveis em função de sua forma de ocupação e apropriação inadequada dos bens da natureza. Em Boa Vista, a ocupação desordenada das áreas de preservação tem contribuído para o aumento de resíduos plásticos lançados nos igarapés de maneira indiscriminada, como é o caso das sacolas plásticas.

Uso excessivo de plástico com destino inadequado

Nas visitas de coletas, observou-se a retirada da mata ciliar, queimadas pontuais, a poluição com diferentes resíduos sólidos, o impacto visual apresentado pelo acúmulo de sacolas plásticas na água, soltas no solo, presas às plantas, próximas as casas. Diante disso, tornou-se importante quantificar as sacolas plásticas lançadas no igarapé.

Figura 1 - Resíduos lançados indiscriminadamente no curso do igarapé Wai Grande



Fonte: Fotografias elaboradas pelas autoras (2013)

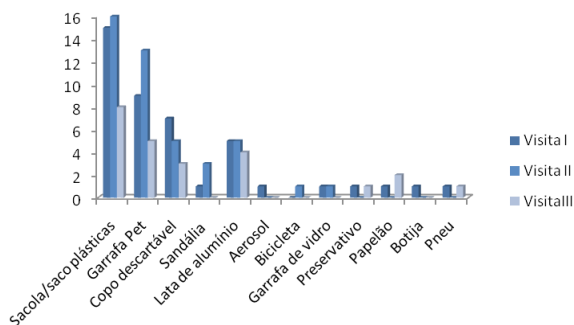
Para além dos impactos ambientais, as sacolas plásticas podem causar a morte de animais, a poluição dos igarapés, lagos e rios, o entupimento de esgotos e galerias, causando alagamentos e enchentes na cidade, e ainda causar problemas de saúde pública.

Confrontando os resultados, percebe-se que há necessidade de implementação de políticas ambientais condizentes com o desenvolvimento sustentável. Uma dessas políticas deve ser a coleta seletiva, que além de gerar emprego e renda, é um alerta para a necessidade em chamar a atenção sobre quanto o desenvolvimento econômico gera de fragilidade sobre os recursos naturais e ainda ressaltar que a poluição ambiental reduz a qualidade de vida do homem. Normalmente, quanto maior a participação voluntária, em programas de coleta seletiva, menor é o custo de administração (LEITE; GUIMARÃES, 2005).

Diante disso, tornou-se importante verificar a quantidade de resíduos sólidos encontrada, nas amostras.

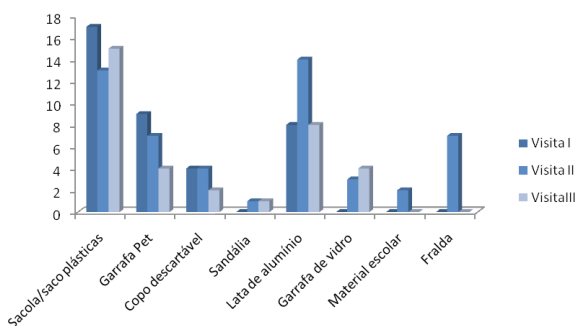
Número de resíduo sólido encontrado nos trechos amostrados do igarapé

Figura 2 - Trecho1 - Avenida Estrela D'Alva (2047'00" N e 60o00'45" O)



Fonte: Elaborado pelas autoras (2013)

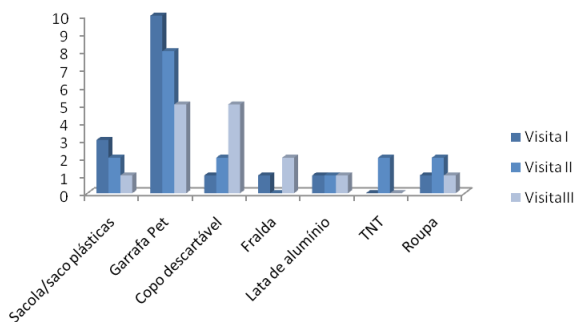
Figura 3- Trecho2 - Bairro Senador Hélio Campos (2047'00" N e 60o00'44" O)



Fonte: Elaborado pelas autoras (2013)

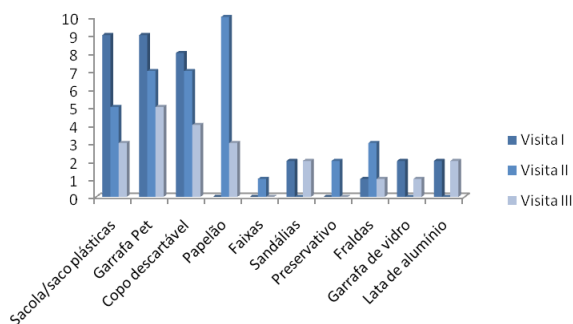
Com base nos dados coletados sobre a quantidade de sacolas plásticas, verificou-se que para a área de 8 m², das três visitas realizadas e nos quatro trechos amostrados foram encontradas 39 sacolas plásticas (Figura 2) e 34 sacolas plásticas (Figura 3).

Figura 4 - Trecho3 - Bairro Araceli Souto Maior (2o47'00" N e 60o00'44" O)



Fonte: Elaborado pelas autoras (2013)

Figura 5 - Trecho4 - Bairro São Bento – BR 174 (2o46'00" N e 60o00'42" O)



Fonte: Elaborado pelas autoras (2013)

A Figura 4 demonstra que a menor quantidade de sacolas plásticas encontrada foi de 6 unidades. Na Figura 5, foram quantificadas 17 sacolas plásticas. Vê-se que o plástico é o resíduo sólido mais comumente encontrado no meio ambiente comparado aos demais resíduos encontrados no Igarapé Wai Grande.

Ao questionarmos os proprietários de supermercados, observou-se que dos dados obtidos, com base na pergunta 1 – “O consumidor do supermercado recusa a sacolas plásticas?”, verificou-se que apenas 6,6% dos entrevistados recusam o uso das sacolas. Quanto à pergunta 2 que se refere ao incentivo dos proprietários de supermercado para o uso de sacolas reutilizáveis ou caixas de papelão, 64% responderam que incentivam e 29% não souberam responder.

Esse resultado mostra que o uso indiscriminado das sacolas, sem o seu correto descarte é o que torna o plástico, o resíduo mais encontrado nos resíduos sólidos urbanos, degradando o meio ambiente. Dessa forma, corroborando com Piva; Wiebeck (2004) “gerenciar um resíduo significa utilizar as possibilidades de processo e captação de matéria-prima da melhor maneira possível”.

Num segundo momento, foi realizado o levantamento de dados quantitativos por meio de questionário aplicados a respeito da geração de resíduos sólidos pelos moradores, conforme mostra a Tabela 1.

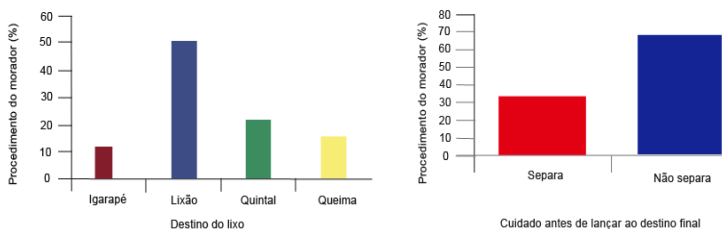
Tabela 1 - Principais resíduos sólidos gerados pelos moradores dos bairros estudados (%)

Resíduos sólidos gerados pelos moradores	Quantidade (%)
Sacola/Saco	24,5
Orgânico	28,5
Papel	18,3
Metal	8,2
Vidro	8,2
Pet	8,2
Pneu	8,2
Total	100,0

Fonte: Elaborada pelas autoras (2013)

O Gerenciamento dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) tem-se transformado em um dos problemas ambientais mais complexos. No entanto, atitudes simples podem ser adotadas quanto ao resíduo gerado nas residências. Observando-se o levantamento dos dados quanto à quantidade de resíduos, Tabela 1, permite avaliar que o percentual de resíduo orgânico gerado foi de 28,5%, embora, os demais itens liderados pelos 24,5% de sacola/sacos, somados correspondem a 71,5%, isto significa que, se somente esse percentual for descartado alivia o volume de resíduos no lixão e, ao mesmo tempo, o resíduo orgânico incorporado ao solo serve de composto orgânico.

Figura 6 - Procedimento do morador: Destino do lixo produzido (Fig. 6a); Cuidado antes de lançar no destino final (Fig. 6b)



Fonte: Elaborado pelas autoras (2013)

Verifica-se na Figura 6a que 10% do lixo produzido pelos moradores têm destino final: o próprio curso do Igarapé Wai Grande e que 23% passa pelo processo de queima. Corroborando com Mano; Pacheco; Bonelli (2005, p. 113) “o problema do descarte do lixo está diretamente relacionado ao aumento crescente de sua produção e à falta de locais adequados a sua disposição.” Como citado anteriormente, a falta de lugar faz com que o lixo seja descartado no lixão ou mesmo no quintal das residências. Conforme verificado na Figura 6b, apenas 31% dos moradores separa o lixo. Contudo, a maneira mais simples e imediata é reduzir e separar o lixo para o reaproveitamento do que é possível, assim, minimizar o descarte inadequado.

Considerações finais

Diante dos resultados encontrados nesta pesquisa pôde-se perceber que um dos grandes problemas atuais são os impactos ambientais causados pelos resíduos sólidos. Considerando o exposto sobre o uso das sacolas plásticas, sabe-se que as mesmas causam vários impactos entre eles o mais desagradável é o visual pelo acúmulo de sacolas plásticas soltas na água, no solo, presas às plantas, próximas as casas, um verdadeiro quadro de degradação do recurso hídrico.

Pôde-se constatar que, apesar dos níveis de escolaridade dos entrevistados, poucos conhecem os impactos causados pelas sacolas plásticas. Outro aspecto importante investigado na pesquisa foi o número encontrado de 26,5 sacolas plásticas em 8m² e verificou-se que apenas 6,6% dos entrevistados recusam o uso das sacolas plásticas. 64% dos proprietários de supermercado incentivam o uso de sacolas reutilizáveis ou caixas de papelão.

Dos resultados encontrados, 10% do lixo produzido pelos moradores em suas residências têm destino final o próprio curso do Igarapé Wai Grande, 23% passa pelo processo de queima e o restante dos 71,5% são descartados no lixão. Tais resultados são preocupantes, pois o número excessivo de resíduos sólidos despejados nas águas pode provocar alagamento e epidemias e, conseqüentemente, danos à saúde da população.

Diante aos problemas, apresentam-se como medidas minimizadoras dos impactos causados pelas sacolas plásticas: a adoção do uso de sacolas retornáveis, sacolas confeccionadas pelo papel jornal e caixas de papelão; a inclusão da educação ambiental na escola a realização de campanhas educativas para os proprietários dos supermercados e oficinas nas escolas do entorno e comunidade, sobre aos impactos causados pelos resíduos sólidos e o envio dos resultados ao poder público para que haja a intervenção por meio de medidas efetivas de fiscalização e a implementação do processo de reciclagem.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Dis-
põe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais**. Resolução CO-
NAMA n. 313, de 29 de outubro de 2002. Brasília, p. 85-91, out. / nov. 2002. Legislação
Federal.

LEITE, I. F.; GUIMARÃES, A. V. R. A; **Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos**: reciclagem e meio ambiente. In: I Encontro Unificado de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFCG: Conhecimento e Inclusão Social, 2005, Campina Grande/PB. Anais... I Encontro Unificado de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFCG: Conhecimento e Inclusão Social, realizado no período de 05 a 07 de dezembro de 2005, v. 3, p. 1-3.

LIMA, Luís Mário Queiroz. **Lixo, tratamento e biorremediação**. Rio de Janeiro: Hemus, 2004.

MANO, E. B; PACHECO, E. B. A. V; BONELLI, C. M. C. **Meio Ambiente, Poluição e Reciclagem**. São Paulo, Blucher, 2005.

PIVA, A. M.; WIEBECK, H. **Reciclagem do plástico**: como fazer da reciclagem um negócio lucrativo. São Paulo: Artliber, 2004.

RIBEIRO, T. F.; LIMA, S. de C. **Coleta seletiva de lixo domiciliar**: estudo de caso. Caminho da Geografia, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 50-69, dez/2000.

VALLE, Cyro Eyer. **Qualidade Ambiental: ISO 14000**, São Paulo: Senac, 2002.

ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DAS ÁGUAS DO IGARAPÉ GRANDE DE BOA VISTA – RR

Introdução

O Brasil destaca-se no cenário mundial pela grande descarga de água doce dos seus rios, cuja produção hídrica somada à parcela da Amazônia internacional representa 53% da produção de água doce do continente Sul Americano e 12% do total mundial (NOGUEIRA, 2010). Para a maioria das pessoas, esses valores passam a caracterizar a abundância hídrica, o que tem influenciado a não realização dos investimentos necessários ao seu bom uso e proteção. Entretanto, em algumas regiões, a densidade populacional já evidencia a escassez e o comprometimento da qualidade do precioso líquido. O acelerado crescimento da população urbana na cidade de Boa Vista-RR tem ocasionado o surgimento de novos bairros que, em sua maioria, resultam da ocupação aleatória e não planejada. Isso tem implicado vários problemas ambientais, uma vez que as áreas de ocupação se localizam ao longo dos cursos dos igarapés. Um exemplo é a formação, nos últimos anos, dos bairros Jardim Tropical, Sílvio Botelho, Raiar do Sol e Jardim Olímpico. Estes são banhados pelas águas do Igarapé Grande e Igarapé Paca, sendo o primeiro objeto de estudo desta pesquisa.

O intenso uso da água e a poluição gerada contribuem para agravar a escassez, resultando na necessidade crescente de acompanhamento das alterações da qualidade da água. Faz parte do gerenciamento dos recursos hídricos o controle ambiental, de forma a impedir que problemas decorrentes da poluição da água venham a comprometer seu aproveitamento múltiplo e integrado e de forma a colaborar para a minimização dos impactos negativos ao meio ambiente.

Um dos parâmetros utilizados para evidenciar a poluição das águas nos igarapés é a análise microbiológica. A Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental

* Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. E-mail: angelicatriani@hotmail.com

** Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. E-mail: maluvp@yahoo.com.br

*** Universidade Federal de Roraima. E-mail: dheia_alencar@yahoo.com.br

(CETESB) recomenda avaliar a presença de micro-organismos indicadores de contaminação fecal. Esses micro-organismos devem possuir uma série de características, dentre elas, estar presentes em grandes quantidades em fezes humanas e de animais de sangue quente, não se multiplicar em águas naturais e ser detectáveis por métodos laboratoriais simples e rápidos (SÃO PAULO, 2007).

Atualmente está em vigor a Portaria nº 518/2004 que estabelece a determinação da presença de coliformes totais e termotolerantes (*E.coli*) e a contagem de bactérias heterotróficas para verificar a qualidade da água para consumo humano, sendo que a contagem padrão de bactérias heterotróficas não deve exceder a 500 Unidades Formadoras de Colônia por mililitro (UFC/ml) (DOMINGUES et al, 2007).

A Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 274 (BRASIL, 2000) determina algumas médias de bactérias que classificam a qualidade das águas no parâmetro de análise microbiológica. No artigo 2º, determina-se que as águas doces, salobras e salinas destinadas à balneabilidade (recreação de contato primário) terão sua condição avaliada nas categorias própria e imprópria.

§ 1º As águas consideradas próprias poderão ser subdivididas nas seguintes categorias:

- a) Excelente: quando em 80% ou mais de um conjunto de amostras obtidas em cada uma das cinco semanas anteriores, colhidas no mesmo local, houver, no máximo, 250 coliformes fecais (termotolerantes) ou 200 *Escherichia coli* ou 25 enterococos por 100 mililitros;
- b) Muito Boa: quando em 80% ou mais de um conjunto de amostras obtidas em cada uma das cinco semanas anteriores, colhidas no mesmo local, houver, no máximo, 500 coliformes fecais (termotolerantes) ou 400 *Escherichia coli* ou 50 enterococos por 100 mililitros;
- c) Satisfatória: quando em 80% ou mais de um conjunto de amostras obtidas em cada uma das cinco semanas anteriores, colhidas no mesmo local, houver, no máximo 1.000 coliformes fecais (termotolerantes) ou 800 *Escherichia coli* ou 100 enterococos por 100 mililitros.

§ 2º Quando for utilizado mais de um indicador microbiológico, as águas terão as suas condições avaliadas, de acordo com o critério mais restritivo.

§ 3º Os padrões referentes aos enterococos aplicam-se, somente, às águas marinhas.

§ 4º As águas serão consideradas impróprias quando no trecho avaliado, for verificada uma das seguintes ocorrências:

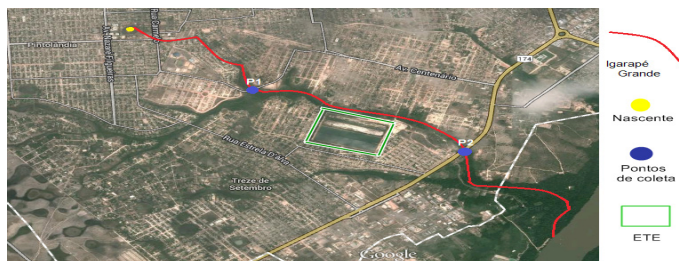
- a) não atendimento aos critérios estabelecidos para as águas próprias;
- b) valor obtido na última amostragem for superior a 2500 coliformes fecais (termotolerantes) ou 2000 *Escherichia coli* ou 400 enterococos por 100 mililitros;
- c) incidência elevada ou anormal, na Região, de enfermidades transmissíveis por via hídrica, indicada pelas autoridades sanitárias ;
- d) presença de resíduos ou despejos, sólidos ou líquidos, inclusive esgotos sanitários, óleos, graxas e outras substâncias, capazes de oferecer riscos à saúde ou tornar desagradável a recreação;
- e) pH < 6,0 ou pH > 9,0 (águas doces), à exceção das condições naturais;
- f) floração de algas ou outros organismos, até que se comprove que não oferecem riscos à saúde humana;

g) outros fatores que contraindiquem, temporária ou permanentemente, o exercício da recreação de contato primário.

Metodologia

Um estudo bibliográfico foi realizado, a fim de conhecer melhor a bacia hidrográfica da cidade de Boa Vista. A leitura de artigos e trabalhos publicados, que informam sobre os rios, igarapés e lagos que compõem essa cidade, facilitou a associação dos aspectos geográficos com o estudo biológico do igarapé escolhido. A partir dessa compreensão, foram escolhidos dois pontos das águas do Igarapé Grande para análise das amostras em laboratório. O ponto um (P1) se localiza antes da lagoa de estabilização e o ponto dois (P2) depois da lagoa de estabilização (Figura 1).

Figura 1 - Pontos de coleta na Microbacia do Igarapé Grande



Fonte: Adaptada de Rosa Silva, 2010

A prática do trabalho foi constituída nas seguintes etapas: preparação dos meios de cultura, coleta, análise das amostras, cálculo da densidade de coliformes através da verificação com as estimativas da Tabela de Hoskins (NMP) e enquadramento na Resolução CONAMA no 274 de 29 de Novembro 2000 (BRASIL, 2000).

Os meios de cultura são preparações químicas que possuem em sua formulação nutrientes necessários para que os micro-organismos possam se multiplicar, permitindo seu estudo e análise, podendo ser de enriquecimento ou seletivos. No laboratório CBIO-UFRR, os meios foram preparados de acordo com as recomendações dos fabricantes e distribuídos 10 ml em cada tubo de ensaio que já continham tubos de Durham invertidos. Após a identificação dos tubos com as siglas dos meios e a data de preparo, estes foram autoclavados a 121°C por 15 minutos. Uma vez esterilizados, foram levados à geladeira até o momento da inoculação das amostras.

No decorrer do trabalho, foram realizadas três coletas, sendo a primeira no dia 18/03/2013, a segunda no dia 19/08/2013 e a terceira no dia 06/05/2014. Para a coleta das amostras, foram utilizados frascos plásticos de boca larga, com tampa e previamente esterilizados. Foram transportados numa caixa de isopor térmico durante o percurso até a chegada ao laboratório, onde foram realizadas duas técnicas para quantificar os coliformes e heterótrofos.

Foi aplicado o método de fermentação em tubos múltiplos. Este é dividido em duas etapas: o teste presuntivo e o teste confirmativo. O primeiro consiste em utilizar o meio caldo lactosado para constatar a presença de bactérias que fermentam a lactose, como os coliformes totais e outros micro-organismos. Após a inoculação das amostras, em diferentes concentrações do meio, e a incubação a 35°C durante 24/48 horas, se houver a formação de gás dentro do tubo de Durhan, significa que o teste presuntivo foi positivo (Figura 2).

Figura 2 - Formação de gás no tubo de Durhan



Fonte: Fotografia elaborada pelas autoras¹

Sendo o teste presuntivo positivo, o experimento prossegue para o teste confirmativo. Este se baseia na utilização de dois meios seletivos: o Caldo Verde Brillhante (CVB) e o EC, sendo o primeiro para comprovar a presença de coliformes totais e o EC para atestar a presença de coliformes termotolerantes. Dos tubos positivos (teste presuntivo), deve-se retirar 1ml e inserir em cada tubo que contenha o CVB e EC em diferentes concentrações. Em seguida, o CVB deve ser incubado a 35°C num

¹ Obs.: Os pequenos tubos invertidos são os de Durhan. A presença de bolhas no seu interior indica a fermentação de bactérias do grupo Coliforme.

período de 24/48 horas e o EC levado ao banho-maria a 45°C durante 24 horas. Se houver a formação de gás no interior dos tubos de Durhan, o teste é considerado positivo. Neste caso, deve-se calcular a densidade de bactérias utilizando a tabela NMP (Número Mais Provável).

Outro método utilizado foi a inoculação em superfície que consiste em transferir 0,1 ml da amostra para uma placa de Petri contendo o meio Plate Count Agar (PCA). Para cada ponto da coleta, três placas de Petri foram inoculadas com a amostra e incubadas em posição invertida a 35°C durante 48 horas. A seguir, foi realizada a contagem das colônias que se formaram e calculadas as médias dos resultados das triplicatas. Os resultados são expressos em Unidades Formadoras de Colônias (UFC)/ml.

Discussão e resultados

Boa Vista fica à margem direita do rio Branco, que é formado pela confluência dos rios Uraricoera e Tacutu. O rio Branco tem 548 km de extensão e sua bacia tem uma área total de 204.640 km², percorrendo quase todo do Estado de Roraima (FRANCO, DEL'ARCO, RIVETTI, 1975 apud GOMES, 2011)². A capital Boa Vista possui, em sua área urbana, as bacias hidrográficas: igarapés Caranã, Frasco, Mirandinha, Caxangá, Pricumã, Grande (PECCINI et al; apud GOMES, 2011)³ e Waizinho (GOMES, 2011).

O sistema de drenagem natural da cidade de Boa Vista é formado pelo Rio Branco e seus afluentes, sendo os principais, o Rio Cauamé e o Igarapé Grande. Além destes, o sistema de drenagem compõe-se por uma densa e complexa rede de igarapés e lagoas que possuem regime permanente (perenes) ou temporário (intermitentes) durante o ano (POERSCHKE, 2011).

A microbacia do Igarapé Grande se localiza nas coordenadas geográficas 60° 41' e 60° 41' e 60° 45' W; 2° 45' e 2° 48' N. Ela deságua na margem direita do Rio Branco, banhando a porção sul da capital Boa Vista que abrange grande parte dos bairros Raiar do Sol, Sílvio Botelho e Jardim Olímpico (MENEZES; COSTA, 2007).

As crescentes construções no bairro Raiar do Sol, que é drenado em quase toda a sua extensão pelo Igarapé Grande e Igarapé Paca, evidenciam a presença de várias

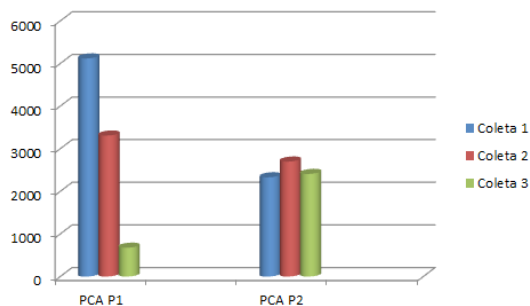
² FRANCO, E.M.S., DEL'ARCO, J. O., RIVETTI, M. Folha NA. 20. Boa Vista e parte das Folhas NA.21 Tumucumaque, NB.20 Roraima e NB.21. In: BRASIL. **Projeto RADAMBRASIL**. Geomorfologia. v. 8. Rio de Janeiro: DNPM, p. 137-180. 1975.

³ PECCINI-NETO, A. et al. Identificação ambiental das microbacias do município de Boa Vista e sua relação com algas perifíticas. CONGRESSO DE PESQUISA E INOVAÇÃO DA REDE NORTE NORDESTE DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, 2. João Pessoa. **Anais...** II CONNEPI, jun. 2007, p. 1-10.

residências que ocuparam o lugar da mata ciliar às margens do igarapé, e ao longo da planície de inundação dos igarapés. Neste caso específico, muitos fatores vêm contribuindo para o comprometimento desses igarapés, como a Lixeira Pública de Boa Vista que foi instalada às margens do Igarapé Grande. Durante o curso deste, encontra-se, também, uma ETE (Estação de Tratamento de Esgotos).

As análises microbiológicas realizadas utilizaram amostras das águas do igarapé antes da lagoa de estabilização (P1) e após (P2). No decorrer da pesquisa, foram realizadas três coletas, sendo todas pela parte da manhã. A primeira e a terceira coletas ocorreram no período seco, enquanto a segunda foi durante o período chuvoso. Após o término de cada coleta, as amostras foram inoculadas no teste presuntivo de fermentação e no PCA, de forma que apresentaram os seguintes resultados: De acordo com o gráfico abaixo (Gráfico 1), pode-se observar que, em todas as amostras, a média de bactérias heterotróficas foi superior a 500 UFC/ml. Sendo 500 UFC/ml a média máxima de bactérias heterotróficas permitida pela legislação brasileira para águas de consumo humano. Esse excesso de população bacteriana pode comprometer a detecção de micro-organismos do grupo coliforme.

Gráfico 1 - Média de bactérias heterotróficas no meio PCA

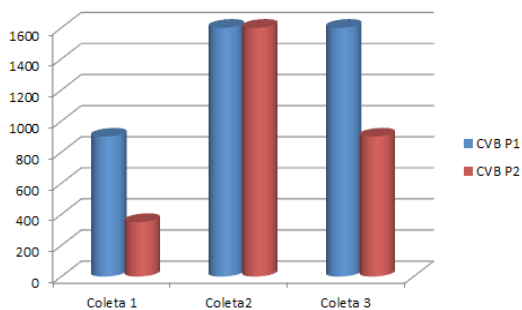


Fonte: Elaborado pelas autoras

De acordo com estudos realizados, contagens elevadas de bactérias heterotróficas podem diminuir a frequência de detecção de coliformes, quando são empregados os métodos baseados na fermentação da lactose (SÃO PAULO, 2006). Isso porque, uma vez inoculadas as amostras no teste presuntivo, a superpopulação de bactérias heterotróficas pode consumir rapidamente os nutrientes do meio, incapacitando a fermentação de boa parte dos coliformes. Isso pode ocasionar, no final das análises, uma distorção dos resultados, já que os coliformes não tiveram a capacidade máxima para se nutrir.

Já para a fermentação em tubos múltiplos, o teste presuntivo foi positivo nas três coletas. Após a realização do teste confirmativo, os dados obtidos foram aplicados na Tabela de Hoskins, a fim de estabelecer médias quantitativas de coliformes totais (Gráfico 2) e termotolerantes por 100 ml (Gráfico 3).

Gráfico 2 - Média de Coliformes totais por 100 ml

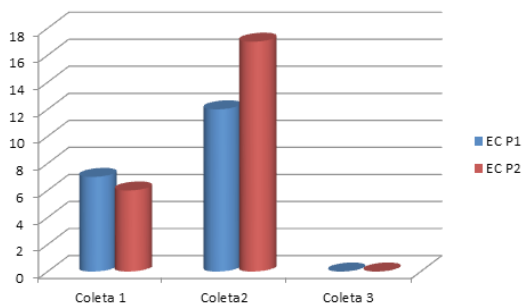


Fonte: Elaborado pelas autoras

Nota-se que a média de coliformes totais está elevada. Porém, somente esse indicador não induz a contaminação da água, pois o uso dos coliformes termotolerantes é mais significativo para indicar a poluição sanitária. Isso porque as bactérias deste grupo são restritas ao trato intestinal de animais de sangue quente.

Nota-se que na terceira coleta não foi constatada a fermentação das bactérias pertencentes a esse grupo. Isso não significa que a amostra era ausente de coliformes termotolerantes, pois, como foi abordado anteriormente, a superpopulação de bactérias heterotróficas pode prejudicar os resultados dos testes confirmativos.

Gráfico 3 - Média de Coliformes termotolerantes por 100 ml



Fonte: Elaborado pelas autoras

Nos resultados laboratoriais, a densidade de coliformes termotolerantes variou entre 6 e 17 por 100 ml. Já a quantificação das bactérias heterotróficas variou entre 500 e 5200 UFC/ml, o que pode ter influenciado na média de coliformes termotolerantes observados, uma vez que as heterotróficas consomem o meio mais rapidamente, dificultando a fermentação das bactérias de grupos mais seletivos.

A Resolução CONAMA n° 274 de 2000 no Art. 2° afirma que para as águas doces, salobras e salinas destinadas à balneabilidade (recreação de contato primário) terão sua condição avaliada nas categorias própria e imprópria. Aplicando os resultados nesta resolução e utilizando apenas os coliformes termotolerantes como indicador microbiológico, as águas foram consideradas próprias e excelentes por apresentar uma média inferior a 250 coliformes fecais por 100 ml. Porém, quando for utilizado mais de um indicador microbiológico, as águas terão as suas condições avaliadas de acordo com um critério mais restritivo (BRASIL, 2000).

Considerações finais

Nas amostras coletadas durante o ano de 2013 e 2014 e utilizando apenas os coliformes termotolerantes como parâmetro para avaliar a qualidade microbiológica, as águas foram consideradas próprias para fins de balneabilidade. Por outro lado, se uma análise ampla for feita a respeito das condições sanitárias do Igarapé Grande, pode ocorrer uma alteração muito significativa dos resultados. Durante a coleta, eram evidentes o despejo de lixo e a presença de animais mortos às margens do igarapé, o mau cheiro e a cor esverdeada da água. Os indícios de ação antrópica foram evidentes e isso degrada, cada vez mais, o curso d'água desse igarapé.

As bactérias heterotróficas indicam a possibilidade de poluição microbiológica e uma ocorrência excessiva deste grupo demonstra infestações gerais. Como foi constatada a formação exacerbada deste grupo nas análises laboratoriais, pode-se afirmar que elas prejudicaram a fermentação dos coliformes termotolerantes, alterando os resultados sobre a real qualidade em que a água se encontra. Além disso, as condições climáticas, os parâmetros físico-químicos, microbiológicos e a própria ação do homem na natureza afetam consideravelmente as informações que podem ser obtidas a respeito das condições nas quais o Igarapé Grande se encontra. Dessa forma, faz-se necessário um estudo mais aprofundado para avaliar os impactos que este igarapé vem sofrendo e a adoção de medidas sustentáveis, a fim

de recuperar a qualidade deste curso d'água essencial para a população da cidade de Boa Vista.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA n° 274** de 29 de novembro 2000. Brasília, CONAMA, 2000. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res00/res27400.html>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

DOMINGUES, Vanessa Oliveira. et al. **Contagem de bactérias heterotróficas na água para consumo humano: comparação entre duas metodologias.** Revista Saúde. v. 33, n. 1. Santa Maria, p. 15-19, 2007.

GOMES, Núbia Abrantes. **Ausência de gestão integrada entre órgãos governamentais provocam desperdício de dinheiro público e impede a revitalização do Igarapé Caraná, Boa Vista – RR.** In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 19, 2011, Maceió. Anais... Maceió, Al: ABRH, 2011, p. 1-16. Disponível em: <<http://www.abrh.org.br/SGCv3/index.php?PUB=3&ID=81&PAG=4>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

MENEZES, Maria Ecilene Nunes da Silva; COSTA, José Augusto Vieira. **Urbanização do setor sudoeste de Boa Vista-RR e implicações ambientais na microbacia Igarapé Grande-Paca.** Acta Geográfica. Boa Vista, ano I, v. 1, p. 67-81, 2007.

NOGUEIRA, Alcídina Cordeiro Vasco de Oliveira. **Água, um recurso natural indispensável à vida.** 2010, 49p. Monografia (Especialização em Educação Ambiental) -Universidade Cândido Mendes, Divinópolis de Goiás, 1989. Disponível em: <http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/posdistancia/45308.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2014.

POERSCHKE, Nelson. **Estudo das condições ambientais dos igarapés de Boa Vista-RR:** Trabalho apresentado como exigência da disciplina de Ecologia Geral do Curso de Bacharelado em Engenharia Civil da Universidade Federal de Roraima. Julho. 2011. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAesb8AG/estudo-das-condicoes-ambientais-dos-igarapes-boa-vista-rr>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

ROSA SILVA, Carmem Lúcia. **Variação Espaço-temporal da Expansão Urbana e da Rede de Drenagem da Bacia do Igarapé Grande na Cidade de Boa Vista, Roraima.** Boa Vista, 2010. 120f. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais) – Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais, Universidade Federal de Roraima.

SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo. **Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental.** Decisão de Diretoria n° 044/2006/E, publicada em 20/04/2006.

Dispõe sobre a homologação da revisão da Norma Técnica L5.201: contagem de bactérias heterotróficas. Método de ensaio (versão – janeiro/2006). São Paulo, CESTEB, 2006. Disponível em: <<http://www.cetesb.sp.gov.br/institucional/institucional/145-publicacoes-no-diario-oficial>> Acesso em: 8 jan. 2014.

_____. **Decisão de Diretoria nº 134/2007/P**, publicada em 11/09/2007. Dispõe sobre a homologação da revisão da Norma Técnica L5.406: Coliformes termotolerantes – Determinação em amostras ambientais pela técnica de tubos múltiplos com meio A-1: Método de Ensaio – junho/2007 – e dá outras providências. São Paulo, CESTEB, 2007. Disponível em: <<http://www.cetesb.sp.gov.br/institucional/institucional/145-publicacoes-no-diario-oficial>>. Acesso em: 8 jan. 2014.

TURISMO DE LAZER NO COMPLEXO AYRTON SENNA NA ÁREA URBANA DA CIDADE DE BOA VISTA-RR

Introdução

O Turismo é fragmentado por diversas segmentações, dentre elas está presente o Turismo Urbano, atividade essa que compreende o turismo dentro da própria cidade, com atividades praticadas por meio do lazer.

Contudo, existem fatores que inviabilizam o melhor desempenho desta prática. Pois a falta de manutenção, infraestrutura e segurança dentre outros elementos, dificultam o seu desenvolvimento, acarretando na falta de segurança em relação aos próprios moradores da cidade de Boa Vista-RR.

Segundo Kliass (1993, apud MELO; DIAS, 2013/2014, p. 945)¹.

[...] o parque é um fato urbano de relativa autonomia, interagindo com o seu entorno e apresentando em seu bojo condições de absorver a dinâmica da estrutura urbana e dos hábitos de sua população. [...] A inserção efetiva da dimensão ambiental no processo de planejamento e na práxis dos diversos setores intervenientes no desenvolvimento urbano pode garantir o aproveitamento do potencial paisagístico do sítio urbano, criando condições para dotar a cidade de parques.

Na primeira metade do século XIX, os habitantes das grandes cidades europeias realizavam pressões sociais urbanas, devido às péssimas condições de trabalho e de habitação. Inicia-se a criação e abertura dos primeiros parques urbanos para o morador comum (MELO; DIAS, 2013/2014).

Sejam parques ou jardins, esses espaços são de valores significativos para qualquer cidade, pois abrange público local, visando ao convívio social e acarretando também em uma melhor qualidade de vida para a população, que busca a fuga da rotina cansativa da cidade grande.

* Escola Estadual Ayrton Senna da Silva / Estado de Roraima. E-mail: brenda_caldas@outlook.com

** Escola Estadual Ayrton Senna da Silva / Estado de Roraima. E-mail: wallace_soaresrr@hotmail.com

*** Universidade Federal de Roraima. E-mail: jordanacavalcante@hotmail.com

¹ KLIASS, Rosa Grena. **Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade**. São Paulo: Pini, 1993.

O Complexo Poliesportivo Ayrton Senna é formado por 3 quilômetros de muito lazer para a população, que pode usufruir uma infraestrutura com diversas áreas esportivas; áreas de alimentação; quiosques de artesanato; e vários “cantinhos” com bancos para sentar e simplesmente observar tudo o que acontece ao redor. Na Praça, está o Portal do Milênio, e, também a Praça das Águas e a Praça dos Artistas, compondo um dos mais agradáveis espaços de lazer aos roraimenses e visitantes.

Assim, esse artigo trata de um projeto de pesquisa realizado no Complexo Esportivo Ayrton Senna, localizado no centro da cidade de Boa Vista, Roraima, que tem como objetivo identificar as deficiências no Complexo Ayrton Senna, que inviabilizam o melhor desempenho do turismo urbano na cidade de Boa Vista-RR e dar a conhecer como o Complexo do Ayrton Senna pode ser usufruído tanto pela comunidade boa-vistense como pelos turistas. Os métodos utilizados para desenvolver o presente estudo têm base bibliográfica e documental disponível nos órgãos oficiais.

Portanto, o trabalho busca promover o Complexo Esportivo Ayrton Senna como alternativa de turismo e lazer urbano para a população boa-vistense, proporcionando mais entretenimento e alternativas de turismo aos que aqui chegam, desenvolvendo de maneira direta e indireta o turismo na capital Boa Vista.

Metodologia

Para a delimitação do trabalho pretendemos buscar informações sobre o Complexo Esportivo Ayrton Senna, como a situação da infraestrutura, segurança pública e fatores que inviabilizam o desenvolvimento do turismo de lazer urbano.

Esse projeto é de pesquisa qualitativa descritiva, documental e bibliográfica com embasamento em Rolnik (2000) para que se possa ter uma melhor compreensão do assunto abordado, buscando identificar os fatores que impedem o melhor desenvolvimento da prática do lazer e do turismo urbano no Complexo esportivo Ayrton Senna, procurando identificar os fatores que impossibilitam um melhor desenvolvimento do espaço.

Esta pesquisa pode ser caracterizada como pesquisa causal ou explicativa, com base nos autores Melo e Dias (2013/2014), através de investigações realizadas no próprio Complexo Esportivo Ayrton Senna, causas e efeitos que o fazem funcionar de tal forma, tendo em vista também as pessoas que o visitam. Buscando um melhor entendimento sobre a situação que ali se encontra, tendo também embasamento em artigos e livros através de pesquisas bibliográficas para complementar e ter uma melhor compreensão sobre o assunto abordado.

Com este artigo, buscou-se revelar o forte potencial turístico do Complexo Esportivo Ayrton Senna, como alternativa de entretenimento, lazer, turismo e como um possível gerador de renda local, e assim promovendo o turismo na cidade de Boa Vista-RR, ressaltando seu valor Político, Cultural e Social, para a população local e para os turistas que visitam a cidade. Propõe-se a questionar-se “o que inviabiliza o seu melhor desempenho e desenvolvimento?”, logo, direcionou-se para o estudo com base em pesquisa bibliográfica, buscando um melhor entendimento sobre o assunto abordado.

Discussão e resultados

Desenvolvimento do Turismo de Lazer Urbano

O turismo é uma atividade altamente sofisticada, que movimenta bilhões de dólares por ano, envolve uma diversidade de serviços e de pessoal especializado atingindo centenas de milhares de pessoas em todo o mundo. É, atualmente, uma das atividades que mais gera fluxo de capital no mercado, sendo assim, segundo Lopes (2007), o turismo constitui um fenômeno tanto econômico como social. No entanto, tratar o turismo como prática social torna-se muito mais complexo e abrangente do que analisá-lo como atividade econômica, por se tratar de uma prática na qual se relacionam atores sociais e comunidades receptoras.

Dentre as diversas formas de turismo disponibilizadas para o lazer, entretenimento, recreação e descanso dos turistas, têm-se percebido um crescente interesse pela atividade turística voltada para o lazer urbano. Esse tipo de turismo está presente nas áreas urbanas, onde a população vive em uma rotina contínua e estressante, de vida profissional e social, e assim procura fugir da vida tumultuada das cidades.

Sendo assim, como afirmam Melo e Dias (2013/2014), se antigamente a religião, saúde e estudos eram os incentivos das viagens, a partir da Revolução Industrial, elas tornam-se expressivas e mudam para a busca da quebra de rotina; o descanso; a recreação; o sentimento de liberdade, com o propósito de repor as energias.

O ambiente urbano passou por várias transformações desde a Revolução Industrial, assim como o modo de vida da população, então fez-se necessário a criação de áreas de lazer urbano, como logradouros, praças, jardins, que desenvolvessem o lazer dentro da cidade, e contribuindo também para o comércio, tanto na área alimentícia, como recreativa e cultural. E como enfatizam Melo e Dias (2013/2014), os parques urbanos são como antídotos para os males urbanos: melhora o clima urbano, con-

trapondo com as construções urbanas; diminui a poluição do ar; promove o contato com a natureza, dentre outros. E também integra/une os bairros/espços no tecido urbano, a fim de melhorar a qualidade de vida dos habitantes. Pellegrin (1996, p. 13) aponta que:

Na sociedade atual o lazer não é entendido como essencial e, portanto, os espaços e equipamentos de lazer não têm a atenção necessária da administração pública. O espaço de lazer possui importância, pois é local de encontro e convívio: é no tempo do lazer que se vive o novo e o diferente, que se encontram possibilidades de questionamento das relações entre a sociedade e o espaço.

A partir desta análise, pode-se entender o quanto o lazer nos espaços urbanos é essencial, sobretudo não recebem a devida atenção por parte da administração pública que tem o dever de preservá-lo, com a manutenção e infraestrutura adequada, para proporcionar um ambiente agradável de descontração e interação, possibilitando uma saída da rotina para a população local e os turistas que o visitam.

Na cidade de Boa Vista, percebe-se que o tempo foi delimitador das transformações nas formas de uso e até mesmo perda de essência de suas praças, o que acarretou no retratar da realidade local e atual (ANJOS, 2013).

Vale destacar que o Artigo 2º do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulem o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, de segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”.

Segundo Melo e Dias (2013/2014, p. 945),

O Estatuto mostra claramente dentro das funções sociais da cidade a necessidade da vida urbana de estar em contato com a natureza, levando a ideia de “proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico” (art. 2º, inc. XII).

O ambiente de lazer é para ser bem cuidado, com toda a assistência necessária para o bom funcionamento, a fim de proporcionar o conforto necessário para as pessoas que os visitam, mas, com o passar dos tempos, vem sendo deixado de lado, o que acarreta em malefícios para a própria sociedade, pois Anjos (2013) avalia que o tempo livre fora das obrigações diárias e o espaço propiciado pelas cidades para as práticas de lazer funcionam como elementos básicos para suprir a necessidade de equilíbrio nas relações sociais.

Assim sendo, a cidade precisa ser reconhecida como parte da natureza, ou seja, o espaço natural está dentro dela. Com a conscientização do valor social e do poder da natureza por parte dos planejadores urbanos e cidadãos, ela passa a ser cultivada e incorporada aos projetos da cidade (MELO; DIAS, 2013/2014, p. 946).

Deste modo, como foi enfatizado anteriormente, na cidade de Boa Vista-RR, existe o Complexo Esportivo Ayrton Senna que quebra a paisagem urbana existente com um amplo complexo esportivo que se estende por 3 Km, com diversos tipos de quadras, áreas pra cooper e caminhada, quiosques, áreas livres e arborizadas, que proporciona um ambiente agradável e familiar propícios e voltadas para lazer, recreações e atividades físicas para os cidadãos e as pessoas que aqui visitam.

Portanto, na cidade de Boa Vista percebeu-se como tempo foi delimitador das transformações nas formas de uso e até mesmo a perda de essência de suas praças, delimitando-se ao Complexo Esportivo Ayrton Senna. Nota-se uma falta de atenção por parte do órgão responsável, como na estrutura, manutenção, e segurança acarretando em uma falta de procura por parte da população e dos turistas. Sobretudo este espaço não deixa de possuir o seu valor e sua importância, como alternativa para o lazer e entretenimento para os cidadãos locais e para os turistas, pois ele conta com 3 km de quadras esportivas, sendo um ambiente arborizado e familiar, propício a diversos tipos de atividades, sendo de lazer ou esportivas, sucinto a visitas de quem busca a fuga da rotina da cidade (BOA VISTA, 2014).

Assim, é notável que a prática do lazer seja de real importância para as pessoas, pois ele influencia no bem-estar e na qualidade de vida de cada cidadão, sendo uma forma de escapatória da rotina tumultuada da cidade, e no decorrer deste projeto pode-se perceber a dimensão deste segmento e de que forma ele se desenvolveu até atrelar-se ao Turismo Urbano, sendo assim duas atividades que nos dias de hoje são indispensáveis na vida dos indivíduos que buscam uma boa qualidade de vida não só para si, mas para toda família é o lazer e o turismo, ressaltando também a sua magnitude para o desenvolvimento socioeconômico e sociocultural para a cidade. Desta forma, pode-se fazer perceptível o valor significativo que o Complexo Ayrton Senna dispõe para os cidadãos de Boa Vista e para os que aqui visitam.

Considerações finais

Em virtude dos fatos mencionados no decorrer do artigo, a respeito do Turismo de lazer e recreação no Complexo Ayrton Senna na área urbana da cidade de Boa Vista-RR, foi ressaltado o seu valor Político, Cultural e Social, para a população

local e para os turistas que visitam a cidade. Propondo-se a questionar-se o que inviabiliza o seu melhor desempenho e desenvolvimento, direcionou-se para o estudo com base em pesquisas bibliográficas, buscando um melhor entendimento sobre o assunto abordado.

O Turismo cresceu e se desenvolveu com o Capitalismo Industrial, as viagens tornaram-se mais frequentes, com isso a busca pelo descanso e a fuga do dia a dia. Contudo, seu desenvolvimento e do lazer deram-se diante do início da Revolução Industrial e com o progresso tecnológico.

Atualmente, o lazer está em segundo lugar como prioridade na vida das pessoas, e o Turismo Urbano juntamente com o lazer, é a atividade que mais compreende no turismo dentro da própria cidade, o que pode ser feito através de visitas a parques, bosques, jardins dentre outros. Nestes ambientes, é possível ter a oportunidade de interagir com pessoas de todas as culturas e idades, contudo vale destacar que é necessário que ocorra um controle de sazonalidade.

Voltando-se para a cidade de Boa Vista, percebeu-se como tempo foi delimitador das transformações nas formas de uso e até mesmo a perda de essência de suas praças, delimitando-se ao Complexo Esportivo Ayrton Senna. Nota-se, portanto, uma falta de atenção por parte do órgão responsável, em relação à estrutura, manutenção, e segurança, gerando falta de procura por parte da população e dos turistas.

No entanto, este espaço não deixa de possuir o seu valor e sua importância, como alternativa para o lazer e entretenimento para os cidadãos locais e para os turistas, visto que conta com 3 km de quadras esportivas, em um ambiente arborizado e familiar, ideal para diversos tipos de atividades tanto de lazer como esportivas, atraindo visitas de quem busca a fuga da rotina da cidade.

Portando, é notável que a prática do lazer seja de real importância para as pessoas, pois ele influencia no bem-estar e na qualidade de vida de cada cidadão, sendo uma forma de escapatória da rotina tumultuada da cidade, e no decorrer deste projeto pode-se perceber a dimensão deste segmento e de que forma ele se desenvolveu até atrelar-se ao Turismo Urbano. Assim, atualmente, duas atividades que são indispensáveis à vida dos indivíduos que buscam uma boa qualidade de vida não só para si mas para toda família, ressaltando também a sua magnitude para o desenvolvimento socioeconômico e sociocultural para a cidade.

Desta forma, percebe-se o valor significativo que o Complexo Ayrton Senna dispõe para os cidadãos boa-vistenses e para os turistas.

Referências bibliográficas

ANJOS, Jeniffer Natalie Silva et al. **Dinâmica de produção e organização das áreas livres - praças da cidade de Boa Vista-RR**. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 14, 2013, Lima-Peru. Anais... Lima-Peru: EGAL, 2013. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografia_socioeconomica/Geografiaespacial/03.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2014.

BOA VISTA. Prefeitura Municipal de Boa Vista. Mobilidade e Acessibilidade. **Prefeita Tersa assina convênio de mobilidade urbana e revitalização das Praças Centro Cívico e Ayrton Senna**. 07 de fevereiro de 2014. 21:30h. Disponível em: <http://www.boavista.rr.gov.br/noticia/895/Prefeita_Teresa_assina_convênio_de_mobilidade_urbana_e_revitalização_das_praças_Centro_Cívico_e_Ayrton_Senna> Acesso em: 16 ago. 2014.

BRASIL. Estatuto da cidade. **Lei nº 10.257** de 10 de julho de 2001. Presidência da República. Casa Civil. Brasília: 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.html>. Acesso em: 02 ago. 2011.

LOPES, M. T. **O desenvolvimento do turismo no município de salvaterra: oportunidades e ameaças à vida da comunidade local**. 2007. Trabalho Conclusão de Curso. (Graduação) - Faculdade de Geografia, IFCH.

MELO, Mariana Inocência Oliveira; DIAS, Karina e Silva. **Parques urbanos, a natureza na cidade: práticas de lazer e de turismo aliadas à cidadania**. Revista Brasileira de Ecoturismo. São Paulo, v. 6, n. 5, nov-2013/jan-2014, p. 942-957.

PELLEGRIN, Ana de. **O espaço de lazer na cidade e a administração municipal**. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.) Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras. Campinas: Autores Associados, 1996.

ROLNIK, Raquel. **O lazer humaniza o espaço urbano**. In: SESC SP. (Org.). Lazer numa sociedade globalizada. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000.

ANÁLISE DA QUALIDADE DA ÁGUA DO IGARAPÉ GRANDE DA CIDADE DE BOA VISTA-RR UTILIZANDO PARÂMETROS FÍSICO-QUÍMICOS

Introdução

O Brasil possui 12% das reservas de água doce do mundo e uma posição de destaque no cenário internacional quanto aos instrumentos legais e institucionais de gestão das águas. Entretanto, apesar da quantidade, enfrenta escassez e prevê que a crise do próximo século será a da água, principalmente pelo aumento do consumo e deterioração dos mananciais (TUCCI, 2002).

Nas últimas décadas, os ecossistemas aquáticos têm sido alterados em diferentes escalas como consequência negativa de atividades antrópicas, como a mineração, canalização, construção de represas, eutrofização artificial, retinização. Os rios integram tudo o que acontece nas áreas de entorno, considerando-se o uso e ocupação do solo. Assim, suas características ambientais, especialmente as comunidades biológicas, fornecem informações sobre as consequências das ações do homem (CALLISTO; MORETTI; GOULART, 2001).

Levando-se em consideração que a qualidade desejável da água é em função do seu uso previsto, existe uma política normativa nacional de uso da água, a Resolução N.º 357 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Esta resolução estabelece parâmetros que definem limites aceitáveis de elementos estranhos, considerando os diferentes usos (BRASIL, 2005).

A qualidade da água pode ser expressa através de parâmetros, que traduzem as suas principais características físicas, químicas e biológicas. Estes parâmetros podem ser turbidez, cor, pH, condutividade elétrica (Ce), oxigênio dissolvido (OD), ortofosfato, salinidade e outros.

A qualidade da água em determinado ponto de um rio é produto da qualidade da água em um ponto anterior modificada por diversos fatores atuantes no trecho que

* Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. E-mail: cathe_mmi@hotmail.com

** Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. E-mail: maluvp@yahoo.com.br

separa os pontos. Estes fatores podem ser características físicas e geomorfológicas do leito do rio, misturas da água com qualidades diferentes, presença de vegetação ciliar, regime climático, presença de comunidades e pelas interferências antrópicas (SÉ, 1992; ARCOVA; CÉSAR; CICCIO, 1998; ANIDO, 2002).

A capital do Estado de Roraima, Boa Vista, situa-se à margem direita do rio Branco e dentro do seu perímetro localizam-se nascentes de vários igarapés que deságuam no próprio rio Branco que, por sua vez, contribui na formação da bacia Amazônica.

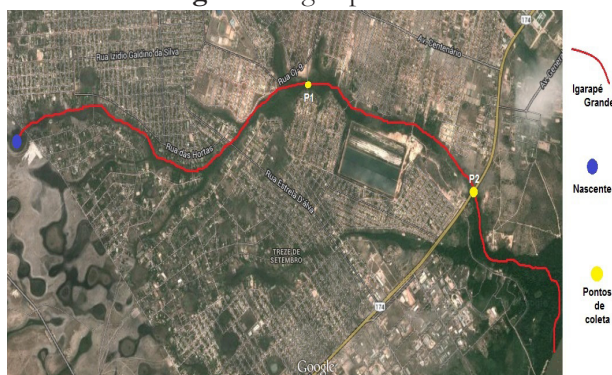
Os igarapés que compõem a bacia da cidade de Boa Vista são: o Caranã, Frasco, Mirandinha, Caxangá, Pricumã e Grande (PECCINI NETO et al., 2007, p. 3) e, nos últimos anos, sofreram com a crescente expansão demográfica desordenada que aconteceu na cidade.

Neste contexto, a presente pesquisa teve como objetivo avaliar a qualidade da água em dois trechos diferentes do Igarapé Grande da cidade de Boa Vista, utilizando parâmetros físico-químicos como indicadores das condições ambientais.

Metodologia

A presente pesquisa teve como área de estudo do Igarapé Grande da cidade de Boa Vista-RR. As coletas de água foram feitas no período entre 19/08/2013 (dezenove de agosto de 2013) – período de chuvas – a 06/05/2014 (seis de maio de 2014) – período sem chuvas –, em 2 trechos diferentes do igarapé: o ponto 1 sob a ponte próxima ao bairro Araceli Souto Maior e o ponto 2 sob a ponte da BR-174.

Figura 1 - Igarapé Grande



Fonte: Fonte: Adaptado de Rosa Silva, 2010

Os pontos selecionados localizam-se, respectivamente, antes e depois da lagoa de estabilização localizada entre os bairros Centenário e Pintolândia. Foram realizadas in loco as análises limnológicas de temperatura, pH, oxigênio dissolvido e condutividade elétrica, utilizando o Medidor Multiparâmetro Portátil, modelo HI 9828, da marca Hanna.

Antes de qualquer amostragem, o equipamento era, devidamente, esterilizado com água destilada para sua própria estabilização e calibração. Em seguida, era imerso na água do igarapé, para assim realizar as medições dos parâmetros de forma correta. Por fim, após retirado o Multiparâmetro das águas, ele era novamente esterilizado e armazenado em local apropriado. O procedimento foi repetido em cada ponto.

Para classificação da qualidade da água, utilizou-se a Resolução N.º 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA (BRASIL, 2005), e, também, a Classificação das Variáveis Físicas e Químicas de Qualidade das Águas estabelecida pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB (SÃO PAULO, 2009).

Na Resolução N.º 357/05 do CONAMA, o art. 14 descreve as condições de qualidade da água prevista para o uso do tipo de água previamente classificada no Art. 4.º. Segundo o Art. 14, as águas não devem conter materiais flutuantes – espumas inclusas –, nem óleos, graxas, substâncias que comuniquem gosto ou odor, corantes provenientes de fontes antrópicas, nem resíduos sólidos objetáveis. Os níveis de oxigênio dissolvido não devem ser inferiores a 6 mg/L e pH entre 6,0 e 9,0 (BRASIL, 2005).

De acordo com a CETESB, conforme a temperatura aumenta de 0°C a 30°C, alguns fatores da água podem ser alterados, como os níveis de oxigênio dissolvido. Isso pode contribuir na melhora ou piora da temperatura preferida de determinados organismos vivos (SÃO PAULO, 2009).

A condutividade elétrica, ainda segundo a CETESB, é o valor numérico da capacidade da água de conduzir energia elétrica. Esta condutividade está associada à dissociação de sais e outros sólidos na água. A referida companhia atesta que valores superiores a 0,1 mS/cm são indicadores de ambiente impactado (SÃO PAULO, 2009).

Discussão e resultados

O Igarapé Grande, conforme seu uso, é classificado, segundo a resolução N.º 357/05 do CONAMA, como água doce de classe 1. No Art. 4.º da resolução consta que a água deve ser dedicada ao consumo humano, para abastecimento, irrigação de

horticultura e que serve para balneabilidade. Suas águas, também, devem ser destinadas à proteção de comunidades aquáticas localizadas em território indígena, ou não.

No dia 18/03/2013, foi realizado um estudo de campo nos pontos onde deveriam ser feitas as coletas de água no Igarapé Grande: na nascente, no ponto 1 e no ponto 2.

Foi feita a visita à nascente do igarapé – localizada na rua 32, bairro Senador Hélio Campos – e observou-se que ela estava seca, ou seja, a água não aflorava à superfície, o que indica que o leito do igarapé, naquele ponto era subterrâneo. Observou-se, ainda, a presença de moradores, que se estabeleceram de forma desordenada, aos arredores da nascente.

Visitou-se, também, o ponto 1, e observou-se que naquele ponto, apesar da mata ciliar estar preservada, havia bastante resíduo sólido descartado no leito do igarapé, ou seja, atividade antrópica de poluição.

Por fim, visitou-se o ponto 2 e observou-se movimentação normal da água, ausência de resíduos sólidos, e mata ciliar preservada.

As coletas de água foram realizadas nos dias 19/08/2013, 18/03/2014 e 06/05/2014. A primeira, em agosto de 2013, foi durante o período de chuvas. A segunda e a terceira coletas, respectivamente, em março e em maio de 2014, foram durante o período sem chuvas.

Ponto 1

Em agosto de 2013, observou-se que, ao lado do igarapé, havia sido criada uma horta que se abastecia da água do mesmo para irrigação das culturas.

Observou-se que ainda havia presença de materiais flutuantes e resíduos sólidos no igarapé. Não eram visíveis manchas de óleos ou graxas, nem havia odor ou sinais de corantes provenientes de fontes antrópicas.

Em março e em maio de 2014, os resíduos sólidos continuaram presentes, bem como materiais flutuantes. Entretanto, nas águas havia manchas de substância de natureza oleosa, não identificada. Não havia odor, nem sinais de corantes provenientes de fontes antrópicas.

Observou-se grande atividade antrópica de poluição neste ponto com o decorrer do tempo, apesar da conservação da mata ciliar.

Observa-se diminuição da temperatura da primeira coleta para a segunda, mas elevação da segunda para a terceira. No fim, houve aumento da temperatura, o que pode contribuir para a otimização do ambiente para alguns tipos de seres. Entretan-

to, a Resolução N.º 357/05 do CONAMA não estabelece valor máximo para esse parâmetro.

As análises químicas mostram um pH levemente ácido na primeira coleta, um pouco mais ácido na segunda e dentro das normas, ou seja, acima de 6, na terceira coleta.

Figura 2 – Coleta realizada no Ponto 1 - 19 ago. 2013



Figura 3 – Coleta realizada no Ponto 1 - 19 ago. 2013



As medidas do Medidor Multiparâmetro, nesse ponto, foram computadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Dados obtidos nas três coletas no ponto 1				
Ponto 1	Temperatura (°C)	pH	Oxigênio dissolvido (mg/L)	Condutividade elétrica (mS/cm)
19/08/2013	27,00	5,97	0,07	0,025
18/03/2014	26,56	5,95	2,13	0,033
06/05/2014	27,48	6,03	0,24	0,033

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras

O oxigênio dissolvido encontra-se muito abaixo do recomendado pela Resolução N.º 357/05 do CONAMA em todas as amostragens. Houve um aumento do oxigênio dissolvido no mês de março de 2014 em relação ao mês de agosto de 2013,

mas os valores retornam a cair em maio de 2014. Isso pode estar associado à dificuldade de oxigenação nesse ponto, que pode ser provocada pela falta de entrada do ar atmosférico na água ou pelo processo de eutrofização. O processo de eutrofização decorre do aumento de nutrientes, tais como óxidos de fósforo e óxidos de nitrogênio, na água o que favorece a multiplicação acelerada e morte de algas. A morte das algas acarreta acúmulo de matéria orgânica e favorece a proliferação de bactérias aeróbicas, que consomem o oxigênio dissolvido do meio (MACHADO, 2003, p. 512).

A condutividade elétrica encontra-se dentro do recomendado pela CETESB, ou seja, abaixo de 0,1 mS/cm. Isso caracteriza normalidade de íons dissociados, bem como normalidade de concentração mineral nas águas.

Ponto 2

Durante todas as coletas, não foram observadas grandes alterações no ponto 2, provavelmente, devido à distância de ocupação humana. A mata ciliar permaneceu intacta e a única alteração percebida na vegetação foi que, no mês de março de 2014, uma parte que fica à beira da BR-174 havia sido foco de incêndio.

Em nenhuma das coletas o ponto apresentou resíduos sólidos ou materiais flutuantes em sua superfície; não havia contaminação por óleos e graxas, nem indícios de odor ou corantes despejados por atividade antrópica. Então, não houve variação nos parâmetros físicos desse ponto.

Figura 4 – Coleta realizada no Ponto 2 - 18 mar. 2014



Figura 5 – Coleta realizada no Ponto 2 – 19 ago. 2013



Fonte: Fotografias elaboradas pelas autoras

As medidas do Medidor Multiparâmetro, nesse ponto, foram computadas no Quadro 2.

A temperatura aumentou, gradualmente, com o passar dos meses, e atingiu uma variação maior do que o ponto 1. Apesar da Resolução N.º 357/05 do CONAMA estabelecer que os valores de temperatura das águas variam de acordo com a posição geográfica do ponto, em conjunto com as condições climáticas da região, nota-se uma variação significativa.

Quadro 2 – Dados obtidos nas coletas no ponto 2				
Ponto 2	Temperatura (°C)	pH	Oxigênio dissolvido (mg/L)	Condutividade elétrica (mS/cm)
19/08/2014	26,75	5,93	0,10	0,040
18/03/2014	27,92	5,58	0,24	0,114
06/05/2014	28,23	5,91	0,18	0,118

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras

Dos parâmetros químicos, o pH aponta água levemente ácida, com acidificação no mês de março de 2014, como no ponto 1, e depois, em maio de 2014, um aumento do pH. No entanto, o pH no ponto 2, diferente do ponto 1, não se enquadrou, durante a pesquisa, no limite estabelecido pelo CONAMA.

Os valores para oxigênio dissolvido estão, como no ponto 1, muito abaixo do previsto pelo CONAMA. Isso indica falta de oxigenação nas águas do Igarapé Grande, o que pode ser causado pela existência de bactérias aeróbicas que consomem o oxigênio dissolvido da água. No futuro, a falta de oxigênio na água pode provocar a morte de seres aeróbicos e favorecer o desenvolvimento de bactérias anaeróbicas que decompõem matéria orgânica e liberam gases tóxicos causadores de mau cheiro (MACHADO, 2003, p. 512)

A condutividade elétrica, na primeira coleta, apresenta-se dentro dos padrões estabelecidos. Porém, na segunda e terceira coletas, a condutividade mostra-se alterada, com níveis acima do recomendado pela CETESB. Isso indica provável dissociação de sais ou outros sólidos na água, o que, segundo a CETESB, caracteriza um ambiente impactado.

Considerações finais

No decorrer dos últimos anos, houve grande fluxo humano para a capital de Roraima, Boa Vista, devido aos fatores atrativos que a cidade oferecia. Esse crescimento deu-se de forma intensa e desordenada, em que os moradores foram se apropriando de terras, principalmente, na zona oeste da cidade. Nessa zona, que compreende a maior parte da capital, encontram-se a maior parte das nascentes dos igarapés que banham a cidade (FARIAS, M.; VERAS, A. S.; PAIXÃO, S., 2012, p. 135).

A microbacia do Igarapé Grande nasce no bairro Senador Hélio Campos – zona oeste – e percorre cerca de 8,5 quilômetros até desaguar no rio Branco. Durante o seu trajeto, passa por diversos bairros, portanto, é um igarapé que tem contato direto com populações humanas. Esse é um dos poucos igarapés que não foram canalizados na cidade de Boa Vista. Percebeu-se que no decorrer do igarapé, há grande atividade antrópica de poluição concentrada em alguns pontos. No entanto, notou-se, também, que o igarapé possui elevado poder de autodepuração, pois, no ponto 1 observou-se bastante despejo de resíduos sólidos, já no ponto 2 não se observou a presença desses resíduos.

Apesar de alguns indicadores estudados nesta pesquisa apontarem normalidade, outros apontam que o igarapé está impactado. Para que a população possa ter o devido acesso e consumo das águas do Igarapé Grande, o Poder Público deve tomar providências para o enquadramento das águas do igarapé nos padrões estabelecidos pelos órgãos ambientais, conforme estipula o Art. 8.º da Resolução N.º 357/05 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 2005). Segundo o art. 2.º da Lei 9.433 da Política Nacional de Recursos Hídricos (BRASIL, 2007), deve-se assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos.

Referências bibliográficas

ANIDO, N. M. R. **Caracterização hidrológica de uma microbacia experimental visando identificar indicadores de monitoramento ambiental**. 2002. 69 f. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais) - Escola Superior de Agricultura “Luis de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba.

ARCOVA, F.; CÉSAR, S.; CICCIO, V. **Qualidade da água em microbacias recobertas por florestas de mata atlântica**. Revista Instituto Floresta de São Paulo, Cunha, SP. v. 10, n. 2, p. 185-196, jan. 1998.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei n.º 9.433**, de 08 de janeiro de 1997. Dispõe sobre a criação da Política Nacional dos Recursos Hídricos. Brasília: MMA, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm>. Acesso em: 11 jun. 2014.

_____. **Resolução n.º 357**, de 17 de março de 2005. Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA. Brasília: MMA, 2005. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legislacao/CONAMA_RES_CONS_2005_357.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2014.

CALLISTO, M.; MORETTI, M.; GOULART, M. **Macroinvertebrados Bentônicos como ferramentas para avaliar a saúde de riachos**. Revista Brasileira de Recursos Hídricos. Belo Horizonte, MG, v. 6, n. 1, p. 71-82, mar. 2001.

FARIAS, M.; VERAS, A. S.; PAIXÃO, S. **Degradação do corpo hídrico no urbano em Boa Vista– RR**. Textos & Debates, Boa Vista, RR, v. 1, n. 18, p. 129-138, abr. 2012. Disponível em: <<http://revista.ufr.br/index.php/textosedebates/article/viewFile/1174/954>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

MACHADO, S. **Biologia para o ensino médio**. São Paulo: Scipione, 2003.

PECCINI NETO, A. et al. **Identificação ambiental das microbacias do município de Boa Vista e sua relação com algas perifíticas**. Anais... II CONNEPI - Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica, João Pessoa, Jun. 2007, v. 2, p. 1-10. Disponível em: <http://www.redenet.edu.br/publicacoes/arquivos/20080213_093311_MEIO-099.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2014.

ROSA SILVA, Carmem Lúcia. **Variação Espaço-temporal da Expansão Urbana e da Rede de Drenagem da Bacia do Igarapé Grande na Cidade de Boa Vista, Roraima**. Boa Vista, 2010. 120f. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais) – Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais, Universidade Federal de Roraima, 2010.

SÃO PAULO. **Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB**. Variáveis de qualidade das águas: águas superficiais. São Paulo: CETESB, 2009. Disponível em: <<http://www.cetesb.sp.gov.br/agua/%C3%81guas-Superficiais/34-Vari%C3%A1veis-de-Qualidade-das-%C3%81guas>>. Acesso em: 1 jul. 2014.

SÉ, J. **O rio Monjolinho e sua bacia hidrográfica como integradores de sistemas ecológicos: um conjunto de informações para o início de um processo de pesquisa ecológica de educação, planejamento e gerenciamento ambientais a longo prazo**. 1992. 381p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Engenharia Ambiental) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

TUCCI, A. **Sucessão da comunidade fitoplanctônica de um ambiente subtropical e eutrófico**. 2002. 274p. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) – Instituto de Biociências da UNESP, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2002.

MACROINVERTEBRADOS COMO BIOINDICADORES DE POLUIÇÃO NO IGARAPÉ GRANDE DA CIDADE DE BOA VISTA-RR

Introdução

Nas últimas décadas, os ecossistemas aquáticos têm sido alterados em diversas escalas como consequência de atividades antrópicas (CALLISTO; MORETTI; GOULART, 2001) e uma das causas de degradação destes é o aporte excessivo de compostos de nitrogênio e fósforo, que caracterizam a eutrofização artificial, resultando na perda da qualidade ambiental (CALLISTO; GONÇALVES; MORENO, 2005). Em áreas intensamente urbanizadas, rios e córregos recebem consideráveis cargas de esgoto doméstico e efluentes industriais, que aceleram o processo de eutrofização, modificando a comunidade de macroinvertebrados bentônicos. Entretanto, algumas áreas urbanizadas são ocupadas por baixas densidades populacionais e não constituem grandes centros industriais. Nestes casos, a menor descarga de dejetos em córregos e rios deve representar um impacto leve sobre as comunidades aquáticas, o que pode resultar em mudanças menos perceptíveis em sua estrutura e composição.

Os macroinvertebrados bentônicos constituem um importante grupo de organismos presentes em rios, riachos e lagos, servindo de alimento para peixes e crustáceos e participando da ciclagem de nutrientes. O seu uso como bioindicadores é recomendado, principalmente aos diferentes níveis de tolerância que as espécies apresentam aos poluentes, aos ciclos de vida relativamente longos, à vida sedentária e à abundância destes organismos no ambiente aquático. A contaminação ambiental influencia de forma diferente esses organismos porque as espécies dos diversos grupos taxonômicos apresentam diferentes níveis críticos capazes de serem suportados.

Diante dos fatos ora apresentados, esta pesquisa tem como finalidade identificar os principais grupos de macroinvertebrados bioindicadores de poluição em trechos diferentes do Igarapé Grande na cidade de Boa Vista, Roraima.

* Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. E-mail: cathe_mmi@hotmail.com

** Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. E-mail: maluvp@yahoo.com.br

Metodologia

As coletas foram realizadas em diferentes trechos do Igarapé Grande, localizado na malha urbana do município de Boa Vista, localizado nas coordenadas 20 44'42" N / 600 44'53". O acesso ao Igarapé ocorre pela BR-174, rodovia que liga a capital ao estado do Amazonas. Baseado em Silva et al. (2010) as coletas foram feitas em trechos distintos utilizando rede entomológica tipo "D" com malha de 250 micra em áreas contendo macrófitas submersas. Uma pré-triagem in loco foi realizada com o auxílio de bandejas plásticas e pinças, a fim de preservar a integridade dos animais coletados. Após a pré-triagem, o material remanescente foi colocado em sacolas etiquetadas e fixado com etanol a 96%. Os organismos coletados foram identificados sob estereomicroscópio no Laboratório de Invertebrados Aquáticos da Universidade Federal de Roraima – UFRR. Para ocorrer a identificação, no laboratório foram lavados os materiais coletados em cada coleta numa rede específica. Após esse processo os resíduos restantes foram armazenados numa espécie vasilha de plástico, para manter o material em perfeito estado, assim ocorreu a triagem a fim de identificação.

Discussão e resultados

Boa Vista, capital do estado de Roraima, fica à margem direita do rio Branco, que tem 548 km de extensão e sua bacia têm uma área total 204.640 km², percorrendo quase todo do Estado de Roraima (FRANCO; DEL'ARCO; RIVETTI, 1975). É na capital Boa Vista onde vive mais da metade da população do estado, com 277.684 habitantes de um total de 425.398 habitantes (IBGE, 2010) e possui em sua área urbana as bacias hidrográficas: igarapés Caranã, Frasco, Mirandinha, Caxangá, Pricumã, Grande e Waizinho. Dentre estes, o igarapé Grande recebe tal nome porque é formado por vários igarapés que se unem, formando uma grande área alagada, atingindo os bairros Araceli, Raiar do Sol e Nova Cidade.

Houve três coletas, a primeira foi realizada em 18 de março de 2013, a segunda, em 19 de agosto de 2013 e, a terceira coleta, ocorreu em 18 de março de 2014. Nas coletas ocorridas, foram identificados macroinvertebrados bentônicos, taxonomicamente, da ordem *Diptera* pertencentes à família *Chironomidae* e *Ceratopogonidae*. No curso do igarapé, o bairro Araceli (Figura 1) foi o primeiro ponto das coletas e o segundo ponto está localizado abaixo da ponte estabilização na BR-174 (Figura 2).

Figura 1 - Ponto 1 – Bairro Araceli



Fonte: Fotografia elaborada pelas autoras

A identificação desses macroinvertebrados no laboratório de invertebrados aquáticos ocorreu após o processo de triagem de cada coleta já explicado na metodologia. Logo, verificou-se (Quadro 1) a família *Chironomidae* com cabeça sem leques cefálicos; segmentos abdominais não alargados; região terminal do abdome sem círculo de fileiros com ganchos, embora falsas pernas com ganchos estão presentes e a família *Ceratopogonidae* com segmentos do corpo sem divisões secundárias e sem placas dorsais esclerotinizadas; região posterior do abdome com apenas algumas cerdas no ápice ou com falsa perna anal retrátil com poucos ganchos foram detectados.

Figura 2 - Ponto 2 – BR 174 - Ponte estabilização



Fonte: Fotografia elaborada pelas autoras

Quadro 1 - Abundância relativa (média de 3 coletas) de macroinvertebrados do Igarapé Grande

Época	Localização	Ordem	Família	Quantidade
Verão	Ponto 1	<i>Diptera</i>	<i>Chironomidae</i>	3
	Ponto 2		<i>Chironomidae</i>	15
Inverno	Ponto 1		<i>Chironomidae</i>	14
	Ponto 2		<i>Ceratopogonidae</i>	5
			<i>Chironomidae</i>	13
Época	Localização	Ordem	Família	Quantidade
Verão	Ponto 1	<i>Diptera</i>	<i>Chironomidae</i>	3
	Ponto 2		<i>Chironomidae</i>	15
Inverno	Ponto 1		<i>Chironomidae</i>	14
	Ponto 2		<i>Ceratopogonidae</i>	5
			<i>Chironomidae</i>	13

Fonte: Elaborado pelas autoras

A utilização dos bioindicadores é extremamente útil, especialmente para a avaliação de impactos ambientais decorrentes de descargas pontuais de esgotos domésticos e efluentes industriais. Monitorando-se estações de amostragem, a montante no local de lançamento e a jusante da fonte poluidora, pode-se identificar as consequências ambientais para a qualidade da água e saúde do ecossistema aquático.

Existem muitos indicadores biológicos de saúde de ecossistemas aquáticos (CHESSMAN et al., 1999) entre os quais, os mais comumente utilizados têm sido os macroinvertebrados bentônicos. Resh e Jackson, (1993) salientam a sensibilidade dos macroinvertebrados não só à poluição, mas também às mudanças no habitat, sugerindo seu uso como indicadores de qualidade de água. O uso dos macroinvertebrados bentônicos como bioindicadores de poluição e a alteração do meio ambiente devem-se a vários fatores, tais como: ciclos de vida suficientemente longos (o que favorece a detecção de alterações ambientais em tempo hábil); tamanho de corpo relativamente grande e de fácil amostragem; técnicas padronizadas e de custo relativamente baixo; alta diversidade de espécies, oferecendo uma enorme gama de tolerância e amplo espectro de respostas frente a diferentes níveis de contaminação. (LENAT; BARBOUR, 1994; ALBA-TERCEDOR, 1996).

Os macroinvertebrados bentônicos diferem entre si, em relação à poluição orgânica, desde organismos típicos de ambientes limpos ou de boa qualidade de águas (por exemplo: ninfas de *Plecoptera* e larvas de *Trichoptera - Insecta*), passando por

organismos tolerantes (por exemplo: alguns *Heteroptera* e *Odonata - Insecta* e *Amphipoda - Crustacea*) até organismos resistentes (por exemplo: alguns *Chironomidae - Diptera*, *Insecta* e *Oligochaeta - Annelida*). Locais poluídos geralmente possuem baixa diversidade de espécies, como visto nessa pesquisa com apenas dois tipos de representantes da ordem *Diptera*, e elevada densidade de organismos, restritos a grupos mais tolerantes (por exemplo: *Chironomus* e *Polypedium - Diptera*, *Chironomidae* e *Tubificidae - Oligochaeta*). Comunidades bentônicas necessitam de certo tempo para estabelecer suas populações, que por sua vez necessitam de condições ambientais próprias para a sua permanência no meio. A partir deste ponto, atuam como monitores contínuos das condições ecológicas dos rios, indicando tanto variações recentes quanto as ocorridas no passado, decorrentes do lançamento de efluentes industriais e que tenham afetado a qualidade das águas (por exemplo: contaminação por metais pesados) e a diversidade de habitats (CALLISTO, 2000).

Em relação à tolerância frente a adversidades ambientais, podemos classificar os macroinvertebrados bentônicos em três grupos principais (existem exceções dentro de cada grupo): organismos sensíveis ou intolerantes, organismos tolerantes e organismos resistentes. O terceiro grupo é formado por organismos extremamente tolerantes, por isso chamados de resistentes. É formado principalmente por larvas de *Chironomidae* e outros *Diptera* e por toda a classe *Oligochaeta*. Estes organismos são capazes de viver em condição de anóxia (depleção total de oxigênio) por várias horas, além de serem organismos detritívoros, alimentando-se de matéria orgânica depositada no sedimento, o que favorece a sua adaptação aos mais diversos ambientes. Tanto os *Oligochaeta* quanto os *Chironomidae* são organismos de hábito fossorial, não possuindo nenhum tipo de exigência quanto à diversidade de habitats e microhabitats.

De todos os insetos coletados, a ordem mais abundante foi *Diptera* (*Chironomidae*), seguida por *Ceratopogonidae* (*Diptera*). Os representantes da ordem *Diptera* distribuem-se em habitats muito variados, sendo encontrados em rios e lagos com diferentes profundidades. Existem representantes em águas limpas como a família *Simuliidae* ou contaminadas como *Tipulidae* e alguns gêneros de *Chironomidae*. Pertencem ao grupo trófico dos raspadores (alimentam-se de biofilme sobre pedras com algas e bactérias), coletores e coletores filtradores (alimentam-se de matéria orgânica particulada fina menor que 1,00 mm). A diversidade genérica dos *Chironomidae* representa uma importante ferramenta em programas de biomonitoramento em bacias sob forte pressão de atividades antrópicas.

Considerações finais

Foram obtidos dois representantes do grupo taxonômico, *Diptera*. Sendo, *Chironomidae* (*Insecta*) mais abundante, seguido de *Ceratopogonidae* (*Insecta*). As larvas de *Diptera* são encontradas em muitos habitats. As larvas aquáticas são encontradas em rios, riachos de todos tamanhos, com correntes de velocidades variáveis e em diversas profundidades; em lagos, represas, coleções de águas estagnadas, pântanos e lamações de água e, zonas entre marés e qualquer outro local onde esteja presente por, pelo menos, algumas semanas. As águas podem ser limpas ou poluídas, salobras, ácidas ou alcalinas e claras ou turvas.

Diante disso, os macroinvertebrados encontrados no percurso do Igarapé Grande indicam poluição. A análise de macroinvertebrados bentônicos tem sido utilizada no monitoramento de reservatórios, em trechos de importantes bacias hidrográficas sob diferentes níveis de impacto antrópico. O princípio é simples: submetidos a condições adversas, os organismos resistem ou morrem. Portanto, a composição em espécies e a distribuição espaço-temporal dos organismos aquáticos alteram-se pela ação dos impactos. No caso do Igarapé Grande, a presença desses representantes comprova os impactos ambientais, no bairro Araceli, ponto 1 (Figura 1), há reflexo poluição humana, durante as três coletas foram encontrados detritos domésticos, sacolas, diversos tipos de lixo. No entanto, esse tipo de material não se encontrou no ponto 2 (Figura 2) na BR-174, rodovia que liga a capital ao estado do Amazonas. Os macroinvertebrados aquáticos, também designados por macrofauna bêntica, macrobenthos e macrofauna de fundo, são organismos que vivem no bentos pelo menos durante uma parte do ciclo de vida. Os principais grupos taxonômicos que vivem no meio aquático são os Anelídeos, Moluscos, Crustáceos e Insetos.

Esse projeto intitulado “*Macroinvertebrados como Bioindicadores de Poluição no Igarapé Grande na Cidade de Boa Vista RR*” constatou assuntos relacionados à variedade hidrográfica de Boa Vista em específico estudo no Igarapé Grande e a sua situação aquática. Ela precisa ser revitalizada através de projetos e políticas públicas voltadas ao tratamento dos danos ambientais, principalmente, do ponto 1.

Referências bibliográficas

ALBA-TERCEDOR, J. **Macroinvertebrados acuáticos y calidad de las aguas de los ríos**. In: SIMPOSIO DEL AGUA EM ANDALUZIA, 4. Almeria. Anais... Almeria, IV SIAGA, 1996, v. 2, p. 203-213.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: 2010, p. 210.

CALLISTO, M. Macroinvertebrados bentônicos. In: BOZELLI, R. L.; ESTEVES, F. A.; ROLAND, F. **Lago Batata: impacto e recuperação de um ecossistema amazônico**. Rio de Janeiro: Ed. IB-UFRJ; SBL, 2000. p. 139-152.

_____; MORETTI, M.; GOULART, M. **Macroinvertebrados bentônicos como ferramenta para avaliar a saúde de riachos**. Revista Brasileira de Recursos Hídricos. v. 6, n. 1, mar. 2001. Minas Gerais, Editora ABRH, p. 71-82.

_____; GONÇALVES, G. F.; MORENO, P. **Invertebrados aquáticos como bioindicadores**. In: GOULART, E. M. A. (Ed.). Navegando o Rio das Velhas das Minas aos Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2005, p. 555-567.

CHESSMAN, B. et al. **Predicting diatomocommunities at the enus level for the rapid biological assessment of rivers**. Freshwater Biology. n. 41, v. 2, p. 317-332, 1999.

FRANCO, E. M. S.; DEL'ARCO, J. O.; RIVETTI, M. **Geomorfologia**. In: BRASIL. Projeto Radambrasil. Levantamento dos Recursos Naturais, v. 8. Rio de Janeiro, p. 137-180, 1975.

LENAT, D. R.; BARBOUR, M. T. **Using benthic macroinvertebrate communitie atructure for rapid, cost-ffective, water quality monitoring:rapid bioassessment**. In: COEB, S. L.; SAPACIE, A. (Eds.). Biological monitoring of aquatic systems. Boca Ratom, Florida: Lewis Publishers, p. 187-215, 1994.

RESH, V. H.; JACKSON, J. K. **Rapid assessment approaches to biomonitoring using benthic macroinvertebrates**. In: ROSEMBERG, D. M.; RESH, V. H. (Eds.). Freshwaer biomonitoring and benthic macroinvertebrates. New York: Chapman & Hall, p. 195-233, 1993.

SILVA, Fernando Robert Sousa. et al. **Colonização de Larvas de Trichoptera em Dois Igarapés de Savana no Município de Boa Vista, Roraima**. SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. Reunião Regional da SBPC em Boa Vista/RR, out. / 2010. Anais/Resumos... Boa Vista, 2010. (ISSN 2178-3969). Disponível em: <<http://www.sbpcnet.org.br/livro/boavista/resumos/1331.htm>>. Acesso em: 03 set. 2014.

ESTUDOS EM TRECHOS DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DO IGARAPÉ GRANDE NA CIDADE DE BOA VISTA-RR

Introdução

O processo de urbanização na cidade de Boa Vista ocorreu de forma acelerada principalmente nos anos de 1980 para os anos de 1990 mediante uma vinda intensa de garimpeiros atraídos pelo auge aurífero e pela tão sonhada busca de riquezas. Este fato foi um dos propulsores do aumento populacional, que se direcionou para a cidade de Boa Vista, promovendo a expansão urbana (VERAS, 2008). Esse processo deu origem a uma ocupação desordenada e a consequente degradação ao meio ambiente, principalmente, dos rios, igarapés e lagos da cidade (PINHEIRO; FALCÃO; OLIVEIRA, 2008).

Isso é preocupante porque após alteração proveniente da urbanização com a retirada da mata ciliar que regula a infiltração da água no solo e da compactação do solo impossibilita o canal fluvial em transportar um elevado volume de água, gerando vários problemas, entre os quais está a saúde da população (ROSA SILVA, 2010).

Diante do contexto, surge a preocupação em proteger os mananciais e os cursos d'água através da criação de as Áreas de Preservação Permanente (APP), tendo em vista a manutenção da qualidade ambiental e a sustentação dos aspectos físico e biológicos da área de estudo.

Sendo assim, vale ressaltar a importância em analisar as condições de uso irregular do solo em trechos da área de preservação permanente do Igarapé Grande na cidade de Boa Vista-RR, verificar as alterações ocorridas por meio das ações antrópicas sobre a APP e apresentar os resultados à comunidade acadêmica, e aos moradores da região em estudo, sugerindo melhor forma de uso dos recursos hídricos e sensibilização dos moradores quanto à preservação dos recursos hídricos.

* Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. E-mail: dayanasouler@hotmail.com

** Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. E-mail: carmem.rosa@ufr.br

Metodologia

Localização e Delimitação da Área de Estudo

O Igarapé Grande é o principal canal hídrico da bacia do Igarapé Grande e localiza-se na zona Oeste de Boa Vista, tendo sua nascente no bairro Senador Hélio Campos, próxima ao conjunto Cidadão, cruzando a BR-174 e desaguardo no rio Branco (Figura 1)

Essa pesquisa tem caráter descritivo e foi baseada num primeiro momento na revisão de literatura (livros, artigos, monografia, teses etc.) para o embasamento teórico, e pesquisa de campo. Foi elaborado um roteiro de levantamento de dados capaz de obter informações que demonstrou a situação ambiental do Igarapé Grande, além de registro em fotos, visando observar as condições de uso irregular do solo em trechos da área de preservação permanente.

O levantamento em campo foi realizado em quatro visitas ao igarapé Grande, sendo duas no período seco e duas no período chuvoso. O Igarapé Grande foi dividido em pontos para uma melhor sistematização do estudo. Os locais observados foram delimitados pontualmente: Ponto 1 - nascente, Ponto 2 - área preservada e Ponto 3 - foz.

A interpretação e análise dos dados seguiram os critérios estabelecidos pelo Protocolo de Avaliação Rápida da Diversidade de habitats em trechos de bacias hidrográficas, modificado do protocolo da Agência de Proteção Ambiental de Ohio-EUA (EPA, 1987) que avalia um conjunto de parâmetros em categorias descritas e pontuadas de 0 a 4, e de 0 a 5 no Protocolo de Avaliação Rápida da Diversidade Habitats em trechos de bacias hidrográficas, modificado do protocolo de Hannaford; Barbour e Resh (1997).

Figura 1 - Localização do Igarapé Grande



Fonte: Adaptado de Rosa Silva, 2010

Esta pontuação é atribuída a cada parâmetro com base na observação das condições de habitat. O valor final do protocolo de avaliação é obtido a partir do somatório dos valores atribuídos a cada parâmetro independentemente. As pontuações finais refletem o nível de preservação das condições ecológicas dos trechos de bacias estudados, de modo que de 0 a 40 pontos representam trechos impactados; 41 a 60 pontos representam trechos alterados; e acima de 61 pontos, trechos naturais.

Discussão e resultados

No decorrer da pesquisa, constatou-se a existência de casos de ocupação irregular nas APP, ressaltou-se a legislação Ambiental de Roraima quanto as APP's dos rios e igarapés e a aplicabilidade, segundo as leis que a preservam – Lei nº 6.902/81, Lei no 9605/98 e CONAMA no 429/2011 (BRASIL, 1981; BRASIL, 1998; BRASIL, 2011). A pesquisa de Vargas (2008) sobre ocupação irregular de APP urbana, também nos auxiliou no entendimento deste estudo, ou seja todas as informações anteriores facilitaram um aprofundamento no nível de conhecimento sobre preservação das condições ecológicas dos trechos do igarapé estudado.

Constatou-se que o P1, que a nascente do Igarapé Grande está degradada, pois as áreas de preservação foram invadidas, havendo a demarcação de terrenos e vendas territoriais no local, além da intensa erosão e alterações antrópicas (Quadro 1).

Quadro 1 - Observação das condições do ponto 1 na nascente do Igarapé Grande

Pontos	Parâmetros	Resultados obtidos
4	Ocupação das margens do corpo d'água	Vegetação natural
0	Erosão próxima às margens	Acentuada
2	Alterações antrópicas	Lixos e esgoto
4	Cobertura vegetal no leito	Parcial
2	Presença de mata ciliar	Vegetação ripária nativa
3	Depósitos sedimentares	Aproximadamente entre 5 a 10%
0	Alterações do canal do rio	Aproximadamente 80%

Fonte: Dados levantados em campo. Critérios seguidos da Agência de Proteção Ambiental de Ohio (EUA), EPA, 1987 e Hannaford; Barbour e Resh (1997)

No período seco, não há presença de água no local, a mata ciliar é quase inexistente, há extensos trechos com o solo exposto, e as plantas não se desenvolvem. No leito, há escassez na quantidade de plantas, a maior parte foi queimada, sinal evidente de alterações antrópicas.

A erosão nas margens é bastante acentuada, assim como o assoreamento. Em período seco, o P1 não possui água, porém, em tempos com alto índice de pluviosidade, a área fica alagada (Figura 2). Entretanto, o local foi ocupado ilegalmente. Então, como a nascente é uma área protegida por lei, o saneamento básico é precário, resultando nas péssimas condições de vida em que vivem os moradores.

No P2, onde está situado no bairro Aracélis, alterações antrópicas são visíveis como mostra a Figura 3. Na margem direita do Igarapé Grande, existe um plantio de macaxeira, conforme critério do Protocolo de Ohio a erosão é moderada. A estação climática do momento é seca.

Ao longo do leito, a mata ciliar está devastada e prejudicada, tanto pela erosão como pela acumulação de resíduos de origem doméstica, isso ocorre mesmo com placas de alerta para que não joguem lixo colocadas pelos moradores (Figura 4). A largura do rio mede aproximadamente 30m, não possuindo uma preservação adequada, pois encontra-se na região animais mortos, eletrodomésticos, pneus velhos, bicicletas entre outros (Quadro 2).

Figura 2 - Entorno da nascente em período chuvoso



Fonte: Fotografia elaborada pelas autoras

Figura 3 - Plantio de macaxeira na margem do Igarapé Grande no P2



Fonte: Fotografia elaborada pelas autoras

Na BR-174, mais precisamente na Avenida Brasil, localiza-se a delimitação do P3. Vê-se a construção antiga da ponte e encanação do rio interferindo na passagem do fluxo de água. Assim, na estação seca, os fluxos ficam represados juntamente com detritos depositados no fundo do canal fluvial.

Por mais que houvesse detritos sólidos no fundo do canal fluvial, a pequena porcentagem de água estava sem mau cheiro, porém, havia muita oleosidade e sua aparência estava turva como cor de chá-forte (Figura 5). Em seu fundo notava-se diversos substratos como: seixo, lixos domésticos e lama (Quadro 3). Como este local é de responsabilidade das Forças Armadas, há uma maior preservação, o que não ocorre nos outros pontos.

Figura 4 - Placas de alerta para que não joguem lixo neste local



Fonte: Fotografia elaborada pelas autoras

Quadro 2 - Condições das margens no ponto 2 do Igarapé Grande no bairro Aracélis

Pontos	Parâmetros	Resultados obtidos
4	Ocupação das margens do corpo d'água	Vegetação natural
0	Erosão próxima às margens	Acentuada
2	Alterações antrópicas	Lixos e esgotos de origem doméstica e Usina de Asfalto de origem industrial
4	Cobertura vegetal no leito	Parcial
3	Presença de mata ciliar	Aproximadamente 75% da vegetação ripária nativa
2	Depósitos sedimentares	Deposição moderada de areia e lama nas margens, 50% do fundo alterado aproximadamente
3	Alterações do canal do rio	Bueiro canalizando a água

Fonte: Dados levantados em campo. Critérios seguidos da Agência de Proteção Ambiental de Ohio (EUA), EPA,1987 e Hannaford; Barbour e Resh (1997)

Figura 5 - Condições de fundo no ponto 3 do igarapé Grande



Fonte: Fotografia elaborada pelas autoras

Quadro 3 - Condições de ocupação do solo na Avenida Brasil, BR-174 (P3)

Pontos	Parâmetros	Resultados obtidos
2	Ocupação das margens do corpo d'água	Agricultura
2	Erosão próxima às margens	Moderada
2	Alterações antrópicas	Origem industrial (canalização do rio) e doméstica como lixos
4	Cobertura vegetal no leito	Parcial
3	Presença de mata ciliar	Entre 80% da vegetação ripária nativa
3	Depósitos sedimentares	Modificação do fundo entre 5 a 10% aumento de cascalhos e areia aproximadamente
2	Alterações do canal do rio	Aproximadamente 40 a 80% do rio modificado

Fonte: Dados levantados em campo. Critérios seguidos da Agência de Proteção Ambiental de Ohio (EUA), EPA, 1987 e Hannaford; Barbour e Resh (1997)

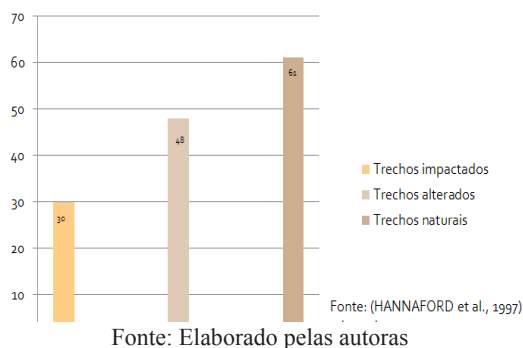
Considerações finais

Este estudo mostrou que os pontos pesquisados do Igarapé Grande estão degradados e que esse fato intensifica-se no sentido nascente/foz (Gráfico 1). As alterações antrópicas nestes locais vão desde a retirada da mata ciliar, vegetação da APP até o depósito de lixo que a população local descarta de forma errônea. O levantamento em campo demonstrou não haver residências nas APP's dos pontos

estudados no percurso do leito do igarapé, o que não contribuiu para a preservação da área, e sim invasão na área de APP da nascente degradando intensamente.

Segundo a avaliação pelo protocolo, nem todos pontos observados, encontram-se numa situação de degradação antrópica acentuada, como é o caso da BR-174. A sociedade vem alterando de forma cada vez mais agressiva e perigosa esse ambiente pelo uso inadequado do solo.

Gráfico 1 - Situação ambiental dos pontos estudados conforme o Protocolo de Avaliação Rápida da Diversidade Habitats modificado do Protocolo de Hannaford; Barbour e Resh, 1997



Referências bibliográficas

BRASIL. **Lei n.º 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências. Brasília, Casa Civil, 1981. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/L6938.htm>. Acesso em: 14 abr. 2013.

_____. **Lei n.º 9.605**, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Brasília, Casa Civil, 1998. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/L6938.htm>. Acesso em: 20 abr. 2013.

_____. **Lei Complementar nº 140**, de 08 de dezembro de 2011. Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981. Brasília, Casa Civil, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Lcp140.htm>. Acesso em: 13 mar. 2013.

EPA. Environmental Protection Agency. **Biological criteria for the protection of aquatic life**. Division of Water Quality Monitoring Assessment. Columbus, Ohio, v. 1-III, 120p. 1987.

HANNAFORD, M. J.; BARBOUR, M. T.; RESH, V. H. **Training reduces observer variability in visual-based assessments of stream habitat**. Journal North American Benthol. Soc. v. 16, n. 4, p. 853-860. 1997.

PINHEIRO, M. N. M.; FALCÃO, M. T.; OLIVEIRA, S. K. S. **Processos de urbanização e mudanças na paisagem da cidade de Boa Vista-RR**. In: SILVA, P. R. F.; OLIVEIRA, S. O. (Org.). Roraima 20 Anos: as geografias de um novo estado. Boa Vista: UFRR, 2008. p. 195-223.

ROSA SILVA, Carmem Lúcia. **Variação Espaço-temporal da Expansão Urbana e da Rede de Drenagem da Bacia do Igarapé Grande na Cidade de Boa Vista, Roraima**. Boa Vista, 2010. 120f. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais) – Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais, Universidade Federal de Roraima, 2010.

VARGAS, H. L. **Ocupação irregular de APP urbana: um estudo da percepção social acerca do conflito de interesses que se estabelecem na Lagoa do Prato Raso, em Feira de Santana, BA**. 2008. 211 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) -Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

VERAS, A. T. R. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Boa Vista-Roraima**. In: SILVA, P. R. F.; OLIVEIRA, R. S. (Org.). Roraima 20 anos: as novas geografias de um novo estado. Boa Vista-RR: UFRR, 2008. p. 118-141.

FATORES DE DEGRADAÇÃO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DO IGARAPÉ GRANDE NA CIDADE DE BOA VISTA-RR

Introdução

Vários são os fatores que impulsionaram o aumento populacional para o estado de Roraima. Entretanto, pode-se afirmar que um grande contingente populacional vindo para o Estado de Roraima em busca do sonho de enriquecimento rápido na década de 1980, direcionou-se para a cidade de Boa Vista após o fechamento das áreas de garimpo promovendo uma rápida expansão urbana (VERAS, 2008). Esse processo deu origem a uma ocupação desordenada, a consequente degradação ao meio ambiente, principalmente, dos rios, igarapés e lagos da cidade (PINHEIRO; FALCÃO; OLIVEIRA, 2008).

No entanto, é preciso estar atento aos cuidados com os recursos hídricos, pois a água é uma das substâncias mais abundantes em nosso planeta, com 70% da superfície terrestre cobertas por água.

Cerca de 3% deste volume é de água doce, cuja maior parte está concentrada em geleiras, restando apenas uma pequena porcentagem de águas em superfícies para a utilização e sobrevivência dos seres vivos. E a cada tempo que passa vão se tornando mais frequentes as formas de poluição, e com isso, vêm surgindo doenças transmitidas pela água, a falta para consumo humano e tornando-se agravante para a natureza, pois a água é fonte de vida (PECCINI NETO, et. al., 2007).

Diante do contexto, surge a preocupação em proteger os mananciais e os cursos d'água através da criação de Áreas de Preservação Permanente (APPs), tendo em vista a manutenção da qualidade ambiental e a sustentação dos aspectos físicos e biológicos da área de estudo.

Para tanto, pesquisou-se as causas e consequências da degradação em trechos da área de preservação permanente do Igarapé Grande na cidade de Boa Vista-RR.

* Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. E-mail: elys.son.b@hotmail.com

** Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. E-mail: carmem.rosa@ufr.br

Os resultados quanto às alterações ocorridas por meio das ações antrópicas serão apresentados à comunidade acadêmica e aos moradores da região em estudo, sugerindo melhor forma de uso dos recursos hídricos e objetivando a sensibilização dos moradores quanto à preservação dos recursos hídricos.

Essa pesquisa apresentou os seguintes objetivos: Analisar as causas e consequências da degradação de trechos da APP do Igarapé Grande-RR; Verificar as ações antrópicas sobre trechos da APP do Igarapé Grande e seu entorno; Verificar as causas e consequências da degradação conforme a ocupação e uso do solo.

Metodologia

A descrição e a discussão desse estudo baseou-se na revisão de literatura (livros, artigos, monografia, teses etc.) e trabalho de campo. O levantamento em campo foi registrado por meio de fotos e por um roteiro de levantamento de dados que auxiliaram a observação das condições físicas da área estudada. A área de estudo foi delimitada em pontos para uma melhor sistematização do estudo. O levantamento em campo foi realizado em quatro visitas ao Igarapé Grande, sendo duas no período seco e duas no período chuvoso. Os locais observados foram delimitados da seguinte forma: (ponto 1 - nascente no bairro Senador Hélio Campos, Ponto 2 – ponte no Aracélis, Ponto 3 - BR-174. Os resultados serão apresentados em *banner* ou *slide* à população acadêmica e à comunidade em geral.

Discussão e resultados

Esse projeto de pesquisa tem um enfoque ambiental e buscou verificar as causas e consequências da degradação conforme a ocupação e uso do solo das APPs, tendo por base de discussões as Leis citadas a seguir.

A definição de APPs encontra-se na Medida Provisória nº 2166.67/01, que acrescentou o inciso II, do § 2º, ao Art. 1º da Lei Federal 4.771/65. De acordo com o texto, são áreas protegidas com o objetivo de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade e o fluxo gênico de flora e fauna; proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. Nestas áreas não pode haver nenhum tipo de exploração. As suas dimensões variam conforme a largura dos cursos d'água, a largura nas nascentes e olhos d'água e projeções horizontais nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo (BRASIL, 1965).

As APPs e ARLs (Áreas de Reserva Legal) foram instituídas no Código Florestal (Lei 4.771/65) com o propósito de promover a preservação das florestas e demais formas de vegetação no território brasileiro (FAGUNDES; GASTAL JÚNIOR, 2008, p. 29).

O Código Florestal Brasileiro estabelecido pela Lei 4.771/65 orienta todo e qualquer uso das florestas brasileiras por meio de dispositivos legais, tais como os que definem as áreas de preservação permanente e reserva legal. Segundo Silva e Martins (2007, p. 3125) a acepção dessas áreas de preservação ambiental é de vital importância, porque todas as atividades exercidas pelo homem afetam o meio ambiente, e os seus efeitos são ampliados sobre ele mesmo, o que reforça a necessidade de se conservar ou restaurar a vitalidade dos recursos naturais.

O conceito de Área de Preservação Permanente está diretamente relacionado à proteção de áreas com maior risco de degradação, evitando assim a erosão, assoreamento dos rios, desmatamento e o uso intensivo dos recursos naturais disponíveis.

O ponto de número 1, localiza-se sobre uma das nascentes do Igarapé Grande, já que esse igarapé possui várias nascentes que o alimentam. Na nascente, vimos que a Mata Ciliar está comprometida porque quase a metade foi retirada para as construções de moradias (Figura 1). A invasão está avançando e pouco está preservado. *In loco* percebe-se a prática de queimadas como meio de acabar com o lixo (Figura 2).

Figura 1- Descuido da mata ciliar



Fonte: Elaborada pelos autores

Figura 2 - Área de Preservação Permanente na nascente do Igarapé Grande



Fonte: Elaborada pelos autores

Na Área de Preservação Permanente, área com maior risco de degradação, vem ocorrendo o assoreamento do rio, o desmatamento e queima da mata ciliar. A retirada da vegetação é devido às construções para acomodação da população urbana. Constata-se que o crescimento populacional é o fator gerador dos impactos ambientais, porque há uma necessidade cada vez maior de espaço, para abrigar a população, que cresce invadindo áreas de preservação ambiental (MARQUES; OAIGEN, 2005).

Com a existência de queimadas no local, foi verificada a extinção da mata ciliar devido ao uso intensivo dos recursos naturais disponíveis, a poluição da água, além da inexistência da fauna.

No período chuvoso, os moradores próximos da margem são afetados pelas cheias, problema gerado pela ocupação irregular do espaço. Essa prerrogativa está de acordo com Alcântara e Amorim (2005) que dizem que o rio, na época das chuvas, dispõe de mais água e necessita, para tal, de espaço para transportá-la, e se a cidade ocupa esse espaço, o rio o utilizará e invadirá as áreas urbanizadas.

Observando o ponto 1 do Igarapé Grande, foi possível detectar os seguintes problemas: processo de erosão, queimadas, a retiradas da mata ciliar e o acúmulo de lixo. Todos esses problemas ocorrem devido à falta de conscientização da população residente no entorno. Por não terem consciência em relação ao destino final do lixo, alguns dos moradores da região do Igarapé Grande jogam seu lixo no leito do Igarapé. Além disso, verificou-se a existência de queimadas na margem do Igarapé, fato que pode ter ocorrido devido à queimada de lixo doméstico ou pelo morador ter

ateado fogo para a limpeza dos arbustos no período de seca. A consequência dessas queimadas é o carreamento do solo, assoreando o canal do Igarapé.

Como consequência do lixo despejado no leito, temos o processo de Eutrofização, devido à lixiviação do solo acumulado na bacia de drenagem, que pode ter origem na ação do homem, ou de resíduos industriais que denomina-se “eutrofização cultural”.

Segundo Barros (2002), poluição significa a ocorrência de substâncias tóxicas em excesso no ambiente, fato que fica evidente, porque o lixo além de atrair insetos, pequenos animais transmissores de doenças e poluir os ecossistemas, pode causar a morte do ambiente e dos seres que o habitam, inclusive do homem. Os materiais contaminados e resíduos sólidos jogados indiscriminadamente nos efluentes são os maiores responsáveis pela poluição, com agressões fatais ao meio ambiente, neles estão incluídos produtos químicos (cianureto, pesticidas, solventes), metais venenosos (mercúrio, cádmio, chumbo) e solventes químicos que ameaçam os ciclos naturais onde são despejados.

No segundo levantamento de campo, verificou-se que o solo continua a ser usado para o cultivo (Figura 3), ação altamente prejudicial devido às consequências erosivas oriundas dessa ação, assim a vegetação uma vez retirada, permite que as águas pluviais executem o processo de remoção do solo. Essa retirada inadequada do solo, causa tanto em áreas rurais, como em áreas urbanas, a ocorrência da degradação.

Figura 3 - Processo erosivo na mata ciliar



Fonte: Elaborada pelos autores

No ponto 2, localizado no Bairro Aracelis, a degradação é constante. No percurso do rio, apresenta-se grande quantidade de lixo deixado por moradores próximos

do local. Esse comportamento demonstra o pouco nível de educação ambiental. Pois uma população consciente ambientalmente terá os cuidados necessários para o armazenamento do lixo, evitando que o lixo entre em contato com água e preservando a nascente.

Quando os resíduos domésticos são jogados diretamente no igarapé (Figura 4), temos como consequências a eutrofização e a contaminação da água, colocando em risco a saúde da população e dizimando espécies que ali tinham seu habitat (MARGUES; OAIGEN, 2005).

Nesse ponto, observou-se também a retirada da vegetação ciliar, fato que tem permitido que o solo venha a degradar-se, passando pelo processo erosivo. Se o ecossistema perder a sua capacidade de conservar a água e o solo e a capacidade de se auto recuperar, pode-se considerá-lo como um solo quando se mexe no solo, retirando-lhe a sua proteção natural, verifica-se imediatamente que ele fica desprovido de proteção (TUCCI; BERTONI, 2003). Assim, os solos permeáveis vão ter um comportamento diferente, tornando-se impermeáveis (MATOS, 2000).

Figura 4 - Situação encontrada no ponto 2 do Igarapé Grande



Fonte: Elaborada pelos autores

No ponto 3, localizado na ponte que cruza a BR-174, o descaso com o Igarapé Grande e seu entorno continua de forma preocupante, pois a degradação é visivelmente alarmante. No leito do rio, apresenta-se grande quantidade de lixo doméstico, esse comportamento demonstra claramente que a educação vigente não é ambiental, uma vez que uma população consciente ambientalmente teria os cuidados necessários para a preservação.

Mais uma vez se verifica resíduos domésticos jogados no leito do igarapé, reforçando o discutido anteriormente, isto é, o processo de eutrofização e a contaminação da água (Figura 5), colocando em risco a saúde da população, além da dizimação de espécies que ali tinham seu habitat (MARQUES; OAIGEN, 2005).

Já no local do percurso do Igarapé, por causa da do período chuvoso, o lixo jogado no leito é levado pela correnteza do leito e assim faz com que o lixo seja espalhado por todo local da margem da nascente, dos rios, lagos e barragens que são alimentados pelo Igarapé Grande, prejudicando a situação do leito do Igarapé.

Fatores que Influenciaram na Degradação dos Pontos Estudados e suas Consequências

Pode-se afirmar que um grande contingente populacional vindo para o Estado de Roraima em busca do sonho de enriquecimento rápido na década de 1980, direcionou-se para a cidade de Boa Vista após o fechamento das áreas de garimpo promovendo uma rápida expansão urbana (VERAS, 2008). Esse processo deu origem a uma ocupação desordenada e a consequente degradação ao meio ambiente, principalmente, dos rios, igarapés e lagos da cidade.

Figura 5 - Igarapé Grande passando pelo processo de eutrofização



Fonte: Elaborada pelos autores

A degradação do local, segundo alguns moradores, se dá pela falta de um sistema de saneamento básico adequado, o que segundo os mesmos justifica que os moradores sejam obrigados a jogar os seus resíduos na margem do Igarapé Grande correndo o risco de uma possível contaminação. Além disso, pelo grande acúmulo

de lixo, os residentes decidem que o melhor a ser feito é a queima desses resíduos, prejudicando ainda mais a situação do local (Tabelas 1 e 2).

Tabela 1 – Resultados da degradação da APP observados em campo

Local	Ponto 1 (Nascente) Bairro: Senador Hélio Campos	Ponto 2 (RUA N32) Bairro: Aracelis	Ponto 3 BR-174
Resíduos e Dejetos.	Presença de lixo.	Presença de lixo.	Presença de lixo.
Mata Ciliar	Degradada parcialmente por queimadas e construções de moradias.	Totalmente retirada.	Parcialmente retirada.
Invasão	Parcialmente Invadida	Ausência de moradias	Ausência de moradias
Preservação	Mata ciliar e igarapé parcialmente preservados.	Sem preservação.	Sem preservação.
Agente	O homem	O homem	O homem

Fonte: Elaborada pelos autores

Constata-se que o crescimento populacional é o fator gerador dos impactos ambientais, porque há uma necessidade cada vez maior de espaço, para abrigar a população, que cresce invadindo áreas de preservação ambiental (MARQUES; OAI-GEN, 2005).

Tabela 2 - Fatores de causas e consequências da degradação

Fatores	Consequências
Ocupação Urbana	Compactação do Solo.
Lixo Doméstico	Contamina e polui a água.
Retirada da Mata Ciliar	Permite a erosão do solo.
A Degradação da Margem	Provoca assoreamento.
Assoreamento	Diminui a capacidade de armazenamento da água.

Fonte: Elaborada pelos autores

Construindo verdadeiras “favelas” ao longo dos igarapés, com a montagem de barracos sem nenhuma infraestrutura, e jogando todos os resíduos resultantes de seu cotidiano diretamente no igarapé, ocasionando sua eutrofização e contaminação, colocando em risco suas saúdes e dizimando espécies que ali tinham seu habitat (MARQUES; OAI-GEN, 2005).

Pela ausência de conhecimento da legislação ou pela não intimidação com a mesma, muitos assentados têm explorado de forma predatória as áreas de reserva legal e de preservação permanente, contribuindo para o aumento expressivo do passivo ambiental em projetos de assentamentos humanos (XIMENES; MAIA; LIMA, 2008).

Considerações finais

Os resultados obtidos durante a pesquisa demonstraram que a Área de Preservação Permanente dos pontos observados no Igarapé Grande estão alteradas.

As alterações visíveis originam de ações antrópicas, pois são: desmatamento da área ciliar e poluição das águas transformando-as em focos de diversas doenças, assoreamento do igarapé.

Devido à retirada de grande quantidade de vegetação percebe-se que os moradores ainda não dispõem de uma consciência ambiental ou a possuem de forma limitada, tendo uma visão equivocada do que vem a ser o uso sustentado do meio ambiente.

Referências bibliográficas

ALCANTARA, E. H.; AMORIM, A. J. **Análise morfométrica de uma bacia hidrográfica costeira: um estudo de caso.** Caminhos de Geografia Revista. v. 6, n. 14, p. 70-77, fev. 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15372>>. Acesso em: 27 fev. 2013.

BARROS, C. **Ambiente e Ecologia.** São Paulo: Ática, 2002.

BRASIL. **Lei nº 4.771**, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal Brasileiro. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 set. 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771 > Acesso em: 25 mai. 2009.

FAGUNDES, N. A, GASTAL JÚNIOR, C. V. S. **Diagnóstico ambiental e delimitação de Áreas de Preservação Permanente em um assentamento rural.** Acta Scientiarum. Biological Sciences, Maringá, v. 30, n. 1, p. 29-38, 2008.

MARQUES, A. L; OAIGEN, E. R. **A Poluição do Igarapé do Chico Reis e suas consequências para a saúde.** Rorainópolis: ULBRA/PPGECIM/LPEC, 2005, p. 06-11.

MATOS, M. R., **Gestão integrada de águas pluviais em meio urbano**: visão estratégica e soluções para o futuro. Lisboa: LNEC, 2000. (ISBN 972-49-1854-8).

PECCINI NETO, A. et al. **A identificação ambiental das Microbacias do município de Boa Vista e sua relação com as algas perifíticas**. In: CONGRESSO DE PESQUISA E INOVAÇÃO DA REDE NORDESTE DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, 2, 2007, JOAO PESSOA. Anais... João Pessoa: CONNEPI, 2007. Disponível em: <http://www.redenet.edu.br/publicacoes/arquivos/20080213_093311_MEIO-099.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2012.

PINHEIRO, M. N. M.; FALCÃO, M. T.; OLIVEIRA, S. K. S. **Processos de urbanização e mudanças na paisagem da cidade de Boa Vista-RR**. In: SILVA, P. R. F.; OLIVEIRA, S. O. (Org.). Roraima 20 Anos: As geografias de um novo estado. Boa Vista: UFRR, 2008. p. 195-223.

SILVA, G. F.; MARTINS, A. K. E. **Análise do uso e conservação da Reserva Legal do Assentamento Pericatu, Município de Pium – TO**: utilizando geotecnologias. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 13. (SBSR), 2007, Florianópolis. Anais... São José dos Campos: INPE, 2007. p. 3125-3131. CD-ROM, On-line. (ISBN 978-85-17-00031-7). Disponível em: <<http://urlib.net/dpi.inpe.br/sbsr@80/2006/11.15.21.18>> Acesso em: 19 abr. 2013.

TUCCI, C.; BERTONI, J. **Inundações urbanas na América do Sul**. Porto Alegre, Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2003. Disponível em: <<http://www.cepal.org/samtac/noticias/documentosdetrabajo/5/23335/InBr02803.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2013.

VERAS, A. T. R. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Boa Vista-Roraima**. In: SILVA, P. R. F.; OLIVEIRA, R. S. (Org.). Roraima 20 anos: As novas geografias de um novo estado. Boa Vista-RR: UFRR, 2008. p.118-141.

XIMENES, I. F.; MAIA, M. J. do C.; LIMA, C. dos S. L. **Estudo de impacto ambiental em área de assentamento rural**: uma avaliação do passivo ambiental do projeto de assentamento Porto Alonso. In: XLVI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2008, Rio Branco-AC. Anais... Rio Branco-AC: SOBER, 2008.

IMPORTANCIA DO IGARAPÉ GRANDE PARA OS MORADORES LOCAIS

Introdução

Pode-se afirmar que a década de 1980 foi um marco importante para o aumento populacional no estado de Roraima. Esse contingente vinha em busca do enriquecimento rápido devido ao período aurífero. O auge do garimpo foi um dos propulsores do aumento populacional que se direcionou para a cidade de Boa Vista, promovendo a expansão urbana desordenada e degradando os recursos hídricos (VERAS, 2008).

A água tem importância vital para todas as espécies, mas está havendo um grande descaso para os cuidados necessário a sua preservação, resultando na degradação desse recurso natural. A cada dia, os rios são mais poluídos por esgotos domésticos, efluentes industriais, resíduos hospitalares, agrotóxicos, entre outros elementos que alteram as propriedades da água e modificam as estruturas dos padrões de drenagens dos igarapés urbanos (COSTA; COSTA; REIS NETO, 2004; ROSA SILVA, 2010).

Diante do contexto, surge a preocupação em proteger os mananciais e os cursos d'água através da criação das Áreas de Preservação Permanente (APPs), tendo em vista a manutenção da qualidade ambiental e a sustentação dos aspectos físico e biológico da área de estudo.

Desse modo, este estudo teve como objetivo verificar a importância do Igarapé Grande no contexto urbano de Boa Vista-RR, segundo a percepção dos moradores locais. Os resultados mostram a visão dos moradores em relação à problemática sendo um parâmetro importante para o entendimento da situação atual em que o igarapé se encontra.

Sendo assim, pode-se afirmar que trabalhos desse tipo são importantes. Isso irá permitir, ainda, propor soluções para melhorar as formas de uso da terra e da água

* Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. E-mail: pimentelemilayne@gmail.com

** Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. E-mail: carmem.rosa@ufr.br

em determinada região e manter a quantidade e qualidade da água, bem como conservar os recursos naturais (CASTRO FILHO, 1994).

Metodologia

O Igarapé Grande é o principal canal hídrico da bacia do Igarapé Grande, localiza-se na zona Oeste de Boa Vista, tem sua nascente é no bairro Senador Hélio Campos, cruza a BR-174 e deságua no rio Branco (Figura 1).

Essa pesquisa teve caráter descritivo e se baseou na revisão de literatura (livros, artigos, monografia, teses etc.) e trabalho em campo. O levantamento em campo foi registrado por meio de fotos e por um roteiro de levantamento de dados que auxiliou a observação das condições físicas da área estudada. Além deste, foi elaborado outro roteiro contendo 10 perguntas sobre o tema, que foram utilizadas nas entrevistas com os moradores do entorno do igarapé, visando verificar a importância do Igarapé Grande.

A área de estudo foi delimitada em pontos para uma melhor sistematização da pesquisa. O levantamento em campo foi realizado em quatro visitas ao Igarapé Grande, sendo duas no período seco e duas no período chuvoso. Os locais observados foram delimitados da seguinte forma: (ponto-1 – BR-174 e Ponto 2 – ponte Estrela Dalva. Os resultados serão apresentados em *banner* ou *slide* à população acadêmica e aos moradores da região em estudo.

Figura 1 - Localização do Igarapé Grande



Fonte: Adaptado de Rosa Silva, 2010

Importância do Igarapé Grande no Contexto Urbano

Segundo Cerqueira (2008), as funções dos rios urbanos são ecossistêmicas e sociais, a garantia de suas funções perpassa sua importância para o homem, chegando ao seu direito de existência. Para que isso seja alcançado, é necessário que a ocupação urbana esteja em harmonia com os sistemas hídricos ou seja que preserve as áreas de infiltração construindo pavimentação que permita a infiltração, mantenha as áreas de preservação e a mata ciliar, construa esgoto sanitário, drenagem fluvial, coleta de lixo, preserve os habitats e ecossistemas, mantendo o ambiente urbano equilibrado e sustentável.

A água exerce um papel importante no meio urbano, havendo necessidade de atendimento a demandas diferenciadas relativas à sua qualidade, disponibilidade e escoamento de águas pluviais. A gestão destas águas constitui grande parte do saneamento urbano. A gestão da água no meio urbano é um caso particular da gestão de recursos hídricos. Em consequência, a ação institucional deve integrar, por um lado, a gestão de recursos hídricos e, por outro, o saneamento ambiental.

Segundo Tucci (2008), o desenvolvimento urbano acelerou na segunda metade do século XX com a concentração da população em espaço reduzido, produzindo grande competição pelos mesmos recursos naturais (solo e água), destruindo parte da biodiversidade natural. O meio formado pelo ambiente natural e pela população (socioeconômico urbano) é um ser vivo e dinâmico que gera um conjunto de efeitos interligados, que sem controle pode levar a cidade ao caos.

Um exemplo é a deterioração da qualidade da água por falta de tratamento dos efluentes que tem criado potenciais de riscos ao abastecimento da população em vários cenários, e o mais crítico tem sido a ocupação das áreas de contribuição de reservatórios de abastecimento urbano que, eutrofizados podem produzir riscos à saúde da população.

No entanto, a colaboração da população em relação à preservação dos igarapés é fundamental para o desenvolvimento sustentável urbano e, conseqüentemente, a melhoria na qualidade de vida da população e a conservação ambiental.

Percepção Ambiental dos Moradores do Entorno dos Pontos Estudados do Igarapé Grande

Para saber qual a concepção dos moradores do ponto 1 em relação à importância do Igarapé Grande no contexto local, foram entrevistados 10 moradores. Destes, três moradores estão: um com 6 meses de tempo de moradia, outro com 3 anos e o terceiro com 10 anos, três residem há 2 anos e quatro a 5 anos no local. Portanto, aproximadamente 90% dos entrevistados são moradores com menos de 5 anos de residência.

Quanto às características naturais do igarapé que apresentavam quando eles chegaram ao local, dos dez moradores entrevistados dois responderam que há 2 anos o igarapé já era poluído, mas o morador mais antigo respondeu que há 10 anos o igarapé era mais limpo, assim como os outros três moradores, dois que já residiam há 5 anos e outro há 2 anos que disseram que a água era mais limpa.

Na terceira pergunta sobre as mudanças que os moradores observaram desde que chegaram ao local, dois moradores responderam que antes era mais arborizado e que agora estava muito desmatado, outro morador respondeu que observou o esgoto aberto, os demais moradores responderam que não observaram.

A quarta pergunta era sobre a proporção atual da mata ciliar, três moradores que residem há 2 anos responderam que a mata ciliar já não tem a mesma proporção de antes, atualmente ela se apresenta menor, segundo outro morador residente há 10 anos houve a redução da mata ciliar pelas formações de chácaras. Um morador que está no local há 5 anos, disse que não tinha mata ciliar na margem do igarapé e dois moradores não souberam responder, sendo um de 6 meses e outro de 5 anos de residência.

A quinta pergunta é se os moradores acreditam ser importante preservar os igarapés urbanos e por quê. Os dez moradores entrevistados responderam que sim, mas nem todos sabiam explicar o porquê, três responderam que é importante para poder utilizar a água, destes: um que reside há 3 anos, outro há 6 meses e outro há 5 anos. Dois moradores disseram que é importante preservar para o igarapé não ficar poluído, um que reside há 2 anos e outro há 5 anos, e outro morador há 5 anos, é importante preservá-lo, pois irá influenciar no futuro. Um morador que reside há 5 anos respondeu que é importante preservar o igarapé por causa da seca, outro morador (que reside há 2 anos) respondeu que é para evitar doenças, outro morador respondeu que é importante sim e que se não houvesse o despejo de esgoto no igarapé poderia ser melhor, O último não soube explicar.

Em relação à sexta pergunta, dos dez moradores 5 responderam que os benefícios que os rios e os igarapés trazem para a cidade é o consumo da água, dois moradores (residentes há 2 e 5 anos) que a água tem que ser limpa, um morador (que reside há 5 anos) respondeu que quando estava limpo servia para o lazer, outro morador (residente há 2 anos) respondeu que poderia ser feito um balneário e o último morador disse que não sabia responder a pergunta.

A sétima pergunta era sobre o benefício que o igarapé traz para cada morador, dois moradores (residentes há 2 anos), um (que reside há 5 anos) e outro (residente há 6 meses) responderam que o igarapé não traz nenhum benefício para eles. 3 moradores (há 5 anos), um (há 10 anos) e outro (há 3 anos) responderam que serve para a utilização pessoal e somente um morador (há 2 anos) não soube responder a pergunta.

A questão de número 8, pergunta de quem é a responsabilidade em preservar os igarapés e 4 moradores, dentre eles um há 2 anos, outro há 5 anos, outro há 10 anos e outro há 6 meses responderam que a responsabilidade é da população, dois moradores (um há 5 anos e outro há 3 anos) responderam que os moradores próximos que são os responsáveis, um morador há 2 anos respondeu que a responsabilidade é da humanidade e outro morador há 2 anos respondeu que a responsabilidade é da comunidade e do governo. Um morador há 5 anos diz que a responsabilidade é de todos e apenas um morador há 5 anos não soube responder.

A nona pergunta é se no período chuvoso ocorrem alagamentos e enchentes no local, mais da metade dos moradores responderam que não há alagamentos e apenas um morador respondeu que alaga.

A décima pergunta é a respeito de que forma as pessoas podem ajudar na recuperação ou preservação do igarapé. Dos 10 moradores, 7 responderam que uma forma de ajudar é não jogando lixo no local e nem queimando, um morador há 5 anos respondeu que uma forma de recuperar ou preservar o igarapé é não direcionando o esgoto, outro morador há 10 anos disse que a melhor forma é não destruir o local, e outro morador há 5 anos respondeu que deve haver uma manutenção do governo.

Portanto, 6 dos moradores entrevistados afirmam que ocorre o despejo de efluentes domésticos no ponto 1 do Igarapé Grande, que produz mau cheiro e uma coloração esverdeada na água devido ao esgoto (Figura 2).

Figura 2 - Presença de resíduos com características de esgoto sanitário. Ponto 1, BR-174



Fonte: Fotografia elaborada pelas autoras

Considerando os dados obtidos na entrevista dos moradores próximos ao ponto 1 na BR-174, percebe-se que algumas respostas dos moradores são contraditórias, pois três moradores com o mesmo tempo de residência no local responderam o oposto na segunda pergunta, em relação à terceira pergunta, sobre as mudanças observadas pelo moradores desde que chegaram ao local, que interliga com a segunda pergunta, os moradores que responderam na segunda pergunta que o igarapé já estava poluído quando chegaram ao local, responderam que não haviam observado as mudanças no local.

Logo, pode-se dizer que não tem como eles saberem se o igarapé já estava poluído, reforçando essa ideia está a alegação do morador mais antigo, que reside há 10 anos e que observou o igarapé era limpo 10 anos antes.

Os dez moradores entrevistados acreditam ser importante preservar o igarapé, mas nem todos sabem o porquê. Dos 10 moradores, 5 dizem que os rios e os igarapés trazem alguns benefícios para a cidade e apenas um não sabe. Alguns moradores sabem quem é o responsável pela preservação do igarapé, já outros disseram que a responsabilidade é apenas do governo. 90% dos moradores dizem o local não sofre alagamentos.

Percepção Ambiental no Ponto 2 do Igarapé Grande na Ponte que Cruza a Avenida Estrela Dalva

Foram realizadas entrevistas com três moradores que moram próximo ao local. Na primeira pergunta sobre o tempo de residência no local, dois responderam que moram há 10 anos no local e um há 4 anos.

Na segunda pergunta, sobre quais características naturais que o igarapé apresentava quando chegaram ao local, dois moradores responderam que há 10 anos o igarapé, neste ponto, já era poluído e o outro morador respondeu que não observou.

Na terceira pergunta, sobre as mudanças observadas pelos moradores desde que chegaram ao local, dois moradores não observaram e um respondeu que não observou nenhuma mudança.

A quarta pergunta, a respeito da proporção atual da mata ciliar, nenhum soube responder. Na quinta pergunta, sobre se os moradores acreditam ser importante preservar os igarapés urbanos e o por quê, os moradores responderam que sim, um não soube explicar o porquê, outro morador respondeu que é importante preservar para poder utilizar a água e o último morador respondeu que é importante preservar para ficar limpo.

Na sexta pergunta sobre que benefícios os rios e igarapés oferecem para a cidade, um morador respondeu que é a utilização da água e dois moradores não souberam responder.

Na sétima pergunta sobre os benefícios que o igarapé traz para cada morador, um morador respondeu que não utiliza a água, já outro respondeu que o benefício é poder usar água e outro morador não soube responder.

Na oitava pergunta dois moradores responderam que a responsabilidade pela preservação do igarapé é dos moradores próximos e apenas um acredita que a responsabilidade é da população e da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (CAER).

A nona questão sobre se no período chuvoso ocorrem alagamentos e enchentes no local, dois moradores responderam que não alaga e um morador respondeu que alaga.

O décimo questionamento se os moradores sabem de que forma podem ajudar a recuperar ou preservar o igarapé, apenas um não soube responder e os outros dois moradores responderam que é evitando jogar lixo no igarapé.

Considerando os dados obtidos na entrevista dos moradores próximos ao ponto 2, do entorno da ponte que cruza a Av. Estrela Dalva, percebe-se nas respostas

dos moradores a falta de conhecimento sobre o igarapé. Percebe-se a falta de interesses dos moradores pelo igarapé e sua preservação. Já que nem todos os moradores entrevistados souberam responder as perguntas sobre as mudanças observadas no igarapé, sobre a mata ciliar e sobre os benefícios do igarapé para a cidade. Esse fator contribui para a degradação do Igarapé Grande, pois a falta de conscientização permite a situação encontrada (Figura 3).

Figura 3 - Presença de lixo próximo no ponto 2 do igarapé Grande



Fonte: Fotografia elaborada pelas autoras

A Resolução CONAMA N°. 001, de 23 de janeiro de 1986, em seu Artigo 1º, considera impacto ambiental,

qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

- I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II - as atividades sociais e econômicas;
- III - a biota;
- IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- V - a qualidade dos recursos ambientais (BRASIL, 1986).

No entanto, a área estudada está impactada pela ação antrópica como pode ser observado na Figura 3, o igarapé está bastante poluído, com presença de pedaços de tijolos, madeiras, plásticos etc., no leito (Figura 4).

Figura 4 - Ponto 2 do Igarapé Grande Poluído



Fonte: Fotografia elaborada pelas autoras

Segundo Costa, Costa e Reis Neto (2004), isso é preocupante porque os impactos ocorridos nos rios tendem a se propagar por todo sistema hídrico, repercutindo à jusante as alterações sofridas na dinâmica de sedimentos, bem como no teor de matérias orgânicas e poluentes presentes na água.

Considerações finais

As funções dos rios urbanos são ecossistêmicas e sociais, a garantia de suas funções perpassa sua importância para o homem chegando ao seu direito de existência.

Os entrevistados não conhecem a devida importância do Igarapé Grande. As respostas dos moradores demonstram o pouco conhecimento sobre o igarapé. Percebe-se a falta de interesses dos moradores pelo igarapé e sua preservação. Já que nem todos os moradores entrevistados souberam responder as perguntas, principalmente em relação às mudanças observadas no igarapé, sobre a mata ciliar e sobre os benefícios do igarapé para a cidade. Esse fator contribui para a degradação do Igarapé Grande, pois a falta conscientização sobre a importância do Igarapé permite a situação encontrada.

Portanto, é necessário um trabalho de sensibilização junto à população do entorno do Igarapé Grande no intuito de comprovar a gravidade dos problemas e as consequências desses para o meio ambiente e para a comunidade.

Referências bibliográficas

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 001**, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Publicação DOU, de 17 fev. 1986, p. 2548-2549. Brasília, CONAMA, 1986.

CASTRO FILHO, C. **A Experiência em Microbacias no Arenito Caiuá**. In: PEREIRA, V. P.; FERREIRA, M. E.; CRUZ, M. C. P. Solos altamente susceptíveis a erosão. Jaboticabal, 1994. p. 56-78. Disponível em: <www.rbc.ufrj.br/_pdf_54_2002/54_09.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2013.

CERQUEIRA, E. C. **Indicadores de Sustentabilidade ambiental para a gestão de rios urbanos**. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana) - Escola Politécnica. Universidade Federal da Bahia, 2008.

COSTA, J. A. V.; COSTA, N. S. R.; REIS NETO, R. A. **Indícios de drenagem urbana rumo à extinção**: o caso dos igarapés da Grande Boa Vista. Revista de Filosofia e Ciências Sociais da UFRR: Textos & Debates, Boa Vista, v.1, p. 64-70, nov. 2004.

ROSA SILVA, Carmem Lúcia. **Variação espaço-temporal da expansão urbana e da rede de drenagem da Bacia do Igarapé Grande na cidade de Boa Vista, Roraima**. Boa Vista, 2010. 120f. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais) – Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais, Universidade Federal de Roraima, 2010.

TUCCI, C. E. **Águas urbanas**. Estudos Avançados, v. 22, n. 63, p. 97-112, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000200007>. Acesso em: 15 nov. 2013.

VERAS, A. T. R. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Boa Vista-Roraima**. In: SILVA, P. R. F.; OLIVEIRA, R. S. (Org.). Roraima 20 anos: As novas geografias de um novo estado. Boa Vista-RR: UFRR, 2008. p.118-141.

ARTE LITERÁRIA: REAÇÃO DA SOCIEDADE

Introdução

A Literatura é uma disciplina escolar pela qual é possível observar os sentimentos, os dilemas vividos pelo homem em diferentes fases ou momentos de sua vida. A Literatura, muitas vezes, apresenta a realidade vivida pelo homem e por isso chega, às vezes, a ser considerada como reflexo da sociedade. Através da poesia, da pintura, da prosa, ela explora o raciocínio, a reflexão e o imaginário do homem levando-o a ocupar lugares vividos por outras pessoas.

Assim, a Literatura leva o homem a análises de realidades diversas impulsionando-o ao encontro do conhecimento, pois apresenta mecanismos para efetivação de reflexos da história e da realidade social de muitas épocas e regiões retratando a cultura, os costumes, os problemas sociais, a organização política e social de comunidades em determinadas épocas. Em virtude disso, este trabalho pretende mostrar que a obra literária além de apresentar reflexos da sociedade de uma época, pode ainda refletir, depois de centenas de anos e chocar uma sociedade, apesar de todos os avanços políticos, sociais, econômicos, éticos e morais.

Neste estudo buscou-se realizar uma reflexão sobre o impacto que a obra “A Origem do mundo”, de Gustave Courbet, pintada em 1866, encomendada pelo diplomata turco otomano Khalil-Bey, colecionador de imagens de nus femininos, causou e ainda causa na sociedade. Apesar de ser uma obra feita sob encomenda, “A Origem do Mundo” é um manifesto de Gustave Courbet contra as instituições acadêmicas e também contra a falsidade vigente na Arte e na Sociedade oitocentista. Nesta obra, Gustave Courbet, através de sua arte, pinta o que vê, retratando fielmente todos os detalhes do que está diante de seus olhos, criando assim, uma obra

* Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima.

** Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. E-mail: mcllopes07@yahoo.com.br

genuinamente realista, que impactou a sociedade burguesa do final do século XVIII e continua chocando a sociedade em plena era da informação. Se o quadro é capaz de chocar até mesmo o público atual, é porque a obra testa os limites de nossa própria moralidade e liberdade de expressão.

Metodologia

A metodologia aplicada na pesquisa foi o dedutivo e consistiu em uma pesquisa feita como desdobramento de um trabalho de sala de aula, sobre a arte realista, que não pôde permanecer exposto devido à inserção da obra “A origem do Mundo”, de Gustave Courbet. Na pesquisa, foi observada a reação de pessoas que compõem a comunidade acadêmica do Colégio de Aplicação Cap/UFRR frente a esta obra. Primeiramente, o trabalho foi apresentado na sala de aula da segunda série do ensino médio e não causou nenhuma polêmica, nenhum desconforto nem por parte de quem apresentou nem por parte dos colegas de sala. Após apresentado em sala de aula, o trabalho deveria ser exposto no hall da escola, como os demais trabalhos. Ao ser exposto, não permaneceu em exposição por mais de dez minutos, visto que foi retirado.

Ao ser “censurado” nos instigou a investigar como as pessoas reagiriam ao se depararem com a obra. Partindo de casos gerais, que já trataram do assunto em outras situações, para um específico, dentro do CAP-UFRR.

Quanto à forma de abordagem para coleta de dados, esta pesquisa empregou caráter qualitativo na perspectiva de Schwandt (2006, p. 194) quando afirma que “é melhor entender a investigação qualitativa como um terreno ou uma arena para a crítica científica social, do que como um tipo específico de teoria social, metodologia ou filosofia”. Nessa perspectiva, pode-se dizer que as ideias centrais que conduzem a pesquisa qualitativa e quantitativa se diferem no sentido de que “a pesquisa qualitativa consiste na escolha correta de métodos e teorias oportunos, no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas, nas reflexões dos pesquisadores a respeito de sua pesquisa como parte do processo de produção de conhecimento” (FLICK, 2002, p. 20).

O público-alvo da coleta de dados é composto por alunos do Colégio de Aplicação- CAP/UFRR, professores, pais, direção e coordenação educacional desta instituição, formando um universo de 40 pessoas. A faixa etária desta população varia entre 9 e 60 anos de idade.

O procedimento adotado para a coleta de dados foi a observação e o registro da reação esboçada por cada pessoa diante da obra “A origem do mundo”.

Discussão e resultados

O pintor e sua obra

Jean-Desiré Gustave Courbet foi um pintor que nasceu em Ornans, França, no dia 10 de junho de 1819. Apesar de ter nascido em família abastada e gozar de boa posição social, gostava de pintar a vida simples dos camponeses, e durante os períodos da revolução, envolveu-se com a Comuna de Paris, buscando condições sociais mais justas para os menos favorecidos. Ele acreditava que nenhum sujeito poderia ser superior a outro, todos eram iguais em valor social. Era por isso que lutava, e era isso que, de certo modo, comparecia em suas pinturas.

A partir de 1844, Gustave Courbet passou a utilizar em suas obras uma espátula de aço, com a qual empasta generosamente a tinta sobre a tela e começou a se interessar pelo mundo concreto e visível. Pintava personagens de sua própria época, bem como motivos políticos e sociais. Gustave Courbet tornou-se um dos principais nomes do movimento realista.

No decorrer de todo o período em que viveu, ele foi estigmatizado como um pintor grosseiro e vulgar. A obra “A Origem do Mundo”, encomendada pelo diplomata turco otomano Khalil-Bey, colecionador de imagens de nus femininos, foi pintada em 1866, e apesar de ser uma obra feita sob encomenda, “A Origem do Mundo” representa um ato de manifestação desse pintor contra a falsidade que vigorava na Arte e na Sociedade oitocentista, composta por burgueses, tabus e preconceitos e também contra as instituições de ensino da época.

Em “A Origem do Mundo, ele retrata sob a tela o que vê a sua frente, a imagem da vulva, em uma obra genuinamente realista. E se o quadro é capaz de chocar até mesmo o público atual, é porque a obra testa os limites de nossa própria moralidade e liberdade de expressão. Granados (2008, p. 91), afirma que: “Al final, Courbet ha decidido titular la obra ‘El origen del mundo’, como si todos los hombres y mujeres que ha pintado en sus cuadros realistas hubieran tenido su origen en la ligera e invitante apertura de esos lábios”.

A Psicanálise nos ensina que a criação de um pintor não se limita a sua biografia. Apesar disso, não podemos deixar de refletir sobre os pontos que marcaram sua trajetória artística, não podemos deixar de buscar o que marcou sua carreira: o desejo

de que fossem todos iguais. Mais do que igualar os seres humanos em seu aspecto biológico, os lábios pincelados por Gustave Courbet, segundo estudos psicanalíticos, remetem para a castração, que inaugura ao sujeito a dimensão representativa, simbólica dos sentimentos mais íntimos despertados por esta obra.

Impacto da pintura de Courbet

O homem sempre procurou, ao longo de sua existência, reproduzir e fixar aquilo que percebe. Na pré-história, a pintura surgiu como forma de representar a realidade através das imagens rupestres e acompanhou-nos durante toda a nossa evolução. Depois passou a ser reconhecida como uma das formas artísticas mais sublimes.

Com base nisso, passemos a elencar alguns impactos causados pela pintura de Jean-Desiré Gustav Courbet na sociedade que vive em plena época tecnológica.

A coluna feita pela jornalista, escritora e documentarista, Eliane Brum (2012), “Por que a imagem da vagina provoca horror?”, que foi publicada na Revista Época em 18 de junho de 2012, nos traz a polêmica que a obra de Courbet causa ainda nos dias atuais, Eliane Brum, relata o episódio que ocorreu com sua empregada Emília ao se deparar com a pintura exposta na sua casa:

[...] - É o fim do mundo!

Eu estava no quarto e saí correndo, alarmada, para ver o que tinha acontecido. Encontrei Emília, a mulher que limpa nossa casa uma vez por semana, com o rosto tomado por um vermelho sanguíneo, diante de *A origem do mundo*, que, ainda sem lugar na parede, jazia encostado em um armário.

- É o fim do mundo! – gritava ela, descontrolada. – Nunca pensei ver algo assim na minha vida! Eliane, que coisa horrível!

A ousadia revolucionária da pintura de Courbet ainda continua a incomodar e perturbar mesmo um século e meio depois de ter sido realizada e, muitas vezes, algumas pessoas a julgam como algo imoral, pervertido e asqueroso, sem designar uma visão artística. A arte, muitas vezes, escandaliza, mas esse é um dos meios para conquistar e aumentar a cultura, imaginação e sensibilidade. Eliane Brum (2012) questiona o motivo de ela não sentir horror em relação ao quadro quanto ao se deparar com horror apresentado por Emília.

[...] Em busca de respostas para o horror de Emília, que, por oposição, revela o meu não horror, naveguei por algumas interpretações do quadro – e da perturbação gerada por ele. A maravilha da arte é que ela nos transtorna sem a menor intenção de nos dar respostas – muito menos caminhos a seguir. A arte é sempre labiríntica. Não há sentimentos “certos” ou “errados” diante da expressão artística, há sentimentos apenas. Movimentos. Que nos levam por aí, aqui [...].

Em fevereiro de 2011, o artista dinamarquês Steinicke postou em seu *facebook* uma imagem de “A Origem do Mundo”, e teve sua conta excluída pela empresa. Segundo o *facebook*, as regras de conduta do site não permitem a divulgação deste tipo de imagem, esforço necessário para assegurar à rede um ambiente familiar. Depois de certa pressão popular, a conta de Steinicke foi reativada, mas a divulgação do polêmico quadro de Courbet continua proibida.

Nesse sentido, numa manifestação artística, não existe qualquer possibilidade de censura, no entanto, a repulsa é causada pelo fato da sexualidade ser ainda algo proibido e cheio de tabus, e assim, comparando a pintura com o sexo, pode ser considerado o fato da facilidade de busca sobre a sexualidade dos meios tecnológicos de hoje em dia, como televisões e *internet*. A pintura nua e crua de Courbet, em alguns casos, traz para a sociedade uma relação da nudez usada para enfatizar a beleza que são vendidas para meios externos.

Em setembro de 2012, Cazes (2012) publicou a matéria “ABL censura transmissão de palestra do ciclo ‘Mutações’ sobre sexo”. O quadro “A origem do mundo”, de Gustave Courbet foi doado ao Museu D’Orsay, em Paris, em 1995. Sua exibição motivou a interrupção da transmissão da palestra de Jorge Coli na ABL. A palestra fazia parte do ciclo “Mutações - O futuro não é mais o que era”, organizado pelo filósofo Adauto Novaes, e discutia o sexo e a pornografia no contexto atual de avanço do moralismo e do conservadorismo.

Este ano, após ser apresentado em sala de aula, no CAP/UFRR um trabalho sobre o Realismo que deveria ser exposto no *hall* da escola com os demais trabalhos, porém ao ser exposto, não permaneceu na exposição por mais de dez minutos. O trabalho foi “censurado” e a sugestão para que o trabalho permanecesse na exposição foi que a foto da obra em foco fosse coberta com um papel preto. Desta forma, preferiu-se retirar o trabalho da exposição por entender que ele já havia cumprido sua missão.

Querendo ou não, torna-se necessário observar que o mundo tem mudado muito e que, nas últimas décadas, houve o desenvolvimento de muitas tecnologias fazendo com que a sociedade atual se baseie na informação que é cada vez mais dinâmica,

mais presente na vida de todos. Por outro lado, torna-se necessário perceber que as pessoas, mesmo hoje, em plena era tecnológica, quando o acesso à informação encontra-se a um clique de distância, ainda tratam a sexualidade como tabu; algo que agride a moral e aos bons costumes.

É perceptível, no primeiro momento, a reação de choque que as pessoas, mesmo as letradas, esboçam diante da obra de Courber. E o que fazer enquanto formador de opinião, educador, cidadão crítico e construtor de conhecimento? Como reage a escola, instituição credenciada para a formação do conhecimento? Segundo Vieira (1995), a educação permanece essencialmente inalterada: continuamos a confundir um amontoado de fatos com o conhecimento; muitos professores insistindo em permanecer em posição frontal diante de suas classes, transmitindo seus poucos conhecimentos. Essa situação é, provavelmente, uma das principais responsáveis pelo baixo rendimento dos alunos e da falta de interesse destes pelo ensino.

Neste sentido, é essencial buscar e implementar novas dinâmicas de construção do conhecimento já que a educação caminha a passos lentos e, muitas vezes, quem tenta inovar, produzir se depara com muitas regras e tabus que a instituição escolar tem que cumprir em detrimento da observação de alguns pais e/ou responsáveis que ao invés de educar, preparando a criança para enfrentar o mundo, se reserva o direito de encobrir os fatos, as necessidades e até mesmo o desenvolvimento biológico do ser humano. A escola proíbe, censura em nome da moral e dos bons costumes para satisfazer a “ignorância” de alguns pais que chegam a fazer ameaças de denunciar ao Ministério Público estratégias de construção do conhecimento e exercício da cidadania.

Para reverter tal situação é imprescindível a utilização de estratégias e recursos de ensino que considerem as seguintes funções humanas: fisiológica (reações nervosas), psicológica (mecanismos sensoriais) e pedagógica (propriedades sensoriais dos recursos). De acordo com Vieira (1995), “os recursos de ensino servem para a exposição do professor, para o trabalho independente do aluno, para a busca, exercitação ou problematização. Servem ao professor, ao aluno, para aprender ou controlar o aprendido”. Ainda segundo a mesma autora, do ponto de vista da teoria da comunicação, os recursos de ensino são o canal através do qual se transmitem as mensagens docentes e o sustento material das mensagens no contexto da aula”.

O professor é o canal e a ponte que interage, que liga o aluno ao conhecimento. A partir do momento em que este canal, esta ponte não desempenha sua função de instrumento para a construção do conhecimento, ele pode vir a ser um pretexto para a desatenção e desinteresse do aluno.

Constatamos que todos os alunos que participaram do projeto “Arte literária: reflexo da sociedade” que deu origem a esse trabalho se sentiram muito à vontade para apresentar e expor os trabalhos confeccionados. Não houve nenhum constrangimento em falar sobre a arte realista. As fotos que compuseram o trabalho retirado da exposição foram impressas pela mãe da aluna e contou com o apoio de todos da família, inclusive o pai ficou sem entender muito bem o ocorrido e quis comparecer à escola para saber os motivos pelos quais o trabalho da filha havia sido retirado da exposição.

Para Libâneo (2001), “é necessário valorizar a escola na sua função mediadora entre o aluno e o mundo da cultura, integrando racionalmente, o material/formal do ensino aos movimentos estruturados que visam a transformação da sociedade, com base na pedagogia crítico-social dos conteúdos culturais”.

Observa-se que a obra literária em foco causa repúdio até em pessoas “esclarecidas”, com nível superior. Mostramos essa obra a algumas pessoas na sala dos professores e foi bem interessante observar a reação delas: “Nossa! Eu não sabia que tinham colocado isso!”. Após a contextualização..., “pois não é verdade que não tem nada demais, nós é que estamos acostumadas a esconder tudo. É mais uma questão cultural. Aprendemos assim... a esconder...”

Entendendo cultura como “um patrimônio de conhecimentos e de competências, de instituições, de valores e de símbolos, constituídos ao longo de gerações e característica de uma comunidade humana particular, definida de modo mais ou menos amplo e mais ou menos exclusivo”, segundo Forquin (1993 apud CAVALCANTI, 2002, p. 72)¹, percebemos o quanto os ensinamentos que recebemos dos nossos pais, quando crianças, ainda são sólidos dentro de nós.

Observa-se aqui que o desenvolvimento dessa cultura torna-se condição para a edificação de uma sociedade racional voltada para o crescimento/desenvolvimento do ser humano em todos os aspectos: sociais, ideológicos, morais e éticos, dentre outros, vemos como é importante, a estruturação de uma pesquisa, que partindo de bases teóricas sólidas, pode contribuir para o enriquecimento do ensino, não só de Literatura, mas da formação de seres pensantes e contextualizados.

Em outra fala, diante da obra, percebe-se que só depois de algumas explicações, e trazendo informações não apenas do Realismo, mas da psicologia com relação à ausência do falo é que outras pessoas se posicionam “a favor”, observe:

¹ FORQUIN, Jean- Claude. Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Tradução Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993, 208p.

Realmente, depois dessas explicações a gente entende e até aceita, é natural, mas muitos pais não iriam gostar e até, sendo bem sincera, poderiam levar ao Ministério Público, principalmente aqueles que não se envolvem e que não contribuem para o desenvolvimento dos filhos. Quando vocês explicam, contextualizam a gente não vê problema nenhum, principalmente, levando-se em conta que toda criança hoje tem um celular conectado à internet e busca informações sobre tudo que se possa imaginar e sobre certas coisas são mais sabidos do que nós.

Outra fala: “Mas talvez seja mesmo pela ausência do falo, talvez todo mundo sinta falta e sinta a dor dessa retirada”. Isso foi dito observando-se as duas obras “A origem do mundo” e “A origem da guerra”.

Considerações finais

Ao finalizar este estudo, constatou-se que o estranhamento produzido pelo quadro, ainda nos dias atuais, no caso da escola e da sociedade de forma geral, mais do que “o encontro do espectador com a representação da castração”, é o de quem se depara com o tabu com o qual é tratada a sexualidade, um assunto ainda proibido e cheio de tabus. Tocar e ver o próprio corpo é ainda por muitos, um ato proibitivo, apesar de estar explícito e estampado hoje, nas ruas, no dia a dia. A pornografia não deve ser confundida com a sexualidade, com as orientações biológicas e fisiológicas da humanidade. Torna-se necessário ensinar, preparar para a vida e a família tem um papel importantíssimo nesse processo. A família precisa educar e a escola ensinar, preparando cidadãos críticos, atuantes e comprometidos com o desenvolvimento social e humano, dentre outros.

Em suma, é necessário esclarecer a pintura “A Origem do mundo” como forma de libertação definitiva do artista, buscando a compreensão do gênero e da sexualidade. É possível, através da educação, evitar o choque que a pintura apresenta e também analisar a castração materna, interdição do outro para o qual se dirige primariamente o desejo, diferente da nudez usada como índice de beleza.

Referências bibliográficas

BRUM, Eliane. **Por que a imagem da vagina provoca horror?** Revista Época. Colunista - 18/06/2012 10h45 / Atualizado em 20/12/2012 17h48. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane_brum/noticia/2012/06/por-que-imagem-da-vagina-provoca-horror.html>. Acesso em: 19 out. 2014.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

CAZES, Leonardo. **ABL censura transmissão de palestra do ciclo 'Mutações' sobre sexo**. O Globo. 14/09/2012 19:42 / Atualizado 17/09/2012 12:35. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/abl-censura-transmissao-de-palestra-do-ciclo-mutacoes-sobre-sexo>>. Acesso em: 07 nov. 2014.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. São Paulo: ARTMED, 2002.

GRANADOS, Gabriel Bernal. **Courbet**. Revista Artes e Medios. On line. maio 2008. Disponível em: <<http://www.letraslibres.com/revista/artes-y-medios/courbet>>. Acesso em: 19 out. 2014.

LIBÂNIO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; 67).

SCHWANDT, Thomas. **Três posturas epistemológicas**: interpretativíssimo, hermenêutica e construcionismo social. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna (Orgs.). Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

VIEIRA, Fábila Magali Santos. **A utilização de recursos de ensino em função das mudanças sociais e tecnológicas recentes**. In: EduTecNet: Rede de Tecnologia da Educação. 1995. Disponível em: <<http://www.prossiga.br/edistancia>>. Acesso em: 18 out. 2014.

*Gisleangela Santos d`Lima **
*Layza de Oliveira Souza ***
*Pâmela Thielly Barros Gois ****
*Jordana de S. Cavalcante *****

DESENVOLVIMENTO DO TURISMO PEDAGÓGICO NO PARQUE ECOLÓGICO BOSQUE DOS PAPAGAIOS

Introdução

Nos últimos anos, tem-se falado muito na problemática educação e como milhões de cidadãos são afetados. Para Demo (1999) existe uma necessidade de mudanças pedagógicas no processo de ensino destacando que, de um modo geral, pouco se aprende atualmente nas escolas, devido à inexistência de relação dos conteúdos apresentados com desafios futuros.

Desta forma, a qualidade do conteúdo trabalhado em de sala de aula, o ensino em si, torna-se hoje um desafio a ser superado no Brasil e, principalmente, em Roraima, pois ainda se configura um atraso no atual sistema de educação.

A formação dos alunos não deve mais estar atrelada à concepção de uma educação que se viabiliza nos espaços formais das instituições, devendo ser complementada por ações educativas que priorizem uma ampliação de horizontes para além dos seus muros, utilizando ambientes informais (MARINHO, 2002).

O estudo do meio é uma atividade que permite aos discentes estabelecer relações ativas e interpretativas e está relacionado diretamente com a produção de novos conhecimentos. O espaço de aprendizagem não se restringe à escola.

Por esse motivo, o trabalho abordará o turismo pedagógico precisamente no Bosque dos Papagaios, para fins de melhor compreensão sobre esta modalidade de turismo e sobre a possibilidade de aplicação do mesmo no parque ecológico situado no município de Boa Vista-RR.

Assim, o trabalho trata-se de pesquisa inicial de um pré-projeto de trabalho de conclusão de curso iniciado na escola Estadual Ayrton Senna da Silva que será realizado no Bosque dos Papagaios, localizado na rua Roxinho, nº 288, bairro Paraviana,

* Escola Estadual Ayrton Senna da Silva / Estado de Roraima. E-mail: gisleangelalima@gmail.com

** Escola Estadual Ayrton Senna da Silva / Estado de Roraima. E-mail: layza.olisouza@outlook.com

*** Escola Estadual Ayrton Senna da Silva / Estado de Roraima. E-mail: thielly.pamela@outlook.com

**** Escola Estadual Ayrton Senna da Silva / Estado de Roraima. E-mail: jordanacavalcante@hotmail.com

no município do Boa Vista, estado de Roraima. A pesquisa tem como objetivo identificar as dificuldades existentes no bosque e apontar soluções que venham contribuir para a existência do Turismo Pedagógico.

A metodologia adotada é de caráter qualitativo e bibliográfico, pois visa aprimorar este segmento no parque cuja característica principal é implantar o Turismo Pedagógico no mesmo, facilitando assim o processo de ensino e aprendizagem.

Através dos estudos teóricos, identificaram-se elementos que devem proporcionar um desenvolvimento turístico com foco no desenvolvimento pedagógico e preservação dos bens naturais que a propriedade possui, a fim de proporcionar uma alternativa prazerosa de aprendizagem a ser incluída nas escolas públicas, buscando assim ser aplicado um novo método de ensino e a prática deste segmento no município de Boa Vista-Roraima.

Metodologia

O trabalho a ser desenvolvido caracteriza-se pela pesquisa exploratória, que constitui em um trabalho preparatório para outro tipo de pesquisa, proporcionando mais informações sobre o Turismo Pedagógico.

A pesquisa exploratória é o contato inicial com o tema a ser analisado, com os sujeitos a serem investigados e com as fontes secundárias disponíveis. O objetivo da pesquisa exploratória é buscar entender as razões e motivações subentendidas para determinadas atitudes e comportamento das pessoas (MALHOTRA, 1993).

A partir dessas informações, esse estudo será aplicado de forma a explorar sobre os aspectos da atuação do Gestor no Turismo Pedagógico no Parque Ecológico Bosque dos Papagaios no município de Boa Vista diante do planejamento e execução das atividades desenvolvidas em sala de aula.

A pesquisa de campo de caráter qualitativa terá como público alvo os docentes e discentes, e a pesquisa acontecerá através da realização de atividades pedagógicas planejadas pelos próprios idealizadores desta pesquisa, junto a outros profissionais do parque, necessários para a execução da atividade a ser desenvolvida.

A pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados, envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p. 58).

Pretende-se utilizar questionários estruturados aplicados aos discentes e funcionários antes e após a realização da atividade pedagógica para a análise comparativa das informações a serem coletadas ao longo do desenvolvimento da atividade, seguindo, ainda, de palestras informativas sobre o projeto de Turismo Pedagógico.

Discussão e resultados

Parque Ecológico Bosque dos Papagaios

O Parque Ecológico Bosque dos Papagaios foi inaugurado no dia 6 de julho de 2009, com objetivo de divulgar a fauna e a flora do Estado de Roraima. No local, há seis trilhas, que dão acesso a todas as partes do Bosque, sendo divididas em dois gêneros: duas para caminhadas e quatro educativas, permitindo que o visitante percorra todo o espaço em contato com a natureza, conhecendo de perto a vegetação e espécies da fauna nativa.

O Bosque foi criado tendo como finalidade a difusão de práticas ambientais e experiências relevantes que visem à ampliação da conscientização da necessidade de conservação e recuperação ambiental, buscando uma melhor compreensão dos fenômenos naturais e antrópicos que influenciam as condições do meio ambiente.

Além disso, o espaço também é bastante utilizado por pessoas que utilizam as trilhas destinadas à caminhada, uma vez que o acesso é gratuito, o que o torna propício ao desenvolvimento de atividades extraclasse.

O Parque abriga em um mantenedor mais de 40 animais entre répteis, mamíferos e aves. Todos foram apreendidos pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis. São animais traficados, domesticados ou machucados que não têm mais condições de voltar para natureza.

Como a área é preservada e mantém a fauna e a flora originais, o bosque se tornou objeto de estudos e observações de animais, para acadêmicos. O mais comum, porém, é encontrar pessoas praticando exercícios ou mesmo desfrutando do contato com a natureza. As árvores do bosque são catalogadas e, é comum ver animais como tamanduás, iguanas e corujas.

Instalações

Foram inauguradas novas instalações no Parque dos Papagaios, quais sejam:

a. **Mantenedouro:** tem uma extensão de 15×25m e uma altura de 10 metros todo telado que serve para proteger animais silvestres como papagaios, araras, jabutis, pacas e cutias que sofrem maus tratos ou são objetos de tráfico, não podendo com isso sobreviver em seu habitat natural;

b. **Minhocário:** visa disseminar a técnica de criação de minhocas a produtores e crianças, que se responsabilizarão em multiplicarem para outros grupos e escolas, de modo que poderão produzir adubos de qualidade e melhorar suas rendas e seus produtos;

c. **Ponto de Cultura, Educação Ambiental e Inclusão Digital:** parceria entre a SMGA e Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura (FETEC). Este projeto foi realizado com recursos do Ministério da Cultura e oferece à comunidade em geral, especialmente a de baixa renda, cursos de informática básica, subsidiando a sua formação profissional e difusão de informações ambientais, além do contato com outras realidades (AGOSTINHO, 2012).

Os serviços do Bosque são mantidos através dos recursos advindos do Fundo Municipal do Meio Ambiente, administrado pelo Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente do Município de Boa Vista (CONSEMMA).

Principais Ações

a. **“Sala Verde”:** Um espaço dedicado exclusivamente à educação ambiental. A Sala Verde é destinada a estudantes e grupos interessados em aprimorar os conhecimentos sobre o bioma regional;

b. **“Cartilha: Uma Visita ao Bosque dos Papagaios”:** O material possui 26 páginas do formato A4, impressas em papel reciclado. Sua ilustração trabalha a coordenação motora por meio da pintura, além da linguagem clara que proporciona um fácil entendimento (AGOSTINHO, 2012).

Turismo Pedagógico como Alternativa de Desenvolvimento

O turismo pedagógico é assim chamado devido a sua característica peculiar de ocorrer no período letivo e não no período de férias como em outros segmentos

convencionais. Sendo assim, é definido como “uma modalidade de turismo que serve às escolas, em suas atividades educativas” (ANDRIOLO; FAUSTINO, 1997, p. 165).

O turismo e a educação são duas áreas distintas, contudo apresentam semelhanças como a interdisciplinaridade (que permeia cada um desses campos) correlação / cultura / educação, presentes nas manifestações e nos fluxos turísticos e o fato de a prática turística constituir processo essencialmente pedagógico, de aprendizagem constante, englobando diversas áreas de conhecimento conforme Azevedo (1997).

O turismo, como atividade educativa, antes de possuir este conceito, era considerada uma forma de ensino através do excursionismo. De acordo com alguns estudiosos, o turismo tem papel educativo: converte-se em atividade cultural e educativa; entusiasma a participação do aluno; propicia a educação; é tema globalizante de inúmeras disciplinas, entre outros elementos positivos (REBELO, 1998/1999).

O turismo pedagógico é uma atividade recentemente realizada no Brasil, por instituições de ensino, propondo pôr em prática o que é visto em sala de aula e em Boa Vista-RR não é diferente. Segundo Perinotto (2008), é uma ferramenta que é utilizada pelas instituições de ensino a fim de facilitar e tornar mais interessante a aprendizagem escolar. No entanto, tratar o turismo como prática social torna-se muito mais complexo e abrangente do que analisá-lo como atividade econômica, por se tratar de uma prática na qual se relaciona com o turismo.

Os docentes e discentes têm procurado o turismo pedagógico como alternativa de aprendizagem no ensino do dia a dia. Sendo assim, o turismo pedagógico, como exemplo de segmento por meio do qual as escolas e agências especializadas na atividade de turismo bem planejado, propõe o uso de aulas de campo dentro e fora da sala de aula, como estratégia metodológica de ensino.

Segundo Ansarah (2005, p. 294) na atividade de turismo pedagógico, o importante é despertar o interesse do aluno para o novo conhecimento, pelo local, pelos usos e costumes da população. Afinal, é por intermédio do querer saber mais, da percepção que o ser humano desenvolve seu senso analítico crítico e a vontade de conhecer mais a respeito de determinado assunto.

Dentre as diversas formas de turismo disponibilizadas para o lazer, entretenimento e aprendizagem, percebe-se um crescente interesse pela atividade turística voltada para o turismo pedagógico, especificamente nas aéreas naturais. Diante disto, esta prática pedagógica facilita ainda o alcance dos objetivos didáticos, pois os discentes geralmente apreciam essa forma de aprendizagem lúdica.

Beni (2002) reconhece a prática do turismo pedagógico desenvolvida atualmente e a define como um recurso necessário ao processo de ensino e aprendizagem, porém, destaca que não se trata de algo novo, trata-se da retomada de uma prática amplamente utilizada nos Estados Unidos por colégios e universidades particulares, e também adotada no Brasil por algumas escolas de elite, que consistia na organização de viagens culturais mediante o acompanhamento de professores especializados da própria instituição de ensino com programas de aulas e visitas a pontos históricos ou de interesse para o desenvolvimento educacional dos estudantes.

Durante todo o ano de 2011, foram 13 o número de escolas do ensino fundamental do município de Boa Vista que realizaram visita ao Bosque dos Papagaios, sendo duas da rede pública estadual e 11 da rede municipal de ensino. A utilização do bosque com maior frequência pelas escolas municipais pode ocorrer devido ao fato do referido espaço ser mantido e administrado pelo município, o que possibilita uma maior aproximação deste com as escolas da rede municipal.

O número de escolas que visitaram o bosque no ano de 2011 é pouco representativo comparado ao número de escolas que compõe cada uma das redes de ensino, a rede estadual possui ao todo 321 escolas, sendo 61 na capital e 260 nos demais municípios do estado, enquanto a rede municipal um total de 55 escolas.

Enfim, na cidade de Boa Vista-RR ainda não é prática constante o turismo pedagógico entre as instituições públicas e privadas do estado de Roraima. Porém, de 2011 até os dias atuais as escolas têm realizado visitas técnicas ao Bosque dos Papagaios, iniciativas que ajudam a mudar o processo de aprendizagem nas escolas do estado.

Desse modo, o turismo pedagógico surge como alternativa para a rede de ensino público do estado, porém ainda não há profissionais qualificados e planos que incluam essa atividade como alternativa de aprendizagem no estado, pois essa atividade ainda é nova para o ensino.

Esse trabalho está direcionado a discutir a participação das escolas pública no turismo pedagógico dentro do Parque Ecológico Bosque dos Papagaios, no município de Boa Vista, sobretudo a participação das escolas públicas e privadas no estado no que tange à aprendizagem e à consolidação do turismo pedagógico em Boa Vista-RR.

Para que isso aconteça, é necessária a colaboração e envolvimento das instituições de ensino no estado para desenvolver tal segmento do turismo nas escolas. Para tanto, o turismo pedagógico é significativo e pode ser entendido como mais uma alternativa de aprendizagem no ensino.

Considerações finais

O turismo educacional procura proporcionar a interação entre indivíduos de costumes diferentes, demonstrando, assim, situações que permitem a prática do aprender a conhecer, a fazer, a conviver e a ser, promovendo uma pedagogia participativa em que os alunos são estimulados a se envolver ativamente. Portanto as instituições educacionais têm o papel fundamental, já que a educação constitui uma base para a formação de cidadãos críticos e atuantes e as atividades interdisciplinares e extraclasses ajudam para alcançar tal objetivo.

Em Boa Vista-RR, o turismo educacional não é tão requisitado por instituições públicas, apesar de ser praticado algumas vezes, muitos não sabem que estão praticando o turismo pedagógico.

É nesse contexto que surge a ideia de implantar o turismo pedagógico no Parque Ecológico Bosque dos Papagaios, pois possui uma área que além de atraente pode ser aplicada matérias da grade curricular do ensino fundamental e médio, e, é, aí que o turismo pedagógico surge para a prática de ensino.

É importante destacar que para esta atividade ser posta em prática, são necessários capacitação aos professores, investimento do estado e a colaboração dos pais e alunos, a fim de desenvolver a visão para as instituições de ensino no que tange às práticas pedagógicas adotadas.

É válido informar que não se pretende com a proposta do turismo pedagógico sensibilizar o morador a colaborar com o desenvolvimento deste segmento. O proposto vai além e, é, ainda maior pois pretende-se sensibilizá-lo como cidadão, mostrando a importância e a representatividade dos espaços naturais e culturais do estado de Roraima, que é um estado tão lindo, pois além do Bosque dos Papagaios, há também muitas outras áreas naturais que apresentam a capacidade de se implantar o turismo pedagógico.

Neste momento, vê-se a necessidade de educar novas gerações para a convivência, para o respeito e a tolerância entre as pessoas e a educação é chamada a desempenhar um papel relevante na reparação na diversidade e prevenção da intolerância,

Contudo, o turismo pedagógico como prática de ensino é um fator importantíssimo, pois promove a convivência entre alunos, professores, ambiente e a comunidade em si.

Acredita-se que o turismo pedagógico tem a capacidade de se desenvolver em Roraima, principalmente nas escolas públicas, requerendo apenas um interesse e

investimento na área. O turismo pedagógico é uma realidade que tem dado certo e pode ser vivida por alunos roraimenses.

Referências bibliográficas

AGOSTINHO, Jaime de. **Reinaugurado o Parque Ecológico Bosque dos Papagaios – Boa Vista/RR**. In: Ecoamazônia. on line. 1 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.ecoamazonia.org.br/2012/12/reinaugurado-parque-ecologico-bosque-papagaios-boa-vistarr/>>. Acesso em: 12 out. 2014.

ANDRIOLO, A.; FAUSTINO, E. **Educação, turismo e cultura**: a experiência de estudantes paulistas em Uruçanga. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. (Org.). Turismo e desenvolvimento local. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 164-178.

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Turismo e segmentação de mercado**: novos segmentos. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (Org.). Análises regionais e globais do turismo brasileiro. São Paulo: Roca, 2005.

AZEVEDO, J. **Enraização de propostas turísticas**. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). Turismo e desenvolvimento local. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 147-163.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 7. ed.. São Paulo: Senac, 2002.

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação**. 8. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 1999.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v. 35, n. 2, p. 57-63, abril 1995.

MALHOTRA, N. K. **Marketing research**: an applied orientation. New Jersey: Prentice-Hall, 1993.

MARINHO, Alcyane; GÁSPARI, Jossett Campagna de. **Turismo de aventura e educação: desafios e conquista de espaços**. Revista Turismo Visão e Ação, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 29-38, jan./abr. 2002.

PERINOTTO, André Riani Costa. **Turismo pedagógico: uma ferramenta para educação ambiental**. Caderno Virtual de Turismo, v. 8, n. 1, p. 100-103. 2008.

REBELO, S. M. **Plano municipal de educação turística – PMET**: um modelo para os municípios brasileiros de potencial turístico. Revista Turismo Visão e Ação. Itajaí: UNIVALI, v. 1, n. 2, p. 89-103, out. 1998 / mar. 1999.

SEDENTARISMO E A PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS ENTRE ADOLESCENTES DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO- UFRR

Introdução

O índice de sedentarismo vem apresentando um crescimento constante na atualidade, causado, principalmente, pela falta de exercícios físicos, necessários para o gasto calórico diário mínimo, que, associado a uma dieta rica em alimentos industrializados e com baixo nível nutricional, tornou-se um dos distúrbios comportamentais que mais afeta pessoas no Brasil - 80%, segundo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010, p. 109). O problema está no fato do sedentarismo acarretar múltiplas disfunções orgânicas, amplamente discutidas por Palma (2009, p. 185).

Dentre estas disfunções encontra-se o sobrepeso, que, antes era visto exclusivamente como um distúrbio característico da vida adulta, porém, como Giugliano e Carneiro (2004, p. 18) apontam, este vem afetando também crianças e adolescentes, que, incentivados pelos avanços tecnológicos crescentes, tornam-se, gradativamente, menos ativos, podendo tornar-se um adulto sedentário futuramente.

A expressão “atividade física” pode ser definida como qualquer movimento corporal produzido pelos músculos esqueléticos com gasto de energia como resultado, não importando a quantidade de energia gasta. Porém, não se deve confundir atividade física com exercícios físicos: as atividades físicas diferem dos exercícios físicos na intencionalidade em que este é praticado e porque os exercícios físicos têm objetivo de manter ou aperfeiçoar o condicionamento físico (ARAÚJO e ARAÚJO, 2000, p. 199).

A prática de exercícios físicos traz consigo uma série de benefícios para o praticante que mantém uma rotina saudável. Dentre estes benefícios, cabe citar como exemplo: integração social dos praticantes em uma comunidade (MARTINS e PEREIRA, 2005, p.1); evita muitas doenças e problemas na saúde, como o câncer de

* Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. E-mail: icaro.albuquerque7@gmail.com

** Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. E-mail: jedsonmx@hotmail.com

cólon, hipertensão, doenças cardíacas e acidente vascular cerebral (AVC), diabetes, obesidade, dor lombar e osteoporose; mantém o Índice de Massa Corporal (IMC) dentro do padrão de normalidade, isto é, mantém o peso ideal; diminui a ansiedade, a depressão e o estresse; promove o bem-estar psicológico; fortalece os músculos, ossos e articulações; reduz o risco de infarto; ajuda pessoas idosas a ficarem mais fortes para movimentarem-se sem ficarem excessivamente cansadas.

Segundo Marques (2008, p. 115), a atividade ou exercício físico, na sociedade contemporânea, é vista como uma passagem para melhores condições de vida, podendo ser direcionada ao controle do estresse, para fins estéticos ou para uma melhora do desempenho atlético.

Embora a população tenha conhecimento destes benefícios da prática de atividade ou exercícios físicos, muitos adolescentes não praticam. Pesquisas demonstram que “o estilo de vida com baixos níveis de atividade física e hábitos alimentares inadequados têm contribuído para o excesso de gordura corporal em adolescentes de países desenvolvidos e em desenvolvimento” (ARRUDA e LOPES, 2007, p. 6).

Um dos mais importantes desafios da Educação Física Escolar é criar condições de autoconhecimento e desenvolvimento dos alunos nos domínios motores, cognitivos, afetivos e sociais, construindo assim uma vida ativa, saudável e produtiva, integrando de forma adequada e harmônica o corpo, mente e espírito por meio das vivências diferenciadas de atividade física na escola e fora dela (ALVES, 2003, p.18).

Diante dos fatores ora apresentados, a pesquisa em questão tem a finalidade de investigar a prática de atividades físicas e o nível de sedentarismo entre alunos da 1ª série do Ensino Médio do Colégio de Aplicação (CAp) da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Dessa forma, os resultados foram apresentados aos escolares, visando à sensibilização sobre a importância e benefícios que a prática de atividades físicas pode trazer.

Metodologia

A metodologia aplicada na pesquisa é delineada pela modalidade dedutiva, partindo de casos gerais, que já trataram do assunto em outras situações, para um específico, dentro do CAp-UFRR. Quanto à forma de abordagem para coleta de dados, esta pesquisa empregou caráter quantitativo, pois, segundo Rodrigues (2007, p.5) traduz em números as opiniões e informações obtidas na coleta de dados para serem classificadas e analisadas, no caso, através de análises estatísticas dos fenômenos investigados.

O público alvo da coleta de dados foram os alunos da 1ª série do Ensino Médio do Colégio de Aplicação, formando assim um universo de 47 alunos, sendo que destes, 18 indivíduos são do sexo masculino e 31 do sexo feminino. A faixa etária desta população varia entre 13 e 17 anos de idade. Tal público foi escolhido devido à compatibilidade com o perfil da pesquisa que trata dos benefícios que o esporte traz para a vida dos mesmos.

Para coleta de dados foram realizadas entrevistas, buscando identificar a rotina de atividade física e qual a importância para vida dos escolares. Outro fator que foi investigado foi o índice de massa corporal dos alunos, verificando se estavam na faixa de peso ideal. O IMC dos alunos foi calculado de acordo com fórmula sugerida pela Organização Mundial de Saúde (OMS):

$$\text{IMC (kg/m}^2\text{)} = \frac{\text{massa corporal (kg)}}{\text{Estatura}^2 \text{ (m}^2\text{)}}$$

Para a coleta dos dados antropométricos (peso e altura) dos escolares, foi utilizada uma fita de três metros de comprimento, empregando a unidade de medida metro (m) e uma balança do tipo analógica da marca Sunrise, utilizando a unidade de medida quilograma (kg).

Os dados coletados foram listados e tabulados em planilha eletrônica de *software* gratuito (*Broffice*). Em seguida, receberam tratamento estatístico (medidas de tendência central e de dispersão), sendo representados graficamente para uma melhor visualização dos resultados obtidos.

Discussão e resultados

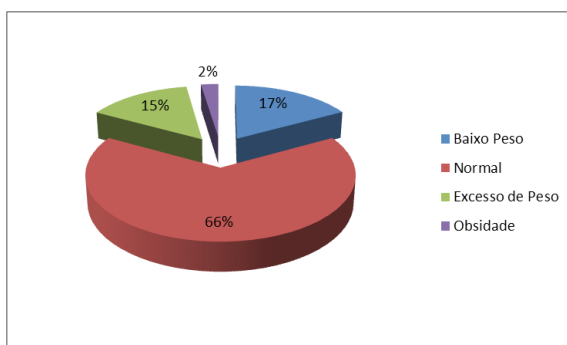
Com base nos dados coletados, pôde-se verificar que a população investigada é constituída por um percentual de 64% do sexo feminino, com 30 indivíduos, e por um percentual de 36% do sexo masculino, com 17 indivíduos.

A faixa etária da população investigada apresenta uma média de idade de 15 anos, variando entre 13 e 17 anos, sendo que 2% desta população é composto de indivíduos com 13 anos, 2% composto de indivíduos com 17 anos, 19% composto de indivíduos com 16 anos, 26% composto por indivíduos com 14 anos e 51% composto por indivíduos com 15 anos (Tabela 1).

Com a realização da coleta dos dados antropométricos dos escolares do Ensino Médio do CAP, foi possível verificar que grande parte da população estudada, 66%, é caracterizada como normal quanto ao índice de massa corporal. Quanto ao restante da população pode-se verificar que 2% da população é obesa, enquanto que a população que se encontra abaixo do peso ideal compõe 17% do total e 15% é composto por indivíduos acima do peso (Gráfico 1).

Tabela 1- Gênero e Faixa Etária dos Escolares				
Idade	Moças	Rapazes	Total	(%)
13	0	1	1	2
14	7	5	12	26
15	15	9	24	51
16	7	2	9	19
17	1	0	1	2
13-17	30	17	47	100

Fonte: Elaborado pelos autores (2013)

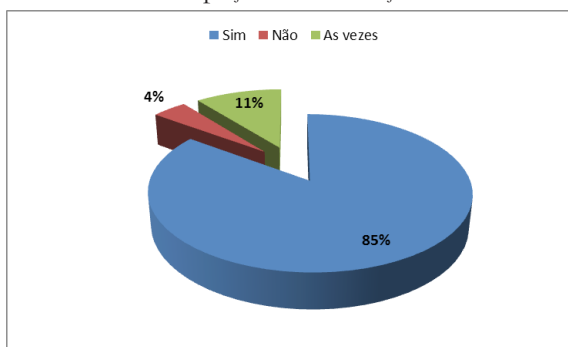


Fonte: Elaborado pelos autores (2013).

Quando comparado os resultados obtidos nesta pesquisa com os da literatura, observa-se que os resultados são semelhantes quanto à média do IMC (SILVA e MALINA, 2000; ROMERO et al., 2010), mesmo sendo realizados em diferentes regiões do país, com a grande maioria dos alunos apresentando um índice de massa corporal adequado, tais resultados podem ser influenciados pela prática de exercícios físicos regulares.

A partir da coleta de dados foi possível verificar que a maior parte da população investigada pratica a Educação Física Escolar, 85% do total, tal fato pode estar associado à obrigatoriedade da disciplina no ambiente escolar. Parte dos investigados, 11%, relataram participar das aulas de Educação Física apenas às vezes, e apenas 4% dos alunos investigados alegam não participar das aulas (Gráfico 2).

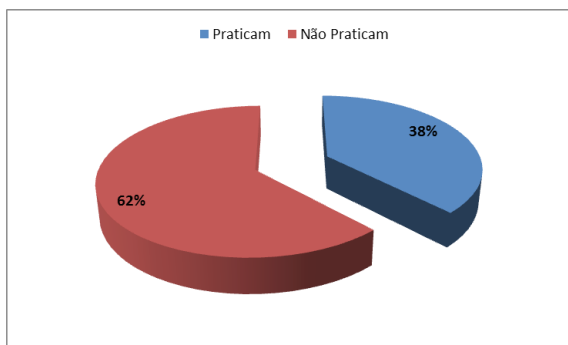
Gráfico 2 - Participação na Educação Física Escolar



Fonte: Elaborado pelos autores (2013).

Entre os investigados, um percentual de 38% afirma praticar exercícios físicos fora do ambiente escolar enquanto que um percentual muito maior, 62%, não pratica nenhum exercício fora do ambiente escolar. Este fato pode alertar para a predominância de escolares sedentários entre a população investigada. Comparando-se à literatura, encontram-se diferenças amplas: IBGE (2010, p. 109), verificou que 58,2% da população investigada por ele pratica esportes regularmente (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Prática de Exercícios Físicos Fora do Ambiente Escolar

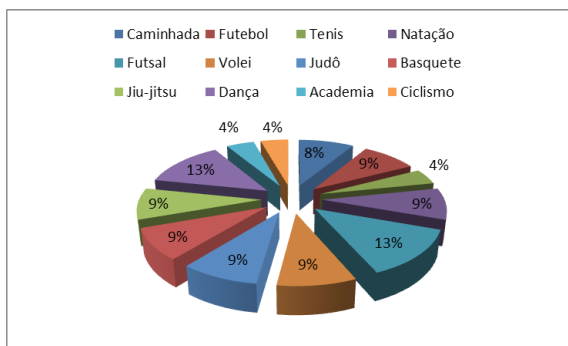


Fonte: Elaborado pelos autores (2013).

Quando comparado com pesquisas relacionadas ao sedentarismo na literatura (SILVA et al., 2008; ARRUDA e LOPES, 2007; ROMERO et al., 2010), os resultados podem encontrar amplas divergências, que podem estar associadas a diversos fatores (número da população, fatores climáticos e geográficos e faixa etária), dentre os quais cabe destacar o método utilizado para a classificação da população quanto ao sedentarismo.

De acordo com os resultados obtidos, pode-se relatar que as atividades físicas mais praticadas entre os escolares estudados foram futsal e dança, ambas com 13% de indivíduos que praticam tais modalidades. Outras atividades comuns entre os escolares foram o futebol, natação, vôlei, judô, basquete e jiu-jitsu, todas com participação de 9% em cada modalidade. Além das atividades físicas já comentadas, ainda há a caminhada (8% de praticantes), ciclismo (4% de praticantes), academia (4% de praticantes) e tênis (4% de praticantes) (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Prática de Atividades Físicas

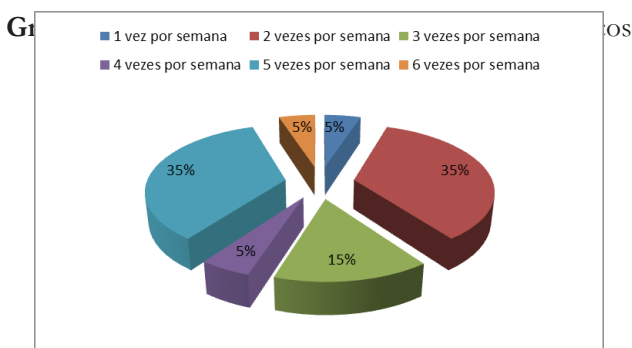


Fonte: Elaborado pelos autores (2013).

Estabelecendo uma comparação com estudos presentes na literatura, percebe-se amplas divergências com os resultados verificados na presente pesquisa. Cabe destacar o estudo dirigido por Silva e Malina (2000), no qual o futebol foi um dos exercícios físicos mais praticados, com 75% do grupo analisado, assim como o estudo dirigido por Barros et al. (2002, p. 22) que também verificou o futebol como exercício físico mais praticado entre escolares, com 58,9% de participação. Tal fato não foi registrado na pesquisa aqui apresentada, que verificou o futsal como o esporte mais praticado no grupo investigado, com 13% de participação.

Em relação à prática de exercícios físicos, encontramos algumas diferenças entre os resultados quando comparados com a literatura. Entre eles podemos observar que a modalidade futebol é mais praticada na região sudeste que na região norte. Tais diferenças podem ser justificadas por um conjunto de fatores (culturais e geográficos) que divergem entre as regiões do Brasil.

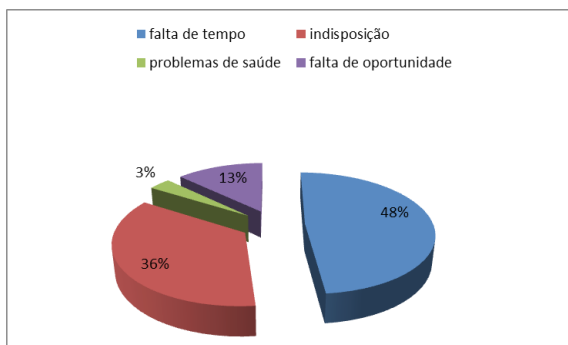
Em relação à frequência da prática de exercícios físicos, foi possível identificar diferentes níveis de execução, variando de 1 a 6 vezes por semana. Dentre os escolares estudados foi possível identificar que 35% de estudantes praticam atividades físicas 2 vezes por semana. Por outro lado, 35% dos investigados praticam exercícios físicos 5 vezes por semana. Os escolares que praticam 3 vezes por semana representam 15% dos investigados, enquanto que os adolescentes que praticam 1, 6 e 4 vezes por semana, são bem mais reduzidos, compondo 5% cada grupo (Gráfico 5).



Fonte: Elaborado pelos autores (2013)

Outro aspecto investigado foi em relação aos fatores que inviabilizam a prática de exercícios físicos fora do ambiente escolar pela população investigada. Os resultados demonstram que 48% dos escolares sedentários justificaram não fazer atividade física pela falta de tempo, fato que pode estar associado à carga horária escolar e por atividades extracurriculares. Outra grande parte dos alunos investigados relatou que não tem disposição para praticar exercícios físicos, compondo 36%. Outro fator que inviabiliza a prática de exercícios físicos por parte dos escolares é falta de oportunidade e complicações na saúde, com o índice de 13% e 3%, respectivamente (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Sedentarismo



Fonte: Elaborado pelos autores (2013)

Considerações finais

A partir da análise da prática de exercícios físicos e do índice de massa corporal dos alunos da 1ª série do Ensino Médio do CAP-UFRR, podemos perceber um alto índice de alunos que não praticam atividades físicas fora do âmbito escolar (62%). Embora estes, na sua maioria, pratiquem atividades físicas no ambiente escolar nas aulas de Educação Física, esses adolescentes após conclusão do Ensino Médio serão potencialmente adultos sedentários. Os motivos elencados para não praticar exercícios físicos fora do ambiente escolar foram a falta de tempo, indisposição, problemas de saúde e falta de oportunidade.

Além disso, a maioria dos alunos (66%) estão caracterizados como normais, em relação ao índice de massa corporal. Tais resultados podem estar relacionados à obrigatoriedade da disciplina de Educação Física no Colégio de Aplicação. Porém, esta hipótese não alterou o fato da existência de 2% dos escolares estudados serem caracterizados como obesos, 15% estarem acima do peso e 17% abaixo do peso.

Embora estes números apresentem aspectos negativos da situação estudada, ainda há um percentual expressivo de alunos que praticam exercícios físicos regulares fora do recinto escolar: 38% dos investigados. Dentre estes, as atividades mais populares são futsal e dança, ambos com 13% de participação no grupo estudado.

Diante desse contexto, faz-se necessário um maior incentivo para os alunos praticarem exercícios físicos, evitando o sedentarismo, tanto dentro do ambiente escolar como em seu cotidiano, visando a uma vida mais saudável e que os mesmos

desfrutem dos benefícios de uma rotina de exercícios físicos, seja através de esportes, jogos, lutas, dança ou ginástica.

Dessa forma, este estudo serve de alerta para alunos, pais, escola e sociedade em geral, mostrando a necessidade de criação e implantação de políticas públicas que insiram os adolescentes em programas de exercícios físicos, evitando o sedentarismo e a obesidade, de modo que, conseqüentemente, terão uma melhor qualidade de vida.

Referências bibliográficas

ALVES, J. G. B. **Atividade física em crianças:** promovendo a saúde do adulto. Revista Brasileira Saúde Materno Infantil. Recife-PE, v. 3, 2003.

ARAÚJO, D. S. M. S. de; ARAÚJO, C. G. S. de. **Aptidão física, saúde e qualidade de vida relacionada à saúde em adultos.** 2000. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-86922000000500005&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 11 jun. 2013.

ARRUDA, E. L. M. de; LOPES, A. S. **Gordura corporal, nível de atividade física e hábitos alimentares de adolescentes da região serrana de Santa Catarina, Brasil.** Florianópolis- SC. [s.n.], 2007.

BARROS, R. et al. **O uso do tempo livre por adolescentes em uma comunidade metropolitana no Brasil.** Adolescência Latinoamericana. Porto Alegre-RS, v. 3. n. 2, 2002.

EDUCAÇÃO Física Brasil. **80% dos brasileiros são sedentários.** 2012. Disponível em: <efbr.com.br/02/03/2012/noticias/saude/80-dos-brasileiros-sao-sedentarios/>. Acesso em: 19 jul. 2013.

GIUGLIANO, R; CARNEIRO, E. C. **Fatores associados à obesidade em escolares.** Jornal Pediatra. Rio de Janeiro: [s.n.]. 80:17-22, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.** Antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil. Rio de Janeiro, 2010.

MAITINO, E. M. **Aspectos de risco coronariano em casuística de crianças de escola pública de 1º grau em Bauru-SP.** São Paulo: [s.n.]. 2 v. 1997.

MARQUES, R. F. R. **Qualidade física, atividade física e saúde:** relações na busca de uma vida melhor. In: VILARTA, Roberto; GUTIERREZ, Gustavo Luis. (Orgs.). **Qualidade de Vida no ambiente corporativo.** Campinas: IPES editorial, 2008.

MARTINS, E; PEREIRA, R. **Todos saem ganhando**. Revista Época. São Paulo- SP: Editora Globo, 365 ed. 2005.

PALMA, A. **Exercício Físico e Saúde; Sedentarismo e Doença**: Epidemia, Causalidade e Moralidade. Rio de Janeiro- RJ: [s.n.], 2009.

RODRIGUES, W. C. **Metodologia Científica**. Pacarambi- RJ: [s.n.], 2007.

ROMERO, A. et al. **Determinantes do índice de massa corporal em adolescentes de escolas públicas de Piracicaba, São Paulo**. Piracicaba- SP: [s.n.]. Ciência & Saúde Coletiva, 2010.

SILVA, K. S. et al. **Associações entre atividade física, índice de massa corporal e comportamentos sedentários em adolescentes**. Revista Brasileira de Epidemiologia. v. 11. São Paulo, 2008.

SILVA, R. C. R.; MALINA, R. M. **Nível de atividade física em adolescentes do Município de Niterói, Rio de Janeiro, Brasil**. Caderno Saúde Pública, Niterói- RJ. out./dez., 2000.

*Ilciane Silva Fernandes **
*Kais Yadne da Silva Brito ***
*Wallace Soares Barbosa ****
*Jordana de S. Cavalcante *****

A NECESSIDADE DE EFETIVAR PROJETOS SOCIAIS PARA O NÃO DESPERDÍCIO DOS ALIMENTOS NAS FEIRAS PASSARÃO E PRODUTOR NA CIDADE DE BOA VISTA

Introdução

O desperdício de alimentos é uma realidade em vários países, e ainda hoje é muito presente em todo o mundo, principalmente em decorrência da falta de consciência da população e o não armazenamento desses alimentos tanto nas feiras quanto nas residências.

No dia a dia, não percebemos em meio a correria esses desperdícios que começam na colheita e vão até a mesa do consumidor. Sendo assim, o número totaliza um absurdo de desperdício de alimentos em todo o mundo e, no Brasil, especificamente em Boa Vista-RR não é diferente.

É no sentido de diminuir os desperdícios de alimentos no mundo que nos propomos a identificar esses desperdícios na das principais feiras da cidade de Boa Vista-RR. Hoje, percebe-se o significativo aumento de desperdício de alimentos no mundo, fazendo-se necessário o estudo dessas experiências já identificadas pelo projeto.

Assim, esse artigo é o resultado da pesquisa de campo realizada pelos alunos da Escola Estadual Ayrton Senna da Silva nas Feiras do Passarão na Avenida dos Imigrantes, no bairro Caimbé e a Feira do Produtor Rural na Avenida Venezuela, no bairro São Vicente em Boa Vista-Roraima. O objetivo foi verificar o desperdício de alimentos nestas feiras e entender como e por que se dá o desperdício e, por sua vez, divulgar para a comunidade e população local a reutilização dos alimentos.

O projeto teve caráter qualitativo e quantitativo, pois foram utilizados como elementos metodológicos entrevistas não-estruturadas com os feirantes das duas feiras.

* Escola Estadual Ayrton Senna da Silva / Estado de Roraima. E-mail: Ilcianefernandes@hotmail.com

** Escola Estadual Ayrton Senna da Silva / Estado de Roraima. E-mail: kais_yadne12@hotmail.com

*** Escola Estadual Ayrton Senna da Silva / Estado de Roraima. E-mail: wallace_soaresrr@hotmail.com

**** Escola Estadual Ayrton Senna da Silva / Estado de Roraima. E-mail: jordanacavalcante@hotmail.com

A finalidade da pesquisa foi identificar um conjunto de fatores que levam ao desperdício de alimentos nas feiras, visando ao correto reaproveitamento desses alimentos.

Através de estudo teórico buscou-se entender a importância de reaproveitar os alimentos, educando e sensibilizando a sociedade, para que todos possam colaborar com a redução do desperdício de alimentos. Constatou-se que as feiras e as residências são os locais que mais desperdiçam alimentos, seja por mau abastecimento ou por mau manuseio durante o transporte dos mesmos, porém a única maneira de colaborar com a reeducação da sociedade é por meio da implantação projetos que possam contribuir para a redução do desperdício.

Metodologia

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram escolhidas as feiras do Produtor e do Passarão na cidade de Boa Vista-RR, por serem as duas feiras livres mais conhecidas da cidade e por terem um alto índice de desperdício de alimentos. Com base nos seguintes critérios: (a) por serem as mais antigas; (b) por terem uma porcentagem maior de produtos fornecidos; (c) por terem um grande número de desperdício de alimentos; (d) e por não possuírem projetos voltados para o combate este fator.

Com esta delimitação, pretendemos buscar informações sobre as feiras, apresentação das principais causas do desperdício e a importância de se ter projetos que possam contribuir para o reaproveitamento dos alimentos.

Este projeto é de natureza qualitativa e quantitativa. Qualitativa, pois se baseia em ambiente natural como fonte e pesquisador como principal instrumento. Quantitativa, pois foram feitas entrevistas com os feirantes das duas principais feiras livres de Boa Vista, com a secretaria de agricultura e com a Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional (EMHUR).

A pesquisa foi dividida em 3 etapas; na primeira fez-se um levantamento sobre o que foi escrito sobre a fome; em um segundo momento ocorreu a produção de gráficos para demonstrar os números; num terceiro passo da pesquisa de campo, entrevistas com feirantes nas feiras do Produtor e Passarão. Foram entrevistadas 10 pessoas, onde procurou-se saber a quantidade de alimentos comprados, se os produtos são vendidos por completo, o que fazem com os produtos que vêm estragados e com os que sobram, de quanto em quanto tempo fazem a reposição dos alimentos, como é feita a higienização dos produtos, se eles são orgânicos e como funciona a armazenagem dos alimentos. Posteriormente, vamos produzir *folders* e cartazes e apresentar os resultados na feira da escola.

Discussão e resultados

O desperdício ocorre de forma diferenciada nos países ricos e nos pobres. Nos ricos, parte dos alimentos vai para o lixo, antes da data de vencimento, enquanto nos pobres o desperdício ocorre na fase de produção, como afirma a Organização das Nações Unidas (ONU) para Agricultura e Alimentação (FAO). O Brasil é o quarto produtor mundial de alimentos, produzindo 25,7% a mais do que necessita para alimentar a sua população, contudo, apesar de toda esta riqueza, grande parte é desperdiçada (AKATU, 2003).

Este projeto é uma pesquisa de campo realizada pelos alunos da Escola Estadual Ayrton Senna da Silva nas Feiras do Passarão na Avenida dos Imigrantes, no bairro Caimbé e do Produtor Rural na Avenida Venezuela, no bairro São Vicente em Boa Vista-Roraima. Procurou-se verificar o desperdício de alimentos nestas feiras e entender como e por que se dá o desperdício e, além disso, divulgar aos alunos da Escola Estadual Ayrton Senna da Silva e outros a reutilização dos alimentos.

Segundo Jardim (2014) 26,3 milhões de toneladas de alimentos ao ano têm o lixo como destino. Desperdiçamos o equivalente a 39 mil toneladas por dia, quantidade esta suficiente para alimentar 19 milhões de brasileiros, com as três refeições básicas: café da manhã, almoço e jantar. Pelo menos um terço dos alimentos produzidos por ano no mundo é desperdiçado, de acordo com um estudo divulgado pela ONU.

Dessa forma, este projeto foi realizado para entender a importância de reaproveitar os alimentos, educando e sensibilizando a sociedade, para que todos possam colaborar para a redução do desperdício de alimentos.

É inegável que um dos principais fatores que contribuiu para a fome no mundo é o grande desperdício de alimentos (BOLIGIAN, 2010). Neste contexto mundial, identificamos através deste projeto de pesquisa o desperdício de alimentos nas principais feiras de Boa Vista-RR, que nos mostra como resultado que grande parte do que é inutilizado todos os dias nestas feiras, se for reaproveitado pode ajudar famílias que passam por necessidades colaborando de maneira que possamos atenuar a fome no município de Boa Vista-RR. Desse modo, acreditamos que através de ações feitas por nós seres humanos, podemos mudar essa situação reaproveitando os alimentos de forma coerente, saudável e sustentável.

Segundo o IPEA (2011), o desperdício de alimento é uma prática constante no Brasil, o que é muito grave, principalmente quando se sabe que há muitas pessoas passando fome. Com dados da ONU, sabemos que 10% dos alimentos desperdiçados são talos e folhas que poderiam ser aproveitados na alimentação e são jogadas

fora diariamente. De acordo com o estudo anterior, geralmente desperdiça-se em torno de 4 milhões de toneladas desses alimentos anualmente. Pode-se afirmar que o desperdício causa impacto significativo nos recursos naturais dos quais a humanidade depende para se alimentar.

O Brasil está entre os 10 países que mais desperdiça comida no mundo. O país desperdiça 35% de sua produção agrícola. O que equivale a 10 milhões de toneladas de alimentos que poderiam alimentar 54 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza. As perdas econômicas são de 12 milhões de reais por dia (IPEA, 2011).

Segundo a Secretaria do Banco de Alimentos de São Paulo, em lixões ou em aterros, o lixo sofre um processo de fermentação que gera dois produtos: o chorume e o gás metano. O chorume é o líquido resultante da decomposição de material orgânico – que também forma o gás metano. Um estudo da ONU para a FAO revela que aproximadamente 1,3 bilhão de toneladas de alimentos - quase 30% da produção alimentícia anual – são desperdiçadas ou perdidas em todo o mundo (SÃO PAULO, 2006).

As feiras livres são locais onde se vê claramente o desperdício de alimentos, principalmente em decorrência de problemas devido ao mau manuseio de frutas, verduras e legumes durante a colheita e o transporte.

Nos domicílios, a maior parte das pessoas desconhecem os princípios nutritivos da maioria dos alimentos, principalmente quando esses se tratam de talos, cascas e sementes. O combate ao desperdício pode começar de maneira bem simples, como através do aproveitamento integral dos alimentos.

O Brasil está entre os dez países que mais desperdiçam alimentos no mundo. Segundo Silva (2011), estima-se que existem no mundo mais de 800 milhões de pessoas subnutridas. Aproximadamente 25 mil pessoas morrem por dia vítima da desnutrição. No entanto, a produção mundial de alimentos daria para alcançar a população global, mas com o elevado número de comida desperdiçada e a má distribuição, infelizmente esses alimentos não chegam para todos.

Na pesquisa realizada nas feiras do Produtor e Passarão, obtivemos os seguintes dados que comprovam os dados citados anteriormente, de modo que se observa claramente o desperdício de alimentos, conforme exposto nos gráficos a seguir.

Gráficos das feiras do Produtor e Passarão

1. Seus produtos são vendidos por completo?

Gráfico 1: Feira do Produtor

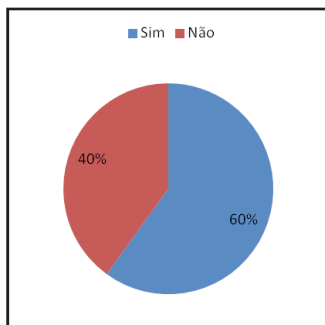
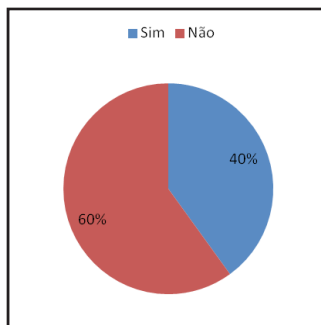


Gráfico 2: Feira do Passarão



Fonte: Dados coletados e elaborados pelos autores.

2. O que é feito com os alimentos que sobram?

Gráfico 3: Feira do Produtor

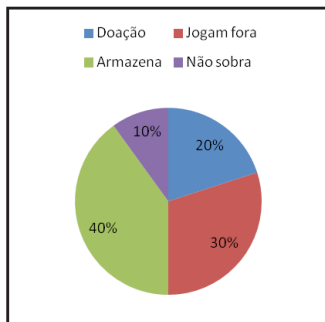
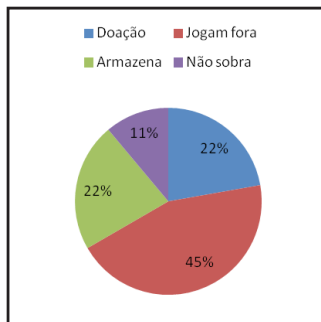


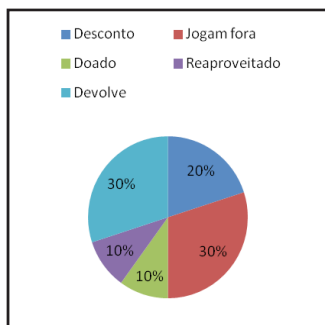
Gráfico 4: Feira do Passarão



Fonte: Dados coletados e elaborados pelos autores.

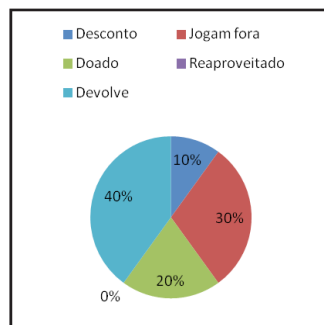
3. O que é feito com os produtos que vêm estragados?

Gráfico 5: Feira do Produtor



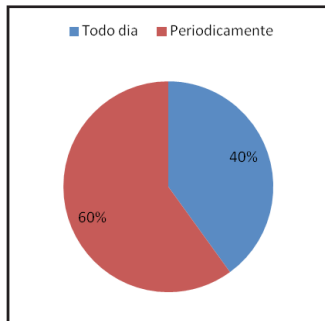
Fonte: Dados coletados e elaborados pelos autores.

Gráfico 7: Feira do Passarão



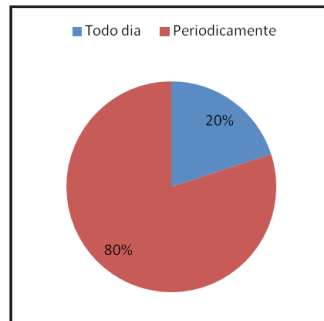
4. De quanto em quanto tempo é feita a reposição dos alimentos?

Gráfico 8: Feira do Produtor



Fonte: Dados coletados e elaborados pelos autores.

Gráfico 9: Feira do Passarão



5. Como é feita a higienização dos produtos?

Gráfico 10: Feira do Produtor

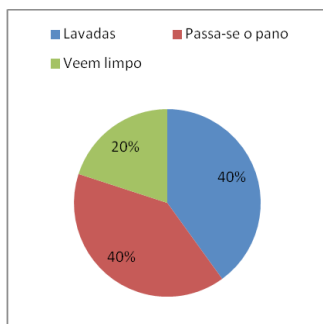
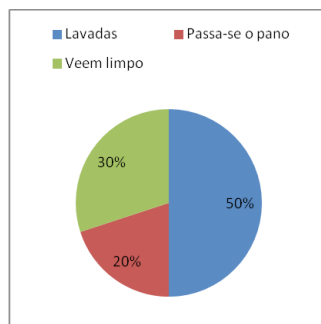


Gráfico 11: Feira do Passarão



Fonte: Dados coletados e elaborados pelos autores.

6. Como funciona a armazenagem dos produtos?

Gráfico 12: Feira do Produtor

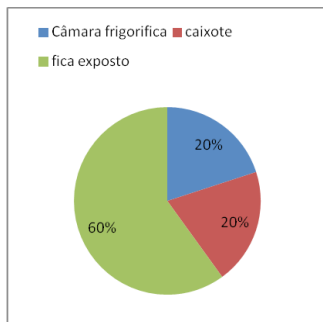
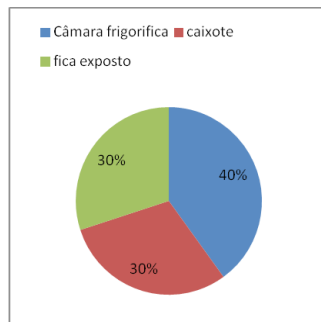


Gráfico 13: Feira do Passarão



Fonte: Dados coletados e elaborados pelos autores.

7. Já foi realizado algum projeto na feira que ajude a combater o desperdício de alimentos?

Gráfico 14: Feira do Produtor

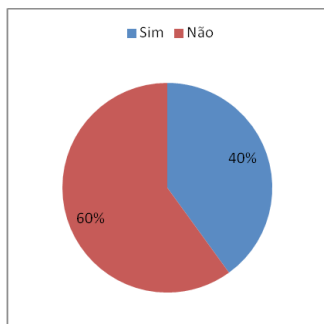
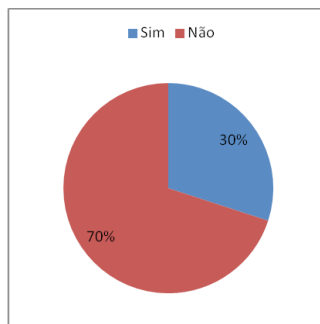


Gráfico 15: Feira do Passarão



Fonte: Dados coletados e elaborados pelos autores.

8. O que você gostaria que as autoridades fizessem quanto a isso?

Gráfico 16: Feira do Produtor

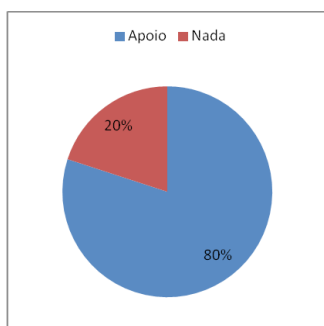
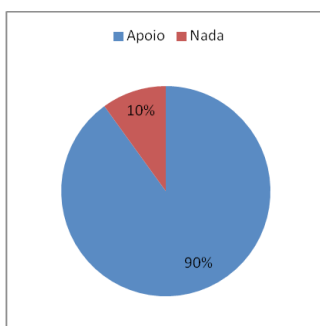


Gráfico 17: Feira do Passarão



Fonte: Dados coletados e elaborados pelos autores.

Com os dados referentes aos gráficos, conclui-se que:

- 21% dos feirantes do Passarão doam alimentos e 0% reaproveitam. 15% dos feirantes do Produtor doam alimentos e 10% reaproveitam;
- 45% dos alimentos que sobram na feira do Passarão são jogados e 30% dos alimentos que vêm com defeito vão para o lixo. E na feira do Produtor 30% dos alimentos que sobram são jogados fora e 30% dos alimentos que vêm com defeito vão para o lixo;

- 30% dos feirantes do Passarão dizem que já foram realizados projetos que ajudam a combater o desperdício de alimentos. E 40% dos feirantes do Produtor dizem já ter sido realizado estes projetos;
- 40% dos feirantes do Passarão vendem seus produtos por completo. E 60% dos feirantes do Produtor vendem seus produtos por completo;
- Segundo as pesquisas e análises dos gráficos, a feira do Passarão desperdiça mais alimentos do que a feira do Produtor, alimentos esses que poderiam ser doados e reaproveitados de forma coerente com os princípios da alimentação.

Considerações finais

A pesquisa foi feita com o intuito de mostrar de forma clara e concisa a importância do bom reaproveitamento dos alimentos, pois mesmo de forma indireta, o desperdício contribui para a fome no Brasil e no mundo. Através desta, procuramos educar e sensibilizar o consumidor sobre o desperdício de alimentos, colaborando com a redução da produção de lixo orgânico.

Nas feiras livres, é preciso evitar o excesso na oferta, ser feita a orientação dos abastecedores durante transporte, a fim de evitar a deterioração dos alimentos e, conseqüentemente, a perda destes. Também cabe aos órgãos públicos aplicar projetos sociais que visam ao não desperdício de alimentos nas feiras, contribuindo para o benefício da sociedade.

Foram aplicados projetos nas feiras de São Paulo que visavam ao não desperdício, criando a feira de produtos orgânicos cujos beneficiados são o consumidor e o planeta, pois são produtos sem nenhum tipo de agrotóxico, o que deve-se levar em consideração é que somos, segundo a ONU, através da FAO, o quarto produtor mundial de alimentos, produzindo 25,7% a mais do que necessita para alimentar a sua população e de toda esta riqueza, grande parte é desperdiçada (AKATU, 2003).

Segundo Amorim e Mansur (2013), 26,3 milhões de toneladas de alimentos ao ano vão para o lixo, ou seja, desperdiçamos o equivalente a 39 mil toneladas por dia, quantidade esta suficiente para alimentar 19 milhões de brasileiros. Não se pode ser indiferente à ação de outros estados brasileiros que têm buscado a redução do desperdício.

Por isso, verificamos que se 21% dos feirantes do Passarão doam alimentos e 0% reaproveitam e 15% dos feirantes do Produtor doam alimentos e 10% reaproveitam o que poderia haver parcerias com ambas os feirantes para que todos os alimentos passassem por uma triagem e quanto aos produtos reaproveitáveis, que fosse

destinada ao combate a fome no estado. Sendo os resultados da pesquisa satisfatórios, pois, fez-se conhecida a grandiosidade de alimentos desperdiçados nas feiras e esses resultados soam como um alerta para que a juventude tome uma posição em relação ao desperdício.

De maneira que através da pesquisa de campo, o combate ao desperdício pode começar de maneira bem simples, como através do aproveitamento integral dos alimentos. Pelo que se verificou, 45% dos alimentos que sobram na feira do Passarão são jogados e 30% dos alimentos que vem com defeito vão para o lixo. E na feira do Produtor não são diferentes os números, visto que 30% dos alimentos que sobram, são jogados fora e 30% dos alimentos que vem com defeito vão para o lixo; Sendo que 30% dos feirantes do Passarão dizem que já foram realizados projetos que ajudem a combater o desperdício de alimentos e 40% dos feirantes do Produtor relatam a mesma informação. Só que um desses projetos como o Mesa Brasil não teve uma boa inserção no estado e acabou sendo parado por conta do não incentivo e adesão da população.

Referências bibliográficas

AKATU, Instituto. **A nutrição e o consumo consciente**: caderno temático. São Paulo: AKATU, 2003. Disponível em: <<http://www.akatu.org.br/Content/Akatu/Arquivos/file/nutricao%282%29.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

AMORIM, Diego; MANSUR, Carolina. **Brasil joga no lixo 26,3 milhões de toneladas de alimentos por ano**. EM.COM.BR. Economia. 26 ago. 2013 00:12 / atualizado em 26 ago. 2013 07:22 Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2013/08/26/internas_economia,439776/brasil-joga-no-lixo-26-3-milhoes-de-toneladas-de-alimentos-por-ano.shtml>. Acesso em: 20 ago. 2014.

BOLIGIAN, Levon. **Geografia**: espaço e vivência. v. 2. São Paulo: Saraiva, 2010.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Consulado da Mulher**: Porto Alegre recebe workshop sobre gastronomia consciente. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=22972&catid=159&Itemid=75>. Acesso em: 19 ago. 2014.

JARDIM, Arnaldo Calil Pereira. **Um projeto contra o desperdício de alimentos**. Colunista AGROLINK. 15 abr. 2014 - 10:51. Disponível em: <http://www.agrolink.com.br/colunistas/um-projeto-contra-o-desperdicio-de-alimentos_6379.html>. Acesso em: 20 ago. 2014.

SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria do Meio Ambiente. **Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental**. Biogás: projetos e pesquisas no Brasil. São Paulo: CETESB; SMA, 2006.

SILVA, Edilânia Ferreira et al. **Desperdício de produtos hortifrúti­colas na feira livre do Pirajá no município de Juazeiro do Norte – Ce**. ENCONTRO UNIVERSITÁRIO DA UFC NO CARIRI, 3, 2011. Anais... Juazeiro do Norte-CE, 26 a 28 out. 2011.

ESTUDO DO DESAPARECIMENTO DE ANIMAIS SILVESTRES EM MATA CILIAR DO IGARAPÉ WAI GRANDE EM BOA VISTA-RR

Introdução

A urbanização é um fenômeno e tendência mundial, especialmente nas últimas décadas devido à industrialização e à concentração de atividades econômicas nos centros urbanos. É um processo rápido associado à dinâmica populacional e sob intensas desigualdades que é capaz de provocar profundas e rápidas mudanças ambientais. O progresso se fez em grande parte à custa do desmatamento, da extinção de espécies animais e vegetais, da poluição e da degradação ambiental (CRUZ, 2010).

Esse fenômeno rápido e intenso, resultante do crescimento significativo que Boa Vista tem apresentado nos últimos anos, é devido ao efeito migratório, acompanhado da ausência de planejamento e sem nenhuma preocupação em manter o equilíbrio do meio ambiente. O crescimento populacional e urbano desordenado tem forçado a retirada da cobertura vegetal nativa principalmente nas nascentes e nas áreas de preservação permanente, ocasionando a degradação dos igarapés de Boa Vista.

A ocupação irregular pode provocar vários problemas ambientais como a ampliação de áreas vulneráveis a riscos, a poluição dos corpos d'água decorrente do lançamento de lixo e esgoto doméstico, o desaparecimento de espécies vegetais e animais, desconsiderando o exposto na Lei nº 7.803 de 15 de julho de 1989 (BRASIL, 1989). A lei considera área de preservação permanente as formas de vegetação natural, situadas às margens dos cursos d'água que se localizem ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água, ao redor de lagos, ou reservatórios artificiais.

O Novo Código Florestal Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, no Artigo 3º, II define APP como:

* Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. E-mail: jessica_hiandra@hotmail.com

** Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. E-mail: isabel.leão@ufr.br

área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (BRASIL, 2012).

As principais causas da extinção das espécies faunísticas são: a destruição de habitats, a caça e a pesca predatórias, a introdução de espécies estranhas em um determinado ambiente e a poluição (WALLAVER, 2000). Segundo Galetti e Francisco (2004), preservando a fauna estaremos diretamente garantindo também a sobrevivência de espécies vegetais de florestas tropicais e de florestas subtropicais por serem disseminadas pela fauna. Os terrenos situados no entorno de rios, córregos e nascentes precisam de cuidados especiais. Um dos principais erros que se comete com esse tipo de terreno é desmatá-lo. Depois que é retirada a vegetação ribeirinha, o mesmo fica frágil a todo tipo de interferência (MENEZES; COSTA, 2007).

Metodologia

Para a realização do estudo foram feitas visitas “in loco”, coleta das coordenadas geográficas e a aplicação do questionário estruturado, objetivando avaliar os impactos ambientais decorrentes do processo de ocupação irregular nas proximidades da micro bacia do Igarapé Igarapé Wai Grande e sua influência no desaparecimento de animais silvestres.

A coleta de dados foi entre 08 e 12 horas, no período de março a novembro de 2013, nos pontos referendados: P1, P2, P3 e P4, localizados a 2047'00"N e 6000'45"O (Avenida Estrela D'Alva); 2047'00"N e 6000'44"O (nascente do Igarapé Grande, Bairro Senador Hélio Campos); 2047'00"N e 6000'44"O (Bairro Professora Araceli Souto Maior); 2046'00"N e 6000'42"O (Bairro São Bento – BR 174), respectivamente.

Para a avaliação do desaparecimento de animais silvestres, foi aplicado o questionário, aos moradores do entorno, constituído de 11 perguntas relacionadas às alterações ambientais decorrentes da ocupação irregular nas proximidades da micro bacia do Igarapé. Durante o processo de investigação, foi realizado o registro fotográfico e ao término do levantamento dos dados os mesmos foram analisados através de ilustrações e gráficos.

Discussão e resultados

A tendência da população menos favorecida é de abrigar-se em espaços impróprios para a moradia como as áreas de preservação ambiental. Corroborando com Jorge (2011), nota-se que o crescimento irregular, levou as populações de baixa renda a buscar alternativas de moradias, ocupando áreas vazias desprezadas pelo mercado imobiliário ou comprometidas, ou seja, áreas ambientalmente frágeis.

A análise dos dados obtidos possibilitou conhecer as condições em que se encontram os quatro pontos do estudo. Trata-se de pontos visivelmente impactados decorrentes da ocupação irregular, provocando poluição hídrica, assoreamento, remoção da mata ciliar, erosão e queimadas as quais vêm destruindo buritizais e savanas e grande parte do micro ecossistema dessa área, fatores que interrompem o ciclo vital de plantas, podendo provocar a morte e fuga de animais (Figuras 1 - 5).

Poluição Hídrica pelo Descaso e alerta Para o Problema - P1.

Figura 1 - Poluição hídrica (A); Alerta para o problema (B)



Fonte: Jéssica Hiandra Rocha Oliveira (2013)

Remoção da Mata Ciliar, Erosão e Assoreamento em Área de Preservação - P1.

Figura 2 - Remoção da mata ciliar (C); Erosão e assoreamento (D)



Fonte: Jéssica Hiandra Rocha Oliveira (2013).

Ocupação em área de preservação: Planície de Inundação do Igarapé - P2

Figura 3 - Ocupação irregular (C); Queimadas na nascente e leito do Igarapé (D)



Fonte: Jéssica Hiandra Rocha Oliveira (2013).

Mata ciliar preservada e menor concentração de resíduos sólidos - P3.

Figura 4 - P3 Menor intervenção humana (G); Presença de animal silvestre (H)



Fonte: Jéssica Hiandra Rocha Oliveira (2013).

Queimadas nas margem do Igarapé Wai Grande na altura da ponte da BR 174 – P4.

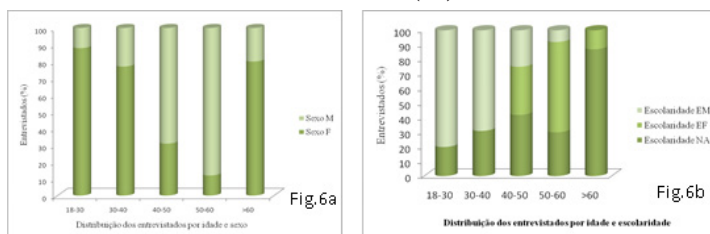
Figura 5 - Queimada na margem do igarapé (I); Ponte sobre o Igarapé Grande BR 174 (J)



Fonte: Jéssica Hiandra Rocha Oliveira (2013).]

Os impactos provocados pela ocupação irregular, conforme mostrados nas figuras (1 a 5) dos pontos do estudo foram comparados ao nível de escolaridade dos entrevistados figuras (6a e 6b):

Figura 6 - Distribuição dos entrevistados por idade e gênero(6a); por idade e escolaridade(6b)



Fonte: Jéssica Hiandra Rocha Oliveira (2013).

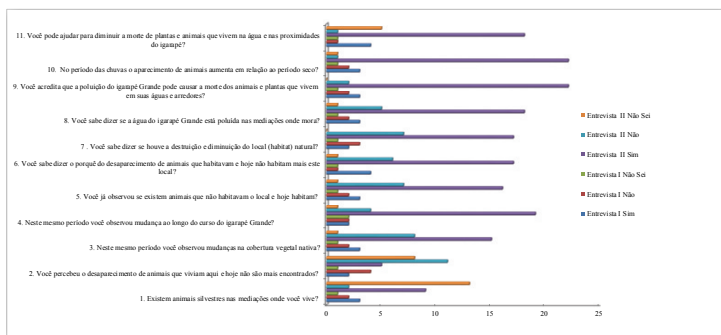
Os intervalos entre 18-30 anos, 88% são do sexo feminino, onde 20% não eram alfabetizadas (NA); e 80% dos homens possuem o ensino médio (EM). Para os intervalos de idade entre 30 – 40; 40 – 50; 50 – 60 e acima de 60 anos, os 77 % do sexo feminino eram NA e 31% do sexo masculino possuem o EM; dos 31% do sexo feminino eram NA, os 69% do sexo masculino possuem o EM; 12% do sexo feminino, onde, 30% NA, 62% possuem ensino fundamental e 8% do sexo masculino possuem o EM; dos 80% do sexo feminino são NA e os 20% dos homens possuem EF, respectivamente.

Resumindo, dos 24 entrevistados, 42% não são alfabetizados (NA); 21,6% possuem ensino fundamental (EF) e 36,4 possuem o ensino médio (EM). A relação entre o nível de escolaridade dos entrevistados e os impactos provocados, aliada à permissividade de ocupação da população em áreas de preservação ambiental, visando aos interesses de políticos, confirmam que os impactos dessa segregação atingem o meio ambiente, interferindo em seu equilíbrio, afetando a todos os habitantes indistintamente, mas principalmente aos pobres urbanos e segregados provocadores desse impacto, que sofrerão as consequências imediatas como alagamento das residências, deslizamentos de encostas, doenças endêmicas, entre outros (MENEZES; COSTA, 2007).

O fato serve de alerta para a necessidade de uma educação voltada efetivamente para a questão ambiental como responsabilidade de gestores e da própria população. Segundo Bruger (1999), o comportamento do homem em relação ao espaço natural demonstra claramente que a Educação vigente não é ambiental. Portanto, as condições em que se encontram o igarapé Wai Grande levam a afirmar que o desaparecimento de animais silvestres é decorrente deste descuido com o ambiente.

Na Figura 7, percebe-se que os entrevistados acreditavam que a poluição do Igarapé Wai Grande pode provocar alterações provocando a morte de animais e plantas que vivem em suas águas e arredores e se no período chuvoso o aparecimento de animais aumenta em relação ao período seco. Obteve-se para as perguntas 9 e 10, 25 respostas Sim. Este número de respostas positivas demonstra existir certa consciência que alterações ambientais causadas ao igarapé contribuem com o desaparecimento de animais e que eles mesmos enquanto moradores podem contribuir para reduzir o problema.

Figura 7 – Resposta dos entrevistados para as duas visitas realizadas em campo

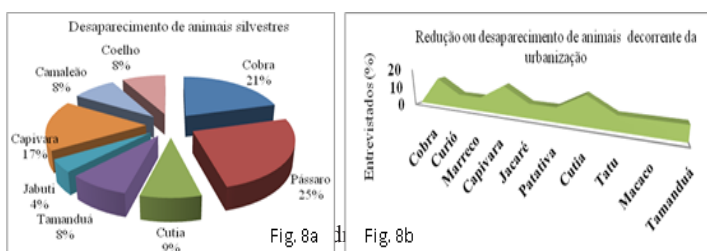


Fonte: Jéssica Hiandra Rocha Oliveira (2013).

Quanto ao desaparecimento de espécies animais, segundo os entrevistados, 25% responderam que a maior perda foi de pássaros, seguida por 21% de cobras, 17% de capivaras, 9% de cutias, 8% de tamanduás, coelhos e camaleões e 4% de jabutis (Figura 8a).

Segundo os entrevistados, raramente é possível encontrar animais, e quando encontrados estão isolados, próximos ao igarapé (Figura 8a). No depoimento de uma moradora do P2 as cobras são os animais que mais aproximam das casas para alimentarem-se de ratos que existem em grande quantidade no meio do lixo acumulado próximo as casas ou em terrenos baldios. No P4, outro morador afirma que o restante dos pássaros que ainda vivem no local está desaparecendo devido à caça predatória, principalmente a patativa, pois quase não se ouve mais o seu canto.

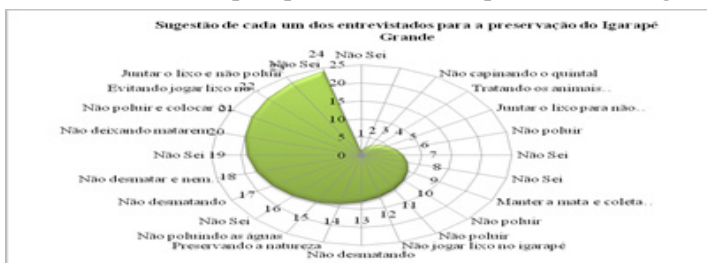
Figura 8 - Desaparecimento de animais silvestres (8a); Redução ou desaparecimento de animais decorrentes do processo de urbanização(8b)



O processo de urbanização pode ser o responsável pela redução ou desaparecimento de animais de 15,4% de cobras, capivara e cutias para os quatro pontos do estudo (Figura 8b). Os animais: curió, marreco, jacaré, patativa, tatu, macaco e tamanduá em até 7,7%. O crescimento urbano desordenado provoca a degradação ambiental do meio natural devido ao crescimento populacional e territorial nas últimas décadas do município de Boa Vista, passando por alterações significativas no seu espaço, com a superposição da paisagem urbana sobre seus ambientes naturais.

Percebe-se que os entrevistados preocupam-se em preservar o ambiente mesmo com medidas simples. O problema da degradação do meio ambiente é resultante dessa desigualdade econômica e social levando pessoas a ocuparem áreas muito próximas ao igarapé.

Figura 9 - Medidas simples para minimizar o problema da degradação



Fonte: Jéssica Hiandra Rocha Oliveira (2013).

Este quadro mostra a necessidade de se investir em políticas de preservação ambiental e na recuperação dos recursos naturais, por meio de ações que minimizem os impactos ambientais decorrentes principalmente dessas ações antrópicas como as observadas.

Considerações finais

É necessário um trabalho de sensibilização da escola junto à comunidade que, por sua vez, deve ter um papel de colaborador levando à prefeitura e aos órgãos ambientais dados que comprovem os problemas e conseqüências desses para o meio ambiente e comunidade. Para tanto, essa mobilização popular, o rigor na fiscalização pelos órgãos competentes no cumprimento das leis ambientais e o estabelecimento de uma política ambiental voltada para a preservação e conscientização da sociedade podem trazer soluções mais rápidas para o problema, evitando, assim, o desaparecimento de espécies de animais com a interrupção dos ciclos vitais de plantas.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Lei nº 7.803, de 15** de julho de 1989. Altera a redação da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e revoga as Leis nºs 6.535, de 15 de junho de 1978, e 7.511, de 7 de julho de 1986. Diário Oficial da União. Brasília, 18 de julho de 1989.

_____. **Lei nº 12.651**, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 25 maio 2012. Seção 1, pt. 1.

BRUGER, P. **Educação ou adestramento ambiental**. 2. ed. rev. Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1999.

CRUZ, D. **O meio ambiente afeta nosso organismo**. In: Ciência & Educação Ambiental. São Paulo: Ática, 2010.

GALETTI, M. e FRANCISCO, M. R. **Aves como potenciais dispersoras de *Ocotea pulchella* Mart.** (Lauraceae) numa área de vegetação de cerrado do sudeste brasileiro. Revista Brasileira de Botânica, v. 25, p. 11-17, 2004.

JORGE, Maria do Carmo Oliveira. **Geomorfologia urbana: conceitos, metodologias e teorias**. In: GUERRA, Antonio José Teixeira. Geomorfologia urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

MENEZES, M. E. N. S. COSTA, J. A. V. **Urbanização do setor sudoeste de Boa Vista-RR e implicações ambientais na microbacia igarapé Grande-Paca**. Revista Acta Geográfica, Ano I, v. 1, p. 67-81, 2007.

WALLAVER, J. P. **ABC do meio ambiente, fauna brasileira**. Brasília: Editora IBAMA, 2000.

AVALIAÇÃO HIGIÊNICO-SANITÁRIA E FÍSICO-ESTRUTURAL DAS LANCHONETES DO CAMPUS PARICARANA – UFRR

Introdução

De acordo com estudos estatísticos da Organização Mundial de Saúde (OMS), mais de 60% dos casos de doenças de origem alimentar decorrem do descuido higiênico-sanitário de manipuladores, das técnicas inadequadas de processamentos e da deficiência de higiene da estrutura física, utensílios e equipamentos (FARIAS; PEREIRA; FIGUEIREDO, 2011).

Conforme o Artigo 1o da Lei nº 9.782 (BRASIL, 1999) a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, na área de alimentos coordena, supervisiona e controla as atividades de registro, informações, inspeção, controle de riscos e estabelecimento de normas e padrões, para proteger e promover a saúde da população garantindo a segurança sanitária de produtos e serviços. A segurança alimentar é um direito inalienável de todos os cidadãos terem acesso permanente aos alimentos necessários, em quantidade e qualidade, que torne a vida digna e saudável (GÓES *et al.*, 2001).

A segurança alimentar é considerada um desafio e visa à oferta de alimentos nutricionalmente adequados, livres de contaminantes de origem química, física e biológica (CLEMENTE, 1999; GÓES *et al.*, 2001). Baseando-se na Lei Municipal nº 482, Art. 3º a higiene pública é a resultante da aplicação do conjunto de preceitos e regras que tratam das relações da comunidade quanto à profilaxia de moléstias contagiosas, às condições de habitação, alimentação, circulação, uso do solo, gozo e usufruto de serviços municipais e à destinação de resíduos de produção e de consumo de bens.

Considerando a importância de procedimentos que devem ser adotados quanto aos serviços de alimentação, a fim de garantir a qualidade higiênico-sanitária e a conformidade dos produtos com a legislação vigente, este estudo objetiva avaliar as

* Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. E-mail: joanaufr@ yahoo.com.br

** Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. E-mail: isabel.leão@ufr.br

condições higiênico-sanitárias e físico-estrutural das lanchonetes do *Campus* Paricarana da Universidade Federal de Roraima.

Discussão e resultados

Produção e Manipulação de Alimentos

De acordo com a Portaria 368/97, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, as Boas Práticas de Fabricação (BPF) são normas e procedimentos exigidos na elaboração de produtos alimentícios para o consumo humano. Referem-se às medidas a serem tomadas pelos estabelecimentos que trabalham com produção de alimentos, para garantia da qualidade sanitária e conformidade dos produtos alimentícios com a legislação vigente (BRASIL, 1997).

A qualidade da matéria-prima, a higienização das instalações, dos equipamentos e dos utensílios, as condições higiênicas do ambiente de trabalho, as técnicas de manipulação dos alimentos, a saúde dos funcionários, o controle da água utilizada, e os cuidados com os vetores transmissíveis de doenças e pragas, são fatores importantes a serem considerados na produção de alimentos de qualidade, devendo, portanto, serem considerados no programa BPF (BRASIL, 2004; SILVA JÚNIOR, 2002).

Segundo Góes (2001), não é possível realizar mudanças estruturais sem que haja conscientização por parte dos proprietários e funcionários. É necessário, pois, apoio de pessoal e, sobretudo, fiscalização constante do fluxo de operações, desde a produção e armazenamento até a distribuição, higienização e consumo.

A oferta de alimentos livres de agentes que podem colocar em risco a saúde do consumidor deve ser analisada sob o ponto de vista de toda a cadeia alimentar, desde a produção de alimentos, passando pela industrialização, até a distribuição final ao consumidor (CLEMENTE, 1999).

De acordo com a Lei Municipal nº 482, de 03 de dezembro de 1999, a saúde é um direito de todos e dever do poder público, assegurado mediante políticas sociais, econômicas e ambientais que tenham como propósito a diminuição de risco de doenças, bem como o acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação (BOA VISTA, 1999).

Lanchonetes do Campus Paricarana

O estudo foi realizado em seis lanchonetes, referenciadas como L1, L2, L3, L4, L5 e L6, localizadas no *Campus* Paricarana da Universidade Federal de Roraima, no período de fevereiro de 2012 a janeiro de 2013. A coleta de dados foi feita por meio de três visitas a cada lanchonete com observações, aplicação de questionários e para a avaliação das condições higiênico-sanitárias das lanchonetes foi utilizada a Ficha de Verificação, adaptada do anexo II, da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC), nº 275 de 21 de outubro de 2002, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos (BRASIL, 2002), sendo adotados os padrões de conformidade de acordo com a RDC nº 216 de 15 de setembro de 2004, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação (BRASIL, 2004).

As visitas foram realizadas em dias aleatórios, entre 9h 30min e 10h 30 min, horário de maior consumo nas lanchonetes. Foram feitas três visitas a cada lanchonete para evitar que as observações pudessem influenciar na pontuação, caso houvesse o aumento ou a diminuição do número de consumidores. Os itens avaliados foram agrupados em quatro blocos: edificação e instalações; equipamentos, móveis e utensílios; manipuladores; produção e transporte do alimento

Riscos à Saúde podem ser Mitigados com Boas Práticas

Conforme o artigo 3o da Lei n. 9.782 (BRASIL, 1999), a higiene pública é a resultante da aplicação do conjunto de preceitos e regras que tratam das relações da comunidade quanto à profilaxia de moléstias contagiosas, às condições de habitação, alimentação, circulação, uso do solo, gozo e usufruto de serviços municipais e à destinação de resíduos de produção e de consumo de bens.

A falta de fiscalização rigorosa por parte dos órgãos competentes de saúde pública pode ocasionar sérios riscos à saúde dos consumidores. Em contrapartida, com o crescimento das cidades e o aumento populacional torna-se mais difícil a fiscalização do crescente número de estabelecimentos que oferecem uma alimentação rápida e prática e associado ao acúmulo de tarefas diárias, em especial, dos estudantes que veem nas comidas rápidas uma forma de ganhar tempo e pagar menos, porém, deixando de consumir alimentos nutritivos e higienicamente adequados.

Os possíveis riscos à saúde provocados pelas comidas rápidas podem ser mitigados com procedimentos simples de boas maneiras, tanto pelos proprietários no que diz respeito à produção e manipulação dos alimentos quanto pelos consumidores na escolha dos estabelecimentos que apresentem condições adequadas de manipulação e os que oferecerem opções de alimentos mais saudáveis.

Avaliação das Condições Higiênico-Sanitárias

Conforme a RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002, para se obter o resultado da avaliação das condições higiênico-sanitárias, são considerados os itens julgados e os itens atendidos. Para os itens com resposta SIM, foi atribuído o valor um (1) e para os itens cuja resposta foi NÃO, foi atribuído o valor zero (0). As respostas SIM foram somadas e, em seguida, foi calculada a percentagem.

$$PA = \frac{\text{Itens atendidos}}{\text{Itens julgados}} \times 100$$

Onde:

PA = Percentagem de adequação

Itens atendidos = número de respostas SIM

Itens julgados = número total de respostas (SIM e NÃO)

A partir do cálculo, as lanchonetes foram agrupadas de acordo com o percentual dos itens atendidos em:

Grupo 1: BOM (76 a 100% de itens atendidos);

Grupo 2: REGULAR (51 a 75% dos itens atendidos);

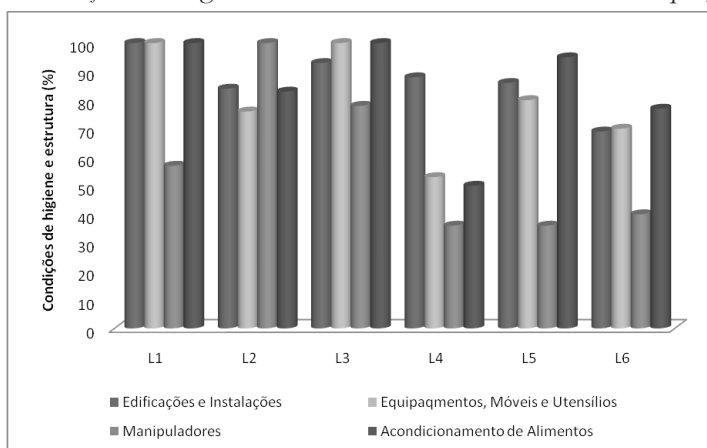
Grupo 3: RUIM (0 a 50% dos itens atendidos).

A análise de dados revelou as atuais condições de funcionamento das lanchonetes do Campus Paricarana, identificando entre as seis lanchonetes avaliadas a L2 e L3 são as que representam melhores condições higiênico-sanitária e estrutural, acima de 76%, enquadrando-se ao Grupo 1(Bom) em conformidade com o Programa de Boas Práticas de Fabricação (BPF) (Gráfico 1).

Entretanto, a L1 em relação as L4, L5 e L6 foi a que apresentou maior percentual nos itens edificação e instalações; equipamentos, móveis e utensílios, acondi-

cionamento de alimentos em adequação com as BPF e para o item manipuladores apresentou 57%, enquadrando-se no Grupo 2 (Regular) conforme com o Programa de BPF. As lanchonetes L4, L5 e L6 apresentaram os menores percentuais de adequação para o item manipuladores com 36%, 36% e 40%, respectivamente, bem abaixo das exigências da Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) de 2002.

Gráfico 1- Condições de higiene e estrutura das lanchonetes em adequação ao BPF



Fonte: Elaborado pelas autoras (2013).

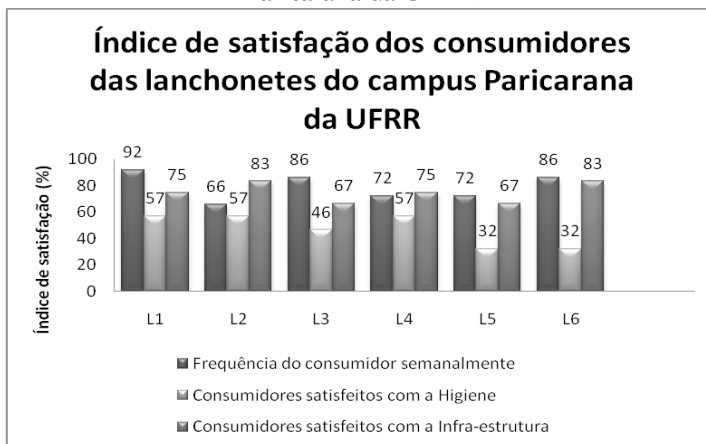
Os índices de frequência do consumidor semanalmente, dos consumidores satisfeitos com a higiene e dos consumidores satisfeitos com a infraestrutura da lanchonete estão representadas no Gráfico 2.

Os resultados percentuais de satisfação dos consumidores das lanchonetes do *Campus Paricarana* evidenciam a preferência dos consumidores pela L1, correspondendo 92% da frequência do consumidor semanalmente, 57% dos consumidores satisfeitos com a higiene e 75% dos consumidores satisfeitos com a infraestrutura, e ainda, relacionados aos valores de distribuição dos consumidores por sexo e idade, a L1 absorve um público de 100% de consumidores menores de vinte anos e 100% do sexo feminino (Gráfico 3).

O fato de L1 apresentar apenas 57% dos consumidores satisfeitos com a higiene, a frequência do consumidor semanalmente nesta lanchonete é explicada por localizar-se em área de fácil acesso, atingindo um público menor de vinte anos e maiores consumidores de alimentos com menor teor nutritivo e por serem oferecidos a preço mais baixo.

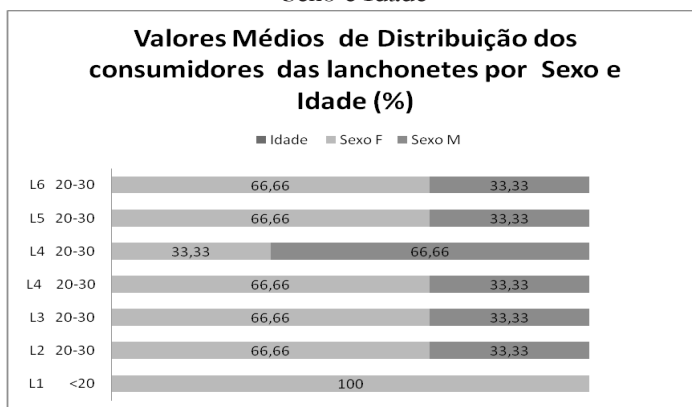
A lanchonete L5 foi a que apresentou maior discrepância entre os índices de satisfação com 72% de frequência semanalmente dos consumidores, 32% para as condições higiênico-sanitárias e, 67% para os consumidores satisfeitos com a infraestrutura, atingindo um público com idade variando entre 20 a 30, com 66,66% dos consumidores do sexo feminino.

Gráfico 2 - Índice de satisfação dos consumidores das lanchonetes do campus Paricarana da UFRR



Fonte: Elaborado pelas autoras (2013).

Gráfico 3 - Valores médios de distribuição dos consumidores das lanchonetes por Sexo e Idade



Fonte: Elaborado pelas autoras (2013).

Considerações finais

A análise dos dados obtidos a partir da ficha de verificação possibilitou constatar que das lanchonetes avaliadas L2 e L3 foram classificadas no Grupo 1, considerado o de melhor qualidade higiênico-sanitária e de acordo com o programa de qualidade BPF. A lanchonete L5 não apresentou condições higiênico-sanitárias satisfatórias, em desacordo com o programa de qualidade BPF.

O estudo serve como alerta aos proprietários de lanchonetes do Campus Paricarana e mostra a importância de oferecer alimentos de qualidade higiênico-sanitária; aos órgãos fiscalizadores que identifiquem os estabelecimentos que ferem as normas dando subsídios à implementação do Programa de BPF. Panfletos de Boas Práticas foram distribuídos aos proprietários e consumidores das seis lanchonetes do Campus Paricarana com orientações simples de manipulação de alimento necessárias à melhoria da qualidade de vida dos consumidores.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Portaria nº 368**, de 04 de setembro de 1997. Regulamento Técnico sobre as Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Elaboração para Estabelecimentos Elaboradores/Industrializadores de Alimentos. Brasília: Ministério da Agricultura, 1997.

_____. **Lei nº 9.782**, de 26 de janeiro de 1999. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 jan. 1999. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19782.htm>. Acesso em: 14 dez. 2014.

_____. Ministério da Saúde. **Resolução RDC n. 275**, de 21 de outubro de 2002. Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

_____. Ministério da Saúde. **Resolução RDC n. 216**, de 15 de setembro de 2004. Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BOA VISTA. Prefeitura Municipal de Boa Vista. **Lei Municipal nº 482**, de 03 de Dezembro de 1999. Institui o Código Sanitário do município de Boa Vista e da outras providências. Boa Vista: Diário Oficial do Município de Boa Vista, 07 dez. 1999.

CLEMENTE, E. S. **Controle higiênico-sanitário em supermercados.** In: CONGRESSO NACIONAL DE HIGIENISTAS DE ALIMENTOS, Foz do Iguaçu. Anais... São Paulo: Higiene Alimentar, v. 13, n. 61, p. 5, 1999.

FARIAS, J. K. R.; PEREIRA, M. M. S.; FIGUEIREDO, E. L. **Avaliação de boas práticas e contagem microbiológica das refeições de uma unidade de alimentação hospitalar, do município de São Miguel do Guamá – Pará.** Alimentos e Nutrição. Araraquara, v. 22, n. 1, p. 113-119, jan./mar. 2011.

GÓES, J. A. W. et al. **Capacitação dos manipuladores de alimentos e a qualidade da alimentação servida.** Higiene Alimentar, v. 15, n. 82. p. 20-22, mar., 2001.

SILVA JÚNIOR, E. A. **Manual de Controle Higiênico-Sanitário em Alimentos.** 4. ed. São Paulo: Varela, 2002.

UTILIZAÇÃO DOS COMPUTADORES NA EDUCAÇÃO

Introdução

Este projeto de pesquisa, desenvolvido durante os anos de 2013 e 2014 no Colégio de Aplicação (CAp) da Universidade Federal de Roraima (UFRR), na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, utilizou páginas da *internet* e obras de autores para que houvesse a consolidação teórica e comparativa do tema proposto, ou seja, para que obtivesse resultados qualitativos.

Para os resultados quantitativos, foram feitas entrevistas baseadas em quatro eixos:

1. Quais as pessoas responsáveis para a inserção de computadores na prática pedagógica do CAp;
2. Qual a avaliação sobre esta implantação por parte do Colégio (discentes, docentes e técnicos administrativos);
3. Se há a utilização apropriada e responsável destas ferramentas e;
4. Se existe uma estrutura adequada para esses aparelhos nas dependências do CAp.

O objetivo geral foi descobrir a importância que os computadores exercem na educação como um todo, entendendo o porquê das escolas adotarem esta metodologia de ensino.

Em um primeiro momento, utilizamos alguns artigos e obras de especialistas nesta área de conhecimento, obras que teorizaram sobre o uso de tecnologias na educação em geral. Estes textos foram acessados em 2013. Além disso, esta pesquisa se utilizou do método indutivo formal, isto é, a enumeração de todos os fatos de uma série completa que resultou em uma conclusão que veio confirmar o antecedente. A técnica utilizada foi a aplicação de questionários aos professores do Ensino

* Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. E-mail: benmeneck@gmail.com

** Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. E-mail: nubiagardenia@gmail.com

Fundamental II do CAP com diversas perguntas sobre o assunto, para que pudéssemos saber quais eram os professores que já utilizavam ou utilizaram um computador conectado à *internet*, tanto na escola como em casa, detalhando o número de acessos por semana, quais programas ou aplicativos na área da educação utilizados.

Também houve interesse em pesquisar se estes professores possuíam e se utilizaram alguma rede social como método de ensino, especificando o nome desta rede social e se interagiam por esta com seus alunos. Além disso, houve a pesquisa sobre a utilização de computadores em sala de aula e quais eram as dificuldades encontradas, bem como a avaliação por parte destes professores quanto à utilização dos equipamentos como ferramenta complementar à educação. Os pontos específicos incluíram a cópia e a movimentação de arquivos digitais e a utilização dos seguintes itens: editor de texto, planilhas de cálculo, multimídia em geral, navegação e buscas na *internet*, correio eletrônico, envio de mensagens instantâneas, participação de fóruns de discussão, *blogs* e páginas eletrônicas e aquisição e instalação de programas.

Com isto, pudemos saber qual o nível de utilização e manuseio destes recursos digitais por parte dos professores diante do que foi oferecido pela escola.

Outro público alcançado foi o da Coordenação quando houve a entrevista com a ex-Coordenadora do Laboratório de Informática. Na oportunidade, tratou-se dos seguintes assuntos: a) Tempo de gestão na coordenação; b) Nível de participação na elaboração do projeto de criação do laboratório; c) Nível de utilização dos equipamentos por parte dos professores e dos alunos; d) Oferta de algum curso por parte da coordenação do laboratório para habilitação dos alunos e professores, observando o interesse e a motivação e o número de pessoas que cursaram a capacitação; as motivações da gestão do CAP para a criação do laboratório de informática, o número de computadores neste início, existência de equipes encarregadas da manutenção dos equipamentos, bem como da condução do laboratório de informática; e) Origem e condição dos primeiros equipamentos, além da origem dos recursos utilizados; f) Se alunos e professores de outros cursos (como o de Pedagogia e de Psicologia que estão bem próximos fisicamente) puderam utilizar os computadores do CAP, sob quais critérios e com que frequência houve esta utilização e; g) Se os professores interessados em utilizar o laboratório para ministrar aulas precisavam compor e apresentar um plano de aula.

O resultado de toda esta entrevista, bem como das leituras e questionários foram, então, analisados e transformados em textos. Textos estes que continham a importância do projeto, e se os alunos estão a altura da tarefa de cuidar e preservar estes recursos, além de usufruir dos mesmos.

Justificativa para a Utilização do Computador na Educação

Para que se chegar às conclusões que serão demonstradas abaixo, utilizou-se três textos de J. A. Valente, intitulados: “*Por que o computador na educação?*”, “*Diferentes usos do Computador na Educação*” e “*O Uso inteligente do computador na Educação*”.

No artigo “*Por que o computador na educação*”, é possível perceber que existem justificativas para a implantação de computadores na educação. Porém, há nisso vantagens e desvantagens. Um exemplo desvantajoso seria o caso da escola não possuir recursos financeiros para comprar equipamentos de informática. Sem o investimento das instâncias governamentais voltadas para a educação, a escola estará fadada ao descaso e ao abandono nestas metodologias.

Outra questão importante é que muitos pais estão exigindo a existência de laboratórios de informática nas escolas sob a justificativa de que seus filhos devem ser preparados nesta área tecnológica para enfrentar a concorrência do mercado de informação digital. Isso porque o computador possui a “capacidade de ensinar”. E nós, como alunos, devemos aprender sobre a sociedade em que vivemos, incluindo as adaptações e conhecimento na utilização de computadores.

É interessante ressaltar que neste contexto, alguns professores temem ser substituídos pelos computadores, causando desemprego, além de os alunos, influenciados pelo uso contínuo de “computadores professores”, poderiam se transformar em pessoas frias, destituídas da atenção para as questões mínimas relacionadas à humanidade como sentimento, intuição, contato com pessoas e com a natureza etc.

Porém, há professores que defendem o emprego destas tecnologias por parte dos alunos argumentando, com base na utilização deste método em outras escolas em outros lugares, que esta prática estimula a aquisição do conhecimento por meio da informação digital, além destes computadores se fazerem presentes no futuro. Mas esta justificativa de que o computador provoca uma “motivação” no aluno é rebatida por alguns professores.

Ainda de acordo com o autor, “as razões pelas quais se ensina matemática na escola não são diferentes das razões pelas quais se propõe o uso do computador na escola”. Um exemplo disso é que esse conhecimento se torna um “Pré-requisito para o sucesso” em como saber matemática, ou seja, “O computador pode ser usado na educação como máquina de ensinar ou como ferramenta”.

Há também, o chamado construcionismo onde o aluno interage com o computador e por meio dele tira suas ideias, confirmando-as ou descartando-as ao final. O estudante age sobre o computador. O computador, por sua vez, executa os comandos. Ao final, o estudante faz uma reflexão, promovendo três tipos de abstrações: A empírica, que permite ao aluno extrair informações do objeto ou das ações sobre o objeto. A pseudo-empírica que permite ao aprendiz deduzir algum conhecimento da sua ação ou do objeto. E por fim, a reflexiva que permite a projeção daquilo que é extraído de um nível mais baixo para um nível cognitivo mais elevado ou a reorganização desse conhecimento em termos de conhecimento prévio. Em todo este processo, faz-se necessária a presença de um mediador (não necessariamente um professor) que conheça as ideias do aluno. O aluno também pode receber ajuda da sociedade e/ou ajudá-la a resolver problemas.

Nota-se claramente que a justificativa do autor quanto à utilização de computadores na educação é a de que o equipamento digital acelera a mudança no “paradigma educacional”, mostrando ao professor que a educação não se resume ao ato de repassar conteúdo, mas que educação eficaz é aquela que desperta no aluno o interesse do aprendizado e da construção de seu próprio conhecimento. O autor diz, ainda, que a introdução do computador na educação não deve ser motivada por mero modismo, mas sim como uma ferramenta que ajude poderosamente no aprendizado.

Com o artigo intitulado “*Diferentes usos do Computador na Educação*”, pode-se chegar a algumas conclusões. Uma delas foi deduzida do próprio título do texto no que diz respeito ao fato de que o computador pode ser usado como uma ferramenta de ensino e aprendizado nas mais variadas formas. Em seu discurso, parece que o autor procura mostrar que a implantação do computador na educação pode ser comparada à troca de uma carroça por um automóvel.

De acordo com o autor, são necessários quatro elementos para se inserir o computador na educação: O próprio computador; um *software* educativo; um professor capacitado; e o aluno.

Um meio de utilização do computador como ferramenta de educação são os jogos educativos, pois estes jogos criam certas simulações que levam o aluno a pensar em como lidar e superar os desafios a ele impostos. Existem também programas que podem ser usados tanto pelo aluno como pelo professor. Um exemplo é o programa utilizado para criar gráficos matemáticos e, ao mesmo tempo, transmitir informações. O autor também fala sobre um programa em que o aluno controla um animal (uma tartaruga para ser mais específico), levando-o por meio de comandos

a ambientes onde há o aprendizado de vários novos conceitos, tudo, claro, com a ajuda do professor.

O que o autor tenta argumentar é que o computador, como instrumento de aprendizagem, possui diversos usos que, com a ajuda de um professor, pode levar o aluno ao conhecimento de forma prazerosa.

Uso do Computador no CAP.

Após vermos as justificativas para o uso de computadores na escola, passaremos a conhecer este processo no CAP pela visão da ex-coordenadora deste projeto na referida escola. O processo todo foi motivado por uma proposta do MEC, o chamado PROINFO. E no ano de 2005 iniciou-se o que estava sendo elaborado um pouco antes, o Laboratório de Informática, sendo que o seu período de gestão aconteceu entre os anos de 2005 e 2012.

Segundo a entrevistada, inicialmente os professores não utilizavam com frequência os recursos do laboratório. Mas após curso de capacitação oferecido aos alunos e professores, estruturados em cinco turmas (curso este apoiado pela coordenação do laboratório), puderam conhecer o sistema operacional gratuito conhecido como Linux. Muitos professores começaram a utilizar os recursos do laboratório juntamente com seus alunos que, em horário oposto ou no intervalo, pesquisavam e produziam trabalhos.

Além do projeto do MEC, a gestão do CAP contou com a iniciativa pessoal da ex-coordenadora para a implantação do laboratório. Houve também um bom financiamento que oportunizou, inicialmente, a compra de dez computadores. Este número aumentou para vinte e oito computadores no Laboratório de Informática.

Ao ser questionada se no início havia uma equipe de manutenção e coordenação capacitada para tratar do Laboratório de Informática, a ex-coordenadora respondeu que no início havia o apoio do Centro de Computação (CECOMP), de bolsistas e a da própria ex-coordenadora.

A coordenação e o CECOMP eram responsáveis para avaliar o estado físico dos computadores que chegavam ao CAP. A checagem quanto ao funcionamento das máquinas ficava por conta do CECOMP e dos bolsistas.

Um dado interessante é que alunos e professores dos cursos de Pedagogia e Psicologia, pela proximidade geográfica, podiam utilizar o Laboratório de Informática até que pudessem construir seus próprios laboratórios.

Muitos professores utilizavam o Laboratório de Informática para preparar e ministrar aulas. Esta frequência, de acordo com a entrevistada, era proveitosa, embora não houvesse um critério definido de utilização. A própria coordenadora orientava os professores quanto: à elaboração dos planos de aula; à aproximação com as tecnologias; à utilização dos equipamentos e; à participação nas feiras de ciências.

Não foi possível obter informações sobre quais disciplinas tendem a utilizar mais o Laboratório de Informática, já que isto depende da metodologia do professor. Por outro lado, a entrevistada afirmou sobre algumas vantagens de se utilizar o Laboratório de Informática como, por exemplo, a familiaridade com os equipamentos, o acesso a informações e os recursos pedagógicos ampliados. Quanto aos alunos, a utilização do laboratório ampliou os objetivos pedagógicos. Quando questionada se havia Logos laboratório de informática a entrevistada respondeu que não há Logos até o ano de 2013.

Também foi realizada entrevista com a diretora do CAp no dia 29 de abril no ano de 2014. Nesta entrevista, perguntamos quais eram os critérios para a escolha do Coordenador do Laboratório de Informática. A resposta foi que os critérios levados em conta são a experiência e a afinidade com a área. Ao perguntarmos como é o funcionamento do laboratório hoje em dia, a diretora respondeu que o laboratório fica aberto pela parte da manhã e pela parte da tarde, exceto quando há a requisição de um professor para a regência de uma aula naquele local.

Questionamos se havia um computador para cada aluno de acordo com a composição de turmas do CAp. A resposta foi que o laboratório possuía mais de um computador novo e em perfeito estado por aluno. Vale ressaltar que as turmas do CAp são formadas com 25 alunos em média. A *internet* de fibra ótica funcionava perfeitamente, evitando reclamações.

Ao perguntarmos a opinião da diretora sobre a importância do Laboratório de Informática para o CAp, ela informou que a informática, em sua visão, é uma ferramenta indispensável e extremamente necessária.

Resultados Quantitativos

Foi aplicado um questionário a dezesseis professores do Ensino Fundamental II e ao final foram obtidos os seguintes resultados em números absolutos que serão apresentados abaixo acompanhados de gráficos percentuais.

- Utilização dos computadores: 16 professores já utilizaram um computador;

- Computador doméstico: 16 professores responderam que possuem computador em casa sendo, 8 possuem um computador portátil e 8 possuem um portátil e outro de mesa.

- Utilização da *internet*: 16 professores já utilizaram a *internet* e 0 de 16.

- *Internet* em casa: 16 possuem sendo que 2 utilizam até 4 vezes por semana; 1 utiliza até 2 vezes por semana; 1 utiliza até 7 vezes por semana; 1 utiliza até 14 vezes por semana; 1 utiliza quase todos os dias; 1 utiliza de 3 a 5 vezes por semana; 8 utilizam todos os dias; e 1 não respondeu.

- Dificuldades: 2 possuem dificuldades de copiar e mover arquivos, 1 não respondeu; 2 possuem dificuldades de usar editor de textos, 1 não respondeu; 5 possuem dificuldades para usar editor de apresentações; 7 possuem dificuldades em usar planilha de cálculo, 1 não respondeu; 5 possuem dificuldade de usar a multimídia; 3 possuem dificuldades para navegar na *internet*; 3 possuem dificuldades para utilizar o correio eletrônico; 5 possuem dificuldades de utilizar *blogs*; 2 possuem dificuldades de enviar mensagens instantâneas; 4 possuem dificuldades para participar de fórum de discussão; 7 possuem dificuldades para baixar e instalar programas; 5 possuem dificuldades para postar filmes e vídeos na internet, 1 afirmou que nunca fez.

- Utilização de redes sociais com metodologia de ensino: 8 responderam “às vezes”; 1 responderam “sempre”; 2 responderam “nunca se interessou”; 3 responderam “nunca”; 2 responderam “com frequência”; Dos 11 positivos: 1 marcou *Orkut*, *Facebook* e *Whatsapp*; 5 marcaram *Facebook*; 1 marcou *blogs* educativos e *Facebook*; 2 marcaram *Facebook*, *Whatsapp*; 1 marcou *Whatsapp*; 1 marcou *Twiter*.

- Participação em alguma rede social com os alunos: 8 responderam que sim; sendo, 3 no *Facebook*; 1 no *Facebook*, no *Twitter* e no *Orkut*; 1 no *Facebook* e no *Prat*; 2 no *Whatsapp*; 1 no *Facebook* e no *Whatsapp*.

Considerações finais

Como estudante do Colégio de Aplicação, é possível perceber que existe uma boa estrutura na sala de informática e até mesmo nas próprias salas de aula. Contudo, tais recursos não estão sendo explorados e nem usufruídos como poderiam ser. Não que o uso esteja sendo inadequado, mas a utilização dos recursos de que o colégio dispõe poderia ser melhor.

Os recursos tecnológicos, incluindo os computadores, possuem certa importância, já que podem ser usados como ferramentas eficazes de ensino. Pelos resultados do questionário aplicado aos 16 professores do Ensino Fundamental II, constata-

-se que a utilização dos equipamentos neste segmento não está ruim, já que todos os professores questionados responderam que já haviam utilizado um computador, além de possuir um em casa.

Além disso, a forma como os professores questionados responderam demonstrou uma rica variedade. As mais frequentes foram, basicamente, ligadas às aulas expositivas, além da confecção de slides. No entanto, acreditamos que a utilização poderia ser melhor.

Uma das formas para melhorar esta utilização é a ministração de aulas no próprio Laboratório de Informática, no sentido de promover o dinamismo e para que os alunos se familiarizem com a utilização do computador.

Não há dúvidas sobre a importância do computador como instrumento promotor da aprendizagem. Neste sentido, a capacitação dos professores e dos alunos nesta área é imprescindível para o aprimoramento e para a motivação, elementos que dinamizarão a utilização eficaz e a aquisição razoável do conhecimento.

Referências bibliográficas

VALENTE, J. A. **Diferentes usos do computador na Educação**. Educação Pública. Biblioteca / Tecnologia. Rio de Janeiro, CECIERJ. (ISSN: 1984-6290). Disponível em: <<http://ffalm.br/gied/site/artigos/diferentesusoscomputador.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2013.

_____. **Por que o computador na educação?** In: Colóquio Nacional de Pesquisa em Educação. 8, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: PUC/ PGED, ago. 2013. Disponível em: <http://www.ich.pucminas.br/pged/db/wq/wq1_LE/local/tx-tie9doc.pdf> Acesso em: 16 out. 2013.

_____. **O uso inteligente do computador na Educação**. Pátio Editora Artes Médicas Sul, ano 1, n. 1, p.19-21, 1997. Disponível em: <<http://www.grupoa.com.br/revista-patio/Default.aspx>>. Acesso em: 16 maio 2013.

O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E SUAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Introdução

Antes de tudo, é bom que a população entenda a importância das crianças e dos adolescentes na sociedade, pois eles são de grande valor para o país, já que representam o seu futuro, por isso, deve-se assegurar o desenvolvimento físico e mental deles, a fim de que eles possam se tornar pessoas capazes de ajudar ainda mais no desenvolvimento do país.

Antigamente, a sociedade não se dava conta da importância do papel da criança e do adolescente, mas desde metade do século XX eles começaram a perceber e se preocupar mais com o destino que esses jovens iriam tomar. Neste período, tornaram-se mais intensas as lutas pelos direitos das crianças e dos adolescentes, de modo que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) surgiu motivado por essas lutas no dia 13/07/1990, como a Lei nº 8.069 (BRASIL, 1990).

No começo do século XX, a população brasileira estava passando por uma crise e estava preocupada com a situação pelas quais as crianças e os adolescentes estavam sujeitos. Nesse contexto, surgiu o Código de Menores, Decreto nº 17943-A, de 12 de outubro de 1927, sendo a primeira codificação voltada para o interesse da criança e do adolescente.

Segundo Carvalho (2001), em sua comparação entre o Código de Menores e o ECA, este relata que, antes do surgimento do ECA, a criança e o adolescente eram tratados da mesma forma que os outros sujeitos infratores maiores de idade e não se buscava uma solução efetiva para os seus problemas. Já com o ECA, as crianças e os adolescentes passaram a receber proteção integral, sem poder sofrer nenhum tipo de discriminação. O referido estatuto trouxe, então, uma nova forma de se ver

* Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. E-mail: pallomaponciano@hotmail.com

** Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. E-mail: a_chirone@hotmail.com

a criança e o adolescente, tratando esses menores de forma diferente, como sujeitos de direitos que precisam de mais proteção.

Para essas crianças e adolescentes, o surgimento do ECA foi de grande importância, pois trouxe mais respeito e dignidade, colaborando de forma expressiva para o futuro da sociedade brasileira. Na conclusão do trabalho de Carvalho (2001, p. 5), fica claro o quão importante é o ECA para o futuro da sociedade:

Portanto é indubitável que com a vigência do ECA tanto o Estado como a sociedade em sua totalidade passou a assumir um compromisso maior com a sua juventude, compromisso este que cada vez mais deve ser aprofundado e cultuado na busca da tão almejada paz social e em nome do verdadeiro progresso econômico, pois tais jovens têm indubitavelmente um potencial construtivo que, se bem explorado e direcionado pode ser o motor propulsor que levará a um país e a um mundo melhor.

Antes do ECA, boa parte dos jovens, principalmente os de baixa renda, encontravam-se nessa situação de desamparo, sem uma lei que realmente servisse para protegê-los. Quando se analisa o passado, é possível perceber que as crianças e os adolescentes passaram por várias situações de risco. Nessa época, esses jovens não eram considerados sequer pessoas possuidoras de direito, estando sujeitos somente a ações do Estado, que os cobrava mais do que os amparava.

O ECA surgiu como uma forma de substituir o Código de Menores, que segundo Márcia Machado (2008, p. 6), baseava-se na Doutrina da Situação Irregular.

Situação irregular foi o termo encontrado para as situações que fugiam ao padrão normal da sociedade saudável em que se pensava viver. Estavam em situação irregular os abandonados, vítimas de maus-tratos, miseráveis e, como não podia deixar de ser, os infratores. Enquadrando-se em qualquer das hipóteses enumeradas no artigo 2º do Código – 10 situações descritas, no total – o menor passava à autoridade do juiz de menores, que aplicaria, “em sua defesa”, os preceitos do Código de Menores.

O Código de Menores foi finalmente substituído com o surgimento do ECA, que chegou como uma alternativa para tentar solucionar aqueles problemas, em que se encontravam as crianças e adolescentes e a Doutrina da Situação Irregular foi trocada pela Doutrina de Proteção Integral, já que os objetivos do Estatuto giram em torno dessa última doutrina, que passou a ver a criança e o adolescente como pessoas com direitos, que precisam de uma proteção especial.

O ECA se diferencia do Código dos Menores porque este é aplicado a todas as crianças e adolescentes, enquanto o Código dos Menores era aplicado apenas para aqueles que se encontrassem em situação irregular. No entanto, antes de buscar

entender o ECA é necessário procurar entender o contexto histórico daquela época, refletindo por quais situações os jovens daquela época passaram para se ter um melhor entendimento do seu objetivo, lembrando-se de suas condições sociais e seus valores, procurando, também, fazer um comparativo com a dinâmica dos tempos modernos, para poder chegar as suas próprias conclusões.

Podemos notar no artigo “O Código de Menores e o Estatuto da Criança e do Adolescente: avanços e retrocessos”, publicado por Paes (2013), bacharela em Direito, que, segundo ela, o Código de Menores, estava voltado para suprir as necessidades de proteção à criança e ao adolescente, de acordo com as balizas do cenário político, econômico e social da época. Então, entre ele e o ECA ocorreram várias transformações políticas e sociais no Brasil que contribuíram para a redemocratização e promulgação da ‘Constituição Cidadã’ em 1988, que deu origem ao ECA. Ela deixa claro nesse artigo sua opinião de que houve um avanço nas políticas de proteção aos menores, mas que elas ainda têm um longo caminho a percorrer.

O ECA é uma lei federal que cuida dos direitos da criança e do adolescente em todo o Brasil, originado pela reforma da Carta Magna Nacional de 1988 (BRASIL, 1988), em seu artigo 227 quando tratou dos deveres da família, da sociedade e do Estado de assegurar, com prioridade absoluta, os direitos das crianças e dos adolescentes.

O Estatuto aplica-se às crianças e adolescentes e, segundo o mesmo, baseando-se em seu Art. 2º considera-se criança a pessoa de até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela pessoa entre doze anos de idade completos e dezoito anos incompletos e a partir dos 18 anos completos são consideradas pessoas plenamente capazes e adultas.

Enfim, ele assegura às crianças e aos adolescentes todos os direitos que garantiam antes somente às pessoas maiores de idade, assim como assegura facilidades e oportunidades para que eles possam se desenvolver tanto física como mentalmente, com liberdade e dignidade e afirma que é dever de toda a sociedade assegurar-se com prioridade de que os direitos deles sejam garantidos.

O ECA tem como objetivo auxiliar as crianças e os adolescentes a disponibilizar todas as liberdades e garantias, reconhecendo esses jovens como sujeitos de direitos. Mas, apesar do principal objetivo deste ser fornecer às crianças e aos adolescentes proteção integral, isso não significa que o Estatuto e o Poder Público omitem as responsabilidades de quem comete algum ato infracional.

As crianças e os adolescentes recebem um tratamento diferenciado em relação ao ECA, pois é considerado o desenvolvimento dos dois, e acredita-se que o do

adolescente é maior que o da criança. Todavia esse desenvolvimento não é igual para todos e depende de vários fatores. Então uma criança que comete um ato infracional está sujeita às medidas de proteção previstas no Art. 101. do ECA:

- I – encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II – orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III – matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV – inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- 104VII – acolhimento institucional; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009)
- 105VIII – inclusão em programa de acolhimento familiar; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009)
- 106IX – colocação em família substituta. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009). (DIGIÁ-COMO, 2013, p. 144).

O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são provisórios e são usados como formas de transição para se reintegrar a criança ou o adolescente na família dele ou então para colocá-los em uma família substituta, não ocorrendo sua privação de liberdade.

Depois do acolhimento da criança ou do adolescente, será elaborado um plano individual de atendimento, visando à reintegração familiar ou contemplando sua colocação em família substituta, que será elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento e levará em consideração a opinião da criança, ou adolescente, e dos seus responsáveis.

Nesse plano estarão os resultados da avaliação interdisciplinar, os compromissos assumidos pelos responsáveis e a previsão das atividades a serem desenvolvidas com a criança ou com o adolescente e seus responsáveis na reintegração familiar ou na colocação deles em uma família substituta.

O acolhimento familiar ou institucional será realizado no local mais perto dos responsáveis e a família de origem será sempre que preciso incluída nos programas desses jovens.

Após verificar se há a possibilidade de reintegração familiar, será informada uma autoridade judiciária, que dará vista ao Ministério Público, pelo prazo de 5 (cinco) dias, tomando sua decisão no mesmo prazo. Caso não haja essa possibilidade depois de seu encaminhamento a alguns programas, será enviado um relatório fundamenta-

do ao Ministério Público para a destituição do poder familiar ou destituição de tutela ou guarda.

Recebido o relatório, o Ministério Público terá o prazo de 30 (trinta) dias para entrar com a ação de destituição do poder familiar, a não ser que precise analisar cuidadosamente o caso ou tomar outras providências necessárias. E em cada comarca ou foro regional haverá cadastros com informações dessas crianças e adolescentes e os processos pelos quais passaram. De acordo com o ECA, em sua 10ª edição, publicada em 2013, no art. 101, parágrafo 12:

Terão acesso ao cadastro o Ministério Público, o Conselho Tutelar, o órgão gestor da Assistência Social e os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social, aos quais incumbe deliberar sobre a implementação de políticas públicas que permitam reduzir o número de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e abreviar o período de permanência em programa de acolhimento. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009). (DIGIÁCOMO, 2013, p. 173).

Já em relação aos adolescentes que cometem atos infracionais são aplicadas tanto as medidas de proteção quanto as medidas socioeducativas:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

I – advertência;

II – obrigação de reparar o dano;

III – prestação de serviços à comunidade;

IV – liberdade assistida;

V – inserção em regime de semiliberdade;

VI – internação em estabelecimento educacional;

VII – qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

§ 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

§ 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

§ 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições. (DIGIÁCOMO, 2013, p. 163).

Ao que se refere à primeira medida socioeducativa, a advertência, conforme Art. 115, é uma admoestação verbal, ou seja, uma repreensão verbal que virará um termo e será assinada, é uma medida mais branda que pode ser aplicada mesmo sem uma prova indubitável, conforme o Art. 114, “A advertência poderá ser aplicada sempre que houver prova da materialidade e indícios suficientes da autoria.”

A obrigação de reparar o dano, segundo o Art. 116, será aplicada quando se tratar de um ato infracional com reflexos patrimoniais, em que o adolescente deve reembolsar ou compensar a coisa de alguma forma e caso isso não seja possível essa medida deverá ser substituída por outra adequada, (Art. 116, p.ú.). De acordo com Barros (2011, p. 167) na 4ª edição do seu livro “Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069/ 1990”, essa medida não é muito efetiva, pois os adolescentes não têm dinheiro para reembolsar o dano causado por eles, “Um adolescente de 13 anos, por exemplo, sequer pode trabalhar; um de 14 anos, apenas como aprendiz. Daí a dificuldade de sua aplicação.”, os pais são responsáveis por restituir os danos de seus filhos, (Código Civil, Art. 932, inciso I), mas não nesse caso, pois a medida foi aplicada ao adolescente e não aos seus pais.

A prestação de serviços à comunidade consiste na realização de tarefas gratuitas que são realizadas segundo as aptidões do adolescente, não podendo passar de seis meses, sendo cumpridas por, no máximo, oito horas semanais de uma maneira que não prejudique a frequência do adolescente à escola ou ao trabalho, realizado em entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros. Consoante o Art. 117.

A liberdade assistida:

Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

Art. 119. Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros:

I – promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social;

II – supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;

III – diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho;

IV – apresentar relatório do caso. (DIGIÁCOMO, 2013, p. 172).

Inserção em regime de semiliberdade:

Art. 120. O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

§ 1º São obrigatórias a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade.

§ 2º A medida não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação. (DIGIÁCOMO, 2013, p. 175).

A internação “constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento” (DIGIÁCOMO, 2013, p. 177).

Segundos os parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º do Art.121, trata-se de uma medida que não tem um prazo determinado, devendo ser reavaliada a cada seis meses e não poderá passar do prazo de três anos. Caso alcance três anos, o adolescente deverá ser colocado em liberdade assistida ou semiliberdade, sendo obrigatória sua libertação aos vinte e um anos:

Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

I – tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;

II – por reiteração no cometimento de outras infrações graves;

III – por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

122§ 1º O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a três meses, devendo ser decretada judicialmente após o devido processo legal. (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012).

§ 2º. Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada. (DIGIÁCOMO, 2013, p. 185).

Conforme o Art. 123, essa internação deverá ocorrer em uma entidade própria para o adolescente, em um lugar diferente ao do abrigo e deverão ser separados seguindo critérios de idade, da seriedade do delito que cometeu e de sua constituição física, e sendo obrigatoriamente desenvolvidas atividades pedagógicas com eles:

Art. 124. São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes:

I – entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público;

II – peticionar diretamente a qualquer autoridade;

III – avistar-se reservadamente com seu defensor;

IV – ser informado de sua situação processual, sempre que solicitada;

V – ser tratado com respeito e dignidade;

VI – permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável;

VII – receber visitas, ao menos, semanalmente;

VIII – corresponder-se com seus familiares e amigos;

IX – ter acesso aos objetos necessários à higiene e asseio pessoal;

X – habitar alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade;

- XI – receber escolarização e profissionalização;
- XII – realizar atividades culturais, esportivas e de lazer;
- XIII – ter acesso aos meios de comunicação social;
- XIV – receber assistência religiosa, segundo a sua crença, e desde que assim o deseje;
- XV – manter a posse de seus objetos pessoais e dispor de local seguro para guardá-los, recebendo comprovante daqueles porventura depositados em poder da entidade;
- XVI – receber, quando de sua desinternação, os documentos pessoais indispensáveis à vida em sociedade.

§ 1º Em nenhum caso haverá incomunicabilidade.

§ 2º A autoridade judiciária poderá suspender temporariamente a visita, inclusive de pais ou responsável, se existirem motivos sérios e fundados de sua prejudicialidade aos interesses do adolescente. (DIGIÁCOMO, 2013, p. 195).

Sendo assegurada pelo Art. 125, integridade física e mental dos internos é dever do Estado, devendo zelar por ela e adotar as medidas necessárias de segurança.

Comparando-se semiliberdade e internação, percebemos as características elencadas no quadro 1.

Quadro 1 – Comparação de semiliberdade e internação

Semiliberdade	Internação
Imposta desde o início ou como forma de transição para o meio aberto	Imposta desde o início ou diante do seu descumprimento reiterado e injustificável da medida anterior
Atividades externas não dependem de autorização judicial	Atividades externas dependem da autorização da equipe técnica da entidade, mas podem ser vedadas pela autorização judiciária.
Obriga à escolarização e à profissionalização	Recebe escolarização e profissionalização dentro da entidade
Prazo de cumprimento indeterminado	Prazo de cumprimento indeterminado
Reavaliações periódicas, no máximo, a cada 6 meses	Reavaliações periódicas, no máximo, a cada 6 meses
Reduz o direito de liberdade	Suprime o direito de liberdade

Fonte: Barros, 2011, p. 172.

As crianças e adolescentes que cometem infrações sofrem preconceitos pela sociedade, pois desde cedo são tachados como bandidos, e costumam ser vistos como: desobedientes, violentos, encrenqueiros, descontrolados, agressivos, indisciplinados; então, às vezes, as pessoas acabam criando, erroneamente, uma imagem para aquela criança ou adolescente que cometeu um ato, sem buscar antes saber

quais os motivos que os levaram àquilo. Deve-se ter em conta que tudo acaba influenciando uma criança: seu ambiente familiar, seu ciclo de amigos, a escola. Enfim, todas as pessoas com quem convivem; e isso se revelará quando essa criança se tornar um adolescente e, posteriormente, em sua vida adulta.

O Estatuto por si só não pode e nem é responsável pela formação moral das crianças e dos adolescentes, pois isso é o papel da família engajada com a sociedade e o poder público através de políticas públicas voltadas para essa finalidade. Então, muitos atos infracionais poderiam ser evitados se todos cumprissem adequadamente com seu papel perante a sociedade.

Metodologia

Esta pesquisa teve método descritivo e por meio de uma análise documental tenta demonstrar o que é o ECA, e quais são as medidas socioeducativas e como isso se relaciona à criança e ao adolescente que cometeu um ato infracional.

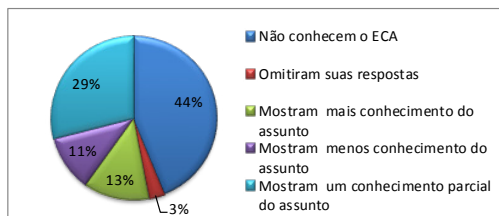
A obtenção de dados foi feita a partir de um questionário, que foi aplicado aos alunos de Ensino Médio do Colégio de Aplicação e que teve como objetivo servir de instrumento para medir o grau de conhecimento dos alunos do Colégio de Aplicação em relação ao tema abordado.

Discussão e resultados

O Gráfico 1 se refere à primeira pergunta do questionário que buscava saber se os alunos conheciam o ECA e o que era o ECA para eles. Obteve-se um resultado alarmante, pois quase metade dos estudantes 44% deles, afirmaram não saber o que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dos 56% dos estudantes que responderam saber o que é o ECA, 11% desses estudantes aparentam estar equivocados em alguns aspectos e parecem não conhecer realmente o que é o ECA; 29% desses estudantes mostraram têm um conhecimento maior sobre o Estatuto, mesmo que ainda um pouco vago; 3% desses estudantes preferiram omitir o que é ECA, segundo o entendimento deles; e, por fim, 13% dos estudante revelaram terem um bom conhecimento em relação ao Estatuto.

Percebe-se, então, algumas dúvidas em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, dúvidas estas que o Colégio de Aplicação poderia buscar um meio de suprimi-las.

Gráfico 1 - Conhecimento dos estudantes do CAP em relação ao Estatuto

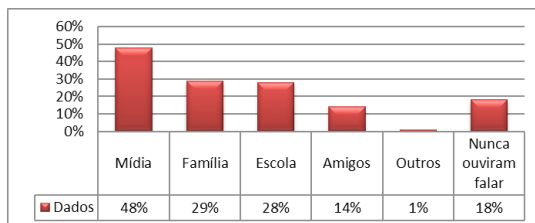


Fonte: Elaborado pelas autoras.

O Gráfico 2 se refere à segunda pergunta em que o objetivo era saber por quais fontes os estudantes ouviam falar sobre o ECA. A maioria dos estudantes, 48%, ouviu falar do ECA através da mídia o que é algo positivo, pois o mais provável é que eles mesmo tenham buscado informações; 29% dos estudantes ouviram falar do ECA através de suas famílias; 28% deles através da escola, o que é uma porcentagem pequena, já que esses assuntos deveriam ser mais abordados nesses dois lugares – escola e casa; 14% dos estudantes ouviram falar do ECA através de seus amigos e, apesar de ser uma porcentagem pequena, é interessante saber que esse tema é discutido entre os jovens; 1% dos estudantes tiveram informações do ECA por outras fontes e 18% deles afirmaram nunca terem ouvido falar do ECA, o que é algo preocupante, pois mostra o quão desatualizados estão dos fatos que ocorrem ao seu redor, até porque o tema foi abordado, diversas vezes, pela mídia.

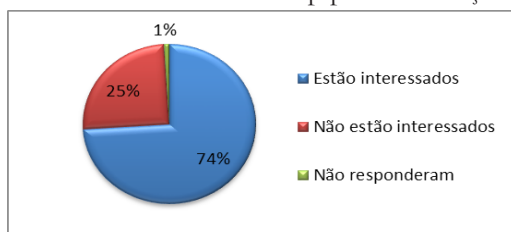
O Gráfico 3, revelou que 74% dos estudantes gostariam de obter mais informações sobre o ECA. Embora se esperasse um número maior, isso já é bastante satisfatório, pois seria interessante trabalhar o tema com os alunos do Colégio de Aplicação, 25% dos estudantes não têm interesse de obter mais conhecimento em relação ao tema abordado e 1% dos estudantes preferiram não responder à questão.

Gráfico 2 - Fontes de conhecimento dos alunos sobre do ECA



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Gráfico 3 - O interesse dos alunos do CAp por informações sobre o ECA

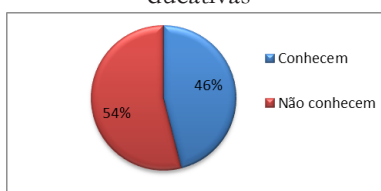


Fonte: Elaborado pelas autoras.

A quarta questão foi feita para saber se os alunos conheciam as medidas socioeducativas e mais da metade dos alunos não têm conhecimentos em relação a elas: 54% dos alunos, enquanto 46% deles têm conhecimento, o que não é muito satisfatório visto que é necessário que os jovens hoje em dia saibam quais serão as consequências de seus atos (Gráfico 4).

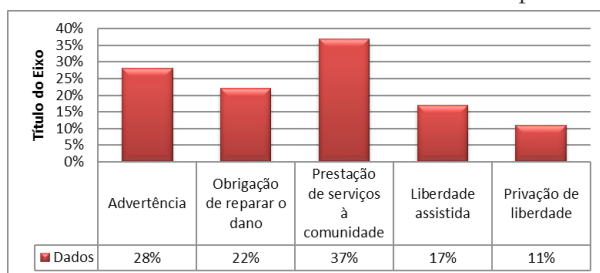
O objetivo da pergunta apresentada no Gráfico 5 é saber quais as medidas mais conhecidas pelos estudantes. Percebe-se, então, que a maioria dos estudantes, 37% deles, conhece mais a medida de prestação de serviços à comunidade, enquanto a menos conhecida é a medida de privação de liberdade, que apenas 11% dos estudantes têm conhecimento dela, sendo seguida da medida de liberdade assistida que é conhecida apenas por 17% dos estudantes. As medidas de advertência são relativamente conhecidas por 28% dos estudantes e as de obrigação de reparar o dano conhecida por 22% dos estudantes.

Gráfico 4 - Conhecimento dos estudantes do CAp em relação às Medidas Socioeducativas



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Gráfico 5 - Medidas Socioeducativas conhecidas pelos alunos

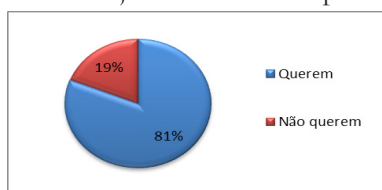


Fonte: Elaborado pelas autoras.

A sexta questão é sobre o interesse dos alunos em relação ao tema abordado. O mais surpreendente foi que o número de alunos de que afirmaram querer que fosse realizada uma palestra sobre o ECA, 81% dos estudantes, foi maior que o número de alunos que gostariam de obter mais informações sobre o ECA, 74% dos estudantes, o que pode significar que os estudantes não querem se dispor a buscar informações sobre o tema, mas se essas informações chegassem até eles, eles não veriam problema em aceitá-las (Gráfico 6).

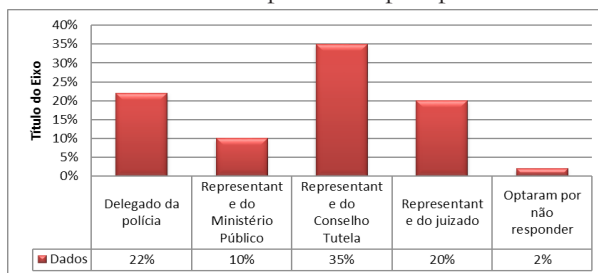
Por fim, o Gráfico 7, mostra a preferência dos alunos por quem eles querem que apresente a palestra. O representante do Conselho Tutelar foi a escolha da maioria, 35% dos estudantes, sendo seguido pelo Delegado de Polícia com 22% dos estudantes e pelo representante do juizado com 20% dos estudantes, sendo que o representante do Ministério Público foi citado por uma pequena parcela de 10% dos estudantes, e 2% dos estudantes preferiram ficar sem responder.

Gráfico 6 - O desejo dos estudantes por uma palestra



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Gráfico 7 - Responsáveis pela palestra



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Considerações finais

Essa pesquisa teve como um de seus objetivos sondar o conhecimento dos alunos do Colégio de Aplicação sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e o resultado revela-se, em parte, preocupante com o nível de conhecimento deles em relação ao tema, mas foi também satisfatório, uma vez que a maioria estudantes afirma querer obter mais informações em relação ao Estatuto e estão interessados em assistir a uma palestra sobre o assunto, suscitando assim a intervenção do Colégio no sentido de abordar este tema, seja por palestras ou atividades pedagógicas.

Então, para a conclusão dessa pesquisa resta expor que, apesar da crescente onda de criminalidade infantil que chamou a atenção da mídia, da população e de duas correntes sobre o ECA, sendo que a primeira acredita na sua pouca eficácia, e clama por sua reforma, enquanto a segunda acredita no Estatuto e na sua importância, tendo em vista seus grandes avanços, o Estatuto da Criança e do Adolescente é indubitavelmente importante. Exemplo disso são alguns artigos como os: 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 15, 17, 18 entre outros, que trazem inúmeros benefícios tanto para as crianças como para os adolescentes.

Contudo, já passou da hora da população sair do seu conformismo e repensar seus valores a fim de obter uma política que realmente vigore para todos, pois enquanto a população não cumprir com seu papel, não se poderá dizer se o problema são as regras, normas e leis que vigoram na sociedade, ou se é a própria sociedade que, conformada com a sua situação precária, não busca melhorias.

Referências bibliográficas

BARROS, Guilherme Freire de Melo. **Estatuto da criança e do adolescente Lei n° 8.069/ 1990**. 4. ed. Salvador: JusPODIVM, 2011, 346 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo n° 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 454 p. (Série textos básicos; 67)

_____. **Estatuto da criança e do adolescente e legislação correlata**: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. 10. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013, 232 p. (Série legislação; 97).

CARVALHO, Leonardo Mata. **Comparativo entre o código de menores (Lei n.º 6.697/79) e o estatuto da criança e do adolescente (Lei n.º 8.069/90)**. Direito UNIFACS - Debate Virtual. abr. 2001. Disponível em: <http://www.unifacs.br/revistajuridica/arquivo/edicao_abril2001/corpodiscente/graduacao/comparativo.htm>. Acesso em: 21 jan. 2014.

DIGIÁCOMO, Murillo José. **Estatuto da criança e do adolescente anotado e interpretado**. 6. ed. Curitiba: Ministério Público do Estado do Paraná. Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2013. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/eca_annotado_2013_6ed.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2014.

MACHADO, Márcia Cristina Macedo. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: a construção de uma nova realidade. In: XXI Encontro Regional de Estudantes de Direito, 21 e Encontro Regional de Assessoria Jurídica Universitária, 2008, Anais... Universidade Regional do Cariri. Crato: EREG, 2008. (ISBN 978-85-61681-00-5). Disponível em: <http://www.urca.br/ered2008/CDAnais/pdf/SD2_files/Marcia_Cristina_MACHADO.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2014.

PAES, Janiere Portela Leite. **O código de menores e o estatuto da criança e do adolescente**: avanços e retrocessos. 2013. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,o-codigo-de-menores-e-o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-avancos-e-retrocessos,43515.html>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

DOENÇAS TRANSMITIDAS POR MICRO-ORGANISMOS AOS ALUNOS DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO

Introdução

Este artigo relata sobre importância de conhecer as doenças transmitidas pelos microrganismos que são organismos unicelulares (ou acelulares, os vírus) que só podem ser vistos ao microscópio. Incluem os vírus, as bactérias, os protozoários, as algas unicelulares e algumas formas de fungos (as leveduras) (PINTO, 1996; IN-DRIUNAS, 2009).

Com relação ao seu contato com o homem, este pode ocorrer de forma positiva e indispensável à vida (bactérias nitrificantes) ou bastante negativa, neste caso, os efeitos prejudiciais à saúde, e, até mesmo à vida do homem, pelo contato com microrganismos patogênicos (causadores de doenças), (MURRAY; ROSENTHAL; PFALLER, 2006).

Foram descritas as doenças mais comuns transmitidas por microrganismos que afetaram e afetam os alunos do Colégio de Aplicação, das turmas do 5º ano do Ensino Fundamental I e 1ª série do Ensino Médio.

O projeto intitulado *Doenças transmitidas por microrganismos aos alunos do Colégio de Aplicação* teve como objetivos alertar as pessoas sobre a importância do cuidado com os microrganismos, fornecer informações para que as pessoas compreendam a importância de se prevenir. Para isso, foi elaborado um questionário a fim de saber quais as principais doenças que acometem os alunos pesquisados, além da distribuição de *folder* para divulgação das principais doenças transmitidas por microrganismos.

* Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. E-mail: pamellagraziella@hotmail.com

** Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. E-mail: edjanemag@yahoo.com.br

Discussão e resultados

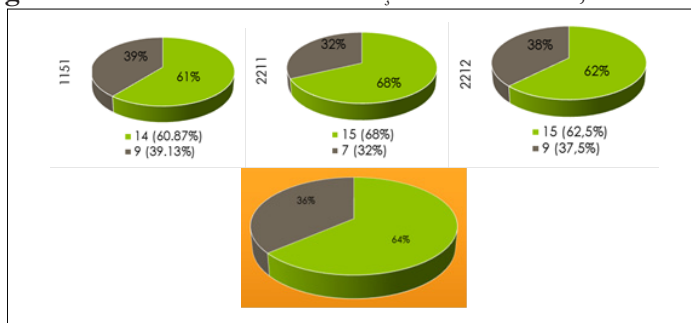
Conhecimento das Doenças

Pode-se perceber, com a pesquisa, através da Figura 1, que as crianças menores, que cursam o 5º ano do Ensino Fundamental (Turma 1151), praticamente têm o mesmo conhecimento que os alunos da 1ª série do Ensino Médio (Turmas 2211 e 2212), ficando a média em torno de 64% do nível de conhecimento das três turmas, no que diz respeito às doenças transmitidas por microrganismos. Entre os que não têm conhecimento de doenças transmitidas por microrganismos, média pontuou 38% nas três turmas. A diferença encontrada é de apenas 1 ou 2 alunos, no máximo. Esses dados nos mostram que independentemente da idade, é sempre importante ter conhecimento das doenças transmitidas.

Prevenção

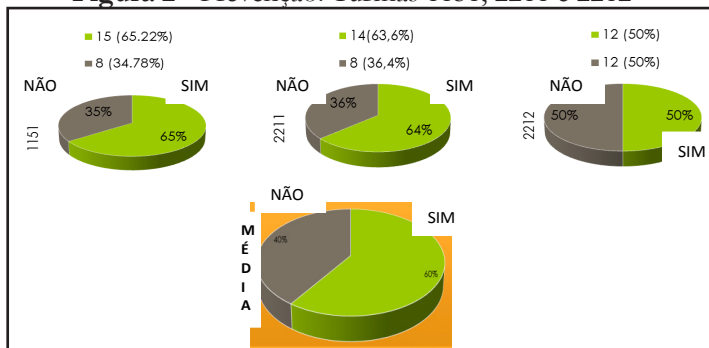
Os dados obtidos através da Figura 2, mostram claramente que as crianças (Turma 1151) se previnem muito mais do que os jovens do Ensino Médio (Turmas 2211 e 2212), apesar da pouca idade. Nem sempre os mais velhos, apesar de conhecer melhor as doenças, se cuidam mais do que os mais jovens.

Figura 1 - Conhecimento das doenças: Turmas 1151, 2211 e 2212



Fonte: Elaborada pelas autoras.

Figura 2 - Prevenção: Turmas 1151, 2211 e 2212

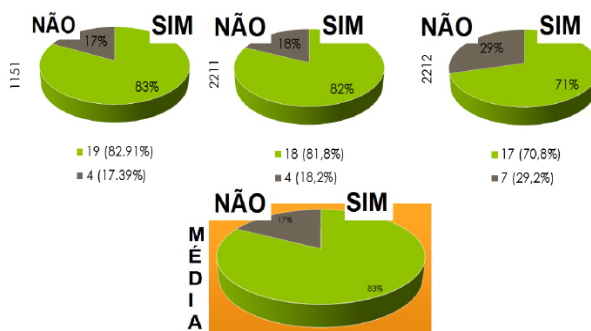


Fonte: Elaborada pelas autoras.

Saber se Prevenir

Pode-se ter conhecimento, baseado nos dados obtidos na Figura 3, de que são as crianças que sabem métodos de se prevenir contra as doenças transmitidas por microrganismos. Os alunos do Ensino Médio deveriam ter um conhecimento mais abrangente e mais diversificado, além de se prevenirem mais, porém, não é o que os dados nos mostram, o que corrobora com a pesquisa de Albuquerque, Braga e Gomes (2012), que afirmam a falta de conhecimentos dos alunos do ensino médio sobre os microrganismos.

Figura 3 - Sabem se prevenir: Turmas 1151, 2211 e 2212



Fonte: Elaborada pelas autoras.

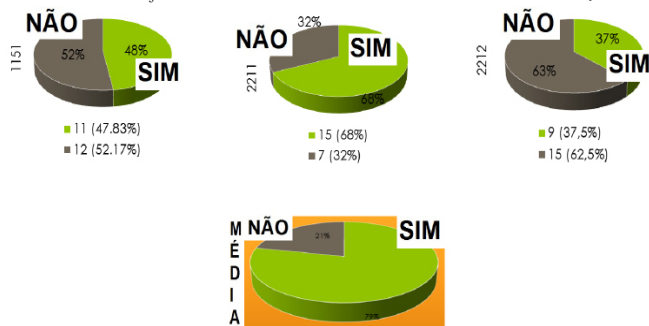
Transmitida na Escola

Os dados mostram, através da Figura 4, que uma das turmas da 1ª série do Ensino Médio já teve muitas doenças que provavelmente foram passadas na escola. Já é comum sabermos que as crianças pequenas têm muitas doenças que, de fato, se propagam quando elas estão na escola, e é justamente o que os dados apontam.

Doenças Comuns

De acordo com os resultados obtidos na pesquisa, através da Figura 5, em relação às doenças diagnosticadas em cada uma das turmas, percebe-se que praticamente todos os alunos pesquisados já, pelo menos uma vez da vida, tiveram doenças como gripe, resfriado, catapora, entre outras, corroborando com Cardoso (2012), em que diz que a infecção resulta da interação do agente infeccioso com o hospedeiro, formando-se a cadeia de infecção: agente-transmissão hospedeiro, onde as bactérias (90%) são os agentes infecciosos mais prevalentes, seguidas pelos fungos, os vírus e os parasitas.

Figura 4 - Doenças transmitida na escola: Turmas 1151, 2211 e 2212



Fonte: Elaborada pelas autoras.

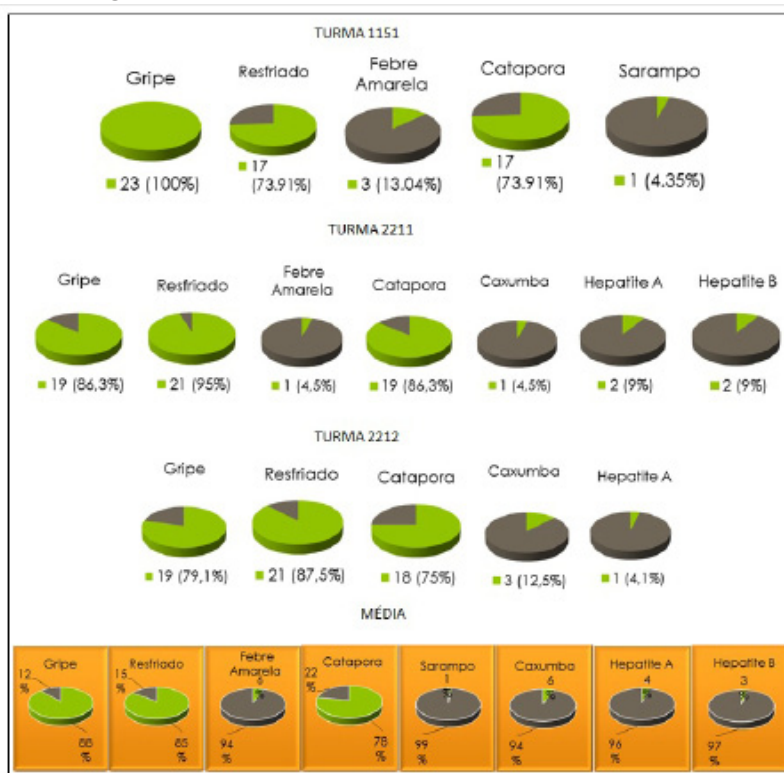
Conhecimento de Microrganismos

Os dados mostram claramente que grande parte dos alunos analisados têm conhecimento dos vírus, que são os mais comuns dentre a diversidade de microrganismos; seguido por bactérias, que também são bastante conhecidas, além de serem causadoras de muitas doenças. Os protozoários, como pode-se observar, são os menos conhecidos do grupo, pois quase não ouvimos falar a respeito (Figura 6).

Segundo Brandão e Corazza, (2008), há diversas razões pelas quais podemos ressaltar a importância de um maior entendimento dos alunos sobre o tema microrganismos. Dentre essas razões pode-se destacar: perceber que não é necessário exterminar todas as bactérias, uma vez que a maioria é benéfica e/ou inofensiva ao homem e ao meio ambiente; compreender que as bactérias estão em todos os lugares; adotar medidas básicas de higiene; prevenir doenças bacterianas; tomar antibióticos da forma como é prescrita pelo médico; cuidar da conservação e higienização dos alimentos; compreender a importância das bactérias nos ecossistemas; entender a importância das bactérias no sistema de produção de alimentos e de medicamentos.

Estes são conhecimentos básicos que o aluno deve levar da escola e empregar em sua vida cotidiana. Já Sforini e Galuch (2006) afirmam que a compreensão é evidenciada quando o aluno consegue transpor o conteúdo escolar para explicar cientificamente os fenômenos com os quais se depara diariamente. Os autores ainda ressaltam que a escola somente se justifica quando representa uma possibilidade de construção de novos olhares sobre fenômenos aparentemente naturalizados, sobre os quais, em geral, as pessoas perderam a curiosidade, os porquês, diante de um cotidiano sem respostas científicas e que, por isso, torna-se místico.

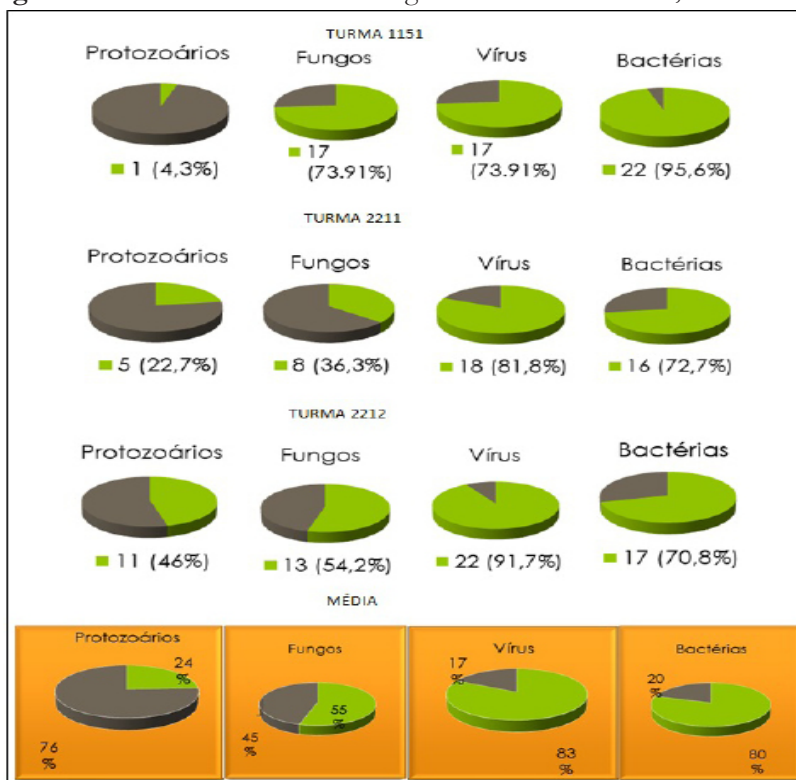
Figura 5 - Doenças comuns: Turmas 1151, 2211 e 2212



Fonte: Elaborada pelas autoras.

Ainda de acordo com Sforzi e Galuch (2006), a aprendizagem não ocorre de forma linear e mecânica, ou seja, não basta que novos conhecimentos científicos sejam ensinados para que o aluno os internalize. As explicações do professor, a troca de experiência com os colegas, as leituras de textos de diferentes naturezas sobre o tema, a observação de vídeos explicativos, a realização de experimentos provoca uma espécie de diálogo interno, que aponta para uma reorganização do pensamento dos alunos (VASCONCELOS et al., 2012).

Figura 6 – Conhecimento de microrganismos: Turmas 1151, 2211 e 2212



Fonte: Elaborada pelas autoras.

Considerações finais

Com a elaboração e aplicação do projeto, pôde-se observar que apenas uma pequena parte dos alunos analisados sabe de fato o que são as doenças transmitidas por microrganismos. Quase a metade dos alunos que participaram não se previne, apesar de saber como evitar uma doença desse porte.

Pôde-se observar, perante os dados obtidos, que os alunos do 5º ano do Ensino Fundamental sabem quase as mesmas informações que os alunos da 1ª série do Ensino Médio. Isso, sem contar que os mais jovens sabem se prevenir e realmente se previnem, fato que não ocorre com os mais velhos.

Pôde-se provar ainda, que os microrganismos mais conhecidos são as bactérias e os vírus, respectivamente, em relação aos protozoários e aos fungos. Estes, apesar

de não serem tão comuns, são os que precisamos estar mais atentos a eles, pois são causadores de sérias doenças.

Para divulgar algumas doenças transmitidas por microrganismos, foi elaborado um folder, que teve como principal objetivo fornecer as informações básicas a respeito das doenças.

Referências bibliográficas

BRANDÃO, L.; CORAZZA, M. J. **Produção de wiki**: uma ferramenta pedagógica para o desenvolvimento do pensamento conceitual dos estudantes do ensino médio. Dia a Dia Educação. Portal Educacional do Estado do Paraná. PDE. Gestão Escolar. 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/281-4.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2013.

CARDOSO, R. Carvalho. **Prevalência e perfil de sensibilidade das bactérias encontradas em culturais de um hospital particular no período de: janeiro de 2005 à janeiro de 2006**. 2006. 71p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Enfermagem, Instituto de Ciências da Saúde, Centro Universitário FEEVALE, Novo Hamburgo, 2006. Disponível em: <<http://ged.feevale.br/bibvirtual/Monografia/MonografiaRoseliCardoso.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2012.

INDRIUNAS Alexandre. **HowStuffWorks. Como tudo funciona**. Ciência. Ciências da vida. Como funcionam os microorganismo. 02 out. 2007. Atualizado 01 maio 2009. Disponível em: <<http://ciencia.hsw.uol.com.br/microorganismo1.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2013.

MURRAY, Patrick R.; ROSENTHAL, Ken S.; PFALLER, Michael A. **Microbiologia Médica**. Tradução Claudia Adelino Espanha et al. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=gkn5wMuAJQEC&oi=fnd&pg=PA1&dq=microbiologia+medica&ots=7h77xwPJyf&sig=kiRKv5OT6tVGmKACoNcamS5HkvA#v=onepage&q=microbiologia%20medica&f=false>>. Acesso em: 25 maio 2012.

PINTO, António de F. M. Antunes. **Doenças de origem microbiana transmitidas pelos alimentos**. Millenium, n. 4, 1996, p. 91-100. Disponível em: <<http://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/671/1/Doen%C3%A7as%20de%20origem%20microbiana.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2012.

SFORNI, M. S. F.; GALUCH, M. T. B. **Aprendizagem conceitual nas séries iniciais do ensino fundamental**. Educar. n. 28. Curitiba, p. 217-229, 2006.

VASCONCELOS, T. R. A.; DE SOUZA, M. V. N. **A biotecnologia na escola**: microrganismos e os antibióticos. In: ENCONTRO REGIONAL DE ENSINO DE BIOLOGIA, 5, 2011. Londrina, Anais... Londrina: UEL, 2011. Disponível em: <www.uel.br/ccb/biologiageral/eventos/erebio/painel/P131.pdf>. Acesso em: 25 maio 2012.

HOTELARIA HOSPITALAR: MÉTODOS DE LAZER E RECREAÇÃO QUE PODEM SER IMPLANTADOS NO HOSPITAL DA CRIANÇA SANTO ANTÔNIO BOA VISTA-RR

Introdução

O presente trabalho tem por intuito mostrar métodos simples de implantação de lazer e recreação no Hospital da Criança Santo Antônio em Boa Vista-RR, visando fixar métodos de humanização para com as crianças ali locadas, agregando, assim, valor a seu tratamento. Com isso surgem problemáticas a serem visadas tais como: Quais os fatores que impedem a implantação do segmento de lazer e recreação hospitalar no Hospital da Criança Santo Antônio em Boa Vista – RR? Ocorre a omissão de órgãos públicos responsáveis pela fiscalização de hospitais públicos do município? Qual a demanda de profissionais qualificados e formados? De que forma o público alvo desta implantação ira se beneficiar?

Tendo em vista os diversos tipos de tratamentos que crianças passam dentro do Hospital da Criança Santo Antônio Boa Vista-RR, sendo muitos de natureza invasivos e dolorosos não somente para os pacientes, bem como para quem os acompanham. Mostra-se, assim, a grande importância da implantação de métodos de lazer e recreação para que a criança que passa por tais tratamentos venha a vivenciar este momento não apenas como um ato traumática, mas sim como algo breve com intervenções que foi abordado de forma humanizada.

O estudo deste trabalho e a possível análise da total capacidade de implantação de áreas de lazer e recreação no meio hospitalar Santo Antônio podem melhorar os métodos no tratamento dos pacientes que estejam ali locados, de modo a perceber os benefícios decorrentes desta implantação. Também, a longo prazo, é visível o desenvolvimento e aperfeiçoamento deste segmento, podendo assim evitar qualquer forma que venha a desencadear possíveis impactos negativos no meio hospitalar.

* Escola Estadual Ayrton Senna da Silva / Estado de Roraima. E-mail: yalam.gabriel@hotmail.com

** Escola Estadual Ayrton Senna da Silva / Estado de Roraima. E-mail: fabi_15_cl@hotmail.com

*** Escola Estadual Ayrton Senna da Silva / Estado de Roraima. E-mail: jordanacavalcante@hotmail.com

São percebidas suas inúmeras vantagens para os pacientes e seus familiares, bem como para as bases econômicas da cidade.

Desta forma, serão identificadas as melhorias físicas e psicológicas dos pacientes que venham a usufruir da implantação destes métodos de lazer e recreação, visto que a implantação de tais métodos em hospitais renomados tanto do país como no exterior vem mostrando grande potencial para com a melhoria da saúde do paciente.

Metodologia

Este trabalho pode ser idealizado por meio de pesquisas de caráter bibliográfico

trata-se do levantamento de toda a bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas em imprensa escrita. Bem como qualitativa e documental disponível nos órgãos oficiais. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com objetivo de permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações (MARCONI; LAKATOS, 2002).

Por meio de tais pesquisas podemos notar como surgiram os diversos temas abordados bem como seus conceitos, tendo em vista que assim poderíamos compreendê-los de uma forma mais abrangente e clara, sendo possível o debate e a implantação de um possível projeto de implantação.

Enquanto procedimento, este trabalho visa à implementação de atos eficazes de recreação e lazer para atender às crianças (paciente) locadas no hospital da criança Santo Antônio Boa Vista-RR. Para que o trabalho ocorresse, houve a necessidade de leituras de livros, textos e análises bibliográficas, que por meio dos autores pesquisados foi possível identificar os possíveis efeitos que possam ser identificados após a implantação deste projeto, descrevendo a respeito da relação afetiva no comprometimento da formação da autoestima e, conseqüentemente, na eficácia do processo no tratamento.

Discussão e resultados

Envolvimento do Lazer e Recreação na Hotelaria Hospitalar

Com o decorrer do tempo, as diversas transformações em meios turísticos acabaram influenciando na hotelaria bem como em hospitais e outros meios de aten-

dimento básicos para se ter um conforto mínimo, seguindo o pensamento de Crisóstomo (2004), onde a infraestrutura de determinado local que se realiza o turismo deve dispor do básico como, água, saneamento, transporte, comunicação, e também os equipamentos médico-hospitalares. Conforme Souza *apud* Castelli (2003) são claras as variações e abrangências que o meio hoteleiro vem tomando no decorrer do tempo, incluindo a sua introdução ao meio hospitalar.

Também evidencia-se isto por meio das palavras “Dentro desse conjunto de equipamentos e infra-estrutura de apoio que compõem a oferta turística, evidencia-se como meio de hospedagem os hotéis e como equipamentos médicos hospitalares os hospitais” (SOUZA, 2006, p. 15), sendo notada a aceitação dos hospitais como meios de hospedagem, visto que muitos pacientes permanecem por um longo período locados para a conclusão de um devido tratamento.

Seguindo uma linha de pensamento semelhante, a seguinte citação “hotéis e hospitais originam-se do mesmo tipo de empreendimento: albergues que abrigavam viajantes e peregrinos que viajavam de povoado a povoado e recebiam também enfermos” (BOERGER, 2005, p. 19), assim pode se dizer que a hotelaria hospitalar surgiu a partir da necessidade das pessoas que faziam longas viagens e acabavam ficando com certas enfermidades, sendo locados em albergues com determinados equipamentos médicos, sendo tratado de forma grosseira, porém, contudo com grande eficácia.

Com isso, a hotelaria não era vista como uma base que deveria ser implantada diretamente no meio hospitalar, pois desde que os enfermos de um determinado hospital estivessem em um ambiente limpo que os proporcionasse melhorias à saúde, “nada mais importava para o paciente, que ao entrar no ambiente hospitalar deixava de ser cidadão, de ter vontade própria de ter direitos e passava a ser passivo (daí o nome – paciente)” (AMORIM, 2005). No entanto, como muitos conceitos vêm mudando conforme o tempo, as pessoas passaram a ter um grau de exigência mais elevado.

Seguindo a mesma linha da hotelaria comum, a hotelaria hospitalar também segue os mesmos preceitos de bem receber quem quer que seja ali locado ou fazendo se sentir bem e acolhido tão bem como ou melhor do que se estivesse em sua própria casa assim abrangendo “a satisfação de todas as necessidades do paciente bem como a integridade física, a privacidade, a individualidade; respeitando os valores éticos e culturais, com o máximo de confidencialidade de toda e qual quer informação pessoal” (WATANABE, 2004). Sendo postos em prática todos esses métodos juntamente com a incorporação da recreação e lazer para que, assim, as necessidades do paciente

sejam atendidas, visando a uma boa e eficaz recuperação de todos que ali possam estar locados.

A incorporação da recreação e lazer no meio semelhante ao que vivemos atualmente teve sua origem na pré-história quando as atividades festivas para agradecimentos por uma boa caçada aos deuses ou eventuais celebrações como de nascimento ou morte (GUERRA, 1988). Percebemos, também, vestígios herdados pelos povos Romanos com seus grandes eventos que ocorriam no grande estádio Coliseu de Roma, onde surgiram as recreações esportivas e até mesmos eventos que para época poderiam ser considerados formas de lazer como assassinatos e estupros coletivos (GOMES; ELIZALDE, 2012).

Já no Brasil, foi introduzido por meio do Professor Frederico Guilherme Gaelzer que usou de métodos arcaicos e instrumentos impróprios, porém que por meio de tais pode ser introduzido o lazer e recreação (GUERRA, 1988). Assim, com o passar do tempo, os métodos foram sendo aprimorados, assemelhando-se à maneira atual.

Por essas grandes mudanças conceituais de entretenimento, atualmente a grande maioria das pessoas assimilam lazer e recreação como sendo sinônimos, com isso pondo em prática ambas, muitas vezes, de forma errônea. Para esclarecer bem sobre a colocação correta de ambas, Cavallari e Zacharias (1994, p. 15) de forma clara e simplificada conceituam lazer como “o estado de espírito em que uma pessoa se encontra, instintivamente, dentro de seu tempo livre, em busca do lúdico (prazer), que é a diversão, alegria, entretenimento”.

Como se nota nestas palavras, a busca pelo lazer em nosso tempo livre se dá por nossos instintos, porém se nota que este tempo é um que não venha a ter atrito com atividades do cotidiano como escola, trabalho, entre outras de modo que por métodos lúdicos possamos satisfazer nossos desejos de entretenimento em momentos de ócio já na colocação.

Já recreação é “o momento ou a circunstância, através da qual, o indivíduo satisfaz suas vontades e anseios relacionados ao seu prazer de forma espontânea” (CAVALARI; ZACHARIAS, 1994, p. 24).

Entendemos que recreação se dá por meios que a pessoa, ao praticar, precise se submeter a métodos que o empenho seja crucial sendo que a recreação é um método mais planejado e com possíveis regras e normas por sua vez, sempre levada para o lado espontâneo e natural. Com essas colocações, podemos notar que mesmo sendo semelhantes e tendo a mesma finalidade que é entreter o praticante em seu momento de ócio, tais termos possuem suas singularidades.

A hospitalização é uma difícil realidade na vida de muitas crianças (FAQUINELLO; HIGARASHI; MARCON, 2007), portanto havendo possibilidades de ser implantado este projeto, a vivência de tais pacientes no hospital se tornará uma estada confortável e agradável para sua recuperação, entendendo assim que com tais métodos de humanização pode ser evidente a melhoria de formas sustentável destes pacientes.

Os resultados de uma internação não humanizada podem acabar gerando vários tipos de traumas não somente para o paciente ali locado bem como para seus familiares. Tais traumas, uma grande diversidade, sendo assim fator de grande influência de possíveis transtornos no desenvolvimento do paciente e uma saúde frágil em sua infância (MITRE; GOMES, 2007; PARCIANELLO; FELIN, 2008). A estada em hospitais para fins de tratamentos de curto, médio ou longo prazo é inevitavelmente traumático, independentemente de sua cultura, credo ou faixa etária, tornando-se mais traumático, na sua maioria na infância, tendo em vista que neste período o indivíduo está passando por desenvolvimento tanto físico como intelectual.

A hospitalização é uma experiência estressante que envolve uma profunda adaptação da criança às diversas mudanças que acontecem na sua rotina diária e pode ter diversas influências no seu desenvolvimento (LIMA; ROCHA; SCOCHI, 1999). Para uma criança sofrer mudanças repentinas como a internação para tratamento de alguma enfermidade se torna cansativo e desgastante, tanto para os acompanhantes bem como para a criança que, além de ter grandes mudanças em sua rotina, também passa por momentos traumáticos e constrangedores.

A criança, quando hospitalizada, convive com uma série de restrições impostas por seu quadro clínico. Tal experiência revela uma dimensão diferente para a criança, implicando num momento de sofrimento e estresse, que afeta sua estabilidade dinâmica (PARCIANELLO; FELIN, 2008; HUERTA, 1990), demandando assim a introdução de meios de humanização por meio de atividades lúdicas, recreativas e de lazer, pois no ambiente hospitalar o paciente está ali apenas para usufruir de seus devidos tratamentos para a melhoria de sua saúde nem sempre visando à humanização. Portanto deste ponto, médicos e enfermeiros tentam passar seus devidos sentimentos de empatia que nem sempre atingem seu objetivo com o paciente, assim tendo esta dependência nestes meios.

A criança hospitalizada encontra-se afastada do seu ambiente natural, de seus amigos, da escola e dos seus objetos pessoais, perdendo assim grande parte de suas referências.

Diante do processo de adoecer, o ambiente hospitalar torna-se hostil, gerando insegurança, desconforto e medo; o que se agrava ao se depararem com a obrigatoriedade de se submeterem a procedimentos invasivos, medicamentos, horários e até mesmo ter que vestir roupas iguais às das outras crianças internadas (MITRE; GOMES, 2007; PARCIANELLO; FELIN, 2008). Com isso, a convivência neste meio se torna dolorosa e constrangedora, muitas vezes tornando esta criança não sociável com seus familiares, acompanhante, médicos e enfermeiros bem como demais pessoas ali locadas. Desta forma, a implantação de meios de lazer e recreação é a forma de introduzir a criança a esse meio e mostrar que está ali naquele local para efetuar seu tratamento, mas que esta estada mesmo com diversos processos invasíveis pode ser algo agradável.

Considerações finais

As crianças que estão locadas no Hospital da Criança Santo Antônio Boa Vista-RR apresentam traumas não só físicos como psicológicos, pois muitas vezes dependem de longos tratamentos não apenas invasivos como constrangedores, isso faz com que tais crianças acabem indo em busca de se isolar.

Desta forma, os métodos de tratamentos por meio da humanização e da implantação dos métodos de recreação e lazer são maneiras econômicas e viáveis para a redução de possíveis traumas tendo em vista que esses métodos farão com que a criança ali não perca suas características de criança e, de certa forma, o contato com o meio externo.

Em virtude dos fatos mencionados, tais métodos práticos são viáveis de serem implantados no segmento de recreação e lazer através da inclusão de métodos lúdicos, recreativos e métodos audiovisuais, uma vez que têm grande e permanente influência no desenvolvimento tanto físico bem como psicológico das crianças que possam vir a usufruir destes métodos, tendo em base argumentos já citados anteriormente neste trabalho.

Assim, o trabalho tem como principal meta atingir pais, crianças, enfermeiros, médicos, estudiosos e sociedade em geral bem como órgãos públicos responsáveis pela saúde no Estado de Roraima e a administração do Hospital da Criança Santo Antônio em Boa Vista-RR, assim podendo ser identificado a necessidade da humanização por métodos de lazer e recreação que possam vir a auxiliar no tratamento de crianças que estejam internadas.

Referências bibliográficas

- AMORIM, J. L. **A necessidade do serviço humanizado na hotelaria hospitalar.** 2005. 50f. Monografia [Especialização] – Programa de Pós-Graduação em Gestão em Turismo e Hospitalidade, Faculdade de Alagoas, Maceió (AL), 2005.
- BOERGER, M. A. H. **Gestão em Hotelaria Hospitalar.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- CASTELLI, G. **Administração hoteleira.** 9. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.
- CAVALLARI; ZACHARIAS. **Trabalhando com Recreação.** São Paulo: Ícone, 1994.
- CRISÓSTOMO, Francisco R. **Turismo e hotelaria.** São Paulo: Difusão Cultural do livro, 2004.
- FAQUINELLO, Paula; HIGARASHI, Ieda Harumi; MARCON, Sonia Silva. **O atendimento humanizado em unidade pediátrica: percepção do acompanhante da criança hospitalizada.** Texto contexto - Enfermagem, Florianópolis, v. 16, n. 4, p. 609-616, dez. 2007.
- GOMES, Christianne Luce; ELIZALDE, Rodrigo. **Horizontes latino-americanos do lazer: Horizontes latino-americanos del ocio.** Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- GUERRA, Marlene. **Recreação e lazer.** Porto Alegre: Sagra, 1988.
- HUERTA, Neira. **Brinquedo no hospital.** Revista da Escola Enfermagem, n. 24, v. 3, p. 319-28. USP, 1990.
- LIMA, R. A. G.; ROCHA, S. M. M.; SCOCHI, C. G. S. **Assistência á criança hospitalizada: reflexões acerca da participação dos pais.** Ver Latina-am Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 7, n. 2, p. 33-39, abr. 1999.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Ciência e conhecimento científico.** In: Fundamentos da Metodologia Científica. 4 ed. São Paulo: Cortez, p. 111-131, 2002.
- MITRE, R. M. A.; GOMES, R. **A perspectiva dos profissionais de saúde sobre a promoção do brincar em hospitais.** Ciências Saúde Coletiva, v. 12, n. 5, p. 1277-1284, 2007.
- PARCIANELLO, A. T.; FELIN, R. B. **E agora, doutor, onde vou brincar? Considerações sobre a hospitalização infantil.** Barbarói, Santa Cruz do Sul, n. 28, p. 147-166, 2008.

SOUZA, Gislaine. **Hotelaria Hospitalar**: conceitos da hotelaria adaptados ao setor hospitalar. Belo Horizonte, UFMG, 2006. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/espaco_academico/premio_mtur/downloads_premio_FGV/1.gislaine_gomes_de_souza_grad.pdf>. Acesso em: 30 out. 2014.

WATANABE, Sonia Yurie. **Avaliação dos pacientes sobre a qualidade nos serviços**: estudo de caso comparativo. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade) - Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2004.